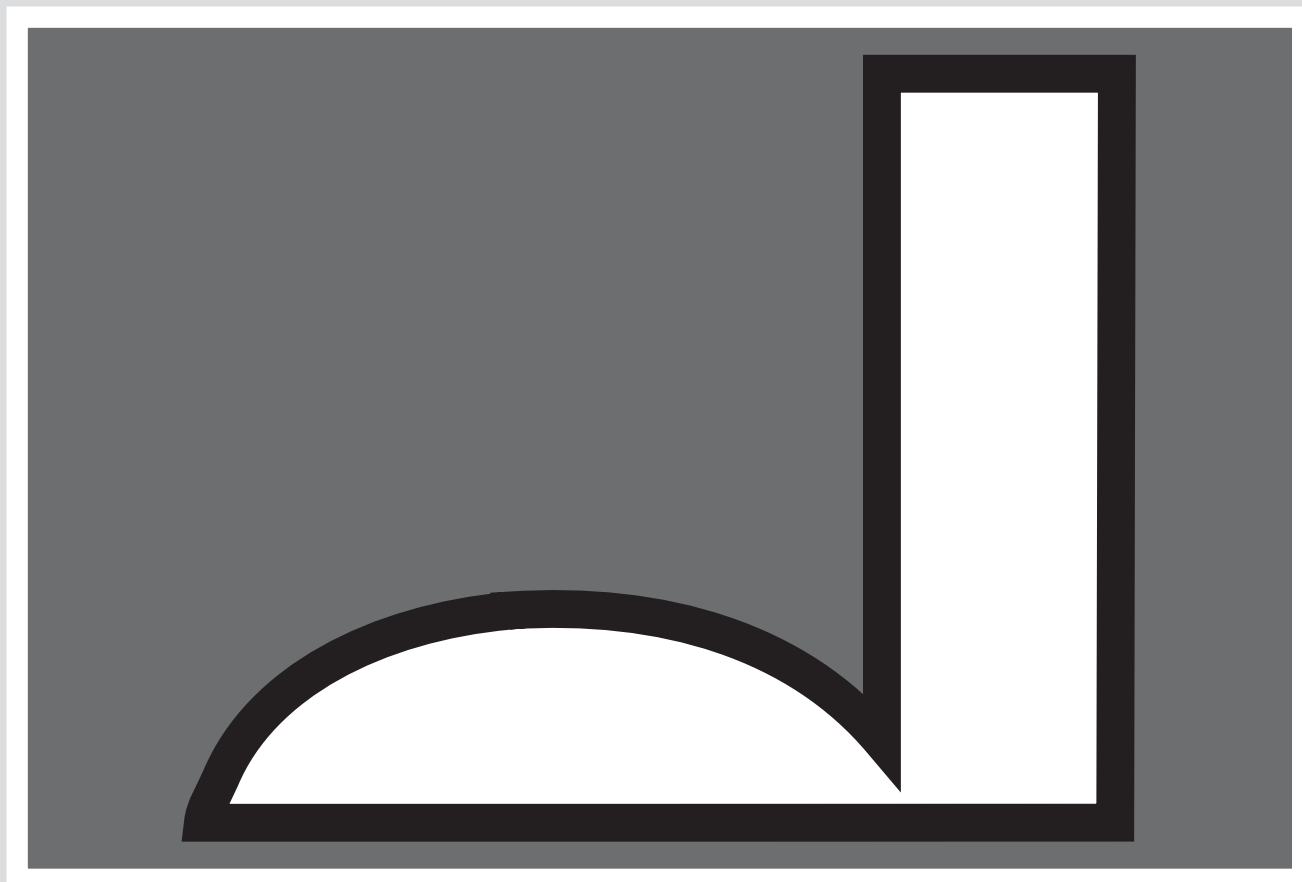




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**RESENHA MENSAL
(269, II, DO RISF)
(PERÍODO DE 1º A 24 DE DEZEMBRO DE 2007)
E
ATAS DAS COMISSÕES**

VOLUME III

ANO LXII – SUP. AO Nº 212– TERÇA-FEIRA, 25 DE DEZEMBRO DE 2007– BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN²
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges¹ PR-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp VICE-LÍDERES 	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles	LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes ⁴ Romeu Tuma ⁴
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER DO DEM – 14 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

² Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007)

EXPEDIENTE

Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – RESENHA MENSAL (Período de 1º a 24 de dezembro de 2007)	00011
2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES	
2.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE	
Ata da Trigesima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de outubro de 2007, às 10:00 horas, na Sala de reuniões nº 19 da ala Alexandre Costa, Senado Federal (republicação).....	00114
Ata da Trigesima Quarta Reunião da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 30 de outubro de 2007, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da ala Alexandre Costa, Senado Federal	00131
Ata da Trigesima Quinta Reunião da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da ala Alexandre Costa, Senado Federal	00146
Ata da Trigesima Sexta Reunião da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de novembro de 2007, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da ala Alexandre Costa, Senado Federal	00169
Ata da Trigesima Sétima Reunião da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de novembro de 2007, às 09:30 horas, na sala de reuniões nº 19 da ala Alexandre Costa, Senado Federal	00188
Ata da Trigesima Oitava Reunião da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de dezembro de 2007, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da ala Alexandre Costa, Senado Federal	00212
Ata da Trigesima Nona Reunião da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de dezembro de 2007, às 10:30 horas, na sala de reuniões nº 19 da ala Alexandre Costa, Senado Federal	00231
2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS	
Ata da Quadragésima Segunda Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de novembro de 2007, quarta-feira, às 11:00 horas	00250
Ata da Quadragésima Terceira Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007, terça-feira, às 14:15 horas.....	00256
Ata da Quadragésima Quarta Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada em 14 de novembro de 2007, quarta-feira, às 10:00 horas	000258
Ata da Quadragésima Quinta Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de novembro de 2007, quarta-feira, às 11:00 horas	00267
Ata da Quadragésima Sexta Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de novembro de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas	00289
Ata da Quadragésima Sétima Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de novembro de 2007, quarta-feira, às 11:00 horas	00309
Ata Da Quadragésima Oitava Reunião (Extraordinária) Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, Realizada Em 29 De Novembro De 2007, Quinta-feira, Às 11:00 Horas	00325
Ata Da Quadragésima Nona Reunião (Extraordinária) Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, Realizada Em 5 De Dezembro De 2007, Quarta-feira, Às 11:00 Horas.....	00340
Ata Da Quinquagésima Reunião (Extraordinária) Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, Realizada Em 12 De Dezembro De 2007, Quarta-feira, Às 10:00 Horas.....	00352
2.2.1 – Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde	
Ata da Oitava Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 13 de novembro de 2007, terça-feira, às 10:00 horas.....	00375

Ata da Nona Reunião Extraordinária Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 27 de novembro de 2007, terça-feira, às 10:00 horas.....

00401

2.3. – Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania – CCJ

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em conjunto com as demais comissões permanentes, em 6 de fevereiro de 2007, terça-feira, às 16 horas, no Plenário do Senado Federal

00423

Ata da 2ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 7 de fevereiro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da ala Senador Alexandre Costa

00424

Ata da 3ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 14 de fevereiro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, Nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00440

Ata da 4ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 28 de fevereiro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, Nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00475

Ata da 5ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 7 de março de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00507

Ata da 6ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 14 de março de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00531

Ata da 7ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 21 de março de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00560

Ata da 8ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 28 de março de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00585

Ata da 9ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 4 de abril de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00608

Ata da 10ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 11 de abril de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00613

Ata da 11ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 18 de abril de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00638

Ata da 12ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 25 de abril de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00682

Ata da 13ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 26 de abril de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00704

Ata da 14ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 9 de maio de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00743

Ata da 15ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 16 de maio de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00769

Ata da 16ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 23 de maio de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00788

Ata da 17ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 30 de maio de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00807

Ata da 18ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 13 de junho de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00826

Ata da 19ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 27 de junho de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00844

Ata da 20ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 4 de julho de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00873

Ata da 21ª Reunião Ordinária em Conjunto com a 19ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 4 de julho de 2007, quarta-feira, às 11 horas, na sala de reuniões da ccj, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II

00889

Ata da 22ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 11 de julho de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	00922	zada em 16 de outubro de 2007, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01210
Ata da 23ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 8 de agosto de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	00938	Ata da 34ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 17 de outubro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01220
Ata da 24ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 8 de agosto de 2007, quarta-feira, às 11 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	00954	Ata da 35ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 24 de outubro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01228
Ata da 25ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 15 de agosto de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	00970	Ata da 36ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 30 de outubro de 2007, terça-feira, às 12 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Cost	01259
Ata da 26ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 22 de agosto de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	00994	Ata da 37ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 30 de outubro de 2007, às 15 horas e 16 minutos	01262
Ata da 27ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 29 de agosto de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01019	Ata da 38ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 31 de outubro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01298
Ata da 28ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 5 de setembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01051	Ata da 39ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 1º de novembro de 2007, quinta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01353
Ata da 29ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 19 de setembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01078	Ata da 40ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 7 de novembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01418
Ata da 30ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 26 de setembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01109	Ata da 41ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 12 de novembro de 2007, quarta-feira, às 14 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01445
Ata da 31ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 3 de outubro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01140	Ata da 42ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007, terça-feira, às 12 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa	01461
Ata da 32ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 10 de outubro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01189	Ata da 43ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, Da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007, terça-feira, às 15 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa	01465
Ata da 33ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, reali-		Ata da 44ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 14 de novembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa	01525

Ata da 45ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 14 de novembro de 2007, quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos, na sala de reuniões da ccj, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa..... 01540

Ata da 46ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 20 de novembro de 2007, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa..... 01557

Ata da 47ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 21 de novembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa 01584

Ata da 48ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 28 de novembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa 01604

Ata da 49ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 5 de dezembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa 01631

Ata da 50ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 12 de dezembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa 01663

Ata da 51ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 19 de dezembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa 01680

2.4 – Comissão de Educação – CE

Ata da 61ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada em 20 de novembro de 2007..... 01707

Ata da 62ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de novembro de 2007..... 01729

Ata da 63ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de novembro de 2007..... 01744

Ata Da 64ª Reunião Extraordinária e 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de novembro de 2007.. 01762

Ata da 65ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de dezembro de 2007..... 01777

Ata da 66ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de dezembro de 2007..... 01798

Ata da 67ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de dezembro de 2007..... 01814

2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa Do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 31ª Reunião, Conjunta, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada com as Comissões Finanças e Tributação—CD; Fiscalização Financeira e Controle—CD, e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização—CN, dia 30 de outubro de 2007, terça-feira, às 10:00 horas, no Plenário nº 2, do Anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados. 01849

Ata da 36ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizadas em 27 de novembro de 2007, às 11:30 horas. 01872

Ata da 37ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizadas em 11 de dezembro de 2007, às 11:30 horas. 01882

2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 31ª Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 21 de junho de 2007, quinta-feira, às 09h00, na sala de reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 01886

Ata da 32ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 27 de junho de 2007, quarta-feira, às 09 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 01924

Ata da 33ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 3 de julho de 2007, terça-feira, às 14h00, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II 01953

Ata da 34ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 14 de agosto de 2007, terça-feira, às 15h00, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 01991

Ata da 35ª Reunião (Extraordinária), da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 16 de agosto de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02013

Ata da 36ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 23 de agosto de

2007, Terça-feira, às 09h00, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02029	pativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 24 de outubro de 2007, quarta-feira, na sala de reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.	02195
Ata da 37ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 06 de setembro de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02045	Ata da 47ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no dia 1º de novembro de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas, no auditório Petrólio Portela, Anexo II.	02199
Ata da 38ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 13 de setembro de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02056	Ata da 48ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 1º de novembro de 2007, quinta-feira, após a 47ª reunião, no auditório Petrólio Portela, Anexo II.	02202
Ata da 39ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 20 de setembro de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02073	Ata da 49ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 07 de novembro de 2007, quarta-feira, às 11 horas, na sala de reuniões nº 07, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02238
Ata da 40ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 27 de setembro de 2007, quinta-feira, às nove horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02083	Ata da 50ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 13 de novembro de 2007, terça-feira, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02257
Ata da 41ª Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 27 de setembro de 2007, quinta-feira, às quatorze horas, na sala de reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02111	Ata da 51ª Reunião (Extraordinária) conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 22 de novembro de 2007, quinta-feira, às nove horas, na sala de reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02259
Ata da 42ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 04 de outubro de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02125	Ata da 52ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 27 de novembro de 2007, terça-feira, às nove horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02279
Ata da 43ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 11 de outubro de 2007, quinta-feira, às nove horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02136	Ata da 53ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 28 de novembro de 2007, quarta-feira, às quinze horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02323
Ata da 44ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 18 de outubro de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02165	Ata da 54ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 29 de novembro de 2007, quinta-feira, às 14 horas, na sala de reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.	02359
Ata da 45ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 24 de outubro de 2007, quarta-feira, às 09:00 horas, na sala de reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal.	02181	Ata da 55ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura,	

convocada para o dia 05 de dezembro de 2007, quarta-feira, às 14 horas, na sala de reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II. 02378

Ata da 56ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 05 de dezembro de 2007, quinta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II. 02390

Ata da 57ª Reunião (Extraordinária) conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 12 de dezembro de 2007, quarta-feira, às dez horas, na sala de reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02412

Ata da 58ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 13 de dezembro de 2007, quinta-feira, às 09 horas, na sala de reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II. 02434

Ata da 59ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 18 de dezembro de 2007, terça-feira, às 09 horas, na sala de reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II. 02462

2.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 41ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia vinte e um de novembro do ano de dois mil e sete, às dez horas. 02492

Ata da 42ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia vinte e dois de novembro do ano de dois mil e sete, às dez horas. 02516

Ata da 43ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia vinte e nove de novembro do ano de dois mil e sete, às dez horas. 02533

Ata da 44ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada no dia seis de dezembro do ano de dois mil e sete, às dez horas. 02548

Ata da 45ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada no dia treze de dezembro do ano de dois mil e sete, às dez horas. 02568

2.8 – Comissão de Serviços de Infra-estrutura – CI

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto com as demais comissões permanentes, em 06 de fevereiro de 2007, às 16 horas, no plenário do Senado Federal 02582

Ata da 22ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de junho de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02584

Ata Da 23ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de junho de 2007, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02602

Ata da 24ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de julho de 2007, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02605

Ata da 25ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de agosto de 2007, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02623

Ata da 26ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de agosto de 2007, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02647

Ata da 27ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de agosto de 2007, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02683

Ata da 28ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de setembro de 2007, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02693

Ata da 29ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de outubro de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02726

Ata da 30ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de outubro de 2007, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02727

Ata da 31ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de outubro de 2007, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02754

Ata da 32ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de outubro de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02763

Ata da 33ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 8 de novembro de 2007, às 11 horas.	02788	Ata da Décima Oitava Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de agosto de 2007, quinta-feira, às 11 horas.	03003
Ata da 34ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02809	Ata da Décima Nona Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de agosto de 2007, quinta-feira, às 11 horas.	03029
Ata da 35ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de novembro de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02833	Ata da Vigésima Reunião (Extraordinária) e Terceira Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de agosto de 2007, terça-feira, às 14 horas.	03043
Ata da 36ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de novembro de 2007, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02866	Ata da Vigésima Primeira Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 6 de setembro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.	03056
Ata da 37ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 6 de dezembro de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02877	Ata da Vigésima Segunda Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de setembro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.	03064
Ata da 38ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de dezembro de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02893	Ata da Vigésima Terceira Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de setembro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.	03085
2.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR		Ata da Vigésima Quarta Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de outubro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.	03101
Ata da Décima Segunda Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 31 de maio de 2007, quinta-feira, às 11 horas.	02912	Ata da Vigésima Quinta Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de outubro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.	03121
Ata da Décima Terceira Reunião (Extraordinária) e Sexta Reunião da Subcomissão Temporária De Reforma Tributária da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de junho de 2007, quinta-feira, às 11 horas.	02924	Ata da Vigésima Sexta Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de outubro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.	03128
Ata da Décima Quarta Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de junho de 2007, quinta-feira, às 11 horas.	02951	Ata da Vigésima Sétima Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de outubro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.	03136
Ata da 15ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de junho de 2007, às 11 horas e 19 minutos.	02968	Ata da 28ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007, às 17 horas e 44 minutos.	03149
Ata da Décima Sexta Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 5 de julho de 2007, quinta-feira, às 11 horas.	02988	Ata da Vigésima Nona Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de novembro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.	03152
Ata da Décima Sétima Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de julho de 2007, quinta-feira, às 11 horas.	02995	Ata da Trigesima Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de novembro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.	03156
		Ata da Trigesima Primeira Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª	

Legislatura, realizada em 4 de dezembro de 2007, terça-feira, às 11 horas.....	03165	Ata da 37ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, Realizada Em 31 De Outubro De 2007.....	03263
2.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA			
Ata da 29ª Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28, de novembro de 2007.....	03166	Ata da 38ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de novembro de 2007.....	03286
Ata da 30ª Reunião (Conjunta) e 12ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 05 de dezembro de 2007.....		Ata da 39ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007.....	03301
2.10.1 – Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis			
Ata da 12ª Reunião (Conjunta) e 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 5 de dezembro de 2007.....	03211	Ata da 40ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de novembro de 2007.....	03308
Ata da 13ª Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 6 de dezembro de 2007.....	03222	Ata da 41ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de novembro de 2007.....	03328
2.11 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT			
Ata da 36ª Reunião Extraordinária Conjunta Com A 35ª Reunião Extrordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, Realizada Em 25 De Outubro De 2007.....	03241	Ata da 42ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de novembro de 2007.....	03350
		Ata da 43ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de novembro de 2007.....	03363
		Ata da 44ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 5 de dezembro de 2007.....	03391
		Ata da 45ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de dezembro de 2007.....	03345.

Ata da 54ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada para o Dia 29 de Novembro de 2007, Quinta-feira, às 14 Horas, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e sete, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Inácio Arruda e Geraldo Mesquita Júnior**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta. A presente reunião convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento – CDH nº 65, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 18/10/07, para tratar da problemática inerente à demissão arbitrária de dirigentes sindicais. O Senhor Presidente abre os trabalhos e solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, em ato contínuo a coloca em votação e a aprova. O Senhor Presidente convida as autoridades para tomarem lugar à mesa. Em ato contínuo, faz suas considerações iniciais acerca do tema da Audiência Pública e lê a moção de apoio da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, do Senado Federal, às recomendações da OIT ao Estado brasileiro, sobre as demissões arbitrárias de dirigentes sindicais. Em seguida, passa a palavra aos convidados dando dez minutos a cada palestrante para fazerem suas considerações sobre o tema. Comparecem os Seguintes convidados: **Maria Aparecida Gugel**, Subprocuradora-Geral do Trabalho e Coordenadora da Câmara de Coordenação e revisão, em representação ao Senhor Otávio Brito Lopes – Procurador Geral do Trabalho; **Paulo Marcos Borges Rizzo** – Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES – SN; **Adriano Sandri** – Presidente da Associação dos docentes da Universidade Católica de Brasília; **Wagner Fajardo Pereira**, Presidente da Federação Nacional dos Metroviários; **Zilmara David de Alencar** – Coordenadora de Registro Sindical da Secretaria de Relações do Trabalho em representação ao Senhor Luiz Antonio de Medeiros Neto – Secretário de Relações do Trabalho – SRT; **Roberto de Figueiredo Caldas** – Conselheiro Federal da OAB e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Sociais da OAB. O Senhor **Adriano Sandri** – Presidente da Associação dos docentes da Universidade Católica de Brasília, fez os seguintes encaminhamentos à Comissão: que se pronunciem em favor de nossos direitos e de todos os professo-

res das Universidades privadas; e como Ação Efetiva, propõem a realização de um Júri, presidido pelos senhores que representam tão conceituadas instituições, no início do próximo ano letivo, no auditório principal da UCB em Taguatinga, para que possamos, perante toda a comunidade acadêmica da UCB, discutir as denúncias que estamos, mais uma vez, apresentando à sociedade, de desrespeito aos Direitos Humanos, às incoerências das Direções da Universidade Católica, pois é necessário enfrentar esse espaço onde se praticam atos de exploração de trabalhadores dignos da forma escravocrata, já condenada mundialmente. Às quinze horas e quatro minutos o Senhor Presidente passa a presidência ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. O Senhor Presidente, em exercício, dá a palavra ao Senhor Wagner Fajardo Pereira, dando sequência aos debates e aos demais. Ao Final das explanações dos Senhores convidados o Senhor Presidente, em exercício, franqueia a palavra aos presentes ao plenário da Comissão. A Senhora Maria Aparecida Gugel, Subprocuradora-Geral do Trabalho, tomou como denúncia vários depoimentos realizados durante a reunião e informa que o Ministério Público do Trabalho irá investigar. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Inácio Arruda e Geraldo Mesquita Júnior. Encerradas as falas dos Senhores convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais e põe em votação a Moção supracitada, que aprovada pelos presentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental declaro aberta a 54ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à pauta. Item único. Nos termos do regimento da CDH, nº. 65 de nossa autoria, aprovado em 18/10/07 para tratar da problemática inerente à demissão arbitrária de dirigentes sindicais. Convidados. Maria Aparecida Gurgel, Subprocuradora-Geral do Trabalho, representando Otávio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho. Se já estiver a Dª. Maria Aparecida presente, eu convidaria a medida que for chamando

os que estiverem presentes para que venham à Mesa. Zilmara David de Alencar, Coordenadora de Registro Sindical da Secretaria de Relações do Trabalho, representando Luis Antônio de Medeiros Neto, Secretário de Relações de Trabalho da CRT. Quero informar que o Secretário Luis Antônio de Medeiros me ligou que está numa outra reunião atendendo sindicalistas de todo o País e informou a nós que a Dr^a. Zilmara que é uma especialista nessa área aqui representaria oficialmente o Ministro como também o Secretário. Roberto de Figueiredo Caldas, Conselho Federal da OAB e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Sociais da OAB. Seja bem-vindo, Roberto. Paulo Marcos Borges Rizzo, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Andes. Seja bem-vindo também. Christian Ramos Veloz, especialista em normas internacionais da Organização Internacional do Trabalho, OIT. Adriano Sandri, Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Católica de Brasília. O Adriano foi quem me procurou aqui diversas vezes para que pudéssemos encaminhar essa Audiência Pública. Me informaram também que tem um representante do sindicato dos metroviários da federação que estaria presente. Tem o nome?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Wagner, por favor, pode passar à Mesa também. Nós vamos aqui nos... A Subprocuradora-Geral do Trabalho, representante do Otávio Brito Lopes, também está presente, Maria Aparecida Gurgel, peço que também ela venha para a Mesa. Nós vamos nos acomodar. Pode aproximar um pouco a moçada aqui, pode chegar perto aqui que o negrão aqui não morde ninguém. Chega mais perto aqui. Tem lugar do lado de lá.

São 14h17 minutos. Nós vamos tentar fazer nosso debate. Se possível até às 16h17 minutos porque nós temos Ordem do Dia nesse período. Mas se não for possível, nós vamos prorrogar mesmo durante o espaço em que a Sessão no Senado está acontecendo. Eu sou Relator daquele projeto que regulamenta as centrais sindicais, e define também como é que fica essa questão da contribuição sindical e a própria contribuição negocial. Se caso nós não pudermos terminar nesse período, eu irei até o Plenário, faço meu relatório e volto para continuar participando da reunião.

Foi pedido que na abertura dos trabalhos eu fizesse a leitura de uma moção de apoio da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal as recomendações da OIT ao Estado Brasileiro sobre as demissões arbitrárias de dirigentes sindicais. Como eu acho que a leitura da moção ela acaba situando também todo

o tema que nós vamos debater eu farei então a leitura imediata da moção. Moção de apoio. A educação, a atividade pública de fundamental importância nos Direitos Humanos tem que primar nos seus objetivos universais de educar para a paz, democracia, desenvolvimento e justiça social. Declaração de Viena, 1993. Nas instituições particulares de educação superior vêm ocorrendo constantemente desrespeitos aos direitos humanos que afastam os citados objetivos. Desta forma, as instituições particulares citadas na declaração do Andes, SN OIT e que a mesma pede para que o Estado Brasileiro verifique os casos e tome as devidas providências em conformidade das condições de 98 e 87 da OIT, acusadas de desrespeitar o direito à livre associação sindical, carecem da ação do Estado no sentido de se averiguar os casos denunciados como primeiro e fundamental passo para se tomar as providências sugeridas pela OIT. Ou seja, a reintegração dos docentes demitidos e adequação da legislação.

Para realizar a efetiva investigação dos fatos é que a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal CDH, os representantes da OAB da OIT, Organização Internacional do Trabalho, MPT, Ministério Público do Trabalho, da Andes SN e Parlamentares aqui presentes nessa Audiência Pública, apresentam essa moção de apoio para que sejam realizadas pelas devidas instituições do Estado as recomendações da OIT e as recomendações encaminhadas nessa Audiência Pública.

Primeiro, investigação das motivações que levaram às demissões denunciadas pela Andes na representação à OIT.

Segundo, a reintegração dos docentes, dirigentes sindicais das sessões sindicais da Andes aos seus locais de trabalho das instituições da qual foram demitidos.

Terceiro. Uma legislação que assegure o reconhecimento da organização no local de trabalho, como componente da autonomia liberdade sindical, assim como a necessidade de revogação do art. 522 da CLT.

Quarto, a investigação dos fatos in loco, através de um júri composto pelas entidades que presidiram essa audiência. Junto às comunidades universitárias para averiguar a real motivação da demissão de docentes à política trabalhista e sindical na cidade citadas universidades. O respeito aos direitos humanos mormente ao direito da livre associação sindical e da livre docência.

Bom, essa é a moção que foi pedido que nós apoiássemos e aprovássemos, claro, eu fiz a leitura para situar a todos, mas nós vamos votá-la no encerramento da audiência. Como se essa moção ora lida tiver naturalmente o entendimento de todos. Se todos

concordarem aqui, nós no final da audiência ou até com algum ajuste, se assim a Mesa e o Plenário atender, nós colocaremos então em votação a moção. Eu de pronto como Presidente de minha parte não há nenhum questionamento. Quanto à moção, neste momento. Agora, estarei aqui disposto se a Mesa entender ou mesmo o Plenário que deve ter alguma forma de aprimorar como forma de pressionar democraticamente para que sejam atendidas as reivindicações dos trabalhadores podem ter certeza que terá o meu endosso.

Então de pronto vamos começar a nossa Audiência Pública e repito, a moção será apreciada no final da Audiência Pública. Esclarecemos que cada convidado terá dez minutos para a sua exposição. Cinco minutos de tolerância, logo após a exposição abriremos a palavra aos Parlamentares e também eu tenho adotado como de praxe há em torno de três ou quatro dos nossos telespectadores que possam fazer por e-mail aqui na TV Senado alguma pergunta e também ao Plenário. Como essa aqui não está sendo direta porque já começou o Plenário ficará então aberto ao Plenário para que escolham três ou quatro pessoas que queiram interpelar de alguma forma os nossos painelistas.

Vou seguir a ordem que eu recebi aqui, a primeira convidada a fazer uso da palavra será a Sr^a. Maria Aparecida Gurgel, Subprocuradora-Geral do Trabalho representante de Otávio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho. Por favor, Dr^a. Maria Aparecida.

SRA. MARIA APARECIDA GURGEL: Sr. Presidente desta Mesa, senhoras e senhores, o Ministério Público se sente honrado em participar desta Audiência Pública. Trago aqui as escusas do nosso Procurador-Geral, Dr. Otávio Brito Lopes, mas compromissos institucionais o impediram de estar aqui.

Tentarei rapidamente fazer uma colocação sobre o compromisso do Ministério Público na sua conduta e nas suas atribuições constitucionais e legais de se fazer cumprir e se observar o nosso sistema jurídico.

No aspecto particular em relação à estabilidade de dirigentes sindicais, o Ministério Público tem sido intransigente na busca e manutenção deste direito. Trago aos senhores a notícia de que recebido o dossiê objeto desta reclamação e deste Requerimento ao egrégio Senado, procedemos uma pesquisa junto ao Ministério Público e lhes trago as seguintes notícias.

O Ministério Público, à exceção do caso ocorrido na Universidade Católica aqui de Brasília, não recebeu em momento nenhum, nenhuma representação ou denúncia da violação de direitos aos professores ou diretores envolvidos em demissões arbitrárias nas seguintes universidades. Centro Universitário Minério... Eu digo isso porque são os que estão elencados na ordem deste Requerimento. Centro Universitário Minério,

Universidade Metodista de Piracicaba, Faculdade Vale do Ipojuca e Faculdade de Caldas Novas, Unicaldas. E especificamente em relação à Andes, Sindicato Nacional de docentes das Instituições de Ensino Superior. Não tivemos o registro e não temos o registro de nenhuma denúncia em relação à violação de direitos destas empresas. Destas faculdades ou universidades. Como disse, há exceção da Universidade Católica do Paraná. Desculpe, de Brasília.

Em relação a esta denúncia, a esta representação foi levada a efeito junto à Procuradoria Regional do Trabalho, da 10^a Região, feitas as investigações verificou-se, primeiro, o pronunciamento do Poder Judiciário em relação à inexistência de estabilidade dos envolvidos, se não me engano cinco professores envolvidos... oito professores envolvidos. Conclui-se, feitas as investigações de oitiva das duas partes, tanto da empresa, da universidade quanto dos professores envolvidos, entendeu-se pela inexistência de direito violado. Claro que teríamos aqui que avaliar essa investigação. Esta avaliação final ela será feita pelo Conselho Superior do Ministério Público. Lhes digo que a sentença judicial entendeu pela inexistência de estabilidade por conta, claro, da análise dos próprios elementos contidos lá naquela reclamação trabalhista. Desta decisão, concluiu S.Ex^a que avaliou a reclamação a inexistência da estabilidade. Então esses são os fatos concretos que eu trago, Sr. Senador, dessa pesquisa necessária que fizemos.

Bom, em relação à questão propriamente jurídica, gostaria de deixar claro a intransigência do Ministério Público quanto à aplicação indiscutível do art. 8º da Constituição, sobretudo, no que diz respeito a estabilidade dos dirigentes sindicais. O Ministério Público se coloca em suas repetidas ações, trouxe aqui se quiserem também avaliar, mas de suas repetidas ações civis públicas, o Ministério Público se coloca na posição de derrogação do art. 522 da CLT, isso é absolutamente indiscutível no seio da instituição. A aplicação do art. 523 da CLT é absolutamente... Eu estou falando e espero estar dizendo exatamente aquilo que eu quero dizer. [risos] O 522, portanto, derogado. Isso faz parte das nossas... As nossas argumentações quando nos deparamos com atitudes discriminatórias como essa após investigação e no ajuizamento evidentemente das ações civis públicas, eu disse 523, mas é 543 a aplicação do art. 543, e isso também servirá oportunamente para a aferição do novo projeto em curso, Senador, e a aplicação também da... Obviamente da convenção coletiva, da convenção da OIT, desculpem-me, 153. É isso? 135. Estou sentindo aqui que eu estou trocando os números. A gente lida com os artigos e na de estabelecer o raciocínio às vezes esses números falham.

Mas é essa a postura do Ministério Público, é assim que o Ministério Público tem se relacionado com, obviamente as diferentes comunidades, mas sempre respeitando os princípios constitucionais e as previsões legais que tratam efetivamente da estabilidade de dirigentes sindicais.

Estou à disposição para obviamente esclarecer dúvidas nesse curto espaço de tempo a gente tem que desencadear as idéias para posteriormente podermos fazer uma discussão mais qualificada. Fico à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece a Subprocuradora-Geral do Trabalho, Maria Aparecida, e de imediato passamos a palavra, conforme combinado aqui na Mesa para o Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Andes, Sr. Paulo Marcos Borges Rizzo. Para que ele então situe a nós todos sobre esse tema tão importante que preocupa a todos nós. Sem sombra de dúvida eu tenho até alguns movimentos feitos aqui no Senado em relação às demissões arbitrárias dos dirigentes sindicais em todo o País. São centenas de demissões. Por isso que essa Audiência Pública para mim é de suma importância que é para balizar mais a nossa forma de agir para inibir, eu diria até coibir e até proibir porque já que é um direito à estabilidade do dirigente sindical, que não venha acontecer da forma, eu diria truculenta como vem acontecendo. Eu repito, tenho denúncias de centenas de casos em todo o Brasil. Uma hora alegam que é suplente, outra hora alegam que é que não se enquadram no artigo... Não estou contestando a senhora, estou apenas situando aqui a importância dessa Audiência Pública. Por favor, Dr. Paulo.

SR. PAULO MARCOS BORGES RIZZO: Bem, eu gostaria em primeiro lugar de agradecer o Senador Paulo Paim, de ter convocado essa Audiência Pública e porque eu acredito que a partir dela nós vamos poder tomar iniciativas importantes a partir desse fato que foi a OIT ter acolhido a representação que nosso sindicato fez, queria cumprimentar a todos os membros da Mesa, todos os colegas, todos os companheiros e companheiras professores, sindicalistas, militantes que aqui estão, e de outras entidades sindicais que estão nos acompanhando aqui. Os companheiros dos metroviários que vão ter oportunidade de registrar aqui nessa audiência que um pouco da situação dos trabalhadores estão vivendo encarando no que diz respeito a sua liberdade de organização, e a liberdade de organização nós entendemos que ela não se restringe única e exclusivamente à liberdade de ter o sindicato, a liberdade de se sindicalizar, mas o sindicato ele tem uma função. A função do sindical é defender os interesses

dos trabalhadores e, portanto, ele precisa conquistar condições que não sejam desiguais para desenvolver as suas negociações, para desenvolver efetivamente a relação entre capital e trabalho. Que evidentemente elas são relações desiguais, mas tudo que os trabalhadores tiveram e têm hoje em todo mundo em termos de organização, foi produto de suas conquistas, foi produto de suas lutas.

Eu começo com isso porque evidentemente várias coisas não estão consagradas em lei. Em termos da liberdade sindical, do direito de organização, do direito de se ter os dirigentes sindicais com estabilidade. No entanto, os direitos eles são conquistados. E uma das grandes dificuldades que enfrentamos no Brasil é exatamente essa. Porque existe na legislação a estabilidade do dirigente sindical, porém ela é limitada em número de diretores, ela não se estende a Comissões por local de trabalho, não se estende... As formas como o sindicato se organiza.

Há situações em que se reprime o movimento sindical, e isso vai poder ser relatado hoje aqui no caso específico da Unimep em que a repressão não se abate diretamente ao dirigente sindical. Mas à base do sindicato. E nós vivemos uma época em que cresce na sociedade manifestações de criminalização de diversos movimentos sociais. E é importante que discutamos essa questão exatamente na Comissão de Meio Ambiente... Desculpe, na Comissão de Direitos Humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meio ambiente também é direitos humanos.

SR. PAULO MARCOS BORGES RIZZO: Outro dia conversávamos que para o trabalhador meio ambiente é também o seu local de trabalho. Eu estou com isso na cabeça que estamos preparando, o debate começa amanhã, no sindicato que é exatamente a questão ambiental.

Bom, mas fomos levados a recorrer à OIT, e essa eu creio, foi uma experiência importante exatamente por que o que ocorre no País? O dirigente é demitido e você entra com ação na justiça para tentar reverter aquela demissão e o máximo que a justiça consegue fazer é buscar os direitos financeiros que o trabalhador teria, e não a reintegração. Porque como em diversos casos essas pessoas não se enquadram na estabilidade sindical...

Bom, e no caso do Sindicato Nacional, isso é extremamente grave. Porque é uma organização, optamos por fazer há muitos anos atrás uma organização que é um Sindicato Nacional, e não um sindicato municipal, e buscando fazer organização por local de trabalho até através de sessões sindicais. E somos um sindicato hoje que tem mais de 70 mil sindicalizados. E você

imaginar que a legislação se não me engano pareço que só dá estabilidade para sete dirigentes, você tem que ter uma organização que tenha uma base desse tamanho com parte... A menor parte da sua direção, dos seus órgãos dirigentes é que tem alguma estabilidade. As sessões sindicais, os dirigentes não têm nenhuma estabilidade.

Agrava-se a situação quando vemos, acompanhamos no nosso Brasil uma expansão muito grande do ensino superior particular que hoje perto de 80% da educação superior no Brasil está oferecida por instituições particulares, que são instituições que têm como principal objetivo o lucro, onde os professores vivem a estabilidade o tempo todo, os professores não sabem se no próximo semestre, se no próximo ano eles serão... Terão aula, se eles estabelecerão ali trabalhando naquela instituição. Porque a oferta da educação superior ela nas instituições privadas ela depende da demanda, depende do mercado e se não tiver alunos para o próximo ano ou se o número de alunos reduzir, reduz-se o número de turmas, junta as turmas e o professor vai para rua.

Bom, e é exatamente por vivermos, que eu não vou explorar integralmente aqui, as condições de precarização do trabalho docente em todo o País que a necessidade do sindicato e da organização sindical se acentua. Ela é cada vez mais importante. E nós não podemos aceitar que toda vez que se tenta fazer uma organização por local de trabalho, eu digo toda vez porque é toda vez. Há um processo repressivo de intimidações e a faculdade particular é tratada muitas vezes como aqui é a minha casa e vocês é que vão me obedecer...

Bom, enfim, há uma inversão do direito através dos proprietários, das mantenedoras. Então tivemos que recorrer à OIT e através dos casos da FAVIP, que está aqui presente o companheiro Luciano que foi demitido lá, a UCB, com vários companheiros, inclusive o Adriano, da UNICALDAS, a companheira Lusiane, na UNIMEP que está o companheiro José Alberto que vão poder, espero aqui nessa audiência expor rapidamente que situações tiveram que enfrentar nas suas universidades. E o acolhimento por parte da OIT, é um acolhimento que veja bem, ele não tem uma força de lei para o País. Vocês vão ter que fazer isso. Ele estabelece que se investigue as causas, estabelece que a legislação seja adequada àquilo que ao País aprovar as convenções da OIT, a sua legislação tem que estar conforme o que foi estabelecido pela convenção da OIT. Então esse resultado é um resultado que para nós significa iniciar um processo [soa a campainha] de luta grande no nosso País para conquistar efetivamente esse direito. Eu digo iniciar, eu quero dizer

iniciar uma nova fase. Porque lutando nós já estamos lutando há bastante tempo. A partir desse resultado fomos à OAB, discutimos com a Ordem dos Advogados do Brasil, com quem... Propusemos ser parceiros e fomos acolhidos nessa luta importante, hoje temos aqui a Federação dos Metroviários e acredito que é algo que vá poder crescer no sentido de conquistarmos efetivamente um direito que é extremamente importante para os trabalhadores.

E termino que há uma particularidade no que diz respeito à instituição de ensino. E isso é importante registrar aqui na Comissão de Direitos Humanos. Por que qual é a qualidade da educação? O que se aprende em termos de Direitos Humanos numa instituição que impede, que impede a liberdade de organização? Uma instituição que oprime e reprime? Uma instituição que, portanto, sobre o ponto de vista dos direitos deseduca os jovens que ali estão buscando a sua formação. E essa é a particularidade que eu diria do caso da educação. Evidentemente o direito é um direito que tem que ser assegurado a todos os trabalhadores. Mas, tem essa particularidade no caso da educação. E uma educação de qualidade é a educação que se constrói com base nos direitos, na construção da cidadania, na construção dos direitos de toda a sociedade. E espero, Senador, que possamos sair dessa audiência com o compromisso de todas as entidades, todos os órgãos que estão aqui representados para que possamos dar curso no Legislativo, na busca de avançar na legislação e nas demais instituições também no sentido de assegurar que as pessoas não tenham que passar mais por processos que muitas vezes são humilhantes para quem trabalha com a educação dos jovens no nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra, agradecendo ao Paulo Marcos, Presidente da Andes, passamos a palavra nesse momento ao Christian Ramos Veloz, especialista em normas internacionais da OIT.

Passamos a palavra, então, ao Adriano Sandri, Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Católica de Brasília. Adriano, por favor. 10 minutos com mais cinco.

SR. ADRIANO SANDRI: Prezadas companheiras e companheiros presentes a essa audiência, Exm^o senhor e Digníssimo Presidente dessa Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, Paulo Paim, queremos como diretoria da sessão sindical dos docentes da Universidade Católica de Brasília, UCB demitida em dezembro de 2005 por ter assumido a direção dessa entidade sindical, saudar juntamente com S.Ex^a todas as pessoas que representando diversas instituições da máxima reputação e importância polí-

tica social compõem a Mesa desta audiência sobre o direito humano dos trabalhadores de se organizarem em seus locais de trabalho.

Estamos aqui para reivindicar dois Direitos Humanos. Primeiro, o fim das formas escravocratas no trabalho assalariado no Brasil. Segundo, o direito dos trabalhadores de serem ouvidos e julgados pelas instâncias legais. Por fim, das formas escravocratas do trabalho. A lei que aboliu a escravidão no Brasil foi talvez a primeira lei de Direitos Humanos na área das relações de trabalho em nosso País. Nossa atual legislação trabalhista traz consigo duas características da lei que aboliu a escravidão. Ela é incompleta e muito, muito, muito atrasada. O fato dos trabalhadores não poderem exercer os Direitos Humanos fundamentais de livre associação e expressão, os deixam numa situação de semi-escravidão, a mercê de todo tipo de pressão e exploração. A abolição da escravidão não trouxe até hoje o direito ao trabalho para todos os filhos dessa terra. Nem trabalho digno. Sem opressão e exploração e com remuneração digna. Não é nas universidades que se dão as piores condições de trabalho no nosso País, mas o que se passa particularmente nas universidades privadas com os docentes, trabalhadores altamente qualificados e sintomático para que se dê um basta a exploração que é perpetuada pela repressão ao direito humano de livre organização e associação sindical nos locais de trabalho.

A pesquisa científica sobre a síndrome de burn out, tem no anexo, comprova que quase a metade dos docentes universitários estão doentes em consequência das condições de trabalho. Em 5 de novembro de 2005, atendendo a uma convocação de Assembléia Geral do Andes, Sindicato Nacional, um grupo de docentes da Universidade Católica do Brasil fundou a Associação Sindical e elegeu uma Diretoria. A Universidade Católica em Brasília, coerente com uma sua tradição de reprimir a associação de docentes, como fez em julho de 1987, quando demitiu os membros da Associação dos Docentes da Católica, ADOC 18 anos depois demitiu todos os oito dirigentes da Associação Sindical dos Docentes da Universidade Católica de Brasília, ADUCB. Está tudo documentado nos anexos. Na quinta-feira, 8 de dezembro de 2005, os citados professores foram procurados pelos respectivos cursos para se apresentarem no dia seguinte no escritório do Diretor de Centro de Ciência de Educação e Humanidades, o professor mestre José Leão, hoje pró-reitor da graduação. O prof. Adriano Sandri foi o primeiro demitido nessa mesma tarde com o seguinte comentário: Você sabia que ao entrar na associação corria esse risco. Cientista político, doutor em relações internacionais,

trabalhava na instituição há nove anos e meio e estava coordenando o grupo de professor de ética.

Os diretores de cursos nos quais os professores estavam lotados tiveram diferentes reações. Uma se recusou a realizar pessoalmente a demissão, outro resistiu três dias, outro demitiu manifestando seu desagrado ao ter que cumprir essa ordem. Os professores Aluizio Roberto Paiva dos Santos, Fernando de Larroc e Isabel Cristina Gorgozinho, todos juntos na sala do mesmo Diretor do Centro de Educação e Humanidade foram demitidos no dia 9 de dezembro de 2005, mesmo sendo de três cursos diferentes. Nunca foi tarefa do Diretor de centro demitir docentes. O que teria os três docentes em comum do ponto de vista administrativo? É a pergunta que deve ser feita à Universidade Católica que alega que nossas demissões foram por simples motivo administrativo. O professor mestre Fernando de Larroc e Couto, antropólogo continha seis anos de trabalho na instituição foi coordenador das disciplinas de ciência antropologia da religião e ética. O professor mestre Aloizio Roberto Paiva dos Santos trabalhou 15 anos na Católica, ligado ao curso de filosofia, mestre em filosofia da mente, e professor de ética e foi coordenador da coordenadoria de pastoral. A professora mestre Isabela Cristina Gorgozinho que trabalhava bastante tempo no curso de letras foi avisada pelo Secretário do curso que telefonou para sua casa avisando-lhe que deveria se apresentar no dia 09 de dezembro às 14h na sala do diretor do centro de educação e humanidade para receber o aviso prévio. A diretora do curso se negou a entregar o aviso dela e da colega, professora Socorro, afirmando que a demissão não partia dela. E em uma reunião do curso de letras onde a diretora anunciou também a demissão da professora Socorro que estava em licença médica todos os colegas lamentaram a demissão. O professor mestre Carlos Eduardo de Azevedo Cadul foi demitido em 9 de dezembro de 2005. Trabalhou durante quatro anos e meio da UCB. Já em seu segundo semestre foi convidado a participar da coordenação do curso de administração, trabalhou na formação do centro acadêmico dos alunos, da empresa Júnior, do novo projeto pedagógico que foi representante de curso em duas semanas universitárias. Ficou sabendo da demissão através do Diretor do curso de administração que se mostrou bastante transtornado. A demissão foi tão repentina que nem sequer teve condições de lançar as notas dos alunos no sistema. O professor mestre Rogério Ximenes Juliano do curso de comunicação social foi demitido da mesma forma que o professor Carlos Azevedo. O professor Dr. José de Lima Soares foi demitido no dia 12 de dezembro de 2005 quando se encontrava em reunião com a direção do curso de

direito para definir o calendário referente ao ano de 2006. Ele tinha as 40 horas de ensino confirmadas. A professora Maria de Socorro, professora mestre, Socorro de Maria Vale da Rocha foi demitida no primeiro dia do ano letivo de 2006, pois sua licença médica coincidiu com as férias. A UCB tentou por meio de departamento médico encurtar sua licença médica para efetuar a demissão ainda no mês de dezembro. E a nossa demissão foi administrativa.

Segundo. O direito dos trabalhadores de serem ouvidos e julgados pelas instâncias legais. Somos uma categoria de trabalhadores especializada. Docentes universitários. Denunciamos a demissão dessa Diretoria da Sessão Sindical no Ministério do Trabalho. Não tivemos nenhuma resposta, não conseguimos sequer sermos recebidos. Por ser universidade procuramos a Procuradoria-Geral do Trabalho que instaurou um processo, mas não deu continuidade. Entramos na Justiça do Trabalho que não aceitou sequer discutir a questão da motivação da nossa demissão. Pois a Sessão Sindical não dá direitos sindicais. Não é contemplada na CLT e a Convenção 98 da OIT para a justiça do trabalho não é referência para se julgar essa demissão. E a Universidade Católica não assume a motivação político sindical de nossa demissão. Esse para nós é o ponto fundamental. Porque se não temos estabilidade, também não podemos ser perseguidos porque nos organizamos. A Convenção 98 proíbe a demissão por motivo de associação sindical. Fomos executados sumariamente pela Universidade Católica, mas nenhuma instância do Estado quis julgar esse ato. Somente a OIT aceitou e julgou a nossa causa.

A demissão de toda a direção da UCB revela a falta de uma legislação trabalhista num dos aspectos mais fundamentais nas organizações de trabalho, um atraso mais que secular de um direito humano fundamental que deveria [soa a campainha] garantir a liberdade de expressão e organização no espaço laboral. Segundo dado unindo pelo Andes, na própria representação à OIT reivindicamos o cumprimento pelo Estado através do Ministério do Trabalho ou da Justiça do Trabalho do compromisso assumido há mais de 50 anos com a assinatura da Convenção 98 e seu compromisso como membro da OIT com a Convenção 87 da OIT. Queremos garantir a liberdade de sermos cidadãos também no exercício de nossas profissões, e não semi-escravos durante às oito horas de trabalho assalariado.

A Universidade Católica de Brasília, mesmo fundada pouco mais de três décadas adotou o sistema de demissão sumária dos professores que assumiram a direção dos docentes da UCB. Por duas vezes, a primeira em julho de 87, como já citado, e a segunda

em dezembro de 2005. Desta forma instalou-se na instituição um clima de permanente medo e terror de autoritarismo, de assédio moral, de perseguição, repressão. A UCB se forma sobre o sistema de autoridade hierárquica, típico de uma instituição eclesástica onde qualquer chefia pode exercer seu mando de forma praticamente inquestionável. Isso não ocorre com todas as chefias, mas também inúmeras as perseguições e os assédios morais que os docentes denunciam nos tribunais a serem demitidos.

Estou fazendo uma reflexão que deixo como documento. Queremos salientar o absurdo de uma perseguição a representantes sindicais numa instituição que se diz de educação superior católica comunitária e filantrópica. No Brasil oficialmente tanto o Ministério da Educação como a Secretaria Especial de Direitos Humanos ligada diretamente à Presidência da República adotaram a educação em Direitos Humanos como referencial da educação pública. Na declaração de Viena da ONU de 1993 afirma-se que educar em Direitos Humanos significa educar para a paz, a democracia, o desenvolvimento e a justiça social. A UCB e muitas outras universidades privadas adotaram sistema de educação de viés autoritário, impondo aos profissionais os desmandos do desmercado do capitalismo selvagem que ainda caracteriza infelizmente no nosso sistema produtivo as relações de trabalho nas empresas. A UCB está plenamente identificada com sistema trabalhista opressor e semi-escravocrata brasileiro. A Universidade Católica entregue na demissão de cada docente é carta de princípio, local de ser uma universidade que se inspira nos princípios evangélicos cristãos desde 1870 quando foi publicada a Encíclica Rerum Novarum a igreja católica defende relações trabalhistas inspiradas na fraternidade e igualdade. A UCB mente e utiliza a carta de princípio para disfarçar sua prática autoritária e opressora, como chegou a denunciar o irmão Ângelo da congregação da nossa lista e da pró-reitoria de administração e planejamento em carta aberta que anexamos a nossa intervenção. A UCB se declara comunitária, mas como pode ser tal se sistematicamente reprime as organizações dos estudantes, dos funcionários e dos docentes.

Quanto à condição de filantrópica no DF foi oficialmente contestada anos atrás. A UCB como outras universidades privadas usa do título legal para obter isenções fiscais, mas visa o lucro, como também confirma a citada carta do Irmão Ângelo. Tudo isso levanta sérios questionamentos sobre sua atuação filantrópica. Os estudantes já reclamaram por meio de suas representações a abertura das contas da mantenedora, mas isso tem sido praticamente impossível de ser conseguido por meio da justiça. O crescimento das [ininteligí-

vel], da UBEC, a mantenedora publicada na agenda de 2006 é uma realidade que levanta a seguinte questão. Será que a UCB é uma universidade filantrópica ou é uma entidade que serve para capitalizar a UBEC? A UCB, Sessão Sindical do Andes, Sindicato Nacional foi fundado em 5 de novembro de 2005 para abrir um espaço de diálogo entre docente e com a direção da instituição para incentivar a produção e debate científico para defender a justiça e a democracia. Naquela ocasião a situação da UCB era muito tensa. Os professores viviam sob ameaça constante de demissões no final do ano ou no semestre sempre justificado por motivos administrativos. A atividade de pesquisa extensão vinha sendo a cada semestre diminuídas sob alegação de ajustes econômicos. Vários docentes eram ameaçados de demissão mesmo demitido por expressarem suas convicções como aconteceu nas duas vezes que o Senador Cristovam Buarque foi fazer debates sobre reforma universitária no ano de 2005. A carga horária dos docentes aumentava a cada semestre, também o número de alunos em sala de aula, sempre com a justificativa que era necessário equilibrar a gestão econômica. A reivindicação dos estudantes era reprimida, o que levou os próprios estudantes a realizarem protestos públicos como no caso do curso de direito. Os próprios professores responsáveis por projeto de pesquisa e extensão eram obrigados a colaborar para realizar cortes de despesa para garantir que a UCB pudesse concretizar sua política de retirar pelo menos 13,5% das entradas para ela utilizar segundo o documento apresentado pelo Diretor de extensão, Prof. Luis Civilis, que está em anexo. O atual Reitor Padre José Romuado Degasperi, então pró-Reitor de extensão e seu colaborador, o Diretor do Centro de Ciência de Educação hoje pró-Reitor de graduação pediam paciência e silêncio para evitar de irritar a Reitora que sempre ameaçava com demissões. O Prof. Leão dizia que era melhor entregar os anéis do que perder os dedos, que o momento era de ação estratégica para poder conseguir o que... Com que o padre José Romuado Degasperi pudesse ser indicado a Reitor na próxima gestão, como de fato aconteceu. Com a gestão da Reitora, a Irmã Salesiana, Dr^a. Débora Pinto Niquini, a UCB foi gradativamente perdendo qualidade de universidade tanto pelas demissões seletivas como por todas [soa a campainha] as políticas acima citadas. Com mensalidade entre as... Eu gostaria concluir todo esse histórico com duas propostas.

Solicitamos para os senhores das mesas que se pronunciem em favor de nossos direitos e dos direitos de todos os professores das universidades privadas.

Segundo, sendo que os Direitos Humanos são... Têm o aspecto Legislativo, mas também político, rea-

lizar, propomos realizar a [ininteligível] de um júri presidido pelos senhores, quem puderem que representem tão conceituadas instituições no início no próximo ano letivo, no auditório principal da UCB em Taguatinga para que possamos perante toda a comunidade acadêmica da UCB discutir as denúncias que estamos mais uma vez apresentando à sociedade de desrespeito aos Direitos Humanos, as incoerências das direções da Universidade Católica, pois é necessário enfrentar esse espaço onde se pratica ato de exploração de trabalhadores dignos de forma... Da forma escravocrata, já condenada mundialmente em nosso País. Desculpa a pressa, mas era um testemunho.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu vou chamar para fazer uso da palavra, cumprimentando o Adriano, dizer, Adriano, que esse espaço aqui na Comissão de Direitos Humanos é isso mesmo. Aqui democrático, as pessoas expõem seu ponto de vista e vamos trabalhar de forma solidária aqui para que a gente possa ajudar nos encaminhamentos. E mesmo com a proposta que você coloca no fim da nossa Audiência Pública nós vamos dar os encaminhamentos. De minha parte, a simpatia pode ter certeza, se depender de mim, eu quero dizer com isso que eu não posso antecipar a decisão da Comissão de poder colaborar com as propostas que você encaminhou até o momento.

Eu vou passar a palavra ao Wagner Fajardo Pereira, Presidente da Federação Nacional dos Metroviários e vou passar a Presidência dos trabalhos ao Senador Geraldo Mesquita Júnior que é um conhecedor desse tema também, um combatente, eu diria das causas sociais e populares, tem um compromisso enorme com todas as ações no campo social, e como eu tenho que ir até o Plenário para dar encaminhamentos no meu Relatório do reconhecimento das centrais sindicais ele convidado por nós, de pronto, se deslocou do Plenário para cá para vir presidir essa Sessão. Senador Mesquita Júnior é um lutador, pode ter certeza todos vocês aqui.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MES-

QUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Bem, dando prosseguimento à nossa audiência, vamos ouvir agora com muito prazer, Wagner Fajardo Pereira, Presidente da Federação Nacional dos Metroviários. Tem a palavra.

SR. WAGNER FAJARDO PEREIRA: Muito obrigado, Senador. Eu em primeiro lugar queria parabenizar aos companheiros do Andes pela iniciativa não só de levar esse assunto para as várias instâncias inclusive da OIT, mas também por trazer este debate para uma

das Casas das leis aqui no Brasil, porque efetivamente está presente nesse episódio uma ausência de uma legislação que garanta esses direitos para os trabalhadores, de ter os seus dirigentes com estabilidade sindical garantida.

E em segundo lugar agradecer a iniciativa, parabenizar a iniciativa do Senador Paulo Paim. Que tem sido para nós aqui no Senado no movimento sindical tem sido uma referência importante nessa luta em defesa dos direitos sindicais aqui no Senado Federal. Ele junto com outros Senadores, mas com certeza o Senador Paulo Paim tem sido um porta-voz do movimento sindical aqui no Senado Federal. Então, essa iniciativa nós queremos parabenizar e agradecer.

E segundo nós estamos... Vamos deixar aqui também um Ofício para o Senador e para Comissão, e vamos entregar aqui para os presentes também, porque a situação que nós viemos aqui relatar ao sabermos da realização dessa audiência, nós fizemos questão de estar aqui presente porque durante esse ano de 2007, e nós estamos nos restringindo a esse ano de 2007, nós sofremos nos metroviários brasileiros principalmente em dois... Nos dois maiores sindicatos nossos, sofremos agressões à liberdade sindical sem precedentes inclusive na nossa história. Na história dos 25 anos de vida dos metroviários aqui no Brasil, esse ano talvez tenha sido o ano, com certeza o ano mais tenebroso do ponto de vista dos ataques às liberdades sindicais. Nem no início da ditadura militar quando nós fundamos o nosso sindicato, em 81, nós sofremos tamanha repressão e tamanha perseguição de nossos dirigentes como nós sofremos nesse ano de 2007. Sofremos e iniciamos esse processo no Rio de Janeiro, no dia 23 de março. Dia 23 de março, dois dirigentes sindicais companheiro Joás que inclusive está presente aqui, e o companheiro João Fernandes que a gente conhece ele pelo apelido, então não me lembrava o nome dele, o Cascatinha, eles são dois dirigentes sindicais, o Joás é da área de operação de trens, e o Cascatinha da área de manutenção. São duas referências, duas principais lideranças dos trabalhadores na operadora de trem privada, a OPORTANS que opera o metrô do Rio de Janeiro. Ela é... Tem como acionista majoritário o CITICORP. Que é o CITIBANK. Que todos nós aqui conhecemos. Eles são acionistas hoje majoritário da OPORTANS. E esses companheiros foram demitidos sem nenhuma motivação alegada, nenhuma motivação. Simplesmente demitiram porque não eram mais necessários ou porque a empresa precisaria fazer um enxugamento aqui ou acolá. Demitiram sem reconhecer a estabilidade sindical dos dois se baseando no art. 522 da CLT que o TST fez o favor de considerar isso como a legislação

sindical de regulamentação do art. 8º da Constituição. O que na nossa opinião do movimento sindical todinho é um completo absurdo. Na nossa opinião, a ausência de regulamentação não dá direito ao Poder Judiciário de utilizar-se de medidas restritivas. Se tem ausência de regulamentação, o que teria que fazer é reconhecer todos os estatutos sindicais que existem hoje no Brasil. Tem que ser ao contrário. Por que é que a regulamentação tem que sempre prejudicar os trabalhadores e não o setor patronal? Por que é que é o patrão que tem que ser beneficiado? Isso demonstra o caráter de classe do estado Brasileiro e em especial do Judiciário que sempre pende para o lado mais forte, e não para o lado mais fraco. Nesse caso dos dois companheiros, o Joás e o Cascatinha, foram demitidos, nós tentamos entrar e fizemos todas as medidas judiciais cabíveis e o judiciário do Rio de Janeiro até em primeira instância nós tivemos uma pseudo vitória que logo depois foi derrubada na segunda instância e os dois companheiros estão demitidos sem possibilidade inclusive de exercício do seu mandato sindical porque estão proibidos de entrar na empresa. Essa é a situação que nós temos no Rio de Janeiro.

Um mês depois fizemos uma luta nacional, participamos do chamado das centrais sindicais contra a Emenda 3, em São Paulo fizemos uma paralisação de uma hora e meia. Oficialmente com duas horas assim como a maioria das categorias. Tivemos cinco demissões de dirigentes sindicais, alegando de forma absurda que esses companheiros teriam praticado sabotagem no sistema metroviário, isso não aconteceu, temos prova disso e a prova mais cabal disso é que conseguimos reverter três dessas demissões. Mas o companheiro que era Vice-Presidente do sindicato, e um outro companheiro que era Diretor da Executiva do Sindicato foram demitidos, só que a demissão passa por um outro viés que nós temos que discutir aqui na Casa de Leis. É impossível mais uma vez o Estado Brasileiro pendendo contra o lado mais fraco. Por quê? Porque os dois dirigentes, um deles inclusive companheiro Paulo Pazim que está aqui, que estava Vice-Presidente do sindicato naquela época, nós realizamos eleição recentemente essa situação se alterou. Mas era Vice-Presidente do sindicato. Foi afastado para apuração de falta grave. Afastado para apuração de falta grave no Brasil é a condenação do indivíduo previamente. Porque afasta, tira o salário, tira todos os direitos e ele tem que viver na míngua, se não tiver uma entidade sindical que o sustente ou se não tiver outro recurso, se não tiver outro mandato. Portanto, nós não podemos aceitar que o afastamento para apuração de falta grave seja a condenação prévia do trabalhador. Que depois ele volta, mas ele vai receber

seus direitos depois. Depois não resolve mais porque ninguém paga a conta depois. Daqui seis meses não paga a conta de luz, daqui seis meses ou daqui um ano, dois anos, porque o caso do Pazim ele foi demitido dia 23 de abril, e até agora a audiência dele está marcada para março. É isso, Pazin? Dia 3 de março de 2008. Então durante esses 10 meses, 11 meses, não tem problema nenhum. Ele vai transferir todas as dívidas com água, luz, esgoto, tudo, escola dos filhos... Planos de saúde... Porque tudo isso foi suspenso pela imprensa. Então essa é uma discussão que nós temos que fazer aqui. É assim que nós temos que tratar? E aí, companheiros, não parou por aí. Nós conseguimos judicialmente fazer a reversão de uma das demissões dos dirigentes sindicais que tinham estabilidade, mas o Pazin continua demitido mesmo tendo estabilidade. Continua afastado, entre aspas, para apuração de falta grave.

Nós temos ainda e tivemos ainda uma outra situação. Quando chegou no mês de julho, nós entramos numa discussão com a empresa, com o metrô de São Paulo, o metrô de São Paulo é uma empresa cujo acionista majoritário é o Estado de São Paulo. E o Governador Serra decidiu a tratar e chegou a explicitar isso inclusive para alguns Parlamentares que o procuraram quando começou a repressão brava para dizer o seguinte: que os metroviários estavam para o Governo Serra assim como os petroleiros estavam para o Fernando Henrique Cardoso. Essa era a relação que ele estabeleceu. Portanto, no dia primeiro de agosto, dia 1º e dia 2 de agosto nós realizamos uma greve de dois dias, uma luta absolutamente justa pela participação de resultados prevista em lei que é feita no metrô há 10 anos e que dessa vez os metroviários se revoltaram porque a empresa queria pagar de participação de resultado 8 mil reais para os cargos mais elevados de participação de resultados, cargos mais altos da empresa e para o restante dos trabalhadores uma média de 2,5 a 3 mil reais. Que sempre foi pago igual, os trabalhadores se revoltaram e nós realizamos aquela greve de dois dias, no dia 1 e 2 de agosto. Fim da greve. Tribunal Regional do Trabalho mais uma vez pendendo para o... Contra o lado mais fraco, decretou uma multa de dois milhões de reais ao sindicato. Tirou todos os nossos direitos. Não sequer entrou no mérito da nossa reivindicação. [soa a campainha] E deu toda a liberdade para o Governo do Estado fazer o que quisesse com a gente. E ele fez. Na segunda-feira seguinte demitiu 61 trabalhadores. E desses 61 trabalhadores, 12 dirigentes sindicais. E desses 12 dirigentes sindicais, nós conseguimos reverter provisoriamente boa parte das demissões sob a alegação que nós estávamos num processo eleitoral, tinha sido demitidos seis com-

panheiros de uma chapa e seis companheiros de outra. Para o capital não tem diferença entre os trabalhadores, não. Demitiu duas chapas e esses companheiros estão ainda com o facão na sua cabeça esperando a decisão judicial que dificilmente será favorável porque vão se basear também no art. 522 da CLT.

E para finalizar, eu queria dizer o seguinte, nós temos uma situação hoje entre os metroviários, que nós temos 61 demitidos em São Paulo, e alguns que conseguiram reversão e conseguimos na semana passada uma vitória importante no Judiciário de primeira instância em que o Juiz, eu não estou com o nome dele agora e merecia ser citado, ele garantiu a estabilidade, ele garantiu a não demissão de um trabalhador que exerceu o seu direito de fazer a greve e considerou aquilo como uma perseguição e um ataque à liberdade de organização sindical. Mas infelizmente isso foi um Juiz, que nós entramos com ação para os sessenta e poucos e nós só conseguimos uma reversão nesse sentido.

Então, portanto, nós estamos aqui acho que temos que entrar nessa luta, queremos entrar nessa luta e nós já tínhamos decidido e estamos aqui inclusive procurando os companheiros do Andes porque nós também vamos fazer essa denúncia à OIT porque achamos que o Governo do Estado de São Paulo e a OPORTRANS que é do grupo CITICORP precisam ser citados como agressores à liberdade e autonomia sindical e principalmente ao ataque à organização dos trabalhadores. Porque o objetivo tanto da OPORTRANS como do Governo do Estado de São Paulo não é atacar este ou aquele dirigente. O que é querem atacar é a organização dos trabalhadores. Porque não estamos aqui defender o Joás ou o Pazin individualmente. Estamos aqui para defender a possibilidade dos trabalhadores terem os seus dirigentes protegidos contra as arbitrariedades da empresa e dos governos. É por isso que nós queremos parabenizar e agradecer esse espaço que nos foi dado aqui para poder fazer essa denúncia. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Agradecemos em nome dessa Comissão, a sua exposição e a sua manifestação. E em boa hora creio que devemos ouvir agora a Dr^a. Zilmara David de Alencar, coordenadora da Secretaria de Relações do Trabalho. Ela que está representando Sr. Luis Antônio de Medeiros Neto, Secretário de Relações do Trabalho. Com a palavra Dr^a. Zilmara.

SRA. ZILMARA DAVID DE ALENCAR: Boa tarde aos integrantes da Mesa, a quem cumprimento na pessoa do Senador Presidente. Boa tarde senhoras e senhores. É lamentável a gente ter que aguardar um

momento que nem esse onde é provocado para que a gente possa refletir sobre a situação de como é que está ocorrendo a organização sindical hoje aqui no País. A gente verifica não só... Dentro das exposições dos integrantes da Mesa, a gente verifica que todas essas condutas, não só a garantia, a estabilidade de dirigentes sindicais, como a garantia daqueles que estão no ambiente de trabalho da organização sindical no ambiente de trabalho, como a demissão arbitrária, inúmeras são as atitudes que configuram condutas anti-sindicais, que claramente contrariam a liberdade de organização sindical. E hoje a gente se vê de mãos atadas, uma vez que você não tem uma legislação que possa efetivamente atribuir com eficácia o combate a esse tipo de conduta.

Então, em que pese a Constituição Federal ter avançado, trazendo a liberdade de organização sindical, a ausência, a carência de legislação. Uma legislação que dê eficácia a esse princípio constitucional trazido faz com que a gente se depare com os casos que estão sendo narrados na Mesa. É importante, atento a esse problema nacional o Governo encaminhou uma proposta que foi discutida no Fórum Nacional do trabalho que traz de forma sistêmica essa discussão. Traz à baila essa discussão. Onde existem tipificações de condutas anti-sindicais. O avanço trazido no fórum não foi fácil. Aqueles avanços, não houve consenso no Projeto de Lei apresentado quanto à questão da tipificação das condutas anti-sindicais. Isso porque houve uma resistência ferrenha do lado patronal que diz o seguinte, que não há necessidade de que isso esteja tão tipificado, mas como não haver essa tipificação se a gente se depara no próprio Poder Judiciário com a alegação que sem tipificação não tem como haver qualquer tipo de punição?

Então o Fórum Nacional avançou não só no sentido de trazer a tipificação das condutas sindicais, mas também de garantir a eficácia de que aquela eficácia se faça presente no momento onde qualquer conduta seja assim tipificada.

Então, essa proposta do fórum que está aguardando a tramitação da PEC 369 ela traz a tipificação de condutas bilateral. Tanto do lado do empregador como daquele lado do trabalhador que se recusa a negociar.

Então, é um avanço onde qualquer proposta que a gente venha a discutir aqui e que eu acho que aqui é o ambiente propício para que essa discussão volte à baila, tem que ter em mente a convenção da OIT tanto a 98 como a 135, no sentido de que garanta aos trabalhadores o seu efetivo direito de organizar-se e de também lutar para que aqueles que assim praticarem atos contra a liberdade de organização sejam punidos.

A gente acredita muito que trouxe... O que a gente reflete das discussões havidas no fórum que o fórum ainda está presente é de que não existe lei que seja cumprida que ela não traga uma punição, que ela não traga uma punição nem que seja no caráter educativo. Eu acho que aqui no ambiente da Comissão de Direitos Humanos a gente verifica: ah, vamos educar. Mas hoje, a educação prevê até um mecanismo de punição prévio para que aquelas entidades ou aquelas empresas que estão acostumadas a rotineiramente atuar de forma a prejudicar a liberdade de organização e de expressão dos trabalhadores ela seja de um pronto punida, a fim de que se eduque. A educação também há com punição, com orientação, com divulgação.

Então, aqui a gente reitera todas aquelas propostas do fórum, entendemos que todo e qualquer proposta que saia daqui dessa Comissão ela deve se pautar nessa... Nas convenções da OIT que já foram ratificadas um em 52 pelo Brasil e outra em 90 e que a gente fica apenas a ver aquela letra que inspira todos os trabalhadores na luta pelos seus direitos, mas que quando a necessidade se apegar você carece de uma legislação que assim o defina. Então o Ministério do Trabalho representando o Governo apresentou essa proposta, essa proposta traz à baila a tipificação dessas condutas e acreditamos que somente com um ordenamento jurídico sistemático e que sistematize quais seriam aquelas condutas e quais seriam as punições ou penalidades que sejam praticadas a quem atinge assim o trabalhador brasileiro ele não tem a liberdade de organização.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito bem, Dr^a. Zilmara. Dr. Roberto. Sua hora chegou. Nos brinde aí com a sua opinião. Desculpem, Dr. Roberto de Figueiredo Caldas... é porque se trata de uma pessoa conhecida, acabei... Dr. Roberto é Conselheiro Federal da OAB, e Presidente da Comitê Nacional de Direitos Sociais, do mesmo organismo.

SR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS: Muito obrigado, Senador Mesquita Júnior, a quem agradeço ao senhor e ao Senador Paim, também um outro Parlamentar extremamente engajado aí nas lutas mais importantes que a sociedade brasileira tem enfrentado. Particularmente os trabalhadores e neste momento o foco aos dirigentes sindicais. Cumprimento também a Dr^a. Zilmara, o Prof. Sandro, Dr^a. Maria Aparecida Gurgel, Prof. Paulo Rizzo, o nosso Wagner Fajardo, Presidente da Federação dos Metroviários, as senhoras e os senhores, Advogados e Advogadas aqui presentes, professores, professoras. Este é um momento muito importante para o futuro do direito do trabalho, o futuro da Constituição Federal que se aponta para o nosso

povo, para a nossa nação. Veja que nós tivemos uma manifestação de um organismo internacional, e aqui lamento a ausência do Dr. Christian Veloz, que daria certamente um apanhado bastante especial e profundo sobre a normativa da OIT, ele infelizmente está em viagem ao exterior e certamente teria o maior prazer de estar aqui para discutir este tema. Mas olha, a gravidade da situação. Um Estado Brasileiro é repreendido internacionalmente pela Organização Internacional do Trabalho que é um órgão tripartite. É bom que se diga que esta organização do sistema das Nações Unidas não é uma organização de trabalhadores. É uma organização que tem igualmente representação de trabalhadores, de empregadores e também do Estado. Os Estados nacionais são representados. E esta organização em vários itens, na representação devo dizer aqui coincidentemente assinada por um colega do meu escritório, aqui coincidentemente estou representando a OAB que me indicou como Presidente da Comissão Nacional de Direitos Sociais para eu estar aqui presente, mas foi o Dr. Cláudio Santos que está aqui presente, um dos redatores desta representação vitoriosa perante a OIT, que demonstra a leniência do Estado Brasileiro em reconhecer um direito fundamental previsto na Constituição a primeira das leis, a Lei Maior que deve ser respeitada pela sociedade, pelo Estado, seja o Estado administrador ou o Executivo, seja o Judiciário e o Executivo. A partir deste dispositivo da OIT certamente se poderá lançar mão de outras medidas judiciária para ver reconhecido o direito daqueles que foram demitidos sumariamente. Discriminatoriamente. Apenas por uma condição de serem legítimos representantes da sociedade. E aqui, Senador Mesquita Júnior, a felicidade não só de estar na Comissão de Direitos Humanos, mas também de Legislação Participativa, em que se discute sempre a maior participação do cidadão nos destinos da vida nacional. E é isso que o movimento sindical tem procurado ao longo dos anos. A força de muito suor porque não dizer muito sangue, quantos foram torturados e mortos pela só condição de serem dirigentes sindicais, de lutarem por dias melhores, por uma distribuição de renda mais equânime, mais justa, mais igualitária. E nós vemos a realidade nacional é de um País que alcança um índice de desenvolvimento humano para alguns, de primeiro mundo, e para outros nós somos um submundo. Esta desigualdade de rendas é que precisa fazer parte das políticas públicas, e essas políticas públicas nós não só depositamos no Poder Legislativo, mas também o Poder Judiciário têm a sua responsabilidade de executar, de fazer efetiva a Constituição. Vejamos que nós não precisamos tanto, tanto direito positivo, tanta lei detalhada para garantir

aos dirigentes sindicais a segurança num emprego. Uma coisa é a demissão sem justa causa, outra é a evidência que se avulta em vários casos. Que estas demissões são indubitavelmente discriminatórias pela condição de representação dos trabalhadores. Neste sentido, a decisão inclusive do Supremo Tribunal Federal que garantiu a um trabalhador da COPEL, no Paraná, o direito de reintegração e de permanecer no trabalho e receber os salários do período porque se constatou que a despedida foi discriminatória. O que se quer é um avanço do Poder Judiciário também para verificar que isto tem acontecido muito.

Vejamos, a Constituição tem em duas partes, seja na dos direitos individuais, no art. 5º, garante a liberdade de associação. E todas as consequências daí derivadas. O art. 8º, por sua vez, que já é a parte dos direitos sociais, garante também a liberdade de associação e a liberdade sindical. Toda a legislação e toda a interpretação jurídica que venha abaixo deve dar efetividade a estas normas constitucionais. Senão com o devido perdão, estão absolutamente interpretações que se manifestam no sentido de exigir a lei de proteção. Será que, por exemplo, Andes, eu perguntei aqui para o Prof. Paulo Rizzo me atualizar quantos filiados o Andes tem no País. São 72 mil filiados. Será que é aplicável a estabilidade apenas para sete dirigentes sindicais? Com esta complexidade de questões cotidianas que se tem que defender? É claro que não. É claro que é absolutamente insuficiente, é claro que esta interpretação faz letra morta, [soa a campainha] faz uma mera folha de papel à Constituição Federal e as normas internacionais. Eu até não estava preparado para falar sobre as normas internacionais, porque vi na relação de presenças do Dr. Christian Veloz, mas vou falar um pouco para mostrar que também há uma garantia internacional clara que o Brasil está submetido a ela por normas internacionais. Em primeiro lugar, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em segundo lugar nas normativas da OIT que garantem pela Convenção 87 e pela Convenção 98, que o Brasil está obrigado a respeitar. É importante chamar atenção que embora a Convenção 87 não haja ainda sido ratificada pelo Brasil, nós somos obrigados a respeitá-la. Por quê? Porque a OIT entende que há oito Convenções que aderiram à sua Constituição, a Constituição da própria OIT. E o Brasil e os países que fazem parte da OIT, está obrigado a respeitar seus termos, porque se considera que aquela é uma convenção respeitante a direitos fundamentais.

Portanto, de quatro em quatro anos, o Brasil recebe um Relatório dizendo: Você está obrigado a respeitar a Convenção 87, embora não haja ratificado. Então também no âmbito internacional nós estamos obrigados

tanto a OIT condenou o Estado nacional. Esse título da OIT não é uma mera sanção moral. Ela pode garantir sim no Judiciário brasileiro a devida indenização e se o Judiciário brasileiro se mantiver inerte em responder positivamente aos pleitos dos dirigentes sindicais ao recurso da Corte Interamericana de Direitos Humanos também tão conhecida aqui desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Portanto, de uma ou de outra forma, o direito dos dirigentes sindicais, das senhoras e dos senhores que foram vilipendiados num direito legítimo que não é só dos senhores e das senhoras, um direito individual de exercer a liderança, mas no direito da coletividade de vê-los como legítimos representantes e que a falta de uma resposta judicial em casos como este acirra a disputa social. Acirra o medo nas instituições. Acirra a desigualdade social.

Portanto, a interpretação pluralista que se busca é que de imediato o Judiciário percebendo que a Lei Maior determina que dê efetividade no País a proteção ao direito dos dirigentes sindicais que é direito mais que deles, da categoria, que exerça o poder de determinar no caso concreto verificando que é legítimo representante da categoria a reintegração e as consequências legais daí advindas.

A Dr^a. Zilmara citou aqui a PEC da reforma sindical. Na reforma sindical, inclusive, que foi um encontro no fórum também tripartite, empregadores, trabalhadores e Estado, há uma proposição no art. 27 exatamente de ampliação do número de protegidos pela estabilidade sindical para 81 membros por sindicatos. Particularmente na OAB temos discutido isso e achamos que ainda é insuficiente. Por quê? Porque há sindicatos grandes e sindicatos pequenos. Há sindicatos fortes e sindicatos frágeis que aderem a propostas do patronato muito facilmente. Portanto, há de haver uma equanimidade na proporcionalidade. Daí nós constarmos [soa a campainha] e já estou concluindo, Senador... daí nós constarmos que de fato há no Brasil uma falta, uma ausência de imposição, uma ausência do Estado em garantir os direitos legítimos dos dirigentes e das categorias profissionais para que nós nos transformemos, não nessa promessa desse grande País com riquezas mil, mas num País em que a igualdade não seja apenas presente numa folha de papel, mas que essa Constituição tome o vigor da realidade que as senhoras e os senhores estão ajudando e vão continuar a construir no nosso País. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Nós é que agradecemos, Dr. Roberto. Eu estava aqui refletindo sobre dois aspectos que a serem considerados por ocasião dessa

audiência. Primeiro é que essa Comissão, essa Comissão tem por tradição trazer ao debate grandes temas, como esse, e mais ainda nos últimos tempos porque preside essa Comissão um Senador que atua através da defesa de causas. É uma coisa interessante isso.

Portanto, eu louvo mais uma vez que essa Comissão esteja abrigando um debate tão importante com os convidados que trouxe, as suas exposições, em seguida nós vamos abrir a fala para as senhoras e os senhores também. E um outro aspecto que eu estava aqui refletindo. A gente num primeiro momento é levado a raciocínios assim muito simplistas. No século 21 continuamos aflitos em relação a problema como esse. Mas o mesmo momento a razão me tomou mais uma vez e para me lembrar que o capital não respeita tempo, não respeita limite de tempo. Nós estamos no século 21 discutindo um assunto como esse. Seria algo de nós estranharmos. Mas se a gente aprofundar a questão, a gente percebe que esse limite temporal é nada para o capital, a sua ganância de avanços... Estava lembrando aqui da exposição da Dr^a. Zilmara quando ela disse que no fórum os representantes patronais se firmaram na posição de deixar a coisa frouxa. Não vamos tipificar. É claro. É claro. Não vamos tipificar. Porque aí a gente entra naquela armadilha mesmo. O Judiciário de lá reclama que não pode punir porque não está tipificado. Então a gente fica nesse ciclo vicioso. Temos que tipificar mesmo. Temos que tipificar mesmo. Temos que ir às minúcias para que numa situação como essa a gente possa quem sabe dentro em breve ter uma maior segurança de que essa relação não esteja tão desigual como hoje se encontra.

Mas são reflexões que eu queria partilhar com as senhoras e senhores, os nossos ilustres convidados que estão aqui na Mesa, e gostaria de abrir a oportunidade aqui para a manifestação de quem está aqui atenciosamente assistindo a essa audiência que tenho certeza absoluta que tem contribuição a dar a esse debate, a esse conjunto de reflexões. Pediria apenas que aquele que deseja se manifestar que se identifique, por gentileza. Pois não, companheiro. Aperte o botãozinho.

SR. CARLOS PAES: Alô. Presidente do sindicato do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Carlos?

SR. CARLOS PAES: Carlos Paes. Nobre Deputado, componente da Mesa, Plenário. Boa tarde. E a questão é muito mais profunda do que talvez nós estejamos pensando. O porquê disso? O porquê a regressão entre a relação empregado e empregador está se dando de uma forma brutal. Lá no Rio de Janeiro nós temos uma particularidade, eu não quero

ser repetitivo, o Fajard, que é o Presidente da nossa federação já falou, lá no Rio de Janeiro nós vivemos com a operação concedida por um dos maiores conglomerados do mundo, que é o CITIGROUP. Então eles não respeitam nada. Nós estamos chegando ao absurdo de ter quase o trabalho escravo dentro da empresa. Isso foi constatado pelo DRT devido a um exemplo, a excesso de hora-extra pilotos, o que gera insegurança do sistema metroviário. Um dos exemplos. Uma manutenção que não é feita de forma adequada também, porque o trem tem que estar na linha e tem que estar na linha o mais rápido possível porque tem que gerar dinheiro para o empresário. Essa é a grande verdade. E eles, esse ano, eles de uma forma covarde, e eu vou dizer até... Desculpa uma palavra mais forte, ardilosa na véspera de nosso acordo coletivo, o que eles fizeram? Para amedrontar, para inibir a categoria, eles demitiram dois dirigentes sindicais. O que eles fizeram com isso? Fizeram que a categoria não participasse na realidade do acordo coletivo. Então nós tivemos muita dificuldade nesse acordo coletivo desse ano devido a não participação da categoria que ficou com medo. Na realidade, com medo. Porque demitiram na véspera dois dirigentes sindicais, então até para ir ao sindicato participar de uma Assembléia a categoria se amedrontou.

Então, senhores, nós temos que raciocinar que a relação entre empregado e empregador está entrando numa regressão e os senhores juristas e os Srs. Parlamentares podem se preocupar que daqui a pouco nós vamos ter instituído novamente o trabalho escravo no Brasil. É isso que eu quero falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Carlos, agradecemos a sua colaboração, Carlos. Eu como peguei a coisa aqui em andamento, olvidei aqui de alguns companheiros que já estavam com a pretensão de se manifestar. O primeiro deles seria o Luciano, do SINDFAVIP. Luciano, com a palavra.

SR. LUCIANO: Pois bem, de forma a sistematizar o meu depoimento eu escrevi algumas coisas e peço licença para ler. Caros companheiros e companheiras presente, Exmº Sr. Presidente, Senador Mesquita Júnior, demais integrantes da Mesa.

A tentativa de consolidar uma representação sindical para os professores da Faculdade do Vale do Ipojuca, em Caruaru em Pernambuco, pode ser visto como um exemplo sintomático do modo autoritário como os patrões encaram o direito de organização político-sindical dos trabalhadores. Inviabilizar a conquista histórica de representação sindical consiste muito mais do que desmobilização política com fins utilitaristas de frear reivindicações salariais. Mas também revela-se

como ato de violência contra o direito fundamental de mobilização política, indispensável para a democracia. A demissão sumária de representantes sindicais como o que ocorreu em Caruaru, é uma ação política que impede os trabalhadores de se pensarem como ativos nas relações de trabalho. Afetando diretamente a sua liberdade de associação. A perspectiva unilateralmente comercial e antidemocrática sobre os trabalhadores transfigura a educação mediante a lógica restrita do mercado. A instituição é pensada única e exclusivamente como empresa, onde o aluno é apenas um cliente. O nosso caso representa a dificuldade dos professores, principalmente no interior do Brasil de se organizarem enquanto categoria. O caso FAVIP, portanto, não se trata de algo isolado. Mas que faz parte de um combate muito bem sintonizado contra qualquer forma de organização dos trabalhadores no setor das instituições privadas de ensino. De modo a combater qualquer iniciativa que ameace os interesses de lucro rápido e crescente, através de um bem social que é a educação. Torna-se oportuno salientar que em nenhum momento nós trabalhadores, professores, tivemos o intuito de conturbar o funcionamento da faculdade. Ao contrário, tínhamos o objetivo de contribuir das nossas maneiras a partir das discussões das nossas condições de trabalho oferecendo assim elementos substancialmente efetivos para a melhoria da instituição e sua consolidação. É lamentável o ocorrido e o nosso repúdio a esse tipo de postura se converte numa reivindicação. Pois o objetivo aqui destacado é discutir direitos humanos, direitos políticos. Enfim, pretendemos contribuir para a consolidação da democracia no Brasil. A discussão desses direitos humanos, políticos, não se deve se dar forma apenas superficial. Devemos despertar para os rumos que a educação política no Brasil tomada a partir da década de 90 orientou o ensino superior abrindo espaços para que instituições privadas de ensino pouco comprometidas com a sólida formação profissional que toma o lucro desregrado como fim único, e afasta conseqüentemente qualquer possibilidade de organização política sindical dos professores. Se o movimento sindical vem mundialmente enfraquecendo, nessas instituições os professores não estão tendo nem o direito de se organizarem ou reivindicarem. Cabendo-lhes apenas aceitar determinações passadas de forma autoritárias pelos diretores e coordenadores, sendo o medo o grande balizador dessa relação.

Finalizando, queremos destacar mais uma vez que essa vem sendo a opção de trabalho para muitos mestres e doutores recém-formados. Servir para agradar o cliente, servir, utilizar a educação apenas para agradar clientes e usar o ensino desse modo não é do

nosso agrado. Todos os professores nesses espaços sentem-se ameaçados, coagidos, já que tem a sua vida planejada apenas a cada semestre, já que não existe seguridade, não existe estabilidade para se pensar de forma mais avançada em termos de anos, em termos de carreira e assim por diante.

Bem, finalmente temos que trabalhar em várias instituições. Temos que nos deslocar para outras cidades. Eu sou de Campina Grande, trabalhava em Caruaru, outros professores morando em Recife, iam para Caruaru, tínhamos uma vida extremamente sofrida, vamos dizer assim, nessa perspectiva de deslocamento e qualquer iniciativa como foi a nossa de tentar qualquer forma de organização foi vista e mais ainda foi tomada de forma... Houve uma atitude truculenta para com a nossa representação sindical. Utilizando aqui até uma expressão do Paulo Rizzo, a associação funciona inclusive como instrumento pedagógico. Esse direito não pode ser castrado de forma alguma. E fazendo aqui até uma licença filosófica, lembrando a Ana Alent(F), ela é uma autora muito atual no momento em que nós falamos de direitos humanos, onde a banalidade do mal, as sutilezas, a idéia do medo como ideologia funciona muito bem nessas instituições. Então aqui é o momento muito oportuno porque eu me coloco não como alguém que viu, mas como alguém que presenciou, que fez parte, que sentiu na pele todo esse processo, que estudou, que fez, digamos assim, que seguiu os trâmites liberais de que estudando você tem o emprego, mas como mestre ou doutor ter emprego significa sofrer as mesmas condições sofríveis de trabalho que um trabalhador menos qualificado também sofre.

Então eu acho muito oportuna essa situação, Sr. Presidente, justamente para que a gente discuta que o que aconteceu aqui em Brasília, na Universidade Católica ou o que aconteceu que vai ser colocado aqui em outros lugares, isso não são coisas pontuais, mas sim como já falei anteriormente uma forma orquestrada de inviabilizar qualquer forma de organização sindical. Ou seja, é como se nós estivéssemos vivendo de fato ainda um autoritarismo como havia, digamos, na ditadura militar. Então a minha fala se dá nesse sentido e no intuito de que a partir dessa discussão uma coisa efetiva saia tanto para pressionar como também para instigar os nossos outros companheiros a uma participação sindical. Demonstrando aqui que mesmo com a perseguição, mesmo vivendo no ostracismo de não conseguir emprego, felizmente consigo... Felizmente não, por conta de empenho, conseguir ser aprovado num concurso público, mas senão ainda estaria no ostracismo sem conseguir emprego porque professor que faz parte de um movimento sindical não é bem

visto por nenhuma outra instituição. Então é um ato de coragem participar e esse momento aqui revela justamente que nós somos corajosos. Mas muito mais do que isso, nós devemos nos colocar como, digamos, aquele que vai dar... Aqueles que dão o pontapé inicial para que a gente tenha de fato uma consolidação da democracia no Brasil, se deu de forma política e tem que se dar também no mercado. O trabalho é espaço político, trabalho é uma forma de garantir não somente a sobrevivência, mas se pensar como sujeito político e essa nossa condição. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito bem, Luciano. Eu disse há pouco que se pudéssemos aqui franqueávamos a palavra a todos. Vocês estão ouvindo uma campainhazinha que é cruel. Daqui a pouco a gente terá que encerrar a nossa audiência porque inicia-se a Ordem do Dia no Plenário do Senado. Mas eu gostaria ainda de seguir aqui o script e como eu disse, ainda mais duas pessoas que previamente haviam se manifestado o interesse de se pronunciar.

Lisiane. Caldas. Eu pediria apenas, Lisiane, com todo respeito, brevidade pra gente poder se possível estender a palavra a outros companheiros ainda hoje.

SRA. LISIANE: Eu sou um exemplo vivo da truculência infelizmente dos donos das instituições privadas de ensino superior no Brasil. Eu fui demitida duas vezes de duas instituições. A primeira em 2001, da Universidade Salgado de Oliveira, que inclusive é de um Senador aqui da Casa, Wellington Salgado de Oliveira, que na oportunidade nos mandou um recado que sindicato funcionaria nas federais, na casa dele ele não aceitaria esse tipo de atitude. Infelizmente na época nós criamos a Sessão Sindical, digo infelizmente porque todos foram demitidos e alguns outros professores que assinaram a lista de presença na época da criação da Sessão Sindical eles acionaram o setor jurídico deles, foram até o... Tiveram acesso à nossa lista de presença, dessa criação, e demitiram todos os 48 professores que assinaram essa lista de criação da Sessão sindical, dentre eles os oito dirigentes da SINDONIT na época. E disseram realmente que não permitiriam essa atitude dentro do centro universitário. Na época nós conseguimos a nossa integração em um dia, fomos para as salas de aula, mas no outro dia eles conseguiram cassar a nossa reintegração e estamos sem emprego até hoje.

E também queria destacar como o colega falou que temos a iniciativa de exercer o trabalho sindical dentro dessas instituições, nós somos marcados, nossos nomes permanecem em lista negra, existe um pacto entre as mantenedoras que quando há demissão um

grupo desse que constitui Sessões Sindicais nas instituições, eles mesmos passam entre eles os nossos nomes para que nós não consigamos mais empregos nas instituições, nas cidades circunvizinhas. Eu estava dando aula nessa instituição, em Uberlândia, só consegui emprego em Goiás, em Caldas Novas. Dois anos depois tentei criar uma Sessão Sindical na SINDONICALDAS nessa faculdade de Caldas Novas e novamente fui surpreendida com uma nova demissão. Atestando inclusive mais uma vez a truculência das direções dessas instituições. Eu não desisti do trabalho sindical, eu permaneço com a minha consciência, mas infelizmente está sendo difícil exercer o trabalho sindical aqui no Brasil. Realmente a exemplo das minhas demissões outros colegas estão sumariamente demitidos dia após dia nessas instituições. Realmente os donos das instituições privadas não permitem, ferem diariamente o nosso direito constitucional de livre associação. Então eu gostaria de... Por isso que eu estou aqui, saí lá de Goiânia, hoje eu moro em Goiânia, ainda não consegui emprego em nenhuma outra instituição justamente por isso, porque em nossos currículos constam o nome dessas instituições e quando eles entram em contato para pedir referência o que vale mais não é o nosso trabalho, não é a nossa titulação, e sim o que nós fizemos que não foi baderna, porque eles chamam a atividade sindical hoje de badernagem. Infelizmente é tratado assim. Inclusive, da SINDONICALDAS em Caldas Novas nós fomos em uma das nossas assembléias, nós fomos expulsos pela polícia da cidade. Como na época da ditadura militar.

Então, realmente fica difícil trabalhar dessa maneira. Então gostaria só, minha fala é um apelo para que possamos tomar com mais cuidado a atividade sindical dentro das instituições. Gostaria de fazer o apelo mesmo para que todos vocês, todos os Senadores nos apoiem para que possamos exercer os nossos direitos enquanto cidadãos e também para que a gente possa conseguir fazer um trabalho sindical que não é baderna, é simplesmente a gente está tentando melhorar a condição de ensino do nosso País e também a condição dos trabalhadores e dos professores que o nosso trabalho é muito precarizado nas instituições privadas. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Nós é que agradecemos o seu depoimento, Profª Lisiane, e passo em seguida a palavra ao José Alberto da ADUNIMEP. Por favor.

SR. JOSÉ ALBERTO: Senador Geraldo Mesquita, na pessoa de quem cumprimento todos os membros que compõe a Mesa dessa Sessão. É natural que todos nós professores universitários desse País tenhamos

uma certa ansiedade na expectativa de poder dirigir a vocês algumas palavras. Terei que ser extremamente breve, terei que conseguir isso. Apenas de maneira introdutória gostaria de dizer a S.Exª, a Subprocuradora-Geral do Trabalho, Drª. Maria Aparecida que de fato em nome da ADUNIMEP não há nenhuma denúncia específica na Procuradoria em relação à demissão de dirigentes sindicais. As demissões que ocorreram na universidade em que trabalho foram de 148 de um total de 500 docentes. Também gostaria de dizer que de maneira muito relevante, muito importante, para todos nós, nós estaremos... faremos publicar agora no dia 7 um livro que conta a história do que vivemos lá e de que maneira muito importante para todos nós a Procuradoria Regional do Trabalho, da 15ª Regional acompanhou todo o trabalho e não se furtou em nenhum momento a estar conosco na luta, demonstrar as posições e mediar todos os processos. Existem processos de mediação instalados até hoje lá. Todos em nome da ADUNIMEP, a ADUNIMEP contra o IEP e a Procuradoria Regional da República, 15ª Região tem atuado de maneira efetiva, e nós não temos nenhuma reclamação a fazer, muito pelo contrário apenas agradecimentos. O livro inclusive registra agradecimentos à Procuradoria Geral da República do Trabalho do País sem problema nenhum. O que nós vivemos lá na verdade é um processo de ação anti-sindical, porque a ação anti-sindical ela não ocorre diretamente ou só único e exclusivamente através dos dirigentes sindicais. Nós atuamos numa instituição, está aqui comigo, o Presidente do Diretório Central dos Estudantes, Carlos Canedo, e atuamos numa instituição que tem 32 anos de vida e a Associação dos Docentes desta instituição tem 30. Completou há 10 dias atrás os seus 30 anos. Lógico que a organização dos trabalhadores ela incomoda e aí ao longo desses anos todos esse processo foi deteriorando nas relações entre a Associação dos Professores, ou seja, a organização dos professores e os mantenedores. Não gostaria então de ter que narrar aqui particularmente o caso que vivemos lá, apenas dizer que felizmente todos 148 professores foram reintegrados ao trabalho com garantia de estabilidade por mais três anos após a reintegração. Em um dissídio coletivo de greve que culminou com esse processo julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. E então o que eu gostaria de dizer? É que a rigor, a ação sindical ela não corre único e exclusivamente a partir da demissão do dirigente. Ela ocorre de maneira muitas vezes muito mais bem elaborada. E o trabalho docente ele precisa ser observado com a sua particularidade. Muito me admira a não observância, por exemplo, por parte dos empregadores da LDB. As universidades não são empregadores conven-

cionais. Eles são concessionários de serviço público. E essa concessão pública para a atuação enquanto universidade está estabelecida na LDB. Apenas aqui para lembrar a todos que estão conosco. A LDB diz que no exercício de sua autonomia são asseguradas as universidades sem prejuízo de outros as seguintes atribuições. Parágrafo Único, para garantir a autonomia ditático-científica das universidades caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir dentro dos recursos orçamentários disponíveis sobre contratação e dispensa de professores. Então não cabe em universidades em hipótese alguma decisão de demissão administrativa. Não existe. Ou a LDB é letra morta. Em instituições universitárias, é evidente que a LDB instaurou outros modelos de organização para as entidades particulares de ensino superior que não as universidades. Existem as faculdades isoladas, existem centros universitários. Mas em universidades não pode existir. Nenhuma. De nenhuma natureza. Então a figura, por exemplo, como o caso da UCB, demissão administrativa, não existe isso! Onde é que existe isso? Não existe demissão administrativa. Em universidades a LDB é muito clara.

Então, eu penso assim que muitas vezes aquela discussão sobre o direito potestativo do empregador, tem sobrepujado as ações e muitas vezes algumas decisões judiciais. Nós, para nossa felicidade conseguimos em primeira e segunda instância o reconhecimento da LDB e a reintegração integral dos docentes. Continuamos sendo vítimas da ação anti-sindical. Continuamos. Temos recebido depois de reintegrados, recebemos salários parcelados, fazemos créditos consignados em nossos nomes para depois a instituição pagar para que a gente possa receber a dois anos fazemos isso para receber 13º salário, é assim que as coisas têm sido conduzidas. A Procuradoria Regional do Trabalho está mediando nesse momento uma segunda tentativa da instituição de exigir de nós o crédito consignado como forma de pagamento, esperamos que a Procuradoria possa de maneira incisiva decidir essa questão tão logo o processo de mediação se conclua, não se concluiu, está ainda em andamento, a instituição ainda diz que vai tentar fazer alguma coisa.

Mas para não ficar aqui no caso focal, no caso localizado, eu acho assim, existe sim a medida que a OMC estabeleceu a educação como um bem de comércio, as relações de trabalho para os professores ficaram extremamente prejudicadas. Nós não somos trabalhadores diferenciados. Nós somos trabalhadores como qualquer outra categoria de trabalhadores desse País. Mas o trabalho docente está estabelecido nas nossas leis como algo que merece um cuidado que não tem sido observado pelos nossos empregadores

e muitas vezes por desconhecimento até na própria justiça. Muito obrigado, Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Zé Roberto. Queria comunicar a esse Plenário que a Ordem do Dia se inicia com a discussão do PLC 88/2007 que trata exatamente da regulamentação sindical. Eu vou conceder a palavra mais a duas pessoas. Peço desculpas aos demais, vou inclusive mencionar seus nomes aqui, Paulo Pazin, Metroviário de São Paulo, Denis Mello estudante, Felipe Mello estudante... Por falar em estudante eu creio que seria muito oportuno nesse momento ouvirmos a opinião de quem está numa das pontas desse drama todo que é o estudante. Ali do seu lado que é o Carlos Canedo, é Presidente do DCE Paulo Freire Universidade Metodista de Piracicaba. Em seguida vamos ouvir a Profª Tânia Guerra que há pouco levantou a mão ali e eu não percebi. Me chamaram aqui, trouxeram aqui o seu nome. Por favor.

SR. CARLOS CANEDO: Obrigado, Exmº. Senador Geraldo Mesquita, não estava inscrito antes e acabei ganhando a oportunidade. Só ressaltando o que o colega José Roberto já tinha falado antes, eu queria só lembrar dessa luta que a gente teve lá, todo o caos antes da vitória, antes da reintegração, antes de tantas coisas que a gente conseguiu, tivemos uma luta, um desgaste, tivemos que anular muitas questões pessoais, tivemos que anular e que buscar na base esclarecer e trazer as pessoas... Porque o nosso País tem essa dificuldade de não conseguir fazer, por exemplo, no caso dos alunos entender a dificuldade que a gente tem de liderança, de lutar pelos direitos no caso da nossa universidade ela é particular, ela tem lógico um caráter do mercado, mas a gente não pode esquecer que o espírito é público, que a prestação da educação, do ensino é um direito humano público que deveria ser garantido já pelo Estado.

Então, para ser bem breve e também não atrasar mais ainda aqui a Sessão, eu queria só pedir o mínimo de bom senso dentro de todos os membros dessa Comissão, dos membros da Casa, para que a gente possa dentro desse País conseguir garantir essa luta pela educação antes que seja tarde demais, antes que a nossa educação já esteja sucateada por completo e seja talvez irreversível esse quadro que a gente já vê que é muito precário na educação. O Humberto é um professor, sabe disso, a luta é difícil e enfim, é só espero que a luta aconteça aqui dentro também. E não aconteça só na base lá fora, não aconteça só com as pessoas que estão sendo atingidas diretamente.

Espero que as pessoas que estão aqui hoje que foram eleitas pelo povo, enfim, que chegaram aqui assu-

mam também essa luta e junto com a base em alguns momentos em outros momentos sozinha possa dar continuidade e fazer com que esse País enxergue um dia a vitória da nossa educação, mesmo dentro do mercado sabendo que é um serviço público. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, Carlos, e você nos dá... Você nos oferece como sugestão, continuar nessa luta. Nesse sentido vou conversar com o Senador Paim para que possamos realizar uma nova audiência para tratar desse assunto que é um assunto tão importante. E audiência essa que poderá significar a constância no trato do assunto, a pressão no trato do assunto. Acho que estamos aqui refletindo coletivamente discutindo, apontando as falhas do sistema e devemos permanecer assim mobilizados. Creio que a realização de audiências como essa tem esse propósito também. Nesse sentido, eu já adianto as senhoras e os senhores que vou sugerir ao Senador Paim que marque uma nova rodada, uma nova audiência para que aqueles que não tiveram inclusive oportunidade de se manifestar possam fazê-lo, trazendo mais uma vez pessoas que podem conosco refletir melhor sobre a questão.

Eu como eu havia dito, passo a palavra à Profª Tânia guerra. Profª Tânia. Após a palavra da Profª Tânia, eu vou ter que encerrar a nossa audiência. Lamentando por isso. Mas assumindo aqui com vocês o compromisso de conversar com o Senador Paim para que possamos realizar uma ou mais duas audiências para abordarmos essa questão específica e assim poderemos continuar exercendo aqui a nossa pressão, a nossa... Que deve ser constante para que essa Casa, o Congresso Nacional se compenetre da necessidade de tratar dessa questão e dar cabo, e dar um tratamento específico a essa questão tão importante. Profª Tânia, com muito prazer.

SRA. TÂNIA: Muito obrigada. Eu represento o SINASEFE, que é o Sindicato Nacional da Educação Básica Profissional. O meu sindicato repudia de forma radical o que ocorreu, porque nós temos a crença que um dos pilares da construção da cidadania é justamente a liberdade de expressão e a liberdade de organização sindical. Eu me inscrevi porque também não só nas universidades, mas também na rede profissional e tecnológica nós temos tido problemas de perseguição a lideranças sindicais. E eu lembro que não só entre professores e professoras, mas também entre os técnicos administrativos das instituições da rede profissional e tecnológica no Brasil este problema existe. Concluo já que o tempo é curto, pedindo a esta Comissão que toda vez que discuta e toda vez que pense na ques-

tão das relações de trabalho lembrem, tenham um olhar muito cuidadoso com a situação das mulheres que no Brasil, nas relações de trabalho e quanto mais simples são, quanto o trabalho onde essas relações se desenvolvem, mais as mulheres são as principais vítimas em função do preconceito, da discriminação e do assédio quer seja moral, quer seja assédio sexual. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senhores, há uma solicitação aqui da Drª. Maria Aparecida, Subprocuradora-Geral do Trabalho para esclarecer um ponto específico. Passo a palavra de imediato à senhora.

SRA. MARIA APARECIDA GURGEL: Senador, peço desculpas, mas isso é dever de Ofício. Como nós ouvimos de vários professores, sobretudo, da Profª Lislane. Eu tomo como denúncia, mas algo absolutamente sério que são informações desabonadoras. A professora denuncia uma prática entre faculdades e universidades de repassar informações de professores em atividade anti-sindicais. Então tomo isso como denúncia, tomo também as várias intervenções como denúncia levo para o Ministério Público, como relatei no início nós não tínhamos conhecimento destas questões, levo-as e deixo aqui com todos, talvez com o Presidente da entidade, uma ação na verdade do Ministério Público, mas que resultou numa decisão judicial paradigmática. Nós falamos aqui em necessidade de haver um elenco de práticas na lei de práticas anti-sindicais, deixo com os senhores que sirva de paradigma para todos. Uma sentença judicial que utiliza, que somente com os princípios da dignidade da pessoa humana com a Convenção 135 da OIT e o art. 8º da nossa Constituição e seus vários incisos a prática anti-sindical em todos os setores, mas que pode ser muito bem utilizada aqui pelos professores.

E gostaria, inclusive, de encerrar agradecendo imensamente a oportunidade que tivemos na condição de Advogados da sociedade aprender um pouco mais nesta seara assim tão dura e tão cruel porque nós efetivamente tratamos de pessoas, portanto, temos que buscar e implementar a dignidade destas pessoas e, sobretudo, na área dos professores a questão nesse setor, a questão da saúde e rigidez nos seus ambientes de trabalho. Então tomamos isso tudo para darmos o devido encaminhamento. Muito obrigada.

[palmas]

SR. WAGNER FAJARDO PEREIRA: Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É muito oportuna a manifestação da Drª. Maria Aparecida porque aqui há dois dias atrás nós realizamos uma audiência para... E

trouxemos aqui autoridades do Pará, a própria Governadora veio aqui, para tratar da questão daquela moça que foi colocada no presídio no Município paraense passou 20 dias lá sendo violentada. É interessante que a gente... A indignação nos toma quando um caso desse surge. Mas a violência que é perpetrada contra vocês a gente ainda não adquiriu a capacidade de tamanha indignação. Porque é a mesma violência. É a mesma violência. Aqui nós estamos... O depoimento da Prof^a Lisiane e de outros companheiros e companheiras sinaliza para esse fato. Esse cadastro negativo que as escolas promove contra os trabalhadores sindicalizados, o que é isso se não uma brutal violência? Uma brutal violência. Então é muito oportuna a iniciativa de ofício da Dr^a. Maria Aparecida, de tomar isso como uma denúncia, uma representação.

SR. WAGNER FAJARDO PEREIRA: Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pois não.

SR. WAGNER FAJARDO PEREIRA: Só queria agregar à Dr^a. Maria Aparecida que a situação que o Governo do Estado de São Paulo fez com os metroviários demitidos tanto no 23 de abril quanto no dia 4 de agosto o processo foi exatamente o mesmo. Acusou publicamente nos jornais em 23 de abril cinco demitidos de sabotadores, saiu em todos os jornais como sabotadores, o nome dessas pessoas foram para os jornais como sabotadores sem nenhuma comprovação e que depois não se conseguiu se comprovar judicialmente e no caso das demissões de 61 trabalhadores no dia 4 agosto também acusou de pessoas inoperantes, que eram pessoas que não tinham... sendo que a maioria deles tinha passado por processo inclusive de promoção de reconhecimento.

Então, essa denúncia nós queríamos também formular aqui, deixar pública e nós vamos encaminhar por escrito à Procuradoria Geral Trabalho também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, companheiro Fajardo. Temos aqui para finalizar. Desculpa, você fala em 30 segundos?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A gente queria dois minutos só para o Coordenador-Geral do DCE da UNAMA que veio do Pará para também uma universidade particular dar a sua... Seu depoimento aqui. Por favor, poderia ser?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Queria agradecer rapidamente falar, já complementando essa angústia que nós estudantes sofremos com todas essa pressão

que os professores sofrem. Só que toda essa pressão a gente precisa discutir que ela não é simplesmente um processo histórico. Ela não se dá simplesmente de um passado. A gente tem que discutir o que hoje acontece. Discutir hoje o que está sendo formulado para a educação superior. A reforma da educação superior que na verdade é uma contra-reforma que é estipulado por esse Congresso Nacional que também é por esse Governo Federal. E é isso que a gente tem que discutir. Obviamente que nós não temos esperança dentro de um Congresso que está imerso na corrupção. É lógico que a corrupção é problema ético. Mas não só esse problema ético que a gente tem que discutir. Tem que discutir de como está encaminhando a vida para a sociedade, porque a gente não está avançando, a gente está na contramão do que a gente historicamente reivindica.

Então, para finalizar, gostaria de dizer o seguinte, [soa a campainha] que nós estudantes, nós professores, nós técnicos administrativos, nós vamos fazer sim, nós vamos conquistar o direito na luta histórica como sempre foi. Nenhum direito foi dado de mão beijada. Foi na luta e na mobilização e na organização com todos os setores da sociedade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado. Você tem razão. Nada virá de mão beijada. Se não houver a luta, não adianta.

Senhoras e senhores, creio que essa Comissão cumpriu com o seu papel democrático de trazer aqui a discussão um assunto tão candente e tão importante como esse. Queria antes de mais nada, antes de encerrarmos, agradecer a presença de todos aqui. Em especial e em particular os membros, o convidados que estão aqui conosco na Mesa, que trouxeram uma contribuição importantíssima ao debate, a reflexão conjunta desse tema. Resta aqui colocarmos sobre apreciação e na forma de aprovação, se for o caso, uma moção de apoio da Comissão de Direitos Humanos do Senado, as recomendações da OIT ao Estado Brasileiro sobre as demissões arbitrárias de dirigentes sindicais. Creio que é algo... é um instrumento de atuação e de pressão, a moção, salvo engano já é do conhecimento de todos, já foi lida e eu colocaria aqui já dando aqui o meu voto favorável, coloco em votação. Quem estiver de acordo permaneça como está. Aprovada a moção.

Encerro essa Sessão agradecendo mais uma vez a presença de todos. Uma boa tarde.

[palmas]

Sessão encerrada às 16h26.

Ata da 55ª Reunião (Extraordinária) Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada para o Dia 05 de Dezembro de 2007, Quarta-feira, às 14 Horas, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e sete, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Fátima Cleide, Geraldo Mesquita Júnior, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti e Heráclito Fortes** e dos não membros Senadores **Pedro Simon e Antônio Carlos Valadares**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta. A presente **reunião convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento – CDH nº 78**, de autoria do Senador Paulo Paim e da Senadora Ideli Salvatti, para discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). O Senhor Presidente abre os trabalhos e solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, em ato contínuo a coloca em votação e a aprova. O Senhor Presidente informa que a presente reunião será realizada em duas partes. **Primeira parte:** Item único – **Requerimento nº 78, de 2007**, cuja autoria e assunto foram supracitados. Resultado: **Aprovado. Segunda parte:** o Senhor Presidente convida as autoridades para tomarem lugar à mesa e realizarem suas exposições. Comparecem os seguintes convidados: **Adib Jatene**, Diretor-Geral do Hospital do Coração de São Paulo – HCOR e **Zilda Arns**, Fundadora e Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Heráclito Fortes, Pedro Simon, Ideli Salvatti e Antônio Carlos Valadares. Encerradas as falas dos Senhores convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quinze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta

a 55ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura do Senado Federal. Solicito a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram.

1ª parte. Requerimento nº. 78/2007: “Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir a proposta de Emenda à Constituição nº. 89/2007, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências – CPMF, com a presença dos seguintes convidados: Dr. Adib Jatene, Diretor-Geral do Hospital do Coração de São Paulo, INCOR, ex-Ministro da Saúde, e foi uma das pessoas que idealizaram a CPMF como forma de distribuir renda nesse país e, na época, principalmente para a Saúde. E também a Sra. Zilda Arns, fundadora e coordenadora nacional da Pastoral da Criança”. A autoria desse Requerimento, que vem já de encontro a um outro por nós aprovado, é da Senadora Ideli Salvatti.

Em discussão a matéria. Os que concordam com esse Requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento da Senadora Ideli Salvatti, que aprimora um outro que nós tínhamos aprovado, mas que não tratava especificamente da CPMF. Senadora Ideli Salvatti, parabéns pela iniciativa.

Então, de imediato, eu entro para a segunda parte da Audiência Pública: “Nos termos do Requerimento da CDH nº. 78, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, com a finalidade de discutir a proposta de Emenda à Constituição nº. 89/2007, que prorroga os prazos previstos no caput do arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências – CPMF”.

Como convidado, já aqui na Mesa, Dr. Adib Jatene, Diretor-Geral do Hospital do Coração de São Paulo e ex-Ministro da Saúde. E a Sra. Zilda, já havia falado antes, Arns, fundadora e coordenadora nacional da Pastoral da Criança. Esclareço que cada convidado terá 20 minutos para a sua exposição, com mais cinco de tolerância; logo após a discussão, abriremos a palavra aos Srs. E Sras. Senadores e Senadoras para darem a sua opinião.

Eu estou fazendo a leitura bem rápida da introdução porque ambos estão com problema de vôo. O ex-Ministro, o Dr. Jatene, tem que pegar o vôo às quatro horas para São Paulo, e a Sra. Zilda Arns tem um compromisso às 15h00, no Ministério do Planejamento.

Então, conforme combinado, de imediato, eu passo a palavra a Dra. Zilda Arns, para que exponha o seu ponto de vista... CPMF e a questão social.

SRA. ZILDA ARNS: Eu quero cumprimentar, com muito carinho, o Senador Paulo Paim, meu querido professor, Dr. Adib Jatene, com quem trabalho há muitos anos; meu sobrinho, Senador Flávio Arns, carreguei no colo quando era pequeno...

[risos]

Senadora Salvatti e todos que estão aqui presentes. Bom, eu gostaria de dizer o seguinte: Na minha opinião, a CPMF é o melhor imposto que nós podemos ter. E digo o porquê: Os pobres não têm conta corrente, não transferem recursos. Os ricos, sim. Então, os ricos vão pagar mais porque vão transferir mais recursos. E, por outro lado, para recolher a CPMF, não se gasta e também não se suborna. Ele existe. Então, é um imposto que entra de verdade. E é um grande... É muito dinheiro.

Por outro lado, eu gostaria de dizer o seguinte: Que a Saúde e a Educação são, vamos dizer, as duas áreas que o Governo, a sociedade, as entidades sociais, as famílias devem investir mais. Meus pais, em Santa Catarina, investiram tudo na educação dos 13 filhos e tiveram muito bom resultado; acreditaram na educação, Saúde e Educação.

Então, eu gostaria de dizer que sem essa verba da CPMF, com certeza, hão de morrer muitas pessoas no Brasil. Com certeza. Isso vai ser uma pena porque realmente o dinheiro da Saúde é muito pouco e ainda, se não vier CPMF, a gente não sabe como vão pagar as contas. Muitos hospitais irão fechar... Isso não deve ser, vamos dizer, júbilo para ninguém, nem para os que são a favor, nem para os que são contra.

De maneira que eu gostaria de pedir todos os Senadores que votassem a CPMF para melhorar principalmente a Saúde do país. Que o Brasil é exemplo de Saúde para muitos. O SUS, Sistema Único de Saúde, é o melhor do mundo. Eu conheço muitos países, muitos países, ricos e pobres. E eu não vejo nenhum país ter um sistema único como o nosso, que tem... Vamos dizer, que atende a todos, é universal, que é organizado... É um sistema fantástico.

Então, estive agora em Timor Leste, há pouco tempo, vi o Brasil ajudando o Timor Leste, servindo de referência, tratamento de Aids e outras coisas mais. Quando fui para Timor Leste, também Guiné-Bissau, agora em março; Timor Leste no ano passado... O Brasil é, vamos dizer, o SUS é uma referência internacional. Agora, ele é tão bom e traz tanta paz para o povo ter acesso a uma Saúde de qualidade. Então, é isso que nós temos que nos esforçar, porque realmente o SUS existe, foi constituído por todos os partidos políticos e ele precisa ser sustentado e melhorado. Então, isso não é, vamos dizer, um partido que tem as glórias,

não; o SUS foi constituído por todos os partidos, por toda a população.

Eu trabalho nessa área desde 59. Então, eu penso que não deve haver nenhum motivo para não votar na CPMF. Agora, existe muita corrupção no Brasil. Eu diria que o grande problema do Brasil é principalmente a baixa Educação, a Saúde, que está se agüentando mal e mal, e muitas vezes não chega, e a corrupção. Então, todo dinheiro que puder empregar em Saúde e Educação, naturalmente, vai passar a limpo o Brasil.

De maneira que faço esse apelo; já mandei uma carta para todos os Deputados Federais e depois para todos os Senadores, em nome da Pastoral da Criança, organização que acompanha dois milhões de crianças, gestantes de todos os Estados do país, e da Pastoral da Pessoa Idosa, que acompanha mais de dois mil idosos, a cada mês, solicita de V.Exa. o voto de aprovação da prorrogação, nesse momento, da CPMF. Os recursos dessa contribuição financeira são imprescindíveis para a Saúde Pública. E são mesmo. Vão fechar a porta a muita gente. Eles são necessários para superar os problemas gravíssimos de Saúde em nosso país. Agradeço o apoio e a atenção e que Deus ilumine a sua decisão.

Então, essa carta eu encaminhei para o Senado e também para a Câmara dos Deputados, e eu espero que, nessa hora, que eles não pensem nas próximas eleições, que realmente trabalhem para que a Saúde melhore. Esse problema de eleições, muitas vezes, estraga até a decisão do... Dos que têm que levar o país para frente. Então, a Saúde e a Educação devem ser prioritárias e a CPMF é o melhor imposto que nós temos.

Acho que outros impostos, talvez, deveriam diminuir, principalmente tornar a cesta básica mais barata para que todos tivessem acesso a ela. Outros problemas de água, esgoto e tal devem, naturalmente, ajudar muito a população. Mas a CPMF realmente é o melhor imposto e deve ser levado em frente. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria agradecer a Dra. Zilda e também ao Dr. Adib, que nós conversamos com eles, acho que ontem ou anteontem, e, de pronto, ambos agendaram a vinda aqui na Comissão de Direitos Humanos, atendendo a esse convite de Senadores e Senadoras, e o Requerimento liderado pela Senadora Ideli Salvatti.

Eu queria só informar a Dra. Zilda que a líder Ideli Salvatti tomou a liberdade de agendar o seu encontro com o Ministro do Planejamento para às 16h00. Está assegurado que ficou para as 16h00. Está esperando lá a sua audiência com o Ministro do Planejamento,

ela agendou para as 16h00. Até as 16h00, a senhora chegando lá, estará muito bem.

E, nesse momento, passo a palavra, com muita satisfação, ao Dr. Adib Jatene. Eu lembro, eu era ainda Deputado Federal, ele esteve numa Reunião na bancada do PT, fez uma belíssima exposição sobre esse tema. Então, é uma alegria enorme revê-lo nesse momento importante para o país. V.Exa. tem a palavra com o tempo necessário para sua exposição.

SR. ADIB JATENE: Muito obrigado. Senador Paulo Paim e aos membros desta Comissão. Eu venho labutando na Saúde Pública desde 1958, quando fui para o Instituto de Cardiologia do Estado, e também prestava serviço no Hospital das Clínicas. Então, eu sou testemunha pessoal de tudo que aconteceu ao longo deste tempo, no país e na área da Saúde.

Eu vou me permitir, se o Senador me permitir, eu vou fazer um pequeno retrospecto para colocar o problema como eu enxergo. Vejam, o planeta, desde o início dos tempos, até o final do Século XVII, era movido por atividade muscular de animais falantes, que eram os escravos, que sempre existiram, e os animais não falantes. Construíram, com a força muscular, as pirâmides, a muralha da China, Notre-Dame, tudo com força muscular. De repente, ocorreu a chamada Revolução Industrial. Descobriram uma nova fonte de energia que não a muscular. E os países que descobriram essa nova fonte de energia passaram a dominar o planeta, transformando os demais países em colônias.

Todos nós ainda convivemos com esse período, em que os países eram colônias daqueles beneficiários da Revolução Industrial, quando, então, houve uma drenagem dos recursos do mundo inteiro para esses países. Não se esqueçam de que Paris foi construída como é hoje, foi construída no Século XIX. Em 1897, a Alemanha tinha 1% de analfabetos.

Então, estes países, com a atividade industrial, conseguiram drenar a riqueza do mundo para lá. E mantiveram os demais países numa economia predatória. Eles vendiam os produtos pelos preços que entendiam e pagavam pelos produtos desses países o que bem entendessem. Todos se lembram do que foi a luta do Gandhi, na Índia, contra a indústria têxtil inglesa, que construiu a economia da Índia.

Bem, nós entramos na Revolução Industrial mais de 200 anos atrasados. Nós efetivamente começamos em 1950. Antes, tinha, no Governo Getúlio, conseguido a Companhia Siderúrgica Nacional; depois veio, a partir de 50, a PETROBRÁS, e depois veio toda a Revolução Industrial que nós experimentamos. Só que, como os outros países já estavam desenvolvidos, nós acabamos tendo que trazer destes países as indústrias que vieram para cá, que receberam terrenos, isenção

fiscal, uma série de benefícios e mandavam para seus países de origem os lucros deste trabalho.

Bem, o que aconteceu é que nós experimentamos uma urbanização extraordinariamente acelerada. Basta que nós nos lembremos que, em 1950, nós éramos 51 milhões de habitantes; todas as cidades brasileiras, somadas, tinham 18 milhões, e, no campo, tinha 33 milhões. Hoje, num período de pouco mais de 50 anos, nós crescemos 900% nas cidades. Hoje nós somos 160 milhões nas cidades e pouco menos de 30 milhões no campo. Só que esta população que se urbanizou tinha baixo nível educacional, tinha baixo nível educacional, tinha baixa capacidade contributiva, mas ela necessitava de todos os serviços que uma cidade necessita: Água, esgoto, habitação, alimentação, segurança, transporte, tudo isso. E nós não tivemos nenhum recurso de fora. Nós não tínhamos colônia, nós não tínhamos nada; tivemos que nos virar com os nossos recursos, gerados internamente. E aí aconteceu uma coisa extraordinária: Os que geravam efetivamente os recursos encontraram um jeito de se apropriar desses recursos, criando, então, uma brutal concentração de renda, que o país que tem maior concentração de renda no mundo, hoje, é o Brasil, furtando boa parte deste recurso do Governo.

Então, a tributação no Brasil ficou quase toda ela declaratória e sobre produtos, bens e serviços, o que significa que quem, afinal, paga tudo é o consumidor final. Só que a capacidade contributiva do consumidor final é pequena. Então, hoje nós estamos numa situação de que a carga tributária é muito elevada para quem ganha pouco e é muito baixa para quem concentra renda porque senão nós não teríamos concentração de renda.

Bem, então quando eu estive no Governo, nós tínhamos experimentado uma coisa absolutamente dramática no setor da Saúde. Os senhores todos se recordam que o Sistema Nacional de Saúde, editado na década de 60, atribuía o atendimento médico-hospitalar-ambulatorial à Previdência Social; ao Ministério da Saúde era atribuído o combate a endemias, às imunizações e ao controle da qualidade de alimentos, qualidade de medicamentos etc. O que aconteceu? A partir da Constituinte, da Constituição, quando todo o setor Saúde foi centralizado no Ministério, é que esta parcela da Previdência Social, que era a maior do setor da Saúde, era a maior, quando o INAMPS veio para o Ministério, já veio com 14,5%. E o que ele tinha da arrecadação da Previdência era 20, 25%. E, em 93, o Ministro Antônio Brito eliminou toda e qualquer contribuição da Previdência Social para a Saúde.

Então, nós já temos uma experiência do que acontece quando se retiram recursos da Saúde. Eu

me lembro muito bem que, quando o Ministro Jamil Haddad assumiu, e eu tinha estado oito meses no Ministério, ele assumiu com o orçamento da Saúde que era metade do orçamento que a Saúde tinha em 1990, por quê? Porque se retirou todo o recurso que a Previdência punha no setor da Saúde. Quando, em 95, eu assumi de novo o Ministério, eu tinha as prioridades que eu tinha discutido com o Presidente, mas o recurso era absolutamente insuficiente... 1995. Eu fui estudar o orçamento da União porque eu disse: "Não, tem que ter recurso de outro lugar. Se nós perdermos o recurso da Previdência, nós vamos trazer o recurso de outro lugar", que é o que está sendo posto hoje. E eu fui estudar o orçamento. O orçamento de impostos que inclui o IPI, o Imposto de Renda à pessoa física, jurídica, retido nas fontes, IOF imposto de importação, imposto de exportação etc., ele arrecadava um volume de recursos que, depois que se retiravam o fundo de Participação dos Estados, o Fundo de Participação dos Municípios, o recurso vinculado da Educação e o salário dos funcionários, o que restava, o Ministério da Saúde tinha 51%. E 49% eram para os outros Ministérios. Eu não podia pleitear mais desta fonte. Os recursos de... Da Seguridade Social, estes tinham destinação específica.

Bem, então, eu me lembrei que o IPMF, que tinha vigido em 93 e 94, e que tinha sido extinto em dezembro de 94, eu verifiquei o seguinte: Primeiro, o IPMF não impediu o Plano Real. Quando se fez o Plano Real, estava-se arrecadando o IPMF, que era 0,25. E ele não impediu o Plano Real. Segundo: Quando se extinguiu o IPMF, em dezembro de 94, ninguém percebeu. Não aconteceu nada. Não teve nenhum impacto. Eu disse: "Puxa, vamos recriar este tributo como contribuição e não como imposto".

Os senhores sabem melhor do que eu que o imposto tem anualidade; o imposto não pode ser vinculado e a contribuição não tem a anualidade e pode ser vinculado. Então, eu propus como contribuição. Foi muito difícil. Eu frequentei esta Casa, o Congresso Nacional, inúmeras vezes. Eu fiz reuniões com bancadas, eu fiz reuniões com partidos, foi extraordinariamente difícil. E eu usei sempre um argumento que me parecia fundamental, eu dizia: "CPMF não é meu partido nem é meu clube. A CPMF é a única alternativa que eu encontrei para trazer mais recursos para o setor".

Bem, aí aconteceu uma coisa que até hoje eu acho inacreditável. Quando nós pleiteamos a CPMF, era para agregar um terço de recursos. Quer dizer, nós tínhamos 15 bilhões, em 95, e eu pretendia chegar a 21 bilhões. Então, eu pretendia aumentar de um terço. Quando, afinal, a CPMF foi aprovada, a área econômica do Governo retirou das fontes que o Ministério tinha

mais do que a CPMF trouxe. Então, esse eu não podia aceitar e por isso eu saí, porque havia um compromisso do próprio Presidente de que ninguém mexeria nas fontes que o Ministério tinha. Mexeram. Foi o que me levou a dizer, na época, que o problema é que a área econômica do Governo, de qualquer Governo, trabalha muito perto da riqueza; tem dificuldade para entender os problemas da pobreza. Eu dizia para o Ministro Malan: "Quando você vai a São Paulo, você vai na FIESP, na Federação do Comércio, na FEBRABAN, que te fazem um banquete; você nunca foi na periferia de São Paulo; você nunca foi a uma favela para ver que o sujeito faz um jirau, que, quando vem a enchente, ele tira as coisas que ele tem para pôr naquele jirau."

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Embora eu tenha convidado, Ministro Jatene, mas ele acabou não tendo tempo para...

SR. ADIB JATENE: É porque ele está muito perto da riqueza. Nós, da área da Saúde, estamos sempre lidando com a pobreza; desde a faculdade, desde os Bancos acadêmicos, lidando com a pobreza, e nós nos revoltamos com a injustiça. E por isso nós não aceitamos as restrições que nos fazem.

Bem, então, por que é que nós propusemos a CPMF provisória? Esse é um dos problemas, era provisória e agora virou permanente. Por quê? Por uma razão muito simples: Porque a área econômica do Governo me garantia que, no máximo em três anos, iriam fazer a Reforma Tributária, iam diminuir as alíquotas, aumentar a base, aumentar a arrecadação e, com isso, teriam recursos para oferecer ao Ministério da Saúde. Acontece que a Reforma Tributária não foi feita. E por isso foi sendo prorrogada, porque não chegou a outra fonte que vinha pela Reforma Tributária.

E, agora, eu fiz alguns cálculos muito interessantes. Eu peguei o meu orçamento de 95, que eu executei, 15 bilhões. Eu corriji este orçamento, ao longo dos anos, pelo índice da inflação, Índice Geral de Preços, IGP da FIPE. E pelo... Inflação do setor da Saúde, acrescentei as parcelas que a CPMF aportou ao orçamento do Ministério e comparei com os orçamentos executados ao longo destes anos. Até 2006, em 10 anos, nós tínhamos perdido, pelo Índice Geral de Preços, 66 bilhões. E, pela inflação da Saúde, 110 bilhões. Acontece que, neste período, a população do país aumentou 20 milhões de pessoas e se incorporou uma enorme tecnologia, cara, difícil, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos etc.

Então, eu venho meditando sobre isso. Até os anos 60, os grandes hospitais no país eram os hospitais públicos. Grande hospital, os dois grandes hospitais eram o Hospital do Servidor do Estado, no Rio, e o Hospital das Clínicas, em São Paulo. Os Hospitais

da Previdência, o Hospital de Porto Alegre, eram os grandes hospitais do país. Os hospitais privados eram pouco importantes. Eles tinham muito pouca tecnologia incorporada. O que aconteceu, nesses 40 anos, para nós invertermos completamente? Os hospitais privados são os grandes hospitais do país, que incorporam toda a tecnologia, que têm todo o avanço, mas que não atendem SUS. Enquanto que os hospitais públicos foram sendo sucateados, até chegar à humilhação máxima do Hospital Souza Aguiar, no Rio de Janeiro, que era a grande emergência que nós tínhamos no país, era o melhor hospital de emergência onde todo mundo treinava, assistir montarem barraca de campanha na frente do hospital para atender doente. Pelo amor de Deus. Por que é que os hospitais do Rio de Janeiro, aqueles grandes hospitais, Hospital da Lagoa, Hospital de Ipanema, Hospital de Bom sucesso, todos aqueles... Hospital do servidor... Quando eu assumi, em 85, eu fui, em 66, o professor Mariano de Andrade me convidou para ir operar no Hospital do Servidor, eu fiquei um mês lá, operei 30 doentes de cirurgia cardíaca; era um hospital fantástico, com uma residência extraordinária.

Quando eu assumi, em 95, o Hospital do Servidor, que tinha 800 leitos, estava reduzido a 160. E sucateado, equipamento obsoleto, sem possibilidade. Por quê? O que aconteceu? Aconteceu que, em 1990, se decidiu que aqueles hospitais públicos iam viver com que o SUS paga. E o que o SUS paga não dá para o custeio. E, quem sabe o mínimo de administração hospitalar sabe que, além do custeio, o hospital precisa ter, pelo menos, 2% por ano do valor atualizado do prédio para reformas, adaptações, pintura etc. E precisa ter 15%, por ano, do valor atualizado dos equipamentos para substituir os equipamentos, para acompanhar a evolução tecnológica.

Ora, se eu submeto a rede pública a um sistema de remuneração que não dá para o custeio, o que se faz? Fecha leito. Por isso que o Hospital do Servidor chegou a 160 leitos, funcionando em situação precária. É que o pessoal não é capaz de administrar? Não, ele é capaz de administrar, sim. Tanto que eles administravam. E o hospital era o melhor do país. O que aconteceu? Aconteceu que obrigaram esses hospitais a um regime financeiro que faz com que seu pessoal ganhe muito pouco, então, todas as pessoas um pouco mais diferenciadas saem, vão para os hospitais privados, que pagam muito mais, e a deterioração vai acontecendo. Nós vimos na televisão, outro dia, o hospital Antônio Pedro, em Niterói, era dos grandes hospitais que tinha no país. Eu visitei aquele hospital, na década de 60, era um brinco. Chegou num ponto tal que

um dos médicos entrevistados dizia: "Isso aqui só tem uma solução: Tem que implodir".

De maneira que, quando nós nos manifestamos em relação a recursos, na verdade, é porque essa deficiência de recursos está tornando uma política pública de Saúde, que é uma das melhores que tem no mundo, ficar sob risco. Porque nós não podemos... A rede privada, que está conveniada com o SUS, ela está uma situação muito complicada. Hospitais muito bem administrados, como Santa Marcelina, em São Paulo, têm dívida de 50, 60 bilhões com bancos, e não conseguem sair da dívida. E, quanto mais atendem, mais dívida fazem.

De maneira que é preciso que as coisas sejam entendidas. Acontece que uma parcela da população vive como se estivesse num país de 40 mil dólares de renda per capita. E acha que está muito bem, que o SUS não funciona, aquilo lá não funciona. Mas ele nunca foi lá. Ele vai aos hospitais de primeira linha. E ele tem o melhor atendimento possível. Então, ele não quer saber se, na Vila Brasilândia, em São Paulo, que tem 250 mil habitantes, não tem nenhum leito.

Eu fiz, em 1999, um levantamento da distribuição dos leitos hospitalares na cidade de São Paulo. E eu descobri o seguinte: Descobri, não, eu documentei, que nós temos, em São Paulo, 25 distritos onde moram um milhão e 800 mil pessoas, que têm 13 leitos por mil habitantes na média, e nós temos 71 distritos onde vivem oito milhões e 200 mil habitantes, que têm 0,6 leitos por mil habitantes, na média. E, deste, grupo tinha, 40... 39 distritos com quatro milhões de habitantes que não tinha nenhum leito, na cidade de São Paulo. Por que não se constroem os leitos lá? Porque o Governo é masoquista? É sádico? Quer fazer a população sofrer? Quer sofrer? Não. Porque não tem dinheiro. O recurso para Saúde não dá. E, na Saúde, tem uma coisa muito séria, que é o seguinte, quando se faz uma ponte, terminou a obra, terminou a despesa. Quando se faz uma hidrelétrica, terminou a obra começa a receita. Quando se faz um hospital, um centro de Saúde, terminou a obra, começa a despesa. E se passa a gastar, por ano, duas a três vezes o que se gastou para construir e equipar.

Então, nenhum Governo... Não é o Governo desse ou daquele, nenhum Governo estimula a construção de hospitais, de centros de Saúde... Porque depois ele tem que arcar com um custeio que vai comprometer grande parcela do orçamento. Por isso é que nós pleiteamos recursos vinculados. Eu vou dar um dado para os senhores, que é muito interessante. Em 1986, teve uma Reunião no Instituto de Estudos Avançados da USP, em que se discutia--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Professor Adib, se me permitir, a Dra. Zilda vai ter que se retirar por causa da agenda que ela tem que cumprir. Então, eu queria, nesse momento, agradecer muito a ela pela sua presença. E como eu sei que o Dr. Jatene tem uma carta a entregar ao Senador Simon, eu queria convidar o Senador Simon a sentar aqui na Mesa conosco, que, no momento em que ele concluir, ele quer entregar a carta. Uma salva de palmas.

[palmas].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente, apenas pediria a Dra. Zilda, lamentavelmente, o Governo só tenha se lembrado de trazê-la hoje, no final da discussão. A senhora não deu uma palavra. Só o seu semblante--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Falou, foi a primeira a falar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, espera aí, deixa-me terminar. Depois que eu cheguei... Há aqui uma sofreguidão. Depois que eu cheguei, a senhora não deu uma palavra, mas o próprio semblante transmite segurança e transmite tranquilidade. Infelizmente, só iniciado agora, Dra. Zilda. Eu lamento que uma pessoa como o Dr. Adib, que hoje foi anunciado como sendo um grande produto para vir hoje à tarde aqui, só tenha sido chamado hoje. Devia ter trazido esses argumentos, devia ter vindo para conversar desde o início, Senador Pedro Simon. Mas se procurou, de maneira truculenta e de maneira ameaçadora, convencer pessoas independentes, mais velhas, de um fato onde, para cada Estado, tem um problema específico. Uma coisa que me sensibilizaria muito, resolver situação do Rio Grande do Sul. O que o Rio Grande do Sul sofre hoje, eu disse hoje para o Senador Zambiasi, é uma injustiça. E não é descaso de administração; são erros do passado, cometidos por um Governo, e que se vai adiando, adiando, adiando, adiando; eu estou inscrito, então, não quero tomar, queria apenas não passar em branco e, repito, não preciso lhe ouvir para acreditar no que a senhora diz.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem. Ele pode receber esta carta da Dr. Zilda, que pede que ele seja iluminado por Deus para a decisão.

SRA. ZILDA ARNS: Mas eu não vou deixar passar a defesa, de jeito nenhum. É minha cria, e mãe não abandona o filho. Mas eu peço desculpas, professor Jatene, eu vou ter que ir porque eu tenho uma audiência marcada no Planejamento, sobre um Decreto que eu quero que os Senadores nos ajudem a que caia por baixo porque acaba com a Pastoral da Criança e 80% das entidades boas do Brasil.

Mas eu gostaria de dizer ao meu amigo Simon, peço seu voto porque realmente--

[risos].

Porque realmente--

[palmas].

Porque realmente nós estamos com muito pouco dinheiro, e eu não quero ver morrerem crianças, velhos e tudo por falta de terem medicamentos e tudo nessa hora. Eu penso que, no futuro, o Senado deva cuidar de não ter mais impostos sobre a cesta básica, essas coisas assim que... Coisas básicas do povo devem ser gratuitas. E que também a Saúde e a Educação são duas áreas que formam um povo. Porque um povo doente não aprende e um povo sadio, que não tem Educação, também não adianta.

Então, eu peço com muito carinho, em nome de todo o pessoal do Rio Grande do Sul; nós temos muita Pastoral da Criança espalhada, fazendo um trabalho belíssimo, e vejo também como está difícil a situação no Rio Grande do Sul, na área da Saúde. Muito obrigada, professor, de o senhor ter vindo aqui, agradeço muito. Para mim, é uma graça estar ao seu lado. Muito obrigada.

[palmas].

SR. ADIB JATENE: Eu vou só completar o dado que eu estava colocando. Em 86, nós tivemos uma Reunião no Instituto de Estudos Avançados da USP; estava-se discutindo se o Hospital das Clínicas, que é uma autarquia, devia ser incorporado pela universidade. Essa era uma discussão porque, em vários lugares, a universidade tem o hospital universitário. E, em São Paulo, o Hospital das Clínicas era uma autarquia e a Universidade de São Paulo tem um convênio em que os professores da Universidade são chefes dos serviços do Hospital das Clínicas, sem ser funcionários do hospital.

Bem, eu perguntei ao professor Goldemberg, que era o Reitor: "Qual é o orçamento da USP?" Ele disse: "Alguma coisa ao redor de 300 milhões de dólares". Eu disse: Bom, este é o orçamento do Hospital das Clínicas, 300 milhões de dólares". Então, é uma inconveniência trazer um hospital que tem um orçamento igual à USP, vai dar uma grande confusão e tal.

Bem, eu estou dizendo isso por quê? Passou o tempo, na época do Governador Quéricia, ele criou um recurso vinculado para a Universidade de São Paulo; 9,17% do ICMS eram destinados para as universidades, USP, UNESP, UNICAMP. A USP ficou com 4,40%. Hoje, o Hospital das Clínicas continuou disputando orçamento, na Secretaria do Planejamento, e tal, cada vez que tem elaboração de orçamento, aquela dificuldade. Bem, hoje o orçamento da USP é de 2,5 bilhões de reais. O orçamento do Hospital das Clínicas, com as duas fundações de apoio, é de um bilhão. Ou seja,

se não se vincular recurso para Saúde, se não se vincular recurso para Saúde, ela vai perdendo.

Quando eu levantei a idéia da CPMF, era Ministro do Planejamento o atual Governador de São Paulo, José Serra. Eu fui falar com ele. Ele disse: "Jatene, eu não posso te ajudar porque eu, por princípio, eu sou contra qualquer tipo de vinculação. A vinculação engessa... Eu fui, na Constituinte, quem se manifestou e comandou um pessoal contra vinculação, mas não vou te atrapalhar". E efetivamente não me atrapalhou. Eu vim aqui, o Senador Valadares encampou a coisa e apresentou o Projeto.

Bem, quando o Ministro Serra foi indicado para Ministro da Saúde, eu fiquei muito satisfeito. Eu disse: "Nós conseguimos um aliado na área econômica. E eu tenho certeza que ele vai atrás da vinculação de recursos". Não deu outra, ele foi atrás da Emenda 29 e conseguiu aprovar a Emenda 29. Só que a Emenda 29, até recentemente, não foi regulamentada ainda. Então, no Orçamento da Saúde, estão entrando coisas que não são tradicionalmente do setor da Saúde, fazendo com que a gente perca recursos. Nesse entretanto, veio esse problema agora da CPMF. O meu problema não é com a CPMF ou não CPMF. O meu problema é que a CPMF está trazendo 20 bilhões para Saúde. Se retirarem esses 20 bilhões... Dizem: "Não, mas tem outras fontes". Nós já passamos por isso. Quando retiraram os recursos da Previdência, o amigo do Senador, o Antônio Brito, retirou os recursos da Previdência, o setor Saúde quase foi destruído. E foi uma luta insana para conseguir minimamente chegar aonde nós chegamos. Então, agora, se retira esse recurso, aí a coisa é muito complicada. Por isso que eu acho que não devia retirar. E não devia perder o que se fez na Câmara porque se regulamentou a Emenda 29 e se colocaram mais 24 bilhões nos próximos três anos.

Então, eu disse ao Senador que se... Seria uma oportunidade de enfrentar o Governo, dizer: "O senhor quer deixar 100% da CPMF para a Saúde e a regulamentação aprovada na Câmara, convalidada no Senado, ok". Então, essa é a minha posição.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem de inscrição, a Senadora Ideli é autora do Requerimento, e o primeiro Senador inscrito é o Senador Heráclito Fortes.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria agradecer--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só queria perguntar, se a Senadora permite, só o horário do Dr. Jatene. É às quatro horas?

SR. ADIB JATENE: Quatro horas é o horário que eu tenho que sair daqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Temos um tempinho ainda, Senador Flávio Arns.

SR. ADIB JATENE: E se eu perder o avião, eu pego outro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Confie na ANAC que o senhor não vai perder: o avião sempre atrasa.

[risos].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, eu quero agradecer, assim, de coração mesmo, ao Dr. Adib Jatene e à Dra. Zilda Arns, que, quando foram consultados por V.Exa., prontamente se colocaram à disposição. Eu acho que o Senador Heráclito tem toda razão, nós perdemos a oportunidade. Foram feitas várias Audiências Públicas, na Comissão de Constituição e Justiça, em várias outras Comissões, e deveríamos ter trazido, de pronto, essas duas personalidades que, pela história, pela biografia, pela atuação, eu não tenho nenhuma dúvida de que são especialistas, para que a gente possa formar o convencimento da importância, da relevância, da conveniência, inclusive, de prorrogar a CPMF, nesse contexto que nós temos no nosso país.

Então, eu não teria nenhuma pergunta a fazer. Nada. Apenas, assim, agradecer e muito. Gostaria que esta Audiência Pública estivesse, inclusive, com muito mais presença de Senadores, para a gente poder aprofundar o debate, e tanto o apelo, muito concreto, e eu diria até emocionado, da Dra. Zilda Arns, que é uma pessoa que conhece, como ninguém, a realidade das situações subumanas que boa parte ainda da população brasileira está submetida, como os profundos conhecimentos de alguém que vivenciou, na Saúde, todas as formas de atuação. Desde a atuação direta, como médico, como cirurgião, como administrador, como Ministro, pessoa que teve a oportunidade de, juntamente... Eu sempre brinco, com o Senador Valadares, que é bastante partícipe desta questão da CPMF, mas que, como ninguém, pode nos dar os elementos para balizar o quanto que nós estaremos acertando ou errando se nós não prorrogarmos a CPMF, com os avanços que nós temos condições, inclusive, de forma concreta, honesta, transparente, republicana, de negociar melhorias, tanto para a área da Saúde, como para a área da Educação, quanto para a própria área tributária.

Então, eram apenas estas ponderações que eu gostaria de fazer e dizer que estou muito satisfeita. Apesar de ser tarde, mas ainda bem que está acontecendo antes da votação. Ainda bem que tivemos a oportunidade do apelo da Dra. Zilda Arns, de forma muito convicta, junto ao Senador Pedro Simon, que eu tenho... Eu não tenho mais nenhuma dúvida, Pedro

Simon, se ela não mexeu com o seu coração, não tem mais quem vai mexer. Então, eu tenho essa convicção de que outros--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ainda tem a carta do nosso Ministro Adib Jatene.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ainda tem a carta do Ministro Adib Jatene. Então, eu tenho a consciência e a convicção de que deveríamos, sim, ter feito antes. Não fizemos, mas estamos fazendo a tempo de poder aprofundar o debate e colocar o debate num patamar de quem vivencia, de quem tem biografia, de quem tem história para poder fazer, da forma como tanto a Dra. Zilda Arns como o Dr. Adib Jatene, estão colocando nesta audiência, da importância de nós prorrogarmos a CPMF.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O primeiro orador inscrito, Senador Heráclito Fortes, por favor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em primeiro lugar, eu queria dizer que, pelo que conheço do nosso colega Simon, ele tem um coração mole, mas é inoxidável, resiste ao tempo e à chuva. E um coração que pulsa pelo Rio Grande do Sul. Mas, meu querido Presidente, eu quero louvar a atitude da Comissão de convocar, embora que tardiamente, a o Dr. Jatene, talvez até por sorte nossa, da oposição. Eu me lembro, Dr. Jatene, o trabalho que o senhor teve para convencer a oposição àquela época de pelo menos não atrapalhar a votação da CPMF. E vejo que propuseram depois essa oposição, que jogava no quinto dos infernos a idéia da CPMF, está hoje unida, querendo a CPMF como uma salvação nacional. Eu me lembro disso.

SR. ADIB JATENE: E não consegui.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E não consegui.

[risos].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Portanto, nós temos chance agora, não é, Dr. Jatene?

[risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Portanto, eu achei fantástica hoje a sua presença aqui, anunciada, em todas as Comissões, como um grande evento, que é. Para mim é pena que alguns só estão reconhecendo agora.

Mas, Dr. Jatene, o problema no Brasil não é de recurso, é de administração. O recurso vinculado vicia o Governo. À medida que o Governo tem recurso vinculado, ele começa a retirar o recurso inconstitucional. Você ganha aqui e perde ali. A questão do Brasil, se fosse só na Saúde, exclusivamente, estava facinho(F) de ser resolvida. Mas a gente vê a terra da líder aqui, que anuncia tantas benfeitorias, tanto benefícios para

Santa Catarina, a questão dos presídios, das cadeias públicas. As pessoas sendo acorrentadas, e o Governo anunciou, no primeiro ano, um programa gigantesco de cadeias de segurança máxima. E, nesse pacote de bondade, que eram as cadeias, com... Até queriam botar um bandido de periculosidade reconhecida, lá no Piauí, e eu protestei. Fiquei como patinho feio na ocasião e hoje me fazem justiça porque não construíram presídio nem no Piauí e nem em lugar nenhum do Brasil. Apenas terminaram um presídio iniciado na gestão passada e nada mais. A Educação... Abra os jornais, veja o resultado. Será possível que nós vamos ter que criar impostos para resolver todas essas questões? Veja que coisa grave. E que não é necessidade, a TV Digital, foi anunciada com pompa e circunstância. O Ministro das Comunicações diz que o tal conversor por mil reais é um furto, é um crime, é um roubo, mas aceita. E o Presidente abre uma linha de crédito do BNDES de um bilhão para atender a gatunagem, quando o Governo tem o mecanismo de proibir, de punir os exploradores. Ora, se o conversor, no Japão, custa 60 dólares, vamos transformar e encher de imposto, que custe 250, 300 reais no Brasil. Mas, mil reais, 500 reais. E o Governo não toma providência. Cria com um colchão confortável para o explorador, que é dar o financiamento, anunciado, a quem? Ao produtor, ao fabricante, através do consumidor. É a mesma tese de que, para matar o carrapato, você mata o boi. Só que o boi aqui, no caso, é o povo. E o Governo não se apercebeu ainda desse fato.

Eu sou de um Estado que nós iniciamos dois hospitais há 18 anos. Andou um pouco, inclusive, na sua administração, depois parou. As filas continuam as mesmas. Imagine a que ponto chegou o país, Sr. Pedro Simon. O PDT teve que botar a faca no Governo agora para não se tirar dinheiro da Educação, uma discussão dessa natureza. Enquanto isso, se fez um estardalhaço aqui, no Senado, pelo menos, o Brasil antecipou o pagamento da dívida externa. Soltaram foguete, "não vamos mais precisar do FMI", vira as costas para o FMI, um negócio fantástico. Pagamento adiantado de país rico. Só, Dr. Jatene, que nós pagamos o dólar a 2,80. Hoje o dólar está a 1,70. Quem foi o responsável por isso? Qual foi o escritório que negociou essa antecipação? De quanto foi o deságio? Que prejuízo o país teve?

Dr. Jatene, essa é uma área que o senhor conhece perfeitamente. Eu estou tentando, para o bem do país, fazer com que funcione aqui nessa Casa uma CPI das ONGs. Para quê? Para proteger as ONGs, como a de D. Zilda, que presta o serviço ao país e acabar com as picaretagens. Estão botando o tapete em cima. O senhor imagina o recurso dessas ONGs

destinado à Saúde e Educação, quanto nós ganharíamos. Só as de picaretagem. Eu não quero as ONGs boas, as ONGs das Igrejas, as ONGs vocacionais... Não. Quero acabar a picaretagem. Na hora que se diz "vamos chamar fulano para ouvir", monta-se um bloco aqui de proteção. É difícil. Fica difícil a gente... Porque tem outro fato, quando nós fomos negociar a CPMF no começo do Governo... O Governo, no começo, o senhor sabe, é como noivo, tem uma autoridade danada. E uma disposição.

SR. ADIB JATENE: Minha sogra dizia que vas-soura nova varre bem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é. Estou aqui. Um dos argumentos que o Governo usava, nessa renovação agora, era taxar sobre lucros de bancos. Só que o Governo tornou-se parceiro. Os bancos, hoje, os brasileiros e os estrangeiros que estão sediados aqui fazem um campeonato para ver quem lucrou mais no semestre, por que isso? Universidade, dizia o saudoso Luiz Eduardo, que deviam, as universidades brasileiras deviam estar filiadas à FIESP porque são indústrias mais lucrativas que as outras e não têm chaminé e não poluem. Por que as universidades educativas não socorrem o ensino público? É preciso que esse Governo, com a preocupação que tem com o social, trouxesse, desde aquele momento, a solução para a renovação da CPMF.

O senhor tem razão. Ele é transitório porque se esperava a Reforma Tributária. E o que eu mais esperava que acontecesse, durante o Governo, fosse a Reforma Tributária. Não aconteceu no primeiro, que o Presidente estava preparando o segundo mandato, e não aconteceu até agora. Será que está preparando o terceiro mandato? A questão é complicada, Dr. Adib. Talvez, se o Governo tem lhe pedido emprestado as suas atividades, no começo, com essa sua maneira pedagógica, com essa sua maneira convincente, pura, e acima de tudo, humilde, fazer o que está fazendo aqui agora, tivesse tido avanços. Mas não quis diálogo. Nós pedimos que o diálogo começasse desde a Câmara. Assumiu-se o compromisso e depois os compromissos andaram para trás. Vamos baixar a carga tributária. Era uma opção. CPMF como é um imposto frouxo, o Governo gasta no que quer, menos fiscalizado, mantém. Mas baixasse outro imposto. O Imposto de Renda [ininteligível]. O que faltou foi proposta. Daí porque... Pois não.

SR. ADIB JATENE: Não, pode continuar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Daí porque a dificuldade em que todos se encontram.

SR. ADIB JATENE: Eu acho que essa sua argumentação está perfeita. Eu só colocaria o seguinte, veja bem: A carga tributária. Eu não sou Economista,

mas eu acompanho as coisas. E eu tenho acesso a uns estudos em que a carga tributária, para quem ganha dois salários mínimos, é de 48%. Para quem ganha 20 salários mínimos, é 26%. Ou seja, a carga tributária não é igual para toda a população. Ela é muito alta para quem ganha pouco. E ela vai baixando, à medida do que as pessoas vão ganhando mais.

Bem, segundo lugar, eu acho que o Congresso Nacional está tendo uma atividade de fiscalização, que é característica do Congresso, para impedir que essas coisas equivocadas ocorram. E isso eu acho que vai prosperar porque nós sempre fomos um país autoritário. No Brasil, as pessoas, quando discutem e querem identificar adversário, conquistar aliado, compor maioria para ganhar a votação. A discussão na busca da verdade, do que é melhor etc. nós estamos aprendendo a fazer agora. Porque essa é a essência da discussão democrática. O que é legítimo todo mundo aceita. O grande problema é legitimar. O grande problema é legitimar. E, no processo de legitimação, é que a discussão tem que ser travada.

Bem, eu concordo que existem problemas de administração, claro. Existem problemas de corrupção, claro. Mas a corrupção não é só do Governo, são dos que vêm receber também. Quem recebe a propina é corrupto e quem paga a propina é corrupto. Eu disse uma vez, aqui no Plenário do Senado, em 92, quando fui Ministro, que quem fazia o orçamento público não era o Governo, eram as empreiteiras. Lembra disso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone] isso todo dia, doutor.

SR. ADIB JATENE: Eram as empreiteiras. Eu fui chamado--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E não melhorou não, piorou.

SR. ADIB JATENE: Eu fui--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Você só tem o trabalho de assinar. Continua assim. Está piorando.

SR. ADIB JATENE: Por isso eu criei aquela frase de que o grande problema do pobre não é ele ser pobre, é o amigo dele ser pobre. Ele não tem amigo que fala com quem decide, ele não tem amigo que marca audiência, que ajuda a fazer um Projeto, que negocia um financiamento. Agora, quem tem, leva o orçamento. E eu acho que é papel do Congresso impedir que isso ocorra. E isso está sendo feito.

Agora, no particular, que nós estamos discutindo, trata-se de uma situação de um setor muito sensível da nação, que é a Saúde, que está numa situação complicada. O problema dos hospitais que não se terminam,

essa coisa, por quê? Porque o Governo sabe que, se terminar o hospital, ele vai ter que gastar, por ano, duas a três vezes o que gastou para construir e equipar. Então, é melhor não terminar, por quê? Porque o volume de recurso não permite fazer isso funcionar. Agora, eu defendo a idéia... Essa história que o Senador falou dos Bancos, eu defendo a idéia de que “os amigos do Rei”... Nós fomos colônia e fomos Império. “Os amigos do Rei” nunca pagaram imposto. E “os amigos do Rei” continuam não querendo pagar imposto. Seu exemplo do banco... É um exemplo. Eu soube, por exemplo, que as verbas de propaganda não são taxadas. Então, por que é que não sai a Reforma Tributária? A Reforma Tributária não sai, na minha avaliação, veja bem, por quê? Porque a nossa tributação, ela é toda ela declaratória. E ela taxa principalmente produtos, bens e serviços. De maneira que não é o produtor que paga, não é o empresário que paga, porque ele embute tudo no custo. Quem paga é o consumidor final. E aí dizem: “Nos outros países, do Primeiro Mundo, as pessoas pagam porque têm retorno. Aqui não pagamos porque não tem retorno”. Então, eu disse: “Primeiro, está confessando que sonega. Segundo, não conhece a história. Porque os países...” E eu disse no começo aqui, na... No início que eu falei, esses países do Primeiro Mundo foram os beneficiários da Revolução Industrial, dominaram o planeta, tinham colônias, drenaram a riqueza do mundo. E nós fizemos o nosso desenvolvimento a partir de 1950, crescemos 900% a população.

Então eu defendo a idéia de que a arrecadação do Governo não é correspondente à riqueza da nação. Isso que acontece com os Bancos, com a propaganda, e tem mil outras coisas na Legislação, que beneficia os que ganham muito, faz com que o Governo arrecade pouco. Esse é o problema. O Governo arrecada pouco. Então, fica uma briga danada para conseguir recurso etc. porque arrecada pouco, por quê? Porque os que geram muito recurso se apropriam dele. E eu falo com absoluta tranquilidade porque, quando nós regulamentamos a CPMF, entrou um artigo na regulamentação que proibia a Receita Federal, o senhor se lembra disso, proibia a Receita Federal de utilizar a informação da CPMF para efeito do Imposto de Renda. Foi preciso o Everardo Maciel demonstrar que, dos 100 maiores contribuintes da CPMF, veja bem, 100 maiores contribuintes da CPMF, 62 nunca tinham pago Imposto de Renda. Então, eles tinham se apropriado do recurso. E não tinham transferido para o Governo para poder atender a necessidade dessa população que cresceu enormemente. Eu fui Secretário de Saúde em São Paulo, em 1979 a 82, Mauá, um pequeno Município, tinha 10 mil habitantes, em 1970. Em 1980, ele tinha 100 mil habitantes. Eu fui a Mauá porque eles precisavam de

centro de Saúde, e não tinha e tal, o Senador Suplicy conhece a área. As fábricas que se implantaram em Mauá, todas com terraplanagem, com poço artesiano, tinha uma indústria que tinha desmineralizador da água. Mas a população estava toda na periferia, jogada em favela, com cisterna 100% contaminada porque convivía a cisterna com a fossa.

Então, o desenvolvimento que nós fizemos no Brasil foi um desenvolvimento econômico. Nós procuramos o desenvolvimento econômico e, de uma certa forma, nós conseguimos. O Brasil hoje é uma potência. Mas o Governo não arrecada o correspondente a esta potência. E esse é o problema que eu me bato por ele. Nós temos que taxar herança, temos que taxar riqueza, patrimônio e renda. Por isso que a reforma não passa. O senhor diz que o Lula está... Quatro anos, está no segundo... Mas o Fernando Henrique ficou oito anos e também não fez. E eu duvido que ele faça agora. Por isso que nós não podemos abrir mão dos remendos que nós temos. São remendos, que nós não podemos abrir mão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dr. Jatene, eu estou apresentando uma proposta, quero pedir até que todos analisem, no tempo oportuno, ouviu, Pedro? De uma reforma geral, tributária, jurídica, para começar a vigorar a partir de 2014. É a única maneira. Você discute agora, mas a emoção da... Do início da validade está distante. Porque agora você diz: “Não, vai prejudicar São Paulo e vai prejudicar o Piauí”. Então, você vota tudo para 2014 porque, se for para votar agora, uns só se interessam em financiamento de campanha, voto distrital... Então, você faz um pacote, que devo apresentar antes do final do ano, para que se discuta e se vote, e aprove, para vigorar a partir de 2014.

O Presidente eleito, em 2010, vai saber que vai fazer a transição disso. Aí, nós vamos dizer o que o país quer. O senhor está falando de Imposto de Renda, eu quero lembrar um fato aqui, que nós temos quatro ou cinco constituintes. Até a Constituinte, Parlamentar não pagava Imposto de Renda. O Roberto Freire entrou com a Emenda, foi um Deus nos acuda, uma pressão danada, e eu sugeri a ele: “Vá para a rua que com a opinião pública você ganha”. E ele fez isso. Nós assinamos. E, a partir da Constituinte, é que o Parlamentar passou a pagar Imposto de Renda. Se tem prejuízo ou não... Tem. Isso é uma questão. Agora, não é justo que se faça uma casta. Tem que haver igualdade de direitos e deveres. O erro do Governo foi tentar nos convencer de que a CPMF era necessária porque era um dinheiro... Era um imposto fiscalizador. Uma contribuição fiscalizadora e não porque ele precisava daquele recurso. Porque, se fosse para fiscalizar, votava em 0,03.

Faltou a clareza do que... E mostrar a necessidade. A arrogância de poder e não mostrar o pires na mão e a necessidade foi que gerou isso tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Heráclito Fortes, os Senadores estão pedindo uma oportunidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Daí porque, Dr. Adib, estou aqui para lhe ouvir. Não necessariamente para lhe atender, embora meu coração aí sim fique mole.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O próximo Senador é o Senador Suplicy. Senador Suplicy, o Senador Valadares tem médico agora, diz ele que é às 15h30. E queria só fazer uma saudação e, em seguida, eu passo para o Senador Suplicy. Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero sugerir a V.Exa. que faça as ponderações no máximo... Assim, no máximo três minutos para cada um.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Farei só um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, Senador Valadares, antes de V.Exa. falar, o ex-Ministro Dr. Adib Jatene tem uma carta que ele gostaria de entregar ao Senador Simon, que ele vai ter que sair. Então, nesse momento, ele está passando em mãos aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem. Uma carta pessoal, que--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Uma carta sobre CPMF.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só o Senador Pedro Simon pode...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Uma carta que ele vai ler e depois ponderar, Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Presidente, Paulo Paim, Dr. Adib Jatene, Pedro Simon, eu queria agradecer aos Senadores Arns e ao Senador Suplicy pela oportunidade de falar primeiro, de vez que eu tenho um compromisso inadiável, marcado há 15 dias atrás. Se eu não for, vou perder. Mas eu não podia sair dessa Comissão sem antes fazer uma homenagem à coerência e à participação decisiva do ex-Ministro Dr. Adib Jatene, na melhoria dos recursos para o financiamento do setor Saúde.

Fui testemunha na época, lá pelos idos de 1995, Dr. Adib Jatene esteve aqui no Senado, na Comissão de Justiça, e eu me recordo que o Senador Pedro Simon estava ali presente, também estava presente o Senador Suplicy, e, lá, o Dr. Adib Jatene, então Ministro da Saúde do Governo Fernando Henrique Cardoso, fez

um Relatório candente, mostrando a situação deplorável, caótica da Saúde em todo o Brasil, onde várias... Vários hospitais, postos de Saúde estavam fechando e outros tantos, sob ameaça de fechamento, justamente por falta de um financiamento adequado. Foi quando, então, até estimulado por outros Senadores, pelo próprio Senador Pedro Simon, eu assumi a iniciativa de apresentar uma proposta, não recriando o CPMF, mas criando uma contribuição para vigorar, logicamente, de acordo com a Constituição, no mesmo ano da sua apresentação, visando, pelo menos, atenuar a situação do setor da Saúde no Brasil e o nosso objetivo era de que essa contribuição, a CPMF, teria que vigorar por dois anos, com uma alíquota, na sua regulamentação, de, no máximo de 0,20, apesar da proposta inicial ser de 0,25, e assim se fez.

Eu quero também assinalar que o PT, o Partido dos Trabalhadores do Senado Federal tudo fez para aprovar a CPMF. Mas, no entanto, o partido nacional proibiu que os seus integrantes aqui no Senado votassem de forma favorável a essa contribuição, inclusive, eu me lembro que o Relator, que o líder do PT era o Senador Eduardo Dutra, que era do meu Estado e queria votar para apoiar a Saúde.

Bom, eu gostaria de dizer a V.Exa. que o nosso objetivo, então, era apoiar depois uma Reforma Tributária, que viesse a substituir a CPMF e drenar recursos para a Saúde. No Governo Fernando Henrique, não foi possível a aprovação de uma Reforma Tributária. Também no Governo de Lula, apesar da tentativa do próprio Senado, já que aprovou uma Reforma Tributária aqui, nesta Casa, e está, até hoje, na Câmara dos Deputados; não foi aprovada por várias razões, inclusive, pelas razões apresentadas por V.Exa. e também pela divergência entre os Estados, os Municípios e a própria União, cada um querendo um quinhão maior na sua arrecadação. Então, não foi possível.

Ora, agora nós estamos, mais uma vez, o Governo pedindo uma prorrogação. Eu votei, Dr. Adib Jatene, em todas as prorrogações até agora. Nós... Por que nós votamos contra? Por causa da renúncia de V.Exa. V.Exa. renunciou o Ministério da Saúde, alegando que os recursos estavam desviados para outras finalidades. Quer dizer, o compromisso da aprovação da então Emenda 12, que era a Emenda da CPMF, aqueles compromissos não estavam sendo obedecidos pelo Governo. Então, a partir daquele instante, eu comecei a votar contra a CPMF.

Agora, o que está acontecendo, o Governo assinala, pela primeira vez, uma graduação, ou seja, uma queda gradual da CPMF e futuramente a extinção com a aprovação da reforma. Então, agora, sim. Com a aceitação da nossa proposta, que foi apresentada no

Senado, de uma... Na Comissão de Justiça, aceita pelo Ministro Mantega, conseqüentemente pelo Governo Lula, de uma queda gradual de 0,02% a cada ano, até terminar em 0,30, quando será excluída definitivamente, mas sempre preservando os recursos destinados à Saúde da ordem de 0,20, sem nenhuma queda, então, aí eu vou pela primeira vez votar na prorrogação, na expectativa de que encontremos uma outra fonte alternativa para substituir a CPMF.

Então, eu quero, com essas palavras, dizer que 17 Estados, muito embora nós tenhamos aqui a regulamentação da Emenda 29, que eu fui Relator, destina recursos para a Saúde, 17 Estados não estão cumprindo com o que determina a Emenda 29. Isso são mais de 10 bilhões de reais que seriam acrescentados aos recursos que já estão sendo prometidos pelo Governo, aos... 24 bilhões, com mais 10, são 34 bilhões que seriam destinados à Saúde. De modo que eu quero dizer, nesse instante, que estou agindo coerentemente, e acho que o Governo, pela primeira vez, o Governo anterior não fez isso, o Governo atual está fazendo uma queda das alíquotas da CPMF e uma... A sua substituição por uma fonte mais adequada na Reforma Tributária.

E, afinal, homenagear V.Exa. pela sua coerência, pela força que V.Exa. está dando, não aos meus ricos porque eles já têm o seguro Saúde, eles podem pagar, mas os mais pobres, 140 milhões que não podem pagar o seguro Saúde. Então, neste momento, eu acho que a queda da CPMF, ou seja, a sua extinção pura e simples é um ato demagógico, a meu ver, é um ato perigoso porque vai atingir, não a população mais rica, mas a população mais pobre, que precisa realmente da CPMF. Com essa alternativa que nós vamos dar ao Governo, certamente que ele terá tempo, nos quatro anos, de fazer a tão desejada Reforma Tributária. Agradeço a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, quero cumprimentar, inclusive, a iniciativa da Senadora Ideli Salvatti, de V.Exa. de aqui trazer a Dra. Zilda Arns e o Dr. Adib Jatene. Eu fui testemunha de seu diálogo, ali na homenagem ao INCOR, com o Presidente da FIESP, Paulo Skaf, e vi a maneira respeitosa, amiga, mas quero cumprimentá-lo pela assertividade com que ali expressou seu pensamento, tão bem expresso num artigo na Folha de São Paulo, na semana passada, que aqui li, estou de pleno acordo, quando V.Exa. nos diz que nós precisamos estar dando oportunidade aos mais pobres para... Em sendo amigo deles, sobretudo nós, que temos responsabilidade de representantes do povo de ouvirmos as suas aspira-

ções, anseios e problemas para, então, podermos ter soluções que possam transformar as suas vidas, isto é um ensinamento fundamental, que decorre da sua própria experiência de vida.

Gostaria, portanto, de dizer muito obrigado, Dr. Adib Jatene, a sua colaboração está sendo excepcional. Até agradeço ao Senador Heráclito Fortes que, sendo dos Democratas, veio aqui... Outros Senadores... Eu até, há pouco, convidei a Senadora Kátia Abreu para vir aqui, ela me informou que não concorda com a sua opinião e preferiu não vir, estar presente. Eu, tantas vezes, quando estive na oposição, ia conversar com aqueles que não concordavam, mas achava importante ouvi-los sempre. Mas é da Democracia. Bem, eu sempre tenho aprendido muito com V.Exa., tenho aprendido demais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado, Senador Suplicy. Eu, agora, para as considerações finais, Dr. Adib Jatene.

SR. ADIB JATENE: Eu acho que apenas reiteraria o que eu disse, quando eu lutava pela CPMF: "Não é meu Clube, não é meu partido, é a alternativa que eu encontrei". Não foi colocada a alternativa definitiva, que seria a Reforma Tributária. Então, não dá para tirar a CPMF. Tem que prorrogar mais uma vez e, nesse entretempo, ver se nós conseguimos fazer uma Reforma Tributária que faça com que os recursos que o Governo arrecada sejam compatíveis com a riqueza da Nação, porque, no momento, os recursos que o Governo arrecada não são compatíveis com a riqueza da Nação. E nós temos uma vergonhosa concentração de renda, que nos deixa numa situação muito desconfortável, quando comparados com outros países.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Felizmente, não estamos mais no último lugar, mas estamos dentre os 10 últimos, em distribuição da renda. Não somos mais os campeões. Mas, como o país... Importante no grau de desenvolvimento, aí a sua afirmação é correta.

SR. ADIB JATENE: O que eu uso é dividir a receita, a... Incorporada pelos 10% mais ricos da população, pela renda incorporada pelos 40% mais pobres. Países como Bélgica, Holanda, Japão, esse número... Na Alemanha, é 1,2, Estados Unidos, Canadá, 1,4. Nós éramos sete, agora somos seis. Mas estamos muito longe de ter uma distribuição de renda capaz de promover efetivamente justiça social. Porque os que concentram a renda não estão preocupados com os problemas da população. Quem está preocupado com os problemas da população e tem obrigação de resolver é o Governo. Se o Governo não arrecada o suficiente para atender a necessidade, porque eu sou daqueles que acredita

que política não é a arte do possível, política é a arte de tornar possível o necessário.

Então, se o necessário está à vista de todos, deficiência na educação, na segurança... Se isso decorre de uma arrecadação insuficiente, em grande parte. Se se acusa o Governo de corrupção e de má administração, isso deve haver, acho que é papel do Congresso e o Congresso está fazendo isso, de fiscalizar e de impedir que isso ocorra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu queria agradecer ao Dr. Adib Jatene por essa oportunidade que deu ao Brasil, que será transmitida, com certeza, hoje pela nossa TV Senado, e, para nós, foi muito importante a forma como V.Exa. aqui, com muita convicção, defendeu a manutenção da CPMF, por tudo que ela representa, não só para a Saúde, mas também para todo o povo brasileiro e a repercussão devida.

E, se V.Exa. permitir, eu gostaria de encerrar essa Audiência Pública lendo essa pequena mensagem que foi deixada aqui pela Dra. Zilda Arns, coordenadora nacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, representando a CNBB. É rápida, eu sei que ela sintetiza a visão de todos que participaram desse evento. Diz a mensagem: "Passe bem. Em nome da Pastoral da Criança, organização que acompanha dois milhões de crianças e gestantes, em todos os Estados do país, e da Pastoral da Pessoa Idosa, que acompanha mais de 92 mil idosos a cada mês, solicito de V.Exas. o voto de aprovação da prorrogação, neste momento, da CPMF. Os recursos dessa contribuição financeira são imprescindíveis para a Saúde pública. Eles são necessários para superar os problemas gravíssimos de Saúde em nosso país. Agradeço o apoio e atenção, e que Deus ilumine a sua decisão". Dra. Zilda Arns. Mais uma vez, muito obrigado, Dr. Adib Jatene, o criador da CPMF para a Saúde. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 15h52.

Ata da 56ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada para o Dia 5 de Dezembro de 2007, Quinta-feira, às 9 Horas, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Às nove horas e cinco minutos do dia seis de dezembro de dois mil e sete, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Fátima Cleide, Patrícia Sabóya, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Wellington Salgado, Romeu**

Tuma, Jonas Pinheiro, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella e Jaime Campos. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos e solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, em ato contínuo a coloca em votação e a aprova. O Senhor Presidente, antes de iniciar a discussão da pauta, informa que a Presidência do Senado, encaminhou a esta Comissão o OF. SF/1814/2007, de 03.12.2007, comunicando que foi protocolizado na Secretaria-Geral da Mesa requerimento de autoria do Senador Gim Argello, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, seja encaminhado ao exame da Comissão de Assuntos Sociais e, em virtude desse Requerimento, esse PLC foi remetido à Secretaria-Geral da Mesa. Item nº 01: **Requerimento nº 75, de 2007**, que requer a extinção da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, a qual foi criada no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do art. 73 combinado com o inciso IV do art. 89 do Regimento interno pelo requerimento nº 5 de 2005. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Item nº 02: **Requerimento nº 76, de 2007**, que requer a criação de Subcomissão Permanente, com vistas a discutir e submeter à votação proposições que tratam dos "Direitos da Mulher". Autoria: Senadora Ideli Salvatti. Resultado: **Aprovado**. Item nº 03: **Requerimento nº 77, de 2007**, que requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, conforme Requerimento nº 67/2007 – CAS, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, aprovado naquela Comissão, por ocasião da III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal, para debater o tema da acessibilidade urbana. Na ocasião será abordada a temática do Trânsito como a principal causa de deficiência entre os cidadãos brasileiros. Com os seguintes convidados: Ministro das Cidades, Ministro da Saúde, Ministro Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e o Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE, e outros a serem definidos pela Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Item nº 10: **PDH nº 07, de 2007**, que pede providências do Governo Federal acerca de "A comunidade dos remanescentes do Quilombo São Roque, na localidade de Pedra Branca, Município de Praia Grande – SC, informa e pede providências acerca da situação de total falta de condições humanas de habitabilidade e abandono do Estado". Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH. Relatoria: Senadora Ideli Salvatti. Parecer: Pelo arqui-

vamento da matéria. Resultado: **Aprovado**. Item nº 08: **Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2007** que “Institui o sistema de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas instituições federais de educação profissional e tecnológica. Autoria: Senadora Ideli Salvatti. Relatoria: Senador Paulo Paim. Parecer: Pela aprovação da matéria, com as Emendas que apresenta. Resultado: **Aprovado**. Obs.: O Senador Flávio Arns apresenta emenda que o Senhor Relator acatou como emenda de Relator: Cito: “As pessoas com deficiência, independente do fato de terem cursado a educação básica em escolas públicas, terão acesso às vagas reservadas conforme regulamentação pelo Poder Executivo.”. Item nº 04: **Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 1494, de 2004**, que “Convoca plebiscito a respeito dos temas especificados, a se realizar no primeiro domingo do mês de outubro de 2005”. Autoria: Senador Gerson Camata e outros. Relatoria: Senador Paulo Duque. Parecer: Pela aprovação do Projeto, com as alterações aprovadas na CCJ, e aprovação da Emenda nº 05, de relator, Emendas nºs 06 e 07, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, e pela prejudicialidade da Emenda nº 08, de autoria do Senador Marcelo Crivella, por ser idêntica a Emenda nº 06. Resultado: **Adiado**. Item nº 05: **Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2007** que “Acrescenta inciso X e parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho, por até sete dias anuais, para acompanhar e assistir dependente portador de deficiência, e dá outras providências”. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senadora Patrícia Saboya. Parecer: Pela aprovação do Projeto da matéria. Resultado: **Adiado**. Item nº 06: **Emendas nº 01 – CCJ E nº 02 – CCJ ao Projeto de Lei do Senado Nº. 490, de 2003 – Terminativo** – que “Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes”. Autoria: Senadora Patrícia Saboya Gomes. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Parecer: Pela aprovação das Emendas nº 1 CCJ e 2 CCJ. Resultado: **Aprovado**. Item nº 07: **Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2006**, que “Estabelece a reserva de no mínimo cinco por cento do número de candidatos às eleições proporcionais de cada partido ou coligação para portadores de deficiência”. Autoria: Senadora Fátima Cleide. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: pela rejeição da matéria. Resultado: **Aprovado**. Item 11: **Aviso nº 88, de 2007**, que “Encaminha ao Senado Federal, Relatório de Gestão 2003-2006, no que diz respeito a promoção de políticas de promoção da igualdade

racial, coordenada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República. Autoria: Ministra Matilde Ribeiro – Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Relatoria: Senador Geraldo Mesquita Junior. Parecer: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: **Aprovado**. Item 09: **Indicação nº 2, de 2007**, que “Sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio à Subcomissão de Trabalho Escravo que analise todas as matérias que tratam do tema e se encontram em tramitação nesta Casa. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko, Relatoria *ad hoc*: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado**. Item 12: **Sugestão nº 6, de 2007**, que “Fica criada a Ouvidoria para assuntos judiciais”. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH. Relatoria *ad hoc*: Senador Flávio Arns. Parecer: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: **Aprovado**. **EXTRAPAUTA**: Item 1: **Requerimento nº 79, de 2007**, que requer a realização de Audiência Pública, no próximo dia 11 de dezembro de 2007, às 10 horas, para apresentação do PAC da Saúde lançado pelo Governo Federal, o qual prevê investimentos de R\$ 89 bilhões no setor até 2011. Os recursos devem ser aplicados na ampliação do Sistema Único de Saúde (SUS), na conclusão de obras, na melhoria dos valores pagos a prestadores de serviço e em outras áreas ligadas à saúde pública.” Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Item 2: **Requerimento nº 80, de 2007**, que “Requer, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, para discutir os fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genoveva, no bairro de Santa Tereza, bem como em outras casas geriátricas do Rio de Janeiro.”. Autoria: Senador Flávio Arns. Resultado: **Aprovado**. A Senadora Ideli Salvatti pede a inversão de pauta para os Itens 10 e 8. O Senhor Presidente submete a inversão de pauta ao plenário e é aprovado. Às nove horas e quarenta e cinco minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para o Vice-Presidente, Senador Cícero Lucena. Às dez horas e onze minutos o Senhor Presidente, Cícero Lucena, passa a presidência ao Senador Paulo Paim. O Senador Geraldo Mesquita solicita inversão de pauta do item 11 e o Senhor Presidente submete a inversão de pauta aos Senhores Senadores que a aprovam. Fazem uso da palavra os Senadores Flávio Arns, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita, Cristovam Buarque, Patrícia Saboya, Cícero Lucena, Romeu Tuma, Wellington Salgado, Fátima Cleide, Marcelo Crivella e Romeu Tuma. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e quatro minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves So-**

ares, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Antes de passarmos à apreciação da pauta de hoje comunico aos Srs. Senadores e Senadoras que o Presidente do Senado encaminhou a esta Comissão ofício de nº 1814/2007 de 13/02/2007 comunicando que foi protocolizado na Secretaria do Colegiado da mesa o requerimento de autoria no Senador Gim Argello solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 122/2006 seja encaminhado ao exame da Comissão de Assuntos Sociais em virtude desse requerimento, esse PLC foi remetido à secretaria geral da mesa. O projeto retornará a esta Comissão depois de analisado pela CAS e em seguida será remetido à CCJ e aí voltando para a Comissão de Direito Humanos. Nós reafirmamos que essa é a 56ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos. Informo também que mediante acordo em relação a esse PL 122 onde participaram o Senador Flávio Arns, a Senadora Serys, a Senadora Fátima Cleide que é a relatora, os dois Senadores o Magno Malta e o Senador Crivella, eles estiveram comigo e todos, vejam bem, que fique bem claro a opinião pública é o projeto da homofobia que todos os setores pediram que esse projeto só fosse votado nesta Comissão no ano que vem. Essa foi uma decisão tomada por aqueles que são contra e os que são a favor do 122. Eu não chego a dizer que existe contra e favor, eu digo que todos querem construir uma saída que garanta o combate a todo tipo de discriminação, esse é o espírito que está norteando.

Então eu queria cumprimentar aqui de público o Senador Flávio Arns que colaborou nesse sentido, o Senador Suplicy, o Senador Magno Malta, o Senador Crivella, a Senadora Fátima Cleide que é a relatora do projeto e a Senadora Serys. Foi aqueles que mais nós podemos conversar sobre... Essa é a intenção de deixarmos essa matéria para o ano que vem e trabalharmos numa saída de consenso. Esse foi o objetivo. Quero dizer que a iniciativa em cima do mesmo projeto do Senador aqui de Brasília que é o Senador Gim Ar-

gello ele entendeu que esse projeto teria que passar também pela Comissão de Assuntos Sociais, já que trata de alguns temas no projeto voltado ao mundo do trabalho. Isso é uma decisão que a mesa vai tomar. Mas eu queria de pronto cumprimentar a iniciativa de todos os Senadores e Senadoras que embora pensem divergente quanto a alguns pontos, entenderam que o projeto deveria ser mais debatido e votado somente o ano que vem.

Não sei se o Senador Flávio Arns quer fazer uma consideração sobre esse tema.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, de fato, como V. Exa. colocou existe uma preocupação de vários Senadores no sentido de se assegurar na parte de direitos humanos que todo ser humano, todo brasileiro tenha os seus direitos garantidos, a sua cidadania garantida em qualquer área e também nesta área. Então, todo mundo concorda que deva haver organização administrativa para isto, que deva haver políticas públicas bem definidas para esta área, educação, saúde, trabalho, assistência, previdência; seja lá o que for para garantir cidadania, ser humano; todo ser humano tem que ser respeitado e que esteja claro o combate à discriminação, seja ela no acesso ao trabalho, no acesso à educação, seja onde for em que área for de todas as políticas públicas. Então, eu diria que se trabalhando nesse sentido o meu objetivo, o meu ideal ainda seria que nós pudéssemos convergir nesses pontos todos para aprovarmos esse Projeto de Lei aqui nesta Comissão e no Congresso Nacional por consenso, por unanimidade, quer dizer, dentro de uma linha que aborde esses aspectos que eu acabei de mencionar. Então nesse sentido ainda a minha esperança é nessa direção, apesar que a gente sabe que em qualquer projeto de lei existe o que a gente pode denominar de posições fundamentalistas seja de um lado ou seja de outro, isso é natural que aconteça em qualquer área, também em qualquer setor da atividade humana, mas nós temos que ter a linha de centro para que possa haver um avanço.

Quando nós falamos, inclusive, várias lideranças nacionais do movimento dos homossexuais, por exemplo, são lá do Paraná e eu os conheço, já fiz debates com eles é sempre essa luta de políticas públicas, combate à discriminação, acesso a direitos, consideração do ser humano. Eu acho que isso independente da posição partidária, religiosa é uma posição ética, filosófica que tem que nortear a nossa relação com toda a sociedade. Mas eu acho muito adequado... Agora nós deveríamos, de fato, assim começar o ano nos debruçando sobre isso, Presidente, para aí fazer, mesmo que seja um grupo só entre nós mesmos, Senadores, Senadoras primeiro nesse sentido, depois um debate com a

sociedade, achar o caminho que possa representar o resultado para liquidarmos também um Projeto de Lei que seja bom, tranquilo e aprovado. Apesar de eu saber que é um trabalho difícil, mas eu penso que tem tanta coisa em princípio difícil. Eu me lembro sempre da LDB Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, quer dizer, todas as opiniões possíveis a respeito do assunto, foram discussões, discussões para discutir uma palavra, discutir outra e tal e no final foi aprovado por consenso. Então, eu acho que é possível também fazer um esforço nessa direção.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Senador Flávio Arns vejo que têm algumas manifestações aqui atrás legítimas que nós sempre pedimos que elas poderiam ser feitas a todo e qualquer momento, desde que não houvesse nenhum gesto de hostilidade. Então, a gente reconhece o legítimo direito da manifestação daqueles que querem, de fato, que o PL não seja debatido nesse momento. Então entendo que nesse momento essa é a decisão tomada, Senador Mesquita Júnior, de nós adiarmos para o ano que vem, foi uma decisão de consenso de todos os Senadores e Senadoras que têm visão contra o 122 e a favor o 122. Eu cheguei a dizer que não é questão de contra ou favor, é quem pensa diferente que querem construir uma alternativa que unifique a todos. Então o projeto sai de pauta, por iniciativa, inclusive, do Senador Gim Argello ele vai ser encaminhado ainda para apreciação da Comissão de Assuntos Sociais.

Vamos à pauta. Eu queria colocar em votação como item 1º um requerimento que já havíamos acordado entre nós, Senador Mesquita Júnior, inclusive, V. Exa. naquela oportunidade fez um gesto de nobreza que disse que abria mão da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial se essa fosse a vontade de todos os Senadores para que nós diminuíssemos o número de subcomissões e a comissão principal que é Direito Humano tratasse também dessa questão da igualdade. Como havíamos feito já esse acordo, mas não tínhamos ainda feito o procedimento, nós, neste momento, então botaríamos em votação esse requerimento que vai contar, com certeza, com a assinatura de todos os Senadores da Casa que vai garantir nós consolidarmos, de fato, uma decisão política já tomada que seria a extinção da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e aí no ato contínuo nós estaríamos criando nesse momento já é possível uma subcomissão permanente para defender os direitos das mulheres. Essa subcomissão surgiu a partir da violência cometida contra aquela menina lá no Pará e depois fomos ver que não é só no Pará, em 17 estados aconteceu algo semelhante. Então se todos concordarem eu coloco

extrapauta esse requerimento extrapauta de extinção da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão. Senadores que concordam, já tinha sido combinado, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então vamos ao item 2. Agora seria a criação da subcomissão permanente para discutir o direito das mulheres. Quem encaminhou esse pedido foi a Senadora Ideli Salvatti. Se os Srs. Senadores e Senadoras concordam eu colocaria em votação. Então está em votação a criação da subcomissão permanente para discutirmos os direitos das mulheres. Em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Uma consideração sobre o requerimento. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Seria ótimo que as mulheres estivessem na votação, e elas estão chegando, mas vamos aqui... Olha, chegou uma mulher.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Chegou. Salvo pelo Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Como que eu tive a intuição que iria chegar uma Senadora aqui para um requerimento em defesa...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas a assessoria está aí presente firme.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria até de então permitir que a Senadora Ideli Salvatti, a nossa líder possa estar se pronunciando sobre o requerimento que forma a subcomissão em defesa das mulheres, especialmente, diante do episódio tão significativo e que gerou uma reação muito forte em função daquilo que aconteceu com a menor Ely ali no interior do Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Ideli, antes de passar para a senhora porque eu estava com o nome do Mesquita na cabeça para lembrar à senhora que só foi possível porque o Senador Mesquita Júnior abriu mão da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial que ele entende que é uma questão tão importante que deve ser de responsabilidade da comissão principal. Então nós vamos assumir junto com ele esse debate na comissão principal e ele então entendeu que nós deveríamos abrir mão para a subcomissão que a senhora propôs. Então, com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Sr. Presidente e peço desculpas pelo atraso, e dizer que, em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Geraldinho, como a gente costuma chamá-lo, pela possibilidade de abrir para que nós pudéssemos criar a subcomissão dos direitos da mulher. E tenho também esse entendimento que a questão da igualdade racial até pelo momento especial que esta comissão

vive, pela condição, inclusive, de defesa da igualdade racial que o Senador Paulo Paim sempre propugna até porque como eu costumo dizer sempre, a visibilidade do plenário do Senado já deixa claro, não precisa muito mais do que fazer uma fotografia na íntegra dos 81 Senadores e Senadoras para gente ter a situação de pouca representatividade e dificuldade de que os afro-descendentes, que as mulheres, ou seja, todas as situações aonde nós precisamos ter, efetivamente, políticas públicas e atuação parlamentar diferenciada para ir superando. Então eu tenho a convicção de que na presidência do Senador Paulo Paim o assunto da igualdade racial, até pela questão de ser um dos propositores principais do Estatuto da Igualdade Racial, eu tenho certeza que esse é um assunto que será permanentemente abordado, trabalhado pela comissão em si. E, portanto, eu agradeço muito ao Senador Geraldo Mesquita de ter permitido a abertura da possibilidade de nós criarmos a subcomissão dos direitos da mulher. Que quero dizer de forma muito clara de que ela acabou sendo suscitada pelo caso da violência da menor encarcerada com homens lá no Pará. Mas o objetivo dessa comissão é mais amplo é tratar, inclusive, [soa campainha] num caráter propositivo, num caráter de nós podermos aprofundar, ampliar as políticas públicas para as mulheres tratando, obviamente, daquelas questões que são mais emblemáticas e todos nós sabemos que no caso das mulheres a questão da violência é um assunto que sempre terá que ter muita atenção, uma atenção de forma bastante especial.

Então eu fico muito agradecida com a compreensão de todos e pela aprovação da subcomissão. Espero estar à altura dessas pessoas que vão compor à comissão que a gente esteja à altura de dar respostas prontas e positivas para toda a questão.

Está chegando aí a Patrícia que eu tenho certeza que vai integrar a subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Ideli depois nós vamos conversar com a sua assessoria e, tenho certeza, com a senhora e com a Senadora Patrícia para marcarmos o dia então da instalação da subcomissão que vai tratar do direito das mulheres.

Passamos ao item 3 requerimento de nº 77. Requerer nos termos regimentais realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais conforme requerimento 67/2007 da CAS de autoria do Senador Eduardo Azeredo aprovado nessa comissão por ocasião da terceira semana de valorização da pessoa com deficiência do Senado Federal. Para debater o tema da sensibilidade urbana na ocasião será abordada a temática do trânsito como principal causa da deficiência entre os cidadãos bra-

sileiros, com os seguintes convidados: Ministro das cidades, Ministro da Saúde, Ministro Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e o Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa – CONADE e outros a serem definidos pela própria comissão. Diversos senadores assinam o requerimento. Esse é um requerimento já aprovado na CAS, Senadora Patrícia, já foi aprovado lá esse requerimento, nós só estamos aqui aprovando que vamos acompanhar a iniciativa da sua comissão que é a comissão principal, nesse caso.

Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu gostaria, Sr. Presidente, só de comentar rapidamente que já é a terceira semana de valorização de iniciativa do Senado Federal, então três anos seguidos mostra a preocupação dos Senadores e Senadoras em relação ao tema e o engajamento do Senado Federal nessa iniciativa. Quero, inclusive, dizer que aqui, por exemplo, que já temos o Estatuto da Criança e do Adolescente Auditivo à disposição na biblioteca para pessoas que tenham deficiência visual. Então um trabalho que foi feito também pelos profissionais aqui da Casa e que permita a pessoa ter acesso a inúmeros materiais que foram lidos pelos profissionais e à disposição, também a Constituição Federal, material interessante, bom e a biblioteca também...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Material para cegos e surdos?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para cegos. Nós temos aqui da criança e do adolescente o que se chama ledora, leu o Estatuto todo dentro de técnicas adequadas e esse material está à disposição da pessoa cega para que ela possa escutar o material. Mas existem inúmeras outras iniciativas para pessoa surda, para pessoa com deficiência física; muitas iniciativas que vem sendo desenvolvidas aqui dentro do Senado Federal. Então isso eu acho que é importante e este ano o tema são os acidentes de trânsito.

Eu só quero aproveitar, Sr. Presidente, até para dizer que neste domingo, inclusive, a Rede Bandeirantes de Televisão vai fazer um programa de dez horas de duração com a participação de artistas, apresentadores, convidados, profissionais com a parceria com a Federação Nacional das APAES, Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais que estão presentes em dois mil municípios do Brasil para discutir prevenção, atendimento, políticas públicas e conscientizar a sociedade. Então isso da Rede Bandeirantes no programa Band Vida dez horas de duração junto com isso aqui da nossa Comissão, da Comissão de Assuntos Sociais eu acho que isso tudo vai incorporando, vamos

dizer, o esforço que deve ser feito a favor de 24 milhões de brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero cumprimentar o Senador Flávio Arns e o Senador também Azeredo que concordam essa subcomissão que trata desse tema na comissão presidida pela Senadora Patrícia Saboya e esse é um belo trabalho. Eu estava olhando antes o trabalho que vai permitir que a pessoa cega tenha acesso ao Estatuto da Criança e do Adolescente e também da Constituição como V. Exa. está mostrando nesse momento. Parabéns aos profissionais da Casa por esta construção. É um belíssimo trabalho e, com certeza, teremos uma grande semana da pessoa com deficiência. E quero cumprimentar também a Rede Bandeirante que como V. Exa. informou vai ficar dez horas no ar debatendo esse tema e também as APAES. E V. Exa. fala com muita prioridade e com muito conhecimento, porque V. Exa. foi presidente no passado, se não me engano, das APAES, nacional das APAES e V. Exa. está fazendo um belíssimo debate. Eu quero dizer que de público que eu concordo com a tese de V. Exa. das escolas especiais sem prejuízo da inclusão. Agora eu quero dizer que nesse tema eu assino o seu entendimento. A bancada fez um documento encaminhado ao Ministério da Educação concordando com a sua posição. Se V. Exa. quiser fazer uma fala rápida, mas eu acho que é importante, está criado um debate no país de como se aqui no Senado nós fôssemos contra as escolas especiais, não somos, pelo contrário, defendemos a mesma posição de V. Exa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O que causou constrangimento e mal-estar no Brasil para dezenas de milhares de famílias, inclusive, a minha família porque eu também tenho um filho com deficiência mental que está em escola especial com 33 anos de idade, mas não está mais na carteira, porque já tem 33 anos, está trabalhando, educação para o trabalho, educação de jovens e adultos, são outras coisas. E o documento do Ministério da Educação preliminar diz: "não pode mais ter escola especial no Brasil". 3500 municípios não têm nada. O documento diz: "todas as escolas especiais têm que deixar de ser escolas". Eu digo: um trabalho de mais de 50 anos. Os surdos no Brasil que estudam em escolas especiais estão se mobilizando, as APAES estão se mobilizando. Só no meu estado no Paraná já existem um milhão de assinaturas, só num estado para dizer: olhem, parem com essa bobagem. Não é por aí que o Brasil vai progredir. E ao mesmo tempo ameaçando, dizendo se não se coadunar com isto nós não vamos mais fazer convênio, parceria e tal. Ao arrepio do que diz a Constituição é a LDB porque a LDB diz, por exemplo, as crianças, jovens e adultos

que não puderem estar na classe comum têm que ter outras iniciativas educacionais de qualidade como escolas especiais.

Então, para deixar bem claro para a sociedade que eu sou totalmente a favor de que se abra espaços na escola comum. Tem que abrir, tem que qualificar professor, ter equipamento, material; ajudar e fazer, tudo que for possível tem que ser feito. Agora isso não significa terminar com a escola especial porque escola especial é uma escola autorizada, educação básica e tudo. Isso acontece no mundo inteiro. Por que isso? Porque a pessoa com deficiência o universo é muito variado. Quando a família tem um filho com deficiência severa, mais severa, criança surda cega, poxa, criança com deficiência mental severa, distúrbio mental psiquiátrico, associado, deficiência múltipla; tem criança que tem deficiência mental, tem problema visual, tem problema auditivo, tudo junto, quer dizer, uma deficiência múltipla, casos que exigem mais. A última coisa que família vai perguntar é onde que o filho vai estudar, se é aqui, se é lá, ou isso ou aquilo; a família diz: eu quero que o meu filho seja bem atendido para se desenvolver, para ser feliz, para participar, não é para dizer assim ah... Agora se for criada outras situações na escola comum está ótimo, ninguém é contra. Agora, até para dar opção para a família, no final, ou estuda aqui, ou estuda lá, bota aqui, bota lá, não tem problema. E é assim no mundo inteiro, pode ir para a França, Inglaterra, Canadá, Estados Unidos onde quiser, é assim. Inclusive, eu visitei na Inglaterra escolas especiais onde o jovem fica o ano inteiro na escola especial, eu não concordo, com isso eu não concordo, porque eu acho que o jovem tem que ficar com a família, com a comunidade, vai para a escola, volta para casa e tal, essas coisas todas, não pode ficar o ano inteiro na escola especial como acontece na Europa. Então vamos com calma.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Permite um aparte, Senador. Eu fico impressionado com o seguinte, uma ação dessa acaba resultando em algo dramático mesmo, o fechamento dessas escolas. Eu queria ver a mesma eficiência do estado, do aparato estatal para fechar bingo, caça níquel, ponto de droga. Entende? Aí que o estado deveria investir toda a sua energia para fechar essas pragas. Agora a mesma energia que o estado tenta empregar para fechar essas escolas especiais, como diz V. Exa. que tem um lastro de tradição de mais de 50 anos, tem prestado relevantes serviços, centenas de... Como diz V. Exa. Negócio de doido isso. Que o estado empregue toda essa energia para fechar casa de bingo, caça níquel, ponto de droga no nosso país, eu acho que prestaria um grande serviço à nação e

não se empenhar em fechar instituições que prestam relevantes serviços a milhões de usuários e centenas de milhares de famílias.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer que o meu filho e os amigos dele que são felizes, estão trabalhando, fazem isso, fazem aquilo, tem um grupo e tal, estudam em escola especial, eles me questionam todo dia se eu já falei com o Presidente Lula porque eles querem escola especial. Eu digo: olha estamos brigando, vamos brigar e isso não vai acontecer. E eu falei para o Ministro da Educação: olha, Sr. Ministro o senhor está sendo enganado, ludibriado. Usei essas palavras enganado, ludibriado por pessoas que não entendem da área, que não sabem o que estão fazendo, que foram indicadas por apadrinhamentos e que de repente causam um transtorno nacional pela incompetência. Então disse para o Ministro. Hoje à tarde temos audiência com o Ministro. Eu disse para ele: queremos por um ponto final nisso. Chega. A pessoa com deficiência e sua família não podem ficar sendo perseguidos no Brasil como vendo acontecendo hoje e nunca aconteceu isso, sempre houve um respeito, um diálogo, uma solidariedade; nós queremos colocar um ponto final nisso porque não admitimos. Chega, chega de perseguição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sobre o mesmo tema Senador Cristovam?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Arns eu cheguei e o senhor já estava falando que se trata do problema da inclusão ou não. Não é isso? Então eu comparto com o senhor. A idéia da inclusão é positiva, mas não pode ser compulsória, ela tem que ser positiva na medida em que põe junto crianças portadoras de deficiência com crianças não portadoras, isso é bom para ambas as crianças. Agora, há certos ensinamentos que exigem especialidade, por exemplo, a inclusão na escola ajuda a inclusão na escola, mas não ajuda a inclusão na sociedade, porque não ensina um ofício ao portador de deficiência porque a nossa escola não ensina o ofício nem para os portadores e nem para os que não são portadores.

Eu tenho visitado escola que, por exemplo, formam pessoas com síndrome de down para atividades profissionais que elas podem desempenhar. Eu vi garçons funcionando eficientemente, eu vi cozinheira, excelente cozinheira, eu comi, portadora, jardineiros aprendendo, artistas, artesãos de alta qualidade, comprei peças. Isso não aprenderiam na escola tradicional. Então eu acho que a inclusão é positiva, deve ser incentivada ao máximo, mas ao lado disso a gente deve não só tolerar, mas incentivar escolas especiais que possam trazer esse lado da inclusão na sociedade,

na vida econômica e não apenas a inclusão na vida educacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia sobre o mesmo tema?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sr. Presidente eu também queria apenas compartilhar tanto com o Senador Flávio Arns como também com o Senador Cristovam Buarque que são, na verdade, dois grandes especialistas um em educação e outro num tema que são as crianças, as pessoas portadoras de deficiência. Eu, durante muito tempo, pensei que era necessário, talvez que essa transição fosse feita da forma mais rápida possível, a inclusão. Com o passar do tempo nós percebemos que a escola brasileira, infelizmente, ela não tem ainda condição suficiente para, realmente, atender essas crianças da forma como devem ser atendidas. O Senador Cristovam Buarque levanta uma questão que eu acho que é muito relevante que é a nossa educação, a educação das nossas crianças, dos nossos jovens. Nos últimos três dias a imprensa tem colocado dados que são alarmantes em relação à qualidade do ensino brasileiro. Como muitas vezes os nossos filhos, as nossas crianças não conseguem ser incluídos na sociedade ou não conseguem galgar uma posição na sociedade, em função de um ensino de péssima qualidade. Então dentro desse ambiente que ainda é muito ruim para as crianças que não portadoras de nenhum tipo de deficiência, mas que já mostra a deficiência da educação no nosso país, é preciso que essa inclusão seja feita e eu sou daquelas que defende essa inclusão porque convivo também com crianças, com jovens que têm algum tipo de deficiência. Eu sei da labuta, do desespero de mães e de pais na hora da busca da tentativa da inclusão, mas que infelizmente a escola ainda não está preparada completamente para isso. É preciso dar um passo adiante e eu quero aqui concordar com o Senador Flávio Arns, ele é também daqueles que defende a inclusão desde que nós tenhamos a capacidade de receber realmente essas crianças e não só incluí-las dentro da escola, mas na sociedade como um todo.

Infelizmente, as profissionais ou os ofícios que são oferecidos não só às pessoas, Senador Flávio Arns, portador de deficiência, mas também as pessoas mais pobres do país, são políticas muito pobres, são políticas sem nenhum tipo de criatividade ou de ousadia que levem em conta as necessidades, os anseios, os sonhos das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Por isso eu acho que a escola precisa passar por uma grande mudança, na verdade, eu acho que a escola precisa passar por uma verdadeira revolução que faça com que as nossas crianças aprendam de verdade, que façam com que os professores tenham, de novo,

o prazer de ensinar, o gosto de ensinar sabendo que aquilo ali vai ser a coisa mais importante ou talvez a única ferramenta já comprovada para que as pessoas possam melhorar de vida, para que as pessoas possam ter uma vida muito melhor com mais dignidade.

Portanto, eu quero parabenizar, mais uma vez, o Senador Flávio Arns que é uma liderança nessa área, nos aconselhando com a sua paciência, com o seu equilíbrio, com a sua sensatez, fazendo disso uma bandeira e uma luta, mas sem a intransigência que, muitas vezes, atrapalha o debate e a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, eu faço uma consulta a V. Exa. Eu acho esse tema um tema importante e apaixonante e não pode ficar dúvida, e tenho assistido a sua preocupação e o debate que está acontecendo nos estados sobre essa situação.

Se V. Exa. assim entender, até o fim da reunião, nós poderíamos aprovar o requerimento para uma Audiência Pública só sobre esse tema e chamarmos as partes que estão debatendo. Qual é o objetivo? É tentar buscarmos, efetivamente, uma alternativa que evite essa situação que pelo depoimento dado por V. Exa., de fato, está criando uma situação, eu diria, no mínimo, não é só de constrangimento até de uma enorme preocupação de todas as famílias que têm pessoas com deficiência e as entidades que atuamos nessa área. Se V. Exa. assim entender a assessoria faria um requerimento e nós faríamos uma Audiência Pública para ouvirmos todo os setores e a nossa posição aqui está muito clara já quanto a esse tema.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Paulo Paim, eu queria só sugerir se concordar o Senador Flávio Arns que nós possamos também utilizar a subcomissão dessa Comissão de Direitos Humanos, a subcomissão da criança e do adolescente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. E poderíamos fazer até em parceria com Assuntos Sociais pela importância do tema. Senador Flávio Arns o adendo da Senadora Patrícia se entender.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sem dúvida, nós podemos até discutir, eu acho que seria interessante primeiro até aguardar a posição hoje da audiência que vai acontecer hoje à tarde porque o Ministro também disse para mim por telefone, eu disse: nós temos que botar um ponto final porque não dá mais, toda hora uma confusão danada. E ele disse que também era a intenção dele colocar um ponto final nesse debate inócuo. Então, eu até sugeriria que a gente aguardasse o que não impediria, naturalmente, que esse tema fosse debatido também na sequência. Agora, eu só quero dizer que o Senador Cristovam usou a palavra

“compulsoriamente”, de fato, é o que a Constituição diz, a constituição diz: “os alunos têm que estar preferencialmente na classe comum”, e eu concordo com isso, como eu disse, eu acho que a escola comum tem que abrir ainda muito mais e temos que fazer esse esforço. A constituição não diz: “exclusivamente, “preferencialmente”. Porque a gente sempre tem que pensar que na área da deficiência a gente se lembra da pessoa surda, da pessoa cega, mas têm muitos surdos no Brasil que ele no sentido de alta advocacia que é importante também escutar a pessoa com deficiência, o que é que ele acha, que eles dizem: nós preferimos escola especial ou um entendimento especial. Eu fiz uma reunião com surdos outro dia, 50 surdos que estavam no ensino médio, dizendo: olha, a gente não está conseguindo acompanhar física, química, biologia e a gente tem que terminar o ensino médio, a gente precisa fazer vestibular, precisamos ir para frente.

Então nós preferiríamos muito mais aqui dentro da escola comum um programa que nos atendesse nas nossas especificidades, vamos dizer assim, o que eu acho extremamente justo. A própria pessoas surda, ele auto-advogando dizendo isso. Não, mas não pode, tem que ficar da classe comum. Eu digo: é um absurdo isso, é fala de coerência. A gente quer que a pessoa se inclua. A Senadora Patrícia falou: educação é fundamental. Por exemplo, meu filho, 33 anos de idade, ele vai para a classe comum, não tem nem cabimento dizer que vai para a classe, não é mais a necessidade de classe comum, classe comum com 33 anos é educação para o trabalho, tem que trabalhar, aprender e tal, fazer outras coisas. Nós até dissemos, só para concluir, último argumento, dissemos: vamos abrir uma escola comum, desde que a família tenha opção e se for tão bom vai acabar naturalmente, não tem mais o que discutir na sequência. Mas em todo caso é um debate. Mas vamos aguardar, Sr. Presidente, eu sugeriria já que essa audiência está marcada para o dia de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então a decisão que tomamos é essa, vamos esperar a audiência de hoje, vamos torcer para um entendimento, tenho quase certeza que vai haver um entendimento, e caso contrário, faremos uma Audiência Pública.

Senadora Ideli, por favor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente, eu acho que o encaminhamento foi bastante adequado, aguardamos a posição do Ministério, e caso ela não seja satisfatória, adequada eu acho que aí a Comissão em parceria com a Comissão de Assuntos Sociais, tem plenas condições de fazer o encaminhamento da audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Ideli, me permite, deixa-me só botar em votação o requerimento, que estava em votação. Então os que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado. Que é sobre a semana da pessoa com deficiência. Aprovado. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, Sr. Presidente, só porque eu tenho agora às 10h uma audiência que eu não tenho como atrasar. Eu gostaria de ver a possibilidade de poder fazer uma inversão de pauta, de um projeto de minha autoria que V. Exa. relatou que é o item 8 e, se for possível, o item 10 que eu sou relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pergunto ao plenário se concordam com a inversão de pauta proposta pela Senadora Ideli do item 8 e o item 10. Eu já proporia que o primeiro fosse que V. Exa. relata. Depois eu passo a presidência para o meu vice e faria o meu relatório. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Senadora Ideli para apresentar o seu relatório.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Na realidade, o item nº 10 é uma solicitação, um ofício que foi encaminhado pela Comunidade dos Remanescentes do Quilombo São Roque na localidade de Pedra Branca no município de Praia Grande lá no meu estado. Eles informam a situação extremamente delicada que se encontra a comunidade, pedem uma série de providências acerca da situação vivenciada, falta de condições de habitação, de saúde, ou abandono. E foi encaminhado à Comissão e o nosso parecer é pelo imediato encaminhamento a SEPIR Secretaria de Políticas de Igualdade Racial, até porque há na secretaria toda uma estrutura de acompanhamento dos remanescentes de quilombos. Então o nosso parecer é pelo encaminhamento imediato à SEPIR para que as providências possam ser tomadas pela secretaria.

E, obviamente, sendo encaminhada a SEPIR que é quem tem a responsabilidade a matéria deixaria de tramitar aqui na Comissão, então seria pelo arquivamento. Encaminha-se a SEPIR se arquivaria a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Não havendo quem queira discutir eu coloco em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o parecer da nobre relatora permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nesse momento eu passo a presidência ao Senador Cícero Lucena, nosso vice-presidente para que eu possa relatar o item nº 8.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Após ter sido aprovada a inversão de

pauta, o item 8 agora será votado não terminativo de autoria da Senadora Ideli salvatti tendo como relator o Senador Paulo Paim que institui o sistema de reserva de vaga para estudantes regresso de escolas públicas nas instituições federais de educação profissional e tecnológico. Com a palavra o Sr. Relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou tentar sintetizar Senadora Ideli o relatório, já que eu estou totalmente favorável até pelo trabalho que todos nós temos feito nessa área do ensino técnico e escolas públicas também. Por isso eu vou sintetizar na última folha, são quase sete folhas, o relatório muito bem feito pela consultoria, porque, normalmente, a consultaria que remete para o Senador e o Senador apresenta. Então diz aqui o seguinte. Faz-se necessário, portanto, uma alteração no art. 4º objetivando tomar o projeto isento de vícios viabilizando assim sua aprovação pelo Congresso Nacional, como já mencionado no texto original da propositura atribui ao Ministério da Educação a responsabilidade pela implementação do processo de acompanhamento e avaliação do sistema de reserva de vagas que institui conjuntamente com mais dois órgãos federais envolvidos com o tema. Ao constar do texto do projeto esse pressuposto gera-se uma inconstitucionalidade à luz do art. 84 4 letra A da Constituição Federal de 88. Daí para que não fique excluída a proposta a necessidade de ser realizada um processo de acompanhamento e avaliação permanente proponho a presente emenda modificativa. Voto pelas razões expedidas, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 546 2007 com a seguinte emenda: dar-se ao art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 546/2007 a seguinte redação: "cabará ao Poder Executivo regulamentar o processo de acompanhamento e avaliação do sistema implantado". Eu gostaria que a Senadora Ideli fizesse algumas considerações sobre a sua proposta para esclarecer ao plenário alguma dúvida.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, primeiro eu agradeço o parecer favorável...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senadora, se a senhora me permite eu já daria um passo, colocaria em discussão e já passo a palavra então a senhora. Em discussão com a palavra a Senadora autora do projeto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço Senador. Resumindo, o projeto tem como objetivo. Nós estamos num processo de ampliação do ensino técnico profissionalizante federal. Nós estamos aí acompanhando, já tivemos inúmeras unidades inauguradas em vários estados, vou usar o exemplo do meu estado que é bastante emblemático e ele se estende para o país como um todo. Santa Catarina a primeira unidade de ensino profissional federal é de 1909, foram 14

unidades criadas em todo o Brasil, em 1909 Santa Catarina recebeu a primeira. De 1909 até 2005 Santa Catarina pulou de 1 para 3 unidades apenas de escolas técnicas federais. E eu digo 2005 porque foi só em 2005 que nós conseguimos derrubar a lei que impedia a ampliação do ensino técnico, a não ser que fosse em parceria com a iniciativa privada estados ou municípios. De 2005 para cá, então veja bem, de 1909 até 2005 3, de 2003 para cá Santa Catarina já inaugurou três, está construindo a quarta e nós temos agora no plano de expansão mais sete. No Brasil como um todo são mais de 200 novas escolas técnicas que estão no plano de expansão. Acontece que os alunos, as vagas nas escolas técnicas federais são mais disputadas... Tem situações que é disputada do que vestibular e tem um processo de seleção e, obviamente, até pela questão da qualidade do ensino e dificultados e tal, acaba tendo também para o CEFET muito daquela relação infeliz que nós temos nas nossas universidades federais que nós temos um número proporcionalmente muito maior de alunos na escola pública no nível de ensino anterior e quando chega na instituição de ensino superior ou na de formação técnica você inverte totalmente esta correlação.

Então o objetivo do projeto é de reservar metade das vagas no processo seletivo, metade das vagas obrigatoriamente terão que ser destinadas a alunos oriundos de escolas públicas, quem fez o ensino fundamental em escola pública, reservando na proporção que exista na população do estado o percentual do afro-descendente e do indígena, sendo que as vagas não ocupadas...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Ideli me permite, porque eu acho que esse é um critério interessantíssimo. O estado que tem 5% de negros a cota é cinco. Eu acho que é a melhor forma de encaminhar esse processo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Tem 0,5% de população indígena é 0,5% de... Mas, pelo menos, reserva o direito, se a vaga não for ocupada pelos que as vagas foram separadas, as vagas, obviamente, serão ocupadas por todos os que participaram do processo. Então o projeto singelamente é isso, é permitir que os oriundos de escolas públicas tenham uma reserva até para que a gente, como é muito disputado e...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Um aparte, Senadora. A senhora está se referindo essa reserva é de vagas ociosas?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, não é das vagas do processo seletivo como um todo. Vai ter processo seletivo para alunos dos cursos das escolas técnicas federais, metade, obrigatoriamente,

fica reservado... Claro que se não for ocupado os demais também poderão...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas eles participarão do processo de seleção?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Obviamente, participarão do processo de seleção, com o processo de seleção.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em resumo, metade para a escola pública e metade para a escola privada.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O processo de seleção vai ter a classificação, portanto, se todos os classificados forem da escola pública, todos serão da escola pública, agora nessa classificação, no mínimo, metade tem que ser da escola pública. Porque o ensino profissionalizante é uma das melhores maneiras de você fazer mobilidade social, porque é exatamente acessando a escolaridade profissionalizante que, muitas vezes, acaba virando, inclusive, a situação da família. O jovem que consegue a partir do curso profissionalizante um emprego melhor e consegue dar a mudança até na própria situação econômica da família, por isso que eu acho que é legítimo. Nós estamos propondo isto também, tem proposta do governo no sentido das próprias universidades federais também de ter esta cota mínima para alunos oriundos de escolas públicas e do meu ponto de vista é algo legítimo, até porque é o seguinte: no caso da universidade nós tivemos, quando eu aprovei o projeto do FIES esse dados eram muito contundentes, nós tivemos nos últimos dez anos o que há dez saía do ensino médio meio o meio, metade de escola pública, metade de escola particular, hoje nós estamos, cresceu, ampliou 10, 15 vezes e nós temos, praticamente, quase 90% saindo de escola pública e apenas 10% terminando o ensino médio de escola particular. Só que quando você pega quem é aprovado nos vestibulares das universidades públicas é exatamente o inverso. Então, nós temos que ter garantia que esse contingente imenso que está vindo da escola pública ele tenha oportunidade sim, de poder se profissionalizar ou fazer o curso superior. É uma medida de mobilidade social muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Antes de passar para a Senadora Patrícia, me permita dar um testemunho de uma experiência. Como prefeito que fui da minha cidade, cidade de João Pessoa, eu desenvolvi um projeto com a CEFET, no caso, a escola técnica federal da Paraíba na cidade de João Pessoa que para mim foi uma experiência muito rica. Nós criamos uma turma, um limite de vagas de 40 alunos no CEFET por ano onde esses 40 alunos, inicialmente, foram oriundos da rede municipal da cidade

da João Pessoa. Como foi feita essa seleção, Senadora Ideli? Cada escola, no caso, nós tínhamos 90 escola fazia uma pré-seleção e os dois melhores alunos ao terminar o 1º grau, o ensino, eles participavam então de uma seleção e os 180 alunos, no caso, passava os 40. Eram garantidas 40 vagas para a rede municipal de ensino na cidade de João Pessoa. Só que nós tivemos complementando isso alguns detalhes que nós cuidamos. Quais foram os detalhes? Primeiro, pelo porte da cidade de João Pessoa muitas dessas crianças cursavam na rede municipal perto de casa, sem o custo do transporte, e aí nós tivemos o cuidado de quando esses alunos passaram a estudar em parceria com o sindicato de transporte coletivo eles forneciam o vale transporte para esses alunos conseguirem cursar.

Na mesma forma como nós fornecíamos o fardamento escolar para os nossos alunos e por uma experiência que vi e já tratei e não vou me alongar aqui, nós também fornecemos o fardamento para esses 40 alunos para eles terem a mesma condição visual daqueles que poderiam comprar o fardamento da escola técnica que não é fornecido gratuitamente. E tivemos ainda uma outra preocupação de que em parceria com a própria escola técnica a prefeitura fazia, eles iriam cursar à noite, porque muitos deles começaram a trabalhar durante o dia, e eles recebiam um reforço alimentar antes de iniciar as aulas na escola técnica à noite. E quero lhe dizer que no primeiro ano dos 40 alunos da escola técnica e todos sabem da qualidade da escola técnica, em particular do CEFET de João Pessoa, o quanto é eficiente, o quanto prepara os alunos não só para o curso profissionalizante, mas também até para os cursos superiores que conseguem vagas nas universidades, dos 40 primeiros alunos da rede municipal de João Pessoa 38 passaram de ano. Uma demonstração clara de que nós demos um passo importante e depois nós sabemos que alguns CEFETs adotaram isso. Então esse é o meu testemunho, parabenizando e reconhecendo a importância desse projeto para que não seja mais experiências isoladas e sim que nós possamos adotar como obrigatoriedade em todo o Brasil, só alertando que desses detalhes e aí sim, entre estados, municípios e as escolas técnicas possam ser complementares. Sugeri também isso na última Audiência Pública que nós tivemos sobre educação profissionalizante com a Confederação Nacional das Indústrias que aproveitasse esses cursos profissionalizantes do SENAI e também do SESC, se fosse o caso, em parceria com as escolas públicas. Era essa a minha contribuição renovando o meu conhecimento e o parabéns pela iniciativa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Senador Cícero, e quero, inclusive, aqui dar o

testemunho porque assim, o ensino profissionalizante nas nossas escolas técnicas é tão bom, tão bom que sempre no resultado do ENEM os primeiros colocados são do CEFET. Inclusive, eu registrei no plenário agora esta semana o resultado da premiação do Ministério da Educação e da Saúde no processo educacional da questão da Aids, foram premiadas as experiências, as iniciativas, e o primeiro lugar até para muito orgulho meu, de Santa Catarina, a escola premiada foi o CEFET de Santa Catarina que desenvolveu uma máquina que permite o fornecimento da camisinha mediante todo um programa desenvolvido de conscientização dentro da unidade escolar com o acompanhamento, o aluno, inclusive, pode ter a camisinha de forma discreta sem chamar atenção, obtendo na máquina que eles adaptaram daquelas máquinas de refrigerante, eles fizeram uma adaptação e ganharam, a escola acabou ganhando o prêmio pelo desenvolvimento da máquina e do programa de conscientização da questão sexual com os alunos do CEFET de Santa Catarina. Foi, inclusive, muito elogiado. O Ministro da Educação, o Fernando Haddad, inclusive, vai estar em Santa Catarina agora na segunda-feira e irá visitar o CEFET onde o programa está sendo implementado.

E para corroborar de que é muito importante essa política afirmativa de dar as oportunidades porque o ProUni, por exemplo, foi um exemplo inequívoco. O que é que diziam quando o ProUni estava sendo rebatido? Vai rebaixar a qualidade das universidades, só pelo critério da faixa de renda, afro-descendentes, portadores de deficiência; isso vai fazer com que o nível das nossas universidades particulares seja reduzido. Qual é o resultado do ENADE? Os primeiros colocados no ENAD são do ProUni. Porque quem tem a oportunidade, Senador Cícero, não abre mão, agarra, é só essa, não vou ter outra. Essa é a realidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): É verdade. Obrigado, Senadora.

Em discussão. Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya, depois o Senador Wellington Salgado.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Presidente, eu só gostaria de parabenizar a Senadora Ideli por essa iniciativa. Eu acho que foi uma idéia muito importante porque há realmente essa inversão no ensino brasileiro. Eu sempre dou exemplo de duas crianças, uma de classe média e uma criança mais pobre. A de classe média faz a vida inteira, completa os seus estudos numa escola particular, enquanto as crianças mais pobres apelam para a escola pública, quando terminam o básico o que acontece é exatamente essa inversão. Os alunos que mais passam no vestibular são os alunos oriundos da escola particular, enquanto as crianças, adolescentes da escola pública

acabam tendo que pagar ou desistir de ter um diploma em função do preço das universidades.

Então, eu quero parabenizar a Senadora Ideli. Eu acho que esse é um passo importante para diminuir essas igualdades que existem no nosso país, principalmente, em relação à educação. Isso vai dar a possibilidade, como disse V. Exa., Senador Cícero Lucena como já fez a experiência na sua terra como prefeito de que é uma experiência possível de dar certo, que realmente dar um resgate aos alunos oriundos da escola pública, sem deixar de nos lembrarmos o tempo inteiro da importância de mudarmos a escola pública e a qualidade da escola pública no nosso país. Eu quero parabenizar a Senadora Ideli, parabenizar o Senador Paulo Paim pelo seu relatório e eu espero que a gente aprove mais essa iniciativa em direção a resgatar uma vida melhor para os nossos filhos e as nossas filhas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado Senadora Patrícia. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, Presidente da CDH, Sr. Senador Cícero Lucena Vice-presidente, Senador Geraldo e todos aqui presentes. Eu vou votar favorável a esse projeto.

Agora eu queria fazer uma colocação muito importante que, muitas vezes, se fala na questão da qualidade antiga da escola pública e qualidade da escola pública atual. A escola pública teve uma qualidade que era dita a qualidade da escola pública anteriormente por quê? Porque nós tínhamos aí somente 30% das pessoas que estudavam antigamente. Então conseqüentemente acabava indo para a escola pública aqueles que tinham melhores condições financeiras, porque tinham poucos que tinham acesso à escolaridade. E isso mudou, mas ficou, hoje todos têm acesso e, conseqüentemente, com essa discussão de que vai para a escola pública somente quem vem da escola particular, na sua grande maioria, eu vejo que nós temos que criar critérios para que se possa corrigir essa desigualdade, dando condições àqueles que não tiveram acesso ao ensino, talvez de grande qualidade, mas temos que ter muito cuidado, porque esse sistema de seleção que acontece acaba levando algumas universidades públicas e até mesmo a escola técnica a ter bons alunos, que na sua maioria, vem de escola particular porque tem melhores condições de pagar, e nós temos que corrigir essa desigualdade, mas temos que corrigir de uma maneira que, de repente, não se perca a qualidade das escolas públicas, tanto das escolas técnicas ou das universidades federais. Então precisamos estudar melhor tudo que está acontecen-

do. Não é simplesmente pegar e criar esse caminho direto com as vagas, nós temos que ter um processo de seleção tanto de conhecimento, quanto de posição social em relação ao acesso à boa qualidade das escolas técnicas e da Universidade Federal.

Uma outra questão que eu queria colocar e que muitos esquecem, é que no governo anterior para que se abrisse uma escola técnica teria que se ter uma espécie de sociedade com alguma associação de classe daquela determinada cidade ou daquele estado. E o Ministro Fernando Haddad com a sua equipe acabou com isso, hoje o governo abre, quer dizer, tinha uma lei dizendo que você não podia abrir uma escola técnica se não houvesse uma parceria com alguma instituição da cidade ou do estado. E o Ministro Fernando Haddad chegando acaba com essa legislação, nós votamos aqui e hoje o governo abre uma escola técnica com recurso do governo aonde tem a necessidade de ter uma escola técnica. Isso eu acho que foi uma grande vitória desse governo, acabou com essa questão de que só vou abrir uma escola técnica se tiver uma parceria com uma organização do estado, ou do município aonde vai se abrir. No entanto, não, o governo assume essa responsabilidade e abre onde tem a demanda ou a necessidade de ter uma escola técnica voltada para a necessidade daquela região. Então essa foi uma grande vitória desse governo, talvez por aí, como a Senadora Ideli salvatti colocou foram criada uma grande quantidade de escola técnica no país, depois que nós acabamos com essa legislação que proibia de o governo de abrir sempre que houvesse uma parceria. Então, Sr. Presidente, vou votar com o relatório, mas pediria que esta Comissão tivesse uma discussão mais ampla lá procurando ver como é que nós vamos resolver as questões sociais, dando acesso ao ensino de qualidade sem deixar baixar a qualidade dessa instituição seja ela federal, de terceiro grau ou seja uma escola técnica. Só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu queria só fazer uma ponderação com o relator do projeto e com a autora do projeto, com base em algumas coisas. Agora a pouco a gente fez uma discussão sobre a pessoa com deficiência e mostramos que várias pessoas com deficiência têm acesso à educação em termos de escolas especiais que não são públicas, eu diria que são públicas, porém, não estatais, por exemplo, o aluno surdo, o aluno cego, muitas vezes, ainda está em escola especial com paralisia cerebral, enfim, outras pessoas. E, ao mesmo tempo, o Ministério da Educação sempre vem procurando criar critérios para que as pessoas com deficiência tenham acesso tam-

bém ao ensino superior, porque houve um processo, sem dúvida, de marginalização e discriminação durante muito tempo, e, ao mesmo tempo, também a gente vê na lei atual que reserva um percentual de vagas para pessoas com deficiência em empresas, bancos e tal que muitos alegam que não pode contratar porque não têm as pessoas habilitadas, então tem que haver um processo de incentivo para isso.

Então, eu pensei relator e autora se houvesse um parágrafo, por exemplo, no art. 2º transformáramos o § único em 1º e teríamos um parágrafo 2º com a seguinte redação: as pessoas com deficiência, independentemente, do fato de terem cursado educação básica em escolas públicas terão acesso às vagas reservadas conforme regulamentação a ser feita pelo Poder Executivo. Por que isto? Porque o Poder Executivo pode perfeitamente fazer um senso educacional para ver se tem mais pessoas, menos pessoas num estado. Porque até nós estávamos discutindo se a gente colocaria um percentual, se colocar o percentual de 14% que é o percentual do IBGE ou de 10% que é o percentual da Organização Mundial de Saúde esta situação vai variar muito de estado para estado, porque tem estados que tem mais pessoas, estados que tem menos pessoas, tem pessoas com deficiência porque já estão incluídas no ensino, felizmente, já estão incluídas no ensino fundamental. Então cada estado tem uma situação. Então, conforme a regulamentação, pelo menos, abrir essa possibilidade para o Poder Executivo poder pensar sobre o assunto e criar as normas relacionadas a isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a palavra o relator.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu já dei o sinal.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Senadora Ideli já fez o sinal que concorda, a relatoria também concorda. Então, eu me dirijo ao presidente por parte do relator nós votaríamos o projeto com a emenda formulada pelo Senador Flávio Arns.

E eu faço um apelo aqui ainda como relator, que teremos duas votações com projetos terminativos, inclusive, são emendas do Senador Suplicy depois dessa votação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, só uma palavrinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu peço até desculpas, não queria atrapalhar, mas é tão meritório esse projeto, Vice-presidente Senador Lucena que há algum tempo caminhando por São Paulo em outras campanhas nós vimos a dedicação do então

governador Geraldo Alckmin em criar as escolas profissionalizantes nos municípios com a tecnologia da vocação da cidade, porque não adianta eu botar uma escola porque a cidade não vai ter emprego amanhã. Então tem uma região que é a indústria moveleira, então a escola técnica que tem que ser voltada para esta atividade. Então é um projeto que, realmente traz uma amplitude muito grande e o critério de instalação é que tem que ser cauteloso para não achar que qualquer escola técnica vai resolver. Porque ao tempo que eu estudei tinha escola praticamente profissionalizante, contabilidade que foi acabando durante o tempo com as reformas que a educação fez. Então, eu queria cumprimentar o autor quem foi? Desculpa. Senadora Ideli Salvatti, muito dedicada, professora, conhece o que é o ensino, mas há uma ânsia muito grande pelas escolas profissionalizantes. Talvez é um papel muito melhor do que o FAT faz para aprimorar a profissionalização do trabalhador em vista da busca de tecnologia hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Senador Tuma. Então a proposição é que a emenda seja do relator porque fica na redação acatada. Não havendo mais quem queira discutir. Encerro a discussão. Em votação. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Passo a presidência ao Senador Paulo Paim.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós só temos um projeto terminativo e é um projeto de consenso, são duas emendas que o Senador Suplicy coloca, há um projeto da Senadora Patrícia e que a relatora foi a Fátima Cleide. Eu pediria à Senadora Ideli que se ela pudesse votar daí teríamos número, como já foi lido o relatório...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Posso já deixar o meu voto agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora ela só vai dizer que acata as emendas e nós colocamos em votação.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Isso, Sr. Presidente, para ser bem breve, até porque tem um assunto muito importante que eu quero discutir aqui na Comissão de Direitos Humanos hoje ainda. Só para dizer que nós acatamos as duas emendas do Senador Suplicy. O nosso voto é favorável à aprovação do projeto apresentado pela Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em votação. Senadora Ideli como é que vota?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Voto sim, Sr. Presidente, com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Paim. Senadora Patrícia?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Inácio Arruda? José Nery. Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sérgio Zambiasi, Sibá Machado, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Wellington Salgado como vota.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relato.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Gilvam Borges, César Borges, Eliseu Resende, Romeu Tuma, Jonas Pinheiro, Artur Virgílio, Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Romeu Tuma, sim; Cícero Lucena, sim; Magno Malta; Mão Santa, Romero Jucá, Edison Lobão, Valter Pereira, Jarbas Vasconcelos, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Maria do Carmo, Mário Couto, Lucia Vânia, Papaléo Paes. O projeto foi aprovado com as emendas. Nós teremos outras votações, mas nenhuma delas são terminativas.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Presidente, eu só gostaria de agradecer a posição de todos os Senadores, agradecer a Senadora Fátima Cleide, o Senador Suplicy, principalmente, a Senadora Fátima Cleide que foi relatora desse projeto. Eu acho que é um salto também importante que é justamente dispor sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente, os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes. Eu acho que isso vai ser importante porque na sociedade brasileira ainda existe muito desconhecimento sobre esses direitos que são fundamentais. E há muita transgressão em relação a esses direitos. Eu acho que a gente vai avançar no sentido de preservar os direitos, principalmente, das crianças, dos adolescentes e das mulheres. Eu agradeço a todos os Senadores, principalmente, a Senadora Fátima Cleide pelo relatório cuidadoso, minucioso que fez e atenção também do

Senador Suplicy a oferecer essas emendas. Muito obrigada a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero só informar antes de passar ao plenário novamente e sei que a Senadora Fátima Cleide quer discutir um tema dizendo que item 4 que trata do plebiscito, autor Senador Gerson Camata, relator Senador Paulo Duque, saiu de pauta até porque este Senador numa homenagem, eu acho mais do que justa, ao Senador Mesquita Júnior eu apresentei uma emenda dando a ele todo o mérito na justificava de uma PEC que ele apresentou no plenário onde ele queria que o CPMF fosse, no futuro, submetido a um plebiscito. Como a PEC, segundo ele me informou... Emenda PEC da CPMF, como a emenda foi rejeitada eu apresentei aqui para fortalecer esse debate para que a CPMF um dia fosse submetida à população. Falei com o relator da matéria o Paulo Duque, ele vai estudar, recebeu as emendas e então nós chegamos por entendimento de pauta.

Alguma colocação? Então saiu de pauta o item 4, Nós antes de entrarmos no item 5 que é terminativo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente, sobre a questão da PEC sobre o referendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A emenda, a PEC da CPMF proposta pelo Senador Mesquita Júnior.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu só queria pedir uma informação porque está tramitando na CCJ também um projeto, por exemplo, de minha autoria e de muitos Senadores porque é, inclusive, uma proposição da OAB, do professor Fábio Conder comparado sobre a questão de referendos e plebiscitos. O relator é o Senador Aloízio Mercadante que ficou de dar o seu parecer, acho que na próxima semana, que já faz alguns meses, dois meses, pelo menos, que ele pediu para aguardar mais agora diz que iria apresentar. Então, está sendo examinado na CCJ, guarda a relação, portanto, com esse projeto. A minha pergunta é se esse projeto já passou na CCJ?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não. Esse projeto já passou. Aqui eu apresentei uma emenda e faço toda a descrição dando mérito ao Senador Mesquita Júnior que propõe o plebiscito também para a CPMF. Só isso. O relator Paulo Duque recebeu a emenda com as considerações que fiz e vai analisar. Ponto. Mas saiu de pauta, voltará num outro momento ao debate, se assim essa Comissão entender, aprovar ou não.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Presidente, pela ordem. Eu gostaria também de pedir a retirada do item 5 que eu sou relatora. Ele trata de

conceder ao empregado a possibilidade de ausência do trabalho por até sete dias anuais para acompanhar e assistir dependente portador de deficiência e dá outras providências. O meu relatório, o meu parecer, inclusive, é favorável. Mas conversei agora a pouco com o Senador Flávio Arns, o Ministério do Trabalho nos pede para retirar para poder analisar de forma minuciosa e fazer algumas ponderações. Então, eu peço para retirar de pauta, apesar do parecer ser favorável até que nós possamos encontrar um consenso em relação ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E é bom lembrar que o autor desse projeto é o Senador Flexa Ribeiro. Eu achei interessante a origem. O Senador Flexa Ribeiro...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): O projeto tem muito mérito. Nós apenas queremos...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E como ele tem uma relação muito forte com o empresariado brasileiro eu entendo que só levantar essa possibilidade é importante.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Nós passamos por isso agora não é Senador Paulo Paim com a aprovação da licença maternidade? Primeiro quebrar as resistências e depois aprovar o projeto. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então sai de pauta.

Senadora Fátima Cleide, com a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, tem dias que a gente se surpreende com o processo democrático. Eu queria fazer um registro aqui, fui surpreendida ao chegar nesta Comissão com a informação da mesa de que o PLC 122 o qual eu sou relatora teve um requerimento aprovado em plenário do Senado, e final de ano a gente sempre é surpreendido por essas medidas e este projeto teria ido para a CAS sem que eu tivesse o direito de apresentar o meu relatório aqui nesta Comissão que eu considero uma comissão de mérito.

Então, Sr. Presidente, eu quero fazer o meu registro de repúdio a esta atitude, acho uma atitude antidemocrática de forças que não tenha coragem de vir a público e discutir claramente o que pensam e fazem com que a Comissão de Direitos Humanos que é a comissão mais importante para discutir o mérito desta questão da criminalização da homofobia fique nessa hora amordaçada sem poder manifestar o seu parecer. Não tem nada contra o fato do projeto tramitar na CAS, o que eu acho um absurdo é que isso aconteça antes que o nosso relatório aqui seja apreciado. Acho isto um golpe na democracia. Quero registrar este fato e dizer que lamento muito este tipo de coisa. Nós

tínhamos feito um acordo com o presidente da CDH de que considerando todos os tumultos acontecidos agora neste final de ano na Casa, votação da CPMF, a questão do presidente da mesa; tudo isso nós acordamos com o movimento social, com esta comissão de que colocaríamos o projeto em pauta somente na primeira reunião da Comissão no ano de 2008. Qual é o problema da gente apreciar o relatório? Quem é contra votar não, quem é a favor votar sim? Então nós tínhamos esse entendimento levar esse projeto sem que ele seja apreciado nesta Comissão para a CAS, eu reafirmo, considero um golpe na democracia e uma desconsideração imensa com a Comissão de Direitos Humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Fátima Cleide, eu só para atualizar a todos, eu vou ler o comunicado que eu recebi da presidência do Senado.

O que é que nós dissemos aqui na abertura. Antes de passar para a apreciação da pauta de hoje comunico aos Srs. Senadores que a presidência do Senado encaminhou a esta Comissão ofício nº 1814/2007 comunicando que foi protocolizado na secretaria geral da mesa requerimento de autoria do Senador Gim Argello solicitando que o projeto de lei da Câmara 122/2006 seja encaminhado ao exame da Comissão de Assuntos Sociais e em virtude desse requerimento esse PLC foi remetido à secretaria geral da mesa. O projeto retornará a esta Comissão depois de analisado pela CAS e em seguida será remetido à CCJ. Ou seja, pelo que eu estou entendendo o requerimento...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Está um pouco fora de ordem, não é Sr. Presidente porque nós estamos aqui, o projeto já estava pautado para ser apreciado aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu estou tentando esclarecer.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pelo que o Senador Paim leu, o requerimento não foi apreciado pelo plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não foi apreciado ainda, isso que eu estou tentando colocar. Como o requerimento foi lido, agora ele está no plenário. Ele não foi votado.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): É que a informação que me chegou é que já tinha sido aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não. Eu li exatamente o que está aqui e agora eu fiz a leitura novamente. O requerimento está em plenário para ser apreciado. Se apreciado só para dar informação, passo para V. Exa.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, mas a decisão da mesa está tomada, independentemente de apreciação do requerimento. Porque diz aqui: “e em virtudes desse requerimento esse PL foi remetido à secretaria geral da mesa”.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Saiu desta Comissão e foi para a secretaria geral da mesa. Não foi ainda apreciado o requerimento.

A assessoria ainda lembra aqui, Senadora para ficar bem claro. Para apreciar o requerimento o projeto tem que estar sobre a mesa, porque qualquer dúvida dos senhores parlamentares é lido o projeto, o requerimento é colocado em votação e somente aí é que ele vai para a Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Quero deixar bem claro, Sr. Presidente, que eu não sou contra a tramitação, embora, eu acho que seja uma medida protelatória para a aprovação da matéria, não sou contra a apreciação deste projeto pela CAS. O que eu considero injusto é retirá-lo para a CAS, ser apreciado primeiro na CAS quando nós estamos a um ano discutindo na Comissão de Direitos Humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu entendo até desnecessária, porque nós havíamos feito um acordo a pedido de V. Exa. que esse projeto não seria votado esse ano, só o ano que vem. Senadora Patrícia, Senador Mesquita e Senador Wellington Salgado.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Paulo Paim Presidente desta Comissão, eu quero aqui ser solidária à Senadora Fátima Cleide. Eu acho que mesmo a intenção se não foi votado ainda no plenário, mas mesmo a intenção de se protelar uma matéria que todos nós temos o conhecimento de que ela tramita, é uma matéria polêmica, que tem levado a Senadora Fátima Cleide de forma minuciosa a discutir, a debater o projeto.

Eu quero dizer aqui em alto e bom som que se nós não conseguirmos derrubar esse pedido do Senador Gim Argello e ele vá tramitar na Comissão de Assuntos Sociais que eu sou presidente eu, imediatamente, nomearei a Senadora Fátima Cleide para ser relatora da mesma matéria, porque considero realmente isso um golpe, considero isso protelar uma matéria sem ao menos se comunicar, no mínimo, uma indelicadeza, sem se comunicar isso à Senadora que é relatora e tem se dedicado há muito tempo a essa matéria estudando, debatendo; não se isentando em nenhum só momento de debater mesmo aqueles que são mais radicais contra o PLC 122. Portanto, aqui como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais eu assumo

perante esta Comissão que se o projeto for para lá a relatora será a Senadora Fátima Cleide.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, Sras. e Srs. Senadores, eu também queria oferecer aqui uma palavra de solidariedade à Fátima Cleide, aliás, eu queria dizer que eu queria ter um pouquinho do espírito democrático que toma conta da Senadora Fátima Cleide, da grandeza. A Senadora Fátima Cleide é daquelas brasileiras que entende que o culto à liberdade está acima e envolve a liberdade da outros cultos. Eu acho que isso é o mais importante. Ali de forma democrata há pessoas que pregam e defendem a liberdade de culto. Eu entendo que o culto à liberdade está acima disso, envolve, inclusive, a liberdade de culto. Portanto, a Senadora Fátima Cleide que de forma corajosa até tem tentado fazer com que, pelo menos, esse projeto trâmite nesta Casa. Eu acho que isso se circunscreve exatamente dentro do que eu estou dizendo, o culto à liberdade de que pudéssemos ou possamos, pelo menos, fazer tramitar um projeto que trata da aspiração de um número grande de brasileiros e brasileiras que são considerados por parte dessa sociedade como páreas e precisamos parar com isso.

Portanto, eu acho que a primeira luta será derrubar esse requerimento no plenário, porque a Senadora Fátima Cleide tem razão, considero um absurdo que esse projeto fique, sai daqui e vai para lá, sem que ela possa ter o direito sagrado de apresentar o seu relatório. E quem quiser que assuma as suas responsabilidades. Quem for contra o projeto vote contra, quem for a favor vote a favor. Mas o que não se pode é permitir essa protelação, essa enrolação, essa engabelação aqui dentro do Senado de ficar em torno de um projeto da maior envergadura, da maior importância como esse, ficar dando um tratamento negligente, displicente, um tratamento que faz com que lá fora as pessoas fiquem em dúvida do que está, realmente se passando aqui.

Portanto, Senadora Fátima Cleide, vamos estar atentos à apreciação desse requerimento no plenário, se possível derrubá-lo para que V. Exa. tenha o direito de apresentar seu relatório aqui nessa comissão porque é a comissão de mérito desse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Senador Geraldo Mesquita já falou o que eu também pretendia falar. É uma tentativa de golpe. A Senadora Patrícia como bem conhece já definiu também como vai proceder se não conseguir

mos derrubar esse requerimento no plenário. Agora também, Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte: tem alguns pontos que eu discordo do projeto. E que iria para a CCJ para nós analisarmos. Conversei com a Senadora Fátima.

Agora tem coisas que nós temos que realmente aprovar. A sociedade evolui, o direito à liberdade de qualquer maneira, seja ela, inclusive, de culto, de opiniões sexuais, opções. Agora nós temos que dizer o que é que pode e o que não pode e como deve fazer. Eu tenho algum posicionamento de que não vamos entrar no debate. Mas eu vejo o seguinte: duas pessoas, eu não sei como, mas duas pessoas que vivem 40 anos juntos, 50 anos juntos tem que haver de alguma maneira que a legislação que proteja essa relação por uma opção de cada um. Eu tenho amigos que vivem juntos a não sei quanto tempo, me respeitam, eu respeito, tenho a liberdade, eu tenho opções minhas, educo os meus filhos, mas eu levo os meus filhos na casa dessas pessoas porque eles me respeitam e eu os respeito. Agora nós temos que ver e proteger e outras coisas também que eu não concordo com o projeto nós vamos ter que corrigir no voto, como bem colocou o Senador Geraldo. Agora nós temos que respeitar as pessoas da mesma maneira que nós temos que respeitar também um grupo que tenha um objetivo, de repente, nós não podemos obrigar esse grupo que se reuniu e fazemos uma lei para que ele tenha que aceitar alguma coisa que eles não concordam. Eu acho que isso é uma posição difícil na lei que nós vamos ter que fazer. Vamos ter que corrigir isso e essa é a nossa função aqui, talvez isso seja muito maior do que o voto no Conselho de Ética que está tanto na mídia, isso é uma coisa muito maior a decisão que nós vamos tomar.

Então aguardo com ansiedade a Senadora Patrícia Saboya, mais uma vez, demonstra que pensa rápido e firme para definir se for pára lá ela vai dar para a Senadora Fátima relatar e vamos para o voto, como bem colocou o Senador Geraldo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Resumindo o projeto.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Para concluir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou passar para a relatora, mas só o projeto se for para assuntos sociais, depois vem para cá e depois termina na CCJ. Senadora Fátima Cleide relatora do projeto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa a relatora que está com a palavra e em seguidas V. Exa.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Só para concluir a discussão, nós não estávamos aqui para discutir o mérito da questão.

Eu só queria lembrar, Sr. Presidente, e agradecer as palavras bondosas e generosas do Senador Geraldo Mesquita, a firme postura da Senadora Patrícia Saboya. Eu agradeço a expressão de solidariedade, dizer que nós, durante este processo, tentamos ser o mais democrático possível de verdade, ouvindo a todos e a todas que quiseram se manifestar. Agora eu quero resguardar o direito de como relatora poder apresentar o meu relatório à discussão, nós ainda temos que ver isso, o meu relatório expressa aquilo do que eu tenho convicção, mas está aberto para discussão ainda na CDH após a sua apresentação porque até agora nós tivemos discutindo em cima de hipóteses, do que seria o meu relatório, uma vez que eu não apresentei ainda. E aí a partir de então nós temos essa possibilidade de nos colocarmos [soa campainha] contra e a favor e ainda temos a CCJ.

Então, eu agradeço a disposição da Senadora Patrícia Saboya e a sua firmeza de tratar essa questão na Comissão de Assuntos Sociais como sendo uma tramitação conjunta com a CDH.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Crivella, nós não estamos discutindo o mérito 122, apenas o procedimento. Houve um requerimento será apreciado em plenário, mas antes mesmo disso eu já havia anunciado à Senadora Fátima Cleide que mediante um acordo feito e suscitado por V. Exa. esse tema será votado na Comissão de Direitos Humanos no início do ano que vem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado que nos acompanham em todo o Brasil. Eu queria, Sr. Presidente, apenas saldar a presença de um grupo... Quando eu entrei aqui na sala e vi lá atrás segurando cartazes pela liberdade de direito ao culto, pela liberdade de culto do nosso país. Salda-los, dizer que é bonito a gente ver jovens exercendo o direito democrático de expressar seus pensamentos e defender suas convicções. Essa é a Casa do debate, da controvérsia, da discussão. O PLS 122, sem sombra de dúvida, é um projeto de imensas controvérsias. Eu acho que não há um católico, não há um evangélico que seja contra se preservar, guardar e proteger a dignidade de cada um nesse país que tenha assumido a opção homossexual. Eu acho que isso é um direito, aliás, isso é um dever de todo cidadão brasileiro bem intencionado, de boa vontade, cristão, seja católico, evangélico, seja espírita, seja o que for.

A controvérsia toda, Sr. Presidente, e não quero discutir o mérito aqui é porque o projeto como está acaba ferindo a liberdade de culto de expressar o pensamento de muitas pessoas que, embora, respeitando a opção homossexual acha que é pecado, acha que é uma coisa que não é natural e isso está expresso na Bíblia que é o livro de convicção tanto de católicos, como de evangélicos e até de espíritas. Como não chegamos a um acordo com a relatora que democraticamente ouviu a todos, mas não mudou uma linha do seu relatório, não mudou uma vírgula, não mudou um ponto; ouviu a todos com paciência, mas não mudou. E acordo não se faz assim, acordo a gente faz puxando para cá, puxando para lá e chegando a um meio termo.

Nós, Sr. Presidente, achamos que a discussão no ano que vem promete ser realmente uma discussão acalorada.

Agora, quero também dizer aos Srs. Senadores que sou contra se fugir do debate, se postergar ou se protelar eu acho que a gente tem que ir para o voto e devemos, e repito, se nós perdermos democraticamente no voto nas comissões, Direitos Humanos, CCJ e na CAS, nós devemos derrubá-lo no plenário, se não derrubarmos no plenário devemos procurar que o Presidente da República não sancione, e se o Presidente da República não sancionar devemos ir às ruas para derrubá-lo no Supremo pela inconstitucionalidade. Mas devemos fazer o debate. Não se deve postergar nem adiar. V. Exa. tem sido sempre aqui um arauto, um paladino do voto; o voto é que expressa o desejo do povo que nos colocou aqui e isso tem que ser votado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para fazer um registro aqui, Sr. Presidente, nós tivemos várias proposições de acordo e, inclusive, com relação a veto presidencial, só para não dizer que não houve um esforço de construção dentro desta Comissão de fazer um acordo. Nós temos tudo construído. o que o presidente vai vetar já está acordado com ele faz tempo. Agora o que eu queria dizer aqui é que eu considero muito importante nas palavras do Senador Marcelo Crivella o registro que ele faz da expressão democrática de jovens que vêm aqui, e é justamente por isso, Senador Marcelo Crivella, que nós queremos aprovar esse projeto que é para que todos, todos os nossos jovens possam ter a liberdade de expressar as suas convicções sejam elas de que natureza for.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Encerramos com essa fala, essa parte do debate porque ele continua de forma permanente. Mas sou daqueles que acredita ainda que luz a do natal e

o início do ano nos ajude muito a nós construirmos esse grande entendimento e quem sabe votar o PL por unanimidade, ora, sempre é possível. Dizem que uma das artes do homem público é saber perseguir até o impossível, perseguir o impossível, por isso que eu acho que é possível nós construirmos ainda o entendimento.

Vamos para o item 7 autoria Senadora Fátima Cleide, relatoria Senador Flávio Arns. Mas se permitir, Senador Flávio Arns, quiser anunciar a matéria, não é terminativa, é um projeto também que eu entendo que vai ser de consenso. Senador Suplicy, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente, Nós já aprovamos aqui o voto de solidariedade ao Padre Júlio Lancellotti e V. Exa. me atribui porque foi feito oralmente aquele voto de solidariedade, me atribui a mim a missão de escrever o voto que está pronto. Então quem sabe...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se V. Exa. formaliza eu boto extrapauta. Aqui vai ser rápido agora.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Porque já foi votado aprovado, e V. Exa. me atribui a necessidade de escrever. Então, como uma possibilidade de eu entregar a mesa e V. Exa. distribuir e os que desejarem assinar, V. Exa., inclusive. Quero ressaltar que desde aquela ocasião, inclusive, o próprio rapaz que havia feito uma relação(F) de relacionamento sexual, retirou, disse que não foi verdade o que ele antes tinha dito e, inclusive, o inquérito policial já está concluindo pela extorsão que, efetivamente, o Padre Júlio Lancellotti foi submetido. Ele, inclusive, vai receber no próximo dia 11 o prêmio de Direitos Humanos da Presidência da República do Secretário de Direitos Humanos. Então, eu quero aqui retirar a solidariedade que esta Comissão já aprovou ao Padre Júlio Lancellotti. E submeto à consideração da Comissão e a V. Exa. o requerimento redigido então.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que já foi aprovado, a presidência recebe e passará aos Srs. Senadores para dar um encaminhamento regimental, já que ele já foi aprovado.

O Senador Flávio Arns para relatar o item 7 que estabelece a reserva de, no mínimo, 5% do número de candidatos às eleições proporcionais de cada partido ou co-ligação a pessoas portadoras de deficiência.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado, Sr. Presidente. Como V. Exa. colocou é um Projeto de Lei de autoria da Senadora Fátima Cleide que tem uma preocupação e um trabalho extraordinário voltados à participação de todas as pessoas, de todos os segmentos sociais na vida pública, na vida democrática, na construção da cidadania e também com este projeto

de lei que ela diz que 5% das vagas devem ser usadas para preenchimento por pessoas com deficiência.

Foi feito um debate sobre esse assunto na Comissão de Assuntos Sociais e de uma certa forma eu estou, mais ou menos, repetindo o que aconteceu lá, porque a idéia é muito boa, de que a pessoa com deficiência tenha um espaço assegurado na construção de chapas proporcionais, ou seja, para vereadores, para deputados estaduais, para deputados federais, porém, nós discutimos isso com líderes também das áreas de deficiências e todos acham importante que a pessoa com deficiência participe da vida partidário e eleitoral até para defender esta área e outras áreas nas casas legislativas. Porém, o fato que acontece é o seguinte: existe uma grande dificuldade de acordo com os relatos para se eleger pessoas, difícil de qualquer forma de eleição, mas também para se eleger pessoas com deficiência. Então o que eles estão preferindo é sempre fazer o debate nos conselhos municipais, nos conselhos estaduais, nos fóruns e de lá retirar uma pessoa ou duas pessoas que represente este espírito que vem sendo defendido pela área. Eles temem que se aprovarmos esse projeto aí não vai ser eleito ninguém, porque todos os partidos políticos terão que, obrigatoriamente, apresentar candidatos com deficiência e são cinco, seis, sete, oito, dez partidos e dez candidatos, aí haverá, de acordo com essa ótica, um enfraquecimento da área. Quando eles preferem assim que sempre haja esse debate, essa discussão para ver quem que pode, dentro desse espírito, representar bem a área e o partido político naturalmente aceitaria.

Então apesar da boa idéia, do bom propósito que a argumentação que a gente faz na análise, que eu procurei fazer verbalmente por mais que toda iniciativa em prol da inclusão seja digna de nossas homenagens considero que os próprios partidos devam acolher e promover a participação política das pessoas com deficiência sem o estabelecimento de cotas. Nesse sentido faço eco à recomendação da Comissão de Assuntos Sociais de que cópia da proposição e do parecer emitido no âmbito daquele colegiado sejam encaminhadas aos partidos políticos, a gente encaminha. Isto para os partidos políticos para haver essa sensibilização e face ao exposto considerando mérito do projeto, como eu já disse e tudo, e até pela grande consideração pessoal que eu tenho pela Senadora Fátima Cleide e mostrando a importância do projeto, porém, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 303 de 2006 e recomendo que cópias da proposição e dos pareceres sobre a mesma sejam encaminhadas aos partidos políticos para que adotem as medidas que julgarem apropriados. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): A Senadora Fátima Cleide como autora do projeto, o projeto não é terminativo e em seguida vai ter a votação simbólica.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu quero agradecer, Sr. Presidente, as palavras generosas do nosso querido Senador Flávio Arns, dizer que nós ao apresentarmos essa proposição a nossa preocupação é de que nós já superamos essa discussão em vários setores: mulheres, jovens, negros. Nós sempre acatamos o fato de que não precisa ser negro para representar o negro, não precisa ser mulher para representar os interesses, os direitos e a defesa dos direitos de mulheres, de jovens, enfim. Nós sempre tivemos esse entendimento, porém, na realidade a coisa não funciona bem assim, durante o período eleitoral todo mundo representa muito bem todo mundo e depois nós temos essas dificuldades. Apresentamos esse projeto até para que a nossa sociedade discuta, efetivamente, como está a representação de pessoas com necessidades especiais na vida política. Nós não temos ainda um quadro dessa situação. Na realidade temos guerreiros como é o Senador Flávio Arns na defesa deste grupo social, porém, além, de serem poucos o quadro em si expressa uma dificuldade que tem as pessoas, digamos, especiais que poder acessar a vida pública. Nós temos isso a partir da nossa experiência partidária e do que existe, efetivamente, na representação política no nosso país. Eu acato o parecer do Senador Flávio Arns com essa recomendação de que nós recomendemos aos partidos políticos. Eu não sei, Senador Flávio Arns, além, do nosso partido se existem nas outras siglas partidárias do nosso país essa preocupação de tratar essa questão através da organização setorial, por exemplo, que fortalece a sua presença aqui. O senhor tem toda uma história, mas tem também um setorial dentro do partido que discute, que organiza e que fortalece a atuação nossa aqui com decisões partidárias, inclusive. Então acho que a recomendação de nós levarmos para o partidos políticos estas preocupações é interessante e dá conta neste momento de superar a nossa preocupação. Meu muito obrigado, Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Flávio Arns também para discutir a matéria ainda.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E eu até gostaria de fazer esse trabalho em conjunto com a Senadora Fátima Cleide com os membros da comissão. Eu lembro, por exemplo, não é que a pessoa sem deficiência... Pode também, lógico. Mas eu estou dizendo que a pessoa com deficiência deve participar. Eu

lembro do caso do Deputado Federal Leonardo Matos de Minas Gerais, se não me engano, do P V.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O Deputado Estadual Arnaldo de Minas Gerais também que tem deficiência visual, mas são raros.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas o Deputado Federal Leonardo Matos que era cadeirante, eu acho que era do PV, se não me engano, não me lembro do Partido dele, em todo caso.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O que morreu há pouco?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Como?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O que morreu há pouco.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, o Leonardo Matos não, teve um outro de outro estado que faleceu. Mas o Leonardo Matos é uma pessoa extraordinária, bom deputado, boa pessoa, boas idéias, um líder na área, cadeirante, teve um acidente até que vai ser objeto da Audiência Pública da semana que vem. Só que ele ficou como primeiro suplente agora, o que é uma pena, uma pena extraordinária porque o Leonardo Matos é uma liderança na área e poderia contribuir decisivamente aqui dentro. Mas a gente imaginando, por exemplo, lá em Minas Gerais ele já ficou na primeira suplência, mas se tivesse todo o partido fosse obrigado a colocar um candidato, a vitória dele, na minha opinião, seria ainda mais difícil. Agora eles têm lá o Fórum Estadual das Pessoas com Deficiência, o Conselho Estadual e ele fazendo esse debate para ver se vão colocar um, ou dois, ou três; chegar a uma conclusão do que fazer, isso vai permitir com que as pessoas participem sem a obrigatoriedade. Agora fazer essa recomendação aos partidos para essa discussão também continuar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. O Senador Mesquita Júnior. Não? Então em votação. Aqueles que concordam com o relatório do Senador Flávio Arns permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, pela ordem. Eu queria solicitar a inversão de pauta e a leitura do parecer do item 11, porque eu preciso me retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se o plenário concordar submeto a votação e inversão de pauta do item 11. Os que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Mesquita Júnior como relator da matéria com a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Paim, Sra. Senadora Fátima, Sr. Senador Flávio Arns, da Comissão

de Direitos Humanos e legislação. Sobre o aviso nº 88/2007 encaminha ao Senado Federal relatório de gestão 2003, 2006 da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. A secretaria referida que tem na Exma. Sra. Matilde Ribeiro a sua titular encaminha para conhecimento dos membros desta Comissão o seu relatório naquele período. O balanço das ações o relatório considera que o desenvolvimento de ações conjuntas entre vários órgãos do governo foi fundamental para o aperfeiçoamento da política de promoção da igualdade racial mediante a inclusão cada vez maior das populações negras, indígenas e ciganas os programas sociais e de ação afirmativa. O relatório é denso, é um relatório consistente, sinaliza para avanços no trabalho realizado, implementado por esta importante Secretaria. E eu estou aqui, ao final, recomendando, Senador Paim, que esse relatório pela sua envergadura seja enviado a todos os Senadores da Casa e tome o caminho natural o encaminhamento desse tipo de relatório que é o arquivamento. Portanto, a minha recomendação é que o relatório seja do conhecimento de todos os Senadores que esta Comissão tome a iniciativa de remete-lo ou solicite a própria secretaria que o faça e em seguida o seu arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão o relatório. Não há quem queira discutir. Colocamos em votação. Quem concorda com a posição do nobre relator permaneça como se encontra, inclusive, com o encaminhamento por ele proposto. Aprovado.

Só temos mais dois itens, os dois não são terminativos, também são dois projetos de consenso. Eu pediria, é do Senador José Nery a relatoria, um é de autoria da própria CDH e outro da Senadora Serys Slhessarenko. Eu pediria ao nobre Senador Flávio Arns se pudesse ler o voto dos dois relatórios e depois eu votarei também simbolicamente dois requerimentos de Audiência Pública como extrapauta. Se já os Senadores concordam com a extrapauta e dois requerimentos um falando sobre uma Audiência Pública para discutir saúde e o outro que foi, inclusive, uma iniciativa do Senador Flávio Arns para discutir uma situação dos idosos nos asilos ou casas lares. Então estão incluídos na pauta e serão apreciados na sequência do relatório do Senador Flávio Arns como ad hoc do item 12 e 9.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O primeiro item 9 é da Senadora Serys. Então esta Comissão examina a indicação nº 2 da Senadora Serys que propõe que a submissão de trabalho escravo desta Comissão analise todas as matérias que tratem dessa temática e que se encontra em tramitação nesta Casa. A Senadora diz que... Na justificativa a autora afirma que

a questão do trabalho escravo é um problema grave enfrentado no nosso país. Registra ainda que tramita nesta Casa inúmeros projetos sobre esta questão, no entanto, a tramitação é lenta. Faz-se necessário a realização de um esforço adicional para o avanço da legislação para que possamos responder de forma contundente, Sr. Presidente, a esta barbaridade que é o trabalho escravo. Nos termos do inciso III do art. 102 E do Regimento Interno do Senado Federal compete a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos. Sem sombra de dúvida, o trabalho escravo é negação completa dos direitos inerente à pessoa humana. A temática, portanto, se insere no âmbito da competência desta Comissão. A indicação, por suas vez, é uma provocação para que determinado assunto seja objeto de providência ou estudo com vistas a um esclarecimento ou para se transformar em proposição legislativa. Trata-se em nosso entendimento do instrumento adequado para suscitar análise ampla do tema proposto junto à subcomissão do trabalho escravo. cremos que do estudo conjunto das proposições em andamento poderá ser obtido um denominador comum e poderão se encontradas formas de agilizar as mudanças na legislação que são urgentes para milhares de trabalhadores brasileiros. A vista do exposto opinamos pela aprovação da indicação amplo debate e análise conjunta das diversas sugestões pode, com certeza, representar um avanço qualificativo no combate ao trabalho escravo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o projeto de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, relatoria José Nery e o Senador Flávio Arns foi o nosso relator ad hoc. Os que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos ao último item que é o item 12 da pauta e depois temos dois requerimentos extrapauta. Refere-se à criação da ouvidoria para assuntos judiciais. Autoria a Comissão de Direitos Humanos, relatoria o Senador José Nery que propõe o arquivamento da matéria. O Senador Flávio Arns, por gentileza, como relator ad hoc.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Esta comissão, Sr. Presidente, recebeu do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul da cidade Estrela do Sul-MG minuta de Projeto de Lei de criação de ouvidoria para assuntos judiciais. Em linhas gerais a minuta determina que a ouvidoria é órgão autônomo e não integrante do Poder Judiciário, que o ouvidor nacional será escolhido em eleições gerais para mandato de quatro anos permitida a reeleição, que cabe ao ouvidor receber reclamações acerca dos serviços públicos judiciais em

encaminha-los aos órgãos competentes, que o cargo de ouvidor será exercido sem ônus para o erário, que a ouvidoria não é órgão jurisdicional, que o ouvidor goza de imunidade temporária contra a persecução judicial. Na justificação se lê que a proposição tem por objeto a democratização do sistema Judiciário e o estímulo à participação popular. Preliminarmente eles se registraram soldado do exercício da cidadania que consubstancia na participação popular direta na atividade legislativa. O Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul ao submeter sua sugestão de providência legislativa a esta Casa revela desejo de exercício ativo dos atributos do cidadão brasileiro. Lamentavelmente, contudo, a proposição nos termos em que lavrada não pode prosperar, porém, enfrentar óbices de inconstitucionalidade. A emenda constitucional 45/2004 que veiculou a reforma do Poder Judiciário inseriu o art. 103 B no corpo da Constituição Federal em cujo § 7º consta a União, inclusive, no Distrito Federal e nos territórios criará ouvidorias e justiça competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros os órgãos do Poder Judiciário ou contra seus serviços auxiliares representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça. Não deflui com clareza dessa redação de justiça serão órgãos do Poder Judiciário ou do Poder Executivo, a interpretação sistemática da CAE da república aponta parece-nos para inserção daquele poder e não neste.

De toda sorte se admitir que as ouvidorias serão órgãos do Poder Judiciário será do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Justiça a iniciativa privativa dos projetos de lei de sua criação, a teor do art. 96, inciso II da Constituição Federal. Se ao contrário, a conclusão for na linha de que tais ouvidorias serão órgãos do Poder Executivo a iniciativa privativa dos projetos de lei referidos será do Presidente da República como se vê no art. 61 § 1º inciso II letra E da Constituição Federal.

Para concluir. Sr. Presidente, por qualquer dessas linhas interpretativas a eventual iniciativa parlamentar quer individual, quer por comissão será formalmente inconstitucional por vício de iniciativa conduzindo o Projeto de Lei e a lei em que, eventualmente, se converta a absoluta nulidade jurídica.

A vista do exposto somos pela rejeição por inconstitucionalidade da sugestão de proposição legislativa de autoria parlamentar para criação de ouvidoria para assuntos judiciais.

É o voto, Sr. Presidente, proferido pelo Senador José Nery e que apresento como relator ad hoc.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Os que concordam

com o relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu já havia submetido ao plenário dois requerimentos. O primeiro requerimento eu já havia aprovado extrapauta no momento anterior, nesse momento vamos à votação.

O primeiro requerimento visa garantir a presença aqui nesta Comissão de Direitos Humanos em parceria com a Comissão de Assuntos Sociais a presença do Ministro José Gomes Temporão na próxima terça-feira às 10h para que ele faça uma exposição do PAC da Saúde lançado pelo Governo Federal o qual prevê investimento de 89 bilhões no setor até 2011. Em discussão o requerimento. Se ninguém quer discutir vamos à votação. Os que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Reafirmo que esse requerimento é em parceria com a CAS Comissão de Assuntos Sociais, a audiência tanto poderá ser nesta Comissão ou naquela Comissão, a ser combinado com a nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes.

O segundo requerimento é uma provocação positiva, eu digo, do Senador Flávio Arns que a gente fizesse uma Audiência Pública para discutir os fatos e circunstâncias que envolveram a tragédia da Clínica Santa Genoveva no bairro Santa Tereza, bem como outras casas geriátricas e o desdobramento acontecido até o momento.

Em discussão o requerimento. Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer, Sr. Presidente, que as pessoas que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado achem estranho que nós estejamos debatendo a Clínica Santa Genoveva agora quatro, cinco anos depois do que foi noticiado pelos meios de comunicação. É que nós recebemos na Comissão de Assuntos Sociais o relatório final do Tribunal de Contas e de outras iniciativas sobre aquele episódio, mas nós debatemos e dissemos que aquela situação persiste nos dias de hoje onde entidades que atendem idosos seja em função de idade ou em função de distúrbios psiquiátricos, essas entidades que, muitas vezes, se desdobram para atender bem as pessoas, elas estão sempre precisando de recursos e existe uma omissão, até para usar a palavra certa, existe uma omissão em geral, não generalizada, em geral, dos poderes públicos, sejam eles municipais, estaduais ou federal para o atendimento com qualidade, com dignidade da pessoa idosa que está abandonada e que por causa disso está numa instituição, ou que

precisa estar, não está abandonada, mas precisa estar numa instituição.

Então este debate, para nós vermos exatamente o que cada Ministério vem fazendo é que vai acontecer nesta Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com os esclarecimentos feitos pelo autor do requerimento, Senador Flávio Arns, nós colocamos em votação. Aqueles que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram, Aprovado.

Antes de terminar a presente sessão da Comissão de Direitos Humanos eu queria então reafirmar da importância do encontro que teremos na próxima terça-feira para discutirmos o PAC da Saúde com a presença do Ministro José Gomes Temporão. Eu reafirmo que será uma audiência em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Assuntos Sociais da Senadora Patrícia Saboya Gomes.

E também informando que na próxima quinta-feira teremos aqui uma Audiência Pública para discutir a questão da Aerus que a Aerus é a situação, principalmente, dos aposentados e pensionistas desse fundo de pensão que ficaram numa situação, digamos, desesperadora depois da falência da VARIG, conseqüentemente, o fundo está praticamente falido. E como há uma ação já transitado em julgado no Supremo nós faremos a audiência para que eles possam, efetivamente, fazer com que esse recurso que a VARIG teria direito essa audiência contribua para o debate e o esclarecimento que ele vá para o fundo da Aerus e, conseqüentemente, vai dar sustentação à velhice dos nossos aposentados e pensionistas do Aerus. Será na próxima quinta-feira, dia 13 e depois teremos a última Audiência Pública, próxima quinta-feira dia 13 9h da manhã, AEROS. Nessa terça 10h o Ministro Temporão debate sobre a saúde. E a última reunião que teremos desta Comissão será no dia 20 e nesse dia 20 nós pretendemos fazer aqui um debate sobre as subcomissões e como pretendemos já entabular o trabalho para o próximos ano.

A assessoria lembra que na próxima quarta-feira teremos Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e CAS que é a questão da pessoa com deficiência.

Com essas informações encerramos e agradecemos a todos, com carinho especial ao nosso relator aqui de inúmeras matérias no dia de hoje, Senador Flávio Arns.

Um abraço a todos.

Sessão encerrada às 11h05.

Ata da 57ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada para o Dia 12 de Dezembro de 2007, Quarta-feira, às Dez Horas, na Sala De Reuniões nº 9, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia doze de dezembro de dois mil e sete, na sala nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da Senadora **Patrícia Saboya**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Jayme Campos, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Lúcia Vânia, Heráclito Fortes e Romeu Tuma**. Esteve presente também o Deputado Federal Otávio Leite – PSDB-RJ. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião das Comissões, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião atende ao Requerimento nº 67, de 2007 – CAS e ao Requerimento nº 77, de 2007 – CDH, para debater o tema da acessibilidade urbana, por ocasião da III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal, abordando a temática do trânsito como a principal causa de deficiência entre os cidadãos brasileiros. A presente reunião está sendo transmitida em vídeo conferência por meio do sistema Interlegis, às Assembléias Legislativas dos seguintes Estados, em suas capitais: Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins. A Presidente dá início a reunião, convidando os palestrantes para comporem a Mesa, que terão 15 minutos cada um, para suas exposições. Usaram da palavra os seguintes convidados: **Paulo Vannuchi** – Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, **Luís Carlos Bueno** – Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, **Ângela Canabrava Buchmann** – Conselheira do Conselho Nacional dos Direito das Pessoas Portadoras de Deficiência – CONADE, **Érika Pisaneschi** – Coordenadora da Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência – Ministério da Saúde. **Extra pauta – Item 01: Requerimento nº 71, de 2007 – CAS** “Requeiro, nos termos do artigo 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, seja oficiado à Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Ellen Gracie, para informar se houve

irregularidades na tramitação e nos procedimentos adotados nos autos do processo nº 2000.0015.77721-3/4, em curso na 3ª Vara do Tribunal do Júri de Fortaleza, Estado do Ceará, face a denúncia recebida de que teria ocorrido arquivamento dos autos sem que houvesse julgamento”. **Autora:** Senadora Ideli Salvatti. **Resultado: Aprovado. Item 2 Requerimento nº 72, de 2007 – CAS** “Requeiro, nos termos do artigo 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, seja oficiado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, Desembargador. Fernando Luiz Ximenes rocha, para informar se houve irregularidades na tramitação e nos procedimentos adotados nos autos do processo nº 200.0015.77721-3/4, em curso na 3ª Vara do Tribunal do Júri de Fortaleza, Estado do Ceará, face à denúncia recebida de que teria ocorrido arquivamento dos autos sem que houvesse julgamento”. **Autora:** Senadora Ideli Salvatti. **Resultado: Aprovado. Item 03 Requerimento nº 73, de 2007 – CAS** “Requeiro, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de discutir os Impactos Sociais advindos da construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Estado de Rondônia, com a presença dos seguintes convidados: – O Sr. Nelson Hubner, Ministro das Minas e Energia; – O Sr. Jerson Kelman, Aneel; – O Sr. Irineu Meireles, Odebrecht; – O Sr. Fernando Haddad, Ministro da Educação; – O Sr. José Temporão, Ministro da Saúde; – O Sr. Roberto Sobrinho, Prefeito de Porto Velho/RO”. **Autora:** Fátima Cleide. **Resultado: Aprovado.** (páginas 26 *in fine* e página 27 das notas taquigráficas a revisar) O senador Flávio Arns questiona ao Ministério da Saúde qual o índice de pessoas com seqüelas permanentes (deficientes) resultam dos acidentes de trânsito no Brasil, e qual o custo no processo de reabilitação das vítimas para a saúde e educação. (início da página 32 das notas taquigráficas a revisar). A Senadora Fátima Cleide questiona qual será a forma de operacionalização para que as pessoas tenham acesso às próteses em função do aumento de recursos que estamos tendo para o PAC da Saúde, anunciado recentemente pelo governo. Às onze horas e cinquenta e um minutos a Senadora Fátima Cleide assume a Presidência. Às doze horas a Senadora Patrícia Saboya reassume os trabalhos. A Presidente registra a presença da Izabel Maior, Coordenadora Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, do ator Marcos Frola, de Renato Corrêa Boena – Secretário Municipal da Cidade de São Paulo e do Senhor Cláudio Heckmann – Heckmann Gerenciamento de Projetos. Fizeram uso da palavra os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide,

Eduardo Azeredo, Ideli Salvatti, Marcos Frota, o Deputado Federal Otávio Leite e Izabel Maior. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Bom dia a todas, bom dia a todos, Sras. e Srs. Senadores, nossos convidados. Havendo número regimental declaro aberta a 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 57ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores de ambas as Comissões. Os Srs. Senadores e Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Pois não, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora Patrícia, eu queria pedir até a compreensão dos membros que vão participar desta Audiência Pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos, porque nós aprovamos a constituição de uma SubComissão, a Comissão de Direitos Humanos, para tratar dos direitos da mulher, e como isso teve divulgação, nós já estamos recebendo, mesmo antes de constituir a Comissão, nós já estamos recebendo trabalho, tarefas, e eu queria, como a Comissão ainda não está constituída, eu queria pedir a atenção dos membros das duas comissões para a seguinte situação: nós vamos ter amanhã, no Ceará, no estado de V. Ex^a., um julgamento que terá grande repercussão. É o julgamento pela tentativa de assassinato de uma empresária, a Roberta caminhoneiro Fontanelli, que inclusive por conta da tentativa do assassinato, ela sofreu seqüelas, foi abandonada como indigente e hoje ela é uma pessoa que tem grandes dificuldades, por conta do episódio, da tentativa, e o caso se arrasta há nove anos, num daqueles casos que acaba sendo emblemático da demora da justiça quando a “ eficiência “ da advocacia acaba tendo o resultado de protelar, e nós gostaríamos de ver da possibilidade das duas comissões aprovarem dois documentos, um

para ser encaminhado ao conselho nacional de justiça para que acompanhe e verifique dos motivos desta morosidade, inclusive de meios jurídicos de protelar que pode estar tendo até digamos assim uma afronta à boa juridicidade do encaminhamento, e outro ao Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, exatamente porque houve tentativa de arquivamento, para procrastinação do procedimento. Então se houvesse, a minha assessoria está preparando, e se houvesse possibilidade das duas Comissões aprovarem, no dia de hoje, nós tomaríamos a providência, inclusive antes ainda do julgamento que deverá acontecer amanhã em Fortaleza.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Com certeza, Senadora Ideli Salvatti, eu quero agradecer a V. Exa. por trazer esse assunto, colocar na pauta da nossa reunião, na reunião de assuntos sócio e da comissões de Direitos Humanos aqui presidida pelo Senador Paulo Paim, nós acompanharemos esta situação, é uma situação crítica, eu conheço a Roberta e todos nós acompanhamos o sofrimento que essa mulher viveu e vive até os dias de hoje por essa morosidade.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É algo tão emblemático quanto o caso da Maria da Penha, é algo muito semelhante injustiça muito semelhante. Então eu agradeço a V. Ex^a., essa Comissão certamente irá aprovar esses documentos para que possam acontecer e receber esses documentos antes do julgamento da Roberta. Com a palavra o Senador Paulo Paim, em seguida a Senadora Fátima Cleide.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu já me sinto contemplado na sua decisão pelas duas disposições. Eu sei que V. Ex^a. resiste com razão a qualquer pedido de extra pauta, mas em momentos como esse V. Ex^a. e sua sensibilidade quebra o regimento e diz vamos aprovar. Então parabéns à Senadora Ideli e a V. Exa. pela decisão tomada pelas duas comissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Na verdade eu gostaria de ressaltar, mais uma vez, que essa é uma Audiência conjunta, tem sido aqui de praxe ache nas duas comissões, comissões de Direitos Humanos e Comissão de Assuntos Sociais, que nós estejamos sempre fazendo Audiências Públicas em conjunto, porque temos matérias em comuns aqui dentro, e como disse o Senador Paulo Paim, essa Comissão geralmente não aprova nenhum tipo de requerimento extra pauta, mas por se tratar dependendo um caso importante, emblemático para todas as mulheres que sofrem violência e pela urgência da matéria, nós certamente iremos acatar a sugestão de V. Ex^a.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu agradeço muito, Senador Patrícia, a V. Ex^a., ao Senador Paulo Paim, a todos os membros, inclusive eu vou providenciar que os dois documentos cheguem ainda para poder ser.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Até no final da Audiência, isso, eu agradeço. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Patrícia, eu queria também, aproveitando da sua sensibilidade, solicitar que fosse colocado em votação o requerimento que apresento para que esta Comissão faça uma Audiência Pública com relação aos impactos, para discutir os impactos sociais advindos da construção da hidroelétrica de Santo Antônio, que fica em frente a cidade de Porto Velho. A gente está festejando muito o empreendimento, mas sabemos que tem também impactos que podem ser positivos, mas podem também ser negativos porque esperamos mais uma onda migratória para a cidade de Porto Velho, que já é há muito tempo que está Tribunal Regional Eleitoral as cinco cidades mais violentas do Brasil. Então eu gostaria que fosse apreciado nesta manhã, se V. Ex^a. assim nos permitir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Com certeza, Senador Fátima Cleide. Na verdade não é tão extra pauta, porque nós já havíamos conversado, V. Ex^a. já tinha me dito desse requerimento, e como semana que vem provavelmente é a nossa última semana antes do recesso, há uma urgência em votar o requerimento de V. Ex^a.. Então evidentemente que se o Plenário concordar, também com este requerimento, nós colocaremos em votação. Eu remeto apenas ao Plenário se todos concordam. Requeiro nos termos do inciso I, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública no âmbito dessa Comissão de Assuntos Sociais com a finalidade de discutir os impactos sociais advindos da construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Giraú, do estado de Rondônia, com a presença dos seguintes convidados: senhor Nélson Rubner, Ministro das Minas e energias, senhor Gérson aquele mano, da anel, senhor Irineu materiais, da Odebrecht i, senhor Fernando Haddad, Ministro da Educação, senhor José temporão, Ministro da saúde, senhor Roberto sobrinho, Prefeito de Porto Velho, sala das comissões, em 11 de dezembro de 2007. Autoriza, Senadora Fátima Cleide. Em votação. Se todos concordam, permaneçam como estão. Aprovado o requerimento da Senadora Fátima Cleide.

A presente reunião atende ao requerimento nº 76, de 2007, da CAS, e ao requerimento nº 77, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Par-

ticipativa. Para debater tema da acessibilidade urbana por ocasião da terceira semana de valorização da pessoa com deficiência do Senado Federal, abordando a temática do trânsito como a principal causa de deficiência entre os cidadãos brasileiros. Eu lembro a todos que a presente reunião está sendo transmitida em vídeo conferência por meio do sistema inter legítimo, às assembleias legislativas de alguns estados, dos seguintes estados: Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe Poder Executivo, São Paulo e Tocantins. Os demais estados que não estão incluídos, devem ou por defeitos em equipamentos ou por reforma em suas salas de videoconferência. Portanto, não participarão desse nosso debate. Eu gostaria também, antes de convidar as pessoas para tomar assento à mesa, de explicar aos senhores convidados que hoje, ao meio-dia, está marcada a eleição para o Presidente do Senado Federal. Portanto, essa nossa reunião, que nós tínhamos o intuito de que ela pudesse ter o tempo necessário, nós teremos que reduzir um pouco tanto a fala dos nossos convidados, e nós já tivemos a oportunidade de conversar com todos eles, todos eles compreenderam essa nossa urgência, porque quando marcamos a Audiência Pública não estava prevista a eleição ao meio-dia para a presidência do Senado. Portanto, nós iremos ter que reduzir esse nosso debate, evidentemente sim ter prejuízo do debate. Eu gostaria de registrar aqui em nome de todos os convidados a presença do nosso querido autor Marcos Frota, que tem sido uma grande liderança à frente dessa questão que é tão importante para todos nós brasileiros. A sua presença, a sua determinação, o gosto, a paixão por essa causa entusiasmo e certamente contagia a cada um de nós. Portanto, eu quero mais uma vez agradecer em nome do Senado Federal a sua participação, a sua dedicação, o carinho e o entusiasmo de defender uma causa que é de todos os homens e mulheres de bem do nosso país. Obrigado pela presença, eu queria registrar também a pessoa do senhor Renato Corrêa, secretário municipal da Prefeitura da cidade de São Paulo, também seja muito bem-vindo, o senhor Cláudio Henrique mano, gerenciamento de projetos aqui também presente. Gostaríamos de convidar o senhor Luiz Carlos Bueno, secretário nacional de transporte da mobilidade urbana do Ministério das cidades, Doutora Érica piso pesco UNESCO i, do Ministério da Saúde, com a presença agora também do Ministro Paulo Vannuchi, senhora Ângela cano brava, Conselheira do conselho nacional das pessoas portadoras de deficiência (CONAD), ressaltar e agradecer

mais uma vez a presença do Ministro Paulo Vannuchi por estar presente a essa Audiência que para nós é de fundamental importância, queria registrar a nossa presença aqui também do nosso querido Senador Flávio Arns, que tem sido o defensor dessa bandeira e evidentemente que é o seu trabalho e a sua dedicação, o carinho também com que trata essa questão que tem levado a cada um de nós, Senadores, nos debruçarmos sobre essa matéria. Agradecer também o Senador Paulo Paim, que na verdade deveria estar aqui presidindo comigo essa Audiência Pública, mas pela sua gentileza e grandeza, me colocou à frente da Comissão para que pudesse eu presidir, mas quero aqui também ressaltar o trabalho, a coerência e a grandeza do Senador Paulo Paim como referência para todos nós Senadores dessa casa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse gesto que V. Ex^a. é a nosso líder maior das duas Comissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Agradeço também a presença da Senadora Fátima Cleide, nosso grande braço na defesa dos Direitos Humanos. Eu esclareço, Senador, desculpa, Ministro Paulo Vannuchi, quem sabe Senador (risos), que em função da eleição para Presidente, nós teremos que fazer uma Audiência Pública um pouco menor do que aquela que nós gostaríamos de fazer, em função dessa eleição, está certo? Então eu vou passar logo ... esclareço que cada convidado terá em torno de quinze minutos para a sua exposição, e logo após as exposições, nós abriremos a palavra as Sras. Senadoras, aos Srs. Senadores, para os seus questionamentos. A lista de inscrição já está à mesa à disposição dos Srs. Senadores. Eu passo já a palavra à Doutora Érika para que possa iniciar os nossos trabalhos.

SRA. ÉRIKA PISANESCHI: Bom dia, bom dia Senadora Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Ministro Paulo Vannuchi, demais representantes na mesa, ouvintes, Senadores e Senadoras.

Em nome do Ministro José Gomes temporão eu agradeço a oportunidade então de falar e esclarecer um pouco, discutir a política nacional de saúde para pessoas com deficiência. Na semana então de valorização da pessoa com deficiência do Senado. O tema é a sensibilidade urbana. Então eu vou me deter na política, num programa específico que é o programa nacional de órteses e próteses, .

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Gostaria de registrar também a presença da do Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só quero lembrar que o Senador Eduardo Azeredo também, nesta Comissão, é Presidente da SubComissão permanente das pessoas com deficiência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Muito obrigada, Senador Flávio Arns.

SRA. ÉRIKA PISANESCHI: Vou passar uma apresentação. A apresentação dos "slides", mas continuando então, eu vou falar do programa nacional de órteses e próteses, um programa que ele faz parte tanto da agenda social, a plano social elaborado então sobre coordenação da Secretaria Especial de Direitos Humanos, eu acho que a gente vai ter a oportunidade de ouvir mais sobre o plano social com a fala do Ministro Paulo Vannuchi, e essa então é a ação específica do Ministério da Saúde nesta agenda, uma ação que foi incluída também no PAC da saúde, mais saúde para todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Nós estamos apenas esperando o sinal, como é videoconferência, demoro sempre um pouquinho mais, um pouquinho de paciência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora, eu sou Relator do projeto da educação, eu vou lá e já volto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): OK, Senador Paulo Paim, obrigada. Enquanto isso, nós estamos esperando o sinal, eu peço permissão aqui aos nossos convidados apenas já para votar os requerimentos que foram aqui tratados pela Senadora Ideli Salvatti. Requeiro, nos termos do artigo duzentos dezesseis, inciso I, do Regimento Interno do Senado, seja oficiado ao Presidente do conselho nacional de justiça, Ministra Ellen Grace, para informar se houve irregularidades na tramitação e nos procedimentos adotados nos autos do processo nº dois 0000 quinze sete sete dois um/três quatro, em curso na 3ª Vara do Tribunal do Júri de Fortaleza, estado do Ceará, face à denúncia recebida de que teria ocorrido arquivamento dos autos sem que houvesse julgamento. Sala das comissões, Senadora Ideli Salvatti. Em votação. Todos aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O segundo requerimento, requeiro nos termos do artigo duzentos dezesseis, inciso I, do Regimento Interno do Senado, seja oficiado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, Desembargador Luiz Fernando Gimenes Rocha, para informar irregularidades na tramitação dos procedimentos adotados ao mesmo processo em curso na 3ª Vara do Tribunal do Júri de fortaleza, estado do Ceará, face a denúncia recebida de que teria havido arquivamento dos autos

sem que houvesse julgamento. Sala das comissões, Senadora Ideli Salvatti. Em votação. Todos que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado os dois referimentos. Bom, nós vamos iniciar então com a fala da Doutoraesca, enquanto não conseguimos ainda o sinal, e cada um dos Senadores eu acho que foi distribuído.

SRA. ÉRIKA PISANESCHI: Foi distribuído, eu acho que todos em tem mãos a apresentação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Então a Doutora Érika vai começar a falar, e assim que dermos o sinal, ela retoma.

SRA. ÉRIKA PISANESCHI: OK. Então, como eu já iniciei, o programa nacional de órteses e próteses faz parte do PAC da saúde e também aí do plano social, como nós vamos ter a oportunidade de ouvir na fala do Ministro Paulo Vannuchi. A política nacional de saúde para a pessoa com deficiência, ela tem como propósito reabilitar a pessoa com deficiência na sua capacidade funcional de modo a contribuir para a sua inclusão social, proteger a saúde, bem como prevenir agravos que determinem o aparecimento de deficiências. Entre as diretrizes da política nós temos então a promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência, a prevenção de deficiência e a assistência integral à saúde. Existem mais seis pontos, mas eu vou me deter nesses três. Por quê? com relação à promoção da qualidade de vida e prevenção, como o tempo dessa Audiência foi reduzido, nós teríamos a oportunidade, se houvesse mais tempo, de ouvir uma pessoa da SVS, porque estão previstas também no PAC ações que dizem respeito à promoção, digo, a promoção da qualidade de vida para as pessoas com deficiência e também a prevenção. Com relação ao trânsito, a restrição do uso de bebida alcoólica, a redução da mórbida mortalidade por acidente de trânsito e também uma discussão sobre os espaços em torno saudáveis em que a gente vai discutir a sensibilidade para pessoas com deficiência. Eu não vou me deter nesses três pontos e se houver perguntas relativas a essas questões, eu vou pedir que a Marta, que é da Secretaria de vigilância à saúde, nos dê uma assessoria, OK? Com relação à assistência integral à saúde, então, para operacionalização desse programa nacional de órteses e próteses, nós contamos no SUS com uma rede de serviços de reabilitação implantada então aí em parceria com estados e municípios como todo o sistema único de saúde. Nós temos serviços de reabilitação, pare habilitação física, serviços pare habilitação das pessoas com deficiência auditiva, deficiência mental e altíssimo e reabilitação visual. Sabemos que a inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do país decorre da ga-

rantia de condições básicas de saúde e educação. Para o seu pleno desenvolvimento pessoal ingressam no mercado de trabalho. Sendo assim, é primordial para algumas dessas pessoas o acesso a órteses e próteses e aos serviços de reabilitação do SUS. As órteses e as próteses, nós estamos falando então de cadeiras de rodas, de muletas, de aparelhos auditivos, de lupas para deficiência visual ou para quem tem baixa visão, são equipamentos imprescindíveis em alguns casos e aumentam em outros as possibilidades de independência da pessoa para atividades educativas, de lazer, trabalho, acesso aos espaços públicos. Ela é essencial ao processo de reabilitação nas unidades do SUS, pois complementam o atendimento multi profissional que é realizado por psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos. Nesse sentido, então, é que a partir de uma análise da situação de saúde dessas pessoas e das nossas redes de reabilitação é que se detectou então a necessidade de um programa nacional de órteses e próteses. É importante destacar que não vai ser apenas o fornecimento da Órtese e da prótese, porque a pessoa que tem uma deficiência física ou que tem uma deficiência auditiva, ela precisa mais do que a concessão desse equipamento, ela precisa de todo um processo de reabilitação, e é isso que está previsto nesse programa. fortalecendo a nossa política que já prevê essas ações, ações que já estão realizadas hoje na nossa rede de reabilitação. Como eu falei então, este programa faz parte... este programa faz parte de um conjunto de ações interministeriais que foram priorizadas, que tem como eixo central a acessibilidade para pessoas com deficiência. Eu acho que é importante destacar que ao se discutir a acessibilidade aos espaços urbanos, às ruas, às escolas, ao se desconstituir o acesso banido para as pessoas poderem ter acesso ao trabalho e emprego, o início disso está na acessibilidade nos equipamentos e na autonomia que a própria pessoa tem que adquirir, e essa é a importância então das ações da saúde, de reabilitação. Eu trouxe alguns dados, eu acho que fica um pouco comprometido, porque talvez visualmente esclarecesse melhor, mas vocês podem acompanhar. O senso demográfico do ano 2000 nos sinaliza que por volta de três% da população tem grande dificuldade ou incapacidade visual, auditiva e física, e essas pessoas que nós entendemos que necessitam de algum equipamento para a sua reabilitação. Então nós não trabalhamos com catorze, cinco% da população, que é o que o senso nos sinaliza, mas sim esses três% que provavelmente tenham uma deficiência numa gravidade maior e que necessitaria de algum equipamento para a sua reabilitação. Esses três% dá um total, a partir de estimativas aí da população para o ano

de Diogo seis, de cinco milhões, quinhentos quarenta e sete mil pessoas. É importante considerar que nós estamos numa mudança de perfil demográfico da população brasileira. Nós sabemos que nós vamos ter mais idosos e os idosos também necessitam de, tem maiores necessidades de reabilitação. Então quando nós falamos das ações da saúde para pessoas com deficiência, nós também estamos falando de idosos que muitas vezes necessitam dos tratamentos e do que é oferecido no SUS para este programa, ele vai atender a uma demanda reprimida que já existe e é identificada pelas secretarias estaduais e municipais de saúde. Nós também consideramos que os equipamentos que ao longo de uma série histórica de cinco anos foram distribuídos para a população, muitas vezes eles necessitam de trocas, porque os equipamentos eles podem se tornar, podem quebrar ou necessitam de manutenção. E principalmente, a necessidade de procedimentos de reabilitação como eu já mencionei. Qual é a situação desejada então? E por que a importância desta ação ter sido priorizada e ter sido incluída no PAC pela saúde do Ministério da Saúde? Nós desejamos intensificar a concessão de órteses e próteses e a reabilitação para as pessoas com deficiência no SUS. A estimativa é que de 2008 até o ano de 2010 nós atenderíamos no fluxo normal de atendimento do SUS um milhão e oitenta mil pessoas que necessitam de reabilitação. Com o programa, nós pretendemos dobrar o número de atendimentos, praticam dobrar o número de atendimentos, passando para um milhão, passando para dois milhões, cento e vinte e dois mil, o que significa um acréscimo de um milhão e quarenta duas mil pessoas. Essas pessoas estão aguardando por órteses e próteses nos nossos serviços de reabilitação, são pessoas que será priorizado aquelas pessoas em maior vulnerabilidade, então o foco do programa será as pessoas que recebem o bolsa família, as pessoas que com deficiência, as pessoas com deficiência que recebem o bolsa família, as pessoas com deficiência que recebem o benefício de prestação continuada da assistência social, as pessoas com hanseníase que vivem em ex-colônias, e também crianças e adolescentes que estão em processo de inclusão escolar na rede regular de ensino. O total, então, uma demanda de um milhão e quarenta duas mil pessoas. O valor para esta ação: um acréscimo de seiscentos setenta milhões ao que já vem sendo previsto, que já vem sendo gasto com essas ações pelo Ministério da Saúde.

Para três anos. Logicamente que no PAC, seiscentos setenta milhões de acréscimos, esse recurso, ele está incluído no recurso total previsto para o PAC da saúde. Como o PAC da saúde houve um escalona-

mento para até 2011, provavelmente vai haver ajustes com relação ao escalonamento desses recursos. A princípio seria 30% no ano de 2008, 30% no ano de 2009, quarenta por cento no ano de 2010. Além então do fornecimento dos equipamentos e da reabilitação, como o objetivo é fortalecer a política para as pessoas com deficiência, a política de saúde, estão previstas também mais duas medidas que nós chamamos de medidas estruturais, que é a mediante ação de dez oficinas de órteses e próteses no país, naquelas regiões em que nós sabemos que existe carência de oficinas, tanto oficinas públicas ou mesmo oficinas privadas. Elas são importantes por quê? Porque nessas oficinas é que são muitas vezes confeccionados os equipamentos ou são adaptadas as cadeiras de rodas, as talas que são fornecidas no SUS. E nós sabemos que na região norte e norte este do país, há carência desta estrutura.

Infelizmente não está abrindo a apresentação, eu acho que a gente pode continuar com o que vocês têm em mãos para seguir. Está prevista ainda, como medida estrutural, a capacitação de ortistas e protesistas. São profissionais que trabalham nessas oficinas, são aqueles artesãos, e que nós sabemos que hoje existe a necessidade de capitalização e de um aumento desse profissional no mercado de trabalho. Então são capitalizações de nível médio, para a formação desse profissional, e também de nível superior para os nossos médicos, porque muitas vezes os nossos médicos preenchem (soa a campainha) uma ortese ou uma prótese de uma maneira que não é a mais adequada. Coincidentemente eu cheguei ao final da minha apresentação (risos). Acho uma pena, eu acho que ficou um pouco comprometido a gente não ter a possibilidade de visualmente acompanhar, quero só enfatizar que com relação ao tema proposto de debate, dentro desta ampla discussão, a questão do trânsito, a pessoa da SVS que acompanha a implantação de programas relacionados a essa ação, ela está presente e na hora do debate, se for preciso, a gente pode se estender um pouco mais na explanação desse ponto. E lembrar uma coisa, e aqui como eu disse na minha apresentação toda, essas ações, elas estão previstas no PAC, esses recursos estão previstos no PAC, e para isso todos aqui sabem da necessidade então da continuidade da CPMF para que a gente de fato avance nesses programas, porque são os recursos extras necessários para que a gente possa de fato implementar essas ações na maneira como a gente está prevendo e organização aí no PAC da saúde. Muito obrigada pela atenção, obrigada Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Muito obrigada à Doutora Érica pela

sua exposição. Eu gostaria de registrar aqui a presença da Doutora Isabel, coordenadora da CORDE, coordenadora nacional da pessoa com deficiência. Quero também parabenizar mais uma vez aqui ao Ministro Paulo Vannuchi, pela realização de mais uma edição do prêmio nacional de Direitos Humanos realizado ontem no Palácio do Planalto. O prêmio é sem dúvida um reforço muito grande em prol dos Direitos Humanos no nosso país, no Brasil. Eu quero agora passar já a palavra à senhora Ângela cana brava, Conselheira do conselho nacional dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

SRA. ÂNGELA CANABRAVA: Bem, bom dia a todos. Patrícia, coordenadora dos trabalhos, componentes da mesa, Senador Flávio Arns, que há tantos anos eu como aparentoens sei da sua luta pelas causas das pessoas que precisam de uma política pública que garanta a sua inclusão da sua cidadania plena, Senador Eduardo Azeredo, Senador Paulo Paim. Na pessoa da Doutora Isabel maior, eu queria cumprimentar a todos os presentes, independente das suas representações, mas as pessoas que precisam de nós e que nós precisaremos do trabalho que está sendo feito e o exemplo da Doutora Isabel maior, acompanhando no CONAD para que o tema acessibilidade transo ponha a questão da deficiência e e passe a ser um problema de todos nós, um problema de superação de quem tem um problema e de quem não tem um problema para tentar resolvê-lo, uma questão de solidariedade no sentido de que todas as ações que fizermos terão que ser ações que depende de atitude de cada um em sua esfera, e, por último, garantir que a cidadania plena, a qualquer um de nós, só vai existir quando tivermos possibilidade de conviver em todos os lugares, com todo o acesso possível, com todas as pessoas com as suas diferenças e com as suas potencialidades que só vem nos fazer creche era e é isso que tem acontecido com a nossa participação no CONAD. Eu sou representante do conselho federal de engenharia, arquitetura e agronomia dentro do CONAD, e vejo a importância da participação de órgãos como o conselho federal de engenharia, arquitetura e agronomia com mais de mil profissionais cadastrados, na efetivação das políticas que vocês, colegas Senadores, têm feito e tem dado um exemplo com essa semana de que não vão se não me falha a memória era com a legislação, ela é hoje muito falada pela Doutora Isabel, praticamente um exemplo para o mundo todo. Temos uma legislação bastante completa, bastante assertiva e que hoje é uma referência mundial. No entanto, avaliando as deliberações da 1ª conferência, observamos que muita coisa há que se fazer para que se cumpram as deliberações, para que se cumpra a

legislação e para que efetivamente as adaptações sejam feitas, as políticas sejam feitas e que a inclusão aconteça. Nesse sentido, o CONAD tem feito campanhas de conscientização, seminários de capacitação dos Conselhos Municipais e dos Conselhos Estaduais para que possam exercer a sua condição de fiscalizadores, e tem feito um trabalho bastante importante de interlocução com o Governo Federal que hoje, praticamente duas semanas estivemos reunidos todos os conselhos do país que tratam da questão e avaliamos que muito das políticas deliberadas e muitas das deliberações da 1ª conferência já estão sendo atendidas pelas políticas do Governo Federal. O problema que se constatou também é que essas políticas não estão acontecendo nos estados e nos municípios. Nós observamos que a legislação estadual e a legislação municipal não estão vindo com o mesmo ritmo de aplicação e de efetividade que se busca do que temos em relação à legislação federal. Os conselho de direito estaduais e os conselho de direito municipal sentem a necessidade do respaldo do Poder Público estadual e do respaldo do Poder Público municipal em três grandes aspectos: primeiro) financiamento das ações que contemplem as adequações dos prédios públicos, das instalações e mesmo das políticas que garantam a acessibilidade e para isso precisa de recurso. É preciso dotação orçamentária. Nós vemos aqui, através do Ministério da Saúde, Ministério da cidade, de vários órgãos do Governo Federal, que dentro da agenda social isso está contemplado. No entanto, não observamos o mesmo cuidado acontecendo nos municipais e nos estados, que tenham uma política como é a exemplo da agenda social dentro dos estados e dentro dos municípios que dê suporte ao trabalho dos conselho municipal e conselho estaduais. O outro aspecto fundamental, além do financiamento das ações, nós precisamos de fiscalização. Não tem como fazer a exigência do cumprimento da legislação sem fiscalização. Praticamente setenta por cento das questões que tratam de transporte cidades nas deliberações da 1ª conferência, falavam da questão da fiscalização e que a fiscalização não está dando conta de fazer cumprir a lei. Então o que nós precisamos? De parcerias. Essas parcerias, nós temos, além dos conselhos de direito, eles precisam do apoio do Ministério Público e convênios que podemos estabelecer com o Ministério Público e, por exemplo, o conselho federal de engenharia e arquitetura e agronomia e conselho regionais de engenharia, arquitetura e agronomia, e outros conselhos que cuidam do exercício profissional, haveria um fôlego a mais para que a fiscalização acontecesse. Nós temos ramificado em todo o país estruturas fortes, estruturas em condições de estabelecer essa fiscalização

e articular essas ações. E, além de tudo, um assunto fundamental, a questão da capacitação em todos os níveis. Capacitação para conhecimento da legislação, se observa que mesmo dentro de uma discussão interna entre pessoas que trabalham com o assunto especificamente ainda há muito desconhecimento da legislação. Há uma necessidade de capacitação dos conselhos e dos órgãos públicos, das pessoas que tratam da fiscalização dos projetos e da implementação das políticas públicas, e há necessidade de capitalização daqueles que projetam, daqueles que vão fazer as adequações, daqueles que terão a responsabilidade de aplicar o recurso que está sendo direcionado para essas adaptações. Esses profissionais precisam da capitalização, precisam desde a sua formação, a exemplo, engenheiros e arquitetos e outros profissionais que trabalham na área, que será necessário fazer o trabalho de adaptação, prédios públicos, cidades históricas que tenham toda uma complexidade de trato técnico para poder fazer as adaptações, precisa capacitação. Para isso nós precisamos de uma grande mobilização. Então, senhores, a minha fala vem no sentido de efetividade e de resultado. Eu gostaria de usar o meu tempo é muito curto, o exemplo do Crea Paraná que é um exemplo do que está sendo feito em Curitiba e o que está sendo feito em todo o estado. Foi consolidado, dentro do conselho regional de arquitetura, agronomia e engenharia, no Paraná, um Fórum de acessibilidade. Esse Fórum, ele articula todas as instâncias que trabalham e discutem a questão da acessibilidade e potenciais ações. Como consequência do Fórum já foi estabelecido um convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba, que hoje está sendo divulgado a todos os acresça, a todo o país, inclusive aos conselhos, para que o convênio com as Prefeituras Municipais passe a ser uma condição de aplicação da legislação. O convênio com o Ministério Público, cada uma da sua esfera, também já estão acontecendo isso através do conselho regional de arquitetura, ele não pretende substituir cada um dos seus autores, ele vem se somar ao Ministério Público, ele vem se somar as prefeituras, ele vem se somar aos conselhos estaduais e municipal de direito para fazer cumprir a legislação. E, por último, ele queria um documento, uma cláusula dentro da anotação de responsabilidade técnica dos profissionais, aonde esse profissional é alertado na medida que ele faz qualquer projeto de que ele tem que cumprir a legislação, e isso deveria ser óbvio, mas nós temos uma legislação relativamente recínto, e que precisa ser disseminada. Então toda vez que ele vai recolher um documento desse, obrigatório na execução de qualquer projeto, seja de adaptação, seja de um novo projeto, ele tem lá a consciência e assino,

junto com o proprietário, a sua responsabilidade na adequação daquela edificação que vai ser feita. Bem, o que eu gostaria de então, como representante e muito honrada de representar o senhor Alexandre Baroni, Presidente do CONAD, e que tem feito um trabalho espetacular de consagração e de efetividade na capitalização e na aplicação dos conselhos de direito na efetivação da acessibilidade, é pedir a todos que é o trabalho de formiga, é um trabalho de atitude, é um trabalho como esse do Senado Federal, é um trabalho de parceria que vai garantir com que essa acessibilidade aconteça. Agradeço a oportunidade do CONAD estar aqui com vocês, defendo, Doutora Isabel, que o trabalho cada vez mais tem que ser feito pelos próprios interessados, que isso é uma necessidade premente, que por mais que nós, que tentamos fazer alguma coisa para mudar essa realidade, nada como trabalhar junto com aquele que tem a dificuldade e entende o problema e pode sensibilizar nos de exatamente como pode ser feito o trabalho, porque algumas adequações estão sendo feita de forma errada também, a gente tem constatado, e não esquecer da questão de que o desenho universal, a urbanização, o Ministério das cidades e o Governo Federal estão dando um exemplo aos estados e municípios e nós esperamos que agora isso se reverta através dos conselhos de direito e inicie um trabalho de base, aonde a gente vai começar a sentir, nos planos diretores municipais, na legislação municipal, é aonde a maior parte do cumprimento da legislação federal pode atingir o objetivo. Só por último a questão da convenção da ONU (soa a campainha). É necessária a ratificação da convenção da ONU, a Doutora Isabel é uma conhecedora do assunto, e nos leva a sempre fazer essa defesa em nome do CONAD, eu peço a todos o maior conhecimento da questão, porque essa legislação que ela, grande parte foi construída, inclusive com o apoio da CORDE e do CONAD, deve ser ratificada no nosso país para que dê legitimidade e seja mais um reforço nas ações para garantir a acessibilidade a todos. Parabéns pela iniciativa e obrigado pela oportunidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Muito obrigada também à Doutora Ângela pela sua exposição. Quero registrar a presença também do Deputado Otávio Leite, Deputado Federal que está aqui conosco, muito obrigada pela presença, passo a palavra agora ao senhor Luiz Carlos Bueno, secretário nacional de transporte da mobilidade urbana do Ministério das cidades.

SR. LUIZ CARLOS BUENO: Senador Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, Ministro chefe da secretária especial de Direitos Humanos da presidência da República, Dr.

Paulo Vannuchi, Doutora Érica, coordenadora da área técnica de saúde da pessoa com deficiência do Ministério da Saúde, representando o Ministro José Gomes Temporão, Doutora Ângela cana brava, representando o Doutor Alexandre Baroni, Presidente do conselho nacional dos Direitos Humanos da pessoa com deficiência, Senador Flávio Arns, que tanto tem se empenhado nessa luta, nessa questão, nesse desenvolvimento, Doutora Isabel Maior, o autor Marcos Frota, Doutor Renato Baurt, diretor da Secretaria, Augusto Valeri, coordenador, tanto tem se empenhado também nessa questão da acessibilidade, Alcino, Senadora Fátima Cleide, que está aqui, senhoras e senhores.

Existe uma necessidade muito grande de nós começarmos, não começarmos, mas nós darmos uma atenção maior à questão da acessibilidade no nível nacional. E quando se fala em acessibilidade, é levar em consideração todas os problemas que nós temos, que vão desde as pessoas com restrição à aquelas que possuem deficiência. E são ações que necessariamente devem ter uma abrangência muito grande, porque estão voltadas tanto na relação transporte quanto nas calçadas, nos acessos aos prédios, e nós, no Ministério, temos nos empenhado muito nessa construção de políticas para que nós possamos de forma integrada, Ministério das cidades, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, aquilo que tem a ver com a formação e a qualificação de gestores no âmbito nacional, Ministério do trabalho, naquilo que tem a ver com as questões de formação, qualificação e requalificação de profissionais do transporte, tanto coletivo quanto metrô ferroviário, que são importantes para que nós possamos trabalhar a melhoria da qualidade e melhoria da qualidade de forma ampla, que atinja diretamente todos aqueles que precisam dessas ações. Nós fizemos, preparamos uma apresentação das ações que estão sendo desenvolvidas pelo Ministério, pela Secretaria nacional de transporte da mobilidade urbana atualmente. Tivemos o privilégio de ter agora já o acesso. Então nós vamos começar com os desafios da política de mobilidade para as pessoas com restrição e para as pessoas com deficiência, onde nós buscamos garantir a acessibilidade, equiparar oportunidades, garantir o exercício de direitos fundamentais, deve disparar processo reversível de inclusão social, estimular a urbanização das pessoas com deficiência e aplicar e aperfeiçoar a legislação.

Nós tivemos um caso, nós tivemos num evento na Bahia, agora em Salvador, há poucos dias, eu e o Ministro Vannuchi, estava lá também o Senador Flávio Arns, onde nos foi colocado um problema muito sério, hoje um motorista de ônibus, até não por ser mal intencionado, ele deixa de possibilitar o acesso de uma

pessoa com deficiência porque ela faz com que exista um atraso, porque ela atrapalha no momento em que vai embarcar. Então, conferido, nós temos que melhorar essa situação, nós temos que sensibilizar esses profissionais para que eles tratem as pessoas com deficiência, as pessoas com restrição, da forma como elas precisam ser tratadas. Nós procuramos também a questão de desenvolvimento de projetos em parceria, a sensibilização e a conscientização da comunidade sobre o assunto, sobre essa necessidade, a elaboração de políticas públicas, não é uma política, são várias políticas que tem que ser definidas para que nós possamos, de forma abrangente, trabalhar essa questão da acessibilidade. Adequação ambientes, nós temos já para o próximo ano recursos que devem ser investidos, algo em torno inicialmente de cinquenta a sessenta milhões de reais, num primeiro momento, e nos próximos anos em parceria com os outros Ministérios, a idéia é alavancar esses recursos, para que possamos criar uma capilaridade em nível nacional.

E o desenvolvimento, desenvolver a tecnologia. Hoje nós temos tantas ações, nós temos tantos estudos, nós temos tantos projetos que estão sendo... que estão em fase de desenvolvimento, que precisam realmente existir um investimento que faça com que eles sejam concluídos, que nós possamos avaliá-los, que nós possamos adequá-los às necessidades e a partir daí então fazer deles uma realidade para o dia-a-dia daqueles que necessitam. O programa Brasil acessível que tem como resultado de um processo de discussão com a sociedade civil, reúne várias experiências e tem como objetivo apoiar governos municipal, estaduais, na implementação da acessibilidade, nos serviços e locais públicos de circulação, atuando sobre o espaço urbano e uma ação clara de mobilidade urbana. Nós temos a partir daí a busca de uma política nacional que considera o acesso universal a espaço público, está inserido no conselho de mobilidade urbana e há uma resposta do Ministério das cidades às diretrizes aprovadas na conferência nacional das cidades. O programa Brasil acessível que busca a capacitação de pessoal e a eliminação de barreiras arquitetônicas, e nós temos uma ação direta com a arquitetura, com os engenheiros, os sistemas de transporte acessíveis, nós temos até 2016, para fazer a adequação de todos os ônibus, enfim, o transporte coletivo para que nós tenhamos uma boa acessibilidade das pessoas que dela necessitam, sistemas, a difusão do conceito de exame universal, o estímulo ao desenvolvimento tecnológico, pesquisa, muita pesquisa, estímulos à integração das ações de Governo, sensibilizo ação da sociedade e o estímulo à organização das pessoas com deficiência, sempre. Instrumentos para a imple-

mentação. Publicação de material informativo de capitalização, realização de cem honorários, edição de normas diretrizes, realização e vômitos de pesquisas, implantação de abuso de autoridade, fomento à implementação de programas municipal de mobilidade, onde nós temos o planejamento, a implementação e a avaliação dos resultados, a criação de novas fontes de financiamento e a divulgação das boas políticas. Os fatores que devem ser considerados. Diversidade local, perto, incidência, as necessidades, enfim, a realidade dos orçamentos municipais, agora quando se fala em realidade de orçamentos municipal, nós temos que ter claro o que é uma parceria, o que é integração dos três entes federados, quer dizer, nós temos os municipal, mas nós temos a participação dos estados e a participação do Governo Federal, do Ministério das cidades, da Secretaria.

O nível de conhecimento, a organização social e o nível de interesse. Nós temos algumas atividades envolvidas que é a pesquisa sobre transporte acessível, em cidades acima de sessenta mil habitantes, no período de 2004 a 2007, financiamento de noventa e nove projetos municipais de acessibilidade até este ano de 2007, agenda social, investimento de cento e vinte e um milhões de 2008 a 2010, oficinas de capacitação, distribuição de publicações para todos os municípios brasileiros, entidades de pessoas com deficiência, estudantes e arquitetura urbanismo, quarenta e cinco mil alunos, cento e oitenta e dois cursos e cinco mil dos entes, e temos publicações que sendo uma delas o caderno, nós temos seis cadernos, o primeiro deles é o atendimento adequado à pessoas com deficiência e restrição de mobilidade, que ele é destinado aos gestores e operadores público ou privados dos sistemas de transporte coletivo, conceituam as deficiência e traz orientações sobre o atendimento adequado e há um instrumento de capacitação de condutores do transporte coletivo, cobradores, taxistas e do transporte escolar. Nós temos o caderno dois, construindo a cidade acessível. Se passar um pouquinho, nós conseguimos Deixa assim, volta lá. Construindo a cidade acessível que é destinado aos profissionais da área de elaboração de projetos urbanísticos, mobiliário urbano, implementação de projetos e obras em espaços públicos, abominoso edifícios de uso coletivo, públicos ou privados, enfoque nas áreas pública de circulação e as necessidades de pedestres com ênfase nas pessoas com deficiência e idosos. Apresenta, através de exemplos, como não construir barreiras, novas barreiras nos espaços urbanos e sugestão de projetos e intervenções corretas, em conformidade ao decreto 5.296, de 2004, e à norma NBR 9.050, também de 2004.

Nós temos o caderno três, é a implementação do decreto 5.296, de 2004, que traz orientações para a implementação do decreto cinco mil duzentos e noventa e seis, que regulamenta as duas leis e que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Enfoque na mobilidade urbana, construções dos espaços e os edifícios de uso público e legislação urbanística. O caderno quatro implantação de políticas municipal de acessibilidade, orienta a elaboração de uma política municipal de acessibilidade de forma permanente, traz informações para a implementação de um órgão ou uma coordenação municipal para o desenvolvimento de normas, instrumentos e ações integradas do Poder Público, e também com a iniciativa privada para o atendimento às pessoas com deficiência, apresenta também procedimentos para a implantação e a fiscalização de projetos, obras e soluções para o acesso e o atendimento das pessoas com deficiência e idosos ou pessoas com mobilidade reduzida. O caderno cinco, hora é a implantação de sistemas de transporte acessíveis, é voltado ao gestores municipal com a orientação de programas e obras visando a implantação de sistemas de transporte acessível, incluindo a infra-estrutura urbana, reúne uma combinação de todos os modos de transporte coletivo, os respectivos equipamentos de apoio ao usuário, em especial as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como os procedimentos operacionais adequados. Temos também o caderno seis, que é de boas práticas, voltado aos gestores municipal e que tem como objetivo o registro de práticas inovadoras ou consagradas, já em desenvolvimento nas administrações municipais e visa a construção de uma cidade acessível, considerando os espaços públicos e os serviços de transporte coletivo.

Agora todas essas ações, necessariamente, devem ter uma integração com os demais Ministérios, deva ter um envolvimento direto dos três entes federados, deve ter participação de financiamento dos três, não é, nós temos também dois instrumentos para a implementação de ações que é o Brasil acessível, onde nós temos a além Nação de barreiras arquitetônicas e oficina para atualização profissional. Esses dois, nós estamos agora atualizando, em breve estaremos já fazendo a distribuição.

Eu acredito muito nessa parceria dos Ministérios e dos entes federados, e é por aí que eu acredito que nós devemos trabalhar. Quero também fazer constar que é uma satisfação para mim estar aqui neste ato representando o Exmo. Sr. Ministro de estado das cidades, Márcio fortes de Almeida, que tem, ao longo do tempo, se detectado de uma forma diferenciada à

questão da acessibilidade e da mobilidade como um todo. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Muito obrigada pela exposição também ao senhor Luiz Carlos Bueno e eu passo imediatamente a palavra ao Ministro Paulo Vannuchi, que é Ministro da secretaria especial dos Direitos Humanos da presidência da República.

SR. MINISTRO PAULO VANNUCHI: Muitíssimo obrigado pelo convite, Senadora Patrícia Saboya, que também é em si uma demonstração da nossa tese recorrente da inter dependência dos Direitos Humanos, eu vejo aqui presidindo a Comissão de Assuntos Sociais, o tema das pessoas deficientes, sendo ela já uma liderança, tão destacada de outros temos dos Direitos Humanos, com ênfase para a questão da criança e do adolescente, que lidera a frente parlamentar. Senador Flávio Arns, Senador Azeredo, Senadora Fátima Cleide, a quem aproveito para agradecer essas quarenta e oito horas de trabalho estressante para liberar o funcionário das Nações Unidas que ficou retido pelo cintilar, ele acompanhou a alta comissária em visita ao Brasil, uma visita muito importante, profícua, Brasília, São Paulo e rio, com encontro com as autoridades dos três poderes e dos diferentes níveis federados, e quando retornou a Genebra, a situação um pouco confusa, o assessor foi fazer uma visita sem as devidas (risos) proteções formais e diplomáticas, além da segurança, mas felizmente ontem à noite terminou o episódio, o Presidente da FUNAI esteve lá, a Senadora Fátima ajudou muito. Também minha saudação à Doutora Isabel, em quem vou repartir um pouco aqui esses quinze minutos nossos, Marcos Frolta, grande lutador, símbolo, que tem ajudado tanto a mobilização, e também aí saudação a todos os presentes, as presentes, a quem saldo especializo aumentos na figura do Antônio Carlos Andrade, velho companheiro de jornadas, de lutas, a minha presença aqui, então, eu sinto como primeiro uma oportunidade de aprender, de ouvir mais uma vez isso, sobretudo de ouvir as preocupações, orientações dos Senadores, ... pelo voto popular na para a produção legislativa. Aproveito também para participar como parte das comemorações do 10 de dezembro, não foi por acaso, a consciência dessa terceira jornada que o Senado realiza, e no momento em que o Senado já se caracteriza por iniciativas importantes de acessibilidade, como demonstrado no material que já foi apresentado, realmente muito exemplificar, tenho a impressão que sai na frente numa comparação com todos os demais órgãos aqui de Brasília, da institucionalizado republicana, acabamos de assinar com a Ministra Ellen Grace um protocolo para iniciar esse trabalho, mas o Senado

realmente já tem uma produção muito forte nesse sentido para além da sua produção legislativa, e agradecendo as palavras generosas da Senadora Patrícia Saboya e saldando os meus colegas da mesa, o Luiz Carlos, que já estivemos juntos a pouco na Bahia, e representando aqui o colega Ministro Márcio Fortes, a Érica piso UNESCO i, que representa o Ministro temporão, e ela própria também grande amiga de muitos anos, e todo mundo viu, tem um nenê chegando em fevereiro, nenê do meu fiz Rogério Soto li, que foi ele próprio um grande articulador do nosso plano social, o penal social da área Direitos Humanos. Também a Doutora Ângela, a quem saldo e também aproveito para enviar saudação ao Alexandre Baroni, a entrega do prêmio ontem de fato foi um momento importante desses, é a 13ª edição, é a 13ª edição que em si já quer dizer uma política de estado, uma política que travessa mandatos presidência diferentes, com alternância de partidos no poder, o próprio conjunto de pessoas ontem homenagens reafirma essa visão, a presença do Ministro José Gregório e antes agraciados, e ele próprio, o orador, em nome dos vinte, foi o primeiro secretário nacional dos Direitos Humanos, ligado a dom Paulo Evaristo Arns tanto quanto eu, e temos aqui o Senador Flávio que também é ligado a ele por laço de sangue e sobrenome, também homenageamos figuras como Fábio Conder Comperato, Milton Santos inmemorizo ia, o padre Júlio Lanceloti, e na categoria pessoas com deficiência, a pessoa foi o Deputado Jerônimo Siqueira da Silva, que foi ex-Presidente da associação nacional e teve uma carreira parlamentar até chegar à Câmara dos Deputados e falecer dois ou três meses depois, e também na categoria pessoa com deficiência, entidades, o morro ano, o movimento nacional pela reintegração das pessoas com hanseníase. E o 10 de dezembro acontece no Brasil num momento em que o tema Direitos Humanos, ele acontece na imprensa fortemente, como sempre, para o bem e para o mal. Primeiro porque nós temos avanços como esses que estão aqui registrados, e a minha presença é sobretudo para sinalizar a determinação do Governo Lula em reforçar Direitos Humanos, atribuindo a nossa secretária, em especial um papel de articulador de políticas que envolvem Ministérios como o das cidades, da saúde, da educação e outros, cujo orçamento aplicado na área é exponencialmente superior ao nosso modesto ... à nossa modesta somatória da secretaria especial de Direitos Humanos, que todo mundo sabe, é uma secretária ainda em construção, em crescimento ano a ano, e envolvendo também todos aqui sabem, o delicado e necessário e cada vez mais necessário exercício da articulação interministerial. Essa idéia de que os dife-

rentes Ministérios não dialogam caixinhas fechadas, duplicação de políticas, tem de ser eliminada na nossa história republicana, estamos dando passos importantes nesse momento, embora às vezes seja até delicado inter unanimamente, mas por que, se no Ministério da Saúde nós temos um programa que é tão importante, por que é que o porta-voz na solenidade de lançamento do plano não é o próprio Ministro da saúde? Então aí entra também muito a generosidade, a solidariedade e o prêmio de ontem também foi isso, onze Ministros de dois governadores entregaram os prêmio. Simbolizando a idéia de que Direitos Humanos não está na secretaria dos Direitos Humanos, Direitos Humanos está ali como um pólo articulador, Direitos Humanos está na saúde, está em cidades, está em indução ação, está no desenvolvimento social, no desenvolvimento agrário e etc., e tem que estar fortemente pensado na fazenda e no planejamento também, porque se aí não houver essa sensibilidade, claro que sempre haverá a questão da limitação orçamentária ou as experiências anteriores de contingenciamento, com os danos que todos sabemos que causam. Então nesses momentos os números indicam felizmente um momento de grande avanço nas dotações orçamentárias e algumas vezes também eu volto ao mesmo tema, um crescimento exponencial, e nesse sentido coube a Direitos Humanos coordenar quatro áreas, três já anunciadas, a primeira é criança e adolescente, centrado basicamente em dois grandes programas, o plano nacional do direito à convivência familiar e comunitária e o segundo o sino si, o sistema nacional de atendimento sócio educativo, a oportunidade e chance que o Brasil tem finalmente quando o ECA já vai completar dezoito anos em julho do ano que vem, de ter um elemento central que lhe faltava, que é um ordenamento da questão das medidas sócio educativas. Prevaleceu até aqui amplamente a idéia de jogar os meninos em conflito com a lei para instituições de internação, com raras exceções, os qualificavam para avançar mais no mundo do crime e não se mostravam eficientes para reverter esse processo. E agora, com o sino si, que está em tramitação no Legislativo, a chance que o país tem e os recursos federais oferecidos para isso, de fato fazer tornar a reincidência nessa área de crescentes, até virar um resíduo estatístico, e sobretudo valorar o atendimento em liberdade ou em semi inibido. O outro tema é o tema do registro civil de nascimento e fomos à semana passada numa grande delegação, cabeçada pelo Presidente da República, a breves, na ilha de embreagem ó, o país ainda tem onze% aproximadamente de subo registro civil de nascimento, quer dizer, três milhões, três milho e o e duzentas mil crianças nascem por ano, e dessas, qua-

trocentos mil, arredondados, não são registradas antes de completar um ano. Se registram mais tarde, vai chegar na escola, mas ficando um ano fora, não são rigorosamente cidadãos ou soldado anos, não tem um nome, não tem um sobrenome, não estão conhecidas e protegidas pelos programas de proteção na área da saúde, na área de criança e adolescente, no desenvolvimento social. E muitas vezes isso não é irresponsabilidade da mãe e de ninguém, a mãe teria que botar o bebê numa canoa e viajar vinte e quatro horas num rio, com sol, com mosquitos, para chegar à localidade amazônica onde há um cartório, quatrocentos vinte e duas cidades brasileiras não tem cartório, a nossa constituição impede, por enquanto, a menos que pensemos um alguma PEC, em que os municípios onde não há cartório o Poder Público teria de ter poder constitucional de registrar, e conto também com a compreensão dos Senadores, porque de fato é quase que um modismo brasileiro, poucos países do mundo ainda tem essa estrutura que o Poder Público geralmente registra ele próprio. Nós temos esse sistema catar racial, reafirmado na constituição de 1988, e temos que articular nesse sentido.

Por último, a idéia, o programa, o plano social dos idosos, que vamos anunciar nos primeiros meses do ano que vem. Então eu peço que a Doutora Isabel apresente o que não foi falado ainda, Doutora Isabel, pela mesa do plano social das pessoas com deficiência, cumprindo aqui o nosso slogan nada sobre nós sem nós. Que vale também para os jovens, para outros movimentos sociais, acho absolutamente indispensável que a Doutora Isabel tenha a palavra de viva voz a apresentar então o que faltou nessa minha breve, não mais do que saudação. Muito obrigado (aplausos).

SRA. ISABEL MAIOR: Bom dia a todos, muito obrigada ao Ministro Vannuchi por esta oportunidade. Dividir do Ministro sempre é uma coisa muito difícil. Eu quero saldar a Senadora Patrícia Saboya, o secretário Bueno, a Érica, nossa companheira, nossa companheira de CONAD Ângela também, Srs. Senadores da casa, que fazem essa semana de valorização, que eu tive a honra de participar da programação inicial junto com o Ayres, que representa todo o conjunto de pessoas que fazem parte da Comissão que transforma esse Senado numa casa inclusiva, e quero saldar nesse sentido. A agendo social, ela traz um conjunto de ações que começa pela ação da saúde e vai chegar até um trabalho. Ela é uma ação integrada dos Ministérios da saúde, da educação, desenvolvimento social e combate à fome, das cidades, do Ministério do trabalho e emprego e a coordenação coube à secretária especial de Direitos Humanos, conforme o Ministro Vannuchi já nos esclareceu. Das ações que não foram

faladas, eu queria mencionar a ação do MEC, relacionada à acessibilidade em seis mil e quinhentas escolas, escolas essas localizadas nos municípios com mais de sessenta mil habitantes, e as escolas que são chamadas de escolas de grande porte, tem duzentos e cinquenta alunos ou mais, porque de acordo com o senso escolar, as pessoas com deficiência estão principalmente nas escolas de maior porte. A idéia é que todas as ações tenham em si uma relação direta. Então do Ministério das cidades, conforme disse o secretário Bueno, a questão da modificação do em torno será exatamente o em torno dessas escolas que sofrerão também as alterações arquitetônicas e de sinalização para a questão da informação e da comunicação para as pessoas com deficiência sensorial, e serão colocadas nessas escolas, numa aceleração cada vez maior, as salas de multi recursos, ou salas de recursos multifuncionais. Significa que são as escolas que poderão de fato alavancar toda a educação inclusiva, porque elas contarão, para os alunos que estarão no turno natural, com as outras crianças, e no contra turno, no turno adicional, terão suporte da educação especial nas salas de recursos. Salas essas que tem a máquina de braille, tem o computador com todo o software necessário para a leitura de tela, apresenta as condições para o acesso à educação das pessoas com deficiência auditiva e todas as questões de ajudas técnicas relacionadas à deficiência física, mas que precisa de suporte também. Por exemplo, uma criança que não tem estabilidade, aquela que precisa de uma ajuda técnica para escrever, para manusear um livro, então estamos cercando com o apoio do Ministério das comunicações, através do programa FUST, todas as situações homem que a escola se torna também a casa de todas as crianças, jovens e adolescentes. A outra ação diz respeito à ação de empregabilidade. O Brasil é um dos primeiros países do mundo que tem uma ação afirmativa relacionada ao emprego das pessoas com deficiência. Essa foi uma proposta dentro da lei de previdência, de 1991, e essas cotas, elas dizem respeito a empresa com mais de cem empregadas. O que nós constatamos hoje? De acordo com a RAIS, nós temos cerca de seiscentos operante mil vagas abertas às pessoas com deficiência muito 1/3 desses vagas se encontra ocupado. Com a maior fiscalização por parte do Ministério do trabalho e emprego e através da metodologia da inclusão das pessoas com deficiência através do contrato de aprendizagem, nós acreditamos que conseguimos sair dessa situação, porque hoje, novecentos% das pessoas com deficiência está fora do mercado de trabalho, são vários as razões que passam desde a falta do ônibus acessível e a falta da cidade acessível, à baixa escolaridade, a

situações muitas vezes de falta de oportunidades dentro da própria família, que não acredito no potencial das pessoas com deficiência, especialmente crianças, e através de mais uma alternativa que é o contrato de aprendizagem, as empresas terão já os aprendidos esses que completam a sua colaboração e já dentro da própria empresa. Essas pessoas poderão ser contratadas, naquela empresa, ou talvez em outras. E como a proposta que sai também do próprio ... do próprio projeto de não sei chamado estatuto, que foi relatado o substitutivo do Senador Flávio Arns, temos uma alteração do benefício de prestação continuada que o Presidente Lula se antecipou e lançou como decreto, não é Senador? Já alterando o benefício de prestação no sentido de que as pessoas com deficiência podem passar ao mercado de trabalho, podem passar ao contrato de aprendizagem, sem que haja uma perda definitiva do benefício, uma vez constatada que não há condições que aquela pessoa permaneça no mercado de trabalho, aí sim, se ela preenche os demais requisitos do PP c, ela retorna ao programa da assistência social. Então eu vejo nisso uma oportunidade muito grande de nós alterarmos a realidade dessas pessoas, a maior parte das pessoas com deficiência, setecentos%, está baixo da linha da pobreza, e nós temos que pensar nessa situação sempre dentro do contexto mais amplo da situação. A lei do contrato de aprendizagem, ela foi alterada recentemente, para permitir que aprendizes com deficiência não tenha um limite superior de idade, e aquelas pessoas que tenham deficiência intelectual, elas podem entrar no contrato de aprendizagem independente do grau de escolaridade, porque será avaliado pela capacidade, pelas habilidades e competência da atreva que se diz põe. A pedido do Ministro, nós conseguimos chegar a tempo com a publicação da convenção sobre os Direitos Humanos na língua portuguesa, é a tradução oficial, aquela que chega a todos nós, chega à Câmara, nesse momento já existe uma Comissão especial na Câmara para analisar a proposta da convenção, agora usando um pouco da própria experiência que de acompanhar o Ministro Vannuchi, é um tratado de Direitos Humanos e como tal pode ser recepcionado no nosso país com a alteração da constituição, no artigo 5º, a partir da Emenda 40, de 2004, a convenção pode ser recepcionada com equivalência à Emenda Constitucional, e na verdade é essa a proposta do CONAD, o CONAD já fez um manifesto, apoiado pelo secretário especial, e nós acreditamos que tanto a Câmara quanto o Senado serão sensíveis a essa situação. O porquê disso, o por que defender tantos uma convenção da ONU? Para que essa convenção, na verdade, tem a cara da nossa legislação. Vários vez quesitos, inclusive ontem tivemos

a oportunidade, num seminário internacional, a Doutora Érica também estava presente, falarmos sobre os itens mais importantes na área da saúde, que é direto à saúde sexual e reprodutiva, que não estaria na convenção da ONU se não fosse uma intervenção direta do Brasil explicando do que se tratava isso e sendo na necessidade tecnológica de apoio de tratamento especial, que muitas pessoas com deficiência não tem a capacidade de gerar filhos, por causa da lesão medular nos homens, não nas mulheres, se não houver todo um tratamento nesse aspecto. Então a convenção, no que diz respeito a essa área da acessibilidade que nós estamos trabalhando tratando, ela transforma a falta de acessibilidade numa discriminação. Então passa a ser uma obrigação do estado e não mais uma orientação do estado, mas uma obrigação a questão da acessibilidade. É um dos primeiros capítulos, a convenção ela é totalmente permeada pelo conceito de acessibilidade, tanto no desenho universal, como bem ressalta a Doutora Ângela cana brava, mas também na questão da tecnologia assistiva, que é exatamente também uma das entidades que ganhou o prêmio ontem que se detecta à tecnologia assistiva para a área da pessoa com deficiência, crianças principalmente, na região do Pará, que é a energia norte, e terminando, eu faço mais um comentário a respeito do que o Ministro falou da questão da hanseníase. Nós temos no Brasil, o Brasil é o segundo país do mundo que reconhece a violação de direitos do Estado brasileiro por mais um período maior do que o período em que a doença não tinha tratamento. Hanseníase é curável, hanseníase é curáveis, não é transmissível com quarenta e oito horas de tratamento e hoje nós precisamos fazer um resgate de cidadania das pessoas que passaram por aquela privação de liberdade, de confinamento compulsório por mais de quarenta, cinquenta anos. Então ontem o Ministro já anunciou os vinte e dois primeiros casos deferidos por ele favoravelmente para o recebimento da pensão fito Elias no valor de setecentos cinquenta reais, que foi uma proposta inicial do Senador Tião Viana e que o Presidente Lula transformou em Medida Provisória e foi imediatamente aprovada pelo Congresso Nacional. Essas pessoas estão sendo, as primeiras, a ser, a ter o seu processo deferido, amizade absolutamente encaminhado ao INSS para pagamento, retroativo a maio, são aquelas obedecendo ao estatuto do idoso que tem cem anos, cento e quatro anos, cento e cinco anos, Ministro, é a pessoa mais idosa que nós já fizemos o requerimento, deferido, chegando às idades tenho noventa, 95, e aí estamos trabalhando com a parceria de diversos Ministérios. Muito obrigada (aplausos).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Muito obrigada também a Doutora Isabel. Eu quero, agora, passar a palavra aos Srs. Senadores, e Sras. Senadoras, para que possam, enfim, se pronunciar ou fazer os questionamentos. Em primeiro lugar está inscrito o Senador Flávio Arns e em seguida o Senador Azeredo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero saudar os expositores e expositoras, o Ministro, é um grande prazer revelo, V. Ex^a. sempre presente, participando, apoiando, discutindo, Doutor Luiz Carlos Bueno da mesma maneira, Doutora Érica também, Ministério da Saúde, o CONAD, representado pela Doutora Ângela, quero saldar o Marcos Frota, eu sempre digo e digo isso para ele e digo para o público: ainda bem que temos pessoas como o Marcos Frota que emprestam o seu prestígio, o seu talento, o seu trabalho a favor de causas sociais e particularmente da causa da pessoa com deficiência. O Marcos Frota já há vários anos vem trabalhando nesta área e com o talento, com uma dedicação, com uma presença, a gente diz: olha, ter alguém com o prestígio do Marcos Frota trabalhando na área eu acho que isto repercute, só a presença dele, e a participação e o empenho, são extraordinários. Eu quero saldar a terceira semana também de valorização da pessoa com deficiência, que é a iniciativa do Senado, e dizer para os expositores e expositoras de que são três anos seguidos, quer dizer, três anos de discussão, de debate, de aprofundamento, e eu diria que aqui no Senado Federal os oitenta e um Senadores e Senadoras somos todos assim solidários com a área. O que puder ser feito, todo mundo está sempre aberto para discutir, para fazer, temos uma SubComissão permanente no Senado presidida pelo Senador Eduardo Azeredo, que é também um batalhador e temos também a participação sempre o envolvimento, esta interface das necessidades da pessoa com deficiência, com outras áreas, como é o caso da criança e do adolescente, do idoso, e assim por diante. Eu queria fazer algumas observações, porque eu acho que assim o debate dessa natureza é bom que as coisas aflorou em e depois a gente continue falando, discutindo, se aprofundando, porque as discussões naturalmente não se esgotam. Então são sempre impressões que a gente traz da área também. Eu quero destacar o trabalho realmente da Secretaria nacional de transporte da mobilidade urbana do Ministério das Cidades. Eu diria que é um dos melhores trabalhos que eu conheço que existam nesta área. Parabéns de fato para o Ministério das cidades. Um estudo bom, profundidade, competente, está à disposição do Brasil, agora a gente pensa como transportar isso para a realidade. Então só a minha impressão, e salvo melhor

juízo sempre, eu diria, Doutora Ângela, que a senhora representa a área dos engenheiros, asco tetos e agrônomos, eu me arriscaria a dizer que quase 100% dos projetos não atendem a área da acessibilidade, seja em termos de praça, de ginásio de esportes, de ruas, de prédios, de prédio comercial, público. Então eu diria assim que o desafio nosso, e com todo respeito, eu nem diria que não é a questão de culpa ou não culpa, mas a gente pensar como que a gente pode atingir a classe dos engenheiros e dos arquitetos, porque tudo isto passa, tem que ser saindo pelo engenheiro e pelo arquiteto, e a gente chega em Curitiba, mesmo ainda o creio faz, como a senhora colocou, um excelente trabalho, mas prédios sem acessibilidade, rua, praça, loja comercial, Câmara, reformas, tudo. Mesmo projetos do Governo Federal, que deveriam ter o atesto de acessibilidade, com recursos federais, são feitos, quer dizer, sem acessibilidade. Então eu diria, eu acho que nós poderíamos, nessa continuidade, aprofundar. Eu tenho dito para os prefeitos, quando o Prefeito vem pedir recursos para adequar ruas e tal, que são os projetos do Ministério das cidades, dizer: olha, vamos fazer um corte, daqui para frente nada ser construído sem acessibilidade. Daqui para trás, vamos corrigindo, porque se a gente continuar construindo sem acessibilidade, esse processo não vai terminar nunca, não é verdade? Então nós temos que achar um mecanismo integralizado aí para que isto realmente mude a realidade. É um desafio, eu sei que não é fácil, a senhora também sabe, mas vamos pensar juntos. Eu acho que é o desafio, vamos dizer assim, para a continuidade desse debate, e colocar lei na realidade. A mesma coisa com relação ao Ministério da Saúde, eu diria, porque, por exemplo, coisas simples, as famílias no Brasil continuam gastando o seu dinheiro para comprar remédio para o filho com deficiência, quer dizer, isso é normal, ah, que bom que eu ganho BPC, que é o benefício da prestação contínuo, o salário mínimo, o chamado salário mínimo, que assim eu consigo comprar remédio para o meu filho. Não pode, não é para comprar remédio, remédio tem que ser obtido, conquistado, quer dizer, tem que estar acessível. Ah, porque com isso eu posso fazer o que? Eu tenho que melhorar a vida, o acesso. Então eu acho que nós deveríamos, na verdade, pegar cada um desses itens, remédios, reabilitação mesmo, aí eu colocaria só sempre a palavra habilitação, habilitação e reabilitação, porque a pessoa que já necessário com deficiência, algumas deles precisam se habilitar. Órteses e próteses Eu sei que é um desafio grande, mas as vilas, em alguns lugares, chegam há dois anos, dois anos, quer dizer, tem que esperar dois anos para ter acesso a órteses, próteses, algum aparelho, algum equipa-

mento. Então nós teríamos que assim como comissões nos sentarmos e vermos se esse recurso é suficiente, se esse recurso está sendo destinado. A gente teve muitos avanços, próteses auditivas, por exemplo, eu acho que realmente, pelo menos no Paraná, esta área vem funcionando, mas os critérios ainda precisam ser aprimorados, porque se dá preferência, vamos dizer assim, a clínica que tem um determinado tipo de prótese em detrimento de algo mais isento, quer dizer, como que uma clínica que trabalha com uma prótese, naturalmente, vai indicar aquela prótese, não vai indicar a prótese do concorrente, e isso ainda acontece, infelizmente hoje no Brasil. Então esses detalhes todos para tornar a vida mais acessível, eu diria que a gente deveria listar isto e acharmos uma solução para cada um dos casos. A Doutora Ângela colocou e o Ministro Vannuchi também participa desses debates, estivemos juntos lá na Bahia recentemente, a convite do Ministério Público da Bahia, que se colocou uma situação, vem se colocando no Brasil uma situação, e a Doutora Ângela repetiu isso, que a nossa legislação é a uma legislação ideal, a que existe uma legislação ideal para pessoa com deficiência. Eu quero só questionar isso também, porque, quer dizer, a legislação é ideal ou melhor do que ideal, é a possível dentro de um determinado momento histórico. A LDB foi aprovada em 1996, onze anos atrás, chegamos à conclusão de que de que era uma legislação possível em 1996. Isso não quer dizer que ela não vá ser mudada ou alterada, provo aprovamos o FUNDEF depois, o Fundeb, e tantas alterações que vem na LDB, a própria com você era uma constituição cidadã em 1988, mas nós temos dezenas de mudanças que vem sendo colocadas, tanto não é ideal, que pele ando o exemplo mesmo que a Doutora Isabel deu, empregabilidade. A nossa lei diz que é só para empresas de cem empregados para frente, que você tem que ter a quota. Então nós fiz em um amplo debate com toda a sociedade, no estatuto nós colocamos cinquenta empregados para frente. Vamos melhorar esse critérios hoje em dia. Como no estatuto da pessoa com deficiência foi colocado micro e pequenas empresas têm que ser incentivos do Governo federal para também contratarem pessoas com deficiência, Banco Central a grande maioria das empresas têm pessoas com deficiência, são microempresas que podem contratar pessoas de deficiência, ou outro exemplo que foi dado: a pessoa recebe o BPC e não vai trabalhar, porque tem medo de perder o BPC, o benefício da prestação continuada, tem medo. Então há um decreto do Presidente agora dizendo: não, se você perder o emprego, você voltada a ter o BPC, hora é ótimo, mas está no decreto, não está na lei. Nós temos que ter lei onde as mudanças

não aconteçam em função da decisão de uma pessoa. A rede globo publicou no Jornal Nacional ontem ou anteontem, eu não sei seu foi a Rede Globo a Bandeirantes, eu acho que foi a Bandeirantes, em função do programa Band Vida, na segunda-feira, mostrando umas senhoras que vão lá na casa delas até a escola, de basco, e a mãe saindo do barco e carregando o filho com deficiência, eu diria com os seus quinze anos de idade mais ou menos, quinze anos de idade, carregando o filho para chegar, eu não sei, na escola, eu acho que era te fé, eu acho que era a APAE de te fé, mas esta mãe tem o direito, até quando que ela vai conduzir carregar ao filho? Já está com quinze anos o filho, com dificuldade, não anda, conferido, o filho tem o direito a ter, dentro do programa de órteses, próteses, cadeiras de rodas, o material, quer dizer, o que é que acontece? Nós temos a lei, mas não temos instrumentos para que a lei seja cumprida, e esse foi um dos grandes objetivos do estatuto, reunimos todos os Promotores públicos do Brasil, representantes dos estados, para colocar no estatuto como que vocês acham que a lei tem que ser boa para que ela seja cumprida, de imediato, e um dos maiores avanços, por isso que a lei tem que serve modificada, sempre, foi no sentido de nós aproveitarmos a experiência hesitosa do estatuto da criança e do adolescente, com o Conselho Tutelar. Eu diria muitas coisas no Brasil vem mudando não até por causa do Ministério Público, também por causa do Ministério Público, que é excelente, está lutando, batalhando, a sociedade e tudo, mas por causa dos conselhos tutelares, porque eles resolvem na hora, deu um problema aqui, tem que ter a solução naquele dia, no dia seguinte, não pode esperar um mês, dois meses, a justiça vai decidir, por isso que foi criado o conselho de direitos da promoção de direitos da pessoa com deficiência, nos mesmos moldes do Conselho Tutelar, por isso que eu quero questionar essa coisa assim, quem são as pessoas com deficiência? Quem que são? Não tem nenhuma lei no Brasil que diga quem que é a pessoa com deficiência, não tem lei. Tem decreto, mas o decreto não tem a força de lei, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa a não ser em função de lei. Nós fomos para a Bahia, havia faixas, não é Ministro Vannuchi, lá no fundo sobre pessoas que tinham visão mono claro, cegos de um olho, enxergam com outro olho. Não podem fazer certos concursos porque são considerados deficientes, não podem entrar na quota porque não são deficientes, aí eles vão ficar aonde? Ou a pessoa que tem a visão auditiva, visão não, resíduo, surdez uni lateral, surdez uni lateral, eles ganharam no Supremo Tribunal Federal o direito de serem considerados pessoas com deficiência, porque daí

entram, tem os direitos garantidos e assegurados nas quotas. Então essas coisas todas, eu sempre quero dizer que se criou no Brasil uma ... está se fato sanado no Brasil uma idéia de que a nossa legislação é ótima, e realmente se avançou muito, que bom, tem na LDB, tem a loas, tem a previdência. Acabada, boa, eu digo: não. Adequada, num determinado momento, tem que ir sendo aprimorada, discutida, na verdade eu diria que no Brasil o que é muito bom são os decretos, que na verdade noivoamo, noivoamo, e o decreto não pode inovar, uma empresa pode chegar no Tribunal e dizer: não, eu não vou cumprir porque é um decreto, não está na lei isso, não é verdade? Então eu só queria dizer assim, porque na verdade o Paulo Paim foi o Senador autor do estatuto e eu fui o Senador Relator e foi aprovado por unanimidade aqui no Senado. Tem tantas coisas que as famílias precisam, e que estão as respostas, as respostas estão no estatuto. Por exemplo, a família, só para dar mais um exemplo, a família que tem um filho com deficiência. Este filho tem o direito de ser considerado dependente, se ele tiver uma dificuldade séria, e vai receber a pensão dos pais quando os pais morrerem, não é verdade, porque é dependente, quer dizer, o pai morre, a mãe morre, ele recebe a pensão. Agora se ele começar a trabalhar, ele perde a pensão, porque não é mais considerado dependente. Então a gente tem que dizer para o Brasil inteiro: não permita que o seu filho trabalhe, que tenha registro, por quê? Porque ele vai perder a pensão. O estatuto diz: não, não vai perder, porque previsse na legislação uma alternativa para isso, que você não pode dizer para a pessoa não trabalhe, mas também você não pode dizer trabalhe e perca os direitos. Então a legislação precisa ser aprimorada, como também a convenção da ONU precisa ser aprovada, lógico, porque são filosofias, são princípios que não entram naturalmente nesses detalhes, porque a convenção da ONU é para o mundo inteiro, para a Europa, para a África, para a Ásia, para a América, para todo mundo. Está certo? Então não é propriamente assim... como que eu diria, eu procurei dizer antes assim, para a gente pensar assim, olha, vamos pensar juntos, porque essas coisas não são fáceis, não tem resposta, não faça isso, faça aquilo, vamos sentar, vamos ver, vamos ponderar, e esta Audiência, inclusive, é sobre acidentes de trânsito, e no livro que eu recebi aqui, em 2004 quarenta mil mortes no Brasil por acidentes de trânsito, quarenta mil mortes, de acordo com o documento que está aí do Ministério da Saúde. Quantas pessoas com deficiência? Se tem quarenta mil mortes, quantas com deficiência? Paraplégico, tetraplégico, amputado, João do pulo perdeu a perna, Osmar Santos teve dificuldades múltiplas, por acidentes de trânsito. Quanto

que isso está custando para a saúde, para a educação, para a assistência no processo de reabilitação? Porque eu sempre digo: o Governo, muitas vezes diz: não tem dinheiro para consertar estradas, mas se uma pessoa capota o carro e fica tetraplégica, o atendimento da tenho certeza plegia arrumaria muitos quilômetros daquela estrada. Então muito melhor prevenir do que remediar, vamos gastar mais tapando buraco da estrada e menos em saúde, em reabilitação, e coisa semelhante, para gastar melhor o dinheiro. Então eu não sei se vocês, os expositores, tem esse dado, quer dizer, quantas pessoas que ficaram deficientes, se foram quarenta mil mortes no ano, eu imagino que seja umas ... sei lá eu quantas, cem mil, duzentos mil, trezentos mil pessoas, quanto que isso custou? Talvez o Ministério da Saúde tenha esse dado, quantidade que nós estamos gastando com a saúde de quem teve acidente de trânsito e que teve uma seqüela, como seqüela no caso da pessoa com deficiência, uma seqüela permanente, que se não for permanente, também o estatuto diz que não é pessoa com deficiência, tem que ser permanente, porque a gente pode quebrar a perna, o braço e tal, e a gente não vai ser considerada uma pessoa com deficiência, porque a gente vai se recuperar, mas com seqüelas permanentes, está certo? Então que bom que nós estamos aqui, mas, Sra. Presidente, eu só queria dizer que a gente queria que a gente no ano que vem pontuá-las assim remédio, órtese, prótese, prevenção, até a Tânia está aqui presente, o belo trabalho, o que a gente pode ajudar o contorno vi a fazer o trabalho, vamos fazer juntos, dar a força do Senado junto para isso, legislação, melhorar, se existe polêmica vamos ver aonde que está essa polêmica, e ajudar, enfim, a gente trabalhar juntos nesta área. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Agradeço ao Senador Flávio Arns por toda a sua exposição e a preocupação que demonstra. Eu acho que o Senado realmente deu um passo à frente importante, mas muitas coisas ainda precisam ser feitas, eu acho que essa convocação do Senador Flávio Arns é para todos nós possamos dar a nossa contribuição e que o Senado possa ser um aliado e um parceiro na discussão, nas ponderações, porque nós que militamos nessa área de Direitos Humanos, é muito difícil realmente, como disse o Senador Flávio Arns, encontrarmos as respostas prontas e acabadas. Muitas vezes situações requerem que a gente se debruce se muito mais na solução desses problemas. Portanto, eu agradeço mais uma vez à exposição do Senador Flávio Arns e a paixão por essas causas que certamente é muito importante para todos

nós. Senador Eduardo Azeredo, que é o presidente da SubComissão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Senadora Patrícia, nossa Presidente da Comissão, Ministro Paulo Vannuchi, Doutor Luiz Carlos Bueno, Érica, Doutora Ângela, Isabel, Marcos Frota, colegas Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide. Primeiro eu quero agradecer a presença de todos aqui nessa Audiência Pública, que nós tivemos o objetivo de organizar, nessa semana do Senado de valorização da pessoa com deficiência, que se realiza pela terceira vez. O Senador Flávio Arns colocou bem aqui essa questão do trânsito, veja bem que as próprias empresas fabricantes de automóveis, elas precisam ter uma atenção maior para essa questão, porque o número de mortes, o número de pessoas que ficam feridas, que ficam e acabam sendo deficientes por conta do trânsito no Brasil como um todo é muito grande, é maior do que na média dos países desenvolvidos do mundo. Nós temos aí uma série de projetos em andamento aqui no Senado mesmo e na Câmara, eu aproveito até a presença aqui do Deputado Otávio Leite, através do Rio de Janeiro, por exemplo, a questão do *Air bag*, ele seguramente salva vidas, diminui a questão das pessoas que vão ter seqüelas, esse projeto já foi aprovado aqui no Senado, está na Câmara, para que os veículos todos sejam obrigados a ter *Air bag*, como acontece já nos Estados Unidos, onde isso também é obrigatório. Já existe inclusive, há um consenso, as próprias montadoras hoje já não resistem a essa obrigatoriedade. Algumas delas até estão lançando um papelote, um kit segurança, quando você compra o carro, têm o quite i segurança, em que inclui o *air bag*, o ABS, alguns outros instrumentos tecnológicos já disponíveis. Essa questão, por exemplo, do trânsito como causa de deficiência, ela é um tema que tem que estar presentes freqüentemente. Eu queria até deixar uma pergunta aqui para o Luiz Carlos, é sobre a questão do prazo de adaptação dos ônibus, qual que é esse prazo, parece que seria 2016, que tipo de adapto que a que é essa, quer dizer, para todos os ônibus terem elevadores eu acho que não é o caso, porque realmente o custo ainda é muito elevado, como que seria essa adaptação, seria a primeira colocação que eu queria fazer. Eu vi aqui rapidamente, numa leitura dessas estáticas do Ministério da Saúde, uma outra coisa interessante aqui: a mortalidade por acidente, ela não é maior percentualmente nas grandes cidades, normalmente a gente suportaria que fosse onde tem mais trânsito, como São Paulo, por exemplo, e não é, a capital campeã aqui no ranking de mortalidade por acidente de transporte é Boa Vista, em Roraima. Será por falta de campanhas educativas, evidentemente

tem mais nas cidades maiores, quer dizer, eu vejo que Belo Horizonte, felizmente, está aqui embaixo também, a 19º entre as vinte e sete cidades em percentual de acidente, é um fato interessante para a gente analisar e pesquisar. Agora outra questão que é importante, é que nós temos uma legislação que é realmente boa, como disse o Flávio, e não é só na questão da pessoa com deficiência. Há um mês atrás, mais ou menos, eu estava assistindo aí pela televisão um debatido da campanha de Presidente dos Estados Unidos, que vai acontecer no ano que vem, mas tinha um debate interno dentro do partido democrata, e a Hilary Clinton fazendo um discurso muito inflamado, me chamando até a atenção, ela disse que eram sete anos de Jorge Bush, sete anos de incompetência, de corrupção, começou forte, mas lá pelas tantas, ela disse que são quarenta e oito milhões de americanos que não tem nenhuma assistência de saúde, quer dizer, isso não acontece aqui no Brasil, felizmente o SUS, ele é universal, ele atende toda a população brasileira, ou seja, o país mais avançado do mundo tem uma carência, a ex-primeira dama, candidata a Presidente, colocando como um dos pontos da sua campanha que esses quarenta e oito milhões de americanos que estão fora do sistema de atendimento, tenham algum tipo de atenção. Agora o problema nosso é exatamente assim como atender todo mundo em tempo, e aí vai a pergunta para a Érica, que a meta de atendimento de órtese e prótese, quando que será atendida, que a fila que é muito grande. Eu estou com um caso recinto lá em Belo Horizonte também, a questão do balão de oxigênio, uma pessoa que já está dispensada do hospital, já pode ir embora para casa, mas tem que ter um balão de oxigênio. Aí a fila, em Belo Horizonte, é de sete semanas para que seja oferecida o balão de oxigênio pelo serviço público. Então a pessoa como é pobre, não tem como atender, para comprar um balão de oxigênio, então fica aquele impasse, de repente fica no mais tempo no hospital, vai custar mais caro, do que se tivesse a disponibilidade. Então as órteses e próteses, nós temos aqui no Senado, essas cadeiras eletrônicas aí, é ótimo, agora por que é que a população toda não pode ter acesso a isso? Existem projetos aqui também em andamento, até de minha autoria mesmo, que é para exatamente o BNDES oferecer, através dos bancos, um financiamento para quem puder comprar uma cadeira eletrônica, porque a cadeira de rodas, aquela rude mentidoar, ela custa sei lá, quatrocentos, trezentos reais, agora a cadeira eletrônica evidentemente custa mais, como que a pessoa vai comprar? Então o Senado dá um bom exemplo, dá um exemplo de acessibilidade, aqui as nossas rampas todas estão aí bem colocadas e tudo, as portas estão maiores, estão mais larga, nós temos

aí o pessoal da libras, mas atende parcialmente, não é verdade, nós ontem ainda estávamos discutindo que existe a necessidade também da questão do sapo i, das letras em algumas situações, porque não é todo mundo que tem problema de surdez e que consegue entender também a libras, na verdade são dois sistemas que são simultâneos. E em último ainda, aí é para a Isabel, que falou do custo, Isabel, essa questão dos custos é uma briga brava aí, viu, porque o Fucci são cinco bilhões de reais já arrecadados, e esse dinheiro não tem jeito, não sai, parece que tem uma maldição lá dentro que não sai esse dinheiro do Fucci, ninguém consegue usar esse dinheiro, e eu sei que existe essa proposta de utilização de parte, muito pequenininha, eu acho que seria sete milhões dos cinco bilhões para os equipamentos nas escolas, isso realmente está saindo? Esse projeto está andando? Porque eu fico com receio de que esteja só no planejamento ainda. Então era isso que eu queria colocar, Sra. Presidente, ressaltando mais uma vez a presença de todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Muito obrigada ao Senador Eduardo Azeredo. Agora, está inscrita a Senadora Fátima Cleide e depois eu passaria a palavra.

SR. MARCOS FROTA: Só uma sugestão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Pois não, fique a vontade.

SR. MARCOS FROTA: Sem dúvida é um tema bastante apaixonante, envolvente, que sensibiliza e emociona todo mundo que se aproxima dele. Eu tenho uma sugestão para fazer a essa Comissão, aos Senadores, à Secretaria em especial, aos ministérios. O Brasil é muito grande e necessita de comunicação. Às vezes até chegar uma informação, como essas levantadas aqui até uma cidade do interior, demora-se muito, e a gente tem toda uma geração de brasileiroinhos e brasileirasinhas havido a ter acesso a possibilidade de exercer os seus sonhos. Então eu queria deixar aqui uma sugestão, que eu acho que bem no tom do Senador Flávio Arns, que poderia ser amadurecida aos poucos, que as datas comemorativas ou significativas como é o dia 21 de setembro, que é o dia nacional de luta ou o dia 03 de dezembro, que é o dia internacional, como essa semana aqui no Senado, fosse objeto de uma comunicação nacional, quer dizer, que essa Comissão e os Ministérios, a Secretaria especial, de uma maneira ou de outra sensibilizo a os meios de comunicações, convocasse, e pressionasse até, para que qualquer tipo de comunicação fosse feita, porque às vezes uma frase, às vezes uma cena, às vezes uma música, às vezes um exemplo pode ser assim serve ir de estímulos para uma criança, para o jovem, ou para um professor ou para um terapeuta. A gente tem aí as

televisões nossas, os canais nossos com tanta coisa banca Ana sendo mostrada e tal, e tem as rádios, os jornais, então se de alguma forma pudesse ser utilizada os nossos meios de comunicação para que nessas datas, o ideal seria que tivesse uma comunicação constante, mas que pelo menos nessas datas, já que a disputa de espaços publicitários de comunicação é muito grande, mas que pelo menos nessas datas pudesse ser feita qualquer tipo de comunicação. Eu tenho certeza absoluta que seria muito bem-vinda, eu acho que o deficiente que não se expõe, não se impõem. Precisa chamar essa turma para as ruas, são vinte e cinco milhões de brasileiros, precisa acabar com determinados tabus, por exemplo, uma família que recebe uma criança com deficiência em casa, deixa de pensar que é um constantes ignoro e pode transformar isso numa benção, de crescimento, e de evolução espiritual. Nós estamos no mundo, numa época, onde a comunicação é tudo, e a comunicação a respeito das conquistas e dos espaços relacionados a esse tema deve ser utilizado para poder então esse movimento crescer a nível nacional.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Agradeço ao nosso querido Marcos Frota, inclusive, Marcos, conseguimos tomar a decisão de Direitos Humanos, de um projeto de nossa iniciativa, que coloca nos cheques dos funcionários públicos os fundos de direitos humanos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nos documentos públicos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Nos documentos públicos, sobre a questão dos Direitos Humanos, que eu acho que também já é um passo nessa direção, que eu acho que concordo plenamente, que é a questão da comunicação, ela é muito importante, o acesso às pessoas ao conhecimento dos seus direitos, dos seus deveres, eu acho que a gente inicia já essa discussão. Então a Comissão com certeza agradece por essa sugestão, nós temos essa SubComissão que é presidida pelo Senador Eduardo Azeredo, e que certamente nós poderemos debater de forma mais minuciosa essa sugestão dada aqui pelo Marcos Frota. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Patrícia, eu gostaria de inicialmente saldar a todos os que participam dessa Audiência Pública, agradecer aqui a presença do Ministro Paulo Vannuchi, como disse o Senador Flávio Arns, sempre disposto a dialogar com o Senado Federal todas as vezes que nós o convidamos, agradecer a presença dos representantes dos Ministérios aqui da Doutora Ângela, representando o CONAD, quer saldar o Senador Flávio Arns, que para nós aqui no Senado é um guerreiro, e um guerreiro que

tem contribuído e muito nos últimos anos para que o Senado tenha hoje toda uma política de acessibilidade e de valorização à pessoa com deficiência. É dele que partem as idéias e a gente vai juntando, somando forças com o Senador Flávio Arns. Quero saldar especialmente o Ministro Paulo Vannuchi e dizer que nessa semana que a gente está celebrando a semana dos Direitos Humanos e também da valorização da pessoa com deficiência aqui no Senado Federal, nós temos algumas situações que foram colocadas na mídia e aí eu saúdo também o autor Marcos Frota, que também coloca essa sugestão de que a gente possa e não tem sido poucos os esforços nesse sentido, viu Marcos, de que a mídia tenha uma postura com relação aos Direitos Humanos que seja colaborativa, muito diferente do que tem sido na prática. Nós tivemos dois episódios, um aqui já citado pelo Ministro que foi a questão dos índios cinta larga, que mais uma vez os indígenas são colocados na mídia como bandido, quando tudo o que eles fazem, não quero aqui justificar o ato de seqüestro de autoridades, mas chegam ao limite em que as pessoas dizem: olha, os nossos direitos tem que ser ouvidos por alguém, então assim, alguém tem que nos dar atenção, e se toma essas ações, essas medidas extremas. Então na questão dos sinto larga, mais uma vez, a mídia coloca como violentos, como bárbaros, como selvagens, e não como detentores, pessoas detentoras de direito que estão no Brasil construindo esse país e guardando aquilo que a gente ainda tem de riqueza natural há muito tempo para que as nossas gerações possam ter acesso. Outra que está estampada nos jornais no dia de hoje, que foi amplamente explorada nos telejornais no dia de ontem, foi o caso dos sem teto lá em São Paulo, e que também tem a ver com o trânsito, que é um pouco a nossa discussão aqui, com relação aos direitos das pessoas com deficiência, e que a ênfase dada ao problema foi a necessidade de liberar o trânsito e o e não o direito das pessoas de terem moradia digna. Então eu acredito que é muito importante a sugestão que você traz aqui, Marcos, porque realmente nós precisamos ter esse elo com a mídia para que a gente possa ter avanços na mudança de postura, na mudança de comportamento da nossa sociedade com relação a todos os Direitos Humanos, e que a gente vivo saí todo dia de forma contrária.

Para ser bem estética aqui, em função do avançado da hora, eu gostaria de perguntar, de ter o esclarecimento do Doutor Luiz Carlos, pelo que a gente conhece há uma determinação de que as prefeituras, que os municípios adequem em os seus planos diretores com relação à questão da acessibilidade e isso teria um prazo, que se não me engano encerra no ano que vem, eu gostaria de ter esses esclarecimentos, se

existe isso, como uma determinação legal e se o prazo realmente é o ano que vem, porque nós temos aí um enfrentamento com o prazo exíguo a ser feito, e para a Doutora Érica, nós enquanto parlamentares somos muito recorrentes à busca de apoio para a gente com relação a próteses, e isso mostra que estados e municípios não estão fazendo a sua parte como deveriam, então eu tenho muita confiança, muita esperança de que os recursos para o PAC da saúde possam efetivamente contribuir para minimizar este problema, e aí eu pergunto assim para ontem, nós temos uma fila imensa de pessoas precisando de prótese, eu quero citar um exemplo: o Município de Presidente Médici, lá no interior do estado de Rondônia, a pessoa precisa de uma prótese, já recorreu ao Município, já recorreu ao estado, e a negativa foi imediata, e aí recorre para a gente, a partir de agora o que é que eu respondo? Olha, nós vamos ter a segurança de que dentro de um mês, dois meses, você vai acessar a sua prótese? Eu queria que você esclarecesse como que vai ser essa operacionalização em função do aumento de recursos que nós estamos tendo para o PAC da saúde anunciado recentemente pelo Governo Federal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Muito obrigada também à Senadora Fátima Cleide pelas suas perguntas e o seu posicionamento. Eu passo, agora, a palavra ao Deputado Otávio Leite também para que possa fazer as suas considerações.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito obrigada Senadora.

DEPUTADO OTÁVIO LEITE: Em seu nome, em nome do Ministro, eu gostaria de cumprimentar a todos os presentes e, e trazer aqui (falha no áudio) contribuições para esse importante encontro que afinal de contas mais uma vez reafirma essa vocação especial que o Senado tem de interpretar, estar à frente, estar à frente sim na busca de que a bandeira seja cada vez mais fraudada, a bandeira em prol da causa das pessoas com deficiência, e se nós considerarmos que essa é uma luta em si razoavelmente recinto do ponto de vista da enrobustece que ela hoje apresenta, em termos de civilização, eu diria que nós temos efetivamente hoje muito a confirmar, eu não tenho a menor sem sombra de dúvidas, em face dos avanços mais variados que nós podemos aferir do que seja a inclusão à participação, enfim, o engajamento das pessoas com deficiência, dos profissionais e da sociedade em si. O que evidentemente registre-se, sublinho ando, não quer dizer que não exista uma grande estrada pela frente ainda por percorrer para que alcancemos o momento, o estágio ideal de uma etapa civilizatória que todos nós buscamos encontrar. E para tal, todos

nós aqui, modestamente procuramos contribuir. Isso tem a ver com a sociedade que é ingerida por regras de convívio, as mais variadas, sobretudo as jurídicas. Então quando se discute o parâmetro do que seja a legislação ideal, é preciso compreender que este tipo de assertiva sempre haverá. A dinâmica da sociedade por si só implica em fazer com que as regras jurídicas necessariamente sejam aperfeiçoadas, sejam não apenas a tradução do que a sociedade requer, reclama, reivindica, mas em alguns momentos até ser a regra jurídica uma ponta de lança nesse processo social, uma Van guarda no processo social, mesmo que incompreendida naquele exato instante histórico. Então eu acho que nós estamos aí nessa luta procurando de forma meio que dialética avançar, e eu acho que é há muitos avanços. Por exemplo, o tema de hoje, mobilidade, Ministério das cidades, verificando o que é a programação orçamentária da LOAS em discussão nesse instante, no Congresso, sobre o programa nacional de acessibilidade, há uma dotação de trinta nove milhões nessa rubrica. Eu me recordo há dois anos atrás, eu era Vice-Prefeito na cidade do Rio de Janeiro, e havia um programa ... na cidade de acesso banido urbana e etc., e as prefeituras poderiam se credenciar, e nós apresentamos um projeto de adaptação de praças com brinquedos e espaços integrados aos existentes para as crianças com deficiência. Acabou não logrando êxito, mas eu me lembro que o dotação orçamentária, isso eu me recordo muito bem, era de um milhão, eu nem sei o que foi executado. Eu quero dizer o seguinte: nós estamos ao sabor dos tempos, desses tempos mais recentes, eu acho que enfrentando avanços, enfrentando lutas, mas alcançando avanços. Eu quero informar que a Câmara tomou a iniciativa, depois de inclusive ouvir muito os segmentos da sociedade que estão qualificados e legitimados à discussão da matéria, a Câmara, por orientação, enfim, por um conjunto de sugestões e por ato do Presidente, acaba de criar a Comissão especial para examinar a convenção, que é algo que sabemos da maior importância. Não que se tenha que nesse instante pegar todo o esforço acumulado, rico, do que foram os seis anos de debate sobre os estatutos, e colocar numa gaveta e fechar. Eu sou contra isso também, eu acho que nós precisamos prosseguir discutindo. Nesse instante o que nos parece, a prioridade é a discussão da convenção. Quem sabe agora nós pudéssemos identificar na proposta de estatuto o que é interessante do ponto de vista inovação, que possa ser extraído e até consubstanciar um texto em anexo, alguma coisa do gênero, isso daqui é apenas uma reflexão para esse debate. No fundo, no fundo, há muito que fazer ainda. Legislação sempre teremos que aperfeiçoá-la e produzo ilustra da melhor e mais sábia

maneira possível. Trabalho na sociedade permanente para que culturalmente nós possamos até dispensar uma lei mais rigorosa para fazer, por exemplo, como disse o eminente Senador Arns, que os engenheiros e arquitetos não tenham que ser obrigados a no desenho universal, em seus traços, já incorporo raro a idéia da mobilidade reduzida da pessoa com deficiência e de todos os cidadãos que independentemente da idade e se Deus quiser cada um de nós mais longeza for a nossa etapa nesse mundo, teremos necessariamente que usufruir de espaços adequados, adaptados, coisa do gênero. Então a questão em si é muito maior do ponto de vista filosófico do que os chamados 15% da população. Não, é do coletivo como um todo, da sociedade. Isso é um dado interessante, é uma luta que além de possibilitar embates para fazer justiça mais momentânea, mais imediata, curto e médio prazo a milhares de brasileiros que têm algum tipo de deficiência ou aos milhares que por ventura possam vir a se tornar deficientes, ninguém está absolutamente imunizo nenhum a essa questão, mas no fundo é uma luta muito maior, que transcende. É uma luta que humana a sociedade, eu acho que isso tem em si um valor enorme. Então eu queria apenas abraçar e dizer da minha satisfação, eu estou no meu primeiro mandato, de Deputado nesta casa, de poder compartilhar de uma discussão tão interessante, profundo, com pessoas tão abalizadas para versar sobre o tema, dar a informação sobre a convenção, eu acho que faltam só duas ou três indicações de partidos para que possamos dar início, e ao mesmo tempo nós precisamos encontrar um mecanismo de fazer com que a discussão não só do estatuto, mas de um sem número de outros projetos que existem, possa evoluir. Eu não sei se agregá-los todos, mas identificar o que é prioritário ali, acolá, etc.. Eu sei que por exemplo tem um Deputado do Senador Azeredo sobre o *Air bag* que já está na Câmara, ora, não há o que perder tempo, é preciso pegar o touro na unha e ir adiante, fazer com que ele seja aprovado, enfim, são "N" questões que precisam ser trabalhadas. No fundo, no fundo, nós temos um acúmulo de debate já muito maduro. Trata-se de identificar o que do ponto de vista prioritário é consensual, é efetivamente algo que signifique avanço, que noivo vê na legislação e que com isso produza e se traduza em mais justiça com as pessoas com deficiência. Em linhas gerais, era isso, presidenta, agradecendo a esta oportunidade que para mim é uma honra especial. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Muito obrigada também ao Deputado Otávio Leite, temos certeza que temos mais um grande aliado nessa luta representando o estado do Rio de Janeiro e ao mesmo tempo esse tema que é tão pro-

pósito os para todos nós. Bem, o Deputado foi o último inscrito, e eu passo, agora, a palavra ao Ministro Paulo Vannuchi para que possa fazer suas considerações finais, ele terá que se retirar porque já tem um compromisso, já tinha às duas e meia um compromisso, e em seguida eu vou passar a palavra para os nossos expositores para que possam responder as perguntas dos senhores e senhoras Senadores. Com a palavra o Sr. Ministro.

SR. MINISTRO PAULO VANNUCHI: Bom, na verdade é pedir desculpas por me retirar e agradecer mais uma vez, acaba não havendo perguntas a mim endereçadas, então o debate não terá prejuízos, eu aprendi muito com mais essas duas horas aqui que estivemos juntos, aprendi muito e diferente do que aprendo lendo material e nos despachos com a Doutora Isabel, porque aqui sempre o aprendizado vem sobre a forma também de algum contraditório, que é um rito indispensável na democracia. Eu queria fazer duas referências que eu esqueci, de que num dos prêmios de ontem, leram dos dois específicos das pessoas com deficiência, houve um terceiro, na categoria criança e adolescente, foi premiada a associação de defesa das crianças deficientes da Amazônia, em Belém do Pará, então também o tema aí da inter dependência entre os direitos humanos, e esqueci de fazer homenagem também, agora me associando às palavras que o Senador Arns fez ao Marcos Frola, de que o plano social criança e adolescente, por uma sugestão do Marcos Frola ao Presidente Lula, foi realizado lá um belíssimo evento, no circo, que é também um monumento de afirmação dos Direitos Humanos que trabalha a questão criança, a questão da arte circense, a questão da transcendência artística junto com os temas dos Direitos Humanos, criança, pessoas com deficiência. Também fazer um breve comentário sobre a proposta que envolva e envolvendo o BNDES, que ainda ontem, quando terminou a cerimônia do prêmio, almoçando ali no restaurante do planalto, estava com o Fábio Cash, que trabalhou muitos anos aqui na comunicação do planalto, e agora é o principal assessor do Presidente do BNDES. Então aproveitamos o almoço, eu falei: olha, e as nossas parcerias com o tornadas. Então vamos marcar, o Luciano Coutinho muito disposto, avançar essa inter relação. Eu falei: bom, o tema da acessibilidade. Ele falou: olha, já está dado, mas está dado em quesitos, de todos os contratos do tornadas, para indústrias, para qualquer projeto de investimento, mas pode ser multiplicado por dez o que nós temos lá. Então nesse sentido, o Senado e nós também temos esse canal para pensar e ir propor, porque há a abertura da parte do tornadas. Primeiro na linha do que o Senador Azeredo lembrou, a necessidade de criar linhas de finan-

ciamento específicas que permitam a pessoas que não sejam de baixa renda, mas que tenham condições de adquirir instrumentos, ajudas técnicas, ter uma linha de financiamento dessas mesmo que se pede perde no tempo, e as pessoas sem recurso, isso tem que ser assegurado pelo estado, sem nenhum tipo de financiamento, e sobretudo essa contrapartida, ou seja, a cada planta industrial que o BNDES, cada hidroelétrica que o BNDES vai financiar, realmente no contrato com ênfase a todos os quesitos de empregabilidade, de acessibilidade, de comunicação, de comunicação, e isso pode ser feito em muitos outros organismos da União ligados à União, como o Presidente determinou no átono Palácio do Planalto em que lançamos o plano social pessoas com deficiência. Vou interromper o discurso e disse para mim: Paulinho, você está agora com uma tarefa, é uma determinação, me apresente até fevereiro uma planta da observância pelo próprio Governo Federal da lei de empregabilidade, que provavelmente nós vamos constatar que está faltando. Então fazer isso e corrigir rapidamente e com autoridade, inclusive.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Inclusive, Paulo, ele cobrou que os próprios Ministérios fossem os primeiros a dar o exemplo.

SR. MINISTRO PAULO VANNUCHI: E nós estamos lutando, operando isso agora, fazendo um por um, e com a autoridade de quem cumpre a sua parte, eu espero que em fevereiro ou março no máximo, e fazer um circuito de visitas a empresa como Vale do Rio Doce, à Petrobrás, e às montadoras, ir aos grandes bancos do Brasil, porque há milhares de empregos potenciais que a lei estabelece e que nós ainda não concreto exame. Sobre comunicação, a sua sugestão, também muito oportuna, eu acabo de ter uma reunião com o Ministro Franklin Martins, vou falar agora com Tereza curvo nele e Orlando cena, que é começar a pensar a grade regular da TV Brasil, e nessa grade regular de fato tem de caber programas específicos voltados às pessoas com deficiência, com sérios, com roteiros, que sejam noticiários, informativos sobre isso, que sejam programas pedagógicos, educativos sobre isso, e sim aproveitar a autoridade do Senado, as nossas possibilidades, procurar a ABERT e incluir o Ministro Hélio Costa num trabalho de visitar as grandes redes para aproveitando o 21 de setembro ou antes, realmente jogar o tema para um espaço de Audiência. Mais amplo do que o que nós já temos hoje. Por último, aproveitando as palavras do Deputado, , mais uma vez me solidarizar com toda a formulação favorável à construção do estatuto. De fato uma legislação que está sentada em decretos, ela tem uma fragilidade, ela não se firma como política de estado, e no Brasil

reconhecemos que já está se firmando uma tradição da construção de estatutos. O ECA já completa dezoito anos no ano que vem, nós temos o estatuto do idoso, em débito o estatuto da igualdade racial, e a preocupação firmada no CONAD, me apareceu e eu já disse isso numa reunião que tivemos, o Senador Flávio Arns, o Senador Paim, não há incompatibilidade, quer dizer, a alegação de que o estatutos não pode anular direitos assegurados hoje, encontra completa acolhida aqui no Senado, na Câmara, então se basta exercitar então o fundamental exercício da parlamento ação, que é sentar para conversar com acalma, serenidade e ouvir o argumento: olha, nos termos em que esta redação está dada, pode haver o risco de uma interpretação que anula, e aqui o Senador já disse, o Senador Paim, o Deputado, o ano de 2008 deve ser e pode ser o ano dos dois, o ano em que nós ... porque o Brasil quis estar no dia 30 de março em Nova Iorque, o primeiro dia da assinatura da nova convenção, a primeira convenção. Eu estava numa reunião do Mercosul, mas era tão importante a presença que então o meu fiz, o Rogério Sotolío, foi a Nova Iorque para o Brasil estar no primeiro dia, no dia 30 de março estar a assinatura do Brasil, um gesto simbólico que custa uma passagem de ida e volta, uma viagem de um dia, mas é um gestos simbólico importante, como eu quis estar em para isso no primeiro dia da assinatura da adesão a uma declaração da ONU que Argentina construiu com a França, e por isso foi em Paris, sobre os desaparecimentos forçados. Pega o tema da recompenso ereção política, mas é uma projeção do daqui para frente, não mexe no que aconteceu. Daqui para frente, os países estão então, os que assinarem, eles voluntariamente se subordinam a questão de impedir o desaparecimento forçado, que é um desaparecimento, regra geral, por oposição política. Então eu gostaria muito, e reitero o apelo, que não deixássemos a ratificação do Brasil como em alguns casos acontecer, durar três anos. Num tema que ao contrário de outros temas que tendem a gerar controvérsias parlamentares que refletem as visões de mundo diferentes sobre política econômica e etc., esse tema não, o Senador ambos acaba de lembrar mais uma vez que há uma ampla unidade, uma ampla boa vontade para construir consensos. Então nesse sentido a nossa posição é de que não há colisão, os dois instrumentos são absolutamente indispensáveis e toda a alegação firmada no manifesto do CONAD de que o risco é, nós teríamos que ver a maneira, de na primeira hora do ano que vem, sentar junto, dirimir, porque o Senador já várias vezes disse e repetiu em Salvador no evento, o Senador Paim já disse, de que: olha, me aponto em onde está o item que anula conquistas que imediatamente nós

autoramas isso para uma votação. Então nesse sentido eu agradeço muitíssimo o convite, mais uma vez, aprendi muito, e reitero que nos nossos parques recursos e instrumentos de pressão, estamos inteiramente à disposição para ajudar no que for possível.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente, só abusando um pouco.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Como sempre da extrema boa vontade e da presença do Ministro, só colocar dois aspectos. Em termos da empregabilidade, inclusive, sempre a lei diz que tem que haver um percentual para pessoas com deficiência, cinco% no mínimo. O estatuto inclusive diz que isto tem que ser retroativo, esses cinco% não é só daqui para frente. Se o Ministério não tem os exige%, tem que dar prioridade para cumprir os cinco%, isso para a pessoa com deficiência é um avanço, porque não é só naquele concurso, é na quota geral, mas esse também é um avanço, mas eu queria só lembrar, já que V. Ex^a. vai discutir com o BNDES, a aquisição de equipamentos para pessoas com deficiência, linhas de financiamento para aquelas pessoas que possam adquirir, inclusive a Caixa Econômica já tem uma linha de financiamento, mas discutir a questão dos juros, porque a Caixa Econômica está cobrando três ou mais% por mês de juros sobre o empréstimo para que a pessoa ... isso é uma linha normal de banco, até bancos eu acho que fariam com menos do que a Caixa Econômica está oferecendo. Quando a gente adquire um carro com juros de menos de 1% ao mês, e dependendo do negócio até meio%, eu acho que é impossível numa política social dizer que os juros vai ser de 3% ao mês, para comprar uma cadeira de rodas motorizada.

SR. MINISTRO PAULO VANUCCHI: Eu vou falar com a Presidente Maria Fernando hoje mesmo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não pode, eu diria que isto é Hugo negócio que está sendo feito, não é uma políticas de responsabilidades social, não é verdade?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Muito obrigada ao Senador Flávio Arns. Eu quero pedir desculpas a todos, porque nós teremos agora mais um tempo para que cada expositor e expositora pudesse aqui responder as perguntas dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, mas como estão ouvindo, essa é a campanha que está nos chamando já para a votação e o Presidente Tião Viana já está sendo à mesa e faz um apelo que todas as comissões encerrem imediatamente para que nós possamos proceder na votação que vai eleger o próximo Presidente da casa. Portanto, eu quero agradecer a todos os

nostros convidados, pela participação, pela presença, pela paciência, pedir desculpas à Doutora Érica porque infelizmente não houve o tempo haja para que ela pudesse fazer a sua exposição com o vídeo, agradecer mais uma vez ao Ministro Paulo Vannuchi, pela sua participação, a sua parceria, a sua generosidade de sempre estar aberto ao diálogo, as sugestões, as críticas muitas vezes que fazem parte do nosso dia-a-dia, e eu quero agradecer por essa parceria tão forte e parabenizar V. Ex^a. e desejar muita sorte, muito sucesso, continue brilhando e protegendo os direitos de todos os brasileiros e brasileiras. Obrigada a todos. Está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 12h48.

Ata da 58ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada para o Dia 13 de Dezembro de 2007, Quinta-feira, às 09 Horas, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Às nove horas e dois minutos do dia treze de dezembro de dois mil e sete, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Sibá Machado, Sérgio Zambiasi, Paulo Duque, Romeu Tuma e Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos e solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, coloca em votação e a aprova. Passa-se a pauta: **Item único – Audiência Pública**. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento – CDH nº 58 – CDH, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella e Paulo Paim, aprovado em 27/09/07, para “*tratar sobre a situação das milhares de famílias que percebem benefícios do Fundo Aerus de Seguridade Social, ameaçadas pela suspensão do pagamento, após a intervenção promovida pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que determinou a liquidação dos dois planos de benefícios previdenciários que eram patrocinados pela Varig no Aerus*”. Antes de dar prosseguimento à realização da audiência pública, o Presidente submete ao plenário a deliberação de item extrapauta. **Extrapauta – Item Único – Requerimento nº 83, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública, “**com vistas a tratar de prisões de mulheres com homens, meninos e meninas com adultos em celas comuns**”, com os seguintes convidados: o Presidente da OAB, Ministro de Estado da Justiça, Ministro Chefe da Secretaria Es-

pecial de Direitos Humanos da Presidência da República e Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Resultado: **Aprovado.** Em seguida, o Senhor Presidente convida as autoridades para tomarem lugar à mesa. Faz suas considerações iniciais acerca do tema da Audiência Pública. Inicialmente, passa a palavra ao Senador Flávio Arns, que comunica as preocupações da Associação Nacional dos Portadores de Hanseníase, quanto ao não pagamento das pensões especiais devidas àquele grupo de pessoas por parte do governo, bem como solicita à Secretaria da Comissão o levantamento de dados sobre o quantitativo de portadores de hanseníase que se encontram na situação relatada. O Senhor Presidente procede à leitura de carta, sem identificar o remetente, oriunda do município de Itarema-CE, de 20/11/07, por meio da qual é denunciada a detenção de duas mulheres e um cadeirante (portador de paraplegia) em uma cela da cadeia pública de Itarema, juntamente com 30 (trinta) homens. Informa que, em conversa com a Senadora Patrícia Saboya, chegou à conclusão que deveria submeter ao plenário da Comissão um requerimento de sua autoria para a realização de audiência pública, abordando a situação do Estado do Ceará e outros, na próxima terça-feira, dia 18/12/07. O Senhor Presidente, informa, ainda, que o Governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, em contato telefônico recente, comunica ter ordenado a instauração dos procedimentos de investigação do caso e que até o momento do contato telefônico não havia sido detectado a ocorrência do fato denunciado. O Presidente passa a palavra ao Senador Flávio Arns, que tece comentários a respeito e sugere o encaminhamento formal da denúncia às autoridades do Estado: Poder Judiciário, Ministério Público, OAB/CE e Poder Executivo local, para as providências que se fizerem necessárias. O Senhor Presidente sugere que a Comissão aprove proposta para transformar fatos como esse em crime hediondo. Em concordância com o Presidente, quanto à realização da audiência pública proposta e a nova tipificação penal, o Senador Flávio Arns, sugere, ainda, o debate do tema em sucessivas reuniões de audiências públicas na retomada das atividades da Comissão em 2008. Em seguida, passa a palavra aos convidados, concedendo dez minutos a cada palestrante para fazer suas considerações sobre o tema. Comparecem os seguintes convidados: **Elnio Borges Malheiros** – Presidente da Associação de Pilotos da Varig (APVAR), **Cristina Dornelles** – Procuradora da Comissão dos Aposentados do Transporte Aéreo e Atividades Afins (AATACAA), **Francisco José Thomaz** – Representante da Associação dos Funcionários Aposentados da Transbrasil e **Gerson Dias de**

Oliveira – Diretor do Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre – RS. O Senador Flávio Arns faz aparte à fala do primeiro palestrante, **Senhor Elnio Borges Malheiros** e sugere o agendamento de reunião de membros da Comissão, acompanhados de representantes da categoria envolvida no tema desta audiência, com o Advogado Geral da União e o Ministro de Estado da Defesa para tratar do caso. O Senhor Presidente passa a palavra a segunda convidada, Senhora **Cristina Dornelles**, cuja explanação é apartada pelo Senador Geraldo Mesquita, que sugere visita a Ministra Relatora no Supremo Tribunal Federal, responsável pela Ação em curso sobre o tema, para muni-la das informações necessárias a sua decisão. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **Gerson Dias de Oliveira** para as suas considerações, bem como ao Senhor **Francisco José Thomaz**, como último expositor da mesa. Encerradas as explanações dos convidados, a presidência passa a palavra a Senhora Cristina para que leia documento relativo à dívida da Varig para com o Fundo Aerus. A Senhora Cristina sugere a celebração de acordo judicial para solucionar os impasses vigentes, relatados durante a sua exposição. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **Elnio Borges**, que retoma a palavra e encaminha proposta dos trabalhadores da Varig para conversão dos créditos trabalhistas e previdenciários em títulos da dívida pública e a posterior negociação desses títulos, com intuito de honrar o pagamento dos direitos trabalhistas devidos. O Senhor Presidente franqueia a palavra aos convidados para que façam suas considerações finais. Em seguida, passa a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, que sugere a visita, ainda hoje, ao Advogado Geral da União, aproveitando a presença dos convidados em Brasília, para um primeiro contato e posterior agendamento de audiência para detalhar o tema. Em seguida, o Senador Flávio Arns reforça a proposta do Senador Geraldo Mesquita. O Senhor Presidente comunica que o debate sobre a detenção de mulheres em celas com presos masculinos no Estado do Ceará teve repercussões imediatas, conforme manifestação do autor da denúncia, em contato telefônico mantido com o próprio, durante a reunião. O Presidente concede a palavra ao Senador Flávio Arns, que observa a ausência do Secretário de Previdência Complementar, convidado da audiência e, ainda, externa a sua preocupação com a falta de justificativa formal para a referida ausência. Alerta, em seguida, para a responsabilidade da Secretaria de Previdência Complementar, quanto à fiscalização do funcionamento dos fundos de previdência privada e, por fim, solicita o encaminhamento ao Ministro da Previdência Social de expediente, cobrando explicações sobre a

ausência do Secretário. Antes de encerrar a presente reunião, o Senhor Presidente franqueia a palavra ao Senhor **Nelson Cirtoli**, representante da Associação dos Mecânicos de Vôo da Varig, para fazer as suas considerações. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Sibá Machado e Geraldo Mesquita Júnior. Encerradas as falas dos Senhores convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental declaro aberta a 58ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal. Solicito a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A pauta de hoje é como item único a realização de uma audiência pública nos termos do requerimento da CDH de nº. 58 de 2007 de nossa autoria junto com o Senador Marcelo Crivella para tratar sobre a situação de milhares de famílias que percebem benefícios do fundo AEROS de Seguridade Social ameaçadas pela suspensão do pagamento após intervenção promovida pela Secretaria de Previdência Complementar, SPC, que determinou a liquidação dos dois planos, nos dois planos de benefícios previdenciários que eram patrocinados pela VARIG no AEROS.

Convidados. Convidamos para esse debate senhor Elnio Borges Malheiros, Presidente da Associação de Pilotos da VARIG. Cristina Dornelles, Procuradora da Comissão de Aposentados de Transporte Aéreo e Atividades Afins. Francisco de José Tomaz, representante da Fundação dos Funcionários Aposentados da TRANSBRASIL. Gerson Dias de Oliveira, Diretor do Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Leonardo André Paixão, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência.

Esclareço que os convidados terão 10 minutos para sua exposição com 5 minutos de tolerância. Logo após a exposição abriremos a palavra aos senhores Senadores e Senadoras para os seus questionamentos. Informo também que nós, na sessão de hoje, teremos um requerimento extra pauta que explica o motivo do requerimento que será colocado em apreciação para

os senhores parlamentares logo após, no momento adequado, no meio dessa audiência pública faremos a devida provocação aos parlamentares no que tange o motivo desse requerimento para que ele seja aprovado como extra pauta. Não sei se o Senador Flávio Arns teria também algum requerimento nesse sentido antes de iniciarmos a audiência que em seguida eu vou ler o motivo do requerimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não é propriamente em relação ao requerimento, não sei se --.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, por que eu vou ler o requerimento. Se V. Exa. tiver alguma ponderação o senhor pode fazer antes no desenrolar da reunião do dia de hoje.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isto. Não, é que ontem, Sr. Presidente, eu participei de um evento aqui no Senado que fazia parte da semana aqui do Senado de acessibilidade, valorização da pessoa com deficiência e estava lá o cantor Ney Matogrosso, estavam Ministérios representados, a área da pessoa com deficiência e também o MOHAN que é o movimento que engloba as pessoas que são portadoras que têm a doença da hanseníase. E o cantor Ney Matogrosso, e o próprio movimento fez, assim, uma ponderação dizendo o seguinte: Que nós aprovamos aqui no Congresso Nacional uma lei que prevê o repasse de um determinado valor para essas pessoas que ficaram nessas instituições para hanseníase durante muitos anos, décadas, e pessoas que passaram a vida praticamente nas colônias para os doentes de hanseníase e cada pessoa dessas agora, de acordo com a lei, tem o direito de ter uma indenização, em torno de setecentos e cinquenta reais e no Brasil existe o levantamento de que são em torno de cinco mil e quinhentas pessoas que estão nesta situação. Então, não é... por um lado não é um universo grande também, cinco mil e quinhentas pessoas, eu sempre digo, assim, é uma coisa possível, assim, de ser levantada e estudada. E o movimento, e o cantor que se dedica também, assim, de uma maneira muito bonita a conscientização sobre a hanseníase, eles colocaram que até agora só foram apreciados mais ou menos 30 casos, 40 casos e se for no ritmo em que a coisa está indo vai-se demorar anos para se chegar ao final. E várias pessoas, cem dessas cinco mil e quinhentas já morreram no meio tempo e tem, inclusive, a TV Senado fez programa sobre isto aqui no Estado de Goiás, onde são pessoas às vezes com cem anos de idade, até com mais de cem anos de idade, algumas delas. Então, eu disse para eles que eu traria essa situação hoje nesta reunião para a Comissão de Direitos Humanos, para primeiro lugar apontar isto e que esta Comissão pudesse falar, eu tenho a impressão, com o Ministro Paulo Vannuchi

para achar uma solução para isso, quer dizer... ah, não tem documento, não tem identidade. Claro, a pessoa está com 90 anos de idade, passou a vida inteira na instituição, vai ter que fazer os documentos, procurar e ver... quer dizer, vai ser um processo, aí, que não vai terminar nunca. Então, eu queria sugerir a V. Exa. que a Comissão, a assessoria pudesse verificar exatamente em que pé que está a situação, a Secretaria aqui da Comissão pudesse verificar em que pé que está a situação e nós interferirmos junto ao Executivo Federal, para eu digo, assim, não pode demorar mais que uns três meses, tem que ser rápido isso.

Eu até sugeri que o próprio Governo delegasse isto para o MOHAN, que o movimento conhece todo mundo, conhece pelo nome, sabe onde que está, onde que mora, qual que é a família, há quanto tempo que está e tal e confiasse até na informação que viesse, por que o MOHAN tem toda a condição, o MOHAN até levantou aspecto ético, assim, dizendo: Não, mas alguns dos que estão lá são os nossos parentes. Eu até disse na hora independente de parente ou não, você tem que ter critérios objetivos, quer dizer, para quê? Quais são os critérios para a concessão ou não do benefício? Se a pessoa preenche os critérios está preenchido, acabou, não se discute mais. Agora, se a pessoa não preenche o critério, aí sim, aí poderia ir para uma Comissão Especial ou alguma coisa assim. Claro que dessa transparência, segurança. Mas o que não pode acontecer em termos de Direitos Humanos, Sr. Presidente, é essa... quer dizer, daqui a 5 anos a gente estar dizendo de que, não, dois mil não foram atendidos. Então, essa é, assim, só o relato do fato, por que é que essas pessoas estavam na área da pessoa com deficiência? Porque muitas dessas pessoas têm problemas físicos, não tem braço, não tem perna, relatos, assim, de luta mesmo, de muitos deles com problemas de deficiência decorrentes da doença. E a gente sabe que isso antigamente acontecia, hoje em dia já é outra realidade também já existem remédios e tudo, a identificação precoce, prevenção, e todo um trabalho felizmente que a área da saúde melhorou. Então, era esse o relato, Sr. Presidente, e eu fico pensando o que fazer e eu acho que se a assessoria nossa aqui fizesse primeiro o levantamento e nós no meio termo falássemos com o Ministro Paulo Vannuchi, também, para dizer: Olha, a peça ajuda da sociedade, ao invés do Governo ter que fazer, o Governo estabelece os critérios, a sociedade ajuda e o Governo vê se está tudo dentro do critério e toca a vida para frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu solicito à assessoria da Comissão que encaminhe a postulação do Senador Flávio Arns, pode combinar depois com V. Exa. para que a gente possa

dar o devido prosseguimento no questionamento que V. Exa. levanta com muita precisão, fruto da semana, da terceira semana nacional da pessoa com deficiência.

Senhores e senhoras, eu ontem no plenário também no Senado fiz a leitura de uma carta que chegou as minhas mãos e a pessoa pede que não identifique, mas eu tenho o nome da pessoa, o telefone e a entidade que ela representa. A carta que me chegou ontem só chegou ontem porque ele mandou pelo Correio ela é datada do dia 20 de novembro. O quê que diz a carta? "Excelentíssimo senhor Senador da República do Brasil, Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Sr. Senador, venho por meio do presente instrumento, estou lendo como está escrito, mui respeitosamente levar ao conhecimento de V. Exa. fatos de suma importância em relação à existência de duas mulheres que estão presas juntamente com mais de 30 homens na cadeia pública do Município de Itarema. Ora, senão vejamos, precisamos ter mais respeito pelo ser humano, principalmente sendo mulher, aqui diz, uma pessoa frágil. Sr. Senador, é bem preciso que façamos alguma coisa, pois se só falarmos e não é feito nada para resolvermos porque isto é corriqueiro aqui no meu Estado. Por que não fizemos nada, isso é corriqueiro no meu Estado. Espero eu que essa Comissão tão importante de V. Exa. faça algo para acabar com essa situação caótica. Sem mais para o momento escreve aqui o representante dessa entidade, é uma entidade lá do Ceará, a carta foi-me remetida de Aracará, Ceará."

Eu fiquei naturalmente chocado, primeiro porque a carta é datada do dia 20, só chega as minhas mãos no dia 12, ontem, e naturalmente me preocupei com a situação das mulheres. Mandeí que a minha assessoria fizesse todos os contatos devidos com o fato. As informações que recebi ainda hoje caso Itarema, denunciante.

Recebemos a denúncia no dia 12, quarta-feira, via Correio. A denúncia é prisão de duas mulheres juntamente com 30 homens na cadeia pública do Município de Itarema, conversa que tivemos com o denunciante. A pessoa que fez a denúncia estava em Aracará, no caso de ontem e disse o seguinte: Que ele reafirmava a denúncia que as mulheres ainda até essa semana que passou estavam na cadeia porque ele esteve lá.

Segundo a pessoa que denuncia, na tarde de ontem ele esteve na cadeia e as duas mulheres estavam lá. Não estavam em liberdade, nem haviam sido transferidas para outra prisão. A pessoa que fez a denúncia disse ainda que anteriormente eram três as mulheres presas, uma delas foi presa, segundo o denunciante, por furto e esteve na cadeia de Itarema

por 3 anos. Esta já estaria em liberdade. Das duas que permanecem, segundo ele até a semana passada presa uma delas está lá na prisão há oito meses sob suspeita de tráfico e outra está presa há seis meses por furto. Questionado sobre a possibilidade de uma das detentas ter sido acusada de latrocínio, o denunciante diz que não conhecia o fato. Disse também que apesar de existir a informação que no dia 28 de novembro o Juiz de Aracaraú, João Carlos Antoniasi havia decretado a prisão domiciliar das mulheres detidas elas permaneciam ainda, mesmo após o dia 28 de novembro, na cadeia.

Falou ainda sobre uma matéria publicada acerca de um mês pelo Jornal Folha Digital de Sobral, a matéria denunciava o fato dessas mulheres estarem presas com cerca de 30 homens conforme o jornal já denunciou há 30 dias atrás. Então, se há 30 dias atrás o jornal denunciou e nem que elas tivessem sido soltas somente no dia 28 ela ficou um período enorme numa cela com 30 homens.

Conversa que tivemos com a folha digital, o jornal da região, conversamos com o senhor Jacinto, ele foi o responsável pela matéria citada pelo denunciante. Disse-nos que esteve na cadeia por outra razão, que não a de denunciar a situação do detento, mas quando chegou lá viu que a cadeia tinha cerca de 40 presos, sendo que a capacidade era para 16 pessoas.

Segundo ele entre os presos de sexo masculino existiam duas mulheres e um homem de cadeira de rodas, tudo na mesma cela conforme aqui já o jornal, não é mais... esse aqui assume porque ele publicou no jornal, não é mais o que faz a denúncia. Todos na mesma cela. Ele conversou com essas pessoas e fez a matéria no mês passado que deve estar, segundo ele, no site www.afolhadigital.com.br no link ronda policial.

O senhor Jacinto disse que iria procurar as fitas com os depoimentos das pessoas, porque ele disse que foi gravado, inclusive, os fatos. Falamos aí com o diretor da cadeia. Eu quero aqui relatar todos os fatos, conversamos com o diretor da cadeia de Itarema, Senhor Luiz Fortes. Ele nos informou que a cadeia pertence ao sistema penal do Estado e que conta com auxílios da Prefeitura, cinco funcionários, dois cozinheiros e três plantonistas. Sobre os procedimentos informou que como na cidade não há delegacias apenas uma unidade policial e não tem delegado, somente um Sargento coordena a unidade, os presos têm documentação emitidas pela Delegacia mais próxima, em geral Aracaraú. Disse que a cadeia tem cenas celas e que a capacidade máxima é de 20 pessoas e que segundo ele tem hoje 30, dos quais um é paraplégico e tem que

ter sua cama adaptada devido a realidade da cadeia, ou seja, ajeitada, calcula, está na cadeia.

Questionado sobre a prisão das duas mulheres, dizem que não tem todos os dados, só disse, não negou, não negou, questionado sobre a prisão das duas mulheres diz que não tem todos os dados sobre a prisão delas, pois elas ficam, os dados ficam no fórum, é lá que está o processo.

Na cadeia tem apenas um arquivo produzido ele, que nos quais conta apenas as guias de recolhimento. Informou que a presa Maria Cinthia deu entrada na cadeia sobre a guia 030 de 2007 em cinco de oito de 2007 e que a presa Lidianne Souza Dias, transferida de Fortaleza para a cadeia, no caso da cidade de Itapema entrou no dia 19 de 06 de 07, guia 14145.

Como vemos os fatos de fato são na minha avaliação da maior gravidade. Segundo o diretor, aí ele diz que desde o dia 28 de novembro ambas estão cumprindo pena, então, em prisão domiciliar, antes estavam, segundo ele no regime semi-aberto, iam para casa e voltavam a noite para a prisão, então, dormiam na prisão, que é o maior fato greve, isso segundo ele. Estão dizendo para mim que isso não aconteceu. São versões e versões. Informou-nos ainda que a idéia é transformar sua sala, a sala dele em uma cela feminina, por que não tem, então não tem cela feminina. Se ele está dizendo que a sala dele vai ser transformada numa cela feminina é porque não tem cela feminina.

Disse também que apesar de ser uma entidade ligada ao Estado estão sempre tendo de pedir ajuda a outros órgãos, pois as condições das cadeias são precárias e isso não é uma novidade, é uma realidade em todo o país. Diz ele: "Existem grades quebrando, telhas caídas, caixa-d'água, existe a água porque o conselho comunitário conseguiu. Ao ser questionado porque não havia se recusado a aceitar as mulheres já que na cadeia não havia cela feminina, disse que uma vez havia se recusado a prender uma pessoa por falta de documentos e isso lhe trouxe problemas. O que é que ele disse? Uma vez ele se recusou e ele que pagou o pato e teve problemas. Disse ainda que as delegacias sabem que lá não há cela feminina, isso quem está falando é o próprio responsável pela cadeia, diz ele que todo mundo sabe que ela não há cela feminina, unidade de polícia, ao ligar para a unidade de polícia da cidade, tem todos os dados aqui, ficamos sabendo por meio do soldado Braga que o telefone da cadeia é público, ou seja, não tem telefone, é orelhão, o soldado nos informou ainda que na unidade policial não existem celas e por esta razão todos os presos vão para a cadeia, na cadeia, disse o soldado, existe apenas o diretor e os agentes penitenciários.

Fomos aí falar com o fórum, conversamos com a senhora Eliana, diretora de uma Secretaria, ela nos informou que estavam fazendo uma nota oficial sobre o caso que eu denunciei ontem no plenário do Senado. Disse que o Juiz, em 28 de 11, eu recebi a carta no dia 20, olha bem, a carta foi -e encaminhada no dia 20 e ela que defendendo a posição do fórum disse que no dia 28 do 11 havia determinado que as mulheres não poderiam mais ser presas ali em Itarema, informou que as mulheres que estariam presas cumpriam pena em regime aberto, ou seja, a noite ele também reafirma, o fórum reafirma que a noite elas iam mesmo é para a cadeia. Não soube informar e nós perguntamos: Há quanto tempo, afinal, elas ficavam dormindo na cadeia com os homens? Ah, isso eu não posso dizer. Foi a resposta que recebemos aqui. Isso eu não posso informar. E perguntamos: Mas estavam ou não estavam na mesma cadeia com os homens? Ah, isso também eu não posso informar. Então, de fato o caso é grave. Eu quero dizer que para ser muito transparente aqui, nós estamos ao vivo para todo o Brasil, e vamos eu acho que provavelmente ficar toda a manhã que o Governador do Ceará, o Cid Gomes, Cid Ferreira Gomes me ligou e me disse ele que estava tomando, estava investigando todo o caso. Mas que naquele momento ele me assegurou que esse fato não estava acontecendo, que as medidas, segundo ele, e aqui a informação não são nesse sentido, que não estaria acontecendo.

Eu faço esse registro, dizer que o Senador, o Governador Cid Ferreira Gomes me ligou e me disse que a situação já estava, já teria sido resolvida a partir do momento que esse juiz retirou ela, a partir do dia 28, as duas da cadeia. Bom, eu falei muito com a Senadora Patrícia Saboya Gomes que é do mesmo Estado e nós chegamos à seguinte conclusão e quero submeter ao plenário, quero ouvir o Senador Flávio Arns nesse momento e os senhores Senadores e Senadoras. De fato o Sistema Prisional brasileiro é uma vergonha, está falido e vai piorar mais no meu entendimento, espero que seja o contrário com a queda do próprio CPMF, todo mundo sabe que teremos 40 bilhões a menos para investir no social nesse país. Mas esse não é o debate que eu vou fazer aqui.

O que eu quero só, se assim for o entendimento, não precisamos nem aprovar agora ainda o requerimento, poderíamos aprovar no fim da audiência pública o requerimento para fazermos uma audiência pública sobre essa situação das cadeias onde homens e mulheres são colocados no mesmo espaço físico.

As denúncias estão chegando já eu poderia aqui adiantar eu recebi de um jornalista que esse fato acontece em 17 Estados, 17 Estados no Brasil, nós temos meninos, meninas, não vou aqui entrar agora se é de

maior ou é de menor, porque isso não é o que interessa, o que não pode é a mulher estar no mesmo espaço físico de homens onde temos lá 20, 30, 40 presos com duas, três, quatro mulheres na mesma cela. Então, nós estávamos pensando e falei com a Senadora Patrícia e falei com a Senadora Ideli também, de fazermos audiência pública, sim, já na próxima terça-feira, não apenas olhando o caso do Ceará, não somente olhando o caso do Pará, é bom lembrar que foi nessa Comissão, numa audiência pública, quando a denúncia chegou ao plenário, o Senador Flexa Ribeiro fez a denúncia, nós entramos com audiência pública, viemos para a Comissão e fizemos um grande debate sobre esse tema. Mas ali foi específico sobre o caso do Pará, agora veio a denúncia do Ceará.

Me falam, teve recentemente uma denúncia, se não me engano, de Santa Catarina, em Santa Catarina, o Estado do Sul onde presos acorrentados na rua, ao relento.

Veja bem, nós que estamos chegando nesse ano que estamos praticamente entrando nos 120 anos da escravidão que eu chamo não conclusa da escravidão ou da Lei Áurea e da liberdade que efetivamente não aconteceu, tendo fatos como esses que é pior, eu diria, até mesmo se lembrarmos um pouco da história de um regime de escravidão. Então, é uma situação que... como é que chama? Que deixa a gente revoltado e os fatos estão acontecendo e essa Comissão vai ter que se posicionar sobre esta situação. Então, a nossa intenção é fazer uma audiência pública na próxima terça-feira, chamando aqui desde o Ministério da Justiça, o representante nacional da OAB, chamar o Ministério Público, chamar todos os setores que tratam desse tema a nível nacional e o seu envolvimento e trazer aqui no mínimo alguém que responda por esses Estados na situação das denúncias que aqui chegaram. Essa denúncia a pessoa não quer se identificar, claro que tem seus receios, mas se for preciso ela dá o depoimento, só pede que seja em sala fechada. Ela dá o depoimento do que viu, o jornal está disposto a dar o depoimento e eu espero que a gente esclareça ou faça a denúncia pela gravidade do fato a nível nacional, são fatos que estão repercutindo a nível internacional, que no Brasil, no mesmo espaço físico ficam homens e mulheres na mesma prisão. Em resumo é isso, na mesma cadeia. Eu acho que essa Comissão terá que aprofundar esse debate, eu registro aqui mais uma vez as minhas preocupações, fiz a denúncia no plenário do Senado e farei toda a vez que chegar uma denúncia como essa que está na minha mão, podem ter certeza que eu vou à tribuna do Senado, trago para a Comissão de Direitos Humanos e vamos investigar tudo aquilo que for possível, claro, buscando o apoio

das instituições responsáveis para fazer a adequada investigação. Agora nós vamos fazer o nosso papel, é inadmissível isso que está acontecendo e as denúncias surgem, podem saber, quase todos os dias e nesse caso aqui envolveu o Estado do Ceará.

Quero mais uma vez dizer que o Governador disse que já tomou desde o fim do mês todas as providências, mas independentemente disso o fato aconteceu e tem que ser analisado devido a sua gravidade. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu quero dizer que eu concordo inteiramente com a realização da audiência pública. Nós precisamos através da audiência pública mostrar para a sociedade para que todos se envolvam, não só o Governo Federal, Governos Estaduais, Municipais, Ministério Público, Judiciário em termos do que possa ser feito para melhorar essa situação, concordo com a descrição de muitos, já feita pelos meios de comunicação, de que o nosso Sistema Prisional é uma escola de pós-graduação para o crime, não só em termos de prisões, mas em termos de delegacias, a situação nas delegacias onde as pessoas ficam presas, assim, por um tempo muito maior do que aquele estipulado aí para esta finalidade, é um... assim, algo que tem que ser também analisado e visto. Então, eu concordo inteiramente com a audiência, contudo, nesse caso específico que a denúncia chegou concretamente à Comissão de Direitos Humanos, assinada com endereço, com nome...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Telefone, tudo, tudo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mesmo que fosse anônima, aí alguma coisa também teria que ser feita, mas uma denúncia bem identificada eu diria que nós temos que formalizar isto para as instâncias decisórias do Estado do Ceará. Então, foi feito, quer dizer, isso não sei se foi feito por escrito para o Governador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por escrito? Não, ainda não, para o Governador acho que...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Deve ser feito por escrito para o Governador, na minha opinião, também por escrito ao Presidente do Tribunal de Justiça, por escrito, também por escrito ao Ministério Público do Estado do Ceará e, além de ser por escrito, telefonar também para essas autoridades dizendo que esse documento está sendo enviado e pedindo, assim, a urgência no pleno esclarecimento e também no envio dessas informações a esta Comissão de Direitos Humanos, penso na própria OAB do Estado do Ceará para que todos se sintam co-responsáveis nisso, porque, claro, do ponto de vista do Executivo o Executivo pode dizer: Não, mas eu já fiz cinco prisões

novas, quatro, reformei três e não sei o que, e tal, essa coisa toda. Agora, se alguém está preso numa situação indevida é responsabilidade também dos outros denunciarem esse fato. Lá no Estado do Pará ninguém denunciou o fato também, tendo tomado conhecimento o fato não foi denunciado e tem que ser denunciado no Estado do Ceará para que as autoridades tomem as providências imediatas e necessárias. Então eu penso assim que tudo isso deve ser feito para que a gente tenha aí a descrição adequada, o encaminhamento adequado dessa denúncia concreta que chegou aqui. Agora, é um problema sério, lá no Paraná é a mesma coisa, nas delegacias de polícia, mesma coisa em termos, não sei se de mulheres, eu nunca ouvi falar, nunca ouvi falar, mas também... e nunca tinha ouvido falar no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu também não... eu também não, eu não sabia disso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu não sabia que esse fato pudesse estar acontecendo no Brasil, achei, e depois ainda o levantamento disse que isso acontece em 17 Estados. Agora, vamos deixar bem claro, é uma coisa, assim, que nem se discute porque jamais poderia estar acontecendo um fato de uma mulher estar lá. Mas também a situação dos próprios homens que estão na prisão, quer dizer, condição desumana, com falta de respeito, com crimes leves aí colocou, por exemplo, uma mulher teve um furto. Que tipo de furto? Quer dizer, foi um furto de que natureza? E quais os outros crimes que estão lá naquela prisão? Quer dizer, a pessoa que matou, a pessoa que estupro, a pessoa isso, aquilo, está todo mundo lá ou a pessoa com deficiência também no caso que foi levantado. Então, eu pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados quando era Deputado eu visitei várias delegacias, fui para São Paulo visitar o que se chamava de UAI que era Unidade de Atendimento Inicial do adolescente infrator. Eu fui falar com o Governador naquela época. Eu disse: Governador, isso aí... eu usei essa expressão que foi repetida agora pelo Ministro do STF. Digo: "Olha, isso aí é um campo de concentração". Foi a expressão que eu usei para o Governador. É um campo de concentração. Então é um, assim, depois gente, uma adolescente que pudesse ter matado ao lado de uma adolescente que sabe, lá, teve, por exemplo, um atentado ao pudor, se é atentado ao pudor isso tem que se investigar em termos de doença mental, distúrbio mental ou distúrbio psíquico, então tudo misturado, sem organização, sem, e ficarmos juntos com a sociedade também. Porque o que a sociedade quer é que a pessoa que cometa crime, que haja um sistema, seja crime de colarinho-branco,

seja crime de qualquer natureza tem que ser combatido. Agora, em relação a casos específicos, então, só eu sugiro a V. Exa. que a Comissão adote todas as providências verbais porque também não adianta mandar para lá, unicamente mandar, mas falar com o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público, por exemplo, dizendo: Olha, estamos mandando, a denúncia chegou aqui, já lemos no plenário, discutimos na Comissão, temos a audiência e queremos um esclarecimento, até eu diria, não só em relação a este caso, mas a situação do Estado do Ceará, quer dizer, esse caso concreto, nº 1, este caso concreto, nº 2, a situação do Estado como um todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, V. Exa. como sempre contribui e muito com essa Comissão. Eu peço aqui à assessoria da Comissão que as sugestões apresentadas pelo Senador Flávio Arns sejam encaminhadas para que eu assine os documentos que vamos remeter sobre a denúncia que recebi e repito, e o Senador Flávio Arns foi muito feliz, o cidadão assina e a sua entidade está aqui, é uma entidade reconhecidíssima no Estado do Ceará, não é nenhuma entidadezinha, é uma entidade muito bem reconhecida, ele me dá todas as informações com muita precisão, mas eu quero também com o direito da dúvida, dizer que o Governador também me ligou dando uma outra versão e que eu respeito a figura do Governador e por isso a melhor forma é o encaminhamento proposto por V. Exa. que se tome todas as providências para investigar efetivamente o que é que está acontecendo. Eu me comprometendo ainda hoje, vou ligar, inclusive, para o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado, vou fazer contato com o Ministério Público, vou fazer contato com a OAB, vou fazer contato com o Prefeito da cidade, vou voltar a falar com o denunciante porque eu tenho o telefone particular dele, vou voltar a falar com o dono do jornal, enfim, o responsável pelas matérias que, inclusive, tem fotos que comprovam, como tem fita gravada da denúncia e se alguém tiver dúvida, às vezes alguém levanta dúvidas sobre uma denúncia como essa, é só procurar as mulheres e entrevistar as mulheres. Não é? É só procurar as mulheres que estavam lá, o nome delas, das duas estão aqui, é só procurar as mulheres para ver o quê que está acontecendo, se aconteceu ou não e o quê é que nós podemos realmente fazer para que esse quadro não continue e que essas denúncias não sejam, de repente, vulgarizadas, até, teve pessoas que perguntaram: Não, agora toda hora denúncias desse tipo na Comissão. Repito, se vier, o nosso papel é fazer a denúncia e procurar corrigir e combater esse tipo de provalhecimento que para mim é crime hediondo. Botar

uma... não importa se é uma, se é de maior, se é de menor, se roubou, se não roubou, se é três ou é quatro no mesmo espaço físico, numa cadeia, numa cela, com cinco, dois, ou três ou um homem para mim é crime hediondo e eu vou tomar a liberdade, eu acho que a Comissão deveria apresentar uma proposta oriunda aqui da Comissão nesse aspecto, que isso fosse considerado crime hediondo porque é um crime hediondo. Como é que a gente vai admitir que de forma tal que quem cometer esse tipo de crime vai para a cadeia e sem direito a sequer a fiança. Eu vou... faço um apelo a consultoria do Senado que está aqui que a gente pense, não seria um projeto do Senador Flávio Arns, Senador Paim, mas nós vermos se conseguimos que seja uma iniciativa da própria Comissão, podemos discutir depois da Subcomissão específica que estamos criando esse ano da mulher, que a Senadora Ideli teve a iniciativa para que a própria Subcomissão discuta, nós apresentarmos um projeto para que esse seja considerado um crime hediondo.

Não só a mulher, eu diria, mas como também menores, diz que é comum isso também, é ter meninos e meninas na mesma prisão, pensem os senhores, e eu sou obrigado a dizer isso e o Brasil está ouvindo, eu sei, que a TV Senado está transmitindo agora para todo o Brasil, o quê é que não acontece com esses meninos lá na mesma cela com 10, 20, 30 homens e naturalmente com as meninas, enfim, não importa se é de maior ou de menor? Então, com esses procedimentos eu vou fazer a leitura do requerimento, se V. Exa. concordar, e que já fica sendo lido extra pauta e vamos votar sem prejuízo de chegar um ou outro Senador e fazer um adendo nas pessoas a serem convidadas.

O requerimento seria o seguinte e seria assinado pelos Senadores e Senadoras presentes na reunião. O Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento do disposto no art. 58, parágrafo 2º, inciso 2º da Constituição Federal combinado com art. 90 inciso 2 do Regimento Interno dessa Casa, requeiro a realização de audiência pública com vistas a tratar de prisões de mulheres com homens em celas comuns. Eu vou botar aqui também não só mulheres, mas também meninos e meninas, enfim, de menores que seja inserido aqui, se assim entender, que fique mais amplo. Para tanto gostaríamos que fossem convidados o Presidente da OAB, o representante do Ministério Público, o Ministro da Justiça, o Secretário de Segurança do Estado envolvido, dos Estados envolvidos, até o momento que a gente conseguir desses 17, vamos tentar descobrir o que nós temos as denúncias mais concretas, o representante da pastoral operária, eu convidaria, e eu peço que a assessoria não sei se está tomando

nota, que fosse incluído também, nós sabemos que na Câmara tem uma Comissão, uma CPI do sistema carcerário no Brasil, se não me engano do Eduardo Dutra, o Dutra é um dos relatores ou Presidente, que seja convidado ou o Presidente ou o relator dessa Comissão que tem na Câmara dos Deputados, que está investigando o sistema penitenciário em todo o país para fazer um depoimento, departamento da polícia, é que aqui está na política carcerária, departamento da polícia carcerária...está certo? Eu acho que é isso, departamento do sistema penitenciário, representante do Supremo Tribunal Federal e outros a ser definido por essa Comissão. Não sei se tem alguma contribuição a mais que queriam dar? Depois só adenda aqui no requerimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A minha dúvida, Sr. Presidente, é se... eu diria que esse trabalho é um trabalho que precisa ser começado e que poderia ser objeto da preocupação dessa Comissão de Direitos Humanos e deve ser agora aqui sem dúvida ninguém vai ter a intenção de terminar nesse final de ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro, com certeza.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Um processo de um acompanhamento de um prazo maior. A minha dúvida só é se seria o caso de convidar bastante gente ou pouca gente várias vezes, não é verdade?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fazer uma série de debates?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Fazer uma série de debates. Eu tenho a impressão, porque o assunto não vai se esgotar, não é um assunto que diga assim: Não, agora discutimos e achamos a solução. Não é? Então, por exemplo, eu penso OAB, eu falei com o Presidente da OAB no outro dia que V. Exa. até conduziu uma audiência pública junto, justamente naquele dia, com o Estado do Pará, a Governadora veio, depois o chefe da Polícia Civil lá, o delegado geral, o delegado geral acho que até pediu demissão na sequência em função das declarações dele e eu disse para o Presidente da OAB, olha, eu acho que o mais importante é a gente ter um roteiro de trabalho com data, com resultados esperados e com tudo para que a gente possa, daqui um tempo, em função de uma proposta feita, ver se o resultado apareceu ou não.

Eu disse para o Presidente da OAB Nacional. Olha, vamos fazer juntos isto com a participação, um grupo de acompanhamento, vamos fazer, dizer: Olha, o quê que é necessário? Pelo menos para pensar no assunto. O quê que é necessário ser feito para que todos nós possamos, em função do debate, transformar essa, ajudar a transformar essa realidade. Mas tem que ter no papel, olha, até tal data isso, até tal

data aquilo, isso aqui o Ministério da Justiça tem que fazer, isso aqui o outro tem que fazer para que daqui a meio ano, vamos dizer, isso estivesse acontecendo e denunciados e tal. Então, eu não sei, Sr. Presidente, é só uma preocupação também de V. Exa...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se V. Exa. me permitir, se o Senado me permitir nós faríamos da seguinte forma: Estou pensando alto aqui e peço para a assessoria que deve estar tomando nota de todos os encaminhamentos e as sugestões apresentadas, nem que a gente convidasse, por que o quê é que eu penso? E o que é que mais dói, e confesso na minha alma, aqui, Senador Flávio Arns? Eu tenho certeza que nesse momento em dezenas de cadeias nesse país estão lá mulheres e homens presos na mesma cela, nesse momento. Então essa preocupação é que está me deixando angustiado e que fez com que quando eu fosse na tribuna ontem ler esse documento eu fiquei de fato chocado porque a carta datada do dia 20 e eu só recebi no dia 12, então eu pensei comigo: No mínimo do dia 20 ao dia 12 esse fato estaria acontecendo e quanto tempo antes? E por que é que eu estou fazendo um aparte aqui a V. Exa.? Para a gente tentar achar um caminho? Nós manteríamos a audiência pública na próxima terça-feira nem que seja para um Estado de alerta para quem está ouvindo nesse momento a TV Senado e é responsável por essas cadeias.

Pode ser que a gente esteja ajudando que essas mulheres e meninos sejam libertos antes do Natal desta situação e que vão para o espaço devido, adequado e decente e que garanta a eles e cumprir talvez sua pena, mas com dignidade. Que a gente mantenha na terça, eu sei que a sua composição não seria de trocar, em nenhum momento foi isso, mas eu digo que a gente mantenha nos moldes que V. Exa. propôs, vamos tentar trazer o Ministro da Justiça, vamos tentar trazer aqui o Ministro Tarso Genro. Eu faço um apelo a ele se está ouvindo nesse momento, que se ele não puder que mande seu substituto, mas faço um apelo a ele, porque eu vi uma frase dele essa semana que eu achei também importante, ele reconheceu que o Sistema Prisional brasileiro está falido. Se está falido nós queremos ouvir, enfim, o que até nós podemos aqui no Senado fazer, de não só fazer a denúncia para apontar quem sabe algum caminho, mediante um ciclo de debate como V. Exa. está propondo, trazer o Ministro de Direitos Humanos que é o Ministro Paulo Vannuchi, e de repente trazer a OAB, nem que seja.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Os três.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nos moldes que V. Exa. propôs, pela qualidade, inclusive, do debate, não desmerecendo nenhum outro

que venha, mas que ele, inclusive, talvez consegue com a sua assessoria dar uma olhada lá no Ceará, falar lá com as autoridades, dar uma olhada de novo no Pará, dar uma olhada nessa denúncia que se eu não me engano a entidade que faz a denúncia dos 17 Estados é a CONANDA, se eu não me engano, a entidade que fez a denúncia, apresentou um documento, é que foi um jornalista que me trouxe esse documento.

Eu solicito ainda que o Canindé me traga esse documento que eu recebi do jornalista que está na mão dele que tem a entidade que faz o documento, de repente, essa entidade venha e a entidade venha a dizer: Bom, que relatório é esse? É um relatório que fala em 17 Estados onde acontece esse tipo de crime hediondo. Eu quero usar esse termo. Esse tipo de crime hediondo e continua acontecendo. Eu não tenho nenhuma dúvida. Eu não sei se é no Ceará, não sei se ainda é no Pará, mas que continua acontecendo, continua acontecendo nesse momento e alguma coisa devia ter feito. Eu quero acatar essa sugestão de V. Exa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não. Eu concordo. Eu até V. Exa. disse, eu sou totalmente favorável que aconteça na terça-feira da semana que vem com esta preocupação que V. Exa. externou, que a situação está acontecendo em muitos Estados do Brasil. Então, este é o problema. E eu até diria que o próprio Ministro, a OAB e a Secretaria de Direitos Humanos, Ministro Paulo Vannuchi, eles podem ainda hoje, se for o caso, até escrever para todos os Estados para fazer esse levantamento, esse rastreamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Ministra da Secretaria das Mulheres, eu acho que ela vai ter que estar aqui nesse dia também, quatro pessoas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E tomar providências nesse sentido. Agora, a partir daí a gente pensar, a realidade tem que mudar e só muda com o acompanhamento de todos, na minha opinião, cronograma, meta estabelecida, resultado esperado e chamando as pessoas para apontar, dentro do prazo, o resultado que deveria ter sido obtido, se foi obtido, se não foi obtido, por que é que não foi obtido? Enfim, tem que mudar a realidade, não dá para a gente sempre diz: Vamos ficar discutindo, discutindo, discutindo, o inferno está cheio de gente de boas intenções. Então, temos que mudar a realidade. Mas eu concordo, acho que é por aí mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, se V. Exa. concordar nós vamos aprovar o requerimento nos seguintes moldes, para discutir essa questão envolvendo mulheres, meninos e meninas em cadeias nesse país no mesmo espaço físico, na mesma sala, entre uma... como é que chama, no mesmo

quarto, eu diria, exagerando devido a essa questão e nós convidaríamos, vamos convidar o Ministro Tarso Genro, o Ministro Paulo Vannuchi, a Ministra das mulheres que é a Nicéia e vamos convidar ainda esta, o Presidente da OAB e essa entidade que fez a denúncia ou somente os quatro. Os quatro e convidaríamos a entidade num segundo momento. Então, se os senhores concordam, primeiro a aprovação do requerimento extra pauta? Aprovado, a votação do requerimento. O requerimento está aprovado e nós faremos audiência na próxima terça-feira aqui que eu vou tentar, pelo menos, ter em mãos esse relatório dessa entidade que fez a denúncia do levantamento feito em todo o país.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Posso sugerir a V. Exa. que esta audiência seja feita cedo também, nove horas? Porque assim nós teríamos o tempo para fazer a audiência, começando...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem prejuízo das Comissões.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Porque 11 horas já tem a Comissão de Educação e outras Comissões, eu acho que seria um bom horário.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só quero reafirmar, acatando mais uma vez a questão de V. Exa., do horário de nós começarmos as nove horas, que nós faríamos na terça-feira porque entendemos que é uma situação de emergência, é, digamos, um Estado de alerta, é um grito em nome dos Direitos Humanos e os fatos que estão acontecendo, infelizmente, nesse país.

A partir desse momento nós retomamos, então, a nossa audiência pública e eu convido para fazer parte da Mesa, nesse momento, o senhor Elnio Borges Malheiros, Presidente da Associação de Pilotos da VARIG. Senador Mesquita Júnior sempre conosco em todas as horas aqui presente nesse momento. Não... V. Exa. sempre, Senador Flávio Arns, merecem todos nossos elogios aqui. A única divergência que tivemos é o CPMF, mas ele sabe que é uma divergência respeitosa, de ambos aqui, ambos, com muito carinho posso dizer aqui o Brasil está assistindo nesse momento. Então, eu pediria que o senhor Elnio Borges Malheiros, Presidente da associação da VARIG para fazer sua exposição e vamos convidar de dois a dois e eu convidaria nesse momento a senhora Cristina Dornelles, Procuradora da Comissão de Aposentados de Transportes Aéreos e Atividades Afins, quero conosco aqui o Senador Sibá Machado também sempre presente aqui nas nossas reuniões para o nosso debate.

Eu vou passar a palavra de imediato. Como nós temos quatro convidados eu vou chamar os outros dois já para a Mesa e daí já vamos. O senhor Francisco José Tomaz, representante da associação de funcionários

de aposentados da TRANSBRASIL, e o senhor Gerson dias de Oliveira, Diretor do Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre, minha querida capital lá, viu, Rio Grande do Sul. Sem nenhum bairrismo. Então, de imediato eu passo a palavra ao Sr. Elnio Borges Malheiros. 10 minutos, com mais 5, se necessário.

SR. ELNIO BORGES MALHEIROS: Sr. Presidente, senhores Senadores, senhores da Mesa e Parlamentares, a sociedade brasileira que também nos assiste, muito bom dia, agradeço ao Sr. Presidente mais essa iniciativa em prol dos trabalhadores da VARIG.

Eu me recordo que já ao início de fim de 2002, início de 2003 já estávamos aqui no Congresso Nacional e nosso Presidente hoje, Senador Paim, foi uma das primeiras... um dos primeiros parlamentares com quem contatamos e trazendo a preocupação com um cenário que já se apresentava para nós como certo que era o cenário da falência da VARIG lamentavelmente vem se confirmando e o Senador Paim e tantos outros congressistas aqui se uniram aos trabalhadores da VARIG e durante muitos anos nós conseguimos evitar que esse cenário se desenvolvesse até com mais velocidade de sorte que eu realmente gostaria e fico satisfeito de poder fazer a abertura desse momento lembrando esse fato.

Isso é sumamente importante me parece porque demonstra que nós temos, pelo menos, alguma experiência dentro deste assunto, conhecemos esse assunto. Tivemos a visão prospecta já no início dessa década, percebíamos o que acontecia, essa Casa aqui passou já por várias horas de debates e vários esforços no sentido de preservar não só os direitos desses trabalhadores da VARIG, também um patrimônio nacional que era a VARIG e até o momento de fato concretamente não tivemos sucesso. Então, hoje eu venho aqui no sentido de mais uma vez trazer esses pontos e de basicamente concitar a V. Exas. por um esforço maior, talvez, pelo menos essa parte nós conseguimos resolver, até porque isso está inteiramente, inteiramente na mão... nas mãos do Executivo do Brasil. E nós viemos aqui ao Congresso Nacional, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados onde se refletem várias situações. Ontem, por exemplo, nós tivemos esse evento, um poder efetivo. Esse poder pudesse se transformar numa solução. Por quê? Porque o que vemos na questão do AEROS é a continuidade do processo de fraude em que se transformou a chamada recuperação da VARIG. Fraude aos direitos trabalhistas e na questão do AEROS passa não só pela imoralidade da intervenção que o AEROS sofre, como pela sua ilegalidade. Imoralidade, inclusive, porque confessa pelo então Secretário de Previdência Complementar, Dr. Adacir dos Reis, da CPI da ALERJ, de

que fez a intervenção para impedir que os trabalhadores da VARIG, participantes ativos do instituto, pudessem sacar suas poupanças para investir na salvação da empresa que até salvaria, inclusive, como nós vimos aqui durante várias vezes pelo plano de recuperação que nós apresentávamos a própria entidade, a própria entidade VARIG e a própria entidade AEROS. Então, foi feito declaradamente para impedir que o trabalhador ativo fizesse a retirada da sua poupança. Isto quando nós já tínhamos junto a SPC o pedido de intervenção e recuperação do instituto há anos protocolado, desde 2002 protocolado. Então, eu posso afirmar que enquanto isto, enquanto a SPC não fez a intervenção e não fez a recuperação do AEROS, de fato induziu os trabalhadores da VARIG a continuarem contribuindo para o instituto e quando esses trabalhadores iam fazer um saque das suas poupanças para investir na sua própria empresa, recuperar suas carreiras, seus empregos, aí vem a intervenção, mas acompanhada de uma liquidação, o que nos transfere para a questão da legalidade dessa intervenção. Por quê?

Esta intervenção ela é feita com base em duas leis. A lei 6024 e a Lei Complementar 109. Em ambas fica claro que os institutos da intervenção e da liquidação são distintos, são institutos distintos. Uma coisa é intervenção e outra coisa é a liquidação e não são coexistentes na lei. A intervenção é um ato que pode preceder uma liquidação. Não é um ato que coexista com a liquidação e no nosso caso está coexistindo ilegalmente, afirmamos. Mas além, vai além disso. É que também não prevê nem a lei 6024, muito menos a complementar 109, a possibilidade de liquidação de departamento. A liquidação existe ou não existe em relação a instituição. Então, isso também traz consequências para o momento que nós estamos vivendo e eu vou logo ao final resumir isto.

Outra questão de ilegalidade dentro da intervenção do AEROS e de grave prejuízo para os trabalhadores, especialmente os participantes ativos, Senador, é o fato de que o liquidante da SPC, ele insiste em montar um quadro de credores que desconsidera a provisão matemática dos participantes ativos em favor de uma reserva matemática, sendo que a lei não prevê que o quadro de credores seja feito com a reserva matemática. Claro, estarei à disposição para qualquer esclarecimento que for necessário, mas com muita brevidade, a diferença é que a reserva matemática ela considera... perdão, a provisão matemática ela considera exclusivamente a poupança do participante enquanto a reserva matemática, que é o que a lei determina que seja usada para o quadro de credores, ele considera a parte também da patrocinadora para estabelecer o valor necessário para o pagamento do benefício. No

caso de uma liquidação, onde se monta o quadro de credores se traz esse valor, reduz desagiando a valor presente o que dá uma diferença significativa no quadro de credores. Então, o que vemos, sem entrar na questão da moralidade e da legalidade, mas o que vemos de distorção neste processo de liquidação, caso ele fosse legal, imoral, seria de que os trabalhadores participantes ativos que ficaram pagando o instituto, induzidos pela SPC com as suas poupanças estão vendo as suas poupanças que são os únicos valores constantes do quadro do instituto serem distribuídos para os participantes assistidos que são os aposentados as poupanças dos ativos são distribuídas para os assistidos, o cálculo dos ativos no caso do quadro de credores é feito apenas pela sua poupança o que restará, claro, ao final, zero para os participantes ativos que verão suas poupanças serem distribuídas, enquanto que a parte da patrocinadora que devia ter sido colocada sob a vigilância da SPC com a nossa reclamação desde 2002 não foi colocada e não está sendo calculada.

Enquanto isso temos um congelamento tarifário, o liquidante, agente da União, agente público vai ao processo de recuperação da VARIG e concorda em abrir mão de todos os ativos e valores que garantiam o pagamento da dívida da patrocinadora para com o instituto em troca do resultado do congelamento tarifário, o que a nosso ver constitui exatamente a figura prevista na Constituição Federal e no código do processo art. 503 que é a transação tácita, a União enquanto devedora no congelamento tarifário foi através do seu agente público liquidante dos planos VARIG no AEROS e aceitou a dívida que a União se vê em pólo oposto ao da VARIG, ou seja, transacionou a dívida, está previsto na lei, ela aceitou que este valor era suficiente para abrir mão dos valores que garantiam o AEROS. Em sendo assim não é possível mais a União continuar resistindo a pagar esses valores enquanto congelamento tarifário.

Ora, isso nos traz a situação que, talvez, nós acreditamos, pelo menos queremos acreditar que essa Casa tem o poder efetivo de intervir junto ao Governo Federal para promover logo um acordo nos autos do processo com base na lei 9469 de 97, art. 1º, que permite ao advogado geral da União promover acordo para pôr fim a demanda judicial onde os cofres da União estão envolvidos e como os valores são superiores a cinquenta mil reais mediante autorização do Ministro da pasta correspondente que no nosso caso é o Ministério da Defesa, hoje o Ministro Jobim por uma razão de possibilidade legal. Existe, a lei está aí e pode ser feito. Enquanto isso escutamos as autoridades do Governo dizerem que tem que esperar, que

é obrigado a recorrer... não é obrigado. Tem uma lei passada aqui nessa Casa que permite essa solução. Então, dentro desse contexto se resolveria uma série de questões. E mais. A identidade jurídica do credor, no caso do instituto, do nosso plano de pensão, do nosso plano de previdência a identidade jurídica é o instituto AEROS, não são os planos VARIG. Os planos VARIG, aliás, têm a sua própria identidade jurídica, cada plano tem sua identidade jurídica.

A liquidação do plano VARIG elimina o canal jurídico para que esses participantes do plano VARIG possam vir a receber o resultado do congelamento tarifário caso esse pagamento só possa ser feito a posteriori da liquidação, além do que a Lei Complementar 109 também prevê que havendo recursos para a continuidade do plano esse plano deve continuar e está óbvio que há recursos, tanto há recursos que o agente público, o preposto da União, o liquidante da SPC reconheceu que a dívida que o Governo tem dentro do congelamento tarifário é boa ou suficiente para abrir mão dos demais [soa a campainha] valores que assim se garantiriam.. Ora, então a lógica completa-se. Não há por que continuar a liquidação. A continuidade da liquidação não só causa um prejuízo fantástico aos participantes do fundo, impedindo que eles tenham acesso a esses valores que são devidos, como também é ilegal. É ilegal. Não deve, portanto, continuar.

O que nós vemos enquanto há uma... há uma verdadeira tragédia social porque eu até já falei isso aqui uma outra vez e repito, nossos colegas estão literalmente morrendo antes do que deveriam morrer. Nós temos colegas que não são resistindo fisicamente, estão falecendo porque a pressão psicológica é muito grande. Hoje a redução do poder de compra da capacidade financeira desses colegas aposentados e daqueles participantes ativos que não encontraram emprego que são muitos, não são poucos, porque essa fraude na recuperação da VARIG colocou na rua 10 mil empregados que não receberam um tostão, um tostão sequer de indenização trabalhista, gente que tinha direito de estar trabalhando hoje, de continuar trabalhando hoje, mas os colegas aposentados tiveram uma redução na sua capacidade de compra superior a 70%, superior muitas vezes a 70%, não têm dinheiro para comprar remédio.

Tem gente que tinha que tomar três comprimidos por dia, toma um comprimido de três em três semanas, quer dizer, uma coisa que não pode caber e não é absolutamente necessário, inclusive, o acordo que nós propusemos através do Ministro Lupi, chegou a SPC e foi dada uma resposta completamente inócua, como se não tivesse entendido a proposta do acordo, promove uma grande redução de custos para o Go-

verno. Quanto mais não seja para que o Governo não venha a pagar duas vezes. O Governo já vai pagar, a União Federal já vai pagar o congelamento tarifário à VARIG, vai pagar, praticamente certo, porque isso já transitou em julgado no caso TRANSBRASIL, porque é idêntico, *ipsis literis* o mesmo caso. Se este valor for objeto desse acordo que nós pleiteamos e se quita a dívida da patrocinadora VARIG para com o fundo AEROS, dê, além do benefício social que o Governo faz ao resolver esta questão, ele deixa de ser vítima de uma ação e da possibilidade de pagar também porque se houver justiça de fato o Brasil, ele vai pagar também o déficit do AEROS porque desde 2002 ou de antes esse déficit vem se acumulando sob a Vigilância do Governo que é obrigado a impedir o déficit.

Hoje nós temos um fundo que mais de 90% deficitário. A intervenção que o Governo promove quando o plano está com 90% de deficiência, por que não promoveu quando estava com 10% de eficiência, ou 20, 30, 40, 50? Parece até um exagero, mas é essa a escalada. Então, certamente o Governo Federal, se não promover esse acordo, se isso não for resolvido com o congelamento tarifário, há de ser condenado a futuro, a pagar o mesmo valor, estará pagando duas vezes, tem uma oportunidade ímpar de resolver essa questão, oportunidade de resolver tudo de uma vez. Eu não consigo realmente entender e trago aos senhores essa minha perplexidade e encerro essa minha manifestação inicial me colocando à disposição com esta perplexidade, eu não consigo entender por que o Governo Brasileiro não promove um acordo na questão do congelamento tarifário. Perdeu a oportunidade para salvar a VARIG e agora está vendo milhares de pessoas sofrendo de uma maneira indevida sem tomar uma atitude. Eu não entendo como e gostaria de convidar os senhores para assumir conosco e resolver essa questão de fato. Muito obrigado.

A lei 946997 atribui ao advogado geral da União no seu art. 1º a capacidade de promover acordos para encerrar demandas judiciais sendo que esses acordos se envolverem valor superior a cinquenta mil reais, deverão ter o de acordo ou autorização do Ministério da pasta correspondente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [pronunciamento fora do microfone].

SR. ELNIO BORGES MALHEIROS: Já fizemos vários tipos de encaminhamento, inclusive, com a Advocacia Geral da União, encaminhando a proposta, via o Ministro, não pessoalmente não fizemos, fizemos por ofício.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [pronunciamento fora do microfone].

SR. ELNIO BORGES MALHEIROS: Talvez fosse muito bom.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-RS): Uma comissão daqui, junto... [pronunciamento fora do microfone].

SR. ELNIO BORGES MALHEIROS: Seria, se pudesse... Esse seria um grande passo, uma Comissão aqui do Senado acompanhada pelos trabalhadores e as lideranças, seria muito bom, se pudesse fazer isso poderia ser muito bom.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, em função... [soa a campainha]. Eu já sugiro, Sr. Presidente, em função da observação que seja marcada uma audiência com o Dr. Tofoli durante... assim, com um documento síntese desses aspectos, com uma representante, dois, três representantes, dois, três Senadores representando a Comissão, que isso seja marcado já para a próxima semana, Sr. Presidente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): A propósito já da sugestão feita pelo Senador Flávio Arns, se essa proposta de acordo que o Dr. Elnio Borges se referiu se já estão aqui nesses documentos, nós temos acesso? Esta aqui nesses documentos?

SR. ELNIO BORGES MALHEIROS: Positivo, nós temos uma nota técnica, está incluída, eu vou depois fazer questão de lhe mostrar pessoalmente, já temos isso formalizado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): E o Ministro da pasta correspondente por V. Sa. se reporta, é o Ministro do Trabalho?

SR. ELNIO BORGES MALHEIROS: Não, o Ministro da pasta correspondente deva ser o Ministro da Defesa, tendo em vista a VARIG ser uma empresa de transporte aéreo estar ligada a ANAC por consequência.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Então, primeiro com o advogado geral e em seguida com o Ministro Nelson Jobim. Ok. Acho que o encaminhamento está perfeito, Senador Flávio.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ok. Então, hoje está acatada a sua proposta, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Encaminhamento conjunto, uma representação, três pessoas, vamos dizer, também os Senadores que quiser ir junto, não precisa ter o número limitado, talvez. E fazemos uma reunião de trabalho só que antes da reunião até eu sugiro já encaminhar o documento para o Dr. Tofoli,

já ter o documento síntese para que ele possa já ter lido o documento...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Solicito, então, ao Dr. Elnio junto com a assessoria da Comissão que formule o documento e esse encaminhamento.

SR. ELNIO BORGES MALHEIROS: Sem dúvida nenhuma, Senadores, Senadoras. Obrigado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Uma síntese.

SR. ELNIO BORGES MALHEIROS: Já temos bem sintético e hoje mesmo nós já vamos encaminhá-lo, inclusive, com cópia a V. Exas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sintético com os anexos aí.

SR. ELNIO BORGES MALHEIROS: Perfeito. Com respeito a observação do Ministro da pasta esta é uma percepção que os nossos advogados têm que o Ministro adequado é o Ministro Jobim, todavia, quem se colocou na área do Executivo, se colocou disponível para encaminhar esse pleito foi o Ministro Lupi, Ministro do Trabalho e encaminhou-o diretamente ao Ministro da Previdência social, Ministro Marinho. Então, não sei, talvez, fosse o caso de eventualmente ampliar para que houvesse uma interação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria só registrar a presença também do Senador Zambiasi, enfim, já estamos aqui com o Senador Sibá, Senador Mesquita Júnior, Senador Zambiasi e Senador Flávio Arns. Só para mais uma vez dizer que a entidade que fez a denúncia que eu havia feito na abertura foi a CONANDA mesmo, está aqui, eu vou pedir que esse documento fique aqui anexado ao processo e só por uma questão de justiça, eu queria dizer aqui que a minha posição em relação ao Governador do Ceará, Cid Gomes é a mesma que eu tive em relação a Governadora do Pará, a ex-Senadora Ana Júlia. É a mesma. Eu em nenhum momento ontem nem hoje, até disse que falei ontem com o Governador, estou culpando o Governador. Eu acho que é um ato arbitrário do delegado, da Juíza, de quem é responsável lá na Delegacia de plantão, então nós vamos analisar o caso, aqui eu quero reafirmar, no documento que eu chego eu chego a dizer: Minas 300, Paraná 157, Goiás 77, Rondônia 71, Mato Grosso 42, Tocantins 23, Espírito Santo 8 e Piauí 7, enfim, Paraná está aqui incluído nesse documento que eu recebi na Mesa, inclusive, o Paraná, 157. 157. O levantamento feito pela... não, não, aqui envolve essa idade de menores em locais inadequados, menores, pode ser meninos, meninas e mulheres. Eu quero só destacar porque de acordo com uma pesquisa da Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Conselho nacional de direito a criança

e adolescente CONANDA apresentada na Comissão Parlamentar de Inquérito CPI do sistema carcerário na semana passada ainda diz o lugar que mais mantém jovens encarcerados com adultos: Minas Gerais, Paraná e Goiás. Está aqui nesse documento que eu recebi, matéria publicada no dia 4 de dezembro de 2007. É mais do que nunca para esclarecer, para não ficar o dito pelo não dito essa audiência pública da terça-feira deve ir a fundo nessa questão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, pela ordem...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, o que eu quero... desculpe... não o que eu quero dizer só em relação a isto é que a gente, a Comissão recebeu um documento que aponta problemas sérios, graves com os quais nós não podemos compactuar, a sociedade de uma maneira geral. Então, independente do fato que se está acontecendo, se não está, se tomar... quer dizer, chegou o documento, tem que ser mandado uma cópia desse documento para os Estados...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para todos os Estados.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para que eles dêem as explicações em função do documento...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E até que provém o contrário, pode ser que não seja real, nós queremos dar o direito a dúvida.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Recebemos esse documento e até para a entidade que nos enviou esse documento é importante que ela tenha ou a confirmação ou o contraditório.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ou não... exatamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas o que a gente não pode... a gente tem que fazer alguma coisa séria, boa, efetiva...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só quis fazer nesse momento, peço desculpas aos nossos convidados para que não haja uma confusão na audiência pública, quis fazer justiça à mesma postura que eu tive em relação a Ana Júlia estou tendo em relação ao Governador Cid Gomes que gentilmente me ligou, diz que está fazendo também uma varredura, que tomaram todas as providências e que esse caso estaria resolvido já a partir do dia 28. Então, a mesma postura eu quero deixar claro que eu tive em relação a Governadora Ana Júlia, tenho em relação ao Governador Cid Gomes. Voltamos ao tema.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC):...Esse assunto. É porque como eu cheguei atrasado, Sr. Presidente, não pude observar o tratamento que já foi dado sobre o assunto antes da minha chegada. Porém, on-

tem V. Exa. fez um pronunciamento sobre o assunto e deu como encaminhamento que teríamos uma Subcomissão que deveria estar sendo montada, se não hoje, mas brevemente, para assumir prontamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Encaminhada pela Senadora Ideli.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): E é quanto a isso eu queria uma informação de V. Exa., qual o procedimento que vai ser adotado?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O procedimento que eu tomei em relação a Subcomissão especial para tratar da violência contra as mulheres, e aí abrange tudo, a assessoria da Senadora Ideli ficou de indicar os membros dessa Subcomissão para que eu possa instalar.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ok. Mas a bancada do PMDB já indicou também o nome que faltava?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Senadora Ideli e a sua assessoria ia fazer os convites.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Fazer seus convites.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Porque eu não queria fazer nenhuma imposição, que fossem as pessoas convidadas a participar. Agora nós teríamos na terça-feira, já aprovamos o requerimento uma audiência pública convidando, desde o Ministério da Justiça, Ministro de Direitos Humanos, Ministro das mulheres e o Presidente da OAB para debater o tema sobre o seu conjunto em todo o país, já que não é só o Estado, pela denúncia são 17 Estados.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, Dra. Cristina.

SRA. CRISTINA DORNELLES: Muito bom dia. Gostaria de fazer a minha saudação ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, ao Senador Sibá Machado, Senador Flávio Arns, Senador Mesquita Júnior e Senador Sérgio Zambiasi e aos demais participantes dessa audiência pública, senhoras e senhores.

Eu vou iniciar a minha participação aqui nesse debate a respeito desse tema falando um pouco de proteção social. Eu vou tentar ser bastante sintética e não usar muitos termos técnicos porque a matéria em si já é bastante complexa, o que dificulta muito o entendimento da grande parte da população que está diretamente envolvida nesse tema, do que efetivamente está acontecendo no tocante à Previdência Privada, no tocante à Previdência Social no país.

Só antes eu só gostaria de referir, talvez, a título de contribuição, Senador, que esse tema, tanto esse

tema da violência que está acontecendo com essas crianças, com essas mulheres, com esses homens, também, que são submetidos a essa situação de privação de liberdade, de privação de direitos e que passam por essa situação tão angustiante e violenta, até porque não dizer por que é uma omissão do Estado, uma omissão dos agentes também leva a uma situação de violência e violência presumida, sabe-se lá, a todo o tipo de situação que essas pessoas se submetem. Os... existe um órgão chamado conselho da comunidade que engloba representantes de diversas entidades, então, eu tive a oportunidade de participar no Rio Grande do Sul como representante da Ordem dos Advogados do Brasil no conselho da comunidade de Porto Alegre. Se o senhor olhar aquele documento que lhe foi passado não existe nenhuma situação no Rio Grande do Sul de prisão mista, que é ilegal, de qualquer maneira. E a situação é realmente muito preocupante, mas o Conselho, ele engloba um representante do Ministério Público, um representante do Judiciário, um representante da ordem, então, e existem vários relatórios a esse respeito, então, se de alguma maneira isso contribui, essas pessoas são efetivamente boas de serem ouvidas porque elas têm a obrigação de visitar os sistemas prisionais, mas encerrando e voltando ao capítulo do AEROS, a situação é gravíssima e eu vou me reportar a 14 de dezembro do ano passado, ou seja, está fazendo um ano amanhã que, inclusive, o Senador Mesquita Júnior pôde, naquela ocasião, participar da audiência pública também e a gente já discutia a situação do AEROS e a gravidade que é o que está acontecendo nesse Fundo de Pensão que engloba 8 mil aposentados, imaginem 8 mil famílias, porque cada um desses aposentados têm consigo outras pessoas que deles dependem.

Naquela ocasião a situação já era por si só, vamos dizer assim, grave e constrangedora e porque não dizer para toda a sociedade, porque num país que tem uma constituição da qualidade da nossa constituição que prevê o respeito aos Direitos Humanos, que prevê a proteção social efetiva, é muito complicado conseguir entender que isso não esteja sendo respeitado com todo o esforço que muitas vezes se vê os governantes fazendo, os parlamentares fazendo, a comunidade se organizando para tentar fazer com que esses preceitos Constitucionais tão importantes sejam respeitados. Então as pessoas já estão cansadas, pelo menos, no tocante ao assunto do AEROS se a gente comparar a procura e a disposição mental e econômica das pessoas em virem até aqui e buscarem, participarem de uma solução para o problema, a gente verifica esse ano que não existe mais condição, as pessoas não têm mais como se deslocar a Brasília, as pessoas já

estão cansadas, algumas já faleceram, aquela vez eu referi, meu pai havia falecido dois meses antes, era um aposentado do AEROS também, muitos outros já passaram por esta situação e o assunto ainda não se esgotou, ainda não houve uma solução para essa questão dessas famílias que estão desassistidas, não houve uma solução ainda e as possibilidades são, pelo menos, três de solução para esse problema. Então, o que se verifica é uma desorganização dos responsáveis por promover essa solução e encontrar a melhor maneira de efetivar uma recuperação, digamos assim, para o fundo que é o que se vem buscando.

Eu me debrucei sobre um relatório da Comissão econômica para a América Latina e Caribe, a CEPAL, é um relatório da ONU que fala exatamente sobre proteção social e sobre o que deveria ser observado nos Fundos de Pensão para que eles modernamente fossem preservados e fosse preservado, então, o direito dos seus participantes e dos seus assistidos. E falando sobre a necessidade do Estado em promover esses serviços básicos e essa proteção social, eles traçam um cenário que é exatamente o cenário que nós temos no AEROS, ou seja, um ente masculino provedor, um homem que ia trabalhar ia a campo, ia buscar o seu trabalho, ia trabalhar, ia prover a família, uma esposa que cuidava da criação dos filhos e da Casa e não trabalhava fora e a prole que dependia, então, desse grupo.

Essa situação se transformou no tempo, apenas com o envelhecimento dessas pessoas, os aposentados, os homens que trabalhavam, se tornaram aposentados, as mulheres continuaram suas dependentes e os filhos saíram de casa. Mas de qualquer forma é um cenário que não se pode desconsiderar porque são... é o parâmetro que se tem é exatamente de caos nessa entidade familiar inteira. É o marido, a esposa, os filhos.

Essa... esse relatório da CEPAL ele disse que a proteção social não pode ser concebida fora dos contextos dos Direitos Humanos e é isso que eu queria rebater aqui. A perda de uma aposentadoria é a perda do alimento, é a perda da saúde, é a perda do sustento e atenta diretamente à dignidade humana da pessoa.

Essas pessoas já estão tendo um prejuízo incalculável moralmente, psicologicamente, um prejuízo que não vai poder ser reparado, o prejuízo financeiro, senhores, ainda há tempo de ser reparado. Como bem colocou o senhor Elnio Borges, existe uma ação, que é a ação do congelamento tarifário, uma ação que já existe precedente na corte, já foi julgada pelo STJ, já foi julgada pelo STF em caso idêntico para a TRANSBASIL.

Essa ação ela tem uma previsão de que a União vá ter que pagar para a VARIG velha seis bilhões de reais, cerca de seis bilhões de reais em função do congelamento das tarifas lá atrás nos planos econômicos. Essa ação está no STF e está na relatoria da Ministra Carmem Lúcia. Não vai haver possibilidade do Judiciário, por mais que ele se esforce em julgar essa ação com celeridade, nós sabemos que não é assim, mas por mais que ele se esforce em julgar com celeridade, de que o efetivo resultado dessa ação venha a tempo de salvar o fundo. Isso é ilusão. O Estado depende de um orçamento, os valores decorrentes das ações judiciais vão para uma fila de precatórios e os aposentados vão morrer até lá.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):...STJ, está no Supremo em grau de recurso.

SRA. CRISTINA DORNELLES: Essa ação já tramitou no STJ, a VARIG ganhou no STJ.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): No Supremo em grau de recurso.

SRA. CRISTINA DORNELLES: Isto, está em recurso extraordinário no STF, certo? O Juiz da recuperação judicial, Dr. Ayoub lá no Rio de Janeiro, ele homologou o valor que o AEROS tem para receber, ele reconheceu que o AEROS havia feito um acordo com a VARIG para receber, decorrente dessa ação, cerca de três bilhões de reais. Esse valor é mais do que suficiente, salvo melhor juízo, eu não tenho o conhecimento técnico atuarial para verificar se é exatamente esse valor que vai poder levantar a liquidação, mas acredito, pela experiência na área, que esse valor possibilita o levantamento da liquidação do fundo. E quando os aposentados vieram em caravana há cerca de dois meses atrás aqui para Brasília e foram recebidos pelo Ministro Luiz Marinho, da previdência, eu, de forma ousada, perguntei para ele: Ministro, se ingressar o dinheiro no congelamento tarifário no AEROS o senhor aceita levantamento da liquidação? E ele disse: Aceito. Bom, é uma etapa a menos. Porém esse dinheiro tem que chegar dentro do AEROS, não adianta ele ser pago através dos precatórios. E exatamente essa lei que também foi levantada pelo seu Elnio, a lei 9469 de 97 ela possibilita esse acordo judicial.

Eu estive lendo alguns acordos sobre o quanto custa para a União manter esses recursos até o fim dos processos. Quanto a mais a União acaba gastando exatamente por não promover acordos a tempo porque o quê que os advogados privados fazem? Eles sentam e olham. Quanto vai custar? Se a gente fizer um acordo agora a gente vamos perder quanto? E se a gente deixar correr? E a União não consegue fazer isso. Ela deixa o processo correr até o último grau de recurso e

acaba saindo muito caro. Nessa mesma reportagem, é uma reportagem de 99 da revista Veja, falava que um assentamento com terra custou 700 mil reais para cada família porque a União não conseguiu fazer um acordo a tempo, gente. Imagine nessa situação aonde o montante já é de seis bilhões?! Bem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. CRISTINA DORNELLES: Exatamente. Qual é a grande questão? Está se fazendo um encontro de contas forçado nesse processo, Senador Mesquita, e isso preocupa demais. Eu estive verificando os autos do processo e existem várias penhoras que nós chamamos de penhora no rosto do processo. Então, o credor vai... pede, solicita uma penhora naquele processo que tem crédito ainda para entrar e esse crédito fica registrado... [soa a campainha] na capa do processo e quando é pago já é separada aquela parte. Então, o INSS e alguns outros credores já estão fazendo encontro de contas forçado nesse processo da recuperação judicial e isso vai atingir com toda a certeza o montante destinado aos aposentados do AEROS. Isso é um crédito de natureza diferente, veja bem. O crédito dos aposentados é um crédito preferencial e isso está sendo desprezado.

Existe também uma outra situação gravíssima que é a seguinte: Não existe nenhum precedente na Previdência Privada de liquidação de um plano de benefícios dentro de um Fundo de Pensão sem a liquidação do fundo. Eu quero frisar isso porque, eu, inclusive fui conversar com alguns interventores para saber se historicamente isso já tinha acontecido alguma vez. E o depoimento deles, com alguma reserva, foi exatamente de que eles nunca tinham visto isso acontecer.

Lendo um acordo do senhor e professor Delfim Netto, a quem eu tenho alguma ressalva pessoal, mas eu acho que é uma pessoa muito inteligente, ele disse referindo ao caso do PROER, ele disse o seguinte: Que a lei permitiu naquele momento, naquela ocasião que o interventor liquidante extrajudicial das Instituições Financeiras ali envolvidas pudesse separar a parte produtiva e lucrativa da Instituição Financeira, a parte boa, e transferi-la a novos donos que dariam prosseguimento as operações da empresa cindida. O remanescente da empresa, a parte podre, como se dizia na época ficava com os antigos donos que entrariam em liquidação extrajudicial e sofreriam a indisponibilidade de seus patrimônios, pena perpétua dado que os processos de liquidação extrajudicial seguidos de falência nunca terminam.

Não é exatamente o que está acontecendo com o AEROS? Nós só mudamos a situação de banco para Fundo de Pensão, mas é exatamente a mesma coisa,

Sr. Presidente, que nos sirva de lição, é um documento de 2006 que fez uma análise da situação do que aconteceu com aqueles bancos à época.

O que está acontecendo com o AEROS é isso. A parte podre o que é? A parte podre são os planos VARIG e o plano TRANSBRASIL que não existe mais aporte de patrocinadora. Qual é a parte boa? Todos os outros planos aonde as patrocinadoras continuam contribuindo, aonde os ativos continuam contribuindo. Ainda refere esse mesmo artigo ele diz o seguinte: Os princípios republicanos da ilegalidade, da moralidade, da impessoalidade, da dignidade da pessoa humana, do direito adquirido, do contraditório da preservação do direito de propriedade e da segurança jurídica não estão sendo observados nesse processo de liquidação pelos interventores e não estão, senhores. Não existe a possibilidade dos aposentados diretamente se defenderem desse processo de liquidação a não ser judicialmente e vou ter que referir, admitir aqui judicialmente não está sendo eficiente.

Nós não temos instrumentos jurídicos que obriquem a União a cumprir uma decisão do Judiciário com eficácia, existe uma Ação Civil Pública do Dr. Castanha Maia aonde existe uma liminar deferida obrigando a União a complementar o pagamento das pensões e aposentadorias que o AEROS não está conseguindo pagar e essa liminar não é cumprida. E nós vamos fazer o quê? Pedir para prender o Presidente da República? Isso não tem cabimento.

A melhor solução, senhores, é o acordo, é esse acordo judicial, esse acordo que contempla a ação do congelamento tarifário que pode levantar a liquidação do fundo que pode salvar esses aposentados e essas famílias e a minha sugestão, Sr. Presidente, senhores Senadores aqui, é que ao menos esse acordo nós estamos falando de um valor muito alto, um valor em dinheiro muito alto, ao menos a parte incontroversa desse valor seja garantida e levada ao fundo a tempo e que parte incontroversa é essa? É a parte que já foi homologada pelo juízo da recuperação judicial. São os três bilhões de reais. Isso possibilitaria ao AEROS sair do processo do congelamento tarifário como terceiro interessado, isso possibilitaria a União se eximir da responsabilidade do pagamento [soa a campainha] desta liminar que está em vigência, ou seja, ele não estaria mais descumprindo uma determinação judicial porque ele já haveria feito este acordo e esse valor já teria chegado aos cofres do AEROS, possibilitando o levantamento da liquidação, a intervenção poderia continuar até que o fundo se organizasse novamente. É uma solução viável.

É essa reflexão que eu trago aqui que eu gostaria de solicitar aos senhores que se possível se levasse

ao advogado da União, se levasse ao Ministro da previdência para que essas pessoas, com a responsabilidade, a capacidade e a possibilidade que têm possam fazer este acordo que seria, talvez, a melhor solução num curto prazo de tempo.

Gostaria também de dizer que o tempo é extremamente exíguo e que se possível [soa a campainha] fosse criada uma Subcomissão aqui no Senado para tratar desse assunto, uma Subcomissão temporária com um prazo determinado, mas com um trabalho efetivo para buscar essa solução dentro desse Fundo de Pensão. Agradeço a participação.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, por gentileza, antes que passe a palavra a outro convidado. Eu queria antes de mais nada manifestar, assim, o meu desconforto absoluto. A Dra. Cristina mencionou o fato de que um ano atrás aqui nessa Comissão, aqui no Senado, nós nos envolvemos com essa questão, olhe... a impressão que me dá, Senador Paim, a gente não pode se deixar contaminar por essa coisa gosmenta que acontece no nosso país.

A impressão que me dá é que não só o Poder Público, a própria sociedade, as vezes nós nos defrontamos com alguns fatos, alguns casos e um caso como esse, por exemplo, que envolve milhares de pessoas, milhares de famílias e a sensação que as vezes me passa é que a gente fecha o olho assim, bota assim num escaninho, assim num depósito. Entendeu? O assunto fica ali para ver se alguém esquece, para ver se o tempo passa e eu acho que a gente não pode ser conivente com essa postura, nós aqui no Senado não podemos nos deixar contaminar por essa prática horrorosa. A sugestão do Senador Arns eu acho preciosa por alguns aspectos que ela envolve, por exemplo: O advogado geral da União e eu digo isso porque eu conheço essa questão por dentro, vou fazer parte da Advocacia Geral da União como Procurador da Fazenda. Ele tem muita autoridade, autoridade no sentido de que ele tem amplo respaldo, trabalhou do lado do gabinete do Presidente da República, é um homem de confiança do Presidente da República, é um homem preparado, é um homem que está lá na Advocacia Geral da União pelos seus méritos, pelo seu conhecimento e é por isso que eu digo que ele tem muita autoridade para adentrar uma questão dessa e tem muita disposição para resolver também, porque as vezes não basta ter só autoridade, tem que ter disposição para resolver, ele é muito objetivo.

Eu creio que esse assunto transita, inclusive, e principalmente dentro do Judiciário, acho que aliada à visita que uma Comissão dessa da CDH possa fazer ao advogado geral da União não no sentido de pres-

sionar, mas a gente deveria ir também à Ministra relatora no Supremo para fazer com que as informações circulem o mais rapidamente possível, Paim. Entende? Aquilo que se colher do advogado geral da União, por exemplo, se ele manifestar uma disposição de parte do Governo Federal, de parte da Fazenda, de compor uma determinada situação, eu creio que essa informação é relevante para a Ministra relatora no Supremo ter conhecimento. Entende? Porque isso é uma... é um dado relevante para que ela finalize o seu processo de reflexão e decisão. Entende? Então, eu acho que além do Ministro Tofoli, deveríamos, em seguida, quase que no mesmo instante, irmos à Ministra relatora conversar uma abordagem responsável, uma abordagem respeitosa, não no sentido de nenhuma cobrança, mas no sentido de, talvez, levar a ela informações preciosas que ela, detendo, ela possa acelerar o processo de decisão que está nas suas mãos. Entende? Então eu queria, inclusive, louvar aqui a iniciativa do Senador Arns e me coloco, inclusive, à disposição da Comissão, Senador Paim, se for da sua conveniência, de fazer parte dessa Comissão para que a gente possa tratar com essas autoridades de uma questão que já podemos colocar o carimbo mesmo de dramática, situação dramática. Para que a gente não corra o risco de ser conivente para daqui há um ano a Dra. Cristina e o Doutor Elnio sentarem aqui de novo e dizerem: Olha, a situação está a mesma coisa. Entende? Então, se a gente puder fazer alguma coisa que façamos logo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mesquita Júnior de pronto eu também acato a sua disposição junto com o Senador Flávio Arns, acho que os dois poderiam ficar responsável, tanto da visita ao Tofoli, e também à Ministra relatora. Nós, numa outra oportunidade, quando fizemos uma reunião semelhante a essa, tomamos uma série de providências, inclusive, inclusive a ida ao Supremo Tribunal Federal com uma carta documentada dessa Comissão exigindo a tomada de providência. Isso foi feito por parte dessa Comissão. Mas entendo que a apreensão de V. Exa. que é a mesma minha é procedente. Eu tenho discutido muito lá no Rio Grande do Sul essa questão do AEROS, V. Exa. pode ter certeza que quando eu passo nas ruas da capital, principalmente, inúmeros aposentados dizem: E daí Senador como é que ficou? Como é que ficou? Como é que ficou? Como é que ficou? E nós não temos tido resposta para dar porque está esse imbróglio ainda, dá para dizer isso. Porque ao mesmo tempo que dizem que a decisão da justiça é pelo pagamento e o dinheiro iria para ressarcir o Fundo de Pensão AEROS a coisa não acontece. Então cria essa situação de preocupação, de constrangimento e até de desespero como foi colocado

por todos aqui pela idade avançada dos idosos, como diz eles não têm tempo, eles não podem dar tempo ao tempo de esperar porque está passando seu tempo, então, eu quero que fique também aqui eu estou dirigindo muito a assessoria porque todas as propostas que serão encaminhadas para mim, terão que ser viabilizadas. Essa proposta feita pelo Senador Flávio Arns e endossado por V. Exa. Passo a palavra nesse momento ao senhor Gerson Dias de Oliveira, Diretor do Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre.

SR. GERSON DIAS DE OLIVEIRA: Muito bom dia, eu, na pessoa do Senador Paim eu cumprimento os demais Senadores presentes e eu agradeço a comodidade em que o Senador Paim me coloca, a minha fala após a fala do Elnio e da Dra. Cristina que esgotaram a questão técnica. Então, não há necessidade de eu gastar o tempo em demais explicações porque as explanações de ambos foram perfeitas. E antes de qualquer outra fala, quando se falou em uma possibilidade de um encontro de uma Comissão, seria interessante nós entendemos que a Dra. Cristina que faz a coordenação jurídica da Comissão de Aposentados em Porto Alegre ser uma das pessoas participantes pela sua inserção e pelo acúmulo que ela tem dentro dessa área. Eu acho que seria extremamente válido e só valorizaria esta reunião.

Eu vou fazer mais um histórico, em si, do fundo. Porque é uma questão muito interessante o que aconteceu com o fundo, eu vou me ater a uma questão mais genérica já que os companheiros esgotaram a questão jurídica. É que o Fundo de Pensão AEROS foi fundado no ano de 1982 pelo regime de benefício definido possuindo três formas de receita: Contribuição mensal dos participantes, contribuição mensal das patrocinadoras em percentual de sua folha de pagamentos e 3% da receita de passagens domésticas recolhidas por todas as Empresas Aéreas brasileiras. É a grande questão jurídica que hoje se estabelece. E aí cada trabalhador de Empresa Aérea passava a contar com a possibilidade de uma velhice tranqüila e já no ano de 1989 ver o sucesso que era o plano, eram mais de 30 mil os participantes do fundo AEROS. E o patrimônio existente situava o AEROS como o terceiro maior Fundo de Previdência do país, era um céu de Brigadeiro para todos os Aeroviários e aeronautas. Mas... aí sempre tem um mas, né? Vem o ano de 1990, e a VASP recém privatizada chega ao DAC pedindo para não repassar mais os 3% das passagens, dos bilhetes, mas o DAC alegou que o percentual não era pago pela empresa e era algo retirado do bilhete. Mas curiosamente 7 meses depois o mesmo DAC dispensa a VASP do pagamento e as demais empresas aí já... nisso aí existem três problemas, três problemas. Nunca foi competência da

DAC legislar sobre custeio de Fundo de Pensão. O DAC não estava posto aí para isso, não é? Quem deveria opinar sobre o assunto SPC e a Secretaria de Previdência Complementar silenciou e aí, Sr. Presidente, aí começa o nosso calvário que avança pela criação de novos planos de benefícios impostos aos participantes uma criação sempre a partir do plano antigo que já não dispunha da chamada terceira fonte.

Mais tarde, Sr. Presidente, a SPC autorizou a saída da TAM que também era patrocinadora e contrariando a regra que previa em casos de retirada do patrocínio de aportes de recursos autorizou a saída da empresa, sacando recursos do próprio plano. Mais tarde houve esse indiciamento completo do instituto com a criação de 19 planos e benefícios mudando completamente o regulamento e possibilitando as patrocinadoras contribuir quando quisessem e se quisessem. Era a raposa cuidando do galinheiro. Aconteceram ainda 21 negociações de dívidas entre a VARIG e o AEROS, nenhuma cumprida com conhecimento da autoridade responsável, com quebra de regras contratuais e sempre com prejuízo do participante, a parte mais fraca. A minha fala, Sr. Presidente, e demais Senadores, não pretende ater-se a dados, mas a relatar a Comissão de Direitos Humanos a tragédia que hoje nos atinge. Darci Ribeiro, um eminente representante dessa Casa, disse certa vez que há duas opções na vida: Se resignar ou se indignar e nós aposentados não pretendemos nos resignar, nós iremos continuar essa luta. Nosso maior adversário hoje é o tempo. Cada dia alguém parte e com a alma ferida sem o constrangimento pelas lágrimas, buscamos em nossas reuniões, companheiros que já se foram, mas trazemos conosco a certeza de que a luta pelo que é certo não é vã.

Nossos companheiros, muitos já estão em outro plano, mas não levaram consigo as nossas esperanças, permanecem conosco mantendo bem vida a força para bater de porta em porta percorrendo todos os caminhos na busca da nossa dignidade que em algum momento alguém ousou querer nos furtar.

Não julgamos, Sr. Presidente, não fomos perdulários, muito ao contrário, fizemos poupança e ainda cremos na segurança das instituições, apesar de tudo o que nos é, que somos obrigados a enfrentar.

Sr. Presidente, muitas vezes em nossos cerões uma preocupação nos assalta, há um temor. Será que hoje estamos fazendo histórias? Haverá um próximo Fundo de Pensão que terá suas regras modificadas inviabilizado na calada da noite ou algum corredor escondido? Vendo a forma que tentam desmontar os nossos sonhos e os nossos projetos o que restará as nossos netos e aos nossos filhos? Nós somos gratos a essa Casa que hoje nos acolhe, que Deus nos ajude,

que a justiça seja o nosso consolo, consolo e guarda e que o futuro nos presenteie com alegria e tranquilidade. Creia, Sr. Presidente, estamos mais confortados hoje diante dessa Comissão e com a esperança renovada. Muito obrigado. Desculpem as lágrimas.

[aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não peça desculpa por que eu tenho certeza que todos os que estão assistindo a TV Senado entendem esse seu... eu diria, um grito respeitoso e ao mesmo tempo um apelo, praticamente, que ouçam a voz de vocês todos que estão nesse momento aqui.

O Senador Mesquita Júnior foi muito feliz, ele mostrou antes sua preocupação que não seja em resumo, não é, Senador, que seja mais uma audiência pública e que efetivamente essa audiência pública contribua para que a gente possa colaborar com respostas definitivas a sua apreensão aqui demonstrada pelas lágrimas. Passo a palavra ao senhor Francisco José Tomaz, representante da associação dos funcionários e aposentados da TRANSBRASIL.

SR. FRANCISCO JOSÉ TOMAZ: Sr. Presidente, Sr. Presidente Senador Paim, Senador Mesquita, Senador Sibá Machado, Senador Arns que estão presentes... Senhores... realmente eu queria até me... fiquei emocionado com o companheiro porque realmente é uma situação calamitosa que nós não contribuímos nem um pouco para chegar a esse status quo. Eu vou direto ao assunto AEROS.

O companheiro Elnio Borges, todo mundo, o pessoal da VARIG está de certa forma esperançoso com essa, com esse acordo da diferença tarifária. É preciso, senhores, tomar muito cuidado porque nós tivemos essa experiência e estamos no mesmo barco, para não dizer na mesma canoa furada. Por quê? Foi feito o acordo e estranhamente, estranhamente em 22 de setembro de 99, quando foi feito o acordo, foi repassado entre a União, AEROS e empresa, num encontro de contas, Senador, foi repassado quando a dívida do AEROS, aliás, da TRANSBRASIL com AEROS para os participantes era de aproximadamente na época, se não me falha a memória, era setenta e oito milhões de reais. E foi repassado dezesseis milhões e setecentos mil reais, em termos aproximados, mas é coisa bem aproximada. E hoje com essa... com esse acordo da diferença tarifária que foi, a TRANSBRASIL, nesse caso, Elnio, é preciso tomar muito cuidado para não servir de bode expiatório porque nós passamos por isso e a situação dos aposentados da TRANSBRASIL estão exatamente igual o pessoal da VARIG, mesmo com acordo a diferença tarifária feita pela União. Então, pergunta: Por que chegou a essa situação? Essa situação é complicada porque a gen-

te vive numa Legislação que infelizmente, devido a deterioração do AEROS, a regulamentação ela prevê que nós, na melhor de todas as hipóteses, nós somos voto vencido porque se tivéssemos o poder de decisão certamente hoje a situação do AEROS era outra. Eu costumo... quando foi decretado a intervenção e em seguida a liquidação da TRANSBRASIL, do plano TRANSBRASIL, eu cheguei a publicar uma carta aos nossos funcionários, nossos assistidos, dizendo o seguinte: Que o Governo é culpado? Olha, se não é culpado deveria ter fiscalizado. Eu acho que quando o Governo tem que fiscalizar porque está na lei, ele tem que fiscalizar. O AEROS é subordinado à fiscalização, ao sistema, à Secretaria de Previdência Complementar que é subordinada ao Ministério da Previdência.

Lamentavelmente essa situação chega a esse absurdo de os trabalhadores contribuíram, foi... houve apropriação indébita, todo mundo sabe e foi exatamente no acordo da diferença tarifária que cobriu somente a apropriação indébita. Eu não sei se os senhores têm conhecimento, na época a empresa descontava do assalariado, ou seja, do assistido, o assistido fazia... eu vou dar um exemplo de um empréstimo no AEROS, eu tinha um empréstimo no AEROS, pagava do meu salário tanto, era para descontar 200 reais por mês e era descontado do nosso salário, só que esse dinheiro não ia para o AEROS. Ia a diretoria do AEROS, simplesmente nós fomos tomar conhecimento desse status quo um ano e meio depois. Por isso que deu mais esse, aquele problema de apropriação indébita. Eu não sou advogado, Excelências sabem muito bem do que eu estou falando.

Hoje realmente é lamentável, as leis, são muito difíceis de ser cumprida, principalmente pelo Governo, haja visto que já foi falado aqui que tem uma liminar para complementar o nosso benefício e está lá no Supremo, não foi julgado até hoje, vai fazer dois anos, já vai para dois anos. E enquanto isso está morrendo as pessoas... Senador, hoje eu garanto para o senhor, ou para os senhores, que nenhum, mais nenhum assistido que seja da VARIG, que seja da TRANSBRASIL tem condição de manter um Plano de Saúde, foi pago durante 20 e tantos anos desde 1982, eu fui fundador do AEROS e hoje eu não tenho condições e fui Comandante da empresa durante 28 anos e 6 meses. Eu não tenho condições de pagar um Plano de Saúde. Por quê? O que eu paguei para ter uma aposentadoria decente, não, simplesmente chegou dia tal, a partir de tal dia vai receber tantos por cento e não tem mais, a reserva matemática não existe. Existe agora é 50%, aí todo... cada ano, a cada três meses solta uma circular dizendo que tem mais três meses, então, as pessoas depois de ter contribuído tanto chegam a uma situação

dessa, passa por um sacrifício desse. Está passando de certa forma necessidade até de... eu diria para os senhores até de comer mesmo, da sobrevivência, hoje nós temos na TRANSBRASIL, hoje nós temos assistidos que não tem sequer... já vendeu apartamento, tem hora que vende e não tem mais nada para vender. O Plano de Saúde foi o primeiro. Hoje todos os senhores aqui presentes sabem que hoje ninguém, uma pessoa acima de 60 anos um Plano de Saúde, por mais barato que seja, não paga menos de seiscentos, setecentos reais. Não paga. Então, a situação é realmente crítica.

Eu queria, gostaria até de cumprimentar o Senador Paim porque ele até pela história dele que foi um homem de lutas, sempre esteve ao lado dos trabalhadores, sempre... queria até, isso que o senhor acabou de falar há pouco tempo atrás, do ano passado que houve... ele depois na hora mandou e hoje essa liminar, está até lá, Senador, não é o, o Senado até que tomou providência, fez o que tem que fazer, mas infelizmente [soa a campainha] a nossa Justiça é de certa forma meia lenta, ou ela tem que olhar mais os velhinhos, as pessoas de mais idade porque senão daqui a pouco morre todo mundo e não vai receber absolutamente nada. Eu não tenho mais nada a falar. Era isso que eu queria expor aos senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou abrir a palavra aos Senadores, Flávio Arns e Mesquita Júnior, se eles quiserem fazer mais alguma consideração, mas a Dra. Cristina, eu gostaria que a senhora lesse esse documento que a senhora me entregou e comentasse, traduza para nós o quê é que significa, enfim, porque eu achei interessante.

SRA. CRISTINA DORNELLES: Tá. Eu passei às mãos do Senador Presidente, Senador Paim, uma carta do AEROS dando conta da homologação desse crédito que a VARIG, na ação da VARIG vai ser passado diretamente para o AEROS. Então, diz o seguinte: "Foi homologado pelo juízo da 1ª Vara empresarial parte do crédito do AEROS no processo de recuperação judicial da VARIG no valor de três bilhões, etc., e etc. Deste valor, dois bilhões e etc., refere-se a dívida oriunda de contribuição da patrocinadora e dívida contratada oriunda do déficit atuarial de benefícios concedidos, ambas com garantia real. O que é que significa isso, Senador? Esses dois bilhões referem-se exclusivamente à dívida que a VARIG tem com o fundo, ou seja, as parcelas que ela não aportou no fundo porque o fundo era composto de três contribuições, contribuições da patrocinadora, contribuições dos empregados e do terceiro... da terceira fonte de custeio. Então, essa é a parte que a VARIG deveria ter pago ao fundo a parcela dela e não pagou. E também oriundo do défi-

cit atuarial, ou seja, o próprio cálculo atuarial que foi feito, quando a terceira fonte fugiu ele ficou deficitário. Tem garantia real por quê? Porque tem essa garantia nesse processo.

O valor restante, 467 milhões e etc., referem-se a déficit de benefícios a conceder, ou seja, benefícios que ainda não foram concedidos aos aposentados que constitui crédito com garantia especial nos termos do art. 57 da Lei Complementar.

Esta decisão judicial encerra uma batalha travada pelo AEROS consubstanciada na apresentação de impugnação que consta como incidente nº 57 do processo de recuperação judicial. Assim, após intensa negociação com a VARIG e verificação da correção dos valores apresentados pelo AEROS, por empresa de consultoria atuarial contratada pela VARIG, chegou-se a um acordo validado, submetendo-se ao Juiz da 1ª Vara empresarial, Dr. Luiz Roberto Ayoub, que em audiência especial no dia 17 de maio de 2007 assim fez constar em Ata: Aberta a audiência pelas partes foi dito que chegaram a um acordo trazendo ao conhecimento do juízo uma petição que revela a perda do objeto da impugnação nº. 57. Pelo MM Juiz foi dito que homologa os valores apresentados na presente petição fato que importa na extinção do incidente de impugnação 57 em razão da perda do seu objeto. Então, dentro do processo de recuperação judicial existem alguns incidentes e o incidente da liquidação desse valor que o AEROS teria a receber da VARIG era esse incidente 57. Como eles chegaram a um acordo com relação ao valor esse incidente perdeu o objeto, é o que a gente chama de perda de objeto. Não tem mais por que discutir porque as partes já acordaram. Então, o Juiz não deveria mais se pronunciar a esse respeito. Isso equivale a cerca de 50% do valor estimado do processo de congelamento tarifário. Por isso eu referi o valor em controversa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E a partir daí o que fazer [ininteligível]?

SRA. CRISTINA DORNELLES: Pois é, Senador, eu ressalto e volto a minha solução, a solução que eu sugeri.

A questão de que esse valor entre nesse acordo possibilitado pela lei 9469 aonde a União possibilitará que o AEROS, inclusive, saia desta ação do congelamento tarifário como terceiro interessado, hoje o AEROS é terceiro neste processo, então, ele vai sair desse processo, o valor vai chegar aos cofres do AEROS, ressaltar, Senador, esse valor não precisa chegar integralmente, ele pode ser parcelado em até 30 vezes, isso está previsto nessa lei. Vai [soa a campainha] possibilitar que esses aposentados recebam novamente as suas aposentadorias mensalmente e mais do que

isso, vai eximir, como eu já falei, a União do pagamento daquela liminar que contempla a complementação do que o AEROS não está conseguindo pagar, ou seja, uma solução que é bom para todo mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, pois não.

SR. ELNIO BORGES MALHEIROS: Eu gostaria de fazer trazer a tona a seguinte questão. A Dra. Cristina, é uma pessoa extremamente estimada por nós, tem contribuído bastante, mas assim como muitas pessoas enxergam a questão do AEROS, principalmente sob o foco do aposentado, que é de suma importância. Mas o AEROS é um instituto dos trabalhadores da Varig participantes do fundo de pensão. A diferença entre um aposentado e um participante assistido, tecnicamente colocando, e o participante ativo, muitas vezes, pode ser de um dia. Neste caso específico, onde nós tivemos um movimento que questionamos que esse movimento da intervenção e liquidação poderá ser medido exatamente uma data, na data X, em que houve a intervenção, liquidação, um cidadão que poderia ter no dia seguinte atingindo o direito de ser participante assistido, hoje é um participante ativo. Então, é de suma importância que não vejamos esse assunto exclusivamente sob a ótica do que nos chamamos comumente do aposentado ou do participante assistido. Nós temos que pensar nisso sobre o ótica do trabalhador participando do fundo de pensão AEROS. E esse é um ponto que eu tenho certeza que no íntimo está na cabeça do Dra. Cristina, está na cabeça de todos nós, mas na prática do que mais emociona efetivamente, o que nos toca, até pela premência, é aquele companheiro que já está, não só assistido, como já está assistindo há muitos anos. Companheiros com mais de 70, 75 anos de idade, completamente incapazes hoje, de sobrevivência sem a solução desse problema. Mas o problema não deixa de ser, muitas vezes, quase tão dramático para outras pessoas. Especialmente num país, onde, infelizmente você já é considerado velho no mercado de trabalho, a partir dos 30 anos de idade. Os 10.000 trabalhadores de Varig que foram afastados do emprego, mediante a fraude que se consuma dentro do processo de recuperação judicial, estão 80% desempregados para o resto da vida na sua profissão, vão ter que encontrar outras coisas para fazer. Então, dentro desse contexto nos preocupa uma solução que nos parece, ela trata de metade do problema, ou de uma parte do problema, que matematicamente a maioria é ainda participante ativo.

Hoje nós temos no total dessa crise AEROS 15.000 trabalhadores, mais precisamente 17.000 trabalhadores, dos quais 7.500 assistidos, 10.000 participantes ativos. Nos preocupa também qualquer situação

onde remeta valores a recuperação judicial da Varig, a recuperação judicial da Varig, se tornou uma armadilha, a lei 11.101 que os senhores contribuíram aqui para que a tramitação, inclusive, bastante longa, para que ela pudesse sair e ser acelerada se tornou uma armadilha para o trabalhador. O trabalhador brasileiro perdeu todos os seus direitos a se aplicar a lei 11.101 da maneira que o doutor Ayub Vem aplicando.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Recuperação financeira das empresas?

SR. ELNIO BORGES MALHEIROS: Recuperação e falência das empresas, lei 11.101 foi tramitada aqui em 2005. A Varig é o primeiro exemplo de empresa que passa por essa chamada recuperação, empresa de grande porte, Parmalat passou, mas era, até passou razoavelmente bem, a da Varig é uma armadilha, os trabalhadores não viram um tostão sequer, um tostão sequer dentro desse processo. Então, a proposta pelo menos nós trazemos formalmente e eu falo aqui, na verdade nós temos aqui a associação de pilotos da Varig, mas eu estou aqui representando o grupo de trabalhadores da Varig, trabalhadores do grupo Varig. Tem aqui um companheiro de um os nossos sindicatos, são vários sindicatos dentro do grupo. Nós representamos os trabalhadores que se reuniram, se organizaram para tentar salvar a Varig desde 1999 quando percebemos esse caminho e viemos aqui colher o apoio de V.Exas.

Pois bem, a nossa proposta é uma proposta que traz uma solução, me parece inclusive, melhor do ponto de vista do desencaixe do Governo. O Governo não precisa pagar um tostão, não é em trinta meses, não. Em vinte anos. Títulos da dívida pública do Governo para 20 anos resolvem o nosso problema. A partir do momento que o AEROS tenha acesso, o trabalhador tenha acesso a esta garantia, podemos ir ao mercado, securitizar, pagar as aposentadorias dos nossos companheiros que já são assistidos, e fundar, fundamentar um fundo de pensão, ainda que sem patrocinadora, para os demais que continuem contribuindo se quiserem, ou retirem suas poupanças se quiserem, ou continuem participando. E isto independe completamente do ponto de vista legal, e independe de que qualquer outra coisa que não seja o acordo entre quem reclama o congelamento tarifário e quem deve o congelamento tarifário.

O acordo permite amplitude suficiente para isso poder ser resolvido. Nada impede o Governo de fazer, ok, eu condiciono o acordo a resolver as seguintes questões: Vocês vão pagar o AEROS o que é devido a patrocinadora deve ao AEROS, automaticamente a liquidação tem toda razão a Dra. Cristina, levanta mesmo, não tem como não levantar, não é um Minis-

tro Marinho, concordar não, a lei determina, não é, nós não vivemos numa república onde a concordância ou não de pessoas detém, ou não detém o poder que devem reger a nossa vida. Há uma organização legal, a lei determina: Havendo valores suficientes, o valor é matematicamente suficiente, suspende-se a liquidação. E pagar também o crédito trabalhista e o crédito do INSS que são em diferentes ordens, mas são os três que são privilegiados dentro do processo e não o que se fez, o que está se tentando compor dentro da recuperação judicial da Varig, que é beneficiar interesses privados através da entrega dos ativos da Varig a preço vil, ou até sem preço nenhum, que foi o que aconteceu com a marca e etc. Ou credores privados, porque não pagar a união o INSS dentro da ordem legal da preferência dos créditos? Por que não pagar o crédito trabalhista dentro da ordem legal do crédito trabalhista? Por que não pagar o crédito trabalhista/previdenciário, dentro da ordem legal do crédito trabalhista/previdenciário. Então, nós defendemos que o acordo seja feito nesses termos. Mais amplo, um pouco do que a Dra. Cristina coloca.

É um acordo que resolva essa questão realmente que é uma questão que eu já trouxe aqui da outra vez e trago novamente, o Senador César fez uma colocação semelhante, não é com ingratidão que falo, mas de fato com toda a ajuda que tivemos aqui dentro dessa Casa não fomos capazes de impedir o golpe que foi dado na Varig. Com todo o esforço que nós fizemos aqui, de fato não fomos capazes. Anos eu venho convivendo nessa Casa, fora o prazer de conhecer algumas pessoas e conviver, mas venho convivendo numa situação que eu não deveria, moro no Rio de Janeiro. Da mesma maneira que os parlamentares uma vez eleitos, os parlamentares tem os seus partidos, tem as suas bases eleitorais, uma vez eleitos são representantes do povo brasileiro.

A mesma situação ocorre conosco lideranças, tanto aposentados, quanto não aposentado, a situação não importa para nós. Nós temos que dar uma solução para o trabalhador da Varig, porque ele é um cidadão brasileiro, deveria estar protegido pelas leis que estão construídas nessa Casa. E estas leis não estão sendo respeitadas. Esta é a grande questão que nós estamos vivendo. Então, o acordo que nós defendemos é um pouco mais amplo, o acordo que nós defendemos não é acertar as condições que se o doutor Ayub Homologou ou não homologou o crédito é uma outra questão. Nós defendemos um acordo nos autos do congelamento, a ação de congelamento tarifário onde o Governo coloque as suas condições para fazer o acordo e a outra parte aceite as condições para fazer o acordo.

O dinheiro, na nossa visão, não deve passar, até por que, doutora, apesar do que está escrito aí, se fomos aceitar o plano de recuperação que o doutor Ayub tenta impor, em que tese não ter sido aprovado pelos trabalhadores, especialmente porque o item 47, que exigia que a assembléia dos sindicatos dos trabalhadores dessem eficácia ao plano e não deram, a do meu sindicato negou e as dos demais do sindicato aqui do Gerson, sequer fez assembléia, a maioria não fez assembléia nenhuma, então, não está aprovado o item 3747, não foi feita a aprovação do item 47, os aeronautas são 80% dos créditos da Varig, negaram formalmente, não aceitam essa fórmula. Diz que esses valores não vão para o AEROS em primeiro lugar, lamentavelmente. O plano de recuperação judicial da Varig diz que esses valores vão para uma sociedade de propósitos específico após ser pagos outros credores e aí a preferência, depois dos créditos previdenciários, inclusive, do INSS que leva mais da metade da dívida, aí começaria a fazer a divisão. Então, é um risco muito grande.

Nós preferimos, se for possível, uma Comissão criada, uma Subcomissão, tecnicamente melhor colocada aqui, irmos ao advogado geral da união, irmos ao Governo para buscar um acordo que resolva de fato a situação dos trabalhadores da Varig, tanto a nível de AEROS quanto a nível tenho dos seus créditos trabalhistas. Independente, não vamos botar numa SPE da recuperação judicial, porque aí nós vamos ter um outro problema.

Dentro da recuperação judicial, inclusive, é uma coisa que hoje a tarde eu vou tentar prosseguir aqui, foi objeto de discussão na Comissão de cidadania, Constituição e Justiça desta Casa uma Emenda chamada Emenda 12 do Senador Tourinho, pleiteando que dentro da recuperação judicial não houvesse sucessão trabalhista. Foi negada, Senador Fernando Bezerra era o Relator.

Depois o Senador Artur Virgílio reapresentou em Plenário no Senado Federal, também reiterando que não houvesse sucessão trabalhista nas arrematações que fossem feitas em leilão com base no art. 60, que é exatamente o que aconteceu com a nome Varig e alguns outros ativos principais da Varig. Que não houvesse sucessão trabalhista, novamente negada essa Emenda em Plenário. E hoje eu vejo aqui, vou começar ao procurar hoje a tarde, um assessor desta Casa fez um Parecer para uma DIN, uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo PDT em relação ao fato que de está sendo implementada a não sucessão trabalhista em desfavor dos trabalhadores da Varig, dão Parecer de que essa Casa realmente concluiu que não deva haver sucessão trabalhista. Então, a questão

dentro do processo de recuperação judicial da Varig é uma questão extremamente complexa.

O risco que o Comandante Tomas colocou aqui que aconteceu em Transbrasil, que nós poderemos correr, é justamente se isso for para a recuperação judicial por que o que aconteceu com a Transbrasil, o Tomas, é o que acordo foi feito enquanto a Transbrasil, ainda tinha uma gestão própria, o acordo foi feito entre a Transbrasil e a União e a Transbrasil que ao mesmo tempo, como toda a patrocinadora, manda no fundo de pensão, fez o acordo que quis dentro do fundo do pensão. O que nós estamos falando aqui, não é de um acordo e não pode ser de um acordo que vá para o gestor da Varig velha, ou para a recuperação judicial. Tem que ser um acordo que vá diretamente para o AEROS, não pode ser um gestor que vá para quem administra a Varig, que depois vai acordar com a AEROS o que quiser acordar, porque foi isso que aconteceu com a Transbrasil. O dono da Transbrasil, quem tinha o poder dentro da Transbrasil é que fez o acordo e usufruiu do crédito do Governo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Foi exatamente isso. Foi exatamente isso.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minutinho então. Eu sei que todos querem se manifestar a respeito disto. Eu, Dr. Francisco que já tinha começado, então com a palavra.

SR. FRANCISCO JOSÉ TOMAZ: O problema, o perigo era exatamente isso, porque estranhamente, estranhamente poderiam, por exemplo, o Governo junto com a, até porque dentro todas da responsabilidade de fiscalização do AEROS, ela deveria dizer não, por que é que depois aceitou que a Transbrasil seja patrocinadora na época, já com o acordo feito da diferença tarifária, o quê que aconteceu? Ela permitiu que estranhamente fosse cobrado judicialmente o restante da dívida, porque é um absurdo um negócio desse. É, então, não é adianta era isso que eu queria falar, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, Dra. Cristina Dornelles.

SRA. CRISTINA DORNELLES: Obrigado Senador. Comandante Elnio, eu aprendi uma coisa e eu tento aplicar sempre que possível, porque possibilita que a gente resolva aos conflitos saio e os problemas. Quando nós temos um problema muito complexo e esse problema Varig extensão a AEROS é um problema muito complexo, nós temos que dividir ele em várias partes para poder simplificar esse procedimento, por isso que essa Audiência Pública ela está tratando da questão AEROS e não da questão recuperação judicial Varig.

Claro que me recupera a situação dos trabalhadores da Varig, dos ativos, inclusive, eu nomeei alguns trabalhadores Varig como a turma do limbo, um pouco depois o papa Bento 16 acabou com o limbo, não tinha, eles não estavam em lugar nenhum, então. Quem são esses? São os que não tinham, não estavam recebendo salário, estavam tendo que voar e faltava cinco anos para se aposentar pelo AEROS, ou seja, os pessoal tinha estabilidade. Eles não recebiam salário, não eram aposentados, eles estavam no limbo.

Me preocupa essa situação, com toda a certeza, mas me preocupa também a questão específica do AEROS. Nós temos que nos preocupar em achar sim uma solução que contemple o maior número de pessoas possível, mas me preocupa esse prazo. Então, o que eu referi antes com relação aos aposentado,s os aposentados não tem tempo, e eles efetivamente não tem tempo. Os trabalhadores ativos, talvez estejam condenados a não poder mais trabalhar.

O senhor como comandante ainda na ativa, sabe da dificuldade que é uma recolocação nesse mercado da viação comercial, uma recolocação dentro do país, porque agora nós praticamente só temos duas empresas, muito embora, isso fica muito complicado para grande massa da população entender que a Varig não é mais a Varig, a Varig é quem comprou a Varig, mas é muito complicado, mas existem inúmeros outros problemas dentro desse processo e por isso a minha insistência em dividir esse problemão em vários problemas menores que se possa contemplar.

Existe um outro grande problema dentro da própria lei complementar 109 que é deixar as pensionistas, por exemplo, num mais, na mais absoluta miséria, as pensionistas que eu digo são as viúvas que tem o evento morte do aposentado durante a liquidação. Elas ficam sem um centavo, quer dizer, como se não bastasse o aposentado falecer, no outro dia elas já não recebem mais nada porque a lei complementar 109 não contemplar isso. Nós temos esse problema, nós temos o problema dos trabalhadores que estavam no período de estabilidade, no período de cinco anos para se aposentar no AEROS e que ficaram nessa questão do um dia para entrar, um dia enfim.

Em hipótese alguma, de maneira nenhuma, proponho alguma medida que venha a prejudicar qualquer ativo ou qualquer trabalhador, ou qualquer aposentado. A minha proposta é que nós possamos viabilizar a divisão desse problema complexo e grande, recuperação judicial Varig, desemprego, aposentadoria, AEROS, em dois ou três problemas que se consiga resolver. Porque senão, Senador, perdão eu já concluindo, nós vamos ter o quê? O falecimento os aposentados em pleno processo de liquidação, esse dinheiro vai chegar

quando o instituto não possuir mais esses planos de benefício e os trabalhadores não vão estar recolocados e os processos de recuperação judicial vai demorar, sabe-se lá quanto tempo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Gerson havia pedido a palavra? Gerson fala primeiro, em seguida o Senador Mesquita, já aproveita para fazer considerações em cima de sua fala.

SR. GERSON DIAS DE OLIVEIRA: Ficou, criou-se uma situação um pouco estranha. Há que passar para as pessoas que o realmente acontece. Está presente aqui o Carlos Henke(F) que é um companheiro aposentado, que é um dos coordenadores da Comissão de aposentados AEROS lá em porto alegre. A Dra. Cristina é coordenadora jurídica dessa Comissão, a Dra. Cristina chegou aqui representando a Comissão de aposentados, então a questão dos trabalhadores da ativa, as entidades sindicais tem tomado todas as medidas possíveis, não só os aposentados estão sobre o abrigo das estruturas sindicais como os trabalhadores da ativa indiscutivelmente e os demitidos, inclusive, por seus créditos trabalhistas. Está sendo buscado, não há, não há essa situação de que a Dra. Cristina ficou numa situação um pouco desconfortável, não, não há isso aí.

A Dra. Cristina aqui representa, coordena a Comissão de aposentados do Rio Grande do Sul. Então, a visão que ela trouxe é da questão dos aposentados, da questão dos trabalhadores da ativa, esse movimento sindical cuida nas suas esferas, nos seus fóruns adequados. Não existe esse vácuo, não existe uma situação de litígio entre uma parte e outra e é inclusive, uma preocupação muito grande da gente, não jogar os trabalhadores da ativa contra os trabalhadores aposentados. Não há isso aí.

As entidades sindicais têm tomado todas as medidas possíveis e cabíveis e inclusive, aos aposentados estão sob o abrigo, sob o guarda chuva dos sindicatos e estamos todos aqui trabalhando. Só a Dra. Cristina não precisa ser defendida, ela, o papel dela aqui é de coordenação da comissão de aposentados do Rio Grande do Sul. É esse o papel dela e a questão dos trabalhadores da ativa, o movimento sindical tem tomado a medida adequada. Muito obrigado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senhor Paim, eu vou precisar me ausentar tem Comissão de relação exteriores eu preciso participar dela também. Mas eu queria antes de mais nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, Mesquita Junior, eu estou nesse momento aqui com a pessoa que fez a denúncia daquela

gravidade, precisava falar comigo urgente. Então, eu vou pedir de novo ao Senador Flávio Arns, para que eu possa atendê-lo com sigilo.

[troca de presidência]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas eu queria agradecer, inclusive, o fato de V.Ex^a. trazer mais uma vez esse assunto aqui ao nosso conhecimento, além das gestões que V.Ex^a. faz na sua base lá no Rio Grande do Sul e. Senador Arns, eu havia, eu havia comentado aqui a idéia que V.Ex^a. expôs na Comissão, e eu não sei, aqui me correu de repente é que quem sabe a gente não poderia ainda hoje aproveitar a presença dos nossos convidados que vieram a Brasília exclusivamente para essa finalidade. Quem sabe a gentes não poderia aproveitar, se conseguíssemos uma brecha lá na agenda do Ministro Tofoli pelo menos para um contato prévio, o qual a gente posicionaria rapidamente e eu digo, e tenho certeza absoluta disso, ele deve estar ao par de toda essa questão, pelo menos um contato prévio para que a gente possa agendar em seguida com mais detalhamento. É uma sugestão que eu coloco em complementação ao que V.Ex^a. fez, eu na sua ausência, eu me coloquei aqui a disposição, juntamente com V.Ex^a. se for da sua conveniência e se for da conveniência do Presidente da Comissão e com o seu prestígio eu tenho certeza absoluta que havendo disponibilidade Ministro Tofoli ele receberia com maior prazer, ainda hoje, se fosse possível, para aproveitar, repito, a presença do pessoal aqui. Eu acho que seria interessante se isso fosse possível. Então --.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V.Ex^a. me permite só um pequeno aparte? Já vou solicitar a Secretaria para fazer esse contato com o Ministro para ver dessa possibilidade. Então, eu estou solicitando que seja contatado o Ministro, Ministro, não, advogado geral da união, né? Dr. Tofoli.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas ele tem status de Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É tem o status de Ministro, exatamente, Ministro Tofoli?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É o Ministro Tofoli

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com a informação, com a informação de nós estamos aqui com os nossos convidados que vieram a Brasília, exclusivamente tratar e se possível gostaria de aproveitar a presença deles aqui para um contato prévio ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O que facilitaria a vida de outras pessoas?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Facilitaria, é verdade, é verdade. Aí poderíamos agendar futuramente uma outra, um outro encontro com mais detalhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu peço desculpas, vou ter que me ausentar, vou ter que participar de uma outra Comissão, Mas fico em contato, estou por aqui, Senador Arns, se o senhor precisar, está certo? A gente pode se deslocar a qualquer momento aí com V.Ex^a., está bom?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Tudo bem.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado pela presença de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até pergunto dos convidados, se os convidados depois, junto com a Secretaria nós poderíamos nos reunir aqui na sala ao lado, mais alguns minutos, ao termino dessa Audiência Pública para que a Secretaria também tivesse os contatos para que se não for possível agora, de tarde, ou semana que vem, quer dizer, para que a gente tenha o desdobramento disso. Eu sou, eu entendi muito bem as colocações também do doutor Gerson, dizendo que esse assunto tem que ser visto naturalmente sob óticas diferentes, também, porque existe a ótica do pessoa da ativa, a ótica do pessoal aposentado, a ótica toda que a doutor Malheiros colocou com muita propriedade também, do Dr. Francisco também para que nós tenhamos na discussão com o advogado, o Ministro advogado Geraldo da união, doutor Tofoli, quer dizer, um documento que represento te assim, uma harmonia possível daquilo que vai ser colocado, para que não haja, assim, uma divergência na seqüência.

Estou vendo que o Senador Paulo Paim está retornando ao recinto e falando com as pessoas do Ceará, mas eu estou então, dizendo, Presidente, eu não quero assim, necessariamente continuar aqui na Presidência que V.Ex^a. conduz os trabalhos com, na verdade com uma competência extraordinária. Mas o que nós estamos dizendo, por sugestão do Senador Geraldo Mesquita, já solicitei a Secretaria para que fosse feito o contato com a Ministro advogado geral da união doutor Tofoli, para que se for possível até no dia de hoje possamos estar lá, porque certamente o Ministro está ao par do assunto e que houvesse também um entendimento entre os participantes dessa Mesa, para haver uma sintonia, caso haja alguma discrepância o que eu acredito que não haja também, mas assim,

uma sintonia fina entre os argumentos todos para que o resultado possa ser o mais positivo possível.

Se não for possível hoje, porque sabe lá qual é a agenda do Ministro também, não sei se ele está em Brasília, a gente agendaria na primeira oportunidade possível. Não é? E que essa Comissão de direitos humanos acompanha na seqüência os desdobramentos todos, como tem acompanhamento outros assuntos, a gente sabe que é uma luta e eu também tenho sido procurado no estado do Paraná por muitas pessoas conhecidas, outros conhecidos em São Paulo e de outros estados e queremos contribuir para que haja uma solução para esses episódios todos, que na verdade são muito preocupantes.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, para mim eu vou dizer que todos os nossos convidados, pode ter certeza que nós vamos estar junto nessa caminhada como sempre tivemos. E encaminhamos propostos aqui por V.Ex^a. o Senador Mesquita Junior, com certeza nós daremos encaminhamento, mas quero também aproveitar a oportunidade, dizer que esse telefonema que eu fiz, que eu recebi e eu sei que interessa a todos vocês também, que eu recebi o telefonema agora, aqui da pessoa que fez a denúncia, vocês não imaginam a alegria da pessoa. Ela disse que está mudando tudo lá naquela região, a partir da denúncia que ele mandou, dizendo, eu achei que não ia dar nada essa minha denúncia, diz que já tinha mandado para muitos lugares. Claro que eu não vou dizer aqui por uma descortesia, e todo mundo fez de conta que não ouviu. Ele se surpreendeu é no interior do Ceará, ele disse que aquele interior vai ser outro depois desse fato. Então, eu acho que a Comissão de uma forma ou de outra, vai assim construindo a sua história e fazendo o seu trabalho e nesse momento eu acho que a gente tem que debruçar também sobre essa questão da AE-ROS, com certeza absoluta. Conte conosco, claro, que a emoção de vocês quarto, todos aqui na sua forma, falavam movidos pela emoção e, ao mesmo tempo, com argumentos técnicos, jurídicos que sustentam a tese. Eu confesso que fiquei chateado de saber que aquela liminar ainda está lá. Foi fruto de uma Audiência Pública aqui nós... foi inclusive uma solicitação de V.Ex^a. Senador Flávio Arns, aquele Requerimento por escrito, pedindo que de uma vez por toda julgassem aquela liminar. E a liminar ainda continua lá.

SRA. CRISTINA DORNELLES: Senador, desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Doutora Cristina.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que a senhora falou na liminar?

SRA. CRISTINA DORNELLES: Não, não aquela carta que o senhor remeteu aqui da Comissão foi para o julgamento da suspensão liminar número 127. Esse foi feito no mesmo dia. É muito eficiente, seus pedidos são de extrema eficiência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, eu fico feliz, fico feliz. E qual é o outro?

SRA. CRISTINA DORNELLES: A liminar que não está sendo cumprida, foi a liminar concedida na ação civil pública que discute as, nisso, discute as complementações, mas que discute as falhas nessa fiscalização do AEROS. Então, o que responsabilizou de certa forma na liminar a União a complementar o que o AEROS não tivesse pagando. O que a Ministra Helen Greice.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É isso que nós temos que exigir que se cumpra.

SRA. CRISTINA DORNELLES: Isso. Que a Ministra Helen Greice, ela suspendeu a multa, porque a liminar foi concedida e foi fixada uma multa pelo descumprimento. Ele suspendeu a multa, e aí à União não cumpre. É uma situação processual. Mas o seu pedido foi atendido no mesmo dia.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, eu fico mais uma vez vendo que é importante esse debate aqui e a gente continuar pressionando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Até o Dr. Francisco quer fazer uma complementação também.

SR. FRANCISCO DE JOSÉ TOMAZ: Eu queria fazer uma complementação na observação que foi feita pela Dra. Cristina. Senador, Presidente, no caso no plano de recuperação, de recuperação, desculpa, na liquidação em si no plano do AEROS, eu falo especificamente por causa da Transbrasil, nós tivemos vários casos, já morreu várias pessoas, a Cristina sabe, ela acompanha, o pai dela foi funcionário da Transbrasil, foi meu comandante, inclusive, então, o caso é muito curioso porque o plano quando está em liquidação o quê que acontece? Morreu uma pessoa, a família, nós temos famílias assim em estado deplorável, é uma coisa que realmente que dá pena. Porque as pessoas simplesmente perdem o ente querido e perdem tudo, porque não recebem mais absolutamente nada. Porque a reserva matemática, ela passa a ser um patrimônio, de um pequeno, de 50 reais lá, ela não recebe mais nada, simplesmente é automático a suspensão é automático. E as pessoas vão viver de quê? Quer dizer, é uma situação complicadíssima, complicada e a pessoa já está no fim da vida, doente, perdeu o ente querido, quer dizer, a pessoa [ininteligível] e não tem mais absolutamente nem sequer um salário. O bene-

fício não tem mais, está lá até a justiça decidir porque o plano está sobre liquidação. É complicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. O Senador Paulo Paim já tinha concluído? Não sei se, eu acho que...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só queria dar oportunidade, há mais um senhor aqui no Plenário, havia até um outro também que havia pedido se poderia fazer uma rápida intervenção, sobre a preocupação que ele também tem que é o seu Nelson Cirtoli. Se V.Ex^a. permitir, eu não vejo problema nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Hum-hum. Então...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É da associação de mecânicos de voo da Varig.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, o Dr. Nelson está pronunciando certo? Cirtoli? Cirtoli é a associação de mecânicos voo da Varig. É possível cinco minutos?

SR. NELSON CERTOLI: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cinco minutos então, V.Ex^a dispõe de cinco minutos.

SR. NELSON CERTOLI: Eu gostaria de cumprimentar todos os Senadores na pessoa do Senador Paim, autor do estatuto de proteção do idoso e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e que está abraçando essa causa que é a dos idosos, idosos da Varig, da Varig e de outros. Eu queria lembrar que quando se fala que se está defendendo o AEROS, e o que o Elnio falou nos participantes da ativa, assistidos e pensionistas é que as pessoas que estavam na ativa e que perderam o direito da aposentadoria e que hoje eles estão uns com uns 58 anos, outros com 45 anos. Mas essa poupança deles que eles fizeram foi para a velhice deles. Então, quando a gente diz que a preferência dos velhos e etc., em primeiro lugar, lógico, são as pessoas que tem 85 anos. Mas aquelas pessoas que fizeram essa economia, que fizeram essa poupança, é para velhice delas. Então, quando a gente está defendendo o direito do pessoal da ativa que tem 50 anos de idade, a gentes está defendendo, na verdade, é a velhice deles também. E lembrar que esse dinheiro do congelamento tarifário que está mais ou menos acordado para o AEROS inclui, incluiu o direito desse pessoal da ativa também não é só das pessoas estavam aposentada. Então é isso, eu aproveitar o último minutinho para frisar que o que aconteceu no AEROS com a intervenção e a liquidação de forma ilegal que foi feita, fora da lei 109 e que esse interventor liquidante representou o AEROS, ele era agente público dentro AEROS, mas ele representou o AEROS na reunião da assembléia de credores da Varig e como agente público

representante do AEROS ele acertou trocar as promissórias que a Varig tinha com o AEROS para facilitar a venda da Varig em troca do resultado do congelamento tarifário, da ação do congelamento tarifário. Então, por si só essa troca já tornaria a ação finalizada, porque foi o próprio Governo quem fez a troca. Mas fora isso, a ação já está tramitada e julgado, não tem como retorno. E a finalidade do acordo é exatamente como o Elnio e a Cristina falou, o Governo não precisa pagar a vista, pode levar vinte anos para pagar, não tem problema, paga do jeito que quiser, desde que pingue o dinheiro para sustentar essas pessoas que não tem dinheiro mais para o plano de saúde, nem remédio, nem coisa nenhuma. É isso, aí muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Dr. Cirtoli, não sei se o Senador Flávio Arns teria alguma consideração? Eu só dizer que eu queria só registrar a presença também conosco, embora, ele não pediu para fazer uso da palavra, mas está assistindo a reunião, é o senhor João Henrique da Silva, diretor do sindicato nacional dos aeronautas, FENTAC, filiado a CUT. Eu franqueei a palavra, mas ele disse que estava só acompanhando a reunião, só quero registrar a sua presença.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente eu só quero dizer que o Ministro a Secretaria está tentando contato, o Ministro parece que está em Brasília, em reuniões também e que ficou de retornar então para cá também. Eu só queria fazer uma indagação, V.Ex^a. consta na relação de convidados para essa Audiência Pública a participação do doutor Leonardo André Paixão, que é Secretário de previdência complementar do Ministério da previdência social. E ele não veio, não justificou-se, o quê é que aconteceu, porque realmente a presença dele teria sido importante nesse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu entendo correto a sua, eu não digo não cobrança, a sua lembrança e apenas disseram que ele não poderia vir. Isso não é justificativa, eu acho que o assunto exige, eu lamento aqui a não presença. Eu espero que numa outra oportunidade ele esteja aqui presente, ou no mínimo mandasse um representante.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Essa resposta veio por escrito?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pelo que eu sei não, apenas disseram não poderia vir. Um assessor dele que disse que ele não poderia vir.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu acho que nós deveríamos continuar a perguntar, porque afinal a Comissão de Direitos Humanos e legislação partici-

pativa convidou e a pessoa tem que dar alguma razão para dizer por que não pode vir e por que não mandou nenhum assessor participar desse debate. Porque a participação da Secretaria de previdência complementar teria sido muito importante para o esclarecimento de várias dúvidas.

O meu problema principal é que aquilo que aconteceu com o AEROS lança, na minha ótica, um mar de dúvidas e de problemas sobre a previdência complementar de uma maneira geral. Porque às vezes se aconteceu com a Varig, aconteceu nesse episódio, porque é que não vai acontecer com o outro também, a pessoa contribuiu, não eu tenho o meu plano, estou seguro, minha aposentadoria está garantida, vou me preparar durante 30 anos e de repente chega lá, não, está liquidado, não tem mais nada a tua família está aí com nada. Eu gostaria de saber o quê que aconteceu do ponto de vista da Secretaria da previdência complementar, onde é que estava, que nem o doutor Malheiros colocou, não é porque eu acho que eu vou ajudar, ou vou fazer e tal, é a legislação que diz que a Secretaria de previdência complementar é a responsável pelo encaminhamento, pela fiscalização, para ver se está tudo em ordem, tomar as medidas preventivas necessários e se não fez isso, tem que ser responsabilizada, tem que ser responsabilizada por isso. Então, eu gostaria que houvesse uma carta da Comissão de Direitos Humanos dizendo que esta grave preocupação foi levantada aqui nesta Audiência Pública, gostaríamos de saber por que, por qual razão a Secretaria não veio nem na figura do senhor Secretário e nem de algum indicado pela Secretaria, quer dizer, é um desprestígio para esta Comissão se esse convite foi feito, tem que ver se foi feito também o convite, quer dizer, se o convite foi feito e não veio ninguém, ah não pode vir, como que não pode vir? Servidor Público ou Governo tem que prestar contas para a sociedade, nós temos que prestar, todo mundo, sindicatos tem que prestar, todos nós temos que prestar contas. E dizer assim que queremos explicações, por que isso aí, essa dúvida séria sobre o trabalho que deveria ter sido feito pela Secretaria de previdência complementar, que nós estamos levantando aqui, porque não tem ninguém para responder que não foi feito, queremos saber qual é o grau de responsabilidade da Secretaria de previdência complementar nesse processo? E escrever para o Ministro do Ministério da previdência dizendo que esse episódio aconteceu nessa Comissão.

O Ministro precisa saber, foi convidado não veio, não veio representante, não deram satisfação, as dúvidas ficaram no ar e queremos ter explicações do Ministro em relação a isso. É um desprestígio em relação aquilo que um poder da república procura fazer

para estabelecer aí a sua relação com a sociedade na busca de soluções.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, só para deixar claro que V.Ex^a está coberto de razão. Eu estou aqui com o Requerimento dirigido e assinado por mim e simplesmente alguém ligou dizendo ele não vem.

A coisa que está aqui é isso. Não vem. A resposta é essa, por telefone, não por escrito. Eu também entendo que a V.Ex^a. está com toda a razão, nós vamos fazer esse comunicado cobrando, nenhuma explicação plausível, enfim, que justificasse a falta de um debate tão importante como foi feito aqui que envolve milhares de pessoas. E nós teríamos que ter uma visão, uma posição, enfim, sobre essa questão, por parte do Secretário da previdência complementar. Faremos o devido encaminhamento. Mediante os fatos eu encerro a presente reunião tomando aqueles procedimentos que nós já acordamos aqui entre nós, inclusive, da visita ao senhor Tofoli que poderá dar alguma resposta em relação a todos os questionamentos levantados nessa reunião e que já acordado aqui o Sr. Mesquita também iria junto se for necessário para avançarmos nesses encaminhamentos.

Eu agradeço a presença de todos, Senadores que participaram. Encerro a presente reunião dizendo que essa Comissão continuará acompanhando a questão com todo o carinho e respeito que ela merece na busca de soluções o mais rápido possível. Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 11h44.

Ata da 59ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada para o Dia 18 de Dezembro de 2007, Terça-feira, às 09 Horas, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Às nove horas do dia dezoito de dezembro de dois mil e sete, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do **Senador (Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Patrícia Saboya, José Nery, Jonas Pinheiro, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti** e os não membros **Neucimar Ferreira Fraga e Maria Aparecida Diogo Braga** Deputados Federais, presidente da CPI, na Câmara dos Deputados, do Sistema Carcerário brasileiro e membro, respectivamente. Os Senadores **Geraldo Mesquita Júnior, Romeu Tuma e Cristovam Buarque** justificam suas ausências. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor

Presidente abre os trabalhos e solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, coloca em votação e a aprova. Passa-se a pauta: **Item único – Audiência Pública.** A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento – CDH nº 83 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 13/12/07, para tratar de *“prisões de mulheres com homens, meninos e meninas com adultos em celas comuns.”* Em seguida, o Senhor Presidente convida as autoridades para tomarem lugar à mesa. Faz suas considerações iniciais acerca do tema da Audiência Pública. Inicialmente, passa a palavra ao Senador Flávio Arns, que discorre acerca as providências tomadas acerca de encaminhamentos formais realizados na última Reunião da CDH, em 13/12/2007. Em seguida, passa a palavra aos convidados, concedendo dez minutos a cada palestrante para fazer suas considerações sobre o tema. Comparecem os seguintes convidados: **Maurício Kuehne**, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional, em representação do Excelentíssimo Senhor Ministro Tarso Genro, Ministro de Estado da Justiça; **Carmen Silveira de Oliveira**, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em representação ao Excelentíssimo Senhor Paulo Vannuchi, Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; **Maria Elisabete Pereira**, Diretora de Programa da Subsecretaria de Articulação Institucional, em representação a Excelentíssima Senhora Nilcéia Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres; e **Raimundo Cezar Britto Aragão**, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Fazem uso da palavra os Senadores Flávio Arns, Paulo Paim e Patrícia Saboya, Eduardo Suplicy, José Nery, Serys Slhessarenko e os Deputados Federais Neucimar Ferreira Fraga e Maria Aparecida Diogo Braga. Encerradas as falas dos Senhores convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Antes de encerrar a audiência pública, o Presidente submete ao plenário a deliberação de um encaminhamento, no qual, fica entendido que a primeira Audiência Pública do ano de 2008 se destinará a tratar do tema, aqui, tratado nesta Audiência Pública. Resultado: **Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental declaro aberta a 59ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item único. Audiência Pública nos termos do Requerimento da CDH nº. 83/2007 com vistas a tratar de prisão de mulheres com homens, meninos e meninas com adultos em celas comuns. Convidados: Raimundo Cezar Britto Aragão, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, Davi Pedreira de Sousa, Assessor Jurídico da Pastoral Carcerária. Carmem Oliveira, Subsecretária da Promoção Direitos da Criança e do Adolescente, representando o Ministro Paulo Vannuchi. Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República Elizabeth Pereira, Diretora da Articulação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, representando a Secretaria Especial de Política para as Mulheres, a Ministra Nilcéia Freire.

Esclarecemos ainda que os convidados terão 10 minutos para sua exposição, com mais cinco se necessário. Logo após a exposição abriremos a palavra aos Srs. Senadores e Senadoras para os seus questionamentos.

Antes de iniciarmos a formação da Mesa, eu queria conceder a palavra ao nobre Senador Flávio Arns para que ele explique à Casa e à sociedade sobre os procedimentos que nós resolvemos na última reunião por sugestão do próprio Senador Flávio Arns em relação à questão da Aeros. E aí o Senador Flávio Arns já nos informa que contato feito com o Advogado-Geral da União, Toffoli, ele já marcou essa audiência para o dia de hoje. Queria que V.Exª se possível comunicasse já a essa Comissão. Acho que é importante esse procedimento para ver se avançamos na questão Aeros.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. É que nem V.Exª relatou. Tivemos na semana passada Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos com a participação de vários sindicatos e Advogada ligada ao Fundo Aeros da VARIG, e ficou deliberado naquela reunião que esta Comissão de Direitos Humanos marcaria uma audiência com o Advogado-Geral da União, Dr. Toffoli, como os próprios expositores haviam sugerido para se buscar ainda dentro do próprio processo algum tipo de... Se houver a possibilidade, lógico, algum tipo de negociação para a destinação de recursos para o Fundo de Previdência Complementar, Aeros. Essa audiência vai acontecer no dia de hoje, a Comissão de Direitos Humanos vai estar junto com os

representantes participando da audiência e relatando na sequência para... Esta... não sei, talvez seja uma das últimas reuniões desse ano, mas que a gente possa na sequência relatar ainda para esta Comissão e para todas as pessoas envolvidas o encaminhamento que tiver sido dado nesta Audiência Pública.

Eu quero destacar, Sr. Presidente, que também ficou deliberado na semana passada que esta Comissão oficiaria ao Ministério da Previdência, o Sr. Ministro até pedindo envolvimento muito maior da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, quer dizer, a pessoa não apareceu, a Secretaria não ficou representada e tanto quanto a gente possa ver, salvo melhor juízo porque as pessoas não estavam aí para dar as explicações, houve uma falha de fiscalização ao que parece bastante evidente. Porque o Fundo de Previdência Complementar tem que ser fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar. Se a gente pensar que o fundo da VARIG, o Aeros foi, vamos dizer assim, para a falência, o que não vai ser desses fundos todos que estão aí pelo Brasil se a gente não percebe este acompanhamento e esta fiscalização, este... Assim, o arrumar de rumos, de direcionamentos por parte da Previdência Complementar.

Então a gente lastimou naquele dia a ausência, até perguntar por que é que não estavam presentes até para que a Secretaria mesmo não sendo em Audiência Pública tira esta má impressão que ficou da sociedade achando que a Secretaria não está acompanhando, não está fazendo aquele papel que deveria estar fazendo e deixando a sociedade toda muito preocupada, eu diria, quando as pessoas me perguntam: esses fundos de Previdência tiveram o mesmo destino do que aconteceu com a VARIG a sociedade vai se ver em maus lençóis daqui a um ano. As pessoas contribuem por 20, 30 anos para determinado fundo e na hora de receber o benefício foi para a falência. Mas e daí? Quem era o responsável por acompanhar? Então nesses dois aspectos que são fundamentais e particularmente a audiência com o Ministro, Advogado-Geral da União, Dr. Toffoli, no dia de hoje também na sequência. Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, a Presidência ia cumprimentar V.Exª pelos procedimentos já adotados, principalmente essa importante reunião do dia de hoje com o Advogado-Geral da União, o Toffoli, que eu espero que a partir dessa reunião a gente possa acelerar a questão do Aeros. E por outro lado, eu queria mais uma vez lembrar a Secretaria Geral aqui da Comissão que os procedimentos espero que tenham sido tomados já conforme lição tomada pela Comissão, de nós mandarmos ofício ao Ministro da Previdência sobre a

não presença aqui do responsável pelo departamento da fiscalização dos fundos e eu endosso aqui a sua posição, que se nós não tivermos o cuidado devido nessa questão nós estamos sujeitos aos trabalhadores desse País apostarem na possibilidade do seu Fundo de Pensão estar sendo fiscalizado, acompanhado devidamente e isso não estar acontecendo. Então se não foi espero que se remeta. Porque até o momento não recebi nenhuma resposta ainda por parte do Ministério e da não presença aqui do representante do setor, dos chamados fundos complementares, dos fundos de pensões.

Eu queria, aproveitando, antes de iniciarmos... Dr^a. Elizabeth, vamos sentando aqui. Dr. Maurício aqui. Antes de iniciarmos a nossa reunião, já estamos aqui com os dois convidados aqui na Mesa, acho que são dois convidados importantíssimos, porque a Dr^a. Maria Elizabeth representa aqui a Ministra Nilcéia, Secretária Especial das Mulheres, e o Dr. Maurício representa aqui o Ministério da Justiça, o Departamento Penitenciário Nacional. Eu acho que é fundamental a presença dos dois, principalmente porque as denúncias que mais chegaram até o momento nessa Comissão se refere a situação das mulheres nos presídios. Claro que nós temos denúncias também de meninos. Mas o que de mais volume chegou aqui é os presídios com mulheres na mesma cela com homens. O último documento que nos chegou dizia que em torno de 14 Estados nós encontrávamos uma situação nos moldes dessa que aconteceu no Pará que foi a primeira denúncia. Eu recebi acho que uma semana atrás uma outra denúncia do Ceará, onde o próprio Governador me ligou e disse que tomaram todas as providências e que desde o dia 28 de novembro isso já não acontecia naquele Estado.

Bom, mediante esta série de denúncias que chegaram à Comissão de Direitos Humanos, nós já fizemos uma Audiência Pública e estamos fazendo outra hoje. Quero também dizer que me chegou uma outra denúncia no dia de ontem, de uma situação no Amapá. Eu estive em contato com o Deputado Carlos Camilo, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos daquele Estado, ele disse que ontem reuniu uma série de entidades que cuidam da questão indígena, que no Pará, meninas de 12, 13, 14, 15 anos, simplesmente estão sendo usadas em cidades próximas à capital, sendo abusadas sexualmente e sendo instrumento inclusive de troca de drogas, enfim, é aquilo que nós chamamos a exploração de meninas e adolescentes. Eu falei com ele, ele reuniu ontem já lá mediante a denúncia, que ele sabia que nós tínhamos recebido aqui, a gente fez a denúncia da Tribuna, e eu não tive nenhum problema que de dizer que toda vez que vier

uma denúncia como essa eu farei a denúncia da Tribuna do Senado. Claro, falando da cidade onde acontece o fato, o Estado, e naturalmente não vou fazer nenhum pré-julgamento de citar o nome de pessoas envolvidas. Não cito no primeiro momento nem o nome do acusado e nem da pessoa que foi violentada. Mas, com certeza, uma vez comprovado não terei nenhum problema de citar o nome do bandido que cometeu o crime hediondo. Seja contra um menino, uma menina, contra uma mulher, seja contra quem for, na linha dos Direitos Humanos. Mas me disse o Deputado Carlos Camilo que hoje à tarde, às 14h é que eles vão ouvir a delegada que fez a denúncia. A delegada diz que tem os dados da denúncia. Então nós vamos esperar essa denúncia para tomar em seguida os procedimentos que entendemos adequados. Mas quero dizer que a partir da denúncia que chegou aqui na Comissão nós fomos ao Plenário e houve todo um movimento da OAB lá no Amapá, os Senadores do Amapá fizeram contato conosco, o Ministério Público está também se movimentando, as entidades dos povos indígenas aqui, o CIMI(F) ficou de vir aqui hoje. E a outra entidade que não pôde vir é a FUNAI. Isso que eu queria explicar. Eu falei com o Presidente da FUNAI. Ele me disse que também o representante da FUNAI no Estado do Amapá está fazendo todos os levantamentos e vai estar também nessa reunião de hoje à tarde. Por isso que eles acharam melhor que fosse num outro momento então para a gente aprofundar esse debate.

Enfim, a Comissão de Direitos Humanos está fazendo sua parte, sei que a Comissão de Direitos Humanos também da Câmara determinou que a Deputada Capiberibe, que é... A Capiberibe, Janete Capiberibe se deslocasse para lá porque ela vai acompanhar também essa reunião que vai acontecer hoje à tarde no Amapá. Eu acho que esse movimento que está acontecendo na Câmara e no Senado eu considero um movimento muito positivo. Quem é bandido, quem comete esse tipo de crime hediondo ele tem que saber que o Executivo, o Legislativo, o Judiciário estão de olho neles. E não teremos nenhuma dúvida de exigir a punição mais rigorosa possível dentro do arcabouço legal contra os criminosos que estão cometendo esse tipo de barbaridade. Inclusive no caso dos presídios a mesma coisa. Quem é a delegada, quem é a Juíza, quem é o carcereiro que permitiu meninos e meninas, não importa de maior ou de menor, mulheres com presos na mesma sala. Eu fico até... Eu diria Senador Flávio Arns, satisfeito de ver essa movimentação. No caso do Ceará, a pessoa que me fez a denúncia, Senador Flávio Arns, disse que está havendo uma revolução naquela região. Está todo mundo se movimentando. Mas é bom. Para tentar responder que não é bem assim como ele

denunciou. Eu acho que é isso mesmo, quero mais é que me provem que isso não esteja acontecendo e que nós possamos aqui tomar medidas que se aconteceu não volte a acontecer. No caso de Amapá, pelas informações que tem também, está havendo uma grande movimentação lá em defesa das crianças, as crianças no caso índios e índias mediante a denúncia que chegou. Senador Flávio Arns, por favor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só quero baseado no que V.Ex^a acabou de colocar, até para enfatizar com a sociedade que as denúncias de fato cheguem a esta Comissão. Então é importante aí que onde houver alguma coisa na direção do que está sendo debatido, seja na exploração sexual de criança e adolescente, seja na questão de prisões de mulheres junto com homens, ou de adolescentes junto com homens, mas mesmo Sr. Presidente, eu diria a gente vê situações escabrosas aí em relação aos próprios homens também. Quer dizer, celas aí que comportariam 10, 20 pessoas com 80, 90... Não tem mais lugar na cela, como em Santa Catarina os jornais denunciaram acorrentam-se pessoas em postes e bancos, não sei o que mais, ou situações em que os homens presos estão lá uma pessoa que furtou alguma coisa ao lado de alguém que matou, que assassinou, que estuprou. Então isso tudo tem que ser visto. Até eu gostaria em relação, tanto quanto possível em relação aos expositores que esses três aspectos fossem abordados. Eu sei que o Requerimento é em relação a mulheres, em relação a jovens, mas também em relação aos próprios homens.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Corretíssimo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agora, eu gostaria, Sr. Presidente, até na semana passada nós deliberamos que no caso do Ceará ficou estabelecido que nós escreveríamos para as autoridades, formalizaríamos para as autoridades daquele Estado para que ninguém alegue na sequência: não, eu não sabia. Que apesar da denúncia ter acontecido como foi dito ontem da Tribuna da Casa, mas alguém pode dizer: não, eu estava viajando, estava isso, estava aquilo. Então em relação ao Ceará foi a formalização. E acho que em relação ao Pará a mesma coisa. Acho que cada caso que venha e depois a Assessoria, a Secretaria da Comissão cobrar a resposta. Não adianta vir a resposta daqui a um ano. Daqui um ano não tem resposta nenhuma. Não. Manda a carta hoje, daqui alguns dias a resposta tem que estar chegando a esta Comissão sob pena de denunciarmos novamente a autoridade que não mandou a resposta. Então a formalização, quer dizer um rito processual das denúncias que cheguem

a essa Comissão para que a gente possa já obter na sequência os encaminhamentos adequados.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais uma vez eu cumprimento o Senador Flávio Arns. Nós vamos conferir se todos esses procedimentos conforme combinado já foram feitos, feitos por e-mail inclusive, e aqui gostaria só de resgatar, bom, mas com é que é essa história das índias? Amapá. Índias de 11 anos estupradas e trocadas por droga, da jornalista Alcinéia Cavalcante. Indiazinhas de 11 anos de idade estão sendo estupradas, seviciadas e trocadas por drogas na localidade de tucano. Na perimetral norte do Amapá. A denúncia foi feita sexta-feira, dia 14 ao Deputado Estadual. Toda denúncia que chega aqui você pode ter certeza quem está nos ouvindo tem nome, endereço e da pessoa que fez a denúncia. Eu tenho o telefone de cada pessoa que faz a denúncia. E eles assumem toda a responsabilidade. E inclusive se necessário, claro, com segurança eles estão dispostos a depor desde que seja numa Sessão fechada. Foi feita ao Deputado Estadual Paulo José, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, por agentes da polícia civil. Por agente civil. Por agente da polícia civil que trabalham no Município de Serra do Navio, onde se localizam várias aldeias. Diz mais. Homens brancos, principalmente garimpeiros, ainda não se sabe como tiram as meninas das aldeias e levam para tucano, onde elas sofrem todo tipo de exploração. São abusadas sexualmente e usadas como moeda de troca, disse o Deputado Paulo José. Então que não fique nenhuma dúvida que aqui na Comissão a gente não inventa nada. E é muito fácil alguém ligar para cá e dizer: Paim, isso não procede. Não adianta me dizer isso. Eu quero que prove que efetivamente não procede as denúncias que me chegam por aqui e quem faz a denúncia é um Deputado, é a Polícia Civil que está fazendo a denúncia. E no caso do Ceará também foi uma entidade, uma entidade representativa lá no Estado do Ceará que me trouxe as denúncias e procedia. Por quê? A carta foi encaminhada no dia 20. Dia 28 é que o Juiz mandou soltar as mulheres que estavam presas. Claro que atendi com muito respeito o Governador e ele enfatizou que a partir do dia 28 esse quadro não mais existia e espero que efetivamente se confirme esses dados. Enfim, vamos continuar o nosso debate. Gostaria de dizer também que o Presidente da OAB, o Dr. Britto, ele vai fazer de tudo para chegar aqui. Ele vai fazer uma denúncia aqui, e ele fez ontem na TV no programa que eu estava, que há Estado em que presos ficam dentro de contêiner. Sabe esse contêiner de navio, onde bota a mercadoria e isola, dentro de contêiner de navio ele disse que faria aqui, e nisso se ele não vier, eu quero que nem por telefone ele me

confirme. Que ele fez num programa de televisão isso comigo ontem. Estava num programa de televisão que vai ao ar dia primeiro, um vai ao ar dia 24 e outro vai ao ar dia primeiro. Ele deu os dados e deu o Estado onde os presos estão ficando dentro dos contêineres porque dizem que não tem espaço nos presídios. Eu cheguei a dizer e vou abrir depois para os senhores poderem falar, acho engraçado que tem Estados que não querem presídio. Tem que é querer presídio sim. Daqui a pouco vamos botar o Governador dentro do contêiner pra ver se é bom. Se ele não quer presídio. Claro que eu estou exagerando. Já que ele não quer presídio. A União quer aportar recurso pra fazer presídio no seu Estado e ninguém parece que quer presídio. Não, aqui eu não quero presídio. Como é que vai ficar os presos? Nós queremos como o Senador Flávio Arns falou muito bem que os presos cumpram a pena, mas dentro de um espaço decente, na linha de respeito aos Direitos Humanos. Então é isso que nós gostaríamos de enfatizar que essa Audiência Pública tem essa ótica. Essa denúncia que eu vi que ontem o Dr. Britto fez num programa que nós participamos é da maior gravidade. Quero repetir, colocam os presos às dezenas dentro de um contêiner e deixam ali dentro. Vamos à Audiência Pública, começaria passando a palavra já que falei tanto de presídio, ao Dr. Maurício, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional.

SR. MAURÍCIO KUEHNE: Meu cordial bom dia. Gostaria de saudar eminente Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, Senador Flávio Arns, do Estado do Paraná que é um Estado que eu tenho por adoção, sou natural de Santa Catarina, mas radicado no Paraná já há 50 anos. Então posso dizer que sou filho dois Estados. E dizer da satisfação do departamento penitenciário nacional, de estar presente nesta audiência da Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado com a presença de tão ilustres pessoas e naturalmente ocorrem para que nossa possamos dar algumas informações a respeito no que atine a temática para que é desenvolvida a questão das mulheres encarceradas no Brasil. E também algumas outras informações a respeito da questão penitenciária como um todo. Quero saudar também a Dr^a. Elizabeth, que coordenou o grupo interministerial e que já está na sua fase final de elaboração do Relatório a respeito da lamentável situação carcerária, diagnosticada em termos de Brasil. E gostaria de enfatizar inicialmente, eminente Senador Paulo Paim, que eu quando assumi o departamento penitenciário nacional, há dois anos e dois meses atrás, em outubro de 2005, nós encontramos um programa de desenvolvimento de informações penitenciárias em franco andamento. Mas com um percentual de informações que as unidades

federadas prestam à União muito pequeno. Daí porque resolvemos dar um impulso extraordinário a essa questão e hoje nós podemos dizer felizmente que o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça detêm ao menos das unidades cadastradas dentro do seu sistema as informações necessárias até para que possamos projetar uma política penitenciária eficiente. Mas há um entrave muito sério e que nesse particular aspectos há de muito vem denunciando que criam problemas dos mais diversos dentro dos Estados devido a aquela bipartição em relação à custódia de presos. Presos condenados ficam sob a responsabilidade de uma Secretaria de Justiça, presos provisórios ficam sob a responsabilidade de uma Secretaria de Segurança Pública. Há Estados que já resolveram essa problemática. Por exemplo, Rondônia, São Paulo, ainda há uma parcela de presos dentro da Secretaria de Segurança Pública, o Estado da Paraíba, que tem uma Secretaria de Administração Penitenciária. Mas há Estados, e cito exemplo aqui, o meu Estado por adoção, o Estado do Paraná, que hoje apresenta um contingente carcerário em torno de 24 mil pessoas. 12 mil recolhidas em estabelecimento sob a jurisdição administrativa da Secretaria de Estado da justiça. Mas 12 mil recolhidos em cadeias públicas, nas situações as mais precárias, as mais lamentáveis. Há pouco o eminente Senador Flávio Arns se referia a questões de locais de cadeias públicas que comportariam 20, 30 pessoas e vamos encontrar quase que uma centena. Muito mais, eminente Senador. Novamente Paranaguá, lamentavelmente foi ventilado na imprensa uma cadeia pública para 27 presos está com 190 presos. 27 para 190. Só não acorrenta como fez a delegada lá do Estado de Santa Catarina talvez por que o delegado não teve inspiração para isso. Então nós vamos encontrar essas situações, mas por esse Brasil inteiro. Vamos ver unidades da federação em que efetivamente os nossos presídios são verdadeiros depósitos de seres humanos. Essa mesclagem, essa dualidade que existe nas unidades federadas para a custódia do preso eu me atrevo a dizer, eminente Senador, precisa acabar. O preso, a mão que prende não pode mais ficar custodiando aquele preso. Nós precisamos fazer com que o preso saia sob a égide da responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública, e passe sob a égide de uma Secretaria de Justiça, ou de uma Secretaria de Direitos Humanos ou de uma Superintendência de Serviços Penitenciários ou de uma Secretaria Específica como essas quatro unidades da federação que eu citei que é São Paulo, Rio de Janeiro, Rondônia e Paraíba já criaram Secretarias próprias de administração penitenciária. Vale dizer, tão logo a pessoa é privado de liberdade, lavrado o auto de prisão em flagrante

ou dado cumprimento ao mandado de prisão respectivo, comunicado a autoridade judiciária competente. A polícia terminou a sua tarefa e deve fazer com que agora a custódia seja efetivada por um outro órgão. A mão que prende não pode ser a mão que cuida. Isso aí já é um jargão já muito colocado dentro do penitenciarismo de Pris Caseras(F) e que hoje mais do que nunca está a demonstrar verdadeiramente que nós precisamos partir para esses aspectos.

Mas focando algumas situações, gostaria de trazer aqui alguns documentos, eminente Senador, e dizer que o Departamento Penitenciário Nacional para a construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais adota as chamadas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. É um documento que foi organizado por várias unidades da federação, engenheiros realmente “experts” em questões de arquitetura prisional e que fazem com que este perfil ele possa ser adequado. Daí porque também estamos trabalhando agora a partir de 2008 as unidades penais que o Departamento Penitenciário Nacional através do Ministério da Justiça vier a financiar elas deverão estar adequadas, sem dúvida nenhuma, a esta concepção arquitetônica. Diria sem medo de errar que em termos de normativa o Brasil é um País ultraprivilegiado. Ao que tenho conhecimento, pode ser que haja alguma contestação em sentido oposto. Mas em primeiro lugar, na América Latina não há País que contemple as regras mínimas para os tratamentos dos presos adaptadas às regras da ONU de 1955 como o Brasil editou já há 12 anos atrás através desse documento do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Me entristece muitas vezes, eminente Senador, ver que a mídia como um todo informa que não há estudos ou documentos oficiais a respeito da situação do encarceramento no Brasil. Trago aqui também e a autora desse livro mães e crianças atrás das grades está presente conosco, a Dr^a. Rosângela. Tão logo assumi o Departamento Penitenciário Nacional ela vinha realizando esses estudos porque subsidiava a sua dissertação de mestrado e ela então realizou um questionário extraordinário e que nós à época aproveitamos esse questionário com a aquiescência da Rosângela e claro que ela teve acesso depois a todas as respostas para a conclusão dos estudos que aqui estão, e que pode se dizer é um estudo oficial, uma dissertação de mestrado defendida aqui na universidade nacional de Brasília, e que o Ministério da Justiça sobre os auspícios do CNPCP publicou exatamente para mostrar à sociedade o retrato da situação carcerária. Essa deve ser a segunda ou terceira edição do sistema penitenciário no Brasil os dados consolidados, essa edição de 2007 reflete os dados

até dezembro de 2006. Agora já estamos fechando o exercício de 2007. Mas temos dados mês a mês que nos são fornecidos pelas unidades da federação para que nós possamos ter esse efetivo acompanhamento. Então dados retratados muitas vezes pela imprensa informando que obtiveram aqui, lá ou acolá em verdade eles estão subsidiados naquilo que o próprio site do Ministério da Justiça/deben(F), estamos ali a dar a mais total e absoluta transparência. Porque a questão prisional lamentavelmente ela sempre ficou relegada ao esquecimento, sempre ficou com sujeira debaixo do tapete para que a sociedade não visualizasse toda essa tragédia, essa verdadeira tragédia humana que existe em termos de Brasil. Então com essa transparência nós estamos percebendo nos dias de hoje de que há verdadeiramente agora um despertar para a questão prisional. Temos aqui um quadro dos estabelecimentos penais do Brasil cadastrados de conformidade com aquela Secretaria que administra a situação penitenciária. Mas quando eu observo o quadro e lhes digo que há 1.094 estabelecimentos penais cadastrados, eu sei que esse número está aquém da realidade. Porque aqui estão pouquíssimas cadeias públicas, e nós sabemos que alguns Estados da Federação, como é o caso do Estado do Ceará, como é o caso do Estado do Paraná, as cadeias públicas lamentavelmente são o verdadeiro cancro e que atormentam sobremaneira aqueles que lidam com a questão penitenciária. Então esse quadro dos estabelecimentos penais conquanto informados gradativamente pelas unidades federadas se recente de uma atualização maior porque a Secretaria de Justiça da unidade federada não conversa com a Secretaria de Segurança, não obtém com dessa secretaria de segurança às vezes sequer o número dos presos que estão recolhidos em cadeias públicas e que muitas vezes nos faz propiciar e dar um resultado que lhe é completamente divorciado da realidade. Isso ocorria com o Estado de Minas Gerais e ocorria com o Estado do Paraná que a secretaria de justiça não tinha acesso aos dados da Secretaria de Segurança Pública para informar quantos presos estavam recolhidos nas diferentes cadeias públicas a pretexto de que isso era uma questão de segurança. Não sei se é uma questão de segurança mesmo ou é questão de sonegar de informações que ocorrem ainda em muitas unidades da federação. Estamos procurando vencer essas resistências respectivas. Hoje o Brasil, segundo dados de junho de 2006 e que estão carentes de uma atualização agora com o fechamento... Junho de 2007, com o fechamento desse mês de dezembro, nós observávamos 419.551 pessoas privadas de liberdade. Algumas das quais, diga-se de passagem, que são aquelas que estão em regime aberto, estas

pessoas em regime aberto que ultrapassam o número de 20 mil aqui em verdade não estão recolhidas em lugar nenhum. Há falta de uma casa de [ininteligível] que nós sabemos que foi um estabelecimento penal criado pela Lei de Execução Penal em 1984, mas que as unidades federadas lamentavelmente relegaram ao esquecimento não dando a mínima importância em relação a esse tipo de estabelecimento penal. Esses dados estão para serem atualizados.

Mês a mês nós recebemos das unidades federadas as informações que são transmitidas pelos gestores estaduais do Infopen, que é o sistema de informações penitenciárias. Essas informações são consolidadas, e elas refletem dados muitos dos quais alguém da realidade, como eu disse, quando nós pretendemos saber a quantidade de presos na polícia. Algumas secretarias de justiça que administram a questão prisional como um todo, exceto a questão dos presos provisórios recolhidos em cadeias públicas encontram dificuldades para repasse das informações. Nós temos aqui os presos pela condição em que ele está recolhido. Os presos provisórios, o regime fechado, semi-aberto, aberto, a medida de segurança nas suas duas modalidades, quer seja internação, quer seja tratamento ambulatorial. O número dos estabelecimentos penais e que aqui já começa a observar as distorções. Enquanto eu tenho 1.094 estabelecimentos cadastrados, os Estados já nos informam em outubro desse ano 1.517 estabelecimentos penais. Sei que essa diferença está em relação as cadeias públicas. Só Minas Gerais, por exemplo, deve ter 300, 400, senão mais cadeias públicas. No Estado do Paraná são mais de 200, no Ceará mais de uma centena de cadeias públicas e não estão cadastradas. Ou seja, são estabelecimentos penais que vivem à margem. São estabelecimentos penais onde ocorrem aquelas verdadeiras aberrações noticiadas pela imprensa como já foi palco a situação de Minas Gerais, como foi palco agora a situação do Estado do Pará, como já foi palco a situação do Estado do Ceará, enfim, de tantas unidades federadas. Procuramos obter também até informações a respeito dos custos da unidade para que nós possamos dimensionar quanto custa um preso para o Brasil. Embora essa indagação pra mim já tenha dito e acentuado que ela não é relevante. Quero me preocupar, enquanto o preso está recolhido, ele pelo menos não está onerando a sociedade. O recolhimento de uma pessoa presa, isso nós vemos pelo Sistema Penitenciário Federal, e que naturalmente faz com que a Nação como um todo economize milhões e milhões de reais algumas operações já realizadas em relação a presos que estão no sistema penitenciário federal, já fizeram com que os custos ou o investimento feito pelo Governo Federal no sistema penitenciário federal ele

fosse pago de forma tranqüila. Aqui nós temos todas as situações nos presos pelo grau de instrução, pela quantidade de penas, pelos crimes que eles vieram a praticar, pela faixa etária respectiva, pela escolaridade, inclusive pela taxa de reincidência, senhores, que aqui também eu tenho que lhes confessar é uma outra inverdade. Se nós formos verificar aqui o índice de reincidência ele vai chegar a 30, 30 e poucos por cento. Embora não saibamos, quer dizer, fala-se a viva voz de que a reincidência ela ultrapassa a barreira de 70%, 75%, 80%. Não há um estudo oficial a respeito. Estudo esse que já agora para o ano de 2008 nós já orientamos a Diretoria de políticas penitenciárias do Ministério da Justiça que está aqui representada pelo Dr. André Cunha para que então nós pudéssemos ou venhamos efetivamente a realizar um estudo científico para dimensionar a reincidência no Brasil. Mas que nós sabemos que é muito maior do que esses 30% ou bem maior do que os 50%, porque das ações ditas civilizadas o índice ultrapassa a casa dos 60% através dos estudos oficiais cujas informações obtivemos por intermédio do Dr. Edmundo de Oliveira que é um "expert" brasileiro e que está há muito tempo radicado na ONU e se dedicando exclusivamente à questão penitenciária integrante que é da federação internacional penal e penitenciária que está inclusive agora por solicitação da própria organização das Nações Unidas a estudar a questão das modificações que possam ser efetivadas nas regras mínimas para o tratamento dos presos no Brasil. Esses dados recentes também transmito a V.Ex^a assim como o quadro dos estabelecimentos penais das instituições cadastradas no Departamento Penitenciário Nacional de todas as unidades da federação. Muitas das quais até com nomenclatura inadequada. Porque quando se fala num presídio, numa Casa de Detenção, numa Casa de Custódia, num centro de recuperação, eu pelo menos atuante na área fico a me perguntar que tipo de preso está ali recolhido. Se nós seguirmos a nomenclatura da Lei de Execução Penal que estabelece então os diferentes tipos de estabelecimentos penais, nós temos a direção exata. Se é uma penitenciária, eu sei que é regime fechado. Se é uma colônia penal agrícola, industrial ou similar eu sei que é regime semi-aberto. Se é uma casa de albergado, é um regime aberto. Se é um hospital de custódia e tratamento psiquiátrico eu sei que é para aquele que vai cumprir a medida de segurança. E se é um centro de observação criminológica e triagem, um outro estabelecimento também previsto na Lei de Execução Penal, mas para o qual os Estados não deram a importância devida porque são esses estabelecimentos exatamente aqueles que fazem a classificação daquele que ingressa no sistema prisional e essa classificação

ela não existe em termos de Brasil, infelizmente, isto pode ser perfeitamente verificado pela própria quantidade do pessoal penitenciário que labuta dentro dos estabelecimentos penais. Em que a dimensão deste pessoal penitenciário deixa muito a desejar. Desses 1.094 estabelecimentos cadastrados, na medida que cada um deles deveria haver uma Comissão Técnica de classificação, nós teríamos que ter minimamente 1.094 psiquiátricas e 1.094 psicólogos. A dimensão em termos de Brasil não nos informa a existência de mais de uma centena ou duas centenas de psiquiatras, vale dizer carecendo os privados de liberdade daquele atendimento que se faz necessário, não só para classificá-los, mas também para que possamos cumprir o mandamento constitucional que é a individualização da execução da pena. [soa a campainha] Nos preocupamos... Peço mais um tempinho, eminente Senador. Nos preocupamos com a individualização legislativa na hora que se concebe um tipo penal com preceito sancionatório, nos preocupamos com a individualização no momento judicial com a aplicação da pena, mas quando aquele privado de liberdade agora é recolhido a um estabelecimento penal a individualização da execução penal propriamente dita ela é relegada ao ouvido.

Temos aqui um quadro demonstrativo em relação às mulheres no que concerne aos principais crimes por elas praticados em que aqui se demonstra que 8.142 mulheres das 23 mil e poucas, tirando as do regime aberto recolhidas no Brasil, cumprem pena por tráfico de drogas, 5.100 em relação à criminalidade contra o patrimônio, incluindo-se aqui o latrocínio, roubo, extorsão mediante seqüestro, etc, 3.461 mulheres por outras modalidades de crimes e na questão atinente nos crimes contra a vida são 1.346 inserindo-se aqui a lesão corporal, o homicídio, homicídio tentado e crime contra os costumes de regra com partícipes do elemento do sexo masculino são 183 mulheres.

Dois dados ainda para não ultrapassar o tempo. Aqui é o quadro das mulheres contemplando seu regime aberto. E o quadro das mulheres quando elas... Quando é retirado o regime aberto então nos dá a dimensão exata das privadas em liberdade que são 23.757 mulheres. Com regime aberto que é um estágio de cumprimento de pena, mas não recolhidas em estabelecimento penal são duas mil e poucas mulheres. No Departamento Penitenciário Nacional estabelecemos aqui procedimentos para que nós possamos prover recursos as unidades da federação e há destaques aqui nessa Portaria editada em 28 de setembro de 2007, renovadas em todos os anos destaque em relação à condição da mulher encarcerada. Aliás, diga-se que em relação à mulher encarcerada já temos o estudo

preliminar que terminou no mês de julho deste ano concebendo um padrão arquitetônico para uma unidade penal feminina, onde ali há espaço para estudo, trabalho, lazer, berçário, a creche, enfim, um espaço que dê dignidade à mulher e dê dignidade também à mulher mãe quando ela venha naturalmente a ter seu filho dentro do tempo em que ela está em cumprimento de pena. Aqui a situação carcerária feminina de todas as unidades federadas onde nós podemos destacar exemplificativamente a faixa etária de 18 a 24, 25 a 29, 30, 34, 35, 45, 46, 60, mais de 60, e datas não informadas ou idades não informadas. O número de analfabetas e de alfabetizadas, a escolaridade delas, e demonstrando aqui das unidades cadastradas quais aquelas que têm leitos para as gestantes e parturientes, quais que têm berço para recém-nascidos e as creches respectivas. Esse quadro realmente nos entristece.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sr. Maurício, posso só fazer uma pergunta. Desse levantamento que o senhor tem dos presídios femininos com creche, qual é o percentual?

SR. MAURÍCIO KUEHNE: Que tenham especificamente creche?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Que tenham um local para abrigar crianças.

SR. MAURÍCIO KUEHNE: Não passa de 30%. Não calculei o percentual, confesso, mas todos estão aqui. Mas não passaria de 30%. A Rosângela que trabalhou de perto com isso acho que de longa cabeça seria isso. Não tem. Ainda estive recentemente numa unidade federada que me foi dito pela diretora da unidade--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MAURÍCIO KUEHNE: Rosângela, então, por favor. A resposta.

SRA. ROSÂNGELA: Para complementar. Na pesquisa de um dado mais ou menos quase 60%, as crianças ficam de zero a seis anos. Que é também um indicador que precisa ser aprofundado porque os Estados têm seus critérios mais variados possíveis.

SR. MAURÍCIO KUEHNE: Ela quer saber de creche e berçário.

SRA. ROSÂNGELA: De creche e berçário... Eu só coloquei esse que é pra gente pensar que é um indicador para o número de... Para berçário. Berçário não chegou a 18% e creche também mais ou menos 19%. Ou seja, quase 60% também das crianças infelizmente estão ficando nas celas junto com as mães. Então nem o mínimo que seria o berçário que é até previsto na Lei de Execução Penal está sendo garantido.

SR. MAURÍCIO KUEHNE: E foi dito, eminente Senadora, por uma diretora de uma prisão feminina

para 90 presas que tem 190 presas com seis crianças ali dentro e crianças recém natas que têm que aspirar o cheiro de maconha, tem que aspirar a fumaça da maconha porque não há espaço. E malgrado a boa intenção dessa diretora, mas ela não consegue dimensionar a situação de uma forma racional.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Lá é permitido? Lá é liberado o uso de drogas?

SR. MAURÍCIO KUEHNE: Ingressa. Não é questão de se dizer liberar ou não. Não há como se proibir, porque não há pessoal dentro das unidades federais suficiente para inibir o ingresso de drogas para inibir o ingresso de armamentos, enfim, tudo que vai ingressar nos estabelecimentos penais os Estados não estão aparelhados para coibir. Os Estados não têm uma tecnologia adequada e não têm elemento humano necessário para que essas situações possam ser reprimidas. Como foi o caso do Aníbal Bruno, recentemente denunciado à mídia também um presídio concebido para não mais do que 700 presos e que com algumas ampliações ele pode chegar a uma capacidade de 1.300 ou 1.400 tem 4.000 presos em que no final de semana 12 mil visitantes acorrem a aquele estabelecimento penal e há 80 homens, quando muito para exercer a fiscalização a respeito de tudo aquilo que vai ingressar no estabelecimento penal como principalmente alimentação que o Estado não provê. Então ali entra tudo que nós possamos imaginar. A mesma coisa ocorre nos estabelecimentos penas femininos. Lamentavelmente esse é o quadro. Agora, o Governo Federal, com esse programa, o Programa Nacional--

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT-CE): Senador Paulo Paim, só lembrança. Ainda se quer reduzir a idade penal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para ajudar no debate, os Senadores e Senadoras usam a palavra no momento que entendem mais adequado.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT-CE): O Dr. Maurício coloca a superlotação dos presídios e ainda a demanda que se tem na sociedade brasileira de uma má compreensão de quais são as soluções para o problema da violência de se querer reduzir a idade penal para 16 anos para que mais jovens possam se graduar ou se pós graduar na criminalidade nesse País. Obrigada, Dr. Maurício. Desculpa interromper.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu teria várias perguntas, mas só uma em relação à explicação que vem sendo dada pelo Dr. Maurício. As prisões da Polícia Federal. Como é que... porque eu sei, por exemplo, que no Município de Guaíra, no Estado do Paraná, a carceragem da Polícia Federal está fechada. Por absoluta falta de recursos, uma região perigosa,

difícil. Como é que está a situação da Polícia Federal? Aí seria responsabilidade do Governo Federal. Quer dizer, aí também a gente vê a falta de recursos, a falta de estrutura, a falta de vontade, uma série de coisas nos governos estaduais. Mas como é que está a carceragem da Polícia Federal nos Estados?

SR. MAURÍCIO KUEHNE: Quando o CNPCP que é o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, órgão de Assessoramento do Ministério da Justiça e que estabelece toda a política penitenciária a ser executada pelo DEPEN, recebe alguma denúncia de carceragens das Superintendências da Polícia Federal, como foi o caso citado por V.Exª de Guaíra, eu citaria outro que foi de Curitiba, onde naquela casa do Ubaldino do Amaral a carceragem era um verdadeiro calabouço, providências foram tomadas no sentido de que aquelas unidades viessem a ser fechadas. Não temos tido registros de outras unidades das carceragens das polícias federais que pudessem estar em uma situação a exigir qualquer providência mais energética ou imediata. Quando recebemos no DEPEN, junto com o CNPCP nós tomamos as providências respectivas remetendo a ouvidoria, a nossa ouvidora também aqui está presente, a Drª. Keliene, para que nós possamos apurar e no caso das carceragens policiais tomar as providências federais, tomas as providências respectivas junto ao próprio Departamento de Polícia Federal. E no caso das unidades estaduais informar as autoridades constituídas nos Estados em respeito ao pacto federativo para que as providências ali possam naturalmente ser tomadas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só perguntei de Guaíra também, se o senhor pudesse então verificar a situação de Guaíra que é uma situação conflituosa. Eu diria que a solução não é fechar no caso a carceragem que estava em condições inadequadas. É realmente... Porque a carceragem naquela região é necessário, que dificulta o trabalho da Polícia Federal, tendo inclusive que fazer remanejamento para outros lugares, a Polícia Civil a carceragem também não existe, e as pessoas sempre levantam a situação de que a situação é muito pior naquela região do Estado do Paraná que é junto com a fronteira, pelo fato de que a carceragem da Polícia Federal está fechada. Já faz meses e meses. A gente até gostaria de ter algum... E a pergunta era no sentido se esta... Eu não queria especificar, particularizar para o Paraná, mas a situação do Paraná se estende para outros Estados também.

SR. MAURÍCIO KUEHNE: Se estende. Exatamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se estende? Da Polícia Federal? Carceragem da Polícia Federal?

SR. MAURÍCIO KUEHNE: Porque todas as unidades federadas têm as carceragens da Polícia Federal.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas estão fechadas?

SR. MAURÍCIO KUEHNE: Só tenho o registro desses casos que citei. De outras unidades federadas nós não temos registros quanto a problemas das carceragens das polícias federais.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT-CE): Senador Flávio Arns, eu recebi ontem conversando inclusive lá no Estado do Ceará sobre a situação que depois evidente que na hora certa quero colocar as informações que recebi, que aqui na própria sede da Polícia Federal, me lembrando inclusive daquela situação em que aquela cantora mexicana ficou grávida aqui e estava na Polícia Federal. Porque não há também separação entre presos do sexo masculino e do sexo feminino na apropriada Polícia Federal aqui em sede em Brasília. Algo que essa Comissão poderia também aproveitar para se debruçar já partindo do questionamento que V.Exª faz.

SR. MAURÍCIO KUEHNE: Me permita dizer, eminente Senadora, é que a separação de sexos, além de estar prevista em instrumentos normativos adequados, é a regra no Brasil. A exceção lamentavelmente foi esse episódio ocorrido lá no Estado do Pará, e em algumas outras situações que já foram denunciadas. Mas como regra a separação do sexo é havida. As superintendências de regra quando tem três, quatro, cinco celas, uma ou duas, dependendo da situação é reservada então de acordo com as especificidades próprias da pessoa. No caso da mulher a Glória Trevi, ela estava num espaço adequado e isolada dos demais presos. Não havia contato com os demais presos. E isso ocorre... Eu não conheci nenhuma unidade penal no Brasil. Das 27 unidades federadas. E posso assegurar que conheci mais de 300 unidades penais e não vi em nenhuma unidade qualquer mistura de pessoas de sexo oposto. Isso ocorre em cadeias públicas? Pode ocorrer. Por isso que eu digo que a questão das cadeias públicas precisa ser trazida para um órgão que administra a questão penitenciária. Chega das cadeias públicas, com presos a disposição da justiça ficarem custodiados pelo órgão de Segurança Pública. Isso tem que passar para a secretaria específica.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só quero esclarecer ainda que quando eu mencionei a Polícia Federal até eu sempre em todas as minhas falas eu tenho enaltecido o trabalho da Polícia Federal. E acho que realmente de uns anos para cá tem se destacado ainda mais e é um trabalho difícil que tem que ser cada vez mais prestigiado. Quando eu falei da

carceragem, eu quis dizer no sentido inclusive de auxiliar a própria Polícia Federal, que a própria Polícia Federal, os juízes federais eles vêm se ressentindo disso em função do caso específico o trabalho poderia ser ainda melhor caso ele tivesse em melhores condições como é o caso da carceragem. Só quero deixar muito claro para não haver dúvidas nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ficou claro. Eu agradeço ao Dr. Maurício, depois vamos ter um período de perguntas, respostas e debate e passo a palavra à Drª. Maria Elizabeth Pereira, Diretora de articulação da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, representando a Ministra Nilcéia Freire.

SRA. MARIA ELIZABETH PEREIRA: Primeiramente eu quero cumprimentar a todos e a todas. Cumprimentar através da pessoa do Senador Paim, aos meus companheiros e companheiras de Mesa, e na pessoa da Senadora Patrícia eu quero cumprimentar os demais Senadores e ao público presente.

Primeira questão que eu quero trazer aqui para essa Mesa e para essa Audiência Pública é uma saudação da Ministra Nilcéia Freire que infelizmente não pôde estar aqui nessa Casa porque está no Estado do Espírito Santo efetuando a segunda pactuação do programa do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Por isso, como já era uma agenda previamente definitiva, foi impossível que ela aqui comparecesse. Mas, nós que trabalhamos no grupo interministerial que estudou o sistema carcerário feminino, queremos passar para os senhores e para as senhoras um pequeno histórico primeiramente, até pra gente se situar um pouco no desenvolvimento desse trabalho. A gente sempre gosta de trazer como marco desse trabalho o ano de 2004. Porque o ano de 2004 algumas entidades que trabalham com a questão da mulher encarcerada fizeram um movimento para que essa mulher fosse contemplada com o indulto natalino. Porque até então eram raríssimas as mulheres contempladas com este benefício. E a partir deste movimento e a partir também da primeira Conferência Nacional de Política para as Mulheres aonde as 1.800 delegadas presentes tiram um dos eixos, o eixo de atendimento e de construção de políticas públicas para essas mulheres em situação de prisão a Secretaria Especial de Política para as Mulheres então encampa o movimento e vai saber por que é que as mulheres encarceradas não eram contempladas com o indulto. Fizemos sem dúvida nenhuma um levantamento muito superficial, mas muito rápido até pra gente poder ainda dar uma resposta do indulto em 2004. E o curioso foi que alguns Secretários, ou alguns diretores ou diretoras do sistema carcerário dizia o seguinte: Mas o Decreto

não contempla as mulheres. Ele diz o preso. Olha que coisa interessante. Como coisa que ao analisar o português, a redação do português você já exclui as mulheres automaticamente porque está no masculino. Nós sabemos que isso é uma desculpa. Claro que sabemos. Mas, fizemos questão de encaminhar ao Conselho Nacional Penitenciário e ao Ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos à época, um pleito de recorte de gênero pela primeira vez no indulto natalino. E assim ocorreu. Então de 2004 a 2005 é publicado nesse País o primeiro Decreto de indulto com recorte de gênero. Então isso é um marco, porque acho que a partir daí a gente começa a sentir qual é o peso que tem a questão da discriminação de gênero, não só na sociedade, mas principalmente no sistema carcerário. Porque nós achamos que o sistema carcerário é o último dos lugares aonde alguém quer imaginar que existe uma mulher. Porque a mulher é tão discriminada e tão punida que até nisso ela é impedida de ser. Ou seja, ela é impedida também de ser criminosa. Porque é fundamental jogar esta questão para baixo do tapete e ignorar.

Uma outra questão que reforça essa visão. Quando você... Quando o Governo Federal repassa através do Fundo Penitenciário os recursos para os Governos de Estados, esses recursos são carregados automaticamente para o sistema prisional masculino. E aí não vão recursos para o feminino. E aí é comum a gente encontrar diretores e diretoras de unidades desesperados. Porque sequer têm recursos nem para a alimentação.

Então, tem que passar, entre aspas, como bem disse uma delas, o chapéu na sociedade civil para tentar buscar alguma coisa. Então essa é outra forma de demonstrar a invisibilidade dessa mulher no sistema carcerário. Frente a essa situação, a secretaria começa a discutir com o Ministério da Justiça um acordo de cooperação. E em 2006 esse acordo de cooperação ele é totalmente elaborado e assinado pelos dois Ministros e é constituído então entre outras questões um Grupo de Trabalho interministerial para estudar essa questão e propor a reformulação do sistema prisional feminino. Principalmente levando em consideração o seguinte. Nós temos a partir dos dados apostados pelos Estados no banco de dados do Ministério da Justiça nós temos cerca de 25.909 mulheres encarceradas. Ora, senhoras e senhores, se Governo Federal e Governos dos Estados não conseguirem dar uma resposta efetiva para 25 mil pessoas, o que dirá para o sistema prisional masculino? Aí é a falência total. É a incapacidade demonstrada na prática de todos os agentes públicos.

O Grupo de Trabalho Interministerial é nomeado por Decreto em maio de 2007. E começa a sua atividade em final de junho. O grupo então passa a diagnosticar a situação tanto in loco, indo em alguns presídios femininos, infelizmente não foi possível ir aos 27 Estados como gostaríamos, e a ouvir pessoas tanto do sistema carcerário, organizações da sociedade civil, agentes públicos e operadores do direito. A partir dessas oitivas e a partir das visitas in loco o grupo interministerial foi montado um diagnóstico. É importante a gente registrar que nesse grupo interministerial o Governo Federal teve a preocupação de colocar 12 Ministérios nesse grupo. Por que 12 Ministérios? Porque são todos os Ministérios envolvidos para que essa situação realmente mude de patamar.

Então, nós temos todos os Ministérios que vão desde a nossa Secretaria, do Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho, Secretaria de Direitos Humanos, antidrogas, desenvolvimento social e combate à fome, e cultura e esporte... Ou seja, todos os órgãos do Governo Federal que possam e devem dar uma resposta a essa questão. Esse diagnóstico preliminar que o GT chega na sua primeira fase, porque é bom que se frise, o Grupo de Trabalho teve duas fases, uma de diagnóstico e uma de aprofundamento e proposições, ele constata o seguinte. Quem é essa mulher? Quem é essa mulher que está no sistema prisional? Essa mulher é uma mulher que gira em média entre 25 e 35 anos, é uma mulher chefe de família, portanto só cabe a ela o sustento do seu lar, é uma mulher com baixa escolaridade, é uma mulher sem ter formação para o exercício de uma profissão, portanto todo e qualquer trabalho que ela faz é de muito baixa remuneração, e é uma mulher negra. Este é o perfil majoritário da mulher que está no sistema prisional brasileiro. Como o Dr. Maurício já... Que me antecedeu disse, tem uma série... Ele deu as porcentagens dos crimes pelos quais elas estão presas. Claro que majoritariamente elas estão presas por drogas. Por tráfico de drogas. Agora é bom a gente frisar que dentro deste item tráfico de drogas nós temos a traficante mesmo, mas nós temos a traficante vítima ao mesmo tempo, porque essa mulher é utilizada pelos traficantes como mula. E elas são ameaçadas porque ou levam para proteger e para o seu companheiro não cair, para não ser preso, ou elas levam ou elas morrem. Ou os seus filhos e filhas. Então elas são profundamente ameaçadas. Ou uma outra situação. Essa mulher às vezes é presa levando droga para dentro do presídio masculino. E muitas vezes ela leva esta droga porque em troca de preservar a vida do seu marido dentro do sistema prisional masculino, ela tem que levar a droga. Caso contrário, eles ameaçam de matar o marido.

Uma outra situação que a gente gosta muito de frisar para mostrar o Estado dessas mulheres. E aqui eu quero pegar a frase de uma presa estrangeira que nós trouxemos de São Paulo para fazer um depoimento no Grupo de Trabalho Interministerial. Ela nos disse o seguinte. Quando nós mulheres assinamos a nossa sentença no Tribunal, junto com esta sentença nós assinamos o nosso divórcio. Porque essas mulheres são abandonadas a partir do momento que são presas. Os maridos, os companheiros as abandonam. Não ocorre o contrário. Quando o marido ou o companheiro é preso ela está lá todas as visitas dando apoio, ajudando, levando comida, material de higiene, tudo que é necessário. Quando essa mulher é presa, o inverso não é verdadeiro. E o que é pior, a grande maioria delas sequer gostam que as outras mulheres, amigas ou familiares se dirijam ao presídio para visitá-las. Por quê? Porque se preocupam com a revista vexatória. Não querem que suas filhas e seus filhos vão ao presídio visitá-la. Não é por vergonha, não. É por preservação. Quer dizer, esse extinto que a mulher tem de estar preocupada com os seus, se reflete também nessa situação. Então, aí vem o isolamento total. Corta-se o vínculo.

Uma outra questão que vem para ajudar a piorar essa situação. Essas mulheres geralmente ficam presas longe de suas famílias. Ou são transferidas e acabam ficando longe. E aí é que o vínculo se quebra. E a essa mulher é proibido sequer usar o telefone. [soa a campainha] Ela não pode usar o telefone público para manter contato. E por aí vai a situação de isolamento dessa mulher. E essa situação de isolamento é justificativa para que os presídios distribuam aleatoriamente uma série de drogas lícitas. Sem controle. E aí a gente pergunta: Aquela que entrou viciada por droga ilícita ela deixa de ser pela droga ilícita, mas ela fica pela droga lícita. Porque não há controle, não há acompanhamento médico, não há acompanhamento psicológico e nem psiquiátrico. E aí que se justifica muitas vezes essa passividade da mulher no cárcere. Lógico, ela está dopada. Porque seria humanamente impossível para um ser humano ficar horas e horas trancafiada numa cela que seria para cinco e ter 80, sem sequer sair para tomar banho de sol. E aqui eu quero dar um exemplo daqui. O presídio aqui de Brasília. Quando esse GTI foi visitar o presídio, que era Colméia, nós encontramos lá celas lotadíssimas, que não havia espaço sequer para transitar entre uma e outro colchão ou beliche. E elas só podiam tomar banho de sol às sete horas da manhã, um turno, e o segundo turno às 5h da tarde. Obviamente, se tivesse sol. E durante o dia? Por que é que essa mulher não podia ir para o pátio tomar sol? Porque dentro desse presí-

dio feminino fica também uma ala de presos homens com distúrbios mentais. E eles que ficavam no pátio o dia inteiro. Então os homens independente de estarem saudáveis ou não, e é óbvio que precisam de banho de sol, ninguém está aqui dizendo que não precisam, mas ficam o dia inteiro. Mas a mulher não. Ela fica na condição subumana e degradante, sem espaço físico sequer para se mexer. Essa mulher também não tem trabalho, não tem saúde e não tem educação. E aqui é bom a gente registrar o seguinte. Essa mulher quando é presa, quando ela é condenada, é tirado dela somente o direito ao ir e vir. Ou seja, ela perde a liberdade. Ela como ser humano não pode perder os demais direitos. E no sistema carcerário feminino, e eu acredito que no masculino também seja a mesma coisa, o direito à educação, ao trabalho e à saúde é encarado como benesse. É para aquele que é bonzinho, aquele que não dá trabalho, aquele que o diretor ou a diretora gosta. Então esse tem acesso. As demais não têm. E aí nós perguntamos: Esse sistema é para ressocializar? Ou não? Ou é para fazer com que esses seres humanos fiquem cada vez mais no crime? Como nós entendemos que o sistema foi criado para ressocializar, a proposta desse Grupo de Trabalho e dos Ministros que compõem esse grupo é de realmente fazer com que o sistema ressocialize. Eu sei que já estou estourada no meu tempo e eu poderia ficar aqui fazendo várias colocações, mas eu quero só tocar em dois pontos que nós julgamos fundamentais. O primeiro deles é da mãe. Da mãe e da criança. Porque nós temos que ver o direito da criança e temos que ver o direito da mãe. E essa mãe que não tem acompanhamento médico, não tem pré-natal, não tem diga-se de passagem nem vacina, essas tradicionais. Não tem acompanhamento se ela tem uma hemorragia, se ela tem uma cólica, ou seja lá o que for. Quando ela tem essa criança ela vai para um pavilhão ou para uma unidade aonde se intitula berçário, que é nada mais que um galpão, muitas vezes embolorado e com filtração e com nenhum equipamento que possa se dizer esterilizado [soa a campainha] para que esta criança possa se desenvolver nesses parques seis meses. Porque alguns ficam seis, outros ficam oito, porque vai de acordo com cada Estado ou com cada diretor de unidade. E essa criança fica então exposta a insetos, a um ambiente insalubre, e sem dúvida nenhuma a mãe que está... Que recém pariu, que também está com uma saúde debilitada também fica exposta a tudo isso. Então essa é outra grande preocupação desse Grupo de Trabalho. E a última é das presas estrangeiras. Que ontem ainda a gente debatia sobre esse assunto. Para os senhores terem uma idéia, essas presas estrangeiras que na Lei de Execução Penal lhe é garantido que elas tenham

um tradutor e que a sua sentença seja traduzida, isso é letra morta. Essas presas são julgadas e condenadas sem entender uma palavra do que está sendo dito. Elas assinam a sentença sem saber o que está sendo assinado. E nessas unidades estas mulheres estrangeiras elas ficam separadas das demais, o que inclusive dificulta que elas tomem familiaridade com nossa língua, porque dito o seguinte: não, elas falam meio inglês, meio qualquer coisa, então lá junto elas têm uma oportunidade de se comunicar. E ainda por cima, nos seus consulados, ou as suas embaixadas não são avisadas. E muitas passam anos sem que a sua família saibam o paradeiro dessa pessoa.

Então, todo esse sistema prisional, portanto, é um grande atentado aos direitos humanos. Não tem como expressar. Ontem me perguntaram o seguinte: Vocês se espantam? Eu disse não. Nós nos chocamos. Porque nós não queremos perder essa parte emocional de se chocar. Porque o dia de a gente perder essa parte da nossa sensibilidade, aí realmente a coisa não tem mais jeito. Então a gente realmente se choca. Mas se espantar, não. Agora, isso só tem uma conclusão. É a partir do sentimento de repulsa a esse sistema é fazer todo o sacrifício para que ele mude. Mas, ao fazer esse sacrifício, nós do Governo Federal, da Secretaria Especial de Política para as Mulheres e do Ministério da Justiça particularmente queremos pedir a essa Casa que também os senhores e senhoras nos ajudem porque sem a parceria com os Estados nada será feito. Se os Estados não quiserem fazer as pactuações, se os Estados não quiserem entrar nessa parceria para que a gente reverta essa situação, infelizmente o Governo Federal ficará de mãos atadas. E infelizmente nós continuaremos enquanto Nação sendo denunciada em todos os foros internacionais de Direitos Humanos. Apesar de termos um arcabouço legal invejável. Mas uma prática que não se coaduna com esse arcabouço. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra ao Dr. Raimundo Cezar Britto Aragão, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e dizer, Dr. Raimundo, que quando eu abri essa Sessão eu disse que estive num programa de televisão com V.Ex^a, e V.Ex^a denunciava lá e corretamente que se viesse aqui hoje e adaptar nossa agenda a nosso convidado, ia inclusive alertar que nós temos ainda presos em contêineres. Aquilo me chocou no programa que estivemos juntos ontem. Os presos colocados em contêiner. E eu queria também dizer que depois dos painelistas eu vou dar a palavra que foi nossa convidada, a Deputada Federal Cida Diogo que ela é Sub-Relatora da CPI dos presi-

dios femininos. Ou seja, do sistema carcerário. Então depois dos convidados V.Ex^a também poderá usar os mesmos 15 minutos para dar o balanço, que acho importante uma colaboração que a Câmara estará dando ao Senado nesse momento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, poderia fazer uma brevíssima pergunta muito relacionada ao depoimento da Dr^a. Maria Elizabeth Pereira, se o Dr. Raimundo me permitir? Porque diante do depoimento que ouvi inclusive o Dr. Maurício e Dr^a. Maria Elizabeth Pereira, acho que a senhora Carmem ainda não falou, mas em especial diante das situações descritas, quando a senhora há pouco falou de situações até de mães e esposas que quando são encaminhadas ao sistema penitenciário muitas vezes até isso constitui quase que uma sentença de divórcio para ambas, para elas porque acabam se sentindo abandonadas e tudo. Mas eu gostaria de perguntar se a senhora também tem conhecimento de situações tais como a seguinte. Ainda na última sexta-feira eu fui procurado por uma moça. Possivelmente de uns 20 e poucos anos. Ela esteve já na FEBEM. E me procurou porque estava muito preocupada. Ela chegou a participar de alguns assaltos, foi filmada no estabelecimento, e acontece que... E me relatou como é que nas diversas situações acabou saindo, mas por pagamentos feitos aos responsáveis pela prisão. Digamos, ao Delegado, e tal. Mas que em algumas ocasiões ela tinha estado presa, e me relatou inclusive de que quando estive na FEBEM, situações muito difíceis ocorreram para ela a tal ponto que eu disse a ela: Olha, a única coisa que eu posso fazer é que você possa se apresentar. E lhe garantir que seja tratada com o devido respeito. E inclusive consultei juristas eminentes sobre o caso, até, e me relatou um eminente jurista nesse País que numa situação como esta ela poderia até se apresentar com o Advogado e possivelmente... E não seria de pronto presa e poderia responder e eventualmente depois dependendo da circunstância toda responder com a chamada liberdade vigiada. Agora, o que ela me relatou foi de que ela temia muito ser presa novamente e daí eu comentei os episódios havidos ali na pressão, no Pará, com aquela jovem, e daí ela me relatou: Bom, mas o problema é que aqui em São Paulo acontece que muitas vezes aquela situação que ocorre com os presos ocorre aqui com as presas na penitenciária feminina e os responsáveis por atitudes como aquelas havidas no Pará são de responsabilidade de pessoas, de homens que tomam conta da prisão. E eu nunca mais quero voltar àquela situação. A passar por aquilo.

Eu gostaria de... Quer dizer, eu fiquei muito preocupado, impressionado, e fiquei pensando o que fazer. E dado o depoimento que a senhora vinha expondo,

eu gostaria de lhe perguntar e aos senhores, inclusive ao Diretor do Departamento Penitenciário, as senhoras que cuidam, se porventura sabem de situações como essa, se isso é algo como uma exceção ou é algo que infelizmente possa estar ocorrendo e que, portanto os responsáveis pelo sistema penitenciário precisam tomar cuidado e é importante que nós possamos transmitir a pessoas que porventura forem vítimas de situações como essas que elas tenham o direito de expor isso, de inclusive transmitir a nós, ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a nós Senadores porque então constitui nosso dever estar prevenindo, evitando situações como essa. Então me permite... Pedi para fazer isso porque achei muito relacionado ao depoimento que a senhora nos trouxe.

SRA. MARIA ELIZABETH PEREIRA: Sem dúvida, Senador. Eu acho que uma das melhores coisas que a gente poderia instituir, e se a gente conseguisse aplicar isso nesse País seria dar direito a voz para essas mulheres. Porque elas não têm. E se elas tivessem, Senador, elas diriam coisas que a gente duvida. Duvida ao ouvir. Algumas presas nos relataram em cadeias públicas que à noite elas não ficam misturadas. Tem a cela onde ficam as mulheres, e a cela onde ficam os homens. Mas que à noite, os agentes carcerários abrem a cela das mulheres para que os homens possam usufruir dessas mulheres. Isso é estupro. Tal é a visão que não só os agentes penitenciários, mas os homens no geral, encarcerados, têm da mulher. Ou seja, é um elemento para que eles se sirvam dela. E isso acontece.

Então, essas mulheres elas têm muito medo de falar. Nas visitas que nós fizemos era muito interessante porque havia nos acompanhando um batalhão... Quer dizer, nunca tem gente dentro do sistema. Mas quando a gente chega lá, nossa, são 20, 25 pessoas entre Agentes, Diretor, Secretário... Entendeu? É um monte de gente. Agora, simplesmente por um motivo. Pra gente não falar com elas. Muitas vezes a gente saiu do esquema, esquema assim, de fazerem uma roda pra gente andar dentro da roda. E fomos chamados atenção porque nós estávamos tumultuando o ambiente ao conversar com elas. Chegavam a anotar o nome delas. O número delas. O que nos dava muita preocupação. O que aconteceria com esta mulher. Depois dela denunciar bobagens, entre aspas, pedra e inseto na comida, cirurgia que ela precisava fazer e não fazia, assistência jurídica que não existia... Quer dizer, o mínimo. Imagina se ela denunciar as outras coisas.

Então, isso é profundamente comum, na minha opinião, infelizmente. E vamos citar o próprio caso da menor Lidiane no Pará. A cela que nós visitamos tinha todas as condições para que se necessário fosse

aquela pessoa, e aí não vamos entrar no mérito da idade, porque lógico que uma menor não pode estar dentro de uma cadeia nunca. Mas aquela pessoa do sexo feminino tivesse que ali ficar, tinha duas celas individuais e a coletiva. Seriam três celas. Por que então botaram ela exatamente na coletiva? Nós fizemos essa pergunta para o Delegado substituto que foi para lá. Ele disse: Olha, eu não sei. Mas me parece que tinha dois presos que eram meio perigosos e costumavam brigar com todo mundo. Então nós tínhamos que separar os homens mais perigosos. Ah, então separa os homens perigosos em celas individuais e bota a menina com os outros 25. Entendeu? Quer dizer, é lógico que não há a mínima preocupação da preservação desta pessoa do sexo feminino. Não há lá, não há em diversos locais, e não há nas cadeias públicas. Então, infelizmente eu tenho a lhe dizer que isso acontece.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra ao Dr. Cezar Britto, e em seguida depois que fale tem também a Dr^a. Carmem e a nossa convidada especial, que é a Deputada, e nós vamos abrir o debate.

SR. RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO: Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, colegas da Mesa, do Plenário. Primeiro pedir desculpas pelo atraso. Como já foi anunciado eu tive que adaptar a agenda e hoje pela manhã já recebi lá no gabinete o Deputado Vacarezza para discutir um outro projeto polêmico que é a questão da consolidação das Leis do Trabalho. Mas esse assunto não poderia deixar também de ter a presença da Ordem, a discussão da OAB. Até porque na última medida que fizemos fora solicitado de todos os Estados do Brasil, das nossas seccionais que nos trouxessem um diagnóstico do sistema carcerário, do sistema prisional para que possamos trazer para aqui para essa Casa e para os governos estaduais e Governo Federal medidas para solucionar tais... Tal crise externada após o episódio do Pará. É que se nós tivéssemos discutido essa matéria há uns dez anos atrás, talvez o assunto aqui fosse a penitenciária de Urso Branco, que pela forma que se tratava lá os seres humanos ali expostos, que até hoje não têm água potável, está se resolvendo esse problema agora, e que motivou uma denúncia à ONU, tem agora a ONU que faz com que o Ministro Paulo Vanucci colocasse essa matéria de forma urgente para resolver, talvez Urso Branco fosse o assunto do momento. Se essa discussão fosse em 2001, talvez o assunto a ser colocado seria a Penitenciária de Curitiba lá em Santa Catarina, que é uma penitenciária de contêineres adaptados, porque nessa compreensão tida como moderna por alguns

administradores, aquelas pessoas que estão presas são mercadorias a serem conservadas e separadas dos seres humanos. Se fosse o ano passado, talvez fosse a discussão sobre as penitenciárias de São Paulo. Controladas pelo crime organizado. Mas a discussão começou agora em função do sistema prisional lá do Pará. Esse rápido diagnóstico demonstra que não é um assunto novo, isolado, típico de uma região ou do norte, é um assunto do Brasil. Que faz com que o próprio órgão oficial diga que temos uma carência de 104 mil vagas no sistema prisional brasileiro. Em 2003... lá notar nesse sentido. Que ao invés de diminuir evoluiu para mais de 170 mil vagas. E por que essa matéria é importante e eu trago os primeiros depoimentos que já colhi das seccionais que já começaram a trabalhar no assunto? Rio de Janeiro. Rio de Janeiro já nos alerta que 23 mil detentos no Estado vivem em caos carcerário. 23 mil no Rio de Janeiro. Primeiros dados já apontando nesse sentido. Não é diferente em Goiás. Mas eu queria trazer para aqui, para discussão, o Relatório que já recebi de Goiás. E vou apresentar depois à Mesa. Um Relatório que foi produzido agora no dia 7 de dezembro de 2007. E é subscrito pela Conselheira da OAB do Pará, pela coordenadoria da Comissão de Justiça e Paz da CNBB, pela Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública do Pará, pela Promotoria de Justiça e Direitos Humanos também da capital. E pela assessora de CDH, Alepa(F). E porque é importante o Pará? Porque esse Relatório foi produzido depois que os focos se voltaram para o Pará. Depois que toda a imprensa se voltou para aquele Estado e que poderia, em função de um Brasil que se resolve as coisas em cima dos fatos, ou quando a imprensa ali se debruça e procura soluções imediatas para um caos que já é eterno, lá numa das partes referente à questão feminina, do presídio feminino, vou pedir permissão só para ler esse trecho que diz com esse título, da situação do presídio feminino. A Comissão ouviu relatos de que há uma verdadeira política de retaliação contra detentas, baseadas no castigo, como também é chamado o local onde são cumpridas as medidas disciplinares internas. Local esse que anteriormente era destinado a triagem. Naquele espaço foi onde a Comissão encontrou as condições mais insalubres. Segundo as detentas havia a ameaça de que se denunciasses algo para a Comissão iriam para castigo. Durante a visita a todas as áreas do presídio foram ouvidos muitos relatos das detentas que já se encontravam no local. Isso é importante porque depois de todo esse foco, depois de tantos afastamentos de autoridades envolvidas naquele caos, ainda há ameaça para quem for denunciar o caos que ali se encontra. Aliás, depois que a Governadora pediu que se afastasse aquela situação de detentas

misturadas com detentos, por vingança todos foram transferidos para a capital, mesmo onde havia a separação. A mentalidade do castigo, a mentalidade da repressão ainda estava ali presente apesar dos holofotes. As principais denúncias foram falta de água, o calor, a péssima alimentação e as condições insalubres do CRF. Os contêineres de novo eles adaptados para acolher as internas vão de encontro à nossa realidade local, e as normativas previstas em nosso ordenamento quanto aos estabelecimentos prisionais que exige que se leve em consideração o clima da região no caso do Pará, extremamente quente, incompatível com estrutura e especificação de módulos como de contêiner. V.Ex^a imagina o que é um contêiner no calor do Pará. As detentas também relataram a dificuldade no acesso ao atendimento psicológico e médico. Uma interna que é soropositiva afirma receber maus-tratos. Além disso, algumas relataram que quando sentem dores de cabeça lhes são ministrados remédios que lhes fazem dormir por até dois dias. Graves foram as denúncias contra as condições de higiene, fato constatado efetivamente pela Comissão. As louças são lavadas onde tomam banho e fazem suas necessidades fisiológicas. Tudo no mesmo espaço. Recebe apenas um pacote de absorvente por mês, sendo que muitas têm hemorragias, corrimentos e passam até três dias com o mesmo absorvente. Preocupante também é a situação das mulheres grávidas e idosas. Segundo elas, quando precisam de atendimento médico, ou resolver quaisquer questões fora do CRF, as que estão em regime semi-aberto sequer há veículo disponível. As detentas também denunciaram a situação do trabalho e do estudo. Segundo elas, o trabalho do fim de semana não é considerado para redução da pena, e o tempo que elas estudam acaba sendo descontado do tempo que trabalham. Outra denúncia diz respeito à área e o tempo destinado a recebimento de visitas. Muitas delas têm família no interior que viaja até nove horas para ficar apenas duas horas no espaço extremamente reduzido e precário. A situação das presas provisórias é mais preocupante. Elas têm direito apenas a duas horas de banho de sol enquanto sentenciadas têm direito a oito horas. Segundo a direção do estabelecimento prisional isso ocorre em virtude da superlotação. Num espaço para 90 presas há 120. Sendo que muitas estão há mais de dois anos a espera de audiência.

Esse é apenas um dos trechos do Relatório produzido no Pará. Excelência, qualquer penitenciária do Brasil, se nós adentrarmos com olhar mais crítico, poderemos encontrar situação não muito diferente que esta. É preciso, portanto, refletir agora que diferente dos casos em que isoladamente discutíamos o sistema prisional, ponto a ponto, Estado por Estado, diferente

desse fato é que agora nós não podemos mais deixar de reconhecer que o rei está nu. Nós não podemos mais deixar de reconhecer que o sistema prisional brasileiro está no caos. Falido. Nem sempre falido por falta de recursos. Porque sempre que há uma crise nesse sentido recursos são disponibilizados e boa parte desviados na corrupção brasileira. Mas é preciso então compreender que depois de externarmos esse sistema, nós não podemos mais ficarmos calados. Não podemos mais deixar de buscar soluções imediatas para a crise. Agora que revelado a solução há de vir ou então nós vamos ter que admitir que o Brasil não é um País democrático. Em que uns têm direitos, outros não têm direitos. E quais são as soluções que têm sido apresentadas? Para resolver o caos penitenciário? Uma a Senadora Patrícia muito bem colocou que está a melhor solução seria, pasmem, aumentar o potencial e os números de presos ou presas com a redução do sistema, da idade penal. Ao invés de melhorarmos o sistema, a propositura é mandarmos mais gente para esse sistema caótico. Aliás, nesse caso, nem mais se pediria desculpa como aconteceu no exemplo do Pará em que a Delegada, a Promotora, a Juíza quando externaram a primeira vez o seu pedido de desculpa a nação, se dizia: desculpem, eu não sabia que era adolescente. Sabia que era mulher que estava lá junto com homens, mas não sabia que era adolescente. Nem essas poderão dar porque com a redução da idade penal elas poderiam nessa ótica perversa estar lá naquele presídio sem chocar ninguém. A solução seria a redução da idade penal? A redução é também mantermos esse raciocínio cômodo? Ah, o sistema carcerário é dedicado aos pobres, aos negros e às prostitutas porque eles não têm Advogados. Só os ricos têm Advogados e por isso estão soltos. Essa é mais uma solução parcial. Porque é verdade que eles não têm Advogados. Os ricos, as elites estão soltos não é porque têm Advogados. Os outros estão presos porque não têm Advogados. Porque o Estado Brasileiro não compreendeu como compreendeu a Constituição que o direito à assistência é um dever do Estado. E criou-se através das defensorias públicas. Os Estados não apostam nas defensorias públicas. Não há defensor público nas comarcas no interior. Falta defensores cuidando efetivamente dos necessitados, dos desvalidos do Estado. E aí poderia ser uma solução. Buscar resolver para aqueles que deveriam estar soltos, estar solto. E não ali naquele depósito de pessoas humanas, aprendendo com o crime. E eu tenho colocado que quando a sociedade aceita o raciocínio de que a prisão deve ser destinada a esses três famosos, porque na cabeça dela esses três famosos, negros, as prostitutas e os pobres são bandidos em potenciais,

essa é a posição extremamente cômoda e burra, porque primeiro dá um tratamento indigno a pessoa humana, segundo faz com que essas pessoas que ali entre saiam piores do que efetivamente entraram. Por isso que a Defensoria Pública é fundamental se nós queremos resolver a crise do sistema prisional com dignidade. E não apenas com raciocínio prisional. Uma outra solução apresentada, e parece não ter relação direta com o caos, é transformarmos os interrogatórios dos presos via videoconferência. Me desculpem quem defende a questão da videoconferência como solução para a crise. E usou o caso do Fernandinho Beira-mar como paradigma para aprovação dizendo que não é justo que saiam presos do sistema da prisional para conversar com o Juiz. E por isso temos que deixar os presos na penitenciária, detidos, e o Juiz no cômodo, na sua cômoda situação de conforto lá nos juizados ou no Poder Judiciário. Com isso nós estamos a impedir que o preso converse com o Juiz olhos nos olhos, que denuncia essas situações, que possa apontar o que está acontecendo, porque lá com a penitenciária, com a distância ele vai estar à disposição do aparelho repressor. Vai estar lá ao lado de quem o reprime. Protegido pelas câmaras e ninguém vai denunciar maus-tratos. Ninguém vai denunciar que está sendo seviciado, estuprada com o aparelho repressor ao lado e o Juiz distante. Essas são as soluções que nós estamos propondo. Quando o mais cômodo seria o Juiz visitar nesses casos extremos a própria penitenciária, e de quebra visitar o sistema prisional que ele é encarregado a executar Lei de Execuções Penais.

É preciso aprofundarmos mais na crise, mas pensando que o ser humano deve ser o destinatário de toda as coisas, e não apenas a visão da punição, da repressão que como hoje estamos a assistir. Essa é uma questão complexa. Comecei falando de que qualquer ano que escolhêssemos traríamos o sistema prisional a discutir. Todos sabem disso. A sociedade o tempo todo sabe como funciona o sistema carcerário e o sistema prisional nas Delegacias de Polícia. Todo mundo sabe, mas não podemos mais ficar na lógica de que todo mundo sabe. Esse é um assunto que eu não sabia, não pode valer. Esses todos já sabem. E aqui nessa Casa mais uma vez já se sabe.

Portanto, Srs. Senadores, Presidente Paulo Paim, esse é um tema que a ordem poderia e vai contribuir cada vez mais assim que terminarmos esse nosso Relatório estaremos aqui para discussão, colocaremos à disposição do Brasil esse pensamento da Advocacia que não é como muitos confundem o pensamento vendo o preso como cliente, mas sim como ser humano como deve ser tratado. E que compreende no sistema prisional não um castigo. Pode até a pena ter função

de reparação ou de punição para exemplo. Mas essa é uma das funções dela. A principal função do sistema carcerário deve ser o da ressocialização. Se não for para ressocializar, se for para isolar como querem alguns, não contem com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil. Nós queremos que as pessoas voltem do sistema prisional melhor do que entraram. Aprendendo pelo isolamento a importância da reflexão e da reinserção à sociedade. Não queremos que voltem piores. Repito, piores do que entraram. Com sentimento de vingança pelo castigo que lhe foi imposto. Com sentimento de exclusão pela compreensão de que ali são bandidos que devem ser maltratados. Nós queremos que voltem porque vamos acolher e jamais retornem para aquele sistema de exclusão. A liberdade é a razão de ser de todos nós. Se se perde a liberdade e se coloca alguém no sistema carcerário, já tem um castigo muito grave. Ninguém está lá preso para ser torturado, humilhado, seviciado ou jogados como bem pode simbolizar as prisões contêineres no Brasil. Ou jogados ali como se mercadorias fossem.

Portanto, desejo que esta Casa que tem honrado o Brasil em decisões históricas, que recentemente reverteu a lógica da arrecadação como forma de solução das crises porque passamos, possa agora tratando de um outro lado, que é o lado da pessoa humana, restabeleça a dignidade do sistema carcerário brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou passar em seguida à Dr^a. Carmem, claro, sem deixar de lhe conceder pela ordem ao Senador José Nery e também a Senadora Serys que havia solicitado, mas eu quero registrar a presença conosco aqui do Presidente da CPI Carcerária, que é o Deputado Federal Delcimar Fraga que havíamos também convidado, está aqui presente, e me permitam rapidamente dizer que a nossa audiência contou com a presença da Senadora Fátima Cleide, Serys Silhessarenko ainda conosco, José Nery conosco, Senador Flávio Arns teve que dar uma saída esteve conosco, Senador Jonas, Ideli Salvatti, a Deputada Federal Cida Diogo, que é Sub-Relatora também da CPI Carcerária que vai fazer uso da palavra, como Presidente vai ter direito ao uso da palavra, Senadora Patrícia Saboya Gomes, que está conosco, Senador Eduardo Suplicy que está conosco... Senador Zambiasi que também esteve aqui, mas acompanha esse debate. Pediu a palavra, pela ordem, Senador José Nery e em seguida eu passarei a palavra à última convidada que é a Dr^a. Carmem.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, ilustres convidados, Srs. Senadores e Senadoras, Srs. Deputados e Deputadas. Em virtude de um outro compromisso, queria, Presidente, manifestar rapidamente intervalo entre as diversas exposições e a última que é da Dr^a. Carmem Oliveira, manifestar rapidamente uma opinião a respeito do que temos debatido nessa... Em relação a essa questão. E, sobretudo, a importância que tem esse debate aqui no âmbito da Comissão de Direitos Humanos.

Primeiro, na medida em que houve a denúncia desse fato gravíssimo ocorrido no Pará demonstrou claramente que não é a existência de encarceramento de mulheres na mesma cela com detentos, com homens, não é uma realidade só do Pará. É um problema nacional.

Segundo, que após as exposições e a constatação feita por diversas vezes da mais completa falência do sistema prisional brasileiro, o Sistema Penitenciário Brasileiro, o diagnóstico feito pelos organismos governamentais e feito pelas entidades da sociedade civil, impõe para todos nós o compromisso, e a isso quero me referir, de apresentação de um plano de emergência que tenha um sentido também de médio e longo prazo para enfrentar de fato essa questão grave que o Brasil vem tratando há bastante tempo, mas com soluções ou falta de soluções concretas ou medidas paliativas que faz com que nessa questão o Brasil seja colocado como nesse aspecto, no sistema prisional como campeão de desrespeito aos Direitos Humanos.

Então, eu creio como após esse debate deveríamos programar uma outra Audiência Pública dessa magnitude onde pudesse para além da constatação da triste realidade que vivemos o Sistema Prisional Brasileiro, nós pudéssemos ter aqui o apontamento de metas, de compromissos pelos quais possamos acreditar que essa questão será verdadeiramente enfrentada. Acho que seria um prazo mínimo, Sr. Presidente, ficarmos como das conclusões dessa Audiência Pública porque aqui nós tivemos de forma muito clara, transparente, o diagnóstico que nós já conhecemos há bastante tempo, o Brasil conhece isso, mas nós precisamos dar concretude, a essa realidade, a esses fatos aqui identificados tão claramente. E eu acrescentaria uma proposta que fiz durante a Audiência Pública para tratar da situação específica do Pará quanto da denúncia do encarceramento de uma adolescente, de uma prisão em Abaetetuba no Pará, e ao tratar da situação mesma específica do Estado do Pará, temos no Pará nove mil vagas no sistema prisional. E efetivamente 9.500 presos no sistema penitenciário do Estado do Pará. Onde apenas 1.700 detentos têm pena, sentença, aliás, definitiva. A grande maioria são de presos provisórios.

Então sugeri naquela ocasião e farei a sugestão aqui ao Ministério da Justiça, à Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Departamento de Penitenciária Nacional, é uma sugestão evidentemente direcionada ao Poder Judiciário e ao Executivo também, a partir do apoio da suas defensorias públicas, do Ministério Público, sugerir. Porque essa questão da superlotação do sistema prisional, das cadeias públicas com preso provisório não é situação isolada do Estado do Pará.

Então, sugerir um mutirão nacional em todos os Estados durante 120 dias ou por seis meses e que se pudesse verificar a situação de cada detento, a situação processual de cada um deles para que pudesse de alguma forma colocar em liberdade milhares de pessoas que pela infração, pelo delito cometido e pelo tempo que já estão na prisão já teria até cumprido a pena que faria jus de acordo com a Legislação.

Então, seria a proposta de um mutirão nacional para verificar a situação dos presos provisórios do Sistema Prisional Brasileiro, envolvendo o Poder Executivo, no apoioamento a essa questão, e aí um papel importantíssimo, inclusive conversei sobre esse tema com o Ministro Tasso Genro, a qual demonstrou muita sensibilidade para apoiar, envolvendo o Poder Judiciário dos Estados e envolvendo o Ministério Público, a Defensoria Pública e o apoio evidentemente dos governos estaduais. Creio que não é a medida, é apenas uma sugestão entre tantas outras medidas que podem ajudar na melhoria desse sistema prisional superlotado, ineficiente, corrupto muitas vezes que trata as pessoas, os seres humanos de forma degradante com graves desrespeitos a seus direitos fundamentais.

Portanto, Sr. Presidente, a sugestão que faço a apresentação de um plano ou se pudesse aqui adiantar qual é o plano existente concreto para enfrentar a questão imediatamente. E segundo, a idéia de um mutirão nacional para verificar a situação prisional em todo País envolvendo Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público, defensorias públicas do Estado, etc. É a minha sugestão a esse importante debate que eu creio ao final possamos ter soluções mais eficientes, mais rápidas para resolver essa questão em nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós temos aqui na Mesa ainda a Dr^a. Carmem que falaria por 10 minutos e depois nós remeteríamos ao Plenário se a Dr^a. Serys concordar. Pode ser? Dr^a. Carmem, por favor.

SRA. CARMEM OLIVEIRA: Bom, bom dia a todos e a todas. Trago a saudação do Ministro Paulo Vannuchi que ficou impedido de comparecer a essa Audiência Pública, agradecendo ao Senador Paulo Paim, aos integrantes da Mesa e uma referência espe-

cial à coordenadora da Frente Parlamentar, Senadora Patrícia, nossa grande aliada na defesa dos direitos da criança e adolescência no Brasil.

Eu estive aqui no Senado várias vezes durante esse ano para discutir o tema do adolescente violador de direitos. Ou seja, do adolescente em conflito com a lei. Tanto em função da discussão da redução da idade penal, quanto do aumento do tempo de internação e espero seja a última Audiência Pública que eu compareço nesse ano aonde nós estamos discutindo uma adolescente em conflito com a lei, mas destacando não a sua violação de direitos, mas os seus direitos violados. Então acho que é um momento bastante oportuno para que a gente possa recolocar aquilo que os Srs. Senadores estiveram em pauta durante todo esse ano que é a política de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. Acho que há um caso paradigmático colocado na situação da adolescente tanto pelo fato dela ter ingressado numa cadeia, quanto por algumas situações que são menos expostas na opinião pública que é o fato dela ter sido presa por um delito absolutamente leve. Ou seja, por um delito que não justificaria que ela fosse detida e estivesse numa cadeia pública muito menos com adultos, muito menos sofrendo estupro. E pra mim me impressiona, a gente colocou durante todo o ano esse debate aqui no Congresso, e na opinião pública, a falência do sistema penal e a solução inadequada que vinha sendo apontada por vários Parlamentares no sentido de solução para a temática da violência juvenil. Então me parece que hoje nessa Mesa os números que confirmam a falência do sistema penal eles são por demais eloquentes para que a gente coloque isso debaixo do tapete ou que a gente vá dormir descansados hoje à noite. Há um déficit de 170 mil vagas com graves violações de direitos a adultos, que dirá com adolescentes de 16 anos e há quem queira com 12 e há até quem espere que seja inferior a 12, numa condição de insalubridade, de desumanidade para não dizer de degradação física e das relações humanas.

Bom, eu estou esqui para falar um pouco de informações que nós temos sobre o tema sócio-educativo, e que interessam para esse nosso debate. O sistema sócio-educativo no Brasil, na última década, ele teve um crescimento importante que a gente também já divulgou aqui ao longo desse ano, ele cresceu cerca de 360% nesses últimos dez anos. Atualmente isso significa um levantamento que nós concluímos agora no final de dezembro, atualmente nós temos em internação 16.547 adolescentes. São adolescentes que estão ou em internação provisória ou internação propriamente dita ou em semiliberdade. É um número que continua crescente, embora se verifique nesses

dois últimos anos uma tendência a diminuir o ritmo decréscimo até mesmo porque o Sistema Educacional de Atendimento Sócio-Educativo, SINASE ele dá uma inflexão para tomada de outras medidas que a curto prazo já parecem ter um efeito de redução desse crescente aprisionamento. De qualquer forma, entre um levantamento que nós realizamos na metade do ano passado e no final deste ano já se observa mil novos adolescentes que ingressaram na internação, ou seja, dos 15.500 que tínhamos em 2006 já temos 16.547. No caso da adolescente, o que nós verificamos? As evidências de um processo de implementação de um sistema sócio-educativo que ainda ficou muito concentrado nas capitais brasileiras. Muito embora o Estatuto da Criança e do Adolescente afirme a necessidade de regionalizar as unidades de internação para garantir o direito a convivência familiar e comunitária desses adolescentes. Colocaria aqui como exemplo o Estado de São Paulo começou a regionalização das suas unidades nos últimos dois anos. Até então predominantemente, para não dizer o sistema sócio-educativo estava concentrado na capital. O mesmo aconteceu com o Paraná, no esforço dos últimos dois anos, e há Estados que sequer se mobilizaram ainda no sentido dessa regionalização como o Rio de Janeiro onde as unidades estão todas concentradas na capital. Por que estou fazendo esse destaque? Porque é óbvio. Se você tem um sistema sócio-educativo concentrado na capital, esse adolescente que pratica o ato infracional no interior e que necessita ser... Ter uma internação provisória, ele ficará numa cadeia, porque a cadeia que está lá mais acessível na localidade ou naquela região. No que se refere às meninas, nós temos um agravante em relação a isso. Porque hoje as meninas no sistema sócio-educativo elas correspondem em torno de 4 a 5% do total da população de internos.

Então, não justifica em tese, ou pelo menos não seria operacional que nós tivéssemos unidades femininas regionalizadas. Porque nós teríamos uma unidade para uma adolescente numa determinada região de algum Estado como o nosso do Rio Grande do Sul.

Então, o que acontece? A unidade feminina ela geralmente ela é única no Estado. E ela está concentrada na capital.

Então, em se tratando das adolescentes, é possível que haja esta maior violação não apenas dos seus direitos à convivência familiar e comunitária, mas pelo fato de que ela vai ficar detida em cadeia pela inexistência de unidades de internação provisória no interior do Estado.

Gostaria de chamar atenção de que não basta regionalizar as unidades de internação, como São Paulo vem fazendo. É preciso regionalizar todo o sistema.

Você precisa ter delegacias regionalizadas. E nós temos hoje grandes sistemas sócio-educativo, como São Paulo, Minas Gerais, que não têm essa outra ponta do sistema regionalizado. Isso é uma flagrante também violação dos direitos dentro do que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nós não temos Varas da Infância e da Juventude também em todos os Estados acontecendo de forma regionalizada. Então é comum que o adolescente, enfim, percorra o seu processo judicial acompanhado por um promotor ou por um Juiz que não é especializado. Que é aquele Juiz que trata de causas cíveis, de direito de família e tantos outros problemas e de infância e de adolescência também.

Bom, no sistema sócio-educativo, nós temos também um déficit. Que, enfim, é quase inexpressivo considerando o tamanho do sistema penal nós calculamos um déficit de três mil vagas, ou seja, para além desses 16.547 internos, nós não temos uma capacidade de atendimento para esses 16 mil. [soa a campainha] Então nós temos alguns sistemas operando com excedentes. Mas gostaria de chamar atenção que nós temos vagas sobrando em unidades de semiliberdade, e temos vagas sobrando em internação provisória em alguns Estados do Brasil. Por exemplo, São Paulo hoje, pelo esforço que fez nesses dois últimos anos tem 800 vagas sobrando. Então não justifica que São Paulo no levantamento que eu vou demonstrar para vocês aponte a existência de 230 adolescentes em cadeias. Porque se você tem 800 vagas sobrando no sistema, nada justifica que esses 230 estejam hoje em cadeias. Os dados que eu vou apresentar na sequência são dados que vêm do sistema sócio-educativo. Ou seja, o informante é o gestor estadual, portanto é possível que casos como esta menina do Pará não sejam dados que tenham controle da situação pelo gestor do sistema sócio-educativo, porque ele está no que vou denominar aqui de um sistema sócio-educativo clandestino. Ou seja, um sistema penal que hoje abriga adolescente em conflito com a lei a revelia do que prevê o nosso marco legal.

Bom, nós realizamos já três mapeamentos diferentes, um mapeamento em 2004, um em 2006 e agora em 2007 justamente com esse episódio nós resolvemos atualizar os nossos números que eles vinham sendo feitos na periodicidade bianual. Nos chama atenção que já no levantamento de 2004, 16 Estados colocaram uma informação de inexistência. A bem da verdade, sempre nos ficou a dúvida se era uma inexistência da informação, ou seja, não se apropriou este dado ou se era inexistência de adolescentes na situação de cadeia. De qualquer forma, em 2004 foram apontados 383 adolescentes em cadeia. No levantamento de 2006, nós tivemos 19 Estados com informação inexistente.

Ou seja, de novo, a dúvida se inexistia adolescentes ou se o gestor não tinha a informação suficiente para nos responder.

Então, nesse levantamento mesmo que apenas oito Estados responderam, dos oito Estados, o número já saltou para 685. Apenas oito Estados com informações colocando números de adolescentes em cadeia. Em 2007, pelo esforço que nós fizemos de resolver esse impasse entre inexistência de adolescente ou inexistência de informação, já melhoramos um pouco porque sete Estados afirmaram, reconheceram não ter informações. Ou seja, não tinham como nos informar o dado por não terem controle desta informação. Quatro Estados não concluíram o levantamento, estão na fase de conclusão ainda esta semana, eu posso atualizar depois esse informe para a Comissão, inclusive o Estado do Pará. E esses Estados eles estão fazendo pela primeira vez um levantamento Município por Município.

Então, por isso solicitaram um pouco mais de tempo. Apenas dois Estados disseram que não há adolescentes em cadeia. Rio Grande do Sul é um deles, Senador. Então são apenas dois Estados--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. CARMEM OLIVEIRA: Eu procuro aqui com mais tempo e já lhe digo. E nos preocupa que dois Estados negaram à Secretaria de Direitos Humanos acesso aos dados. Ou seja, são dados que o gestor diz ter este conhecimento, mas, enfim, ressaltaram alguma temeridade na divulgação dos dados e nos negaram acesso a esses dados.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone] tivéssemos também o nome pelo menos dos dois Estados que se negam a dar informação.

SRA. CARMEM OLIVEIRA: Minas Gerais e Amapá. Minas Gerais eu tenho informação extra-oficial por visita recente ao sistema sócio-educativo de lá que dos 300 adolescentes informados em 2006 eles já reduziram pela metade. Mas é uma informação extra-oficial. Então nesse levantamento de 2007 são 651 adolescentes. Alguns destaques. Apareceram 230 adolescentes em São Paulo que nos levantamentos anteriores não tinha esta informação. Cabe ressaltar que o Estado de São Paulo ele responde hoje a um inquérito civil desencadeado em 6 de dezembro aonde foi dado um prazo de 60 dias para o Estado de São Paulo regularizar a situação dos 230 adolescentes em cadeia. É uma iniciativa louvável do Ministério Público do Estado de São Paulo que, enfim, eu gostaria, desejaria que outros Estados tomassem semelhante iniciativa. Chamo atenção que alguns Estados que tinham um levantamento colocado

como zerado, zero adolescentes em cadeia, há hoje informes com alguns números até mais expressivos, como Mato Grosso do Sul, que tem 53 adolescentes em cadeias e o Acre que tem 52. E nos levantamentos anteriores apareciam como zero. Cabe destacar também Mato Grosso, que triplicou e quando eu fiz esse comentário ao gestor ele disse: Não, não triplicou. Este número atual é o que vale. Nos anos anterior, este número foi subestimado ou subinformado. Portanto, Mato Grosso hoje tem 132.

Nós temos a diminuição em seis Estados da situação de cadeias, ou seja, Paraná, Minas Gerais, Rondônia, Paraíba, Goiás e Tocantins, reduziram esse número, mas nós temos algumas situações por demais preocupantes, como o fato de Mato Grosso. Todo o sistema sócio-educativo de Mato Grosso são 185 adolescentes. E eles têm em cadeia hoje outros 132 internos. Ou seja, há que pensar um outro sistema sócio-educativo para incluir esses adolescentes.

Salientaria por final, já concluindo, que nesses três levantamentos realizados nós oficiamos aos órgãos de fiscalização porque nós enquanto Secretaria de Direitos Humanos não temos esta atribuição, nós enfim noticiamos ao Ministério Público e conselhos de direito, tanto em 2004 quanto em 2006 para as devidas providências. Mas nos parece que os efeitos foram um tanto inócuos. Nós estamos inclusive estudando para o próximo repasse de recursos em 2008 exigir algumas condicionalidades nos próximos convênios a serem estabelecidos com os Estados no sentido de um plano de reversão dessa situação apresentada. Finalizo dizendo que nós temos hoje o SINASE com um ano e meio de implementação que é o Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo, o Governo Federal em 11 de outubro fez a divulgação de um plano de implementação do SINASE para os próximos quatro anos e que significa reunir dez áreas do Governo Federal com recursos disponibilizados com metas físicas e financeiras para essa implementação, o que vai aumentar em dez vezes o orçamento do Governo Federal para esse processo. Todavia, dependemos de um pacto federativo, do compromisso dos governos estaduais, do compromisso dos Governos Municipais por conta da municipalização. Está em tramitação nesse Congresso, tanto o PL de redução de idade penal, que eu acho que enfim a nossa expectativa é de que esses novos episódios revertam a opinião dos Parlamentares acerca desta solução absolutamente frágil que é apontada que é a redução da idade penal, e que nos reverta esta posição a favor do PL 1.627/2007 [soa a campanha] que prevê então a substituição do SINASE como lei federal, ou seja, que não depende de uma adesão voluntária

dos Estados e Municípios, mas de um compromisso de uma co-responsabilidade necessária.

O CONANDA, do qual eu presido atualmente, ele fez uma nota pública e também expediu ofício para os conselhos tutelares dos 5.560 Municípios do Brasil, poder fazer um levantamento Município por Município dessa situação já que nós temos essa precariedade de informação pelo gestor estadual. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço à Dr^a. Carmem, Dr^a. Maria, Dr. Maurício e Dr. Britto, e dizendo que sem sombra de dúvida vou passar agora ao Plenário, a nossa Deputada convida convidada e Senadores e Senadoras, mas foi aqui nos apresentado um verdadeiro filme de horror. Acho que o termo seria esse. Confesso que eu tinha visto em filmes, por exemplo, o caso das estrangeiras. Que chegam no exterior, são jogadas nos cárceres e a gente fica abismado quando vê que elas são condenadas e não conseguem nem entender a língua. Aqui no Brasil diz que é comum isso. Pelo que estou vendo. É comum. Só dei um exemplo e aqui podemos citar dezenas de exemplos, como Estados que não tinham menores em cadeia e agora aumentou inclusive o número de menores em cadeia. E aí a situação das mulheres como eu dizia aqui é filme de terror: Mas eu estou com a Senadora Serys inscrita, a Senadora Patrícia Saboya e a Deputada Federal Cida Diogo.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, peço desculpas porque o Senador Suplicy está saindo para ir para CAE e estão me chamando também. Sou titular da CAE e da Infra-Estrutura e as duas estão acontecendo ao mesmo tempo.

Sr. Presidente, senhores e senhoras da Mesa, Srs. Senadores, Senadoras, acho que o que o Senador Paulo Paim acaba de dizer é o retrato do filme de terror mesmo. Não que a gente desconhecasse. A gente sabe que a situação é caótica, é muito difícil o sistema carcerário no nosso País, mas quando aparece especificidades como essa realmente parece que leva um choque mais de perto. E é alarmante a situação. Inclusive Grupo Interministerial que foi entregue há poucos dias aos Srs. Ministros sugere algumas sugestões emergenciais que já devem até ter sido faladas aqui, eu cheguei a Dr^a. Maria Elizabeth já estava terminando de falar, mas acho que questões essas como também o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil também que eu ouvi a sua fala já se pronunciou a esse respeito. Enfim, é uma das questões que a gente sabe que tem que ter uma parceria com o Judiciário. Essa parceria com o Judiciário é essencial. Sabemos que se existem situações difíceis de presos provisórios, um número extremamente significativo, independente de homens, mulheres...

E eu fico imaginando como a situação das mulheres deve ser muito mais difícil ainda nessa questão das prisões provisórias.

Então, que se dê de imediato realmente essa parceria. Para que se faça mutirões, ou sei lá o que é que tem que ser feito para que ande depressa. Estimular também a realização de convênios com os Governos Estaduais, visando a construção e reforma de cadeias públicas. Inclusive, mudando os projetos arquitetônicos dos presídios que é tudo aquele amontoado de gente. Não é nem um grande local no estabelecimento, é um amontoado que se tem as celas individuais, etc. Mas eu diria que essas são soluções eu diria que emergenciais, pontuais, sei lá. E que nós precisamos buscar soluções mais permanentes, soluções que realmente resolvam essa situação caótica. Precisa transformar o projeto, o sistema prisional brasileiro num projeto de... Num sistema de efetiva ressocialização dos presos. Isso é que precisa ser feito. Eu diria que é emergencial tanto quanto essas medidas emergenciais. Precisamos fazer isso e isso para de imediato minimizar a situação caótica a gente precisa ver essa política maior, com rapidez. Porque senão daqui a pouco está tudo do mesmo modelo, como o senhor muito bem disse, Dr. Raimundo, hoje toma uma atitude mais radical ou vão continuar os contêineres, etc e tal.

Nós aqui no Senado, diante de toda essa questão terrível que veio à tona, sabemos que não é só o caso do Pará, são muitos outros casos, o próprio Senador Paim, já fizeram denúncias a ele, a nós, tantos outros, são muitíssimos os casos e são muitíssimos com certeza que nós não ficamos sabendo, até por conta dessas ameaças. Quer dizer, contou vai ter punição, vai ser muito pior. Se não quer receber um castigo pior do que está recebendo, cale-se. Então essa situação é complexa, é difícil. E muitas Comissões foram constituídas, grupamentos, grupos de Parlamentares e não Parlamentares, interministerial, etc, já foram ao Pará, estão acompanhando de perto essa questão do Pará.

Aqui no Senado nós fizemos um Requerimento e falta ainda um dos partidos indicar que nós estamos tendo dificuldade de indicação dos membros para esta Comissão. Já temos alguns indicados, são quatro membros, mas nos falta um e nós esperamos que hoje à tarde isso seja feito. Que é a criação dessa Comissão Especial para não especificamente com relação à questão do Pará, mas também a questão do Pará. Que para acompanhamento e avaliação e busca de proposições muito claras, explícitas de ressocialização das presas, especialmente. O acompanhamento e a avaliação do sistema prisional feminino, mas com vistas a buscar alternativas de ressocialização. Porque eu acredito, e

aqui está a nossa Deputada, a Cida, você é Relatora né Cida, da CPI?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): [risos] São tantos grupamentos que eu me atrapalho. Mas enfim, que essas questões realmente sejam encaminhada com soluções bastante concretas e que sejam viabilizadas em termos de políticas públicas. Porque o compromisso do Poder Público ele é real e ele tem que existir. E essa nossa Comissão aqui do Senado ela está sendo constituída com vistas a esse acompanhamento e avaliação com busca à ressocialização. Quer dizer, vamos a determinados presídios onde tem denúncia e mesmo onde não tem denúncia, é um trabalho que não é emergencial de ir lá só fazer uma constatação, confirmar uma constatação, rever, pressionar para que realmente existam punições, etc, etc, é também isso, mas não só. Diria que é fundamentalmente a definição, auxiliar, contribuir porque muita coisa já está sendo buscada. Contribuir para a busca de medidas que tragam a ressocialização real das presidiárias. E dizer que é muito grave quando a gente vê documentos como esse daqui, a gente que está preocupada, Senadora Patrícia que é uma eterna batalhadora dessa questão da criança, nós também. Quando a gente vê criança atrás das grades, quando a gente vê relato como da Dr^a. Carmem com relação aos nossos adolescentes, e que a gente está no nosso Estado do Mato Grosso sabe e conhece razoavelmente essa situação, quer dizer, ao invés de nós conseguirmos ir avançando e melhorando essa situação da sociedade muitas vezes a gente está piorando. A redução da maioria é uma coisa assustadora. Eu diria. Eu sou contra, mas eu diria que a redução só vai trazer mais males do que bens. Eu não tenho dúvida disso. Obrigada, Presidente. Eu preciso me retirar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Dr. Britto quer informar que ele vai ter que se retirar também por um motivo importante.

SR. RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO: É que eu não consegui adiar o compromisso de 11h30 que é no Gabinete do Presidente Chinaglia, nós estamos lançando hoje um documento público assinando um protocolo de defesa da ética junto com a CNBB, Câmara dos Deputados, a Associação dos Magistrados que estão fazendo um levantamento de todos os processos e procedimentos que tratam da ética na coisa pública para fazermos um grande movimento e transformação do projeto legislativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Deputada só queria fazer uma pequena colaboração antes que o senhor saísse.

DEPUTADA CIDA DIOGO (PT-RJ): Só antes do Dr. César Britto sair, que nós na CPI estamos procurando representações das diversas instituições e dentro do que a gente pretende apresentar enquanto Relatório específico dos presídios femininos, a presença da OAB numa parceria de um trabalho que a gente quer apresentar como trabalho de curtíssimo prazo para a questão do presídio feminino, a OAB vai ser muito importante. Eu queria só alertá-lo que nós iremos procurá-lo e buscar essa parceria com a OAB. Muito importante.

SR. RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO: Eu já me sinto devidamente intimado e integrado. Aliás, quando o Senador Nery falava, eu lembrei que quando fui Presidente da minha seccional em Sergipe nós fizemos um mutirão nos termos propostos e colocamos dez Advogados na penitenciária, em convênio com o [ininteligível] da penitenciária e com a Secretaria de Justiça e resultou em mais de cem habeas corpus com liberação de mais de cem presos. Acho que nós podíamos, principalmente enquanto não tivermos defensorias públicas, podemos pelo menos nessa parte voluntária da ordem colocarmos um esquadrão de Advogados dentro do sistema penitenciário se convidados formos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço. Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sr. Presidente Paulo Paim, senhoras e senhores convidados. Eu em primeiro lugar, Senador Paulo Paim, divido a denúncia que V.Ex^a recebeu através da Comissão de Direitos Humanos e que tratava da questão de duas mulheres que haviam sido presas no interior do Ceará no Município chamado Itarema. E logo em seguida o Governador Ciro Gomes ligou para V.Ex^a, da mesma forma que ligou para a Senadora Ideli Salvatti e pra mim dizendo que teria já procurado as informações necessárias sobre essa situação e que desde o dia 28 de novembro essas duas mulheres não estavam mais lá. Mas eu trago também porque foi pedido através do próprio Governo e do Secretário de Justiça Marcos Caos, com quem eu tive também contato durante esse final de semana, um Relatório que foi feito pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará uma espécie de um Relatório que eu quero passar às mãos de V.Ex^a sobre a situação específica de Itarema. E que coloca aqui realmente a cadeia não possui uma cela especial para as presas. Inclusive a sala da própria administração da cadeia está sendo cogitada para ser o local apropriado para acomodar a cela das detentas. Então aqui é mais um retrato da situação que foi colocada aqui, principalmente pelo Dr. Maurício da situação que se encontram os presídios no Brasil. Superlotação. Mas que no caso

específico da cadeia de Itarema, as duas presas que estavam presas em regime de semiliberdade, elas não ficavam em celas com os presos. Que elas inclusive dormiam do lado de fora, num pátio que é uma espécie de uma marquise, o Ceará costuma-me dormir de rede, e que elas dormiriam nesse pátio, nessa marquise. O que não é a condição evidentemente digna para qualquer preso, homem ou mulher. Isso está relatado aqui. Que uma das presas, a D^a. Lidiane Sousa Diniz, de onde partiu uma das denúncias, ela é companheira de um preso. Portanto ela estava na mesma cadeia para poder ficar ao lado do seu companheiro. Esse é um detalhe que nós não sabíamos. Mesmo assim não ficavam juntos. Mas, na hora da visita, na hora da visita em que os presos recebiam a visita, ela também tinha acesso ao seu companheiro, marido, e ficavam juntos apenas nesse momento. Mas na hora de dormir ficavam separados. Não teve denúncia de nenhum tipo de maus-tratos. Mas eu trouxe de qualquer forma para que fique bem esclarecido, que é um caso bem diferente do caso do Pará, não porque é maior ou menor de idade, mas porque realmente não estavam em celas juntos. Essa é a situação, me parece, um retrato da situação da grande maioria dos presídios no nosso País e eu trago então por conta do Governador do Estado esse esclarecimento que eu quero passar às mãos de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidência recebe e agradece. V.Ex^a se prontificou a ir ao Estado ver o que estava acontecendo.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT-CE): Exatamente. Fui nesse final de semana. E trago também, Senador Paulo Paim, ainda não está em minhas mãos, mas o próprio Secretário de Justiça disse que estará encaminhando as mãos de V.Ex^a também uma declaração da pastoral carcerária que há um trabalho e muita parceria com o Governo do Estado para que também possam dar o seu depoimento de que em visita nada foi constatado de relação, de violência ou maus-tratos com as duas mulheres. E inclusive porque elas já estão por ordem do Juiz cumprindo a pena de regime de semiliberdade na sua própria residência, no seu lar. Mas eu vou entregar a V.Ex^a já a cópia desse documento. E queria, Presidente Paulo Paim, enfim, fazer um pequeno comentário daquilo que foi relatado pelas autoridades aqui presentes. Eu... Isso é aquilo que nós escutamos. Agora, quando você escuta isso vindo de autoridades como os senhores e as senhoras que estão aqui, isso ainda se torna mais grave. Porque é o retrato da situação do nosso País. E eu fico me perguntando o que pode se feito para que se mude essa situação. Nós estamos aqui recebendo talvez uma das maiores autoridades que é o Dr. Maurício,

Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional que mostra qual é a situação dos presídios brasileiros. Ouvimos agora há pouco a Dr^a. Maria Elizabeth que aqui representa a Ministra Nilcéia, e a Dr^a. Carmem, uma companheira de tanto tempo de luta aqui na área da infância representando, portanto, o Ministro Paulo Vannuchi dos Direitos Humanos. Autoridades que nos trazem a situação de uma catástrofe na verdade que existe nesse País. E que na verdade me parece também está de mãos atadas em relação àquilo que vem sendo feito. Se uma Comissão da própria Secretaria Especial das Mulheres é tratada da forma como coloca a Dr^a. Elizabeth, é recebida da forma que é nos presídios como se fossem pessoas que viessem ali para prejudicar ou apenas para denunciar o que está sendo feito e se o próprio Dr. Maurício coloca que através do seu departamento ele mostra a situação dos presídios de superlotação, de desrespeito muitas vezes na grande maioria das vezes dos presidiários, então eu fico aqui meio, Senador Paulo Paim, sem muitas palavras, sem ter muito o que dizer realmente. E fico me sentindo na mesma situação quando fui Presidente da CPI que investigou as redes de exploração sexual nesse País. E que nós batemos às portas de todas as autoridades, inclusive do Presidente da República, e nada foi feito para mudar a situação de violência, de enfrentamento de violência, e muito pouco foi feito, muito mais pela boa vontade e determinação de pessoas como a Dr^a. Carmem, como o próprio Ministro, mas que denunciam a falta de recursos dentro dos seus Ministérios. E todos os anos, a Dr^a. Carmem é testemunha disso, que nós Parlamentares da Frente pelos direitos das crianças e dos adolescentes saímos pelas comissões em busca de recuperar o orçamento que sempre é contingenciado, que sempre é diminuído para essas áreas que são vitais para um tratamento melhor, para as nossas crianças, para os nossos adolescentes, as mulheres que são presidiárias. Eu vejo aqui, logo em seguida a denúncia e trago aqui uma criança de seis meses que morreu num presídio no Espírito Santo na semana passada. Essa criança morreu porque ela estava numa cela imunda com a sua mãe. Morreu de uma infecção de ouvido. Uma criança de seis meses. E quando foi levada ao hospital, já chegou morta nos hospitais. Culpa da irresponsabilidade dos nossos dirigentes. Me perdoe, Senador Paulo Paim, da irresponsabilidade dos nossos governantes. Que não têm olhos para isso. Que não têm tempo para isso. Porque tem muito mais dispostos a anunciar o PIB, a queda de juros ou que o risco País tem diminuído do que as mortes que acontecem nas delegacias do nosso País, as mortes que acontecem nas ruas escuras do nosso País, as mortes que acontecem de maus-tratos, de violação

de direitos humanos, de crianças que são torturadas, de crianças como no caso do Pará que é apenas mais um retrato da situação que vem sendo denunciada principalmente por aqueles que militam nos direitos humanos. Quando saiu o caso do Pará pra mim, eu fiquei indignada. Mas não surpresa. Porque eu presidi durante um ano uma CPI que viu exatamente a situação dessas meninas e desses meninos no País. Talvez na época nós não tenhamos tido a condição, talvez, ou a falta de compreensão para mostrar a relevância e a gravidade desses fatos. Mesmo carregando para ficar doente, mesmo com hemorragia, mesmo precisando ser operada, mesmo precisando me debruçar em lágrimas nessa Casa para que alguém pudesse nos ouvir. Mas eu vejo que três anos depois nós estamos aqui debatendo exatamente a mesma situação. Eu não tenho muito o que dizer. Nem de bom. Nada muito otimista. E olhe que eu sou uma pessoa otimista. Sou uma pessoa que acha que sempre a gente vai conseguir mudar a situação das coisas no nosso País. Mas me perdoe, quando eu escuto três autoridades que eu respeito e sei que estão ali tentando dar o melhor de si para melhorar, mas que trazem a situação desse País, eu só posso ficar com vergonha do meu País. Eu só posso ter vergonha do nosso país, vergonha dos dirigentes desse País que infelizmente não conseguem ter a sensibilidade necessária para entender que esse País só pode ser justo, só pode ser um País livre, só pode ser um País democrático quando talvez nós políticos criarmos vergonha na cara. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu passo a palavra à nossa convidada, pela ordem aqui, eu estou com a Deputada Federal Cida Diogo e em seguida vou passar a palavra ao Presidente da Comissão da CPI Carcerária da Câmara, ambos nós convidamos que seria uma contribuição ao Senado as informações que podem nos dar nesse momento. Por favor, Deputada Cida Diogo.

DEPUTADA CIDA DIOGO (PT-RJ): Sr. Presidente, acho muito importante a iniciativa da Comissão de Direitos Humanos do Senado de estar promovendo essa discussão com essa representação da Mesa aqui neste momento. Só acho importante também registrar aqui a ausência nesse debate da representação dos Estados, mostra um pouco o grau desse problema. O grau de preocupação em relação a esse problema que deve estar nos colocando. Porque por mais que a gente tenha aqui representação de órgãos federais e que estão aqui mostrando dados seriíssimos, gravíssimos, em relação ao que se tem do sistema penitenciário no País, nós sabemos que a maioria dos presídios, ou os presídios federais hoje é um número bastante reduzido, e para um tipo de preso diferenciado. Os

presídios que de fato respondem a grande, a imensa maioria da população carcerária desse País, estão sob a responsabilidade dos governos estaduais. Então ou a gente também enfrenta essa discussão dessa forma como na lógica que a Dr^a. Carmem colocou muito bem, na lógica do pacto federativo nesse País a gente vai comprometer efetivamente, além do Governo Federal, que tem o seu grau de responsabilidade, a CPI não é à toa que a CPI do Sistema Carcerário da Câmara Federal ela aprovou a Constituição de várias Sub-Relatorias. Uma delas inclusive voltada para a questão orçamentária, para debater exatamente a questão da dificuldade de recursos, da necessidade de mais investimentos para o sistema, mas nos debruçarmos especificamente sobre isso vai ter um Relatório específico sobre essa questão, assim como a Sub-Relatoria para a questão do sistema prisional feminino. Isso é uma questão que a CPI desde agosto, quando foi instalada, ela está muito atenta, muito preocupada com essa realidade. E aí eu acho que o nosso Presidente Neucimar vai poder abordar isso de uma forma mais ampla, as estratégias que a CPI está utilizando para poder não só fazer diagnóstico dessa realidade, mas ao final dos trabalhos apresentar propostas com metas, com prazos estabelecidos.

Em relação especificamente à questão da Sub-Relatoria dos presídios femininos, nós procuramos desde o primeiro momento, na instalação da CPI, sensibilizar todos os membros que compõem a CPI hoje da Câmara Federal na perspectiva de nós trabalharmos para essa Sub-Relatoria específica a questão específica das nossas mulheres encarceradas até por conta de ser um número mais delimitado de 400 mil presos que nós temos hoje no País, hoje 26 mil, não chega a 30 mil mulheres aprisionadas. Isso nos dá uma condição operacional de realizar e implementar ações mais rapidamente para que a gente possa obter inclusive resultados mais rápidos e também a partir desses resultados e de possíveis erros que possam ser cometidos ao longo de um... A gente está trabalhando a idéia até de um projeto piloto mesmo, focado nessa população feminina carcerária, para que a gente trabalhe desde quando essa mulher chega ao sistema, ou até antes mesmo na parte da Assessoria Jurídica dessa mulher que é envolvida com algum delito, e aí a gente garantir na Defensoria Pública, porque a maioria das nossas mulheres presas são mulheres pobres, que não têm condição de garantir uma Assessoria Jurídica, e aí a gente discutir desde a questão da Defensoria Pública, porque por mais que eu ache que o mutirão possa ajudar no primeiro momento a levantar essa realidade, a identificar a situação de cada preso, aquele que ainda não passou nem por audiência, mas

já está preso há um ano, e nem ouvido pelo Juiz foi, nem sentenciado foi, mas já está pagando sentença sem ter julgado ainda, até aquele que já está muitas vezes em situação de uma liberdade condicional, mas por falta de Assessoria jurídica não tem isso, já poderia estar numa situação de regime semiliberdade, já poderia de repente se houver de fato uma discussão e um acompanhamento mais sério sobre a situação de estar cumprindo algum tipo de pena, alternativa, medida alternativa e não estar aprisionado.

Então, a gente discutir desde a parte da Assessoria Jurídica que para se ter uma idéia, discutindo com a representação da defensoria a nível nacional, eles trabalham com uma média de que para cada preso, para cada 500 presos necessitaria de um defensor. Um defensor específico que não se envolvesse com nenhum outro tipo de atendimento na defensoria. Esse defensor teria condição de dar assistência plena a esse conjunto de 500 presos. Se a gente trabalhar na lógica da população carcerária feminina, que não chega a 30 mil mulheres, nós poderíamos hoje nesse País, se nós conseguirmos avançar na perspectiva de trabalhar um termo de compromisso, um termo de ajustamento de conduta, alguma forma a compromissar os 27 governos de Estado, juntamente com o Governo Federal na perspectiva de garantir recursos para contratação de menos de 60 defensores no País inteiro, trabalhando num primeiro momento para identificação da situação dessas presas com o mutirão com a OAB, com as universidades, com as faculdades de Direito, nós poderíamos a curtíssimo prazo, ainda ao longo do ano que vem, ter a situação processual de cada mulher aprisionada nesse País. E a partir daí envolver o Judiciário, já tivemos a iniciativa de procurar a Ministra Ellen Gracie que se comprometeu em estar buscando ser parceira na perspectiva de viabilizar celeridade nesses processos para que nós pudéssemos a curtíssimo prazo estabelecer regimes mais alternativos, ou liberdade... Regime de semiliberdade, o que for, para que nós pudéssemos reduzir de imediato uma boa parcela dessa população feminina encarcerada. A partir daí a gente envolver o Executivo, seja ele federal, seja os Estados, na perspectiva de melhorar as condições dos presídios femininos que como bem disse a Dr^a. Maria Elizabeth, não havia, o sistema não estava preparado para receber essas mulheres, e a maioria dos presídios femininos nesse País foram adaptações feitas e muitas delas em locais totalmente insalubres. Tem presídio que foi construído literalmente em cima de uma fossa, de esgoto, onde num calor aquele mau-cheiro permeia todo o presídio. Toma conta de todo o presídio e aquelas mulheres são obrigadas no verão

a conviver com aquele mau-cheiro cotidianamente, 24 horas por dia.

Então situações como essa a gente tem rapidamente como buscar. É o nosso objetivo. Na Sub-Relatoria eu tenho absoluta certeza que se houver de fato uma soma de esforços, um compromisso maior das autoridades instituídas juntamente com os membros da CPI de nós no final desse trabalho da CPI não apenas apresentar um Relatório específico para a população carcerária feminina, mas apresentar um projeto piloto com prazo, com meta estabelecida para ser cumprido com compromisso de cada ente federado, mais o Governo Federal, para que a gente possa apresentar o resultado desse trabalho e a partir desse resultado corrigir erros que possam ser desenvolvidos ao longo desse projeto para que aí sim a gente possa pensar no sistema como um todo. Que aí os investimentos a gente sabe que é muito maior, [soa a campainha] são 400 mil presos. Quer dizer, a gente vai precisar de muito mais investimento, um compromisso muito maior para que a gente possa mexer no sistema como um todo. Mas se pelo menos tiver um ponto de partida nessa população que é mais delimitada e apresentar os resultados concretos eu tenho absoluta certeza que a gente começa a construir de fato um caminho para garantir a essa população o mínimo de dignidade. Porque uma coisa que o nosso Relator, que é o Deputado Domingos sempre diz e eu concordo plenamente com ele. Nós no nosso País não temos prisão perpétua nem pena de morte. Essa população vai retornar algum dia para sociedade. E é muito melhor que ela retorne sem ter passado pela faculdade do crime, por ter se aperfeiçoado dentro da prisão mais revoltado ainda, e ter sido preparado num sistema de ressocialização. E é dentro disso que a gente quer trabalhar. Mexer com o sistema, com a parte estrutural, mas também ter ali dentro projeto que possam qualificar essas mulheres, possam preparar essas mulheres para que elas retornando à sociedade elas possam ser reinseridas no mercado de trabalho e aí construir sua vida sem precisar reincidir no crime que é o que mais acontece no resultado final de um sistema como esse. Ou a gente se preocupa com isso, não é só com aquele período que ele vai estar preso, porque a sociedade vai receber essa população um dia de volta. E é muito melhor que a sociedade receba essa população melhor preparada para ser reinserida na sociedade sem se envolver com o crime, do que mais revoltado, mais criminoso ainda e perversamente pior para a própria sociedade. Então é nessa perspectiva que a gente está conduzindo o nosso sub-relatório e esperamos fechar esse Relatório não apenas com o papel escrito, mas com alguns compromissos assinados [soa a campainha] pelo conjunto

de autoridades responsável pelo sistema prisional do nosso País como um todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, a Deputada Federal Cida Diogo, que é a Sub-Relatoria da CPI na questão de presídios femininos. E vamos passar de imediato ao Deputado Federal Neucimar Fraga, que é o Presidente da CPI do Sistema Prisional.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Senador Paulo Paim, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela realização dessa audiência. Dr. Maurício, Diretor do DEPEN, nosso cumprimento também pelo trabalho realizado a frente desse departamento no Brasil. Dr^a. Maria Elizabeth Pereira da articulação política para as mulheres, nós também temos que cumprimentá-la pela luta desenvolvida pelo departamento e pelo Ministério em favor das mulheres brasileiras. Dr^a. Carmem de Oliveira também meus cumprimentos em nome da CPI do Sistema Carcerário da defesa também da criança e do adolescente no nosso País.

Como já foi falado aqui, Senador Paulo Paim, o Sistema Penitenciário Brasileiro, o sistema carcerário é um sistema falido. Caótico. Com raríssimas exceções. Temos algumas experiências em alguns Estados. Nem mesmo nesses Estados onde nós encontramos as raríssimas experiências exitosas conseguem implantar como padrão dentro do sistema em todo o sistema daquele Estado. Ou seja, nós percebemos alguns governantes se mexendo e sensibilizado com esse problema motivado e incentivado pelo Governo Federal, pelo Ministério da Justiça e pelo DEPEN que tem sido um incentivador e facilitador da organização do Sistema Penitenciário Brasileiro, começam a se mexer e fazer previsão de investimento nos seus Estados. Alguns Estados. Nós temos, por exemplo, o Estado do Pará que está passando por uma dificuldade, viveu alguns dias na mídia sobre o episódio da jovem Lidiane, e eu na audiência realizada com o Secretário de Assuntos penitenciários perguntei qual é o investimento do Governo do Estado para 2008 no sistema penitenciário? Oito milhões. Oito milhões é investimento da menor Câmara Municipal do Pará para o ano. O Estado de Pernambuco vai investir 12 milhões, e eles acham que estão arrebrandando, investindo 12 milhões no sistema penitenciário. Mandamos consultar os outros Estados. Porque nós sabemos que esse dever é um dever do Estado. O Governo Federal pode apoiar. É bem verdade que os Estados cobram do Governo Federal porque durante muitos anos os Estados tiveram que abrigar os presos federais que também era de competência do Governo Federal. Que depois de 500 anos de história construiu seu primeiro presídio federal e inaugurou no Estado do Paraná. Que não pôde cumprir com a sua

função, porque teve que atender os Estados retirando os chefes das cadeias rebeliões que são presos estaduais e transferindo para os presídios federais. Então nosso sistema penitenciário só por aí já dá para perceber que é um sistema falido.

Durante muito tempo foi feito um discurso muito fácil no Brasil. Não adianta construir novos presídios, e sim escolas. Alguns governantes não construíram nem escolas e nem presídios. E hoje nós temos um déficit segundo o DEPEN de 220 mil vagas no setor carcerário e temos um déficit também de vagas no sistema educacional brasileiro. Durante muito tempo foi feito um discurso que bandido bom é bandido morto. É. E a população ela tem dificuldade de entender que o Governo ao invés de investir no hospital invista na construção de um presídio. Ao invés de construir uma escola, construa um presídio. A maior parte da população acredita que todo mundo que está preso é bandido. E não é. Boa parte da população carcerária são infratores, cometeram delitos. Não são bandidos. Porque bandido é o que vive do crime, que vive para o crime. E boa parte deles são infratores, cometeram delito em uma circunstância da vida. Em uma fase da vida cometeram um crime. Mas se tiverem oportunidade, se forem disciplinados dentro do presídio, se receberem oportunidade volta para a sociedade, volta para a família e são reintegradas à sociedade.

Então o primeiro trabalho nosso é quebrar esse paradigma e fazer a sociedade entender que se nós não investirmos no sistema carcerário nós não vamos resolver o problema da violência no Brasil. Por quê? Porque a maior parte dos crimes são comandados dentro do sistema prisional e das cadeias do Brasil. Agora, que sistema prisional nós queremos? Tem muitas pessoas defendem que o sistema prisional é só para ressocializar preso. E não é. Sistema prisional tem três funções. Primeira função dele é interromper a trajetória do crime. A sociedade quando percebe um cidadão cometendo crime na cidade quer que a polícia prenda. Quer que a justiça julgue. E quer que o Estado mantenha preso e que interrompa a trajetória daquele criminoso que a sociedade não quer ver novamente praticando crimes nas ruas da cidade. Então a primeira função do sistema penitenciário é interromper a trajetória do criminoso. E ele não consegue cumprir essa função porque os presos costumam comandar os crimes de dentro da cadeia. E tem Secretário de Justiça que para entrar no presídio tem que fazer acordo com o chefe da cadeia para entrar. Tem que fazer acordo com o preso. Não é Dr. Maurício? Tem que fazer acordo se não não entra. Por quê? Porque o sistema foi feito para funcionar mais em favor do preso do que para sociedade. Então a primeira função o sistema não cumpre,

que é interromper a trajetória do criminoso. E já está provado que seqüestros, assaltos, tráficos continuam sendo comandado de dentro das cadeias brasileiras. A segunda função é disciplinar o preso. Que a maior parte deles estão por falta de disciplina. E muitas vezes disciplina faltou dentro da família, dentro da Casa. Tem muitas pessoas que atribuem a culpa da violência ao Governo. O Governo é culpado. Não conheço nenhum Governador que tem mais de dez filhos. Só Garotinho que tinha adotado acho que oito. A culpa também é da família. Ah, é falta de políticas públicas. Também contribui. Mas se nós pensarmos que o problema da violência é só falta de políticas públicas, nós vamos jogar a culpa da violência nos pobres, e não é só pobre que comete crime no Brasil. Rico também comete crime e rico comanda crime. Ah, podemos atribuir que o crescimento da violência é falta de investimento na política educacional. Também contribui, mas não é fato determinado. Porque os universitários também cometem crime no Brasil. Já tiveram acesso aos bancos de faculdade, banco de ensino médio, aos cursos técnicos, também cometem e comandam crime no Brasil. Aí nós tínhamos até que inverter a lógica. E ao invés de dar prisão especial para quem tem curso superior, tinha que dar uma agravação da pena. E reduzir a pena de 30% para quem é analfabeto no Brasil.

Então nós temos um conjunto de fatores que contribuem com a violência no Brasil. Dentro dos presídios brasileiros nós temos também a violência do sistema. O País não tem a pena de morte, mas tem a morte sem pena. Se nós pegarmos todos os países que aplicam pena de morte no mundo, os mais severos, Estados Unidos, China, Indonésia outros países da Ásia no Brasil morreu muito mais gente dentro do sistema somente esse ano do que as pessoas que foram submetidas a pena de morte aplicado pela justiça desses países. Só esse ano, Senador, até junho 680 presos morreram dentro das cadeias brasileiras. Já devíamos estar beirando os mil ao mês de dezembro. De janeiro de 2006 a junho de 2007 morreram 1.680 dentro do sistema carcerário brasileiro. É o número muito alto. Para uma população que está sob a custódia do Estado. Ah, a culpa é do Governo atual. Não. Pelo contrário. Em 12 anos de funcionamento do FUPEN, foram investidos um bilhão cento e poucos milhões de reais. Em 12 anos foram investidos um bilhão. Se dividirmos por 12 anos, teremos cem milhões por ano. Se dividirmos pelos 27 Estados, dá cerca de quatro milhões por Estado por ano. Se dividirmos por mês, dá cerca de 350 mil reais por mês para cada Estado investir no seu sistema prisional. Isso é nada. Isso é nada. O Governo está sinalizando investir ano que vem mais de um bilhão e duzentos milhões de reais. O Governo

Lula vai investir no ano de 2008 mais que os últimos três Presidentes investiram em 12 anos no sistema. Vamos investir nos próximos quatro anos sete bilhões na Segurança Pública, no PRONASCI. Vão ser criadas 35 mil novas vagas. Se não for preso mais ninguém nos próximos quatro anos, em 2011 nossa população carcerária vai deixar de ser 220 mil para ser 180 mil. Ainda vamos ter um déficit muito alto.

Então, se nós quisermos ter um sistema prisional que funcione no Brasil, primeira coisa que temos que fazer, de imediato para resolver o problema é construir novas vagas. Incentivar os Governos dos Estados a construir novas vagas. Aí temos um problema. Nenhuma cidade quer receber um presídio. Nenhuma cidade. DEPEN quer construir cinco presídios federais, até agora só construiu dois o terceiro vai ser inaugurado e tem dois que nenhuma cidade quer. A população quer que resolva o problema da violência. Os Governadores querem. Joga para culpa do Governo Federal. Os Prefeitos cobram. Mas ninguém quer sediar um presídio na sua cidade. Está difícil, não está Dr. Maurício? Ninguém quer. Todo mundo quer um presídio bem próximo do vizinho mais distante que eles têm. Ninguém quer contribuir.

O problema da população carcerária feminina é um problema crônico. A Deputada Cida Diogo é Sub-Relatora já está fazendo um diagnóstico. População carcerária está crescendo. 70% das mulheres que estão nas carceragens feminina por causa do tráfico de drogas. Tem que assumir o ponto de droga do marido. Tentou entrar com droga na cadeia. E o que nós estamos fazendo para combater as drogas no País? Nada. Secretaria Nacional Antidrogas recebeu nos últimos três anos... Dentro da sua fundação que foi assim com Fernando Henrique também. 2003, 2004 e 2005, sabe qual era o recurso do Tesouro para Secretaria Nacional Antidrogas, 78 reais nos três anos. Nada. O Governo não investe nada na Secretaria Nacional Antidrogas. Para entrar dinheiro na Secretaria Nacional Antidrogas, um traficante tem que ser preso, os bens têm que ser confiscados, a justiça tem que determinar o confisco e o leilão. Depois do leilão é que aqueles bens, o dinheiro arrecadado com os bens vendidos entra na Secretaria Nacional Antidrogas poder investir no sistema no Brasil. O principal problema da violência no Brasil são as drogas. 80% da população carcerária são viciados. Estão por causa do tráfico, do consumo. Incentivados e motivados pelo consumo de drogas. E nós não fazemos nada e ficamos esperando a solução. Presidente da OAB falou das leis que não vão funcionar no Congresso que nós estamos propondo. Mas eu não ouvi nenhuma proposta que a OAB faz para melhorar o sistema. Não ouvi nenhuma

proposta. [soa a campainha] A videoconferência pode não agradar a OAB e nem alguns órgãos da justiça, mas é a medida que nós temos melhor até agora para acelerar o julgamento daqueles que estão presos. E que muitas vezes, como diz a Deputada Cida Diogo são criminosos de menor potencial ofensivo. Que no final de um ano, dois anos quando vai ser julgado vai receber uma pena alternativa aplicada pelo Juiz. Nós poderíamos ter no Brasil para esse criminoso o fim do interrogatório. Para quem levar ele diante de um Delegado, diante de um promotor se tudo que ele fala para os dois ele pode desmentir diante do Juiz? Faça igual nos Estados Unidos, o Juiz determina a sentença. Se é uma fiança paga a fiança, se é uma pena alternativa paga a pena alternativa a partir dali. E o réu confesso diante do Juiz ainda tem 30% da redução da pena se ele confessar para não permitir que seja feita investigação contra ele. Agora, como falar de um sistema penal, de um Código Penal no Brasil que nós temos que mudar, onde o réu confesso não é considerado culpado? E o inocente tem que provar que é inocente dentro do sistema cruel que é o sistema carcerário brasileiro? As lógicas estão invertidas. Nosso sistema é caótico. No Brasil ninguém é considerado culpado até que seja julgado, transitado em todas as instâncias. Nenhum cara preso em flagrante é réu confesso. Ele não é considerado culpado. Assumindo a culpa ele não é culpado. E o inocente que muitas vezes é acusado e preso inocentemente, nós temos casos no Brasil, tem que provar que é inocente dentro do sistema prisional brasileiro e vai ter pouca chance de provar. Vai ter pouca chance porque o defensor não vai visitá-lo. É um defensor para mil presos, às vezes. Quando vai visitá-lo. O Juiz não vai visitá-lo, Ministério Público não vai visitá-lo. Ou seja, é totalmente desrespeitado. Nós temos um Código Penal que é padrão para o Brasil todo. Mas cada Estado executa da forma que quer. Nós temos que mudar esses procedimentos. Por quê? Porque no Brasil cada Estado tem o seu sistema e a forma de aplicar a LEP. E cada Diretor impõe a sua visão de aplicação. Então tem presídio que funciona por causa da relação do Diretor com o preso. Tem políticas que dão certo porque o Diretor tem um coração voltado para aquilo ali. Quem não quer, o Diretor não tem interesse, a cadeia fica sob o comando dos presos no Brasil. Um agente penitenciário no Brasil ganha de 400 a 6 mil reais. É o cidadão mais próximo do preso 24 horas. É o agente penitenciário. Que não é padronizado também. Cada Estado tem a sua forma. Um admite por concurso, outro é processo seletivo, outro é indicação política. Uns exige a quarta série, outros oitava série, outros segundo grau, não tem grau de instrução, não tem que ter qualificação, basta querer ter coragem de

ficar dentro do sistema submetido a ameaça e risco constante pelo chefe da cadeia no Brasil. Diretor de presídio pode ser qualquer um indicado pelo Secretário de Justiça. Necessariamente não tem que ter curso superior nem formação em direito.

A CPI defende normas e procedimentos padrões no Brasil. Para agente penitenciário, concurso para Diretor... Defende um projeto arquitetônico adequado para cada população carcerária. Tem o caso da criança que morreu. Esse pode ser talvez o primeiro caso de um brasileiro que nasceu atrás das grades, viveu atrás das grades, morreu sem exercer o seu direito de cidadão, de conhecer a liberdade que esse garoto que morreu no presídio do Espírito Santo. Lá, ainda pode viver até os seis meses com os pais. Tem Estado que a criança é retirado do colo da mãe com 15 dias e a mãe não tem o direito de amamentar o filho que é direito garantido pela nossa legislação. O Rio Grande do Sul pode ficar uma criança até quatro anos dentro da cela. A gente não o que é pior, se é tirar com seis meses para não deixar criar vínculo ou tirar com dois, três anos deixar a mãe presa e o filho ir para rua sem conhecer, vai ser o sol quem sabe pela primeira vez.

Então o nosso sistema é um sistema falido. Nós temos muitos problemas. De todas as ordens. E o que mais nos assusta no trabalho que nós estamos fazendo não são nem essas aberrações. Além dessas aberrações, nós temos a frieza e o pouco caso dos governantes e das autoridades sobre esse tema. Mas que começa sobre o forte conceito que nós temos difundido no seio da sociedade. [soa a campainha] Então cabe a nós quebrar primeiro essa resistência da população em entender que investir no sistema carcerário é investir na segurança do cidadão, porque senão os crimes vão continuar sendo comandados de dentro das cadeias brasileiras. Então a CPI não nasceu, nem foi criado para criar problema para governo, nem para oposição. Foi criado pra junto com as autoridades que atuam e a compor um sistema carcerário brasileiro discute e apresente propostas para resolver o problema do sistema carcerário do Brasil que é um sistema falido. Muito obrigado e parabéns ao Senado por essa audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência é que agradece ao Presidente Neucimar, Deputado Federal da CPI do Sistema Carcerário lá na Câmara pela contribuição que dá a essa Comissão. Agradece a V.Exª como agradece também à Deputada Federal Cida Diogo, que é Sub-Relatora dos Presídios Femininos. Ambos deram aqui uma importante contribuição. Estou recebendo aqui o relato detalhado de todo o trabalho que ambos e toda a Comissão vem fazendo. Eu acho que nesse momento eu

vou dar o direito aqui à Mesa fazer suas considerações finais. Cinco minutos para cada um, mas vou fazer um apelo se o Presidente assim entender e a Relatora que a gente possa receber aqui o Relatório final de vocês como uma contribuição que vocês estão dando à sociedade brasileira e ao Senado da República também que vamos ter que continuar com certeza esse debate o ano que vem. Dr. Maurício, com a palavra.

SR. MAURÍCIO KUEHNE: Bem, Senador Paulo Paim, ilustres Deputados da CPI, Deputado Fraga, Deputada Cida, minhas senhoras e meus senhores. Nesse tempo agora apenas remanescente, eu gostaria de deixar acentuado, são dois aspectos: O primeiro deles diz respeito à questão do crescimento da população prisional pelos dados há pouco me repassado aqui pelo nosso Diretor de Políticas Penitenciárias a população feminina está crescendo e está crescendo muito. Em 2006 os presos masculinos de dezembro eram 379 mil. Estou arredondando os números. Em outubro 398 mil, em dez meses deu um crescimento da população carcerária masculina de 4.93. O número de presas, em dezembro de 2006, 21.335. Em outubro 23.757. Isso representa um crescimento de 11.35. Situação aqui que eu gostaria de deixar, o Deputado Fraga parece que pisou nesse aspecto, que ele é realmente fundamental, é a questão dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional, que ao longo dos anos, nesses 12 anos amealhou um bilhão e 200 mil aproximadamente e repassados esses recursos às unidades da federação proporcionalmente à massa carcerária. E que ainda assim nós chegamos ao final de um exercício, e eu estou torcendo, eminente Senador e eminentes Deputados que amanhã é o último dia de empenho para que nós possamos fazer com que unidades federadas vençam determinadas situações porque eu sofro até a consequência do não comprometimento da disponibilidade dos recursos que nós temos que são poucos, mas que os Estados não sabem aproveitar. É paradoxal. Em 2007 apenas cinco Estados apresentaram projetos para penitenciárias femininas. Bahia, Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte e São Paulo. Os demais Estados da federação parece que não querem os recursos. Ou não têm o espaço adequado para que isso possa ser efetivado. Esses projetos vão totalizar para as mulheres 820 vagas. Das unidades masculinas serão mais 4.179 vagas que iremos disponibilizar nesse exercício e vai representar nos recursos desse ano na parte de investimentos para a construção 16,4% dos recursos vão para vagas femininas. E 83,6% para vagas masculinas. O que representa um substancial avanço em relação a aquilo que era e que vinha sendo disponibilizado.

Mas o grande desafio que se impõe, eminente Senador e eminentes Deputados, é a questão dos compromissos das unidades federadas. E esse compromisso, o programa que... A lei que criou o PRONASCI, Programa Nacional de Segurança com Cidadania esse compromisso está sendo firmado através do Plano Diretor dos Sistemas Penitenciários Estaduais. Eu lhes diria que no dia de hoje nós estamos terminando o 10º Plano Diretor aqui no Distrito Federal. E para fechar o elenco das unidades federadas do PRONASCI, o Estado de São Paulo que na primeira quinzena de janeiro nós pretendemos fechar então esses 11 Estados e partir para os demais. Por quê? Porque as unidades federadas só irão receber [soa a campainha] recursos da União, do Governo Federal se vierem a honrar os compromissos que estão ali assumindo. E que são 22 metas. 22 metas que se desenvolvem através de ações distintas com compromissos em que cada uma dessas metas demandaria explicações minudentes como a questão dos patronados, dos conselhos de comunidades, as questões relacionadas ao funcionamento dos conselhos penitenciários, a questão do pessoal, a questão dos investimentos que os Estados têm que fazer não só na ampliação do número de vagas, mas também no aparato tecnológico adequado a permitir que ele possa inibir ingresso de armas e celulares, etc, dentro dos presídios.

Então o Programa Nacional de Segurança com Cidadania está dando um caminho as unidades federadas para que em honrando esse [soa a campainha] Plano Diretor com as metas que estão assumindo nós possamos fazer não uma reversão total, absolutamente, mas minimizar este caótico quadro que encontramos à nossa frente.

Quero agradecer, eminente Senador, a oportunidade que nos foi propiciada e dizer que o Departamento Penitenciário Nacional está aberto a toda e qualquer informação que V.Exª e seus eminentes pares possam naturalmente pretender porque a questão penitenciária e nós estamos dando a mais absoluta transparência porque não há nada que possa ser escondido. Quer dos órgãos públicos, quer da sociedade como um todo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Dr. Maurício e de imediato passar a palavra à Drª. Carmem.

SRA. CARMEM OLIVEIRA: Bom, eu finalizo reiterando na necessidade de que as informações que vêm sendo levantadas pela CPI da Câmara, bem como os debates em torno dessas Audiências Públicas referentes a irregularidades no aprisionamento de adolescentes, tem um amplo acesso aos Senadores que devem em algum momento talvez do próximo ano

colocar em votação no Plenário o Projeto de Lei... Aliás, a PEC que já teve uma aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, onde 12 Senadores votaram a favor da redução da idade penal. Faço um apelo em especial a esses 12 Senadores no sentido de se apropriarem das graves informações que circularam nessas Audiências Públicas e também na CPI para que eles possam tomar uma decisão mais balizada. Menos passional e mais balizada.

Gostaria de reiterar também que o Governo Federal vem trabalhando no sentido de ampliar este pacto federativo, ou seja, nós também Dr. Maurício tivemos em 2007 linhas de financiamento que não foram plenamente utilizadas pelos gestores estaduais. Eu diria que acho que nenhuma Formigle(F) foi plenamente utilizada dentro do recurso que poderia estar disponível em tese para os Estados. Nesse sentido, o projeto que nós apresentamos através do chamado PAC criança e adolescente, ele tem um nome muito apropriado que é o Na Medida Certa. Ou seja, nós entendemos que o sistema sócio-educativo embora bem mais recente que o sistema penal, ele tem muito melhores condições de atender o adolescente em conflitos com a lei, ainda mais à luz do CNASI(F) que prevê projetos arquitetônicos e de atendimento padronizados para todos os Estados, o PL 1627 que seria o nosso... A nossa PEC, quer dizer, a nossa Lei de Execução Penal, a nossa LEP, a Lei de Execução Penal, então nós temos hoje dispositivos que não tínhamos anteriores a 2006.

Então, nós entendemos que estamos numa fase muito privilegiada de implementação do estatuto no que diz respeito a política de atendimentos de adolescentes em conflito com a lei. E novamente colocando a nossa disposição de subsidiar com informes e com estatísticas do cenário brasileiro para a tomada de decisão devida dos Parlamentares. Nós devemos no próximo ano lançar um portal que se chama Observatório de Direitos da Criança e do Adolescente que vai dar mais viabilidade e transparência aos dados, não apenas dos projetos do Governo Federal, mas também daquilo que está sendo realizado nos Estados e Municípios, à luz também da iniciativa do Infopen que hoje é um mecanismo de controle social muito efetivo. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece à Dr^a. Carmem e de imediato passamos à Dr^a. Elizabeth.

SRA. MARIA ELIZABETH PEREIRA: Eu apesar de já ter falado aqui antes dos dois Senadores, o Senador José Nery e a Senadora Patrícia Saboya saírem, eu quero deixar registrado aqui nessa Casa, e a esse Plenário que o Grupo de Trabalho Interministerial, quando concluiu as suas atividades, e ainda antes de entregar o seu Relatório final, entregou à Ministra Nilcéia Freire

e a Ministra Nilcéia Freire entregou ao Ministro Tasso Gengro três propostas imediatas e urgentes tal qual o grupo qualificou frente à situação tão caótica que se encontra o sistema prisional. Dessas três propostas que a Senadora Serys até começou a pontuá-las, que é a questão do mutirão, nós propusemos um mutirão emergencial numa parceria efetiva com o judiciário, com os operadores de direito e obviamente dentro de todos os Estados para que a gente possa passar então a vista bem pequena toda situação prisional dessas mulheres e desses processos para, primeiro, acelerar aquelas que estão há anos esperando saber se são culpadas. Segundo, para acelerar a saída daquelas que já adquiriram tempo de sair e ainda estão aguardando o seu livramento. E terceiro, para tentar também através dessa ação a sensibilização do Judiciário para que a gente inverta uma lógica do aprisionamento. Porque nós temos uma série de mulheres que devido ao crime ser de menor potencial poderia estar cumprindo medidas sócio-educativas, trabalho com a comunidade e estar lá cerceada de liberdade, ajudando a aumentar o excesso de contingente de mulheres presas, piorando e degradando ainda mais a situação dela própria, das outras mulheres e do próprio sistema.

A outra questão que a gente apontou foi a questão de algumas propostas ao projeto arquitetônico tão bem elaborado pelo Sistema de Arquitetura e Engenharia do DEPEN para que tivesse um olhar ainda mais acentuado para a questão de gênero.

Então, a porta, essa porta não pode ser meia porta como é no sistema masculino, tem que ser uma porta mais alta, porque sem dúvida nenhuma a mulher tem que preservar a sua intimidade de uma forma diferenciada do que são as preservadas pelo homem. Nós sugerimos que essas unidades que já foram apontadas para ter no máximo 250 pessoas, que elas fossem adaptadas para que nos locais onde elas fossem construídas, elas atendessem a demanda. Elas não fossem única e tão somente unidades de 250 vagas, porque senão você obriga a tirar essas mulheres dos seus locais e deixá-las ainda mais distanciadas da sua família. E obviamente também apontamos a necessidade de uma reforma urgente nas cadeias públicas. Logicamente a construção de um presídio é um processo muito mais demorado que tem que começar imediatamente, mas também as cadeias públicas têm que passar por reformas e novas construções. [soa a campainha] Então essas três medidas foram as medidas emergenciais.

A outra questão que eu queria deixar registrado aqui é que no pacto nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, no qual é destinado um bilhão de reais para enfrentar toda e qualquer forma de vio-

lência, que abrange inclusive o tráfico de mulheres e a exploração sexual de criança e adolescente, a questão das mulheres encarceradas é um desses eixos. Então este pacto conversa com o PRONASCI. Quer dizer, ele transversaliza com o PRONASCI para que essas ações sejam feitas e efetivadas rapidamente.

Para finalizar eu queria só colocar que sem dúvida nenhuma, tanto o GT como os Ministérios que o compõem e posso assim dizer o Governo Federal está totalmente empenhado para que o resultado desse trabalho se transforme em ações concretas para realmente dar uma resposta a essa situação. Caso contrário de nada valeria. E quero finalizar minha fala dizendo o seguinte, eu me sinto tal qual a Senadora Patrícia Saboya envergonhada pelos governantes que eu tive no passado, mas me sinto orgulhosa por este Governo enfrentar de cara aberta, de peito em frente essa situação, mas não só para constatar, mas para através da ajuda de todos os três poderes deste País colaborar para reverter a lógica e o sistema prisional começando esperamos nós pelo feminino.

Só uma coisinha, Senador Paim, me perdoe, eu quero passar para a Casa e particularmente as suas mãos o acordo de cooperação e o Decreto que instituiu o grupo e faremos chegar também às suas mãos a cópia do relatório preliminar e em janeiro quando entregaremos o relatório final também com todas as ações, Ministério por Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu que agradeço a Dr^a. Maria, como agradecer a todos os convidados, agradecer ao Plenário, eu quero ficar com essa frase que eu acabei usando aqui no meio do debate. Isso é um filme de horror. Um filme de terror. Eu confesso que nesse meu primeiro ano na Comissão de Direitos Humanos do Senado da República eu estou aqui há cinco anos, eu não sabia efetivamente de todos esses... Não digo esses detalhes, essa situação aqui descrita. E eu como Senador da República. Então calculem grande parte ou 99% do povo brasileiro. Quando eu ouço aqui que inclusive recursos do Governo Federal, os gestores não se apropriam para investir na segurança e nas condições desumanas dos presídios, quando eu ouço aqui esse dado que numa cela para 40 estão 190, quando eu ouço que aqui em Brasília numa cela para 5 tem mais de 80, é de fato assustador e muito, muito preocupante. Enfim, quando a senhora relata aqui a situação, quero repetir de novo das mulheres estrangeiras que eu só vi em filme isso, eu confesso que eu só vi em filme, e que aqui são condenadas, não sabem nem porque e são isoladas e ficam lá quem sabe dezenas de anos. Eu vou ficar com o seguinte encaminhamento. Porque de forma alguma a gente poderia aqui achar que

depois dessa audiência nós vamos tomar as medidas para resolver. Sem sombra de dúvida, eu vou aprovar já um outro Requerimento que é a primeira Sessão da Comissão para o ano que vem, vai ter que ser para ver quais os encaminhamentos que nós podemos aqui no Senado fazer para ajudar essa situação desumana. Pra mim é uma forma indescritível para mim, por mais que eu queira aqui ao terminar essa audiência poder falar. Eu recebi aqui agora um documento que diz o seguinte: o tráfico de crianças para alimentar a escravidão sexual é intenso. E aqui só fala alguns Estados. Fala Amapá, Pará, que vai para a Guiana e vai para o Suriname. Aqui acho que alguns dos dados e não precisa ir tão longe. Pega aqui Goiás que é aqui do lado. De fato é assustador. E me desculpem dizer isso, mas vou dizer, ainda tem gente que diz que não precisa, a União pode abrir mão de 40, 50 bilhões de reais das transações financeiras que não precisa investir no social. Não precisa investir mais na educação, não precisa investir mais na segurança. Não precisa investir mais nos presídios. Eu não estou entendendo bem que País nós estamos vivendo. Na véspera de aprovar o orçamento: Não, pode abrir mão de 40 bilhões de reais que não vai fazer falta. Então fica aqui meus protestos e vamos... Vou submeter já em votação. Os Senadores e Senadoras que concordam que a primeira Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos quando retornarmos em fevereiro é para retornar esse tema da situação dos presídios e da segurança em nosso Brasil. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu agradeço a todos e com certeza é uma caminhada muito longa de todos nós, mas sempre na defesa dos Direitos Humanos. Muito obrigado a todos.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h30.

Ata da 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no Dia Vinte e Um de Novembro do Ano de Dois Mil e Sete, às Dez Horas.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia vinte de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador MOZARILDO CAVANCANTI, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores EDUARDO SUPLICY, MARCELO CRIVELLA, EUCLYDES MELLO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JOÃO RIBEIRO, MÃO SANTA, PAULO DUQUE, MARIA DO CARMO ALVES, EDUARDO AZEREDO, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHES-

SARENKO, GILVAM BORGES e FLEXA RIBEIRO. Justificaram a ausência os Senadores JARBAS VASCONCELOS, HERÁCLITO FORTES e ROMEU TUMA. Presentes também os Deputados Federais FRANCISCO RODRIGUES e MÁRCIO JUNQUEIRA. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente em exercício declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. A presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública para tratar de tema de interesse da Defesa Nacional, com ênfase na situação dos brasileiros expulsos da reserva Raposa/Serra do Sol, no Estado de Roraima, e da Operação UPATAKON 3, tendo em vista tratar-se de área estratégica, localizada na fronteira do Brasil com a Venezuela e com a Guiana e considerando sua importância estratégica pelo país, em atendimento ao Requerimento nº 78, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, com a presença dos seguintes convidados: Governador do Estado de Roraima, Ottomar de Souza Pinto, Vice-Governador José de Anchieta Júnior, Deputados e Deputadas Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima: Deputada Aurelina Medeiros, Deputada Marília Pinto, Deputado José Reinaldo, Deputado Ionilson Sampaio, Deputado Sargento Damosiel e Deputado Célio Wanderley. O Presidente convida as autoridades a comporem a Mesa. O Presidente concede a palavra a Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS, Governador OTTOMAR DE SOUSA PINTO, Senador AUGUSTO BOTELHO, Senador MÃO SANTA e Deputado MÁRCIO JUNQUEIRA. O Senador Augusto Botelho assume a Presidência. O Senador Mozarildo Cavalcanti reassume a presidência. O Presidente concede a palavra ao Deputado FRANCISCO RODRIGUES, Senador MARCELO CRIVELLA, Deputado Estadual IONILSON SAMPAIO, Deputada Estadual MARÍLIA PINTO, Deputado Estadual CÉLIO WANDERLEY, Deputado Estadual SARGENTO DAMOSIEL, Deputado Estadual JOSÉ REINALDO, Vice-Governador JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR e Senador EDUARDO SUPICY. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Presidente em exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Havendo número regimental declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comis-

são de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Dispensado. Em votação. Os Srs. Senadores que concordam se mantenham como estão. Aprovado.

Passamos agora à apreciação da pauta. Essa Sessão se destina à Audiência Pública para tratar do tema de interesse de Defesa Nacional, com ênfase na situação dos brasileiros expulsos da reserva Raposa/Serra do Sol no Estado de Roraima, e da Operação Upatakou 3, tendo em vista tratar-se de área estratégica localizada na fronteira do Brasil com a Venezuela e com a Guiana, e considerando sua importância estratégica para o País em atendimento ao Requerimento nº. 78/2007 de minha autoria.

Convido para tomar assento à Mesa os Deputados que compõem a Comissão da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima que me acompanharam neste... Nessa missão da Comissão à reserva.

Deputada Aurelina Medeiros, Presidente da Comissão, Deputado José Reinaldo, Relator da Comissão, Deputada Marília Pinto, Deputado Ionilson Sampaio, Deputado Damosiel e Deputado Célio Wanderlei.

Eu quero esclarecer que os Deputados Estaduais aqui presentes compõem uma Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Estado inclusive atendendo a uma solicitação minha já que o assunto embora seja, vamos dizer assim, do âmbito federal, não há como entender que se discuta o problema sem as pessoas estão vivendo no Estado. Tanto a população indígena quanto a população não indígena. E essa questão principalmente no que tange a questão da fronteira, embora seja também um assunto de tratamento federal, a fronteira está justamente lá no Estado.

Então, para começar o nosso trabalho de hoje, eu quero conceder a palavra à Deputada Aurelina Medeiros que é a Presidente dessa Comissão Especial da Assembleia Legislativa.

DEPUTADA AURELINA MEDEIROS (PSDB-RR): Senador Mozarildo, demais Senadores presentes, autoridades, Deputados Federais do Estado de Roraima, Deputados Estaduais, demais autoridades presentes.

Nós participamos de um trabalho juntamente com o Senador Mozarildo através de uma Comissão Especial externa com o objetivo de averiguar a situação dos brasileiros chamados de não índios que vêm sendo retirados da área Raposa/Serra do Sol. Essa Comissão trabalhou durante 30 dias, visitamos todas as comunidades, todos os núcleos afetados, todas as regiões de conflitos existentes na área Raposa/Serra do

Sol, produzimos um Relatório que será daqui a pouco apresentado pelo Senador Mozarildo. Mas nós gostaríamos de antes de começar a falar da questão indígena, passar rapidamente a situação fundiária do Estado de Roraima para que possa ser entendido nesse contexto o problema que ora nós vamos nos referir.

A condição histórica do Estado de Roraima, em relação à posse de terras ela vem da condição de território federal, quando as terras do seu território geográfico pertenciam à União e essa condição permanece até hoje. E isso tem trazido problemas imensos ao Estado de Roraima, diante da impossibilidade do nosso Executivo Estadual gerenciar projetos de desenvolvimento, projetos agrícolas já que nós somos um Estado essencialmente agrícola, inclusive nós vamos dizer assim adequação das políticas do Governo Federal e do Governo do Estado já que nós não temos nenhuma capacidade, vamos dizer assim, de gerenciar esses projetos ou sequer é dada a oportunidade ao Estado de participar e de discutir dos projetos do Governo Federal que ali chegam ou que poderiam ali ser desenvolvidos, já que nós não temos a posse da terra.

Nós temos uma política de ocupação através da criação de projetos de assentamento, são projetos criados sem nenhum critério de um projeto de assentamento histórico, projetos de assentamentos criados em nome de uma política que nós não concordamos, porque se criam projetos quando outros têm até metade dos seus lotes abandonados pela falta de apoio, nós temos projetos de assentamento sem políticas de apoio, sem incentivo, sem infra-estrutura, pessoas são assentadas nesses projetos no que nós chamamos de picadões, sem estradas, sem escolas, sem crédito, sem educação, sem assistência técnica e sem nenhum contato com o Governo Estadual. Essa é a política de ocupação que está sendo levada à cabo no Estado de Roraima sob a alegação que o Estado não tem terras e sequer tem o direito de opinar sobre essas terras que estão sendo ocupadas. Nós temos uma política indigenista contraditória, grandes áreas e poucos índios, nós temos o abandono dessas comunidades logo depois que são demarcadas e registradas áreas indígenas, nós temos a segregação étnica, hoje tem que sair das áreas indígenas inclusive pessoas não índias casados com índios, e isso gerando a desagregação familiar imensa, e nós temos o isolamento dos povos indígenas que eles não aceitam de forma nenhuma a política que é hoje levada ao Estado de Roraima pelo Governo Federal.

Nós temos uma política de desenvolvimento intervencionista no Estado de Roraima, onde o Governo do Estado não é respeitado. Ali nós temos uma pes-

soa, um Gerente do Governo Federal que age como Governador representando o Governo Central no Estado de Roraima, que não dá nenhuma satisfação ao Governo do Estado, à Assembléia Legislativa ou a qualquer poder ou qualquer autoridade das atuações do Governo Federal no Estado de Roraima, nós temos um desrespeito imenso em função de tudo isso à população do nosso Estado, e nós temos um temor muito grande. As ações de demarcação e ocupação de terras são feitas em total desrespeito à Constituição Federal, já que essas demarcações todas elas esses registros seja de áreas ambientais ou áreas indígenas são feitas através de Decretos, sem anuência do Conselho de Defesa Nacional se situam nas áreas de fronteiras e as nossas Forças Armadas que constitucionalmente tem o dever de guardar nossas fronteiras não tem também. Há pouco tempo nós verificamos em Roraima a grande luta do Exército para implantar dentro da comunidade indígena na área de fronteira os seus comandos, suas áreas.

Nós temos o despovoamento das nossas fronteiras em função disso, e temos uma situação que hoje está aí em discussão com relação à Guiana, Venezuela, e o total desguarnecimento das nossas fronteiras, desabitação por brasileiros, habitação por estrangeiros... Nós temos, por exemplo, Municípios como a sede de Pacaraima incrustado em áreas indígenas que a sede do Município está aí sobre intervenção para ser também desocupada. Enfim, a nossa temeridade é pela morte do nosso Estado e pelo risco que corre o nosso País, pelas nossas fronteiras que estão ali desguarnecidas, em nome de uma comunidade indígena que não aceita a política do Governo Federal que está sendo implantada ali. E o nosso objetivo, nós temos saído e gritado pelo Brasil inteiro e estamos hoje no Senado Federal, nós estamos suplicando ajuda. Nós estamos pedindo apoio do Senado Federal, para que o nosso Estado recém-nascido possa crescer e para que o nosso País mais tarde não venha se arrepender do que está acontecendo hoje no Estado de Roraima.

Então nós, acima de tudo, pedimos apoio ao Senado Federal para que sejam presentes, porque não se trata só do Estado de Roraima que eu sei que muitos trocam a sigla inclusive por Rondônia. É pouco conhecido. Mas é uma situação de temeridade para o Brasil que nos preocupa e nós, a nossa... Ultimamente o nosso grito tem sido um pedido de piedade ao Governo Federal porque ali residem 400 mil habitantes brasileiros no Estado de Roraima. Vamos passar rapidamente só para vocês terem uma noção da situação fundiária do Estado hoje, como é que se coloca, onde é que estão essas áreas que estamos colocando aqui.

Aqui é a área do Estado de Roraima, 22 milhões de hectares, 240 mil quilômetros quadrados, seus limites com a Venezuela, Amazonas, Guiana, limites internacionais, Venezuela e República da Guiana, os limites nacionais Amazonas e Pará, e as condições do escoamento da produção. Hoje nós temos o seguinte quadro de distribuição das terras do Estado de Roraima. Área total são 22 milhões de hectares, nós temos 10 milhões e 400 mil hectares terras indígenas, nós temos cerca de um milhão e 800 mil hectares de áreas de preservação ambiental porque existem áreas sobrepostas com áreas indígenas nesse contexto. Nós temos dois milhões de hectares do Estado de Roraima e temos 274 mil entre áreas do Exército e pretendidas também pelas Forças Armadas e temos da União propriamente dita que a gente chama quase sem destinação 7 milhões de hectares. Desses 7 milhões e 600 mil hectares, um milhão e cem mil hectares são destinadas a projetos de assentamento de pequenos produtores. E 618 mil hectares são áreas tituladas fora dos projetos de assentamento. Restando 5 milhões e 800 mil hectares de áreas propícias a implantação de projetos de desenvolvimento que nós pedimos todo dia ao Governo Federal que nos dê a oportunidade de ser donos dessa terra para que o Estado possa caminhar e possa crescer.

Essas áreas são glebas que representam a área do Estado de Roraima. Esse pedacinho aqui que são áreas pertencentes, registradas em nome do Estado são cerca de sete glebas, ficam já na fronteira com o Amazonas, é uma área imprestável, vamos dizer assim, para o desenvolvimento agrícola, embora seja uma área rica em extrativismo e propicia ao desenvolvimento do ecoturismo. Mas para a agricultura é uma área alagada, essa área do Estado, cerca de 2 milhões de hectares.

Aqui são as terras registradas em nome da União que existem hoje, são glebas cada uma dessas glebas em torno de 27 que são registradas em nome da União, portanto, de propriedade do Governo Federal e não do Estado de Roraima.

Esses são os projetos de assentamento. É do Estado de Roraima. Se vocês puderem passar, logo em seguida são cerca de um milhão, 195 mil hectares que estão assim distribuídos à área de cada projeto, já que esse material vai ficar aqui, uma área de cada projeto que totaliza um milhão, 195 mil hectares. O nome de cada projeto e assentamento criado, pena que não deu para gente colocar do lado o estado e as condições em que vivem esses colonos assentados no Estado de Roraima. Certamente não é muito diferente das condições que vivem nossos índios nas áreas já registradas e homologadas.

Aqui estão as áreas de preservação ambiental que hoje a gente, por exemplo, temos uma área bem maior, mas elas estão sobrepostas as áreas indígenas, foram criadas e demarcadas depois, e são essas áreas aqui, em torno de um milhão e 800 mil hectares. Nós teríamos mais cerca de 2 milhões de hectares que foram sobrepostas com áreas indígenas. Então não estão aqui explicitadas.

Aqui está uma relação das nossas áreas e reservas ambientais, a gente gostaria de dizer que a nossa fonte são os cartórios onde são registrados todos os seus memoriais descritivos e os decretos de registros nos devidos cartórios de imóvel.

Aqui nós temos as nossas terras indígenas. A nossa fronteira com a Venezuela está lá. É a situação que nós vivemos hoje de temeridade. Até porque a gente já sabe também e já foi objeto de relatórios antropológicos. Essa área central também para que seja demarcada as áreas indígenas porque esses pontinhos também escuros são outras áreas indígenas e aí vem acontecer o que acontece hoje no norte do Estado. Quando dá 18h na nossa rodovia federal é colocada uma corrente e as pessoas são impedidas de ir e vir porque as comunidades indígenas não aceitam isso. E é bom que se diga que quem mora lá, quem orienta essas comunidades, apesar de eu ser católica, eu gostaria de dizer que é o CIR através da igreja católica, mas que não é a igreja católica brasileira. Acho que em Roraima nós só temos três padres brasileiros, o restante são estrangeiros que moram lá. Então o nosso temor é que feche também a região norte e a nossa fronteira fique totalmente inacessível. O único lugar, Uiramutã e Pacaraima onde nós temos a presença do Exército, Uiramutã já foi uma luta muito grande e está fadada a desaparecer de lá. Porque o Município de Pacaraima, a sede do Município está fadada a desaparecer por ações judiciais que já existem para retirada dos moradores.

Aqui está cada área registrada, a quantidade, a data de homologação e de registro no cartório de imóvel. Cada área indígena totalizando 10 milhões e 400 mil hectares. É a continuação do mapa anterior. Que é a mineração, talvez não dê para ver muito bem, tem os pontos amarelos, mas acho que no mapa seguinte a gente vai ver uma coincidência boa, as áreas indígenas estão... A gente sabe que o Estado de Roraima, a sua riqueza maior em termos minerais é ouro, diamante e cassiterita. E estranhamente ou deliberadamente as nossas reservas onde estão lá, poucos dias eu ouvi uma reportagem onde eu não sei se Suécia ou Austrália são os Estados hoje que vendem... Os maiores vendedores de arara, de jacaré, de jibóia... Da nossa fauna, levada da Amazônia, os nossos peixes orna-

mentais, e com certeza daqui a pouco são dos nossos minérios também. Porque essas regiões sequer o Governo do Estado pelos Decretos de Homologação feitos pelo Ministério, porque não é pelo Senado e pelo Legislativo, de uma forma geral, ele sequer dão direito as autoridades estaduais de adentrarem a essas áreas. Nós conseguimos entrar porque eles ressaltaram as autoridades federais e nós acompanhamos o Senador Mozarildo para verificar in loco o que estava acontecendo lá. Os pontos amarelos são os nossos minérios, a concentração que se dá exatamente nas áreas demarcadas. Que estão, mais uma coincidência, a maior concentração de cassiterita, de ouro, diamante, estão exatamente onde estão as nossas áreas demarcadas.

Aqui está a síntese, mais uma vez, a indicação das áreas minerais, as áreas de minério, e as áreas onde é que estão as nossas áreas indígenas. Esse mapa concentra todas as regiões. Aqui estão os nossos Municípios. Cada Município do Estado de Roraima. Aqui tem um Município de Alto Alegre. A gente vê um Município com uma área, não estou vendo bem, cerca de 25 mil hectares e a área indígena que aí está, pode passar porque deve aparecer aí. Esse Município tem mais ou menos... é de área indígena 18 mil hectares. Município de Alto Alegre. Pode passar os Municípios seguintes para a gente ter uma visão. Aqui está o Município de Boa Vista, aqui tem um pouquinho só de terra indígena, mas daqui a pouco a nossa população hoje a gente pode dizer que é composta mais de índios ou de mestiços, a gente pode dizer assim. Aqui está o Município de Bonfim, com suas comunidades indígenas também. O Município do Cantar, também, que tem pouca terra indígena ainda. Mas tem uma perspectiva de crescer. Município de Caracará, com suas áreas indígenas também. Caroebe é Município já ao sul do Estado, ali a gente tem a famosa reserva Mapuera, que vem desde o Estado do Pará, Amapá, e termina aqui. O vermelho que é terra indígena. O Município de Iracema que também sobra pouquinho, que não é terra indígena, Município de Mucajaí, os pontos vermelhos que são as terras indígenas, Município de Normandia, praticamente a totalidade do Município é terra indígena. Município de Pacaraima, onde está a reserva São Marcos que é uma região de fronteira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Só um pouquinho para receber o Governador do Estado. Deputada Aurelina pode prosseguir.

DEPUTADA AURELINA MEDEIROS (PSDB-RR): Município de Rorainópolis também com suas terras indígenas. São Luís do Anauá. Município do São João do Baliza, também com suas terras indígenas. E, por

fim, um outro Município totalmente tomado por terras indígenas. Município do Uiramutã.

Bom, aí nós temos os nossos títulos definitivos e colônias agrícolas, são esses pontos amarelos no mapa. Temos aí os nossos projetos de assentamento. As nossas áreas de reservas ambientais. As áreas das Forças Armadas, pretendidas e atualmente ocupadas, as áreas montanhosas do Estado que não são agricultáveis ou são terras que a gente considera inaproveitáveis do ponto de vista da agricultura, terras alagadas e as nossas terras indígenas.

Então, esse é o perfil fundiário do Estado de Roraima. Essa é a situação que nos encontramos hoje, quando a gente olha a gente tem a impressão que o cerco está se fechando em torno de população que busca proteção de qualquer forma para sobreviver dentro desse Estado. Eu acho que representando o medo que a gente tem em relação à situação das nossas fronteiras desabitadas.

Bom, então esse é o perfil fundiário do Estado de Roraima, a gente não poderia deixar de explanar para que as pessoas tenham conhecimento e entendam a nossa angústia, como nós colocamos antes, a nossa situação histórica desde a condição de território, e a angústia do nosso Governador que se encontra aqui presente, Governador Ottomar, de não poder gerenciar o destino de suas terras, e a contradição. A gente sabe que um Estado é feito de povo, terra e soberania. E no nosso Estado nós só temos o povo, não temos a terra nem a soberania. É por isso que a gente anda de pires na mão, pedindo ao Governo Federal que olhe para um Estado pequeno, mas que por ele passa muitas questões que afetam de forma positiva ou negativa o nosso País. A fragilidade das nossas fronteiras nos preocupa bastante.

Então era isso que a gente gostaria de expor, em seguida eu retorno a palavra ao Senador Mozarildo que em seguida a gente retoma com a análise do Relatório, com a apresentação do Relatório da última investida de retirada dos não-índios na área Raposa/Serra do Sol. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Agradeço a Deputada Aurelina, que presidiu esta Comissão da Assembléia Legislativa, Comissão Especial e quero registrar, portanto, já na nossa Mesa a presença do nosso Governador do Estado de Roraima, Governador Ottomar de Souza Pinto, também a presença do vice-Governador Anchieta Júnior, e quero também aqui fazer um registro de que esse trabalho que nós desenvolvemos lá no Estado contou com o apoio importantíssimo, além da Assessoria da Assembléia, de dois consultores do Se-

nado Federal. O Consultor Marcos Peixoto que está aqui presente, e o outro Consultor, Dr. Joanisval Brito Gonçalves. Eu quero fazer esse registro porque realmente o trabalho deles foi muito fundamental porque um é especializado em questão agrária, e o outro é especializado em questão de defesa nacional, portanto, o nosso objetivo é justamente trazer para o debate nessa Comissão a importância dessa reserva indígena considerando que ela está encaixada na fronteira com a Venezuela e a Guiana e a Venezuela e a Guiana têm uma área de conflito forte que está inclusive se agudizando agora.

Eu quero, portanto, agora tenho o prazer de anunciar a palavra do nosso Governador do Estado, Governador Ottomar de Souza Pinto.

SR. GOVERNADOR OTTOMAR DE SOUZA PINTO (PSDB-RR): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, Deputados, Deputado Chico Rodrigues, Deputado... Deputado Márcio Junqueira, Senador Augusto Botelho, vice-Governador do Estado, o Anchieta, demais autoridades aqui presentes. Deputados Estaduais.

Bom, eu fui surpreendido com a palavra tão logo aqui cheguei. Esperava ouvir um pouco mais, sedimentar as informações, intelectualizar e poder tirar alguma conclusão que pudesse representar algo novo para levar ao conhecimento das senhoras e dos senhores. Mas na verdade o nosso Estado devem ter visto aí, é como se fora um escudo que se adentra na Venezuela e na Guiana. A fronteira com a Venezuela tem cerca de 900 quilômetros de extensão. Dr. Aroldo me corrija se estiver errado. 970. Com a Guiana é menor. Mas isso mostra a extensão territorial que existe entre si os dois países e o nosso País, nosso País através do Estado de Roraima.

O que se pode observar é que na nossa região a política do Governo está na contramão. Enquanto todos os povos buscam vivificar as suas fronteiras, e por vivificar se entendem a localização de famílias, de atividades econômicas, as mais diversas, nós estamos praticando no Brasil uma política diferente. Que não colima os interesses do nosso povo. Acho que o grande prejudicado não é somente o povo de Roraima, é também o povo brasileiro. Porque hoje aquela faixa extensa de terra é terra de ninguém. Estiveram me contando que até para hastear a bandeira nacional numa comunidade indígena tiveram problema porque o Tuchaua não queria deixar. Então por aí já se pode ver que não há brasileirismo nessa extensa área. Ela serve e serve muito bem como refúgio e paraíso de traficante de droga, de contrabandistas, de traficante de armas, e outros elementos deletérios que pululam na fronteira do Brasil a fim de ganhar dinheiro fácil em detrimento do bem-estar da nossa população.

Nós temos certeza de que isto não vai chegar a um bom fim. E por falar em Bonfim, lá também existe uma área despovoada, uma área indígena grande, lá em Boa Vista até se mata para roubar uma bicicleta, levar para Bonfim e trocar por maconha na República Federativa da Guiana.

Então, esse é um quadro que para o qual estamos sendo empurrados. Não sei ao sabor de que interesses. Só sei que são interesses antinacionais. Esses interesses não são interesses verde e amarelo.

O Governo do Estado tem procurado na medida das suas possibilidades tentar preencher esse vazio. Temos um relacionamento muito estreito com as comunidades indígenas. Eles procuram o Palácio do Governo e os órgãos governamentais muito mais do que procuram a FUNAI. Eu diria assim, 50 visitas ao Governo e uma para a FUNAI. Por quê? Porque a FUNAI não tem nada para dar. A FUNAI dá terra, que não pertence a ela, pertence ao povo brasileiro, e dá área para usufruto das comunidades indígenas. Então ali está a população indígena 43 mil habitantes, os ianomamis 8.862 e as demais nações macuxis, wapixanas e igaripós e tantas outras como... E vai por aí afora. Totalizam 34.429. Claro que não é mais isso, mas anda por aí o número.

Então, nós procuramos ajudar os índios. Veja bem, senhores, quem é que mantém o ensino nas comunidades indígenas? Mais da metade da rede escolar de Roraima é nas comunidades indígenas. E lá, muitas vezes a escola tem 10 alunos, 12 alunos, 13 alunos. Essa é a situação. Gasta-se um dinheiro muito grande por isso. E qual é a contribuição da FUNAI ou do Governo Federal para ajudar o estadual? Zero. Não ajuda em nada. Quem é que distribui tratores agrícolas, arranja tratorista, dá semente, põe técnico agrícola para orientar talvez numa futura economia capitalista, as comunidades indígenas que vivem um coletivismo prestino vem desde a época da vinda deles do Caribe para cá? Governo do Estado. Gastamos por ano cerca de oito milhões de óleo diesel para manter energia elétrica em 70 comunidades indígenas. Esse fim de semana a PETROBRAS queria deixar o Estado num apagão por causa de uma fatura de 500 e poucos mil reais de óleo diesel. Nós somos um Estado pequeno. No Brasil quem produz energia, quem gera é a ELETROBRAS. Eu acho que a única exceção é a COPEL do Paraná.

Bem, o Governo Federal se recusa teimosamente a federalizar a nossa empresa de energia elétrica sob o pressuposto que se for gastar dinheiro com ela as ações da ELETROBRAS vão cair na bolsa de Nova York. Esse é um argumento panéssio, palpável como dizia Nelson Rodrigues.

Então, nós vivemos uma situação kafkiana naquela fronteira. É bom que o Brasil se dê conta disso. É uma situação kafkiana. É uma situação que agride o bom senso. Eu não sei o que meus companheiros aqui Deputados disseram... Eu não vi, cheguei um pouquinho antes dele, mas nós esperamos. Temos revidado os maiores esforços para que essa situação seja superada. A gente percebe que os elementos militares da região não se sentem contentes com essa situação. Porque estão tendo uma visão estratégica de tensões, de atritos e de conflitos no futuro em decorrência dessa política atentatória aos interesses maiores da nossa Nação, dos nossos compatriotas. Ali a área do Estado é outra situação kafkiana. O Estado tem 232 mil quilômetros quadrados. 47% é área indígena. É a maior concentração indígena em um Estado aqui no nosso País. E depois se somarmos as unidades de conservação, que são as chamadas florestas nacionais, as flonas, que hoje o Governo utiliza para arrendar na sua maioria elementos estrangeiros, e outras pequenas... Outras áreas de instituições nacionais, então nós verificamos que o que sobra é cerca de 25%. Desses 25% o INCRA, na promulgação, na elaboração constitucional ele se aproveitou mateiramente e passou a mão em cerca de 18%, 19%.

Então, sobrou para o Estado apenas 10%. De maneira que fica difícil você implementar o planejamento de um Estado fabulosamente rico, e lá é muito rico, a província mineral ianomami é sabido, ela é mais rica que a província de Carajás, pela nobreza dos elementos minerais que ali estão concentrados.

Então, a situação é essa. O Estado tem lá 7,84%. Estivemos com o Presidente da República. Senador Augusto Botelho levou um saco de cimento cheio de arroz de diferentes tipos. E quando nós discutíamos ele plantou na Mesa redonda lá do Presidente aquele saco e fez a propaganda do seu Estado. Mostrou a generosidade do solo roraimense na agricultura. Explicamos esses números que agora estão sendo apresentados aqui nessa reunião. O Presidente deu um murro na Mesa. O Presidente chorou. O Presidente corou... Para que o INCRA quer tanta terra? Temos que entregar a terra de Roraima a Roraima. Isso foi há dois anos atrás. Roraima continua esperando que a indignação presidencial se transforme num gesto racional que represente a devolução desse patrimônio àqueles que lá vivem. Antes de existir INCRA, um século ou dois antes, já havia roraimense morejando em cima daquele solo. Não apenas os índios. Havia famílias nas montanhas, nas planícies e nas florestas tirando o sustento de cada dia com o suor do seu rosto, trabalhando em cima do solo roraimense. De repente esse povo não é dono de mais nada. É tudo

do INCRA. Agora, quem é que faz os assentamentos de lá? É o Governo. Eu diria que sem medo de errar, que 75 a 80% dos projetos de assentamento que lá existem foram iniciativas e trabalhos executados pelo Governo do Estado. Quem é que mantém as 18 mil famílias, quase 20 mil famílias de pequenos produtores que fazem a agricultura familiar em Roraima? Governo do Estado e os Prefeitos. O INCRA não entra em nada disso aí. Nada. Agora mesmo em frente ao Palácio deve ter 50 tratores com carrocinha, com empilhadeira, com implementos agrícolas para serem distribuídas tanto aos pequenos produtores, quanto às comunidades indígenas. As sementes, o crédito, a cesta técnica, onde tivemos uma reunião com os técnicos rurais, discutindo os problemas do campo. Onde está o INCRA? Não está. Hoje o produtor de soja de Roraima, por exemplo, é uma entre 35 e 40 anos ele é Economista, administrador de empresa, ele tem o terceiro grau completo. Passa o dia cuidando dos interesses da sua lavoura, as lavouras são mecanizadas, a noite está no computador ligado na internet procurando saber como é que anda o mercado mundial no produto que ele elabora nas suas transações. Esse homem se estivesse aqui no meu lugar ele diria para os senhores: Olhe, eu passo de segunda a sexta nas repartições públicas federais. INCRA, FUNAI, IBAMA. Multas e mais multas. Só trabalho na minha lavoura sábado e domingo. É esta a situação. É uma situação incompatível com o bom senso.

Bom, isso aí não vou ler porque destacamento de polícia, lá nessa região, na Raposa/Serra do Sol existem comunidades mistas, índias e não índias, além de existir o famoso polígono dos arrozais. Então as comunidades de Água Fria, Mutum e tantas outras, o Governo quer tirar de lá. Mas não cumpriu a Lei Augusta. Não pagou, não indenizou em dinheiro. A lei de indenização prévia em dinheiro. As pessoas pobres. Pessoas que só tem aquilo ali, aquele barraco para cobrir a cabeça e o roçado. Então é uma das razões de irresignação, porque eles não estão sendo ressarcidos. Não digo daquilo que investiram, mas pelo menos de parte do que têm, que é pouco, mas que tem algum valor se for adequadamente apropriado. E o polígono dos arrozais, vieram os gaúchos lá do Rio Grande, depois de fazer tentativas em vários lugares encontraram área excepcional perto das montanhas, na planície. E estão lá há mais de 20 anos trabalhando no sol, na chuva, na ventania. Envelhecaram na lide da produção do arroz. As suas famílias deixaram cidades como Caxias, como Santa Maria da Boca do Monte e tantas outras e foram lá para o sertão viver e trabalhar na expectativa de um futuro melhor para todos os membros da família. Aí de repente saíram duas

versões da Raposa/Serra do Sol. Em nenhuma delas estava incluso o polígono dos arrozais. É uma área que tem uma produção enorme de arroz. Pois bem, na última versão da Medida Provisória, ou da Portaria, aliás, incluíram a área onde os gaúchos plantam arroz sem nenhum suporte antropológico. Sem nenhum suporte antropológico. Eu não sei porquê. Não sei porquê. Eu me lembro que eu li uma vez num livro de um cara excêntrico, e ele estava deitado, não tinha o que fazer: Ah, para onde é que eu vou? Vou dar um passeio. Estava com um chiclete na boca e cuspiu em cima do mapa. No lugar que caiu ele disse: Ah, é Ostende. Eu vou para Ostende. Acho que só pode ser isso, porque não tinha razão científica, nem lógica, a não ser o desejo de fazer pirraça, envenenar a vida do cara.

Então é outra situação. É uma situação que preocupa, porque eles não estão decididos a sair de lá de cabeça baixa. É um grupo de pessoas que já tem uma formação... Uma consciência crítica maior da situação.

Então, estão lá para ver se resolvem. Essa situação que a todos nós inquieta. Para ter uma idéia, o Prof. Amilton Goldin, um sujeito inteligente, foi Reitor da Universidade Federal de Roraima, ele fez uma pesquisa grande e fez um trabalho que está aí, já foi passado aqui e em vários lugares. Esse trabalho demonstra de forma cabal que o Decreto de aprovação da Raposa/Serra do Sol é 171. É falsidade ideológica. Houve várias fraudes. Eu não vou citar aqui porque é muita coisa para dizer. Mas por exemplo, nós indicamos médicos e engenheiros para integrar a Comissão, eles não chamaram e botaram motoristas das pick ups que o Governo forneceu para ajudar a resolver o problema, como membro da Comissão. E no fim os motoristas assinaram como membro. E os outros Dr. Robério, seu colega, e tantos outros ficaram de fora. Vários passos procedimentais que normatizam essa lei, essa Portaria, deixaram de ser observados. E no último instante, aquela área dos gaúchos, aquilo vale uma fortuna. Os canais estão lá, bomba. Vamos botar aquilo para cá. Então eu não entendo, sinceramente eu sou brasileiro, mas eu acho que o meu Governo devia olhar melhor para nós. Não quero que... Não há nisso nenhum menosprezo pelos indígenas. Pelo contrário, eles são bons. Mas não se pode tratar os nacionais dessa maneira. Pisoteando em cima deles.

Então, eu não sei se já falei demais ou... [risos] Na verdade nós todos continuamos lá procurando a convivência com os indígenas, mantendo as suas escolas, fornecendo energia elétrica, distribuindo tratores, saúde, os postos de saúde todos são do Governo do Estado, os remédios são do Governo do Estado, esse escândalo da FUNASA, por exemplo a FUNASA tra-

balha, mas quem dá o remédio lá somos nós. Existem ONGs na região que recebem muito dinheiro, mas a gente não vê a eficácia do trabalho dessas ONGs. Se não fossem as iniciativas dos Prefeitos e do Governo, a população indígena hoje era bem menor do que é realmente. Eu me lembro que quando há muitos anos atrás eu fui lá, Maturuca tinha a metade da população com tuberculose, porque não tinha o que comer. Os ianomâmis também. Os ianomâmis são... Eu não sou alto. Zé Reinaldo também não é alto. Mas eles ainda são mais baixos que o Zé Reinaldo. Por quê? Não tomam leite... Não tem nada. Doença, tem uma doença onconcerose que dá no olho. Continuam até hoje. Diagnosticou-se a onconcerose, mas não tiveram tempo de tratar dos índios. É uma entidade nosológica que serve para exposições nos Estados Unidos... Olha aí no Brasil. Os ianomâmis tudo com olho podre de onconcerose. Mas os responsáveis para combater este mal não fazem isso. Eles se comportam como críticos e não como atores que na realidade é o papel de cada um deles.

Bom, então nós achamos que Raposa/Serra do Sol se justificaria não na forma como foi feita. O projeto inicial inclusive um projeto encampado pelo Ministro da Defesa, Jobim, na ocasião ele era Ministro da Justiça, previa uma área indígena ali, mas separada um dos outros. Cada comunidade com o seu quinhão de terra. E permeável aos órgãos públicos, permeável à construção de estradas que quem faz é o Governo. Tem lá hoje várias empresas trabalhando em recuperação de estradas e pontes. Permitiria a construção de linhas de transmissão lá em cima existe um potencial hídrico capaz de gerar 800 megawatts. Pois bem, enquanto o Jobim, Ministro Jobim esteve no exercício do seu cargo, a posição do Governo era essa. Depois mudou. Entrou o seu amigo Renan, pro Ministério da Justiça, [risos] desculpa a brincadeira. E o Renan deu um pulo para continuar. Fecha tudo, ninguém entra. Não é possível.

Então, eu queria só Mozarildo colocar esses fatos porque eu fui apanhado de chofre aqui, eu iria me organizar com o Dr. Haroldo para fazer uma exposição talvez com mais números, porém mais enfadonha. Mas de qualquer maneira fica aqui o grito do povo de Roraima. Pedimos ao Governo Federal, pedimos ao Presidente Lula, que olhe com olhar de estadista para o nosso Estado. Que veja o nosso Estado como um estadista. Ele disse lá em Manaus, na reunião do Conselho da SUFRAMA na qual estava presente. "Não é porque eu perdi em Roraima no primeiro e segundo turno que vou deixar de ajudar o Estado de Roraima". Eu falei, "Presidente, o senhor perdeu porque o senhor não ajudou Roraima". E nós continuamos com um cré-

dito de confiança esperando que o nosso Presidente atente para as necessidades daquela região. Veja que ali é um pedaço importante do Brasil. Riquíssimo ele é. Como de resto a Amazônia tem sofrido muito. Tem sofrido bastante. Se nós perdermos a faixa de fronteira que hoje forma um anel, um arco de terras indígenas, então as nossas fronteiras, que são no cume das montanhas, no *divortium aquarium*, no divisor de águas, hoje elas recuaram com essa política de áreas indígenas contínuas ou índio não pode entrar lá, precisa ter permissão. Então elas recuaram. Então existe uma área imensa que nós perdemos. E nós não podemos nos dar ao luxo de bancar o avestruz, botar a cabeça na areia, porque senão um dia acordamos e aquilo não é mais nosso. E o Brasil sem a Amazônia jamais será um grande País. É importante considerar esse fato importante. A Amazônia dá dimensão continental ao nosso País. A Amazônia dá estrutura física, territorial para que o Brasil se imponha como a China, Canadá, Estados Unidos.

Então era para... Esses fatos que eu queria chamar atenção aqui dos presentes, Mozarildo me desculpe se eu não fui mais estatístico, mas eu acho que uma exposição filosófica da situação de lá talvez sensibilize mais a platéia do que a simples enunciação de números e valores. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Bom, depois de termos ouvido as exposições da Deputada Aurelina, Presidente da Comissão, do Governador, inclusive pedindo ao Governador que esses dados sejam deixados aqui na Comissão que não foram projetados aí, para que nós possamos justamente em cima desses dados apresentados pela Deputada Aurelina e mais os que nós coletamos na nossa missão lá na região, essa Comissão possa ter realmente todos subsídios capazes de aprimorar o nosso Relatório e ao final fazermos, digamos assim, as indicações cabíveis no caso.

Eu quero dizer que nesse convite também... em talvez na próxima semana ou na outra, essa Comissão deve ouvir os Ministros da Justiça, em razão da questão das terras indígenas, porque a FUNAI está subordinada a ele. O Ministro do Desenvolvimento Agrário por causa do INCRA que tem a incumbência de assentar as pessoas que são retiradas da reserva indígena, e o Ministro da Defesa que é que vai justamente nos dizer a essa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional as preocupações do Ministério com relação a essa reserva.

Eu quero passar a palavra ao Senador Augusto que estava inscrito, está dizendo que declina permuta com o Senador Mão Santa. Ah, sim, registrar a presen-

ça do Senador Mão Santa, com muito prazer. Quero conceder a palavra ao Senador Augusto Botelho que está inscrito para fazer as observações ou perguntas que achar pertinentes.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Exm^o. Governador de Roraima Ottomar Pinto, Srs. Deputados, nossa Assembléia Legislativa, é com prazer que nós recebemos todos aqui na Casa.

Todos nós sabemos que essa demarcação foi feita contra a vontade da maioria dos habitantes indígenas de Roraima e contra quase totalidade dos habitantes não índios de Roraima. A demarcação foi feita. Alega-se que foi pressão de ONGs, e tal, sempre aquele blá-blá-blá. Aquela história. Mas essas mesmas ONGs que pressionaram para mudar aquela decisão que tinha anterior do tempo do Presidente Sarney, do Ministro Jobim de fazer as áreas, cada etnia na sua região, essas mesmas ONGs, esses mesmos antropólogos que manobram elas foram os que começaram a fazer as confusões na Fundação Nacional do Índio, com a saúde indígena onde naquela época foi mais dinheiro para saúde indígena do que para saúde da população de Roraima que era a maioria. Há quantos anos houve isso? Foi na época daquela CPI de ONG que houve. Antes de 2002. 2001. Mas aí o erro se repetiu. Continua repetindo. Continua vindo o problema que foi descoberto esse ano de malversação do dinheiro da saúde indígena para Fundação Nacional de Saúde de Roraima. Eu espero que essas investigações cheguem no cabeça da situação, nos principais responsáveis pela má utilização.

E Governador, as perguntas que vou lhe fazer é mais pra gente esclarecer a comunidade que está nos ouvindo aí que eu sei da situação e sei do seu empenho. Mas além da educação, o senhor falou muito da educação indígena que é responsabilidade do Estado, a saúde indígena também é totalmente feita pelo Estado. Os antropólogos e a FUNAI só têm se restringido a definir a área. Demarca a área e larga os índios lá. Nós temos os habitantes da região de São Marcos, já tem quase 16 anos que foi demarcado, menos de 16, uns 15 anos, e o que eles estão fazendo hoje para sobreviver? Descaminho de gasolina. A maioria dos indígenas lá. Porque não se dá outra alternativa para pessoa. Eles não têm outra alternativa. O senhor falou da preocupação sobre o problema da maconha na área da Guiana. Por enquanto estão plantando na área de lá. Mas se não houver com urgência, não se der com urgência o meio de um indígena sobreviver pelo seu próprio trabalho, eles vão já ser levados a isso. Porque já estão se acostumando com o descaminho da gasolina. Realmente trazer gasolina da Venezuela para cá é um meio de vida. O homem anda duas horas e ganha

40 reais. Que é a diferença que eles cobram entre a gasolina que compram na Venezuela e que vendem aqui embaixo. Trazem nas costas a gasolina. Essa a Polícia Federal se preocupa, mas não tem como bloquear isso. Se preocupa muito com a estrada, correr atrás daqueles carros. De vez em quando tem um acidente com um carro cheio de gasolina. Mas esse caminho é feito pelas pessoas mesmo. Que a nossa fronteira é seca. Não tem como bloquear a fronteira do Brasil com a Venezuela.

Então, nós temos que lutar para conseguir isso. O nosso Estado está comprimido mesmo. Eu acho que nós temos que tentar partir para uma situação para não mais haver ampliação. Os arrozeiros foram incluídos na Raposa/Serra do Sol, na quinta ampliação que foi feita lá. Na quinta. A Uai Uai quando foi ampliada tinha 300 mil hectares, mas aí descobriram cassiterita num assentamento do INCRA um pouco distante de lá. Ampliaram mais 400 mil até chegar na cassiterita. Realmente a gente fala... O índio é o objeto que é mais falado, mas na minha cabeça é bem claro que estão guardando as reservas minerais para serem exploradas pelos países ricos que são os mesmos que financiam, que dão dinheiro para fazer demarcação. Que a demarcação é feita lá a maioria com dinheiro estrangeiro. Não é com dinheiro brasileiro. Pouco dinheiro brasileiro é usado. A maioria vem de outros países. Que dominam, que são donos dos minérios. O nosso Estado tem um potencial muito grande para exploração mineral, para ficar rico com o minério também. Com a agricultura, com a pecuária e com a mineração. Eu... O senhor falou numa coisa que, aliás, há muitos anos o senhor começou a fazer isso e foi interrompido. A nossa Hidrelétrica de Cotingo que é feito pelos indígenas. Já existe um sentimento entre os índios para retomar esse projeto. Seria uma outra forma de a gente conseguir um meio dos indígenas terem algum rendimento, alguma coisa.

Eu acho que realmente os direitos dos roraimenses foram atropelados. Aquela forma de transferir de um Tribunal para o outro, como foi feito para poder. Anularam todas as ações que existiam na justiça. No superior Tribunal passaram para o Supremo. E não deram tempo das pessoas se defenderem e foi tudo feito atropeladamente pelo Ministro anterior da justiça. E a promessa realmente de indenizar as pessoas e reassentar não está sendo cumprida. Poucas pessoas foram assentadas no nosso Estado. São 400 famílias que foram retiradas de lá e ainda não tiveram seus direitos atendidos. E prometidos. Eu acho que o senhor está certo em continuar brigando na justiça. Um dia os laudos antropológicos da Raposa/Serra do Sol são falsos, todos os estudos que foram feitos são falsos, porque

ele foi baseado numa falsidade. Acho que é questão de tempo para a gente recuperar isso aí. Mas nós temos que continuar brigando e lutando. Eu acredito que o nosso Estado realmente vai desenvolver, vai crescer, nós temos que nos desenvolver, e essa retirada... Por exemplo, Pacaraima é outro problema, que foi omitido também do laudo antropológico. Pacaraima não figura no laudo antropológico emitido pela antropóloga. Que homologou a área. Toda semana, todo mês o pessoal de Pacaraima recebe ordem de despejo. De vez em quando um recebe uma ordem. Eu inclusive... Guarda a ordem lá e deixa te tirar daqui. Eu acho que não vão tirar o pessoal de Pacaraima. Na minha cabeça também os problemas dos arrozeiros apesar de ficar ameaçando e tudo, não vai chegar. Ou pode-se chegar num acordo mais na frente com os arrozeiros. Temporário. De arrendamento, de alguma coisa. Eu já tenho conversado com eles quando vi que não tem mais jeito vai ter que achar uma solução. Porque o dinheiro que o Governo vai dar para os arrozeiros para indenizar se fizer o que foi feito, se ele pegar esse dinheiro e investir nas comunidades indígenas, ele muda a qualidade de vida dos indígenas. Que é isso que eles querem.

Então, aquele pessoal que está lá não agride a cultura indígena. Agride para o antropólogo. Mas para o indígena não agride. E todos lá em Roraima sabemos que realmente os indígenas só têm luz elétrica é o Estado dá a luz elétrica para os indígenas. E a educação também quem faz é o Estado. O nosso Estado, independente disso, nós temos 200 indígenas se formando em nível de... Nível superior. De professores na universidade que o Estado contribui também para isso, junto com a universidade. Eu acho que nós temos que continuar lutando. Eu inclusive entrei também com ação contra a demarcação de Raposa/Serra do Sol. Entrei simultaneamente com o Mozarildo. Entramos com ações logo que foi homologado. E o senhor recentemente entrou com outra ação. Nós temos que continuar lutando e mostrar para as pessoas. E eu acho que temos que continuar lutando. Para tentar achar uma solução pacífica que todo mundo fique. Essa... Os arrozeiros também eu temo muito que com essa tirada violenta que vão querer fazer com eles haja reação. Haja alguma violência. E nós não queremos que morram pessoas por causa de terra no nosso Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu vou conceder a palavra ao Governador Ottomar Pinto para responder ao Senador Augusto Botelho, fazer as considerações que julgar necessárias.

SR. GOVERNADOR OTTOMAR DE SOUZA PINTO (PSDB-RR): Ao Senador Augusto Botelho pelas suas colocações, e sem dúvida alguma enriquecem aqui

a nossa discussão. O Senador Augusto Botelho nasceu lá em Roraima. O pai dele era um médico ilustre, capixaba. A mãe dele é de ascendência indígena, D^a Flora. Então só vou responder alguns pontos que o senhor colocou aí, muito bem por sinal. Usina hidrelétrica de Cotingo. Se tem a capacidade de 800 megawatts, talvez até mais em aproveitamento sucessivas. Pois bem, agora mesmo os índios vão seu reunir num Congresso Pan-Índio(F), nós estamos colaborando com ônibus, com caminhão, com alimentação para discutirem e encaminharem uma proposta ao Governo, ao Ministério Público, às autoridades envolvidas no assunto, a fim de reivindicarem a construção da hidrelétrica. Porque aquela hidrelétrica ali vai resolver vários problemas. Os índios, como V.Ex^a citou, eles precisam ter com que trabalhar. E hoje em dia eles já estão procurando trabalhar. V.Ex^a falou no São Marcos. São Marcos hoje tem quase 10 mil, um rebanho de quase 10 mil bois dos índios. Nós temos uma Emenda Parlamentar de 10 milhões de reais para comprar gado e distribuir nas comunidades indígenas. Não sei qual foi o Parlamentar que teve a iniciativa. Foi quem? Foi o Augusto. Desculpa, te chamar de Augusto. Mas...

Então, você colocou esse dinheiro. E nós vamos comprar. Agora, várias iniciativas estão sendo tomadas. Há vários projetos que são criados mercê dessas Emendas e que abrem oportunidade de trabalho e de enriquecimento profissional para os índios. Piscicultura, citicultura. Eles têm vontade de criar ovelhas ou caprinos. Nas montanhas tá bom porque no verão não tem nada para comer e o caprino come de tudo. Ele se alimenta até de barro.

Então, acho que é um capítulo novo que está se abrindo. Nós todos procuramos ajudar a formar uma consciência de economia capitalista. Porque é a única forma de terem os índios uma vida melhor.

Bem, com relação a outro assunto que eu queria colocar aqui é o seguinte. Nós temos a Serra do Sol, [ininteligível]. Água Fria lá perto. De Serra do Sol para Água Fria, se um índio, uma família indígena vai comprar querosene ou comprar tecido para fazer roupa, ele anda três dias a pé, subindo montanha, descendo montanha, pra chegar lá em Água Fria e comprar o que precisa. Por quê? Porque Água Fria tem padaria, tem loja, tem farmácia, porque tem não índios lá que negociam. O índio não é afeito a negócio. Não conheço nenhum armazém de índios. A não ser os armazéns comunitários. Então com a retirada de Água Fria da população não índia, vai fechar tudo. Aí vai ter que andar seis ou sete dias para chegar a Uiramutã para comprar um litro de querosene.

Então, quer dizer, esta modificação, essa área contínua, essa política não considerou as necessidades pequenas das famílias indígenas.

Então, era isso que eu queria esclarecer, aliás, muito oportuna a sua colocação, e o Senador Augusto Botelho é um grande colaborador dos índios e da saúde em Roraima. Ele tem colocado recursos federais para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu gostaria de passar a palavra ao ilustre Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Mozarildo, que preside essa solenidade, e são tantas lideranças, mas eu pediria permissão porque eu podia esquecer alguns nomes, seria involuntariamente, mas seria imperdoável. Saudá-lo na pessoa do Governador Ottomar Pinto. Olha, o Brasil, essa grandeza que V.Ex^a falou e essa grandeza é a Amazônia. Territorialmente, fisicamente. Nenhuma pessoa como eu que estou há 65 anos nesse Brasil não se conhece tudo. Mas eu tive o privilégio de conhecer o Estado de V.Ex^a. Feliz acontecimento. Governava hoje o Deputado Federal Neudo. Ele tinha sido Governador na minha época, um engenheiro de grande visão de futuro. Um homem de bem. E ele tinha me outorgado uma comenda que eu me orgulho muito. E eu fui receber. Mas Mozarildo, eu fui pelo intento o seguinte, para entender como é o Brasil. É longe, olhava do mapa, Boa Vista... Quería conhecer. Quer dizer, essa curiosidade natural de conhecer. Então surgiu uma oportunidade que foi extraordinária para o nordeste. Para você ver como o Governo... Eu não sou contra o Governo, não. Eu sou contra a miopia, a cegueira do Governo. Então vocês conhecem mais até lá no Equador, Quito, eles eram o maior pólo de carcinicultura, cultivo de camarão do mundo. E deu uma patologia lá, nós somos médicos, o camarão ficou... Uma vaca louca no camarão. Ficaram doente lá. Ficou pálido, amarelo, aí caiu.

Então, vendo o mapa do nordeste, do Equador, percebi eu e outros técnicos que me orientaram que nós não sabemos, esse que é do Ceará e lá está cheio de cearenses, que era mesmas condições meteorológicas, de luminosidade, de claridade, de salinidade, e eu fui o primeiro a me aventurar e eu diria, vou pegar esse bicho, está em queda. Então tem muitos técnicos que não se faz nada sem estudo. Nós acreditamos no estudo. E realmente eu fiz, eu digo vou pegar essa comendazinha, conheço Boa Vista, me enriqueço, e estou pertinho. Na minha ignorância do Brasil. Que o que. Quando cheguei lá foi ótimo. O povo maravilhoso, a impressão, a capital, gente educada, culta... Agora fiquei com as informações que vocês têm menos da metade da terra. A terra é dos índios. Aí eu ficava re-

memorando aqueles cinemas americano, lá do Texas, do Novo México... Jerônimo, herói dos índios ficou entre o México e o Presidente dos Estados Unidos. E se ajeitaram. Não deixaram entrar ferrovia, mas eu quero contar um fato, nós estamos aqui e só tem razão de ter o Senado, eu digo, esse é um dos melhores Senados da República em 183 anos. E eu reprimi publicamente, o Tião é um céu, mas não tem estrelas. Acho que tem mais do que estrelas. Porque estrela eu só vejo ela de noite. O Mozarildo é dia e noite trabalhando. Um sol. O Tião Viana está completamente míope nessa investigação. O Senado é um dos melhores. Ele não vai decepcionar não. A última mudança que tem o país é uma mudança de regime. Claro, até eles os míopes, até eles estão enxergando hoje. Taí o Fidel, taí o Chávez, o mais esperto deles que é o Equador, que eu conheci, o Correa. O Morales, está o da Nicarágua, e estamos nós aqui embaralhados, aloprados, fazendo a cabeça do nosso estimado Luiz Inácio. Mas eu queria dizer que eu tenho experiência nisso. E eu em 80 era Deputado Estadual e tinha um Congresso de planejamento familiar. O Governador, não sei se o Mozarildo, Dr. Lucídio Portela, irmão do Dr. Petrônio Portela. Austeridade. Primeira vez que eu ouvi falar foi ele, Governador. Austeridade, austeridade. Eu fui olhar no dicionário. O homem só falava em austeridade. É muito atual. Ele foi Senador. Aí um dia ele me telefona, austero, homem austero, Lucídio Portela. Foi Senador daqui. Irmão do Petrônio, mais velho. Petrônio devo tudo a ele. Aí ele me telefona, eu ia até para Fortaleza... Carnaval... Aí ele telefona: Ô, Mão Santa... ele é todo... Tem uma viagem aqui... carnaval, já estou com a família, já paguei a metade de uma pousada em Fortaleza. Ele disse: "Olha, estou te telefonando, tu pega logo. Porque essas coisas quando souberem é muita gente pedindo e eu achei que quem merece é você. Você é médico. Planejamento familiar. Então me diga logo porque não sabem não, quando souberem sabe como é". Era México, era Colômbia, Bogotá, Estados Unidos... Aí eu aceitei esse negócio. Então fui aos Estados Unidos, esse planejamento familiar, Bogotá, México, Estados Unidos, serviço do Governo, representava o Piauí e tinha outros do nordeste. Planejamento familiar. Mas aí eu fiquei mais um dia assim, economizei, fiquei com Adalgisa. Eu gosto, fico num hotel barato, tiro um retrato na porta de um hotel de luxo para o pessoal pensar e fico naqueles. Porque eu nunca tive mensalão, essas pesadas que esse pessoal, essas enroladas nunca tive, não. Então para quem quer aprender a gente fica no barato e tira retrato na porta de um grande que tem e tal. Mas aí eu gosto daquelas excursões para aprender e estar contando. Olha como é útil. Eu vou ver negócio de índio.

Índio, aqueles filmes... índio. Vou passar o dia vendo os índios. Quero esse negócio aqui. Comprei a excursão e fui com a minha mulher. Mas nessas viagens, talvez até para fazer uma dieta, eu costumo fazer uma refeição boa de um sanduichão grande por aí, e aí eu digo, nós vamos nessa excursão, a gente não almoça, não. A gente come lá, Adalgisa, um sanduichão e de noite eu te dou um jantar, bebe o vinho e tal. Mozarildo, eu fui. Passei o dia vendo esse negócio de índio, de turismo. Hoje nós temos o homem e a sua circunstância. Ortega Casser(F). O Luiz Inácio está falando aí, graças a Deus ele não sabe inglês porque se soubesse ele dizia. Olha, lá na Inglaterra a Rainha Vitória passou 64 anos governando. Porque ele citou aqui o Tony Blair, 16, a Margareth, já pensou? [risos] Foi de 1837 a 1901. Não era Margareth Thatcher, era a Rainha Vitória. 64 anos. Então é pouco. Vamos lá. Sim, mas aí eu fui e fui... Aí quando terminou a hora do almoço, montado, não sei o que, oficina, e tal, almoço. Não tinha comprado a senha para o almoço, num hotelzão, não, vamos ficar aqui namorando. Antes tinha na porta do hotel um índio. Nós estamos vivendo no mundo atual. Não sou contra índio, não. Eu gostava de brincar carnaval e namorar com aquelas fantasiada de índia é coisa boa. Mas vou dizer, eu antes no hotel estava um índio lá vendendo cocar, não sei o que, apito, flecha, não sei, mulher comprou uns negócios lá, colar, e tal, tal. Aí vai todo mundo pro restaurante pro almoço, eu não tinha comprado a excursão com almoço... não a gente sai pro aí e come um cachorro-quente. Aí quando eu vejo, aquele índio que estava na porta do hotel vendendo as coisas, entrou todo mundo e ele não viu que a gente estava ali. Aí eu fiquei olhando ali. Aí ele pegou ali, foi num carrão, abriu a mala do carrão, [risos] o carrão estava uns cem metros, trouxe um barro, aí meteu a bugiganga, levou o carrão e saiu guiando. Então esse é o mundo de hoje, ninguém se prende a isso, eles têm aquilo para isso.

Então eu vi despertar e acho muito justo quando vi mais da metade, ONG meu horóscopo não dá com ONG. Governador. Eu nunca meti ONG no meu governo. Eu fui Prefeitinho e Governador. É uma experiência longa que eu tenho. Não acredito. Eu não acredito que a primeira foi um desastre, aí a gente fica, é aquele paradigma. Eu nunca negocie com ONG nenhuma. Eu digo [ininteligível] negócio que a gente identifica, e nós mesmos. Nós que temos compromisso com o povo. Quando a gente vai eleito é com o povo. Eu sei a carreira porque eu sou médico pouco mais velho do que eles, embora não pareça, mas eu sei como é que a gente ganha a vida, no conta-gota, o dinheiro... E essas ONG quando eu vejo aí nós temos compromisso mesmo com o povo. Fomos eleitos pelo povo.

Ninguém comprou. Eu nunca fiz um título eleitoral na minha vida. Tirei em Fortaleza, quando tinha 18 anos, mandaram até ler e nunca mais fui num fórum. Acho que os médicos é a vida mais ou menos igual. Mas eu tenho visto desde o início esse Mozarildo lutar. Lutar, lutar... Eu acho que a luta igual foi quando o nosso Joaquim Nabuco lutava pelos negros. Quando ele declamava Castro Alves. "Ó, Deus, onde estás...". Ele gritando, gritando por isso. E então o clamor do nosso Senador da República que foi pelo sequestrado(F) pelo Augusto Botelho, uma das figuras mais brilhantes que eu conheço na medicina, que faz da ciência médica mais humana, aliás, outro dia fui até cliente dele, ele andou me consultando. Ele andou... Mandou fazer os exames. Eu não vou não. Então ele me consultou. Foi negócio de gastrite. E nem pré-natal de Mônica nenhuma. Eu não pedi para ele fazer. Mas eu vejo a luta, a luta do Mozarildo. E é um Estado de perspectivas invejável que eu quero... Ah, eu vi. É médico também. É porque ele ficou assim como Juscelino, como o Antônio Carlos Magalhães já está tão grande na política que esqueceu-se, não é como os nosso caso.

Então o que eu queria dizer é o seguinte, que merece ter apoio o Estado de perspectiva invejável. Olha a gente, eu fiquei admirado. A educação... Civilizado, o povo educado, traduz o esforço de vocês. E e-mail. Eu estava lendo aqui. Enganam-se quem não pensa a importância desse Senado. Esse Senado nunca foi tão importante e nunca o Brasil sabe dos valores que tem aqui. Eu os conheço. Isso aqui é um livro de psicologia. Eu sei que tem gente que entende mais de dinheiro do que eu, outra coisa. Mas psicologia eu conheço. Eu quero lhe dizer que esse Senado é bom porque eu conheço. Posso até não ser, mas eu creio que eu sei psicologia. Eu fui monitor de fisiologia, professor de biogeologia(F) e tal, médico, 41 anos vou fazer de medicina no dia 16 de dezembro.

Então, eu conheço aqui. Esse Senado ontem eu fiz aqui uma eleição, eu e esse companheiro aqui, estou contando a verdade, olhando assim, só na psicologia. Eu sei os resultados da votação. O Brasil vai se surpreender. Agora, tem problema? Tem. O Senadinho de Cristo, era assim. Um pouquinho maior do que vocês. Aqui tem nós, três, cinco, sete, oito, o de Cristo só tinha 13. Rolou traição, rolou dinheiro, rolou força no meio de vinho, de pão, aquele negócio todo. Como é que aqui não vai rolar desacerto? Mas se você fizer proporcionalmente eu te garanto. O Tião está totalmente errado. Não é porque ele... O homem é produto do meio ambiente. Ele vive naquele meio que é o PT, dizer que aquilo não tem esteira, não, não tem não. Mas tem homem de vergonha, de dignidade com o compromisso do povo. Ontem nós fizemos. Nós dois.

Só nós dois. É segredo. Mas nós olhamos aqui. Esse aqui vota sim. Porque a gente conhece. Esse Senado não vai decepcionar, não. E tá uma dessas estrelas que o Tião procura. Porque foi um dos primeiros a denunciar esse negócio de ONG. Não foi mole. É lenta as coisas. No Brasil são lentas. Ontem era um dia da consciência negra. Se esqueceram até na homenagem. Aí eu fiquei no fim para mostrar que esse Senado não erra. Homenagear quem merecia. Mulher que governou poucos instantes e que fez a independência dos escravos.

Então, esse Senado é isso. Está aí. A ONG hoje é CPI. Mas o essencial é invisível aos olhos. Quem vê bem vê coração. Quem está moralizando isso foi o Marconi Perillo. Foi o primeiro a denunciar. Agora, ele é tão forte o Senado que nós todos recebemos e-mail, eu recebo muito, muito. E eu recebi um de lá. Entreguei até coisa. Ela manda. E vem falar, e... Aí ela dizia: Sou professor, estou fazendo um mestrado e pós-graduado. Deu nome e tudo. Eu os representantes dos... Do nosso Roraima são tão forte. Mas ela dizia o seguinte. O que eu estranho é que eu estou aqui e outro dia fui entrar num lugar e não pude entrar. Estou aqui fazendo um Mestrado e um pós-graduado. Não pode. Polícia. Não, você não pode entrar aí não. Não sei o que. Não pode. Passou um bocado de americano no lugar que ela não podia. Quer dizer, tem essas injustiças que o Mozarildo teve coragem de denunciar para o Brasil. Quer dizer, regiões brasileiras, como professora, dedicada, que foi fazer ciência não pode e os americanos transitam através dessas ONGs. Então eu queria o nosso apoio, sou orgulhoso de ter a comenda desse Estado, e que lá eu encontrei muito nordestino. E eu conversando aqui meu amigo é nordestino de Fortaleza. E meus parabéns. Eu acho que V.Ex^a tem toda razão. Existe o perigo, o Chávez nós vivemos nesse momento porque está aí, existe. Fui o primeiro a ir lá. E V.Ex^a... é o vizinho ali, é o próximo. Tem que ser apoiado, tem que ser prestigiado, tem que ser ouvido. O Castro Alves disse "Oh Deus, onde estais que não nos responde?" Eu digo: Oh Luis Inácio, onde estás que não chama o Dr. Ottomar Pinto para curar esses problemas de defesa. Era o que eu tinha.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Agradecendo ao Senador Mão Santa, eu quero indagar ao Governador se pretende fazer alguma observação.

SR. GOVERNADOR OTTOMAR DE SOUZA PINTO (PSDB-RR): O Senador Mão Santa falou aí no Chávez. Eu tive o prazer de conhecer pessoalmente. Fui lá em... Mas hoje, Senador, a Venezuela possui a mais poderosa Força Aérea da América Latina. Ela

hoje tem realmente uma força de ataque, aquela Foster-Frapi(F), ela pode causar danos. É por isso que a situação angustia mais. Porque nós estamos ali na porta de entrada. E não sei se uma primeira onda de venezuelano o Exército segura. Tem que depois se mobilizar... [risos] Claro que eles não podem vencer nosso País. Absolutamente. Não tem condição. Mas podem causar danos.

Então, nesse ponto aí o senhor falou bem e falou certo. Era só esse esclarecimento que eu queria fazer.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Doutor, esse título pra mim é muito importante. Médico. Então eu estive lá no referendo. Coincidiu, eu tenho uma grande experiência. E eu quando cheguei a mais de quatro anos dizia o que ia acontecer e ninguém acreditava. Eu vi um discurso do Chávez, eu passei umas duas horas... Diz lá no jornal, foi no referendo, a oposição botou 50 mil com o assírio dos americanos, aí fui ver o dele, 250 mil pessoas. Deu a imprensa. Eu digo, 250 mil e dois, porque estava lá eu e minha mulher. O homem... é isso que está aí.

SR. GOVERNADOR OTTOMAR DE SOUZA PINTO (PSDB-RR): Passa horas falando. Horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu quero registrar também a presença do Senador Marcelo Crivella e Antônio Carlos Valadares que nos abrilhantam com a presença, e dos Deputados Federais de Roraima Márcio Junqueira e Francisco Rodrigues considerando a importância dessa reunião para o nosso Estado e concorrentemente para o Brasil, mas especialmente nós que estamos lá encaixados entre a Venezuela e a Guiana, numa área de conflito, eu quero conceder a palavra ao Deputado Márcio Junqueira a oportunidade que ele possa fazer a sua intervenção.

DEPUTADO MÁRCIO JUNQUEIRA (DEM-RR): Sr. Governador Ottomar de Souza Pinto, Sr. Senador Mozarildo Cavalcante, em nome de que nós saudamos todos os Senadores aqui presentes. Deputada Marília Pinto e Aurelina, em nome de quem nós saudamos os Deputados Estaduais e a Assembléia Legislativa.

Primeiro quero parabenizar a iniciativa do Senador Mozarildo por esta iniciativa de trazer aqui para o Senado Federal talvez o nosso maior pesadelo, a nossa maior problemática hoje que é a questão indígena junto com a questão fundiária. O Governador Ottomar tem que ser junto com o Senador Mozarildo realmente exaltados, pois se hoje caro Senador Marcelo Crivella, Mão Santa, Augusto, demais Senadores, se hoje ainda existe algum tipo de saúde, de acesso, de educação nas áreas indígenas em Roraima, agradeça ao Governo do Estado. Pois quem mata índio hoje neste País é o

Governo Federal. Quem está matando os índios nesse País é o Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Quando permite só na operação metástase foi comprovado o desvio de mais de 34 milhões de reais. E com certeza se esses 34 milhões de reais tivesse sido aplicados através do Estado, isto não teria acontecido. A situação dos indígenas hoje é de abandono, de esquecimento e caminhando para o isolamento. Tanto é verdade que esta semana os ianomamis seqüestraram três aviões da FUNASA, três aviões que prestam serviço à FUNASA com mais 10 funcionários da FUB, da Universidade de Brasília. Foram seqüestrados. Liberados na manhã de ontem. Mas ficaram seqüestrados porque os índios, numa ação de desespero... Porque eles estão abandonados. A ação do Governo, Senador Crivella, o senhor que é ligado às igrejas evangélicas, em Roraima segrega, pois só as igrejas evangélicas foram retiradas da área. Por quê? Deus agora é diferente do católico? Do evangélico? Só as igrejas evangélicas. A igreja católica e eu falo na qualidade de católico, em Roraima é usada, a nossa fé lá é usada de forma nociva dentro dessa reserva. Chamar atenção, Senador Mão Santa, e a grande pergunta é: Quem é a favor? Por quê? O senhor está vendo aqui hoje a classe política de Roraima dizendo que é contra. Deputados Estaduais, o Senador Mozarildo, o Senador Augusto, Deputados Federais, o Governador do Estado é quem representa a população. Está aqui a dizer que é contra. As comunidades indígenas na sua grande maioria são contra. Os militares declaradamente ontem no jornal a Folha de São Paulo, o General José Benedito declara com todas as letras que é contra a desocupação da área. General Santa Rosa foi demitido do cargo porque se declarou contra. Os militares também são contra. Quem é a favor? Se o povo é contra, a classe política é contra, quem é a favor? A quem está se escutando? A produção de lá, Senadores, só uma propriedade, só uma propriedade. A perspectiva de produção esse ano é de 400 mil sacos de arroz. Com a condição, Senadores, de não se derrubar uma árvore. Em Roraima. Isso declarado aqui na Câmara dos Deputados, na Comissão da Amazônia, pelo Embrapa, pelo Ibama, Roraima é uma disfunção dentro do bioma amazônico. Roraima tem campos naturais. Em Roraima, nós não precisamos desmatar. Nós não precisamos derrubar uma árvore para se produzir. Em uma área de apenas 16 mil hectares, Senadores. Só 16 mil hectares que é a área plantada hoje por esses arrozeiros. Em 16 mil hectares se produz arroz suficiente para alimentar dois milhões de brasileiros na região norte. Qual é o crime disso? Em 16 mil hectares? O senhor viu aqui do Governador hoje dizer que pleiteia cinco milhões de hectares num universo de 22 milhões. Isso é um

golpe. O que tem por trás disso é vassalagem. É um Governo que entrega o seu País. Que desrespeita de forma gritante a Constituição Federal e a legitimidade de um Governador. Pois eu estive junto com os Senadores, a Deputada Aurelina, o Deputado... Nós estivemos com o Presidente Lula. E ele disse que ia resolver, que aquilo era um absurdo e só era balela. Enquanto estamos aqui conversando, a Polícia Federal já se encontra no nosso Estado estudando a melhor forma de retirar pessoas que produzem. Nós estamos falando do enfrentamento de brasileiros contra brasileiros. O senhor imagine se nós tivéssemos esses dois milhões... Esses cinco milhões de hectares que o Governador pleiteia, nós seríamos sem dúvida nenhuma o celeiro da região norte sem derrubar uma árvore. Ou como é que se imagina que o ser humano vai sobreviver? De brisa? De vento? Nós precisamos nos alimentar. Todos nós estamos aqui a conversar, mas daqui a pouco nós vamos nos alimentar. E alimento não cai do céu. Tem que ser produzido. E de forma ecologicamente correta, e lá nós temos esta capacidade.

Eu termino a minha intervenção dizendo que Roraima tem hoje uma das representações mais legítimas deste País, na pessoa do Governador Ottomar de Souza Pinto. Que de forma brava, reta, vem se contrapondo... O senhor imagina como deve ser difícil, do menor Estado em termos de arrecadação do País um Governador se contrapor ao Governo Federal. E Ottomar tem feito isso, ontem quero aqui de público dizer ao senhor, Senador Mozarildo, que também é motivo de muito orgulho nosso quando nós escutamos o senhor na Tribuna dizer que vai manter a sua posição. Que o senhor não está aqui para ser vassalo nem pau mandado de ninguém. Muito nos orgulha ter votado no senhor e saber que o povo do nosso Estado elegeu para cá um legítimo brasileiro. Não só roraimense. Um legítimo brasileiro. O senhor passou a ser referencial no nosso Estado e com certeza no País. Por isso que o senhor está ao lado do nosso Governador Ottomar. Então a minha intervenção era mais para ilustrar a agressão, a aberração que está sendo promovida no Estado de Roraima.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Quero também registrar a presença agora do Senador Eduardo Suplicy, que acaba de chegar, e conceder a palavra ao Deputado Francisco Rodrigues também do Estado de Roraima.

DEPUTADO FRANCISCO RODRIGUES (DEM-RR): Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr. Governador Ottomar Pinto, Governador do nosso Estado, Estado de Roraima, Srs. Deputados Estaduais, Célio Wanderlei, Sargento Damosiel, Marília Pinto, Aureli-

na Medeiros, José Reinaldo e Ionilson Sampaio. Sr. Vice-Governador, Anchieta Júnior aqui presente, Srs. Senadores Augusto Botelho, do nosso Estado, Senador Mão Santa, Senador Marcelo Crivella, Senador Suplicy, minhas senhoras e meus senhores. Quero primeiro agradecer ao Senador Mozarildo Cavalcanti a oportunidade que nos dá de participar dessa Sessão aqui na Comissão de Relações Exteriores do Senado da República, e queria dizer, Sr. Governador Ottomar Pinto, que essa questão já nos incomoda e assusta há mais de 17 anos quando estamos aqui nesta... No Congresso Nacional como Deputado Federal. Porque a questão da Raposa/Serra do Sol ela já vem sucedendo a questão dos Ianomâmis quando em 1991 em um gesto pirotécnico o Presidente da época, o Presidente da República demarcava a área dos Ianomâmis, o Presidente Fernando Collor com mais de 9 milhões e 500 mil hectares. E quase que em ato contínuo as ONGs começavam a trabalhar de forma ávida, sem freios. Sem freios inclusive dos governos da República para consolidar a demarcação Raposa/Serra do Sol. E o que é mais grave, e os números e as fotos e os registros estão aí nos mapas apresentados tanto pela Deputada Aurelina quanto pelo Governador Ottomar. A superposição das áreas riquíssimas em minérios estratégicos sobre essas áreas demarcadas e onde ali estão brasileiros como nós, os índios, ianomâmis, os índios, os macuxis, os Taurepangs, os Patamonas, enfim, verificando a completa falta de resistência do Governo Federal em relação a essa questão que é perigosa. Aqui foi mostrado, nós temos 950 e poucos quilômetros de fronteira com a Venezuela, e 970 poucos quilômetros com a Guiana. Perfazendo um total de quase 1900 quilômetros em área contínua em divisa com nossos irmãos venezuelanos e guianeses. Mas o que é mais grave ainda, nós verificamos que as ONGs têm trabalhado de uma forma subliminar, no sentido de esconder os interesses internacionais que estão por trás dessa área amazônica. É claro. É visível que essas áreas contínuas demarcadas pelo Governo Federal elas na verdade obedecem rigorosamente a interesses internacionais.

Então, Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, V.Ex^a quando tomou a iniciativa de criar a CPI das ONGs aqui no Senado, demonstrou acima de tudo resistência a essa questão que está quase insustentável. E pelo menos nos alenta com a implantação dessa CPI um certo freio dessas ONGs que na verdade elas mantêm-se totalmente protegidas pelo Governo da República. Aqui nós temos Senadores de expressão nacional que deveriam se debruçar sobre essa questão, como o Senador Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, aliado do Governo do Presidente Lula, que deveria demonstrar a

indignação que está sendo, na verdade, representada por nós aqui Parlamentares do Estado de Roraima, e pelo seu Governador, expressão política maior do nosso Estado, como a resistência a essa agressão que ela se perpetra contra a sociedade brasileira. E não apenas contra o Estado de Roraima. Por exemplo, nós estamos vendo agora a necessidade urgente em função da política, da expressão quase que da expressão de um político polêmico que vem provocando uma certa desagregação nas democracias da América Latina, da questão da energia. O Governador trabalha há mais de 25 anos com relação a construção da hidrelétrica do Cotingo. Ali agora está encravada na área dos macuxis demarcada a área dentro da área Raposa/Serra do Sol. Nós estamos vendo a questão dos arrozeiros, que nas áreas lindeiras a essas áreas anteriormente propostas para a demarcação em área contínua Raposa/Serra do Sol estavam fora. E com a sua presença aqui citado pelo Deputado Márcio Junqueira de apenas 16 mil hectares. 16 mil hectares. De uma área total de mais de um milhão e 500 mil hectares. Apenas 16 mil hectares. O Governo teima em insistir em deixar essa área também protegida, entre aspas, por essa demarcação irresponsável e impatriótica que na verdade a história se encarregará de registrar aqueles que na verdade assumiram essa posição de entreguista. Nós temos a questão da PETROBRAS, que pesquisou há mais ou menos 20 anos atrás a ocorrência de petróleo e gás natural na bacia do Rio Tacutu, está dentro da área Raposa/Serra do Sol. Os minerais estratégicos, ouro, nióbio, urânio, cassiterita que estão na área dos lanomâmis. E nem assim o Governo, com os números aos olhos se debruça para contestar essa pressão das ONGs internacionais que estão aí às claras, que estão aí transitando aqui nos corredores do Parlamento. Com muito mais poder do que os políticos que representam esse País. Então, isso nos assusta e nos amedronta.

Então eu gostaria de deixar aqui esse brado de alerta pela enésima vez em Sessões realizadas na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, extensivas a esta Comissão. Que é muito perigoso. Quando o General José Benedito, da Secretaria de Assuntos Estratégicos do Ministério da Fazenda do Governo da República, ele declara num dos maiores veículos de comunicação deste País que é contra, vão ter que dar suporte logístico à operação de retirada dos arrozeiros. Mas ele intelectualmente entende que isso é um perigo deixar essas áreas desprotegidas. Então onde é que nós chegamos? Onde é que nós chegamos? Como disse aqui o Deputado Márcio, quando um General de Scol(F) do mais alto nível reconhecido pelos seus subornados e pelos seus superiores das Forças Armadas, como o General Santa Rosa, é exonerado

do cargo por discordar da demarcação contínua Raposa/Serra do Sol e da retirada dos brasileiros que ali vivem, e realmente vê o seu nome eliminado de um posto de comando importantíssimo que é a Secretaria de Assuntos Estratégicos, então onde é que nós chegamos? O que mais precisa para se dizer que nós estamos de cócoras? Que o Governo da República está de cócoras às pressões internacionais?

Então, Senador Mozarildo Cavalcanti, da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República, nós apenas agora só esperamos a resistência dos brasileiros que ali vivem. Porque nem isso. Eu fui inclusive, Sr. Presidente, Sr. Governador, Srs. Senadores aqui presentes. Eu fui chamado a dar declarações à Polícia Federal. Porque manifestei a minha indignação no Plenário da Câmara dos Deputados. Manifestei a minha indignação em relação às operações que estavam sendo previstas e seriam... Onde seriam realizadas para a retirada dos arrozeiros. Eu estou respondendo a inquérito na Polícia Federal pelo meu direito de expressão. Fui ouvido na última segunda-feira pela manhã. Na última segunda-feira pela manhã.

Então, isso mostra a pressão, isso mostra a forma para nos amedrontar em relação a essas questões que eu chamo de importância estratégica para o nosso País. Isso aqui não está em jogo apenas o território de Roraima. O território dos arrozeiros. O território dos índios macuxis, hoje chamados de Raposa/Serra do Sol. Aqui está em jogo a soberania nacional. Isso que eu gostaria de deixar aqui registrado nessa Casa, na Câmara alta desse País.

Portanto, Senador Mozarildo Cavalcanti, muito obrigado pela oportunidade, dizer que na verdade o Governador Ottomar vem se digladiando com essas instituições irresponsáveis que na verdade teimam em permanecer no nosso Estado, vem se digladiando inclusive em um gesto de ousadia e coragem contra o Governo Federal porque já não consegue mais administrar o Estado que tem menos de 10% de sua área territorial. Que vive todo dia ouvindo os brasileiros que estão na fronteira, uma comunidade com mais de 10 mil pessoas recebendo intimações para se retirarem da área como acontece com o caso lá de Pacaraima.

Portanto, Governador, parabéns pela resistência de V.Ex^a, e gostaria de dizer: é importante que a população do nosso Estado se junte e mantenha uma linha de trincheira de resistência a essas ações desastrosas que serão realizadas no nosso Estado. Talvez até por essas declarações aqui hoje vai receber mais uma notificação da Polícia Federal em algum inquérito que venha ser aberto eu responder. Mas como brasileiro e como representante do Estado eu continuarei de cabeça erguida, Sr. Senador, defendendo os interesses

não apenas do meu Estado, mas principalmente do meu País. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Agradeço ao Deputado Francisco Rodrigues, e gostaria de esclarecer antes também de dar a oportunidade de... Os Deputados Estaduais digam alguma coisa, dizer que essa questão foi trazida exatamente aqui para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional devido à localização desta reserva. Localização que está lá entre a Venezuela e a Guiana, nós sabemos inclusive tem um artigo recente do Presidente, do ex-Presidente José Sarney, atual Senador, que alerta para a questão do [ininteligível], que a Venezuela em 1963 formalizou na ONU, mas já vinha questionando há muito tempo a questão de um território extenso inclusive colado nesta reserva, que a Venezuela não reconhece como território da Guiana. Então a reserva... Essa reserva está colocada dentro, colada entre a Venezuela e a Guiana. Então daí porque essa questão merece ser estudada por essa Comissão.

Então, na verdade nós vamos analisar nesse enfoque. O nosso Relatório que está sendo elaborado praticamente está concluído, chama bem atenção para essa questão. Além dos outros aspectos tanto aspectos humanos, quando de prejuízos para desenvolvimento do Estado... E então nós vamos debater isso, como eu disse, vamos ouvir proximamente os Ministros da defesa, da justiça, e desenvolvimento agrário. Então eu quero dizer isso--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Pois não, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu não poderia deixar passar essa oportunidade de saudar uma comitiva tão ilustre que V.Exª traz do seu Estado. Governador, Deputados, os nossos federais que estão aqui conosco... Quero dar um testemunho de que Senador Mozarildo, enfrentando tudo e todos, desassombradamente fez dessa questão uma epopéia no Senado Federal. Senador Botelho, Senador Mozarildo, lutaram muito. Porque quando a gente vê essa fotografia, e acho que mais nos podia dizer, Mozarildo, quando se olha esse menino a gente vê que uma criança não é índio, não é brasileiro, ele é um... Quer dizer, é muito mais do que isso. É uma criança olhando aqui as montanhas, as riquezas, esse riacho que passa no vale, imaginando com olhar fito no futuro, para rasgar nos horizontes a perspectiva iluminada do seu destino. É a foto. É isso aqui que está dito aqui com essas palavras que me

expressei. É um menino olhando para o seu futuro. E eu fico preocupado, porque acho que o Presidente Lula e essa Comissão têm até o dever de informar, e o Ministro da Justiça, de um enfrentamento. De haver ali derramamento de sangue entre brasileiros, o que não é absolutamente o que essa foto diz. Ou que essa foto traduz. Sr. Senador, eu a partir de hoje vou me preocupar com esse assunto. Eu quero entrar em contato com as igrejas de Roraima, inclusive a minha mesmo. Eu quero estar ao seu lado nesse debate, nessa Comissão da qual sou membro para que nós possamos... Quer dizer, acompanhar esse assunto. Porque disse o meu Deputado: Aqui está a representação. Meu Deus, se o Governador, se os Senadores na sua maioria, se os Deputados... E eu acrescentaria o povo. Porque ali o Presidente Lula perdeu em primeiro e segundo turno as eleições. Se há essa tal comoção, por que a Polícia Federal a despeito de tudo isso realiza uma operação onde nós precisávamos ter enviado seguramente uma Comissão para encontrar um acordo, para se garantir que não haja no futuro o confronto.

Mas Senador Mozarildo, fica aqui o meu devotado elogio na V.Exª, a sua causa, a sua bandeira, e o orgulho que todos nós do Senado temos com a representação dos Senadores do bravo Estado de Roraima. Muito obrigado, Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Agradeço ao Senador Marcelo Crivella, e justamente o objetivo é esse é que nós possamos analisar, nós vamos trazer informação e queremos que a Comissão analise realmente esses aspectos. Então eu quero aqui também dar oportunidade aos outros membros da Comissão de dizerem alguma coisa e fazerem o seu testemunho deixando por último o nosso José Reinaldo que é o Relator da Comissão. Deputado Ionilson Sampaio.

DEPUTADO IONILSON SAMPAIO (PMDB-RR): Sr. Presidente, Senador Mozarildo, Senadores aqui presentes, Exmº. Sr. Governador Ottomar Pinto, demais autoridades, Deputados Federais. O que nós... Ontem prestando atenção, Deputado Márcio Junqueira, à entrevista do nosso Presidente da República, e ele efusivamente dizendo que Deus é brasileiro, em função das descobertas de petróleo na bacia de Santos. E alguém já disse também que o Satanás também é nosso conterrâneo. E talvez pela forma como ele tem tratado o Estado de Roraima acho que ele está achando que o diabo nasceu lá. Mas o que nós queríamos atentar para isso é que precisava nessa questão muito peculiar de demarcação de reservas indígenas corrigir um equívoco constitucional. Onde dá todo o poder ao Presidente da República de numa decisão mono-

crática, autoritária e não democrática de fazer essas homologações e essas demarcações de terras indígenas. A Constituição garante isso. Isso precisava ser levado, ser trazido para Congresso Nacional. Aí sim, depois de debater essa questão das homologações, de nós termos aí a legitimidade garantida do processo democrático de se fazer uma demarcação e não da forma como é feita hoje. Eu... A minha explanação é no sentido de que o Congresso Nacional, o Senado, a Câmara Federal chame para si essa responsabilidade. Para que não ocorram em outras áreas que estão aí para serem demarcadas a violência que ocorre hoje com o Estado de Roraima. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu quero registrar aqui o nosso Governador tem uma audiência já marcada, vai se ausentar, mas o nosso vice-Governador vai ficar no seu lugar aqui para acompanhar a nossa reunião. Eu quero... Dando prosseguimento à nossa reunião, eu quero passar a palavra à nobre Deputada Marília Pinto.

DEPUTADA MARÍLIA PINTO (PTB-RR): Bom dia. Bom dia a todos. Bom, eu queria até pedir permissão, apesar da ausência do Governador Ottomar, de reprisar uma frase que há algum tempo eu ouvi dele próprio. E que dizia assim: "A história não registra os vencidos, mas aqueles que lutaram verdadeiramente". O sentido de nós estarmos hoje aqui, Senador Mozarildo, e quero em nome do senhor e da gentileza que construir uma oportunidade ímpar como essa me congratular com todos Senadores e Deputados aqui presentes, falar da importância desse momento, de ter um grupo de representantes políticos do Estado de Roraima, a trazer aqui um diagnóstico verdadeiro desnudo da situação cruel e dramática pela qual passa o nosso Estado. Tenho certeza que esse sentimento que nós trazemos sem dúvida deve ser compartilhado com todos os senhores. E pela forma equivocada como muitas vezes em nome da consolidação de um processo democrático, os erros se perpetram ao longo das iniciativas e através das iniciativas do Governo Federal aos Estados, não tenho dúvida de que esse sentimento não está limitado à classe política de Roraima. Muitas coisas, ainda poucas, diante de uma série de outros equívocos que vêm sendo acometido no Estado foram ditas anteriormente a mim. Então seria uma redundância colocá-las. Deputado Márcio Junqueira, Deputado Russo, Governador, Deputada Aurelina, Senador Augusto Botelho, Senador Mozarildo, Deputado Chico Rodrigues, enfim, vários outros tentaram passar aos senhores um pouco dos graves problemas que Roraima tem. Mas, o que eu acho importante na minha fala é estando nessa reunião, numa Comissão que congrega os representantes de vários Estados

brasileiros e que representa uma das mais importantes instituições da República legitimadas a falar em nome e trabalhar em nome da defesa do povo brasileiro, eu acho que é o momento de refletirmos sobre o papel das instituições democráticas nesse País. Como elas estão se conduzindo no momento em que pelo que foi dito aqui em relação à atuação do Presidente Chávez na Venezuela, e o próprio questionamento e declarações feitas pelo Presidente da República, Presidente Luis Inácio Lula da Silva, e as gotas homeopáticas de ações absolutamente antidemocráticas nos Estados, a exemplo de Roraima, que ferem os princípios da Constituição Federal, que tira do povo o direito de ir e vir, que tira os direitos mais essenciais do cidadão brasileiro, direito à família pela desagregação das famílias que a demarcação da área indígena Raposa/Serra do Sol induz como foi dito pela Deputada Aurelina, o direito à propriedade, o direito à saúde, o direito à educação garantido quase que exclusivamente pelas instituições estaduais.

Então, Srs. Senadores e Srs. Deputados, acho que o meu papel não é discorrer mais sobre as questões graves de Roraima. Mas colocar Roraima num foco central, e fazermos pensar sobre a importância desse poder, sobre a importância da Câmara Federal. Hoje tomei conhecimento por parte do Senador Mozarildo de que ocorre na Câmara um simpósio sobre a Amazônia e Desenvolvimento Nacional. Pois eu queria finalizar falando da asfixia econômica, social que vive o Estado de Roraima. Por tudo e muito mais, que não existe tempo a ser dito aqui.

Eu queria agradecer mais uma vez a iniciativa do Senador Mozarildo, a parceria de todos os Senadores, Senador Augusto aqui presente, dos nossos Deputados, e pedir aos Srs. Senadores que se agreguem conosco. Que nos dêem as mãos. Que coloquem o seu senso de responsabilidade, o seu sentimento de pátria que eu entendo que é o que mais tem faltado à classe política nos últimos tempos. Sentimento nacionalista. De amor ao solo brasileiro, de respeito ao povo brasileiro. Roraima é um Estado ainda muito jovem, mas faz parte da federação. E somos roraimenses, mas somos antes de tudo, índios e não índios, brasileiros, em nome dessa responsabilidade que tenho certeza que é compartilhada pela grande maioria dos Senadores dessa Casa, e dos Deputados da Câmara. É o que nós pedimos aos senhores. Defendam esses interesses, em nome do sentimento e de respeito que ainda temos ao Brasil e a nossa Constituição. Era esse o apelo que eu queria fazer em nome do povo de Roraima.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Concedo a palavra ao Se-

nador... Desculpe, futuramente vai ser, Deputado Estadual Célio Wanderlei.

DEPUTADO CÉLIO WARDERLEI (DEM-RR):

Primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Augusto Botelho, do nosso Estado, Senador Suplicy, o Senador Mão Santa. E ouvindo atentamente o Senador Mão Santa, eu que também sou médico, Senador, como V.Ex^a, como o Augusto, como o Mozarildo, e que vivenciamos o dia-a-dia, eu tive a oportunidade de estudar em Belém nos anos 80, lá onde me formei, depois vizinho ao seu Estado do qual tive o prazer de conhecer, depois fui para o Estado do Senador Suplicy, onde nós tivemos a oportunidade de fazer a nossa residência lá, inclusive viver lá durante quatro anos. E aqui eu acho que todas as explanações que foram feitas, aqui, acho que já está muito mais do que claro. E eu sou um Deputado que tenho cinco mandatos. Eu nasci junto com o meu Estado e continuo Deputado. E essa luta não é uma luta que nós viemos travando de hoje. E quando eu tive oportunidade aqui de referir que passei por Belém e depois por São Paulo, é que naquela época, em Belém, nos anos 80, apesar de ser um Estado amazônico, por ser um Estado já mais desenvolvido, com a população maior, quando cheguei dizia que era de Roraima, imaginava-se que lá os índios estavam de tanga, no meio da rua, da cidade, e que se matava índio, se pendurava, se batia índio... Era isso que me perguntava. Quando eu fui para São Paulo, ainda pior ainda. O fato do desconhecimento. E desde que o Estado foi criado, eu vejo a preocupação dos nossos Deputados Federais, como Chico Rodrigues que tem um tanto de mandato que eu, a mesma luta, e eu já vi vários, fizemos simpósio em Boa Vista, do qual participou o Pedro Simon, não lembro se o Senador naquela época, o Senador Suplicy participou. E todos se dizem solidário com nossa luta. Mas muito pouco de resultado prático a gente tem visto na questão. Se fala na questão de segurança nacional, das fronteiras, que é uma realidade, mas acima de tudo que eu percebo com uma gravidade para o meu Estado muito maior, é a questão da [ininteligível] das fronteiras. Ou seja, o esvaziamento daquela área. O Estado de Roraima hoje, e eu que ando naquele Estado em todos os Municípios, você vê a ação da droga junto à juventude, que entra com uma facilidade incrível. Vocês têm tido notícias pelos meios de comunicação a nível nacional da grande quantidade de droga apreendida no aeroporto de Boa Vista, entrando pela fronteira da Venezuela e da Guiana por essa [ininteligível] que a gente presencia lá.

Eu aqui queria como todos já os Deputados fizeram essa solicitação, que os senhores da Comissão de

Defesa Nacional, eu vejo hoje, por exemplo, [ininteligível] a presença de dois Senadores apenas que não são do Estado de Roraima. Que vocês conhecem a realidade daqui e eu assisto TV Senado a cada vez que um de vocês sobe à Tribuna sempre é com o mesmo discurso. Agora a gente precisaria de uma união maior, para que a gente pudesse no Estado de Roraima ter um resultado mais concreto. Que tivesse a participação... Eu vi o Senador Mão Santa dizendo que conhece, já teve a oportunidade de conhecer o Estado de Roraima, que tivesse uma Comissão, já foram várias Comissões, já visitaram as regiões, conhece a realidade. Eu vi o Ministro da Justiça ir lá falar, ouvir, ouvir choro de pessoas, por exemplo, que hoje na questão Raposa/Serra do Sol que a Aurelina colocou, marido que é obrigado a separar-se da mulher porque ele não pode viver lá, porque ele é não índio e a esposa dele é índia. Ele não pode permanecer lá dentro. Eles são obrigados e as filhas muitas vezes já casado com indígena. Porque diz que se for a esposa for mulher, não índia casada com índio permanece dentro da... Agora se for o esposo não índio casado com a índia não pode permanecer. E eles esquecem que dessa união gerou outras vidas. Outros filhos. E que isso causa o sofrimento muito grande ao povo de Roraima. E aqui quando eu coloquei dessa questão dessa vivência de coisa é que o povo de Roraima não é contra a demarcação das áreas indígenas. Desde o início quando foi feito nos anos 80 aqueles pontinhos em separado que foi feito por ilhas, o local onde eu nasci e convivi, está lá as reservas onde a gente tem a oportunidade de conviver pacificamente e entrar, participar das reuniões, porque os índios lá têm uma diferença dos índios lanomâmis porque são índios aculturados, que já teve acesso à televisão, já teve acesso ao rádio, já teve acesso à educação, já teve acesso aos meios de desenvolvimento. E o que eu acho um absurdo que se faz hoje com os índios lanomâmis é que tirar o direito deles, como os Atuaris também, tirar o direito deles a ter acesso a esses meios de... Por que é que você vai ter que viver no escuro se você hoje tem a luz elétrica? Tem a energia elétrica? Eu acho que o ser humano não pode ser e o índio, principalmente os lanomâmis, que é diferente desses índios da Raposa/Serra do Sol, é diferente dos índios dessas outras reservas, Reservas São Marcos que são índios aculturados. E que dificilmente, se insistirem a isolar eles, eles vão vir para a cidade. Que é o que está acontecendo. Na periferia de Boa Vista, na periferia das cidades, dos Municípios, está lotado de índios. Nossos mestiços que nós chamamos de caboclo lá. Então o que eu queria aqui é fazer esse alerta. Eu acho que essa segregação que se prega hoje entre índio e não índio no Estado de

Roraima, que a gente faça alguma coisa antes que as coisas se tornem tarde, que seja tarde para que nós possamos tomar uma decisão. Era isso que eu gostaria de pedir, especialmente os Senadores que não são do Estado de Roraima, que visite, que conheça a realidade do nosso Estado para que possa fazer a defesa dessa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Concedo agora a palavra ao Deputado Damosiel.

DEPUTADO SARGENTO DAMOSIEL (PRP-RR): Srs. Senadores, Senador Mão Santa, Eduardo Suplicy, Senador Augusto Botelho, vice-Governador Anchieta Júnior, Deputado Márcio, Deputado Chico, meus nobres colegas Deputados. É importante a gente frisar aqui o que o Célio acabou de falar, o objetivo principal desse encontro. É justamente a junção de mais forças política nesse grito de socorro que pede Roraima, nessa bandeira de luta que alguns Parlamentares de Roraima há algum tempo já vem alertando a esses problemas que aqui foram discutidos. E Senador Mozarildo é um dos iniciantes dessa luta e vem arregimentando mais pessoas, mais instituições para o grave problema que já foi frisado pelo nosso Governador.

Nesses últimos dias nós temos acompanhado o Senador Mozarildo, em visitas às localidades, a essas localidades que hoje o Governo quer o afastamento dos não índios. E nós fizemos inúmeras reuniões. E a gente via a falta de apoio, a gente via a falta de assistência dos órgãos federais. E aonde o Estado hoje pode estar presente é somente esse apoio que os índios dessas reservas têm, aonde o Estado pode estar, o Estado está bem. Está com a saúde, como disse o Governador, e a gente é prova disso, está com a educação, está com a segurança, e agora estão em algumas localidades estão pedindo para a Polícia Militar se retirar das localidades. E os conflitos que existe, os índios gostam muito de beber um caxiri, e existe a necessidade da Polícia Militar nessas localidades. Mas a ação do Governo é tirar a assistência do Governo do Estado dessas localidades. E aí os índios ficam a mercê como hoje estão os lanomâmis com pouca ou quase nenhuma assistência. Então nós conversamos com as famílias indígenas, conversamos com famílias não índias que algumas já foram retiradas das suas localidades, e que muitas não foram assentadas, nem indenizadas. Que foram indenizadas a gente avalia politicamente que uma indenização irrisória e injusta. Por tudo isso. E por muitas coisas que já foram aqui explanadas é que nós estamos aqui pedindo cada vez mais que como o Célio falou, o Célio Wanderley falou. Que os Senadores que ainda não conhecem um pouco dessa realidade, a realidade de Roraima, que não é

só um problema de Roraima, é um problema do Brasil como um todo, que se una a nós nesse grito, porque como o Senador Augusto Botelho aqui frisou. Ele tem esperança de que nós possamos encontrar uma solução que pelo menos seja satisfatório a todos os lados. E o Senador Mozarildo tem essa esperança e nós queremos como representante do Estado de Roraima, como representante legítimo desse povo queremos continuar acreditando que Roraima tem que ser tratado como é tratado o resto do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Agradeço ao Deputado Damosiel e antes de passar a palavra ao Deputado Jose Reinaldo que é o Relator, a Presidente da Comissão, Deputada Aurelina pede uma Questão de Ordem rápida.

DEPUTADA AURELINA MEDEIROS (PSDB-RR): Eu gostaria de aproveitar aqui a presença de Senadores, como o Senador Mão Santa, como o Senador Suplicy, a gente tem uma história de vida dedicada a causas importantes, o apoio a essas duas vozes do meu Estado, Senador Mozarildo, Senador Augusto Botelho. Nós temos uma lei, a Lei 10.304/2001, aprovada por esta Casa, que transferiu ao Estado de Roraima as suas terras. Essa lei está passível de regulamentação pelo Poder Executivo. Um Decreto de regulamentação seria a solução de todos os problemas do Estado de Roraima. Até porque a demarcação de terras indígenas passaria a ser resultado de consenso com o Estado.

Então, nós já fomos ao Presidente Lula, já existe a proposta nas mãos do Presidente e eu tive a oportunidade de explanar para ele. Tivemos o compromisso dele de resolver isso em 15 dias. Mas ele tem uma pessoa perto dele que acho que amarra. E nós queremos pedir o apoio de vocês. Existe uma lei. As terras são nossas. Apenas a regulamentação, inclusive nós temos parecer da Ministra Ellen Gracie quando não era do STF que reconhece as terras como nossa. Se isso ocorresse, teria a solução dos problemas do Estado de Roraima. E nós queríamos pedir a união das vozes de vocês, às vozes dos nossos dois Senadores do Estado. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Concedo a palavra ao Deputado Zé Reinaldo que é o Relator da Comissão da Assembleia Legislativa que acompanha nosso trabalho em toda a região.

DEPUTADO ZÉ REINALDO (PSDB-RR): Quero inicialmente cumprimentar o senhor, V.Ex^a. Senador Mozarildo, também vice-Governador na função de Governador do nosso Estado, representando muito bem o nosso Governador Ottomar, ao Senador Augusto Botelho, ao Senador Mão Santa, a quem eu quero fazer uma referência especial, não só você do seu partido,

mas pelo acompanhamento do seu trabalho no Senado. E às vezes dos apartes do Senador Mozarildo quando nas discussões calorosas na defesa do nosso povo, também ao Senador Suplicy, um paulista que honra muito o povo brasileiro conhecido e amigo da Senadora Marluce, aos nossos Deputados Federais Chico Rodrigues que já se foi, retornou agora o Deputado Márcio Junqueira, meus colegas dessa Comissão, Deputado Estaduais de Roraima, a imprensa presente, senhoras e senhores.

Antes, Senador Mozarildo, eu quero pedir vênia a V.Ex^a de antes de ler essa conclusão do nosso Relatório, dizer, Senador Mão Santa, que tudo que todos falaram e quem fica para falar por último às vezes termina sendo redundante. Mas eu não quero ser. Quero apenas dizer uma coisa aos Senadores que aqui nos prestigiam acompanhando essa Comissão, aos Senadores do nosso Estado, mas especial Senadores que estão aqui de outros Estados. É que no calor do grito da defesa do Estado de Roraima, não estão defendendo só o Estado de Roraima. Estão defendendo os filhos desse imenso Brasil que também moram no nosso Estado vindos do Piauí, e eu sou do Maranhão, sou seu vizinho, vindo de São Paulo, hoje temos uma grande quantidade de pessoas concursadas que vieram de outros Estados e moram em Roraima.

Então, aquele que nos ajudar, que gritar pelo nosso Estado, ele também está auxiliando aos filhos dos seus Estados que moram hoje no nosso Estado Roraima. Antecedendo e ouvindo o que falaram, Maquiavel dizia, Senador Mão Santa, e V.Ex^a gosta de muitas citações, que é preciso que o príncipe conheça a alma do povo para que o povo ou o povo conheça a alma do príncipe. Nós temos três Senadores que são da base do Governo. Mas nós já vimos aqui Senadores tomarem atitudes que deixam o Presidente ou o nosso grande rei às vezes decepcionado. Porque aí quem está vendo lá fora acompanha e é nesse momento que o povo conhece a alma do príncipe. Porque aqui se conhece a alma do rei.

Nós não somos considerado Brasil. A medida que se avança as demarcações, e o senhor é médico, Dr. Augusto é médico, Senador Mozarildo é médico. Vou usar aqui o que disse para a Deputada Marília de manhã cedo. A citação da biologia. Vamos considerar o nosso País uma célula, Senador Mozarildo. E ela é coberta por uma membrana. E no momento que essa membrana é afetada, o seu núcleo também está comprometido. No momento que nós perdemos a fronteira do nosso País, seja ela terrestre ou marítima, nós estamos comprometendo o futuro do nosso povo, a soberania do nosso Brasil, e a segurança do povo do Estado de Roraima, que vive praticamente com três vozes, e

com uma que se destaca entre elas que é o Senador Mozarildo. Pense bem Senador Mão Santa que nós como Deputados Estaduais só tivemos oportunidade de entrar nas reservas porque o Senador Mozarildo estava numa missão oficial, autorizada pelo Senado Federal e pela Comissão que ele representa, que nos permitiu chegar aonde chegamos. Mas se porventura hoje um filho nosso, jovens são audaciosos, der uma manobra e entrar numa reserva e nós tivermos que tirar, Senador Augusto, certamente teremos que pedir uma Ordem Judicial autorizada pelo Congresso para termos a segurança de entrar e sair com saúde. Pois aqui tem um que já entrou e quase foi cortado de facção pelos índios daquelas comunidades que não são e que são contra esse ato irresponsável que fizeram contra o nosso povo.

Eu quero apenas agora, Senador Mozarildo, ler um pouco do que é ainda uma parte do nosso Relatório, Senador Suplicy. Que é justamente o que nós fizemos, o que nós levantamos no dia-a-dia, no pé no chão, o Senador Mozarildo visitando as comunidades indígenas do Iramutã a Normandia que V.Ex^a viu que acabou-se aquele Município. Não existe mais. E no Relatório ele fala em poucas palavras que a homologação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol e a conseqüente expulsão das populações chamada de não índias ali residentes, Senador Augusto, tem conseqüência não só de caráter sócio-econômico, mas tem impactos no que concerne a segurança e Defesa Nacional do Brasil. Em termos de violações dos direitos humanos, o que se percebe com a expulsão dos chamados não índios é um roubo de autoritarismo estatal que nada deixa a desejar em relação aos deslocamentos forçados de pessoas dos regimes e stalinistas e nazistas. A realidade da povoação da área evidencia a impossibilidade de diferenciação entre índios e não índios, com alto índice de miscigenação. De fato, com a expulsão dos chamado não índios, ter-se-ia a separação de famílias miscigenadas e a desagregação do núcleo familiar e aí aonde eu digo que a membrana está comprometendo o núcleo. Isso tudo com apoio de organizações ditas cristãs, e assim um cenário onde é grande a população cabocla, o que fazer com a família de caboclos casados com índias e vice-versa? Essa é uma realidade na qual nenhuma atenção foi dada por parte das autoridades federais. Nada muito diferente das leis raciais de segregação racial que o mundo conheceu em períodos mais tenebrosos da história humana. A medida, portanto, afronta o disposto no caput do art. 5º da Constituição Federal segundo o qual todos são iguais perante a lei. Ora, todos são iguais, mas alguns não são iguais que os outros. A diferenciação entre índios e não índios, sobretudo em um ambiente

de mestiços não condiz com o princípio da igualdade e promove a negação da condição de brasileiros e a quem interessa essas medidas. A expulsão dos não índios afronta ainda os fundamentos da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais e da livre iniciativa onde fica o direito à propriedade e ao trabalho de pessoas que se encontram as gerações que o Senador Augusto Botelho conhece tão bem na área atualmente demarcada como posse mansa e pacífica que dá a exploração daquela terra fazem o seu meio de vida? São questionamentos, Deputado Márcio Junqueira. Ainda há risco de abandono das comunidades indígenas que permanecem na reserva sem a presença dos brasileiros não índios, os indígenas ficariam sem a perspectiva de integração socioeconômica da qual já desfrutaram e sem a presença do Estado e dos Municípios ficariam sem o amparo dos serviços básicos. A expulsão dos não índios da reserva produzirá outros impactos para o Estado de Roraima, como a formação de favelas em cidades, como Boa Vista, afinal muitas famílias que se encontrava gerações na área atualmente demarcada como reserva ao perderem seu meio de subsistência serão obrigados em curto prazo migrar para as cidades do Senador Augusto, e o homem assim é retirado do seu meio tradicional e forçado a migrar para os núcleos urbanos onde poucas condições de subsistência lhes são dadas.

No que diz respeito a segurança e a Defesa Nacional, é importante registrar, Senador Mozarildo, V.Ex^a sabe, esteve lá, que a Raposa/Serra do Sol encontra-se em faixa de fronteira fazendo o limite com a Venezuela e com a Guiana, portanto, merece uma atenção mais acurada das autoridades públicas.

A seguir, Senador, certamente iremos mostrar todo esse Relatório. E eu quero finalizar, senhoras e senhores, Senador Augusto, Senador Mão Santa, meu vice-Governador e meu caros colegas Deputados Estaduais e Deputados que aqui estão. Há um cientista político que tem um pensamento que diz que como é que podemos dizer que temos pátria se nós não podemos ter direito a um metro quadrado dela? Essa é a realidade, Senador Mozarildo, do Estado de Roraima. Portanto, somando e associando meu sentimento aos meus colegas, aos que me antecederam, olhem por Roraima. Gritem no Senado em defesa do nosso Estado. Pois não estarão defendendo só roraimenses, estarão defendendo demais brasileiros que ali vivem advindos de todos os Estados, pois nós temos a maior mistura de brasileiros que o Brasil contém dentro do menor Estado que nós vivemos. Muito obrigado a todos e uma boa tarde.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu quero para complementar a parte expositiva, dar oportunidade ao nosso vice-Governador de fazer algumas considerações ao final e em seguida iremos para as conclusões.

SR. VICE-GOVERNADOR JOSÉ DE ANCHIE-TA JÚNIOR (PSDB-RR): Boa tarde a todos. Gostaria de saudar nosso Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente dessa Comissão pela sua iniciativa. Saudar os Senadores Mão Santa, Augusto Botelho, Eduardo Suplicy, nossos Deputados Estaduais aqui presentes, Célio Wanderley, Sargento Damosiel, Deputada Marília, Deputada Aurelina, Zé Reinaldo e Ionilson Sampaio. O que me resta agora no final eu queria chamar atenção para dois fatos. Ontem eu tive oportunidade de representar o Governador na abertura do I Simpósio na Amazônia. Evento esse organizado pela Deputada Vanessa Grazziotin da Amazônia. Foi um evento prestigiado pela comunidade política do nosso País. Tivemos a oportunidade de estar lá com o Vice-Presidente da República, Governadores da região norte, Deputados, vários Ministros de Estado. E Senador Suplicy, os números da Amazônia são envoltivos. Nós temos 22% da água doce do mundo. E em relação ao Brasil, são mais de cinco milhões de quilômetros quadrados representando 61% da área do nosso território. Não se pode governar de costas para a Região Amazônica.

Então, eu apelo aqui, Senador Suplicy, porque todos que aqui estão fazem parte de um grupo só, que pensa de uma maneira só em relação a essa questão fundiária do nosso Estado. E aí me permita me dirigir a V.Ex^a, Senador renomado, respeitado no nosso País, do partido do nosso Presidente. E aí eu pediria que o senhor mergulhasse nessa questão, se aprofundasse um pouco mais e, com certeza, mesmo fazendo parte desse partido que também respeitamos, tem algumas pessoas que possam pensar de forma diferente e nos ajudar nessa luta. Nós estamos cansados das promessas do Governo Federal em relação ao nosso Estado.

Eu faço essa referência e esse pedido a V.Ex^a, bem como também ao Senador Mão Santa, para unidos nessa luta possamos aumentar esse cordão. O Governo Federal passa por um momento que parece, Senador Suplicy, que para o Brasil só existe essa bandida CPMF. Nós sabemos que o Brasil vai arrecadar em 2008, 540 bilhões de reais. É um recorde de arrecadação pro nosso País. E mesmo assim, o Governo Federal tenta passar como um trator de esteira, com escarificador para ter mais essa CPMF até 2011. Engana-se quem acha que é fundamental essa discussão para o povo brasileiro.

Senador Mozarildo, ontem, teve a oportunidade no Senado de se manifestar e ter a solidariedade com relação ao seu pensamento no que diz respeito a essa CPMF. E eu tenho certeza, Senador Suplicy, que com as manobras que o Governo Federal tem feito, tenho certeza que V.Ex^a não concorda, por exemplo, com a manobra que o Governo fez para tirar da Comissão de Justiça nosso Senador Mozarildo, nosso Senador Jarbas Vasconcelos, e se não me engano Pedro Simon. Então é um manifesto, é um apelo que eu faço a V.Ex^a. O Brasil vive problemas e o País de uma dimensão continental como a nossa não poderia deixar de aqui manifestar esse sentimento.

Quero agradecer a V.Ex^a, quero agradecer ao Senador Mão Santa, e pedir também ao Deputado Márcio Junqueira que na Câmara comece o seu trabalho com relação à aprovação do Projeto de Lei, com relação à construção da hidrelétrica da Cachoeira do Tamandua no Rio Cotingo, porque ela já foi aprovada no nosso Senado. É uma questão de estratégia, é uma questão de Defesa Nacional. Precisamos construir a nossa barragem do Cotingo, pois hoje nós dependemos da energia de um País vizinho, da Venezuela, onde nos dá a certeza, o conforto e a confiança. E eu tive a notícia, Deputado Márcio Junqueira, que as máquinas da BOVESA, que é a nossa operadora em Boa Vista, os equipamentos que na época quando era termoeletrica davam suporte energético ao nosso Estado foram retirados. Em qualquer momento, em qualquer deslize do nosso vizinho Chávez, Roraima ficará sem luz. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Mozarildo, eu vim para ouvir sobretudo. Eu sei que os Senadores Mão Santa e Augusto Botelho estão inscritos, e vou aguardar minha vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eles já falaram, os dois.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já falaram? Então só falta a mim. [risos] Só falta eu.

Então eu quero... Eu já estive em Roraima algumas vezes, mas faz algum tempo. Agora que preciso retornar, visitar Roraima, inclusive... Sabem os senhores e as Sr^{as} Deputadas e o vice-Governador, eu fui o sucessor de um Senador de São Paulo, que muito distinguiu o meu Estado e o Senado, que era o Senador Severo Gomes. E ele tinha um interesse especial pela questão do Parque Ianomami. E pouco depois de eu ter sido eleito em 1990, pela primeira vez, passado acho que cerca de... Menos de um ano, eu visitei o Parque Ianomami e achei algo de muita relevância e importância para nós. E visitei algumas vezes Boa Vista e outras cidades de Roraima. Mas faz tempo

que eu não vou. E eu preciso... O Senador Augusto Botelho que é meu companheiro no PT tem insistido que eu vá e em breve eu quero ir. Mas achei que hoje era uma oportunidade, na primeira parte eu estava na Comissão de Constituição e Justiça, mas logo que lá terminou eu vim para cá para ouvi-los e aprender um pouco. Obviamente também avalio como importante poder ouvir os demais membros convidados para esta sequência de audiências, inclusive o Ministro da Justiça e os responsáveis para ter uma avaliação a mais completa. Mas achei importante ouvir o anseio de todos os... Do Governador, do vice-Governador e dos Deputados Estaduais referentes à situação que os preocupa, e relativo aos direitos de pessoas que por vezes estão ali realizando... Realizaram atividades produtivas, seja na agricultura ou em áreas urbanas, ou nos mais diversos tipos de atividade. Pode ser até de mineração, de comércio, de atividades agropecuárias, e assim por diante, ou da pesca, o que seja. E que pela razão de demarcação acabaram tendo que se ver deslocadas e conforme o depoimento que nos transmitiram muitas vezes houve situações de dificuldades.

Quando o Deputado Sargento Damosiel e outros mencionaram situações como a de que há direitos diferentes para, digamos, uma pessoa que é casado com um índio tem o direito de permanecer e outra pessoa que é casada com uma índia, não teria direito, eu realmente estranhei e até aqui estava indagando a minha assessoria sobre onde é que está escrito algo assim? E gostaria até de pedir a informação que me parece que algo assim, escrito em norma ou lei, não pode. Não pode estar escrito assim. Se for então por alguma razão de costume, que aconteceu, isso obviamente o Ministro da Justiça Tasso Genro será o primeiro a dizer: Olha, não pode ser assim exatamente. Mas eu aqui estou aprendendo a ouvir V.Ex^a e a todos que me transmitem estas informações.

Então, eu e Senadores Mozarildo, Mão Santa, Augusto Botelho, sabem que eu aqui batalho muito pelo direito de toda e qualquer pessoa estar partilhando da riqueza da Nação, e inclusive de qualquer tipo de riqueza criada, seja em Rio Branco, em São Paulo, em Roraima, no Acre, ou no Piauí, onde for... E até no planeta Terra. Mas sabem que aqui o Congresso Nacional aprovou proposta de minha iniciativa no sentido de que venhamos a ter gradualmente, será por etapas, o dia em que todas as pessoas não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil, socioeconômica venham a ter o direito de receber uma renda que na medida do possível será suficiente para atender as necessidades vitais de cada um. Mas quando isso for instituído até a Deputada Marília Pinto, a Deputada Aurelina Medeiros e os Senadores Mozarildo, Augusto Botelho e eu va-

mos receber, sim. Só que obviamente por termos mais do que muitos no Brasil vamos contribuir para que nós mesmos e todos os demais venhamos a receber e com isso haverá uma série de vantagens que um dia se a Assembléia do Estado de Roraima quiser me ouvir, eu vou com prazer explicar isso em detalhes. Mas, ademais está tramitando no Congresso, já aprovado no Senado e na fase final de tramitação na Câmara dos Deputados, agora com parecer do Deputado Ciro Gomes, o Projeto de Lei que cria um Fundo Brasil de Cidadania, pelo qual 50% dos royalties decorrentes da exploração de recursos naturais, 50% das receitas de concessões de serviços públicos, 50% dos aluguéis de imóveis da União que pertencem ao povo brasileiro e outras formas de arrecadação serão reservadas para instituir um fundo que financiará a renda básica de cidadania para todos, inclusive os índios, os não índios e a mulher do índio, o marido da índia, seus filhos, igual para todos.

Eu avalio que essa é uma proposta que faz tanto sentido que poderá inclusive contribuir para pacificar um pouco Roraima e o resto do Brasil. [risos] E se um dia quiserem de fato que eu explique isso para a Assembléia de Roraima, eu já... E para o Governador inclusive o Governador Ottomar, eu fui aqui... Me dava muito bem com a Senadora Marlúcia, por isso eu o conheço já de algum tempo que ele costumava visitar bastante o Senado, então com prazer eu irei.

Mas quero dizer que Senador Mozarildo, eu aqui, sobretudo aprendi e quero ouvir mais inclusive o ponto de vista do Governo, das razões que levaram o Presidente Lula procurando se ater àquilo que a Constituição demandava, dos direitos que os constituintes avaliaram como importantes prover aos povos originários do Brasil, como os índios, e eu sei que, portanto, o Presidente Lula ao estabelecer a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol levou em consideração também um apelo grande e também algo que estava definido constitucionalmente.

Então, quem sabe ouvindo todas as partes, posamos chegar a um... A algo que seja de consenso. E nesse sentido eu cumprimento o Senador Mozarildo pela iniciativa e aos Senadores de Roraima, Augusto Botelho e todos que aqui procuram ensinar a nós sobre os problemas de seu Estado.

Então, como ainda não aprendi tudo, eu vou aqui parar nesse momento. Mas quem sabe indo a Roraima em breve eu possa conhecer melhor o que lá está se passando. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Agradeço ao Senador Suplicy. E tenho certeza que V.Ex^a que é uma pessoa que acima de tudo procura sempre agir com bastante

isenção, imparcialidade e levando em conta como V.Ex^a mesmo disse, o direito amplo de todos, com certeza se debruçando sobre essa questão vai ver que precisa haver algumas correções.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Me permite, Presidente. Eu queria dizer ao vice-Governador José de Anchieta Júnior, que o Senado tem tido inúmeras preocupações, estamos nesses dias preocupados estudando os efeitos da CPMF, e assim por diante, tendo Audiências Públicas, mas isso porque é a decisão que temos por decidir agora. Mas já está combinado que o Governo irá enviar uma proposta de Reforma Tributária mais completa para examinarmos todos os temas. E daí vamos nos aprofundar. Democraticamente eu estou tentando persuadir o Senador Mozarildo Cavalcanti que a CPMF é adequada. E talvez possa e deve ser diminuída um pouco, digamos, de 0,38 para 0,30 uma possibilidade ao longo do tempo, mas avalio que haja razões importantes para o Governo decidir permanecer com a mesma. Mas, esse é um outro debate. [risos] Mas apenas gostaria de dizer que nós também estamos tratando esse assunto com responsabilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Suplicy, como eu estava falando, inclusive esse Senado constituiu uma Comissão Temporária externa que estudou essa questão da demarcação e ofereceu ao Presidente Lula, assim como a Câmara dos Deputados também, o Relator aqui no Senado foi o Senador Delcídio Amaral, e o Relator da Câmara foi o Deputado Lindberg Farias. E ofereceu ao Presidente da República um estudo sobre todos os aspectos que pudesse fazer essa demarcação de forma contínua, porém não excludente. O Presidente não adotou e usou como V.Ex^a disse o direito constitucional de demarcar dessa forma, que não atende sequer a reivindicação da maioria dos índios. Se fizesse um plebiscito lá, essa tese não venceria. Mas nós estamos agora preocupados é com duas coisas. Primeiro, com a delicadeza da localização geográfica dessa reserva porque estão se esvaziando as pequenas cidades que estão na fronteira, nós estivemos lá e documentamos, e com as pessoas que estão sendo retiradas. São 458 propriedades, Senador Suplicy, estamos baseando nos dados da FUNAI. Dados da FUNAI, 458 propriedades. Das quais, 198, segundo a FUNAI, foram indenizadas. Não vou nem entrar no mérito da questão de indenizada justa ou inadequadamente. E dessas 198 indenizadas, o INCRA disse que assentou 131. Nós visitamos os assentamentos, Senador Suplicy, se podemos chamar aquilo de assentamento, eu acho que campo de refugiado ganha. Mas de qualquer forma esse não é o tema absoluto daqui.

Nós estamos numa fase quase que final de elaboração do nosso parecer. Que com os seus anexos V.Ex^a vê que é bastante volumoso. É um trabalho criterioso, feito com a Assessoria do Senado, dois consultores, com a Assessoria da Assembléia Legislativa, e nós fizemos questão de envolver a Assembléia Legislativa porque não é possível que o Governo Federal não tenha em conta a federação e não leve em conta justamente as pessoas que vivem lá.

Então o que nós queremos é justamente que a gente aprofunde o tema e encontremos agora o emergencial é encontrar solução de cidadania, de tratamento de direitos humanos igual para todos. E não é como se coloca na imprensa nacional, meia dúzia de arrozeiros que estão criando problema, não. O que acontece é que entre esses 458 estão meia dúzia de arrozeiros que produzem 25% do PIB do Estado.

Mas, eu vou fazer chegar de maneira urgente às mãos de V.Ex^a já o material que nós dispomos para que V.Ex^a possa estudar, nós queremos passar para todos Senadores e encontrar como V.Ex^a colocou, uma forma de preocupado com a situação dos cidadãos e cidadãs e os fatos aqui expostos são verdadeiros, índios casados com não índias, e vice-versa estão tendo constrangimento, sim, onde não há amparo legal sequer para se arbitrar isso. Porque não pode ficar, por exemplo, um funcionário não índio, por exemplo, da Central Energética de Roraima que é responsável pelo fornecimento de luz para uma vila, ele é não índio, mas casado com uma Índia. Ele não pode ficar. Não está escrito em lugar nenhum realmente. Não está. Não está escrito, mas a FUNAI está fazendo.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Então, é isso que eu não... Mas me parece que...

Bom, este é um... Obviamente vamos perguntar isso então ao Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Exatamente.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Porque dado o depoimento dos senhores e das senhoras aqui para esclarecer. Porque a Constituição não permitiria um tratamento diferente com respeito a este aspecto. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Exatamente por isso, Senador Suplicy, que nós convidamos o Ministro da Justiça, porque FUNAI está subordinada ao Ministério da Justiça, convidamos o Ministro do Desenvolvimento Agrário, porque o INCRA está subordinado a ele e convidamos o Ministro da Defesa porque a região é de altamente, digamos, de interesse da Defesa Nacional.

Então acho que nós cumprimos a finalidade de hoje, tivemos a oportunidade de ouvir pacientemente

aqui o Governador do Estado, vice-Governador, Deputados Estaduais, Deputados Federais que compareceram aqui também. Eu espero que essa Comissão efetivamente se debruce e se aprofunde sobre esse tema porque não é um tema, não se trata apenas de uma questão simplória da 37^a reserva que se demarca no meu Estado. Se trata também de uma região delicada para a defesa nacional.

Eu quero agradecer a presença de todos e declarar encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 13h43.

Ata da 42^a Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura, Realizada no Dia Vinte e Dois de Novembro do Ano de Dois Mil e Sete, às Dez Horas.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e dois de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **EDUARDO AZEREDO E HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLYCY, EUCLYDES MELLO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, PAULO DUQUE, MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, ROMEU TUMA, JOÃO TENÓRIO, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHES-SARENKO, FÁTIMA CLEIDE, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA E FLEXA RIBEIRO**. Justificou a ausência o Senador **JARBAS VASCONCELOS**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente em exercício, o Senador **EDUARDO AZEREDO** declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente em exercício, convida os Embaixadores Carlos Antônio da Rocha Paranhos, Igor Kipman, Edson Marinho Duarte Monteiro e João Carlos de Souza-Gomes para comporem a Mesa. A presente reunião destina-se a apreciação das seguintes matérias: **Item 1:** Mensagem (SF) nº 184, de 2007, de autoria do Presidente da República, que "*Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Carlos Antonio da Rocha Paranhos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, e cumulativamente, junto à República de Belarus*". O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator, o Senador **PEDRO**

SIMON para fazer a leitura de seu Relatório. O Presidente em exercício faz a inversão da pauta, para a apreciação da Pauta Extra: **Item 1:** Mensagem (SF) nº 193, de 2007, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor João Carlos de Souza-Gomes, Ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (BRASUNESCO)*”. O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator, o Senador **CRISTOVAM BUARQUE** para fazer a leitura de seu Relatório. O Presidente em exercício abre o processo de votação. O Presidente em exercício volta a apreciação da pauta: **Item 2:** Mensagem (SF) nº 185, de 2007, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Igor Kipman, Ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti*”. O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator, o Senador **EDUARDO SUPLICY** para fazer a leitura de seu Relatório. **Item 3:** Mensagem nº 188, de 2007, que “*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Edson Marinho Duarte Monteiro, Ministro de primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor Leste*”. O Presidente em exercício concede a palavra à Relatora, a Senadora **FÁTIMA CLEIDE** para fazer a leitura de seu Relatório. O Presidente em exercício concede a palavra aos Embaixadores **CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS** e **IGOR KIPMAN** para fazerem suas exposições. O Senador Heráclito Fortes assume a Presidência. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores **EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO** e **JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES** para fazerem suas exposições. O Presidente coloca em votação como Extrapauta: **Item 1:** Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova Texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, com as finalidades de facilitar a Transferência da Titularidade de Imóveis Diplomáticos e Consulares, inclusive residenciais, de propriedade do Governo dos Estados Unidos da América no Território Brasileiro, e de estabelecer procedimentos para instalação e funcionamento em Território Norte-Americano de repartições diplomáticas e consulares brasileiras,*

celebrado em Brasília, em 1º de junho de 2007”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **JOÃO TENORIO**, para fazer a leitura de seu Parecer. Usou da palavra para discutir o Senador **ROMEU TUMA**. Aprovado o parecer favorável. **Item 2:** Requerimento nº 80, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “*Requer, nos termos regimentais, e ouvido o plenário da comissão, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Rei Juan Carlos, da Espanha, pela oportuna advertência em defesa da democracia e do respeito entre Nações, externada durante Reunião da 17ª cúpula Ibero-Americana, em novembro de 2007, em Santiago, Chile*”. Aprovado. A reunião torna-se secreta às doze horas e dez minutos. A sessão é reaberta às treze horas e nove minutos. O Presidente comunica a aprovação dos indicados. O Presidente prossegue com a apreciação da Extrapauta: **Item 3:** Requerimento nº 83, de 2007 – CRE (Requerimento de urgência) de autoria do Senhor Heráclito Fortes que, “*Requer, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2007, que “aprova o texto do acordo entre o governo da Republica Federativa do Brasil e o governo dos Estados Unidos da América, com as finalidades de facilitar a transferência da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive residenciais, de propriedade do Governo dos Estados Unidos da América no Território Brasileiro, e de estabelecer procedimentos para instalação e funcionamento em Território Norte-Americano de repartições diplomáticas e consulares brasileiras, celebrado em Brasília, em 1º de junho de 2007”*”. Aprovado. O Senador **FLEXA RIBEIRO** faz uso da palavra. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e onze minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRAO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente – Senador **Eduardo Azeredo**, Vice-Presidente.

SR. PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental declaro aberta a 42ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Dispensada, em votação. Aprovada.

Apresentamos agora a apreciação da pauta. Convido para comporem à Mesa os Srs. Embaixadores: Carlos Antônio da Rocha Paranhos, Igor Kipman, Edson

Marinho Duarte Monteiro e Embaixador João Carlos de Souza-Gomes. Os quatro embaixadores indicados para serem ouvidos hoje.

Vamos iniciar com o **Item 1**, extrapauta que é a mensagem nº **193**, de 2007, que “Submete à apreciação do Senado Federal a Indicação do Sr. João Carlos de Souza Gomes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil, junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Brasunesco). De autoria da Presidência da República e de relatoria do Senador Cristovam Buarque”. Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, relator da mensagem para ler seu relatório.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sr. Presidente, Srs. Embaixadores é com muito prazer que eu faço a leitura do relatório, não apenas porque sempre me dá um prazer participar dessas sessões, mas também porque se trata de Embaixador que está vindo da Venezuela, um País extremamente importante nas nossas relações e indo para a UNESCO.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O

Senador Pedro Simon tem uma urgência que ele está pedindo, que ele tem que estar com a leda Cruz, se ele puder fazer antes.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Não tem nenhum problema, até porque a cultura e a educação sempre ficam para depois. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Dessa maneira não, dessa maneira é uma provocação. Está certo. Nós vamos fazer só uma inversão e tendo em vista o compromisso do Senador Pedro Simon e, depois, nós retomaremos a leitura do relatório do Senador Cristovam Buarque que gentilmente cede a vez para o Senador Pedro Simon.

Com a palavra o Senador Pedro Simon, relator da mensagem nº **184/07** que indica o Sr. Carlos Antônio da Rocha Paranhos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata para ser Embaixador do Brasil junto a Federação da Rússia e cumulativamente junto à República de Belarus.

SENADOR PEDRO SIMOM (PMDB-RS): Sr. Presidente, primeiro eu agradeço a V.Ex^a., Senador Cristovam Buarque, que é indiscutivelmente, além de outras qualidades, é a pessoa mais educada desse Senado que teve a elegância de permitir... É que eu estou com a Governadora do Rio Grande do Sul, estamos lá com o Ministério da Fazenda, fazendo um apelo final, porque nós estamos implodindo em desgraça lá no Rio Grande do Sul.

Mas, eu fiz questão de vir aqui pelo apreço, pela admiração e pelo respeito que eu tenho com o nosso

Embaixador e porque eu acho que realmente é uma das grandes pessoas das relações exteriores do nosso País. Esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação S. Ex^a. o Sr. Carlos Antonio da Rocha Paranhos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia e, cumulativamente, à República Belarus.

A Constituição Federal atribui a nós essa competência, o Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae*. Nascido no Rio de Janeiro – RJ, filho de Antonio Carlos Azevedo da Rocha Paranhos e de Maria Thereza Calazans da Rocha Paranhos, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, em 1971. No ano seguinte, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, também no Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Altos Estudos em 1988.

Nomeado Terceiro Secretário, em 1973, o Diplomata foi promovido a Segundo Secretário, em 1976; a Primeiro Secretário, em 1979; a Conselheiro, em 1985; a Ministro de Segunda Classe, em 1992; e Ministro de Primeira Classe, em 1999, sempre por merecimento.

Dentre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Chefe-substituto da Divisão de Política Comercial; Chefe da Divisão da Europa II; Secretário Executivo da Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental; Chefe-substituto do Departamento da Europa; Presidente do Grupo Latino-Americano da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação; Ministro-Conselheiro e Embaixador, Representante Alterno do Brasil na Delegação Permanente em Genebra; e Chefe da Delegação na 10^a Reunião dos Estados-Partes da Convenção contra a Tortura.

Foi, ainda, agraciado com diversas condecorações nacionais e estrangeiras, consta do processado, além do *curriculum vitae* relatado, documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, contendo alguns referentes e relações bilaterais do Brasil com a Federação Russa e com a República de Belarus. Brasil e Rússia mantêm relações diplomáticas ininterruptas desde o ano de 1961.

Com o fim da Guerra Fria, as semelhanças entre os dois países, vasto território e população formada a partir de diversas etnias, levaram ao estreitamento de suas relações bilaterais. Foram várias as visitas de chefes de Estado e de Governo, tanto em um, quanto em outro País, desde 1994. Os Países têm, ainda, se revelado parceiros em grandes questões pertinentes a

foros multilaterais, a exemplo dos esforços para reforma da estrutura da Organização das Nações Unidas.

Em 2002, a relação bilateral Brasil-Rússia foi elevada ao nível de parceria estratégica, ocasião em que a Rússia endossou a candidatura brasileira a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Mais tarde em 2004, essa parceria resultou também em uma “aliança tecnológica”. Por sua vez, a intensificação dos fluxos comerciais – apesar da potencialidade de quase haver triplicado entre 2002 e 2006 – tem apresentado limitações que vão desde a pauta exportadora concentrada e de baixo valor agregado, até a débil internacionalização das empresas em ambos os Países. Assim, no comércio bilateral, prevalecem os produtos básicos: O Brasil fornece gêneros alimentícios e a Rússia adubos e fertilizantes.

A República de Belarus teve sua independência reconhecida pelo Brasil, no mesmo ano em que foi declarada em 1991, com relações diplomáticas bilaterais estabelecidas a partir do ano seguinte. Belarus vem apoiando o Brasil em foros multilaterais, já tendo se manifestado favoravelmente à candidatura brasileira ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Assim como ocorreu com a Rússia, entre os anos de 2002 e 2006, os fluxos comerciais entre Brasil e Belarus quase triplicaram, porém, o Brasil que importa predominantemente adubos e fertilizantes e exporta veículos, óleos, resinas, fumo, couro e instrumentos mecânicos, mas experimenta sucessivos *déficits*.

Tendo em vista isso e tendo em vista a biografia do nosso prezado sabatinado, é com muita alegria que eu faço a apresentação de S. Ex^a, um dos quadros mais ilustres e mais representativos e com o maior credibilidade da diplomacia brasileira.

Eu digo e repito Sr. Presidente, eu vejo no Itamaraty do Brasil uma das organizações mais profundas, mais sérias e mais representativas que o Brasil poderá ter no futuro. Assim como hoje o Itamaraty funciona e é motivo de admiração, de respeito e temos pessoas que como o nosso bravo Embaixador Carlos Antônio da Rocha Paranhos, que representa o que tem de mais autêntico, de mais correto e de mais positivo no nosso serviço Diplomata, se isso é que é uma questão tão complexa e tão difícil, o Brasil tem a melhor diplomacia do mundo, ninguém nos supera. Um dia nós vamos ter isso também no Sistema Financeiro, na Fazenda, nós vamos ter isso na questão Militar e, até, talvez, não um dia, mas em um outro dia até no serviço Político. É com muita alegria que eu dou o parecer favorável a S. Ex^a.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Nós vamos continuar com a leitura dos Relatórios e depois ouviremos os Srs. Embaixadores, mas de antemão eu já quero também declarar aberto o processo de votação, especialmente em relação há presença do Senador Pedro Simon, desejo sucesso lá junto à Governadora.

Já está aberto o processo.

Retornando, portanto, ao Senador Cristovam Buarque, para a leitura do relatório de indicação do Embaixador João Carlos de Souza Gomes para a UNESCO.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Como eu dizia ao Sr. Presidente, e Srs. Embaixadores, Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras eu sinto muito prazer sempre que estou aqui em sabatina com os Embaixadores, candidatos a Embaixador, cada um pelo que a gente apreende no debate que faz. Isso é uma realidade.

Ao mesmo tempo dá para cada um de nós a sensação de estadismo, que nem sempre no debate comum desse Senado, a gente consegue ter a visão e a perspectiva de um País no globo. No caso da relatoria que eu vou fazer, me dá ainda uma satisfação adicional que a pessoa que eu vou relatar, que é o fato de estar vindo de um País onde as relações se ampliaram muito nos últimos anos e também tem certa dificuldade diplomática à gente consegue, e o Senador Eduardo Azeredo, inclusive, que tem estado envolvido nisso, mas, sobretudo, que vai para a UNESCO onde eu considero que é um dos pontos onde é possível pensar a globalização em uma perspectiva longa, porque na Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente, pensa-se mais biologia do que projeto de desenvolvimento da humanidade. E os outros são prisioneiros da economia ou do humanitarismo e etc.

Sr. Presidente é com muito prazer que eu venho aqui como relator a essa Casa do Congresso opinar sobre a indicação que fez o Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Sr. João Carlos de Souza-Gomes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do Diplomata indicado, do qual, nesse relatório extrai algumas informações para conhecimento de todos os demais Senadores. Nascido na Espanha, filho de Jayme de Souza-Gomes e Maria Conceição Aranha de Souza-Gomes. Concluiu o Curso de Preparação à

Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, em 1973. Defendeu a tese intitulada "A Retirada Norte-Americana da Unesco, no contexto dos Principais Aspectos da Crise da Organização", confesso que apesar da relação com o Embaixador João Carlos eu não sabia, até preparar o relatório, desse detalhe que mostra que o Itamaraty escolheu muito bem a pessoa que vai para lá, embora o documento dele ficou superado, porque dos Estados Unidos voltaram.

E faço questão aqui, entre parênteses, de dizer que nem sempre só para boas coisas, mas isso é uma opinião pessoal.

Por merecimento, ascendeu ao Segundo Secretário, em 1978; a Primeiro Secretário, em 1980; a Conselheiro, em 1986; e a Ministro de Segunda Classe, em 1991. Tornou-se Ministro de Primeira Classe no ano de 1999, portanto, quase já dez anos. Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar: Chefe de Gabinete do Departamento de Organismos Internacionais, mais um cargo relacionado com Unesco. Chefe da Secretaria de Assuntos Legislativos; Terceiro-Secretário, Conselheiro e Encarregado da Delegação Permanente junto à Unesco, ele já esteve lá junto a essa entidade. Cônsul-Geral em São Francisco e em Montevideu e Embaixador tanto em São José da Costa Rica, quanto na Venezuela.

Entre estes cargos, cabe ressaltar o brilhante desempenho do embaixador João Carlos nos últimos anos em Caracas. Durante esse período de relações crescentes entre a Venezuela e o Brasil, o embaixador Souza-Gomes tem tido um papel fundamental, ao mesmo tempo de equilíbrio a cada instante e de auxiliar na formulação de uma estratégia para o futuro. Foi agraciado com diversas condecorações nacionais e estrangeiras.

Consta do *curriculum*, além do que acabamos de relatar, consta do processo um documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, que faz referência à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Ressalta, e eu faço questão de ressaltar aqui, a importância da Unesco no atendimento dos "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio", que é um trabalho de acompanhamento uma vez que Educação, Ciência e Cultura são fundamentais para superação da pobreza estrutural e para o desenvolvimento. Mas, eu insisto também nessa idéia de que a Unesco pode vir a ser Fórum de debate sobre para onde conduzir o projeto de desenvolvimento da humanidade. E lá que a gente pode encontrar a liberdade de pensar o futuro sem a prisão do comércio, sem a prisão positiva do humanitarismo, sem a prisão da economia da indústria, como cada um dos órgãos das Nações Unidas.

E nesse sentido que o grupo de Países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, entende que sua atuação, da Unesco, deve ser desenvolvida, constituindo debate para novos temas da agenda internacional. O Brasil vem, ainda, se destacando, no âmbito da Organização, em negociações de textos normativos, teve um papel fundamental no problema da biodiversidade, no problema da bioética, teve um problema fundamental, e na definição de prioridades do planejamento estratégico do organismo.

Vale lembrar que brasileiros ocuparam cargos de destaque desde a fundação da Unesco e na sua estrutura. E a Unesco desenvolve também, Sr. Presidente, projetos em cooperação com diversos órgãos públicos dos três níveis da Federação Brasileira, com enfoque para cooperação em matéria de Educação. E deve-se lembrar que o principal programa da Unesco na atualidade no Brasil é o "Programa Educação para Todos".

Na área científica, a participação brasileira no organismo deve ser ampliada, essa é uma recomendação que no meu parecer, eu faço ao Sr. Embaixador, e se for de acordo com os outros Senadores. Buscar a manutenção da independência entre o setor de Ciências Sociais e o de Ciências Naturais, a fim de que temas como ética nas Ciências, Direitos Humanos, Cultura da Paz, Combate ao Racismo, entre outros, continuem a fazer parte do campo de atuação da Unesco.

No âmbito da Cultura, o Brasil se destaca por ser o décimo País com maior número de sítios tombados pela Unesco, inclusive, o único que tem a sua capital tombada pela Unesco e aí o Embaixador vai ter que exercer um papel também, porque há pessoas falando em romper esse *status* de Brasília, diante do crescimento. Invés de a gente ajustar, mantendo, as pessoas que começam a discutir "libertar", assim dizem o Brasil da Unesco e eu não acho que seria boa essa libertação, pelo menos por algumas décadas mais podemos conviver perfeitamente.

Também tem demonstrado política sistemática e consistente no que tange à proteção do patrimônio imaterial e, ainda, apoiado a promoção dos termos da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005. Eu aqui faço questão de citar também o tema fundamental que a gente vai ter nos próximos anos, que tanto nos direitos autorais, que cada vez mais é difícil a gente saber como e se deve controlar, sobretudo, na área da Saúde e, também, o problema do desenvolvimento das comunicações internacionais que vão fazer a cada País beneficiar-se de convívio internacional e correr o risco de vulnerabilidade em relação à destruição de nossos patrimônios culturais.

Por derradeiro é importante lembrar que até 2009, o Brasil integrará o Conselho Executivo da Unesco, de maneira que acreditamos que poderá participar, com maior vigor, nas questões acima referidas. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito do relatório.

E eu com muito prazer, reafirmo o apoio do meu relatório a indicação do Embaixador João Carlos para ser nosso Embaixador, embora com título diferente lá, representante, Delegado, permanente, mas o meu parecer é totalmente favorável é com muito prazer que eu o assino.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam Buarque, daqui a pouco nós vamos, daqui alguns minutos, ouvir o Embaixador não só sobre suas novas funções, mas também as que ele desempenhou na Venezuela, ainda que seja na parte fechada da reunião tem muito que nós queremos saber a questão da Venezuela.

Nós passamos a outra mensagem, a mensagem nº 185 de 2007 que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Sr. Igor Kipman, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Eduardo Suplicy, Relator da mensagem para ler seu relatório.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente e Srs. Embaixadores, [falha no áudio] que fui designado para manifestar a respeito do Sr. Igor Kipman, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

Nascido em Curitiba, Paraná, filho de Leonid Kipman e de Irene Kipman, graduou-se em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Paraná, em 1972. Concluiu, no Instituto Rio Branco, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 1981; o Curso de Diplomacia Pública, em 1998 e o Curso de Altos Estudos, em 2006. Nomeado Terceiro Secretário, em 1982, o diplomata em apreço foi promovido ao Segundo Secretário, em 1987; a Primeiro Secretário, por merecimento, em 1993; a Conselheiro, por merecimento, em 2002; e a Ministro de Segunda Classe, em 2006.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar: Foi Assessor na Coordenação Especial de Imprensa; Cônsul-Adjunto e Encarregado no Consulado-Geral em Miami; Conselheiro na Embaixada em São Domingos; Chefe da Divisão do México, América Central e Caribe. Foi,

ainda, agraciado com a Medalha do Pacificador, Brasil, e a Ordem de Rio Branco, no grau de Comendador.

Consta do processado, ainda o documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre a República do Haiti. Há perfis biográficos, dados sobre política externa, economia, bem como informações sobre as relações bilaterais com o Brasil. O Haiti foi o segundo País das Américas a conquistar sua independência, alcançada em 1804. Tornou-se a primeira república negra do mundo.

Constantes disputas internas e com a colônia de Santo Domingo conduziram o País a uma série de regimes ditatoriais, interrompida apenas no ano de 1905, com a intervenção aduaneira e a ocupação militar norte-americana, a qual durou até 1941. Após experimentar quatro anos de democracia, retornou a ditadura em 1949. Na década de 1980, uma epidemia de Aids desestabilizou o setor turístico haitiano, uma de suas maiores fontes de moeda estrangeira, levando ao desemprego em massa.

Em 1991, a chegada de Jean-Bertrand Aristide ao poder, eleito pelo voto popular, marca a volta da democracia ao País, deposto meses depois de sua posse, foi reconduzido ao poder pelos Estados Unidos da América, autorizados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. As eleições de 2000, cujo vencedor foi Aristide, foram alvos de muitas críticas sobre sua legitimidade. Como consequência, houve suspensão de ajudas internacionais, bem como o fechamento do Parlamento, dada a impossibilidade de realização de eleições legislativas.

O clima de instabilidade se intensificou e, em fevereiro de 2004, Aristide renunciou. Diante de pedido de assistência, o Conselho de Segurança da ONU autorizou o ingresso de tropas estrangeiras em território haitiano. Apesar das missões de paz da ONU, bem como da eleição de René Préval, em processo transparente e voto direto e popular, ainda são vários os desafios a serem enfrentados pelo Governo haitiano, a exemplo de reformas institucionais e políticas de combate à violência endêmica.

Com o Brasil, as relações do Haiti, embora cordiais, foram tradicionalmente distantes, mas esse quadro modificou-se com a ativa participação brasileira em missões de paz da ONU naquele país. Vale, nesse ponto, lembrar que o Brasil assumiu o comando militar da Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti, *Minustah*. Em 2004, foram, ainda, abertos canais de comunicação entre partidos políticos dos dois Países e naquele ano, um grupo de Senadores, o qual tive a honra de compor, visitou a República haitiana, exatamente no momento em que também o Presidente Lula, com o Ministro de Relações Exteriores Celso

Amorim e, sobretudo, com um fato de tamanha relevância, para a relação de ambos os Países, quando a seleção brasileira foi tão calorosamente recebida pelo povo haitiano, disputou uma partida de futebol da qual eu fui testemunha. Aliás, gostaria aqui de lembrar que, inclusive, nessa ocasião o Sr. Igor Kipman, nosso futuro Embaixador no Haiti, exercia a função de chefe da divisão do México América Central e Caribe que tantas vezes colaborou e esteve presente e testemunhando os diversos fatos desta melhora tão significativa das relações entre o Brasil e o Haiti, pois ele, inclusive, como chefe da divisão do México, América Central e Caribe ficou encarregado de preparar a visita do Presidente que foi tão bem-sucedida e, em especial, por causa desse episódio da partida de futebol.

Eu quero lembrar, Presidente, Senador Eduardo Azeredo eu acompanhei o Presidente Lula quando ao final da partida de futebol ele foi cumprimentar e agradecer os jogadores como Ronaldo e tantos outros, foi uma partida em que o Brasil, goleou acho que foi cinco a um ou cinco a dois. Seis a zero à equipe do Haiti, foi tão interessante, que primeiro o povo do Haiti não coube no Estádio, o Estádio era para vinte mil pessoas e havia muito mais pessoas querendo assistir. E da vinda da delegação desde o aeroporto até a chegar no Estádio à delegação, acho que havia ficado, bom veio próximo da hora, mas o povo saiu às ruas praticamente toda a população foi às ruas aplaudir a seleção, como se fosse uma coisa fantasticamente, uma coisa tão querida.

Às vezes que o time haitiano, chegava próximo da área brasileira o povo aplaudia muito, mas também quando o Brasil marcou gols o povo do Haiti aplaudiu as belas jogadas da seleção brasileira e o que foi tão bonito e interessante é isso que eu gostaria de relatar, é que os jogadores da seleção brasileira, Ronaldo, Romário, Roberto Carlos e outros, disseram ao Presidente: "Sempre que o Governo Brasileiro avaliar que possamos, nós jogadores da seleção, cumprir uma missão como essa, de promover o bom entendimento e a paz, nós estamos dispostos a colaborar e fazer isso". E foi bonito, porque as pessoas, meses antes, o Haiti estava em verdadeira guerra civil e aquele dia foi um momento extraordinário de confraternização e paz e o Brasil mostrou a sua qualidade com a seleção brasileira e o Presidente Lula, o Ministro e então, o Embaixador que agora vai para o Haiti, colaborou muito para que esse episódio fosse bem sucedido.

É com alegria que eu o cumprimento pelo fato do Presidente Lula e o Ministro Celso Amorim terem designado ao senhor para essa missão que eu espero que faça com muito êxito, assim como aos outros três Embaixadores que aqui hoje são argüidos. Obrigado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Nós passamos agora ao último Item da pauta de aprovação dos Srs. Embaixadores, submetendo apreciação do Senado Federal a mensagem nº 188 que submete o nome do Sr. Edson Marinho Duarte Monteiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste.

Concedo a palavra a Sra. Senadora Fátima Cleide, Relatora da Mensagem para ler o seu relatório.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Edson Marinho Duarte Monteiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Timor-Leste.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem. Nascido em São José de Ubá, Rio de Janeiro, filho de Manuel Duarte Monteiro e de Laubélia Marinho Belga Monteiro, graduou-se em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mesmo ano em que concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco.

Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1981; o Mestrado em Administração Pública pela Universidade da Califórnia, em 1980; e o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 1996. Foi, ainda, agraciado no grau de Oficial, pela Ordem do Mérito do Trabalho. Do *curriculum vitae*, Sr. Presidente, constam também funções exercidas na Chancelaria entre outras Chefe de Divisão de Feiras de Turismo em 1988, Chefe da Divisão de Fronteiras em 1990, Chefe da Divisão da América Central setentrional em 1991, Chefe da Divisão da Ásia e Oceania em 2004 e Coordenador Geral com os Países em desenvolvimento da Agência Brasileira de Cooperação em 2006. Ocupou entre outros cargos no Exterior, o de terceiro Secretário em Manila em 1976, Cônsul-Geral no Consulado Geral em Los Angeles em 1980, Primeiro Secretário na Embaixada em Camber, 1983, Conselheiro na Embaixada em Bruxelas, 1992 e Ministro Conselheiro na Embaixada em Pequim, em 1998.

A República Democrática do Timor-Leste adota o sistema parlamentarista de governo. Devido à forte

pressão internacional, foi realizado, no ano de 1999, referendo que resultou na independência do País, após quase duas décadas sob domínio da Indonésia. O Governo brasileiro, desde as turbulências sociais ocorridas no período imediatamente anterior à independência, tem acompanhado de forma bastante ativa o período de transição pelo qual vem passando o Timor-Leste. Tem-se buscado fornecer o suporte necessário para que o País vença os entraves ao regular desenvolvimento do processo democrático.

Nesse sentido, destacamos as visitas ao Brasil do líder na luta pela independência, Xanana Gusmão, nos anos de 2000 e 2002; na última delas já como Presidente da República, ocasião em que foi agraciado com o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Ademais, entre os anos de 1999 e 2002, o País esteve sob administração da Organização das Nações Unidas-ONU, tendo o brasileiro Sérgio Vieira de Mello ocupado o cargo de Administrador Transitório e Representante Especial do Secretário-Geral da ONU.

Ressalte-se, ainda, o relevante apoio do Estado brasileiro para envio de Forças de Paz pela ONU ao território do Timor, sendo, inclusive, notável a presença militar brasileira tanto por meio das missões da ONU, quanto em decorrência de cooperação bilateral.

O Brasil tem também buscado cooperar em outras áreas, a exemplo da educação, com enfoque para atividades que visam à consolidação do português como idioma oficial e para a tentativa de construção do Judiciário timorense, em que se pretende a reafirmação da tradição civilista no País, bem como a criação da Justiça Militar, da qual se espera papel relevante na pacificação nacional. Nota-se, assim, que a despeito das tímidas relações econômicas bilaterais, trata-se de posto da maior importância para a política externa brasileira, a qual, conforme ressaltado, tem se voltado para o estreitamento dos laços de amizade com os timorenses.

Diante do exposto, em cumprimento ao que dispõe o Art. 52, IV, da Constituição Federal, submeto a escolha do Sr. Edson Marinho Duarte Monteiro a esta Comissão, na expectativa de que seus integrantes já disponham de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

E o meu voto Sr. Presidente, com o maior prazer é pela aprovação do nome do Sr. Edson Marinho Duarte Monteiro, para representar o Brasil junto à República democrática do Timor-Leste.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Obrigado Senadora Fátima Cleide. Nós vamos passar a parte de ouvirmos os Srs. Embaixadores. Eu concedo a palavra ao Embaixador Carlos Antônio da Rocha

Paranhos, para fazer sua exposição pelo tempo que julgar necessário.

SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA PARANHOS: Muito obrigado. Ex^o. Sr. Presidente, Ex^{os}. Srs. membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Eu queria começar por dizer a grande honra e satisfação que tenho de comparecer aqui à Comissão para solicitar a aprovação de V.Ex^{as}. para indicação que fez o Sr. Presidente da República do meu nome para exercer a função de Embaixador junto a Federação da Rússia e a República da Bielorrússia.

Eu queria também agradecer muitíssimo às generosas palavras do relator, do nobre Senador Pedro Simon ao meu respeito, que eu respeito mais a amizade do que efetivamente ao trabalho.

Mas, eu gostaria de dizer que a minha relação com a Rússia é uma relação antiga, isso está indicado no currículo, mas eu fui chefe da divisão que cuidava de Países da Europa Oriental nos anos 80, quando começou a abertura da Perestroika e da Glasnost, promovida por Mikhail Gorbachev, e, nessa ocasião, tive oportunidade de participar da organização da primeira e única visita de um Presidente da República brasileiro a então União Soviética que foi a visita do Presidente Sarney em 1988 e, desde então, eu tenho seguido sempre por interesse intelectual, a evolução da Rússia.

É óbvio que hoje, 19 anos depois, daquela histórica visita, à Rússia é um País muito distinto, muito diverso, depois da dissolução da União Soviética e do processo difícil que atravessou duramente os anos 90 sobre o Governo Ieltsin, a Rússia de hoje é um País que procura reafirmar-se no plano internacional, reestruturar-se no plano interno e é um País que tem apresentado resultados extraordinários.

Ao final deste ano, quando o Presidente Putin vai completar oito anos de mandato, ele terá governado sobre uma média de crescimento da ordem de 6,5% a 7% ao ano. A Rússia hoje é um País que tem graças a elevação dos preços de gás e petróleo, tem um *superávit* comercial com os Países importadores europeus e com o mundo em geral da ordem de mais de 160 bilhões de dólares ao ano.

A Rússia hoje tem uma situação considerada de *investment grade*, os títulos russos, foi sanada a economia, reduzida substancialmente a dívida externa e o Governo atual está embarcando em um ambiciosíssimo programa de investimentos na área infra-estrutura, na área de construção de rodovias, ferrovias, gasodutos e etc, na direção, sobretudo, da Sibéria Oriental e é um País que está realmente crescendo e abrindo-se na direção dos seus principais parceiros.

O nosso comércio bilateral, por exemplo, cresceu significativamente ao longo dos últimos anos a uma média de pelo menos 20% ao ano, o Brasil está tendo uma performance extraordinária como exportador dos produtos do setor de carnes para a Rússia. Há uma demanda óbvia do lado russo, mas obviamente também há uma demonstração de muita competência do setor exportador brasileiro, apenas este ano nos primeiros sete meses do ano, nossas exportações de carnes, apenas bovinas, já se elevavam a mais de 600 bilhões de dólares. A expectativa é que cheguemos apenas no âmbito da carne bovina a marca de quase 1 bilhão de dólares para o mercado, apenas russo.

Também a performance em matéria de suínos é bastante boa e de frangos, assinalar aqui que o grupo Sadia está fazendo um investimento na Rússia para a produção de embutidos, de derivados em Kaliningrado para beneficiar-se tanto do mercado russo, quanto da possibilidade de acesso a União Européia. É um País que apresenta um interesse do ponto de vista de relacionamento em todos os sentidos, muito interessante, muito importante para o Brasil.

Como os Srs. sabem, hoje o Brasil tem um diálogo privilegiado com a Rússia, foi estabelecida uma relação estratégica a partir da visita realizada pelo então Fernando Henrique Cardoso, as visitas de alto nível como assinalou o nobre relator Senador Pedro Simon, tem sido praticamente freqüente, a todos os anos, já tivemos aqui, visitas de dois primeiros Ministros russos e do Presidente Putin, tivemos a visita do Vice-Presidente José de Alencar, do Presidente Lula a Rússia, temos um conjunto de importantes acordos, inclusive, uma Comissão de alto nível de cooperação Brasil – Rússia que do lado brasileiro é presidido pelo Vice-Presidente da República e pelo lado russo, pelo Primeiro-Ministro, o que dá bem a indicação de importância política que os dois Países atribuem ao relacionamento bilateral.

Essa Comissão deverá reunir-se no ano que vem em Moscou, temos também no nível operacional uma Comissão intergovernamental, de cooperação presidida no nível de vice Ministro dos dois lados, e eu gostaria de assinalar também que no ano que vem, o Brasil e a Rússia celebram 180 anos, 180 anos de estabelecimento de relações diplomáticas entre o império czarista e o império brasileiro. E para celebrar essa efeméride, o Ministro Celso Amorim combinou com o Chanceler russo a margem da assembléia geral em *New York*, a realização de um ano do Brasil na Rússia. Um ano do Brasil com vários eventos para promover a imagem do Brasil nos âmbitos cultural, científico e de tecnologia, econômico e comercial e etc, e o lado russo está ex-

tremamente interessado em poder ajudar a realização deste ano do Brasil na Rússia.

Finalmente, eu gostaria de dizer também que Brasil e Rússia, são membros do grupo chamados *brics* Brasil, Rússia, Índia e China e, também, no âmbito desse grupo, foi estabelecido um mecanismo de consulta regular nas capitais onde há órgão das Nações Unidas. O sistema multilateral em que os chefes de missão dos Países estarão se reunindo regulamentando para um intercâmbio de pontas de vista e identificação de possibilidades da coordenação e atuação no plano multilateral, como um primeiro passo para a densificação desse diálogo político.

O relator também mencionou o fato de que a Rússia apóia a candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e eu acho que nós temos um, que eu qualificaria de um bom desafio pela frente, porque se trata de um País extremamente diversificado, extremamente interessado na dinamização da relação com o Brasil, e acredito que podemos elevar ainda mais o perfil do nosso relacionamento. O comércio bilateral hoje tem crescido muito, nós estamos já com o comércio nos dois sentidos da ordem de quatro e meio bilhões de dólares, a característica de que o Brasil é superavitário, fortemente superavitário em relação à Rússia.

A Rússia exporta insumos e fertilizantes para o Brasil, nós em função da grande *performance* do setor de carnes, Sr. Presidente, estamos tendo um excelente crescimento do saldo da nossa balança comercial com a Rússia.

Eu não sei se [soa a campainha] me estendi demasiado, agradeço a atenção de V. Ex^{as} e espero contar com o valioso apóio e aprovação para essa designação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador, Carlos Antônio da Rocha Paranhos. Nós passaremos as perguntas mais à frente, antes, entretanto, de passar a palavra ao Embaixador Igor Kipman. Eu quero convidar o nosso Presidente, Senador Heráclito Fortes para que assuma a Presidência, já tendo chegado da viagem internacional que fazia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Ex^a. está presidindo tão bem que eu me sinto impotente de assumir. Eu quero que V. Ex^a. continue, eu quero apreciá-lo na sua majestade do cargo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Concedo a palavra ao Embaixador Igor Kipman, para fazer sua exposição.

SR. IGOR KIPMAN: Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente em Exercício da Comissão de Rela-

ções Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Azeredo, Sr. Relator, Senador Eduardo Suplicy, Srs. Senadores, caros colegas, Sr^{as}. e Srs.

Em primeiro lugar eu gostaria de dizer que é um privilégio ter essa oportunidade de estar aqui presente perante a Comissão, com o meu nome submetido a ela para aprovação, com a indicação de ocupar o cargo de Embaixador junto à República do Haiti, usando as palavras do meu primeiro chefe de carreira diplomática que compareceu a esse plenário, exatamente há duas semanas, é um prazer estar aqui para esse rito republicano de sabatina como Embaixador.

Se eu acreditasse em destino poderia, inclusive, dizer Srs. Senadores, que estava predestinado a comparecer aqui com essa indicação, pois no dia 19 de outubro de 1995 assumi a encarregatura de negócios da embaixada do Brasil no Haiti, oportunidade em que pude conhecer bastante daquele País, do seu povo, da sua cultura, conheço pessoalmente Jean Bertrand Aristide que já estava, no caso, do seu primeiro mandato como Presidente. Depois disso eu fui designado, como assinalado pelo nobre Relator, para ocupar um cargo na Embaixada do Brasil em São Domingos e por lá vivi por três anos, podendo travar um contato muito profundo com as diossincrasias daquela ilha dividida por dois Países com culturas muito marcadamente diversas.

E chegamos então em 2003, no segundo semestre, quando a crise que enfrentava o Presidente Aristide já no seu segundo mandato, entra na sua fase aguda e a trama das circunstâncias me coloca naquele momento na chefia de divisão do México, América Central e Caribe me tocando a acompanhar muito de perto a evolução da crise que desembocou na saída do Presidente Aristide do País no dia 29 de fevereiro de 2004 e, a partir de então, a expressiva participação do Brasil no esforço internacional de recuperação daquela Nação irmã.

Nesse processo, o jogo de futebol da seleção brasileira mencionado pelo Senador Eduardo Suplicy, é extremamente emblemático do novo paradigma que o Governo Brasileiro em conjunto com as demais Nações Sul-americanas que integra a foros de paz nas Nações Unidas do Haiti, desejam imprimir a essa operação da paz, mostrando a comunidade internacional uma nova forma de operação de paz, diversa daquelas anteriores, uma operação de paz visando à redemocratização do País, a revisualização das instituições e o desenvolvimento sustentado de sua população.

Aquele jogo marcou, como bem assinalado pelo Senador, esse espírito que rege a participação dos Países das Nações Sul-americanas na força de estabilização do Haiti e, naquela oportunidade, é quase

que uma curiosidade, uma coincidência que eu quero assinalar. No dia seguinte ao jogo que se realizou no dia 18 de agosto de 2004, eu, em Porto Príncipe dei uma entrevista ao semanário *Der Spiegel* e tentava explicar ao jornalista esse novo espírito, esse paradigma novo de operação de paz que desejávamos imprimir aquela operação no Haiti. E para isso me servi de uma comparação do jogo que havia acontecido no dia anterior entre o futebol americano e o futebol brasileiro, é essas declarações foram resumidas por ele, na reportagem, da seguinte forma. Futebol é arte e alegria, Kipman fala do futebol brasileiro. Futebol é violência e vitória, ele quer dizer futebol norte-americano, ele fala um da América que envio jogador de futebol, ao invés de bomba.

E a coincidência que eu assinalo é que no nobre Relator, no mesmo dia, no Plenário dessa Casa, se dirigia ao Plenário relatando o jogo e dizia com outras palavras, a mesma mensagem que lá em Porto Príncipe eu transmiti ao jornalista e o Senador então, no mesmo dia 19 de agosto, dizia aqui em Brasília. Diferentemente do que tem feito o Governo dos Estados Unidos, o Presidente, Jorge Bush poderia estar hoje olhando um pouco para o Brasil e dizendo: "Puxa, Presidente, Lula, há algo que poderiam estar aprendendo com o Brasil. O País foi lá e diferentemente do temor de alguns que questionavam se a força de paz no Brasil não seria como a força de ocupação dos Estados Unidos no Iraque, absolutamente o que vimos é o que o povo que em fevereiro último, estava atirando para lá e para cá, ontem saiu às ruas. Foi um milhão de pessoas ou mais que se aglomerou para aplaudir e abraçar, dizer, Ronaldo, Ronaldo, Ronaldinho".

Após esse grande evento que foi o jogo em 2006, realizam-se finalmente às eleições democráticas no Haiti, tive também a felicidade de integrar a missão internacional de observação das eleições que foi conduzida pelo Senador Saturnino Braga, integrado pelos Deputados, Deputado Fernando Gabeira, Maninha, Zico Bronzeado e Chicão Brígido.

Tivemos nessa ocasião, tive a oportunidade de vivenciar, de verificar, de participar de um eixo, de um exemplo de civismo feito pela população haitiana. Foi uma eleição absolutamente ordeira e disciplinada que levou à recomposição do Parlamento haitiano, que já não existia mais nesse momento e a eleição do Presidente René Préval para a condução dos negócios do Haiti, que assumiu no dia 16 de agosto do ano passado, desde então, o Presidente Préval tem feito um trabalho muito importante de harmonizar várias correntes políticas no País e que são muitas, as oposições têm conversado pela primeira vez, talvez, em 200 anos de

história da República tem conseguido fazer um trabalho importante.

A pergunta que se faz hoje sempre é? Se a situação no Haiti está melhor ou não. Isso me é perguntado quase diariamente e aí para procurar trazer um resumo do que acontece nesse um ano e meio de mandato do Presidente Préval, fiz um breve resumo das conclusões de um seminário realizado em agosto passado pelo *World Wilson Center* em Washington sobre a situação no Haiti e um breve resumo das conclusões é o seguinte.

Desde que assumiu em maio de 2006, o Presidente Préval conseguiu manter seu Governo de coalizão unido. A cidade de Porto Príncipe está muito mais segura, o que tem atraído a atenção de potenciais investidores. Como qualquer outro Governo frágil, o Haiti continuará necessitando de assistência para restabelecer a capacidade de seus Ministérios e demonstrar aos haitianos que o progresso está alcançando suas comunidades, isso significa que permaneceremos, à força de paz das Nações Unidas permanecerá no Haiti, ainda por um período prolongado difícil de ser previsto, mas as coisas estão evoluindo e nota-se realmente uma melhora muito grande no País em todas as suas dimensões.

Há duas semanas, uma outra curiosidade que eu trago, o *chanceler* da República Dominicana em São Domingos conversando com o nosso Embaixador naquela cidade, usou a seguinte frase em relação ao Haiti: "A mão de Deus se pulsa sobre o Haiti, senão não fora por *Minustah*, à situação em Haiti havia sido um desastre", sem dúvida é um pouco de exagero, com o comparar *Minustah* a mão de Deus, mas dá o retrato da visão a partir da República Dominicana, que tem uma relação complexa com o Haiti da situação que ele considera que está bastante melhor.

Não quero me alongar muito nessa exposição, [soa a campainha] pois estarei à disposição posteriormente para quaisquer perguntas. Eu quero apenas para encerrar, falar sobre o tripé no qual se apóia a política brasileira com relação ao Haiti, que é um tripé composto de segurança, fortalecimento, das instituições e redemocratização do País e desenvolvimento econômico social e aí me aproximar do fim da minha apresentação, repetir aqui o que eu já disse ao Ministro Celso Amorim, que caso eu conte com o apoio e aprovação de V. Ex^{as.}, me empenharei ao máximo para dar continuidade no Haiti ao grande e extraordinário trabalho que foi realizado lá pelos dois colegas que me antecederam, os Embaixadores Armando Vitor Cardoso e o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, nesses, praticamente quatro anos em que a

crise aproximou, digamos, o Brasil se aproximou da crise haitiana.

E para encerrar esse breve resumo, Sr. Presidente, eu gostaria de ler um parágrafo do livro "Escrita a Sangue", que é uma obra da família Aín(F) que narra 500 anos de história do Haiti e escolhi esse parágrafo porque ele traduz o espírito com que minha esposa aqui presente, cuja presença eu agradeço, Roseana, e eu encaramos o desafio, o grande desafio que é hoje assumir a chefia da representação do Brasil no Haiti. "É, assim chegamos agora ao Haiti, aquele verdadeiro Paraíso na terra que foi o teatro de cenas tão horribéis e dramas assustadores cujo solo bebeu mais sangue do que suor, ainda assim, para aqueles que o conheceram e amaram esta pequena e pobre terra, de sentimento poderosos e contrastes brilhantes, continua sendo acima de tudo nas palavras de uma antiga canção, Haiti cherry". Fim de citação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Concedo a palavra ao Embaixador Edson Marinho Duarte Monteiro, para fazer sua exposição.

SR. EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO: Muito obrigado Sr. Presidente, cumprimento V.Ex^{a.}, cumprimento também o Vice-Presidente, Senador Eduardo Azeredo, a quem agradeço a condução, o início da condução desses trabalhos e a acolhida que nos deu. Srs. Senadores, Sra. Relatora Senadora Fátima Cleide, meus colegas, meus amigos que aqui estão assistindo a esta liturgia republicana como foi bem dito por um colega anteriormente. Aqui nós todos devemos nos submeter e de bom grado nos submetemos.

O Timor já foi bem apresentado pela Relatora em sua situação atual, os Srs. Senadores estão bem informados sobre esta jovem Nação independente, que apenas em 2002, conseguiu se institucionalizar como Nação soberana, depois de um período de grandes dificuldades em uma luta pela independência que durou mais de duas décadas e, anteriormente, saindo do estágio de Nação colonizada por Portugal.

Esta herança resultou em dificuldades que o mundo hoje procura, em que o mundo hoje procura cooperar de forma a ajudar o povo timorense, a Nação timorense a não apenas se reconstruíram daquilo que foi perdido durante a luta pela independência, mas também, construir instituições que não existiam na fase anterior da história timorense. Apenas este ano o Timor elegeu o seu primeiro Governo na Nação soberana, o Presidente Ramos Horta e, em seguida, o primeiro Parlamento.

Ambas as instituições funcionam, contudo, reconheço o andamento carecem de apoio da comunidade internacional. As Nações Unidas, lá estão presentes alguns Países amigos, lá estão presentes, o Brasil e Portugal lá estão presentes, com uma idéia muito especial do que podem fazer por este País.

O Timor ainda não tem uma língua nacional, o Timor tem uma língua franca, que é um dialeto *Tétum* e uma parte da população fala o idioma português. Mas há uma determinação de parte do Governo de que o português venha a ser uma língua franca e uma língua nacional. Isto exigirá uma tarefa de educação. E na educação, já estive conversando sobre isso com o Senador Cristovam Buarque, cuja experiência e interesse nessa área são notórios na educação. O Brasil já está prestando uma grande cooperação, na realidade, a Lei nacional de educação do Timor foi redigida com a contribuição de especialistas brasileiros.

Mas a envergadura do problema é como em quase tantas áreas do Timor, dramática. Eu gostaria de mencionar que menos de 50% das crianças que entram na escola primária do Timor terminam os seis anos de educação. E que lá educação secundária apenas estão matriculadas 26% das crianças em idade escolar. Há muitos que fazer. E o Brasil tem do Timor missões de cooperação nessa área.

O Ministério da Educação designou no momento de maior atividade 50 professores para treinarem os professores do Timor na língua portuguesa, para ensinar na língua portuguesa, os Srs. se darão conta da importância dessa atividade. Portugal também está envolvido nessa atividade e também tem um programa de treinamento de professores que é uma contribuição fundamental e de grande alcance para a estruturação da Nação timorense.

Mas, em outras áreas o Timor necessita de ajuda. O próprio Executivo timorense ainda não dispõe da capacidade técnica para executar sequer um programa orçamentário a altura das necessidades do País. O Timor ainda não tem uma economia muito desenvolvida, um setor privado muito desenvolvido e continuará durante algum tempo a depender de iniciativas do Estado. Paradoxalmente o Estado dispõe de recursos, o Timor é um País que tem potencial econômico, esse potencial passa, sobretudo, pela capacidade de produzir petróleo que hoje a maior fonte de recursos do País.

No entanto, os recursos obtidos com a venda do petróleo não estão sendo aplicados senão em um percentual muito pequeno. Na realidade estão sendo depositados em um Fundo de decisão sabia que é investido pela Administração financeira timorense, mas expectativa que em um momento futuro, o País possa aplicá-lo de forma mais afetiva. Para isso, o País vai

precisar também da cooperação internacional e o Brasil também poderá exercer um papel.

O outro setor econômico que precisa ser mencionado: a agricultura, também fundamental, 80% da população vive dos recursos produzidos na agricultura, na pesca e na exploração florestal, esses setores foi um dos mais afetados pela luta, pela independência. Obviamente houve o deslocamento da população, houve a interrupção da atividade e a capacidade produção muito reduzida. Já temos também projetos de cooperação nessa área, especificamente na produção cafeeira que é, depois do petróleo, a grande fonte de recursos, inclusive, de exportação.

Aí também há uma grande possibilidade da cooperação que deverá marcar a presença brasileira no Timor. Esses exemplos são apenas indicativos daquilo que o Brasil tem de melhor a fazer pelo Timor. Em prestar cooperação. Esta é a orientação que a política externa brasileira tem adotado ao Timor como o Haiti, para onde está indo o meu colega, está indicado o meu colega Igor Kipman, aos Países para os quais a cooperação técnica brasileira tem se voltado com especial atenção.

Eu teria que começar a minha apresentação mencionando isto, porque como a Senadora Fátima Cleide já indicou ao apresentar o meu currículo, a minha função atual no Ministério das Relações Exteriores é a de Coordenador de Países em Desenvolvimento da Agência Brasileira de Cooperação, ou seja, eu estou no exercício da função que tem para as relações do Brasil com o Timor uma grande relevância e creio não ser exagerado afirmar que a minha indicação para o cargo de Embaixador em Dili, certamente tem como explicação, em larga medida, esta circunstância.

Ao ir para Timor eu estarei tendo a oportunidade de dar continuidade ao trabalho que já estou fazendo e, quem sabe, procurar ampliar a luz, a experiência local, a nossa atividade nessa área. O Timor, como eu já disse, é um País que tem potencial econômico, se nós olharmos as estatísticas nesse momento, certamente poderemos ficar bastante preocupados com o futuro do País. Afinal um dado muito relevante, o desemprego, sobretudo, da população jovem tem o índice alarmante de mais de 40%.

E isto está na raiz de uma série de crises que o País vive, que tem levado a uma instabilidade, problemas de segurança, que atuam contra o investimento estrangeiro, contra a intensificação da atividade econômica, que na realidade, seria a solução ou parte da solução para o problema do desemprego, este círculo vicioso precisa ser rompido. E em todas as conversas que o Presidente do Timor tem com os seus contrapartes, como na conversa que teve com o Presidente Lula

em setembro passado nas Nações Unidas, ele sempre diz: “Eu tenho como função, eu tenho como objetivo prioritário gerar empregos que possam dar um sentido, objetivos, segurança, à vida da grande população de jovens que hoje vê com muito pouca esperança, suas perspectivas que deixo transbordar essa desesperança em conflitos de rua, que tem sido freqüente em Dili e que acabam, como eu já disse, desestimulando a atração de investimentos que seria necessária”.

Para esta formação, para a formação dos jovens que é uma condição essencial para que possam assumir novos desempregos também o Brasil já está cooperando. O Brasil tem em Dili um centro de formação profissional, administrado pelo SENAI que já está formando 330 jovens por ano. Os números são pequenos, mas eu lamento ter que dizer que a estatística de criação de empregos no País neste momento é de 400 empregos por ano, quando 15 mil jovens, é a estimativa, se apresentam ao mercado de trabalho, teoricamente cada ano.

A presença do SENAI é mais um elemento da afirmação, do comprometimento do Brasil com o futuro do Timor. E esse comprometimento naturalmente começou antes mesmo da independência, o Brasil fez gestões no sentido de fazer com que a Indonésia aceitasse a idéia de que o Timor não poderia continuar integrado pela força como mais um Estado indonésio, que o Timor era uma Nação e tinha que ter seu caminho próprio. O Brasil estava em Timor em 99 quando veio a independência e era preciso separar tropas e supervisionar a saída pacífica das tropas Indonésias, éramos o maior contingente na força que as Nações Unidas enviaram para lá.

O Brasil estimulou que o Timor se tornasse observador na CPLP que é o outro canal onde a cooperação brasileira pode ser destinada ao Timor. A CPLP, Comunidade de Países da Língua Portuguesa, tem programas de cooperação com o Timor, tem todo o interesse que o Timor realmente seja um País de língua portuguesa e também no âmbito da CPLP, o Brasil é como Portugal, a força maior nas atividades da cooperação. E o Timor tem consciência de que é um País membro da CPLP.

O Presidente Ramos Horta, antes mesmo da independência quando ainda escrevia sobre o futuro do Timor, incluiu em um prefácio a sua obra “Amanhã em Dili”, que é uma obra que fala de esperança. A seguinte frase: “A institucionalização da CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é o seu funcionamento alargado a um número cada vez maior de setores da vida política, social e cultural, seus países membros permitiu não apenas reiterar o apoio ao Timor-Leste, concretizado na forma de atribuição do estatuto de ob-

servador naquela organização, como ainda a conservação de ação conjunta”. O estatuto do observador se modificou em 2002, quando o Timor se tornou o oitavo membro da CPLP na reunião de Chefe de Estado que ocorreu em Brasília.

Continuando: “congratulamos com a posição assumida pelo Brasil no seio de CPLP, o Brasil de hoje é o orgulho da luz, euforia, ator influente no mundo, candidato natural ao Conselho de Segurança alargado, para os céticos, reafirmo minha admiração por esse enorme País, tão rico em recursos humanos e naturais”, e conclui, “os oito membros da família [ininteligível], de mais de 200 milhões de cidadãos, nas cinco regiões do mundo, são uma realidade humana e política considerável”, desculpem a emoção, mas eu me emociono com essas frases, que traduzem não apenas uma retórica, mas uma consciência do papel que o Brasil tem a exercer no Timor.

Eu vou interromper, apenas dizendo que em janeiro o Presidente do Timor estará no Brasil e que aprovado pelos Srs. Senadores, eu espero no momento seguinte, ir para o Timor com uma agenda renovada para o trabalho, que cabe ao Brasil, de contribuir para a afirmação da nacionalidade naquele País, e de sua natural convivência com os Países de língua portuguesa, e uma convivência, sobretudo, cada vez mais intensa com o Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ouvido o Embaixador Edson Mariano Duarte Monteiro. Eu passo a palavra ao Embaixador João Carlos de Souza-Gomes para sua exposição.

SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES: Obrigado, Sr. Presidente. S.Ex^a. Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, o senhor me desculpe, Senador, não seria nenhuma confidência que me honra com a sua amizade desde a época do nosso querido e saudoso, Dr. Ulisses Guimarães. A S.Ex^a. o Sr. Vice-Presidente, Senador Eduardo Azeredo, há quem agradeço particularmente a forma amistosa e amável com que me recebeu e sempre me tratou também na época em que por três vezes exerci a função de chefe de assessoria Parlamentar do Itamaraty, a S.Ex^a o Sr. Relator, Senador Cristovam Buarque, a quem agradeço as palavras tão generosas a meu respeito, em seu relatório.

Sr^{as}. e Srs. Senadores serei a pedido da Presidência, o mais breve possível. Tentarei resumir minha exposição há alguns pontos essenciais, pois muitos são do conhecimento público. Gostaria de deixar claro que é com sentimento de profundo respeito e admiração por esta Casa que venho ao Senado, submeter meramente a apreciação de V. Ex^{as}. para caso aprovado exercer a função de Embaixador junto a UNESCO, cabem ao Senado importantes atribuições em matéria de política

externa, dentre elas, destaco a aprovação de embaixadores para chefia, as missões diplomáticas.

Essa tarefa Srs. e Sr^{as}. Senadores é também extremamente importante para nós. Essa aprovação do Senado nos dá uma indispensável audiência para bem cumprir a nossa missão. Ao longo de minha carreira sempre sustentei que a política externa não deve ser monopólio do Executivo, membros do Legislativo dão importante contribuição nas relações do Brasil com outros Países e nas suas representações junto aos organismos internacionais.

Gostaria de mencionar também que recentemente o Senador Eduardo Suplicy esteve na Venezuela, teve uma participação extremamente importante, por isso, que eu me refiro há contribuição do Senado, expondo, explicando o programa da renda mínima, e quero dizer as S.Exas., Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras que o impacto foi extremamente positivo. Houve, inclusive, o encontro com o Presidente Chávez, encontrado com as autoridades financeiras da Venezuela e o próprio Presidente Chaves se comprometeu, publicamente, a publicar o livro do Senador Eduardo Suplicy, como uma contribuição importante no sentido da redução dos índices de pobreza que ainda persistem na Venezuela.

Por falar também em contribuição do Senado não só aqui nessa Casa, mas no exterior, gostaria, me refiro também a recente visita do Senador Cristovam Buarque que esteve na Venezuela, manteve contatos com diversos setores da sociedade da Venezuela, com setores também do Governo da Venezuela e como todos sabem, o Senador Cristovam Buarque não só é uma referência nacional em matéria de educação, mas também um símbolo internacional de seriedade, de responsabilidade, de solução dos problemas educacionais, sempre a partir de uma visão humanista.

De modo que ambas as visitas dos Srs. Senadores enaltecem a mim como cidadão brasileiro e como ex-embaixador do Brasil na Venezuela e atestam mais uma vez a contribuição que o Senado Federal dá não somente aqui nessa Casa, mas também no exterior no sentido de projetar uma imagem de seriedade, de responsabilidade e, sobretudo, de compromisso com o interesse público.

Rendo, pois, neste momento, Sr. Presidente, com a sua licença a minha o homenagem ao Senado. A organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura foi fundada no dia 16 de novembro de 1945. E para a UNESCO, evidentemente, não é simplesmente, não se trata simplesmente de construir escolas nos Países pobres, mas importante, sobretudo, porque a UNESCO é criada em um período de pós-guerra, tratava-se de constatar que o grande convite à segunda Guerra Mundial tinha decorrido de deforma-

ções do espírito e que, portanto, seria imprescindível através da Educação, da Ciência e da Cultura, moldar o espírito dos homens em favor da paz.

Tratava-se, portanto, e continua sendo um objetivo extremamente ambicioso e importante. Promover a paz, o diálogo e a concórdia. O papel da UNESCO é duplo, divulgar o conhecimento e promover a cooperação internacional nas áreas da Educação, Ciência, Cultura e Comunicação. Esse papel é crucial para se atender ao desenvolvimento sustentável baseado no respeito aos direitos humanos e na eliminação da pobreza.

Em 2005 a UNESCO comemorou seus 60 anos de existência, houve um trabalho de reflexão de balanço sobre a importância da organização e essa avaliação foi extremamente positivo, Senador, nesse período ficou constatado que a UNESCO contribuiu para a paz e para o entendimento. Proporcionou, conforme bem assinalou o Senador Cristovam Buarque, um Fórum construtivo para a caminhada de questões políticas internacionais importantes como a questão da diversidade cultural, o acesso ao conhecimento, direitos humanos, desenvolvimento sustentável. Sem os constrangimentos de outras organizações internacionais proporcionando, portanto, quer dizer, soluções construtivas e favoráveis.

Tem havido na UNESCO também, Sr. Presidente, um debate de fundo sobre o futuro da organização, enquanto os Países desenvolvidos advogam uma UNESCO, que eu diria mais restritiva, mais tecnicista, mais voltada apenas para a cooperação técnica, países em desenvolvimento como o Brasil defendem um papel da UNESCO acrescido, quer dizer, além desse papel de agência de cooperação técnica, a UNESCO devia ser um Fórum político de Excelência para um encaminhamento as grandes questões internacionais.

Rapidamente algumas palavras sobre os principais órgãos da UNESCO, a conferência geral se sobressai como principal órgão, reúne todos os Estados membros, se reúne a cada dois anos é o órgão Supremo responsável pela fixação das diretrizes e da principal política de organização elege o Conselho Executivo e o Diretor-Geral. O Conselho Executivo da UNESCO executa as políticas traçadas pela conferência geral. E o Brasil tradicionalmente faz parte do Conselho Executivo ocupando, inclusive, a Vice-Presidência.

O Diretor Geral da UNESCO é um japonês, *Koichi Matsuura*, que foi eleito em 2005 e cujo mandato se estende até 2007. Vale mencionar que a segunda maior autoridade da UNESCO é o Sr. Márcio Barbosa, cidadão brasileiro que tem desempenhado um papel relevante na UNESCO, é o brasileiro de segunda maior hierarquia no corpo de secretariado.

O secretariado da UNESCO é composto pelos funcionários que compõem a organização, são cerca de 2.100 funcionários oriundos dos mais diversos Países, cerca de 170 Países e valeria mencionar que há 58 escritórios de representação na UNESCO espalhados pelo mundo e o mais importante escritório da UNESCO é o do Brasil, é esse que contém, que tem mais recursos, tem um corpo de funcionários bastante expressivo e desenvolve projetos na área da Educação, na prevenção da violência contra jovens, no combate a discriminação racial e na promoção de sítios de valor excepcional.

Caberia recordar também que dentro dos Países se reúnem as chamadas Comissões nacionais, ou seja, são entidades que agrupam as comunidades ligadas a Educação, Ciência e Cultura que dão aportes nacionais o principal plano e projeto da UNESCO, a ratificar a importância dessa organização eu mencionaria que hoje em dia há 170 países que mantém delegações permanentes na UNESCO, como é o caso do Brasil.

O Brasil é membro fundador e figuras ilustres participaram da Fundação da UNESCO como o professor Paulo Carneiro, o Brasil é dos dez maiores contribuintes e o orçamento da UNESCO gira na faixa dos 600 milhões de dólares.

UNESCO se vale também de personalidades para divulgar o seu papel, eu mencionaria as indicações da Sra. Lili Marinho, do Pelé, do Ministro, do atual Ministro da Cultura, Gilberto Gil. A UNESCO também, para divulgar o seu papel, concede prêmios de excelência à personalidade e instituições, concedeu dois prêmios na área de Educação ao falecido professor Paulo Freire, de quem o Senador Cristovam Buarque é grande admirador que eu acho que é um patrimônio que o Brasil teve e continua tendo. E a EMBRAPA recebeu recentemente um prêmio na área de Ciência.

Não me atreveria nesse Plenário elaborar sobre temas de Educação, sobretudo, na presença de um ex-Ministro da Educação, uma das maiores autoridades nacional e internacional na área de Educação. Mas com a sua benevolência, Sr. Presidente e com a sua compreensão, Senador Cristovam Buarque, com base nas conversas que tivemos recentemente em Caracas, gostaria de lembrar apenas que dentre os inúmeros problemas que o Brasil enfrenta em matéria de Educação eu citaria apenas dois deles: um é a persistência do analfabetismo no Brasil, embora tenha havido progressos muito grandes conforme o senhor mesmo assinalou os índices de analfabetismo tem se reduzido no Brasil, mas, infelizmente, contamos com aproximadamente 16 milhões de analfabetos.

Há uma relação também entre esses índices de analfabetismo, a origem étnica e as oportunidades

educacionais, infelizmente, os índices mais altos se encontram no Nordeste, as áreas rurais e entre as afrodescentes e as populações indígenas. O Brasil nas últimas décadas alcançou também progressos significativos no acesso a Educação, este País, o País praticamente atingiu a universalização do Ensino Fundamental obrigatório que é extremamente importante. Para enfrentar esses dois grandes desafios da Educação é que a UNESCO tem um papel muito importante a desempenhar, é de longe a agência de cooperação técnica em matéria de dedicação a mais importante, ela tem se dedicado a apoiar projetos e iniciativas na área da alfabetização e para se lograr uma educação equitativa e qualitativa.

O Senador Cristovam Buarque, referiu-se ao EPT que é o principal programa da UNESCO, que é o Programa de Educação para Todos que se vale de recursos da própria UNESCO e dos Países membros. E justamente o EPT ele tem a sua ação focada na alfabetização e em uma questão que aflige ao Brasil ainda que é a questão da capacitação dos professores. Gostaria também de, resumidamente Sr. Presidente, lembrar que tem dois objetivos prioritários na UNESCO.

O primeiro deles é tentar fortalecer o EPT, o Programa Educação para Todos e, também, com base em uma iniciativa meritória do Senador Cristovam Buarque, a conversão da dívida externa em recurso para educação, quero dizer, que essa proposta é feita pelo Senador Cristovam Buarque, tem dito uma acolhida muito forte e muito grande, uma grande repercussão e me comprometo perante o Sr. Senador, perante o Sr. Presidente, e perante essa Comissão me empenhar ao máximo para avançar nessa sua proposta, que eu tenho certeza que será exitosa e dará uma contribuição muito importante não só de V.Ex^a., mas também do Senado da República em favor da educação, da erradicação dos problemas da educação no mundo.

Gostaria também de falar rapidamente, sobre o Congresso Nacional, aqui nessa Casa são aprovados projetos importantes na área da Educação, da Ciência e da Cultura, o Senador José Jorge chegou a criar o grupo Parlamentar de amigo da UNESCO que conta atualmente com cerca de 22 Parlamentares que tem dado uma contribuição inestimável na área da Educação. Para terminar, Sr. Presidente, farei uma referência muito rápida ao Programa do Patrimônio Mundial que visa identificar, catalogar e preservar locais de grande importância cultural e natural para a humanidade.

O programa foi fundado pela convenção do patrimônio cultural e natural adotado em 16 de novembro de 72, além da referência que foi feita a Brasília, eu me recordo que neste momento eu me encontrava na delegação da Unesco junto com o embaixador Josué

Montello, no Governo José Sarney, com o saudoso Dr. José Aparecido, houve um esforço conjunto que se conseguiu, algo extraordinário, que foi a inscrição de Brasília como patrimônio mundial. Era naquela época um desafio muito grande, porque não se poderia conceber naquela altura, sobretudo, por parte de Países desenvolvidos, que fosse Brasília, localizada em um País em desenvolvimento que pudesse apresentar o único conjunto urbanístico de patrimônio mundial do século XX. Enquanto que Países desenvolvidos que apresentaram outras cidades que poderiam ser objeto do patrimônio mundial não lograram, portanto, eu acho que foi uma vitória importante política para o Brasil e cumprir naturalmente preservar esse patrimônio importante.

Eu mencionaria rapidamente dois patrimônios culturais: Ouro Preto em homenagem ao Senador Eduardo Azeredo, o Centro Histórico de Salvador, o Parque Nacional do Iguaçu e a Mata Atlântica no Sudeste.

Finalmente, com a sua permissão, Sr. Presidente, mencionaria apenas um último programa que levado a cabo pela Unesco, que tem uma grande visibilidade perante a orientação pública brasileira, perante a mídia que é o Programa Criança Esperança, é um projeto levado a cabo pela Rede Globo há mais de 20 anos. É um programa extremamente ambicioso que envolve recursos superiores a 300 bilhões de reais, já têm mais de 20 anos de existência, já aprovou projetos, mais de cinco mil projetos na área educacional e assistencial e, finalmente, diria ao senhor que beneficia mais de três milhões de crianças.

Acho que o Programa Criança Esperança é um programa extremamente meritório, porque ele envolve a parceria entre o setor privado e o setor público, envolve a participação do Governo e a UNESCO dá a devida chancela de seriedade não só na aplicação desses recursos, mas a própria população se sente muito motivada. Muito obrigado Sr. Presidente. E peço desculpas por ter me estendido, tanto na minha apresentação, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de transformar a sessão em reservada, aonde os Srs. Embaixadores, alguns questionamentos serão feitos, não só sobre as futuras missões, mas também sobre o êxito das missões atuais, antes de passar a esta parte, eu pediria permissão os companheiros para colocar extrapauta um Item não terminativo que envolve um tratado envolvendo o Brasil e os Estados Unidos.

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 380 que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, com a finalidade de facilitar a transferência

da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive, residenciais, de propriedade do Governo dos Estados Unidos da América no território brasileiro, e de estabelecer procedimentos para instalação e funcionamento em território norte-americano de repartições diplomáticas e consulares brasileiras, celebrado em Brasília, em 1º de junho de 2007.

A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara e o relator é o Senador João Tenório a quem passo a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores. É submetido ao exame desta Comissão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2007, cuja ementa está acima epigrafada. Em cumprimento ao disposto no Art. 49, inciso I, combinado com o Art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Sr. Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

O diploma legal, em apreço, foi aprovado pela Câmara dos Deputados, na forma prevista pela Constituição e pelo Regimento Interno daquela Casa, em 31 de outubro de 2007. Acompanham a proposição a mensagem nº 373, de 2007, do Poder Executivo, que encaminha o texto do Acordo ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 147, MRE, de 5 de junho de 2007, do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte: Pelo acordo, a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitirá, quando solicitada pela Embaixada americana, documento para desobstruir os trâmites necessários à transferência da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive, residenciais, de propriedade do Governo dos Estados Unidos da América no Brasil.

Reciprocamente, o Acordo estabelece procedimentos para desobstruir a instalação e o funcionamento, em território norte-americano, de Repartições diplomáticas e consulares brasileiras.

O projeto não apresenta vício de inconstitucionalidade, tendo sua tramitação observado o disposto nos Arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal. O Acordo foi celebrado por meio de troca de notas. Os Estados Unidos da América propõem, com base no princípio da reciprocidade, que a Receita Federal do Brasil emita, em favor de sua Embaixada e de suas Repartições Consulares de Carreira, aqui instaladas, documentos que permitam a transferência da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive, residenciais, de propriedade dos Estados Unidos da América no território brasileiro.

Intencionam, ainda, que ambos os governos concedam, nos termos de suas legislações internas, aprovação necessária para aquisição, venda ou outra forma

de disposição de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive, residenciais, em seus respectivos territórios. O Governo brasileiro manifestou-se favoravelmente aos termos da nota diplomática norte-americana. Convém, contudo, ressaltar que as partes deixaram claro que o acordo não terá condição de modificar suas respectivas posições no que se refere à interpretação das Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares.

A nota brasileira, nesse ponto, foi expressa ao mencionar as divergências existentes entre os dois Países em matéria de previdência social. Os EUA entendem que as citadas Convenções permitem isentar às Missões estrangeiras de inscreverem seus empregados nos sistemas previdenciários dos Estados em que estão acreditadas. O Brasil, de outro modo, entende que a Convenção de Viena remetem a questão para ser disciplinada pela legislação interna dos Países.

No caso brasileiro, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, prevê como segurado obrigatório da Previdência Social o prestador de serviço, no Brasil, a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a ela subordinados, ou a membros dessas missões e repartições.

Desse modo, o Acordo resolve questões práticas, transferência de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive, residenciais, decorrentes das discordâncias interpretativas entre as partes no que diz respeito às Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares, sem que para tanto, o Estado brasileiro renuncie o seu entendimento sobre a obrigatoriedade de Estados estrangeiros observarem o disposto no citado Art. 12 da Lei nº 8.212, de 1991.

Estamos certos de que a aprovação do projeto de decreto legislativo contribuirá para o aprimoramento das relações diplomáticas entre Brasil e EUA.

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 380, de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, eu só queria cumprimentar o Senador pelo relatório e dizer que ele tem uma importância muito grande. Alguns anos eu tenho sentido, principalmente em *New York* V. Ex^a. acabou de voltar, à impossibilidade do Consulado mudar, porque os americanos estão criando dificuldade em razão das dificuldades da certidão negativo da Previdência Social, então o Brasil não renunciaria à briga para cobrança da Previdência do Segurado, funcionário da Embaixada Americana e a recíproca é

verdadeira, só que aí facilitará essa compra ou venda de imóveis, sem a necessidade da certidão.

Eu acho que entendi isso de V. Ex^a. e acho que é importante que seja aprovado até para resolver problema do nosso consulado em *New York*.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Ex^a. tem absoluta razão, fora à questão de *New York* nós temos vários consulados que não necessitam de instalação e que são grandes as demandas. E exatamente a única maneira de resolver essa pendência desagradável entre os dois Países.

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento nº 80, de 2007 – CRE, que requer votos de aplausos ao Rei Juan Carlos pela oportunidade da advertência que externou em Santiago do Chile, durante a reunião da 17^a cúpula Ibero americana de chefes do Estado e do Governo em novembro de 2007, autoria é o Senador Flexa Ribeiro.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos agora a questão, voltaremos à sessão reservada. Vamos suspender até que haja a retirada das pessoas da sala, queremos comunicar que os familiares dos diplomatas, esposa, filhos, que se encontram no Plenário poderão permanecer, como também os funcionários credenciados do Itamaraty nesta Comissão.

Sessão secreta às 12h10.

Sessão reaberta às 13h09

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A sessão está reaberta, eu quero comunicar aos Srs. Senadores, que foram aprovados por ampla maioria, os Srs. Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos para representar o Brasil na República da Rússia e Belarus, o Embaixador Igo Kipman para a República do Itamaraty, República do Haiti, e o Embaixador Edson Marinho Duarte Monteiro, para Timor-Leste e o Embaixador João Carlos Souza-Gomes, para a UNESCO.

Parabenizo os quatro Embaixadores pela escolha e pela decisão dessa Comissão e solicito aos companheiros que aprovem o Requerimento nº 83, de 2007 – CRE, de urgência com relação ao texto aprovado, do acordo Brasil Estados Unidos. Nós temos a necessidade da urgência. Eu o requeiro nos termos do Art. 336 § 2º do Regimento Interno do Senado, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo, 380, de 2007, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, com as finalidades de facilitar a transferência da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive, residenciais, de propriedade do

Governo dos Estados Unidos da América no território brasileiro, e de estabelecer procedimentos para instalação e funcionamento em território norte-americano de repartições diplomáticas e consulares brasileiras, celebrado em Brasília, em 1º de junho de 2007.

Sala das Comissões, Senador Heráclito Fortes autor do requerimento, os Srs. que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Gostaria que os processos fossem encaminhados com o regime de urgência ao Plenário, para que eles pudessem ser votados, hoje ou na segunda ou terça-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Embaixadores. Os quatro Embaixadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): As mensagens regimentalmente não tem urgência, mas evidentemente que nós iremos encaminhar ainda hoje todos os requerimentos e mensagens aqui aprovadas para que haja uma tramitação o mais rápido possível, inclusive, no caso Srs. Embaixadores uma vez que muito dos casos existe vacância de cargo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h11.

Ata da 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no Dia Vinte e Nove de Novembro do Ano de Dois Mil e Sete, às Dez Horas.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia vinte e nove de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, MARCELO CRIVELLA, EUCLYDES MELLO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESARENKO, FRANCISCO DORNELLES, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, GARIBALDI ALVES FILHO e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais

Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida os embaixadores Luiz Antônio Fachini Gomes, José Vicente de Sá Pimentel e Afonso Sena Cardoso para comporem a Mesa. O Presidente comunica a ausência do embaixador Dante Coelho de Lima, pois sua indicação é para um cargo cumulativo. O Presidente em exercício passa a pauta. **Item 01:** Mensagem (SF) nº 186, de 2007, de autoria do Presidente da República, que "*Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Dante Coelho De Lima, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Montenegro.*" O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc" Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR** para fazer a leitura do Relatório. **Item 02:** Mensagem (SF) nº 192, de 2007, de autoria do Presidente da República, que "*Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Antônio Fachini Gomes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Guatemala.*" O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc" Senador **EDUARDO SUPLICY** para fazer a leitura do relatório. O Presidente dá início à apreciação da Extrapauta. **Item 01:** Mensagem (SF) nº 207, de 2007, de autoria do Presidente da República, que "*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Afonso José Sena Cardoso, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola.*" O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc" Senador **JARBAS VASCONCELOS** para fazer a leitura do relatório. O Presidente volta à pauta. **Item 03:** Mensagem (SF) nº 201, de 2007, de autoria do Presidente da República que "*Submete à apreciação do Senado Federal à escolha do nome do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul.*" O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **EDUARDO AZEREDO** para fazer a leitura do seu relatório **Item 04:** Mensagem (SF) nº 206, de 2007, de autoria do

Presidente da República que “*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e § 1º do art. 46 do Anexo I do Decreto nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, o nome do Senhor José Vicente De Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federativa Islâmica de Comores, Reino do Lesoto e República de Maurício*”. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **EDUARDO AZEREDO** para fazer a leitura do seu relatório. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **LUIZ ANTÔNIO FACHINI GOMES** e em seguida ao Embaixador **JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL** para fazerem suas exposições. O Presidente comunica que uma Delegação de Parlamentares Americanos será recebida pela Comissão hoje, às quinze horas. Fazem o uso da palavra os Senadores **ROMEUTUMA**, **EDUARDO SUPLICY** e **CRISTOVAM BUARQUE**. O Presidente submete à apreciação o Requerimento nº 85, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque que “*Requer, nos termos do art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em que seja convidado um representante do Ministério das Relações Exteriores, para explanar aos membros desta Comissão sobre as previsões de consequência e possíveis ações do Governo brasileiro em relação ao clima de conflitos internos e externos nos países vizinhos: Argentina e Uruguai; dentro da Bolívia; Venezuela, e deste com a Colômbia; e internamente deste último*”. Aprovado. A Reunião torna-se secreta às doze horas e sete minutos. A Sessão é reaberta às treze horas e trinta e quatro minutos. O Presidente comunica a aprovação dos indicados. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, **JOSÉ ALEXANDRE GIRAO MOTA DA SILVA**, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a Comissão à dispensa da leitura da ata da sessão anterior, os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos a apreciação da pauta, convido a compor a Mesa os Srs. Embaixadores Luiz Antonio Fachini Gomes, José Vicente de Sá Pimentel e Afonso Sena Cardoso. Informo que está incluído também na pauta, o nome do Sr. Dante Coelho de Lima, para submeter a uma sabatina. O Embaixador atualmente é Embaixador nosso na Sérvia e a sua indicação é para cumulativamente representar o Brasil na República de Montenegro, de forma que se trata apenas de uma confirmação, tendo ele já passado por sabatina nessa Casa, não há, portanto, a necessidade da sua presença.

Item 1, Mensagem 186, submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Sr. Dante Coelho de Lima, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Montenegro.

A autoria é do Presidente da República, o Relator é o Senador Almeida Lima, que estando ausente peço para que o Senador Geraldo Mesquita, assumam a Relatoria *ad hoc*.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, com muito prazer os recebemos na nossa Comissão, trata-se da indicação do Sr. Dante Coelho de Lima, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Montenegro.

O Ministério das Relações Exteriores, como sempre atendendo a preceito regimental, elaborou *currículum vitae* do Diplomata sobre o qual vamos oferecer algumas informações aqui. Nascido em Pium, Tocantins, em 1943, graduou-se em Ciências Jurídicas, pelo Estado da Guanabara, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. [soa a campainha]. Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, em 1974, sendo, subseqüentemente, promovido a Terceiro Secretário, em 1975; o Segundo Secretário, em 1978; a Primeiro Secretário, por merecimento, em 1982; a Conselheiro, por merecimento, em 1989; e a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 1996.

Daí em diante o Diplomata indicado exerceu vários cargos e assumiu várias funções na estrutura do Ministério, condecorado. Cabe oferecer algumas informações acerca dos Países onde o Diplomata, porque há algo muito interessante que diz respeito a Montenegro e Sérvia. Sobre a República de Montenegro as-

sinala-se que tratasse de um Estado da comunidade internacional remanescente da ex-República Socialista Federal da Iugoslávia. Em 2003, o nome Iugoslávia foi oficialmente, abolido e o Estado passou a ser chamado de República da Sérvia e Montenegro.

Porém, em 21 de maio de 2006, foi realizado referendo para decidir se Montenegro deveria manter-se na União ou tornar-se independente. A tese da independência foi vencedora e com esse resultado, o Parlamento montenegrino declarou oficialmente a independência do País, em 3 de junho do mesmo ano, quando ocorreu a separação pacífica dos dois Estados, por isso, o Embaixador Dante representará o País junto a esses dois Países.

O Brasil reconheceu a independência de Montenegro ainda em 2006, em 20 de outubro do mesmo ano, Brasil e República de Montenegro estabeleceram relações diplomáticas. A Embaixada do Brasil em Podgorica, cumulativamente com a Embaixada em Belgrado, foi criada por Decreto do Presidente da República em 10 de julho de 2007.

No plano internacional, as prioridades de Montenegro são a integração à União Européia e à OTAN, conforme indicado pelo Primeiro-Ministro em seu discurso de posse. O programa de trabalho do novo governo prevê a adoção de padrões europeus, a racionalização da administração pública, o re-equipamento da polícia, a criação de uma unidade especial para a luta contra a corrupção, a redução do déficit público e da carga tributária, que devia ser adotada aqui no nosso País também. A primeira iniciativa para uma futura entrada na União Européia foi tomada em março passado, com a assinatura de um documento preliminar denominado Acordo de Estabilização e Associação e prevê a introdução de mecanismos institucionais de forma gradual e progressiva.

As relações bilaterais entre Brasil e Montenegro encontram-se em nível bastante incipiente devido à recente independência desse País. Há, por conseguinte, todo um rol de iniciativas que precisam ser tomadas à bem da construção de relações diplomáticas promissoras, em região do mundo na qual a presença brasileira necessita ser intensificada.

Enfim, Sr. Presidente, trata-se da indicação de um profissional de carreira, um Embaixador que apresenta a essa Comissão e ao País, uma folha significativa de serviço prestados já, portanto, se encontra em condições de prosseguindo sua carreira brilhante servir o País naquelas duas comunidades.

Diante do exposto, julgamos que essa Comissão possui, tem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação do eminente Embaixador Dante Coelho de Lima.

É o parecer Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 2. Mensagem 192. Submeto a apreciação do Senado Federal à indicação do nome do Sr. Luiz Antonio Fachini Gomes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guatemala.

Autoria Presidência da República, o Relator é o Senador Eduardo Azeredo, encontrando-se ausente, peço ao Senador Eduardo Suplicy para exercer a função de Relator *ad hoc* a quem concedo a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, o Sr. Luiz Antonio Fachini Gomes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, foi indicado pelo Presidente da República para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guatemala.

Nascido em Cataguases, Minas Gerais, em 29 de outubro de 1945, filho de Ateniense Ferraz Gomes e Maria Juraci Fachini Gomes, o Sr. Luiz Antonio Fachini Gomes graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco, em 1969, subsequentemente, promovido a Terceiro Secretário, em 1971; a Segundo Secretário, em 1976; Primeiro por merecimento, em 1980; a Conselheiro, por merecimento, em 1986; e a Ministro de Segunda Classe, por merecimento em 1995. Foi Terceiro e Segundo Secretário, em Praga; Segundo e Primeiro Secretário, na República Tcheca; Conselheiro em Missão junto à ONU, Nova York; Conselheiro, em Pretória, África do Sul; Diretor do Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Planos e Programas; Assessor Especial do Ministério do Meio Ambiente; Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos; Cônsul-Geral em Sydney; Ministro-Conselheiro em Londres; Chefe da Delegação do Conselho da Organização Internacional do Café, em Londres; e Embaixador em Teerã.

Dentre as condecorações que recebeu incumbe destacar: Ordem de Rio Branco, no Grau de Grande Oficial; a Medalha do Pacificador; e a Medalha da Ordem do Mérito Militar, no Grau de Grande Oficial.

A Guatemala concentra, atualmente, 35% da produção centro-americana à frente da Costa Rica e de El Salvador. A indústria contribui, hoje, com 18,6% do PIB superando os serviços privados (14,6%) e a agricultura (13%). As exportações guatemaltecas de produtos industrializados tiveram um aumento de 27% entre 2004 e 2006, e atribuindo-se os bons resultados

do setor externo da economia à diversificação da pauta de exportações nos últimos 20 anos.

A Guatemala é hoje um dos principais destinatários de investimentos estrangeiros diretos na América Central, tendo recebido 535 milhões de dólares em 2006. Essa atratividade da Guatemala seria resultado dos sólidos fundamentos macroeconômicos em que se assenta sua economia e que reúnem manutenção da taxa de inflação em um dígito, aplicação de taxas de câmbio e de juros em regime flexível, determinadas pelas leis de mercado. O fato de ser este País o menos endividado da América Latina 12,8%, em 2006.

A Economia guatemalteca obteve um bom *rating*, recentemente, no Foro Econômico Mundial, e alcançou sucessivas promoções nas agências internacionais de classificação de risco. O principal contencioso se refere à antiga disputa territorial com o Belize, atualmente objeto de negociações sob os auspícios da OEA.

O relacionamento bilateral com o Brasil era pouco denso por razões históricas e geográficas, sempre esteve na área de influência dos Estados Unidos à Guatemala e, subsidiariamente, do México, seus vizinhos centro-americanos, mas também porque se encontrava muito distante das prioridades da política externa, mas não há divergências entre o Brasil e a Guatemala, em qualquer área do relacionamento.

As linhas mestras da política externa dos dois países confluem para a defesa de princípios semelhantes de igualdade jurídica dos Estados, direito dos povos à autodeterminação, não ingerência em assuntos internos de outros Estados e solução pacífica de controvérsias. Os Governos brasileiro e guatemalteco coincidem quanto à necessidade de que venha a ser reformado o Sistema das Nações Unidas, inclusive, o Conselho de Segurança.

Um episódio que mereceu reconhecimento especial e por escrito do governo brasileiro foi o fato de o representante guatemalteco na ONU, Embaixador Jorge Skinner-Klee, ter citado nominalmente o Brasil e não apenas o G-4 como merecedor de ocupar cadeira permanente no CSNU. Como o Brasil, a Guatemala é um País em desenvolvimento, comprometido com a noção de desenvolvimento sustentável. Ambos têm boa parte de seus territórios cobertos por densa floresta tropical, a Amazônia, no caso do Brasil, e o Petén, respectivamente, sendo freqüentemente acusados por organizações ambientalistas, de não exercerem sobre a utilização da floresta o devido controle para impedir seu uso irracional e sua conseqüente destruição.

Também são estreitos e bem-sucedidos os contatos na área militar e defesa dos dois Países. Com respeito à cooperação cultural e educacional nos últimos 20 anos, 162 guatemaltecos obtiveram bolsas

em unidades de ensino superior brasileiras egressos de universidade brasileira, além de Reitores, de Deputados e de personalidades respeitadas no País se encontram.

Grandes empresas brasileiras, como as construtoras Norberto Odebrecht e Camargo Corrêa, a EM-BRAER e PETROBRAS, tem tido interesse em projetos ou investimentos na Guatemala.

Assim, Sr. Presidente, tendo em conta, inclusive, toda a carreira do Embaixador Luiz Antônio Fachini Gomes que, inclusive, poderá nos relatar sobre o seu trabalho na última missão no Irã que vem sendo objeto de grande interesse internacional e, por nós brasileiros, acho que gostaríamos de ouvi-lo um pouco sobre isso, é a recomendação muito positiva de que possamos apreciar o seu nome para a nova missão na Guatemala.

Espero ter cumprido bem à missão Senador Eduardo Azeredo, mas se quiser acrescentar algo, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já tinha sido indicado o Senador Jarbas para o Item extrapauta, com a ausência do Senador Eduardo Azeredo que já se encontra, então nós vamos manter e, em seguida, voltaremos para o Item 2.

Mensagem 207 submete a apreciação do Senado Federal à indicação do Sr. Afonso José Senna Cardoso, Ministro de primeira classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola.

O autor é a Presidência da República, Relatoria do Senador Arthur Virgílio que estando ausente, solicito o Senador Jarbas Vasconcelos, que exerça a função de Relator *ad hoc*.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, Embaixadores. O projeto ora relatado é sobre mensagem presidencial, que submete à apreciação da Comissão de Relações Exteriores e, posteriormente, do Plenário do Senado, nos termos do Art. 52, inciso IV da Constituição Federal o nome do Sr. Afonso José Senna Cardoso, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola.

A competência é da Comissão do Senado, atribuída pela Constituição Federal, o Ministério das Relações Exteriores como sempre encaminha *currículo vitae* do interessado, a origem do indicado o Dr. Afonso José Senna Cardoso Filho, é do Rio de Janeiro, nasceu no Rio de Janeiro em abril de 47. É Bacharel em Letras Português e latim pelo Centro de Ensino Unifi-

cado de Brasília. Entrou para o Itamaraty como oficial de Chancelaria em 77, tendo ingressado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco em 1975.

O Sr. Afonso José de Sena Cardoso, foi um aplicado e competente oficial de Chancelaria tendo sido, inclusive, colega, ex-colega do eminente Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB na Casa, e Relator titular da atual mensagem.

Ele dedicou sua vida integralmente ao Ministério das Relações Exteriores, defendeu a tese do Brasil nas operações de paz nas Nações Unidas, do curso de altos estudos do Instituto Rio Branco em 94, publicada em 1998 pela Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto Rio Branco e Centro de Estudos Estratégicos no âmbito da Secretaria de Estado, exerceu a função de relevância como chefe da divisão de agricultura e produtos de base em 1996, coordenou, foi Coordenador Geral da Coordenaria Geral de Acompanhamento de Mecanismo Político Multilaterais em 2004 e Diretor do Departamento de Integração em 2007.

Em representações diplomáticas no Brasil, no exterior serviu na Embaixada em Washington em 1980, na embaixada em Montevideu, em 1983. Na missão do Brasil junto as Nações Unidas em 1991, na Embaixada em Santiago do Chile em 1994 e na missão junto à Associação Latino-Americana de Integração em 1999, foi professor de prática consular no Instituto Rio Branco em 1988.

Consta ainda no processado enviado pelo Itamaraty, são informações que constam do processado encaminhado a Casa pela Itamaraty, o Embaixador está indo para a Embaixada de Angola, País jovem, em que há um interesse não só social, cultural e econômico também, empresarial, há muitos brasileiros de Pernambuco, por exemplo, existem várias pessoas que trabalham e estão fazendo investimentos em Angola. Desde empresários de transporte coletivo até empresários na construção civil.

O Brasil tem mantido também uma relação muito estreita no campo cultural com a Angola, lembrando, inclusive, que a Casa da Cultura do Brasil em Luanda, que abriga programas de interesse cultural e social e no que concerne à cooperação técnica a instalação em 1998 do Centro formação profissional do Casenga com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial SENAI.

Eu quero desejar ao Embaixador êxito nessa sua missão, e desbravar mais ainda, procurar estreitar mais ainda esse relacionamento entre Brasil e antiga colônia portuguesa. Os principais produtos da nossa pauta exportadora para a Angola são: açúcar, a gasolina, tubos de aço para tratores. A Petrobrás atua na exploração

e produção de petróleo em território angolano desde 1979, a Odebrecht e a Sociedade Nacional de Combustível de Angola tem elaborado projeto conjunto de produção açúcar e etanol em Angola, com investimento de cerca de 200 milhões de dólares.

Por todos esse motivos aqui alinhados, Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes, em função do que acabo de relatar, não cabe mais aduzir outras considerações no âmbito deste relatório. Acho que a riqueza do relatório e das informações do currículo do Dr. Afonso José Sena de Cardoso credencia, o deixa credenciado para exercer a função de Embaixador em Angola.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 3, comunico ao Plenário que o Item 3, e o Item 4, tratam da mesma matéria e a Casa recebeu duas mensagens do Itamaraty e para evitar futuros problemas de ordem processual, nós iremos fazer a leitura dos dois.

Mensagem 201, submete a apreciação do Senado Federal à escolha do nome do Sr. José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil Junto à República da África do Sul. O Relator é o Senador Eduardo Azeredo. Mensagem 206 submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do Art. 52, Inciso IV, da Constituição Federal, Art. 39 da Lei Nº 11.440, de 29 de Dezembro de 2006, e § 2º do Art. 46 do anexo I, do Decreto Nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, o nome do Sr. José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federativa Islâmica de Comores, Reino do Lesoto e República de Maurício.

O Relator é o Senador Eduardo Azeredo, a quem eu passo a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores. Primeiro eu quero me desculpar, mas eu estava na sala ao lado, na reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia discutindo um projeto do Senador Pedro Simon, sobre proibição de cobrança de pontos adicionais de TV a cabo, mas aqui já estou e agradeço ao Senador Eduardo Suplicy que fez o relato do Embaixador Luiz Antonio Fachini Gomes.

Sr. Presidente, o Embaixador José Vicente de Sá Pimental, nasceu em Vitória, formou-se aqui pela Universidade de Brasília, depois concluindo o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, sendo promovido dentro da carreira Ministro

de Primeira Classe, em 1998. O Diplomata indicado exerceu, dentre outras funções, Segundo Secretário, em Washington; Primeiro Secretário, em Santiago; Assessor do Gabinete do Ministro de Estado; Conselheiro, em Paris; Conselheiro, na Guatemala; Chefe da Divisão da América Central e Setentrional; Chefe da Secretaria de Imprensa; Cônsul-Geral do Consulado Geral em Roma; Chefe da Secretaria de Planejamento Diplomático, também o cargo de Diretor-Geral do Departamento da África e Oriente Próximo; Chefe de Delegação, na Reunião dos Responsáveis Políticos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em Cascais e no Consulado Geral, em Los Angeles; e Embaixador, em Nova Délhi, na Índia, para onde vai o nosso Embaixador Marco Antônio.

Sobre a República da África do Sul, cabe assinalar tratar-se de País politicamente estável, após período de democratização, iniciado com as primeiras eleições multipartidárias e multirraciais, em 1994, que pôs fim aos quase cinquenta anos de "apartheid" como política oficial. A criação de mecanismos, como a Comissão da Verdade e Reconciliação, que no curso de três anos apurou dezenas de violações de direitos humanos em audiências públicas, concorreu para consolidar a estabilização nacional e restaurar a imagem externa do País.

A União Européia é o maior parceiro econômico e maior investidor na África do Sul com destaque para Reino Unido e Alemanha. O bloco europeu responde por cerca de metade do total do comércio exterior sul-africano. Desde 1999, está em vigor acordo que prevê a criação de área de livre comércio entre a União Européia e África do Sul, em 12 anos.

No tocante aos Países do Sul, Índia e China, além do Brasil, figuram entre os parceiros prioritários de Pretória. Com a Índia, a República da África do Sul triplicou o intercâmbio comercial nos últimos cinco anos, para um patamar de R\$ 2,4 bilhões de reais. Apesar de mais recentes, as relações entre África do Sul e China têm-se intensificado de forma vigorosa. Em fevereiro de 2007, o Presidente da República Popular da China realizou visita de Estado à África do Sul. A China já é o segundo maior exportador e o sexto maior importador da África do Sul, em trocas comerciais que totalizam mais de R\$ 9 bilhões de reais.

A África do Sul tem igualmente procurado estreitar relações com outros Países da América do Sul, além do Brasil principalmente Argentina, Venezuela, Bolívia e Chile. As negociações de maior envergadura parecem ser as da União Aduaneira da África Austral, junto com o Mercosul. Do ponto de vista político, as relações são hoje prioritárias para Brasil e África do Sul. No tocante às visitas de alto nível, destacam-se as

visitas de Nelson Mandela ao Brasil em 1991 e 1998; a participação do Ministro das Relações Exteriores na posse de Mandela, em 1994, ocasião em que foram levantadas, por completo, as sanções que o Brasil impunha ao relacionamento com a África do Sul; a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1996; a visita do Presidente Thabo Mbeki ao Brasil em 2000 e a do Presidente Lula à África do Sul, em novembro de 2003.

As relações comerciais bilaterais não têm seguido, entretanto, o padrão de fortalecimento e ampliação das relações políticas. A África do Sul continua um parceiro de pequena representação no comércio exterior brasileiro, a despeito do comércio bilateral ter-se elevado de US\$ 600 milhões para US\$ 1,8 bilhão, cerca de 3 bilhões e meio de reais. A África do Sul é o principal destino das exportações brasileiras para todo o continente africano, cerca de 20 em 2006 e a quarta origem das importações brasileiras.

O Brasil e a África do Sul já desenvolvem cooperação técnica nas áreas de agricultura, educação, energia, indústria, meio ambiente e recursos naturais, mineração, micro e pequenas empresas, saúde, transporte e comunicações, privatização, navegação e turismo. Atualmente, é na área de defesa em que se verificam os maiores avanços na cooperação bilateral. Há, entretanto, perspectivas de expressivo incremento nos setores de combate à pobreza e de energia.

Dado o descompasso crescente entre a demanda e a oferta de energia na África do Sul, há amplo potencial de cooperação nessa área. O Governo sul-africano pretende desenvolver produção local de bio-combustíveis. Em 2013, deverão ser adicionados 8% de etanol à gasolina e 2% de biodiesel ao diesel. A Petrobrás, por sua vez, manifesta interesse na experiência sul-africana de sintetização de combustíveis a partir da liquefação do carvão.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial. Eu quero ainda lembrar a grande ligação que o Brasil tem com a África do Sul pela próxima realização da Copa do Mundo no País e que sem dúvida alguma levará a uma maior divulgação a África do Sul aqui no Brasil e uma maior presença de brasileiros lá.

Salientar também o crescimento do turismo em relação principalmente do Brasil para África do Sul e passando já a seguir, Sr. Presidente, eu passo então que o Embaixador José Vicente Sá Pimentel é também indicado para acumular juntamente com a embaixada na África do Sul as embaixadas junto à República Federativa Islâmica de Comores, Reino do Lesoto e República de Maurício.

Em rápidas palavras são três Países pequenos, evidentemente, todos eles com menos de dois milhões de habitantes cada um. A União de Comores tornou-se independente da França no ano de 1975. Após período de intensa turbulência política, com uma série de golpes de Estado, em 2006, houve a primeira transição pacífica na presidência do País. Seu desenvolvimento econômico foi dificultado pela instabilidade política, bem como pela situação mais favorável da Ilha de Mayotte, ainda subsidiada pela França, por não ter se tornado independente com as demais ilhas.

É um dos Países mais pobres do mundo, sendo a União Européia, a União Africana e a África do Sul seus maiores parceiros internacionais. Os Estados Unidos da América, por sua vez, vêm, na União de Comores, ambiente propício à proliferação do terrorismo. São incipientes e recentes as relações entre Brasil e União de Comores. Há, porém, expectativa de intensificação haja vista a proposta de Acordo de Cooperação Técnica Bilateral. A balança comercial experimentou crescimento de 30% entre 2005 e 2006. O Brasil exporta derivados de carne bovina e de aves e, mais recentemente, açúcar; e importa óleos essenciais para perfumaria e cravo-da-índia.

Em relação a Lesoto, além de marcado pela falta de solidez da ordem política, desde sua independência em 1966, também sofre com epidemia de AIDS. Tal questão, inclusive, integra a limitada agenda bilateral com o Brasil, ao lado de outras áreas, a exemplo de educação, turismo, combate à fome, etc. O comércio bilateral apresenta cifras bastante modestas apenas US\$ 1,5 milhão de dólares em 2005. E as exportações brasileiras em 2006 foram representadas, em sua totalidade, por aparelhos para cozinhar em metal painéis.

Nos dois anos anteriores, exportamos predominantemente algodão e seus tecidos. Importamos itens de vestuário, sobretudo, camisas e camisetas.

E, finalmente, quanto à República de Maurício, que é a mais rica das três ao lado de Seicheles, são os únicos dois Países africanos com índice de desenvolvimento humano alto. A República de Maurício possui, ainda, uma das mais elevadas taxas de alfabetização entre os Países em desenvolvimento. E não tem nenhum atrito com os demais Países africanos. É um País basicamente focado no turismo e que com isso tem também elevado aumento da renda da população e nos últimos sete anos, o fluxo de comércio entre Brasil e República de Maurício quadruplicou, com saldo favorável ao Brasil da balança comercial historicamente favorável ao Brasil, basicamente nós exportamos outras máquinas, máquinas elétricas, laticínios, veículos automotores e açúcar. E importamos, sobretudo, questões ligadas a

telas para monitores, máquinas, algumas questões ligadas à bateria de lítio.

De maneira, Sr. Presidente, que esse é o relatório. O Embaixador José Vicente de Sá Pimentel tem longa experiência pelo que eu pude aqui relatar em várias e várias posições pelo mundo todo sejam Países mais desenvolvidos e ou sejam Países em desenvolvimento. E vai agora para um País que é um País daqueles que crescem mais no mundo e que tem uma perspectiva grande, portanto, no relacionamento com o Brasil. É o relatório presidido.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Concedo a palavra ao Embaixador Luiz Antonio Fachini Gomes, para fazer sua exposição pelo tempo que julgar necessário.

SR. LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES: Muito obrigado, Sr. Presidente. Para mim é uma honra estar aqui perante essa Casa, essa Comissão de Relações Exteriores. Eu queria fazer uma saudação especial a V.Ex^a. e também ao Senador Eduardo Azeredo o meu Relator, Relator da minha mensagem, o meu conterrâneo e o Senador Eduardo Suplicy e gostaria, inclusive, de lembrar que era Presidente da Comissão quando eu fui designado para a minha última missão no Irã.

É uma honra para eu aceitar essa missão de ser Embaixador na Guatemala, e será um desafio diferente da missão que atualmente exerço junto ao Irã, como disse o Senador Eduardo Suplicy pediu que eu falasse um pouco sobre a minha experiência no Irã. Eu diria que é uma experiência de três anos muito enriquecedora. Trata-se de um País, sobretudo, no que concerne à observação que eu tive a oportunidade de ter como agente diplomático naquele País, por se tratar de um País em luta contra tentativa de isolamento que querem lhe impor a super potência dos Estados Unidos e vários de seus aliados, sobretudo, Países europeus, alguns de maiores reticências por se tratarem de grandes parceiros comerciais do Irã como é o caso da Alemanha e da Itália.

De qualquer forma os americanos parecem ter conseguido bastante êxito em trazer a comunidade internacional para este crescente isolamento em que se encontra o Irã. É bem verdade que de um ponto de vista legal e, talvez, de um ponto de vista moral, o Irã estava certo em insistir no enriquecimento de urânio em seu próprio território declaradamente para fins pacíficos. No entanto, o *dossiê* nuclear no Irã foi parar no Conselho de Segurança das Nações Unidas em setembro de 2005 e desde então houve duas rodadas de sanções que foram impostas ao Irã e que tem que ser observada compulsoriamente por toda a comunidade internacional.

O Irã tem consciência de que não poderia contar com nenhum País, nem a China e nem a Rússia e muito menos com os Países não alinhados que sempre expressaram apoio, mas não foram capazes, digamos, de impedir que o *dossiê* nuclear fosse parar no Conselho de Segurança, de modo que essa experiência de viver em um País que tem que contar apenas com si próprio, para apenas se confrontar com o resto do mundo, foi uma experiência muito interessante.

Eu acho que no Irã, eu observei primeiramente um processo revolucionário que ainda está em curso e que hoje presencia uma luta pelo poder entre os reformistas dos quais o principal líder é o ex-Presidente Khatami que permaneceu oito anos no poder até 2005 e nas próximas eleições deve ser o líder, próximas eleições para o Parlamento que serão realizadas em fevereiro do ano que vem, deve ser o líder dos Partidos que formam os Partidos reformistas e nesta luta, de outro lado, estão os conservadores que tem prevalecido, sobretudo, a partir da eleição do atual Presidente, Mahmoud Ahmadinejad que tem tido bastante sucessão, talvez, em função do preço alto do petróleo que lhe traz, talvez, benefícios para distribuir à população em forma de certas bolsas e certas dádivas para o povo mais pobre, com o qual tem tido bastante popularidade, tem aumentado sua popularidade.

Por outro lado, também tem perdido um pouco paradoxalmente dessa popularidade em função de uma inflação muito grande que tem havido no Irã nos últimos dois anos, especialmente. Um outro processo muito interessante é o que se desenvolve do contexto regional, como vocês sabem o Irã está cercado de Países em crise, o principal dele é o Iraque, mas também o Afeganistão. E a influência do Irã é muito grande nessa região e vai além de seus vizinhos Iraque e Afeganistão, ela também se exerce na Palestina onde o Irã tem influência sobre o movimento Hamas e também no Líbano onde o Irã tem uma grande influência sobre o Hezbollah.

Eu diria que hoje em dia os americanos especialmente estão reconhecendo a necessidade de conversar com o Irã, já houve três rodadas de conversas diretas intermediadas pelo Iraque entre os Estados Unidos e o Irã depois de quase 30 anos de total falta de contatos oficiais pelo menos houve este ano em 2007 três rodadas de reunião direta entre americanos e iranianos e, aos poucos, eles vão reconhecendo a importância do Irã mesmo na situação de deterioração que se vê no Iraque e no Afeganistão e a influência do movimento xiita dentro do Iraque que é majoritariamente xiita na sua denominação.

Um terceiro contexto que também é importante ver a partir do território iraniano é o contexto interna-

cional que se desenvolve em torno do próprio *dossiê* nuclear a questão nuclear iraniana e que tem repercussões, enfim, implicação importante como no caso da relação entre a Rússia e Estados Unidos, vez que o escudo antimísil que os americanos querem colocar na Europa Oriental tem como justificativa possíveis mísseis que o Irã poderia lançar a partir de seu território contra a Europa, coisa que os russos tem levantado como ponto de dúvida para ser contra o escudo proposto pelos norte-americanos.

Nesse contexto internacional existe uma demonização do Irã, e eu diria hoje que o Brasil é olhado dentro do Irã com uma visão bastante interessante por ser um País que tem uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Mesa solicita que o nobre Embaixador fale um pouco sobre a sua nova missão na Guatemala, motivo pelo qual será sabatinado e algum questionamento sobre o Irã poderá ser feito na parte reservada.

SR. LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES: Ok. Eu gostaria de falar, enfim, que essa experiência na Guatemala será uma experiência bastante diferente, porque primeiro que trata de um País que é muito próximo do Brasil. Primeiro um País latino-americano e com o qual nós compartilhamos uma realidade, um compromisso com o futuro, enfim, de um maior desenvolvimento e maior integração.

O Brasil se aproximou bastante da América Central nos últimos três anos ou quatro anos e eu acho que a Guatemala é no contexto Centro americano é bastante importante, como já sinalizou o próprio Senador Eduardo Suplicy. A Guatemala representa em termos do PIB e, em termos de população, um terço da América Central. Ela tem 35 bilhões de produto interno bruto e tem tido um crescimento bastante grande nos últimos anos, o ano passado o crescimento foi mais de 5%.

O Presidente atual, Oscar Berger, tem desenvolvido bastante reforma para modernizar a economia da Guatemala e isso trouxe bastante investimento estrangeiro à Guatemala, 535 milhões, como disse o Senador em 2006. A Guatemala compartilha com o Brasil vários problemas, um forte passivo social, problemas semelhantes ao Brasil, claro que agravados como a desigualdade econômica e social, a pobreza, por exemplo, atinge 59% da população guatemalteca e 21% seriam pobreza extrema.

Outros problemas que tem a Guatemala compartilhando também um pouco conosco, mas sempre em situação bastante agravada são analfabetismo, mortalidade infantil e desnutrição que está entre os maiores da região e também a criminalidade, enfim, não deixa

de ser um País que é rota do tráfico e tem, inclusive, problema de lavagem de dinheiro.

A política interna da Guatemala tem se desenvolvido bastante nos último dez a vinte anos, desde que a guerra civil se encerrou em 1996, depois de 30 anos mais ou menos de ter feito, segundo várias estatísticas, entre 100 a 200 milhões de mortos e desaparecidos e um milhão de refugiados, ultimamente, com o atual Presidente Oscar Berger, tem havido várias reformas que objetivam o combate à corrupção e maior segurança do País e, sobretudo, criar um ambiente modernizador que permita investimentos estrangeiros com mais facilidade.

O mesmo acontece aqui. A política externa tem se tornado um pouco mais independente, talvez, daquele alinhamento que havia com os Estados Unidos nos anos anteriores e dois Presidentes antes do atual Álvaro Arzú e Afonso Portillo foram responsáveis, por exemplo, pelo estabelecimento de relações com Cuba e a entrada da Guatemala no G 20, no grupo dos vinte na OMC que depois a Guatemala passou a condição de observador.

As relações bilaterais, como eu disse Senador Eduardo Suplicy, não há divergência entre o Brasil e a Guatemala. Nós mantemos, enfim, uma semelhança de ponto de vista de observância de princípios, convergência de posições em política externa e, sobretudo, objetivos como o combate à fome e a pobreza, a cooperação Sul-Sul, a integração e a reforma da ONU em todos esses pontos, inclusive, como o senhor citou, o apoio que a Guatemala dá à pretensão do Brasil de se tornar membro permanente no Conselho de Segurança.

Isso tudo se solidificou com a viagem do Presidente Lula a Guatemala que foi a primeira viagem de Chefe de Estado brasileiro ao País em setembro de 2005. Nesse momento foram assinados acordos, enfim, importantes e também ajustes complementares. Eu diria que dentre os acordos que nós temos com a Guatemala o mais importante é o acordo de cooperação científica e tecnológica e eu ressaltaria os ajustes complementares que foram assinados nos últimos cinco anos, um acordo para a prevenção de Aids, que é muito importante à experiência brasileira para a Guatemala.

Eu também ressaltaria um acordo para a implementação de um programa como alfabetização solidária que é de 2002 e também um programa de implementação da Bolsa-Escola. A experiência brasileira tem sido muito rica para, talvez, para a Guatemala para servir, ter inspiração para programas semelhantes.

Eu acho que com o intercâmbio Associação Comercial, enfim, como Embaixador da Guatemala eu

dedicarei a essas, a desenvolver esses assuntos que são de interesses dos guatemaltecos e também dar todo o apoio a empresas brasileira como o senhor citou a Odebrecht, a Camargo Corrêa e a Petrobrás e eu acrescentaria a AMBEV, que desde 2003, fez investimento muito alto de 50 milhões de dólares e hoje teria 30% do mercado de cerveja da Guatemala, hoje exportando para Países vizinhos, além da Embraer e da Petrobrás.

Eu acredito que, enfim, a experiência do Irã foi bastante importante para ter uma experiência com um País que é muito mais aberto, que é muito mais semelhante ao Brasil, que é muito mais interessado em ter uma relação bastante densa e bastante forte com o Brasil e, enfim, eu estarei à disposição do Governo Brasileiro e de todos os senhores naquele País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Passamos a palavra agora o Sr. Embaixador Eduardo. Eduardo, eu ia aqui nomeando o Senador Eduardo Azeredo como Embaixador. O Sr. Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, aliás, o que o Senador Eduardo Azeredo gostaria muito, para fazer sua exposição.

Item 3 e 4 aquele item que nós fizemos a fusão porque...

SR. JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL: Muito obrigado Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, agradeço por tanta gentileza que nós temos recebido aqui. Eu quero agradecer também ao meu Relator, Senador Eduardo Azeredo, que não se encontra aqui no momento, mas que foi meu Relator também quando há três anos atrás, a minha designação para o Embaixador na Índia foi apreciada por esta Comissão. Passei três anos na Índia, três anos muito felizes e espero que a coincidência de Relator seja um pé de coelho e a mesma coisa se repita agora na África do Sul.

Eu fiz um esquema aqui para falar. Eu não quero me estender muito, eu sei que os senhores têm uma agenda muito complexa e muito intensa, mas eu também não posso perder a oportunidade, isso aqui não é uma mera formalidade tem diante de mim, grandes lideranças nacional, líderes que podem influir na política interna do Brasil e podem também e influenciem também na política externa, de maneira que isso para mim é uma oportunidade importante para testar idéias, para promover diálogos e para ouvir, para ouvir suas sugestões e sua orientações.

Mas, eu tentarei ser o mais breve possível. Eu gostaria de começar dizendo que se eu contar com a confiança dos senhores e puder ser aprovado para ir para a África do Sul estarei indo exatamente para onde eu quero ir, nem sempre isso é possível no Itamaraty, é

uma dança das cadeiras a gente tem que ir para onde uma vaga se abre e também não quero dizer que eu gosto mais da África do que qualquer lugar do mundo, eu gosto perfeitamente da Europa, gosto de New York como todo mundo.

Pois é uma grande experiência. Eu estava me lembrando, eu estava conversando com o Senado Marco Maciel outro dia sobre uma experiência em 1998, uma cúpula da CPLP designou, criou um grupo de cinco chanceleres para mediar a crise na Guiné Bissau, o então Ministro Luiz Felipe Lampreia me designou para participar disso e de repente eu me vejo em uma fragata portuguesa, dentro de um helicóptero português, saindo dessa fragata indo para o meio de uma floresta na Guiné Bissau para conversarmos os quatro outros chanceleres e eu com o General Ansumane Mané, que tinha se rebelado contra o Governo, estava criando uma guerra cível e nós descemos debaixo de chuva, no meio da floresta, não havia nada e de repente quando o helicóptero pára, uma multidão se acerca com alguns rapazes portando armas pesadas nos dirigem para uma pequena sala.

O Ansumane Mané era um homem de 1 metro e 90 ficamos praticamente roçando os joelhos, saímos dali debaixo de chuva pegamos e quando nós estávamos saindo, o chanceler Jaime Gama me pega e fala assim: "Opa! Mas isso é muito melhor do que uma reunião da Comissão européia". E era, e era efetivamente e lá fomos nós e a coisa prosseguiu durante muito tempo.

Mas, a África do Sul é um País no contexto, a política externa brasileira com características muito especiais. É um País muito importante, é um parceiro antes de tudo econômico e comercial de grande importância, de grande relevância para nós, é um PIB de 250 bilhões não uma coisa excepcional, mas comparado com vários de nossos parceiros latino-americanos já seria considerável um comércio de dois bilhões que também não é uma coisa excepcional, mas é muito importante, especialmente porque é um comércio de muita boa qualidade, a composição é muito boa de vários produtos de valor agregado nisso daí, nós precisamos ainda melhorar, evidentemente, mas também há investimentos importantes tanto da África do Sul no Brasil no setor de mineração, quanto nosso, sobretudo, da marco pólo, aliás a marco pólo que está agora na Índia e vai fazer uma fortuna lá, porque realmente o campo é amplíssimo para isso.

A África do Sul é também a porta de entrada para uma cooperação mais ampla, com uma região muito importante da África, a região austral, tanto na SACU que é *Southern African Customs Union*, é a União Aduaneira da África Austral, composta por

mais quatro outros pequenos Países, Botswana, Lesoto, Suazilândia, enfim, mas que é uma tentativa de União aduaneira com que o Mercosul já tem entendimentos, já tem um acordo de preferências tarifárias, são sempre muito complicadas, muito complicadas de negociar, muito complicadas de manter, preciso ir além, nós precisaríamos de um [ininteligível], ter um acordo automotivo com eles, até porque a África do Sul há uma complementaridade muito grande com a África do Sul, que fábrica veículos, automóveis maiores Mercedes, BMW e enquanto que nós no Brasil temos uma especialidade em veículos menores, quer dizer, haveria uma complementaridade muito grande.

Há também a SADC que é outro grupo importante que a África do Sul, que é membro e que alterou a sua composição para receber a África do Sul. Há uma parceria geopolítica, geoestratégica muito importante com a África do Sul, não vamos esquecer que navegadores portugueses descobriram por ali o caminho para as Índias, para aumentar o comércio. E se este é o século Asiático coisa que, às vezes, a gente não pensa muito, mas há bons indicadores de que será de fato o século asiático, a parte estratégica da África do Sul será sempre da maior relevância para um País como o Brasil.

Há também um componente moral, a política externa não pode ser apenas uma questão de fazer dinheiro puro e simplesmente. É muito importante, mas não é exclusiva, é um componente moral nessa relação com a África do Sul, final de contas, é um País que viveu uma experiência terrível sobre o regime de *apartheid* até os anos 90 praticamente e quando a gente pensa que esse regime de *apartheid* se mantinha porque era eficiente e vê que, na verdade, o Mandela em 94 pega esse País em uma crise econômica extraordinária, com a declaração de moratória da dívida externa com crescimento praticamente zero do PIB e hoje em dia a situação financeira da África do Sul está absolutamente controlada. É um País economicamente viável e com uma moeda estável e com uma dívida externa perfeitamente administrável, se vê que os dois governos, tanto o Mandela quanto o Thabo Mbeki nos seus dois períodos posteriores fizeram e estão fazendo um trabalho excepcional.

Há além disso a percepção de toda a comunidade internacional de que a África do Sul é um País especial. Há independência, a emergência das lideranças africanas veio depois de um período longo de descolonização a começar nos anos 50 e nos anos 60. E havia a possibilidade de que os erros cometidos por outros Países não fossem renovados na África do Sul.

Na verdade é que todas as grandes lideranças africanas, enfim, Gana, Kofi Annan, no Senegal, [inin-

teligível] todos eles foram líderes extraordinários, mas tudo aquilo acabou gerando uma personalização excessiva em termos na política e também fenômenos de centralização e de corrupção.

Enfim, baixa eficiência no desempenho desses governos, havia a expectativa de que na África do Sul fosse diferente, porque havia lá a criação de um Partido, um grande Partido, uma grande agremiação de onde tem saído as grandes lideranças do País, a OMC ainda detém cerca de 70% dos votos dos sul-africanos e será, tudo isso indica ainda uma fonte ao mesmo tempo de estabilidade, mas de seriedade da condução dos assuntos internos.

Há uma outra coisa também que eu gostaria de levantar aqui que os anos 90. Os anos 90 foram às décadas das grandes conferências das Nações Unidas da agenda social. E aconteceu uma coisa curiosa nesses anos 90 que Países, por exemplo, como a Índia, a África do Sul se aproximaram muito do Brasil, porque as posições embora não fossem idênticas elas convergiam e Países como a Índia, Brasil e África do Sul, descobriram que atuando juntos, suas vozes ecoavam melhor em todos esses ambientes multilaterais e daí vem muito provavelmente à idéia de que criação de uma cooperação entre esses Países, e daí vem à idéia do IBAS.

Se eu for aprovado para ir para a África do Sul, eu estarei indo para a África do Sul depois de três anos na Índia, já estão me chamando de Embaixador IBAS, o que para mim é uma grande honra, porque eu acredito muito nessa organização, nesse tipo de esquema diplomático. Eu acho um achado extraordinário do Ministro Celso Amorim, embora ele diga que não é verdade, que a idéia nasceu da chanceler Zulma, sul-africana e é uma idéia muito bonita, porque você tem três Países importantes na região em três continentes diferentes e três Países democráticos o que dá uma característica muito especial a esse tipo de esquema que ainda é pouco conhecido.

Esse é um dos maiores problemas do IBAS é que ele conta pelo menos quando se vê da Índia com dois problemas: a distância geográfica e, sobretudo, a distância cultural. O que precisa fazer é divulgar mais esses Países é divulgar mais o IBAS e haverá com relação à África do Sul agora uma oportunidade enorme, porque a Copa do Mundo vai fazer com que o turismo aumente muito, no bojo desse aumento, desse afluxo turístico, eu gostaria muito que houvesse também um maior aumento das atividades culturais e Parlamentares, uma cooperação entre Senadores e Deputados brasileiros e sul-africanos seria da maior importância nessa altura da relação entre os dois.

Era o que eu teria a falar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de passar a palavra ao próximo Embaixador, eu quero dizer que essa Comissão hoje à tarde, Senador Eduardo Suplicy, receberá um conjunto de Parlamentares... Senador Eduardo Suplicy, a Comissão de Relações Exteriores hoje a tarde vai receber um grupo de Parlamentares norte-americanos participantes da Comissão da Subcomissão de Biocombustível da Comissão de Reforma Agrária e Agricultura. Esse encontro será hoje às 15h nesta Comissão, ela será conjunto com a Comissão de Agricultura e Biocombustível da Casa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente só pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O nosso Embaixador Pimentel fez referência, eu entendi, Líbano. Eu até fiquei meio, essa organização qual é o nome real, porque eu entendi Líbano.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): IBAS, Índia, Brasil, África do Sul.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ah! Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É um Fórum IBAS.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque meu irmão andou percorrendo a Ásia, eles estão formando alguns grupos de comércio então é isso que eu entendi, eu estava tão... Eu acho que é o sangue, sabe?

SR. JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL: Líbano, Senador Romeu Tuma é uma paixão antiga, mas no caso não é.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa. Eu estava prestando atenção e o senhor repetiu duas vezes, duas vezes soou como Líbano.

SR. JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL: É um bom som, o senhor só tem...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Afonso José Sena Cardoso.

SR. AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO: Sr. Presidente, muito obrigado. Permita-me dizer inicialmente que é uma grande honra estar aqui em uma sessão sob a Presidência de V.Ex^a. Eu queria também, que sou um homem de tanta sorte, que não tive um, mas dois Relatores.

O primeiro, um amigo muito querido e um colega de turma que é o Senador Arthur Virgílio, o segundo o Senador Jarbas Vasconcelos, que fez a apresentação do meu nome no dia de hoje. Eu quero dizer da grande honra de me encontrar aqui e de encontrar muito

dos senhores com o quais tenho ao longo da minha vida, já tive oportunidade de estar junto, de trabalhar em diversas instâncias e circunstâncias.

Eu vou procurar resumir em cinco pontos os poucos comentários que eu gostaria de trazer hoje à apreciação dos senhores. Cinco comentários sobre as especificidades das relações entre o que hoje são Brasil e Angola. Quando falamos de África a gente volta há tempos muito antigos.

E, assim, como meu colega Pimentel nos levou para traz no tempo, o primeiro ponto é exatamente para nos dizer que as relações entre o que são Brasil e Angola são relações extremamente intensas e relações que se estendem ao longo de séculos, consta que já na viagem de descobrimento do Brasil estavam já com Cabral alguns escravos que já haviam sido capturados no que é hoje Angola.

Todos sabemos que nos séculos 16 e 17 há um número estimado de um milhão de pessoas que foram trazidas do que hoje é Angola para o Brasil e esse número foi ainda aumentado segundo os registros referentes ao período de 1.720 a 1.820 de outros 500 mil escravos que foram trazidos para o Brasil do que hoje é a Angola e vieram a fazer de que hoje é Brasil e o que hoje é Angola, fizessem, integrassem na realidade um sistema econômico do qual nós tínhamos a força de trabalho, a mão-de-obra e para o qual nós mandávamos as nossas primeiras exportações no caso o fumo, no caso a farinha, no caso a gengibrina, a nossa popular cachaça.

Mas, muito mais do que esse sistema integrado econômico, nós tínhamos formação da identidade brasileira, a formação da cultura brasileira, para as quais a diáspora africana e, particularmente, os descendentes dos povos que hoje formam Angola foram tão importantes, deram aporte tão significativo, essa estreita relação se aprofundou mais ainda com o fato de termos sido os brasileiros, os primeiros a reconhecerem a independência de Angola em 1.975, e com o fato de termos participado ativamente em todas as operações de paz das Nações Unidas e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de todas as iniciativas que se centravam exatamente na promoção, da adoção da paz de Angola.

O segundo ponto é exatamente algo que tem a ver com a paz e com o que a precedeu, 41 anos de guerra. 41 anos de guerra inicialmente uma guerra de independência, logo uma guerra por procuração em que as grandes potências do mundo se enfrentavam em território africano, por último uma inicialmente trágica guerra civil que fizessem com que o povo angolano não conhecesse a paz.

Por isso, pode-se dizer que durante 41 anos, Angola quase foi implodida por conta desse Estado permanente de beligerância e apenas cinco anos desde 2002 pra cá, Angola conhece uma verdadeira explosão de crescimento e essa explosão de crescimento é que tem capturado a atenção de todos, não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Essa explosão se materializa com alguns dos indicadores mais espantosos que temos conhecimento nos últimos tempos. Crescimento anual estimado para 2007 da ordem de 28% do produto interno bruto. Uma produção de petróleo que já chega hoje a praticamente dois milhões de barris diários e que é a garantida por reservas estimados em cerca de 0.7% das reservas mundiais de petróleo.

Um PIB que calculado pelo poder de paridade da compra chega já a 58 bilhões de dólares. Tudo isso é possível, senhores, graças em grande medida a liberação de recursos que a paz e apenas a paz proporcionou. Se nós nos lembrarmos que em 1999 cerca de 26% do PIB de Angola tinha que ser dedicado às despesas com defesa, nós entendemos o que significa a paz e qual o peso da paz para a economia e para a produção do desenvolvimento com inclusão social em qualquer um dos nossos Países.

Em 2000 quando já começamos a nos aproximar da paz que, enfim, se inaugura, se instala a partir de 2002, esses mesmos 26% caem para 9% de gastos do PIB dedicados à defesa, enquanto felizmente começam a aumentar as parcelas dedicadas a educação e a saúde dos míseros 1.2 e menos de 1.2 que podiam ser dedicados anteriormente.

É essa liberação de recurso que explica realmente esse fenômeno da explosão do crescimento em Angola, mas essa explosão se dá sobre uma terra fortemente devastada e sobre problemas sociais muito sérios que foram legados por tanto tempo de guerra e tanto tempo de colonização.

Para que se tenha uma idéia, em 1.973, as vésperas da independência angolana, a economia angolana produzia, por exemplo, 203 mil de toneladas de café ao ano. Em 2000, produzia mil toneladas de café, em 1.973 a economia angolana produzia 467 mil toneladas de pescado ao ano, em 2000 não chegava a uma mil toneladas de pescado por ano. Isso não significa que o tempo das colônias eram bons, significa o peso enorme de guerra, o peso enorme de todo o processo colonizador sobre a economia e sobre a vida de Angola.

Durante esses 41 anos dos cálculos das Nações Unidas pelo menos 67% da população angolana conheceu durante um período que varou entre um ano a cinco anos e meio a condição terrível de deslocados

internos de refugiados dentro de seu próprio País, isso fez com que ao final do processo de guerra, guerra interna, guerra externa dentro de Angola nós tenhamos um quadro em que as cidades estão inchadas, chegamos a ter 54% de população urbana e lamentavelmente com 63% da população vivendo abaixo da linha de pobreza, com menos de um dólar por dia, menos de dois dólares por dia, e cerca de 25% de população vivendo no que se chama a extrema pobreza ou a miséria com menos de um dólar ao dia.

Por outro lado, uma enorme concentração econômica na produção de petróleo responsável por 60% do produto interno bruto e juntamente com os diamantes, por 95% das exportações de Angola.

O terceiro ponto que eu queria marcar, senhores, é exatamente isso, é que essa explosão de crescimento da Angola se dá no momento em que Angola, os angolanos enfrentam dois grandes desafios, o primeiro grande desafio é como construir a partir da guerra, a paz, a reconciliação e o pluralismo democrático. O segundo grande desafio é como substituir a devastação, como substituir a emergência humanitária pela reconstrução, pelo desenvolvimento com integração social e pela formação e pela consolidação de uma economia capaz de sustentar ao longo do tempo esse processo de desenvolvimento.

O quarto ponto que eu queria dizer aos senhores, eu queria assinalar aos senhores é que esse momento abre como nunca interessantíssimas e importantes perspectivas para as novas e mais intensas relações de cooperação e de solidariedade entre o Brasil e Angola, o nosso comércio de bens com Angola vêm crescendo no mesmo ritmo com que cresce fortemente da economia angolana. Já passamos nossas exportações de um bilhão de dólares por ano, embora nem sempre as importações sigam com o mesmo entusiasmo, porque são fortemente dependentes do comércio das exportações brasileiras de petróleo.

Mas, não é só em termos da economia de bens que nós temos algo tão sério e tão importante a notar. As exportações de serviço do Brasil para Angola se escrevem entre as mais importantes que tem o Brasil hoje, ainda recentemente na visita meses atrás do Presidente Lula a Angola tivemos a assinatura de mais uma linha de crédito para financiamento das exportações de serviços da ordem de um bilhão de dólares que se somam a um bilhão e meio de dólares já concedidos anteriormente, já utilizados anteriormente nessa relação de serviço entre Brasil e Angola.

E atuam em Angola, além da Petrobrás, a Vale do Rio Doce praticamente todas ações grandes empresas brasileiras e também empresas médias e pequenas como bem assinalou o Senador Jarbas Vasconcelos,

quando na sua apresentação mencionou a presença de exportadores, de empresários do Estado de Pernambuco em Angola.

E isso é muito importante. É porque não estamos só fazendo exportação de serviço, crescem também de um modo muito significativo os investimentos brasileiros em Angola, investimentos de empresas, pequenas, médias e grandes do Brasil na economia angolana, isso faz com que hoje se calcula cerca de 10% do produto interno bruto de Angola seja já gerado por brasileiros, por empresas brasileiras e isso significa criação de empregos no Brasil e isso significa criação de empregos em Angola.

Ganhamos todos e amplia-se muito o terreno para uma cooperação tão bem-sucedida como aquela inaugurada pelo SENAI com a constituição do Centro de Treinamento e Capacitação da Casenda, hoje inteiramente administrado por angolanos os quais transferimos o Centro depois de poucos anos de instalado.

Senhores, os angolanos são conhecidos por alguns de seus lemas, durante a penosa luta que tiveram que manter ao longo de quatro décadas. Ouvíamos sempre a "vitória é certa". Hoje os angolanos não cessam de repetir que confiamos no futuro, mas acreditamos que há muitas razões efetivamente para que eles possam confiar no futuro do nosso lado, temos os últimos tempos, inclusive, à frente do Mercosul, da coordenação do Mercosul, tido a oportunidade de repetir que o mundo começa na porta de nossa casa, por isso é tão importante à relação com os nossos vizinhos, é tão importante à cooperação com os nossos vizinhos, é tão importante à integração com os nossos vizinhos.

Senhores a África e, particularmente, a Angola são os nossos vizinhos de frente, não são os nossos vizinhos do lado, são os nossos vizinhos de frente, por isso é preciso que junto com os nossos amigos e os nossos irmãos de Angola nós possamos efetivamente desenvolver cada vez essa cooperação e esse estreito diagnóstico que tem sido sempre tão importante ao longo da história dos nossos Países.

Se puder contar com a aprovação do meu nome para a honrosa missão que nos designou o Presidente Lula, terei muito prazer e muita honra de trabalhar junto com todos os demais brasileiros na concessão desses objetivos. Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem V.Ex^a. a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Antes de V.Ex^a. transformar em secreta, eu poderia fazer um

agradecimento rápido para um Embaixador que me atendeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, tem V.Ex^a. a palavra.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): Eu pediria desculpas, porque eu acho que esse é o Fórum próprio para a gente revelar a cooperação, a ajuda que nós recebemos de Embaixadores quando estamos em missão em outros Países.

Eu não poderia deixar de cumprimentar, agradecer pessoalmente a delegação e V.Ex^a. também da embaixadora Maria Luiza Viotti, representante permanente do Brasil na ONU, substituiu um grande Embaixador, aliás, todos os Embaixadores a gente aqui fica enquanto cada, porque recebe uma aula de como o comportamento do Embaixador e a sabedoria sobre o País que vamos representar.

Eu queria deixar registrado aqui nos anais o agradecimento, porque ela substituiu o Embaixador Sardenberg e nós pudemos sentir durante o seu discurso, durante a sessão da ONU o respeito que os Países que lá se compõem tem pelo Brasil, então isso se deve muito aos Embaixadores que por lá passam e a Embaixadora Maria Luiza Viotti tem representado bem o Brasil e nós tratou com muito carinho e respeito.

Eu agradeço a V.Ex^a. por ter concedido a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tendo em vista que se trata de um consenso dessa Comissão, eu na qualidade de Presidente, louvo a atitude de V.Ex^a. e quero aproveitar também para fazer um outro registro para esta Comissão, registro este que é um misto de muita alegria, mas também de pesar que foi ontem a aprovação do Embaixador Marco Antônio para a Índia, de pesar porque vamos perder a convivência desse extraordinário Diplomata que durante todo esse período nos proporcionou a manutenção de um diálogo positivo com o Ministério das Relações Exteriores e parabenizá-lo pela sua indicação para um posto muito importante para esse País, no momento, nesse momento de conjuntura internacional favorável.

Tenho certeza que há exemplo do que fez em outras missões, o Embaixador Marco Antônio irá honrar o Brasil e também o Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores, porque eu faço esse registro sabendo que é também consenso nesta Comissão.

Senador Eduardo Suplicy e em seguida Senador Cristovam Buarque.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu também quero manifestar o agradecimento à extraordinária dedicação, cooperação que o Embaixador Marco Antônio Brandão Diniz deu a todos

nós membros do Senado Federal, e cumprimentá-lo e desejar sucesso na sua missão na Índia, gostaria de informar, Sr. Presidente, que eu encaminhei o convite ao professor Muhammad Yunus, prêmio nobre da paz que está chegando hoje no Brasil e amanhã estará na Conferência *Eco Power* em Florianópolis que tem dentro organizador, o próprio Governador Luiz Henrique, de Santa Catarina.

Infelizmente, ele não teve tempo de aceitar o convite que formulamos, inclusive, por sugestão de V.Ex^a. para que pudesse fazer uma exposição aqui no Senado Federal. Eu fui convidado pela Conferência *Eco Power* para estar participando do debate com ele na Conferência que se realizará hoje e amanhã, mas a Conferência com ele, eu, inclusive, preciso iniciar a viagem em direção a Florianópolis e, por essa razão, não poderei estar presente na tarde de hoje uma vez que V.Ex^a. convidou-nos para um encontro com a missão dos Estados Unidos.

Gostaria de informar que além da viagem a Florianópolis, a Canudos no sábado, no domingo irei para Caracas para no dia 03 a convite da Corporação Andina de Fomento estar realizando uma palestra sobre a renda básica de cidadania para os ministros de economia da América Latina, Andina e do Sul.

E como vou precisar me ausentar, eu não vou poder participar mais da arguição. Eu quero desejar aos Embaixadores Afonso José Sena Cardoso, José Vicente de Sá Pimentel e Luiz Antonio Fachini Gomes muito sucesso nas suas missões e quero até transmitir ao Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, que a África do Sul é um dos Países onde mais amadurecida está o debate, onde mais de 32 entidades formam a coalização pela Instituição de uma renda básica. Houve lá, eu estive em novembro em *Cape Town*, o 11º Congresso Nacional da Renda Básica e o assunto está muito amadurecido e eu acredito que vai avançar até que um dia lá se institua.

Angola tem às condições propícias, conversei com o Senador Afonso José Senna Cardoso para instituir um fundo como Alasca e na Guatemala também há condições propícias para avançar nessa direção, o próprio Senador Cristovam Buarque foi um dos que colaborou para que Países como Angola iniciasse programas na linha da Bolsa-Escola, Bolsa-Família para que um dia se universalize o direito de todos a uma renda básica. Eu me coloco sempre à disposição.

Sr. Presidente, eu vou pedir permissão para me ausentar, mas já votei favoravelmente aos quatro indicados.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aqui caro Senador Eduardo Suplicy, lamentavelmente a gente vive uma democracia e não

pode manter sobre prisão domiciliar um Senador da sua qualidade, [risos] seria de maior importância que V.Ex^a. continuasse nessa Comissão, até porque V.Ex^a. é um dos Senadores que têm se dedicado a discutir as questões internacionais e, evidentemente, que teria perguntas muito objetivas e pertinentes, mas nós compreendemos seus afazeres e lamentamos apenas a sua ausência, não a liberdade. Senador Cristovam Buarque com palavra V.Ex^a.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Presidente, ao mesmo tempo em que cumprimento o Embaixador Marco Antônio eu creio que vamos sentir falta. Eu quero dizer Senador, que o senhor vai ter um cargo ao mesmo tempo extremamente bom e extremamente ruim, muito bom porque eu creio que a Índia é certamente hoje o País que melhor permite ao Embaixador desenvolver não apenas suas atividades, mas também estar bem e aproveitar o País.

Agora vai ser muito difícil, porque é difícil substituir o José Vicente pelo trabalho que ele fez lá, ele modestamente está de costas para não ver o elogio que eu faço a ele [risos], mas a segunda coisa...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ele ouviu os elogios.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

A outra coisa, Presidente, eu queria antes de entrar na sessão de arguição, a sessão secreta, eu queria apresentar um requerimento. Eu não sei se agora o que nós estamos vendo nesses últimos dias é que o continente está em guerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador já que eu me queixei de liberdade e louvei a liberdade ao mesmo tempo, eu não poderia deixar de aceitar um requerimento dentro desse mesmo sentido.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

O meu requerimento, Sr. Presidente, pelo que a gente vê nos jornais, a gente vê um convite entre a Argentina, Uruguai por causa de uma indústria papaleira, a gente vê obviamente um conflito interno na Bolívia e muito junto à nossa fronteira, a gente vê o conflito de fato dentro da Venezuela e da Venezuela com a Colômbia. Eu creio que a gente deveria convidar alguém do Ministério das Relações Exteriores para saber o que Governo Brasileiro está pensando, qual é o desenrolar desses fatos e quais são as precauções que nós vamos tomar se arrebenta uma guerra civil na Venezuela ou na Bolívia, que alguns acham que já está acontecendo.

O que a gente vai fazer com o fluxo de pessoas que poderão ser obrigadas a fugir, sobretudo, se houver intervenção venezuelana como alguns comentam na Bolívia. Eu quero fazer um requerimento para gente

convidar alguém do Ministério das Relações Exteriores para ficarmos informados do que eles sabem e o que eles estão prevendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Inclua nas suas preocupações a Colômbia.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Ainda mais a Colômbia também, com repercussões na fronteira com o Brasil. Esse é o meu requerimento que eu farei por escrito e se os demais Senadores estiverem de acordo que a gente possa fazer ainda esse ano, porque a coisa está indo muito depressa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Acho louvável a iniciativa de V.Ex^a. Eu quero parabenizá-lo por isso e acho essa sessão deveria acontecer o mais rápido possível, ficaria então no caso V.Ex^a. encarregado de juntamente com o Embaixador Marco Antônio poderia ver quais seriam as melhores pessoas para tratar da questão.

Eu apenas sugeria que fossem diplomatas de carreira para evitar a duplicidade que, infelizmente, hoje o Itamaraty vive entre as posições do Dr. Marco Aurélio Garcia e as posições do País, apenas eu daria essa sugestão.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E que pode ser uma das causas dessas dificuldades de enfrentar. Eu creio que o convite deve ser ao Ministro das Relações Exteriores para que ele indique alguém, caso ele possa vir pelas suas atividades.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aprovado. Em votação os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Fica V.Ex^a. encarregado de viabilizar o mais rapidamente possível esse encontro.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu formalizo agora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já faríamos essa reunião à semana que vem, concorda?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quem é o setor encarregado da política?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Ênio Cordeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ênio Cordeiro. Deveria ser a gente discutiria após a sessão, entendeu e discutiria e ele poderia ser ouvido, inclusive, o próprio chanceler para saber exatamente quem seria dentro dos brilhantes Diplo-

matas do Itamaraty quem seria o encarregado de nos trazer aqui essa visão oficial. Não paralelas, oficial.

De acordo com o dispositivo do inciso IV, do Art. 52, da Constituição Federal, combinado com o § do Art. 383 do Regimento Interno eu vou transformar a sessão em secreta, a fim de que os Srs. Embaixadores sejam argüídos, mais uma vez repito, se tiver algum familiar direto dos Diplomatas estão autorizados à permanência no recinto, como também os funcionários do Itamaraty credenciados para a sessão dessa natureza.

[sessão secreta às 12h07]

[sessão reaberta às 13h34]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Reaberta a sessão. Eu comunico aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras aqui presentes a aprovação do nome do Embaixador Dante Coelho de Lima para Montenegro, do Embaixador Luiz Antônio Fachini Gomes para a Guatemala, do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel para a África do Sul, acumulando com Comores, Lesoto e Maurício e Afonso José Sena Cardoso para a República de Angola.

Nada mais havendo a tratar, eu vou encerrar a sessão, antes, porém felicitando os Embaixadores aqui aprovados pela compreensão dessa Comissão em ter após a sabatina, aprovado a condução para os postos propostos pelo Itamaraty, desejando-lhes êxito pleno em nome do País para estas missões que terão a partir do início do próximo ano.

Parabenizo a todos e nada mais havendo a tratar está encerrada a sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h36.

Ata da 44ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no Dia Seis de Dezembro do Ano de Dois Mil e Sete, às Dez Horas.

Às dez horas e cinquenta e seis minutos do dia seis de dezembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **HERÁCLITO FORTES** e **EDUARDO AZEVEDO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY**, **MARCELO CRIVELLA**, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **MOZARILDO CAVALCANTI**, **PEDRO SIMON**, **MÃO SANTA**, **ALMEIDA LIMA**, **JARBAS VASCONCELOS**, **PAULO DUQUE**, **MARCO MACIEL**, **MARIA DO CARMO ALVES**, **ROMEU TUMA**, **CRISTOVAM BUARQUE**, **INÁCIO ARRUDA**, **AUGUSTO BOTELHO**, **SERYS SLHESARENKO**, **FÁTIMA CLEIDE**, **FRANCISCO DORNELLES**, **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**, **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** e

FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente registra a presença do Secretário de Turismo de Portugal, Senhor Bernardo Trindade e do Presidente da World Travel Tourism Council, Senhor Jean-Claude Baumgarten. O Senador **EDUARDO SUPLICY** faz uso da palavra. O Presidente convida os embaixadores José Artur Denot Medeiros, Ana Maria Sampaio Fernandes e Gilberto Vergne Saboia para comporem a Mesa. O Presidente em exercício inicia a apreciação da pauta. **Item 01:** Mensagem (SF) nº 204, de 2007, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do senhor José Artur Denot Medeiros, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.*” O Presidente concede a palavra à Relatora Senadora **FÁTIMA CLEIDE** para fazer a leitura do seu relatório. **Item 02:** Mensagem (SF) nº 208, de 2007, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, art. 39 da lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 e § 1º do art. 46 do anexo I ao decreto nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, o nome da Senhora Ana Maria Sampaio Fernandes, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixadora do Brasil junto a República Federativa do Burundi e a República do Djibuti, e, também, os cargos de Embaixadora do Brasil na República de Ruanda e na República de Uganda, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.*” O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **ROMEU TUMA** para fazer a leitura do seu relatório. **Item 03:** Mensagem (SF) nº 216, de 2007, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Gilberto Vergne Saboia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Hungria.*” O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** para fazer a leitura do seu relatório. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores **JOSÉ ARTUR DENOT MEDEIROS**, **ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES**

E GILBERTO VERGNE SABOIA para fazerem suas exposições. O Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO** assume a Presidência. O Presidente em exercício concede a palavra aos Senadores **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, MARCELO CRIVELLA, ROMEU TUMA, CRISTOVAM BUARQUE e EDUARDO SUPLYCY**. O Presidente em exercício torna reunião em Secreta às treze horas. Às treze horas e oito minutos o presidente em exercício, Senador Eduardo Azeredo, reabre a reunião. O Presidente comunica a aprovação dos Embaixadores. O Presidente suspende a Reunião para cumprimento aos Embaixadores. O Presidente em exercício dá continuidade a Reunião e inicia a apreciação da Extrapauta. **Item 01:** Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2007, de autoria do Deputado José Roberto Arruda, que *“altera os arts. 3º e 8º da lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996. (dispõe sobre a reorganização da carreira dos policiais civis do distrito federal).”* O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator Senador **ROMEU TUMA**, para fazer a leitura de seu Parecer. Aprovado. **Item 02:** Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“aprova o texto da convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Russa para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda, celebrado em Brasília, em 22 de novembro de 2004.”* O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator Senador **CRISTOVAM BUARQUE** para fazer a leitura do seu Parecer. Aprovado. **Item 03:** Requerimento nº 86, de 2007 – CRE (Requerimento de urgência) de autoria do Senador **Romeu Tuma**, que *“requer, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2007, que altera os arts. 3º e 8º da lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996. (dispõe sobre a reorganização da carreira dos policiais civis do distrito federal).”* Aprovado. O Presidente em exercício, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e quinze minutos, lavrando eu, **JOSÉ ALEXANDRE GIRAO MOTA DA SILVA**, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente – Senador **Eduardo Azeredo**, Vice-Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 44ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a Comissão à dispensa da leitura da ata da sessão anterior, os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de dar início à Sessão, eu queria registrar aqui com maior alegria a presença do Secretário de Turismo de Portugal, Sr. Bernardo Trindade, acompanhado da sua esposa, Srª. Isabel, e do Sr. Jean-Claude Baumgarten, que é Presidente do *World Travel Tourism Council*. Encontra-se no Brasil exatamente estreitando laços com o nosso País, visando aumentar o turismo brasileiro. Nós queremos registrar a presença dos senhores e nos colocamos... No momento nos colocamos à inteira disposição. E dizer ao Sr. Ministro de Portugal que nós somos reconhecidos pela participação do seu País, incrementando o turismo brasileiro, principalmente no momento em que nós vivemos um ano de crise aérea, e tivemos empresas portuguesas substituindo algumas lacunas existentes no nosso transporte fazendo com que, a preço justos, brasileiros e portugueses cada dia mais visitem, não só as belezas naturais dos dois países, mas como também os seus parentes e seus ancestrais. O Senador Suplicy deseja fazer um registro, e lhe concedo a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Apenas reforçar o registro que V.Exª faz, eu gostaria de informar ao Ministro do Turismo que ontem esteve inclusive em diálogo com a Ministra Marta Suplicy, de que nós Senadores estamos sempre tendo à disposição de ajudar as relações entre o Brasil e Portugal de extraordinária amizade e respeito e tudo aquilo que pudermos ajudar no desenvolvimento do turismo mútuo entre Portugal e o Brasil, estaremos à disposição.

E ao Sr. Baumgarten que por sua entidade vem promovendo encontros muito importantes das empresas de turismo no mundo inteiro. Sejam bem-vindos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Portanto, agradecemos Sr. Baumgarten e desejamos-lhe uma estada muito agradável no Brasil e que saia cantando as belezas desse País pelo mundo afora. Muito obrigado a todos e essa Comissão sente-se honrada com suas presenças.

Passamos então ao Item 01 da pauta. Mensagem nº 204, de 2007. Será submetido à apreciação do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e art. 39 da Lei 11.440 de 29 de dezembro de 2006 o nome do Sr. José Artur Denot Medeiros, Ministro de primeira classe da carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Países Baixos. Autoria, Presidência da República, e Relatora Senadora Fátima Cleide, a quem passo a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de registrar a satisfação de relatar a indicação do Sr. José Artur Denot Medeiros, Ministro de primeira classe da carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao reino dos Países Baixos. A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. O Ministério das Relações Exteriores atendendo a preceito regimental enviou curriculum vitae do diplomata indicado do qual extraímos as seguintes informações.

Nascido no Rio de Janeiro, em 23 de setembro de 1943, filho de José Medeiros e Elza Denot Medeiros, o Sr. José Artur Denot Medeiros é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, e concluiu o curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco. Ingressou na chancelaria no posto de terceiro secretário em fevereiro de 1965, ascendeu a Conselheiro em 1978, Ministro de segunda classe em 1982, e Ministro de primeira classe em 1991, sempre por merecimento. Entre as funções desempenhadas na chancelaria, destaca-se a de chefe de divisão de política comercial entre 1979 e 1983. Ainda no Executivo, porém em outros organismos exerceu os cargos de Diretor de Departamento de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento em 1991, Diretor do Departamento de Assuntos Internacionais da Presidência da República entre 1991 e 1992, Secretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Planejamento e Orçamento de 1992 a 1993, e Sub-Secretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior de 1994 a 1995. No exterior ocupou entre outros o cargo de Ministro Conselheiro em Washington de 1983 a 1988, Embaixador em Paramaribo entre 1989 e 1990. Delegado permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração em Montevideu em 1995, Embaixador em Bonn em 2002 e representante especial para desarmamento e proliferação em 2005. Desempenhou ainda numerosas e importantes funções em missões temporárias, sendo sido membro e chefe de delegação de diversas seções de negociação dos organismos internacionais e de conferências diplomáticas isoladas. Notadamente aquelas relacionadas ao sistema de comércio internacional. O diplomata indicado é portador da Ordem do Rio Branco, da medalha do Mérito Tamandaré, da Ordem do Mérito Militar e da Ordem do Mérito Aeronáutico do Brasil, e da Ordem do Infante Dom Henrique de Portugal. Quanto ao reino dos Países Baixos, importa registrar neste Relató-

rio algumas informações básicas sobre aquele País e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil. O reino dos Países Baixos cuja capital é Amsterdã, e a sede do Governo é Naia, tem uma população de 16,5 milhões de habitantes numa área de 41 mil quilômetros quadrados. Seu Produto Interno Bruto em 2006 foi estimado em 613,3 bilhões de dólares. Desde o passado recente as relações entre o Brasil e os Países Baixos vêm experimentando períodos de crescente intensidade, e que se manifesta nos campos político, econômico e cultural. O Brasil e os Países Baixos formam parceria natural. Fazem parte os dois de importantes associações regionais como Mercosul e União Européia, cuja aproximação desejam estimular. Além disso, ambos estão comprometidos com a promoção dos valores democráticos, dos direitos humanos, do meio ambiente, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico. É importante e crescente a cooperação entre Brasil e os Países Baixos em matéria de ciências na agricultura.

A EMBRAPA, Sr. Presidente, mantém estreita relação de cooperação com a Universidade de Wageningen (F), onde mantém escritório de representação internacional. Graças à importância do posto de Rotterdam para o fluxo comercial brasileiro destinado à Europa, as exportações do Brasil para o mercado holandês somaram 5,74 bilhões de dólares e as importações alcançaram cerca de 786 milhões de dólares em 2006, resultando saldo favorável para o Brasil de 4,96 bilhões de dólares. Os principais produtos exportados são grãos de soja, plataformas de perfuração e exploração, bagaços e outros resíduos sólidos. Embora a composição da pauta exportadora brasileira indique que quase 80% da mesma são commodities agrícolas e minerais, há indicações de aumento significativo nas exportações de produtos não tradicionais, como álcool etílico, suco de laranja, carne de frango, carne bovina, flores e frutas.

Por outro lado, os Países Baixos ocupam a segunda posição em termos de estoque de investimentos diretos no Brasil, com montante total até 2006 de aproximadamente 32 bilhões de dólares. Diante do exposto, julgamos que os integrantes dessa Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito desse Relatório. É o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 02. Mensagem nº 208, de 2007. Submete à apreciação do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso IV da Constituição Federal art. 39 da Lei 11.440 de 29 de dezembro de 2006, do § 1º do art. 26 do anexo 01 ao Decreto 5.979 de 6 de dezembro de 2006, o nome da Srª. Ana Maria Sampaio Fernandes,

Ministra de segunda classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia, e cumulativamente o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federativa de Burundi e a República de Djibuti como também aos cargos de Embaixadora do Brasil na República de Ruanda e República de Uganda. Desde que obtido os agréments dos Governos daqueles países. O autor é o Presidente da República e o Relator é o Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores. Ilustre Embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes. Eu aqui fico constrangido, Embaixadora, Srs. Senadores e Senadoras, de ler o Relatório. Que é um formalismo aonde se busca as informações que são remetidas pelo Itamaraty. Vi que a senhora vai nos representar no Quênia, no Burundi, República do Djibuti, primeira vez ouvi falar esse nome aqui. Desculpa a ignorância. E ainda na República de Ruanda e de Uganda. Como o nosso Senador Crivella passou por toda a África durante um bom período, estava consultando sobre o comportamento, como as pessoas viviam nesses países. E ele sabe que um deles, e que aqui fala, do massacre que mais de 500 mil pessoas vieram a ser mortas e se não me engano em Ruanda, e há uma tentativa de recuperação do espírito e da ligação.

Ontem V.Ex^a foi tão gentil em conversar comigo que eu fiquei encantado com o conhecimento, a profundidade e o alcance da política internacional brasileira nas missões que cumpriu dentro do Itamaraty. Falávamos até do Embaixador Bustani, quando a senhora foi diretora, chefe da divisão de desarmamento e tecnologia sensíveis. E aí a gente começa a coletar até com uma dose de emoção como o brasileiro que representa a diplomacia brasileira tem sua conduta no exterior. Eu digo aqui e repito, estou cansado de falar, mas não tenho vontade de me calar. A qualidade dos Embaixadores que vêm a esta Comissão para serem sabatinados nos dão cada um deles uma aula. Provavelmente... Desculpa. Desculpa... Eu sou um apaixonado pela política internacional. Porque o Brasil só cresce na hora que ele é respeitado no exterior. Estive agora com a Embaixadora do Brasil, da delegação na ONU. E ela fez um discurso durante a minha estada. E alguns Embaixadores que eu conversava diziam: Você não pode imaginar qual é o respeito que os Embaixadores que militam na ONU tem pelo Brasil. E ele é decorrente da postura daqueles que nos representam. Falo em alto e bom som. Jamais concordei que políticos ocupassem lugar em embaixadas ou em qualquer País. Em qualquer País.

Então, quando vem um Diplomata, eu sinto orgulho de que o Itamaraty está cumprindo a sua missão. Não há como, teria que ter um projeto proibindo o Governo de designar políticos para qualquer cargo que represente o Brasil no exterior. Porque a senhora, ao conversar comigo e eu lendo aqui, até peço desculpas não estar lendo o Relatório que seria uma descortesia, mas acho que a senhora mostrou as qualidades que um Diplomata tem na conjuntura internacional global. E a senhora está indo para uma área em que e me parece que o Presidente Lula tem dado prioridade que é para África.

Então, para se... Da importância de uma região tem que se escolher bem quem representa. Então, é um antecedente que nos dá a tranquilidade que a senhora... Sei que a missão é dura, é ampla demais, tantos países como esse que tem tanta dificuldade, me dizia ele que num deles é a maior favela do mundo. Ruanda. A maior favela do mundo. E no Quênia. Então, ele me deu uma aula aqui de África. [risos] Porque eu não vou fazer pergunta para senhora, porque eu digo, a gente aprende. E ontem alguma... O tempo tão curto que a senhora esteve comigo já me deixou com uma impressão que até provavelmente eu sonhei e não percebi.

Mas eu queria dizer, Presidente, que a Embaixadora preenche todos e quaisquer pré-requisitos para nos representar no País, e estou à disposição dos Senadores para responder qualquer questionamento e deixo para cada um de nós ler o que representa esta ligação entre o Brasil e os países que a ilustre Embaixadora vai nos representar. É o meu Relatório verbal.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Mesa acolhe o Relatório do Senador Tuma. Apenas queria pedir permissão a ele para acrescentar que nós somos contra não políticos, somente políticos, coronéis, gerais... Somos contra coisa do passado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Qualquer pessoa... Tem que ser diplomata...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós somos contra estranhos à carreira. Nós já tivemos no passado técnicos, economistas, competentes nas suas áreas, mas que não eram Diplomatas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, eu fui... Quando eu estava na Interpol eu fui Vice-Presidente por quatro anos. E saí para assumir o Senado. A reunião da Diretoria da Interpol disse que criaram um cargo especial de Embaixador da Interpol e me designaram. Não me tiraram o cargo... Até hoje não recebi nenhuma carta que fui demitido. [risos] Por quê? Porque poderia... A importância que tem um Di-

plomata em qualquer segmento. Então eles têm uma carreira. Eu sempre quis entrar no Itamaraty quando jovem. Mas filho de--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas V.Ex^a já nasceu no Itamaraty pelo Diplomata nato que é.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Filho de imigrante, os pais agarravam a gente e não deixava sair de perto. [risos] Então a gente vai sendo frustrado na juventude e acaba escolhendo uma profissão que dá certo também. Eu não posso me arrepender, tenho muito orgulho de ter sido Delegado de polícia, ter toda a minha carreira, mas eu sou um admirador e já fui agraciado pelo Itamaraty e sinto muito orgulho--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V.Ex^a tinha votação para o Itamaraty, foi na polícia e terminou no Senado. Meus cumprimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É um polivalente. Item 03 da pauta. Mensagem nº 216, de 2007. Submete apreciação do Senado Federal nome do Sr. Gilberto Vergne Saboia, Ministro de primeira classe da carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Hungria. Relatoria da Presidência da República, e o autor... Autoria Presidência da República, Relator Senador Wellington Salgado, a quem passo a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa, Srs. Senadores presentes. Primeiramente eu queria agradecer ao Presidente por ter me dado a honra de fazer... Ser o Relator desse processo. E queria pedir desculpas também ao Sr. Gilberto Vergne Saboia porque acho que nesse momento em que fui designado Relator, o meu partido e toda a... Todo esse momento vivido pelo Senado realmente estava muito envolvido, então a nossa relação poderia ter sido melhor, de uma conversa mais informal no gabinete acabei não tendo tido a oportunidade de absorver os conhecimentos de V.S^a. De qualquer maneira aqui estão minhas desculpas e vamos ao Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Ex^a não absorveu, mas está absolvido.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [risos] Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Gilberto Vergne Saboia. Ministro de primeira classe da carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Hungria. A Constituição

atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente. Art. 52, inciso IV. O Ministério das Relações Exteriores atendendo a preceito regimental elaborou o currículo vitae do Diplomata indicado, do qual podemos extrair as seguintes informações.

Nascido no Rio de Janeiro em 16 de maio de 1942, filho de Henrique Medeiros Saboia e Alzira Vergne Saboia, o Sr. Gilberto Vergne Saboia é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E concluiu os cursos de preparação à carreira Diplomata e de altos estudos do Instituto Rio Branco. Ingressou na carreira Diplomata no posto de terceiro Secretário em fevereiro de 1966. Ascendeu a segundo Secretário em 1968. Primeiro Secretário em 1975, Conselheiro em 1978. Ministro de segunda classe em 1984. Ministro de primeira classe em 1991, e sempre por merecimento. Entre as funções desempenhadas na chancelaria destacam-se a de coordenador de projetos especial, de 84 a 85. Chefe da divisão das Nações Unidas, de 1985 a 1986. Chefe de gabinete do Secretário-Geral de Política Exterior em 1990. Sub-Secretário-Geral de Política Bilateral, em 2002. E Sub-Secretário-Geral de Assuntos Políticos em 2003. Ainda no Poder Executivo exerceu o cargo de Secretário de Estado para Direitos Humanos do Ministério da Justiça em 2000. No exterior, serviu na Embaixada do Brasil na cidade da Guatemala em 1971. Na delegação permanente de Genebra, de 1979 a 1983. Foi Ministro Conselheiro na missão junto à organização dos Estados Americanos, OEA, em Washington, de 1986 a 1990. Embaixador representante permanente adjunto na delegação permanente em Genebra, de 1993 a 1998. Embaixador em Estocolmo, e Irriga, cumulativo, de 1998 a 2000. Embaixador na Haia, a partir de 2003, e em 2006 foi eleito pela Assembleia Geral da ONU como membro da Comissão de Direito Internacional para mandato de cinco anos. Desempenhou ainda numerosas e importantes funções em missões temporárias, tendo sido membro e chefe de delegações de diversas missões de negociação de organismos internacionais e de conferências diplomáticas isoladas.

O Diplomata indicado é portador de honrosas condecorações, concedidas pelo Brasil, México, Países Baixos, Chile, Bolívia, Equador, Senegal, França, Peru, Portugal, Venezuela e Alemanha. Consta do processado, além do curriculum vitae, documento informativo sobre a República da Hungria e suas relações com o Brasil. Segundo seus termos, a relação oficial entre os dois países é marcada pela baixa presença brasileira na Hungria. A política externa húngara con-

fere prioridade absoluta a integração com a Europa e as relações com os Estados Unidos. Desde o império brasileiro nenhum Chefe de Estado pátrio visitou aquele País. Com exceção da passagem de Dom Pedro II por Budapeste em 1871. Apesar de terem sido externados convites nesse sentido.

Por outro lado, o então Presidente da Hungria Árpád Göncz, esteve no Brasil em visita de Estado em 1997. Informa o Itamaraty que aproximadamente cem mil pessoas compõem a colônia húngara no Brasil. A maioria no Estado de São Paulo. É de se destacar entre eles a figura do escritório, tradutor e filósofo, Paulo Rónai com sua valiosa contribuição à cultura em nosso País.

No que tange as relações comerciais entre Brasil e Hungria, o documento encaminhado pelo Itamaraty dá conta de que o intercâmbio comercial, bilateral atingiu a cifra total de 194,2 bilhões de dólares em 2006, com déficit de 36,7 milhões para o Brasil. Janeiro a setembro de 2007, o total do comércio foi de 155 milhões, apresentando déficit de 37,8 milhões para o Brasil. As exportações brasileiras para a Hungria concentram-se nos commodities agrícolas café e fumo, com crescimento expressivo da presença de bens manufaturados. Tais como ladrilhos, telefones celulares, artigos e aço e ferro, componentes de motores e micro controladores, importam-se daquele País especialmente os equipamentos elétricos, componentes de televisores, celulares, componentes eletrônicos e motores de explosão. No tocante aos aspectos políticos das relações bilaterais a Hungria não externou seu apoio ao projeto G4. Grupo formado por Brasil, Alemanha, Índia e Japão de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, nem demonstra entusiasmo pela reforma, mas assegura em contatos privados que não seria obstáculo para o projeto do grupo. A Hungria já firmou vários acordos bilaterais com o Brasil, na área científica, tecnológica, cultural, tributária, consular e sanitária, veterinária, entre parênteses. Além disso, acordo de cooperação econômica foi assinado em Brasília em 5 de maio de 2006 e aguarda aprovação no Congresso Nacional.

Diante do exposto, Sr. Presidente, julgamos que os integrantes dessa Comissão possui os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial nada mais podendo ser aduzido no âmbito desse Relatório, é esse meu Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Concluído o Relatório do Senador Wellington Salgado, passamos agora a palavra ao Embaixador José Artur Denot Medeiros, para fazer a sua exposição. O Embaixador é indicado para representar o Brasil junto à República da Hungria. Tem V.Exª a

palavra. Quero pedir desculpas... O Embaixador José Artur Denot Medeiros é indicado para representar o Brasil junto aos Países Baixos. Retificando.

SR. JOSÉ ARTUR DENOT MEDEIROS: Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Senadores, Srªs. Senadoras, pela sua presença que muito me honra e nos honra, os três indicados hoje aqui nessa Comissão. Já é a quarta vez que eu passo nessa Comissão cumprindo um rito constitucional que para nós do Itamaraty é um rito de passagem que nós cultuamos com grande carinho porque nos legitima diante dos nossos interlocutores no exterior. Eu queria agradecer muito especialmente à Senadora Fátima Cleide pelo relato que ela fez da minha indicação e pelo tempo que ela me dispensou ontem em que tive o prazer de conhecê-la melhor, e queria talvez me dando uma certa representação sendo o mais antigo na carreira entre meus três... Entre nós três hoje agradecer ao Senador Tuma e a V.Exª, Sr. Presidente, as palavras muito elogiosas que tiveram... Houve por bem apresentar para com o Itamaraty, uma instituição da qual nós todos somos muitos orgulhosos de pertencer.

Sr. Presidente, a Senadora Relatora praticamente cobriu já as principais características do País ao qual se eu tiver a vênua da aprovação de V.Exªs. no qual representarei o Brasil a partir do ano que vem. O reino dos Países Baixos, ou Holanda, como mais comumente é conhecido. Mas eu queria talvez dar umas rápidas pinceladas para ressaltar algumas das características do relacionamento bilateral entre o Brasil e o reino dos Países Baixos. Não vou falar sobre a história comum entre o Brasil e os Países Baixos no Século 17, que é um episódio muito importante da nossa história, da nossa formação cultural e como Nação, sobretudo diante do Senador Jarbas Vasconcelos, que duas vezes Prefeito de Recife, duas vezes Governador de Pernambuco não teria a veleidade de dizer coisas que ele não conheça sobre a Holanda. Mas todos conhecemos, todos sabemos da importância que teve o Brasil holandês para a formação da nacionalidade brasileira, Conde João Maurício Nassau-Siegen, todo o legado artístico cultural arquitetônico, científico e tecnológico que a presença de Nassau nos sete anos em que ele esteve no Recife deixou para o País. Eu vou talvez entrar direto então no relacionamento atual entre o Brasil e o reino dos Países Baixos.

Numa frase, Sr. Presidente, o relacionamento é muito bom, e se intensifica. Nós somos dois países que somos, na verdade, emoldurados por nosso entorno geográficos e geopolíticos, o Brasil dentro do Mercosul, dentro da América do Sul e do da América Latina por um lado e a Holanda dentro da União Européia. Aliás, a política externa da Holanda se caracteriza fundamen-

talmente por dois rasgos, um apego ao multilateralismo, apego, atuação e ao apoio, as grandes instituições internacionais, começando pelas Nações Unidas, e por outro lado um apego muito forte, um europeísmo muito forte que fez da Holanda inclusive ser um dos países fundadores da antiga... Da atual União Européia e do antigo Benelux nos anos 50. E permanece esse rasgo importante na política externa holandesa. Mas isso dito, quer dizer, a Holanda inserida na Europa e o Brasil inserido na América Latina nós temos relações que têm sobretudo na área econômica uma âncora muito forte. Em termos de comércio a Holanda, o Brasil é de longe o principal destino das exportações holandesas e a Holanda é um destino importantíssimo para as exportações brasileiras por uma razão muito simples que foi mencionado pela Senadora que o Porto de Rotterdam é o maior porto da Europa e por ele passa não só as exportações brasileiras para a Holanda, mas também para outros países, outros destinos europeus. Eu fui Embaixador na Alemanha e nós nos referíamos na Alemanha a Rotterdam como o fator Rotterdam que distorce as estatísticas de exportação brasileira. Porque cerca de 30% das exportações do Brasil para a Holanda na verdade se direcionam para outros países. Mas não obstante isso, a Holanda tem sido o destino, como demanda crescente de exportações brasileiras que seguindo ao padrão normal das importações para a Europa são concentradas em cerca de 80% como mencionou a Senadora em commodities agrícolas e minerais, mas já está começando a haver um certo... Uma certa diversificação das nossas exportações até porque muitas firmas brasileiras, hoje em dia, muitas, mas algumas e crescentes, se estabelecem em torno do Porto de Rotterdam pela localização geográfica estratégica que tem a Holanda e Rotterdam na distribuição do comércio exterior da União Européia, e até além da União Européia. Isso quanto a comércio. Quanto a investimentos, a presença holandesa no Brasil é até mais importante. Nas últimas estatísticas de investimentos de 2007, a Holanda aparece como primeiro investidor estrangeiro no Brasil. Isso tem que ser dito também tem certa distorção na medida que muitas multinacionais, internacionais, alemãs, americanas, etc, tens pelas mesmas razões geopolíticas filiais na Alemanha... E fazem por questões tributárias, na Holanda, perdão, e fazem investimentos no Brasil a partir da Holanda. Então esse número de primeira colocação que o Banco Central publica esse ano dos investimentos Holandeses, primeiro País investidor no Brasil tem também essa restrição, essa ressalva a ser feita. Mas mesmo com essa ressalva é crescente e importantíssima a presença do investimento estrangeiro holandês no Brasil. Isto quanto a âncora da relação

que é uma relação comercial, econômica, tradicional, os dois setores privados se entrelaçam, se conhecem e vai continuar assim. Porque o que o Governo pode fazer, o que uma Embaixada pode fazer, já faz, oferecer informação através dos serviços de promoção do Itamaraty, promoção comercial e de investimentos, e, sobretudo, Srs. Senadores, os senhores sabem muito bem passo quando um Embaixador tenta vender um País no exterior ele vende na verdade a imagem desse País. Ele vende o que a atual conjuntura econômica do Brasil, crescimento rápido, situação macroeconômica estabilizada, isso é o que conta na verdade para o investidor estrangeiro. E, portanto, eu tenho grandes esperanças de que este crescimento do interesse da Holanda e de países da Europa em geral no Brasil vai continuar diante das boas perspectivas da economia brasileira.

Quanto as relações políticas, elas são reflexo desse bom relacionamento econômico, elas são crescentes, o Itamaraty tem feito vários memorandos de entendimento que intensificam o relacionamento político, consultas políticas, consultas sobre desarmamento por exemplo, que eu mesmo fiz agora dois meses atrás na Holanda, há interesse maior do Governo holandês por um relacionamento político com o Brasil, e isso refletindo sem dúvida o crescente perfil da diplomacia brasileira no exterior nos últimos anos. E a crescente participação e presença do Brasil muito atuante em organismos internacionais. Aliás, falar em organismos internacionais, a Holanda como, aliás, reflexo desse bom relacionamento, crescente entre os países é um dos países europeus que como a Alemanha naturalmente também nossa companheira em reivindicar um assento permanente no Conselho de Segurança, a Holanda prometeu o apoio publicamente deles ao Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança, o que é uma coisa muito boa para o relacionamento bilateral.

Uma terceira vertente do relacionamento bilateral, naturalmente tem a ver com a nossa história comum, com o Brasil Holandês que é o Brasil cultural entre o Brasil e a Holanda. E aí também grande parte pelos esforços nos últimos tempos da Embaixada do Brasil, brilhantemente liderada pelo meu colega Gilberto Saboia aqui presente, a quem eu terei o desafio de suceder, se merecer a vênua da aprovação de V.Ex^{as.}, a Embaixada brasileira tem feito um trabalho de aprofundamento do relacionamento cultural a tal ponto que o Governo holandês recentemente reconheceu, incluiu o Brasil num programa de cooperação internacional que eles chamam de programa de países de patrimônio cultural comum. Naturalmente pensando em Pernambuco. E esse programa comum dará acho que

recursos inclusive para restauração de monumentos, documentos, etc, o que é um bom começo para uma nova etapa de aprofundamento de um relacionamento cultural, a Senadora mencionou o relacionamento que já existe na área acadêmica de Ciência e Tecnologia que é muito promissor e que deve ser expandido. Portanto, aí também nessa área ancorado no patrimônio cultural comum entre Brasil e Holanda há um potencial para aprofundamento das relações sempre impulsionados pelo bom relacionamento econômico, crescente relacionamento econômico e pelo bom relacionamento político.

Em suma, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, os Países Baixos são países desenvolvidos, europeu, europeu quer dizer muito europeu, com laços econômicos fortes com o Brasil, com uma história comum que é muito importante para o nosso País, com patrimônio cultural comum que deve e pode ser aprofundado, com relações políticas e diplomáticas estáveis, sem nenhuma divergência notável a relatar, ao contrário, baseado numa convergência de valores, na medida que somos duas democracias, duas democracias que se prezam do fato de serem democracias, e a Holanda com uma política externa que como o Brasil privilegia o direito internacional e o multilateralismo, a paz e segurança internacional. Em suma é um parceiro a preservar, um parceiro a cultivar. E essa é a visão do Itamaraty e a visão que me orientará na chefia da Embaixada do Brasil na Haia se eu merecer a vênica da aprovação de V.Ex^{as}., e com isso eu queria terminar essa breve apresentação inicial dizendo que naturalmente estou à disposição de V.Ex^{as}. para quaisquer esclarecimentos adicionais. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço a V.Ex^a inclusive pelo poder de síntese. Passo a palavra a Embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes.

SRA. ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES: Muito obrigada, Sr. Presidente. Srs. Senadores, senhoras e senhores, meus amigos que vieram hoje aqui apoiar-me. Em primeiro lugar, Sr. Presidente eu gostaria de agradecer o Relator pela gentileza, pela generosidade das palavras dele com respeito à minha trajetória profissional e a minha preparação profissional. O Embaixador José Artur Denot Medeiros já agradeceu em nome do Itamaraty também as palavras generosas do Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só peço desculpas a V.Ex^a por não ter tido o cuidado de ler todo o Relatório, a sua história real e os dados que são fornecidos sobre os países que a senhora vai representar. Talvez para dar a oportunidade da senhora demonstrar suas qualidades.

SRA. ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES:

Muito obrigada, Senador. Não se desculpe porque de alguma maneira também o senhor não leu a data do meu nascimento. De modo que eu devo dizer que por uma dessas coincidências, apesar--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES: [risos] Obrigada. Mas com relação ao Quênia, o Quênia nós não temos ali agora um mapa projetado do... Quênia vai entrar. Mas de qualquer maneira nós tivemos aqui a menção, representantes e Ministros de Portugal que estavam aqui. Curiosamente o Quênia possui um forte português de 1593. O Forte Jesus em Mombassa. Porque os portugueses, Vasco da Gama chegou às costas do Quênia em 1498. E os portugueses, por razões de quererem dominar aquele Oceano Índico e o comércio naquela área se estabeleceram ali. E colocaram esse forte em 1593 e só foram expulsos das costas do Quênia, do interior do Quênia, não tinha tanto interesse, os portugueses dominavam, cobravam impostos das cidades costeiras e dominavam o comércio naquela rota do Oceano Índico. Só foram expulsos pelos árabes humanidas(F). A gente às vezes não tem idéia, nesse mapa a gente não vê a proximidade dessa parte da África a proximidade deles do Oriente Médio, da península arábica, inclusive, de modo que os árabes humanidas(F) expulsaram digamos assim a influência portuguesas das costas do Quênia em 1730. Posteriormente, no Século 19 um pouco se referindo a essa, digamos assim, história internacional do Quênia, em 1888 os ingleses vieram a dominar as costas do Quênia para evitar o comércio negreiro. O objetivo... Porque obviamente os árabes humanidas(F) uma das atividades deles era o tráfico de escravos. E os ingleses visando eliminar o tráfico de escravos então entram no Quênia e expulsam os árabes em 1888. E lá permaneceram depois como o Quênia como um protetorado, um domínio enfim algumas diferenças que não vem ao caso examinar agora, ficaram até 1963. Houve uma rebelião da Tribo Mau-Mau durante alguns anos que foi eliminada e posteriormente o Quênia realizou eleições Parlamentares para que houvesse representação de nativos africanos no Parlamento e no final de 1963 foi declarado independente. E se tornou República um ano depois, em 1964. A partir daí, o Quênia viveu uma história política de estabilidade, embora um processo de, digamos assim, construção da democracia que tomou algumas décadas. Em 1964 quem assume o poder é Jomo Kenyatta. Jomo Kenyatta querendo dizer o pai do Quênia. E Jomo Kenyatta foi um fator de estabilidade até 1978, quando ele morre. Em 1978 ele é então sucedido pelo Presidente Arap

Moi que ficou de 78 a 2002. E nesse trajeto que se vê como do sistema unipartidário que já vinha com Jomo Kenyatta, e isso trouxe estabilidade ao Quênia que é um País como certamente o Senador Crivella conhecerá bem é um País com muitas tribos. Felizmente nenhuma tribo tem uma participação demasiado grande que desequilibre a relação entre as diferentes etnias. Jomo Kenyatta então foi esse elemento de estabilidade. Entra Arap Moi. Há então um processo de, digamos assim, um processo de aperfeiçoamento da democracia em direção ao sistema multipartidário. Mas esse sistema multipartidário só vai ser implementado a partir de 1988. Em 1988 foi a cominação, digamos, nesse processo unipartidário chegaram a fazer votação por fila, os eleitores que votavam em alguém faziam uma fila de um lado e os outros de outro, que é uma negação da característica do voto secreto que garante a liberdade do eleitor. Mas passado isso o processo foi em direção ao aperfeiçoamento do sistema democrático e hoje o Quênia está às portas de uma nova eleição.

Então, esse processo de Arap Moi vai até 2002, quando é eleito o atual Presidente Kibaki. O Presidente Kibaki está agora tentando ser reeleito, a eleição vai ser em 27 de dezembro. Nós aqui estávamos comentando na ante-sala a questão de a posse dos Presidentes ser no primeiro dia do ano. Lá eles fazem eleição presidencial dois dias depois do Natal, entre o natal e o ano novo que eles de alguma maneira também celebram lá porque 70% da população é cristão. Mas de qualquer maneira o Presidente Kibaki agora vai enfrentar uma eleição, ele é candidato a reeleição e está numa posição muito paritária com o principal candidato da oposição que é Raila Odinga. Nós vamos ter, portanto, esse resultado. Há um processo de revisão constitucional que está latente no País, uma revisão constitucional que visaria diminuir os poderes da Presidência e delegar poder às regiões. Mas isso é um processo que já está latente há alguns anos, mas que ainda não encontrou consenso.

Com relação agora à inserção internacional do Quênia. Se nós virmos agora no mapa o Quênia, nós veremos que ele está praticamente cercado por um arco de instabilidades na África, ali no que se chama o chifre da África, ele tem fronteira com a Somália, ele tem fronteira com a Etiópia, ele tem fronteira com o Sudão, com Uganda, com Ruanda a qual o Senador Romeu Tuma se referiu quando o Senador Crivella lhe havia referido a tragédia do genocídio que aconteceu em Ruanda e em Burundi, então o Quênia está ao sul, há uma certa estabilidade porque está a Tanzânia. Mas o Quênia está na verdade cercado por esse arco de instabilidade. E, no entanto, o Quênia tem atuado sempre no sentido de não se deixar contaminar por

essas instabilidades e trabalhar ativamente de forma política e diplomática para contribuir para a estabilidade na região. Então o Quênia sediou e financiou durante um ano o Governo transitório da Somália que retornou finalmente à Somália, ainda está sob pressão, mas o Quênia financiou e ajudou inclusive as negociações para que esse Governo provisório de conciliação na Somália se pudesse constituir. O Quênia também ajudou as negociações entre o sul do Sudão e o norte do Sudão, também para pacificar essa e região. O Quênia tem com relação ao Uganda e os demais vizinhos uma postura permanente de acolher inclusive refugiados. O Quênia acolhe hoje entre refugiados do Sudão, da Somália, de Uganda e mesmo do sul da Etiópia 400 mil refugiados. Além disso, o Quênia procura promover a integração regional. É um dos membros da comunidade da África oriental, juntamente com a Tanzânia, Uganda e agora Ruanda e Burundi.

Outro item importante na pauta internacional do Quênia é a importância que o Governo queniano dá ao fato de que Nairobi seja uma capital com importância internacional.

Então, estão sediados em Nairobi dois importantes órgãos das Nações Unidas. O programa das Nações Unidas para o meio ambiente, e o Habitats, que é o organismo das Nações Unidas para os assentamentos urbanos, assentamentos humanos. O Senador Crivella já havia antecipado e o Senador Romeu Tuma antecipou a existência da maior favela do mundo, a Quibera, que está em Nairobi. Esse é um problema de que na verdade o Quênia precisa acelerar seu desenvolvimento econômico para poder fazer face às dificuldades econômicas que decorrem do crescimento expressivo da população e um crescimento econômico muito menor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES: Podemos certamente. E eles têm muito interesse de cooperação conosco inclusive na área, por exemplo, de biocombustíveis, que é uma área que nós podemos de alguma maneira ajudar porque é uma área que cria emprego, cria renda, então é uma área importante.

Finalizando essa inserção do Quênia na cena internacional, o Quênia em matéria de Conselho de Segurança nós sabemos que a África não tem uma posição comum sobre que País africano sentaria numa desejada reforma do Conselho de Segurança. O Quênia se apresentou como candidato. Ele tem essas credenciais de ser um elemento de estabilidade, de ser um elemento de Resolução dos conflitos, contribui para isso. Ele não tem é o peso econômico. Porque ele

não tem, por exemplo, petróleo como algumas outras nações africanas têm--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES: Exatamente. Alguns outros, a própria África do Sul. O ideal para o Quênia seria encontrar petróleo. Os chineses estão lá fazendo prospecção, inclusive na fronteira com a Etiópia.

E para encerrar um pequeno itinerário das relações do Brasil com o Quênia. O Brasil imediatamente após a sua independência em 1963. Quatro anos depois nós instalamos a nossa Embaixada em 1967. Em 1973 o Ministro de Estado de Relações Exteriores esteve no Quênia. Assinou dois importantes acordos de cooperação. Inclusive acordos de cooperação técnica, que ainda está vigente ao abrigo do qual nós estamos fazendo cooperação. Houve um certo interregno e em 2005 o Ministro de Estado Celso Amorim voltou ao Quênia e deu novamente um grande impulso à relação bilateral, a tal ponto que em 2006 o Quênia abriu a sua primeira Embaixada na América Latina aqui em Brasília. Esse é o quadro de dinamismo que agora em 2005 tem se criado com o interesse do Governo do Presidente Lula na África e essa orientação do Ministro Celso Amorim de mantermos então em excelente situação, em crescimento, em adensamento as relações com a África. De modo que eu estou à disposição agora, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, para qualquer pergunta e agradeço e espero poder contar com a vênica de V.Ex^{as}. para ter a honra de chefiar a Embaixada do Brasil no Quênia, ser Embaixadora do nosso País. Obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigada, Embaixadora Ana Maria, nós vamos agora ouvir a palavra do Embaixador Gilberto Vergne Saboia indicado para a Hungria.

SR. GILBERTO VERGNE SABOIA: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente e Srs. Senadores, é sempre uma honra para os Diplomatas de carreira comparecerem à Comissão de Relações Exteriores quando são indicados para exercer postos de chefia permanente de missão no exterior. Meu colega Embaixador José Artur Denot Medeiros, já agradeceu as gentis palavras do Senador Romeu Tuma e do Presidente Senador Heráclito Fortes a respeito da importância da chefia dessas missões caberem a Diplomatas de carreira. Eu queria secundar esse agradecimento e também as palavras generosas que ele teve a respeito do meu desempenho na Holanda.

Queria agradecer especialmente ao Relator, Senador Wellington Salgado por sua... Por suas palavras de introdução, e eu teria realmente apreciado poder ter

um contato mais prolongado com ele antes da realização dessa reunião, mas apreciei muito encontrá-lo e creio que tendo em vista a agenda que o Senado e os Senadores têm é necessário, enfim, flexibilidade e entendimento. Por isso também vou ser breve nas minhas observações. Inclusive, porque o Senador Wellington Salgado já disse muita coisa de importante a respeito da relação e da própria Hungria.

Eu queria dizer inicialmente com relação à história da Hungria, que seria fora de propósito tentar ainda que sucintamente reduzir nessa reunião mil anos de história em que uma nação, apesar das suas graves vicissitudes e embates, conseguiu manter a sua identidade cultural e lingüística. Bastaria, no entanto, ressaltar que enquanto a Hungria chegou a ser um reino no Século 17, de grande ou razoável extensão para termos europeus, incluindo várias outras nacionalidades ou nações, ela se viu exprimida entre a Áustria, a Alemanha, a Polônia, o império otomano que seguia e que chegou a ocupar durante muitos anos parte considerável da Hungria, ela foi em decorrência das guerras do Século 20, das duas guerras mundiais em que também, enfim, em parte pelas vicissitudes históricas da formação húngara e em parte também porque houve setores políticos que optaram por uma aliança com as nações, com os povos, os países que vieram a ser derrotados, no caso em primeiro lugar no caso da Primeira Guerra Mundial como parte do Império Austro-Húngaro o tratado de Trianon de 1920 retirou 2/3 do território da Hungria e resultado disso o País ficou apenas com o território reduzido e parte da população também, 1/3 da população de etnia húngara ficou situada fora das fronteiras da Hungria. Situação que ao longo da história vem criando problemas e sendo de matéria sensível. O mesmo aconteceu na Segunda Guerra Mundial. O Almirante Horti que dominou esse período inclinou-se para o lado de Hitler, inclusive adotou medidas anti-semitas, e provocou o êxito de judeus húngaros, em prejuízo do próprio país e tendo sediado a Alemanha o País foi derrotado e mais uma vez as pequenas conquistas que esse interregno, pequenas conquistas territoriais que esse interregno lhe valeu foram imediatamente retiradas e aí seguiu-se o período de predominância comunista que só terminou em 1989, 90.

Passando agora à atualidade, a Hungria tendo realizado o seu objetivo, enfim, uma vez mudado o regime, restabelecida a democracia ou estabelecida a democracia, e se integrando à União Européia e à OTAN, ela no momento realiza com bastante sucesso, mas não sem problemas de médio e curto prazo, os ajustes econômicos para se adequar plenamente às exigências européias. O Governo atual, liderado pelo

Partido Social Democrata, em coalizão com o Partido Liberal, enfrenta dificuldades políticas para levar adiante tais reformas, que como sempre, são impopulares. Apesar disso e da acirrada oposição do partido de direita Fidesz do antigo Primeiro-Ministro Orban, o Governo do Primeiro-Ministro Gyurcsány tem conseguido evitar uma antecipação das eleições, pretende manter o calendário das reformas até o término do atual mandato do Parlamento. E parece preparado para vencer o desafio que a oposição levanta de eventualmente por um referendo antecipar as eleições.

A prioridade da política externa da Hungria como ocorre na maioria dos países que foram do campo socialista, é de ao mesmo tempo de fortalecer a sua inserção na União Européia, também manter uma aliança sólida com os Estados Unidos no âmbito da OTAN. No caso da Hungria, isso não impede, ao contrário do que acontece com outros que o País tenha relações práticas, pragmáticas e até cooperativas com a Rússia, que além de ser um poderoso vizinho é um País do qual provem recursos de gás, de petróleo, e, portanto, é um provedor de energia importante e que também serve de mercado para alguns produtos da Hungria, embora não seja comparável a sua posição como País em matéria de comércio com outros países da União Européia. A Hungria acompanha com atenção também a evolução política nos Bálcãs. Teme-se, por exemplo, que a situação no Kosovo, se evoluir para uma declaração unilateral de independência possa reavivar a estabilidade regional. É uma região cronicamente instável, mas que tenta, enfim, dar passos em direção à aproximação com a Europa, com a União Européia. Mas há o problema do Kosovo e se houver uma independência unilateralmente, uma vez que não houve acordo, há o temor de que uma nova instabilidade possa gerar movimento de refugiados e possa afetar também a situação das minorias húngaras que habitam outros países da região e que são naturalmente sensíveis para a Hungria.

As relações entre o Brasil e a Hungria, como o Relator já assinalou, são amistosas e datam de muitos anos. Elas foram interrompidas no período da Segunda Guerra Mundial, e foram depois restabelecidas nos anos 60. E há uma colônia razoável de brasileiros, como o Senador também mencionou, de origem húngara entre os quais ele também falou de Paulo Rónai, que é um caso interessante de alguém que se apaixonou no Brasil estando ainda no seu País natal e sem conhecer o País ele aprendeu, se dedicou ao aprendizado do português antes mesmo de conhecer Portugal ou o Brasil, e acabou vindo depois fugido pela perseguição porque era judeu e foi de certa maneira sua amizade com o Diplomata que servia na Holan-

da o Diplomata e poeta, escritório Ribeiro Couto, que ele acabou também conseguindo já no período da perseguição chegar ao Brasil onde imediatamente se inseriu no mundo literário e cultural do Rio de Janeiro e sendo professor. Isso é um pouco a situação, quer dizer, desses brasileiros de origem húngara que eles mantendo uma certa vinculação com seu país de onde vieram suas origens, acabam atuando também como um fator de intensificação das relações. Eu verifiquei, por exemplo, não está no maço de informações, mas eu fazendo algumas pesquisas verifiquei que há na Hungria uma indústria que é sediada no Brasil, que produz autopeças, pequenos produtos de filtros e... Enfim, para automóveis, que é evidentemente de origem húngara, Sabo(F), e que tem em vários lugares. Quer dizer, há um investimento brasileiro na Hungria, pequeno ainda, mas que é um pouco produto dessa ligação dos descendentes de húngaros no Brasil.

Por outro lado o Relator também assinalou com razão que a intensidade das relações poderia se beneficiar de uma correspondência maior de visitas de autoridades brasileiras. Houve várias visitas, o Senador mencionou inclusive do Presidente da Hungria, e houve algumas visitas de nível ministerial brasileiro com uma visita do Ministro Furlan em 2004 e uma do Ministro Roberto Rodrigues em 2005. Essas duas visitas foram úteis e resultaram em entendimentos que podem e estão ampliando o leque de possibilidade de cooperação na área econômica. Enfim, e houve acordos entre a EMBRAPA e a AGROINVEST para desenvolver atividades na área da vitivinicultura, da piscicultura, de embriões bovinos e também interesse da parte húngara na questão da tecnologia brasileira de etanol.

Existe um convite ao Presidente Lula para visitar a Hungria, tem sido reiterado, ainda não há uma data prevista, se essa visita fosse realizada creio que seria... Realmente abriria uma nova etapa de diálogo políticos, cooperação em vários setores entre os dois países. Senador mencionou também a questão da posição da Hungria com relação a questão da reforma do Conselho de Segurança. Eu tive ocasião de estar, enfim, de ser enviado especial do Presidente para levar uma mensagem a esse respeito e visitei vários países ali da região sobre o assunto. É verdade que não existe uma posição ostensiva nem num sentido nem no outro. A Hungria preferiu manter um perfil baixo nessa questão, e pelo que eu entendi na ocasião não tem nada que ver com o Brasil. Tem que ver com a conjuntura européia. A Hungria se tivesse que se manifestar muito firmemente a esse respeito estaria talvez agradando a Alemanha, mas não agradando outros países europeus que não simpatizam tanto com a idéia. Então, é mais uma questão européia do que

uma questão com o Brasil, eu tenho certeza que com o Brasil não existe problema.

Quanto ao comércio, o Senador falou dos dados de 2006. Que realmente mostraram um perfil de comércio muito baixo, não chegando a 200 milhões de dólares, e com déficit para o Brasil. No entanto, no ano anterior, pelas informações que eu compulsei, o comércio tinha sido um pouco melhor e tinha sido superavitário para o Brasil. Mas não muito. Mas de qualquer maneira há uma oscilação e era preciso... Tema que eu pretendo me dedicar, se merecer a aprovação da Comissão, ver em que áreas podemos trabalhar para que esse comércio seja pelo menos compatível com o potencial de mercado dos dois países. O Senador já mencionou os principais produtos da pauta de exportação e importação, há uma coincidência porque uma parte substancial dos itens da pauta são produtos industriais ou semi-industriais. O que parece indicar que é um comércio intrafirmas, que é um comércio... Porque há telefonia de lado a lado, quer dizer, os componentes podem ser fabricados aqui ou lá, ou são montados para exportação para outros países receptores de rádio e TV, etc, além das commodities tradicionais que o Brasil exporta.

E existe também uma perspectiva de ampliação da cooperação na área educacional, tendo sido firmados entendimentos, por exemplo, entre a UnB e a Universidade Católica de Brasília e congêneres húngaras para estudos, enfim, para troca de estudantes nas instituições, e também existe um interesse que eu vou procurar ampliar e diversificar nas atividades culturais. Há uma curiosidade pelo Brasil, existe um leitor brasileiro na universidade lá, existe segundo eu pude saber, oportunidades para apresentação de artistas brasileiros e houve recentemente uma iniciativa do atual Embaixador, o Embaixador José Augusto Lindgren de publicação de uma coleção de contos brasileiros em língua magiar. Quer dizer, que existe uma curiosidade e caberia procurar ampliá-la e desenvolvê-la. Há acordos importantes, há um acordo de cooperação econômica assinado em 2006 que ainda está em tramitação no Congresso Nacional e que, portanto, vai depender do adiantamento que for possível dar na tramitação desse texto e existe possivelmente interesse também em verificar se há possibilidade de criar um grupo parlamentar de amizade entre o Brasil e a Hungria.

Sr. Presidente, acho que com isso eu conclui o que eu havia previsto apresentar e agradeço essa oportunidade a V.Ex^a e os membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado ao Embaixador Gilberto Saboia. Antes de passar para a parte secreta da reunião, se os Senadores manifestarem interesse em fa-

zer alguma pergunta que não seja de caráter secreto, então eu vou passar a palavra para o Senador Marcelo Crivella, e em seguida o Senador Romeu Tuma.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente. Rapidamente. Eu não queria ser descortês, eu tenho que votar na indicação da ANAC, infra-estrutura, eu me retiraria e voltaria após votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): V.Ex^a já pode ir votar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu só não queria ser descortês com o Embaixador, mas infelizmente nós temos que circular bastante aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Senador Heráclito foi lá também.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Ministro me ligou pessoalmente, quer dizer, tem que dar um pulo lá para...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): É bom ir que está tendo problema lá. Não houve ainda... Está tendo pedido de vista.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Há é? Oposição é sempre oposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não é oposição, é base de apoio. Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Eduardo Azeredo, nosso Presidente, Sr. José Artur Denot Medeiros, nosso Embaixador, Ana Maria Sampaio Fernandes, Ministra, e eu não consigo ler daqui o nome do meu Embaixador. Se o senhor não virar a plaquinha para cá. Por favor. Sr. Gilberto Saboia. Sr. Presidente, eu vim aqui decidido a votar contra e pedir voto contra pela primeira vez a indicação da Ana Maria. Eu não sei onde o Samuel estava com a cabeça. Mandar uma Embaixadora tão ilustre que passou pelo Chile, Washington, Nova York, Londres... E agora vai para Burundi. Vai para o Quênia, Uganda... Um País, Sr. Presidente, que eu vivi lá em 1995, 96, com o cotidiano duro. As pessoas se formam, são bem-educadas, sobretudo no Quênia, mas não conseguem empregos de qualidade. A verdade é que o País... Aliás, Ana, há 50 anos atrás a África era palco para todas as utopias. Imaginava-se que o continente africano, no processo da sua emancipação iria encontrar o progresso, o desenvolvimento e alcançar inclusive o sonho da sua unidade. Passados 50 anos, o que nós vimos é um processo de balcanização com sucessivos conflitos políticos. E quando a gente pensa que são estáveis, na verdade se impõem na truculência, na... Vamos dizer

assim, na perenidade de partidos que monopolizam o Governo dando total prioridade à sua tribo, à sua clã, a sua linhagem, porque o homem africano sempre foi assim. Antes da chegada dos brancos, como é que se organizava os povos na África? Como se organizavam na Europa. Em torno do seu clã, da sua linhagem, da sua família. Antes da teoria das nacionalidades. E era assim mesmo que a África se organizava antes. Portanto, o grande sucesso que eu tive na África, juntando multidões imensas, 200 mil pessoas, o Presidente Mandela no auge da sua popularidade não fazia. O Presidente Mandela, me lembro de um aniversário dele, por volta de 94, 95, principal Estado de Johannesburg, tinha 15 mil pessoas com todos os artistas. Ao final do campeonato era 30 mil pessoas. A reunião da igreja era 150 mil. Porque... Pela minha presença, não. Porque a política não une as tribos. Não existe o sul africano, existe o shults(F), existe o [ininteligível], existe o tsuana(F), existe o changani(F), como a senhora vai ver também que no Quênia não existe o queniano no fundo, no fundo, principalmente os povos das áreas rurais eles têm a sua lealdade primária ao seu chefe tribal, a seus costumes, a sua maneira de falar, de viver, suas tradições, seu culto e a sua comida, etc. E nem o futebol. Porque o futebol representa também as tribos. E esses são um dos graves conflitos que a África tem. Primeiro no processo da emancipação ela é uma África agrícola, pecuária, e que faz um confisco cambial imenso para poder financiar o homem da cidade que era o produtor de poder retirando recursos do homem do campo que era produtor de riqueza para se criar toda essa burocracia dentro daquela idéia de para cada Nação ou Estado que a gente viu aí na Hungria um exemplo claro disso. Esse processo de balcanização que a Europa passou. E depois que a tribo mais forte assume o poder, há sim o conflito pelo poder porque todas as demais tribos sabem que aquele governante vai distribuir as benesses do poder para a sua tribo, para a sua linhagem, para a sua família. Claro que vai fazer isso e é isso que fizeram mesmo e acabam se impondo pela força, pela truculência, muitas vezes regimes que extravasaram no sangue.

Então, Ana, Embaixadora, Ministra, o número de brasileiros que existem no Burundi, na Uganda, no Quênia são missionários religiosos, a maioria deles vivendo lá fazendo caridades, e com educação. Na Uganda nós montamos uma televisão, um canal onde transmitimos muitos programas educativos, mas a dificuldade realmente que esses países atravessam é que mesmo educados, mesmo tendo formação de nível superior, o emprego de qualidade é ruim. As pessoas acabam sempre dependendo do emprego público, o que em países com baixo crescimento acabam im-

pedindo no fundo o progresso. Eu acho que o sul da África tem grandes perspectivas, mas as áreas mais ao norte ainda vivem controvérsias e problemas enormes para encontrar o rumo do seu desenvolvimento, a sua emancipação econômica. E embora Mombaça, no Quênia, seja um lugar muito agradável. Um litoral que eu diria se houvesse os investimentos necessários poderia ser um pólo atrativo. Mas as pessoas que ali conseguiram amealhar alguns recursos referem realmente ir para Seychelles, Maurícius e outras... São ilhas com infra-estrutura melhor.

Mas eu desejo a você os melhores votos de sucesso. Eu sei que o Presidente da República, e eu acompanhei nas duas visitas que ele fez à África tem maior interesse de estabelecer. Você vê como é difícil, a primeira visita a Moçambique, por exemplo, foi feito um acordo de cooperação para se instalar lá em Maputo uma unidade de produção, não dos 25 remédios do coquetel da Aids, mas o Brasil poderia dar a tecnologia para eles produzirem mais da metade disso. E até hoje não conseguimos tirar isso do papel, não por nossa culpa, não por falta de esforços brasileiros, não por falta de financiamento, não por falta de esforço do pessoal da Fiocruz, mas é porque difícil mesmo lá a gente até decidir um local a se instalar a fábrica porque há conflitos entre os Presidentes das províncias, entre os Ministros, a decisão é demorada, e eu estou falando de Moçambique onde nós temos a facilidade da língua, temos laços históricos enormes, e essa fábrica seria de grande benefício também para o Zimbábue, também para o Lesoto, para Suazilândia para enfim, para todos aqueles pequenos países, Botsuana tem altos índices de Aids como tem Uganda também uma coisa lastimável.

Mas eu gostaria de com essas palavras dizer também, Ana, que o corpo diplomático desses países eu não conheço e nem sei [soa a campanha], já vou terminar, Sr. Presidente. Se o Quênia tem uma academia diplomática.

SRA. ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES: [pronunciamento fora do microfone]. inclusive ensinar... Perdão. Tem uma academia diplomática que eles iniciando, é uma academia ainda incipiente, eles pretendem inclusive fazer se possível um convênio conosco para ensinar português porque há alguns bolsistas quenianos, o senhor pintou bem o quadro de desejo de aperfeiçoamento intelectual, de estudantes quenianos, e há estudantes quenianos se beneficiando de bolsas, inclusive no Brasil, estudam português e há o interesse do Governo queniano, do Ministério das Relações Exteriores com a sua academia diplomática de incluir o português como língua.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Pois é. Eu concluo aqui, Sr. Presidente, dizendo isso, que quando me elegi Senador procurei o corpo diplomático de diversos países africanos, mas tive essa dificuldade porque eram normalmente membros de partidos, membros ou familiares do governante e que não conseguíamos fazer com que houvesse o interesse efetivo ou ações que pudessem diminuir, por exemplo, o déficit que nós temos, déficit que eles têm na relação comercial com o Brasil, que esse ano, por exemplo, na África do Sul que é o país com maior potencial de exportação pro nosso país vai passar de um bilhão, talvez um bilhão e cem milhões. O que me preocupa muito. Acho que o Brasil não deveria ter superávit tão expressivos negociando com países africanos.

Dito isso, Sr. Presidente, eu quero desejar a todos os nossos ilustres e bem preparados membros do Itamaraty, filhos de Rio Branco os votos de maior sucesso e expressar também a minha preocupação com a nossa Embaixadora lá nos confins da África, [risos] à beira do lago Vitória, e tão distante da sua família, sei que você perdeu seu pai, sua mãe já tem uma certa idade e acho que você não vai cometer a maldade de levá-la para ficar lá no Quênia ao seu lado. [risos] Muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Marcelo Crivella. Senador Tuma, em seguida Senador Cristovam Buarque.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Depois dessa exposição do Senador Crivella... Só um minutinho, Presidente. Vai receber a visita do Crivella lá, se ele me levar eu vou junto. [risos] Mas depois da exposição que eu realmente já tinha conhecimento dos estudos, de presenciar do Crivella sobre a África, praticamente só ilustra a Relatoria que eu fiz com detalhes da vivência dele naquela região. Eu sei que estive um pouco mais ao norte, Marrocos e outras áreas e muçulmanas, e tem um desenvolvimento um pouco melhor dos países que a senhora vai representar.

Eu certa vez na própria Interpol, desculpa, às vezes eu falo de polícia porque 50 anos não dá. Cruzei várias vezes o Embaixador em várias missões. Porque pra mim primeiro o Embaixador depois vou saber o que vou fazer. Não tem jeito de chegar num País ou numa missão em que a gente não tenha um relacionamento com a representação para poder nos explicar como nos comportar. Até fisicamente. Porque há uma diferença muito grande no comportamento ético perante essas populações. Mas eu acredito, Embaixadora Ana, que até pelo conhecimento que a senhora demonstrou aqui na sua exposição e por tudo aquilo que veio de informação, é o mais grosso que veio. O mais grosso.

SRA. ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES:

[pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É. Eu acho que a gente poderá acompanhar de perto. Eu falava com a nossa Embaixadora que na última reunião, até conversei com a senhora ontem sobre a importância que o Governo está dando para África. E aqui veio para fazer uma exposição, e foi indicado para Embaixada do Brasil junto à República da África do Sul, que é a mais desenvolvida, me parece, o Embaixador José Vicente de Sá Pimentel. E ele fez... Porque aqui pergunta onde você esteve antes? Então quer saber do outro País também que foi representado e teve uma vida mais longa, dois, três anos, então ele falou muito dos blocos comerciais que estão surgindo principalmente na Ásia. Eu até estou fazendo um Requerimento para quando ele estiver no Brasil convidá-lo para explicar esses novos blocos e que o Brasil está fazendo parte provavelmente na África deverá surgir alguma coisa nesse sentido, porque a África é meio abandonada e é muito explorada. Eu quando eu estava... Teve aquela investigação, Embaixadora, sobre a questão dos diamantes lá em Rondônia, em que morreram cerca de 12 garimpeiros, por coincidência ou não, o único lugar que eu peço para ser designado para participar é da ONU. Pela grandiosidade das discussões, V.Ex^a foi por duas vezes eleito para assuntos internacionais da ONU, se não me engano, pelo menos eu li no currículo, e lá se discute tudo. Então eu vi e trouxe material sobre a discussão de exportação dos diamantes da África, em que os ingleses exploravam e praticamente a miséria e a fome e a morte dos garimpeiros que lá trabalhavam. [soa a campainha] E por coincidência eu assisti o filme Diamante Rosa. Logo em seguida. O que condiz realmente com tudo aquilo que a ONU estuda e proibiu a exploração, exportação de diamante africano. Por quê? Porque não sobrava nada. Então aqui era praticamente igual, porque os garimpeiros associados às comunidades indígenas provavelmente por questões financeiras brigaram e houve as mortes. Mas tinha o contrabandista principal para quem trabalhavam todos para levar os diamantes para o exterior. Então são coisas assim que a gente acaba aprendendo. Problema de armas... E todos os assuntos que se discutem. E a gente sente que a África é muito vítima de vários segmentos organizados pela criminalidade. Um dos grandes problemas que nós tivemos durante, não só a Interpol, mas na direção da Polícia Federal era a Nigéria. Pela especulação, estelionatos quase que oficializados e institucionalizados e membros do Governo. Encontrei um Embaixador na volta de uma viagem e ele estava desesperado. Porque ele não estava agüentando mais as queixas de brasileiros que

eram praticamente seqüestrados para cumprirem... Também eram otários, desculpa a expressão, quer dizer, acreditavam e lá pagavam uma parte e depois na hora "H" falavam assim: Ou você paga o resto ou não sai daqui mais. Então era um jogo que eu não sei se melhorou ou não, mas eu acredito que não muito. Mas a senhora terá um trabalho maior, acho que os dois outros representantes... [risos] Mas eu acho que os Países Baixos para nós têm um fator histórico importante, a capital Haia onde Ruy Barbosa lá esteve defendendo os países de menor qualificação de força militar e representou bem o direito contra a força, então é uma coisa que provavelmente estive lá também, até para ver equipamentos de segurança que eles têm bom desenvolvimento tecnológico, e achei um País com uma formação e até fui comprar um aparelhinho lá com uma pessoa que nos ajudou e ele... [soa a campanha] Entramos numa fila para pegar a nota fiscal. Não, aqui não tem conversa. Tem que pegar a nota, pagar o imposto para não ter problema senão nós não vamos nos beneficiar dele.

Então, a filosofia, a consciência do contribuinte ele sabe que ele paga e vai ter o retorno em serviço do Estado. O que às vezes aqui tem a dificuldade do povo entender é que não vê o retorno. Então lá é um bom exemplo para nós. E até seria assim um bom contato pra gente de vez em quando conversar. E a húngara até tem uma vinculação familiar comigo, eu tenho uma cunhada que os pais foram imigrantes na época difícil de fuga da húngara para o Brasil. E ela tem uma gastronomia espetacular, comer um golishar(F) daquele [risos] e de vez em quando... Eu vi que aqui tem dois projetos, o de amizade, da visita de delegação brasileira de Parlamentares à húngara e também um outro projeto que até marquei aqui, mas a gente vai marcando e vai se perdendo. Mas eu saio daqui satisfeito, Presidente. Porque nos honra muito poderemos conversar com pessoas que têm uma visão espetacular do que é o Direito Internacional, do que são os povos que vão nos representar e a dignidade com que se conduzem nas suas comissões. Boa sorte, que Deus abençoe a todos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Romeu Tuma, não havendo nenhuma pergunta eu passo a palavra para o Senador Cristovam Buarque. Antes, porém, designando o Senador Suplicy para atuar como Secretário escrutinador só para... Senador Cristovam Buarque com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Srs. Senadores, eu quero em primeiro lugar discordar do Crivella quando fala da experiência da Embaixadora no Quênia. Eu creio

que para o currículo ir para as Nações Unidas pode ser muito mais interessante. Mas para a biografia... Senador Tuma, de certa maneira estava falando...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu estava dizendo que... Respondendo ao Crivella, é que pra mim o posto de um Embaixador País africano, País asiático, em certos países muitas vezes muito pequenos é muito mais enriquecedor para a biografia de um Diplomata do que os belos postos importantes também em outros países. Eu felicito. Não sou daqueles que lamentam quando um Embaixador vai para a África. Eu lhe felicito pela oportunidade. Especialmente porque eu gostaria que a senhora me ajudasse observando algo que se passou no Quênia, durante o Governo do Presidente Moi, eu tentei ir lá duas vezes, mas por diversas razões tive que parar. Esse é um Presidente que durante a campanha presidencial prometeu que no dia que assumisse a Presidência, se eleito, as escolas seriam todas grátis. Que a escola pública era paga também. E por incrível que pareça, Presidente, ele cumpriu a palavra. E houve uma tragédia, porque todo mundo entrou na escola. E eu vi fotos em revistas francesas, pessoas assistindo aula pela janela. Só que Unesco, Unicef, o Banco Mundial, o próprio Governo se organizaram, e em pouco mais de um ano, em menos de três, todo mundo estava na escola e todo mundo tinha cadeira onde sentar e estava estudando. Acho que é um exemplo que eu tentei ir observar in loco e não vou poder porque ele está saindo já da presidência e a gente sabe que no Brasil quando um Presidente sai às vezes as coisas mudam. Mas de qualquer maneira eu gostaria de ter informações, gostaria de manter um diálogo com a senhora e gostaria de pedir que organize uma visita minha lá.

Então o Quênia é isso. Além disso, é um País que a gente fala que está longe de tudo, mas alguns dos grandes escritores hoje de língua inglesa começaram lá. Ou porque moraram lá provisoriamente ou porque ficaram lá. É um País bastante rico que eu tenho acompanhado de longe. Mas Srs. Embaixadores, Sr^a. Embaixadora, nessa sabatina a gente tem duas alternativas. Falar do País específico e aí termina caindo em divagações. Ou eu tenho tentado explorar dos senhores Embaixadores a tentativa de um estudo que eu quero fazer aqui para o próprio Senado sobre os eixos fundamentais que nós devemos cuidar no médio e longo prazo nas relações do Brasil. Eu tenho falado às vezes e seis, às sete, às vezes em oito, eu queria ouvir a opinião de cada um dos senhores, se tiver tempo, sempre no final termina sem tempo, como é que os senhores vêem a política externa brasileira em relação

a esses pontos. E obviamente, o que é que o país para onde os senhores estão indo e a senhora representa nesse eixo. E também me acrescentem outros eixos se eu estiver errado. Sem ser em ordem de importância, eu coloco em primeiro lugar o problema da vulnerabilidade que a globalização está provocando.

Então, se essa vulnerabilidade é o que eu penso e se os países que para aonde os senhores vão e a senhora tem a ver. Eu divido essas vulnerabilidades em: Uma, o crime. O crime internacional. Tanto lavagem de dinheiro, como o terrorismo, como a droga e como as epidemias que hoje se espalham no mundo de maneira muito mais rápida. O segundo ponto diz respeito a recursos naturais que vai ser grande problema no futuro. E aí eu cito especialmente a água. Pelo que eu conheço dos três países, talvez a parte vulnerabilidade tem alguma coisa ver, questão de recursos naturais praticamente nada, mas eu quero ver. O terceiro é o problema do comércio. Sem dúvida alguma o comércio internacional vai crescer e a gente tem que incentivar que ele cresça. Acho que esse é um dos grandes eixos do futuro: como incentivar o comércio. O outro é a integração em si. Não a integração pelo comércio, que é uma coisa que a mim me incomoda. O Senador... Não me incorpora que aconteça, me incorpora a maneira como é tratado. Senador Eduardo Azeredo e eu somos Parlamentares do Mercosul. Eu sinto um incômodo profundo de ser Parlamentar de um merco. Eu queria ser Parlamentar de uma União. Como é na Europa. O merco é essa visão de puro comércio como o centro do processo. Não há dúvida que o comércio tem que crescer. Mas eu ponho também uma integração, que é a integração cultural. Eu até já sugeri que a gente deveria chamar de "Gentesul", e não Mercosul. A integração cultural, integração do turismo, e aí sim diz respeito aos três países. Como é que a gente pode incentivar essa integração.

E finalmente eu coloco também o problema dos blocos. Até que ponto tem a ver esses países com possíveis blocos que o Brasil venha a fazer parte. Recentemente tivemos aqui a Índia e a África do Sul. Não há dúvida nenhuma que tem tudo a ver com blocos futuro. Países da América Latina tem tudo a ver com os blocos futuros. Talvez nesse caso tenha menos a ver. Mas aí eu gostaria de ouvir também como é que vem, não os blocos que a gente vai fazer parte, mas essa divisão do mundo em blocos. E qual é a perspectiva que a gente tem de sair do poder único de uma Nação, Estados Unidos, e começar a ter blocos alternativos entre os quais a Europa é o bloco. Embora a China, a Índia, possam haver não muito tempo, daqui em diante, enfrentar o bloco único dos Estados Unidos. Quando digo enfrentar não é no sentido de militar, nem no sen-

tido de exclusão, mas no sentido de equilíbrio. Sair da assimetria que nós vivemos e cair numa assimetria. São esses pontos que eu gostaria de ouvir, qual é a opinião do senhor como Embaixadores, não com Embaixador no respectivo país, como parte desse corpo de elite que é o Itamaraty e do qual indiretamente eu já fiz parte como professor no Rio Branco. Por algum tempo. Como é que vocês, desculpe chamar assim, estão vendo esses grandes eixos que vão dominar as próximas décadas, não falo em anos, das relações do Brasil nesse mundo que nós estamos construindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, permite que eu faça uma breve palavra?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tudo bem. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Como nós estamos já concluindo as ponderações e arguições, eu queria desejar aos três Embaixadores, José Artur Denot Medeiros, Ana Maria Sampaio Fernandes e Gilberto Saboia, sucesso em suas respectivas missões, nos Países Baixos, no Quênia, Burundi e Ruanda, Uganda, Djibuti e na Hungria. Eu estou de acordo com o Senador Cristovam Buarque que ir aos países do Quênia e vizinhos constitui um extraordinário desafio e avalio que a senhora certamente aceitou de muito bom grado essa missão e eu como Senador Cristovam considero isso um desafio formidável. Gostaria de transmitir à senhora e aos senhores que continuo sempre à disposição de estar inclusive visitando esses países. Eu sou o coutier da [ininteligível] que tem propugnado para que em todos os países se constitua uma renda básica de cidadania. O Senador Cristovam Buarque como um propugnador e um dos iniciadores do programa Bolsa Escola tem procurado difundir também isso por todos os países. Nós somos parceiros de ideais no sentido de se prover garantias de renda e de boa educação para todos.

Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, eu recebi ontem a confirmação do convite para que eu esteja agora já com data 16 de janeiro no Iraque, onde eu vou apresentar a Assembléia Nacional do Iraque a proposta de eles aproveitarem o recurso natural que eles têm ali de maneira semelhante à do Alasca para criar um fundo que possibilite a todos ter uma participação na riqueza da Nação, e nos países como os que a senhora, Embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes vai estar, sempre quando se descobrem recursos naturais existe a possibilidade de eles pensarem em algo semelhante e então também tenho muita disposição de estar visitando esses países, mas também ora na Hungria, ora nos Países Baixos onde há um

número muito significativo de economistas que pensam a respeito deste mesmo assunto. Quero apenas dizer da minha disposição de estar debatendo esse tema aonde for. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Vou passar a palavra aos Embaixadores para que possam responder as colocações do Senador Cristovam. Embaixador José Artur Denot Medeiros.

SR. JOSÉ ARTUR DENOT MEDEIROS: Muito obrigado. Sr. Presidente, a exposição que fez o Senador Cristovam Buarque me leva a primeira consideração é que isso demandaria acho que um seminário. É de uma tal pertinência, de uma tal profundidade, tal extensão que eu acho que nenhum de nós aqui vai poder fazer honra às observações do Senador Cristovam. Mas isso dito, se ele me permitir e o senhor também umas respostas digamos telegráficas, só para... Como manifestação do que nós pensamos a respeito desses temas que [ininteligível].

Primeiro lugar, vulnerabilidades provocadas pela globalização. Isso realmente é uma constatação do cenário internacional dos nossos dias. A globalização, muitos dizem, não é uma opção. É uma imposição da conjunção internacional econômica, tecnológica, política, etc. O Brasil deve, eu acho, continuar a buscar uma inserção competitiva dentro do cenário internacional, mas muito consciente dos malefícios que essas vulnerabilidades nos transmitem. Eu acho que nós temos feito isso. Quer dizer, talvez não com os recursos necessários para superar tão pronto quanto nós desejássemos essas vulnerabilidades, nós temos programas internacionais e contra crimes, drogas, todas essas vulnerabilidades que o Senador enumerou. Essa a primeira observação.

A segunda, a questão dos recursos naturais. A briga pelos recursos naturais, o Senador sabe é uma das características da conjuntura internacional hoje em dia. E inclusive com projeções sobre doutrinas militares. Nós temos que ter consciência de que recursos naturais daqui para frente vão ser um elemento fundamental na definição do poder nacional de cada País. E nós no Brasil felizmente fomos muito bem aquinhoados em muitos desses recursos, a começar pela água, mas temos que zelar para que eles sejam bem distribuídos, bem administrados e que possam gerar benefícios para a nossa população. A cooperação internacional aí tem dois, digamos, duas vias, uma benéfica e outra em que pede da gente, pede do País que compartilhemos esses recursos naturais de uma forma às vezes que inclusive atentam contra a nossa soberania. Temos que ter muito cuidado com isso e é outra linha que temos seguido e devemos continuar seguir.

Comércio, o terceiro ponto que levantou o Senador Cristovam. Aí também o Brasil está do lado dos que reivindicam. E reivindicamos uma nova geografia internacional do comércio mais justa, reivindicamos inserção do comércio de bens agrícolas na normatividade internacional tanto quanto serviços e bens industriais, e... Mas essa observação seguinte é que apesar dessa ênfase no multilateral não devemos como não temos feito, aliás, menosprezar a vertente bilateral do comércio. Porque também tem resultados às vezes mais imediatos até do que a reforma da normatividade multilateral.

Quarto. Integração. Eu fui Embaixador junto a ALADI, Mercosul em Montevideu durante seis anos e meio. De 95 a 2001, foi um tema que me apaixonou. Acho que basicamente numa palavra a integração do Brasil, a integração latino-americana é uma fatalidade, é uma imposição da nossa geopolítica, não é uma opção de política externa, é uma necessidade, nós temos que continuar a persegui-la. Ela tem problemas que são cambiantes, como a política, como as nuvens, do político, mas nenhum desses problemas deve nos fazer desistir. Até porque outros países e aí já pulando para o último ponto que o senhor mencionou, os blocos, a geopolítica internacional aponta na divisão de grandes blocos. Isso é uma coisa positiva, eu interpreto, porque significa que o poder internacional estará mais multipolarizado e menos concentrado na super potência, econômica e militar, e isso, portanto, é bom. [soa a campainha] é bom que haja uma... Terminando, é bom que haja na Europa uma União, uma União Européia, e seria muito bom que nós caminhássemos no mesmo sentido na América do Sul e o Brasil deve continuar sendo muito importante nesse processo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador. Embaixadora Ana Maria.

SRA. ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES: Muito obrigada, Sr. Presidente. Gostaria de agradecer as palavras primeiro lugar do Senador Cristovam Buarque, do Senador Suplicy, obviamente que as palavras do Senador Crivella foram palavras de amigo, ele fez isso como uma [ininteligível], mas eu realmente, como bem disse o Senador Suplicy, aceitei com muita honra, com muito orgulho essa missão que o Presidente Lula houve por bem dar-me e o Ministro Celso Amorim propôs.

De modo que com relação aos elementos que o Senador Buarque propôs para a nossa discussão. A globalização, na verdade, eu creio que é um elemento essencial do mundo da civilização humana. Há que mencione o Século 16 como sendo de grande globa-

lização. Mas quando nós pensamos na expansão do império romano, quando nós pensamos na expansão do império persa, na própria China, a China chegou antes do ano mil à África. Então, depois os chineses resolveram queimar a frota e resolveram se concentrar no seu próprio universo. Mas a globalização eu creio que é um impulso das civilizações. E obviamente que no momento, como bem disse o Embaixador Denot Medeiros, nós temos umas características muito especiais. Essa globalização realmente ela hoje é absoluta. Essa expansão, essa velocidade das comunicações, essa facilitação de comunicações, de presença, de trocas. Mas, eu creio que se há vulnerabilidades, também isso é um lugar comum, mas eu realmente creio que esse lugar comum tem razão de ser, essas vulnerabilidades elas também vêm de uma certa maneira elas têm na balança do outro lado oportunidades que se criam. E que sem a globalização não existiria. Inclusive o contato entre os povos, a oportunidade de comunicação hoje, nós vemos que a internet é um instrumento de acesso do indivíduo a uma série de informações, de nexos.

Então, há uma série de elementos. O senhor citou realmente os elementos complexos e negativos dessa globalização, as vulnerabilidades, o crime internacional, a droga, no caso do Quênia, por exemplo, eu tive oportunidade conversando fortuitamente com o Subsecretário do Forem(F) Office em Londres e ele estava mencionando, ele veio ao Brasil, inclusive. E ele estava mencionando que tinha tido contato aqui com as autoridades brasileiras porque aparentemente o Quênia se tornou o porto de Bombaça que também tinha sido citado pelo Senador Crivella, o porto de Bombaça mais importante do Quênia se tornou um porto de trânsito de droga. Inclusive droga, segundo esse funcionário do Governo norte-americano, droga que partiu do Porto de Santos. Ele inclusive mencionou isso pra mim. É um elemento, o Senador Romeu Tuma que tem mais experiência nessa área só chegou aqui agora, mas enfim, esse é um fator preocupante. Ao mesmo tempo, o crime internacional ele tem instrumentos para se organizar, o terrorismo também, mas ao mesmo tempo o combate a essas, digamos assim, a essas situações ele também é facilitado pela globalização que também dá instrumentos de coordenação, de presença, de informação. Então há uma espécie, digamos assim, eu não diria de empate, mas há uma possibilidade de se usar também essas oportunidades.

Com relação aos recursos naturais novamente. Os recursos naturais, no decorrer dos séculos têm mantido as sociedades muitas vezes em conflito e algumas vezes percebendo que a cooperação é o melhor. Nós estamos vendo agora internacionalmente a cooperação na área da mudança do clima, é verda-

de que muitos países tentam evitar para si o ônus da correção dessa situação da mudança do clima, mas nós vemos também que existe e aí o Brasil está numa liderança expressiva, conceitual a respeito disso, essa questão de cooperação na área dos recursos naturais. E nesse caso o Quênia, por exemplo, tem um Prêmio Nobel. E o Prêmio Nobel do Quênia é comparando [soa a campainha] a Ministra Marina Silva do Quênia, que era uma ativista da área dos recursos naturais. Com relação ao comércio internacional também e a integração é parte... Eu creio que a integração, quando ela começa pelo comércio é porque esse é, digamos, o espaço mais fácil, mais dinâmico pelo qual depois a integração floresce, isso está acontecendo na comunidade da África Oriental que está em primeiro lugar criando uma zona de livre comércio.

Com relação aos blocos, a União Africana será um bloco cada vez mais, ela está mostrando inclusive isso, em matéria de operação de paz, ela será um bloco cada vez mais atuante. Acho que a afirmação dos grandes blocos é também uma das tendências que nós estamos vendo, e o Brasil como o Senador citou, o Brasil tem procurado não só construir o nosso entorno, a nossa integração e o bloco latino americano como tem privilegiado o contato e o diálogo com outros blocos. Nós temos tido aqui no Brasil encontros, cúpulas de países árabes, cúpula de países africanos, estamos engajados em discussões com a União Européia, junto com Mercosul, União Européia como um todo, então o Brasil eu acho que está consciente disso e atuando.

Então, para resumir, eu diria que todos esses desafios têm o seu lado de possibilidades, de oportunidades, e eu creio que cabe aí ao serviço exterior brasileiro e ao Itamaraty, e eu creio que o Itamaraty vem fazendo isso, encontrar as oportunidades nesse universo de grandes desafios também. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senadora Ana Maria. Embaixador Gilberto Vergne Saboia.

SR. GILBERTO VERGNE SABOIA: Obrigado, Presidente. Meus colegas já fizeram observações de grande pertinência com as quais eu concordo e vou evitar tanto quanto possível repeti-las. O Senador Cristovam Buarque fez uma relação extremamente pertinente a respeito dos eixos importantes das relações internacionais. Eu fiquei pensando aqui um pouco sobre o que poderia talvez ser o nexo entre esses diversos eixos e pensei também em dois possíveis eixos, um dos quais já está mais ou menos incluído que é o meio ambiente. Acho que está incluído em recursos naturais. O outro é segurança internacional, digamos. E acho que a observação que eu faria em complemento

ao que já disseram meus colegas, é que diante das transformações rápidas, profundas e muitas vezes ou na maior parte das vezes incontroláveis que o mundo vem atravessando, um dos principais aspectos é... Seria talvez o déficit de governança internacional. Quer dizer, o mundo criou estruturas de diálogo político, de consertação para defender a segurança internacional, para encarar o problema da saúde, para encarar o problema da educação, mas há essas instituições não têm sido dotadas, até mesmo por causa de políticas de países individualmente, ou de potências, dos recursos e dos mandatos necessários para fazer face na medida do necessário a esses desafios. Todos os desafios que foram listados ultrapassam a capacidade dos Estados individualmente. Então o que nós precisamos? Nós precisamos na área da segurança internacional e da resolução dos conflitos, que sejam respeitados e desenvolvidos os mecanismos existentes para a busca de soluções pacíficas, para a resolução de conflitos dentro dos critérios da ONU, e não unilateralmente.

O respeito ao Direito Internacional tanto nas questões políticas quanto nas questões de comércio. Quer dizer, as lutas que temos na OMC, a que o meu colega José Artur se referiu, são lutas para que o império da lei predomine e da justiça também predomine sobre a mera competição inteiramente desligada das noções de equidade e de justiça.

No âmbito dos recursos naturais, eu concordo inteiramente de que há perigo de que eles gerem e acentue conflitos. O petróleo naturalmente um deles, mas a água certamente está na base, por exemplo, de vários conflitos. Oriente Médio, na África, etc. Eu como membro da Comissão de Direito Internacional, estou agora tratando de um dos temas que está na pauta da Comissão e que tem ligação com isso que é a regulação jurídica da questão dos aquíferos transfronteiriços. E uma das razões que a Comissão está se debruçando sobre esse assunto é porque ele requer, digamos, normatividade para estimular a cooperação e evitar os conflitos.

Com relação, por exemplo, à integração, eu concordo inteiramente. Quer dizer, o comércio é o passo inicial, mas precisa ser complementado. E a própria União Européia é um indício disso. A União Européia, e eu vi isso estando na Holanda, hoje os países fundadores da União Européia estão... As sociedades estão desencantadas com a União Européia. Votaram em dois referendos importantes contra projeto de Constituição européia porque se sentem alienadas, porque as decisões são tomadas por comissões inteiramente incompreensíveis para a população, não há explicação, não há debate suficiente. [soa a campanha] en-

tão há um déficit democrático. Acho que era isso, Sr. Presidente, acho que não precisaria dizer mais porque a maior parte das coisas já foram mencionadas. Muito obrigado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sr. Presidente, apenas para dizer da minha satisfação de ouvir e que nesse caso o aluno aqui sou eu. Eu estou querendo é aprender. Mas eu queria dar uma sugestão com base no que falou o Embaixador Medeiros. Eu gostaria de fazer um Requerimento, talvez não agora, de no próximo semestre termos aqui o Ministro da Defesa e o Ministro das Relações Exteriores para discutirmos esses eixos. Até como seminário para que os Senadores... A gente aprenda um pouco para onde é que está indo a Nação brasileira nesse cenário tão cambiante do mundo de hoje. O Itamaraty deve ter estudo sobre isso e imagino que o Ministério da Defesa também. Essa é a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Gostaria de fazer uma sugestão de um seminário. Mas eu prefiro conversar depois com o Presidente, o senhor como Presidente... E vermos se é possível isso. Sairmos do dia-a-dia que a gente trabalha aqui e fazer um seminário aberto, transmitido pela televisão sobre os grandes eixos das relações. E eu agradeço muito, o meio ambiente eu sempre coloco, dessa vez eu esqueci, acho que é fundamental, aí o Quênia tem a ver, é a sede da instituição, mas gostei de lembrar aqui um que não tinha pensado. A desgovernança. Existem países hoje que são inviáveis, e alguns podem ser próximos de nós. E o outro são os problemas da pobreza e migração. Porque a pobreza você pode até dizer que não é um problema internacional. Mas provoca uma migração. E finalmente a defesa da diversidade que está desaparecendo culturalmente entre países. Fica a sugestão. Se for o caso formalizaria e agradeço muito a resposta que eu recebi.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam. A idéia realmente é interessante, este ano essa Comissão já se dedicou bem mais a questão da defesa. Então essa visão conjunta dos rumos da política externa e também da Defesa Nacional é um tema que tem crescido de importância entre nós. Senador...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu não votei ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu vou então transformar... De acordo com o disposto no inciso IV, do art. 52 da Constituição Federal combinado com o Parágrafo Único do art. 583 do Regimento Interno, transformaremos a reunião da Comissão em secreta a fim de que os Embaixadores sejam arguidos pela Comissão em al-

gum assunto a mais que não tenha sido abordado até o momento.

Sessão secreta às 13h00.

Sessão reaberta às 13h08.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): ... que me surpreendeu durante a minha gestão na Interpol a questão de 15, 20 anos, a mudança geográfica da África com a mudança de nome de País, a nova divisão territorial— [interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está reaberta a Sessão, comunico que feita a apuração dos votos pelo Senador Suplicy, estão aprovados por unanimidade os Embaixadores José Artur Denot Medeiros para reino dos Países Baixos, Holanda, Embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes para a República do Quênia, cumulativa República Federativa do Burundi, República de Djibuti, República de Ruanda e República de Uganda. E do Embaixador Gilberto Vergne Saboia para a República da Hungria. Nós temos ainda só um item Extrapauta, eu consulto Srs. Senadores se podemos incluir o Item Extrapauta de interesse da Polícia Civil de Brasília. Aprovado.

Então passo a palavra Item 01 Extrapauta, Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2007, que altera os arts. 3º e 8º da Lei 9.264 de 7 de fevereiro de 96, dispondo da reorganização da carreira de policiais civis do Distrito Federal. De autoria do então Deputado José Roberto Arruda, relatoria do Senador Romeu Tuma a quem eu concedo a palavra para ler seu Relatório.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está suspensa a reunião por um minuto para cumprimento aos Srs. Embaixadores. Depois podemos continuar a Sessão.

Senador Romeu Tuma com a palavra para relatar o Item Extrapauta Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2007.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vou procurar resumir, Sr. Presidente, em razão da presença dos Srs. Senadores que eu agradeço muito pela sua permanência. Mas esse projeto é do ex-Senador, hoje Governador, que foi Deputado também, e que tem interesse na aprovação da reestruturação da polícia de Brasília. Eu tenho a impressão que o Senador Cristovam Buarque também sempre teve interesse especial na segurança do Distrito Federal e durante a sua permanência no Governo. Nós tivemos muitas informações sobre o trabalho que o então Governador Cristovam Buarque desenvolvia no interesse da segurança dos cidadãos moradores de Brasília.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Tuma, me permita, quero votar a favor. Deixar meu voto. Tenho uma emergência.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado. Então eu acredito que ela busca, a execução penal é muito maior que cuidar da penitenciária, é verificar as condições em que o condenado está cumprindo sua pena. Seja em regime em prisão domiciliar, prestações de serviços comunitários ou nos casos... Essa providência se mostra incontornável nas penitenciárias e presídios. Veja, Senador Cristovam Buarque, que esse é um projeto mais antigo. Mas a preocupação com os fatos que estão sendo noticiados pelos jornais, a falta de sensibilidade no tratamento de presos não só pela falta de penitenciárias de cadeias públicas, mas como a autoridade policial perder um pouco da sensibilidade, acorrentando presos em postes ou jogando mulheres junto com homens sem se preocupar com a conduta de respeito dos direitos humanos que tem o preso e o cidadão que comete uma infração, ter que pagar o preço pelo que faz, mas sem se desrespeitar a sua integridade física.

Então, a Comissão de cidadania e justiça foi favorável, e nós continuamos com o mesmo parecer em razão de ser obrigado também passar na Comissão de Defesa. Não sei se alguém precisa de alguma explicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Srs. Senadores, nós temos ainda um outro Item Extrapauta que eu proponho que nós possamos aprovar, aproveitando a presença dos Srs. Senadores ainda que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2007, que aprova o texto da convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Russa para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda, celebrado em Brasília em novembro de 2004. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque é que é o Relator.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Srs. Senadores vai ser muito rápida minha análise. Primeiro porque é mais do que necessário isso uma vez que o Brasil tem acordos como esse com diversos países faltava com a Rússia, até porque a Rússia tinha um sistema muito específico de tributação até muito recentemente. Só agora que está criando esse sistema. O projeto tem 30 artigos onde cuida com muitos detalhes o que é domicílio fiscal, o que é considerado

um estabelecimento permanente, qual é a situação de entre residentes na Rússia e residentes aqui, cuida do problema dos rendimentos mobiliários, incluindo aqueles provenientes de exploração agrícolas e florestais. Trata dos lucros quando serão tributáveis no local onde a empresa ou seu estabelecimento permanente exercer. Em caso de empresas associadas, por exemplo, ele detalha a maneira de fazer a repartição. O acordo prevê regras sobre tributação de dividendos, juros, royalties que vão ser necessários se o Brasil for explorar petróleo um dia na Rússia. Lança como forma de eliminação da dupla tributação a regra de que os impostos incidentes sobre os rendimentos obtidos com residente de um Estado contratante que possa ser tributado no outro poderão ser deduzidos em igual monte do Imposto de Renda. E assim por diante cuida de todos aspectos chamando atenção do art. 25 que inova ao adotar procedimento diferenciado de solução de controvérsias.

Na análise o que se pode dizer é que não contém inconstitucionalidade, no mérito não vislumbrou os argumentos que desmereça iniciativa presidencial, chamamos atenção de que hoje o Brasil e a Rússia estão empatados 15º e 16º lugar do ranking das maiores economias globais, com o intercâmbio comercial que aumentou 136% de 99 a 2003, chegando a atingir seis bilhões nas trocas comerciais. E que o alvorecer das relações políticas e econômica brasileiro e russas aconselha a todo tipo de iniciativa tendente a facilitar e promover o intercâmbio dos agentes econômicos e esse acordo ajuda e muito nessa direção. Por isso o meu parecer é a favor do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Poderia pedir urgência para esse projeto de Lei da Câmara. Eu queria pedir urgência porque ela está aqui há muito tempo. Desde que o Governador foi Deputado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ótimo. Pedido a urgência, então, Senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram, aprovado a urgência para enviar ao Plenário. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h15.

Ata da 45ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no Dia Treze de Dezembro do Ano de Dois Mil e Sete, às Dez Horas.

Às onze horas e trinta e nove minutos do dia treze de dezembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLYCY, EUCLIDES MELLO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JOÃO RIBEIRO, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, MARCO MACIEL, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, INÁCIO ARRUDA, SERYS SLHESSARENKO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 430/2007, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 740/2007, de iniciativa desta Comissão e apresentado pelo Senador Francisco Dornelles, sobre o acordo de troca de informações fiscais, firmado entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Informa, ainda, que as informações já estão a disposição dos Senadores na Secretaria da Comissão. O Presidente inicia a apreciação da pauta, convidando os Embaixadores Alexandre Rubem Milito Gueiros e Jorge Geraldo Dadri para comporem a Mesa. O Presidente registra o não encaminhamento de Informações pelo Ministro de Estado da Defesa solicitadas por Requerimentos aprovados na Comissão. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO AZEREDO**. **Item 01:** Mensagem (SF) nº 205, de 2007, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Alexandre Rubem Milito Gueiros, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Jamaica.*” O Presidente concede a palavra ao Relator “Ad Hoc” Senador **MARCO MACIEL** para fazer a leitura do Relatório. O Presidente faz a leitura do relatório de atividades da Comissão, informando a quantidade de matérias aprovadas. **Item 02:** Mensagem (SF) nº 215, de 2007, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor*

Jorge Geraldo Kadri, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guiné Bissau.” O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **MÃO SANTA** para fazer a leitura do seu Relatório. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores **ALEXANDRE RUBEM MILITO GUEIROS e JORGE GERALDO KADRI** para fazerem suas exposições. O Presidente concede a palavra aos Senadores **EDUARDO AZEREDO, ROMEU TUMA, MÃO SANTA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES e GERALDO MESQUITA JÚNIOR**. O Presidente submete a apreciação os seguintes itens Extrapauta. **Item 01:** Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Convênio para a Criação do Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina e no Caribe – CREFAL, celebrado na Cidade do México, em 19 de outubro de 1990.*” O Presidente concede a palavra ao Relator “Ad Hoc” Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**, para fazer a leitura do Parecer. Aprovado. **Item 02:** Requerimento nº 87, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Euclides Mello e outros, que “*nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas pelo Exmº Sr. Ministro da Defesa Nelson Jobim, informações a respeito do Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, relativo às ações necessárias para o reaparelhamento e modernização dos equipamentos das Forças Armadas, bem como o encaminhamento do respectivo documento a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para posterior análise da Subcomissão Permanente para Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas.*” Aprovado. A Reunião torna-se secreta às treze horas e quinze minutos. A Reunião é reaberta às treze horas e vinte e seis minutos. O Presidente comunica a aprovação dos Embaixadores. O Presidente submete a apreciação item Extrapauta. **Item 03:** Requerimento nº 88, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que Requer “*com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa Nelson Jobim, informações concernentes ao voo entre Caracas e Buenos Aires, no dia 04 de agosto último, que conforme farto noticiário da imprensa, teria transportado numerário para beneficiar a candidatura na Argentina. Na impossibilidade da aeronave ter realizado o voo sem transitar e aterrisar em território brasileiro, o possível envolvimento brasileiro no episódio necessita*

ser esclarecido.” Aprovado. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRAÔ MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 45ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto apreciação da Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de passarmos à pauta vamos ler os seguintes comunicados. Gostaríamos de comunicar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu esta semana o aviso nº. 430/2007 do Ministro de Estado da Fazenda encaminhando informações e respostas ao Requerimento nº. 740/2007 de iniciativa desta Comissão e apresentado pelo Sr. Senador Francisco Dornelles, sobre o acordo de trocas de informações fiscais, firmado entre o Brasil e o Estados Unidos da América. As informações já estão à disposição dos Senadores na Secretaria da Comissão.

Passemos à pauta de hoje. Convido para compor a Mesa os Srs. Embaixadores Alexandre Rubem Milito Gueiros indicado para representar o Brasil na Jamaica e o Sr. Jorge Geraldo Kadri, indicado para a Embaixada da Guiné-Bissau.

Antes de iniciar, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria registrar aqui o desapontamento como Presidente dessa Comissão, quero crer que tenho o apoio dos senhores, com relação à desatenção do Ministério da Defesa com esta Comissão. Nós fizemos um Requerimento em agosto, dia 22 de agosto desse ano, pedindo informações sobre detalhamento do voo que transportou do Brasil a Cuba os boxeadores que foram entregue de maneira precipitada pelo Governo Brasileiro a Cuba. Não recebemos sequer nenhuma resposta ainda. Nós temos um outro Requerimento pedindo informações sobre aonde no Brasil fez um pouso técnico o avião que deslocando-se da Venezuela para a Argentina foi retido em Buenos Aires com recursos ilegais. Até agora não recebemos essa resposta. Ontem a imprensa mundial divulga que os envolvidos nesta operação foram presos em Miami. Nós continuamos sem merecer resposta do Ministério da Defesa. Quero

aproveitar aqui, se tiver algum representante do Ministério fazer um apelo ao Ministro Jobim que trate essa Comissão com a mesma maneira que a Comissão tem tratado o Ministério da Defesa. Nós não podemos de maneira nenhuma concordar com esse tratamento que estamos recebendo, principalmente por se tratar de um ex-Ministro da justiça, um homem de papel importantíssimo na Assembléia Constituinte, Ministro do Supremo Tribunal e Presidente desse tribunal e sabe exatamente quais são as responsabilidades de quem não cumpre a lei.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Presidente, eu quero só lembrar o agravante que nesse caso do avião que levou os boxeadores, o Brasil pode ter colaborado para um grande atentado à liberdade individuais, já que hoje não se sabe o paradeiro dos boxeadores. Sumiram. Ninguém tem notícia deles mais. Quer dizer, o Brasil teria colaborado para que o regime cubano colocasse em cárcere, sei lá de que maneira está a situação desses dois boxeadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Ex^a tem toda razão. Aliás, a imprensa de ontem divulga que dois cubanos participavam de um conjunto de música típica, se encontravam em Recife também foragiram-se. Procura-se, a polícia procura... a indagação é se o Sr. Marco Aurélio Garcia está interessado também em saber do paradeiro desse pessoal, se já tomou as providências, se já botou a polícia, se vai repetir a mesma operação ou se nesse caso tomará cuidado, terá cautela para não expor o Brasil a posições delicadas como expôs na questão dos boxeadores cubanos. É lamentavelmente esse fato. Agora, quero alertar para esse segundo episódio. Dois cubanos foragiram. Estão foragidos. E há uma busca. Só espero que dessa vez o Brasil cumpra legalmente todos os trâmites que a diplomacia brasileira requer. Acima de tudo no que diz respeito aos Direitos Humanos.

Item 1 da pauta. Mensagem nº 205, de 2007. Submete à apreciação do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso IV da Constituição Federal e art. 39 da Lei 11.440 de 29 de dezembro de 2006 o nome do Sr. Alexandre Rubem Milito Gueiros, Ministro de segunda classe de carreira diplomática do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Jamaica. Autoria, Presidência da República, Relatora é a Senadora Kátia Abreu. Encontrando-se ausente, eu solicitaria o Senador Marco Maciel que exercesse as funções de Relator ad hoc. Até porque o indicado trata de um ilustre conterrâneo do nobre Senador. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O nobre Senador Heráclito Fortes, Presidente dessa Comissão,

Sr^{as.} e Srs. Senadores, tenho a satisfação de relatar a indicação do Diplomata Alexandre Rubem Milito Gueiros, Ministro de segunda classe da carreira diplomática do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Jamaica. Como é previsto na nossa Constituição, o Presidente da República enviou mensagem ao Senado Federal, e cabe a esta Casa dar parecer sobre o assunto à referida indicação. O Diplomata está sendo agora apreciado, como o Presidente salientou, é Pernambucano do Recife, nascido em 1948, tendo se formado em direito pela então Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele ingressou logo no início da década de 70 no Ministério das Relações Exteriores, após concluir o curso de preparação da carreira diplomática no posto de terceiro Secretário. Foi promovido a segundo Secretário, a primeiro Secretário, a conselheiro, a Ministro de Segunda Classe em 1999. No âmbito da Secretaria do Estado existe opções de relevância. Entre elas gostaria de chamar a atenção para o cargo a funções de Cônsul-Geral, adjunto de Chicago, Ministro Conselheiro da Embaixada de Lisboa e também Ministro Conselheiro da Embaixada em Dublin em 2004. Possui condecorações nacionais e estrangeiras, e agora está sendo indicado para exercer as funções do Brasil junto à Jamaica.

Sr. Presidente, o indicado, como se desprende da leitura do seu currículo está devidamente habilitado a bem se desincumbir das funções para as quais está... Para a função para a qual está sendo indicado. E quero aproveitar a ocasião para dizer que realmente o Itamaraty, uma grande Casa, e tem excelentes quadros. E daí o conceito que a instituição desfruta no Brasil e também porque não dizer do exterior.

Era este, portanto, o meu Relatório, Sr. Presidente, e devolvo, portanto, a palavra a V.Ex^a para que prossiga na sabatina do referido Diplomata.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse foi a Relatório do Senador Marco Maciel. Parabenizo pelo seu poder de síntese. [risos] Item 02. Mensagem nº 215, de 2007. Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Geraldo Jorge Kadri, Ministro da Segunda classe de carreira diplomática do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau. Autoria, Presidência da República, e Relatoria coube ao Senador Mão Santa, a quem passo a palavra. Após o Relatório do Senador Mão Santa, vamos abrir excepcionalmente a pauta de votação para permitir que os Senadores exerçam atividades de outras Comissões. Agora, antes disso, Senador Mão Santa, eu chamaria

atenção, Senador Geraldo, para um Relatório da nossa atividade deste ano. Nós tivemos aqui, aprovamos quatro projetos de resolução. Projeto de Lei do Senado, três, Projeto de Lei da Câmara, quatro. Requerimento apresentado no Plenário, seis, Mensagem com indicação de autoridades, 41 Embaixadores, contando com os 2 de hoje sendo aprovados nessa Comissão. Não só bate todos os recordes como também representa, acho que 1/3 do quadro do Itamaraty. Estou certo Embaixador? São 150 e quantos Embaixadores? O total? 170? 165.

Então, aprovamos 41. Mais uma mensagem de autoridade que foi o Diretor-Geral da ABIN, 53 Projeto de Decreto Legislativo que são tratados e acordos internacionais, e Requerimentos da Comissão 78. Isso tudo com a realização de 45 reuniões. Quero parabenizar essa Comissão porque com esses números bateu-se todos os recordes em termos de atuação e aprovação este ano. Com a palavra o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Nós estamos aqui para apresentar o Sr. Jorge Geraldo Kadri, ele é carioca e formado em administração de empresas de marketing. E de carreira, e ele já esteve na Embaixada de Madri, na Embaixada em Canberra, ele já esteve também em Genebra, e em Assunção.

Então, isso reflete a sua grande experiência, ele entrou em 84, portanto, já está com 23 anos de carreira e vai agora para esse País da África colonizado pelos portugueses. Guiné-Bissau, que tem, vamos dizer, esse intercâmbio com o Brasil graças, que nós também fomos colônias como eles de Portugal.

Então, sem dúvida nenhuma, o currículo é altamente qualificado e o Brasil tem uns entendimentos com o Governo da Guiné Bissau na área de recursos energéticos. Destinado a prospecção e exploração de petróleo e criação de mecanismo de cooperação da pesquisa. E produção de combustíveis alternativos. Que está... Que é o assunto do momento com perspectivas de melhorar a economia do Brasil comercializando com todo mundo o biodiesel, a biomassa e o etanol. A Guiné Bissau exerce no momento a Presidência dos países de língua portuguesa. Qualquer dia vamos mandar o Cristovam Buarque lá para dar uma aula. Então julgamos que o integrante dessa Comissão possui os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito do Relatório. Então estas são as palavras e esse colegiado aqui tão bem presidido pelo Senador Heráclito Fortes ele, por convicção, tem as melhores intenções e aplauso a todos aqueles que fazem carreira no Itamaraty. Surge algum obstáculo quando ele é estranho. Então esse é o momento de grandeza que nós tivemos ontem no Senado começou aqui. Nós co-

meçamos a obstruir quando o Governo tentava botar nas embaixadas, companheiros, e não... é aquela sabedoria que nós viemos do povo e aprendemos: cada macaco no seu galho. Então V.Ex^a obedece.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Senador Mão Santa, só que ele não é carioca, não. Ele é de Aparecida, São Paulo. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Espero que não haja necessidade de nenhuma Questão de Ordem para dirimir essa dúvida.

Passaremos então agora a palavra ao Embaixador Rubem Milito Gueiros que será sabatinado para nos representar na República da Jamaica. Com a palavra o Embaixador.

SR. ALEXANDRE RUBEM MILITO GUEIROS:

Exm^o. Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Exm^{os}. Srs. Senadores Geraldo Mesquita, do Acre, e Eduardo Azeredo, Vice-Presidente da Comissão, Mão Santa, e Euclides Mello, Alagoas é minha segunda terra, por isso muito me alegra em ter a sua presença. E é uma satisfação grande, uma honra muito grande estar aqui para discorrer brevemente a respeito das relações do Brasil com a Jamaica e das perspectivas de incremento desse relacionamento.

A Jamaica é um País muito pequeno em termos de território, uma área de 10.900 quilômetros quadrados, uma população de dois milhões novecentos e cinquenta mil, e um PIB de 10,7 milhões, um PIB per capita de três milhões novecentos e sessenta dólares e um País cujas principais econômicas se concentram na extração da bauxita, na produção da cana-de-açúcar, e atualmente o turismo surge como uma grande indústria. O País recebeu três milhões de turistas o ano passado e considerando a população de dois milhões e setecentos e cinquenta os senhores percebem a importância agora do turismo, como fonte de divisas e fonte de emprego também para o País.

Com relação à política jamaicana, trata-se de uma democracia Parlamentarista. O Chefe de Estado ainda é a rainha da Inglaterra. E, portanto, há um Governador geral, lá em Kingston(F), e uma democracia estável, apesar de nova. Nós tivemos um partido nacional do povo que durante 12 anos esteve no poder, ganhou três eleições sucessivamente, mas agora em setembro foram vencidas as eleições, o partido trabalhista assumiu o poder, a política não muda, a política econômica não muda, a política econômica conservadora, o novo partido de tendência mais conservadora com relação ao anterior que era mais de esquerda, mas em termos de política econômica e sobretudo quanto ao que nos interessa relações com o Brasil não haverá absolutamente mudanças, ao contrário, o novo Governo, novo Primeiro Ministro, novo Ministro das Relações Exte-

riores já se pronunciou com relação a importância do relacionamento com o Brasil e seu interesse em desenvolver mais ainda esse relacionamento.

Com relação à política externa, é um País peculiar, porque apesar de pequenino, como todos viram, apesar de contar com uma rede muito limitada de embaixadas no exterior, é um País muito ativo em foros internacionais. É um País que exerce uma liderança em todos os grupos regionais dos quais participa, como Comunidade Econômica do Caribe, como grupo dos 77, grupo dos 15, e no Grupo dos Estados da África, Caribe e Pacífico. É um País muito atuante, assume a liderança em termos de Caribe, em termos regionais e o que nos interessa especialmente nisso, para o Brasil, é que a Jamaica tradicionalmente tem apoiado postulações brasileiras nesses foros internacionais. Tanto o Governo anterior como já o novo Governo se manifestaram favoráveis, e francamente favoráveis à pretensão brasileira de obter um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas. E a Jamaica já há muitos anos tem apoiado candidatos brasileiros em foros internacionais, especialmente nas Nações Unidas e suas agências.

Com relação às nossas relações bilaterais, elas tiveram início em 1977, quando... Ou melhor foram incrementadas a partir de 1977 quando estabelecemos uma Embaixada em Kingston(F). A Jamaica ainda não tem Embaixada aqui, mas já está em entendimentos com o Governo Brasileiro e há um interesse grande em estabelecer a sua Embaixada em Brasília. Ela conta no momento com uma... Um cônsul honorário em São Paulo e está... Brevemente estará designando cônsul honorários em Salvador. E no Rio de Janeiro também.

A partir de 1990, o nosso intercâmbio bilateral começou a aumentar significativamente, sobretudo quando assinamos acordos de cooperação técnica, acordos na área de turismo e cultural e educacional em 1997. Esses acordos foram ratificados no ano 2000. A partir de então, uma série de missões da Agência Brasileira de Cooperação, da EMBRAPA, começaram a ser enviadas à Jamaica por solicitação do Governo daquele País, evidentemente, muito interessado, sobretudo, na cooperação, nos setores da produção de álcool, produção de etanol, agricultura tropical e fruticultura tropical também. E nesses três últimos anos tanto a ABC quanto a EMBRAPA têm enviado missões à Jamaica. Em 2005 o nosso Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, esteve na Jamaica e assinou memorandos de entendimento sobre cooperação nas áreas de etanol e fruticultura, e lançou um programa de leitorado da língua portuguesa lá em Kingston(F). O Presidente Luis Inácio Lula da Silva

visitou o País recentemente, em agosto deste ano, e foi a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro àquele País. Realmente num reconhecimento da crescente importância das nossas relações com a Jamaica. Nessa ocasião inclusive o Presidente da República prestigiou a inauguração de uma usina de etanol que é uma joint-venture entre a Jamaica Broilers Group e a empresa brasileira Bausch. Então num grande investimento brasileiro naquele País. Não é o único, há também um investimento datado de 2005, da empresa Coimex que também estabeleceu uma usina produtora de etanol lá na Jamaica. E essa empresa, a Coimex, sediada no Espírito Santo, uma empresa que prospera continuamente e estabelece um relacionamento em vários países do mundo investiu no estabelecimento dessa usina de etanol lá em... Perto de Kingston(F), e agora está também participando na privatização de uma grande usina produtora de açúcar que o Governo resolveu passar para as mãos privadas e a nossa empresa Coimex já foi qualificada. E em breve teremos algum resultado quanto a essa concorrência.

O novo Chanceler, como já transmiti aos senhores, já manifestou seu interesse de ampliar o relacionamento bilateral. Ele classificou as relações com o Brasil como prioritárias, e há muita possibilidade de cooperação nessa área de produção de cana-de-açúcar, produção de açúcar, de álcool e de etanol. O Primeiro Ministro da Jamaica esteve ano passado no Brasil, e na ocasião manifestou o interesse de estabelecer um centro de reexportação de etanol brasileiro para países do Caribe, para países do Golfo do México também. E com relação ao intercâmbio comercial ele se intensifica crescentemente. O Brasil exporta cada vez mais para a Jamaica. Até setembro deste ano, nesses primeiros nove meses do ano já havia exportado 200 milhões de dólares, uma cifra significativa quando consideramos as dimensões do País e uma cifra superior até mesmo a exportação para alguns países da União Européia, curiosamente. Para os senhores perceberem como realmente se incrementa esse intercâmbio bilateral com a Jamaica. As nossas importações da Jamaica ainda são bastante modestas. Mas há perspectivas de se aumentar em algumas áreas. Com relação às nossas importações elas se concentram em álcool etílico, terminais de telefonia celular, barras de aço e ferro laminadas, madeira compensada, papel e cartão, produtos cerâmicos, preparação de carne e peixe. Mas atualmente desenvolve-se negociações para a EMBRAPA exportar alguns aviões para a Jamaica, e pela primeira vez houve exportações de munição. Munição para armamentos. O Brasil começou agora a exportar para aquele País. E esta cooperação técnica voltando ao assunto da cooperação técnica Brasil-Jamaica,

gostaria ainda de assinalar que a nossa Agência Brasileira de Cooperação, que é vinculada ao Itamaraty pretende sistematizar agora através de projetos a cooperação com a Jamaica e a Jamaica tem possibilidade de cooperar conosco numa área de nosso interesse, na área da saúde, Senador, com relação a pesquisas na área de anemia falciforme, que atinge, sobretudo a população de cor, e populações também do sul da Europa. E a Jamaica é bastante desenvolvida nessa área, essa área de pesquisas em anemia falciforme. Pode cooperar com o Brasil. E a Jamaica também tem interesse na produção de biodiesel. O Governo Brasileiro patrocinou um seminário agora em agosto, o Presidente Lula da Silva esteve presente encerrando esse seminário sobre biodiesel agora em agosto. E nós temos alguns outros interesses na Jamaica. A Jamaica pretende... Está estudando a possibilidade de estabelecer também um centro, uma planta de processamento de soja brasileira para exportação. A soja brasileira seria beneficiada na Jamaica e reexportada para países daquela região. E a universidade tecnológica da Jamaica pretende estabelecer cursos na área de agricultura tropical e para isso já pediu uma Assessoria da EMBRAPA. Chegando ao fim, gostaria de mencionar um fato curioso para nós brasileiros, que é... A Jamaica decidiu incorporar álcool à gasolina que é vendida ao público. 10% de álcool passou a ser adicionado obrigatoriamente à gasolina. E tornou-se assim o terceiro País das Américas a tomar essa medida. O primeiro obviamente foi o Brasil, o segundo Paraguai e agora temos a Jamaica também adicionando álcool ao seu combustível. E um fato curioso, se me permitem, um brasileiro que é muito estimado e admirado na Jamaica, é o técnico de futebol René Simões foi contratado há duas semanas pela federação jamaicana de futebol para ser o técnico da seleção nacional. Ele se tornou uma figura muito estimada no País quando classificou a Jamaica para aquele campeonato da França como todos se lembram. E finalmente gostaria de mencionar que na Jamaica, em Kingston(F) está sediada a autoridade do fundo do mar, vinculado às Nações Unidas, e o Brasil agora com a aprovação por esta Comissão, recentemente, da nossa plena participação, estaremos desenvolvendo... Em condições de desenvolver mais ainda a nossa participação naquele organismo internacional.

Então, concluindo, como creio ficou mais ou menos claro o nosso relacionamento se adensa cada vez mais, as exportações brasileiras sempre crescendo, a cooperação técnica a pleno vapor e de maneira que... E a cooperação também foros internacionais, no campo político cresce cada vez mais, e por essa razão entendo que... E o potencial do nosso relacionamento continua

grande, há possibilidades de continuar a se desenvolver em todas essas áreas que pude mencionar durante essa minha breve exposição. Muito obrigado pela atenção de todos. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradecemos a V.Ex^a e quero dizer que tive a oportunidade juntamente com o Senador Mão Santa e o Senador Flexa Ribeiro de fazer uma visita à Jamaica como Presidente dessa Comissão. Exatamente para ver de perto o funcionamento da autoridade. A autoridade que trata dos interesses do fundo do mar. Uma coisa que me surpreendeu pelo avanço dos estudos e a surpresa maior é que ao chegarmos ao Brasil o Senador Marco Maciel já vinha acompanhando todo o processado não só da criação da autoridade como também todo o seu desenvolvimento. O Diretor-Geral, que é um... da Ilha de Fije(F), vem ao Brasil em abril e foi convidado inclusive a vir ao Senado tratar desse assunto. Acho que é um assunto da maior importância e o Brasil pelas suas características e acima de tudo pela tecnologia que a PETROBRAS dispõe de exploração de fundo de mar levará uma vantagem fenomenal com relação aos outros nessa questão. De forma que acho que esse é um assunto que não só essa Comissão, mas também o Brasil como um todo deve não só ter interesse, mas também estar acompanhando e preocupado.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Jorge Geraldo Kadri, indicado para nos representar em Guiné-Bissau.

SR. JORGE GERALDO KADRI: Muito obrigado. Exm^o. Sr. Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão do Ministério das Relações Exteriores, Exm^o. Sr. Senador Mão Santa, Relator da mensagem que submete meu nome à consideração dessa Comissão a quem saúdo e agradeço imensamente, Exm^{os}. Srs. Senadores, senhoras e senhores. É uma honra comparecer diante desta Comissão, submeter meu nome à apreciação dos Srs. Senadores para exercer as funções de Embaixador do Brasil junto ao Governo da Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau sofre de carências múltiplas, teve sua história recente, os últimos 30 anos marcados por instabilidade política crônica, crises econômicas recorrentes e mais recentemente verificou-se o aumento do crime organizado. Com destaque para o tráfico de drogas. Esse quadro fez com que o País permanecesse um dos mais pobres do mundo até o presente momento. O equilíbrio político na Guiné é frágil, há uma coalizão de três partidos que sustentam o Governo do Presidente Nino Vieira, mas há dois problemas básicos. Há inimigos históricos do Presidente que estão... Fazem parte dessa base de sustentação, de um lado, e de outro lado dois partidos dos três não

estão satisfeitos com a partilha do poder. Então é uma situação que vez por outra se reflete em crises, golpes de Estado e que o atual Governo tem conseguido controlar e em larga medida pela participação dos militares. Que é outro agente importante na política da Guiné-Bissau. Para o bem ou para o mal os militares têm sempre a balança historicamente do equilíbrio ou da falta de equilíbrio. Na economia os indicadores são modestos em virtude dessa instabilidade crônica, o PIB vem crescendo a taxas moderadas, 2% ao ano nos últimos 20 anos, o que não é suficiente evidentemente para retirar o País da situação em que se encontra. A Guiné tem uma dívida externa equivalente ao PIB, cerca de dólares, que dá um pouco da noção das dificuldades, as reservas internacionais são baixas, estão hoje em torno de 80 milhões de dólares, mesmo com uma economia pequena é um valor modesto, agora, o País naturalmente tem riquezas e a principal riqueza que é desenvolvida ainda que parcialmente é a riqueza agrícola. Produz enfim cajú, sorgo, milho, etc, mas com destaque muito grande para o cajú. A ponto de 80% das exportações da Guiné-Bissau serem compostas de cajú. Mas cajú in bruto, não beneficiado. O que demonstra as dificuldades. Quer dizer, não há uma empresa beneficiadora que possa agregar valor a esse produto tão importante para a Guiné-Bissau. A pesca é outra riqueza. Como os Srs. Senadores e senhores presentes poderão verificar há uma Costa razoável de 400 quilômetros e um potencial de captura de pescado, de peixes, da ordem de 300 mil toneladas ao ano. E nem 10% disso é utilizado. A mineração é outra riqueza que está começando a ser desenvolvida e aí promete ser um elemento importante para o desenvolvimento da Guiné. Nós temos bauxita, fosfato, e provavelmente petróleo.

Então, esse é um campo que o Brasil poderá ter uma participação no futuro. Uma política externa da Guiné-Bissau se baseia em alguns fatores macros. Em primeiro lugar sua inserção na África que é a sua circunstância, seus vizinhos, com destaque para África do Sul e Angola. Dois países que estão nos anos recentes participando de maneira muito construtiva, cooperativa com o Governo da Guiné-Bissau, inclusive com investimentos no caso da África do Sul.

Outro ator importante que não deve ser esquecido é a União Européia, pela cooperação técnica, pelos créditos concessionais, pelos financiamentos... é sempre um elemento importante que compõe o quadro da política externa. A China é outro parceiro que vem adquirindo contornos de parceria majoritária. A China, além de investimentos concessionais pontuais de grande repercussão, como por exemplo, o financiamento do palácio da justiça, construção da Assembléia Le-

gislativa, etc, começa a investir de maneira mais forte em infra-estrutura, construção de portos, barragens, então a China é como quase em todos os países da África um parceiro a se ter em conta. A Guiné-Bissau como os senhores sabem pertence à comunidade de língua portuguesa e atualmente é o Presidente, como foi muito bem lembrado aqui pelo Sr. Senador, e dentro dessa CPLP, a Guiné-Bissau encontra um respaldado político diplomático importante e o Brasil tem trabalhado muito nesse sentido. Um último pilar da política externa poderia ser a presença da ONU. A ONU mantém desde 99 um escritório. Um escritório das Nações Unidas para Guiné-Bissau do qual participa um Coronel brasileiro indicado a conselheiro militar, que o Governo Brasileiro indica para auxiliar nas análises. Muito bem. Além da presença em si da ONU, tem um detalhe, um fato novo que eu gostaria de mencionar. A Guiné-Bissau pediu recentemente o ingresso, o seu ingresso na agência da Comissão de Construção da Paz da ONU. O que significa isso? Significa que se for aceita para fazer parte dessa agenda, ela vai dispor, ter ao seu dispor financiamentos para a reconstrução do País. São evidentemente créditos concessionais que a ONU disponibiliza para a reestruturação das instituições, das principais instituições das Forças Armadas, da segurança, etc, do Legislativo. E é interessante notar que a Guiné-Bissau pediu ao Brasil apoio, primeiro, e segundo que o Brasil fosse o coordenador desse processo. Que não é pouca coisa, é uma deferência especial ao reconhecimento das relações diplomáticas, políticas que o Brasil vem mantendo com a Guiné-Bissau. Então, o Brasil já deu o seu apoio à entrada da Guiné nessa Comissão, para ter acesso a esses recursos, e aceitou também recentemente durante a visita do Presidente Nino Vieira aceitar ser o coordenador dos países que compõem essa Comissão aceitarem a Guiné-Bissau. A idéia é reconstruir países que passaram por crises profundas. Então é o caso da Guiné-Bissau, teve guerra civil, teve uma série de problemas, e agora então entra, a gente tem esperança numa fase de paz e de reconstrução. Então o Brasil passará a ter um papel de destaque. Nas relações bilaterais do Brasil com a Guiné são intensas, históricas, nunca é demais lembrar que... já foi mencionado aqui em outras ocasiões, quer dizer, a África contribuiu de maneira muito expressiva para a formação da nossa nacionalidade, formação da cultura da identidade nacional do Brasil, apenas por isso já teria uma importância razoável. Agora, a face mais visível talvez da cooperação com a Guiné-Bissau seja a cooperação técnica. Efetivamente o Brasil desenvolve através da Agência Brasileira de Cooperação, mas também de outras instituições uma cooperação muito

forte com a Guiné-Bissau. São mais de 20 projetos com outros tantos já sendo estudados cujo valor deve chegar a quatrocentos milhões de dólares, são pequenos projetos, exceto um concreto que vou mencionar daqui a pouco, isso dá uma dimensão da cooperação. Mas o relacionamento não é só cooperação técnica. Evidentemente no nível da consertação política nos fóruns internacionais a afinidade é completa, há uma harmonia, uma sintonia muito importante. E dentro da cooperação técnica deve-se dar destaque cooperação educacional. Temos os programas PEC-G e PEC-PG como os senhores conhecem, programa estudante convênio, e no caso concreto da Guiné, nós já acolhemos alguns milhares de jovens, Bissau guineenses que para cá vem, retornam a seus Países e vão constituir elite, depois política, empresarial, etc. Que vão conduzir esse País. Então é um instrumento muito importante que valeria a pena destacar. Eu não vou destacar os demais, mas apenas um que é importante: a formação profissional. Nós estamos inaugurando agora, enfim, o País vai inaugurar com a participação do Brasil, quando digo o Brasil Itamaraty e SENAI, um centro de treinamento, formação profissional e promoção social na Guiné. E é um projeto de um milhão e meio de dólares. Nós já temos projetos semelhantes com o Paraguai, com Angola e Timor Leste. É uma contribuição nessa área de cooperação que merece ser mencionado. Uma outra forma de cooperação que está se desenvolvendo bastante é a cooperação trilateral. O Brasil entra com expertise, com os técnicos, países europeus, americano, Estados Unidos entra com recursos e a Guiné-Bissau por exemplo com instalações, enfim, com pessoal. Isso já está sendo feito com os Estados Unidos e com a Noruega. Nós temos dois projetos. Com os Estados Unidos é na cooperação na área Legislativa. Inclusive aqui tem cooperação do Interlegis. Então, há cooperação em diversas áreas.

E antes de concluir, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de mencionar a recente viagem do Presidente Nino Vieira em novembro último ao Brasil, durante essa visita oficial o Presidente deixou uma mensagem muito clara, muito firme no sentido de que o Brasil é o principal parceiro da Guiné-Bissau para o desenvolvimento e para o relacionamento com a comunidade internacional. Ou seja, de uma certa maneira está pedindo que o Brasil seja uma espécie de tutor, de aconselhador no plano internacional para o desenvolvimento da Guiné-Bissau e isso interpreta-se como uma deferência importante, considerando que a Guiné-Bissau tem parcerias importantes e o Brasil não é um parceiro comercial importante como nós já mencionamos rapidamente. Então a importância do relacionamento, e eu concluo para não estender mais,

está, portanto, no campo da consertação política e da cooperação técnica. E evidentemente na cooperação cultural. O desafio para o representante do Itamaraty em um País com essas características é muito estimulante. E eu me sinto, enfim, bastante entusiasmado com essa missão desde que evidentemente eu possa contar com a aprovação dos Srs. Senadores desta Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Concluída a posição do nobre Embaixador Jorge Geraldo Kadri, eu passaria então imediatamente às perguntas. E indago se haverá necessidade no início de Sessão fechada. Vamos continuar com a Sessão aberta. Se houver em determinado momento a necessidade de usar prerrogativa de secreta eu farei o aviso. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu primeiro gostaria de saudar os dois Embaixadores, que vão para dois países que são países em desenvolvimento. Com relação à Jamaica, Embaixador, essa questão da abertura da Embaixada aqui no Brasil, se já tem uma data prevista, porque pelo apanhado aqui fala só que existe uma perspectiva de abertura, mas não tem uma data definida. Acho interessante também, confesso minha ignorância, pensei que rastafari fosse mais uma música. E é uma religião? Rastafari é uma religião, pelo que está colocando. Nós temos também ainda uma questão aí que evidentemente essa do biodiesel e do etanol. Na verdade ele aproxima bem o País, o Brasil da Jamaica. E a questão turística não me parece tanto que é mais com os Estados Unidos mesmo essa ligação pelas proximidades que tem com Miami, e assim por diante. Agora, em relação a Guiné, a gente vê por aqui que é realmente um País muito pobre ainda. 80% da população na área de subsistência praticamente, na área de agricultura. Existe, portanto, um potencial grande para as empresas brasileiras, especialmente na área de construção talvez, porque as nossas construtoras já têm experiência grande em Angola, estão trabalhando em Angola, talvez esse seja um caminho interessante de expansão das indústrias brasileiras. E até mesmo essa questão do caju, mandar as empresas brasileiras tratar... Fazer o tratamento do caju e fazer o seu empacotamento lá, temos grandes empresas lá no Ceará, no Piauí também tem empresas de caju lá? Pois é. A posição realmente que eu vejo em relação a esses países de língua portuguesa é que o Brasil tem que ter uma atuação bem proeminente sim, uma atuação de apoio mesmo a países como esses, não só pela irmandade lingüística, mas pela própria proximidade, o Brasil pode ter uma liderança importante nos países desses e economicamente acaba sendo interessante.

Então é um pouco mais sobre essa questão aí da realidade de um País pobre que V.Ex^a vai encontrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A pergunta de V.Ex^a é dirigida a quem? Aos dois. Com a palavra o Embaixador Alexandre Gueiros.

SR. ALEXANDRE RUBEM MILITO GUEIROS: Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo pelos comentários e pelas perguntas. Primeiramente eu diria que ainda não está decidida a abertura de uma Embaixada... A Embaixada da Jamaica em Brasília. Mas está sendo considerada e espera-se a qualquer momento que alguma decisão seja tomada. E com relação à questão do biodiesel e do álcool, realmente são áreas em que a Jamaica conta muito com a cooperação técnica brasileira e também com investimentos brasileiros nesse setor, e inclusive um setor conexo que é a Jamaica tem interesse em estabelecer um centro de regaseificação de gás brasileiro que seria exportado sob a forma líquida e seria então re-exportada da Jamaica para países daquela região. E com relação ainda... O senhor mencionou o turismo, eu gostaria de fazer uma observação curiosa que há interesse de muitas companhias brasileiras que atuam nessa área em começar a intensificar essas relações turísticas, enviar turistas brasileiros para a Jamaica e já começaram a vender pacotes para viagem, hotel incluídos... E agora, a Jamaica tem interesse em explorar o potencial brasileiro em termos de envio de turistas. E por essa razão já começaram negociações entre empresas jamaicanas, empresas aéreas brasileiras com vista ao estabelecimento de vôos diretos ligando a Jamaica a Manaus, é uma hipótese, ou a Jamaica a alguns... A algum Estado do nordeste e até mesmo diretamente ao Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há uma terceira alternativa é que seria Brasília. E esse avião teria como destino final a África do Sul. Pelo menos foi essa conversa que quando nós estávamos na Jamaica o Ministro das Relações Exteriores nos relatou.

SR. JORGE GERALDO KADRI: Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao nobre Senador Eduardo Azeredo pelos comentários. E me permitiria apenas colocar duas ou três questões um pouco para balizar as considerações de V.Ex^a. Durante a visita do Presidente Nino Vieira, em novembro último, nós participamos de uma reunião empresarial capitaneada pelo próprio Ministro Miguel Jorge. Ministro dos comércios. E durante essa reunião estavam presentes empresas importantes. A Noberto Odebrecht, por exemplo, estava presente e manifestou interesse em realizar estudos na Guiné-Bissau para a construção de pequenas hidrelétricas,

que é um problema muito sério na Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau não tem energia elétrica suficiente para movimentar sua economia e nem mesmo para iluminar as ruas das principais cidades. Então é uma carência importante e as empresas brasileiras estão olhando para essa oportunidade.

Com relação ao beneficiamento do caju, enfim, a produção é importante, passa de 120 mil toneladas/ano. Seria muito interessante porque a Guiné Bissau pertence acordos preferenciais. Então ela pode uma vez sendo produzidos lá, tem acesso aos Estados Unidos, pelo AGOA que é um acordo que Estados Unidos permite a entrada sem gravame dos produtos de alguns países menos desenvolvidos e também com a União Européia que tem os acordos de Dome(F). Então uma produção local tem uma exportação quase que garantida pelos preços competitivos. Então essa seria uma via a se explorar. No contexto do memorando de entendimento assinado entre o Governo Brasileiro e o Governo da Guiné-Bissau o ano passado, há possibilidades concretas também de desenvolver estudos para cooperação na área de energia alternativa. O biodiesel, por exemplo, o álcool... Então esses projetos estão em fase de estudo. Uma outra vantagem também que é mais ou menos natural é que uma vez produzidas qualquer produto feito na Guiné-Bissau tenham acesso à África como um todo com tarifas preferenciais. Agora, tudo isso Srs. Senadores, está... A gente não pode esquecer submetido à existência de uma segurança jurídica mínima. Coisa que fato que o Presidente Nino Vieira em sua última visita deixou claro que ele está empenhado pessoalmente em construir um mínimo de segurança jurídica para os investidores, que é uma coisa que sem a qual não é possível avançar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Escritos na ordem, Senador Romeu Tuma, a quem eu passo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não tem nem um pouco do que o Brasil representa na sua política externa. Acho difícil sabatinar Diplomata de carreira. E vou repetir isso sempre aqui e o Embaixador é testemunha. A coisa mais doída é quando alguém fora da carreira assume um posto da importância que é representar o Brasil no exterior com cargo permanente. Eu ouvi o senhor que vai para a Nova Guiné, infelizmente não pude ouvir o senhor, peço desculpas, mas estou lendo aqui o texto. V.Ex^a, em passant, falou logo no prejuízo, logo no início da exposição de V.Ex^a, V.Ex^a falou o prejuízo solvido pela Nova Guiné pelo tráfico de drogas. Não sei se entendi bem, que eu falei com o Embaixador e também ouviu, mas com a continuidade da exposição não voltou esse assun-

to, eu... Talvez o sangue de polícia obriga a gente a sempre dar uma batida naquilo que por meio século a gente trabalhou. E alguns dados eu fui conversando com ele sobre o problema de cooperação da Aids e outro da anemia falciforme que é metabólica genética da região das pessoas de cor negra. E que isto deve dar uma anemia violenta. Talvez essa miséria que a gente vê. Além da alimentação pode ter causa anemia. Eu sei porque eu tenho anemia crônica em razão de uma cirurgia e tenho que tomar injeção toda semana. Porque se não tomar a gente dobra as pernas mesmo. Acho importante essa colaboração. E vi também que ela foi a sede da sexta reunião da CPLP. E que o Brasil montou um hospital dentro de um C 130, e que atendeu durante sete dias a população local. Então a coisa que a gente... é que eu digo que a gente aprende muito aqui. E a cautela de ler as informações que nos chegam. Pena que o tempo é curto entre o depoimento e a nossa leitura, ele se passa. Então eu levo embora isso aqui. E acho importante pelas explicações que dizem. Inclusive também da Jamaica, a gente também acaba verificando que é uma ilha grande, acho que é uma das maiores ilhas do Caribe, e passando por dissabores, por dificuldades que o Caribe por inteiro, se não tiver o turismo acho que dificilmente tem uma sobrevivência melhor para a sua população. Agora, a Guiné, pelo que diz aqui, tem uma dificuldade comercial muito grande. Que aí que o Brasil pode entrar com uma colaboração clara e forte. Principalmente pelas commodities que tem da exposição que V.Exª fez. Eu até... Falaram em caju, procurei aqui e não achei. Achei frutas. Achei frutas que é um dos principais produtos exportados. Inclusive casca de cítricos. Não sei se descascam limão para exportar. Mas aqui diz casca de cítricos. Mas essa parte do caju... De doce? É gostoso. Doce casca de limão é uma delícia. Laranja...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Isso, isso. E chamam o caseiro. Aqui tem muito também. Então a gente verifica... E o que chamou minha atenção também que o maior parceiro comercial é a China. Pela exposição que está posta aqui. É o maior exportador para a Guiné é a China. Porque aqui fala muito na China. A China deu três milhões de euros para ajudar e ofereceu 350 mil para... E é um dos grandes exportadores de produtos para... Ou eu li mal ou...

SR. JORGE GERALDO KADRI: Senador, o principal, se o senhor me permite, o principal destino das exportações da Guiné-Bissau 73% vai para a Índia.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, a exportação. Importação.

SR. JORGE GERALDO KADRI: Importação é Senegal 3%, de Portugal 20% e a China está em cerca de 10%, mas crescendo de maneira forte.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Isso no mundo inteiro. Então eu digo a distância é muito grande.

SR. JORGE GERALDO KADRI: Apesar da distância.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A distância é grande. Então não sei se aí tem um espaço muito bom para o Brasil crescer. Porque a gente tem sentido aqui de perto, Srs. Embaixadores, o interesse do Brasil em deslocar... Acho que todo grau de cultura do Itamaraty é de primeira linha. Mas bons Embaixadores para regiões da África, da América Central. Eu sinto aqui, semana passada vieram quatro que iam para a África e um para Guatemala. E vindo de países do Irã, e países importantes no contexto internacional. E estão se direcionando para a África. Então há um interesse do Brasil se firmar como bom parceiro da África. Então a gente vê que a África é promissora hoje. Se era a miséria permanente, ela começa a recuperar economicamente. E acredito que quem anda junto com quem cresce junto será sempre um parceiro ideal. Então eu acredito que o senhor e o senhor na Jamaica, o senhor em Nova Guiné, não terão nenhuma dificuldade em bem representar o Brasil por tudo que expuseram aqui e a certeza que esse interesse do Brasil tem razões políticas e fortemente econômicas. Então vou ler com calma aqui para não cometer erro, para saber se Índia ou a China, mas é... Eu não consegui ler por inteiro. Peço desculpas porque tem muita informação aqui. Da Jamaica e do... E da Guiné. Eu só me preocupei muito quando fala em tráfico de drogas. Parece que acende uma luz aqui que é um comércio que está crescendo assustadoramente, e não há sinais de interrupção do crescimento de consumo também. Então acho que aqueles que vão para países que têm uma indução ao crime organizado, tem o papel muito maior do que apenas cuidar da parte social e econômica. Porque o crime acaba atingindo o Brasil pelas fronteiras que tem. Então desejo boa sorte, e espero que tenham sucesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Embaixador Jorge Kadri.

SR. JORGE GERALDO KADRI: Muito obrigado, Sr. Presidente. Nobre Senador Romeu Tuma agradeço muito as considerações que o senhor fez. Eu vou apenas comentar sobre o tráfico de drogas. Na verdade--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. JORGE GERALDO KADRI: Por favor. Não... perfeito. Na verdade, o tráfico de drogas ele se instalou na Guiné-Bissau como consequência de um quadro econômico e social dilacerado já decadente, quase inexistente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. JORGE GERALDO KADRI: Fica.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. JORGE GERALDO KADRI: O que preocupa mais, não só os Estados Unidos que já afirmaram isso, a União Européia que é a consumidora no final das contas, preocupa também o Brasil. Por quê? De toda a droga que passa pelo golfo da Guiné, no caso da Guiné-Bissau, 60% vem do Brasil. Não que seja produzida no Brasil, mas circula pelo Brasil e daqui vai para lá. E 40% vem da Colômbia.

Então, de uma maneira ou outra, enfim, o Brasil está envolvido nisso, é uma preocupação concreta das grandes potências, e inclusive está prevista uma conferência internacional sobre o combate ao tráfico de drogas na Guiné-Bissau em 2008, com o apoio do Brasil.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. JORGE GERALDO KADRI: Com muito prazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. JORGE GERALDO KADRI: O que acontece é que em função dessas crises recorrentes, as instituições na Guiné-Bissau são muito frágeis. Precárias. E no mapa dá para ver, há cerca de 20 ou 30 pequenas ilhas distantes cem quilômetros do continente. Que são Arquipélago dos Bijagós, então lá o Governo não tem um policiamento minimamente satisfatório. Então é lá que as coisas acontecem, beneficiamento, aviões que chegam, partem... E inclusive o que eu soube, enfim, lendo de artigos e até mesmo de jornais que os barões da droga movimentam mais do que a própria economia do País. Mais de um bilhão de dólares por ano só na Guiné-Bissau.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JORGE GERALDO KADRI: Muito importante. É um fator de desestabilização com o qual o Governo da Guiné-Bissau vai ter que trabalhar e evidentemente contará com o apoio da comunidade internacional e do Governo Brasileiro, em particular.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]... O americano não gosta do suco de caju. Então ele não compra. É vitamina C.

É cajuína. Eles me falaram isso, Senador. Porque eles praticamente faziam doce de caju, fazem um monte de coisa e não fazem o suco para exportação. Porque o americano consome muito suco. E a Europa também. Mas eu não vejo uma produção exportável de caju que seria, lógico, pelo número de cajueiros que a gente encontra principalmente no nordeste. Então não sei se lá na África já descobriram lá na Guiné uma forma de exportar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa Ribeiro é empresário e pode investir lá. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [risos] O Flexa vai plantar caju na África e na Guiné.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Paulo Duque não se encontra. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Queria cumprimentá-los, os dois Embaixadores, e eu só queria dar aqui a nossa vivência que eu fui com o Presidente Heráclito Fortes, a companhia agradável do Flexa lá na Jamaica. E o Heráclito muito bem notado. O importante mesmo é essa autoridade do fundo do mar. Isso nós entendemos, a nossa viagem foi antes da do Presidente Luis Inácio. Então nós tivemos toda observação que é um órgão muito importante. Primeiro verifica por que é que está instalado lá na pequena Jamaica, no Kingston(F). Ele está lá porque é do mar mesmo, ali, fica no centro, mas a origem, a inspiração, a legislação é alemã. Então a gente vê que é um órgão de visão de futuro de riqueza. Ele é localizado lá pela situação que é para observar, zelar, prever o fundo do mar. E é uma lástima, para você ver como este Governo tem uma visão culta. Não tem nada. O Brasil [ininteligível] investido, o Presidente é de uma ilhazinha bem minúscula que ele chegou a... De muita cultura, mas o mundo todo se preocupa com explorar, se explora os astros, a lua... Mas o fundo do mar que está aí é uma realidade. Mas nós tivemos lá e está tudo pontilhado, as riquezas minerais, as possibilidades, tudo, tudo. E o Brasil não faz parte. O mundo econômico, que existe pesquisa que tem uma visão está todo lá, está tudo--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O nome do Secretário, Senador Mão Santa, é Satya Nandan.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Olha aí. E nós com essa PETROBRAS aí que grita, que gasta, e tudo, escola de samba, a política, cabo eleitoral, gasolina mais cara do mundo... E não tem essa visão de ter fundo do mar. E segundo informações aí dele, eles acham que essa área próxima de Fernando de

Noronha tem muitas e muitas riquezas. E se nós não cuidarmos, você sabe que a riqueza sempre foi um grande atrativo, e está no fundo do mar, perspectiva de alimentar, riquezas minerais e tudo, eles têm mapeado. E informações deles, essa área próxima a Fernando de Noronha tem muitas riquezas. Mas é uma lástima, V.Exª tem que admitir isso. O Presidente Heráclito Fortes disse que o... Como é que se chama lá? A autoridade, o chefe lá, o Secretário... Virá ao Brasil, acho que virá aqui, à Comissão, o Heráclito, mas acho que tem que alertar o Governo Brasileiro a ter investimentos. E a nosso ver, nós três, o órgão que tem dinheiro, que tem recursos e está no fundo do mar é a PETROBRAS. E é uma lástima, quase todos os países de riquezas estão.

No mais, a Jamaica é bom mesmo é para quem gosta de música e dançar. Tem o Jimmy Cliff e o Bob Marley. Mas o turismo é longe, como o Heráclito disse, belas praias, daqui não tem o intercâmbio, quem quiser aprender inglês, é um bom lugar porque é calmo, tranquilo e dançar o intercâmbio musical. Porque os neguinhos lá são ritmado a gente sente tudinho e a música. Então essa... E os nossos cumprimentos aos dois. E nos interessa muito informação. Porque eu sou do Piauí e o Piauí tem perspectivas no caju. Esse negócio do Ceará, não, o caju nativo nós temos... Mas o cearense é sabido. Ele engana a gente de todo jeito. Cearense é muito sabido. Então a castanha vinha do Piauí, e eu quando governei o Estado eu consegui implantar 27 fábricas. Mas para ganhar desse Tasso Jereissati, ele joga é duro. E é de... Para exportar. Porque não temos nem porto. Eu tive que recorrer então, tive a inspiração de buscar o empresário que tinha couro, o curtume do Manoel Arrei e do Bila que aí entrou no negócio que aquela lá perto de Altos, Europa, para comprar e conseguir exportar. Mas o Piauí tem mais castanha que o Ceará. E tem 27 fábricas, uma multinacional, que é o Curtume Europa. Rapaz, é uma guerra... A pior guerra é a econômica. Para conseguir depois de fazer e exportar os cearenses fecharam até o porto. Tivemos que exportar por Belém, até se firmarem. Então nos interessa acompanhar que eu acho a perspectiva invejável da riqueza do Piauí o caju. E a Nova Guiné segundo aqui consta 85% é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu antes de passar a palavra aos Srs. Embaixadores quero dizer, Senador Eduardo Azeredo, que por dever de justiça eu testemunhei a ansiedade, principalmente do Senador Flexa Ribeiro e também do Senador Mão Santa de realizarem um sonho, que era conhecer o museu do Bob Marley. Eles devem ter sido embalado na infância pelo som, espero que só pelo som do Bob Marley, e infelizmente se viram frus-

trados pelo fato do museu não está aberto, e espero que com o embaixador--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A música jamaicana tomou conta do mundo num período longo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --eles retornem a Jamaica para realizar esse sonho e não venham frustrados como dessa vez que se consolaram trazendo algumas camisetas com fotografias do Bob Marley acrescentados de algumas árvores proibidas no Brasil. De forma que eles poderão retornar essa viagem e eu estimularei com maior prazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós vamos ter que dançar a música jamaicana se for outra vez lá. Tocar na lata ali que é um negócio difícil.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas o Senador Flexa Ribeiro vai voltar. Tenho certeza. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, o intercâmbio comercial entre a Jamaica e o Brasil é extremamente favorável em termos de superávit ao nosso País. Os dados aqui contidos nas informações trazidas pelo Relator mostram que há um saldo comercial, um superávit comercial bastante positivo na relação entre Jamaica e Brasil, da ordem de 196 milhões de dólares. Do outro lado quanto aos acordos comerciais que eu considero bastante positivos, principalmente na área de produção de etanol, e de agricultura tropical, envolvendo aí a própria mandioca são acordos que estão em pleno vigor. Esses acordos visam uma assistência técnica do Brasil à comunidade da Jamaica. Então eu gostaria de saber neste momento em relação a essa cooperação técnica qual o mais novo empreendimento do Brasil na produção de etanol com participação de empresa brasileira. E eu gostaria de saber finalmente, e há uma informação aqui até de forma pejorativa, a BBC de Londres considera a Jamaica como capital mundial de assassinatos. Significando dizer que lá existe um índice elevadíssimo de homicídios, na base de cinco assassinatos por dia. Eu gostaria de saber se V.Exª está preocupado. [risos] que vai residir lá em Jamaica, e até que ponto isso é verdade? Porque é apenas uma emissora que está dizendo que a Jamaica tem sido apontada pela BBC de Londres como a capital mundial de assassinatos.

No mais, gostaria de desejar ao senhor e também ao futuro Embaixador de Guiné-Bissau muitas felicidades nessas novas atividades que serão desenvolvidas pelos senhores. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Embaixador Alexandre Gueiros.

SR. ALEXANDRE RUBEM MILITO GUEIROS: Muito obrigado, Senador Antônio Carlos Valadares pelas observações e pelas perguntas formuladas. Realmente V.Ex^a tem toda razão com relação a este extraordinário incremento do intercâmbio comercial com a Jamaica. Mas como o senhor bem assinalou, realmente o grande incremento tem se verificado nas exportações no Brasil. Daí a razão deste grande saldo comercial que o Brasil tem com relação à Jamaica. E tudo indica que nossas exportações continuarão a aumentar e há um perigo para a Jamaica de que esse saldo continue a aumentar também em favor do Brasil. E realmente é grande o potencial da Jamaica com relação a exportações brasileiras e com relação a investimentos também, como o senhor também assinalou. Realmente duas grandes empresas brasileiras que têm atuado bastante no exterior, a Coimex, originária do Espírito Santo e a Bausch tem investido na Jamaica na área de produção de etanol. Ambas estabeleceram joint-ventures para a montagem de fábricas produtoras de etanol lá na Jamaica, inclusive a Coimex participa com 50% do investimento que foi feito. Inclusive com estas duas fábricas importando máquinas fabricadas pela empresa brasileira Dedini, outro interesse nosso, exportação de máquinas nessa área de produção de etanol. E com relação a esta menção negativa da BBC com relação aos assassinatos, realmente esta notícia deve ser um pouco qualificada, sobretudo porque se refere a crimes que ocorrem obviamente em bairros localizados das grandes cidades, e devido, sobretudo, a operação de quadrilhas envolvidas com tráfico de drogas. Lutando pelo controle de pontos eles se matam. E é um fenômeno do qual nós também não estamos absolutamente isentos, como todos sabemos. De maneira que com relação à população de maneira geral, esta criminalidade não afeta tanto quanto poderia parecer à primeira vista, já que se concentra nessa área de... Nesta luta entre quadrilhas que disputam o tráfico de drogas. Muito obrigado pelas observações de V.Ex^a, pelas perguntas...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Um fato interessante, Senador Antônio Carlos Valadares, um japonês, um milionário japonês numa viagem que fez à Jamaica, não sei lá porque descobriu que a Jamaica tinha possibilidade de melhorar no mundo a qualidade do café. Comprou uma área e desenvolveu a tecnologia. Hoje é vendido o café jamaicano, se não me engano, Blue Mountain, como o melhor café do mundo. É uma produção limitada, mas investimento ao longo dos anos feito de uma maneira

muito curiosa, porque o cidadão saiu do Japão, montou essa pequena indústria na Jamaica e vende esse café caríssimo. Só tem uma coisa que eu desaconselho. Nós fomos... E daí porque os dois Senadores não puderam ver o Bob Marley, o Embaixador, extraordinária figura, que é o Embaixador Sérgio Amaral, convidou os Senadores para conhecer a plantação de café. Eu como só planto voto, já fui a contra gosto. Mas tinha que ser solidário e acompanhei. E era uma subida de quase mil metros para ver... O que é igual em qualquer lugar do mundo que é o café e passeio cansativo e daí pelo atraso eles terminaram perdendo... Mas de qualquer maneira é um fato curiosíssimo, o mundo inteiro hoje disputa a tapa o café do japonês, diz que não tem acidez... Bom, cada vendedor... E por conta disso com esse cartão de visita ele já planta café em alguns lugares do mundo, inclusive no Brasil, usando esse cartão de visita. Aliás foi até um lapso meu, que ontem eu tinha me preparado, mas viramos a noite em votação, quando me lembrei da oitiva do Embaixador de trazer inclusive o café para que os dois Senadores matassem a saudade da subida ao morro. É uma coisa interessante, como é que japonês saiu de lá e foi descobrir exatamente a Jamaica e dali desenvolveu essa tecnologia, o que vem dando inclusive dividendos ao povo jamaicano. Senador Geraldo Mesquita com a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Heráclito, não estranho o fato do japonês ter ido à Jamaica plantar o melhor café do mundo, não. Porque eles foram ao Acre plantar talvez o melhor amendoim do mundo. Nós temos no Município próximo à capital Quinari, um amendoim fantástico, maravilhoso. Cultura de japoneses que se instalaram por lá. Até hoje. Mais de 50 anos. E a gente só encontra esse amendoim lá plantado por eles. [risos] Então não estranhe, não. Mas eu queria aproveitar e não perder a oportunidade de desejar absoluto sucesso aos dois Embaixadores, agradecer inclusive as suas presenças aqui porque é sempre uma oportunidade que nós temos de conhecer pedacinhos do mundo. Essa Comissão tem essa... Nos concede esse privilégio. Quando V.Ex^{as} vêm aqui, a gente acaba conhecendo aspectos, detalhes de países onde V.Ex^{as} vão servir. E isso a gente vai acumulando. E uma hora ou outra é sempre de utilidade para todos nós. Eu queria desejar o maior sucesso. Sei que o Brasil vai estar muito bem representado. Aqui é lugar comum, mas não custa a gente repetir sempre, e eu tenho a maior admiração pelos quadros do Itamaraty, num dos setores da vida pública brasileira que prima pela qualidade e pela... Por aspectos que aqui e acolá a gente releva ou a gente tem de forma displicente. Mas no Itamaraty, não, a gente

observa o cuidado com o seu quadro de funcionários, de servidores, de Embaixadores. É sempre muito prazeroso pra mim lembrar isso. E a presença de V.Ex^{as} aqui nos fazem lembrar isso. Setor da via pública que nos orgulha, que nos traz muita alegria com a atuação de V.Ex^{as}. E, portanto, parabéns pela indicação e sejam felizes. Esperamos um dia poder por lá passar e visitá-los e privar da agradável companhia de V.Ex^{as}.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Foi essa audiência, essa sabatina para nós termos a oportunidade de saber que graças ao japonês do amendoim do Acre, que V.Ex^a, toda a bancada do Acre tem tanta disposição de luta e é tão ativa. Eu quero, portanto, saber que homenagem o Acre já prestou a esse santo japonês que aportou lá e proporcionou a vocês--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Da próxima vez vou trazer um carregamento para V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sem nenhum exagero porque eu posso errar na dose.

[risos]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, não. Sacos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Muito obrigado a V.Ex^a.

Bom, vamos agora ter que cumprir a parte regimental. Antes disso, o Embaixador Jorge vai responder ao Senador Mesquita e eu aproveito para votar.

SR. JORGE GERALDO KADRI: Muito obrigado, Sr. Presidente. É apenas para agradecer as amáveis palavras do Senador Geraldo Mesquita, do Acre, e também do Senador Antônio Carlos Valadares, que já não se encontra presente. Mas palavras amáveis que a gente, enfim, agradece com muita alegria. Também não estão presentes o Senador Mão Santa e o Senador Flexa Ribeiro, mas gostaria de comentar que a produção de caju e as perspectivas de produção e exportação de caju pela Guiné-Bissau abrem um mercado, não são muitos mercados que a Guiné-Bissau tem a oferecer ao Brasil, são alguns, e esse é um tema que eu devo acompanhar com bastante cuidado. Antes de assumir o posto, se for aprovado por esta Comissão, evidentemente, a que me submeto, eu devo fazer algumas viagens pelo Brasil. Vou estar em contato com o gabinete dos Senadores, inclusive do Senador Flexa Ribeiro que é empresário para dele ouvir sugestões de como preparar uma visita pelo Brasil que o Itamaraty organiza para os Embaixadores que vão para seus postos para aproveitar da melhor maneira possível as oportunidades que este pequeno País oferece ao Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Ex^a incluiu o Piauí nessa viagem. Muito obrigado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Se possível ao Acre também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quando ele for tratar de amendoim, ele vai ao Acre. Agora é só caju. [risos]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): [risos] Presidente, eu queria sugerir a inclusão Extrapauta de um Projeto de Decreto Legislativo acerca de um acordo internacional, se V.Ex^a assim que...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos acatar a decisão, a solicitação de V.Ex^a e vamos, portanto, colocar em votação o Requerimento. Tem V.Ex^a a palavra como Relator.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É um acordo. É um acordo. Trata-se de projeto de Decreto Legislativo, a matéria foi apreciada e relatada pelo eminente Senador Eduardo Suplicy, e eu faço aqui ad hoc. O Decreto tem objetivo de aprovar texto do convênio de cooperação regional com a criação e funcionamento do centro de cooperação regional para educação de adultos na América Latina e Caribe, firmado na Cidade do México, em outubro de 90. A matéria já tramitou pela Câmara e está aqui na nossa Comissão que tem essa prerrogativa de apreciá-lo, e é um assunto extremamente interessante e importante. É importante destacar que a conferência da... Geral da Unesco, Presidente, em sua quarta reunião, encarregou o Diretor-Geral de cooperar com os Estados membros para criar centros regionais destinados a formação do pessoal docente e dos especialistas e a preparação de material de educação é fundamental. Em razão disso é que foi assinado em setembro de 1950 um acordo entre a UNESCO e o Governo Mexicano para a criação de um centro regional para formação de pessoal e a preparação de material de educação de base na América Latina. O organismo chama-se CREFAL. É um organismo internacional, autônomo, com sede em Patosquaro(F) no México, personalidade jurídica e patrimônios próprios em coordenação com a OEA e a UNESCO tem por objetivo a cooperação regional na educação de adultos através da formação de pessoal especializado, pesquisa documental e básica, sistematização e análise de... Intercâmbio de experiências inovadoras. Estabelece o convênio que são órgãos da CREFAL. O Conselho de administração, a Secretaria-Geral e o comitê consultivo, cada qual com atribuições específicas e ainda que qualquer Estado signatário poderá retirar-se do CREFAL e denunciar

o instrumento em questão a qualquer momento, mediante prévia notificação.

Por tudo quanto foi explicitado, Presidente, Senador Suplicy entende aqui oportuno e conveniente, ressaltando o mérito inclusive do acordo e opina pela aprovação do projeto Decreto Legislativo nº. 214/2007 que ora submeto a essa Comissão. É o voto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão, Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Requerimento nº. 81. Nos termos do § 2º do art. 50... Perdão, nos termos do... Requerimento nº 87. Nos termos do § 2º, art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal requeiro seja prestado pelo Sr. Ministro da Defesa Nelson Jobim, informações a respeito do Relatório do Grupo de Trabalho interministerial relativo as ações necessárias para reaparelhamento e modernização dos equipamentos das Forças Armadas, bem como encaminhamento do respectivo documento a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para posterior análise da Subcomissão Permanente para o reaparelhamento e modernização das Forças Armadas. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos então agora cumprir o dispositivo regimental do fechamento da reunião e solicito, portanto, Senador Geraldo Mesquita que atue como Secretário dessa Comissão. Aviso que parentes diretos dos Srs. Diplomatas poderão ficar na sala.

Sessão secreta às 13h15.

Sessão reaberta às 13h26.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está reaberta a Sessão. Essa Comissão comunica que os Srs. Embaixadores foram aprovados por maioria absoluta. Antes de encerrar eu gostaria de pedir a aprovação de um Requerimento. Nós agora verificamos com relação ao segundo Requerimento feito ao Ministério da Defesa, ele foi feito verbalmente e depois não teve o procedimento... O que não justifica. O Ministério já deveria ter se manifestado, até cobrado a oficialização do segundo Requerimento com relação ao avião que fez o trajeto Caracas-Buenos Aires. Portanto, o Requerimento 88. Requeiro com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos artigos 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal seja aprovado esclarecimentos pelo Exmº. Sr. Ministro da Defesa Nelson Jobim com informações concernente ao vôo Caracas-Buenos Aires no dia quatro de agosto último, que conforme o fato noticiário da imprensa teriam transportado numerário para beneficiar candidatura na Argentina. Na impossibilidade da aeronave por suas

características ter realizado o vôo direto, sem transitar e aterrissar em território brasileiro, queremos informações sobre o possível envolvimento do Governo Brasileiro neste episódio. Queremos a informação é no sentido de que: aonde o avião pousou, quem autorizou, quanto tempo demorou, quem transportava. Eu queria apenas saber se estão todos de acordo e apenas completar a informação. Aprovado o Requerimento?

Bom, quero parabenizar os dois Embaixadores que acabam de ter seus nomes consagrados na Comissão, remeteremos o mais breve possível ao Plenário...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Desejando aos dois grande sucesso nas suas missões. Mas eu, antes de encerrar, vou atender aqui um pedido do Alexandre e pra mim não é nenhuma novidade. Eu ao longo da vida tive a oportunidade de morar em Pernambuco e nunca vi nada mais unido que a família Gueiros. Tive a oportunidade de trabalhar com um deles, como Governador de Pernambuco, eles pedem que os filhos aqui a presença do Dr. Francisco Gueiros. Eles são assim. São tribais. [risos] E ele e o professor Davi Vieira, que também é Gueiros. Se não fosse não estaria aqui. De forma que eu quero fazer esse registro e com a maior satisfação. Agradecer, portanto, a presença de todos e dar por encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h26.

Ata da 1ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto com as demais Comissões Permanentes, em 06 de fevereiro de 2007, às 16 horas, no Plenário do Senado Federal.

Às dezesseis horas e cinquenta e três minutos do dia seis de fevereiro do ano de dois mil e sete, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em conjunto com as demais Comissões Permanentes com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Renato Casagrande, Expedito Júnior, João Vicente Claudino, Flávio Arns, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Sibá Machado, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Patrícia Saboya Gomes, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Roseana Sarney, Wellington Salgado, Leomar Quintanilha, Joaquim Roriz, Paulo Duque, Jarbas Vasconcelos, Adelmir

Santana, Edison Lobão, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Jonas Pinheiro, Antonio Carlos Magalhães, Demóstenes Torres, José Agripino, Marco Maciel, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Mário Couto, Osmar Dias e Jefferson Peres, e, ainda, dos Senadores Alfredo Nascimento, Almeida Lima, Álvaro Dias, Augusto Botelho, César Borges, Cristovam Buarque, Efraim Morais, Eptácio Cafeteira, Geraldo Mesquita Júnior, Gerson Camata, Heráclito Fortes, João Durval, João Tenório, José Maranhão, José Sarney, Magno Malta, Marisa Serrano, Mozarildo Cavalcanti, Papaléo Paes, Rosalba Ciarlini, Sérgio Zambiasi e Tião Viana. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Collor, Serys Slhessarenko, Eliseu Resende e Sérgio Guerra, tendo falta justificada em virtude de licença médica. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião destinada à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e das demais Comissões Permanentes. A Presidência comunica que os Senadores Marconi Perillo e Delcídio Amaral foram indicados pelas Lideranças Partidárias para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Colocados em votação, é eleito o Senador Marconi Perillo, Presidente, e o Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente, por unanimidade. Usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes e Leomar Quintanilha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está aberta a reunião conjunta que se destina à eleição de Presidentes e de Vice-Presidentes das Comissões.

Peço a atenção de todos, porque lerei os nomes dos indicados pelas Lideranças partidárias:

1) Comissão de Assuntos Econômicos

Presidente – Senador Aloizio Mercadante (PT)

Vice-Presidente – Senador Eliseu Resende

(PFL)

2) Comissão de Assuntos Sociais

Presidente – Senadora Patrícia Saboya Gomes

(PSB)

Vice-Presidente – Senadora Rosalba Ciarlini

(PFL)

3) Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

nia

Presidente – Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL)

Vice-Presidente – Senador Valter Pereira (PMDB)

4) Comissão de Educação

Presidente – Senador Cristovam Buarque (PDT)

Vice-Presidente – Senador Gilvam Borges (PMDB)

5) Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle:

Presidente – Senador Leomar Quintanilha (PMDB)

Vice-Presidente – Senadora Marisa Serrano (PSDB)

6) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa:

Presidente – Senador Paulo Paim (PT)

Vice-Presidente – Senador Cícero Lucena (PSDB)

7) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional:

Presidente – Senador Heráclito Fortes (PFL)

Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

8) Comissão de Serviços de Infra-estrutura:

Presidente – Senador Marconi Perillo (PSDB)

Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral (PT)

9) Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo:

Presidente – Senadora Lúcia Vânia (PSDB)

Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro (PFL)

10) Comissão de Agricultura e Reforma Agrária:

Presidente – Senador Joaquim Roriz (PMDB)

Vice-Presidente – Senador Expedito Júnior (PR)

Em votação a chapa.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com os nomes indicados na chapa queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Declaro, portanto, eleitos e empossados as Sras e Srs. Senadores, Presidentes e Vice-Presidentes que acabo de anunciar.

Antes de encerrar esta reunião, informo a V. Ex^{as} que criação de subcomissões é matéria interna de cada Comissão e deverá ser posteriormente definida.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de comunicar ao Plenário, em particular a V. Ex^a, que, amanhã, às 10 horas, a Comissão de Justiça já se reunirá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães. Espero que o que ocorre na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania possa ocorrer verdadeiramente nas outras Comissões e no Senado como um todo, tanto que, hoje, comuniquei aos Líderes minha idéia de marcar uma reunião para discutirmos uma agenda para os próximos cem dias no Brasil, do ponto de vista da sociedade, do Parlamento, dos outros Poderes da República. Assim, tentaremos fazer com que essa convergência prossiga, guiando os trabalhos de cada Comissão permanente do Senado Federal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pediria permissão a V. Ex^a também para comunicar aos companheiros da Comissão de Relações Exteriores reunião para amanhã, às 10 horas. Naquela ocasião, atendendo solicitação não só partidária, mas também de cunho particular, diante dos próprios méritos, indicaremos o Senador Mozarildo Cavalcanti para presidir a Subcomissão da Amazônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha pela ordem.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma como procedeu os Senadores Heráclito Fortes e Antonio Carlos Magalhães, gostaria de contar com a anuência de V. Ex^a para anunciar aos membros da Comissão do Meio Ambiente que nossa comissão reunir-se-á amanhã, às 11 horas e 30 minutos, quando trataremos da criação de novas subcomissões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a reunião conjunta.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 58 minutos.)

Ata da 22ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de junho de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e um de junho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da comissão, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Inácio Arruda, Fernando Collor, Expedito Júnior, Adelmir Santana, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, João Ribeiro, Augusto Botelho e Cícero Lucena**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência comunica que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a presença dos senhores Pedro Vieira Abramovay – Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Maurício Kuehne – Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional; Aurélio Virgílio Veiga Rios – Subprocurador-Geral da República; Maximiliano Salvadori Martinhão – Gerente-Geral de Certificação e Engenharia de Espectro da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização da Anatel, e o Tenente-Coronel Benedito Donizeti Marques – Representante da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, para debaterem no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura o Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2006, que “Determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicação nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências”, com vistas à instrução da matéria. Após, a Presidência procede a leitura do Ofício nº 1534, de 14 de junho de 2007, do DEPEN, comunicando que o Senhor Alexandre Cabana de Queiroz Andrade, Diretor de Políticas Penitenciárias Substituto, irá representar o Senhor Maurício Kuehne, Diretor do DEPEN, na Audiência Pública e do Ofício nº 1583, de 19 de junho de 2007, do DEPEN, comunicando que o Senhor Alexandre Cabana de Queiroz Andrade, por problemas de saúde, não poderá representar o Senhor Maurício Kuehne na Audiência Pública e, por esse motivo, o Diretor do DEPEN será representado pelo senhor Wilson Salles Damazio, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional,

em exercício. A seguir, a Presidência convida os expositores para tomarem assento à Mesa dos trabalhos, concedendo inicialmente a palavra ao Senhor Pedro Vieira Abramovay e, em seguida, aos demais convidados para suas considerações iniciais. Ato contínuo, assumem a Presidência dos Trabalhos os Senadores Flexa Ribeiro e Raimundo Colombo. De acordo com a lista de inscrição, fazem uso da palavra os Senadores Raimundo Colombo e Flexa Ribeiro. A Comissão aprova, **extrapauta**, os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 36, de 2007-CI**, de autoria do Senador Valdir Raupp, requerendo seja convidado o Presidente do Ibama, Dr. Bazileu Alves Margarido Neto e o Senhor Jorge Luiz da Silva Alves, membro do Comitê Pró-Usina do Madeira, para participarem de Audiência Pública perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, onde será debatido o tema “licenciamento ambiental das Hidrelétricas do Rio Madeira”; **Requerimento nº 37, de 2007-CI**, de autoria do Senador Mário Couto, subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro, requerendo à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura que seja solicitado o comparecimento da Diretora Executiva da Rede Sarah, Dra. Lúcia Willadino Braga, para prestar esclarecimentos sobre a conclusão das instalações do Hospital da Rede Sarah em Belém, no Estado do Pará; **Requerimento nº 38, de 2007-CI**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, requerendo que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura solicite ao TCU informações sobre a existência de possíveis impedimentos ao funcionamento do hospital da Rede Sarah na Cidade de Belém, no Estado do Pará. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informalizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número legal declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovada.

Há expediente a ser lido.

Expediente de iniciativa do Dr. Wilson Damásio, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional em exercício, informando que o Sr. Alexandre Cabana de Queiroz Andrade, Coordenador Geral de Políticas, Pesquisas e Análise de Informação, não poderá representar o Departamento, informando que o signatário

da condição de Diretor-Geral e Membro da Comissão Interministerial, instituída pela Portaria 2349, irá representar o Departamento Nacional na audiência pública de hoje.

Nós temos aqui, também sobre a mesa, um requerimento de iniciativa do Senador Valdir Raupp, que convida o Presidente do IBAMA, membro do Comitê Pró-Usina do Madeira, para participar de uma audiência pública, perante a Comissão de Infra-Estrutura, onde será debatido o tema Licenciamento Ambiental das Hidroelétricas do Rio Madeira. Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Há um outro requerimento de iniciativa do Senador Mário Couto, que solicita o comparecimento da Diretora Executiva da Rede Sara, Dra. Lúcia Braga, para prestar esclarecimento sobre a conclusão das instalações do Hospital da Rede Sara, em Belém do Pará. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

A presente reunião destina-se a realização de audiência pública com a finalidade de debater no âmbito dessa Comissão, matéria constante do PLS nº 137 de 2006, que determina que as empresas operadoras do serviço móvel pessoal, instalem bloqueadores de sinais de rádio comunicação nas penitenciárias estaduais e federais e dá outras providências.

Convido para tomarem assentos às mesas dos trabalhos, os senhores Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, Subprocurador Geral da República. O Dr. Maximiliano Salvadori Martinhão, Gerente-Geral de Certificação e Engenharia de Espectro da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização da ANATEL, o Tenente-Coronel Benedito Donizeti Marques, Representante da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo e o senhor representante do Ministério da Justiça e o Sr. Diretor-Geral em exercício, do Departamento Penitenciário Nacional Dr. Wilson Salles Damázio.

Bom, essa audiência pública tem um caráter instrutivo da mais alta relevância, para que a Comissão possa formar juízo de valor, possa formar opinião e fundamentalmente possa buscar um consenso em relação a votos divergentes que existem, em relação ao PLS 137. Sobretudo, por parte do Senador Demostenes Torres, autor de um voto em separado, que aliás, é autor deste requerimento para sessão de hoje e, o relatório de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Então existem votos divergentes para a deliberação desse projeto, que na minha opinião é da mais alta importância para o País, porque ele determina que as empresas do serviço móvel instalem bloqueadores de celulares nas penitenciárias, nas cadeias do País.

Essa Comissão tem apoiado sempre essa iniciativa esse projeto, nós estamos trabalhando para viabilizar quorum para a votação. Nas últimas sessões não foi possível e acabamos postergando a deliberação desse projeto que nessa Comissão tem caráter terminativo, porque ora o Senador Flexa, ora o Senador Demostenes, ora outros senadores pediram para que nós pudéssemos nos inserir na discussão que está sendo realizada no âmbito de uma Comissão formada pelo Ministério da Justiça.

Nós achávamos que era temerário votarmos aqui um projeto que eventualmente pudesse logo após ser modificado em virtude de deliberações que deveriam, certamente, ou que deverão por certo serem adotadas por essa Comissão que está realizando os estudos finais quanto à questão dos bloqueadores.

E na minha opinião essa audiência pública, que estará sendo acompanhada por todo o Brasil, através da TV Senado, da Rádio Senado será esclarecedora, no sentido de que a gente possa trabalhar a sinergia ou a unificação, se possível, o consenso entre o voto em separado do Senador Demostenes e, principalmente, o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

Com essas considerações preliminares eu passo a palavra ao senhor representante do Secretário, aliás, ao senhor Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, o Dr. Pedro Vieira Abramovay, que nos honra com a sua presença, já que é um dos técnicos, um dos especialistas mais credenciados a tratar desse assunto e responsável, principal, por toda a evolução e por toda a articulação referente a esse trabalho que está sendo desenvolvido no âmbito do Ministério da Justiça e do Governo Federal.

Eu concedo a palavra ao Dr. Pedro Vieira Abramovay, por vinte minutos.

SR. PEDRO VIEIRA ABRAMOVAY: Está ótimo. Agradeço imensamente as primeiras palavras do Senador, Presidente da dessa Comissão. Agradeço a oportunidade que a Comissão está dando não somente hoje, mas há algum tempo a Comissão do Ministério da Justiça de debater e de ponderar em vários momentos, sobre o projeto que está sendo discutido aqui.

Eu acho que a Comissão inclusive tanto a Assessoria do Senador Marconi Perillo, como a Assessoria do Senador Flexa Ribeiro tem acompanhado os trabalhos da Comissão e contribuído bastante com a nossa discussão. Então, eu acho que enfim, de novo reiterar o agradecimento que a Comissão tem a Comissão de Infra-Estrutura do Senado.

Eu acho que primeiro vale a pena fazer um pouco o histórico dessa Comissão do Ministério da Justiça, que foi criada a partir de pouco tempo após aqueles incidentes graves que aconteceram em São Paulo no

ano passado. Pouco tempo após o Procurador-Geral da República e o Ministro da Justiça, à época, Dr. Márcio Thomaz Bastos, se reuniram e chegaram a conclusão que era necessário fazer uma Comissão para analisar uma solução que fosse ampla para a questão dos celulares em presídio. Não fosse simplesmente uma medida que decretasse o fim de celulares em presídios, mas que debatesse a fundo todas as implicações e todas as questões que envolvesse a utilização de celulares em presídios.

Essa Comissão foi instalada esse ano. Se reuniu algumas vezes e acho que tinha justamente por objetivo analisar cada ponto dessa questão, não tratar a questão de uma maneira simplista e conseguir a partir daí, propor não só uma solução, mas uma série de soluções para enfrentar o problema. E acho que para todo mundo que participou dessa Comissão, essa Comissão foi um aprendizado.

Foi um aprendizado primeiro de que a gente tem que muitas vezes vencer os nossos preconceitos. E quando a gente vai tratar de políticas públicas ouvir todas as considerações de quem estuda e quem entende do assunto – o que absolutamente não é o meu caso na área da tecnologia etc. Mas reunindo especialistas sobre o assunto, reunindo quem tem vontade de resolver o tema, acho que foi possível avançar e colher várias sugestões para chegar na conclusão que nós temos aqui.

Eu acho que uma das primeiras conclusões que a Comissão chegou e que já, na verdade, há algum tempo quem trabalha no sistema penitenciário vinha apontando isso, é que bloqueador, esses bloqueadores tradicionais de celular, não soa uma solução eficiente para combater a utilização de celular em presídio. Esses bloqueadores tradicionais eles podem ser desligados pelos agentes, eles podem ser desligados pelos presos, eles são caros, eles ficam ultrapassados pela tecnologia. Então, isso eu absolutamente não tinha antes começar e de ouvir as considerações da Comissão, não tinha nenhuma idéia sobre enfim, clara sobre isso.

Acho que a Comissão toda e acho que os outros aqui presentes podem dar esse depoimento, foi aos poucos se convencendo de que essa solução tradicional de simplesmente dizer: “Olha tem que bloquear”, não parece ser a melhor solução, mas ao mesmo tempo a gente precisa dar uma solução para isso.

Então, o que esse relatório e depois acho que cada área vai poder falar com mais propriedade e chega a conclusão é o seguinte. Em primeiro lugar são necessárias medidas de gestão na área penitenciária. Gestão para impedir que o celular entre dentro do presídio. Essa eu acho que é uma questão funda-

mental e tratar a questão dos celulares em presídio, sem abordar a questão da gestão penitenciária seria uma irresponsabilidade.

e aqui essa Comissão traz várias sugestões na área de gestão, na verdade, cria um pacote de gestão para as principais penitenciárias estabelecendo um kit mínimo para a preservação e para que o celular não possa entrar no presídio. Eu acho que é importante lembrar inclusive que no ano passado, o Ministério da Justiça, através do DEPEN, liberou só para equipamentos quase 50 milhões de reais, para o Estado de São Paulo o que pela primeira vez permitiu que o Estado de São Paulo possuísse – e essas licitações agora estão terminando – uns raios-X, detector de metal em cada um dos presídios, coisa que não tinha.

Então, essas medidas de equipamento dos presídios, elas são fundamentais e a gente aponta isso aqui e estabelece qual é esse kit mínimo, para esses presídios, isso de um lado.

Do outro lado, partindo já para soluções tecnológicas de fato de bloqueio a Comissão analisou várias alternativas, desde as mais tradicionais até as tecnologias mais avançadas. E aí eu acho que sobretudo o pessoal da ANATEL, vai poder detalhar melhor, mas o que a Comissão conseguiu notar é que há hoje soluções disponíveis que são muitos flexíveis e muito mais versáteis do que o bloqueador tradicional.

Há hoje soluções que permitem sem instalar definitivamente no presídio, mas soluções tecnológicas que possam transitar em diversos presídios, que possam ser utilizadas sem que os próprios agentes o ou cada um deles saibam que isso está dentro do presídio e que conseguem não só bloquear, mas escutar, desde que tenha evidentemente autorização judicial celulares, desligar e localizar onde estão cada um dos celulares.

Então, você vai fazer uma inspeção dentro de um presídio, você conseguiria de antemão saber onde estão todos os celulares dentro daquele presídio. E esse pessoal já conseguiria pegar todos os celulares que estão lá. Isso é uma solução muito mais inteligente do que um bloqueador tradicional. Então, a Comissão aponta para isso e estabelece também como uma das soluções a utilização dessas soluções flexíveis.

Eu acho que depois cada um vai falar um pouco mais. E acho que para não me alongar muito e acho que é importante que os outros Membros da Comissão aqui apontem a impressão que tiveram do andamento da Comissão e as soluções mais detalhadas. Eu queria dizer que ontem os trabalhos encerrados da Comissão, eu fui apresentar esse texto e a conclusão dos trabalhos para o Ministro Tarso Genro. E o Ministro Tarso Genro ficou muito bem impressionado com os trabalhos

da Comissão, gostou muito das soluções apontadas e fez um pedido, para que a gente incluísse no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que deve ser lançado em breve.

Essa questão dos celulares em presídios de maneira que a gente pudesse aportar recursos do Governo Federal, para pelo menos esses kits mínimos e essas soluções que estão dadas aqui, que a gente conseguisse com recursos nossos de fato equacionar o problema dos celulares em presídios. Isso que isso é uma medida positiva. Esse programa deve ser lançado nos próximos, enfim, dentro de um dentro um ou dois meses do máximo. E a gente conseguiria apontar um caminho para... E essa era a idéia da Comissão, equacionar o problema dos celulares dentro dos presídios.

Então, o Ministério da Justiça sabe que essa responsabilidade tem que ser uma responsabilidade compartilhada e isso foi uma questão presente o tempo inteiro na discussão das Comissões. Cada um dos atores que vai dos operadores ao Ministério da Justiça, aos Sistemas Estaduais, o Ministério Público, cada um desses atores tem uma responsabilidade dentro desse processo e isso está aqui. O importante que cada um fale dessa responsabilidade.

Eu acho que as operadoras têm que fornecer soluções tecnológicas, elas têm que trabalhar em parceria. A questão dos cadastros que a gente vem trabalhando num outro projeto de lei, acho que é importante que as operadoras consigam fornecer de maneira mais fácil esses cadastros para os órgãos de investigação e para dentro do sistema penitenciário.

Agora, a responsabilidade do Ministério da Justiça e dessa Comissão, que é justamente apontar soluções e conseguir aportar recurso para que essas soluções se efetivem para que a gente consiga eliminar ou equacionar o problema dos celulares, que é um problema gravíssimo hoje no Brasil dentro dos presídios. Eu acho que essa Comissão apontou e o Ministério está assumindo a sua parcela de responsabilidade.

Eu acho que tem uma série de outras questões que a gente poderia abordar aqui, é evidente que o FUPEN na visão do Ministério Público ele poderia ter mais recurso do que hoje tem. Eu acho que essa disputa do orçamento é importante que o Senado colabore e ajude.

Ano passado a gente teve uma execução extraordinária do FUPEN, justamente porque eu acho que houve uma pressão do Parlamento nesse sentido, a gente conseguiu liberar um crédito extraordinário de 100 milhões de reais para o FUPEN o ano passado. Então foi uma execução de fato muito robusta e essa questão é fundamental que o Parlamento continue a fazer e colabore com o Governo nesse sentido.

Então, eu acho que essas são as considerações iniciais. Eu acho que é importante ouvir os outros membros aqui da Comissão, e enfim, os Senadores se tiveram questões estamos à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao Doutor Pedro Abramovay pela exposição, esperando que ao final dessa audiência, possamos estabelecer um canal de interlocução na minha opinião definitivo, entre o que pensa o relator, o autor do voto em separado e, as decisões que já foram tomadas pela Comissão, a fim de que a gente possa transformar o relatório num substitutivo que contemple o máximo possível das deliberações, na minha opinião sensatas adotadas pelo Ministério da Justiça, através dos trabalhos dessa Comissão.

De modo que a minha opinião pessoal é no sentido de trabalhar para que essa Comissão possa estar convergindo sua deliberação com o resultado desse, na minha opinião, profícuo trabalho realizada pela Comissão. Eu tenho a honra de conceder a palavra, por dez minutos, eu vou reduzir o tempo, para dez porque o Doutor Pedro, utilizou apenas dez. Eu acho que é tempo suficiente para que a gente possa estar sintetizando todo o conteúdo das exposições.

Com a palavra o Doutor Wilson Damázio, Diretor-Geral em exercício do Departamento Penitenciário Nacional, por dez minutos.

SR. PEDRO WILSON DAMÁZIO: Bom dia a todos e a todas. Uma satisfação muito grande estar aqui, nessa Comissão representando o Doutor Maurício Kuehne, que é o Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional. Eu sou seu substitutivo legal e dirijo, também, o Sistema Penitenciário Federal.

Em primeiro lugar, eu quero pedir desculpas pelo atraso, estava na Comissão de Segurança Pública e do Combate ao Crime Organizado, também, tratando de assunto ligado ao Sistema Penitenciário Nacional. Mas eu fiquei muito feliz em poder ter participado dessa Comissão criada pelo Ministério da Justiça, uma Comissão plural com representantes de vários segmentos, Procuradoria Geral da República, Justiça Federal, operadoras, a ANATEL, Ministério das Comunicações.

Eu acho que os trabalhos foram profícuos. As soluções apresentadas, eu acho que devem ser encampadas pelo Poder Público e ela passa certamente por um maior aporte de recurso por parte do Governo Federal, principalmente no que tange ao FUPEN, que é o Fundo Especializado em apoiar os sistemas penitenciários de todo o País e de certa forma, também, ver um jeito de que o FISTEL apóie essas ações.

Eu acho que a principal solução encontrada ela atende a tudo aquilo que nós precisávamos no Sistema Penitenciário Nacional. A princípio o DEPEM propôs a elaboração de um kit, um kit básico para a tecnologia para algumas unidades, aquelas principais unidades.

O sistema de extração de identidade de celular eu acho que é o que de mais moderno existe no mundo hoje. Apesar do seu custo um tanto elevado, mas eu acho que o seu custo-benefício vale a pena. Agora eu vou a dizer aqui o que disse em várias oportunidades durante os trabalhos da Comissão.

A gestão penitenciária ela tem que ser olhada com outros olhos, não é? Principalmente no que tange a valorização ao homem, ao agente penitenciário, aqueles profissionais que trabalham nos sistemas. Porque se você colocar o que de mais moderno existe no mundo dentro de uma penitenciária e deixar que o agente penitenciário – em alguns Estados, ganhando pouco mais que um salário-mínimo – opere aquele sistema, certamente à noite quando o Diretor não estiver ou o chefe de disciplina, aquele equipamento vai dar um defeito e novamente as cadeias vão voltar a funcionar.

Eu acho que o Ministério da Justiça tem uma responsabilidade muito grande nisso está fazendo a sua parte. Esse Programa Nacional de Segurança com Cidadania lançada pelo Ministro Tarso Genro, eu acho que atende e muito, vamos ter uma melhora no que tange a gestão significativa no que tange a gestão penitenciária.

O DEPEM, Departamento Penitenciário Nacional apresentou as suas propostas, são propostas que vão desde a geração de vagas e a qualificação dessas vagas no Sistema Penitenciário Nacional – todos os Estados – até ao investimento no homem, no agente penitenciário, nos profissionais que trabalham nessa área.

Eu acho que estamos no caminho certo. Como solução de curto prazo, eu vejo a aquisição desses kits e do equipamento de extração da identidade de celular. É a minha opinião como técnico. E a curto e médio prazo o investimento no homem que trabalha no sistema penitenciário de todo o País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Wilson Damázio e concedo a palavra ao Doutor Aurélio Virgílio Veigas Rios, Sub-Procurador Geral da República, por dez minutos.

Com a palavra o senhor Sub-Procurador.

SR. AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS: Bom dia a todos. Eu gostaria inicialmente de agradecer o convite feito ao Ministério Público Federal. E gostaria de agradecer em nome do Senador Marconi Perillo, Pre-

sidente dessa Comissão, registrar também a presença do Flexa (Lima) Ribeiro e do Senador Jayme Campos e aos meus colegas aqui de mesa.

De fato, como bem disse o Doutor Pedro Abramovay, o Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando de Barros de Souza, solicitou ao Ministro que criasse uma Comissão, no sentido de tentar buscar soluções de curto médio e longo prazo, para a questão da segurança eletrônica dos presídios.

E houve de fato uma resposta pronta e imediata do então Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que criou essa Comissão que passou também a ter o apoio irrestrito do hoje Ministro da Justiça, Tarso Genro. Das discussões que tivemos, ficou evidente a necessidade de primeiro estabelecer uma responsabilidade compartilhada. Responsabilidade compartilhada entre o Ministério da Justiça a quem cabe a discussão e a execução de uma política penitenciária, uma articulação com a Agência Nacional de Telecomunicações, porque ela é que tem a inteligência e saberia compreender melhor as alternativas tecnológicas para se enfrentar o problema. E evidente com a participação do Ministério das Comunicações e também da Justiça do Poder Judiciário e do Ministério público que são partes importantes na execução do processo penal.

E tivemos também uma participação muito boa e muito instigante por parte da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, que trouxe também boas contribuições a respeito de exemplos de tentativas se enfrentar o problema. Óbvio que para todas as famílias brasileiras de todos os lares têm sido um tormento a utilização de celular, não só por lideranças que estão hoje instaladas dentro dos presídios e dentro dos estabelecimentos penitenciários, mas não só por essa nova medida que é a extorsão criminosa, que é a extorsão mediante simulação de seqüestro em que praticamente acho que não há uma família ou que não tenha visto ou tenha presenciado ou tenha sido de algum modo vítima de uma tentativa de extorsão desse tipo.

E obviamente quase todas elas feitas através de chamadas originadas de um aparelho de serviço móvel pessoal. Então, houve uma compreensão por parte de toda a Comissão, de que era necessário que além de pensarmos as medidas de médio e longo prazo para reorganizar um sistema penitenciário brasileiro, inclusive na questão orçamentária, porque de nada adianta querermos ter políticas públicas, se não temos recurso para implementá-las. E esse tem sido sempre uma preocupação também do Senado da República de não só tentar discutir as finalidades, mas verificar os meios necessários para que essas finalidades sejam cumpridas.

E, como bem disse o colega Pedro Abramovay aqui, é importante também que se discuta seriamente a questão do orçamento destinado ao sistema penitenciário, especialmente as medidas que são sugeridas pela Comissão. Afinal de contas essa Comissão teria um aspecto meramente teórico e suas sugestões seriam apenas retórica política senão viesse acompanhada também de uma explicitação em relação às alternativas para se buscar os meios e os recursos necessários para implementar medidas de curto médio e longo prazo a respeito disso.

Há uma interface evidente entre essa Comissão, entre o Projeto de Lei relatado pelo Senador Flexa (Lima) Ribeiro e a Comissão. Por isso recebemos com muito bom gosto, Flexa Ribeiro, perdão, o Senador Flexa Ribeiro a quem tivemos a oportunidade de ter uma discussão mais prolongada em uma das reuniões da Comissão.

E o Senador Flexa Ribeiro também nos colocou a preocupação de ser pensar medidas imediatas, que a Comissão também não se perdesse somente nas questões estruturais em que anotassem falhas visíveis e de todos perceptíveis a olho nu do sistema penitenciário, mas que caminhássemos para uma solução que significasse também uma preocupação em resolver ou tentar enfrentar imediatamente os problemas gravíssimos, sobretudo relacionado a essa nova modalidade de crime que é a extorsão mediante simulação de seqüestro.

É preciso fazer essa relação com essa Comissão do Senado, porque a nossa Comissão não tratou como forma central da Reforma Legislativa, até por entender que esse é o papel do Congresso, especialmente do Senado da República. E também porque nos interessava muito mais discutir a implementação de uma política penitenciária consistente e também não só apontar as soluções, mas apontar os meios necessários para implementar essas políticas.

Eu não vou falar aqui sobre as leis que já temos sobre isso e muito menos sobre o Projeto de Lei que tramita aqui dentro dessa Casa. Mas eu gostaria também de e aonde termino também a minha apresentação agora, dizer que é a Comissão teve o cuidado de não apontar uma única solução para a questão orçamentária. De deixar tanto ao Ministro da Justiça quanto ao Congresso Nacional e a sociedade brasileira as alternativas postas para obtenção desses recursos necessários a implementação de política, sem as quais nenhuma medida de emergência, nenhuma medida que venha a tratar do assunto com a urgência e emergência que ele tem terá resultado.

Então a Comissão teve a responsabilidade de pensar essas medidas de curto prazo como estabele-

cimento dessa estação rádio base móvel, mas sempre ligada a necessidade de ser acompanhada de medidas efetivas de médio e longo prazo. Então, com essas palavras eu encerro essa breve manifestação, agradecendo mais uma vez a possibilidade de estar aqui nessa Comissão, de termos essa conversa franca e aberta sobre uma questão tão grave, como é a questão da segurança eletrônica nos presídios.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a participação do Dr. Aurélio Veiga Rios, Sub-Procurador Geral da República e tenho a honra de conceder a palavra, ao Dr. Maximiliano Salvadori Martinhão, Gerente-Geral de Certificação e Engenharia de Espectro da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização da ANATEL, por dez minutos.

SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO: Obrigado, Sr. Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura do Senado Federal. Muito obrigado Srs. Senadores Membros da Comissão.

Inicialmente eu gostaria em nome da ANATEL agradecer o convite que foi realizado para a Agência Nacional de Telecomunicações, para apresentar algumas considerações com relação à instalação dos equipamentos bloqueadores e tecnologias relacionadas ao bloqueio de comunicação nas áreas dos presídios.

Eu preparei uma apresentação que eu gostaria de seguir, Sr. Senador, senão houver algum impedimento? Ok? O primeiro ponto que eu gostaria de apresentar em relação a questão dos bloqueadores, é que bloqueador de celular ele surge como uma tecnologia para fins militares. Ele surgiu como uma tecnologia de fins militares e posteriormente ele foi adaptado para operação em presídio e em prisões.

Esse aspecto é importante porque ele teve sempre desde o passado e ainda hoje, um caráter muito de força policial ou então de Forças Armadas. Agora, alguns países começam a adotar essa tecnologia em ambientes como cinemas, auditórios, teatros, museus, bibliotecas e afins. Essas tecnologias ela principalmente ela foi desenvolvida para o bloqueio de sistemas móveis de comunicação. E aí eu citei alguns exemplos de sistema móveis e as faixas de frequência em que esses sistemas móveis operam. No caso do Brasil, os sistemas móveis operam nas faixas 800, 900, 1800 e a terceira geração entra aqui na faixa de 1900 e 2100 megahertz.

Esses sistemas são fabricados sob encomenda e tem um projeto específico. Porque como ele pode tolher o direito de outrem no sentido de promover a sua comunicação, o projeto normalmente ele é específico para aquela situação em que se deseja bloquear

a comunicação. A regulamentação da ANATEL prevê um equipamento de bloqueador de sinais como um equipamento de radiação restrita.

Esse é um aspecto muito importante porque equipamentos de radiação restrita, eles operam sem a necessidade de licenciamento perante a Agência Nacional de Telecomunicações. Esse é um aspecto importante, porque não onera o setor público na hora de utilizar esse equipamento. Essa figura basicamente demonstra o funcionamento.

Então, nós teríamos uma estação rádio base, essa estação de rádio base emite seus sinais que eventualmente cobrem determinada unidade prisional. Os bloqueadores o que eles procuram fazer, eles inserem um sinal de ruído dentro da unidade prisional, de tal forma que qualquer aparelho que esteja naquele ambiente, ele não vai ter possibilidade de receber a comunicação dentro do ambiente prisional. Ele é um gerador de ruído, o bloqueador é um gerador do ruído.

Aliado a esse sistema, tem um sistema de supervisão que no caso de uma dessas estações transmissoras interromperem seu funcionamento é acionado um alarme para que sejam tomadas as medidas devidas. Do ponto de vista da tecnologia em 2001 e 2002, a ANATEL realizou alguns testes com essa tecnologia e realmente foi verificado o bloqueio efetivo das comunicações no interior dos presídios. A tecnologia funciona para o bloqueio.

Esse equipamento tem uma particularidade que o projeto ele é específico para cada arquitetura e localização do presídio. Se houver um presídio de dois andares é um projeto específico. Se for um presídio de uma maior área tem um projeto específico. Se for um presídio em área urbana é um projeto específico e assim por diante. Os sistemas já estão regulamentados pela ANATEL, resolução 365 a 306 e também a Resolução 308.

Um aspecto particular a respeito do uso de sistemas bloqueadores é que o DEPEM foi Delegado pela ANATEL, como a entidade formalmente autorizada para proceder a análise de pedidos. E que o uso de bloqueadores em locais diferentes dos indicados pelo DEPEM é considerado pela regulamentação da agência como uma atividade clandestina.

Agora um aspecto importante a respeito do bloqueio é que a tecnologia está evoluindo numa velocidade que tal, que os equipamentos cada vez mais eles se tornam menores. E o fato do equipamento ser muito pequeno facilita a introdução de equipamento dentro dos presídios.

Um outro aspecto é que o bloqueio simplesmente dos serviços móveis não impedirá as conversões dentro dos presídios, porque existem uma série de outros

sistemas de rádio comunicação que também podem entrar dentro do presídio e promover essa comunicação. Por exemplo, nós temos sistemas do serviço telefônico sem fio, que funciona o serviço telefônico fixo comutado que funciona sem fio. Sistemas do serviço de comunicação multimídia, sistemas móveis global por satélite, que no caso é o satélite que está projetando determinado sinal de cima para baixo nas unidades prisionais e pode oferecer essa possibilidade de comunicação.

Outros serviços como aqueles Sistemas de HT que nós vemos em Shopping Centers, sistema de segurança de Shoppings Centers e outros equipamentos de radiação restrita como aqueles *walk-toks* que normalmente se encontram com as crianças, muitas crianças usa esse tipo de equipamento.

Aqui eu sinalizo os tipos de frequência algumas frequências que podem ser utilizada para a comunicação dentro de presídios. Nós temos todas as faixas do serviço móvel pessoal, faixas do serviço telefone fixo comutado, sistema móvel global por satélite e o sistema móvel especializado. Então, bloquear apenas essas faixas de frequência do serviço móvel pessoal significaria dizer: "Olha, todas essas outras faixas estão disponíveis".

Então a discussão do bloqueio não envolve apenas o serviço móvel pessoal, isso é um aspecto importante. Porque se seguirmos o caminho do bloqueio de celular, do bloqueio de comunicações, nós temos que considerar uma série de outras faixas de frequências. E aí, dentro da Comissão, a participação da ANATEL foi no sentido de identificar tecnologias disponíveis para realizar essa atividade. E aí, nós verificamos que existem sete soluções possíveis para bloquear a comunicação dentro dos presídios.

A primeira chama-se instalação de gaiolas de *faraday*, esse sistema se baseia numa característica da Física de que as ondas eletromagnéticas quando elas incidem uma superfície metálica elas refletem. Então, nesse caso seriam inseridas telas, sistemas de telas que fariam com que as ondas eletromagnéticas ao chegar aos presídios elas seriam refletidas, não estariam dentro do presídio.

Uma dificuldade dessa alternativa é que à medida que cresce a frequência de operação do sistema de rádio comunicação, essa tela ela fica mais fina, ela fica mais fechada. E isso pode resultar nos presídios brasileiros se tornarem ambientes muito inóspitos, muito escuros, muito lacrados, vedados, vamos dizer assim. Aí nós temos a alternativa de bloqueios de rádio frequência que é essa que eu demonstrei.

Uma alternativa híbrida entre o bloqueio de rádio frequência é a gaiola de *faraday*, porque isso permite

realizar um bloqueio de rádio frequência e a utilização da gaiola de *faraday*, de maneira mista que é uma combinação entre as alternativas anteriores.

Nós temos a solução de incluir, próximo, nas proximidades do presídio, uma estação de rádio base que nós chamamos aqui de "buraco negro", porque essa estação só teria acionada a informação de sinalização aos equipamentos terminais. O que significa? Se houvesse um terminal [soa a campainha] Dentro do presídio, o terminal não teria o canal de voz, não haveria comunicação.

Outra tecnologia seria a estação rádio base, mas com monitoramento das chamadas seria o grampo, uma solução herbimóvel (F), essa solução que foi indicada pela Comissão, que seria um sistema que permitia a identificação ou rastreio e o bloqueio dos terminais. E por fim, uma solução baseada em perfil que você continuamente verificaria o tipo de chamada que está saindo daquela região próxima ao presídio e aí, com isso, você consegue criar listas negras, listas brancas, você consegue saber que tipo de ligação que está saindo daquela região. Seria um último sistema.

Cada um desses sistemas possui suas vantagens e desvantagens e essas tecnologias foram detalhadas no relatório que foi apresentado à Comissão.

Um outro questionamento que foi feito para a ANATEL é a respeito dos custos para essa tecnologia e aí nós fizemos um levantamento, contamos alguns fornecedores de tecnologia e nós recebemos os seguintes orçamentos, desde 926 mil reais, até um sistema custando aí por volta de 245 mil reais. Óbvio que a caracteriza dos sistemas são diversos. E aqui nós tomamos um exemplo, um presídio com a característica de tendo cem metros, por cem metros de... Cem metros de largura por cem metros de comprimento, uma área de 10 mil metros quadrados e um presídio apenas horizontal, sem dois andares. Um aspecto importante é que o bloqueio traz aquelas dificuldades que eu mencionei, só bloqueia faixas específicas.

Outra discussão discutida na Comissão foi a respeito da fonte de financiamento para esse recurso e aí a Comissão julgou que a fonte mais apropriada que já é definida seria a utilização do FUPEN, que é o Fundo Penitenciário. Houve uma discussão no sentido de que fosse acrescido orçamento ao FUPEN, no sentido de que houvesse um aporte de recurso para atividades de bloqueio de comunicação nos presídios.

Um aspecto que foi identificado pela Comissão é que adoção de qualquer solução técnica, ela não resolve senão houver medidas de gestão. Por quê? Porque durante a operação, senão houver uma manutenção contínua de equipamentos, os equipamentos podem ser ou desligados ou simplesmente entrar num

processo de falhas não haver qualquer impedimento para que a comunicação ocorra.

Outro aspecto importante que foi ressaltado no relatório é que qualquer solução tenha o cuidado de não afetar a população que esteja ao redor do presídio que esteja com bloqueio.

Comentar os sinais do ponto de vista da experiência da ANATEL nessa Comissão há um aspecto muito importante de agir na causa, na causa que é a entrada do equipamento. Nós precisamos encontrar fazer um trabalho conjunto de agir na causa e também agir no efeito. Nós precisamos encontrar uma maneira de agir na causa e aí os colegas já falaram a respeito dessas medidas de gestão e também na consequência que é a proposta que eu vou falar à frente.

A questão de agir na consequência trás as dificuldades que eu mencionei. A tecnologia avança novos sistemas aparecem e você precisa a todo momento, incluir novos sistemas para fazer o bloqueio. Em relação a essas medidas, ou seja, outras medidas, elas precisam ser uma solução integrada dentro desse contexto da Política Nacional de Segurança Pública.

O relatório que foi apresentado a Comissão esse relatório é importante, porque ele abordou essas questões. Abordou questões da ordem tecnológica, políticas administrativas da ordem legal e também da questão orçamentária. E aí, do ponto de vista da necessidade urgente que nós temos que é a necessidade de dar um tratamento imediato para o problema da comunicação que realmente é um problema que aflige a população brasileira, a solução tecnologia que se a Comissão apontou para esse momento foi a estação rádio base móvel o que é isso?

É uma estação que ela foi desenvolvida com determinada inteligência que você coloca no presídio, você consegue identificar todas as chamadas que estão sendo realizadas, você consegue listar os equipamentos que podem realizar comunicação, você consegue listar para quem está sendo realizada a chamada e uma série de medidas de inteligência que auxiliam a segurança pública e também permite um bloqueio.

Agora, a gente ressalta também que essa medida é uma medida de curto prazo. Se ela não for aliada a medidas de longo prazo nesses aspectos de gestão que foram mencionados pelos colegas, essa medida aqui ela vai ser apenas um paliativo no combate a esse problema.

Então, a ANATEL, o nosso ponto de vista como participante da Comissão é que essa ação coordenada que foi realizada nessa Comissão, ela foi muito importante porque ela viabiliza um planejamento estratégico, também, de médio e longo prazo a esse problema.

Eu agradeço a oportunidade e peço desculpas pelo tempo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço ao Dr. Maximiliano Salvadori Martinhão, Gerente-Geral de Certificação de Engenharia da ANATEL, e passo a palavra ao Tenente-Coronel Benedito Donizette Marques, representante da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. V. S^a. terá dez minutos para sua exposição.

SR. BENEDITO DONIZETI MARQUES: Sr. Senador, senhores membros da Mesa, Sr^{as}. E Srs.

Bom, primeiramente cabe a mim agradecer em nome do Dr. Antônio Ferreira Pinto, Secretário de Administração Penitenciária de São Paulo, por termos podido representar as Secretarias de Administração Penitenciária de todo o País.

Segundo, eu queria agradecer ao Dr. Aurélio pela referência ao trabalho que foi feito pela Secretaria de São Paulo.

Bom, a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, e creio que este é um fenômeno nacional, ela cresceu 100% nos últimos oito anos, isso dá um crescimento chinês praticamente. E passamos de 70 unidades prisionais para 144, sendo 110 unidades prisionais do sistema fechado.

Os recursos humanos tiveram incremento inferior a 50%, para ser mais específico, crescemos 48% em recursos humanos. Hoje são quase 140 mil sentenciados para aproximadamente 23 mil funcionários operacionais e administrativos, o que dá mais ou menos uma média de um funcionário para cada oito presos aproximadamente.

Aqui eu vou fazer uma referência, que não é nossa [inaudível] São Paulo, são palavras do Consulado Americano, que se tentou uma parceria o ano passado: "Os benefícios concedidos aos presos são verdadeiros privilégios na maioria dos sistemas prisionais mais progressistas no mundo". Essa é a visão do Consulado? Por quê? Porque nós temos extremo empenho de funcionários no processamento de bens que são remetidos a eles. No processamento das visitas, em média cinco a seis visitas por sentenciado. No processamento de visitas íntimas, aliás, só existe isso no Brasil.

Atualmente há estatísticas indicando as apreensões de 200 celulares por mês nas penitenciárias de São Paulo. E esses ilícitos eles são introduzidos por visitas, advogados, religiosos, por corrupção e até por um meio muito inusitado que ultimamente foi flagrado em São Paulo, é pipa, eu não sei como é, tem papagaio, o pessoal empina pipa papagaio e derrubam dentro dos raios partes de celulares que são praticamente

montados. Então, os senhores vejam a capacidade desses nossos clientes.

Nossos serviços de inteligências trabalham de forma integrada com as polícias tanto militar, quanto civil, quanto federal e com a ABIN. Tudo dá conta que o nosso grande inimigo realmente é o celular usado pelos sentenciados a SAP, vem investindo no gerenciamento das entradas de ilícitos nas unidades e isso corroborando o que o Doutor Max falou. E de 2001 a 2003 a SAP investiu aproximadamente três milhões na instalação de bloqueadores de celulares que se demonstraram obsoletos e funcionavam exclusivamente durante o prazo de garantia.

Contamos com 73 raios X, sendo que há aquições, serão incrementados mais 178, o que potencializará seu emprego nas 110 unidades do sistema fechado com ênfase às unidades que segregam as facções. Estão em aquisição 152 portais detentores, todas as unidades prisionais contam com detentores portais, sendo que estão sendo adquiridos mais centenas desses aparelhos.

Insta enfatizar que os investimentos estão ocorrendo mercê de convênios com o DEPEN e o Ministério da Justiça, com a contrapartida do Estado.

Srs. era o que eu tinha a dizer. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Ten. Cel. Benedito Marques, pela sua exposição e vamos passar agora aos debates. Senador Colombo, com a palavra.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Primeiro, cumprimentar a todos, ao nosso Presidente Senador Flexa Ribeiro.

Eu tenho uma dúvida. Eu não tenho, eu acho que qualquer pessoa de bom senso, sabe que nós precisamos fazer alguma coisa. E essa atitude está correta de impedir o uso de celular através de um mecanismo que a sociedade dispõe. A dúvida que eu tenho e acho que outros Senadores têm, eu gostaria que alguém, agente público, me respondesse é quem deve pagar esse serviço.

Eu tenho estudado a questão da função do FISTEL a questão de FUST, agora, eu quero ser justo. Quer dizer a empresa tem folga? Ela acumulou lucros é responsabilidade dela? É ela quem deve oferecer esse serviço para a sociedade? Ou isso deve ser feito com dinheiro público? Esta é a questão que precisa fundamentar, porque se nós tomarmos a decisão errada aqui, obrigarmos a iniciativa privada a fazer com seu recurso e isso não for viável, nós vamos acabar não tendo o serviço oferecido a sociedade. Nós vamos ter uma atitude aqui errada e os prejuízos serão forte e essa situação continuará existindo agravando toda a questão.

Se realmente nós colocarmos dinheiro público e as empresas que têm os seus lucros, que têm os seus benefícios, será que é justo colocar dinheiro público nesse serviço e as empresas terem excesso de privilégios, mais ganhos do que já tem? Eu não conheço essa realidade. Para mim fundamentar o meu voto que é totalmente a favor, esse serviço tem que ser oferecido a sociedade.

Eu quero que algum agente público, com espírito público, com ato patriótico me ajude com essa sua informação a fundamentar a minha posição. Essa é a minha pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Colombo. E fica à disposição dos nossos convidados, para que possam... Dr. Pedro e Dr. Aurélio também.

SR. PEDRO VIEIRA ABRAMOVAY: Bom, eu acho que essa preocupação é uma preocupação de todos nós. A preocupação que permeou sempre o nosso trabalho a discussão aqui e acho que é importante tratar do assunto. A função da Comissão era sobretudo de apontar a solução para o problema, muito mais de determinar – eu acho que nem caberia quem vai pagar a conta.

As empresas de telefonia são autorizatárias do serviço público e acho que tem um caráter especial nesse sentido. Além disso, não há dúvida que o celular justamente, quer dizer, é um produto que gera o serviço, a exploração desse serviço gera um lucro muito grande para essas empresas e gera uma externalidade negativa para usar um termo econômico para toda a sociedade.

Então eu acho que vale sim, ser considerada e acho que o Senado deve considerar se essa externalidade negativa deve ser compartilhada igualmente por todos, portanto, unicamente com os recursos públicos ou se ela deve ser compartilhada de maneira desigual, colocando maior peso sobre quem tira lucro dessa atividade, que é a atividade de celular.

Passando essa premissa eu estava colocando aqui no começo, o Ministro Tarso Genro, acolheu as sugestões da Comissão e pediu para que fosse incluído no Programa Nacional de Segurança Pública, justamente o equacionamento dessa solução. Então, eu acho que é importante colocar isso é em primeiro lugar.

Em segundo lugar, o projeto do Senador Flexa Ribeiro, que acho que tem se debruçado bastante sobre esse assunto levanta a questão da FISTEL. Seria necessário uma alteração na Lei do FISTEL para que o FISTEL pudesse também ajudar a fazer parte dessa solução. Eu acho que dado tudo isso, eu acho que assim o Ministério da Justiça e o Poder Público com os marcos normativos que têm hoje e etc, quer assumir

essa responsabilidade. Acha que é algo gravíssimo, algo que tem atormentado a vida de todo mundo e sabe que tem essa... E acho que os poderes públicos estaduais também têm que ter essa responsabilidade, mas o Ministério da Justiça não quer fugir da sua responsabilidade inclusive orçamentária.

Ele está disposto e ir atrás dos recursos, se a gente não puder cumprir integralmente o que está aqui, mas pelo menos dar início e diferido no tempo a gente conseguir equacionar esse problema, essa é uma disposição do Ministério, com seus próprios recursos orçamentários.

Mas eu acho que cabe sim, o debate no Senado de como distribuir esse prejuízo grave para toda a sociedade, que vêm justamente da exploração, enfim, do uso de um produto que é enfim, a telefonia é um serviço público, a comunicação, a telecomunicação é um serviço público e que seus lucros aproveitam mais alguns do que a outros, mas o prejuízo é dividido com todos. Então, eu acho que esse debate deve ser feito, mas o Ministério da Justiça deixa claro que não vai fugir da sua responsabilidade e que quer sim, equacionar esses problemas com recursos orçamentários.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Pedro e passo a palavra ao Dr. Aurélio Rios, Subprocurador Geral da República.

SR. AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS: Senador Colombo, essa foi uma das primeiras preocupações que o Ministério Público teve quando encaminhou essa proposta de criação do grupo de trabalho. Evitar algumas ações civis públicas que exatamente fazia o que o senhor temia, quer dizer, atribuía inteiramente as operadoras do serviço de celular responsabilidade por falhas estruturais do próprio sistema penitenciário.

Evidentemente não era uma solução justa, porque nenhum setor privado pode dar conta de uma responsabilidade dessas. E também seria uma forma absurda do Estado, também se afastar do problema.

Então o nosso, posso dizer para o senhor de forma tranqüila que a nossa primeira intenção foi afastar isso, quer dizer, nós trabalhamos com o sistema de responsabilidade compartilhada, mas fazendo absoluta questão de que não recaísse sobre nenhum ente, particularmente sobretudo as operadoras de telefonia celular, o ônus de implemento desse serviço.

Óbvio que tínhamos três linhas. A primeira era buscar fontes de recursos do próprio Estado, de recursos públicos para isso. Isso evidentemente que tem a complicação de sempre, saber de onde vai tirar ou de que área poderia ser transferido para o sistema penitenciário, sobretudo, na questão da segurança eletrônica.

A segunda, que eu se não me engano constou do relatório do Senador Demostenes Torres, era essa de atribuir as operadoras a responsabilidade. Nós não achávamos e não achamos que fosse exatamente a melhor. Com todo respeito a proposta do Senador, nós achamos que ela poderia evoluir para um sistema que conciliasse as duas coisas e uma delas é a busca de outras fontes como essa. Até foi pensado o FUST, especialmente o FISTEL.

E é claro que também a questão do Fundo de Recurso esbarra num outro problema muito sério que é a questão do contingenciamento e isso não atinge somente a FUPEN, atinge praticamente todos os fundos, isso tem prejudicado o funcionamento das agências reguladoras. Se tem um ponto comum de todas elas seja ANEEL, ANATEL ANS, é a dificuldade que se tem de fiscalizar esses serviços por conta do contingenciamento.

Então, a Comissão não deixou amarrado qual seria a melhorar alternativa, mas o que nós apontamos e acho que posso falar em nome do grupo isso é que é uma forma de tentativa de harmonizar isso. De evidentemente as operadoras colocarem a disponibilidade do próprio DEPEN as novas tecnologias que possam facilitar esse bloqueio ou que possa, por outro lado, dificultar a comunicação dentro dos presídios, mas que a gente também tenha a preocupação lá adiante de estabelecer medidas mais duradouras, inclusive num ponto de vista orçamentário de definir mesmo de onde vem esse dinheiro, como ele vai utilizado.

E a partir do momento que o Congresso Nacional, especialmente o Senado da República estabeleça que essa é uma questão prioritária, essa é uma questão que envolve a segurança nacional, a tranqüilidade do País que se estabeleça também acertos com a área de planejamento e do Ministério da Fazenda, no sentido de evitar cortes e contingenciamento que venha a prejudicar a implementação dessas medidas.

Então, eu acho que o relatório acaba sendo sábio no sentido de não apontar uma única alternativa, mas também de dizer que todas elas têm problemas, inclusive essa própria questão do FUPEN, ela só seria viável, se aumentarmos consideravelmente o recurso existente hoje no Fundo Penitenciário. Agora, quem vai tomar a decisão política de decidir isso, tenho a impressão que será essa Casa, por isso a importância até de estarmos aqui nesse debate para buscarmos uma solução integral para o problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Aurélio Rios e passo a palavra ao Maximiliano Martinhão, Gerente-Geral de Certificação da ANATEL.

SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO:

Obrigado, Senador. A consideração que eu gostaria de fazer é que nós tivemos a oportunidade de fazer um levantamento, ainda muito de uma forma ainda de minuta de como é isso no mundo, como é a questão dos bloqueadores no mundo.

Um primeiro aspecto foi o que eu mencionei na apresentação é que essa tecnologia ela está muito vinculada às atividades de segurança ou de Forças Armadas. Então, uma primeira dificuldade que nós tivemos foi de conseguir a informação, porque essas informações é muito de caráter estratégico. E aí daqueles países que a gente conseguiu a informação, quer dizer, nós conseguimos da França, Canadá, Alemanha e dos Estados Unidos, é que quando é utilizado é uma atividade eminentemente de Estado.

Eu concordo com o colega o Aurélio, em relação à conclusão que foi feita pela Comissão, de que existe um Fundo já voltado para esse tipo de atividade que é o FUPEN, existe uma questão a respeito da quantidade de recursos. Os recursos que são recolhidos pelo FUPEN, se eles são suficientes ou não para aquilo que se deseja em torno de bloqueio de comunicação eletrônica nos presídios. E aí é uma questão de aporte de recursos.

A questão de utilizar FUST e usar FISTEL na Comissão trouxe algumas preocupações, porque no caso da FISTEL é uma taxa e como taxa tem que ter uma contraprestação da Agência Nacional de Telecomunicação e face aos contingenciamentos, como é que ficaria a situação de um recurso estar a agência com as atividades para as quais ela foi criada, ela estar com recursos contingenciados, mas eventualmente haverá recursos para a questão do bloqueio? Então, isso também foi espelhada, essa preocupação foi espelhada no relatório da Comissão. E eu gostaria também de destacar para os Senadores.

E um último ponto em relação aos bloqueadores que já foi mencionado, mas eu gostaria também de destacar. É o DEPEN, ele fez um trabalho muito interessante a respeito da utilização de kits nos presídios, kits que seriam raios-X, detectores de metais, os portais e esse, kits quando comparados a utilização de bloqueios com os valores que seriam apropriados para os kits, os kits são muito mais baratos e podem dar um resultado muito melhor.

Eu não estou dizendo não ter um bloqueio, não ter uma atividade de inteligência porque essa foi uma indicação da Comissão, queiram também um equipamento que possa permitir fazer a inteligência, mas na hora de decidir o montante de recursos é importante colocar na mesa todas as soluções que podem ser

utilizadas e, aí também, decidir o aporte de recursos que será realizado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Maximiliano e concedo a palavra ao Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC):

Eu acho que essa é exatamente o fundo da questão, porque eu não tenho dúvida que será aprovado e por unanimidade, no que concerne ao Senado a aprovação desse processo o encaminhamento, porque é uma necessidade. As razões os senhores conhecem muito mais, a gente tem procurado conhecer um pouco isso e para mim está muito claro.

Agora a face que nós vamos entrar é exatamente o encaminhamento de como fazer? Porque se nós fizermos o encaminhamento errado, nós vamos ter mais uma vez a burocracia, as dificuldades e tal. Então, nós temos que fazer Presidente Flexa, o encaminhamento de que se ache a solução e que ela seja conseqüente, que nós cheguemos ao resultado final.

Eu gostaria, não sei se é possível da questão estratégica e reservada, onde tem conhecimento de outros países como é esse o procedimento. Me parece também que isso é uma atribuição do Estado. E aí essa questão da FISTEL nós temos que regulamentar a lei ao interesse do País, porque 8% desses recursos eles acabam caindo no fundo no final do ano e acaba entrando no tesouro, como uma receita normal como qualquer outra. Então não me parece justo.

E a questão do FUST é muito pior porque nós não conseguimos nem aplicar o recurso. Se por um lado você tem um grave problema que é o problema da segurança pública e do conflito com a sociedade, que tende a se agravar e está aí tudo acontecendo. Por outro, você tem o dinheiro tão raro e tão difícil, o dinheiro público disponível num fundo que não consegue gastar.

Então, não é possível que nós no Congresso, que o próprio Governo, não consigamos encontrar fórmula de fazer com que esse recurso que está disponível que é arrecadado do cidadão vá a uma função emergencial como é essa. Então, nós temos que encaminhar a solução disso, para que os senhores tenham os meios e as formas de aplicar esse benefício e a sociedade tenha segurança tão necessária. Então, se pudesse ter uma noção.

A dúvida da gente como Parlamentar é exatamente a seguinte: "Como é que você vai votar defendendo um interesse público?" Quer dizer, as empresas têm finalidade de lucro e os lucros elas conseguem. É função delas prestar esse serviço a sociedade? Essa é única dúvida que eu tenho e certamente outro Senador também tem.

Se for uma questão do Estado, então vamos usar os fundos disponíveis para que esse benefício chegue sem prejudicar o cidadão, eu acho que nós não podemos criar mais um fundo ou mais um imposto porque ninguém mais aguenta isso. Então, o dinheiro nesse caso ele existe, quer dizer, os fundos estão aí os resultados são conhecidos. E se não é uma função privada, e aí realmente, eu não tenho conhecimento técnico para definir isso, então, que seja o público e que a gente aponte qual o recurso.

E nós vamos resolver o problema e os senhores terão sucesso no encaminhamento e nós estaremos prestando, nós e o Governo, um bom serviço à sociedade. Eu acho que esse é o resultado final desse nosso trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Raimundo Colombo e pergunto ao Dr. Maximiliano, se ele teria as informações que o Senador solicita.

SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO: Como eu mencionei o levantamento que nós fizemos Senador Raimundo Colombo, ele ainda é muito preliminar. Nós constituímos tanto no nível da União Internacional de Telecomunicações, como também na Comissão Interamericana de Telecomunicações, dois grupos de trabalho para recolher essa informação.

A próxima reunião da Comissão Interamericana de Telecomunicações, ela ocorrerá agora ao final de julho, no próximo mês. Existe um questionário que foi feito que será enviado para todas as administrações do Continente Americano, questionando as Administrações como elas tratam essa atividade de bloqueio de comunicação em ambientes prisionais.

Esse trabalho deve frutificar no início do ano que vem, quando nós teremos um relatório concluindo como as administrações tratam esse problema. Agora, os dados preliminares nós podemos adiantar e encaminhar para o seu gabinete.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Presidente tem previsão de votação? Porque tem o parecer do Demostenes, que aponta o encaminhamento para a iniciativa privada absorver esse custo. Eu quero ter segurança e apresentar argumento de que o caminho seja o outro. Quando é que a previsão da votação? Porque senão acaba... A quem eu estou defendendo? Eu não estou defendendo empresa privada. Eu quero defender a sociedade e o serviço público.

Então tem previsão de votação? Porque aquele dia foi pedida essa audiência pública, para que a gente tivesse mais segurança na votação. Tem previsão disso?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, Senador Raimundo Colombo. O que

ficou acertado na Comissão é que nós faríamos essa audiência pública com a Comissão do Governo, para ter o relatório como está sendo apresentado hoje. E em seguida, na próxima sessão da Comissão, na próxima reunião colocarmos em votação o projeto. Porque era exatamente para que os Senadores Membros da Comissão, pudessem ter conhecimento de todas essas questões que estão sendo aqui apresentadas para que votemos conscientemente no projeto.

O parecer que eu emiti, ele se encontra na Comissão já há alguns meses, lamentavelmente está sendo postergada a votação, mas agora com o trabalho concluído da Comissão, não há mais por que não votarmos o parecer e possamos dar seqüência e encaminhar para a execução, a implementação do que ficar aqui decidido pelo Congresso.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Ok, eu agradeço. E estou satisfeito. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Ex^a, que assumisse a Presidência, para que eu pudesse também fazer os questionamentos e os agradecimentos à Comissão.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Cumprimentando a todos, eu passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para que ele faça seus questionamentos e a sua posição.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Raimundo Colombo, eu quero inicialmente, saudar a todos os nossos convidados a essa audiência pública, o Dr. Pedro Vieira Abramovay, que é o Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, Subprocurador Geral da República, Dr. Maximiliano Salvadori Martinhão, Gerente-Geral de Certificação da ANATEL, Dr. Vilson Sales Damázio, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional, em exercício, e o Ten. Cel. Benedito Donizeti Marques, Representante da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo.

As minhas primeiras palavras Presidente Senador Raimundo Colombo, são de congratulações a Comissão. Eu tive oportunidade de participar de uma das reuniões, mas através da Assessoria de Gabinete, nós estivemos presentes em todas as reuniões da Comissão.

E pude acompanhar a forma profissional e competente como os trabalhos foram encaminhados pela Comissão e, que resultou no relatório que está sendo hoje apresentado à Comissão de Infra-Estrutura. Evidente, que essa questão é uma questão que preocupa a toda a sociedade brasileira.

No meu Estado do Pará, agora lá, já começam a ter também antigamente você já tinha o problema do

seqüestro, seqüestro não, da simulação de seqüestros vindos de fora, mas agora, já foram detectados de dentro do Estado da Pará mesmo. Ou seja, já houve uma exportação dos processos para os presos dos estabelecimentos penais do Estado do Pará. Ou seja, ela está se difundindo numa velocidade que nós, não estamos, nós o Congresso e o Executivo, não estamos tendo agilidade em implementar as medidas que possam resolver o problema.

Então, a discussão que era para ter sido encerrada há bastante tempo e nós temos que resolver o que fazer, eu acho que a pior solução é não fazer nada. Se a gente não puder fazer o ótimo, vamos fazer o bom pelo menos, mas vamos fazer alguma coisa. Essa eu acho que é até a posição da própria Comissão.

Eu tenho um parecer pronto há bastante tempo, em que a conclusão é mais ou menos a mesma da Comissão, quer dizer, não basta instalar os bloqueadores, não é suficiente isso. É preciso que tenha elementos que impeçam o acesso dos aparelhos ao sistema prisional e isso parece até tão fácil de ser conseguido. E lamentavelmente, a gente tem notícia que a cada dia eles continuam acessando aos presos de forma que eles possam de dentro do sistema prisional, controlar o tráfico ou fazer a pressão à sociedade que está fora.

Então, o meu parecer eu dividi em duas partes, porque nós estamos resolvendo o passado, nós estamos tentando resolver aquilo que não fizemos há bastante tempo. Mas nós temos que ter um ponto de partida, para que daqui para frente isso não ocorra, ou seja, nós temos que ter uma legislação que partir de aprovada, qualquer nova unidade prisional já tenha incluído no seu projeto todos esses equipamentos necessários ao controle de entrada, ao treinamento do pessoal, porque não é só o controle, também.

A questão também de punir aqueles que porventura, possam facilitar o acesso ou que esteja usando já cumprindo pena, que estejam usando o equipamento internamente. Isso aí é na reunião que eu tive oportunidade de participar foi dito que é muito difícil, até porque o próprio é algo que assusta a sociedade, porque o próprio agente de segurança, ele fica intimado, me parece que foi isso que eu entendi, ele fica intimado de fazer a apreensão, ou pelo menos até a denúncia, sob pena tenho risco da própria vida.

Então, nós vamos ter que resolver também esse problema, porque se esse não for resolvido, nós não vamos impedir ou suspender essa prática. Então, a questão dos recursos humanos é importante. A questão dos equipamentos também é importante. E que os presídios novos já tenham isso tudo constando dos seus projetos.

[troca de presidência]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):

Também fiquei Presidente, Marconi Perillo, bastante impressionado na reunião que eu participei e disse Presidente, que parabenizava a Comissão composta pelo Governo, pela Procuradoria da República, pela ANATEL pela Polícia Federal e pela Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, de que os presídios construídos e, se eu estiver enganado me corrijam, porque eu entendi assim, a nível dos Estados Brasileiros, eles obrigatoriamente não são previamente aprovados pelo Departamento responsável do Ministério da Justiça.

Eu entendi naquele dia que é isso, ou seja, é realmente algo que não dá para entender. Eu acho que se isso não for correto nós precisamos corrigir, ou seja, qualquer unidade prisional que venha a ser construída em qualquer Unidade da Federação Brasileira, ela tem que ter a aprovação do Ministério, do Departamento específico do Ministério da Justiça, para que ela se enquadre dentro de tudo isso que nós estamos discutindo aqui. Porque senão nós vamos ter vários tipos de presídios feitos, sem que eles atendam as exigências que nós vamos poder estabelecer.

Então, vamos corrigir daqui para frente, não vamos deixar que isso continue ocorrendo, agora, como fazer para trás? Existem mais de 1000 unidades ou 2000 unidades prisionais, 1044 unidades prisionais no Brasil. Algumas de maior complexidade outras de menor complexidade, quer dizer, não vamos ter o mesmo tratamento para todas devemos ter tratamentos diferenciados.

O meu parecer ele definia ou determinava, o bloqueio de todo e qualquer sistema de comunicação, da telefonia móvel, a rádio comunicação, ou seja, não se restringia apenas ao celular, que me parece que em princípio é hoje a maior preocupação, mas... Mas como foi dito aqui pelo representante da Secretaria de São Paulo, que ao conseguirmos bloquear os celulares, vão em seguida vir outros meios de comunicação, que também precisariam ser bloqueados.

Quer dizer, está dizendo que já estão mandando peças de celular através de pipa para dentro dos presídios, já não passa nos raios-X, já vem por cima. Daqui a pouco nós temos que fazer uma caixa fechada que não dê acesso de hipótese nenhuma.

Mas como eu dizia, o meu parecer restringia tudo. É uma solução técnica pelo menos que entendi aí da exposição do representante da ANATEL que deu sete possibilidades, inclusive, a gaiola que nós chegamos a discutir. Eu cheguei até naquela altura perguntar, se no futuro tecnicamente não se poderia utilizar a própria cerca de segurança dos presídios, como sendo um elemento de bloqueio das ondas dos celulares, aí é uma questão técnica para ou a própria estrutura,

a própria estrutura de ferro do concreto, se ela não poderia usar. É uma questão de estudar a tecnologia para isso, para que ela atendesse os dois objetivos, a construção, a estrutura, manutenção do prédio e também o bloqueio das emissoras.

Mas eu vou Senador Marconi Perillo, eu me dou por satisfeito com o relatório que hoje foi apresentado à Comissão de Infra-Estrutura. E ainda a pouco o Senador Raimundo Colombo, fazia um questionamento quando nós votar o projeto. Eu disse que dentro daquilo que ficou combinado votaremos na próxima... Eu vou fazer uns ajustes apenas, para que possa adequar atendendo aquilo que o relatório nos trouxe, me parece e eu tenho aqui, algumas questões a fazer, mas me parece que a sugestão seria naquele equipamento móvel em princípio.

Eu digo em princípio, porque é o mais rápido para que possa surtir o efeito. E aí eu fico na dúvida, como é que seria distribuído isso? Um equipamento por Estado? Um equipamento... Eu vou colocar aqui as questões, para que vocês possam... Inclusive poder concluir aqui ou alterar o... A minha preocupação com o equipamento móvel é a utilização desse equipamento.

Porque esse equipamento de alta tecnologia ele vai permitir que a pessoa ou quem esteja de posse do equipamento, ele tenha acesso a escuta telefônica de forma irrestrita. Se ele estivesse sendo usado dentro do presídio, ele vai colocar aqui, mas se ele... Pelo que eu estou entendendo ele é móvel, ou seja, ele vai passar de um presídio a outro, desse a um terceiro e, você vai propiciar... Eu não vou dizendo aqui, que ele será utilizado desta forma, mas eu quero ter na da Comissão, também, se esta preocupação foi levantada.

Quer dizer ele pode ser usado nesses deslocamentos de forma incorreta, não para atender o objetivo que nós estamos propondo. Quando o bloqueio fixo da unidade, ele traria única e exclusivamente, faria o bloqueio e a definição do celular naquela unidade prisional. Com relação aos recursos eu insisto e vou manter o meu relatório, Presidente Senador Marconi, no sentido de que se utilize os recursos excedentes do FISTEL.

Eu li aqui o relatório da Comissão e o próprio parecer, ele já adequa a Lei do FISTEL, faz alterações na Lei do FISTEL, para que esses recursos possam ser usados para o objetivo que se pretende a lei não permitiria isso, mas eu faço alterações que possam permitir essa utilização. Até porque se nós formos para uma outra sugestão da Comissão que seria os recursos do Fundo Penitenciário eles são insuficientes para atender a necessidade atual, quanto mais para resolver um problema.

E nós vamos usar o recurso do FISTEL uma única vez, porque nós vamos usar o recurso do FISTEL para resolver o que está para trás, porque daqui para frente, já vai ficar permanentemente resolvido. Então, eu vou manter o recurso do FISTEL, fazendo as alterações que sejam necessárias na lei, para que eles possam ser utilizados.

E por último eu pediria ao Presidente, que eu tenho... Eu conversava com o Sub-Procurador da República, Dr. Aurélio, que a dificuldade que nós temos que ver, existe uma lei já antiga de 2003, parece que determina a instalação dos bloqueadores. Eles não foram instalados, porque faltou definir quem vai instalar e quem arca com a instalação.

Então, nós temos que definir isso e a dificuldade na área de segurança, nós não temos que fugir da realidade que é falta de recurso. Se a gente quer fortalecer e melhorar a segurança pública no País é preciso instrumentalizar o sistema, colocar recursos para que não só a questão de armamento, mas a questão de inteligência e de preparo do policial, salário e outras questões que precisam ser adequadas.

Então, tem um projeto eu dizia ao Subprocurador, tem um projeto tramitando que não permite que o contingenciamento de recursos orçamentados para a área de segurança pública. Então, fazer andar o projeto também dentro desse pacote de emergencial de segurança pública, de melhoria da segurança pública, para poder ajustar porque aí pelo menos, ou se não se quer... O ideal era não contingenciar nada, mas se quer limitar pelo menos no tempo. Qual é o prazo necessário para que tenha recursos para corrigir cinco, dez anos. Então, limita o tempo nos cinco, dez anos.

Eram essas as questões que eu queria colocar e gostaria de ter a preocupação com relação à utilização do equipamento móvel.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador Flexa Ribeiro, eu vou me encaminhar para o encerramento dessa reunião. V. Ex^a, está sendo solicitado para uma votação, agora numa outra Comissão, a Comissão de Desenvolvimento Regional, que é muito importante para as nossas regiões, mas eu gostaria de fazer aqui pelo menos três considerações.

Primeiro, dizer que me senti satisfeito com as informações que nos foram prestadas pelos expositores, no que diz respeito ao item 33 da página 23, onde essa Comissão Especial indica soluções de caráter orçamentário e financeiro, para suprir as necessidades desse propósito, ou seja, dos bloqueadores que seria possivelmente através do FUPEN, que é insuficiente e o FISTEL, isso poderá estar incluso nesse relatório de V. Ex^a.

A outra pergunta, ou a outra preocupação que eu deveria fazer, mas já me sinto também contemplado, está na página 44 do relatório, das conclusões, onde o relator apresenta como melhor solução, o chamado Sistema de Extração de Identidade de Telefonia Celular ou e telefone celular. Na nossa opinião esse sistema é seguro, oferece soluções tecnológicas a longo a prazo.

A pergunta que eu teria é a seguinte: A cargo de quem ficaria a responsabilidade da operação? Mas me informa aqui o Doutor Abramovay, que uma parte seria de responsabilidade dos sistemas estaduais do DE-PEN, uma outra parte seria de responsabilidades dos sistemas estaduais, os sistemas penitenciários estaduais e as operadoras se encarregariam das soluções tecnológicas do apoio tecnológico. Então também me sinto satisfeito com essas respostas, já implícitas nas próprias exposições aqui dos expositores.

Eu queria, enfim, chamar V. Ex^a, para uma reflexão quanto a necessidade, eu já havia dito isso aqui antes, quanto a necessidade de procurarmos agora que o trabalho da Comissão está pronto, as conclusões já foram apresentadas, buscássemos então uma convergência de opiniões entre o relatório de V. Ex^a, o resultado da Comissão e o voto em separado do Senador Demostenes, já que foi o próprio Senador Demostenes que fez o requerimento para que nós pudessemos estar aqui. E já que ele insistiu muito para que tivéssemos essa busca de entendimento junto à Comissão do Ministério da Justiça.

Nós todos tínhamos esse interesse, tanto é que eu designei o Assessor Luciano, para que acompanhasse e na minha opinião, nós temos tudo agora para chegarmos de forma madura a uma solução final para os chamados bloqueadores nas penitenciárias. E como nós temos uma data marcada para a votação do relatório de V. Ex^a, nós poderemos ter um problema, ou seja, poderemos ter regimentalmente aqui um desconfortozinho na semana que vem que é a possibilidade de vistas, já que V. Ex^a vai modificar o relatório, vai acrescentar algumas questões ao relatório.

Caso isso ocorra, no máximo nós deliberaríamos na quinta-feira seguinte, de qualquer para a próxima quinta-feira, às 10h, eu até pediria a Comissão que antecipasse para as 09h00, nós vamos fazer uma mobilização aqui para que votar o relatório de V. Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu queria, talvez até abusando de V. Ex^a, eu tenho um problema familiar na quinta-feira, um irmão meu vai

fazer um transplante renal em São Paulo. E, se nós pudéssemos fazer esta reunião na quarta, de tal forma que...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Quarta-feira é impossível, senhor Presidente, nós vamos realizar um grande seminário aqui, em conjunto com a Comissão de Minas e Energia a Câmara para debater carvão mineral, combustíveis fósseis. Então, infelizmente não dá. Poderia ser na terça-feira, agora, às duas da tarde.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Terça pode ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dependeríamos de mobilização dos Senadores, mas eu acho até que a gente poderia, mas como tem a previsão de vista nós poderíamos marcar para terça-feira às 14h00. Terça próxima, V. Ex^a, aqui lê o relatório, a gente abre vistas e marcamos para quarta-feira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dia 04, está bem?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Então, marcamos para terça, apenas para cumprir o ritual aqui do regimento, dia 26 às 14 horas e aí, no dia 04, nós levamos o projeto à deliberação final.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu espero que com isso, nós possamos estar também agregando colaboração a todo esse esforço realizado pela Comissão. Por mim, eu quero agradecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu gostaria de ouvir, eu perguntei a questão do equipamento eu queria tirar essa dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como é que seria esse controle do equipamento móvel.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Dr. Maximiliano para responder. Três minutos.

SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO: Ok. Muito obrigado. Hoje Senador Flexa Ribeiro, a regulamentação da ANATEL, qualquer emissora de rádio frequência ele deve ser certificado perante a agência.

Em função das preocupações que estão por trás da utilização de equipamento desse gênero, o que é a regulamentação da agência faz, ela remete a utilização desse equipamento ao DEPEN. Então, esse equipamento só pode ser utilizado, após uma indicação, uma autorização do DEPEN, tendo essa autorização do DEPEN ele pode ser utilizado.

O equipamento sim, oferece essa preocupação do senhor, mas eu acredito que dentro do escopo das atividades da DEPEN, eles também terão essa preocupação e certamente o Dr. Damázio falará a esse respeito.

Um outro aspecto que eu queria responder, só em relação a um ponto que o senhor levantou, que eu gostaria de colocar também em consideração nas discussões, a respeito de quem pagará pela utilização. O senhor já faz uma proposta muito objetiva em razão ao FISTEL, mas só em relação aquela outra proposta que haveria de incidir esse custo as operadoras do serviço móvel. Eu mencionei na apresentação que não é apenas o serviço móvel, existe uma série de outros serviços de telecomunicações que usam rádio frequência e poderia ser utilizados e aí teríamos que ver uma fórmula, se for esse caminho, de ratear esse custo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas esse equipamento, ele só vai rastrear o celular ou outra comunicação?

SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO: O DEPEN, ele fez uma proposta muito objetiva, focando houve uma série de levantamentos que foram feitos nas instituições prisionais e um aspecto que destacou nesse primeiro momento, é que a tecnologia que tem mais sido utilizada pelos presidiários para realizar comunicação é a tecnologia GSM, porque existe uma facilidade... Não, não a proposta do DEPEN ela é abrangente, nesse momento considera todas as tecnologias móveis.

E acredito que aliado a isso, terá aquela ação de gestão com raios-X, portal e detectores de metais que a coisa vem e converge. E também, à medida que isso [soa a campainha] forem identificadas outras necessidades o projeto certamente vai ser adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Doutor Damázio.

DR. WILSON SALLES DAMÁZIO: Complementando aqui o nosso companheiro da ANATEL, o DEPEN ele fez uma espécie de proposta piloto no tocante as tecnologias que faltam ao Sistema Penitenciário Nacional todo o Brasil.

Então, a princípio nós propusemos 50 kits compostos cada kit de um raios-X, dois detectores de metal tipo portal, cinco detectores de metal manual e três

inspetores íntimos. Isso para 50 unidades orçou em aproximadamente 08 milhões e 700 mil.

Com relação ao sistema, de extração de identidade de celular, a nossa proposta é que haja 25 equipamentos fixos, sendo 20 para as unidades do sistema estadual e cinco para as penitenciárias federais, esses serão fixos, ficarão dentro das unidades, isso num primeiro momento lógico. Se nós evoluirmos quiçá no futuro todas tenham. E seis equipamentos móveis no DEPEN.

A proposta ela contempla, também, a instalação de uma área de inteligência aqui em Brasília, onde nós auditaremos todos esses equipamentos instalados nas regionais, nas unidades dos Estados. Ou seja, se aquele equipamento está ligado, se estiver desligado a gente sabe. O próprio equipamento ele se auto audita, o que for feito naquele equipamento fica registrado, então, isso aí vai dificultar bastante o mau uso desse equipamento.

E o DEPEN, ele ficaria responsável como disse a própria ANATEL, pela autorização para aquisição desse equipamento a cada determinada unidade, mas também faria a auditoria do uso desse equipamento. E naquelas unidades que não tem equipamento fixo, o DEPEN apoiaria com esses equipamentos móveis através da nossa Coordenação Geral de Inteligência, aqui do Sistema Penitenciário Federal.

E complementando essa proposta de tecnologia, nós idealizamos também 20 kits de monitoramento eletrônico, composto cada um, algo em torno de 100 câmeras, sendo 10 PTZs aquelas câmeras maiores. Então, kit eletrônico, para detecção de metal, câmeras para o monitoramento e o equipamento para detecção do celular. O equipamento como já bem disse ele faz tudo. Todos esses primeiros pilotos, ele está orçado em 71 milhões de reais, nesse primeiro momento.

O DEPEN hoje ele tem um orçamento anual de 200 milhões, o FUPEM. Já foram apresentados projetos encerrando a nossa fase de recebimento de projetos dos Estados, pediram algo em torno de 400 milhões e o nosso orçamento é de 200 milhões, sem contemplar isso aqui. Então é, daí a real necessidade de haver um aporte de recursos para o Fundo, basicamente isso, com relação... Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu perguntaria Doutor Wilson, se essa proposta sua faz parte aqui do relatório, está aqui.

DR. WILSON SALLES DAMÁZIO: Há um extrato, que contempla o relatório, onde tem tudo isso aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos os equipamentos aqui?

DR. WILSON SALLES DAMÁZIO: É inclusive com esses valores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora, para esse equipamento móvel, cada unidade da Federação terá pelo menos um?

DR. WILSON SALLES DAMÁZIO: Certamente. Nós vamos aquela unidade porque isso vai ter em razão da unidade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pelo menos por Estado, porque você tem que ter...

DR. WILSON SALLES DAMÁZIO: Não, não, porque nesse primeiro momento são 25 fixos desse equipamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas então nós vamos ter que ampliar isso, porque não vai resolver o problema.

DR. WILSON SALLES DAMÁZIO: Nos Estados Excelência que realmente não apresenta determinado tipo de problema. O que nós temos aqui é priorizando. Nós estamos vendo aquelas unidades que apresentam problemas com relação a esse uso do celular, porque isso é um equipamento caro e também a gente chegar e disponibilizar um determinado equipamento...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Qual o custo desse equipamento estimado?

DR. WILSON SALLES DAMÁZIO: Ele fica cada aparelho... Porque eles têm outros custos...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

DR. WILSON SALLES DAMÁZIO: Na faixa de 01 milhão, 310 mil reais, tanto móvel quanto o fixo. Agora, a montagem completa, treinamento operacional, criação da unidade central de inteligência, localizador direcionais, amplificador e etc, ficam em 09 milhões 840. Isso é um suporte para que todos os equipamentos sejam instalados e que nós possamos—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Monitorá-los.

SR. WILSON SALLES DAMÁZIO: Administrar isso aqui de Brasília. Só esse sistema de celulares, 50 milhões de reais. Todo o projeto apresentado, esse projeto piloto, 71 milhões de reais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, há um requerimento sobre a mesa de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que solicita ao CTU informações sobre a existência de possíveis impedimentos ao funcionamento do Hospital da Rede Sara, na cidade de Belém do Pará. Está em votação esse requerimento, os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

Concluindo essa audiência pública.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, sobre o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu queria inclusive pedir desculpas a V. Ex^a, e aos nossos convidados por ter chegado após o início da audiência pública. Eu estava tinha um compromisso já agendado com o Ministro Valmir Campelo do TCU, para tratar exatamente disso. Nós temos um Hospital da Rede Sara, pronto há quatro anos e meio, na cidade de Belém e o Governo não põe para funcionar, fica dizendo que é problema do Ministério Público Federal do Ministério Público Estadual e agora do TCU.

Eu estou pedindo através desse requerimento para que V. Ex^{as} possam através da Comissão de Infra-Estrutura, saber qual o motivo que impede a população do Pará, necessitada de tratamento tenha aquele prédio pronto há quatro anos e meio, sem que coloque em funcionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V. Ex^a será atendido rigorosamente, de acordo com o requerimento que acaba de ser aprovado, Senador Flexa Ribeiro.

Não havendo mais nada a tratar eu quero aqui, encerrando essa audiência agradecer a significativa colaboração que os ilustres expositores trazem a esse procedimento, a esse projeto que está sendo debatido já há algum tempo. Agradecer...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Ex^a, que fizesse chegar a todos os Membros da Comissão, não só o relatório da Comissão, como também as notas taquigráficas das exposições aqui colocadas pelos nossos convidados, para que eles possam ao tomar conhecimento, já não puderam estar presentes a audiência, tomar conhecimento que a gente possa ter um voto consciente na próxima reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V. Ex^a, será atendido, determino a Secretaria que tome as providências solicitadas.

Agradeço ao Dr. Pedro Vieira Abramovay, Secretário do Ministério da Justiça, pela sua inequívoca colaboração, da mesma forma, o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, Subprocurador Geral da República, o Dr. Wilson Sales Damázio, Diretor-Geral em exercício do DEPEN, o Dr. Maximiliano Salvadori Martinhão, Gerente-Geral da ANATEL, e o Tenente Coronel Benedito Donizeti, representante do Governo de São Paulo. A todas essas autoridades colaboram de forma significativa para o sucesso desta audiência pública e, sobretudo, para esclarecimentos aos integrantes da

Comissão, que terão a responsabilidade de deliberar sobre esse projeto.

Lembro ainda, que na próxima semana na quarta-feira, o dia todo nós teremos um seminário internacional, que será o Seminário Papel dos Combustíveis Fósseis na Sustentabilidade e Segurança Energética. Um seminário que será promovido por essa Comissão em conjunto com a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

Está encerrada a presente audiência pública, muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 13h17

Ata da 23ª Reunião ordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de junho de 2007, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador EXPEDITO JÚNIOR, reúne-se, ordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Fernando Collor, Marconi Perillo, Romero Jucá, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Rosalba Ciarlini e Cícero Lucena**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência lê requerimento do Senador Romeu Tuma solicitando licença no período de 24 a 27 de junho de 2007, para fazer parte da delegação de senadores brasileiros que participarão da Segunda Sessão do Parlamento do Mercosul e comunicado da Assessoria Especial do Ministro de Minas e Energia, Danilo Vieira Furtado, encaminhando nota sobre convênio assinado pelo MME para desenvolvimento sustentável do entorno das hidrelétricas de Serra da Mesa e Cana Brava, em Goiás. A presente reunião destina-se à deliberação do Item Único constante da Pauta – **Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 2006 – Decisão Terminativa** – “Determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro que apresenta parecer pela aprovação do Projeto, com o acatamento parcial da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2, ambas de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, nos

termos do Substitutivo que apresenta. Em 15/03/2007, foi concedida vista aos Senadores Demóstenes Torres e Serys Slhessarenko, nos termos regimentais. Em 22/03/07 foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Em 10/04/07, foi apresentado o Voto em Separado, de autoria do Senador Demóstenes Torres, concluindo pela aprovação do Projeto em sua redação original. Em 02/05/07, foi concedida vista aos Senadores Wellington Salgado e Romeu Tuma, nos termos regimentais. Em 10/05/2007, a apreciação da matéria foi adiada. Após, a Presidência concede a palavra ao Senhor Relator, Senador Flexa Ribeiro para proferir a leitura do novo relatório, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto, com o acatamento parcial da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2 nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às quinze horas e dois minutos, lavrando eu, **Dulcidia Ramos Calháo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Leitura de requerimento do Senador Romeu Tuma. Sra. Secretária, por orientação do Sr. Senador Romeu Tuma, encaminho a V.Exª para os devidos fins, a cópia para do requerimento nº 704 de 2007, em anexo, no qual S.Exª requer licença para se ausentar-se nos trabalhos dessa Casa, a fim de participar da Sessão do Parlamento do Mercosul no período de 24 à 26 de junho de 2007 em Montevideu, Uruguai.

Leitura de comunicado do Assessor Especial do Ministro de Minas e Energia. “De ordem do Assessor Especial do Ministro de Minas e Energia, Danilo Vieira Furtado, encaminho nota sobre convênio assinado pelo Ministério para desenvolvimento sustentável do entorno das hidrelétricas de Serra da Mesa e Cana Brava, em Goiás, solicitando-lhe a gentileza de dar conhecimento aos demais integrantes da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura”. A presente reunião destina-se à deliberação do Projeto de Lei do Senado 137/2.006.

Projeto de Lei do Senado 137/2006, que determina que as empresas operadoras do serviço móvel

peçoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias Estaduais e Federais e dá outras providências. Autor: Senador Rodolpho Tourinho. Relator: nobre Senador Flexa Ribeiro. Comunico aos Srs. Senadores que essa Comissão realizou no dia 21 de junho, Audiência Pública em atendimento ao Requerimento nº 35 de autoria do Senador Demóstenes Torres, destinada a debater o presente Projeto de Lei. No dia de hoje, o Relator Flexa Ribeiro apresenta nova minuta ao Parecer com novas alterações, as quais serão lidas e discutidas nesta reunião, ficando a sua votação agendada para o próximo dia 4 de julho do corrente, quarta-feira. Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para proferir o seu Parecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Expedito Júnior, Srs. Senadores, esse projeto, ele já se encontra, o Projeto de Lei do Senado nº 137/2006, já se encontra há vários meses em debate na Comissão de Infra-Estrutura. Nós, existe um voto em separado do Senador Demóstenes Torres, que foi o autor do Requerimento de uma Audiência Pública para que nós pudéssemos ouvir a Comissão criada, a Comissão sobre Segurança Eletrônica em Estabelecimento Penitenciário e Isolamento Efetivo de Presos, criada no âmbito do Ministério da Justiça e que muito auxiliou o encaminhamento para que pudéssemos concluir, fazendo pequenas alterações ao Parecer que já foi lido nessa Comissão. A Comissão, ela, a Audiência Pública teve a participação do Dr. Pedro Vieira Abramovay, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, do Dr. Maurício Kuehne Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional, DEPEN, do Ministério da Justiça, Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, Subprocurador-Geral da República, Dr. Maximiliano Salvatori Martinhão, Gerente-Geral de Certificação e Engenharia de Aspecto da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização da ANATEL e do Tenente-Coronel Benedito Donizete Marques, representando a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

Por ocasião desta Audiência Pública, ocorrida no dia 20 de junho, quarta-feira passada, nos foi também entregue um relatório desta Comissão para, sobre segurança eletrônica nos presídios no âmbito do Ministério da Justiça, e com os dados do relatório eu fiz algumas alterações em meu Parecer e que eu vou pedir ao Presidente, que eu possa fazer a leitura apenas desta alteração porque o restante do Parecer permanece inalterado como já foi lido em reuniões anteriores. O que eu acrescento ao Parecer, já lido e entregue, é apenas enriquecendo esse Parecer com as conclusões que a Comissão chegou propondo as ações no sentido de evitar ou extinguir as comunicações dos

presos com o mundo exterior, em relação ao sistema prisional. Então, nesse contexto, eu vou ler aqui o que eu estou aditando ao meu Parecer anterior.

Nesse contexto, apresentamos substitutivo à proposição original devidamente ajustado após o aprofundamento das discussões. Discussões que contaram com a realização por esse colegiado de Audiência Pública com representantes da Comissão sobre segurança eletrônica em estabelecimentos penitenciários e isolamento efetivo de presos, criada no âmbito do Ministério da Justiça, na qual foram apresentadas as suas conclusões finais sobre o tema. A Audiência Pública, que eu já fiz referência aos ilustres membros que aqui compareceram, colocando as suas propostas e as suas opiniões a respeito deste assunto, que é da maior importância para a melhoria da segurança da sociedade brasileira. Assim, após a análise do documento final, elaborado pela referida Comissão integrada por membros dos Poderes Executivo e Judiciário, foi com imensa satisfação que concluímos que as soluções oferecidas são absolutamente aderentes ao proposto por nosso relatório, sendo necessários mínimos ajustes, ou seja, aquilo que nós propúnhamos no relatório inicial, vai ao encontro das conclusões da Comissão. Então, o que nós estamos fazendo aqui são ajustes mínimos para adequar o relatório, como disse, a essas conclusões da Comissão. As bases de nossas propostas foram não apenas mantidas, mas como reforçadas. A primeira delas, que diz respeito ao financiamento dos sistemas “bloqueio e controle das comunicações realizadas dentro dos estabelecimentos penitenciários”, apresenta princípio plenamente compatível com a sugestão trazida pela Comissão do Ministério da Justiça, qual seja, a utilização de recursos de um fundo público específico. Nesse sentido, afirma a Comissão que “a solução logicamente mais adequada para a questão da segurança eletrônica em estabelecimentos penitenciários, seria a utilização dos recursos do FUNPEN, Fundo Penitenciário Nacional”. Entretanto, como a arrecadação do FUNPEN é bastante inferior à do FISTEL, 224 milhões em 2005 no Funpen contra 2.05 bilhões também em 2005 no FISTEL, optamos por manter o segundo fundo como fonte de custeio das ações de bloqueio e controle com a devida modificação na Lei nº 5070 de 7 de julho de 1966, que é a lei do FISTEL, que com essas modificações, adequa a utilização dos recursos do FISTEL para o objeto desse Parecer e desse projeto, apontada pelo Ministério da Justiça. Vale ressaltar que no caso do FUNPEN, as demandas em 2007 superam 400 milhões, o dobro dos recursos disponíveis.

Então, Sr. Presidente, nobre Senador Expedito Júnior, por que que nós mantivemos em nosso relatório

a utilização dos recursos do FISTEL e não adotamos a sugestão da Comissão para a utilização dos recursos do FUNPEN? Foi nos dito aqui na própria Audiência Pública que os recursos do FUNPEN, que é fundo penitenciário, eles são insuficientes para atender a demanda já existente. Esses recursos são da ordem de 200 milhões de reais por ano, que é o que está no orçamento, sem se falar no tal contingenciamento, e foi nos dito aqui pelo diretor do FUNPEN, que já existe demandas até hoje, até esse instante do ano, de mais de 400 milhões de reais, ou seja, se nós agregássemos ao FUNPEN mais uma obrigação de custeio, nós estaríamos incorrendo no mesmo erro que a Lei de 2003 incorreu quando criou a obrigatoriedade da instalação do sistema de bloqueio nas penitenciárias, mas não definiu com clareza quem seria o responsável pela instalação, pela manutenção e pela operação e mais do que isso, quem custearia a instalação desse sistema e aí ela não surtiu efeito nenhum. Não queremos que esse Projeto de Lei incorra no mesmo erro. Então, em função única e exclusiva de que o FUNPEN não tem recursos orçamentários suficientes, nós mantemos o nosso Parecer para irmos com alterações necessárias na Lei do FISTEL buscar os recursos excedentes que são da ordem de 1 bilhão e 800 milhões de reais por ano, para atender emergencialmente a necessidade de bloqueio ou do controle do uso de telefonia móvel ou de qualquer meio de comunicação no sistema prisional nacional.

Com relação às operadoras dos serviços, o documento da Comissão indica ser essencial a sua participação. *Abro aspas para ler o que diz o relatório da Comissão: "Como facilitadoras da manutenção dos sistemas a serem concretizados ou como partícipes de projetos-piloto e de ações iniciais que visem melhorar minorar o problema em caos". Não imputando a elas o ônus financeiro da instalação do sistema. Segue, portanto, linha idêntica ao nosso Parecer. Outro ponto coincidente trata da amplitude das ações de bloqueio e controle que não podem ficar restritas apenas ao serviço móvel pessoal. Enquanto isso, a Comissão, quanto a isso, melhor dizendo, a Comissão do Ministério da Justiça afirma que "o mero bloqueio das radiofrequências relativas ao serviço móvel pessoal, SMP, deixa em aberto outras possibilidades, tais como, o serviço móvel especializado, o SME, o serviço telefônico fixo comutado, SDFC, a tecnologia WIRELESS LOCAL LOOP, WLL, o serviço limitado móvel privado, SLMP, e o serviço móvel global por satélite, SMGS, bem como outros aparelhos que utilizam frequências não licenciadas, walktalks e até mesmo simples telefone sem fio de longo alcance".*

Isso está no texto do relatório da Comissão, o que foi exaustivamente demonstrado na presente justificção. A inovação trazida pela análise do grupo de trabalho, além do detalhamento de medida relativa à gestão política e administrativa, legal e orçamentária do sistema penitenciário foi a sugestão de se implementar a curto prazo... E aí eu faço uma ressalva, a situação é tão grave, que nós precisamos ter medidas que possam ser imediatamente colocadas em prática e da forma como estava o meu relatório inicial, que determinava o bloqueio total das comunicações de qualquer tipo do Sistema Prisional Brasileiro, iria demandar além de definir a tecnologia, iria demandar um tempo maior para que isso pudesse ocorrer. Aí vem em nosso socorro, a Comissão e traz como sugestão a utilização para implementar a curto prazo uma opção tecnológica denominada "sistema de extração de identidade de telefone celular" ou solução ERB móvel, caracterizada pela utilização de um equipamento móvel de pequenas dimensões com capacidade de rastrear terminais de radiocomunicações dentro de um raio específico. Esse sistema localiza e identifica os terminais em uso, permitindo a imediata apreensão e posterior bloqueio permanente pelas operadoras dos serviços.

Então, a Comissão do Ministério da Justiça propõe que, a curto prazo e de forma emergencial, se possa dotar os presídios brasileiros de um sistema de identidade de telefonia móvel, que é o ERB, que pode ser imediatamente adquirido e colocado nos presídios. Aquele de maior taxa de periculosidade de forma fixa e alguns que possam ter mobilidade para atender a identificação da existência dos celulares em outras unidades prisionais de menor risco para a utilização da comunicação.

Segundo a análise realizada pela ANATEL, integrantes da Comissão sobre Segurança Eletrônica em Estabelecimento Penitenciário e Isolamento Efetivo de Presos, a solução ERB móvel apresenta duas vantagens: estaria menos vulnerável a ações de vandalismo por ser transportável e teria um custo menor do que execução de um projeto específico para cada presídio, como no caso dos bloqueadores de sinais de radiocomunicações. Assim, para satisfazer esse último aspecto, já que os demais encontram-se contemplados, introduzimos alterações pontuais no artigo 1º, 2º e 4º de forma a prever a existência de outras tecnologias de controle, inclusive móveis das comunicações a serem utilizadas nos estabelecimentos penitenciários e não apenas os bloqueadores desses sinais de radiocomunicações. Não estou abrindo mão aqui da instalação dos bloqueadores em definitivo, estou atendendo uma sugestão da Comissão do Ministério da Justiça para que, emergencialmente, possamos dotar o Sistema

Prisional Brasileiro desse equipamento móvel, que vai permitir que imediatamente possa ser identificada a existência dos equipamentos de comunicação móvel, possam ser identificados e bloqueados em seguida. Evidentemente que tudo aquilo que diz respeito a.... No Parecer anterior, as outras ações necessárias para que se extinga por completo essa possibilidade de comunicação, estão mantidas, que é a questão da fiscalização firme no sentido de impedir a entrada desses equipamentos no presídio, seja por meio de detectores de metais como são utilizados nos aeroportos ou por meio de fiscalização e de revista mais acurada ou de penalidade para aqueles que sejam, estejam em conluio para que possam esses equipamentos entrarem no presídio. Então só a instalação do equipamento móvel ou dos bloqueadores não é suficiente para que possamos resolver o problema dessa comunicação indesejada por toda sociedade brasileira.

Vamos ao voto Sr. Presidente. Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 137/2.006 com acatamento parcial da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2 nos termos dos seguintes substitutivos.

Projeto de Lei do Senado nº 137, substitutivo de 2.006. Altera a Lei nº 5070 de 7 de julho de 1966, que cria o fundo de fiscalização das telecomunicações, para incluir na destinação de seus recursos a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicações, BSR, e outros de outro sistema tecnológicos, fixos ou móveis, de controle em estabelecimentos penitenciários.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º, o art. 3º da Lei nº 5070 de 7 de julho de 1966 passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “e”: artigo 3º, alínea “e”: na instalação, custeio, manutenção e adequação tecnológica de bloqueadores de sinais de radiocomunicações e de outros sistemas tecnológicos de controle desenvolvidos, fixos ou móveis, e de equipamentos de segurança eletrônica em estabelecimentos penitenciários, conforme previsto no artigo 4º da Lei 10792 de 1º de dezembro de 2003, mediante convênio com Governos Estaduais e o Órgão Federal de administração Penitenciária. Artigo 2º: a implantação de novos estabelecimentos penitenciários, estaduais ou federais, estarão condicionadas à instalação, dentro de seus limites, de bloqueadores de sinais de radiocomunicações ou outros sistemas tecnológicos, fixos ou móveis, de controle desenvolvidos. Artigo 3º: os bloqueadores de sinais de radiocomunicações instalados em estabelecimentos penitenciários, deverão impedir o funcionamento de todos os serviços de comunicação interpessoal sem fio, disponíveis em sua região. Artigo 4º: as operadoras do serviço de comunicação interpessoal sem fio são obrigadas a disponibilizar as

autoridades competentes todas as informações técnicas necessária para a eficiente instalação e funcionamento dos bloqueadores de sinais de radiocomunicações ou outros sistemas tecnológicos de controle em estabelecimentos penitenciários, devendo quando solicitadas, participar da elaboração dos projetos de instalação. Parágrafo 1º: as alterações nas configurações técnicas da prestação dos serviços deverão ser informadas as autoridades competentes com antecedência mínima de 30 dias para a devida atualização nos bloqueadores de sinais. Parágrafo 2º: a introdução no mercado de novas tecnologias de comunicação interpessoal sem fio estará condicionada ao desenvolvimento de dispositivo de bloqueio ou controle devidamente compatível. Parágrafo 3º: a inobservância do dever estabelecido nesse artigo sujeita as operadoras à pena de multa a ser revertida ao Fundo Penitenciário Nacional, FUNPEN, cujo valor será fixado em regulamento específico. Parágrafo 4º: persistido o descumprimento, a depender do prejuízo causado à ordem pública, as operadoras poderão perder o direito da exploração do serviço prestado. Artigo 5º: esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o nosso Parecer e o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): A matéria está em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a presente reunião, ao tempo em que convoco os Srs. Senadores para o próximo dia 4 de julho, quarta-feira próxima. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 15h02

Ata da 24ª Reunião extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 04 de julho de 2007, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia quatro de julho de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Ideli Salvati, Francisco Dornelles, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, João Durval, Flávio Arns, Fátima Cleide, João Ribeiro, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Gilvam Borges, Geraldo Mesquita, Marco Maciel,**

Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Mário Couto. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta – **Item 01 – Mensagem do Senado Federal nº 74, de 2007** – Não Terminativo – “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Antônio Pagot, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Jayme Campos, que apresenta relatório com todas as informações necessárias para que a Comissão possa deliberar sobre a indicação. Foi concedida vista ao Senador Mário Couto pelo prazo de cinco dias. **Item 02 – Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 2006** – Terminativo – “Determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro que apresenta relatório pela aprovação do Projeto, com o acatamento parcial da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2, ambas de autoria da Sen. Serys Slhessarenko, nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 22/03/07 foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Em 10/04/07, foi apresentado o Voto em Separado, de autoria do Senador Demóstenes Torres, concluindo pela aprovação do Projeto em sua redação original. Em 02/05/07, foi concedida vista aos Senadores Wellington Salgado e Romeu Tuma, nos termos regimentais. Em 10/05/2007, a apreciação da matéria foi adiada. Em 26/06/07, o Relator Senador Flexa Ribeiro proferiu a leitura do novo relatório, pela aprovação do projeto, com o acatamento parcial da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2, ambas de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria é aprovada. A matéria irá a Turno Suplementar. **Item 3 – Projeto de Lei do Senado, nº 22, de 2004** – Terminativo – Turno Suplementar – “Inclui o trecho rodoviário compreendido entre as cidades de Pedro Canário (ES) e Nanuque (MG), na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5917, de 1973”, de autoria do Senador Magno Malta, tendo como relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta relatório pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Em 02/05/07, foi aprovado o Substitutivo integral. O Substitutivo foi definitivamente adotado. **Item 4 – Projeto de Lei da Câmara, nº 64, de 2005**

– Não Terminativo – “Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989”, de autoria do Deputado Ricardo Izar, tendo como relator o Senador Eduardo Azeredo, que apresenta relatório pela aprovação da matéria, com as Emendas que apresenta. Foi concedida vista ao Senador Delcídio Amaral pelo prazo de cinco dias. **Item 5 – Mensagem do Senado, nº 208, de 2006** – Não Terminativo – “Encaminha ao Senado Federal os Relatórios Anuais da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, relativos às atividades dos exercícios de 2004 e 2005”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Raimundo Colombo, que apresenta relatório pelo conhecimento da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e pelo encaminhamento do processado ao Arquivo. A matéria é aprovada. A Comissão aprova **extrapauta: Requerimento nº 39, de 2007-CI**, que “requer, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, destinada a discutir as concessões, a formação de preços e os problemas relacionados ao transporte coletivo intermunicipal no Entorno do Distrito Federal, com os seguintes convidados: o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Transportes Urbanos e os Secretários de Transporte do Distrito Federal, de Goiás e de Minas Gerais”, de autoria do Senador Marconi Perillo. **Requerimento nº 40, de 2007-CI**, que “requer, nos termos do art. 90, inciso XI, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Presidente do IBAMA, Dr. Bazileu Alves Margarido Neto e o Sr. Jorge Luiz da Silva Alves, membro do Comitê Pró-Usina da Madeira, para participar de Audiência Pública perante a Comissão de Infra-Estrutura – CI, onde será debatido o tema Licenciamento Ambiental das Hidrelétricas do Rio Madeira.”, de autoria do Senador Valdir Raupp. **Requerimento nº 41, de 2007-CI**, que “requer, fulcrados no que preceitua o Art. 58, Inciso V, da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, Inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado o comparecimento da Diretora Executiva da rede SARAH, Dra. Lúcia Willadino Braga, para prestar esclarecimentos sobre a conclusão das instalações do Hospital da Rede Sarah, em Belém, no Estado do Pará”, de autoria dos Senadores Mário Couto e Flexa Ribeiro. **Requerimento nº 42, de 2007-CI**, que “requer, nos termos do art. 90, II, III e V, do Regimento Interno, a realização de audiência publica no âmbito da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura – CI, destinada a discutir os fatos que motivaram a difícil situação de aposentados e pensionistas do Aerus – Fundo de Previdência Complementar e do

Instituto Aerus de Seguridade Social", de autoria dos Senadores Heráclito Fortes e Marconi Perillo. Deverão ser convocados a prestarem informações sobre a matéria o Senhor José Antonio Dias Toffoli, Advogado geral da União; Senhor Luiz Marinho, Ministro de Estado da Previdência Social; Senhor Carlos Eduardo Gabas, Secretário executivo do Ministério da Previdência Social; Senhor Leonardo André Paixão, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social e Senhor Swedemberger Barbosa, Assessor Especial do Presidente da República. Deverão ser convidados a exporem seus pontos de vista sobre a questão a Senhora Maria Aparecida Leite, Presidente da Associação dos Aeronautas e Aeroviários do Brasil; Senhora Graziella Baggio, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas e o Senhor Uébio José da Silva, Presidente do Sindicato dos Aeroviários São Paulo. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há Requerimento sobre a Mesa, que passo a lê-los. Requerimento de iniciativa do Senador Valdir Raupp, que requer nos termos do art. 90 inciso XI, combinado com o art. 93 do Regimento Interno, seja convidado o Presidente do IBAMA, Dr. Basileu e o Sr. Jorge Luiz membro do Comitê Pró-Usina do Madeira para participar de Audiência Pública perante a Comissão de Infra-estrutura onde será debatido o tema: Licenciamento Ambiental das Hidrelétricas do Rio Madeira. Os Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que aprovam--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, nós na Comissão do Meio Ambiente, nós já aprovamos o Requerimento e devemos já fazer na próxima terça-feira uma audiência onde vai estar pre-

sente aqui, já confirmada a presença do Presidente do IBAMA, da Ministra do Meio Ambiente e também do Presidente Nacional dos Servidores do IBAMA. Por que então que nós não façamos juntos? Essa audiência vai ser na próxima terça-feira, às 11h30. Então eu gostaria de pedir a V.Exª, que de repente, entrasse em contato com o Senador Leomar Quintanilha, Presidente da nossa Comissão, e fizesse essa... Em conjunto, essa Audiência Pública em conjunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou solicitar a Secretaria--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Eu queria só entender a vinda do Presidente do IBAMA nessa outra Comissão é pra tratar da questão de liberação de usinas ou é para tratar--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): As duas coisas.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Porque aí que fica confuso. Eu acho que o tema primeiro já é bastante polêmico, a separação, a divisão--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): A separação do IBAMA, a fusão do IBAMA.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Expedito, acho que é de bom marcar a reunião...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Tá certo. Deixa nessa Comissão.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Presidente, eu queria incluir no Requerimento, se o autor permitir, que não fique só na região do Madeira, mas, as outras. Por exemplo, na minha região tem uma outra, licença ambiental que está trancada há cinco anos e eu queria consultar. Não sei se incluiria apenas essa ou deixaria em aberto --

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): E eu vou fazer alguns requerimentos, Sr. Presidente, indicando alguns nomes --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu solicitaria ao Senador Expedito e ao Senador Colombo que enviassem expedientes, requerimentos aditivando a esse que nós vamos aprovar agora e nós vamos realizar aqui uma audiência para tratar de todas as questões pendentes relacionadas às hidrelétricas e aos licenciamentos ambientais.

Os Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. Aprovado.

Requerimento de iniciativa dos Senadores Mário Couto e Flexa Ribeiro, Estado do Pará. Também fulcra-

dos no que preceitua o art. 58 da Constituição, e o 90 do Regimento Interno, requer à Comissão de Serviço de Infra-Estrutura que seja solicitado o comparecimento da Diretora Executiva da Rede Sarah, Dr^a. Lúcia Willadino Braga para prestar esclarecimentos sobre a conclusão das instalações do hospital da Rede Sarah em Belém do Pará. É importante registrar Senador Mário Couto e Senador Flexa Ribeiro que nós já recebemos uma resposta ao Requerimento que V.Ex^{as}. apresentaram e já pedi à Mesa que enviasse a V.Ex^{as}. para conhecimento sobre o teor dessa resposta da Rede Sarah. De qualquer maneira, vamos colocar aqui em votação esse Requerimento. Julgo importante que haja o comparecimento da diretora da Rede Sarah. A justificativa aqui está muito bem consubstanciada e nesse momento eu coloco em votação o Requerimento. Com a palavra o Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Só um esclarecimento [interrupção no áudio] Nós já recebemos [interrupção no áudio] da Dr^a. Lúcia diretora do Hospital Sarah. O que nós queremos na verdade, Presidente, é saber por que um hospital concluído há cinco anos, e de tamanha importância para a sociedade, não estar funcionando. São cinco anos parados sem nenhuma explicação e haja a sociedade cobrar aos representantes do povo do Estado do Pará, e nós queremos definitivamente saber e definir a situação daquele hospital. Nada de querer intimidar alguém ou fazer cobrança absurda de alguém. Mas a sociedade paraense quer, na realidade, uma explicação definitiva para este assunto que incomoda bastante a sociedade do meu Estado. Era isso, Presidente, é por isso que nós, Senador Mário Couto e Senador Flexa Ribeiro pedimos a presença da Dr^a. Lúcia apenas para que ela possa esclarecer à sociedade o porquê do não funcionamento do Hospital Sarah em Belém. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A solicitação de V.Ex^a e coloco em votação o Requerimento. A senhora Senadora e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu gostaria de fazer, com todo respeito aos nossos queridos ilustres convidados, uma solicitação. Eu sei que o Plenário é pequeno, comporta pouca gente, mas, eu pediria a gentileza aos amigos e Parlamentares que estão na segunda fila, que dentro do possível passasse para a terceira para que os Senadores que pertencem à Comissão possam ter assento aos seus lugares. Agradeço muito a compreensão e atenção dos senhores.

Requerimento de iniciativa do ilustre Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações

Exteriores, e ex-Presidente dessa Comissão. Ele requer nos termos do art. 90 desse regimento à realização de Audiência Pública destinado a discutir os fatos que motivaram a difícil situação de aposentados e pensionistas do AEROS, Fundo de Previdência Complementar e do Instituto AERUS de Seguridade Social. Aqui o Requerimento está também muito bem fundamentado, e eu pediria... O Senador propõe aqui o convite a oito personalidades, dentre os quais Advogado-Geral da União, Ministro da Previdência, Secretário do Ministério da Previdência, dentre outros. Eu gostaria de solicitar a V.Ex^a, Senador Heráclito Fortes, autorização para que eu pudesse também apor minha assinatura aqui nesse Requerimento. As Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Considero uma grande injustiça, acho que é uma iniciativa muito pertinente de V.Ex^a.

Há um Requerimento também de minha autoria solicitando audiência Pública no âmbito dessa Comissão destinado a discutir as concessões [risos], formação de preço e problemas relacionados ao transporte coletivo intermunicipal entre as cidades que circundam o Distrito Federal com os seguintes convidados. ANTT, Associação Nacional de Transportes Urbanos, e os Secretários de Transportes e Infra-Estrutura de Goiás e Minas Gerais. As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias:

Mensagem do Senado nº. 74/2007, Projeto de Lei do Senado nº. 137/2006, Projeto de Lei do Senado nº. 22/2004, Projeto de Lei da Câmara nº. 64/2005, e mensagem do Senado nº. 208/2006. Nós vamos colocar como Item 01 da pauta a mensagem que submete à apreciação do Senado o nome do Sr. Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transporte, o DNIT. Antes de dar prosseguimento ao Relatório, à discussão, eu gostaria de fazer uma solicitação aos Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras. O segundo item da pauta está relacionado ao parecer sobre o projeto que define os bloqueadores de celulares e telefones nos presídios e cadeias penitenciárias do Brasil. Nós conseguimos um consenso entre o Relator, parece que está tudo certo entre o Relator e o autor do voto em separado, Senador Demóstenes, discutimos profundamente esse assunto aqui numa Audiência Pública realizada nessa Comissão com os representantes do Governo Federal, do Ministério da Justiça, Procuradoria da República e da Comissão que discutiu de forma muito profunda esse assunto. Chegamos aos entendimentos todos que deveriam ser consensuados. Acho

que a matéria está pronta para ser votada, será certamente uma grande contribuição dessa Comissão ao Brasil, sobretudo nesse momento em que nós estamos todos aqui nos esforçando no combate à violência e criminalidade no Brasil.

Então eu pediria aos ilustres Senadores que permanecessem logo após a sabatina, a leitura do parecer, sabatina, apreciação do nome do Sr. Pagot para que nós possamos votar essa matéria tão relevante para o Brasil. O autor da mensagem nº. 74 é a Presidência da República. O Relator é o Senador Jayme Campos. O Relatório. A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Convido para tomar assento à Mesa dos trabalhos o indicado, Sr. Luiz Antônio Pagot. Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir o seu Parecer. Com a palavra, pela ordem, o ilustre Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, apenas para chamar atenção para um fato que acho necessário as providências. Nós estamos mais uma vez votando aqui a escolha de um dirigente do DNIT. Mas, acho que é um desvio de função dessa Comissão. Não é uma agência reguladora. O Diretor-Geral não tem mandato definido nem tampouco a Diretoria. Daí porque acho que nós devemos hoje votar e resolver a questão do Dr. Pagot, mas, nós deveríamos tomar providências com relação a essa questão. Lá no passado, por questões pouco esclarecidas, o Governo achou por bem transferir a responsabilidade para esta Comissão. Nós temos duas alternativas: Ou devolver ao Executivo, ou então transformar o DNIT numa agência com mandato e seguindo as regras da agência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu fico com a segunda alternativa, Sr. Senador. Vamos trabalhar para que a gente trabalhe o DNIT numa agência.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não tem nada a ver com o caso presente, Senador Delcídio, apenas estou alertando para um quadro que nós estamos aqui tratando sem ser uma atribuição do Senado com relação às agências. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Eu queria tecer alguma coisa consideração a respeito do pronunciamento do Senador Heráclito Fortes. Há uma razão de ser nessa questão, e realmente é uma incongruência, porque transformar o DNIT numa agência é impossível. Seria mudar as suas características. Agência, o DNIT é encarregado de investimentos públicos.

A agência é encarregada de disciplinar e regulamentar o mercado e dar concessão ao setor privado.

Agora, na verdade sou um pouco responsável por essa introdução a pedido do Governo anterior, quando nós elaboramos a lei que criou a Agência Nacional de Transportes Terrestres, Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Estrada e Rodagem, foi transformado no Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes para tratar de todas as modalidades.

Dou toda razão, Senador Heráclito. Alguma coisa que tem que ser feita. Ou nós deixamos de considerar o DNIT como autarquia especial e não sabatinamos aqui os seus diretores, ou então devolvemos o DNIT a uma situação das autarquias todas que existem no País sem que haja o processo de sabatina pelo Senado Federal através da Comissão de Infra-Estrutura e Transportes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para a leitura do Relatório.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Sr. Vice-Presidente Senador Delcídio Amaral, nosso convidado sabatinado Dr. Luiz Antônio Pagot, ora indicado para ocupar a Diretoria-Geral do DNIT, eu começo ler meu Relatório, Sr. Presidente, da Comissão de Infra-estrutura mensagem presidencial nº. 74/2007, nº. 263 de 19 de abril de 2007 na origem que submete à apreciação do Senado Federal nome do Sr. Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes, DNIT.

Relatório: O Presidente da República por meio da mensagem presidencial nº 74/2007, nº. 263 de 19 de abril de 2007 na origem, submete à apreciação no Senado Federal o nome do Sr. Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes, DNIT. O DNIT, autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes foi criada pela Lei nº. 10.233 de 05 de junho de 2001 que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestres cria o Conselho Nacional de Integração de políticas do transporte, a Agência Nacional de Infra-estrutura e Transportes, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura dos Transportes. Em decorrência de modificação introduzida na referida lei pela Medida Provisória nº. 2.217-3 de 4 de setembro de 2001, as nomeações dos diretores do DNIT, a exemplo das agências reguladoras do setor passaram a depender da aprovação do Senado Federal. A indicação em apreço obedece assim aos termos do art. 523 F da Constituição Federal que atribuiu competência privativa a esta

Casa Legislativa para aprovar previamente por voto secreto após arguição pública, a escolha dos titulares dos cargos enunciados na Lei Maior e de outros que a lei determina.

O Sr. Luiz Antônio Pagot é cidadão brasileiro, nascido em Veranópolis, no Estado do Rio Grande do Sul, em 1953. Graduiu-se em ciências econômicas pela Universidade Federal do Paraná em 1974. E pós-graduado em administração financeira pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional iniciada como oficial de operação da Marinha do Brasil, que ser-se-á em 1975, incluiu o exercício de funções relevantes tanto na iniciativa privada como na administração pública estadual.

Na iniciativa privada atuou entre 1982 e 1994. Como empresário, e Consultor do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresas, SEBRAE, em 1994 e 2002, como Diretor Superintendente da Herma-sa Navegação da Amazônia. No Governo do Estado do Mato Grosso, ocupou excessivamente os cargos de Secretário do Estado de Infra-Estrutura, 2003 e 2005. Secretário Chefe da Casa Civil 2005/2006, e Secretário de Estado da Educação em 2007. Capacidade técnica e experiência administrativa. Atributos manifestados no seu *curriculum vitae* encaminhando em anexo a mensagem nº. 74/2007, vale o indicado o credenciamento para o exercício das atividades inerentes ao cargo para qual foi escolhido pelo Exmº. Sr. Presidente da República. Considerando-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 88 da Lei nº. 10.233/2001, segundo o qual o ocupante de cargo de Diretor do DNIT deve ser brasileiro, ter idoneidade moral, reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do departamento e elevado conceito no campo de suas especialidades. Srs. Senadores, Srªs. Senadoras, submetemos à apreciação e o julgamento desta douta Comissão a indicação do Sr. Luiz Antônio Pagot, constante da referida mensagem presidencial em cumprimento às exigências constitucionais contida no art. 52, 3º F, combinado com os arts. 85 e 88 da Lei nº. 10.233 de 05 de junho de 2001 com a redação dada pela Medida Provisória 2.217-3 de 4 de setembro de 2001.

Este é o meu Relatório, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srªs. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao ilustre Senador Jayme Campos pela leitura do seu parecer. Com a palavra pela ordem o Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu peço vistas ao processo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pedido de vistas...

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Nos termos do art. 132 § 1º. Solicito vistas por cinco dias, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O pedido de V.Exª é regimental. Vista concedida, Sr. Senador.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Item 02 da pauta. Projeto de Lei... Sr. Senador Mário Couto, o art. 132 citado por V.Exª, lido o Relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o Relator passará ele a constituir Parecer. O pedido de vista do processo somente será ser aceito por única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O pedido de vista o Plenário não tem que ser ouvido pelo... O plenário não tem que se manifestar, Sr. Presidente?

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem o Senador Jayme Campos. Senador João Ribeiro.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, meu prezado Senador Mário Couto, homem que eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador João Ribeiro, segundo a secretaria é regimental.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Senador Mário Couto, Senador que eu tenho o maior respeito por ele nesta Casa, até pela sua trajetória política, mas, sobretudo pela forma correta, honesta que tem pautado seus trabalhos.

Todavia, Senador Mário Couto, com a devida vênia, eu queria fazer aqui um apelo, sobretudo com muita humildade, pedir a V.Exª naturalmente que o conheço, não posso em hipótese alguma deixar de reconhecer o seu direito de pedir vista. Todavia, na medida em que a indicação do Dr. Luiz Antônio Pagot já vem por algum tempo sendo postergada e protelada ao mesmo tempo na medida em que o cargo que... é uma indicação da Presidência da República, eu imagino que é um cargo de suma importância para o nosso País, até porque na medida que o DNIT é um órgão que comanda o setor rodoviário, hidroviário, aeroviário deste País. E fundamentalmente eu acho que esta Comissão tem a responsabilidade de tal forma de andar com a maior velocidade possível, mensagens como esta. E V.Exª é um homem coerente, responsável, ninguém nesta

Casa pode desconhecer. Eu pediria a V.Ex^a, se possível, naturalmente com esse pedido de vista, o senhor queria na próxima reunião dessa Comissão fazer alguns questionamentos.

Mas objetivamente eu quero fazer um apelo ao senhor, de ver esses questionamentos, essas suas indagações, não poderia ser feito neste momento, até porque passou quase ser uma agonia, uma demora tão grande, que para todos nós nessa Comissão, sobretudo para o indicado que o Dr. Luiz Antônio Pagot, que é um dos homens mais honrados, mais competentes, mais vigoroso notadamente nas suas ações como Secretário do Estado de Mato Grosso por vários anos, sobretudo em algumas partes que ele exerceu, eu imagino que isso passa a ser quase um calvário na medida em que a sua trajetória recomenda com certeza o exercício do cargo de Diretor-Geral do DNIT.

De forma como o seu colega, homem que tem o maior respeito por V.Ex^a, eu queria fazer aqui um apelo. Meu nome e certamente dos Senadores que estão aqui nesta manhã, que V.Ex^a abrisse mão desse pedido de vista. Que é regimental, ninguém pode desconhecer aqui. Mas que V.Ex^a abrisse mão em nome certamente do trabalho que pretende fazer frente à direção geral do DNIT. De forma, Senador Mário Couto, eu faço um apelo a V.Ex^a, sei que o senhor é um homem compreensível, coerente, sensato, e acima de tudo um homem que quer ver o bem do Brasil. E certamente o Dr. Pagot frente à Direção-Geral do DNIT vai fazer um trabalho, que não só nós mato-grossenses ficaremos orgulhosos, mas, certamente do paraense, seu Estado querido e toda a sociedade brasileira, principalmente aqueles que trafegam nas nossas rodovias federais.

De forma, Senador Mário Couto, faço apelo a V.Ex^a, que abra mão desse pedido de vista para que o Dr. Pagot possa ser sabatinado, após a sua sabatina vai ocorrer à votação, e após a votação aqui ainda teremos ainda que esta mensagem será encaminhado ao Plenário do Senado para que todos nós, 81 Senadores, temos o direito também de votar ali, naturalmente sufragar o nosso voto sim ou não em favor do cargo que Dr. Pagot foi indicado para ser Diretor-Geral do DNIT. Muito obrigado, Senador Mário Couto, muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador João Ribeiro, logo após o Senador Mário Couto.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, na mesma linha do Senador Jayme Campos, eu quero também fazer um apelo ao Senador Mário Couto, até porque nós já conhecemos publicamente a sua posição porque ele externou do Plenário, e que se o Senador desejar, que

ele faça os seus questionamentos e vote de acordo com aquilo que ele já tem manifestado com consciência, como ele sempre o faz, até para dizer o seguinte, Sr. Presidente. Esse fato pra mim aqui é inusitado. É a primeira vez depois de quatro anos que eu estou... Cinco anos nesta Comissão, que eu vejo na presença do sabatinado um Senador da República pedir vista de um processo que foi exaustivamente discutido, exaustivamente discutido por mais de 90 dias. O Dr. Antônio Pagot foi encaminhado pelo Palácio do Planalto ao Senado Federal. Questionamentos foram feitos à Mesa, foram respondidos, houve mudança de Relator, inclusive, nada contra. Acho que foi essa questão foi mais do que elucidada, mais do que discutida a respeito da conduta, da vida, da história do Dr. Antônio Pagot como Secretário de Estado, como homem público.

Portanto, eu faria em nome meu e em nome do partido que represento nesta Casa, até porque, Presidente, o DNIT está parado. Se a oposição critica e tem todo o direito de criticar, que as estradas precisam ser melhoradas, que é preciso dar celeridade no processo, o PAC depende muito desta indicação do Dr. Antônio Pagot, que é, confesso a V.Ex^a, que eu não conhecia antes, mas, de três ou quatro meses para cá eu só tenho ouvido elogios de homem competente, tocador de obras, trabalhador... Eu tenho ouvido das pessoas que o conhecem, do seu Estado e por esse Brasil afora. Dos vários partidos.

Portanto, eu acho que essa questão Dr. Antônio Pagot, já foi exaustivamente debatida. Que o Senador faça os questionamentos, é regimental. Não estou dizendo que não seja. Só digo a V.Ex^a que é a primeira vez depois que sou Senador da República, quase cinco anos, que vejo alguém na presença do sabatinado pedir vista de um processo. E me parece que não ficaria... Não é de bom alvitre que o Senado faça isso. Seria bom que o Senador Mário Couto abrisse mão desse pedido de vista, fizesse todos os seus questionamentos. Dr. Antônio Pagot está aí para respondê-los publicamente. Acho que ele não tem nada para esconder.

Portanto, Presidente, eu faço este apelo a esta Comissão para que a gente coloque esse processo em votação. Porque não é possível. Já está muito demorado esse processo. O Brasil precisa resolver essa questão. O Ministério dos Transportes precisa resolver essa questão. O Diretor que lá está com todo respeito a ele, mas, já fica sem forças de agir há muito tempo. Já está sendo substituído. O DNIT está parado. Nós precisamos resolver essa questão, Sr. Presidente.

Portanto, faço este apelo ao Senador Mário Couto que, do meu Estado vizinho, do Pará, por quem tem respeito e admiração. Portanto, eu espero que ele compreenda esse nosso apelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, solicitaram a palavra pela ordem os Senadores Mário Couto, Expedito Júnior e Wellington Salgado. Eu vou conceder a todos. Senadora Serys. Senador Valdir Raupp, Serys Slhessarenko... Mais alguém?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem. Não seria interessante o Senador Mário Couto falar ao final?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a concorda, Senador Mário Couto?

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Não tem problema algum.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu vou na mesma linha do meu Líder, Senador João Ribeiro. E também do Senador, nosso companheiro vizinho do Mato Grosso, Relator Senador Jayme Campos. E fazer um apelo aqui ao Senador Mário Couto para que nós pudéssemos fazer os questionamentos aqui aproveitando aqui a presença do Dr. Luiz Antônio Pagot e fazer os questionamentos que entendo que é regimental o pedido de vista do Senador, respeito, tenho a grande admiração pelo Senador Mário Couto, mas, gostaríamos de solicitar. Primeiro, que em ele atendendo o clamor da maioria dos Parlamentares dessa Comissão para que nossa pudéssemos votar esta matéria agora, e fazer aqui os questionamentos ao Dr. Pagot. Segundo, se ele for manter o seu pedido, aí nós vamos fazer o pedido, eu gostaria de fazer esse pedido em conjunto para que façamos, acredito que vai ter outros Senadores. Coletivo. Acredito que tenha outros Senadores que devam pedir também. E terceiro, Sr. Presidente, eu indago a V.Ex^a com a permissão do Senador, se há possibilidade de fazermos o entendimento para que não se cumpra aí os cinco dias e ele possa devolver isso antes dos cinco dias e V.Ex^a convocar aqui uma Reunião Extraordinária e nós votarmos aí a questão da indicação do Dr. Luiz Antônio Pagot, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu tenho a honra de sentar ao lado da cadeira do Senador Mário Couto. E realmente, não só pela história que eu conheci depois que o Senador veio para o Senado, eu tenho muitas vezes recebido até conselhos

políticos em momentos de debates importantes. Eu tenho a certeza da sensibilidade do Senador Mário Couto. A decisão que ele tomar, eu pedi até ao Presidente para ver se o deixava para o final para ver se nós tentamos convencê-lo. Mas eu tenho certeza de que o Senador, ao final dessas apresentações, ele vai tomar a decisão. E eu tenho plena confiança que o Senador sabe exatamente a sensibilidade política que ele tem, o conhecimento, e já me deu vários conselhos e sempre falava para mim: "Wellington, tome um gole d'água que agora não é hora de falar. Tome um golinho d'água, Wellington" [risos] E eu tomei uns goles d'água, é verdade. Tinha uns debates quentes... "Beba um gole d'água. Não entre nessa briga agora". Então é regimental, e eu digo o seguinte, o Senador Mário Couto tem sensibilidade para sentir o clima da Casa e as suas razões. E nesse momento eu tenho certeza que ele está pensando qual é a decisão dele. Agora digo o seguinte, se ele falar que vai pedir vista, ele vai pedir. Porque eu conheço ele. Por isso que eu pedi para ficar ao final. Porque todos nós vamos tentar convencê-lo, ele vai meditar e vai decidir. Mas é regimentalmente correto. E eu queria também, Senador Mário Couto, não tomei o gole d'água, [risos] falei, mas, V.Ex^a pesasse as razões que o levaram a pedir vista e o pedido dos demais Senadores. E nesse momento meditasse e chegasse a uma conclusão que eu vou estar ao lado de V.S^a no que decidir. Porque eu o conheço bem e apoio sempre. Só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Mário Couto, eu acredito que aqui todos os Senadores que já se pronunciaram e tantos quantos venham a se pronunciar estão fazendo um apelo ao senhor. Por que desse apelo? Não é porque o Dr. Luiz Antônio Pagot não possa voltar outro dia, pode, essa Comissão vai reunir quantas vezes for necessários para fazer essa coisa acontecer e tudo mais. Mas realmente já foi dito aqui, eu repito, essa questão está indo longe demais. E não é o prejuízo dessa Comissão ou do Sr. Luiz Antônio Pagot vir até aqui. É o prejuízo que isso vem causando para o órgão, para o DNIT, para o Brasil eu diria. Com certeza para o seu Pará, para o nosso Mato Grosso, para todos os nossos Estados. O DNIT é um órgão que nesse momento está numa fase de dificuldade de gestão, porque está saindo alguém para chegar alguém e não sai e não chega. E nesse intervalo que já vai de alguns meses, é extremamente prejudicial para o Brasil. Eu acho que essa coisa já tinha que ter acontecido há algum tempo.

Então em nome do Brasil eu estou lhe pedindo, Senador Mário Couto, eu sei que o senhor deve ter questionamentos, eu entendo perfeitamente o seu pedido de vistas, não recrimino, não acho ruim, apenas argumento para que o senhor faça todos os questionamentos necessários aqui que essa reunião vá até de noite se for preciso, que o senhor levante toda a problemática que o senhor acha que existe, que isso seja respondido, que lhe seja convincente as respostas ou não e que a partir dessa "convicência" ou não as respostas que o senhor venha ter as dúvidas, o senhor defina seu voto.

É totalmente legítimo o seu pedido de vista, mas, eu peço realmente, carinhosamente ao senhor reflita e ao Brasil que precisa que isso aconteça o quanto antes. Obrigada, Senador, com certeza o Brasil vai ficar muito grato se o senhor realmente com sua sensibilidade decidir que isso possa acontecer no dia de hoje. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Eu vou mais ou menos na mesma linha. Eu acho que o órgão está parado, eu estive 60 dias com o Dr. Mauro Barbosa, o Diretor-Geral atual, e naquela época já me falava que não está fazendo mais nada. Estava lá simplesmente ocupando a cadeira esperando que o novo indicado pudesse assumir que é o Dr. Luiz Antônio Pagot, pessoa do qual eu conheço a sua reputação, conheço a sua maneira de trabalhar, já trabalhamos juntos na construção de um porto e Porto Velho e Itaquatiara no Amazonas, naquela hidrovía Madeira-Amazonas, é uma pessoa empreendedora e tenho certeza que no setor público vai fazer o mesmo de forma dinâmica que o Brasil tanto precisa do seu trabalho, eu fui ontem... Ontem me falaram e disse que nem os lobistas tão passando mais dos corredores do DNIT. Seria bom que não passasse nunca mais. O mal que eles têm causado, o mal que os lobistas tem causado à Nação Brasileira e em especial ao Congresso Nacional tem sido muito grande. Esse é bom que eles não passem mais. Mas de resto o órgão precisa trabalhar. O Programa de Aceleração do Crescimento precisa andar, e realmente está empacado. Está emperrado. O PAC está empacado no DNIT nacional.

Então eu acho que seria muito bom que o Senador Mário Couto, sei que se foi uma decisão de bancada, uma decisão de partido, uma decisão já tomada, ele vai pedir vista mesmo. Mas que essa vista seja dada por um tempo curto para que a gente possa aprovar aqui o nome do indicado para o DNIT. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, principalmente aqueles que usaram da palavra para fazer a abordagem referente ao assunto, eu quero primeiro agradecer a V.Ex^{as}. o carinho com que me argüiram e com que me trataram. Em segundo agradecer novamente a V.Ex^{as}. pelo respeito que estão tendo em eu poder exercer o meu mandato com dignidade. Muito obrigado sinceramente a todos vocês.

Eu acho que cinco dias a mais, cinco dias a menos não altera absolutamente nada. Nós já fizemos muitas coisas nesse País açodadamente e acabamos errando. Por que afobação neste momento? Não adianta. Eu acho que os questionamentos que ainda não foram totalmente, que ficaram totalmente claro a cada um dos Senadores têm que ser feito e fica claro. Eu quero poder votar com consciência. Eu quero poder votar com absoluta certeza de que eu estou fazendo em benefício ao povo do meu Estado e do meu País. Eu não quero ter dúvidas quanto a isso. E eu tenho. Eu quero tirar essas dúvidas. E quero poder depois elogiar quem está sendo sabatinado ou então não votar. Tomar a minha posição, mas, tomar com dignidade. Se eu tenho dúvida, e se eu voto com dúvida, eu estou traindo o meu povo. Eu não posso fazer isso. Não devo fazer isso. Acho que cinco dias a mais ou cinco dias a menos não altera absolutamente nada. Se minhas dúvidas foram... Se elas foram colocadas na minha consciência como dúvidas, elas vão ter sequer sanadas. Se eu sanar em menos de cinco dias eu falo ao Presidente. Senão nós vamos ficar até os cinco dias para que eu possa vir aqui, e colocar o meu voto com muita dignidade pensando no meu País e pensando no meu povo.

Então, Senadora, em nome desse País, em nome do meu País, do nosso País que nós tanto amamos, entenda a minha posição. Não me leve a mal. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr^a. Senadora, Srs. Senadores, o regimento estabelece o direito ao pedido de vista. Portanto, a vista é regimental. Eu queria apenas corroborar com os colegas aqui, fazer um apelo ao Senador Mário Couto, no sentido de que dentro do possível, não utilize o prazo regimental, entregue antes, o voto em separado para que nós possamos convocar a nova reunião. Eu concedo vistas coletivas, já que existem outros Parlamentares solicitando a mesma providência.

Agradeço ao Dr. Luiz Antônio Pagot, agradeço pela sua presença aqui, e informo que ele será no-

vamente convidado para comparecer, participar da oitiva e prestar os esclarecimentos devidos. Obrigado a todos.

Agora Item 02 da pauta. O pedido de vistas regimentalmente é de cinco dias úteis.

Senador Flexa Ribeiro, se encontra para relatar o Item 02? Item 03 da pauta. O autor... Item 03 da pauta. Projeto de Lei nº. 22 que inclui trecho rodoviário. Entre as cidades de Pedro Canário e Nanuque. O autor é o Senador Magno Malta, o Relator é o Senador Delcídio Amaral. O projeto é não terminativo. Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, o projeto que ora relato é o Projeto de Lei do Senado nº. 22/2004 de autoria do ilustre Senador Magno Malta que busca introduzir ou busca alterar e conseqüentemente complementar o Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº. 5.917/73, com o propósito de incluir no Sistema Rodoviário Federal o trecho compreendido entre as localizados de Pedro canário e Nanuque, situado nas rodoviárias BR-101 e BR-418 respectivamente.

Quanto à análise: O trecho rodoviário a ser incluído no Plano Nacional de Viação tem 73 quilômetros de extensão, e desenvolve-se em área limítrofe de três Estados brasileiros. Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, com extremos em Pedro Canário, Espírito Santo, na BR-101, e Nanuque, Minas Gerais, na BR-418. Conceitualmente a proposta se mostra compatível com as definições e critérios estabelecidos no Plano Nacional de Viação. Em especial, verifica-se que atende a exigência expressa no Item 212 do anexo a Lei 5.917/73 que assim dispõe. 212, as rodovias de Plano Nacional de Viação deve satisfazer a pelo menos uma das seguintes condições. Item C: Ligar em pontos adequados duas ou mais rodovias federais, que é o caso ora relatado. Além de viável julgamos oportuna e merecedora de acolhida à proposta que objetiva o enquadramento da ligação como parte do Sistema Rodoviário Federal. A ascensão do trecho à condição de rodovia federal expressa o reconhecimento formal de seu potencial estruturador e indutor do desenvolvimento da região. Em última instância abre perspectivas para que aquele eixo passe a ser contemplado em planos de programas de investimento e melhoria de infra-estrutura de transporte a cargo do Governo Federal, o que garantiria a sua consolidação em articulação com as duas outras rodovias federais a serem por ela interligadas.

Constata-se ainda, Sr. Presidente, que a iniciativa observa os requisitos formais de constitucionalidade e juridicidade. Entretanto, no que diz respeito à formação e a técnica legislativa, a proposição incorre em algumas impropriedades, parte das quais devido às

divergências em relação única e exclusivamente ao padrão utilizado no PNV.

Portanto, Senador Magno Malta, não há nenhuma mudança conceitual, é só uma adequação do padrão PNV.

São elas: A redação da Ementa diferentemente do recomendado anuncia em primeiro lugar o objetivo do projeto para depois referir-se à lei cuja alteração viabilizará a medida pretendida. De acordo com o formato adotado nas relações descritivas anexas ao PNV, cada rodovia possui apenas uma entrada no quadro correspondente. Ainda que o trecho proposto pelo projeto para inclusão no Sistema Rodovia Federal atravesse o território de três unidades distintas da federação como foi relatado inicialmente, não se justifica o seu desdobramento em subtrecos. Um para cada Estado como faz o projeto.

Na própria descrição do traçado, a indicação dos pontos de passagem registra indevidamente o termo "fronteira" para referir-se às divisas estaduais. De modo a suprir as deficiências anteriormente apontadas, elaboramos projetos substitutivos que sem comprometer os objetivos da proposição original do ilustre Senador Magno Malta incorpora as alterações que nos parecem úteis ao aperfeiçoamento do texto que queremos ver aprovado.

Pelo voto, diante do exposto, votamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº. 22 de autoria do ilustre Senador e amigo Senador Magno Malta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Parabenizo ao Senador Delcídio Amaral, ilustre Vice-Presidente dessa Comissão --

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador, amigo e irmão... que a mãe dele me chama de filho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Cumprimento o Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente dessa Comissão pelo Relatório, e coloco em discussão suplementar. Os Srs. Senadores que queiram discutir a matéria terão a palavra. Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão. Não foram oferecidas Emendas na discussão suplementar. O substitutivo é dado como definitivamente adotado nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria irá à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Muito obrigado, Senador Delcídio. Parabéns, Senador Magno Malta, a quem concedo a palavra, pela ordem.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu estou muito feliz, Sr. Presidente. Grato ao Senador Delcídio, relatório substitutivo que em nada feriu ou deixou menor o que nós imaginamos, pensamos. Agora o Brasil, a tecnologia do álcool que é nossa, que encantou

o mundo e que agora volta a tomar corpo com essa história do etanol, o sul da Bahia, o norte do Espírito Santo e a parte significativa de Minas Gerais, a partir da entrada de Nanuque, aquela área onde hoje se faz um grande investimento e onde se estão as grandes usinas de álcool do Espírito Santo e onde grupos internacionais estão vindo para poder naquela área plantar indústria, gerar emprego, certamente essa tomada de posição, esse Relatório de alguém que conhece como o Senador Delcídio, certamente não só vai beneficiar o Estado do Espírito Santo, mas, é Minas, sul da Bahia e o Brasil como um todo porque é desenvolvimento para o Brasil. Estou muito feliz e grato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a presença e a manifestação do Senador Magno Malta e volto agora ao Item 02 da pauta. Fazendo um apelo aos Senadores que integram essa Comissão de Serviço de Infra-Estrutura que compareçam à discussão e votação que teremos agora, já que essa matéria foi postergada ao longo dos últimos meses, ao longo dos últimos anos. E é uma matéria da mais alta relevância para o Brasil.

Nós temos aqui cinco Senadores presentes, seis Senadores presentes, que são membros da Comissão, precisamos de pelo menos mais seis para termos *quorum* a fim de votarmos e deliberarmos sobre essa matéria. Nós já concedíamos todas as vistas solicitadas, demos todos os prazos solicitados, é a matéria que determina que as empresas operadoras do serviço móvel pessoal instalem bloqueadores de sinais de rádio e comunicações nas penitenciárias estaduais e federais. O autor do projeto é o Senador Rodolpho Tourinho, o Relator é o Senador Flexa Ribeiro, que tem Parecer pela aprovação do projeto com o acatamento parcial da Emenda nº. 01 e pela rejeição da Emenda nº. 02. Ambos de autoria da Senadora Serys nos termos do substitutivo.

Em 25 de abril o Relator apresentou novo relatório com alterações em sua análise e no substitutivo que apresentou, no dia 02/05 foi concedido vista coletiva a requerimento dos Senadores Romeu Tuma e Wellington Salgado pelo prazo de cinco dias, no dia 10/05 foi devolvido o pedido de vistas pelo Senador Wellington Salgado e Romeu Tuma sem manifestação, no dia 24 de maio a Comissão aprovou Requerimento de autoria do Senador Demóstenes requerendo audiência pública destinado a debater a matéria, no dia 21 foi realizada a Audiência Pública, no dia 26 o Relator profere a leitura do novo Relatório pela aprovação do projeto, com o acatamento parcial da Emenda nº. 01 e pela rejeição da Emenda nº. 02. Ambas de autoria da Senadora Serys. Adiada a discussão e votação da matéria.

Eu queria indagar ao Senador Flexa se ele tem algo a aditar em relação ao seu Parecer, mas, faço de novo aqui um apelo aos Senadores e peço inclusive à Secretaria que convoque os Senadores dessa Comissão para que nós possamos ter *quorum* e deliberar ainda hoje sobre essa matéria. É muito importante para o Brasil. O Brasil inteiro clama por medidas eficientes. Eficazes para o combate à violência e à criminalidade. E nós consideramos, sobretudo a Comissão de Infra-Estrutura, fundamental que tenhamos, em parceria com o Governo Federal a adoção de medidas que sejam realmente eficientes nesse sentido. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marconi Perillo, Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente, Srs. Senadores. Eu quero aqui em primeiro lugar parabenizar a Presidência e a Vice-Presidência da Comissão de Infra-Estrutura pelo empenho ao longo de todos esses meses no sentido que possamos encerrar a discussão e votarmos esse projeto da maior importância para o combate ou a redução da violência que lamentavelmente ela hoje é manchete permanente nos jornais de todo o Brasil. Não é um fato instalado em uma região ou Estado. É um problema nacional. E como tal tem que ser combatido.

Esse projeto, talvez tenha sido um dos mais discutidos nesta Comissão, porque como o Presidente bem relatou aí, já foi motivo de vários pedidos de vista, de voto em separado... E por último, de o Senador Presidente Marconi Perillo atendendo a uma sugestão do próprio Governo, que criou uma Comissão no âmbito do Ministério da Justiça com a participação do Ministério Público, da Polícia Federal, da ANATEL, e da própria Comissão de Infra-estrutura para que esta Comissão do Governo pudesse estudar e dar um Parecer conclusivo a respeito do assunto que tem um consenso de todos. Há um consenso da necessidade imediata de se bloquear, de se impedir que o crime organizado possa ser administrado de dentro dos presídios. Isso aí é também divulgado permanentemente pela mídia e a sociedade cobra do Governo uma ação para que isso tenha... Seja impedido. E esta Comissão, com este projeto, ela tende, Presidente Marconi Perillo, ela procura corrigir uma falha de uma lei de 2003, a Lei 10.792 que já determinava a obrigatoriedade da instalação dos bloqueadores no sistema prisional brasileiro. Lamentavelmente por ocasião daquela lei o Congresso Nacional não definiu quem era que devia instalar os bloqueadores e quem arcaria com esses custos, o que a tornou inócua. Então para que nós não cometêssemos a mesma falha nesta nova discussão que estamos fazendo agora, nós aprofundamos a

discussão, abrimos a discussão para todos os setores comprometidos com o assunto, e o nosso parecer inicial que já foi colocado aqui à Comissão há vários meses, teve mudanças pontuais. Porque a conclusão da Comissão capitaneada pelo Ministério da Justiça, a Comissão do Governo, ela é coincidente com aquilo que nós dizíamos desde o início. Ou seja, a necessidade de instalar bloqueadores, que é preciso que haja tecnologia definida para que esse sistema seja, bloqueie não só a telefonia celular móvel, mas, qualquer sistema de rádio e transmissão, e mais do que isso, só esta ação é insuficiente. É preciso que a fiscalização, por ocasião das entradas nos presídios seja feita através de aparelhos de detenção de metal para que se impeça ou se dificulte ao máximo a entrada de celulares, inclusive, Presidente Perillo, tornando isso também como um motivo de aumento de pena para que o prisioneiro que seja pego utilizando comunicação externa, ele possa ter a sua pena aumentada. E além das sanções se houver convivência do sistema. Então é preciso que haja recursos, é preciso que haja preparação de capital humano para que seja integrado ao sistema prisional, e ao final a Comissão chegou à conclusão de que o bloqueio total e imediato das comunicações é um assunto que demanda tecnologia e que não seria de ação imediata. E ela propôs a utilização de um equipamento denominado ERB Móvel. Sistema de extração de identidade de telefone celular. O que é que é isso, para que a população brasileira possa tomar conhecimento? É um equipamento que faz instalado nos presídios, ele tem a capacidade de identificar a utilização de celulares internos, no interior do presídio, e através da identificação da linha bloquear essa linha e chegar ao aparelho. Ora, isso é um passo inicial. Eu incorporei essa posição da Comissão porque ela pode ser aplicada imediatamente. No meu entendimento, deve ser esse aparelho fixo em todos os presídios que necessitem pela sua periculosidade do equipamento. Mas, que para o futuro, para os presídios que forem construídos, e depois de definida a tecnologia que seja feito o bloqueio total. Ou seja, que não se possa daqui para frente construir novos presídios que não tenham já o bloqueio total de qualquer tipo de comunicação.

Então a incorporação do Parecer, alteração é atendendo a conclusão da Comissão do Ministério da Justiça, da utilização deste equipamento ERB Móvel.

Com relação à questão das operadoras, também foi mantido que as operadoras têm responsabilidade, sim, a responsabilidade de informarem qualquer nova tecnologia que seja adicionada ao sistema para o Ministério da Justiça através da administração do sistema prisional para que ele possa adequar os equipamentos

às novas tecnologias. E essa adequação já tem que ser informada também pelas operadoras sob penas pecuniárias e reincidente sobre possível cassação da concessão de operação do sistema móvel.

E ao final, com relação ao custeio, o próprio Governo, através da Comissão concorda e diz que o custeio tem que ser pelo erário público, e eu mantenho a proposta que fiz da alteração da lei do FISTEL para utilizar os recursos excedentes deste fundo que são da ordem de um bilhão e oitocentos milhões ao ano para que possamos inicialmente com gastos previstos segundo a Comissão do Ministério da Justiça da ordem que não vai atingir cem milhões, possamos resolver no início as unidades de maior periculosidade com instalação, segundo disse o Diretor do Fundo Penitenciário, com a instalação de 25 desses equipamentos fixos e outros móveis que possam se deslocar em todos os Estados.

Eu entendo, Sr. Presidente, e Sr. Vice-Presidente, eu entendo que além desses que a Comissão identificou como sendo necessário para instalação, todos os Estados brasileiros, todos, deveriam ter pelo menos um equipamento para atender as suas necessidades, que é possível pela mobilidade. Acredito que já temos *quorum* para a votação, e eu encerro aqui a discussão para que possamos votar que é isso que a população brasileira aguarda dos Senadores exercendo o papel Parlamentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa Ribeiro, não há *quorum* ainda. Nós temos presentes aqui os Senadores Serys, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Expedito Júnior, Wellington Salgado, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro. E Renato Casagrande. Nós temos 10 Senadores. Faltam apenas dois. Eu queria convidar aqui os Senadores Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Fernando Collor, Romero Jucá, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Joaquim Roriz, Valter Pereira, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Heráclito Fortes, João Tenório, Sérgio Guerra, João Durval para que viessem aqui a fim de completarmos o *quorum*. Essa é uma matéria como já disse muito importante, há consenso entre o Relator e a Comissão de alto nível do Ministério da Justiça. Essa é uma iniciativa importantíssima para o Brasil e eu concedo a palavra, primeiro ao Senador Expedito que solicitou em primeiro lugar e depois o Senador Raimundo Colombo para discutir a matéria. Com a palavra o Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu já tenho um consenso formado sobre essa matéria. Eu quero até cumprimentar V.Ex^a que preside essa Comissão e a maneira como conduz os

trabalhos nessa Comissão. Quero cumprimentar também o Relator e a habilidade dele junto com o Senador Demóstenes de achar um voto substitutivo e buscou aí resolver, dirimir as dúvidas. Mas eu ainda tenho algumas dúvidas. Eu sei que o Relator já aponta aqui onde é que ele vai buscar esses recursos. Principalmente aqui ele aponta aqui... Relator propõe o substitutivo que indica a fonte de recursos a serem aplicados pela Secretaria Estadual de Segurança e pelo Ministério da Justiça para instalação dos bloqueadores. No caso que é o FISTEL. A minha única preocupação é que eu também participo da Comissão de Meio Ambiente e Direito dos Consumidores. A minha preocupação é que isso depois não recaia sobre os nossos consumidores. Eu acredito que, isso já foi discutido bastante aqui, mas, tem dois pontos. Que devidamente, depois de devidamente instalados, tem a capacidade de isolar a área sem prejuízo nas proximidades das carceragens aos nossos usuários. E também aquela colocação que eu estava fazendo aonde eu gostaria de alertar sobre a questão que a obrigação das empresas privadas com o impacto na receita da operação. É preciso ter o cuidado de evitar que estes custos adicionais, Sr. Presidente, acabem sendo repassados aos usuários na forma de reajuste de preço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador Expedito, Senador Flexa, Senador Colombo. Eu pediria que votássemos. Há *quorum*, essa matéria é muito importante. Logo a seguir eu passo a palavra ao Senador Colombo e Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, é exatamente nesse sentido. Vamos votar e depois eu terei o maior prazer de responder as dúvidas do Senador Expedito e de qualquer outro Senador que por ventura tenha essa--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Projeto de Lei do Senado nº. 137/2006 nos termos do substitutivo apresentado pelo Relator Flexa Ribeiro. Como vota Senadora Serys Slhessarenko? Como vota o Senador Delcídio Amaral? Como vota a Senadora Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator, Sr. Presidente. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador Delcídio Amaral?

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Quero primeiro, Sr. Presidente, não só parabenizá-lo como parabenizar o Relator, o Senador Flexa pelo trabalho, pela capacidade de articulação e agora um Relatório apresentado que é um consenso na Casa. E o Senado

e a Comissão de Infra-estrutura responde efetivamente aos anseios da população, principalmente num tema tão importante que é o bloqueio de celulares e de outros meios de comunicação nos nossos presídios. Eu voto com louvor com o Relator Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota a Senadora Ideli Salvatti? Senadora Ideli Salvatti? Como vota o Senador Expedito Júnior?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu queria também votar com louvor a nosso Relator, mas, preservando sempre aqui os nossos consumidores. Voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Francisco Dornelles. Ausente. Senador Inácio Arruda, ausente. Senador Fernando Collor, ausente. Como vota a Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com muito prazer com o Relator Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa tem se tornado, Sr. Presidente, um dos especialistas nessas questões de comunicação. Na própria CCT ele tem apresentado alguns projetos super importantes, e eu voto com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romero Jucá, ausente. Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Joaquim Roriz, Valter Pereira. Como vota o Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, eu voto prazerosamente com o nosso Relator Flexa Ribeiro que fez um trabalho magnífico em relação a essa matéria. Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Sr. Presidente, eu quero só antes de declarar meu voto, cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro. Realmente

esse assunto é um assunto extremamente importante. Os marginais, os bandidos, os que estão presos eles realmente estão tendo acesso a essa tecnologia e se beneficiam dela e atemorizam, prejudicam violentam a população brasileira. É absolutamente necessário que uma medida fosse tomada.

O Relatório evoluiu muito do projeto original. Ele é completo, ele define e amplia as atividades inclusive arruma o fundo de recursos. O FISTEL arrecadou de 2001 a 2006 14 bilhões e oitocentos milhões. No entanto investiu apenas um e quatrocentos, sobrando treze bilhões e quatrocentos milhões que migraram para o Tesouro Nacional. Então vamos nos livrar da burocracia, dos impedimentos e vamos arrumar os recursos para que isso de fato aconteça. Por isso cumprimentando o Senador Flexa Ribeiro eu também voto a favor do Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu pediria antes de prosseguir a votação, que permanecessem aqui na Comissão o Senador Eduardo Azeredo, cujo Item 04 tem o seu parecer, e o Senador Colombo que é o parecerista do Item 05. Como vota a Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu voto com o Relator, Senador Flexa Ribeiro, fazendo apenas uma única observação. Ele anda tendo vitórias demais, porque ele terminou de ganhar lá na Comissão de Constituição e Justiça o plebiscito para a criação de Estado de Carajás, com grandes aplausos da platéia que estava lá em massa, e aqui agora ele também vai, pelo que estou entendendo ganhar a aprovação do Parecer que ele está dando nesse projeto tão importante que todos nós temos o entendimento que deve ser aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Votou sim. Bloqueadores de celulares nos presídios.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vota sim. Como vota o Senador Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com o Relator. Vim aqui especialmente para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a V.Ex^a. Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Voto conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, voto com o Relator Senador Flexa Ribeiro e lembrando também a homenagem ao Senador Rodolpho Tourinho, ex-Senador Rodolpho Tourinho que foi o autor do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador João Durval Carneiro?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Tivemos... Senador Adelmir Santana, Senador João Tenório, Senador Sérgio Guerra ausentes. Apesar de não precisar votar, eu quero também manifestar o meu voto absolutamente favorável. E gostaria de dizer que essa é uma grande vitória da Comissão. A persistência dessa Comissão. Nós estamos há cinco meses insistindo na discussão dessa matéria, realizamos Audiência Pública, convocamos os Senadores, os Senadores comparecem, concedemos vistas, fizemos as mudanças que eram necessárias para o aprimoramento, buscamos o consenso com o Conselho e com a Comissão instituída pelo Ministério da Justiça para discutir esse tema. Enfim, chegamos a uma conclusão, a um grande consenso e na minha opinião esta é uma grande vitória da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura do Senado. Essa é uma grande vitória do Senado e certamente é mais uma demonstração inequívoca da seriedade destes Senadores comprometidos com o pacote de combate à violência e a criminalidade no Brasil.

Se nós vamos ter a partir de agora bloqueadores nos presídios, nas penitenciárias, essa Comissão teve um papel fundamental, indispensável. E eu quero louvar a participação brilhante do Senador Flexa Ribeiro na elaboração consensual desse substitutivo. E a participação de todos quantos colaboraram com essa discussão.

Nós tivemos 15 votantes, 15 votos sim. Está aprovado o projeto em caráter terminativo nessa Comissão.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O PLS nº. 137/2006, e quero fazer uma saudação aqui e uma homenagem, mesmo na ausência do Senador Rodolpho Tourinho pela feliz iniciativa, pela brilhante iniciativa ao apresentar esse projeto.

Então o PLS nº. 137 nos termos da Emenda nº. 01, o substitutivo, está aprovado por unanimidade. A matéria irá ao turno suplementar na próxima reunião da Comissão de acordo com os arts. 92 e 282. Eu consulto a Secretaria se é possível repetir a votação. Os Srs. Senadores que concordarem com a votação em segundo turno mantendo a votação anterior permaneçam como estão. Então fica já registrado aqui havendo concordância de todos e havendo concordância da Secretaria a aprovação também no turno suplementar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Está aprovado. Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero parabenizá-lo pela condução da reunião, quero pedir que seja encaminhado em regime de urgência para a Mesa, em regime de urgência para que a gente possa tramitar rapidamente. Quero agradecer à Senadora Ideli... Quero agradecer a Senadora Ideli Salvatti que fez aí referência elogiosas mais por amizade que nos une do que por merecimento à minha pessoa, e dizer, Senadora Ideli, que tanto o projeto de plebiscito do Estado de Carajás quanto este não seria possível à aprovação se não tivesse o seu apoio, o apoio do PT. O que pra mim é uma satisfação muito grande, Senador Marconi Perillo, estou dizendo à Senadora Ideli de que sem o apoio da Senadora e do PT nós não teríamos aprovado nem o plebiscito do Estado de Carajás nem esse projeto. O que demonstra de que o PT está se aproximando do PSDB no encaminhamento das nossas teses, que são as teses que levam o Brasil ao desenvolvimento. Quero parabenizar a Senadora Ideli pela evolução que ela tem demonstrado de interesse em ajudar a todos os brasileiros.

E ao final, eu quero se V.Exª me permitir, tirar as dúvidas, tanto do Senador Expedito quanto do Senador Renato Casagrande, que era a dúvida de todos nós. Que esse projeto não trouxesse nenhum ônus para a sociedade. Isso era a preocupação inicial, Senador Expedito Júnior. Daí porque se houvesse a utilização de recursos das concessionárias, esse custo seria transferido para a tarifa. O próprio Governo reconheceu isso através da ANATEL, através da Comissão capitaneada pelo Ministério da Justiça. Não haverá nenhum ônus para a sociedade. Os recursos são recursos que já existem, que estão no Tesouro Nacional. Eu espero que eles não sejam contingenciados. Existe um projeto, Senador Marconi Perillo, de minha autoria também tratando de que qualquer recurso para a área

de segurança não seja passível de contingenciamento para que se evite se aprovar projetos aqui e que ao final não possam ser implementados por falta de recursos transferidos pelo Governo Federal.

Então, essa sua preocupação que é de todos não há possibilidade de ocorrer. Não haverá. A outra preocupação sua de que não haja prejuízo aos usuários do sistema ao entorno do projeto, do presídio, também foi preocupação nossa. Esse sistema que será empregado inicialmente por sugestão da Comissão do Ministério da Justiça não traz essa dificuldade porque ele não faz o bloqueio. Ele identifica e pela identificação ele faz o bloqueio. Enquanto se define qual tecnologia que o projeto prevê que tem que ser instalada no futuro e também depois de definido nos existentes para que possa ser feito o bloqueio sem prejudicar os usuários do entorno.

E ao final, quero fazer aqui as minhas homenagens ao Senador Rodolpho Tourinho. Tive a honra de jantar com ele ontem e dizendo a ele que nós iríamos votar hoje o projeto de sua autoria que tramitava desde o ano passado e que era da maior importância para que o Senado desse a resposta à sociedade brasileira que nós estamos preocupados e atentos em resolver de uma vez por todas a questão da criminalidade brasileira. E quero também fazer uma homenagem justa à consultoria do Senado Federal, a consultoria do meu gabinete que nos ajudou e muito, tanto na elaboração do Parecer quanto no acompanhamento ao longo de todo esse tempo do projeto que hoje foi aprovado aqui. Era o que eu tinha a dizer e agradecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço as suas palavras, Senador Flexa Ribeiro... [pronunciamento fora do microfone] Parabenizo mais uma vez pelo seu talentoso trabalho. Concedo a palavra com muito prazer ao Senador Delcídio Amaral, nosso Vice-Presidente dessa Comissão.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gostaria só de fazer uma pergunta ao Senador Flexa, se nesse novo Estado de Carajás, Tucuruí está incluído nesse novo Estado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tucuruí faz parte de Carajás.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então vou ser candidato ao Senado pela região também.

[risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com muita honra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Há sobre a Mesa um requerimento de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro que propõe a tramitação em regime de urgência, urgentíssima em relação à matéria que acabamos de aprovar que diz

respeito aos bloqueadores de celulares nos presídios. Sras Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu gostaria de determinar a Mesa que envie ainda hoje... Gostaria de pedir que enviasse ainda hoje o projeto.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, que vai proferir aqui o Relatório que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei 7.990 de 28 de dezembro de 89. Esse projeto não é terminativo nessa Comissão. É um Projeto de Lei da Câmara de nº. 64/2005, cujo autor é o Deputado Ricardo Izar. Com a palavra o parecer do Senador Eduardo Azeredo é pela aprovação da matéria com as Emendas que apresenta. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo para leitura do seu Relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, esse projeto é originário da Câmara, ele já foi discutido na Comissão de Assuntos Econômicos e lá obteve um acordo, inclusive o Senador Romero Jucá participou desse acordo no sentido de que nós não tivéssemos nenhuma alteração nos percentuais entre os Estados, Municípios e Governo Federal. Ou seja, o percentual destinado aos Estados que cairia de 23 para 20, ele continuaria com 23%. Isso foi acordado pelo Senador Romero Jucá. Não se mexe, portanto, na distribuição. A distribuição fica mantida em 23% para os Estados, 65 para os Municípios e 10% para o DNPM e 2% para o IBAMA. Portanto, não se altera a decisão. Mas se faz uma modificação na listagem de qual é a alíquota de pagamento percentual da compensação de acordo com o tipo da substância mineral. Então ele está sendo incluído os minerais, as rochas fosfáticas quando destinado ao uso na agricultura ou na fabricação de adubos, fertilizantes, produtos para alimentação animal e as rochas calcárias destinadas ao uso como corretivo do solo.

E além do mais também está sendo acatada outra Emenda que prevê que o valor resultante da aplicação do percentual a título de operação financeira em função do que dispõe o § 1º desse artigo será considerado na estrutura de custos sempre que os preços forem administrados pelo Governo.

Portanto, é a aprovação do projeto com duas Emendas mantendo distribuição entre os três níveis de Governo e alterando a alíquota que é cobrada para esses fertilizantes para a agricultura e também para areia, cascalho e saibro utilizados na construção civil.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu quero antes de conceder a palavra ao Senador Delcídio, agradecer ao Senador

Eduardo Azeredo por ter acolhidos uma Emenda de minha autoria. Com a palavra o Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu peço vista a esse processo com o compromisso de já na próxima semana reapresentá-lo para que V.Exª o coloque em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vista concedida ao Senador Delcídio pelo prazo regimental. Com a palavra o Senador Raimundo Colombo para proferir o seu Parecer relacionado ao Item 05 que também não é terminativo.

Trata-se de mensagem do Senado, encaminha ao Senado Federal os relatórios anuais da ANATEL relativo às atividades do exercício 2004 e 2005. O Parecer do Relator Senador Raimundo Colombo é pelo conhecimento da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e pelo encaminhamento do processado ao arquivo. Com a palavra V.Exª.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um Relatório um pouco longo e eu vou ser obrigado a ler porque trata da mensagem do Presidente da República e pede o arquivamento desse Relatório.

A Comissão de Serviço de Infra-Estrutura sob a mensagem nº. 208/2006 do Sr. Presidente da República que encaminha ao Senado Federal os relatórios anuais da Agência Nacional de Telecomunicações, a ANATEL, relativas às atividades do exercício de 2004 e de 2005. No Relatório de 2004, no cumprimento de suas atribuições ao longo do ano de 2004 a ANATEL desenvolveu uma série de inativas no campo regulatório nos segmentos de telefonia fixa e móvel da comunicação de massa e da comunicação multimídia, com resultados significativos em termos de consolidação da planta de serviços e de cumprimentos das metas de qualidade e de universalização. Observa-se que o índice de digitalização(F) da rede brasileira atingiu 99.4. Sem dúvida, sinalizador da melhoria da qualidade por permitir maior gama de serviços que a tecnologia analógica.

Segundo o relatório submetido ao exame dessa Comissão a planta brasileira de telefonia fixa denominada de Serviço de Telefone Fixo Comutado atingiu 39.6 milhões de acesso em serviços ao final de 2004. Apenas 400 mil a mais do que em 2003. Além de fatores decorrentes do desempenho da economia. Tal tendência de acomodação deve-se à antecipação das metas de universalização alcançadas em anos anteriores. No período foi registrado considerável evolução na competição entre as operadoras do STFC nas modalidades de longa distância nacional e internacional.

Por outro lado, é digo no de nota o crescimento alcançado pelo serviço móvel pessoal sucedando o

serviço móvel celular. Desde a privatização das empresas do sistema TELEBRAS o número de acessos de serviços cresceu de 7.4 milhões em 98 para 46.3 milhões em 2003. Para atingir 65.6 milhões de acesso no final do exercício, o que significa um crescimento de 41.7 em relação ao ano anterior.

No que tange a ação fiscalizadora do serviço de telecomunicações coube à agência exercer a vigilância sobre o cumprimento dos compromissos assumidos pelas empresas prestadoras de serviço. No que diz respeito ao cumprimento que estabelece o plano geral de metas de qualidade, em 2004 o índice de cumprimento dos indicadores manteve a tendência evolutiva observado em anos recentes. Em junho de 2001, 45.8 das metas fixadas no plano não eram cumpridas pela prestadora.

Ao final de 2002, o cumprimento não havia... Já havia declinado para 8%. Em dezembro de 2003 para 2.7, demonstrando a evolução da qualidade dos serviços prestados. Na área de serviço de comunicação de massa, tais como as diferentes modalidades de TV por assinatura e a parte de segmento de radiodifusão sob jurisdição, excluído aí o processo de outorga do serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, as tradicionais rádio e televisão abertas nos termos do art. 211 da Lei Geral, a atuação da ANATEL os trouxe dentro dos limites estabelecidos pela Lei Geral de Telecomunicações abrindo novas licitações que permitiram a expansão de milhões de pontos de recepção em todo o País.

No tocante às atividades de gestão do aspecto de radiofrequência foram elaborados pela ANATEL em 2004 documentos de relevância visando a garantir o uso adequado do aspecto rádio elétrico e manter atualizado o plano de atribuição, destinação e distribuição de faixas de frequência no Brasil. Cumprindo assim as determinações do art. 157 e 158 da Lei 9.472/97.

Por fim, cabe destacar que no exercício de 2004 no plano internacional, a agência cumpriu as atribuições a ela conferidas pela legislação. As realizações desse campo garantiram ao Brasil participação e organismos internacionais como a União Internacional de Telecomunicações. UIT. Comissão Interamericana de Telecomunicações, a CITEL, Fórum Latino Americano de Reguladores de Telecomunicações, REGULATel, além de ter participado da reunião de Rodada de Doha na Organização Mundial do Comércio.

No relatório de 2005, é meio longo, mas, sou obrigado a ler, merece especial destaque na atuação institucional da ANATEL em 2005, a prorrogação dos contratos de concessão que a agência em nome da União formou com as prestadoras de telefonia fixa. Com esse objetivo, adequação dos contratos e ela-

aboração dos instrumentos regulamentais a eles vinculados levará em conta diretrizes das políticas de telecomunicações definida no Decreto 4.733 de 10 de junho de 2003, bem como a prioridade de atendimento as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida definido pelo Decreto 5.296 em 2 de dezembro de 2004. Como principais iniciativas o estado da criação do serviço de acesso individual à classe especial, a criação terminal, enfim, na exploração de satélites também no decorrer do exercício 2005 no plano internacional a agência cumpriu as atribuições legais a elas conferidas.

Cumprindo todos esses aspectos, o nosso parecer eu opinião que a Comissão de Serviço de Infra-Estrutura tome conhecimento da mensagem nº. 208/2006, nº. 652/2006 na origem, do Sr. Presidente da República e delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão. Em votação o Parecer do Relator. Os Srs. Senadores que concordam com o Parecer permaneçam como se encontram. Aprovado. Aprovado o Parecer do Relator. A matéria vai à Secretaria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

Eu gostaria de informar aos Senadores presentes que nós não teremos como dispensar o turno suplementar relativo ao PLS que determina a utilização dos bloqueadores celulares nos presídios. Eu já convoquei uma reunião para quinta-feira às 10h para que nós possamos deliberar em turno suplementar a matéria. Não havendo mais matérias a serem discutidas--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, nós temos uma Audiência Pública--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Na quarta-feira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. proposta para... Para discussão da questão de Belo Monte.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Foi cancelada no dia 5 e nós vamos marcar outra data.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só quero agradecer a V.Ex^a por ter marcado, ter feito os convites às pessoas indicadas do Requerimento, e lamentar. Lamentar porque não tivemos a resposta que gostariam de ter por parte do Executivo. A Ministra

Marina Silva e a Ministra Dilma Rousseff não puderam agendar a vinda aqui, e Senador Delcídio Amaral, V.Ex^a é um dos Senadores de maior conhecimento, senão o de maior, hoje, da área de energia no País. Esse País, Presidente, vai entrar em colapso energético, lamentavelmente, que ninguém gostaria que isso acontecesse, no futuro próximo. Nós somos hoje, podemos ser amanhã a Argentina de hoje. Todos nós acompanhamos o que está acontecendo na Argentina, sendo obrigada a reduzir a sua produção indústria nacional para por falta de capacidade de energia. De suprimento. Seja de gás, seja de geração hídrica, e está com isso reduzindo o crescimento que ela poderia ter porque não teve o cuidado de atentar para o problema com tempo suficiente de resolvê-lo.

Nós não queremos que isso aconteça com o Brasil, Senador Delcídio Amaral. V.Ex^a é um combatente aqui no Senado Federal para que isso se torne uma realidade. Nós estamos aí com projetos que fazem parte do PAC, de geração de energia, agora mesmo o Presidente Lula retoma o projeto de Angra 3 e com custo, Presidente Perillo, retoma o projeto de Angra 3 com custo superior ao custo da construção de Belo Monte, com uma geração infinitamente inferior à geração de Belo Monte. Não tem lógica! Nem se nós fôssemos a maior potência econômica do mundo, se nós fôssemos os Estados Unidos, não tem lógica você gastar várias vezes mais para ter um resultado várias vezes menor na geração de energia. Quando nós podemos implantar Belo Monte.

Então, é importante que se faça essa audiência. É importante que se tenha aqui o Ministério Público, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério de Minas e Energia, a Casa Civil... Por que a Casa Civil? Porque a Casa Civil que é a Gerente do PAC. E o projeto de Belo Monte faz parte do PAC. Então eu peço ao Presidente um esforço maior do que V.Ex^a tem tido no sentido de um contato direto com as ministras. A Ministra Marina encaminhou à Secretaria dizendo que ela não poderia vir nessa data, mas, ela gostaria de agendar uma próxima vinda. Então que ela diga qual é o dia que ela quer vir. E eu pediria a V.Ex^a que marcasse audiência nesse dia. Vamos inverter a posição. Ao invés de nós marcarmos a data, vamos pedir que as ministras marquem as datas. E nós Senadores vamos adaptar as nossas agendas as agendas das ministras para que [soa a campainha] a gente possa fazer urgentemente esta Audiência Pública para resolvermos a questão e iniciarmos a implantação da hidrelétrica de Belo Monte. É o que eu peço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador Flexa Ribeiro, a Mesa acolhe, concorda com todos os argumentos de V.Ex^a.

Nós vamos fazer um apelo às Ministras e aos Ministros para que possam, de livre e espontânea vontade comparecer a essa Comissão. Não havendo essa possibilidade, a Comissão poderá convocá-las desde que haja Requerimento de V.Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu farei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Delcídio.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, até por sugestão da Assessoria, eu vou apresentar um Requerimento para que a empresa de planejamento enérgico faça uma exposição na Comissão de Infra-estrutura sobre a visão do planejamento energético do Governo no que se refere aos próximos anos. Eu acho que seria muito importante que nós ouvíssemos também o Dr. Thomas Kim, para que ele mostrasse a todos nós como o Governo enxerga os próximos anos, nos próximos anos o suprimento de energia. E quero, Senador Flexa, V.Ex^a sabe que eu sou um paraense convicto, apesar de ser nascido em Mato Grosso do Sul, mas, tenho um carinho especial pelo Estado do Pará, e vi o desenvolvimento da Usina de Belo Monte. E com todo respeito que eu tenho às pessoas que têm se empenhado tanto no projeto de Belo Monte, quanto também no projeto do Rio Madeira, Belo Monte é um projeto muito mais avançado. Eu acompanhei Belo Monte quando se chamava Cararaô e Babaquara que eram dois complexos. Belo Monte era Cararaô e Babaquara era mais para cima. Era uma usina mais ou menos parecida com Tucuruí. E é disparado o melhor projeto. E com muito menos impactos porque que praticamente hoje na barragem definitiva é só a calha do Rio Xingu, que naquela volta grande do Rio Xingu ele se espraia, e na minha leitura, na minha visão seria um projeto que... Que deveria representar, sob o ponto de vista, de hidroeletricidade a prioridade no Brasil.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só por uma questão de justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Flexa. Seja rápido, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só por uma questão de justiça, para registrar que a Procuradoria-Geral da República ela se fez representar pelo Procurador Felício Pontes do Estado do Pará, que é o autor inclusive dos embargos à construção da usina, e também a ELETROBRAS também se fez representar. Nós tivemos que pedir o adiamento da audiência porque é preciso que haja, o Governo, o Executivo que

tenha a participação também, tanto do meio ambiente quanto da questão da Casa Civil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão Extraordinária e convoco outras duas para as próximas quarta e quinta-feira. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h04

Ata da 25ª Reunião ordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 07 de agosto de 2007, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos do dia sete de agosto de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, ordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Ideli Salvati, Delcídio Amaral, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Valter Pereira, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, João Tenório, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, João Durval, Flávio Arns, João Ribeiro, Augusto Botelho, João Claudino, Renato Casagrande, Garibaldi Alves, José Maranhão, Jonas Pinheiro, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena e Mário Couto.** Presentes também os Senadores Magno Malta, Arthur Virgílio e Kátia Abreu, os Deputados Federais João Vicente, Milton Monti, Valternir Luiz Pereira, Eliene Lima, Nelson Goetten, Wellington Fagundes, Oswaldo Reis e o Governador Blairo Maggi, do Estado de Mato Grosso. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação do Item Único constante da Pauta – Não Terminativo – **Mensagem do Senado Federal nº 74, de 2007**, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Antônio Pagot, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Jayme Campos, que apresenta relatório com todas as informações necessárias para que a Comissão possa deliberar sobre a indicação. O Senador Mário Couto apresenta Requerimento de sua autoria que, requer a imediata suspensão do processo de indicação do Senhor Luiz Antônio Pagot, para Diretor-Geral

do DNIT, a fim de que a Comissão possa, de forma isenta, investigar os fatos e requisitar das autoridades competentes, todas as informações necessárias à elucidação do caso”. Após a discussão, o Requerimento é colocado em votação, sendo **Rejeitado**. Ato contínuo, o Senhor Presidente concede a palavra ao indicado para suas considerações iniciais. Usam da palavra os Senadores Marconi Perillo, Eliseu Resende, Kátia Abreu, Delcídio Amaral, Mário Couto, Sérgio Guerra, João Ribeiro, Expedito Júnior e Heráclito Fortes. O Senador Mário Couto solicita ao Senhor Luiz Antônio Pagot que apresente ao Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, documento comprovando que ele tenha comunicado à Secretaria de Recursos Humanos do Senado Federal, no período de 1995 a 2002, a acumulação de cargos de Secretário Parlamentar do Senado Federal e de Diretor-Superintendente da Hermosa Navegação da Amazônia. **A indicação é aprovada**, obtendo o seguinte resultado 17 votos sim, 06 votos não e nenhuma abstenção, num total de **23** votos. A Comissão delibera, **extrapauta**, as seguintes matérias: **Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2006** – Decisão Terminativa – Turno Suplementar – “Determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta Parecer pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Em 04 de julho de 2007, foi aprovado o Substitutivo integral. Não sendo apresentadas emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado. **Item 2 – Requerimento nº 043, de 2007–CI**, de autoria do Senador Marconi Perillo que “requer nos termos regimentais, sejam convidados os Senhores, Ministro de Minas e Energia; Jerson Kelman – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Cláudio Sales – Presidente ad ACENDE Brasil; Maurício Tolmasquim – Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; Hermes Chipp – Presidente da Operadora Nacional do Sistema; Adjarma Azevedo – Vice-Presidente e Coordenador do Grupo de Meio Ambiente – ALCOA; Eduardo Carlos Spalding – Vice-Presidente e Coordenador do Grupo Energia Elétrica (VOTORANTIM CIMENTOS); Érico Teodoro Sommer – Vice-Presidente e Coordenador do Projeto Energia Competitiva (PEC) – GERDAU e Dithelmo Kanto Filho – Coordenador do Projeto Energia Competitiva (PEC) – Gerdau, para em Audiência Pública no âmbito desta Comissão, prestarem esclarecimentos sobre licenciamento e matriz energética”. **Aprovado.** **Item 3 – Requerimento nº 044, de 2007–CI**, de auto-

ria do Senador Marconi Perillo que “requer nos termos dos artigos 93 e 104 do Regimento Interno do Senado Federal, convidar o Ministro de Estado de Defesa, Nelson Jobim; Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, Milton Zuanazzi e o Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, Sérgio Gaudenzi, para participarem de debate no âmbito desta Comissão, sobre a infraestrutura aeroportuária no Brasil”. **Aprovado. Item 4 – Requerimento nº 045, de 2007-CI**, de autoria do Senador Raimundo Colombo que “requer, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento nº 040, de 2007-CI, de autoria do Senador Valdir Raupp, para incluir a Usina de PAI QUERÊ, em Lages/SC, em referência ao Licenciamento Ambiental da Hidrelétrica do Rio Pelotas, como tema a ser debatido em Audiência Pública perante a Comissão de Infra-Estrutura, que terá como convidado o Presidente do Ibama, Dr. Bazileu Alves Margarido Neto”. **Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às dezessete horas e dezesseis minutos, lavrando eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 25ª reunião ordinária da Comissão de Serviços de Infra-estrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura.

Quero registrar com muita honra a presença do Exmo. Sr. Governador do Estado do Mato Grosso, Dr. Blairo Maggi, registrar a presença de Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos, autoridades do Estado do Mato Grosso, registrar a presença do Senador Delcídio Amaral, nosso vice-presidente, e antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. e Sras. Senadores e Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. **Aprovado.**

Há expediente sobre a mesa que passo a lê-los. Requerimento de minha iniciativa nos termos regimentais, sejam convidados os Senhores Ministros de Minas e Energia, diretor geral da ANEL, Presidente da Acende Brasil, Presidente da EPI, Presidente do Operador Nacional do Sistema, Vice-presidente e Coordenador do Meio-ambiente do Grupo Alcoa, Vice-presidente e Coordenador do grupo de Energia Elétrica da Votorantim, Vice-presidente do Grupo Gerdau, Coordenador do Projeto Energia Competitiva Go grupo Gerdau para, em Audiência Pública, no âmbito dessa Comis-

são, prestarem esclarecimentos sobre licenciamento e matriz energética. Está em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.** Requerimento de minha autoria, nos termos dos artigos 93 e 104 do Regimento Interno do Senado Federal, convidar o Ministro de Estado de defesa, Dr. Nelson Jobim, o diretor geral da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, Dr. Milton Zuanazzi e o Presidente da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária – Infraero, Dr. Sérgio Gaudenzi, para participar de debate no âmbito dessa Comissão sobre a infraestrutura aeroportuária no Brasil. Está em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento de iniciativa do ilustre Senador Raimundo Colombo, requer nos termos regimentais o aditamento ao requerimento nº 40, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, para incluir a Usina Paiquerê, em Lajes, Santa Catarina, em referência a licenciamento ambiental da hidroelétrica do Rio Pelotas, com o tema a ser debatido em Audiência Pública perante essa Comissão, que terá como convidado o Presidente do IBAMA. Está em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. **Aprovado.**

Requerimento de iniciativa do Senador Romeu Tuma que informa não poder participar da quarta sessão, aliás, das sessões de 03 a 09 de agosto em função de reunião no Mercosul. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.** Requerimento de iniciativa do Senador Mário Couto que diz respeito à matéria que será colocada em votação no dia de hoje. Na mensagem do Presidente da República de nº 263/2007, em sua origem, autuada neste Poder sob o nº 74, de 19 de abril do ano em curso, indicando o Sr. Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de diretor geral do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte – DNIT, cuja arguição hoje se pretende realizar, conforme convocação prévia dos membros dessa Comissão, deve ser melhor analisada, a fim de que a prudência seja orientadora de todos os atos, posto que a bancada do PSDB, motivada por notas veiculadas na imprensa dando conta de que o indicado havia omitido informações deste Poder, solicitou ao Presidente do Senado Federal, por meio do requerimento 500, de 10 de maio de 2007, que informasse através do setor competente se o indicado foi servidor da Casa no período de 1995 a 2002, qual o cargo exerceu, sua respectiva remuneração, bem como sobre o montante percebido no aludido período. Isso

posto, a Secretaria de Recursos Humanos do Senado, através do despacho 1.295/2007, confirmou que o Sr. Luiz Antônio Pagot exerceu o cargo em Comissão de Secretário Parlamentar do gabinete do Senador Jonas Pinheiro, sendo nomeado no ano de 1995 como resta provado através do ato do diretor geral nº 292/1995. Sua exoneração fora efetivada em 01.06.2002, através do ato nº 608 da mesma lavra, publicado em 04.06.2002. Percebeu remuneração total no período supra em valor bruto de R\$ 428.282,81. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a declaração da Secretaria de Recursos Humanos do Senado é clara, nítida e inconteste quanto à condição do indicado de servidor público deste Senado no período de 1995 a 2002. Inconteste também o é ao demonstrar que ele recebeu, no período supra de forma ininterrupta e com remuneração integral, ou seja, sem redução de horário, portanto, o que desde já resta provado, que não houve opção por indicado, à época de jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional, para provar sua eficácia no desempenho de sua função conforme preceitua a Medida Provisória 2.174, de 2001, em seu artigo 17, parágrafos 1º e 2º, ou será que o indicado é especial o bico? Ademais, imperativo torna-se esclarecer que não se trata em hipótese alguma de acúmulo de cargos públicos. Trata-se sim, única e exclusivamente, de ilicitude, ante a inobservância às proibições estabelecidas pelo artigo 117, inciso X, da lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Sr. Presidente e demais membros dessa Comissão, a bancada do PSDB, por mim representada neste ato, entende que há evidentes impedimentos à arguição do indicado em razão dos fatos que comprovam a quebra do decoro em sua conduta, quanto o servidor público, além das pendências oriundas desse ilícito, quanto ao ressarcimento aos cofres públicos dos valores percebidos indevidamente. O Regimento Interno do Senado federal, em seu Título X das Atribuições Privativas, Capítulo II da Escolha de Autoridades, versa: artigo 383 – Na apreciação do Senado sobre escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas: inciso IV: além da arguição do candidato e do disposto no artigo 93, a Comissão poderá realizar investigações e requisitar da autoridade competente informações complementares. O parlamento vive momentos difíceis quando sua imagem e credibilidade são postas à prova a cada momento em que fatos mal apurados ou decisões tomadas de forma açodada e irresponsável são veiculados pela imprensa. Entendemos que prudência, legalidade e observância aos princípios éticos e morais devem se sobrepor a quaisquer outros interesses. Diante do

exposto, e fulcrados no que preceitua o artigo 383, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a imediata suspensão do processo de indicação do Sr. Luiz Antônio Pagot, a fim de que esta Comissão possa de forma isenta investigar os fatos e requisitar às autoridades competentes todas as informações necessárias à elucidação do caso. É a nossa manifestação. Senado Mário Couto, PSDB.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está em discussão.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Senhor presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Sr. Vice-presidente, Senador Delcídio Amaral, ilustres Senadores que compõem esta Comissão, ilustre Governador do Mato Grosso, Governador Blairo Maggi, Srs. Deputados Federais, demais autoridades, meus senhores e senhoras. Eu quero pedir a V. Exª, Sr. Presidente, encaminhar a votação deste requerimento tendo em vista que é intempestivo, até por ocasião que já passou, na medida que o próprio Advogado Geral Adjunto do Senado já confirmou a existência destes documentos. Não é mais uma manobra para postergar a indicação do Dr. Luiz Antônio Pagot para o cargo de diretor geral do DNIT, de forma que eu solicito a V. Exª que este requerimento, encaminhado pelo ilustre Senador Mário Couto, por quem eu tenho o maior apresso e a maior admiração, mas particularmente eu acho inócuo, inoportuno, e peço a V. Exª que coloque em votação no plenário desta Comissão o seu requerimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Senador Jayme Campos, e gostaria de informá-lo de que este seria exatamente o procedimento que eu iria adotar, já que segundo o artigo 279 do Regimento Interno, em se tratando de solicitação de diligência considerada imprescindível ao seu esclarecimento, no seu § 4º, o requerimento deverá ser votado em qualquer fase de discussão, de modo que a solicitação de V. Exª, a questão de ordem de V. Exª, é pertinente, e após a discussão o requerimento será colocado em votação. Em discussão o requerimento de iniciativa do Senador Mário Couto. Concedo a palavra ao Senador Mário Couto para que ele possa fazer a defesa do seu requerimento. Em seguida, concederei a palavra aos Senadores que tiverem interesse em discutir a maté-

ria. Já inscrito o Senador João Ribeiro. Com a palavra o Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente, primeiro eu quero deixar bem claro a todos os Senadores e Senadoras que eu não estou aqui, Presidente, para criar nenhuma dificuldade. Eu estou aqui exercendo o seu mandato e quero fazer isso com toda a dignidade. Nós sabemos que o Senado Federal atravessa uma fase muito difícil, em que nós estamos investigando o Presidente desta Casa através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e o argüido hoje traz, pesa sobre si uma dúvida que é uma dúvida de irregularidade, Presidente. Por que não investigar isto se nós estamos investigando o próprio Presidente desta Casa? É muito claro, o meu requerimento não é intempestivo. É claro, o meu requerimento mostra que o Dr. Alberto Cascais, no seu parecer, tenta isentar de culpa o Sr. Pagot na acumulação de cargos, um público e outro privado, é bom que isso fique bem claro, que exerceu a função de Secretário Parlamentar nesta Casa de 1995 a 2002, e ao mesmo tempo, Presidente, --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): -- Senador, eu peço apenas um instante de vossa atenção. Eu solicitaria aos ilustres convidados, que não são Senadores, que, por gentileza, possibilitassem que os Senadores presentes pudessem tomar lugar aos seus assentos. Eu devolvo a palavra ao Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): E ao mesmo tempo, Sr. Presidente, exerceu a função de diretor na empresa Ermasa, em Mato Grosso, no mesmo período. A lei 8.112 é muito clara, não permite, existe a irregularidade patente, cristalina, e eu quero deixar aqui bem claro: eu sei que o meu requerimento vai ser derrubado, eu sei que não tenho a maioria nesta Comissão, mas quero deixar bem claro a posição do meu partido, quero deixar bem claro, porque muitas vezes votamos, e votamos muitas vezes, e depois fomos observar que votamos errado. É o caso de muitas empresas quando votamos açodadamente e depois se chora a dor de perda de muitas pessoas como está acontecendo no Brasil hoje. É preciso que daqui para frente se tenha mais cuidado, Presidente, com essas indicações, que se observe bem, que se aprofunde a validade de cada uma, que se aprofunde a regularidade de cada uma, Sr. Presidente, para que mais tarde o país não passe pelo que está passando neste momento. A perda de muitas e muitas famílias com a irresponsabilidade daqueles que dirigem as agências. Ainda quinta-feira ou segunda-feira passada, eu não me lembro bem, no Plenário deste Senado, estava se questionando exatamente isto, quando se votou muitas vezes sem se aprofundar, sem se veri-

ficar realmente em quem estava votando, a condição de cada pessoa, e acabou se votando errado. Não se pode mais cometer erros nesse sentido, e eu quero aqui deixar muito clara a posição do meu partido. Repito: sei que vou ser vencido neste questionamento, neste meu requerimento, talvez só o meu partido, não sei se o DEM estará votando contra essa indicação, mas quero deixar aqui bem clara a posição do PSDB. O argüido hoje cometeu uma irregularidade e quando da argüição eu vou aprofundar este questionamento. Era essa a minha defesa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dou a palavra, para discutir o requerimento, ao Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Deputados, meu caro Governador Blairo Maggi, do nosso querido Mato Grosso. Sr. Presidente, só para dizer o seguinte: que este assunto que foi levantado pelo Senador Mário Couto, ele já foi amplamente discutido, respondido pela mesa diretora da Casa, inclusive o ilustre Relator, Senador Jayme Campos, está com tudo, com todas as respostas em seu poder. E não houve má-fé, já foi colocado com clareza que não houve má-fé por parte do Dr. Luiz Antônio Pagot, quando à época destes fatos, e, portanto, Sr. Presidente, eu não vou ficar também argumentando muito, até porque, Sr. Presidente, eu acho que esse é um dos casos mais demorados de apreciação de uma autoridade nesta Casa. Vários questionamentos foram feitos, respondidos, inclusive ao próprio Senador Mário Couto, que no final daquele período dizia que se o fato ocorresse no mês de agosto, ele achava que até lá já tinha elucidado todas as suas dúvidas. Lamentavelmente parece que não, por parte dele, mas eu acho que não dá para a gente protelar mais. Eu solicito de V. Ex^a realmente que a gente coloque em votação, que é o que V. Ex^a já declarou que vai fazer, para que a gente possa apreciar a matéria, ouvir o Dr. Luiz Antônio Pagot para que ele seja sabatinado e esta Comissão possa decidir. O país está parado na questão do PAC, na infra-estrutura, no que diz respeito ao DNIT. Existe um diretor lá no DNIT que não pode fazer quase nada porque está demissionário, e existe uma expectativa pela vinda do Dr. Luiz Antônio Pagot. Ao contrário do que pensa o Senador Mário Couto, eu só tenho ouvido elogios daqueles que conhecem o Dr. Luiz Antônio Pagot, haja visto que aqui nesta Comissão está a situação e a oposição, no Estado do Mato Grosso todos apoiando, porque conhecem o trabalho dele como Secretário de Infra-estrutura daquele Estado. Realmente as informações que temos é que o Dr. Luiz Antônio Pagot é um homem muito correto, tocador de obras, um homem trabalhador e que vai, com certeza,

comandar muito bem a área de infra-estrutura do DNIT neste país, e que a expectativa é muito grande com a sua chegada ao DNIT, por isso precisamos votar essa matéria, Sr. Presidente.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, pela ordem, se não tiver alguém escrito na minha frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não há. Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, demais Senadores e Senadoras aqui presentes. Ouvindo as palavras do ilustre Senador Mário Couto, eu tenho a certeza absoluta que V. Ex^a está cumprindo uma missão partidária, com muita galhardia e, acima de tudo, com os princípios políticos que doutrinam certamente a sua agremiação partidária. Entretanto, eu não posso deixar de nesta oportunidade, ilustre Senador Mário Couto, mesmo não sendo contratado para fazer a sua defesa neste Plenário desta Comissão, eu não me poderia furtar, neste exato momento, de dizer que talvez V. Ex^a não conhece a pessoa do Dr. Luiz Antônio Pagot, na medida que é um dos brasileiros de Mato Grosso mais competente, mais ético e que tem certamente competência e moral ilibada para ser o diretor geral do DNIT em nosso país. E V. Ex^a, como bem disse no dia de ontem à minha pessoa, não tem nada contra a pessoa do Dr. Luiz Antônio Pagot, na medida em que pouco o conhece, conheceu a poucos dias através dos jornais e pessoalmente que lhe procurou.

Mas eu quero dizer a V. Ex^a, ilustre Senador Mário Couto, de que não seria o Senador Jayme Campos que ia relatar, mas acima de tudo ia convidar para ser suplente na sua chapa, como Senador da República, uma pessoa que talvez não fosse a pessoa que eu conheço, um homem de retidão de caráter invejável, o homem que contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento do meu Estado e que certamente quer dar sua parcela de contribuição como diretor geral desta Instituição tão importante para o nosso Brasil, sobretudo que cuida das nossas hidrovias e das nossas rodovias. E este ato aqui nada mais é, ilustres Senadores, do que um ato político. Esta Comissão não tem a autoridade para vir aqui julgar qualquer que seja. Esta Comissão tem autoridade para votar a favor ou contra na medida em que os órgãos competentes desta Casa, sobretudo a diretoria de pessoal, que tinha a obrigação de ver se o Dr. Luiz Antônio Pagot estava correto ou estava agindo de forma não correta, na medida em que o próprio Advogado adjunto deste Senado Federal deu aqui um salvo-conduto, deu ao Dr. Luiz Antônio Pagot, na medida em que julgou aqui, através do final deste parecer, que eu gostaria que os senhores pres-

tassem atenção, ilustres Senadores. "Por tais razões e considerando os parâmetros normativos descritos anteriormente por esta advocacia no parecer 190/2007, restou configurada a boa-fé no Sr. Luiz Antônio Pagot, na forma prevista no parágrafo 5º, do artigo 133, da lei nº 8.112, de 1990, quanto da acumulação noticiada nestes autos, sem necessidade, mesmo de devolução, dos valores aqui percebidos como salário durante a sua permanência".

De forma, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu tenho a convicção absoluta que o Dr. Luiz Antônio Pagot vai fazer um trabalho vigoroso frente ao DNIT, até porque quando Secretário de Infra-estrutura do meu Estado de Mato Grosso fez um trabalho exemplar, buscando até mesmo uma nova modalidade na aplicação do dinheiro público, não só aplicado de forma correta, transparente, mas buscando a parceria com o setor produtivo para que permitisse, com certeza, ampliar a nossa malha rodoviária, e que hoje possa aqui, diante do seu Governador do Estado, vem fazendo um trabalho que permitiu, já nesses últimos dois anos, vocês não virem através dos Jornal Nacional, através da mídia eletrônica falada e escrita nesse país, nenhuma estrada interrompida em nosso Estado, fruto não só da política governamental capitaneada, liderada pelo Governador Blairo Maggi, mas também graças ao trabalho competente e eficiente do Dr. Luiz Antônio Pagot. De forma, meu querido Senador Mário Couto, que eu tenho apreendido muito com V. Ex^a na sua fala, na sua performance como grande Senador da República que bem representa o pungente Estado do Pará, V. Ex^a eu tenho a certeza vai rever sua posição na medida quando estará aqui o privilégio de estar votando como Senador da República, votar no Dr. Luiz Antônio Pagot para ser o nosso diretor geral do DNIT. Não podemos mais postergar. Faço um apelo ao Sr. Presidente que, após a votação da indicação do seu nome, possamos em caráter urgente e urgentíssimo encaminhar para o Plenário da Casa para ser votado mesmo no dia de hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não havendo mais quem queira discutir o requerimento, coloco em votação. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Rejeitado o requerimento.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente, Presidente, Presidente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu gostaria de justificar o meu voto, eu poderia justificar o meu voto, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não. A Secretaria está pedindo para que haja a reiteração da votação, porque ela não teve como contar. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

[vozes sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Aprovam o requerimento. Rejeitado o requerimento.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Posso justificar o meu voto, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente, eu votei a favor do requerimento e eu vou explicar porque, Presidente. Primeiro eu quero também dizer ao Senador que me teceu elogios, agradecer e dizer que eu também tenho uma profunda admiração por V. Ex^a. Mas V. Ex^a leu o ofício do Dr. Alberto Cascais, leu um tópico, mas V. Ex^a não leu, e eu gostaria que V. Ex^a lê-se, porque aí ficaria tudo muito bem esclarecido, eu nem queria tocar muito neste assunto, Senador, nem queria passar por ele, nem queria fundamentar muito, mas já que V. Ex^a tocou, nós vamos fundamentar, nós vamos fundamentar inclusive no nosso questionamento. Leia --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Não, eu vou apenas justificar, Presidente, o meu voto, eu estou justificando o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Mário Couto, V. Ex^a --

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Querem cortar a minha palavra? Eu me retiro, Presidente. Se não deixarem eu falar, aí eu vou me retirar, Presidente. Se cercearem a minha voz de Senador neste Senado eu me retiro desta Casa, Sr. Presidente, eu me retiro desta Casa. Eu não posso falar, não posso justificar o meu voto?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não é esse o propósito dessa mesa, dessa presidência, nem desse Plenário.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Mas está parecendo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É que V. Ex^a terá a oportunidade de fazer a arguição e terá o tempo que for necessário para defender.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Então eu não posso justificar o meu voto? Tá bom, Sr. Pre-

sidente, eu aguardo, eu aguardo, eu vou aguardar, eu vou aguardar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não, muito obrigado a V. Ex^a pela compreensão. Antes de iniciar o processo de arguição e de votação do indicado para diretor geral do DNIT, eu submeto aos Srs. Senadores a inclusão extrapauta do PLs nº 137 que encontra-se em turno suplementar, apenas para leitura. Não há necessidade de votação e nem deliberação, mas eu queria aproveitar o quorum para fazer a leitura. Trata-se do projeto que destina recursos para instalação de bloqueadores em presídios e penitenciárias. Já foi aprovado, falta apenas a leitura no turno suplementar. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Projeto de Lei do Senado nº 137/2006, que altera a lei nº 5.070, de 07 de julho de 1966, que queria o fundo de fiscalização das telecomunicações para incluir na destinação de seus recursos a instalação de bloqueadores de sinais de rádio comunicações e de outros sistemas tecnológicos fixos ou móveis de controle em estabelecimentos penitenciários. Autor, o Senador Rodolpho Tourinho, Relator o Senador Flexa Ribeiro. A matéria está em discussão suplementar. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Não foram oferecidas emendas na discussão suplementar. O substitutivo é dado como definitivamente adotado nos termos do artigo 284, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria irá à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. Obrigado aos Srs. Senadores e senhoras pela compreensão. Eu aproveitei aqui o Plenário cheio, o quorum bom, a matéria é muito importante, com dois minutos nós fizemos a leitura, está resolvido o problema, e agora a gente inicia o processo de arguição --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: V. Ex^a, Presidente, tem crédito com esses seus colegas para o tempo que for necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): -- Obrigado. Havendo número regimental então, já foi aberta a sessão, agora nós vamos passar ao item único da pauta. Mensagem do Senado federal nº 74, de 2007, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de diretor geral do Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes -- DNIT. Autoria do Presidente da República. Relatoria do Senador Jayme Campos. Relatório: "a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação". Convido para tomar assento à mesa dos trabalhos o indicado, Dr. Luiz Antônio Pagot. Solicito aos Senadores Jayme Campos, Serys e Jonas Pinheiro que façam entrar o nosso convidado e indicado. Con-

cedo a palavra ao Sr. Luiz Antônio Pagot para a sua exposição, já que o relatório de iniciativa do Senador Jayme Campos, já foi lido na sessão anterior. Com a palavra então o indicado, Dr. Luiz Antônio Pagot.

SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT: Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Senador Marconi Perillo, Exmo. Sr. Relator, o Senador Jayme Veríssimo de Campos, Excelentíssimas Sras. Senadoras e Excelentíssimos Srs. Senadores membros dessa Comissão, agradeço antecipadamente a boa vontade e a paciência no transcurso da sabatina, bem como agradeço a indicação de S. Ex^a, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Governador do Estado do Mato Grosso, que inclusive se faz presente aqui nesta sabatina, o Governador Blairo Borges Maggi. Nos últimos vinte anos participei de maneira dedicada ao debate e apoio à implementação adequada de políticas públicas relacionadas à infra-estrutura nacional. Das reivindicações para implementação da Ferro-oeste no Estado do Paraná, à revitalização dos portos de Paranaguá, São Francisco do Sul e Rio Grande, passando na década de 90 pelas discussões do Sul(F) Grupo V do Mercosul, o Sul(F) Grupo de Transporte, e posteriormente engajado em temas como eixos estruturantes, corredores de exportação, integração de modais e, ainda, com ações diretas no corredor noroeste de exportações na hidrovía Madeira-Amazonas. Foram anos de estudo, trabalho e constantes peregrinações ao Ministério dos Transportes e a todos os organismos governamentais ligados às atividades fins. Os anos de conhecimento adquiridos e o longo processo de aprendizado profissional, aqui incluído aqueles que passei como oficial da marinha do Brasil, foram determinantes para a participação em projetos como os portos fluviais de Porto Velho e Itaqui, a navegação de grande performance nos Rios Madeira e Amazonas, e os mais de dois mil quilômetros de rodovias e vias urbanas pavimentadas no Estado do Mato Grosso, obras que primaram pela qualidade com preços competitivos.

O relacionamento constante com instituições, autarquias e grandes empresas públicas e privadas, entre elas o BNDES e a Petrobrás Distribuidora, a acumulação de tarefas divididas com centenas de cidadãos a quem coordenei, orientei, liderei e ofereci oportunidades, e com os quais executei obras voltadas ao bem comum, com certeza acrescentaram ao seu curriculum posicional a experiência necessária para missões como as do DNIT. Estou me apresentando para o serviço de pé e à ordem. Sei que as tarefas não são poucas nem pequenas, porém, tenho convicção de que junto com os companheiros do DNIT superaremos as dificuldades para darmos seguimento ao Programa de Aceleração do Crescimento e a centenas de projetos e obras em

diversos estágios de execução. Pretendo estabelecer três linhas de ações que considero imprescindíveis para a resolutividade do DNIT. 1— A modernização administrativa. A modernização administrativa com um modelo de gestão que contemple uma nova postura jurídica e fisco contábil, planejamento estratégico permanente e integrado e um ambicioso programa de tecnologia da informação que se transforme em ferramenta vital para o desempenho almejado e a agilização dos processos. Será importante a modificação de procedimentos para que a base administrativa responda à altura dos desafios impostos pelos sequenciais programas de obras. Para tamanha demanda é necessário que o sistema de gestão estratégico operacional entre em funcionamento com eficiência ainda este ano. 2— A integração institucional. A integração institucional com visão do compartilhar tarefas, dividir responsabilidades, criando uma ampla frente de relacionamento profícuo com os diversos órgãos, autarquias, setores do Governo e da sociedade que interagem com o DNIT, com a finalidade de dar celeridade aos processos. Obras não licitadas, interrompidas ou embargadas, por mais válidos que sejam os argumentos, contribuem para a superação econômica e o desalento social, pois via de regra sacrificam regiões, inibem oportunidades e acresçam um custo de vida. Com o Congresso Nacional quero ter a mais perfeita harmonia, ouvindo seus membros, que são os mais legítimos portadores dos reclames das necessidades nacionais. Eu tenho certeza que encontrarei respaldo e amparo necessário para que a modernização, a desburocratização e a celeridade nas ações desenvolvidas atinjam as aspirações de cada cidadão e, por conseguinte, de seus representantes. Asseguro a todos que não faltará trabalho diuturno para que, em conjunto com essa importante Comissão de Serviços de Infra-estrutura e demais organismos governamentais, consigamos encontrar amparo institucional para a consecução dos objetivos. 3— A eficiência operacional. A eficiência operacional que envolve planejamento, projetos, descentralização, pesquisa, ousadia, responsabilidade assumida, formação contínua de quadros e planos logísticos que possam contribuir com a redução das desigualdades regionais e para o crescimento da nação. Será relevante passar do diagnóstico para a ação. Nesse processo de revitalização do DNIT, espero poder contar com a participação dos funcionários do Órgão. A valorização profissional estará na Ordem do Dia, mas será essencial a priorização da aprovação dos planos de cargos e salários e do concurso para engenheiros, a descentralização das ações transferindo mais tarefas às unidades regionais, agora superintendência, será importante para reduzir o tempo de execução das obras e caberá ao Órgão, nos próximos

meses, programar os meios adequados, sem os quais as unidades não terão como cumprir as responsabilidades imputadas. O conjunto de obras previstas até 2010 é muito importante para a nação. Para execução será vital a implementação de um eficaz programa de aprimoramento de fiscalização, com metodologia, equipamentos que permitirão aos fiscais a correta e ágil conclusão das tarefas, e, ainda, que facilitarão o trabalho aos órgãos de controle externo.

Em resumo, a modernização administrativa, a integração institucional e a eficiência operacional serão determinantes para a execução das ambiciosas metas do PAC e de todas as demais tarefas determinadas ao DNIT. Entre as inúmeras obras considero importante priorizar a adequação e conservação, e, ainda, a recuperação e a reestruturação da nossa imensa malha rodoviária, invejável patrimônio nacional a ser preservado, e que necessita de um volume anual de recursos da ordem, no mínimo, de dois bilhões de reais de acordo com o PLNT de 2007. Ao planejar as ações na malha rodoviária deve-se considerar os serviços de sinalização e a implantação do sistema de pesagem, ambos fundamentais para a trafegabilidade das rodovias. O PAC traz em seu planejamento um conjunto de obras essenciais para a integração dos modais que permitirão a retomada de crescimento econômico em regiões hoje estagnadas e sem perspectivas. A utilização da multimodalidade amplia as oportunidades, contribuindo com a sustentabilidade e a redução dos custos em toda a escala, inclusive o custo de vida de milhares de pessoas. Planejar e perseguir com insistência para a implementação de projetos de ferrovias e hidrovias é dever do DNIT como forma da modificação da matriz de transporte e, principalmente, de oportunizar economicidade a um cem número de novos negócios, não só em regiões de fronteira agrícola, mas em regiões de fronteira mineral e dos grandes projetos florestais que começam a ganhar força em imensas áreas degradadas, porém longe dos centros consumidores ou dos terminais de exportação. Ainda, com o foco da multimodalidade, a implantação do chamado sistemas inteligentes de transportes requererem a integração de um eficiente sistema ... [ininteligível] portuário, e, agora, com as grandes demandas de biocombustível, de biodiesel ou simplesmente do etanol, será de boa prática acrescentar ao planejamento os polidutos e seus terminais regionais integradores, novos desafios a uma economia equilibrada e em crescimento. Nesta linha de oportunidades, rumo ao futuro, a implementação de uma malha hidroviária é imprescindível e incrementará desenvolvimento a dezesseis Estados brasileiros com geração de emprego e renda a centenas de fluviais, metalúrgicos, soldadores e outras

categorias, contribuindo para a segurança alimentar, reduzindo o custo Brasil e das compensações agrícolas para muitos produtos em diversos Estados. Na busca de soluções para melhorar os modais as concessões devem ser priorizadas, todavia com marcos regulatórios bem definidos, com modicidade de tarifas e com cronogramas compatíveis com o ciclo de desenvolvimento regional. Amplas são as tarefas e ensinam patriotismo, cidadania e obstinação, elos fortes da mesma corrente que contemplam parcerias institucionais, evolução de conceitos, transformação de atitudes e quebra de paradigmas. Melhores do que as palavras serão as ações, Srs. e Sras. Senadoras. Permitam que eu auxilie o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Ministro do Transporte Alfredo Nascimento e ao Congresso Nacional para que o DNIT possa cumprir o seu papel institucional. Muito obrigado e que o espírito santo nos ilumine (*aplausos*).

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem, senhor presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, --

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a, seguindo a praxe das condições das Comissões, de que encerrada a apresentação do sabatinado, é praxe que se possa abrir a votação, já que vários Srs. e Sras. Senadores já estão com a sua convicção formada e, portanto, já poderiam votar. Então eu pediria a V. Ex^a que, enquanto se fazem as perguntas, pudesse abrir para o processo de votação para que quem entendesse que já está resolvido pudesse votar.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Sr. Presidente, eu gostaria que nós pudéssemos primeiro fazer a sabatina para depois fazer a votação, Presidente. Vamos sabatar primeiro. É lógico que não se pode votar antes de sabatar. O que é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vamos começar a sabatina, líder, e assim que for possível a gente começa o processo de votação. Esse processo já se arrastou por algum tempo, vamos conduzi-lo da melhor maneira impossível a fim de que a gente conclua, ainda no dia de hoje, da forma mais tranqüila possível. Eu peço a V. Ex^a que compreenda e eu procurarei --

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu não quero polemizar, eu vou aceitar a decisão de V. Ex^a, agora se algum de nós já estão prontos para votar, efetivamente nós não temos que ficar amarrando alguns Senadores e Senadoras que efetivamente ainda não tem a sua posição formada. Mas eu acato, eu não quero polemizar, vamos à sabatina, quando V. Ex^a entender que pode abrir, nós aguardamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Líder Romero Jucá, eu acho que seria importante ouvir primeiro a manifestação do Senador Mário Couto, no momento em que ele for fazer o uso da palavra. Após o uso da palavra dele, se considerarmos que todos os esclarecimentos tenham sido feitos, com certeza nós começaremos o processo de votação. Eu quero apenas conduzir essa sessão de uma maneira que a gente hoje encerre esse assunto aqui na Comissão de Infra-estrutura. Nós abrimos agora o momento para a sabatina. Eu tenho aqui duas perguntas a fazer ao indicado, Dr. Pagot. A primeira delas. Levando em consideração a gravíssima situação da malha viária, do sistema viário nacional, levando em consideração recente matéria publicada pela Revista Veja, que traz um quadro caótico da situação da infra-estrutura no país, na área portuária, rodovias, ferrovias, hidrovias, eu gostaria de fazer duas perguntas pontuais ao Sr. Luiz Antônio Pagot como Presidente dessa Comissão. Dr. Pagot, a portaria do diretor geral do DNIT de 2005 institui o programa emergencial de trafegabilidade e segurança nas estradas, conhecido como “operação tapa buraco”, e declarou o estado de emergência para mais de sete mil quilômetros das rodovias incluídas no programa, o que significou dispensar a licitação desses serviços e contratá-los por intermédio de empreiteiras de livre escolha. Enquanto o custo médio por quilômetros das obras licitadas é da ordem de R\$ 8.600,00, o das obras emergenciais contratadas sem licitação alcançou R\$ 25.200,00. O que explica esse acréscimo de quase 190% e que medidas V. S^a pretende adotar caso seja indicado pelo Senado e homologado pelo Presidente para apurar as irregularidades apontadas pelos órgãos de controle externo como o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público? Em segundo lugar, para conhecer o estado de conservação das rodovias brasileiras, a CNT promove anualmente, desde 1995, pesquisa detalhada, na qual são examinadas as condições das rodovias federais. Em 2006 apenas 25% das estradas obtiveram a classificação bom, índice inferior ao ano anterior de 28%, e que já era muito preocupante. A pesquisa ainda informa que 54,5% da malha rodoviária pesquisada encontra-se com o pavimento em estado regular, ruim ou péssimo; 70,3% da extensão pesquisada apresenta sinalização com problemas; 40,5% não possuem acostamento; 40,7% não possuem sequer placas de limite de velocidade. O DNIT tem capacidade técnica, financeira e operacional para implementar suas tarefas institucionais? V. Ex^a já adiantou uma série de medidas que pretende tomar, mas eu gostaria que V. Ex^a respondesse. Por que não tem feito? Qual é a efetiva programação orçamentária do DNIT com locais, valores

e datas para reverter esse quadro com a urgência que o desenvolvimento econômico requer? E, por último, senhor indicado, nós sabemos que há necessidade de uma mudança do modelo institucional do DNIT. Eu também quero indagar ao senhor, se caso venha a ser indicado, pretende adotar medidas em conjunto com essa Comissão buscando o aperfeiçoamento institucional do Departamento Nacional – DNIT. São essas as minhas colocações. Eu passarei a palavra a outros Senadores para que ao final V. S^a possa responder a um grupo maior no sentido de darmos celeridade a essa reunião. Com a palavra o Senador e ex-Ministro de Transportes, Elizeu Rezende.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. A minha palavra, Sr. Presidente, é mais geral a respeito do processo de sabatar e aprovar os nomes, tarefa da Comissão de Infra-estrutura do Senado, que vão dirigir as agências e o Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes. Nós tivemos condições de analisar, na última reunião, o papel especial da autarquia DNIT, onde a exemplo das agências, não obstante não haver mandatos fixos, os diretores teriam de ser aprovados numa sabatina aqui no Senado e subordinar-se à tarefa de examinar as suas reais qualificações, dada a importância da natureza do seu trabalho, principalmente no momento em que a infra-estrutura nacional, a infra-estrutura de transportes do país, de energia e de saneamento, estão praticamente na berlinda, dados os episódios e fatos conhecidos e divulgados pela mídia brasileira nos últimos meses, nos últimos anos e nos últimos dias. A minha palavra é uma palavra de alerta. Eu aproveito a oportunidade da razão porque eu me inscrevi como interlocutor, como interpelador neste processo hoje, aproveito a oportunidade da Casa cheia para alertar a Comissão de Infra-estrutura do Senado sobre a necessidade de levarmos com todo o empenho e com todo o rigor a exigência das qualificações dos diretores das agências e do DNIT. O que me alerta, trazer esse alerta para a Comissão, é o fato de termos conhecimento de uma versão do Projeto de Lei das agências que tramita no Congresso Nacional, que está hoje sendo analisada na Câmara dos Deputados, através de uma Comissão Especial presidida pelo Deputado Leonardo Picciani, em que não sei ao certo, ou o Governo encaminhou uma mensagem diferenciada ou houve o êxito de uma mudança do substitutivo apresentado pelo Relator, em que se eliminam as previsões definidas em lei, as exigências definidas em lei, para haver a nomeação de um diretor da agência do DNIT. A legislação das agências e do DNIT prescreve de uma forma muito clara e nítida que os diretores deverão ser brasileiros, com diploma superior, reputação

ilibada e notório conhecimento nas áreas de sua atuação. Muito bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, há uma versão tramitando, a última versão, em que estas condições são eliminadas. Não se exige nem diploma superior para um mandato fixo de um agência e para um mandato de um diretor geral do DNIT. Não se exige a necessidade da reputação ilibada e não se exige a necessidade do conhecimento profundo das áreas de atuação dos diretores indicados. Olha, isso é uma aberração e o Senado não pode aceitar.

Nós estamos sendo chamados a atenção da mídia, da imprensa, da sociedade brasileira para o papel das agências, para a necessidade de nós termos uma rigorosa gerência da infra-estrutura de transportes, de energia, saneamento, de telecomunicações e de águas no Brasil. A gente aceita que o mandato político não tenha a exigência de um diploma superior, mas isso, com relação ao exercício de mandato técnico, é impossível, não se pode aceitar. Eu chamo a atenção dos Srs. Senadores para ficarmos alertas, eu chamo a atenção do senhor líder do Governo, eu não sei se essa versão é originada por autoria do próprio Relator ou se é encaminhamento do Executivo ou se é orientação do Executivo ou se é acerto de acordos políticos na base aliada do Governo. O certo é que é inaceitável que nós tenhamos as exigências básicas do exercício de um mandato técnico desrespeitadas por uma versão de Projeto de Lei que elimina essas exigências, exatamente nessa hora em que nós estamos vivendo o desespero do caos da infra-estrutura nacional. Portanto, a minha palavra, Sr. Presidente, é uma palavra mais genérica, apenas para alertar a Comissão de Infra-estrutura, tão bem presidida por V. Ex^a, para que nós não consintamos, não aprovemos aqui e façamos tudo para que não se aprove na Câmara Federal também esta emenda que tira as exigências dos diretores das agências do DNIT para o exercício do seu mandato técnico. É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu gostaria de cumprimentar o Senador Eliseu, da pertinência da sua colocação, e gostaria de tranquilizá-lo quanto ao debate que será travado aqui nessa Comissão. Nós vamos discutir esse assunto exaustivamente e não vamos, acredito eu, permitir que tal aberração possa ocorrer. E vamos discutir, ainda, questões com independência, autonomia das agências, para que a gente possa realmente dar segurança jurídica e tranquilidade aos usuários. Portanto, meus cumprimentos. Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigado, Sr. Presidente. Eu confesso a V. Ex^a que estou tendo

uma surpresa no dia de hoje. Eu estou aqui desde o dia 1º de fevereiro, quando tomei posse, e é a primeira vez que vejo uma Casa cheia, uma Comissão bastante freqüentada tanto por Senadores como por visitantes. Já fizemos aqui Audiência Pública a respeito do câncer de mama, já fizemos com relação à obesidade, sobre índice de produtividade, sobre o etanol, tantas matérias na área de saúde, em educação ainda hoje participei uma pela manhã, e sinceramente estou surpresa com o quorum aqui atingido nesta Comissão. Ainda a semana passada a minha filha, que tem vinte anos de idade e faz o curso de relações internacionais, me perguntou assim: “mãe, porque é que tem determinados cargos que alguns partidos e alguns políticos lutam tanto para indicar? Qual o objetivo disso se o Brasil não deveria ser um Brasil planejado, aonde deveria ser observado não a origem do chefe que irá assumir o cargo, mas sim um planejamento de Brasil, em todas as áreas de saúde, educação, de infra-estrutura?” E eu, sinceramente, tive dificuldades de responder à minha filha essa pergunta, porque nem eu mesma sei, porque tanto às vezes interesse por indicações que nós não conseguimos explicar o porquê. Mas, Dr. Luiz Antônio Pagot, eu não o conheço, mas tenho ótimas referências a respeito de V. S^a através do Deputado Homero, do Mato Grosso, do Senador Jayme Campos, do Senador Jonas Pinheiro, que me transmitiu as melhores referências a seu respeito. E eu tenho certeza que o senhor vai enfrentar uma tarefa hercúlea(F). Não só por conta da reportagem da Veja, mas eu tenho dedicado esse pouco tempo de mandato no Senado, a questão do estudo, da infra-estrutura desse país, e a matéria da Veja não me trouxe nenhuma surpresa. Apenas fiquei um pouco sentida porque ali pude observar que ainda faltou um outro apagão, que é a falta de hidrovias e da responsabilidade em suas construções através das eclusas junto com as hidrelétricas deste país. Infelizmente faltou essa parte, uma matéria tão brilhante feita pela Revista Veja. Uma matéria que chocou todo o país e agora a pouco o Senador disse que o PAC está parado e que precisa da nomeação do Dr. Luiz Antônio Pagot para que ele ande. Eu sinto muito, mas eu não acredito que essa tarefa o senhor vai conseguir sozinho. Eu acho que a incompetência e a dificuldade que o Governo tem na sua execução orçamentária não pode ser responsabilidade apenas de V. S^a, mais de muito mais gente.

Eu gostaria de especificar algumas perguntas com relação diretamente às hidrovias do país. Qual é a sua opinião a respeito da importância das hidrovias para o desenvolvimento do país? O que pensa a respeito da construção de hidrelétricas sem a construção de eclusas? A exemplo de Tucuruí, no Pará, e Lajeado, no Rio

Tocantins, no Estado de Tocantins. A eclusa de Tucuui está prevista no PAC, depois de anos da hidroelétrica pronta, trazendo-se um prejuízo absurdo ao país. Todos nós sabemos que a construção da eclusa, simultaneamente à conclusão da hidroelétrica, é infinitamente mais barato e pós a construção da hidroelétrica a construção da eclusa viabilizando a hidrovía se torna quase que é inviável pelo seu preço. Caso seja aprovado pelo Senado Federal como Presidente do DNIT, pretende viabilizar a construção da eclusa de Lajeado, no Rio Tocantins, junto à Usina Luiz Eduardo Magalhães? Já está em andamento a Usina Hidroelétrica de Estreito, na divisa do Maranhão com Tocantins, sem previsão novamente de construção da eclusa. O que pretende fazer a respeito? Gostaria muito que V. S^a pudesse aqui dizer, num modo geral, o que pensa a respeito das outras hidrovias deste país, como o Rio Madeira, lá no nosso Estado de Rondônia, aonde será construída duas hidrelétricas também sem a construção de eclusas, inviabilizando quatro hidrovias, três de interesse regional e uma brasileira. Também com relação às hidrovias de Teles Pires e Tapajós, o que V. Ex^a pensa a respeito? A do Rio Paraguai, a do Rio Paraná, enfim, o que nós podemos fazer para minimizar a dificuldade do transporte no país para enfrentar o subsídio agrícola, principalmente, que nós não estamos preparados, e a única forma de podermos melhorar essa condição de enfrentamento ao subsídio é melhorando a nossa logística e barateando o custo transporte.

Quero aqui, para finalizar, Sr. Presidente, lembrar que para transportar uma tonelada de grãos por mil quilômetros nós gastamos na rodovia quarenta e três dólares e na hidrovía apenas dezoito dólares. Encerro aqui, Sr. Presidente, desejando ao Sr. Luiz Antônio Pagot boa sorte, que Deus, realmente, o espírito santo possa lhe iluminar, porque o senhor precisará de muita iluminação para fazer o PAC andar e esse país desenvolver e melhorar a infra-estrutura que está exposta as feridas, as chagas na Revista Veja, embora a maioria dos Senadores, dos motoristas de caminhões, dos empresários do país, já conhecesse essa realidade estão trágica e triste do país. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bom, eu queria primeiro cumprimentar o Presidente, Senador Marconi Perillo, cumprimentar as Senadoras, os Senadores, cumprimentar o nosso caro Luiz Antônio Pagot. Quero dizer, Pagot, que eu descobri uma outra virtude em você: a paciência. Porque eu sou um Senador de primeiro mandato, mas eu acompanhei o seu sacrifício, que não foi pequeno, mas você sempre

foi muito determinado e eu tinha absoluta certeza que você enfrentaria, porque você nada teme, nada deve, muito pelo contrário, tem uma belíssima história. Eu aqui, Sr. Presidente, eu quero dar o meu testemunho. O Secretário Pagot é um Secretário que fez um excelente trabalho no Estado do Mato Grosso, e nós, em Mato Grosso do Sul, fomos diretamente impactados também pela excelente gestão na área de infra-estrutura do Secretário Pagot, evidentemente comandado pelo Governador Blairo Maggi, e acompanhamos de perto as inovações introduzidas por Mato Grosso, principalmente na questão rodoviária. A atenção do Governo de Mato Grosso com a questão ferroviária também, a própria expansão até Rondonópolis, a Ferronorte, que é uma ferrovia de extrema importância para a região, e a discussão também das saídas, principalmente para o escoamento de produção na bacia lá do Amazonas, na bacia ... nos rios que compõem, nos rios que mais do que nunca vão dar eficiência e competitividade ao escoamento da produção da região centro-oeste. Eu sou testemunha também do trabalho que foi feito, aliás, eu costumo dizer que Mato Grosso começou a introduzir parcerias público-privadas muito antes até da discussão que aqui tivemos intensa para que aprovassemos a lei das PPPs.

E projetos efetivamente hesitosos, e eu faço questão de registrar aqui a minha absoluta convicção com o trabalho desenvolvido por V. S^a como secretário de infra-estrutura e um grande interlocutor nosso, um grande interlocutor com o Mato Grosso do Sul, até porque muitos projetos de Mato Grosso interferem diretamente na malha viária do Mato Grosso do Sul. Eu acompanhei atentamente a exposição de V. S^a, V. S^a fala de uma maneira generalizada da infra-estrutura brasileira. No meu ponto de vista o maior desafio do Brasil é a infra-estrutura brasileira e esse desafio da infra-estrutura não é de hoje, não é de hoje, ele já se arrasta há alguns bons anos. Eu não posso deixar de destacar o comentário que V. S^a fez sobre balanças e pesagem em rodovias. A região centro-oeste tem sofrido muito porque nós temos rodovias sem balanças, sem pesagem, então não há malha viária que suporte um transporte cada vez maior, principalmente de rodovias, e que não tem ... nós não temos os mecanismos necessários para inclusive disciplinar esse transporte. Ouvi V. S^a falar das hidrovias também, da importância dessa integração hidroviária, principalmente na região centro-oeste, com a Amazônia também. Eu quero deixar, não posso deixar de destacar aqui o Paraná, o Paraguai, também do nosso Estado do Mato Grosso do Sul, e não posso também deixar de destacar, e isso para nós é muito importante, a questão ferroviária.

Eu ouvi o Senador Eliseu Rezende fazer as ponderações sempre muito equilibradas com relação às agências que hoje são tão discutidas. Nós temos é que fortalecer as agências, nós temos é que estimular mais do que nunca a qualificação técnica dos seus quadros, porque isso é vital para que os investidores tenham confiança, principalmente na eliminação de incertezas jurídicas e do trabalho a ser desenvolvido com pessoas que conheçam o metiê. Eu acho até que nós temos que aprimorar ainda mais as qualificações técnicas para não deixar essas agências soltas, e, muito pelo contrário, impedir que diretores venham a ser retirados dessas agências sem nenhum tipo de estabilidade. Aí sim nós vamos fazer o contrário. Nós vamos ao bel-prazer de governos politizar as agências. Se houve falhas aqui, na avaliação de alguns diretores, nós temos reais condições de aprimorar as sabatinas aqui feitas e, mais do que nunca, exigir uma qualificação técnica ainda maior, mas as agências são de fundamental importância para o desenvolvimento do país e vão trazer a estabilidade que os investidores precisam, não só os investidores privados, como também os investidores estatais. E hoje o grande gargalo nosso, nós temos produtores, nós temos empresários competitivos e eficientes, nós estamos morrendo na infra-estrutura. Não é possível um navio aguardar em Paranaguá, pagando quarenta mil dólares por dia, porque não foi carregado ou porque tem dificuldades de infra-estrutura para fazer o seu carregamento. Então, meu caro Luiz Antônio Pagot, V. S^a tem um grande desafio pela frente. Sei que vai honrar o seu Estado e vai honrar o Brasil trabalhando incessantemente nesse grande desafio que é comandar o DNIT, o que não é uma coisa fácil, não é uma coisa simples, e tenho absoluta certeza que V. S^a vai encontrar muitas dificuldades, mas gostaria também, aproveitando a oportunidade, Sr. Presidente, de perguntar ao Dr. Luiz Antônio Pagot.

Primeiro: como é que ele projeta a aprovação e implementação desse plano nacional de infra-estrutura tão discutido, mas, até agora ... eu ouvi algumas pessoas falarem, eu acho que V. S^a mesmo, sobre da integração. Nós precisamos ter um modelo intensivo de integração de hidrovia, de ferrovia, de rodovia, de integração dos nossos modais, e sei que o Governo Federal trabalha fortemente nesse sentido, de maneira a fazer com que os investimentos obedeçam a uma integração entre os vários setores de infra-estrutura e não cada um venha a fazer a seu bel-prazer os investimentos que podem ter interesse pontuais, regionais, mas não olham o Brasil como um todo. Então a opinião de V. S^a com relação a isso. Com relação a duas questões, uma vez que V. S^a é experiente em parcerias público-privadas, porque isso foi feito no Estado de Mato Grosso, como é que o

senhor olha a questão das parcerias público-privadas a serem aplicadas no DNIT? E a lei de concessões, que é uma lei importante que trouxe resultados ao Brasil, mas que foi pouco utilizada ao longo desses últimos anos. E, para encerrar, meu caro Luiz Antônio Pagot, eu gostaria de fazer um questionamento com relação às ferrovias. A leitura de V. S^a com relação às ferrovias brasileiras e, especialmente, com relação à Ferronor-te e à Novoeste, que são ferrovias que têm um papel fundamental, especialmente no atendimento da região centro-oeste. No mais, Dr. Luiz Antônio Pagot, desejo a V. S^a muito sucesso, espero que V. S^a tenha uma gestão hesitosa, como a gestão hesitosa que teve a frente da Secretaria de Infra-estrutura do Estado de Mato Grosso [*soa a campainha*].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço ao Senador Delcídio, Vice-presidente dessa Comissão. Eu queria fazer aqui duas observações. Primeiro, segundo o Regimento Interno, no seu artigo 107, inciso III, parágrafo único, em qualquer hipótese a reunião de Comissão Permanente ou Temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado. Nós estamos monitorando o início da Ordem do Dia, esperamos que não comece, a fim de que a gente possa concluir essa votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só um instante. A primeira observação que eu faço é essa. A segunda é que existem onze oradores inscritos ainda. Eu quero indagar aos Senadores inscritos se eles mantêm suas inscrições. O Senador João Durval já abriu mão da sua inscrição. O próximo orador inscrito é o Senador Valdir Raupp.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu quero questionar aos Senadores se abrem mão ou se mantêm as suas inscrições.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu quero manter a minha inscrição.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Senador Mário Couto vai manter a sua inscrição.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu queria abrir mão da minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Sérgio Guerra quer manter a sua inscrição.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu queria abrir mão para o Senador Mário Couto falar no meu lugar, na minha vez agora, para que depois a gente possa abrir a votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Senador Sérgio Guerra pede a palavra como membro da Comissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de ordem.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Presidente, quem desistir da sua inscrição tem todo o direito de fazê-lo. Quem quiser insistir nela também, na ordem das inscrições. Eu penso que o líder Valdir Raupp deveria refletir sobre isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Mas, Sr. Presidente, pela ordem. Eu achava de bom alvitre, V. Ex^a como sempre foi generoso, bondoso e acima de tudo competente, deflagrasse o processo de votação. Nada há de impedimento, como já houve nesta Comissão, o processo de votação, até porque nós temos Plenário daqui a pouco e daqui a pouco o Plenário está esvaziado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senhor presidente, Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos, houve um requerimento de iniciativa do Senador, verbal, do Senador Mário Couto, que o processo fosse concluído. Eu pedi apenas --

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Mas eu acho que o Senador Mário Couto --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Se ele concordar, com certeza abrirei o processo de votação.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Não tem nenhum impedimento regimental aqui de que o processo pode ser... iniciar a votação e após dar oportunidade.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Senador, é muito simples, se V. Ex^a tem interesse de votar imediatamente, desistem da arguição, desistam da arguição, é muito difícil.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Eu já desisti, Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Isso não é problema meu, é de V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu gostaria de solicitar aos que estão pedindo a palavra pela ordem, para que colaborassem para a gente concluir.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Sr. Presidente, considerando a sua preocupação da abertura da Ordem do Dia e da importância do que está sendo decidido nesse momento aqui na nossa Comissão de Infra-estrutura, eu gostaria de fazer um apelo, que já foi feito, eu gostaria de reforçar esse apelo. Eu, por exemplo, estou inscrita, posso retirar, não tem problema nenhum, que o máximo de Srs. Senadores retirassem, aqueles que não retirassem que usassem por um tempo razoável e que abrisse a votação. O importante é abrir a votação. Não podemos derrubar essa reunião aqui por conta da Ordem do Dia e por conta de não poder se abrir nesse momento. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não vai começar a Ordem do Dia, Senadora.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Eu sei, mas a gente --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O líder informa que não vai começar.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Eu sei, mas a gente corre o risco.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): -- Senador Valdir Raupp, mantém a inscrição?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, já abriu mão, passou para o Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu estou na sequência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Após o Senador Valdir, o senhor é o primeiro, o segundo, o terceiro. Senador Expedito Júnior, Senador Jonas Pinheiro. Senador Jonas Pinheiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu também abro.

SR. SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT):

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, eu não vou abrir mão porque eu quero falar um minuto só. Nesse instante o país ganha um grande colaborador, que é o Dr. Luiz Antônio Pagot. Em Mato Grosso, o Governador Blairo Maggi perde um grande amigo no Estado de Mato Grosso e um grande colaborador do seu Governo. Pagot, conte conosco, nós vamos ficar na sua retaguarda para ajudá-lo aqui no Congresso Nacional. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senador. O Senador Expedito --

SR. SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO):

Eu estou abrindo mão, mas quero voltar novamente depois, eu farei uso da palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu gostaria de ceder o meu lugar para que o Senador Mário Couto se pronunciasse logo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador João Ribeiro. O senhor quer falar? Com a palavra o Senador Mário Couto. Agora é o senhor, chegou na sua vez.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Sr. Luiz Antônio Pagot, primeiro eu quero ratificar as palavras do Senador Jayme Campos, dizer que eu disse sim ao Senador Jayme Campos que não tinha nada contra V. S^a, nem tenho. Pode ter certeza que se tivesse eu não estaria aqui argüindo V. S^a, me considerava suspeito. O que tenho, meu caro Luiz Pagot, é a responsabilidade do meu voto, a responsabilidade de milhões de pessoas, milhares de pessoas que depositaram a confiança em mim, e tenho certeza do meu partido, o PSDB. Eu vou fazer apenas um questionamento, um questionamento exatamente para dissipar uma dúvida para que eu possa em Plenário votar sim em V. S^a. Só esta dúvida. Se V. S^a conseguir me convencer, tenha a certeza de que eu votarei a favor de V. S^a, tenha a certeza. V. S^a declarou, no seu curriculum que encaminhou ao Senado, e eu pediria que V. S^a confirmasse a cada momento, de que trabalhou como diretor da empresa Ermasa no período de 1995 a 2002. É verdade isso, V. S^a encaminhou no seu curriculum. Eu tenho um atestado aqui do Senado, da Diretoria de Recursos Humanos, solicitada pelo meu partido, pedindo informação de que se V. S^a teria trabalhado neste mesmo período como Secretário Parlamentar no gabinete do Senador Jonas Pinheiro. E o Senado confirmou, dizendo que V. S^a trabalhou no mesmo período aqui no Senado. V. S^a confirma?

SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT: Positivo.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): V. S^a não colocou no curriculum de V. S^a aqui no Senado, omitiu, mas alguns Senadores falam: "mas isso não tem importância porque está lá na declaração do Imposto de Renda". Se não tivesse declarado no Imposto de Renda seria pior o erro ainda, o erro seria muito mais grave. Mas, questionado um Advogado do Senado, disse que teria que ser pedido para o Senado uma permissão para que você pudesse conciliar os dois empregos. V. S^a, e essa pergunta é fundamental para a minha análise, V. S^a pediu em algum momento ao Senado, avisou ao Senado que trabalhava na Ermasa? Tem algum problema para me apresentar?

SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT: Sim, senhor.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): V. S^a tem?

SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT: Tenho.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Documentos que me apresente --

SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT: Sim, senhor.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Que V. S^a pediu para o Senado, veja bem o que eu estou lhe perguntando, que V. S^a comunicou ao Senado nesse período todo. V. S^a tem esse documento?

SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT: Sim, senhor.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): V. S^a poderia me apresentar?

SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT: Eu já deixei uma cópia para o senhor no seu gabinete.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Não, no seu gabinete não. V. S^a poderia colocar ao Presidente, para o Presidente ler, dê ao Presidente. No meu gabinete não, V. S^a está equivocado. V. S^a foi ao meu gabinete conversar comigo, eu fiz uma série de perguntas a V. S^a que não me convenceram, eu disse a V. S^a no meu gabinete que as perguntas que eu fiz a V. S^a lá não me convenceram. Se V. S^a tem documentos, o Senado diz que não tem, e eu vou ler aqui. O Senado confirma que V. Ex^a nunca comunicou, absolutamente nada, está aqui, eu vou ler. O serviço de relações humanas do Senado diz que V. S^a nunca comunicou. Alguém está mentindo. Ou o diretor de recursos humanos ou não sei quem é. Alguém está faltando com a verdade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu tenho aqui em mãos, um momento só, Senador, eu quero concluir o meu raciocínio, V. Ex^a poderia cortar o meu raciocínio. V. Ex^a vai ter a liberdade de falar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ninguém corta o raciocínio de V. Ex^a, é tão lúcido.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Deixa eu concluir, eu agradeço o elogio de V. Ex^a. Se não é demagógica, eu agradeço. Se é sincero, eu agradeço, agora se é no sentido demagogo eu lhe perdão, eu lhe perdão, Senador. Eu estou levando a coisa com seriedade, que é um argumento que nós estamos aqui colocando em nome do nosso país. É uma responsabilidade muito grande a cada um de nós e eu quero mostrar à sociedade a responsabilidade no meu partido e minha, Senador, e minha. Por isso eu estou levando muito a sério. Então, se for demagogia, eu lhe perdão. Então se V. Ex^a, se V. S^a mostrar um documento que comprove que V. S^a comunicou neste período, 1995 a 2002, então eu vou entrar com uma ação contra o diretor de Recursos Humanos do Senado, que me confirma em documento que V. S^a nunca comunicou, nunca pediu exatamente para fazer uma associação entre o cargo que exercia na Ermasa e o cargo que exercia aqui, por-

que V. S^a não poderia duplicar cargos. Isso aí é muito claro, é cristalino na lei 8.112. Isso aí é muito claro. Então alguém está faltando com a verdade. Se V. S^a não comunicou cometeu uma irregularidade patente, grave, e eu então perguntaria a V. S^a, essa é a única pergunta: V. S^a pretende devolver os R\$ 428.000,00 recebidos integralmente no Senado Federal? E aqui eu tenho cada recebimento de V. S^a, cada mês que V. S^a recebeu, sem nenhuma falta, absolutamente não faltou um dia, recebeu todos os dias, todos os dias, que somaram mês a mês R\$ 429.000,00. Este é o meu único questionamento. Eu queria saber se V. S^a vai devolver ao Senado o dinheiro que recebeu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu tenho um aparte?

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Pois não, não tem aparte, mas V. Ex^a tem o direito de falar, é só solicitar ao Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em cima do raciocínio de V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Dr. Luiz Antônio Pagot para responder aos questionamentos feitos até aqui, e nesse momento, Senador Mário Couto, depois da exposição de V. Ex^a, sendo regimental, eu estarei abrindo o processo de votação apenas para os titulares, num primeiro momento. Logo a seguir, vou passar a palavra ao Senador Sérgio Guerra, que é o próximo inscrito. Caso ele se interesse em falar agora, antes das respostas do Dr. Luiz Antônio Pagot, eu concedo a palavra a V. Ex^a, mas vou iniciar o processo de votação apenas para os titulares que estão autorizados. Depois, na ausência dos titulares, os suplentes. Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Presidente, estamos mais uma vez aprovando no Congresso indicações para cargos relevantes. O Senador Delcídio, que é seguramente um dos melhores Senadores da Casa, afirmou aí o seguinte: talvez nós tenhamos aqui cometido alguns equívocos na nossa apreciação. Sem dúvida esses equívocos foram cometidos, sendo que os equívocos mais relevantes não foram cometidos por esta Casa, mas por aqueles que fizeram a indicação das personalidades que nós aprovamos ou não aprovamos no Senado. Então para uma primeira abordagem vale levar isso em atenção. As indicações são feitas pelo Presidente da República, ele que é responsável por elas. O Senado deve sobre elas se manifestar e ponto final. Segundo, o caso do DNIT é um caso relevante sob qualquer aspecto. A história do sistema rodoviário brasileiro é uma história deprimente. Já investimos bilhões de dólares, reduzimos o tamanho do investimento, cometemos todos os erros

possíveis e todas as responsabilidades imaginárias. Não terá sido por falta de capacidade empresarial que o Brasil não cresceu a 10%, 8%, 7% continuados, mas por um conjunto de fatores, entre eles absoluta e falta de competência na produção de infra-estrutura adequada. Se no passado a infra-estrutura antecipava os investimentos privados, de um certo tempo para cá ela se transformou num obstáculo aos investimentos privados, no impedimento a que ele se desenvolvesse.

Esse processo coincidiu com a decadência, a desestruturação do antigo DNER e do atual DNIT. Ele foi, de outra forma, se desconstruindo. Tem um exemplo para citar, para que não fique pendente de dúvida, lá na minha região, no Nordeste, o Governo Federal decidiu duplicar a BR-101, uma rodovia muito próxima do litoral, vital para a região. Essa duplicação foi projetada no Governo Fernando Henrique Cardoso e deveria ter começado no primeiro ano do Governo do Presidente Lula, conforme promessa do Presidente Lula feita a todos os nordestinos. O fato concreto é que foram realizadas quatro, cinco ou seis concorrências, e todas anuladas. E esse processo de concorrências que se faziam, que eram feitas e que eram depois anuladas, prevaleceu por três anos em meio a um enorme contencioso. Por que esse contencioso? Por que ele se deu? Por que num tempo adequado, e havia recursos para isso, a estrada não começou? Essas respostas não foram dadas. Como não foram dadas infinitas respostas a problemas da infra-estrutura do Brasil do ponto de vista rodoviário, do ponto de vista aeroportuário, que agora se apresentam de maneira muito clara como fator de um enorme apagão no sistema aéreo, de transporte aéreo. Não fomos prudentes, não planejamos corretamente, nos emaranhamos em situações polêmicas no Tribunal de Contas da União, e o resultado disso é que os investimentos não se fizeram e que a sociedade agora, a sociedade brasileira no geral e o país todo, pagam um elevado preço por esse grau de incompetência.

Eu não estou falando de corrupção, só falo de corrupção quando ela é aprovada. Não sou dos que acusam sem provas, eu não acho que seja esse uma indicação correta de procedimento. Não acuso de forma alguma o DNIT como sendo uma instituição corrupta. Longe de mim essa idéia. Ao contrário, eu conheço o DNIT, gente qualificada, gente que não está estimulada, mas que tem competência técnica para desenvolver lá um trabalho relevante pelo país. Impossível é continuar como está. Impossível é as metas, no plural, serem anunciadas e comemoradas, e, na prática, não se desenvolveram. Impossível é a obra pública do Brasil ter o preço que tem e a qualidade que não tem. Esse é o grande prejuízo nacional, essa é a grande conta a

acertar, e não vamos acertar essa conta se não fizemos um investimento pesado na organização que controla isso, e a organização que controla isso é o DNIT, que precisa de gente qualificada, competente, adequada para levar adiante um processo dinâmico de produção de infra-estrutura no Brasil. Eu quero pedir ao Senador Marconi Perillo que não encerre hoje, e eu tenho certeza que essa não é a sua idéia, a discussão sobre o DNIT, as estradas e o que está sendo feito ali. Que essa discussão se dê de maneira concreta, objetiva, estrada por estrada, rodovia por rodovia, contrato por contrato, para que fique claro a responsabilidade de quem e para que o país possa avançar.

Dizer que essa questão vem do passado, que já vem de muitos anos, é uma resposta que não dá mais para se examinar. Já faz tempo que terminou o Governo Fernando Henrique. O Presidente Lula já está na metade do seu segundo Governo. Há que fazer alguma coisa, as PPPs foram vendidas ao país como a solução para o problema brasileiro de infra-estrutura, não produziram solução nenhuma, coisa alguma, estamos num impasse objetivo total, as estradas estão na pior situação. Que não se venha a dizer depois que as estradas estão em má condição porque nós não aprovamos aqui em um mês, dois meses, o diretor do DNIT. Não é por isso. As estradas estão nessas condições porque os orçamentos são contingenciados, porque os contratos normalmente não são feitos como deveriam ser feitos, porque a fiscalização não se dá como deve, porque o Tribunal de Contas não tem um agente de procedimentos com processo de administração pública do Brasil que devia ter. Dos dois lados, da fiscalização e da resposta à fiscalização. Eu quero dizer ao Presidente Marconi Perillo, que tem experiência gerencial administrativa, que ele tem uma imensa responsabilidade pela frente e que nós contamos com o seu trabalho a frente dessa Comissão. Sobre o Dr. Luiz Antônio Pagot, que ele dê os esclarecimentos que a Comissão solicite.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador João Ribeiro. Logo após eu vou passá-la ao Dr. Luiz Antônio Pagot para as respostas.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Governador Blairo Maggi, que aqui se faz presente, Srs. Deputados, profissionais da imprensa de modo em geral. Hoje eu acho que é um dia muito importante, Sr. Presidente, para o Senado Federal e para o desenvolvimento da infra-estrutura no Brasil. Eu, quando da minha fala naquele requerimento anterior, disse que fiquei conhecendo o Dr. Luiz Antônio Pagot não há muito tempo, há mais ou menos quatro ou cinco meses, quando foi indica-

do ou havia pelo menos a conversa da indicação dele para a diretoria geral do DNIT, e por ser um homem extremamente fiel aos meus princípios e sobretudo à minha linha e conduta partidária, por ser um homem da base, que aqui apoia o presidente Lula e sou o líder do meu partido aqui no Senado, o PR, que tem o Ministro dos Transportes, passei a conhecer mais de perto e conviver mais de perto com o Dr. Luiz Antônio Pagot. E quero confessar a esta Comissão e àqueles que me ouvem que só tive surpresas agradáveis com as informações trazidas a respeito do Dr. Luiz Antônio Pagot. Até mesmo porque o próprio Governador Blairo Maggi, que está aqui com a sua presença para declarar, com a sua presença, o apoio à indicação do Dr. Luiz Antônio Pagot ao cargo que ele está sendo indicado pelo Presidente Lula. Sr. Presidente, nós se fôssemos aqui fazer questionamentos de obras, eu acho até que estaríamos sendo injustos com o Dr. Luiz Antônio Pagot, porque ele não sentou ainda na cadeira de diretor geral do DNIT.

O que nós podemos fazer ao Dr. Luiz Antônio Pagot hoje é solicitação, sugestão, por que como é que o Dr. Luiz Antônio Pagot vai informar a respeito do “tapa buraco” que foi feito há um ano atrás, vai informar a respeito de qualquer uma ou outra estrada se ele não assumiu ainda o DNIT? Eu espera, Dr. Luiz Antônio Pagot, que o senhor consiga fazer um bom trabalho, como fez no Estado do Mato Grosso, porque aqui está toda a bancada do Mato Grosso no Senado, uma grande parte dos parlamentares da Câmara dos Deputados, da Assembléia Legislativa, todos eles falando a mesma linguagem, que V. Ex^a é um homem de bem, íntegro, e que é um homem preparado para esta tarefa, para essa missão. Isto para mim basta e, portanto, eu não vou me ater aos questionamentos, sobretudo porque foi respondido pela mesa do Senado, eu vi aqui inclusive a informação que V. Ex^a deu a respeito dessa questão que foi levantada pelo PSDB anteriormente e depois por Senadores do partido, dessa questão da assessoria e do mandato de V. Ex^a junto a outra instituição lá no Estado, a uma empresa. Eu só... as informações, eu vou ficar com as informações boas e torcer para que V. Ex^a, daqui há dois ou três meses, possa vir a esta Comissão e dizer: “eu tenho todas as informações que essa Comissão precisar, as boas e as ruins, estou tomando as providências e vou conseguir realizá-las”.

O que a Senadora Kátia Abreu colocou a respeito das eclusas, eu faço dela também as minhas palavras, sobretudo a questão da eclusa do Lejeado, da Usina Luiz Eduardo Magalhães, no Tocantins, e a todas as eclusas. Eu sempre fui a favor das eclusas, mas sobretudo essa que está em fase de construção, que a

gente dê continuidade a ela. O apoio político do seu partido, V. Ex^a terá aqui, e tenho certeza que do Congresso Nacional. Tenho certeza que dentro de pouco tempo, pelas informações que tenho, até aqueles que estão contra a indicação de V. Ex^a, que tentaram protelar por tanto tempo, vão com certeza estar elogiando o trabalho de V. Ex^a. Desejo muito sucesso, muito êxito nessa sua nova empreitada. Quero apenas lembrar ao Senador Marconi Perillo, o nosso Presidente, que o Senador solicitou urgência urgentíssima, uma vez que aprovado o Senador Relator Jayme Campos, solicitou urgência urgentíssima e que tem o meu apoio também para essa urgência, para que seja votado o mais rapidamente em Plenário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Perfeitamente.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente Marconi, eu queria uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Questão de ordem, Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu quero encerrar a minha participação nesta reunião, dizer a V. Ex^a que eu estou satisfeito, tenho certeza que vou para a minha Casa com a minha consciência tranqüila, do meu dever cumprido, e queria apenas solicitar de V. Ex^a um detalhe. A Comissão de Recursos Humanos do Senado confirma que o Sr. Pagot trabalhou durante o período de 1995 a 2002 nesse Senado, não solicitou nenhum questionamento com relação a isto, e eu quero que V. S^a possa receber das mãos do Sr. Pagot o documento que ele disse que tem, porque eu tenho dúvida. Quem está faltando com a verdade, a Comissão do Recursos Humanos ou o Sr. Pagot? Então eu gostaria que V. Ex^a pudesse depois solicitar ao Sr. Pagot o documento que ele diz que possui. Se ele fizer a entrega eu gostaria que V. Ex^a me comunicasse também porque eu tenho providências jurídicas a tomar com relação aos dois casos. Eu quero saber quem está falando a verdade. Muito obrigado, Presidente, eu quero pedir desculpas a cada um, Senadores e Senadoras, se por em algum momento fui imprudente a cada um. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Dr. Luiz Antônio Pagot.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, a V. Ex^a

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu gostaria só de, em rápidas palavras, eu abri mão aí para que o nosso Senador Mário Couto pudesse fazer os seus questionamentos, mas eu gostaria também de cumprimentar aqui o Dr. Luiz Antônio Pagot e dizer que essas orações que a Senadora Kátia Abreu disse a V. Ex^a, que V. Ex^a vai precisar. Com certeza não venha buscar nessa Casa, porque esta Casa está mal assombrada. As orações que V. Ex^a precisa ter e muitas para destravar a questão da infra-estrutura brasileira, nós sabemos que V. Ex^a vai ter um árduo trabalho pela frente. Mas eu gostaria só, em rápidas palavras, de registrar e fazer um pedido a V. Ex^a. Nós temos algumas obras no Estado de Rondônia e eu gostaria, eu conversei com V. Ex^a, e eu vi que V. Ex^a tem um conhecimento praticamente total e um conhecimento geral da situação geográfica do nosso país, principalmente sobre a questão das hidrelétricas nossas, e eu vi aqui a Kátia Abreu falar, a Senadora Kátia Abreu falar sobre a questões das eclusas e eu gostaria também de fazer um apelo a V. Ex^a. Nós temos a felicidade, graças a Deus, Deus nos deu esse privilégio, do nosso Rio Madeira ser autônavegável, mas nós precisamos das nossas eclusas também no Rio Madeira.

Eu cumprimento ao Presidente Lula, agradeço, o Brasil agradeço, porque não é o Estado de Rondônia, nós vamos resolver o problema da energia do país e não do Estado de Rondônia, mas nós precisamos e vai ter um parceiro aqui para que nós possamos trabalhar juntos para conseguir a construção das eclusas do Rio Madeira. Eu quero só registrar que nós temos a BR-429, que é de responsabilidade do Governo Federal, a BR-425, que é de responsabilidade do Governo Federal, a BR-421, que era de responsabilidade do Governo Federal, mas graças ao trabalho do Governador Ivo Cassol, que além de fazer o seu dever de casa está fazendo também aquilo que era de dever da União, que é asfaltar a 421 do Município de Ariquemes até o Município de Montenegro, o Governador já vai levando esse asfaltamento até o Município de Buritis e já está licitando até o Município do Campo Novo, portanto, está fazendo o dever que seria de V. Ex^a, o Governador Ivo Cassol vai fazendo também a BR-421. A BR-174, está aqui presente o Deputado Wellington, que é um grande representante e Deputado do Mato Grosso, e está reivindicando para que nós possamos juntos resolver e solucionar o problema da 174, que liga o Município de Juína até o Município de Viena. Então eu faço um apelo a V. Ex^a *[soa a campanha]*, que vem representando o Estado do Mato Grosso, que V. Ex^a nos ajude na construção do asfalto da BR-174.

E, para finalizar, a duplicação da nossa BR-364, essa obra que está paralisada, nós já conseguimos

aí um avanço muito grande no Tribunal de Contas da União, e iremos retomar esta obra e peço que V. Ex^a dê prioridade na retomada desta obra, e também do anel viário do Município de Ji-Paraná. E para finalizar, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar a V. Ex^a e dizer mais uma vez: nós temos que aprender muito com o centro-oeste brasileiro, porque acaba de sair um Presidente do Goiás e entra agora um superintendente aqui do Estado do Mato Grosso. Então nós temos que aprender muito, e eu digo: Rondônia não tem nada a ver com Amazônia, Rondônia tem a ver com o centro-oeste brasileiro. Nós temos que mudar isso daí e trazer o Estado de Rondônia para o produtor de grãos e o grande Estado brasileiro que é, que é a melhor carne que se produz no país, é a carne do Estado do Rondônia. Nós temos tudo a ver com a região centro-oeste também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E do Mato Grosso, hein.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com certeza.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: ... o relator, o Senador Jaime, que fez aqui a defesa do nosso diretor, do Dr. Luiz Antônio Pagot, e dizer da alegria de ter o companheiro Jayme como nosso vizinho e parabenizá-lo pelo seu relatório.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Muito obrigado. Sr. Presidente, pela ordem. Um minuto só, Sr. Presidente, eu sei do adiantar da hora. Sr. Presidente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): – Com a palavra o Senador Jayme, depois está inscrito o Senador Heráclito Fortes, o nosso querido Vice-Presidente dessa Comissão.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Senhor Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Os suplentes já podem votar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): – Antes de proferir o despacho, eu quero retificá-lo, convidando os suplentes do bloco de apoio ao Governo, faltam três titulares, para que eles possam se dirigir à mesa para o voto. Senador Flávio Arns, Senador João Ribeiro e Senador Augusto Botelho. Com isso nós completamos o quadro de --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: DO DEM também tem o Senador ... (1:42:03).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadores aptos ao voto. Pela ordem, aqui, a não ser que alguém abra mão. Ah não, no nosso caso, Senador Jonas, no nosso caso o DEM votou inteiro, infelizmente. Também, infelizmente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Posso falar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Todos os Senadores com direito a voto já proferiram voto. Com a palavra o Senador Jayme Campos, logo após o Senador Heráclito. Eu vou passar a palavra ao Dr. Pagot.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Ótimo. Sr. Presidente, eu quero fazer aqui um esclarecimento, até para não pairar nenhuma dúvida em relação ao questionamento do Senador Mário Couto. Lamentavelmente ele teve que deixar essa Comissão, mas, na verdade, quando o Senador Mário Couto fazia o questionamento em relação ao Dr. Pagot, se ele tinha uma outra remuneração, juntado a [ininteligível] do Senado, aqui diz o seguinte: esse é o despacho 1.295, de 2007, que o senhor diretor geral, de referência ao pedido de informação constante do requerimento do Exmo. Sr. Senador Arthur Virgílio e outros parlamentares, comunicarmos: o Sr. Luiz Antônio Pagot, conforme informado pela Subsecretaria de pessoal comissionado, exerceu o cargo em Comissão do Secretário Parlamentar no gabinete do Senador Jonas Pinheiro. Foi nomeado pelo ato do diretor geral 292, de 1995, e exonerado em 01.06.2002 pelo ato do diretor geral nº 608, de 04.06.2002. Em referência à pergunta nº 2 formulada pelo requerimento 500/2007, reiteramos que o Sr. Luiz Antônio Pagot exerceu o cargo em comissão de secretário parlamentar e o montante do valor recebido pelo exercício do aludido cargo consta da planilha anexa, elaborada pela subsecretaria de pagamento de pessoal.

Quanto à remuneração atual correspondente ao cargo, ocupado à época pelo mencionado servidor, informamos que hoje um secretário parlamentar tem a remuneração de R\$ 6.858,81. Segue informações cujo pedido de que V. S^a encaminhe às autoridades competentes. Secretaria de Recursos Humanos, em 16 de maio de 2007, João Carlos, diretor. Sr. Presidente, o Dr. Luiz Antônio Pagot, pelo que me consta, não escondeu nenhuma informação da diretoria geral desta Casa aqui. Até que me provê o contrário, não temos nenhum documento em mãos, que nós já procuramos aqui na diretoria geral desta Casa, nenhum documento nos foi fornecido dizendo que o Dr. Luiz Antônio Pagot deixou de dar essa informação de que ele tinha um outro salário numa outra empresa, de maneira que eu acho inócuo a abordagem do ilustre Senador Mário Couto em relação ao questionamento que ele fez ao Dr. Luiz Antônio Pagot. Eu acho, para não pairar nenhuma dúvida, em relação de que possa amanhã ou depois interpretar alguns colegas Senadores aqui, e o próprio Senado Federal, de que Pagot

praticou ilícito com relação ao salário que recebia aqui e em outra empresa. Então até me provê o contrário e aos demais pares aqui desta Comissão, o Dr. Luiz Antônio Pagot está dentro da legalidade e que oferece a Constituição Federal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Senador Mário Couto fez uma solicitação ao Dr. Luiz Antônio Pagot, depois eu peço a ele que responda sobre o questionamento, a arguição. Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Essa Comissão, ao que tudo indica, encerra hoje um episódio triste e lamentável para o país, para a Casa e para o próprio indicado. Mas eu quero voltar a insistir no equívoco que é o de se colocar para apreciação nessa Comissão os indicados para o DNIT. Vamos admitir que amanhã o partido do Senador João Ribeiro perca o prestígio e caia na desgraça do Planalto e o Presidente resolva demitir o Dr. Pagot. Essa Comissão será desmoralizada porque não há um mandato, não existe um parâmetro, não existe uma regra. É uma aberração regimental a aprovação de indicados para exercer funções no DNIT nesta Comissão. O DNIT não é agência reguladora. Eu queria chamar a atenção deste Governo que sempre chega atrasado, só acorda quando os aviões caem, que não deixe mais se passar por essa via crucis de indicações, de dirigentes do DNIT no Senado. Modifique. Segundo ponto. Dr. Pagot, V. Ex^a sendo aprovado hoje aqui, como tudo indica vai ser, vai ao Plenário. Se tomar posse, eu só queria lhe dar um conselho, se bem que não me sinto em condições de dar conselho a ninguém: fuja dos lobistas. Fuja dos lobistas. Lobista é uma praga neste país, e quando eu falo de lobista eu não estou falando do lobista autorizado, é do atravessador.

V. Ex^a foi Governador, sabe o que eu estou dizendo. É aquele homem de cabelo glostorado, com uma pasta 07 brilhando mais do que canjica ao contrário, o sapato combinando, o lenço saindo daqui, um celular que é celular e é máquina fotográfica, sabe da sua intimidade, e lhe importuna em restaurante, em porta de Igreja, sabe onde nasceu a sua avó, o gosto da sua bisavó, seu pai, é uma maneira de aproximar-se. Vai ver que aqui no fundo tem alguns que já começaram a sair camuflados. Eu falo do lobista picareta, a carapuça caia na cabeça de quem quisesse. Eu não falo daquele que é credenciado, que pode se apresentar e que circula de cabeça erguida. Se nós formos examinar, Dr. Pagot, todas as encenanças em que esta Casa se meteu, capitaneada pelo Governo, pelo Executivo em qualquer tempo, tem sempre um lobista em busca da fama envolvido no caso. Outra coisa: nunca houve

escândalo nesse país envolvendo políticos e doações para campanha. O perigo mora é no pós-campanha. E esses lobistas que circulam, que tem intimidade com terceiro, com o quarto, e que procuram com certas intimidades, é que são os gestores do caos e da bagunça da administração federal. V. Ex^a é um homem experiente.

Pelo menos, se não fosse, não estaria aqui a bancada do Mato Grosso, capitaneada pelo Governador, a respaldar essa indicação, de forma que eu apenas lhe peço, não há nada mais chato do que lobista batendo em porta de gabinete, entrando e tomando intimidade. Receba o político, deixe o lobista na ante-sala, eles não fazem bem. Se o senhor fizer isso no DNIT, metade dos problemas estarão resolvidos; a segunda metade, não acredite nas promessas do Governo de liberação, porque se o senhor for acreditar, o senhor vai resolver a situação das estradas desse país como nunca ninguém antes, é muito dito, e termina se conformando com os "tapa buracos" que são obturações viciadas que envergonham um país que quer crescer. Pé no chão, pé no chão. Esse clube da falsa felicidade de que tem dinheiro chegando na conta é como distância de casa que o caboclo procura no interior, ele pede informação e ele diz: "bem aí", e o bem aí ia chegar. Tome tempo. De forma, meu caro Dr. Pagot, eu lhe desejo, caso aprovado, sucesso nas suas funções, agora corra de lobista como o diabo da cruz.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra para as suas respostas, a cada um dos Senadores que o arguíram, o Dr. Luiz Antônio Pagot.

SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT: Exmo. Presidente desta Comissão, Srs. e Sras. Senadores e Senadores. Esse é o momento que eu estava aguardando para poder me defender, para poder esclarecer os fatos, para poder efetivamente desmistificar o que criaram nos últimos noventa dias. Primeiro que em 1995, quando o Senador Jonas Pinheiro me convidou para ser seu secretário parlamentar, ele colocou com muita clareza o tamanho da tarefa que me era reservada. Ele era um Senador ligado à pecuária e à agricultura, na época nem se falava do agronegócio, era ligado à pecuária e à agricultura, e que ele queria ter uma inserção nacional porque, evidentemente, ele não era mais o Deputado Federal líder dos movimentos dos pequenos agricultores e dos pecuaristas, dos agricultores mato-grossenses, mas queria ser um líder nacional do seguimento, do seguimento.

E o Senador Jonas Pinheiro, então, me deu uma tarefa de inseri-lo em alguns fóruns, por exemplo, no Fórum de Desenvolvimento da Amazônia, no debate dos grandes temas nacionais que em 1995 e em 1996

passavam pelo programa Brasil em Ação, e, posteriormente, pelo programa Avança Brasil, que foram os programas na parte de infra-estrutura do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Também queria aprofundar as teses com relação ao desenvolvimento sustentável e, evidentemente, tarefas que não eram pequenas e que não cabia uma ação em Brasília, mas cabia uma ação no centro-oeste brasileiro, em várias regiões, principalmente no Rio de Janeiro, no BNDES, junto ao IPEA, junto às infra-estruturas que nós tínhamos espalhadas pela região amazônica. Enfim, de 1995 a 2002, concomitante com a minha tarefa na iniciativa privada, eu trabalhei de maneira profícua para o Senador Jonas Pinheiro, para o Senado Federal. Muitos discursos que o Senador Jonas Pinheiro fez foram frutos de pesquisa de campo, de trabalho, do resultado de fóruns, fórum de fluviais, o Senador se tornou um hidroviarista, os fóruns do desenvolvimento da Amazônia, a questão ambiental percorreu o Estado de Rondônia, Goiás, Amazônia, Acre, Amapá, Pará, Mato Grosso do Sul, para discutir teses com relação a isso, e sempre eu estive à frente dos trabalhos, organizando junto com a sua aguerrida equipe do seu gabinete, pequena e aguerrida equipe. Então eu tenho convicção absoluta que eu prestei o melhor dos serviços ao Senador Jonas Pinheiro e ao Senado da República.

Segundo, é mentira, eu nunca omiti nenhuma informação, eu nunca omiti nenhuma informação. Para a minha surpresa o curriculum que eu entreguei no Ministério do Transporte é muito diferente do curriculum que chegou a essa Comissão. Está faltando pelo menos umas duas páginas de curriculum e eu venho insistentemente falando sobre esse assunto, eu venho colocando insistentemente aonde se perderam as outras folhas do curriculum, e até fiz um dossiê sobre isso, que entregamos, desde a Secretaria Geral dessa Casa, Secretaria de Controle Interno, entregamos na Comissão, entregamos em vários lugares, só que nunca foi aportado em termos de documento, nunca foi apensado o curriculum completo. Aonde que essas folhas ficaram pelo caminho, eu não sei. Então é uma questão que precisa ter reposta a verdade, eu nunca omiti uma informação. Mas imediatamente, assim que começaram essas notícias na mídia, porque a mídia informou que tinha falta da informação do curriculum antes de que o curriculum chegasse na Casa, e imediatamente eu já encaminhei a via completa e essa via completa nunca foi apensada aos autos. Terceiro, com referência às comunicações, existe na Secretaria Geral do Senado e na Secretaria do Controle Interno, existe uma Comissão denominada Comissão de Duplicidade de Cargo. Eu pergunto aos Srs. Senadores: esta Comissão de Duplicidade de Cargo foi criada para atender o

caso do Pagot? Obviamente que não. Existem dezenas e dezenas de casos que ao longo das últimas décadas esta Comissão já analisou, a Comissão de Duplicidade de Cargos, e esta Comissão, periodicamente, a cada biênio, fazia uma espécie de um *check-list*, e eu tenho aqui, por acaso, Senador Marconi Perillo, eu tenho o *check-list* de 1997, porque esses documentos, como os documentos da minha declaração do Imposto de Renda, eu já podia ter mandado para o lixo, porque eu só tenho que ter dos últimos cinco anos da minha vida, a questão fisco-contábil reza isso.

Eu poderia ter simplesmente eliminado esses documentos, mas por um desses acasos eu sempre tive esses documentos no meu cofre e aí eu consegui me defender com esse documento. E a Secretaria de Controle Interno, ela fez uma documentação e me chamaram lá para preencher essa documentação, que consta o meu nome, o cargo e a função, a lotação no gabinete do Senador Jonas Pinheiro. No primeiro item: você é servidor de outro órgão público? Resposta: não. Você foi formalmente requisitado? É o seguinte item. Não tem resposta nenhuma porque não existiu o concurso, foi o que me disseram na época. Terceiro: percebe remuneração de outra fonte, além do Senado Federal? Resposta: sim. E aí tem: cite as fontes. Ermasa Navegação da Amazônia. Vem declarando à Receita Federal as fontes que lhe remuneram? Sim. Indique outros dados que julgue necessário. Como não tinha nada, assinei a declaração e entreguei, e por acaso tenho a cópia dessa declaração entregue dia 30.06.1997. A diretora da Secretaria de Controle interno emitiu um documento que ela traz uma série de normas e procedimentos, principalmente para ocupantes e funções comissionadas, e no item 8 ela deixa bem claro o seguinte, no item 8: os servidores abrangidos pela obrigatoriedade de apresentação dessa documentação que deixarem de atender as exigências previstas na legislação supracitada, serão listados ao Tribunal de Contas da União, sujeitando-se a normas disciplinares vigentes. Ora, se na época eu não tivesse encaminhado o documento exigido pela Casa, eu não teria sido punido, inclusive com a exoneração? É claro. Mais um documento. Declaração 004, de 2007, da Secretaria de Recursos Humanos. Nos termos do artigo 126, da Resolução do Senado Federal, declaro para os devidos fins constar na pasta do servidor Luiz Antônio Pagot, matrícula 142.041, cópia da declaração de acumulação de cargos. Aonde que eu, em algum momento, neguei informação? Há cerca de sessenta dias atrás, no Plenário desta Casa, isto foi questionado. No mesmo dia que isso foi questionado o Senador João Ribeiro recebeu os documentos e encaminhou ao Senador que havia feito os questionamentos. Cor-

retos questionamentos. Se houvesse dúvida, têm que se esclarecer a dúvida. No mesmo dia foi entregue ao Senador cópia de todos os documentos. Então, quer dizer, eu fico extremamente aflito porque nunca se chega à resolução final dessa questão. Então eu penso com que com esses três documentos, apensados aos autos do processo, líquida definitivamente a questão. Minhas respostas às perguntas dos ilustres Senadores.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Senhor Presidente, pela ordem. Eu só gostaria de solicitar que os Senadores que saíram da sessão, eu não vejo necessidade de que haja qualquer resposta, porque --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria fazer uma sugestão, Senador, --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): -- Esse processo foi traumático, já está chegando ao fim, eu acho que seria importante que o Dr. Pagot pudesse gentilmente aqui responder a todas as perguntas, sucintamente, para que ... porque na verdade não somos nós apenas que estamos assistindo a essa sessão. Esta sessão está sendo transmitida para todo o Brasil ou será retransmitida através da TV Senado, da Rádio Senado será ouvida, de modo que, em respeito a todos os brasileiros, eu peço a compreensão dos Srs. Senadores para que o Dr. Pagot possa continuar as suas respostas e, numa deferência muito especial a todos que aqui se encontram também, eu convidaria os Senadores Botelho e Delcídio para que pudessem iniciar o procedimento [ininteligível], uma vez que já podemos encerrar a votação.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Era isso que eu ia sugerir, Sr. Presidente.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem. Eu acho que objetivamente o Dr. Pagot não tinha nem quase mais obrigação de responder tendo em vista que as pessoas que fizeram as perguntas --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme, nós ainda teremos o Plenário, eu acho que é prudente, porque o Plenário ainda vai apreciar --

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Mas os Senadores que fizeram as perguntas já se retiraram do recinto, então vai responder para quem? Objetivamente para quem fez os questionamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): -- Senador Jayme, fica a critério do Dr. Luiz Antônio Pagot responder ou não às questões que lhe foram colocadas nessa arguição. Com a palavra o Dr. Luiz Pagot.

SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT: Exmo. Senador Marconi Perillo, toda obra emergencial, toda obra emergencial obviamente são obras que careceram de um

maior planejamento. Eu não sou homem de tapar o sol com a peneira. E estas obras, elas poderiam ter sido evitadas com o devido planejamento a tempo e a hora, com o devido planejamento a tempo e a hora, só que existem transcurso e exigem muitos problemas, principalmente para a questão dos recursos entrarem no órgão. Transcurso financeiros e problemas de recursos entrarem no órgão para poder aplicar esses recursos. E exatamente por problemas de contingenciamento, no transcurso no ano de 2005, essas operações que estavam razoavelmente planejadas e que tinham alguma indicação de execução, tiveram que ser deixadas para o início de 2006, e aí, evidentemente, veio a situação de ter que se criar, através de uma Medida Provisória, o Plano Emergencial, e, na execução desse Plano Emergencial, aqui não sou eu que amigo, mas o próprio Tribunal de Contas da União, através das suas Resoluções, ele coloca essas questões com muita clareza, inclusive na ... no questionamento dos recursos pagos por essas obras.

Qual a solução disso? A solução disso é a eficácia, a solução disso são um modelo de gestão que possa nos permitir, dentro das possibilidades da razoabilidade, da correta operacionalização do DNIT, fazer com que nós tenhamos um planejamento correto, como este que está agora organizado pelo Programa de Aceleração do Crescimento, para que se evite as medidas emergenciais e se possa efetivamente superar as adversidades e se dar resposta à população brasileira, principalmente com relação à questão das rodovias. Com relação à questão da parceria, Senador, que o senhor levanta entre a Comissão de Infra-estrutura e o DNIT, é inequívoca. Não só na Comissão de Infra-estrutura, como na Comissão de Orçamento, nós efetivamente precisamos fazer uma parceria, Comissão Mista de Orçamento, Comissão de Infra-estrutura, para resolvermos, primeiro, a questão fisco contábil e, segundo, para podermos destravar efetivamente uma série de obras que estão com problemas. Hoje, na Comissão Mista de Orçamento, por exemplo, nós temos doze obras que carecem de relato para que efetivamente elas possam retomar a sua normalidade. Melhor que as palavras, Senador Marconi Perillo, serão as ações. Eu não tenho menor dúvida da parceria que nós vamos fazer para efetivamente destravarmos o Brasil e conseguirmos cumprir as tarefas que são ensejadas ao DNIT. Com relação à questão da Senadora Kátia Abreu. A Senadora Kátia Abreu levanta questões importantíssimas da multimodalidade, e nas questões da multimodalidade ela se refere à falta de estudos das hidrovias, à falta de utilização das hidrovias e, principalmente, um sistema de inclusão que nunca chega à infra-estrutura nacional. Há anos nós temos lá, no Rio

Parnaíba, uma eclusa em fase de conclusão, que não é concluída, que permitiria a navegação de oitocentos quilômetros do Rio Parnaíba. Há anos nós temos as obras da eclusa de Tucuruí que não avançam, que não avançam, e, obviamente, nós temos que dar um basta nisso e temos que trabalhar muito afinados, o Sistema Nacional de Energia com o Sistema de Transporte de Infra-estrutura Rodoviária, de multimodalidade, para que efetivamente nós, em termos de Minas e Energia, cumpramos o que precisa ser feito em termos de hidroelétrica, mas não deixamos de fazer as eclusas.

E aí eu digo ao senhor, Senador, que o nosso entendimento a respeito é que o Ministério dos Transportes tem que prover os recursos necessários e suficientes para fazer as eclusas, e disse muito bem, tanto a Kátia Abreu, a Senadora Kátia Abreu como o Senador João Ribeiro disseram muito bem do assunto: na execução da obra de hidroelétrica o preço é um preço muito competitivo. Se você deixa para fazer depois as obras, você têm que fazer uma retomada de obras, montar novos canteiros de obras e há um crescimento pleno dessas obras. Então é necessário, é importante, que para as hidrelétricas do Rio Madeira se faz as hidrelétricas com eclusa, cada qual pagando a sua parte, a parte de transporte que se responsabiliza pelas eclusas, Minas de Energia que se responsabiliza pela execução das hidrelétricas. A mesma coisa vale Paraná-Tocantins, a mesma coisa vale para outros rios nacionais.

Ainda sobre a questão das hidrovias, é lamentável que nós tenhamos tantos gargalos, tantos problemas, principalmente ambientais, com relação às hidrovias brasileiras. Nós teríamos um custo extremamente competitivo, no transporte da soja podemos reduzir até 15% do centro-oeste para os portos, em alguns outros produtos podemos chegar a 20% de redução, em algumas regiões podemos fazer uma integração de modais fantástica, principalmente o centro-oeste com a região norte e o centro-oeste com a região nordeste, onde que nós vamos combinar hidrovias, as ferrovias, principalmente a norte-sul, a futura Setentrional, a ferrovia de Carajás, com um complexo hidroviário que nós temos fantástico e que precisa ser utilizado para redução dos custos e principalmente para melhoria da vida dos cidadãos. Esses cidadãos, nessas regiões hoje, são cidadãos que pagam 30%, 40% a mais de custo de vida do que qualquer outro habitante no Brasil exatamente pela falta de um transporte competitivo adequado. O Senador Delcídio levanta a questão das concessões. Não podemos, Senador, continuar tapando o sol com a peneira. O Brasil pode algumas coisas, o Governo brasileiro, o seu orçamento, pode algumas coisas. É fundamental nós resolvermos o problema das concessões rodoviárias no Brasil. Existem um cem números

de empresa, um cem números de empreiteiros, um cem números de investidores que querem participar do programa nacional de concessões rodoviárias, sejam concessões de maior perto, de menor perto, e aí nós vamos estar dando uma solução muito boa, a exemplo das concessionárias hoje que você anda nas rodovias que são concessionadas e você tem prazer de pagar o pedágio, porque você vai andar numa rodovia que você não tem risco de vida, porque você vai andar numa rodovia corretamente sinalizada, porque você vai andar numa rodovia eficientemente, ao contrário de toda uma outra malha rodoviária que nós poderíamos já estar abrigado pelo sistema de concessões e que muitas vezes, por uma questão de até de vaidade dos poderes constituídos, nós não conseguimos destravar e estamos aí desde 2003, apesar da determinação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, desde 2003 o segundo lote de concessões não vai para a praça.

Existe uma determinação presidencial e tão grande que no PAC ele já contemplou, num dos assuntos do PAC, e destinou, inclusive, 3,8 bilhões para a Agência Nacional do Transporte Terrestre para poder tocar esse projeto das concessões rodoviárias. Então é fundamental, eu tenho convicção, eu tenho plena certeza que no entendimento com a sociedade organizada, no entendimento com os poderes, e principalmente com as autarquias, o Ministério do Transporte e o DNIT, nós vamos poder dar um excelente andamento nessa questão, colocar esse segundo lote na praça e já vir um transporte lote, porque é fundamental para o Brasil para que nós possamos ter evidentemente estradas de melhor qualidade e que possam reduzir o custo de produção. Também levantou o Senador Delcídio a respeito do conjunto de obras do PAC. Pela primeira vez um conjunto de obras não contempla só o sistema rodoviário, e na questão que envolve diretamente o DNIT, nós vamos ter responsabilidade sim sobre ferrovias e sobre hidrovias, e vamos com certeza saber fazer funcionar muito bem a questão da multimodalidade, porque é exatamente a multimodalidade que dá competitividade à nação, é a multimodalidade que dá muito mais possibilidade em algumas regiões, que principalmente estão longe de portos, a gente consiga enfrentar isso com fretes de custo mais barato e, principalmente, nos tornar mais competitivos com o mercado internacional.

Nós tínhamos, no centro-oeste, Senador Marconi Perillo, quer dizer, uma vantagem que era o dólar, e até não tomávamos tanto susto com relação aos custos de frete porque essa combinação, na combinação, nessa combinação do agronegócio, o câmbio nos era favorável, mas no momento que o câmbio deixou de ser favorável ao agronegócio, nós temos que passar a

ser extremamente competitivos, e para sermos extremamente competitivos nós precisamos ser eficientes na multimodalidade, principalmente termos à disposição dos grandes volumes de cargas ferrovias e hidrovias adequadas. Não é qualquer ferrovia e qualquer hidrovia e não é com qualquer legislação ou com uma legislação que dê privilégios às controladoras, às concessionárias das rodovias, e que não permita com que a gente reduza o custo do transporte de cargas. No Mato Grosso, nós temos um exemplo, que deve ser o mesmo exemplo do Mato Grosso do Sul, a Novoeste e a Ferronorte. A conta que a concessionária ferroviária faz, ela praticamente é a mesma conta do custo do transporte rodoviário. Aonde que está a competitividade de uma concessão extraordinária como foi dada para a LL em termos da questão da Novoeste, em termos da Ferronorte? Então nós precisamos ter claro essa questão das regras, dos marcos regulatórios e, também, da autonomia que o Brasil tem que ter, os legisladores têm que ter a respeito dessas questões para, inclusive, aonde não está servindo aos interesses nacionais, que a gente possa rever essas questões, não no prazo de vinte anos, vinte e cinco anos, mas imediatamente, porque evidentemente são gargalos, são entraves que estão impedindo o progresso, o desenvolvimento e estão, principalmente, inibindo algumas regiões de se envolver desenvolver. E aí, Senador Delcídio, nós temos uma questão que é o Plano Nacional de Logística e Transporte. Esse Plano Nacional de Logística e Transporte, ele vem sendo maturado, Senador Marconi Perillo, desde o Brasil em Ação, desde o Avança Brasil, só que os técnicos nunca tiveram uma oportunidade de implementar esse programa, os engenheiros de diversos órgãos, de diversas autarquias, o INI(F) está trabalhando nisso, o SENTRAN(F) está trabalhando nisso e finalmente, agora, o Governo dá a possibilidade para esse plano vir, que é o plano que vai substituir com certeza o Plano Viário Nacional, por um penal que ele não só pensa em termos rodoviários, mas que ele pensa em termos globalizados, e até com recursos, embora tenha servido o alerta do Senador Heráclito Fortes, até com recursos no orçamento. Esse ano, por exemplo, nós temos oito bilhões, eu vou falar em número redondos, nós temos oito bilhões de OGU para o DNIT, oito bilhões de OGU, e mais cerca de três bilhões e meio de RAP, que são os Restos A Pagar, quase doze bilhões de recursos disponíveis e muito pouco disso está contingenciado, e já é uma grande massa de recursos empenhados. Então é o momento certo para nós fazermos as reformas necessárias, para fazermos os planos de gestão necessários para podermos implementar esse belo programa, esse belo programa de infra-estrutura que, com certeza, vai mo-

dicar as características de muitas regiões brasileiras. A questão das PPPs, ela precisa também sofrer um processo de desburocratização. Por que é que deu certo? Nós chamamos até de PPP caipira. Por que é que deu certo no Mato Grosso? Porque foi um processo extremamente simples. Nós tínhamos a vontade política do Governo para a execução da tarefa e nós tínhamos os empreendedores que estavam com o dinheiro no bolso para fazer as inversões. Nós combinamos isso através de uma simplicidade inacreditável.

E os próprios, as próprias diretorias dos consórcios que nós denominamos assim, a própria diretoria das associações dos produtores é que foi gestora dos projetos, e aí nós conseguimos extrema eficiência, obras de qualidade por preços extremamente competitivos. Eu vejo que esse modelo que foi implantado no Mato Grosso, com algumas modificações, também pode ser implantado em muitas regiões brasileiras, e eu tenho certeza que nós podemos implantar inclusive numa parceria com vários Estados brasileiros: o Governo Federal, Governo do Estado e a iniciativa privada participando do processo, num processo muito mais desburocratizado. O que todo mundo quer são obras, o que todo mundo quer são obras. Eu vejo que tem ... eu faço questão de salientar essa questão da gestão pública do DNIT, porque não adianta planos de qualquer tipo, não adianta programas de qualquer tipo, se nós não resolvermos o problema interno no DNIT, o problema da gestão, o problema da operacionalização, o problema da eficiência, o problema da ... desburocratizar o processo. Então a primeira grande tarefa é interna, para fazer com que a gente possa andar a passos largos e dar à economia nacional, à infra-estrutura nacional, dar aquilo que ela espera do DNIT, o trabalho que ela espera do DNIT. E como fazer isso? Vários disseram que sozinho eu não vou para lugar nenhum. Com certeza eu não vou estar sozinho. Indicado pelo Presidente da República, com um partido de peso e sustentação, com a base aliada de peso e sustentação, trabalhando dentro das Comissões da maneira que nós vamos trabalhar, Senador Marconi Perillo, eu vou ser chato, useiro e vezeiro em estar na sua presença, porque nós temos que desburocratizar, destravar todo esse processo. Eu vou ser chato com o Senador José Maranhão, Presidente da Comissão de Orçamento, da Comissão Mista de Orçamento, eu vou ser chato no Tribunal de Contas da União, com o Ministro, com o Presidente, com o Ministro Relator. Este ano, por exemplo, é o Ministro Aguiar, porque eu estou estar assíduo, eu vou estar presente junto com os meus técnicos, engenheiros, para que? Para fazer uma grande parceria. Com o Advogado Geral da União, o Ministro Toffani, com o Aragonês, Procurador Fede-

ral, enfim, com todos os órgãos que interagem com o DNIT, para fazer um grande mutirão, porque sem isso, efetivamente, é difícil se tocar.

E com a determinação da presidência da República e da Casa Civil com certeza nós vamos conseguir, Senador Delcídio, destravar o país. A questão das ferrovias é um capítulo à parte. Eu precisaria de mais tempo para falar sobre isso, mas eu prometo lhe passar um plano detalhado sobre isso. Eu faço questão de lhe passar um plano detalhado sobre as ferrovias nacionais e eu tenho certeza que, com a ajuda dos companheiros do DNIT, que já sabem dos gargalos, dos problemas, e até eu queria dizer para a Senadora Kátia Abreu que o relatório que a Veja passou me parece *ipsis litteris* o relatório que eu recebi de ferrovias do diretor desse departamento lá do DNIT, parece até que foi copiado, inclusive com as virtudes e os defeitos. Sobre a questão levantada pelo Senador Sérgio Guerra sobre a qualidade dos empreendimentos, eu concordo absolutamente com ele, faz muitos anos que o Senador Sérgio Guerra tem batido e debatido esse assunto, tanto em Plenário, chegou a escrever e escreveu uma espécie de uma apostila sobre o assunto colocando reivindicações claras, indicando caminhos, soluções, apresentando a origem do problema e também ... então eu vejo que o Senador que tem conhecimento de causa, que tem clareza sobre o assunto, e com isso, eu tenho certeza e convicção, que ele vai poder nos apoiar e vai poder fazer com que haja a melhor possibilidade para que efetivamente a gente consiga ter as obras de qualidade por preços competitivos que o Brasil precisa. Senador Expedito, sobre as obras lá de Rondônia, não resta a menor dúvida e eu queria deixar, como fundamento, como fundamentação, além das obras 429, 421, tem uma obra que é importante para o Brasil: se a BR-163 é a espinha dorsal brasileira, a 174 é praticamente paralela à 163, a questão de quinhentos quilômetros de distância, e precisa ser implementada, principalmente para os projetos mineiro-siderúrgicos que vão surgir naquela região, principalmente para isso. Então é fundamental que se leve adiante o projeto da BR-174, não só de Vilena até Juína, mas Vilena, Juína, Conisa(F), Machadinho do Oeste e Porto Velho. E agradeço as palavras e também aos conselhos do Senador Heráclito Fortes, com certeza será ... ele já foi Presidente da Comissão de Infra-estrutura e vai ser um dos Senadores a quem eu vou recorrer. Portanto, são as minhas exposições de motivos. Se tiverem algum questionamento, se alguma coisa ficou em aberto, eu fico à disposição para responder pessoalmente aí no menor espaço de tempo possível. Muito obrigado e, mais uma vez, que o espírito santo ilumine a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): – Eu agradeço ao Dr. Luiz Antônio Pagot pelas respostas a todos os que o argüiram. Desejo mais uma vez, como Presidente da Comissão de Serviços de Infra-estrutura do Senado federal, reiterar a preocupação com relação à infra-estrutura do país, a rodoviária, ferroviária, hidroviária, portuária, a questão aérea que tanto nos preocupa. Eu fiz algumas colocações para o Dr. Luiz Pagot, ele acabou não tendo a oportunidade de responder, sobretudo em relação ao estado de conservação das rodovias, mas adianto a ele que, em caso de aprovação neste Plenário, e depois no Plenário do Senado, é intenção minha, como Presidente da Comissão, convidá-lo para uma Audiência Pública que eu pretendo seja longa, para que nós possamos estar discutindo, não só o plano, mas a questão das concessões, a questão das PPPs, e também todas as demais questões que estão relacionadas à sua pasta, inclusive um aspecto que eu considero importante e ele colocou aqui de forma muito precisa, que é a questão das mudanças institucionais que precisam ser realizadas no DNIT para que ele possa ter eficiência e operacionalidade, de modo que com essas palavras e também aqui puxando um pouquinho a sardinha para a nossa brasa, Dr. Pagot, caso V. Ex^a seja aprovado, indicado para o DNIT, pediria a V. Ex^a atenção redobrada à nossa região, à sua região, à minha região, a nossa região centro-oeste. Eu acho que todos os Senadores que estamos aqui, incluindo o Tocantins, podem ser considerados Senadores do centro-oeste. É uma região que responde com muita rapidez e eficiência a todos os estímulos no agronegócio, na produção agrícola e industrial, de modo que eu quero medir atenção especial às nossas rodovias estragadas, inconclusas, e aquelas que precisam ser melhoradas, reabilitadas, duplicadas e etc. Eu peço, portanto, atenção de V. Ex^a, eu acho que não precisa, já conversamos muito sobre isso, mas essa Comissão estará a inteira disposição. Concluo, portanto, o processo de votação, quer dizer, declaro encerrado o processo de votação e apuração, e finda a apuração dos fatos, proclamo o seguinte resultado: o Dr. Luiz Antônio Pagot obteve dezessete votos favoráveis à sua indicação, seis votos contrários, nenhuma abstenção, de um total de vinte e três votantes. Portanto, aprovado aqui nesta Comissão (*aplausos*) o nome do Dr. Luiz Antônio Pagot para a diretoria geral do DNIT. A matéria vai à Secretaria Geral da mesa para as devidas providências. Encerro essa sessão.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, antes de encerrar com essas palavras maravilhosas do senhor, eu gostaria, ainda, se possível, que a nossa Secretaria agora fizesse já o encaminhamento

para vir, como relator, e para V. Ex^a como presidente, para assinar, para encaminhar se possível ainda para a mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): – Eu assino, da minha parte, será assinado ainda hoje, agora, tão logo seja concluído e processado, ele será assinado e encaminhado. Agora, Senador Jayme Campos, eu já ia me esquecendo de responder a V. Ex^a e ao Senador João Ribeiro. O artigo 165 do nosso Regimento Interno diz o seguinte: os pareceres sobre a escolha das autoridades serão incluídos em série no final da Ordem do Dia, de modo que havendo Ordem do Dia, e sendo esse o desejo das lideranças, poderá ser incluído ainda hoje, de modo que, da nossa parte, haverá todas a celeridade. Agradeço a todos pela presença, aos Deputados Federais, a todas as autoridades, ao amigo, o Governador do Mato Grosso, meu ex-colega, Dr. Blairo Maggi, a toda a assistência e convoco outra sessão, em caráter extraordinário, para quinta-feira, no sentido de realizarmos Audiência Pública. Está encerrada a presente sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 17h15.

Ata da 26ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de agosto de 2007, às 10:00 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia vinte e dois de agosto do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da comissão, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e Senhores Senadores **Serys Slhessa-renko, Delcídio Amaral, Fernando Collor, Expedito Júnior, Valdir Raupp, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, João Tenório, Flexa Ribeiro, João Durval, Flavio Arns, Aloízio Mercadante, João Ribeiro, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Neuto de Conto, Geraldo Mesquita, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo.** Presentes, também, os Senadores Eduardo Suplicy e José Agripino. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência comunica que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a presença dos Senhores Nelson Jobim – Ministro de Estado da Defesa; Milton Zuanazzi

– Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e Sérgio Gaudenzi – Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRA-ERO, com a finalidade de debaterem, no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Questões sobre a Infra-Estrutura Aeroportuária no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 44, de 2007-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo, aprovado na reunião do dia 07 de agosto de 2007. Após, a Presidência convida os expositores para tomarem assento à mesa dos trabalhos. Antes de passar a palavra aos convidados, o Senador Marconi Perillo usa da palavra para justificar o requerimento de sua autoria. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Ministro Nelson Jobim para suas considerações iniciais e, posteriormente, aos demais expositores. Fizem uso da palavra, de acordo com a lista de inscrição, para interpelar os convidados os Senadores Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Augusto Botelho e Eduardo Suplicy. O Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, senhor Milton Zuanazzi se compromete enviar para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura cópias das inspeções e diligências realizadas junto às empresas áreas, as quais foram entregues às CPI's da Câmara dos Deputados e do Senado. A Comissão aprova, **extrapauta**, os seguintes Requerimentos: **Item 01 – Requerimento nº 047, de 2007-CI**, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para debater o atual estágio de Construção da Ferrovia Transnordestina, com a presença dos Ministros da Integração Nacional, senhor Geddel Vieira Lima e representantes da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério dos Transportes, da Secretaria Especial dos Portos, da Agência do Desenvolvimento do Nordeste – ADENE e da Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN”. **Item 02 – Requerimento nº 048, de 2007-CI**, de autoria do Senador Gerson Camata, subscrito pelos Senadores Magno Malta e Renato Casagrande, que “requer sejam convidados o Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, senhor Sérgio Maurício Gaudenzi, o Gerente de Empreendimentos do Aeroporto de Vitória, senhor José Roberto Jung Santos, a Secretária Executiva da Casa Civil da Presidência da República, senhora Erenice Guerra, um representante do Tribunal de Contas da União – TCU, com os conhecimentos pertinentes ao processo de auditoria relativo às obras de construção do Aeroporto de Vitória, e o representante das empresas consorciadas na contratação para executar as obras de ampliação do Aeroporto de Vitória, senhor Dalton Avancini, Diretor de Projetos de Trans-

portes da empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., para prestarem esclarecimentos sobre as questões que motivam a paralisação das obras de construção da nova configuração do Aeroporto de Vitória/ES". **Item 03 – Requerimento nº 049, de 2007-CI**, de autoria do senador Flexa Ribeiro, que "requer seja aditado ao Requerimento nº 03, de 2007-CI, o nome do senhor Nelson José Hubner Moreira, Ministro de Estado de Minas e Energia". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dez minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há requerimentos sobre a mesa que passo a lê-los. Requerimento de iniciativa do Senador Inácio Arruda que nos termos do regimento, propõe a realização de audiência sobre o atual estágio da construção da Ferrovia Transnordestina, convidando algumas autoridades. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento de iniciativa dos Srs. Senadores Gerson Camata, Magno Malta e Renato Casagrande, que convoca o Presidente da INFRAERO para discutir a questão do aeroporto de Vitória. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. Aprovado. Requerimento de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro. Requer a presença do Sr. NELSON José Hubner Moreira, Ministro de Minas e Energia, para tratar de assunto de interesse da região, isso em aditamento. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a finalidade de debater no âmbito da Comissão da Infra-Estrutura questões sobre a infra-estrutura aeroportuária no Brasil, em atendimento ao requerimento nº 44, de 2007, de autoria dessa presidência. Convido, com muito prazer, com muita honra, para tomarem assento à mesa os Exmos. Senhores Ministro de Estado da Defesa, Dr. NELSON Jobim; Presidente da INFRAERO, Dr. Sérgio Gaudenzi, e o Diretor da ANAC, Milton Zuanazzi. Bom, prelimi-

narmente, Srs. Senadores, senhores convidados, na abertura devo fazer aqui uma nota técnica dessa presidência relativamente ao convite, não foi convocação, mas um convite às autoridades que aqui se acham no sentido de debatermos um assunto muito importante que, aliás, já foi e tem sido discutido no âmbito dessa Comissão que tem sido protagonista de debates muito importantes no sentido de se discutir a infra-estrutura brasileira e, nesse momento em especial, a infra-estrutura aeroportuária.

Devo esclarecer aos convidados que muitas Comissões estão em curso nesse momento, mas há a confirmação de praticamente todos os Senadores que deverão comparecer a esta audiência. Srs. Senadores, Sr. Ministro, demais autoridades presentes e convidadas. De pronto gostaríamos de parabenizar o Ministro NELSON Jobim pelo desprendimento em atender o nosso convite para discutir, juntamente com as demais autoridades aeroportuárias aqui presentes, Presidente da INFRAERO e Presidente da ANAC, um problema de mais alta relevância para a vida nacional, que traz implicações não só para os usuários de transporte aéreo, mas para a imagem e o comércio do Brasil no exterior.

Desejamos que acima de qualquer interesse político ou partidário, S. Ex^a., o Sr. Ministro, tenha sucesso na missão, porque o Brasil, até o momento, permanece atônito diante da falta de solução para caos aéreo. Todos nós nessa Casa nutrimos admiração por V. Ex^a., Sr. Ministro, que ao longo dos anos tem se destacado como um homem público voltado para os interesses da coletividade, por onde quer que tenha passado, colaborando de forma efetiva para a elaboração da nova Constituição brasileira, como Ministro da Justiça, como Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal e agora como Ministro de Estado da Defesa. Todavia, os fatos que se sucedem em relação à situação do transporte aéreo no Brasil, um após o outro, dia após dia, leva-nos a crer que existe uma falta de comando ou conflito de comando quando se cotejam as ações do Ministério da Defesa no Comando da Aeronáutica e da Agência Nacional de Aviação Civil, que eu espero esteja sendo superado agora após a posse de V. Ex^a.. No que tange à ANAC, V. Ex^a. já disse, por exemplo, que vai apurar e pode abrir processo administrativo contra todo e qualquer envolvido por ter entregue à justiça de São Paulo documento inválido que culminou na liberação da pista de Congonhas. A atitude da ANAC provavelmente beneficiou as companhias aéreas e com certeza é talvez a principal causa do acidente com o Airbus da TAM conforme notícia a imprensa. Isso porque depois dessa recente revelação é de clareza meridiana que o Airbus não poderia operar em Con-

gonhas com o reverso travado e pista molhada. A esse respeito temos certeza de que a responsabilidade civil e criminal precisa ser apurada, até porque como órgão integrante da administração pública, as consequências das atitudes da ANAC recaem sobre o Governo. Essa revelação indigna a sociedade civil e deve resultar em ações pesadas contra o Estado.

Nós gostaríamos é claro de saber como que V. Ex^a. está avaliando essa questão divulgada pela imprensa e quais as medidas e ações que serão efetivamente tomadas por V. Ex^a. e pela ANAC? A esse respeito queremos transcrever ainda um trecho ainda da fala do Sr. William Voss, uma das maiores autoridades mundiais em segurança de aviação, em entrevista concedida à Revista Época diante da seguinte pergunta: “de que maneira os Estados Unidos resolveram a situação de caos no sistema de controle de vôos durante o Governo Reagan?” A resposta de William Voss foi a seguinte: basicamente através de um programa agressivo de contratação e treinamento, mas a lição mais importante apreendida depois daquela crise foi que a Agência Federal de Aviação criou regras muito rígidas de segurança. A partir da crise desenvolveu-se o sistema de camadas, que está sempre rastreando problemas. A greve do Governo Reagan também veio a possibilitar o surgimento da tecnologia capaz de medir a carga de trabalho dos controladores, além de substituir parcialmente as funções desempenhadas por humanos no controle de vôo. Parece-nos claro que o problema nos Estados Unidos foi resolvido com base em cinco ações a saber: programa agressivo de contratação e treinamento; regras rígidas de segurança emitidas pela Agência Federal de Aviação, o equivalente à ANAC; sistema de camadas para o rastreamento de problemas; emprego de tecnologia capaz de medir a carga de trabalho dos controladores; substituição parcial das funções desempenhadas por humanos no controle de vôo. Gostaríamos de saber se há no Brasil plano semelhante do Ministério da Defesa, na ANAC, sobretudo quanto à contratação de controladores e avaliação das condições de trabalho.

De modo que com essa preliminar eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a presença de todos. Nós teremos outras questões que serão postas após as explanações das ilustres autoridades aqui presentes e, nesse momento, passo com prazer a palavra ao Exmo. Sr. Ministro NELSON Jobim para que, no prazo de trinta minutos, que poderá inclusive ser dilatado caso ele necessite, possa fazer aqui a sua exposição. Com a palavra o Exmo. Sr. Ministro da Defesa, Dr. Nelson Jobim, por trinta minutos.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Srs. e Sras. Senadoras. É

com satisfação que compareço a essa Comissão do Senado Federal para tentar fazer uma exposição aos senhores das medidas que estão sendo tomadas neste momento em termos emergenciais para compor o problema da chamada crise área brasileira. A nossa grande dificuldade, o nosso grande problema centrava ou centra ainda em Congonhas. A tendência histórica em relação ao Aeroporto de Congonhas foi transformá-lo progressivamente num centro de distribuição dos vôos nacionais. Grande parte das empresas aéreas concentraram os seus pousos e decolagens em Congonhas no sentido de fazer uma distribuição por escalas e por conexões com os demais aeroportos do país, ou seja, conduzia-se grande parte da população dos usuários do transporte aéreo para Congonhas e de lá se espalhava. Esse fato criou imensa dificuldade. Então eu quero fazer uma exposição aos senhores com uma apresentação, mostrando exatamente o problema que nós temos.

V. Ex^{as}. vejam o seguinte: Congonhas, antes da resolução do CONAC, que começou a trabalhar no sentido de acabar com a sua condição de *hub*, a sua condição de distribuidor, nós tínhamos o seguinte. Os vôos da ponte aérea absorviam 22,98% das atividades de Congonhas. Congonhas/Brasília 9,04%, Congonhas/Confins 6,18%, Congonhas/Curitiba 8%, o que dava a essas três localidades, Brasília, Belo Horizonte e Curitiba, 23,22%, ou seja, um pouco superior à ponte aérea. Congonhas e o Estado de São Paulo, ou seja, o interior do Estado de São Paulo, dava 9,93% e os demais, 43,87%, para outras localidades. Aqui está a demonstração clara da condição de centro de distribuição, já que nós teríamos praticamente 57% distribuídos entre a ponte aérea Brasília/Curitiba/Confins e o Estado de São Paulo e o resto distribuído entre as demais localidades. Vejam que desses 43,87% dos vôos aprovados para outras localidades nós temos que 32% desses vôos destinam-se a doze localizados da região Sul, 37% a dez localidades da região Nordeste, 8% a três localidades da região Norte, 8% a três localidades na região Centro-Oeste e 24% a nove localidades do Sudeste, o que mostra claramente a condição de centro de distribuição de todos os vôos, tanto é que às vezes as pessoas tinham que se deslocar para Congonhas para depois voltar por cima da área de onde teriam vindo para atingir os seus locais.

De acordo com a Resolução do CONAC, a redução de área de vôos em relação à capacidade de controle do tráfego aéreo anteriormente praticada é de cento e cinquenta e um, ou seja, nós tínhamos uma quantidade de vôos em Congonhas e determinamos a redução de Congonhas na condição de *hub*, e com isto nós tivemos uma redução de cento e cinquenta

e um vôos que seriam redistribuídos para Guarulhos durante esse período. A análise foi realizada considerando que os trinta e três *slots*, que V.Ex^{as}. conhecem, *slot* é o período de uma hora do conjunto de vôos e decolagens, ou seja, no período de uma hora nós desconsideramos um *slot* que é exatamente para pouso e decolagem no período de uma hora. Esses trinta e três *slots* seriam particionados em trinta para a aviação geral, ou seja, nós reduzimos os números de *slots* do aeroporto de Congonhas para trinta e três, ou seja, trinta e três pousos e decolagens no período de uma hora, sendo que trinta ficariam para a aviação regular, ou seja, a aviação comercial, e três para a aviação geral, a aviação geral que corresponde aos táxis aéreos e os jatinhos privados, ou seja, lá em Congonhas nós estávamos com seis *slots* para a aviação geral e chegamos a ter quarenta e oito *slots* para a aviação regular. Nós reduziríamos isto para trinta *slots* para a aviação regular e três *slots* para a aviação geral. Com a limitação dos vôos ainda não se sabe quantos *slots* serão utilizados pelas empresas aéreas. Ainda estamos discutindo a composição da malha área, as empresas estão discutindo com a ANAC e inclusive com a INFRAERO para a Constituição da nova malha área. Com isso nós vamos ter uma reestruturação da distribuição desses *slots* internamente. A capacidade até 17 de julho era de setecentos e doze. Aí nós passamos, com a capacidade autorizada, reduzimos para quinhentos e sessenta e um vôos, o que importa na redistribuição de cento e cinquenta e um vôos. Vejam a quantidade de vôos que nós tínhamos esse período, de setecentos e dezoito, reduzimos agora para quinhentos e sessenta e um e nós teríamos então a redistribuição de cento e cinquenta e um vôos. Aqui estabelece então o destino. O CONAC determinou que o Aeroporto de Congonhas fosse não mais um aeroporto de distribuição de vôos, mas um aeroporto ponto a ponto. Isso significa que os vôos não serão vôos de conexão, serão vôos que começam em Congonhas e terminam em determinados aeroportos num período, num espaço de duas horas, o que representa o seguinte: Congonhas passa a se comunicar exclusivamente com Confins, Brasília, Campo Grande, interior de São Paulo, Foz do Iguaçu, Florianópolis, Porto Alegre, Curitiba, Santos Dumont, Vitória e Galeão, ou seja, não tem mais condição de ser um *hub* para todo o país. Exclusivamente se comunicará com os aeroportos que estão na sua proximidade de um vôo de duas horas. Isto representa uma redução da quantidade de passageiros em Congonhas.

Vejam que hoje, temos a redução estimada de passageiros que é de um diário de onze mil quatrocentos e quarenta e dois, uma redução mensal de trezentos e quarenta e três duzentos e cinquenta e

uma redução anual de quatro milhões cento e setenta e seis mil duzentos e três passageiros, que eram exatamente os passageiros que usaríamos ou usavam Congonhas como *hub* nacional. Essa redução vai se dar nas médias, vejam bem, a redução estimada de passageiros baseada nas médias de passageiros por aeronave de janeiro a maio de 2007, o que representava essa redução anual do fluxo de passageiros, o que mostra que esta redução evidente que começa a conduzir Congonhas para a sua destinação natural, qual seja, um aeroporto que tem processo de ligação com os aeroportos de duas horas e não mais um grande aeroporto de trânsito de praticamente todo o país. Vejam a capacidade calculada de operações por hora. Congonhas passará a ter uma capacidade de operação por hora de trinta e três. Guarulhos tem uma capacidade autorizada, uma capacidade de cinquenta e quatro vôos por hora, ou seja, cinquenta e quatro *slots*.

Já Guarulhos, eu estou considerando em Guarulhos as duas pistas, Guarulhos operando com uma pista só, que é o caso que nós vamos ver a seguir, ele tem uma capacidade de trinta e três *slots*, ou seja, fica na mesma capacidade de Congonhas. Campinas trinta e cinco, São José dos Campos trinta e um, Galeão cinquenta e quatro, Santos Dumont trinta e sete, Confins trinta e cinco, Brasília cinquenta e seis, Curitiba quarenta e dois e Porto Alegre trinta e um. Vejam que a capacidade de Congonhas fica limitada a quinhentos e sessenta e um. A capacidade de Guarulhos é mil duzentos e noventa e seis e ele tem uma disponibilidade de seiscentos e oitenta e três, que estava em desuso, porque a capacidade nominal dele é exatamente essa de mil duzentos e noventa e seis e nós tínhamos disponibilidade em Guarulhos de seiscentos e oitenta e três. Agora Guarulhos, com uma pista, tem uma capacidade de setecentos e noventa e dois e a disponibilidade é cinquenta e nove vôos. Campinas de oitocentos e quarenta com uma capacidade total de oitocentos e quarenta, estava disponível em Campinas setecentos e sessenta e três, ou seja, praticamente sem uso o Aeroporto de Campinas, com essa diferença que os Senhores verificam aí que não chega a cem. São José dos Campos tem em setecentos e quarenta e quatro a sua capacidade, mas disponível setecentos e vinte e sete. São José dos Campos tem uma característica, é onde está situada a empresa EMBRAER e ele é utilizado também para a chegada dos vôos relativos à EMBRAER e também dos vôos do CTA, ou seja, do Centro Tecnológico da Aeronáutica. Galeão tem uma capacidade de mil duzentos e noventa e seis e a sua capacidade disponível é de oitocentos e cinquenta e sete, o que mostra a sobra digamos de falta de operação no Aeroporto de Galeão. Santos Dumont oitocen-

tos e oitenta e oito, seiscentos e cinqüenta e seis é a disponibilidade de Santos Dumont. Confins tem uma disponibilidade de seiscentos e noventa e seis para uma capacidade de oitocentos e quarenta, o que mostra a subutilização de Confins. Brasília tem uma capacidade de mil trezentos e quarenta e quatro e uma utilização disponível de novecentos e quinze. Curitiba é de mil e oito a sua capacidade, com uma disponibilidade de setecentos e quarenta e seis. E Porto Alegre, setecentos e quarenta e quatro de capacidade, com uma disponibilidade de quinhentos e quarenta e oito.

Bem, então vejam o cenário em 13 de agosto em relação aos terminais de São Paulo. Vejam: baixa temporada é agosto a novembro. Pista de Guarulhos, com a parte central necessitando de obras por questões de segurança, ou seja, nós temos que fazer uma obra na pista principal de Guarulhos e precisa ser feito principalmente na parte central. INFRAERO em condições de iniciar a obra de imediato. Isto era 13 de agosto. Congonhas operando com trinta e três movimentos em razão da utilização da pista principal somente quando seca. Observem que está sendo realizado em Congonhas as obras do *grooving* e o CENIPA determinou a não utilização dessa pista principal, enquanto não se encerrar as obras do *grooving*, quando estiver com chuva não se pode utilizar a pista principal, que é exatamente a pista 3517. Pois bem. Esse trabalho está sendo realizado e nós aumentamos, vejam, os trabalhos de ranhura do *grooving* estão realizados entre vinte e três horas e seis horas da manhã, que é o período que Congonhas não pode ser operacionalizado tendo em vista o ambiente urbano em que ele está situado. Guarulhos operando com quarenta e três movimentos/hora nos horários de pico em razão da utilização de duas pistas e capacidade de parte apontada pela INFRAERO. Então nós teríamos isso daqui, dessa capacidade. Destaca-se a possibilidade de aumento da capacidade do pátio de imediato. Nós temos um problema também de pátio em Guarulhos, ou seja, para o estacionamento das aeronaves. Campinas. Agora vejam Campinas, que é Viracopos. Operando alguém de sua capacidade de operacionalidade que comporta mil passageiros/hora, uma vez que nas mesmas horas de pico opera Campinas com quatrocentos passageiros/hora. Congonhas.

Os trabalhos de ranhura podem aumentar em mais três horas diárias e sem afetar a operacionalidade do aeroporto, não havendo necessidade de transferir qualquer voo. A INFRAERO vem realizando este trabalho durante sete horas, das vinte e três às seis horas. O término dos serviços de ranhura da pista principal de Congonhas, sem agregar três horas, se nós continuássemos no ritmo que nos encontramos, ter-

minaríamos as obras em 25 de setembro. Aumentando em três horas de trabalho a partir de 15 de agosto, ou seja, já iniciamos este aumento, vamos terminar, a previsão é encerrar as obras no dia 06 de setembro, ou seja, reduzimos de 24 de setembro para 06 de setembro para viabilizar a liberação total da pista principal de Congonhas. O período de agosto a novembro é o mais favorável para interdição da pista em virtude das condições meteorológicas da baixa temporada. Nós temos um problema em Guarulhos, que a partir de novembro começa o período de chuvas e começa o período de alta, de pico do aeroporto de Guarulhos. Então aí nós teremos necessidade de operar com as duas pistas. Então o período de agosto a novembro é o período mais favorável para a gente interditar a pista principal de Guarulhos porque nós teríamos que operar em Guarulhos com uma pista só durante esse período de agosto a novembro. Interditando a pista 9-L, que é a pista principal, para a realização de obras, o aeroporto operará apenas com a pista 9-R, ou seja, nós vamos operar com essa pista 9-R. A operação com uma pista reduzirá a capacidade operacional do aeroporto em dez movimentos/hora na hora de pico, passando de quarenta e três para trinta e três.

Isso implicará em redistribuir os movimentos diários existentes ao longo das vinte e quatro horas para os horários que não excedam a trinta e três movimentos. Vejam que nós interrompemos a pista principal, tínhamos um trabalho de quarenta e três voos/hora, temos que reduzir para trinta e três, esses dez são redistribuídos no período de vinte e quatro horas. Isto já ocorreu porque as obras, já interditamos a pista, essas obras iniciaram no dia 20 e, portanto, até agora, até nestes dias, não tivemos nenhuma dificuldade com relação à operação nessa pista. Adequação dos trinta e três movimentos não alterará as OTRANS(F), ou seja, os horários dos voos internacionais, ou seja, os voos internacionais são respeitados, não entram nessa redivisão, e a interdição imediata que nós já fizemos da pista principal para o início das obras nos mil e quatrocentos metros centrais não implicará em remanejamento de voos para as outras localidades, basta o remanejamento nos horários do próprio aeroporto de Guarulhos. Mil e quatrocentos metros, a parte central está sendo trabalhada. Ora, interditada, precisando de alguns trabalhos na parte central, evidentemente que toda a pista está interditada, já isto começou no dia 20. Viracopos está apto para receber voos decorrentes da necessidade de alternar assim como opção para adequação da malha a critério das empresas. Viracopos não tem problema de operação. Há necessidade de providenciar um aumento numa expansão da área do *check-in* que ficou, digamos, estreita, ele tem cumpri-

mento, mas não tem largura, não tem profundidade. A profundidade na área dos *check-in* em Viracopos está apertada pela existência de algumas lojas das empresas no lado oposto do *check-in*, o que se determinou a remoção para ampliar o espectro do *check-in*. Agora vejam. 15 de agosto iniciou, ampliamos em três horas os trabalhos das ranhuras da pista de Congonhas. No dia 20 de agosto passado, paralisou-se a pista principal de Guarulhos com o início das obras na parte central, de mil e quatrocentos metros.

Em 06 de setembro, aqui está o cronograma, o término das obras da pista principal de Congonhas e liberação para o uso, ou seja, o *grooving* estará pronto, as ranhuras estarão prontas no dia 06 de setembro com o aumento de três horas diárias no trabalho da realização deste *grooving*. Em 10 de outubro terminará a obra da parte central da pista principal de Guarulhos. Nós estaremos com a pista, a parte central terminada, em 10 de outubro. Em 11 de outubro nós vamos interditar os primeiros mil e setecentos metros da Pista 9 de Guarulhos para as obras de mil e trezentos metros, ou seja, da interdição de mil e setecentos, mas aqui você tem a zona de escape, as obras serão realizadas dentro dos mil e setecentos, vão se realizar dentro de mil e trezentos metros e vamos liberar para uso dois mil metros a partir da cabeceira oposta. Como nós estaremos com a obra pronta, a obra central pronta de mil e quatrocentos, nós vamos liberar a cabeceira oposta às obras de mil e trezentos metros e aí passa Guarulhos a operar, a partir de 11 de outubro, 12 de outubro, com duas pistas, ou seja, a pista auxiliar e a pista principal operará com dois mil metros. Em 30 de outubro nós liberaremos, porque aí esta obra dos mil e trezentos metros deverá terminar no dia 29 de novembro, e em 30 de novembro nós vamos liberar os três mil e setecentos metros para uso, ou seja, estaremos com a parte central pronta e a extremidade da pista 09-L, a parte leste, SL, nós estaremos com ela pronta. Nós teremos, portanto, ao fim, toda a pista liberada. Por quê? Porque tem uma das cabeceiras em que a situação suporta perfeitamente operações até nós providenciarmos a reforma, no conserto desse terceiro seguimento da pista. Vejam que em abril de 2008 é que nós vamos interditar os mil e quatrocentos metros restantes, ou seja, o terceiro seguimento da pista, vamos interditar em abril de 1988 para terminarmos esta obra em julho de 2008 e aí nós vamos ter a liberação total dos três mil e setecentos metros de Guarulhos, ou seja, dito de outra forma e sintetizando, nós faremos primeiro a reforma dos mil e quatrocentos centrais, pista totalmente interditada. Após iniciarmos as obras no primeiro seguimento para reformarmos mil e trezentos metros e liberaremos os mil e quatro-

centos já prontos, mais a outra extremidade, o outro seguimento não reformado. Terminaremos a obra em novembro, deste primeiro seguimento, e aí vamos liberar toda a pista, os três mil e setecentos metros até abril, porque aí pega o período de chuvas. Aí em abril retomamos o trabalho no terceiro seguimento de mil e quatrocentos metros e aí nós teremos toda a pista liberada, integral e pronta com três mil e setecentos metros em junho de 2008.

Agora vejam a disponibilidade de horários de Campinas. O movimento atual de Campinas, considerando hora a hora, dá setenta e três vôos/hora e nós temos uma capacidade de oitocentos e quarenta, portanto, temos disponível setecentos e sessenta metros. Observem bem que o único problema que poderá haver e temos que ter atenção, é que quando tivermos interditada a totalidade da pista, ou seja, para reforma do seguimento central, lembrem-se que o Aeroporto de Congonhas, a sua pista, só ficará liberada, para efeitos de uso integral da pista principal de Congonhas, em 06 de setembro. Quando há chuvas, antes de 06 de setembro, havendo chuvas fica interditada a pista principal, e aí talvez, havendo chuvas, nós teremos que remanejar alguns vôos da pista de Congonhas para Guarulhos, considerando a interdição da pista por chuvas. A liberação da pista total só se dará a partir de 06 de setembro quando terminarmos as ranhuras, e aí temos disponibilidade inclusive de Viracopos atender a esse problema. O Galeão tem um movimento atual de quatrocentos e trinta e oito vôos, tem uma capacidade de mil trezentos e noventa e seis e uma disponibilidade de oitocentos e cinqüenta e sete vôos subutilizados. Confins tem um movimento atual de cento e quarenta e quatro, uma capacidade de oitocentos e quarenta e uma disponibilidade de seiscentos e noventa e seis vôos. Brasília tem trezentos e noventa e seis de movimento atual, capacidade de mil quinhentos e quarenta e quatro, com uma disponibilidade de novecentos e quinze. Curitiba tem duzentos e cinqüenta e nove de utilização atual, capacidade de mil e oito, disponibilidade de setecentos e quarenta e nove.

Observem bem que está tudo subutilizado. O que estava sobreutilizado era Congonhas. E aqui vem o redesenho, o redesenho a partir só de Congonhas, eu estou me referindo à perspectiva de Congonhas. Vejam bem. Congonhas vai se comunicar, ou seja, nós desconcentramos os *hubs*. Nós teremos Brasília como um ponto de distribuição para a região Norte e para a região Centro-Oeste. Confins como um ponto de distribuição para a região Nordeste. O Galeão como um ponto de distribuição para a região Nordeste, para a América do Norte, Europa e América do Sul. Santos Dumont continua sendo ponte aérea, exclusivamente

ponte aérea. Curitiba como um ponto de distribuição para a região Sul. E o interior de São Paulo é que se comunicará com Congonhas e se permitirá escalas do voo regional do interior de São Paulo para Congonhas, mas, no entanto, o interior de São Paulo passará a se comunicar diretamente com a região Centro-Oeste e com a região Sul. O que significa o seguinte: alguém quer vir à Brasília da região Sul. Terá voo direto Porto Alegre/Brasília. Para ele ir à Brasília e vir a Congonhas, ele vai ter problemas porque não terá vôos de conexão, nem de escala, via Congonhas, porque se nós permitirmos que as empresas façam saindo de Curitiba e indo a Congonhas e depois de uma hora colocar o mesmo passageiro para Brasília, é a reconstituição do *hub* novamente. E é exatamente o que as empresas estão pretendendo e que não será aceito porque não há como se fazer, se pretender a recompor Congonhas como *hub*. Eu quero lembrar que a recomposição de Congonhas como *hub*, aqueles que utilizaram na década de 80, 90, coincidiu com o crescimento da TAM. Foi exatamente a TAM e depois a quebra da Varig que acabou levando Congonhas para essa qualidade. Guarulhos, vejam a situação de Guarulhos. Guarulhos se comunica com a região Nordeste, com a região Sul, com a Europa, com a América do Norte, com a região Centro-Oeste, com a região Norte, com o Galeão, e com o Galeão se faz a mesma conexão com a América do Sul, Europa e América do Norte, ou seja, é possível de Guarulhos você acessar qualquer aeroporto do Brasil, considerando o ponto Guarulhos como um ponto que você leva adiante essa situação desconstituindo Congonhas. Campinas, Confins, Galeão, Curitiba, Brasília, ou seja, o sujeito pode, se quiser fazer escala, por qualquer razão vindo da região Sul, de Curitiba, ao invés de fazer escala em Congonhas, que era o que se fazia, poderá fazer escala em Campinas, se o voo for de escala, e de Campinas vai à Brasília, ou faz direto de Curitiba à Brasília e de Brasília para a região Norte, e ainda não exclui a possibilidade da existência de um voo direto, dependendo das condições de demanda, de um voo direto da região Sul para a região Nordeste diretamente, ou seja, para Recife, Fortaleza, etc.

E aqui vão as minhas conclusões. Congonhas opera atualmente com trinta e três movimentos/hora, a redução de quarenta e três vôos para trinta e três no aeroporto de Guarulhos não altera o roteiro dos vôos internacionais e nem transfere os vôos para outro aeroporto. O Aeroporto de Viracopos está apto a receber os vôos decorrentes da necessidade de alternar, assim como opção para adequação da malha. A ampliação de três horas no trabalho de ranhura nos viabilizou o término da obra em 06 de setembro. A paralisação da pista principal de Guarulhos, a partir de

20 de agosto, com o início das obras na parte central, atende ao princípio da segurança e da oportunidade – baixa temporada – e do atendimento adequado ao passageiro. Libera o uso total da pista no início da alta temporada. Então nós afirmamos o princípio da segurança como regra básica e da oportunidade, ou seja, faremos um período em que a paralisação não prejudicará o conforto do passageiro. A pista principal de Guarulhos ficará interditada durante sessenta dias e será liberada para uso parcial em 10 de outubro, que é aquele período em que se usará o seguimento principal central e o seguimento não reformado, para a reforma, iniciar a reforma do primeiro seguimento. Os primeiros mil e setecentos metros da pista 9-L será interditado para as obras de mil e trezentos a partir de 11 de outubro de 2007. A pista principal de Guarulhos será utilizada parcialmente durante cinquenta dias e liberada ao uso desses três mil e setecentos em 30 de novembro, o que determina e mostra claramente que nós temos liberação.

Agora veja bem. É necessário que o desenho da nova malha seja desenvolvido em conjunto com as empresas de forma a garantir que a demanda seja atendida pela capacidade do sistema. Ocorre o seguinte. Nós temos um sistema de infra-estrutura aeroportuária. Esse sistema de infra-estrutura aeroportuária que está sendo objeto e será objeto de atualização, nós temos definido para o PAC, ou seja, uma série de investimentos, no total por hora de três bilhões num período que abrangerá 2007/2010. A pretensão nossa, e já estamos aumentando esses investimentos, acertando com a Casa Civil, na região Norte nós vamos investir noventa e cinco milhões, que poderá ser utilizado para ampliação da capacidade para trezentos mil passageiros/ano no aeroporto de Boa Vista, e também Macapá, com ampliação da capacidade para setecentos mil passageiros/ano nesses dois aeroportos na região Norte. Na região Nordeste, Parnaíba, ampliação e reforço da pista. Em Fortaleza construção do terminal de cargas e da torre de controle [*soa a campainha*]. Em Natal construção do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Em João Pessoa a ampliação da capacidade para oitocentos e sessenta mil por ano. Em Recife a construção de quatro pontos de embarque. E Salvador, readequação do acesso ao aeroporto. Salvador não tem problema no aeroporto. O problema de Salvador é o acesso ao aeroporto com aquele problema de trânsito, e têm vários acidentes de trânsito que se dão exatamente no problema do contorno, quando você sai do aeroporto você tem o problema do retorno.

Então nós estamos fazendo a readequação do acesso ao aeroporto, que se destinarão ao total para esse conjunto cento e cinquenta e um milhões de re-

ais. Na região Sudeste nós vamos ter em Confins a ampliação, está previsto no PAC, ampliação do estacionamento de veículos para setecentas vagas. Confins tem capacidade de operação, mas não tem parque, não tem estacionamento de veículos capaz de suportar o aumento de demanda que se concentrará em Confins. Com isso, aumentaremos para setecentas vagas. Isso tudo é uma previsão para 2007/2010. Em São Paulo, Guarulhos a ampliação da capacidade para doze milhões de passageiros/ano e estamos estudando também a necessidade da criação, da construção da terceira pista de Guarulhos tendo em vista a demanda futura. Implantação, adequação e ampliação e revitalização do sistema de pátios e pistas, o que já está sendo feito. No Rio de Janeiro a ampliação da capacidade para 8,5 milhões de passageiros/ano no Santos Dumont, e ainda em Congonhas, em São Paulo, São Paulo, a segunda etapa de reforma que eu me referi. Nós teremos ainda no Tom Jobim, no Rio de Janeiro, a recuperação e revitalização do sistema de pistas e terminal de cargas, e ainda em Vitória a ampliação da capacidade para 2,1 milhão de passageiros e a construção de um novo terminal de cargas, o que nos dá um investimento de 1,8 bilhões na região Sudeste. Na região Sul, em Curitiba a ampliação da pista de pouso e ampliação do terminal de cargas para cinco mil metros quadrados. Em Florianópolis a ampliação da capacidade para 2,7 milhões de passageiros/ano. E Porto Alegre, ampliação do novo complexo logístico do aeroporto e ainda a ampliação da pista de pouso e decolagem. Na região Centro-Oeste, em Cuiabá, complementação de reforma do terminal de aparelho, e em Goiânia a ampliação da capacidade para 2,1 milhão de passageiros/ano, e, ainda, Brasília, a ampliação para a capacidade para onze milhões de passageiros/ano. Todos esses trabalhos já estão sendo iniciados, estão sendo monitorados, vi as reuniões que se fazem na Casa Civil para a verificação do PAC. Agora vejam bem. O problema todo que nós temos em relação ... feita esta visão mais técnica do problema, nós temos que lembrar o seguinte. A regra do jogo estabelecido pelo CONAC é a seguinte: segurança em primeiro lugar. Nós estávamos estreitando as margens de segurança considerando as concentrações de vôos em Congonhas e considerando a perspectiva de competitividade das empresas. O que nós temos é o seguinte: definir-se-á, e já estamos definindo, a capacidade operacional da infra-estrutura área portuária. Definido isto, as empresas propõem a sua malha área, mas nunca sobreutilizando espaços em detrimento da segurança. A regra que nós queremos estabelecer, desde o início, foram três princípios básicos, mas sendo um dele o principal: segurança, regularidade e pontualidade.

Vamos eventualmente submeter à apreciação do Congresso Nacional alterações pontuais por ora, por ora, do Código Aéreo Brasileiro, do que regulamenta todas essas disposições, para exatamente estabelecer um tipo de penalização das empresas na perspectiva da pontualidade. Hoje, por exemplo, nós temos a obrigação das empresas, enquanto aos passageiros, são de atrasos de quatro horas, tanto internacionais como nacionais. Por que não se pode pensar em se manter quatro horas para o início das obrigações das empresas em relação aos seus usuários para os vôos internacionais e reduzir esse período para duas horas, supomos, as obrigações nascidas pelos atrasos que se realizem ou se realizam em decorrência dessa circunstância? Observem bem. Um dos Senhores resolve tomar um vôo em Congonhas hoje, antes dessas mudanças. Vamos supor que este vôo vá à Brasília. Vamos admitir que embarcarão em São Paulo. 60% da ocupação do vôo vai para Brasília, vai embarcar em São Paulo. 40% desta destinação de Brasília vêm de Porto Alegre. Alguém que compra uma passagem para Brasília, ele compra uma passagem Congonhas/Brasília, ele não está comprando uma passagem de um vôo que vem de Porto Alegre. Se há problemas de atrasos, o que vai acontecer? Um problema qualquer de atraso em Porto Alegre, a empresa vai verificar qual é a sua conveniência em termos de custos. Nada mais. Em termos de custos.

Então se é mais caro providenciar o embarque dos 60% dos passageiros que estão esperando em São Paulo do que esperar, fazer com que eles esperem a chegada do vôo de Porto Alegre. Evidentemente de que isso é um cálculo econômico, e como o cálculo econômico privilegiava, nessa priviligia, por quê? Porque as consequências do descumprimento do horário, por obra da própria empresa, determinava o quê? Determinava um cálculo econômico e acabava o usuário sofrendo as circunstâncias. Nós temos que inverter a regra, ou seja, as empresas servem os usuários e não os usuários as empresas. Através de que forma? De apenamentos, de fiscalizações eficazes que possam determinar. Vejam bem. Nós temos três coisas que eu acabei de dizer. Segurança. Na perspectiva da segurança nós temos dois subconjuntos dentro do conjunto segurança. Um conjunto que diz respeito praticamente ao Poder Público, que corresponde à infra-estrutura aeroportuária, ou seja, as pistas e aeroportos... eu quero lembrar a vocês, aos Senhores todos, que os aeroportos brasileiros, os terminais de aeroportos brasileiros se transformaram praticamente em Shopping Centers, não é verdade? Agora vamos pensar um pouquinho sobre a lógica disso. Shopping Center precisa de pessoas que compreem, concordam? Se

isso é verdade o atraso é da lógica do sistema, porque quanto mais atrasar o voo, mais as pessoas ficam no Shopping e mais consomem. Ou não é isso? Não é da lógica do sistema que haja pontualidade, porque havendo pontualidade, o nosso Senador, ex-Governador Azeredo, como bem mineiro, vai começar a chegar na hora, porque bom mineiro chega uma hora antes para pegar o trem. O que vai acontecer? Se você tem um horário de pontualidade, as pessoas vão chegar, fazem o *check-in* e embarcam logo.

E aí como que fica o Shopping Center? Então se o Shopping Center existe, a lógica do Shopping Center é ter pessoas e para ter pessoas precisam atrasar, ou seja, há uma espécie de concessão ou uma espécie de coalizão entre o atraso e a estrutura do terminal. Faz sentido essa expressão? Eu creio que faça sentido, porque se não o Dr. Eduardo Azeredo vai entrar correndo no voo e não vai comprar o jornal e nem vai comer o pão-de-queijo? Ah, não compra [risos]. Bom, desculpe, mas o exemplo estava equivocado. Talvez, então, o Senador Eliseu Resende [risos]. Bom, nós temos de um lado, portanto, para encerrar, nós temos de um lado a segurança, que é responsabilidade de quem? É responsabilidade, no setor aeroportuário, do Estado, ou seja, da INFRAERO. No caso específico a segurança começa pela pista. Primeiro segurança, depois conforto. Se para ter segurança há que reduzir as condições de conforto, que se reduzam as condições de conforto e se aumente a segurança. Por outro lado, de segurança também, se trata do tráfego aéreo, ou seja, basicamente foi referido aqui na introdução pelo Sr. Presidente, a questão dos controladores. Nós estamos numa operação importante de melhoria das condições de oferta de controladores. Vejam: nós temos dois mil setecentos e quarenta e quatro controladores, sendo dois mil e duzentos militares, noventa e quatro civis do Grupo DACTA e quatrocentos e cinquenta e quatro civis da INFRAERO, o que nós dá dois mil setecentos e setenta e quatro. Em formação, para o ano de 2007, nós temos um total de trezentos e noventa e nove controladores em formação, duzentos e noventa e nove militares, sessenta do Grupo DACTA civis e mais quarenta da INFRAERO que estão sendo instruídos no Centro Aeroespacial da aeronáutica em São José dos Campos, junto àquele complexo importante de tecnologia do país, que é o CTA. E, para 2008, ainda teremos para trezentos e dezenove a serem formados, ou seja, nós estamos estabelecendo uma renovação dos quadros dos controladores de uma forma complexa. Eu não examinei e não vou discutir nesse momento, que não é o momento de discutir, certas regras. Alguém quer me submeter, por exemplo, à discussão teórica e abstrata de que se é conveniente

ou não que os controladores sejam civis e militares, porque os militares não têm condições de fiscalizar o civil. Isto é uma discussão que eu não entro. Eu quero saber se funciona o sistema. Com militar ou com civil o problema é exigir, meu caro Presidente, que funcione, e volto a repetir algo que eu disse na outra sessão na CPI do Senado.

O que interessa é o princípio de Deng Xiaoping: “não importa a cor do gato, se é preto ou branco, importa se ele come o rato”, e é isso que nos interessa. Se o sistema não funciona, altera-se o sistema. Agora não se altera o sistema a partir de pressupostos teóricos e meramente acadêmicos, ou seja, nós temos condições de dar tranquilidade, de dar perspectiva dos controladores, temos condições portanto de assegurar o tráfego aéreo, temos condições de maximizar a segurança na infra-estrutura aérea, e agora resta um outro ponto, dar segurança que diz diretamente às empresas, manutenção dos seus aparelhos, ou seja, dos aviões, ou seja, a manutenção dos aviões que, por sua vez, tem uma obrigação que vem da ANAC, que é a fiscalização dessa manutenção, tem uma inserção estatal que diz respeito à fiscalização, mas a medida direta é dois pontos no que diz respeito à segurança: um diz respeito à manutenção dos aviões e a existência para conseguir manter a regularidade e a pontualidade de redundâncias, e, em segundo lugar, fundamentalmente, o problema das tripulações. Nós vamos fazer um levantamento agudo para ver se as empresas estão respeitando a legislação trabalhista relativa às tripulações, e esta legislação não é só uma legislação trabalhista no sentido de atribuir vantagens às tripulações, é exatamente assegurar que quando estiver em operação o nível de stress seja baixo. Na medida em que a tripulação, a linguagem que no jargão aeronáutico, no jargão da aviação civil chama-se regulamentado.

Regulamentado significa que ele já esgotou o seu tempo de trabalho. “Estou regulamentado” significa que eu não posso mais prestar serviços pela legislação, mas nós temos notícias de que algumas empresas fazem convite às tripulações para que aumente as suas horas de trabalho para colaborar com a empresa, o que isso nos dá uma abertura de um nível de stress maior em relação a isso, ou seja, vamos fiscalizar, portanto, a manutenção das aeronaves e, de outro lado também, o respeito às regulamentações de hora de trabalho e de jornada de trabalho das tripulações. Nós temos notícias claras, notícias que esse levantamos nos dará, do esgarçamento que se fez da frota aérea de cada empresa no sentido do uso sempre maior. Qual era a lógica? A lógica era a lógica do pinga-pinga. Porto Alegre, Curitiba, Congonhas, e aí

você ia estabelecendo uma possibilidade de lotar um avião com capacidade lá de trezentos ou duzentos passageiros. E é por isso que é importante o ato de ontem que uma empresa nacional acabou encomendando aviões da EMBRAER. Observem que no Brasil era o único país do mundo que não comprava avião da EMBRAER, salvo alguns que foram adquiridos pela Força Aérea no sentido do controle do tráfego e da fiscalização do Projeto CIVAM. O resto não se comprava. Qual era a lógica? A lógica era ter aviões grandes que precisavam estar lotados, mas para ficar lotados, como não tinha demandas pontuais na lotação, você tinha a regra do pinga-pinga, ou seja, você ia lotando, mantendo a lotação do avião no sentido de estacionar em vários aeroportos. No momento em que pudermos ter uma aviação regional com vôos, com a capacidade de cem passageiros, cento e dezoito passageiros, nós teremos condições de não ter esta lógica do grande número de aviões. E eu quero lembrar que o número de passageiros aumentou desproporcionalmente ao número de aeronaves, o que mostra que a lógica era a lógica da lotação, afora aquela questão que já está se tornando brincadeira, que diz respeito ao espaço vital. O espaço vital em que o mais exemplificar de todos em relação a essas demandas de espaço vital não sou eu, mas sim o Senador Heráclito Fortes, nós temos que o espaço vital, ou seja, o espaço entre os assentos, são absolutamente impossíveis, tanto é que não é por motivo de comodidade só, é por motivo de segurança. Os Senhores já tentaram se colocar naquela posição em que aquele folheto que se encontra nas costas do assento da frente determina que os Senhores botem a cabeça entre os joelhos? Já tentaram fazer isso com o espaço existente? Dr. Heráclito, já fez isso?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Não consigo [risos].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Por razões diversas, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Diversas [risos].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Então vejam os Senhores --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quando o da frente abaixa a mesinha, nem pensar.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: -- Nem pensar. Então essas coisas todas nós temos que rever, lembrando que as empresas, não só as empresas como também toda a infra-estrutura estatal existente, devem servir aos usuários dando-lhe segurança, pontualidade, regularidade e conforto, e aí nós temos que trabalhar dentro desse universo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, o processo de arguição, de perguntas, de questionamentos, deverá ocorrer após as exposições do Sr. Presidente da INFRAERO e do Presidente da ANAC. De qualquer maneira, Sr. Ministro, essa presidência considera que a exposição de V. Ex^a. é muito esclarecedora e já aponta uma série de providências consistentes em curto, médio e longo prazo. Eu estou convencido, e creio que essa Comissão também, de que V. Ex^a. efetivamente está com a autoridade, que lhe é própria, buscando soluções adequadas, apropriadas, resolutas para um problema que incomoda tanto a sociedade brasileira. Antes de passar a palavra ao Presidente da INFRAERO, Dr. Sérgio Gaudenzi, eu gostaria, em nome da Comissão, de fazer também aqui algumas considerações. A ANAC apresentou à CPI do Apagão Aéreo uma versão preliminar de estudo sobre a capacidade da infra-estrutura aeroportuária brasileira. O quadro delineado nesse documento é preocupante, Sr. Presidente.

Entre os vinte e oito principais aeroportos do país quatro já se encontram saturados já em 2005: Congonhas, Brasília, Vitória e Porto Seguro. Naquele ano Congonhas recebeu mais de dezessete milhões de passageiros, mas tem capacidade apenas para doze milhões. Brasília recebeu cerca de nove milhões para uma capacidade de 7,4 milhões. Vitória teve uma movimentação de mais de um milhão e meio para uma capacidade de quinhentos e sessenta mil. Porto Seguro teve uma movimentação de setecentos e cinco mil passageiros para uma capacidade de apenas quatrocentos e cinquenta mil. A Agência prevê que o número de aeroportos congestionados chegue a onze em 2010, vinte e três em 2015, vinte e sete em 2025. É claro que o Ministro Jobim já elencou aqui uma série de providências. Para corrigir esse quadro calcula-se ser necessário um volume de recursos da ordem de 7,3 bilhões até 2010, enquanto a arrecadação das tarifas aeroportuárias e do adicional tarifário é estimado em cerca de três bilhões, no que resulta um déficit aproximado de cerca de 4,2 bilhões. Segundo o documento há um claro e preocupante descompasso entre o crescimento da demanda por transporte aéreo.

A INFRAERO informa que o número de passageiros transportados aumenta em média de 20% ao ano, e os investimentos realizados para fazer frente aos desafios e às demandas de um setor altamente dinâmico, evidenciando a necessidade imperativa do desenvolvimento de um plano de investimentos e de um plano aeroviário nacional que contemple as necessidades, as necessárias ampliações e adequações para os aeroportos de interesse nacional. O documento destaca ainda -- esse documento foi entregue à CPI do Apagão

– que desde a década de 90 os Estados-Membros da Organização de Aviação Civil Internacional tem sido instados por aquele organismo a estabelecer sistemas de certificação de aeródromos e procedimentos operacionais cada vez mais sofisticados no sentido de garantir maior segurança operacional das instalações, serviços e equipamentos. Em consequência, além da solução das deficiências na infra-estrutura já existentes, o crescimento do setor irá demandar a construção de uma infra-estrutura maior e mais complexa nos próximos anos. Conclui-se daí que na ausência dos investimentos previstos – e há essa previsão de déficit – os aeroportos brasileiros correm risco de não serem certificados internacionalmente, o que traria graves consequências para a aviação nacional. O caso mais grave de saturação, segundo o estudo, diz respeito ao Aeroporto de Congonhas – o Ministro Jobim já discorreu sobre isso aqui muito. Além de ser o aeroporto mais movimentado trata-se do principal *hub* – centro de distribuição de passageiros – do país. Eventuais deficiências no seu funcionamento, portanto, produzem efeitos em cascata em todo o sistema aéreo nacional. O congestionamento do Aeroporto de Congonhas foi agravado pela ausência de manutenção preventiva adequada de sua pista principal, conforme informou o Presidente da ANAC em seu depoimento à CPI do Apagão Aéreo. As providências para reforma da pista somente foram tomadas após o primeiro incidente de risco. A solução encontrada para preservar a segurança dos passageiros, até que se concluam as obras, foi a interdição da pista em caso de chuva sempre que a camada de água passasse de três milímetros. Com isso, todo o sistema aéreo brasileiro passou a depender de um efeito corriqueiro, como é o da ocorrência de chuvas na cidade de São Paulo. Repito também, o Ministro já colocou aqui as providências que estão sendo adotadas.

Eu concluo, Sr. Presidente Sérgio Gaudenzi, colocando uma outra preocupação, que eu acho que permeia a todos nós aqui na Comissão de Infra-Estrutura, Sr. Ministro, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, que é o problema do superfaturamento de obras já contratadas na INFRAERO, segundo consta de relatórios e embargos do Ministério Público Federal. É o caso do Aeroporto de Goiânia. Fizemos um esforço, ao longo dos últimos oito anos para viabilizar o novo terminal do aeroporto de Goiânia, um esforço muito grandioso, que começou há quase nove anos atrás, e de repente o processo de licitação, segundo o Ministério Público, foi viciado, a licitação foi cancelada e não tem nem data para começar, e nós vivemos hoje um drama muito grande. Além do aeroporto de Goiânia também temos problema com o aeroporto de Vitória,

de Macapá e etc.. De modo que eu faço essa preliminar aqui e passo agora a V. Ex^a. pelo período que V. Ex^a. necessitar para a sua exposição, e, logo após, ao Dr. Milton Zuanazzi, Presidente da ANAC. Com a palavra o Dr. Sérgio Gaudenzi.

SR. SÉRGIO GAUDENZI: Sr. Presidente, Srs. Senadores, Parlamentares. Eu não vou propriamente fazer uma exposição, até porque o Ministro já fez uma exposição bastante completa da situação. Eu gostaria de responder a questionamentos porque nós iremos objetivar mais os desejos dos Parlamentares. Eu diria apenas o seguinte inicialmente. Há necessidade de se rever o plano de investimentos da INFRAERO, nós já começamos a fazer esse trabalho, o plano de investimento deve ser um plano com um horizonte largo até para evitar que um aeroporto, recém construído, seja praticamente abandonado porque fica incapacitado de ter uma ampliação, então o plano deve prever sempre um plano diretor de todo o aeroporto e a execução deve ser feita parceladamente, mas é preciso que os planos abranjam um horizonte largo, não se faz um aeroporto com um horizonte de cinco anos ou de dez anos, tem que ser um horizonte bem maior e se executa, aí sim, parceladamente. Essa é uma das nossas tarefas, existem outras. A questão do superfaturamento, aventado por V. Ex^a., na verdade existem obras com superfaturamento, mas existem também, atrás disso, uma má adequação de tabela. O índice da construção civil não é adequado para a área aeroportuária. Nós estamos tentando uma solução de emergência enquanto se faz um novo índice para atender a construção civil. Não se pode tratar o índice de construção civil para aeroporto, para uma pista ou para alguma estação especial de aeroporto. É evidente que sempre vai haver a acusação de sobrepreço, quando na realidade que você não faz uma construção de aeroporto com o que está constante na tabela atual dos índices de construção. O Tribunal de Contas abriu uma possibilidade para nós apresentarmos um Índice INFRAERO, e nós estamos começando a providenciar isso. O Índice INFRAERO será um índice específico para o tipo de obra aeroportuária. Seguramente a partir daí nós vamos ter uma enorme redução das alegações de sobrepreço e superfaturamento. Já é uma abertura dada pelo Tribunal de Contas para nós trabalharmos. O caso de Goiânia, especificamente, em Goiânia houve uma determinação do Tribunal de Contas para a retenção nas faturas. Na medida em que avança no trabalho vai se fazendo o pagamento com uma retenção. Essa retenção, que aparecia exagerada, na verdade, bem observada, é algo da ordem de 3,5% a 4%, o que é uma retenção que se aproxima da normalidade em qualquer grande obra. Sempre há uma retenção para

um acerto final no término da obra por alguma parte que não foi executada ou foi executada incorretamente e tem que se rever.

Então essa retenção não é uma retenção exagerada, e o Tribunal de Contas também abriu a possibilidade das empresas apresentarem uma garantia, pode ser inclusive uma garantia bancária e com isso não haverá retenção. Nós já chamamos as duas empresas que têm no momento os trabalhos mais urgentes, que são em Vitória e em Goiânia, para conversar, pedindo que elas retomem o trabalho porque não houve, por parte do Tribunal, uma determinação de paralisação da obra. Houve apenas a determinação dessa retenção e se pode trabalhar sobre essa determinação. Um terceiro ponto é mais complexo, que é o caso do Amapá, porque há a inabilitação de uma construtora que no caso é a líder do consórcio, então isso é mais complexo. Eu diria que no mais os trabalhos --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Há previsão de início dessas obras?

SR. SÉRGIO GAUDENZI: -- Há previsão de início dessas obras, a de Vitória é imediata, segundo a empresa líder do consórcio. A de Goiânia nós vamos hoje conversar com a empresa líder do consórcio para uma imediata retomada, para um imediato início no caso de Goiânia das obras, mas em Goiás ainda há um acordo com o Governo do Estado sobre a estação de passageiros que não está ainda concluído satisfatoriamente. Eu não faria nenhuma outra consideração, até porque a exposição do Ministro foi bastante abrangente. Eu acho que nós teríamos um rendimento maior se recebêssemos as demandas, as questões, e pudéssemos responder pontualmente a cada uma dessas questões, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, agradeço a participação do Dr. Sérgio Gaudenzi, o seu poder de síntese, já que o Ministro Jobim havia feito uma exposição muito ampla, muito fecunda, e também agradecê-lo pelas respostas que foram muito prontas. Antes de passar a palavra ao Dr. Milton Zuanazzi, também devo, em nome da Comissão, fazer rápidas considerações a respeito da concorrência na aviação civil. O Brasil passou por uma transição paradigmática na área da aviação ao longo da década de 90. Seguindo uma tendência mundial adotou-se uma política de desregulamentação que instituiu a liberdade de iniciativas no setor. Aboliu-se a separação entre os mercados nacional e regional, o que permitiu a qualquer empresa atuar em qualquer seguimento. Isso permitiu à TAM, por exemplo, e o Ministro já colocou isso, tornar-se a principal empresa aérea brasileira. Autorizaram-se linhas novas de mercados já atendidos por outra empresa.

Com isso uma empresa de baixo custo como a Gol passou a competir com outras empresas estabelecidas e gradualmente ampliar sua participação no mercado. O controle de tarifas foi sendo paulatinamente flexibilizado pela adoção de um sistema de faixas que vigorou até recentemente. Essas mudanças foram consolidadas na lei 11.182, de 2005, que criou a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. Esse diploma legal consagrou a liberdade de vôo e a liberdade tarifária, pelas quais se permite que as empresas concessionárias explorem quaisquer linhas de seu interesse e determinem sua própria estrutura tarifária, observada a capacidade dos aeroportos e do controle do tráfego aéreo. Art. 48, § 1º: “fica assegurado às empresas concessionárias de serviços aéreos domésticos a exploração de quaisquer linhas aéreas, mediante prévio registro na ANAC, observada exclusivamente a capacidade operacional de cada aeroporto e as normas regulamentares de prestação de serviço adequado expedidas pela ANAC”. No art. 49 está claro o seguinte: “na prestação de serviços aéreos regulares, prevalecerá o regime de liberdade tarifário”. O § 1º estabelece: “no regime de liberdade tarifária, as concessionárias ou permissionárias poderão determinar as suas próprias tarifas, devendo comunicá-las à ANAC, em prazo por esta definido”. Nesse contexto, a repressão a práticas anticompetitivas, como tarifas abusivas e competição predatória, passou a ser competência exclusiva dos órgãos do sistema brasileiro de defesa da concorrência, que atua em todos os setores da economia nacional. No artigo 6º, com o objetivo de harmonizar suas ações institucionais na área de defesa e promoção da concorrência, a ANAC celebrará convênios com os órgão e entidades do Governo Federal competentes sobre a matéria. No parágrafo único estabelece que, quando no exercício de suas atribuições a ANAC tomar conhecimento de fato que configure ou possa configurar infração contra a ordem econômica ou que comprometa a defesa e a promoção da concorrência, deverá comunicá-lo aos órgãos e entidades referidos no *caput* desse artigo para que adotem as providências cabíveis.

O Código Brasileiro de Aeronáutica, que é o marco regulatório básico do setor, no entanto, ainda não incorporou esses novos conceitos, e demanda uma atualização. Eu acho que é uma tarefa para V. Ex^a., Sr. Ministro. Destaca-se nesse sentido a limitação a 20% do capital estrangeiro nas empresas aéreas nacionais e a vedação absoluta a que empresas estrangeiras atuem no mercado doméstico. Este regime cria uma verdadeira reserva de mercado para as empresas brasileiras, protegendo-as da potencial concorrência de empresas externas, estrangeiras, ou de novas empresas brasileiras, que poderiam se capitalizar com recursos

externos. Registre-se que há diversos Projetos de Lei em tramitação, aqui no Senado, para abrir o mercado brasileiro e ampliar a participação de capitais externos nas empresas brasileiras. Observa-se, por oportuno, que a abertura do mercado doméstico para empresas estrangeiras, cabotagem, é geralmente feito no âmbito de tratados multilaterais ou bilaterais em atenção ao princípio da reciprocidade. Com essas considerações e pedindo a V. Ex^a. que também se atenha à primeira parte do meu questionamento, passo a palavra a V. Ex^a. pelo tempo que V. Ex^a. também julgar necessários e, logo após, iniciaremos aqui os questionamentos que deverão ser formulados às três ilustres autoridades presentes. Com a palavra o Dr. Milton Zuanazzi, Diretor Presidente da ANAC.

SR. MILTON ZUANAZZI: Senador Marconi Perillo, Ministro NELSON Jobim, caro Presidente Sérgio Gaudenzi, Sras. e Srs. Senadores. Eu venho com imenso prazer mais uma vez aqui na Comissão de Infra-Estrutura, aliás eu acho que é a Comissão a quem a ANAC deve prestar constantemente informações e resultados porque, afinal, foi nessa Comissão que todos nós somos sabatinados, para atingirmos a possibilidade de assumirmos a Agência Reguladora de Aviação Civil. Eu vim preparado para um trabalho sobre questões aeroportuárias, este é o tema da pauta, mas há algumas preliminares colocadas pelo Presidente dessa Comissão, o Senador Marconi Perillo, que é fundamental que me manifeste. Nós estamos com duas CPLs no Congresso Nacional, uma no Senado e uma na Câmara, então muitos dos documentos, muitas das questões que falarei rapidamente aqui estão devidamente substanciadas, mas se essa Comissão necessitar eu posso remetê-los também para esta Comissão. Primeiro é importantíssimo a verdade, mas é fundamental que a gente não cometa injustiça. Em relação à Congonhas, quando a ANAC surgiu, no dia 20 de março de 2006, Congonhas era um aeroporto com quarenta e oito movimentos/hora. Lotado. A aviação regular em alguns horários de Congonhas ocupava quarenta e cinco desses quarenta e oito. Ele tinha sido “slotado” para trinta e oito movimentos/hora na regular e dez para a aviação executiva e aviação geral. Tinha alguns momentos do dia que estava em quarenta e cinco. O que a ANAC fez de 20 de março para cá em relação a Congonhas? Só diminuiu aquele aeroporto.

Então é um estereótipo que foi colocado à opinião pública como se nós estivéssemos fazendo o jogo da empresa aumentando o tráfego aéreo em Congonhas. Isso é uma inverdade absoluta. Nós só diminuímos. Aliás, Congonhas, no passado, chegou a operar com quase sessenta movimentos/hora. No ano de 2000 aquilo é “slotado” para quarenta e oito. Nós agora estávamos

em quarenta quatro, antes da decisão do CONAC que baixou para trinta e três. E eu vou explicar porque é que nós não conseguimos. Primeiro o Senhor já leu e muito bem, Senador, a Lei que cria a ANAC, a Lei 11.182, ela dá liberdade de malha às empresas. Esse é um debate que eu acho que o Congresso Nacional, essa Casa, tem que fazê-lo. Ela não dá à Agência, a ninguém, o poder de mexer nas malhas, exceto se alguma deficiência na infra-estrutura seja demonstrada. Foi o caso que nos levou a baixar para quarenta e quatro Congonhas antes dessa decisão do CONAC. Qual foi a deficiência na infra-estrutura? O DECEA, o órgão do controle do tráfego aéreo, nos determinou: “não há como nós operarmos quarenta e oito movimentos/hora na terminal”. Por escrito nós baixamos para quarenta e quatro. A decisão do CONAC, ela se abriga no artigo 3º, da mesma Lei, que manda a ANAC cumprir as decisões do CONAC. Então ao mesmo tempo que o artigo 48 dá liberdade de malha, o artigo 3º determina o cumprimento das normas do CONAC. Então essa é a lei 11.182, a quem nós estritamente seguimos.

Na questão, Senador Marconi, que é muito importante e esse é o debate inclusive de hoje, amanhã aqui nessa Casa, sobre a questão de um processo que houve em relação ao fechamento de Congonhas e aquela instrução que era na verdade um estudo técnico no ambiente da ANAC, eu quero depor aqui sobre três questões que eu considero fundamentais. Primeiro que o objeto da ação do Ministério Público Federal de São Paulo foi para fechar Congonhas até que ele fizesse as obras. Esse é o objeto, até que fizesse as obras. As obras se encerraram no dia 29 de junho. Esse é o Ministério Público. O Juiz Federal, em primeira instância, dá a seguinte sentença: não, pode manter-se aberto, porém as aeronaves do tipo 737-800, 737-700 e Fokker 100 não podem operar. Essa é a sentença de primeira instância. O agravo, o recurso que a Agência fez, foi que essas aeronaves, tais como as demais, tinham condições operativas, e anexamos um conjunto de documentos, especialmente das empresas fabricantes, certificadoras, que essas empresas tinham condições operativas naquele equipamento. Tanto tinha que sempre tiveram. A 737-800, 737-700 e Fokker 100 voam em Congonhas desde há muitos anos atrás. Se havia alguma irresponsabilidade nessa informação, essa irresponsabilidade é histórica, não pode ser computada à Agência, mas não há irresponsabilidade nenhuma.

O manual de especificação desses fabricantes e a certificação dos países que certificam essas aeronaves diziam que ela podia voar. Evidentemente entrou um documento que, aliás, não tem nada a ver com o tema da ação judicial, porque não se discutia na ação

judicial reverso, não era esse o tema do debate, não era o centro do debate. Se discutia fechar Congonhas até as obras. Então o Senhor veja, Senador, houve um acidente, depois das obras, com uma aeronave que não tinha sido mandado parar em Congonhas, que é o A-320. A decisão judicial era para o 373-700, 737-800 e Fokker 100. Então juntar essas duas coisas num mesmo tema não é justo, não é correto. Foi essa a decisão judicial na época. Então não tem como juntar essas duas coisas. O acidente, evidentemente, a investigação é que vai dizer qual foi a causa desse acidente. Nós temos que aguardar. Mas, com relação ao para o judicial, juntar essas duas questões não é correta. Então eu acho que eu tinha que prestar essa informação em cima desse seu preâmbulo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente.

SR. MILTON ZUANAZZI: Segundo preâmbulo

--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fokker 100?

SR. MILTON ZUANAZZI: Fokker 100, o juiz determinou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com que justificativa?

SR. MILTON ZUANAZZI: Ele pegou ... ele diminuiu o aeroporto em 20%, a decisão judicial, e tinha lá ... não tinha nenhum laudo técnico, é uma decisão, uma peça judicial de um Juiz Federal, ele determinou que aquelas aeronaves que precisassem, mesmo com a margem de segurança, ultrapassar os 80% do tamanho do aeroporto não poderiam voar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é o caso do Fokker 100.

SR. MILTON ZUANAZZI: -- Não era o caso de nenhuma, nós mostramos à Desembargadora exatamente que não era o caso de nenhuma aeronave daquelas. Todas operavam dentro das condições e especificações do aeroporto. Então é fundamental deixar isso claro. A ANAC jamais aumentou o movimento de Congonhas, ao contrário, ela só diminuiu, inclusive da aviação regular, e, segundo, a ação judicial não tratava daquela aeronave que ocorreu a tragédia. É muito importante deixar isso claro. Eu trouxe uma apresentação, o Ministro Jobim falou do presente, eu vou falar um pouco do futuro, que eu acho que é fundamental, aliás, faz parte do seu preâmbulo, não é Senador Marconi, que o Senhor leu agora e realmente esse é um trabalho que nós prestamos aqui na Comissão, ainda que sob a presidência do Senador Heráclito Fortes e depois na CPI.

Então na verdade, para nós analisarmos um aeroporto, nós precisamos olhar as condições, em

termos de capacidade, de pista, de pátio, de terminal de passageiros e do tráfego aéreo. Esse trabalho que nós apresentamos, ele não está completo porque falta ainda o tráfego aéreo, nós não ultimamos com o DECEA a capacidade do tráfego aéreo com relação a esses terminais, e isso é fundamental porque eles que se casam e vão dar um planejamento de futuro e uma necessidade de futuro. Aí nas considerações, eu quero deixar claro que esse é um estudo ainda não terminado, Senador Marconi e demais Senadores. Ele é um estudo que visa evidentemente levantar uma primeira ação integrada entre as necessidades de um equipamento aeroportuário, que no Brasil não é muito comum de ser feito. Em geral nós homologamos aeroportos no Brasil, mas não certificamos, o que é uma diferença, porque certificar é você olhar o aeroporto dentro da prestação de serviço completo dele, inclusive os serviços auxiliares, bagagens e tantos outros, e a homologação geralmente é muito mais em cima de aspectos da própria engenharia, que em geral todos os aeroportos brasileiros são homologados.

Nós, Senador, fizemos uma amostra, estamos começando a certificação de sete aeroportos. Nesse trabalho que nós entregamos a essa Casa, nós analisamos vinte e oito sob um critério de três grupos: os sete que são em certificação, que são os principais aeroportos do país, os diagnosticados pelo Ministério do Turismo como cidades brasileiras mais visitadas e os aeródromos contemplados no plano de projetos estruturantes da INFRAERO. Foram a essas três análises que nós chegamos na análise de vinte e oito aeroportos. Na metodologia, eu não vou gastar o meu tempo com isso, mas no decorrer do procedimento vocês vão observar a metodologia, mas foi um conjunto de levantamentos, identificando todos esses itens, que é fundamental para um bom planejamento e um resultado objetivo. Aí está o trabalho, que eu vou deixar a essa Comissão, utilizamos a metodologia do FAA, da agência americana, da *Federal Aviation Administration*, e também utilizamos a metodologia que é a mais usada no mundo. Esse gráfico, Senadores, ele mostra uma questão muito interessante. Todo o aeroporto que se aproxima da sua capacidade de limite, ele tende a aumentar os seus atrasos médios. Quanto mais distante está a capacidade limite no aeroporto, menos atraso nós possuímos. Esse gráfico justifica exatamente isso. Então muitos dos nossos atrasos se devem à capacidade esgotada de determinados aeroportos. Congonhas é o exemplo maior de tudo isso. Esses são os aeroportos que nós analisamos, vinte e oito, e eu tenho os primeiros vinte e um aqui já nesse trabalho que eu vou apresentar muito rapidamente e entregarei a esta Comissão. Aqui começamos por São Paulo.

Então evidentemente que esse trabalho, os dados são de 2005, nós temos uma decisão do CONAC em 2007, mas mostra, por exemplo, nos terminais de São Paulo, pode passar porque aqui são os terminais todos juntos, que é em torno de 35% do tráfego aéreo brasileiro, por favor, e aqui vamos começar por Congonhas. Em 2005 Congonhas, em termos de pistas, é um aeroporto para duzentos e sessenta mil movimentos/ano e a carga horária era prevista naquela época em quarenta e oito movimentos/hora, slots/hora. Vocês podem ver que Congonhas em termos de pistas está com a sua capacidade chegando ao seu limite, duzentos e vinte e seis mil, e já estava com os seus movimentos/hora no seu limite. Olhando o pátio em Congonhas nós vamos ver que Congonhas é um aeroporto para trinta e quatro aeronaves por hora no pátio, e nós já estávamos em 2005 com trinta e quatro, portanto, não tinha mais pátio livre naquele aeroporto. E olhando o terminal de passageiros, aqui é mais grave aí, é um aeroporto para doze milhões de passageiros e em 2005 ele bateu a casa dos dezessete milhões de passageiros/ano. Eu estou dando esses dados porque, mais uma vez, justificar, em 2005 se quer a ANAC existia, quero deixar claro isso. Aqui vamos a Guarulhos. Pistas em Guarulhos: cinquenta e cinco movimentos/hora com as duas pistas, trezentos e trinta movimentos, ou seja, em termos de pista Guarulhos é um aeroporto que vai começar a nos preocupar a partir do ano de 2011, 2012. Pode ver que entre 2010 e 2015 ele começa a mostrar esgotamos em termos de pista. O que significa? Ou se constrói uma terceira pista em Guarulhos, estamos falando de 2011 e 2012, meu caro Sérgio, significa começar a se preocupar agora, ou temos que fazer um novo aeroporto para cada terminal. Isso é o que esse estudo está demandando. Em termos de pátio, sessenta e seis posições. Nós temos capacidade de pátio em Guarulhos para 2025 pelo estudo de demanda que possuímos, portanto, pátio não é o problema em Guarulhos. Vamos ao terminal de passageiros.

Aqui o problema é um pouco mais grave. Nós temos, nos atuais dois terminais, temos dezesseis milhões e meio, em 2005 já estava em quinze e oitocentos e em 2006 ele bateu em dezesseis milhões e meio, ou seja, em termos de terminais de passageiros Guarulhos é um aeroporto esgotado. Por isso que naquele trabalho, Senador Heráclito, o senhor lembra bem, nós dissemos: "é urgente o terceiro terminal de Guarulhos", porque ele amplia para vinte e oito milhões e quinhentos mil passageiros/ano, o que nos leva até 2015 com praticamente tranquilidade se fizermos o terceiro terminal. Então esta é a limitação de Guarulhos hoje. Aqui, o que não atende, o terminal São Paulo, e aqui os recursos que nós diagnosticamos como ne-

cessários, mais os recursos que a INFRAERO já tem aportado, um bi trezentos e vinte e cinco. Quinhentos milhões nós diagnosticamos que é necessário a mais do que a INFRAERO tem planejado e vinte e dois milhões em segurança operacional. Aqui praticamente vai aparecer em todos os aeroportos, que é o chamado RESA(F) ou *Reserve Ceifit Era(F)*, é uma área que a OACI está determinando a partir de 2005 que em todas as pistas nós criemos um ambiente a mais de segurança no final das cabeceiras das pistas, cabeceiras e terminos das pistas. Vamos ao Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, o Galeão, em termos de capacidade de pistas, duzentos e sessenta mil movimentos, cinquenta e dois movimentos/hora, ou seja, o Galeão é um aeroporto que terá o seu pico esgotado entre 2010 e 2015 em termos de pista.

Então por isso é necessário começar o planejamento desde agora. Aqui em termos de pátio, o Galeão com cinquenta e quatro posições, ele até 2025 é um aeroporto tranquilo em termos de pátio. Em termos de terminal de passageiros, atual, quinze milhões de passageiros. Entre 2010 e 2015 nós teremos o esgotamento do atual terminal de passageiros do Galeão. Aqui é o Santos Dumont. Sistema de pistas, cento e sessenta e seis mil movimentos, trinta e sete movimentos/hora, ou seja, até 2015 o Santos Dumont é um aeroporto tranquilo em termos de pistas. Aqui o pátio, vinte e quatro aeronaves/hora, nós temos aqui um esgotamento entre 2010 e 2015 do Santos Dumont. E passageiros, o Santos Dumont, com a atual ampliação para oito milhões e quinhentos mil, nós teremos tranquilidade com o Santos Dumont até por volta de 2020. Terminais do Rio de Janeiro. As necessidades de recurso, a INFRAERO está prevendo cento e setenta e cinco milhões até 2010, nós colocamos mais quarenta e quatro, que é o RESA(F), portanto os recursos são absolutamente corretos, previstos pela INFRAERO no Rio de Janeiro. Vamos a Belo Horizonte. Pistas. Confins, Belo Horizonte/Confins, cento e oitenta e cinco mil movimentos, quarenta e dois. Confins não terá problemas de pista até 2025. Pátio em Confins. Quinze posições. Aqui nós, em 2015, começaremos a ter um esgotamento no pátio de Confins. Terminal de passageiros, Confins. Quatro milhões de passageiros/ano. Aqui nós começamos a ter problemas a partir de 2010. É necessário para Confins, a partir de 2010, prever o aumento do terminal de passageiros. Pampulha..., aqui os valores, faltou ainda sistemas de pista de... aqui já é Pampulha, perdão --

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente.

SR. MILTON ZUANAZZI: Pois não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um aparte, por favor. Por que é que V. S^a. não colocou ali a questão do estacionamento que é o problema de Confins, que o Ministro colocou, que precisa fazer uma obra, por que não está nessa apuração da ANAC?

SR. MILTON ZUANAZZI: Porque nós só apuramos, como eu disse, esse trabalho não é conclusivo, nós só apuramos pátio, pista, terminal de passageiros e tráfego aéreo que ainda não está aí, não é conclusivo. O idêntico aí, Senador, é colocar a questão de estacionamento de veículos, mas também de acessibilidade, e aproximação das cidades aos terminais aeroportuários. Então tem também um trabalho a mais a se fazer no planejamento aeroportuário brasileiro que só o plano aeroviário nacional vai nos dar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso não é função da ANAC?

SR. MILTON ZUANAZZI: A ANAC está fazendo o plano aeroviário nacional, ela aguarda agora, por decisão do CONAC, a definição da política nacional de aviação civil, o CONAC deu um prazo para essa definição. Quando nós tivermos a política estabelecida nós vamos finalizar o plano aeroviário nacional.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado.

SR. MILTON ZUANAZZI: A Pampulha aqui, esses números não servem mais, porque nós já transferimos todos os vôos para Confins. Como é 2005 não tinha havido a transferência, então eu vou passar a Pampulha porque esses números, digamos, foram ultrapassados pela dinâmica do processo. Terminais de Belo Horizonte. Nós estamos prevendo que há a necessidade, até 2010, de um investimento de cento e cinquenta três milhões de reais. Pode passar. Brasília. Brasília é um sistema delicado porque, na parte de pistas, nós temos aí para trezentos e setenta e cinco mil movimentos, nós vamos com certeza até 2020, não teríamos problema nas pistas em Brasília. Quando passamos para a parte de pátio, Brasília, para vinte e cinco posições, nós vamos ver que em 2005 ela já está perto de um determinado esgotamento. Agora evidentemente que aqui nós temos toda a área do Terminal II não previstas aqui, que ampliam a possibilidade de pátio de Brasília. E na questão do terminal, Brasília é o mais delicado. Brasília é um terminal para sete milhões e quatrocentos mil e já está em nove milhões trezentos e vinte e sete mil.

Então hoje nós podemos dizer que o terminal de passageiros de Brasília está esgotado, ele teria que ter imediatamente a sua ampliação. Necessidades em Brasília, está aqui, para os projetos da INFRAERO, de cento e cinquenta e nove milhões, exatamente é sobre

o terminal de passageiros, que é o que não atende. Recife. Pistas de Recife. Cento e oitenta e cinco mil movimentos, quarenta e dois, estamos tranquilos até 2025 com as pistas de Recife. Pátio em Recife. Vinte e seis posições, estamos tranquilo até 2025. Recife, terminal de passageiros. Cinco milhões de passageiros. Em 2015 ele está vencido. Há necessidade de investimento em terminal de passageiros em Recife até o ano de 2015. Recife, necessidades imediatas até 2010, vejam que não temos problema nenhum, então é só de quinze milhões e mais cento e vinte e dois em segurança operacional. Porto Alegre. Cento e oitenta e cinco mil movimentos, quarenta e cinco movimentos/hora. Porto Alegre, em termos de pistas, nós estamos tranquilos até o ano de 2015, até o ano de 2020. Só em 2025 que ultrapassaria. Porto Alegre, pátio. Dezesesseis posições. Então até 2015 ele está tranquilo, 2025 estaria esgotado. E Porto Alegre, terminal de passageiros. Aqui também está o aspecto delicado de Porto Alegre. Em 2005 ele bateu em três milhões e quinhentos dez mil, em 2010 ele ultrapassaria a atual estrutura do terminal de passageiros de Porto Alegre. É necessário investimentos no terminal de passageiros, investimentos até 2010, de novecentos e setenta e cinco milhões no terminal de Porto Alegre. Salvador, pistas. O Ministro já falou isso com propriedade, não há problema em falta de pista até 2020, no mínimo, em Salvador. Pátio. Dezesete movimentos. Não há problema em Salvador provavelmente até 2017, 2018. Passageiros em Salvador. Para seis milhões, esse em 2010, estará esgotado. Necessidades de Salvador, até 2010, de 28,8 milhões estabelecidos pela INFRAERO. Aqui não estamos estabelecendo a ampliação do terminal ainda de Salvador. Fortaleza. Capacidade de pista, cento e oitenta e cinco mil, ela está até 2025 absolutamente tranquila em Fortaleza. Capacidade de pátio. Dezesesseis aeronaves/hora. Ela, entre 2015 e 2025, em torno de 2020. E terminal de passageiros. Três milhões, está se esgotando o terminal de passageiros de Fortaleza. Aqui é a necessidade de fortaleza até 2010, ainda é pequena, porque é em 2015 que vai aparecer a sua necessidade maior. Manaus. Pista. Cento e cinquenta mil movimentos, nós temos tranquilidade com Manaus até 2025 em pistas. Manaus, pátio. Doze aeronaves, ele vai se esgotar a partir de 2015. Manaus, terminal de passageiros, três milhões e sessenta, ele se esgotará até o ano de 2025. Portanto, Manaus, está numa situação bastante tranquila, o investimento é pequeno, portanto. Belém. Belém, pistas. Cento e sessenta mil movimentos. Nós estamos tranquilos com as pistas de Belém até 2025. Belém, pátio. Treze aeronaves. Aqui o problema já está ocorrendo hoje em Belém, falta de pátio para as aeronaves, estamos com ele praticamente

no limite. Isso é um problema porque isso gera a circulação de tráfego, atrasos, porque as aeronaves têm que ficar circulando até receber uma autorização de pouso para ocupar um pátio. Também quando nós temos um problema numa aeronave, um item *no go(F)* numa aeronave em Belém, isso ocasiona atraso na malha, porque ela está com problema de estacionamento. Terminal de passageiros. Dois milhões e setecentos. Belém deve se esgotar em 2015. Atendimento em Belém, trinta e sete milhões, com uma urgência até 2010. Curitiba. Cento e dez mil movimentos. Curitiba deve se esgotar até 2025 as pistas, portanto, tem uma boa sobra em Curitiba. Pátio em Curitiba. Nós temos vinte e duas aeronaves/hora, estamos com ela se esgotando entre 2010 e 2015. terminal de passageiros, quatro milhões, Curitiba vai se esgotar nos próximos, se não no ano que vem, pelo menos em 2009. Investimentos em Curitiba, cento e cinquenta e um milhões necessários, a INFRAERO está prevendo cento e trinta e seis. Florianópolis. Capacidade de pista cento e vinte milhões de movimentos, tem pista para Florianópolis até 2025.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Ideli Salvatti, o Dr. Milton está falando exatamente sobre Florianópolis.

SR. MILTON ZUANAZZI: Quarenta movimentos/hora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu estou naquela linha, Presidente, das duas orelhas, uma está no celular e a outra está ouvindo o Dr. Zuanazzi, porque em Florianópolis nós estamos no estrangulamento total lá já.

SR. MILTON ZUANAZZI: — A parte de pistas em Florianópolis ainda se mostra viável. Vamos agora a pátio. Pátio. Oito aeronaves. Aqui está o esgotamento de Florianópolis. Florianópolis está esgotada em termos de pátio, ou seja, um aeroporto que não pode haver atrasos lá. Se houver um atraso em uma aeronave, as outras vão circular ou alternar. Terminal de passageiros, dois milhões e setecentos, Florianópolis chega em 2010 esgotado. Portanto, ele necessita de um outro terminal de passageiros.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, Dr. Zuanazzi, isto são as linhas normais. O problema lá em Florianópolis é que quando chega no verão, a quantidade de vôos Charter que aquela cidade recebe, aquele aeroporto recebe, é impressionante. Então tudo isto, quando chega entre dezembro, janeiro e fevereiro, se modifica [*soa a campanha*] se modifica de forma significativa.

SR. MILTON ZUANAZZI: Esse é um item a mais que a Senadora coloca, corretamente, para ver a complexidade do planejamento de demanda. Florianópolis

é uma cidade, assim como Porto Seguro e outras, que têm essa demanda sazonal, que aí torna o problema da aviação regular mais problemático, mais grave, mais agravado. Florianópolis, investimentos. Precisa a INFRAERO, está com duzentos e noventa e cinco milhões previstos, nós entendemos que tem que haver mais trinta milhões, trezentos e vinte e cinco é a previsão até 2010. Vitória, este é aeroporto que talvez junto com Congonhas tenhamos o maior volume de problemas, cento e vinte mil/ano, aqui em termos de pista ele ainda tem uma certa folga, não há problema, mas quando vamos em Vitória para pátio, de cinco posições nós estamos já com o pátio de Vitória esgotado. Então ele é um pátio totalmente esgotado. E quando vamos para o terminal de passageiros, o atual de quinhentos e sessenta mil também está esgotado. Por isso que, em obras, Vitória aumentará para dois milhões e cem, e mesmo essa obra, meu caro Sérgio, vai fazer com que em 2010 tenha que haver novas obras no terminal de passageiro em Vitória, mesmo com a atual obra que está atrasada lá. Então os investimentos em Vitória, previstos aí em trezentos e quatro milhões, que é um investimento bastante grande que tem que ser feito. Goiânia, Senador Marconi. Dos cento e cinquenta mil movimentos, em termos de pista, Goiânia vai até 2025 com tranquilidade. Em termos de pátio, Goiânia tem para onze aeronaves, ela está esgotada já em termos do seu pátio, ou seja, é um outro aeroporto que quando nós temos qualquer problema que uma aeronave não voa na hora certa, ocasiona atrasos. Então você tem um limitador de falta de estacionamento, ocasiona atrasos ou alternar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E ainda é alternativa Brasília.

SR. MILTON ZUANAZZI: E é alternativa Brasília, então realmente ele tem urgência na questão de ampliação de pátio, e também está em obras o terminal de passageiros que também, se terminadas as obras, ele vai para dois milhões e cem e poderia atender até 2013 mais ou menos esse terminal, quando concluído. Portanto, ele é hoje um problema ainda, porque não está concluído. Em Goiânia nós estamos prevendo 161,7 milhões até 2010 para as necessidades de Goiânia. Cuiabá, cento e vinte e cinco mil. Cuiabá está tranquilo até 2025 em pistas. Cuiabá, em termos de pátio, para dezesseis aeronaves, ele vai se esgotar entre 2010 e 2015. E Cuiabá, em termos de capacidade de terminal de passageiros, o atual, para quinhentos e oitenta mil está esgotado, e o em obras, para um milhão, vai necessitar, a partir de 2010, novas ampliações em Cuiabá. Os investimentos em Cuiabá na casa de 60,5 milhões. Foz do Iguaçu, oitenta e dois movimentos/ano, Foz do Iguaçu está tranquilo com pistas. Em termos de pátio,

nove aeronaves, a demanda dele até 2025 a princípio atende e, em termos de terminal de passageiros, para dois milhões, ele irá até 2020 mais ou menos com capacidade de terminal de passageiros. Investimentos pequenos, portanto, em Foz do Iguaçu, cinco milhões nessa questão de segurança operacional. Campinas, Viracopos, este terminal é muito interessante, porque ele tem para a pista cento e oitenta mil movimentos/ano ou quarenta e dois movimentos/hora. Ele tem muita capacidade de sobra. No entanto, quando vamos para pátio, dez aeronaves/hora, ele já vai para o esgotamento. Há necessidade de obras e pátios urgentes lá em Viracopos. E quando vamos para terminar de passageiros, ele, a princípio, iria até 2015, mas se nesta reformulação da malha de Congonhas, que nós não terminamos ainda, Viracopos tiver uma utilização, um interesse das empresas, uma utilização maior, podem esses números serem alterados, ou seja, diminuir esses prazos de planejamento, estarmos puxando esse prazo para o próximo ano, quem sabe, um terminal de passageiros em Viracopos, porque ele tem esta limitação de dois milhões de passageiros/ano.

Então Campinas, na análise anterior, ou seja, sem as transferências dos vôos de Congonhas, ele precisava de um investimento pequeno de dezessete milhões. Com essa nova decisão do CONAC, nós com certeza vamos ter que alterar esse planejamento aqui de Viracopos. Consolidação dos resultados. Eu vou entregar aqui, estão todos esses vinte e oito aeroportos, eu deixei de citar aqui cinco porque o estudo não está ainda terminado, volto a dizer que não ... está aqui faltando o estudo do tráfego aéreo, mas tudo que está nesse amarelinho claro é ano em que as capacidades vão se esgotando.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dr. Zuanazzi, o senhor seguiu a linha do Dr. Paulo Zotolo(F), Teresina não está aí.

SR. MILTON ZUANAZZI: É, mas está aqui, Senador, está aqui nos... nós colocamos, está aqui Parnaíba, e nós pegamos por movimentos, viu Senador, independente de estar aqui, pegamos três inquéritos? os mais movimentados do país, os do interesse do turismo, e aí entrou Parnaíba, e o terceiro, aqueles que estão sendo certificados, que são sete.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E Teresina, por que é que está fora?

SR. MILTON ZUANAZZI: Teresina não está entre os vinte e oito mais movimentados do país, só por isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Um pouco mais do que o de Parnaíba.

SR. MILTON ZUANAZZI: É, Parnaíba entra porque foi colocado --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Parnaíba não tem linha regular, é vôo eventual, e Teresina está precisando de investimentos urgentes.

SR. MILTON ZUANAZZI: É, foi colocado Parnaíba porque o Ministério do Turismo deu os aeroportos que ele considerava de interesse turístico e de aumento de movimento. Parnaíba realmente tem menos movimento que Teresina. Agora esse estudo não está completo, Senador, nós temos que fazer em todos os aeroportos brasileiros, da rede INFRAERO e das redes estaduais também, têm muitos aeroportos nas redes estaduais que nós precisamos analisar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu seria só fazer um pergunta, continuando [*soa a campanha*]. O que é que tem aí em investimento para a segurança, navegação. O que o Brasil hoje se preocupa é com a questão da segurança, aeroporto, pista.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito Fortes, dentro de cinco minutos nós começaremos --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, eu queria ver, porque pode ser que esteja embutido aí nesses gastos e para ele aproveitar a própria --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): -- Mas eu pediria a compreensão de V. Ex^a. porque nós começaremos o debate daqui a pouquinho.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com todo respeito a V. Ex^a. e ao Senador Wellington.

SR. MILTON ZUANAZZI: Mas igual não está aí a parte de navegação aérea, Senador. Eu disse que esse trabalho só se complementar quando o DECEA, junto conosco, colocar as necessidades do tráfego aéreo. Então essa é uma deficiência fundamental, por isso que esse trabalho, como eu considere lá no início, não é completo em termos de todos os aeroportos, mas é um trabalho inicial bastante significativo, um esforço muito grande que a Agência fez. Enfim, considerações meramente finais, respeito à segurança operacional, segurança da aviação civil, aeroportos públicos e de tarefa do interesse nacional. Volto a dizer que segurança é absolutamente a regra, o Ministro Jobim referiu e é o que nós procuramos seguir. Aliás, este é o histórico da aviação brasileira. Também o DAC seguia os aspectos de segurança, porque nós seguimos as linhas da OACI. O Brasil é signatário da carta de Chicago desde 1944 e segue à risca. Os técnicos da ANAC são os mesmos que estavam no DAC, eles não pioraram e nem melhoraram, são os mesmos, a mesma qualificação, eles não emburreceram, eles prestam o mesmo servi-

ço de interesse nacional, é absolutamente a questão de segurança que está à nossa frente.

Pode ser que nós não tenhamos um número suficiente necessário, que seria o ideal, isso nós reclamamos, agora qual é a área do serviço público brasileiro que não reclama falta de pessoal? Eu não conheço nenhuma. A nossa reclama também. Mas o que nós temos lá produzem resultados na segurança da aviação brasileira bastante eficientes. Nós evidentemente temos duas tragédias, temos que terminar essas investigações para ver os motivos que levaram a elas, mas os nossos fiscais são os mesmos que atuaram na história da aviação brasileira e continuam atuando, a quem eu quero aqui computar um enorme respeito e um agradecimento por tudo que eles têm feito por nós, inclusive nesses momentos difíceis. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço, em nome dessa Comissão, a exposição do ilustre Presidente da ANAC, Dr. Milton Zuanazzi, e gostaria de solicitar a ele que enviasse todos os documentos que ele considerar importantes para a apreciação dessa Comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente, esse estudo poderia ser distribuído a cada um de nós Senadores, uma cópia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não. Eu vou determinar à nossa competente assessoria, que já assessorou a V. Ex^a. também, para que tome essa providência.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Assessorou bem a mim como assessora muito bem a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Muito obrigado. Nós temos alguns oradores inscritos para o debate e eu tenho a honra de conceder a palavra ao nosso grande brasileiro, ex-Ministro Eliseu Resende, e pedindo a compreensão dos ilustres convidados que ouçam, preliminarmente, os questionamentos, para que depois eles possam fazer as devidas respostas. Não serão muitos os Senadores que ir ao participar desse debate. Com a palavra o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado Presidente. Ministro NELSON Jobim, Sr. Presidente da INFRAERO, Presidente da ANAC, Senadores e Senadoras. Ministro NELSON Jobim, a sua presença à frente do complexo problema do setor aéreo é um conforto para a sociedade. Eu que conheço V. Ex^a. nas suas diversas etapas de vida, com a sua formação técnica, política, jurídica, realmente enobrece a vida pública nacional e nós temos grandes expectativas, grandes esperanças nos resultados do seu trabalho. Eu diria que V. Ex^a. tem milhagem, tem quilometragem

e poderá realmente resolver os problemas do setor aéreo. É preciso destacar que o setor aéreo, nós vivemos aí dois episódios de acidentes, mas sem dúvida nenhuma continua sendo o transporte mais seguro do Brasil. Apenas os acidentes são fatais, de repercussões impactantes, e foi bom que entre essas repercussões impactantes o Brasil acordou para colocar V. Ex^a. à frente do Ministério para que os problemas possam ser analisados estrategicamente a longo prazo com toda a profundidade. Me preocupa, Ministro, eu vou falar sobre o plano aeroviário nacional. Como relator do Projeto de Lei que estabelece o sistema nacional de aviação, que eu tenho a honra de ser designado pelo Presidente Marconi Perillo, nós temos que tratar também do plano nacional aeroviário, e quando nós vemos a demanda de tráfego crescente e aqui colocada diante da sua exposição, da exposição do Presidente da INFRAERO e da ANAC, nós ficamos assustados com o volume dos investimentos necessários, e nós só temos uma preocupação também com a concentração da administração do plano nacional aeroviário aqui em Brasília, nas mãos da INFRAERO.

Peço desculpas ao Presidente da INFRAERO, esse assunto nós já debatemos aqui no Congresso Nacional, e eu perguntaria a V. Ex^a. se a longo prazo não haveria uma condição de se estabelecer as diretrizes do plano aeroviário nacional em termos de descentralização? Hoje nós temos um sistema federativo e há aeroportos nacionais, estaduais e municipais. O aeroporto é menos, às vezes, é menos importante do que o retro aeroporto. Os acessos, a organização do solo urbano e metropolitano para abrigar um aeroporto são problemas de investimentos muito mais difíceis, muito mais complexos do que o investimento no próprio aeroporto. Então eu gostaria de chamar a atenção, na elaboração do plano estratégico, que se examine tecnicamente como uma forma de descentralizar os investimentos no sistema aeroportuário brasileiro, seja através de concessão ao setor privado ou parceria pública privada ou através de delegação aos Estados e até mesmo nos Municípios, que vão tratar com mais eficiência não apenas do ponto do campo de pouso do aeroporto propriamente dito, mas também do retro aeroporto. Grandes dificuldades nós encontramos nos investimentos e eu não sei se a INFRAERO tem condições de investir além dos investimentos nas pistas de pouso e nos terminais, de investir também na infra-estrutura de acesso ao aeroporto. Nós temos um exemplo aí em Belo Horizonte, em que o aeroporto de Confins, o Governador Aécio Neves teve condições de construir uma via expressa duplicada de acesso ao Aeroporto de Confins chamada Linha Verde que foi o que permitiu a viabilização do Aeroporto de Confins. Não

tivesse sido isto, ainda que a sua capacidade demonstrada aqui fosse sua capacidade plena para atender a uma demanda de futuro próximo ou de médio prazo, ele seria um aeroporto inviabilizado se o investimento estatal não acontecesse para produzir um acesso. Quando houve o acidente em Congonhas aventaram-se várias hipóteses de construir novos aeroportos, não apenas expandir os que estão aí. A construção de um novo aeroporto que foi comentada e veiculada por representantes do Governo, em São Paulo, gera problemas de infra-estrutura de ocupação do solo de uma complexidade inigualável.

Então eu pergunto a V. Ex^a.: como que V. Ex^a. aceitaria e receberia, com a sua larga visão de estadista, a consideração a respeito da descentralização do sistema aeroportuário para Estados e Municípios e a possibilidade da concessão ao setor privado ou de um sistema de parceria pública privada? Eu lembro que nos Estados Unidos, o governo central americano não opera um aeroporto se quer. Todos os aeroportos, e eu comparo com os Estados Unidos porque é um país da mesma dimensão territorial nossa e é também um sistema federativo republicano. Então imagina-se a hipótese de delegar, de desconcentrar, de descentralizar, para efeito de termos as soluções de investimentos mais eficientes e a participação de Estados e Municípios no setor privado no conjunto, no total gigantesco de investimentos necessários. É a minha pergunta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Passo a palavra ao ilustre Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, ilustre Ministro NELSON Jobim, Sr. Presidente da INFRAERO, Sr. Presidente da ANAC, Sras. e Srs. Senadores. Eu serei bem pragmático, até porque, Sr. Ministro, as perguntas que eu tinha até elaborado para fazer a V. Ex^a., diretamente ao Senhor, estão quase todas prejudicadas tendo em vista a explanação que V. Ex^a. fez aqui e, sobretudo, o diagnóstico com relação a essa questão aeroportuária do nosso país. Entretanto, eu quero apenas dar a título de sugestão a V. Ex^a. em relação aos atrasos dos vôos. Só para exemplificar, ontem mesmo em Cuiabá o nosso vôo, previsto para as onze horas da manhã, sabe que horas que ocorreu, Ministro? Às dezesseis horas. Porque é aquela informação que o senhor deu, que tinha eu acho que pouco passageiros e eles desviaram. Se não bastasse isso, o senhor já colocou aqui com relação aos nossos aeroportos aqui, notadamente em todo o território nacional, passou a ser um Shopping, não estão preocupados com os usuá-

rios e com isso passou-se a ser apenas um negócio, a bem da verdade.

Mas, objetivamente, eu quero dizer ao Senhor que talvez não seja pertinente, Sr. Presidente, mas eu quero aproveitar a oportunidade, com a *devida venia*, e dizer a V. Ex^a. de que, em relação à questão dos espaços aéreos, eu tenho costume de mais vezes viajar na região Noroeste do meu Estado de Mato Grosso e ali existe um espaço em que não há nenhuma cobertura feita pelo centro amazônico que cobre a região amazônica no nosso país. Lamentavelmente isso vem acontecendo já há algum tempo e me parece que ainda não está superado tendo em vista que a cobertura lá é precária, haja vista que há poucos dias atrás, menos de trinta ou quarenta dias atrás, eu fazia um vôo naquela região e para fazer o procedimento de pouso eu precisei fazer um contato, Sr. Ministro, com uma aeronave pilotada por um peruano, que graças a Deus eu encontrei, que eu pude fazer um ponte para falar com o centro amazônico para começar a fazer o procedimento de pouso, na medida em que se eu não tivesse esse contato com o centro amazônico, com certeza já traria algum transtorno até lá para aquela região amazônica, fruto naturalmente de uma boa comunicação.

Então eu acho de fundamental importância, Sr. Ministro, nós preocuparmos não só com a questão das nossas pistas, que é fundamental, da questão dos taxamentos das nossas aeronaves, mas sobretudo também da questão da comunicação que é muito falha, viu Milton, falha, falha, falha. Por outro lado, Sr. Ministro, deu para perceber aqui que a situação não é tão crítica assim. O que precisamos é de uma boa gestão, de um bom gerenciamento. Comprovadamente aqui, pelos números que o senhor deu aqui, falta gerenciamento, lamentavelmente está mal gerenciado o setor aeroportuário e o setor aeroviário do nosso país. Mas eu quero aqui, aproveitando a oportunidade, Marconi Perillo, se me permite, Senador, eu fui Relator há poucos dias, Sr. Ministro, o senhor como Ministro da Defesa, eu acho que o assunto aqui é a questão aeroportuária, mas é muito pertinente, eu fui Relator de uma aviso do TCU com relação aos recursos para as Forças Armadas. Eu fiquei assustado e assombrado, Ministro. De tudo aquilo que estava previsto orçamentariamente, menos de 70% foi liberado para as nossas Forças Armadas, e do pouco que foi liberado lamentavelmente ainda foram desviados recursos para o Projeto Calha Norte, ou seja, para investimento nas áreas civil, que deixa de tal maneira desguarnecida todas as nossas fronteiras, não só a amazônica, como também a fronteira Oeste do nosso país.

Na medida em que, para o senhor ter uma noção, pelas informações precisas, nós temos apenas cinco

aeronaves fazendo toda a nossa segurança em relação ao espaço aéreo, os demais estão sucateados, tanto é verdade que da própria marinha, das cinquenta e cinco aeronaves que tem a marinha, helicópteros, aviões, nós tínhamos, na semana passada, apenas três aeronaves em operações. Mas objetivamente a minha pergunta, Sr. Ministro, é que nós estamos apostando no senhor, NELSON Jobim. Ministro NELSON Jobim, a sociedade brasileira está pondo tanta fé em V. Ex^a. que o senhor talvez nem avalie. Eu ando pelo meu Estado, que é um estado de dimensão continental, são novecentos mil quilômetros quadrados, são cidades distantes da capital, o senhor conhece também o Mato Grosso, é onde se passa, o homem do sertão lá, assistindo a sua parabólica, vê as suas entrevistas, a sua presença marcante, a sua determinação, e estão apostando todas as fichas, não é só o povo do Mato Grosso, é a sociedade brasileira de uma maneira geral, que tem apostado de tal forma que acham que V. Ex^a. vai resolver definitivamente e, sobretudo, resgatar a confiança que nós tínhamos num passado bem recente em relação à questão do transporte aéreo brasileiro. Eu faço uma pergunta para V. Ex^a.: vão continuar esses poucos investimentos na questão dos investimentos das Forças Armadas? V. Ex^a. tem que fazer uma exigência do Presidente Lula, fazer uma exigência junto ao Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que deixe de contingenciar os recursos previstos para as Forças Armadas brasileira que tem um papel preponderante também na questão não só da segurança nacional, mas sobretudo também na garantia de investimento na própria questão dos espaços aéreos, de forma, Ministro, que eu faço um apelo a V. Ex^a., homem determinado, conheço a sua trajetória política, conheço V. Ex^a. como Ministro do Supremo Tribunal Federal, talvez V. Ex^a. não me conheça bem, mas eu sou irmão de um grande amigo do Senhor, que é o ex-Senador Júlio Campos, ex-Governador e atual Conselheiro do Tribunal de Contas do Mato Grosso, nós estamos apostando no senhor e faço um apelo aqui: que V. Ex^a. junte o pensamento de todo o brasileiro no sentido de que o Ministério do Planejamento, o próprio Poder Executivo, libere dinheiro para as nossas Forças Armadas, sob pena de nós estarmos hoje realmente capengas, com muita deficiência nesse setor que é de fundamental importância para o nosso país. De forma que eu cumprimento ao senhor, estou apostando, pelos dados, pelos números que eu vi aqui que não há problema, o que é falta um bom gerenciamento para nós resolvermos o problema grave e sério hoje com relação à questão do transporte aéreo no nosso país. Parabéns, desejo ao senhor sucesso nessa nova mis-

são de bem gerenciar e, sobretudo, de bem comandar as Forças Armadas e o sistema aéreo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Heráclito Fortes e logo após o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente Marconi Perillo, Ministro da Defesa NELSON Jobim, Presidente da ANAC Milton Zuanazzi, Presidente Sérgio Gaudenzi da INFRAERO. Meu caro Ministro NELSON Jobim, V. Ex^a. viu aqui que a prioridade na aviação brasileira não é segurança, o que é grave. Há cerca de três anos atrás um diretor, o superintendente da INFRAERO, desta área, pediu demissão alegando exatamente que saía porque não se investia em segurança e apenas na infra-estrutura aeroportuária. Esse estudo aqui, com o Brasil assombrado com o que acontece no dia-a-dia com a aviação comercial brasileira, tinha que ter sido iniciado pelas modificações que dessem a todos nós garantia de providências tomadas com relação à segurança. O que se vê, por exemplo, são rádios piratas entrando na frequência dos aviões que chegam em aeroportos como São Paulo. O que o Senador Jayme acabou de dizer é um fato em todo Brasil, inclusive em aeroportos importantes como o de Salvador e o de Recife, você tem que fazer uma ponte com um segundo avião por deficiência de equipamento. Se V. Ex^a. pegar o diálogo entre torres do CINDACTA I, II, III e IV por quarenta e oito horas, se pegar a gravação, vai ver o que acontece. Os sistemas saindo do ar por pane, vem lá, conserta aqui, conserta acolá. É um caos. E é muito grave. Eu vi uma coisa aqui que me deixou desapontado.

O Dr. Zuanazzi recebeu uma orientação do Ministério do Turismo para incluir Parnaíba e não Teresina. Devia ter recebido para incluir os dois. Mas no momento em que o Ministério do Turismo influi nessa questão nós estamos perdidos. Não é justo que Teresina, capital com a quantidade de vôos que tem diariamente, seja colocada à margem num processo desse. Nós temos questões gravíssimas em Teresina, já relatadas aqui inclusive como a concentração de urubus numa pista que já provocou acidentes, e essas providências não são tomadas. Já tivemos acidentes graves com aviões exatamente por conta disso. V. Ex^a. disse uma coisa correta, desestruturou-se a aviação no Brasil de terceiro nível, até porque hoje você vai para um deserto desses dos Estados Unidos, compra um avião velho e traz para cá por 1/3 do preço de um avião da EMBRAER novo. Nós temos uma companhia área no Brasil que inaugurou usando aviões que a outra companhia já está tirando de circulação por achar inadequado ou por achar velho. Não existe uma grade exigindo que para cada avião usado você tenha que ter pelo menos

um novo. Empresa de ônibus faz isso. Você não pode montar uma companhia aérea só com avião velho. Você tem que ter, pelo menos, um critério de uma grade que para cada três aviões novos você possa usar um antigo, até porque você começa a praticar uma concorrência desleal. Aí você pinta o avião, não é mais Fokker, é BK não sei o que, traz aí pintado, bonitinho, muda o banco. Qual a idade desse avião tirado de um deserto? A sorte é que a aviação é muito segura. Outra coisa grave é a jornada de trabalho de pilotos. Antigamente contava-se o tempo de quando o piloto saía de casa. Depois passou-se a contar de quando chegava no aeroporto. Nos últimos anos estava se contando quando a porta do avião fechava ou fecha. Tem que se levar em conta que o desgaste de uma tripulação à espera de um avião é o mesmo de um passageiro, até porque na maioria das vezes ele termina levando a descarga do desaforo do passageiro descontente na fila. É preciso se ter um pouco de atenção para isso. Começou-se a corrigir, mas é um caso grave, inaceitável, de encher de companhias que não existem mais, hangares de companhias que não existem mais, estão com problema na justiça, é claro, estão aí desocupados, mas à disposição dessas companhias, enquanto você enfrenta fila nos guichês dos grandes aeroportos do país porque os outros guichês estão ociosos. Não é justo isso. No mínimo os responsáveis têm que ir à justiça e invocar a figura do fiel depositário e fazer com que esses guichês desafoquem.

Eu me lembro que agora, cerca de um mês atrás, fizeram isso com os guichês da Varig em Guarulhos, e você viu exatamente que melhorou bastante. Congonhas tem uma questão grave. Além dessa fila e desse fluxo tem um avião militar que desce. É uma coisa que não é compatível a aeroporto de grande fluxo, aeroporto civil, com aeroporto militar. Evidente que a maior cidade do Brasil, todo mundo quer descer no centro. Libera-se para um Presidente da República o aeroporto, mas os outros aviões desçam em outra alternativa, porque para cada pouso desses você perde quinze minutos e aí você desorganiza completamente a grade, a malha área. Se querer tirar a aviação executiva de Congonhas é um retrocesso. No mundo inteiro os aeroportos do centro são exatamente para esse tipo de aviação, em que são os grandes empresários internacionais, os grandes empresários nacionais que não podem perder tempo ou não querem perder tempo. É outra visão errada, mas a pressão forte das companhias geralmente fazem com que essas questões não tenham solução lógica. Eu quero aqui até, Ministro Jobim, dizer que a ANAC hoje, todo mundo joga a carga de culpa em cima da ANAC. A ANAC foi instalada numa crise, pegou ... eu quero reconhecer que quando a ANAC

foi criada aqui, aliás, eu questionei muito o Ministro na época, há dois anos pelo menos o CONAC não se reunia. O CONAC não se reunia. E outra coisa: serve para a ANAC e para as agências reguladoras: é um crime se contingenciar os recursos dessas agências, porque elas ficam sem recursos para fiscalização e para o exercício das suas atividades.

Então nós temos que ter, o Congresso tem que ter a coragem e assumir a responsabilidade de um orçamento impositivo e o dinheiro dessas agências, que às vezes são recursos próprios de arrecadação da própria estrutura, não podem de maneira nenhuma ficarem contingenciados. Isso vale para todas, porque é um erro, Presidente Marconi, se querer aproveitar esse episódio para se tentar mudar um sistema que é o sistema das agências reguladoras. Se isso vier a avançar o grande prejudicado será o país, porque vai afugentar o investimento externo. Por último eu queria pedir ao Dr. Milton Zuanazzi que mande para esta Casa aquela pesquisa que ele recebeu aonde só 5% da população brasileira se incomoda com a distância das cadeiras. Eu gostaria que fosse mandado para cá, qual foi essa agência de pesquisa, porque eu quero correr dela. Eu olhei aqui, Dr. Zuanazzi, rapidamente na sala, fora o Dr. Eliseu Resende e mais uns dois não vão se queixar dessa distância de fila. O resto, pelo que eu olhei por aqui... então demita este instituto de pesquisa, ponha para fora o responsável por isso, porque não é real. É extremamente desumano se voar em companhia. Tem um WEBJET(F), lá da terra do Ministro Jobim, que eu não consigo nem sentar, não dá, não cabe. É preciso ter critério, é preciso ter critério.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem que sair pela saída de emergência.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é, fica aí essa da briga da saída de emergência. A saída de emergência desses aviões se tornaram a primeira classe de fato, porque todo mundo briga para ir nela. Por último, no dia 02 de fevereiro, eu entrei com um requerimento aqui nessa Comissão pedindo a presença de autoridades aeronáuticas para que viesse a questão do aeroporto de Congonhas. Qualquer leigo estava vendo que aquilo ia dar problema. Fez-se uma reforma, porque tinha emburrachamento, e por deficiência na estrutura do *grooving*. Reinaugura-se, aliás, a INFRAERO no mês de julho têm uma capa fantástica, uma matéria fantástica sobre o grande evento que era a inauguração desse fato, e não sincero faz o *grooving* e a pista ficou um sabão. Em maio, logo dois dias depois da inauguração, eu desço em Congonhas e senti algo estranho, senti o avião num procedimento diferente. A gente que viaja todo mundo percebe bem isso. Me encontro com o Comandante na porta do avião e

ele disse: “a pista está um sabonete”. No dia seguinte, novamente na Tribuna, alertei para esse fato, de forma que não adianta chorar sobre o leite derramado, agora eu dou uma sugestão: nunca permita na sua gestão que uma pista seja usada antes de completamente concluída. Que as empresas lhe pressionem, que lhe xinguem, que lhe mandem voar na Varig, mas não aceite este tipo de coisa. Exerça a autoridade e a responsabilidade que é exatamente o que o Brasil está precisando. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o ilustre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, Srs. Presidentes, Diretor da ANAC e da INFRAERO. Ministro, primeiro eu quero dizer que o Presidente Lula acertou na sua escolha. Nós da oposição, do PSDB, confiamos que a sua gestão realmente trará uma melhoria no setor, há a necessidade de autoridade que estava clara nesse setor. Eu começo com a primeira pergunta, se vai ter um procedimento, qual vai ser o procedimento nesse caso dessa polêmica sobre as informações enviadas à Justiça pela ANAC em relação a Congonhas, qual é o procedimento que o Governo vai tomar nesse caso? Nós temos ainda o segundo ponto, é um projeto de aumento de participação estrangeira nas companhias de aviação brasileira. Esse projeto é do Senador Paulo Otávio, já foi aprovado pelo Senado, e eu acredito que na origem dos problemas que nós estamos enfrentando está o duopólio que nós temos hoje na aviação brasileira. Eu não tenho dúvida de que se nós tivéssemos outras opções, questões como essa de distância, de cadeira, seriam resolvidas. O que aconteceu foi que nós realmente tivemos uma mudança na forma que a TAM ocupa os vôos, porque a Gol já começou dessa maneira, como uma companhia de baixo custo, e companhia de baixo custo é assim mesmo, pelo mundo todo os lugares são mais apertados. Agora o que acontece é que aí a TAM se transformou também numa companhia de baixo custo para poder concorrer com a Gol. Isso é que aconteceu na verdade. Nós não somos japoneses realmente para poder usar os aviões na sua capacidade máxima.

Os aviões japoneses têm ocupação, o Jumbo usa até quinhentas e cinquenta pessoas no avião japonês, mas todo mundo lá é baixo, é raro, é raro japonês mais alto, só quem joga vôlei, é muito raro. Então eu não tenho, eu acho que a questão aí está se referindo à falta de competitividade que nós temos, a falta de competição que nós temos na indústria aeronáutica brasileira. Então esse projeto seria uma alternativa boa para nós termos mais companhias e aí poderíamos

ter companhia de todo o tipo, companhia que cobra um preço mais alto, mas tem mais conforto, companhia que cobra um preço mais baixo, mas tem menos conforto. Com relação à Guarulhos são dois pontos que eu queria colocar. Um qual é a perspectiva de ampliação do aeroporto de Guarulhos, tanto em rede, tanto na questão da pista, da terceira pista, quanto na questão do terceiro terminal, que já está projetado há muito tempo, dá para ver lá em Guarulhos, tem uma parte também, um esqueleto lá, tem um esqueleto há mais de cinco anos, e se essas obras de Guarulhos estão sendo feitas com dispensa de licitação ou se a licitação já existia para essa pista principal que está em obras agora. E, finalmente, a questão que me trás mais atenção do ponto de vista de representação de Minas Gerais, que é a questão da descentralização de vôos, porque a desconcentração de vôos, como nós vimos aí, o Aeroporto de Confins tem ociosidade, ele é um aeroporto já construído na nova tecnologia, tem área disponível, tem pista grande, pode ser ampliado um pouco mais para a capacidade de carga, isso é uma demanda nossa, que possa ter um acréscimo, porque não é tão difícil assim, ele pode ser duplicado, o Governador Aécio Neves investiu agora trezentos milhões no novo acesso ao Aeroporto de Confins, de maneira que nós consideramos, nós mineiros aqui, o Senador Eliseu, eu, o Senador Wellington, estamos os três mineiros aqui, que a melhor utilização de Confins sem dúvida é uma opção, e isso pode se aplicar na hora de autorizar novos vôos internacionais, por exemplo, Confins chegou a ter vôos para os Estados Unidos durante dez anos e hoje só temos vôos aí para Buenos Aires, mesmo assim com escalas. E a aviação regional, ela sem dúvida alguma tem um espaço. Eu ouvi com satisfação essa questão de ontem também da questão de compra de vôos pela empresa brasileira, na verdade a Varig também já teve aviões da EMBRAER, mas depois abandonou, quer dizer, o fim da Varig, eu sou viúvo da Varig sim, eu acho que a Varig está fazendo muita falta, está fazendo falta na competição, está fazendo falta ... ela chegou a usar aviões brasileiros e a presença dela não foi coberta. Então eu queria insistir muito nessa questão da desconcentração, que é a autorização de novos vôos internacionais olhasse essa questão. A TAP é um exemplo de sucesso, o Nordeste conseguiu ser atendido pela TAP, dando novas alternativas. Eu tenho apenas um temor de que nós passemos do oito para o oitenta. Nós não podemos ter uma desregulamentação total, mas também não podemos voltar a uma estatização. Então o meu receio é um pouco também por aí, eu acho que nós temos que ter uma convivência em que a iniciativa privada esteja presente, haja autoridade, o disciplinamento, mas

também não voltemos a uma situação de regime que seria de tudo que se pode, que se vá fazer, tem que ter autorização do Poder Público, porque aí também nós voltamos a uma burocracia excessiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu sou o próximo inscrito, mas vou, de qualquer maneira, antes de passar a palavra ao Ministro e aos demais convidados, e antes também de formular as minhas questões, eu queria apenas aditar uma, iniciando aqui a minha fase de questionamento. No que diz respeito à ANAC, Sr. Ministro, V. Ex^a. disse, recentemente, que vai apurar essa denúncia e poderá inclusive abrir processo ou inquérito administrativo em face de se ter entregue à Justiça documentos relativos à liberação da pista de Congonhas, segundo informações documentos invalidados. A pergunta é: V. Ex^a. vai ou não abrir o devido inquérito administrativo? Com a palavra o Exmo. Sr. Ministro Nelson Jobim.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Sr. Presidente, colegas da mesa, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Eu vou responder pela ordem da apresentação, fico grato às manifestações do eminente Senador Eliseu Resende, nós temos cumplicidade há muitos anos, daí porque atribuo a essa sua manifestação essa cumplicidade. Eu vou dizer a V. Ex^a. o seguinte: o problema da descentralização da malha área brasileira, ou melhor, da estrutura, da infra-estrutura aeroportuária, é uma questão a examinar e visa recursos. Eu não parto do pressuposto de que nós devemos ter algo estatal ou não estatal. O problema é se nós temos condições, considerando o desenvolvimento do país, de atender a essas necessidades, o que não exclui, portanto, as formas que V. Ex^a. referiu, PPP, concessões, Estados, Municípios, ou seja, não terá um tratamento ideológico em relação ao assunto, mas, nesse plano estratégico aeroviário nacional da aviação civil que o CONAC deverá elaborar, nós estamos trabalhando nesse sentido, ou seja, de ver o que seja viável, ou seja, o Estado brasileiro precisa atender à necessidade "X" da população. Onde estão os recursos? É possível pela via do orçamento ou há a necessidade de nós fazermos privatizações no setor? É um problema a ser examinado a partir da realidade concreta e não a partir do pressuposto se é favorável ou contrário à privatização, à estatização, à concessão e etc. Nós temos vários exemplos no mundo com relação a isso. A única coisa que não se tem ainda no mundo são pistas privatizadas, mas o que se tem são terminais privatizados. Nos Estados Unidos é comum e funciona. Então é questão de verificar. Você pode ficar com alguns sob a gestão da INFRAERO e outros ... e vejam, nós temos um problema curioso na INFRAERO, que foi detectado pelo Dr. Sérgio, você tem, por motivos contábeis, os investimentos da IN-

FRAERO são considerados custos, despesas, e você não tem uma segmentação dos aeroportos no balanço, ou seja, você não sabe quais são os aeroportos que estão financiando quem e quem está dando prejuízo. Todo o balanço da INFRAERO, no que diz respeito a aeroportos, não tem nenhuma segmentação, você não tem a identificação das situações desse –

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Exato, fica tudo numa caixa comum, o que representa uma impossibilidade de gestão inclusive sobre isto, mas fique seguro que o tema dessa chamada descentralização, usada por V. Ex^a., será tratado em termos de resultados e não em termos de pressupostos. Senador Jayme Campos, veja, com relação às Forças Armadas que foi a menção de V. Ex^a., ocorre o seguinte: efetivamente existe esse problema, agora nesse primeiro momento, logo no início do exercício das minhas funções no Ministério da Defesa nós aumentamos, depois de uma discussão com o Ministério do Planejamento, havia uma pretensão de ter um teto, um limite para o Ministério da Defesa de seis bilhões. Depois de uma longa discussão com o Ministério do Planejamento e com a participação do Presidente da República e da minha participação esse teto foi aumento para nove, ou seja, nós conseguimos mais três bilhões para o conjunto do Ministério da Defesa, sendo que ainda há a possibilidade de mais um bilhão e trezentos quando da execução orçamentária, através de eventuais créditos especiais.

Agora o problema é o seguinte, e foi a identificação que nós fizemos: nós precisamos elaborar um plano estratégico de defesa nacional. Este plano estratégico de defesa nacional precisa levar em conta, basicamente, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Da perspectiva de termos um modelo de Exército, um modelo, enfim, de Forças Armadas de natureza dissuasória. O Brasil não tem pretensões expansionistas. O conceito de defesa moderno, que nos interessa, é um conceito inibitório, ou seja, não há que se pensar que alguém possa entrar no espaço aéreo brasileiro de forma tranqüila, não há que se pensar que possa haver concentrações de forças junto na área de mar, em áreas territoriais brasileiras, ou seja, esse problema nos leva à formulação de um plano estratégico nacional, inclusive no que diz respeito aos argumentos de defesa, e é por isso que, autorizado já pelo Presidente da República, eu estou constituindo um grupo de trabalho, composto pelos três Comandos, comandantes militares, assessorados pelos Estados Maiores das Forças, como também coordenado esse trabalho pelo Ministro Roberto Mangabeira, exatamente para até o final do ano nós termos um plano estratégico nacional

definindo algo importante, fazendo com que a defesa nacional passe a ser também da agenda nacional. É da agenda nacional a Amazônia, no que diz respeito a questão indiginista, no que diz respeito a questão inclusive ambiental, mas não é a Amazônia, da agenda nacional, no que diz respeito à defesa nacional. A pergunta, por exemplo, com relação ao Exército. O modelo de aquartelamento das forças militares é o modelo correto para todo o país? Ou o modelo de aquartelamento das forças militares se justifica nas fronteiras da Amazônia? E nós poderíamos pensar eventualmente numa força estratégica de movimentação rápida sediada numa região do Centro-Oeste que tem acesso ao Sul e inclusive ao Centro-Oeste. Temos que discutir essa matéria, temos que discutir inclusive um problema importante, que é a inserção do setor privado nacional no que diz respeito aos insumos das Forças Armadas. Se nós não tivermos uma indústria de defesa nacional nacional, qualquer tentativa de termos uma força nacional de mobilização básica rápida, que dependa de insumos estrangeiros, basta cortar os insumos estrangeiros que paralisa tudo.

Então a nossa idéia era discutir exatamente esse problema e retomar um tema importante, que eu quero já deixar claro desde logo. Se discute muito a criação, a transformação das Forças Armadas em forças profissionais e que nós deveríamos acabar com o serviço militar obrigatório. Os Senhores têm que lembrar que o serviço militar obrigatório foi a forma pelo qual a República conseguiu inserir as Forças Armadas na Nação. Todas as Forças Armadas que não tem inserção com a Nação sempre se transformaram, basicamente, em corporações quase que autônomas e independentes do próprio país. Nós temos o exemplo da América Latina, de estruturas quase que familiares em termos de Forças Armadas que acabam não tendo uma inserção na Nação, e as Forças Armadas brasileiras, através do serviço militar obrigatório, é o grande nivelador republicano. Você encontra na estrutura das Forças Armadas oficiais de todas as origens de classes sociais no Brasil. Então nós temos que repensar esse problema e lembrar também a questão de como a oficialada brasileira e qual é a perspectiva de inserção social deste oficialado brasileiro, mas também nós temos que lembrar de que neste problema do serviço militar obrigatório ter condições de reformular a própria natureza do trabalho para que ao fim do serviço militar ele tenha alguma formação de reinserção na sociedade civil através de mecanismos profissionalizantes.

Você tem uma agenda imensa disso, mas, para isso, veja bem Senador, se nós resolvermos discutir investimentos nas Forças Armadas sem termos um plano estratégico nacional, você não tem direção do

investimento, ou seja, estabelecido um plano de estratégia nacional, de defesa nacional, que se insira nisso, há identificação de recursos, porque senão vai ficar o seguinte: cada Comandante de Força vai pretender definir os orçamentos das suas forças na perspectiva da arma da origem. Se o chefe militar é da área da Infantaria, ele vai definir as suas defesas na área da Infantaria, porque não tem outro significativo. Então eu quero dizer a V. Ex^a. que nós estamos pretendendo, na próxima semana, já instruir esse grupo, agora vejam bem: nada de planos estratégicos nacionais para serem em tese de doutorado em academia, nada disso. Coisa para ser realizada, ou seja, estabelecer objetivos, definições e depois entrarmos no processo claro. Vamos discutir, por exemplo, a questão do Projeto Aramar, a existência de um submarino no Brasil que tenha propulsão nuclear. A pergunta é essa: porta-aviões interessa a quem? À países de expansão territorial. Interessa ao país? Ou nós precisamos de um submarino atômico, de propulsão nuclear, que tenha condições de dissuadir a concentração de forças nos mares azuis, que são os mares da nossa costa? E se temos isso, se isto for uma decisão política do país, nós precisamos ter o quê? Ter os insumos de mobilização deste instrumento produzidos no Brasil. Utilizarmos claramente o Instituto Técnico da Aeronáutica, o ITA, o CTA, todas aquelas pesquisas que voltam a essa perspectiva. Nós precisamos de aviões de monitoramento? Precisamos, mas aviões de monitoramento, aonde que se faça? Se faça no Brasil. Agora para isso, para tentar ter uma inserção das Forças Armadas no setor privado em termos de infra-estrutura, nós precisamos definir políticas de compras públicas. Ou os Senhores pretendem estimular uma indústria nacional de insumos de Forças Armadas, depois fazer uma licitação do modelo da Lei de Licitações e que venha a concorrência internacional e afasta o produto nacional? Evidente que não vai ter alguém que queira fazer investimento nesse setor. Isso tem que ser pensado, tem que ser discutido e esse é o objetivo desse programa. Eu agradeço a pergunta de V. Ex^a., que era fora da nossa temática, mas possibilitou discutirmos.

Meu caro Senador Heráclito Fortes, não tenha dúvida que as observações todas que V. Ex^a. fez foram anotadas, o problema da comunicação, o problema da Paraíba, de Teresina. Quanto à jornada de trabalho eu referi na minha exposição exatamente uma fiscalização para verificar se não está excedendo a regulamentação, que é o jargão aeronáutico, em termos de stress. As notícias são nesse sentido. Eu já ouvi uma série de pilotos e eles dão notícia de que em determinados momentos esgotou o período da regulamentação, que é o período de trabalho, eles sempre recebem um convite

pela empresa para colaborar com a empresa para levar um voo para tal lugar, isto é o que tem acontecido. Eu exatamente fui fazer o levantamento. Em relação aos pontos de *check-in*, que estão sendo ocupados tendo em vista demandas judiciais, nós fizemos um levantamento dessas demandas e o Ministro da Defesa fará contato com os Juizes exatamente para tentar liberar. Nós temos o caso, por exemplo, em Porto Alegre, você tem a loja da Varig imensa, com oito pontos, que está paralisada, e tem sete pontos que eram da Varig, nos pontos de *check-in*, que é no mesmo sentido. Senador Eduardo Azeredo, sobre a descentralização de voos, nós estamos exatamente trabalhando na desconstituição de Congonhas, ou seja, cada dia com a sua agonia, desconstituído Congonhas como um *hub*, nós trabalhamos então na malha que se estabelecerá em todo o país. O aumento da pista de Congonhas, o Prefeito Cassab está examinando a possibilidade, no lado de Jabaquara, de fazer uma extensão para efeito de ter uma área de escape, que não tem área de escape no aeroporto de Congonhas, daí porque no jargão comum se diz que Congonhas é um porta-aviões, porque não tem área de escape, ou seja, não há possibilidade, mas o nosso Presidente da ANAC também está examinando, nós examinamos agora recentemente numa exposição que foi feita lá em São Paulo, sobre a possibilidade de nas extremidades, numa das extremidades da pista, colocar um tipo de concreto que se chama atolamento, ou seja, se chegar ali ele acaba sendo segurado inclusive com redes de segurança, como aqueles tipos de redes que se usam em porta-aviões para ter garantias de retenção dos aviões.

Está sendo examinado este assunto, que não é caro, inclusive neste sentido. Agora o problema que os Senhores referiram e que foi mencionado pelo Senador Eduardo Azeredo sobre a questão recente das declarações, matérias de jornais, sobre o problema dessas informações que teriam sido prestadas, enfim, do contencioso que emergiu recentemente, foi perguntado pelo Senador Eduardo e pelo Presidente Perillo, eu quero dizer o seguinte aos Senhores: a ANAC, nos autos do processo em que se discutia o problema de Congonhas e que efetivamente dizia respeito à capacidade da pista, ela prestou informações, depois de terem sido concedidas liminares paralisando o uso da pista de Congonhas, foi apresentado, em 22 de fevereiro de 2007, uma petição à Desembargadora do Tribunal Regional Federal de São Paulo, Dra. Cecília Marcondes, este documento, na condição de agravo de instrumento, contra decisão que havia negado a liberação da [ininteligível], foi apresentada uma petição, firmada pelo Dr. Paulo Roberto Gomes de Araújo e Adriana Taricco Ikeda, Procuradores Federais, pedin-

do a reconsideração do despacho e a liberação desta pista. Foram anexados, a este documento, vários documentos, entre eles foram anexadas uma informação suplementar de RBH. Esta RBH-121 era uma RBH que tinha sido elaborada ainda na época do DAC e aí houve a relação desta informação suplementar, do RBH. Nessa informação suplementar menciona-se as questões relativas ao reverso. Então diz lá, nesta instrução suplementar, que a tração de reverso aplicado no motor bom não é considerada na determinação da performance em pista seca, mas é considerada no caso de pista molhada. Diz mais. Recomendações à engenharia de operações: "o operador deve preparar a MEL do operador apresentando a restrição para operação em pista molhada com *antiskid* e/ou com reverso inoperante.

Quando o aeroporto de pouso estiver com pista molhada, a tripulação deve após o toque confirmar a abertura dos *grounds spoilers* e usar o máximo reverso assim que possível", ou seja, neste documento, que foi anexado à petição, consta exatamente as instruções, mencionam as questões relativas ao reverso, que não estavam sendo objeto de discussão preliminar ou principal na demanda judicial. Na petição firmada pelos Srs. Procuradores, diz assim: "assim, está demonstrada a absoluta segurança na operação do aeroporto de Congonhas, quer seja com os laudos anexados pela ANAC, quer seja pela simples leitura dos laudos ora anexados (documento nº II, III, IV, V e VI)". O documento nº II, mencionado na petição, que asseguraria a absoluta segurança do aeroporto, é exatamente esta formação complementar de RBH que foi juntada aos autos. A Juíza de Direito, a Sra. Desembargadora, na decisão do agravo, onde acabou liberando, diz assim: "em condições normais, sem contaminação(F) as aeronaves indicadas na decisão agravada utilizarão menos da metade da extensão total da pista principal, consoante informação prestada pela recorrente nos laudos juntados às fls. 246/271. A fl. 246 é exatamente esse documento. A fl. 271 são outros documentos, ela remencionou a todos. Quando houve esta matéria do jornal Folha de São Paulo e que aparecia uma entrevista que teria sido dada pela Sra. Desembargadora em relação a este assunto, o Ministro da Defesa tomou a cautela de fazer contato com a Presidência do Tribunal Regional Federal de São Paulo, a Dra. Desembargadora Marli, e fiz contato telefônico com a Dra. Cecília Marcondes, e ela informou-me de que teve lá algumas visitas, que lhe foram feitas pela diretora Denise Abreu, que esteve junto com os técnicos da ANAC e que deram informações sobre a segurança do aeroporto, e ela manifestou a sua indignação pessoal a mim, não era matéria de jornal, disse que

se considerava ultrajada tendo em vista aquele fato, ou seja, que ela decidiu com base nos documentos que lhe foram apresentados na certeza de que esses documentos estariam [ininteligível].

A questão é de que eu recebi uma visita do Presidente da ANAC, juntamente com a Dra. Denise Abreu, antes desses contatos, que eu havia solicitado ao Presidente da ANAC a remessa dos autos e ... em matéria de processo os Senhores não de convir comigo que eu conheço um pouco isso, e o fato é que foram me entregues, eu examinei, conversei, ouvi a Dra. Denise, também acompanhada pelo Presidente da ANAC, em que eles mostraram ou pretenderam mostrar de que o tema do processo não era este, o tema do processo não era o reverso, o tema do processo era as restrições de pouso. Eu tomei a cautela de fazer algumas indagações sobre este assunto e verifiquei que no dia 13 de dezembro de 2006 foi organizada uma reunião com os operadores da GOL, da TAM e da BRA sobre exatamente para avaliar e deliberar sobre critérios e parâmetros para a continuidade das operações no Aeroporto São Paulo/Congonhas. Essa reunião se deu no dia 13 de dezembro de 2006. Lá nesta reunião ficou acertado de que um funcionário da ANAC elaboraria estas instruções suplementares, ou seja, redigiria este documento, que acabou acompanhando a petição, esta informação suplementar, a RBH, após receber informações, discussões, etc e etc que seriam feitas com os operadores posteriormente. Em 14 de dezembro, no dia seguinte, foi enviado um e-mail, pela Gol, informando que tinha emitido uma ordem de serviço proibindo o pouso com reversor inoperante em pista molhada independente do tipo de aeronave, no dia seguinte à reunião essa em que se discutiram essa matéria. No dia 15 de janeiro de 2007 foi enviada uma Ata consolidada da reunião a todos os participantes daquela reunião. O que eles decidiram? Ata esta que me foi entregue inclusive pelo Presidente da ANAC.

O documento foi redigido, este documento foi redigido pelos funcionários, enfim, pelos personagens da ANAC, e por determinação, o Dr. Miada, funcionário da ANAC, envia um e-mail àquele cidadão que havia redigido esse texto inicial, essa informação suplementar, e este e-mail diz o seguinte: "prezado Sr. fulano. Por determinação da Dra. Denise informo que esta última versão deverá ser inserida no site da ANAC para dar publicidade". Isto foi feito no dia 31 de janeiro, dia 1º de fevereiro ou 31 de janeiro foi inserido, enfim, no final de janeiro, logo após a determinação, foi inserido no site da ANAC, e daí, de lá para cá, esse documento, pelas informações que eu obtive, que são parciais, que foram tomadas digamos em curto espaço de tempo, não só a partir das conversas da visita que eu recebi do Presi-

dente da ANAC como também da Dra. Denise, mas o que eu verifiquei é que depois da publicação nada teria havido, pelo menos as informações não me constam de que alguma coisa teria havido em relação a esses documentos e que este documento teria reaparecido, estava no site, e que reapareceu acompanhando a petição feita pela Doutora, aliás, a petição feita pela ANAC, inclusive a visita que foi feita pela Dra. Denise à Juíza e a decisão. Em face dessas circunstâncias nós temos o seguinte: do ponto de vista do Ministério da Defesa e do Ministro da Defesa, entende que a questão não está posta em termos qual era o objeto do processo. Efetivamente o objeto do processo era um. A questão está posta de que um documento que não teria sido aprovado, como não teria, não foi aprovado, porque depois do dia 31 de janeiro, data término do projeto, nada foi feito a respeito deste assunto, este documento acabou entrando nos autos do processo para tentar com isso formar a convicção da Juíza sobre a segurança de voo, e em face dessas circunstâncias entende, o Ministro da Defesa, de que deverá ele exercer, e exercerá, o poder que lhe é outorgado pelo artigo 14, § 2º, da lei 11.182, que diz o seguinte: "cabe ao Ministro da Defesa instaurar processo administrativo disciplinar que será conduzido por Comissão Especial constituída de servidores públicos federais e estáveis, competindo ao Presidente da República determinar o afastamento preventivo, quando for o caso, e proferir o julgamento", ou seja, o julgamento é do Presidente da República, o Ministro da Defesa instaura o processo, o processo administrativo, fará o processo administrativo, e durante ou no início, enfim, poderá o Ministro da Defesa, coisa que não está decidida porque não foi instaurado ainda o processo, e farei isto, espero conseguir fazê-lo ainda hoje, se eventualmente for necessário o Ministro da Defesa exercerá também o poder que lhe é outorgado pelo § 2º, solicitando ao Presidente da República eventual afastamento preliminar das pessoas envolvidas no inquérito.

Faz-se necessário a apuração disto tendo em vista exatamente não o objeto do processo, mas tendo em vista que um documento que foi anexado a uma petição feita pela ANAC nos autos do processo, a ele referido expressamente, dizendo "assim está demonstrada absoluta segurança na operação do aeroporto de Congonhas, quer seja com os laudos anexados pela ANAC(F), quer seja pela simples leitura dos laudos ora anexados", ou seja, foi apresentado ao Poder Judiciário brasileiro esta informação suplementar como um laudo da ANAC, não tinha obrigação nenhuma a Dra. Juíza de Direito, a Dra. Desembargadora, de examinar se isto aqui era um documento ainda não oficial ou se tinha ou não tinha sido aprovado, pergunta esta absoluta-

mente desnecessária, considerando que o órgão que apresentava o documento integrando a petição era a própria agência. Então em face dessas circunstâncias, respondendo à pergunta de V. Ex^a., eu comunico que o Ministério da Defesa vai instaurar o processo disciplinar administrativo e vai examinar a conveniência ou não, a necessidade ou não de requerer ao Presidente da República o afastamento preliminar dos envolvidos. Essa é a resposta que eu queria lhe dar, a esse tema, que talvez seja o tema específico sobre o assunto. Eu devo dizer ainda, complementando agora, já mudando de assunto, dizer em relação ao problema do capital nas empresas aéreas brasileiras, que foi mencionado pelo Senador Eduardo Azeredo, de que nós temos o seguinte, vejamos: o Brasil hoje, ele admite até 20% do capital votante estrangeiro nas empresas de aviação. A Austrália admite 49% para as empresas que solicitem ligações internacionais, ou seja, maioria de capital australiano e pode ter 100% nas empresas que operem no âmbito doméstico. O Canadá é 25% do capital votante. O Chile, que é o principal negócio do Chile, estão de acordo. Na China 35%, na Coreia 50%, nos Estados Unidos 25%, no Japão 33%, Malásia 45%, México 25%. Agora vejam bem: a participação do capital estrangeiro não é uma questão ideológica. Têm países tipicamente capitalistas que estão lá em cima e outros embaixo. É uma questão meramente de saber de onde pode haver investidor para atender as demandas. Não podemos conduzir o problema, se deve ou não. O que temos que ter em consideração é saber, os países da União Européia, por exemplo, 100% para as empresas, agora é evidente que a União Européia tem uma característica própria tendo em vista os investimentos que circulam dentro da própria União. O Uruguai tem 49%. A própria China tem 35%, contra o Brasil que tem 20%. O problema não é esse. O problema é admitir ou ter necessidade da captação de recursos externos para investir, para capitalizar essas empresas, e não é um problema ideológico, é um problema de conveniência, de necessidade, é aquela menção que eu referi, qual a melhor solução do problema? Eu estou examinando o assunto para eventualmente participar do processo de discussão aqui. Eu quero mencionar aos Senhores que há vários Projetos de Lei que circulam aqui no Senado, eu já fiz esse levantamento, tem o do Deputado Paulo Otávio, é um projeto de 2004, há um outro projeto que revoga por completo o capital estrangeiro, apresentado pelo Senador Tião Viana, sendo que do Deputado Paulo Otávio, o seu projeto fala em 51%. Já o Senador Tião Viana revoga completamente o dispositivo. Nós temos um outro projeto do Senador Valdir Raupp que trabalha também exigindo somente a concessão dada a pessoa brasileira, com sede no

Brasil, ou seja, conceito não da Constituição de 1988, na sua origem, mas aquele depois da reforma de 1995. Então nós estamos examinando isso para exatamente trazer à discussão o problema e verificar não a partir de que vamos estatizar ou vamos internacionalizar, não é isto, é saber se nós temos recursos para fazer com que possamos sair de um controle absoluto, que temos hoje duas grandes empresas nacionais que operam nesta área civil, ou seja, de alimentar ou não o capital estrangeiro. É esta a discussão que eu queria colocar aos Senhores. Obrigado.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Eu agradeço ao Ministro NELSON Jobim, com a palavra o Senador Eduardo, pela ordem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só um último assunto, uma última pergunta, mas essa eu acho que o Dr. Sérgio Gaudenzi é que pode responder, é sobre Guarulhos, mas antes, Ministro, eu tenho aqui comigo uma publicação agora de agosto com a movimentação dos cem maiores aeroportos do mundo, e ela mostra exatamente como que foi errada a concentração em Congonhas. Congonhas, em 2005, foi o maior crescimento entre todos os cem aeroportos, os maiores cem aeroportos, 26% de crescimento em Congonhas no ano de 2005, sem que o aeroporto estivesse preparado para ser realmente um aeroporto de *hub* ... (2:45:52) aos outros. Agora outra coisa que a gente tira dessa lista aqui é que nós temos que nos preocupar muito, porque Congonhas é o 77º aeroporto em movimento, quer dizer, se o Brasil realmente tiver um desenvolvimento maior, nós estamos muito longe ainda desses aeroportos, tem sessenta e seis maiores em movimento do que Congonhas. Mas, Dr. Sérgio Gaudenzi, é com relação ao terceiro terminal de Guarulhos e a terceira pista de Guarulhos. Tem um esqueleto lá, eu não sei o que é aquele esqueleto que fica lá, tem um esqueleto grande lá em Guarulhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu gostaria de acertar aqui o procedimento em relação às respostas do Presidente da ANAC, Presidente da INFRAERO, até porque nós ainda temos alguns questionadores inscritos, alguns Senadores inscritos para a fase de questionamento ou de debate.

SENADOR ELISEU REZENDE (PFL-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Eliseu.

SENADOR ELISEU REZENDE (PFL-MG): Eu gostaria rapidamente de mencionar que o Ministro NELSON Jobim está dando um exemplo da questão

relacionada com a lei das agências. Fala-se que o mandato dos diretores da agência é um mandato fixo e que o comportamento do diretor está acima de tudo. No entanto, o Ministro NELSON Jobim está lendo a legislação e está dizendo que se por ventura um diretor de agência infringir a regularidade do comportamento da sua função, então cabe um processo administrativo para apurar o caso e, se for o caso, o diretor será afastado. Então nós temos já uma legislação plena que contempla essa questão relacionada com o exercício do mandato dos diretores das agências.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É muito pertinente a intervenção de V. Ex^a.. Com a palavra o Dr. Milton Zuanazzi para responder --

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, não poderia só o Dr. Gaudenzi responder à questão de Guarulhos --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Logo após o Dr. Milton, o Dr. Sérgio Gaudenzi. Com a palavra o Dr. Milton, eu peço brevidade para que todos possam fazer as suas indagações.

SR. MILTON ZUANAZZI: Senador Eliseu Resende, realmente o plano aeroviário nacional é uma deficiência que o nosso sistema nunca cumpriu. Nós haveremos de fazê-lo em tempo breve. O Senhor tem toda a razão, é fundamental. Em segundo, a pergunta do Senador Heráclito. Eu fico devendo Teresina porque trouxe um trabalho parcial, mas prometo a ele e a essa Comissão trazer o restante do trabalho que pega todos os aeroportos da rede INFRAERO o quanto antes. Pergunta do Senador Heráclito também sobre a questão de tamanho e espaço vital. Quando eu fiz essa declaração à imprensa, aliás, eu estava aqui no Senado, há poucos dias atrás, na SubComissão de Marcos Regulatórios, eu disse: a ANAC fez uma pesquisa -- não falei em pesquisa de opinião, nenhum momento -, ela fez uma pesquisa com cinco mil trezentos e seis brasileiros nos vinte e sete Estados e determinou o tamanho dos brasileiros, e concluímos que 5% dos usuários de avião não estão realmente adaptados à atual estrutura da aviação brasileira. Eu não falei em pesquisa de opinião, de confortabilidade e nada, eu falei isso, 5% não estão. Quando nós vamos buscar a legislação sobre tamanho de assentos, só um país até hoje legislou, vocês vejam a complexidade do tema, a Inglaterra, só. A única legislação que tem sobre tamanho de assento é para a evacuação da aeronave, que tem que ser em noventa segundos em caso de acidente, só, a única legislação.

Portanto, os fabricantes colocam o tamanho de assentos conforme esta legislação, esta norma inter-

nacional da OACI. Só a Inglaterra legislou, e a Inglaterra, ao legislar, colocou que o espaço vital para um percentil, talvez essa tenha sido a confusão na minha comunicação com a imprensa, o percentil, que não é o percentual, para um percentil das pessoas abaixo de um metro e noventa, é que seria de vinte e seis polegadas, o espaço vital, não o *spit*(F), mas o espaço vital. O espaço vital que nós pesquisamos em todas as aeronaves brasileiras, o menor que encontramos foi vinte e seis polegadas. Então para quem tem baixo de um metro e oitenta e sete, nesse percentil de 5%, ele está de acordo com o único país que legislou esta matéria, a Inglaterra. O Brasil vai legislar a partir dessa sexta-feira, quinta nós temos a reunião de diretoria, aprovamos a consulta pública, em trinta dias nós vamos iniciar processo de regulamentação desta matéria. Então eu coloquei que acima de um metro e oitenta e sete o percentil era de 5%, e aí evidentemente nós tínhamos que achar uma solução para essas pessoas. E aí não é só a altura, é também índice de massa corporal. As pessoas podem não ser altas e ter índice de massa corporal larga e também não estão confortáveis na aeronave. Esse estudo, Senhores, ele é de antes da ANAC, é lá do tempo do DAC, é um estudo feito pelos técnicos gabaritados em ergonomia, o Brasil tem doutores nessa área, PHDs, reconhecidos internacionalmente, foram eles que fizeram este estudo com todo o critério que os Senhores possam imaginar. Vai estar na consulta pública todo esse estudo para que a opinião pública possa intervir sobre ele. Então não tem nada ali, eu acho, é concretamente, objetivamente, e isso vai nos levar a uma decisão de regular, agora evidentemente que eu, pessoalmente, eu acho que nós temos que regular a confortabilidade para cem por cento dos usuários, não tenho a menor dúvida disso, nenhuma dúvida sobre isso. Demos prioridade, é verdade, aos portadores de deficiência.

O Brasil hoje tem um regulamento para portadores de deficiência em aviões, não tinha, foi regulado faz sessenta dias, demos essa primeira oportunidade às pessoas que não tinham confortabilidade. Foi boa essa pergunta porque eu acho que deixa claro a minha manifestação, e nós vamos buscar sim a confortabilidade da totalidade das pessoas que usam avião no Brasil, com certeza. Eu acho que o Senador Eduardo Azeredo fez questões aí mais focadas na questão INFRAERO, mas na questão internacional, Senador, só para sua informação, agora o próprio CONAC decidiu que nós não devemos mais autorizar vôos para Guarulhos, está na decisão do CONAC, mas nós já não estávamos autorizando. A ANAC, quando participa dessas reuniões bilaterais, tem dito: "qualquer lugar do Brasil, menos São Paulo", porque nós já estáva-

mos com o esgotamento previsto. Há trinta dias atrás o Ministro da Espanha veio defender o aumento de capacidade para a Espanha em São Paulo, nós não demos. A semana passada teve reunião de consulta com o Chile, queria aumento de capacidade para São Paulo, não demos. A Coréia esteve há vinte dias atrás em reunião de consulta, aumento de capacidade para São Paulo, não demos, e oferecemos Minas Gerais, Brasília, Rio, Nordeste, onde quiser voar no Brasil, onde quiser, nós não temos feito nenhuma restrição. As próprias companhias americanas, o nosso acordo bilateral com os Estados Unidos, está completado parte dele, cento e quatro frequências de passageiros, as empresas americanas completaram cento e quatro vôos. As nossas estão, se não me falha a memória, com quarenta e dois somente, tem espaço para as brasileiras. Eles querem aumentar a frequência, não vamos aumentar. "Ah, mas queríamos voar para o Nordeste" Bom, no Nordeste nós podemos conversar, porque fizesse isso ainda na época da CERNAL, da antiga CERNAL, foi feito com a TAP, hoje está tudo regulamentado aqueles vôos para o Nordeste. Então da nossa parte está desde sempre essa iniciativa de apoiar, mas a decisão final é das empresas, não é nossa, elas é que têm que tomar a decisão em cima de demanda de estudos de mercado.

Por último, Senadores e Senador Marconi, eu não tenho nada a acrescentar à posição do Ministro Jobim, muito pelo contrário, eu acho que ele foi absolutamente claro e eu não tenho nenhum problema em nós termos lá um processo administrativo na agência. Aliás, o volume de depoimentos que nós temos dado às CPIs, eu não conheço na história recente das CPIs alguém que já veio seis vezes depor, é o meu caso. Não conheço, francamente, desde que eu me lembro de CPIs, mas quanto fulano de tal foi depor, uma vez, duas vezes no máximo, quando tinha lá um contraditório, que tinha que chamar. Eu já vim seis vezes às CPIs. Parece que a Câmara quer me convocar novamente, mas eu não tenho problema nenhum de ser fiscalizado, mas nenhum mesmo. Eu faço até questão muitas vezes, porque é o que vai julgar a verdade, julgar a honestidade da gente. Então eu não vejo problema nenhum. Eu só tenho um item, que o nosso Procurador, então não é eu que levei esse processo para dentro da Justiça, mas o nosso Procurador Federal em São Paulo, que aliás está depondo hoje aqui na CPI, tem dois diretores da ANAC e um Procurador depondo hoje aqui, amanhã tem mais um diretor, ele diz que esse documento não é o Anexo II que ele se refere na petição, que esse documento que está causando a polêmica está lá no processo como Anexo I-B, que ele sequer se refere, e é até meio estranho,

Anexo I-B, mas é o que ele diz, eu acho que ele deve estar depondo nessa Casa. Evidentemente que um processo administrativo vai limpar essa situação, vai esclarecer isso, por isso que eu não tenho nada contra. Esse detalhe que ele diz que a petição dele ... eu sou um engenheiro, eu não sou Advogado, diz que o que vale é o que está escrito, que a petição de defesa dele não se refere em nenhum momento a esse documento. Isso é o que o nosso Procurador, que fez essa petição, diz. Então muito bem, vamos fazer essa investigação, vamos chegar a esse resultado, de forma que eu estou absolutamente tranquilo, não tenho nada a reparar no que o Ministro colocou. Os dados que o Ministro colocou aqui, as datas, as Atas, são todos corretos, elas aconteceram. Na minha opinião, mostra a grande preocupação que a agência tinha em aumentar as condições de segurança naquele aeroporto antes das obras, naquele aeroporto as obras vão ocorrer a partir de março e nós estamos falando de dezembro de 2006. Na minha opinião isso joga a favor da agência, mostrando o quanto a agência, além da responsabilidade do administrador aeroportuário, tinha preocupações com aquele equipamento, que os nossos técnicos estavam lá estudando alternativas a mais. Mas volto a dizer que tanto o processo feito pelo Juiz Federal, ele não se referia a processo posterior às obras e não se referia ao Airbus-320, esse da tragédia. Então é isso só que eu quero deixar claro aqui e, evidentemente, estamos à inteira disposição desta Casa, desta Comissão ou de qualquer outra Comissão que instrua processos em relação a nós [*soa a campanha*].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Presidente da INFRAERO, Dr. Sérgio Gaudenzi, a quem peço também que discorra rapidamente sobre a questão do Aeroporto de Goiânia, por gentileza.

SR. SÉRGIO GAUDENZI: Senador Eliseu Resende, eu não tenho nenhuma dificuldade para trabalhar com outras áreas de infra-estrutura de aeroportos, sejam elas privadas, estaduais ou municipais. O único dado que deve ser levado em consideração é que dos sessenta e sete aeroportos, dez são rentáveis e cinquenta e sete são deficitários. Então com esses dez rentáveis a INFRAERO pode operar os outros cinquenta e sete. Numa partição é preciso se examinar isso para que a INFRAERO não fique apenas com os que não são rentáveis. Então teríamos que ter um estudo de como se faria isso. Se forem novos aeroportos, a iniciativa privada fazer um aeroporto novo, é uma questão a ser decidida se o país fará isso ou não. Eu, da minha parte, não tenho também preconceito nenhum quanto a um aeroporto privado, isso existe no mundo inteiro e nenhum país deixou de ter o controle, porque

o que interessa aí é o controle do espaço aéreo, ele não deixa de ter o controle do espaço aéreo, se uma iniciativa privada fizer um aeroporto e operar um aeroporto. Apenas na divisão dos atuais é que é preciso ter o cuidado para que nós não fiquemos só com os deficitários e os estaduais e municipais e privados fiquem com os aeroportos que são os que realmente geram as receitas. O senhor manifestou, V. Ex^a. manifestou, Senador, uma preocupação com os custos apresentados nessas planilhas de aeroportos.

Eu também tenho, mas eu acho que nós teremos a oportunidade talvez de reduzir muito esses custos que estavam colocados nas planilhas com outras medidas que podem ser tomadas, por exemplo, a redistribuição de malha pode fazer com que muitas daquelas capacidades esgotadas sejam lançadas muito para adiante, em relação a pátios, pistas e estações de passageiros. Se eu opero um aeroporto durante dez horas de voo, eu preciso de uma capacidade de pátio, mas se eu tenho voos distribuídos num espaço maior, eu posso usar a mesma capacidade de pátio e ter muito mais aviões operando naquele aeroporto. Isso deve valer também para a pista e deve valer também para a estação de passageiros. Eu posso ter um acúmulo muito grande numa hora e estar dimensionando para o pico, quando eu poderia, se tivesse uma distribuição, não dimensionar para o pico. Então provavelmente o que se esgotaria em 2010 poderia não se esgotar em 2010 e aí é uma adequação da malha e dos horários de voos, poderia resolver isso. Além de outros aspectos, por exemplo, com relação aos passageiros, hoje os passageiros tem que ir ao aeroporto com uma hora de antecedência e não sabem se o avião está ou não está atrasado, se sai ou se não sai, mas há uma maneira de se informar ao passageiro do atraso do avião. Hoje com o telefone celular colocado na hora que se compra a passagem, ele pode ser informado por um bip, por uma mensagem, que o voo dele está atrasado e vai ser reprogramado para tantas horas à frente. Ele não se desloca ao aeroporto, então é muito menos gente ocupando o aeroporto, se consegue esvaziar o aeroporto.

Então nós não devemos fazer o dimensionamento sempre para o pior movimento, é preciso dividir mais ao longo do dia. Eu acho que a adequação da malha resolverá em muitos casos o problema. Claro que em outros não, nós vamos ter de fato que fazer os investimentos, mas isso reduzirá, claro, aquela soma que, apresentada como foi, é uma soma de fato astronômica. Ainda sobre isso nós temos possibilidade também de trabalhar eliminando balcões cativos de empresa, sendo balcão da INFRAERO, vai usar o balcão a empresa que vai naquele momento embarcar mais voos.

Então acabaria com a idéia do balcão cativo, por uma medida simples, querer fazer com que todas as empresas operem dentro de um mesmo sistema. Hoje são alguns sistemas que se não se comunicam. Todos num mesmo sistema, nós podemos ter o balcão ... o balcão é de quem vai naquele momento fazer mais embarque. Põe lá a bandeira dele e faz o embarque, Ele pode usar dez posições, doze, cinco, de acordo com o que ele vai embarcar. Então há ainda algum arsenal de medidas que podem fazer com que se jogue um pouco mais para frente essa possibilidade que existe de se ampliar os aeroportos, que sempre é muito mais caro. Há também uma demanda sobre a pista de Guarulhos. A pista de Guarulhos não está sendo feita em regime de emergência, absolutamente. É uma obra programada a pista atual de Guarulhos. Quanto à terceira pista de Guarulhos está ainda em fase de estudos. Eu não posso afirmar agora sobre essa terceira pista, mas existe a possibilidade, os estudos estão sendo feitos e há um deslocamento grande de pessoas naquela faixa, são cerca de seis mil famílias que ocupam hoje a área onde deve ficar a terceira pista de Guarulhos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

E o terceiro terminal?

SR. SÉRGIO GAUDENZI: O terceiro terminal de Guarulhos vai depender muito também dessa adequação da malha, porque há momentos, por exemplo, em Brasília, Brasília tem momentos em que o aeroporto é absolutamente vazio e tem momentos em Brasília em que o aeroporto é absolutamente superlotado. Então é preciso saber se há necessidade de fato do terminal ou se uma adequação poderia, distribuindo os horários, atender, ou se há possibilidade de se fazer um terminal menor ou um uma obra em etapas que sempre é a melhor maneira, fazer um plano diretor geral e depois executar em etapas o plano diretor. Os dispositivos auxiliares de contenção é apenas uma idéia, nós tivemos uma idéia, conversamos com algumas pessoas e, além disso, em aeroportos que têm dificuldade de área de escape, ter esses dispositivos auxiliares de contenção, um concreto facilmente degradável que pode segurar o avião, rede, são apenas idéias, nós estamos trabalhando isso no terreno de idéias, não há ainda a definição vai comprar, quando vai comprar, são possibilidades para aumentar, sempre no caminho da segurança, para aumentar a segurança. Eu não sei se atendi às indagações na minha área, que é a área da INFRAERO.

SENADOR ELISEU REZENDE (PFL-MG): Apenas queria lembrar que a gente sabe que há um determinado número de aeroportos superavitários enquanto quando parte é deficitário. A nossa sugestão seria que, ao invés que a própria INFRAERO fazer esse subsídio

cruzado, as concessões poderão ser concessões remuneradas no caso da grande demanda de tráfego, e aí o Tesouro ou a própria INFRAERO auferiria recursos substanciais que seriam encaminhados aqui ao Congresso Nacional para os investimentos públicos nos aeroportos deficitários. Apenas uma colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Goiânia.

SR. SÉRGIO GAUDENZI: Goiânia, Vitória e Macapá, três problemas. O Tribunal de Contas apresentou, no caso de Goiânia e Vitória, uma solução: uma retenção nas faturas para um acerto posterior, ao final da obra. Essa retenção deve, calculada isoladamente, parece que chega a 20%, mas não é. Trabalhado com os itens próprios essa retenção deve andar na faixa de 3,5% a 4%, é uma retenção razoável para uma obra desse porte. De qualquer maneira o Tribunal já deu a possibilidade das empresas fazerem um outro tipo de garantia, que pode ser inclusive garantia bancária, e com isso não haveria a retenção. A Camargo Corrêa defere começar o de Vitória, é a líder do consórcio, e a Odebrecht, que é a líder do consórcio de Goiânia, deve recomendar o de Goiânia, mas nós fomos surpreendidos hoje com um fato novo, cancelando a licitação de Goiânia. Evidentemente algum Procurador, alguém pediu isso, o Ministério Público, e a INFRAERO vai, através da sua área jurídica, fazer a necessária contestação. É importante realizar essas duas obras. No caso de Goiânia ainda há que se trabalhar com o Governo do Estado sobre a estação de passageiros, mas também não é difícil de se chegar a um acordo rápido. O mais difícil é realmente Macapá, porque a líder do consórcio foi inabilitada para operar com o Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Tenho algumas perguntas a fazer aqui ao Ministro NELSON Jobim. A primeira delas, Sr. Ministro, o Senhor já respondeu de certa forma ao Senador Eduardo Azeredo e também a minha preliminar aqui que diz respeito à regra que limita a participação estrangeira a 20% do capital com direito a voto nas companhias aéreas brasileiras. tem alguns projetos aqui, o Senhor já falou, já discorreu sobre eles, mas eu gostaria que V. Ex^a. mais uma vez expressasse aqui a sua opinião pessoal, eu pediria a sua opinião pessoal com relação a essa questão da limitação, já que eu considero particularmente um anacronismo esse tipo de limitação da participação de capital estrangeiro na melhoria da nosso sistema aeroportuário. Sr. Ministro, quando analisamos as tendências de crescimento da demanda por transporte aéreo ao longo dessa década e cotejamos com a expansão da infra-estrutura de apoio à navegação aérea, em especial com relação ao número de controladores de vôos, vemos um claro des-

compasso entre as taxas de crescimento da primeira e da segunda, sendo essa última muito menor. V. Ex^a. já falou um pouco disso, mas era bom essa resposta. Pergunto a V. Ex^a. por que houve esse descompasso? Houve falha de planejamento que não considerou o incremento da demanda que vem acontecendo desde o início da década ou houve adequado planejamento de expansão, mas os recursos necessários para a sua plena implementação foram contingenciados? Onde na opinião de V. Ex^a. se localizou o problema? Ao longo dos últimos dez meses, marcados pelos dois piores acidentes da aviação civil brasileira, tem sido noticiado pela imprensa e comentado no meio aeronáutica sobre a existência de buracos negros no sistema de fonia e dos radares do CINDACTA. Como V. Ex^a. se posiciona em relação aos comentários? Quais são as diretrizes estabelecidas no âmbito do Ministério da Defesa para modernização de todo o sistema se comparados ao sistema de radares de outros países com a mesma intensidade de fluxo de aeronaves no Brasil? Como V. Ex^a. classifica o grau de eficiência e eficácia do nosso sistema? Como V. Ex^a. vê a distribuição do orçamento destinado à infra-estrutura aeroportuária brasileira?

O acidente com o Airbus da TAM guarda semelhança com o acidente com o Fokker 100 da mesma companhia em 1996, quando se considera que em ambos os casos as tripulações podem ter sido induzidas ao erro por falta de orientação prévia em relação à operação das aeronaves em determinadas condições de emergência. Nem a Fokker considerou necessário o treinamento dos pilotos para situação de abertura do reverso em decolagem e nem a Airbus considerou necessária a emissão de salvaguarda(F) internacional depois dos acidentes nas Filipinas e em Taiwan. Quais as providências que o Governo brasileiro tomou ou está tomando no sentido de chamar aos fabricantes das aeronaves a responsabilidade? O que o Ministério da Defesa tem feito juntamente com os Governos estaduais e prefeituras para evitar que os aeroportos continuem a ser cercados pelo crescimento desordenado das cidades, como ocorreu em Congonhas e tem ocorrido em vários outros aeroportos brasileiros como Guarulhos, Brasília, Goiânia e etc? Recentemente o Governo Federal afirmou que investiu em reformas nos aeroportos com a preocupação de proporcionar conforto ao passageiro em detrimento da segurança. O que V. Ex^a. tem planejado para voltar a priorizar a segurança e qual o montante necessário na sua opinião para atender a esse critério? E, por último, Sr. Ministro, qual a decisão tomada pelo Governo quanto à manutenção do controle de tráfego aéreo sob a responsabilidade civil ou militar? Eu acho que essa é uma pergunta que preocupa aos brasileiros. Ao Pre-

sidente da ANAC, também a sua opinião com relação a essa limitação de capital estrangeiro, gostaria que V. Ex^a. explicasse em detalhes de que forma a ANAC fiscaliza a manutenção realizada pelas companhias aéreas em suas aeronaves, que itens encontrados em não conformidade na inspeção de determinada aeronave já impediu alguma de voar, especificamente é seguro, é possível pelos regulamentos da ANAC em recomendar voar com o reverso inoperante? A ANAC tem um quadro que mostra as deficiências, a exemplo de reversos inoperantes, das aeronaves utilizadas no transporte aéreo de passageiros, principalmente no regular? As empresas são obrigadas a adquirir os pacotes de atualização de software e equipamentos de segurança oferecidos pelos fabricantes das aeronaves? Em caso de resposta negativa, gostaria que V. Ex^a. explicitasse o motivo.

Por fim, V. Ex^a. acredita que se a TAM houvesse adquirido as atualizações oferecidas pela Airbus, que alertam o piloto acerca das posições incorretas dos manetes de aceleração, a tragédia com o voo 3504 quatro poderia ser evitada? Se a aeronave presidencial não voa com o reverso travado e possui um manual de segurança diferenciado das aeronaves civis, segundo declarações do Comandante da Aeronáutica, por que a ANAC não estabeleceu restrição semelhante para as aeronaves civis, sobretudo para as que operam no aeroporto de Congonhas? V. Ex^a. poderia nos apresentar um relato sintético das inspeções e diligências realizadas pela ANAC junto às companhias de aviação civil, sobretudo quanto aos aspectos de treinamento da tripulação e condição técnica de equipamentos? E ao Presidente da INFRAERO também alguns questionamentos. Ante a crônica incapacidade do Governo expandir ou mesmo manter adequadamente a infraestrutura de transportes sob a sua responsabilidade, aliás, para todos os demais modos de transportes, não só no caso do aéreo, a concessão dos aeroportos tem sido aventada, concessão, como uma nova fonte de recursos para atender as necessidades de expansão da infra-estrutura aeronáutica. V. S^a é favorável a essa alternativa? Se não de que forma você seria pretende resolver a questão do financiamento da expansão aeroportuária ante o histórico de sucessivas restrições orçamentárias para o setor? Caso V. S^a concorde com a idéia da concessão, gostaria que nos informasse sobre a macroformatação que poderia ser dada a esse processo. A INFRAERO seria vendida em sua integridade ou separadamente por aeroportos? Qual a opinião de V. S^a sobre os subsídios cruzados na gestão aeroportuária? V. Ex^a julgaria justo e razoável dizer que existe uma verdadeira teia de corrupção no âmbito da INFRAERO, sobretudo no que tange aos contratos para

aperfeiçoamento da infra-estrutura dos aeroportos? V. Ex^a. tem ciência das denúncias veiculadas na imprensa e dos processos judiciais ligados ao tema? Quais as medidas de curto, médio e longo prazo para evitar superfaturamentos já traçados desde a sua nomeação que é recente? Dos sessenta e cinco aeroportos brasileiros, a INFRAERO tem noticiado que apenas dez possuem superávit de operação. De que maneira V. Ex^a. pretende privatizá-los, se for o caso, sobretudo quando se considera que normalmente se privatiza o que necessita de investimento? Com a palavra o Senador Augusto Botelho para as suas considerações e depois o Senador Flexa Ribeiro, caso ainda se interesse.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Sr. Ministro NELSON Jobim, Sérgio Gaudenzi da INFRAERO e Milton Zuanazzi da ANAC. Esses três parâmetros que o Ministério da Defesa está dotando de segurança, regularidade e pontualidade, vão de acordo com o que os usuários do sistema aéreo querem. É isso que todo mundo quer. Se pudesse acrescentar o item conforto, é lógico que todos querem isso também. Eu vou só fazer uma consideraçãozinha do controle de tráfego aéreo. A maioria dos países têm um sistema de controle de tráfego aéreo militar e outro controle de tráfego aéreo civil. O nosso é misto, é feito por militares e por civis e isso inclusive diminuiu o custo, que o nosso país é muito grande, o nosso sistema é muito caro, se você fosse ter dois sistemas separados o investimento seria duplo, um para a civil e um para a militar. Eu creio que esse sistema, para nós, é o mais adequado, e V. Ex^a. falou que não quer idealizar o fato, botar ideologia no meio, então eu acho que nós vamos continuar, no meu ponto de vista nós continuaremos dessa forma, porque é a forma mais viável do ponto de vista econômico para o Brasil. A minha pergunta que eu queria lhe fazer é a respeito da privatização de aeroportos, mas V. Ex^a. já respondeu bem em relação ao Senador Resende, disse que sua opinião é de acordo com a necessidade. Se o país tiver recursos para fazer o que for necessário, que o país faça. Se não houver a gente partiria para uma PPP ou uma privatização. Então era essa a minha maior dúvida que eu tinha, mas V. Ex^a. já respondeu ao meu questionamento, era a respeito da privatização que o Senador novamente voltou a puxar o assunto, o Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, como último orador debatedor inscrito e pediu a palavra por um minuto, Ministro Jobim, o nosso querido Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, eu não sou membro da Comissão de Infra-Estrutura, mas dada a rele-

vância e a importância do depoimento das três autoridades, considerarei importante ouvi-los aqui. Quero cumprimentar o Presidente da ANAC, Milton Zuana-zzi, pela maneira como se conduziu, o Presidente da INFRAERO, Sérgio Gaudenzi, e ao Ministro Jobim, gostaria de também cumprimentá-lo e dizer uma observação, porque ouvi de alguns Senadores “mas como é que o Ministro da Defesa está dedicando tanto tempo a essa questão dos aeroportos e tudo, e todas as demais áreas e tal?”. Mas na sua exposição, V. Ex^a. mostrou, mesmo nesta sessão que é para falar das condições aeroportuárias do Brasil, de sua visão mais ampla, inclusive nos aspectos da defesa. E eu quero dizer que considero mais do que natural que V. Ex^a. tenha dedicado este período, desde quando assumiu, à questão aeroportuária, ainda mais diante do grave acidente que aconteceu, do que o procedeu, então que tenha V. Ex^a. tomado as iniciativas e estado presente nos aeroportos e mostrando que quer realmente colocar todas as suas energias para superar o problema, eu acho que o faz com correção. A pergunta que eu gostaria de fazer sobre o Ministério da Defesa ficará para a outra oportunidade no que diz respeito aos aspectos das áreas da Aeronáutica, do Exército, da Marinha. Portanto, Presidente Sérgio Gaudenzi, cumprimento os três pela exposição e à Comissão de Infra-Estrutura, V. Ex^a., Senador Marconi Perillo, faz as perguntas adequadas, cuja as respostas quer ouvir também. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a V. Ex^a. pelo poder de síntese e pela contribuição --

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E ainda, só acrescentar que achei correta, equilibrada e responsável a decisão anunciada há pouco pelo Ministro NELSON Jobim relativamente à questão também mencionada pelo Presidente da ANAC sobre problema havido ali que está exigindo uma apuração melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): -- Com a palavra o Ministro NELSON Jobim para as suas considerações finais.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Sr. Presidente, com relação às suas perguntas, que estão articuladas, nós estamos preocupados com o número de controladores exatamente naquela perspectiva que eu referi da formação de novos controladores agora em 2007 e ainda a programação de 2009, dentro da linha de não examinar por hora a questão se é militar ou civil. Nós temos que examinar o funcionamento do sistema e, na medida em que tivermos um funcionamento do sistema adequado, aí nós poderíamos pensar eventualmente nessas situações todas de conveniência, mas agora não há tempo para isso, e não tendo tempo para isso,

eu ainda não tenho condições e nem me detive ao assunto, considero o assunto a ser examinado a futuro. Segundo, a participação estrangeira. Eu entendo que nós poderíamos tentar por hora aumentar de 20% para 49%, ou seja, de 20% para 49%, não chegarmos a... porque aí nós estaríamos viabilizando a capitalização eventual dessas empresas. Têm empresas que estão abrindo capital, então teríamos condições de capitalização dessas empresas na medida de 49%. Então eu soltaria como medida de pensar o tema na perspectiva de chegarmos a 49%. Concessão de aeroportos. Não há dúvida que é uma solução que poderá ser posta como forma pelo qual ... vejam que o eminente Senador Eliseu Resende refere a concessão dentro de uma mecanismo similar ao mecanismo da ANATEL, ou seja, similar ao mecanismo da telefonia, em que se concedia as duas pontas do problema. É uma questão a ser examinada e na perspectiva da necessidade dos recursos. Havendo necessidade, caminharia, e é um modelo que seria montado considerando as necessidades e não a partir de um pressuposto inicial, mas eu não tenho nenhuma restrição de caminhar para eventuais concessões.

Quanto aos buracos negros do sistema de fonia e dos radares do CINDACTA, em relação ao CINDACTA nós já estamos examinando toda a situação, e das fonias nós vamos examinar, não tive ainda tempo, não tivemos tempo de examinar, de pedir providências para verificar essas mensagens, e aí eu prometo trazer a V. Ex^a. uma radiografia da situação. Quanto a chamar os fabricantes das aeronaves à responsabilidade com relação ao acidente da Airbus, nós temos que aguardar as investigações, ou seja, trabalha-se com várias hipóteses, tanto a parte da aeronáutica que fiscaliza, agora temos que lembrar o seguinte: a responsabilidade civil e criminal é apurada nas investigações de natureza judicial, ou seja, promovidas pelo Ministério Público e Autoridade Policial. As investigações que são feitas pelo CENIPA, são investigações que visam identificar as causas para definir providências futuras e adequar o sistema para evitar aquela causa. Então nós temos que lembrar que o CENIPA não busca responsabilidade, o CENIPA busca causas para baixar instruções ou ordens, enfim, agora evidentemente que se aparecer nesse conjunto das investigações sob a responsabilidade a cargo do Poder Judiciário, é uma questão que será examinada pelo setor competente. É bom não confundir o Ministério da Defesa com a Autoridade Judiciária. Não somos Autoridade Judiciária. Eu já fui Autoridade Judiciária, mas agora eu já não sou mais. Autoridade Judiciária, Poder Judiciário, são os órgãos competentes, não podemos intervir, não devemos intervir e a Constituição impede que o faça

tendo em vista a independência e autonomia dos Poderes. Isso é tema a ser evidente de que o Ministério da Defesa colaborará com toda a transparência com as Autoridades Judiciárias com relação à apuração das responsabilidades, agora chamar fabricantes de aeronaves vai depender exatamente do resultado da investigação para saber de onde é que está a eventual responsabilidade do assunto.

Quanto ao crescimento desorganizado das cidades, isso aqui é o problema relativo a Congonhas, é o exemplo mais clássico, e eu quero chamar a atenção do seguinte: há sistemas de controle de espaço de aproximação, os chamados ILS, cujo um deles, que é o III, que é aquele que pega o avião no ar e bota no chão, que não tem condições de se operar, por exemplo, em Congonhas, porque não tem reflexão, face a existência das cidades. Então o que nós estamos fazendo? A INFRAERO está levantando o problema desses aeroportos, que ainda têm condições de paralisação das cidades, para exatamente obter uma legislação que impeça a aproximação, ou seja, faça uma área de recuo para efeito de lembrar que aeroporto não é só o espaço, precisa também dos vetores de reflexão das rádios para conseguir operar com determinados instrumentos. Quanto à priorização de segurança, é exatamente o que estamos fazendo. Nós estamos priorizando a segurança e deixando, por hora, o problema do conforto, pois o maior conforto é ter segurança, mesmo que se sofra em relação a isso. Quanto ao controle do tráfego aéreo civil ou militar, é aquilo que eu lhe referi, é uma matéria que agora eu não estou examinando, realmente não estamos examinando, eu espero que dentro de pouco tempo nós possamos encerrar esse problema, digamos encerrar não, mas normalizar o problema da aviação civil, que a temperatura já se reduziu bastante, para efeito de que o Ministro da Defesa possa tratar também da questão das Forças Armadas que é um assunto realmente importante, que é aquilo que eu estou chamando o plano estratégico de defesa nacional.

Muito obrigado, eu agradeço ao Sr. Presidente, quero agradecer a gentileza que tiveram conosco, comigo em especial, e todas as manifestações dos eminentes Senadores, inclusive o Senador Botelho, que tem a lucidez, a compreensão do problema em que vivemos. O fato é que nós precisamos ter imensa perspectiva e parece que isto ficou claro, nós precisamos lembrar que isto não é questão partidária, é uma questão do interesse nacional, e daí porque eu verifiquei a colaboração do eminente Senador Heráclito Fortes, um forte opositor ao Governo atual, mas este tema não é um tema que seja posto em termos de Governo e oposição. É um tema posto em termos

de conseguirmos continuar fazendo oposição e Governo com o funcionamento tranquilo da malha aérea. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço a manifestação do Ministro Jobim e concedo a palavra ao Dr. Sérgio Gaudenzi, Presidente da INFRAERO.

SR. SÉRGIO GAUDENZI: Sr. Presidente, Exmos. Srs. Parlamentares. Eu anotei duas questões. A primeira eu acho que já atendida na fala do Ministro NELSON Jobim, quanto à privatização ou não privatização ou a venda de aeroportos. Eu acrescentaria apenas que há uma outra modalidade que pode também atender em parte à necessidade dos recursos, que seria a abertura de capital da empresa que também deverá ser discutida, pode ser também um caminho nessa discussão. A outra questão diz respeito ao que se chamou a teia de corrupção na INFRAERO. Sobre esse assunto o Ministro Jobim encaminhou um aviso ao Ministro Jorge Hage, da Controladoria Geral da União, pedindo uma permanente ação da Controladoria na INFRAERO. A INFRAERO não pode, não poderia ser objeto de investigação pela Controladoria porque ficando no Ministério da Defesa ela estaria imune, mas o Ministro Jobim achou, e claro, eu conversei com o Ministro Jobim, que seria tranquilo para nós termos todo o tempo a Controladoria ao lado da nossa Controladoria própria da INFRAERO acompanhando o trabalho da Casa. Isso evidente que é uma prevenção a mais com relação a possibilidades de ocorrências futuras de casos de corrupção. Com relação ao passado, esses casos já estão sendo investigados pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas e pelas CPIs do Congresso. Então é uma parte do passado que já está em andamento e agora a novidade nessa área é que nós teremos um acompanhamento permanente da Controladoria Geral da União dentro da INFRAERO.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço ao Dr. Sérgio Gaudenzi pela presteza nas informações e também o cumprimento pelas deliberações e pelas providências já adotadas. Com a palavra o Presidente da ANAC, Dr. Milton Zuanazzi, para a conclusão dessa Audiência Pública.

SR. MILTON ZUANAZZI: Senador, em relação à primeira pergunta eu vou abdicar aqui, de estar o Presidente da ANAC, limitação do capital estrangeiro, eu vou falar pessoalmente, porque a ANAC não tem uma posição sobre isso. Eu já manifestei na linha que o Ministro Jobim aqui manifestou, eu acho que 20% é muito conservador, é muito restritivo, e nós poderíamos partir para 49% de capital para inclusive verificarmos o ingresso desse capital, se poderiam

aportar nas empresas brasileiras para que a gente aumentasse a concorrência, essa é a minha posição. Quanto à questão do reverso, Senador, se existe algo que não é consenso na comunidade da aeronáutica é esse tema. O Senhor lembra que nós tivemos um acidente, em 1996, também partindo de Congonhas, cujo o resultado daquela investigação foi que um reverso abriu na decolagem, estavam os dois reversos, um abriu, quando ele não deveria abrir. Então nenhum fabricante coloca no seu Master MEL, no seu manual mínimo de equipamentos mandatórios, nenhum fabricante, inclusive nem a EMBRAER, a obrigatoriedade da utilização. As empresas, no seu MEL, daí já é para âmbito da empresa que é onde a ANAC e as autoridades de aviação fiscalizam, ela, de acordo com o seu Master MEL, que é o manual do fabricante, certificado pelo país fabricante, ela coloca questões que ela pode ser mais conservadora que o Master MEL, mas não menos, não mais ousada.

Então, por exemplo, se o avião do Presidente da República está mais conservador que o Master MEL do Airbus 319, que é o avião do Presidente, isto pode. Mais conservador ainda. Se a empresa área disser “eu não voo em pista tal”, o fabricante diz que ele pode voar, mas se ele quiser ser mais conservador, isso lhe é permitido, o que ele não pode é ao contrário, as suas especificações operativas ser superior àquilo que está determinado pelo fabricante. Quanto à questão das atualizações que a Airbus remete, a própria TAM comunicou que vai fazer essas atualizações. Quando ela remete como obrigatoriedade, vem portanto da autoridade certificadora, ela comunica a autoridade brasileira, hoje a ANAC diz: “olha, a partir deste momento passa a ser obrigatório ou mandatório o seguinte item nas aeronaves”. Nós a partir daquele momento expedimos uma determinação como mandatória. Isso não chegou para nós da Airbus, esse mandatório em relação ao reverso, não chegou, mas nada impede que a TAM ou qualquer empresa que opere esta aeronave venha a adotar isso como a sua regra obrigatória. Quanto às inspeções e diligências que nós estamos fazendo nas empresas, eu lhe mando, peço até que a minha assessoria providencie, isso está pronto, que nós entregamos às duas CPIs, mande as inspeções e diligências que temos feito.

Este ano, por exemplo, na TAM, nós já fizemos duas, antes do acidente, duas auditorias, duas auditorias no sistema de manutenção. Agora evidentemente que o Senhor perguntou como que nós fazemos, fazemos por amostragem ou por denúncia, como qualquer órgão que faz a responsabilidade de fiscalização sobre aquele que tem responsabilidade primária, seja um Conselho Regional de Medicina com relação ao

Médico, seja a ANTT em relação aos ônibus, seja a ANAC em relação à empresa área. Quem tem a responsabilidade primária pela segurança operacional é a empresa quando ela recebe o CHETA – Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo. Por isso o CHETA, para nós, é o começo de tudo, por isso é demorado. A empresa que conseguiu um CHETA mais rápido no Brasil levou nove meses, foi a Gol. Tivemos um episódio, Varig, mas aí foi a transferência da antiga Varig para um nova, que levou em torno de cinco meses e meio. Mesmo assim os Senhores devem recordar que nós éramos muito pressionados para liberar o certificado da nova Varig e nós dizíamos: “só vamos liberar na hora que a nova empresa mostrar que está apta primariamente a ser responsável por todos os itens mandatórios de segurança operacional”. É assim que funciona. Agora evidentemente que nós vamos ter mais agilidade em CHETA e maior fiscalização quanto mais gente qualificada tivermos para fazer esse trabalho. Agora, com isso eu encerro, Senador, é seguro sim voar no Brasil. O Brasil não está fora das normas, dos padrões internacionais, o nosso sistema de fiscalização é em cima dessas normas, nenhuma empresa brasileira opera fora dessas normas, não recebe a certificação para operar se não estiver de acordo com as normas internacionais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu quero antes de encerrar agradecer mais uma vez ao Exmo. Ministro de Estado da Defesa, o Dr. NELSON Jobim, ao Dr. Milton Zuanazzi, Diretor Presidente da ANAC, ao Dr. Sérgio Gaudenzi, Presidente da INFRAERO, pela gentileza de terem comparecido à convite desta Comissão para a audiência pública de hoje, ficamos aqui quase quatro horas debatendo um assunto de extremo interesse para o Brasil, para a sociedade brasileira, e tenho certeza que todos, não só o Senadores, mas todos os que nos acompanharam pela TV Senado, pela Rádio Senado, por certo estarão mais aliviados a partir de hoje, tendo em face as medidas, as providências austeras, o planejamento que começa a ser definido a partir das muitas iniciativas que já estão sendo adotadas ou que foram anunciadas nessa Audiência Pública de hoje. O que o brasileiro quer é conforto nos vôos, o que o brasileiro quer é cumprimento dos horários, pontualidade e, sobretudo, o que o brasileiro quer é segurança nos vôos.

Eu acho que essa audiência de hoje serviu muito para que nós pudéssemos de certa forma nos tranquilizarmos em relação às providências já tomadas e as que estão sendo adotadas a partir de agora. Sr. Ministro, essa Comissão está à disposição de V. Ex^a., está à disposição da ANAC, da INFRAERO, para o aprimora-

mento da legislação no sentido de efetivamente eliminarmos alguns gargalos ou acrescentarmos algumas iniciativas que possam efetivamente colaborar com a melhoria substancial da aviação no Brasil.

Muito obrigado a todos que compareceram, está encerrada esta sessão extraordinária.

Sessão encerrada às 14h10.

Ata da 27ª reunião ordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de agosto de 2007, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa – Anexo II.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Silhesarenko, Delcídio Amaral, Ideli Salvati, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, João Ribeiro, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Garibaldi Alves, Geraldo Mesquita, Demóstenes Torres, Jonas Pinheiro, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo**. Presentes também os Deputados Federais Lincoln Portela, Luciana Costa, Milton Monti e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência lê o Ofício nº 233/07-GSJT, datado de 28 de agosto de 2007, subscrito pelo senhor Thalís Murrieta, Assessor Técnico do Senador João Tenório, informando que Sua Excelência solicita a retirada do item 2 da pauta da reunião ordinária do dia 28 de agosto de 2007, em que o mesmo é relator. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: **Item 1 – Não Terminativo – Mensagem do Senado Federal nº 100, de 2007 – “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Miguel de Souza, para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Valdir Raupp, que apresenta relatório em que a comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação**. A Presidência convida o indicado, senhor Miguel de Souza, para tomar assento à mesa dos trabalhos, bem como o Diretor-Geral do DNIT, Senhor

Luis Antônio Pagot. Em seguida, a Presidência passa a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir seu relatório. Usam da palavra para sabatar o indicado os senhores Senadores João Ribeiro, Serys Silhesarenko, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Romeu Tuma e Expedito Júnior. Foram designados para escrutinadores os senhores Senadores Delcídio Amaral e Flexa Ribeiro. A indicação é aprovada com 20 votos “sim”, 01 voto “não” e nenhuma abstenção, num total de 21 votos. **Item 2 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007 – “Modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação da matéria, com uma Emenda que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator.** **Item 3 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 121, de 2006 – “Altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta relatório pela prejudicialidade da matéria. A apreciação da matéria é adiada.** **Item 4 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei da Câmara, nº 64, de 2005 – “Altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989”, de autoria do Deputado Ricardo Izar, tendo como relator o Senador Eduardo Azeredo, que apresenta relatório pela aprovação da matéria, com as Emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada.** **Item 5 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei da Câmara, nº 67, de 2005 – “Dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001”, de autoria do Deputado Roberto Balestra, tendo como relator o Senador Eliseu Resende, que apresenta relatório pela aprovação da matéria, com as Emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada.** A Comissão aprova, **extrapauta, o Requerimento nº 50, de 2007-CI**, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “requer seja convidado o Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, senhor Sérgio Gaudenzi e

o Procurador da República do Estado de Goiás, Senhor Hélio Túlio, para participarem de debate no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Aeroporto da Cidade de Goiânia, cronograma e esclarecimentos quanto ao processo licitatório. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às quinze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

– Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Serviços de Infra-estrutura da 1ª Sessão Legislativa ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da Leitura da Ata da Reunião anterior. Srs. Senadores e Sras. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há Requerimento sobre a Mesa, que passo a lê-lo. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias: Item 01, não terminativo. Mensagem do Senado, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Miguel de Souza para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, DNIT. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Valdir Raupp. A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre indicação, em função do relatório que já foi apresentado. Convido para tomar assento à Mesa dos trabalhos o indicado, Sr. Miguel de Souza. Tenho a honra de convidar também para compor a Mesa, com muita honra, a Diretor-Geral aprovado por essa comissão, Dr. Pagot. Caso esteja presente, eu gostaria que ele comparecesse. Ele está aí? Concedo a palavra ao ilustre Senador Valdir Raupp para proferir o seu parecer. Convido para compor a Mesa o Senador Delcídio Amaral, nosso ilustre Vice-Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, o Senador Valdir Raupp está vindo para a Comissão, já está aí na CAE e já mandaram... Ele pediu para avisá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ele estava aqui na porta agora-- [soa a campainha].

Suspendo a Sessão por três minutos, até que chegue a essa Comissão o ilustre Senador Valdir Raupp.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Reabro a presente Reunião Or-

dinária da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, aliás, Extraordinária. Requerimento sobre a Mesa, de iniciativa do Senador João Tenório, que solicita, na condição de Relator da matéria, a retirada do Projeto de Lei nº. 18 do Senado da República. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senhores Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Requerimento de minha autoria, nos termos do Regimento, requer convidar o Presidente da INFRAERO e o Procurador da República, de Goiás, Hélio Telho, para participarem de debate, no âmbito dessa Comissão, sobre o Aeroporto de Goiânia, cronograma e esclarecimentos quanto ao processo licitatório. Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. Aprovado. Concedo a palavra ao ilustre Senador Valdir Raupp, relator da matéria, referente à indicação do Dr. Miguel Souza para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, para proferir o seu relatório. Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente Marconi Perillo-- [soa a campainha].

Sras. e Srs. Senadores, senhor indicado ao cargo de Diretor do DENIT, Deputado Miguel de Souza. *“Sr. Presidente, o Sr. Presidente da República, por meio da mensagem nº. 100/2007, nº. 418/2007 na origem, submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Miguel de Souza para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT. A criação do DNIT autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes deflui da Lei nº. 10.233, de 05 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestres, cria o Conselho Nacional de Integração de Política de Transporte, a Agência Nacional de Transporte Terrestre, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes e dá outras providências.*

A mencionada Lei, ao instituir um novo modelo para a política nacional de transportes, determinou a extinção de empresas e órgãos entre os quais o antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, cujas atribuições foram absorvidas pelo DNIT. Em decorrência da medida provisória nº. 2.217, de 04 de setembro de 2001, que alterou a Lei 10.233 de 2001, as nomeações dos Diretores do DNIT passaram a depender da aprovação do Senado Federal. A indicação em apreço obedece, assim, aos termos do art. 52, inciso III da Constituição Federal, que atribuiu

competência privativa a esta Casa Legislativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares dos cargos anunciados na Lei Maior e de outros que a Lei determinar.

Nos termos no art. 88 da Lei 10.233 de 2001, são requisitos para o exercício do cargo Diretor do DNIT ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetos, atribuições e competências do Departamento, elevado conceito no campo de suas especialidades. Apensando a indicação, o vasto currículo que acompanha a mensagem presidencial demonstra amplamente a satisfação desses requisitos profissionais. Nascido no dia 25 de dezembro de 1953, na cidade de Cubati, Paraíba. E graduado em engenharia civil, em 1979, pela Universidade Federal da Paraíba, o Sr. Miguel de Souza, ao lado de uma profícua experiência empresarial em sua área de formação, tem desempenhado destacadas funções públicas, sobretudo no Estado de Rondônia, onde foi eleito Vice-Governador para o mandato de 1999 a 2002, tendo exercido interinamente a governadoria de dezembro de 2001 a janeiro de 2002. Além dos mais altos postos do Poder Executivo do Estado de Rondônia, exerceu, em 1997, o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas e Rodagem, DER, no meu Governo, Governador Marconi Perillo; o Miguel foi Secretário do meu Governo. E foi titular, entre 1999 a 2001, de várias Secretarias, como a da Agricultura e Abastecimento; da Indústria e Comércio; Minas e Energia; da Segurança, Defesa e Cidadania; e da Agricultura, Produção e Desenvolvimento Econômico e Social. Participou, inclusive, na condição de palestrante, de inúmeros seminários, conferências e congressos, no Brasil e no exterior, em especial nas aéreas de agricultura, desenvolvimento regional e transportes. Na vida partidária, também ostenta posições de relevo; ocupou cargos diretivos nas agremiações às quais se afiliou; o PTB, entre 1988 e 1997; o PFL, entre 1997 e 2003. E, desde então, o PL, partido pelo qual exerceu o mandato de Deputado Federal, entre 2003 a 2007, tendo assumido vários postos de liderança partidária na Câmara dos Deputados. Como se nota"... Uma correção aqui, q não é mais é PL; é PR. "Como se nota, o currículo do Sr. Miguel de Souza não apenas preenche, como ultrapassa os requisitos legais para a sua nomeação e, desta forma, considerando-o plenamente credenciado para exercício do cargo para o qual foi indicado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, submetendo sua escolha, constante da mensagem de nº. 100/2007, à apreciação desta Comissão."

Portanto, Sr. Presidente, o nosso parecer é que o Dr. Miguel de Souza está em condições de ser apreciado por essa Comissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Apreciado e aprovado.

[risos].

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Apreciado e aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra ao ilustre Sr. Miguel de Souza, para a sua exposição.

[soa a campanha].

SR. MIGUEL DE SOUZA: Exmo. Sr. Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal; Exmo. Sr. Senador Valdir Raupp, ilustre Relator da minha indicação para o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisas do DNIT, a quem eu estendo os meus cumprimentos pelo trabalho realizado; Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores que integram essa Comissão. Inicialmente, quero agradecer o Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, Senador Alfredo Nascimento, pela indicação de meu nome para exercer o cargo para o qual eu estou sendo aqui sabatinado. Agradeço igualmente ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo acolhimento da minha indicação. Estendo também meu cumprimento ao líder do Partido da República aqui nesta Casa, o Senador João Ribeiro, bem como a todos os Senadores integrantes da bancada do meu partido. Por fim, deixo aqui o meu abraço e reconhecimento ao grande líder do Partido da República na Câmara dos Deputados, o Deputado Luciano Castro, bem como a todos os Deputados integrantes daquela prestigiada bancada, cujo apoio foi fundamental para a indicação do meu nome.

Antes de tecer alguns comentários relativos à minha proposta de trabalho para contribuir para a melhoria da infra-estrutura de transportes nacional, gostaria de me apresentar: Sou Miguel de Souza, paraibano, radicado há quase três naquele Estado de Rondônia, onde tenho desenvolvido toda a minha atividade política e empresarial, engenheiro civil de produção, ocupei diversos cargos técnico-administrativos, tanto no setor público, quanto no privado. Exerci os cargos de sócio-diretor administrativo de empresa de engenharia e de Secretário Estadual de Rondônia, em quatro partes distintas, culminando com os honrosos postos, no período de 99 a 2002, de Vice-Governador e Governador interino. Mais recentemente, o povo rondoniense atribuiu-me o mandato de Deputado Federal da Legislatura 2003/2007. Não posso deixar de ressaltar também que, quando à frente do Sistema FIER, SESI, SENAI e IEL, ligado à Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, tive a grata satisfação de executar diversos

programas de cunho social, os quais beneficiaram inúmeras famílias do meu Estado.

Senhoras e senhores, talvez em função desse perfil que acabo de traçar, fui indicado para ocupar a Diretoria de Planejamento e Pesquisa do DNIT. Confesso, modestamente, que ambos os assuntos, planejamento e pesquisa, se enquadram, em minhas competências e habilidades profissionais. Pela experiência profissional exercida, desenvolvi o raciocínio cartesiano, que se distingui pela tentativa de redução do trabalho humano a grandezas matemáticas previsíveis, que se dá mediante o exercício de planejamento da várias etapas que visam transformar a realidade em qualquer atividade, remunerada ou não, julgo que a previsibilidade do tempo de execução das respectivas etapas, da alocação de recursos e do gasto total da obra são requisitos fundamentais para o êxito. Em suma, o planejamento reduz o custo decisório e proporciona um maior grau de acerto e da execução da obra prevista.

A outra área que me é muito cara é a da pesquisa e de novas tecnologias. Nos terreno dos transportes, por exemplo, vemos que as nações mais desenvolvidas, que há muito destinam vultosos recursos para o aprimoramento de diversas modalidades de transportes. Os ganhos em rapidez, produtividade e segurança nesse setor, provém dos continuados investimentos em pesquisa tecnológica aplicada.

Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Senadoras e Senadores, passo a expor a minha proposta de trabalho à frente da Diretoria de Planejamento e Pesquisa do DNIT: Realização de planejamento estratégico tático e operacional rotineiros, a fim de facilitar a coordenação, a implementação e a fiscalização dos trabalhos; implantação de uma cultura de planejamento que não se esgota na fiscalização e na entrega das obras, mas que se estende pela manutenção regular a curtos intervalos de tempo; investimentos em pesquisa em materiais de pavimentação, estímulo à adoção de tecnologias internacionais adaptáveis às nossas condições, e busca incessante de procedimento que diminua os custos operacionais; incremento das matrizes ferroviárias e aquaviárias, promovendo, juntamente com a modalidade rodoviária, a integração dos meios de transportes do país; desenvolvimento de ações estratégicas que se coadunam com os objetivos explicitados pelo Ministério de Transportes, os quais constam também do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, do Governo Federal, sobretudo no que tange à universalização dos benefícios socioeconômicos, advindos da melhoria da infra-estrutura de transportes; fortalecimento da posição brasileira na iniciativa pela integração da infra-estrutura regional sul-americana, IIRSA, visando

a consolidação, em parceria com os demais países sul-americanos, da nova roda de transporte para a Baía do Pacífico, região esta que abriga dois terços da população mundial, conhecida por nós como a saída para o Pacífico; a análise dos diversos fatores sociais e econômicos que intervêm na concessão de rodovias à administração privada e na celebração de parcerias público-privadas, as PPPs; a avaliação da percepção oriunda da sociedade civil acerca da infra-estrutura de transportes, mediante o estreitamento das relações com a Comissão de Viação e Transporte da Câmara dos Deputados e com essa Comissão de Serviços de infra-estrutura do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, acabo de relatar as contribuições que julgo necessárias para a melhoria da infra-estrutura de transportes do Brasil. Acredito que sejam medidas perfeitamente aplicáveis, pois, se nos faltarem recursos para acudir as imensas necessidades do país, não nos faltarão, com certeza, criatividade e boa vontade para a resolução dos históricos problemas que afligem o setor. É com esse intento ainda, que nos empenharemos na procura de uma imprescindível sinergia com as forças produtivas nacionais e com a sociedade de um modo geral, no intuito de que sejam alcançados saudáveis frutos oriundos de matrizes de transporte interligadas e eficientes, diminuindo, assim, o oneroso “custo Brasil”, seja em desperdício de recurso financeiro, sejam inaceitáveis vidas humanas que anualmente são ceifadas em nossas vias de transporte. É com esse espírito que desejo servir a meu país, à frente da Diretoria de Planejamento e Pesquisa do DNIT e, para tal conto, nessa espreitada, com decisivo apoio dos demais membros da Diretoria do órgão, dos parlamentares, do Congresso Nacional e de todos os servidores do DNIT que, de forma competente, vêm conduzindo os destinos daquela autarquia, proporcionando, no limite de suas possibilidades, a segurança e o desenvolvimento dos meios de transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário.

Finalmente, não posso deixar de aqui agradecer a Deus, o grande arquiteto do universo, a quem devo a vida e toda a minha trajetória pessoal, social e profissional. Confio a Ele mais essa etapa de minha vida. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não há oradores inscritos. Com a palavra, o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, meu caro Dr. Miguel de Souza, Deputado Miguel de Souza, como assim nós o conhecemos aqui no Congresso Nacional, eu quero, inicialmente, cumprimentar V.Sa. pela indicação feita

pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, para ocupar a Diretoria de Planejamento do DNIT, do Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre. Sei perfeitamente, meu caro Miguel de Souza, da missão que V.Exa. tem pela frente, da dificuldade que, com que certeza irá encontrar, mas, como foi lido, como foi colocado, pelo seu relatório e pelo nosso Relator, o Senador Valdir Raupp, pelo competente relatório do Senador Valdir Raupp, líder do PMDB nessa Casa, a qualificação que V.Sa. tem conhecimento da área porque já foi Diretor nessa área do seu Estado, engenheiro, homem desta área. Eu tenho certeza de que o Dr. Miguel de Souza saberá superar todas as dificuldades que encontrará pela frente. E o Brasil precisa muito do seu serviço. O Ministro Alfredo Nascimento, que é do nosso partido, PR, precisará muito da sua contribuição, mas, principalmente, o Dr. Luís Antônio Pagot, que já foi sabatinado por essa Comissão, e está inclusive, aqui no nosso meio, a quem cumprimento, neste momento, deverá ser aprovado, de hoje para manhã, no Plenário do Senado Federal, desta Casa, para assumir brevemente a Diretoria-Geral do DNIT.

Portanto, eu tenho certeza de que o Dr. Miguel de Souza, o Deputado Miguel de Souza, com a experiência que tem, haverá de, numa boa parceria com o Dr. Pagot, fazer um grande trabalho, porque o Brasil está precisando. Nós temos aí o PAC, um processo de aceleração, um projeto de aceleração e crescimento, programa extremamente importante para o país, que o Presidente Lula lançou, há algum tempo, e nós achamos que ele precisa deslanchar e, para deslanchar, é preciso ter mãos fortes, braços fortes, pessoas corajosas para fazer esse projeto andar rapidamente. O Brasil tem pressa.

Então, as minhas palavras são nesse sentido, Dr. Miguel de Souza, Deputado Miguel de Souza, de apoio, do mais irrestrito apoio desse seu amigo, no Senado Federal, líder do partido de V.Exa. aqui no Senado, fato que muito me orgulha, mas, também no sentido de dizer que, com certeza, essa Comissão irá apoiar o nome de V.Exa., pedindo também o apoio dessa Comissão, dos membros dessa Comissão, para que o Dr. Miguel de Souza possa ser também aprovado nessa sabatina, mas também, depois no Plenário e, com certeza, desenvolver um bom trabalho. Se ele foi escolhido, se o Dr. Miguel de Souza foi escolhido, é porque é um homem de confiança do Governo, não é? Porque isso, é claro, depende muito da articulação e, sobretudo, do currículo daquele que está sendo indicado. E o Dr. Miguel de Souza mostrou que tem currículo, tem competência, tem jogo de cintura, é um homem que, com certeza, fará um grande trabalho. Nós aqui do Senado acreditamos muito no trabalho de V.Exa., Dr.

Miguel Souza, Deputado Miguel de Souza. Sucesso nessa sua nova espreitada. No que depender de mim, conte sempre comigo. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A palavra para a ilustre Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Senhor Vice-Presidente da nossa Comissão de Infra-Estrutura, Dr. Luís Antônio Pagot, que nós esperamos que, nos próximos momentos, de hoje para manhã, seja aprovado o seu nome no Plenário, para que o senhor alma realmente a Diretoria-Geral do nosso DNIT, que, aliás, já está com atraso no tempo para o Brasil a sua função, para que realmente deslanche com a rapidez e a eficiência necessárias os trabalhos no DNIT, que nós já estamos a quatro meses do final do ano, e precisamos que isso aconteça com a rapidez maior possível. Dr. Miguel...

Dr. Miguel de Souza, nós temos clareza, temos consequência de que a Diretoria de Planejamento é uma das Diretorias fundamentais, em qualquer organização, eu diria. Eu, por exemplo, fiz o meu mestrado na área de planejamento educacional, que eu sou professora, e sei da importância da questão do planejamento. E o Senador, inclusive, o Senador João Ribeiro acaba de falar na importância também para... Desta Diretoria para o PAC. Quer dizer, com certeza, são muitas as obras que estão já querendo começar ou precisando iniciar e que carecem de estudos preliminares, principalmente viabilidade técnica e econômica, e tempo de estudos ambientais. Fatores esses que, se não acontecem, vão dificultando o andamento dessas obras, atrasando, consequentemente suas ações e, portanto, a Diretoria do Planejamento, a gente acredita que, com a aprovação do seu nome aqui, pelo Plenário, e também do Dr. Luís Antônio Pagot, temos certeza que, para o DNIT, este órgão de nosso país, de extrema relevância, será um salto de qualidade no andamento das obras.

Eu gostaria, o senhor até já falou um pouco, mas eu gostaria de ouvir, de uma forma sintética, compreendo aí toda essa situação de novas vias, terminais, que têm que acontecer, qual é a sua estratégia, de forma bem resumida, para sanar as deficiências existentes no planejamento do DNIT de hoje? Qual é a sua estratégia, de forma sintética? Eu sei que o senhor é conhecedor da área, e eu sei que o senhor já deve estar com isso bem pensado, ao chegar aqui para ser sabatinado. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o último orador inscrito para a sabatina, o Senador Jayme Campos. Logo após, passarei a palavra ao indicado, encerrarei

o processo de discussão e abrirei o processo de votação. Com a palavra, o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo; Senhor Vice-Presidente dessa Comissão, Senador Delcídio de Amaral; prezado companheiro e amigo, Dr. Luís Antônio Pagot, e, certamente, hoje vai ser aprovado o seu nome no Plenário do Senado Federal para ser o nosso Diretor-Geral do DNIT; Dr. Miguel Souza, indicado para ser Diretor do Planejamento do DNIT no dia de hoje. Eu serei breve nas minhas colocações, entretanto, eu quero, nessa oportunidade, Sr. Presidente, dizer que é muito importante o encaminhamento das votações, não só dessa Comissão, mas, sobretudo no Plenário da nossa Casa, na medida em que o DNIT, lamentavelmente, nesses últimos meses, está engessado, tendo em vista a falta de indicação dos novos Diretores daquele conceituado órgão.

Mas, particularmente aqui, vendo o currículo do Dr. Miguel Souza, eu tenho a convicção absoluta de que V.Sa. vai fazer um trabalho esplendoroso e extraordinário naquele órgão, na medida em que o seu currículo é um currículo rico de dados, informações, sobretudo de experiência, e certamente este órgão precisa de pessoas competentes e de experiência, como V.Sa. aqui está no seu currículo. Mas, o mais importante, eu quero colocar aqui, Miguel, lamentavelmente, com todo o respeito que eu tenho pelos Diretores atuais do DNIT, me parece que está faltando um pouco de planejamento. E aqui eu quero chamar atenção de V.Sa. e do Dr. Luís Antônio Pagot; o Pagot é conhecedor do assunto, é bom que se esclareça. Nós temos uma obra do Dr. Luís Antônio Pagot, Dr. Miguel, pequena obra, que demanda a BR-163, chegando ao trevo que demanda para Tangará da Serra; é uma obra insignificante por tudo aquilo que o DNIT faz em termos de rodovias federais do Brasil. Essa obra, Dr. Pagot, eu imagino que ela tenha mais de quatro anos ali; pior do que tatu essa obra está andando. Não sei por que motivo ou qual razão que essa obra até hoje não concluiu. Eu me sinto envergonhado de ver um órgão do tamanho da potência que é o DNIT, não ter um mínimo de planejamento nas obras que tem que realizar obri-gatoriamente e certamente em nosso país.

De forma que o órgão, ou seja, o setor que V.Sa. vai ocupar, a Diretoria de Planejamento, ela é muito importante, e nós não podemos deixar pela metade, obras inacabadas, como aquela que está ali. Eu acho que aquilo é uma vergonha, Dr. Pagot. V.Exa. conhece bem ali e sabe que não poderia ocorrer, em hipótese alguma, uma falha clamorosa como aquela que está ali, na BR-163, e que demanda a cidade de Tangará da Serra e Barra do Bugres. De maneira que eu quero

dizer a V.Sa., Dr. Miguel, que eu espero que, junto com o Dr. Pagot, do DNIT, faça um trabalho extraordinário, sobretudo, os investimentos de forma correta, de forma que possamos saber, com certeza, que o dinheiro público está sendo aplicado da melhor forma possível e, principalmente, quando hoje uma grande maioria das estradas federais está sucateada, muitas vilipendiadas por falta de apenas pequenas manutenções, eu acho que isso não pode ocorrer, e isso trazendo sérios prejuízos para o nosso Governo, de maneira que eu quero me colocar à sua disposição, me colocar de pé e à ordem, aqui nesse Senado Federal, para que, juntos, possamos fazer um trabalho operoso em prol de boas rodovias federais nesse imenso país. Parabéns, sucesso e que Deus te abençoe.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ao Senador... Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Marconi Perillo, Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente, Dr. Luís Antônio Pagot, meu amigo, Deputado Miguel de Souza, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Presidente, eu não tive a oportunidade de ouvir o parecer do nobre Relator, Senador Valdir Raupp, e nem a exposição do Deputado Miguel de Souza, estava numa Reunião da bancada do Estado do Pará com a Ministra Marta Suplicy, mas não poderia deixar de vir aqui; deixei a Reunião ao meio, para... Pedi licença à Ministra para vir até aqui, mesmo porque não precisava ouvir nem o parecer, eu tenho certeza do competente do Senador Valdir Raupp, nem a exposição do Deputado Miguel de Souza, que o conheço há muito tempo. O Deputado Miguel de Souza foi Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, à época em que eu também presidia a Federação das Indústrias do Estado do Pará. Sei da competência do Deputado Miguel de Souza; fundamos juntos um movimento que reunia, reúne até hoje, as federações de todos os Estados Amazônicos, chamado Pró-Amazônia, na tentativa de levantar os investimentos e a atenção do Governo Federal para a nossa região. Naquela altura dos anos de 90, não pensávamos, nem Miguel, nem eu, que nós seríamos políticos; nós estávamos trabalhando só na área empresarial. Quis a bondade divina que nós no encontrássemos no Parlamento; ele ns Câmara e eu no Senado, e pudéssemos aqui, hoje, poder votar, Miguel, pela sua indicação como Diretor de Planejamento do DNIT.

A Amazônia, já deve ter sido dito, Senadora Serys, por outros ilustres membros, colegas Senadores, da deficiência do DNIT, da deficiência do Governo Federal com relação à atenção com... Eu diria até com todo o

Brasil, mas em especial com a região Amazônica. Nós lutamos há mais de 25 anos para concluir as eclusas de Tucuruí, e lamentavelmente, entra Governo, sai Governo, entra Governo, sai Governo, e as eclusas não ficam prontas. E, Senador Marconi Perillo, as eclusas de Tucuruí, elas não representam uma obra, que eu diria, não deixa de ser uma obra importante para o Pará, mas ela é importante para o Brasil porque ela vai propiciar o escoamento de produção e a entrada de insumos por um custo muito menor do que hoje é feita, ou seja, aquilo que nós, na tribuna, dizemos sempre, que é preciso melhorar a qualidade do gasto público, que é preciso diminuir no custeio, para que possa fazer um investimento, é exatamente uma obra desse tipo, como são as estradas, o afastamento da Santarém-Cuiabá, que também é esperada há mais de 20 anos, como é o asfaltamento da Transamazônica, e várias outras obras de importância para o Brasil. Eu falo... Refiro-me à eclusa de Tucuruí porque espero, e hoje mesmo, Pagot e Deputado Miguel, está havendo um seminário da Agência Nacional de Transporte Aquaviário, lá no Clube Naval; eu fui até a abertura e vou retornar, agora às cinco horas, que tem um painel sobre a hidrovía Teles Pires – Tapajós, para poder estar lá e dar a contribuição nossa.

Então, Miguel, eu quero parabenizá-lo pela sua condução à frente da Diretoria e quero pedir a você, como Diretor, e ao Pagot, que dêem atenção à Amazônia, dêem atenção ao Pará e nos ajudem a implantar o sistema hidroviário nacional, que é possível que um país como o nosso transporte mais de 60% da sua produção sobre as rodas dos caminhões com um custo oito vezes maior do que se fosse transportado pelas rodovias. E nós, na Amazônia, que os rios são as nossas ruas, não precisa de conservação, não precisa fazer uma ação de tapa-buraco, gastando 400 milhões, como foram feitas o ano passado, e que o resultado até aí, Senadora Serys, o TCU indicando, fazendo indicativo, Senador Delcídio, que esse “tapa-buracos” não surtiu efeito nenhum. Então, o que nós precisamos mesmo é investir os recursos da sociedade de forma correta e de forma inteligente. E, desta forma, implantando sistema hidroviário, fortalecendo o sistema ferroviário, que complementa o sistema rodoviário; ninguém vai deixar de andar em estrada, mas nós vamos andar na estada, complementando os outros modais que, com certeza, vão tornar o Brasil... Ter a sua produção competitiva em nível internacional. Era... Parabenizando o nosso indicado, o que eu tinha dizer, Presidente Senador Marconi Perillo.

[soa a campainha].

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Sr. Presidente, senhor Vice-Presidente, Dr. Miguel de Souza,

existe uma coisa bastante seria, Dr. Miguel, que foi um exemplo da ANAC, da Agência Nacional de Aviação Civil. Nós temos aqui tido uma lhanza no trato com as indicados pelo Presidente da República. Eu acho que é correto isso, que o Presidente tem que fazer uma pré-análise, uma indicação, não é, Senador? Que acabou de fazer referência...

Então, que eu acho que, daqui para frente, a gente tem que ler com cautela o currículo do indicado. Perguntar qual é a finalidade da sua ação dentro deste órgão, qual é o objetivo e como é que ele vai se comportar. Eu sei que V.Sa. já tem experiência, já vi o senhor cuidando, e se falar em hidrovía, eu fico apaixonado porque, em São Paulo, nós temos uma parcela da Hidrovía do Tietê já remarcada, aonde o transporte da cana, de diversas produtoras para as usinas, tem ficado um terço ou menos ainda do preço do transporte. E o modal de ferrovia e hidrovía e rodoviário, lá de Piracicaba, que isso já estava falado há cinco, 10 anos, eu fiz parte de uma entidade que só pensava nos modais, lá em São Paulo, e não se consegue chegar a nenhum, Presidente. V.Exa., Senador Marconi, sabe o que é importante, principalmente os Estados que têm os rios navegáveis, e com profundidade suficiente para que se possam trazer aquelas barcas. Em São Paulo, as usinas estão construindo as próprias barcas, já para fazer até 10 quilômetros, oito quilômetros, que é o transporte muito mais barato que se possa fazer, e sem o perigo daqueles acidentes que o caminhão, às vezes, provoca aí naqueles pedaços de cana pela estrada. Além de sujar, estragar também tem um risco de um acidente.

Então, essas coisas que a gente vê que o DNIT tenha responsabilidade, eu queria que o senhor se manifestasse, em cima do que falou o Flexa, e dessa vontade de ver; não tenho nenhum descrédito em relação ao seu trabalho, apenas gostaria de saber que manhã, “não, ele foi ao Conselho e disse que ia fazer e está fazendo”. A não ser que o Governo não dê meios, aí, eu já não posso falar mais nada. Aqui, o Governo tem que ouvir o que é comprometido aqui para saber que ele tem responsabilidade sobre a nomeação dos elementos que vão compor os departamentos e as agências que vão cuidar do interesse público. Muito obrigado, Presidente.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Dr. Miguel de Souza.

SR. MIGUEL DE SOUZA: Srs. Senadores, Sras. Senadoras, inicialmente, eu gostaria de agradecer as palavras carinhosas do meu líder, aqui do PR, Senador João Ribeiro, e em especial pela sua preocupação real-

mente pelo PAC, que eu acho que é a preocupação de todos nós desta Casa, independente de cores partidárias, como a Senadora Serys tem colocado, é vermos a execução do programa, do que está na infra-estrutura, principalmente do que tange ao PAC. Dizer que, juntamente com aqueles técnicos, com a nova Diretoria e, em especial, com o novo Diretor, Dr. Pagot, que é o entusiasta por essa integração continental, por novas modalidades inter-modais, principalmente nas rodovias e ferrovias, nós haveremos de dar uma motivação maior naquela Casa para que possamos efetivamente destravar, principalmente o programa do PAC. Eu entendo que o PAC, como colocado pelo Governo, de maneira geral, com as melhores das intenções, não foi tido, em alguns dos projetos, na ordem do DNIT, a verificação dos seus projetos ambientais, dos seus projetos de viabilidade econômica, até porque não era praticidade daquele órgão porque a maioria está em cima de obras de interesse sociais, em obras... Em estradas já executadas, em que já existe a sua própria viabilidade. Mas, infelizmente, a Lei exige que tenhamos o estudo de viabilidades técnica e econômica, como colocou aqui a Senadora Serys, e também no Meio Ambiente. E precisamos motivar aquela Diretoria, que aqueles [ininteligível] técnicos que nós temos lá no DNIT, para que possamos interagir, já temos conservado isso com o Dr. Pagot, com o órgãos do Meio Ambiente, com o Tribunal de Contas, enfim, todo o setor do Governo, para destravar os pontos hoje que empacam a viabilidade hoje desses projetos para que possam definitivamente deslanchar. Recursos já estão alocados aqui no Orçamento; temos. Recurso já provamos ter mais de 10 bilhões no orçamento do órgão DNIT. Falta, como foi colocado, Senadora, realmente destravar o planejamento, principalmente a parte do planejamento da questão ambiental e de viabilidade econômica, para fazermos esse grande mutirão, para efetivamente colocar em prol do Governo, do Ministério, fazendo a achar, mas acho que, com uma grande integração, com a capacidade do nosso Diretor-Geral, Dr. Pagot, com a nossa experiência, com a vontade dos técnicos que tem aquele órgão, nós vamos motivar para fazer esse grande mutirão de destravar essas coisas, que são poucas, como bem coloca o Senador Jayme Campos, quatro anos numa estrada... É inconcebível.

Eu acho primeiramente tem que tratar das obras iniciadas, das obras contratadas, obras que já têm recurso no orçamento, e buscar, vamos sentar sim, ter a capacidade de, sei lá, ir para um Tribunal de Contas verificar onde... Temos que partir para cima para resolver, está certo? Com apoio e o respaldo dessa Casa, nós tivemos o privilégio de ter sido Parlamentar e sabemos que essa Casa, mais do que nunca, que é o

amortecedor e que tem o *feeling* da sociedade, sabe da importância dos projetos estruturantes. E temos certeza de que o órgão, com essa visão que agora se molda, nós viemos de uma transformação do antigo DNER, com seus defeitos, com suas virtudes, mas que agregou a ferrovia, a hidrovía, até os portos, que hoje se retira, e tem um novo planejamento de integração.

Então, eu acho que essas pessoas que hoje estão sendo colocadas, principalmente nessa nova visão do planejamento, na visão no Dr. Pagot, que é um homem de planejamento de estratégia, onde eu tive o privilégio, como Diretor, na época de Secretário, Diretor-Geral do DER, com o Governador Raupp, de apoiá-lo num grande projeto, que é a hidrovía Madeira-Amazonas, que é o maior exemplo para esse país de uma viabilidade. Lá na Região Norte, na hidrovía Madeira-Amazonas, 1.115 quilômetros, pois navegável, onde inverteu a história, deixando de ser fim, para ser começo, onde se mostra que é possível tirar produção hoje de Mato Grosso, de Rondônia, do Acre e da Amazônia, levando aos mesmos portos de Roterdã, da Europa, com 20% mais barato do que os portos tradicionais, Santos ou Paranaguá, onde estão engarrafados ou temos problemas hoje da nossa infra-estrutura.

Então, acho que, com planejamento estratégico da intermodalidade, da viabilidade das nossas hidrovias, realmente, das nossas ferrovias, nós possamos efetivamente viabilizar os projetos do PAC, reduzindo o que nós chamamos de "custo Brasil", onde lá na SNI, na Federação de Indústrias, tanto reclamamos pelo "custo Brasil", que inviabiliza na competitividade em nível internacional. Nós temos aí, colocamos na nossa fala a importância da saída para o Pacífico; nós temos planejado só o Brasil olhando para o Atlântico, de costas para os países vizinhos, temos que entreolhar, voltar a ver esse Pacífico para chegar a esse grande mercado, que é o mercado da Bacia do Pacífico, que tem 2/3 da população do planeta Terra, um senhor mercado e que precisamos diminuir distâncias para baixar custos e, baixando custos, nós vamos tornar o nosso produtor mais competitivo, o nosso empresariado...

É com esse espírito Senadores, Senador Jayme Campos, que nós vamos estar trabalhando na 163 para viabilização. Senador Flexa Ribeiro, as eclusas, eu acho que já é calejado, Governos e mais Governos, tanto falamos, já está... A eclusa está privilegiada no PAC. Vamos estar sim, com o apoio do órgão, com o apoio dos técnicos, vamos, efetivamente ir para cima, para verificar onde estão os entraves para, efetivamente resolve-los, bem como, Senador Romeu Tuma, os objetivos são claros, acho que vamos pegar nossa experiência de Parlamentar, a experiência de Governo, vai ser Vice-Governador, Diretor do DR, já nessa área

de Secretário de Estado também, de Infra-Estrutura no meu Estado, para que possamos motivar aquela equipe, aqueles [ininteligível] técnicos que nós temos no órgão; o órgão tem técnicos excelentes que nós conhecemos. Falta ter um direcionamento, precisamos e queremos fazer parte do técnico de futebol, do técnico—

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): O importante é o gerenciamento—

SR. MIGUEL DE SOUZA: --para, exatamente, o gerenciamento, para motivar, para que estejamos, cada um na sua posição, dar o melhor de si. Porque, muitas vezes, tem um grande técnico, mas ele está mal localizado; é um lateral direito... Está certo, Senador? Então, com certeza haveremos, com o apoio, ouvindo sempre a experiência das duas Comissões, a Comissão do Senado, da Infra-Estrutura, a Comissão da Câmara também, porque são, como se diz, os amortecedores que, no dia-a-dia, sabem a necessidade, ouvindo também os empresários, por que não? Enfim, a sociedade organizada no todo e, principalmente articulando com a vontade política do Governo central, do Governo Lula, do nosso Ministro Alfredo Nascimento, haveremos de realmente fazer o planejamento, de fazer o DNIT fazer a sua verdadeira função, que é dar a infra-estrutura nacional para abaixar custos e dar competitividade para o nosso setor produtivo do país.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O processo de discussão já foi encerrado, eu vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Expedito e, logo após, ao Senador Flexa Ribeiro, até porque nós vamos ter que voltar para o Plenário.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu quero só fazer um registro aqui, além de parabenizar o Senador Raupp pelo relatório que fez e, com certeza, dizer ao Senador Raupp que a indicação do companheiro Miguel, feita, escolhida dentro do PR, feita pelo do PMDB, pelo líder do PMDB, o Senador Raupp, foi um dos grandes nomes que, com certeza, haverá de contribuir muito com o DNIT do Brasil e, principalmente com o Estado de Rondônia. Eu tenho certeza que o Dr. Pagot vai precisar de um companheiro igual ao Miguel. Miguel é pessoa dedicada, foi Deputado Federal, foi Vice-Governador do Estado Rondônia e, com certeza, haverá de somar muito contigo lá, e contribuiu muito para o Brasil. Presidente, eu quero agradecer. E, Senador Raupp, conte comigo, e eu apóio a indicação de V.Exa.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu fui citado e eu não concordo com o que o Senador Expedito falou; ele é o Presidente do PR lá no meu Estado, lá no nosso Estado de Rondônia. E o Miguel de Souza era o Ex-presidente do PR, então, a indicação é do PR estadual e do PR nacional. Eu apenas relatei e apóio; apóio integralmente a indicação do Miguel, mas é—

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Presidente, me desculpa, mas eu lamento essa discussão, porque a vem para esta discussão... Pessoas que tenham a competência, dedicação e que sejam profissionais na área, e eu sei que os dois pensam igual; só houve essa disputa política por uma questão de ciúmes. Então, eu deixo... É na minha visão, que são homens competentes, que possam realmente gerenciar essa área do país.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Essa questão dos Senadores Valdir Raupp e o Senador Expedito é uma questão de Rondônia, todos os dois, eu tenho certeza, que trabalham aqui para e por Rondônia. Então, eu quero que o Miguel faça o melhor por lá. Parabéns ao Raupp e parabéns ao Expedito. Mas, Deputado Miguel, V.Exa. se referiu às eclusas como sendo coisas do PAC; eu também minha dúvida com relação ao Programa de Aceleração de Crescimento, porque o ano de 2007, V.Exa., que é da Amazônia, sabe, que vamos esquecer eclusa 2007. Nós só vamos ter 2008; eu quero que o Presidente Lula vá inaugurar, mas se ele não começar, ele... É capaz de não inaugurar a eclusa até o final do seu mandato. E não é somente a eclusa; é a hidrovia Araguaia-Tocantins, que nós temos que fazê-la desde daqui do início de Goiás, até lá à Foz do Rio Amazonas.

E V.Exa. esqueceu de falar na Transamazônica e na Santarém-Cuiabá, que está no programa do PAC também, para o asfaltamento dessas duas rodovias. Assim como foi dito aqui pelo Senador Romeu Tuma, precisamos ficar gravado aqui na Comissão, presidida tão bem pelo Senador Marconi Perillo, para que nós possamos cobrar do DNIT e cobrar do Ministério dos Transportes e do Presidente Lula esses compromissos com o Pará.

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Dr. Miguel de Souza.

SR. MIGUEL DE SOUZA: Companheiro, amigo, Flexa Ribeiro, Senador Flexa Ribeiro, V.Exa. sabe do nosso compromisso com a Amazônia, com o Brasil,

mas também especial com a Amazônia, criamos juntos um grande movimento pró-Amazônia dentro da SNI, na época, fomos revolucionários, você sabe disso, e sempre em busca dos projetos em comum, que são os projetos da Amazônia legal, e estruturantes, como o Transamazônica, a 163, a saída para o Pacífico, a Porto Velho-Manaus, que ontem tivemos o privilégio de ter o nosso Senador Ministro Alfredo Nascimento, dando a ordem de serviço da retomada das obras da 319, de Porto Velho até Manaus. Tem esse compromisso dessa integração, como a 174, de Manaus até Roraima, na saída também para a Venezuela, que faz em período... A saída do Pacífico com aquele sorriso, Caribe-Pacífico. Não diferente, queremos também chegar ao Nordeste pela nossa Transamazônica, queremos viabilizar o Centro-Oeste, com a 163, Cuiabá-Santarém, viabilizando, mas também a hidrovias Araguaia-Tocantins, Tapajós também, Telepires, está certo?

Então, nós vamos estar preocupados até porque, você... A primeira vez que esse Brasil vai ter um Ministro que é da Amazônia, um Diretor-Geral do DNIT, que tem como [ininteligível], que também é da Amazônia, um planejamento que é um "rondoibano", eu diria, metade da nossa vida... Nascemos na Paraíba, mas nos criamos e formamos na Paraíba, metade em Rondônia, e queremos preocupar. Já tivemos até o privilégio de escrever um livro com a saída do Pacífico, e essa preocupação, que retratamos em livros, quer dizer, documentados, Senador Tuma, dessa preocupação e integração, mas não podemos também deixar de esquecer, de maneira alguma, das nossas estradas; não podemos aí buscar só o "tapa-buraco", mas também da infra-estrutura, da manutenção, das necessidades das nossas rodovias que nós temos, do nosso grande patrimônio, do Sul e Sudeste, Centro-Oeste brasileiro, das rodovias brasileiras, está certo? Dando o melhor de si, planejando adequadamente, otimizando recursos, fazendo na hora certa. Fazendo na hora certa.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Esqueceu São Paulo.

SR. MIGUEL DE SOUZA: De maneira alguma. [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Declaro encerrado o processo de inscrição e informo que as cédulas já se encontram sobre a Mesa, devidamente rubricadas. Declaro aberto o processo de votação. Votação em escrutínio secreto, de acordo com o art. 383, inciso VI do Regimento Interno. Declaro encerrado o processo de votação. Convido o nosso ilustre Vice-Presidente, Senador Delcídio Amaral, para proceder ao escrutínio. Convido o Senador Flexa Ribeiro para colaborar. Sr. Miguel, eu gostaria de fazer algumas colocações, enquanto Presi-

dente dessa Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. Se há algo que se faz necessário hoje no DNIT, é exatamente planejamento estratégico. V.Exa. ocupará, caso seja aprovado, nesta Comissão e depois no Plenário do Senado, uma das aéreas mais estratégicas e mais importantes do serviço público nacional. E, sobretudo, com vistas a melhoraria da infra-estrutura e da logística no Brasil. Essa Comissão, caso aprove V.Exa., estará depositando sobre seus ombros uma grande responsabilidade. As agências reguladoras, pelo menos algumas delas, se encontram um tanto quanto desgastadas, desmoralizadas, por conta de indicações equivocadas. O DNIT é um órgão subordinado a essa Comissão. Nós esperamos que V.Exa. possa cumprir tudo aquilo que já foi discorrido aqui durante vosso pronunciamento, esperamos que V.Exa. possa se atentar para a questão do novo modelo institucional do DNIT. Nós sabemos que existem muitas limitações; o DNIT é um órgão recente, precisa ser aprimorado, melhorado, precisa de uma nova modelagem institucional, essa Comissão está à disposição; precisamos alavancar para valer a infra-estrutura no Brasil, se quisermos crescer ao ritmo da China, da Índia e de outros países do chamado "Bloco Emergente". Temos deficiência e gargalos seríssimos nas rodovias federais, hidrovias, portos, sistema aeroportuário, na área hidroviária e, sobretudo, naquelas aéreas atinentes ao órgão onde V.Exa. deverá desempenhar a função de Diretor de Planejamento.

Portanto, essa Comissão espera que efetivamente a função de Diretor de Planejamento possa ser ocupada por alguém experiente como V.Exa., possa transformar aquele órgão, do ponto de vista qualificativo, e, conseqüentemente, colaborar com o futuro Diretor-Geral, no sentido de aquele órgão possa ser dinâmico e estar atento às grandes demandas do Brasil nessa área da infra-estrutura. Peço a V.Exa. atenção, puxando a sardinha para minha brasa, ao meu Estado, ao Estado de Goiás; nós temos obras importantíssimas para serem concluídas ou para serem construídas naquele Estado. Inúmeras BRs que precisam ser reabilitadas, como a Belém-Brasília, cujas obras foram lançadas hoje; conclusão da 060, da 153, das duplicações, 080, 414, 070, enfim, são muitas as obras que precisam ser melhoradas, além, do esforço em relação às hidrovias, em relação à ferrovia Norte-Sul. Nós depositamos nos ombros de V.Exa. nossa esperança, caso V.Exa. seja indicado nessa Sessão de hoje.

Encerro aqui essa minha exposição, proclamando o resultado após a apuração, agradecendo ao Senador Delcídio, ao Senador Flexa, que colaboraram no escrutínio. V.Exa. foi aprovado nessa Comissão, com 20 votos sim, um voto não, nenhuma abstenção para um

total de 21 Senadores e Senadoras votantes. Portanto, o nome de V.Exa. está aprovado nessa Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências, ainda no dia de hoje.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Sr. Presidente—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes de passar a palavra ao Dr. Miguel de Souza, concedo a palavra, com muita honra, pela ordem, ao Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Sr. Presidente, vamos remeter esse processo, em regime de urgência, para que ganhe tempo na sua votação em Plenário. Obrigado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente—

[soa a campanha].

Eu queria também reforçar aqui, fazer um pedido também da urgência do nome do Dr. Miguel para que nós pudéssemos, quem sabe, ainda votar junto com o nome do Dr. Pagot.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Comissão, Senador Expedito, é muito diligente... Senador Jonas, essa Comissão é muito diligente; a nossa Secretaria é muito competente, de modo que o despacho nosso será dado ainda hoje; a matéria entrará na fila da Secretaria-Geral, e tão logo a Secretaria-Geral possa receber a matéria, ela já estará em condições de ser processada e votada no Plenário da Comissão. Parabéns ao Dr. Miguel de Souza. Não há quorum para a deliberação de outras matérias que exigem quorum qualificado.

Dessa forma, encerro a Presidente Sessão extraordinária, convocando outra para a Sessão de quarta-feira.

Sessão encerrada às 15h48.

Ata da 28ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de setembro de 2007, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa – Anexo II.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte de setembro de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Valter Pereira,**

Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, João Durval, Flávio Arns, Fátima Cleide, João Ribeiro, Augusto Botelho, Renato Casagrande, José Maranhão, Neuto de Conto, Geraldo Mesquita, Rosalba Ciarlini e Eduardo Azeredo. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede à leitura dos seguintes expedientes: Ofício PGR/GAB/Nº 722, datado de 29 de junho de 2007, da Procuradoria-Geral da República, indicando o Procurador da República Felício de Araújo Pontes Júnior para representar a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, na Audiência Pública que tratará de assuntos relativos à Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a ser realizada no dia 05 de julho de 2007; Ofício nº 361, datado de 28 de agosto de 2007, do Senador Fernando Collor, comunicando seu licenciamento por 121 dias, a partir de 29 de agosto de 2007, com a assunção do 1º Suplente, Senador Euclides Mello, que ocupará seu lugar junto à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; Ofício GSMCOU Circ. Nº 458, datado de 17 de setembro de 2007, do Senador Mário Couto, em que Sua Excelência encaminha sua última manifestação feita em relação ao assunto do Senhor Luiz Antônio Pagot. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: **Item 1 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007,** que “modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação da matéria, com a Emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 2 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 121, de 2006,** que “altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta relatório pela prejudicialidade da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 3 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 248, de 2007,** que “autoriza o Poder Executivo a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas, no Estado do

Maranhão”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como relator o Senador Marconi Perillo, que apresenta relatório pela aprovação da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei da Câmara, nº 64, de 2005**, que “altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989”, de autoria do Deputado Ricardo Izar, tendo como relator o Senador Eduardo Azeredo, que apresenta relatório pela aprovação do projeto, com a Emenda CAE 01/2007 e pela rejeição das Emendas do Senador Marconi Perillo e Neuto de Conto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 5 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei da Câmara, nº 67, de 2005**, que “dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001”, de autoria do Deputado Roberto Balestra, tendo como relator o Senador Eliseu Resende, que apresenta relatório pela aprovação da matéria, com as Emendas que apresenta. Usam a palavra para discutir a matéria os Senhores Senadores Delcídio Amaral, Marconi Perillo, Jayme Campos e José Maranhão. A matéria é aprovada. **Item 6 – Decisão Não Terminativa – Mensagem do Senado Federal nº 145, de 2007**, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Major-Brigadeiro-do-Ar R1 Allemander Jesus Pereira Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, em complementação ao mandato de Jorge Luiz Brito Velozo”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Delcídio Amaral. Foram designados para escrutinadores os Senhores Senadores Eduardo Azeredo e José Maranhão. Usam a palavra os Senadores Delcídio Amaral, Eliseu Resende, Jayme Campos, Serys Slhessarenko, Valter Pereira, João Ribeiro, Marconi Perillo, José Maranhão, Geraldo Mesquita e Eduardo Azeredo. A indicação é aprovada com 19 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção, num total de 19 votos. **Item 7 – Decisão Não Terminativa – Mensagem do Senado Federal nº 101, de 2007**, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Heraldo Consentino, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Eliseu Resende. Foram designados para escrutinadores os senhores Senadores Eduardo Azeredo e José Maranhão. Usam a palavra os Senadores Eliseu Resende, Jayme Campos, Serys Slhessarenko, Valter Pereira, João Ribeiro, Marconi Perillo, José Maranhão,

Geraldo Mesquita e Eduardo Azeredo. A Indicação é aprovada com 19 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção, num total de 19 votos. Ato contínuo, assume a Presidência dos Trabalhos o Senador Delcídio Amaral. A Comissão aprova, **extrapauta**, os seguintes requerimentos: **Item 1 – Requerimento nº 051, de 2007-CI**, de autoria da Senadora Ideli Salvati e do Senador Marcelo Crivela, que “requer nos termos regimentais, a realização de audiência pública nesta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com o objetivo de debater as causas que levaram ao acidente envolvendo dois trens na tarde do último dia 30 de agosto de 2007, em Austin, Nova Iguaçu, Baixada Fluminense”, tendo como convidados: Representante da Supervia, concessionária que administra os trens do Estado; Representante do Sindicato dos Ferroviários, Sr. Valmir Lemos; e Representante da Secretaria de Estado de Transportes do Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Item 2 – Requerimento nº 052, de 2007-CI**, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “requer nos termos regimentais, seja realizada nesta Comissão audiência pública para contribuir com o debate e instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2007, que dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros”, tendo como convidados Representantes das seguintes instituições: Secretaria de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes; Ministério do Turismo; Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Associação Brasileira das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal, Interestadual e Internacional de Passageiros (ABRATI); e Confederação Nacional do Transporte (CNT). **Item 3 – Requerimento nº 053 de 2007-CI**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “requer nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública perante esta Comissão, para discutir a situação dos transportes ferroviários do País: a possibilidade de investimentos, custo, segurança, rapidez e modernização”, com os seguintes convidados: Nelson Jobim, Ministro da Defesa; José Alexandre Nogueira Resende, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; Afonso Carneiro Filho, Diretor de Política Nacional de Transportes; Luciano Coutinho, BNDES; José Francisco das Neves, Diretor-Presidente da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Roland Krueger e Axel Matschke, Engenheiros da Transrapid Internacional e FT – Dessau (Alemanha) – Fabricantes de trens maglev de alta velocidade; Alstom Transport (França) – Fabricantes do TGV – Sistema de roda-trilho de alta velocidade; e Victor Abel Grostein – Vetec Engenharia (Brasil) – Empresa especializada em estudos de trens de alta velocidade. Por

solicitação do Senador Eliseu Resende, e com a aprovação do autor do requerimento, foi incluído o nome do Ministro dos Transportes no rol das autoridades convidados para audiência pública, de acordo com o Requerimento. **Item 4 – Requerimento nº 054 de 2007-CI**, de autoria dos Senadores Marconi Perillo e Expedito Júnior, que “requerendo nos termos do art. 90, inciso V e art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado convite para audiência pública no âmbito desta Comissão de Infra-Estrutura, Excelentíssimo Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda e Senhor Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, para debater Parâmetros Econômicos da CPMF e a tese da prorrogação”. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às treze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Os Srs. Senhores e Srªs. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há expediente sobre a mesa que passo a lê-lo. De iniciativa do Procurador Geral da República Dr. Antônio Fernando Barros de Silva de Souza, com o seguinte teor: “Senhor Senador, dirijo-me a V.Exª, para indicar o Procurador da República Felício de Araújo Pontes Júnior, para representar a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Meio Ambiente do Patrimônio Cultural na Audiência Pública que tratará de assuntos relativos a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a ser realizada no dia 05 de julho de 2007, no Plenário 13, da ala Senador Alexandre Costa”.

Expediente de iniciativa do Senador Fernando Collor: “Senhor Presidente, cumprimentando-o cordialmente comunico a V.Exª, que estarei licenciado do cargo de Senador por 121 dias a partir de 29 de agosto. Por oportuno, informo que o mandato será exercido nesse período por meu primeiro suplente o senhor Euclides Mello do Partido Trabalhista Brasileiro, que deseja ocupar a mesma vaga que tenho pelo Partido nessa Comissão”.

Do ilustre Senador Mário Couto: “Senhor Presidente, com os meus cordiais cumprimentos encaminho-

lhe em anexo para conhecimento a última manifestação que fiz em relação ao assunto do senhor Luiz Antônio Pagot, informo-lhe ainda, que essa manifestação foi encaminhada ao Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e ao próprio senhor Pagot”.

Todas as matérias já estão conhecidas pela Comissão.

Há requerimentos sobre a mesa, passo a lê-los. De autoria da Senadora Ideli Salvatti, que e do Senador Marcelo Crivella. “Requeremos nos termos regimentais a realização de Audiência Pública nessa Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, com o objeto de debater as causas que levaram ao acidente envolvendo dois trens na tarde do dia 30 de agosto de 2007, em Austin, Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, tendo como convidados representantes da SuperVia, representantes do Sindicato dos Ferroviários, representantes da Secretaria de Estado dos Transportes”.

Está em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. Está em votação. Os Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. Aprovado.

Requerimento de iniciativa do ilustre Senador Expedito Júnior, que Requer seja realizado também no âmbito dessa Comissão, uma Audiência Pública com objetivo de contribuir com o debate e instrução do Projeto de Lei da Câmara, nº 51 de 2007, que dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem do transporte coletivo rodoviário de passageiros. Ele pede ainda que sejam convidadas as seguintes instituições: Secretaria de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes, Ministério do Turismo, ANTT, ABRAT e CNT.

Está em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo coloco em votação. Os Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. Aprovado.

Requerimento de iniciativa do ilustre Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB e da Maioria, também requer nos termos de requerimento audiência nessa Comissão, para discutir a situação dos transportes ferroviários do País, a possibilidade de investimento, custos, segurança, rapidez, modernização, com os seguintes convidados: Ministro Nelson Jobim, Ministro da Defesa; Diretor da ANTT, José Alexandre Resende; Diretor de Política Nacional de Transportes, Afonso Carneiro Filho; representando o BNDES, o senhor Luciano Coutinho, Presidente; Diretor da Valeck, o senhor José Francisco das Neves, também o Dr. Roland e o Dr. Axel, Engenheiros da FT Alemã, fabricantes de trens, maglev de alta velocidade; o representante da Austin que é francesa, fabricante do TGV e o Dr. Vitor que representa a VTECH Engenharia.

Está em discussão o requerimento de iniciativa do ilustre Senador Valdir Raupp. Com a palavra o ilustre Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Apenas uma consideração, o requerimento indica o convite ao Ministro Nelson Jobim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim, o primeiro nome.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): E o tema é transporte ferroviário?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Transporte ferroviário.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu sugeriria, então, a inclusão do Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo concordância do Senador, autor do requerimento, Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Claro. Claro, eu acho até que houve uma falha nisso, a questão do Ministro Nelson Jobim é em função da ligação São Paulo – Rio, por trem de alta velocidade, substituindo a ponte aérea, mas houve uma falha de não ter convidado o Ministro dos Transportes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou pedir a Assessoria que deve devolva o requerimento. Primeiro, vamos submeter à Comissão a aprovação, havendo aprovação eu vou pedir para devolver, a fim de que o Senador Valdir Raupp inclua o Ministro dos Transportes atendendo a solicitação do nosso Ministro Eliseu Resende.

Está em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprova permaneçam como se acham. Aprovado, incluindo por solicitação do Senador Eliseu Resende, o Ministro de Estado dos Transportes.

Requerimento de minha autoria e do Senador Expedito Júnior, convida para Audiência Pública no âmbito dessa Comissão Exmo.s Srs. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda e Paulo Skaf, Presidente da FIESP, para debater parâmetros econômicos da CPMF e a tese da prorrogação no âmbito dessa Comissão.

Está em discussão. Não havendo quem queira discutir coloco em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

A presente reunião destina-se a deliberação de sete matérias algumas delas são terminativas. Como visivelmente nós não temos ainda quorum para deliberar sobre essas matérias, eu iniciaria pelo Item 04, porque trata-se de decisão não terminativa. Item 04, cujo relator é o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Eduardo Azeredo está pedindo para retirar o projeto,

a Assessoria me pede para aguardar nós vamos sobrestar até a manifestação do ilustre Senador Eduardo Azeredo.

Item 05, Projeto de Lei da Câmara nº 67 de 2005. O relator é o ilustre Senador Eliseu Resende. Concedo a palavra com muito prazer ao Senador Eliseu Resende para proferir o seu parecer.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Esse Sr. Presidente e Srs. Senadores é um Projeto de Lei da Câmara, dos Deputados já aprovado pela CAE. É um Projeto de Lei que se justifica plenamente. Então, em decorrência disso eu vou deixar de fazer uma exposição apenas oral e ler o voto final.

Trata-se da CIDE-Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico aplicado aos derivados de petróleo. O legislador entendeu no princípio dessa década mais precisamente no ano de 2000, que a CIDE deveria ser criada para gerar recurso para investir no Sistema Nacional de Viação; no entendimento de que o consumo de combustíveis automotivos estava crescendo muito em decorrência da deterioração da infra-estrutura viária, particularmente no caso das rodovias, onde o estado precário produzia um aumento de consumo de combustível de 25% comparado com a estrada em condições técnicas adequadas.

O legislador entendeu, no entanto, que o querosene de aviação não devia figurar neste projeto na aplicação desse tributo, porque o querosene de aviação não é consumido em função da infra-estrutura aeroportuária, apenas em decorrência do perfil da aeronave. E, o querosene de aviação ficou a alíquota zero e a CIDE incidiu só sobre gasolina e diesel, gerou-se uma injustiça que agora é detectada e pretende de ser corrigida por esse projeto de lei. Existe a gasolina de aviação que é aplicada aos Motores Ciclo Otto, nas pequenas aeronaves, aeronaves inclusive que operam a aviação agrícola e que operam os aeroclubes nacionais.

Então, o projeto de lei pretende nivelar a gasolina de aviação com a alíquota do querosene de aviação, com isso a gasolina destinada a aviação civil nos motores turbo-hélice e a hélice, passam a ser isentos da CIDE, assim como o é o querosene de aviação; caso contrário, nós estaríamos gerando uma grande injustiça tributária se comparados os pequenos aviões a hélice, com os aviões a jato que consomem querosene de aviação.

Então o projeto de lei pretende, eu coloco a votação com o meu parecer favorável apenas duas emendas de redação, mas acho que o projeto é justo, já foi aprovado pela CAE é não terminativo e vai ao Plenário.

É o meu voto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral para discutir a matéria.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só mais do que nunca, para ressaltar o posicionamento do Senador Eliseu Resende. Esse projeto é fundamental principalmente para aviação para os aviões menores, que sofrem muito em função das suas atividades com essa não isonomia e, portanto, é altamente louvável esse projeto e o parecer mais uma vez do Senador Eliseu Resende, absolutamente preciso.

Portanto, eu voto favoravelmente porque vai ser muito importante principalmente para os pequenos aviões que necessitam desse projeto, que vai ser fundamental para o futuro principalmente dessa aviação menor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu também gostaria de parabenizar o Senador Eliseu Resende pelo voto preciso contundente em relação a esta iniciativa, que por coincidência nossa aqui é de iniciativa de um Deputado goiano, Deputado Roberto Balestra que conhece bem do assunto. Eu fico feliz por estar presidindo essa Comissão, nesse momento importante para aviação já que quando Governador do Estado trabalhei muito para desonerar a aviação no Estado, em relação a combustíveis quanto ao ICMS, de modo que o parecer do Senador Eliseu Resende, vem de encontro à expectativa de toda a viação aviação civil no Brasil.

Eu mantenho ainda em discussão a matéria. Senador Jayme Campos com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, senhor Vice-Presidente, prezado Relator, Senador Eliseu Resende, eu quero cumprimentar V.Ex^a, pela relatoria em relação à CIDE que pretendia inserir naturalmente a CIDE na cobrança também da gasolina.

Na verdade, muito o senhor já conhece, sobretudo, nós que moramos num Estado de dimensão continental como o Mato Grosso. Lamentavelmente Senador Delcídio, todas as pequenas companhias de táxi aéreo hoje, já estão vivendo com muita dificuldade financeiramente, imagine se fosse ainda tributar essas pequenas companhias de táxi aéreo com impostos sobre a gasolina, ou seja, a CIDE ser cobrado em cima.

Ora, não só inviabilizaria de uma vez por todas tendo em vista que hoje pela própria dificuldade financeira da própria economia que nós vivenciamos, nós temos acompanhado que lá em Mato Grosso especificamente que nos últimos tempos já fecharam mais de dez pequenas companhias de táxi aéreo. As poucas que sobraram já estão vivendo com muita dificuldade, aquelas que tinham oito ou dez aeronaves, hoje estão

com quatro ou cinco aeronaves, ou seja, estão almoçando a janta, vivendo com dificuldade.

Os aeroclubes hoje no Brasil – todo mundo tem conhecimento aqui os Srs. Senadores – a maioria também já exauriu, já extinguiu, já faliu e assim por diante. Hoje nós não podemos desconhecer, com a economia crescendo certamente a população vai fazer muito mais uso dos transportes aéreos, com isso nós temos que formar mais piloto no Brasil, já estamos tendo dificuldade muito grande em relação aos pilotos.

Os aeroclubes cumprem esse papel realmente muito importante e as pessoas desconhecem o trabalho maravilhoso, exemplar, que os aeroclubes estão fazendo. De tal forma que o projeto de V.Ex^a, sua relatoria, ela é benéfica, vem no momento certo fazer com que a CIDE não seja cobrada também das companhias de táxi aéreo, que a maioria é composta por pequenas aeronaves.

Para fechar a minha conversa aqui, a minha fala Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, as companhias regionais – hoje no Mato Grosso nós temos quatro companhias, também estão com dificuldades, na medida em que o ICMS cobrado sobre o querosene praticada em alguns Estados da Federação especificamente do Mato Grosso é muito alta a tributação, inviabilizando que essas companhias regionais elas possam com certeza atingir os demais municípios distantes da capital, primeiro, por falta da infra-estrutura nos nossos aeroportos – eu estou falando especificamente em nível de Mato Grosso.

Segundo: Pelo tributo cobrado. A gasolina hoje no Mato Grosso é cobrada, ou seja, é tributado 25%, ora isso quem está pagando? É o cidadão que usa a aeronave porque a companhia tem que o quê? Cobrar daqueles que naturalmente comprem seu bilhete de passagem de tal forma, que com isso vai inviabilizar com certeza, os impostos que querem cobrar a mais também em cima das pequenas companhias de táxi aéreo.

De forma que eu cumprimento V. Ex^a, parabéns. É assim que certamente, nós faremos uma Justiça tributária em nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A matéria continua em discussão. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Só gostaria, Presidente Perillo, só registrar que nós que somos da região Centro-Oeste, nós sabemos muito bem as dificuldades das companhias principalmente as companhias de táxi aéreo e essas dificuldades que foram muito bem apontadas aqui, pelo Senador Eliseu Resende, por V.Ex^a e, pelo Senador Jayme Campos.

Nós vivemos essa realidade intensamente, portanto, essa é a convicção nossa porque sofremos na pele essa crise, especialmente das companhias de táxi aéreo na nossa região.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Maranhão.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, eu queria apenas adicionar o meu ponto de vista ao ponto de vista do Senador Jayme Campos e do Senador Delcídio Amaral, a respeito dessa situação vexatória em que se encontra o transporte aéreo regional no Brasil, por absoluta falta de apoio do Governo central.

Essa é uma situação que vem se arrastando há muito tempo e uma situação já crônica e que pode se agravar ao ponto de inviabilizar as empresas de transporte aéreo regional. Como se fosse pouco a crise que domina o setor do transporte comercial das empresas de porte, como o caso da Varig, que é um caso já perdido e irreversível; como o caso recente do acidente que enlutou toda a família brasileira, ocorrido no aeroporto de São Paulo com o avião da TAM, cuja apuração tem revelado fatos que mostram que há uma crise de gestão nunca antes vista na aviação no transporte aéreo nacional.

Houve uma preocupação de certos segmentos da mídia de politizar a questão, mas excluído mesmo os aspectos políticos que também são pertinentes – onde está o homem a política está presente, não se pode dissociar inteiramente os aspectos políticos – mas há que se considerar, sobretudo, os aspectos de gerenciamento. Uma coisa curiosa nessa crise toda do apagão aéreo é que ninguém é responsável por nada, a partir do Presidente da República, tira o corpo e se diz surpreendido com os fatos que todos os brasileiros conheciam, menos o Presidente da República.

Chega até a ANAC – hoje nós estamos aqui sabatinando um dos prováveis e futuros diretores da ANAC – é importante que essas questões sejam dissecadas aqui. O Governo nomeou como diretores da ANAC pessoas inteiramente dissociadas da área, não conheciam nada absolutamente nada disso. O então Ministro Waldir Pires outra pessoa inteiramente alheia ao que se passava em torno dele, desinformado, mostrando total incompetência e insciência para as tarefas que assumiu quando aceitou ser Ministro da Defesa.

Sentia-se nessa crise que ainda eu repito: é uma crise de gerência – que existiu uma guerra surda em grande parte responsável por todos aqueles fatos. O setor militar não estava satisfeito porque perdeu um dos seus cartórios o DAC. Quando se discutia na Comissão de Justiça ano passado essa questão eu cha-

mei a atenção dos companheiros dos integrantes da Comissão, sobre o que poderia acontecer em virtude de uma mudança brusca para a qual o novo órgão não estava preparado para enfrentá-la.

A questão dos controladores. Era uma questão que já estava fermentando há muito tempo e que iria naturalmente eclodir, da forma como eclodiu, desde que ocorreu aquele acidente na Amazônia e agravou-se muito mais ainda, com o acidente do Aeroporto de Congonhas.

Então todos esses fatos deixam a opinião pública brasileira estarecida, porque denotam a pouca importância que o Governo está fazendo para enfrentar uma questão dessa natureza. Até agora não se sabe, por exemplo, como se dará a transição do controle do tráfego aéreo que hoje é exercido na razão de 80% por controladores militares que não estão satisfeitos e essa insatisfação não está apenas entre os controladores do voo.

Existe um ressentimento profundo na Força Aérea, que perdeu essa representação de comando, de direção da aviação civil no Brasil e, por trás de toda essa crise que está aí o que está fermentando e agravando uma situação conjuntural é exatamente essa crise política que se esboçou. Eu espero que o Ministro Jobim, que assumiu o Ministério da Defesa com toda a força, a força que o próprio Presidente da República lhe concedeu e a disposição que ele está demonstrando para enfrentar essa problemática possa amenizar.

Agora, é preciso que haja providências e providências efetivas. O que o Governo está fazendo para solucionar a questão dos controladores de tráfego aéreo? A ANAC vai, por exemplo, abrir concurso para novos controladores civis, na proporção que é necessário fazer isso? A ANAC a partir desse momento vai ser gerenciada, vai ser dirigida por pessoas realmente competentes?

Eu estou vendo aqui que hoje nós vamos apreciar a indicação do Brigadeiro-do-Ar, Allemander Jesus Pereira Filho, esse é um homem da área. Esse é um homem da área que pode realmente oferecer uma grande contribuição, mas ele não vai certamente num órgão que é colegiado fazer as coisas sozinho, ele precisa de alguém de outros diretores que tenham reconhecida competência: Não é possível que o Governo não aprenda.

Não é possível que o Governo continue considerando coisas de somenos importância, escolher pessoas competentes para dirigir o órgão que é responsável pela segurança do voo e pela administração da aviação em geral. O Congresso tem sua parte de culpa nisso tudo.

Eu chamei a atenção dos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, quando o ano passado nós discutíamos a criação da ANAC. Esse projeto que resultou ou na criação da ANAC, estava dormitando nas gavetas da Câmara Federal há dois anos de repente, ele saltou com a força e com a urgência que nunca antes tinha tido, para ser aprovado aqui a toque de caixa na Comissão de Constituição e Justiça e depois pelo Plenário do Senado.

Dentro da aviação comercial, dentro da aviação geral, dentro daquilo que o Senador Jayme Campos denunciou aqui das escolas de aviação, os aeroclubes não têm ninguém satisfeito [soa a campainha] com a estrutura que foi criada para substituir o DAC, a ANAC. Ninguém está satisfeito. Porque as taxas que se criaram para os serviços que são prestados pela ANAC hoje – hoje pela ANAC antigamente pelo DAC – são casas escorchantes.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Senador Maranhão, eu queria pedir um aparte a V.Ex^a.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB): São taxas violentamente escorchantes o setor não agüenta isso. Pois não, V.Ex^a tem o aparte.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu queria pedir um aparte a V.Ex^a, só para lhe sugerir que esse seu pronunciamento deveria ser feito com a presença do indicado que vai ser sabatinado daqui a pouco, já seria uma cobrança dura em cima dos novos membros da ANAC.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB): Eu agradeço ao meu líder a advertência, agora, gostaria que essa advertência tivesse chegado à época que nós discutíamos a criação da ANAC. E todas as lideranças sem exceção do Governo, de oposição, de repente formaram uma união virtual aqui que se opunha a tudo: Um rolo compressor. Esse rolo compressor é que é responsável pelo monstro que saiu aqui do Congresso Nacional, o projeto ou a Lei de criação da ANAC, verdadeiro monstro que está aí.

O setor a aviação geral, os aeroclubes e até a aviação comercial não está satisfeito, porque está vendo que para sustentar esse imenso cartório, para sustentar inclusive o que se fazia de absurdo na gestão anterior. O que se fazia de absurdo, quem está pagando, quem está suportando isso é a base da pirâmide a aviação geral, as escolas de aviação, as oficinas de manutenção de aviação, que se vêem compelidas a pagar taxas as maiores do mundo, para prestação de qualquer serviço. E o pior é o seguinte: é que os serviços são prestados com ineficiência, com deficiência nunca antes visto.

Então meu caro líder, eu agradeço a advertência de V.Ex^a e, vou renovar na hora da sabatina que vai ser feita aqui ao novo indicado para direção da ANAC.

Agora, a questão é estrutural. A lei que criou a ANAC não presta. Ela não presta. Claro que se tivermos gestores competentes, muita coisa pode ser minimizada, mas a solução radical estrutural mesmo, só com a modificação da lei que criou a ANAC. Porque com a criação da ANAC, aquelas atribuições que eram todas centralizadas pelo DAC e que o DAC fazia com boa competência, sobretudo com a autoridade, passaram a ser pulverizadas entre muitos órgãos [soa a campainha].

O que foi que a gente viu na imprensa, na CPI, durante todo o desenrolar dessa crise, que ainda não terminou era uma renúncia de responsabilidade coletiva. Perguntava-se a um diretor da ANAC sobre o fato ele dizia: “Que a responsabilidade era da Infraero”. Perguntava-se ao diretor da Infraero, respondia: “Que a responsabilidades era do Comando Militar”. E o povo brasileiro teve que agüentar que engolir todo esse clima de irresponsabilidade, todo esse clima de renúncia à responsabilidade que permeou a crise, que permitiu, finalmente, estourar esse tumor imenso que é o sistema de aviação civil que substituiu o DAC no Brasil.

O Congresso Nacional precisa se debruçar sobre essa questão. O Governo Federal precisa tomar iniciativas e mudar completamente a lei que criou a ANAC. É o que eu queria dizer neste momento, mas eu vou repetir, meu caro líder Senador Raupp, eu vou repetir esses argumentos e naturalmente vamos ter aqui um debate interessante entre esta Comissão e o indicado para ocupar a Diretoria da ANAC.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discuti-la coloco em votação. Os Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Foi aprovado um projeto que corrige uma injustiça tributária.

Eu apenas quero nessa reunião da Comissão de Infra-Estrutura levantar um ponto para reflexão dos Parlamentares que integram a Comissão, que nós temos mais um ou casos de injustiça tributária no campo da CIDE, o Senador Delcídio Amaral conhece isso bem.

A CIDE só se aplica a gasolina e diesel. A gasolina porque os únicos clientes da gasolina são os automó-

veis e até então a aviação com Ciclo Otto e a gasolina de aviação, que foi agora corrigido esse mal. No campo do diesel, o diesel é consumido nos motores de navio e nas locomotivas e em alguns caminhões, então, é justo que se cobre a CIDE do diesel. No entanto, há um diesel consumido na geração de energia elétrica e particularmente pelos tratores agrícolas.

Isso é para efeito de reflexão e debate dessa Comissão, porque possivelmente nós vamos ter de corrigir essa legislação, que nesses dois casos particulares é também deficiente.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB):

Só para dar uma informação ao Senador Eliseu Resende.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Maranhão.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB):

Atualmente no Brasil a gasolina consumida, o combustível consumido pela aviação os motores de combustão interna – gasolina; os motores à reação dos jatos, portanto, turbo-hélice é querosene. Mas eu quero adiantar a V.Ex^a, que já está lançado no mercado, pelo menos três modelos de motores de combustão interna Ciclo Diesel, ou seja, a aviação também vai consumir óleo diesel é questão de pouco tempo. Vai chegar ao Brasil, já chegou aos Estados Unidos e a Europa certamente vai chegar ao Brasil, também, até porque o motor de Ciclo Diesel ele é menos poluente do que o motor de combustível interno [soa a campainha] que consome gasolina.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhores Senadores e Sr^a. Senadora, eu vou saltar os itens, 1, 2 e 3 da pauta, porque requerem decisão terminativa e os relatores também não se acham presentes.

Em relação ao Item 04, a decisão não terminativa, mas o relator também não se encontra. Então nós já vamos passar imediatamente para os itens 6 e 7, que tratam de indicação de autoridades.

Eu gostaria de convidar para compor à mesa o Exmo. Sr. Major-Brigadeiro-do-Ar, Allemander Jesus Pereira Filho, que está sendo indicado para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil-ANAC, em complementação ao mandato de Jorge Luiz Brito Velozo. Tenho a honra de convidar o Ilmo. Sr. Heraldo Consentino, indicado para o cargo de Diretor de Administração e Finanças do DENIT.

Antes de passar a palavra ao relator, Senador Delcídio Amaral, gostaria de aproveitar a oportunidade em que essa Comissão, cumprindo sua função constitucional regimental de apreciação e deliberação sobre autoridades na área de infra-estrutura; sobretudo

nesse momento de apagão aéreo, de apagão rodoviário, de apagão moral, de falta de transparência até mesmo em relação aos nossos atos aqui no Senado da República.

Eu gostaria de reiterar a importância dessa Comissão e dessas sabatinas para o preenchimento de funções tão importantes para as agências reguladoras. Eu sempre defendi e continuo a defender agências reguladoras independentes, autônomas que efetivamente possam cumprir suas funções.

Mas Brigadeiro e Dr. Heraldo, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu queria aqui antes de passar a palavra ao Senador Delcídio Amaral, lembrar de algo que eu li há dois, três anos atrás na Índia sobre o memorial de Mahatma Ghandi, são sete pecados sociais segundo Ghandi. Eu queria colocar isso aqui, Senador Delcídio nosso Vice-Presidente, para reflexão de todos nesse momento tão singular da vida do Brasil.

Segundo Ghandi, os sete pecados sociais são: Política sem princípio; riqueza sem trabalho; prazer sem consciência; conhecimento sem caráter; comércio sem moralidade; ciência sem humanidade e devoção sem sacrifício. Com sete pecados do Ghandi, Senador Delcídio Amaral, eu concedo a V.Ex^a, para que possa proferir aqui o seu relatório.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar o Brigadeiro Allemander, eu quero cumprimentar também o nosso caro Heraldo, cumprimentar os Senadores, a Senadora Serys.

O Exmo. Sr. Presidente da República, por meio da mensagem de nº 145, submete ao exame do Senado Federal a indicação do senhor Major-Brigadeiro-do-Ar Allemander Jesus Pereira Filho, para exercer o cargo de Diretor da ANAC, em complementação ao mandato do Dr. Jorge Luiz Brito Velozo.

A ANAC entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida ao regime autárquico especial é vinculada ao Ministério da Defesa e foi criada pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005. A indicação em apreço obedece ao disposto no art. 52, inciso III, letra “f”, da Constituição Federal que atribui competência privativa a esta Casa do Parlamento para aprovar previamente por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares dos cargos enunciados na Lei Maior e de outros que a lei determinar.

Em conformidade com o citado dispositivo constitucional, o art. 12, da Lei 11.182 de 2005, fixa os requisitos a serem atendidos pelos Diretores da ANAC e determina que a nomeação dos indicados para os referidos cargos será feita pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.

O Major-Brigadeiro-do-Ar, Allemander Jesus Pereira Filho, ora indicado para o cargo de Diretor da ANAC, é cidadão brasileiro, nascido no Rio de Janeiro, formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 74; concluiu o Curso de Formação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica em 75; é Pós-Graduado em Projetos Industriais e Transportes pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia COPPE da UFRJ, desde 1980.

Em 1987 e em 1996, respectivamente, obteve os títulos de Mestre e Doutor em Engenharia de Transportes pela Carlton University em Ottawa, no Canadá.

No âmbito militar concluiu os cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica em 84; de Comando e Estado Maior e Superior de Comando em 90; e de Altos Estudos de Política e Estratégica na Escola Superior de Guerra em 97, na cidade do Rio de Janeiro.

Na área específica de competência da ANAC, sua formação acadêmica inclui ainda Cursos de Extensão Ministrados por instituições internacionais na área aeroportuária, como Planejamento e Administração de Aeroportos; Relacionamento Urbano de Aeroportos; Operação e Administração de Sistemas de Aeroportos; Planejamento e Projeto de Aeroportos e Planejamento e Gerenciamento Ambiental.

Atualmente o Major-Brigadeiro-do-Ar, Allemander Jesus Pereira Filho, exerce as funções de Diretor-Presidente da Consultoria de Aviação Civil Ltda, Ercon, Empresa Individual; de Coordenador de Projetos da Fundação de Serviços de Defesa e Tecnologia de Processos SDTP e de Professor do Instituto do Ar da Universidade Estácio de Sá, no Estado do Rio de Janeiro.

Sua experiência profissional foi sempre voltada para atividades ligadas ao transporte aéreo, tanto na Administração Pública junto ao antigo Departamento de Aviação Civil-DAC, quanto na iniciativa privada e em atividades de docência e de pesquisa.

Entre 1980 e 2005 em uma carreira de 25 anos, ocupou os mais diversos cargos técnicos e de direção, chegando a Diretor do Instituto de Aviação Civil-IAC de 1998 a 2000; a Assessor Especial do Diretor-Geral do DAC, de 2000 e a 2001 e a Chefe do Subdepartamento de Infra-Estrutura de 2001 a 2005. Nesse período participou de estudos sobre demandas por transporte aéreo, na elaboração de documentos normativos e técnicos, relativos à segurança operacional e institucional da aviação civil e do desenvolvimento de planos diretores de mais de 30 aeroportos do País.

Ao longo da vida profissional o indicado teve oportunidade de participar em diversos seminários e congressos realizados no País e no Exterior, a par des-

as atividades foi representante do DAC, na Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional e do Comando da Aeronáutica junto ao Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA e a Comissão Técnica de Coordenação das Atividades Aéreas do Ministério da Defesa.

Integrou diversas delegações oficiais do Governo Brasileiro no Exterior, inclusive como Chefe de Missão junto a Organização de Aviação Civil Internacional, entre 2002 e 2005. E, como representante do Brasil no Painel Sobre Iniciativa de Transporte do Hemisfério Sul, entre 2004 e 2005.

No campo da docência e pesquisa é Professor e Coordenador do Curso de Gestão da Aviação Civil da Universidade Estácio de Sá e foi Professor Conferencista da COPPE, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. É autor de vários artigos de técnicas sobre aviação civil e administração aeroportuária, com publicação de revistas especializadas no Brasil e no Exterior.

A análise do currículo encaminhado em anexo a Mensagem nº 145, que nos foi encaminhado pelo Ministro Jobim – um currículo completo e que eu vou distribuir também aos Srs. Senadores e a Sr^a. Senadora – o profissional e o currículo são absolutamente credenciados para o desempenho das atividades, do cargo para o qual foi escolhido pelo Exmo. Senhor Presidente da República.

Consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 12 da Lei de nº 11.182 de 2005, segundo o qual os diretores da ANAC, serão brasileiros, de reputação ilibada, formação Universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados pelo Presidente da República, após serem aprovados pelo Senado Federal.

Isto posto, submetemos à apreciação e ao julgamento desta douta Comissão, a indicação do Major-Brigadeiro-do-Ar, Allemander Jesus Pereira Filho, constante da referida Mensagem Presidencial em cumprimento ao disposto no art. 52, inciso III, letra “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei 11.182, de 27 de setembro de 2005.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a. Senadora Serys, eu tenho absoluta convicção que com o Brigadeiro-do-Ar, Allemander, nós teremos um grande dirigente a frente da Agência Nacional de Aviação Civil, porque ele cumpre todas as premissas necessárias para uma boa gestão como dirigente da Agência Nacional de Aviação Civil e não tenho dúvida nenhuma, ajudará muito a aviação civil a sair dessa crise que infelizmente que nós enfrentamos desde o ano passado.

É esse o meu parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência cumprimenta ao ilustre, Senador Delcídio Amaral pela rigorosa, primorosa é até mesmo minuciosa, relatoria em relação a esta importante indicação para a aviação civil no Brasil.

Eu passo a agora ao Item 7, nós vamos fazer a leitura do relatório de indicação do Dr. Heraldo Consentino, para exercer o cargo do Diretor do DENIT.

Eu concedo a palavra a este grande brasileiro, profundo conhecedor da infra-estrutura no País, ex-Ministro Senador Eliseu Resende, para fazer a leitura do seu relatório.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Presidente. Nós estamos aqui sabatinando mais um diretor do DENIT, indicado pelo Governo. É bom ressaltar inicialmente, Presidente, que a legislação determina que a sabatina aqui na Comissão de Infra-Estrutura do Senado, se faça particularmente para as agências no campo da infra-estrutura.

No entanto, o legislador abriu uma extensão dessa sabatina para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, o que representa a importância que se dá a essa autarquia; ou seja, é a única autarquia independentemente das agências reguladoras que tem no campo da infra-estrutura, essa necessidade de um nome vir a ser aprovado pela Comissão de Infra-Estrutura e pelo Plenário do Senado.

Nós temos a felicidade de encontrar aqui a indicação do senhor Heraldo Consentino, para Diretor de Administração e Finanças do DENIT. Ele hoje é Subsecretário de Orçamento e Finanças do Ministério dos Transportes e o é desde 2003, servindo a vários Ministros em vários governos, é um técnico, portanto, eu vou ler aqui rapidamente o seu currículo e ele atende em nossa opinião a todas as exigências prescritas em lei, para servir o País no cargo que pretende o Governo colocá-lo.

O senhor Heraldo Consentino é natural de São Paulo, graduou-se em Administração de Empresas pela Escola Superior de Administração de Negócios da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, graduou-se também em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia São Luís, também em São Paulo.

Cursou ainda o Mestrado em Planejamento de Gestão Organizacional, da Faculdade de Ciências e Administração da Universidade de Pernambuco em convênio com a Universidade de Madrid, na Espanha. O indicado possui ampla experiência como auditor externo independente, tendo atuado há mais de 30 anos como auditor para empresas consagradas do setor, tal como Arthur Andersen, Ernst & Young-Auditores, a Cooper's & Lybrand Auditores, a Direct Auditores Independentes, Consentino e Rafael Auditores e Gui-

marães e Associados, o que demonstra a experiência do indicado também no campo da auditoria contábil.

Atuando em empresas foi responsável pela realização de auditorias em grandes organizações instaladas no País, tais como a Philips Morris do Brasil, a 3M do Brasil, a Rede Ferroviária Federal S/A, a Companhia Cacique de Café Solúvel, a Companhia Energética de São Paulo, a Companhia Energética de Pernambuco e a Companhia Siderúrgica do Nordeste.

Como Consultor em Finanças Empresariais e Contabilidade, o senhor Heraldo Consentino prestou serviços ao Grupo Coelho de Petrolina, no Pernambuco; Tambaú Indústria de Alimentos de Custódia; Silway Indústria de Confeções de Recife, Rio Center Magazines de Natal e MBrasil Distribuidora de Produtos Farmacêuticos; Indústria de Vagalume de Confeções de Belo Jardim, no Pernambuco.

Desde 1991, o indicado vem realizando atividades acadêmicas como Professor – o que demonstra que o nosso candidato tem também experiência no campo do Magistério – Professor dos Cursos de Administração Financeira, Administração para não Administradores e em Planejamento e Gestão Organizacional, nos Departamentos de Pós-Graduação e Extensão da Faculdade de Ciências de Administração da Universidade de Pernambuco.

Além de diversos artigos publicados em publicações especializadas, o indicado é autor da Publicação Contabilidade Comercial realizado pelo SENAC de Pernambuco, como parte da Coleção-Administração e Serviço de Contabilidade.

E temos finalmente a destacar, senhor Presidente é que desde 20 de abril de 2003, o indicado vem desempenhando a função de Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério dos Transportes, não havendo no exercício dessas tarefas o registro de qualquer fato que desabone sua idoneidade e sua reputação moral e profissional.

Então na verdade, o Governo está propondo a transferência do Subsecretário de Administração e Finanças do Ministério dos Transportes para a Diretoria de Gestão Financeira do DENIT.

Com essas informações cremos que a Comissão está em condições de deliberar acerca da indicação do senhor Heraldo Consentino, para o desempenho do cargo de Diretor de Administração e Finanças do DENIT. E eu antecipo o meu voto favorável à indicação, Sr. Presidente. [Soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Eliseu Resende pela sua competente exposição, pelo seu relatório e passo agora a fase das exposições.

Nós vamos fazer conjuntamente as exposições, depois, vamos iniciar o processo de votação concomitantemente ao processo de arguição, de sabatina.

Pois não, Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, eu queria perguntar a V.Ex^a, que tendo em vista já--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ok.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Tendo iniciado e já dados os votos proferidos, poderia ser iniciado o processo de votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está aberto. Eu concedo com muito prazer a palavra ao Exmo. senhor Major-Brigadeiro-do-Ar, Allemander Jesus Pereira Filho para sua exposição.

SR. ALLEMANDER JESUS PEREIRA FILHO:

Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, bom senhor Relator, Senador Delcídio Amaral, Srs. Senadores que compõem a Comissão de Infra-Estrutura do Senado, agradeço a atenção.

Eu vou procurar ser breve fazer uma rápida introdução a complexidade que é o sistema de aviação civil, não só no Brasil mas em todo o mundo.

Inicialmente é importante que nós tenhamos a exata dimensão do que seja o sistema de aviação civil, muitos tratam a aviação civil apenas como aquela ponta do iceberg que envolve as empresas aéreas, mas a aviação civil envolve um espectro muito maior de atividades.

Todo o conjunto de atividades da aviação civil se encontra muito discutido pelos estudiosos e sedimentado com base da Convenção de Aviação Civil Internacional, assinada em Chicago em 1944, e que nos seus 18 anexos e documentos técnicos apresentam a base para a toda a regulamentação da aviação civil internacional e também adotada no Brasil, como um signatário da Convenção.

A complexidade é muito maior dado o espectro que nós temos dentro do sistema de aviação civil, as empresas de manutenção, os sindicatos da classe, a indústria aeronáutica, as empresas de serviços auxiliares, os órgãos de empresas de serviços aeroportuários, a Infraero, os departamentos aéreos viários estaduais, as prefeituras que administram aeroportos.

Temos a aviação geral, as empresas de táxi aéreo, os operadores privados, temos as empresas de transporte aéreo regular, que é aquela que nós talvez tenhamos maior contato no nosso dia-a-dia, as de transporte aéreo não regular, as empresas de carga, de transporte de mala postal de malotes, as entidades aerodesportivas, as escolas de aviação, os aeroclubes,

as universidades, que hoje já temos cerca de quase 20 universidades, já com o curso de formação, temos uma série de comissões e subcomissões.

E temos as interfaces com a Agência Nacional de Aviação Civil, com o DECEA, com os órgãos do Comando da Aeronáutica, DECEA, com o CTA, com os Comandos Aéreo Regionais, com as Diretorias de Engenharia da Aeronáutica, com o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, enfim com a Diretoria de Saúde, é todo um espectro de atividades que a aviação civil envolve.

Eu não gostaria de me alongar demasiadamente, estarei totalmente à disposição dos senhores para responder as perguntas que julgarem pertinentes. Sinto-me muito confortável nesta posição, estive 25 no DAC como foi dito pelo nosso relator, fui treinado e preparado pelo povo brasileiro, através da Força Aérea Brasileira da Aeronáutica, nas escolas públicas do Brasil e Universidades fora do Brasil.

Então é um momento que eu ofereço uma contribuição, uma nova contribuição após a minha passagem pela Aeronáutica Brasileira. Agradeço novamente a atenção e me coloco à disposição para perguntas que julgarem convenientes. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pelo que eu pude depreender aqui, nós estamos diante de um futuro Diretor, caso essa Comissão aprove e depois o Plenário confirme, muito objetivo.

Acho que nós estaremos bem amparados com o Dr. Allemander, parabéns pela exposição, rápida objetiva e que vai permitir com ela a que todos nós possamos participar ativamente do processo de arguição.

Com a palavra o Dr. Heraldo Consentino, com a responsabilidade de repetir o feito do Dr. Allemander.

SR. HERALDO CONSENTINO: Não com tanto brilhantismo, meu mestre.

Exmo. Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, senhor Vice-Presidente, Senador Delcídio Amaral, eu quero agradecer a oportunidade ora concedida.

Exmo. Sr. Senador Eliseu Resende, eu quero externar meus agradecimentos, pelo relato referente à minha indicação para o cargo de Diretor Administrativo— Financeiro do DENIT; Exmo. Srs. Senadores, Senadora, integrantes desta Comissão e demais presentes, minhas cordiais saudações.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, registro os meus sinceros agradecimentos ao Exmo. Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por acolher a indicação do Exmo. Sr. Ministro do Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, ao qual manifesto o meu reconhecimento pela confiança

demonstrada na proposta de minha inclusão na Diretoria do DENIT.

Os desafios que hoje se apresentaram no desenvolvimento dos programas governamentais exigem órgãos do Governo preparados para responder tempestivamente e de forma adequada a execução dos trabalhos.

O DENIT como autarquia federal constituída através da Lei 10.233 de 2001, vinculado ao Ministério dos Transportes tem entre suas incumbências na forma regimental, a de implementar em sua esfera de atuação a política estabelecida para administração da infra-estrutura do Sistema Federal de Viação. Nesse quadro uma Diretoria Administrativa Financeira deverá compor em conjunto com as outras diretorias, o núcleo de gestão do órgão de modo a poder dimensioná-lo à medida da exigência do momento.

A estrutura da Diretoria Administrativa Financeira compreende atualmente as Coordenações de Orçamento e Finanças, a Administração Geral, Recursos Humanos e Modernização e Informática.

Atravessamos um período de resgate de confiança no futuro do País, onde os investimentos planejados traduzem a certeza das necessidades e suas perspectivas. O volume de recursos sob gestão e a ser ingerido pelo DENIT, representa de per si, a importância que o órgão tem na execução da política de aceleração do crescimento e conseqüentemente a responsabilidade que repousa sob seus gestores.

A minha formação profissional foi construída na iniciativa privada através da experiência nas áreas financeira e administrativa, principalmente com atividade de auditoria externa e consultoria empresarial. Estou trabalhando no Governo Federal desde o ano de 2003 na área de Orçamento, Finanças e Contabilidade do Ministério dos Transportes respondendo pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

Na oportunidade de vir a ocupar a Diretoria Administrativa e Financeira do DENIT trago a minha experiência, acumulada ao longo desses mais de 30 anos de vivência profissional; para juntamente com meus pares de diretoria, sua equipe profissional e nossas autoridades do Ministério dos Transportes, contribuir para agregar no sentido mais amplo um pouco mais esperança de horizonte às esperanças do nosso País.

Sr. Presidente, quero encerrar essas minhas brevíssimas palavras externando o entendimento: Tenho a frente uma proposta não a de uma simples atribuição, como pode se apresentar, mas a de uma delicada e honrosa missão. Estou consciente Sr. Presidente, da complexidade e da importância das tarefas que ora se apresentam para execução de um Programa de Go-

verno, que pressupõe união de forças na aceleração do crescimento nacional.

É só. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Quero repetir os mesmos elogios que fiz ao Brigadeiro a V.S^a. dizer a V.S^a. que nós esperamos muito de V.S^a., sobretudo, no que diz respeito aos novos arranjos institucionais que necessita o DENIT.

Nós vamos agora abrir a parte da sabatina. Os primeiros inscritos naturalmente são os relatores, caso desejem inquirir os sabatinados.

Eu concedo a palavra inicialmente ao nosso querido Vice-Presidente, Senador Delcídio Amaral, logo após o Senador Eliseu.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Sr. Presidente. Eu gostaria de rapidamente fazer aqui os meus questionamentos.

A indicação do Brigadeiro Allemander, ocorre num momento difícil principalmente para a aviação brasileira. Nós acompanhamos toda a tragédia dos dois acidentes, o acidente da GOL do ano passado e o acidente da TAM nesse ano no Aeroporto de Congonhas, isso levou inclusive a renúncia dos Diretores da Agência Nacional de Aviação Civil, inclusive com a conseqüente redefinição da malha aérea que é atribuição da ANAC pelo próprio Executivo.

Então, a pergunta que eu faria ao senhor, é como o senhor vê, quer dizer, esse quadro de uma interferência do Executivo nas atribuições da ANAC e, ao mesmo tempo uma pressão do Executivo pela renúncia dos Diretores? Há uma pergunta que é uma pergunta difícil de responder, se o senhor realmente cumpriria o seu mandato até o final ou renunciaria se fosse solicitado pelo Ministro da Defesa, diante desse quadro que nós vivenciamos especialmente nesses últimos meses.

Uma outra questão Brigadeiro Allemander é com relação aos Diretores da ANAC, V.S^a. substitui o Coronel Velozo que tinha experiência no setor aéreo. Os demais não tinham essa experiência, apesar do currículo apresentado com uma série de serviços prestados ao País, inegavelmente.

Como o senhor entende essa relação de alguém que conhece o setor como poucos com diretores, eventualmente, que não detém experiência na área da aviação? Como V.S^a. enxerga esse relacionamento e se isso efetivamente não prejudica as atividades da ANAC?

Um diagnóstico rápido, Brigadeiro Allemander, sobre o apagão aéreo. A culpa foi só da ANAC? Quais foram as falhas, além da ANAC, do DECEA, da Infraero e do Ministério da Defesa? V.S^a. acha que em função dessa crise há necessidade de se promover uma revi-

são do modelo vigente, com uma possível modificação de competências e de autonomia da ANAC?

A outra pergunta, com relação aos aeroportos brasileiros, o congestionamento. Na visão de V.S^a., quais seriam as medidas para minorar esse problema? Como V.S^a. analisa a possibilidade de flexibilização das tarifas aeroportuárias? E como V.S^a. enxerga a concessão de aeroportos para iniciativa privada, semelhantemente ao que é feito em outros países do mundo?

Senhor Brigadeiro, os recentes acidentes aéreos levantaram dúvida sempre a segurança da aviação nacional, muitas pessoas evidentemente estão com medo de viajar. Os controladores de voo denunciaram e o próprio Diretor do DECEA, reconheceu que a manutenção dos equipamentos e a gestão dos recursos humanos não são satisfatórias.

A ANAC dispõe de poucos fiscais e seu orçamento é contingenciado. Como V.S^a. avalia a segurança do transporte aéreo em particular, o desempenho da ANAC em relação a essas questões.

Questão número seis e última, o acidente em Congonhas evidenciou o problema do crescimento urbano desordenado no entorno dos aeroportos, V.S^a. é profundo conhecedor desse assunto tendo inclusive publicações a respeito: Que propostas tem para equacionar esse problema? Quem deveria fiscalizar esse entorno: as prefeituras, o DECEA ou a ANAC? Não estaria havendo um conflito de atribuições, uma vez que a agência aprova o Plano Diretor dos Aeroportos, mas o DECEA aprova os planos urbanísticos para o seu entorno?

São essas as questões, Sr. Presidente, que eu gostaria de apresentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu pergunto a V.S^a. Sr. Presidente, se eu posso fazer indagações a ambos os expositores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Todos os Senadores poderão fazer indagações a ambos os expositores.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A minha indagação ao Sr. Allemander, que pretende assumir uma Diretoria da ANAC é mais ou menos superposta, tem certa conciliação a sua sintonia com as colocações do Senador Delcídio Amaral. Eu gostaria de fazer duas perguntas rápidas, apenas para efeito de esclarecimento, se o nosso indicado puder responder.

Primeiro, a questão da Diretoria da ANAC, como é que a legislação a define. Se o diretor indicado genericamente para ANAC, pode ser pelo Executivo levado ao cargo de diretor-geral; ou se a indicação do

Senado no caso da legislação é específica para diretor de determinada área e, o diretor-geral já vem indicado como diretor-geral? Primeira pergunta.

A segunda pergunta é sobre as tarefas e as prerrogativas da ANAC. No campo dos investimentos públicos nós temos autarquias que as executam, no caso específico do setor aéreo é a Infraero, mas no campo dos investimentos privados a parceria com o setor privado e particularmente no campo da concessão, a legislação que criou a ANAC específica claramente que compete a ANAC promover essas concessões?

A pergunta do Senador Delcídio Amaral foi muito clara e me incomoda muito a questão do sistema aeroportuário brasileiro, centralizadamente dirigido por uma autarquia aqui em Brasília que é a Infraero. E as preocupações maiores, o mais importante do que o aeroporto é o retro aeroporto é a organização do uso do solo, é o acesso viário ao aeroporto e a melhor localização e a questão de poluições sonoras e ambientais que o aeroporto revela.

Então nos outros países os aeroportos não são administrados pelo Governo Central, particularmente nos Estados Unidos o Governo americano não administra um aeroporto sequer, os aeroportos são administrados pelos Estados, pelos Municípios ou concedidos ao setor privado.

A minha pergunta é qual é o pensamento da ANAC com relação a essa Administração descentralizada? É claro que essa é uma pergunta a ser feita mais adequadamente ao Ministro da Defesa e ao Presidente da República, mas nós estamos aqui trazendo o assunto à tona, porque é um assunto de alta relevância. Mais importante do que investir em pista de pouso é definir a estratégia do sistema aeroportuário do Brasil, neste caso está a ANAC preparada para fazer concessões de infra-estrutura aeroportuária na sua estrutura? Então essa é a pergunta que eu faço a V.Ex^a, são duas perguntas.

Ao Consentino, faço uma pergunta rápida, lembrando que o DENIT é o transformado do Departamento Nacional de Estradas de Rodagens é o DNER que se transformou no DENIT e foram extintas a Rede Ferroviária Federal, o Departamento de Portos e Vias Navegáveis e a Portobrás, para que o DENIT trate da infra-estrutura de transportes como um todo.

Então, o DENIT é encarregado também, portanto, da intermodalidade, do estabelecimento das prioridades para os investimentos não apenas rodoviários, mas também ferroviários e portuários da navegação.

Eu pergunto-lhe: V.Ex^a no DENIT, vai procurar aplicar esta filosofia de que o DENIT não opera rodovias e não planeja rodovias, mas opera e planeja todas as

modalidades de transportes aquaviários e terrestres? São minhas perguntas, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra para arguição, o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, senhor Vice-Presidente, Senador Delcídio Amaral, ilustre Major-Brigadeiro Allemander Jesus Pereira Filho, ilustre Dr. Heraldo Consentino, neste ato um está sendo indicado para a ANAC e outro para o DENIT, mas especificamente eu queria me dirigir ao Major-Brigadeiro, Allemander duas perguntas.

Primeira, senhor Brigadeiro, a partir da experiência adquirida em 25 anos de serviços prestados ao Departamento de Aviação Civil, nos quais dos últimos quatro anos V.Ex^a chefiou o subdepartamento de Infra-Estrutura, qual a sua opinião a respeito das propostas e estudo apresentados pelo Ministro Jobim a duas semanas da criação de uma Secretaria de Aviação Civil, responsável pela concessão de linhas e alterações de rotas, ficando a ANAC com a fiscalização e a regulação das empresas aéreas? No entendimento de V.Ex^a, como seriam compatibilizadas essas atribuições?

Segunda. Acerca de dois meses a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, por meio dos Presidentes das CPIs realizadas aqui no Congresso, encaminharam a ANAC 39 sugestões de mudanças na operação da malha aérea nacional, no atendimento aos passageiros e no fornecimento de informações; dentre essas sugestões gostaria de saber a avaliação de V.Ex^a sobre os seguintes pontos:

A. Separação do sistema civil e militar de controle do espaço aéreo, distinguindo as atividades de comunicação navegação e vigilância, daquelas de gestão ou gerenciamento de tráfego aéreo?

B. Elaboração de um plano aéreo viário nacional.

C. Estímulo à participação dos Estados e Municípios, bem como da iniciativa privada na gestão aeroportuária brasileira.

São duas perguntas que eu quero dirigir a V.Ex^a, que eu espero que possa responder.

E dizer ao Dr. Heraldo Consentino, indicado para o DENIT, nós estamos nos últimos dias, Dr. Heraldo Consentino vivenciando realmente um momento difícil do DENIT, tendo em vista que até agora o Senado Federal não aprovou a indicação do Dr. Luiz Antônio Pagot, mas um assunto que eu posso deixar de lado.

Mas eu tinha uma preocupação muito grande em relação ao DENIT, tendo em vista que falta um bom planejamento, me parece que não há um planejamento não só nas execuções das obras como também nas li-

berações de recursos. Exemplificando. Nós temos uma obra em Mato Grosso ao longo da BR 163, que demanda o Trevo do Lagarto, que é um trevo muito conhecido porque ali passam as BRs 364, a 163 e a 070.

E ao longo dela, ou seja, num trajeto do Trevo do Lagarto que eu me referi, há um outro trevo que demanda a BR 163, levando para a MT 170, que é o Trevo da Jangada, também é um grande trevo, essa obra está há cinco anos, lamentavelmente, em execução.

Uma obra que particularmente pelo pouco conhecimento do setor de engenharia que tenho, mas conheço bem, até pelos cargos que exerci três vezes Prefeito, Governador, eu tenho talvez pouca, mas até bastante conhecimento em relação a execuções de obras pelos seus valores. É uma obra tão pequena Dr. Heraldo Consentino em função dos valores, do volume de recursos que detêm o DENIT, que essa obra é uma vergonha nacional.

Nessa rodovia trafegam mais de 08 a 10 mil autos/dias entre carros pesados e carros de menor porte e, essa obra até hoje não foi concluída, correndo riscos sérios de todos os dias acontecerem acidentes como tem acontecido ali naquelas imediações.

De tal forma V. S^a. ou V.Ex^a, que está sendo indicado para ser diretor, se não me falha a memória administrativo e financeiro, por favor, faça com que o cronograma financeiro dessa obra... Porque os empreiteiros que ali estão – porque eu vou fazer inclusive um requerimento aqui a Polícia Federal, para saber quais os motivos e razão que não foi concluído? Apenas um trevo que não custa mais do que quatro ou cinco milhões de reais no máximo e, pelo volume alocado ao DENIT eu acho que é uma vergonha nacional.

De tal forma que eu faço aqui, mesmo V.Ex^a não está no exercício do cargo, ainda, mas como indicado e certamente vai ser aprovado pelo Plenário do Senado, eu faço um apelo ao senhor que vamos dar prioridade de concluir essa obra, sob pena daquela obra, poderemos colocar ali uma placa: “Obra da vergonha”, obra que todos nós mato-grossenses e brasileiros que trafegamos ali, exigimos a conclusão por parte do Governo Federal, sobretudo pelo órgão responsável que é o DENIT.

É um apelo que eu faço ao senhor e espero que o Sr. Tome providências e faça o cumprimento do seu cronograma financeiro, tendo em vista que empreiteira que está ali alega constantemente de que não concluiu por falta de pagamento das medições feita ao DENIT; são quatro anos que eu passo por ali constantemente.

De forma, Sr. Presidente, que eu agradeço e de-sejo a todos até porque eu já votei, sucesso, felicidades nessa missão que o Governo Federal dá aos Srs.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com palavra a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Srs. sabatinados, Dr. Heraldo Consentino e o Brigadeiro-do-Ar Allemander, o Sr. Tem o primeiro nome complicado eu tenho o último, cada com a sua carga.

Eu vou bastante breve saudá-los, inclusive, vou fazer um questionamento somente ao Brigadeiro dizendo Sr. Brigadeiro, que eu tenho dois projetos, um inclusive já aprovado na CCJ e óbvio esses projetos pegam até apelido rapidamente um é o apagão e outro é o overbooking.

O overbooking já está aprovado na CCJ, já está indo para a pauta do Plenário; o apagão até onde eu estou informada já tem a relatoria do Senador Jayme Campos, designado, e sei que ele vai trabalhar com afinco para gente conseguir aprovar. O do overbooking é um projeto da nossa autoria que tramita quase quatro anos e já está bem encaminhado.

O do apagão ele é mais recente é um projeto que eu vinha trabalhando com pessoas que trabalham na área, aqueles que recebem as queixas, os usuários etc e etc., e eu venho trabalhando nele desde o final do ano passado.

Com o agravamento da crise e tudo mais nós aceleramos um pouco mais e já está protocolado já está com relatoria designada. Ele é mais abrangente, ele trata de atrasos, cancelamentos de voo, indenizações por acidente, indenização por atraso a entrega de bagagem, enfim ele é bastante amplo na defesa, vamos dizer assim, na busca da proteção do usuário, ele é um projeto bastante amplo nesse sentido, o segundo, o apelidado do apagão.

E eu gostaria de colocar para o senhor até porque a gente vivenciou muitos problemas como um passageiro normal todos os problemas vivenciados e viu sempre como o passageiro, como o usuários, como o consumidor está desprotegido, completamente desprotegido.

Quer dizer, estão cuidando das pistas agora, estão cuidando das máquinas, estão cuidando do preparo do pessoal e do não estresse da tripulação e etc e etc., mas a proteção ao passageiro do meu ponto de vista está precisando ser tomado com bastante afinco. Aí é o que eu pergunto ao senhor como que a ANAC deva e pode agir já de imediato nesse sentido? Quais os limites encontrados pela ANAC para atuação com relação à proteção do passageiro?

Nós temos projetos aqui, eu inclusive já conversei com o Ministro, ele já deu alguns encaminhamentos lá, tem uma Comissão já criada pelo Ministro nesse sentido de buscar a proteção do consumidor, eles já

estão inclusive estudando esses nossos dois projetos que talvez sejam também aproveitados e etc.

Eu perguntaria ao senhor como e quais os limites que o senhor vê hoje, para que a ANAC tenha uma atuação mais decidida, mais determinada com relação a proteção do usuário? O que pode ser feito com agilidade e eficiência o mais rápido? Porque a gente está vendo como eu já disse aqui, uma vontade uma determinação do nosso Governo, do nosso Ministro Jobim, no sentido de que todos os aspectos, porque não é um aspecto que tem que avançar, são vários.

Agora, aquele mais específico da proteção do usuário na relação com as empresas, porque é óbvio que a proteção do usuário... Que realmente as máquinas da aviação aérea civil nesse País sejam bem conservadas, fiscalizadas etc., como é proteção ao usuário a gente realmente ter uma tripulação bem preparada, uma tripulação com condições de trabalho do nível exigido e os aeroportos com todas as condições, as pistas principalmente.

Tudo isso é proteção ao usuário, mas essa proteção na relação com a empresa realmente é muito deficitária. Eu já peguei overbooking dentro de aviação com 50 passageiros excedentes, todo mundo lá no corredor do avião, nem o ônibus lá da vilinha onde eu morava quando era criança tinha 50 excedentes dentro do corredor. E, está dentro do avião "E daqui ninguém me tira e daqui não saio", cheio de razão.

Eu já fui vítima, eu já assisti muitíssimos outros casos de você entrar no avião... Eu fiquei no overbooking, em pé dentro do avião e foi um drama para se resolver problema, não porque seja eu, mas eu vivi essa experiência. E, quantos outros passageiros eu já assisti nessa situação, então é um mínimo de coisas que a gente tem que agilizar.

Como o senhor vê a possibilidade de que se agilize determinadas medidas na ANAC, para a proteção direta a passageiro de companhia de aviação aérea do Brasil, obrigada e parabéns aos dois. Com certeza, os dois serão aprovados pela nossa Comissão e também no Plenário, a gente deseja um grande trabalho, tanto ao Dr. Consentino, quanto ao Brigadeiro. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de fazer uma intervenção e vou me concentrar mais na figura do Major-Brigadeiro Allemander, já que ele vai para uma agência reguladora e vai ter um papel muito importante na administração desta crise que passa o setor aéreo brasileiro.

O Dr. Heraldo Consentino, na verdade, está indo para um órgão do qual ele já faz parte e é um prêmio a quem se dedicou à vida toda a uma carreira se deu bem. Pelo seu desempenho, eu acho que é merecedor dessa premiação que, na verdade, constitui o novo desafio para quem tanto se dedicou ao serviço público.

Mas Brigadeiro Allemander, prestei atenção no currículo do Sr. E mais uma vez eu sou obrigado a reconhecer aqui que o Ministro Jobim, está acertando na sua administração. Ele está tornando um órgão que tinha um forte componente político que o prejudicava excessivamente e está substituindo gradualmente, através de uma boa articulação as pessoas que estavam lá, os conselheiros que estavam lá por pessoas mais profissionais. E no currículo que o senhor nos mandou é digno de nota o fato de que o senhor traz aqui uma larga experiência no setor.

O senhor integrou o DAC durante 25 anos, além de ter uma formação acadêmica excepcional, já que o senhor tem Curso de Engenharia de Transporte, tem é o Oficial-General nessa Área de Engenharia, então todos os títulos que o Conselheiro deveria ter o senhor tem portanto, não lhe faltam títulos para ter um bom desempenho na função para a qual fora designado.

Mas eu quero fazer algumas indagações e eu começaria por um comparativo, como o senhor teve uma larga experiência no DAC, me vem à lembrança de como é que funcionava esse órgão. Apesar de ter sido uma autarquia, ter sido um órgão estatal, era uma referência em matéria de eficiência, não se questionava a questão da segurança de voo, a questão do atendimento aos passageiros; era realmente um serviço eficiente que esse órgão prestava a todo setor aeroviário do País.

Em função dos avanços da sociedade, em função da abertura do mercado, em função dessa globalização toda que ocorreu, criou-se a agência que substituiu aquela autarquia. Pois bem, infelizmente o que nós assistimos durante estes últimos meses – que, aliás, mais do que meses – durante estes últimos anos foi um retrocesso muito grande, ao invés de avanço o que correu foi um retrocesso muito grande. Um retrocesso que vai da segurança, da seleção de investimentos e do tratamento aos passageiros.

O que nós percebemos de tudo isso é que a ANAC, na verdade, deixou de ser um órgão de regulação do mercado aeronáutico para ser um órgão de defesa das empresas. E as empresas é que passaram a ditar as normas, as diretrizes que deveriam ser seguidas e a ANAC, simplesmente, dava chancela a todas as pretensões dessas empresas fato que acabou desaguardando nessa crise toda, pela qual nós estamos discutindo e exaurindo todos os nossos esforços para

contribuir para a solução desse grave problema. Problema que não acabou.

Há poucos dias atrás eu ainda vi uma declaração de um Diretor da ANAC, dizendo que tinha sido superada a crise da aviação brasileira, quando na verdade, quem está viajando – o Senador Delcídio viaja toda semana, eu viajo, o Senador Eliseu Resende viaja – todos nós sabemos que os problemas persistem porque estão à nossa frente. Está aqui dentro de Brasília o senhor vai aqui ao Aeroporto de Brasília que o senhor vê, qualquer aeroporto no momento do embarque você já começa a enxergar a crise.

Então o que aconteceu de errado nessa transição? Porque o antigo DAC que cuidava tanto da regulação, como também dos interesses dos passageiros de repente, vêm uma agência que viria para aprimorar não só regulamentando o mercado, mas cuidando de todas as normas relativas a aviação civil, de repente os serviços pioraram. Então, essa é a primeira questão que eu gostaria que V.Ex^a, nos respondesse.

Outra coisa pontual é o seguinte. O senhor é um especialista e nós somos generalistas, de tudo isso nós entendemos muito pouco e de pouco nós entendemos muito. O Senador Delcídio entende um pouco mais do que nós, porque ele é engenheiro e sempre esteve ligado à questão da infra-estrutura então, ele entende um pouquinho mais do que nós.

Mas veja o seguinte, eu não tenho dúvida de uma coisa: Quanto mais extensa é a pista mais segurança propicia, obviamente não é só a extensão que propicia a segurança, existem outros componentes aí, mas indiscutivelmente a extensão da pista é o que dá mais tranquilidade. Quando a gente está descendo numa pista e vê aquela enorme extensão dá uma sensação de alívio de tranquilidade porque estamos chegando com segurança.

O Aeroporto de Congonhas tem uma pista curta. E isso já foi publicado, isso já foi decantado. E nós que às vezes utilizamos essa pista, quando nos damos ao luxo de enxergá-la, somos assaltados pela inquietação, pelo receio: “Será que vai dar, será não vai dar?” É claro que as aeronaves de menor porte, um turbopropélor ou uma aeronave a pistão, qualquer coisa assim não tem tanto risco, mas de repente quando chega um Boeing, quando chega uma outra aeronave de maior porte sempre causa inquietação.

Pois bem. Qual foi a solução dada recentemente para enfrentar o problema da segurança do Aeroporto de Congonhas? Criar a área de escape que estava faltando. Só que a criação da aérea de escape, se deu Senador Delcídio e Senador Eliseu que também é engenheiro, reduzindo a extensão da pista. Foi em prejuízo da pista.

No meu entendimento de leigo, mas que acompanha isso com atenção até por ser passageiro, a solução foi equivocada. O que o Governo tinha que fazer era investir para dar maior extensão, criar a zona de escape sim, mas através da desapropriação de área ou na cabeceira, ou na ponta da pista e não encurtando mais a pista, ainda.

Então, o que eu quero lhe perguntar é o seguinte, se o senhor tivesse que decidir sobre isso, o senhor adotaria essa solução de encurtar a pista para criar a área de escape ou o senhor insistiria para desapropriar a qualquer preço áreas que pudessem dar maior extensão e maior tranquilidade nessa pista?

São essas duas indagações que eu gostaria de fazer a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente Senador Marconi Perillo, Sr^{as}. e Srs. Senadores, senhores sabatinados aqui nessa Comissão, Brigadeiro Allemander Jesus Pereira Filho, que conheci no DAC prestando excelentes serviços ao País, e Dr. Heraldo Consentino, que também conheço lá do DENIT ou no Ministério dos Transportes, que já vem desenvolvendo excelentes trabalhos para o País naquela instituição tão importante que nós temos de infra-estrutura terrestre do nosso País.

Brigadeiro Allemander, primeiro eu quero, como disse, cumprimentá-lo e desejar muito sucesso nessa sua nova missão. O seu currículo já diz tudo é desnecessário a gente dizer da sua preparação, da sua competência e eu tenho certeza da acerto do Presidente Lula, do Ministro Jobim, na indicação do nome de V.Ex^a, para ocupar e complementar este mandato da Agência Nacional de Aviação Civil, da ANAC.

Portanto, desejo muito sucesso nessa sua nova empreitada não será uma missão fácil, porque a ANAC passa por um momento de muita turbulência, mas sei que o amigo terá competência para administrar os problemas lá existentes na sua área, portanto, muito sucesso.

Ao Dr. Heraldo nosso amigo, já dizer o seguinte que a missão dele será mais a de pagador, o homem do dinheiro, não é? Portanto, tenho certeza que é uma área um homem que já desempenhou outras missões na sua vida, conhece bem essa área que vai desempenhar e, com certeza, o Ministério dos Transportes, o DENIT, precisa muito dos seus serviços.

E nós temos certeza de que esta Comissão aprovando – e tenho certeza que vai aprovar o seu nome – nós temos certeza que o amigo prestará um grande serviço também nessa sua nova missão. Só desejar

sucesso e a exemplo do que disse o Senador Jayme Campos aqui, Senador Marconi, também lamentar o que vem ocorrendo nesta Casa, no Senado Federal, com referência ao novo Diretor-Geral do DENIT indicado, que já passa do período de mais ou menos seis meses de sabatina, de questionamentos.

Agora, por último, duas sessões consecutivas do Senado a oposição – e até diria até gente do Governo – entrando em obstrução, obstruindo e tentando impedir esta votação. Trazendo Sr. Presidente, para este Congresso, para este Senado uma briga política local, uma coisa que eu como Senador, só posso dizer uma palavra: é uma coisa nojenta que eu estou vendo acontecer aqui. Eu nunca vi isso ocorrer antes neste Senado, é algo impressionante o que eu estou vendo acontecer aqui Srs. Senadores.

O adjetivo que dou para isso é algo muito nojento, uma briga local, pessoal. E um Partido assumir essa briga e conseguir levar outro Partido para ser seu aliado nessa briga e, também gente até do Governo dando apoio a esse tipo de coisa. Lamento viu, Senadora Serys, que no seu Estado pelas informações que temos que o Dr. Luiz Antônio Pagot, as informações que temos é que um tocador de obra, um homem de muita dedicação à sua vida pública.

E, portanto, os problemas que houveram já foram perfeitamente elucidados, num parecer do Senador Romeu Tuma, que é Corregedor deste Senado, um homem sério respeitado pelo Brasil inteiro como “o grande xerife”, e nem isso resolveu.

Espero com que o Dr. Heraldo e com novos sabatinados, não seja a mesma coisa, que não venha a ter – e parece não haverá – porque o problema do Dr. Antônio Pagot é um problema político do Mato Grosso; paroquial, que lamentavelmente o Partido dele assumiu, por causa de um ex-Senador que perdeu a eleição e que não aceita a derrota.

Então, lamento que a coisa tenha sido trazida para esta Casa desta forma, mas eu pretendo fazer meu caro Presidente Marconi, essa fala no plenário do Senado, já que nós não estamos tratando desse assunto aqui – eu peço até compreensão de V.Ex^a, dessa minha indignação. Mas como nós estamos tratando de uma sabatina e espero que daqui para frente – V.Ex^a que fez todos os esforços e da sua parte foi correto, embora recebendo todo tipo de pressão – tenho certeza que recebeu, mas não é homem para aceitar pressão e conseguiu votar aqui na Comissão, mas mesmo assim, nós estamos vivendo esse momento difícil no Senado.

Acho que nesse momento em que o Senado passa por muita dificuldade, eles aproveitaram este momento para dificultar às coisas para o Governo,

num órgão tão importante como é o DENIT. No momento em que o Presidente Lula lança o PAC, esse das obras, todo mundo reclama de obra aqui e obra acolá, eu vi um Senador aqui falando a respeito de obras. Então, embora o nosso diretor – não será essa a área dele – o diretor vai cuidar é da área financeira de pagamentos, que é importante é claro, mas a gente houve reclamação todo dia.

No entanto, eu acho que a oposição para ter o direito inclusive de reclamar, tem todo o direito de reclamar, deveria pelo menos: “Olha, nós não queremos, nós vamos votar contra, por isso e isso, tem um problema lá no Mato Grosso e nós vamos ser solidários e vamos votar contra”. Mas que fosse contra e voltasse, não é Senador Delcídio? Eu acho que deveria ser por aí.

Eu por exemplo, minha posição é essa: eu quando não quiser alguma coisa aqui nesta Casa vou votar contra, vou para a tribuna e vou votar contra. Admiro quem faz isso, mas acho ruim quem fica atrapalhando o andamento das coisas neste País.

Era o que eu tinha a dizer Sr. Presidente, muito obrigado. [Soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador João Ribeiro, eu acho que nem preciso reafirmar aqui, o que eu vou dizer agora, mas diante do que V.Ex^a acaba de dizer, eu queria apenas reafirmar que essa Comissão cumpriu com o seu dever em relação a este caso e a todos os outros.

Eu estou inscrito vou fazer algumas perguntas também aos dois argüidos, informando que ambos já têm cópias das perguntas que eu vou fazer, portanto, isso vai facilitar um pouco.

Estão inscrito após o Senador Maranhão e depois o Senador Geraldo Mesquita .

Ao Exmo. Major-Brigadeiro-do-Ar, Allemander, eu tenho algumas indagações. Como V.Ex^a avalia a condição dos aeroportos brasileiros para atender a crescente demanda da aviação civil e executiva nos próximos anos?

Como V.Ex^a avalia a possibilidade de criação de novos pontos de distribuição do tráfego aéreo que possam contemplar aeroportos como, por exemplo, de Santa Genoveva na minha cidade de Goiânia, nos vãos destinados ao Norte do País?

Boa parte dos aeroportos brasileiros, inicialmente estavam em áreas isoladas, mas ao longo dos anos acabaram cercados por agrupamentos urbanos que acabaram por representar risco às operações de pouso e decolagem. Quais as origens desse processo do ponto de vista do planejamento estratégico do sistema aeroportuário? E que medidas poderiam ser tomadas no curto médio e longo prazo, no sentido de coibir esse

processo, sobretudo, quando se considera a experiência dos países desenvolvidos?

Que medidas V.Ex^a entende como pertinentes no âmbito da ANAC, para avaliar os procedimentos operacionais das empresas de transporte aéreo de passageiros, no que tange a manutenção das aeronaves e, quanto a jornada de trabalho e condições das tripulações? Os Estados Unidos vivenciaram um problema parecido com o brasileiro e basicamente resolveram o seu caos aéreo, com base em cinco ações a saber: Programas agressivo de contratação e treinamento; regras rígidas de segurança emitidas pela Agência Federal de Aviação Americano, equivalente a ANAC; sistema de camadas para o rastreamento de problemas; emprego de tecnologia capaz de medir a carga de trabalho dos controladores, substituição parcial das funções desempenhadas por humanos no controle de voo.

Gostaríamos de saber como V.Ex^a avalia esse programa implementado nos Estados Unidos e em que medida poderia ser desenvolvido algo semelhante no nosso País, aqui no Brasil. E por último, em que medida a concorrência predatória entre as empresas de transporte aéreo pode colocar em risco a segurança de voo?

Ao Dr. Heraldo Consentino indicado para o cargo da Diretor de Administração e Finanças do DENIT. A Portaria do Diretor-Geral do DENIT de nº 1806 de 2005, institui o programa emergencial de trafegabilidade e segurança nas estradas, mais conhecido e conhecido popularmente como a Operação Tapa-Buracos e declarou estado de emergência, para mais de 7 mil quilômetros de rodovias incluídas no programa, o que significou dispensar a licitação desses serviços e contratá-los emergencialmente por intermédio de empreiteiras de livre escolha.

Enquanto o custo médio – isso é muito grave Dr. Consentino – enquanto o custo médio por quilômetro das obras licitadas é da ordem de 8 mil e 600, o das obras emergenciais contratadas sem licitação alcançou 25. 2 mil reais, ou seja, três vezes mais. O que explica esse acréscimo de quase 190% e que medidas V.S^a julga pertinentes, para serem adotadas na apuração de irregularidades apontadas pelos órgãos de controle externo principalmente o TCU e o Ministério Público?

Para conhecer o estado de conservação das rodovias brasileiras a Confederação Nacional dos Transportes promove anualmente desde 95, pesquisa detalhada na qual são examinadas às condições das rodovias federais. Em 2006, apenas 25% das estradas obteve classificação “bom”, índice inferior ao ano anterior de 28% e, que já era muito preocupante.

A pesquisa ainda informa que 54.5% da malha rodoviária pesquisada encontra-se com pavimento em estado regular, ruim ou péssimo; 70.3% da extensão pesquisada apresenta sinalização com problemas; 40.5% não possuem acostamento; 40.7% não possuem sequer placas de limite de velocidade.

O DENIT tem capacidade técnica, operacional, financeira, para implementar suas tarefas institucionais? Porque não tem feito? Qual a efetiva programação orçamentária do DENIT? Locais, valores, datas para reverter esse quadro com a urgência que o desenvolvimento e o crescimento econômico requerem? Como V.S^a., avalia a criação das parcerias público privadas, para as rodovias brasileiras a questão das concessões do pedágio? São essas as questões que eu gostaria de fazer aos dois sabatinados.

Concedo imediatamente a palavra ao Senador José Maranhão, para sua arguição.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB):

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, cumprimentar o nosso querido companheiro Vice-Presidente da Comissão também, Senador Delcídio Amaral, Dr. Heraldo Consentino e o Brigadeiro Allemander.

Eu gostaria de começar pelo lado que parece mais importante – não que o DENIT não seja importante para o País – mas em função da cujo conjuntura que nós estamos vivendo na viação comercial sobretudo no Brasil; conjuntura essa que todo mundo sabe disparou depois, primeiro, do acidente da Amazônia e, em segundo lugar, no acidente do Congonhas. Houve alguns fatos que não são aleatórios, mas que são secundários nessa questão desses acidentes.

Eu entendo, por exemplo, que o acidente da Amazônia tem muito mais a ver com o problema de disciplina de vôo de um piloto que resolveu, não somente deixar de observar o plano de vôo que ele tinha proposto aos órgãos de controle do tráfego aéreo, mas ferir normas que são internacionais. A questão do nível de vôo ela obedece a regras uniformes, em qualquer País todo mundo é a mesma regulação.

Esse foi o azar, porque o piloto da aeronave americana deixou de cumprir um mandamento que é internacional e por conta própria saiu do seu nível de vôo; graças à eficiência dos sistemas a bordo da aeronave, quando ele saiu de vôo ele estava exatamente no eixo da aerovia, razão por que não foi uma questão aleatória o encontro fatal entre o avião da GOL e o Legacy de uma empresa americana.

Mas isso serviu como pano de fundo para acordar a consciência nacional para problemas que já existiam no Brasil, possivelmente se esse acidente não tivesse acontecido e depois dele o acidente de Congonhas, nós ainda estávamos crentes de que o nosso sistema

de proteção ao vôo era um dos melhores do mundo, era um dos mais eficientes do mundo.

Por outro lado, meu caro Brigadeiro, o senhor vai assumir uma missão que no seu caso – eu estava lendo aqui o seu currículo dentro do tempo que me restou – o senhor que é um homem da área, eu acho que agora o Governo começou a corrigir os erros anteriores. O lugar de Diretor da ANAC não é para se contemplar aos Partidos políticos, nem as simpatias políticas do Presidente da República ou do Ministro da Segurança.

É um lugar para técnico, eminentemente técnico, não se pode nomear presidente de um órgão como essas pessoas que não tenham experiência na área. E a gente sentia até as pessoas comuns na declaração de cada diretor da ANAC a marca da incompetência: A marca da incompetência. Foi preciso para que essa crise acontecesse para que o Governo se convencesse afinal, que não é possível tratar um órgão de tamanha importância como uma questão secundária da Administração Pública ou o arquivo para colocar políticos influentes de qualquer natureza.

Então o senhor vai assumir esse cargo com uma responsabilidade muito grande. Primeiro, porque o senhor sendo um homem da área todos nós, todos os brasileiros esperam que o senhor tenha soluções sensatas, corretas e adequadas para os problemas que vai enfrentar.

Em segundo lugar, porque o momento é um momento delicado a ANAC não pode errar de novo, não tem o direito de errar de novo. O senhor é um dos diretores – com certeza, porque eu não tenho dúvida que essa Comissão vai aprovar o seu nome e aprovando faz muito bem, faz muito bem ao Brasil, faz muito bem pelo lado da consciência dos seus integrantes – mas uma andorinha só não faz verão, o Governo precisa analisar a questão dos outros diretores.

Nós sabemos que a ANAC pelo império da lei os diretores têm mandatos e eles não podem ser demitidos, eles teriam que renunciar, espera-se que esses homens tenham pelo menos um resto de consciência para verificar que eles estão no lugar errado e eles não têm o direito de permanecer nesses lugares, gerando os prejuízos que o País já teve e que a aviação já teve no Brasil.

Agora, eu gostaria de fazer aqui um comentário a respeito do projeto de lei que resultou na lei que criou a ANAC, porque ele passou pela Comissão de Constituição e Justiça ano passado quando estava sendo discutido. Esse projeto estava arquivado há dois anos não era propriamente arquivado, porque nem essa forma legal ele tinha; ele estava engavetado na Câmara Federal.

Não se queria tocar esse projeto, não se queria falar sobre ele, até porque por trás da criação da ANAC, havia todo um cenário de rivalidades e descontentamentos entre a Força Aérea e àqueles que defendiam a desmilitarização do DAC, essa questão era uma questão recorrente que vinha desde a Constituinte.

Eu fui Deputado Constituinte e pelo fato de ter alguma ligação com a aviação eu fui muito procurado pelos Diretores de Sindicatos, especialmente o Sindicato dos Aeronautas e dos Aeroviários que já aquela época em 88, desejavam que o setor fosse desmilitarizado. Estávamos saindo de um regime militar e todos tinham ressentimentos profundos de natureza política, e esses ressentimentos para os aeronautas eram potencializados pelo fato do DAC ser administrado por um Ministério Militar.

Eu sempre fui muito simpático a idéia da desmilitarização não sobre esse ângulo puro e simples de uma política militar, não militar, mas sob o aspecto de que uma boa racionalização desses serviços resultaria em benefícios para o setor; mas ponderei várias vezes a liderança – porque no setor sindical queria já naquela época que fosse criado um órgão para substituir o DAC – ponderei a eles que tinha meus receios sob o custo deste órgão.

E mais do que isso. Eu tinha o receio de que o custo desses órgãos viesse cair sob os ombros da incipiente aviação civil brasileira, porque o exemplo que se trazia era o exemplo americano. O americano tem os seus comandos militares no tráfego aéreo em missões puramente militares e tem os comandos civis que são exercidos pela FAA.

Eu explicava a eles que há uma diferença muito grande entre o potencial da aviação, o potencial econômico, sobretudo, do segmento entre o Brasil e os Estados Unidos. Nós somos o segundo País, a nossa frota é a segunda, mas esse degrau é um ano luz de diferença: é um ano luz de diferença. Não há nada que compare a aviação civil brasileira com a aviação civil americana.

E o grande receio era o fator econômico, de modo que quando o projeto da ANAC chegou a Comissão de Constituição e Justiça, depois de passar dois anos dormitando eu notei um furor, uma compulsão muito forte. Percebi claramente que por trás daquela compulsão, por trás daquele furor tinham também lobbies muito fortes.

Eu não estou aqui querendo condenar o lobby, nos Estados Unidos eles são até normatizados reconhecidos pela lei, no Brasil ainda não são. E o lobby mais forte, era o lobby de uma empresa de aviação muito forte no Brasil, a Embraer. A Embraer que conquistou status internacional hoje como todos nós sabemos.

Tinha um argumento para criação urgente da ANAC, eles queriam resolver um problema que era um problema adjetivo, um problema secundário que poderia ser resolvido de milhares de outras formas possíveis. Era a questão da certificação dos produtos e das aeronaves que a Embraer como empresa ativa, está todo dia pedindo a certificação; porque o quadro de engenheiros do CTA estava desatualizado pela aposentadoria, porque o Tribunal de Contas – era o argumento deles, eu estou aqui rememorando – já não admitia mais a contratação desses engenheiros no Regime Pro-Tempore e coisas que o valham.

E o receio da Embraer – que eu acho não justificado e que também não acho com força suficiente, para justificar aquela compulsão toda – que de repente a sua concorrente canadense poderia gerar um escândalo internacional, sob a alegação que de que essa certificação estava sendo paga pela Embraer. Ora, isso é um mero pretexto porque a certificação é paga em qualquer parte do mundo.

A certificação de um pequeno avião teco-teco de quatro lugares, nos Estados Unidos – projeto de certificação – vai para 20 milhões de dólares. Ela é cara em qualquer parte mundo e não é isso que invalida, se é uma empresa privada ou uma empresa pública que está certificando os produtos. Mas o certo é que os meus pares na Comissão de Constituição e Justiça, não aceitavam nenhuma ponderação a que se discutisse aquele projeto com certa cautela, com certa parcimônia, porque eu estava vendo – pela modestia experiência que tenho no segmento – eu estava vendo que a criação da agência da forma como ela foi criada, poderia suscitar uma crise que lamentavelmente ocorreu.

Uma crise que é apenas um estopim que é apenas um pretexto e o pretexto foi o acidente de Congonhas junto com o acidente da Amazônia, porque o grande problema é que a transição de DAC para ANAC se processou de uma forma abrupta, de uma forma atabalhoada mesmo, antes da ANAC preparar os quadros a transferência se deu. E aí, por trás nos bastidores toda a crise que nós sabemos que obedecia a outros comandos, se fermentou com a força que aconteceu aqui no Brasil.

Eu acho até mesmo que a emocionalidade da questão e a politização da investigação levou a que se cometessem muitos erros na própria elucidação dos fatos. Outro dia um colega me perguntou: “Porque então eu não estava na Comissão, na CPI do apagão?” E eu respondi a ele: “Porque eu não queria morrer raiva”. Eu não queria morrer de raiva, porque ali se falou tanta coisa que não tem nada a ver com realidade, tanta coisa que é aparente dá IBOPE, dá

notoriedade aos agentes políticos, mas que não corresponde a realidade dos fatos, nem muito menos a realidades daquele fato.

Por exemplo, eu vou fazer uma afirmação aqui, sem nenhum intuito de desagradar a quem quer que seja: Quando se provou que o Airbus A320, estava com um dos inversores pinados, a empresa, a TAM Transporte Aéreo Marília, saiu logo com uma justificativa: “Mas o fabricante diz que a aeronave pode voar com apenas um inversor”. Pode até voar sem os dois, depende das circunstâncias, depende... Isso é uma meia verdade dizer que pode voar.

Naquela situação voando inteiramente lotado, para uma pista que estava molhada e curta, não podia voar e nem devia voar sem ambos os inversores disponíveis, isso é uma coisa que salta aos olhos de qualquer pessoa que viaja frequentemente em avião. A primeira coisa que o comandante de uma aeronave faz mesmo numa pista grande faz é acionar os inversores, porque isso dá mais segurança a operação.

Como uma aeronave que venha equipada com inversores pode voar para uma pista naquelas condições com apenas um inversor? Mas isso passou, não é? Durante muito tempo, durante todo o curso daquela agonia que foi a investigação das causas do acidente despercebido para todo mundo, e a companhia nunca foi chamada para explicar devidamente essa questão.

O que eu quero dizer com todas essas palavras é que a ANAC começou errada, na elaboração da lei do projeto de Lei que criou a ANAC. E ela precisa para ter mais efetividade para corresponder a realidade da aviação brasileira, tanto a aviação comercial como a aviação geral e todos os outros interesses de infraestrutura aeronáuticos que estão envolvidos: as oficinas, as escolas de pilotagem, tudo isso foi ignorado, porque naquele momento a pressa, o nervosismo, era dar respostas a Embraer. Como se Embraer – uma empresa venerável que eu admiro muito – fosse o único interesse envolvido nesse campo da aviação civil no Brasil, há muita coisa ainda além da Embraer.

Hoje a Embraer é citada como um exemplo vitorioso de empresa, ninguém se lembra que a Embraer nasceu desde o momento que se fundou o Instituto de Aviação no Brasil, Instituto Superior de Aviação e que formou todos os quadros de engenheiros e técnicos que fizeram da Embraer uma empresa forte. Ninguém nunca se lembra que foi o Ministério da Aeronáutica que criou a Embraer e que fez dela uma empresa forte.

A estrutura tecnológica da Embraer quando ela foi privatizada é a mesma de hoje, com ligeiras atualizações, mas ela já existia. Faltava a Embraer apenas o dinamismo que uma empresa pública não pode ter, amarrada que é pela política fiscal de um órgão públi-

co, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pela Constituição e outros órgãos, ninguém se lembra disso, como se a Embraer fosse o único capítulo a ser analisado pela aviação.

O Brasil precisa fazer outras Embraers para, por exemplo, produzir os aviões que a aviação geral precisa, aviões que são ideais para operar em aeroportos mal preparados, em pistas mal preparadas na Amazônia, no Norte e até no Nordeste do Brasil. Nós precisamos de outras Embraers para cuidar, por exemplo, da questão dos equipamentos.

A Embraer é uma grande empresa, mas é uma montadora ela recebe tudo, ela importa tudo, não apenas os motores, mas os instrumentos de bordo, mais os metais o duro alumínio que é utilizado na sua fabricação, os aços especiais. Então nós precisamos estimular outras Embraers para produzir os insumos da fabricação do avião.

A Rússia entrou numa crise tremenda quando saiu do regime centralizado do Comunismo para o Capitalismo, mas a Rússia está aí, como uma grande potência na fabricação de aeronaves, porque ela não faz apenas a montagem da aeronave, ela produz os seus próprios projetos, ela produz os seus insumos etc. E o Brasil tem tudo para ser isso no futuro.

Então, eu acho que meu caro Brigadeiro, só para não ser mais longo, já fui demais, o senhor vai ter um grande desafio, fazer bem as coisas dentro dos limites de uma lei malfeita. Uma lei que foi aprovada aqui no Senado, inclusive, a toque de caixa. Há muito que se examinar, por exemplo, no que respeita ao capítulo das taxas é tarifa, isso não deveria estar na criação da ANAC.

As taxas e tarifas sempre foram fixadas pelo Ministério da Aeronáutica, pelo DAC, através das IAC [soa a campainha], porque elas não podem ser rígidas, elas não podem ficar a mercê de uma lei, que todos sabemos que não é fácil você mudar a lei rapidamente. Então, nesse aspecto a ANAC precisa urgentemente propor ao Congresso Nacional um anteprojeto, modificando inteiramente a estrutura que lá está criada.

Eu sei que inclusive na questão da pessoal, a situação não está pior, ainda, porque nós estamos aproveitando os controladores de voo da Força Aérea que são 80, 80% dos controladores de voo são militares, não houve a transição. Não houve a transição. Esse era, por exemplo, um órgão que só deveria ter passado para ANAC, quando a ANAC estivesse aparelhada com recursos humanos para assumi-lo com eficiência.

Então eu faço essas considerações e até me dispensaria de uma pergunta, porque eu acho que o senhor nem assumiu ainda, mas já deve ter na sua cabeça de homem experiente da área que há muita

coisa a ser feita, a ser examinada. Então ao invés de perguntar, eu me atrevo aqui a ponderar; veja, faça um estudo, nomeie uma comissão de técnicos competentes e análise toda a estrutura da ANAC. É curioso, mas precisa urgentemente.

A ANAC é a apenas uma criança de um ano e poucos meses, mas já precisa de uma cirurgia profunda. Prepare essa cirurgia, porque só assim o capítulo eficiência de gestão pode acontecer no momento exato. A ANAC precisa ter uma estrutura de diferente para poder cumprir suas funções e tudo aquilo que o brasileiro está esperando, porque nós estamos esperando. Nós o povo brasileiro estamos esperando muita coisa que não é função da ANAC.

Muita coisa que não é função da ANAC: A Administração de aeroportos, não é função da ANAC. O atendimento, por exemplo, ao cidadão enquanto passageiro, também não é função da ANAC, mas ANAC é o órgão normativo. É o órgão que vai criar a regulamentação necessária, para que essas estruturas se entrelacem em benefício do cidadão brasileiro como um todo e em benefício do setor aeroviário, aeroportuário, dos que voam, dos que trabalham com a aviação civil nesse País.

O Brasil tem tudo para ter uma aviação civil muito maior do que nós já temos, por conta de nosso território imenso, por conta das carências em termos de transporte e comunicação que existem na Amazônia, ainda existe. A aviação não é apenas um instrumento da segurança nacional, mas é sobretudo um instrumento do desenvolvimento nacional.

Era o que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência, cumprimenta o Senador José Maranhão pela exposição aqui feita, com certeza, agrega muito valor a essa sessão de sabatina já que se trata de expert no assunto, por se tratar além de Senador, ex-Governador, de um aviador, um entendido que agregou muito a essa reunião.

Senador Eduardo Azeredo, pela ordem. Pois não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não é pela ordem é apenas para fazer um...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está inscrito o Senador Geraldo Mesquita --

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Logo após passo a palavra a V.Ex^a.

Com palavra o Senador Geraldo Mesquita .

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):Muito obrigado. Senador Marconi Perillo, Presidente dessa Comissão, ilustre amigo, Senador Delcídio Amaral, colegas.

Faço minhas inclusive às palavras do Senador Marconi Perillo, em relação ao nosso comandante, autoridade que nós temos aqui no Senado que entende de aviação mais do que todos nós, a sua fala foi longa pelas razões justificadas. A minha vai ser curta e grossa, peço desculpas, inclusive, por ser grossa.

Grossa porque eu iniciaria Brigadeiro, dizendo que até um tempo atrás eu era cético com relação às agências brasileiras, hoje eu sou descrente e estou a um passo de ser absolutamente contrário a elas. A sua formulação, a sua concepção, teoricamente, eu acho uma coisa interessante, mas a nossa prática no Brasil tem sido desastrosa em relação a atuação das nossas agências, a ponto, Brigadeiro... E olhe, a sua sabatina, a do Dr. Heraldo também aqui talvez seja para a mim, pessoalmente, a última oportunidade de colocar um votozinho favorável a indicação de alguém para uma agência brasileira.

Faço votos e tenho certeza absoluta que isso se confirmará, a atuação de V.S^{as}., seja no sentido de pelo menos para mim, resgatar pelo menos a crença, que hoje está abaladíssima. Abaladíssima. Para V.S^a., ter idéia Brigadeiro, de como estão as coisas na minha cabeça e no meu coração com relação às agências, a ANAC hoje em dia para mim, a sigla ANAC hoje em dia para mim, significa anarquia. Anarquia. Eu lastimo dizer isso.

A impressão que eu tenho hoje é a pior possível, o papelão que a ANAC tem feito no nosso País nesses últimos tempos em que pese recém nascida, como disse o Senador Maranhão é algo que não deveria só preocupar a todos nós, não. É algo que deveria fazer com que tomássemos medidas concretas, no sentido de junto às pessoas que estarão a partir de agora na ANAC e podermos fazer com que esse quadro seja revertido.

Eu tenho ouvido falar muito Brigadeiro, principalmente depois do acidente, do acidente não, do desastre do Aeroporto de Congonhas o que eu mais ouço falar, das Autoridades da Aeronáutica, das pessoas envolvidas com o problema e com a questão é sobre pista, aeroporto, recuperação de pista, ampliação de pista. Eu não vejo ninguém falar em fiscalização dura e manutenção de aeronaves nesse País.

Eu me dou o direito inclusive de dizer que já que não fala é porque não se está fazendo, porque quando alguma coisa está acontecendo se fala muito sobre aquilo: "Olha, nós estamos dando duro..." Não sei, o senhor como Militar, acho que o mais das vezes o se-

nhor deve andar nos aviões da FAB, por que a minha experiência pessoal e pelo que eu tenho inclusive ouvido de outras pessoas também. O senhor sabe o que me impressiona os dois acidentes, os dois desastres ocorridos no nosso País de grandes proporções eles assustam a gente é um negócio espantoso.

Agora, o senhor sabe o que me assusta também? É que paralelamente a esses desastres eu relacionei; eu relatei, registrei, colhi na imprensa brasileira o registro de episódios; episódios, dezenas de episódios que Brigadeiro, que poderiam levar a um desastre daquela proporção. Não ocorreram talvez por que Deus é brasileiro, diz aqui o Senador Valter, entende?

Eu tenho a impressão Brigadeiro, que olhe, há pouco tempo também registrei – tenho isso guardado – uma Organização Internacional que aponta as duas principais empresas aéreas hoje em atuação no nosso País, como aquelas que no mundo inteiro tiveram os maiores percentuais de lucratividade, então, tem alguma coisa acontecendo Senador. Tem alguma coisa acontecendo.

Esses aviões andam, a gente chama lá na no Acre, “batendo lata, por aí”, saem do Acre, vem a Brasília, vai para São Paulo, vai não sei para onde e não param, entende? Eu não quero cansar às pessoas, mas eu quero inclusive trazer um novo... De novo aqui só para... A esterazinha lá que a minha mulher de vez em quando pratica lá, tem lá no seu manualzinho uma norma que diz, que de vez em quando tem que lubrificar porque senão ela quebra.

O Senador Augusto Botelho estava me dizendo, acho que foi ele... Olha a questão da segurança que nós estamos correndo um sério risco e a questão da manutenção. Há trajetos de aeronaves dessas, Brigadeiro, que conclui com pernoite em pequenas cidades e capitais, por exemplo, na capital lá de Roraima ou do Amapá, pernoitam lá. Então o que eu quero dizer com isso, Brigadeiro? Não quero lhe fazer nenhuma indagação, pelo contrário, eu queria é lhe pedir encaixadamente, o senhor está indo para uma agência que tem um responsabilidade enorme.

Aqui quando se fala em transporte aéreo têm colegas nossos, talvez, até com justa razão que dizem que às vezes, a gente prioriza transporte de elite, não se trata disso, não. Transporte aéreo é transporte de massa nesse País, assim como o transporte de massa é o transporte fluvial lá na Amazônia, onde morrem centenas de pessoas por ano. Assim, como é transporte de massa o transporte terrestre nesse País, onde morrem centenas de pessoas por ano, o ferroviário, milhares de pessoas.

Então, não podemos dar ensejo a uma insinuação como essa: “Tratar de transporte aéreo nesse País é

tratar de transporte de elite”, não se trata disso, não. Milhões e milhões de pessoas viajam nesses países. Olhe Brigadeiro, eu vou dizer uma coisa, eu viajava sempre – isso é nato em nós humanos – a gente viaja com uma pontinha de medo. Mas eu vivia aferrado na afirmação das Autoridades Aeronáuticas do País de que a Aviação Civil Brasileira seria uma das mais seguras desse País.

Brigadeiro, hoje eu não acredito mais nisso. Não acredito mais nisso, não é segura, inclusive. Além do medinho que sempre eu tive entrar no avião e decolar, hoje eu tenho total pavor. Total pavor. E o sentimento de insegurança que me invade é um negócio assim impressionante, porque olha, eu digo uma coisa: O que acontecer doravante no nosso País – eu já disse um dia desses na tribuna do Senado – que Deus nos livre de mais um desastre dessas proporções, mas se acontecer, Brigadeiro, não se poderá mais atribuir a acidentes. Não se poderá mais atribuir a acidente. Acidente uma ova!. Acidente uma ova!

É irresponsabilidade mesmo que deve ser punida com absoluto rigor nesse País, está se tratando de vidas humanas de segurança, de um determinado transporte de milhões e milhões de pessoas. E eu digo ao senhor eu pessoalmente tenho vivido episódios de absoluta negligência, relaxamento de manutenção de aeronave.

Um dia desse aqui eu estava indo lá para Sergipe, o Comandante saiu e antes de sair entrou um rapaz da manutenção para consertar um banco que estava caindo lá no passageiro, a aeromoça falava, disparava uma campainha nos ouvidos da gente. Eu pedi: “Não dá para consertar isso?” – “Não daqui a pouco passa”. O Comandante fechou as portas foi para a cabeceira da pista, detectou um problema num trem de pouso da aeronave: três episódios numa aeronave só. Via de regra, eu tenho vivido situações muito parecidas e o registro que se tem – o registro que se tem – é só folhear os jornais.

Depois do acidente de Congonhas, dezenas de episódios ocorreram nesse País em aeroportos desse País, que poderiam ter levado desastre de grandes proporções e isso não ocorreu por sorte talvez. Eu acho que as empresas aéreas que precisam sofrer uma fiscalização dura nesse País, estão jogando com a sorte ou com azar.

É aquela coisa deixa: Decolar e vamos torcer para que não aconteça nada. Eu acho que a coisa está desse nível. A coisa está nesse nível e não pode continuar nesse nível, Brigadeiro. As minhas esperanças de que a sua presença lá na ANAC, seja o sinal de que esse quadro vai mudar e que a gente terá a possibilidade, eu espero faço votos, inclusive, que numa

futura oportunidade eu venha aqui aplaudir e não jogar pedra. Com relação à agência no nosso País, eu disse: Era cético, hoje eu sou descrente. Estou a um passo de chutar o balde.

Dr. Heraldo o senhor está indo para uma função importantíssima lá no DENIT, estradas no nosso País, obras envolvendo construção de estradas no nosso País, se nós formos verificar no Tribunal de Contas da União, por exemplo, é o item de maior densidade nas fiscalizações que importam em óbice em sustação de obras. É um negócio de doido isso!

O Senador Valter está dizendo que são “só 73%”, Dr. Heraldo, ninguém pode conviver com isso mais tempo é um quadro terrível isso. É um quadro terrível, agência no nosso País quando não está absolutamente a serviço de poderosos, sem cumprir com a sua finalidade, é alvo ou ambiente de desmando de corrupção, ninguém pode mais conviver com isso.

Então para finalizar, o Senador Eduardo, ainda quer fazer uma intervenção. Eu queria honestamente, olha, a presença de V. S^{as.}, hoje aqui, para mim representa a última oportunidade. A última oportunidade que eu vá ali e deposite um votinho de confiança ainda, entende? Um votinho de confiança, ainda, de que as coisas podem mudar. Que essa concepção que teoricamente é uma coisa tão interessante, a gente possa na prática, mostrar que realmente funciona e que é uma coisa importante para o País, porque eu não acredito mais.

Eu não sei nem se é para parabenizar os dois, eu não sei se vocês vão assumir pepinos, mas pelo menos para dizer que terão de nossa parte – aqui a observação, talvez até a companhia – para que a gente possa continuar discutindo assuntos assim tão importantes no nosso País, consertá-los e prosseguir, porque é isso que a população brasileira espera de todos nós. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Senador Eduardo Azeredo é o último orador inscrito e, nesse momento eu encerro as inscrições para as arguições, logo após vou passar a palavra às autoridades que estão sendo sabatinadas.

Com a palavra Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, senhores indicados e Srs. Senadores.

Brigadeiro Allemander, no caso da ANAC, eu quero apenas também corroborando o que disse o Senador Geraldo Mesquita, manifestar confiança: Um voto de confiança. Eu já dei o meu voto, eu acredito que o Ministro Jobim tem ido bem na sua missão. Nós somos de oposição, o Senador Marconi Perillo, também, mas

isso por dever de Justiça, nós temos que reconhecer que o Ministro Jobim tem feito um bom trabalho e é realmente de decisão que nós precisamos nessa área da Aeronáutica.

Veja que a questão da Pampulha foi uma solução de decisão, o Governador Aécio Neves teve coragem de enfrentar uma reação num primeiro, negativa. As pessoas prefeririam embarcar no Aeroporto de Pampulha que era mais próximo, para ir para Confins exigia um investimento de quase 300 milhões para melhorar o acesso. Mas não há nenhuma dúvida que foi uma decisão acertadíssima de transferir os vôos de Pampulha para Confins, que hoje é um aeroporto até ocioso ainda. E eu entro num importante ponto que é esse: Eu quero dizer que a descentralização é fundamental.

Ainda ontem à noite eu encontrava com um amigo aqui, que me dizia que tinha usado já esse vôo para Europa aqui de Brasília e que a TAP iniciou. Quer dizer, é importante a descentralização dos vôos internacionais para que nós tenhamos até mesmo economia mesmo das pessoas não tenham que ir todas para São Paulo, nesse contexto entra muito bem a situação do Aeroporto de Confins que já teve vôos internacionais durante quase dez anos.

Eu particularmente sofri muito com esse desastre da TAM, porque além das mortes que o Brasil todo lamentou, eu tive a perda de um amigo que era o Deputado Júlio Redecker e era muito correligionário, mas amigo antes de tudo. Então nós não queremos nunca mais que aconteçam esses acidentes no Brasil, como foram os dois da GOL e da TAM e temos confiança que isso posso acontecer.

Os aeroportos centrais podem existir, mas com aviões menores com capacidade menor é assim no mundo todo, por que o Brasil tem que ser diferente? Quem quiser usar aeroporto central pela sua comodidade que pague mais caro, que pague taxas aeroportuárias mais caras é assim também no mundo todo, quem quiser preço mais barato que vá usar um aeroporto um pouco mais distante. De maneira que eu queria só manifestar esse voto de confiança esperando que nós possamos ter sucesso.

Agora eu quero dizer ao Dr. Heraldo Consistentino, que assim como um acidente como esse da TAM consterna o País todo, nós temos acidentes nas rodovias, mas são diários que morrem mais gente, muito mais, dez vezes mais, como lembra o Ministro Eliseu Resende nas nossas estradas do que nesse acidente de Congonhas. O acidente de Congonhas, evidente, como foi todo mundo junto ele trouxe toda essa consternação, mas 199 mortos nas estradas é toda semana que nós temos no Brasil.

As nossas estradas estão em mau estado, foram feitos serviços de tapa-buracos em alguns lugares, mas isso não resolve. Nós precisamos ampliar as capacidades das nossas estradas, as estradas precisam ser duplicadas, muitas das estradas que estão aí foram construídas, ainda, por Juscelino Kubitschek na década de 50 e início de 60. Não é possível que nós continuemos tendo assim a morosidade que temos nas estradas para as obras de estradas. Não é fácil o trabalho do DENIT, eu sei disso.

Veja que é necessário ter a coragem. Para que as coisas aconteçam há que ter delegação, há que ter confiança, esse é um problema grave que nós sentimos no DENIT. O DENIT é centralizado, o DENIT não delega as funções para as regiões, para os Estados, como seria importante acontecer e o que acaba é que nós temos prazos intermináveis nas obras que são feitas.

Nós temos agora iniciada uma obra de duplicação da Rodovia que liga Belo Horizonte a Brasília, só para o senhor ter idéia eu estou aqui há quatro anos e meio, quase cinco anos, desde que eu assumi eu estou aqui lutando por essa retomada, ela começou agora, eu acompanhei pari passu a burocracia enervante que acontece no setor público.

Nós todos que fomos governadores, Senador Marconi Perillo, o Senador José Maranhão, sabemos que tem um ônus sim, tem um ônus, você delega confiança nas pessoas corre riscos. Eu pessoalmente senti muito isso, às vezes você confiar e, às vezes você ter decepções, mas é fundamental que tenha coragem senão às coisas não acontecem, de maneira que eu quero colocar aqui que além de escolher bem as pessoas para a delegação, há que se ter essa decisão fundamental.

Não é possível que nós continuemos tendo o número de mortos que nós temos de acidente nas estradas brasileiras, tem que haver uma ação urgente no processo de duplicação, no processo de sinalização, na fiscalização. Eu diria que passando para os Estados, algumas funções, parece que vai começar finalmente depois também de cinco anos, a concessão de rodovias da iniciativa privada.

A PPP está aprovada com o apoio nosso da oposição, não tem nenhum caso ainda na área rodoviária, temos um caso rodoviário em Minas Gerais na esfera estadual não na esfera federal. De maneira que eu colocaria essa posição de realmente, nós não podemos esquecer que os acidentes rodoviários trazem mais mortes ainda do que os lamentáveis acidentes de aviões.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, encerro a fase de arguição, concedo a palavra para as respostas ao Exmo.

Sr. Major-Brigadeiro, Allemander, e logo após ao Dr. Herald.

SR. ALLEMANDER JESUS PEREIRA FILHO:

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador, eu vou deixar para quando o Senador Delcídio voltar, para começar a responder as perguntas dele, eu começaria então pelas suas perguntas, rapidamente aqui. Eu tentar ser sucinto, mas vou atender a todos os Srs. Senadores.

Bom, Srs. Senadores gostaria inicialmente de dizer o seguinte. Eu não tenho qualquer apego ao cargo, estou sendo indicado, sou um técnico, eu não sou um político, estou trazendo como eu disse aqui na palavras de abertura uma contribuição a mais ao País, num momento delicado como todos aqui realçaram a situação porque passa a Aviação Civil Brasileira.

Então, no momento em que eventualmente os senhores os nossos Ministros e o nosso Presidente não mais estiverem contentes com a minha atuação eu naturalmente saberei que é o momento de me retirar. Mas não há qualquer apego, não serei qualquer empecilho, vamos dizer assim, ao bom andamento administrativo da agência e a operação com segurança da Aviação Civil Brasileira.

Dito isto, eu gostaria de começar a responder ao nosso Senador Marconi Perillo, nosso Presidente. Ele pergunta como eu avalio a condição dos aeroportos brasileiros para atender a crescente demanda da aviação civil e executiva nos próximos anos? Nossos investimentos tem sido alguém do que nós necessitamos, temos que investir mais, principalmente com foco na área operacional; ou seja, nas pistas, nos pátios, nos equipamentos e naturalmente sempre olhando a parte de conforto, mas a parte de segurança operacional é fundamental.

E aí nós começamos os pontos que eu me identifiquei perfeitamente com o Ministro Jobim: Segurança é indiscutível é dogma na aviação. Segurança vai redundar, senão olhado com toda a atenção e com os investimentos direcionados para segurança, nós vamos ter como disse aqui, o Senador Geraldo Mesquita, novos acidentes.

Não podemos ter novos acidentes, não temos, porque esses dois acidentes nós já tivemos o bastante em dez meses. Nós não podemos ter um novo acidente, então, vamos focar os investimentos na área da operacional, pistas, pátios e naturalmente os equipamentos necessários à segurança das operações.

Então, nós precisamos de investimentos isso nós com certeza precisamos, nossos investimentos têm que ser direcionados e vamos atender a todos, mas temos que atender aquelas áreas críticas onde estão os grandes problemas: Os grandes problemas hoje estão em

São Paulo. O Senador Eduardo Azeredo mencionou que quando eu estava à época nos DAC, fizemos a transferência dos movimentos do Santos Dumont para o Aeroporto Galeão; conversamos com as empresas, com a Infraero, com a Prefeitura, com o Estado e fizemos a transferência dos movimentos da grande massa de movimentos para o Aeroporto Galeão.

Conversamos posteriormente já em 2004 para 2005, com o Governador Aécio Neves, que tínhamos a dificuldade da transferência pela distância como foi dito para se alcançar o Aeroporto de Confins, aqueles que não conhecem Belo Horizonte, nós tínhamos que passar a cabeceira da pista do Aeroporto da Pampulha. Então, com o acesso direto que reduziu a 50% o tempo – hoje na faixa de 20 a 25 minutos – que era talvez um pouquinho mais, era cerca de quase uma hora 50 minutos a uma hora conseguiu-se reduzir e o Aeroporto de Confins está lá com toda a sua capacidade operacional à disposição.

Em São Paulo nós não tivemos as mesmas condições. É o terceiro a ser verificado e naturalmente foi deixado para ser verificado, como o terceiro aeroporto central, como disse o Senador, ele não tinha condições de acesso. Nós sabemos das dificuldades de acesso do centro de São Paulo para Guarulhos e a capacidade. Se nós transferíssemos os movimentos que tinha em Congonhas para o Aeroporto de Guarulhos, nós teríamos provavelmente o mesmo problema de atrasos e congestionamentos que ocorriam no âmbito doméstico em Congonhas, teríamos ocorrendo em Guarulhos e com reflexos internacionais, talvez, ainda mais graves.

Então, essa preocupação ela já vem de longa data, infelizmente não foram sanados os problemas. Sabemos que têm problemas, mas não desapropriação é de retirada das pessoas que invadiram aquelas áreas da União; onde está previsto desde o Plano Diretor elaborado na década de 80, para o aeroporto de Guarulhos a terceira pista, que é indispensável para São Paulo, para o sistema aeroportuário de São Paulo e para atender a demanda de São Paulo, então, respondendo a sua pergunta em relação a isso.

Com relação a criação de novos pontos de distribuição, nós vimos a iniciativa da TAPE iniciar as operações de Brasília e tem sido um sucesso, nós temos recebido informações do sucesso dessa operação internacional, acreditamos que haja um caminho de descentralização. O Ministro tem buscado isso e é o caminho que nós devemos seguir, acreditamos que São Paulo, naturalmente respeitando a pujança econômica de São Paulo, mas nós acreditamos que após o primeiro vôo internacional.

O segundo vôo internacional já há condições, segundo a frequência internacional de uma determinada ligação, ser dirigida para um outro aeroporto. Nós temos Confins, temos Galeão e até mesmo Brasília que poderão vir a ser os novos grandes *rub's*, vamos dizer assim, internacionais e naturalmente os domésticos começam a também ganhar uma grande pujança.

Eu devo dizer que tenho uma fé no Brasil, uma fé na aviação como um instrumento de desenvolvimento do Brasil, como um instrumento de integração no Brasil. Tenho certeza que nós vamos ter em nossos dias, quer dizer, ainda dias de vida, ver esse Brasil sendo mais e melhor integrado pelo transporte aéreo.

As cidades do Interior, as cidades de porte médio precisam de um atendimento. Nós temos um programa que infelizmente também sofre algum tipo de contingenciamento, que é o Programa Federal de Auxílios aos Aeroportos de Médio Porte que tem produzido resultados, mas que poderá produzir ainda melhores resultados se nós conseguirmos a alocação dos recursos para esses investimentos.

Ainda com relação aos agrupamentos urbanos, as perguntas que o Senador Marconi Perillo nos faz. Infelizmente, o problema de adensamento desordenado ao redor dos aeroportos existe uma interface como foi colocado aqui, entre a atuação da Aeronáutica. O Código Brasileiro de Aeronáutica ele prevê o plano de zoneamento de ruído aeronáutico que orienta as ocupações, mas quem é responsável pela implementação desse planejamento de acordo com o dispositivo constitucional, são que compete aos municípios o planejamento e o controle do uso do solo.

Muitas vezes existe uma dicotomia, uma separação, entre o que está planejado e o que está previsto para o crescimento que muitas vezes vai ocorrer 10, 15, 20 anos depois e a visão do momento. Alguns aeroportos vieram sendo envolvidos Congonhas é um grande exemplo é como diz o inglês, é um estudo de caso é um *case study*, que demonstra bem o densamente.

As fotos aéreas de Congonhas quem tiver uma oportunidade de ter uma apresentação onde se tem em 1936 – em 1936 – Congonhas não tinha absolutamente nada ao redor de Congonhas e nossos avós estiveram lá. Eu tinha um chefe, um Brigadeiro, que ele olhava a fotografia de Congonhas em 1936 dizia assim: “Eu tomei banho nesse riachinho aqui, com o meu pai”. O pai o levava, ainda garoto.

Bom, é importante que a gente verifique que aquela Rodovia Washington Luís, ela foi construída e Congonhas foi construído numa área doada pela empresa que construiu a rodovia, que comprou o lado esquerdo; doou para quem está saindo para o litoral, para a construção do campo da pouso – no passado

eles falavam em campo de pouso – e a direita fez um loteamento de chácaras para as famílias ricas à época fossem se colocar naquele local, uma vez que já tinha aquela rodovia e ali é o vetor de crescimento urbano.

O crescimento foi começando com as chácaras, já na década de 50 se vê o adensamento residencial. Na década de 70 começa a verticalização e com isso os problemas, porque se tira as pessoas do ruído de solo, dos carros, até cortador de grama, enfim, e se passa para os prédios de apartamentos, onde as pessoas estão expostas ao ruído aeronáutico.

Mas existe o plano de zoneamento de ruído desde o final da década de 70, mas infelizmente como eu desse aqui, há talvez uma falta da percepção quanto à necessidade de se implementar e fazer o que eles chamam também em inglês de enforcement; ou seja, de executar aquilo que está previsto no planejamento e que a autoridade de momento muitas vezes não visualiza e permite algumas flexibilizações que chegam infelizmente ao que chegou em Congonhas.

Então, realmente é o que ocorre. Eu diria até que nós temos uma das legislações mais avançadas em relação a esse tipo de zoneamento, já começa a se fazer também em outros países. Infelizmente essa dicotomia entre a parte federal que vislumbra as áreas que vão estar sobre o efeito do aeroporto, sobre o efeito do ruído e aquela que vai executar e vai ter que controlar efetivamente o uso do solo, que é a autoridade municipal.

Bom, com relação ao problema que o senhor menciona no âmbito da ANAC, procedimentos operacionais das empresas de transportes aéreos para avaliar os procedimentos, no que tange a manutenção das aeronaves e quanto a jornada de trabalho e condições de tripulações. A ANAC, acredito, já vem fazendo o seu trabalho – era feito à época do DAC – nós vínhamos implementando modificações nos processos, os processos vinham sofrendo alterações.

Nós temos e vamos utilizar, a idéia é voltar a utilizar a idéia – eu não sei se está utilizando, eu não quero fazer juízo de valor – um acordo inclusive com o próprio FA, sem custos; ou seja, um convênio que nós temos para que nós possamos visualizar os processos de controle existentes nos Estados Unidos. Que nós possamos implementá-los no Brasil, inclusive com utilização de alguns softwares, programas que eles têm e que permite cruzamento de dados enfim, programa de análise estatística, fazendo por amostragem também.

Alguns que nós vínhamos fazendo no passado – eu não sei exatamente se continuou ou não – mas nós pretendemos retomar esse tipo de atuação nos aproximando dos órgãos ainda mais, dos órgãos mais

avançados em particular a *Federal Aviation Administration*, que é a congênere da ANAC nos Estados e o Transporte Canadá, onde eu vivi e morei.

Vamos tentar nos aproximar e buscar melhores processos mais eficientes que nós consigamos ter maior transparência, inclusive, agora respondendo ao Senador Geraldo Mesquita, naquilo que é feito em termos de verificação, para que o grande público, os usuários do transporte aéreo possam, desculpe, o Senador Valter Pereira, possa saber exatamente o que está sendo feito, como está sendo feito, em que frequência está sendo feito e por quem está sendo feito.

Nós precisamos desenvolver uma forma de [ininteligível], é a forma de tornar pessoas responsáveis por aquilo que se faz. E nós já desenvolvemos uma boa parte na área de infra-estrutura a época do DAC, até por elogios vindo de outros países que nos pediram o sistema que nós desenvolvemos, vamos também olhar com muita atenção, para essa parte na área técnico-operacional das aeronaves.

Então, é isso que eu poderia dizer quanto a olhar a experiência estrangeira que o senhor, relaciona aqui.

Por último: Em que medida a concorrência predatória entre as empresas de transporte aéreo, pode colocar em risco a segurança de voo? Na hora que nós liberamos com a aprovação da Lei da ANAC, que as empresas possam voar para onde quiser, a hora que quiser cobrando o que quiser. Nós liberamos a parte de liberdade tarifária, nós temos que aumentar a fiscalização. Aumentar a regulamentação técnica e operacional, com processos mais modernos, processos mais dinâmicos, processos mais ágeis e mais eficientes, para que a gente consiga dar a transparência, quanto àquilo que a agência reguladora está fazendo em relação às condições de segurança técnico-operacional.

Então não é porque nós desregulamentamos a tarifa que nós vamos desregulamentar a fiscalização técnico-operacional, ao contrário, temos que aperfeiçoar a agilizar e tornar mais eficiente. E vamos utilizar os mecanismos que nós já temos de com os nossos congêneres internacionais para que isso aconteça.

Bem, eu acho que Senador Valter Pereira. Agradeço os elogios, naturalmente eu não fiz mais do que minha obrigação, porque fui pago pelo Governo Brasileiro. Estudei nas escolas públicas e nos cursos que fiz, foi o povo brasileiro que manteve toda a minha formação e a experiência que eu adquiri. Não fiz mais do que a minha obrigação.

O DAC realmente era uma referência em termos de segurança de voo, existiam problemas como se sabe, mas durante muitas décadas prestou relevantes serviços à nação não há menor dúvida. Mas nós não podemos viver no passado e tínhamos que agilizar a

criação da agência, participamos de diversas minutas à época, ainda no Governo do Fernando Henrique Cardoso, junto com o Ministro Quintão e o Ministério da Defesa, para que fosse desenvolvida aquelas minutas iniciais que deram origem ao trabalho final que foi aprovado.

Então nós pretendemos que a parte de segurança o dogma que nós não do DAC, talvez pela nossa formação militar, temos em relação a segurança que ele retorne de uma forma mais incisiva, vamos dizer assim, na agência. Vamos ser muito incisivos. Eu anotei tudo que foi dito aqui, tive o cuidado de tomar nota de tudo e vou ser um fiel escudeiro da regulamentação técnica operário-operacional, das leis que estão aprovadas e das observações que os senhores como representantes do povo brasileiro me disseram aqui.

Naturalmente ninguém gosta de escutar crítica, mas as críticas são dádivas e nós temos que agradecer, porque elas constroem nos erros a melhoria dos processos. Por certo gostaríamos de não ter mais acidentes e conseguir com isso, passar essa página difícil que nós passamos na nossa aviação civil, nos últimos 10, 12 meses.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Brigadeiro, eu queria só, se o Presidente me permitir, é só uma questão que me veio aqui depois. Existe realmente o risco do Brasil do chamado dar um *grad*, dele cair? Eu sei que essas questões estão muito no ar por causa das questões de segurança, que o Brasil tivesse uma classificação rebaixada na aviação internacional.

SR. ALLEMANDER JESUS PEREIRA FILHO: Senador, a situação é delicada, mas não acredito que haja um rebaixamento. O Brasil ainda é uma referência. Nós temos problemas? Com certeza temos, mas o Brasil é um País continente. Nós temos problemas de um País, vamos dizer assim em desenvolvimento, um País talvez até o que eles chamam de *Least Developed Country*, quer dizer, um país menos desenvolvido e, temos problemas de países altamente desenvolvidos.

Então, é um sistema extremamente complexo, nós sabemos que todos respeitam a nossa forma de atuar de profissionalismo. Veja bem, no momento em que as coisas não funcionam as medidas estão sendo tomadas, esse envolvimento dos senhores nas CPIs, tanto na Câmara dos Deputados, como aqui no Senado Federal é fundamental. Nós precisamos criar esse tipo de discussão, porque essa discussão realmente vai trazer as soluções para os nossos problemas.

Nós somos muito respeitados, respondendo diretamente: Eu não acredito no rebaixamento do Brasil, mas temos que agir. Temos que colocar os recursos tarifários, porque são colhidos dos usuários da aviação

na aviação e isso é fundamental. Eu gostaria aqui inclusive de ressaltar, que existe um anexo à Convenção de Aviação Civil Internacional, que é o anexo 14, que trata de aeródromos e que tem um documento técnico complementar que se chama Tarifas Aeroportuárias em Aeronáuticas, em inglês *Aeronautics under port target(F)*, que deixa claro que as receitas devem retornar para recuperar os custos decorridos nos aeroportos e nos sistemas de navegação e de auxílios. Então é importante que nós tenhamos os recursos tarifários colocados à disposição dos órgãos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Brigadeiro, eu gostaria de fazer uma derradeira intervenção, exatamente sobre isso. O senhor falou na sua exposição que enfrenta dificuldades de investimentos, dificuldades financeiras para enfrentar essa demanda crescente do mercado.

Agora, todos nós que voamos pagamos as nossas tarifas para a prestação desse serviço, todos nós pagamos a taxa de embarque etc. Eu gostaria de fazer a seguinte pergunta: o Governo tem liberado todos esses recursos ou ele tem contingenciado?

Porque a informação que a gente tem, por exemplo, a EMBRAPA. A EMBRAPA é uma grande empresa nós sabemos é uma empresa de pesquisas que tem conseguido avanços significativos. Os recursos da EMBRAPA até aqueles, Senador Delcídio, até aqueles recursos que estão provenientes de royalties recebidos em função de pesquisas etc e etc., o Governo confisca para formar a superávit primário.

Então, a pergunta que eu faço a V.Ex^a, é a seguinte: O Governo tem repassado esses recursos? Se ele não tem repassado quanto por cento que ele tem se apropriado? Essa é a primeira pergunta, depois eu gostaria de dar uma sugestão. A sugestão a seguinte: O senhor assumindo aqui tem um procedimento que o Ministro Jobim tem adotado, que eu acho que todo o administrador público teria que fazê-lo como o verdadeiro sacerdote, que é ir lá na base e saber o que está se passando.

Eu gostaria de lhe convidar de imediato para o senhor fazer uma visita aqui não precisa nem o senhor viajar daqui. O senhor sai daqui, vai ao Aeroporto de Brasília, vai lá ao tal do Terminal II, por volta de 10h30, 11h faça uma visita lá para ver como é que está sendo feita a operação, certo? Vê se tem condição de se respeitar os direitos dos passageiros. E se tem condição de alguém acreditar que a segurança de vôo no aeroporto, que opera naquelas condições se pode infundir isso no passageiro.

SR. ALLEMANDER JESUS PEREIRA FILHO: Senador, eu não posso lhe dizer sobre hoje, o que está acontecendo hoje ou nos últimos dois ou três anos. O

que eu posse dizer é o seguinte: Se o senhor entrar na página da ANAC que era a página do DAC, e eu vou me dirigir mais especificamente a um grupo de aeroportos, que é o Programa Federal de Auxílio aos Aeroportos que cobre aeroportos de médio porte que foi o programa aprovado aqui no Congresso em 1991, se não me engano, começou a partir de 1992.

Já atendeu cerca de 180 ou quase 200 localidades com melhorias em pavimentação extensão de pista, construção de novos aeroportos. Agora, mesmo estão inaugurando o Aeroporto de Cabo Frio que foi feito com base nos recursos desse programa, o PRO-FAR; o Aeroporto de Areal em São Paulo, também foi feito e pelo Brasil afora: 180 só nesse programa, eu tirei esse dado está na página da ANAC.

Nós temos arrecadado – de acordo com a alocação prevista teria que ter sido alocado 800 milhões – nós tivemos alocado pouco menos de 400, então, a metade realmente não surtiu o efeito desejado, ou seja, não chegou os aeroportos que são fundamentais para a aviação regional.

Fundamental. Se nós queremos ter uma aviação regional cada vez mais forte, o País interligando com os grandes centros, alimentando as grandes cidades e as grandes empresas, enfim, é fundamental e nós não tivemos. Agora o problema de contingenciamento de tarifas vindas do passado, começou há bastante tempo não é de hoje e infelizmente chegou quase aos nossos dias – me parece que estamos mudando.

Essa discussão toda é que engrandece e traz essa luz sobre esses assuntos, fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Valter Pereira, nós vamos ter agora uma oportunidade de mudar. Nós vamos ter oportunidade de mudar quando da apreciação da DRU que é a chamada Desvinculação de Receitas da União, que acaba se apropriando de 20% de todas as receitas, sobretudo com a função de destinar recursos para superávit primário de modo que com a DRU a gente pode retirar —

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Ex^a., fez um alerta importantíssimo. Eu acho que nesse momento todos os Parlamentares... Porque toda vez que vem uma autoridade aqui nós fazemos esse questionamento e bancada da base aliada que faz o questionamento. Eu sou da base aliada e faço esse questionamento, os da oposição fazem esse questionamento, mas na hora de votar aí a coisa muda.

V.Ex^a., falou com muita precisão: Está na hora de mudar isso é um defeito que vem lá do Governo Fernando Henrique de outros governos. É um defeito sim que vem de lá, mas está na hora de mudar está passando da hora de mudar. Eu acho que nós temos

que começar a trabalhar com a realidade e desprezar a ficção.

Aprova-se um orçamento e de repente o orçamento é de mentirinha por quê? Porque tem um mecanismo que o Congresso aprovou, que o Congresso vem mantendo para tornar esse orçamento uma ficção.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E nesse ano Senador Valter Pereira, nós teremos três grandes prioridades para o Governo Federal; o orçamento naturalmente muito bem comandado pelo Senador José Maranhão, a DRU e a CPMF.

Mas eu volto a palavra ao Major-Brigadeiro, para que ele possa concluir suas respostas, não sem antes declarar aberto o processo de votação oficialmente falando, as cédulas já estão sobre a mesa.

SR. ALLEMANDER JESUS PEREIRA FILHO: Bem, eu estou aqui procurando eu anotei aqui as perguntas do Senador José Maranhão, o Senador, é do Comandante, está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Declaro encerrado, o processo de votação.

SR. ALLEMANDER JESUS PEREIRA FILHO: Nós gostaríamos de agradecer primeiramente as palavras do Senador foram encorajadoras, o senhor falou aquilo que eu falei para o Ministro: “Uma andorinha não faz verão”, falei exatamente essas palavras. E ele me disse: “Mas vão ser muitas andorinhas e muitos verões”. Então esperamos com que o tempo naturalmente com a nova composição, a ANAC possa realmente atender a aspiração do povo brasileiro e dos Srs.

Quanto ao Projeto de Lei da ANAC que o senhor discutiu e que ele foi aprovado, então, naturalmente, os senhores farão as modificações, os ajustes que julgarem necessários. Nós poderemos contribuir e estaremos prontos a contribuir, no momento que for julgado necessário.

Agora o senhor fez algumas propostas que a gente estude a estrutura da ANAC. Com certeza nós vamos fazer, vamos avaliar com toda a calma, isenção, com critérios, verificar o que está funcionando o que não está funcionando na estrutura, vamos fazer um diagnóstico tranquilo e vamos fazer as modificações internas. E eu tenho certeza com essa nova composição julgadas que melhor vão atender a dinâmica da aviação.

Nós vamos olhar muito especificamente quanto ao aspecto da aviação, conhecimento específico de aviação. Então, eu acredito que nós vamos poder atender esse seu pedido, em termos de se estudar e se propor essa adequação da estrutura interna que o senhor mencionou. Nós vamos fazer.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB):

Permita-me ainda, enfatizar, a necessidade do senhor focar nessa Comissão, na questão tarifária que está sufocando setor manutenção e até a vida dos aeroclubes, das escolas de pilotagem, porque as tarifas sofreram uma elevação violenta na lei de criança da ANAC.

Quando essa lei estava sendo discutida na Comissão e Constituição e Justiça – que uma andorinha só não faz verão – mas eu ensaiei o verão sozinho. Porque pela primeira vez eu vi os líderes de todos os Partidos se unirem, para aprovarem a toque de caixa a criança da ANAC.

E o Mercadante que era o líder do Governo, me propôs um acordo. “Maranhão, vamos aprovar esse projeto da forma que ele está e eu me comprometo a analisar esses pontos que você está levantando aí, por ocasião da análise do veto ou da sanção do projeto”, mas infelizmente o Mercadante também não teve vez e a lei foi aprovada como saiu daqui; de lá para cá eu tenho constantemente recebido cartas, manifestações, conversas de todo o setor, eles sabem das ligações que eu tenho sobre essa questão.

A questão das tarifas elas estão realmente escorchantes, como se a única coisa que a ANAC tivesse que fazer em favor da aviação geral ou aviação pequena como se diz, fosse cobrar tarifas altas. Ora, se essas tarifas nem voltam para o setor é o caso das aeroportuárias! O ano passado a Infraero, por exemplo, teve que devolver 520 milhões ao Tesouro Nacional, para garantir o saldo primário alto. Isso é uma mentira é uma ficção. Quer dizer garante o saldo primário alto dessa forma, isso é uma mentira e mata a aviação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, antes de retornar a palavra ao Brigadeiro, eu gostaria de convidar os Senadores Eduardo Azeredo e José Maranhão, para fazer o escrutínio dos processos de votação. Com a palavra o Brigadeiro e depois o Dr. Heraldo.

SR. ALLEMANDER JESUS PEREIRA FILHO: Rapidamente para responder ao nosso Relator, Senador Delcídio Amaral. Senador, concordo realmente, o momento é difícil como o senhor colocou na sua pergunta. Os acidentes da GOL e da TAM num intervalo muito curto e não podemos ter um terceiro.

O senhor me pergunta se eu renunciaria ao pedido do Ministro? Na mesma hora, sem problema nenhum. Eu já falei aqui, não tenho qualquer apego ao cargo. Eu sou um técnico que está trazendo uma contribuição a mais, depois que eu encerrei a minha carreira na Força Aérea, mas não tenho qualquer apego ao cargo e estarei pronto a sair no momento que ele julgar conveniente.

Com relação aos Diretores da ANAC que o senhor mencionou eu não tenho qualquer problema nem com os que estavam, que estão ainda, ou os que virão, eu sou bem claro --

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Brigadeiro, só para esclarecer. A pergunta da renúncia ou não? Está ligada exatamente a questão da autonomia das agências e uma eventual vulnerabilidade das agências em função de pressões do Executivo, isso que é importante registrar. E isso traz preocupação? Claro, porque as agências a concepção não é nesse sentido.

A segunda pergunta essa com relação: é com a relação ao nível de especialização dos diretores que serão colegas do senhor como é que se relacionar. Quer dizer, o senhor entende que o nível de exigência seja parecido com o nível de exigência que o currículo do senhor tem e a experiência que o senhor tem? Ou o senhor acha palatável conviver com gente que nunca militou na aviação? Eu não tenho dúvida, o senhor é um homem habilidoso, um homem experiente; relações pessoais eu sei que o senhor terá com a maior tranquilidade. A minha pergunta é: Relações com pessoas que não entendem do riscado? Esse é o problema.

SR. ALLEMANDER JESUS PEREIRA FILHO: Senador, a escolha dos diretores passa primeiro por uma análise do Ministério, enfim, posteriormente os diretores vem até aqui a essa sabatina. Eu não tenho dúvida que aqueles que forem aprovados eles terão condições de ter um diálogo, um crescimento e entender os problemas da aviação. Eu não tenho dúvida.

Com relação a minhas convicções eu sou uma pessoa muito firme, eu vou fazer ver as minhas convicções e vou colocar, as atas provavelmente o senhor vai ver a posição do Brigadeiro. Se eu não tiver uma posição de consenso, se eu não conseguir encontrar essa posição de consenso, eu vou colocar as posições técnicas minhas sobre as minhas posições sempre muito bem explicadas e vai ser assim.

Então eu não vejo qualquer problema em trabalhar com qualquer pessoa, passando primeiro pela análise do Ministério da Defesa, enfim, e passando pela discussão e pela sabatina aqui na Comissão de Infra-Estrutura, eu não tenho dúvida que nós vamos ter um trabalho extremamente construtivo.

O senhor pode ter certeza, que eu nem vou ser levado de Roldão pelos outros e nem vou ficar muito duro demais. Eu vou ter a posição técnica, vou tentar buscar o consenso, mas sempre que isso não for possível as posições estarão nas atas do Colegiado da Agência, é isso que eu posso dizer ao senhor.

Bom rapidamente só para terminar, porque eu sei que o tempo está... Falar sobre o problema do

modelo vigente, e termos de concessão, aproveitando também e falando para o Senador Azeredo [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou proclamar o resultado já que está finda a apuração, logo após nós vamos ter a conclusão de V.Ex^a e depois a explanação do Dr. Heraldo Consentino.

Eu queria antes de proclamar o resultado dizer que essa Comissão será extremamente rigorosa na avaliação e na análise de todos os currículos de todos os indicados, sobretudo em relação à ANAC. Nós estamos aqui proclamando um resultado altamente favorável a V.Ex^a e também ao Dr. Heraldo, mas nós estamos dando aqui uma carta branca.

Estamos dando uma demonstração de respeito aos currículos de V.Ex^{as}., mas vamos cobrar porque o Brasil espera de V.Ex^{as}., uma postura e um espírito público á altura das nossas esperanças das nossas expectativas, de modo que proclamo aqui o resultado em relação ao Diretor da ANAC, Major-Brigadeiro Allemander Jesus Pereira Filho, 19 votos sim, ou seja, unanimidade dos que votaram favoráveis a sua indicação.

Em relação ao Dr. Heraldo Consentino, também 19 Senadores votaram e 19 votos sim. Ambos estão aprovados nessa Comissão e as matérias irão à Secretaria Geral para as devidas providências.

Eu convido aqui o Senador Delcídio Amaral para presidir e concluir essa sessão já que terei a partir de agora um outro compromisso, peço ao senhor Heraldo que depois me responda por escrito as indagações que fiz. Tenho a honra de passar a Presidência, ao nosso Vice-Presidente Senador Delcídio Amaral, para que ele possa ouvir aqui as conclusões dos nossos indicados. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. ALLEMANDER JESUS PEREIRA FILHO: Senador, agradeço expressiva votação e para mim é um motivo de preocupação, porque vejo o nível de responsabilidade que eu terei nesse futuro.

Espero que eu possa realmente responder a altura essa confiança que foi depositada, mas Senador para não deixar suas perguntas sem respostas, eu gostaria de rapidamente dizer quanto ao modelo de concessão e também ao Senador Azeredo, existem vários caminhos para a concessão todos nós sabemos; se fala muito da parceria público privada, eu estou falando da concessão de aeroportos.

Eu gostaria de abrir um parêntese e dizer que reputo a Infraero como uma empresa importantíssima em termos da administração aeroportuária, tem técnicos de carreira importantes que constroem um conhecimento

valioso para o País. Nós sabemos, entretanto que uma competição sempre é salutar. Nós vimos à possibilidade da parceria público privada em alguns aeroportos e a possibilidade de concessão de outros.

A única alternativa que me parece que não surtiu efeito em local nenhum, principalmente dos exemplos da América Latina é a concessão em bloco de todos os aeroportos, essa é uma armadilha que nós não devemos cair. Não deu certo na Argentina, teve problema no Peru, no México, enfim, agora, podemos buscar algum tipo de competitividade.

Nós já temos alguns aeroportos com a iniciativa privada, temos Porto Seguro, Cabo Frio agora iniciando uma competição, também. Temos departamentos aeroviários dos Estados, Ribeirão Preto lá no Estado de São Paulo, enfim, tem condições de se começar uma competição.

Também a concessão dividindo, existe uma idéia apresentada pelo ex-Ministro da Aeronáutica Brigadeiro Gandra, de se dividir em dois ou três ou quatro blocos de aeroportos alguns pequenos e alguns grandes e se realizar concessão, também é uma outra alternativa a ser avaliada. Mas com certeza a competição, não só a competição, mas a criação de benchmarking de indicadores de desempenho para aeroportos no Brasil tanto em termos de custos de operação, como investimentos que se fala muito por aqui também eu acho que seria valioso para o País e com certeza melhoraria a eficiência de uma forma geral.

Mas esses caminhos estão sendo estudados eu tenho certeza que vão ser debatidos aqui no Congresso e novamente me coloco à disposição de participar dessa discussão, mas acredito na competição, acredito que algum caminho tem que ser buscado na forma de melhorar a competição. Os aeroportos são considerados de característica monopolista é difícil realizar competição entre dois aeroportos, mesmo aqueles que estão na mesma cidade.

Então nós temos que ter alguns cuidados de não se entregar para um grupo dois aeroportos na mesma cidade, por exemplo, quem ficar com Pampulha não deverá ficar com Confins, quem ficar com Santos Dumont, não deveria ficar com Galeão ou mesmo os grupos, se a gente dividir em dois ou três grupos, enfim. São alguns cuidados que nós poderemos discutir no momento oportuno, quando essas alternativas forem ser melhor analisadas e definidas.

Com relação aos acidentes as pessoas estão com medo, os acidentes e a confiabilidade, porque o tripé é segurança, confiabilidade e eficiência. Esse é o tripé da aviação está no preâmbulo da Convenção de Chicago e eles estão interligados. Os resultados desse mês de agosto da demanda já tem mostra-

do certo arrefecimento, há um medo como o senhor mesmo falou em relação às pessoas com relação ao transporte aéreo com o tempo isso deve ser dissipado, mas também o problema da confiabilidade; ou seja, o problema de atrasos ele prejudica não só o passageiro mas no médio e longo prazo ele prejudica também as empresas.

Esses atrasos as empresas privadas que compram passagens para seus funcionários fazer viagem normalmente de um dia, saía de manhã ia trabalhar e voltava no final do dia. O que acontece? Sem a confiabilidade do serviço o preço da passagem aérea passou a ser o de menor importância, porque o funcionário tem que ir à véspera, pagar um pernoite do hotel mais a alimentação e muitas vezes dormir o dia seguinte também, ou seja, uma viagem que seria de um dia se torna uma viagem de dois ou três dias.

E isso novamente no médio e longo prazo todas as empresas públicas e privadas que compram passagens começam a diminuir o número de viagens, esse talvez seja o efeito que está causando, ou seja, da mesma forma que nós temos problema de confiabilidade de fazer com que seja cumprido os horários pelo lado do regulador, aquele que está provendo os serviços que vende o serviço – que é a empresa aérea – também tem essa preocupação. Eu acredito que isso está, vamos dizer assim de uma forma geral, começando a ser sentido.

Então, eu acredito que já sendo resolvido não está totalmente resolvido, nós temos um problema maior a resolver, que o problema de São Paulo é grave nós temos que resolver o problema de acesso a Guarulhos, resolver o problema da terceira pista de Guarulhos, do terceiro terminal.

Já preparar Viracopos como um aeroporto a mais 10, 15, 20 anos, buscar um novo sítio para São Paulo, que não é fácil, mas a gente tem que fazer esse exercício, porque São Paulo de 30% a 35% do tráfego no Brasil está em São Paulo, então, tem que ter essa solução para melhoria geral das condições de segurança. Em relação a fiscalização do entorno eu já falei aqui em relação ao problema das prefeituras.

Acho que nós estamos chegando ao final. Eu não sei deixei alguma coisa sem responder, se for o caso, eu estarei a sua disposição. Agradeço novamente e digo que eu estou preocupado, porque o trabalho e a responsabilidade é muito grande. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu quero parabenizar o nosso Major-Brigadeiro Allemander, quero também parabenizar o nosso caro Heraldo Consentino, desejar aos senhores muito sucesso à frente desses grandes desafios que mais do que nunca o Brasil tem nos próximos anos, na

área da infra-estrutura e V.S.as., tem uma importância fundamental dentro desse processo.

Eu quero aproveitar também para passar agora a palavra, para o Dr. Heraldo Consentino, para que a gente conclua a audiência que nós fizemos hoje.

SR. HERALDO CONSENTINO: Inicialmente Senador, eu gostaria de agradecer as palavras que foram ditas pelos Senadores aqui presentes, a Senadora também, elogiosas e encorajadoras e isso só aumenta a nossa responsabilidade na condução das nossas tarefas, mas a gente acha que pode conduzir bem e de forma adequada.

Uma questão que foi levantada sumariamente pelo Senador Eliseu Resende sobre a questão do rodoviarismo do Ministério, realmente o DENIT hoje engloba todas as ações para os diversos modais exceto a parte de portos marítimos que foi destacado para a Secretaria de Portos.

Existe um estudo uma retomada de um planejamento estratégico coisa que não vem sendo feito desde a época que o Senador Eliseu Resende era Ministro dos Transportes, que chama Plano Nacional de Logística de Transporte. Esse plano pretende distribuir de formas mais equitativa, mais adequada os recursos e o planejamento em cima dos modais existentes, tentando corrigir um modelo que nós temos hoje, que é um modelo concentrado basicamente na rodovia que é um modelo bastante caro. Então, esse plano busca melhorar a distribuição logística e reduzir o custo Brasil.

Quanto à questão colocada pelo Senador Jayme Campos do Trevo do Lagarto, está anotado devidamente para que a gente possa encaminhar ver a questão por que desses cinco anos de atraso. As questões colocadas pelo Presidente, Senador Marconi Perillo tem uma parte que será encaminhada, que é onde ele pede a questão da programação orçamentária do DENIT, locais, valores e datas, será posteriormente encaminhada, como ele mesmo havia sugerido.

As questões dele. A primeira questão é com relação ao PETSE, ou seja, o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança das Estradas que é retomar as questões de preço e as irregularidades que foram apontadas. Eu posso dizer que o PETSE, ele foi acompanhado desde o início pelo Tribunal de Contas que se fez presente em todos os momentos e fortemente pela imprensa. Então todas as recomendações e sugestões que o Tribunal apresentou foram atendidas ou estão em processo de solução pela Diretoria do DENIT.

Com relação ao por que do emergencial, eu acho que ficou claro nas próprias justificativas da medida e a portaria que designava, então, eu entendo que isso

está sendo conduzido pela diretoria atual da DENIT e seus órgãos internos.

A questão referente a pesquisa que o CNT fez com relação aos percentuais de estado da malha e que conclui com o questionamento do Senador, com relação a capacidade técnica e financeira do DENIT para executar as obras. Eu posso dizer que pelo histórico que a gente tem os recursos que foram disponibilizados para o Ministério dos Transportes a partir do segundo semestre de 2005, ensejam realmente uma melhoria da malha, ensejam uma melhoria das ações do DENIT em termos de correção daquilo que já vem há muito tempo deteriorando a malha rodoviária.

Realmente 2005 – o segundo semestre – 2006 com a continuidade do projeto piloto e 2007, com o lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento os recursos realmente aumentaram muito. Então, o planejamento de execução dessas obras e solução dos problemas da malha, acredito que possam estar sendo equacionados. Não é uma solução para amanhã é uma solução que eu acho que demanda realmente um prazo maior, isso o Plano Plurianual já demonstra a atribuição de recursos para que ele possa resolver essa questão.

Uma última questão colocada pelo Senador é que com relação às parcerias público privadas e a questão dos pedágios nas concessões. Com relação à parceria público privada o modelo que foi desenvolvido e que não chegou a ser posto em prática pelo Governo Federal, porque trazia diversos problemas de definir estratégia e prioridade na medida em que você trabalha com iniciativa privada.

Além disso, os exemplos de outros países que usaram as PPPs precisam ser melhor analisados, nós tivemos problemas muito grandes em países que foram implantados a PPP. Então está em estudo a modelagem tem que ser aperfeiçoada, de forma que os interesses de Governo e os interesses privados possam ser combinados.

Com relação à questão do pedágio nas concessões foi motivo inclusive da suspensão do primeiro leilão, porque havia um valor que estava agravando muito o usuário e foi corrigido ou está se tentando corrigir, de forma que seja econômico e que não agrave as populações regionais no sentido de sangrar muito a economia regional.

Então o pedágio é uma preocupação de Governo, essa elaboração feita pelo Ministério, encaminhado pelo Governo, vem sendo debatido e discutido constantemente.

Senador, minhas questões todas estão aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Eu quero só cumprimentar o Dr. Heraldo, ele abordou a palavra do meu colega de Estado, Senador Eliseu Resende, sobre a questão que nós ficamos feito concentrados nas rodovias. Eu quero dar só dar o testemunho de uma boa que iniciativa que continua funcionando.

Quando a Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada ficou definido que ela tinha que manter o trem que faz o trecho Belo Horizonte-Vitória, eu pude há uns 15 dias atrás fazer essa viagem – é uma viagem longa, são 13 horas – mas o trem estava lotado em boas condições.

Quer dizer, a Vale do Rio Doce diz que não dá lucro, mas é um trecho ligando Belo Horizonte a Vitória. Eu fiz a viagem de trem 13 horas, foi muito interessante revi várias regiões de Minas Gerais, mas o trem estava lotado o tempo todo mostrando que é um tipo de transporte que nós temos que continuar tendo no País.

É realmente de longo alcance, o único trecho que nós temos no Brasil hoje é esse Belo Horizonte-Vitória e tem ainda o de Carajás, que faz Carajás a São Luís; são os dois uns trechos que nós temos no País desse tamanho que transporta passageiros num trajeto maior, o resto é só trem turístico praticamente que nós temos.

Então é reforçar essa questão também que o Senador Eliseu colocou de nós não esquecermos, do potencial que tem a volta do trem como transporte de passageiros no País.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Se nada há mais a se discutir, eu quero agradecer a presença de todos, desejar mais uma vez Major-Brigadeiro-do-Ar, Allemander muito sucesso, que Deus o ilumine nesse grande desafio. Ao nosso caro Heraldo Consentino, também que tenha muito sucesso, V.S.^a é um homem competente, experiente, tem feito um grande trabalho no Ministério dos Transportes.

Mais do que nunca o Senador Perillo foi muito claro aqui quando concluiu as suas observações, nós aqui temos absoluta convicção do que fizemos hoje. Nós votamos por esse placar elástico de 10 a zero, porque entendemos que V.S.^{as} tem experiência e os requisitos necessários para atuar não só no DENIT, mas também atuar na Agência Nacional de Aviação Civil.

É importante registrar que esse mesmo rigor será exigido de outras pessoas que virão a ser indicadas para agências reguladoras; ou seja, tendo como pré-requisito uma larga experiência no setor que vai dirigir, independentemente da formação, independen-

temente dos serviços prestados ao País que essas pessoas naturalmente trarão, mas nós vamos olhar muito a questão da experiência na área porque isso é muito importante.

O que aconteceu foi trágico e nós vamos, mais do que nunca, adotar critérios cada vez mais rigorosos para aprovar aqui nas sabatinas os nomes que dirigirão as nossas agências. Eu quero agradecer a todos e desejar muito sucesso mais uma vez aos dois.

A sessão está encerrada.

Sessão encerrada às 13h58.

Ata da 29ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 04 de outubro de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa – Anexo II.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia quatro de outubro de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, João Durval, Flávio Arns, Renato Casagrande, Jonas Pinheiro e Mário Couto.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: **Item 1 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007** “Modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação da matéria, com a Emenda que apresente. A apreciação da matéria é adiada. **Item 2 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 121, de 2006** “Altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel.”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator

o Senador Francisco Dornelles, que apresenta relatório pela prejudicialidade da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 3 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 248, de 2007** “Autoriza o Poder Executivo a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas, no Estado do Maranhão”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como relator o Senador Marconi Perillo, que apresenta relatório pela aprovação da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 342, de 2007** “Altera o inciso XII o art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para mudar de não-cumulativo para cumulativo o regime da Contribuição para PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte aquaviário.”, de autoria do Senador Papaléo Paes, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta relatório pela aprovação da matéria, com as Emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão aprova, **extrapauta**, os seguintes requerimentos: **Item 1 – Requerimento nº 55, de 2007-CI**, de autoria do Senador Marconi Perillo, requerendo seja realizada audiência pública com a finalidade de debater sobre a construção da Ferrovia Norte-Sul, com a presença dos seguintes convidados: Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes e José Francisco das Neves, Diretor-Presidente da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. **Item 2 – Requerimento nº 56, de 2007-CI**, de autoria do Senador Marconi Perillo, requerendo seja realizada audiência pública com a finalidade de tratar de assuntos relativos aos indícios de irregularidades apontados no Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – Exercício 2006, do Tribunal de Contas da União – TCU, principalmente àquelas concernentes ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, com a presença dos seguintes convidados: Ministro Walton Rodrigues, Presidente do TCU e Ministro Ubiratan Aguiar, Relator do TCU. **Item 3 – Requerimento nº 57, de 2007-CI**, de autoria dos Senadores João Tenório e Flexa Ribeiro, requerendo seja realizada audiência pública com a finalidade de debater e analisar as dificuldades para implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas do Governo Federal, com a presença dos seguintes convidados: Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB; Isaac Pinto Averbuch, Diretor da Unidade de Parceria Público-Privada do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Maurício Portugal Ribeiro,

Chefe da Área de PPP e Setor Público do Citibank. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, *Dulcídia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo numero regimental declarado aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Senhores e senhoras Senadoras e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Há Requerimentos sobre a Mesa que passo a lê-los.

Requerimento de autoria desse Presidente convocando os senhores José Francisco das Neves, Presidente da VALEC, e Alfredo Nascimento Ministro do Estado de Transportes, para debater a construção da ferrovia Norte-Sul. Senhores senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento de minha autoria, também propondo a realização de Audiência Pública na âmbito dessa Comissão, com a finalidade de tratar de assuntos relativos a indícios de irregularidades apontados no relatório de pareceres prévios sobre as contas do Governo da República, exercício de 2006 do TCU, principalmente aquelas concernentes ao DNIT. Estamos convidando os Ministros Walton Rodrigues e Ubiratan Aguiar, respectivamente Presidente e Ministro-relator do TCU, para prestar os esclarecimentos devidos sobre a matéria.

Está em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutí-lo coloco em votação. Está em votação. Senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento de iniciativa dos ilustres Senadores João Tenório e Flexa Ribeiro, que convidam nos termos do Regimento, Dr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, Dr. Paulo Godoy, Presidente da ABDIB, Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base, o Dr. Isaac Pinto, diretor da Unidade de Parceria Público-Privada do Ministério do Planejamento. E o senhor Maurício Portugal Ribeiro, chefe da área de PPP e setor público CITIBANK. Esse Requerimento é de iniciativa dos Senadores, dos Exmos. Senhores Senadores João Tenório e Flexa Ribeiro.

Senhores Senadores que queiram discutir a matéria, por favor, estejam a vontade. Não havendo quem

queira discutí-la, coloco em votação. Os senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Passo a ler mais um Requerimento de iniciativa dos ilustres Senadores João Tenório e Flexa Ribeiro, que também embasados no Regimento Interno convidam para uma Audiência Pública no âmbito dessa Comissão com a finalidade de abater e analisar a evolução do Programa Nacional de Micro Crédito Produtivo Orientado, PNMPPO. E convidam para tanto, para serem debatedores as seguintes autoridades; os senhores Luiz Edson Feltrin, chefe do DEORF do Banco Central, o senhor Estéreo(F) Gama do BNB, o senhor Gilson Bittencourt, Secretário Adjunto de Micro Finanças e Política Agrícola do Ministério da Fazenda, o senhor Carlos Ximenes, Diretor de Microcrédito do Unibanco, o senhor Miguel Tedin, Diretor do Estudo de Trabalho e Sociedade. Está em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutí-lo, coloco em votação. Está em votação. Os senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A Presidente reunião destina-se deliberação da seguintes matérias: Item 1, decisão terminativa Projeto de Lei nº 18 do Senado, cujo Relator é o Senador João Tenório que está ausente.

O Item 2, o Projeto de Lei do Senado nº 121/2006, cujo Relator é o Senador Francisco Dornelles que também se encontra ausente.

O Item 3 também decisão terminativa PLS 248/2007, eu sou o Relator, mas não há número regimental para a deliberação.

E por fim, o item 4 decisão não-terminativa, cujo Relator é o Senador Flexa Ribeiro, que também não se encontra presente por motivos justificados.

Como não há número para a deliberação sobre os projetos e também não há a presença de alguns dos Relatores, eu vou encerrar essa Sessão convocando uma outra em caráter extraordinário, para a próxima semana. Está encerrada a presente Sessão. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 11h33.

Ata da 30ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de outubro de 2007, às 10:00 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e oito minutos do dia dezoito de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da comissão, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença

dos Senhores Senadores e Senadoras **Ideli Salvati, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, João Durval, Garibaldi Alves, Geraldo Mesquita e Eduardo Azeredo**. Presentes também os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia, Magno Malta, José Sarney, Edson Lobão, César Borges e João Pedro e, ainda, os Deputados Federais Alexandre Silveira, Sandro Mabel, José Rocha, Lúcio Vale e Rebecca Garcia. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência comunica que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a presença dos Senhores Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes e José Francisco das Neves, Diretor da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., com a finalidade de debaterem no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura acerca da Construção da Ferrovia Norte e Sul, em atendimento ao Requerimento nº 055/2007-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo. Após, a Presidência convida os expositores para tomarem assentos à mesa dos trabalhos. Antes de passar a palavra aos convidados, o Senhor Presidente usa da palavra para justificar o requerimento de sua autoria. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Ministro Alfredo Pereira do Nascimento para suas considerações iniciais e, posteriormente, ao senhor José Francisco das Neves. A Presidência registra a presença do ex-Deputado Barbosa Neto, atual Secretário de Turismo do Governo do Estado de Goiás. Fizeram uso da palavra, de acordo com a lista de inscrição, para interpelar os convidados, os Senadores Marconi Perillo, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Jayme Campos, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia, José Sarney, Ideli Salvati, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Edson Lobão, João Pedro e César Borges. A Comissão aprova, **extrapauta**, os seguintes Requerimentos: **Item 1 – Requerimento nº 58, de 2007-CI**, de autoria do Senador Pedro Simon, requerendo a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com o objetivo de avaliar os futuros leilões para seleção das empresas e/ou consórcios que irão construir as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, ambas no Rio Madeira, Estado de Rondônia, solicitando que seja formulado convite ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor Nelson Hubner. **Item 2 – Requerimento nº 59, de 2007-CI**, de autoria da Senadora Ideli Salvati, requerendo a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a finalidade de discutir os processos de conces-

são de rodovias no Brasil, solicitando que seja formulado convite ao Ministro de Estado dos Transportes, Senhor Alfredo Nascimento; ao Secretário dos Transportes do Estado de São Paulo, Senhor Mauro Arce e ao Ministro do Tribunal de Contas da União, Senhor Ubiratan Aguiar. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há requerimento sobre a Mesa que passo a lê-los. Requerimento de autoria do Senador Pedro Simon que com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º da Constituição cominado com o Art. 90 do nosso regimento requer realização de Audiência Pública nessa Comissão com a maior brevidade possível com o objetivo de analisar e avaliar os futuros leilões que serão realizadas para a seleção das empresas e ou consórcios que irão construir ou explorar as usinas hidrelétricas de Santo Antônio, essa com leilão previsto para 22 de novembro próximo [inaudível] ambos no Rio Madeira no Estado de Rondônia.

Para o pleno esclarecimento do assunto solicito que seja convidado para debater conosco S.Exª. o Ministro de Minas e Energia Dr. Nelson Hubner, sem prejuízos de qualquer outra autoridade que possa colaborar na discussão.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Eu solicito à Secretaria que priorize para antes do dia 22 de novembro a realização dessa Audiência Pública.

A presente reunião destina-se a realização da Audiência Pública com a finalidade de debaterem no âmbito da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura sobre a construção da ferrovia Norte-Sul em atendimento ao requerimento de minha autoria nº 55 de 2007, dessa Comissão. Convido para tomar assento à Mesa os senhores: Senador Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes e José Francisco das Neves, Diretor da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias.

Sr. Ministro, Sr. Presidente da Valec, Srs. Senadores. Qualquer abordagem sobre uma obra como a ferrovia Norte-Sul nos obriga a insistir em reflexão vital para o desenvolvimento do País, os desequilíbrios regionais são os maiores limitadores para o salto do País da eterna condição de estar em desenvolvimento para a condição de efetivo País desenvolvido.

O desbravamento das maiores regiões agrícolas do planeta, desde a Belém Brasília e depois com a arrastada discussão sobre a ferrovia Norte-Sul, sempre esbarram em regionalismo em interesses político em limitações da visão administrativa do eixo Sul, Sudeste. Devemos um tributo ao Presidente Sarney, sua visão de futuro se tivesse sido levado a sério há mais de duas décadas, nos daria hoje uma condição melhor do que essa ridícula posição de tanto produzir e, muitas vezes, não ter como escoar.

Também rendo tributo aqui em memória ao ex-Governador de Goiás o Dr. Henrique Santillo, que há mais de 20 anos realizou uma grande mobilização no Estado pela ferrovia Norte-Sul, mobilização essa que contou com a presença do então Presidente da República José Sarney.

Hoje o sistema Centro Norte, através da ferrovia José Sarney, é revelado como um negócio mais promissor dos últimos tempos, não somente para o lucro da Vale do Rio Doce, mas principalmente como um negócio social econômico político institucional das regiões cortadas pelo novo eixo de desenvolvimento nacional.

O Brasil vai ver a ferrovia arrastar consigo a ocupação do solo, a descentralização do desenvolvimento, a solução para os gargalos infindáveis do escoamento para o Sul e Sudoeste, caminho para a competitividade da produção de grãos e combustíveis renováveis.

É necessário, no entanto, perceber que não podemos contemplar a obra mesmo que tardia como alto suficiente. Para acessar um eixo de escoamento tão importante ainda temos a inércia infra-estrutural vigente em que as alternativas multimodais de transporte e de cargas inexistem ou quando existem, passam por um sucateamento sem precedentes. A miopia que chegou ao País continental com um quintal de projetos rodoviários picados, mais ligados ao interesse de cartéis, do abastecimento ao truste de construtoras e empreiteiras revela a sua nocividade. Estamos literalmente atrasados no tempo. Disse nessa semana a pesquisa da CNT que entre as vinte maiores economias no mundo, somos exatamente o vigésimo no quesito transporte.

Desde que foi idealizada para se tornar um eixo de integração das regiões Norte e Sul do País interiorizando o processo de desenvolvimento e reduzindo os desequilíbrios regionais, somente agora a ferrovia

Norte e Sul cai na consciência coletiva, inclusive, nas regiões Sul e Sudeste do País, ultrapassando a notável insistência dos visionários.

Devemos debater o tema, penso sobre essa realidade concreta, mas sobre iniciativas complementares que viabilizem a sustentabilidade do novo sistema.

Como ter acesso? Como socializar os benefícios? Como distribuir o desenvolvimento ao cinturão que acompanha o traçado? Como controlar a ocupação, uso e sustentabilidade do solo? Como capilarizar os caminhos demandados pelo novo eixo? Assim dou as boas-vindas aos Parlamentares, ao ilustre Ministro, nossa colega Senador Alfredo Nascimento, ao Dr. José Francisco, Diretor Presidente da Valec, manifestando o mais sincero propósito dessa Casa, em construir consenso, iniciativas concretas em torno dos interesses do desenvolvimento sustentável nacional.

Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro e ao Sr. Presidente da Valec, eu gostaria de dizer que a nossa região, especialmente o nosso Estado, Sr. Ministro, contou com três adventos fundamentais na construção da sua história. Primeiro as bandeiras com Bartolomeu Bueno da Silva Anhangüera, desbravando toda a nossa região. Depois com a era Getúlio Vargas, a chamada marcha para o Oeste, que incentivou o estadista Pedro Ludovico a construir Goiânia e a iniciar uma marcha definitiva de modernidade do nosso Estado.

Por fim, Juscelino Kubitschek com a construção de Brasília e a construção de Brasília e depois com a construção da BR 060 que V. Ex^a. acabou de inaugurar agora, recentemente e, depois, a abertura da estrada das onças, como chamou Jânio Quadros, da Belém Brasília, hoje denominada Bernardo Sayão, cuja visão de Juscelino Kubitschek foi extraordinária no sentido de realmente de interiorizar o País e abrir novas fronteiras de desenvolvimento regional e nacional.

Essas foram as três fases mais marcantes da história do nosso Estado e do Estado do Tocantins, por certo para a interiorização do Brasil. A ferrovia Norte-Sul, em minha opinião como ex-Governador de Goiás, por duas vezes, como Senador da República, é a obra mais importante para o nosso Estado na atualidade. É claro que existem outras obras muito importantes, mas em minha opinião hoje a ferrovia Norte-Sul é a obra prioritária para o Goiás, para o Tocantins, para o Maranhão.

Nós temos o problema sério em relação à ferrovia Centro-Atlântica, a FCA, por conta de alguns gargalos que nós teremos dificuldades para superá-los, principalmente, na altura do contorno de Belo Horizonte na Serra da Urtiga, precisamos de mais de 350 milhões de dólares para fazer reparos nessa ferrovia e a Norte-Sul se encaixa nesse momento como a grande alter-

nativa, como a grande solução para o desenvolvimento da nossa região.

E ainda temos o porto do Itaqui, porto que fica pelo menos duas mil milhas náuticas, mais próximas dos portos do hemisfério Norte e, além disso, um porto também desburocratizado, mais barato, um porto com melhor caladre, com todas as condições para fazer o escoamento à nossa rica produção, região Centro Oeste.

Eu pergunto ao Sr. Ministro, se ele fala por último, se fala primeiro do Dr. José Francisco. Com a palavra, pelo tempo que desejar o Ex^a. Ministro Alfredo Pereira do Nascimento, mais uma vez agradecendo a sua presença e pelo fato de ter atendido prontamente ao nosso convite.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: Muito obrigado. Muito bom dia a todos, Presidente Senador Marconi Perillo, Senadores. Minhas senhoras e meus senhores. É verdade o que disse o Senador Marconi Perillo na introdução, a essa audiência sobre a ferrovia Norte-Sul. O País está na contramão do modelo ideal de transporte de cargas no País, ao longo de muitos anos, os investimentos foram feitos quase que exclusivamente em rodovias.

Hoje nós temos uma malha rodoviária próxima de 80 mil quilômetros. É um malha ferroviária que supera 20 mil quilômetros em função do processo de privatização e da falta de investimentos que se observou ao longo dos últimos tempos, mas é verdade também, que o escoamento da produção brasileira foi montado em cima da infra-estrutura que existia e a infra-estrutura que existe para o transporte de cargas, preferencialmente é a infra-estrutura rodoviária.

E o Governo do Presidente Lula, eu vivenciei essa experiência ao assumir o Ministério dos Transportes da primeira vez, porque eu estou no Ministério pela segunda vez, ele, naquele momento em 2003, lembro que visitei por algumas vezes, o então Governador Marcondes Pirilo, lá em Goiás, e a situação das nossas rodovias era muito ruim. Nós tínhamos cerca de 70% das rodovias federais sem condições de boa trafegabilidade.

Com os investimentos que nós fizemos, essa situação se inverteu. Nós ainda temos muitos problemas, é verdade, mas nós já temos quase 80% das rodovias federais em boa condição de trafegabilidade e não há muito segredo em relação a se trabalhar com infra-estrutura, o segredo é priorizar, é planejar e fazer investimentos. É ter dinheiro para se fazer investimentos.

Em 2003, até 2003, o orçamento médio do Ministério dos Transportes era de cerca de pouco mais de dois bilhões de reais. Este ano, o nosso orçamento em 2007, foi de 8 bilhões e 128 milhões. E o orça-

mento previsto, já foi enviado para o Congresso é que será votado ainda este ano, para o ano de 2008, é de cerca de dez bilhões de reais. Quatro vezes mais o investimento médio do País em infra-estrutura até o ano de 2003.

É verdade que nesses primeiros anos de investimentos em infra-estrutura, nós tivemos que priorizar as rodovias em função do que disse antes, em rodovias asfaltadas. Nós temos mais de 60 mil quilômetros para serem utilizados especialmente para escoar a produção brasileira. E a opção do Governo, a prioridade do Governo, foi exatamente recuperar o patrimônio que foi abandonado ao longo dos últimos anos. Por isso, nós invertemos esse Estado de coisas e as rodovias federais têm hoje uma condição bem melhor como que tinha alguns anos atrás.

Nós fizemos um planejamento, uma organização no Ministério dos Transportes, para que em 2010 nós tenhamos a totalidade das rodovias federais em boa condição de trafegabilidade em função, especialmente, dos recursos que estão sendo mantidos do nível que foi retomado a partir de 2005.

Falando especificamente da ferrovia Norte-Sul, como bem disse o Senador Marconi Perillo, essa é uma das obras mais importantes do País. Essa obra não é só importante para Goiás, para Tocantins, e para o Maranhão, ela é importante para o País e com essa visão é que o Governo Federal retomou essa obra que foi sabiamente iniciada pelo então Presidente Sarney, que contra tudo e contra todos, defendendo a bandeira da integração no País por uma ferrovia.

Eu lembro que à época o Presidente Sarney foi muito criticado em função de ter tomado essa atitude. E a partir do ano de 2005, nós retomamos a construção da ferrovia Norte-Sul. É um investimento muito alto para o Governo Federal que tem que priorizar e que começou a priorizar as rodovias.

Nós fizemos os primeiros investimentos e, bem recentemente, nós realizamos uma subconcessão para que essa obra tivesse continuidade e vou fazer, se os senhores me permitirem, uma apresentação do que como está sendo conduzida a construção da ferrovia. É o mapa da ferrovia Norte-Sul de Açailândia do Maranhão, o pátio de Araguaína, tem uma extensão de 361 quilômetros. Essa obra está concluída.

Nós tivemos há cerca de um mês atrás, eu junto com o Presidente Lula, o Governador de Tocantins, fazendo a inauguração desse trecho e do pátio de Araguaína até o pátio de Guaraí, com uma extensão de 210 quilômetros as obras estão em andamento e a previsão de término das obras é para o primeiro semestre de 2008, nós deveremos concluir essa obra antes de julho do ano que vem.

O pátio de Guaraí até Palmas, porto nacional até Tocantins com extensão de 148 quilômetros, nós iniciamos as obras agora em outubro e a previsão do término é para o primeiro semestre de 2008.

Objetivos do projeto. É implementar um eixo de transporte entre as regiões Norte e Sul do País que constitua, primeiro: uma alternativa mais econômica para os fluxos de longas distâncias hoje existentes, uma logística exportadora competitiva através do porto de Itaqui, lá no Maranhão, um porto de bom caladre, de boas condições, com boa área para ser ocupada e que não é ocupada como deve ser ocupada em função da falta de volume de cargas. É um empreendimento indutor da ocupação econômica do Cerrado brasileiro.

Função estratégica da ferrovia Norte-Sul: A ferrovia está direcionada para o mercado interno, para as exportações, para o desenvolvimento regional e, especialmente, a multimodalidade. Os benefícios gerados pelo projeto: A melhoria da performance econômica de toda a malha ferroviária, maior competitividade dos produtos brasileiros no exterior, redução dos custos de comercialização no mercado interno, incentivo aos investimentos a modernização e a produção e aumento da renda nacional e redução da pobreza.

Pólos de cargas: Os pólos implantados até agora foram o Porto Franco, lá no Maranhão, a Aguiarnópolis, no Maranhão e Araguaína lá no Tocantins. Os pólos de cargas projetados: Colinas do Tocantins, Guaraí, Palmas, Gurupi, Porangatu, Uruaçu, Santa Isabel, Jaraquá e Anápolis.

Principais mercadorias transportadas: grãos e farelos, óleo de soja, adubo e fertilizante, álcool e derivados de petróleo, açúcar algodão, cimento e carga em geral. O volume transportado: O volume transportado em milhões de toneladas do porto de Franco até a Itaqui de cerca de 1 milhão e 600 mil toneladas de soja e outros grãos.

A projeção do volume a ser transportado. Esses estudos estão feitos até Anápolis e depois eu vou mostrar para os senhores que a nossa ousadia é maior e a expectativa nossa é que a gente vá mais adiante e transforme essa ferrovia verdadeiramente em uma ferrovia de integração do País. A nossa projeção de volume a ser transportada de Açailândia até Anápolis em Goiás, se a Rodovia fosse construída só até Anápolis, é que em 2010 nós tenhamos 6.6 milhões de toneladas e 2.7 de outros, o que daria perto de 10 milhões de toneladas transportadas se comparados a um 1,6 milhão de toneladas, nós chegaríamos a um número bastante significativo. Nós não estamos tratando da projeção de transporte de grãos em toda a extensão da ferrovia.

Evolução do volume de investimentos da ferrovia no Governo do Presidente Lula: Em 2003 os investimentos foram de 42 milhões, em 2004 primeiro ano do Governo, 68.3 milhões, 343 milhões em 2005, 253 milhões em 2006, em 2007, 447.5 bilhões. Leilão de subconcessão da ferrovia Norte-Sul: Entendendo que, com os investimentos no nível que nós estávamos mantendo, essa obra levaria muito tempo para ser construída. O Governo resolveu utilizar-o, o eterno Ministro dos Transportes Senador Eliseu Resende, nós buscamos uma solução, uma solução brasileira e fizemos uma experiência acho que primeira do mundo, não é Juquinha? De fazermos uma subconcessão. Por que uma subconcessão? Porque o Governo Federal já havia feito a concessão para a empresa Valec, que é uma empresa pública, e como os investimentos do padrão que nós estávamos fazendo, essa obra levaria um tempo bem maior do que o tempo que nós do Governo pretendíamos, nós recorremos a essa saída de subconceder a concessão.

No dia 13 de outubro, foi realizado um leilão para subconcessão compreendendo o trecho de 720 quilômetros entre a Açailândia no Maranhão e Palmas no Tocantins, a valor arrecadado foi de 1 bilhão 478 milhões, a Companhia Vale do Rio Doce, ficará responsável pelo serviço de conservação e manutenção, melhoramento e adequação do trecho licitado. A contrapartida será o direito a exploração comercial e a operação por um período de trinta anos.

Com o recurso da subconcessão, será possível concluir o trecho de 358 quilômetros que está sendo construído entre Araguaína em Tocantins e Palmas também em Tocantins e retomar a construção do trecho de 288 quilômetros no tramo Sul, uma boa notícia para o Senador Marconi Perillo, que finalmente chegou no seu Estado, ligando Anápolis a Uruaçu.

Análise de viabilidade técnica e econômica da expansão do tramo Sul da ferrovia Norte-Sul: Nós contratamos um estudo de viabilidade técnica e econômica da expansão do tramo Sul da ferrovia Norte-Sul de Palmas. A nossa ousadia do que nós pretendemos fazer e que vamos fazer de Palmas, em Tocantins, até Santa Fé do Sul em São Paulo, são mais 1.521 quilômetros, esse estudo deve ser concluído em março, não é Juquinha? Em março esses estudos serão concluídos e com base nesses estudos é que nós deveremos tomar a decisão de fazer essa concessão por inteira ou mantê-la como está prevista até Anápolis.

A nossa perspectiva é que esse estudo aponte a boa possibilidade se fazer essa concessão até Santa Fé do Sul, porque nós vamos formar um *link* ferroviário com a Vale do Rio Doce, a ALL, a MRS, em um total de 4 mil 149 quilômetros, toda em bitola de 1.6

metros, bitola larga, ligando os Portos de Sepetiba no Rio de Janeiro e o porto de Santos, ao porto de São Luis, no Maranhão. Esse é verdadeiramente uma obra de integração ferroviária de todo o País, especialmente dos lugares, as regiões onde existe o maior volume de carga a ser transportada, é o transporte de cargo pelo interior do País cobrindo sete Estados brasileiros.

Mais algumas informações sobre esse *link* ferroviário? São Luis do Maranhão a Palmas, em Tocantins, são 1.236 quilômetros, esse outro trecho não deve estar fácil de ser, mas a MR logística que opera aquele trecho em linha amarela, que liga Jundiá ao porto de Sepetiba no Rio de Janeiro, que são mais 500 quilômetros e a ALL tem o trecho que é de Santa Fé do Sul ao Porto de Santos.

A nossa expectativa com essa subconcessão, que os estudos serão concluídos em março, é exatamente chegar a Santa Fé do Sul integrando o Rio de Janeiro, São Paulo e o Maranhão por ferrovia. Essa sim é a verdadeira interligação das regiões produtoras do País. O *link* ferroviário do trecho em Goiás, parece que fizeram uma homenagem para o Senador Marconi Perillo, separaram Goiás e colocaram só o trecho de Goiás, e esse está previsto de qualquer forma, nós já temos a concessão até Anápolis, essa obra está garantida, que são esses 999 quilômetros lá em Goiás, mas a grande novidade é exatamente esse *link* ferroviário ligando essas duas regiões do Sudeste do País, o Rio de Janeiro e Santos, lá em São Paulo, ao porto de Itaquí.

Nós vamos integrar o transporte de cargas brasileiro por ferrovia. A Juquinha, talvez, para abrilhantar a apresentação colocou algumas fotos da obra que está em execução. São fotos feitas agora em setembro de 2007. Eu estive ontem, Senador Marconi Perillo, ontem não, a semana passada conversando com o Governador do Tocantins, Marcelo Miranda, ele está muito entusiasmado com que está vendo. Nós fizemos inauguração do trecho até Araguaína, e ele me dizia o seguinte: "Aquilo virou um formigueiro, é uma coisa de arrepiar". Quatro mil homens na obra. Isso é um compromisso do governo do Presidente Lula, que nós vamos cumprir e a realização dessa obra em todo o Estado de Goiás chegando a Anápolis é compromisso nosso até o ano de 2010.

Era isso que eu tinha a declarar. Juquinha alguma coisa?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Ministro eu gostaria de agradecer V. Ex^a. pela exposição e, especialmente, deixar claro aqui a minha satisfação com as novidades que V. Ex^a. traz em relação à ferrovia Norte-Sul. Se eu já era um entusiasmo da construção da ferrovia Norte-Sul,

agora com a expansão prevista até Santa Fé do Sul, cortando todo o nosso rico Sudoeste goiano e fazendo uma verdadeira interligação nacional, esse entusiasmo aumenta mais ainda.

Eu queria dizer a V. Ex^a. que há 20 anos atrás, quando o Presidente Sarney foi há Goiás para fazer o lançamento da cidade de Porangatu, eu fui um dos que, Juquinha se lembra disso, eu fui um dos mobilizadores dos Prefeitos, dos Deputados, eu era Assessor do Governo no sentido de levar muita gente. Eu fui um dos principais organizadores para que a gente pudesse levar lá 20 mil pessoas para receber o Presidente Sarney.

20 anos depois, na condição de Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, recebendo aqui a presença do senhor, a presença de um goiano ilustre que é o Dr. José Francisco e receber essa notícia aqui nos deixa muito confortáveis e muito satisfeitos, porque efetivamente essa ferroviária vai transformar a realidade do nosso Estado e a realidade do Centro Norte do País e, agora, com essa interligação Norte-Sul, verdadeiramente Norte-Sul, Sudeste aí sim, nós vamos ter condição de desenvolver ao longo de todos esses trajetos, cinturões de desenvolvimento, pólos de desenvolvimento regional da mais alta qualidade, com altíssima tecnologia agregada.

Portanto, parabéns pela exposição e muito obrigado pelas notícias. Parabéns pelo trabalho que foi realizado até aqui.

Eu concedo, com muita satisfação, a palavra ao Dr. José Francisco das Neves, engenheiro competente, experiente que tem transformado também esse sonho da ferrovia Norte-Sul com um verdadeiro sacerdócio, uma verdadeira luta, a verdadeira causa da vida que é a causa dos goianos.

Com a palavra o Dr. José Francisco pelo tempo que desejar.

SR. JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES: Eu gostaria de cumprimentar, pois não, Ministro.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: Eu só queria fazer uma observação. Uma coisa que me chamava há atenção Senador Eliseu, é que nós falávamos, a ferrovia Norte e Sul e ela acabava em Anápolis e eu dizia: "Mas que tem que ter um jeito de chegar no Sul, se é Norte com Sul, tem que ligar o Sul do País", e o Juquinha fez os estudos e disse: "Tem um jeito se a gente fizer isso, agora, vai crescer muito o investimento". Eu falei: "Vamos buscar a saída da subconcessão". Porque verdadeiramente a gente vai interligar o Sul ao Norte do País, passando pelas regiões produtoras do País, interligando três portos, o Porto no Rio de Janeiro, outro em São Paulo e outro em Itaquí, no Maranhão.

Essa ferrovia e, eu fico feliz em ouvir o que disse o Senador Marconi Perillo, ela vai mudar a realidade econômica dessa região. Nós estamos contribuindo com essa obra, verdadeiramente, para baixar o custo Brasil, aumentando a competitividade dos nossos produtos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Um lado importante, Senador Eliseu, só no nosso Estado, a hora que nós fizemos a divisão de Goiás com Tocantins, mas só em Goiás, nós teremos aproximadamente mil quilômetros de ferrovia Norte-Sul, do Norte até a região extremo Sudoeste. Com a palavra o ex-Deputado, Presidente, José Francisco das Neves.

[risos]

SR. JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES: Bom dia Senador. Eu gostaria de cumprimentar o nosso Presidente da Comissão, Senador Marconi Perillo, os demais Senadores aqui presentes, meu querido amigo Ministro Alfredo Nascimento de quem eu tenho uma aproximação muito grande pela sua competência, pelo seu trabalho que vem realizando no Ministério.

A exposição que ele fez aqui, eu acho que já me deixa em terceiro grau, porque foi muito boa e muito competente. O trabalho que V. Ex^a. no Ministério não só voltado para a ferrovia, como está agora também no momento, mas na parte da Rodovia, com certeza, daqui até 2010, ou no máximo 2011 nós poderemos sair de Brasília e chegar duplicado até Porto Alegre, quer dizer, é muita coisa que está sendo feita no Governo, um Ministro que trabalha consciente, fala pouco e age muito. Muita competência, eu tenho aprendido com V. Ex^a., Ministro, no atual Ministério.

Mas falando sobre a ferrovia Norte-Sul, a definição mais importante que eu vi até hoje foi dada pelo Presidente Sarney, ele disse: "A ferrovia Norte, Sul é a espinha dorsal da malha ferroviária brasileira, porque ela vai unir as economias do Norte, Nordeste com as do Sul, Sudeste, passando pelo Centro Oeste". Para mim essa foi a melhor, essa foi a melhor definição que eu vi sobre a ferrovia Norte-Sul.

Para complementar os dados, nós temos um vídeo que a gente já poderia passar, depois eu encerraria minhas palavras.

Apresentação do vídeo.

NARRADOR: "Os trilhos da ferrovia Norte e Sul avançam em ritmo acelerado pelo Cerrado brasileiro, interligando as economias das regiões Norte e Nordeste, as do Sul e Sudeste. Os 1980 quilômetros de ferrovia proporcionaram a articulação entre o sistema fluvial do Amazonas e o sistema ferroviário nacional. A redução dos pesados custos de manutenção rodoviária vem do consumo de combustíveis. A viabilização da

exploração econômica de vastos recursos minerais e agrícolas. Além dos Estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Goiás cortados pelo eixo da ferrovia, também o Piauí, a Bahia Minas Gerais, Mato Grosso e o Distrito Federal, serão beneficiados com a geração de empregos e divisas resultantes da implantação da Norte-Sul. Cerca de 25 milhões de toneladas dos grãos combustíveis fertilizantes e cargas gerais serão embarcados por ano nos treze pátios que estão sendo construídos ao longo da ferrovia. Hoje mais da 1,5 milhão e meio de toneladas da soja, são transportadas anualmente pela ferrovia, a partir do pátio de Porto Franco no Maranhão até o Porto de Itaqui em São Luís.

A ferrovia Norte-Sul tem hoje concluído 365 quilômetros entre as cidades da Açailândia no Maranhão, onde é feita a conexão com a estrada de ferro Carajás e Araguaína no Tocantins. Em Araguaína foi inaugurado um pátio multimodal, que ocupa uma área de 60 hectares, com 3,5 de extensão e 9 quilômetros de trilhos. As obras da Norte-Sul, no trecho entre Araguaína e Icarai, estão a todo vapor e sua conclusão está prevista para o ano que vem. Em 2010 será a vez de Palmas e Porto Nacional receberem os trilhos da Norte-Sul. Completando mais de 450 quilômetros de ferrovia apenas em solo tocantinense.

Em breve a população da Goiás também estará sendo beneficiada com a conclusão da ferrovia Norte-Sul. Que possibilitará o escoamento de seus produtos a preços competitivos, tanto no mercado interno, quanto no exterior. Além dos aspectos técnicos e financeiros, implantação da ferrovia Norte-Sul tem sido pautada pela rigorosa preocupação com a preservação ambiental.

O cuidado na definição do traçado na Rodovia que não corta áreas da preservação, os levantamentos arqueológicos de fauna e de flora que antecedem a construção, a utilização de dormentes de concreto, além do gerenciamento ambiental que acompanha a obra, tem garantido a Valec a obtenção do licenciamento de meio ambiente indispensável à implantação da Norte-Sul. Ferrovia Norte-Sul a espinha dorsal do desenvolvimento sustentável do Brasil".

SR. JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES: Agora falando sobre a obra diretamente, em um trecho de Araguaína até Palmas, até Guaraínos já estamos com quatro mil homens trabalhando. Ontem o Ministro me perguntou, nós já assinamos a ordem de serviço de Guaraí a Palmas, nesse mês de outubro, e vai passar agora para a 7 mil homens trabalhando no Estado de Tocantins, do lado da Goiás, nós vamos abrir cinco frentes de serviços.

Que também vai ter em torno de sete mil homens trabalhando, a gente espera concluir o lado da Goiás,

quer dizer, o trecho de Anápolis até Uruaçu até dezembro de 2009.

Acho que seriam essas as minhas palavras e as minhas colocações, tendo em vista que o Ministro já fez todas as colocações que devia. Para terminar, gostaria de agradecer ao Senador Marconi Perillo pelo convite de estar presente aqui nessa Comissão, de voltar aqui ao Parlamento, já que fui Deputado Federal por quatro anos de mandato e agora tive essa missão de tocar a Valec para frente.

Agradecer toda a equipe da Valec, que tem trabalhado *full time* no sentido de fazer com que esse empreendimento chegue ao ponto que chegou. Agradecer ao Presidente Lula, que tem dado muita força, a Ministra Dilma, ao Paulo Sérgio, ao José Alexandre, filho do nosso Ministro Eliseu, ele também nos ajudou muito essa fase da subconcessão e dizer que estamos à disposição, Presidente, para quaisquer perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço ao Presidente José Francisco das Neves pela exposição e pela apresentação do filme. Gostaria de reiterar aqui a minha satisfação, porque como Governador do Estado, demandei dezenas de vezes junto ao então Presidente Fernando Henrique, nós, inclusive, começamos o trecho Anápolis ainda de forma incipiente Ministro, Anápolis, Ouro Verde, demandei dezenas de vezes ao Presidente Lula, aos Ministros todos que passaram pelo Ministério nesse período, conversei muito com o Presidente José Francisco das Neves, porque na alma do goiano, na goianidade há uma convicção de que a ferrovia Norte-Sul hoje representa o que representou Ministro Eliseu, a construção da Belém Brasília quando o senhor a pavimentou na década de 60 e 70.

É uma obra de transcendental importância e se no meu mandato de Senador nós conseguirmos concluir essa ferrovia até Santa Fé do Sul já terá válido a pena.

Eu tenho algumas perguntas e eu vou passar para a palavra aos ilustres Senadores presentes. O estágio atual das obras mostra que ainda falta muito a ser executado para que a ferrovia seja concluída, de fato, o seu trecho operacional vai apenas ao início do seu traçado no Estado de Tocantins, há possibilidade da aceleração do ritmo dessas obras? Qual a cronograma com que a Valec e o Ministério do Trabalho trabalham para que as obras sejam iniciadas no meu Estado? Há essa expectativa. E para que, enfim, a ferrovia seja totalmente implementada.

Essa pergunta faço ao Presidente da Valec. Ainda ao Presidente da Valec eu faria outra pergunta. Quando é que nós teremos o início da ordem de serviço para o início definitivo dessas 5 frentes compreendendo

Anápolis até Ouro Verde, até Uruaçu, total de 280, 288 quilômetros, quando é que a gente vai ter a ordem desse serviço?

O trecho de Uruaçu a Porangatu também já está licitado, que é o trecho que levaria de Uruaçu até a divisa de Tocantins. Quando é V. Ex^a. imagina iniciar as obras? E outra pergunta ao Dr. Juquinha, seria em relação há licitação do trecho do tramo Anápolis, Santa Fé do Sul passando por São Simão, quando é que seria licitado e quando é que as obras seriam iniciadas e depois também quando é que seriam concluídas?

Por fim a velocidade das locomotivas ao longo de toda a ferrovia Norte-Sul. Ao Ministro Alfredo, uma pergunta que também considero pertinente, trata-se da questão dos passageiros. A atual crise do transporte aéreo mostrou que são poucas as alternativas de transporte de passageiros no Brasil. Primeiro tivemos os problemas graves das rodovias, depois temos a falta de planejamento histórica em relação ao multimodal ferroviário e, hoje, essa crise do apagão aéreo. Em outros países, como no continente europeu, asiático, o transporte ferroviário é uma alternativa mais do que viável e muito utilizado por toda a sociedade.

Há plano para a utilização da ferrovia Norte-Sul também no transporte de passageiros? Ou somente no transporte de cargas? A gente poderia aproveitar, eventualmente, o período noturno a ferrovia Norte-Sul para o trabalho nessa área do transporte de passageiros, em caso da resposta apontar para a ferrovia, exclusivamente, trabalhar no sentido de cargas, gostaria de conhecer a fundamentação técnica dessa decisão.

De modo que são essas as perguntas, bastante objetivas ao Dr. Juquinha e ao Ministro apenas em relação há possibilidade de se ter também o transporte de passageiros. Eu indago ao Ministro Eliseu, se tem alguma pergunta a fazer já que ele terá um outro compromisso partidário.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Exatamente Sr. Presidente, eu tenho um outro compromisso, mas não poderia deixar de estar aqui para transmitir a minha saudação ao Ministro Alfredo Nascimento, que tem desenvolvido um trabalho extraordinário à frente da pasta dos transportes, caracterizado por uma discipulação que demonstra que a eficiência não precisa de exposição. Para os resultados concretos são a manifestação concreta da eficiência e a competência do Ministro.

Eu quero saudar o nosso Juquinha, ex-Deputado Federal nosso colega aqui na casa do Congresso Nacional como Presidente da Valec, tem dado uma contribuição extraordinária para o desenvolvimento do transporte ferroviário no Brasil. A minha saudação Presidente, é decorrente da expressão que a ferrovia Norte-Sul, tem no contexto da integração nacional. E a importância

desse eixo estruturante na complexidade da logística de transportes no Brasil. Eu já sou do tempo do Juscelino Kubitschek que implantou a Belém Brasília, uma estrada de terra, desacreditada, veio Jânio Quadros, substituindo Juscelino Kubitschek, chamou a Belém Brasília de estrada das onças, que não ligava nada a coisa nenhuma, hoje está a Belém Brasília.

Hoje a gente vê o que é a Belém Brasília. No contexto da integração nacional o desempenho na transmissão, na transposição, no transporte dos principais fluxos de produção no País. Quando o Sarney lançou o projeto da Norte-Sul, houve uma menção semelhante a uma estrada fantasiosa, fantástica, que iria, que estaria por certo não atendendo as prioridades do desenvolvimento do País. Hoje eu quero saudar, não apenas o resultado que a Belém Brasília trouxe para o desenvolvimento nacional e o resultado que por certo a Norte-Sul vai trazer para o desenvolvimento nacional.

Nós temos duas linhas verticais da integração, a linha da BR 153 e a linha da Norte-Sul. Essa linha, Ministro, corresponde à linha do tratado de Tordesilhas para se ter uma importância histórica do processo de integração nacional. E nós ficamos muito satisfeitos que haja uma concretização a perspectiva de uma realização de um sonho que é a integração do porto com Itaqui, com o porto de Sepetiba, com o Porto de Santos, e com o tronco Sul que vai até Porto Alegre, dando acesso às ferrovias do Mercosul.

De forma que eu queria parabenizar o Ministro, ao Juquinha, por participar da concretização desses sonhos dos brasileiros, um dia, eu, nós queremos ver uma locomotiva saindo de Itaqui e chegando em Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Aproveito a oportunidade, Presidente, para relatar ao Ministro que eu tive a honra de receber de V. Ex^a. um Projeto de Lei para relatar que corresponde ao estabelecimento do novo plano nacional de viação. Nós estamos trabalhando nesse projeto, é um projeto de grande fôlego, que faz uma falta enorme, o último PAN nacional da viação no Brasil é decorrente de uma Lei datada de 1974, esse plano trata das ferrovias, das rodovias principais do País, das rodovias que nós colocamos em uma rede complementar com potencial para delegação aos Estados, relacionamos os aeroportos, relacionamos os portos, e introduzimos a inovação que é a relação das eclusas a serem construídas no País, para integração das bacias hidrográficas, para que as modalidades de transporte sejam tratadas de forma equânime no estabelecimento das prioridades de investimento querendo, com isso, trazer uma soma de benefícios mais rápidos como retorno para o desenvolvimento do País.

Tratamos nesse Projeto de Lei também de uma questão urgente que são as rodovias inseridas na Medida Provisória 82, que foram semitransferidas aos Estados e que não estão contempladas no orçamento de 2008. Nós estamos tentando, através de um Processo Legislativo, inserir nessa Lei. Eu quero discutir com o Ministro, a equação adequada, a formulação da solução adequada que o Governo aceitaria para que nós pudéssemos pôr fim a essas estradas de que de fato já foram transferidas aos Estados, tanto que não consta no orçamento da 2008. Esse é um problema sério que nós vamos viver, condicionar isso a uma transferência concreta de fato para os Estados com a solução deste problema.

Eu queria dizer ao Sr. Presidente, nós estamos preparados para apresentar nas próximas semanas esse substitutivo, mas aproveitamos a presença do Ministro aqui para dizer que antes, nós queremos continuar ouvi-lo sobre a minuta desse Projeto de Lei, com sua equipe no Ministério dos Transportes para fazermos o trabalho consciente, consistente e consoante como co-Executivo e a manifestação do Legislativo.

Minha saudação ao Ministro, minha saudação ao Presidente da Valec. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra para resposta aos dois oradores iniciais, o Sr. Ministro Alfredo Nascimento.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: As ferrovias o Juquinha responde, mas eu vou me ater ao que colocou o Senador Eliseu Resende. Nós estamos realizando, depois de mais de 20 anos lá no Ministério dos Transportes, o plano nacional da logística de transporte, estamos na fase da discussão com os Estados, nós já elaboramos um esqueleto desse plano, uma minuta do que nós pretendemos, a partir disso, começamos a discutir com os Estados, estamos fechando esse entendimento com os Estados, porque no nosso entendimento nós precisamos planejar o País, planejar a logística de transportes do País para os próximos anos.

E esse seu plano nacional da viação, acaba sendo a mesma coisa, mas plano nacional da viação, o outro é plano nacional da logística de transporte, eu acho que é necessário sim esse entendimento, essa conversa e eu vou já pedir que a minha equipe do Ministério dos Transportes entre em contato com V. Ex^a. para nós começarmos a tratar desse assunto que o País precisa de um Plano Nacional da Viação, ou de um Plano Nacional de Viação ou de um Plano Nacional de Logística de Transporte.

O País precisa do que o senhor está fazendo e que nós tomamos a iniciativa de começarmos lá no

Ministério dos Transportes. Eu quero dizer a V. Ex^a. que logo, logo V. Ex^a. vai ser contatado para que esse trabalho saia, claro que nós não vamos conseguir aprimorar em nada o que o senhor está fazendo, mas, talvez, copiar alguma coisa para colocar lá no nosso plano nacional da logística de transportes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Ministro Alfredo e passo a palavra ao Dr. José Francisco.

SR. JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES: Senador Marconi Perillo, o trecho Anápolis até Uruaçu, a ordem de serviço deverá ser dada no final de novembro, início de dezembro, o canteiro de obras deverá ser instalados em dezembro para janeiro, mas as obras vão pegar um ritmo mais forte devidos às condições de temperatura pluviométricas da nossa região a partir de abril, maio, ali já vai sentir cinco frentes de trabalho, *full time*, durante 24 horas por dia.

Naturalmente sete mil homens trabalhando nesses trechos é o que está previsto. A Uruaçu até Porangatu vai depender desse processo de subconcessão do tramo Sul que o Ministro já expôs aqui, seria de Palmas até Santa Fé do Sul que a gente estima um valor não menos do que dois bilhões de reais, com esses recursos à gente vai concluir a ferrovia Norte-Sul, partindo do que está hoje de Araguaína até Santa Fé do Sul.

A nossa expectativa é que no Governo Lula a gente termine todo esse trecho. Com relação ao trecho Sul, o tramo Sul, partindo de Anápolis até Santa Fé do Sul, as licitações, os projetos já deverão estar pronto até fevereiro, março do ano que vem, época em que a gente já vai promover essas licitações. Com relação há velocidade do trem, a ferrovia Norte-Sul é construída no aspecto, tem sua construção no aspecto mais moderno, bitola larga, 1,60 metros, trilhos de concreto e vai atingir uma velocidade de 80 quilômetros por hora, podendo chegar mesmo até cem quilômetros por hora. Eu acho que responde a sua pergunta, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É importante a questão da possibilidade de transformá-la também em uma ferrovia para passageiros.

SR. JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES: No próprio Ministério já tem a Secretaria de Política que hoje desenvolve estudos de viabilidade econômica em relação ao trem de passageiros. E o Ministro autorizou a tocar esses projetos, foram escolhidos cerca de 28, hoje, definidos junto com o BNDES ele está em andamento e, naturalmente, vai começar a mudar a nossa cultura com relação ao modal ferroviário, que nós afastamos dessa cultura e o trem de passageiro vai ser retomado. Para que dê início mesmo nessa ferrovia, é necessário primeiro um estudo de viabilidade econô-

mica e isso a gente vai fazer assim que a obra andar com mais velocidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Ministro, uma pergunta. Essa subconcessão realizada recentemente, cuja vencedora foi a Companhia Vale do Rio Doce, o Governo deverá receber quase 1 bilhão e meio de reais pela subconcessão, 1 bilhão,478. Qual é o cronograma do desembolso e, também, queria saber se esses recursos todos seriam investidos, todos, na ferrovia Norte-Sul.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: Exclusivamente na ferrovia. 1 bilhão 478. Na assinatura agora da subconcessão eles pagam, passam ao Governo, a Valec 700 milhões e o desembolso dos outros 700 é de acordo com o cronograma da obra e, 1 bilhão 478 é exatamente para nós chegamos em Palmas em 2009 e concluímos esses 280 quilômetros lá de Goiás, o trecho goiano, o recurso está assegurado. E a nossa expectativa...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em relação aos demais trechos haverá novas subconcessões?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: Subconcessão, que é o que nós devemos fazer com base nesse estudo de viabilidade econômica, que vai ser concluído no mês de março. A partir disso, nós pretendemos fazer a licitação da subconcessão, para nós chegamos até Santa Fé e a integração de Anápolis até Santa Fé, com a expectativa de nós arrecadarmos entre dois bilhões e dois bilhões e meio com essa concessão que vai garantir a execução da obra em todo o seu trecho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo o palavra ao Senador Eduardo Azeredo, ex-Governador de Minas, para suas arguições.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente Senador Marconi Perillo, Sr. Ministro, eu queria, Sr. Presidente da Valec também, eu fico muito satisfeito de ver realmente um projeto como esse. Eu considero que foi muito bem lembrado há analogia, com a construção da Belém Brasília. Nós temos essa ligação ferroviária Norte-Sul, agora não me ficou claro qual é a meta, quando que nós teremos a ligação, qual é o objetivo? Eu sei que, evidentemente, depende de muita coisa, mas que ano que nós teríamos a ligação total da ferroviária Norte-Sul pronta? Isso não me ficou...

Só uma informação, a Anápolis Brasília já está ligado? Existe hoje Anápolis Brasília ou não? Para poder chegar Brasília tem que ir lá em baixo, tem que ir até Pires do Rio e voltar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem. A questão Sr. Ministro, puxando para o meu lado de Minas Gerais um pouquinho Unaí, Pirapora o senhor tem alguma notícia daquele ramal Unaí, Pirapora? Que estava previsto na época da privatização da Vale, ficou definido até como a nota relevante publicada na época, que existia esse compromisso da Vale de fazer esse ramal, depois esse assunto morreu, chegou até a ser incluído na época como um dos projetos do Avanço Brasil. Do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas depois esse projeto desapareceu.

Basicamente é cumprimentar. Eu fico entusiasmado com um projeto como esse, dizer que dessa vez eu não estou cobrando a O40 lá de Minas Brasília, está andando a duplicação, está indo bem. Já fui lá está em ritmo já muito positivo, eu estou elogiando já, está indo bem. Agora essa parte da ferroviária, eu gostaria de ver a continuidade e só reforçando o que o Presidente Senador Marconi Perillo falou, eu, recentemente Ministro, fiz a viagem de Belo Horizonte no mês passado a Vitória de 13 horas de trem é uma viagem que eu recomendo para todos, é uma longa viagem, mas uma viagem ótima, muito cheia, muita gente usando o trem, o que reforço que existe espaço sim para o trem de passageiros no Brasil, eram vinte vagões lotados o tempo todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ao Sr. Ministro para a resposta.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: Em relação a esse ramal da Unaí Pirapora nós não tratamos com a Vale desse assunto, mas eu vou tratar e ligo de volta para V. Ex^a. dando as informações, em relação a O40, Rodovia que quando eu cruzava com V. Ex^a. eu dizia o Senador Eduardo Azeredo está querendo falar com o Ministro, eu dizia: "Já sei é a O40" e, agora, eu estou muito à vontade para falar dela, porque a obra está em plena execução e, graças a Deus, a gente tem pagado algumas promessas que foram feitas ao longo de tanto tempo.

A data Juquinha?

SR. JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES: A data, a expectativa nossa é que o leilão também seja um sucesso que o primeiro foi, com certeza, o segundo também será. A expectativa é que ainda no Governo Lula a gente ligue Itaqui até Santa Fé do Sul, até 2010.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas isso é tudo?

SR. JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES: Tudo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A Norte-Sul toda?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Há uma novidade Senador Eduardo Azeredo, que seria um projeto novo que está sendo desenvolvido, uma licitação nova ligando Anápolis à Santa Fé do Sul, cortando todo o Sudeste, cortando todo o Sudeste do Estado, passando ali perto de Minas Gerais.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vai chegar lá em São Simão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Lá em São Simão.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: Nós integrariamos três portos, Porto de Santos, São Paulo, Rio de Janeiro e Itaqui, Sepetiba lá no Rio de Janeiro, e Itaqui no Maranhão. É a verdadeira integração do Norte com o Sul do país.

SR. JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES: E, além disso, Ministro, ela ainda chega no alto Araguaia, vai ficar fácil puxar os ramais do Mato Grosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Exatamente. Com a palavra o Senador Jayme Campos, agradecendo a participação do Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, ilustre Ministro Alfredo Nascimento. Deputado hoje, Presidente da Valec, José Francisco das Neves, demais Senadores. Eu serei muito rápido e objetivo na minha pergunta, porque eu sou relator de uma matéria na Comissão de Desenvolvimento Regional, mas eu não poderia, jamais, deixar de trazer aqui um abraço à sua pessoa, ao Ministro, até pelo carinho e respeito e admiração que eu tenho a V. Ex^a.

Todavia, aproveitando a oportunidade, eu acho que é um momento impar nós estarmos vivenciando na Comissão da Infra-Estrutura, na medida em que após a apresentação da Rodovia, confesso que eu estou invejoso aqui do Estado de Tocantins e do Estado de Goiás, entretanto, eu quero fazer objetivamente algumas perguntas, bem objetivas. Primeiro: em relação a nossa Ferronorte, tão sonhada a Ferronorte que é a ferrovia Vicente Vuolo que já chegou algum tempo até a cidade de Alto Araguaia e por ali parou.

Como os senhores sabem perfeitamente, o sonho nosso mato-grossense é que essa ferrovia chegue até Cuiabá. É um sonho dos primeiros Bandeirantes que chegou naquele Estado e, no entanto, esse sonho não foi realizado. Eu faço uma pergunta as Vs. Ex^{as}., se finalmente essa ferrovia vai chegar um dia a Cuiabá, o primeiro passo chegar a Rondonópolis, que nós sabemos perfeitamente e, depois, nós prosseguimos em direção a Cuiabá e, se possível, com um ramal para Santarém e um ramal para o Estado da Rondônia.

Por outro lado Presidente José Francisco, há pouco tempo atrás, tivemos aqui uma Audiência Pública com o Presidente da NTT, Dr. José Alexandre e com o Dr. Gregório em relação ao ramal setentrional que é um estudo que está sendo feito para Fundação da Universidade Federal de Santa Catarina, um levantamento e diagnóstico em relação há economia dessa região que poderia ser atingida e, se fosse viável, através de uma PPP que iria de Miracema, subindo por Araguaia, cortando a região de Vila Rica, Porto Alegre no Norte, em direção ao Norte do Mato Grosso, ou seja, fechando na BR 163, especificamente ali na região mais ou menos de Bofete e Nova Mutum é uma ferrovia muito importante para nós de Mato Grosso.

Segundo, aproveitando até a oportunidade com a presença do Ministro, em relação às obras da BR 158, está paralisado. V. Ex^a. tem conhecimento, também é um sonho nosso para nós interligarmos ali com aquela região Pará, sobretudo, com Santana do Araguaia saindo pela Belém Brasília, que é um BR que também tem 20 anos, iniciando e parando e, finalmente, até hoje não chegou a lugar nenhum.

Por outro lado Sr. Ministro, V. Ex^a. também tem conhecimento de um outro sonho de todos nós mato-grossenses e os paraenses do Sul do Pará, especialmente aqui ao lado do nosso querido Senador Flexa Ribeiro, que é o início da tão sonhada BR 163, ou seja, que as obras hoje estão paralisadas, a questão do impacto ambiental, etc, que o nem o Estado de Mato Grosso não fechou. O senhor tem conhecimento faltando ainda 50 a 53 quilômetros e o prosseguimento dela em direção ao Pará, sobretudo, o Estado de Santarém.

Eu faço essas perguntas a V. Ex^a. até porque, algumas pessoas de Mato Grosso tiveram conhecimento da presença de V. Ex^a. hoje nesta Comissão e falou: "Senador Jayme Campos questiona o Senador, o Presidente, o Ministro, para ver essa tão sonhada BR 163, a 158, a Ferronorte se vai para Rondonópolis, se não vai ou se nós vamos continuar reclamando, sonhando mais 200 anos, como nós sonhamos, se tem fundamento se vai sair se não vai". É aquela velha história, o pessoal lá já está quase aquele sonho que tinha descreditado.

Para nós, politicamente falando, seria de bom alvitre se Vs. Ex^{as} tinham capacidade de dar essa informação precisa para que nós transmitíssemos ao povo mato-grossense. Eu fico muito grato, Sr. Presidente, pela oportunidade ao Ministro e ao José Francisco. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ao Ministro Alfredo para a resposta e, depois, o Dr. José Francisco.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: Senador Jayme Campos, meu amigo Senador Jayme Campos o primeiro assunto. Ferronorte, essa Rodovia tem uma série de problemas na sua concepção de origem. É uma concessão que em função dos acordos que foram feitos seguidamente é uma concessão de 90 anos. Meio esdrúxulo e meio absurdo, mas é de 90 e o que se verifica? Se chega a Alto Araguaia e a concessionária não tem interesse até porque não foi provocada para isso e fez um contrato com o Governo em que ficou estabelecido que ela é que definiria quando e de que forma fazer os investimentos nessa concessão.

Ela não tem hoje nenhum interesse em fazer esses investimentos, porque ela tem carga garantida em Alto Araguaia, a produção de Rondonópolis, de outros municípios, chega por caminhão encarecendo, portanto, o custo do transporte, encarecendo, portanto, para o empresário, para aquela pessoa que cujo produto a ser transportado em função de utilizar esse trecho de 200 e poucos quilômetros de Rondonópolis a Araguaia de caminhão.

A construção dessa ferrovia não deve acrescentar carga à concessionária, porque essa carga ela recebe em Alto Araguaia, cabendo ao produtor o custo por esse transporte que é feito por Rodovia. Nós já tomamos algumas providências. Primeiro: nós vamos corrigir isso, já foi dado um prazo, já entrei em contato com a ANTT e estabeleci um prazo para que seja apresentado em 90 dias um projeto, porque existe o projeto. Segundo: eu fui informado, pela própria concessionária e a decisão do Governo. A decisão do Governo é fazer esse trecho ainda do Governo do Presidente Lula de Alto Araguaia a Rondonópolis. É decisão de Governo ou a concessionária faz ou o Governo toma a responsabilidade de fazer.

E já mandei também que a Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes analisasse esse contrato que foi firmado com essa concessionária. A primeira boa notícia é que nós vamos executar a obra, nós vamos obrigar a concessionária a executar esse trecho entre Rondonópolis e Alto Araguaia. Em relação a BR 163, aliás, o Mato Grosso, eu ontem dizia lá para os meus Assessores que Mato Grosso tem muitos problemas para a gente resolver, mas nós vamos resolvê-los, esse caso da Ferronorte, portanto, é esse o esclarecimento que eu queria prestar para V. Ex^a. e posso afirmar que nós vamos executar esse trecho de Rodovia. A concessionária vai ter que executar sob pena de perder a concessão.

Em relação a 163. A 163 no trecho de 50 e poucos quilômetros já lá do Mato Grosso tem problemas, está no Tribunal de Contas da União. Nós esperávamos o

Governo do Estado, responsável pela execução da obra, entrou com documentos comprovando ou respondendo as alegações feitas pelo Tribunal de Contas, nós esperávamos que entrasse na pauta de julgamento ontem, mas, infelizmente, não entrou e a nossa expectativa é que na próxima reunião o Tribunal faça o julgamento da defesa apresentada pelo Governo do Estado as possíveis irregularidades apontadas.

Em relação ao restante da obra para chegar lá no nosso Pará. Existe uma licitação feita para esse trecho no Estado do Pará de cerca de 700 quilômetros feita ainda pelo Governo do Estado do Pará, 15 anos atrás aproximadamente, vinte anos atrás. E o que nós estamos fazendo? Nós, ontem, visitamos o Tribunal de Contas, porque nós queremos aproveitar essa licitação que é um consórcio é detentor dessa licitação, até porque dizer que não vai usar, porque a Rodovia ela foi licitada como Rodovia do tipo quatro. O nosso projeto hoje é de Rodovia do tipo dois, que é uma Rodovia com maior capacidade de receber peso, com um acostamento maior, com mais segurança, é uma Rodovia mais cara e de melhor padrão.

Essas adaptações ser feitas, o dinheiro licitado não daria para executar toda a obra. Nós estivemos no Tribunal de Contas ontem, discutindo preliminarmente esse assunto, porque nós estamos concluindo até outubro as adaptações desse projeto e nós esperamos concluído o projeto tentar aproveitar essa licitação que existe, porque existe uma licitação que daria para nós executarmos cerca de 350 e quilômetros e nós faríamos a licitação dos outros 350 quilômetros. Mas o projeto executivo será concluído a sua recuperação, a sua adaptação a esse novo padrão de Rodovia agora no final do mês de outubro.

Um outro trecho lá no Estado do Pará, cerca de 120 quilômetros, o Exército iniciou a obra eu devo, inclusive, visitar o seu Estado no dia 05, confiro convidá-lo e depois eu vou fazer isso também por telefone, porque é importante que V. Ex^a. participe e verifique o que nós estamos fazendo lá na 163 e nós vamos visitar a Transamazônica uma obra tão sonhada é que finalmente nós conseguimos tirar do papel e iniciar a obra de asfaltamento do trecho entre Medicilândia e... Isso. Eu vou entrar em contato com V. Ex^a. e convidá-lo para lá, isso em relação a 163 a nossa expectativa é que resolva isso no Tribunal, para que a gente retome a obra. Resolvido os problemas de o Tribunal aceitar o que Governo do Estado faça a obra ou do tipo dois ou do tipo quatro, o que precisa é ser feita à obra.

São 50 quilômetros, se você considerar que todo o trecho da Rodovia no Estado do Mato Grosso é do tipo quatro, se o Governo iniciou esse processo como Rodovia do tipo quatro, eu já disse, inclusive, para o

Secretário de Transporte lá do Estado que nós vamos aceitar que ela seja executada dessa forma, o que não pode é continuar parada e nesse trecho mais utilizado a gente não tenha essa Rodovia concluída. [soa a campainha]

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Só uma perguntinha aqui com relação a esse ramal setentrional que está sendo feito. O projeto, o diagnóstico na região pela Fundação da Universidade Federal de Santa Catarina, tem fundamento ou não tem fundamento?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Dr. José Francisco.

SR. JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES: A pergunta eu não entendi? Qual o ramal.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Quem contratou a Fundação ANTT, Agência Nacional de Transportes.

SR. JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES: Ah! Sim com relação aquele ramal?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Exato.

SR. JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES: Porque a ANTT que está cuidando desse assunto, a Valec nós estamos...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Não tem conhecimento.

SR. JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES: Não tem conhecimento.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Jayme Campos, antes da passar a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB. Eu gostaria de registrar com muita satisfação a presença entre nós do ex-Deputado Barbosa Neto, atual Secretário de Turismo do Governo do Estado de Goiás. Eu dou as boas-vindas a ele e a todos os demais convidados.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio Líder do PSDB.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito bem. Presidente, Ministro Alfredo, prezado Deputado Juquinha, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Antes da mais nada Ministro, eu me congratulo com V. Ex^a. pelo resultado do leilão de concessões. Considero que já passava da hora até. Eu sou completamente a favor de se privatizar tudo aquilo que seja comportável pelo mercado.

Final da contas, o Estado Brasileiro não tem recursos para fazer face as suas demandas no terreno da infra-estruturação do País, então não acabe o maniqueísmo ideológico, essa história de demonizar a privatização como se fosse uma coisa ruim e endeusar a

figura do Estado, o mamute do Estado gigantesco, como se fosse uma coisa boa. E a gente na vida houve muita coisa, a maior tolice que eu ouvi nos últimos tempos foi essa proposta de reestudar a reestatização da Vale do Rio Doce. Essa foi brincadeira, essa a minha filha de sete anos, de 12 anos, disse: "Papai eu não admito, isso é exagero, eu não admito isso, não dá".

Claro que é uma experiência, eu torço para que ela seja exitosa, o modelo foi de buscar a menor tarifa e não cobrar nada pela concessão, enfim. Eu espero que ele se revele eficiente, eu estou até propagando um pronunciamento bastante isento de adjetivos, procurei examinar mesmo o que vi e o que a minha Assessoria detectou, mas acho que foi um passo a frente, um passo realmente à frente. Nós não temos que ficar com preconceito e com pruridos ideológicos dos anos 50, quando nós sabemos que é na iniciativa privada que se vai buscar a possibilidade de investimento em portos, eu considero que foi um gesto muito positivo.

Em segundo lugar Ministro, eu que sou da região como V. Ex^a., e que sei das dificuldades, inclusive, em relação à questão ambiental no que respeita a BR 319 aqui deveria ligar Manaus a Porto Velho e, portanto, Manaus, o Amazonas ao País ao Brasil. Eu gostaria de saber a posição, em que pé estão as tratativas para serem resolvidas às questões ambientais, que eu participei de algumas discussões e vi que elas são intermináveis. Trata-se de uma obra feita de orelhada pelo regime militar, aquela história de tecnocrata decide sem nenhuma incursão na base, foi feita na marra, e uma obra delicada me parece não é uma estrada das mais consistentes, mas o fato é que o fato é a necessidade está posta, é uma demanda muito expressiva da sociedade do nosso Estado. Do Estado do Amazonas que a mim me concedeu e a V. Ex^a. igualmente o mandato de Senador para representarmos os interesses da economia e do povo daquela região. Eu gostaria de saber isso.

Também me parece que é uma situação bem menos complicada, bem menos difícil em que pé estão às obras para a plena recuperação da BR 174 e da estrada que liga Boca do Acre a... Parece que tem a parte da Acre, parece que está feita, o nosso parece que nem tanto, enfim. Outro dia eu fiz essa viagem ela é penosa, ela parece muito longa pelo desconforto que ela se acarreta, ela se transforma numa viagem longa e maçante e isso me refiro ao transporte de pessoas, quando a gente pensa em mercadorias e pensa no conjunto da economia, a gente vê que a coisa complica mais.

Mas são essas as colocações que eu tenho lhe fazer, e saudando o seu retorno a Casa, Casa que o acolheu muito mal bem, com muito respeito quando V.

Ex^a. aqui ingressou como Senador e que se regozijou com sua ida ao Ministério dos Transportes mais uma vez ao mesmo tempo em que lamentou a perda tão agradável e tão cotidiana do nosso convívio.

Obrigado a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Manifestação do Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sim. Eu gostaria de deixar um abraço ao meu colega de Congresso Dr. Juquinha e ao meu colega de Congresso e prezado amigo também o Barbosa Neto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Senador Arthur Virgílio e passo a palavra para as respostas ao Ministro Alfredo Nascimento.

Informo que nós temos três inscritos ainda Senadora Ideli Salvatti, Senador Flexa Ribeiro e a Senadora Lúcia Vânia, após essas inscrições, nós vamos encerrar essa sessão. Com a palavra o Ministro Alfredo.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: O Senador Arthur Neto é certamente para nós amazonenses o orgulho pelo seu desempenho como Parlamentar e por tão bem representar o nosso Estado no Senado Federal pelo destaque que dá à política nacional. E como diz o meu companheiro de Partido Senador Maguito Vilela, grande orador, ele quando está comigo ele sempre diz isso: "Eu gosto de ver o Senador Arthur falar".

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Isso prova que o orador é ele viu? O orador é ele, não sou eu não.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: Meu caro Senador Arthur Virgílio. Em relação a BR 319, uma obra extremamente complicada. Ela foi construída fora dos padrões exigidos para os dias atuais, que havia sido licitada pelo Governo do Estado na época e, esses contratos, foram repassados para o Ministério dos Transportes, várias irregularidades detectadas pelo Tribunal de Contas. Mas recentemente um dos lotes dessa Rodovia que é uma Rodovia de 858 quilômetros que liga Manaus a Porto Velho integrando, portanto, a capital da Amazonas, o Estado do Amazonas ao resto do País, Manaus é uma cidade isolada do resto do País por Rodovia.

E nós tomamos as seguintes providências. Primeiro: que a parte central da Rodovia, a Rodovia lá vai ter que ser refeita, ela está sendo refeita. Ela está sendo refeita. A parte central da Rodovia tinha sérios problemas com licenciamento ambiental. Nós contratamos a Universidade do Amazonas, a Universidade do Amazonas está executando o earrima e entrega no

mês de dezembro o earrima concluído para esse trecho exigido pelos órgãos do meio ambiente.

Os extremos da rodovia de Manaus, lá do Castanho até o quilômetro 380, a obra está em andamento e está sendo executada pelo Exército. O Exército foi contratado para executar esse trecho e está sendo também executado pelo Exército o trecho entre Humaitá e Porto Velho, cerca de 200 e poucos quilômetros nesse outro trecho.

O Exército está trabalhando nesse momento na Rodovia com três batalhões de Engenharia. A expectativa é até o final do ano eles tenham concluído 15 quilômetros nesse trecho, primeiro saindo de Manaus e mais trinta quilômetros no outro trecho entre Humaitá e Porto Velho, 45 quilômetros entre 45 e 50 quilômetros concluídos até o final do ano pelo Exército. A parte central da Rodovia, deve ser iniciada a obra após as chuvas e o Exército deve deslocar para lá mais dois batalhões de Engenharia, porque o Ministério dos Transportes também está colocando o Exército para executar esse trecho.

É uma obra e V. Ex^a. conhece bem, mas os Senadores que não conhecem essa nossa região é uma obra muito difícil de ser executada. Ela foi executada em um padrão já ultrapassado, a Rodovia tem sérios problemas, mas ela está sendo construída dentro dos padrões atuais de exigências. É uma rodovia que terá capacidade ao ser concluída, para 45 toneladas, o que vai permitir o transporte em carreta dos nossos produtos lá da zona franca da Manaus. Além do mais, nesses 858 quilômetros nós vamos construir 28 pontes. Destas três grandes pontes, o Exército já iniciou a construção de duas delas, dessas grandes pontes que é no Rio Tupana, Rio Castanho e Igapuaçu, que somadas a essas três pontes, representam cerca de 1100 metros de construção, além da ponte do Rio Madeira, da ligação entre Manaus com Porto Velho que já está contratada está licitada e deve ser iniciada no próximo ano.

A execução da obra está sob controle. A obra está no PAC, tem o recurso, o Exército está contratado para executar e está trabalhando onde pode trabalhar e o earrima será concluído no mês de dezembro pela Universidade da Amazonas, após as chuvas, nós vamos iniciar com o Exército com mais dois batalhões de Engenharia esse trecho central da Rodovia. A nossa expectativa que essa obra que está no PAC, que soma mais de um bilhão de reais, ela seja concluída até 2010.

Em relação a BR 174 que está bastante estragada, porque não recebeu a manutenção que deveria receber ao longo dos tempos, nós agora fizemos a contratação de empresas para fazer a restauração, a

recuperação para dar trafegabilidade no trecho entre Manaus e Manaus e Pacaraima em Roraima em Roraima. Eu, inclusive, visitei o trecho entre Manaus e Presidente Figueiredo que estava em condições muito ruins e já pude ver que até Presidente Figueiredo a condição de trafegabilidade é muito boa, a empresa nova que já foi contratada está trabalhando muito bem e nós devemos chegar ao limite com Roraima até o final de novembro, antes das chuvas chegarem para valer com essa Rodovia totalmente recuperada.

A boa notícia Senador Arthur Virgílio, é que nós estamos contratando um projeto executivo para nós recuperarmos, restauramos toda a BR 174 de Manaus até Pacaraima e no trecho entre Manaus e Presidente Figueiredo, onde existe um fluxo de veículo muito grande em função de Presidente Figueiredo ser uma cidade muito voltada para o turismo. O material utilizado pelos amazonenses, especialmente, nós vamos fazer uma obra diferente com terceira faixa, melhorando a segurança da estrada, porque é uma estrada que foi construída sem acostamento e, portanto, suscetível a tantos acidentes que ocorrem no final de semana.

Em relação a BR 319 que liga Boca do Acre ao Acre, a 317 que liga Boca do Acre ao limite com o Acre, à parte do Acre já está sendo feita. Nós temos problema de licenciamento ambiental, já contratei também o earrima que está sentado executado. A nossa expectativa, a obra está licitada, tem empresa ganhadora e a expectativa é que antes do encerramento do período de chuvas no mês de junho, julho esse estudo tenha sido concluído e nós possamos iniciar esses 98 quilômetros que falta para integrar o Amazonas por Boca do Acre até o Acre, pela BR 317, a gente possa iniciar essa obra do segundo semestre no período de verão do ano que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Ministro Alfredo pelas respostas ao Senador Arthur Virgílio. Registros com muito prazer e convivo, inclusive, para sentar a mesa caso queira o nosso ilustre ex-Presidente da República e idealizador principal desse sonho, dessa utopia que está se tornando realidade, a rodovia Norte-Sul. Agradeço muito gentilmente. A gentileza, a presteza de V. Ex^a. em aqui comparecer para participar dessa cerimônia, dessa sessão histórica.

Eu liguei ao Presidente Sarney agora de manhã e ele prontamente aquiesceu ao convite para estar aqui conosco com o Ministro Dr. José Francisco, para prestigiar essa sessão tão importante para a definitiva viabilização desse projeto. O Ministro já adiantou aqui em conjunto com o Presidente da Valec Dr. José Francisco, a ampliação do projeto original idealizado por V. Ex^a. Eu acho que será de bom alvitre que eles

novamente toquem no assunto, porque efetivamente com essa providência a ferrovia Norte-Sul, cumpre aquele desiderato, aquele sonho de V. Ex^a. de ser uma ferrovia, se transformar em uma ferrovia de integração nacional.

Agradeço muito a presença de V. Ex^a. e, caso V. Ex^a. se interesse, está convidado para compor a Mesa ou para utilizar a palavra, usar da palavra. Muito obrigado.

SENADOR JOSÉ SARNEY (PMDB-AP): Muito obrigado a V. Ex^a. Eu desejo agradecer suas palavras e, ao mesmo tempo, dizer que estou aqui pelo tema e também para homenagear a V. Ex^a. que teve a delicadeza de convidar-me. E a preocupação sua aqui na Comissão por esse assunto que eu acho que é de interesse nacional e que se nós já tivéssemos concluído a Norte-Sul, realmente o Brasil teria outra configuração hoje. Muito obrigado a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Presidente Sarney. Eu queria cumprimentar aqui mais uma vez ao Deputado Barbosa Neto que foi Coordenador da frente durante algum tempo pela construção da ferrovia Norte-Sul. Agradecer presença do líder, Deputado Sandro Mabel. E lembrar a V. Ex^a. algo que já até havia confidenciado aqui há 20 anos atrás quando V. Ex^a. foi a Porangatu para fazer o lançamento da ferrovia Norte-Sul em Goiás eu ainda era um pouco mais jovem e fui um dos coordenadores da mobilização para que a gente pudesse ter lá vinte a trinta mil pessoas, fazendo a recepção a V. Ex^a.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem com a palavra a ilustre Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de pedir aos meus colegas, que me dessem a frente para que eu pudesse apenas cumprimentar os expositores, uma vez que tenho que abrir a Comissão de Envolvimento Regional e o pessoal já está esperando. Se houver a que aquiescência dos meus pares, eu agradeço.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com certeza, Senadora Lúcia Vânia, eu sou a próxima e já está garantida a...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a aquiescência da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Flexa Ribeiro, eu tenho a honra de conceder a palavra a ilustre Senadora goiana Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Presidente da Valec, companheiro e amigo Juquinha, eu quero cumprimentar. Primeiro trazer também um abraço ao presido Sarney, dizer que todos nós goianos temos por ele um apresso muito grande em função da sua luta em favor da ferrovia Norte-Sul, portanto, é sobre um motivo de alegria tê-lo conosco, em um momento como esse.

Eu quero cumprimentar o Ministro e dizer ao Ministro que nós goianos estamos profundamente agradecidos com a conclusão da duplicação da BR 060, uma estrada muito, uma Rodovia muito importante para o nosso Estado e também o início da duplicação da BR 070 já começando em Águas Lindas, estive lá a semana passada e já pude ver a movimentação que é uma movimentação intensa lá na região. É sem dúvida nenhuma, uma Rodovia que trouxe grande alento à população de Águas Lindas.

Eu quero cumprimentar também o Juquinha e dizer para ele que as perguntas que eu gostaria de fazer já foram feitas aqui pelo Senador Marconi Perillo. Eu pude ouvir as respostas pela Rádio Senado e dizer da nossa alegria em tê-lo aqui com a gente, em tê-lo principalmente à frente Valec onde V. S^a. tem exercido um trabalho muito importante e nós goianos nos sentimos representados na sua gestão. Portanto, agradeço, cumprimento, desejo sucesso nessa empreitada e, principalmente, sucesso na conclusão do trecho da ferrovia Norte-Sul no Estado de Tocantins e que o nosso trecho seja também visto com muita atenção e eu sei que V. S^a. tem feito um trabalho muito grande e tanto feito um esforço muito grande para mostrar durante a sua gestão que o trecho goiano será implementado o mais breve possível.

Portanto, deixo o meu abraço, os meus cumprimentos e a minha alegria da vê-los aqui estendendo esses cumprimentos ao Presidente da nossa Comissão, o ex-Governador, hoje Senador Marconi Perillo, que sem dúvida nenhuma tem presidido essa Comissão com grande arrojo, tem trazido aqui a essa Comissão debates importantíssimos não só para a nossa região, como também para o Brasil como um todo.

Deixo aqui os meus cumprimentos, portanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece a ilustre presença da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional bem como a sua contribuição a esse debate.

Concedo a palavra ao Ministro Alfredo Nascimento para suas considerações em relação ao Presidente Sarney, em relação à Senadora Lúcia Vânia. Depois ao Dr. José Francisco das Neves.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: Presidente Sarney é um prazer muito grande em revê-lo. Eu dizia aqui na minha apresentação da minha alegria em poder dizer de público das injustiças que V. Ex^a. recebeu, das ofensas que V. Ex^a. recebeu, quando enxergou que o desenvolvimento do País, a integração do País, o crescimento do País, passaria pela construção da ferrovia Norte-Sul.

Exatamente no momento em que o País valoriza em demasia a construção de rodovias, V. Ex^a. teve a visão de que colocar o Brasil nos trilhos de optar por um modal de transporte que é comprovadamente mais barato, que integra mais, que dá mais competitividade e que desenvolve melhor os Países que fazem esse tipo de opção. E a boa notícia que o Presidente Sarney trouxe hoje para essa Comissão, é que o seu projeto original, do nosso entendimento, é um projeto belíssimo e inteligente, e está garantida a sua conclusão.

Nós como Governo Federal, eu fiz a demonstração dos investimentos e este ano nós investimentos, vamos investir, até o final do ano mais de 400 milhões só na ferrovia Norte-Sul e, mesmo assim, nós levaríamos muito tempo para construí-los e nós utilizamos um jeitinho brasileiro, uma vez que essa concessão já pertencia a uma empresa pública, a Valec.

Nós fizemos o leilão de uma subconcessão no dia 03 de outubro, nós fechamos esse leilão feito na Bolsa de São Paulo. E a Companhia Vale do Rio Doce, comprou essa concessão por 1 bilhão 478 milhões, o que dá garantias para nós chegamos até 2009, no segundo semestre de 2009, em Palmas, em Tocantins, e iniciemos as obras entre Anápolis e Uruaçu cerca de 280 quilômetros, já agora a ordem do serviço vai ser dada em janeiro, março, abril a obra vai estar a todo vapor em Goiás, utilizando a mão-de-obra de aproximadamente cinco mil pessoas.

Eu disse aqui também que recebi o Governador Marcel Miranda, lá de Tocantins, ele estava entusiasmadíssimo com o que ele está vendo na execução da ferrovia, sete mil homens trabalhando, um verdadeiro formigueiro. E a boa notícia é aumentarmos esse projeto, integrar verdadeiramente esse projeto ao resto do País, fazendo essa ferrovia sair de Anápolis e chegar a Santa Fé do Sul, lá em São Paulo integrando o Porto de Santos, o Rio de Janeiro, ao porto do Itaqui no Maranhão, tudo por ferrovia.

E como é que nós estamos fazendo isso? Como é que nós vamos fazer isso? Como a primeira subconcessão foi um sucesso, dentro do que nós esperávamos, nós contratamos um estudo de viabilidades econômicas que vai ser concluído em março desse ano, aliás, em março do ano que vem e, com base nesse estudo, nós pretendemos fazer a subconcessão tam-

bém desse trecho, nós vamos integrar mais de 4 mil quilômetros de ferrovia.

Nós estimamos arrecadar com mais essa subconcessão cerca de dois bilhões a dois bilhões e meio de reais. Nós integrar a MRS, a ALL e a Companhia Vale do Rio Doce nesse complexo todo de ferrovias, integrando verdadeiramente o País e Deus me dando a oportunidade de participar da realização, aquela época, desse seu sonho que, se Deus quiser, vai contribuir para o País ser um País melhor, mais justo e mais desenvolvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o ilustre Presidente da Valec.

SR. JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES: Senador Sarney, eu lembrei quando o Senador Marconi Perillo falou agora mesmo a respeito do encontro que nós tivemos, acho que em 1987 por aí, lá em Porangatu com a presença de V. Ex^a. como Presidente da República, dentro de um movimento preparado pelo nosso querido Governador Henrique Santilo, falecido hoje, mas que foi um grande amigo meu, me colocou na [inaudível] e eu pude realizar o sonho dele de eletrificar o Estado de Goiás e agora agradeço também, agradeço também a Deus por me colocar na Valec, estar presente na Valec, e poder realizar o sonho de V. Ex^a. que é concluir à ferrovia Norte-Sul.

Uma das cenas que eu jamais esquecerei na minha vida foi quando da visita lá antes da inauguração do trecho até Araguaína, em Arguanópolis que V. Ex^a. esteve presente junto com o Presidente Lula. Quando o Presidente reconheceu de público as críticas que faziam durante a sua gestão. Foi uma das cenas mais modestas que eu tive na minha vida e as lágrimas não só foi de V. Ex^a., mas também de todos que estavam presentes.

É importante viver e ver aquilo que está tudo acontecendo no nosso País, essa ferrovia o senhor já delineou da década de 80 e, agora, se Deus quiser, até 2010 esse sonho será realizado. Agradeço muito a Deus, as palavras de V. Ex^a. Agradeço também as palavras da Senadora de Goiás, Lúcia Vânia, por ter dito aí que a Valec está realizando esse trabalho que emociona até quem está conduzindo, é muito importante para a gente nesse momento. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com palavra o presidente Sarney.

SENADOR JOSÉ SARNEY (PMDB-AP): Sr. Presidente, Sr. Ministro, Dr. José Francisco, eu posso chamá-lo Juquinha que todos nós o conhecemos assim. Dizer que é uma grande emoção minha hoje

também ver aqui o reconhecimento que o País inteiro tem sobre a necessidade da Norte-Sul.

Porque naquela época foi muito difícil e eu quase que recordava também quando o Presidente Juscelino, 50 anos completa esse ano, abriu a Belém Brasília que era só um ninhão, que dizia que era a estrada das onças, essa da Norte-Sul, a afirmação era outra, era que ligava nada a coisa nenhuma, não é?

Mas, hoje todos nós reconhecemos no Brasil inteiro a importância que não só da ferrovia Norte-Sul, como da necessidade da mudança da matriz, quer dizer, de transporte do Brasil. Porque se as estradas de ferro foi o transporte do passado, que realmente foi há alavanca do comércio, que se fez no mundo inteiro, os ingleses já no fim do século XIX cortaram a Índia toda com estradas de ferro. No princípio do século XX e até hoje a Índia só funciona através daquela malha extraordinária com seu bilhão de habitantes, mas de um bilhão através das estradas de ferro.

Elas todas tiveram um declínio com a entrada dos grandes avanços tecnológicos na área rodoviária, mas hoje todo mundo está crente e certo e todos dizem que a Estrada de ferro vai ser o transporte do futuro, se ela foi do passado, ela agora será do futuro. Já hoje também com as novas tecnologias induzidas nesse setor. Com os trens de alta velocidade que transformam as estradas de ferro quase em esteiras rolantes de que grandes comboios eles levam como ocorre já hoje com a Vale do Rio Doce, que graças a isso, pode competir internacionalmente e transformar-se na primeira mineradora mundial.

Naquele tempo que foi construída e, também no Brasil, era impossível só uma companhia estatal, porque não havia viabilidade nenhuma, ninguém faria uma mina de ferro a 900 quilômetros do mar, sem porto definido, era realmente um gesto de crença no Brasil do futuro. No entanto, foi possível porque desde que a logística fez a Estrada de ferro com essa estrada altamente moderna, uma esteira rolante e um porto também de grande capacidade para navio de 400 mil toneladas, foi possível que se explorasse essa mina e, ao mesmo tempo, transformasse o minério de ferro hoje, que aquela época eram seis dólares a tonelada, hoje ele está passando quase chegando a 60 dólares a tonelada.

Naquele tempo, a idéia que realmente presidia, era nós termos uma estrada Norte-Sul e uma estrada Leste Oeste e essa estrada também aquele tempo nós fizemos o edital que foi vencido pelo Olacir Moraes que construiu um trecho já hoje prossegue e vai até São Paulo, mas nós ficaremos muito mais no dia em que a Norte-Sul se interligar com essa outra estrada que está no plano aí.

E quero louvar o nosso Presidente da Valec, quando ele entrou, ele vestiu a camisa da Norte-Sul, lutou. Eu passei por esses momentos junto com ele de angústias e queria-se acabar, chegaram a colocar extinguindo a Valec, era uma coisa que... Nós tivemos uma fase muito difícil, que ele teve que viver e que sobreviveu, graças há obstinação com que um grupo à frente do qual estava ele e também agradecer solidariedade da Bancada de Goiás de Tocantins de toda a Bancada do Centro-Oeste que nunca deixou que essa bandeira morresse sempre se falava, Norte e Sul, Norte e Sul e não deixamos que ela morresse. E agora nós estamos vendo essa integração que rodoviária também já que se tem a integração energética que pode vir do Itaqui até o Porto de Santos, o porto do Rio de Janeiro.

Eu não tenho dúvida que o dia que isso acontecer, o Brasil será outro. Esses cerrados aqui com seus 70 milhões de hectares a disposição constitui uma área do mundo que não existe nessa condição tão perto, com o regime de chuva definido e, no momento, topografia também absolutamente, podendo aproveitar para a agricultura, não existe e nós teremos oportunidade de o Brasil ter, só falta haver um transporte dessa natureza.

Até porque se sabe, hoje, que as estradas de ferro elas tornam econômico em um transporte intermodal a ligação com as estradas rodoviárias até de 500 quilômetros de cada lado, que significa que ela tem um alcance, um raio de mil quilômetros, ela pode funcionar drenando toda a produção que se estabelecer em uma região dessa natureza. A minha função é a de louvar o trabalho que está sendo feito pela Norte-Sul e ao mesmo tempo dizer que eu me sinto muito feliz.

Talvez, já com a idade que tenho daqui, não se faz infra-estrutura com poucos anos, não esteja mais aqui para andar em um trem saindo do Itaqui até o Porto de Santos, mas estarei lá batendo palmas para os passageiros. Se for até 2010, eu espero que o Criador seja generoso. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E agradeço à presença, a participação e a manifestação do idealizador da Norte-Sul, o nosso conferido Senador e Presidente Sarney. Muito obrigado pela presença do senhor.

Com a palavra Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito obrigado Sr. Presidente. Eu quero inicialmente cumprimentar já que todo mundo chamou de Juquinha, eu vou chamar de Juquinha também viu, já adotei a intimidade, o Diretor da Valec, eu quero cumprimentar o nosso colega, Senador Ministro Alfredo Nascimento que está muito feliz, eu imagino, com os resultados e

com o andamento das obras, depois, até do elogio do Senador Eduardo Azeredo, que está satisfeito com o andamento da 040 em Minas.

Eu queria cumprimentar e saudar a Comissão de Infra-Estrutura pela realização desta audiência. Eu queria porque é o seguinte, a Audiência é para tratar da ferrovia Norte-Sul. Está obra fantástica, acho que todos os elogios devidos e merecidos ao Presidente Senador Sarney por ter tido esta visão, esta idéia, eu diria até esta tenacidade em levar à frente esta ferrovia tão importante para o desenvolvimento do nosso País, mas a minha pergunta, como eu sou lá do Sul mesmo, lá de Santa Catarina.

O que eu quero entender é como é que vai ser esta ferrovia Norte-Sul mesmo ligando com a estrutura lá, porque lá em Santa Catarina só chega a ALL, a ALL chega no nosso porto de São Francisco e o Ministério dos Transportes está, inclusive, agora abrindo o processo licitatório para a elaboração do projeto de engenharia da ferrovia litorânea, em Santa Catarina, que vai ligar o porto de São Francisco, Itajaí e Imbituba ligando a malha operada pela ALL.

Eu gostaria de entender, porque quando falam que vai ligar os portos do Rio de Janeiro e de Santos com o porto de Itaquí e, aqui foi dito que é ligar os portos do Sul. Porto de Santos e porto de Rio de Janeiro não são portos do Sul, são portos do Sul, são portos do Sudeste.

Portos do Sul, pois é, mas portos do Sul e Santa Catarina está tendo um desenvolvimento portuário fantástico. Nós estamos atualmente, o pessoal não gosta muito daquela história nunca antes, mas é a primeira vez que Santa Catarina, está com obras nos quatro portos, São Francisco Itajaí, Laguna e Imbituba e com essa questão da ferrovia litorânea para nós é muito importante que a gente tenha clareza desta interligação toda, para que efetivamente todo este desenvolvimento portuário que, com muitos investimentos, inclusive, privados por conta dos investimentos que o Governo Federal tem feito lá nos portos, está se envolvendo muito.

A minha pergunta Ministro e Dr. Juquinha como é que a ferrovia Norte-Sul vai ser mesmo Sul, vai chegar nessa interligação ali com a ALL. Eu gostaria ainda, Presidente, se o senhor me permite, aproveitando a vinda do Presidente, do Ministro Alfredo Nascimento, porque há uma demanda de novas concessões ferroviárias. Lá em Santa Catarina nós estamos, inclusive, trabalhando muito para retomar a ferrovia que nós já tivemos e deixamos de estar fazendo toda a ligação vindo desde Oeste do Estado até os portos para a gente poder escoar a nossa produção, principalmente da nossa Agroindústria que necessita cruzar todo o

Estado de Santa Catarina para chegar aos dois portos exportadores.

Está prevista a curto e médio prazo, a discussão de abertura de novas concessões e como é que o Ministério dos Transportes está pensando esta ampliação da malha ferroviária. E, por último, nós tivemos estamos tendo ainda uma grande repercussão com, inclusive, medidas adotadas pelo Tribunal de Contas da União na sequência do leilão das concessões rodoviárias, feitas na semana passada. E, inclusive, com é claro que os modelos são diferentes, as épocas são diferentes, eu já tive oportunidades, inclusive, de me reportar desta forma no Plenário na segunda-feira, mas eu tenho entendimento que a Comissão de Infra-Estrutura, Senador Marconi Perillo e precisamos ver se há acordo. Eu acho que valeria a pena, nós entrarmos nessa discussão da questão das concessões de Rodovias, pela diferença ocorrida, pelos modelos diferenciados, até porque, novas concessões vão estar sendo feitas pelo Governo Federal, por Governos Estaduais, inclusive, vi no noticiário que o próprio Governo do Estado de São Paulo já está pensando em alterar a taxa de retorno das próximas concessões.

Eu gostaria de fazer um pedido, uma solicitação, porque eu acho que valeria a pena dedicarmos, talvez, um próximo momento da Comissão de Infra-Estrutura para podermos debater com seriedade e responsabilidade estas questões que foram suscitadas a partir das concessões e dos leilões feitos a semana passada. E perspectivas que temos pelas medidas adotadas até pelo próprio Tribunal de Contas e das novas concessões que nós temos em vista. Tanto pelo Governo Federal e o Ministro Nascimento já anunciou que vai acelerar outras concessões de rodovias aí no curto espaço de tempo e nós temos medidas também sendo adotadas por governos estaduais.

Eu queria não é só uma pergunta para o Ministro Nascimento, mas é até para o próprio Presidente da Comissão, se não seria conveniente a Comissão dada toda essa discussão que foi pautada pelo resultado dos leilões, se nós não devíamos fazer uma Audiência Pública para tratar desse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora, considero absolutamente pertinente à colocação de V. Ex^a. Eu vou solicitar já a Assessoria que é da Comissão que prepare imediatamente em conjunto com a Assessoria de V. Ex^a. um requerimento que poderá ser da Presidência em parceria com a senhora para que a gente possa continuar o debate já iniciado aqui, atendendo o requerimento de V. Ex^a., de modo que é pertinente e nós vamos atender com muito prazer.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, inclusive, porque a Comissão, a meu pedido, já antes do leilão já havia realizado uma Audiência. Eu acho que seria dar continuidade a esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esse debate é da mais alta importância para o País.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nós vamos priorizá-la.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Muito obrigado a V. Ex^a. Com a palavra o ilustre Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB. Nós vamos concluir aqui a fase dos questionamentos, das perguntas e depois eu vou passar ao ilustre Ministro Alfredo Nascimento e ao ilustre Diretor da Valec, para que eles possam responder e fazer as considerações finais.

Asseguro a palavra ao Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Sr. Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, Sr. Diretor da Valec Dr. José Francisco das Neves, popular Juquinha, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

Sr. Ministro, eu queria inicialmente parabenizar o Presidente Sarney, o presidente Sarney sempre foi um homem de muita visão e esse foi mais um projeto de uma visão esplêndida, assim como teve o Presidente, o Juscelino Kubitschek já foi falado aqui no início pelo presidente que falou de Getúlio Vargas, que falou de Juscelino Kubitschek e de outros Presidentes que empreenderam obras integrando registro até então isoladas do nosso País. Essa ferrovia Norte-Sul é, sem dúvida, mais uma dessas obras integradoras de regiões subdesenvolvidas.

A minha preocupação, eu vou chegar mais tarde no meu Estado, que tem lá uma ferrovia saudosa de mais de cem anos, que não funciona mais, só para fins turísticos nas duas pontas em Porto Velho e Guajará-Mirim, mas eu vou falar logo mais no final da minha fala, eu acho que essa obra, sem dúvida, é muito importante. A minha preocupação é o monopólio.

Eu não, absolutamente nada contra, a Vale do Rio Doce. Eu acho que é uma aberração fechar uma Rodovia, uma ferrovia, uma hidrovía, como foi o caso de ontem na ferrovia lá do Pará também gerenciada pela Vale do Rio Doce. E uma ferrovia fechada, com certeza, vai deixar alguns trabalhadores sem trabalhar e causando prejuízo para uma empresa do porte da Vale do Rio Doce. Mas, a exemplo do que está

acontecendo em Minas Gerais e até no Pará, de que a Vale do Rio Doce detém a concessão das principais ferrovias do Brasil hoje.

Isso traz dificuldades para os pequenos. Nós tivemos há uns dois, três anos atrás, aqui na Liderança do PMDB, eu não era o líder ainda, mas foi chamada para uma reunião os Diretores da Vale do Rio Doce, lá estava o Roger Agnelli, que é o Presidente da Vale do Rio Doce, e dizendo que tinha realmente esses comentários que a Vale esmagava os pequenos, que a Vale monopolizava tudo, e se colocou a disposição que se tivesse alguma mineradora pequena que pudesse procurá-los, que eles tinham o maior prazer em ajudá-los.

Eu acho que isso não é verdade, o que eu tenho ouvido de reclamações em várias mineradoras pequenas em Minas Gerais, que não conseguem exportar seus produtos, porque a Vale detém praticamente o monopólio das ferrovias e dos portos, dos terminais portuários, onde embarcam minério de ferro. E agora a Vale entra na Norte-Sul, entra em Tocantins e entra em Goiás.

Eu conheço também empresários que possuem jazidas de minérios de ferro no Tocantins, em Colinas e Palmas e acho que até no Estado de Goiás e que já estão preocupados com a entrada da Vale do Rio Doce na ferrovia Norte-Sul, porque já estavam desenvolvendo alguns projetos, inclusive, de siderurgias, inclusive, de extração de minérios naquela região e que agora já estão meio assustados com a entrada da Vale do Rio Doce na ferrovia Norte-Sul.

Eu pergunto ao Juquinha, ao Diretor da Valec, ao Sr. Ministro Alfredo Nascimento, eu sei que existe um percentual, não sei se é de 20 ou 30%, que a empresa tem que abrir, mas abre, muitas vezes, para quem quer, ou para quem ela quer, não é para quem entrar, é para quem ela quer endereçar para empresas que não estão concorrendo com ela, essa é minha preocupação nesse setor da Norte e Sul.

E faço uma pergunta também ao Ministro e ao Diretor do Valec se existe algum projeto também de licitação ou de construção de uma ferrovia de Cuiabá a Porto Velho. Eu sei que já existe um projeto, eu tenho até na minha mesa, no meu gabinete, um volume de um projeto antigo, acho que de mais de 15, 20 anos que já existia um projeto para a construção de uma ferrovia de Cuiabá a Porto Velho. E que nós temos porto em Porto Velho que já tem dois terminais graneleiros, que vai soja do Mato Grosso e do Sul de Rondônia.

Eu vejo como uma ferrovia e ainda mais os produtos que vão para a zona franca de Manaus, 80% passam pela BR 364 em Rondônia, que sai de São Paulo e vai para Manaus, que pegam o Rio no porto

em Porto Velho e vão para Manaus, até Porto Velho poderiam ser transportados também integrando essas ferrovias que já existem no Brasil, hoje com a ferrovia de Cuiabá até Porto Velho.

Essa a minha fala, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o ilustre Senador Flexa Ribeiro, agradecendo a participação do líder Senador Valdir Raupp.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marconi Perillo, Ministro Alfredo Nascimento, nosso amigo, prazer em tê-lo aqui conosco nesta Audiência Pública, Dr. José Francisco das Neves, Diretor da Valec. Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. Em especial ao nosso Presidente, José Sarney, autor do projeto da Norte-Sul e também como conversava há pouco com ele, das ZEPs, se tivéssemos implantado esse dois projetos há mais tempo, com certeza, absoluta nós estaríamos em uma condição de desenvolvimento muito superior a que o Brasil hoje se encontra, principalmente nas regiões menos desenvolvidas, como é o caso do Norte da Amazônia, do Nordeste e do Centro Oeste.

Sr. Ministro, eu sei que o Pará vai ter a honra de recebê-lo dia 04 de novembro, vamos com o convite de V. Ex^a., eu estarei, terei a honra de acompanhá-lo, porque V. Ex^a. dará início ao asfaltamento da Transamazônica do trecho entre Medicilândia e Uruará, apesar de ter tido uma notícia na imprensa do Pará que seria apenas o início da recuperação da Transamazônica com o recurso da ordem de sete milhões. Eu achei que não mereceria a ida do Ministro para fazer só uma operação de recuperação de sete milhões.

V. Ex^a. hoje tira essa dúvida realmente para dar início a asfaltamento da Transamazônica, eu antes de falar sobre a Norte-Sul, já o Senador Jayme Campos fez referência às rodovias importantes também para o Estado do Pará, como a 58 e a 163. V. Ex^a. já o respondeu com relação as questão das dificuldades da 163 e que ela aproximadamente entrará em obras.

Eu estive na semana retrasada, trafegando pela 163, ali próximo da Jacareacanga e Itaituba e, realmente, a dificuldade é enorme. Os municípios estão completamente desprovidos de acesso para poder escoar a sua produção. Mas, o batalhão de Engenharia já está trabalhando e vamos acelerar para que a gente possa realmente concluir essas obras, que as obras que não são importantes, só para comparar são obras de integração e que são importantes para o Brasil.

A 163 vai ser um caminho de escoamento de toda a produção de grãos do Norte de Mato Grosso, que hoje tem que caminhar em sentido contrário, levando a sua produção para o Porto de Santos ou Paranaguá

congestionamentos as estradas brasileiras, trazendo custo elevado para sua manutenção. Eu quero parabenizar também, o sentido de que nós, o Brasil hoje começa a dar a atenção à questão da mudança do nosso perfil do transporte. Que concentrado em mais de 60% no sistema rodoviário deixa de lado o sistema ferroviário e hidroviário, Ministro.

Nós precisamos fazer implantar os sistema de hidrovias no Brasil. É o sistema de transportes mais barato que têm. Mais barato que o ferroviário e em relação a rodoviário nem se fala, a relação é realmente de diferença de custos muito importante. Nós poderíamos estar transportando a soja de Mato Grosso pela hidrovias Araguaia e Tocantins de custos reduzidos da ordem de 80 a 90 dólares por toneladas, para 30 a 40 dólares a tonelada. E uma vantagem adicional que nós fazemos conta do custo de saída dos produtos, e não falamos do acesso de insumos e de desenvolvimento que as hidrovias terão no caminho de interiorizar esses insumos, a soma dos dois torna imbatíveis o sistema e que eles não são competitivos.

Presidente Sarney, o importante é saber que os modais de transportes não competem entre si, eles se complementam, ninguém é contra a Rodovia, ninguém é contra a rodovia e não podemos ser contra a hidrovias. Porque os três sistemas integrados vão tornar esse Brasil tão competitivo a nível mundial que conseguirá chegar. Eu tenho certeza absoluta que é o futuro do Brasil um patamar de destaque mundial que ele merece pela sua capacidade e a sua grandiosidade em nível de produção.

Mas, a questão das rodovias V. Ex^a. já respondeu. Eu queria perguntar pontualmente sobre as eclusas de Tucuruí, ainda ontem, eu tive oportunidade de fazer um pronunciamento pela ordem no Plenário do Senado, porque fomos informados de que os movimentos dos sem-terra teriam interditado a ferrovia de Carajás e o movimento dos dessassistidos pelas barragens ou coisa assim, teriam invadido o canteiro de obras das eclusas e suspensos os trabalhos.

Quer dizer, a dificuldade que a gente tem de transformar em realidade da hidrovias pelo menos no trecho de Marabá a Belém, ainda temos que enfrentar as dificuldades da com relação às organizações da sociedade, que tem uma visão distorcida daquilo que pode vir a gerar empregos e rendas para que eles possam realmente ter [soa a campainha] dignidade no atendimento das suas famílias.

Eu gostaria de saber de V. Ex^a. como é que as obras das eclusas se encontram e qual a previsão de conclusão das mesmas, com relação à ferrovia Norte e Sul, eu quero iniciar lamentando Ministro Alfredo Nascimento, eu quando vi o mapa aqui, eu, Senador,

Presidente Sarney, o projeto de V. Ex^a. trazia um ramal que ligava Açailândia me parece a Belém e eu não vi mais esse projeto aqui. Eu não sei se ele desapareceu. se o mapa está curto. porque quando chega aqui no Pará, ele desaparece do mapa e isso me deixa muito preocupado.

Deixa-me preocupado porque ligar Belém a Barcarena que é um pólo industrial que tem uma capacidade de desenvolvimento enorme o Pará não pode ser esquecido da integração da Norte-Sul, que como já foi dito aqui, e eu quero parabenizar V. Ex^a. com a ligação, com o sistema rodoviário nacional, você vai poder fazer a ligação não só de Itaquí ao porto de Santos, mas de Barcarena e Belém ao Porto de Santos também, apenas um ramal que precisa ser feito e eu não vejo nem como proposta em torno de 300 a 400 quilômetros não é nada que possa...

Agora me preocupa, me preocupa, que a Vale do Rio Doce que está fazendo, adquirindo as concessões para fazer operar a Norte-Sul, ela não tem interesse de fazer um ramal para Belém, porque vai considerar como concorrente da ferrovia de Carajás e que não é um outro produto que vai ser transportado e para Barcarena. Eu perguntaria a V. Ex^a. pontualmente como é que está o ramal que liga a Açailândia a Belém e Barcarena, porque saiu. Eu li ali, tinha as legendas em construção, em licitação e em projetos. Não encontrei em nenhuma delas o ramal para Belém. Eu quero saber se esse ramal existe--

SR. JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES: Senador Flexa Ribeiro, esse ramal tem quantos quilômetros? Que ramal é uma coisa pequena.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): 300 quilômetros.

SR. JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES: Só isso?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só isso. Para Amazônia não é nada. Para a Amazônia, 300 quilômetros para a Amazônia correspondem, talvez, 300 metros no querido Estado do Sergipe. Não é? Em função das dimensões continentais da nossa região.

Eu gostaria de saber [soa a campainha] se o ramal continua em nível de projeto, de estudo, se ele vai ser feito, e eu acredito, Senador Marconi Perillo, eu quero parabenizá-lo por esta Audiência Pública, e vou fazer um requerimento para que nós possamos fazer ampliando a Audiência com relação ao sistema ferroviário e hidroviário nacional, a malha, vamos discutir aqui na Comissão de Infra-Estrutura a malha ferroviária e hidroviária.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só para informar a V. Ex^a. já há

um requerimento de iniciativa do Senador Valdir Raupp, que poderá ser aglutinado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu teria a honra de associar-me ao Senador Valdir Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ao de V. Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para que a gente possa Ministro, ter uma visão do projeto a nível nacional, como é que nós vamos ligar e o Brasil em nível de malha ferroviária e da malha hidroviária. Mas me tranqüilize com relação à questão do ramal para Belém e, se possível, vamos fazer também uma licitação para que a iniciativa privada possa ter interesse na concessão que nós temos carga. Lá nós lá temos carga definida, vai haver interesse da iniciativa privada para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E agradeço ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para encerrar Presidente, quero aqui saudar o nosso Deputado Lúcio Vale, Deputado Federal do PR do Pará, que é lutador pela nossa causa junto com seu pai, o ex-Deputado e continua Deputado Nivaldo Vale que o Ministro Alfredo Nascimento tirou do PSDB. Nós demos por emprestado ele ao Ministro para que ele pudesse ir para o PR.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do ilustre Senador Flexa Ribeiro. Peço a compreensão dos ilustres Senadores inscritos no sentido de que sejam breves. À medida que eu tenho um compromisso pessoal com o Senador e Ministro Alfredo Nascimento, no sentido de terminar esta reunião na forma mais breve possível em virtude dos outros compromissos que ele tem. Ele teve muita gentileza em aquiescer ao nosso convite, assim como, o Dr. José Francisco, essa reunião começou as dez em ponto e nós gostaríamos, não prolongá-la mais, em virtude desses compromissos.

Com a palavra Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, do Conselho de Ética, que muito nos honra com sua presença nessa Comissão.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Presidente, Senador Marconi Perillo. Eu procurarei estar atento há sugestão de V. Ex^a., em ser muito breve na minha intervenção. Mas iniciaria cumprimentando V. Ex^a. pela iniciativa de provocar essa Audiência Pública, de um tema que diz respeito ao interesse nacional.

A antevisão do Presidente Sarney, que iniciou no seu mandato essa proposta de alteração da matriz de transporte, um País de dimensão continental como é o Brasil, ela é inadiável. Eu tenho segurança que o Pre-

sidente, que desde quando começou a construção da ferrovia, ele tem, vem lutando para que ela se materializasse, deve estar como todos nós exultantes com essa possibilidade da essa construção estar sendo desenvolvido no ritmo tão acelerado como esta.

E agora com a presença da Vale do Rio Doce. Nós estamos seguros de que a construção da ferrovia Norte-Sul se agilizará da forma mais rápida ainda. Eu queria registrar, Ministro Alfredo Nascimento, os nossos cumprimentos a V. Ex^a. que tem responsabilidade de cuidar dessa área tão importante dos transportes deste País, lembrando que essa reivindicação do Senador Flexa, sobre a eclusa de Tucuruí, ela é fundamental para nós materializarmos essa matriz de transporte. Essa outra modalidade de transporte que nos interessa muito e, interessa muito ao País, porque a eclusa de Tucuruí e a eclusa de Lajeado viabilizarão a navegabilidade em uma região importante de mais de 2000 quilômetros, cerca de 2000 quilômetros do rio. E isso vem contribuir muito para esse planejamento do Governo Lula, de estimar o desenvolvimento econômico do País.

Eu gostaria de registrar meus cumprimentos também ao Dr. José Francisco das Neves, o nosso querido Juquinha, meu amigo de infância e dizer da minha alegria particular de vê-lo projetado nacionalmente e, imbuído, da responsabilidade muito grande de contribuir para essa mudança da matriz de transporte do País, tão fundamental para nosso processo de crescimento.

E dizer, Sr. Presidente, das nossas discussões aqui e na Comissão de Orçamento de que forma nós poderíamos contribuir, já que a Vale chegou com vários vagões repletos de meios para implementar a ferrovia, como é que ficará, se nós ainda precisaremos estar aportando recursos para que esse trecho da ferrovia seja complementado.

Nós estamos no primeiro plano até Araguaína, mas nós queremos que a ferrovia se integre ao sistema nacional e, possa, efetivamente, estar completada. Se haverá essa necessidade de nós estarmos aportando recurso ou se o sistema, esse modelo de concessão, se esse novo modelo de concessão vai transferir essa responsabilidade para a iniciativa privada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço ao Senador Leomar Quintanilha pela colaboração da hora, inclusive, em relação ao tempo. Concedo a palavra ao ilustre Senador Edison Lobão, do Estado do Maranhão, ex-Governador do Maranhão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Sr. Presidente, senhores Ministro, Sr. Diretor da Valec, Srs. Senadores. O Senador Flexa Ribeiro concluiu a

sua fala lamentando a demora, o atraso, na construção da ferrovia. Eu começo a minha por fazer semelhante lamúria, não me refiro a V. Ex^a. e nem ao atual Presidente da Valec, eu me refiro todos os governos ao longo da história desta ferrovia.

Essa ferrovia foi iniciada por determinação do Presidente José Sarney, depois de uma rara inspiração no que diz respeito há geração nacional pelas ferrovias. Do Presidente Sarney passou o Governo Collor, do Governo Collor o Governo Itamar, do Governo Itamar, depois governos do Fernando Henrique Cardoso e daí para dois governos do Presidente Lula e a ferrovia não se conclui.

Dir-se-á que não se concluiu em razão de dificuldades financeiras. Mas Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Diretor da Valec, dificuldades financeiras todos os Países atravessaram, por todos os tempos, esta é ou não é uma obra de alta prioridade? No meu entendimento é, não conheço, aliás, nenhuma outra obra que seja considerada tão importante no momento quanto a ferrovia Norte-Sul. Ela não é uma ferrovia que se complete no Estado do Maranhão, no Estado de Tocantins e no Estado de Goiás, ela terá que vir até Brasília para que aí sim, ela esteja interligada a todos os sistemas de ferrovia nacional, produzindo, inclusive, um abraço nacional ferroviário no instante que ela chegar a São Paulo e chegar às ferrovias do Nordeste por este caminho.

O Sr. Ministro e Sr. Diretor da Valec quanto custa esta ferrovia, de onde ela nasceu, até a sua conclusão segundo o projeto, não vai além de dois bilhões de dólares, dois bilhões de dólares é mais de vinte anos, isto não é para uma nação como Brasil. Uma de duas, a ferrovia tem de fato a importância que nós a ela estamos atribuindo ou não tem? Se tiver, devemos admitir que nós brasileiros temos sido um pouco lenientes no tratamento desta obra de tal magnitude, porque de outro modo, ela já deveria está concluída.

Nós nos regozijamos pelo fato dela ter sido concluída no Maranhão e um trecho considerado no Estado do Tocantins e estamos prevendo agora o outro trecho para sabe Deus quando. Eu não quero me alongar, até com o compromisso que assumi com o Presidente em ser rápido nas minhas considerações.

Eu quero apenas perguntar ao Ministro Alfredo Nascimento, tão competente no exercício de sua função transcendental de cuidar das vias de transporte neste País, e ao Diretor da Valec, em que pé se encontra o projeto inicial de um ramal para as balsas, que é um ramal que vai integrar a agricultura da soja em todo o Estado do Maranhão, para a exportação através do porto de São Luis. Havia também um ramal previsto no período anterior ao do Dr. José Neves, para

a Bahia e nós tínhamos também grande esperança nesse ramal.

O porto de São Luis é uma benção da natureza a este País é o porto mais próximo do mercado consumidor internacional e é o de águas mais profundas, portanto, em condições de receber todos os navios de qualquer porte.

No instante em que está ferrovia estiver concluída, toda esta mercadoria do Norte, do Sul e do Centro-Sul, poderá vir para o porto de São Luis e com o recebimento de cargas do exterior, em São Luis, para uma re-distribuição pelo País inteiro. Esta é a pergunta que faço ao Ministro e ao Diretor da Valec e a manifestação do meu constrangimento como maranhense e como brasileiro de não ter até agora participado da inauguração completa desta ferrovia.

Nós, definitivamente, negligenciamos um dever que era de todos nós homens públicos, que era com a construção da ferrovia Norte Sul. Muito obrigado Sr. Presidente.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a participação e manifestação do Senador e Governador Edison Lobão. Eu concedo a palavra ao último orador inscrito, o Senador amazonense João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Muito obrigado Sr. Presidente e Srs. Senadores. Eu não poderia deixar de vir aqui a essa Comissão, não sou membro da Comissão de Infra-Estrutura, mas penso que ela faz uma Audiência Pública importante, porque primeiro trata de uma obra estratégica para o nosso País do ponto de vista econômico, do ponto de vista da cultura, de nós mudarmos e assumirmos uma vocação para a ferrovia e ampliar, fazer um Brasil de ferrovias.

Começou isso no século XIX e parou por aí, mas saudar a iniciativa da Comissão de fazer essa Audiência Pública e me encontrar com o nosso Ministro Alfredo Nascimento que é um homem público de grande importância para nossa região. Eu quero dizer que nós temos poucos Ministros lá da Amazônia, isso para mim é emblemático, nós temos a Ministra Marina, uma região grande, uma região importante, e ele é um dos poucos Ministros da Região Amazônica, do ponto de vista do território é o maior território do País, da população nem tanto, nós temos 23 milhões de amazônidas ali, para nós da região é muito importante ter um Ministro da Amazônia participando de um Governo histórico, como é o Governo do Presidente Lula.

E nessa frente de rodovias, de ramais de recuperação, de abertura construção de pontes, de portos, eu penso que o Governo é um grande Governo, é um Governo histórico, é um Governo histórico. Nunca nós

tivemos tantas obras, tantas recuperações, tantas máquinas pelo interior desse imenso Brasil.

O Governo do Presidente Lula está de parabéns e vai marcar, sem dúvida alguma, vai marcar a história contemporânea como um Governo que enfrentou esse desafio de recuperar, abrir e de ousar como esta obra da Norte Sul. O meu desejo como brasileiro, como homem público e que a gente possa fazer, construir, concluir esta obra que ela é histórica, que ela é estratégica, que é a obra Norte-Sul.

Eu quero aqui fazer essa saudação obedecendo rigorosamente às recomendações do nosso Presidente Senador Marconi Perillo, de ser breve, fazer esta saudação e dizer da minha alegria como amazônida, como amazonense de ver um homem da Amazônia em um Ministério importante do nosso do Estado Brasileiro, tocar tantas obras. O nosso Ministro toca muitas obras. Evidente que ele, um Ministro de um Governo que tem esse compromisso, mas para nós é honroso, para nós do Amazonas ter um homem público do porte do Ministro Alfredo Nascimento nos enche de orgulho e que o Ministro continue com esse entusiasmo e fazendo história no Governo.

E fazer uma pergunta a BR 174, que liga Amazonas com Roraima que liga com a Venezuela. Nós sabemos que são muitas as reclamações dos usuários da BR, principalmente, do setor médio que hoje passa férias lá do Caribe, vai para a Venezuela, se tem alguma obra para esse ano da BR 174, se tem algum projeto do Ministério do Transporte, Ministro Alfredo, para esta BR tão importante ali no extremo Norte e que liga o Brasil com a Venezuela. Muito obrigado e parabéns pelos trabalhos que V. Ex^a. vem exercendo a frente do Governo e a frente do Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador João Pedro e passo ao Deputado Juquinha, Diretor da Valec, Dr. José Francisco das Neves para suas considerações finais, não sem antes agradecer-lo pela presença, pela exposição e pelo trabalho muito competente que está sendo realizado na direção da Valec. Com a palavra Dr. Juquinha.

SR. JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES: Eu gostaria de agradecer aqui o convite feito pelo Senador Marconi Perillo, para que a gente comparecesse aqui a essa Audiência Pública. E dizer que o Senador Sarney falou um pouco das dificuldades, não é Ministro? Só nós é que sabemos às dificuldades para chegar até no ponto que nós chegamos, foi muito difícil, mas apesar dos percalços, nós encontramos algo inédito nesse País, que é esse processo de fazer as subconcessões através de uma empresa pública.

Na verdade a gente tem uma PPP ao inverso, é uma PPP ao inverso, porque o privado, colocando o dinheiro no público e o público executando o serviço com uma velocidade jamais vista nesse País. Eu quero agradecer-lo Ministro pela sua presença no Ministério, as palavras do nosso Senador, elas contemplam o trabalho que V. Ex^a. vem dedicando há esse Ministério dos Transportes, vai ficar na história com toda certeza.

Eu quero agradecer também aos governadores do Tocantins, meu amigo Marcelo Miranda que foi um parceiro desde o início, desde toda as dificuldades como lutador por essa obra. Eu quero agradecer o Governador de Goiás, Dr. Alcides e também ao ex-Governador e agora Senador Marconi Perillo por todas suas ações que desde menino, que ele, a Norte-Sul já atinge pelo menos a metade da idade dele, ele passou sonhando e lutando com o nosso querido Governador Henrique Santillo para que esse querido sonho fosse realizado. E Deus me deu essa chance de poder tocar uma empresa e realizar todos esses sonhos juntamente com o meu querido Ministro Alfredo Nascimento. Muito obrigado e estarei sempre a disposição. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço carinhosamente as palavras do amigo Presidente da Valec, Dr. José Francisco da Neves, mais uma vez o parabenizo pelo trabalho e pelo idealismo em busca da concretização desse nosso sonho. Com a palavra, para as considerações finais, o nosso ilustre colega Senador e Ministro Alfredo Nascimento.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: Obrigado Senador Marconi Perillo. Primeiro a Senadora Ideli Salvatti. A integração da malha com essa subconcessão que nós deveremos fazer e só vamos poder definir isso a partir da conclusão de estudos de viabilidade econômica que nós contratamos e que serão concluídas em março, a integração da malha com o Sul do País é automática. Nós vamos integrar com essa subconcessão ligando Anápolis a Santa Fé em São Paulo, toda a malha ferroviária do Sul e Sudeste do País ao Norte do País, em Itaquí no Maranhão, essa a primeira resposta.

A segunda em relação há concessão. Se existirem trechos, em qualquer dos Estados, se existir interesse da iniciativa privada, o Ministério dos Transportes está aberto a receber e estudar e, existindo viabilidade técnica, nós colocaremos essa concessão em leilão.

Senador Valdir Raupp. Em relação ao monopólio levantado por V. Ex^a., eu também ouço essa reclamação e tenho essa preocupação, quando se faz uma licitação pública e é isso que fez o Ministério dos Transportes, através da Valec, era a concessionária dessa ferrovia, as empresas têm a possibilidade de participarem desse

leilão, no caso para arrematarmos esse trecho de 720 quilômetros, o que foi feito pela Vale. Com essa nova subconcessão que nós vamos fazer e, esperamos com isso arrecadar entre dois bilhões e dois bilhões e meio, porque nós arrecadamos nesse primeiro trecho de 720 quilômetros, um bilhão, 478 milhões que serão pagos integralmente pelo Vale a Valec, como ele disse, para que a empresa pública execute para a iniciativa privada uma PPP ao contrário, uma obra. É o jeito brasileiro de fazer as coisas.

Nessa nova subconcessão, naturalmente, a concorrência vai ser muito acirrada, porque esse outro trecho de Santa Fé em diante é operado pela MRS, pela ALL e por outras concessionárias do serviço de transporte ferroviário. Essa concorrência vai corre acontecer naturalmente. Em função dessa nova subconcessão que nós vamos licitar, se Deus quiser, o ano que vem. Está certo?

Em relação há ferrovia que liga Cuiabá a Porto Velho. Eu falei um pouco antes, eu não lembro que Senador fez a pergunta, Senador Jayme Campos sobre essa concessão. Ela foi feita há um tempo atrás, a concessão, no meio entendimento, com contrato leonino, em favor da concessionária que nós já determinamos um estudo profundo desse contrato que foi feito e já determinamos à Agência Nacional de Transportes Terrestre a apresentação em 90 dias dos projetos de construção da obra entre Alto Araguaia e Rondonópolis, cerca de 200 e poucos quilômetros.

O que é que se observa na prática? A concessionária dessa ferrovia tem cargas garantidas, porque o hábito fez com que o transporte de grãos seja feito até Alto Araguaia de carro, de caminhão, o que onera o custo do transporte para os produtores. Naturalmente, ao construir esse trecho de Alto Araguaia até Rondonópolis é de esperar que a carga não aumente, porque ela já é transportada a partir de Alto Araguaia. Mas nós estamos determinados que essa obra seja executada e se a concessionária não executar, vai perder a concessão e o Governo vai se encarregar de fazê-lo.

Os nossos estudos não estão concluídos entre Cuiabá e Porto Velho, mas essa concessionária tem também a concessão, é desse trecho de Cuiabá até Porto Velho que é um estudo que nós vamos tratar a seguir.

Meu caro Senador Flexa Ribeiro, BR 230, eu irei lá e espero estar acompanhado de V. Ex^a. É a obra para valer, o asfaltamento da Transamazônica, que ao longo de tantos anos ficou abandonada, e aquelas pessoas que são mais de um milhão de pessoas que estão ao longo da Transamazônica estão entregues à própria sorte. Nós vamos para lá dar ordem de serviço. Com relação ao ramal que vai até, nem está no nosso estu-

do, os estudos estão sendo feitos, mas eu só anuncie aqui os trechos que nós temos a garantia e o dinheiro para fazer. Nós não temos ainda para esse trecho, mas por sugestão até aqui do nosso Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão, o Senador Marconi Perillo e do Juquinha, uma emenda importante para a gente avançar nos estudos para esse ramal, que não é um ramalzinho como disse o João.

Mas na nossa região, o Senador Flexa Ribeiro tem razão, isso lá é ramalzinho para a gente, 500 quilômetros na Região Amazônica é como ele bem disse...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: 300 metros lá no Pará. Em relação a 163, eu dei as explicações e sobre hidrovias, engraçado como está enraizada a cultura da Rodovia em todos no nosso País.

Eu ontem reunia com todos os superintendentes regionais do DENIT e um engenheiro de carreira do DENIT pediu a palavra e me disse o seguinte. "Ministro eu queria fazer uma proposição, como o senhor falou com tanto entusiasmo e com tanto interesse em privilegiar os investimento para ferrovias e hidrovias, a partir de agora, eu queria sugerir que nós hidroviários e ferroviários tratássemos primeiro com o senhor do orçamento para, depois, entrarem os rodoviários, porque eles levam quase tudo e a gente acaba ficando com muita pouca coisa".

Mas V. Ex^a. tem razão. A gente tem que dar uma atenção especial ao modal de transporte hidroviário e ferroviário, porque é só por esse caminho que nós vamos ganhar competitividade. Em relação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro só para que... Eu quero me colocar a disposição para que a gente possa viabilizar esse trecho de Açailândia a Belém. Eu começo logo chamando o Dr. José Francisco das Neves de Juquinha, porque, com certeza, o Juquinha vai ajudar.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: É o nome dele mesmo, vai ajudar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vai ajudar a fazer isso. Eu vou pedir uma Audiência a V. Ex^a. Ministro, no sentido de que a gente tenha uma estratégia de ação para se faça uma alocação de recurso através da Bancada para o projeto--

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: O projeto e os estudos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --E depois uma possível concessão também para viabilizar.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: Só com base nos estudos e é bom que tenha isso, é que a gente pode avaliar se há interesse

ou não, se tem viabilidade econômica para se fazer. Eu acho que tem, e com a conclusão dessas obras todas, esses ramais vão surgir naturalmente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Naturalmente.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: Há necessidade deles é natural, está certo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria uma Audiência a V. S^a. na semana que vem para que a gente possa ter um [inaudível] valor.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: V. Ex^a. e todos os demais Senadores sabem que comigo não precisa nem marcar Audiência é só telefonar e perguntar se eu estou no Ministério.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: Em relação ao Senador Leomar Quintanilha, ele me perguntou se faltava recurso para a obra, não. Não falta recurso para obra, porque com a subconcessão a gente tem dinheiro para que a obra seja executada.

O Senador Edison Lobão perguntou quanto custa, qual a conclusão, ele se preocupou principalmente com a conclusão, se tem o dinheiro e quando será concluída a obra. A obra será concluída em 2010 e tem o dinheiro para ser executada. Dinheiro do Orçamento da União, e da subconcessão que nós fizemos.

Senador João Pedro, há não, ele falou também aqui dos ramais para balsas, um outro ramal para a Bahia. Nós não estamos estudando agora, nós estamos fazendo esses investimentos onde eles são possíveis.

Senador João Pedro, BR 174, lá da nossa região. Não existia uma empresa para fazer a conservação, existia, mas não estava trabalhando. Nós tiramos e colocamos uma outra empresa, a obra foi retomada, eu tive o prazer de visitar o trecho até Presidente Figueiredo, a obra está com ótima condição de trafegabilidade e a empresa está trabalhando na recuperação da Rodovia, tanto no trecho do Amazonas, quanto no trecho lá de Roraima. E já está sendo contratado o projeto executivo para fazer a recuperação, a restauração de toda a BR 174 saindo de Manaus até Pacaraíma, lá em Roraima.

Eu quero encerrar Presidente, saudando o meu companheiro César Borges, companheiro que eu tive a honra de conviver muito aproximadamente no banco, do lado aqui da escolinha do Senado, nos poucos meses que passei aqui como Senador da República e de quem tenho a honra de dizer que sou amigo e que tenho a honra de dizer que sou amigo.

E quero agradecer a gentileza com que V. Ex^a. recebeu-me, a atenção com que todos os Senadores me trataram e dizer que o Ministério dos Transportes, têm envidado esforços no sentido de contribuir, como disse o ex-Ministro Senador Eliseu Resende, de forma calada, sem muito barulho, sem muita conversa, de contribuir para que o País tenha uma boa infra-estrutura e possa ser um País mais justo, um País mais desenvolvido. Muito obrigado [O Sr. Presidente faz soar a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes de encerrar a sessão, eu gostaria de agradecer a presença do ex-Governador e Senador César Borges, que muito nos honra com a sua presença e prestar uma homenagem ao nosso Senador João Durval, tem sido o mais freqüente aqui nessa Comissão, sempre chega antes do horário e fica até o final, tem sido de uma assiduidade extraordinária. Eu quero aqui agradecê-lo pela participação permanente nessa Comissão.

Eu quero agradecer ao Ministro Alfredo Nascimento, mas antes disso, eu gostaria de ler dois requerimentos, primeiro da Senadora Ideli Salvatti que nos termos regimentais requer a realização de uma Audiência Pública para tratar das concessões. Convida o Ministro Alfredo Nascimento, o Sr. Mauro Arsi Secretário de Transportes do Estado de São Paulo e o Sr. Ubiratan Aguiar, Ministro do Tribunal de Contas da União. Está em discussão.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu queria lhe pedir só a gentileza de me conceder um pouco de tempo para umas breves palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Um instantinho apenas. Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Os Srs. e Sr^{as}. Senadoras que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Para um outro requerimento de iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko justificando sua ausência da reunião de hoje, os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão, aprovado.

Pela ordem, a palavra Senador César Borges. Eu pediria muita rapidez, porque eu tinha um compromisso com o Ministro de liberal ao meio-dia e já são meio-dia e 44.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu lhe agradeço. Queria apenas, para me desculpar, eu devia estar desde cedo aqui nessa Comissão, mas hoje é um dia Ministro Alfredo Nascimento, temos várias Comissões, eu estava relatando outros processos e não pude estar presente para ouvir a sua palestra com relação a esse sucesso da Estrada de Ferronorte e Sul e a licitação que houve.

Eu quero lhe dizer que a honra é minha ser seu amigo e seu colega Senador e ver o seu trabalho no Ministério dos Transportes.

Eu quero lhe parabenizar pelo sucesso das licitações, que foram efetivadas, eu diria, até surpreendente. Eu era um dos céticos, se conseguisse reduzir os valores alcançados para as tarifas cobradas nos pedágios, mas V. Ex^a. conseguiu isso, é uma surpresa para o País, uma boa surpresa para o País. Eu quero aqui de público solicitar a V. Ex^a. que agilize os processos das Rodovias federais, da BR 324 e BR 216 na Bahia e desejar sucesso, continue assim, inovando e mostrando que é possível reduzir custo e atender melhor o cidadão brasileiro.

Para mim é um prazer poder estar presente aqui para lhe parabenizar por esses êxitos e outros à frente do Ministério dos Transportes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Ministro Alfredo Nascimento.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO: Muito obrigado meu caro companheiro Senador César Borges. Quando nós conversávamos e você era cético em relação asse assunto. Eu dizia que não, mas eu também era cético em relação há esse assunto. Eu tinha dúvidas que os resultados seriam o que nós conseguimos. E em relação à Bahia, agora em dezembro, nós deveremos publicar o edital nessas condições, agora a coisa mudou um pouco, porque está todo mundo procurando querendo entrar já nas concessões lá na Bahia e, certamente, vai ser um sucesso lá para a 324 e quero dar uma boa notícia para o Senador de Feira de Santana, João Durval, ontem, anteontem o senhor me visitou, nós conversamos sobre o contorno lá de Feira de Santana, porque chega a 324 em Feira e ela sai depois 116 jogaria o tráfego dentro de Feira de Santana, a segunda cidade da Bahia iria tumultuar muito.

E nós inserimos no projeto já da concessão, o contorno de Feira de Santana interligando as duas rodovias, eu tenho hoje a certeza não, mas eu já estou menos cético que nós poderemos conseguir bons resultados em relação a essas novas concessões que nós deveremos fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu gostaria de dizer a todos que considero plenamente satisfatória a Audiência Pública. Ela atingiu todos os objetivos, eu sempre fui um entusiasmo pela construção da Ferrovia Norte-Sul, trabalhei muito como Governador do Estado para que essa obra se viabilizasse e, na minha opinião, Ministro Alfredo, Presidente José Francisco, Juquinha, a exposição dos

senhores aqui hoje nós deixa, de forma muito clara, a convicção de que nós efetivamente poderemos comemorar a conclusão desse projeto, a viabilização desse sonho agora já no ano de 2010. E não apenas compreendendo, Anápolis do Porto de Itaquí, mas agora também até Santa Fé do Sul, passando pelo Sudoeste goiano e interligando definitivamente a Norte-Sul aos portos do Rio de Janeiro, de São Paulo.

Portanto, agradeço imensamente as presenças de V. Ex^{as}. dos ilustres Senadores e encerro a presente Reunião Extraordinária. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 12h48.

Ata da 31ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 23 de outubro de 2007, às 10:00 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e três de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da comissão, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos Senhores Senadores e Senadoras **Serys Slhessarenko, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Valdir Raupp, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, João Durval, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita, Pedro Simon, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma e Cícero Lucena**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida a Presidência comunica que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a presença de Representantes das seguintes instituições: Secretaria de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes; Ministério do Turismo; Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Associação Brasileira das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal, Interestadual e Internacional de Passageiros (ABRATI) e Confederação Nacional do Transporte (CNT), com a finalidade de debaterem acerca do PLC nº 51, de 2007, para instrução da matéria, em atendimento ao Requerimento nº 052/2007-CI, de autoria do Senador Expedito Júnior. A Presidência convida os expositores para tomarem assentos à mesa dos trabalhos. A Presidência concede a palavra ao senhor José Eduardo Vaz Albanese, representante da Secretaria de Política Nacional de Transportes, do Ministério dos Transportes, para suas considerações iniciais e, em seguida, aos senhores Francisco de Paula Magalhães Gomes,

representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; Ricardo Martini Moesch, Coordenador-Geral de Serviços Turísticos, representante do Ministério do Turismo e Sérgio Augusto de Almeida Braga, Presidente da ABRATI, representante da Confederação Nacional do Transporte – CNT. Ato contínuo, assume a Presidência o Senador Expedito Júnior. Fizeram uso da palavra para interpelar os convidados, os Senadores Expedito Júnior, relator do PLC 51, de 2007 e Senador Marconi Perillo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-estrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a finalidade de debater, no âmbito desta Comissão, acerca de instrução do PLC 51/2007, que dispõem sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros, em atendimento ao Requerimento 52/2007 desta Comissão, de iniciativa do Senador Expedito Júnior.

Convido para tomarem assento à Mesa dos trabalhos os senhores representantes da Secretaria de Política Nacional de Transportes, Dr. José Eduardo Vaz Albanese e Dr. Reinaldo Araújo da Silva Soares; representantes da ANTT, Dr. Francisco de Paula Magalhães Gomes e Dr. José Glauco Apoliano Andrade Dias; representantes da CNT, Sérgio Augusto de Almeida Braga, Presidente da ABRAT; representante da ABRAT, José Luís Santolin; representante do Ministério do Turismo, Ricardo Martins Moesch, Coordenador-geral de Serviços Turísticos.

Eu indago aos senhores convidados se, no caso dos órgãos que estão aqui representados por mais de um representante, fariam os dois, ou falaria apenas um na representação do Ministério, da Secretaria de Política Nacional de Transportes e da ANTT. Secretaria de Política Nacional de Transportes estão o Dr. José Eduardo e Dr. Reinaldo.... Albanese... Representando a ANTT estão os doutores: Francisco de Paula e José Glauco. Fala o Dr. Francisco Magalhães.

Eu concedo a palavra ao Dr. José Eduardo Vaz Albanese, pelo prazo de cinco minutos, para poder fazer aqui as considerações iniciais a respeito desse Requerimento, até que chegue o autor, o Senador Expedito Júnior. Com a palavra, o Dr. José Eduardo pelo prazo de cinco minutos.

DR. JOSÉ EDUARDO VAZ ALBANESE: Bom dia a todos, senhor Presidente. Primeiro, é uma surpresa falar, de primeira mão, aqui sobre essa questão, porque, na realidade, nós viemos preparados mais para discutir essa matéria, que é uma matéria extremamente importante, mas alguma coisa nós já desenvolvemos aqui, conversando, aqui na sala ao lado.

Esse é um Projeto que iniciou em 95 já, vamos dizer assim, com 12 anos de início, e algumas coisas aconteceram *a posteriori*: leis, regulamentos, enfim. Mas, o que se depreende aqui também é a intenção do legislador em comparar, querer evoluir o transporte rodoviário de passageiros ao transporte, às mesmas condições do transporte aéreo. Nós temos hoje o transporte aéreo, que a logística é totalmente distinta, que você tem um aeroporto para fazer o embarque do transporte aéreo e você tem a rodoviária, que faz a transporte do passageiro rodoviário. São totalmente distintos porque, basicamente, você, no aeroporto, tem a área de segregação do passageiro, distinta dos demais visitantes ou acompanhantes no aeroporto. Então, essa segregação envolve um *check-in*, que envolve um custo ali, distinto do custo do transporte de passageiro rodoviário, que é feito pelo próprio motorista.

Então, essa caracterização, essa distinção é fundamental para se fazer uma avaliação de custos da proposta aqui apresentada. Evidentemente que, se você tentar levar esse procedimento ao transporte de passageiros de rodoviário, você vai ter uma elevação de custo porque você teria que ter uma equipe de *check-in*, antecipada, para poder, inclusive, levar em condição a possibilidade da desistência de passagem, envolveriam outros custos. Essa seria uma primeira observação a ser feita.

A segunda observação, que envolveria até um complicador grave aqui, que você estaria permitindo, via legislação, “o bilhete de passagem manterá como crédito de passageiro, durante a sua validade, o valor utilizado da tarifa do trecho emitido”. Ora, não se tem nenhuma limitação do número de passagem que eu posso comprar. E simplesmente a desistência, segundo aqui o parágrafo do art. 2º, “no caso de solicitação de reembolso do valor pago no bilhete, por desistência do usuário, a transportadora disporá de até 30 dias para efetivar a devolução, bastando, para tanto, a sua simples declaração de vontade”. Então, basta o passageiro dizer: “Eu quero devolver esse bilhete”. Então, isso

pode ensinar especulação, como assim? Qual é o mês do reajuste da passagem? É o mês de julho. Então, eu compro 50 passagens, ou seja lá quantas passagens, uns dois, três dias antes do reajuste, e quatro, cinco dias depois do reajuste, eu vou lá: “Eu quero devolver”. Eu só preciso declarar que eu quero devolver— [soa a campainha].

DR. JOSÉ EDUARDO VAZ ALBANESE: Eu não preciso justificar nada. Então, nesse ato, pagando só o valor do custo de transação, do custo de comercialização disso daí, seria devolvido à empresa. Mas aí também tem a questão da própria tributação disso tudo aí, que não está considerado aqui nessa operação.

Então, em tese, só para não passar dos cinco minutos também, seriam algumas observações fundamentais que representariam, por exemplo, a oportunidade da aprovação desse Projeto passou, que já tem alguns anos, desde a sua fase inicial, com algumas modificações, evidentemente, mas que, em função da evolução legislativa, ali já abarcou toda essa... Os interessantes aqui, mas, detalhado, de forma a pacificar. Por exemplo, nós temos aqui três horas, que a hora, é o tempo de desistência da passagem. Então, com três horas de antecedência, eu posso desistir. É um tempo que já foi pacificado entre as partes interessadas, setor empresarial e o próprio passageiro.

Então, são coisas que, inicialmente, só para esquentar a conversa, seriam essas as propostas iniciais nossas, a colocações, as avaliações iniciais nossas, e ficando à disposição para qualquer outra manifestação que for necessária. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao Dr. José Eduardo Albanese pela exposição e pelo cumprimento estrito em relação ao tempo. Concedo, com prazer, a palavra ao representante da ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Dr. Francisco de Paula Magalhães Gomes, pelo prazo de cinco minutos.

DR. FRANCISCO DE PAULA MAGALHÃES GOMES: Senhor Presidente, senhoras e senhores, bom dia. Vamos... Aparentemente, vamos ter posições coincidentes aqui, quanto à questão do decurso de prazo do Projeto de Lei, da data original de apresentação. A Agência, que iniciou suas atividades em 2002, ela já começou o seu trabalho com dois atos legais, posteriores a 1995. O primeiro ato básico é a nova versão do Código Civil, que é exatamente de 2002, e o Decreto que regula o transporte regular de passageiros porque, embora não esteja explícito, este Projeto de Lei refere-se apenas aos serviços regulares, interestaduais e internacionais de transporte coletivo rodoviário de passageiros, porque existe ainda a figura do transporte

turístico sob fretamento que não... Cujas características não se ajustam a esse Projeto de Lei. Mas o Decreto que rege até hoje, que é de 1998.

Então, eu poderia dizer que todas as proposições que a lei traz hoje, elas já estão, com pequenos detalhes, mas elas já estão aplicadas hoje. Nesse período, a Agência evoluiu nos processos de regulação, baseada nesses dois atos legais superiores, e já editou um grande número de resoluções, cuidando dos detalhes operacionais. Por exemplo, sem perigo de errar, nós devemos ter hoje umas 80 Resoluções, regendo condições operacionais específicas para as linhas etc., como já foi chamada a atenção aqui.

Então, todos os pontos que a lei toca são importantes; alguns são institucionais, de base, e outros são puramente medidas operacionais. Dentro desse critério de legislação básica e atos regulatórios, a Agência vem conversando, nos Ministérios, no Ministério de Transporte, praticamente, e também com Parlamentares, no sentido de evoluirmos para termos uma lei básica do transporte rodoviário de passageiros e que essa lei deixe os aspectos puramente operacionais, de regulação operacional, a cargo dos atos regulatórios dias simples, para que avanços tecnológicos, mudanças naturais de condições de linhas, terminais, itinerários, comunicação etc., não dependam de um Projeto de Lei de tramitação mais pesada, de tramitação mais trabalhosa—

[soa a campanha].

DR. FRANCISCO DE PAULA MAGALHÃES GOMES: Então, esta é a posição que a Agência vem defendendo ultimamente. Obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [interrupção no áudio] ao Dr. Francisco de Paula Magalhães pela exposição, e também pelo cumprimento rigoroso do tempo. Julgo que essas duas exposições preliminares já nos dão a firme clareza e convicção de que o assunto é interessante, o Projeto que, embora tenha sido apresentado há muitos anos, é um Projeto que merece ser aprimorado, merece ser debatido, merece ser discutido. Esse Projeto é de iniciativa do Deputado, Exmo. Sr. Deputado Jovair Arantes, do Estado de Goiás.

A iniciativa do Senador Expedito é louvável porque, se há um setor que precisa efetivamente de regulamentação ou de um exame mais acurado, de um debate mais acurado, é exatamente essa questão do transporte coletivo, do transporte intermunicipal, do transporte internacional de passageiros.

Na esfera da aviação, esse debate já tem sido travado e agora, na esfera terrestre, a partir dessa Audiência de hoje. Acho que a tendência do Dr. José Eduardo, do Dr. Francisco de Paula, será, após, esta

Audiência de instrução, desdobrarmos, aqui na Comissão de Infra-Estrutura, com o apoio de todas as entidades aqui presentes e tão bem representadas, buscarmos um substitutivo que não abranja apenas o aspecto da validade dos bilhetes, mas que abranja outros aspectos, sobretudo, no que tange aos direitos do consumidor. De modo que o usuário do transporte, de passageiros... Acho que esse é um debate que, por certo, será importante para o usuário.

Nesse sentido, eu concedo a palavra, com muito prazer, ao Dr. Ricardo Martini Moesch, que representa do Ministério de Turismo, pelo prazo de cinco minutos.

DR. RICARDO MARTINI MOESCH: Bom dia, Exa. e demais integrantes da Mesa. O Ministério de Turismo tem algumas preocupações prementes com transporte rodoviário, em função da clandestinidade que opera no setor. E o programa também com as vans que transportam os passageiros. Assim, o Ministério, ele produziu um cadastro de prestadores de serviços turísticos, onde, nesse cadastro, está contemplada a atribuição do transportador. E esse cadastro, ele responde também com a ANTUR, que é a empresa... A Associação Nacional de Transportadores Turísticos, com as determinações da ANTT.

Diante desse Projeto, podemos pontuar algumas colocações: O instituto do reembolso já é prática corrente, em função do CDC, não inova nesse sentido, quanto à restituição de valores não utilizados, porém, com prazo estabelecido. No Projeto, não define quantas remarcações seriam permitidas; essa remarcação se torna prática habitual, em gerar uma disfunção para a empresa; a habitualidade de remarcação transformar-se-ia numa disfunção administrativa. As viagens internacionais, o prazo de *no-show* teria que ser aumentado, porque a pessoa que faz uma viagem de rodoviária internacional não vai, em três horas, poder se manifestar, ao contrário, então, achamos, então, que a viagem internacional teria que ter um prazo bem... Antecipatório bem maior.

Também qual seria a conceituação ou tipificação do bilhete, se isso compreenderia também os fretamentos havidos nas empresas, porque ali se tornam meio genéricos os bilhetes, seriam esses bilhetes referentes à malha rodoviária operada, em consonância com as concessões ou se ao bilhete de forma genérica, porque podemos considerar, então, o deslocamento através dos fretamentos.

Quanto ao... O art. 3º permite que restitua o valor do bilhete e não continue a viagem se houver... E colocamos, no caso, o seguinte: Se a empresa faz um trajeto com algumas paradas e resolve que não tem mais passageiros para continuar a viagem, restitui o valor

do bilhete para aquele passageiro e cancela o restante da viagem. Pode-se subentender que pode acontecer uma ocorrência dessas. Também quando fala da acomodação, no caso do atraso da viagem, não cita se haveria providências para reembarque ou a utilização de alguma outra empresa para que o passageiro chegue ao destino final. Apenas a colocação de acomodação e alimentação não satisfaria nesse item.

Também no art. 12, § 1º, não... Coloca que se houvesse mudança no *status* do transporte, teria que ser feito reembolso ao passageiro do valor pago, em função daquela qualidade de serviço. Parece-nos um pouco temerário porque, se o passageiro tem problema de acessibilidade ou alguma outra necessidade, eventualmente, ele não pode ser despojado de um tipo de serviço que ele adquiriu para um outro serviço de menor qualidade que venha implicar em prejuízo à sua segurança e ao transporte. Então, ele é muito simplista nesse sentido, não observando que, se o passageiro tiver alguma condição que exija que ele esteja numa locomoção—

[soa a campainha].

DR. RICARDO MARTINI MOESCH: --Em um semi-leito ou algum ônibus nesse sentido, ele possa passar para outra condição.

Então, a preocupação maior do Ministério hoje são com os fretamentos clandestinos, vans e outras formas alternativas que, dentro do transporte rodoviário, causam inseguranças aos passageiros e notadamente do fluxo turístico. Obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Quero cumprimentar a todos. E passo a palavra ao Dr. Sérgio Augusto de Almeida Braga.

DR. SÉRGIO AUGUSTO DE ALMEIDA BRAGA: Bom dia, Senador. Senhor Presidente, que acaba que deixar a Mesa e passar os trabalhos a V.Exa., eu queria fazer breves comentários. Nós fizemos aqui um texto, onde nós discorremos sobre o pensamento do setor, está certo? Com relação a esse Projeto de Lei. E a nossa leitura, ela aguarda a relação com aquilo que o Dr. Francisco e Dr. José Eduardo colocaram aqui, está certo? Quando foi instituído esse Projeto de Lei, há 12 anos atrás, parte do que trata o Projeto não estava bem regulado. Mas, de lá para cá, eu acredito que todas, de maneira indistinta, todas as... Tudo que aquilo que estava abordado pelo Projeto já está regulado pela agência reguladora. Nós entendemos que, nos aspectos operacionais, uma lei, criando procedimentos operacionais, ela acaba comprometendo a dinâmica operacional do setor. A lei, ela deve ser genérica, deve estabelecer parâmetros, garantindo direitos e devedores, estabelecendo direitos e deveres, tanto do cliente, do consu-

midor, quanto do operador do transporte. Quando ela entra em aspectos operacionais, ela acaba inibindo a adequação, a cada momento, das necessidades da dinâmica operacional dos negócios, está certo?

O Dr. Ricardo fez aqui uma variante, onde ele coloca assuntos extremamente importantes e relevantes, no que diz respeito à competitividade equilibrada dos modais de transporte rodoviário, onde ele coloca o problema do transporte informal, o problema das vans, a falta de segurança, a falta de comprometimento desse serviço, quando operado à margem da regulação, na estabilidade de um setor que tem uma responsabilidade socioeconômica extremamente relevante.

Mas eu só queria registrar aqui, e fizemos aqui um trabalho, onde tem duas cartinhas de encaminhamento, mas tem um texto que compara o que está no PL com o que existe na regulação vigente. Eu espero que esse texto possa esclarecer ao Senado, na pessoa do ilustre Relator e do senhor Presidente, no sentido de que a legislação venha reforçar uma dinâmica operacional que não crie custos adicionais que, fatalmente, será suportado pelo consumidor, e não é o desejo do setor e comprometendo a boa dinâmica na prestação do serviço.

Eu não vejo hoje e nós não temos nenhuma informação de apelo no sentido de buscar resolver pendências dessa natureza, no que está tratando no PL. O sistema funciona muito bem, não há problema maior. Os aspectos que aqui trata, no que diz respeito à devolução dos recursos, em que pese, quando você garante a devolução daquilo que o cliente pagou, você não tem a recuperação dos tributos recolhidos sobre aquela venda. Isso tem uma omissão aqui com relação a isso, está certo? Mas não há nenhuma demanda, o sistema funciona normalmente; quando tem o ato da devolução, já está regulado, as empresas devolvem, não tem clamor maior, salvo informação adicional que a ANTT possa ter, através da sua Ouvidoria.

Então, o nosso objetivo era exatamente nos posicionar com relação a isso, achamos louvável a posição do Deputado Jovair Arantes, à época—

[soa a campainha].

DR. SÉRGIO AUGUSTO DE ALMEIDA BRAGA: Mas, a nossa leitura... Na nossa leitura e no nosso entendimento, hoje, todos os aspectos que estão elencados no PL estão amparados pela regulação.

Eu vou passar às mãos do ilustre Relator esse texto, esperando dar a contribuição que, naturalmente, motivou a solicitação da ABRAT e da CNT a essa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu agradeço aí a contribuição de vocês, até agradeço também a possibilidade de, de

repente, construirmos aí um Projeto a várias mãos, mas eu cheguei já... Até porque eu estava... Hoje aqui está uma loucura, todas as Comissões no mesmo horário, todas as Comissões, às 10, à 10h30, e 11h00. Então, praticamente todas elas no horário, você quer estar em todas as Comissões, acaba não conseguindo exercer o nosso mandato na plenitude. Mas a nossa preocupação parece-me que vocês têm alguma preocupação com o Projeto, não sei se com todo o Projeto ou com alguns... Parece-me que o art. 2º já recebeu várias críticas hoje aqui.

DR. SÉRGIO AUGUSTO DE ALMEIDA BRAGA:

Na realidade, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Ou é o Projeto como um todo?

DR. SÉRGIO AUGUSTO DE ALMEIDA BRAGA:

É o Projeto como um todo. O senhor vai ter oportunidade, é uma leitura muito fácil e ela é comparativa; o senhor vai ter, numa coluna, o Projeto e, na outra, ao lado, exatamente todos os aspectos e onde está regulação daquilo que consta de que cada um dos artigos.

Então, na nossa leitura, tudo aquilo que o Projeto trata já está devidamente regulado, sem maiores conseqüências entre a relação prestador de serviço e clientela.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Não seria nem necessária, então, mais uma lei federal para regulamentar?

DR. SÉRGIO AUGUSTO DE ALMEIDA BRAGA:

Na nossa avaliação, não. Na nossa avaliação, isso está bem regulado, no âmbito do poder regulador, que é a ANTT. Você tem o novo Código Civil também, ele absolveu grande parte dos aspectos que têm fundamento mais de ordem legal, ele já acoberta, está certo? Então, aquilo que seria matéria de lei, já com o advento do novo Código Civil, eu acredito que contempla perfeitamente o propósito que o deputado Jovair Arantes teve à época.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sobre a questão da segurança?

DR. SÉRGIO AUGUSTO DE ALMEIDA BRAGA:

Os aspectos de segurança, hoje, você tem estatística muito recente, um trabalho muito bem elaborado, sob a liderança da Polícia Rodoviária Federal, onde faz uma avaliação da segurança nas rodovias brasileiras, e o transporte por ônibus, ele tem uma contribuição extremamente modesta, em termos relativos, na geração de acidentes. E a grande, vamos dizer, o grande motivador, a grande causa dos acidentes hoje se deve muito mais à condição em que se encontram as rodovias do que à qualidade do treinamento dos profissionais envolvidos no transporte regular.

Então, isso... Essa estatística é bem recente, tem números muito sólidos e consistentes, inclusive na repercussão que esses números geram para a Previdência Social, no que diz respeito ao custo do atendimento aos acidentados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): É exatamente o ponto que ele abordou aqui, com muita propriedade. Esse é o maior problema que o transporte rodoviário de pessoas tem hoje.

DR. FRANCISCO DE PAULA MAGALHÃES GOMES: O transporte de vans também, porque tem que estar preparada, ela não tem corredor interno, ela não tem área específica para a bagagem, ela não tem saída de emergência, e ela está criando, ela, eu chamo as vans, eles estão criando esse transporte até interestadual, independente da normativa, mas são autônomos que se vê... E aí sim, os acidentes, porque o motorista trabalha a semana toda com a aquela van, e ele não quer perder a oportunidade, e ele se lança uma excursão à noite, na sexta-feira à noite, que é o mesmo motorista, que é proprietário, no maior caso das vezes. Aí, ele vai fazer aquela jornada noturna, tomando um reativante(F), alguma coisa, e passa a madrugada dirigindo, e aí se torna o perigo maior.

Nós vemos, por parte do Ministério, principalmente na Ouvidoria, se chegam as reclamações sobre essas... Na parte da clandestinidade das vans, onde não existe hoje, quer dizer, existem maneiras de coibir, mas existe uma prática reiterada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Mas você acha que o grande número de acidentes—

DR. FRANCISCO DE PAULA MAGALHÃES GOMES: Uma boa parte de acidentes são essas vans despreparadas porque eles não são motoristas, que estão enfrentando uma jornada tripla, às vezes, os carros não oferecem segurança. Eles estão à margem da normatização do setor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Há algum estudo no sentido de vocês, não sei qual o custo disso, mas, até para se precaver na questão da segurança, de regular ou sei lá, de buscar alguma coisa sobre o sistema de satélite?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Vamos fazer um debate aqui, [ininteligível]. Nós mesmos aqui.

[risos].

DR. FRANCISCO DE PAULA MAGALHÃES GOMES: Eu queria aqui colocar, complementando o que já

foi dito pela parte do Ministério de Turismo, fazer umas colocações e depois entrar na pergunta específica do senhor. É... Primeiro, quanto à questão da base legal, essa questão da comparação que nós também temos aqui, grande parte aqui, o Código Civil já, como lei, regula e o Decreto também o faz. As questões operacionais, quer dizer, distinguindo aí o seguinte: É necessário, para a segurança jurídica do setor etc., que as suas bases estejam em leis. Em uma lei, nós mesmos, dentro do Ministério de Transportes, Agência, a ABRAT tem acompanhado em alguns casos, discutido a convivência de ter uma lei com os fundamentos do sistema, da operação de transportes, direitos e devedores de caráter geral. E os atos regulatórios que evoluem ao longo do tempo e que se aplicam particularidades, dentro desta ou daquela situação.

Quando à questão da segurança, só para o senhor tem uma idéia de como hoje está regulado isso, todas as empresas de transporte interestadual e internacional têm que ter pontos de apoio a cada 400 quilômetros, no máximo, no itinerário de qualquer linha delas, que atinjam ou ultrapassem 400 quilômetros. Esses pontos de apoio são: Questão de descanso da tripulação, dos passageiros, apoio de caráter geral para tripulação, para veículos, a questão mecânica, a questão mesmo de ter que fretar um outro ônibus etc.

Além disso, não são permitidos seguimentos de viagem com mais de quatro horas. Então, dentro do período de quatro horas, tem que haver uma parada para descanso do motorista, dos passageiros, para a alimentação etc. Então, eu vou citar só esses dois, porque são uma série de atos regulatórios que garantem isso. Tem quem não o cumpra sim. Não vamos discutir cultura brasileira no momento. Aí, entra um outro aspecto, que é a fiscalização. Essa fiscalização, a ANTT se dedica desde o seu primeiro momento de vida, e não é só do pirata; o pirata era o mais intenso, o mais prioritário, digamos sim. Mas nós temos a fiscalização técnico-operacional das empresas, a fiscalização dos terminais rodoviários, a fiscalização dos esquemas operacionais dessas linhas regulares, comandos, e é claro, por apuração de denúncias, na nossa Ouvidoria, é contínuo e o trabalho e nós fazemos comando de operação, de apuração de denúncias também.

Claro que, para ampliar a capacidade de fiscalização da Agência, desde o seu início, nós fizemos e estamos em contínua ampliação, convênio com a Polícia Rodoviária Federal, por exemplo, trabalhamos intimamente ligados; a Polícia Rodoviária Federal tem acesso direto ao nosso banco de dados de todas as empresas veículos etc. etc. E fizemos convênio com um número muito grande, eu não vou citar todos, que claro, não atinge todos os Estados, mas nós continu-

amos fazendo, com as agências de regulação e com as secretarias de transporte e de infra-estrutura e com os departamentos de transporte e infra-estrutura dos Estados; nós já temos vários convênios. Além disso, temos convênio com universidades que desenvolvem sistemas de acompanhamentos para nós, por exemplo, que, nos terminais onde nós temos uma fiscalização, você imediatamente transmite os dados dos terminais para as universidades que processam, e nós temos *on-line*—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom dia.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pode continuar.

DR. FRANCISCO DE PAULA MAGALHÃES GOMES: Então, nós temos hoje uma série de sistemas *on-line*, que nós sabemos, imediatamente, por exemplo, na caso das companhias de transporte turístico e de fretamento, todo o processo hoje está na internet, em processamento *on-line*, por exemplo, uma empresa de fretamento, ela é uma autorizatória, diferente aqui do sistema regular, que é uma permissionária. Então, ela tem que se dirigir à Agência, apresentar lá a sua qualificação, seus documentos, sua capacidade operacional, ela recebe um certificado, e toda a frota dela é registrada na agência *on-line*, ela pode, claro, substituir veículos, mas já entra nos terminais. A Polícia Rodoviária, tem acesso, a Polícia Rodoviária para um ônibus no meio da estrada, ela sabe de quem é aquele ônibus. Ela tem acesso ao nosso banco de dados imediato.

Segundo, no caso de fretamento, ela sabe se aquele veículo, aquela empresa está autorizada a fazer aquela viagem, porque a autorização de viagem também tem que ser *on-line*. E isso coíbe muito o pirata; não acaba com o pirata, mas já coíbe muito o pirata. Segundo, isso dá muito mais garantia ao prestador de serviço e ao próprio usuário, porque você já começa a “separar o joio do trigo”. Isso é prática corrente hoje, junto com as empresas que participam conosco e tem todo o interesse nisso. Ainda há uma parcela pirata, mas aí, todo esse esquema de convênio para fiscalização é que vem reduzindo. Não vamos entrar em muitos detalhes aqui.

Quanto à questão de... O senhor perguntou de GPS etc., essa coisa está evoluindo, vai acabar todos nós tendo isso, sem dúvida, mas já tem muitas, não é ainda impositivo, não há ainda uma imposição, “todos os ônibus têm que ter um sistema GPS”, isso não há. Mas é a própria—

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Já tem empresa que já está adotando.

DR. FRANCISCO DE PAULA MAGALHÃES

GOMES: Já tem empresas que fazem, como já tem empresas de carga que fazem. Mas é uma coisa ainda de modo próprio das empresas, dependendo das frotas com os seus próprios interesses. Mas não é impositivo ainda. Mas a gente está... Vai acompanhar e, sem dúvida, que chegaremos lá.

Então, esse é o conjunto de coisas, que todos nós, a rigor, falamos aqui, que o Projeto de Lei tem algumas questões operacionais, que enrijecem numa coisa de lei, por exemplo, aqui está dito: "Tem que ter etc." Tudo bem, essa coisa já tem e vai evolui. No sistema de rádio, é preciso haver uma comunicação. Mas nós temos muitas áreas aqui do Brasil, linhas aqui, por exemplo, na região Sudeste, Sul, não estou falando lá no Amazonas, porque lá a situação pode ser mais difícil, que o rádio é desnecessário, o celular resolve melhor e atinge um número muito maior de pessoas e de pontos para coisa e tal. Isso é porque a gente considera que questões operacionais, em lei, podem enrijecer um pouco o sistema. Agora, o que já existe de regulação operacional hoje é muito diferente do que nós tínhamos há uns anos atrás, por exemplo, para essa questão—

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): É por causa da apresentação do Projeto.

DR. FRANCISCO DE PAULA MAGALHÃES

GOMES: Realmente, é porque hoje é *on-line* mesmo. O fretamento, antigamente, só para o senhor ter uma idéia, a questão turística de fretamento, por exemplo, um grupo aqui do Senado, de funcionários, queriam ir a São Paulo e voltar. Aqui em Brasília tem escritórios, postos da Polícia Rodoviária que fazem uma solicitação de viagem especial aqui em Brasília. Mas, no anterior, às vezes o senhor tinha que andar mais de 100 quilômetros para ir a um posto da Polícia Rodoviária para pedir uma autorização de viagem. Hoje, a empresa, estando cadastrada, ela faz, pela internet, no ato, e a Polícia Rodoviária tem acesso imediatamente, na hora, fala: "Esse ônibus não está autorizado, não pode andar. Prende". E se, por exemplo, a garantia do usuário—

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Quem fiscaliza? A Polícia Rodoviária Federal?

DR. FRANCISCO DE PAULA MAGALHÃES

GOMES: A Polícia Rodoviária fiscaliza, nós fiscalizamos, os nossos conveniados de agências estaduais etc. Fiscalizamos. Nós usamos, nós combinamos as capacidades de fiscalização porque senão, isoladamente, ninguém conseguiria.

Então, isso hoje, realmente, dá muito maior segurança já. E tem que ser contínua a evolução, claro,

inclusive, por questão de lei tem que trazer a base mais para cima, não é? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Alguém mais quer falar?

DR. SÉRGIO AUGUSTO DE ALMEIDA BRAGA:

Deixa eu só fazer um adendo aqui. Veja, Senador, só retomando aquela posição da segurança, o aspecto do controle por satélite hoje, poucas empresas adotam, em função de custo, isso tem um custo elevado, e você tem sistemas de acompanhamento de viagem que amarram, de ponto a ponto, conforme o Dr. Francisco aqui colocou, as empresas rodoviárias interestaduais, elas têm pontos de parada e pontos de apoio ao longo do trecho—

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Vocês teriam, mais ou menos—

DR. SÉRGIO AUGUSTO DE ALMEIDA BRAGA:

Então, a gente sabe o horário de saída e qual o horário que aquele ônibus deve passar em cada ponto. Então, quando ele chega num ponto intermediário que ele não passou ou faltou ou atrasou, aquilo é motivação para que o agente operacional da empresa interfira para saber o que é que está acontecendo. Então, isso minimizou muito.

Nos aspectos de acidente de trânsito, envolvendo um ônibus regular, eu diria, há pouco tempo atrás, saiu uma série de reportagens na mídia, na televisão basicamente, dando um lado da operação e da forma de gestão das empresas no controle do profissional que dirige, visando maior segurança ao usuário. Mas, da maneira de saiu, aquilo não foi bem, vamos dizer, não foi assimilado como deveria. E nós fizemos um levantamento à época para saber qual era o percentual de acidentes em relação ao volume de viagens realizadas. Eu diria para o senhor que ele está na casa decimal de milésimo. Então, é 0,0000 alguma coisa, está certo? Que o ônibus regular de transporte de passageiros tem de acidente em relação ao universo de viagens. É muito pequeno, em termos relativos, mas é extremamente importante em termos absolutos. Porque quem está nesse 00 alguma coisa é 100%. E é lógico que as empresas, hoje as empresas são muito qualificadas e muito ciosas da responsabilidade, sempre foram, mas agora você conta com o mecanismo, com ferramentas de controle e de gestão que minimizaram substancialmente o risco de acidente em estradas.

O que ainda ocorre, eu diria que ocorre por culpa, muito mais de terceiros, pelas condições operacionais de tráfego que as próprias estradas se encontram. Isso nós temos toda a tranquilidade em colocar com números, estatísticas seguras, que podem orientar o legislador nessa preocupação legítima.

No que diz respeito a... Hoje a nossa maior, a maior preocupação do setor de transporte rodoviário de passageiros é na sua estrutura de custos. Ele conta com uma estrutura de custos desigual, em relação a outros modais. E, naturalmente, essa estrutura de custo é repassada para quem usa, em que pese o custo do quilômetro vendido por passageiro transportado no Brasil seja um dos menores do mundo.

Então, nesses outros aspectos aqui, eu vou pura e simplesmente bater na mesma tecla, grande parte já foi absorvida pelo novo Código Civil, e o restante, uma pequena parte que trata aqui, são aspectos mais operacionais, que estão regulados. E eu queria está aproveitar a oportunidade aqui para fazer um registro, até motivando essa Comissão para que a gente pudesse discutir em profundidade, em fundamento, o sistema de transporte rodoviário de passageiros no Brasil, principalmente no que diz respeito à condição de isonomia operacional. O problema do transporte informal, ele foi minimizado, ele já foi maior do que é hoje, mas ele ainda é motivo de preocupação; ele drena recursos de um sistema que tem uma contribuição socioeconômica extremamente substancial em relação àquele que vive à margem.

Então, eu diria que nós temos dois grandes problemas para absolver: Um deles é o problema da estrutura de custos mesmo, a estrutura fiscal, tributária, em relação a outros modais. E o problema da maior capacitação no exercício da fiscalização ao transporte informal, a informalidade do setor, além de outros fatores que o Dr. Francisco coloca, é preciso que a gente tenha uma legislação específica, que trate, que dê maior segurança e mais integridade ao agente regulador, para que ele possa exercer, com a competência que lhe cabe, o exercício da fiscalização, que é há uma lacuna, e que tem servido de fundamento jurídico para questionar, às vezes, grande parte das ações dos agentes fiscalizatórios. Exatamente por lacuna legal.

Essas são as contribuições que nós queríamos deixar aqui e agradecer a atenção, por nos convidar a esse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Dr. Ricardo.

DR. RICARDO MARTINI MOESCH: Só para complementar, essa lacuna jurídica, se observa também na área dos prestadores de serviço turístico. Hoje, nós temos um decreto 5406, que não permite ao Ministério que penalize e advirta a empresa ou o mau prestador de serviço. Então, nós trabalhamos hoje com vistorias entregadas, com alguns órgãos nos Estados, a fim de utilizar o que aqueles órgãos possam fazer, em termos de penalização, em função de nós também termos essa deficiência jurídica. Hoje existe a Lei Geral do

Turismo, que está aqui na Comissão na Câmara, justamente para proporcionar ao Ministério condições de advertir e suspender e encerrar as atividades do mau prestador de serviço turístico.

Quanto ao Projeto de Lei, eu vejo que foi num ambiente onde o transporte rodoviário respondia, na área do turismo, o pico do transporte rodoviário foi em 1986, e houve um declínio acentuado no transporte rodoviário turístico. E, em função, então, da malha aérea ter, cada vez mais, capacitado e aumentado a oferta dos vôos de baixo custo, baixo padrão.

Então, eu vejo que esse Projeto tem duas situações: A situação legal, porque, naquele período, a legitimação do Código de Defesa do Consumidor começava a se dar no Brasil, e hoje já, ele transformou-se num instrumento eficaz à proteção do cliente, naquele momento, o Código de Defesa do Consumidor principiava no Brasil, era um instrumento jurídico que ainda não tinha uma abrangência e um conhecimento nacional. Talvez por isso, à época, então, o legislador procurou atender essa demanda. Só que hoje nós vemos que isso está configurado pela prática reiterada porque isso acontece muito no setor turístico. Qualquer demanda, num pacote mal vendido, numa agência que não cumpra, uma transportadora que não cumpra, é diretamente na Delegacia do Consumidor, e pelas ações e pela jurisprudência existente, já por essa reparação moral que os tribunais têm condenado as empresas, nenhuma empresa deixa de prestar já o reembolso, inclusive, ao contrário, já proporcionam outra, às vezes, mais de uma passagem, não digo a empresa transportadora, mas os outros setores, a fim de compensar essa perda eventual, sofrida pelo cliente.

Então, nós vemos isso que, talvez, na época, o Projeto teria sido eficaz para atingir. E hoje, ele já vem um pouco defasado, em função do mercado já ter estabelecido outras condições. Hoje o cliente está bem mais assegurado dentro dessa prestação. Mas, da área do Ministério, se busca, com os outros órgãos, fazer essas fiscalizações, que nós chamamos hoje de vistorias integradas; a ANTT e a Polícia Rodoviária têm comparecido com essas barreiras, principalmente em época de feriados, época prolongada de férias, a fim de coibir. Vimos agora, no Espírito Santo, um exemplo de medidas eficazes, em Foz do Iguaçu também, de vários ônibus sendo apreendidos na madrugada e, usando vias alternativas, eles procuram fugir das barreiras, e o pessoal da Polícia, da ANTT lá, na madrugada, numa estrada vicinal, de areia, apreendendo o ônibus, e o ônibus, em péssimas condições, assim, e realmente está sendo eficaz, cada vez mais. E a informatização veio a, que inclusive as listas de passageiros, se eu não me engano, já estão sendo informatizadas, tam-

bém passadas, no caso dos fretamentos, as próprias listas de passageiros já... Já é obrigação de informar. Seria isso, então. Obrigado.

DR. FRANCISCO DE PAULA MAGALHÃES GOMES: Obrigado. Só um esclarecimento aqui, porque são situações bem distintas, a situação do turismo com a situação da linha regular, não é? O Dr. Sérgio colocou ali que os pontos de apoio, na linha regular, o ônibus segue sempre a mesma rota, o mesmo itinerário. Então, a companhia estabelece os seus pontos de apoio, de referência etc. e tem o acompanhamento contínuo. A questão do turismo já é diferente. Não há, inclusive, venda de bilhete. Você não vende um bilhete para viagem, não é? Você freta um ônibus para fazer uma viagem de "vai e volta" ou vende pacotes turísticos particulares etc. Quer dizer, por isso, eu quero dizer não cabe bem aqui. Estes ônibus, sim, e aí é o que está uma pirataria mais forte. Você citou o caso de Foz de Iguaçu, que vem sacoleiro, contrabando, vem tudo ali, então, são questões bem distintas que não estão contempladas, digamos assim, no Projeto--

DR. SÉRGIO AUGUSTO DE ALMEIDA BRAGA: Só... Independente de não haver venda física do bilhete, existe o serviço.

DR. FRANCISCO DE PAULA MAGALHÃES GOMES: Não, existe, pirata, inclusive.

DR. SÉRGIO AUGUSTO DE ALMEIDA BRAGA: Assim como o pacote de turismo vende a hospedagem, vende a companhia área.

DR. FRANCISCO DE PAULA MAGALHÃES GOMES: Sem dúvida, sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu pergunto se tem mais alguém daqui que queira fazer uso da palavra. Eu quero agradecer aí a contribuição do Dr. José Glauco, do Dr. Francisco de Paula, Dr. José Eduardo, Dr. Sérgio Augusto e Dr. Ricardo.

Dizer que nós vamos aproveitar aqui o que vocês nos oferecem. Não temos ainda uma posição formada sobre o nosso relatório. E exatamente nós pedimos ao Presidente Marconi Perillo que marcasse essa Audiência Pública, exatamente para que nós pudéssemos saber qual era o posicionamento de vocês. E não temos nenhuma intenção de prejudicar, na nossa intenção, é de melhorar a qualidade do serviço; se, de repente, o Projeto, o entendimento de vocês é nesse sentido, nós vamos discutir um pouco mais, vamos aprofundar nessa discussão, vamos aproveitar o que vocês estão nos oferecendo como sugestão e, depois, vamos discutir com os membros dessa Casa para ver a possibilidade, de repente, de melhorarmos esse Projeto e de oferecer alguma coisa, de repente, um substitutivo, de

oferecer alguma coisa melhor, para que pudesse ser aproveitado o Projeto ainda do Deputado Jovair.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Presidente--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente. Eu gostaria de... Não, pode continuar.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu queria informar a V.Exa. que, antes da sua chegada aqui, nós tínhamos começado a rodada de exposições, e eu acabei dizendo que estaria à disposição, como Presidente da Comissão, para colaborar no sentido de eventualmente buscarmos, através de V.Exa., a elaboração de um substitutivo, levando em consideração a necessidade de se aprimorar o Projeto, temporariamente falando, num Projeto de 10 anos. Levar em consideração as necessidades atuais, os operadores do sistema de transporte intermunicipal. E, levando em consideração também os interesses dos usuários do transporte. De modo que, com a intervenção deles, com a colaboração e contribuição de cada um, nessa Audiência de instrução de hoje, por certo, V.Exa. terá condições de trabalhar um substitutivo que terá integral apoio da minha parte, como Presidente da Comissão. Eu parabeno V.Exa. pela iniciativa dessa Audiência. Parabeno e agradeço a todos os expositores que aqui vieram para trazer suas opiniões e colaborar com o debate que, por certo, enriquecerá muito esse Projeto. Agradeço muito, parabeno a V.Exa. pela condução, eu estava em uma outra Reunião, preparando a Reunião que nós teremos amanhã que inclui, inclusive, a questão do PPA etc. Mas de qualquer... E a votação para dois membros da Agência Nacional de Transporte Aéreo, a ANAC, de aviação civil, que vai ser realizada aqui amanhã.

Mas, de qualquer maneira, V.Exa. conduziu, eu estava ouvindo ali dentro, conduziu com muita competência a Reunião. E eu agradeço muito a todos pela presença.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): É. Tem alguns pontos que eu acho que têm que ser aprofundados e discutidos um pouco mais. A questão dos rádios, por exemplo, eu acho que o senhor citou aqui sobre a questão da região amazônica. Eu venho da região amazônica, e lá é complicado, um celular lá você sai da cidade, e cinco quilômetros depois, você não está mais falando com o celular. Quer dizer, então, nós temos que ter um sistema que dê a garantia de que o motorista vá conseguir falar com a empresa, vá conseguir falar com alguém; o ônibus teve qualquer problema, enfim. Eu acho que... Eu acho que alguma coisa desse Projeto nós temos que aproveitar. Eu acho que, na ocasião, quando foi feito, era uma e hoje é outra, mas nós temos que readequar à atuali-

dade, de repente, construir aí um substitutivo a várias mãos. Não só o Relator Expedito Júnior. E, com certeza, vamos tentar aproveitar o Projeto do Deputado Jovair Arantes e tentar apresentar um Projeto melhor para a nossa sociedade.

Quero cumprimentar aqui o meu Presidente, da forma democrática que dirige os trabalhos nesta Comissão. Agradeço aí a presença de todos os ilustres debatedores, e aproveito, Presidente, para fazer uma cobrança para saber se já marcamos aqui a Audiência Pública da questão, para discutirmos sobre a CPMF, com o Dr. Paulo Skaff e com o Ministro Mantega.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Bom, nós aguardando a confirmação Ministro Mantega, já havia sido marcado, depois desmarcado e, nesse instante, nós estamos aguardando a confirmação do Ministro. Quanto ao Presidente da FIESP, ele está disponível para vir aqui a qualquer momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Bem, não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada esta Reunião.

Sessão encerrada às 11h41.

Ata da 32ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de outubro de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença dos Senhores e Senhoras Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Euclides Mello, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, João Tenório, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, João Durval, João Ribeiro, Augusto Botelho, José Maranhão, Geraldo Mesquita e Eduardo Azeredo.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: **Item 1 – Discussão e votação de Emendas da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura ao PL nº 31, de 2007-CN**, que “dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011, perante a Comissão

Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização” – PPA, tendo como relator o Senador Sérgio Guerra. Pautado em critérios estabelecidos no Regimento Interno, que determina a competência da Comissão, o relator emite parecer favorável as seguintes emendas de apropriação: **Emenda nº 01-CI:** Construção de Ponte sobre o Rio Paraná e seus acessos – ligação Castilho/SP – Três Lagoas/MS – BR 262, no valor R\$ 65.000.000 **Emenda nº 02-CI:** Construção da Ferrovia Cascavel/PR – Dourados/MS – Maracajú/MS, no valor de R\$ 1.300.000.000 **Emenda nº 03-CI:** Implantação de Sistema de Escoamento de Combustíveis – Poliduto – Paraná/PR (REPAR) – Ligação Estado do Mato Grosso do Sul (Via Campo Grande – Bataguassu) até o Estado de Mato Grosso, no valor de R\$ 400.000.000 **Emenda nº 04-CI:** Construção de Trecho Rodoviário – Divisa GO/MT – Entroncamento BR 153 – Cocalzinho/GO – na BR-070 – Estado de Goiás, no valor de R\$ 58.500.000 **Emenda nº 05-CI:** Recuperação da malha interestadual da CFN, trecho Juazeirinho-PB a SUA-PE-PE, no valor de R\$ 200.000.000. Usam da palavra para discutir a matéria os Senhores Senadores Romero Jucá, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Delcídio Amaral, Expedito Júnior, Francisco Dornelles, Eliseu Resende e José Maranhão. **Item 2 – Não Terminativo – Mensagem do Senado Federal nº 162, de 2007**, que “submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Marcelo Pacheco dos Guaranys, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, em complementação ao mandato do Senhor Leur Antonio Britto Lomanto”, de autoria da Presidência da República, tendo relator o Senador Sérgio Guerra. Usam da palavra para sabatar o indicado os Senadores Marconi Perillo, João Tenório, José Maranhão, Valter Pereira e Delcídio Amaral. Para escrutinadores são convidados os Senadores Valter Pereira e Delcídio Amaral. A indicação é aprovada com dezoito votos “sim”, dois votos “não” e uma abstenção, totalizando vinte e um votos. **Item 3 – Não Terminativo – Mensagem do Senado Federal nº 172, de 2007**, que “submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Alexandre Gomes de Barros, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, em complementação ao mandato da Senhora Denise Maria Ayres de Abreu”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Adelmir Santana. Usam da palavra para sabatar o indicado os Senadores Marconi Perillo, João Tenório, José Maranhão, Valter Pereira e Delcídio Amaral. Para escrutinadores são convidados os Senadores Valter Pereira e Delcídio Amaral. A indicação é aprovada com dezoito votos “sim”, dois votos “não” e uma abstenção, totalizando vinte e um votos. **Item 4 – Decisão Terminativa**

tiva – **Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007**, que “modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação da matéria, com a Emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5** – Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado, nº 121, de 2006**, que “altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo Relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta relatório pela prejudicialidade da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6** – Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado, nº 248, de 2007**, que “autoriza o Poder Executivo a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas, no Estado do Maranhão.”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como relator o Senador Marconi Perillo, que apresenta relatório pela aprovação do projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7** – Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado, nº 253, de 2007**, que “autoriza o Governo Federal a destinar, gratuitamente, dois por cento da energia gerada nas hidroelétricas construídas no Rio Madeira, em território rondoniense, para o Governo do Estado de Rondônia.”, de autoria do Senador Expedito Júnior, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta relatório pela rejeição do projeto. A matéria é retirada de pauta a pedido do autor. **Item 8** – Decisão Não Terminativa – **Projeto de Lei do Senado, nº 416, de 2005**, que “altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira.”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9** – Decisão Não Terminativa – **Projeto de Lei do Senado, nº 342, de 2007**, que “altera o inciso XII o art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para mudar de não-cumulativo para cumulativo o regime da Contribuição para PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte aquaviário.”, de autoria do Senador Papaléo

Paes, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta relatório pela aprovação do projeto com as Emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Ato contínuo, assume a Presidência dos trabalhos o Senador Delcídio Amaral. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às quatorze horas e quinze minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotíпия Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Há Requerimento sobre a Mesa que passo a lê-lo. De autoria do ilustre Senador Pedro Simon, que requer com base no Regimento Interno e na Constituição Federal a realização de Audiência Pública com a maior brevidade possível no sentido de discutir e avaliar os futuros leilões que serão realizados para a seleção de empresas ou consórcios que irão construir e explorar as usinas hidrelétricas de Santo Antônio. O leilão previsto para 22 de novembro próximo e de Jirau, ambas no Rio Madeira, Estado de Rondônia. Está em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Esta Sessão Extraordinária tem três finalidades. A primeira delas, discutir e votar as Emendas ao PPA, Plano Plurianual, a segunda, deliberar sobre matérias cujas decisões sejam terminativas ou não terminativas, e por último sabatina a dois indicados para a Agência Nacional de Aviação Civil.

Como nós não termos quórum ainda, qualificado, eu convidaria os indicados, Dr. Marcelo Pacheco dos Guarany's, está sendo indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, em complementação ao mandato do Sr. Leur Antônio Britto Lomanto, cujo Relator é o Senador Sérgio Guerra, e o Dr. Alexandre Gomes de Barros, para exercer o cargo de Diretor também da ANAC em complementação ao mandato da Srª. Denise Ayres de Abreu. Relator é o Senador Adelmir Santana.

Eu solicito à Secretaria que convoque os Senadores Relatores, mas antes que eles cheguem eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Marcelo Pacheco

dos Guarany's para que ele possa expor aqui sobre... acerca de suas pretensões, sobretudo dos projetos e princípios que nortearão a sua atuação na ANAC caso essa Comissão delibere pela sua aprovação e posteriormente seja confirmado no Plenário da Casa. Eu pediria a V.Ex^a que o tempo que desejar possa discurrir sobre o seu plano de trabalho.

SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANY'S:

Bom dia a todos. Obrigado... Queria cumprimentar inicialmente Sr. Presidente dessa Comissão, Senador Marconi Perillo, demais Senadores aqui presentes, Senadores membros dessa Comissão, senhoras e senhores aqui presentes. Farei uma apresentação bem curta, apenas com algumas considerações sobre o setor. Algumas informações que a gente coletou durante esse tempo de experiência no setor e para poder deixar o tempo para demais questionamentos que aqui houver.

Bom, marco regulatório do setor aéreo ele a partir da década de 90 observou uma grande abertura na sua regulação. Você passou a ter uma regulação mais voltada para a abertura da liberação das tarifas e para uma menor concentração de mercado. Passou a ter um foco mais para o usuário. Essa abertura do mercado foi feita de forma gradual, a liberação tarifária começou em 91 e foi um processo que culminou em 2000 que você teve uma liberação total das tarifas do setor. Essa tendência você teve uma liberalização tanto das tarifas quanto da possibilidade de você ofertar os serviços em vários mercados. Essa tendência foi observada até mais ou menos meados de 2003, quando você teve uma restrição de oferta grande devido à crise da VARIG. E com a criação da Lei da ANAC você tem um novo marco na alteração nesse setor. Com a criação da Lei da ANAC você cria uma instituição para poder criar da regulação, você está fazendo uma transição do ambiente militar para o ambiente civil, mas diferentemente de outras agências reguladoras que se tem no mercado, você não criou uma agência reguladora junto de uma nova regulação. Você criou apenas uma estrutura de agência reguladora e ficou faltando uma revisão da regulação daquele setor. Alguns pequenos pontos foram criados na... Com a Lei da ANAC. Algumas pequenas alterações de regulação foram feitas e o que tem balizado mais ou menos a atuação do órgão regulador no setor, mas ainda de uma forma incompleta. É necessário fazer uma grande revisão dessa regulação. Que pequenas alterações são essas? Você passou a ter um livre acesso das empresas, oferta das linhas aéreas, passou a ter uma garantia da liberdade tarifária, as empresas podem de fato oferecer as tarifas de forma livre garantido por lei e uma competência do sistema brasileiro de defesa da concorrência para poder

analisar todas as condutas anticompetitivas e fusões no setor. Que situação estamos agora, então? Estamos numa agência reguladora em transição, é um momento de transição da ANAC, temos um marco regulatório bem defasado, temos que revisar essa regulação do setor para poder permitir que as empresas enfrentem um mercado com regras mais claras, temos uma situação de pouca concorrência onde temos duas grandes empresas nacionais, processo de recuperação judicial da antiga VARIG, pequenas empresas regionais e novas empresas entrando no setor, BRA, OCEANAIR... Mas temos um mercado doméstico em expansão. De 31 milhões de passageiros em 2001 passamos para 42 milhões em 2006. É uma expansão notável. Isso indica uma escassez de infra-estrutura. Não tivemos a mesma expansão da infra-estrutura que tivemos na demanda pelo transporte.

Quais são os desafios para o setor no momento e quais os desafios que a ANAC e o Ministério da Defesa enfrentam daqui para frente? Primeiro é a consolidação da ANAC como órgão regulador e das suas funções e da sua estrutura.

Segundo é a revisão e criação de um novo marco regulatório para esse setor;

Terceiro é uma política que possibilitem aumento da concorrência no setor para permitir que novas empresas entrem. Uma melhor regulação do uso de infra-estrutura e uma política de expansão dessa infra-estrutura para que a gente não observe restrições na utilização dos aeroportos como tem sido observados nesse momento. Qual o meu papel e qual a minha experiência nesse setor que eu posso oferecer? Eu tenho trabalhado há sete anos na Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, que é o órgão da Fazenda que participa do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. E ele também é o órgão que participa das políticas regulatórias pelo Ministério da Fazenda em toda discussão de política regulatória. Ele então é o braço da Fazenda nessas discussões e participou de todos esses processos. Além disso, nós temos experiências em todos os processos de fusões e aquisições do setor, e nas análises de condutas anticompetitivas e no desenvolvimento de políticas para a abertura do setor. O papel das CAS(F), sempre foi um papel de supervisão regulatória e a participação do setor veio sempre por conta disso, e através da participação nos comitês técnicos, principalmente nos comitês de Assessoramento do Conselho de Aviação Civil.

Bom, são as rápidas palavras que eu queria colocar. Queria colocar a disposição dos Srs. Senadores para qualquer questionamento, estou à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Marcelo Pacheco

dos Guaranys pela exposição. Tenho a honra de conceder a palavra ao Dr. Alexandre Gomes de Barros para que ele possa também fazer aqui a exposição acerca do seu plano de trabalho.

SR. ALEXANDRE GOMES DE BARROS: Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito bom dia ou boa tarde, Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras. Muito obrigado também ao Relator, Senador Adelmir Santana, e muito obrigado a todos os Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras que estão presentes e todos estão na audiência.

É para mim motivo de muita honra e muito prazer estar aqui nesta Casa hoje como indicado à Diretoria da ANAC pelo Ministro da Defesa. Caso aprovada pelos senhores, esta honra também passará a ser uma enorme responsabilidade. Eu não me iludo e peço aos senhores e senhoras que também não se iludam. Nós temos uma longa e árdua tarefa pela frente.

Eu vou procurar não me alongar muito, eu gostaria de fazer apenas uma curta exposição sobre a situação atual do transporte aéreo no Brasil.

Transporte aéreo no Brasil vem crescendo a taxas superiores a 10% ao ano. Fruto tanto de um fenômeno local que é o crescimento da economia do País, como de um fenômeno global, que é a popularização dos serviços de transporte aéreo observada em todo mundo. Não apenas no Brasil. Infelizmente o crescimento da infra-estrutura do transporte aéreo no País não acompanhou o crescimento da demanda. Estes... Este é também um fenômeno global. A expansão da infra-estrutura aeroviária e aeroportuária é de longa e difícil execução não apenas no Brasil, mas todos os países do mundo. Vou citar alguns exemplos. Em Londres cujo sistema aeroportuário também se encontra num ponto muito próximo da saturação, a aprovação de um projeto de um novo terminal de passageiro no aeroporto de Heathrow em Londres, levou simplesmente sete anos. Apenas a aprovação do projeto. Sete anos. Em Boston, nos Estados Unidos, o projeto de uma nova pista de pousos e decolagens para o aeroporto de Logan já se arrasta por mais de duas décadas. Como podem ver, Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras, a inércia na expansão na infra-estrutura do transporte aéreo não é uma limitação do Brasil, mas sim uma característica deste sistema tão complexo que é a Aviação Civil.

Em uma situação normal, essa característica exige planejamento de longo prazo. Nós precisamos ser capazes de prever esses problemas muitos anos antes deles ocorrerem. Porque senão não teremos condições de resolvê-los quando eles vierem a ocorrer. Infelizmente no, entanto, a situação atual do transporte aéreo no Brasil exige ações imediatas. Nós não podemos nos dar ao luxo de esperar cinco, dez anos para resolver os problemas atuais da Aviação Civil. Precisamos agir

mais rapidamente, precisamos de soluções imediatas que permitam o retorno do sistema à normalidade no prazo mais curto possível. Mas precisamos também ter sempre em mente que essas medidas de curto prazo são emergenciais, e ter muito cuidado para que essas medidas emergenciais não prejudiquem ainda mais o sistema no futuro. Eu comparo essa situação a situação de um paciente enfermo. Quando o paciente está enfermo, é preciso medicá-lo para que ele volte a se sentir melhor em pouco tempo. Mas é também essencial que tomemos cuidado para que o medicamento não deixe seqüelas permanentes. Matar o paciente para curar a doença não é uma opção. Nós precisamos ter muito cuidado com isso.

Por ser um sistema tão complexo, as funções de regulação, fiscalização, planejamento, projeto, operação e tantas outras da Aviação Civil, são atribuídas a diferentes órgãos do Governo e da comunidade da Aviação Civil. Essa divisão de atribuições é natural. Necessária até. O que não é natural é que cada um desses órgãos trabalhe isoladamente atendendo a objetivos próprios. É essencial que haja um diálogo e uma coordenação das atividades entre todos esses órgãos, com transparência, troca de informações e dados, e alinhamento dos seus objetivos. No final, todos têm um padrão comum que é o povo brasileiro. E o bem-estar do povo brasileiro é o objetivo final de qualquer órgão público.

O Ministro Nelson Jobim já deixou bem claro essa necessidade com a criação do Conselho Nacional da Aviação Civil, e a criação da Secretaria da Aviação Civil. É preciso agora então dar continuidade a esse esforço de contribuição e diálogo, inclusive com a expansão do diálogo com as comunidades acadêmica e profissional.

Para encerrar então, Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras, eu gostaria de lembrá-los que a ANAC, com qualquer que seja a composição da sua Diretoria, não pode realizar suas tarefas sozinha. Precisarão do apoio do Congresso, do Governo Federal e da grande comunidade da Aviação Civil do Brasil. Por isso peço-lhes encarecidamente seu apoio, não apenas hoje nessa sabatina, mas também nas semanas, meses e anos de trabalho árduo que virão pela frente. Eu permaneço à disposição de V.Ex^{as} para responder as questões que estou certo serão muitas e pertinentes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Alexandre Gomes pela exposição de motivos acerca do seu plano de trabalho, e gostaria de informar aos Srs. Senadores, ao nosso querido Vice-Presidente, Senador Delcídio, a todos os Senadores e Senadoras, que nós fizemos

uma inversão aqui da ordem natural desse... E da rotina desse tipo de argüição, à medida que os Relatores ainda não estavam presentes. Com a chegada deles, eu passo agora a palavra ao Senador Adelmir Santana para que possa proferir o seu Relatório acerca da indicação do Dr. Alexandre Gomes de Barros, logo após ao Senador Sérgio Guerra, que vai relatar o processo do Dr. Marcelo Pacheco, e eu pediria aos Senadores, a todos Senadores que permanecessem porque nós vamos depender de quórum qualificado para a deliberação sobre as Emendas do PPA. O Senador Sérgio Guerra é o Relator, já está com o Relatório pronto, então essa Sessão hoje tem três finalidades: Discutir e votar, deliberar sobre as Emendas ao PPA, as Emendas da Comissão, deliberar acerca das indicações para a ANAC e deliberar sobre outras matérias terminativas e não terminativas. Eu pediria a V.Ex^a, Senador Dornelles, que aguardasse o outro Item da pauta que é o PPA que vai depender de quórum qualificado. Eu vou pedir só que os Relatores apresentem seus relatórios para depois a gente iniciar o processo de votação. Com a palavra o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Marconi Perillo, Srs. Senadores, Dr. Alexandre, Dr. Marcelo, por meio de mensagem ao Senado Federal de nº. 172/2007, nº. 751 de 11 de outubro de 2007 na origem, o Exm^o. Sr. Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Alexandre Gomes de Barros para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, trata-se nesse caso de complementação do mandato de Denise Maria Ayres Abreu ocupante do cargo ao qual renunciou. Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "F" da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal à aprovação prévia por voto secreto após a argüição pública da escolha de titulares dos cargos enunciados na própria Lei Maior e de outros que a lei determinar.

Autarquia especial vinculada ao Ministério da Defesa, a ANAC foi criada por Lei nº. 11.182 de 27 de setembro de 2005. Do art. 8º dessa norma são fixadas as principais competências da ANAC. A agência deverá adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento de fomento da Aviação Civil da infra-estrutura Aeronáutica e aeroportuária do País atuando com independência, legalidade, impessoalidade e publicidade competindo-lhe entre muitas outras atribuições. Implementar em sua esfera de atuação a política de Aviação Civil, regular e fiscalizar a outorga de serviços aéreos, conceder, permitir ou autorizar a exploração de serviços aéreos, regular e fiscalizar a operação de serviços aéreos prestados no País por empresas estrangeiras observados

os acordos tratados e convenções internacionais que sejam parte da República Federativa do Brasil, bem como regular as condições e a designação de empresa aérea brasileira para operar no exterior.

Em seu art. 12, a mencionada lei estabelece que os Diretores da ANAC serão brasileiros de reputação ilibada formação universitária e elevado conceito no campo da especialidade nos cargos para os quais serão nomeados pelo Presidente da República após serem aprovados pelo Senado Federal. A indicação que hora se examina preenche plenamente os requisitos legais. Graduado em engenharia civil pela Universidade Estadual de Campinas, a UNICAMP, em 1991, com mestrado em pesquisa operacional e transporte pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, em 1994 e doutorado em engenharia de transportes pela Universidade de Calgary, no Canadá, em 2001. Instituição na qual é professor, o Sr. Alexandre Gomes de Barros ostenta vasto currículo tanto no aspecto acadêmico quanto no que se refere à prática profissional. Sua experiência em engenharia de transportes efetivou-se exatamente na área para o qual foi indicado. Qual seja? A de transporte aéreo de aeroportos. Trabalhou no planejamento de transporte aéreo e de sistemas inteligentes de transportes no Brasil e no exterior. Tendo atuado em vários projetos aeroportuários internacionais tais como no Canadá, e o de Person(F), em Toronto, e de Trudeau em Montreal. Nos Estados Unidos o de Atlanta e de JFK em Nova York, e o de Tacoma em Sidney e de Logan em Boston, além de outros terminais aéreos na Europa e na Ásia.

Com vários artigos e trabalhos técnicos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros, mereceu entre outros prêmios o de melhor artigo do jornal de engenharia de transportes conferido em 2004 pela Sociedade Americana de Engenharia Civil. Em síntese, as informações contidas no currículo anexados à mensagem de nº. 172/2007 demonstram que o Sr. Alexandre Gomes de Barros reúne os atributos requeridos para o exercício do cargo para o qual foi escolhido pelo Exm^o. Sr. Presidente da República.

Nesses termos submeto à indicação constante da referida mensagem presidencial à apreciação e julgamento desta Comissão. Esse é o nosso Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao Senador Adelmir pelo enorme contribuição em ter relatado esse processo e concede ato contínuo à palavra ao ilustre Senador Sérgio Guerra para relatar a mensagem de indicação do Dr. Marcelo Pacheco dos Guarany's.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Presidente, eu vou... Eu tenho um Relatório aqui escrito, não sei se devo lê-lo, ou fazer considerações gerais sobre o indicado que me parece bastante convincente. Desde os últimos acontecimentos que envolveram a crise no setor aéreo e acontecimentos que atingiram outras instituições aí do ponto de vista crítico, tem sido orientação nossa, no plural, não apenas minha, mas de vários Senadores no meu partido e de outros partidos à idéia de que a aprovação de personalidades para atuação em organismos estatais, ou em agências, devem ter um requisito básico de especialização. Na fora de qualificação adequada, aspectos de personalidades não são tão relevantes. É claro que devemos aprovar para atividades irrelevantes, importantes, gente que tenha características pessoais de credibilidade, de competência, de honrabilidade, enfim, que possam ter função pública e desempenhá-la de maneira honesta. Mas ainda não é essa a prioridade. A prioridade é de fazer a escolha de personalidades que tenham verdadeiramente adequação para as tarefas para as quais estão indicadas.

Eu tenho acompanhado as indicações feitas agora para a agência que é objeto da nossa discussão de hoje, e elas preenchem amplamente essa expectativa. Ainda dias atrás, o próprio Ministro me explicou sobre o conjunto que ele estava formando, tentando formar. Conjunto que envolvia competência, experiência, enfim, adequação. E é preciso que a gente tenha na cabeça a idéia de dotar essas instituições de quadros que tenham características permanentes. Que não possam refletir personalidades do Governo, ou conjunturas de Governo, mas ao invés disso uma estabilidade necessária para que as agências funcionem para curto, médio e longo prazo de maneira consistente. Produzindo um quadro de confiança, produzindo um quadro de desenvolvimento para curto, médio e longo prazo, dando possibilidades para o planejamento, enfim, escolhas que preencham esse quadro que parece bastante óbvio e sensato. A escolha que me foi dada a relatar, Dr. Marcelo, preenche exatamente essas características. Ele conhece regulação, trabalhou na área de regulação próxima ao setor, e completa o conjunto que está sendo indicado pelo Ministro Jobim com absoluta responsabilidade pública e com o apoio inclusive do nosso partido que está representado pelo Senador Marconi Perillo nessa Comissão, que foi administrador público, bem sucedido, e sabe como todos nós sabemos da importância de fazer escolhas que tenham lógica, que tenham sentido, e que passem segurança para a sociedade no sentido mais amplo e para os investidores, para os que atuam no setor.

Então o nosso voto é favorável à indicação do Dr. Marcelo Pacheco dos Guaranys por preencher amplamente essas condições. Tive uma conversa com ele, é uma pessoa que passa equilíbrio, passa bom senso, e tenho certeza que vai ser bem sucedido nas elevadas responsabilidades que passará a assumir. O nosso voto, portanto, é a favor do indicado.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agradeço ao ilustre Senador Sérgio Guerra pela colaboração, e nesse momento eu gostaria de suspender o processo de arguição para que nós possamos apreciar o Item 01 da pauta, daqui a pouco a gente volta ao processo de arguição que a gente precisa de quórum qualificado para votar as Emendas do PPA. Passo a palavra ao Senador Sérgio Guerra para apresentar o seu parecer sobre as Emendas ao PPA. Logo a seguir a gente volta o processo de sabatina.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, só uma questão de sugestão. Durante o período que os Senadores farão uso da palavra, o senhor não poderia já abrir o processo?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou abrir. Só pediria aos Srs. Senadores que aguardassem a leitura do Parecer do Senador Sérgio Guerra sobre o PPA, porque hoje é o último prazo, e em seguida já abro.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Outro apelo que gostaria de fazer. O Item 07 da pauta é um projeto nosso. O Senador Flexa--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pretendo deliberá-lo.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu gostaria de pedir para retirar de pauta esse projeto hoje que eu ainda quero tentar uma última conversa com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Perfeitamente. Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Presidente, Marconi Perillo, eu tentei fazer um exame das propostas ao PPA, e faço algumas considerações iniciais. Os nossos Planos Plurianuais eles não ganharam qualidade no tempo. Desde governos anteriores ao controle da inflação, quando a inflação estava absolutamente desequilibrada, por razões óbvias, quando o planejamento era mais difícil, esses planos têm sido obras de ficção. Depois, é inexplicável que o Brasil tendo hoje um quadro de inflação controlada não tenha avançado na direção do planejamento real. De

passar consistência, credibilidade e efetividade para o seu planejamento e médio prazo ou de longo prazo. Os PPAs têm sido até hoje demonstração de intenção e não roteiros para a organização de orçamentos anuais que sejam compatíveis com o objetivo de curto, médio e longo prazo. Como deveriam ser. Fato concreto é que essa noção de construção no tempo, apesar do Brasil ter superado a inflação, ter um quadro de reajuste de relativo controle fiscal, não prosperou. Não prosperou entre outras razões porque os orçamentos anuais, eles próprios já são obras de ficção. Desconsiderados, desestruturantes ao invés de estruturantes. A contribuição do Congresso, a formação da peça do orçamento ao invés de ser construtiva não é construtiva. É depreciativa. Eu não estou entrando no capítulo da honestidade, nem dos critérios de transparência, nada disso. Não estou entrando nesse plano aí que agrada a imprensa, mas não agrada os fatos. Estou falando rigorosamente sobre o ponto de vista técnico. As Emendas apresentadas ao orçamento são elas já defeituosas. A aprovação do orçamento é feita de forma defeituosa também porque ninguém dá parecer verdadeiro sobre a Emenda. Ninguém aprova uma Emenda porque ela é mais importante ou menos importante. Porque ela é mais prioritária ou menos prioritária. Mas porque ela da autoria deste Senador ou daquela bancada, ou daquela Comissão. Então esse erro na origem se produz com muito mais amplitude no PPA que é uma coisa mais marota do ponto de vista dos Senadores, dos Deputados, e do País.

Eu peguei aqui as Emendas, Presidente Perillo, e vi com a Assessoria, a maior parcela delas não pode ser admitida. Primeiro porque muitas delas não dizem respeito ao Ministério. Segundo, a área dessa Comissão. Segundo, porque muitas delas ferem o princípio de que a nova instrução indica que só podemos aprovar programas, projetos, para uma obra. E não para duas ou três obras. Para evitar o que aqui tomou a denominação de rachadinhos. E terceiro porque muitas Emendas que estão apresentadas aqui elas são destinadas a objetivos estaduais. Mesmo que esses objetivos estaduais tenham funções que possam ser compreendidos como regionais ou nacionais. O campo das Comissões são Emendas nacionais. Até três anos atrás havia Emendas regionais. Cada região do Brasil tinha, se não me engano, três ou quatro possibilidades de fazer Emendas regionais. Mas isso caiu não. Está valendo mais. Então as Emendas de caráter regional, aquelas que são... Que superam limite estadual de obras que passam de um Estado para outro também podem ser aprovada. Mas aquelas que dizem respeito as obras locais, estaduais, mesmo que estruturantes, mesmo com consequência mais do que local não po-

dem ser aprovadas. Nós não podemos admiti-las aqui porque serão admitidas depois no Senado na própria Comissão de Orçamento.

Fiz uma seleção rápida aqui de quatro Emendas, apenas quatro que preenchem essas condições. Não estou entrando no mérito delas. É porque elas são inadmissíveis. Não havia outras para escolher. Essas são.

Então, são... São a primeira Emenda... Manutenção de trechos rodoviários... A primeira. Construção de ponte entre o rio Paraná e seu acesso ligação Castilho, São Paulo, Três Lagoas, Mato Grosso do Sul BR-262. Vetor logístico do centro sudeste. A segunda, construção de Ferrovia Cascavel, Pará, Dourados, Mato Grosso do Sul, Maracaju, Mato Grosso do Sul. Paraná e... Emenda nº. 12. Não é isso? A terceira. São as classificáveis. A terceira. Implantação de sistema de escoamento de combustíveis poliduto Paraná, Pará, ligação do Estado do Mato Grosso do Sul via Campo Grande Bataguá até o Estado do Mato Grosso.

Emenda 21. Construção de trecho rodoviário divisa Goiás-Mato Grosso entroncamento BR-153, BR-070 no Estado de Goiás. Vetor logístico centro sudeste. Emenda de nº. 08. Essas quatro.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Deixa eu levantar aqui uma questão. Não estou querendo botar gosto ruim, não, mas nós estamos aprovando Emenda do PPA para programas nacionais que são Emendas de Comissão. Emenda de Comissão, quando ela tem especificação, destinação específica de determinado Estado ou determinada obra específica, ela é descredenciada na Comissão de Orçamento porque não tem o caráter nacional. Então eu não sei se essas Emendas... Não conheço detalhes das Emendas, estou pegando andando, mas...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): As outras Emendas que estão aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romero, isso é o caráter do relatório do Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): As outras Emendas aqui, Senador Romero, são todas locais. São obras estaduais. Como as Emendas não existem mais no orçamento, foram destruídas, elas não existem mais, tem sido tradição das comissões e da própria Comissão aceitar, aprovar Emendas que tenham caráter mais de dois Estados. Que caracterizam não o projeto local, mas o projeto que pelo menos dois Estados. E sobre esse critério que não é brilhante, nem restrito, que essas foram aprovadas. Porque senão não seria possível aprovar Emendas para programas em dois Estados. Na rodovia que saísse de um para outro. Que elas não teriam condição nacional nem condição

local. Elas têm sido admitidas nesse plano das condições. Até porque nenhum Estado vai fazer Emenda para isso. O Estado faz para ele próprio, e não para dois Estados nas Emendas de bancada estadual. Por isso essas foram admitidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Sérgio Guerra pela Relatoria. Já estão inscritos Senadores Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro e Delcídio Amaral.

Eu queria registrar com prazer a presença dos acadêmicos da Universidade Católica de Goiás, da Faculdade de Direito. Agradeço a todos pela presença.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu ia falar algumas Emendas que não dizem respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Sérgio Guerra, Relator do PPA.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Algumas Emendas que tratamento do cancelamento. [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Sérgio Guerra, um instante. Eu vou possibilitar ao Senador Francisco Dornelles excepcionalmente que vote nos indicados para a ANAC. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): São Emendas aqui que tratam de internacional da área de petróleo. Uma, duas, três, quatro Emendas. Esse plano... O problema é que esses programas aqui não têm metas. Inconcebível um Plano Plurianual sem metas. Os Planos Plurianuais existem exatamente para definir metas anuais. Que são construídas ao longo do período da vigência desse plano. São viabilizadas ao longo do período da vigência desse plano. Uma Emenda que não estabelece metas, não devia estar no PPA. Uma iniciativa que não estabelece metas não devia estar no PPA. Por isso estou propondo o cancelamento de várias iniciativas que têm essa característica.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concluído o parecer de V.Ex^a, Senador Sérgio Guerra? Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu quero louvar aqui a atitude do Senador Sérgio Guerra de uma maneira bem franca mostrar as dificuldades que nós estamos convivendo com o orçamento. Muito bom que o Senador Dornelles esteja aqui, pediria inclusive que ele nos socorresse nesse minuto dessa discussão.

Quero crer, Sr. Presidente, não sei se pode por causa do tempo, e se possível fosse seria importante, que V.Ex^a abrisse um prazo para essas Emendas. Nós

não conseguimos preencher as cinco Emendas a que a Comissão tem direito.

Então, a minha sugestão era que o prazo fosse reaberto, se houver possibilidade. Caso não haja, nós vamos perder uma Emenda, o que é péssimo.

Agora, Ministro Dornelles, Senador Sérgio Guerra chamou atenção de um fato que eu queria chamar de toda esta Comissão. Presidente Marconi Perillo, Senador Sérgio Guerra chamou atenção aqui para a questão das rachadinhas. As rachadinhas é um nome maldito que foi dado à divisão de Emendas por empreiteiras. Criou-se uma revisão no modelo orçamentário no final do ano passado aonde se acabava com a divisão de recursos para obras. Quero dar um exemplo para ser bem claro. Sem a divisão que o Senador Sérgio Guerra fala, se eu destinar para o Estado do Piauí 20 milhões para a construção de uma estrada que custa cinco, e é muito comum porque meu Estado tem demanda menor, eu estou fadado a duas coisas. Ou fechar os olhos para superfaturamento, ou jogar o dinheiro que o Estado teria direito, fora. O que se fez o ano passado, e nós somos culpados até porque concordamos com a aprovação, geralmente essas aprovações são feitas por acordo em final de ano, é um crime contra os Estados menores. Eu quero chamar atenção de Mato Grosso, quero chamar atenção dos Estados do norte e do Estados do nordeste. Isso só vai atender aos grandes Estados, Senador Marconi, e as empreiteiras. Não sou contra empreiteira. Acho que empreiteira tem que executar obra, mas não definir o orçamento dessa Casa. A definição orçamentária do País tem que ser dos Senadores. E essa é uma questão, eu chamei muita atenção, Senador Sérgio Guerra, o ano passado para este fato. Já conversei com o Senador Dornelles, acho que temos ainda que encontrar uma oportunidade de resolver. Evidentemente que acabando com a pulverização excessiva de recursos, mas dando pelo menos limite para quatro obras, ou cinco obras com o mesmo objetivo. É o mínimo, Senador Dornelles, que se pode fazer para que não haja um prejuízo grande para regiões mais carentes do País. Não sei se tem aqui, mas...

Aonde tem aqueles rapazes de pasta, com cabelo [ininteligível] os lobistas das empreiteiras ficaram rindo de boca a boca com a burrice que nós fizemos. Nós Senadores e nós Deputados de tirar a oportunidade de atender as demandas sociais do Estado e encher o bolso gordo de empreiteiras e de empreiteiras. Porque nós temos aquelas que prestam serviços e cumprem com suas obrigações. E tem aquelas que depois nos levam aos escândalos nacionais por malversação de recursos e por não cumprir o acertado dentro do cronograma de obras. Daí porque, Sr. Presidente, eu apro-

veito essa oportunidade, lamento não poder mais fazer nada, vamos perder uma Emenda, mas pelo menos é um alerta que eu faço com a presença do Ministro Dornelles que é da Comissão dessa sala.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Depois Senador Delcídio. Senador Flexa Ribeiro, eu pediria máxima brevidade possível em função da pressa dos Senadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É bem rápido que eu quero inclusive pedir o apoio de V.Ex^a. Nós fizemos aqui semana passada uma Audiência Pública em que tratamos da norte-sul. V.Ex^a presidiu Audiência Pública com a presença do Ministro Alfredo Nascimento e do Presidente da Valec. Eu queria propor ao nosso Relator, Senador Sérgio Guerra, uma Emenda já que nós temos uma quinta Emenda ainda de Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Sérgio Guerra, uma proposta a V.Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para que nós pudéssemos, Senador Sérgio Guerra, incluir como Emenda da Comissão a construção do trecho norte-sul que liga Açailândia no Maranhão, a Belém no Estado do Pará. Na ocasião da Audiência Pública, o Presidente da Valec e o Ministro do Transporte disse que teríamos que colocá-la no PPA para que ela pudesse, Senador Jayme Campos também participou da audiência, então seria a ligação transformando realmente, Senador Sérgio Guerra, a ferrovia norte-sul, começando lá no Pará e indo até o Espírito Santo com os trechos que já estão em andamento. Eu pediria a V.Ex^a o acatamento dessa Emenda para a construção desse trecho ferroviário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Sérgio Guerra, eu sugiro caso V.Ex^a acolha essa proposta que também seja incluído o trecho Anápolis a Santa Fé do Sul em São Paulo. Porque realmente a norte-sul se transformaria numa ferrovia de integração norte-sul no Brasil. Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Presidente, eu tenho que examinar isso com um pouco mais de cautela. Porque a mesma Emenda pelo Relatório atual não pode ter Emenda para mais de uma obra.

Então, eu estou aqui com a Emenda do Senador Zé Maranhão, que ele pretende fazer uma ligação da ferrovia transnordestina de Pernambuco para Alagoas. Seria até lógico que a gente fizesse uma Emenda geral para ferrovias. Mas a gente não pode botar mais de uma obra na mesma Emenda. A gente teria que fazer uma Emenda geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A sugestão é fazer uma geral. Com a palavra Senador Delcídio Amaral, logo após Senador Eliseu Resende.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu queria, primeiro, justificar a importância, especialmente das Emendas apontadas... Apresentadas pelo Senador Valter Pereira, do meu Estado, o Mato Grosso do Sul, principalmente com relação ao poliduto, o Estado de Mato Grosso do Sul vai receber muitos investimentos na produção de etanol, e esse poliduto ele é fundamental para que ele sai de Campo Grande, vai até o porto de Paranaguá, há uma previsão futura de que ele chegue até Cuiabá, e nós enviamos etanol e recebemos diesel e gasolina vindos da refinaria lá de Araucária.

Portanto, esse projeto é fundamental sob o ponto de vista de infra-estrutura. E vejo com satisfação que essa Emenda foi acolhida pelo nobre Senador Sérgio Guerra.

A outra, que diz respeito ao Ministério dos Transportes, é a construção dessa ponte em Três Lagoas lá em Castilho. Essa ponte é absolutamente fundamental porque ela representa a infra-estrutura mais importante para o projeto da International Paper e da Votorantim na produção de papel e celulose na divisa com São Paulo, projeto esse de mais de um bilhão de dólares. A outra questão também que eu gostaria de apontar, além do poliduto, e além da construção dessa ponte entre Três Lagoas e o Estado em Mato Grosso do Sul e o Estado de São Paulo, eu gostaria de destacar também e que foi... E o Senador Sérgio Guerra entendeu como compatível, é a Ferro Oeste. É a ferrovia que saindo do Paraná chega até Dourados, até Maracaju. Essa é uma região altamente produtiva e o escoamento será eficientizado(F) com os investimentos nessa ferrovia. Agora, Sr. Presidente, nós temos quatro Emendas onde eu registrei três que impactam, entre outros Estados diretamente o Mato Grosso do Sul. E eu gostaria de perguntar ao Senador Sérgio Guerra por que é que a Emenda de nº. 20, relativa a sistemas de transmissão de energia nas áreas do Estado de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, elas não foram contempladas... Não entendi, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ah, perfeitamente. Retiro o meu questionamento. Sr. Presidente, a única... Eu gostaria só de fazer um registro, que, na verdade, acho que a nomenclatura aqui não foi adequada. Essa linha de transmissão, Senador Heráclito, ela é uma linha que sai de Goiás e vai a Mato Grosso do Sul. É uma linha de 500 KV. Fundamental

para garantir o suprimento energético do Estado. Acho que talvez, Senador Sérgio Guerra, é que não é... O intuito foi dizer que essa linha ela vai trazer benefícios para vários Estados. Mas é uma linha que sai da divisa de Goiás com Mato Grosso do Sul e chega a Campo Grande. É uma linha só. Não. Ela sai na divisa de Goiás com o Mato Grosso do Sul, cruza a região norte do meu Estado e vai até Campo Grande. Mas evidentemente que essa linha vai trazer benefícios energéticos para vários Estados brasileiros. Inegavelmente. Agora, ela sai de Goiás. É uma só obra, mas que traz benefícios para o suprimento energético de toda a região centro-oeste.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Vamos pensar isso de maneira clara. Por exemplo, tem uma Emenda do Senador Dornelles para a construção do porto no Estado do Rio de Janeiro. Ora, construção de um porto tem alcance estadual, regional e internacional. Não apenas local. Porém, é uma obra no Estado do Rio de Janeiro. Eu pessoalmente não fui quem escreveu isso nem orientou essas rotinas. Mas nós não podemos aprovar Emendas em Comissão que tem por finalidade a construção de uma obra num único Estado. A interpretação de poder aprovar Emendas que tenham origem no Estado e se continuem no outro Estado, já é uma interpretação generosa nossa. Não é segura. Mas tem sido aceita. Quer dizer, quando uma Emenda ela... A obra perpassa mais de um Estado, vai de um Estado a outro, então as iniciativas se dão em dois Estados, evidente tem que ter um espaço no orçamento para aprovar iniciativas desse tipo. Antigamente havia Emendas regionais que foram abolidas. Não existem mais. As bancadas estaduais não podem fazer Emendas para o Estado do Pernambuco e para o Estado da Paraíba. Fazem para Paraíba ou fazem para Pernambuco. Cada uma das suas bancadas. E são as Comissões têm cumprido essa tarefa de fazer Emendas para mais de um Estado. Agora, Emendas que dizem respeito a construção num único Estado não tem sido aprovadas em Comissões. Não podem ser aprovadas.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Agora, Senador Sérgio Guerra, só para esclarecer. Senador Sérgio Guerra, dentro desse conceito que... Dentro do critério absolutamente e correto que V.Ex^a adotou com relação a outras Emendas aceitas, eu entendo que o projeto dessa linha de transmissão está absolutamente aderente ao mérito--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): A obra no Mato Grosso do Sul e onde mais?

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Goiás. Goiás... sai de uma subestação em Goiás, na divisa com o Estado, e vai até Campo Grande, Senador Sér-

gio Guerra. Na verdade, isso não é uma obra... Aqui acho que o intuito do texto do Senador Valter Pereira é mostrar que ela--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Tudo bem. Temos um problema para resolver. Depende da autorização do Presidente ou do Plenário. Se houver um entendimento em torno de uma nova Emenda, e não essa, eu tenho que aprovar a Emenda como ela está escrita. Nada a opor. Apenas a gente já aprovou quatro Emendas e temos uma única reserva, única vaga. E a demanda de ferrovia, essas aprovações já favoreceram o Mato Grosso do Sul e outros Estados da área. E Emendas de ferrovia que nós estamos tentando equacionar no programa geral que não foram atendidas. Porque houve uma Emenda do Senador Zé Maranhão com a finalidade no nordeste, outra Emenda do Senador Flexa Ribeiro com finalidade na área do Pará, enfim, e há outras iniciativas assim que a gente estava tentando equacionar nesse quinto espaço para programas ferroviários no País. Sem determinar exatamente a localização desses programas porque a gente anularia a nossa proposição que está nessa Comissão. A gente teria duas vagas para uma única aprovação. Aliás, uma vaga para duas aprovações.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Sérgio Guerra, nesse mesmo assunto. Só para... Ele citou aqui sobre a Emenda... Emenda do Senador Dornelles. Essa Emenda do Senador Dornelles foi acatada?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Asseguro a palavra para conclusão ao Senador Delcídio.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu só gostaria de perguntar ao Senador Sérgio Guerra--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Permite um aparte? Eu queria dar uma sugestão ao Senador Delcídio, as quatro Emendas são da região dele.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Uma é de minha autoria.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Uma é de sua autoria. Então se pegaria as outras Emendas do Valter Pereira e daria prioridade, deixaria essa aberta para atender as ferrovias. Se a prioridade for energia, atende energia. Entendeu? E aí contemplaria outra região. Agora, Sr. Presidente, quero chamar mais uma vez a atenção. Esse modelo desse ano engessou os Estados pequenos, engessou regiões. Se cometeu aqui um crime. E hora ainda de se fazer uma revisão com relação a isso. Está se vendo aqui as dificuldades que vamos ter, Estados pequenos para fazer obras regionais ou para fazer obras com

abrangência maior. Não pode ser desdobrado. Quero chamar atenção para este fato. Muito obrigado.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Palavra pela ordem ao Senador Francisco Dornelles e depois inscrito para debater o Senador Eliseu Resende e logo após V.Ex^a.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): [pronunciamento fora do microfone]... Até para pensarmos futuramente, não no dia de hoje. Existe uma estrada que atravessa vários Estados. Uma ferrovia. Mas é impossível um porto atravessar vários Estados. De modo que o porto ele geralmente é uma obra nacional. Mas o entendimento, o Senador Sérgio Guerra nos explicou muito bem, o local onde está situado, nós vamos chegar à conclusão que jamais a Comissão de Infra-Estrutura poderá fazer Emenda para porto. Quer dizer, o porto é excluído. Porque o porto está sempre num Estado. Esse é o ponto que temos que pensar e concordo com o Senador Heráclito Fortes pensar futuramente quando nós tivermos que examinar o regimento da Comissão de Orçamento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu apresentei uma Emenda que não tem a intenção de competir com nenhuma outra Emenda, nenhum outro projeto. Mas eu gostaria de colocar aqui, acho que é um assunto relevante a consideração dessa Comissão de Infra-estrutura.

Em 2002 o Governo editou uma Medida Provisória 82 transferindo estradas federais para os Estados. 17 mil quilômetros. E o Governo entende que já transferiu definitivamente essas estradas para os Estados. Eu me refiro aos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás. São 17 mil quilômetros. O Governo Federal entende, entendeu que já transferiu essas estradas aos Estados, mas os Estados não as receberam porque as estradas estão em péssimas condições de tráfego, e eles não têm condições de investir nas estradas.

Com isso o Governo Federal não colocou essas estradas no orçamento de 2008 e pretende não colocar no orçamento de... Nos orçamentos subsequentes. Porque isso comparece com um ditame da Medida Provisória 82.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Eliseu, nós estamos perdendo quórum para votar, pediria a V.Ex^a que conclua-se. Depois eu passaria de novo a palavra a V.Ex^a.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Está bem. A idéia é eliminar 17 mil quilômetros de estradas federais do limbo. Essas estradas não são nem federais nem estaduais.

Então, eu estou com uma Emenda autorizando a União a investir na conservação das estradas, motivo da Medida Provisória 82 até que a sua transferência para os Estados se concretize. Eu estou à disposição dos membros dessa Comissão, inclusive a disposição de V.Ex^a, quando V.Ex^a era Governador do Estado quando essas estradas foram transferidas e elas hoje não são contempladas no orçamento de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Sérgio Guerra, muito pertinente o que coloca aqui o Senador Eliseu Resende. Gostaria de ouvir a manifestação de V.Ex^a.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Presidente, eu tinha uma certa dúvida nessa matéria. Mas não tenho mais. Rigorosamente não é uma questão orçamentária. Essa é uma matéria de política pública.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É uma Emenda de redação.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): A questão objetiva que nós temos que aprovar aqui são programas e metas. E não determinações de políticas públicas. Não é matéria orçamentária.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está encerrada a discussão. Como vota o Senador Dornelles? Senador Expedito? Como vota? Com o Relator? Senador Jayme Campos.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nós vamos perder o quórum, Senador. Um minutinho. Senador João Tenório, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o Relator, mas eu gostaria de esclarecer. Fica a quinta Emenda...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Certamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Sérgio Guerra. Eu voto favorável. Como vota nosso Senador Maranhão? Já passo a palavra a V.Ex^a. Está aprovado.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB): Sr. Presidente, Srs. Senadores eu quero aqui apenas concordar com o Senador Dornelles quando sutilmente critica o espírito da Resolução nº. 01, que foi feita de boas intenções. Mas dizem que de boas intenções

o inferno está cheio. Lá na Comissão de Orçamento nós temos tido a mesma dificuldade em relação a alguns dispositivos a Resolução nº. 01. Por exemplo, o que alegou aqui o Senador Dornelles. A questão dos portos. Como definir um porto dentro dos conceitos restritivos da Comissão? Qual é o porto que pode ter o caráter nacional se a análise que nós fazemos do porto é uma análise meramente física? O porto está em alguma parte do território nacional. Estará sempre num Estado, no Município, ou até numa vila. Mas esse não pode ser um conceito único para definição de um porto como um instrumento do desenvolvimento regional ou nacional. Porque o que existe é uma política de portos para o Brasil inteiro. Aliás, uma política que até hoje tem sido muito errada. O Brasil, desde que ingressou na era do automobilismo, quando o Presidente Juscelino trouxe para o Brasil a indústria automobilística, que o conceito de transporte foi totalmente equivocado. O Brasil acabou com o transporte ferroviário e acabou também com o transporte aquaviário. Tanto marítimo quanto fluvial. Isso parece-me um absurdo com a extensão territorial que nós temos. Nós escolhemos o modelo de transporte mais caro que existe no mundo. O transporte... Afora, naturalmente, o avião. O transporte rodoviário. E o Brasil ficou aí no impasse. Nem tem transporte rodoviário que preste porque a nossa malha rodoviária é inteiramente insuficiente, e mal conservada, todo mundo conhece essa realidade. **Eu acho que a oportunidade de se incluir no orçamento da República recursos, não só para o porto de Cabedelo, que é o porto da minha terra. O único porto por sinal, na Paraíba.** Mas para melhorar e ampliar, todos os portos do Brasil, se inaugurando um novo modelo de transporte. O transporte rodoviário é um dos custos altos da economia nacional. E parece que por esse espírito na Resolução nº. 01 nós vamos continuar como antes. Investindo pouco ou nada nos portos do Brasil.

De outra parte eu quero concordar com o Relator em relação à Emenda 29. Conforme já revelou aqui o **Senador Sérgio Guerra, ele pretende apresentar uma Subemenda de Relator, pelo que eu estou sentindo, que daria uma abrangência maior a esta Emenda que é um corredor da zona da mata,** portanto, está dentro do espírito porque **abrange vários Estados da Federação. Mas, de minha parte, nenhuma restrição à iniciativa do Relator que eu acho salutar e acho republicana.**

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do ilustre Senador, Governador José Maranhão que tem se dedicado a essa discussão do orçamento com muita competência. **Eu gostaria de repetir a votação em**

relação ao Projeto de Lei nº. 31, destinado a discutir o PPA, que dispõe sobre o Plano Plurianual. Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras que aprovam permaneçam como estão. Está aprovado o parecer com as Emendas apresentadas pelo Senador Sérgio Guerra.

Eu volto agora à pauta... Eu volto agora aos Itens 02 e 03 da pauta que tratam das indicações para a ANAC. Já foram proferidos os pareceres, já foram lidos os pareceres de autoria dos Senadores Sérgio Guerra e Adelmir Santana, já foram feitas as exposições de parte dos indicados, e agora vamos começar a sabatina. Eu estou inscrito e abro nesse momento a inscrição para aqueles que queiram sabatar os indicados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a está inscrito. Eu vou fazer aqui algumas perguntas aos indicados como Presidente da Comissão e também como Senado da República. Primeiro me dirijo ao Dr. Marcelo dos Guaranys. Como V.Ex^a avalia a composição tarifária das companhias aéreas brasileiras e a ofertas de serviços de qualidade? Como V.S^a avalia o ambiente concorrencial entre as empresas aéreas brasileiras? Poderíamos dizer que há uma tendência predatória ou o quadro é razoável se comparado a de outros países? Sobre isso já discorreu rapidamente o Dr. Alexandre, mas eu gostaria de ouvir a opinião de V.Ex^a. Como V.S^a avalia os marcos regulatórios da Aviação Civil Brasileira? O que do seu ponto de vista precisaria ser aperfeiçoado? Em relação aos marcos regulatórios. Como V.S^a avalia a possibilidade de privatização dos aeroportos no Brasil e qual a política adotada a esse respeito em outros países de maneira geral. Por último, Dr. Marcelo, o chamado apagão aéreo gerou uma profunda crise institucional na ANAC o que resultou na substituição de membros da Diretoria indicados por critérios políticos, agora por especialistas e técnicos, como é o caso de V.S^{as}. Como os currículos apresentados nesse momento pelo Ministro Jobim. Há possibilidade de enfrentarmos um novo apagão aéreo? Que critérios a ANAC deve adotar para que isso seja evitado? São as considerações que eu gostaria de ouvir a V.Ex^a.

Em relação ao Dr. Alexandre Gomes de Barros. Do ponto de vista... da sua ótica, da sua experiência, quais os principais gargalos do sistema de aeroportos brasileiros? O que aconteceu de errado ou que houve de acerto na reforma dos aeroportos brasileiros? V.S^a poderia fazer um recorte comparativo entre as diretrizes de ação do órgão regulador da Aviação Civil no Canadá e as adotadas pela ANAC? No Canadá, V.Ex^a tem uma experiência lá, como funciona o controle de

tráfego aéreo e em que medida o modelo poderia ser aplicado no Brasil? Se é que seria possível isso. Há muita controvérsia sobre a escolha do local do aeroporto de Guarulhos. Como V.S^a avalia a capacidade de Guarulhos em receber o aumento de tráfego aéreo nos próximos anos, sobretudo com as novas diretrizes adotadas em relação ao aeroporto de Congonhas? Recentemente a imprensa divulgou que a ANAC suspendeu as rotas internacionais operadas pela BRA alegando falta de segurança. Quais os critérios para que uma empresa aérea brasileira opere uma rota internacional? Esses critérios não devem ser mais rigorosos, mais rígidos? São essas perguntas que tenho a V.S^{as}, e passo a palavra ao Senador José Maranhão, logo após ao Senador João Tenório. Com a palavra o Senador João Tenório. Passei a V.Ex^a...

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Srs. Alexandre Gomes de Barros, Marcelo Pacheco dos Guarany's, vou trazer aqui um tema de mera curiosidade. Já conversamos um pouco até antes da nossa audiência, um dos temas... Me parece o grande estrangulamento e acho que os senhores concordam da aviação brasileira se encontra em São Paulo. São Paulo é um caos. Você embarcar hoje em São Paulo para qualquer lugar do Brasil, e, sobretudo, para qualquer País no exterior, realmente as coisas são muito difíceis, são muitas complicadas. E a impressão que eu tenho é que o aeroporto de Congonhas, que é um aeroporto extremamente confortável, cômodo por quanto se encontra numa região privilegiada de São Paulo, ele é uma solução relativamente muito mais barata, a sua expansão é muito solução mais barata do que a construção de um novo aeroporto em São Paulo. Primeiro, porque a extensão da pista me parece uma coisa perfeitamente viável em função que seria necessária a desapropriação de uma certa área de moradia de casas lá, mas me parece que nada muito difícil de ser realizado. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, a estrutura de recepção de passageiros, nós temos uma quantidade de passageiros, nós temos uma quantidade imensa de hangares e de oficinas, aquilo que chamaria de aviação menor, que poderia ser desviado, deslocado dali para outro aeroporto e ali sim se construir um terminal que viesse se compatibilizar com o fluxo adequado de passageiros.

Então, me parece que uma solução mesmo que não seja definitiva, mas algo da maior importância, e me parece barato seria a solução da expansão do aeroporto de Congonhas em São Paulo, utilizando, sobretudo a extensão das suas pistas que me parece uma coisa absolutamente viável, quer seja de um lado, quer seja do outro construindo um aeroduto para o outro lado, e a construção de terminais que seriam feitos

pelo deslocamento daquelas áreas imensas que tem de terminais de aviação menor e de hangares, etc. Essa questão que é queria deixar. Porque a alternativa para isso, primeiro, que vai levar um tempo imenso. Construir um novo aeroporto do zero, é uma coisa longa. Qualquer projeto, eu não conheço bem do setor, mas imagino que nada menos de dez anos seria possível realizar um projeto novo. Enquanto isso se colocaria o aeroporto de Congonhas numa condição operacional muito mais satisfatória e lembrando sempre que o aeroporto absolutamente confortável, adequado para uma cidade como São Paulo pela proximidade que ele tem do centro da cidade. Sem ser necessário a movimentação tão difícil que se utiliza quando se usa outros aeroportos do Estado de São Paulo. Essa questão gostaria de deixar para reflexão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a contribuição do Senador João Tenório, e com muito prazer concedo a palavra ao ilustre Senador José Maranhão.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB): Antes de mais nada eu quero registrar aqui o meu reconhecimento ao esforço que o Ministro da Segurança, Dr. Jobim, vem fazendo no sentido de tornar a direção da ANAC uma direção profissional. Buscando corrigir as distorções que foram, no meu entender, resultado de uma mudança brusca de comando, e a escolha de comandantes inadequados. Não estou aqui falando do perfil moral, do perfil ético dos ex e dos que ainda permanecem na Diretoria da ANAC. Mas, decididamente essas pessoas não eram pessoas do meio. Do meio aeronáutico. Não tinham conhecimentos para assumir uma responsabilidade tão grande.

Eu acho que a responsabilidade da ANAC não se restringe às questões administrativas. Mas, sobretudo, das questões normativas da área. O DAC, o velho DAC sempre foi um órgão extremamente técnico. Até pela formação militar de seus integrantes, de seus dirigentes. E bem ou mal, apesar de todas as carências que o velho DAC tinha, sobretudo no campo de recursos materiais, o órgão conseguia apresentar soluções que poderia não ser as melhores, mas eram soluções visivelmente adequadas para as questões atinentes ao transporte aéreo, de modo geral, a Aviação Civil em particular.

Quando na Comissão de Constituição e Justiça ano passado, de repente aflorou a discussão da criação da ANAC, eu fui surpreendido, sobretudo, pela forma atabalhoada com que o Senado da República, na Comissão de Orçamento resolvera aprovar o projeto de criação da ANAC que estava engavetado na área da Câmara Federal há dois anos. Não se falava na criação da ANAC. De repente uma compulsão muito

forte moveu os Senadores que integravam a Comissão de Constituição e Justiça naquela época quase por unanimidade. Eu me tornei voz divergente e solitária. Porque a grande maioria dos integrantes da Comissão de Justiça, uns defendendo ardorosamente a criação urgente e imediata da ANAC. Outros por até desconhecimento específico da matéria, mais ou menos indiferentes à questão. Mas o certo é que prevaleceu a idéia de que era preciso criar urgentemente a ANAC porque ela era a pedra filosofal para todas as questões da aviação. E na verdade, da forma como foi criada, a ANAC agodizou(F) os problemas que já existiam e que eram mais ou menos crônicos.

Eu não estou aqui me fazendo impressionado com o caso de Congonhas, aquela tragédia de Congonhas, a outra tragédia da Amazônia, porque são fatos, no meu entender, que não são indicativos da crise da aviação. Não são indicativos. No meu entender, o caso do acidente da Amazônia se caracterizou como uma indisciplina de voo. Poderia ter acontecido nos Estados Unidos. A aviação mais forte do mundo. Se um piloto indisciplinado resolvesse mudar por conta própria o seu nível de voo, e entrasse no mesmo nível da aerovia contrária ao seu rumo. Teria acontecido do mesmo jeito. Claro que alguns fatores adjetivos podem ter contribuído também nesse acidente. Eu não estou aqui fazendo uma análise que a CIAA é quem faz a Comissão de Investigação de Acidentes Aeronáuticos. Mas pela experiência que tenho mais ou menos na área, a minha convicção sempre foi essa.

No caso de Congonhas, enfatizou-se muito a falência do serviço de proteção ao voo, de controle de aeródromo, enfim, a gestão caótica do Sistema Aeroviário Brasileiro e Aeroportuário Brasileiro. Inclusive, eu acho que a empresa envolvida nesse acidente deve ter gostado muito dessa interpretação, porque no meu entender a empresa contribuiu muito mais pela ambição do lucro do que qualquer outro fator. Aquela aeronave que se acidentou no momento em que não podia voar para aquele aeroporto porque estava com defeitos nos seus sistemas, o sistema de retropropulsão não estava funcionando, um dos reversos não estava funcionando, e o reverso é um dispositivo que um piloto de um jato, quando o jato dispõe como todos os modernos desse dispositivo, é o primeiro freio que usa quando toca com a roda no chão. Como é que a empresa autorizou a operação no aeroporto restrito, porque pequeno, condições meteorológicas quase sempre adversas, porque São Paulo é uma serra e tem outros fatores de poluição ambiental local que contribui para a baixa visibilidade, e no momento com chuva. Tudo isso a empresa pouco falou. E quando falou, foi para coonestar o expediente da empresa. A empresa apressou-se em dizer que a

operação naquelas condições era uma operação permitida pelos fabricantes. Pela Airbus. Isso é uma meia verdade. E a meia verdade às vezes é pior do que a mentira inteira. É permitido, sim. A aeronave voar sem nenhum dos dois reversos. Desde que vá operar numa pista segura, numa pista como do Galeão que tem quatro quilômetros e outra assim. Mas numa pista restrita, aquilo não era possível.

Então eu faço essa ressalva para dizer que nem tudo está tão ruim como foi pintado. Mas, a forma como se criou a ANAC para substituir o DAC ou a administração civil da aviação no Brasil foi equivocada. Até porque já era previsível que acontecesse os hiatos que estão acontecendo. Por exemplo, a ANAC hoje não tem controladores de voo. Os funcionários administrativos da ANAC e os técnicos são funcionários recebidos do DAC. E ninguém em bom entendimento vai ignorar que existe uma queda de braço. Sempre existiu entre a Força Aérea e a Agência Nacional de Aviação Civil. Essa questão sempre foi muito discutida. Eu estava no Congresso Nacional como Deputado Federal, e fui Relator do Código Brasileiro do Ar, e essa questão me foi trazida pelos sindicatos da área, o sindicato dos aeronautas, dos aeroviários, das empresas de manutenção, das empresas de táxi aéreo e as empresas comerciais. Falava-se muito já naquela época na desmilitarização do DAC. E o exemplo avocado que deveria nos servir de parâmetros era o exemplo dos Estados Unidos. Nós temos uma mania de querer imitar a grande nação norte-americana. Não tinha nada similar a nós. E eu dizia sempre aos líderes desse movimento que nós não estávamos em condições, a Aviação Civil Brasileira não estava em condições de assumir um ônus daquele tamanho naquela hora. Os Estados Unidos têm o controle do tráfego aéreo feito e a autoridade é a civil, o FAA. Mas tem o controle militar também, mas eles podem se dar ao luxo de fazer isso. Porque têm uma aviação militar e uma aviação civil que paga a conta. Não é o caso da aviação brasileira, da aviação comercial brasileira nem tampouco da militar. Nossos equipamentos de proteção ao voo ainda são muito poucos, precários, velhos, mal mantidos, de maneira que as situações são inteiramente diferentes. E naquela hora foi prudente não se criar a ANAC. Ou coisa que o valha, com outro nome até como se queria. Voltou agora, deu certo, criou-se a ANAC e aí estão os problemas. E eu tenho a impressão que esses problemas ainda vão se arrastar por muito tempo. Algumas questões. Agora eu faria a pergunta ao Dr. Marcelo.

A ANAC vai abrir concurso para controladores de voo? Eu soube que já abriu um concurso, mas não é suficiente para atender a área. Ou vai continuar operando com boa parte dos controladores da área

militar? Se vai abrir concurso, quantos... Vai abrir concurso para quantos controladores? E em que tempo a ANAC pretende, os novos dirigentes da ANAC, já que são profissionais da área, pretendem deixar esses controladores prontos para operar? Porque um controlador não se forma só com concurso. O que é mais demorado é o treinamento desse controlador até que ele se assenhore completamente das técnicas, dos procedimentos, e até da adaptação psicológica, física da atividade de controlador que não é fácil. E o tráfego aéreo depende muito mais dos controladores do que dos comandantes de aeronave, essa é a realidade. Porque são eles quem conduzem as aeronaves para os lugares seguros. A minha pergunta está aí nesses dois termos.

Outra questão que eu gostaria de abordar aqui que foi uma questão já discutida na Comissão de Constituição e Justiça, meu caro Deputado Valter, quando se tratava da aprovação do projeto da ANAC. As tarifas que estão lançadas ali, tarifas e emolumentos para uso da Aviação Civil são escorchantes. O setor não suporta essas tarifas. Diariamente eu recebo cartas que o pessoal sabem que eu tenho ligação com a aviação, eu recebo cartas de oficinas, de proprietários de aeronave, das escolas de pilotagem dos aeroclubes do Brasil que ainda são as escolas de pilotagem mais importante para esse País, embora estejam aí abandonadas, esquecida, completamente, reclamando das tarifas. E eu levantei essa questão quando se discutia aqui o projeto de criação. Inclusive o Senador Mercadante fez um acordo não muito formal porque ninguém escreveu nada de que o Governo, o Executivo, na hora da análise do projeto para a sanção vetaria o capítulo referente às tarifas. Algumas tarifas subiram da ordem de 1000%. A Aviação Civil já não anda bem, pagando os combustíveis que são os mais caros do mundo, importando peças porque mesmo as aeronaves feitas no Brasil, as aeronaves da EMBRAER, não tem manutenção se não importar as peças. Porque os motores são importados, os aviônicos são importados, os outros insumos são importados. A EMBRAER é sem dúvida nenhuma uma grande montadora, mas trabalha com insumos inteiramente importados. Aliás, diga-se de passagem, que essa indústria tem mais ou menos a mesma característica no mundo. A Espanha hoje tem uma indústria aeronáutica forte, boa parte dos aviões da EMBRAER é produzida lá na Espanha. Mas a Espanha não faz ligas metálicas para a aviação, a Espanha não faz motores, a Espanha não faz aviônicos. Os Estados Unidos têm uma condição autárquica nesse sentido porque fabrica quase tudo que se emprega nos seus aviões. Eu não estou criticando a EMBRAER pelo fato de ser uma linha de

montagem e não ser verticalizada para produzir todos os seus insumos. Mas o que acontece é que as tarifas cobradas pelos serviços prestados pela ANAC são insuportáveis para a aviação, para a aviação geral. Aquela do cidadão que tem o avião para o serviço da empresa, aqueles que são aerodesportistas, e é um segmento importante. Não se pode desprezar, porque é desportista. É um segmento importante. Porque ele se encarrega de criar uma mentalidade aeronáutica que é importante para esse País. O Brasil com a extensão territorial que tem, o Brasil que produziu o pai da aviação tem uma mentalidade antiaérea tremenda. E o maior exemplo disso foi a forma como o Governo que o apóia aqui nomeou os diretores da ANAC. A primeira Diretoria, naturalmente estou excepcionando os senhores. Até que o Governo que é o exemplo civil. O exemplo civil. Então isso revela que o Brasil não dá importância que deveria dar à aviação. Não dá a importância que deveria dar.

Dr. Marcelo, Dr. Alexandre, eu vi os currículos dos senhores, e estou esperançoso, porque eu estou falando aqui muito mais de que apenas como Senador, estou falando aqui como um vibrador da aviação. Eu gosto da aviação. Por isso, nessa idade, ainda estou pilotando. Agora, nós estamos esperançosos de que os senhores dêem uma condução diferente, que essa empresa seja, doravante uma empresa que vai se auto corrigir. Os senhores têm que fazer uma análise profunda no projeto de criação da ANAC para as devidas correções. E pedir ao comandante, ao Ministro da Segurança e ao Governo Federal, o Executivo, que mande urgentemente um projeto modificando essa lei. Porque essa lei é inepta. É absurda. Ela é absurda. A ANAC é uma agência reguladora, mas ela está muito mais como uma agência executora, administrativa, de que propriamente como um órgão regulador no sistema. Mas, esse papel, o papel de regulação é o mais importante. Muitas coisas os senhores poderão fazer administrativamente para melhorar esse cenário. Mas outras coisas só com a lei, uma nova lei modificando substancialmente esse instrumento que criou a ANAC. Porque ele, eu repito, é inepto, e é incompetente para atender as demandas da aviação civil. E foi aprovado aqui, eu repito, no Senado da República, de forma atabalhoada, de forma apressada, e eu diria até de forma quase irresponsável. [soa a campanha] Na época o grande argumento aqui era atender as demandas da EMBRAER. Quem dúvida que a EMBRAER é uma grande empresa nacional? Mas como é que o Congresso Nacional vai votar uma lei para atender apenas um segmento do setor importante como o setor transporte aéreo. Se dizia, um grande argumento, eu estou bem lembrado, de que a EMBRAER precisa-

va certificar seus produtos e faltava engenheiros, no centro de homologação de produtos aeronáuticos. A EMBRAER já tinha pressionado o Ministério da Aeronáutica, e o Ministro da Aeronáutica havia contratado engenheiros pro-tempore e o Tribunal de Contas da União não aceitava mais que essa situação se eternizasse de contratos temporários que não terminavam nunca. Mas a solução era criar a EMBRAER a toque de caixa para resolver um problema? Apenas um problema? O argumento de criar uma agência unicamente com vistas a atender a uma empresa nacional, que é importante, que é meritória, que é extraordinária, que é, vamos dizer, a filha privilegiada de um sistema que o Brasil implantou de criação de escolas especializadas, como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, como outras entidades que o Brasil criou para formar os profissionais que nós precisávamos para o embasamento da nossa indústria Aeronáutica. Tudo isso é importante. A EMBRAER é importante. Mas não podia ser o único argumento para se criar da forma que nós criamos aqui a ANAC. E aí estão os resultados. No meu entender, o apagão, a ANAC levou a culpa. Mas, o apagão poderia ter acontecido mesmo sem a ANAC. Porque o que estava falha era a estrutura. O que estavam falhos eram os meios, o sistema de proteção ao voo no País. E claro que a ANAC com a vida tão curta não poderia ser responsável por tudo isso que vinha se arrastando cronicamente.

Um exemplo como o Brasil não leva a sério essa questão da aviação, no exercício de 2006, a INFRAERO é outro órgão responsável pela administração dos aeroportos, teve que devolver ao Tesouro Nacional das tarifas que arrecadam dos passageiros, das companhias, dos pilotos, teve que devolver quase 600 milhões de reais. Ora, se a situação da aviação já era tão ruim, por que devolver dinheiro que deveria ser investido para corrigir as falhas que existiam? A questão da Aviação Civil no Brasil acompanha a falência da aviação militar. As duas sempre andaram juntas. Mas, desde o Governo de Fernando Henrique Cardoso, não estou aqui querendo ser injusto, mas essa questão se agodizou(F) a preocupação de economizar ou não se devia economizar para fazer saldo primário, para agradar o sistema financeiro internacional. E a aviação vem nessa decadência que realmente está aí. Essa... Agora mesmo nós votamos lá na Comissão de Orçamento, apressadamente um crédito suplementar porque se não votasse esses créditos suplementar imediatamente as escolas de aviação militar iam parar por falta de combustível. Por falta de manutenção dos aviões militares.

Então, eu acho que nessa dificuldade que nós ainda estamos enfrentando, nós podemos ter aí uma

grande pedagogia para corrigir todas essas coisas. É lógico que os senhores vão precisar muito do apoio do Ministro da Segurança, a ANAC tem uma relação de subordinação ao Ministro da Segurança, da própria Força Aérea, vão precisar, sobretudo do apoio do Presidente Lula. Realmente, o Governo Brasileiro precisa assumir sua aviação. Com transporte aéreo, com formação de quadros... Porque se não fizer isso, a próxima crise vai ser realmente um apagão produzido pelo Governo diretamente. Nós estamos... A nossa aviação, apesar de todas as dificuldades, lutando quase que sozinha, ela está crescendo muito. O transporte aéreo. Todas as estatísticas revelam isso. Está crescendo muito. Mas está crescendo sozinha. Os órgãos oficiais, por outro lado, são impregnados de uma mentalidade patrulhadora. [soa a campainha] policialesca quando eles deveriam ser órgão de incentivo. Há coisas que nós sabemos e que não vale a pena comentar aqui para levar aflição a aflito também não é solução. Mas, coisas que revelam isso. Por exemplo, a questão dos certificados das aeronaves. Há muito tempo o DAC delegou atribuições às próprias oficinas para fazerem as inspeções anuais de inspeções. IAM. As aeronaves, quando são matriculadas, recebem um certificado de matrícula e um de aeronavegabilidade. Todo ano as aeronaves são submetidas a essa inspeção anual de manutenção. Mas, a cada seis anos o certificado de aeronavegabilidade da aeronave caduca. Por que caduca? Aí o proprietário da aeronave vai ter que pagar uma fortuna de taxas, hoje a ANAC, vai ter que pagar a oficina que já recebeu e que vem fornecendo todos os anos o IAM que é uma inspeção rigorosa na aeronave. Por que isso? Porque essa redundância de cobrança em cima? Hoje, não só no Brasil, mas no Brasil isso está muito acelerado, muita gente está correndo do transporte... Da aeronave certificada para aeronave experimental. Porque a aeronave experimental, pela categoria dela não se submete a essas exigências que no meu entender são inteiramente descabível. Isso é uma opinião não só minha, mas é uma opinião do meio erótico. Na aviação geral essa reclamação é recorrente. Qualquer Congresso, qualquer simpósio, qualquer reunião, qualquer palestra de alguém da área está sempre essa reclamação. Há uma cobrança escorchante do meio aeronáutico. De forma que isso dificulta muito mais ainda e nós esperamos, Dr. Marcelo, que o senhor examine isso tudo. Examine com objetividade. Às vezes até os tecnocratas, os burocratas vão dizer que é preciso fazer isso. Mas procure ouvir as entidades representativas do meio aeronáutico. Eles conhecem. Eles sabem. Eles certamente vão ter muitas coisas interessantes, muitas idéias interessantes que o senhor poderá adotar e fazer essa aviação uma aviação que realmente

possa caminhar com os seus próprios pés, possa estar livre desse emaranhado de leis, de regulamentos, as antigas IAC que faziam isso, não sei agora como é que a ANAC deve estar chamando. Deve ter uma sigla bacana aí. Não tenho dúvida nenhuma disso porque o brasileiro é muito criativo para criar siglas pomposas que às vezes só deixam os órgãos públicos mais distantes ainda da sociedade e das pessoas.

Então, eu quero no mais desejar sucesso, pleno sucesso na sua gestão. Eu não queria estar no lugar do senhor. Não queria estar. Eu sei que não vai ser fácil.

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concluindo, Senador José Maranhão.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB): E não precisa de povo para homologar o mandato deles. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Maranhão. Com a palavra por cinco minutos para suas considerações e respostas Dr. Alexandre.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Depois gostaria que V.Ex^a me inscrevesse também que gostaria de fazer algumas indagações.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Então faz agora. Porque eu preciso encerrar já a Sessão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Primeiro lugar, Sr. Presidente, preliminarmente eu gostaria de realçar aqui a forma competente, dedicada e responsável com que o Ministro Nelson Jobim está tocando a ANAC. Indiscutivelmente houve uma mudança inquestionável na condução daquela agência que tem uma importância extraordinária na regulação desse setor estratégico dos nossos transportes aéreos. E hoje ele caminha para cá dois abalizados profissionais da área, o que mostra que sua meta de profissionalizar aquele órgão segue intangível.

Veja que no currículo do Dr. Alexandre o que se vê é uma formação das mais altas que alguém pode alcançar nessa área, valendo ressaltar que é graduado em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, que é grande escola, mestrado e pesquisa operacional de transportes pelo ITA, quer dizer, é um currículo efetivamente invejável, e doutor em engenharia de transportes pela universidade de Calgary no Canadá, em 2001.

Então, eu acho que um currículo desse, efetivamente, confere esse profissionalismo que toda a sociedade brasileira reclamava que fosse assegurado à ANAC. O outro não é menos abalizado. Aluno especial do mestrado em Direito Público. Então o indicado vai

para uma área para a qual ele tem a formação ideal. E MBA em direito econômico e das empresas pela FGV, outra instituição de idoneidade inquestionável. Além de ser Bacharel em Direito e Ciências Econômicas.

Então eu fico aqui hoje convicto de que o Ministro Nelson Jobim vai efetivamente alcançar o grande objetivo que não é só dele, foi um desafio que ele recebeu, mas é o objetivo de toda a sociedade brasileira.

Eu gostaria de fazer uma indagação que entendo ser fundamental. Nós sabemos que existem ali na ANAC alguns setores recalcitrantes. E alguns diretores que ainda se mantêm contrariamente à vontade da administração e da sociedade que cansou de vê-los na televisão, mentindo e falando bobagem para o povo. E se mantêm lá, por quê? Porque tem o mandato. Obviamente a estratégia que o Ministro adotou foi no sentido de vencê-la pelo cansaço e pelas mudanças que outros que tem mais discernimento, acabaram abrindo caminho para que ela se efetivasse.

A pergunta é o seguinte, com essas duas indicações, o Ministro Jobim já fica à vontade para tocar seu grande projeto de fazer as mudanças estruturais que precisam ser feitas no setor de transporte aéreo.

A segunda questão que eu quero colocar é o seguinte, pegando aqui um gancho do Senador José Maranhão. Ele falou das tarifas escorchantes, e no setor aéreo, e nós falamos aqui com conhecimento de causa, Senador Delcídio e eu que viajamos praticamente toda semanas, aliás, todos os Senadores, menos o Wellington que mora vizinho aqui então viaja menos. Mas o Senador José Maranhão falou dos valores escorchantes das tarifas. Mas na verdade, o que nós temos é um paradoxo de um lado valores escorchantes. Do outro lado, generosas promoções. E nós buscamos sempre que possível nos servir dessas promoções. Todos os passageiros. Acontece que quando se usa uma promoção de determinadas companhias, compra-se o bilhete, paga-se tarifa, porém, se ocorre um empecilho qualquer que impede que o passageiro voe, esse bilhete é cancelado. E o passageiro vai ter que cair na tarifa cheia. Incontinente. Por que não se aplicar a multa em vez de aplicar a tarifa cheia? Por que não se regular, já que a função da ANAC é o da regulação, para que não ocorra esses dois extremos, de valores escorchantes e promoções extremamente generosas? Então, será que a ANAC não poderia em verdade se parar essa regulação?

Outra coisa que eu gostaria de colocar, é a última, Sr. Presidente, é com relação à segurança e conforto. Quem viaja muito tem observado que as aeronaves no Brasil estão envelhecendo e não estão recebendo as devidas reformas. Já por várias ocasiões eu tenho ingressado numa aeronave, e quando você lá entra tem

alguém fazendo um remendo daqui, outro... às vezes a aeronave ficar estacionada mais tempo porque está sendo feito um remendo lá fora.

Então, por que não exigir uma manutenção mais abrangente, mas freqüente, e não exigir também o conforto? O Ministro Nelson Jobim fez uma queixa que alguns blogs até chegaram a fazer pilhérias com relação especialmente à distribuição das poltronas. Ele se queixou que não conseguia sentar. Agora veja o seguinte, eu sou de uma estatura bem mais acanhada do que a dele. O amigo conterrâneo Delcídio Amaral já se próxima bastante. Eu me sinto desconfortável quando eu entro nas aeronaves que nos atendem. Agora, imaginem o Delcídio, imaginem o Ministro Nelson Jobim, etc. Por que também não pensar no conforto... O Wellington. O Wellington é outro que está perto da... Só saída de emergências. Então por que não pensar também no conforto do passageiro? Porque não olhar isso, não fiscalizar, não normatizar? São essas questões. De qualquer forma eu quero dizer que a equipe do Ministro Nelson Jobim está de parabéns, eu acredito e imagino que todos aqui acreditam no sucesso da sua administração para a felicidade geral de todos os passageiros do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Processo de votação. Escrutínio secreto. Concedo a palavra ao Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Queria cumprimentar ao Dr. Alexandre Gomes de Barros, o Dr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, cumprimentar especialmente o Senador Presidente Marconi Perillo, demais Senadores. Eu acredito, Presidente, que... vou ser breve, eu acredito que nós, a Comissão de Infra-Estrutura, efetivamente sabatina os futuros dirigentes, eu espero, como disse o Senador Valter Pereira, correspondem àquilo que toda a população espera. E principalmente o setor aéreo, a Aviação Civil aguarda.

Nós tivemos algumas semanas atrás a sabatina do Brigadeiro Alemander, que foi inclusive aprovado também no Senado, no Plenário do Senado, e agora estamos sabatinando o Dr. Alexandre e o Dr. Marcelo. Pelos currículos que foram apresentados aqui pelos respectivos Relatores também, um especialista em regulação. Claramente. E outro especialista em infraestrutura aeroportuária. E absolutamente alinhados com as exigências que eu acredito os Senadores e as Senadoras vão passar a exigir quando a Comissão de Infra-Estrutura vier a fazer outras sabinas. Quer dizer, qualificação para o cargo que irão ocupar. Isso é muito importante. Quer dizer, nós estamos ampliando muito mais. Que à luz daquilo que a lei determina para os futuros dirigentes de agência, nós estamos indo muito mais além agora. Quer dizer, exigindo essa qualificação

profissional fundamental para que bem desenvolvam esse papel de agentes reguladores. Fiscalizadores. Eu vou rapidamente, vou resumir as minhas perguntas e vou fazer de uma maneira ampla, e quem entender como pertinente responderia.

Primeiro, qual é a leitura dos senhores no que se refere ao equacionamento desse problema que São Paulo enfrenta. Eu digo enfrenta porque na segunda-feira e no domingo nós repetimos aqueles tristes acontecimentos que o Brasil presenciou nos aeroportos brasileiros, mas especialmente nos aeroportos de São Paulo. Quer dizer, como é que vai, como é que esse complexo Congonhas, Guarulhos, Viracopos, como é que vai funcionar esse complexo? Porque no primeiro teste, Senador João Durval, que apresentaram para essa aparente calma que a Aviação Civil estava vivendo, o primeiro teste, Fórmula 1 em São Paulo. Foi extremamente complicado. Não estou falando porque eu vi pela televisão, eu li em jornal. Eu acompanhei... Estava lá no domingo e estava lá na segunda-feira. Onde as filas começavam no check-in e terminavam, para quem conhece Congonhas, no salão central de Congonhas. Quem conhece Congonhas sabe o tamanho da fila só pela referência. Então qual a solução para essa questão de São Paulo? Como que os senhores enxergam esse problema grave que principalmente São Paulo enfrenta na infra-estrutura aeroportuária? Que é crucial e que continua. Apesar de todo o esforço do Ministro Jobim, nós estamos anteendo que Natal e ano novo vem mais novidade aí. Então a primeira pergunta.

Eu ia falar da questão de telecomunicações, porque depois eu descobri que naquele dia também existia algum problema de radiofrequência, ou de comunicação entre a torre e os aviões. Mas não vou fazer essa pergunta porque já entra no DECEA e aí são outras questões que eu acho que não cabe aqui levantar. Mas essa seria a primeira pergunta.

A segunda pergunta que eu gostaria de fazer é o Senador Valter Pereira e o Senador Jose Maranhão, eles falaram de tarifas. Antes, nas tarifas existia um percentual que incentivava as empresas regionais. As empresas regionais tinham um papel muito importante. Quer dizer, levar a aviação para os rincões do País.

Então, de certa maneira, na passagem que era paga, existiam subsídio, se essa é a palavra mais adequada para viabilizar a aviação regional, porque era importante, porque criava um mercado para as grandes empresas, para as grandes companhias. Além de promover a integração do País. Eu sei que algumas companhias entraram na justiça e acabou virando um efeito dominó. Uma foi derrubando a outra e nós prejudicamos sensivelmente o atendimento a esses Mu-

nicipios mais distantes que poderiam ser atendidos pela aviação regional brasileira.

Então, como os senhores enxergam essa questão para incentivar, inclusive as empresas regionais como em qualquer lugar do mundo isso é feito. Isso não é novidade.

A terceira questão, por um colapso eu me equivoquei, seria na verdade a segunda em termos de prioridade, quais as mudanças das resoluções do CONAC que V.S^{as} enxergam como necessárias para de certa forma atualizar as instruções e as resoluções do CONAC. Uma coisa que é sempre batida em todas as reuniões, e eu fui o Relator da ANAC aqui no Senado Federal, nas várias reuniões que fiz isso era recorrente. A necessidade de se rediscutir, de se mudar as resoluções, de se aprimorar. Porque eu acredito que a aviação brasileira, a despeito de todos os problemas que teve, nós sempre tivemos um desempenho extremamente, não só acompanhado, mas um avanço tremendo, tendo em vista até que o Brasil hoje é um dos poucos países que homologa aeronaves. O que não é fácil.

Então, quer dizer, a primeira pergunta é infra-estrutura aeroportuária, a segunda pergunta a questão legislativa ou regulamentar, melhor dizendo, a terceira é a aviação regional, que eu gostaria de aproveitar essa oportunidade, e puxando um pouco para esse lado da aviação regional, o meu Estado, e o Estado do Senador Valter Pereira, nós somos vizinhos à Bolívia e o Paraguai. As taxas de embarque elas têm praticamente o mesmo preço da passagem aérea. Não digo que é o mesmo preço, mas tem um valor significativo considerando, por exemplo, Campo Grande-Santa Cruz de La Sierra. Ou eventualmente no futuro, Ponta Porã, Assunção... Não há uma forma de se mitigar essas tarifas pela proximidade que esses países têm do nosso próprio Estado? E com movimento que já existe hoje intenso, principalmente em função desse projeto na região de fronteira? E, por último, na opinião dos senhores, quem errou nesses tristes acontecimentos que o Brasil acompanhou? Não só dos aeroportos lotados, dos acidentes, do... Desses dois acidentes tristes que enlutaram a população brasileira. Será que a responsabilidade só foi da ANAC? Como é que a INFRAERO atuou com relação a todas essas questões? A questão do DECEA, que nós não podemos esquecer o problema de comunicação, que não pode ser esquecido. E foi admitido inclusive em muitas reuniões aqui no Senado, deficiências em determinados locais. E o próprio Ministério da Defesa, que seria, em tese, o coordenador de todas essas ações.

E, por último, eu tenho acompanhado, não tenho... Posso estar falando... Posso estar equivocado na pergunta que vou fazer, mas ouço que haverá uma

Secretaria que coordenará essas atividades todas. E eu gostaria, eu não consigo entender muito bem o objetivo dessa Secretaria. Que pode eventualmente ser até um complicador das atividades de cada um dos... Cada uma das instituições que cuidam da Aviação Civil Brasileira e do espaço aéreo brasileiro.

Isso que eu queria perguntar, Sr. Presidente, agradecer a paciência e tolerância de V.Ex^a com esse tempo que eu gastei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Delcídio que também é o nosso Vice-Presidente. Eu encerro o processo de votação e convido os Senadores mato-grossense do sul, Valter Pereira e Delcídio Amaral para trabalharem como escrutinadores. Mato Grosso do Sul escrutinar... Os dois. [risos] Outro dia eu já requeri o Senador João Durval que com muita gentileza colaborou. Hoje vou poupá-lo. Concedo a palavra ao Dr. Alexandre.

SR. ALEXANDRE GOMES DE BARROS: Bom, eu gostaria de iniciar agradecendo todas as palavras de apoio que nós recebemos dos Srs. Senadores. No dia de hoje. São muito importantes o apoio de V.Ex^{as}., será fundamental para o sucesso da nossa empreitada na ANAC.

Todas as perguntas foram relevantes e pertinentes. Todas elas muito bem elaboradas, por sinal. Eu vou pedir licença a V.S^{as} para pular um pouco a ordem que elas foram feitas, até para economizar um pouco de tempo. Começando com as perguntas do Senador Marconi, sobre os principais gargalos dos aeroportos brasileiros, quais seriam e quais são as causas. Certamente nós temos um problema de infra-estrutura. Nós não tivemos investimentos suficientes em infra-estrutura realizados nos últimos anos. Existem gargalos na malha aeroviária nacional, e uma das coisas, duas possíveis soluções que eu consigo imaginar, logo de imediato, uma é realmente tomar uma medida emergencial para se readequar a malha até que se possa eliminar os gargalos. Então nós precisamos fazer investimentos nos pontos de gargalos na malha para se conseguir eliminar esses gargalos, dessa forma, colaborando para o bem do transporte aéreo em todo o País, e não apenas na localização atual dos gargalos.

Quanto ao problema de capacidade do aeroporto de Guarulhos, é um problema realmente que nós temos hoje. O aeroporto de Congonhas evidentemente não comportava todo o tráfego que estava operando lá no momento. O problema é que Guarulhos também nas condições que se encontra hoje não têm condições de acomodar todo o tráfego que seria transferido de Congonhas para lá. Nós vamos, certamente, analisar essa questão. Existem várias possíveis opções. Todas

elas têm vantagens e desvantagens. Todas elas têm vantagens e custos, e certamente é essencial que nós levemos todos esses custos, não apenas o custo financeiro, mas também o custo político, o custo de conveniência ao passageiro em consideração.

Nas colocações do Senador João Tenório, Senador João Tenório fala do problema do aeroporto de Congonhas e por que não...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dr. Alexandre, depois eu pediria que V.S^a colocasse a comparação com o Canadá.

SR. ALEXANDRE GOMES DE BARROS: Sim. Vou voltar a essa questão. O Senador João Tenório falou da questão do aeroporto de Congonhas. Por que não expandi-lo? Tecnicamente eu acho que a gente consegue fazer qualquer coisa. Mas é uma questão, de novo, do custo. O custo de se construir um novo aeroporto também é muito alto. E o que nós precisamos fazer é uma comparação entre os custos de todas essas opções para escolhermos a melhor solução. Aquela que venha a atender aos requerimentos do transporte aéreo no Brasil, atendendo também a necessidade de se manter os custos num nível baixo.

O Senador Marconi, voltando ao ponto do Senador Marconi, a comparação entre o Canadá e o Brasil, a regulação do transporte aéreo no Canadá é feita de maneira semelhante ao que nós estamos fazendo agora no Brasil com a ANAC. Existe também uma Agência Nacional de Transportes no Canadá que cuida não apenas do transporte aéreo, mas todos os transportes, incluindo os transportes terrestres. E o Ministério dos Transportes fica responsável então pela, digamos assim, a operação do sistema. E a fiscalização do sistema. É preciso lembrar também que no Canadá existe uma cultura um pouco diferente de se utilizar empresas ou instituições sem fins lucrativos. Empresas autônomas, auto-suficientes, mas sem fins lucrativos. Um dos exemplos desse tipo de instituições que existem lá é a empresa que cuida do controle de tráfego aéreo no Canadá. Chama-se Nave(F) Canadá, e é uma empresa sem fins lucrativos, autônoma, ela não sofre influência do Governo, e é também auto-suficiente. Ela se mantém apenas com as tarifas cobradas das empresas que utilizam os serviços de controle de tráfego aéreo no Canadá.

Eu não sei... Uma das questões que nós precisamos enfrentar no curto prazo é a possível reestruturação do controle de tráfego aéreo no Brasil. Existem novamente várias opções, vários modelos possíveis para essa reestruturação. Nós estaremos conversando com toda a comunidade da Aviação Civil, incluindo os órgãos que cuidam do controle de tráfego aéreo no Brasil para examinarmos essa questão e chegarmos

a uma solução satisfatória para o problema que nós enfrentamos hoje. [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vou concluir o resultado e depois retorno a V.S^a. Em relação ao Dr. Marcelo Pacheco dos Guarany's, Diretor da ANAC, recebeu 18 votos sim, 2 não, 1 abstenção. Dr. Alexandre Gomes de Barros, 18 votos sim, 2 não, e 1 abstenção. Eu vou imediatamente enviar à Mesa para que os nomes sejam imediatamente submetidos ao Plenário.

Agradecendo a gentileza do Senador Delcídio, Vice-Presidente dessa Comissão, e do Senador Valter Pereira. Aproveito para convidar o Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente, para assumir a Presidência.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Dr. Alexandre Gomes de Barros, já aprovado na Comissão de Infra-estrutura por 18 votos favoráveis. Nós aproveitamos para não só dar os parabéns, mas que Deus o ilumine e abençoe, V.S^{as}, nesse grande desafio que é dirigir a Agência Nacional de Aviação Civil.

SR. ALEXANDRE GOMES DE BARROS: Muito obrigado. Gostaria de agradecer mais uma vez o apoio dos senhores e senhoras. Gostaria de pular para as questões do Senador Valter Pereira. O problema que nós temos com os diretores ainda remanescentes na ANAC. Eu acho que nós vamos... Estamos entrando para trabalhar na Diretoria e vamos trabalhar com quem estiver lá. Isso não é... Eu não vejo isso como um empecilho ao nosso trabalho. Nós certamente estamos indo lá para oferecer a nossa contribuição, e é isso que tencionamos fazer independente de com quem tenhamos que trabalhar.

Quanto ao problema das promoções que têm custo baixo e que depois acabam custando muito caro se o passageiro não consegue utilizar a passagem, é um problema... Eu vejo mais isso como um problema de mercado. Na verdade, o que as empresas aéreas fazem é oferecer essas opções de custo mais baixo, mas com restrições que acabam acompanhando essas promoções. Existem empresas que preferem aplicar uma multa, como V.Ex^a mencionou, ao invés de simplesmente cancelar a passagem. Mas isso é uma política implementada pelas empresas, eu tenho a impressão que o Marcelo poderá fazer alguns comentários extra sobre isso também. Eu vou deixar a questão do conforto das aeronaves para o Marcelo também.

O Senador José Maranhão, é sempre emocionante ouvir as palavras de alguém que compartilha da paixão que eu tenho pela aviação civil, como tem o Senador José Maranhão. Eu gostaria apenas de dizer

quanto às colocações do Senador, que é sempre importante aprender com os erros e acertos do passado. E é isso que nós pretendemos fazer. Nós pretendemos fazer isso, por exemplo, no caso do DAC, o Senador José Maranhão disse muito bem, o DAC funcionava bem antes, então o que temos que fazer é justamente procurar aprender o que o DAC fazia de certo. Procurar aprender também o que o DAC fazia de errado, para que possamos repetir os acertos e não repetir os erros. Vale isso também para os problemas que nós tivemos recentemente com os acidentes. É importante aprender, procurar entender o que aconteceu de errado, o que é que levou a ocorrência desses acidentes para que nós possamos, através de ações normativas, evitar a ocorrência de novos acidentes no futuro.

Ao Senador Delcídio, o problema do equacionamento do problema de São Paulo. Eu já falei um pouco, já discorri um pouco sobre isso, mas vou discorrer mais um pouco. O que acontece em São Paulo, e que São Paulo até pela sua característica de ser a cidade, a maior e mais rica cidade do País, é um grande pólo gerador de tráfego. É o maior pólo gerador de tráfego do País. É inevitável que se tenha bastante tráfego em São Paulo. O que precisa ser feito então é equacionar corretamente esse problema, nós precisamos avaliar quais são as capacidades existentes do sistema, e o que é que nós podemos fazer para evitar a concentração de tráfego em determinados aeroportos quando existe capacidade em outros aeroportos também. Capacidade ociosa em outros aeroportos. Isso vale tanto para o tráfego originário de São Paulo, quando nós temos aí uma capacidade ociosa no aeroporto de Viracopos, por exemplo, e uma capacidade até certo ponto ociosa no aeroporto de Guarulhos, que precisa de investimento em infra-estrutura, mas é possível aumentar sua capacidade. É diferente de Congonhas, que está completamente restrito. Nós temos também o problema de todos os passageiros que passam por São Paulo apenas em trânsito. É uma grande proporção dos passageiros que passam por São Paulo hoje em dia, estão apenas de passagem pelos aeroportos. E é preciso então, através de medidas de incentivo redistribuir esse tráfego de maneira a obter um equilíbrio entre a capacidade e demanda em São Paulo. Essa é a única maneira que nós podemos equacionar o problema no momento. O segundo momento seria obviamente o investimento em infra-estrutura para se aumentar a capacidade do sistema. É importante lembrar que todo o sistema de transporte aéreo do Brasil depende da capacidade do sistema aeroportuário de São Paulo, porque é por onde passa uma boa parte da malha aeroviária no momento.

Eu vou deixar novamente as questões sobre o CONAC para o Marcelo. Sobre as empresas regionais eu gostaria apenas de fazer uma colocação. É preciso lembrar que as empresas regionais servem de alimentadoras para as grandes empresas. Então, para isso é preciso que esse tráfego das empresas regionais seja levado até as grandes empresas para que as grandes empresas possam continuar com a distribuição desses passageiros.

O tráfego que existe entre Campo Grande e Salvador é provavelmente muito pequeno para se justificar tráfego direto, uma ligação direta entre Corumbá e Salvador. É a mesma coisa com Corumbá e Manaus, é a mesma coisa com Florianópolis e Vitória. Muitos pares de cidades que não têm tráfego suficiente para se ter uma ligação direta. Mas se nós pegarmos todo o tráfego de Campo Grande usando vôos regionais e trouxermos esse tráfego para Brasília, e de Brasília distribuir esse tráfego para outras capitais, isso é uma maneira de incentivar as empresas regionais porque passa a justificar uma ligação até com boa frequência com aviões menores ou maiores, conectando essas cidades menores aos centros de distribuição.

Um certo nível de concentração de tráfego em aeroportos maiores é inevitável. Vou dar um exemplo. Um exemplo que ocorreu comigo. Eu vim de Calgary no oeste canadense no último fim de semana e tive que pegar um voo de Calgary até Toronto, e de Toronto até São Paulo, e de São Paulo até Brasília. Obviamente se existisse uma ligação direta entre Calgary e Brasília, eu teria preferido. Mas, provavelmente, naquele dia, existia apenas quantos passageiros viajando entre Calgary e Brasília? Provavelmente eu e talvez mais um ou dois. Então certo nível de concentração de tráfego em aeroportos grandes é inevitável, infelizmente. Mas, é também... Nós temos que ver o aspecto positivo dessa concentração, é um fator de incentivo ao mercado regional porque possibilita esse tráfego para cidades menores desde que se concentre o tráfego a sentidos diferentes trazendo para esses centros de distribuição.

Finalmente, a sua pergunta sobre quem errou nos problemas do transporte aéreo. O que foi que aconteceu. Eu acho que essa é uma pergunta difícil de responder, mas como eu disse antes, o que nós temos que fazer no momento é não apontar falhas, apontar culpas, acho que nós temos que fazer é aprender com os erros que foram cometidos. Aprender também com os acertos que existiram nos últimos anos, e procurar então repetir os acertos e não repetir os erros.

Eu gostaria de concluir, eu sei que existem várias outras perguntas que foram feitas, algumas delas o Dr. Marcelo terá condições de responder. Agradeço

muito a oportunidade e se houver mais alguma pergunta, mais um esclarecimento necessário eu fico à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado ao Dr. Alexandre, e passo a palavra agora ao Dr. Marcelo dos Guaranys.

SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYs: Obrigado, Senador. Vou começar pelas perguntas de V.Ex^a que eu acho que é... Até para complementar o que o Alexandre já colocou, deixar do Senador Marconi para o final que ele falou que talvez volte então ele ouve as respostas.

Infra-estrutura, o Alexandre tem muito mais condições de responder, mas só para complementar o que ele falou, acho que de fato o problema da infra-estrutura é a gente conseguir fazer uma regulação de capacidade que seja adequada para real capacidade do aeroporto. Então você colocar mostrar empresas, vocês não podem vir aqui passarem acima dessa capacidade. Você consegue manter, é como se fosse energia elétrica, você tem que manter capacidade de operação até mesmo no momento de pico. A partir daí não tem condições de assumir e você evita a criação de caos. Além disso fazer uma política de expansão de infra-estrutura que não depende só da ANAC, mas depende também da coordenação do Ministério da Defesa, com a Casa Civil, tem muitas propostas já previstas no PAC.

Invertendo um pouco a ordem das perguntas de V.Ex^a, Senador, só para dar uma seqüência à minha resposta. Segunda questão das resoluções do CONAC. V.Ex^a perguntou como elas deveriam ser revistas. As resoluções do CONAC foram até revistas três meses atrás, mas eu entendo que não são a melhor maneira de fazer a regulação. As resoluções do CONAC são resoluções de um Conselho de Ministros que a composição pode mudar de Governo para Governo, de ano para ano. A regulação deve ser feita através de lei. Então, hoje em dia e isso vai pontuar diversas resposta que vou colocar. Você tem uma deficiência no marco regulatório no sentido de que a regulação não acompanhou os anos. Você não teve uma... Na minha exposição inicial eu coloquei que se criou uma agência, talvez a única agência que você criou sem rever a regulação. Pequenos pontos da regulação na lei da agência, mas a regulação mesma não foi revista, você tem que rever de acordo com que a gente precisa hoje. Essa discussão já está sendo feita, estava sendo feita no Ministério da Defesa, eu pelo Ministério da Fazenda já participei junto com a equipe que está aqui presente, a gente tem tentado discutir durante muito tempo a regulação desse setor e transformar isso em lei. Não deixar isso por resolução. Na Lei da ANAC tem uma

possibilidade de que a ANAC deva obedecer todas as resoluções do CONAC. Isso dá sempre um problema. A resolução do CONAC tem que regulamentar algumas políticas. Não determinar de fato a regulação. Então concordo com o senhor que ela deve ser revista, mas resoluções devem ser revistas, mas a gente tem que tentar passar o máximo possível para uma força legal, uma força normativa maior.

Ponto de quem errou na crise, também tenho dificuldade do diagnóstico. Não tenho participado do processo. Informações que a gente tem são informações do jornal. É difícil você saber porque tem diversas versões, mas concordo com o Dr. Alexandre quando diz que a gente tem que tentar entender o que aconteceu e tentar não repetir os erros. Acho que o maior problema que ficou mais claro é dificuldade de comunicação dos diversos órgãos que participam disso. Você não consegue entender quais são as versões, quem cuida de que, a dificuldade de atribuição de responsabilidade de determinadas atividades dificulta a análise do processo. E aí entra na pergunta de V.Ex^a que fala sobre a questão da criação da Secretaria de Aviação Civil. Ela foi criada um mês atrás. Até procurei o Decreto de criação dela para atender direito as competências. As competências são mais consultivas e ajudam o Ministro a coordenar, o setor. Me assustou um pouco como eu entendi como funciona o Ministério da Defesa, venho do Ministério da Fazenda um Ministério com a Secretaria Executiva forte, com uma Assessoria forte. O Ministério da Defesa ele não tinha essa organização de todas... Tinha uma Secretaria que cuida disso, mas cuida de vários outros setores. Então não tinha uma Secretaria que organizasse os diversos órgãos que cuida da Aviação Civil. No DAC isso era mais centralizado quando se passou para a ANAC se diminuiu. A ANAC funciona, mas não cuida de controle de tráfego aéreo. Que está dentro do DECEA. Tem atribuições que ainda estão com a Aeronáutica. Realmente alguém precisa estar em cima para supervisionar aquilo. Das poucas reuniões que eu participei da Secretaria eu percebo que isso tende a funcionar bem. Realmente você consegue puxar todo mundo numa sala e discutir os pontos, tentar entender qual é a interação de cada órgão. Acho que essa Secretaria é bom começo para você preencher esse vazio institucional que você tinha. Você consegue organizar melhor essa organização.

Questão das taxas de embarque e empresas regionais. Empresas regionais. Empresas regionais realmente V.Ex^a relatou bem o que é que já aconteceu, se realmente tinha uma taxa que era paga pelas empresas, elas pararam de pagar por demanda judicial. Hoje em dia tem o [ininteligível] das linhas essenciais que

é chamada no Congresso que está tentando voltar a isso. Essa discussão, pra mim, ela deve ir para o marco regulatório. A gente já trabalhou nessa discussão na Fazenda e é uma discussão que de fato é preciso saber o que é que eu preciso, para que é que vai servir a regulação. Eu quero realmente incentivar empresas regionais? Incentivar empresas a crescerem, precisa de um subsídio, precisa... é uma discussão realmente válida e ela deve entrar numa discussão grande da regulação do setor. É meu ponto de vista.

Sobre as taxas de embarque internacionais, regionais que a gente chama, que são dos países fronteiriços, tanto a Defesa quanto a ANAC tem brigado muito por tentar alterar a regulação das taxas de embarque para poder acabar com esse problema. O problema é real. Você paga a mesma taxa de embarque saindo do interior do Mato Grosso para a Bolívia, você paga de São Paulo para ir para Nova York. Então é um problema real, o peso dela na passagem é enorme. Então você tem algumas restrições legais que impedem que isso seja alterado agora. Eu tenho visto diversas iniciativas e a própria Casa Civil tem comandado um trabalho de alterar essas tarifas, a forma como essas tarifas sendo cobra. Para você poder fazer uma cobrança pela real capacidade do aeroporto e pela demanda. Você tem baixíssima demanda nesses aeroportos fronteiriços e seria interessante você desenvolver isso. Esse trabalho eu acredito que vai sair e vai sair rápido. Essas foram suas perguntas, eu imagino que eu tenha respondido... Mas qualquer coisa, por favor, estou à disposição.

Vou passar para as do Senador Valter Pereira. Ele perguntou sobre os diretores que se mantém. Como o Ministro Jobim já fica a vontade para fazer as mudanças do setor aéreo. Concorde com o Dr. Alexandre, a gente vai trabalhar com quem tiver lá. Não tenho problema nenhum com isso. Acho que tem possibilidade de trabalhar... E, mais uma vez, acho que o Ministro criando a Secretaria, a Secretaria facilita um pouco essa Comissão com ele. Facilita a interação da ANAC com o Ministro e com os diversos órgãos. Acho que a Secretaria tende a agregar nesse sentido. A ANAC realmente precisa se fortalecer. Acho que o principal ponto dela é se fortalecer. E chegar para o Ministério e dizer: Olha, o que a gente precisa para se fortalecer? O que precisamos fazer para melhorar nesse momento de transição que tivemos tantos eventos que atrapalharam a consolidação da agência?

Sobre a questão das promoções, também concordo com o Alexandre que entendo que seja uma questão de mercado. As empresas fazem promoções, têm duas pontas: Passagens realmente caras e passagens bem baratas. Porque ela consegue fazer passagens bem baratas porque ela faz passagens muito caras. Ela

faz no sistema de gerenciamento de receitas. E cada uma tem sua política de como fazer essa promoção. É óbvio que a regulação deve buscar transparência para o usuário das informações da passagem que ele está comprando. Talvez, acho que uma dificuldade que o usuário tem é de não entender às vezes quais são as restrições da passagem dele. Essas restrições têm que estar bem clara. Isso é uma questão de regulação para o consumidor. O que se pode fazer, se entende que determinada promoção está sendo realmente lesiva, é regular para que aquela promoção não aconteça daquela forma. Mas sempre entendendo que se pode... Você vai aumentar o preço dela. Você vai provavelmente se eu boto... Diminui as restrições que aquela passagem tem, a empresa vai cobrar um preço maior por ela. É um trade-off que a gente tem que trabalhar.

Sobre a qualidade das aeronaves, o Senador Valter Pereira também colocou, essa pra mim é a importância da regulação de segurança. Eu entendo que o mercado pode ser bastante... Você pode abrir bastante o mercado. Permitir maior concorrência, sempre menores preços. Mas sempre cuidando na relação de segurança: Você tem que ter uma regulação de segurança realmente forte, uma fiscalização de segurança forte para que isso não aconteça, que não tenha problema de qualidade de aeronave com os quais ele relatou.

A questão do conforto, e da regulação... Também pra mim é uma questão de regulação de qualidade. Tem uma Resolução da ANAC, que se não me engano já esteve em consulta pública, salvo engano, ela regulamentava o espaço entre as poltronas. E também uma questão de custo. Se aumentava o espaço você vai aumentar a passagem. Você tem que ter isso na cabeça. Empresas estrangeiras, empresas européias de baixo custo, você tem a opção de comprar mais cara. Você quer comprar um assento mais largo você paga dez dólares a mais caro. Pode ser uma opção. Você deixa transparente para o consumidor quais são as opções dele. Ele está pagando para um espaço maior. Se ele quiser viajar apertado, ele paga mais barato, se quiser viajar folgado ele paga um pouco mais caro. São coisas que acho que pode ser discutidas na agência.

Passando para as perguntas do Senador José Maranhão. Ele tinha colocado o problema da transição e da consolidação e perguntou quando a ANAC abrirá concurso para controladores de voo. Quantos e em quanto tempo. Eu tenho poucas informações, mas as informações que eu tenho é que tem previsões a médio e curto prazo de abertura dos concursos dos controladores. Não necessariamente pela ANAC, mas pela Defesa e pelo DECEA. O tempo de formação, ele leva em consideração o tempo de formação dessas pessoas. Como se fosse um curso de formação, e curso

de formação longo. Também não tenho informação de ao certo quanto tempo leva. Essa questão está sendo tratada pela Secretaria de Aviação Civil. Mais uma vez, a importância da criação dessa Secretaria, que ela consegue juntar a ANAC e o DECEA e discutir o que é que está faltando, quais são os pontos, o que está faltando para poder coordenar uma atuação conjunta dos dois. Falou sobre a questão das tarifas cobradas pela ANAC. Nesse sentido, as tarifas, que eu entendi, nas tarifas para prestação de serviço de homologação, certificação de alguma coisa. Entendo que--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Quero só registrar, Dr. Marcelo, que o Senador José Maranhão é brevetado e ele está sentindo na pele essas tarifas que são praticadas hoje, principalmente nos aeroclubes para xequê de pilotos, os preços mudaram sensivelmente. Está aí o Vitor que nos ajudou na Relatoria da ANAC, os preços hoje praticados são muito maiores do que os praticados anteriormente. Exames médicos...

SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYs: Com a criação da ANAC aumentaram os preços. É importante entender. Realmente, é um lado que tem que estudar e depois posso até conversar com o Vitor. Nós já nos falamos. Mas é... Isso pode ser avaliado. A aviação em geral tem uma associação forte que é a ABAG, que é a Associação Brasileira de Aviação Geral e tem muita representatividade no setor. Acho que tanto na ANAC como no Ministério da Defesa, pode-se criar um fórum para discutir um grupo de trabalho para discutir essas tarifas e a maneira como foram aumentadas. Realmente é uma preocupação.

A questão do Senador João Tenório, acho que o Alexandre é mais adequado para responder sobre a possibilidade de expansão do aeroporto de Congonhas. Concordo que é uma análise de custo/benefício que pode ser feita. Mais barato criar um aeroporto fora de lá ou desapropriar várias propriedades que estão lá para você poder expandir a pista de pouso? Eu tenho poucas informações, mas acredito que um estudo de engenharia pode mostrar isso pra gente.

Entrando nas perguntas do Senador Marconi Perillo, ele fez... se não me engano cinco perguntas. Primeira sobre a composição tarifária e oferta de qualidade. Eu respondi um pouco nas outras perguntas, mas vamos entrar. Composição tarifária, as tarifas do setor hoje são livres. Até por determinação da própria lei. E a questão da oferta de qualidade, acho que o que importa na qualidade do setor, assim, pra mim pelo menos como consumidor, é a questão da regularidade, como você realmente compra um voo que você vai entrar. Isso tem que ter uma regulamentação. Penalidades já existem, mas elas precisam ser realmente ser aplica-

das. A dose da penalidade realmente está adequada aos problemas que isso gera para o usuário. Talvez tenha que fazer um trabalho nesse sentido.

Segundo ponto dele, e também na questão da oferta de qualidade, mais uma vez a questão da importância da informação. Você poder explicar para o passageiro, estava conversando com a Senadora Serys ontem, e a Senadora estava dizendo que um voo que ela chegou cedo, fez o check-in, o voo foi cancelado, mudaram o horário do voo dela, ela perguntou para três pessoas diferentes, as três pessoas disseram versões totalmente diferentes. Duas da empresa e uma da ANAC.

Então, a questão da informação é muito importante. O consumidor se sente menos lesado quando ele tem uma informação ainda que seja prejudicial a ele, mas ele tem uma informação segura. Isso tem que ser realmente regulamentado.

Questão do ambiente concorrencial, o setor ainda é bem restrito. Você tem hoje duas grandes empresas, pequenas empresas que fazem uma franja competitiva, mas o setor, a própria regulação do setor limita bastante a participação de novos concorrentes. Um dos grandes gargalos é a questão da limitação do capital estrangeiro. Um dos poucos setores na economia que tem uma limitação de capital estrangeiro. Nesse caso de 20%, que é bem forte. Mas uma questão que a ANAC não pode resolver. Uma questão legal, mas tem minha simpatia. Outras maneiras de... Outras barreiras criadas pelo próprio órgão regulador, barreiras burocráticas que às vezes não são necessárias, a intenção é rever todo esse procedimento para que os procedimentos sejam realmente adequados às funcionalidades, e não se criem barreiras regulatórias desnecessárias à criação de empresas. O empresário tem que saber o que é que ele vai enfrentar se ele quiser investir dinheiro naquele negócio. Naquele setor. Então, para isso tem que ter uma regulamentação bem clara, bem técnica, bem objetiva que não incorra em grandes riscos para ele e que ele consiga entrar no setor se for de interesse dele.

Sobre a revisão do marco regulatório, ele perguntou se os marcos regulatórios são adequados. Acredito que tem que ter dois marcos regulatórios. Um de transporte e outro de infra-estrutura. Na minha avaliação os dois são inadequados e incipientes. Os dois precisam de revisão. Uma revisão do CBA e uma criação do marco regulatório para a infra-estrutura.

Já entrando na próxima pergunta dele que é sobre a privatização de aeroportos. Privatização é um termo que eu... Pegaria o ativo e passaria para o setor privado. Você tem outras maneiras de fazer, exemplos de concessão de aeroportos que tanto o Ministério da Fa-

zenda quanto a Defesa já têm estudado possibilidades de isso ser feito. Acho que é completamente possível. Mas está ligado à primeira pergunta. Eu preciso ter uma regulação adequada para aquele setor. Ou seja, alguém que for comprar uma concessão de um aeroporto, precisa saber quais são as tarifas que ele vai ter, por quanto tempo ele vai ficar com aquele contrato, não vai ser uma resolução do CONAC, vai ser uma lei que possa tratar disso. Acho que é a revisão do marco regulatório é exatamente para poder a segurança do investimento nisso. E a concessão de aeroportos é uma das possibilidades para você melhorar o problema de gargalo da infra-estrutura e da escassez da infra-estrutura aeroportuária. Isso acontece... Talvez seja um dos maiores problemas do setor, essa falta de cultura de como você pode pegar institutos de regulação que já estão por aí e aplicar no setor. As pessoas não estão acostumadas a isso. Então assim como se concede uma rodovia, foi feita há duas semanas atrás, você pode conceder um aeroporto. Basta você fazer um projeto, analisar, preparar as regras, fazer um contrato, fazer um edital, não tem grandes mistérios.

Por último, ele também perguntou sobre a questão do apagão aéreo e sobre a crise da ANAC. Mais uma vez, é difícil saber as reais razões, mas a avaliação que a gente faz de fora, principalmente, é que é uma questão de escassez de infra-estrutura. Também ligado às outras perguntas. Justamente um momento de consolidação da agência. Você tem uma agência que está sendo criada, está um ano e meio de criação, ela não... Ela teve vários episódios que atrapalharam bastante o seu funcionamento. E muito disso pra mim é devido à escassez de infra-estrutura. Se a gente observa escassez de infra-estrutura em diversos outros setores. Se tem problemas na rodovia, problemas em portos, a diferença é que nós somos usuários constantes da infra-estrutura de aeroporto. Então a gente sente na pele porque a gente vai para casa, fica lá esperando, fica com fome... Essa talvez seja a grande diferença. A possibilidade de sensibilidade. E numa rodovia, se não tem investimento, você vai andar mais devagar com o buraco. Um avião se não tem investimento na infra-estrutura ele não chega, não sai, você não consegue sair. Então o efeito dele talvez, o efeito dessa escassez seja maior. Você sente com... Tem uma maior sensibilidade dele. Mas, pra mim, a questão do apagão está realmente na escassez de infra-estrutura e da coordenação entre os órgãos do controle de tráfego aéreo com agência reguladora, com Ministério da Defesa.

Eu tentei responder rapidamente todas as perguntas, mas eu coloco à disposição de qualquer outro questionamento, tanto agora quanto daqui para frente, Senador. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS):

Bom, eu quero agradecer aí a oportunidade de ouvi-los e de sabatiná-los também no momento fundamental para... Especialmente para vida da Agência Nacional de Aviação Civil. Eu, pessoalmente, depois dos acidentes e das crises todas que nós enfrentamos, eu vi verdadeiras barbaridades com relação à razão da existência da Agência Nacional de Aviação Civil. Talvez até algumas pessoas tomadas pela emoção do momento não procuram entender os motivos da criação da Agência Nacional de Aviação Civil que não é de agora, vem de muito tempo. Esse projeto vem de 1997. O primeiro Relator foi o Deputado Nelson Marchezan. E isso em 1997, depois de uma visita do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso aos Estados Unidos. Onde existia entre outros riscos para o Brasil, o Brasil perder a homologação de aeronaves num momento em que a EMBRAER que foi concebida para fabricar aviões regionais começou a disputar outros mercados com aviões de maior porte. E evidentemente em cima disso existiam outras questões também fundamentais para o Brasil.

Eu acho que se houve alguns equívocos da ANAC, isso não quer dizer que ela não venha a ser importante para Aviação Civil Brasileira. Acho que agora em função desses nomes que estão sendo indicados pelo Ministro Jobim, eu acredito que dentro dessa nova realidade e depois dentro de... Dessa crise que enfrentamos e temos enfrentado, acho que uma coisa que o Dr. Alexandre disse com muita razão é entender onde nós acertamos e corrigir os desvios. Os desvios não só sob o ponto de vista de atribuição, mas de gestão também. Acho que o grande problema que nós enfrentamos foi uma dificuldade de gestão e onde as fronteiras não estavam muito bem estabelecidas. Ao lado de outras, de investimentos na infra-estrutura aeroportuária e que agora mais do que nunca o Brasil está acompanhando muito de perto.

Então, eu desejo aos senhores, como disse o Senador Marconi Perillo, os nomes de V.S^{as} já serão encaminhados ao Plenário do Senado, por serem técnicos, pessoas experimentadas eu não tenho dúvida que o Senado aprovará, eu espero que o Plenário do Senado aprove o nome de V.S^{as}, os nomes de V.S^{as}, e dizer que nós estamos absolutamente à disposição, nós vamos ter oportunidade de fazer outros debates, mas aí vocês já... Os senhores já como dirigentes já da Agência Nacional de Aviação Civil e quero desejar muito sucesso, realizações, sorte, muito trabalho, e que V.S^{as} correspondam a esse momento que a população brasileira, a sociedade brasileira mais do que nunca exige uma resposta das autoridades brasileiras.

Portanto eu quero agradecer, agradecer a todos que nos acompanharam até agora, e só queria registrar que, com relação ao... Falei com o Senador Marconi Perillo agora, com relação ao... às Emendas que foram aqui discutidas através da Relatoria do Senador Sérgio Guerra, as Emendas apresentadas pelo Senador Valter Pereira nós vamos analisar das quatro quais são as três prioritárias para que realmente nós encaminheemos essa proposta para a composição do orçamento.

Quero agradecer a todos, desejar uma boa tarde e a Sessão está encerrada.

Sessão encerrada às 14h12.

Ata da 33ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 08 de novembro de 2007, às 11:00 horas.

Às onze horas e oito minutos do dia oito de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da comissão, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras **Serys Slhessarenko, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Jayme Campos, João Ribeiro, Augusto Botelho, Marco Maciel, Cícero Lucena, Mário Couto e Tasso Jereissati**. Presente, também, o Senador José Agripino. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida a Presidência comunica que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a presença dos seguintes Representantes do Tribunal de Contas da União – TCU: **André Kresh** – Secretário de Obras e Fiscalização; **Marcelo Luiz Souza e Eira** – Secretaria de Macroavaliação Governamental – SEMAG e **Cláudio Sariam Altounian** – Assessoria Parlamentar, com a finalidade de debaterem acerca dos indícios de irregularidades apontadas no Relatório e Pareceres sobre as contas do Governo da República – Exercício 2006 do TCU, em atendimento ao Requerimento nº 056/2007-CI, de autoria do *Senador Marconi Perillo*. A Presidência convida os expositores para tomarem assento à mesa dos trabalhos. Antes de passar a palavra aos convidados, o Senhor Presidente faz a justificativa do requerimento de sua autoria. Em seguida a Presidência concede a palavra ao senhor **Marcelo Luiz Souza e Eira** – Secretaria de Macroavaliação Governamental – SEMAG, para suas considerações iniciais e, posteriormente, aos demais convidados. Fizeram uso da palavra, de acordo com a lista de inscrição,

para interpelar os convidados, os Senadores Marconi Perillo, Tasso Jereissati, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena. A Comissão aprova, **extrapauta**, os seguintes Requerimentos: **Item 1 – Requerimento nº 60, de 2007-CI**, de autoria do Senador Marconi Perillo, requerendo seja solicitado à ANAC informações quanto a tradução dos códigos de irregularidades do material anteriormente remetido à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da lavra do senhor Milton Zuanazzi, bem como seja remetido detalhes sobre a estrutura, o financiamento, a sistemática, capacidade, abrangência, limitações e as providências futuras quanto ao sistema de fiscalização de aeronaves, companhias aéreas, serviços de orientação de voo e manutenção de aparelhos. **Item 2 – Requerimento nº 61, de 2007-CI**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, requerendo a realização de Audiência Pública para debater a situação da gestão dos recursos humanos das agências reguladoras, com foco na melhoria de sua remuneração e no redesenho de suas carreiras, sendo convidados os senhores Luiz Alberto dos Santos, representante da Casa Civil da Presidência da República; senhor Duvanier Paiva Ferreira, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; senhor João Maria Medeiros de Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Reguladoras e senhor Álvaro Machado, Presidente da Associação Brasileira das Agências Reguladoras. **Item 3 – Requerimento nº 62, de 2007-CI**, de autoria dos Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, requerendo a realização de Audiência Pública com a finalidade de tratar de assuntos relativos à possíveis irregularidades no setor de energia, incluindo-se a análise relativa a todos os órgãos públicos e estatais responsáveis pela exploração, produção e fornecimento de energia e gás no país, bem como suas subsidiárias, como o Transpetro, sendo formulado convite aos Ministros Walton Rodrigues e Ubiratan Aguiar, respectivamente Presidente e Ministro-Relator do TCU, assim como o senhor Lucas Furtado, Procurador-Chefe do Ministério Público da União junto ao TCU, para prestarem os esclarecimentos devidos sobre a matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, **Dulcília Ramos Calháo**, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão

de Serviço de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a finalidade de debater no âmbito dessa Comissão indícios de irregularidades apontados no relatório e parecer sobre as contas do Governo da República, exercício de 2006, o Tribunal de Contas da União, TCU, em atendimento ao Requerimento nº 56/2007 de autoria dessa Presidência. Convido para tomarem assentos às Mesas dos trabalhos os senhores representantes formais do Tribunal de Contas da União, Dr. André Kresh, Secretário de Obras e Fiscalização, Dr. Marcelo Luiz e Eira da Secretaria de Macroavaliação Governamental, e Dr. Cláudio Sariam da Assessoria Parlamentar.

Antes de iniciar a Audiência Pública, eu gostaria de convidar aos Exm^{os}. Srs. Senadores e Senadoras integrantes dessa Comissão que compareçam a esta Audiência Pública por se tratar de uma audiência da mais alta relevância, da mais alta importância para o País. Afinal de contas, nós estaremos discutindo aqui hoje avaliações, auditorias, pareceres que foram realizados por técnicos da mais alta competência profissional, do mais alto compromisso ético e espírito público com a Nação. São servidores, são profissionais competentes, independentes, que cumprem o seu dever, a sua obrigação de representar bem a sociedade brasileira. E nós vamos estar, portanto, aqui discutindo hoje assuntos da mais alta relevância. Eu lamento que ainda não estejam representantes do Governo, porque num debate como este é fundamental que haja o contraditório. De modo que eu gostaria de convidar os líderes da oposição, Senador José Agripino, Senador Arthur Virgílio, os líderes... demais Senadores da oposição, os líderes do Governo para que efetivamente possamos ter um debate produtivo. Essa é uma Comissão importantíssima e está absolutamente disposta desde o início desse ano a cumprir todas as suas prerrogativas, todas as suas atribuições, apresentando para a sociedade de forma clara e transparente todas as informações relativamente a obras na área de infra-estrutura, logística, ou seja, tudo aquilo que é de responsabilidade institucional dessa Comissão. Para tanto, nós fizemos este convite aos representantes do TCU que estão aqui oficialmente para iniciarmos uma exposição e depois começarmos o debate.

Antes de passar a palavra aos representantes do TCU, eu vou fazer aqui um preâmbulo em relação à motivação para que solicitássemos essa Audiência

Pública sobre contas do Governo. Então eu gostaria de inicialmente fazer uma introdução. Para uma reflexão sobre o tema que nos reúne em Audiência Pública, gostaria de citar artigo de ontem do jornal O Estado de São Paulo, intitulado a piora das contas federais. Diz o artigo que “Governadores e Prefeitos e dirigentes estatais vêm realizando esforços para manter o equilíbrio das contas públicas enquanto o Governo Central continua a expandir seus gastos folgadoamente”. Dá para explicar um pouco isso. No ano 2000 o Governo Fernando Henrique Cardoso e o Congresso Nacional foram responsáveis pela aprovação e sanção, apresentação, aprovação e sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal, que possivelmente enquadrou os Estados e Municípios em relação a gastança de recursos públicos. Mas lamentavelmente ainda não temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal em nível federal. Há uma proposta que já se arrasta há anos e que se encontra paralisada, engavetada na Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa e que precisa ser imediatamente aprovada para que o Governo Federal, o Governo Central também possa estar enquadrado legalmente, constitucionalmente na Lei de Responsabilidade Fiscal. Que na minha opinião é dos grandes adventos dos últimos anos no sentido de enquadrar governos perdulários. Continua ainda o artigo do jornal O Estado de São Paulo. “Essa diferença reflete-se na evolução do endividamento das esferas administrativas. Entre dezembro de 2005 e setembro deste ano a solvência de Estados e Municípios e empresas controladas pelo setor público melhorou enquanto piorou a do Governo Central, medida pela relação entre dívida líquida e PIB. Para se ter uma idéia, no meu Estado, nos últimos nove anos, incluindo os quase oito que fui Governador, nós tínhamos uma relação receita líquida, dívida corrente líquida nós tínhamos uma relação de quase quatro anos de toda a receita líquida do Estado para se pagar a dívida externa. Essa curva foi extremamente melhorada, reduzida. Hoje o Estado deve menos do que dois anos de receita líquida para pagar sua dívida externa. Isso se deve muito ao ajuste fiscal e principalmente se deve muito aos rigores da Lei de Responsabilidade Fiscal que hoje enquadra Estados e Municípios. Continuando, enquanto piorou a do Governo Central, medida entre a relação dívida líquida e PIB. No caso dos Estados também houve uma melhora significativa na relação dívida líquida e PIB. Relata ainda o jornal os Governadores conseguiram reduzir a proporção entre dívida líquida e PIB de 14.2% para 12.2 naquele período. Os Prefeitos de 2.1 para 1.9%. As estatais ficaram com sobra equivalente a meio por cento, enquanto o endividamento do Governo Central cresceu de 30.8 para 31%. A variação pode parecer

pequena e pouco relevante, a primeira vista, mas essa impressão é equivocada. Entre o final de 2005 e setembro deste ano, não só a expansão econômica como o conseqüente aumento da receita tributária, mas também a continuada redução do juros básicos iniciados em setembro de 2005 e só interrompida no mês passado deram ao Governo Federal condições excepcionais para reforçar sua posição financeira. Com pouco mais de esforço poderia ter liquidado uma parcela maior de seus compromissos. Com isso teria chegado mais perto do equilíbrio completo de suas contas, apressando provavelmente a conquista do grau de investimento nas qualificações internacionais de risco, o que tornaria ainda mais barato o financiamento de suas atividades. É bom lembrar que nós temos hoje uma dívida interna de um trilhão e 200 bilhões de reais. Deve ser uma das maiores proporcionalmente no mundo. Mas o objetivo do Presidente da República e de seus Ministros mais influentes não era apressar o ajuste das contas públicas. A meta do equilíbrio geral das finanças públicas foi proposta pelo menos duas vezes no primeiro mandato pelo Ministro Antônio Palocci, e rejeitada pelo Presidente e por seus sucessores.

A evolução dos investimentos federais, no entanto, foi menos do que pífia. O Governo como reconheceu na semana passada o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo, não tem sequer condições de elaborar projetos. Lá no meu Estado o Governo Estadual está elaborando projetos para a construção ou melhoria de pelo menos dez rodovias federais. Isso explica o adiamento sine die da maior parte dos investimentos orçados para este ano. As verbas estão programadas, mas os Ministérios não dispõem dos técnicos necessários para projetar as obras. Apesar do crescimento contínuo do quadro de funcionários da União com ênfase para os funcionários comissionados, especialmente aqueles que atendem a interesses partidários. Em outras palavras, o Planalto, o Palácio do Planalto, o Governo Lula rejeita um ajuste mais sério, mas não realiza investimentos e insiste em contratar, mas não consegue formar equipes de administradores ou de gestores competentes. Falta efetivamente compromisso com a profissionalização eficiente da máquina pública federal. O gasto federal continua a crescer mais rapidamente que a produção brasileira. Mas sem produzir benefícios proporcionais ao dinheiro despendido. A folha de pessoal não pára de crescer. O gasto público é da pior qualidade possível. As despesas correntes crescem continuamente. Mas não a eficiência do setor público. Quer dizer, os serviços públicos não melhoraram. Dos grandes exemplos é a saúde pública no País. A máquina consome recursos cada vez maiores, mas a qualidade do serviço não se eleva e os investimentos não deslancham. Perspectiva

de mudança praticamente nenhuma. O Governo talvez altere a forma de contabilizar o déficit da Previdência jogando a maior parte do problema para o Tesouro. As contas previdenciárias ficarão menos feias, mas isso não reduzirá o buraco total das finanças federais. Enquanto realiza uma parcela proporcional do reajuste de concorrências públicas, Estados e Municípios investem do menos que poderiam. Aliás, também, limitados por um ajuste fiscal imposto pelo Governo Federal, que eu acho que é uma coisa boa, rigoroso e que tem sido cumprido obrigatoriamente, rigorosamente pelos governos estaduais e municipais. Sem prever, no entanto, compensações na área do Governo central. Controle de gastos, é assunto tabu no Palácio do Planalto. O Presidente da República continua a defender o aumento de contratações e de gastos e por isso a sua grande preocupação em matéria fiscal é garantir a renovação da CPMF para continuar aumentando os gastos e gastando mal, sem fazer ajustes, sem fazer redução do tamanho da máquina pública inchada, sem qualquer tipo de compromisso com o choque de gestão.

Antes de passar a palavra aos expositores, eu ainda gostaria de fazer, como Presidente dessa Comissão, uma manifestação sobre a verba de fiscalização da ANAC, da Agência Nacional de Aviação Civil, que caiu 50% em que pese todo o caos aéreo vivido no País há quase dois anos. A qualidade de Senador e de Presidente dessa Comissão estou estupefocado e creio que todos neste Plenário, nesta Casa também estão. Com os balanços demonstrados pelos veículos de comunicação de massa quanto ao sistema de fiscalização da Agência Nacional de Aviação Civil. Com efeito, é impossível compreender que num quadro de tamanhos problemas na Aviação Civil e no sistema aeroportuário brasileiro, o Governo do Presidente Lula tenha tido o desplante em reduzir 50% as verbas de fiscalização da ANAC. A crise aérea está aí para todos verem e comprovarem nos atrasos de vôos, nas filas nos aeroportos, nas explicações inexplicáveis das companhias, e o que é pior, em acidentes com aviões e helicópteros particulares com vítimas fatais. Mesmo assim, que pese os esforços do Ministro Jobim, diga-se de passagem, o Governo parece ignorar todo o quadro e quer acabar com a crise no grito e na retórica, como se o povo, a sociedade ou o Congresso fosse mera massa de manobra. Nós queremos e vamos certamente chamar de novo aqui nessa Comissão o Ministro Nelson Jobim, a quem prezamos muito, mas não podemos deixar de ouvi-lo nesse momento já que persistem as dificuldades e, sobretudo, a crise e o caos o chamado apagão aéreo. Evidente que a redução das verbas governamentais para inspeção de aviões denunciada nessa terça-feira em matéria publicada

no Globo colocará ainda mais em risco a segurança do espaço aéreo brasileiro e reforçará a falta de transparência do Governo em relação ao quadro geral da aviação no Brasil. Não tenho qualquer dúvida sobre a repercussão de medidas dessa natureza na imagem no Brasil no exterior, porque nem aqui nem alhures, qualquer pessoa em sã consciência compreenderá a redução pela metade dos recursos destinados à fiscalização da Aviação Civil no País. Ninguém com mínimo de bom senso poderá aceitar que um País marcado por dois acidentes aéreos gravíssimos com centenas de mortos reduz a verba de fiscalização de 17.2 milhões em 2006 para 9.3 milhões neste ano. Mas isso não é tudo, Sr^{as}. e Srs. Senadores. A verba já cortada está direcionada prioritariamente para a fiscalização da aviação comercial, mas pasmem, com apenas 210 fiscais para 11.300 aeronaves. Numa conta preliminar, é evidente que o consumidor final vai precisar contar com a sorte porque os fiscais jamais conseguirão dar conta de uma tarefa como essa. Nesse contexto, ganha o sentido as notícias de que corremos sérios riscos de novos acidentes aéreos de grandes proporções porque a ANAC não tem cumprido ainda o papel a que se destina.

Diante da situação cremos ser nosso dever como membros da Comissão de Infra-estrutura exigir explicação e transparência do Governo que deve respeito ao papel fiscalizador do Senado. Essa Comissão, pelo menos Senador Mário Couto, está cumprindo seu papel de fiscalizadora das ações do Governo Federal. Consagrado pela Carta Magna de 88. Nós queremos e devemos saber como as verbas da ANAC estão distribuídas e que critérios levaram aos cortes porque essa é uma satisfação a ser dada ao povo brasileiro. Não podemos sequer pensar ou cogitar na possibilidade do País ser sacudido por nova catástrofe por completa omissão do Estado. Lembro que essa Comissão já exigiu da ANAC documentação sobre a fiscalização de vôo. O então Presidente Zuanazzi talvez para ganhar tempo não mandou uma montanha de documentos técnicos. A dedicada consultoria dessa Casa debruçou-se por quatro meses sobre os papéis, e concluiu que eles indicam que 70% das aeronaves inspecionadas apresentam problemas, mas ninguém sabe do que se trata já que tudo está em código.

Nesse sentido, transformo essa minha manifestação de preocupação em Requerimento a essa Comissão. Proponho solicitarmos formalmente informações à ANAC quanto a tradução dos códigos de irregularidades mencionadas. Mais ainda, solicitarmos detalhes sobre a estrutura ou financiamento a sistemática, capacidade, abrangência, limitações e as providências futuras quanto ao sistema de fiscalização de aeronaves companhias

aéreas, serviços de orientação de vôo e manutenção de aparelhos. Fiscalização é mais do que passagens aéreas gratuitas, fiscalização é responsabilidade pelo funcionamento e cumplicidade, prevaricação pelo não funcionamento. Creio que é exatamente neste item que tem morado o perigo que já tirou centenas de vidas e mudou totalmente a rotina do País. Peço assim a aprovação deste Requerimento que submeto agora ao Plenário. Requerimento de minha autoria nos termos aqui já lidos anteriormente. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão, aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Delcídio Amaral, convidando um representante da Casa Civil, da Presidência da República, um do Ministério do Planejamento, do Sindicato Nacional de Servidores das Agências Reguladoras, da Associação Brasileira de Agências Reguladoras para uma Audiência Pública nessa Comissão com o objetivo de debater a situação da gestão dos recursos humanos das agências reguladoras. Uma iniciativa extremamente válida. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado.

Como já disse, Senadores, essa reunião com a presença oficial dos ilustres técnicos da mais alta qualificação profissional, representantes do Tribunal de Contas da União, têm como objetivo avaliar a piora das contas federais conforme relatórios já apresentados e aprovados por... Por aquela corte de contas. Estão aqui já para iniciarem suas exposições o Dr. André, o Dr. Marcelo e o Dr. Cláudio. Com a palavra, pela ordem, o Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Antes que os técnicos possam fazer as suas apresentações explanações, eu queria que a Presidência me abrisse um espaço que não será grande. Eu gostaria de fazer antes mesmo de que os técnicos comecem a fazer suas explanações, algumas considerações. Mas são breves, Presidente. Mesmo porque V.Ex^a me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Asseguro a palavra ao V.Ex^a.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Mesmo porque eu não sou membro titular dessa Comissão, sou Suplente, mas ontem ao tomar conhecimento de que os técnicos vinham aqui, eu obviamente que pensei em vir a esta Comissão para fazer as considerações que vou fazer.

As minhas considerações não são técnicas. As minhas considerações são de elogios. Eu tenho certeza absoluta de que se não houvesse tanta capacidade de V.S^{as} na missão que é concedida a V.S^{as}, o Brasil estaria muito mal. Hoje o Tribunal de Contas da União tem um papel de fundamental importância na nossa sociedade. Vocês todos estão de parabéns. Tenho lido

todas as considerações nos relatórios que V.S^{as} fazem. Pena que neste Brasil ainda nós temos a impunidade. E essa impunidade ela é muito forte. Infelizmente ela é muito forte. Eu quero aqui com as minhas palavras poder motivá-los para continuar esse trabalho árduo de V.S^{as}. E quero deixar aqui antes de sair desta sala a minha preocupação no sentido do agravamento da corrupção neste Brasil, e sei que a atribuição de V.Ex^{as} a cada dia aumenta mais, e a responsabilidade de V.Ex^{as} a cada dia aumenta mais. A tarefa de V.Ex^{as} a cada dia aumenta mais. Mas V.Ex^{as} estão firmes, com seriedade, com competência, mostrando para Nação que está acontecendo nesta Nação.

Fiquei muito triste ao apreciar o último Relatório que chegou aqui nesta Casa. Mas, me alegrou muito a parte preventiva de que vocês hoje fazem para evitar a corrupção nesse País. Essa parte preventiva ela está trazendo uma economia para este País incalculável. Incalculável. Agora mesmo acabei de ver o Relatório de V.S^{as} no DNIT. E se essa fiscalização não fosse exercida, quanto custaria para Nação? Quanto custaria para Nação?

Então, eu vejo V.S^{as} como uma proteção a esse País. Uma proteção. Não podia deixar, seria até covardia de minha parte se não deixasse outras tarefas que tinha pra fazer e não viesse aqui elogiar o trabalho de V.S^{as}. Quero deixar aqui citado alguns exemplos na minha terra, e quando eu passo por essas obras, eu fico chateado. BR-316, a entrada de Belém. Foram feitas duas obras praticamente. V.S^{as} sabem muito bem o que acontece. São centenas de itens que os infratores usam para burlar o Tribunal. Centenas de itens. Eu conheço 80% deles. Um deles é essa. É a qualidade da obra. A pessoa da empresa dá um preço baixo e depois relaxa na qualidade da obra. Com seis meses, sete meses, e haja buraco. Foi o que aconteceu na BR-316 no Estado do Pará. Está se prosseguindo esta obra. Vai se prosseguir agora está anunciada. Eu peço a V.S^{as} que olhem, que não deixem o prosseguimento dos buracos permanecerem. Que olhem para que pelo menos esse resto de obras sejam sérias e tragam qualidade e não burlarem o dinheiro da Nação. Como V.S^{as} estão fazendo. Eu vim aqui para duas coisas, para alertar sobre esta obra na minha terra, a Transamazônica, vão começar as obras na Transamazônica. Eu não tenho nenhuma dúvida, senhores técnicos, de que o DNIT é uma das fontes de corrupção deste País. Eu não tenho dúvida. Por isso consegui com meus pares a assinatura suficiente para abrir uma CPI.

Eu espero que a CPI do DNIT vá mostrar à Nação o quanto tem de sujeira ali dentro. O quanto tem. E eu espero que não aconteça o que aconteceu com a CPI do Apagão Aéreo. Olhem, pasmem, Srs. Técni-

cos. Foram cinco meses de trabalho. Cinco. Um Relator sério, Senador de alta capacidade, acho até que V.S^{as} conhecem. Demóstenes Torres. Foram 35 reuniões. Oitivas para lá, para cá, vai fundo, recorre a V.S^{as}, traz o Tribunal de Contas... Traz o Ministério Público... Enfim, serviço perfeito. Uma das peças mais brilhantes que já vi em toda a minha história pública. E sabe o que aconteceu? Só deixaram aqueles que eram apadrinhados. Aliás, só tiraram os que eram apadrinhados, só deixaram aqueles que não eram apadrinhados. Foram 23 pessoas indiciadas. Nove saíram. Exatamente onde estava o foco da corrupção. Aonde estava a quadrilha. E o Presidente até que foi cauteloso. Disse que apenas dois acidentes aéreos de grandes proporções. Porque acidente aéreo no Brasil é todo dia.

A ANAC não fiscaliza nada. Aquela senhora que foi colocada lá, a Denise Abreu, foi colocada para servir à GOL e a TAM. O Sr. Carlos Wilson era chefe de uma quadrilha. E pasmem, senhores, estraçalharam o Relatório do Senador Demóstenes Torres. Espero que no DNIT não aconteça a mesma coisa com a CPI que nós vamos abrir na próxima semana, se Deus quiser.

Eu encerro, Presidente, dizendo que a minha vontade está feita, era a minha vontade pessoal vir aqui elogiar o Tribunal, elogiar o trabalho de V.S^{as}, e dizer a V.S^{as} continuem assim. Que V.S^{as} estão trazendo um profundo trabalho de economia à nossa Nação. Principalmente com esse trabalho preventivo, antes que as obras iniciem, mostrar que tem já indícios de irregularidade nas licitações. Parabéns ao Tribunal, parabéns a todos os técnicos do Tribunal, e aí de nós brasileiros se não tivéssemos um Tribunal de Contas da União tão sério e tão competente. Obrigado, Presidente. Permita eu me retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do ilustre Senador Mário Couto, e passo imediatamente a palavra ao ilustre convidado, Secretário de Obras e Fiscalização da Secretaria de Obras e Fiscalização do Tribunal de Contas da União que falará sobre... Que prestará aqui um Relatório, apresentará um Relatório sobre contas públicas... Aliás, passo a palavra ao Dr. Marcelo Luiz Souza e Eira da Secretaria de Macroavaliação Governamental que vai fazer uma exposição sobre contas públicas no prazo de 20 minutos. Asseguro a palavra a V.S^a.

SR. MARCELO LUIZ SOUZA E EIRA: Muito obrigado, Presidente. Srs. Senadores. É uma honra, é uma satisfação estar aqui atendendo ao convite que foi feito ao nosso Presidente Ministro Walton Alencar e ao Ministro Ubiratan Aguiar. Não poderei iniciar sem antes agradecer as palavras do Senador Mário Couto em nome do Tribunal e em nome dos analistas

do Tribunal de Contas da União. É motivo de orgulho para nós pertencermos a esse quadro do Tribunal de Contas da União.

Eu gostaria de pedir que fosse projetado a nossa apresentação. As contas do Governo são apresentadas ao Congresso Nacional e recebem um parecer prévio do Tribunal de Contas da União. O Tribunal de Contas da União elabora um Relatório e emite parecer prévio sobre essas contas para que elas possam ser então julgadas pelo Congresso Nacional. Nós trouxemos aqui e vou pedir que seja distribuído, a síntese das contas do Governo relativas ao exercício de 2006, que contém aqui os principais pontos abordados e que nós vamos apresentar aqui de uma forma sintética, em virtude do tempo disponível. As contas relativas ao exercício de 2006 tiveram o Relatório elaborado pelo Ministro Ubiratan Aguiar e a Sessão que apreciou essas contas no Tribunal de Contas da União foi no dia 19 de junho deste ano.

No início do Relatório é feita uma análise da situação econômica. Então, nós vemos uma redução de 2005 para 2006 nas taxas de juros, inclusive em relação à expurgada a inflação se verifica essa redução da taxa de juros. Apesar disso, nós vemos que a economia nacional não cresceu tanto quanto a média da América Latina. A média da América Latina foi um crescimento de 5% no ano de 2006 e a do Brasil foi das menores do nosso continente, ficando com 3,7%. Talvez uma explicação para isso ou uma das explicações para isso esteja na elevada carga tributária que vem aumentando a cada ano. A bem da verdade deve-se destacar que do exercício de 2005 para 2006 não foram constatadas grandes elevações de alíquotas ou criações de novos tributos. O aumento ali decorreu de um maior esforço ou do maior êxito no esforço de arrecadação, o que não deixa de ser uma boa notícia, porque contribuinte que não estavam pagando, passaram a pagar seus tributos. Mas, de qualquer forma, é uma carga tributária considerada bastante elevada.

Bom, já em relação à análise orçamentária, nós constatamos um descompasso entre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária. 30% das ações foram definidas como prioritárias na LDO acabaram não sendo acolhidas na LOA. Não receberam dotação alguma. Outras foram acolhidas, mas não foram executadas durante o exercício de 2006, embora houvesse dotação não foram executadas. Então questiona-se aqui o cumprimento, da finalidade da LDO como instrumento de orientação de fixação de diretrizes para a elaboração orçamentária. Porque na verdade as diretrizes não estão sendo acolhidas.

Bom, esse quadro mostra a composição da receita corrente no Brasil. É interessante perceber que a

maior parte das nossas receitas decorre de contribuições sociais. Esse perfil da nossa arrecadação traça algumas consequências. Algumas boas outras nem tanto. O fato de as contribuições sociais serem receitas vinculadas, significa maior garantia de consecução ou de cumprimento de algumas ações. Eu destacaria ali, por exemplo, as contribuições previdenciárias. Estão garantidos os pagamentos dos benefícios previdenciários estão garantidos.

Por outro lado, esse perfil engessa bastante a execução orçamentária porque a grande maioria do nosso orçamento está vinculado. Então, não há margem. E mesmo dos impostos uma boa parte dos impostos também acaba sendo vinculado em virtude dos limites mínimos em aplicação em saúde, educação, e outras distribuições.

Então, por conta desse quadro é compreensível a preocupação em relação à desvinculação das receitas da União porque seria muito complicado administrar o País com esse nível de vinculação de receitas.

Bom, pelo lado da despesa, nós vemos que 65,8% das despesas foi relacionado a encargos especiais. O que são esses encargos especiais? É pagamento de juros da dívida e rolagem da dívida. Mas aí também está incluído transferências constitucionais, a Estados e Municípios. Principalmente os fundos de participação.

Então, nós vemos ali que o Brasil ainda gasta muito, a maior parte do que se arrecada é gasto com dívida pública. Mais de 50%. Se nós vírmos ali 18% para Previdência Social e ali 3,4 para a saúde, 1,8 para assistência, 1,7 para a educação. Se nós fôssemos colocar aqui infra-estrutura, seria muito pouco. Seria muitíssimo pouco.

Então, é esse o quadro da distribuição da despesa no ano de 2006 que não tem sido muito diferente dos dois anos anteriores. Pois não, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MARCELO LUIZ SOUZA E EIRA: Todos são abaixo de 2%. Todos abaixo de 2%.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MARCELO LUIZ SOUZA E EIRA: Foi. Segurança Pública foi destacado por interesse do Relator Ministro Ubiratan Aguiar pediu que fosse destacado segurança pública porque ele queria abordar esse tema. Mas ali o item "outros", todos eles estão abaixo do menor ali que é Defesa Nacional. 1,4%. Então todos os outros estão abaixo. Se houver interesse depois eu posso passar o status completo para os senhores.

O Tribunal de Contas da União faz todos os anos essa análise da execução dos programas de Gover-

no. Verificação que é feita é bastante simples. É do ponto de vista orçamentário e do ponto de vista de execução física. Ou seja, quanto por cento do orçamento desses programas foi efetivamente executado e qual o percentual de atingimento das metas físicas. Essas metas são aquelas definidas pelos programas que estão relacionadas com quantidade de pessoas atendidas, quantidade de quilometragem de estradas pavimentadas, etc. Cada programa tem as suas metas definidas. Então nós vemos que principalmente na área, nas funções de Governo que estão relacionadas com a área de infra-estrutura, nós temos um descasamento entre execução orçamentária e execução física. Nós vamos ver que embora a execução orçamentária normalmente esteja próximo de 80%, mesmo com o contingenciamento orçamentário, nós verificamos que o cumprimento das metas físicas está sempre abaixo de 40%. Nessas funções que estão ali colocadas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] é irrisório, 03. Do 03 mesmo, só apenas 50% foi aplicado. É isso que eu entendi?

SR. MARCELO LUIZ SOUZA E EIRA: O 03 já é despesa executada. Então o 03 já corresponde aos 50%. Se fosse gasto o total, talvez fosse algo mais. Próximo de 06. Mas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Obrigado.

SR. MARCELO LUIZ SOUZA E EIRA: Então, uma palavra sobre os efeitos do contingenciamento nós sabemos que as áreas que dependem de investimentos são as que mais sofrem com o contingenciamento porque investimento normalmente não é considerado despesa obrigatória.

Então, acaba em alguns Ministérios que o recurso que pode ser utilizado é o recurso para a manutenção da máquina. Isso gera... Isso contribui para aquele descompasso que nós verificamos entre alcance de metas físicas e execução orçamentária. Porque embora se consiga executar 80% do orçamento isso é quase tudo para pagamento de pessoal. Então aqueles 20% que faltaram seria o dinheiro do investimento. Então é esse o problema que tem sido verificado. Outros fatores que contribuem para resultados insuficientes estão relacionados a planejamento deficiente, muitas daquelas metas físicas que são definidas elas são inconsistentes, muitos órgãos ainda não alimentam o sistema que registra a execução física dos programas. Então ali nós temos deficiência nessa parte técnica executiva. Há também grandes dificuldades na condução de licitações ou celebração de convênios ou contratos. Isso gera também dificuldades para conseguir cumprir os objetivos. Há pendências ambientais e a falta de controle sobre recursos descentralizados. Os recursos descentralizados para Estados e Municípios a gente

pode até presumir que a meta da União seja transferir os recursos. E não executar o objeto.

Então, uma vez transferido, parece que não há interesse mais em fiscalizar e saber se aquele recurso foi aplicado na finalidade devida. Mas para frente eu vou apresentar um quadro sobre convênios em que isso vai ficar mais claro.

Outro ponto que é de interesse do Tribunal de Contas da União e que nós temos procurado dar maior transparência a isso, são as renúncias de receitas. Ou seja, aqueles incentivos fiscais ou subsídios que são concedidos, que tem crescido nos últimos anos. Esses incentivos, eles são na verdade formas de executar serviços públicos ou em áreas de interesse público por intermédio de terceiros. Da iniciativa privada. Então se concede esse incentivo para isso. Isso é preocupante na medida em que não há efetivo controle, porque esses recursos não transitam no orçamento.

Então, não há um efetivo controle da aplicação desses recursos. É claro que isso não quer dizer que não se deva conceder incentivos fiscais. Faz parte da política fiscal e é muito interessante que isso seja feito, mas nós observamos ali que no ano de 2006 53,8 bilhões de reais correspondem a renúncias de receitas. Isso é muito mais do que o que foi aplicado efetivamente, despesa aplicada em saúde. É muito mais do que foi gasto com assistência social e educação. É volume considerável de recursos que nos preocupa pela dificuldade de controle desses recursos.

Bom, em relação aos convênios, nós verificamos esse quadro que mostra que há um estoque enorme de prestações de contas de Estados e Municípios relativas a convênios que não são analisadas. São mais de 35 mil termos de convênio que tiveram as prestações de contas apresentadas e estão parados nos diversos Ministérios sem serem examinados. Isso reforça aquele entendimento de que possivelmente não está havendo efetivo controle dos recursos que são repassados. Nesses convênios pode ter havido desvio de recursos, pode ter havido fraudes. Isso pode estar até explícito nas contas que são prestadas, mas essas contas sequer são abertas. Então nós não sabemos, isso permanece obscuro.

Em relação aos fundos, aqui o efeito do contingenciamento, nós selecionamos alguns fundos e colocamos ali a despesa em 2006 e a disponibilidade em caixa no final do ano de 2006. Nós vemos que principalmente o FUST, mas também o Fundo da Aeronáutica e outros fundos estão sendo fortemente contingenciados. Têm recursos que estão parados há vários anos e a execução tem sido num nível muito baixo.

Em relação a restos a pagar, é outra preocupação porque isso na verdade o que temos hoje no

Brasil é um orçamento paralelo. O gestor público ele a todo momento ele opta entre gastar o orçamento deste ano ou gastar o orçamento de anos anteriores. Porque o volume de restos a pagar inscritos a cada ano é muito grande. Se nós olharmos ali o restos a pagar não processados, ou seja, aqueles que correspondem a despesas não liquidadas, em 2006 foram inscritos um volume considerável de restos a pagar. Se considerarmos esse volume em relação a despesa que efetivamente foi liquidada em 2006 nós vemos que por exemplo no Ministério dos Esportes, 94%, ou seja, o montante dos restos a pagar inscritos é 94% da despesa que foi liquidada. Ou seja, o Ministério dos Esportes praticamente gastou metade e inscreveu restos a pagar a outra metade. Isso acontece também com outros Ministérios como nós podemos ver aí. Isso significa que para 2007 há dois orçamentos para serem administrados. O orçamento do ano de 2007 e o orçamento do ano de 2006 dos restos a pagar.

Finalmente, eu trouxe essa lâmina sobre o PAC porque nós estamos acompanhando as contas de 2007 e o PAC é um tema de grande interesse. Então nós vemos ali até 31 de agosto de 2007 nós temos em azul a dotação orçamentária é apenas para despesas do PAC e para ações do PAC. Nós temos ali a dotação orçamentária nos diversos Ministérios e nós temos o quanto foi liquidado. Então nós vemos que o percentual de execução orçamentária está muito baixo. Isso significa que isso pode significar dificuldade, aquelas dificuldades todas que nós colocamos em executar as despesas e pode significar também que esses órgãos estão gastando o orçamento do ano anterior ainda. Estão gastando os restos a pagar que ficava de 2006. E pouco começaram a gastar do orçamento de 2007. O que pode significar que no final do ano teremos novamente alto volume de restos a pagar inscritos. Era isso que eu tinha a apresentar. Agradeço novamente, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Quero agradecer ao Dr. Marcelo Luiz Souza e Eira pela precisão. Ele ainda economizou um minuto. Parabéns pela apresentação e passo a palavra imediatamente ao Dr. Cláudio Sariam, Assessor Parlamentar que vai falar sobre... Vai discorrer sobre obras de infra-estrutura. Antes, pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Gostaria de pedir a V.Exª se poderia ser distribuída as transparências que foram apresentadas pelo Dr. Marcelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Solicito à Secretaria a gentileza. As transparências. Com a palavra... Asseguro a palavra então ao Dr. Cláudio por 20 minutos.

SR. CLÁUDIO SARIAM ALTOUNIAN: Exmº. Sr. Senador Marconi Perillo, Presidente dessa Comissão, Exmºs. Srs. Senadores aqui presentes, eu gostaria primeiro de registrar minha satisfação em estar aqui nesta Comissão cumprindo o que eu acredito ser a missão mais nobre do Tribunal de Contas da União, que é prestar o apoio técnico ao Congresso Nacional. Gostaria também de agradecer as palavras do Senador Mário Couto, gentis para com o corpo técnico do Tribunal e dizer que é uma grande satisfação pertencer ao corpo técnico no qual o concurso público é a única porta de entrada.

A parte que ficou para eu apresentar a V.Exªs foi a parte mais focada a obras públicas, principalmente questões relativas ao DNIT. Gostaria de lembrar sempre que o Tribunal atua de diversas formas. Esse Relatório encaminhado ao Congresso Nacional em setembro é apenas um dos produtos dentre diversos que o Tribunal procura trazer ao conhecimento do Congresso Nacional. O Tribunal avalia a atuação do DNIT por meio das contas anuais que são prestadas, e por meio de fiscalizações. Tanto na espécie fiscalizações de legalidade quanto nas operacionais. Nas fiscalizações de legalidade é que se encontra esse produto que eu vou detalhar de uma forma mais positiva a V.Exªs. Mas eu não poderia detalhar esse produto antes de fazer uma breve apresentação histórica da evolução do contato do Tribunal de Contas da União com o Congresso Nacional no que tange a obras públicas. Em 1995, este Senado Federal criou uma Comissão temporária para investigar obras inacabadas na República. A conclusão há mais de 10 anos atrás vem no sentido de que havia mais de duas mil obras cadastradas com investimento de 15 bilhões de reais, todas essas obras inacabadas. Essa é a conclusão do trabalho da Comissão.

Em 1997, em face da gravidade do quadro, o Tribunal de Contas da União criou um comitê técnico de apoio ao Congresso Nacional e por meio desse comitê alguns produtos foram aprimorados, foram desenvolvidos e um desses produtos é o Relatório que encaminhamos anualmente à Comissão Mista e ao Congresso.

Em 99, a CPI do Judiciário trouxe à tona novamente o problema ligado a obras públicas, a obra do TRT de São Paulo, e em 2001 uma nova Comissão de obras inacabadas na Câmara dos Deputados e em 2007 a Comissão do Apagão Aéreo são alguns dos destaques que eu faço a V.Exªs tratamento de obras públicas nessa Casa. Alguns destaques por interessantes e eu não poderia deixar de fazê-los da primeira Comissão do Senado Federal. Ele diz: Encontramos obras inacabadas de todas as idades em diversos estágios de abandono. A ferrovia transnordestina, por

exemplo, deve ser considerada a obra inacabada mais antiga do País, pois usa construção teve início ainda no Império e continua inconclusa a desafiar administrações e gerações. O prédio da Justiça Estadual do Amazonas está tanto tempo paralizado, há mais de 20 anos que sua eventual retomada precisa ser avaliada por meio de um aprimoramento de um aprofundamento de avaliações e estudos técnicos. Obra cara é obra parada. Porque penaliza duplamente a população. Pela ausência da obra e pelos recursos já aplicados sem qualquer benefício à sociedade. E estou falando sentenças, em frases extraídas do Relatório de 95. Diante de do quadro é imprescindível que crie uma nova mentalidade e mecanismos que acabem com o vício de iniciar obras sem que se ofereça meios para a sua conclusão. Dentro desse cenário foi desenvolvido o produto que denominamos FISCOBRAS que tem a sua materialização no Relatório anual encaminhado geralmente em final de setembro para a Comissão Mista de Orçamento. Essa nova filosofia de trabalho que o Relatório de 95 exigiu vem sendo aprimorado e eu destaco o FISCOBRAS porque ele criou um mecanismo no qual ficam muito bem caracterizadas as responsabilidades técnicas do Tribunal de Contas da União e os aspectos políticos que passam para avaliação do Congresso Nacional em relação à inserção ou não do empreendimento que apresenta problemas na Lei Orçamentária dizendo: Esse empreendimento só receberá recursos após o saneamento das irregularidades apontadas. Esse fluxo de informação Tribunal Congresso Nacional tem surtido efeitos positivos percebemos já por parte dos gestores o interesse em resolver as pendências apontadas e a colocação do Senador Mário Couto no início desta audiência de que os empreendimentos não podem ser iniciados com problemas. Porque o início de empreendimento com problema com certeza é a transferência para o final ou para uma obra paralisada. O controle concomitante, então, vem sendo aprimorado por diretrizes que a própria Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece definir responsabilidades do Tribunal de Contas e atribuindo à Comissão Mista a prerrogativa de bloquear recurso orçamentário para esses empreendimentos. Quais são as principais linhas definidas pela LDO para a boa e regular aplicação de recursos públicos em obras? Primeiro, já existe a exigência de que toda obra pública tenha seus contratos cadastrados num sistema denominado SIASG. Exige também que obras públicas obedeçam a sistemas referenciais de preços para contratação de obras financiadas com recursos federais. Estou colocando o ideal para apresentar as falhas após a definição do ideal e das exigências legais. Define os critérios que o Tribunal deve-se utilizar

para selecionar as fiscalizações, procurando invocar questões ligadas à regionalização, materialidade e indícios de irregularidades encontrados. Define também o que é um indício de irregularidade grave. Esse é um conceito legal. O Tribunal apenas se utiliza desse conceito para poder dizer: esse empreendimento apresenta um indício grave. Mas essa definição e essa conceituação vêm da própria Lei de Diretrizes Orçamentárias. E define a metodologia e as regras para o bloqueio e o desbloqueio dos empreendimentos na Lei Orçamentária. O fluxo de trabalho Tribunal/Congresso Nacional em relação aos meses é basicamente o seguinte. O no início do ano, fevereiro, o Tribunal com base nas regras estabelecidas pela LDO define quais empreendimentos serão auditados, de março a julho esses trabalhos são desenvolvidos pelas Secretarias de Controle Externo, e esse é um ponto importante, o Tribunal conta com uma Secretaria de Controle Externo em cada Estado e geralmente essas secretarias conduzem os trabalhos. Então, cada um dos processos encaminhados têm uma unidade coordenadora dos trabalhos, as secretarias nos Estados. Em agosto as consolidações são feitas, em setembro o encaminhamento ao Congresso Nacional e de outubro a dezembro a avaliação da relação encaminhada pelo Tribunal em setembro para verificação da inserção ou não do empreendimento no quadro de bloqueio da lei orçamentária.

Vantagens da sistemática, como o Senador Mário Couto colocou, passou-se a desenvolver uma metodologia de controle concomitante. Não se espera mais o problema para depois correr atrás do prejuízo. Procuramos identificar o problema no momento em que ele acontece e sermos tempestivos em apontar qual é a solução para correção desse problema. Dizemos no Tribunal: não nos interessa a necropsia, nos interessa a biópsia. Depois que o paciente faleceu, nada mais há que ser feito.

Adoção de medidas corretivas por conta desses bloqueios pelos gestores para que o empreendimento possa voltar a receber recurso, acabaram-se os pedidos excessivos de prorrogação de prazos na apresentação de justificativas porque os pedidos excessivos acabam prejudicando o andamento do empreendimento. Ou seja, o gestor tem maior interesse em tempestivamente apresentar os esclarecimentos ou então adotar as medidas corretivas e a conscientização do gestor de que é melhor gerenciar bem o empreendimento público do que depois ter esse empreendimento público inserido num quadro de bloqueio da Lei Orçamentária. O último trabalho do Tribunal foi encaminhado ao Congresso Nacional por força do acórdão 1.953 e eu demonstro nessa tabelinha abaixo

a evolução do número de empreendimentos fiscalizados que em 97 quando foi criada a Comissão de apoio ao Congresso situava-se em nível de cem trabalhos e hoje basicamente são 400 acompanhamentos de empreendimentos públicos. Passo então aos quadros do resultado desse trabalho encaminhado em setembro e destaco que as 231 fiscalizações apresentadas na totalidade do quadro são as efetivamente realizadas in loco. Fazemos acompanhamento via sistema de outros empreendimentos e todas às vezes em que esses acompanhamentos identificam problemas, nós passamos a uma fiscalização mais direta in loco. O setor transportes foi dentro do rol selecionado o que teve o maior número de fiscalização. Praticamente 60% das fiscalizações realizadas pelo Tribunal foram focadas no setor de transporte. Percebam V.Ex^{as} que apesar do número maior de fiscalização estar no setor de transporte, basicamente seis bilhões de reais fiscalizados, o maior volume fiscalizado está no setor de energia, apesar de haver apenas 17% em número de fiscalização. Isso decorre dos grandes empreendimentos gerenciados pela PETROBRAS que envolvem alguns bilhões de reais. Por esse motivo temos maior quantidade no setor de transporte e maior materialidade no setor de energia que apesar de não ser o tema dessa audiência, Presidente, eu acredito que deva ser um tema interessante... Dessa audiência pelo DNIT, o nosso foco hoje está mais centrado no DNIT.

Esse é um quadro demonstrativo da evolução dos recursos fiscalizados dos nossos trabalhos que se situava numa casa inferior a cinco bilhões de reais e hoje situa-se algo perto de 25 bilhões de reais dentro dos empreendimentos fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União. O DNIT teve dentro daqueles 60%, 115 empreendimentos fiscalizados pelo Tribunal que correspondem a quase metade da lista definida para a fiscalização e a partir desse momento eu passo a dar maiores detalhes das fiscalizações realizadas no DNIT.

Das 231, 140 ligadas ao setor de transportes a grande parte em rodovias, 39 no setor de restauração, 24 construção, 20 conservação, algumas no setor de aeroportos que também é um setor importante, estratégico para o País, a questão dos portos também muito importante, mas com uma quantidade de fiscalização menor.

Quais são as principais falhas encontradas em empreendimentos gerenciados pelo DNIT? E eu apresento de forma sistêmica. O famoso problema em projeto de obra. São na maioria das vezes projetos desatualizados, imprecisos ou deficientes. Problema em projeto é fatal a ocorrência de problema na execução. Não é possível implementar um empreendimento

to com base em projeto falho. Por esse motivo, todos os momentos em que detectamos falhas em projetos a orientação é: Vamos suspender falhas graves, apenas as graves. Vamos suspender e aguardar a apresentação de um projeto de boa qualidade pelo órgão responsáveis em gerenciar esses empreendimentos. Questões ligadas às restrições dos editais. Problema sério no momento em que restrição é sinônimo de restrição de competitividade e redução do universo de competidores e conseqüentemente apresentação de preços mais elevados do que aqueles de mercado. No momento em que se faz uma redução, seja por meio de definição de cláusulas restritivas no edital ou qualquer outro subterfúgios o preço pela administração na licitação será desvantajoso. Preços de contratos e convênios sejam referenciais sejam contratados em discrepância com os referenciais estabelecidos pelo próprio DNIT que é feito no sistema cico(F). O Tribunal tem já jurisprudência dizendo e até mesmo por força da LDO definida pelo Congresso Nacional. A regra é a utilização de preços referenciais. Porém, as exceções são aceitáveis desde que devidamente justificadas. E é isso que o Tribunal exige no curso de processo de licitação. Se está se contratando um preço a maior, quais são os motivos que levam esses empreendimentos específico a terem patamares maiores de preços referenciais. Fiscalização deficiente da execução dos contratos e obras. O Senador Mário Couto colocou o problema com algumas rodovias no seu Estado, e com toda certeza estão ligados a fiscalização deficiente. A estrutura da administração do DNIT hoje é insuficiente para fazer ou para dar conta de todos os desafios que lhes são impostos. Falhas na elaboração de termos de referência e o que eu acredito um dos mais graves, atraso na apresentação de justificativas e correção de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União. E por que esse ponto preocupa? Porque, por vezes, o atraso pode parecer que transferiu uma responsabilidade para o órgão de controle quando na verdade a responsabilidade é do órgão executor que tem que prestar os esclarecimentos ou sanear as questões, ou indícios de irregularidades indicados. Em outras fiscalizações, então fiz um breve resumo procurando me restringir ao tempo até para poder abrir um maior espaço aos debates, Presidente, não apenas aquele trabalho específico do FISCOBRAS é importante, mas outros trabalhos que o Tribunal desenvolve em aspectos operacionais têm uma importância significativa para o aprimoramento do setor de infraestrutura. Eu destaco o acórdão 938 no qual foi feito um amplo... Esse acórdão é de 2003, mais de quatro anos. No qual foi feito um amplo levantamento no DNIT a respeito da reestruturação administrativa necessá-

ria, da aplicação dos recursos e da manutenção das rodovias. Algumas conclusões apontadas preocupam pela possibilidade de haver o investimento em muitos empreendimentos e poucas conclusões com aumento de obras inacabadas. Eu destaco em aspas algumas conclusões, algumas ponderações apresentadas pelo Relator, Ministro Marcos Vilela. Entende priorizar a aplicação de recursos em obras mais relevantes e urgentes, as quais possam ser atendidas plenamente em seus cronogramas. Só assim a utilização das verbas pode se dar de uma maneira eficiente sem os desperdícios de hoje que se verificam. Existe uma ausência de um planejamento mais detalhado de longo prazo. E lembrando que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal exige que novos empreendimentos só poderão ser iniciados após adequadamente contemplados àqueles empreendimentos em andamento e as despesas com manutenção e conservação do patrimônio público. Isso é regra da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar.

Esse é outro ponto que nos preocupa de forma significativa e talvez no qual a gente perceba uma maior inação do DNIT que é a questão do controle do peso nas rodovias. Não é possível ter uma malha viária de boa qualidade se não houver um controle efetivo de peso do tráfego que passa nessa rodovia. Por vários motivos. Primeiro porque esse tráfego danifica o pavimento, abre fissura, ocorre o incremento geométrico na abertura das fissuras em relação ao prejuízo da qualidade do pavimento, e a ausência de um sistema de balanças aliado a problemas de manutenção da rodovia é fatal para qualquer qualidade que se deseje na malha viária atualmente existente. Lembrando que voltando e eu gosto de insistir, é preciso primeiro priorizar as despesas, os gastos com manutenção para depois se pensar em novos empreendimentos. Existem outros problemas apontados pelo Tribunal, eu destaco as questões da terceirização excessiva nos quadros do DNIT, são acórdão reiterados do Tribunal, um trabalho mais aprofundado em 2005, e por meio de um acórdão de 2006 relativo a esse trabalho de 2005 foi exigido um plano de ação para solucionar essas deficiências administrativas e pessoal com o objetivo final de viabilizar a substituição de serviços irregularmente prestados por empresas de consultorias que vinham sendo contratadas.

Vejam, na medida que ocorre uma excessiva terceirização de atividades que devem ser próprias do órgão você tem problemas na qualidade, no acompanhamento e na fiscalização desses empreendimentos. E a preocupação do Tribunal não é apenas no controle efetivo da execução do contrato, mas também na área administrativa e estrutural do próprio órgão para que o

controle seja por via indireta ou até mesmo direta de melhor qualidade.

Destaco um outro ponto importante, e eu tenho certeza que esse acórdão apesar de não se dirigir ao DNIT tem repercussão muito importante nessa Comissão [soa a campainha] ligado às obras inacabadas no País. Esse acórdão foi relatado pelo Ministro Valmir Campelo agora em 2007 e concluiu-se a deficiência no sistema de controle e de cadastramento dos empreendimentos em andamento pelo País. E por que isso é problemático? Porque na medida em que não se tem controle da exata lista dos empreendimentos que estão sendo executados, difícil até mesmo a aplicação dos dispositivos legais como a Lei de Responsabilidade Fiscal. Como é que eu vedo, como é que o Congresso na apreciação da Lei Orçamentária tem conhecimento de que todos os empreendimentos em andamento estão adequadamente contemplados? Então é subsídio para o Congresso Nacional até mesmo na apreciação da Lei Orçamentária um cadastro mais efetivo dos empreendimentos que já foram iniciados. Relaciono, claro, não vou ler todos os acórdãos, alguns acórdãos que tratam do DNIT de uma forma direta pelo Tribunal de Contas. São acórdãos desde 2002 até de 2007 que tratam dos mais diversos assuntos e eu deixo as transparências a V.Ex^a, Presidente, para que se houver depois qualquer interesse em determinado trabalho estamos à disposição para atender essa Comissão tempestivamente da melhor forma possível. São... Eu listo dez, doze, quinze acórdãos que tratam de medição, de critérios de aceitabilidade, de fiscalização de convênios, terceirização irregular, e esses acórdãos importante salientar todos estão disponíveis na internet. São acórdãos públicos, manifestações e deliberação do Tribunal. Eu gostaria também, Presidente, de lembrar que o Presidente do Tribunal de Contas da União tem encaminhado a todos os Parlamentares sistematicamente os acórdãos proferidos pelo Tribunal de Contas semanalmente sejam acórdãos ligados aos Estados de cada Parlamento, ao Estado de cada Parlamentar, sejam acórdãos ligados às áreas de interesse de cada Parlamentar. Então, semanalmente estamos procurando encaminhar aos Parlamentares.

Eu não gostaria de apenas tecer críticas. A gente percebe que o DNIT tem evoluído em alguns pontos. Eu destaco uma iniciativa de realização de concurso público que está, e pelo contato que a gente tem com a equipe técnica do DNIT enfrentando algumas dificuldades, mas eles já iniciaram a questão do concurso público. A priorização de recursos para algumas obras prioritárias inseridas no PAC. Uma inovação que a gente deve elogiar o Ministro dos Transportes que foi a implementação de uma Instrução Normativa agora no

final de outubro que exige que todo processo licitatório contemple peças já definidas pelo Tribunal há mais de cinco anos, peças importantes para a correta condução desse empreendimento. E percebemos também que o DNIT tem procurado principalmente para as obras do PAC um contato mais direto com o Tribunal de Contas da União por meio de reuniões para poder efetivamente apresentar soluções que saneiem as irregularidades apontadas e possibilitem que a obra retome o curso normal sem uma paralisação excessiva. São essas as palavras, Presidente, procurei ser breve, mas estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a V.S^a pela exposição. E antes de iniciar o debate propriamente dito, os questionamentos, gostaria de indagar a V.S^a, Dr. Cláudio, a respeito das obras fiscalizadas. Foram 115 no DNIT e no total 231. Quantas dessas 115 obras fiscalizadas pelo DNIT e dessas 231 no aspecto geral, detectaram graves ou gravíssimas irregularidades? Indícios de corrupção?

SR. CLÁUDIO SARIAM ALTOUNIAN: Eu não diria indício de corrupção. Eu diria indício de irregularidade grave. Porque a corrupção tem análise subjetiva de alguém estar sendo beneficiado ou não. Mas em relação a indício de irregularidades graves que são trabalhos nos quais a gente tem elementos para poder definir, em relação ao geral, 20% das obras apresentam esse tipo de indício. Em relação ao DNIT, 33, 34% das obras apresentam indícios graves. Ou seja, é um percentual acima da média das obras fiscalizadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu vou abrir agora ao questionamento e--

SR. CLÁUDIO SARIAM ALTOUNIAN: Posso fazer só um comentário? Gostaria também de passar a V.Ex^a o resultado de um seminário feito no Tribunal de Contas da União no ano passado que procurou definir os principais gargalos no setor de infra-estrutura. Esse seminário demorou dois dias, autoridades e especialistas do tema tiveram oportunidade de debater, esse seminário foi coordenado pelo Ministro Augusto Nardes, e eu acredito que seja também um bom ponto referencial para esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nós vamos passar agora então à fase das perguntas, da oitiva, dos questionamentos. E eu iniciaria fazendo algumas perguntas ao Dr. Marcelo, e já pediria à Secretaria que escrevesse os Senadores que tiverem interesse. Senador Tasso Jereissati está inscrito, o Senador Flexa Ribeiro, Senador Cícero Lucena.

Dr. Marcelo, os dados da execução orçamentária mostram que o orçamento médio real a preço de 2003 caiu de 15.6 bilhões, no período 99/2002 para 11.9 bilhões no período 2003 e 2006. O Tribunal de Contas da União tem alertado o Governo das consequências da falta de investimento público para o crescimento do País é possível na opinião de V.S^a evitar o chamado apagão logístico? Por outro lado, o gasto médio real com Previdência e Assistência Social aumentou de 160.7 bilhões no período 99/2002 para 173.1 bilhões no período 2003/2006. Isso corrobora a crítica de que o Governo está gastando muito com despesas correntes. Não por acaso entre as ressalvas, as contas do Governo 2006 está de que não foi cumprido o limite de despesas correntes correspondente a 17% do PIB, estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias e tem com ressalvas. Quais as providências do TCU em relação a essa ilegalidade?

Entre as recomendações das contas do Governo de 2006, está de que os Ministérios de Minas e Energia, dos transportes, das comunicações, e a Secretaria Especial dos Portos estabeleça metodologia para apuração dos dados sobre investimentos em infra-estrutura, item oitavo das recomendações. Os Ministérios supracitados têm cumprido essa recomendação? Quanto as irregularidades constatadas das transferências voluntárias como se compararam as relativas aos convênios celebrados entre a União e os Estados e Municípios de um lado e as relativas aos convênios com as organizações não governamentais. A preferência do Governo Lula pelas ONGs está acompanhado de mudanças institucionais nas rotinas e procedimentos que governam a dotação e acompanham a aplicação dos recursos transferidos? Mais uma pergunta. A criação do projeto piloto de investimentos representou aumento de investimentos na infra-estrutura? Os recursos da CIDE combustíveis têm sido efetivamente aplicados em obras de construção, e restauração de infra-estrutura de transportes, bem como em outras áreas na área de infra-estrutura e logística? Como o TCU está acompanhando efetivamente o chamado PAC?

Perguntas ao Dr. André Kresh. Secretário de Obras e Fiscalização do Tribunal. O DNIT é tradicionalmente unidade orçamentária com maior número de obras fiscalizadas pelo TCU. É também onde se concentram os casos de irregularidades, conforme já relatado pelo Dr. Cláudio, de irregularidades graves, gravíssimas com recomendação de paralisação, o IGP. No exercício de 2007 metade dos casos de IGP detectados pelo TCU em todo o universo fiscalizados situa-se na área de atuação do DNIT. Diante dessas evidências, pergunta-se: A persistência de irregularidades nas obras do DNIT é indicativa de um crônico

caso de malversação de dinheiro público? Nos últimos anos a performance do DNIT tem apresentado alguma evolução no tocante as irregularidades tradicionalmente verificadas nas obras de sua responsabilidade? Em que medida a paralisação de obras rodovias por irregularidades graves compromete a qualidade da execução física dos serviços na sua retomada? Entre os casos de IGP, qual o percentual estimado de obras par aos quais chegam a ser adotadas em tempo hábil as providências corretivas necessárias ao saneamento das irregularidades constatadas, evitando-se assim a paralisação? Sabe-se que na realização do trabalho de fiscalização no exercício de 2007 o TCU dedicou especial atenção à análise dos processos de obras públicas constantes do Programa de Aceleração do Crescimento, tidas como prioritárias pelo Governo Federal. Em razão disso, pergunto: Considerando que mais da metade, 55% das obras do DNIT com recomendação de paralisação são obras constantes do PAC é possível prever as consequências dessa situação sobre o andamento e o êxito do programa? É possível avaliar no conjunto das obras do DNIT as constantes do PAC se no conjunto das obras do DNIT as constantes do PAC apresentam desempenho melhor ou pior do que a média das demais?

Em relação à INFRAERO, o Relatório do TCU indica a existência de irregularidades graves em dez das quatorze obras da INFRAERO que foram realizadas. As dotações orçamentárias alocadas a essas dez obras são de 413.68 milhões, ou seja, 83.28% do total fiscalizado pelo TCU na INFRAERO. Dentro dessas 10 obras, o TCU recomenda a paralisação de duas com dotações de 123.25 milhões. Ou seja, 24.81% do total. O caso mais grave é o do aeroporto de Guarulhos em São Paulo com dotação no valor de 60.28 milhões cuja paralisação já havia sido recomendada no ano anterior. Foram constatadas indícios de execução orçamentária irregular, sobrepreço, restrição ao caráter competitivo da licitação, descumprimento das deliberações no TCU e outras irregularidades graves no processo licitatório. O segundo caso cuja paralisação foi recomendada é do aeroporto Santos Dumont no Rio de Janeiro com dotação no valor de 62.97 milhões. Foram apontados indícios de superfaturamento e de alterações indevidas de projetos e especificações. Diante desse quadro, pergunta-se: Quais foram as explicações dadas pela INFRAERO para as irregularidades constatadas? O TCU já pôde avaliar se houve melhora após a recente substituição do Presidente da empresa? Ele ainda não foi substituído, mas grande parte de seus diretores.

E, por fim, ao Dr. Cláudio Sariam, por que praticamente todas as obras do DNIT fiscalizadas pelo TCU apontam preços excessivos? Porque praticamente

todas as obras do DNIT só terminam após inúmeros aditivos contratuais que elevam substancialmente o valor inicialmente pactuado? O senhor acredita que o Pregão proposto agora na mudança legal melhorará a competitividade nas estações das obras do DNIT? O senhor acha que a inversão de fases também proposta nessa mudança agora da Lei de Licitações contribuirá para o afastamento de fraudes em licitações do DNIT além do benefício do encurtamento do prazo das licitações? Que questão o senhor... Que sugestão o senhor daria para melhorar o problema das freqüentes irregularidades em obras do DNIT? E por fim, de que forma a Comissão de Infra-Estrutura, essa Comissão extremamente preocupada com essas questões todas levantadas aqui hoje e cumprindo o seu dever legal, regimental e constitucional, e o TCU podem aprimorar a sua atuação de forma conjunta? No intercâmbio como já propus a V.Ex^{as} de informações a exemplo do que foi feito pela Comissão Mista de Orçamento levando-se em consideração inclusive a execução orçamentária da área de infra-estrutura.

São essas as questões que faço aos senhores logo após os demais questionamentos nós vamos abrir as respostas. Com a palavra o Senador Tasso Jereissati, Presidente Nacional do meu partido.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Sr. Presidente, é um assunto fora da questão, mas me chamou atenção que o Dr. Cláudio destacou em determinado ponto da sua exposição que a questão do DNIT era muito importante visto o número de obras e de irregularidades, mas visto o volume de recursos a questão da energia é muito mais séria. Só colocar essa questão o que ele quis dizer com isso e que me chamou bastante atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Tasso, infelizmente nós acabamos convidando-os para um debate sobre o DNIT. Porque são tão amplas as atribuições dessa Comissão que nós vamos fazer uma outra Audiência Pública para tratar exclusivamente a questão da energia. Isso não impede que eles possam e acho que estão preparados para responder as indagações de V.Ex^a porque realmente é muito séria. Eu sugeriria a V.Ex^a que apresentasse essa Comissão o mais breve possível um requerimento para que a gente possa fazer um debate prolongado sobre esse tema. Essa Comissão tem muito interesse.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O que estou pedindo é apenas que ele diga numa frase se o que ele quis dizer é que existem mais...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Dr. Cláudio.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Evidente que não estou pedindo que se aprofunde.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas se precisar essa Comissão está disposta.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Acho que devemos tomar essa iniciativa, vou sugerir aqui --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a pode tomar iniciativa ou os nossos membros da Comissão.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Vou fazer o requerimento.

SR. CLÁUDIO SARIAM ALTOUNIAN:

Senador Tasso, eu quis dizer a V.Ex^{as} não que é mais grave, mas é que tem um grau de importância significativo para o País e envolve recursos maiores até do que o setor rodoviário, setor do qual eu apresentei brevemente algumas considerações. Mas é um setor extremamente importante, o Tribunal tem acompanhado os investimentos da PETROBRAS, são investimentos significativamente mais elevados dos programas de trabalho da PETROBRAS encontramos a Lei Orçamentária pelo menos 10, 15 superiores a casa de um bilhão de reais. Enquanto o DNIT se somar tudo são programas de trabalhos menores porque rodovias consomem menor volume de recursos. Mas não quis comparar um setor com o outro. Quis apenas dizer que o volume de recursos lá é muito maior do que o de cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o ilustre Senador Flexa Ribeiro, alertando aos queridos e ilustres Senadores presentes que estamos sendo convocados para registrarmos presença e participarmos da Sessão do Congresso Nacional que estará sendo realizado no Plenário da Câmara. Com a palavra o... Senado, aliás. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Infraestrutura, Dr. André Secretário de Obras e Fiscalização TCU, Dr. Cláudio Altounian, Assessoria Parlamentar do TCU, Dr. Marcelo Eira, Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU. Srs. Senadores. Eu quero, primeiro, também parabenizar o TCU. Parabenizar o TCU pelo trabalho que ele vem desenvolvendo que é um trabalho auxiliar do Legislativo, mas que o faz de forma consciente e competente. E o faço em nome do Presidente Ministro Walton Rodrigues, e em seu nome a todos os Ministros do TCU e a todo o quadro técnico do Tribunal. O jornal de hoje, O Globo, traz uma notícia que diz o seguinte. Está se formando o movimento do Congresso com o apoio da Presidência da República e dos Governadores para cortar as asas dos Tribunais

de Contas. No Congresso reclamo que eles rejeitam o papel constitucional de poder auxiliar dos legislativos entre os Governadores de José Roberto Arruda são vistos como entraves a realização de obras na execução de programas. Eu não conheço pelo menos não sei se o Senador Tasso já teve que se retirar, eu não conheço no Congresso nenhum movimento no sentido de diminuir ou criar algum obstáculo à ação do TCU. Acho que deve ser ao contrário. Deve dar as condições cada vez maiores para que o TCU possa ampliar o seu programa de fiscalização. Aqui diz com o apoio da Presidência da República. Também não devo acreditar, porque o Presidente da República deve ser o primeiro a ter interesse em que as coisas sejam realmente esclarecidas e sejam fiscalizadas. E é para isso que o trabalho do TCU faz com bastante competência. Só o que me preocupa, a falta de um planejamento, a falta de uma antecipação da fiscalização nos leva àquela piada de que você vai numa estrada e não avaliou as condições da estrada, tem uma ponte, não sabe se a ponte aguenta a carga do seu veículo, só sabe o seguinte, passei pela ponte. Se passou pela ponte e ela agüentou, ótimo. Mas se ela não tivesse agüentado você teria caído. O que eu vejo é que nós estamos sempre correndo atrás do prejuízo. Ou seja, as irregularidades acontecem e vem o TCU aponta as irregularidades, mas a sociedade já foi penalizada. Porque já houve má execução ou desvio de recurso. Então eu acho que nós teremos que ser proativos. O Congresso Nacional está discutindo agora a questão da revisão da Lei Geral de licitações, exatamente no sentido de diminuir as possibilidades de acontecimentos como esse que estão sendo apontados constantemente pelo TCU. E na exposição aqui que foi feita, foi colocado dois pontos que eu tenho batido nas reuniões com o Senador Mercadante, Presidente da CAE, e o Senador Suplicy que é o Relator do projeto, com relação a dois itens que levam a essas irregularidades. Primeiro, a questão de projetos. Não há como você licitar qualquer tipo de serviço com apenas esboços, eu diria. Não são nem anteprojetos, são esboços. Então teria que ter uma exigência legal de que para que houvesse uma licitação os projetos teriam que ser projetos executivos. Projetos detalhados de tal forma que impedisse ao longo da execução do serviço alterações, modificações, introdução de novos serviços que não estão planilhados, mas que são necessários tecnicamente por verificação da execução. Então essa questão de projeto eu acho que é um ponto de partida para que a gente possa facilitar o trabalho do TCU. A outra já foi muito bem colocada aqui, a questão dos editais. Os editais teriam que ser pré-analisados. Eles teriam que passar antes pela aprovação do TCU, pela aprovação da Pro-

curadoria-Geral da República e dos Estados, dos TCUs estaduais, de tal forma que evitasse essas condições que são permanente de habilitações desnecessárias, que restringem a participação das empresas. Todas às vezes que você vê condições que não são necessárias para executar aquela obra dentro do edital, você pode prevê que ali existe indícios de que há direcionamento. O caboclo lá na minha terra diz que jabuti não sobe em árvore. Ou foi enchente ou mão de gente. Não tem outra possibilidade dessa. Então os editais, eu acho que o Presidente fez a pergunta sobre a questão, e gostaria também de fazê-lo, sobre a visão do Tribunal de Contas dessa proposta que está em tramitação no Congresso na questão da inversão de fases, ou seja, você primeiro abre a parte econômica para depois fazer a habilitação daquele que teve o preço favorável ao Governo. E principalmente a questão do Pregão. Se o Pregão, a modalidade de Pregão para obras públicas se ela pode ser, se o Pregão pode ser... Pode vir a ser um instrumento também de diminuição ou de melhor controle por parte do Estado. Eu tenho uma posição, eu confesso que ainda não consegui chegar no caminho para poder propor algum projeto a nível de Congresso, de que a obra mais cara é a obra inacabada. E ela é inacabada porque lamentavelmente o orçamento que nós congressistas aprovamos é uma peça de ficção. A cada ano nós passamos aqui meses discutindo orçamento, aprovamos o orçamento e o Executivo faz do orçamento o que quer. Ou seja, ele não é impositivo. Ele é autorizativo. Então, o Executivo chega e encaminha através de projetos de dotações orçamentárias para o Congresso para aprovar a aplicação de recursos que não estão previstos no orçamento, mas que ele manobra ao longo do exercício sem cumprir aquilo que foi previsto no orçamento. E pior do que isso, você começa a abrir várias obras, várias frentes de serviços que não estão contempladas financeiramente no orçamento. Então você sabe que uma obra vai custar dez, para ser feita em dois anos. Você coloca cinco no orçamento deste ano, quando vai ser aprovado vem 0,01. Ou seja, já se sabe que a obra não vai ser feita e que os dois anos vão virar 20 anos. Nós temos uma Pará lamentavelmente um exemplo desse, nós temos uma eclusa que da barragem de Tucuruí que está há 25 anos para ser concluída. E nunca é concluída. Diz que agora será. Se Deus quiser. Agora, quanto vai custar essa eclusa para a sociedade brasileira e quanto custaria se ela tivesse sido feita em conjunto com a barragem. Então acho que a gente tem que criar uma sistemática de que o orçamento, primeiro, ele seja impositivo, se não na totalidade como queria o saudoso Senador Antônio Carlos Magalhães, mas pelo menos em 80% dele. E também criar uma regra que

você não possa criar novas obras ou alocar recursos em novas frentes sem ter concluído as que estão em aberto. Seria obrigatoriedade da bancada dos Parlamentares só poderem atender aquelas que estavam já em andamento. Concluídas essas, se poderia abrir nova frente.

Mas eu perguntaria a V.S^{as}, se fala muito em restos a pagar. Em 2006, de 2005 para 2006 o Governo ele inventou uma nova rubrica que eu chamei aqui no Congresso de restos a fazer. Porque eles não gastaram os recursos como nós estamos vendo que vai acontecer de novo este exercício, está provado aqui que o Ministério das Cidades tem 3 bilhões, gastou 29 milhões. A integração 1 bilhão e 700, gastou 28. Até 31 de agosto. Transporte tem 7 bilhões, gastou 990 milhões. Saúde, eu não sei se tem algum erro aqui porque tem 960 milhões e não tem nada de gasto. Menos de um milhão. Portos têm 482 e 17, nós estamos em novembro. Dia 8 de novembro. O orçamento fecha os empenhos fecham agora, final de novembro, início de dezembro. O que vai acontecer? Vão empenhar coisas que não estão feitas, e pior do que isso, para poder ficar em restos a pagar tem que faturar. Aí é que eu digo que são obras a fazer. Porque me parece que restos a pagar é só aquilo que já está executado e que não tinha dotação financeira para o exercício corrente.

Então, eu gostaria de saber se realmente existe essa rubrica de restos a fazer se ela está sendo utilizada pelo Governo e se é isso que acontece a cada ano e que se vai repetir agora de 2007 para 2008, face o que está provado aqui. Não há como gastar esses recursos nesses vinte poucos dias úteis que nós vamos ter ainda capacidade de empenhar. E o que é pior, na minha região e na região amazônica só podemos trabalhar seis meses por ano. Então como é regra do Governo só liberar recursos ao final do exercício, nós nunca vamos poder fazer nossas obras. Porque nossas obras têm que ser feitas sempre no período de verão que vai de maio a outubro. E os recursos são liberados no período de inverno, quando elas não podem ser executadas. Então há também esse descompasso por parte da execução orçamentária da República.

Eu teria outros questionamentos a fazer, mas face ao chamamento nosso na reunião do Congresso eu fico por aqui e vamos, Presidente... Presidente Marconi, vamos fazer o Requerimento como propôs o Senador Tasso Jereissati para que façamos também uma Audiência Pública para tratar da questão de energia. Que como bem disse o Dr. Cláudio, são 17 bilhões aplicados pelo Governo nessa área e com um valor bastante superior ao do DNIT.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, senhores convidados, na verdade basicamente a maioria das perguntas já foram feitas pelo Presidente e também pelo Senador Flexa, com o esclarecimento do Senador Tasso. Eu gostaria de dizer que conheço já parte do posicionamento do Tribunal de Contas em relação à Lei de Licitações pela presença do Dr. André na Comissão de Assuntos Econômicos quando esse tema lá foi debatido em termos da inversão de pauta. Mas eu procurarei ser breve até porque infelizmente está coincidindo essa reunião com aquilo que o senhor já sabe.

Na Paraíba, na duplicação da BR-230 que é uma obra que vem se arrastando por mais de oito, dez anos, em determinado momento foi detectado um superfaturamento na obra, parte do trecho lá sendo executado. E o Tribunal de Contas adotou naquela obra como condenação que a empresa restituísse o valor considerado superfaturado. Não estou dizendo que isso é o correto, que isso não é. Eu pergunto ao Tribunal de Contas, esse é um procedimento em todas as obras? Obviamente talvez os senhores não tenham condições de responder se essa foi adotada e com certeza já foi cumprido porque inclusive foi suspenso a restituição que tinha em relação àquela obra tanto que o Governo atual, o Governador Cássio está tocando os quarenta e poucos quilômetros que faltam e se for só nessa obra o que acham se isso deve ser estendido também às demais obras. O Governador da época não foi penalizado, os administradores da época não foram penalizados, foram apenas imputado um valor para que a empresa devolvesse o recurso. Acho um processo até interessante. Quero saber se isso é prática do Tribunal de Contas, se foi uma única prática, se não é, por que então não é adotado nas demais obras? E o segundo item também que eu gostaria de perguntar é qual a participação no Tribunal de Contas em relação às PPAs e concessões que o Governo está fazendo? E, por fim, que medidas preventivas o Tribunal está adotando e quais que ele acha que deve ser adotado para evitar todo esse problema que nós conhecemos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço as participações dos Senadores Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Tasso Jereissati, e passo imediatamente a palavra ao Dr. André para que ele possa responder as indagações.

SR. ANDRÉ KRESH: Exm^o. Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Exm^{os}. Senadores. Passo diretamente a resposta dos questionamentos. Primeiro

sobre a persistência de irregularidade do DNIT ser um indicativo de caso crônico de malversação de dinheiro público. Nós não poderíamos afirmar que é caso crônico de malversação de dinheiro público. Nós não poderíamos afirmar que é caso crônico de malversação de dinheiro público. O TCU ele apenas faz as fiscalizações e aponta os resultados. O que nós temos reparado é que realmente os anos se passam e os problemas continuam. Mas dizer exatamente se é um caso de corrupção, se é malversação, isso aí foge um pouco a nossa competência. Mas o que realmente a gente pode dizer é que alguns casos têm-se mantido, o próprio Ministro Ubiratan Aguiar que é o Relator da lista em que o DNIT está inserido esse biênio tem feito várias reuniões, tem chamado representante do DNIT, Casa Civil, Ministério dos Transportes, Ministério do Planejamento para tentar resolver por que há tantas determinações do Tribunal que não são cumpridas. Então uma das... Das coisas que a gente acha que está acontecendo é que realmente a falta de estrutura atual do DNIT em termos de funcionários, de servidores, de... Os poucos servidores experientes que têm já estão se aposentando, essa falta de estrutura do DNIT ela é um grande fator da impossibilidade do DNIT conseguir cumprir as determinações do TCU e diminuir as irregularidades que têm ocorrido.

Sobre se a performance do DNIT tem apresentado alguma evolução em relação à irregularidade nos últimos anos, eu posso dizer tendo acompanhado nos últimos anos diversas obras do DNIT e esse ano agora tendo assumido a Diretoria da que SECOB cuida das obras rodoviárias, eu notei que até o ano passado estava havendo uma certa melhora. A gente tinha notado que os editais estavam vindo com menos regularidade do que normalmente. O início desse ano nós notamos um certo recrudescimento. Inclusive na nossa Diretoria propusemos diversas cautelares, mas até já adiantando aquele problema apontado das paralisações de obras, cautelares parando a licitação antes que ela começasse. Justamente nesse... Quer dizer, uma BR em Minas, outra no Maranhão, algumas outras licitações que passavam de 500, 600 milhões de reais e nós propusemos cautelares parando a licitação antes dela começar. Porque já verificamos restrições na competitividade, exigências descabidas.

Então, não sei se por eu ter assumido essa Diretoria esse ano, mas eu senti que os editais esse ano começaram a ficar um pouco piorados. Então o Ministro Ubiratan tem... O Ministro Ubiratan ele deu todas as cautelares, vários editais do DNIT foram parados, mas nós notamos que o DNIT foi muito rápido e muito solícito ao corrigir essas irregularidades. Então nós notamos uma melhora na disposição de corrigir.

Então depois de quatro cautelares parando obras por restrição, por exigência de experiência em itens muito pequenos da obra, o Diretor-Geral do DNIT imediatamente baixou uma Portaria dizendo que não poderá exigir experiência em serviços que reflitam menos de 10% da obra.

Então, a TVIN do Ministério dos Transportes, que o Dr. Cláudio havia comentado então nós temos notado essa melhora. Teria mais algum tempo para responder o restante?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Prorrogo.

SR. ANDRÉ KRESH: Então no caso de paralisação de obras rodoviárias, claro, se uma obra fica um ano paralisada, dois anos, há um certo prejuízo na retomada. No meu ponto de vista, isso é um ponto de vista meu, não posso falar pelo Tribunal, eu considero que você parar determinadas irregularidades sendo muito graves você parar obra você está fazendo um investimento para o futuro da Nação. Esse é o meu ponto de vista. Porque se sempre que houver irregularidades graves for: não, está tudo bem, continua a obra, na próxima vez não faz, é meu ponto de vista que nunca vai mudar. É um ponto de vista particular meu. Que o pequeno prejuízo que talvez ocorra numa retomada de obras ele vale a pena em relação se a sociedade passar a dizer: não podemos mais colocar editais restritivos, não podemos mais fazer irregularidades graves, e isso aí no futuro as próximas gerações serão muito mais beneficiadas se comparar com o pequeno prejuízo. No caso das IGPs, o percentual em que se corrige as irregularidades a tempo, isso tem sido muito pequeno. A gente tem visto uma IGP, aponta a IGP, obra em que se corrige rapidamente a tempo de não ser paralisada, pequeno. Isso é um percentual pequeno, não sei se o Cláudio pode corrigir. Geralmente demora certo tempo.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Dr. André, por favor. No Brasil nós temos esse abato de criarmos uns dialetos, principalmente dialetos de siglas. Então tanto eu como o Senador Flexa acho que outros não sabem o que é IGP.

SR. ANDRÉ KRESH: IGP são irregularidades graves com paralisação.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Parecia um índice inflacionário.

[risos]

SR. ANDRÉ KRESH: Esses IGPs tem-se inflacionado geralmente. Essas obras de paralisação nós temos notado que como o Tribunal tem agido nos últimos anos e o Congresso tem, o Tribunal tem auxiliado o Congresso e o Congresso tem... Não tem feito objeções a isso. Tem dado resultado essa atuação

conjunta do Tribunal com o Congresso. O resultado é que a atuação para resolver os problemas tem sido mais rápida. Realmente tem sido mais rápida nos últimos tempos.

SR. MARCELO LUIZ SOUZA E EIRA: Uma consideração importante é que existe uma premissa falsa de que se não paralisar a obra algum dia vai ser concluída. Essa premissa não existe. Se a obra tem problema e deixar continuar, ela se paralisará automaticamente. Porque todo mundo entende: deixa continuar e vamos ver o que acontece. Não é assim. A presença que a gente tem é que nesse momento se você diz: não vamos esquecer e ver onde vai acabar, a obra o cenário das obras inacabadas é gigantesco. Está para provar quando não se paralisa em tempo ela se paralisará. Não haverá benefício em deixar continuar. Isso é uma consideração importante.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Até porque a maioria das paralisações não são apenas por irregularidades, é mais por fluxo financeiro.

SR. CLÁUDIO SARIAM ALTOUNIAN: Fantástico. A observação de V.Ex^a, existem 77 empreendimentos com problema. E dois mil inacabados. A pergunta é: Qual o problema da paralisação por meio de uma medida cautelar quando existe um rol de empreendimentos paralisados por problemas de fluxo orçamentário.

SR. ANDRÉ KRESH: Só para terminar, complementando aqui, e várias vezes o Tribunal paralisou uma obra e o próprio DNIT e a empresa é que durante anos e anos demoraram para sanear o problema. Então na verdade a demora não é por causa do Tribunal, é por causa da empresa. E finalmente para terminar sobre o PAC, nós não vimos nenhuma diferença entre ser do PAC ou não questão de irregularidades. Continua mais ou menos a mesma coisa. E se isso vai poder ocasionar algum problema para as obras do PAC, se continuar havendo irregularidades graves que motivem paralisação, continuarem a aparecer editais com restrição ou competitividade, com orçamento com sobrepreço, o Tribunal tem a obrigação de pedir a correção desses problemas. O que certamente poderá afetar as obras do PAC.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu sou testemunha da importância desse tipo de fiscalização porque quando o Governador do Estado de Goiás nós tivemos a paralisação de dois trechos, dois ou três trechos da BR-060, a rodovia que liga Brasília a Anápolis. O Tribunal de Contas constatou gravíssimas irregularidades em relação a superfaturamento desses trechos, mandou paralisar a obra, eu particularmente vim aqui várias vezes ao Ministério dos Transportes, ao DNER, ao DNIT, fui pessoalmente várias vezes ao Tribunal de Contas da União propondo

que buscasse um termo de ajustamento de conduta para que... um TAC para que a obra fosse retomada. E a obra só foi retomada depois que a empresa resolveu reduzir em 10 milhões o valor da obra. Quer dizer, trazendo uma economia fantástica para os cofres da União e conseqüentemente para a sociedade. E depois a empresa inclusive resolveu devolver até uma parte de dinheiro. De modo que esse trabalho do Tribunal de Contas da União tem sido extremamente profícuo e benéfico à sociedade brasileira. Então eu quero também corroborar aqui com que já disseram os outros Senadores no sentido de parabenizá-los. Eu fui testemunha porque acompanhei com muita ansiedade buscando solução junto à Presidência da República, ao Ministério, dezenas de vezes junto ao TCU até que se encontrou um caminho inclusive com a participação do Ministério Público para que efetivamente esse assunto fosse resolvido.

Eu passo... V.S^a ainda tem alguma consideração? Muito obrigado ao Dr. André, eu passo a palavra para suas respostas ao Dr. Cláudio.

SR. CLÁUDIO SARIAM ALTOUNIAN: Eu vou procurar ser bem objetivo nas respostas, se forem insuficientes estou disposição complementá-las. A primeira pergunta é por que todas as obras apontam preços excessivos ou a grande maioria delas. Eu reputo a um conjunto de fatores. O primeiro ligado a problemas estruturais. Eu acho que o DNIT precisa aprimorar a sua estrutura interna, profissionalizar os quadros, reduzir o número de funcionários terceirizados, para poder efetivamente buscar um melhor resultado na elaboração de seus editais. Já existem algumas medidas positivas, a Instrução Normativa nº. 01 do Ministro dos Transportes é uma delas, a gente tem que elogiar, mas muita coisa há que ser feita ainda.

Pregão de obra pública respondendo tanto ao Senador Marconi Perillo quanto a V.Ex^a, Senador Flexa Ribeiro. Eu acho que vai ser uma iniciativa fantástica. Não será perfeito porque nada nesse mundo é perfeito. Problemas acontecerão, e devagar acho que as soluções serão encontradas. Mas no momento em que se amplia a competitividade nesse setor, diminuiu-se a possibilidade de conluio. Acho que esse é o ponto fulcral do Pregão. Não será um mundo perfeito e eu sei que muitas pessoas combatem a idéia do Pregão: Não, mas vai haver problema. Claro que vai. Agora hoje já não existem tantos problemas? Temos que buscar uma nova linha de raciocínio. O aprimoramento de toda essa metodologia haverá com o tempo. Mas eu acho que é uma iniciativa privada importante do Congresso Nacional em aprovar a questão do Pregão.

Questão de inversão de fases. Eu sei que o debate foi acalorado na Comissão de Assuntos Econômi-

cos, houve inclusive acho que a proposta do Senador Suplicy foi vencida no sentido de que será... Não será possível pelo menos a proposta que saiu da CAE inverter fase para obra pública, eu respeito, acho que a discussão política é importante, mas se eu pudesse votar, eu votaria pela inversão de fases para obra pública. Existe problema? Claro. Haverão ou haverá algum aventureiro em alguns casos? Sem dúvida. Esse aventureiro deverá ser punido. Agora, eu não posso não autorizar a inversão de fase para obra pública sob pena ou sob conta de um aventureiro ou dois aventureiros que aparecerão nesse processo. Os mecanismos estatais, inclusive a própria CAE propõe ou dá mais força ao Tribunal para declarar ou para inabilitar o licitante acho que são mecanismos importantes. Esses aventureiros têm que ser varridos do mercado. Agora, a competitividade tem que ser mantida. E a inversão de fase dá muita celeridade ao processo, porque abre-se a proposta e a Comissão vai perder tempo ou vai gastar o seu tempo apenas na avaliação daquela habilitação que apresentou menor preço. Os aventureiros deverão seguir ou sofrer as penas da lei.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Cláudio, sobre essa questão, um dos pontos que gerou polêmica é exatamente se a empresa que deu o menor preço e que não cumpriu com a documentação for inabilitada, você teria que chamar a segunda... O segundo preço e contratar por um preço maior. Isso poderia gerar especulações de que... e os executivos tanto estaduais como municipais eles estão dizendo que ficaria difícil dele justificar que uma empresa que deu um preço X não tenha sido contratada depois de aberto o preço dela e contratar por um preço Y superior ao X.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pediria só para complementar, Dr. Cláudio, que o Senador Flexa numa dessas discussões internas ele usou um argumento que não usou agora, é que hoje o processo de licitação quando há algum problema no preço vencedor, o segundo colocado tem a obrigação... Só pode ser homologado se aceitar o preço vencedor. E no Pregão eletrônico isso não ocorre.

Então, no nosso ver, isso abre uma perspectiva para ter conluio, no sentido de ser executado obra pelo quarto, quinto preço eventualmente que tenha sido proposto no Pregão.

SR. CLÁUDIO SARIAM ALTOUNIAN: Vou fazer umas considerações. Eu passo para o André porque ele está acompanhando, até esteve participando do debate na Comissão. Falar da inversão de fase. A inversão de fase é uma responsabilidade que se dá ao gestor. Porque se essa possibilidade não lhe for dada, ele não pode utilizar. Ou seja, aqueles gestores que

tiverem maior receio poderão não utilizar a inversão de fase. Agora, se a lei vedar, mesmo aquele gestor que tem confiança no time, na equipe, está vedado. Está de mãos atadas. Então eu acho que isso poderia ser um voto de confiança até o gestor dizendo: você pode inverter a fase. É opcional. Então ele teria a prerrogativa. E o tempo diria a todos o resultado de um caminho e o de outro caminho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas seria possível colocar uma trava, por exemplo, em relação a exigência de que o preço mais baixo fosse acompanhado pelos concorrentes seguintes?

SR. CLÁUDIO SARIAM ALTOUNIAN: Não. Haveria um problema. Você quer falar de preço? Existe um problema, se eu entendi bem a colocação de V.Ex^a que é o seguinte. Na lei atual, por todas as propostas estarem habilitadas, quando a primeira cai o segundo tem que cobrir da primeira. Na inversão de fase, é diferente. Por quê? Porque se a primeira cai, abre-se os preços primeiro. Se a primeira cair, ela caiu por inabilitação. Então a proposta dela deixou de ser válida, está fora. Vai ser chamado o segundo. Qual é o risco? O risco seria de um possível conluio para pessoa dizer o seguinte: Vou inabilitar esse para chamar segundo num preço maior. Mas aí as cartas estão postas de forma transparente na mesa. A pergunta que tem que ser feita é no atual procedimento quais são as propostas não conhecidas que seriam mais vantajosas para a administração por conta de uma exigência muito forte no edital ou por conta de um rigor excessivo na Comissão de licitação na habilitação? No momento em que se abrem os preços a verdade vem à tona. E outra, veja a dificuldade da Comissão começar a utilizar esse tipo de procedimento para facilitar o segundo, terceiro ou quarto. Aí já é um caso mais ligado à polícia do que o Tribunal de Contas da União. Acho que esse momento histórico que o País vive é importante que se deixe essa prerrogativa. Devagar evolui, eu sei que é difícil, a última discussão da 8.666 foi em 94. Estamos 13 anos depois. Talvez daqui a dez anos voltemos a discutir a Lei 8.666. E marra nesse momento será fatal porque só daqui a 13 anos a gente vai discutir. Existem casos, a gente não pode trabalhar nos casos especiais e excepcionais para todo mundo, porque a idéia é muito boa. E se houver excessos, punição.

Eu acho que tem uma colocação, a sexta colocação é a mais interessante de falar que é de que forma pode haver um intercâmbio Tribunal de Contas da União e Comissão de Infra-Estrutura nos moldes feitos com a Comissão Mista de Orçamento. E eu teria algumas idéias, posso até relacionar e passar para V.Ex^a. Mas rapidamente, existem questões ligadas a

gargalos no setor de infra-estrutura. O Tribunal tem isso mapeado para algumas áreas, e pode mapear para outras. E o Tribunal pode a exemplo do que faz com o relatório de obras e irregulares mandando para a Comissão trazer os relatórios ligados aos gargalos do setor da infra-estrutura para essa Comissão para que os gestores responsáveis sejam chamados, e sejam cobrados desses gestores quais são as medidas adotadas. E o importante Presidente Marconi Perillo, é que esses responsáveis não venham apenas para apresentar suas idéias. Mas que quando o responsável venha apresentar sua idéia, já lhe seja marcado uma audiência dali a oito meses para que venha apresentar implementação da sua idéia. Formulador é muito fácil. Difícil é implementador. E acredito que a Comissão pode ter um cuidado muito especial na cobrança da implementação de soluções para reduzir gargalos no setor de infra-estrutura. Eu acho que isso é um ponto extremamente positivo. Um outro ponto nos quais podem ser exigidos os responsáveis, o Senador Flexa colocou com precisão, são pontos relacionados a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não se pode começar empreendimento novo se o em andamento não estiver adequadamente contemplado. Por isso tão importante aquele acórdão do Tribunal, no qual formula-se uma determinação ao Ministério do Planejamento de que seja criado um cadastro de obras para que V.Ex^{as} possam ter a exata dimensão do que está em andamento e todas às vezes em que o gestor iniciar um empreendimento novo sem contemplar aqueles em andamento ele ser chamado para poder se explicar perante a Comissão. Acho que esta Comissão tem uma riqueza material de importância para o País fantástico.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dr. Cláudio, nós já iniciamos uma discussão preliminar recentemente a esse respeito. Eu aguardaria da parte de V.S^a e dos demais convidados, o Tribunal de Contas, de uma maneira geral, essas sugestões e informações técnicas para que nós possamos tomar as iniciativas aqui por parte da Comissão. Com certeza essa cooperação colaborará e muito para que a Comissão cumpra efetivamente todas as suas funções e missões que são nobres. Eu volto a palavra ao Dr. André--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, rápido. Só pedir que na apresentação do Dr. Cláudio, ele entregou ao Presidente um Relatório de um seminário que foi presidido pelo nobre Ministro Nader, e eu pediria se fosse possível cópia para os membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Perfeitamente. Eu vou voltar a

palavra para as considerações finais ao Dr. André, lembrando a ele que ficou uma resposta pendente relacionado à INFRAERO. Quais foram as explicações oferecidas pela INFRAERO em relação àquelas irregularidades constatadas. E se o Tribunal já pôde avaliar se houve melhora após a recente substituição da Diretoria.

SR. ANDRÉ KRESH: Sobre essa pergunta da INFRAERO vou falar alguma coisa depois se o Dr. Cláudio quiser complementar... As respostas, a maioria... Uma das respostas mais substanciais que a INFRAERO enviou sobre preço era o seguinte, que os preços de serviços em aeroportos são diferentes dos preços que a gente utiliza como referência. E a INFRAERO ela insistiu muito nesse tipo de justificativa. E nós consideramos essa uma justificativa na maioria das vezes falha porque não se pode dizer que concreto usado no aeroporto é diferente de um concreto usado numa construção normal por mais normal que ela seja, por mais... é o mesmo concreto.

Então, por que está indo para um aeroporto ele não pode custar mais caro. E nós verificamos superfaturamento de 200, 300% empresa de concreto. E isso acontece em vários itens. Então quando o TCU compara preços com o Sinap da Caixa Econômica, não é que está comparando com casas populares, está comparando aeroporto, casa popular. Não. Nós não comparamos... A gente não diz que o metro quadrado do aeroporto tem que ser o mesmo preço do metro quadrado da casa popular. A gente compara o preço do concreto com o concreto do Sinap que é o mesmo.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Desde que tenha a mesma especificação.

SR. ANDRÉ KRESH: Exatamente. E quando não tem a especificação nós alteramos a composição de custo para aquilo que é diferente para poder comparar. Então, essa justificativa da INFRAERO geralmente ela... Nós não acolhemos e tem havido uma insistência muito grande em relação a esses preços de referência. Depois eu passo ao Cláudio se quiser complementar. Agora vou responder aquela pergunta do Exmº. Senador Cícero Lucena sobre a BR-230 que eu posso afirmar que esse procedimento de pedir a devolução do sobrepreço da empresa é para todas as obras. Todas as obras em que o Tribunal faz uma auditoria durante a obra, vê que há um sobrepreço em andamento então se a obra está em andamento, se a obra já terminou vira tomada de conta especial e aí são responsabilizados empresa, o gestor, quem fez a medicação, todo mundo. Mas se a obra está em andamento, a solução do Tribunal para que a obra possa continuar é abater aquele sobrepreço, aquele superfaturamento para que uma vez resolvido a obra

continue. Isso é para todas as obras... V.Exª pode ficar tranquilo com relação a isso. E uma última coisa sobre a inversão de fase, estava falando aqui a preocupação do quarto, quinto colocado. Hoje em dia o quarto ou quinto colocado já é contratado. Porque os outros já foram inabilitados antes e ninguém ficou sabendo o preço porque ficou dentro do envelope e o envelope foi devolvido. Então, a grande coisa da inversão de fase na minha opinião é a transparência. Porque aí vai haver duas... Vai haver duas...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Dr. André, me permita, mas não necessariamente está sendo contratado o quarto ou o quinto. Não quer dizer que os inabilitados não tenham preços maiores.

SR. ANDRÉ KRESH: Exatamente. Pode estar acontecendo disso. Só que ninguém sabe porque os envelopes foram devolvidos. Dessa vez os envelopes vão ser abertos. O que acontece é que o gestor ao ter que inabilitar o primeiro colocado ele só ficará constrangido porque se aquela empresa notoriamente não cumprir o edital, ela entrou de gaiata, é fácil justificar. Foi inabilitado é porque entrou de gaiata. Agora, se não é uma empresa que entrou de gaiata, foi uma empresa notoriamente competente para fazer aquela obra, aí sim e eu acho até um benefício a população... é um benefício aquele gestor ficar constrangido ter que explicar que teve que inabilitar porque ele botou a exigência no edital que não deveria ter botado. Esse eu acho o grande mérito da inversão de fase. Porque se foi um gaiato, está explicado. Agora, se uma grande empresa que notoriamente pode fazer aquela obra for inabilitada porque não cumpriu um requisito, o gestor realmente ficará constrangido e esse é benefício. No próximo edital ele não fará isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço muito a colaboração, a presteza dos Drs. Cláudio e André nas respostas aos Senadores que fizeram aqui os questionamentos, e para encerrar passo a palavra ao Dr. Marcelo da Secretaria de Macroavaliação Governamental para que ele possa fazer suas considerações e responder as nossas perguntas. Não sem antes agradecer e ao Tribunal de Contas pela gentileza de aqui estarem. Agradecer muito ao Dr. Walton Alencar Rodrigues, Presidente do Tribunal de Contas, que desde a primeira conversa esteve absolutamente disponível a enviar aqui... Disposto a enviar aqui os técnicos da mais alta qualificação. E também ao Dr. Ubiratan Aguiar, Ministro que foi o Relator da execução orçamentária de 2006. Então, com a palavra o Dr. Marcelo. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já recebi aqui umas seis ligações me chamando ao Plenário e regimentalmente nós não podemos estar com a Comissão funcionando com Sessão do Congresso. Então só pediria que a gente acelerasse para poder--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Se V.Ex^a não tiver mais nenhum questionamento com certeza Dr. Marcelo vai resolver isso agora. Com a palavra o Dr. Marcelo por cinco minutos.

SR. MARCELO LUIZ SOUZA E EIRA: Obrigado, Sr. Presidente. A primeira questão se refere à redução das despesas com investimento nos últimos anos. Essa é uma preocupação, sim, não só do Tribunal de Contas da União, mas de diversos setores da sociedade. Nas últimas contas Governo isso tem sido enfatizado. E a novidade desse ano é o PAC. Nós esperamos... Estamos acompanhando o PAC e vamos ver se há realmente alteração nesse cenário. Com relação ao incremento das despesas correntes, de fato a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 ela estipulava que a despesa corrente não poderia exceder 17% do PIB. Isso ocorreu, a despesa corrente no final do exercício foi cerca de 17,5% do PIB, portanto, superior ao limite, e isso foi constatado no Relatório. O Tribunal de Contas considerou isso como ressalva às contas do Presidente da República que serão julgadas pelo Congresso, então essa ressalva está aposta lá. Em relação à terceira questão, já nas contas de Governo relativas a 2004, o Relator no Tribunal de Contas foi o Ministro Benjamin Zymler, ele fez um trabalho bastante abrangente, bastante interessante sobre infra-estrutura, e como resultado desse trabalho foram feitas recomendações aos Ministérios. Ministério de Minas e Energia, Transporte, Comunicações, Secretaria de Portos, para que fosse instituído uma metodologia para apurar dados sobre o investimento em infra-estrutura. Porque de fato até hoje nós temos muita dificuldade em ter dados sobre investimento em infra-estrutura. Principalmente dados sobre o investimento privado. Sobre o investimento público tem alguma coisa. É mais fácil conseguir. Mas quando se trata de investimento das estatais e investimento privado, principalmente, esses dados são muito difíceis. O próprio Governo não tem esses dados.

Então, foram feitas essas recomendações. Até o ano passado pouco tinha evoluído isso. Esse ano nós temos notícia que os Ministérios estão empenhados em sistematizar esses dados, e criar sistemas para facilitar a obtenção e tratamento desses dados.

As próximas duas questões se referem a transferências voluntárias, convênios, comparação entre

convênios para Estados e Municípios e convênios para ONGs. O que a gente pode dizer, o Tribunal tem acompanhado os convênios e é sempre uma fonte constante de problemas. Irregularidades em convênios não são novidades para ninguém. E não só os convênios de Estados e Municípios, mas também convênios com ONGs. Não percebemos se há mais irregularidades em convênios com ONGs do que em convênios com Municípios. Nós sabemos que há irregularidades na maioria deles. A novidade aqui é um Decreto do Presidente da República, Decreto 6170 deste ano que estabelece novos procedimentos e novas rotinas para a concessão e para a fiscalização de recursos de convênios. Nós acreditamos que esse Decreto é uma inovação bastante interessante. Nós estamos acompanhando porque ele vai levar tempo para ser implementado, mas nós temos ainda uma preocupação muito grande em relação às ONGs. Nós achamos que esse Decreto talvez não traga as medidas necessárias para o controle dos convênios com ONGs. Então essa é uma preocupação que persiste e deve ser acompanhada. Para se ter uma idéia, em 2002 [soa a campainha] as transferências voluntárias para instituições privadas foram da ordem de 1,8 bilhões. Em 2006, foram 2,8 bilhões. Um crescimento de mais de 50%. Então existe sim essa preocupação.

Em relação ao projeto piloto de investimento que é aquele conjunto de obras que não estão... Que não impactam o resultado primário, o que ficou evidente a partir do PPI é que o problema não era contingenciamento. O problema maior não era contingenciamento de recursos. Porque esses recursos então foram descontingenciados e o Governo teve uma dificuldade enorme para gastar esses recursos de sorte que de três bilhões que era o orçamento do PPI em 2006, 2,4 bilhões foram inscritos em restos a pagar não processados no final do ano. Quer dizer, nem liquidados a despesa foi.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SR. MARCELO LUIZ SOUZA E EIRA: A fazer, conforme a sua nomenclatura. A CIDE combustíveis a partir de 2005, a partir de uma decisão do Tribunal de Contas da União os recursos deixaram de ser contingenciados, os recursos da CIDE combustíveis estão sendo aplicados. Porém ainda há um estoque que é proveniente de anos anteriores, um estoque de cerca de cinco bilhões ainda sem utilização e que permanece nos cofres públicos.

Em relação a acompanhamento do PAC, o TCU tem acompanhado não só acompanhado as obras, por intermédio do trabalho que foi exposto aqui pelo Cláudio e pelo André, mas também as outras ações

do PAC. Esse acompanhamento será relatado no ano que vem nas contas do Governo de 2007.

O Senador Flexa Ribeiro fez uma colocação sobre um possível movimento contra os Tribunais de Contas, eu não sei se existe esse movimento. Eu sei que há algumas ações, alguns atos recentes que nos preocupam bastante. Nós sabemos que a Lei de Responsabilidade Fiscal fortaleceu muito os Tribunais de Contas. E há alguns atos recentes como a MP 387 que transforma em transferência obrigatória toda aquela transferência que é do PAC. Isso é um perigo muito grande, é um atentado contra a LRF na minha opinião, porque principalmente no ano eleitoral como será o ano que vem, transferências que sejam para ações do PAC estarão isentas daquelas restrições do art. 25 da LRF. Ou seja, poderá ser repassado recurso para Município inadimplente, para Município que não cumpre limites, para eventualmente até para pagamento de despesas com pessoal. Isso é bastante preocupante. Essa lei me parece que foi aprovada no Senado essa semana— [soa a campainha]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas nós derrubamos essa... Esse artigo que permitia isso. E ela vai voltar para a Câmara Federal. Lamentavelmente não sei o que vai acontecer lá. E com relação a observação que eu fiz, eu apenas li uma nota do panorama político de hoje do jornal O Globo. Só isso.

SR. MARCELO LUIZ SOUZA E EIRA: Isso. Exatamente. E que eu não li a matéria, mas me parece que algo de verdadeiro deve haver.

E finalmente em relação às PPPs e concessões que o Senador Cícero Lucena levantou, o Tribunal de Contas da União tem acompanhado isso, acredito até que há... Que possa haver interesse da Comissão para numa outra oportunidade se tratar desse assunto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Há Requerimento sobre a Mesa, iniciativa dos Senadores Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, propondo uma Audiência Pública para se discutir questões relativas a todos os órgãos públicos estatais responsáveis pela exploração, produção e fornecimento de energia e gás no País, bem como suas subsidiárias como a TRANSPETRO. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Antes de encerrar gostaria de dizer que nós vamos preparar Requerimento convidando os ilustres representantes do Tribunal de Contas da União para debatermos concessões, PPPs, bem como outros assuntos de interesse da sociedade brasileira.

Antes de encerrar, agradeço aos ilustres representantes do Tribunal de Contas da União, essa instituição que merece todo o respeito desta Casa e da

sociedade brasileira, agradeço aos Drs. André, Marcelo e Cláudio pela enorme contribuição prestada, não somente a essa Comissão, a esta Casa, o Senado da República, mas sobretudo, repito, ao Brasil. Agradeço a V.S^{as}, solicito a V.S^{as} que levem o abraço e o respeito desta Comissão aos ilustres Presidente Walton e Relator Ubiratan pelo trabalho de todo conjunto de Ministros e técnicos do Tribunal de Contas da União. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h22.

Ata da 34ª Reunião ordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às quatorze horas e vinte e seis minutos do dia treze de novembro de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, ordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Romero Jucá, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, João Tenório, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Aloísio Mercadante, João Ribeiro, Augusto Botelho, Garibaldi Alves, Neuto de Conto, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Jonas Pinheiro e Cícero Lucena.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede à leitura de requerimento do Senador Jayme Campos, que requer seja considerada como missão política de interesse parlamentar, sua ausência aos trabalhos da Casa nos dias 13 e 14 de novembro de 2007. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: **Item 1** – Discussão e votação de Emendas da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura ao **PL nº 30, de 2007-CN (PLOA)**, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008”, tendo como relator o Senador Cícero Lucena. Pautado em critérios estabelecidos no Regimento Interno, que determina a competência da Comissão, o relator emite parecer favorável às seguintes **Emendas de Apropriação: Emenda nº 01-CI:** Participação da União na Implantação do Prodetur Nacional, no valor de R\$ 400.000.000,00; **Emenda nº 02-CI:** Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística, no valor de R\$ 300.000.000,00; **Emenda nº 03-CI:** Cons-

trução da Ferrovia Norte-Sul (ação nova), no valor de R\$ 900.000.000,00; **Emenda nº 04-CI**: Dragagem e Derrocamento do Porto de Cabedelo/PB, no valor de R\$ 150.000.000,00. A Comissão aprova, também, as seguintes **Emendas de Remanejamento**: **Emenda nº 01-CI**: Construção de Ponte sobre o Rio Paraná e seus acessos – Ligação Castilho/SP – Três Lagoas/MS, no valor de R\$ 70.000.000,00; **Emenda nº 02-CI**: Estudos de Viabilidade e Projetos de Infra-Estrutura de Transportes, no valor de R\$ 56.019.068,00; **Emenda nº 03-CI**: Recuperação da Malha Ferroviária da CFN – Trecho Juazeirinho/SUAPE, nele incluídas as alças de acesso para Cabedelo/PB, no valor de R\$ 50.000.000,00; **Emenda nº 04-CI**: Trecho Rodoviário – Cocalzinho/GO – Entr. BR 153 – Itaguari – na BR 070 (GO), no valor de R\$ 90.000.000,00. **Item 2 – Mensagem do Senado Federal nº 175, de 2007**, que “submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor **Haroldo Borges Rodrigues Lima**, para ser **reconduzido** ao cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Valdir Raupp, que apresenta relatório em que a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. A Presidência convida o indicado, Senhor Haroldo Borges Rodrigues Lima, para tomar assento à mesa dos trabalhos. Em seguida a Presidência passa a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir seu relatório. Usam da palavra para sabatar o indicado os Senhores Senadores Delcídio Amaral, Marconi Perillo, Inácio Arruda, César Borges e Augusto Botelho. Ato contínuo, assume a Mesa dos Trabalhos o Senador Delcídio Amaral. Foram indicados para escrutinadores os senhores Senadores César Borges e Delcídio Amaral. A indicação foi aprovada com 20 votos (vinte) “sim”, 02 (dois) votos “não”, nenhuma “abstenção”, num total de 22 (vinte e dois) votos. A Comissão aprova, extrapauta, o **Requerimento nº 64, de 2007-CI**, de autoria do Senador Marconi Perillo, requerendo, em aditamento ao Requerimento nº 10, de 2007-CI, a inclusão no tema da Audiência Pública da Comissão, além do acordo Brasil e Bolívia, seja também debatido a possível crise no abastecimento de Gás no País. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 34ª Reunião Ordinária da Comissão de

Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há requerimento sobre a mesa que passo a lê-lo, de minha autoria. Requeiro em aditamento ao Requerimento nº 10, de 2007, dessa Comissão, de minha autoria e do Senador Renato Casagrande, aprovado em 1º de março do corrente ano, a inclusão do tema da Audiência dessa Comissão, além do acordo Brasil e Bolívia, ser também debatida a possível crise no abastecimento de gás no país. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há um outro requerimento justificando a ausência entre 13 e 14 do ano em curso do Senador Jayme Campos, período pelo qual ele estará participando de reuniões político partidária no Estado representado do Senado Federal. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias: Item 1 – Discussão e votação das Emendas à LOA – Lei de Orçamento da União, ao Projeto de Lei de orçamento da União, discussão e votação de Emendas da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura ao PL nº 30, de 2007, do Congresso Nacional – PLOA, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008. Relator é o Senador Cícero Lucena. Item 2 – Trata de Mensagem do Senado Federal de nº 175, de 2007, submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor ex-Deputado Haroldo Borges Rodrigues Lima para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. A autoria é da Presidência da República e o Relator é o Senador Valdir Raupp. A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Eu convido para sentar à mesa, invertendo a ordem da presente sessão, o Dr. Haroldo Lima, que será sabatinado nessa Comissão de Infra-Estrutura. Uma vez presente o Dr. Haroldo Lima, nós vamos aqui agora suspender por cinco minutos a sessão, aguardando a presença do Relator. Essa sessão está marcada para as duas horas, nós estamos aguardando o Relator da matéria, o Senador Valdir Raupp.

Então está suspensa por cinco minutos a presente sessão.

Sessão suspensa às 14h29.

Sessão reaberta às 14h35.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está reaberta a presente sessão

cujo objetivo é discutir dois itens. O primeiro deles é o que trata de emendas à LOA e o segundo que diz respeito a uma Mensagem do Senado reconduzindo o Dr. Haroldo Borges Rodrigues Lima ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Eu convido para relatar o item 1 da pauta, o Senador Cícero Lucena. Concedo a palavra ao Senador Cícero para proferir o seu parecer às emendas dessa Comissão oferecidas ao PL nº 30, de 2007 – PLOA. V. Ex^a. tem a palavra para apresentar o vosso relatório, que peço que seja da forma mais sucinta possível.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, o relatório foi distribuído também para os Srs. Senadores e eu procurarei ser o mais rápido possível. O critério de caráter institucional e interesse nacional inicialmente é previsto e evidencia a natureza dos critérios de caráter institucional e interesse nacional previsto no art. 44, inciso II, da Resolução nº 01/2006 na Comissão da CN e aplicáveis às emendas de apropriação e remanejamento. O primeiro padrão é simples, tem caráter constitucional aquelas emendas que são compatíveis com as competências regimentais dessa Comissão. Entenda aqui que os projetos de infra-estrutura turísticos inserem-se também entre aqueles cabíveis de inserir-se na competência dessa Comissão para apresentação de emendas. Já quanto ao interesse nacional, essa Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em sua reunião de 24 de outubro de 2007, optou por considerar, na seleção de Emenda para o projeto plano plurianual, deliberou a Comissão como de interesse nacional aqueles projetos cuja execução alcançar fisicamente mais de uma unidade da federação. Venho adotar, nessa oportunidade, critério menos rígido, uma vez que as obras em portos ou sistemas geradores de energia não poderiam, por exemplo, ser contemplados segundo o critério anterior, uma vez que, independentemente do impacto econômico de suas operações, estão localizados em um único ponto geográfico, conforme o entendimento do Comitê de Admissibilidade de Emendas. Têm interesse nacional também aquelas ações que tenham como nacional ao alcance dos benefícios decorrentes da ação proposta devidamente demonstrada na justificação. Não foram apresentadas Emendas ao texto, não foram propostas emendas de cancelamento, Emendas de Apropriação está devidamente consignado no relatório, no quadro do relatório, e cabe alguma observação.

Observo inicialmente que aumento que o grande interesse que dispensa na Comissão a Ferrovia Norte-Sul, objeto da Emenda 2022, da lavra dos Senadores Valter Pereira, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo, trata-se como efeito de obra importantíssima executada por en-

tidades federais, pelo que não apresenta os problemas com obras de bem concessionados, que está inserido na competência federal do Plano Nacional de Viação – PNV, por todo o trecho da Belém-PA a Anápolis-GO. Inegavelmente apresenta a característica de interesse nacional que são o foco dessa Comissão. Toda vida, lamentavelmente, apenas estão incluídos no plano plurianual – PL 31, as Emendas apresentadas no âmbito do Congresso, as obras do trecho Aguiarnópolis e Palmas, no Estado de Tocantins, ficando de fora, portanto, os trechos demais referidos, o que representa o objeto da Emenda 2022. Portanto, devo registrar, em consternação, que a única razão de não acolher a Emenda nº 20 nessa prioridade, pois a de nº 20 abrange trecho a ser construído entre as demais unidades da Federação. Não obstante a Emenda nº 04, com alterações permitidas à destinação dos recursos possíveis de acordo com a legislação vigente, alterando-se a ação de forma a não reforçar a dotação em programas já como indicador do Resultado Primário – RP-3, pode-se contemplar recursos para o trecho da ferrovia que chega contemplado na programação plurianual dessa importante via de comunicação. Portanto, contemplo, mediante alteração da Emenda 04, os pleitos relativos à Ferrovia Norte-Sul, alterando-se o substitutivo nacional para novecentos milhões de reais. Quanta à Emenda 33, considerações dadas à presente nas discussões às Emendas de gasoduto, discutido no item 2.5, adianto que o valor proposto seria suficiente para construir menos de quinze quilômetros do gasoduto. Tal parcela irrisória não atende nominalmente à disposição prudencial.

Me permita, devido à objetividade, Presidente, requerida por V. Ex^a., tendo em vista então o limite de quatro Emendas e os critérios gerais de priorização acima referidos, proponho o acolhimento das Emendas de apropriação abaixo relacionadas, que veiculam programações de trabalho no âmbito nacional de grande impacto macroeconômico presente e futuro. A Emenda nº 24, a participação da União na implantação do PRODETUR Nacional, de quatrocentos milhões; a Emenda 25, de apoio ao projeto de infra-estrutura turística, de trezentos milhões; a Ferrovia Norte-Sul, de novecentos milhões; e a drenagem e derrocamento do Porto de Cabedero, na área de porte, de cento e cinquenta milhões. Quanto às demais Emendas, não obstante o seu inegável mérito, devo propor o não acolhimento, tendo em vista o limite quantitativo acima indicado para a obrigação de priorização. A Emenda de remanejamento, só resumindo, estão devidamente os remanejamentos que foram propostos, nós estaríamos votando por incluir a construção da ponte sobre o Rio Paraná e os seus acessos na ligação Castilho-SP

a Três Lagoas-MS, o estudo de viabilidade de projeto de infra-estrutura de transporte do DNIT, a recuperação da malha ferroviária do trecho Juazeirinho/Suaape, com alças para Cabedelo, e o trecho rodoviário Cocalzinho de Goiás – BR-153 – a Itaquari – BR-070 -, em Goiás. Então são essas as quatro Emendas de remanejamento, Sr. Presidente. Esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço ao Senador Cícero Lucena pelo trabalho realizado nesses últimos dias, acurado, competente, extremamente criterioso, preocupado com as repercussões desse relatório em relação ao interesse público nacional. Eu coloco em discussão o parecer do relator. Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o parecer do Relator. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. As Emendas aprovadas irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Mais uma vez os meus agradecimentos ao Senador.

Concedo a palavra, agora, ao Senador Valdir Raupp, Relator da Mensagem do Senado Federal nº 175, de 2007, de autoria da Presidência da República, cujo o relatório dispõe de todos os elementos necessários para que essa Comissão possa deliberar a respeito da indicação do Dr. Haroldo Lima para ser reconduzido ao cargo de Diretor da ANP. Com a palavra o Senador Valdir Raupp, Relator da Mensagem.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente Senador Marconi Perillo, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Haroldo, Presidente da ANP, indicado à recondução do cargo. Nos termos do disposto na alínea “f”, do inciso III, do art. 52 da Constituição Federal, c.c. o disposto no § 2º, do art. 11, da Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, o Sr. Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente por voto secreto a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. Da mesma forma o ditame legal mencionado estabelece que os membros da diretoria da ANP sejam nomeados pelo Presidente da República, após prévia aprovação dos respectivos nomes pelo Senado Federal.

O *currículo* do Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, anexado à Mensagem presidencial, demonstra que sua formação acadêmica e experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual ele está sendo reconduzido. O Sr. Haroldo Lima cursou a Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia e formou-se Engenheiro Eletricista. Sua experiência

profissional é ampla e diversificada. Trabalhou como engenheiro da General Electric, foi Chefe da Divisão de Operação e Manutenção da Companhia de Eletricidade da Bahia – COELBA, dedicou-se desde cedo à carreira política, foi fundador e dirigente nacional da ação popular e também dirigente nacional do Partido Comunista do Brasil, foi eleito Deputado Federal pela primeira vez em 1983 e teve participação ativa durante a Assembléia Nacional Constituinte, onde integrou, entre outras Comissões, a de Sistematização. Como Deputado Federal participou, ao longo dos anos, de inúmeras Comissões Permanentes. Destaca-se sua atuação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na Comissão de Economia, Indústria e Comércio e na Comissão de Minas e Energia. Teve assento também em inúmeras Comissões Especiais, entre essas podemos citar aquelas que trataram de questões referentes ao setor do petróleo, Comissão Especial da PEC nº 06/95 sobre o monopólio do petróleo, Comissão Especial da PEC nº 81/95 que cria imposto sobre distribuição de combustíveis, Comissão Especial da PEC 277/00 sobre combustíveis, e Comissão Especial do PL nº 1.210/95, sobre a Política Nacional do Petróleo. Foi também membro de Comissões externas, inclusive a que investigou o acidente com a plataforma da Petrobrás, a P-36. O Sr. Presidente da República, mediante decreto de 11 de dezembro de 2003, nomeou o Sr. Haroldo Lima para exercer o cargo de Diretor da ANP, com mandato até 11 de dezembro de 2007. Agora o Sr. Haroldo Lima teve o seu nome encaminhado à aprovação prévia do Senado Federal para ser reconduzido ao cargo de Diretor da ANP. Diante do exposto, submetemos à apreciação e julgamento dessa Comissão a indicação do Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, em cumprimento às exigências constitucionais contidas na alínea “f”, do inciso III, do art. 52 da Constituição Federal, c.c. o disposto no § 2º, do art. 11, da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Sr. Presidente, portanto este é o voto e ao nosso parecer é que esta Comissão, os membros dessa Comissão estão em condições de analisar e aprovar o nome do Dr. Haroldo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A presidência agradece ao ilustre Senador Valdir Raupp pela relatoria e passa imediatamente a palavra ao Dr. Haroldo Lima para a sua exposição na condição de arguido nessa sessão de sabatina da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. V. Ex^a. tem a palavra por vinte minutos.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Exmo. Sr. Senador Marconi Perillo, Presidente dessa

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Senador Valdir Raupp, Relator do presente processo, Srs. Senadores aqui presentes, Srs. Deputados Federais, que para a minha honra compareceram aqui para prestigiar esse evento, quero citar aqui alguns do Nordeste, Deputado Osmar Júnior, do Rio de Janeiro, Deputado Edmilson Valentim, e da minha Bahia o Deputado Danilo Almeida.

Eu gostaria, Sr. Presidente Marconi, de dizer inicialmente da minha grande satisfação e honra em estar sendo sabatinado aqui no Senado da República. Toda a minha experiência, quando participei aqui do parlamento durante vinte anos consecutivos, reforçou a minha idéia de que o parlamento brasileiro, a Câmara dos Deputados e o Senado da República são trincheiras avançadas da democracia brasileira, são Casas em que se trabalha bastante, são Casas sérias, são Casas onde os seus representantes se debruçam sobre os problemas do país, procurando encontrar as melhores saídas para a nossa gente. É nesse sentido que eu me submeto aqui à apreciação do Senado da República, como eu disse com muita satisfação e honra, procurando apresentar pontos de vistas que eu tenho a respeito da questão do petróleo no Brasil.

Quando eu estive aqui, Presidente Marconi, há alguns anos atrás, também sendo sabatinado, eu era um ex-Deputado Federal que não tinha tido uma experiência executiva propriamente dita, nunca tinha passado por uma Agência como a Agência Nacional do Petróleo, e, por isso, a minha experiência específica era menor. Hoje, Presidente Marconi, eu considero que os quatro anos que eu passei na Agência Nacional de Petróleo até agora, me encheram de uma experiência maior. Eu, hoje, tenho a consciência dos problemas da área do petróleo com muito mais assento, com muito mais gravidade do que sabia há mais tempo atrás, e isso me dá mais confiança inclusive de estar aqui sendo submetido a essa sabatina, isso também me reforça, eu agradeço e fico considerando que poderia corresponder à indicação do Senador Valdir Raupp para, como Relator, eu ser aprovado nessa sabatina. Eu vou dispor, em seguida, alguns pontos que eu considero importantes da situação atual de petróleo e gás no Brasil. Tem essa exposição que eu vou apresentar e depois da qual eu estarei à disposição para eventuais perguntas.

Ali, Sr. Presidente, Srs. Senadores, têm os marcos institucionais da história do petróleo no Brasil. Considero que esses marcos são interessantes, vou passar por alto aqui. O primeiro marco da história do petróleo no Brasil é em 1868, quando então foi feito por Pedro II, Dom Pedro II a primeira concessão para se explorar folhelho betuminoso, lá na Bahia, no Rio

Maraú, onde hoje é a Bacia de Camamu-Almada. Ele teve uma pré-destinação, quer dizer, hoje a Bacia de Camamu-Almada é muito prolífera, e naquela época, em 1868, já se fazia uma concessão para explorar petróleo naquela região. Observem, para encheram-nos de orgulho como brasileiros, que isso daqui significa um ano antes de no mundo começar a idade do petróleo, que começou mesmo 1869, quando nos Estados Unidos foi aberto o famoso poço do Coronel Drake. O poço do Coronel Drake, que é considerado o marco inicial da idade do petróleo, começa um ano depois de que Pedro II, no Brasil, já tinha feito concessão. Mais à frente, está aqui o Código de Minas, que foi aprovado e a partir da qual existe o monopólio do petróleo de que tudo que é do subsolo é da União, foi criado o CNPE, foi feita a primeira descoberta de petróleo, em Lobato, na Bahia, em 1939. A Lei 2.004 cria a Petrobrás, foi criado depois o MME, depois houve a extinção do CNPE e a criação do DNC, depois houve a Emenda que quebrou o monopólio de petróleo da Petrobrás no sentido de a Petrobrás deixou de ser a empresa que executava exclusivamente o monopólio da União, em seguida houve a criação da própria ANP, em 1998 houve a criação da ANP. Olha, nós estamos no final do ano de 2007, o que significa que dentro de um pouquinho mais, uns dois meses mais, nós vamos estar registrando os dez anos de fundação da Agência Nacional de Petróleo.

Esse fato é que nos leva a examinar rapidamente uma introdução a uma análise dos dez anos da ANP. Essa análise dos dez anos da ANP, eu considere aqui sob diferentes aspectos. Alguma coisa ligadas ao modelo atual, o que é o modelo atual do petróleo do Brasil, o que é o contrato de concessão, quais os contratos mais importantes que são feitos no mundo, a evolução nos dez anos do setor de petróleo aqui no Brasil, as reservas, a produção, as ações governamentais, o empenho em pesquisa e desenvolvimento, a própria Petrobrás como evoluiu nesses dez anos, o abastecimento, fiscalização e qualidade, a arrecadação tributária, as diversificações das fontes energéticas, as participações do setor de petróleo no PIB brasileiro e, finalmente, algumas perspectivas de desafios que hoje estamos enfrentando no setor de petróleo do Brasil. É isso que eu vou sumariamente apresentar.

Primeiro, aspectos centrais do modelo brasileiro de petróleo e gás. Srs. Senadores, eu considere que quatro pontos aí são distintivos para caracterizar o modelo, os pontos básicos do modelo atual. O petróleo é monopólio da União, todo ele. O mercado é aberto, mas tem presença estatal. Esse fato aqui de um mercado aberto, com presença estatal, é muitíssimo importante, porque no resto do mundo, todos os países emer-

gentes, mais importantes, que estão enfrentando um desenvolvimento bastante expressivo, todos têm um mercado aberto com presença estatal. Não existe hoje nenhum mercado inteiramente aberto, sem presença estatal, em crescimento no mundo, particularmente nos países em desenvolvimento. Tem sim exceções, como, por exemplo, os Estados Unidos. Os Estados Unidos é o único país desses mais conhecidos, Presidente, que nunca teve uma estatal do petróleo. O resto tudo teve estatal no petróleo. Quando houve um processo de privatização nos últimos anos, houve uma certa ameaça de se privatizar as estatais de petróleo em alguns países, se fazer uma espécie de um mercado aberto, sem presença estatal. Nós aqui no Brasil conseguimos barrar esse processo e fez-se um mercado aberto com presença estatal. Os argentinos não conseguiram barrar esse processo e lá fez-se um mercado aberto sem presença estatal, o que foi um desastre, Sr. Presidente. Hoje, agora, mais recentemente, sob a égide do Presidente Kirchner, estão fazendo uma criação de uma nova estatal lá na Argentina.

A regulação aqui no Brasil é feita por uma Agência, que é justamente a nossa agência, a Agência Nacional do Petróleo, que é uma autarquia especial, e pela lei o único acesso à exploração e produção que é previsto no Brasil, é como está na lei, mediante contratos de concessão precedidos de licitação. Há de se fazer uma licitação, quem ganhar a licitação assina um contrato de concessão com a ANP. Eu fixo nesse aspecto aqui para chamar a atenção que certa idéia, por exemplo, de se suspender a licitação, essa idéia de suspender a licitação impede o processo, o aprofundamento da exploração e produção no Brasil. Nós, em termos de exploração e produção no Brasil, nós estamos numa quantidade relativamente pequena da nossa área sedimentar. Nós temos no Brasil uma área sedimentar gigantesca, são vinte e nove bacias sedimentares e etc., e se nós tivermos ... nós estamos praticamente em 4,7% da área sedimentar brasileira explorando e produzindo petróleo. Tudo que nós fazemos em exploração e produção de petróleo é em 4,7% da área sedimentar brasileira, são as empresas que tem concessões firmadas com a ANP. Se nós acabarmos com as licitações, vamos nos contatar com esses 4,7%, o que seria impróprio para os interesses nacionais.

O contrato de concessão, vamos fazer algumas apreciações assim também rápidas sobre os contratos de concessão. Nós temos um contrato ... no mundo tem três tipos de contrato que são os mais conhecidos: tem o chamado contrato de concessão, e aqui eu distingo contrato de tipo antigo e contrato de tipo moderno. O contrato de tipo antigo é o que está, por exemplo, assinado por Dom Pedro II naquela bacia que hoje é a Bacia

de Almada. Ele fez a concessão, faz-se um acordo com o concessionário e acabou, são noventa anos que o concessionário tem direito a ficar com aquela área, se achar o petróleo produz o petróleo, ou produzia, sem ter nenhuma obrigação com o Brasil. Esse é o contrato antigo, é um contrato no qual o país perde bastante. Os contratos modernos de concessão são contratos em o concessionário explora e produz petróleo e gás, assume todos os riscos, paga as participações especiais e tem a propriedade do produto. Esse contrato é utilizado em cerca de cem países no mundo, sendo que esse tipo de contrato é usado em países que não têm grandes reservas de petróleo e gás. Isso vai ser importante para a gente retomar daqui a pouco a nossa situação quando descobrimos o bloco de Tupi, a área de Tupi, nós vamos ver que isso vai ter influência lá nos raciocínios que estão sendo feitos. O contrato de partilha da produção é o que o concessionário explora e produz petróleo e gás, assume todos os riscos e não tem a propriedade do produto obtido, recebe uma parte da produção, segundo o acordo com o Estado brasileiro. Presidente, esse tipo de contrato está em uso onde? Nos países que têm grandes reservas de petróleo e gás. E, finalmente, contrato de serviço, que é onde o contratante, o país ou a estatal do Estado, contrata uma empresa para explorar o petróleo e gás e paga pelos serviços arranjados, paga ou em dinheiro ou paga em produto também, em óleo e etc.

O contrato de concessão. Eu queria destacar, da análise do contrato de concessão, dois aspectos, as duas parcelas em que se divide cada contrato: a do Governo, que é o que chamam Governo [ininteligível], e da Concessionária, Contrato [ininteligível]. Essas são as duas parcelas fundamentais de todo o contrato. Todo contrato tem a parte do Governo e a parte da Concessionária. Nos contratos de partilha da produção e de serviços, as parcelas governamentais tendem a ser maior do que no contrato de concessão. Exemplo é Angola, chega a 80%, quer dizer, a parcela que fica com o Governo, no contrato de partilha da produção lá em Angola, é mais ou menos de 80%. A introdução em contratos de concessão da participações especiais, como vocês sabem aqui no Brasil nós introduzimos o nome ... esse tipo de cobrança que é participações especiais, que existe nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Noruega, na Austrália, e isso foi introduzido no Brasil, isso reequilibra a parcela governamental, porque nos contratos antigos, nos contratos de concessão antigos, essa participação especial não existia, então ficava uma coisa muito vantajosa para o concessionário e pouco vantajosa para o país que tinha esse contrato, o tal contrato de concessão sem participação especial. Nós introduzimos essa participação

especial e a partir daí todo o concessionário no Brasil paga royalty de 10% a cada mês e paga, se tiver um campo que tem muita produção ou muita produtividade, ele paga participação especial, que pode chegar a 10%, até 40%. Esses dados são muito importantes também para a gente retomar um pouquinho mais lá na frente, quando examinarmos essa nova questão que surgiu com essa província nova que nós descobrimos recentemente, que é a Província de Tupi.

Aqui são algumas informações sobre a evolução, repetindo, a evolução nos últimos dez anos, que são os dez anos da ANP, da reserva e da produção. Aqui são indicações, eu vou deixar depois essa apresentação à disposição dos senhores, mas são indicações mostrando isso. As reservas nossas, no Brasil, cresceram de forma sistemática, constante. Então hoje, aqui é ainda 2006, está chegando em 2007 a catorze bilhões de barris de petróleo, o que mostra que nós crescemos assim substancialmente de 1997 para cá. As reservas de gás também cresceram bastante, aqui tem uma certa queda que foram previsões que foram feitas de Mexilhão, que era um pouco maior, depois se viu que era um pouco menor, então isso caiu um pouco. A produção de petróleo também cresceu, este último dado aqui é porque 2007 não está inteiramente computado, mas quando computar isso vai passar, o que significa que nos últimos dez anos nós crescemos sistematicamente em todos os indicadores, como este que está aqui. Aqui, mais uma vez, é 2007, porque não completou ainda o ano.

A evolução das participações governamentais. Nós temos quatro tipos de participações governamentais no Brasil: tem o aluguel de área, tem o bônus e os dois mais importantes, que são os royalties – a gente vai ver em seguida – e a participação governamental. Aqui estão os royalties. Os royalties, nós tínhamos em 1997, ou seja, quando surgiu a ANP, nós pagávamos de royalty, Presidente Marconi, cento e noventa milhões de reais por ano, era o que se pagava, era o que se recolheu em 1997. Isso foi crescendo, foi crescendo por razões de diversos tipos, primeiro porque nós introduzimos ... o royalty passou a ser de 10%, depois porque a produção começou a crescer bastante e, finalmente, porque o preço do petróleo também cresceu bastante. Por todas essas razões o fato é que nós passamos de 1997 a 2006 de cento e noventa para sete bilhões, inflação de royalties que são computados no ano no país. Em participação especial a situação é um pouco diferente porque é mais avantajado ainda. Em 1997 não existia participação especial. Ela começa a ser computada em 2000. Ali era de mil e trinta nove, tem essa subida nessa linha ascensional como os senhores estão vendo aqui, e no ano passado nós

recolhemos oito bilhões, oitocentos e quarenta milhões em participação especial. Repetindo, só para fixar, essa participação especial só é cobrada de campos onde tem grande produção ou uma grande produtividade. Somando as duas, royalties e participações especiais, nós ficamos com essa situação aqui, que é uma situação extremamente vantajosa. De 1997 a 2006, nesses tais dez anos em que estamos examinando, nós crescemos assustadoramente. O total em participações governamentais chegou a 9.346% a mais do que 1997, o que é um dado assim bastante positivo.

Objetivos principais e números do PD. PD é a Pesquisa em Desenvolvimento. Nós temos, são coisas que também merecem ser relacionadas, porque como a área de petróleo necessita muito de material humano qualificado, a Agência Nacional do Petróleo, ela se debruça também sobre essa questão da formação da mão-de-obra. O objetivo é a formação do capital humano, desenvolvimento científico, tecnológico e inovação, e os números são interessantes. Para não fixar nesses números eu pego aqui embaixo. Em 2007, de bolsa de estudos que a ANP, através do seu programa de RH, financiou no Brasil, são setecentos e quinze de graduação, trezentos e vinte e seis de mestrado, cento e noventa e cinco de doutorado, num total de mil duzentos e trinta e seis bolsas de estudo. As bolsas que já estão acertadas para o ano de 2008 são nessa proporção que estão aqui, num total de mil duzentos e cinquenta e nove bolsas, com essas variações, o que é também um projeto assim de grande vulto.

Chamo a atenção aqui agora para essa cláusula contratual de investimento em PD. Está na lei, aliás, está nos contratos de concessão, que toda a concessionária que pagar participação especial, ou seja, todo concessionário que tiver campo com grande produção ou grande produtividade e, por conseguinte, pagar participação especial, ela destinará 1% da renda bruta do campo para a pesquisa e desenvolvimento. Ora, esse 1% é muita pouca coisa, mas como o montante é muito grande, o 1% passou a ser isso mais ou menos: de 1998 a 2004 nós recolhemos, por conta desse 1%, 1,2 bilhões [soa a campainha]. Em 2005 foram quinhentos e nove, seiscentos e dezenove, setecentos milhões. Significa, meus Srs. Senadores, que nós temos, através desse mecanismo, o maior programa setorial de investimento em pesquisa e desenvolvimento do país. As concessionárias aptas atualmente a pagar esse 1%, ou seja, as que têm acesso a campos de alta produção ou alta produtividade, são a Petrobrás, a Shell e a Epsilon.

Alguns dados sobre a evolução da Petrobrás. Assim, sumariamente, o lucro líquido consolidado em 1997 era de 1,5 bilhão. Em 2006, vinte e seis milhões,

crescimento de 1.733%, Senador Delcídio, o que é um dado extremamente importante. Investimentos realizados. Em 1997 nós tivemos 11,7 bilhões, em 2006 foram trinta e três bilhões, crescimento de 188%. O valor de mercado da Petrobrás, em 1997, era 28,3. Em 2006 era de duzentos e vinte três bilhões, houve uma valorização de 796%. Hoje, depois de Tupi, passou a ser duzentos e oitenta e cinco bilhões, uma das maiores empresas do mundo. Posição no mercado mundial. Era a 12ª empresa no ramo, isso tudo antes de Tupi, nós não temos ainda a avaliação, o que significará isso depois de Tupi. Poços produtores, doze mil poços produtores, produção média anual está em torno de 1,9 milhões de barris, dezesseis refinarias, trinta e um mil quilômetros de dutos e etc., o que mostra então uma empresa como a Petrobrás que, nesses últimos dez anos, cresceu assustadoramente, provavelmente foi o maior crescimento em um tempo limitado que teve uma empresa desde que foi fundada.

Aqui para se ter uma idéia rápida também sobre o estágio atual do abastecimento de combustíveis no Brasil. Nós temos aqui, nesse mostruário, nós temos trinta e quatro mil postos revendedores de combustíveis no Brasil, o que é um número bastante significativo, trinta e um mil postos de combustíveis é o que nós temos; nós temos trinta e cinco mil revendedores de GLP; nós temos duzentos e cinquenta e quatro distribuidoras de combustíveis; nós temos quatrocentos e setenta e oito TRRs e assim sucessivamente, dando um conjunto de aproximadamente cento e dez mil agentes relacionados com a distribuição de combustíveis, de álcool e de lubrificantes no nosso país.

A evolução da fiscalização. A fiscalização é interessante. Nós evoluímos, olha só como nós crescemos de 1999 para cá, crescemos e chegamos a esse patamar de vinte e cinco mil fiscalizações feitas por ano, patamar que estamos mantendo, este ano nós já chegamos a isso, é o mesmo patamar, teve essa queda aqui por uma questão circunstancial, houve greves e houve também contingenciamento de recursos, razão pela qual no ano de 2005 o número de fiscalizações ficou prejudicado, mas nós já recuperamos isso, já estamos numa fase também muito positiva no que diz respeito à fiscalização.

A evolução da qualidade dos produtos. Srs. Senadores, eu acho que esse é um dos pontos assim importantes. Se os senhores analisarem direito, em 2001 a nossa média, se pegar aqui 2002, em 2002 a nossa média anual de não conformidade era um pouco mais de 12%, isso é média anual. Tinha lugares em que a não conformidade chegava a 60%, o que significava que quando um determinado usuário fosse encostar num posto para botar a gasolina, ele tinha 60% de

possibilidades de estar botando uma gasolina adulterada. Isso era a situação que existia a pouquíssimo tempo atrás. A média era 12%, mas tinha lugares que era 3%, tinha lugares que era 60% e etc. De lá para cá nós fizemos um trabalho muito intensivo na fiscalização, coibindo a adulteração de produtos, e o índice de não conformidade foi caindo, foi caindo de forma sistemática, de tal maneira que hoje nós estamos com de 2% a 3%, oscila em torno de 2% a 3% o índice de não conformidade, que é um índice bastante positivo. No mundo inteiro, nos países mais avançados, está em torno de 1,5% a 2%, que é um pouco onde nós estamos chegando.

A evolução da arrecadação tributária. Aqui é ICMS, sendo que de gasolina, de diesel e dos demais derivados, nós recolhemos essa quantia aqui. Somando a essas parcelas todas que nós estamos recolhendo aqui na gasolina, no diesel e nos demais derivados, isso dá, em termos de arrecadação tributária, algo um pouco maior do que cinquenta bilhões por ano. Se somarmos o que sai de dezessete bilhões de participação especial e de royaltys, ou seja, só por isso daí, sem contar Imposto de Renda, a parcela de tributação, de participação especial e de royalty, vai em torno de sessenta e sete bilhões por ano que o setor de petróleo contribui para o erário.

Aqui é a evolução da participação do setor de petróleo no PIB. É um dado também muito interessante. Em 1997 o setor do petróleo contribuía com o PIB brasileiro com 2,75%. Isso foi crescendo, foi crescendo, sendo que no ano passado nós chegamos a 10,51%, aqui excluindo os impostos e etc., quer dizer, 10,51%, mostrando que o setor do petróleo parece ter sido o setor que mais sistematicamente cresceu em número maior nesses últimos anos aqui no Brasil.

Aqui agora eu vou falar alguma coisa sobre o que eu acabei de falar, diz respeito a certo balanço que nós estamos fazendo. As metas de política energética que nós queríamos apresentar. Primeiro, alguma coisa sobre, digamos assim, política energética de uma maneira geral. Nós tínhamos o que aqui? A estrutura da oferta interna de energia no mundo, no nosso OCDE e no Brasil. Eu fiz essa comparação aqui porque é interessante. No mundo a energia renovável que é consumida é de 13%. No OCDE é 6%, é menos, e no Brasil 44%, ou seja, nós estamos numa situação bastante positiva. A não renovável é 86% no mundo, 94% no OCDE, 55% no Brasil, ou seja, nós estamos também numa situação muito favoráveis, embora a energia que se consuma no Brasil, em sua maior parte, 55%, ainda é não renovável.

Aqui uma visão um pouco mais específica da questão da matriz energética brasileira. O petróleo no

mundo, 35%; OCDE, que são os países mais ricos do mundo, os vinte e um países mais ricos no mundo, 40%; no Brasil 38%. Então se olharmos direito, em termos de petróleo, é mais ou menos a mesma coisa, está oscilando aí entre 35% e 40%, 38%, no Brasil está mais ou menos igual aos outros. Mas quando chega em biomassa, a nossa situação aí é bastante favorável. O mundo está com 11,2%, o OCDE está com 4% e o Brasil tem 29% de biomassa, ou seja, a biomassa nossa é mais de duas vezes a biomassa do mundo e mais de seis vezes ou sete vezes o índice da OCDE. Em gás natural também lá 20%, 22% e 9,3%, o que mostra que em gás natural nós estamos também bastante acanhados, o nosso consumo de gás natural é ainda bem menor do que no resto do mundo e no OCDE. Carvão, que é um combustível altamente poluente no mundo está com 21%, OCDE está com 20%, o Brasil tem 6%, é um índice positivo para o Brasil, nós temos pouco “coiso” aqui, é muito positivo. A nuclear, no mundo é 6%, na OCDE 10%, no Brasil 1,2%, o que mostra que do ponto de vista de energia nuclear nós estamos muito atrasados aqui no Brasil. A hidráulica no mundo é 2,1%, a OCDE é 2,2%, no Brasil é 15%. A nossa grande superioridade em termos de matriz energética frente ao mundo é essa questão da produção e consumo de energia hidráulica.

Esses dados nos tiram as seguintes exigências ou as indicações da política energética atual. As principais indicações da política energética atual que estão sendo examinadas pelo próprio Governo são essas: manter a auto-suficiência em petróleo, diminuir a dependência em gás. Depois que descobrimos Tupi, nós temos que manter a auto-suficiência a curto prazo e avançar para eventualmente ser até exportador de petróleo a longo prazo, diminuir a dependência de gás e, quem sabe, chegar a uma auto-suficiência a longo prazo. Nós usamos sempre a expressão “diminuir a dependência” porque, no que diz respeito a gás, nós não temos a idéia de que a curto prazo ou a médio prazo nós vamos chegar à auto-suficiência em gás. Do ponto de vista da fonte nuclear, nós temos também que aumentar a fonte nuclear, nós não podemos ficar com uma fonte nuclear de 1,2% enquanto no resto do mundo, a OCDE é 10%, quase dez vezes mais que o Brasil. Bom, aumentar o gás natural. Aqui surge o Plangás, o Plangás é a expressão mais concentrada desse objetivo. E, finalmente, sustentar e aumentar a hidráulica e aumentar a biomassa. Esses são os nossos objetivos na questão energética.

Os nossos desafios principais. Primeiro uma consideração que eu queria fazer sobre essa questão do Tupi. Como todos os senhores sabem e foi muito propalado pelos meios de comunicação, recentemente,

a pouquíssimos dias atrás, a Petrobrás e o Governo Federal anunciaram a descoberta, pela Petrobrás, de uma área altamente petrolífera, chamada de Tupi. Essa área fica situada na Bacia de Santos, em águas ultraprofundas, cinco a sete mil metros da superfície, há duzentos e cinquenta quilômetros da costa, nas rochas chamadas pré-sal, sendo que essas rochas chamadas pré-sal são rochas que ficam ... digamos que depois da lâmina d'água tem uma camada chamada de pós-sal, depois tem a camada do chamado sal e depois tem o pré-sal. Toda a produção brasileira era depois da lâmina d'água, tinha a camada do pós-sal, nós ficávamos nesse pós-sal. Quando batia no sal, nós não entrávamos no sal. O sal é uma camada que se estende nas costas brasileiras em torno de dois quilômetros de espessura. O que se fez agora foi descer na lâmina d'água em torno de dois quilômetros, depois da lâmina d'água de dois quilômetros, mais uns dois quilômetros no pós-sal, aproximadamente, uns mais, outros menos, foram quinze furadas, e finalmente na região do sal, perfuraram o sal de dois quilômetros aproximadamente e chegaram ao pré-sal, e aí perfurou-se em torno de oitocentos a mil metros. É aí nesse pré-sal que se descobre uma coisa que não se sabia até então: é que existe aí uma quantidade muito grande de petróleo, só que é um petróleo leve, aqui está dito que o petróleo é leve, vinte e oito API, sendo que quanto mais alto o grau de API melhor o petróleo, mais caro e mais leve, etc. Aqui no Brasil, os nossos petróleos em geral, 13% a 15%. Descobre-se essa quantidade de petróleo muito grande, dando lugar assim a se fazer diferentes expectativas. Uma das expectativas, a gente vai ver em seguida, é que esse reservatório de Tupi não seja específico naquele local, mas que se estenda a outros locais, como nós vamos ver aqui adiante.

Pré-sal. O pré-sal exatamente é essa camada que eu acabei de falar. A expectativa que a própria Petrobrás informou é de que em função de quinze furos, quinze poços que ela furou nesses últimos tempos em Santos, em Campos e no Espírito Santo, a idéia é de que aquela realidade a que eu me referi, que está em Tupi, se estenda para essas bacias também no pré-sal, ou seja, lá embaixo, em profundidade. É uma profundidade de cinco a sete mil quilômetros, com a lâmina d'água de dois a três mil metros. Foram feitos quinze poços, testados oito. Para se ter uma idéia também, poço perfurado é poço que se faz ... pode ser um poço chamado ... um poço de exploração, e se se faz nesse poço e se chega a seco, ele não é testado. A média em geral no mundo é que a cada dez poços perfurados um testado, ou seja, um se identifica com alguma coisa concreta que merece ser examinada. Nós fizemos

quinze poços, oito foram testados, hora é um índice extraordinariamente grande. Todos esses índices nos levam a acreditar que então estamos diante de uma realidade bastante grande de produtividade do petróleo. Em Santos, desses oito poços, quatro estão em Santos, um em Campos, três no Espírito Santo. A homogeneidade dessas informações deram a indicação de que nós podemos estar diante de uma província de oitocentos quilômetros de comprimento por duzentos de largura, que vai de Santa Catarina ao Espírito Santo. A Petrobrás informou na nota, ela usa essa expressão, “elevado grau de segurança” nessa informação, que é o que consta da informação da Petrobrás.

A nona rodada de licitações. Como os senhores sabem, nós estávamos com a nona rodada já em curso, o edital da nona rodada já tinha sido apresentado, está apresentado, está aí na rua e tal, e a nona rodada prevê e previa trezentos e doze blocos a serem licitados em nove bacias segmentares. Ora, o que aconteceu é que quando o Governo do Brasil descobriu essa nova província, imediatamente o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tomou conhecimento oficial dos fatos, os fatos se deram de tal maneira que a Petrobrás informou ao Presidente da República através de um ofício que tinha feito uma descoberta excepcional, e o Presidente da República, imediatamente, acionou o Ministério de Minas e Energia para convocar o Conselho Nacional de Política Energética, foi feita a reunião, e dessa reunião, quando foi aberta a reunião, o Presidente da República informou: “olha, eu fui notificado por um ofício que houve uma descoberta excepcional e eu quero dizer a todos os senhores que eu não passarei na história como um Presidente da República que tomou conhecimento de uma descoberta excepcional e deixou tudo correr como antes. Não, nós vamos em torno dessa descoberta excepcional tomar alguma medida”. E aí a medida era: como o Brasil, como tal, tirar proveito dessa descoberta excepcional que tinha sido feita até então. A discussão avançou e, na discussão que avançou, a decisão do Presidente da República, a posição do CNPE, foi de dar um tratamento especial a essa área especial. Esse dar um tratamento especial à área especial é muito comum no mundo. Toda vez que algum país do mundo descoberto uma coisa excepcional, ele reajusta os seus planos, os seus contratos a essas situação excepcional. Tem um exemplo muito conhecido aqui entre nós que é o exemplo, Presidente Marconi, que é o exemplo da Petrobrás no Iraque. A Petrobrás estava no Iraque há alguns anos atrás fazendo uma exploração de petróleo, aí de repente descobre o que na época foi o maior campo petrolífero do mundo, o Campo de Majinum(F), eram cinquenta bilhões de barris de petróleo. Imediatamente ela foi chamada pelo

Governo do Iraque que disse: “você vieram aqui fazer um contrato conosco para explorar petróleo, mas não para descobrir mais petróleo do que o Iraque tem, e, por conseguinte, nós queremos discutir com os senhores quanto é que é o serviço de vocês e etc.”, aí resolveram pagar trezentos milhões de dólares à Petrobrás, a Petrobrás saiu, entregou o Campo de Majinum(F) e saiu muito satisfeita, recebeu um bom dinheiro pelos seus serviços e etc. O que nós fizemos foi exatamente isso, dar um tratamento especial à área, foi retirar esses quarenta e um blocos onde está essa possível reserva estratégica, retirou isso para dar um tratamento especial, que nós daremos em seguida. Isso foi feito de acordo com a lei, dentro dos preceitos legais existentes no país, entre os quais o inciso I, do art. 1º, da Lei 9.478, que fala que a política energética brasileira tem como primeiro objetivo preservar o interesse nacional. Depois, a Nota 1, da Tabela 2, que está na pág. 1 do edital, diz exatamente essa expressão que está aqui contida: a ANP poderá, até data da apresentação das ofertas, alterar o número de blocos em licitação, dando a devida publicidade. Bom, levando em conta esses fatos, o CNPE terminou tomando uma Resolução que passou a ser chamada de Resolução nº 06. Essa Resolução nº 06, ela define que a ANP deverá retirar da lista dos blocos que serão apresentados na nona rodada, os quarenta e um blocos que estão relacionados com essa nova descoberta. Isso significa que a nona rodada, que será feita no dia 27 e 28 do próximo mês e que estava prevista para ter trezentos e doze blocos, agora vai ser feita com duzentos e ... tirando quarenta e um, são duzentos e setenta e um blocos, o que é uma rodada também muito significativa e haverá, seguramente, grandes empresas que estavam interessadas em entrar nessas áreas que foram agora retiradas, excluídas, elas ficaram ... não vão participar disso, entre as quais a própria Petrobrás, mas a rodada não era restrita a essas áreas de grandes empresas, ela abrangia o conjunto do país, e têm dezenas de empresas, médias, grandes e pequenas que estão interessadas em participar a dona rodada, nos outros blocos que perseveraram. É bom chamar a atenção, Presidente, que a Resolução nº 06 do CNPE, ela especifica de que os contratos firmados anteriormente pela ANP, relativos à exploração e produção de petróleo, assim como os contratos que serão firmados a partir da nona rodada, todos estarão sendo respeitados pela legislação brasileira, pelo Governo Federal, e não há ... não se cogitada de alterar ou de desrespeitar nenhum desses contratos.

Aqui desafios dois. Mudança do marco legal. É a decisão constante do art. 4º da Resolução nº 06. O que diz a Resolução nº 06 nesse art. 4º? Diz o seguin-

te: que o Ministério de Minas e Energia deverá examinar que mudanças vão ser feitas no marco regulatório brasileiro para explorar e produzir petróleo nessa nova bacia. Então o que nós estamos pretendendo é que permanece o conjunto do país com a legislação existente e nesse local específico nós vamos estabelecer regras novas, ou seja, vamos adaptar, vamos fazer uma atualização, quer dizer, levando em conta a nova performance que esses blocos apresentaram, quais são as condições para se explorar e produzir petróleo nesse local. Tem sido dito aí, tenho visto aí pela imprensa, Presidente, de vez em quando a idéia de que retirou-se esses blocos para se entregar a uma determinada empresa, que no caso seria a Petrobrás. Não foi esse o pensamento, em nenhum instante isso esteve sendo cogitado nas reuniões que eu participei. A idéia era: retira-se esses blocos para examinar qual a forma melhor de agora por diante se explorar esses blocos com as empresas que quiserem explorar, ou seja, a idéia básica é que, como os contratos até então existentes no Brasil era um contrato de concessão que estabelece que a empresa que explora o petróleo, se encontra o petróleo, esta empresa é dona do petróleo que encontrou pagando as participações especiais, a nossa é idéia é que esse formado, que no mundo é feito para todo país que não tem muito petróleo, que ele poderia ser agora adaptado para esse campo onde o país tem muito petróleo e, por conseguinte, o risco é bem menor, e quem sabe aí nós fazemos um contrato de partilha da produção, de tal sorte que quem sabe o petróleo, quando extraído, ele é extraído num contrato em que a propriedade do petróleo não seja propriamente daquela concessionária, mas seja a partilha. Já estou terminando, Sr. Presidente. A responsabilidade para isso é do Ministério de Minas e Energia, não é da ANP, o Ministério é quem vai provavelmente articular o que é que vai ser feito, chegar à conclusão se é o caso de mexer na lei, não tem idéia também de mexer na lei, pode ser que não seja necessário mexer na lei, mas se tiver que mexer na lei tudo volta aqui ao Congresso Nacional, ou então tem que se levar em conta os Decretos que estabelecem as normas para a cobrança de participação especial.

A diversidade das bacias brasileiras. Nós tivemos aqui no Brasil bacias de alto potencial, temos novas fronteiras que são espaços para empresas de diferentes portes, as bacias maduras são empresas de diferentes portes e campos marginais que são espaços para empresas médias e pequenas. Uma questão que a gente coloca é isso: um mesmo tipo de contrato para todas as situações é essa questão que está posta. Por que é que nós temos aqui no Brasil de ter o mesmo tipo de contrato para áreas que tem muito petróleo e para

áreas que tem pouquíssimo petróleo? O contrato é o mesmo, as obrigações são as mesmas, todo mundo tem que pagar a mesma quantidade de royalty, que é 10%. Quando você pega uma pequena empresa trabalhando em campo marginal, para ela pagar 10% de royalty é muito caro. Nos Estados Unidos chega às vezes a 0%, que é uma forma de favorecer esse tipo de empreendimento.

Aqui eu fiz essa observação. Se os senhores puderem depois examinar isso melhor, aqui estão os trezentos e dezesseis campos de petróleo que estão sob concessão da Petrobrás. Desses trezentos e dezesseis campos, percebe-se que existe uma fatia que são cento e cinquenta e sete campos. Esses cento e cinquenta e sete campos correspondem, em última instância, a 0,6% das reservas brasileiras de petróleo. Depois da coberta de Tupi, provavelmente isso corresponde a 0,3% das reservas brasileiras de petróleo. O que eu quero chamar a atenção é que cento e cinquenta e sete campos, que têm 0,6% das reservas brasileiras de petróleo, não tem, não despertam interesse para a grande empresa, e devia ser a base material a partir da qual nós poderemos abrir um horizonte amplo para pequenas e médias empresas brasileiras que queiram explorar petróleo em campos marginais no Brasil. Nesses cento e cinquenta e sete campos há um pouco mais de três mil e trezentos poços perfurados, todos com pouco petróleo, não tem maior interesse para a grande empresa, mas para o pequeno e médio empresário brasileiro desperta um interesse muito grande, sobretudo com os preços do petróleo hoje existentes.

Aqui é um exemplo do poço em Quiambina. Esse poço de Quiambina estava fechado, Srs. Senadores, há cerca de quinze anos, Deputado Edmilson, está lá fechado há quinze anos. A ANP fez um economiza com a Universidade Federal da Bahia, através da Escola Politécnica, e resolveu reativar esse poço que estava fechado. Cercou tudo, botou lá um tanque, uma tancagem nova, revitalizou o poço e hoje o poço está produzindo cerca de trinta barris de petróleo por dia, que é da ANP e etc., com a Universidade Federal da Bahia.

Eu fiz aqui uma referência rápida ao PAC, que o PAC prevê essa quantidade toda, quinhentos e três bilhões de reais em quatro anos, mas que em última instância, se olharmos direito, em energia elétrica, exploração e produção de petróleo e gás, isso tem 54,5%. A conclusão que eu tive é que o PAC é um Plano de Aceleração do Crescimento eminentemente energético. Se em energia elétrica o PAC prevê essa quantidade grande, em petróleo prevê cento e setenta e nove bilhões. Para se ter uma idéia, em energia elé-

trica é setenta e oito bilhões, sendo que em petróleo, gás e combustível, é cento e setenta e nove bilhões, o que mostra então as pretensões nossas com relação ao PAC serem bastante avançadas.

Aqui o desafio do Plano Plangás. A nossa produção atual de gás no Brasil, não só para a venda, como para consumo interno de empresas, é de quarenta e um milhões. Até 2008 o Plangás prevê sessenta e cinco bilhões. Isso vai chegar em 2010 a cento e cinco bilhões, que somando com os vinte bilhões de GNL que nós queremos ver se importamos, dará cento e vinte e cinco milhões de metros cúbicos por dia, o que é o nosso plano estratégico com relação ao Plangás.

Temos problemas imediatos com relação a gás, nós não podemos aceitar a idéia de que existe uma crise energética no Brasil. A hipótese de ter assim um “apagão” à vista, não é uma hipótese que corresponde à análise efetiva. Se nós olharmos direito, o sistema elétrico brasileiro é um sistema hídrico térmico. 85% mais ou menos da oferta de energia elétrica brasileira vem da hidroeletricidade, mas esse sistema articulado de hidroelétrica e termoelétrica é tal que quando chega nos períodos de seca, normalmente nós temos que ajudar os reservatórios despachando as térmicas. Então isso não é uma coisa excepcional, isso é da normalidade do sistema brasileiro. O grave seria se na hora de entrar as térmicas, primeiro, ou ela não entrasse por alguma razão ou não pudesse entrar porque não tinha gás. Essa que é a questão. Aí seria uma crise sim. O que nós estamos enfrentando hoje é que a quantidade dos reservatórios brasileiros, hoje, tem aproximadamente 50% de nível de reservatório. Quando chegou em 2001, onde houve o “apagão”, nós estávamos a 20%. Significa que nós estamos hoje com 30% a mais do que estávamos em 2001, quando houve o “apagão”, quer dizer, o “apagão” não está no horizonte da nossa análise hoje.

Agora quando entra as termoelétricas e agora as termoelétricas estão entrando para ajudar os nossos reservatórios, faz com o que certos contratos ou certo fornecimento flexível, que deveria ser feito em certos setores de gás do Brasil, fiquem deficientes, como foi o caso que aconteceu agora com o Rio e São Paulo. A Petrobrás tinha com o Rio de Janeiro, especialmente, um contrato firme de cinco milhões de metros cúbicos/dia. Como não estava em ação as termoelétricas, esse fornecimento chegou a sete, sete e meio milhões/dia. Quando recebeu ordem para despachar as térmicas, teve que se retirar os dois, dois e meio milhões, para botar nas térmicas, e isso fez com que o fornecimento digamos assim ao varejo tenha dado muitos problemas, mas esse fornecimento a varejo não estava nos contratos. Na verdade o contrato firme que existia no

Rio de Janeiro, que era de cinco milhões de metros cúbicos, continua sendo feito, não houve problema em nenhum instante. A decisão da justiça foi para retomar e está sendo retomado. Então o que eu quero dizer é que essas dificuldades decorrem do fato de nós não termos ainda uma auto-suficiência em gás, nós enfrentamos esse problema, mas estamos enfrentando, digamos assim, administrando isso com muita clareza, com muita tranquilidade e sem perspectiva de que corre o risco de termos um grave problema, um “apagão”. Os caminhos a tomar são esses quatro que eu tenho colocado aqui: aumento da produção interna de gás, que é o que nós estamos pretendendo; a importação de gás natural, de GNL, importação nós estamos pretendendo também, tudo isso é coisa que vai acontecer dentro de um ano e meio, dois anos no máximo, vamos talvez importar aqui uma quantidade significativa; incrementar a importação de gás da Bolívia.

Eu quero dizer aos senhores aqui que acompanhei de perto a própria posição do Governo Federal e do Presidente Lula com relação a essa chamada “Crise da Bolívia”, penso eu que o Presidente Lula orientou o setor do petróleo nesse terreno de forma muito lúcida, muito clara, muito tranqüila, chamar a atenção de que a Bolívia é um país pobre, um país pequeno, que precisava vender o seu gás em condições melhores, e que nós do Brasil éramos um país grande, mas que tínhamos necessidade do gás da Bolívia. Nós não podíamos ter uma ruptura com a Bolívia, criar uma situação que não permitia uma readaptação das nossas relações. O que foi feito recentemente foi justamente que o Governo Federal encaminhou à Bolívia o Presidente da Petrobrás para retomar as negociações para aumentar a importação do gás da Bolívia, o que está sendo feito, e o que só poderá ser feito no caso da Bolívia se a Petrobrás também fizer investimentos, posto que a Bolívia não tem recursos para tanto.

Bom, aqui só uma notícia sobre a questão do álcool e do biodiesel. O álcool é uma realidade assim nova extremamente alvissareira, eu não pude desenvolver muito esse aspecto aqui, mas é um aspecto que todos os senhores estão acompanhando, como isso tem criado um clima de certa polêmica no mundo, se o Brasil, na medida em que for um grande produtor de álcool, e isso será em detrimento da nossa produção de gêneros alimentícios, a nossa opinião é que não é, nós estamos indo muito bem nesse terreno, a nossa perspectiva é muito segura, muito clara. Na questão do biodiesel então, nós estamos firmes. Hoje, no dia de hoje, nós estamos realizando lá na ANP um leilão que agora a pouco, um pouco antes de entrar aqui, chamado pelo Presidente Marconi, eu telefonei para a ANP para saber como estava o leilão da ANP, e o

leilão está indo muito bem: nós começamos a comprar por R\$ 2,40 o preço do biodiesel. Havia, anteontem, uma pressão muito grande de fornecedores de que esse preço estava muito baixo, que isso ia dar um problema muito sério, nós entramos em contato até com o Ministro, falamos: “olha, o pessoal está gritando”, examinamos as planilhas de custo do biodiesel pela rota da soja, pela rota da mamona, pela rota do peão manso(F) e etc., pela rota de outros produtos, e achamos que estava adequado. O que aconteceu é que as notícias que estão chegando aqui agora, até agora foram vendidos três ou quatro lotes a R\$ 1,90 e está abaixando para R\$ 1,86, R\$ 1,85, ou seja, não está chegando sequer ao nível de R\$ 2,40, o que mostra, que eu estou querendo chamar a atenção, que a nossa ascendência em biodiesel é muito firme, muito significativa, é uma vitória muito grande. Eu vi outro dia alguém dizer aí pelo jornal que o programa de biodiesel do Brasil está se revelando um problema ruim ou com muitos problemas. Não é verdade. Nós tínhamos a pouco tempo atrás no Brasil zero Usinas de biodiesel, porque não tinha essa história de biodiesel. Hoje nós temos quarenta e duas usinas de biodiesel registradas na ANP. Coincidentemente, Senador Delcídio, nós tínhamos quarenta e duas usinas com processos de regulamentação na ANP. Então nós vamos ter num prazo curto algo em torno de oitenta, oitenta e tantas usinas de biodiesel, criando uma situação nova do Brasil, o que garantirá que no início do ano de 2008, ou seja, dentro de pouco tempo, nós vamos implantar o B-2 no Brasil, a própria Agência está se preparando com orientações muito específicas dada pelo próprio Presidente da República no sentido de que vocês não fiquem digamos assim vacilando nessa questão da fiscalização. A partir de janeiro de 2008 todo diesel que se vender no Brasil será B-2. Muito obrigado, Presidente, desculpe um atrasosinho um pouquinho maior.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, ao Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu cheguei aqui agora, hoje eu estive enrolado o tempo todo com essa questão da CPMF, mas eu não poderia deixar de vir aqui sabendo que o Dr. Haroldo Lima estaria aqui, até porque tive uma conversa com ele essa semana e eu gostaria que ele me desse uma informação antes que eu me desloque para a CCJ, onde prossegue a novela da CPMF.

Deputado Haroldo Lima, eu liguei para o senhor essa semana para fazer uma denúncia de que em Mato Grosso do Sul a fiscalização da qualidade dos combustí-

veis está suspensa – preste atenção, Senador Delcídio, que isso daqui é um assunto da nossa província – já há várias semanas e pedi urgentes providências nesse sentido, porque houve uma rescisão do contrato, pois a Universidade Federal que venceu a licitação, através do laboratório LABCOM, que é controlado por ela, foi desclassificada por uma irregularidade sanável, e eu queria saber do resultado dessa denúncia que eu fiz, já que o Estado não pode ficar sem fiscalização. É só essa informação que eu queria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência registra com prazer as presenças dos ilustres Deputados Federais Edmilson Valentim, Daniel Almeida, Osmar Júnior e Vanessa Grazziotin. Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral para que ele possa fazer aqui a sua arguição.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, pela ordem, eu pediria a V. Ex^a. se já completou a lista de votação e se a gente poderia fazer concomitante --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Há um procedimento aqui que eu vou anunciar, nobre Senador. A presidência declara aberto o processo de votação. Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, meu caro Haroldo Lima, Diretor da Agência Nacional de Petróleo. Primeiro quero dizer a V. Ex^a. que V. Ex^a. é um homem fluente, um homem inteligente, sempre militou nessa área, sempre teve um papel parlamentar importantíssimo, principalmente nas questões ligadas a energia de um modo geral, petróleo, gás, energia elétrica. Primeiro eu acompanhei a exposição de V. S^a., uma exposição completa, ampla, mostrando o domínio que você tem, principalmente hoje das atividades à frente da Agência Nacional de Petróleo. Eu quero registrar aqui que inegavelmente o setor de petróleo cresceu muito, os números demonstram o acréscimo de produção, a situação que o país se encontra hoje com uma produção próxima de um milhão e novecentos mil barris, o que foi arrecadado em royalties, o que foi arrecadado em participações especiais, de certa maneira cobrando mais por aqueles campos mais produtivos. É inegável isso, a sua apresentação é muito clara nesse sentido. Acho que grande parte aí desse crescimento da produção, mesmo com todo o trabalho que a Petrobrás sempre desempenhou ao longo da sua história, mas houve uma agregação de outras empresas e conseqüentemente isso ajuda o Brasil, inegavelmente. Achei muito importante as observações sobre a modelagem que está vigendo hoje, que é um perfil muito parecido com

o de países que não tenham uma grande produção de óleo, as outras alternativas que foram citadas e que o Governo também estuda, que é o compartilhamento, que é uma retirada daquele conceito da empresa dona do produto, e essa modalidade tem sido exercida em outros países e países que têm aí produções maiores, aí foram citados vários países.

Acho que é natural essa preocupação do Governo com essas novas perspectivas que se abrem, especialmente com relação a Tupi, entendo que há um otimismo, basta ver aqui nos postos que já foram testados, e dentro da proporção usualmente adotada na indústria do petróleo nós estamos diante de um potencial grande e com um óleo leve, com um API muito atrativo para o país, pois nós tiramos óleo pesado, principalmente do fundo do mar, e essas perspectivas também são muito alvissareiras. Evidente que nós não vamos conseguir isso da noite para o dia porque são sete mil metros aproximadamente de profundidade, e como você disse muito bem aqui, nós vamos vir num processo evolutivo, mas potencialmente é inegável que nós estamos diante aí de uma área com grande futuro em termos de produção de óleo no Brasil e eu entendo sob o ponto de vista de interesse nacional a decisão do Governo dentro da Lei 9.478, é importante registrar isso e foi muito bem lembrado aqui, o inciso I, que faculta ao Governo brasileiro eventualmente alterar aquele portfólio apresentado de blocos a serem leiloados. Então eu acho que esse ponto, ele é muito importante, ou seja, não foi um ato arbitrário ou ilegal, através da decisão do Conselho Nacional de Política Energética ele foi absolutamente lastreado naquilo que a lei determina.

Eu pude acompanhar atentamente toda a exposição, as ponderações que você fez, fruto da sua experiência e do trabalho que tem desenvolvido à frente da ANP. Eu não vou aqui falar sobre álcool e biodiesel também para não me estender muito, mas eu queria me concentrar nessa questão do gás, Haroldo. Eu acho que é importante para esse momento que o Brasil enfrenta. A primeira pergunta que eu queria fazer é como na visão da ANP, Haroldo, como que vocês vêem, como que os principais players aí do mercado de petróleo, porque rodada é igual Fórmula 1, tem um circo que o ano inteiro as empresas cumprem, tem toda uma agenda, cada empresa estuda, investe, se prepara, gasta dinheiro, gasta tempo, então essas rodadas, elas são fundamentais e fazem parte desse circo do petróleo pelo mundo. Então a minha primeira pergunta, a despeito de uma exposição absolutamente clara e com a fluência que você tem sobre a decisão do Conselho Nacional de Política Energética, eu gostaria de ouvir um pouco mais sobre a reação das demais empresas que

estavam inscritas para participar dessa nona rodada, quer dizer, como que é elas vêem essa decisão, uma vez que elas se prepararam para isso? Esse bloco não é uma novidade, meu caro Presidente Senador Perillo, ele já tinha sido listado pela Agência Nacional de Petróleo entre os blocos que estariam sob leilão, então a primeira reação e o que é que representa, em termos de mercado internacional, essa decisão, como é que a ANP enxerga isso? É importante também: como que a ANP enxerga, em função dela ter colocado da nona rodada esses blocos que foram retirados, se a ANP fica numa situação confortável em função dessa decisão, mais uma vez, legal, do Governo brasileiro através do Conselho Nacional de Política Energética.

Então a primeira preocupação é com relação ao impacto e ao sucesso das próximas rodadas, porque está muito bem apresentado aqui, Haroldo, que as rodadas agregaram valores e foram importantes para o país, inegavelmente. Essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta é com relação ao gás natural. Você também colocou com muita veemência e com muita clareza a questão dos contratos que já existiam, que já vigiam, e aquela folga, aquele *plus*, aquilo seria um gás, em tese, interruptível, ou seja, o consumidor poderia contar com esse gás ou não. Existe um contrato pré-estabelecido e existe talvez, eu não sei se essa é a figura mais adequada, de um gás interruptível --

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Flexível.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): --Flexível, que evidentemente a Petrobrás poderia utilizar a seu bel-prazer. Bom, então qual é a pergunta que eu gostaria de fazer? Você já colocou isso assim de uma maneira bem ampla, bem assim geral, e qual é a minha leitura hoje clara? Aqueles projetos que realmente ... e o gás corre muito junto com energia elétrica, existem países no mundo que o gás e a energia elétrica encaminham numa mesma Agência. Não é o caso do Brasil porque o Brasil, como você bem mostrou aí, têm um percentual de energia renovável considerável se a gente comparar com qualquer outro país. Agora aí é que cabe a minha pergunta, Haroldo. Os grandes projetos nacionais, principalmente de geração de energia com base hídrica, esses projetos nacionais vão demorar, eles não vão ser para agora, eles vão ser, por exemplo, talvez o Madeira, o Belo Monte, é coisa para 2014 talvez, 2015, porque são projetos complexos numa energia complexa, com uma série de interferências, não só impactos ambientais, mas também inclusive impactos sobre terras indígenas, então não é uma coisa simples de a gente tratar, e também no caso do Rio Madeira não é um projeto ... é um projeto com usinas-bulbo, ou seja, com uma tecnologia ... máquinas

de 70 megawatts, são poucas as máquinas-bulbo no mundo operando em 70 megawatts. Você pode falar: “não, mas isso tudo é a mesma coisa”. Não, não é. Às vezes você muda um projeto de uma usina, até um comando de abertura e fechamento da água que vai ser turbinada, altera o desempenho da máquina. Então existem esses componentes. Aqueles projetos de energia renovável, os grandes vão ficar para depois. As outras formas de energia renovável ainda vão ter uma participação marginal na matriz energética, quer dizer, é um discurso bonito, é uma maravilha falar no futuro, por exemplo, a energia eólica, a Alemanha tem sei lá eu, quinze mil, dezesseis mil megawatts de energia eólica, a Espanha tem uns onze mil, mas ainda está engatinhando no Brasil com uma série de dificuldades também, até de fornecimento.

Então a minha pergunta, Haroldo, é o seguinte: a solução para não faltar energia no Brasil é termoelectricidade, não tem outra saída. Não ainda tapar o sol com a peneira, não vai acontecer nada de diferente, a não ser a complementação através de usinas térmicas, e o papel do gás natural, se a gente for avaliar no custo marginal de geração crescente, primeiro vem hidráulica, depois quando entra na termoeletrica o primeiro é o gás, que é o mais barato, o mais competitivo, depois vem o óleo que já é mais caro e ambientalmente é uma solução já pior do que o gás, e depois vem o carvão, que têm hoje grandes usinas aí que se projetam com precipitadores eletrostáticos, lavadores de gás, por causa dos impactos ambientais e até o perfil do carvão nacional. E o último são usina nucleares, que é o caso de Angra III que você citou muito bem aí. Então a saída é gás natural. Então eu queria, Haroldo, ouvir um pouco mais, um detalhadamente, um balanço melhor dos volumes de gás para ver como é que nós vamos atender a essa demanda, porque não tem saída, e o Brasil precisa de complementação térmica exatamente para compensar essas hidrologias desfavoráveis onde a geração térmica tem um papel importante. Então é um detalhadamente maior: quanto que vai entrar de GNL? Qual é o potencial, por exemplo, da Bolívia? A Bolívia hoje eu acho que produz uns quarenta milhões de metros cúbicos/dia, vinte e oito ou trinta vem para o Brasil, seis são para o consumo interno e eu acho que quatro estão indo para a Argentina. Qual é o consumo? Eu me lembro bem das obras de ampliação do gasoduto Bolívia/Brasil, com as estações de compressão já poderíamos chegar a trinta e quatro milhões de metros cúbicos/dia. Será que nós conseguimos subir para trinta e quatro? Agora evidentemente, como que você bem disse e ressaltou, investindo em produção de gás, porque a Bolívia não tem condições de fazer isso.

Então como que vai ser esse balanço de gás natural para atender o despacho dessas usinas que irreversivelmente, Presidente Marconi Perillo, nós vamos ter que contar, não tem outra saída. Nós temos que ter geração termoeletrica, não tem jeito, senão vai faltar energia mesmo em 2009 e 2010. Então são essas as perguntas que eu queria fazer a você, Haroldo, ouvir um pouco você sobre essa questão das Agências reguladoras, nós fizemos várias audiências tratando de regulação e sempre houve uma preocupação muito grande com a força das Agências reguladoras, com contingenciamento, com autonomia, as suas preocupações como Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, e, por último, mais uma vez te parabenizar pela exposição, pelo trabalho que tem desenvolvido e, com certeza, você terá aí nos próximos anos novos desafios, principalmente em função dessas novas descobertas e aquilo tudo que o Brasil vai desenvolver ao longo dos próximos anos. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência e pelo tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece a manifestação e os questionamentos do Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente da Comissão. Declaro encerrado o processo de votação e convido os Senadores César Borges, ex-Governador da Bahia, ilustre contrerrâneo do sabatinado, além do Senador Delcídio Amaral, para servirem como escrutinadores.

Eu tenho algumas perguntas como Presidente da Comissão, passo a fazê-las nesse momento. Senhor sabatinado, ex-Deputado Haroldo Lima. Considerando a interface gás e energia elétrica, na opinião do senhor o que se deve fazer para se evitar que o gás natural seja considerado subsequente do setor elétrico e como disciplinar essa relação para que não haja prejuízo no sadio desenvolvimento da indústria gasífera nacional? Analistas do setor estimam que, em razão da falta de infra-estrutura, gasoduto e seus ramais, o percentual de gás retirado dos poços e não aproveitado subiu para 30,34%, até maio, enquanto a taxa para o mesmo período de 2006 estava em 27,93%, época em que foram reinjetados 13,46 milhões de metros cúbicos, alguns acham que queimados, o equivalente a trezentos vinte e quatro milhões de dólares. Atribuí-se a esse desperdício à falta de planejamento, que apesar do potencial de reservas de gás no país, não se empenhou na construção de um gasoduto de grande porte, exclusivamente nacional, e aí eu quero puxar a sardinha para a brasa do Senador Delcídio, para a minha brasa, pois o gasoduto do Centro-Oeste já deveria ter sido construído nos mesmos moldes do Gasbol. O que a ANP poderia fazer para conter esse desperdício enquanto Agência reguladora? A participação das ter-

moelétricas, o Senador Delcídio discorreu muito bem sobre isso, no PAC gerador do país vem crescendo nos últimos dez anos, saltando de 4,1 em 1996, ou seja, 7% da capacidade instalada, para dezesseis gigawatt com as unidades a gás natural, correspondendo a quase 60% da capacidade térmica. A expansão da geração termoeletrica, porém, esbarra na garantia de suprimento de gás natural.

Em 2008, de acordo com o cenário traçado pelo Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, o CBIE, somente 35 % da geração a gás poderá ser despachada, e somente em 2009, com o início das importações de GNL, o Gás Natural Liquefeito, será possível aumentar o despacho para 50%. Mesmo em 2011, com plena oferta de gás, as usinas termoeletricas a gás ainda sofrerão uma restrição de 25% de sua capacidade de geração. O que a Agência Nacional de Petróleo pode fazer a esse respeito ou já está fazendo do ponto de vista de planejamento estratégico? Para tentar contornar a falta de gás natural para as termoeletricas, umas das alternativas em estudo parece ser a de um contrato chamado “firme e flexível”. O modelo prevê a substituição das indústrias do gás por combustíveis alternativos como o óleo combustível durante o período da seca, quando o gás vai para as térmicas. A Petrobrás arcaria com os custos da substituição. Como a Agência avalia essa possibilidade?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Seria o “firme e flex”. Um instante. Com a suspensão da oitava rodada os investidores já sofreram um grande desconforto. Até que ponto a retirada desses quarenta e um blocos da nona rodada, que tão bem assentado por V. S^a., representam uma tentativa de Governo de rever o modelo do marco regulatório vigente e substituir o modelo de concessão da área? Além da frustração imediata com fato de não poderem investir nas áreas mais valiosas dos países, as multinacionais do setor temem que o mercado se feche por causa da insatisfação do Governo com as exportações de petróleo. É justificável esse temor? É mais ou menos a mesma pergunta que o Vice-Presidente, Senador Delcídio Amaral, acabou de fazer. Como otimizar o dimensionamento dos projetos de infra-estrutura dutoviária de gás natural a partir da consideração de termoeletricas a gás natural que nem sempre são despachadas? E, por último, há uma decepção crescente com a tendência de nossa matriz energética tornar-se progressivamente menos limpa e mais cara. No último leilão foi contratado um grande montante de energia térmica no Ambiente da Contratação Regulada – ACR. O que a Agência poderia fazer para que novos leilões

contratem mais energia hidroelétrica e menos energia de fontes renováveis como biomassa, eólica, solar e etc.? A ANP cogita de elevar o preço mínimo? São às perguntas que essa presidência faz. Com a palavra, pela ordem, o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, é no sentido de também arguir o nosso sabatinado, Deputado Haroldo Lima, Presidente da Agência Nacional do Petróleo, em uma questão que eu considero relevante, *an passan* o Senador Delcídio Amaral já tratou da questão porque nos debates dos marcos regulatórios deu muita ênfase a esse aspecto, que é o problema do contingenciamento de recursos das Agências, especialmente aqui no caso da ANP, em função da necessidade absoluta de nós ampliarmos os estudos e as perfurações no Brasil. Nós temos uma fronteira enorme ali com a Venezuela, ali com a Bolívia, então você tem gás, tem petróleo. Claro que a situação pode levar a não existir no nosso território, mas aquela fronteira tem muita abundância de gás, de petróleo, então por que não investirmos com mais força, com mais vigor? No caso do meu Estado, o Ceará, Deputado Haroldo Lima, o Ceará tem muitos ventos, então nós estamos querendo fazer um grande investimento na produção de energia eólica, e no preço que vai o barril do petróleo, daqui a pouco fica mais barato produzir energia eólica. Mas ali se tem uma grande plataforma, essa plataforma já mostrou que você tem petróleo e você tem gás, mas é preciso um esforço e uma compreensão me parece do Governo brasileiro para descontingenciar recursos de Agências especialmente na área de energia. Seria um absurdo nós contingenciarmos, mantermos o contingenciamento, quando estamos precisando ampliar a oferta de energia em todos os setores.

Então eu considero isso muito importante e gostaria da opinião de V. Ex^a. O outro aspecto é um trabalho que a ANP tem feito no sentido de abrir esse espectro da produção de petróleo também para pequenos investidores que normalmente não ousavam sequer pensar em entrar nessa área. Me parece que a ANP fez um estudo e já promoveu até leilões para pequenos investidores. Eu acho que esse é um aspecto importante, se V. Ex^a. pudesse, eu gostaria que desse uma opinião a respeito desses aspectos que eu considero muito importante e relevantes, e ao mesmo tempo eu quero agradecer a presteza do Presidente Marconi Perillo em realizar essa sessão para fazer a sabatina da indicação do Diretor da ANP num prazo rápido para que a gente pudesse já levá-lo ao plenário e resolver essa questão da Agência nacional do petróleo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece aos Senadores Delcídio Amaral e César Borges pelo trabalho de escrutinação e, finda a apuração, proclamo o seguinte resultado: o Dr. Haroldo Borges Rodrigues Lima obteve vinte votos sim à sua recondução ao cargo de Diretor da ANP nessa Comissão, dois votos não e nenhuma abstenção, num total de vinte e dois votantes (*aplausos*). A matéria irá imediatamente à Secretaria Geral da Mesa para as providências de praxe. Concedo a palavra ao ilustre ex-Governador César Borges.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, meu caro Senador César Borges, duas coisas só, eu não quero atrapalhar a fala do nosso querido Senador César Borges, mas, Haroldo, duas coisas que eu queria só ressaltar que eu não ressaltai, foi um ato falho meu.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Delcídio, eu convidaria V. Ex^a. a assumir aqui a presidência e, logo após, eu retornarei, aí V. Ex^a. faz a pergunta da presidência.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Está bom.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só queria fazer, Senador César Borges, duas considerações que eu acabei esquecendo, vou ser muito rápido. Primeiro, Haroldo, te dar os parabéns. Mais uma vez eu tenho certeza absoluta que você vai continuar fazendo esse grande trabalho, não só pelo setor de petróleo, gás, biocombustível, mas pelo Brasil acima de tudo. Duas coisas importantes que você registrou: os campos marginais como incentivo a empresas pequenas, brasileiras, empresas médias, que nós temos que criar essas condições para fazer com que esses campos venham a ser explorados por empresa privadas, pequenas, para criar essa tecnologia, esse know-how, como é feito, você disse muito bem, em vários países do mundo. A segunda coisa é que eu vou puxar a brasa para a minha sardinha aqui, eu esqueci de perguntar, aliás, era uma pergunta fundamental, se existem estudos geológicos nas Bacias do Pantanal e do Parecis, lá no Centro-Oeste, no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, se há algum sinal de gás natural naquela região? Então eu queria fazer essa pergunta e depois acabei me enrolando, mas passo a palavra para o nosso querido Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente Senador Delcídio Amaral, que através das suas intervenções na verdade não só quase esgotou o assunto como nos deu uma verdadeira aula de conhecimento do setor energético, como disse o Senador Inácio Arruda sobrou muito pouco para nós outros. Eu

quero inicialmente parabenizar o Dr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, parlamentar do Congresso Nacional durante muitos anos e agora contribuindo com o Governo Federal, dizer da satisfação de vê-lo aqui conduzindo com uma votação expressiva reconduzido à presidência da ANP, é um baiano e sempre é muito bom ter um conterrâneo, um baiano, espero que outros possam vir e contribuir porque a Bahia merece, Sr. Presidente, e sempre um baiano é bom, ele tem que olhar primeiro a Bahia, então eu não poderia deixar de me dirigir, inicialmente logo perguntando ao nosso Haroldo sobre a Bahia e o abastecimento de gás no nosso Estado que nós sabemos que é deficitário. Então a Bahia precisa de mais gás para o seu desenvolvimento industrial. Eu acho que o Governo do Estado sempre se preocupou com isso, apesar do Campo de Manati, que já fornece gás para a Petrobrás e para as outras atividades, temos uma carência ainda grande, energética, com relação a essa matriz que é o gás. Aí eu vou para a segunda pergunta que é uma consequência direta: a política de gasoduto. Eu não estou vendo o país avançando pelo mesmo ritmo necessário para fazer a interligação nacional e as regiões que nós temos desabastecidas ainda de gás, que poderiam estarem interligadas. Aí eu cito o exemplo do Gás "N", que é tão esperado para fazer a ligação dos campos do Rio de Janeiro com a Bahia e conseqüentemente da Bahia já está ligado no Ceará e aí vem também o gasoduto do Ceará para o Maranhão e para o Piauí, temos também o gasoduto que passa por Brasília, vindo do gasoduto Bolívia/Brasil, tudo isso, Dr. Haroldo, o senhor sabe que lamentavelmente não tem andado no ritmo que o país precisa, porque já que nós estamos falando de carência energética, temos um país que queremos que cresça não a 4,5%, queremos que cresça a 6%, 7%, e essa infra-estrutura energética é essencial, é imprescindível. Entretanto, estamos vivendo um momento onde lamentavelmente São Pedro, que tinha sido tão generoso com o Presidente Lula, esse ano andou se zangando um pouco e já baixou o nível dos reservatórios aí para 50%.

Então tivemos um problemzinho, segundo o Presidente, eu não vou usar esse termo, mas ele usou, um problemzinho de desabastecimento de gás no Rio de Janeiro. Isso trouxe uma preocupação a setores industriais que acreditaram no Governo brasileiro, e veja bem, eu não estou falando de ... eu estou falando Governo de um modo geral, quando mudaram a sua matriz óleo ou elétrica ou hidroelétrica, mudaram para a matriz gás. Então, por exemplo, indústria cerâmica ficou extremamente preocupada, reduzindo produção, desemprego. Isso é preciso não só que possamos verificar o abastecimento do gás, mas dos

transporte do gás. Então os gasodutos são essenciais para que o país seja interligado, e aí eu iria para mais uma questão: o Presidente Lula deu uma entrevista no “Café com o Presidente” e colocou que em primeiro lugar gás para termoeletricas. O Senador Delcídio colocou muito bem, depois da hidráulica é a termogás, é a saída para não termos qualquer tipo de “apagão”, se São Pedro continuar ainda olhando um pouco para nós com um pouco de modéstia, sem mandar a chuva necessária. Em segundo lugar, o próprio Presidente relata que são as necessidades da Petrobrás, ou seja, atender as próprias necessidades, porque a estatal precisa reinjetar gás nos postos para tirar petróleo. Em terceiro lugar, as indústrias, os carros, para quem quiser. Aí veja bem, Dr. Haroldo: os nossos taxistas no Brasil inteiro acreditaram, investiram, são pessoas que vivem desse mister de transportar pessoas em nossas capitais; os nossos industriais que investiram maciçamente para mudar a sua matriz. Há uma Lei do Gás que lamentavelmente não tem andado. O Senador Delcídio conhece muito bem, V. S^a. deve conhecer também muito bem, o Senador Rodolfo Tourinho aprovou aqui, foi para a Câmara, lá já foi arquivada a do Senador Rodolfo Tourinho, já tem uma nova lei, a Petrobrás pensa de uma forma, essa questão da concessão ou da permissão dos gasodutos, do direito de passagem, tudo isso ainda está para ser resolvido. Então o que é que acontece? Nós não temos ainda sequer uma disciplina exata com relação à Lei do Gás do país, e eu fico a me perguntar: aqueles que acreditaram nessas matrizes vão voltar a que? Matriz óleo, alguns podem, outros não. Vão fechar as suas indústrias?

Então, Senador Delcídio, são preocupações que nós só temos uma porta a bater: é a Petrobrás, é o Governo, é a ANP; nós não temos outra porta a bater. Não vai daí uma crítica, mas vai aí um questionamento, porque essa angústia eu acho que hoje é uma angústia de milhares, de milhões de brasileiros com relação às prioridades do uso do gás. Na Lei do Gás foi aprovado, aqui na Comissão eu acho de Infra-Estrutura, de que prioridade absoluta é termoeletrica. Então não há segurança para ninguém, e o pior que pode existir em qualquer economia, em qualquer setor, é insegurança. E insegurança de suprimentos, assim como insegurança jurídica, tudo isso traz desestímulo. Então são essas as preocupações que eu queria pautar nesse momento para consideração do Dr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, e solicitar a ele que, se possível, concentre seus esforços para que a Bahia possa ser auto-suficiente, se não seja abastecida plenamente em suas necessidades de gás, porque a Bahia Gás, que é uma empresa inclusive estatal, eu fui Governador, investimos na Bahia Gás, ela tem vários projetos de gasodutos,

foram alguns executados para Feira de Santana, uma rede de postos de distribuição de GNV dentro da cidade de Salvador, e que de uma hora para outra essa preocupação vem trazer inquietação a essa população. De qualquer forma, quero parabenizar o seu trabalho e dizer que conte com um baiano para que nós possamos ajudar a resolver o problema do país e na Bahia ajudar a resolver essas questões de abastecimento. Muito obrigado, Senador Delcídio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado ao Senador César Borges. O Senador Augusto Botelho gostaria de --

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu só gostaria de reafirmar a minha confiança no Dr. Haroldo Borges pelo seu nacionalismo e pela sua capacidade de trabalhar na ANP. Ele já está há bastante tempo lá e nós temos certeza que ele vai trabalhar pelo Brasil todo. Vou puxar o assunto para o meu lado, do nosso gasoduto lá do Chaves, que o pessoal fica gozando aqui, mas para o meu Estado é fundamental que o gás entre por lá, e eu acho que para o Brasil também, porque a Venezuela é um dos países que tem o maior reservatório de gás também. Claro que é muito caro, tem problemas é lógico e tudo, mas se a gente acompanhar a estrada, a gente chega com ele aqui no Brasil praticamente. Pouca floresta vai ser alterada, mas é melhor alterar a floresta, em pequena escala, do que ficar queimando óleo combustível, queimando diesel e provocando muito mais poluição do que a gasoduto vai fazer numa floresta para trazer o gás, que é menos poluente do que o diesel.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado ao Senador Augusto Botelho. Eu passo a palavra agora para o nosso Presidente Haroldo Lima.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu manifesto o meu entusiasmo em observar o nível das colocações feitas por V. Ex^{as}., que mostra que o Senado da República, através da Comissão de Infra-Estrutura, está acompanhando atentamente a evolução das questões relativas a petróleo, a gás natural, aos gasodutos, aos campos marginais, o que é confortante para nós. Eu também anotei uma quantidade grande de questões, eu não sei se vou ter tempo e nem condições de examinar uma por uma. Uma coisa que me ocorre assim, Presidente, de saída, é que o Presidente Perillo, que estava a pouco presidindo essa sessão, ele leu um texto com umas três ou quatro páginas em que examinava diversas questões. Eu sugeria que esse texto fosse passado para a ANP e nós teríamos o prazer de examiná-lo minuciosamente e mandar uma resposta por escrito aos senhores aqui, como também se nós tivermos aces-

so e poderemos ter essas gravações, nós poderemos examinar melhor muito dessas questões, pois eu não vou poder agora tocar em todos os aspectos.

Me ocorre assim em dizer, Senador Delcídio, algumas questões levantadas por V. Ex^a. Primeiro que eu anotei aqui, face a exclusão dos quarenta e um blocos da nona rodada, V. Ex^a. Pergunta: como foi a reação das empresas inscritas na nona rodada? Chegou a perguntar: nós ficamos numa situação confortável com a retirada desses blocos? Eu diria a V. Ex^a. que pessoalmente eu fiquei em situação confortável, eu e todos os que participaram disso achamos o seguinte: nós agimos rigorosamente dentro da legislação. Não há nada fora da Lei 9.478, nada fora do que prevê o edital que está em apreciação pública, convocando a nona rodada, e acatamos, como ANP a deliberação unânime do Conselheiro Nacional de Política Energética, que por sua vez acatou a orientação e a opinião do Presidente Lula a respeito do assunto. Eu creio que o problema de fundo é um pouco esse, quer dizer, na verdade não caberia a nós, como brasileiros, e não caberia ao chefe do Executivo permanecer, digamos assim, imóvel, diante de uma descoberta tão grande, tão expressiva, ainda que estivesse às vésperas de um leilão. Nós estávamos às vésperas de um leilão, descobrimos uma coisa de alta expressão para o nosso país, e dentro da legislação existente, sem criar nenhuma ruptura e sem criar nenhuma ameaça nem a contratos passados, nem aos contratos futuros, nós tomamos uma deliberação que é muito cauteloso, porque se olharmos em profundidade, nós excluimos os blocos para exame posterior sobre o que vamos fazer neles. Nós não excluimos os blocos para que sejam explorados por A ou B e nem dessa ou daquela forma, mas excluimos os blocos para que o MME promova um estudo sobre a forma pela qual nós vamos aproveitar aqueles blocos, especialmente para os interesses brasileiros. Então eu acho que foi muito importante, algo que se fez foi uma coisa como medida equilibrada.

Eu acho que da reação que nós tivemos, na verdade aqueles quarenta e um blocos, eles seriam objeto de licitação particularmente pelas mega empresas que existem no mundo, entre as quais está a nossa Petrobrás. Essas mega empresas, naturalmente, ficavam observando que perderam essa oportunidade, aquela oportunidade. Mas, como eu falei ainda a pouco, a nona rodada vai se realizar com duzentos e setenta e um blocos, entre os quais temos muitos blocos importantes, de alto potencial também, e as demais empresas, mesmo as grandes e algumas médias e pequenas, não estavam inscritas para esses quarenta e um blocos. Quando houve a discussão a respeito do assunto eu me lembrei e informei ao próprio Conselho

Nacional de Política Energética, até o meu papel, eu não sou membro efetivo, eu sou observador na reunião do Conselho Nacional de Política Energética, eu informei a eles: “olha, na nona rodada tem muita gente interessada em participar, muito Estado, tipo Estados da Paraíba, com a famosa Souza, a cidade de Souza, esse pessoal tem lá manifestações gasíferas visíveis, estão muito interessados que o leilão se realize. Então, por conseguinte, nós temos que realizar os leilões sem protelar”. A hipótese de protelar a nona rodada não foi apreciada porque achava-se isso, nós temos que realizar a nona rodada no que ela atinge a outros blocos que não aqueles. Então eu achei que foi positivo.

Devo dizer também, Senador Delcídio, eu esqueci aliás de fazer menção e alguns dos senhores observaram isso, de que a oitava rodada que foi suspensa, essa sim por decisão judicial, essa por decisão judicial hoje já está inteiramente liberada, quer dizer, a oitava rodada foi suspensa porque nós introduzimos um determinado critério de limitação de ofertas vitoriosas e que considerou-se, judicialmente, que aquilo prejudicava empresas. Em decorrência houve duas liminares expedidas no Rio de Janeiro e expedidas aqui em Brasília. Nós recorremos para o Supremo Tribunal Federal e a Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Ellen Gracie, deu dois pareceres que eu considero assim muito felizes, onde ela expõe de forma desenvolvida que o setor do petróleo é um setor estratégico, que da observação que ela fez ninguém ali exorbitou em suas funções, que cabe à ANP sim estabelecer quais são os critérios para se fazer ofertas e etc., está dentro da legislação que é da alçada da ANP fazer, e, por conseguinte, o que eu quero aqui chamar a atenção, é que ela foi pronta na decisão de que as liminares que suspendiam a oitava rodada deveriam ser canceladas, e me chamou muito a atenção na frase final que ela diz no seu parecer: “comunique-se e publique-se com urgência essa decisão”. Essa expressão “com urgência” era a expressão de alguém como brasileiro que estava olhando que aquilo era um prejuízo para a Nação, o fato da oitava rodada ter sido suspensa. Então o que nós temos que considerar agora é que diante da Resolução nº 06 do CNPE, que determinou que a ANP realizasse a nona rodada como estava previsto no dia certo, retirando os quarenta e um blocos, depois disso a Resolução nº 06 também determinou que a ANP tomasse as providências para realizar agora a oitava rodada que já está sem nenhum tipo de limitação jurídica. Então aí é que vem um pouco a pergunta também feita pelo Senador Delcídio, essa questão do gás, porque a oitava rodada, assim como a sétima, ela foi programada num contexto da chamada “Crise do Gás”, e o CNPE, o Presidente e tudo,

de agora por diante, na sétima e particularmente na oitava, programe a ANP, programe uma rodada cujo o foco seja a busca de gás. É nesse processo que ela foi suspensa. Então houve um certo prejuízo, nós nos atrasamos em mais de um ano no Brasil em termos feito um tipo de processo que em geral dura seis, sete anos, um ano já foi perdido só porque está em decisão judicial de suspensão. Agora que ela está totalmente liberada, nós vamos voltar, logo depois da nona rodada, a nona rodada vai ser dia 27 e 28 de novembro, e não há condições aqui no Brasil para a gente fazer a nona rodada nos últimos dias de novembro e no mês de dezembro, que é mês de festa, particularmente lá na Bahia, nós introduzimos a questão da ... a Bahia começa no início de dezembro e vai até março [risos]. Bom, não dá para a gente fazer a oitava rodada no mês de dezembro, mas nos primeiros meses de 2008 seguramente nós vamos fazer a oitava rodada, o que significa que nós vamos fazer a nona rodada e poucos meses depois a oitava rodada, o que mostra que a gente vai um pouco correr atrás do atraso que nós tivemos nessa questão de licitar blocos focados no gás, a gente vai tentar cobrir esse atraso.

Eu tentei dar algumas respostas assim ao Senador Delcídio, a outros Senadores, e eu gostaria de dizer que essa questão que o Senador Delcídio colocou e eu também queria chamar a atenção do Senador César Borges, essa questão dos campos marginais que V. Ex^a. viu muito bem aqui. Eu considero, Srs. Senadores, que essa é uma questão de vital importância e eu acho que a posição do Senado da República, da Câmara dos Deputados, é importante para isso, porque aí sim, o que é que existe no Brasil? E no caso da Bahia é uma coisa fundamental, o Nordeste brasileiro, o que é o campo marginal? V. Ex^{as}. sabem que nós distinguimos aqui as áreas de alto potencial, as áreas de nova fronteira e os campos maduros. Alto potencial está claro o que significa, novas fronteiras são áreas que nós não sabemos direito por inclusive deficiência de estudos se é uma área altamente prolifera ou se não é, e o campo maduro é campo que já se descobriu petróleo, se produziu petróleo e está se produzindo petróleo. Por exemplo, Campos, que é o maior campo brasileiro, é um campo maduro, embora Marlim seja o maior campo brasileiro, mas é um campo maduro, ou seja, campo maduro não é um campo que está em decadência, no caso específico é um campo maduro, está com grande produção. Mas o campo maduro, depois de alguns anos de produção, passa a ser um campo em declínio, e especialmente lá no Nordeste, destacadamente na Bahia, tem uma quantidade enorme de campos que produziram há quarenta anos atrás, trinta anos atrás, vinte anos, e agora deixaram de ser madu-

ros, continuam maduros, mas entraram para a órbita dos chamados campos marginais, ou seja, a produção passou a ser muito pequena, chega a ser tão pequena que a concessionária muitas vezes fecha o campo, fecha o poço, tranca, encerra, dizem: "nós não queremos mais nada com isso, acabou". Num campo que tenha digamos dez poços, quatro poços são fechados, seis funcionando ou seis são fechados, quatro funcionam gradativamente, é uma coisa pequena, residual.

O que nós estamos chamando a atenção, e isso eu acho que é uma coisa que eu acho que interessaria muito, seria uma contribuição muito importante eu acho do parlamento brasileiro, era digamos levantar uma reformulação de um modelo brasileiro que não apenas contemplasse essa questão do Tupi, a questão das áreas de alto potencial, altíssimo potencial petrolífero, mas contemplasse as áreas de baixa produção petrolífera também. Eu falei que estudos da ANP mostram que nós temos cento e cinquenta campos petrolíferos brasileiros que juntos perfazem 0,6% das reservas brasileiras de petróleo. Se levarmos em conta a expectativa de Tupi, aí esses cento e cinquenta campos perfazem 0,3% das reservas brasileiras de petróleo. Nesse cento e cinquenta campos estão cerca de três mil e trezentos poços de petróleo abertos, muitos produziam bastante, a maioria está fechada ou com a produção muito irrisória. Isso, na minha opinião, não dá, do ponto de vista dos interesses nacionais, achar que isso tem interesse para uma grande empresa, como, por exemplo, a Petrobrás. Não há porque a Petrobrás se deslocar para cuidar daqueles campinhos que produzem o que? Quinze, vinte barris por dia, quando ela está mexendo com trinta e cinco mil barris por dia num campo determinado, quarenta mil, e precisa agora investir muito nessas enormes jazidas descobertas. E, por outro lado, se ela abre mão disto, e abre mão, teria que ser num processo político que passe, por exemplo, pelo parlamento brasileiro, de tal maneira que ... porque a Petrobrás tem contratos firmado com a ANP, Senador, com esses cento e cinquenta e sete blocos. A ANP não pode agora, ela que tem dito aqui, como eu disse repetida vezes, não passa pela nossa cabeça uma determinação reiterada vezes expostas pelo próprio Presidente Lula, vocês não levantam essa hipótese de estar rejeitando contratos ou reformando contratos ou denunciando contratos. Os nossos contratos passados e presentes serão mantidos. Num contexto como esse nós temos que manter também os contratos com a Petrobrás, evidentemente. Se vamos manter contratos com as outras empresas, por que não com a Petrobrás? Mas então a Petrobrás, ela vai devolver isso à ANP? Não há porque devolver, em princípio. São poços pequenos, teria que ser um

processo político pelo qual, através de uma política nacional, que tivesse por meta desenvolver uma coisa que inexistia no Brasil, que é o setor de pequenos e médios produtores de petróleo. Isso existe no mundo.

Nos Estados Unidos tem milhares de pequenos e médios produtores de petróleo, e que juntos, cada um às vezes produzem quatro, cinco, oito, dez, quinze, cinqüenta barris de petróleo, é uma insignificância, nenhuma grande empresa produz isso, mas eles lá produzem, são tantos milhares, parece que são cerca de vinte e três mil que juntos produzem 40% da produção americana de petróleo, que é gigantesca. Cada um isoladamente é uma bobagem, mas juntos eles são trezentas mil pessoas mexendo com isso, ou seja, lá existe uma categoria social que é de pequeno e médio produtor de petróleo. A ANP enviou lá para os Estados Unidos, estamos estudando esse assunto, enviamos lá para examinar, para ver como que são essas pessoas, como é que foi? É o pai, é a mãe, é o filho, é o tio, é aquela empresa familiar que tem no fundo do quintal um poço de petróleo, tirando. Tem um ou outro ali assim, mais a frente, aqueles dois são dele e com base nisso ele funciona. Na Bahia nós temos milhares de poços de petróleo absolutamente decadentes. Nós poderíamos, a partir daí, fomentar o surgimento de uma coisa que não existe no Brasil. Tem possibilidade de existir por duas razões. Primeiro que nós temos a base material da existência disso, que isso que eu estava acabando de falar, são três mil poços de petróleos que estão do Espírito Santo ao Rio Grande do Norte, particularmente aí, e destacadamente na Bahia, sem muita função. Quiambina, que eu mostrei aí para vocês, estava fechada há quinze anos. Nós estamos produzindo agora uma bobagem, trinta barris de petróleo por dia, mas trinta barris de petróleo por dia, é uma empresazinha Bahia, nordestina, uma empresazinha brasileira, sendo que com o preço do petróleo de hoje é uma coisa razoável. Pois bem.

Então essa possibilidade desse pessoal produzir essa ... digamos de surgir essa nova categoria, é uma coisa que me parece assim que depende de certas iniciativas políticas. Lá, esse pessoal, eu disse que temos duas razões básicas que nos informam que isso é possível, primeiro as bases objetivas, existe isso, e a segunda é disposição empresarial dos pequenos e médios, Senador César. Nós fizemos aqui no Brasil duas rodadas de pequenos blocos, nós chamamos duas rodadinhas. Foi uma coisa impressionante. Primeiro que nunca tinha sido feito isso no mundo, rodada de petróleo para reativar poços de petróleo que tem reserva marginal de petróleo. Vamos fazer uma rodada, aí apareceram em cada rodada, Senador Delcídio, mais de cem empresas, do Sul e do Nordeste. Às vezes

eram empresas que não tinham nenhuma experiência, às vezes não, a ampla maioria, numa totalidade, não tinha nenhuma experiência no ramo, porque isso não existe aqui. Eles iam nos perguntar lá na ANP: "como que é isso mesmo, dá certo, não dá certo". A gente ia ajudando, mas eles se esbarravam com algumas coisas, por exemplo, a lei do petróleo diz que produzir petróleo no Brasil tem que pagar royalty de 10%. A Petrobrás paga 10%, a Shell paga 10%, a Esso paga 10%, a Queiroz Galvão paga 10%, todo mundo paga 10%. Aquele ali que nunca viu nada, que vai produzir uma bobagenzinha, paga 10% também? E é assim, não tem outro jeito. Então precisaria haver uma mudança na legislação para ajudar ao surgimento dessa categoria nova aqui no Brasil. Eu acho que seria bastante benéfico. [soa a campainha]

Sr. Presidente, eu fico muito contente em ter recebido –

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Presidente, eu acho que por se tratar de sabatina seria importante que o senhor respondesse, inclusive as minhas perguntas o senhor já pediu por escrito, mas pelo menos algumas delas, porque nós estamos aqui numa sabatina.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Certo, está certo, eu vou anotar aqui. A pergunta do Senador Delcídio eu já respondi essa daqui, mas o Senador Delcídio também fala da questão do gás natural V. Ex^a. também citou essa questão. Esse problema do gás natural, V. Ex^a., Senador Marconi, falou como disciplinar essa questão do gás natural, ou seja, o planejamento, como é que o consumo do gás natural possa não perder o controle. A visão que a gente tem é de que desde que surgiu o planejamento específico de termoeletricas no Brasil, que isso foi definido como uma prioridade, ela foi definida como prioridade no contexto de que existia o sistema hidráulico e precisava ter o sistema termoeletrico para complementá-lo. Com base nisso estabeleceu-se que a prioridade da termoeletrica era ajudar o sistema hidráulico, ou seja, através das termoeletricas. O que aconteceu é que então fez-se contratos firmes, contratos firmes da Petrobrás com essas termoeletricas, mas as termoeletricas não entravam em funcionamento, elas passavam a maior parte do tempo sem funcionar, e isso dava uma disponibilidade, de certa maneira artificial, ao sistema, e essa disponibilidade fez com que em diversos Estados passasse a se vender esse gás. Em alguns Estados houve um incentivo grande à venda desse excedente, é isso que V. Ex^a. chamou de *plus*. Esse excedente foi vendido, foi vendido às vezes para o taxista como se fosse uma coisa, "transforme o seu

carro agora em carro a gás”, havia vantagens muito grandes, inclusive no IPVA, e fez com que, Senador Marconi, nós passemos, nós como Brasil, passamos de repente a ser o segundo país que tem mais carros movido a gás natural do mundo, e nós não temos gás natural em sobressalência.

Então isso não deixa de ser uma certa deformidade que aconteceu. Na medida em que a operadora nacional do sistema resolvia despachar as térmicas para funcionar o sistema com o conjunto, esse fornecimento digamos assim a varejo do taxista e etc. de repente passou a ficar prejudicado, passou a ficar prejudicado, porque eles não foram suficientemente alertados que esse fornecimento dado a eles era um fornecimento excepcional, pois não existia com relação a eles um contrato firme, existia uma disponibilidade ocasional que às vezes era a maior parte do ano, mas quando em determinada parte do ano precisava-se aviso do gás natural, terminou surgindo esse problema que surgiu agora mais recentemente. Eu penso que esse problema, vamos dizer, nós estamos procurando encontrar formas de resolver esse problema. É um problema extremamente digamos assim conjuntural temporário. A nossa expectativa é de que a médio prazo a gente tenha condições de funcionar. O Senador Delcídio perguntou com relação a certos números, eu tinha dito aqui, mas nós temos agora uma produção, em milhões de metros cúbicos, da ordem de quarenta e um, a Bacia de Santos, a Bacia de Campos e a Bacia do Espírito Santo vão entrar com mais ou menos vinte e cinco milhões de metros cúbicos até 2008, o que significa que em 2008 nós vamos estar com sessenta e cinco milhões de metros cúbicos. Bom, até 2010 nós vamos entrar mais com Bacia de Santos, catorze milhões, Bacia de Campos mais cinco milhões e Bacia do Espírito Santo mais 18,9 milhões e etc. Isso significa que nós vamos chegar em 2010 com cento e cinco milhões de metros cúbicos que corresponde aos planos do Plangás. Ora, como nós estamos pensando em importar vinte milhões de metros cúbicos/dia de GNL, quando tudo se der nós estaremos, em 2010, com três vezes mais oferta de gás do que temos hoje. Aí V. Ex^a. pode dizer: “mas isso é 2010”. Tudo bem, mas em 2008 já começo uma certa mudança no processo, e por outro lado nós estamos também querendo observar com muito rigor isso, quer dizer, o que for contrato firme, que está assinado com as distribuidoras estaduais, não vão ser nem de longe questionados. O que está sendo questionado aí, que deu uma certa repercussão recente, é o que deveria ser contrato flexível e que não estava como contrato flexível porque não foi bem alertado a esses usuários excepcionais que aquilo era excepcional. Então criou-se um certo problema que deu uma repercussão ne-

gativa, mas que eu acho que não pretende durar, eu não acho que isso vá durar.

O Senador Inácio colocou essa questão dos leilões para pequenas que eu já falei um pouco sobre esse negócio de campos marginais aqui e etc.

O Senador Delcídio pergunta do negócio da Bacia de Parecis. A bacia do Parecis --

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E do Pantanal.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

— Do Pantanal nós não temos informações assim substanciais e científicas não, mas na Bacia do Parecis nós já fizemos a licitação e a empresa já está contratada, ou seja, a empresa que vai fazer os estudos geológicos, que já está contratada para a Bacia do Parecis. Temos informações extremamente positivas e esses estudos vão consolidar essas informações. Isso é um pouco do problema que também foi levantado, a ANP, ela tem digamos assim a obrigação legal de fazer esses estudos das bacias sedimentares brasileiras. Esses estudos custam caro, sendo que está previsto na lei que nós tenhamos uma determinada quantidade, que é 28% da participação especial de recursos para fazer esses estudos. Esses recursos em geral não são passados para nós e, por conseguinte, nós carecemos de recursos para fazer os estudos. Resolvemos fazer um plano diferente, quer dizer, se esses recursos, 28%, eram muito grandes, da ordem de dois bilhões de reais por ano, você sair daí para ir para dezoito, dezoito milhões, era sair do oito para o oitenta, nem tanto ao mar e nem tanto à terra. Fizemos um plano plurianual que prevê que nos próximos cinco ou seis anos nós vamos gastar de duzentos a duzentos e cinquenta milhões por ano para realizar estudos nessas bacias sedimentares que ainda não são suficientemente conhecidas no Brasil. Estamos começando por Piauí, começando por Parecis e começando pelo Acre. São essas as bacias que vamos começar assim de imediato.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quantos milhões?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

No total são duzentos e cinquenta.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Duzentos e cinquenta?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

É, duzentos e cinquenta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dr. Haroldo, o Senador Delcídio Amaral colocou aqui muito claramente a preocupação em relação à questão do suprimento de gás para as termoeletricas. A gente sabe, e ele colocou aqui de forma muito categórica pelo conhecimento de causa que tem, que a saída energética para o Brasil nos próxi-

mos anos será exatamente a questão da termoeletrica. Agora haverá efetivamente suprimento de gás para essas termoeletricas? Existem estudos que nos indicam claramente que falta, tem hoje 30% de suprimento. O senhor está otimista com relação a isso?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

O suprimento para a termoeletrica não nos preocupa tanto quanto a esse *plus* que ele fez referência aí. O nosso problema é o seguinte: nós garantimos a termoeletrica. Ao garantir a termoeletrica a gente vai retirar o *plus*.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O GLL.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O *plus* para outras atividades.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Para outras atividades, essa que a gente chama aqui de flexível, os taxistas, certas indústrias e etc. Aí nós não temos garantia, mas as termoeletricas, como V. Ex^a. perguntou, essas estão garantidas

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para gás veicular não tem então?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Para gás veicular que não está garantido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Que é o *plus*?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Que é o *plus*, não está garantido nesse período do ano, nesse período em que as termoeletricas são acionadas, porque deixando de acionar, se chove, como disse aí se chove e se os reservatórios são realimentados, nós deixamos de novo de despachar as termoeletricas e sobra de novo o *plus*.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Presidente, o senhor está otimista com relação a investimentos nos gasodutos? Há um preocupação, uma apreensão, eu acho que deve acontecer também em Mato Grosso do Sul, com relação à reativação ativação desse tramo aí, desse ramal entre Campo Grande/Brasília, passando por Goiânia, pelo Sudoeste do Estado. Nós temos todo esse problema aí hoje com a Bolívia, aumento aí do custo do gás da Bolívia e etc. V. Ex^a. é otimista com relação à viabilização ou a reinserção dessa prioridade no Ministério de Minas e Energia ou na própria ANP?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Eu acho que sim, Senador, eu sou otimista sim. Eu nunca compartilhei da idéia de que nós teríamos um problema com a Bolívia insanável, intransponível, que ganhou conotações políticas e nos deixaria à margem do gás

da Bolívia ou pelo menos subestimaria a importância do gás da Bolívia, o que traria essas consequências que V. Ex^a. salientou, de determinados gasodutos que vem por ali perderem a importância, perderiam a importância. Como eu não trabalho com esse ponto de partida, eu acho que a Bolívia a médio prazo, e olha lá se não for a longo prazo, continua a ser uma coisa importante para o Brasil. O que a Bolívia --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa sobretaxação, como que a ANP vê isso, como que está sendo tratado isso por parte da ANP?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Isso está sendo examinado mais detidamente pela Petrobrás e não pela ANP. Nós temos acompanhado. No nosso acompanhamento, Senador Perillo, eu posso dizer a V. Ex^a. que nós achamos que não chegou a ser nada de excepcional. Excepcional eram as condições em que a Bolívia nos fornecia gás, pois se fornecia gás em condições muito precárias do ponto de vista da Bolívia. O Brasil ganhava muito com o gás fornecido naquelas condições da Bolívia. Um Presidente como o Presidente Ivo Moralles, ao assumir a presidência da República, fazendo promessas de defender a soberania boliviana e etc., ele não pode deixar de tomar uma certa posição para dizer: "bom, vamos melhorar a nossa situação". Essa melhoria da situação, na minha compreensão, teve por parte do Presidente Lula uma compreensão muito --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas o aumento foi muito grande, Presidente, de 30% a 80% de sobretaxação em alguns casos.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: É, em alguns casos, não sempre, e por outro lado o que apareceu assim com mais destaque era essa questão das refinarias, o que não era uma coisa importante para a Petrobrás. A Petrobrás nunca teve muita importância na refinaria na Bolívia, não era uma coisa fundamental para ela. O que aconteceu é que a Bolívia, ela assim reformulou os seus planos, reformulou o seu marco regulatório, e agora, agora precisamente há uma semana atrás, quando o presidente José Sérgio Gabriele voltou à Bolívia, voltou para renegociar em novos termos. Eu acho que essa descoberta que aconteceu aqui agora no Brasil das reservas de Tupi, eles vão colocar o Brasil numa situação de melhor negociação com a própria Bolívia, porque a própria Bolívia, ela sabe que tem gás, mas ela precisa ter mercado para o gás dela. O mercado para o gás da Bolívia não é a Bolívia, esse é um mercado pequeno para o gás da Bolívia. O mercado para o gás da Bolívia também não é Argentina, porque tem que passar pelo Brasil.

Tem que ser o Brasil. Agora não pode negociar com o Brasil nem em situações extremamente precárias para a Bolívia, também nem em situações extremamente draconianas ou especialmente elevadas para o gás boliviano. Eu acho que essas notícias mais recentes e as iniciativas tomadas pelo Governo brasileiro de procurar a Bolívia para estudar novos investimentos a serem feitos na Bolívia e com isso aumentar de trinta para trinta e quatro milhões de metros cúbicos de gás o fornecimento da Bolívia, isso ajuda muito a Bolívia e ajuda muito o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu acho que nós deveríamos inquirir o nosso sabatinado em relação se há perspectiva, se V. Ex^a. tem alguma informação, quanto a cronograma para a retomada da prioridade dos gasodutos, eu não diria só o gasoduto do Brasil central, mas os demais. Eu não sei se isso está na alçada e na competência de V. Ex^a. Desculpe a insistência, mas nós da região Centro-Oeste estamos extremamente --

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): E do Nordeste também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E aí aproveitando aqui o Senador César Borges para falar do gasoduto do Nordeste.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: O Senador Delcídio disse que a saída a médio prazo do Brasil, quer dizer, o combustível assim por excelência vai ser o gás natural, disso eu não tenho a menor dúvida. O que aconteceu aqui no Brasil? Nós não tínhamos o gás natural como um combustível prestigiado, pelo contrário, o gás natural aqui era um combustível que quando às vezes se descobria gás natural em determinado local, um poço de gás natural, ele era às vezes fechado, porque não deu petróleo, estava dando gás natural. Hoje nós estamos atrás de fazer leilões focando para buscar gás natural. Então a prioridade do gás natural, essa passou a ser evidente. Não é uma coisa assim que tem muitos anos que é, tem poucos anos que passou a ser evidente, mas a evidência passou a ser grande, e no bojo da prioridade do gás natural os gasodutos são absolutamente indispensáveis. Na indústria do gás, diferentemente da indústria do petróleo, um fator central fundamental é o transporte, é o transporte. O petróleo, você pega o transporte e transporta de outro jeito, bota uma refinaria próxima. O gás natural, se você não tiver o gasoduto, e o preço do gás se eleva por causa do gasoduto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas já se pensa em cronograma, Presidente?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Olha, não é da alçada da ANP estabelecer esse cro-

nograma. O que eu tenho clareza é de que a temática do Gás "N" e de reforçar os gasodutos que vem da Bolívia para cá, passando pelo Centro-Oeste, isso voltou a estar na pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só queria, Presidente, porque essa é uma preocupação grande nossa, especialmente, e o nosso querido Presidente da ANP sabe disso, o que se verificou também é uma carência de infra-estrutura na logística para distribuição de gás.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Transporte.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): No transporte, e como disse muito bem o Haroldo aqui, porque o transporte no preço final eu acho que chega a 2/3 mais ou menos, não é Haroldo, do preço final.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A minha preocupação, Senador Delcídio, é que já se pensa em buscar outras alternativas para a chegada do gás a Goiânia e a Brasília que não a de Campo Grande. Eu acho que nós deveríamos insistir muito naquele traçado original.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu concordo porque iria agregar muito mais valor em termos de desenvolvimento para os Estados se a alternativa via Campo Grande vingasse, e a preocupação do Presidente Marconi Perillo é absolutamente pertinente. Nós discutimos aqui, Haroldo, você sabe disso, numa Medida Provisória foi fechado esse projeto. Como existiam outros projetos de reforço desse trecho de Campinas até ao Rio, que caminha eu não sei até em que estágio que está essa obra, mas caminha, o Gás "N" paralisado, Camamu ficou um tempão paralisado, o reforço do Nordeste, Cuari/Manaus que agora parece que anda, Urutu/Porto Velho é uma inter-rogação, e nós estamos, olha a situação, nós estamos queimando óleo diesel ou BPF para gerar energia. Nós temos um impacto ambiental maior e um custo maior, e, por exemplo, essas usinas termoelétricas que operam lá na Amazônia, na região de Manaus, na região de Porto Velho, em Rondônia, nós estamos pagando CCC, que é a Conta de Consumo de Combustível, que toda população brasileira paga, e reinjetando o gás ou queimando o gás.

Então eu acho que faltou uma ação efetiva na infra-estrutura, na logística para transportar o gás, quer dizer, nós temos um problema de produção, inevitavelmente que foi aí colocado, mas mesmo aquelas jazidas que nós tínhamos condições de explorar, elas não foram efetivamente atendidas com os gasodutos necessários de tal maneira a trazer essa tranquilida-

de, e eu tenho uma preocupação. Acho que o que se colocou aí é o que vai acontecer mesmo, é Campos, é Santos, é o GNL, agora é importante registrar que o GNL vai chegar no Brasil, se eu não estiver enganado, Sr. Presidente, a dez, doze dólares, um milhão de BTU. É importante registrar que o gás da Bolívia, o gás vindo da Bolívia gira em torno de seis dólares. O GNL vai vir a dez, doze dólares no milhão de BTU, porque o mercado está aquecido e nós vamos ter que pagar por isso também. Agora acredito que a solução, não tem outra alternativa, é isso que o nosso querido Presidente da ANP está dizendo aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Na verdade o que gente precisa é que o Presidente Haroldo Lima, apesar de não ser da sua alçada inteiramente, seja um dos padrinhos, um dos patrocinadores dessa prioridade, que é uma prioridade nacional, não é só regional.

Eu gostaria de agradecer a todos que aqui compareceram, agradecer ao Presidente Haroldo Lima, cumprimentá-lo pelos votos, pela exposição muito clara, muito objetiva, demonstrando conteúdo, competência, agradecer ao Senador Delcídio pela importantíssima participação, ele que é um dos maiores especialistas dessa área de energia no Brasil, que me dá a honra de ser Vice-Presidente dessa Comissão, cumprimentá-lo pela recondução, pelo menos no que dependeu dessa Comissão, à ANP, na minha opinião representando um pouco assim o reconhecimento à sua história de luta, à sua história de luta pela democracia, pelas liberdades, pela anistia, por tudo que V. Ex^a. fez ao longo de uma vida, ao longo da história recente do Brasil pela democracia, pela sociedade brasileira. Fica, portanto, aqui o respeito da presidência dessa Comissão a V. Ex^a.

Está encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 16h56.

Ata da 35ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de novembro de 2007, às 11:00 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da comissão, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadores **Serys Slhessarenko, Ideli Salvati, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Valdir Raupp, Valter Pereira, Adelmir Santana, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, Renato Casagrande,**

Garibaldi Alves, Neuto de Conto, Jonas Pinheiro e Eduardo Azeredo. Presentes, também, os Senadores Jefferson Peres, Arthur Virgílio e César Borges. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência comunica que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, Nelson José Hubner e do Presidente da PETROBRÁS, José Sérgio Gabrielli, para prestarem esclarecimentos sobre o acordo Brasil e Bolívia a respeito de Gás, bem como a atual crise de abastecimento, em atendimento aos Requerimentos nº (s) 010/2007-CI e 064/2007-CI, de autoria dos Senadores Marconi Perillo e Renato Casagrande. A Presidência procede à leitura dos seguintes expedientes: Ofício GAPRE nº 619/2007, do Chefe de Gabinete do Presidente da Petrobrás, senhor Armando R. Tripodi, comunicando que a senhora Maria das Graças Silva Foster, Diretora de Gás e Energia da Petrobrás, irá representar o Presidente José Sérgio Gabrielli. Expediente do Senador Romeu Tuma, comunicando que irá se ausentar dos trabalhos da Casa, no período de 13 a 21 de novembro de 2007, a fim de participar da 7ª Sessão do Parlamento do Mercosul. A seguir, a Presidência convida os expositores para tomarem assentos à mesa dos trabalhos. Antes de passar a palavra aos convidados, a Presidência concede a palavra ao Senador Renato Casagrande, para justificar o requerimento. Após, a Presidência concede a palavra ao Ministro Nelson José Hubner Moreira, para suas considerações iniciais e, posteriormente, à senhora Maria das Graças Silva Foster. Fazem uso da palavra, de acordo com a lista de inscrição, para questionar aos convidados, os Senadores Expedito Júnior, Jayme Campos, Renato Casagrande, Jefferson Peres, Eduardo Azeredo, Serys Slhessarenko, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, César Borges, Augusto Botelho e Ideli Salvatti. A Comissão aprova, **extrapauta**, os seguintes requerimentos: **Item 1 – Requerimento nº 65, de 2007-CI**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, requerendo, em aditamento ao Requerimento nº 62, de 2007-CI, que seja convidado para a audiência pública o senhor Paulo Rodrigues Mendes, Presidente do Sindicato Nacional dos Especialistas em Regulação – ANER-Sindical. **Item 2 – Requerimento nº 66, de 2007-CI**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, em que requer, em aditamento ao Requerimento nº 03, de 2007-CI e, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam **convocadas** as Ministras de Estado

da Casa Civil, Senhora Dilma Rousseff e do Meio Ambiente, Senhora Marina Silva, para em reunião de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, prestarem esclarecimentos sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, bem como sejam mantidos convites às demais autoridades citadas no requerimento ora aditado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Comunico que essa Comissão recebeu alguns expedientes que passo a lê-los. De iniciativa do Chefe de Gabinete do Presidente da PETROBRAS, Dr. Armando Tripoli, nos informando que o Dr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Presidente da PETROBRAS se vê impossibilitado de comparecer a esta Audiência Pública indicando para representá-lo na presente data a Diretora de Gás e Energia da PETROBRAS, Dr^a. Maria das Graças Silva Foster.

Além disso, passo a ler também um comunicado de autoria do Senador Romeu Tuma. “Como membro titular da representação brasileira no Parlamento do Mercosul, fundado no art. 40 do Regimento Interno, requero licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 13 a 21 de novembro de 2007, para fim de participar da 7ª Sessão do Parlamento do Mercosul a realizar-se em Montevideu no Uruguai”. Senador Romeu Tuma. Encaminho à Secretaria para as providências.

Ainda um Requerimento sobre a Mesa de iniciativa do Senador Delcídio Amaral com base... com fulcro no Regimento Interno solicitando Audiência Pública que seja convidado para Audiência Pública conforme Requerimento aprovado na 33ª Reunião Extraordinária, Requerimento nº. 62 incluindo o Dr. Paulo Rodrigues Mendes, Presidente do Sindicato Nacional dos Especialistas em Regulação. ANER Sindical. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Antes de adentrarmos aqui na Audiência Pública só gostaria de reapresentar um Requerimento que fiz no começo da nossa Legislatura convidando o Ministro na época, o Ministro ainda era o Ministro Silas Rondeau para discutirmos sobre a problemática nossa do garimpo Roosevelt. Eu sei que o Ministro vai estar aqui hoje não vou adentrar no outro assunto. Mas eu gostaria de reapresentar aqui então este Requerimento e que dentro da possibilidade que V.Ex^a entender que der para fazer isso nós remássemos essa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Requerimento de V.Ex^a já está aprovado não há necessidade de reapresentação e nós já vamos marcar a data. Há uma proposta de data para o mês que vem. Vamos ver a possibilidade de atendê-lo.

A presente reunião destina-se, portanto, a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater no âmbito dessa Comissão em caráter geral acerca do acordo Brasil/Bolívia e principalmente a respeito da atual crise de abastecimento de gás no Brasil. Em atendimento aos requerimentos nº. 10 e 64 de autoria dos Senadores Renato Casagrande e de minha autoria. Convido para tomarem assento à Mesa dos trabalhos o Dr. Nelson José Hubner Moreira, Ministro de Estado interino das Minas e Energia. Seja bem-vindo, Sr. Ministro. Convido para compor a Mesa a Dr^a. Maria das Graças Silva Foster, Diretora de Gás e Energia da PETROBRAS que nesta Audiência Pública representará o Exmo. Sr. Presidente da PETROBRAS.

Antes de iniciar os trabalhos, e especialmente antes de iniciarmos aqui a exposição do Ministro e a exposição do Dr^a. Maria das Graças eu gostaria de conceder a palavra ao Exm^o. Sr. Senador Renato Casagrande, um dos autores dos requerimentos para que ele possa fazer aqui a sua justificativa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura. Sr. Ministro Dr. Nelson, Maria das Graças, Diretora de Gás e Energia da PETROBRAS, muito obrigado também pelas presenças de vocês, obrigado por atender o convite que nós fizemos, e o que... O nosso Requerimento, o Requerimento que eu assinei, o Senador Marconi Perillo assinou, o objetivo do nosso Requerimento é para que a gente possa fazer um debate sobre a posição brasileira frente ao gás. O

gás cada vez mais é uma fonte de energia importante na nossa matriz, e nós vivenciamos nos últimos dias uma crise de certa forma localizada em um Estado no Rio de Janeiro e alguma coisa... Alguma repercussão em São Paulo. O Ministro já manifestou a opinião com relação ao problema das distribuidoras, mas nós estamos permanentemente num debate sobre o gás. O acordo com a Bolívia, o rompimento pela Bolívia, a retomada tomada do acordo, novos investimentos pela PETROBRAS na Bolívia, que segurança o Brasil terá nesse novo acordo feito com a Bolívia. O incentivo feito aos consumidores para que pudesse usar o gás como fonte ou de combustível efetivamente e a necessidade do Governo na implantação de algumas térmicas, para que possa ser abastecido com gás, o abastecimento em residências... Então qual é a segurança do brasileiro com relação ao fornecimento de gás e a política de gás? Então nós temos como Senadores da República, a instituição Senado naturalmente precisa conhecer qual o planejamento do Governo com relação a este assunto, nesse caso específico com relação ao gás. Temos feitos debates com relação a matriz energética toda, mas no caso específico com relação ao gás acho que é fundamental que neste momento a gente possa ter tranqüilidade e segurança naquilo que o Governo está planejando em termos de investimento em infra-estrutura para que nós possamos diminuir a nossa dependência, nós temos perspectiva para isso. Da importação do gás liquefeito, se esse é um plano B, ou um plano A do Governo.

Então esses são temas com certeza vocês vão abordar para que nós aqui no Senado possamos ter de fato o detalhamento da posição brasileira. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Renato Casagrande, sempre atuante e atento às questões de interesse do nosso País. Como autor também dos dois requerimentos, co-autor de um e autor de outro, eu gostaria de fazer aqui também alguma preliminar ao Sr. Ministro e a Sr^a. Diretora. Fazer uma introdução aqui.

No dia 30 de outubro, a PETROBRAS reduziu em 17% o fornecimento de gás natural para a Companhia de Gás do Rio de Janeiro, a CEG para a CEG-RIO que atua no interior do Estado. A medida provocou uma redução automática na rede de alta pressão da CEG e da CEG-RIO gerando queda substancial dos volumes entregues as grandes indústrias e postos de gás natural veicular. O chamado GNV. Do total 7.57 milhões de metros cúbicos fornecidos automaticamente, a PETROBRAS cortou o fornecimento de 1.3 milhão de metros cúbicos para as duas empresas. Segundo nota

da CEG, a PETROBRAS tomou uma medida arbitrária e unilateral que viola o atual contrato de suprimento. A redução abrupta dos volumes que vinham sendo fornecidos impediu que as companhias tivessem tempo hábil para aplicar seu plano de contingência com o objetivo de minimizar os efeitos dessa medida para todos os clientes industriais e principalmente para os postos de GNV, gás veicular, residências, escolas e hospitais. Apesar da auto-suficiência de petróleo, comemorada nestes meses atrás pelo Governo, o Brasil depende cada vez mais do gás produzido na Bolívia. Hoje 52% do gás consumido aqui vem deste País vizinho. Em São Paulo a dependência é ainda mais dramática. O Estado importa 70% do gás consumido. Estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, têm a Bolívia como única fonte de gás. Como a economia brasileira continua crescendo, e não há previsão de aumento substancial na produção brasileira de gás pelo menos nos próximos quatro anos pelas informações que dispomos, a tendência é aumentar essa dependência da Bolívia. Em relação ao tema vale informar que as chuvas que vêm caindo no Brasil devem encurtar a crise de abastecimento de gás natural. Com o fim da estiagem, o preço da energia no mercado atacadista já caiu cerca de 5,5 essa semana. Ou seja, para 224 e 10 reais por megawatt hora. Consumido por grandes clientes. Esse valor é usado de referência no despacho de usinas térmicas, e quanto menor o preço menor a necessidade de produções de energia a gás. O aumento no nível dos reservatórios e a previsão de chuvas contribui para reduzir o custo marginal de operação no setor. Valor que indica a água armazenada nas hidrelétricas. Com a redução do CMO a tendência é que a energia hídrica seja cada vez mais acionada liberando o gás para outros usos. Na Bolívia, com o crescimento do consumo interno e o ambicioso novo contrato com a Argentina com o objetivo de fornecer 27.7 milhões de metros químicos diários até 2010, mais que o dobro que o envio atual, o Presidente Morales corre contra o relógio para atrair investimentos e aumentar a produção. Aparentemente o líder boliviano já não espera muito da PDVSA, empresa estatal venezuelana apesar das promessas de investimentos do seu aliado Presidente Hugo Chávez. Tampouco vê muito futuro nas negociações com o neo aliado Irã, e com a gigante russa Gazprom. Sem novos parceiros, a solução encontrada foi pressionar mais as empresas já instaladas, a começar pela PETROBRAS.

Sr. Ministro e Sr^a. Diretora. Nós temos aqui em nome da Comissão uma série de perguntas que serão feitas após as exposições de V.Ex^{as}. Concedo com muito prazer a palavra ao Exm^o. Ministro Nelson Hubner, Ministro interino de Minas e Energia pelo prazo

de 20 minutos. Com a palavra pela ordem Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, não sou membro dessa Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas é com prazer que o recebemos, Senador.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Muito obrigado. Mas aqui estou porque o Amazonas é uma província de petróleo e gás e tem... existem assuntos locais que eu gostaria de ver esclarecidos. Antes da reunião eu entreguei à Dr^a. Maria das Graças um questionário... que eu pergunto a ela o seguinte. Ela estaria em condições de responder logo depois das exposições e de responder aos autores do Requerimento em primeiro lugar. Dar resposta a essas perguntas ou prefere mandá-las posteriormente por escrito?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Olha, eu gostaria até de sugerir se o Senador Casagrande concordar que invertêssemos então a ordem. Começássemos pelas perguntas e depois os expositores teriam o tempo necessário para discorrer sobre suas apresentações e ao mesmo tempo nos responder. E se ficasse alguma dúvida depois voltaríamos a replicar. Vou começar pelo Senador Expedito para suas perguntas, Senador autor, Senador Renato Casagrande, Senador Flexa, Senador Jefferson Peres que já encaminhou a sua lista, Senador Jayme Campos e Senador Eduardo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Na verdade, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir ao Ministro que ele incluísse na sua fala, que quando foi enviado ou quando foi anunciado o PAC, nós vimos que constava pelo menos ainda não como obra o gasoduto Urucu-Porto Velho, mas pelo menos constava que estava em apreciação e hoje já quando se fez o primeiro e o segundo balanço dos efeitos do PAC, você percebe que esse assunto já não trata mais. Já não fala mais sobre o gás de Urucu a Porto Velho.

Então, eu gostaria que V.Ex^a na sua fala já nos desse subsídio nesse sentido até porque há uma cobrança muito forte de Rondônia hoje para que nós possamos ter o gasoduto. Eu gostaria que V.Ex^a falasse também sobre a questão do ramal que há discussão de que a PETROBRAS hoje vocês estão investindo em pesquisas. Porque o gás que tem não é suficiente hoje sequer para tocar Manaus. Que de lá então nosso Estado Porto Velho. Gostaria que V.Ex^a na sua fala incluísse alguma coisa nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o ilustre Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr^a. Diretora Dr^a. Maria da Graça, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei bem pragmático e rápido nas minhas perguntas aqui. Todavia, Dr^a. Maria das Graças, domingo eu estava assistindo um canal de televisão no Estado de Mato Grosso, parece que é o Globo News, V.Ex^a estava dando uma entrevista. Não sei se foi ao vivo ou foi gravado. Mas de qualquer forma eu observei muito a sua entrevista e deixou muito bem claro que o problema da falta de abastecimento de gás, sobretudo os centros de São Paulo e Rio de Janeiro, me parece é por falta mesmo até uma... No meu entendimento é por quebra de contrato. Que o contrato efetivamente assinado com aquelas concessionárias distribuidoras de gás tem atendido seus objetivos. Mas especificamente, Sr. Ministro, eu quero direcionar uma pergunta em relação ao meu Estado de Mato Grosso. Eu ia fazer uma pergunta maior aqui, mas eu vou abreviar.

Mato Grosso tem uma usina termoeletrica de gás chamada de Senador Mário Covas, já inaugurada algum tempo. E lamentavelmente pelo que tenho acompanhado, tenho ciência, esta usina que tem capacidade geração algo parecido de 400 a 420 mega, ela vinha apenas gerando algo em torno de 190 a 220. Mas nos últimos 80 dias, se não me falha a memória, essa usina deixou de naturalmente fazer essa distribuição por falta de abastecimento, ou seja, de gás.

Eu pergunto a V.Ex^{as}. se tem prazo estipulado, se efetivamente essa usina vai retomar com seu abastecimento até porque nos causa muita preocupação, sobretudo a baixada cuiabana que representa hoje eu imagino 30 a 32% da população mato-grossense, ela está hoje praticamente o sistema estrangulado daquela região que me parece informação que eu tenho da concessionária do sistema de abastecimento de energia do Estado de Mato Grosso de que nós estamos prestes a entrar num colapso lá tendo em vista de que lamentavelmente já é quase um estrangulamento no sistema.

Então, eu faço uma pergunta aqui bem objetiva. Nós vamos ter novamente a usina Senador Mário Covas, a termoeletrica funcionando nesses próximos dias ou qual o prazo prefixado, estipulado para que ela retorne com o seu abastecimento do sistema elétrico do Estado do Mato Grosso? Essa é a pergunta bem objetiva, prática, que eu gostaria de ouvir de V.Ex^{as}. as suas respostas até porque há uma preocupação muito grande não só da população, mas sobretudo do empresariado que hoje está preocupado com a falta

de abastecimento não só das indústrias, mesmo também nos carros que já circulam no Estado de Mato Grosso, sobretudo na região da grande Cuiabá. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço aos Senadores Expedito e Jayme Campos, concedo a palavra ao autor do Requerimento Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Ministro, Sr^a. Diretora. Sr. Ministro, a crise que nós vivenciamos, quais as causas desta crise? O que levou a termos esse problema de abastecimento de gás? Acho que é importante que o senhor possa esclarecer para nós aqui no Senado. O que aconteceu efetivamente?

A nossa diretora, minha amiga Maria das Graças, qual o cronograma em gasoduto? O gasoduto lá da minha terra Espírito Santo está praticamente pronto ligando o norte do Estado a grande Vitória e tem o investimento da grande Vitória até Campos. Como é que está isso? Isso está dentro do planejamento... Quais são os outros investimentos em gasoduto que nós teremos? E qual é a disponibilidade? Com esses investimentos que nós teremos, teremos pronto acho que até o ano que vem, nós vamos reduzir em parte a nossa dependência do gás que vem da Bolívia? Nós temos disponibilidade de gás, sei que no meu Estado tem a possibilidade de fornecer gás para outras regiões do Brasil, em torno de 25 a 30 milhões de metros cúbicos/dia. Quais são os investimentos e a disponibilidade isso é suficiente para atender a que demanda sobre este... Sobre esta fonte de energia? O novo contrato com a Bolívia? Qual a segurança nesse novo acordo? Se nós já tínhamos um acordo, vamos usar a palavra rompimento, não sei se a palavra é essa, mas temos um rompimento do acordo por parte do governo boliviano, agora nós estamos tendo um novo acordo. Que segurança nós temos nesse novo acordo? Quanto que a PETROBRAS vai investir na Bolívia? E reafirmo, qual é a segurança de que os investimentos que nós estamos fazendo hoje daqui a cinco, seis, dez anos, independente de que Governo seja nós tenhamos um prejuízo com os investimentos feitos?

O plano de importação de gás liquefeito. O gás está disponível em regiões de alto risco. Essa importação de gás liquefeito exige um nível de investimento grande também da PETROBRAS. Quanto que vai se investir, está se investindo nesse plano? Esse é um plano alternativo de segurança de abastecimento ou é um plano para fornecer a necessidade primária de abastecimento de gás? E faço uma pergunta lá da minha terra. Nós já temos um pleito como o Estado é produtor de gás, e o Estado é ponta de linha, o Ministro

Nelson Hubner esteve no Espírito Santo um mês tratando de um apagão que aconteceu lá, ao Ministério e o Governo Federal fez um grande investimento lá numa linha de Ouro Preto até Espírito Santo, mas não é o suficiente porque nós temos a ponta de rede o Estado do Espírito Santo. O Estado cresce mais do que a média brasileira, do que a média do sudeste. E nós temos um pleito por termos gás de termos uma térmica a gás no Estado do Espírito Santo. É possível que a gente possa ter essa térmica? Está dentro do planejamento? Pode ser colocado isso no planejamento do Governo Federal, do Ministério e da PETROBRAS?

E uma pergunta, Ministro, fora do assunto gás. É possível nós fazermos leilões numa quantidade maior, leilões específicos para energias renováveis? Eu visitei algumas usinas de eólica no Estado do Ceará, como membro da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, como Relator da Comissão, e pelo que eu conversei com a Associação Brasileira de Energia Eólica, há uma demanda de investimento. É possível que nós possamos no planejamento até 2030 possamos ampliar o leilão especialmente de energia eólica, de energia de biomassa, para que nós possamos aumentar um pouco a nossa participação de renovável na nossa matriz energética daqui para frente? Assunto fora de gás um pouco, mas acho importante que o senhor possa abordar esse tema aqui conosco. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Renato Casagrande, e passo a palavra Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Se possível responder em bloco de três daqui, porque fica muito daqui a pouco eles podem até se perder.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É porque ele vai fazer a palestra dele.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Ah, tá bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, eu vou formular as perguntas, mas eu gostaria que... creio que será a Dr^a. Maria das Graças, que ela esclarecesse de pronto se teria ou não condições de responder ainda nessa reunião ou posteriormente?

Primeira. Qual o volume efetivamente cubado das reservas de gás de Urucum e Juruá no Amazonas?

Segundo. Qual a previsão do consumo anual em metros cúbicos do Parque Térmico de Manaus, uma

vez que o gasoduto deve ser inaugurado em 2008, gasoduto Coari-Manaus.

Terceira. Há previsão do crescimento anual do consumo de gás em Manaus?

Quarto. Com base nessas previsões, se não forem descobertas novas jazidas, em quanto tempo se esgotarão as reservas?

Quinto. Há estimativa das reservas de São Mateus e Gavião no Amazonas?

Finalmente a última. Já foram cubadas as reservas de gás de Silves descobertas pela PETROBRAS no Amazonas?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a participação do Senador Jefferson Peres, que muito honra essa Comissão, com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr^a. Diretora. A questão dessa Audiência Pública aqui veja que foi prevista ainda no mês de fevereiro. Naquela época nós estávamos discutindo o problema da questão do Presidente Evo Morales e toda a tibieza do Governo Brasileiro em relação àquela atitude unilateral do governo boliviano. Depois disso nós tivemos problema também do gás para automóveis desestimulando toda a frota brasileira. O Presidente da PETROBRAS esteve em Minas Gerais e só falou em termos dos investimentos na pesquisa no norte de Minas onde há já um afloramento de gás natural e ele falou em investir 20 milhões. Que é um valor me desculpe ridículo para a necessidade do investimento de uma pesquisa mais rápida para que se ataque a questão do gás. Porque nós não temos nenhuma perspectiva maior de auto-suficiência de gás natural. Então o que a PETROBRAS deveria fazer no meu modo de pensar é investir de maneira mais forte na pesquisa das oportunidades no Brasil. Seja na Bacia de Santos ou nesse caso específico de Minas Gerais que há muitos anos já se levanta essa questão, na região de São Francisco, São Januário, norte de Minas existem afloramentos de gás que são antigos que se fala há muito tempo e nós lá de Minas estamos há muito tempo lutando para que haja esse necessário investimento na pesquisa e se tudo correr como parece que sim, nós poderíamos ter uma grande produção de gás. De maneira que a minha pergunta é mais específica em cima dessa questão do gás no norte de Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra a Senadora Serys, agradecendo a Senador Eduardo Azeredo pela participação.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr^a. Diretora de Gás

e Energia da PETROBRAS, Maria das Graças, que, aliás, nos alegra muito vermos mulheres... Apesar de poucas, mas em cargos de tamanha relevância e com a sua competência.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer umas colocações antes de entrar no assunto fundamental que o Senador Jayme Campos já falou que é a situação em Mato Grosso. Mas para melhor compreensão das razões que levam o Brasil a continuar suas negociações com a Bolívia, é importante nós termos conhecimento de alguns dados. Em 1996, a matriz energética brasileira era absolutamente dependente dos derivados de petróleo e de energia elétrica. Acertadamente o Governo da época decidiu diversificar a matriz. Desta forma, evitava os riscos da dependência e da vulnerabilidade diante das oscilações do mercado internacional de petróleo e diminuía a dependência da hidrologia que é um fator não gerenciável. A única forma de estimular e viabilizar o mercado de gás no Brasil seria construir usinas termoeletricas a gás. Estas térmicas serviriam de âncora para garantir um mercado inicial e para custear toda a infra-estrutura de transporte do gás. Portanto, o mercado de gás no Brasil só existe porque existem termoeletricas a gás. Isso tem que ficar muito claro. Atualmente 56% do gás consumido no Brasil é importado. E o Brasil não pode abrir mão dessa importação. Para implantação deste mercado, durante os primeiros anos houve incentivos e subsídios por parte do Estado e da PETROBRAS. Atualmente quando o mercado de gás já está em estágio de consolidação, os incentivos e subsídios para implantação deixam de fazer sentido. Mudaram os tempos, obviamente. Deverão mudar as políticas. Por fim, como registra o Presidente da PETROBRAS, Dr. José Sérgio Gabrielli, não se encontra petróleo e gás natural na Av. Paulista nem no Champs-Élysées. Petróleo e gás natural são encontrados em regiões de muito difícil acesso e em países conflituosos. Aliás, petróleo e gás são a razão da maioria dos países conflituosos que nós sabemos. Um exemplo marcante dessa realidade é a relação Venezuela-Estados Unidos, apesar de todos os conflitos diplomáticos. As relações comerciais em torno do petróleo se mantém inalteradas. A Venezuela mantém oito refinarias em território americano e está investindo na construção de mais sete elevando o número para 15 refinarias venezuelanas em território americano. Nos Estados Unidos o petróleo é assunto tão estratégico que por lei qualquer negociação mesmo de empresas privadas envolvendo o produto precisa ser expressamente autorizada pelo Presidente. Assim, por maiores que sejam os conflitos e os problemas envolvidos, estrategicamente o Brasil não pode e não deve afastar-se das negociações com a Bolívia.

Aí, Sr. Ministro, e Sr^a. Diretora, Dr^a. Maria das Graças, Diretora de Gás e Energia da PETROBRAS, embora e aqui o nosso Senador Jayme Campos já fez com muita clareza essas colocações, mas eu vou ser repetitiva, Senador, porque para Mato Grosso nós precisamos que essa questão tenha uma solução.

Sr. Ministro e Sr^a. Diretora, embora Mato Grosso tenha encontrado a solução para a sua auto sustentabilidade em energia, tem ocorrido em nosso Estado notadamente em Cuiabá interrupções diárias no fornecimento de energia. Rápidas, muitas vezes, mas diárias. Praticamente. O que nesses dias nosso calor de Cuiabá quem não conhece é bom que saiba 40 graus é alguma coisa mais ou menos normal. Mais ou menos médio. [risos] O que nesses dias tem sido muito complicado para a indústria, para comércio, para todos, enfim. O gasoduto Mário Covas foi dimensionado e construído para trazer o gás não só até a térmica de Cuiabá, mas também para atender todo o mercado de gás do nosso Mato Grosso. Preocupada com a situação, persistente de interrupção de energia em Cuiabá, já encaminhei expediente à Ministra Dilma Rousseff, ao senhor, já deve ter recebido, já fiz algumas tentativas de conversa inclusive com o Sr. Presidente da PETROBRAS, e duas questões eu quero colocar aqui para finalizar.

Primeiro, quero solicitar a todas as autoridades presentes e as não presentes que coloquem o abastecimento de gás em Mato Grosso na pauta de prioridade no acordo que vem sendo construído entre o governo boliviano e o Governo Brasileiro. Tem que estar na pauta sob pena do nosso Mato Grosso daqui a pouco estar com problema gravíssimo.

E segundo e por último, outra expectativa de Mato Grosso é que neste acordo possamos garantir um fornecimento de gás firme, que garanta também o suprimento a qualquer momento de 2.2 milhões de metros cúbicos por dia. Volume necessário para gerar os 480 megawatts até porque houve uma redução de 1.1 milhão de metros cúbicos/dia de gás natural ao contrato da térmica de Cuiabá, até dezembro de 2009. E somente em 2010 retornaríamos a 2.2 milhões de metros cúbicos por dia. E nós precisamos que a qualquer momento essa questão pode realmente estar no impasse muito sério e queremos saber quais as negociações que seriam possíveis para que isso não venha acontecer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação e a participação da Senadora Serys. Como co-autor dos requerimentos eu também tenho algumas perguntas ao Exm^o. Sr. Ministro e Exm^a. Diretora. Ao Dr. Nelson Hubner, Ministro faria algumas perguntas. Em sua visita

a La Paz, o Presidente da PETROBRAS teve a missão de negociar saídas para a escassez do gás natural no Brasil. Sabe-se que há interesse do Brasil em retomar os investimentos da PETROBRAS na Bolívia após o Presidente Evo Morales nacionalizar os hidrocarbonetos em maio de 2006. Investimentos na expansão da capacidade do gasoduto constitui outro item importante da pauta de negociações. Sabe-se que o Governo quer fechar o pacote de investimentos a serem realizados pela estatal brasileira dentro das próximas semanas para ser publicamente anunciado durante a viagem do Presidente Lula a La Paz.

Diante de tudo que já aconteceu, Sr. Ministro, que tipo de garantias a PETROBRAS estará exigindo do governo boliviano para voltar a investir naquele País? De acordo com especialistas do setor, apesar do Presidente brasileiro negar o desabastecimento de gás, o consumidor só deverá respirar aliviado a partir de 2009, quando a PETROBRAS começará a importar a versão liquefeita do combustível, o gás natural liquefeito GNE. Até lá o mercado brasileiro terá de conviver como oferta racionada do insumo que deverá chegar ao mercado a preços quase 50% mais caros. Como V.Ex^a avalia esse prognóstico? É sabido que o excedente das reservas comprovadas de gás natural da Bolívia já está comprometido com a Argentina. No início do ano os dois países assinaram o contrato pelo qual a Bolívia se compromete a exportar 27.7 milhões de metros cúbicos/dia a partir de 2010. Logo novas reservas teriam de ser descobertas naquele País, mas isso com se sabe levará anos. Em que medida essas afirmativas são fundamentadas? A demanda brasileira por gás natural cresce ano após ano. Qual o planejamento estratégico do Governo para gerenciar o problema caso as relações com a Bolívia venham se tornar novamente difíceis? E por fim, uma perguntada a V.Ex^a sobre o estágio de priorização do chamado Gasoduto Brasil Central, o gasoduto que ligará o ramal do gasoduto Campo Grande/Goiânia até Brasília.

A Dr^a. Maria das Graças, Diretora da área de gás da PETROBRAS, também algumas perguntas. Com pressa para produzir gás na Bolívia, a estatal brasileira poderá selar parcerias com as multinacionais. REPSOL, BRITISH GAS ou TOTAL. Empresas cujos projetos de exploração encontram-se em estágio mais avançado que os da empresa brasileira. No entanto, qualquer que seja o caminho do País para importar mais gás do vizinho andino, o aumento dependerá dos investimentos também na expansão da capacidade do gasoduto que já opera no limite. Fontes da própria PETROBRAS admitem que só em dois anos, tempo mínimo da ampliação do gasoduto Brasil/Bolívia será possível expandi-la a importação do insumo. Quais as

perspectivas para expansão do gasoduto do ponto de vista dos recursos necessários e do tempo exigido? A coordenadora do núcleo de energia da Fundação Getúlio Vargas, Goretti Pereira Paulo, afirma que como o mercado veicular responde por um máximo de 10% do consumo total de gás no Brasil, para assegurar o abastecimento das usinas térmicas, ou termoeletricas, o torniquete vai apertar principalmente a demanda da indústria. São evidentes as repercussões para competitividade das empresas brasileiras e como consequência da economia do País. Como o Governo e principalmente a PETROBRAS vão priorizar o abastecimento de gás? Diversos especialistas acreditam que a solução do mercado brasileiro a curto prazo são as usinas regaseificadoras de GNL que a PETROBRAS pretende erguer entre o fim do próximo ano e o início de 2009. Esse cronograma de implantação não leva em consideração eventuais problemas como, por exemplo, de licenciamento ambiental tão comum nessa área de infra-estrutura. Além disso, GNL deve chegar ao Brasil a preços superiores aos do gás convencional. Ainda assim, diante dessa alternativa até que ponto o Brasil deve correr riscos investindo na Bolívia. Mesmo que se reconheça que a demanda por gás natural excede a oferta disponível, como se justifica que a PETROBRAS corte o fornecimento tão abruptamente sem sequer dar as distribuidoras o tempo necessário para a implementação dos seus chamados planos de contingência?

Quando o Presidente Evo Morales anunciou a nacionalização, a PETROBRAS anunciou o Programa de Antecipação da Produção de Gás. Como está o andamento e principalmente o planejamento estratégico desse plano? E por fim, Dr^a. Maria das Graças, uma pergunta também sobre o gasoduto Campo Grande/Goiania/Brasília, o chamado Gasoduto Brasil Central. Nós queremos saber que nível de priorização há em relação a esse projeto. Agradecendo pela atenção, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para suas perguntas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marconi Perillo, Ministro Nelson Hubner, Dr^a. Maria Foster, Diretora de Gás e Energia da PETROBRAS, Srs. Senadores.

Ministro, o Presidente Lula classificou a crise energética porque passa o País de probleminha. V.Ex^a caracterizaria desta forma? Ele também afirmou que não vai ter crise energética. "Este País já tem energia garantida até 2012". Palavras do Presidente Lula. Gostaria de saber de V.Ex^a se V.Ex^a comunga deste pensamento, qual o embasamento técnico para que possa fazer tal afirmativa sabendo nós que todo o processo de geração de energia é processo de médio e longo

prazo, e que lamentavelmente, com as mudanças das regras houve uma retração do setor privado investidor. Chegou ao ponto de nos anos de 2003 e 2004 não ter nenhum estudo de viabilidade de usinas hidrelétricas. Caiu a zero o estudo dessas viabilidades. E nós sabemos que essa etapa é anterior e necessária ao processo licitatório. Ainda em função das mudanças das regras que existiam no passado e que estavam havendo investimentos na geração de energia, no período de 98 a 2002, foram licitados 10.236 megawatts, o que dá uma média de 2.047 megawatts/ano. Já no período de 2003 e 2006, foram licitados apenas 1.426 megawatts. Ou seja, 356 megawatts/ano. Ou seja, houve no entendimento dos técnicos e dos estudiosos nessa questão da energia e principalmente do setor produtivo uma falta de atenção do Governo no sentido de prever o futuro. Nós sabemos que a crise que está aí hoje instalada, que está reduzindo a produção nas indústrias porque a prioridade é para as termoeletricas, para o consumo dos automóveis, vai fazer com que o País diminua o seu nível de crescimento que vinha, graças a Deus, ao longo desse último ano, numa espiral de crescimento. Então nós corremos o risco de termos que envolver por não termos energia. Eu quero reafirmar isso porque eu represento o Estado do Pará. O Estado do Pará é um grande gerador de energia. E temos a maior hidrelétrica genuinamente nacional que é a Hidrelétrica de Belo Monte que o Governo não consegue colocar para andar. É muita conversa, muito estudo, muita discussão e o projeto está lá para gerar 11 mil megas e não se consegue fazer. Eu próprio tenho uma Audiência Pública aprovada aqui na Comissão de Infra-estrutura em que fiz o convite à Ministra Dilma, à Ministra Marina Silva do Meio Ambiente e não consigo fazer a Audiência Pública porque a agenda das Ministras sempre não encontra espaço para fazer.

Eu gostaria de saber se o Governo coloca como prioridade ou não Belo Monte, por que é que ela não avança na sua implantação. Eu estou levado a propor ao meu Presidente, Senador Marconi Perillo, que transforme o meu Requerimento de convite a convocação. Porque lamentavelmente nós estamos esperando há meses. Isso deve ter três ou quatro meses que essa audiência está aprovada e repetidas vezes as Ministras se dizem impossibilitadas de virem até aqui. Como isso é uma questão hoje que já é mais grave do que foi há quatro meses atrás e será mais grave daqui a quatro meses, porque a tendência é haver o agravamento da crise, eu acho que nós vamos ter, Presidente, de realmente de transformar o Requerimento em... De convite em convocação. O que já o faço agora, já encaminharei a V.Ex^a.

Gostaria também de saber, e isso já foi perguntado pelo... Acho que pelo Senador Casagrande, o Brasil vai retomar os investimentos na Bolívia. Quais as precauções, ou que tipo de garantias a PETROBRAS vai exigir do Governo da Bolívia para colocar reais de brasileiros, porque os reais que estão lá sendo colocados são de brasileiros acionistas da PETROBRAS para que no futuro eles não sejam novamente confiscados como o foram no passado. E com uma posição de fragilidade do Governo Brasileiro naquela altura. Lembro que o Presidente da PETROBRAS e o Presidente da República disseram que não haveria falta de gás para o Brasil e não haveria aumento do preço de gás. Aconteceram as duas coisas. Falta o gás, e o gás teve aumento. O que dificulta muito. Então eu gostaria de saber se a PETROBRAS vai investir na Bolívia e de que maneira vai investir e quais são as garantias que o Sr. Evo Morales dará ao Brasil? Porque ele não fará um novo confisco no patrimônio dos brasileiros.

Uma outra questão, aí a senhora... Essas questões com relação do gás eu gostaria de ter uma posição do Ministro e a Diretora da PETROBRAS. É sabido que o excedente das reservas comprovadas de gás natural da Bolívia já está comprometido com a Argentina. Eu não me lembro, acho que uns três anos atrás o Presidente Lula abriu mão de dois milhões de metros cúbicos que seriam encaminhados ao Brasil para atender a Argentina, porque a Argentina tinha a necessidade desses dois milhões. Então todo o a reserva da Bolívia, pela informação que tenho está comprometida com a Argentina. No início do ano, os dois países assinaram contrato pelo qual a Bolívia se compromete a exportar 27.7 milhões de metros cúbicos/dia a partir de 2010. Logo novas reservas terão ser descobertos naquele País. Acho que é isso que a PETROBRAS quer fazer. Descobrir novas reservas. Só que isso vai levar anos entre a prospecção, e o início de produção.

Então, como é que nós vamos vencer essa crise mesmo que o gás seja da Bolívia, ao longo desse prazo que é médio de três, quatro anos, para que possamos ter o gás necessário a dar continuidade. Isso não seria muito mais garantido fazer esse investimento aqui no Brasil? Na Bacia de Santos, na Bacia de Campos... Aonde realmente já sabemos que tem gás e o gás é queimado pela PETROBRAS. Talvez no passado a PETROBRAS não desse tanto valor ao gás porque estava muito mais preocupada com a produção de petróleo, e se despreocupou com a questão do gás. E hoje nós queimamos não sei quantos milhões de metros cúbicos/dia é queimado pela PETROBRAS nos postos de petróleo.

Uma outra questão, sabe-se que para assegurar o abastecimento das usinas termoeletricas vai correr

o risco de desabastecimento para a indústria nacional. Isso afetará a competitividade das empresas brasileiras, e como consequência a economia do País. O que o Governo pretende fazer para reduzir os prejuízos da indústria? Eu diria mais, não da indústria, mas os prejuízos da Nação brasileira.

Uma outra questão. O plano de negócios 2007/2011 anunciado pela PETROBRAS tem como meta ampliar a oferta de gás natural nacional no mercado brasileiro que passaria dos atuais 27,5 milhões de metros cúbicos/dia para 70 milhões de metros cúbicos/dia em 2011. Para isso a PETROBRAS deve investir em 17.6 bilhões de dólares no período. A minha pergunta é: Essa mega descoberta que vai tornar o Brasil membro da OPEP no futuro próximo, o poço lá, o poço de Tupi, vai... Está sendo considerado pela PETROBRAS também no caso do abastecimento de gás para atender essa demanda até 2011?

Uma última questão. Analista do setor estimam que em razão da falta de infra-estrutura gasodutos e seus ramais, o percentual de gás retirados dos poços, e não aproveitado, aquilo que eu me referi, subiu para 30.34% até maio. Enquanto a taxa para o mesmo período de 2006 estava em 27.93%. Época em que foram re-injetados ou queimados 13.46 milhões de metros cúbicos, o equivalente a 324 milhões de dólares. Atribuiu-se a esse desperdício a falta de planejamento do Governo que apesar do potencial de reservas de gás no País não se empenhou na construção de um gasoduto de grande porte exclusivamente nacional nos moldes do GASBOL. O Governo tem de fato culpa por esse desperdício? Ou seja, houve uma falta de planejamento, uma falta de visão de futuro no sentido de não se prever a três, quatro, cinco anos atrás essa questão da falta de gás e a necessidade de investir no gás brasileiro?

E por último, eu gostaria de ter de V.Ex^{as}. a posição de quando poderá chegar o gás no Estado do Pará. A Vale do Rio Doce tem investimento previstos só no Estado do Pará nos próximos sete anos da ordem de 30 bilhões de dólares, e já anunciou que vai deixar de investir no Pará para investir no exterior, por falta de energia. A mesma coisa a Alcoa está com uma mina de exploração de bauxita e pretendia implantar uma mina de redução de alumina, uma planta industrial de redução de alumina para alumínio e não o faz por falta exclusivamente de energia.

Então, eu perguntaria a V.Ex^a de que forma nós vamos poder segurar o crescimento do Brasil com a crise energética que era anunciada e negada e que está lamentavelmente acontecendo.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Manifestação do Senador Flexa Ribeiro, e passo agora para sua exposição e ao mesmo tempo também para as respostas a palavra ao Exmº Sr. Ministro Nelson Hubner, pelo prazo que ele necessitar.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: Senador Marconi Perillo, Presidente dessa Comissão, caros Senadores aqui presentes, os Senadores já se ausentaram, vou tentar fazer um resumo, aliás, a Senadora Serys já me adiantou aqui eu queria até fazer um histórico dessas questões ela já fez parte do histórico que já vou aproveitar aqui e vou tentar respondendo a medida que as questões são colocadas nessa exploração.

Uma realidade nossa, temos que saber disso, o Brasil é auto-suficiente na produção de petróleo, é auto-suficiente na produção de energia elétrica, mas o Brasil ele não tem produção de gás para atender seu mercado. É o único dos combustíveis utilizados no Brasil, das fontes energéticas utilizadas no Brasil que o Brasil tem uma dependência de importação. E isso é sabido de todos e por isso inclusive que começou com a iniciativa do Governo passado em 96 de se... A fazer o acordo com o governo boliviano para a importação de gás natural daquele País. Isso foi feito, foi implantado o gasoduto, e no início obviamente para viabilizar o gasoduto desses, como foi muito bem colocado pela Senadora, ou seja, foram feitos uma série de contratos inclusive baseados em usinas térmicas serem implantadas no Brasil que garantiriam os recursos necessários, quer dizer, a garantia financeira para a construção, implantação de toda essa infra-estrutura. Isso foi feito e o gasoduto tinha o que a gente chama de um *taker-pay*, a PETROBRAS usando ou não, por exemplo, no início por aquele gás ela pagava por aquele gás. Não existia um mercado de gás no Brasil, foi sendo criado esse mercado de gás a medida que tinha o processo de implantação, foi implantado o gasoduto, pagava-se pelo consumo do gás e não tinha o uso. Então se criou o mercado, o mercado industrial, mas sempre esse gás foi lastreado na implantação de usinas térmicas. Em especial com a crise energética do País ocorrida em 2001, se acelerou muito a implantação, quer dizer, um pouco antes quando se avizinhava a crise já anunciada, a implantação do PPT, Programa Prioritário de Térmica que realizou contrato de fornecimento de gás com uma série de térmicas no País, utilizando então esse gás importado. E aí eu responderia... Começaria respondendo até a questão que o Senador Casagrande colocou e o Senador Flexa Ribeiro também colocou sobre até a palavra do Presidente que a gente está vivendo um "probleminha" com gás.

Eu de fato o seguinte, não menosprezando o problema para o consumidor, ou seja, o consumidor dos veículos movidos a gás natural nos Estados do Rio de Janeiro, mas a gente entende que é um probleminha mesmo que aconteceu, eu acho que faltou realmente uma negociação mais ampla entre a PETROBRAS e as distribuidoras de gás em especial no Estado do Rio de Janeiro, para ajustar as demandas que essas empresas têm no seu mercado de gás com aquilo que elas têm de contrato com a PETROBRAS. Ou seja, nós temos uma realidade que é uma realidade de oferta de gás no País. Nós temos um volume de produção, que a PETROBRAS coloca no mercado em torno de 15 milhões de metros cúbicos de gás por dia e temos importação da Bolívia que podemos ter até o limite de 30 milhões de metros cúbicos por dia de gás. Com essa quantidade, se faz... São celebrados os contratos. Existem os contratos celebrados com as térmicas em todo o País e celebrados contratos com as distribuidoras em todo o País. O que aconteceu o seguinte, uma vez que existe contratos com as térmicas, todo mundo conhece como funciona o sistema elétrico brasileiro, o sistema elétrico brasileiro é um sistema que predominantemente é suprido por suas energias hídricas, ou seja energia de fonte hídrica, mas temos contratos com as usinas térmicas que exercem o papel fundamental de complementação da base hídrica que nós temos. E essas usinas todas são despachadas pelo que a gente chama de ordem de mérito, ou seja, são despachadas usinas pelo seu valor, pelo custo da sua energia. Todas essas usinas têm um valor declarado perante o sistema elétrico nacional e a medida que esse custo que foi citado aqui pelo Senador Marconi Perillo citou, essa semana está bem mais barato, 143 reais megawatt/hora é o custo de curto prazo de operação do sistema, então esse valor serve de referência para quais usinas vão ser despachadas. Ou seja, todas as usinas que estão abaixo desse valor são imediatamente chamadas a despachar. Então não deveria ser surpresa para ninguém quando os valores no PLD, o CMO que é o Custo de Manutenção e Operação, os custos de operação, chegou a determinados valores que essas usinas térmicas fossem chamadas a operar. Isso é a regra, é a mais natural condição do sistema elétrico brasileiro. Ou seja, quando atinge determinados patamares de custo, curto prazo dessa energia, quando acontece isso? Exatamente nos períodos onde nós temos o período de seca no País, nós estamos vivendo esse ano inclusive, o período de chuva ele demorou um pouquinho a começar, nós temos na nossa região toda a centro-oeste aqui, a região sudeste do Brasil houve uma estiagem um pouco mais prolongada no período de seca e os

custos realmente da energia tiveram valores mais elevados e todas as usinas são chamadas a despachar. O que seria absolutamente aí sim fora da normalidade seria como aconteceu em passado recente no Brasil que as usinas térmicas foram chamadas a despachar e não tiveram gás para seu despacho. Isso é que levou inclusive a toda uma negociação, a Agência Nacional de Energia Elétrica obrigou a realização de testes, inclusive já tinha feito isso no Governo até para a gente limparmos, ou seja, dentro do setor elétrico brasileiro todo aquele fornecimento ou contratos que existiam e que não tinham garantia do suprimento da sua matéria-prima fundamental, ou seja, do seu combustível, ou seja ele gás, ou seja ele óleo, ou seja ele a energia... as fontes hidrelétricas, ou seja, tudo que não tinha garantia vamos limpar isso aí para que tivesse uma situação absolutamente real em termos de fornecimento de energia do Brasil. Ou seja, os estudos que nós fazemos, os cálculos que nós fazemos em termos de garantia de fornecimento e riscos de déficit foram absolutamente realistas. Foi feito isso, foi feito um acordo inclusive da PETROBRAS com a Agência Nacional de Energia Elétrica onde ela garantia o suprimento de gás para um volume de térmicas. Se vocês olharem nós temos esse ano inclusive um volume de térmicas muito menor do que tínhamos o ano passado. Por quê? Porque não tinha gás suficiente para fornecer para todas as térmicas que estavam implantadas no Brasil. O que foi feito? Está sendo implantado, implementado um programa bastante ambicioso da expansão da produção de gás natural no Brasil, ou seja, a parte as negociações todas que a PETROBRAS está tendo com o governo boliviano, o esforço está sendo feito no Brasil é de ampliar a produção de gás natural no País. Nessa linha está o PLANGÁS, acho que depois a Dr^a. Graça vai detalhar um pouquinho mais os investimentos em cada uma das regiões, especial no Estado do nosso Senador, no Espírito Santo, vai ser um dos grandes supridores de gás nesse País, gasodutos que já estão terminando a construção, com a implantação realmente do PLANGÁS nós vamos ampliar de forma bastante significativa, ou seja, já no final de 2008 nós teremos uma ampliação de 24 milhões de metros cúbicos de gás produzidos no País, e em 2010 mais 15 milhões. Totalizaria com a produção nacional em torno de 55 milhões de metros cúbicos de gás por dia em 2010. Esse é o esforço que está sendo feito. E o que está se procurando fazer é ajustar. O que a gente tem colocado e tem colocado claramente, colocamos para a imprensa nos diversos momentos que aconteceu o problema de suprimento de gás em especial no Rio de Janeiro? É que as empresas, chamamos empresas para conversar, as empresas têm suas razões, a PE-

TROBRAS tem suas razões, o fundamental é que as empresas discutam e acertem esses contratos. Ou seja, tem um volume de gás que tem que ser contratos e contratos firmes. E as empresa vão fazer esses contratos firmes e que eles vão fornecer. A PETROBRAS fornecer para a distribuidora e a distribuidora fazer contratos com seus consumidores finais. Sejam eles indústrias, sejam eles consumidores de gás natural veicular, ou seja, toda a utilização do gás. Tem uma parcela de gás que a PETROBRAS pode oferecer para os seus... Para as empresas distribuidoras e as distribuidoras podem repassar para seus consumidores finais que pode ser colocados em contratos que chama de contratos flexíveis e contratos interruptíveis. Por que isso? Exatamente porque nós temos uma grande base de usinas térmicas implantadas no Brasil e essas usinas térmicas elas não vão operar o ano todo. Nós vamos chegar todo início de ano, por exemplo, no Brasil, quando tem um período antes do período de chuva, principalmente sudeste e centro-oeste brasileiro, onde estamos sobrando água, não tinha nenhuma racionalidade econômica se nós abrigássemos essas térmicas que tem o contrato elas gerassem consumindo gás enquanto nós jogássemos água fora dos reservatórios. Isso absolutamente não tem nenhuma razão ou racionalidade econômica. Por isso o sistema elétrico brasileiro ele é concebido de forma a atender isso aí. Então nós vamos ter uma parcela de gás que vai ser alocado para outros consumos, mas o que nós queremos é que tudo isso seja lastreado em contratos. Ou seja, os contratos firmes, ou seja, em contratos permanentes de fornecimento de gás com todas empresas distribuidoras, seja em contratos que podem ser interruptíveis ou flexíveis de modo que quando o cliente primário dele, o consumidor primário que são as térmicas que tem contrato de fornecimento de gás necessitem de gás para sua operação, elas terão que receber o gás para sua operação. Isso faz parte da normalidade. O que a gente vê, que falta é exatamente equilibrar e acertar esses contratos. Ou seja, a realidade nossa é que necessitamos de importação de gás. Não temos gás suficiente para atender um crescimento exponencial da demanda de gás. Por isso não tem sentido a gente trabalhar incentivando a expansão desse mercado de um combustível que nós não temos. Nós não somos auto-suficientes. A medida que expandimos realmente a produção de gás no Brasil já com PLANGÁS e no futuro, respondendo até uma questão colocada pelo Senador Flexa Ribeiro também, ou seja, o Campo de Tupi não vai fornecer gás para 2010. Vai ser campo para futuro para desenvolver todo o processo de exploração. Mas se no futuro tivermos de fato uma oferta de gás muito grande no País, aí sim a PETROBRAS

vai poder e todos outros produtores de gás no País estão atuando, a BG, PETROGAL, a REPSOL que estão ainda desenvolvendo as suas... Fazendo processo de exploração e vão desenvolver campos de gás no País, poderão oferecer contratos para distribuidoras e essas distribuidoras obviamente poderão ampliar o seu mercado de gás incentivando realmente o consumo industrial e outros consumos de gás no País. Enquanto isso não acontece o que nós temos que fazer é garantir que o gás usado no País seja todo ele lastreados em contratos realizados entre empresas distribuidoras e a PETROBRAS ou outro fornecedor. Essa é a questão que estamos colocando. Então a gente avalia que a gente não tem de fato... Quer dizer, uma crise. O que temos é uma realidade em termos de fornecimento de gás no Brasil, uma realidade em termos de produção, uma realidade em termos de importação que nós temos que adequar o nosso mercado a essa realidade. E temos que lastrear isso tudo em contrato. Hoje de fato isso aconteceu esse problema no Rio, tanto as empresas no Rio como em São Paulo elas têm um consumo maior do que aquilo que elas têm contratado. E em São Paulo, por exemplo, não houve nenhum problema. Porque a PETROBRAS já tinha feito uma negociação e levado a bom termo com a empresa de gás de São Paulo onde havia a previsão da utilização em torno desses contratos flexíveis e a medida que haveria a necessidade do fornecimento de gás para os contratos das usinas térmicas, aquelas indústrias fariam uma substituição do gás por outro combustível, como fizeram com óleo combustível ou outro elemento qualquer combustível, e a PETROBRAS e a empresa de gás do Estado tinha a forma de compensar esses custos das empresas de modo que ninguém ficasse no prejuízo. Isso foi feito e tanto que vocês não viram notícias de problema de desabastecimento de gás para indústrias do Estado de São Paulo. Teve problema mais localizado no Rio de Janeiro que tem uma característica diferente, com peso muito grande inclusive de gás veicular e é isso que a gente está procurando ajustar. Já fizemos reuniões com empresas do Rio, estamos fazendo reuniões com Governo do Rio, e vamos organizar reuniões no Ministério com PETROBRAS com todas as empresas distribuidoras no sentido de procurar ajustar isso para que o País tenha durante o período que desenvolve todas as suas bases de exploração de gás, ajuste ou novos contratos de importação seja através de GNL ou qualquer outro tipo de importação, mas que o mercado seja suprido e garantido através de contratos. E aí a gente entra um pouco na questão da Bolívia. Ou seja, acho que o Governo Brasileiro nós vivenciamos toda essa crise aí, agora uma coisa nós temos que falar aqui. Ou

seja, em nenhum momento de todo o problema de todas as mudanças que passou o governo boliviano e a gente como cidadão brasileiro que a gente não aceita que tenha interferência nas decisões políticas do nosso País, acho que a gente tem que respeitar a decisão também do povo boliviano que é referendado através de seu Congresso. Eles mudaram as condições de contratação de gás que é o grande elemento e riqueza daquele País. Eles mudaram e chamaram todas empresas para renegociar todos os contratos que eles tinham com aquele País. A PETROBRAS também foi chamada junto com todas as outras empresas que atuam naquele setor na Bolívia. As empresas renegociaram e com certeza se ainda não tivesse alguma vantagem econômica, vou deixar isso para a Dr^a. Graça responder, eu tenho certeza que a PETROBRAS não estaria continuando atuar na Bolívia. Ou seja, acho que ela com certeza deve ter perdido, ou seja, deixado de ganhar um pouco mais, poderia ter diminuído a rentabilidade desses contratos, mas não acredito que a PETROBRAS continuasse a investir na Bolívia ou estivesse nesse momento analisando alternativa de ampliar os investimentos naquele País se não tivesse rentabilidade para seus investimentos. A gente fala isso porque até mesmo no nosso País mesmo a gente sendo controlador da PETROBRAS, não é fácil a gente arrancar investimento da PETROBRAS onde ele não tem investimento. Passa por todos os crios da sua análise, das gerências técnicas da empresa e avalia a viabilidade de todos esses empreendimentos e se eles não tem retorno, não tem rentabilidade, a PETROBRAS não realiza investimentos. Então não acredito que ela esteja realizando isso. Mas vou deixar isso um pouco para a minha companheira Graça depois retornar essas questões.

Retornar algumas questões específicas aqui. O Senador Jefferson Peres, vou entrar numa parte das questões que o senhor colocou, a Dr^a. Graça depois pode detalhar pouco mais. Agora, a gente tem realmente uma reserva grande em Urucu, já detectada, avaliada, e tínhamos toda uma discussão que passou por anos em termos da construção do gasoduto Urucu-Coari-Manaus que enfim está se viabilizando. O que a gente tem de reservas determinadas e para o universo do contrato de fornecimento de gás para Manaus, a gente tem uma garantia, ou seja, do que a gente já tem de reservas já devidamente validadas para agências nacional do petróleo que tem uma garantia de fornecimento de 5,5 milhões de metros cúbicos por dia para o Estado do Amazonas até o final do fornecimento daquele contrato.

A avaliação nossa e agora estou falando das informações que a gente tem, não são... A PETROBRAS

pode colocar um pouco mais. A gente acha que no Estado do Amazonas como um todo tem muito mais reserva e tem muito mais potencial de gás. Mas obviamente a PETROBRAS jamais vai poder fazer um contrato de fornecimento de gás enquanto esses processos exploratórios não forem concluídos e forem devidamente validados todas essas reservas. Só a partir daí ela pode celebrar os contratos a medida que ela bota isso em desenvolvimento todos esses cálculos.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Eu gostaria de saber o horizonte de tempo. Quantos anos se esgotarão... é a minha principal preocupação. Se não forem descobertas... Desculpe a interrupção. Se não forem descobertas novas reservas.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: O contrato é... São 35 anos, não é Graça?

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER: [pronunciamento fora do microfone] não é o caso. O contrato que foi feito que justifica, que dá a rentabilidade da Constituição do gasoduto Urucu-Coari-Manaus a rentabilidade dele está embasada em negócios que duram 16 anos. Agora, as reservas, a produção do gás ela decorre de um conhecimento diário mais aprofundado da produção. Então toda a dinâmica de reservatório, todo o trabalho de manutenção, recuperação da produção isso vai colocando novos conhecimento daquelas bacias sedimentares e vão confirmando o potencial da área. Se vai ao longo dos anos ou ao longo do tempo você vai avaliando, percebendo outros sentidos geológicos que te levam para prospecção de áreas adjacentes e a bacia ela tem o potencial de ser significativamente maior do que é. Mas isso é um potencial.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: Agora, o fato é que o seguinte, enquanto não tivermos esse gasoduto construído com o consumo daquilo ali não tinha também nenhum incentivo da PETROBRAS continuar o investimento naqueles campos e continuar esse processo exploratório até porque você não tinha nenhum tipo de demanda para aquele gás. Então não tinha sentido dar esse investimento. A medida que nós temos esse gasoduto já implantado e uma demanda potencial para o Estado do Amazonas até por ser o parque industrial implantado naquele Estado com certeza os investimentos continuarão de forma mais acentuada e aí nós teremos um conhecimento muito mais adequado dessas reservas. Depois a Dr^a. Graça vai completar um pouco mais.

Voltando à questão e foi muito colocada a questão da Bolívia e por que é que a PETROBRAS está investindo na Bolívia e que tipo de garantia. Obviamente a PETROBRAS é uma empresa madura, bastante experiente, atuando em diversos países do mundo. O que ela está procurando fazer e negociando com o governo

boliviano são exatamente as garantias. Ou seja, que as condições que ela pactuar desses contratos derem toda a garantia do governo boliviano, dos meios jurídicos locais e que todas as condições serão respeitadas no futuro. Ou seja, que as condições contratuais sejam devidamente respeitadas. Isso que ela está fazendo nesse momento. E agora a gente pergunta: Aí o Senador Perillo inclusive colocou, depois de tudo que aconteceu na Bolívia, por exemplo, compensa para a PETROBRAS continuar e voltar a investir na Bolívia? Quer dizer, acho que essa pergunta vou deixar até um pouco para a Dr^a. Graça responder, mas volto naquela avaliação que eu fiz. Com certeza a PETROBRAS não vai investir na Bolívia se na avaliação que ela fizer daqueles investimentos tem oferta do governo boliviano, tem oferta de outras empresas que lá atuam para inclusive explorar alguns campos que já têm descobertas próximo aos campos que a PETROBRAS já explora. Então tem ofertas para explorar aqueles campos. Então ela vai avaliar isso aí, ou seja, quais são as condições dos contratos, quais são os retornos que ela vai ter, o valor disso aí, porque ela vai ter que celebrar contrato com a empresa boliviana que é a empresa que realiza o despacho do gás para outros países. Pela lei boliviana, ela que faz e comercializa essa venda. A PETROBRAS vai ter que ter a garantia de como é que vai ser comercializado. Em especial o seguinte, se ela vai atuar lá como produtora de gás, tá bom, vou pesquisar e vou perfurar um novo campo. Como qualquer outra empresa estrangeira vem e atua no Brasil. Ela vai ter que ter a garantia, tá bom, eu vou fazer o investimento e o preço que eu vou vender vai me garantir o retorno desse investimento. Essa que é a garantia que ela vai ter.

O Senador Perillo também colocou de que o consumidor brasileiro só vai respirar aliviado só depois de 2009 com a implantação de GNL, acho que mais que GNL a gente tem toda a implantação do PLANGÁS e a produção nacional de gás. O GNL ele dá muito mais a garantia até pela característica do fornecimento de gás interruptivo para as térmicas. Quando estou produzindo, por exemplo, na Bacia de Espírito Santo, esse gás como a gente não tem ainda instrumentos de estocar esse gás, e o gás a maior parte do gás brasileiro também campos sempre produzido associado com petróleo, eu tenho que estar produzindo e utilizando diretamente esse gás. O GNL não, ele vai permitir uma flexibilidade maior no tido de que o gás após ser fornecido para térmica, quando não estou usando, não tem problema. Não compro gás e o gás fica lá reservado, bonitinho em contratos que a PETROBRAS tenha garantido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a já tem uma perspectiva em

relação ao preço do gás brasileiro em relação ao GNL em relação ao gás da Bolívia? Já tem mais ou menos a expectativa?

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: As ofertas que a PETROBRAS já tem hoje, a Dr^a. Graça pode detalhar um pouco mais, mas o que a gente pode acompanhar um pouco mais até pelas empresas é que participaram dos leilões de energia elétrica [ininteligível] gás, já não está tão diferente. Ou seja, o gás você compra um gás desse aí através de GNL, vão ser gás como petróleo. Vão ser gás que vão ter custos variáveis variando com preço internacional medido por cesta de óleo ou pelo preço de gás medido no mercado americano ou quer dizer mercado internacional de maneira geral. Mas não tem variação aí vai ter período que vai variar de seis, oito dólares por milhão de metros cúbicos pode chegar a 10, 12, dependendo da época. Contratos que tenham sido oferecidos, oferecidos gás na faixa de oito dólares por milhão de metro cúbico o que é muito semelhante. Maior que o gás fornecido da Bolívia, mas também não está tão distante da realidade que embora falou aqui que o preço de gás da Bolívia não seria reajustado, o contrato de gás da Bolívia prevê o reajuste dos preços de gás com base numa cesta de óleo. Então sempre houve reajuste nos preços de gás.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O senhor não teme que o governo boliviano possa desrespeitar novamente esse contratos?

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: Não. Acho que inclusive o seguinte, uma coisa que a gente tem falado repetidas vezes, sempre, com todos os problemas que passou o governo boliviano, com as pressões políticas locais, agora nunca nós deixamos de receber o gás da Bolívia. Todas as quantidades contratadas foram respeitadas. Isso aí é uma realidade que nós temos que reconhecer. Foram mudadas condições como no Brasil e como qualquer País do mundo que tenha uma riqueza dessa, nesse momento que nós temos no país uma política nós sempre procuramos respeitar os nossos contratos. E temos feito aqui, nesse momento, por exemplo, nós tiramos o Brasil da nona rodada de licitação de blocos de exploração, uma série de blocos que estavam previstos para aquela área próxima, por exemplo, a região de Tupi. A Bacia de Santos. E isso não quer dizer que nós estamos mudamos alguma política. Até agora não mudamos nada. Não quebramos nenhum contrato, nada celebrado. Agora, é interesse da gestão política do País que isso seja feito. Então isso vai ser feito e acho que temos que respeitar o governo boliviano quando ele toma as ações respaldado nos interesses do seu País. Acho que isso a gente tem feito. Agora, cabe à PETROBRAS enquanto empresa

ela avaliar que se as condições que são oferecidas para desenvolver determinada atividade de um País, são permitem a ela ter o retorno para os investimentos que elas são feitos.

Agora, aproveitando a volta do Senador Flexa Ribeiro, ele questionou muito a questão de que muita dessa questão energética se deu em função das mudanças que houve no marco regulatório do País. E fez uma série de estatísticas inclusive a respeito de licitação de energia elétrica no País nos últimos anos.

Eu tenho uma visão bastante diferente, Senador. Eu acho que o problema, quer dizer, os ajustes que foram feitos, não acho que foram feitas mudanças radicais, modelo, mas feitas em especial para garantir o suprimento de energia elétrica no Brasil foram feitos exatamente pelos problemas que o país estava passando. A partir de meados da década de 90, o Brasil assim como outros países do mundo partiram para uma política extremamente liberal no tocante a questão de suprimento energético. Uma política que não previa planejamento do Estado Brasileiro para o suprimento de energia no País. E isso aconteceu que nos levou a uma terrível crise de suprimento de energia em 2001. Cujas consequências nós estamos vivenciando ainda. Cujas consequências, inclusive, justifica o fato de a gente não ter feito nenhum leilão para compra de energia em 2003 e 2004. E não fizemos por quê? Porque realmente foram feitas licitações em 99, 2000 e 2001 quando já estava na eminência e depois com a crise de suprimento de energia no País em 2001, foram feitas licitações para construção de usinas tentando suprir esse vácuo que o planejamento não tinha, porque não existia mais planejamento e não existia mais estudo de viabilidade, estudo de inventário conduzidos por órgãos centralizados dentro do Governo, isso deixou de ser feito no País. Então o que aconteceu? Foram felicitados um volume grande de usinas, quando nós recebemos o Governo em 2003, nós tínhamos 45 empreendimentos hídricos já licitados e que não tinha licença ambientais que não estava sendo implantados, que tinha problema com investidores, que nada disso aí andava. Hoje restam desse grupo três ou quatro usinas. O restante a gente conseguiu tocar os seus licenciamentos, resolver problemas com investidores, adequar os leilões depois de compra de energia para que eles pudessem vender os leilões e garantir contratos de venda de energia e esses leilões fossem a frente. Tínhamos uma realidade que 2003 então com a crise que houve em 2001, com uma redução brutal de energia no Brasil, que nós retrocedemos o nosso mercado de energia praticamente quatro anos, nós tínhamos oito mil megawatts sobrando de energia no Brasil em 2003. O que foi feito a partir desse ano foi

ajustar esses contratos, as empresas foram alocando essa energia, fazendo vendas tanto no mercado regular através de leilões quanto para as empresas grandes consumidores de energia que tem a liberdade de contratar energia que a gente chama de mercado livre que foi também uma exigência quando esse Projeto de Lei veio para o Congresso que existisse no Brasil um mercado que chama de mercado livre.

Então, quando... Eu chamei inclusive a Vale do Rio Doce quando a Vale do Rio Doce colocou a público dizendo que ela não investia no Brasil porque não tinha energia para ela, dizendo que quando se discutiu esse projeto aqui no Senado que todos os grandes consumidores fizeram uma pressão muito grande que nós queríamos de fato ter um planejamento e controle maior sobre a energia para esses grandes consumidores. Disseram que não, que seria uma interferência brutal, uma estatização no processo de planejamento e gestão do setor elétrico.

Então, o que foi feito foi o seguinte, foi criado no Brasil dois mercados: Um que a gente chama de mercado regulado e temos o mercado livre. Nesse mercado livre onde estão a Vale do Rio Doce, outros grandes consumidores, eles são responsáveis pela celebração dos contratos para garantir o atendimento das suas plantas. O que nós fazemos quando fazemos leilão como vai realizar agora no mês de dezembro para a Usina do Madeira, nós temos uma parte da energia que nós garantimos para fornecimento de todas as empresa distribuidoras, essas sim temos uma gestão absolutamente firme sobre elas. Todas essas empresas são obrigadas com cinco anos de antecedência declarar ao Governo a sua necessidade de energia para daqui a cinco anos. E nós realizamos a contratação de toda essa necessidade de energia. Com três anos de antecedência nós realizamos um ajuste e perguntamos de novo para as distribuidoras. Escuta, vocês têm necessidade de mais energia ou está sobrando? Está sobrando pode ajustar entre si. Mas controlamos cada megawatt que é contratado para as distribuidoras e se essas usinas que foram vendidas para atender esse mercado regulado se estão saindo no prazo e condições pactuada e vendida nos leilões. Agora essas empresas que fazem parte do mercado livre, nós temos até uma ação junto com elas e estamos permanentemente dialogando com essas grandes empresas até para definir, por exemplo, o volume de energia como agora do Madeira que vamos oferecer para esse mercado livre. Uma parte está sendo oferecida para esse mercado livre. Agora, elas que são responsáveis por contratação dessa energia. E nós não temos a obrigação para contratar a energia para atender a Vale do Rio Doce. A não ser que ela se declare

o seguinte: Eu quero receber a energia da CELPA lá no Pará e vou precisar colocar uma planta para o ano de 2013. E ela declarar essa necessidade de energia, nós estaremos contratando de forma centralizada a energia para atender a CELPA e por consequência a Vale do Rio Doce. Então a gente já fez as discussões com essa empresa, entendemos que hoje a gente tem um diálogo muito claro com eles e por isso eles estão fazendo, estão implantando usinas próprias inclusive lá no Estado e estão comprando as usinas e até realizando investimentos. Estão fazendo, eles são sócios da Usina de Estreito que está acontecendo agora, eles têm a Usinas de Santa Isabel que eles têm ainda de completar o processo de... Licenciamento ambiental para implantação do empreendimento. O que a gente faz no Governo é ajudar nesses processos mediando junto aos órgãos ambientais nesse processo de licenciamento, mas eles são responsáveis pela contratação de sua energia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro, pela exposição de V.Ex^a, parece que nós estamos no outro País. E não no Brasil. A crise é real. A necessidade entre a oferta e demanda está no limite de insegurança. Os investidores... eu tenho participado de várias reuniões do setor energia, todos os investidores se dizem sem condições de participar dos leilões e que isso que me referi aqui o fato de eles terem se retraído da participação nos leilões por falta de marco regulatório. Porque aquilo que existia até 2003 foi alterado. Então eles estavam aguardando esses novos marcos regulatórios e segundo a informação do mercado, é que ainda não há essa garantia para a efetivação do investimento.

Então, no caso da Vale do Rio Doce, o Presidente Dr. Roger Agnelli já várias vezes, não foi uma vez só não, inclusive a usina de Santa Isabel ela foi entregue de volta a concessão porque não se conseguiu viabilizá-la em função da falta de licença ambiental. Por que é que o Governo, aí eu pergunto a V.Ex^a, por que é que o Governo não faz o mesmo empenho que está fazendo para aprovar a CPMF, ele não faz o mesmo empenho para aprovar as licenças de instalação de Belo Monte, do Rio Madeira. Quer dizer--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite um aparte? Eu só espero que tenha melhor êxito do que na questão da CPMF no episódio da energia. Eu torço para ter melhor êxito porque eu não tô vendo a CPMF bem parada aqui. Então em matéria de energia a gente fecha com tudo que for bom para o País, aí não existe Governo nem oposição. A CPMF infelizmente há duas visões em choque e eu torço para que o Governo vá muito melhor em energia do que matéria de CPMF.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu... Senador Arthur Virgílio, eu não estou me referindo ao resultado do empenho. O resultado do empenho todo o Brasil já sabe que é contra a CPMF. Só precisa o Governo saber disso. Eu estou me referindo a falta... O mesmo empenho que ele está dedicando à CPMF, de chegar a nível de terrorismo, dizer que o Brasil vai deixar de existir se a CPMF não for aprovada, por que é que não usa essa força, essa vontade, essa determinação para resolver o problema de energia no País? Acho que está faltando isso. O maior exemplo disso é que eu agora pude verificar, Presidente, o Requerimento que foi aprovado por esta Comissão é de fevereiro de 2007. Do início do ano. E até hoje, Ministro, nós não conseguimos ouvir do Governo o que há com Belo Monte. Por que é que o Belo Monte não sai.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: Deixa eu explicar para o senhor um pouco mais. De fato acho que nós estamos vivendo em países diferentes mesmo. Porque os mesmos empresários que conversam com o senhor tem conversado conosco também. Nós estamos realizando todos os leilões para compra de energia, leilões para a construção de usinas, leilões para construção de linhas de transmissão e todos eles têm tido uma presença bastante forte dos grupos privados nacionais e internacionais. Não só que juntamente com empresas estatais tem participado de todos os leilões. Não acredito que estejam escondidos ou não... temerosos--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Qual foi o resultado do último leilão?

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: Os de transmissão acabamos de fazer semana passada--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, os de geração.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: De geração nós fizemos dois, três leilões esse ano. De fonte alternativa no mês de maio, fizemos outro leilão de--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Qual foi o resultado?

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: Contratamos 1.600 megawatts de usinas termoeletricas...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso que eu queria saber.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: Sim, mas eu vou explicar para o senhor por que é que é que nós estamos contratamos termoeletrica. A gente não gostaria disso não, Senador. Sabe por que é que estamos contratando usina termoeletrica? Porque desde a década 90 esse País não faz estudo de inventário, não faz estudo de viabilidade. Porque simplesmente acabou com o planejamento desse País. Então isso nós estamos retomando agora. Se o senhor olhar dentro do PAC, tem investimento para fazer estudos de mais 33 mil

megawatts de inventário e viabilidade. Agora, isso nós vamos levar três anos, quatro anos para complementar esses estudos. Porque isso foi parado no País. Isso foi parado no País. Aí isso agora nós estamos retomando. Isso se faz da noite para o dia. O senhor questionou sobre Belo Monte, sobre Santa Isabel. Santa Isabel como outras 45 usinas foram licitadas no governo passado sem as licenças ambientais. E tem empreendimentos que pode não ter viabilidade ambiental. Então porque nós estamos fazendo e estamos fazendo um esforço muito grande no Governo com a equipe permanente dentro do Ministério que o tempo todo relacionamos com órgãos ambientais estaduais, com órgão ambiental do Governo Federal que é o IBAMA, e tem sua independência de ação no sentido de obter essas licenças. E do grupo de 45 usinas que nós recebemos sem licença ambiental nós temos hoje três ou quatro usinas que estão pendente desse licenciamento. As outras usinas foram licenciadas, foram vendidas e entraram no leilão. O leilão de A menos cinco agora, metade das usinas foram contratadas foram usinas hídricas, a outra metade foram usinas térmicas a carvão, e de fato não é o que nós gostaríamos--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quantos metros de hídrica?

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: Foram em torno de 1000 megawatts de hídrica.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É suficiente?

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: É suficiente, absolutamente, Senador. Porque hoje nós fazemos o cálculo para a contratação dessa energia com base na declaração de necessidade de energia das empresas distribuidoras. Toda a necessidade de energia declarada pela distribuidora foi contratado com 20% a mais. Porque nós temos uma regra no leilão que quando a última usina contratada essa usina se ela é uma usina nova, ou seja, se eu tiver, por exemplo, precisando de 2.000 megawatts, já preenchi 1.900 megawatts, a última usina foi de 300, esses 200 megawatts a mais, o cara não vai construir só 1/3 da usina ela é contratada. Então nesse último leilão para contratar para 2012 tinha uma necessidade de energia nós contratamos quase 20% a mais em função desse aspecto que acabei de explicar. Então toda a energia que o País precisa até 2012 para atender o seu mercado regulado está devidamente contratada nesse País.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vou pedir uma audiência a V.Ex^a para que a gente possa conciliar os números, porque só a Vale do Rio Doce, só a Vale do Rio Doce está instalando três usinas termoeletrica cada uma de 700 megas. Só aí são 2.100

megas. O senhor acaba de dizer que 1.200 são suficiente--

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: Eu já expliquei para o senhor, eu vou repetir. Temos dois mercados no Brasil. O que a gente chama de mercado regulado e o que a gente chama de mercado livre. O mercado regulado é o mercado atendido para as empresas de distribuição no País. E elas são obrigadas pela lei que os senhores aprovaram aqui a declarar todos anos para o planejamento feito pelo Ministério de Minas e Energia toda a necessidade de energia que elas têm do seu mercado para cinco anos de antecedência e depois com três anos de antecedência. Nós ajustamos isso. Agora as grandes consumidoras de energia, as grandes empresas são parte do mercado que a gente chama no mercado livre. E elas são responsáveis por celebrar seus contratos de compra. E a Vale do Rio Doce pode optar para construir uma usina térmica como ela está querendo fazer no Estado do Pará a carvão mineral, ela pode construir usina como ela está construindo a Usina de Estreito que ela é dona de uma boa parcela da usina de estreito, participar e como ela vai entrar, agora que ela já declarou que ela vai entrar no leilão de Belo Monte associando com uma das empresas que estão disputando ao leilão, então ela está buscando a sua energia. Nós não temos a preocupação com esses grandes consumidores. Que esses grandes consumidores são empresas grandes, sérias, que tem seu planejamento próprio e que só trabalham no contrato de longo prazo. O que estamos muito mais preocupados hoje é ajustar até de pequenas empresas que participem desse mercado livre, mas que não têm a mesma estrutura, a mesma capacidade gerencial que têm esses grandes grupos. Que nós estamos procurando fazer é uma interação muito grande com essas empresas para que elas também se resguardem e tenham contratos de longo prazo celebrados. Porque nós não temos aquela sobra de energia que tivemos 2003 em função das condições que eu já coloquei e apliquei aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes do encerramento da exposição e das respostas de V.Ex^a, eu pediria alguma informação em relação ao nível de prioridade do Gasoduto Brasil Central. Interessa muito ao meu Estado, de Goiás, e a região do centro-oeste. Inclusive Brasília.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: A mim também interessa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu seria o próximo?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a terá a palavra pela ordem a seguir.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, quero me inscrever.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: Presidente, eu tenho também todo interesse até que já sou mais brasiliense do que mineiro, já estou erradicado aqui desde 78, fui Diretor de empresa de energia que hoje é empresa de gás aqui também em Brasília e tenho todo interesse de ter o gás. Eu acho que a gente como formulador de política energética do Brasil, a gente tem todo o interesse que o gás seja de fato um elemento combustível importante para a nossa matriz e que seja colocado em todo o País. E temos interesse de trazer até aqui. Agora, não tenho sentido realmente... enquanto nós não temos um ajuste desde que a gente colocou de demanda e oferta de gás no País, ou seja, não tem uma garantia da implantação de todo... Por exemplo, nosso PLANGÁS, de toda a produção de gás nacional ou os processos de importação, nós construímos um gasoduto para ficar faltando gás em Brasília. O que está sendo feito hoje é exatamente essa avaliação e ajustar o cronograma de implantação desse gasoduto que acho que é fundamental para o desenvolvimento de Goiás, dessa região de Brasília e passa, tem estudo passando inclusive pelo triângulo mineiro que também o estudo foi feito na região porque agrega muito a questão de mercado também porque se a gente não tiver mercado a gente não consegue viabilizar a condição de um gasoduto com essa extensão. Então isso continua dentro do planejamento. Acho que hoje nós temos mecanismos a medida que agora já voltou aqui para o Senado a proposta da lei do gás que daqui saiu, já passou na Câmara, já retornou para o Senado, está aqui nesse momento. Nós teremos muito mais mecanismo também para estar esses incentivos para a implantação. Nós teremos mais poder de indução desses investimentos nas áreas onde a gente julga que são fundamentais para o desenvolvimento do Brasil. Então acho que a medida que nós tivermos a aprovação da própria lei do gás aqui acho que dentro do Governo também teremos muito mais instrumentos para viabilizar a implantação não só deste gasoduto muitas outras regiões do Brasil que necessitariam de ter esse elemento combustível como forma de impulsionar essas indústrias, seu mercado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, essa Presidência agradece a exposição e as respostas do Exm^o. Sr. Ministro Nelson Hubner, e informo aos Srs. Senadores que o momento para inscrição para as perguntas já foi encerrado. Portanto, existem algumas inscrições e eu vou conceder pela ordem ao Senador Arthur Virgílio, ao Senador César Borges, ao Senador Augusto Botelho e Senadora Ideli. Para que depois a gente possa

ouvir a Dr^a. Maria das Graças que vai fazer uma exposição através do data show e ao mesmo tempo vai fazer também, vai dar também as respostas a todas as perguntas formuladas anteriormente. Com a palavra, pela ordem Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu gostaria de saudar a presença do ilustre Ministro, a Dr^a. Maria das Graças, e vou procurar ser objetivo. Eu tenho a impressão que... o Ministro contra quem eu nada tenho, e pelo sucesso eu torço, ou não me conhece ou tem uma impressão negativa a meu respeito. Porque imaginar que ia dizer aqui na minha frente tendo sido eu Líder do Governo passado, Ministro do Governo passado que estabeleceu um caos de planejamento fazendo V.Ex^a parte de um Governo que estabeleceu o caos aéreo, que tem 38 Ministérios, eu diria que 20 deles inúteis, absolutamente inúteis para acomodar arregos políticos, que não é capaz de compreender a necessidade de marcos regulatórios já está brincando de nacionalismo ultrapassado lá em Tupi. Tentando infringir a lei que foi aprovada em benefício inclusive da PETROBRAS a lei que estabelece a livre concorrência. Que levou cinco anos para compreender que tinha que privatizar as estradas. Enquanto isso o que morreu de brasileiro não foi pouca gente. Que ao mesmo tempo entende que governar é inchar a máquina, é aparelhar a máquina a serviço de um grupo político. O Presidente da República, de maneira brilhante, isso entra para o compêndio das frases brilhantes sobre a administração diz que choque de gestão é contratar pessoal. Isso chocou. Isso está sendo estudado como tese na École Nationale d'Administration Francese, está lá. Que diz que planejamento seria não saber dos escândalos. Não ter um mecanismo mínimo. Escândalo, escândalo, escândalo atrás do outro e não sabe de nenhum. Planejamento seria não cumprir prazo de entrega de obras. Planejamento seria... Vou pegar agora, V.Ex^a falou em licença ambiental, eu vejo verdadeiro pugilato entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério dos Transportes. Toda reunião que a bancada do Amazonas é convocada a participar para discutir a viabilização daquela estrada inviável que é a BR-319. Planejamento seria o Presidente da República dizer que considera um probleminha essa questão da energia simplesmente não vai faltar energia de jeito algum, nós sabendo que o PAC não é mais que um ordenamento que eu aprovo, um ordenamento de projetos, o PAC sem energia farta simplesmente dará em fracasso. Fracasso rotundo. Planejamento talvez seja, descoberto Tupi, se dizer que já se vai para OPEP. Já imaginei o Presidente com turbante, fantasiado de sheik árabe, a marcar preço do petróleo, quando uma figura que trabalhou no Governo dele e que eu discordo

em muita coisa, mas não dos conhecimentos porque ele conhece o assunto e eu não, Dr. Pinguelli Rosa diz que o que o Brasil está plotando e descobrindo em Tupi vai servir basicamente para o consumo interno. O Brasil estaria longe de virar um País exportador. Mas de repente o sonho, o delírio já faz do Brasil um País exportador. Ou seja, tudo pela mídia, pouco pela realidade. A realidade não tem nenhuma importância. O importante é a mídia, é o que vai se fazer aquele crime eufórico que não fosse a convicção que eu tenho de que o líder sindical com quem eu lutei lado a lado por democracia nesse País, esse líder sindical que hoje infelizmente elogia a democracia Chavista, eu fico imaginando que não deixa de se tentar criar um certo clima mussolinista. De repente o Brasil grande, ele já viu no que deu o Brasil grande anterior. Planejamento talvez seja Urucu. O governo passado havia o Governador de então contra Urucu. Ele queria balsas. Então não se resolvia e a questão ambiental foi sendo aplainada no governo passado. Eu entendo o Brasil como um processo. Eu considero, Ministro, da maior infelicidade, da maior mediocridade a gente não olhar o Brasil para frente. A gente fica para trás. Parece assim uma... Parece uma... Parece uma coisa a gente estar sempre reinventando, ganha o Governo e anula tudo quanto fez, enfim, e esse aqui não deu em desgraça porque tinha uma conjuntura internacional benfazeja e porque não desfez o que encontrou de política macroeconômica. Eu nunca deixo de louvar a sabedoria com que se houve no Ministério da Fazenda o Ministro Antônio Palocci. Mas talvez seja planejamento nós estávamos hoje discutindo mais investimento na Bolívia, sabendo que a Bolívia está comprometida com o que tem de reservas com a Argentina, e na necessidade de ter novos postos para poder quem sabe servir ao Brasil, sendo a Bolívia governada por quem é. Talvez planejamento seja nós não aprovarmos a lei do gás. Não temos empenho nisso e, portanto, acabarmos fazendo aqui, disse muito bem o Senador Flexa acabarmos fazendo aqui no Brasil a mesma coisa que a Bolívia esteja fazendo lá. Talvez planejamento seja a gente não ter hoje uma definição sobre se a gente toca para valer o PLANGÁS ou se a gente vai buscar o gás liquefeito na África, no Oriente Médio. Eu gostaria de dizer a V.Ex^a que eu estou aqui em busca de soluções para o País. E não desse cotejo, que eu considero, me perdoe, medíocre, de Governo para Governo que não ajuda no diálogo, não constrói, e mais ainda, eu fico assim... Eu não sou uma pessoa das mais vaidosas, enfim, mas me ofende na vaidade que eu possa ter V.Ex^a achar que eu ia ouvir isso calado, entendeu? V.Ex^a vem para cá me diz isso e eu seguro. V.Ex^a pensa que se a gente parece com animal, V.Ex^a de cara já me tira do rol dos

leões e já me põe nos cordeiros. Não posso. Não dá certo. Eu teria que dizer isso a V.Ex^a. Eu iria lhe prestar uma homenagem e até lhe dizer que eu tenho muito medo que partidos aliados tomem a sua vaga nessa história de lotear cargo para cá e para acolá porque eu gosto muito da figura do técnico presidindo, dirigindo um Ministério como esse.

Então, Ministro, não sei se planejamentos é aquela reunião que me depressei. Presidente Lula que é o líder natural da América do Sul e discutir Bolívia lá no território do Paraguai, se não me engano, cercado de Kirchner e cercado do nosso Bolívar rede vivo que como se a liderança não fosse nossa e como se ele tivesse algum poder de arbitrar aquilo. Reunião teria que ser convocada pelo Brasil e se apresenta aquelas pessoas, não tinha nada, Brasil e Evo Morales tinha acabado a história. E Brasil e Evo Morales com autoridade de um País que não nasceu para ser potência ofensiva, mas que é uma potência forte, expressiva na América do Sul. Um País que tem muito que ajudar os seus vizinhos, enfim.

Eu sinceramente lhe confesso que me decepcionei com a sua frase. Eu estava aqui para homenageá-lo, aí sai a frase que eu julgo que é a marca de um Governo que me faz desconfiar do Governo. O que complica minha relação com o Governo. É uma certa marca autoritária, e é uma marca que me parece assim que a gente sempre deve ter uma relação de desconfiança porque a gente não percebe sinceridade quando interlocução vem de lá pra cá. Eu já vejo... Eu com muita frieza eu sou capaz de dizer que o Presidente Lula impediu um desastre quando venceu as alas mais retrogradadas do seu partido que queriam fazer políticas econômicas que não dão certo. Aí eu dou muito razão ao Gustavo Franco. Não tem política melhor ou pior, só tem uma. É aquela que trata inflação com rigidez e que trata ajuste fiscal com rigidez. Num segundo Governo eu estou vendo plantada uma crise fiscal, a relação dívida pública/PIB. Já voltou a se deteriorar, o Brasil está ainda abafejado pela sorte internacional, parou de fazer as reformas, não está propondo reforma mais, eu já estou preocupado. Mas o desastre não veio e não veio porque o Presidente Lula teve a lucidez de encampar aquilo que ele encontrou. Quando alguém diz: Ah, mas as exportações cresceram. O pior se elas tivessem andado pra trás. Elas tinham que crescer. Elas tinham que crescer porque foi plantado um trabalho anteriormente para elas crescerem. Eu gosto muito de jogar para frente. O Senador Marconi Perillo me confidenciou ainda há pouco que está projetando uma grande Comissão Geral com a presença de V.Ex^a, com a presença do Dr. Gabrielli, com a presença do Ministro Mangabeira Unger que é quem cuida do planejamento. Para nós

discutirmos Tupi. Eu, por exemplo, tenho opiniões. Eu quero saber com que dólar eu... Com que valor de barril em relação ao dólar aquilo é uma realidade. Se o barril cai para 40, a gente tem que fingir que não tem aquilo lá. A gente sabe como é difícil extrair o petróleo da... Na área pré-sal, enfim. Agora, não estou aqui para torcer contra, estou aqui para torcer a favor. Mas sou contra a euforia. Resolvemos a história, aí aquilo já entra no sangue das pessoas. Isso não me parece democrático. Isso me parece meio facistóide(F). Democrático é falar a verdade para as pessoas. É a gente abrir mão do populismo. E eu devo dizer a V.Ex^a que eu sempre encarei com muito respeito a sua atuação de técnico. Torço para que V.Ex^a inclusive seja efetivado nesse Ministério por entender que V.Ex^a é do ramo. E como pessoa do ramo deve estar lá. É preciso se reservar e esse Governo faz mal isso, reservar alguns espaços para fora da negociação política. Mas se pudesse abrir mão desse cacoete, de comparar sempre a parte boa, ou seja, sempre tem uma parte boa que cabe ao Governo. E tem uma parte ruim que cabe ao outro. Aí o outro podia também fazer o seguinte, mas a culpa foi do... Pena, como é o nosso Presidente Pena, anterior. O... Afonso Pena. Aí o outro... Aí a melhor coisa é nós botarmos a culpa no Delfim Moreira que enlouqueceu. É fácil atacar o Delfim Moreira porque enlouqueceu no exercício da Presidência, é difícil alguém aparecer para defender a biografia dele, enfim porque ele descobriu que enlouqueceu, aliás, foi o homem que servia cafezinho que percebeu que ele não respondia mais coisa com coisa.

Então uma observação apenas isso. Eu queria saber de objetivo mesmo como está. Porque também aí o planejamento falhou. Urucu os prazos estão sendo furados uns após os outros. Eu queria saber como está a obra e qual é o prazo definitivo e também eu sempre digo em Manaus que não é para ficar com muita ilusão. Porque a gente sabe que aquilo ali é para dez anos, eu queria saber se V.Ex^a concorda, dez anos, quinze anos, não sei quanto, e que nós temos que depois pegar o gás do Rio Juruá e fazer ele chegar em Urucu para continuar abastecendo Manaus porque a troca de matriz energética me parece que é definitiva. Mas o planejamento está ali e falhou também. Porque disseram: Olha, vamos inaugurar. Não foi... não foi. [soa a campainha] Eu agradeço, Sr. Presidente, e vamos inaugurar isso em março eu já tenho convicção de que março eu não terei o prazer de estar lá para ver a inauguração porque também essa data furou. Se V.Ex^a pudesse levar o debate para o nível que me fizesse repor a imagem de técnico competente que eu tenho de V.Ex^a, eu sinceramente agradeceria. Porque

foi com esse objetivo de homenageá-lo que eu vim a esta Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Renato Casagrande como autor, pela ordem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Queria fazer primeiro uma observação política e segundo uma proposta de encaminhamento que eu estou preocupado que nós vamos perder a exposição da Dr^a. Graça Foster, que é importante para nós. Ela vai colocar os investimentos em gás no País.

Segundo, então assim, eu estou preocupado porque são uma e meia da tarde, 13h30, e daqui a pouquinho cada um tem seus compromissos a partir das duas horas em Plenário, em pronunciamento, em outras Comissões, em outras audiências, e a gente pode perder essa oportunidade. Segundo, eu Senador Arthur Virgílio não vi sinceramente nenhuma agressão, porque acabou ficando um debate entre o Senador Flexa Ribeiro e o Senador... E o Ministro Nelson Hubner em que o Senador Flexa Ribeiro argumentou que viviam em países diferentes. Isso provocou no Ministro a necessidade naturalmente de uma fala mais convicta com relação aos investimentos. Eu também entendo o Brasil como um processo. Acho que a política econômica que nós temos hoje teve início lá atrás no Governo Fernando Henrique Cardoso, no Governo Itamar Franco, Governo Fernando Henrique Cardoso como um processo. As coisas boas e coisas ruins foram divididas. Agora, há necessidade de se reconhecer que na política energética o atual Governo, ainda sob a liderança da Ministra Dilma, encaminhou ao Congresso uma política definida em lei que foi aprovada que ela deu um salto, um novo patamar no debate de política energética.

Então, eu compreendo que nós estamos em alguns casos positivos precisando de fato compreender que há um processo e há uma divisão de responsabilidade, até de ganhos, em outros casos um Governo que vem depois tem a oportunidade de aperfeiçoar o que o governo passado não fez. O Governo Fernando Henrique Cardoso teve um problema sério de apagão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Olha só, Senador Casagrande. A Ministra com a cabeça que tem vamos ser francos, foi responsável por sucessivos fracassos nos leilões de energia. Os investimentos não estão se apresentando. E se V.Ex^a concorda e V.Ex^a sabe da estima que tenho por V.Ex^a. que é um processo, se o Governo tal não apresentou e outro apresentou uma coisa, digamos, fantástica, é o processo, ou seja, coube a este fazer aquilo que aquele outro não fez por mil razões. Enfrentar 11 crises sistêmicas como fez aquele e este aqui não enfrentou nenhuma,

ou seja, se há um processo, então acabemos com a vanglória, essa história de nós apresentamos, vocês não. Porque amanhã vem o outro que vai ficar fazendo algo que eu vou condenar se eu estiver aqui. Não faça porque a gente tem que entender o processo. Então não dá para dizer que o Presidente Lula deixou de fazer não sei o que. Apenas isso. Eu tenho minhas queixas porque a Ministra Dilma não tem sido muito amiga do marco regulatório que atrai investimentos. Essa é minha opinião.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Ministro, eu não sei aonde está sendo rompido, onde não... Hoje existe um marco, existe uma política de investimento na área de energia no Brasil. Alguém pode discordar, concordar, mas tem uma política aprovada por esta Casa, por este Congresso Nacional. Então eu quero tirar um pouco desse debate aqui da política porque senão a gente começa... Tudo aqui no Senado parece que está sendo contaminado pela disputa partidária e política. Nós estamos num ambiente que a gente precisa ter efetivamente saber com clareza, eu sou membro da base do Governo, fui autor junto com o Senador Marconi Perillo que é da oposição, para que nós pudéssemos ver com clareza quais são os investimentos do Governo Brasileiro nessa área de gás, e na área de energia. Então é isso que nós estamos precisando nesse momento. Se nós ficarmos perdendo muito tempo aqui no debate político de governo passado, de Governo futuro, assim--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

[soa a campainha]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas não vamos responsabilizar só o Ministro porque também as perguntas o Senador Flexa Ribeiro é o Senador veemente. Você conhece o Senador Flexa Ribeiro mais do que eu. É veemente. Flexa ligeiro. É conhecido como Flexa ligeiro. Então ele foi veemente. Para o Ministro Nelson Hubner também não ser considerado como um cordeiro, ele teve que fazer a resposta como o senhor teve que fazer como Líder do PSDB da época. Acho que devíamos fugir deste tema. A gente para--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Peço a colaboração de V.Ex^a, concedo a palavra ao Senador Flexa que a requisitou com base no art. 14 do regimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Renato Casagrande, V.Ex^a incorre numa falha ao dizer, em outras palavras, que eu não fui cortês com o Ministro. Em outras palavras. Eu apenas... Eu não sou tão veemente quanto V.Ex^a. V.Ex^a o é muito mais do que eu. Muito mais do que eu com certeza absolu-

ta. Apenas eu disse ao Ministro que os números dele não eram os mesmos meus que eu tinha, através da Assessoria do próprio Senado Federal, através de informações do setor energético, tanto que eu pedi a ele uma audiência para que a gente pudesse discutir isso lá no gabinete. Porque os números dele não sendo os mesmos meus, nós estamos em países diferentes. Eu até espero que os dele sejam corretos e os meus não. Porque eu quero que o Brasil vá para frente, progrida, cresça. Isso que nós temos aqui. Em nenhum momento eu entrei na questão político-partidária. Porque essa linha de raciocínio e de discussão não é nossa. É do Governo. Sempre que busca alguma justificação ele vai buscar o passado para poder se justificar do presente.

Então eu acho que V.Exª tem razão, o mundo não começou em 2003, o Brasil não começou em 2003, o Brasil foi descoberto em 1500 e nós temos que dar crédito desde Pedro Álvares Cabral. Tudo que foi feito de bom e de errado desde lá. Então só esse ponto aí.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Srªs. Senadora, nós ainda temos a exposição da Drª. Graça Foster, mas existem três Senadores que pediram a palavra pela ordem já que o processo de inscrição foi encerrado. Eu indago aos ilustres Senadores se eles desejam usar da palavra pela ordem. Está inscrito o Senador César Borges, depois a Senadora Ideli e por último o Senador Augusto Botelho. Com a palavra o Senador César Borges, pela ordem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu agradeço, Sr. Presidente. Duas indagações bastante rápidas. Talvez já tenha sido feito aqui. Mas a Drª. Maria das Graças Silva Foster que é responsável pelo setor de gás e energia, eu quero saber exatamente a política de gasoduto que a PETROBRAS hoje enceta para o País, porque temos uma carência enorme de gasodutos e me refiro de forma específica ao Gasene. Que é um projeto que já se fala aí há anos. Eu cheguei aqui no Senado e já se falava no Gasene e eu gostaria de saber qual a perspectiva de início e conclusão dessa obra que é fundamental para o meu Estado, a Bahia, para o abastecimento de gás de todo o nordeste e posteriormente até chegando ao Estados do Piauí e do Maranhão como também o gasoduto que sairia de Fortaleza para esses dois Estados.

Então, da sua exposição que contemplasse essa situação da Gasene. E com relação ao Ministro, Hubner, que ele está no momento aí conversando com o Senador Arthur Virgílio, que está se despedindo dele, apenas porque a afirmativa hoje no Estado de São Paulo de que o Ministro disse que não aconselharia a

conversão de motores para GNV. Ora, até agora nós trabalhamos incentivando. As empresas estaduais de gases expandiram sua rede, fizeram os postos de abastecimento da GNV para facilitar a vida dos taxistas. Quer dizer, isso vem numa deficiência, isso é reconhecido pelo Presidente da PETROBRAS da falta de gás para abastecer aqueles que acreditaram nessa nova matriz energética.

Então, qual é a posição hoje? É desestimular o uso do gás? Já passa a ser essa a disposição do Governo Federal? Do Ministério de Minas e Energia? Há uma crise efetiva? Está reconhecida? Ela será enfrentada com o aumento dos preços do gás que é algo que seria extremamente também danoso e penoso para aqueles que acreditaram. E veja bem não quero caracterizar aqui de forma nenhuma período de Governo. A política de Governo que vem desde o governo passado foi mudar a matriz energética paulatinamente para o uso do gás. Isso foi incentivado. Agora o gás será só para as termoeletricas. Tudo bem. É justo. Agora, é injusto com aqueles que acreditaram na política governamental que não é deste Governo, mas que já vem desde o Governo anterior, mas já foi mantido nesse governo na mudança da matriz energética. Era isso, Sr. Presidente, sem querer maior delongas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, uma pena que o Senador Arthur Virgílio tenha saído, porque eu já desde ontem estou querendo fazer um registro no Plenário, queria fazê-lo na sua presença, mas V.Exª como aprovou rapidamente que nós deveríamos realizar a reunião para debater a questão das concessões de rodovias, acho que é um bom exemplo. Nós tivemos uma forma de operar concessão de rodovias. Agora nós tivemos um outro modelo, outro parâmetro, outro critério. E já em seguida o próprio Governo de São Paulo alterou fruto até do bom resultado que teve o valor pequeno do pedágio obtido num outro modelo que é obviamente não se pode comparar que são modelos diferenciados, eles têm que ser, mas se absorve. Se absorve as mudanças. O próprio Governador de São Paulo absorveu a mudança e baixou o valor da autorga e colocou como critério também a questão do menor valor do pedágio. Acho que seria bastante interessante a gente poder dizer que essa história de levar cinco anos, mas quando a coisa é boa, quando a coisa se comprova como algo positivo melhor para o País, melhor para a população que vai usufruir do serviço, ou da concessão, seja lá, eu acho que todos nós temos a obrigação de nos aperfeiçoarmos, de evoluirmos.

Agora, o que eu queria colocar um pouco é o seguinte, a questão do planejamento ela é algo fundamental. Nenhum País com a dimensão do Brasil, com o potencial do Brasil pode sobreviver a uma década sem um planejamento de curto, médio e longo prazo. Isto é óbvio, é imprescindível. E eu quero colocar o seguinte. Nós tivemos alguma dificuldade de entender determinadas questões que sobreviveram do contrato feito do gás com a Bolívia. Eu, por exemplo, eu nunca consegui entender por que é que se pagava sem consumir. Por que é que no contrato tinha esta cláusula? Ou seja, se pagou durante muito tempo sem se consumir o gás. Se abriu licitação para termoeletrica sem ter a garantia nem do financiamento nem do abastecimento. Nem da licença ambiental. Teve usina termoeletrica que não tinha gasoduto. Então algumas coisas que aconteceram acho que demonstram que teve algo que precisaria ser melhor adequado, melhor planejado eu diria até para tudo que nós fizemos. Agora, tem algumas coisas que estão em andamento que o que nós fizemos antes precisa ser bem avaliado se foi certo ou se foi errado, para que a gente possa da mesma forma como o Governo de São Paulo rapidamente absorveu as mudanças parâmetros de concessões de rodovias para a gente não cometer novos equívocos.

Então, é o seguinte, eu não tenho dúvida que melhor local a curto prazo para se tirar gás é na Bolívia. Porque está lá. Então, tem uma discussão, precisa ver em que parâmetros essa discussão vai acontecer. Porque nós temos demanda de gás urgente. Então, Bolívia... Agora, nós temos potencial de exploração de gás. De abastecimento com gás produzido. Então, o que é que está planejado em termos desta repactuação do contrato para a gente poder tirar ou suprir a nossa demanda de gás rapidamente com a Bolívia? O que tem de planejamento efetivo e de investimento para que nós possamos usar o gás retirado do próprio território brasileiro, e em que pé que está, em que termos que está o tal do plano de contingência, que eu chamo assim, não sei se assim que a PETROBRAS chama, o Ministério chama, que é a história de poder adquirir no mercado internacional o gás natural liquefeito através dos procedimentos dos pontos de injeção do GNL através dos navios, eu sei que, por exemplo, lá na Bacia de Guanabara está em andamento a obra, em Pecém está em andamento a obra, a Dr^a. Graça nos informou numa audiência recente que a compra do terceiro navio já estaria em fase final. Eu estou muito angustiada porque eu quero, não posso deixar de querer a confirmação de que o terceiro ponto será em São Francisco, lá em Santa Catarina, para abastecer o gasoduto do sul do País. Então estas são questões que eu acho que valeriam a pena a gente poder trabalhar.

A gente poder ter as informações. [soa a campainha] O que é que tem de possibilidade com a Bolívia, de possibilidade de investimento e prospecção no território brasileiro, e qual é o potencial que nós temos desse plano de... Do GNL.

E por último, eu queria ainda colocar o seguinte. Eu tive inclusive a oportunidade de fazer a declaração. Porque eu vi muito comentário a respeito de... Houve um probleminha de faltar gás lá no Rio. Eu quero dizer o seguinte, Santa Catarina é um Estado que o gás ele é insumo imprescindível para vários setores. Por exemplo, o setor cerâmico, em Santa Catarina, todinho é movido a gás. Nós não tivemos falta de gás. Eu não ouvi falta de gás no Estado de São Paulo. Então, até que ponto o problema ocorrido no Rio foi um problema mesmo de crise de gás, ou foi um problema da distribuidora do Estado do Rio de Janeiro, já que é quem distribui o gás são as Companhias estaduais e não a PETROBRAS. E até que ponto o preço do gás, que eu quero dizer... que a gente acompanha lá em Santa Catarina, o preço do gás que as nossas empresas elas pararam de reclamar faz pelo menos três anos do preço do gás. Quando o empresário para de reclamar, é porque o preço está bom. Porque se tiver mais ou menos a reclamação já é bem forte. [soa a campainha] Então, pela experiência que eu tenho do setor empresarial de Santa Catarina acho que temos um problema sim de gás. O preço de gás está atrativo. Está atrativo inclusive para substituir a gasolina e o álcool. Por isso que essa questão do preço pode estar influenciando.

Então seriam essas as questões, e Senador Marconi Perillo, eu fui informada aqui pela minha assessoria que o Senador Flexa Ribeiro fez uma proposta de uma conversa, de uma continuidade com o Ministro Hubner... Uma audiência. Se isso acontecer eu faço toda questão de acompanhar o Senador Flexa ligeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu também gostaria de acompanhar e o Ministro responder a esse respeito. Também irei. Pela ordem o Senador Augusto Botelho, logo vou passar rapidamente ao Ministro para responderem rápidas pinceladas as questões que foram colocadas em relação a ele e aí já passo à Dr^a. Graça Foster que já está aqui há três horas esperando a sua vez.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Ministro é o Estado de Roraima. Nós não fomos incluídos no plano energético 2007 e 2011. Entramos em contato, disseram que estão fazendo um estudo hidrológico do Rio Branco que deve durar dois anos, terminaria entre 2008, 2009, depois estudo de viabilidade mais dois anos, terminaria em 2011, e cinco anos para construir uma hidrelétrica. Nós em Roraima temos o

contrato até 2017 com a nossa energia elétrica vem da Venezuela. Nós gostaríamos de ser incluídos nesses programas todos.

Outra questão é em relação que ele falou do Gase. Gase vou falar do meu gasoduto que vem da Venezuela. Nós ficamos brigando, preocupado com a... A minha líder só fala na Bolívia. Na Venezuela nós temos gás mais do que na Bolívia. Acho que mais do que na Bolívia. E o gás está disponível para vir para cá. E o Chávez não é a Venezuela. O Chávez é um Presidente... temporário. Vai passar lá... Talvez demore... [risos] Mas não é. E o Chávez faz a maior confusão, briga com os Estados Unidos, reclama, xinga, mas nunca diminuiu um barril de petróleo de venda de fornecimento para os Estados Unidos.

Então, quer dizer, se a gente for ligado à Venezuela, pelo gás, nós não vamos ter problema de...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Ex^a está falando do hermano Hugo Chávez? Sendo do PT? Não faça isso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É importante a Venezuela para o meu Estado e para os Estados do norte, do extremo norte. Eu fico chateado quando começa a criticar e querer que não entre no Mercosul. Tem que entrar no Mercosul. O Brasil... Roraima é Brasil também. Amazonas é, Amapá, Acre, nós somos do Brasil também. Então nós temos interesse que a Venezuela entre no Mercosul. E vamos defender, lutar com isso. Não concordo com a metodologia do Chávez. Eu sou um democrata. Mas--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então V.Ex^a sabe que a condição primeira para entrar no Mercosul é que haja plena democracia.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sabemos que é plena democracia. Mas por causa da plena democracia nós vamos ficar fora do... Essa aqui não é uma discussão para cá. É o Flexa ligeiro querendo fazer confusão. Eu quero só a resposta em relação ao problema energético de Roraima. O Pará tem muita energia não precisa entrar no gasoduto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Augusto, muito obrigado. Agora não vou conceder a palavra mais a nenhum Senador para que a gente possa concluir esta audiência que na minha opinião está sendo muito produtiva, apesar dos debates paralelos que também são interessantes.

Eu queria aqui colocar em votação, submeter a votação o aditamento de um Requerimento do Senador Flexa Ribeiro, que é o Requerimento nº. 03/2007. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

E gostaria de dizer... De responder a Senadora Ideli Salvatti que meados de dezembro agora nós estaremos confirmando a audiência para debater as concessões. Com muito prazer.

Com a palavra o Ministro Nelson Hubner para suas considerações finais, logo a seguir a Dr^a. Graça.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: Só colocar algumas questões. Primeiro, Senador Flexa Ribeiro, será um prazer recebê-lo lá. Até porque a gente quer desmistificar. Que acho que também a gente passa a metade do tempo respondendo para os amigos da imprensa aqui que todo dia tem alguma consultoria especializada que fica colocando números diferentes na imprensa e tudo mais. Acho que no Brasil eu tenho colocado sempre que às vezes eu evito ficar discutindo números colocados para as pessoas que não são habilitadas pela legislação brasileira, todos os instrumentos regulatórios que a gente tem no País responsáveis por dar essas informações. Por exemplo, todo dia se discute o risco de déficit 5%, 10%, 15% e vem querer que a gente discuta isso. Eu falo o seguinte, não foi criação do Governo da gente, nem nada, no Brasil tem uma operadora nacional de sistema, tem uma câmara de comercialização e o operador é responsável inclusive para avaliar todas essas questões e operar o sistema a curto prazo. Então quando vem discutir comigo: Escuta, eu quero discutir se os dados do operador nacional de sistema são corretos ou não. Se alguém tem dúvida... porque ali, o seguinte, eu quero discutir os dados dele. Porque ele é o órgão responsável para operar o sistema elétrico brasileiro, é o órgão responsável por fazer as previsões até cinco anos de todos os riscos que se tem no País.

Então, nós acreditamos nessas instituições porque eles respondem. Ou seja, um consultor qualquer aí que me perguntar, ou se tem perguntar na rua um consultor: Vai faltar energia? Não, o risco de déficit tem 25%. Mas se o risco de déficit não está, não tem nenhuma consequência para nenhum consultor. Agora o operador tem. O operador nacional de sistema quando ele faz todos esses cálculos dele ele define todos os valores, os custos de operação, isso aí ele define que usina vai operar, que usina que não vai operar e alguém vai pagar por esse custo. Ou seja, se ele então estimou um risco maior do que o real, ele vai colocar um custo mais elevado, vai aumentar o preço, o custo da energia e com isso uma usina vai gerar que não precisaria e alguém vai pagar a conta.

Por outro lado, se também... Não, vamos ameaçar o povo brasileiro, vamos falar que o risco é baixinho, mas não tem, ele também vai pagar. Porque outros vão deixar de gerar e aí vão cobrar do operador. Então lá na assembléia do operador ele tem representação

de todas as empresas, todos agentes que trabalham e operam no sistema brasileiro são presentes e fazem parte daquele grupo ali sim fazem parte dessa Assembléia.

Então, com certeza cada ponto, atuação desse órgão quando ele emite qualquer plano desse curto prazo, emite-se os planos mensais, anuais ou trianuais de operação ele tem repercussão. Ou seja, aquilo que não tiver correto ele vai ser cobrado pelos próprios agentes que fazem parte de sua Assembléia. Então o que a gente quer, acho que no Brasil tirar um pouco dessa questão de ficar discutindo o que o fulano acha, que beltrano acho e cobramos das instituições que no Brasil que são credenciadas para cumprir essas funções. São situações inclusive independentes e controladas pelos agentes.

Só algumas questões só que o Senador César Borges colocou, até declaração minha, primeiro do Gasene vou deixar para a Dr^a. Graça vou deixar para ela colocar que já não deixo ela falar a quase duas horas. E ela vai detalhar um pouco mais até esses investimentos todos e nosso Gasene vai sair que não é interesse só dos nossos amigos baianos, mas todo o Brasil. Que acho que ele vai melhorar muito a situação toda de circulação de gás para norte e para o sul. Ela vai te dar o calendário todo bonitinho aqui agora. Mas agora, enfim, todas as licenças já foram obtidos, tá tudo certinho, ela vai te dar o cronograma e de fato vamos começar as obras mesmo. Boa parte dos gasodutos estão todos eles adquiridos, comprados há muito tempo. Então está tudo prontinho agora ela vai detalhar um pouco mais. Então deixa a Dr^a. Graça falar. Que ela está aqui ouvindo, discutir aqui duas horas aqui.

A questão do GNV que ele colocou, isso são os meus amigos jornalistas que estão aqui que adoram tirar da gente aquilo que a gente não quer falar. Então eles ficaram quase uma hora em cima de mim... Escuta aí, mas e o GNV? Há uns três anos atrás, a situação que a gente colocou é o seguinte. Primeiro, a gente não faz política para desenvolvimento das indústrias de gás nos Estados. Ou seja, constitucionalmente a distribuição de gás ela é estadual e os Estados definem as suas políticas, empresas distribuidoras de gás criam esse mercado. O que a gente sempre defendeu e colocou é que houvesse contratos firmes de gás e distribuidora e os fornecedores. Seja a PETROBRAS e qualquer outro fornecedor. E continuamos defendendo isso. Então o que acontece? A avaliação nossa é o seguinte, que nós não temos, não precisamos de ninguém ser... Isso dá muito para ver isso, ou seja, o Brasil começou a implantar uma indústria de gás brasileira a partir da importação da Bolívia. Nós não tínhamos produção de gás. Estamos crescendo rapidamente nossa produção.

Mas ainda não temos produção suficiente para atender. Se eu liberar aqui hoje para o Brasil, vou colocar gasoduto para todos os Estados e oferecer gás veicular para todos consumidores brasileiros, todo mundo vai correr. Porque ele tem um preço mais atrativo do que a gasolina e mesmo que o nosso álcool. Mas o que vai acontecer? Nós não vamos ter o gás para oferecer nem para eles e nem para utilizações mais que eu julgo mais importantes para nossa sociedade. Como as indústrias de cerâmica, a Senadora Ideli colocou, outras indústrias de transformação que nós temos em todos os Estados, indústrias que tem lá no Amazonas, ou no Estado de São Paulo que a gente acha que são utilizações mais importantes, mais ricas e que dão mais retorno em termos de emprego e desenvolvimento do País, ou seja, do que é o GNV. Então quando eu quis colocar, eles ficaram o tempo todo me apertando, a gente não está colocando isso como prioridade, mas o fato até que alguém perguntou: Você transformaria seu carro? Não, não vou transformar meu carro para gás, não. Aí saiu em todas as manchetes que estão nos jornais aí. Só dois jornalistas que escutaram respondendo. Mas todos eles acho que como se comunicaram todo mundo ficou sabendo da resposta. Então de fato a gente... Quer dizer, não definimos... As políticas têm uma interação grande com os Estados, eles trabalham nisso, mas nós julgamos que enquanto a gente não tem totalmente equacionada a questão de produção do nosso gás nacional, tirarmos a nossa dependência, temos as nossas plantas de GNL que ela complementa e fornece o gás principalmente para nossas térmicas, pela variação que elas têm de densidade de gás ao longo do ano, nós não fazemos nenhuma propaganda e não gostaríamos que expandisse esse mercado. Porque ele é fácil demais de expandir, se oferecer as pessoas vão transformar seus veículos e vai crescer muito rapidamente, e--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: O que a gente está colocando é exatamente o seguinte, é que aí são políticas dos Estados e nós não interferimos. Estamos discutindo com os Estados pelo menos não dar incentivos para que se expanda. E se vai expandir, nós queremos que as empresas distribuidoras, porque elas são responsáveis por isso, que elas tenham contrato para fornecer esse gás. Porque elas são responsáveis em última instância para fornecimento. Então que elas não criem instrumentos. Agora, se elas não saírem colocando, espalhando postos de combustíveis para vender o GNV ela vai conseguir restringir aquilo que ela tem contratado. Agora, no momento que tiver o contrato de fornecimento [soa a campanha] com a

PETROBRAS ou com outras empresas ela pode oferecer o seu gás à vontade.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, um pouquinho de paciência. Ministro, as filas vão se multiplicar porta dos postos se não for ampliada a rede. E o que eu ouvi do Presidente da PETROBRAS que ia aumentar o preço do gás. Porque hoje ele está extremamente competitivo e você não vai conseguir barrar que a pessoa faça a sua conversão. Ela vai fazer. Agora, vai fazer e não vai ter gás na ponta? Acho que aí é olhar com um pouco mais de pragmatismo essa questão. Por aí não resolve. Eu gostaria de saber se há uma outra política que deixar com as empresas estaduais a decisão disso...

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: A legislação nos-
sa é essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu gostaria de pedir ao Sr. Ministro que respondesse também aos questionamentos do Senador Botelho. Roraima.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: Roraima com certeza faz parte do mapa do Brasil e está incluído no nosso planejamento, Senador. Realmente a gente tem o fornecimento de energia a partir da Venezuela, temos gerações térmicas lá. O grande esforço que estamos fazendo em termos de planejamento é integrar o que a gente chama da parte da área isolada do sistema energético brasileiro e aí está incluindo Roraima, Rondônia que já está sendo feito, especial Amapá, Roraima e Amazonas que já estão na parte isolada e tem todo o planejamento da construção da linha de transmissão que interliga e integra totalmente o Estado de Roraima do restante do País. Enquanto não temos essa complementação nós temos o planejamento ainda como sistema isolado no sentido de atender todas essas demandas. Agora, o próprio gasoduto, ou seja, nós continuamos fazendo avaliação, a PETROBRAS o Governo está fazendo essa avaliação... Agora, tem uma série de informações e dados que são imprescindíveis para termos essa avaliação. Ou seja, quais a oferta de real de gás que a Venezuela oferece, que quantidade, quais os preços... Mercados de gás que tem na própria Venezuela trecho que vai fazer parte do gasoduto... Quer dizer, nós temos uma Comissão Permanente que está estudando e avaliando essa questão do gasoduto e se ele se mostrar viável no ponto de vista de suprimento de gás em especial para a região norte e nordeste brasileiro, ele será implementado. Se ele não se mostrar viável obviamente não será feito. O que nós estamos fazendo nesse momento são essas avaliações.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a atenção do Exmº. Sr.

Ministro. Gostaria apenas de lembrar à Secretaria que o Requerimento que acabamos de aprovar de autoria do Senador Flexa Ribeiro transforma... adita ao Requerimento nº. 3/2007, a convocação das Ministras Dilma e Marina para debater a Usina de Belo Monte.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, só fazer uma ponderação. Nós temos tido... Pelo menos desde que eu estou aqui no Senado, sempre trabalhado na lógica e na linha de convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É porque desde fevereiro que o Senador insiste. O Requerimento já foi aprovado, Senadora Ideli. Se as Ministras preferirem vir... A senhora é testemunha da forma ariana que eu tenho trabalhado nessa Comissão. Nós temos sempre convidado, mas as Ministras ainda não aqueceram...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso que eu gostaria de propor. Em vez de aprovarmos a convocação, eu quero ficar como responsável das tratativas com as duas Ministras para que elas possam se encontrar em agenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Requerimento já está aprovado, eu vou deixar de encaminhar o expediente de convocação até que V.Exª possa dar uma resposta a mim e ao Senador Flexa. Dando um voto de confiança a V.Exª.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem dúvida nenhuma. V.Exª ficará encarregada de convidar as Ministras para que elas possam vir aqui que nós estamos aguardando-as desde fevereiro deste ano. O Requerimento de convite--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Ideli e Senador Flexa Ribeiro, essa Presidência entende que o Requerimento já está aprovado, mas que será ponderado a solicitação, a sugestão da Senadora Ideli de reafirmar, reativar o convite a fim de que as Ministras possam comparecer sem serem convocadas constitucionalmente. Esse Requerimento de V.Exª a partir de agora obriga as Ministras a virem aqui constitucionalmente. Mas nós esperamos que a Senadora Ideli resolva essa questão da forma mais amigável possível. Ministro Hubner ainda quer falar um minuto sobre Belo Monte. Eu pediria que fosse econômico em relação a sua resposta.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER: É que o Senador colocou e eu não expliquei. Senador, Belo Monte continua sendo quase obsessão da gente. Nós temos prioridade absoluta com esse empreendimento. Aliás, entendemos do ponto de vista planejamento elétrico do Brasil seria inclusive melhor se tivéssemos construído Belo Monte, antes até do que as Usinas do Madeira. Porque ele está muito melhor colocado em termos de

toda a rede nossa de transmissão, e muito mais próximo dos centros de consumo em especial no próprio norte brasileiro, no próprio Estado do Pará que já tem as demandas grandes como o senhor mesmo colocou e o nordeste brasileiro. O que nós temos é que esse projeto ficou quase que estigmatizado e com ações infundáveis de Ministério Público, apoiado por ONGs que se instalaram na região, e que se tornou quase impossível o andamento dele num ritmo normal. Retomamos o processo, passamos o Decreto inclusive Legislativo, foi feita a aprovação para poder evoluir o processo, temos um grupo de trabalho permanente, acelerando porque achamos que tinha que ter alguns ajustes nos estudos ambientais deles, estão sendo feito de forma bastante célere e temos quase uma obsessão em termos de rapidamente termos o licenciamento desse empreendimento e colocarmos em licitação pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Audiência Pública, Sr. Ministro, terá uma finalidade nobre que será exatamente o cotejamento entre a Ministra Dilma, que conduziu essa política toda, V.Ex^a e Dr^a. Graça colaboraram com a Ministra do Meio Ambiente. Acho que vai ser uma audiência absolutamente elucidativa em relação--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministério Público Federal também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E também a presença do Ministério Público Federal.

Bom, eu encerro essa fase, agradeço muito a gentileza do Ministro em vir aqui e responder e passo a palavra à Dr^a. Graça.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu vou ter que me ausentar que tenho um compromisso da bancada do nosso partido. Eu vou deixar com a Dr^a. Graça um questionamento a respeito de uma licitação que vai ocorrer de novos blocos de exploração de petróleo na Bacia do Pará em Maranhão. Toda a foz nos rios no mundo é encontrado petróleo. Então não vai deixar de encontrar petróleo lá no Pará, na foz do Amazonas. Mas a PETROBRAS tem várias áreas hoje já no mar do Pará e não está explorando. Não está fazendo investimento. Então, eu pergunto aqui onde está a divulgação do plano de desenvolvimentos dos empreendimentos que a PETROBRAS tem já a concessão; quanto a PETROBRAS já comprou de equipamentos no Pará; o que contratou para o Pará para esses poços; quando teremos respostas quanto as explorações já autorizados a mais cinco anos; e se a PETROBRAS ganhar novas áreas teremos celeridade? Eu vou deixar com a Dr^a. Graça e eu nas notas taquigráficas terei a resposta. Desculpe,

Dr^a. Graça, tanto eu quanto o Presidente estamos sendo instados a participar de uma reunião do PMDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Asseguro a palavra à Dr^a. Maria das Graças Silva Foster, Diretora de Gás e Energia da PETROBRAS para discorrer sobre as questões todas colocadas nessa Audiência Pública e também fazer a sua apresentação através do data show pelo tempo que necessitar.

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER: Bom, boa tarde ao Senador, boa tarde ao Ministro Nelson Hubner, ao nosso Senador Casagrande, aos demais Senadores que estão presentes, aos que estiveram presentes. Tenho uma apresentação para fazer que na verdade eu queria... Ela simplesmente coloca números em muitos dos pontos que foram levantados aqui e de certa forma sustentam parte do depoimento feito pelo Ministro Nelson Hubner.

Com relação à matriz energética, nós colocamos aí a importância da existência do gasoduto Bolívia/Brasil, da dependência inquestionável que o Brasil tem do suprimento de gás pela Bolívia ainda que a PETROBRAS esteja fazendo investimentos pesados no desenvolvimento de novas fontes de geração de energia.

Então, nós colocamos ali o período pré GASBOL quando em 1996 nós ainda não dispúnhamos do gasoduto, ele era um projeto, uma obra que estava sendo levantada as suas licenças ambientais, o trecho norte do gasoduto Bolívia-Brasil começou em 1999, a ter comercialização de gás e na sequência no ano 2000 o trecho sul integrando norte-sul quando começaram os movimentos do gás naquela região.

Hoje, 2006, não temos dados ainda oficiais do Ministério de Minas e Energia da EPE com relação à participação do gás na matriz energética brasileira, mas chegamos aí ao número de 9.6% número esse já colocado em várias discussões do gás nos anos do ano de 1999 e ano 2000 e aí está o gás 2006 praticamente 10% de participação na matriz energética brasileira.

A demanda do gás natural hoje crescente do período pré GASBOL 1998, como eu disse 99 primeiro gás da Bolívia, no ano de 2000 o gasoduto já integrado o trecho norte e sul, e no de ano de 2007 a projeção para até dezembro de 2007, 71.2 milhões de metros cúbicos por dia de demanda de gás natural no Brasil entre o segmento termoeletrico, o segmento industrial e outros usos, inclusive o uso próprio da nossa empresa, a PETROBRAS.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É só a demanda ou nós estamos...

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER: Aí é a demanda. A oferta eu apresento ao lado, a oferta hoje nós temos 40.8 milhões de metros cúbicos/dia

de gás nacional, 30 milhões de metros cúbicos/dia de gás da Bolívia, e hoje aquele número é do dia 11 de novembro, todo dia é um dia em que essa produção de gás ela varia, porque a nossa grande participação de gás é de gás associado ao petróleo para produzir petróleo. Você tem gás natural, número significativo de plataformas produzindo gás associado, separando o gás, plataforma um dia sim e outro dia também faz uma produção diferenciada de petróleo e de gás, problemas operacionais são constantes na indústria do petróleo, no dia-a-dia da nossa produção, então no dia 11 de novembro de 2007 nós tínhamos colocado no mercado 71.8 milhões de metros cúbicos/dia, contra uma demanda de 71.2 milhões de metros cúbicos/dia projetada para dezembro. A relação oferta e demanda de gás natural ela é hoje nos dias atuais uma demanda real, existente, bastante próxima relação oferta e demanda de gás.

No segmento industrial, esse 71.8 milhões de metro cúbicos por dia, eles estão ali colocados e eu propositadamente coloquei o segmento industrial, 34 milhões de metros cúbicos por dia, o automotivo 7 milhões, geração de energia elétrica média um consumo de 6 milhões de metros cúbicos por dia, porém, no mês de outubro nós tivemos em novembro também até 13 milhões de metros cúbicos por dia dedicado à geração de energia elétrica por exigências do operador nacional do sistema elétrico. Demandas essas na média caracterizadas por demanda térmica de mérito. Ou seja, por natureza econômica. Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER:

Bom, aí nós temos dentro de "outros", dentro dos 25 milhões nós temos residencial e comercial uma demanda relativamente pequena em torno de 1,5, 2 milhões de metros cúbicos por dia de gás. O grande consumo ali dentro de "outros" é o consumo da própria PETROBRAS na condução de suas 11 refinarias, as nossas refinarias são grandes consumidoras de gás natural, nós também temos consumo nas nossas fábricas de fertilizantes, em Sergipe e na Bahia.

O slide seguinte... E aí nós olhamos o ano de 2012 que é o universo de plano de negócios da PETROBRAS. Nós temos uma demanda projetada média 134 milhões de metros cúbicos por dia e bastante bem segmentado e separado e isto é muito importante observar que o mercado térmico tem o seu gás para a geração de energia elétrica. E que o mercado industrial tem a sua nomeação futura de gás também separada. São 48 milhões de metros cúbicos/dia de gás. Ou seja, o mercado térmico e o mercado industrial não competem pela mesma molécula de gás natural. Então aque-

les são os mercados projetados pela PETROBRAS. E outros insumos, aí novamente o segmento do residencial, comercial, o GNV, as refinarias e as fábricas de fertilizantes da nossa empresa a PETROBRAS.

A oferta de gás natural para esse consumo que é importante perceber que existe uma diferenciação física de molécula entre as moléculas do setor elétrico e as moléculas programadas para o segmento industrial. E ali aparecem as fontes de suprimento para atendimento daquela demanda. São 70 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural, de origem nacional produzidos pela área de exploração e produção, o gás da Bolívia 30 milhões de metros cúbicos por dia e o gás natural liquefeito 31 milhões totalizando 134 milhões de metros cúbicos por dia de origem deste gás de importação na forma liquefeita. Importante apontar e aí vem exatamente essa questão da redução do consumo de gás no Rio de Janeiro e São Paulo que naquela semana relativa a outubro de 2007 nós tivemos um mercado de gás natural um segmento termoeletrico com consumo significativo. E como eu havia dito aquele gráfico ali mostra o consumo médio ao mês em torno no caso de outubro de 9,5 milhões de metros cúbicos por dia e no mês de novembro próximo a 12 milhões de metros cúbicos por dia de gás. Esse mercado térmico e o mercado das distribuidoras de gás. Em setembro 42 milhões de metros cúbicos dia de gás, hoje temos no Brasil 27 concessionárias de gás natural, 45% desse marketing é o marketing que a PETROBRAS tem participação, nós participamos de 20 empresas e eu destaco ali exatamente as distribuidoras de gás no próximo slide, aquelas que tiveram os seus consumos reduzidos por conta de uma demanda térmica de natureza elétrica, não elétrica, de natureza de ordem econômica, num determinado dia do mês de outubro. No dia 30 de outubro. E ali eu destaco exatamente o volume de gás contratado da COMGAS, de 11,7 milhões de metros cúbicos/dia, e ela tem tirado nos últimos dois anos 1.9 milhão de metros cúbicos por dia acima do contrato. Aquele volume 1.9 é volume de gás não contratado.

No caso específico da CEG, CEG-RIO, ela tem retirado acima do contrato nos últimos 18 meses 2.3 milhões de metros cúbicos por dia. E deixo aqui bastante claro a seguinte posição. Pelo menos desde setembro de 2005, a PETROBRAS tem estado conversando sistematicamente com todas as distribuidoras de gás, especialmente com essas distribuidoras do Rio de Janeiro e São Paulo, na busca que tivéssemos contratos assinados. Que a natureza da indústria de gás natural ela é uma natureza que exige contratos espelho. Tanto do produtor, com carregador, do carregador com transportador, o transportador e suas dis-

tribuidoras, e distribuidoras e grandes consumidores. É assim que se viabiliza a indústria do gás natural que é uma indústria que exige investimentos pesados desde a produção e investimentos relativamente pesados se olharmos o consumidor. Por isso é fundamental a existência de contratos.

E a questão da utilização do gás natural ela decorre exatamente do planejamento prévio do setor elétrico. Nosso consumo de energia elétrica de 52 mil megawatts, a percepção quantificada e sustentada numa base teórica deu ao modelo desenvolvido ao sistema elétrico e ao operador nacional do sistema, a agência nacional todos os elementos necessários para fazerem uma antecipação da produção de energia elétrica por conta dos custos da água. E não ficar exatamente na mão de São Pedro, como ficamos durante longos anos em períodos passados. Desta forma, nós tivemos despachos, ligamos as térmicas por conta de ordem de mérito. Além disso, este planejamento já estava consolidado, de novo não constituía-se numa novidade ao setor, nem ao setor elétrico nem ao setor de gás não térmico. Nós tivemos uma assinatura altamente divulgada, no ano maio de 2005, 2007, foi assinado o termo de compromisso da PETROBRAS com a Agência Nacional de Petróleo e ali eu destaquei a demanda térmica apenas na região sul, sudeste e centro-oeste em que a PETROBRAS tem o compromisso de gerar energia em diversas térmicas que variam de 2.000 megawatts no ano de 2007 até 4.800 megawatts a partir já do ano de 2010. No ano de 2009, uma geração em torno de 4.119 megawatts. Ou seja, todo este modelo já aprovado, sustentado à época da aprovação da lei do gás no ano de 2004, março de 2004, na continuidade um acompanhamento sistemático da nossa empresa, da diretoria anterior de gás e energia, ao Diretor Ildo que me sucedeu e que teve um trabalho incessante na busca da assinatura desses contratos e que eu simplesmente venho dando continuidade de forma enfática.

Na sequência, como eu disse, o mês de outubro de 2007, o mês em que as chuvas previstas vieram um pouco mais tarde, iniciaram-se no mês, nos primeiros dias do mês de novembro, ainda que os níveis dos nossos reservatórios na média esteja numa situação mais favorável esse ano do que estiveram o ano passado, porém no mês de outubro havia indicativos evidentes e públicos e colocados e discutidos inclusive no site da ONS do preço da água consideravelmente alto, o CMO, o Custo Marginal de Operação, e as térmicas com CVU com Custo Variável Unitário mais baixo do que o preço da água despachariam nenhuma novidade do modelo foi aprovado em 2004.

Bom, o que é que foi feito? Além de estarmos discutindo desde 2005, além de estarmos a mais, de forma ainda mais intensa nos últimos dois meses discutindo principalmente com a COMGAS e com a CEG no dia 10 de outubro foram intensificadas as negociações para substituição na COMGAS na CEG e na CEG-RIO de volume de gás porque acima do volume contratado, porque havia clareza e evidência do custo marginal de operação sinalizando para o despacho de todas as térmicas ao mesmo tempo.

Então, além disso, nós tivemos no dia 13/10 a Térmica de Arjona, por força de uma liminar, a PETROBRAS não tem contrato com essa térmica, essa térmica é uma térmica biocombustível, existe uma linha de transmissão reforçada na região, essa térmica entrou por força de uma liminar, é uma térmica com uma baixa eficiência energética e ela retirou do sistema numa época em que o CMO estava alto, 1.3 milhão de metros cúbicos/dia de gás para gerar 150 megawatts de energia. Nesse momento CMO alto, pouca clareza com relação a reversão do quadro, a PETROBRAS intensifica o contingenciamento do consumo interno. Então além do que a PETROBRAS estava colocando de gás nós retiramos das nossas plataformas a utilização de 2,8 milhões de metros cúbicos/dia, substituímos por outro combustível, diesel, com custo obviamente muito mais caro que o gás natural, uma dificuldade operacional muito maior, tivemos inclusive uma pequena redução de petróleo para poder dispor do gás para atender esta semana crítica, e nós ainda tivemos o agravamento do CMO e entrou por mérito a térmica de Araucária tirando do sistema mais 2,7 milhões de metros cúbicos por dia de gás. Porém é uma térmica extremamente eficiente que a PETROBRAS tem optado por despachar essa térmica sempre que nós temos oportunidade pela sua eficiência energética.

No seguinte slide, nós apresentamos o que de fato aconteceu no Rio de Janeiro. As reduções planejadas, com a CEG, 1,5 milhões de metros cúbicos por dia, a CEG-RIO 250 mil e a COMGAS 1.2. Com tempo bastante grande anterior nos dois casos e comprovadamente esse tempo foi tempo suficiente porque a COMGAS fez um trabalho exemplar junto ao seu mercado industrial e nós... ofereceram 800 mil metros cúbicos dia de gás, volume esse em óleo combustível que foi obviamente pago, tem sido pago pela PETROBRAS. Esse volume ainda deixamos 1.1 milhão de metros cúbicos por dia acima do volume contratado na COMGAS, e no dia que nós tivemos uma redução na CEG, CEG-RIO, a PETROBRAS aciona os procedimentos logísticos para limitar o consumo da CEG, CEG-RIO de 7.5 para 6. Mantendo o fornecimento acima do contrato em 900 mil metros cúbicos por dia. É importante colocar para

os senhores e senhoras que o mesmo tempo com que trabalhamos com a COMGAS trabalhamos também com a CEG e CEG-RIO.

No slide seguinte, o que realmente aconteceu em termos de menor volume de gás no Rio de Janeiro? A restrição do fornecimento foi iniciada às 6h da manhã do dia 30. Nós fomos ao nosso terminal e solicitamos a redução do volume de gás. O que aconteceu às 17h? Eu recebi uma ligação do Presidente da CEG pedindo para que a gente voltasse a atendê-lo porque ele não havia feito o planejamento para corte de seu pessoal, optou por fazer corte de GNV, isso dá uma evidência muito maior do efeito, eu fui Presidente de uma distribuidora de combustível, a BR Distribuidora durante 17 meses e afirmo para os senhores a dificuldade operacional que é cortar 89 postos de GNV. Você tem que ir posto a posto para fazer esse corte e o posto não é seu. Você tem que entrar dentro do estabelecimento de terceiros e fazer esse corte. Não poderia ser proposta da PETROBRAS, de forma alguma deixar cair a redistribuição do Rio de Janeiro pagando as penalidades que certamente incorrerão a nós se nós não conseguirmos suprir o déficit, nós voltamos ao abastecimento do Rio de Janeiro imediatamente por uma decisão nossa. Mantivemos o nosso déficit de geração de energia porque é incabível que a CEG e a CEG-RIO não tivesse feito o planejamento no seu Estado como o Rio de Janeiro fez. Qual foi o volume de fato reduzido no Rio de Janeiro? 489 mil metros cúbicos no dia 30/10. O que a PETROBRAS ficou foi com déficit de geração de energia elétrica naquele dia porque de forma alguma nós deixaríamos a perda, que ocorresse a perda de pressão efetiva na rede do Estado do Rio de Janeiro.

E hoje, qual é a situação? A liminar a favor da UTE de Willian Arjona foi cassada, temos mais 1,3 milhão de metros cúbicos/dia, aqui no sistema, Araucária deixou de ser despachada, hoje o custo marginal ele está em torno de 143.4 reais por megawatt hora, continuamos retirando um volume bastante grande de gás do EPE(F), a COMGAS permanece disponibilizando 800 mil metros cúbicos/dia de gás, a nossa relação com a COMGAS ela é diária, e a COMGAS tem dito: Me deixa aqui com óleo combustível, vou dar mais uma semana para vocês, mais 15 dias, porque não há perda de resultado para consumidora e nem para o consumidor. Os fatos acima associados ao empacotamento do GASBOL é uma questão de honra para a PETROBRAS que ela possa de fato dispor de uma logística na geração de energia elétrica para que ela atenda as demandas do setor elétrico e nós estamos colocando o nosso parque de geração elétrica no limite para que a gente tenha a expertise na geração de energia elétrica, temos feito a

nomeação de gás e temos estado, atendido a todas as distribuidoras de gás, todas as distribuidoras que têm contrato de gás e que tem tido contrato de gás acima inclusive do contrato estabelecido conosco. A CEG entrou com processo arbitral contra a PETROBRAS no dia 7/11. A PETROBRAS evidentemente recorre a esse processo. A CEG vem recebendo gás natural nos mesmos volumes anteriores a restrição no dia 30 de outubro, a PETROBRAS e CEG e COMGAS continua negociando contratos de suprimentos em diferentes modalidades e eu tenho certeza que nós vamos chegar a um consenso nos próximos meses.

Bom, e o futuro, como é que fica tudo isso? De onde vem essa oferta de gás para o ano de 2012 que ela é crescente ao longo de 2007 até 2012. No slide seguinte importante eu gostaria de pedir aos senhores ainda que cansados e eventualmente com fome, mas que me desse um minuto da atenção de vocês para que olhassem esse gráfico. Nós temos em azul a parte de trás a capacidade de movimentação do gasoduto Bolívia-Brasil. O gasoduto ele foi colocado em operação em julho de 1999 e a capacidade de movimentação ela é gradativo. Porque vão entrando as estações de compressão a medida que o mercado de gás ele vai se desenvolvendo. Então o esforço da PETROBRAS e o esforço das distribuidoras de gás em fazer o desenvolvimento do mercado foi um esforço devido e necessário. Porque a PETROBRAS pagava e paga penalidades todas às vezes que ela não tira o gás que constituiu aquele contrato de gás maior junto à Bolívia.

Essas barras em azul são os volumes efetivamente retirados de gás. Então, os senhores podem olhar que setembro não aparece a última barra é do mês de outubro, foi quando pela primeira vez média no mês a PETROBRAS chegou próximo aos 30 milhões de metros cúbicos por dia de gás. Essas barras em lilás fininhas abaixo dessa linha vermelha foi toda a penalidade que a PETROBRAS pagou a título de taker-pay. Toda vez que ela está acima foi quando nós não pagamos penalidade. E o número de vezes é relativamente pequeno e aconteceu mais sistematicamente de julho desse ano de 2006 para 2007.

Então, é devido, é necessário, faz parte do negócio o desenvolvimento do mercado de gás natural no Brasil. No slide seguinte, nós olhamos agora--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Dr^a. Graça, só para eu entender. Isso significa que com exceção daquelas pontinhas pequenas que ultrapassaram a linha vermelha, durante todo o período anterior se pagou sem utilizar--

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER: Sem a utilização do gás. Porque o gás não estava, o mercado não estava completamente desenvolvido

nem à luz da demanda. Então quando diz assim foi feito um trabalho de massificação do gás, foi e devia ter feito. Foi feito um trabalho de desenvolvimento do mercado de gás junto às universidades brasileiras, junto ao nosso querido CTGÁS, foi feito porque tinha que ter sido feito. Nós tínhamos vários gasodutos no nordeste do País que não tinham também suas capacidades ocupadas.

No slide seguinte, nós olhamos agora a projeção para novembro e a projeção para dezembro. O que vai acontecer em dezembro? Aquilo ali é uma projeção. Muito provavelmente nós teremos 1,3 milhões de metros cúbicos dia de gás abaixo da capacidade movimentação de gasoduto Bolívia-Brasil. Por quê? Porque dezembro é um ano que do ponto de vista do segmento industrial, as produções elas são muito mais intensas nos meses outubro e novembro do que dezembro. Então pode haver uma redução no volume. E principalmente é um ano em que nós temos mais água no sistema e que muito provavelmente as térmicas irão ser ligadas, despachadas em volume menor do que foi nesse período de outubro. Agora é muito importante entender que não havia nem sinal no momento de escassez de energia elétrica. O que o setor elétrico estava fazendo era executar o planejamento. Fazer uma antecipação do despacho das térmicas para que nós pudéssemos no futuro dispor de mais água acumulada e garantir a energia que o Brasil precisa para continuar o seu desenvolvimento.

E aí vamos dar uma olhadinha rápida na situação dos projetos de exploração e produção no Brasil. Então nós falamos do gás da Bolívia, da importância desse gás da Bolívia, os 112.4 bilhões de dólares do investimento da PETROBRAS e os 18 bilhões de dólares para o desenvolvimento, a exploração, o desenvolvimento da produção de gás natural e a expansão da sua rede de gasodutos, além do GNL principalmente. O PLANGÁS, antecipação da produção da região sudeste, hoje 15 milhões de metros cúbicos por dia, final de 2008, 40 milhões, final de 2010, 55 milhões. E aí nós temos a bacia do Espírito Santo que é uma grande província produtora de hidrocarbonetos no Brasil, uma jovem bacia que tem um potencial exploratório ainda grande a ser trabalhado por aqueles... Por aquelas empresas que têm concessão para desenvolvimento da atividade exploratória nesse Estado. Temos uma série de campos que estarão entrando ao final desse ano e até o meio do ano que vem, na Bacia de Campos uma bacia mais madura, geologicamente muito mais conhecida, mas que disporá de gás novo entrando já nos próximos meses. E a Bacia de Santos também com seu potencial. As produções nas bacias, essas Bacias do Espírito Santo e Campos, e Bacia de Santos e outras

produções elas trarão para o Brasil ao final de 2010 uma produção de 55 milhões de metros cúbicos por dia, quase duas vezes o gás que nós importamos de Bolívia em termos de capacidade, mais duas vezes o volume médio de gás que foi carregado, transportado, trazido para o Brasil nos últimos meses.

Com relação ao GNL, este é um novo negócio. Por favor, o próximo slide. É um novo negócio da PETROBRAS. O GNL representa para nós um novo nicho de mercado a nível internacional. Nós estamos fazendo prospecções internacionais para ser de fato um player ativo no mercado de gás natural, esse mercado spot ou mercado firme de abastecimento em volumes muito menores. É importante passar para todos que estão me ouvindo que a questão do suprimento de gás nos contratos atuais é muito difícil você encontrar contratos de longo prazo firme e inflexível. Os volumes de gás hoje eles são negociados em volumes menores, tempos menores para capturar as melhores oportunidades econômicas e desta forma o volume de gás que vem para o Brasil e o volume de gás que a PETROBRAS pretende comercializar internacionalmente são volumes spots ou volumes firmes flexíveis projetos de curta... Contratos de curta duração. Nós temos dois navios, dois braços são braços criogênicos, são braços que vão estar operando a temperaturas bastante baixas, 160 graus Celsius abaixo de zero, tem o navio supridor criogênico que chega com gás de diferentes origens. Nós temos hoje já seis máster--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER: Esse navio ele é o navio que traz o gás da origem da Nigéria, da Argélia de qualquer País que a gente tenha uma transação comercial, esse navio encosta no píer, ele é criogênico, o gás natural é transferido líquido para os nossos navios. Nós temos dois navios, teremos o terceiro navio entrando em licitação até o final desse mês início de dezembro, esses navios a princípio eles ficam parados no píer. Eles são tanques que armazenam gás e que tornam o gás comprimido assim que ele for chamado ao mercado. Evidentemente nós temos oportunidades de geração de resultados econômicos financeiros para a companhia com esse projeto. Porque essa demanda térmica, os senhores lembram, o CMO estava há 15 dias atrás 224 reais por megawatts/hora, hoje 144 reais por megawatts/hora a partir do momento que eu entro num BID como nós vamos entrar agora em dezembro para trazer uma carga eu tenho compromisso sobre essa carga. A carga pode chegar no meio do caminho, a gente tem uma sinalização diferente, faz uma entrega dessa carga em outro País, ou trazemos a carga para cá para o Rio de

Janeiro, ou para Pecém no nordeste, abastecemos a rede de transporte do nordeste ou direcionamos essa carga para outros mercados.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ou para Santa Catarina.

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER: É. E aí nós temos, esse navio ele fica no píer. Esse navio de cá. Nós temos Baía de Guanabara e temos Pecém. Isso é confirmado, são 7 milhões de metros cúbicos para Pecém, 20 milhões de metros cúbicos/dia para Rio de Janeiro, e esses navios são exatamente gêmeos. Os píeres têm características operacionais semelhantes, são praticamente universais, porque nós queremos trazer diversas cargas de diversos países, e pode haver uma combinação entre Pecém e Baía de Guanabara porque como colocou muito bem o Senador, o Gasene é uma realidade. Ele é uma demanda nacional, ele é uma infra-estrutura que integra definitivamente do ponto de vista gasífero o nordeste do País ao sul do País. Porque eu sempre tenho dito que gás não tem origem, gás não tem sotaque, não tem gás boliviano, nordestino, da Nigéria, depois que você tem uma malha integrada de gasodutos. Então esses dois terminais Pecém e Baía de Guanabara eles têm que estar prontos até maio de 2008. Uma série de ações estão sendo feitas de forma intensa, aliás o trabalho que eu tenho na área de gás e energia é correr atrás dessas obras. Isso que tenho feito sistematicamente--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Por favor, Dr^a. Maria das graças, é prevista alguma usina fixa em terra de regras de gaseificação?

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER: Aqui nós temos duas... Esses terminais são flutuantes. Essa foi a opção que nós tivemos. Ou seja, nós tivemos no nordeste do País uma planta de regaseificação que foi um projeto antigo com parceiro nosso, a SHELL, e era uma regaseificação em terra. Essa não. Essa é uma regaseificação on-board. Porque os mercados são mercados flexíveis. Não há mercado de longo prazo. E nós precisamos estar contando com uma movimentação na busca de novas--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não há projeto de planta fixa em terra?

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER: Hoje nós não temos projetos de planta fixa em terra. No nível de prioridade que temos esse projeto. Temos um terceiro terminal que está sendo estudado em fase final, uma das possibilidades é Santa Catarina, como colocou a nossa Senadora, e nós estamos trabalhando para confirmar a economicidade desse projeto em Santa Catarina.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER:

Olha, aí tem... Esse navio, 100 mil toneladas de combustível. Esse projeto ele é um projeto para 31 milhões de metros cúbicos por dia de gás com três navios. Falando de unidades que nós conhecemos mais. São 31 milhões de metros cúbicos divididos nesses três... Nessas três localidades. Pecém, Baía de Guanabara e uma próxima localidade.

O próximo slide, e esse slide o que é preciso compreender, a luz está muito clara aqui, mas eu tenho ali a base e não há objetivo de que vocês possam fazer uma interpretação muito técnica desse trabalho, mas tudo está muitíssimo integrado. Ou seja, o desenvolvimento da produção, a busca de gás natural liquefeito em outros países, e a execução da nossa rede de gasodutos. Ali, para que seja efetiva a operação do terminal de GNL da Baía de Guanabara, eu preciso concluir 40 quilômetros de gasoduto que é o Japeri-Reduc que passa dentro da cidade de Duque de Caxias. Então existe todo um trabalho, imenso trabalho com relação ao licenciamento ambiental. E a mesma coisa lá no nordeste em que eu tenho uma ligação. Porque você tem um píer, quando você regaseifica e tem o gás comprimido com cem quilos, dentro da linha, você tem que fazer uma conexão com o gasoduto. Então você precisa ter também mais gasoduto conectando o píer. Então são várias licenças e o projeto ele é bastante complexo. E aí a nossa rede de gasodutos. Em 2003 o Brasil tinha 5.282 quilômetros de gasodutos. Eu tenho 29 anos de PETROBRAS. E tem gasodutos aqui que tem dez anos de idade. Nunca saíram do papel.

Então, quando chegou em 2003, como iniciou-se efetivamente o planejamento do setor de petróleo e gás natural, nós tivemos aqui, eu era Secretária de petróleo e gás, um trabalho muito forte junto à PETROBRAS. E eu tenho o privilégio de hoje estar lá executando esse trabalho. Nós começamos com 5 mil quilômetros de gasoduto e nós vamos chegar a 2009 com 9 mil quilômetros de gasoduto, um crescimento bastante grande, até o final de dezembro de 2007 nós teremos colocado mais 1.199 quilômetros de gasoduto, até o final de 2009 mais 3.749 quilômetros de gasoduto. Para se ter uma idéia do que é 3.749 quilômetros de gasoduto, o Gasene que foi colocado pelo Senador, ele tem 942 quilômetros. Então são quase... São quatro Gasenes que é o que nós estamos fazendo em termos de expansão da malha em quatro anos. E tem que fazer. Porque para você escoar a produção tanto do gás nacional quanto do gás da própria Bolívia de forma eficiente para trazer o GNL é preciso que haja uma expansão da nossa malha de gasodutos de forma efetiva.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER:

Tudo que vai acontecer. Nós começamos então, Senador, com 5.282 quilômetros. E o que está em azul. E até 2009 o que está em vermelho para simplificar exatamente como o senhor colocou é o que tem que estar pronto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER:

Deixa eu te mostrar os times aqui. Gasodutos que foram concluídos em 2007. Aquele gasoduto Paulínia-Taubaté que é o famoso Campinas-Rio eu conheço no papel há pelo menos 10 anos. Então a primeira fase dele ela ficou pronta em julho. Então é esse trecho que o Major está passando pra mim, esse trecho que sai de Paulínia e vai até Taubaté. Um gasoduto extremamente importante que muda a cara do Brasil do ponto de vista de suprimento gasífero é o gasoduto de Cacimbas-Vitória, essa importante província petrolífera e gasífera do nosso Estado do Espírito Santo. E ali nós temos então esse gasoduto que foi inaugurado há 15 dias atrás. Entrou em operação 15 dias atrás.

No próximo slide, agora falando de 2008, esta importante conexão que é a ligação do... De Vitória a Cabiúnas e aí nós passamos a ter fluxo de gás da província do Espírito Santo para o Rio de Janeiro. Gasoduto Vitória-Cabiúnas, janeiro... Isso não tem jeito de dar errado. É janeiro de 2008. Aí nós temos que fazer uma inauguração. Aí nós estamos ligando esses dois trechos aqui. Nós temos o gasoduto Japeri-Reduc que é fundamental que é esse trecho que está aqui sem o qual o GNL fica sem efeito. Porque para eu atender essas demandas aqui eu preciso fazer o Japeri-Reduc. Essa entrada aqui do gás da bacia, o gás capixaba e o gás carioca nós temos aqui duas importantes térmicas só com esses atendimentos nós faremos mais mil megawatts de energia aqui de uma forma bastante segura já no próximo ano de 2008.

Com relação a 2009, o Cabiúnas-Reduc aí faz-se o fortalecimento completo dessa rede. Nós temos o gás do Espírito Santo, 30 milhões de metros cúbicos por dia de todas as produções aqui, Espírito Santo com Bacia de Campos, o GNL e essa rede ela fica reforçada. Mais adiante. Não aparece nesse slide, mas nós temos o Caraguatatuba-Taubaté que aí dá-se o fechamento completo desse mercado conectado ao gasoduto Bolívia-Brasil. E eu chamo isso aqui de planejamento da indústria gasífera.

O nordeste também, importantes trabalhos foram feitos aqui no ano de 2000... 1999, 2000, 2001, esta rede passou por imensas discussões e nós temos agora o gasoduto Atalaia-Itaporanga concluído em 2006, o gasoduto Itaporanga-Carmópolis concluído em se-

tembro, Carmópolis-Pilar, toda uma área bastante reforçada. O Açú-Serra do Mel para atender a térmica de Termoaçu também deverá estar sendo concluído aqui até dezembro. E essa malha bastante reforçada.

No ano de 2008...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER:

Eu vou chegar lá. No ano de 2008 nós temos 7 milhões de metros cúbicos dia de gás, esse gás vindo do GNL, maio, e vai atender, vai ser uma injeção de gás de 7 milhões para poder atender principalmente aqui a Termasul já a partir de março. Então esse é o atendimento previsto, fortalecimento dessa rede, essa rede aqui ela rejuvenesce completamente, fica uma rede muito mais estável, uma rede flexível do ponto de vista operacional.

E aí vem, eu queria lembrar aos senhores, essa ligação, a primeira parte do Gasene, Cacimbas-Vitória, depois Cabiúnas-Vitória agora em janeiro e essa interligação aqui de Cacimbas-Catú 940 quilômetros e a data de conclusão desse gasoduto é novembro de 2009. Até então nós esperamos a licença de instalação para 30 de novembro de 2007, e não esperamos de braço cruzados, não. Nós temos tido um trabalho imenso, um trabalho de aproximação muito grande junto a todos os órgãos que tratam de emitir anuências diversas para que a gente possa ter essa licença de instalação. Temos tido um trabalho, um apoio imenso do Ministério de Minas e Energia, da Casa Civil da Presidência da República, e um grande comprometimento da PETROBRAS em não deixar essa obra atrasar. Essa obra tem um significado muito grande para a PETROBRAS porque nós queremos concluir essa integração entre a malha nordeste e a malha sul-sudeste da nossa rede de transporte de gás natural.

O próximo slide, um outro movimento importante para terminar minha fala, bastante importante que a PETROBRAS tem feito é fazer a conversão das térmicas em biocombustível. Então toda vez que eu posso despachar com outro combustível que não o gás natural eu disponibilizo para o mercado mais gás natural para atender outros segmentos, o segmento industrial, por exemplo.

E o fechamento de ciclo também de várias térmicas. A PETROBRAS hoje nós temos 4 mil megawatts de energia instalado. A metade dessa energia não está contratada. Nós temos custos evidentemente altos para manter essas térmicas disponíveis ao setor elétrico. Temos pago multas significativamente altas pela nossa indisponibilidade de gás para atender a todas as térmicas que nós herdamos do PPT, mas são essas

mesmas térmicas que estão garantindo o suporte, o crescimento da economia para o País.

Então, eu entendo que tem havido planejamento sim do ponto de vista do abastecimento do gás, da produção do gás nacional, da busca de mais gás da Bolívia. Um negócio novo de GNL. Nós vamos realmente expandir a nível internacional a nossa atividade de GNL. É uma oportunidade, uma janela comercial extremamente interessante para a PETROBRAS e que abre uma segurança maior de gás para o País por conta dessas janelas comerciais que nós estamos capturando em outros mercados.

Terminando, é importante que se compreenda que os investimentos são absurdamente altos. São 18 bilhões sem contar Tupi. Não existe Tupi naqueles 112 bilhões de dólares. O gás de Tupi não está neste investimento. São infra-estruturas pesadíssimas, em qualquer lugar do mundo, nos mercados desenvolvidos existem os mercados, os contratos espelho. Como foi feito no início desse processo inteiro, além de outros contratos espelho, no caso do GASBOL a PETROBRAS teve contratos com as distribuidoras que se utilizam do gás da Bolívia. O mercado cresceu, o desenvolvimento foi avante, o desenvolvimento do mercado deu certo, as indústrias se posicionaram de forma eficiente do ponto de vista energético, a base tecnológica foi criada, o nosso centro de tecnologia do gás está lá no Rio Grande do Norte, como uma prova do talento da indústria nacional. O fato é que os anos passaram, esses contratos precisam ser revistos, outras demandas existem, nós estamos passando para 134 milhões de metros cúbicos dia de gás no ano de 2012. O gás da térmica está separado do gás do segmento industrial.

Entretanto, o que nós temos é um segmento térmico com número de ligações, com número de despachos relativamente pequeno e nós temos um mercado secundário de gás a ser trabalhado, um mercado que é firme, porém flexível. E aí nesse momento exato, no próximo e último slide, o que nós temos que fazer é... O slide anterior. Por favor. O que nós temos que fazer é a assinatura de novos contratos à luz da realidade atual. Existem distribuidoras com contratos de gás que não estão completamente lastreado junto à PETROBRAS. E os consumidores de gás, os grandes consumidores e os pequenos distribuidores, consumidores como a GNV, por exemplo, devem cobrar das suas distribuidoras contratos lastreados dos dois lados. A PETROBRAS ela vende única e exclusivamente gás natural. Ela não vende gás natural veicular. Quem carimba o gás são as distribuidoras de gás. Isso é importante que fique completamente claro.

E aí seguindo o mercado, seguindo as condições que temos, nós temos trabalhado com as distribuidoras para que a gente possa conviver como estamos convivendo hoje numa condição confortável, em termos de oferta e demanda, e muito mais confortável a seguir volume... Naturezas de contratos chamados firme e inflexível que é aquele contrato firme, 100%, em que faça sol ou faça chuva haja o problema que houver desde que não seja de natureza física do ponto de vista do gasoduto de natureza mecânica, nós deveremos atender desde que não haja força maior nós deveremos atender de forma inflexível. Existe o mercado interruptível e existe o mercado firme e flexível. E dentro desse firme e flexível caracteriza-se todo aquele outro volume que foi colocado aqui, que é o gás das térmicas. São volumes de gás de preços diferenciados, grandes números, o mercado firme inflexível gira em torno de 70 a 75, 80% dependendo da região de todo o volume de gás utilizado pelas distribuidoras de gás. Hoje, o interruptível em torno de 5% e o mercado firme flexível variando de 10 a 15% a depender da região.

Então, há necessidade de se fazer a revisão porque o mercado desenvolveu, o mercado cresceu, e o País cresce. E é para isso que a gente trabalha e nós temos que acomodar esses mercados e isso não é novidade no Brasil, é assim feito a nível mundial.

Agradeço a persistência de todos vocês, agradeço ao Senador pelo tempo que foi concedido à nossa empresa, a PETROBRAS, para se pronunciar a respeito da perda de gás no Rio de Janeiro pela CEG, média de 498 mil metros cúbicos dia de gás. Muito obrigado a todos os Senadores. Muito obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado à Dr^a. Graça Foster. Pergunto ao Senador César Borges se tem algum questionamento? Senador Augusto Botelho se tem algum questionamento, algum esclarecimento a ser feito?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu só perguntaria se há projetos de outros gasodutos com exceção desses que foram apresentados. Por exemplo, eu já ouvi falar num gasoduto que viria do GASBOL para Brasília. Um outro que iria de Fortaleza para Teresina. Iria abastecer Estado do Piauí, Maranhão... A senhora tem informação? Isso é projeto existente?

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER: Olha, esses projetos eles estão muito mais na esfera do Ministério de Minas e Energia. Entretanto, a PETROBRAS tem dado todo o respaldo aos estudos desses gasodutos, tanto o gasoduto que vem... Que traz gás até Brasília como outras interconexões de gás e tudo depende da disponibilidade física do gás, independente de sua origem, se mais gás da Bolívia ou GNL ou uma

produção de gás maior na Bacia do São Francisco, uma nova produção de gás quem sabe na Bacia do São Francisco, uma produção adicional de gás no próprio nordeste. Aí viabiliza o gasoduto. Mas a PETROBRAS tem estado com diversas conexões sempre em estudo nas nossas áreas de novos negócios.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas não está no planejamento imediato da PETROBRAS.

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER: No nosso planejamento, no nosso plano de negócios, não. Eles aparecem nos nossos planos estratégicos futuros como oportunidades de geração de resultado para a companhia.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Só para confirmar, Gasene seria previsto para setembro de 2009.

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER: Gasene novembro de 2009. Faz parte do plano de negócios da nossa empresa, é um gasoduto considerado prioritário na nossa empresa.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas ainda depende de licença ambiental.

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER: Todos eles passam por diferentes fases de licença ambiental. Nós tivemos a licença prévia, agora nós estamos na busca da licença de instalação. Temos muita esperança, mas não é uma esperança filosófica, é uma esperança porque nós temos trabalhado tecnicamente junto com todas as entidades que têm a responsabilidade de emitir parecer sobre para que o IBAMA possa receber e se posicionar emitindo a LI. Nós estamos muito seguros de que novembro nós teremos essa licença de instalação. Se não novembro, no máximo a primeira semana de dezembro. Mas isso não é uma esperança decorrente da nossa vontade. Isso é uma decorrência do trabalho técnico que está sendo feito e sendo colocado avaliação sempre dentro do prazo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Augusto Botelho.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Dr^a. Graça Foster, a PETROBRAS tem algum estudo feito já em respeito ao gasoduto da Venezuela? Passando por Roraima.

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER: Senador, eu estou na área de gás e energia na minha mais recente missão há 50 dias corridos. E conheço bem a área. Porque eu estou nessa empresa há quase 30 anos, e antes de ser Diretora eu fui Gerente na área de gás e energia e tive o privilégio de ser Secretária de Petróleo e Gás aqui da Ministra Dilma

Rousseff. Esse projeto do gasoduto, grande gasoduto do sul, é uma das obras mais bem feitas que eu vi quando eu cheguei na PETROBRAS. É um trabalho conduzido de forma excelente pelo Gerente do Projeto pelo Secretário responsável pelo projeto, Márcio Zimmermann, do qual a PETROBRAS tem dedicado recursos humanos e recursos financeiros significativos para fazer toda a prospecção de mercado, todo o levantamento fotográfico à distância para que a gente possa definir traçados. Então nós temos tido trabalho grande na prospecção, inclusive na participação de prospecção de reserva quantificação dessas reservas do lado da Venezuela.

Então é um projeto muito bem gerenciado pelo Ministério de Minas e Energia, conduzido pelo Ministério, e a PETROBRAS tem se dedicado, existem várias e várias publicações bastante confidenciais, evidentemente, porque diz respeito a duas empresas. Mas um trabalho muito interessante e muito bem feito. Vai depender exatamente da quantificação desses mercados porque é um gasoduto extenso, tem várias concepções, uma mais longa, outra atendendo fundamentalmente o nordeste, outras que avançam um pouco mais, outros que tem como âncora o segmento térmico. Mas é um projeto considerado extremamente importante para nós e nosso plano de negócios existem recursos para poder continuar conduzindo os estudos desse gasoduto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Dr^a. Graça, se for possível puder deixar a exposição para a Comissão eu agradeço, para que nós possamos ter esses dados aqui na Comissão.

Agradeço a V.Ex^a, já convidando o Senador César Borges para poder participar da primeira etapa do Gasene inauguração em janeiro no Espírito Santo, e convidando todos os membros da Comissão de Infraestrutura para uma Reunião Extraordinária da Comissão amanhã, dia 21 de novembro, quarta-feira às 10h aqui na sala nº. 13 da Ala Senador Alexandre Costa. A pauta, diversos Projetos de Lei tramitando aqui na Casa. Mais uma vez agradecendo a Dr^a. Graça Foster, encerro esta presente reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 15h00.

Ata da 36ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de novembro de 2007, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e sete, na sala de

reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Silhesarenko, Delcídio Amaral, Ideli Salvati, Euclides Mello, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, João Durval, João Ribeiro, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Gilvam Borges, Geraldo Mesquita, Jonas Pinheiro, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: **Item 1 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007**, que “modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. A matéria é retirada de pauta a pedido do relator. **Item 2 - Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 121, de 2006**, que “altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta relatório pela prejudicialidade da matéria. A matéria é retirada de pauta a pedido do relator. **Item 3 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 248, de 2007**, que “autoriza o Poder Executivo a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas, no Estado do Maranhão”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como relator o Senador Marconi Perillo, que apresenta relatório pela aprovação do projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 209, de 2007**, que “caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos, e dá outras providências”, de autoria do Senador Eliseu

Resende, tendo como relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta relatório pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 342, de 2007**, que “altera o inciso XII o art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para mudar de não-cumulativo para cumulativo o regime da Contribuição para PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte aquaviário”, de autoria do Senador Papaléo Paes, tendo relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta relatório pela aprovação da matéria, com as emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 416, de 2005**, que “altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação da matéria, com as emendas que apresenta. A matéria é retirada de pauta a pedido do relator. A Comissão aprova, ainda, as seguintes matérias constantes da **extrapauta**: **Item 1 – MSF nº 190, de 2007 – Não Terminativo** – que “submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Rômulo do Carmo Ferreira Neto, para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Expedito Júnior. Usam da palavra para sabatar o indicado os senhores senadores Delcídio Amaral, Marconi Perillo, João Ribeiro e Jayme Campos. Foram escolhidos para escrutinadores os senadores Delcídio Amaral e Flexa Ribeiro. A indicação é aprovada com 16 votos “sim”; nenhum voto “não”, nenhuma abstenção, num total de 16 votos. **Item 2 – Requerimento nº 67, de 2007-CI**, de autoria do Senador Marconi Perillo, requerendo sejam convidados os Senhores Adjarma Azevedo, Presidente da NOS; Eduardo Carlos Spallding, Vice-Presidente da Alcoa; Márcia Camargo, Coordenadora Executiva do Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental do Ministério das Minas e Energia e Cláudio J. D. Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil, para participarem de Audiência Pública no âmbito da comissão a fim de tratarem de assuntos sobre **Licenciamento e Matriz Energética**. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o

seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de serviço de infra-estrutura da 1ª Sessão ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. E Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A Reunião presente destina-se a deliberação das seguintes matérias: Algumas são de decisão terminativa, alguns projetos, algumas mensagens. Primeira delas, de iniciativa do Senador Cezar Borges, cujo Relator é o Senador João Tenório que solicita a retirada de Pauta pelo fato de não poder estar presente. Então eu vou atender aqui com a aquiescência dos Srs. Senadores e retirar de Pauta o item nº 01. Item nº. 02 também decisão terminativa. Iniciativa do Senador Cezar Borges, Relator Senador Francisco Dornelles, ambos não se encontram presentes, também vou autorizar a retirada de Pauta. Item 03, decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 248 de iniciativa da Senadora Roseana Sarney. Eu sou o Relator, não há quórum a para a deliberação, eu vou postergar essa deliberação para o momento que houver quórum. Decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 209, Senador Eliseu Rezende é o autor, Relator Senador Delcídio Amaral. Senador Delcídio, nosso querido Vice-Presidente, a quem convido para estar aqui à Mesa está presente, mas eu passo a palavra a ele para que ele possa se colocar a respeito.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, eu conversei com o Senador Eliseu Rezende, o Senador Eliseu Rezende, ele se encontra em Belo Horizonte por razões de caráter político porque hoje o partido do Senador Eliseu está montando a sua composição para o diretório, por isso ele não pode estar aqui presente. Eu gostaria muito de fazer, apresentar o meu relatório com a presença do Senador Eliseu Rezende que é um homem sério, um homem competente, um homem que tem uma folha de serviços prestados para o Brasil, principalmente na área de infra-estrutura e esse projeto é de iniciativa do Senador Eliseu Rezende e acredito que seria de bom alvitre na próxima semana, eu apresentar esse relatório para que nós o aprovemos, até porque ele trata, o Senador João Ribeiro é um defensor das hidrovias, de eclusas, como também V. Ex^a., até pela experiência que tem, pela característica do estado que V. Ex^a. governou, o Senador Expedito também, pelas características do Estado de Rondônia. Então eu gostaria de sobrestar a leitura do meu relatório para a próxima semana, para aí com a

presença do Senador Eliseu Rezende e eu espero, essa Comissão venha a aprovar um projeto tão importante, principalmente para o desenvolvimento das hidrovias no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Bom, a presidência acolhe a sugestão e o pleito de V. Ex^a, considerando justo e retira, portanto, de Pauta, colocando, para a Pauta posterior. O Item 05 é de decisão não terminativa. O Senador Papaléo Paes é o autor, não se encontra presente, também não se acha presente o Senador Flexa Ribeiro. Até a chegada do Senador Flexa Ribeiro, nós vamos suspender também essa matéria. O último, de iniciativa do Senador Osmar Dias, também não terminativo, cujo Relator é o Senador João Tenório que já me pediu a retirada de Pauta. Portanto nós vamos deixar sobrestados dois projetos até a chegada dos Srs. Relatores. Item 01 extra-pauta, mensagem do Senado Federal nº 190 de 2007 que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Sr. Rômulo do Carmo, Ferreira Neto para o cargo de Diretor de infra-estrutura ferroviária, o DENIT, autoria: Presidência da República, Relator Senador Expedito Júnior, a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação e a síntese do relatório. Eu convido para tomar assento à Mesa dos trabalhos o indicado, Sr. Rômulo do Carmo Ferreira Neto. Concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior para proferir o seu Parecer em relação a esse projeto.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores. O senhor Presidente da República, por meio da mensagem 190 de 2007, nº 801 de 24 de outubro de 2007, na origem, submete ao exame do Senado Federal, o nome do senhor Rômulo do Carmo Ferreira Neto para exercer o cargo de Diretor de infra-estrutura ferroviária no departamento nacional de infra-estrutura de transporte, DENIT, vinculado ao Ministério dos transportes. O DENIT é a entidade integrante da administração pública federal indireta, criada pela lei 10233 de 5 de junho de 2001 e submetida a regime autárquico especial. A referida lei define, no art. 88, os atributos requeridos para os direitos do DENIT, quais sejam: cidadania brasileira, idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional, compatível com os objetivos, atribuições e competências do DENIT e elevado conceito no campo de suas especialidades. O senhor Rômulo do Carmo Ferreira Neto é cidadão brasileiro graduado em engenharia civil pela Universidade Federal do estado de V. Ex^a, Presidente Marconi Perillo, de Goiás, em 1985.

Sua vida profissional começou na iniciativa privada, em 1986, como Gerente de obras da PREMOM

Construtora, onde por dez anos dedicou-se a construção de edificações residenciais, comerciais e hospitalares. Mais tarde trabalhou na construtora Musa, onde foi chefe do setor de engenharia responsável pelo acompanhamento e controle de obras, elaboração de orçamentos e acompanhamento de custos. Posteriormente, entre 1997 e 2003, foi Gerente de obras na construtora F G R, período em que se voltou, sobretudo, para obras de saneamento, terraplanagem e pavimentação asfáltica. Atualmente é superintendente regional do DENIT em Tocantins, cargo que exerce desde 2003. A análise do currículo encaminhado em anexo à mensagem 190 evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para o desempenho das atividades do cargo para o qual foi escolhido pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República. Consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no artigo 88 da lei número 10233 de 2001. Isto posto, submetemos a apreciação e julgamento dessa Comissão à indicação do Sr. Rômulo do Carmo Ferreira Neto. É o voto, Sr. Presidente. É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Essa presidência agradece ao Senador Expedito Júnior pela relatoria, concede a palavra ao indicado, doutor Rômulo do Carmo Ferreira, Neto para a sua exposição.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Senador Marconi Perillo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Senador João Ribeiro, palavra pela ordem.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Consultar V.Ex^a. se não é possível a gente abrir a votação, haja vista que a Casa hoje, pelo que percebo, nas outras Comissões, nós vamos ter dificuldade de quórum.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Há um roteiro aqui, na hora certa eu vou estar abrindo o processo de votação.

ROMULO DO CARMO FERREIRA NETO: Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal, Senador Marconi Perillo, Exmo. Sr. Relator, Senador Expedito Júnior, a quem registro os meus sinceros agradecimentos pelas palavras referentes a minha pessoa. Exmos. Senadores e Senadoras integrantes dessa honrosa Comissão e demais autoridades presentes, minha cordial saudação. Nesse momento único da minha vida profissional, quero agradecer também ao Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Senador Alfredo Nascimento, pela indicação de meu nome para exercer o cargo de Diretor de infra-estrutura ferroviária do DENIT, razão pela qual serei hoje sabatinado pelos membros dessa Comissão. Tenho que

registrar também os meus sinceros agradecimentos ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por acolher tal indicação e pela confiança em mim depositada.

Quero saudar ainda o estado do Tocantins, a pessoa do Senador João Ribeiro, a quem dou os meus sinceros agradecimentos pelo apoio e incentivo sempre recebidos. Prezados Srs. e Sras. É de conhecimento geral que a solução dos problemas da infra estrutura de transportes é de fundamental importância para o desenvolvimento e crescimento do Brasil.

O melhoramento e a ampliação e a capacidade dos diversos modais de transporte que o Governo Federal vem promovendo por meio de uma vasta carteira de projetos e obras reduziram substancialmente seus custos, aumentarão a produtividade, bem como vão aprimorar a qualidade de bens e serviços atrelados à economia do país, além de conciliar a integração nacional.

É válido ressaltar também que todos os investimentos destinados ao setor de transporte reverterem em geração de milhares de empregos. Para que essas metas sejam alcançadas, os investimentos no setor devem caminhar a frente das demandas e serem aplicados através de um rigoroso planejamento de modo a evitar interrupções dos empreendimentos programados pelo Governo. Seguindo essa concepção de trabalho o crescimento e o desenvolvimento sócio econômico do país torna-se fato.

Dentro dessa perspectiva foi criado o DENIT pela lei 10233. Essa jovem autarquia tem como atribuição a implantação em sua área de atuação das políticas formuladas para o sistema ferroviário federal, desculpe, sistema federal de viação que envolve os modos de transporte ferroviário, aquaviário e ferroviário.

Prezados Srs. e senhoras, concentro-me agora em fazer uma sucinta análise do setor ferroviário do Brasil. Reconhecida a sua importância no cenário sócio econômico brasileiro, o DENIT recentemente passou por uma reestruturação e assim criou a diretoria de infra-estrutura ferroviária. Compete a essa direção a responsabilidade pela administração, gerenciamento da execução de projetos de construção, manutenção e remodelação da malha ferroviária, principalmente o gerenciamento e revisão de projetos de engenharia exercendo incisivamente o poder normativo relativo a utilização da infra-estrutura de transporte ferroviário.

Compete ainda a essa diretoria o controle do patrimônio operacional ferroviário, bem como a solução de conflitos de ferrovias em áreas urbanas com o propósito de apontar soluções a essas interferências e assim minimizar os gargalos do setor ferroviário. Os desafios a serem superados são grandes, uma vez

que os problemas no setor foram se agravando com o passar dos anos. Na década de 90 a operação do serviço do transporte ferroviário foi privatizada, mas nesse novo modelo a parcela de responsabilidade do Governo Federal não diminuiu, a União é responsável pelo desenvolvimento do transporte ferroviário, bem como a sua participação tecnológica e pela consolidação de uma logística de transportes que atenda as necessidades do mercado, no qual o modal ferroviário tem um importante papel.

Atualmente, Srs. Senadores, a prioridade dos investimentos destinados ao modal ferroviário é concentrada na segurança do tráfego, na solução dos conflitos ferroviários em áreas urbanas, na superação de trechos críticos e na expansão e integração da malha. Prova disso são as obras previstas no programa de aceleração do crescimento. Ao todo são 34 empreendimentos entre obras e projetos, totalizando setecentos e oitenta e cinco milhões de investimento entre os anos de 2007 e 2010. Além das obras do PAC, o Governo Federal vem desenvolvendo também o programa nacional de segurança ferroviária em áreas urbanas, cujo objetivo é melhorar a convivência entre as ferrovias e as comunidades lindeiras, elevando os níveis de segurança e a qualidade de vida da população, bem como a segurança e a operação da malha ferrovia.

Nessa perspectiva, o DENIT vem elaborando diversos projetos de implantação de controles ferroviários, construção de viadutos e passagens inferiores em todo país. Em processo de licitação atualmente em andamento no DENIT estão 6 contornos ferroviários, duas travessias urbanas, três adequações de pátios ferroviários urbanos e 14 viadutos ou passagens inferiores, estando em fase de estudo e projeto sete contornos ferroviários, dois projetos de adequação de capacidade de via, 5 obras de transposição e três projetos de novas ligações ferroviárias.

Destaco o projeto de grande porte de expansão da malha, a ferrovia Transnordestina. Essa obra é de aproximadamente 1200 quilômetros, faz parte da extensa carteira de empreendimentos do Governo Federal, dos quais 200 quilômetros já estão em operação sob concessão da companhia ferroviária do Nordeste, C F N.

Outra obra emblemática que encontra-se também sobre concessão é a Ferronorte que já possui 500 quilômetros de trilhos em operação no trecho entre Aparecida do Taboado e Alto Araguaia. Está prevista a construção de mais 210 quilômetros ligando o Alto Araguaia a Rondonópolis e mais 260 quilômetros entre Rondonópolis e Cuiabá. Essa importante ferrovia está sob a concessão da América Latina Logística, ALL.

Dentre as ações em andamento para o setor ferroviário, o Governo, através do Ministério do planejamento e dos transportes, realiza o processo de inventariança de todos os bens da extinta Rede Ferroviária que serão posteriormente transferidos ao DENIT após a conclusão desses trabalhos. Paralelamente, o Governo Federal também não mede esforços para a criação do instituto nacional de pesquisas ferroviárias com o intuito de resgatar o conhecimento e promover o desenvolvimento da engenharia ferroviária brasileira. Pretende-se criar o instituto por meio de parcerias com entidades públicas e privadas, construtores e fabricantes do setor e através da geração de recursos próprios pela venda de serviços.

Senhoras e senhores, nos mais diversos gabinetes de planejamento há hoje um consenso que em um país com as dimensões do Brasil é preciso investir no modal ferroviário. A estrutura ferroviária em países desenvolvidos, como Estados Unidos ou até o continente europeu, comprovam que o transporte por esse modal aumenta a eficiência e a competitividade dos produtos. As obras previstas no PAC indicam que o Governo Federal já tomou essa decisão.

O DENIT também no campo das ferrovias, está preparado para esse trabalho. É com esse mesmo espírito que eu me apresento para servir a esses objetos e ao crescimento do país. Estou certo, caso o meu nome seja aprovado para assumir o cargo de Diretor de infra-estrutura ferroviária, que tenho plenas condições de executar os programas de Governo destinados ao setor por me sentir preparado e capacitado. Como engenheiro civil formado pela Universidade Federal de Goiás em 1985, exerço o cargo de superintendente regional do DENIT, em Tocantins, desde 2003 e recentemente fui aprovado no concurso público do DENIT realizado em 2005 tornando-me servidor de carreira desse importante órgão. Estou convicto que tenho muito a contribuir para o crescimento e desenvolvimento dos transportes no país. Muito obrigado.

[Aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB- GO): De acordo a lista de inscrição, concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral para sabatar o indicado.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria cumprimentar o doutor Rômulo do Carmo Ferreira Neto, cumprimentá-lo e esperando que ele tenha muito sucesso, eu espero que essa Casa, através da Comissão de Infra-Estrutura e do Plenário do Senado, venha a votar favoravelmente a indicação de Vossa Senhoria para um cargo tão importante como é a diretoria de infra-estrutura ferroviária do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, DENIT. Eu não tenho

dúvidas nenhuma, doutor Rômulo, Vossa Senhoria tem uma experiência, é engenheiro civil formado pela universidade de Goiás, tem uma experiência grande em obras de infra-estrutura, em construção e projetos e, ao mesmo tempo, desde junho de 2003 atuou como superintendente regional do DENIT. Portanto reúne todas as premissas exigíveis para um cargo com essa responsabilidade.

Doutor Rômulo, eu tenho insistido muito nessa questão ferroviária. Nós aqui hoje, o Presidente Marconi Perillo me questionou sobre o projeto, sobre a relatoria do projeto do Senador Eliseu Rezende tratando de eclusas, portanto de hidrovias também e agora nós estamos sabatinando Vossa Senhoria que, eu espero, venha assumir a diretoria de infra-estrutura ferroviária do DENIT. Eu ouvi o breve discurso que Vossa Senhoria apresentou, objetivo, falando de experiências ferroviárias e de procedimentos que o Governo planeja ao longo dos próximos, dos próximos meses, principalmente no que se refere ao aperfeiçoamento e a novos investimentos na malha ferroviária e eu gostaria, doutor Rômulo, de Vossa Senhoria citou América Latina Logística, a América Latina Logística, ela já operava na região sul do nosso país, se não me engano a ferrovia Tereza Cristina, se não me engano, mas operava, opera a malha ferroviária no sul do Brasil, tem operações na Argentina, tem operações na Bolívia, aquela ferrovia que vai a Santa Cruz de La Sierra, a América Latina Logística também ela opera e uma ferrovia que tem tido um bom desempenho e nós vimos com muito boas expectativas quando a América Latina Logística assumiu a Ferronorte, que foi citada pelo senhor, principalmente o que já existe hoje, os 500 quilômetros que passam, esses 500 quilômetros, eles impactam Aparecida do Taboado, como foi citado por Vossa Senhoria e que pertence lá ao nosso estado do Mato Grosso do Sul, então tínhamos uma expectativa boa, não só com relação a Ferronorte, nós temos agora o desafio da Norte-Sul, em função do que se planeja, a Norte-Sul que é estratégica, não só para toda a região Centro-Oeste, para o Mato Grosso do Sul, para Mato Grosso, para Tocantins, para Goiás, Maranhão e assim por diante, mas voltando, nós estávamos com uma expectativa grande quando a ALL assumiu a Ferronorte e assumiu, Senador João Ribeiro, a Novo Oeste, a Novo Oeste é uma ferrovia, a famosa, o Senador Jonas Pinheiro deve lembrar bem, era a nossa querida Noroeste do Brasil, uma obra que começou no século passado e que nascia e ia até Bauru e no nosso estado entrava por Três Lagoas chegando até a minha cidade de Corumbá. Ia até Santa Cruz de la Sierra pegando aquela que era chamada de ferrovia da morte, que hoje está sendo operada e eu lembro

bem, Senador Torres, que o meu pai foi um dos engenheiros da ferrovia da morte, essa ferrovia aqui, que apelidaram, essa ferrovia de Corumbá até, de Puerto Soares até Santa Cruz de la Sierra, que hoje é uma ferrovia que opera bem, é uma belíssima viagem e para a nossa surpresa, a ALL só tem, só olha, aliás, e ela assumiu a Ferrobam(F) também. Então eliminava problema de direito de passagem, colocava tudo dentro de uma empresa só, nós estávamos felizes, aí nós começamos ver o planejamento da ALL só Ferronorte e o Estado de São Paulo, a Novo Oeste zero.

Já recebemos várias visitas da América Latina Logística sinalizando na recuperação, na revitalização da malha na Novo Oeste, nós temos projetos industriais na região de fronteira que teriam interesse em escoar o seus produtos através da Novo Oeste, mas os movimentos são muito aquém do que nós entendíamos como razoáveis.

A situação nossa em termos de ferrovia é tão preocupante, doutor Rômulo, que nós já estamos conversando com o Governo do Paraná para ver se nós conseguimos escoar a produção nossa de grãos através da Ferro Oeste. Isso em tratativas com o Governador do Paraná, o Governador Requião, por quê? Porque nós não encontramos as respostas necessárias, nós temos regiões de produção de grãos que poderiam se utilizar com competitividade as nossas ferrovias, mas a ALL não faz nenhum movimento prático que dê credibilidade as ações dela na Novo Oeste. Então a minha pergunta ela é focada na questão da Novo Oeste, como Vossa Senhoria olha essa questão da Novo Oeste pelos impactos que a Novo Oeste traria para a região Centro-Oeste, não só na exportação de grãos, mas nos projetos industriais na região de fronteira.

Essa integração com o Paraná, se nada acontecer de positivo com relação a ALL e especificamente com relação a Novo Oeste e ao mesmo tempo também a gente acompanha muito aí pelos jornais uma história de um trem, um trem bala ligando São Paulo e Rio de Janeiro. Aí eu já ouço falar de um trem bala que vai atender os aeroportos em função dessa crise aí da aviação civil. Até que ponto isso aí vai adiante, se isso é real, se há essa intenção ou não, porque eu fico meio preocupado quando eu vejo projetos de nove bilhões de dólares, sete bilhões de dólares, oito bilhões de dólares assim como se isso fosse uma coisa absolutamente fácil e aquilo que está aí na mão, que nós precisamos investir para viabilizar escoamento da nossa produção não sai do chão. Então eram essas as perguntas que eu gostaria de fazer a Vossa Senhoria, desejar muito sucesso e tenha a certeza que nós da bancada do Centro-Oeste vamos ser visitantes assíduos da diretoria de Vossa Senhoria, se o nome de

Vossa Senhoria for aqui aprovado, porque a ferrovia para nós é prioridade absoluta e nós vamos trabalhar para que essa realidade aconteça com a ALL ou buscando outras alternativas porque do jeito que está, não dá para ficar. Eu quero agradecer, Presidente Perillo, pela oportunidade e aguardo as respostas do nosso sabatinado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Pela ordem de inscrições, eu sou o segundo inscrito e tenho alguns questionamentos a fazer ao nosso indicado, doutor Rômulo.

Primeiramente eu queria dizer da satisfação de saber que mais um goiano ocupará, ou possivelmente ocupará uma função importante na infra-estrutura e na logística brasileira. Mas, doutor Rômulo, o DENIT é tradicionalmente a unidade orçamentária com o maior número de obras fiscalizadas pelo TCU. É também onde se concentram os casos de irregularidades graves com recomendação de paralisação, I G P no exercício de 2007. Metade dos casos de I G P, detectados pelo TCU, em todo universo fiscalizado situa-se na área de atuação do DENIT.

Diante dessas evidências e nós trouxemos aqui há duas semanas, três técnicos da mais alta importância para o TCU que reafirmaram aqui todas essas irregularidades identificadas, eu perguntaria a V.Ex^a.: A persistência de irregularidade nas obras do DENIT é indicativa de um caso crônico de malversação do dinheiro público? Como superintendente regional do DENIT no Tocantins e tendo gerenciado algumas obras no estado de Goiás, V.Ex^a. entende que a performance do DENIT tem apresentado alguma evolução no tocante a essas irregularidades, tradicionalmente verificadas nas obras sobre sua responsabilidade, principalmente após os levantamentos do TCU? Sobre a ferrovia Norte Sul, o estágio atual das obras, mostra que ainda falta muito a ser executado para que a ferrovia seja concluída. Nós estamos bastante otimistas hoje em função da sub-concessões, é verdade. De fato, seu trecho operacional vai apenas ao início do seu traçado no estado do Tocantins. Cabe ao DENIT fiscalizar as obras, qual cronograma em que o DENIT tem trabalhado em conjunto com a Vale para que as obras sejam iniciadas no estado de Goiás e concluídas do estado de Tocantins. Enfim, para que a ferrovia seja totalmente implementada?

A atual crise do transporte área mostrou que são poucas as alternativas de transportes de passageiros no Brasil. Em outros países como nos do continente europeu, o transporte ferroviário é uma alternativa viável e bastante utilizada. Há planos para utilização do sistema ferroviário também nos transportes dos passageiros, ou somente no transporte de cargas? Eu

lembraria aqui, reforçaria aqui a pergunta do Senador Delcídio, nosso Vice-Presidente, em relação a perspectiva desta ferrovia de alta velocidade, esse trem bala São Paulo/Rio. Lembraria também do projeto de trem de alta velocidade entre Brasília e Goiânia, enfim. V.Ex^a considera viável que a gente possa ter no Brasil também o transporte de passageiros?

Visto que a vossa experiência, exclusivamente no setor rodoviário, gostaríamos que nos fornecesse algumas informações sobre o sistema ferroviário brasileiro. Qual a situação ferroviária no Brasil? Quais os principais gargalos a serem vencidos para desenvolver e ampliar esse sistema? Por exemplo, a ferrovia centro atlântica, no trecho Anápolis até Vitória apresenta dois gargalos consideráveis: O da serra da Urtiga e o do contorno de Belo Horizonte.

Nós esperamos que a iniciativa privada possa socorrer o Governo através de alguns acordos entre a Vale do Rio Doce, por exemplo, com o Governo Federal para que esses gargalos sejam eliminados e, conseqüentemente possamos ter maior velocidade e naturalmente maior, conseqüentemente maior competitividade nessa ferrovia? Por fim, quais as estratégias para viabilizar essas melhorias? São essas as questões que essa presidência tinha a fazer. Com a palavra o Senador João Ribeiro para suas considerações e questionamentos.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Senhor Presidente, Senador Marconi Perillo, senhor Vice-Presidente, Senador Delcídio Amaral, meus caros Senadores e Senadoras dessa Comissão de infra-estrutura do Senado Federal, meu caro doutor Rômulo do Carmo Ferreira Neto, que está sendo hoje sabatinado por essa Comissão, para que venha, caso aprovado e eu espero que sim, que seja aprovado o seu nome, para depois ir ao Plenário e também em sendo aprovado assumir a diretoria de infra-estrutura ferroviária do DENIT, do nosso Ministério dos transportes. A princípio, senhor Presidente, dá-se a impressão, ou se tinha a impressão que essa diretoria ferroviária e que por algum tempo, ficou até certo ponto um pouco adormecida, que se tinha a impressão de que não se queria tratar da questão de ferrovia no Brasil. Mas para a minha alegria, minha satisfação, o Presidente Luís Lula Inácio da Silva, aí já por dever de justiça que vinha também, sobretudo com a questão da ferrovia Norte Sul no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e eu já estava aqui como Deputado Federal naquela época, anteriormente como Prefeito de Araguaína e esta foi uma obra, a obra dos sonhos dos tocantineses e também dos goianos, Presidente Marconi. V.Ex^a. que foi Governador de Goiás e que conhece tão bem essa questão quanto nós tocantineses, que defende

com veemência, a construção da ferrovia Norte Sul também tem acompanhado e cobrado isso de perto. E nós, ao longo dos anos, tanto eu quanto o Senador Leomar Quintanilha, os outros Senadores que por aqui estiveram, a nossa luta desde o início do nosso mandato, meu como Deputado Federal, do Senador Leomar como Senador e de tantos outros que ti representam Tocantins, foi no sentido de alocar recursos e apresentar Emenda e a gente arranhava, essa obra caminhava a passos de tartaruga. E graças a Deus, o Presidente Lula, numa confissão, num dia numa audiência no Palácio do Planalto comigo, o Presidente e a outros Senadores que estavam presentes, disse a mim: Senador João Ribeiro, eu fui o maior crítico da ferrovia Norte Sul, quando o Presidente Sarney lançou essa ferrovia. E hoje, como Presidente da República, depois de percorrer o Brasil como eu percorri, depois de três candidaturas, depois de três derrotas para Presidente da República que agora vitorioso Presidente, assumindo o país, eu tenho que fazer justiça ao Presidente Sarney. Eu vou fazer a ferrovia Norte Sul. E quero dizer isso aos tocantinenses quando lá eu for. E o Presidente Lula, e lá estava eu o Senador Leomar no estreito, quando foi inaugurar um trecho da ferrovia Norte Sul e a ferrovia já está chegando a Araguaína, Presidente Marconi, para a nossa alegria, a plataforma multi modal de Araguaína está pronta, nós inauguramos ela junto com o Presidente Lula, com o Governador Marcelo, com o Senador Leomar, com toda a bancada federal, os prefeitos, os líderes da região, o Ministro Alfredo Nascimento e esta ferrovia que, portanto, foi um grande sonho, está se tornando a grande realidade. Porque com a sub concessão que foi lançada no mercado e parece, parece, não, sendo vencedora a Companhia Vale do Rio Doce, com um bilhão seiscentos e quarenta milhões, se não me resta dúvida dos números, nós vamos levar essa ferrovia até Palmas e até mais um pouco. E com as informações que eu tenho, Senador Marconi, que V.Ex^a. também um homem bem informado tem, nós vamos construir essa ferrovia sim, com fé em Deus.

Eu digo nós porque nós parlamentares estamos ajudando. Ou quando se cobra do governo, quando é um parlamentar de oposição ou se cobra, ou da situação quando se apóia os que cobram, não quer dizer que não estejam apoiando, cobra porque quer ver a obra construída. E, portanto, todos os momentos que nós temos conversado sobre essa questão de ferrovias no Brasil, mas, sobretudo, a ferrovia Norte Sul que envolve a todos nós aqui, os goianos, os tocantinenses, os mato-grossenses, enfim, é uma obra realmente extraordinária que vai ser a grande redenção de toda a região norte do Brasil.

Portanto, se falasse no Brasil numa diretoria ferroviária, embora a ferrovia Norte Sul seja muito bem conduzida pela Valeque, por um goiano também, Presidente Marconi, pelo Juquinha que é um tocador, um homem trabalhador correto, mas, sobretudo, sobre a batuta do Presidente Lula e do ministro Alfredo Nascimento e agora do doutor Luís Antônio Pago, que dizia agora a pouco, o Senador Delcídio Amaral, que o DENIT está em boas mãos. Que é realmente um homem trabalhador, correto e que vai fazer funcionar como ninguém aquele órgão ali que precisava de um homem como executivo como ele. E, portanto, o doutor Rômulo, que voltando agora a questão do nosso sabatinado que nós tocantinenses e goianos conhecemos o doutor Rômulo, um homem simples, até pelas palavras dele a gente percebe que é um homem de trato simples, mas muito competente, muito preparado, muito correto nos seus compromissos, que eu acho isso muito importante na vida pública de um homem, quando ele dá a palavra, ele honra a sua palavra, ele procura, estudioso naquilo que faz, preparado, é um engenheiro de carreira do órgão do DENIT e, portanto, eu não tenho dúvida que ele vai revitalizar essa diretoria ferroviária.

Ontem mesmo eu conversava com o doutor Luís Antônio Pago, Senador Marconi, e ele me dizia o seguinte: A diretoria ferroviária vai ser incrementada, porque nada impede que a Valeque continue a fazer o seu trabalho, a tocar a ferrovia Norte Sul, mas, sobretudo, a fiscalização é por conta da diretoria ferroviária.

Os trechos, os contornos ferroviários por esse país afora que estavam parados, hoje já está quase todos eles sendo licitados, essa é a informação que nós temos e, portanto, nós vamos ver uma nova fase da ferrovia do Brasil. Eu espero que o Rômulo seja, doutor Rômulo seja essa pessoa, o homem que venha a ser o propulsor deste movimento, deste momento novo das ferrovias no Brasil.

Que ele possa, que ele consiga fazer um grande trabalho que ele fez no DENIT do Tocantins, Senador Marconi, realmente nós tocantinenses temos muito orgulho que o trabalho que o doutor Rômulo realizou, eu posso dizer isso e tenho certeza que falo em nome da população de Tocantins, daqueles que é Governo ou que é oposição, independentemente dos políticos do nosso estado o Tocantins fica orgulhoso de saber que ele começou, embora sendo goiano, mas a sua carreira, o primeiro cargo público mais importante foi no DENIT do Tocantins, e ele foi convidado pelo Ministro Alfredo Nascimento, pelo presidente Lula, pelo partido para vir a assumir essa diretoria. Portanto, quando eu disse que a diretoria ferroviária estava adormecida, eu espero que ela esteja adormecida só até o dia que o senhor assumir lá, doutor Rômulo, que

o senhor incrementa essa ferrovia. Eu sei que muitas perguntas o senhor não vai poder responder, até do Senador Marconi, do Senador Delcídio ou de outros Senadores. Porque eu sei que V.Ex^a. vai sentar, que o doutor Rômulo vai sentar a cadeira, para levantar e ver tudo que precisa ser feito. Mas eu tenho a certeza de uma coisa, Senador Marconi, que ele é dinâmico. Doutor Rômulo é dinâmico, é trabalhador, é dedicado. Então, isso já é muito importante na vida de qualquer cidadão, sobretudo daquele que vai ser dirigente de um órgão, de uma diretoria com a importância dessa, nesse novo momento que o Brasil está vivendo.

Nós estamos vendo aí a questão do trem-bala, Senador Marconi, ou Senador Delcídio, não sei quem colocou, que é extremamente importante um trem de alta velocidade entre Goiás e Brasília e Distrito Federal, Rio São Paulo, trem-bala Rio São Paulo que pode ser construído pelos PPP's, não é preciso o Governo colocar um centavo, Senador Marconi, na questão do trem-bala. Esse dia mesmo o deputado Ricardo Barros, que é do Paraná, que é um defensor do trem-bala me disse: Senador, eu não estou entendendo, nós temos que resolver isso logo, andar rápido com isso, o Brasil tem pressa. Quer dizer, é muito importante esse trem-bala para resolver aquele problema, aquele gargalo que existe na questão, sobretudo, do problema de passageiros Rio-São Paulo, a questão da ponte área, com o problema que nós estamos vivendo no Brasil, esse momento é importante para que isso seja resolvido. Então, essa diretoria, doutor Rômulo, é muito importante que o senhor esteja na frente dela até porque nós o conhecemos e, portanto, eu lhe desejo muito sucesso, conte com o apoio do seu amigo, do Senador João Ribeiro, sei que o senhor fará um bom trabalho naquela diretoria porque é um homem correto e não vai deixar, não desvia e não vai deixar que desvie recursos na sua diretoria. É muito importante que o senhor não desvie, acompanhe de perto a fiscalização das obras, enfim, tudo aquilo que V.Ex^a. fez como Diretor do DENIT no Tocantins, que acompanhou de perto a aplicação dos recursos que fizeram tantas obras importantes, que foi atrás buscar os recursos e que o doutor Rômulo seja realmente um braço importante do doutor Luís Antônio Pago e do Ministro Alfredo Nascimento nessa diretoria ferroviária. Muito sucesso e eu tenho certeza que essa Comissão aprovará o seu nome e também depois o Plenário para que nós possamos ter uma nova fase nas ferrovias brasileiras, a questão das ferrovias brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Agradeço ao Senador João Ribeiro, indago ao Senador Jayme Campos, que ele

seja rápido, senão eu vou passar a palavra ao doutor Rômulo para responder.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Um minutos só. Não só um minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Primeiro eu quero cumprimentar o doutor Rômulo pela indicação para ser o novo Diretor da questão da estrutura ferroviária do Brasil. Dizer ao senhor Presidente, Sr. Vice-Presidente que serei muito breve nas minhas palavras, até porque já tiveram vários oradores, sobretudo o Senador João Ribeiro, que já falou em relação a sua pessoa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Conceder a palavra a V.Ex^a. para que possa continuar o seu questionamento. Eu gostaria de informar aos senhores e senhoras Senadoras que já se encontraram sobre a Mesa as cédulas de votação devidamente rubricadas. Declaro aberto o processo de votação de acordo com o art. 383, inciso 6º do Regimento Interno do Senado Federal.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Asseguro a palavra a V.Ex^a.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado. Mas eu queria apenas dizer ao ilustre indicado, o doutor Rômulo, da importância da diretoria que V.Ex^a. vai ocupar, até porque o Brasil hoje necessariamente nós temos que buscar um transporte intermodal para que possamos, com certeza, viabilizar a nossa economia, sobretudo a região produtiva como a nossa região centro Oeste do Brasil.

Mas doutor Rômulo, a nossa região, sobretudo no estado de Mato Grosso, nós temos ali a Ferronorte que lamentavelmente está paralisada ali na região de alto Araguaia em nosso estado. Eu pergunto a V.Ex^a., é porque o senhor está sendo indicado agora, imagino que não tem nem muita capacidade de dar alguma informação, mas de qualquer forma eu acho que é válido e oportuno que fica registrado. Se tem alguma previsão, ou seja, para a retomada dessas obras para que elas cheguem até num primeiro instante na cidade de Rondonópolis e por conseguinte a Cuiabá e se possível demandando para a região do Pará e a região de Rondônia? Por outro lado se V.Ex^a. tem capacidade de nos informar qual o montante dos recursos alocados no PAC para financiar as ampliação da malha ferroviária brasileira e qual a proporção que está destinado para a região centro Oeste do Brasil? Se a V.Ex^a. tiver a capacidade de me dar essas duas informações estou plenamente satisfeito e desejo sucesso, felicidades,

nesse novo cargo que V.Ex^a vai exercer. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Agradeço, ao senhor Jayme Campos, concedo a palavra ao doutor Rômulo, indicado para o DENIT, para responder aos questionamentos dos Senadores.

ROMULO DO CARMO FERREIRA NETO: Em primeiro lugar eu quero agradecer as palavras honrosas do Senador Delcídio no que trata da minha pessoa, eu fico agradecido, o senhor pode ter certeza que essa Casa terá da diretoria, caso eu seja aprovado, um parceiro para lutar para mudar a concepção ferroviária no país.

Como eu ia dizendo, Senador, Senador Marconi Perillo, inclusive, colocou analisando o meu currículo, eu sou um engenheiro rodoviário, estou no DENIT tem quatro anos, então, muita coisa da questão ferroviária eu ainda não tenho a profundidade do conhecimento para passar para os senhores. O que eu posso dizer a princípio é que as ferrovias de um modo geral, foram concedidas e cabe ao DENIT numa primeira análise, até mais a questão da resolução dos conflitos nas áreas urbanas e algumas expansões de rodovias. Mas de um modo geral elas estão concedidas.

No que tange a ferrovia Norte Sul, ela é subordinada a Valeque e a Valeque não é subordinada ao DENIT, a Valeque é subordinada diretamente aos Ministros dos transportes. Então, toda essa questão da ferrovia Norte Sul teria que ser consultado com a Valeque, até por uma questão.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Doutor Rômulo, eu não estou, não tenho nenhuma preocupação com a Norte Sul que eu sei que há uma tensão especialíssima com a norte Sul. A minha pergunta é sobre a Novo Oeste, esse é que é o negócio, esse é que é o meu, esse é que é o meu problema porque as outras ferrovias eu tenho visto o desempenho, eu tenho visto o crescimento, eu não tenho dúvidas com relação as outras, a Ferronorte também. O problema é a pobre da Nova Oeste, essa é que a minha preocupação Senador João Ribeiro.

ROMULO DO CARMO FERREIRA NETO: Eu meu comprometo, Senador Delcídio, caso seja empossado, a tomar conhecimento sobre a Nova Oeste e trazer para o senhor assim que tiver condições trago para o senhor uma posição sobre a rodovia Nova Oeste, ferrovia Nova Oeste.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só espero, doutor Rômulo, que V.Sa. seja um companheiro nosso para resolver um dos piores processos de concessão que foram promovidos no Brasil. A despeito de outros trechos ferroviários que são exitosos, a Novo

Oeste, infelizmente foi um desastre. Quem comandava a nova Oeste antes, era um tal de Noel Group, que inclusive, faliu. Depois a Novo Oeste ficou com fundações e agora entrou a América Latina Logística. Eu espero que V.Sa. Seja um parceiro nosso para equacionar definitivamente, Senador João Ribeiro, essa questão da Novo Oeste, porque ela é estratégica para o Mato Grosso do Sul e para a região Centro Oeste.

ROMULO DO CARMO FERREIRA NETO: Está certo, o senhor pode contar que seremos um parceiro do senhor para a resolução desses problemas no que tiver dentro da capacidade da diretoria. O segundo, questionamento, Senador Marconi Perillo, o senhor inicialmente faz referência as obras fiscalizadas pelo TCU e onde se encontram irregularidades, sendo que muitas dessas obras seriam no DENIT. E se essa persistência de irregularidades é um indicativo de um mal crônico no órgão? Eu gostaria de, e faz menção também sobre a evolução dessas irregularidades. Eu gostaria de, se possível responder pelo senhor, pela minha superintendência, até porque --.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Segunda parte da pergunta é exatamente, como é que o senhor se comportou em relação a esse problema no Tocantins?

ROMULO DO CARMO FERREIRA NETO: Isso. Eu gostaria de responder ao senhor pela minha superintendência e não pelo órgão como um todo, até porque eu não posso ter essa pretensão, uma vez que eu não fui Diretor a nível nacional. Quando nós assumimos o estado de Tocantins em 2003, a superintendência, existam irregularidades e obras paralisadas em três rodovias federais no estado de Tocantins.

Algumas as obras já estavam concluídas, a rodovia estava entregue e tinham indício de irregularidade. Outra é a rodovia 242, estava paralisada e a 235 que paralisara antes do início das obras. Essas situações são todas, a gente quer deixar aqui, são obras, não estou eximindo o DENIT de culpa não, mas são obras delegadas que eram tocadas através da Secretaria de Transportes do Estado, mas que o pessoal imbuído da boa vontade e pensando no bem público apresentaram seus recursos e no quesito da 242 o TCU reconheceu que estavam enganados e liberou a rodovia hoje ela está liberada. A 235 continua em análise, assim como a 230 na Transamazônica.

No nosso período, de 2003, a 2007, nós fomos anualmente fiscalizados pelo TCU e que até o momento, agora em julho foi a última supervisão dele, fiscalização, não encontrou qualquer irregularidade lá no estado durante o nosso período. Eu acredito que muito dessas irregularidades era mais fruto de a falta de estrutura do órgão que não tinha um corpo técnico

suficiente para acompanhar os andamentos das obras e isso com esse novo concurso, houve a entrada de 630 novos engenheiros e essa consciência de que o dinheiro público é cada vez mais raro e mais escasso e precisa ser melhor aproveitado, eu acredito que vá mudar, sim, essa visão de perspectiva que o pessoal tem.

Na questão que o senhor me perguntou sobre a ferrovia Norte Sul, o estágio das obras, o que eu posso afirmar para o senhor é isso, é da Valeque o gerenciamento, é da Valeque, não é a diretoria ferroviária.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): V.Ex^a. foi fazer a fiscalização desses trechos que tem conflito com a parte rodoviária do DENIT?

ROMULO DO CARMO FERREIRA NETO: Não. Até onde eu sei, é a Valeque que cuida da parte ferroviária, o DENIT não tem nada com a Norte Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Mas o senhor como Diretor ferroviário terá que tipo de atuação em relação a essa obra, especificamente?

ROMULO DO CARMO FERREIRA NETO: Porque a Valeque, ela não é subordinada ao DENIT.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Eu sei.

ROMULO DO CARMO FERREIRA NETO: Eu acredito que nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Inclusive, esse trecho do Tocantins e do Maranhão já construído foi sub, acabou sendo agora sub-concessionado, quer dizer, a Vale do Rio Doce vai agora operar esse trecho de 700 quilômetros e com esses recurso, quase um bilhão e quinhentos a Valeque vai construir os outros trechos. Eu quero saber em que ponto a diretoria de V.Ex^a. terá participação na fiscalização ou na obra da ferrovia Norte Sul? Se vai ter, se não vai ter?

ROMULO DO CARMO FERREIRA NETO: Até onde é meu conhecimento, Senador, a diretoria de infraestrutura ferrovia do DENIT não tem participação em qualquer acompanhamento ou fiscalização da ferrovia Norte Sul, cabe inclusivamente a Valeque. Eu posso me comprometer com o senhor --.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): E depois a sub-concessionária?

ROMULO DO CARMO FERREIRA NETO: É. Eu posso me comprometer com o senhor de investigar melhor e trazer uma posição caso eu esteja enganado. No que se refere a questão de planos para a utilização de transporte ferroviário de passageiros, mais uma vez eu falo para o senhor, eu até onde eu conheço o progra-

ma do DENIT é mais na questão de implantação, eu não tenho conhecimento também se nós vamos mexer com isso. Posso trazer posteriormente para o senhor. A situação do transporte ferroviário no país foi como no breve relato que eu fiz ao senhor, era uma situação que estava paralisada e agora o Governo Federal está concentrando investimentos, principalmente nessa área de, principalmente na área de resolução dos conflitos entre as populações urbanas que margeiam as ferrovias e vamos falar rodovia no sentido do quesito no sentido de dar mais segurança ao transporte. As estratégias para viabilizar essas melhorias são os programas que nós tínhamos falado, existe aqui em licitação diversa obras e projetos visando atuar. Senador Jayme Campos. Não está Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): V.Ex^a., V. Sa. pode responder, porque depois a taquigrafia vai anotar e ele terá acesso as cópia taquigráficas.

ROMULO DO CARMO FERREIRA NETO: Certo. O Senador Jayme Campos me fez uma pergunta sobre a Ferronorte, que o trecho está paralisado em alto Araguaia. Qual a previsão para retomada das obras? Eu sei que está sendo elaborado um projeto do trecho entre Alto Araguaia e Rondonópolis e a previsão é de entrega desses projetos agora em março para serem analisados e aprovados. No trecho de Alto Araguaia, de Rondonópolis a Cuiabá, ainda não tem, está só em estudo de viabilidade. No fim ele me perguntou quais os montantes de recurso alocados no PAC? Foi como eu falei no relato, no período de 2007 a 2010, está previsto recurso no montante de setecentos e cinquenta milhões. Acho que são as perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Perfeitamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Declaro encerrado o processo de votação. Convido o senhor Flexa Ribeiro e o Senador Delcídio Amaral para fazer, para funcionarem como escrutinadores. Registro a presença da Senadora Ideli Salvatti que, infelizmente, dado ao encerramento do processo de votação não poderá mais registrar o seu voto. Há Requerimentos sobre a Mesa, de minha autoria. Requeiro nos termos do art. 93 do Regimento Interno, sejam convidados os senhores Adjarma Azevedo, Presidente da OMS; Eduardo Carlos(F), Vice-Presidente da Alcoa; Márcia Camargo, coordenadora executiva do núcleo estratégia da gestão sócio ambiental do Ministério de minas e energia e Cláudio Sales, Presidente da CN Brasil, para em Audiência Pública no âmbito dessa Comissão tratarem de assuntos sobre licenciamento e matriz energética. Está em discussão

o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Está em votação. Senhores Senadores e senhoras Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. Aprovado. Fim da apuração, proclamo o resultado. O indicado ao DENIT, doutor Rômulo do Carmo, obteve 16 votos sim, nenhum voto não, nenhuma abstenção. Portanto, ele teve a unanimidade dos votantes nessa Comissão. Portanto, doutor Rômulo do Carmo Ferreira Neto, candidato indicado para o cargo de Diretor de infra-estrutura ferroviária do DENITE, foi aprovado à unanimidades nessa Comissão e imediatamente enviarei a matéria a Secretaria geral para as devidas providências.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 11h56.

Ata da 37ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 06 de dezembro de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às onze horas e quinze minutos do dia seis de dezembro de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessa-renko, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Francisco Dornelles, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Eli-seu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, João Durval, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Garibaldi Alves, Jonas Pinheiro, Eduardo Azeredo e Mario Couto.** Presente, também, o Senador José Agripino. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: **Item 1 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 342, de 2007**, que “altera o inciso XII do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para mudar de não-cumulativo para cumulativo o regime da Contribuição para PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte aquaviário”, de autoria do Senador Papaléo Paes, tendo relator o Senador

Flexa Ribeiro, que apresenta relatório pela aprovação da matéria, com as emendas que apresenta. A matéria é aprovada. **Item 2 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 416, de 2005**, que “altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação da matéria, com as emendas que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 3 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei da Câmara, nº 51, de 2007** – “dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências”, de autoria do Deputado Jovair Arantes, tendo como relator o Senador Expedito Júnior, que apresenta relatório pela rejeição da matéria. É concedida vista ao Senador Marconi Perillo. **Item 4 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei da Câmara, nº 92, de 2007** “inclui na relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, a ligação rodoviária entre Redenção / PA e Marabá / PA”, de autoria do Deputado Zequinha Marinho, tendo como relator o Senador Mário Couto, que apresenta relatório pela aprovação da matéria. A matéria é aprovada. **Item 5 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007**, que “modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 121, de 2006**, que “altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta relatório pela prejudicialidade da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 248, de 2007**, que “autoriza o Poder Executivo a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas, no Estado do Maranhão”, de autoria da Senadora Rosea-

na Sarney, tendo como relator o Senador Marconi Perillo, que apresenta relatório pela aprovação do projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 209, de 2007**, que “caracteriza como serviço público a operação declusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos, e dá outras providências”, de autoria do Senador Eliseu Resende, tendo como relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta relatório pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9 – Mensagem do Senado Federal nº 250, de 2007 – Não Terminativa** – que “submete à apreciação do Senado Federal o nome de Solange Paiva Vieira, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, na vaga do Senhor Milton Sérgio Silveira Zuanazzi”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Renato Casagrande, que apresenta relatório em que a comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. É Concedida vista coletiva nos termos regimentais. **Item 10 – Não Terminativa – Mensagem do Senado Federal nº 251, de 2007** – que “submete à apreciação do Senado Federal o nome de Ronaldo Serôa da Mota, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, na vaga do Senhor Josef Barat”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Sérgio Guerra. É Concedida vista coletiva nos termos regimentais. A Comissão aprova **extrapauta o Requerimento nº 68, de 2007-CI**, de autoria do Senador Sérgio Guerra, requerendo a realização de Audiência Pública, conjunta com a Subcomissão da Amazônia, para debaterem acerca da criação de Modelo de Plataforma Logística Intermodal, para recebimento e escoamentos de produtos, principalmente do Pólo Industrial de Manaus, com a participação dos seguintes convidados: Senhor Alfredo Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes; Professor Olavo Celso Tapajós da Silva, do Centro Integrado de Estudos Superiores do Amazonas e Senhor Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional dos Transportes. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, *Dulcídia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, de-

claro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A presente reunião destina-se a deliberação das seguintes matérias, algumas são de decisão não terminativa, outras de decisão terminativa.

Há sobre a mesa um requerimento de autoria do ilustre Senador Sérgio Guerra. Ele requer nos termos do Regimento que sejam convidados o Ministro dos Transportes o Senador Alfredo Nascimento, o professor Olavo Celso Tapajós da Silva do Centro Integrado de Estudos Superiores do Amazonas, o CIESA de Manaus, o presidente da Confederação Nacional dos Transportes Clésio Andrade para em reunião conjunta de Audiência Pública da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a Subcomissão da Amazônia prestarem esclarecimentos acerca da criação de modelo de plataforma logística intermodal no Amazonas. A justificativa dele é no sentido de que a Audiência Pública destina-se ao debate do aspecto relevante para o equacionamento do problema logístico destinado a atender ao recebimento e escoamento de produtos do pólo industrial de Manaus, dentre outros argumentos. Está em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O item 1 de decisão não terminativa é um Projeto de Lei de iniciativa do Senador Papaléo Paes que diz respeito à alteração do inciso XII do art. 10 da Lei 10.833 de 29 de dezembro de 2003 para mudar de não cumulativo para cumulativo o regime da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para Financiamento de Seguridade Social incidente sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte aquaviário. O relator é o Senador Flexa Ribeiro que ainda não se encontra. Por esta razão nós vamos sobrestar até a chegada do relator.

O item 2 da pauta também de decisão não terminativa altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira. O autor é o Senador Osmar Dias, o relator é o Senador João Tenório que também ainda não chegou. Nós vamos sobrestar também esse item até a chegada do relator.

O item 3 de iniciativa do Deputado Jovair Arantes, deputado pelo Estado de Goiás cujo relator Senador Expedito Júnior que já está pronto para fazer a leitura do relatório. Ele dispõe sobre a validade dos bilhetes

de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências.

Eu concedo a palavra ao Senador Relator Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara nº 51 de 2007, Projeto de Lei 1.333 de 95 na casa de origem. Pretende regulamentar aspecto do transporte coletivo rodoviário de passageiros de âmbito intermunicipal, interestadual e internacional, com o destaque para a questão do prazo de validade dos bilhetes e passagens, além, de outros direitos dos usuários relacionados com as condições de prestação de serviço pelas empresas transportadoras.

Sr. Presidente, desde 1995 quando foi apresentado na Câmara dos Deputados a proposição que deu origem ao Projeto nº 51 de 2007 a regulamentação do transporte coletivo rodoviário de passageiros evoluiu consideravelmente. Nesse intervalo foram editados instrumentos normativos de fundamental importância para o desempenho da atividade os quais se revelam extremamente afinados entre si e com o escopo do projeto ora em apreciação. Aí eles se atribuem em grande medida as profundas transformações ocorridas no plano das relações entre as empresas permissionárias no transporte coletivo rodoviário e usuários do serviço.

Nós fizemos aqui, Sr. Presidente, inclusive uma Audiência Pública aonde trouxemos aqui várias autoridades para discutirmos sobre esse projeto e como todos os Senadores já tem o nosso relatório, eu não vou ler aqui todo o relatório. No que foi mediante a nossa Audiência Pública tratado aqui nesta Comissão o nosso, voto Sr. Presidente, entendemos que toda esta reivindicação feita, que esse Projeto de Lei do Deputado Jovair Arantes, projeto bom, mas que o projeto praticamente já está sendo atendido, salvo poucas exceções que se observa que os temas que o projeto pretende disciplinar encontram-se devidamente equacionados no Código Civil e amplamente regulamentados pela ANTT que já versam basicamente sobre as relações entre os usuários, os prestadores do serviço o que constitui a essência e o objetivo primordial da atuação da agência reguladora do setor. Em linhas gerais, essa foi também a avaliação prevalecente entre representantes dos diversos segmentos envolvido com o transporte rodoviário de passageiros reunido em Audiência Pública, como já disse, promovido aqui nesta Comissão. Sr. Presidente, diante do exposto o nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 51 de 2007 de autoria do Deputado Jovair Arantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu peço vistas desse projeto, portanto, nós vamos deixar para a sessão subsequente.

O projeto relacionado ao item 4 Projeto de Lei da Câmara, também nº 92 iniciativa do Deputado Zequinha Marinho. Ele inclui na relação descritiva do sistema rodoviário federal integrante do anexo da Lei nº 5.917 de 10 de setembro de 73 que aprova o plano nacional de viação a ligação rodoviária entre Redenção no Pará e Marabá também no Estado do Pará. O autor é o Deputado Zequinha Marinho, o Relator é o Senador Mário Couto que também não se encontra presente. O parecer é pela aprovação da matéria. Nós também vamos fazer o sobrestamento até a chegada do relator. Nós estamos, portanto, aguardando as presenças dos Senadores flexa Ribeiro, João Tenório, Mário Couto para leitura de seus respectivos relatórios a fim de que possamos deliberar sobre essas matérias cujas decisões não são terminativas.

O item 5 também o relator é o Senador João Tenório, é um projeto cuja decisão é terminativa de iniciativa do Senador César Borges, modifica a Lei 11.097 de 13 de janeiro de 2005 que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para fabricação de biodiesel. Também vou fazer o sobrestamento até a chegada do relator.

Item 6 de iniciativa do Senador César Borges, o relator é o Senador Francisco Dornelles, o parecer é pela prejudicialidade da matéria, o projeto é do Senado. Ele altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei 11.097 de 13 de janeiro de 2005 que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira para antecipar o prazo para a edição do percentual mínimo obrigatório do biodiesel ao óleo diesel. Autor é o Senador César Borges, o relator é o Senador Francisco Dornelles. O parecer é pela prejudicialidade, como não se encontra ainda presente o Senador Dornelles nós também vamos sobrestar esse projeto.

Item 7 decisão terminativa, Projeto de Lei de iniciativa da Senadora Roseana Sarney, eu sou o relator desse projeto. Ele autoriza o Poder Executivo a promover a internacionalização do aeroporto de Barreirinhas no Estado do Maranhão. Esse é um projeto de grande interesse da Senadora Roseana Sarney que, insistentemente, nos solicitado à aprovação. Como ainda não há quorum nós também vamos fazer o sobrestamento.

O item 8 também decisão terminativa, autoria é do Senador Eliseu Resende, o parecer é do Senador Delcídio Amaral Vice-Presidente desta Comissão que ainda não se encontra presente. Nós vamos também

sobrestar pela falta de quorum e pela ausência do relator.

Ele caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos e dá outras providências. Vamos fazer também o sobrestamento do projeto.

Item 9 mensagem do Senado Federal nº 250, autoria é Presidência da República, relator é o Senador Renato Casagrande que já se encontra presente. O parecer dele, segundo o parecer dele a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Essa mensagem submete à apreciação do Senado a nome da Sra. Solange Paiva Vieira para exercer o cargo de diretora da Agência Nacional de Avaliação Civil, ANAC na vaga do Sr. Milton Sérgio Silveira Zuanazzi. Com a chegada do Senador Flexa Ribeiro nós vamos sobrestar por alguns instantes a apreciação desse tem 9 e eu vou passar imediatamente a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para que ele possa apresentar o seu relatório em relação ao item 1 cujo projeto é de autoria do Senador Papaléo Paes.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Marconi Perillo e Srs. Senadores. O item 9 de nossa pauta trata do Projeto de Lei do Senado 342 de autoria no nobre Senador Papaléo Paes que visa trazer de volta para o regime cumulativo da contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social COFINS as receitas decorrentes da prestação de serviço de transporte de carga aquaviário. Para tanto altera o inciso XII do art. 10 da Lei 10.833 de 29 de dezembro de 2003 que lista as receitas que escapando da regra geral da não cumulatividade permanece submetida à regra anterior da cumulatividade. Como consequência a empresa de transporte passa a submeter-se a uma alíquota total menor 3,65% não mais 9,25%. Por outro lado, deixa de poder abater do imposto devido os valores dessas contribuições pago nas etapas anteriores, deixando, por essa razão, de ser não cumulativo. O projeto foi lido em 13 de junho de 2007 e encaminhado a esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI de onde seguirá para a de Assuntos Econômicos – CAE, na qual a decisão terá caráter terminativo. O projeto atende aos pressupostos de constitucionalidade formal no plano da constitucionalidade material também não há vícios a apontar.

Em relação à técnica legislativa o PLS nº 342 de 2007 foi elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas na lei complementar 95 de 1998 que dispõe sobre a redação, a alteração e consolidação das leis com

as alterações promovidas pela LCP nº 107 de 2001. Quanto aos aspectos de adequação financeira e orçamentária mesmo tendo em conta que caberá a CAE o exame mais aprofundado dessa questão apresentamos emenda ao final para adequar ao projeto ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que se trata de proposição que certamente acarretará a renúncia de receita devendo, portanto, atender as condições estabelecidas naquele dispositivo.

No mérito cumpre observar que a medida beneficia os transportadores de carga que utiliza o modal aquaviário. No atual regime as receitas dessas empresas são tributadas a alíquota de 9 a 25% PIS/PASEP e COFINS. Aprovado o projeto, Presidente Marconi Perillo, a incidência volta para o patamar de 3,65% vigente até 2003. A redução das alíquotas, mesmo perdendo a possibilidade de ser creditadas as contribuições pagas nas etapas anteriores tende a ser vantajosas para as empresas prestadoras de serviços de transporte de carga. Vale mencionar ainda que o ajuste proposto pelo PLS nº 342 de 2007 alcança, como bem ressaltou o autor da proposição, somente a receita sobre o frete de mercadoria transportada em navegação interior de cabotagem e de apoio marítimo e portuário. Com efeito, o transporte aquaviário de passageiro já se submete ao regime cumulativo enquanto a navegação de longo curso se beneficia de isenção de PIS/PASEP e COFINS. Inequívoco ademais é o fato de que o transporte aquaviário é uma das mais eficientes modalidades de transporte existente, apesar de sua oferta se limitar a existência de curso d'água com condições mínimas de navegabilidade sua utilização deveria ser estimulada diante do fato de que é menos poluidor e reduz enormemente os custos logísticos da produção. De fato, trata-se de elemento chave não só para manter como para melhorar a competitividade de nosso agronegócio. Nesse sentido a intenção contida no PLS nº 342 de 2007 apresenta inegável mérito. Voto: pelas razões expostas somos pela aprovação do PLS 342 de 2007 com as seguintes emendas: Emenda dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação: art. 2º o Poder Executivo com vistas ao cumprimento dos art. 5º inciso XII e 14 da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do exposto no art. 1º e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição o qual acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária cuja apresentação se der após decorridos os 60 dias da publicação desta lei, bem como fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos à aludida renúncia. Emenda acrescente-se ao projeto seguinte art. 3º. Art. 3º esta lei entra em vigor na data de sua publicação. § único o disposto no art. 1º só produzirá

efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º. Esse é o voto, Sr. Presidente. Apenas pedindo aos meus pares que atentem para a importância desse projeto, principalmente nas regiões, como o caso da região amazônica e no Brasil como um todo em que o sistema hidroviário ainda é latente, ainda não é tido como prioritário pelo governo e há que se fazer uma ação no sentido que possamos navegar internamente esse país interligando a todo o país através das hidrovias, principalmente o Centro-Oeste que V. Exa. tão bem conhece tendo governado o seu Estado de Goiás por dois mandatos e irá governá-lo, com certeza, a partir de 2010 com uma grande liderança que é do Estado do Goiás. Então nós temos que, sempre que possível, incentivar a implantação do sistema hidroviário. E este projeto traz benefício para que o transporte hidroviário se torne mais competitivo que já é trazendo benefícios com a redução da alíquota do PIS e COFINS previstos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço ao ilustre Senador Flexa Ribeiro pelo trabalho realizado na relatoria. Quero saudar também o autor do projeto Senador Papaléo, projeto de excelente conteúdo, projeto muito importante para a navegação interior no Brasil.

Eu coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em seguida o parecer em votação. Srs. Senadores que concordam com o parecer do ilustre Senador Flexa Ribeiro permaneçam como se encontram. Aprovado.

Coloco em votação as emendas, os Srs. Senadores que aprovam as emendas de nº 1 e 2 permaneçam como se acham. Aprovado. A matéria vai à Secretaria Geral da mesa para as devidas providências.

Item 2, como já me referi, autoria do Senador Osmar Dias, a relatoria está encarregada do Senador João Tenório que envia-nos uma justificativa absolutamente plausível que é o fato dele estar presidindo neste momento uma subcomissão destinada a discutir biocombatível, portanto, eu determino a retirada de pauta do item 2 por razões justas.

Eu indago ao Senador Flexa Ribeiro se o Senador Mário Couto se encontra na Casa, se ele tem alguma informação, porque ele é o relator do item 4.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não mantive contato com o Senador Mário Couto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Então nós vamos manter sobrestado esse projeto até a chegada do Senador Mário Couto. E vamos já para a item 9 que é a mensagem da Presidência da República e cujo relator é o Senador Renato Casagrande. Esse projeto, essa mensagem

submete à apreciação do Senado e desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura que é terminativa nesse assunto, o nome da Sra. Solange Paiva Vieira para exercer o cargo de diretora da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC na vaga antes desempenhada pelo Sr. Milton Zuanazzi. Convido para tomar assento à mesa dos trabalhos a indicada Solange Paiva Vieira. Aproveito a oportunidade para saudar em nome desta Comissão a ilustre presença do Exmo. Sr. Prefeito de São Patrício, Estado de Goiás, o Sr. Lery Guedes.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós teremos reunião da CI na próxima semana?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Haverá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para não perdermos a oportunidade de aprovar esse projeto do item 4 que trata da inclusão no sistema rodoviário federal na ligação rodoviária entre Redenção e Marabá no meu estado do Pará. Então é um projeto importante, mas como teremos reunião na próxima semana, então pediria que mantivesse na pauta para que a gente pudesse relatar na semana que vem, o Senador Mário Couto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O nosso objetivo, Senador Flexa Ribeiro é esgotar todos os projetos que estão pendentes para que a gente possa começar a próximo ano sem nenhuma pendência nesta Comissão.

O item 10 da pauta trata da indicação da Presidência da República do Dr. Ronaldo Seroa da Motta para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC na vaga do Sr. Joseph Barat. O relator é o Senador Sérgio Guerra que ainda não chegou, portanto, eu indago ao Dr. Ronaldo Seroa da Motta se ele já quer sentar-se à mesa, ele é convidado. Nós vamos apenas ter que aguardar a chegada do relator. Seja muito bem vindo.

Eu concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande para proferir o seu relatório.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Solange e Sr. Ronaldo, o relatório, Sr. Presidente, sobre a mensagem presidencial nº 250 do Exmo. Sr. Presidente da República, que por meio desta mensagem 250 de 2007 submete ao exame do Senado Federal a indicação da Sra. Solange Paiva Vieira para exercer o cargo de diretora da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC na vaga do Sr. Milton Sérgio Silveira Zuanazzi.

A ANAC entidade integrante da Administração Pública Federal indireta submetida a regime autárquico especial é vinculada ao Ministério da Defesa e foi criada pela Lei nº 11.182 de 27 de setembro de 2005. A indicação em apreço obedece ao disposto no art. 52 3F da Constituição Federal que atribui competência privativa a esta Casa do Parlamento para aprovar previamente por voto secreto após arguição pública a escolha de titulares dos cargos enunciados na lei maior e de outros que a lei determinar.

Em conformidade com o citado dispositivo constitucional o art. 2 da Lei 11.182 de 2005 fixa os requisitos a serem atendidos pelos diretores da ANAC e determina que a nomeação dos indicados para os referidos cargos será feita pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal.

A Sra. Solange Paiva Vieira ora indicada para o cargo de diretora da ANAC é cidadã brasileira nascida em 1969, a indicada é bacharel em economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestre em economia pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e pós-graduada em ciências contábeis pela mesma instituição.

Foi professora de economia, Sr. Presidente, da Pontifícia Universidade Católica e das Faculdades Integradas Cândido Mendes no Rio de Janeiro. Publicou diversos artigos em revistas especializadas sobre temas como governança corporativa, previdência pública, mercado de trabalho, financiamento de projetos, macroeconomia e privatização. Integra desde 1993 os quadros do BNDS onde ingressou por concurso público, nessa instituição foi assessora da presidência e gerente das áreas de crédito financeira e internacional, além, de ter atuado como técnica nas áreas de crédito, planejamento e na área financeira. Destacam-se, Srs. Senadores, entre os diversos cargos exercidos no setor público os de secretaria de previdência complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, secretaria geral da Administração da Advocacia Geral da União, e assessora econômica da Presidência do Supremo Tribunal. No setor privado foi presidente do Fundo de Pensão Telos, patrocinado pela EMBRATEL. Exerce atualmente o cargo de secretária de Aviação Civil do Ministério da Defesa. A análise do curriculum vitae anexado à mensagem nº 250 de 2007 evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional da indicada a credenciam para o desempenho das atividades do cargo para o qual foi escolhida pelo Sr. Presidente da República.

Consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 12 da Lei 11.182 de 2005, segundo o qual diretores da ANAC são brasileiros de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no

campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados pelo Presidente da República após serem aprovados pelo Senado Federal.

Ante o exposto, Sr. Presidente, submetemos à apreciação e ao julgamento desta douta Comissão a indicação da Sra. Solange Paiva Vieira constante da referida mensagem presidencial em cumprimento ao estabelecido no art. 52 3F da Constituição Federal combinado com o art. 12 da Lei 11.182 de 27 de setembro de 2005. Este é o relatório, Sr. Presidente.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esta presidência agradece ao Senador Renato Casagrande pela elaboração em tempo recorde do relatório, agradeço a colaboração. Ontem à noite quando eu os incumbi para realizar essa tarefa, ele fez com muita competência. Muito obrigado, Senador Casagrande.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, quem é o relator do indicado Dr. Ronaldo?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É o Senador Sérgio Guerra que ainda não chegou, mas eu já tenho autorização para designar alguns Senadores presentes como ad hoc.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu gostaria de fazer um apelo à V. Exa, eu gostaria de pedir vistas nesse relatório do Senador Casagrande, apesar de ter assumido o compromisso com o Ministro de todas as indicações que ele mandasse para cá, principalmente no que tange a melhorar a qualidade do setor aéreo brasileiro. É uma responsabilidade do Senado. Nós estamos vivendo uma crise muito grande nesse setor e eu acho que nós temos que debater mais esse assunto com mais profundidade.

Eu recebi aqui alguns pedidos, inclusive, não tenho nada contra nenhum dos dois indicados, não tenho nada contra a indicação; o currículo, inclusive, da Dra. Solange é muito bom, mas eu gostaria de pedir vistas baseado no art. 132. Como não está aqui também o relator do Dr. Ronaldo, eu não sei, se de repente, nós poderíamos deixar para a próxima...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Expedito V. Exa. está convencido a respeito desse pedido de vistas?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Já fiz a solicitação do pedido de vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O pedido de V. Exa. é regimental. Eu indago a V. Exa. se V. Exa. também pedirá vistas

em relação ao item 10 indicação do Dr. Ronaldo Seroa da Motta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já que o Senador Expedito tomou essa iniciativa de fazer o pedido de vistas era importante que pudéssemos fazer a leitura do relatório do Dr. Ronaldo para que ele também, já que ele também fará o pedido de vistas e nós não perdêssemos mais uma semana, porque se nós não fizermos hoje só pode ser feito o pedido de vistas depois da leitura do relatório, e se não fizermos a leitura do relatório do Dr. Ronaldo não poderá ser feito o pedido de vistas, seria mais uma semana postergado. Então V. Exa. pode indicar um relator ad hoc para fazer a leitura do relatório do Dr. Ronaldo e aí ganhamos para a semana que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas essa é a orientação da mesa, Senador Flexa. Eu apenas estou indagando ao Senador Expedito e aos demais Senadores se há intenção, se é que ele pode me responder, em pedir vistas em relação ao item 10, porque se for assim eu vou tomar essa decisão, designar o relator para fazer a leitura do relatório e a seguir nós vamos suspender os trabalhos.

Com a palavra o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, antes do Senador Expedito se pronunciar eu queria tomar a liberdade já, pessoalmente, falei com o Senador Expedito e falo agora publicamente, a indicada Dra. Solange tem um currículo muito bom, nós estamos precisando, de fato, de concluirmos a organização ou a reestruturação da ANAC. Ele tem algumas dúvidas que sem tirar o direito dele de pedir vistas com direito regimental e é da Casa. Sem tirar o direito dele, talvez o processo de debate dos questionamentos feitos a Dra. Solange pode tirar as dúvidas que ele tem com relação à indicação. Talvez com nesse processo se nós entrarmos no processo de debate ele perde o momento do pedido de vistas. Mas eu acho que as dúvidas que ele têm o debate vai esclarecer. Então não sei se isso poderia...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Casagrande, o Regimento é claro, havendo o pedido de vistas nós vamos encerrar a discussão por hoje e vamos deixar a sabatina para a próxima semana.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O apelo que eu faço é nesse sentido para ver se ele,

talvez pudesse ser atendido nas suas dúvida e no debate.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu estou chegando agora, inclusive, Sr. Presidente e Srs. Senadores, mas eu já fui informada. Eu gostaria de pedir ao Senador Expedito que reconsiderasse o pedido de vistas. A questão da ANAC é muito séria, é muito grave, a ANAC não pode continuar acéfala. Eu não vejo nenhum motivo para gente pedir vistas num processo desse, eu vejo totais possibilidades que se realize essa sabatina hoje, Senador Expedito, eu acho que é o povo brasileiro que precisa da ANAC, realmente com comando imediatamente. O final do ano está aí. Eu acho que deve ser reconsiderado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

Eu gostaria de saber se V. Exa. pode me responder...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente é regimental e eu mantenho o pedido de vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V. Exa. pedirá em relação ao item 2?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Mantenho o pedido de vistas dos dois porque fica até um negócio... Como é que eu vou pedir vistas de um e não vou pedir vistas do outro?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou designar então o Senador Flexa Ribeiro que é do mesmo partido do Senador Sérgio Guerra para fazer a leitura ad hoc, já que há o consentimento do Senador Sérgio Guerra conforme informação de sua assessoria.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Leio com muita honra o relatório do Senador Sérgio Guerra como relator ad hoc. O Exmo. Sr. Presidente da República por meio da mensagem nº 145 de 2007 nº 675 de 2007, na origem, submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Ronaldo Seroa da Motta para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC em complementação ao mandato do Sr. Joseph Barat. A ANAC entidade integrante da Administração Pública Federal indireta submetida ao regime autárquico especial é vinculada ao Ministério da Defesa

e foi criada pela Lei nº 11.182 de 27 de setembro de 2005. A indicação em apreço obedece o disposto no art. 52 inciso III F da Constituição Federal que atribui competência privativa a esta Casa do Parlamento para aprovar previamente por voto secreto. Após a arguição pública a escolha de titulares dos cargos enunciados na lei maior e de outros que a lei determinar.

Em conformidade com o citado dispositivo constitucional o art. 12 da Lei 11.182 de 2005 fixa os requisitos a serem atendidos pelos diretores da ANAC e determina que a nomeação dos indicados para os referidos cargos seja feita pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal.

O Sr. Ronaldo Seroa da Motta ora indicado para o cargo de diretor da ANAC é cidadão brasileiro, graduado em engenharia de produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1977. Sua formação acadêmica inclui o grau de mestre em engenharia de produção pela coordenação dos programas de pós-graduação de engenharia COP da UFRJ obtida em 1981 e de doutor em economia pela University College of London pelo Department Of Economics da University of London em 1995.

Há cerca de dez anos é coordenador de estudo de mercado e regulação no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA cargo cujas atribuições abrange regulação econômica e desenho de instrumentos, métodos quantitativos na defesa da concorrência, regulação e valoração ambiental. Sua experiência profissional inclui ainda o cargo de diretor de planos e programas ambientais do Ministério do Meio Ambiente Recursos Hídricos e Amazônia Legal de 1996 a 1997 e atividades docentes. Foi professor de análise de custo/benefício e economia ambiental da Universidade de Santa Úrsula no Rio de Janeiro de 96 a 2001 e professor colaborador de análise de custo/benefício e política ambiental do mestrado em planejamento energético e ambiental da COP UFRJ de 1986 a 1996. É autor de vários artigos técnicos sobre regulação econômica e defesa da concorrência, bem como sobre políticas para o crescimento sustentável publicado em revistas especializadas no Brasil e no Exterior. Análise do curriculum vitae encaminhado em anexo à mensagem 251 de 2007 evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para o desempenho das atividades do cargo para o qual foi escolhido pelo Exmo. Sr. Presidente da República. Consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 12 da Lei 11.182 de 2005, segundo o qual diretores da ANAC.

Sr. Presidente, está difícil fazer a leitura.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu pediria as Exmas. Sras. Se-

nadoras e Senadores atenção, por gentileza, ao nosso relator.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Serão brasileiros de reputação ilibada formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade nos cargos para os quais serão nomeadas pelo Presidente da República após serem aprovados pelo Senado Federal. Isto posto, submetemos à apreciação e ao julgamento desta douta Comissão a indicação do Sr. Ronaldo Seroa da Motta constante da referida mensagem presidencial em cumprimento ao disposto no art. 52 e inciso III, alínea F da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei 11.182 de 27 de setembro de 2005. Este é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): ... A leitura da relatoria pelo Senador Flexa Ribeiro que fez a leitura ad hoc. Eu indago ao Senador Sérgio Guerra que foi o relator designado se ele quer fazer algum tipo de consideração? Nós fomos informados pela assessoria de V. Exa. que V. Exa. estava retido em uma audiência junto à Receita Federal e por esta razão nós fizemos a designação do Senador Flexa Ribeiro. Mas eu concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra para que possa fazer algum tipo de manifestação, caso o interesse.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu queria apenas fazer uma ponderação que é a seguinte: a posição que nós adotamos, o PSDB e outros partidos na oposição foi a seguinte: valorizar o nosso voto e a discussão do nosso voto no âmbito desta Comissão e das comissões, no plural, quando da aprovação de autoridades. Uma das razões que nos levaram a esta atenção foi seguramente a indicação da vez passada de diretores para a ANAC, assim como para outras agências que não preenchiam as condições técnicas suficientes para o exercício dos cargos. Julgamos que as agências são fundamentais, que falta efetiva prioridade para elas, que tenham orçamentos modestíssimos e que elas precisam ser fortalecidas. Não haverá seguramente investimentos para curto, médio e longo prazo no Brasil, de maneira especial para longo prazo se não tivermos agências com capacidade de equilibrar de uma maneira mais ampla os interesses nacionais. Nossa orientação sempre foi a de votar de acordo com o grau de adequação dos currículos dos indicados as tarefas para as quais são indicados e talvez nomeados na hipótese de aprovação. Esse tipo de preocupação é o que tem presidido a nossa atitude no geral.

Recentemente, eu quero fazer justiça e reconhecer que no caso da ANAC as indicações feitas no plural e não apenas as que estão sendo vistas hoje são adequadas aos cargos para as quais as pessoas são indicadas. A efetiva compatibilidade entre as per-

sonalidades e a experiências de cada um e a ação que vão desenvolver.

Eu não estou, para defender o mandato do Ministro Nelson Jobim, não é essa a questão, mas eu reconheço que se há uma área onde o Ministro tem acertado é na reestruturação da Agência que trata da aviação brasileira. Já relatei um dos indicados aqui, assisti a outras entrevistas e tenho o meu testemunho de que todas as indicações preenchem em condição técnica, currículo suficiente especialização para o desenvolvimento do trabalho de qualidade nessas agências. Não tenho a menor dúvida que essa orientação deve ser aprovada por todos, oposição e governo, numa matéria crítica como a que presidiu uma das maiores crises recentes do Brasil nessa questão da crise aérea que foi calamitosa, conflito(F) de incompatibilidade plural dos brasileiros.

Acho que os indicados o Dr. Ronaldo Motta e D. Solange Paiva Vieira são pessoas que têm qualificação, currículo, adequação, experiência; não é apenas a minha opinião, é a opinião de muita gente a quem consultei para os cargos para os quais foram indicados. Por isso e por esta razão, principalmente, não tenho um minuto de dúvida de recomendar a aprovação dos dois para que nós possamos ter uma agência reguladora em condição de cumprir o seu papel como é indispensável para o Brasil de hoje.

A palavra do relator sobre essas indicações é esta, e eu tenho certeza e absoluta convicção de que hoje ou amanhã de manhã vamos aprovar os dois indicados por unanimidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Senador Sérgio Guerra Presidente Nacional do PSDB.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes ex-presidente desta Comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, mantida a decisão do Senador Expedito em pedir vistas do nome da Dra. Solange eu quero estender também um pedido de vistas para o Sr. Ronaldo Seroa da Motta por questão técnica, aliás, a Casa Civil não aprende a mandar mensagem para esta Casa, ou desrespeita a Casa ou acha que está lidando com ingênuos.

Vejam os senhores que no caso da Dra. Solange há um erro. Aqui eles colocam para substituir o Dr. Zuanazzi, o Dr. Zuanazzi é presidente, não compete a esta Comissão escolher o presidente da ANAC e sim o Presidente da República. Quero chamar bem atenção para isso. Para ocupar o lugar, no caso do Sr. Ronaldo é para complementação de mandato. Nós já tivemos

um caso anterior que deu muito problema nesta Comissão, que foi a indicação de um diretor da ANAC exatamente por isso. Daí no intuito de colaborar com a Comissão e colaborar com a ANAC é que já que um está pedindo eu levanto também ao outro para que a Casa Civil tenha tempo de corrigir e então dizer que só quer o Dr. Ronaldo um pouquinho. Ela tem que ser bem clara, ou lhe quer um pouquinho, Dr. Ronaldo ou lhe quer mesmo para exercer um mandato, porque aqui o senhor é um substituto. Eu acho que não é justo. O senhor está sentado numa mesa com alguém que vai ter um mandato definido e um que vai ser substituto. Eu queria você houvesse clareza com relação a este caso. Muito obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma consulta ao Senador Heráclito Fortes onde é que ele leu que está indicado presidente, nos dois ofícios da Dilma Rousseff está diretor da Agência Civil em todos os dois, não tem nenhum citando presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Dr. Zuanazzi, eu estou apenas registrando, o caso dela para mim é apenas um registro mostrando que tem uma falha. O Dr. Zuanazzi era presidente. Para o lugar do Dr. Zuanazzi seria presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito e Senador Botelho, na verdade, trata-se de complementação de mandatos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É na vaga do Zuanazzi.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Complementando o cargo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Lê o ofício, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Na vaga do Dr. Zuanazzi ela está complementando o tempo. De qualquer maneira o pedido...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não há complementação no primeiro caso, o correto é isso, é não ter complementação. Agora a Casa Civil tem que ser clara com isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito, o entendimento da mesa é de que é complementação, de qualquer maneira, V. Exa. levanta aqui uma questão séria que nós vamos, tecnicamente, observar a partir de agora.

Os pedidos de vistas são regimentais de acordo com o art. 132, § 1º nós vamos conceder vistas pelo prazo de até cinco dias e farei todo o esforço para marcar essa sabatina para terça-feira pela manhã.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): No meu caso, Sr. Presidente, é apenas a Casa Civil ser clara, se quer o mandato inteiro para ele ou se quer só a metade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nós vamos a solicitação através da secretaria da Comissão que é muito eficiente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Ministra, inclusive, conhece muito bem isso, nós vivemos um caso aqui de um diretor da ANAC que criou muita dor de cabeça, inclusive, para o governo. Veja como, às vezes, é preciso alguém da oposição defender o governo. Lamentavelmente é assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado Senador Heráclito. Com a palavra o Senador José Agripino líder dos Democratas.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero respeitar as opiniões aqui já emitidas. O Senador Expedito Júnior tem o direito de pedir vistas, ele deve ter as suas razões. O Senador Heráclito Fortes no intuito de melhor instruir o processo, creio que seja somente esse o objetivo pede também vistas para a indicação do Dr. Ronaldo Seroa da Motta, mas eu vim aqui, eu não sou nem ao menos membro da Comissão, mas eu vim aqui para testemunhar a qualidade da indicação dos dois.

A ANAC que cuida de aviação civil é o órgão da maior importância, vinha sendo administrado de forma, na minha opinião, absolutamente incorreta, fora de padrões técnicos, fora de padrões administrativos aceitáveis mínimos e agora é contemplada com pessoas de bom calibre, é a minha opinião, com pessoas de bom calibre.

E eu venho aqui e vou fazer todo o trabalho que eu puder na minha bancada para que a indicação dos novos membros da ANAC possa ser aprovada e possa ser efetivada no menor espaço de tempo possível pelo próprio plenário.

Aproxima-se o final do ano a crise aérea continua, não foi dado nenhum remédio definitivo aos problemas de origem e eu confio na administração da Dra. Solange, do Dr. Ronaldo, nos seus companheiros e na capacidade de iniciativa do Ministro Jobim que é Ministro de um governo que eu combato, mas combato o governo e não os interesses da sociedade e acho que os dois indicados contemplam o interesse da sociedade. De modo que essa é a participação do Partido Democratas e que eu defenderei nesta Comissão e no plenário quando da indicação.

[soa campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Se-

nador José Agripino. E determino à secretaria que mantenha como relator do item 10 o Senador Sérgio Guerra e como relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro.

Gostaria de dizer ao Senador Agripino e a todos os Senadores presentes, Senadoras que de parte desta presidência houve todo o interesse na máxima celeridade do procedimento e da tramitação dos processados. Eu recebi ontem, Senador Agripino, às 18h, por volta das 18h os dois processados, imediatamente designei os relatores, os Senadores Sérgio Guerra e Renato Casagrande e imediatamente marquei a sessão para as 11h de hoje com a concordância deles de que trariam os relatórios prontos para deliberação, de modo que esta presidência está cumprindo rigorosamente com as suas atribuições buscando efetivas soluções para a questão da crise aérea brasileira.

Senador Valdir Raupp e logo após V. Exa. Senadora Serys.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhores indicados para a ANAC, eu queria fazer coro às palavras dos líderes, ou melhor, do presidente do PSDB Senador Sérgio Guerra e do líder dos Democratas, Senador José Agripino.

Nós estamos atravessando uma das piores crises da aviação civil brasileira. Estamos nos aproximando do final do ano, período em que o fluxo de passageiros nos aeroportos vai se intensificar e o Ministro já disse que vamos ter problema no final do ano e a ANAC precisa começar a trabalhar o mais rápido possível.

Eu vejo que quanto à qualificação, quanto à competência dos indicados, a Dra. Solange e ao Dr. Ronaldo ninguém tem dúvida, então não sei onde está a dúvida. Eu queria fazer um apelo ao Senador Expedito Júnior e ao Senador Heráclito Fortes para que retire esse pedido de vistas. A semana que vem vai ser uma semana extremamente complicada aqui no Senado Federal. Vamos ter a votação do primeiro turno da CPMF se não for votada hoje, que creio que não vai ser. Vamos ter a votação da sucessão do presidente do Senado Federal, talvez seja uma semana muito tumultuada. Então faria esse apelo aqui ao Senador Expedito Júnior e ao Senador Heráclito Fortes para que debata por mais tempo, façam perguntas, questionamentos à Dra. Solange e ao Dr. Ronaldo, mas que votemos hoje aqui, Sr. Presidente. Nós não podemos adiar a crise da aviação por uma questão de dúvida, eu acho que essa dúvida tem que ser esclarecida hoje aqui e se pudéssemos votar isso hoje ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Valdir Raupp líder do PMDB pela manifestação, dizendo apenas que os pedidos de vistas são regimentais e esta presi-

dência não tem outra alternativa senão atender. Agora eu concedo a palavra à Senadora Serys, logo após o Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senador Raupp sabe o apreço que eu tenho por ele e quero crer até que no fundo um pouco esse meu pedido de vista juntamente com o Senador Expedito tenha sido para atendê-lo. Eu fiquei angustiado de ver aqui o desespero do Senador Raupp atendendo um telefone atrás do outro e eu compreendo a sua missão. Tem que decidir entre cinco candidatos a presidência do seu partido quem vai ser o seu. Sei que no fundo V. Exa. desejaria por uma questão de consenso ser o próprio, seria alguma solução magnânima. Mas eu queria me deixar livre para esse tipo de discussão. Terça-feira então a Casa Civil se manifesta e nós então votaremos. Não tem nenhum problema.

Agora nós temos que ter uma votação equânime para os dois.

Eu acabei de ser informado pela assessoria que o caso da Dra. Solange é também para complementar, só que não está no ato. É para evitar constrangimento para os próprios indicados depois.

Eu não sei porque a Casa Civil erra, porque nós já tivemos problemas anteriores, Senador Marconi Perillo, com relação a isso. Às vezes eu tenho medo de ser compromisso político para atender pela metade, como é para resolver um assunto de momento, então põe para complementar e nós não podemos brincar com as agências reguladoras que já pagamos um preço muito alto por isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Senador Heráclito. E concedo a palavra à Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Em primeiro lugar, Sr. Presidente Marconi Perillo, eu gostaria de dizer quão elogiável é a sua postura, não só nesse caso como em outros casos como o senhor tem se portado como presidente desta Comissão nos momentos de bastante dificuldade, por aqui passam questões extremamente complexas como essa de hoje. E eu diria que a situação da aviação brasileira é complexa, é difícil, está a olhos vistos; é um final de ano difícilíssimo e nós estamos aí com a ANAC, mais ou menos, acéfala, acéfala de presidente e parte de sua diretoria. Eu diria que esse é um caso de emergência, depois qualquer coisa que acontecer a gente não pode nem ter o direito de ficar fazendo uns discursinhos por aí. Então é elogiável a sua postura, é elogiável não só nesse momento como em outros mais que eu tenho tido informação.

Eu endosso totalmente as posturas do Senador Sérgio Guerra, do Senador Agripino, o Agripino ainda está aqui; concordo totalmente, não é nada feito aqui de qualquer jeito, são coisas que estão sendo analisadas, currículos estudados e etc. com a maior responsabilidade. Concordo até com o Senador Heráclito já que um vai ficar para depois que fique os dois, não altera o produto praticamente.

Apelei à sensibilidade do Senador Expedito, infelizmente, não tivemos sucesso, eu não sei o porquê, mas tudo bem, é um direito dele, o direito não se discute, mas eu acho que acima, às vezes, de alguns direitos nossos têm alguns direitos maiores da sociedade, do meu ponto de vista.

Se permanecer e eu continuo apelando ao Senador Expedito que diante da população brasileira, mostre que é possível, pediu vistas, mas a partir do convencimento de que ele pode, realmente reformular esse pedido, que seja reformulado e que a gente possa avançar. Eu diria que nós precisávamos hoje aprovar aqui de manhã e à tarde no plenário para que amanhã a ANAC estivesse, já na sua totalidade, organizada. Isso deve ser o que a gente tem que mostrar para a população brasileira, que nós estamos preocupadas com a questão que não é brincadeira. Há uma preocupação do Senado com a questão da aviação brasileira. Da minha parte é muito grande mesmo e eu tenho vários projetos nesse sentido.

Agora se de toldo houver, for confirmado e eu espero até que a gente consiga rever, mas se de todo for confirmado eu acho que vistas tem que ser coletiva e eu gostaria que o senhor já nos colocasse quando que isso voltará para a pauta com a maior rapidez possível. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a Senadora Serys e concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com todo respeito que eu tenho a Senadora Serys eu não posso concordar que ela queira dizer que aqui está se fazendo uma brincadeira, muito pelo contrário, Senadora, nós vamos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Falou. Nós estamos desmanchando uma brincadeira feita pelo seu partido, quem fez brincadeira aqui foi o seu partido que mandou pessoas sem nenhuma condição de ocupar funções na ANAC.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eles não têm condições?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu estou dizendo que nós estamos desfazendo uma

brincadeira feita pelo seu partido que botou gente aqui e não fomos nós.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Eu estou perguntando se esses dois que estão disputando esse momento eles não têm as condições?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Não estamos discutindo os dois.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Mas eu acho que tem que discutir nesse momento são os dois. O que tem que ser discutido aqui são os dois.

[soa campainha].

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Se outro momento houve falhas, paciência.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Vou lhe explicar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu peço aos Senadores calma.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu vou lhe explicar. É para evitar isso que nós estamos fazendo.

Agora se V. Exa. me explicar como é que se manda dois relatórios um pedido para ocupar um cargo em substituição e o outro para ocupar um mandato permanente. Não somos nós que estamos brincando. Nós somos uma Casa de Lei, nós não podemos brincar com essas coisas. Quero dizer até o seguinte: o Senador Expedito terminou fazendo um benefício não à Dra. Solange, mas o Brasil, porque vai corrigir. Porque no ouvido me dizem: não, o mandato dela é para complementar. Então você vai ficar numa decisão de dois pesos e duas medidas. A Casa Civil sabe muito bem como é que esses documentos devem vir para o Senado da República e tem que respeitar essa Casa. Esse jeitinho, Senadora, sabe a estima que eu lhe tenho, mas não vai não. Se houver, Senadora, até faço uma proposta, se houver uma solução, um esclarecimento faça-se amanhã uma sessão extraordinária, é uma sugestão.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Concordo totalmente que haja um esclarecimento e que se faça a sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço aos Senadores e peço a gentileza de encerrarem esse assunto por hora.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Expedito Júnior para que ele possa responder aos apelos formulados por todos os Senadores e Senadoras aqui presentes, aos quais eu também engrosso, eu também gostaria de fazer o apelo ao Senador Expedito Júnior para que nós possamos votar ainda hoje.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, não tem mais possibilidade, o pedido de

vistas não é mais só do Senador Expedito Júnior, o pedido de vistas também agora é fortalecido pelo Senador Heráclito Fortes.

Agora, Sr. Presidente, eu também quero discordar da Senadora Serys. Eu não sei quando ela fala que nós não podemos brincar aqui no Senado, eu não vim para cá para brincar, eu vim para cá para trabalhar e para prestar conta para o meu estado, prestar conta para Rondônia. Eu não vim para cá para brincar. Eu acho que estou exercendo na plenitude o meu mandato, é um direito regimental que eu tenho, eu tenho nada contra os indicados, Serys, não tenho nada contra o currículo, eu acho que o currículo é bom. Mas por que essa pressa? A Dra. Solange agora vai resolver o problema da aviação aérea brasileira. Como o Ministro também ia resolver o problema da aviação aérea brasileira. Eu acho que nós temos que ter calma, eu acho que nós temos que debater, não adianta no afogadilho, não adianta na pressa. Se eu tenho esse direito, se é regimental, se eu posso fazer isso, há um pedido aqui que eu possa acelerar e trazer isso de volta para cá amanhã. Não tenha dúvidas, se for possível isso, se o presidente entender que há possibilidade de marcar uma reunião extraordinária amanhã da Comissão, pode marcar, eu trago o relatório aqui em seguida. Agora, eu tenho algumas dúvidas, eu tenho algumas dúvidas e eu vou manter o meu pedido de vistas, Sr. Presidente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu gostaria de dizer ao Senador Expedito Júnior, ao Senador Heráclito Fortes que nós vamos fazer, nós vamos autorizar, deferir o pedido de vistas coletiva e já estou marcando uma nova data para a audiência de instrução desse processo, ou seja, para a sabatina, terça-feira 11h30. Já combinei isso aqui com os dois indicados a Dra. Solange e o Dr. Ronaldo. Amanhã há um risco muito grande de não se ter quorum, então como nós não queremos brincar aqui nós vamos marcar para terça-feira às 11h30 após Audiência Pública solicitada pelo Senador Expedito Júnior.

Eu concedo a palavra, com muita satisfação, ao Senador Jayme Campos, não sem antes dizer ao Senador Heráclito Fortes que é a Casa Civil que tem a responsabilidade de retirar o processado para retificação dos termos. Eu faria um apelo aos indicados ao Dr. Ronaldo e a Dra. Solange que tomasse essa providência no sentido de que essa questão técnica seja corrigida no processado a fim de atendermos a justa demanda do Senador Heráclito Fortes.

Eu concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente Senador Marconi Perillo, Srs. e Sras. Senadoras eu entendo que essa matéria hoje nesta Comissão está prejudicada tendo em vista o pleito dos Senadores Expedito Júnior e Heráclito Fortes pedindo vistas da matéria. Fazendo uma reflexão aqui, Sr. Presidente, é direito líquido e certo dos Senadores fazerem o pedido de vistas, todavia, até porque eu acho que uma matéria muito importante que tem sido discutida com a maior profundidade na medida que isso regimentalmente nos permite. Eu acho que as indicações são de pessoas de bom caráter, sobretudo, capacidade técnica suficiente para atender naturalmente o que exige a presidência da ANAC.

Nós estamos vivenciando, é bom que saibam V. Exas. Dr. Ronaldo e a Dra. Solange de que, lamentavelmente, víamos de uma crise aérea sem procedência no nosso Brasil. Eu acho pertinente esta discussão nesta Comissão até porque nós temos a responsabilidade de não só votarmos a escolha de V. Exas. e após a votação nesta Comissão ainda vai ser encaminhado para o plenário da Casa, ou seja, os senhores devem ter maioria quando encaminhado ao plenário. É óbvio, evidente, eu sei da preocupação do Ministro Nelson Jobim na escolha dos novos dirigentes daquela Agência Nacional. Todavia, eu acho para que nós não atoplemos o processo de que fica com muita clarividência tudo aquilo que certamente o Srs. Senadores querem ter aqui as informações, eu acho pertinente o pedido de vistas dos Senadores e após os esclarecimentos que o Senador, naturalmente, vai ter e eu espero que na terça-feira. Amanhã, eu mesmo, acho muito difícil, Senador Marconi nós termos quorum suficiente de forma que eu acho pertinente o cumprimento dos cinco dias de pedido de vistas nesta Comissão, feito pelos Senadores, o companheiro Heráclito Fortes e o companheiro Expedito Júnior, de forma que acho louvável, cumprimento V. Exa. que tem conduzido aqui essa presidência de forma transparente e, sobretudo, nos dando direito assegurado daquilo que, certamente, é regimental nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Governador Senador Jayme Campos. Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado de Oliveira esse empreendedor que, muito bem, tem feito ao meu estado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Eu senti que V. Exa. ontem foi duro comigo e hoje me faz um carinho. Eu agradeço.

Mas eu queria dizer que o Senador Expedito Júnior tem todo direito de pedir vistas, como nós todos aqui temos. Eu só não fiquei muito satisfeito é quando ele diz que o Ministro Jobim não vem resolvendo o problema, ele vem resolvendo o problema sim. Agora seguiu um limão, está tentando fazer uma limonada. Encontrou sérios problemas com relação aos aeroportos, com relação às conexões de voo, os aeroportos de São Paulo supercarregados e eles vem procurando organizar esse sistema. E todos nós sabíamos aqui que ele indicaria as duas pessoas que estão aqui para fazer parte do seu grupo e, com certeza, já estão orientados no caminho que o Ministro pretende. Agora eu não concordo com o Senador Expedito Júnior que, inclusive, se retirou agora, mas tem o direito de pedir vistas, de que o Ministro Jobim não vem fazendo um bom trabalho, vem fazendo sim e foi corajoso ao segurar esse problema grande que o Brasil está passando, que é um problema complexo, fruto da evolução da aviação no país, da diminuição das passagens nos voos, ou seja, todas aquelas pessoas que antes iam de ônibus agora estão voando, estão andando de avião devido, inclusive, ao preço mais baixo, Presidente. Então ele encarou um problema de difícil solução e trouxe os executivos que ele melhor conhecia, que já demonstraram que já fizeram um bom trabalho para o país em outros momentos.

Então vamos aguardar. O presidente marcando essa nova reunião desta Comissão, já que foi vistas coletiva que os Senadores façam os seus relatórios, corrijam os erros que, porventura, existam, mas que a gente solucione logo esse problema. Está certo, Sr. Presidente Marconi Perillo?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Wellington.

Eu faria uma pergunta ao Senador Mário Couto, meu querido ilustre grande parlamentar pelo Pará, se ele está em condições, eu até faria o apelo de relatar o item 4 que é pacífico, não é terminativo e a gente já limparia hoje.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu relato já, já.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas com a palavra V. Exa., pela ordem.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Mas eu quero, primeiro, ter a oportunidade de fazer alguns comentários em relação às indicações. Se V. Exa. me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu dei a V. Exa. a palavra pela ordem. .

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Mesmo porque eu participei, fui membro da CPI do Apagão Aéreo e, obviamente, não perdi nenhuma das reuniões, fui a todas as reuniões, estou bem a par de todos os acontecimentos, do que acontecia dentro da Infraero, dentro da ANAC. Eu até concordo com o Senador Wellington Salgado, apesar de ser raridade as nossas concordâncias em nível, logicamente, do Parlamento, somos grandes amigos fora dele, mas eu acho que agora devo concordar o Ministro Jobim pode até não ter resolvido todos os problemas, mas já melhorou. O que havia antigamente Senador Presidente Marconi Perillo, era falta de respeito, falta de moral; ninguém se entendia dentro nem da Infraero e nem da ANAC, essa é a grande verdade. O meu pai, Senador, dizia que quem perde o respeito perde a moral, então não existia nada, hoje, pelo menos, existe o homem com moral lá dentro para ditar as normas e encaminhar o melhor para a população brasileira. É verdade já melhorou, está devendo porque chegou na CPI do Apagão Aéreo e disse que as empresas agora iam ser devidamente fiscalizadas. Eu espero que a Dra. Solange possa fazer isso. O que se via Dra. Solange e eu não tenho nenhum receio em falar, vim para cá exatamente para ter voz e falar pelo povo do meu estado, eu não tenho nenhum receio em falar, o que existia antigamente era uma proteção, não era uma fiscalização, a Dra. Denise protegia as empresas aéreas, não havia nenhuma fiscalização. As empresas aéreas faziam o que queriam e uma das arguições a Dra. Denise ainda teve – não quero usar uma palavra muito forte, usar cinismo – de dizer que não conhecia os donos das empresas. E aí quem pagou no final foram exatamente aquelas pessoas que vieram a falecer e suas famílias e o cenário nacional em pranto e choro em função do que aconteceu. Mas o Ministro está devendo e eu quero exatamente falar aqui na dívida para que V. Sas. Possam cobrar do Ministro. Disse ele que iria fiscalizar as empresas e que o passageiro ia ter, pelo menos, o direito de sentar confortavelmente numa cadeira de avião, pelo menos isso, porque o Wellington Salgado não precisa, ele tem avião, mas o Mário Couto não tem, o Mário Couto vai no avião da linha para o seu estado e a perna do Mário Couto é grande, tão grande quanto a do Wellington Salgado. E é um desconforto, não há necessidade para isso. As empresas são gananciosas, a crise começa por aí, a ganância das empresas aéreas, são gananciosas no sentido de ganharem cada vez mais e deixam a população, além, de desconfortável correndo risco. E é isso que eu queria que V. Sas. Pudessem fazer melhorar a condição do passageiro, além, logicamente, de termos uma tranquilidade.

Outro dia, só para lhe colocar a par de como está a população brasileira, eu conversava com a Senadora Roseana Sarney e ela dizia assim para mim: “Senador, eu tenho uma neta de 9 anos de idade que está com psiquiatra, porque ela não consegue mais viajar em avião de linha”. Olha aonde nós chegamos, olha aonde chegou o relaxamento, olha aonde chegou a falta de compostura para fiscalizar as empresas. Então, elas estão aí, minha querida representante que vai assumir agora da ANAC. Nós estamos a depender de vocês, melhoramos sim, temos que aceitar isso, melhoramos e eu não sou daqueles que deseja o mal, eu sempre digo isso, eu estou crítico, duro, não chego a ser radical, mas sou crítico duro e não vou mudar da minha posição, jamais. A sociedade cobra isso de mim, a fiscalização. E eu fiscalizo duramente. Agora, não sou injusto, não torço pelo mal. Então eu quero aqui deixar sim os meus parabéns ao Ministro que já melhorou bastante, ainda está devendo, mas, tenho certeza, que nós vamos encontrar a nossa tranquilidade um dia e depende muito de vocês em viajar em avião de linha e não proteger tantas essas empresas que já estão milionárias e ainda querem mais. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa manifestação lúcida, equilibrada do Senador Mário Couto, um dos mais combatidos Senadores desta Casa. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu também quero reafirmar que confio no Ministro da Defesa e sei que vai melhorar mais a aviação civil no Brasil. Mas essa discussão toda que houve aqui dizendo que não está explicado, não está esclarecido e tal. Se a gente procurar a lei que criou a Agência Nacional a ANAC, a Lei é 11.182 de 27 de setembro de 2005. Está bem claro no art. 13: o mandato dos diretores será de cinco anos. E no § 2º está também: em casa de vacância no curso do mandato este será completado, a palavra é “completado” na lei, então não adianta a Ministra escrever do jeito que ela quiser lá que ela não vai mudar a lei. “Completado pelo sucessor investido na forma prevista no art. 12 dessa lei” que é isto que nós estamos fazendo aqui. Decidimos aqui depois o Presidente nomeia. Não há dúvida se ele vai cumprir só um mandato ou se vai ganhar um outro mandato, porque a Ministra não pode mudar lei. A lei foi feita aqui. Então é uma discussão que nós sabemos que não é por nenhum motivo dos senhores nem disso aqui, são outros motivos que levaram a esse problema, mas eu tenho certeza que terça-feira, Sr. Presidente, com a vossa competência e tranquilidade nós estaremos resolvendo isso porque eu viajo toda

semana várias horas de avião. E perdi amigos naqueles acidentes, amigos e colegas de profissão. Quer dizer, nós temos que cumprir essa responsabilidade. Não adiantava que o Expedito não estava sensibilizado para aceitar e ele tem direito de pedir as vistas, é um direito que o parlamentar tem que fazer. Mas eu tenho certeza que a semana que vem nós estaremos resolvendo esse problema para que a ANAC consiga levantar o voo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço o Senador Augusto Botelho sempre lúcido, tranqüilo; também um grande Senador.

Gostaria de informar ao Senador Expedito que a Dra. Solange Paiva Vieira, o Dr. Ronaldo Seroa da Motta me comunicaram agora que estarão neste final de semana, a partir de hoje, também na segunda-feira a inteira disposição de V. Exa. do Senador Heráclito Fortes e dos demais Senadores para quaisquer esclarecimentos a fim de que não reste nenhuma dúvida em relação ao procedimento de escolha deles para ocuparem funções tão importantes, principalmente, nessa quadra da vida nacional de caos no transporte aéreo brasileiro.

Eu informo a V. Exa. essa disposição dos dois indicados e passo imediatamente a palavra a V. Exa. por questão de ordem.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu gostaria de acatar a sugestão de V. Exa., não queria jamais causar esse transtorno que estão misturando isso aqui com CPMF que não tem nada a ver votação de CPMF com o pedido de vistas que fiz aqui, os líderes já saíram, os líderes governistas que têm que prestar conta ao rei, como diz aqui o meu líder maior, o deputado Mário Couto, na verdade, não é isso. Senador Mário Couto, perdão. Eu gostaria só de acatar a sugestão de V. Exa., eu estou indo para o estado hoje, vou retornar para cá na segunda-feira e vou chegar aqui na terça-feira de manhã. Então gostaria de solicitar da Dra. Solange, não é nem tanto com o Dr. Ronaldo, não é nem tanto. Eu até estava pronto para votar aqui a indicação do Dr. Ronaldo, a questão minha é com a Dra. Solange. Se eu puder conversar com ela já agora eu farei isso no meu gabinete e, com certeza, eu não quero criar nenhum embaraço para o governo, não quero criar nenhum embaraço para o Ministro Jobim, eu acho que nós temos que dar credibilidade ao Ministro Jobim porque ele está com essa vontade de resolver o problema aéreo brasileiro. E eu faria isso agora com ela, sem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Dra. Solange disse que está à disposição para passar no gabinete de V. Exa..

Eu agradeço as presenças dos indicados, dispenso-os agora desta sessão que vai ter sequência com a leitura do relatório do Senador Mário Couto referente ao item 4. Agradeço a todos pelas presenças e os convido para estarem aqui na sessão de terça-feira às 11h30 para que nós possamos deliberar sobre as indicações. Muito obrigado Dra. Solange, muito obrigado Dr. Ronaldo.

Com a palavra o Senador Mário Couto para leitura do item 4.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): ... De iniciativa do ilustre Deputado Zequinha Marinho, visa incluir na relação descritiva do sistema rodoviário federal integrante do anexo de lei nº 5.917 de 10 de setembro 1973 que aprova o Plano Nacional de Viação, a ligação rodoviária entre Redenção no Pará e Marabá no Pará. Fundamenta-se o autor no fato de que o trecho de aproximadamente 310 quilômetros de extensão que começa no entroncamento com a BR 158 a 17 quilômetros da cidade de Redenção com o seu trajeto passando pelas cidades de Rio Maria, Xingua-ra, Eldorado dos Carajás chegando até Marabá onde cruza a BR 202 deve ser federalizada, [ininteligível] ainda que o traçado da PA 150 na interligação supra se configura com a continuação de uma dessas três rodovias, portanto, extensão de uma BR, o que de pronto ampara a sua transferência para o patrimônio da União, por ser circunscrição federal.

Não há como deixar de reconhecer que os benefícios advindos com a federalização desses trechos rodoviários serão de grande valia para a população, posto que a União com a maior capacidade financeira que o Estado do Pará, obviamente, assegurará dentro do seu cronograma de manutenção rodoviária condições ideais de trafegabilidade. Pelas razões expostas reconhecendo o mérito da presente proposta sendo esta Comissão competente a sua análise, conforme determina o art. 104 do Regimento Interno do Senado é que nós manifestamos pela aprovação.

Sr. Presidente, esta proposição do Deputado Federal do Pará Zequinha Marinho trata-se de uma federalização. O que propõe o deputado? Propõe a federalização de um trecho de 310 quilômetros da PA 150 e justifica o autor, Presidente, e, logicamente, que tem as suas motivações para isso. Esse trecho da PA 150 V. Exa. que já foi governador e vai me entender muito bem, tenho certeza, ela fica numa intercessão, ela é estadual e fica numa intercessão de três rodovias federais. Então, a rodovia federal se estende e ao longo dessa extensão começa uma PA uma rodovia estadual, logicamente que cria embaraço na sua manutenção, tanto para o Governo Federal como para o Governo Estadual, porque na manutenção da obra fe-

deral o Governo Federal tem que parar ali, obviamente, lhe trazendo prejuízos e passar 310 quilômetros para começar novamente a manutenção de outro trecho de estrada federal. Então é inconcebível que se possa deixar esses 310 quilômetros sob a custódia do Governo Estadual. É muito melhor tanto para a federação como para o Estado do Pará, melhor ainda para o Estado do Pará porque tem menos recursos que a federação e melhor para a federação, para a União porque vai ter mais facilidade na manutenção das estradas. Por isso eu votei e relatei a favor da proposição do Deputado Federal Zequinha Marinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço ao Senador Mário Couto pelo relatório apresentado, eu que tive a satisfação de incumbi-lo para essa finalidade, cumprimento pela lucidez do relatório e, sobretudo, pelo amor ao seu estado, pelo competente relatório apresentado. Agradeço, portanto, ao Senador Mário Couto um dos grandes Senadores desta Casa e concedo a palavra para discutir a matéria um outro grande paraense também combatível Senador, o Senador Flexa Ribeiro para que possa também defender o seu estado, defender esse justo projeto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marconi Perillo, Srs. Senadores eu retornei à Comissão de Infra-Estrutura após ir ao plenário em sessão em homenagens à cidade de São Luiz para poder estar aqui junto com o meu amigo, companheiro Senador Mário Couto, nobre representante do Estado do Pará aqui no Senado Federal. E dizer, como disse, na abertura desta sessão de que esse projeto era muito importante para o Estado do Pará e que o Senador Mário Couto, como relator, ele iria colocar aqui a sua argumentação da necessidade da sua aprovação. Nós estamos, através do projeto do deputado Zequinha Marinho, federalizando um trecho de uma rodovia estadual que interliga duas rodovias federais que é o entroncamento da BR 158 em Redenção com o entroncamento da BR 222 em Marabá.

Nós todos sabemos das dificuldades que os estados brasileiros hoje têm para promover investimentos face essa concentração excessiva dos recursos arrecadados da sociedade brasileira na União. A questão da revisão do pacto federativo que todos nós, todos, sem exceção, Senadores, lutamos para que ele realmente seja feito de tal forma que a gente possa melhor redistribuir as tarefas e com as tarefas, os recursos para que elas sejam cumpridas impossibilitam o estado de fazer o atendimento nesse trecho rodoviário. Mas me preocupa, também, Senador Mário Couto, V. Exa., como eu, queremos o que há de melhor para o Pará. Já tivemos em épocas passadas a federalização

de rodovias estaduais como foi Bragança – Viseu, a transoceânica em que passamos esses quatro anos do Governo Lula sem que o Governo Federal colocasse um único real nessa rodovia. E no governo do Governador Simão Jatene ele teria feito o asfaltamento de, pelo menos, o trecho entre Viseu e Bragança se ela tivesse sido estadual. Mas eu acredito que agora face ao comportamento da arrecadação nós vamos poder incluir esse trecho, federalizar esse trecho e ter, com certeza absoluta, os recursos federais necessários para que essa rodovia seja, asfaltada ela já é, mas que ela seja revitalizada e seja transformada numa rodovia para transportes pesados como ela representa para o Estado do Pará uma rodovia de integração, integrando o sul que é uma região do nosso estado que tem um potencial de crescimento, crescimento esse que vem do Centro-Oeste entrando pela fronteira do nosso Estado do Pará e avança por todo o Estado do Pará, pelo Pará como um todo, inclusive.

Eu quero parabenizar o Senador Mário Couto pelo seu relatório, quero parabenizar o Deputado Zequinha Marinho pela proposta e, tenho certeza absoluta, que os nossos pares irão nos acompanhar na aprovação desse projeto.

E agradecer ao Presidente Marconi que manteve a sessão até que nós pudéssemos aprovar esse projeto de interesse do Estado do Pará como grande amigo do Pará que V. Exa. sempre tem posto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço ao Senador Flexa Ribeiro.

Eu concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu até, Senador Flexa, eu até já anunciei à minha família que eu já estou transferindo o meu voto do Pará para Goiás para votar no Senador Marconi Perillo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Muito obrigado pela gentileza.

Senador Wellington Salgado de Oliveira. Desculpa, estou com Wellington Camargo na cabeça hoje. O Wellington foi deputado. Mas eu queria conceder, com prazer, a palavra a V. Exa. que é um dos grandes Senadores, um dos mais aguerridos desta Casa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Eu só queria estar presente a esse projeto dos dois Senadores do Pará que são dois grandes amigos, embora, em posições contrárias somente política, mas que eu vejo, realmente que vai ser uma grande conquista. E V. Exa., como bem disse o Senador Flexa, segurou a sessão para que pudesse ter essa demanda atendida no dia de hoje, um dia que foi bastante polêmico na Comissão de V. Exa., com bastantes discussões com relação às

indicações e que V. Exa. conduziu muito bem, porque estava todo mundo muito animado, digamos assim, e V. Exa. conseguiu administrar bem e encontrou uma solução maravilhosa e que vai ser observada.

Então está de parabéns Senador Flexa, Senador Mário Couto, por mais essa conquista e que o Estado do Pará está muito bem representação por V. Exas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Wellington. Encerro a discussão e coloco em votação o parecer do relator Senador Mário Couto. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer do relator favorável ao projeto sem emendas. A matéria vai à Secretaria Geral da mesa para as devidas providências.

Eu encerro a presente sessão e convoco outra para às 10h de terça-feira a fim de termos aqui uma Audiência Pública, e logo após às 11h30 uma outra sessão extraordinária a fim de realizarmos uma sabatina com os dois diretores indicados para a Agência Nacional de Aviação Civil.

Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 12h40.

Ata da 38ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de dezembro de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia onze de dezembro de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Senador DELCÍDIO AMARAL, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Ideli Salvati, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Euclydes Mello, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Edson Lobão, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, João Durval, João Ribeiro, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Garibaldi Alves, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Geraldo Mesquita, Jonas Pinheiro, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Tasso Jereissati.** Presentes, também, os Senadores José Agripino e Arthur Virgílio, bem como os Deputados Federais Nelson Marquzelli e Leonardo Vilela. Deixam de comparecer os demais

Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senador Wellington Salgado solicita a inversão de pauta, sendo aprovada. Passe-se, primeiramente, aos itens 7 e 8 da pauta. A Presidência comunica que a presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias **Item 7 – Mensagem do Senado Federal nº 250, de 2007**, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora Solange Paiva Vieira, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, na vaga do Senhor Milton Sérgio Silveira Zuanazzi”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Renato Casagrande, que apresenta relatório em que a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Usam da palavra para sabatar a indicada os senhores Senadores Expedito Júnior, Jayme Campos, Eduardo Azeredo, Heráclito Fortes, Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko, Tasso Jereissati, Gilvam Borges, Marconi Perillo, Romeu Tuma e Garibaldi Alves. A indicação é aprovada com 21 votos sim, 02 votos não, nenhuma abstenção, num total de 23 votos. **Item 8 – Mensagem do Senado Federal nº 251, de 2007**, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Ronaldo Serôa da Mota, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, na vaga do Senhor Josef Barat”, de autoria da Presidência da República, tendo como o Senador Sérgio Guerra, que apresenta relatório em que a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Usam da palavra para sabatar o indicado os senhores Senadores Expedito Júnior, Jayme Campos, Eduardo Azeredo, Heráclito Fortes, Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko, Tasso Jereissati, Gilvam Borges, Marconi Perillo, Romeu Tuma e Garibaldi Alves. A indicação foi aprovada com 21 votos sim, 02 votos não, nenhuma abstenção, num total de 23 votos. **Item 1 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 416, de 2005**, que “altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira.”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 2 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei da Câmara, nº 51, de 2007**, que “dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências.”, de autoria do Deputado Jovair Arantes, tendo como relator o Senador Expedito Júnior, que apresenta relatório pela rejeição da matéria.

A apreciação da matéria é adiada. **Item 3 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007**, que “modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel.”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 121, de 2006**, que “altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel.”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta relatório pela prejudicialidade da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 248, de 2007**, que “autoriza o Poder Executivo a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas, no Estado do Maranhão.”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como relator o Senador Marconi Perillo, que apresenta relatório pela aprovação da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 209, de 2007**, que “caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos, e dá outras providências.”, de autoria do Senador Eliseu Resende, tendo como relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Ato contínuo, assume a Mesa dos Trabalhos, o Presidente Senador Marconi Perillo. Ao final, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às treze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Bom dia. Informo aos senhores que em função do cancelamento da Audiência Pública que se

realizaria no dia de hoje às 10h esta Reunião Extraordinária passa a ser enumerada como a 38ª.

Havendo número regimental declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria ver se V.Exª, se a Comissão votar a inversão de pauta, primeiramente o Item 7 e 8.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu coloco então à apreciação da Comissão de Infra-Estrutura a inversão de pauta para que nós comecemos já a sabatina dos dois diretores da Agência Nacional de Aviação Civil, da Srª. Solange Paiva Vieira, e do Sr. Ronaldo Serôa da Motta. Se V.Exªs estiverem de acordo, nós faremos a inversão de pauta iniciando pelos Itens 7 e 8. V.Exªs estão de acordo? Ok. Muito obrigado, Senador Wellington.

Item 7 da pauta. Mensagem do Senado Federal de nº. 250/2007, que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Srª. Solange Paiva Vieira, para exercer o cargo de diretora da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, na vaga do Sr. Milton Sérgio Silveira Zuanazzi. O autor é a Presidência da República, o Relator Senador Renato Casagrande. O Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. É importante registrar que em reunião desta Comissão realizada no dia 6 de dezembro foi concedida vista coletiva a Requerimento dos Senadores Expedito Júnior e Heráclito Fortes.

Convido para tomar assento à Mesa dos trabalhos a indicada Solange Paiva Vieira. Ao mesmo tempo o Item 8 da pauta, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Ronaldo Serôa da Motta, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, na vaga do Sr. Joseph Barat. O autor, como já dissemos, Presidência da República, o Relator Senador Sérgio Guerra. O Relatório, a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação e observação também no dia 6 de dezembro foi concedida vista coletiva a Requerimento dos Senadores Expedito Júnior e Heráclito Fortes. Convido para tomar assento a Mesa dos

trabalhos, o indicado Ronaldo Serôa da Motta. Como os Relatores já foram lidos na reunião anterior, onde foram feitos pedidos de vistas pelo Senador Expedito Júnior e pelo Senador Heráclito Fortes, então nós já vamos solicitar a Dr^a. Solange Paiva Vieira que faça a sua exposição seguida do Sr. Ronaldo Serôa da Motta, para que depois nós iniciemos os debates. Com a palavra a Dr^a. Solange Paiva Vieira.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Sr. Presidente da Mesa, Senador Delcídio Amaral, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras. É uma honra pra mim estar hoje aqui indicada pelo Presidente da República para ocupar uma das diretorias da ANAC. O setor de Aviação Civil no Brasil é um setor que tem crescido de forma substancial entre 97 e 2006. A taxa de crescimento médio ficou em torno de 8%, enquanto a gente tem uma taxa de crescimento do PIB de 2,2%. Isso mostra a questão do gargalo da infra-estrutura que a gente vem tendo atualmente.

A região de São Paulo hoje conta com a capacidade de 31 milhões de passageiros e a demanda para o ano de 2007 é de 35 milhões de passageiros. A nível de Brasil, nós estamos falando de uma capacidade de 103 milhões de passageiros em todos os aeroportos da INFRAERO, enquanto a demanda para 2007 é de 109 milhões de passageiros.

Então, tanto a nível de Brasil quanto a nível de São Paulo a gente vê um gargalo da infra-estrutura. A nível de Brasil esse gargalo é de 6%, a nível da região de São Paulo de 16%. Todo esse setor, esse crescimento robusto do setor teve início principalmente na desregulamentação do setor que culminou com a criação da Agência Nacional de Aviação Civil, a ANAC. A gente observa no Brasil que desde 2000 algumas empresas saíram do setor, outras entraram, nós tivemos alteração na forma de trabalhar da aviação, tivemos uma empresa que entrou com uma estrutura de custo totalmente diferente e isso propiciou que uma camada da população que até então não tinha acesso à Aviação Civil passasse a ter. Com isso, a gente observa o crescimento da demanda acima da capacidade de produção. A gente teve também com isso os problemas que culminaram hoje que eu gostaria de elencar um elevado crescimento. A gente teve queda de preços, a gente teve aumento da demanda, e isso tudo acabou gerando o problema na infra-estrutura do setor. Esse problema de infra-estrutura a gente pode observar tanto na capacidade em solo dos nossos aeroportos quanto à capacidade de espaço aéreo. Para essa alta temporada, até março, o DECEA, o departamento da aeronáutica responsável pelo controle do espaço aéreo está limitando qualquer voo charter no Brasil entre seis e meia e dez da manhã. Isso mostra o quão saturado

se encontra o setor e a necessidade de novos investimentos, a necessidade de uma coordenação conjunta. E aqui eu peço apoio dessa Casa, do Congresso, da Presidência da República. Nós precisamos trabalhar juntos construindo os novos investimentos, as prioridades para o setor.

E eu quando falo de infra-estrutura eu gostaria de chamar atenção também para a infra-estrutura de acesso aos aeroportos. Nós temos... Nós temos hoje em São Paulo, Guarulhos, que é um aeroporto que poderia perfeitamente concorrer com Congonhas, mas que o difícil acesso ao aeroporto, a falta de uma infra-estrutura logística faz com que a gente tenha problemas com esse aeroporto e as pessoas não queiram se destinar em vôos curtos para esse aeroporto.

Então, o recado que eu gostaria de deixar aqui é que a nossa posição chegando na ANAC é primeiramente atacar questões de curto prazo e de problemas de curto prazo que a gente tenha apresentado que são atrasos, cancelamento de vôos, segurança, é fundamental que as pessoas sintam seguras com o órgão regulador e seguras para pegar aviões e que toda essa estrutura fiscalizatória esteja bem organizada e que a gente tenha uma boa qualidade do serviço.

Por outro lado, a médio e longo prazo é fundamental que o Executivo e Legislativo possam trabalhar juntos com os órgãos reguladores, com as empresas, com a INFRAERO, com o DECEA para que possamos fazer um planejamento de longo prazo para que possamos direcionar os investimentos de forma adequada e aí eu conto com o apoio do Congresso para que a gente possa trabalhar nisso e buscar um crescimento sustentado para o setor. Era essa a minha mensagem. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr^a. Solange Paiva Vieira. E eu passo a palavra ao Sr. Ronaldo Serôa da Motta--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, eu achava de bom alvitre que após a fala da Dr^a. Solange, imagino que seria oportuno nós iniciarmos as perguntas e após as respostas nós faríamos naturalmente a leitura--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Jayme, eu estava querendo ser mais Expedito, com todo respeito ao nosso querido Senador Expedito... O Dr. Ronaldo faria uma exposição que eu entendo muito ágil, muito pequena, e

nós abríamos já o processo para a votação nos dois candidatos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Como sempre atendendo a sua recomendação...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito pertinente à observação de V.Ex^a. Como sempre.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Concordo com V.Ex^a, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Com a palavra o Dr. Ronaldo Serôa da Motta, espero que seja uma exposição bastante objetiva.

SR. RONALDO SERÔA DA MOTTA: Eu acho que tem... Bom, bom dia a todos. Eu não tenho muito que acrescentar ao que a D^a. Solange colocou, mas só lembrar que acho importante o crescimento da Aviação Civil no Brasil. Não só pela questão de... O seu papel nas atividades produtivas, também como... Amplia o sentido de cidadania, porque ela dá acesso a camadas menos privilegiadas a sociedade brasileira esse tipo de serviço. No mundo inteiro a gente vive com a expansão do setor, a Dr^a. Solange colocou isso, e no Brasil não foi diferente, e queria só lembrar que no passado, quando a gente tinha submonopólios por linhas, e essas linhas elas tinham um certo poder de planificação da malha aérea, hoje temos um sistema de concorrência onde é difícil que a empresa ela consiga internalizar as decisões de outras empresas nas suas decisões. Isso eu queria só enfatizar que esse é o papel de uma agência reguladora. A agência reguladora agora ela quando você tem esse movimento de concorrência que nós tivemos observando no mundo e no Brasil, nós temos várias infra-estruturas trabalhando, temos aeroportos, controle aéreo e as próprias empresas, o papel da agência reguladora é fazer essa articulação. Esse é papel importante que no passado com os monopólios você não tinha tão importante.

O segundo papel da infra-estrutura aeroportuária, lembrar que no passado à estrutura aeroportuária ela era indutora de demanda. Hoje temos que trabalhar no sentido de ela se antecipar à demanda. É um novo papel, uma transformação na regulação do setor e eu acredito que o papel da ANAC é de fazer valer incentivos para que a estrutura aeroportuária possa trabalhar nesse sentido. Lembrar também que existem algumas mudanças a serem realizadas no controle do espaço aéreo, nós temos as tecnologias mais avançadas para isso, temos que melhorar, capacitar o capital humano que está trabalhando nesse setor, e mais uma vez a agência reguladora ela é um elemento importante para fazer criar incentivos e induzir políticas que possam

fazer que melhorem essa capacidade de controle do espaço aéreo.

Então, por último lembrar que o papel de uma agência reguladora autônoma ela cria mecanismo então para internalização dessas necessidades de economia de rede que nós temos no setor e seja através de criação de mercado, seja através de precificação, de acesso a aportes dessa plataforma, desses segmentos de infra-estrutura, e por isso o papel da agência reguladora autônoma e ela poder trabalhar no sentido de não criar penalizações, não criar aumento de custo, mas criar incentivos. Induzir que essas várias plataformas de infra-estrutura possa trabalhar em conjunto. Acho que esse é o desafio da ANAC hoje, esse é o desafio que nós pretendemos trabalhar, e como diz, a Dr^a. Solange, isso não vai poder ser realizado sem a... Quem é que de direito realiza a política que são as casas Parlamentares mesmo que tenha iniciativas do Executivo, eu espero que a gente possa voltar aqui a essa Casa várias vezes mais à frente para discutir essas questões que são tão importantes para o desenvolvimento da Aviação Civil no Brasil. Acho que eu fui breve, são essas as minhas palavras, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Ronaldo Serôa da Motta. Eu vou abrir os debates e já vou abrir também o processo de votação.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Presidente. Vamos abrir logo o... Temos várias reuniões ainda. Até porque quero fazer uma pergunta, quero que ela me convença para poder eu dar o voto para ela. Tá bom?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): O primeiro inscrito é o Senador Expedito Júnior. Com a palavra depois Senador Jayme Campos.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sempre Expedito, não é Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sempre Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a oportunidade de ter me atendido regimentalmente na Sessão passada quando nós fizemos o pedido de vistas e inclusive depois se transformou num pedido de vistas coletiva. Mas parece que causou estranheza para alguns Parlamentares. Outros até que não, outros até que entendiam, fizeram pedido para que nós retirássemos o pedido de vistas. Mas acabou que houve alguma discussão aqui que eu não gostaria de que isso tivesse acontecido. Principalmente com a Senadora Serys, eu conversei com a Serys no mesmo dia logo após aquele processo que aconteceu aqui naquela Sessão, jamais gos-

taria de ter alterado a voz com a Senadora brilhante, que é a Senadora Serys e principalmente com uma mulher. Já pedi desculpa a Serys por ter feito isso. Mas é que naquele momento, Sr. Presidente, eu estava agindo como Parlamentar que fui enviado para cá para cuidar dos interesses nacionais. Além de cuidar dos interesses do meu Estado. E é regimentalmente. Eu tinha dúvidas e eu tinha que sanar essas dúvidas. Ah, mas nós podemos discutir isso aqui agora. Mas eu tinha assumido o compromisso de que iria atender a associação e fiz isso hoje. Atendi a associação que estava, não vou dizer denunciando, mas que estavam fazendo alguns questionamentos sobre a indicação, principalmente da Dr^a. Solange.

Mas Sr. Presidente, o Senado Federal ele tem a competência privativa para aprovar a indicação ou não dos diretores da ANAC. Essa é uma responsabilidade à nossa Comissão. E é de responsabilidade acredito que de todos Senadores e mais uma vez eu não vim para cá para brincar. Eu vim para cá para fazer o dever que o povo de Rondônia me conferiu.

Em passado recente, Sr. Presidente, nós do Senado, nós fomos achincalhados. Nós fomos ofendidos pela indicação do ex-Diretor da ANAC. E as reclamações que se tinham, primeiro, é que ele não tinha competência para assumir a ANAC. E foi nós que discutimos sobre a competência e é nós que discutimos sobre a competência ou não de quem vai assumir um cargo como esse que a Dr^a. Solange está assumindo.

Então, eu acredito que foi com essa preocupação que eu apresentei o pedido de vista na última reunião. Uma vez que recebi como já disse a carta desta associação e que depois eu tive a oportunidade, inclusive já no mesmo dia de conversar por mais de uma hora com a Dr^a. Solange, hoje conversei com a associação, a Dr^a. Cláudia, acho que a senhora deve conhecer a Dr^a. Cláudia, e pra mim ficou claro. Eu não tenho mais dúvida sobre a competência de V.Ex^a, sobre também acredito até que à sua atuação à frente da Secretaria de Previdência Complementar. Foi atuação de uma gestora competente. Eu até quero deixar isso registrado para que não paire dúvidas. A nossa preocupação, e aqui ainda mantenho uma certa preocupação, é que ao analisar um currículo, que é um currículo invejável, não tenho dúvida do currículo da Dr^a. Solange, mas primeiro, nós temos que atender três requisitos. Primeiro que é a reputação ilibada. Essa sem dúvida V.Ex^a preenche. Segundo que é a formação universitária. Também V.Ex^a preenche. Agora, o elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual será nomeada, eu não tenho certeza que a Dr^a. Solange preenche esse cargo. Até porque analisando o currículo, eu não encontrei nenhuma experiência da indicação que faria menção

sobre o setor de Aviação Civil. Salvo parece-me que há três meses, quatro meses que a senhora assumiu aí o cargo da Secretaria de Aviação Civil.

A ANAC tem uma atribuição muito relevante, e eu até fiz questão de anotar no sistema de Aviação Civil. Regular e fiscalizar as atividades de Aviação Civil e de infra-estrutura Aeronáutica, aeroportuária. Isso inclui regular as autorizações de horários de pouso e decolagem de aeronaves civis observada os condicionantes do sistema de controle do espaço aéreo e da infra-estrutura aeronáutica disponível. Eu vou torcer que V.Ex^a tenha a mesma competência já quando assumiu outros cargos. Mas discordando de alguns Senadores que queria presa na reunião passada porque entendem eles que V.Ex^a é quem vai salvar o sistema aéreo brasileiro. Sei da competência de V.Ex^a, e espero que realmente V.Ex^a consiga pôr fim a esta crise aérea que nós estamos vivendo. Eu recebi aqui ligações e pedido no mesmo dia de vários líderes. Senador Romero Jucá, que lidera o bloco governista e inclusive fez apelo no dia para que eu retirasse o nosso pedido de vista, o Senador Arthur Virgílio do PSDB, o Presidente do PSDB, Senador Sérgio Guerra, o Senador Agripino Maia, e todos eles me pedindo que nós déssemos esse aval ao Ministro da Justiça porque nós passamos por uma crise muito grande que é a crise da... A crise aérea que nós estamos vivendo. Então eu quero dizer que mesmo--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Senador Expedito. Me permita apenas corrigir. O Ministro da Justiça pelo contrário não mereceria dessa Casa grande atenção, até porque ele estava negando informações--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Não, o Ministro da Defesa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

--que a ANAC vai nos responder que é a respeito do avião cubano, do avião cubano. O Ministro da Justiça engavetou aquela resposta. Então corrija.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Ministro da Defesa. Mesmo entendendo que ela não preenche o último requisito, eu vou votar aqui e vou votar favorável, vou acatar aqui o voto e a indicação do Senador Casagrande, que foi o Relator do projeto... Do processo da Dr^a. Solange. Mas, faço um apelo aqui aos Senadores dessa Comissão. Que esta é a Comissão, até porque é nós que temos o direito de analisarmos os currículos dos indicados, esta é a Comissão longe daquilo que se falava na reunião passada de que nós estávamos tentando atrapalhar a nomeação da Dr^a. Solange, longe disso, o papel nosso que nós somos eleitos para ser Senador da República, acho eu que estou exercendo na minha plenitude. Que foi ouvir as

duas partes. Tanto ouvir a Dr^a. Solange como ouvir a associação. Entendo que como já disse vou dar esse aval aqui ao Ministro Jobim por entender que ele está querendo resolver o sistema aéreo e esta crise aérea brasileira. De resto é desejar a Dr^a. Solange sucesso para que ela consiga com êxito também tocar e trabalhar à frente da Diretoria.

Ao Dr. Ronaldo também tivemos a oportunidade de conversar no mesmo dia, já que fizemos a reunião com a Dr^a. Solange, disse que não tinha, pelo menos comigo, até então não tinha nada contra o Dr. Ronaldo. Mas aproveito também para desejar sorte e sucesso nessa nova empreitada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Expedito Júnior. Eu passo a palavra para... Eu agora recebi, Senador Jayme Campos, a lista de inscritos e eu cometi aqui um equívoco. V.Ex^a está inscrito aqui também, mas o primeiro inscrito, Senador Eliseu Resende.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, apenas por isonomia, eu fui juntamente com o Senador Expedito, co-autor do pedido de adiamento da votação. Se V.Ex^a me permitir...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): É justo, claro Senador Heráclito. Eu só peço, Senador Eliseu Resende, um pouquinho mais de paciência para o Senador Heráclito, como os dois Senadores que pediram vista, um Senador Expedito e outro Senador Heráclito, os dois fazendo suas falas e aí passarei para a listagem dos inscritos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Queria apenas, Senador Expedito, que V.Ex^a ficasse aqui que eu quero relatar publicamente a inveja que tenho de V.Ex^a. pelas pressões que recebeu. Eu infelizmente não fui pressionado por ninguém. Vou sair daqui frustrado, certo que temos aqui Senadores de dois pesos e duas medidas. A minha rebeldia não valeu nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): V.Ex^a não foi pressionado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ninguém. Infelizmente, regimentalmente não se permite um novo pedido de vista senão ia pedir. [risos] Sr. Presidente, uma coisa incrível. Mas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A única pressão que recebi aqui foi pública e malcriada foi da Senadora Serys. Depois que ela fez essa aliança com o Blairo ela está terrível. [risos] Eu imagino ela contra os sem terra em Mato Grosso. Mas isso o tempo dirá.

[risos]

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

[pronunciamento fora do microfone]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Presidente, eu não ouvi a exposição do Senador Expedito Júnior, mas eu quero dizer que essa Casa é uma Casa política. E evidentemente que a votação individual naquele dia iria trazer no meu modo de ver uma desvantagem para quem ficasse. É um pouco de Big Brother. Saía um, ficava o outro, não era de bom momento, não era oportuno naquele momento àquela votação individual. E sei porque disse isso e porque tomei aquela atitude. De forma que eu acho que hoje não há mais nenhuma óbice. Quero dizer que o erro que eu levantei, na verdade, não foi dos ofícios vindos da Casa Civil, depois nós constatamos, mas sim nos pareceres feitos aqui pela Casa. Infelizmente no momento ninguém atentou para esse fato, só depois inclusive a própria Assessoria do Governo me chamou atenção, mas a Sessão já tinha acabado. De forma que eu só quero que Dr^a. Solange saia daqui consciente da responsabilidade que ela vai exercer. Por vários fatores. Até porque psicologicamente vai substituir na Diretoria da ANAC uma outra mulher. Que resistiu-se muito na aprovação do nome dela por outros motivos, por outras circunstâncias, e na época depois do Ícaro era quem mais entendia de vôo, e tal qual Ícaro suas asas derreteram e o sonho foi-se ao chão. De forma que como a senhora é experiente na administração brasileira, comprovada experiência por onde passou, eu espero que encontre realmente os caminhos que a aviação brasileira precisa, principalmente desse País que quer crescer, que diz que vai crescer e que precisa crescer. E a aviação é um segmento básico para que aconteça. Mesma coisa desejo ao Dr. Ronaldo.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu fui citado. Art. 14. Só para dizer ao Senador Heráclito--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Fui bem intencionado pelo Senador Heráclito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Só para dizer, eu não disse aqui que fui pressionado. Eu disse aqui que houve vários líderes... Essa palavra pressão está me amedrontando tanto que eu estou recebendo tanta pressão por conta da CPMF que eu não quero dizer que fui pressionado aqui. Aqui houve os líderes que fizeram pedido para que eu retirado o pedido de vista.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu retiro a palavra pressionado por galanteado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Galanteado. Uma expressão adequada. Com a palavra Senador Eliseu Resende. Só para que

todos saibam, próximo inscrito é a Senadora Serys, depois Senador Lobão, Senador Jayme Campos e Senador Eduardo Azeredo que são até agora os inscritos.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Dr^a. Solange, Dr. Ronaldo, na verdade essa minha consideração nessa intervenção minha seria mais adequadamente feita ao Ministro da Defesa, Ministro Jobim Nelson Jobim, mas de qualquer maneira eu aproveito a oportunidade para fazer uma indagação a respeito do pensamento dos senhores, da Sr^a. Solange e Dr. Ronaldo com relação à legislação que hoje preside a atuação da ANAC. Eu acompanhei essa legislação, eu tenho determinadas dúvidas com relação ao sistema aeroportuário particularmente. Hoje nós temos a INFRAERO como a empresa... Não sei se é empresa pública ou empresa estatal, se é uma sociedade anônima, que monopoliza a administração, a operação dos aeroportos federais. No entanto, cabe à ANAC a regulação do mercado não apenas no transporte aéreo, na Aviação Civil, concessão de linhas, de horários, na operação da malha aerovia do Brasil, mas também no caso da regulação do mercado da exploração aeroportuária. Como é que ficaria a ANAC vis-à-vis a INFRAERO? Quem formula política... Um aeroporto que vai ser concedido a exploração do aeroporto é uma prestação de serviço público. No caso de uma concessão do aeroporto a um setor privado, numa competição de licitação, de concessão, como é que fica a INFRAERO? O aeroporto se desloca, se destaca da administração da INFRAERO e é administrado pela ANAC através da fiscalização do concessionário? Ou a INFRAERO passa a se transformar numa concessionária da ANAC? Eu gostaria de deixar essa pergunta muito rápida por uma reflexão para esclarecimento a respeito do setor. Acho que a questão é mais de formulação política e não de fiscalização da atuação do setor. Mas é importante que nós saibamos aqui não apenas se o Governo está disposto a dar concessão a exploração dos aeroportos. Uma vez que o aeroporto ele é explorado numa combinação, num contexto muito complexo. Eu tenho a opinião de que o retro aeroporto talvez seja mais importante do que o próprio aeroporto, pela inserção na organização do uso do solo metropolitano e pelos acessos ao aeroporto. Então como é que fica a administração da ANAC nos aeroportos e se há intenção do Governo realmente de privatizar aeroportos, ou consertando a mim mesmo, em vez de privatizar dar concessão da exploração de aeroportos ao setor privado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu vou sugerir ouvir os próximos... A Senadora Serys e depois o Senador Jayme Campos, e aí a Dr^a. Solange, Dr. Ronaldo responderiam as

questões para a gente dar celeridade à Sessão. Com a palavra Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a. Solange Vieira, Sr. Ronaldo Motta, nós já os ouvimos e nós Senadores e o povo brasileiro sabemos os problemas existentes. Até porque principalmente a clientela que faz uso da Aviação Civil em nosso País tem muita consciência e clareza dos problemas existentes, até porque vivemos esses problemas no dia-a-dia.

A Dr^a. Solange colocou algumas questões e que é uma coisa que gostaria de salientar que é com relação às penalidades. A gente sabe que elas existem, que elas podem ser usadas, etc, existem. Mas também se sabe que não é por aí que vai resolver principalmente em questões tão delicadas como da Aviação Civil. Talvez se usar penalidades em determinados momentos com relação a essa questão seja mais difícil. Agora eu perguntaria em primeiro lugar a senhora acredita e o senhor, que a ANAC tem um instrumental necessário para atuar de forma determinante na organização da Aviação Civil no tráfego de passageiros nos nossos aeroportos? Que é uma questão difícil. A existência deste instrumental. Para fazer esse tipo de controle. Porque é muito complexo, que tem que ser muito ágil. Eu imagino que seja muito difícil. Porque eu não entendo da área. Eu imagino que é realmente difícil. E aí eu achei interessante quando a Dr^a. Solange e também o Dr. Ronaldo colocou, mas ela foi mais enfática, que incentivos devem ser criados. Se não me enganar ela falou de forma bem clara. E esses incentivos, Dr^a. Solange, me preocupa muito. Porque a crise está aí, está posta, e esses incentivos devem ser criados. Tem que ter incentivos com certeza do meu ponto de vista, emergenciais. Tem que acontecer já. Não sei. É possível? Alguns? Algum? Tem de médio prazo, de longo prazo, que incentivos seriam esses? Com quem seriam buscados? Porque tem que ser uma coisa, do meu ponto de vista, discutido de forma ampla, participativa, todas as frentes que fazem uso da Aviação Civil. Eu não saberia como buscar esses incentivos. Como seriam conquistados.

A senhora também faz um apelo na sua fala, a senhora fez um apelo à ajuda que a senhora precisa do Senado, principalmente. Aí dizer que conte conosco. Eu, por exemplo, tenho alguns projetos já protocolados nessa área, tenho desde a questão do "overbooking", há outras questões, e acredito que a gente pode ajudar sim. E dizer por fim e por último que pela primeira vez na história do Brasil, até porque a ANAC é jovem, nós vamos ter uma mulher, e uma mulher competente como Presidente. Eu não tenho nenhuma dúvida disso, Dr^a Solange, da sua competência, seu currículo,

pelas informações que nós temos a seu respeito que eu sei que a senhora será, com certeza, não basta ser mulher para ter competência em determinados cargos, Dr. Ronaldo, o senhor não se sinta discriminado, por favor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):
[pronunciamento fora do microfone]

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):
Todos eles aqui, todos... Bom, não se sinta discriminado. Mas, com certeza a mulher brasileira se orgulha. Nós brasileiras nos orgulhamos. Nós somos tão poucas que conseguimos chegar a topo de carreira em alguns setores e com certeza a sua competência vai mostrar que nós precisamos de pessoas com competência técnica e compromisso político. Não é político partidário, mas eu acho que o Senador que me antecedeu disse com muita clareza, é a competência em definição de políticas. Isso se faz necessário. Políticas para o setor que realmente engrandecem, que mobilizam e que façam com que o setor desempenhe seu papel com competência necessária. Muito obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, assumindo a Presidência, gostaria de agradecer ao Senador Delcídio Amaral, ilustre vice-presidente dessa Comissão, pela competente condução dos trabalhos até o momento. Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral pela competente e brilhante atuação aqui como presidente na minha ausência. Meus cumprimentos à Dr^a. Solange Paiva, Dr. Ronaldo. Eu passo a palavra imediatamente ao Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, demais Senadores e Senadoras, Dr^a. Solange e Dr. Ronaldo serei muito breve na minha pergunta. Até escrevi hoje cedo no meu gabinete fazer uma pergunta diretamente à senhora e ao próprio Dr. Ronaldo.

De acordo com os noticiários, as companhias aéreas pretendem repassar aos passageiros as multas que vierem a ser cobradas em função dos atrasos dos vôos no valor até de 50% do preço da passagem. Conforme a proposta do Governo segundo a imprensa, esta ameaça foi feita textualmente ao Ministro Jobim pelo Presidente da TAM. Por sua vez, o Secretário do Conselho do Sindicato das Empresas Aeroviárias afirmou em entrevista que a ANAC e o Departamento de Controle do espaço aéreo são culpados por 80% dos problemas da impontualidade. Após a reunião conduzida pela Sr^a. Solange, é óbvio que o usuário não pode ser duplamente penalizado com a persistência dos atrasos e aumentos das tarifas. Então eu pergunto: Como a ANAC pretende fazer valer a sua autoridade

em casos como este, na medida que a ANAC tem a responsabilidade de naturalmente ser uma agência que cumpra em toda sua plenitude aquilo que está estabelecido dentro de tudo aquilo que certamente é o papel da ANAC.

De forma, Dr^a. Solange, e Dr. Ronaldo, eu faço um apelo aqui em nome do povo brasileiro, até porque eu aqui represento o povo brasileiro, na medida que lamentavelmente as agências neste País não têm cumprido com a sua finalidade. Ou seja, passou a ser um instrumento do Governo, não instrumento da defesa dos interesses da sociedade brasileira. De tal forma que eu pergunto a V.Ex^{as}., a V.S^{as}, como é que a ANAC pretende fazer valer a sua autoridade em casos como este? Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a intervenção do Senador Jayme Campos, e passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo. Logo após Senador Delcídio Amaral.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):
Sr. Presidente, senhores indicados, Sr^a. Indicada, Sr. Indicado. Eu quero primeiro lembrar aqui que os 199 mortos de Congonhas, entre os quais nós perdemos um companheiro, Deputado Júlio Redecker, não pode ser esquecido do dia-a-dia das providências a serem tomadas pela ANAC. Quer dizer, o que os dados mais recentes mostram é que realmente houve uma parcela de culpa da pista para aquele acidente tão trágico. Um dos problemas que Congonhas apresenta é evidentemente a superlotação. Algumas soluções já adotadas indicam nesse sentido de buscar a descentralização. Eu queria muito assim ouvir a opinião porque me preocupa muito a questão do oito ou oitenta. Nós não podemos também agora de repente o aeroporto de Congonhas não pode mais ter vôos de aviões pequenos ou pode ter dois, parece por hora, nós temos aí alguns... Esse aumento de taxas, ou seja, uma interferência estatal excessiva em alguns pontos e acho que essa questão das taxas mesmo não sei se é esse o melhor caminho, mas por outro lado a questão da descentralização nós temos aeroportos ociosos no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte pelo menos nessa região sudeste, os dois aeroportos comportam números muito maior de vôos, então o encaminhamento da questão dentro dessa difícil situação de não intervir demais, mas ao mesmo tempo não permanecer com a ociosidade que temos no momento. Então a pergunta é basicamente em cima da descentralização de vôos orientada pela ANAC. Eu uso bem a palavra "orientada", porque eu fico com receio de que seja uma imposição e com imposição aí já vem outros tipos de problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradecendo a manifestação do

Senador Eduardo, concedo a palavra com muito prazer ao Senador Delcídio Amaral, ilustre Vice-Presidente dessa Comissão.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Queria cumprimentar o Presidente, Senador Marconi Perillo, cumprimentar a Dr^a. Solange, Dr. Ronaldo, e eu queria... Vou ser bem objetivo. Primeiro, a posição da Agência Nacional de Aviação Civil com relação à infra-estrutura aeroportuária. Ou seja, esse monopólio que existe da INFRAERO nos aeroportos brasileiros. A segunda questão, agora recentemente foi noticiado pela imprensa, amplamente, a questão da BRA. E aparentemente a BRA, os vôos da BRA foram assumidos pela OCEAN AIR. Qual é a leitura que a Agência Nacional de Aviação Civil faz desse novo quadro a partir do momento que uma das companhias que estariam... Que estavam atendendo o mercado de aviação comercial brasileira ela simplesmente deixou de existir e uma terceira começa a assumir o papel da BRA. No caso a OCEAN AIR. E as perspectivas, se nós vamos continuar nesse modelo quase de duopólio ou existem perspectivas de uma diversificação maior de companhias aéreas atendendo o mercado brasileiro?

Outra questão é a visão da ANAC no que se refere a limitação de 20% de participação estrangeira nas companhias aéreas brasileiras. E por último, ouvir um pouco as providências que no ponto de vista de V.S^{as} serão importantes principalmente com relação às férias que se avizinham agora no mês de dezembro, janeiro, e também uma visão de médio e longo prazo em poucas palavras, claro, porque é um tema complexo com relação ao pleno atendimento da Aviação Civil brasileira e aos passageiros que têm sofrido muito nos aeroportos do nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Delcídio. Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, logo após ao Senador Heráclito.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr^a. Solange, Dr. Ronaldo, apenas para dar a nossa palavra de apoio e estímulo, dar uma responsabilidade muito importante que V.S^{as} terão pela frente a partir desse momento. Na organização da aviação brasileira nós perdemos alguns anos nos últimos dois anos. E não vai ser fácil uma recuperação rápida, eficiente, e que dê não só a necessária eficácia ao nosso sistema de aviação, mas que dê a segurança que todos esperam. Portanto eu queria dar... Eu conheço o currículo de V.S^{as}, conheço o trabalho de V.S^{as}, e tenho plena confiança que terão a capacidade necessária para desenvolver esse trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a presença e a manifestação do Senador Tasso Jereissati, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes para suas indagações.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Dr. Ronaldo, Dr^a. Solange, Dr^a. Solange, já anuncia que sendo a senhora aprovada aqui na Comissão e no Plenário do Senado irá assumir a Presidência da ANAC. Queria, se possível, que a senhora dissesse qual é o plano da agência com relação à segurança de voo. Nós tivemos alguns acidentes aonde dúvidas ficaram sobre exatamente esse item. Tivemos há três anos atrás um Diretor da INFRAERO que pediu demissão alegando que no Brasil não se investia em segurança de voo, mas apenas em investimento de butique, ou seja, acabamento de terminais de aeroportos. Era uma das perguntas.

A outra é sobre esse risco que nós escapamos, inclusive dele agora, de rebaixamento na classificação. Quais são as providências tomadas, de maneira a evitar esse perigo, uma vez que existe uma movimentação de países vizinhos querendo assumir esse lugar privilegiado. Evidente que caso isso venha a acontecer será um desastre à aviação brasileira inclusive à questão industrial. E o primeiro prejuízo seria exatamente para a EMBRAER.

A terceira pergunta, como é a sua relação com os militares e como será a relação da ANAC com os militares durante a sua gestão? Se sabe que não tem sido fácil. Essa é uma questão de adaptação, uma questão difícil, existe boa vontade das partes, mas existe também uma adaptação não só de estilo, mas também uma adaptação de época, de tempo. Nós tivemos nesse intervalo, nesse período alguma coisa que prejudicou muito que foram os acidentes aéreos.

Terceiro ponto. Nós tivemos 60 dias antes da BRA quebrar nós tivemos uma solenidade na fábrica da EMBRAER aonde o Presidente da República não só colocou recursos do BNDES à disposição da BRA, mas como também estimulou a empresa. Ora, 60 dias depois essa empresa quebrou dando um prejuízo ao Brasil terrível. A ANAC não tinha informações sobre a situação financeira da BRA? Não alertou o Presidente da República? Eu já não falo nem na ABIN, porque a ABIN não avisa nada. Mas eu digo pelo menos a ANAC. Não sabia da situação? A ANAC que fiscaliza esse setor. Porque deixou o Presidente numa posição muito ruim. O Presidente tirou retrato ao lado de uma maquete do avião da BRA, foram vendidos 20 aviões, o dinheiro do BNDES foi colocado à disposição... Aliás, Sr. Presidente, estão transformando o BNDES em pinico do mundo. Todo o problema é o BNDES. Agora mesmo para não tirar o lucro dos fabricantes de conversor de

televisão, se põe um bilhão do BNDES à disposição. Que é exatamente para que os fabricantes não tenham prejuízo e os varejistas possam vender os seus produtos. Quando na realidade o consumidor vai pagar o pato duas vezes. E o varejista não vai agüentar o juro do BNDES. A mesma coisa o dinheiro do BNDES fácil serviu na questão da BRA. É uma das questões. E outra, o Ministro aqui anunciou o distanciamento das poltronas. Houve até uma reação do então Presidente da ANAC, usando uma pesquisa sem nenhum sentido, uma estatística de... O Brasil seria o País da Xuxa, o País dos baixinhos, e essa questão dos grandalhões só pegaria 3%. Declaração estapafúrdia que foi prestada aqui. Mas a verdade é que o Ministro anunciou, assumiu o compromisso e nós passageiros continuamos convivendo com a mesma realidade. O que foi feito do anúncio do... Feito pelo Ministro até agora eram essas perguntas por ora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Heráclito. Com a palavra o Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e gostaria de fazer algumas considerações, e com as V.S^{as}, Dr^a. Solange e Dr. Ronaldo, aproxima uma posição estratégica em que o objetivo maior do Ministro da Defesa, que sabiamente procurou formar uma equipe competente para poder dar uma resposta ao País que tem uma crise aprofundada no setor aéreo. Todos sabemos que esta crise ela não está debelada. E quero dizer que a nova ANAC como órgão estratégico de fiscalização, deverá receber todo o apoio necessário. Eu compreendo perfeitamente o que o Ministro Jobim está fazendo. Isso que está ocorrendo hoje aqui no Plenário desta Comissão foi o que deveria ter ocorrido no País durante quase dois anos. Eu fui à Tribuna várias vezes dizer que o Ministro da Defesa deveria ser substituído imediatamente, era preciso haver mudanças estratégicas. Se não havia nenhum tipo de política estabelecida aonde uma crise era empurrada com a barriga. Superficialmente.

Portanto, Dr^a. Solange e Dr. Ronaldo, saibam, e eu tenho certeza que sabem, da sua grande responsabilidade em atender esse chamado do Ministro da Defesa e agora da Nação. Aonde os vossos nomes estão sendo submetidos a apreciação para homologação do Senado Federal.

Portanto, o que desejamos é muita boa sorte, e que essa responsabilidade se aprofunde, se acenue, e que o Ministro da Defesa invista maciçamente na ANAC, precisamos ter um orçamento assegurado para investimento em qualificação aonde possamos ter uma fiscalização segura em que possa ter uma visão

estratégica de futuro. Eu acredito que esta crise no setor aéreo ainda leve mais alguns anos. Mas agora é a hora de semear. E para semear tem que ser com mãos competentes. E com mentes sábias. Mentes comprometidas aonde se possam dar uma resposta à Nação. Por esse motivo o PMDB vem a esta Comissão para hipotecar através de seus votos e seus membros este apoio irrestrito, este apoio da mais alta responsabilidade. Porque sei que a ANAC é um grande porto de atracação agora das grandes demandas sobre as problemáticas do setor aéreo.

Portanto, V.S^{as} podem contar conosco, com o nosso apoio, o nosso voto e desejar muito boa sorte, e que trabalhem. Eu acredito que com muito trabalho nós iremos conseguir debelar. Sei que levaremos alguns anos, mas é a hora realmente de ter equipes que tenham comprometimentos, competência técnica, disposição política, sabedoria no relacionamento com as Forças Armadas, que por sinal o País precisa e tem o dever de reestruturá-la, apoiá-la, equipá-la, para que possamos fazer deste País o que sempre almejamos, um País eficiente, com líderes eficientes para que as respostas em resultados positivo possam ser acusados.

Portanto a missão de vocês é uma missão importantíssima. E nós viemos aqui de bom grado, de boa vontade, com uma boa avaliação desejar sucesso e dizer que podem contar conosco do PMDB e acredito com a maioria dos Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como Presidente dessa Comissão, eu desejo dizer à Dr^a. Solange e Dr. Ronaldo que nunca é demais contextualizar o tema que voltamos a tratar aqui. Afinal de contas, este com certeza foi o pior ano para a Aviação Civil no Brasil. Com quase... Pouco mais de 300 pessoas mortas nos dois piores acidentes aéreos já registrados no País. Acidentes de grandes proporções que envolveram duas das maiores companhias aéreas do País, com graves indícios de falhas mecânicas, técnicas e humanas, que nos incita indagar sobre a eficácia da fiscalização cuja responsabilidade é da ANAC. Podemos observar o desespero e o despreparo das autoridades na condução da crise que ainda permeia, lamentavelmente, os aeroportos brasileiros. Sem segurança, rotina ou tratamento satisfatório. Vivemos uma espécie de operação tapa buracos no sistema aéreo. Por isso a agência reguladora ganha importância, responsabilidade e eventualmente em cumplicidade pelo desenrolar da rotina aérea e aeroportuária em todo o País. Na certeza de que esta Comissão está dando aos processos de mudança da direção da ANAC, toda a celeridade necessária e atendendo de forma muito urgente e a hora as solici-

tações do Ministro Nelson Jobim, temos a consciência e convicção de que estamos cumprindo o nosso dever e também a certeza de que o Ministro Nelson Jobim está indicando a esta Comissão e ao Senado quadros de excepcional qualidade, que por certo terão todas as ferramentas, todas as condições às mãos para uma solução rápida em relação a estas... Estes angustiantes... Essas angustiantes interessantes crises vivenciadas pela Aviação Civil no País. Eu teria algumas perguntas a fazer como Presidente dessa Comissão a Dr^a. Solange e depois ao Dr. Ronaldo Serôa da Motta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa, se o senhor o ...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Logo após eu vou passar a V.Ex^a. Do ponto de vista de V.S^a, e na opinião de V.S^{as}, quais os principais gargalos do sistema aeroportuário brasileiro? Há muita controvérsia sobre a escolha do local do aeroporto de Guarulhos. Como V.S^a avalia a capacidade de Guarulhos em receber o aumento do tráfego aéreo nos próximos anos, sobretudo com as novas diretrizes adotadas em relação a Congonhas? Vou depois passar as perguntas a senhora. Como V.S^a avalia a composição tarifária das companhias aéreas brasileiras e a oferta de serviços de qualidade? Como V.S^a avalia o ambiente concorrencial entre as empresas aéreas brasileiras? Poderia dizer que há uma tendência predatória ou quadra razoável se comparado ao dos outros países, sobretudo com as mesmas dimensões do nosso. O chamado apagão aéreo gerou uma profunda crise institucional na ANAC. O que resultou em substituição dos melhor da sua Diretoria, indicados lamentavelmente, e isso foi muito questionado aqui pelo Senador Heráclito Fortes, então Presidente dessa Comissão, por critérios políticos em detrimento a critérios eminentemente técnicos. Com os currículos apresentados nesse momento que são de pessoas efetivamente preparadas para o exercício dessas funções. Há possibilidade de enfrentarmos um novo apagão aéreo? Que critérios a ANAC deve adotar para que isso seja evitado? São as perguntas que faço respeitosamente à Dr^a. Solange.

Ao Dr. Ronaldo Serôa, também tenho aqui algumas perguntas. Ao longo dos últimos dez meses marcados pelos dois piores acidentes da Aviação Civil brasileira, tem sido noticiado pela imprensa e comentado no meio aeronáutico sobre a existência de buracos negros no sistema de fonia e dos radares do CINDACTA. Como o senhor se posiciona em relação aos comentários? Como o senhor classifica o grau de eficiência e eficácia do nosso sistema? V.S^a poderia nos apresentar um relato sintético das inspeções e diligências realizadas pela ANAC junto a companhias de Aviação

Civil, sobretudo quanto aos aspectos de treinamento da tripulação e condição técnica dos equipamentos? O senhor tem conhecimento dessa rotina? Recentemente o Governo Federal afirmou que investiu em reforma dos aeroportos com a preocupação de proporcionar conforto ao passageiro em detrimento da segurança. O que o tem planejado quase seja aprovado por esta Comissão e pelo Senado priorizar a segurança e qual o montante necessário de recursos para atender a esse novo critério? Como o senhor avalia a possibilidade de abrir o setor aéreo à concorrências estratégia, como já ocorre em outros setores na nossa economia? Que medidas estratégicas e de planejamento o senhor pretende adotar caso confirmado no cargo para que não sejamos atingidos por um novo caos aéreo, ou novos caos aéreos no futuro próximo. Como o senhor avalia os marcos regulatórios da Aviação Civil brasileira? O que do seu ponto de vista precisaria ser aperfeiçoado? Encerrando uma última pergunta à Dr^a. Solange, sei que não é da área dela, mas como é que a senhora enxerga a possibilidade de flexibilização ou de abertura do capital da INFRAERO que deverá ser feito proximamente pelo Governo? São essas as considerações. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu peço desculpas a V.Ex^a--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu pediria ao Senador Delcídio Amaral que assumisse por alguns instantes a Presidência. Por favor.

[troca de presidência]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O nosso Ministro, Ministro de fato, se não pode ser de direito porque não está no time, pelo menos de fato nós reconhecemos como tal aqui. E falo publicamente, Senador Delcídio. E sei que o Heráclito me acompanha. Só que ele não está no time e não é nomeado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E não é da defesa, viu.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não é da defesa. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Olha, a dificuldade dele ser Ministro é da base dele. O partido dele que não quer. Nós queremos e apoiamos. Não tem nenhum problema. Quem sabe a Líder do PT está ali articulando com o Senador... Presidente. Não sei se seria necessário interromper a Sessão porque deve ser algo muito grave. Quem sabe pode ser até a sucessão ministerial.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E hoje ela está corintiana. De branco e preto. Desculpa, Presidente. Eu pediria desculpas pelo atraso causado por 35 minutos do avião. O que não é muito hoje porque eu embarquei no horário, com muita antecipação, a companhia nos embarcou e a grande dificuldade está na torre autorizar a decolagem. Eu tenho aqui uma preocupação que eu digo assim como o paulista, e o amor que tenho pela minha terra O Ministro Jobim, a quem eu admiro e considero amigo, diz que uma das propostas é aumentar a taxa de embarque em Congonhas. São Paulo sempre tem que pagar o preço alto pelo que acontece no País. Eu faria um apelo ao Ministro que investisse em infra-estrutura melhorasse os outros aeroportos para que as companhias decidissem por onde embarcar transferir de uma maneira sobre pressão São Paulo para passar para o Galeão os vôos internacionais, quando reformaram o Galeão, para vôos internacionais, passaram para São Paulo, por quê? Porque a maior quantidade de passageiros que vão para o exterior saem de São Paulo.

Então, Cumbica, ou Congonhas perdeu esta qualidade até porque a movimentação dos vôos domésticos superaram praticamente a capacidade do aeroporto. E eu concordo. Mas nunca se investiu em infra-estrutura. Nós sabemos que o grande desgaste das agências foi causado pela ANAC. Esse conflito que existiu. Então hoje, eu conheço V.Ex^a, Dr^a. Solange, pelo trabalho que desenvolveu na Previdência privada. Inclusive com as companhias aéreas, dos fundos das companhias aéreas. Então não posso dizer que ela não entende de companhias aéreas. E a nossa cautela hoje quando vai fazer qualquer sabatina é questionar os membros que são indicados, Dr. Ronaldo também conhece, qual é a experiência que tem na área. Para não sermos surpreendidos no futuro com essa confusão que surgiu durante a administração da INFRAERO, da ANAC, conflitos que não trouxeram nenhum benefício à sociedade. Pelo contrário. A briga, a digladição que houve entre eles e acredito que os senhores terão sem dúvida nenhuma a experiência de que não leva vantagem essa briga, essa discussão, e buscar investimentos que possam realmente trazer uma tranquilidade maior para a sociedade. Dr. Ronaldo, Dr^a. Solange, hoje na folha tem... na Mônica Bergman uma noticiuzinha assim muito pequena que o Ministro Nelson Jobim na defesa marcou para janeiro a apresentação da proposta do Governo para abrir capital da INFRAERO. Estatal que controla os aeroportos do País. A idéia é permitir que por acordo de acionistas o capital privado mesmo minoritário assuma a gestão da empresa. O Governo manteria o poder de veto. Do contrario, quem vai colocar dinheiro na empresa de Jobim. Vocês acreditam

que isso será realmente a melhor solução? Eu sou favorável a que haja investimentos estrangeiros porque o País está com o equilíbrio econômico, a arrecadação fora dos limites de cálculo da receita, ultrapassou, mas os investimentos na área aeroportuária e nos portos também são muito altos pela fase de mais de 30 anos sem investimento. Eu acompanho São Paulo e sei que não tem investimento. Fizeram vários aeroportos em alguns Municípios que nem operam. Nem operam. Não tem avião para operar. Então a unidade, quando se fez a operação em Congonhas, que os vôos interioranos não poderiam mais sair de Congonhas, aliás, podiam sair de Congonhas, mas não podia ter viagens a destinos mais longo, como Brasília. Então o que fez a TAM? Começou a operar Ribeirão Preto, pousava e decolava outra vez para cumprir a determinação dos órgãos competentes de fiscalização. No fim, acabou sendo autorizado tudo isso, e houve uma demanda muito grande. Com a possibilidade de aumentar preço de passagem, todo mundo está indo para a rodoviária outra vez. Então a redemocratização do uso do avião começa a perder--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Senador Tuma. Permite... Não posso deixar passar em branco. V.Ex^a fez uma menção ao fato da Dr^a. Solange ter dirigido a Secretaria que controla, que... As atividades de Fundo de Pensão. Na última reunião que não houve, circulou pela Mesa um panfleto, muito bem feito, caríssimo, negócio de coisa barata, não, pedindo a não aprovação do nome da Dr^a. Solange. Só que esses panfletos não davam motivo. Que é uma coisa que tinha que ser muito clara, até se dizer porque é que não queria.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ela criou muito inimizade--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exatamente o que eu queria, que esse pessoal dissesse o que foi que ela fez de errado. Querer moralizar? Quero até dizer, Dr^a. Solange, foi um tiro no pé. Alertou todo mundo para esse fato. O brasileiro tem memória fraca. Muita gente aqui da Comissão não sabia que a senhora tinha resistido de uma posição dura e procurou saber. E viu que hoje virou moda. Eu sabia, mas muitos não sabiam. E virou moda se proteger bandidagem. Se protege nas Comissões, se muda Relatório, e quando se quer botar gente séria para dirigir uma atividade como essa, vem os que sofreram no passado. Ela precisa dizer porque é que sofreram. Daí porque acho que o panfleto foi um tiro no pé. Porque despertou o porquê. Acho que até se a Dr^a. Solange tivesse permanecido mais na Secretaria que estava, alguns fundos não seriam tão poderosos como são hoje, não teriam a

caixa-preta tão grande que tem no exercício das suas atividades. Muito obrigado pela oportunidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que a Dr^a. Solange foi pressionada em vários casos que acompanhei de perto e sei a firmeza de caráter em não abrir mão no interesse do Estado. Então é a testemunha que eu posso dar. É claro que o futuro nós vamos verificar com o andamento--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):
[pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É, e o Dr. Ronaldo e senhora vão pegar o bonde andando. Ou o avião andando. E terão que reconstruir a confiabilidade que a população poderá ter sobre esses órgãos. Depois de uma CPI confusa, em que não se conseguiu chegar aos limites da própria investigação por várias razões que o Senador Heráclito levantou, os senhores estão pegando para tentar botar no eixo aquilo que se perdeu ao longo desses últimos anos.

Então, o Renato Casagrande foi um dos Relatores, e ele é... Foi competente em fazer o Relatório da senhora como também o Relator que elaborou o seu Relatório e fez as pesquisas. Porque nós precisamos de orientação da competência anterior para poder exercer uma atividade que hoje angustia a sociedade. E ajude São Paulo, senhores. Viu Dr^a. Solange e Dr. Ronaldo, ajude São Paulo a não pagar um preço maior do que deve em razão dessa situação de dificuldade. Obrigado, Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência registra com muito prazer a presença do Senador Garibaldi Alves Filho que acaba de ser indicado pela maioria dos votos, pela bancada do PMDB para concorrer à Presidência da Casa. Nós todos sabemos que pelo critério de que a maior bancada possa indicar o Presidente, é praticamente certo que nós estamos diante aqui do muito provável futuro Presidente da Casa. Para nós é uma satisfação. Eu registro aqui os meus cumprimentos e agradeço pela presença. Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu sugiro apenas que o Senador Garibaldi, já que foi indicado pelo seu partido, se submeta a uma sabatina no Plenário para os demais companheiros que-rem saber quais são seus objetivos e a suas intenções à frente dessa Casa numa hora tão difícil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito, ele que é um líder democrático na seu Estado com certeza vai aca-
tar a sugestão de V.Ex^a. Com a palavra Senador Ga-
ribaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, senhores convidados, Sr. Ronaldo da Motta, Sr^a. Solange, eu queria agradecer o registro do Presidente Marconi Perillo e dizer ao Senador Heráclito Fortes que eu estou à disposição, mas depois de eleito.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Declaro aberto o processo de votação para a escolha dos dois diretores da ANAC. Dr^a. Solange Paiva Vieira, e Ronaldo Serôa da Motta. Senadores que queiram iniciar o processo de votação, fiquem à vontade. Com a palavra a Dr^a. Solange Paiva Vieira para sua exposição e respostas à indagações realizadas, formuladas pelos Srs. Senadores nessa sabatina. V.Ex^a terá o tempo que for necessário. Com a palavra, pela ordem, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Cumprimentá-lo, Sr. Presidente, cumprimentar Dr^a. Solange, Dr. Ronaldo, eu tive o prazer de na Sessão passada fazer e apresentar o Relatório referente a indicação da Dr^a. Solange, o Senador Expedito Júnior pediu vista do processo, reapresentou, estamos votando hoje para manifestação dos Senadores. Efetivamente nós temos chances reais e concretas da Dr^a. Solange e Dr. Ronaldo serem aprovados por essa Comissão e posteriormente estamos trabalhando para que seja hoje ainda a votação no Plenário do Senado, mas dizer da importância deste momento que nós estamos vivendo, da importância da indicação da nova Diretoria da ANAC, a ANAC tem um papel fundamental de um setor estratégico e fragilizado. Então eu desejo sucesso, sorte ao Dr. Ronaldo e por ter sido Relator, e especialmente à Dr^a. Solange, e que ela possa fazer lá na ANAC o que ela tem feito nos outros órgãos que tem conduzido com a competência e com a capacidade de diálogo que é fundamental para quem exerce um papel como esse. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Asseguro a palavra à Dr^a. Solange Paiva Vieira.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Bem, procurar ser o mais breve possível, sei que a Casa hoje está com várias questões. Eu vou começar... Primeira pergunta foi do Senador Eliseu Resende. Vocês gostaria que eu respondesse só aos presentes?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu pediria a V.S^a que respondesse a todas as perguntas, já que se trata de uma sabatina.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Tá. Senador Eliseu Resende fez uma pergunta sobre a questão de concessão de aeroportos e aí vou englobar outras

perguntas que falaram sobre a abertura de capital da INFRAERO e a posição da ANAC. Eu vou querer chamar atenção um pouco para insignificância da ANAC e da nossa posição nesse sentido e frisar bem que nem eu nem nenhum dos diretores somos o salvador da pátria. E nessa questão de concessão é muito mais o órgão regulador executor e a análise de estudos, e acho que a Presidência da República, o Senado quem vai decidir qual o melhor caminho. O que a ANAC está fazendo já a Secretaria de Aviação onde estou e o Ministério da Defesa está fazendo é estudos e indicativo de opção para o setor. Nesses estudos a gente tem se posicionado sempre que mais importante do que ser capital privado ou público é que haja concorrência, ou seja, apesar da estrutura de aeroportos ser uma estrutura com pendência monopolista pelas distâncias, a gente entende que num raio de 100 quilômetros os aeroportos poderiam competir entre si e que seria importante ter gestores diferentes para que pudéssemos ter um bantmark referencial de comparação, de prestação de serviço e de concorrência de tarifas. Mas isso é uma decisão de novo a gente está fazendo os estudos e eu acho que essa Casa, o Presidente da República que vai tomar o caminho que a ANAC vai ter que seguir e trabalhar. Não sei se o Serôa queria fazer alguma consideração sobre isso. Tá.

A Senadora Serys perguntou com relação ao projeto de atrasos, a questão de tráfego de passageiros, qual seria instrumentos da ANAC. Aqui eu queria chamar atenção o quão limitada atuação da ANAC em relação ao todo do sistema. O sistema para funcionar bem a gente tem questão de infra-estrutura aeroportuária, a gente tem questão de espaço aéreo, e basicamente a ANAC regulamenta as companhias. E nas companhias a gente está fazendo um trabalho que já se iniciou de controle, de mudança nas regras de concessão de slot, de atraso de voo, inclusive o pacote de medidas que nós soltamos com a multa por atrasos, é um projeto que a Senadora Serys andou trabalhando, que tem algumas coisas semelhantes, e teve um Senador que questionou sobre a questão de... Esses atrasos, essa questão das tarifas, da sobretaxa por atraso ser repassada para o consumidor, a gente não acredita que isso vá acontecer. E quem vai ser penalizado duas vezes são as companhias aéreas. Que por ter atrasado perdem o passageiro e que por terem atrasado vão ter que pagar um adicional para o passageiro.

Hoje na estrutura concorrencial que nós temos, apesar de apenas duas companhias estarem cobrindo todo o País, elas competem via preço, sim, e competem significativamente. Todo mundo sabe, hoje para comprar uma passagem a gente entra no site de uma companhia, entra no site da outra, e normalmente nós

optamos pelo melhor preço, dado que a qualidade do serviço das duas não está muito diferenciado. E aí vou puxar link que é a questão da abertura de capital.

A questão de a gente poder ter até 49% de capital estrangeiro é uma questão técnica que nós temos defendido. Eu sei que essa Casa tem inúmeros projetos nessa direção e a gente precisa da ajuda de vocês para que isso caminhe o mais rapidamente possível. Porque a forma que nós enxergamos de ter novas companhias é proporcionar que o capital estrangeiro também possa participar dessas companhias e seria mais fácil a gente diversificar o mercado e ter novas companhias no setor. E a gente entende que não é mais por Decreto que vamos criar companhias aéreas e dizer que a companhia tem que voar de A para B. A função da ANAC como órgão regulador é permitir o máximo de companhias possíveis no setor, com segurança e qualidade do serviço. E é nisso que a gente pretende trabalhar. Viabilizar que a entrada ao mercado seja fácil, que a que a aquisição de slots em Congonhas que é a parte mais lucrativa do business aviação seja facilitada e implementar várias medidas nessa direção.

O Senador Jayme Campos perguntou da questão da multa de atraso repassado aos passageiros. Acho que já abordei essa questão.

O Senador Eduardo Azeredo. Ele questionou um pouco a questão de taxas e o aeroporto de Congonhas. Senador, é claro que a gente sabe que as taxas só resolvem curto prazo. E o que a gente está tentando fazer é não adotar normas proibitivas, e sim normas que tenham uma razoabilidade econômica. Nós não subimos a taxa de embarque no Aeroporto de Congonhas. O que nós subimos, os aumentos de tarifas proporcionados são aumentos marginais e isso é preciso que a imprensa entenda, que o público em geral entenda porque muita coisa que saiu não está perfeito em termos técnicos do que estamos fazendo. A primeira... as três horas no aeroporto de Guarulhos não subiu nada e é o mesmo preço de sempre. A hora excedente dessas três horas é que está sendo tarifado a maior em relação as empresas internacionais. Por quê? Porque a gente quer desocupar pátio. E a gente pretende que as companhias não fiquem estacionadas no aeroporto de Guarulhos. Se elas atenderem essa demanda de ficar só três horas e levantarem voo seja para América do Sul, seja para outro aeroporto, e hoje quase todos os acordos bilaterais no Brasil permitem que as companhias voem do Brasil para a América do Sul levando brasileiros. Então na verdade o que a gente está esperando e as companhias aéreas já estão preocupadas com isso é que as passagens para a América do Sul caíam significativamente de preço.

Paralelamente a ANAC está trabalhando também num processo de liberação de preço das tarifas internacionais na América do Sul América do Sul. A gente tem hoje, não sei se os senhores sabem disso, mas os preços domésticos estão liberados, mas a tarifa de internacional preço da passagem tem uma banda controlada. E o nosso trabalho um dos trabalhos do Dr. Serôa será liberalizar esse mercado também para que a gente possa ter preços menores nesse setor.

Então Congonhas, o aumento que nós fizemos em Congonhas também é marginal. A gente aumentou o preço da hora excedente em Congonhas. Então se não conseguir descer, fazer o desembarque e o embarque de passageiros como hoje eles fazem, 50% das companhias já fazem no tempo que a gente estabeleceu, a gente vai permitir mais vôos para Congonhas e não vai ter nenhum aumento de preço.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Permite só... é interessante essa explicação porque é confusa o noticiário isso. E é uma das coisas que mais nos angustia é ficar duas, três horas dentro da aeronave esperando a ordem para decolagem. E quantas vezes rondando 45, 50 minutos para abrir um espaço para pousar. Então acho que não é mágica isso. É uma atitude correta que vai realmente pressionar para desocupar o pátio e saber corretamente qual é a quantidade de aviões que pode a cada hora estar dentro do slot programado. Eu acho que... Pra mim foi boa essa explicação, porque eu estava um pouco confuso. Desculpa interromper a senhora.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: O objetivo que a gente está fazendo é que as aeronaves não fiquem paradas em Congonhas. Então a gente falou: Olha, vocês têm o prazo normal que toda companhia gasta para desembarque e embarque. Se exceder esse prazo vai custar caro. E a gente entende que as companhias na verdade vão buscar eficiência. E é importante esse número. Hoje sem nenhum incentivo nessa direção 50% do setor já faz o movimento de embarque e desembarque no prazo mínimo que a gente estabeleceu.

O Senador Delcídio Amaral questionou a função da ANAC nos aeroportos, a questão da BRA, OCEAN AIR. Bem, eu não sei os detalhes, eu não estou na ANAC, a ANAC é um órgão independente do Ministério da Defesa, eu estava esperando a minha indicação para ver o que é que aconteceu de fato, eu sei que foi feita uma negociação para que a OCEAN AIR absolvesse a maioria dos vôos, e como é que a gente faz para aumentar a concorrência e ter mais companhias? A gente tem que criar o órgão regulador. Facilidades no sentido de não... As facilidades no bom sentido. Não é questão de facilitar para A, B ou C. Mas sim de estabelecer regras claras de mercado e de que todas

as companhias possam entrar e sair do mercado. E para isso um dos incentivos que a gente acredita que é fundamental é a abertura maior para participação de capital estrangeiro. O que fazer com relação às férias? Com relação às férias a gente está tomando--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dr^a. Solange, queria fazer uma interrupção para declarar encerrado o processo de votação. Vou passar a Presidência ao Senador Delcídio Amaral que logo após vai fazer o escrutínio e anunciar os resultados. V.Ex^a pode continuar.

[troca de presidência]

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Questão de segurança de vôo levantada pelo Senador Heráclito Fortes. A melhor forma de a gente controlar isso é com fiscalização e normatização. Eu não vejo outro caminho. E eu acho que a ANAC tem que trabalhar nessa direção e eu queria pedir a ajuda dos Senadores nisso. Eu já estou tentando me informar de algumas coisas da ANAC, nós vamos estar colocando a partir da minha chegada 40 pessoas no aeroporto de Congonhas, 40 pessoas no aeroporto de Guarulhos--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dr^a. Solange, dentro dessa parte de segurança, desculpa interromper, só para não perder a oportunidade, a área de manutenção a ANAC vai ditar regras de acompanhamento e vigilância? Porque o que se diz, nós que somos ignorantes no que está acontecendo é que a manutenção está sendo falha. Então não sei se a ANAC vai ter a competência de uma vigilância maior nas oficinas das companhias e se são cumpridas as regras que as próprias indústrias dão nos seus catálogos no período de venda, quanto tempo tem que trocar peça, tudo aquilo que às vezes traz conseqüências graves à aeronave. Desculpa interromper, mas a senhora está falando de segurança e acho que é que isso é um fator importante.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na realidade minha pergunta se diz respeito a aquisição de equipamentos. Nós temos alguns equipamentos sucateados. Equipamento de segurança de vôo sucateados. E navegação. Se pegarmos o diálogo entre algumas bases nós vamos ver equipamentos saindo do ar, entrando no ar, manutenção precária. É exatamente com relação a isso que eu fiz a pergunta.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Essa área é da aeronáutica. A parte toda de controle de vôo no Brasil é responsabilidade da Aeronáutica. E a lei estabelece que a aeronáutica é autoridade aeronáutica e que a ANAC é autoridade de Aviação Civil.

Então, essa pergunta eu não posso esclarecer. Com relação a informações financeiras da BRA, eu não... Na época que iniciou-se o processo de deteriora-

ção da BRA, nós estávamos chegando ao Ministério, a Diretoria da ANAC era outra, o Presidente da ANAC era outro, e também nós no Ministério não tivemos acesso a essas informações. O Senador Marconi Perillo--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dr^a. Solange, três perguntas não foram respondidas.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: A questão de risco de rebaixamento do Brasil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Rebaixamento da qualificação, a relação com militares... Já vi que não começa boa. A senhora vai para a ANAC, assume aqui, e já joga na Aeronáutica a questão do equipamento. Eu acho que tem que haver essa interação entre civil e militar.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Eu também acho, Senador. Eu só estou esclarecendo que não tenho conhecimento técnico.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O meu cuidado é com relação a isso. Como também essa questão do... A relação com os militares, esse financiamento da BRA foi dado com o aval da ANAC. Evidente que não era na sua administração. Ninguém está imaginando culpa por parte da administração. Daí porque ela foi mudada... A direção da ANAC está sendo mudada exatamente para mudar a gestão, o tipo de gestão. Mas esses fatos são fatos que estarem. E o terceiro no meu modo de ver era a menina dos olhos do Ministro, e eu ia pegar carona pelo tamanho, juntamente com Deldidio e outros mais, o distanciamento da poltrona. Foi anunciado, sei que as negociações foram feitas e até agora nós não temos notícias. Com relação a equipamento de vôos renovação, há algum entendimento do Ministério da Defesa que a senhora hoje ocupa uma posição estratégica no Ministério da Defesa. E o Ministro montou um gabinete de crise, exatamente para essas questões. E a gente hoje vive estarecido toda vez que pega um avião com notícia de... De aproximação de aeronave, os alarmes tocando... Meu questionamento é exatamente nesse sentido, principalmente quando o tráfico aéreo aumenta muito.

Agora, Dr^a. Solange, com relação a empresas estrangeiras, a princípio sou contra, mas num estado de necessidade se justifica. Agora precisamos ter cuidado. As empresas estrangeiras que se associarem ao Brasil, a empresa brasileira não pode entrar aqui com frota sucateada. Acho inclusive esse negócio da OCEAN AIR já é uma irresponsabilidade você pegar aviões do deserto, e aí eu não sei quem é que tem culpa, pegou-se Fokker 50 e encheu-se aí os Fokker até bem ajeitado, bonitinho, uns até com... Mas isso é como operação plástica. Você faz operação plástica na Derci(F) até que ajeita por fora. Mas essa questão

de se pegar avião velho, você deve ter... E até uma sugestão que eu lhe dou de se fazer uma grade de frota. Você não pode entrar numa companhia, Presidente, com aviões velhos. Você pode até ter avião velhos, mas tem que ter um percentual de avião novo. O medo que eu tenho é que essas empresas que nos seus países representam muito pouco do mercado peguem os aviões fora de uso lá. Aviões que estão sendo incomodo nos deserto a espera de compradores. Então, era essa a pergunta era exatamente nesse sentido.

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: Bem, acho que me expressei mal. O que eu estava falando não é empresa estrangeira, é capital estrangeiro. É participação até 49%. Então a gente está falando de empresas brasileiras que receberiam capital estrangeiro até 49%. Só participação acionária.

A questão de risco de rebaixamento do Brasil na ICAL, que prejudica a EMBRAER, a Aeronáutica foi o órgão escolhido para estar representando o Brasil, a reunião não houve nenhum problema, e eu acho que isso é uma questão de se resolver a crise atual a médio e longo prazo. Eu acho que a avaliação poderia ter sido ruim por conta dos problemas de acidente aéreo, acho que agora a gente está caminhando no sentido de melhorar essa questão. E acho que com as providências tomadas se tudo funcionar não vamos ter maiores problemas com relação a isso.

Com relação aos equipamentos, eu tenho, lógico, informações do que eu estava mencionando também é que eu não sou a autoridade aqui para falar, e não queria nenhuma indisposição de estar falando sobre outra área, mas o que eu sei de informação é que a torre de Congonhas está com todos equipamentos novos chegando nesse fim de ano, está sendo montada uma torre provisória para receber esses equipamentos, vai ser construída uma nova torre e isso é um projeto da INFRAERO que está sendo discutido para o ano que vem, e em termos de plataforma de utilização de espaço aéreo tem um grupo trabalhando no DECEA e na Secretaria de Aviação Civil para discutir tecnologias e isso a gente está falando de 2010, 2012, se o Brasil vai migrar da tecnologia de radar para tecnologia de satélite e tem já um grupo trabalhando com relação a isso. Mas de novo friso que a autoridade responsável para melhor responder todas essas questões é a aeronáutica.

Bem, com relação às informações financeiras da BRA, eu infelizmente tenho esse problema de não estar ainda na ANAC, não tenho todas as informações disponíveis, e com relação a espaço de poltronas, também é uma coisa que a ANAC está trabalhando com as companhias aéreas. Eu sei que a TAM estava começando já a fazer estudos para alterar a configuração de avião,

e uma informação técnica que eu tinha é que isso foi feito e que não era um ganho muito significativo em relação aos custos da companhia. Parece que reduziu os custos a mudança da configuração da poltrona em 7%. E a VARIG parece que já vai... A intenção é começar a operar com uma estrutura de espaçamento entre as poltronas maior. Mais perguntas...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Eu quero, a última pergunta, me perdoe, é o relacionamento com os militares. A senhora vai colocar farda como fez o Ministro? [risos] Não é isso. É porque é delicada a situação. Entenda as perguntas que estou fazendo e elas são provocativas mesmo. E elas têm um objetivo aqui. Nós passamos um vexame numa sabatina lá atrás aonde as pessoas colocadas aqui poucos sabiam discutir aviação. E essa provocação, Dr^a. Solange, é para mostrar ao País já que nós estamos... é que estamos colocando pelo menos alguém... E aprovando aqui alguém que está inteirada do que se passa pelo Brasil no setor aéreo. Eu estou fazendo essas perguntas de propósito exatamente para que o Brasil saiba, Senador Presidente, que nós não estamos aqui fazendo nenhuma aprovação atabalhoada. Então é preciso que se tenha essa consciência de que estamos aqui inclusive pagando alguns pecados cometidos. E que não queremos repetir. Mas sei que a senhora não gosta, é uma questão difícil, relação com os militares. Como vai ser?

SRA. SOLANGE PAIVA VIEIRA: A relação com os militares é a melhor possível como o senhor mencionou, estou na Secretaria de Aviação Civil. Ontem pedi ajuda ao Comandante da Aeronáutica porque estamos fazendo estudos e houve uma pergunta do Senador Marconi Perillo sobre pista em Guarulhos, nós estamos estudando junto com o DECEA que faz o controle de espaço aéreo qual é melhor estrutura e posicionamento da pista. A gente precisa do DECEA e da aeronáutica para fazer esses estudos. São eles quem definem os espaços aéreos, na sexta-feira estou numa reunião junto com o DECEA para discutir a malha aérea, os prazos e como é que anda o fechamento da malha aérea. Enfim, eu acho que desde o início da apresentação estou querendo frisar a ANAC sozinha não é ninguém. A gente está falando de um setor que precisa que os aeroportos funcionem, que o controle do espaço aéreo funcione. A ANAC regula na verdade a qualidade e a prestação de serviço das companhias e procura estabelecer mecanismos de incentivo. Mas esses três órgãos precisam trabalhar juntos e a gente precisa da Presidência da República e do Congresso para os investimentos que forem necessários fazer e para as decisões de políticas que vão vir a ser tomadas

e que a gente pretende trazer para vocês os estudos técnicos sobre isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Presidente, quero agradecer a Dr^a. Solange e quero dizer que com relação ao Congresso, o Ministério da Defesa e as três forças nunca tiveram tratamento como esse ano. Inclusive, é motivo de polêmica e a boca é pequena de que a própria emenda destinada as Forças Armadas gerou atrito. Mas não é nada. Fizemos exatamente, baseado na crise que nós vivemos esse ano principalmente no setor aéreo e no sucateamento das Forças Armadas, tanto a Câmara quanto o Congresso acataram todas as Emendas partidas do Executivo. Atendemos ao Ministério das Relações Exteriores, já que a Comissão é Defesa e Segurança, e atendemos às forças, à Câmara, tendeu uma parte e o Senado atendeu outra parte, coube inclusive à nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa atender ao Ministério da Defesa e o Ministério da Aeronáutica. Daí porque não se queixe de falta de apoio dessa Casa que essa Casa está dando a demonstração ao País que está exatamente antenado nesse problema.

Agora, eu lamento, e isso aí eu chamo atenção para um fato. Nós colocamos uma Emenda de um bilhão e meio para o Ministério da Defesa. E aí a mágica brasileira funciona sempre. Ela foi reduzida para dez e agora está em vinte. A senhora imagina, Dr^a. Solange, que uma Emenda para recuperação e reforma do Galeão começa com 30 milhões. Aonde se vê que este Brasil faz Emendas e faz orçamento para empreiteiras e não para o País. Acho que todas as Emendas de reforma poderiam ter vindo através do Ministério da Defesa e do Ministério da Aeronáutica. Mas não, eu estou até fazendo um levantamento para ver o orçamento paralelo. Aí para senhora ver o País que a gente vive e a dificuldade que o Executivo, o próprio Executivo vive nessas questões. O Executivo não manda no orçamento brasileiro. Brinca que manda, faz de conta que manda, mas se a senhora examinar realmente quem manda, o Senador Delcídio sobe muito bem. Eu queria agradecer e apenas lamentar. Não pude votar, quando eu cheguei aí, o interesse foi tão grande no voto da senhora, os suplentes chegaram à frente. Pelo menos não corro o risco de se algum voto aparecer contrário botem a culpa em mim. Coisa que não faria. Pelo menos disso estou livre. [risos] Como não será maioria absoluta, eu prefiro me contentar em ter ficado só na vontade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS):

Muito obrigado Dr^a. Solange, Senador Heráclito, eu passo a palavra agora para finalizar essa Sessão ao Dr. Ronaldo e solicito ao Senador Augusto Botelho e ao Senador Inácio Arruda que atuem como

escrutinadores para que a gente anuncie o resultado da votação, o resultado da sabatina. Com a palavra o Dr. Ronaldo.

SR. RONALDO SERÔA DA MOTTA: Eu teria muito pouco a acrescentar ao que a Dr^a. Solange colocou. Acho que ela cobriu todas as perguntas, acho que ela pontuou... Fez bom diagnóstico e apontou soluções. Só gostaria de trabalhar algumas questões conceituais só para não me furtar a meu pronunciamento. Mas lembrando a questão de aeroporto que foi muito mencionado aqui que nós temos duas coisas a mudar na gestão aeroportuária. Uma é a gestão desse aeroporto, a segunda é introduzir concorrência. A gente não pode fazer isso da noite para o dia, e o que a ANAC hoje pretende fazer através do que foi decidido na Secretaria de Aviação Civil é mimetizar instrumentos de concorrência. Quando nós estamos falando dessas novas taxas aeroportuárias são preços que estão querendo colocar como se tivesse existindo uma concorrência entre aeroportos em que a ANAC vai mimetizar isso no sentido de poder utilizar aeroportos mais ociosos e desafogar aeroportos que estão já com capacidade em excesso. Quando você tiver mais na frente a médio prazo uma estrutura de aeroportuária que seja concorrencial, essas taxas desaparecem porque são o próprio mercado que vai decidir o preço de acesso a esses aeroportos e vão concorrer através de preço. Mas nós não temos isso ainda. Mas nós podemos ter a curto prazo talvez seja uma gestão privada desses aeroportos. Mas talvez não seja através somente da abertura de capital. Talvez é preciso um sistema de concessão, talvez uma PPP, alguma coisa nesse sentido. Então separar essas duas coisas.

Segundo é que nessa taxa aeroportuária que está se colocando hoje, só enfatizar o que foi dito antes pela Dr^a. Solange, nós estamos só cobrando aquele excesso, aquele aumento de taxa em cima da hora a partir da terceira hora. Nós fizemos um estudo mais ou menos utilizando o uso da... Do atual que se faz dos pátios, que se excede a três horas, o aumento de taxa aeroportuária, a média vai ser de 15%. Embora esteja falando de mil, dois mil, três mil, mas na margem, como nós economistas chamamos naquela hora que excede.

Então, é importante salientar isso porque talvez tenha até uma falha de comunicação nossa de não ter colocado de maneira correta o que estamos tratando. Estamos tratando daquela hora em excesso.

Outra questão que preocupa muito é confundir essa multa por atraso que as empresas vão pagar com direito do consumidor e aumento das tarifas. Não vai acontecer isso. O mercado, os direitos que o consumidor tem de ser reembarcado, de ser indenizado, tudo

isso é mantido adicionalmente a isso, o que já incorre em custo a empresa quando ela atrasa, adicionalmente a isso você tem essas multas. Se nós estamos num mercado que tem nível de concorrência não o que desejamos, mas tem alto nível de concorrência, as empresas que tiverem aumento de custo por conta desses atrasos elas vão perder mercado. O que nós estamos querendo criar é justamente um incentivo. Tanto na tarifa aeroportuária como na multa nós gostaríamos de não ter nenhuma receita quanto a isso. Nem o passageiro receber nenhuma receita, quer dizer, não ter esses atrasos que são indevidos, e nem que haja o congestionamento que cria essas tarifas aeroportuárias uma receita muito alta. Então nós estamos querendo incentivo. Mais uma vez, o consumidor não tem como penalizar, criar um preço para cobrar de todas as agências. Todas as operadoras. O papel do órgão regulador é justamente criar esse mecanismo de incentivo às empresas, sinalizando com preço com custo no mercado concorrencial que se ela começar a atrasar ela não vai perder só imagem. Ela vai perder capacidade de oferecer tarifas baixas.

Então eu só queria esclarecer esses pontos, falar outra questão que foi colocada até em respeito ao Senador Marconi Perillo no qual ele coloca em relação como é que a gente avalia o marco regulatório da Aviação Civil Brasileira. Olha, é uma questão que a Dr^a. Solange até se furtou um pouco de colocar, mas nós temos realmente na ANAC um desafio muito grande porque nós estamos tratando como autoridade que controla o espaço aéreo, que não é dentro... Não está dentro da autoridade da ANAC, temos a autoridade aeroportuária que não está dentro da ANAC e temos um mandato no marco regulatório de coordenar isso tudo. Isso explica um pouco o que coloquei antes como nós estamos tentando suplantar isso através de mecanismo de preço que mimetizam mecanismo de mercado já que tanto no controle aéreo como no aeroporto nós vivemos em regime de monopólio. E vivemos regime de monopólio público. Nós não temos no espaço aéreo militar e no espaço aéreo civil, aonde possa trazer mecanismos de mercado de concorrência. Nós não temos um sistema de aeroportuário que tenha aeroportos concorrendo. A médio prazo esses é o nosso objetivo. O marco regulatório permite que a ANAC crie incentivos para isso. Mas talvez tenha que pensar mais na frente mecanismos que facilitem esse trabalho da ANAC. Isso vai partir pouco mais em termos de fazer acomodações entre o marco regulatório da ANAC, o código que controla o espaço aéreo, e o aeroportuário.

Eu só quero fazer um paralelo e uma outra área que também já trabalhei muito, quando a gente olha

as agências reguladoras e o sistema de defesa concorrência no Brasil que é o CADE. Como você tem que criar mecanismos de comunicação. São duas agências tratando de assuntos superpostos e hoje você tem mecanismo de integração de comunicação entre esses dois sistemas e o que nós temos que fazer isso agora. Isso vai por conta da segurança também. A segurança é feita pela Aeronáutica e eu, quero dizer bem claro, eu tenho certeza que a Aeronáutica não está relaxando nisso. Nós precisamos melhorar talvez os procedimentos de segurança, modernizar, isso tudo, claro que isso tem que ser feito e tem sido feito ao longo do tempo e ainda podemos melhorar.

Eu não queria me estender mais, Senador Delcídio, a não que o senhor acha que eu fui muito sucinto e que os Senadores aqui achem que eu não respondi as perguntas porque acho que a Dr^a. Solange ela já fez uma cobertura bastante ampla de todas as questões. Só queria trazer essas questões um pouco mais conceituadas para deixar claro qual o papel de agência reguladora. E quero agradecer também pelas perguntas e pela atenção que me foi dada. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bom, eu só gostaria de fazer algumas observações. Acho que pelo menos nas falas dos futuros diretores da ANAC essa questão da INFRAERO, do compartilhamento das instalações aeroportuárias com investidores outros, acho que pelo menos da explanação que foi feita aqui, parece que esse é um caminho que está sendo analisado no Ministério da Defesa, a questão da limitação dos 20% de participação nas companhias aéreas, acho que ficou muito claro também aqui ainda essas dificuldades como Agência Nacional de Aviação Civil e o antigo DAC. Acho que ainda a gente... Nós vamos conviver com isso e acho que isso também passa um pouco até pelo monitoramento do espaço aéreo e pelo controle do espaço aéreo especialmente voltado para a Aviação Civil. De muitas audiências que tivemos aqui ficou muito claro essa questão de monitoramento por radar e por satélite. E evidentemente o objetivo de monitoramento por satélite é muito diferente daquele adotado para fazer o controle do espaço aéreo brasileiro por satélite... Por radar. Que um objetivo militar propriamente dito e outro não. Acho que o outro até dá uma maior eficiência, uma maior facilidade de controle de administração de pousos e decolagens. Mas acho que isso ficou muito claro, acho que é o grande desafio do Ministro Jobim e da Diretoria da ANAC. Não vou citar aqui, o Vitor está aqui, mas uma série de questões relativas a essa transição de militares, os cinco anos que foram dados com redução gradual de 20%, a gente chegou claramente à conclusão que não cabe essa proposta até por esse

período de transição. E acho que isso vai ser debatido e apresentei até um projeto para tentar aperfeiçoar a lei que criou a Agência Nacional de Aviação Civil por causa dessas restrições.

E quero aproveitar a oportunidade, Dr^a. Solange e Dr. Ronaldo, a proficiência em inglês dos controladores do espaço aéreo brasileiro que é fundamental e que por mais que neguem os fatos demonstram que vai ser necessário investimento grande da Aeronáutica para trazer a tão propalada proficiência na língua inglesa, principalmente dos controladores brasileiros. São vários exemplos que demonstram que aquilo que se dizia ou que se diz não corresponde à realidade, e eu não poderia deixar de fazer esse registro.

E gostaria também de dizer que nessa audiência tivemos 12 oradores inscritos, Senador Inácio Arruda, mostrando a importância do debate, a importância dessa sabatina. Quero também lembrar aos Senadores titulares e suplentes da Comissão de Infra-Estrutura que amanhã nós não teremos, conforme programado, a Audiência Pública com o Ministro Alfredo Nascimento, com o Secretário dos Transportes, Mauro Arce e com o Dr. Ubiratan Aguiar do Tribunal de Contas da União, nós não vamos realizar essa Audiência Pública amanhã. Então vai ser marcada uma nova data.

E por último, e não menos importante, talvez o mais importante, é dizer que conforme escrutínio realizado pelos Senadores Augusto Botelho e pelo Senador Inácio Arruda a Dr^a. Solange Paiva Vieira foi aprovada como diretora da ANAC por 21 votos sim, dois votos não e nenhuma abstenção. Portanto os 23 Parlamentares da Comissão de Infra-estrutura, ou titulares ou suplentes, votaram nessa Audiência Pública. E o Dr. Ronaldo Serôa da Motta obteve também na sua indicação como Diretor da ANAC 21 votos sim e 2 votos não, nenhuma abstenção também implicando num número de votos total de 23 que é o pleno da Comissão de Infra-estrutura.

Eu quero solicitar à Mesa que nós encaminhamos em caráter de urgência para que nós votemos o mais rápido possível em Plenário a indicação da Dr^a. Solange e do Dr. Ronaldo, se puder ainda hoje, porque eu falei ainda hoje com o Líder Romero Jucá no sentido de aprovarmos hoje ainda os nomes, espero que o Plenário do Senado aprove refletindo essa votação que ocorreu hoje aqui na Comissão de Infra-estrutura, desejar à Dr^a. Solange muito sucesso, ao Dr. Ronaldo também, que Deus os ilumine, os abençoe, e essa Sessão está encerrada. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h21.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO**Ata da 12ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 31 de maio de 2007, quinta-feira, às 11 horas.**

Às onze horas e vinte e três minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e sete, na sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores João Pedro, João Vicente Claudino, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Cícero Lucena, José Nery, Wellington Salgado, Pedro Simon, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, João Tenório e da Senhora Senadora Marisa Serrano. Justifica a ausência o Senhor Senador Geraldo Mesquita Junior e a Senhora Senadora Rosalba Ciarlini. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é aprovada. Ato contínuo, a Presidenta esclarece que a presente reunião tem como finalidade a apreciação de Projetos de Lei.

Item nº 3: Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2006, terminativo, que “dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores”, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que tem como relator o Senador Demóstenes Torres, que apresenta parecer concluindo pelo encaminhamento da matéria à Mesa Diretora para a devida redistribuição, nos termos do art. 133, V, d, do RISF, tendo em vista que esta Comissão não tem competência regimental para manifestar-se sobre esta matéria. Resultado: Parecer aprovado.

Item nº 6: Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul, e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, que tem como relator o Senador Pedro Simon, que apresenta parecer pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. Resultado: aprovado o Projeto por unanimidade. A votação é repetida para a emenda.

Item nº 5: Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005, terminativo, que “altera o Estatuto da Cidade, de forma a incluir a elaboração de plano de circulação de veículos não-motorizados como item obrigatório do plano diretor”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que tem como relator o Senador Valter Pereira, que apresenta parecer

pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o substitutivo por unanimidade.

Item nº 2: Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2003, não terminativo, que “altera o inciso III do artigo 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a incluir cinquenta e oito municípios do Estado de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste (FCO)”, de autoria do Senador Aelton Freitas, que tem como relatora a Senadora Marisa Serrano, que apresenta parecer contrário ao Projeto e às Emendas nº 1-CAE, nº 2-CAE e nº 1 do Plenário. Resultado: A pedido dos Senadores Wellington Salgado, Valter Pereira, João Pedro e Jayme Campos é concedida vista coletiva do Projeto.

Item nº 1: Aviso nº 5, de 2007, que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 297 de 2007 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, para consolidar as atividades de Acompanhamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional TC 004.375/2005-7”, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, que tem como relator o Senador Antônio Carlos Valadares, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador João Vicente Claudino, que apresenta parecer pelo conhecimento da matéria e posterior arquivamento da mesma. Apresenta, também, Requerimento de Audiência Pública para debater sobre a revitalização e transposição do Rio São Francisco. Resultado: Aprovado o parecer e o requerimento.

Item nº 4: Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, terminativo, retirado de pauta a pedido da Relatora Senadora Rosalba Ciarlini. São aprovados os seguintes requerimentos: Requerimento nº 8, de 2007-CDR, que requer, nos termos do disposto no art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com os arts. 50 e 58, § 2º, III da Constituição Federal, que a Ministra de Estado do Turismo, Senhora Marta Suplicy seja convidada para Audiência Pública nesta Comissão, visando apresentar suas propostas para o turismo nacional, durante seu período de gestão à frente do Ministério, de autoria da Senadora Lúcia Vânia; **Requerimento nº 9**, de 2007-CDR, que requer, nos termos do disposto no art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com os arts. 50 e 58, § 2º, V da Constituição Federal, que o Presidente do BNDES, Senhor Luciano Coutinho seja convidado para Audiência Pública nesta Comissão, a fim de fazer uma explanação sobre os Programas de apoio ao desenvolvimento regional, como, por exemplo, o Programa de Dinamização Regional (PDR) e o Programa de Investimentos Coletivos Produtivos (PROINCO), forma de atuação, o prazo de vigência, os municípios atendidos, os critérios para a escolha des-

ses municípios e os setores contemplados, bem como as aplicações do BNDES por regiões, de autoria da Senadora Lúcia Vânia; **Requerimento nº 10**, de 2007-CDR, que requer, nos termos do art. 93, II do RISF a realização de audiência pública nesta Comissão, em conjunto com a Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, com a presença do Secretário de Política Econômica, Dr. Bernardo Appy, sobre a proposta de reforma tributária com enfoque no desenvolvimento regional e a chamada guerra fiscal entre os estados, de autoria do Senador Tasso Jereissati e da Senadora Lúcia Vânia; **Requerimento nº 11**, de 2007-CDR, que requer, nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de analisar a evolução regionalizada das desonerações tributárias promovidas pelo governo federal, com a presença das seguintes autoridades: Sr. Raimundo Eloi de Carvalho – Coordenador de Previsão e Análise das Receitas – COPAN, da Secretaria da Receita Federal do Brasil; Dra. Tânia Bacelar de Araújo – Diretora da Consultoria Econômica e Planejamento e ex-Secretária de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR, do Ministério da Integração Nacional; Dr. José Aroudo Mota – Diretor Interino de Estudos Regionais e Urbanos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; um representante da Secretária de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR, do Ministério da Integração Nacional e; um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, de autoria do Senador João Tenório e **Requerimento nº 12**, de 2007-CDR, que requer nos termos dos incisos I e II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para realização de audiência pública visando tratar de relevante interesse público relativo à revitalização do Rio São Francisco e o respectivo projeto de transposição de águas; para a oitiva dos representantes legais das seguintes instituições: Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Integração Nacional, Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBH/SF); Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do estado de Sergipe e Dom Luiz Flávio Cappio, do Município de Barra/BA, de autoria do Senador João Vicente Claudino. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Pedro Simon, João Pedro, Wellington Salgado, Valter Pereira, Cícero Lucena, Jayme Campos, João Vicente Claudino, João Tenório e a Senhora Senadora Marisa Serrano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada,

será assinada pela Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Havendo número regimental declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata 11ª Reunião da Comissão. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A Ata está aprovada e será republicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação de Projetos de Lei.

Antes de iniciar os Projetos de Lei, eu gostaria de passar dois Requerimentos, aprovar dois Requerimentos para os Srs. Senadores que julgam de extrema importância.

Requeiro nos termos do disposto do art. 90 do inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com os artigos 50 e 58 § 2º., V, da Constituição Federal, que é o Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho, seja convidado para Audiência Pública nessa Comissão, a fim de fazer explanação sobre os programas de apoio ao Desenvolvimento Regional como, por exemplo, programa de dinamização regional, e o programa de investimentos coletivos, produtivos, forma de atuação, o prazo de vigência, os municípios atendidos, critérios para a escolha desses municípios e os setores contemplados, bem como as aplicações do BNDES por região.

Esse Requerimento é de minha autoria, e eu gostaria de saber se alguns dos Srs. Senadores querem falar sobre o assunto.

Quer?

Não havendo quem queira destituir, coloco em votação. Srs. e Sras. Parlamentares que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Aprovado, então, a presença do Presidente do BNDES para explicação este o Desenvolvimento Regional.

Requeiro nos termos do disposto, art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com os artigos 50 e 58, § 2º e 3º da Constituição Federal que a Ministra do Turismo, Sra. Marta Suplicy, seja convidada para a Audiência Pública nessa Comissão, visando apresentar suas propostas para o

turismo nacional durante o seu período de gestão à frente do Ministério.

Está solicitação da presença do Ministro antes da sua vinda aqui, eu estou passando para os Srs. Senadores toda a programação do Ministério para o ano de 2007. Essa programação está contemplada por região e cada um dos senhores podem ver a importância dessa Audiência Pública, uma vez que nós temos uma disparidade enorme na aplicação dos recursos na Área do Turismo.

Acredito que essa Audiência será muito importante, principalmente no momento em que nós estamos definindo a lei orçamentária. Portanto, precisamos de um certo equilíbrio nas regiões e essa Comissão terá essa oportunidade de discutir isso com a Ministra nessa Audiência Pública. Portanto, coloco em discussão o Requerimento.

Quer discutir?

Da minha autoria.

Srs. e Sras. Parlamentares, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Vou apresentar também um Requerimento aqui, subscrito por mim de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Requeiro nos termos do art. 93, § 2º, a realização de Audiência Pública nessa Comissão em conjunto com a Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, com a presença do Secretário de Política Econômica, Dr. Bernardo Arpi, e o Ministro de Desenvolvimento Regional sobre a proposta de reforma tributária com enfoque no Desenvolvimento Regional, e a chamada guerra fiscal entre os Estados.

Justificativa. O Governo, por meio do Secretário de Política Econômica, Borna, dia 30 de maio de 2007 a nova proposta de Governo de política regional para viabilizar uma nova reforma tributária que termine com a guerra fiscal entre os Estados.

Esse assunto é de interesse de integrantes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, pois, nos dois primeiros anos dessa Comissão o foco do seu trabalho foi a discussão dos projetos de recreação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

Nesse momento não sabemos se o nova proposta do Governo de política regional nasce em consonância com aquilo que foi discutido em mais de dois anos no Congresso Nacional, por ocasião das discussões dos projetos de criação da SUDENE e SUDAM, ou se apresentam uma proposta completamente nova, sem vínculo com as discussões prévias, sobre o tema política regional que ocorreu e tem ocorrido nessa Casa.

Antes que o Governo mande algum projeto para o Congresso, é importante sabermos de imediato, se a proposta de criação de um novo Fundo de Desenvolvimento Regional envolve recursos novos, de onde sairão esses recursos, e de que forma esse novo fundo será operacionalizado e de que forma a Superintendência de Desenvolvimento Regionais e o Banco Regional, os Bancos Regionais, BNDES, BASA (F) participarão da gestão e avaliação e a acompanhamento desse fundo.

Ademais, é relevante entender se a proposta de um novo Fundo de Desenvolvimento Regional recupera pelo menos em parte dos vetos ao projeto de recreação da SUDAM e SUDENE. Um desses vetos, por exemplo, referia-se a proposta de não possibilidade de contingenciamento dos recursos do Fundo de Desenvolvimento.

Assim venho, por meio dessa, submeter aos meus pares, o Requerimento de Audiência Pública com o Secretário de Política Econômica, Bernardo Arpi, para que venha a essa Comissão explicar a constituição do novo Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional apresentado à Câmara de Política Econômica.

Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. e Sras. Parlamentares que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

O mesmo Requerimento será apresentado por essa Comissão para que tenhamos uma Comissão conjunta com a reforma tributária e essa Comissão de Desenvolvimento Regional.

Acredito que esse tema é do interesse de toda Comissão, uma vez que já está pronto o projeto de Política Nacional de Desenvolvimento Regional, e há um compromisso do Governo com os líderes dessa Casa, com os participantes dessa Comissão, no sentido de que, houvesse um hiato aí, para o Governo preparar esse Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. Nós concedemos esse tempo, o Governo já está com a proposta pronta e tem o compromisso de apresentá-la aqui nesta Comissão.

Portanto, uma Audiência Pública com o Dr. Arpi, em princípio marcado para o dia 14 de junho, para que possamos ver se o compromisso assumido com o Governo, com os líderes dessa Casa e os membros dessa Comissão, foi cumprido nesse Programa Nacional de Desenvolvimento Regional.

Portanto, é muito importante a presença dos Srs. Parlamentares aqui no dia 14, para que nós possamos avaliar esse plano e ao mesmo tempo, avaliar se o plano enquadra nos princípios da reforma tributária, que está em discussão na Subcomissão da Reforma.

Portanto, quero também submeter este Requerimento em votação, dessa sessão conjunta, e posteriormente a Secretaria vai elaborar o Requerimento, mas quero colocar em votação, para que a gente possa iniciar nossa pauta. Srs. Parlamentares que aprovam essa Comissão conjunta permaneçam como se acham.

Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pois não, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Para nós acompanharmos melhor essa data, a reunião do dia 14, seria importante que nós recebêssemos informações, dados, para gente participar no dia 14 no debate com elementos mais concretos, está bom?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pois não, nossa assessoria que elabore um estudo sobre a proposta do Governo, nós estávamos aguardando ontem o Governo apresentar internamente esse projeto, e a partir de hoje vamos solicitar cópias do projeto para que a gente possa repassar à Comissão, para que no dia 14 nós tenhamos já estudado essa proposta, para que a nossa reunião seja mais produtiva.

Então, vamos à pauta. Nós vamos começar com o item 03 da pauta, porque não é terminativo. “Dá nova redação ao art. 9º da Lei 8. 723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução da emissão por poluentes em veículos automotores”. Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relator: Demostenes Torres.

Parecer. Concluindo pelo acompanhamento da matéria à Mesa Diretora, para a devida redistribuição nos termos do art. 133, tendo em vista, que essa Comissão não tem competência regimental para manifestar sobre essa matéria.

Concedo a palavra ao Senador Demostenes Torres, para proferir o seu Parecer.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Sra. Presidente, Srs. Senadores. O Senador Mozarildo Cavalcanti apresenta um Projeto de Lei propondo a modificação do art. 9º da Lei 8.723 de 28 de outubro de 93. O que pretende o Senador? Que na região norte os percentuais obrigatórios de adição de álcool etílico, anidro-combustível à gasolina, poderão ser inferiores aos estabelecidos no *caput* e no § 1º desse artigo, desde que seja assegurada sua adequação ao uso.

Eu adoto um Parecer já dado anteriormente pelo Senador Gilberto Mestrinho. O que quê disse o Senador Gilberto Mestrinho?

Que cabe à CDR, a nossa Comissão, nos termos da Resolução nº. 1/2005, manifestar-se sobre matérias pertinentes.

1) Proposições que tratem de assuntos referentes a desigualdades regionais e as políticas de desenvolvimento regional dos estados e dos municípios;

2) Planos regionais de desenvolvimento econômico e social;

3) Programas, projetos, investimentos, incentivos voltados para o desenvolvimento regional;

4) Integração regional;

5) Agências e organismos de desenvolvimento regional;

6) Proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo;

7) Políticas relativas ao turismo;

8) Outros assuntos correlatos;

Por entender que essa matéria de adição ou a redução do álcool etílico, anidro ao combustível, não é matéria pertinente a essa Comissão, eu estou opinando, Sra. Presidente, Srs. Senadores, para que volte à Mesa, e a Mesa decida adequadamente para qual Comissão mandar. Lembrando que compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, e Fiscalização e Controle, opinar sobre assunto atinente à proteção do meio ambiente e controle de poluição. E também à Comissão de Assuntos Econômicos, sobre os aspectos econômicos de qualquer matéria que lhe seja submetida por consulta de Comissão.

Então, eu estou sugerindo, Sra. Presidente, que nós não apreciemos o mérito dessa matéria por entender que a competência para fazer essa apreciação seria de outras comissões. É esse o Parecer, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir coloco em votação o Parecer do Senador Demostenes Torres. Srs. e Sras. Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Senador Demostenes está em uma posição que ninguém vota contra ele.

(risos).

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Ele falou, está falado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Vamos ao item 05 da pauta, esse item é terminativo, portanto, nós vamos ter aqui uma votação nominal.

“Altera o Estatuto da Cidade, de forma incluir a elaboração do plano de circulação de veículos não-motorizados, como item obrigatório—

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pois não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – A Sra. me desculpe, mas eu estou lá na Comissão de Relações Exteriores, eu vim correndo porque eu sou um Relator do item 06, se pudesse me fazer esse favor, se concordasse... é porque eu estou lá como Relator e está faltando quórum.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Atendendo ao pedido de V.Ex^a. Vamos então, ao Item 06 para que V.Ex^a possa estar na Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Muito obrigada, Sra..

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – “Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul e dá outras providências”. Autoria do Senador Paulo Paim, Relator Pedro Simon, Parecer pela aprovação do projeto com a Emenda que apresenta.

Observação: Em reunião realizada no dia 26/04/2007, foi concedida vista ao Senador João Pedro, que até a presente data não se manifestou.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro, para manifestar-se contra ao projeto caso queira. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Sra. Presidente, Srs. Senadores. Senador Pedro Simon, a matéria, eu voto favorável, vou votar favorável, mas quando eu pedi... Me fez refletir, me fez discutir acerca do mérito, do mérito dessa matéria, em função da... A nossa Constituição trata essa questão e eu refleti bastante, e estudei, porque... Tinha dúvidas acerca da sua constitucionalidade. Mas depois de estudos e debates eu me convenci e vou votar favorável ao mérito da matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Relator, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Também favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Vamos à votação. João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Mozarildo Cavalcanti, Demostenes Torres.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Com o Relator, principal é o adjunto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Marisa Serrano, Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – José Maranhão, Geraldo Mesquita, Garibaldi, Valter Pereira?

José Nery, saiu aqui agora. Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Valdir Raupp, Pedro Simon, sim, né?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Posição do Relator substituto. Relator adjunto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – João Vicente.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – João Pedro. Aprovado por unanimidade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela ordem, Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Presidente, o Item 02 da pauta, o Item que parece que o Relatora não está presente, V.Ex^a irá relatar *ad hoc*, nomear, ou vai esperar a Relatora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Nós estamos aguardando porque lá está a caminho. Se por ventura não estiver presente, eu passaria para o Senador Valter relatar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E eu pedirei vista, só para adiantar V.Ex^a, como V.Ex^a bem sabe.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu sei e como. Mas nós vamos colocar em discussão o projeto, vamos ler o projeto e depois, eu concedo vista a V.Ex^a.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vai botar em discussão mesmo com o pedido de vista?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Discussão não, só a leitura. A leitura.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Marisa, que é a Relatora me mandou uma comunicação há poucos instantes, que ela deverá chegar antes do término desta reunião. Então, se deixarmos para ser apreciado por último, ela certamente participará.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Ok.

Consulto os Srs. Senadores se repetem a mesma votação para a Emenda do Senador Pedro Simon. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Projeto de Lei do Senado 350/2005, Terminativo. “Altera o Estatuto da Cidade de forma a incluir a elaboração de plano de circulação de veículos não-motorizados, como item obrigatório do Plano Diretor”. Autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, Relator: Valter Pereira. Parecer: pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira para proferir o seu Parecer.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sra. Presidente, a presente proposição tem respaldo constitucional, embora não seja, não seja da nossa seara abordar essa assunto, esse aspecto, mas avaliando o mérito convém ressaltar, como bem destaca o Senador Antônio Carlos Valadares, a bicicleta não pode mais ser vista como veículo de segunda categoria. Os países, por ele citados, são prova de que o transporte cicloviário pode ser incorporado ao cotidiano da população, não apenas nas pequenas cidades, mas também nas grandes capitais. Parece-nos, entretanto, que o instrumento adequado para o tratamento de transporte cicloviário, é o plano de transporte urbano integrado obrigatório para cidades com mais de 500.000 habitantes. Segundo o Estatuto da Cidade esse plano deverá ser compatível com o Plano Diretor, sem que necessariamente esteja nele incluído.

Propomos, portanto, que seja inserido no dispositivo que trata do plano de transporte urbano integrado uma diretriz de priorização do transporte de propulsão humana sobre o motorizado e do transporte coletivo sobre o individual.

Voto. Ante o exposto, voto pela aprovação do PL 350/2005, nos termos do substitutivo.

Substitutivo é o seguinte: Altera a Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, para determinar a priorização dos meios de transporte de propulsão humana, sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual.

Art. 1º. – O § 2º do art. 41, da Lei 10.257 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação. “Art. 2º, § 2º – Para as cidades com mais de 500.000 habitantes, será elaborado um plano de transporte

urbano integrado compatível com o Plano Diretor, ou nele inserido, observada a propriedade dos meios de transportes de propulsão humana com relação aos motorizados e de transporte coletivo”.

Na verdade, Sra. Presidente, esse aqui é um projeto que abre um espaço institucional para que a bicicleta seja introduzida como um meio de transporte regular, e que lhe seja assegurada, assegurado não só o espaço para a sua mobilidade, como também para o estacionamento.

Sobre esse projeto, estive em meu gabinete alguns técnicos no Ministério da cidade, com quem nós conversamos, um deles foi o Dr. Augusto Valiengo, que é gerente de integração das políticas de mobilidade daquele Ministério, e ele deu conhecimento da existência de um programa chamado Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta, ou chamado Bicicleta Brasil.

Hoje as grandes cidades que têm sido finalizadas com um ônus crescente no preço das tarifas de ônibus, acabou levando para o transporte de propulsão humana essa opção para que o trabalhador possa se locomover, locomover por um preço mais barato e requisitando portanto, a segurança que é necessária para esse tipo de transporte. Além do que, é um meio de entretenimento, também, para as pessoas que praticam esse tipo de lazer.

Nosso Parecer é favorável, embora aqueles que acham que a bicicleta caiu, *démodé*, na verdade é um meio de transporte hoje regularmente utilizado em plena expansão e merece ser acolhido o projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sra. Presidente, eu tenho uma preocupação e nós estamos instalando a Subcomissão dos Municípios, e obviamente que será um tema que também terá que ser discutido naquela Subcomissão, porque nós tivemos aqui na última Audiência Pública, uma, embora concordando com o mérito do projeto, deixar bem claro isso, nós tivemos aqui um debate com o Ministro da cidade, onde ele levantou, Senador Valter, uma preocupação maior e nesse debate foi feito isso, a questão do prazo que está estabelecido para os municípios apresentarem o Plano Diretor. Sob pena de serem, não terem acesso aos recursos orçamentários e os recursos de liberações por parte do Governo Federal ou mesmo Estadual. Então, esse é um tema no Plano Diretor dos municípios que eles precisam ser aprofundados, embora o mérito desse projeto, eu concordo plenamente, mas eu não posso deixar de colocar aqui a preocupação em relação a termos que prorrogar o prazo, porque do total, dos 5.000 e tantos municípios que existem no Brasil,

mais de 1. 400 municípios teriam que ter apresentado seus planos diretores, muitos Prefeitos só acham que o seu compromisso é apenas apresentar na Câmara, e não é, tem que ser aprovado na Câmara, e devidamente sancionado pelo Administrador Municipal, e conseqüentemente desses quase 1. 500 municípios, apenas 200 e poucos, até agora foram os que estão com situação regulamentada, regularizada.

Então, é importante que nós tenhamos essa preocupação, tanto nossa Comissão, como na Subcomissão dos municípios para que a gente fique atento a esse problema que é muito séria, para não penalizar mais ainda as nossas Prefeituras.

E aí eu pediria a chance exatamente de, ou aqui, vamos ver regularmente como é que isso pode ser feito, ou aqui nessa Comissão, ou no Plenário nós pedimos para que sejam encaminhado porque, nós temos algumas preocupações. Tem cidades que adaptação de ciclovias são muito mais fáceis do que outras que a sua própria estrutura, o planejamento antigo da cidade não permite, simplesmente você dizer, tem que ter ciclovia em todas as ruas da cidade, ou... Então, essa dificuldade era bom a gente ouvir os Prefeitos, aqueles que cuidam do dia-a-dia da cidade. O mérito da idéia é muito boa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – O Senador Lucena tem toda a razão com as suas inquietações com relação aos prazos do Plano Diretor. Todavia, se observar à redação que foi dada no substitutivo, vai constatar que ele não interfere nessa questão do prazo do Plano Diretor. Ele só regulamenta, só estabelece que no Plano Diretor terá que ser contemplado, contemplada a ciclovia, os espaços para a bicicleta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu sugeriria ao Senador, que a gente colocasse em votação, e V.Ex^a teria o recurso de solicitar à Mesa que passasse pela Comissão, Subcomissão dos Municípios.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu agradeço. E só para esclarecer ao Senador Valter, concordo plenamente com o que ele colocou. Só que a minha preocupação é que na hora que você impõe aos planos diretores que eles têm que atender isso, a questão do prazo vai ser dificultado. Entendeu, Senador?

Então, a minha preocupação é só da gente encontrar uma forma de que isso não venha atrapalhar mais ainda as administrações municipais. E também a minha sensibilidade como ex-Prefeito é exatamente da gente analisar porque essa questão urbanística depende muito de cada característica de cada parti-

cularidade das cidades. Então, vai ter canto que você não vai ter como colocar uma ciclovia. Você pega uma cidade como São Paulo, por exemplo, você pega outras cidades que ao longo da história o planejamento não permitiu, com ruas estreitas, a não ser que você faça como outros países que podem fazer, você de repente fazer viaduto para bicicleta, porque tem ruas que simplesmente não comporta, pela sua dimensão, pela sua calha, não comporta, vamos dizer assim, a colocação de uma ciclovia exclusiva.

Então, eu acho que isso é uma coisa para a gente debater, ter Audiências Públicas com planejadores, com Prefeitos, para que a gente possa efetivamente, pelo menos, fazer uma lei que possa ser executada, porque senão a gente pode de repente impor e não acontecer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Na verdade, as ciclovias já estão fazendo parte da maioria dos planos diretores que a gente conhece pelo Brasil. E essas dificuldades apontadas pelo Senador Lucena são dificuldades que, efetivamente, toda a regra nova pode acarretar. Nós lembramos aqui muito bem de quando foi discutida a obrigatoriedade de rampas para pessoas portadoras de necessidades especiais. Até hoje a norma não foi integralmente aplicada, em todo território nacional, dado que havia uma situação concreta já, uma situação inquestionável à época da adoção da medida. Todavia, o que se observa é que avançou muito, avançou muito, porque a partir do momento em que a lei foi sancionada, que a norma passou a vigorar, então esses espaços foram garantidos, foram assegurados. E hoje já se vê em larga escala, esse direito dos portadores de necessidades especiais preservado.

Então, aqui vai ser, não vai ser muito diferente. O espaço das bicicletas está sendo aberto, quase todos os planos diretores, na paisagem urbanística da cidade já se vê isso. Na apreciação dos projetos urbanísticos, já há pelos organismos técnicos uma certa preocupação e uma exigência a fim de colocá-lo como condição para os financiamentos. De sorte que eu acho que, como bem ressaltou o próprio Senador Lucena, não chega a ser um obstáculo, você fica a critério do Plenário, como aqui não está se estabelecendo regras capazes de interferir no Plano Diretor, e sim apenas acrescentar esse dispositivo, eu não vejo razão porque não votar, e não vejo razão também para não se apresentar um projeto posteriormente dispondo especificamente sobre os novos prazos para os Planos Diretores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Não havendo

quem queira discutir, em votação. Votação. O projeto é terminativo na Comissão, a não ser que o Senador Cícero peça à Mesa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Peço o encaminhamento para Subcomissão dos municípios.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em votação. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Devo votar o Parecer?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Nos termos do substitutivo do Senador Valter.

Senador João Vicente.

Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Posso colocar de acordo com o Senador Cícero Lucena? Para ir para a Subcomissão?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Depende como você achar que deve votar.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Nós estamos votando o substitutivo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O substitutivo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – É, depois de terminar o substitutivo, o Senador Cícero solicita o encaminhamento para a Mesa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Então, a favor do substitutivo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador Valter Pereira.

Senador José Nery.

Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT) – Senadora Lúcia Vânia, um minuto por gentileza.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sim.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT) – É meritório o relatório do Senador Valter Pereira, entretanto aqui, nós temos que ser muito ponderados, sobretudo responsável, na medida em que as colocações do Senador Cícero Lucena, ainda tem um profundo, realmente, conhecimento e acima de tudo eu entendo que tem toda a razão. Na medida, Senador Valter Pereira, o senhor imagina que através desse Projeto de Lei foi obrigatório, dentro dos planos diretores da cidade, ser cobrado da população as ciclovias. A ciclovias nada mais é do que segurança para aqueles que trafegam em bicicletas. Dois questionamentos eu faço aqui. Pri-

meiro, que depende necessariamente de cada característica das cidades. Outra, é a questão de recursos, na medida que se transformar em um Projeto de Lei, nós também temos que ter a preocupação em relação às fontes e os recursos que será alocado.

V.Exª disse aqui das rampas para as pessoas portadoras de deficiências especiais, realmente foi uma luta, foi uma conquista, foi um avanço e hoje eu imagino, está sendo ainda, mas nós avançamos muito nessa direção. Todavia, acho que é bom alvitre, que após a votação do substitutivo de V.Exª, seja encaminhada à Subcomissão para discutirmos com a maior amplitude possível que com certeza saia daqui como um projeto que seja exequível e factível, para bem atender as comunidades, sobretudo àqueles que trafegam nesse transporte em nosso país.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É, uma coisa não elimina a outra, o que o Senador Cícero Lucena propõe é que votada aqui, aprovada aqui, vá para a Comissão das cidades. Não tem problema nenhum.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT) – É isso mesmo que estamos falando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu quero dizer que nós já estamos em votação. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT) – Eu voto com o Relator também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com o Senador Cícero Lucena.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Nós estamos votando o substitutivo do Senador Valter—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não é para encaminhar...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Não. O substitutivo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Aprovado por unanimidade. Eu solicito ao Senador Cícero Lucena que a sua solicitação, seu Requerimento terá que ser feito diretamente em Plenário para a Mesa do Senado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu só vou.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – João Tenório. Faltou, né?

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) : Eu sou a favor, com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com o Relator. Vamos agora ao—

CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Deixa eu votar também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – quem não votou?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Cícero Lucena.

(risos).

Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu voto com o Relator, e farei à Mesa do Senado à solicitação para que seja encaminhada a Comissão dos Municípios. Com a preocupação inclusive, se me permite Presidente, é rápido, dizer que o projeto está estabelecendo acima de 500.000 habitantes, e eu espero que na Subcomissão seja discutida a importância de que no mínimo algum incentivo, algum estímulo para os municípios menores também adotarem isso, porque eu acho que é fundamental os municípios menores, porque fica mais fácil de você começar implantar uma ciclovias, agora, em municípios que estão crescendo, do que nos grandes municípios.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Item nº. 02 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 277/2003, não terminativo. “Altera o inciso III do art. 5º da Lei 7. 827 de 27 de setembro de 1989, de modo a incluir 58 municípios do Estado de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste”. Autoria do Senador Aelton Freitas e Relatora, Senadora Marisa Serrano. Parecer: contrário ao Projeto e às Emendas nº. 1-CAE, nº. 2-CAE e nº. 1 do Plenário.

Concedo a palavra a Senadora Marisa Serrano, para proferir o seu Parecer.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Sra. Presidente. Como é muito extenso o Parecer, eu vou apenas fazer aqui uma... as minhas considerações a respeito para que os nobres Senadores possam debater a matéria.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria, por favor, um aparte por favor, Senadora. Eu queria saber se diante do meu pedido de vista que vai acontecer, se há que ler o relatório regimentalmente, tem que ser lido o relatório anteriormente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sim, sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Regimentalmente, é isso?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sim, ela vai ler sucintamente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas sem discussão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sem discussão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Está bem.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Eu quero só fazer as minhas considerações. Atualmente a Lei 7. 827 de 89 que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento, define a área de atuação do FCO da seguinte forma: para efeito da aplicação dos recursos entende-se por: 3) Centro-Oeste: A região de abrangência dos Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.

Essa proposta desse Projeto de Lei pede a inclusão de 58 municípios de Minas Gerais, do Triângulo Mineiro. Após essa proposta, foi acrescentada uma Emenda nº. 1, do Senador Eduardo Azeredo, acrescentando mais 26 municípios. Logo depois, a Emenda nº. 2, também de autoria do mesmo Senador, inclui mais 12 municípios. Num total então, que é extrapola tudo aquilo que originalmente se pensava do FCO.

E eu gostaria só, de dizer, de dizer o seguinte:

Em síntese, ainda que não seja satisfatório para os analistas mineiros, atualmente, há um critério objetivo para o acesso ao FCO. Está situado na região geográfica do centro-oeste, no conceito do instituto brasileiro de geografia e estatística.

Cabe observar que do conjunto dos 58 municípios do PLS 277, corresponde à superfície de 108.000 km², e a população de 1.800.000, habitantes. Além disso, os 26 municípios da Emenda 1 da CAE, corresponde à superfície de 53.000 km² e a população de 412.000 habitantes, que somado aos 161.000 Km e 2,2 milhões de habitantes dos 84 municípios, equivalem à metade de superfície de Mato Grosso do Sul, e abrigam população superior a desse Estado, que é de 2,2 milhões de habitantes.

Então, eu quero aqui, Sra. Presidente, dizer que se nós pensarmos no FCO como ele foi concebido, e a justificativa dos mineiros é porque há uma semelhança, uma simetria entre a região do cerrado com a do Triângulo Mineiro, que é um semi-cerrado também. Mas eu quero dizer que outros estados poderão também requerer. Porque... que fazem limite de divisa com os nossos estados do centro oeste. Porque vários deles, aqui mesmo próximo de Goiás com Minas Gerais, na outra ponta de Minas, também tem uma região semelhante. O que equivale a dizer que a partir daí, nós vamos ter progressivamente novos municípios sendo acrescentados ao FCO. E nada impede, nada impede, que o oeste de São Paulo, que o norte do Paraná, resolvam querer, com justificativa econômica também,

porque pode ser uma justificativa econômica, pode ser uma justificativa do cerrado, porque o FCO foi para os estados, não foi para, exclusivamente, fosse só a região de cerrado.

Portanto, eu deixo aqui a minha preocupação. Nós podemos acabar com o fundo, que é fundamental para a região centro-oeste, que tem ajudado muito a economia dessa região, por acréscimo que municípios nos fundos.

Deixo aqui a minha, meu inconformismo com essa situação, e acho que não podemos deixar que isso prevaleça, e, portanto, o meu voto é pela rejeição do PLS 277/2003 e das Emendas da CAE-1 e 2 e nº. 1 do Plenário. Eram essa as minhas...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sra. Presidente, tendo em vista que os estados que tem FCO só gostam de levar as nossas empresas, para que sejam emitidos nota fiscal lá, e que elas tenham sede que possam usufruir desse fundo, porque é isso que acontece. E isso já foi discutido, eu peço vista, e entendo perfeitamente o debate da ilustre Senadora defendendo a sua região. Mas eu não agüento mais ter tanta empresa do Triângulo Mineiro tendo sede do outro lado do rio. Porque o FCO não sabe nadar, diante disso eu peço vista—

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Está concedido o seu—
Sr. Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu também gostaria de pedir vista, então —

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Vista coletiva.
(falas sobrepostas)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas, Senadora, a gente tem que render uma homenagem sincera—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Está descompensado o equilíbrio aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: --à bancada, a bancada mineira. Realmente os mineiros do centro-oeste é que fã--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A bancada mineira é uma bancada forte. É uma bancada forte, veja que, daqui a pouco nós vamos sentir o seguinte, que a bancada de Minas vai querer pegar uma área territorial, né? Daqui a pouco nós vamos perder, vamos atravessar o rio.

(risos).

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Vamos em frente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Senador—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Wellington. Eu quero cumprimentar V.Ex^a, mais uma vez, é uma pessoa brilhante, lucidez e sobretudo a sua inteligência.

O FCO é um fundo constituído para região centro-oeste desse país. Foi criado com o advento da Nova Constituinte por volta de 1988.

Eu imagino, pelos dados que a Senadora Marisa citou aqui, daqui a pouco o Senador Valter também disse aqui, nós vamos ter que passar todo o FCO, que é o instrumento que nós temos na mão, para desenvolvimento da nossa região, que até certo ponto tem contribuído sobremaneira, e V.Ex^a colocou aqui, na sua fala aqui, são empresas que apenas trocam nota fiscal. Eu não acredito que tenha acontecido, que está acontecendo esse fato aí, até porque é uma denúncia séria, que nós temos que tomar providência, sobretudo a esta Comissão, Senadora Lúcia Vânia. Na medida que, partindo do Senador ilustre, um homem de retidão de caráter invejável, eu acho que nós temos que tomar essa providência. De maneira que V.Ex^a tem toda razão de querer pleitear aqui, me parece aqui, não é 56 municípios, mais 26, mais 12, daqui a pouco não sobrou nada para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Agora, o PIB que a Senadora colocou de Uberlândia, realmente eu não sei onde consultou, vou conferir, porque um PIB desse...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador Wellington, nós vamos colocar em discussão, então, a matéria.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não, pedido de vista.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Então, está ok, pedido de vista. Então, o próximo item da pauta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só para concluir, só para exemplificar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, como é que é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – ...vocês falem, nós vamos encerrar.
(falas sobrepostas)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu quero ouvir, eu quero ouvir o Senador.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – O Estado de Minas Gerais já tem bastante incentivos,

já é um estado rico, por favor, deixe essa pequena migalha para a nossa região, que ainda está bastante carente de investimentos, e sobretudo em fundos que possa com certeza fazer que amanhã temos um futuro e sobretudo essa região poderá contribuir muito para o Brasil. Obrigado, Senadora.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Jayme Campos, fiquei realmente sensibilizado com o estado tão carente... Só dar uma cavada lá, que vocês vão achar ouro, esmeralda à vontade. Mas está o pedido de vista, tudo bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Vamos ao item 05 da pauta. Aliás, o item 01. “Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº. 298/2007 – TCU, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram para consolidar as atividades de acompanhamento do projeto de integração do Rio São Francisco, com os bacias hidrográficas do nordeste setentrional. TC nº. 004.375 de 2005-7. autoria do Presidente do Tribunal de Contas do União. Relator: Antônio Carlos Valadares. Relator ad hoc: Senador João Vicente. Parecer: pelo o conhecimento da matéria e posterior arquivamento da mesma. Apresenta também Requerimento de Audiência Pública para debater sobre a revitalização e transposição do Rio São Francisco.

Concedo a palavra ao Senador João Vicente para proferir o seu Parecer.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINHO (PTB-PI) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Relatório do Senador Antônio Carlos Valadares submete a essa Comissão o Aviso nº. 05 de 2007, nº. 222, de 7 de março 2007 na origem do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal, a cópia do Acórdão nº. 297/2007, proferidos nos autos do processo do Tribunal de Contas 004.375/2005-7. Referente ao acompanhamento da implementação de um projeto de integração do Rio São Francisco, com as bacias hidrográficas do nordeste setentrional.

O acompanhamento traz o sumário das ações desenvolvidas pelo tribunal em relação ao projeto. Informações sobre o estágio atual e respectivo cronograma do empreendimento, acórdãos e contratos celebrados e questões ambientais e ações judiciais relacionadas ao projeto.

A análise é extensa, mas trata desse Acórdão do Tribunal de Contas, que tem como objetivo central, noticiar que os processos judiciais relativos ao empreendimento da transposição do Rio São Francisco, foram avocados pelo Supremo Tribunal Federal, em vista da ocorrência de conflitos de competência e de juízo.

Quero passar direto a leitura do voto, Senadora.

Diante do exposto considerando que após a expedição da licença da instalação, o TCU pretende intensificar as ações fiscalizadoras ao projeto de integração do Rio São Francisco, com as bacias hidrográficas do nordeste setentrional, bem como, a ampla divulgação do Acórdão de para diversos e diferentes órgãos estatais. Voto para que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo tome conhecimento da matéria aqui relatada e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo. Igualmente nesta oportunidade que seja aprovado o Requerimento abaixo de Audiência Pública para debate sobre a revitalização e transposição do Rio São Francisco.

Junto vem o Requerimento, requer nos termos do inciso I, e segundo o art. 93 do Regimento Interno do Senado, seja designado dia e hora, desimpedido dessa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para realização de Audiência Pública visando tratar de relevante interesse público, relativo à revitalização do Rio São Francisco, e o respectivo projeto de transposição de águas. Para tanto, deve ser providenciada a oitiva dos representantes legais das seguintes instituições: Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Sergipe, e Dom Luiz Flávio Cappio, do município de Barra na Bahia. Esse é o Relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação, tanto o Parecer do Senador João Vicente, quanto o Requerimento.

Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Por fim, o último Requerimento de autoria do Senador João Tenório.

Nos termos do art. 90, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada no âmbito dessa Comissão, a Audiência Pública, com a finalidade de analisar a evolução regionalizada das desonerações tributárias promovida pelo Governo Federal. Atendimento ao § 6º, do art. 165 da Constituição Federal, a Administração Fazendária deve apresentar anualmente em acompanhamento ao Projeto de Lei orçamentária, um demonstrativo regionalizado do efeito sobre essas receitas e despesas decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefício de natureza financeira tributária e creditícia. O referido documento apresenta expectativa para o exercício seguinte de todos os gastos indiretos do Governo, realizados por intermédio do sistema tributário, visando atender objetivos econômicos e sociais.

Tratam-se dos chamados gastos tributários que de acordo com a conceituação da Secretaria da Receita

Federal, tem caráter compensatório, quando o Governo não atende adequadamente a população do serviço de sua responsabilidade, ou tem caráter incentivador quando o Governo tem a intenção de desenvolver determinado setor ou região.

Análise da evolução regionalizada dos gastos tributários ao longo dos anos, bem como seu impacto na economia e na geração de emprego e renda nas diferentes regiões do país, poderá auxiliar essa Comissão a formular políticas alternativas de desenvolvimento regional para o Brasil.

Para tanto, requeiro a realização de Audiência Pública com a presença das seguintes autoridades: Sr. Raimundo Eloi de Carvalho, Coordenador da Previsão de Análise das Receitas, COPAN, da Secretaria da Receita Federal; Dra Tânia Bacelar de Araújo, Diretora de Consultoria Econômica e Planejamento e ex-Secretária de Política e Desenvolvimento Regional, SDR, do Ministério da Integração Nacional; Dr. José Aroldo Mota, Diretor Interino de Estudos Regionais e Urbanos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA; um representante da Secretaria de Política de Desenvolvimento Regional, SDR, do Ministério da Integração Nacional.

Eu acredito... Pois não. Com a palavra o autor do Requerimento, Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Presidente Lúcia Vânia, na verdade, existe, eu diria, mais do que um equívoco. Existe uma certa mistificação no que diz respeito, digamos assim, às assistências federais de diversas regiões do estado que manifesta em subsídio, em renúncia fiscal ou coisa semelhante. Acho que existe, de fato, mais do que um equívoco, existe uma mistificação.

Como isso é instrumento, digamos assim, de promoção de desenvolvimento regional, ou seja, de atenuação dessas grandes diferenças econômicas sociais entre as regiões, eu tenho a impressão que a melhor aplicação desse procedimento, ele fará com que... será uma boa, um instrumento para a geração de políticas públicas que venha a contribuir para essa diminuição dessa desigualdade social. Eles começam... essa Comissão aqui, o objetivo precípuo dela é proporcionar ou pelo menos ajudar no desenvolvimento dessas ações, eu entendo que uma Audiência Pública com esse objetivo para tentar mensurar, esclarecer de uma vez por toda, quem recebe o que? Dessas renúncias, desses subsídios... Por região seria uma coisa uma oportuna, e pertinente para que possamos estabelecer novas políticas. Essa Comissão sugerir o aparecimento a criação de novas políticas que venha de fato a contribuir para a atenuação dessas desigualdades.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Antes de colocar em votação, eu gostaria de sugerir ao Senador João Tenório, que incluísse alguém do Ministério do Planejamento, eu acho que seria interessante, se V.Exª permitir, eu colocaria um pessoa encarregada no Desenvolvimento Regional no Ministério do Planejamento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Por favor, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pois não. Em votação. Srs. e Sras. Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovada.

Eu gostaria de comunicar aos membros dessa Comissão que V.Exªs receberão aí um trabalho sobre o Ministério do Turismo, todo o investimento que foi alocado para esse ano de... Para o orçamento do próximo ano, dividido por região.

Aqueles que não tiverem o trabalho aqui vão receber no gabinete. Então, é bom que cada um dos senhores esteja bem a par do que está acontecendo, porque vamos pedir uma Audiência Pública com a Ministra e seria interessante que cada região se colocasse aqui em relação a esse trabalho.

Outra notícia que eu gostaria de transmitir, é que no dia 14 haverá aqui uma Audiência Pública entre essa Comissão e a Subcomissão de Reforma Tributária. Quando estarão presentes o Dr. Bernardo Arpi, que virá falar sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. Portanto, eu gostaria que os senhores já também se preparassem, 14 de junho, é a próxima reunião que nós vamos ter, porque a próxima semana é quinta, feriado, na outra semana será essa Audiência Pública. E então, eu pediria aos Srs. Senadores que tivessem atentos, que eu vou encaminhar esse plano para que os Senadores tenham preparado para essa Audiência Pública, trnha conhecimento do plano antes que tenha a Audiência Pública. Portanto, no dia 14, Senador Garibaldi Alves, vamos ter aqui o Dr. Arpi, que vai dar uma satisfação aos membros dessa Casa, sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, para que depois possamos tomar uma decisão a respeito dos vetos SUDAM e SUDENE.

O item 04 da pauta foi retirado a pedido da Senadora Rosalba por ela não estar presente hoje, e pediu que fosse relatado na próxima semana.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Eu gostaria só de mencionar minha preocupação, preocupação não, dar uma sugestão para a nossa Comissão, para a nossa Secretaria, na medida em que o dia 14 já está pautado, então, a data dessa... Ver se na semana seguinte nós pudéssemos realizar aquela Audiência Pública já aprovada aqui, com a presença dos dirigentes da SUFRAMA da Zona Franca de Manaus.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador João Pedro, após essa Audiência Pública que trata da questão da SUDAM e SUDENE, que foi um primeiro tema que nós levantamos na Comissão, nós atenderemos a V.Exª com a Audiência Pública sobre o pólo industrial de Manaus, para depois marcamos uma visita in loco à região.

Não havendo nada mais a tratar. Declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h22

Ata da 13ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e Sexta da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de junho de 2007, quinta-feira, às 11 horas.

Às doze horas e um minuto do dia quatorze de junho de dois mil e sete, na sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em conjunto com a Subcomissão Temporária de Reforma Tributária da Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Junior, Jefferson Peres, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Jayme Campos, Tasso Jereissati, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy, Mão Santa e das Senhoras Senadoras Patrícia Saboya e Marisa Serrano. Comparecem ainda os Senhores Senadores Augusto Botelho, José Agripino, Jarbas Vasconcelos, Marconi Perillo e Sérgio Guerra. Justifica a ausência o Senhor Senador Garibaldi Alves Filho. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão e da Subcomissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 12ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e da 5ª reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária da Comissão de Assuntos Econômicos, que são aprovadas. Ato contínuo, a Presidenta esclarece que a presente reunião tem como finalidade a realização de Audiência Pública

com a presença do Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Sr. Bernardo Appy, com a finalidade de discutir a proposta de reforma tributária com enfoque no Desenvolvimento Regional e a chamada guerra fiscal entre os Estados, em atendimento aos Requerimentos nº 10/2007 – CDR, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Lúcia Vânia, e nº 30/2007 – CAE, de autoria do Senador Tasso Jereissati. O Sr. Bernardo Appy faz uma explanação sobre os objetivos propostos pela Audiência Pública. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Tasso Jereissati, Eduardo Suplicy, Marconi Perillo e a Senhora Senadora Marisa Serrano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária e a 13ª da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em conjunto, no dia 14 de junho de 2007, às 12 horas, na sala de reuniões nº. 19, ala Alexandre Costa. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores das respectivas Comissões. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam, permaneçam como se acham. Aprovada.

A audiência pública com a presença do Secretário de Política Econômica. Exmo. Sr. Bernardo Appy, a fim de discorrer sobre a proposta de Reforma Tributária, com enfoque no desenvolvimento regional e a chamada “Guerra Fiscal” entre os Estados, em atendimento aos requerimentos nº. 30/2007, CAE, e 10/2007, CDR, de autoria do Senador Tasso Jereissati. O convidado... E da CDR, o requerimento é de minha autoria. O convidado já se encontra aqui compondo a Mesa. De acordo com o art. 94, § 2º, a Presidência adotará as seguintes normas: O convidado fará sua exposição, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. As palavras... A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Passo a palavra ao Dr. Bernardo Appy, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Antes

de passar essa palavra, Dr. Appy, eu quero agradecer aqui a representação dos Secretários de Estado, que estão aqui presentes, são técnicos que vieram, naturalmente, subsidiar os Srs. Senadores, e que eu quero, nessa oportunidade, agradecer a presença de todos. Passo a palavra ao Dr. Appy.

DR. BERNARDO APPY: Obrigada, Senadora. Eu pedi um microfone. Eu prefiro falar sempre de pé, mas eu vou começar desde já. Bom, eu vou... Para evitar falar de um lugar e estar a apresentação do outro, eu sempre prefiro ficar ao lado da apresentação. Eu vou procurar ser rápido. O tema é bastante abrangente. Eu vou começar... A apresentação, basicamente, faz um primeiro... Um primeiro levantamento de qual a proposta de Reforma Tributária do Governo, eu vou fazer isso de forma muito rápida, muito mais rápido do que eu costumo fazer. E, segundo, coloca... A discussão da Reforma Tributária trouxe para discussão a questão de Política de Desenvolvimento Regional. Como a reforma tributária, um dos pressupostos dela, para ela ser bem-sucedida, é o fim da "Guerra Fiscal" entre os Estados, o Governo Federal entende que era necessário dar continuidade ao processo de aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Regional, que já se iniciou com a colaboração do Congresso Nacional, mas que seria preciso avançar mais nessa proposta, exatamente para criar condições de que, ao renunciar a possibilidade de fazer "Guerra Fiscal", os Estados tivessem instrumentos mais eficientes de desenvolvimento regional à sua disposição.

Eu gostaria de pedir um pouco de água, se fosse possível. Podemos passar, então. Bom, rapidamente, do que trata a Reforma Tributária? A Reforma Tributária que nós estamos apresentando é essencialmente voltada para a correção de distorções que prejudicam o crescimento da economia brasileira; distorções no sistema tributário que prejudicam os investimentos e distorções no sistema tributário que prejudicam o funcionamento eficiente da economia. Obviamente, a Reforma Tributária têm impactos federativos, nós sabemos disso, estamos tratando desses impactos no bojo na Reforma Tributária. Agora, o objetivo da reforma não é federativo; as questões federativas têm que ser abordadas. O objetivo da reforma, isso é essencial para a gente entender quando estamos fazendo a discussão, é criar discussões para a economia brasileira crescer mais rapidamente. Esse eu acho que é um ponto importante. E o grosso das distorções que nós temos no nosso sistema tributário; existem outras, está no bojo dos tributos indiretos Federais. Podemos passar.

Bom, quais são os problemas que nós temos hoje, no bojo dos nossos tributos indiretos? Primeiro, é uma grande complexidade. Nós temos, no Brasil, ex-

cluindo a CPMF, que é uma discussão que está sendo feita à parte, seis tributos indiretos: quatro Federais, PIS e COFINS; um Estadual, ICMS; um Municipal, o ISS. Essa situação, com a multiplicidade de tributos, de formas de apuração, de regimes tributários, porque aqui dentro desses seis tributos, nós, na verdade, temos três regimes tributários diferentes, ela acaba tendo, levando a uma grande complexidade, a um grande custo de apuração dos tributos para o empresariado e esse é um dos problemas do nosso sistema tributário. Não é o problema mais importante. O problema mais importante do nosso sistema tributário, de tributos indiretos, é que ele é um sistema que não é neutro. O que é um sistema tributário neutro? É um sistema que não interfere na concorrência interna e externa e não interfere na alocação eficiente dos fatores de produção. Ele não é neutro por quê? Ele não é neutro porque ele ainda guarda incidências cumulativas. Então, apenas como um exemplo, a CIDE – combustível é um tributo cumulativo, o ISS é um tributo cumulativo e uma parte do PIS e COFINS, hoje, ainda, permanece como tributo cumulativo. Isso acarreta várias distorções de não ter tratamento não igualitário entre importações e produção nacional, acaba levando a uma alocação ineficiente de fatores de produção; a incidência cumulativa estimula uma verticalização artificial das empresas, prejudica a terceirização, e isso é um problema que nós temos dentro do nosso sistema tributário.

Segundo, nós temos defeitos na incidência sobre comércio exterior. Eu não vou ter tempo aqui, Senadora, de poder detalhar tudo isso porque não caberia no tempo da apresentação. O foco vai ser mais desenvolvimento regional. Então, peço desculpas de não poder aprofundar, mas são problemas sérios que nós temos hoje. Nosso sistema tributário claramente prejudica a concorrência, prejudica a produção nacional em favor da produção estrangeira, tanto nas exportações quanto nas importações.

E, finalmente, o ponto que é o mais importante, para nós, na discussão de hoje, é o da "Guerra Fiscal". O nosso sistema tributário, principalmente no caso do ICMS; existe também "Guerra Fiscal" no ISS. Mas principalmente no caso do ICMS, ele é um sistema tributário em que, pelo fato de que uma parte da alíquota nas transações entre Estados, é cobrada no Estado de origem da mercadoria, leva a um incentivo para os Estados concederem benefícios fiscais, benefícios da "Guerra Fiscal", que tem lógica, eu quero deixar isso bem claro, têm lógica, do ponto de vista do Estado que está concedendo aquele incentivo como instrumento de desenvolvimento local, tem essa lógica. Mas que, no agregado, é extremamente distorcido. Por conta da "Guerra Fiscal", os Estados deixam de arrecadar

hoje 25 bilhões de reais por ano. E mais. A “Guerra Fiscal”, hoje, ela está gerando a “Contra-guerra Fiscal”. A “Contra-guerra Fiscal” é a reação de alguns Estados contra benefícios que foram concedidos na “Guerra Fiscal”. E essa reação tem várias formas, são ações Jurídicas, é a não aceitação de créditos de ICMS de produtos que receberam benefícios de “Guerra Fiscal” em outros Estados, e é também o fato de que hoje os Estados desenvolvidos do país também estão começando a praticar “Guerra Fiscal”. Ou seja, aquilo que era uma característica dos Estados menos desenvolvidos e para eles se justificava como uma estratégia de desenvolvimento, hoje está sendo praticada também pelos Estados mais desenvolvidos como uma reação à “Guerra Fiscal” e, se todos os Estados praticam os mesmos incentivos, a consequência é simplesmente uma perda de arrecadação e nenhum efeito, do ponto de vista da alocação das empresas nas regiões menos desenvolvidas do país.

A “Guerra Fiscal”, ela tem uma consequência muito séria. Se me disserem hoje, de todos os problemas que nós temos na estrutura de tributos indiretos no país, e nós temos problemas nos tributos Federais, temos problemas nos tributos Municipais, mas os principais problemas, hoje, estão no bojo da “Guerra Fiscal” do ICMS. E o principal problema que nós temos hoje é que a “Guerra Fiscal” gera uma situação de grande insegurança jurídica para os investidores. Ela gerava já, antigamente, insegurança para o investidor que não recebia um benefício da “Guerra Fiscal” e que não sabia se o concorrente dele ia se instalar no Estado vizinho, recebendo o benefício e podendo entrar, então, numa situação de competição que inviabiliza a sua empresa, e hoje gera também insegurança para aquele empresário que recebe o benefício da “Guerra Fiscal”, porque ele não sabe se vai conseguir manter esse benefício por conta da “Contra-guerra Fiscal”.

Essa situação de insegurança jurídica, ela tem levado a uma perda de investimentos para o país e é relevante. A gente não sabe o valor total porque, obviamente isso é agregado em decisões individuais, mas eu, pessoalmente, conheço vários casos, vários casos de empresas que estão deixando de investir no Brasil por conta dessa insegurança jurídica e ela, naqueles que investem, como eles estão investindo numa situação de segurança, geralmente eles investem com a perspectiva de uma rentabilidade mais elevada do que eles investiriam se não tivesse essa insegurança jurídica.

O Brasil hoje está perdendo investimentos. Quero deixar isso bem claro, no agregado, o Brasil está perdendo investimentos em volume relevante por causa dessa situação que tem gerado a “Guerra Fiscal” e

a “Contra- guerra Fiscal”, que é resultado, como eu disse do fato de que, nas transações interestaduais, uma parte do tributo é cobrada no Estado de origem da mercadoria. Podemos passar?

Bom, é basicamente o que eu já falei, quais são as consequências dessas distorções que nós temos hoje no sistema de tributos indiretos no Brasil? Insegurança jurídica desestimula os investimentos; uma alocação ineficiente de recursos, e isso valem tanto para tributos Federais, quanto Estaduais, quanto Municipais; a falta de neutralidade no comércio exterior, ou seja, um sistema neutro, ele desonera completamente as exportações e tributa as importações exatamente como a produção nacional; um alto custo de cumprimentos de obrigações tributárias e um alto nível de sonegação fiscal. Podemos passar?

Bom, qual é a proposta básica? O objetivo da proposta de Reforma Tributária que está sendo elaborada pelo Governo? É basicamente modificar radicalmente o sistema tributos indiretos, adotando um sistema que seja o mais simples possível e que seja, e que reduza, retire todos os problemas que nós temos hoje no sistema de tributos indiretos no Brasil; retire entraves dos nossos investimentos; elimine as distorções que existem no comércio exterior; acabe com a “Guerra Fiscal”; simplifique e desburocratize o sistema tributário e, como consequência, aumente a base de contribuintes. Podemos passar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone).

SR. BERNARD APPY: Não. Deixa-me colocar isso claramente aqui, desde já, a pergunta acho que é interessante. A proposta de Reforma Tributária, na forma como ela está sendo proposta, ela dá garantia absoluta de que não haverá aumento de carga para aquelas empresas que já contribuem hoje, que já estão formalizadas. Ela tem como um dos impactos uma redução forte da informalidade. Então, existe uma garantia absoluta que no âmbito tem aumentado a carga tributária, absoluta para quem já paga. E ela abre espaço, via redução da informalidade, ela abre espaço sim para você poder fazer desonerações tributárias.

A nossa proposta, do ponto de vista do Governo Federal, é assumir o compromisso de devolver uma boa parte, talvez, a totalidade dos ganhos que tiver com a redução da sonegação. Desculpe. Para reduzir, eliminar, devolver isso na forma de desoneração tributária. No caso de Estados e Municípios, nós em respeito à autonomia federativa, entendemos que eles devem ter e decidir, cada um deles, o que fazer com o aumento de arrecadação que resulta da redução da informalidade. Agora, no caso do... O que existe é o compromisso falar e isso pode ser inclusive, institucionalizado

no desenho da Reforma Tributária de que, para quem paga imposto, não vai haver aumento de carga. Vai haver, sim, redistribuição setorial, é inevitável. Mas, para o conjunto do setor formal, não vai haver aumento de carga. Esse compromisso existe. O objetivo, como eu disse aqui, é retirar distorções que prejudicam o crescimento econômico. E essas distorções, a alta carga tributária é um problema? É um problema. Mas nós estamos falando aqui de distorções que vão além da alta carga tributária, que estão relacionadas ao desenho institucional que existe hoje.

Bom, o que o Governo Federal está propondo, então? Voltando a falar aqui, muito rápida a apresentação, a idéia do Governo Federal é transformar os quatro tributos Federais, PIS, COFINS, IPI e CIDE combustíveis, em um imposto sobre valor adicionado Federal e transformar o ICMS sobre imposto sobre valor adicionado Estadual. Os dois tributos seriam dois tributos, mas com uma única Legislação. Na verdade, seriam dois tributos que teriam exatamente o mesmo desenho. Na prática do ponto de vista do empresário, é o único tributo com duas alíquotas. Mas, para respeitar a autonomia federativa, nós estamos os mantendo como dois tributos distintos; uma única Lei Complementar, uma regulamentação nacional, feita por um Comitê formado por representantes da União, dos Estados e, eventualmente, dos Municípios. O IVA Estadual, ele observaria o princípio do destino, ou seja, ele seria apropriado no Estado de destinos das mercadorias. Isso é essencial no modelo porque é isso que permite acabar com a "Guerra Fiscal". E é isso que permite eliminar as distorções que existem hoje na tributação do comércio exterior no Brasil, com uma transição. Eu vou falar depois. A transição é fundamental. As alíquotas. Tem uma discussão sobre se ele deve ser puro, ou seja, alíquota zero no Estado de origem ou uma alíquota marginal no Estado origem para estimular a fiscalização, essa é uma discussão que está sendo feita. Ontem mesmo, eu tive uma reunião com o conjunto de Secretários Estaduais de Fazenda, no CONFAZ, em que nós começamos a discutir tecnicamente uma série de questões que estão dentro do desenho da Reforma Tributária. Nós estamos construindo um conjunto, com os Estados, com os Municípios e ouvindo o empresariado também e, obviamente, conversando com o Congresso Nacional, o próprio Senado Federal, aqui, o Senador Tasso Jereissati montou essa Subcomissão da Reforma Tributária, que está acompanhando tecnicamente o trabalho que nós estamos fazendo.

As alíquotas do IVA Federal seriam definidas em Lei Federal, do IVA Estadual, em Lei Estadual, e os Estados teriam autonomia total ou parcial, é um ponto em discussão com os próprios Estados na fixação das

alíquotas do IVA Estadual. É preciso ter uma preocupação de não transformar a "Guerra Fiscal", não ter "Guerra Fiscal" no consumo, porque é menos nociva a "Guerra Fiscal" na produção que aqui existe hoje, mas que é também um problema do ponto de vista dos Estados. Essa é uma preocupação que está sendo definida, mas eles teriam, em qualquer desenho, eles vão ter algum grau de autonomia na fixação das alíquotas do IVA Estadual. Podemos passar?

Bom, o sistema seria não cumulativo. Ele desoneraria completamente os bens de capital, após um período de transição. Ele pressupõe o fim da "Guerra Fiscal", e aqui é o ponto que eu coloquei no início, nós entendemos que, embora a "Guerra Fiscal" hoje seja altamente disfuncional para o conjunto dos Estados, inclusive, os menos desenvolvidos, eles estão percebendo que eles estão perdendo a arrecadação e tendo pouco benefício, principalmente por conta da "Contra-guerra Fiscal". O Governo, na verdade, entende também que, por conta do fim da "Guerra Fiscal", tem que trazer alternativas para aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Regional, que é o que eu vou apresentar a seguir.

E tem uma discussão sobre a integração do ISS à base do IVA Estadual. O ideal para que o modelo fique o melhor possível, do ponto de vista do desenho institucional, é que haja integração do ISS à base do IVA Estadual, porque isso acaba com os problemas do ISS, inclusive a "Guerra Fiscal" entre Municípios e porque isso permite que o IVA Estadual tenha exatamente a mesma abrangência do IVA Federal, pegando a totalidade dos bens e serviços. Nós estamos conversando com os Municípios, já começamos a discussão com eles, apresentamos uma primeira proposta, eles ficaram de apresentar algumas sugestões, semana que vem, eles já estão trazendo sugestões para o Governo Federal para poder fazer essa discussão. Inclusive, nós estamos chamando os Estados para participar da discussão com os Municípios também. Nós queremos fazer uma discussão... O ideal para nós é construir um projeto que seja de consenso. Esse é o ideal. Se não for possível, que, pelo menos, tenha o máximo de consenso possível. Podemos passar?

Bom, um ponto importante é que esse projeto da Reforma Tributária, ele, hoje, ele pode ser mais ousado do que foi aquele projeto de 2003, porque hoje nós temos um sistema novo, que está entrando em funcionamento, que é o sistema de nota fiscal eletrônica, esse sistema público de estruturação digital, que ajuda muito tecnicamente a implementar o sistema. Ele ajuda porque ele permite calcular com precisão ganhos e perdas entre Estados e Municípios na transição do modelo e, portanto, definir um sistema de compensa-

ções racional, e estamos discutindo já com os Estados e com os Municípios o sistema de compensação, queria deixar isso claro. E ele ajuda também a criar um sistema que elimina o risco de acumulação de crédito eles empresas. É tecnicamente complicado, eu não vou entrar aqui em detalhes, pelo tempo, mas nós estamos trabalhando nisso.

Segundo, como eu disse, nós estamos vivendo hoje um movimento de perseguição de esgotamento da “Guerra Fiscal”. “Guerra Fiscal” está se tornando disfuncional para o conjunto dos Estados, inclusive, os menos desenvolvidos. Isso nos ajuda a ter um ambiente mais favorável ao avanço da Reforma Tributária. E, finalmente, aquilo que eu falei, o fato de que vai reduzir brechas e sonegação, vai efetivamente. Tanto a nota fiscal eletrônica quanto a Reforma Tributária vão reduzir a sonegação, e isso cria espaço para que nós fechemos uma equação em que dê a garantia absoluta de que não haverá a perda de receita para Estados e Municípios e, ao mesmo tempo, haja possibilidade de avançar na desoneração das empresas, a equação fecha. Isso ajuda a gente a fechar a equação. Podemos passar?

Bom, a transição. A nossa proposta é o IVA Federal começar a vigorar em dois ou três anos. O ICMS seria mantido, na forma atual, apenas com o fim da “Guerra Fiscal”, durante cinco anos, sendo, no quinto ano, substituído pelo IVA Estadual; se o ISS entrar no modelo, ele também seria incorporado nesse quinto ano. A partir do sexto ano, começa a reduzir a alíquota cobrada na origem para fazer a migração para o destino do ICMS; a transição aqui, nós imaginamos, entre seis e 12 anos, além dos cinco. Então, a transição total é de 11 a 17 anos. É isso que nós estamos falando aqui. E o que nós estamos negociando agora com os Estados; nós não, eles estão negociando entre eles, na verdade, nós apenas trouxemos o assunto, a discussão, é sobre como operacionalizar o fim da “Guerra Fiscal”. O CONFAZ está discutindo hoje, agora, nessas próximas semanas, como fazer com relação, não só para acabar com a “Guerra Fiscal”, o que surpreendentemente é mais fácil, mas como fazer com relação aos benefícios que já foram concedidos no passado, como convalidá-los. Hoje, nossa expectativa é que eles possam chegar a um acordo. Esteve-se perto de um acordo desses, em 2005. Nós esperamos que eles pudessem chegar a um acordo, agora, na reunião entre eles. Se eles chegarem a um acordo, ótimo, isso é um convênio do CONFAZ. Não precisamos botar nem nada, inclusive, no desenho da Reforma Tributária. Basta ter um convênio do CONFAZ, um acordo de cavalheiros de que não haverá mais “Guerra Fiscal”. Há transição para o destino, acabou a “Guerra Fiscal”

no país. Se eles não chegarem a um acordo, o Governo Federal e, obviamente, o Congresso Nacional terá que arbitrar como é que vai ser feita a desmontagem dos benefícios que existem hoje na “Guerra Fiscal”. O ideal é que eles cheguem a um acordo. Obviamente, se eles não chegarem a um acordo, a arbitragem vai ter resistências, o que dificulta um pouco, mas, tendo em vista os grandes benefícios da proposta de Reforma Tributária, do meu ponto de vista, não inviabiliza, de forma nenhuma, o avanço da negociação. O ideal é que eles cheguem a esse acordo. Ontem mesmo tivemos, começou-se essa discussão entre os Estados, e a nossa expectativa é realista, nós não temos segurança de que isso vai acontecer, mas é que tenha alguma possibilidade que eles possam chegar a esse acordo. Podemos passar?

Bom, uma questão importante, do ponto de vista federativo, Senador, peço desculpas, eu vou passar um pouco do meu horário aqui, ta, do... É que é muito assunto. É que nós nem entramos na Política de Desenvolvimento Regional.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone).

SR. BERNARD APPY: Não. O que acontece é o seguinte: Os incentivos do ICMS hoje são regimes especiais. O que acontece é o seguinte, o IVA ele não vai ter regimes especiais. Ele vai ter uma alíquota fixa. Então, o que você tem que fazer é pegar, tem que se quantificar os incentivos que já existem hoje, que aparecem na forma de regimes especiais do ICMS, de várias formas, existem vários modelos, inclusive. E, uma vez quantificados esses incentivos, tem que se definir como eles vão ser incorporados, dentro do IVA, que vai ser efetivamente na forma de uma redução de alíquota ou de um crédito do mesmo montante daquilo que já existe hoje. É uma questão técnica. Uma quantificada... Aí de novo existe mais de um formato na possibilidade de fazer isso dentro do IVA, mas não vai poder ser exatamente o mesmo formato que existe hoje. É preciso manter esses incentivos na dimensão que eles existem hoje, mas não é possível manter o formato que é dado para esses incentivos hoje. Essa é uma questão técnica. Mas, se tiver acordo, isso é fácil de resolver.

Bom, com relação... O que nós estamos colocando, um ponto importante é que, a partir do momento em que nós estamos propondo unificar PIS e COFINS, que são tributos não compartilhados, como IPI e CIDE combustíveis, que são tributos partilhados com Estados e Municípios, obviamente isso nos faz, nos leva a pensar um pouco a questão da partilha federativa, necessariamente, ela vai ter que ser tratada no bojo da Reforma Tributária. O que nós estamos propondo,

trazendo para discussão é, já no primeiro ano após a aprovação da reforma, mudar a base de partilha, incorporando a totalidade dos tributos Federais, exceto a Contribuição Social sobre folha e, eventualmente, algum tributo que venha substituir uma parte da Contribuição Social sobre folha hoje, quero deixar isso claro, para não haver dúvidas depois. E tributos de natureza regulatória, como imposto de importação e IOF, que são tributos que não têm caráter arrecadatório e que o Governo Federal tem que ter autonomia na fixação de alíquotas, por motivos de política econômica, mas que são pouco relevantes na arrecadação.

Obviamente a nossa proposta não é aumentar o valor transferido para os Estados e municípios. É manter o valor transferido, mas incidindo sobre uma base mais ampla, uma percentagem menor sobre uma base mais ampla. Mas isso melhora a qualidade das relações federativas porque tira de discussão a discussão de que o Governo Federal só aumenta tributos não compartilhados e só desonera tributos partilhados. Se nós fizermos desoneração, ela vai pegar igual a parte Federal e a parte compartilhada, em qualquer tributo. Se nós aumentarmos os tributos, que eu acho pouco provável que aconteça, pelo menos nesse Governo, eu não vejo muita chance na situação atual, os Estados e Municípios vão receber uma parcela igual à do Governo Federal. Essa é nossa proposta, melhorar a qualidade das relações federativas, inclusive, racionalizar a própria gestão da política tributária. E, já que já está sendo feito isso, a nossa proposta é também unificar a Contribuição Social sobre o Lucro com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Obviamente, isso daqui leva a repensar também a questão da Seguridade Social, mas, aí, é possível também definir que a parcela que vai para a seguridade é uma percentagem disso ou repensar o modelo de seguridade como um todo, é algo que vai estar em aberto para a discussão nesse modelo. Mas dá para manter exatamente o modelo atual, apenas com uma percentagem diferente sobre outra base, sem nenhuma mudança em relação àquilo que existe hoje. Podemos passar.

Bom, basicamente a Reforma Tributária é um jogo de “ganha-ganha”, por conta, não só por conta da redução da sonegação, mas também por conta do aumento do potencial de crescimento da economia brasileira. E quero deixar isso bem claro aqui. Nós não temos como quantificar isso, mas é expressivo. O impacto da Reforma Tributária sobre o potencial de crescimento da economia brasileira é expressivo. Ele não é desprezível. É realmente algo que a gente vai poder medir sensivelmente em... Em termos de pontos percentuais do PIB. Isso aqui é o que eu já falei. E, por último, nós estamos trabalhando hoje em mon-

tar um sistema de compensações, em que nenhum Estado ou Município seja prejudicado. Está certo? Só para colocar, algumas questões são relevantes, não necessariamente significa compensar totalmente qualquer perda de arrecadação. Só para dar um exemplo, alguns Estados desenvolvidos já colocaram na mesa que aceitam perder receitas com a migração da tributação da origem para o destino porque eles ganham com o fim da “Guerra Fiscal”. Obviamente, num caso desses, talvez, não faça sentido compensar o Estado com aumento de transferências da União. Agora, Estados, qualquer hipótese, são poucos, a grande maioria dos Estados menos desenvolvidos ganha com a migração da origem para o destino, e os poucos que podem perder, aí, existe um compromisso da União de fazer uma compensação, dentro de um modelo que está sendo discutido, nesse momento, com os Estados. Foi colocado para discussão, ontem, com os Estados. Eu não vou entrar em detalhes, exatamente porque agora nós queremos ouvir eles de retorno. Não adianta eu colocar algo na Mesa que ainda não foi... Que os interessados ainda não puderam se manifestar. Então, podemos passar.

Bom, dentro desse modelo, como eu falei, que é o foco da reunião de hoje, nós estamos propondo medidas para avançar no aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Regional do país, colocando que o Governo Federal tem preocupação sim com o desenvolvimento regional, mas entende que a “Guerra Fiscal” não é o melhor instrumento para promovê-la. Essa é a nossa posição. Dentro dessa proposta, como vocês vão ver, existe, o Governo Federal está assumindo, tem um custo para o Governo Federal. A proposta, na forma como está apresentada, ela tem um custo fiscal que o Governo Federal está disposto a assumir, como parte do custo para poder viabilizar a Reforma Tributária, para poder melhorar o modelo sim, que é um objetivo, mas nós estamos vinculando essa discussão à proposta de Reforma Tributária.

Esse projeto que está sendo apresentado aqui foi construído em conjunto com o Ministério da Integração Nacional, queria deixar isso claro, isso aqui não é um protesto, é um Projeto do Ministério da Fazenda. Esse aqui foi construído em conjunto com o Ministério da Integração Nacional e nós estamos trazendo aqui para discussão, e eu entendo também que ele responde a uma preocupação do Senado Federal, que são os vetos aos projetos da SUDAM e da SUDENE. Eu vou procurar mostrar aqui que a proposta que está sendo feita, ela atende às preocupações com relação aos instrumentos da Política de Desenvolvimento Regional, que alguns deles foram objetos de veto, dentro do projeto da SUDAM e da SUDENE. Podemos passar.

Bom, pode passar esse daqui, André, que eu acho que não tem necessidade. Quais são as razões das desigualdades regionais? Muito rapidamente, basicamente, elas se originam em algum momento histórico, começam a ter alguma diferença de renda entre as regiões, alguma diferença de grau de desenvolvimento, essas diferenças, muitas vezes, elas têm um efeito cumulativo que, na teoria econômica, se chamam de economia de aglomeração. Eu não vou entrar em detalhe aqui, porque senão ia ficar dando uma aula aqui de teoria de desenvolvimento regional, mas... Essas diferenças elas, muitas vezes, levam a um ciclo que realimenta a própria concentração regional da produção dentro de um país. E isso daqui decorre de fato de que, quando você começa a ter uma concentração, você tem ganhos de eficiência quando um setor está todo concentrado numa região, na hora em que esse setor se concentra, os produtores de insumos se localizam naquela região, se aqueles insumos servem para outro setor, isso traz mais empresas para se instalar naquela região; a proximidade de empresas, ela traz economias para as empresas, isso estimula, isso ocorre no mundo inteiro. No caso do Brasil, não. Estimula a concentração da produção e tem um efeito cumulativo que acaba, inclusive, via urbanização, na hora em que você começa a ter a concentração da produção, isso induz à urbanização; a urbanização traz melhores escolas, universidades, isso ajuda a você, naquele local, a reforçar ainda a mão-de-obra qualificada para outras atividades produtivas.

Então, existe aí um efeito cumulativo, que decorre dessas economias de aglomeração. Existe sim o fator contrarrestante. O fator contrarrestante é o aumento do salário nessas regiões, em relação às regiões menos desenvolvidas, e, portanto, é um problema para as empresas; as empresas olham para os salários e têm a possibilidade de trabalhar com os trabalhadores com salários menores, em regiões menos desenvolvidas. Existe um segundo fator, que eles chamam de problemas de congestionamento, às vezes, por exemplo, ou sei lá, uma área urbana começa a ficar muito grande, o custo da moradia naquela área começa a ficar muito grande, o custo de transporte começa a ficar disfuncional, é um fator contrarrestante. Mas, no geral, existe essa tendência à concentração. Podemos passar.

Bom, quais são os instrumentos mais usuais da Política de Desenvolvimento Regional? Primeiro, são os investimentos em infra-estrutura. Isso é importante. Investimentos em infra-estrutura são importantes para reduzir desigualdades regionais. Agora, tem um ponto que é interessante, que aparece em toda a análise teórica, que a gente as vezes não percebe. É que, muitas vezes, investimento de infra-estrutura entre re-

giões, inter-regional, ele acaba tendo um efeito concentrador da produção regional e não desconcentrador, porque ele reduz o custo de transporte de mercadorias das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas, mas também reduz o custo de transporte na direção inversa. E, muitas vezes, indústrias locais, em regiões menos desenvolvidas, elas acabam perdendo mercado para indústrias que produzem de forma mais eficiente, em regiões mais desenvolvidas, em decorrência da redução de custos de transportes. Isso é algo que se observa. Mas, no geral, toda a teoria indica que investimentos em infra-estrutura, para a produtividade geral do país, com certeza, é positivo sempre, e mesmo infra-estrutura local, com certeza, é ultra eficiente, muito importante para o desenvolvimento das regiões.

Segundo. É comum usar instrumentos de incentivos fiscais e subsídios a empresas. E, basicamente, é o que nós usamos como instrumentos de Política de Desenvolvimento Regional no Brasil, até hoje. E aí é um ponto interessante. O fato é que a experiência internacional, ela mostra que esse tipo de instrumento, obviamente dependendo da sua calibragem, ele, no geral, tem efeito limitado em induzir o deslocamento de firmas de grande porte, de regiões mais desenvolvidas para regiões menos desenvolvidas, que estão distantes.

Esse tipo de instrumento, ele é mais eficiente em induzir o deslocamento de empresas entre regiões com características semelhantes, ou seja, induzir o deslocamento de empresas de regiões metropolitanas para regiões próximas daquelas regiões metropolitanas ou Estados próximos àqueles onde está o desenvolvimento das regiões metropolitanas, mas não aqueles mais distantes. Ou, então, induzir ao deslocamento de empresas que se instalariam de qualquer forma, numa região menos desenvolvida de um Estado, para outro. E isso tem muito a ver, na verdade, com a "Guerra Fiscal".

Então, efetivamente o que o se mostra, e é essa que existe, a análise... Toda a literatura internacional mostra que o uso de instrumentos de incentivo fiscal e mesmo de subsídios, ele tem efeito sim, obviamente, dependendo do grau que ele for calibrado, ele, certamente, induz a um deslocamento de empresas. Mas, no geral, ele tem mais efeito em induzir o deslocamento entre regiões próximas ou com características semelhantes de desenvolvimento do que entre regiões mais desenvolvidas e regiões menos desenvolvidas, que estão distantes daquelas regiões mais desenvolvidas. Esse é um ponto importante para a gente repensar um pouco todo o nosso instrumento que a gente tem. E, obviamente, depende da dimensão e do tipo de incen-

tivo. Sempre tem um incentivo que, se eu dimensioná-lo em um montante muito alto, ele vai induzir sim decisões de investimento. O grande problema é que, em boa parte dos casos, se eu tirar aquele incentivo, eu simplesmente não vou ter o efeito cumulativo positivo, simplesmente eu vou acabar com aquele... Vou ter uma industrialização temporária numa região e depois desmontar essa industrialização.

Então, a grande questão é como construir uma Política de Desenvolvimento Regional que não apenas sirva para atrair empresas, mas que sirva para aumentar a produtividade das regiões e fazer isso de forma sustentável, ao longo do tempo. Esse é o grande desafio da Política de Desenvolvimento Regional. E uma questão específica aqui, que eu vou retomar depois, é que dar um exemplo. Exemplo: Os incentivos tributários Federais hoje estão no âmbito do Imposto de Renda. Mas, incentivo do Imposto de Renda, ele só funciona para quem tem lucro e, às vezes, o problema das empresas é chegar ao ponto em que a margem de rentabilidade delas permita ter lucro e não desonerar o lucro. Então, desse ponto de vista, por exemplo, é verdade sim. Talvez, incentivos em tributos indiretos, talvez, sejam mais eficientes, mesmo quando com a mesma calibragem do que incentivos em tributos diretos.

E, obviamente, investimentos em educação, em programas de transferência de renda, em qualificação profissional, tudo isso tem efeito muito positivo sobre o desenvolvimento regional. E educação aqui em fundamental. Existem estudos que mostram que a educação, a diferença da educação responde por metade da diferença de renda entre a região Nordeste e a região Sudeste do Brasil--

(soa a campanha).

Bom, Senadora, eu vou ter que me aprofundar. Eu peço desculpas porque eu vou ter... Podemos passar, então. Bom, o que... Para propor aperfeiçoamento da nossa Política de Desenvolvimento Regional, a gente olhou o que está sendo feito no mundo? O que está sendo feito no mundo, que são as tendências recentes da Política de Desenvolvimento Regional, nos países mais desenvolvidos, primeiro, eles estão deslocando um pouco o foco apenas de macroregiões para regiões menores. Porque, muitas vezes, você tem diferenças inter-regionais, não apenas entre regiões. Dentro da mesma região, intra-regionais, na verdade. Você tem diferenças importantes. Então, no caso do Brasil, por exemplo, mesmo dentro das regiões menos desenvolvidas, têm áreas mais e menos desenvolvidas. E, mesmo nas regiões mais desenvolvidas, você tem alguns casos de regiões menores, que têm problemas de desenvolvimento.

E aqui, olha-se não apenas, a tendência mundial tem sido olhar não apenas para o nível de renda, mas para a trajetória de renda. Às vezes, regiões que estão dentro de áreas mais desenvolvidas, mas que estão numa trajetória declinante de renda, são foco de preocupação da Política de Desenvolvimento Regional no mundo inteiro. Segundo. O objetivo da Política de Desenvolvimento Regional nesses países tem tido como foco aumento da produtividade local. Ou seja, identificar vocações e vantagens comparativas que existem naquelas regiões, áreas nas quais as regiões já tenham potencial maior de desenvolvimento e procurar explorar essas... Identificar esses potenciais, e criar condições para que eles possam ser desenvolvidos através de infra-estrutura, através de ações de qualificação, através de ações de assistência técnica, através, inclusive, de educação. E, aí, vale-tudo. São potenciais turísticos, potenciais econômicos, proximidade da produção de alguma matéria-prima que pode ser aproveitada para a produção de um bem naquela região.

A grande tendência no... Na Política de Desenvolvimento Regional, nos países mais desenvolvidos, principalmente, tem sido focar nessa identificação de vocações e vantagens comparativas locais. E também explorar o que eles chamam de estratégias baseadas em conhecimento, procurando identificar localidades que têm potencialidades para desenvolvimento de *clusters* produtivos, que já existem algumas regiões do Brasil, mas existem muitos *clusters* potenciais que ainda não são explorados no Brasil, através da instalação de centros de pesquisas, universidades. E a política de educação do Governo já está indo nessa direção, construindo centros tecnológicos de ensino técnico e universitário em regiões menos desenvolvidas. E, obviamente, essa questão aqui tem muito a ver com foco. Não adianta tentar construir um grande centro técnico de ultra qualificação, enorme, em regiões muito pouco desenvolvidas, aonde não têm aglomerações urbanas, que isso geralmente não dá efeitos positivos de aglomeração. Mas, em regiões menos desenvolvidas, onde já têm algumas regiões urbanas um pouco mais desenvolvidas, isso costuma funcionar melhor. Podemos passar.

Uma outra... Outro ponto que aparece muito na literatura das tendências recentes da Política de Desenvolvimento Regional é a melhor necessidade de avançar na governança e na coordenação da Política de Desenvolvimento Regional e principalmente buscar a descentralização da execução da política. Isso é uma tendência geral nas experiências bem sucedidas de Política de Desenvolvimento Regional. E aqui, do ponto de vista de coordenação, nós estamos falando tanto de relações verticais, ou seja, entre o Governo

Federal, Estaduais e Municipais, como também das relações entre horizontais, sejam entre os vários setores do Governo Federal, os vários Ministérios, seja entre localidades, por exemplo, procurando explorar a possibilidade de formação de consórcios Municipais em regiões em que os Municípios têm características semelhantes.

Também maior exploração entre o setor público e privado, usando, sempre que possível, envolvendo as empresas locais e o Governo Federal ajudando os Governos locais que têm menos capacidade técnica a poder utilizar instrumentos como PPPs na sua Política de Desenvolvimento Regional e, principalmente, a recomendação que aparece sempre na literatura é que, desde o início de um projeto voltado por desenvolvimento regional, colocar, definir quais são as metas a serem atingidas e qual vai ser o critério de monitoramento e não fazê-lo de forma não definir posteriormente. Podemos passar.

Bom, fiz aqui apenas um gráfico para mostrar... Eu não sei se precisa aqui, qual é a situação hoje. Isso aqui é um gráfico que vem com PIB *per capita*, de 1939 até 2004, e ele mostra nas várias regiões. E aqui 100 é a média do Brasil e aqui são, os Estados acima de 100, são as regiões que têm um PIB *per capita* superior à média nacional e abaixo de 100 aqueles que têm menos. Aqui, a gente vê o Sudeste, que tem alguma redução, alguma convergência; ele já teve um PIB *per capita* mais alto em relação à média nacional; o Sul que, principalmente ao longo da década de 70 e 80, aproximou bastante do Sudeste; o Centro-Oeste que, principalmente a partir dos anos 70, e aqui tem muito a ver com o desenvolvimento da agricultura no Centro-Oeste, também já vem se aproximando bastante do grau de desenvolvimento das regiões mais desenvolvidas do país, ainda está abaixo do Sul e do Sudeste, mas, hoje já está acima da média nacional; o Norte que tem um momento de aumento grande, de aproximação da média nacional e aqui provavelmente tem a ver com a instalação da Zona Franca de Manaus, mas, de lá para cá, está estável e o Nordeste que, efetivamente, se nós formos comparar hoje, está hoje numa situação muito próxima, em termos de renda *per capita* proporcional à renda do país em relação aquilo que estava há 60 anos atrás. E, portanto, aqui e esse é um ponto importante, esse gráfico nos leva a ter algum questionamento sobre a eficiência. Algum não. Isso é feito hoje. Então, a literatura coloca um pouco em dúvida a eficiência do desenho de políticas de desenvolvimento regional que nós tivemos no Brasil, ao longo dos últimos 40 anos, porque a Política de Desenvolvimento Regional, de fato, no Brasil começa com a criação da SUDAM e da SUDENE, mas, mesmo

de lá para cá, os resultados foram bastante restritos e aqueles onde ele é mais forte, ele ocorreu, no caso do Centro-Oeste, muito por conta da agricultura; no caso do Norte, muito por causa da Zona Franca de Manaus, mas, aí, de novo com um problema que eu acho importante a gente colocar, importantíssimo, é que o que se mostra no Brasil é que estratégia de Política de Desenvolvimento Regional voltadas para atração de grandes empresas, muitas vezes, ela tem um efeito de aumentar o PIB local, mas não tem o efeito igual no aumento da renda local, ou seja, aumenta a produção naquela localidade, mas não aumenta, na mesma proporção, a renda naquela localidade. E todas as estratégias que foram focadas apenas na atração de grandes empresas, elas têm essa característica. Você aumenta a produção, mas uma boa parte da renda gerada para essa produção é apropriada em outras regiões e não na região onde está sendo feita a produção. Isso aparece de forma muito clara, aliás, no caso da Zona Franca de Manaus. Podemos passar.

Aliás, eu vou deixar aqui, nós não estamos aqui discutindo Zona Franca de Manaus, tá. Zona Franca de Manaus é um assunto que não estamos tratando nesse momento. Ela já tem lá um prazo de vigência. Eu acho que tem que ser... Ela vai ser incorporada, dentro da proposta de Reforma Tributária, a Zona Franca de Manaus vai continuar tendo um tratamento diferenciado. Isso faz parte do modelo que está sendo construído. Essa é uma discussão que tem que ser feita com um horizonte mais longo e que terá que ser enfrentado. Bom, quais são os instrumentos que nós temos hoje na Política de Desenvolvimento Regional? Podemos passar.

Hoje, basicamente, nós temos basicamente dois tipos de instrumentos na Política de Desenvolvimento Regional. Quais são esses dois tipos de instrumentos? São mecanismos de financiamento, em condições mais favorecidas, para as empresas das regiões menos desenvolvidas. Basicamente, os fundos constitucionais do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste que, em 2006 receberam quatro bilhões e 600 milhões de reais de recursos do orçamento da União; os créditos deles foram mais altos, foram da ordem de sete bilhões e pouco de reais porque têm o retorno dos próprios financiamentos, mas receberam do orçamento quatro bilhões e 600 reais; temos fundos de desenvolvimento do Norte, do Nordeste e da Amazônia, que receberam, foi empenhado, em 2006, eles foram criados em 2001, não houve nenhuma utilização em 2005, a partir de 2006, começaram a ser utilizados, empenharam um bilhão e 700 milhões de reais e temos incentivos fiscais que hoje são chamados de gastos tributários, eu não sei por que essas coisas mudam. O nome certo, en-

tão, de incentivo fiscal hoje é gasto tributário. E temos incentivos fiscais, seja o FINOR e FINAN, que estão em extinção e outros incentivos tributários, excluindo aqui Zona Franca de Manaus, quer dizer, apenas os de Imposto de Renda, aqui sim, os de Imposto de Renda, pegando a Zona Franca de Manaus, mas aqueles específicos de IPI.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone).

SR. BERNARD APPY: Não. Eles... Eles são sim, quer dizer, a partir do momento em que você compra as debêntures da empresa, a compra de uma debênture é um financiamento. A compra de uma debênture é um financiamento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas isso foi utilizado ao longo desses cinco anos.

SR. BERNARD APPY: Não, não, não. Isso foi empenhado em 2006. A totalidade dos recursos orçamentários alocados para FDA e FDNE, em 2006, foram empenhados, eles não foram desembolsados, eles estão sendo desembolsados agora, porque não tem empenho e o desembolso, mas o desembolso está ocorrendo. Os projetos foram contratados. Os projetos foram contratados já, dentro do... As contratações foram feitas. O empenho foi feito. Esse recurso vai ser executado. A partir de 2006, o FDA e FDNE estão sendo executados integralmente dentro da previsão orçamentária. Esse é uma coisa que eu queria deixar claro. Mudou. Até 2005, realmente não foram, mas, a partir de 2006, eles estão sendo executados.

Bom, esses instrumentos, eles têm impactos fiscais diferenciados, impactos no resultado primário diferenciado. Os instrumentos de financiamento, eles têm um impacto parcial, que decorre da subvenção implícita nos juros mais baixos que são concedidos, decorre da taxa de administração, que é cobrada pelos bancos e decorre do nível de inadimplência, porque uma parte da inadimplência é absorvido pelos fundos constitucionais, nesses casos. Então, para dar um exemplo do FNE, dos Fundos Constitucionais, o FDA e FNDE não tiveram impacto fiscal no ano passado porque eles só foram empenhados e estão começando a ter impacto fiscal agora. Mas, nos fundos constitucionais, o impacto fiscal, no ano passado, foi de pouco mais de dois bilhões de reais, embora o aporte de recursos tenha sido de quatro bilhões e 600 milhões de reais. Os gastos tributários, eles são... O impacto fiscal é total e imediato. Eles afetam o resultado primário—

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)
– Gastos tributários é isenção—

SR. BERNARD APPY: É incentivo fiscal. É isenção de Imposto de Renda. É um nome moderno de incentivo fiscal. Eu também não sei por que mudam

essas coisas, mas eles mudam. Então, as palavras vão mudando ao longo do tempo. A concepção é exatamente a mesma do incentivo fiscal que a gente falava antigamente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – É importante sempre ressaltar se chama gastos tributários agora o conceito envolvendo todos os incentivos fiscais, o relativo ao Nordeste é o menor do Brasil. Os gastos tributários da região Sudeste, região Sul, região...

SR. BERNARD APPY: Ah, sim. Nós estamos colocando aqui apenas aqueles relacionados à Política de Desenvolvimento Regional. Não estamos colocando a totalidade dos gastos tributários.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)
– Porque os gastos tributários, quando são do Nordeste são desenvolvimento regional, quando não são, é nacional. É esse o conceito Nordeste?

SR. BERNARD APPY: Eu não estou discutindo aqui o conjunto, eu não estou fazendo aqui uma avaliação. Não é esse o objetivo aqui.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)
– Eu quero é entender.

DR. BERNARDO APPY: Eu estou procurando, Senador, dimensionar os instrumentos que nós temos hoje.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)
– Mas não é correta essa, essa, essa, essa... Essa visão...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Terminologia.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)
– Terminologia de chamar de gasto tributário regional, quando é no Nordeste e quando não é no Nordeste, nacional. Só isso que eu queria...

DR. BERNARDO APPY: Ah, não. Podemos olhar o conjunto dos gastos tributários regionalizados. Eu acho que isso é uma coisa válida e importante de ser feita, Senador. Eu não estou querendo questionar isso não. O que eu estou dizendo é que aquilo que formalmente aparece como... Que faz parte da política formal, da Política de Desenvolvimento Regional, são esses... São esses aqui da Zona Franca de Manaus, aqueles específicos à Zona Franca de Manaus, são aqueles que estão aqui colocados. Podemos passar.

Bom, aqui é uma rápida explicação. Não sei se precisamos entrar aqui no que são os fundos constitucionais, acho que precisamos detalhar aqui ou não, Senadora? Bom, rapidamente. Eles têm recursos de 3% do Imposto de Renda e IPI; destinação ao financiamento do setor produtivo; 60% para o Nordeste; 20% para o Norte; 20% Centro-Oeste; metade do Nordeste, para o semi-árido. As taxas de juros são diferenciadas em função do setor e porte do tomador de recursos; a

maior parte dos recursos hoje está indo para agricultura, nos três fundos, nas três regiões, a maior parte dos fundos Constitucionais hoje está indo para agricultura; eles prevêem tratamento diferenciado para os pequenos produtores e micro e pequenas empresas e os agentes operadores são o Banco do Nordeste do Brasil, no caso do Nordeste, o BASA no caso do Norte e o Banco do Brasil, no caso das operações do fundo constitucional do Centro-Oeste. Podemos passar.

No caso do FNDE e o FDA, eles são instrumentos basicamente de financiamento para grandes empresas. Eles foram criados, em 2001, como uma substituição à extinção do FINAN e da FINOR, trocando a fonte tributária pela fonte orçamentária. Eles foram, eram e são regidos ADENE e vão passar a ser geridos pela SUDENE e pela SUDAM, que foram recriadas. Os beneficiários do FNDE e FDA, eles emitem debêntures, que são corrigidos pela TJLP e durante a fase de investimentos, até 0,15% ao ano. Depois do início da operação, até 3% ao ano, e isso pode ser menor, essa taxa tem sido, aliás, na maior parte dos projetos. E, na verdade, depois da maturidade dos projetos, as agências e na (inaudível), a SUDENE e a SUDAM, podem converter até 15% das debêntures nos projetos em geral, em ações, e até 50% nos casos de projetos de infra-estrutura. Muito rapidamente, esse é... É um instrumento também de financiamento de empresas de maior porte, enquanto que os fundos constitucionais são empresas de menor porte. Podemos passar.

Bom, e com relação aos incentivos fiscais, o que nós temos hoje? Nós temos quatro categorias principais, tem algumas outras, mas as principais estão aqui, de incentivos fiscais: Uma delas são incentivos fiscais para ampliação e modernização e diversificação de empresas, que hoje, para novos projetos, corresponde à redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; esse incentivo vale até 2013, ou seja, concessão se aplica até 2013 e, a partir do momento da concessão, as empresas podem se beneficiar dessa redução por um prazo de 10 anos, para setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional. Aqui exigem... Tem requerimentos de um aumento mínimo da capacidade produtiva da empresa que estão vinculado a esses investimentos. Existe um mecanismo que se chama depois para investimento em que, do imposto a pagar, a empresa pega 30% e faz um depósito no banco regional, aplica mais 50% desse valor de recursos próprios e pode ir sacando esses recursos para financiar os seus investimentos. Existe uma possibilidade de redução de 25%, até 2008, de 12,5% até 2013, do Imposto de Renda de empresas em funcionamento nas regiões da SUDAM e da SUDENE. Basicamente, é um instrumento que tem pouco

menos exigências do que o primeiro para receber essa concessão desse benefício, a exigência é um pouco menor do que da primeira. Eles são não cumulativos. Quem opta pelo primeiro incentivo não pode optar por esse daqui e, em qualquer um dos dois casos, quem opta por esses daqui, naquilo que sobra de imposto a pagar, pode utilizar esse depósito para investimento. Esse daqui é cumulativo com os outros dois, esses dois são não cumulativos.

E finalmente temos o FINAN e o FINOR que, na verdade, é basicamente a empresa pegar uma parte do Imposto de Renda que ela tem a pagar e aplicar em projetos de investimento nas regiões, que está em extinção e hoje está sendo apenas aplicado para projetos que foram apresentados pelas empresas até 2001. Ele não tem mais nova apresentação de projetos no FINOR e no FINAN. Podemos passar.

Bom, aqui com dados de 2005, que é o que nós temos aberto na primeira tabela, eu mostrei os dados de 2006, que são um pouco mais altos para o conjunto deles, mas, aberto, só tinha para 2005, nós vemos que o principal foco desses instrumentos é aquela redução, que hoje é de 75% do Imposto de Renda que, no passado, já foi de 100%, em alguns momentos, 50% também. Mas, que hoje é de 75% para instalação e ampliação de empresas no Nordeste. Esse daqui dá dois bilhões e 900 milhões de reais, de um total de três bilhões e 400. Os outros são menos relevantes, o FINAN e o FINOR são um pouco mais relevantes, chegando a 330 milhões de reais. Podemos passar?

Bom, isso daqui é a parte de diagnóstico. O que nós estamos propondo, então, trazendo para a discussão, como forma de aprimoramento da política de envolvimento regional que existe hoje no Brasil? Podemos passar? Primeiro, nós já estamos avançando, com apoio do Congresso, queria deixar claro, no aprimoramento da Política de Desenvolvimento Regional do Brasil. Como? Primeiro, a recriação da SUDAM e da SUDENE, ela tem como um dos objetivos suprir algumas falhas importantes no nosso modelo atual de Política de Desenvolvimento Regional. Quais falhas? A primeira, ela prevê, elas são órgãos que têm como um dos objetivos estimular a coordenação das ações Federais e das ações entre níveis de Governo, avançando naquela questão que eu falei, que é uma tendência mundial, de ter mais coordenação na ação da Política de Desenvolvimento Regional; está previsto dentro da lei da SUDAM e da SUDENE.

Segundo. Ela estabelece um conselho deliberativo que é composto por Ministros, Governadores, alguns representantes de Prefeituras, representantes da Sociedade Civil, além do Superintendente da Agência do Desenvolvimento e do Presidente do banco regio-

nal e esse conselho vai trazer, portanto, a visão das localidades, a visão das regiões para a formulação da Política de Desenvolvimento Regional. E terceiro. Ela tem uma preocupação grande, projeto como estruturação de mecanismos adequados, seleção de projetos e monitoramento e avaliação desses projetos. Ainda de forma genérica, dentro das leis que foram aprovadas, mas isso daqui tem sido uma preocupação nossa dentro, eu vou procurar explicitar isso agora, dentro da proposta que está sendo proposta agora.

Segundo. No início desse ano, o Ministério da Integração regulamentou, fez uma... Publicou um Decreto, regulamentando a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que também representa avanços. O primeiro é a ampliação do foco da Política de Desenvolvimento Regional, apenas de macroregiões, para considerar também mesoregiões; regiões menores, tanto dentro das regiões menos desenvolvidas como, inclusive, algumas dentro de áreas mais desenvolvidas, caminhando na tendência internacional que tem sido ter um foco em regiões menores. Isso não significa que toda a Política de Desenvolvimento Regional vai ser feita em mesoregiões prioritárias. Não é isso. Mas identifica que existe, além do conjunto das regiões e dos problemas macroregionais, existe alguma preocupação com questões intra-regionais. E segundo, também, tem uma preocupação grande com a coordenação de políticas setoriais, através da Câmara de Política de Desenvolvimento Regional.

E, finalmente, introduzir isso agora, Senador e Senadora, a própria regulamentação da zona de processamento de importação, que está sendo finalizada agora, certamente vai ter um impacto positivo também para a Política de Desenvolvimento Regional. Podemos passar.

Bom, o que nós estamos propondo, então? Eu acho que a recriação da SUDAM e da SUDENE, a regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional são importantes como instrumento de aperfeiçoamento na Política de Desenvolvimento Regional. Mas ainda faltam alguns pontos que precisam ser avançados. E é isso exatamente que nós estamos procurando construir agora. Que pontos? O primeiro, aperfeiçoar os instrumentos, os próprios instrumentos que são utilizados na Política de Desenvolvimento Regional. Um deles, que eu vou explicar a seguir, através da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, deslocando o foco dos usos dos recursos Federais, orçamentários Federais, apenas de operações de financiamento para também operações de investimentos estruturantes, gastos públicos, despesas públicas em atividades estruturantes. E aqui não são apenas investimentos em infra-estrutura. São investimentos

em infra-estrutura, são investimentos em qualificação de mão-de-obra, investimentos em... São... Tudo, por exemplo, se for necessário, por exemplo, investimentos em saneamento numa área que tem grande potencial turístico, está implícito aqui dentro, dentro do uso desses recursos. São recursos para uso em projetos e programas de despesas públicas. E, obviamente, manter, sim, a dimensão de financiamento ao setor produtivo e repensar um pouco os instrumentos de incentivos fiscais que nós temos hoje, gastos tributários. E, a partir daquilo que já foi aberto pela recriação da SUDENE e da SUDAM e pela proposta de Política Nacional de Desenvolvimento Regional, repensar um pouco mais a forma de execução e os objetivos da Política de Desenvolvimento Regional. Isso que está sendo apresentado aqui é um projeto, é uma proposta que reflete um pouco a visão conjunta do Ministério da Integração e do Ministério da Fazenda. Podemos passar.

Bom, com relação a instrumento... Pode passar. O que o que nós entendemos? Tem... A figura ajuda a entender melhor. Mas o que que nós estamos pensando como a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional? A proposta do Fundo de Desenvolvimento Regional é criar um instrumento para aumentar a flexibilidade na utilização da Política de Desenvolvimento Regional. Aumentar a flexibilidade como? Permitindo aplicação de parte de recursos de investimentos estruturantes, despesas públicas; ampliar... A proposta pressupõe uma ampliação do montante recursos destinados hoje à Política de Desenvolvimento Regional e essa proposta, ela prevê uma flexibilidade da atuação desses instrumentos. Dentro dessa proposta, os órgãos regionais, SUDENE e SUDAM e a SUDECO, que provavelmente deverá ser recriada, definiriam a alocação dos recursos entre os vários instrumentos disponíveis para políticas do desenvolvimento regional, seja em investimentos estruturantes, seja em financiamento ao setor produtivo.

Segundo. A idéia é fazer isso de uma forma com uma transição ao longo do tempo, que não está definida ainda agora, mas em que a possibilidade de aplicar recursos em despesas públicas, investimentos estruturantes seria crescente ao longo do tempo, mantendo-se, ao final de todo o processo, um patamar mínimo, provavelmente de uns 40% do total de recursos, que seria mantido para aplicação em financiamentos, como é hoje. Uma coisa que é importante para discussão política, não tenho dúvida nenhuma, é de que há uma garantia dentro dessa proposta de que, no mínimo, cada uma das regiões vai continuar mantendo, tendo acesso ao montante de recursos que elas têm hoje. A proposta é ampliar o volume total de recursos e dar uma garantia de que cada uma das re-

giões vai, no mínimo, manter o montante de recursos que elas têm hoje, através dos fundos constitucionais do FDA e do FNDE, para aplicação na Política de Desenvolvimento Regional. Esse é um ponto importante do ponto de vista político. É um ponto que o Ministério da Integração, inclusive, fez questão de colocar isso como ponto central.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone).

DR. BERNARDO APPY: Eu vou explicar aqui agora. Pode passar, por favor. A proposta é basicamente essa. É alocar recursos vinculados e aqui, com dor no coração, eu vou dizer que a proposta é ampliar o montante de recursos vinculados para Política de Desenvolvimento Regional, ou seja, é mais do que hoje é alocado através dos fundos constitucionais e do FDA e FNDE, na forma de recursos vinculados, e aqui, então, já responde uma das preocupações que tem dos vetos da SUDAM e da SUDENE, que é a preocupação em manter o FDA e FNDE por um prazo mais longo do que 2013. A idéia é incorporar isso dentro do conjunto de recursos voltado para Política de Desenvolvimento Regional por um horizonte mais largo e incorporando isso, na forma de vinculação de recursos. Está certo? Dói-me um pouco na... Sabe que o Ministério da Fazenda não gosta muito de vinculação de recursos. Vocês sabem disso. Eu prefiro, acho que bons projetos geram boas despesas e não-vinculação. Mas sabemos que politicamente isso é necessário, então, estamos trazendo aqui dentro da discussão, um aumento no montante de recursos vinculados, o montante não está definido. O montante será definido pelas esferas políticas competentes, não é a minha função aqui trazer hoje, é trazer o desenho geral do que está sendo proposto. Esses recursos vinculados e também recursos não-vinculados seriam transferidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que alocaria esses recursos entre as várias regiões, garantindo-se que pelo menos aquilo que já é alocado hoje, através dos fundos constitucionais do FNDE e do FDA, seria mantido para cada uma das regiões.

Então, o Nordeste receberia uma parte dos recursos e a SUDENE, o Conselho deliberativo da SUDENE, definiria quanto desses recursos seria alocado para financiamento do setor produtivo, quanto no formato dos fundos constitucionais, quanto no formato do FNDE. E definiria quanto seria alocado para utilização ao fundo perdido, como investimentos estruturantes.

Então, a mesma coisa se aplica à SUDAM, à SUDCO, onde não existe um instrumento semelhante aos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, e, para as demais regiões, como hoje eu falei, e também existem algumas regiões menos desenvol-

vidas, o Ministério da Integração poderia definir como seria feita a aplicação de recursos em investimentos estruturantes. Isso aqui é grosso modo. O que tem de vantagem em relação ao modelo atual?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone).

DR. BERNARDO APPY: Mesoregiões. Localizá-los. Certamente regiões mais desenvolvidas estão fora...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone).

DR. BERNARDO APPY: Fundo perdido. Investimento estruturante é fundo perdido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone).

DR. BERNARDO APPY: Todo. Todo fundo perdido. Essa é... Quais são as grandes mudanças? A grande mudança é ampliação do volume total de recursos e montante a ser definido pelas esferas competentes, e a possibilidade, o aumento da flexibilidade na alocação dos recursos e, principalmente, a possibilidade de utilização de uma parte desses recursos a fundo perdido. O Ministro Geddel não gosta muito que a gente fale em fundo perdido, então, nós estamos falando de investimentos estruturantes. Mas é efetivamente isso. São gastos, gastos públicos em atividades que são estruturantes para as regiões. Podemos passar.

Bom, quais são as vantagens... Aí não, volta, por favor. Quais são as vantagens nessa proposta? O primeiro é maior flexibilidade. Você identifica, nas regiões, se elas estão precisando mais de financiamento ou mais de despesas a fundo perdido, investimentos estruturantes e aloca naquilo que é necessário, mantendo o mínimo em financiamento, para não desmontar completamente o modelo que nós temos hoje porque ele já está funcionando. Segundo. A vantagem do acesso dos recursos para investimentos estruturantes é a possibilidade de realização de projetos que hoje não são possíveis com modelo que nós temos basicamente focado em financiamentos. Investimentos em infra-estrutura, e aqui eu quero dizer que infra-estrutura local, a grande infra-estrutura nacional, eu acho que essa é objeto de outras atividades, mas, muitas vezes, têm grandes projetos importantes em infra-estrutura local que não são feitos por falta de recursos. Infra-estrutura local, qualificação de mão-de-obra, assistência técnica, apoio gerencial, desenvolvimento de instrumentos de pesquisa e outros que sejam considerados relevantes, ou seja, de fato, a possibilidade de utilizar esses recursos para aquilo que não é possível fazer hoje com o que existe.

Segundo. É essa a utilização, a possibilidade de ter recursos para utilizar em investimentos estruturan-

tes ajudam a mobilizar mais recursos. Dinheiro atrai dinheiro. Essa é que é a realidade. Ele ajuda a mobilizar recursos de outros Ministérios, então, por exemplo, eu quero operar em qualificação de mão-de-obra numa determinada região que tem um potencial grande de crescimento de explorar vocações locais. Eu boto recursos da União e posso pegar recursos de outros Ministérios e falar: "Você complementa aquilo que eu estou colocando". Isso atrai recursos de outros Ministérios. Segundo: Atrai recursos Estaduais e Municipais também para esses projetos. E terceiro: Esse é um ponto importante, Senador, na verdade, nós estamos abrindo a possibilidade de utilizar recursos a fundo perdido e, inclusive, para equalização de taxa de juros, cujo efeito é potencializar a capacidade de financiamento em condições favorecidas, que já existem hoje, na política atual.

Senador, uma das possibilidades é utilizar uma parte dos recursos a fundo perdido para equalização de taxas de juros, inclusive. Isso, inclusive, aumenta a potencialidade daquilo que existe hoje. Principalmente com a redução de taxas de juros de mercado e as taxas de juros, que se operam, mais favorecidas, que é uma consequência da estabilização macroeconômica, esses instrumentos que nós temos hoje, inclusive, vão perder eficiência, na verdade. Mas eles podem ser usados inclusive para isso. Podemos passar.

Bom, nós queremos também, e aqui eu quero dizer, o Ministro Mantega pediu para trazer essa posição. Ele ia apresentar na última reunião com o Presidente Renan, não foi... O tema não entrou em discussão. Existe um compromisso do Governo Federal de manter, inclusive, após 2013, os... Pelo menos, pelo menos não, os atuais patamares de incentivos fiscais, de gastos tributários Federais. O que nós estamos querendo trazer para a discussão, já botei isso ontem na discussão com os Estados, estou trazendo para discussão com o Congresso, é eventualmente rever a forma como são utilizados esses incentivos, esses gastos tributários, esses incentivos fiscais. Esse é um ponto importante. Eu acho que nós, o nosso modelo atual de incentivos fiscais, ele não é o mais adequado para o desenvolvimento regional. Quero deixar isso bem claro. Nós fizemos um *brainstorm* grande no Ministério da Fazenda, não chegamos a nenhuma conclusão, temos várias alternativas de estudos, não chegamos a nenhuma delas, que nós achamos que é a melhor, por isso não trouxemos o desenho pronto aqui. Mas nós entendemos que é possível melhorar e melhorar bastante o uso do instrumento de incentivos fiscais, mantendo o nível que é utilizado hoje. Você sabe que nós não gostamos muito de gastar dinheiro no Ministério da Fazenda, mantendo o nível atual, após 2013, inclusive,

isso responde também a uma preocupação que ocorre dentro do bojo da discussão dos vetos da SUDAM e da SUDENE. O Ministro Mantega pediu para trazer aqui essa posição dele. Ele aceita discutir a manutenção dos incentivos após 2013, mas nós queremos discutir que incentivos. É isso que nós estamos trazendo para a discussão. Botamos essa discussão, inclusive, com os Estados. Eu acho que temos que ouvir todos aqui para encontrar o melhor desenho possível.

Portanto, esse modelo que nós estamos propondo, tanto do ponto de vista dos incentivos fiscais quanto do ponto de vista dos... Da preocupação com a FDA, FNDE, ele atende às preocupações com os vetos do projeto da SUDAM e da SUDENE, porque ele incorpora, inclusive, com vinculação de Receita, a manutenção dos recursos que são aportados hoje, no mínimo, a manutenção dos recursos que são aportados hoje para FDA e FNDE e, portanto, responde à preocupação com aquele veto que garantia o aporte de recurso, ele passa a ser incorporado como aporte de receita. Não há contingenciamento nesse modelo, quero deixar bem claro, dentro daquele modelo do Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional. Eles entram como uma fonte de recursos, mas com uma garantia, via vinculação de receita, de que eles serão aplicados e não serão contingenciados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone).

DR. BERNARDO APPY: O que nós estamos propondo—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone).

DR. BERNARDO APPY: O que nós estamos falando é ampliar o montante de recursos vinculados. Nós estamos falando o seguinte: 3% do IRPI incorpora como uma percentagem do IRPI. Num primeiro momento, como eu falei na proposta de Reforma Tributária, vai ser tudo sob uma base mais ampla, mas nesse montante, a partir, inclusive aquilo que é aportado por FDA, FNDE hoje, e mais um pouquinho que vai ser definido politicamente. Está certo? E obviamente o Ministério da Fazenda fala mais um pouquinho, o Ministério da Integração fala mais um montão, mas isso faz parte da discussão política que nós estamos fazendo nesse momento. O desenho geral do sistema tem uma concordância de todos os... Os Ministérios.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Secretário, eu tenho uma informação, lá no Nordeste, das dificuldades para liberação de recursos de financiamento, através das agências financeiras, como Banco do Nordeste, Banco do Brasil. E imagine a dificuldade que nós vamos ter para liberar recursos a fundo perdido.

DR. BERNARDO APPY: Deixa-me colocar. É ao contrário. Ao contrário do que ocorre, a liberação de recursos a fundo perdido, principalmente como eles são não contingenciáveis, a nossa proposta, ela passa a ser mais simples, muito mais simples, que ela não tem, ela não tem, ela não tem as exigências para Estados e Municípios. Isso que eu vou explicar em seguida. Os Estados e os Municípios têm um papel fundamental aqui. Ao contrário, nós queremos, com recurso a fundo perdido, não existem mais esses problemas que existem hoje de dificuldades de Estados e os Municípios terem acesso a recursos de financiamento, que existem mesmo, que têm a ver com o endividamento dos Estados e Municípios. Na hora em que nós os colocamos, a fundo perdido—

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Estou falando com relação às empresas, ao setor privado, à liberação de recursos é... É uma verdadeira *via crucis*.

DR. BERNARDO APPY: Esse é um ponto que pode ser aperfeiçoado—

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o empresário tem que atravessar.

DR. BERNARDO APPY: Está certo. Acho que o modelo pressupõe melhorar, inclusive, a qualidade do funcionamento dos fundos constitucionais, este é um ponto que está dentro. Não é o que eu aprofundei aqui, mas a idéia é aperfeiçoar tudo. Mas, para os Estados e Municípios, com certeza, algum modelo facilita muito o acesso a recurso. Podemos passar. Bom, pode passar.

Então, a partir da recriação da SUDENE e da SUDAM e da definição da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, o que nós estamos pensando, em termos de aprimoramento dos objetivos da Política de Desenvolvimento Regional? Primeiro, focar a política muito mais no aumento da produtividade, da competitividade local, explorando, indo na tendência nacional, explorando as vocações locais e os potenciais competitivos locais. Esse tipo de política é muito melhor do que a política de industrialização a qualquer custo. Identifica aonde aquela região é melhor, e aí a industrialização é fundamental, porque quem está lá perto consegue saber disso e procura explorar e utiliza recursos, faz recursos, faz investimentos a fundo perdido para poder viabilizar isso.

Segundo. Focar não apenas na redução das desigualdades inter-regiões, mas também intra-regiões, tanto regiões menos como mais desenvolvidas. Quatro. Utilizar recursos para infra-estrutura, desenvolvimento de infra-estrutura local, aumentar a eficiência das políticas públicas, educação, qualificação de mão-de-obra, inclusive, aportando mais recursos, quando for necessá-

rio. Estimular a inovação e a difusão do conhecimento, isso é uma coisa que aparece generalizadamente nas propostas para o Desenvolvimento Regional. Conhecimento é essencial para desenvolvimento. E fazer uma industrialização seletiva com base nessas diretrizes gerais. Podemos passar?

Bom, uma coisa fundamental é que nós estamos propondo na execução da política do desenvolvimento regional, principalmente nos investimentos estruturantes, uma descentralização na utilização dos recursos. Descentralização até uma maior participação dos Estados e Municípios, tanto na identificação de oportunidades, Estados, Municípios, consórcios Municipais, tanto na identificação de oportunidades, quanto na execução dos projetos, nós queremos descentralizar a política. Queremos descentralizar tanto a identificação das oportunidades quanto à execução dos projetos; uma maior coordenação das ações Federais e aqui a possibilidade de ter recurso a fundo perdido ajuda muito; a integração com a política industrial. Já existe um trabalho feito pelo IPEA, que já identificou potenciais exportadores nessas regiões menos desenvolvidas e esses têm que ser explorados. Eles já identificaram possíveis *clusters* que podem ser desenvolvidos nessas regiões. E uma coisa que é muito importante, nós queremos que nessa política haja uma competição entre projetos, tanto públicos quanto privados. Estimular... Haveria uma definição política de diretrizes da Política do Desenvolvimento Regional, diretrizes políticas de alocação globais de recursos, mas, dentro dessas diretrizes, nós queremos fazer um modelo que estimule a competição entre projetos. Eu vou explicar isso a seguir. Isso é muito importante para a gente. Porque isso aumenta muito a eficiência da própria política. Quando você cria o instrumento que está à disposição e você abre para ter competição entre projetos e cria um mecanismo de seleção de projetos que considere o retorno econômico e social desses projetos, isso avança muito, isso permite muito avançar em termos da qualidade da política. E uma participação muito maior do que existe hoje de Estados e Municípios, tanto através da participação nos conselhos deliberativos da SUDENE e da SUDAM, e da SUDECO, quando for recriada, quanto na proposição e execução dos projetos. Podemos passar.

Bom, grosso modo, isso aqui é muito simplificado. A proposta é bem mais complexa que isso, mas eu não vou entrar em detalhes agora. A proposta é a SUDAM e a SUDENE definirem diretrizes gerais para Política de Desenvolvimento Regional, ou seja, dentro daquele montante de recursos que elas têm disponíveis, elas definem áreas prioritárias, tipos de projetos prioritários, podem definir volumes mínimos a serem

aplicados por Estados ou regiões, tudo isso está dentro; decisões políticas nas diretrizes gerais da aplicação. A partir daí, os Estados e Municípios e outros proponentes, ONGs ou até mesmo associações empresariais, elas podem parecer propostas que sejam compatíveis com essas diretrizes. Essas propostas seriam selecionadas, analisadas e selecionadas, com base em análises de retorno econômico e social, quero deixar isso bem claro. E vamos estabelecer critérios para a classificação das propostas, com base nessa análise, que é o elemento competitivo. O ideal para nós quero deixar isso bem claro, e a partir daí passaria a ter decisão e execução que seria feita também de forma descentralizada desses projetos. A partir daí, haveria um mecanismo de monitoramento e avaliação que realimentaria o próprio processo decisório da SUDENE e da SUDAM. A oportunidade criada agora, pela recriação da SUDENE e da SUDAM, para mudar a forma de avaliação de projetos, seleção e definir critérios objetivos para seleção desses projetos, o IPEA já está participando disso, o Ministério do Planejamento deve participar também, o Ministério da Fazenda está aqui meio de gaiato nessa discussão, mas isso daqui tem uma preocupação muito grande nesse projeto.

Como eu falei, eu não gosto muito de vinculação de recursos. Mas, se a gente tiver vinculação de recursos e competição de projetos dentro de diretrizes gerais, aí tudo bem ter a vinculação, desde que o montante de projetos seja maior apresentado, seja maior do que o montante de recursos vinculados. Recurso vinculado, com pouco projeto, é o pior desenho que nós podemos ter. Quero deixar aqui minha opinião bem clara. Eu sei que politicamente o recurso vinculado vai ser necessário, se tiver recurso vinculado e tiver mais projeto do que recurso, eu acho que nós vamos ter um desenho que vai ser positivo para o desenvolvimento regional. Podemos passar.

Estamos terminando. Só colocar, na verdade, a Política de Desenvolvimento Regional e a Reforma Tributária são uma parte da discussão da questão federativa do país. Nós queremos, após a Reforma Tributária... Ah, só colocar. A Política de Desenvolvimento Regional, da forma que está proposta, ela pressupõe emendas Constitucionais. E a nossa idéia é que essa emenda venha junto com a Reforma Tributária para o Congresso. Está certo? Nós colocamos que ela é parte integrante. Essa proposta de Política de Desenvolvimento Regional, do nosso ponto de vista, é parte integrante da proposta de Reforma Tributária que está sendo apresentada. Nós queremos rever o conjunto dos critérios de partilha. Nós temos problemas hoje, na Política do Desenvolvimento Regional, acho que ela pode ser aperfeiçoada, nós temos problemas

hoje também, no sistema de partilha de recursos, nas relações federativas. Os próprios Estados, eles têm um fórum fiscal que eles mesmos identificaram esses problemas. Não estou trazendo problema aqui da ótica do Governo Federal e nós queremos abrir essa discussão, posteriormente à discussão da Reforma Tributária. Não queremos fazê-lo agora porque essa é uma questão muito complexa. Se a gente abrir essa discussão agora, a Reforma Tributária não avança. Mas nós temos a disposição total de abrir essa discussão, uma parte dela, talvez, tenha que ser enfrentada na Reforma Tributária, principalmente com relação às questões Municipais, que os Municípios estão trazendo para discussão, que é uma parte mais simples, mas o desenho geral, a nossa proposta é, logo em seguida, obviamente, com ajuda do Congresso, começar a fazer essa discussão. Acho que é isso basicamente. Estou à disposição, Senadora... Peço desculpas pelo horário. Mas acho que é importante apresentar em detalhes o que nós temos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradecemos ao Secretário de Política Econômica, Dr. Bernardo Appy. E quero dizer aos Srs. Senadores que nós flexibilizamos aqui a questão regimental em função da importância do tema e para que os senhores Parlamentares não perdessem o eixo durante discussão. Mas quero agradecer ao Dr. Bernardo Appy, dizer da nossa satisfação em recebê-lo aqui, e comunicar aos senhores Parlamentares que essa discussão SUDAM/SUDENE, foi feita durante a Presidência do Senador Tasso Jereissati, que é o autor desse requerimento, portanto, eu passaria a palavra para ele para que ele comande a discussão a respeito da SUDAM e da SUDENE, uma vez que ele foi o Presidente e o Relator desta... Desse Projeto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela reflexão ontem havida, pelo jeito ele vai não ocupar a Presidência.

(risos).

Vai argüir...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Não me goze não, senão eu mando você “relaxar e gozar”...

(risos).

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas a Ministra já pediu desculpas, já...

(risos).

Vai superar isso e eu espero que ambos os Senadores, Aloísio Mercadante e Tasso Jereissati, continuem numa boa porque sempre... Eu sou testemunha de que sempre aqui tiveram uma relação muito construtiva.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de dizer aos Srs. Senadores que nós não vamos ser rígidos com o Regimento não. Agora, pediria a colaboração de cada um, porque nós estamos aqui, um grupo pequeno, eu acho que se a gente for mais flexível com o Regimento, nós podemos ter um aproveitamento melhor.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pois não, Senadora...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu gostaria de saber como é que nós vamos nos ater. Eu gostaria de fazer também uma pergunta, duas perguntas, ao Dr. Bernardo Appy.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Após a fala do autor do requerimento, a gente passa a palavra para cada um.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Senadora Presidente Lúcia Vânia, Excelentíssimo Sr. Bernardo Appy, eu vou ser muito breve, até porque acho que essa discussão é uma discussão que vai merecer uma maior reflexão nossa, sobre o documento apresentado pelo Dr. Bernardo Appy e que, portanto, não teríamos espaço agora, já até em função do adiantado da hora, e eu acho que também é um documento que acabou de chegar e nós precisamos ter uma maior reflexão. Eu só gostaria de deixar registrado também para a reflexão do Dr. Bernardo Appy, que a proposta, dentro, o conceito de modernizar as políticas de Reforma de Desenvolvimento Regional, de trazer novos conceitos, de reavaliar as Políticas Tradicionais de Desenvolvimento Regional, no sentido de trazer para o dia de hoje e também levando em consideração tudo aquilo que já foi feito, durante esses anos, de acertos, de erros, foram contempladas dentro daquele Projeto que nós discutimos aqui, durante praticamente um ano, dentro desta Comissão, e ouvindo todos os especialistas.

Então, o conceito da necessidade de avaliação, por exemplo, é perfeito. O conceito de necessidade de acompanhamento e avaliação, isso está contido inteiramente nesse projeto. O que eu queria colocar é que algumas situações nos parecem, a princípio, e eu coloco a princípio porque merece de nós uma maior reflexão, dentro da maneira como foi colocada no Projeto da SUDENE, feito aqui nessa Comissão, muito mais eficientes e muito mais moderna até do que algumas que estão sendo colocadas aqui. A SUDENE, como foi concebida, eu vou tentar porque tem Senadores, que seria... A SUDAM foi feita na mesma concepção, variando, evidentemente, de acordo com as características regionais, e, dentro dessa mesma linha, seria a

desenvolvida este ano; a SUDECO, ela teria um papel diferente do que teve no passado. E vou repetir. Sempre quando eu falo SUDENE, falo a Superintendência de Desenvolvimento Regional de qualquer região. Ela não seria um órgão executor, dentro dessa visão que nós colocamos. Ela seria justamente um órgão de fixação de metas, acompanhamento dos objetivos, da fixação dessas metas, e avaliação dos programas e dos recursos a ela destinados.

Então, basicamente a SUDENE seria uma Superintendência que teria essa visão que V. Sa. colocou no início, a sua visão. Um órgão especificamente de avaliação de metas, estabelecimento de metas, evidentemente, em nível do Governo Federal, acompanhamento da implantação dessas metas e a avaliação final do cumprimento dessas metas. Muito bem. Esse, para mim, é o primeiro conceito que difere muito do que está colocado ali e transfere, de maneira, a meu ver, equivocada, essa função da SUDENE. Para que isso aconteça, algumas coisas nós colocamos como objetivos, por exemplo, que não houvesse essa... Eu também não gosto da noção de contingenciamento, de contingenciamento não, de vinculação. Também não gosto da noção de vinculação. Mas, nós colocamos uma coisa mais importante e menos rígida, mas, mais clara e transparente que é a da... Do orçamento regionalizado. De maneira que aquelas metas que fossem colocadas para determinada região, dentro de uma visão geral de objetivos a alcançar, fosse garantido, dentro do orçamento, que seria uma política nacional. Por que... E impositivo. E porque há sempre uma diferença, Senador Marconi, entre política nacional e política regional.

Então, você faz a Ponte Rio-Niterói, por exemplo, foi uma grande obra de infra-estrutura nacional. Já, se faz uma ponte entre Goiânia e no Rio que passa até Goiás Velho, é uma obra regional. O que eu quero dizer é o seguinte, nós teríamos uma forma clara e transparente, quanto é... E analisado, do ponto de vista técnico e político também, anualmente, na confecção do orçamento e, posteriormente, na implantação do orçamento, aquilo que foi investido região a região, que pode até se explicar uma grande distorção num determinado ano, mas não se pode explicar uma grande distorção *per capita* ao longo de muitos anos. Isto foi vetado pela Presidência da República e isso eu acho que é *sine qua non* para a visão que nós temos de desenvolvimento regional.

Essa visão também, Dr. Bernard Appy, ela é, ela compreende toda essa visão da SUDENE, por isso entra no orçamento e não na vinculação, uma visão de desenvolvimento integrado. Ela concorda plenamente com o diagnóstico. Não se faz desenvolvimen-

to apenas dando desenvolvimento... Dando incentivos fiscais para as empresas. Tem que ser acompanhado de educação fundamental, treinamento fundamental, treinamento profissional, educação profissional, infra-estrutura. Ora, então, a visão do orçamento regionalizado abrange todas essas ações interministeriais, e a SUDENE seria justamente o órgão que avaliaria se, em todos os setores, essa política está sendo implantada. Porque, por exemplo, se especificamente se faz um grande movimento de incentivo fiscal para uma região e não é acompanhada de uma grande política de investimento na educação, ou pesquisa tecnológica, ou infra-estrutura, qualificação de mão-de-obra, essa... Nós sabemos que esse trabalho isolado de incentivo não terá frutos.

Então, a SUDENE como órgão vinculado diretamente à Presidência da República ou à SUDAM ou à SUDECO, ela teria a função de coordenar, em todos os Ministérios, se essa Política de Desenvolvimento Integrada estaria acontecendo na mesma proporção. Da maneira que está aqui, com o veto, a proibição, e o veto à regionalização, isso também não é contemplado. E aqui não existe, no que foi colocado, e aí evidentemente que o fundo tem que ser mais bem visto, nenhuma ação específica que garanta, por exemplo, se o Estado de Alagoas tem um número de analfabetos, o grau de alfabetização, se o número de anos na escola frequentada pelas crianças é 10% do que a média nacional, não garante que o Estado de Alagoas, ou mesmo a região de Alagoas, vai ter um investimento proporcional à sua necessidade para que ele chegue aos níveis colocados pelo Projeto inicial, que nós imaginamos, que é de chegar à média nacional, que haja um mínimo de homogeneidade no país como um todo.

Desta maneira, eu preferia Ministro Bernardo, Secretário Bernardo, que V. Sa., com o conhecimento que tem, com o conceito que tem, que me parece correto, fizesse uma visão contrária, olhasse esse nosso projeto da SUDENE, entendesse essa filosofia, que está melhor do que, em minha opinião, modesta opinião, mas digo que é a opinião dessa Comissão durante um ano de trabalho, do que essa concepção que está colocada aí, e os eventuais erros ou, por exemplo, a concentração, a idéia da concentração dos fundos, em vez de serem vários fundos, ser um fundo só, isso me parece uma idéia interessante. Mas, só isso não quer dizer nada, absolutamente nada. Essa discussão de *clusters*, essa discussão de se estimula vocação de cada região, não se estimula vocação de cada região sem uma política mais aberta, deixa a própria iniciativa privada, é uma discussão que nós temos desde o primeiro grupo de trabalho, GTDN, do Celso Furtado,

que existe dentro do Nordeste. Não é novidade para nós. Isso é uma questão que é recorrente nas nossas discussões de política regional.

Então, eu preferiria que houvesse a boa vontade de V. Sa. de analisar, discutir conosco esse nosso projeto e algumas idéias colocadas aqui, a meu ver, à primeira vista, bastante interessantes, poderiam ser acopladas a esse projeto, de modo a não mudar, se é isso que está aí, a Política de Desenvolvimento Regional, eu vejo apenas a criação do fundo, não vi Política de Desenvolvimento Regional. Acoplado a essa idéia, aí nós teríamos um campo para discutir. Porque, essencialmente, o que nós pretendemos com a nova SUDENE, ao termos aqui um ano de discussão, não é alcançada nessa visão. É isso que eu queria colocar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra, o Dr. Appy.

DR. BERNARDO APPY: Senador Tasso, eu, efetivamente, acho que tem muito menos divergência do que o senhor está sinalizando. Eu entendo, quer dizer, do jogo político, faz parte, o senhor é da oposição, tem que apontar as divergências. Mas acho que aqui o que nós estamos fazendo, e aqui a minha preocupação é muito essa, procurar um desenho que seja melhor...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Só me permita. Não jogue por esse lado.

DR. BERNARDO APPY: Está bom, Senador. Eu não vou jogar para esse lado.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Não pegue a doença de alguns Senadores que têm aqui.

DR. BERNARDO APPY: Eu comecei a dizer.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Eu estou tentando uma reunião, uma coisa absolutamente técnica de uma visão que não foi... Absolutamente isenta, não tem nenhum, só tem um propósito aqui, creia na minha sinceridade, apesar de ser de oposição, parece que não acredita na oposição, na sinceridade da oposição, é construir alguma coisa boa e nova para o Nordeste.

DR. BERNARDO APPY: Está bom, Senador. Por isso que eu comecei dizendo que há muito mais convergência do o que o senhor deu a entender na sua fala. É exatamente por isso. Efetivamente, quero deixar bem claro aqui, eu falei isso outro dia na reunião com o Senador Renan. Nós, agora, eu pessoalmente, o Ministério da Fazenda entrou mais nesse assunto agora por causa da Reforma Tributária, talvez, devêssemos ter entrado mais na época da discussão do projeto da SUDAM e da SUDENE aqui. Mas acho que nós avançamos e convergimos para a mesma direção. Esse é que é o ponto. Acho que o projeto da SUDAM e da SUDENE é um avanço importantíssimo, desde

que bem implementado. Acho que essa é a questão fundamental. A sua proposta, que não seria um órgão executor a SUDAM e SUDENE, é exatamente a mesma que está contemplada no nosso projeto. É um órgão que define diretrizes e metas, que define, acompanha isso, acompanha esses objetivos e avalia o resultado que está sendo feito. É exatamente isso que está sendo proposto. E mais, nós estamos propondo que ele faça isso com descentralização das ações. Por quê? Porque nós achamos que a identificação de oportunidades e a execução é melhor feita quando for feita de forma descentralizada, desde que tenha um acompanhamento. Então, vai totalmente à direção do que o senhor está colocando. Não tem diferenças. O projeto é exatamente esse. Nós estamos nos inspirando, as propostas que apresentamos já são inspiradas dentro do modelo da SUDAM e da SUDENE. O que... O que avança na proposta que nós apresentamos? Avança na colocação de um instrumento adicional que não existia antes, que a possibilidade de fazer investimentos estruturantes é fundo perdido. Isso eu acho que é importante. Eu gostaria de ouvir a sua opinião, mas eu acho que é... Eu acho que é importante para que o modelo fique mais consistente. E, no resto, é exatamente o mesmo modelo.

Com relação à questão do orçamento regionalizado, que o senhor colocou, a questão da vinculação, Senador, trazendo aqui, é uma questão que eu acho que politicamente vai ser necessária para fechar a equação. Então, vamos colocá-lo. Desde que tenha disputa entre projetos, bons projetos, eu acho que isso não é um problema mais sério. Com relação à questão do orçamento regionalizado, eu queria colocar que ele só foi vetado por razões técnicas. Aquele dispositivo não foi vetado, nem, em forma nenhuma, por razões, por razões de discordância quanto ao seu mérito. A própria razão de veto diz que isso é um objeto para ser colocado na LDO. O Congresso está para votar agora a LDO para 2008. Portanto, eu acho que o Congresso, isso não é o Ministério da Fazenda que acompanha a LDO, é o Ministério do Planejamento, mas eu acho que o momento de colocar essa diretriz é agora, na elaboração da LDO para 2008 e acho que deve ser feito, exatamente na forma como foi colocado na proposta, na proposta, mais detalhado, até, do que da forma como foi colocada dentro do projeto da SUDAM e da SUDENE.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Dr. Appy.

DR. BERNARDO APPY: Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu poderia só fazer uma intervenção aí, em relação à regionalização do orçamento? Eu já, há

três anos seguidos, eu apresento a LDO e, posteriormente, o orçamento à emenda, solicitando a regionalização dos orçamentos, no entanto, sempre o Governo não aceita. Foram todas, todos os três anos que eu fiz a emenda, foram rejeitadas.

DR. BERNARDO APPY: Bom, aqui eu posso falar. Não é um assunto do Ministério da Fazenda, mas, se tiver interesse, poderíamos fazer, eventualmente, um dia juntar, sentar junto com o Ministério do Planejamento e discutir, porque eu acho que é importante sim, é importante ter uma noção de como a política está sendo aplicada.

E, em relação à questão que o senhor colocou em terceiro lugar, Senador, com relação à falta de ação específica para casos com maior grau de analfabetismo na região, ao contrário, o projeto contempla exatamente isso. Ao definir diretrizes, a SUDENE e a SUDAM vão poder considerar, entre essas diretrizes, essas especificidades, inclusive, não apenas, e aqui eu quero deixar, uma função delas é procurar coordenar ações Federais. Obviamente, há uma limitação institucional do que elas podem fazer, do ponto de vista da definição de como vai ser alocado o orçamento do Ministério da Educação, podem fazer sugestões. E eu acho que isso é importante. Mas, a partir do momento em que nós estamos colocando a possibilidade de ter recursos para investimento, elas podem, elas podem, inclusive, definir que uma parte daqueles recursos a fundo perdido que tem, podem ser para, junto com a mobilização de recursos do Ministério da Educação, atender essas prioridades. Eu acho que vai exatamente na direção que o senhor está propondo. Era isso que eu queria dizer. O projeto não é um projeto que procura aqui divergir da proposta que foi construída dentro do modelo da SUDAM e da SUDENE. Ele procura construir a partir daquela proposta. Eu acho que isso que eu queria deixar bem claro. Eu acho que isso é um ponto que, aliás, cuja recriação foi proposta pelo Presidente Lula, e há um ponto bastante, eu acho que ele já tinha essa preocupação. Eu estou entrando nessa discussão, eu entrei na discussão anteriormente muito com a visão fiscalista, quero ser bem honesto aqui, eu participei um pouco na discussão do Senado, da discussão da SUDENE e vim sim com uma posição de Ministério da Fazenda fiscalista. Agora, eu voltei a tratar do assunto com uma visão mais do Desenvolvimento Regional, talvez, um pouco tarde, mas voltei agora, e vai muito na direção do que está sendo proposto.

O que nós estamos propondo aqui é melhorar os instrumentos, dar mais flexibilidade, permitir aplicação na parte de recurso perdido e avançar um pouco mais na forma de execução, detalhar um pouco mais aquilo que já está em linhas gerais dentro do projeto. Eu acho

que é isso que nós estamos propondo nesse momento. O Ministério da Integração quero dizer, que também concorda completamente com essa diretriz.

Então, eu acho que existe, Senador, uma enorme convergência de fato entre aquilo que está sendo proposto, talvez, eu não tenha falado adequadamente na minha apresentação. Mas existe uma enorme convergência entre aquilo que está sendo proposto e as diretrizes que estão dentro do projeto da SUDENE e da SUDAM. A grande diferença, além do detalhamento de instrumentos, da forma de execução, é a possibilidade de utilização de recursos a fundo perdido. Acho que essa é a grande diferença. O contingenciamento, o próprio projeto, na verdade, ele previa o não contingenciamento dos recursos do FNDE e FDA. Na prática, isso já está contemplado na nossa proposta, na medida em que nós estamos dizendo que vão ter recursos não contingenciáveis que incorporam um montante de recursos correspondentes ao FNDE e FDA, dentro da destinação de recursos para políticas de desenvolvimento regional, mantendo, no mínimo, a apropriação regional que existe hoje, ou seja, no mínimo, vai se garantir para o Nordeste, com maior flexibilidade e com impacto fiscal, quero deixar isso bem claro, é raro o Ministério da Fazenda apoiar um projeto que tenha impacto fiscal, mas, esse caso, estamos apoiando. Tem impacto fiscal pelo volume de recursos adicionais aportados e tem impacto fiscal porque nós estamos permitindo que recursos hoje para financiamento que têm um impacto primário limitado sejam aplicados a fundo perdido com impacto primário total.

Então, nós estamos sim, e estamos aceitando a vinculação que atende à preocupação com o veto da FDA e FNDE. O Ministro Mantega, inclusive, disse que se vocês acharem muito importante, enquanto não aprova isso daqui, derrubar os vetos do FDA e FNDE, exceto aquele que diz, principalmente do FDNE, no FDA, tem um problema de redação ali que uma parte dificulta de garantir a alocação dos recursos naqueles montantes, que já está sendo feito, quero ser bem claro, para FDA e FNDE, e isso pode ser feito, se isso for importante na negociação política, isso pode ser feito. Agora, o projeto contempla isso com mais flexibilidade. É apenas isso. Tem muita convergência, Senador. Está ok?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Passaria a palavra. Eu gostaria de consultar os Srs. Senadores se nós poderíamos ouvir todos e, depois, o Dr. Appy responderia. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado. Com a palavra, a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Presidente. Dr. Appy, eu queria fazer al-

gumas colocações. É claro que todos nós aqui, eu sou de Mato Grosso do Sul, e é claro que todos nós aqui estamos, como todos os brasileiros, querendo e trabalhando para diminuir as desigualdades regionais. Isso é ponto pacífico, portanto, o nosso interesse em discutir esse assunto com o senhor, e quero lhe parabenizar pela brilhante exposição. Eu vou ouvir novamente o CD, como disseram o Senador Tasso e a Senadora Lúcia Vânia, é a hora de debruçar sobre as questões para a gente entender melhor.

Além disso, há uma preocupação também, a gente que acompanhou toda a evolução e principalmente da SUDECO, é essa descontinuidade histórica das ações dos nossos fundos regionais. Isso é algo que nos preocupa, com qualquer mudança de rumo, o que pode vir depois, quer dizer, algo mais efetivo, que nos dê tranquilidade. Porque também pensar em SUDECO, e aqui eu quero falar na SUDECO, dizer que mesmo que o senhor tenha apresentado o aporte aí, e que a evolução do PIB, na região Centro-Oeste, foi efetiva e sugestiva, dentro das nossas regiões brasileiras, dizer que, mesmo dentro da região Centro-Oeste, nós temos, por exemplo, uma larga faixa de região de fronteira, extremamente preocupante e com grandes problemas, não só regionais, mas nacionais, e que é a região nossa da fronteira com o Paraguai e com a Bolívia, e aí pega Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Portanto, eu quero dizer ao senhor que me preocupa um pouquinho, quero falar de duas coisas: Uma sobre o Pacto Federativo, que a gente tem trabalhado tanto e falado tanto aqui nesse Congresso. É claro que eu acho que vai, tudo aquilo que o senhor disse, vai em direção a um equilíbrio entre as nossas regiões, entre os nossos Estados e, principalmente, nas regiões metropolitanas, nas nossas grandes metrópoles, um equilíbrio da forma como que se distribuem os nossos recursos, em termos dos, principalmente, dos impostos arrecadados. Eu acho que essa é uma grande preocupação dos governantes de todo o país. A gente conversa com os Prefeitos, reclamam; conversa com os Governadores, reclamam. Então, é uma necessidade de nós termos um maior equilíbrio para que os Prefeitos não tenham que ficar sempre aqui com o pires na mão, pedindo a nós um pouquinho de emenda para poder resolver questões locais. Hoje, um Prefeito me disse: “Marisa, não tenho condições nenhuma de trabalhar. Se eu não tiver emendas, eu não faço nada no meu Município”. Não podemos chegar a esse ponto num país que a gente quer desenvolvido.

Portanto, eu quero aqui dizer que hoje, quando o senhor fala na proposta de uma... De uma nova forma, de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, saiu hoje uma entrevista falando, no Estado de São

Paulo, falando sobre a atuação do CONFAZ e da sua reunião ontem com os Secretários. E diz que a indicação da equipe econômica é de um complemento e que esse complemento não passe de 1,6 bilhões. Outro jornal diz que é 1,5 bilhão, e que o fundo seria de 850 milhões. Se, por acaso, for nessa linha que os jornais hoje estão colocando, eu peguei aqui uma relação do que foi contratado pelo FN..., pelo Fundo do Nordeste, pelo Fundo do Norte e pelo FCO, quer dizer, só isso, em 2006 foi sete bilhões, quer dizer, se forem 800 milhões, é muito pouco para um fundo perdido, para discutir um fundo... Não tem problema nenhum. Um fundo de recursos, um fundo perdido para discutir, inclusive, propostas estruturantes de infra-estrutura, com 800 milhões, se é isso que os jornais hoje estão colocando. Eu gostaria de ouvir o senhor sobre essa questão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Minha líder estava me chamando... Senadora Ideli Salvatti. Eu quero, senhora Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Senador Tasso Jereissati, co-Presidente desta Reunião. E quero cumprimentar também o economista Bernardo Appy, que há tantos anos tenho acompanhado, e que tem, como Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, hoje como Secretário da Política Econômica do Ministério da Fazenda, dado uma contribuição muito importante ao Ministro da Fazenda, desde o tempo do Ministro Antônio Palocci, e agora também com o Ministro Guido Mantega, muitas vezes, assumiu o Ministério da Fazenda, em ausências do Ministro, e hoje aqui ele nos dá uma contribuição muito importante.

Infelizmente, quando houve a sua primeira exposição sobre a Reforma Tributária, eu não pude assistir, mas hoje, como o senhor reforçou aquilo que havia exposto, vai permitir que eu possa aqui fazer algumas indagações sobre... Para compreender melhor essa perspectiva de transição porque, com respeito, em especial, a como é que será feita a transição, em princípio, do ICMS e outros impostos para o IVA, inclusive, o ISS Municipal, primeiro, eu quero dizer que considero importante a maior racionalidade que se deseja alcançar, sobretudo, no que diz respeito aos aspectos de o sistema tributário ficar claramente baseado no princípio do valor adicionado, para não haver cumulatividade, e para que os impostos, em si, sejam todos desta natureza e, então, eu acho que, quando o Governo está propondo que os diversos tipos de impostos, inclusive, outros além do ICMS, do IPI e contribuições possam tomar a forma do IVA, me parece importante.

Mas eu agradeceria se puder esclarecer melhor, como é que será este... Esta transição. É possível que tenha já V.Sa. Explicado, mas eu agradeceria muito se puder brevemente expor. Com respeito a um imposto, na sua exposição aqui e na anterior eu não vi referência, agradeço se puder esclarecer se, na reforma do sistema tributário que o Governo está preparando, o que pensa em fazer com respeito à CPMF? Porque a CPMF, hoje, tem, quer dizer, tem uma alíquota de 0,038; ela surgiu muito do esforço do Ministro Adib Jatene, quanto propôs que ela fosse inteiramente destinados os recursos para a Saúde; parte dela hoje é destinada para os recursos para a Saúde. Agradeço se puder nos informar exatamente qual a parte que vai para a Saúde, qual a parte que vai para a Previdência ou, eventualmente, outra... Eu conheço bem que 0,08% vão para o Fundo de Combate à Pobreza, que constitui a principal fonte de recursos para a Bolsa Família. Eu pergunto se... Eu pergunto se a fonte do Bolsa Família, que hoje está, que tem um orçamento da ordem de nove a 10 bilhões de reais para 2007, se está exclusivamente nesse 0,08 ou se há outras fontes de recursos complementando o programa Bolsa Família? Como o Ministro do desenvolvimento social está anunciando que deverá haver um ajuste no valor do Bolsa Família equivalente à inflação ocorrida de outubro de 2003, quando foi explicitado, definido, e o momento presente e como também vai haver um ajuste no sentido de se prover o recurso, conforme recomendação do Ministro da Educação e do próprio Ministro do Desenvolvimento Social, para que as famílias com crianças até 18 anos, e não apenas até 16, possam ser contempladas, se isto vai demandar alguma outra fonte de recursos ou se a parte que vai, que é arrecadada pela 0,08 da CPMF, será suficiente para atender estes aumentos.

Gostaria também de lhe dizer, caro Secretário Bernardo Appy que, como V. Sa. acompanhou de perto os diálogos que mantive com o Ministro Antônio Palocci e, mesmo há muitos anos, sobre o desenvolvimento da proposição da Renda Básica de Cidadania, como o Ministro Antônio Palocci, por ocasião da aprovação desta lei, transmitiu ao Presidente Lula, conforme me relatou pessoalmente, que, como se tratava de uma lei que dizia: "Será instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, priorizando-se os mais necessitados, sendo o Bolsa Família o passo nesta direção", que, então, a lei era factível e poderia o Presidente sancioná-la. E assim ele o fez, em 08 de janeiro de 2004.

Eu estive, na semana passada, na Alemanha, a convite do Professor Götz Werner, Professor da Universidade de Kalsruhe e--

(soa a campainha).

Ao mesmo tempo, um grande empresário, o maior no ramo de *Drugstores* da Alemanha, e que se entusiasmou pela proposta de uma renda para todos, tanto é que publicou um livro que hoje é o best-seller naquele país, é o segundo mais vendido, já vendeu 26 mil de capa dura, e 50 mil do outro e tem... E ele justamente coloca, na sua análise, como será compatível, para pagar aos 80 milhões de alemães, uma renda para todos utilizando-se exatamente o imposto de valor adicionado, um IVA, e um imposto sobre consumo, na forma do IVA. E eu... Como não há menção sobre este assunto, mas como avalio que, na hora de se cogitar da Reforma Fiscal, da Reforma Trabalhista e da Reforma Penitenciária, há que se pensar no horizonte onde um dia vai haver a transição do Bolsa Família para a Renda Básica de Cidadania, eu pergunto se os membros do Governo como V. Sa. tem considerado esta transição para o futuro? Quando eu transmiti ao Presidente Lula, quando dei a ele o livro--

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Última frase, quando dei a ele o livro do Professor Götz Werner, na quarta-feira última, em Berlim, dizendo que o Professor Götz Werner gostaria de convidá-lo para vir ao Brasil, logo que instituída a Renda Básica de Cidadania, o Presidente Lula me disse... Quando... Ele falou: "Eduardo, quando nós tivermos três anos de progresso acentuado, nós vamos poder instituí-la". Então, isso foi a resposta do Presidente. Mas, eu gostaria muito de saber as considerações do Secretário Executivo Bernardo Appy. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra, o Senador Marconi Perillo, último orador inscrito, e, posteriormente, eu passo a palavra para o Senador Tasso Jereissati, para que ele faça a proposta ao Dr. Bernardo Appy.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Presidente Lúcia Vânia, Senador Tasso Jereissati, Dr. Bernardo Appy, eu desejo, inicialmente, manifestar a minha satisfação em participar desse debate e também desejo cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Tasso Jereissati e as Comissões de Desenvolvimento Regional e Assuntos Econômicos, pela iniciativa de trazer aqui o Dr. Bernardo Appy, não apenas como Secretário de Política econômica do Ministério da Fazenda, mas como um economista respeitado por todos nós, um técnico de alto gabarito, de alta qualidade, de alta qualificação.

Ao longo dos últimos 10 anos, Secretário, nós temos debatido insistentemente, eu o fiz durante quase oito anos, como Governador do Estado de Goiás, sobre a necessidade da instituição, da criação de uma

Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Lá, há essa lacuna, há muitos anos. E, exatamente em função dessa lacuna, nós acabamos obrigados a entrar numa "Guerra Fiscal", muitas vezes, até fratricida, porque apenas esse instrumento nos restou, no sentido da promoção do desenvolvimento, da industrialização, da agregação de valor às nossas matérias-primas.

Nós temos inúmeras discrepâncias regionais no país, temos regiões que precisam ainda de instrumentos e de políticas que efetivamente possam colaborar com o crescimento, com o desenvolvimento regional. Gostei da apresentação de V. Sa., acho que finalmente nós estamos chegando a um caminho que nos possibilite efetivamente um instrumento que possa combater a chamada "Guerra Fiscal", os chamados incentivos fiscais, eficientemente. Agora, me preocupa um pouco a questão da composição desse Fundo, os valores. Porque, para substituir simplesmente os incentivos fiscais, que são muitos, nós não poderíamos ter poucos recursos. Acho que a idéia de se ter recursos para investimentos e financiamentos, investimentos estruturantes e financiamento, é uma idéia que contempla os Governadores que, ao longo do tempo, defenderam a criação desse Fundo.

Agora, as renúncias que existem hoje no Brasil, não são apenas aquelas praticadas através da renúncia do ICMS. Existem outras renúncias que são feitas até forçosamente. Uma das maiores renúncias hoje, em relação aos Estados, é exatamente a que estimula as exportações, é a renúncia fruto da Lei Kandir. Os Estados, hoje, perdem aproximadamente 18 bilhões de reais apenas colaborando com as exportações brasileiras, através do chamado... Da chamada Lei Kandir. Essa é apenas uma das renúncias. Mas quase todos os Estados hoje praticam outras renúncias, fundamentalmente, em função do ICMS. Se nós efetivamente queremos fazer uma Reforma Tributária que ponha fim à "Guerra Fiscal" e que efetivamente modernize, eu diria, modernize, dê um choque no Pacto Federativo, nós vamos precisar de um fundo eficiente, de um fundo que efetivamente funcione e que tenha dinheiro para que a gente possa combater as discrepâncias regionais.

Eu gosto muito do projeto que foi trabalhado, ao longo de muito tempo, pelo Senador Tasso Jereissati porque ele traz uma visão moderna, uma visão responsável quanto às chamadas, as chamadas Superintendências Regionais ou chamadas Agências, porque essas Agências, ao longo do tempo, conviveram com muitos vícios, com muitos desvios. E, à medida que o Senador Tasso Jereissati apresenta esse projeto, que é aprovado pelo Senado, propondo que os recursos sejam viabilizados, através de orçamentos regionais,

ele está efetivamente tirando qualquer possibilidade de desvios em relação à condução dessas políticas regionais no futuro.

Assim, a SUDECO, a SUDAM, a SUDAM, a SUDENE e a SUDECO, que nós esperamos ver criada, efetivamente, passaria apenas a ser, a trabalhar enquanto agências ou órgãos formuladores, de órgãos fiscalizadores e, sobretudo, cobradores de resultados em relação a essas políticas. Nesse sentido, eu queria estar aqui apoiando o Senador Tasso Jereissati, a sua preocupação. Acho que o Governo Federal pode muito bem acolher essa sugestão do orçamento regionalizado, que também é compartilhada pela Presidente Lúcia Vânia e, com isso, a gente ter um instrumento moderno, eficiente, eficaz de Política de Desenvolvimento Regional. Eu acho que a idéia do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional é alvissareira, ela nos contempla, mas vamos precisar apenas de saber como é que vai ser composto esse fundo e o que nós vamos ter à disposição para, efetivamente, financiarmos o crescimento, através das empresas privadas e também os investimentos que vão ser feitos em projetos macro-estruturantes.

Por fim, eu gostaria de pedir a V.Sa., que tem muita influência no Governo Federal, apoio, junto ao Ministro, junto ao Governo Federal, no sentido de que efetivamente o esforço da Senadora Lúcia Vânia, o esforço de todos nós da região Centro-Oeste, possa ser efetivado com a criação da SUDECO, uma Agência que tenha o caráter da SUDECO, da SUDAM e da SUDENE, mas que saia do papel e efetivamente possa ser um instrumento de contribuição para a política de crescimento da região Centro-Oeste. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu passaria a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Deixe-o responder primeiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Só para ele colocar aqui umas perguntas que são da consultoria, aqui, que nós temos aqui vários consultores, vários técnicos dos Ministérios da Fazenda, como eles não podem usar a palavra, eles fizeram aqui uma pergunta à consultoria do Senado e solicitaram ao Senador Tasso Jereissati que fizesse essa pergunta.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Há uma questão levantada, sobre a questão dos Fundos. Já foi editado um Decreto de regulamentação da BNDR, publicada em fevereiro deste ano. E os instrumentos financeiros do BNDR são o Fundo do Centro-Oeste, o Fundo do Nordeste, Fundo do Norte e o Fundo Nacional do Nordeste e o Fundo Nacional da Amazônia.

Como na discussão aqui, foi colocada a função, a idéia, o conceito das mesoregiões, os Fundos são todos macroregionais. De onde virão os recursos para o financiamento das mesoregiões localizadas fora dessas macroregiões aonde esses Fundos têm atuação? Isso é a colocação aqui feita, com a dúvida. Apesar, eu vou fazer essa pergunta e, depois, se for o caso...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra, o Diretor de Políticas Econômicas, Dr. Bernardo Appy.

DR. BERNARDO APPY: Bom, eu gostaria, assim, com relação às questões da Senadora Marisa Serrano, com relação à questão da preocupação com a descontinuidade histórica na condução da Política de Desenvolvimento Regional, o que nós estamos propondo aqui é dar flexibilidade para os instrumentos. Dentro desse desenho de flexibilidade, está contemplada a manutenção de instrumentos que já existem hoje. Ou seja, está prevista a possibilidade de continuidade dos financiamentos, na forma dos fundos constitucionais, como já existem hoje. Então, eu acho que contempla... O que nós procuramos só com a flexibilidade é procurar identificar quais são os instrumentos que melhor atendem efetivamente às necessidades das regiões menos desenvolvidas.

Agora, se a conclusão for que o melhor é continuar fazendo tudo como está sendo feito hoje, o modelo contempla. Eu acho que seria ideal mudar um pouco, usar mais recursos e investimentos estruturantes, eu acho que faria sentido usar mais esse instrumento. Mas o modelo contempla, inclusive, a manutenção, exatamente na forma como está hoje. Com relação à sua questão, com relação à faixa de fronteira no Centro-Oeste, de novo, o modelo contempla. O modelo contempla principalmente, eu quero deixar aqui, para o Senador Marconi Perillo, quer dizer, nós estamos trabalhando sim com a hipótese de aprovação da recriação da SUDECO. O modelo contempla, sim, dentro da definição de prioridades da região, que caberia à SUDECO se, de fato, as áreas de fronteira são as mais importantes, então, elas deveriam ter um tratamento diferenciado dentro do conjunto da política local. É isso que eu estou colocando, quer dizer, contempla também. Obviamente a definição aí tem que ser feita no fórum político adequado, que é do Conselho Deliberativo da SUDECO.

Com relação à questão que eu acho que... Bom, a questão da partilha federativa de receitas, a senhora tem toda a razão. Nós queremos colocar essa discussão. Só não queremos colocá-la agora. Foi a última coisa que eu apresentei na apresentação, que eu fiz na apresentação. Existe uma preocupação sim em melhorar a qualidade da partilha federativa de

receitas da União, aproximando-a das efetivamente das necessidades regionais, aproximando-a das obrigações dos poderes públicos de cada região e, se possível, alocando, transformando os próprios sistemas de partilhas como um incentivo para melhoria na qualidade das ações públicas, por exemplo, pegar uma parte pequena dos recursos que são partilhados e transformá-lo num bônus para Estados e Municípios que tenham melhorias e desempenho na área da educação e saúde, mais relevantes, é algo que nós estamos colocando em discussão.

Agora, nós entendemos que colocar isso agora com a Reforma Tributária, vai ser muito assunto para discutir num momo momento. Então, queremos fazer, logo em seguida, após fechado o projeto da Reforma Tributária, nós falamos com os Estados, falamos com os Municípios, nós vamos abrir a discussão sobre esse... A questão das partilhas federativas. Isso já está colocado na Mesa como prioridade do Governo, apenas num segundo momento.

E, finalmente, a questão que é a mais importante. O que está no jornal não tem nenhuma razão de ser. Não tem número definido. É isso que eu queria deixar aqui. O Governo Federal não definiu qual o montante que vai aportar para a Política de Desenvolvimento Regional, agora, tem um mínimo, o mínimo é mais do que isso, queria dizer, o mínimo é o que existe hoje, a preços do ano passado, é o que foi alocado para os fundos Constitucionais, 4,6 bilhões, mais o que foi alocado pelo FDA, FNDE, 1,7 bilhões. Seja a preços do ano passado, no mínimo 6,3 bilhões de reais. É mais do que isso. O quanto mais, essa é uma decisão que ainda será feita nos foros competentes. Se a senhora perguntar, existe obviamente o Ministério da Integração quer mais e o Ministério da Fazenda quer menos, sim, é verdade, faz parte do desenho.

Queria dizer que mesmo que não houvesse nenhuma criação de recursos, que ocorrerá, mesmo que não houvesse, já haveria um esforço fiscal porque nós estamos pegando recursos que são aplicados para financiamento com baixo impacto fiscal e permitindo sua utilização em despesas, em investimentos que tenham um impacto fiscal completo. Então, já viria essa percepção. Agora, a definição de quanto a mais, isso é uma definição política que será feita posteriormente. Agora, o que está no jornal não é correto, está certo? Nós não apresentamos nenhum valor ontem para os Secretários e aquilo que foi colocado no jornal não está correto. Então, não são 850 milhões, mais que 6,3 bilhões. Quanto a mais é o que será definido. É um montante bastante expressivo de recursos. Queria deixar isso claro.

Com relação às questões do Senador Suplicy, bom, com relação à transição no modelo, Senador, são duas questões. Como eu falei, a idéia é fazer um IVA Federal e um IVA Estadual. O IVA Federal, ser criado em dois, três anos. Ele é basicamente um imposto, o modelo, o imposto de referência, nós estamos usando no modelo é o ICMS, ou seja, na verdade, o IVA Federal é um grande ICMS Federal e o IVA Estadual é o modelo, é o modelo do ICMS, é um imposto de débito e crédito, um sistema de débito e crédito, com alíquotas diferenciadas por produtos. A nossa idéia é ter um número limitado de alíquotas, tanto no IVA Estadual quanto no IVA Federal, para evitar o varejão de alocação de produtos por alíquota que existe hoje, como por exemplo, no caso do IPI, que é uma coisa muito... Eu não acho que é positivo. Os impostos aqui são definidos, aqui os produtos são prioritários, Cesta Básica, ou desonera completamente, a menor alíquota possível, bens menos essenciais, alíquotas mais altas. Esse é um pouco o desenho, mas com o número limitado de alíquotas.

No caso do ICMS, a nossa proposta é ter um período de cinco anos, no qual esse ICMS seria mantido e, a partir do 6º ano, ele seria convertido no IVA Estadual no 5º ano. Se for, se a decisão for pela incorporação do ISS no IVA Estadual, a alíquota, a incorporação seria no quinto ano. A partir do sexto ano começa-se a reduzir a alíquota cobrada no Estado de origem, no IVA Estadual. No primeiro ano, são as mesmas alíquotas que existem hoje, 12 e sete nas vendas dos Estados Sul e Sudeste, menos Espírito Santo, para os demais. E, a partir daí, seria reduzida progressivamente, num prazo que nós entendemos que vai ser entre seis e 12 anos. Por que é importante esse período de transição longo? O período de transição longo é importante por duas razões: Uma delas é para poder permitir a digestão dos benefícios que já foram concedidos no bojo da "Guerra Fiscal". Nós sabemos que politicamente é inviável você chegar e falar: "Amanhã a alíquota, a tributação no destino, que significa que acabou o espaço que os Estados têm para conceder os benefícios da "Guerra Fiscal". Nós sabemos que isso é politicamente inviável e obviamente romperia toda uma expectativa das receitas de terem, das empresas de terem acesso aos benefícios.

Então, um dos motivos para esse prazo de transição longo é exatamente permitir criar condições para digestão dos benefícios que já foram concedidos na "Guerra Fiscal". O outro é técnico. O outro é técnico e para o modelo funcionar bem, ele pressupõe o funcionamento a pleno vapor do sistema de nota fiscal eletrônica, que está sendo implantado e deve estar começando a funcionar a pleno vapor. Já está. Já está funcionando

na forma piloto e deve estar começando a funcionar a pleno vapor em dois ou três anos. Aí, nós precisamos de mais dois anos para construir uma base de dados que é importante para a calibragem de alíquotas e a calibragem das compensações na transição da origem para o destino com os Estados.

Então, basicamente, modelo de transição é esse. O resultado final é, na verdade, o que a gente chama do IVA Dual. Um IVA Dual, quer dizer, um único tributo com duas alíquotas, Federal, Estadual; formalmente são dois tributos diferentes para respeitar a autonomia federativa. Mas, do ponto de vista do empresário, é um único tributo com duas alíquotas diferenciadas. Poderia até eventualmente pensar em datas. Isso não temos, ainda não chegamos nesse ponto, mas podemos pensar em datas de recolhimento de tributos diferenciados, um pouco mais cedo para os Estados, um pouco mais tarde para a União, isso não é nenhum grande problema. Mas é basicamente o cálculo do imposto é o mesmo nos dois casos. O que ajuda muito é a fiscalização, inclusive, porque aí a máquina de fiscalização dos Estados e da União vai fiscalizar o mesmo tributo. Então, eles podem fazer convênios e repartir atribuições, isso melhora muito a eficiência da fiscalização.

Com relação à questão da CPMF, bom, a proposta do Governo Federal foi fazer a discussão da CPMF em separado da discussão da Reforma Tributária, por dois motivos. Um deles é para não contaminar a Reforma Tributária para... Muitas pessoas diziam: "O Governo só apresenta a Reforma Tributária para poder aprovar a CPMF". Não é verdade. Nós queremos aprovar a CPMF, é importante sim a prorrogação da CPMF, e estamos dispostos a discutir o que será feito com a CPMF, daqui para frente. Mas, aí, o que nós queremos é apenas ter uma visão abrangente, quer dizer, existem demandas de redução progressiva da CPMF, nós estamos trazendo para discussão; é mais importante desonerar a CPMF ou mais importante usar o espaço fiscal que você teria para desoneração da CPMF para fazer desoneração de outros tributos? Acho que é uma questão pertinente porque se a decisão for à CPMF, obviamente está reduzindo espaço do que pode ser feito em outros tributos. E mesmo dentro da CPMF existem incidência mais extorsivas que outras, por exemplo, a incidência sobre o crédito é mais extorsiva sobre incidência sobre operações comerciais. A incidência nas operações comerciais da CPMF ela é basicamente um imposto cumulativo de alíquota 0,38. Se o PIS e COFINS foram bem calibrados, o imposto cumulativo de 3,65 foi transformado num não cumulativo de 9,25. Então, um 0,38 daria basicamente um não cumulativo de um ponto percentual. É disso que nós estamos fa-

lando nas operações comerciais. Agora, ela alcança, tem um alcance muito maior do que tem, em termos de pegar o setor informal e operações que normalmente não são tributadas, do que outros tributos.

Então, queremos discutir também, dentro da CPMF, o que é mais extorsivo e o que não é. Mas queremos fazer essa discussão separada da Reforma Tributária. Existem muitas propostas que circulam por aí, além da proposta de redução progressiva da CPMF, tem propostas de compensar a CPMF com outros tributos que são devidos, que acabaria mantendo a tributação do setor informal, tem propostas de acabar com a CPMF, incorporá-la dentro do imposto sobre valor agregado. Eu já vi várias propostas por aí. Nós estamos abertos para discussão, não temos uma posição definida, mas queremos fazer a discussão de forma racional.

Com relação à destinação atual, Senador, se eu não me engano, posso estar equivocado, mas se eu não me engano, das alíquotas de 0,38, 0,20 vai para saúde, 0,10 para a previdência e 0,08 para o fundo de combate à pobreza. Hoje, as despesas do Bolsa Família são maiores do que o montante total do fundo de combate à pobreza. Então, o Bolsa Família hoje já é maior do que o fundo de combate à pobreza, e aí eu volto um pouco numa questão que eu coloquei na minha apresentação, que é a minha preocupação com vinculação. Nós temos a vinculação ao fundo de combate à pobreza, desde que ele foi criado, não lembro mais agora, mas, desde que quando ele foi. Foi naquele momento que a alíquota da CPMF passou para 0,38, se não me engano, não sei. Mas foi, desde o momento em que ele foi criado. Mas, efetivamente, o que vem sendo feito, até recentemente, é o Governo tentando encontrar um monte de coisas para dizer que cabia dentro do conceito de fundo de combate à pobreza e deslocando os recursos para financiamento dessas ações.

Hoje, nós temos um programa que claramente é compatível com o espírito que se pretendia para o fundo de combate à pobreza. que é a Bolsa Família e que é maior do que o Fundo de Combate à Pobreza e aí é o que eu chego. A vinculação, para mim, não é a forma adequada de fazer política pública porque havia vinculação de Fundo de Combate à Pobreza e ele não levava ações que correspondiam, em montante integral, ações que correspondiam àquela finalidade. Agora, vem um bom projeto, projeto do Bolsa Família, e ele é maior do que a vinculação.

Portanto, o que deve definir o gasto são os bons projetos e não as vinculações. Esse é um ponto que eu defendo sempre. O essencial não é a vinculação, são os bons projetos. Os bons projetos atraem os recur-

sos. É esse o ponto que eu acho que é importante da gente ter e não é necessário ter recursos vinculados para financiar um bom projeto. Se o projeto for bom, ele vai ser financiado de qualquer forma. E a decisão do Presidente Lula foi claramente de que o Bolsa Família era um bom projeto, e é mesmo, e dá prioridade no seu financiamento.

Com relação à questão da Renda Básica de Cidadania, eu não me sinto, eu não tenho condição de discutir aqui, porque esse é um assunto que envolve outras áreas de Governo, eu estaria extrapolando um pouco a minha competência dentro do Governo para trazer para discussão. E, certamente, desse ponto de vista, eu não tenho também como discutir como é que seria feito o financiamento de uma eventual migração para Renda Básica de Cidadania. Mas, volto a falar, são os projetos que geram os recursos e não a vinculação que gera os recursos. Esse é um ponto que eu queria, eu sei, eu defendo sempre. Eu acho que vinculação não seria a forma adequada de financiar um projeto desses. Se o projeto é bom, então, ele vai se... Ele se financia.

Com relação às questões que o Senador Marconi Perillo colocou. Primeiro a preocupação com a composição do fundo de valores. Eu falei. Eu apresento aqui o mínimo e a composição, no mínimo, garante para cada região, esses valores. E aqui eu já queria responder à questão que o Senador Tasso Jereissati trouxe aqui da... Da assessoria, que é... Como é que vai ser feito o financiamento das áreas que estão fora dessas áreas prioritárias. Como eu falei a nossa proposta é garantir, no mínimo, a alocação dos recursos que já existem hoje para cada uma das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste. Certamente vai ser mais porque elas são prioritárias.

Agora, o financiamento das demais regiões virá do adicional que vai ser transferido ao fundo. Como eu falei, vai ter um adicional além daquilo que já é aportado hoje. E, eventualmente, até de dotações orçamentárias adicionais livres, que sejam aportadas para o fundo. Então, ela não vai competir com aquilo que já existe. O que nós estamos falando é o seguinte: O montante total que foi... Será alocado por esse fundo nacional vai ser maior do que existe hoje para as três regiões e garante-se que vai ser para cada uma das três regiões vai ser aportado o que já é aportado hoje, o que significa que as regiões que estão fora vão ser dentro do adicional que vai ser aportado para esse Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional. Quem define essa alocação, a rigor, a princípio, é o Ministério da Integração; quem define como é que vão ser as prioridades regionais é o Ministério da Integração. Eu não tenho dúvida de que vão ter mais recursos para a re-

gião Nordeste, até porque o Ministro da Integração é do Nordeste, pelo menos, os dois que teve esse Governo foram da região Nordeste, aí, eu não tenho muita dúvida que a região Nordeste terá mais recursos do que tem hoje, dentro do modelo que está sendo proposto. Agora, sem vinculação, e, de fato, é a região que mais precisa. Quero deixar bem claro aqui. Se a gente for olhar a qualidade, em termos de intensidade, densidade populacional e grau de desenvolvimento, a região do Nordeste é claramente aquela que mais precisa de incentivos para desenvolvimento regional.

Com relação à questão da renúncia nas exportações, Senador, aqui tem uma questão que eu acho que é... Eu acho que nós temos, uma das questões que nós estamos discutindo em paralelo com a Reforma Tributária, é tentar equacionar a questão do... Da questão da Lei Kandir, de uma forma racional. Essa é uma proposta que nós apresentamos. Hoje eu não teria muito como detalhar aqui. Agora, tem uma questão que conceitualmente eu gostaria de trazer. Do nosso ponto de vista, a tributação das exportações, ela não pode ser feita com objetivos de arrecadação. É por isso que, no nosso modelo de sistema tributário, do IVA Estadual, IVA Federal, as tributações, as exportações são completamente desoneradas, porque esse é o modelo adequado do ponto de vista que tem um sistema neutro não extorsivo. Em alguns casos, que se julgar necessário tributar exportações, o instrumento adequado para fazê-lo é o imposto de exportação. Não é um imposto de caráter arrecadatório e que não tenha uma visão nacional, como é o caso do ICMS. Existe uma preocupação nossa em... Só queria deixar claro que o problema de desoneração das exportações, na verdade, ele deixa de existir quando se tramita para a tributação no destino, porque não vai haver nenhum imposto arrecadado num Estado A, que vai ter que ser ressarcido pelo Estado B. Portanto, não haverá nenhuma perda efetiva de Receita no Estado B, em função de ter empresas exportadoras. O nosso atual, o nosso sistema hoje, em que os Estados não gostam de exportadores, e essa é a verdade, eles não gostam porque eles acumulam créditos que o Estado tem que ressarcir, muitas vezes, de ICMS que foi pago em outro Estado, é um sistema que desestimula, faz com que os Estados não tenham interesse em atrair empresas exportadoras; a "Guerra Fiscal", no país, é toda feita para atrair empresas que vendem para o mercado doméstico e não empresas exportadoras. Os Estados querem ver pelas costas as empresas exportadoras hoje por causa das deficiências do nosso modelo. Isso é muito ruim do ponto de vista do desenho institucional do país.

Então, nós temos, sim, um interesse de resolver de forma racional, se o senhor quiser, eu tenho... É muito técnico para poder explicar aqui num prazo muito curto. Se o senhor tiver interesse, eu posso vir lhe apresentar o modelo, em detalhe, do que nós pensamos que pode ser feito. Nós estamos discutindo isso em paralelo com a Reforma Tributária.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Secretário. Só interromper--

DR. BERNARDO APPY: Sim.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Bem pontual aí. Quer dizer, então a gente não teria aí um argumento a mais a favor das EPEs, quer dizer, o Estado tem realmente, não se beneficiam com a exportação, com as empresas exportadoras não seria um motivo a mais para termo EPE?

DR. BERNARDO APPY: A questão das EPE do ponto em vista do ICMS é complicado, hein? Quando tiver no destino, não tem mais esse problema. Mas, do ponto de vista de ICMS, é complicado. Só para dar um exemplo. Eu não sei muito bem como é que está. Acho que, no projeto da EPE, eu não sei muito bem como é que está tratada essa questão do ICMS, mas é um pouco complicado, porque se você disser o seguinte: “Olha, para as EPEs as vendas domésticas seriam desoneradas de ICMS”. Só para dar um exemplo—

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Está se pensando em 20% só permitido para a venda doméstica e aí com todos os impostos.

DR. BERNARDO APPY: Não, não, estou falando. As vendas, as saídas, as entradas, os produtos vendidos para as EPEs; se for adotar o mesmo modelo que nós estamos propondo... Para os tributos Federais, nós estamos propondo suspensão, ou seja, o tributo, o produto entra sem cobrança no Tributo Federal; aqueles 20% que saem, que podem ser vendidos no mercado doméstico, você cobra os tributos Federais que não foram cobrados na entrada e ponto. Isso resolve. Para o ICMS, é um pouco mais complicado porque, se você compra com suspensão de ICMS, por exemplo, um produto que vem de outro Estado, as EPEs estão no Estado B, você compra um insumo que vem de Estado A, está certo? Quem deixa de recolher o tributo é o FISCO do Estado A, na suspensão. Aí, depois, na hora que sair aquele produto, por exemplo, para o mercado, se for exportado, não tem problema nenhum, está dentro do espírito de estimular as exportações. Mas, se saírem os 20% que saíram para o mercado doméstico, como é que você vai fazer? Você vai ressarcir uma parte do ICMS desse tributo que você paga para o Estado A? É algo que é um pouco complicado, do ponto de vista do desenho. Eu só queria dizer, a questão do ICMS não é assim, os tributos Federais, as EPEs, eu acho que

está bem equacionado o modelo que a gente discutiu lá, recentemente, no gabinete do Senador Renan. Para o ICMS, não é tão simples assim. Eventualmente tem uma solução. Só estou querendo dizer e eu acho que não pode ser também uma Lei Federal que determine isso. Isso tem que ser uma coisa um pouco mais complexa do que isso. Só estou dizendo que não é de todo simples. Quando tiver tributação no destino, que é a nossa proposta na Reforma Tributária está resolvido. Aí não tem problema nenhum. Aí a tributação do ICMS é completamente compatível com os EPEs. É por isso que eu estou falando, o problema hoje é a tributação na origem. Ela gera muitas distorções, gera incentivo à “Guerra Fiscal”, gera distorções importantes na tributação do comércio exterior--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone).

(risos).

DR. BERNARDO APPY: Não. Mas nós estamos construindo aqui um modelo que vai ter o acordo de todos. Eu também sou paulista. Queria dizer, assim, muito preocupado com o desenvolvimento regional, mas eu também sou paulista. Para colocar.

Bom, e finalmente, o apoio à SUDECO, Senador, teríamos, já existe hoje uma coisa próxima, o CONDEL, lá do FCO, já é um Conselho que se aproxima mais ou menos do que... De todos os Estados, é o que tem mais próximo do Conselho Deliberativo da SUDENE e da SUDAM, na forma como é proposta.

Então, na verdade, a idéia é sim avançar no projeto da SUDECO, nos mesmos moldes que foi feito para a SUDENE. O projeto tem um modelo. Então, agora, eu acho que é relativamente fácil de fazer, a partir do modelo que já existe, e, com relação a isso, se for possível ajudá-lo, não sei se é necessário, se for possível, estou à disposição para ajudá-lo. Eu não sou tão... Não sou tão poderoso assim, como o senhor falou não. Eu sou só um técnico que tenta ajudar a construir um bom desenho.

Acho que é isso que me foi colocado. Eu queria dizer que estou à disposição do Senado e dos Senadores para aprofundar a discussão, se for possível. Volto a dizer que o que está sendo apresentado pelo Governo Federal vai muito à direção do que já vinha sendo proposto no modelo da SUDENE e da SUDAM, que foi aqui aprovado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço ao Dr. Bernardo Appy. E gostaria, Dr. Bernardo, em nome do Senador Tasso Jereissati, que não está aqui presente, não pôde esperar o final da reunião, por ter uma audiência no Ministério da Pesca, ele solicitou-me que dissesse ao senhor que gostaria de ter uma nova reunião, após o conhecimento

e o aprofundamento do projeto, para que a gente possa realmente formar uma opinião a respeito do assunto. Portanto, eu agradeço a presença de V.Sa., quero dizer aos senhores Parlamentares que esse material que está sendo distribuído é uma série histórica dos Fundos e também o IDH de todos os cinco mil e tantos Municípios e quero, na oportunidade, agradecer a todos os representantes, Secretários de Fazenda que estão aqui presentes, técnicos que vieram, sem dúvida nenhuma, ajudar e abrilhantar esta audiência pública. Portanto, os consultores do Senado que também se fazem presentes, o nosso agradecimentos, agradecimento a assessores de Parlamentares, que não puderam estar presentes, mas que encaminharam os seus assessores para que eles ficassem informados a respeito do fundo. Quero, mais uma vez, Dr. Appy, agradecer a V. Sa., a boa vontade, a tranquilidade com que veio expor e a disponibilidade que V. Sa. tem mostrado em relação a essas questões que afligem a maioria dos Senadores aqui, do Senado... A maioria dos Senadores, bem como a nossa inquietação em relação ao projeto SUDAM e SUDENE, eu gostaria que V. Sa. soubesse que a Comissão de Desenvolvimento Regional é uma Comissão nova, mas que se debruçou, por dois anos, nesse projeto e, obviamente, ela gostaria de intensificar esse debate e ver a sua proposta também discutida. Portanto, agradeço a V. Sa. e me coloco aqui à disposição, à Comissão de Desenvolvimento Regional, para que o senhor, oportunamente, marque uma nova data aqui. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 14h22.

Ata da 14ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de junho de 2007, quinta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e sete, na sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores João Pedro, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Junior, Valter Pereira, Marco Maciel, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Leomar Quintanilha, Valdir Raupp, Adelmir Santana, Jayme Campos, Flexa Ribeiro e das Senhoras Senadoras Fátima Cleide, Patrícia Saboya, Rosalba Ciarlini e Marisa Serrano. Comparecem ainda os Senhores Senadores Eduardo Azeredo e Marco Perillo, que não compõem a Comissão. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Haven-

do número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 13ª reunião da Comissão, que é aprovada. Ato contínuo, a Presidenta esclarece que a presente reunião tem como finalidade a apreciação de Projetos de Lei. A pedido do Senador Mozarildo Cavalcanti, a Presidenta inverte a pauta iniciando pelo **Item nº 4:** Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2007, não terminativo, que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Barreirinhas, no Estado do Maranhão”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que tem como relator o Senador Mozarildo Cavalcanti, que apresenta parecer favorável ao Projeto, com duas emendas. Resultado: aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 01-CDR e nº 02-CDR. **Item nº 5:** Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2007, não terminativo, que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que tem como relator o Senador Mozarildo Cavalcanti, que apresenta parecer favorável ao Projeto, com duas emendas. Resultado: aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 01-CDR e nº 02-CDR. **Item nº 3:** Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2007, não terminativo, que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rosário, Estado do Maranhão”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que tem como relator o Senador Marco Maciel, que apresenta parecer favorável ao Projeto, com duas emendas. Resultado: aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 01-CDR e nº 02-CDR. **Item nº 2:** Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2003, não terminativo, que “altera o inciso III do artigo 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a incluir cinquenta e oito municípios do Estado de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste (FCO)”, de autoria do Senador Aelton Freitas, que tem como relatora a Senadora Marisa Serrano, que apresenta parecer contrário ao Projeto e às Emendas nº 1-CAE, nº 2-CAE e nº1 do Plenário. OBS: Em reunião realizada no dia 31/05/2007, foi concedida vista aos Senadores Jayme Campos, João Pedro, Valter Pereira e Wellington Salgado. O Senador Wellington Salgado apresenta voto em separado, favorável ao Projeto e Requerimento de Audiência Pública. Resultado: rejeitado requerimento de audiência pública, de autoria do Senador Wellington Salgado e aprovado o parecer contrário ao Projeto e às Emendas nº 1-CAE, nº 2-CAE e nº1 do Plenário. Os demais itens da pauta têm sua deliberação adiada. É aprovado o **Requerimento nº 13**, de 2007-CDR, que requer a

inclusão, na relação de convidados para a Audiência Pública de que trata o Requerimento nº 12, de 2007-CDR, do Senhor Arcebispo de João Pessoa/PB, Dom Aldo Pagotto. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marco Maciel, Antônio Carlos Valadares, Wellington Salgado, Eduardo Azevedo, Marconi Perillo, Valter Pereira, Jayme Campos, Valdir Raupp e a Senhora Senadora Marisa Serrano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Havendo número regimental declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 13ª Reunião da Comissão. As Srªs. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se acham. Aprovada.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Srª. Presidente gostaria de propor no momento oportuno que os itens 04 e 05, que eu sou relator, pudessem ser apreciados inicialmente, porque eu tenho um compromisso em seguida e eu gostaria muito de fazer o relatório desses dois projetos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – A ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída a presente reunião destina-se a apreciação de projetos de lei. Primeiro requerimento: Requeiro nos termos, audiência pública para tratar sobre o Projeto de Revitalização do São Francisco e a Transposição de suas Águas. Requeiro nos termos dos incisos I e II do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja incluído na relação de convidados para a audiência pública de que trata o Requerimento nº 12 de 2007, CDR o senhor arcebispo de João Pessoa, Paraíba, Dom Aldo Pagotto. Srªs. E Srs. Que concordam permaneça como se acham. Aprovado.

Atendendo a solicitação do Senador Mozarildo que deverá se ausentar, vamos fazer a inversão da pauta e iniciarmos pelo Item 04 da pauta. Projeto de Lei número 234, de 2007. Projeto não terminativo.

“Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Barreirinhas, no Estado do Maranhão”. Autoria: Senadora Roseana Sarney. Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável ao projeto com emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, para proferir o seu parecer.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Srª. Presidente, Srs. Senadores, o projeto em tela como anunciado, dispõe sobre a Zona de Processamento de Exportação no Município de Barreirinhas, no Estado do Maranhão. As Zonas de Processamento de Exportação são áreas de livre comércio destinadas a instalação de empresas voltadas à produção de bens a serem comercializadas exclusivamente para o exterior. São criadas em regiões menos desenvolvidas, com vistas a reduzir os desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Esses enclaves têm se revelado bastante exitosos em outros países especialmente na China, Estados Unidos, e México, segundo estudo da *International Labour Organization* de 2002, existem 03 mil distritos de Zona de Processamento de Exportação em funcionamento no mundo, que geram empregos para mais de 37 milhões de pessoas em 116 países. Só na China trabalham nas zonas econômicas especiais mais de 30 milhões de pessoas. Tais Zonas constituem o principal fator responsável pelo crescimento médio anual da economia chinesa acima de 10% nos últimos 15 anos.

O Maranhão é o Estado que apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, mais baixo do País e o menor produto interno bruto *per capita*. O Estado se ressentido da falta de apoio governamental e de estímulo ao desenvolvimento de sua indústria o que tem gerado baixo crescimento econômico, falta de oportunidade de emprego e exclusão social da maior parte da sua população. O Município de Barreirinhas situado no litoral oriental do Maranhão é um dos pontos mais atraentes do Estado. A sua principal atração é os famosos Parques dos Lençóis que atraindo visitantes de todas as partes do mundo.

Na geografia local o que mais chama atenção são as áreas de dunas, chamadas de “morarias”. Resultam da particular combinação de ventos, ondas, correntes marinhas e fina areia de quartzo.

Srª. Presidenta, eu fiz questão de ler esta parte do meu relatório para que fique bem claro, porque há uma reação principalmente dos Estados do Sul e do Sudeste com relação à criação dessa Zona de Processamento de Exportação. E, elas têm como foi lido aqui o objetivo de desenvolver regiões realmente ca-

rentes e pouca desenvolvidas do País, portanto, contribuindo para cumprir uma determinação da própria Constituição, que diz um dos objetivos da República é a eliminação dos desequilíbrios regionais, das desigualdades regionais.

Então, tendo em vista os impactos favoráveis em termos de geração de emprego e renda no Maranhão e a necessidade de reduzir desequilíbrios entre as Unidades da Federação, peço apoio aos nobres pares para aprovação do presente projeto de lei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. E Sr^{as} que concordam permaneçam como se acham. Aprovado. A matéria vai a Comissão de Assuntos Econômicos.

Item número 05 da pauta. Não terminativo. “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão”. Autoria: Senadora Roseana Sarney. Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti. Parecer: Favorável ao Projeto com as emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, para proferir o seu parecer.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr^a. Presidente, esse projeto visa também criar outra Zona de Processamento de Exportação em Imperatriz, outro Município do Estado do Maranhão. Pelas mesmas razões já aqui explicadas no projeto anterior, visa justamente fazer com que essas regiões de um Estado comprovadamente carente de desenvolvimento, possam ter nesta ZPE um ponto de desenvolvimento.

Então eu voto pela aprovação com duas emendas. Uma emenda do art. 2º, do Projeto de Lei do Senado que passa a ter a seguinte redação: “Ficam revogados o art. 1º da Lei 1815, de 07 de abril de 90, com a redação dada pela Lei 993 de 05 de janeiro de 90”. E a segunda, para incluir apenas o artigo, dizendo: “Esta lei entra em vigor na data da sua publicação”. Portanto, pela aprovação com as emendas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir em votação.

A votação do parecer favorável ao projeto com as emendas do relator. Srs. E Sr^{as}. Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Item 03. Projeto de Lei do Senado 254 de 2007. Não terminativo. “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rosário, Estado do Maranhão”. Autoria: Senadora Roseana Sarney Relator: Senador Marco Maciel. Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, para proferir o seu parecer.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Prezada Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores.

Sra. Presidente, relator, agora, como foi anunciada pela Presidente da Comissão, o Projeto de Lei do Senado Federal de nº 254 de 2007, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação ZPE, no Município de Rosário, Estado do Maranhão”.

O projeto dispõe que a referida ZPE terá a sua criação características objetivas e funcionamento reguladas pela legislação pertinente, além disso, revoga o art. 1º da Lei 8015 de abril de 99 e o art. 1º da Lei 7792, de julho de 89, que limita o número de ZPEs no País, 14 e 12, respectivamente. Na ótica da autora a criação de uma ZPE no Município de Rosário, representará um estímulo importante para o desenvolvimento da economia no Município e conseqüentemente do Estado, com aproveitamento das potencialidades locais.

A instalação de novas empresas atraídas pelo regime aduaneiro e cambial especial acarretaria a geração de empregos e renda indispensáveis para garantir a melhoria das condições de vida da população local.

A proposição será posteriormente apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos para decisão em caráter terminativa. Dentro do prazo regimental não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Sr^a. Presidente, para não me alongar na exposição lendo a íntegra da análise que fiz, eu gostaria de dizer que inicialmente que o PLS está de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43 que trata da redução das desigualdades regionais, que é um dos objetivos precípuos dessa Comissão que V.Ex^a., Senadora Lúcia Vânia preside.

Com relação ao mérito julgamos pertinente a medida proposta no projeto em função da necessidade de desenvolver o Maranhão, Estado que tem o menor PIB per capita do País e está no penúltimo lugar do ranking do Índice de Desenvolvimento Humano, o IDHM.

O Município de Rosário situa-se no norte maranhense a 70 quilômetros da capital do Estado e possui uma população de 34 mil 730 habitantes. Esse Município já teve o seu movimento áureo em termos comerciais em função do seu porto fluvial no qual transitavam pequenas e grandes embarcações vindas de todo o Estado. Atualmente as principais atividades econômicas do Município são os serviços e a agropecuária sendo a indústria ainda bastante incipiente.

As ZPEs como nós sabemos têm servido de importante instrumento de desenvolvimento de diversos países, especialmente na China, onde constitui o principal responsável pelo crescimento médio anual da economia acima de 10% nos últimos anos.

No Brasil foi editado o Decreto Lei nº 2452 de julho de 1988, que estabelece o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs a serem criadas nas regiões menos desenvolvidas com objetivo altamente consistente de reduzir as desigualdades interestaduais e inter-regionais que ainda marcam o espaço social do nosso País. Espera-se que esse quadro mude no curto prazo a partir da aprovação do PLS 146 de 96, que propõe alterações no regime tributário cambial e administrativo das ZPEs, de forma a viabilizar a implantação efetiva das ZPEs no País e proporcionar maior flexibilidade ao seu funcionamento, permitindo a venda de 20% da produção no mercado interno.

Desejaria abrir um parêntese para mencionar que as ZPEs no Brasil já se constituem antiga aspiração. Tive oportunidade como Senador, na minha primeira Legislatura, empenhar-me no sentido de viabilizar esse instituto no Brasil. Evidentemente em função de oscilações de políticas econômicas e também de diferentes concepções que marcaram sucessivos governos, até hoje as ZPEs ainda são algo não em plena vigência. Sem querer ir mais, além até eu poderia dizer que as ZPEs ainda são no Brasil – para usar uma expressão de Eduardo Prado, uma ilusão gráfica – isto é, algo que ainda não se materializou em toda a sua circunstância, em toda a sua extensão.

Nesse contexto é de todo oportuna a iniciativa do projeto. A instalação da ZPE em Rosário dará enormes benefícios em termos de atração de investimentos, geração de emprego e renda para as cidades e para o Estado do Maranhão. Em termos de técnica legislativa caberia apenas o reparo a redação do art. 2º da proposição, uma vez que a cláusula de revogação deveria estar em um artigo à parte em relação à cláusula de vigência da lei. Aliás, é o que recomenda a boa técnica legislativa.

No tocante a revogação do art. 1º da Lei nº 7798 de 89, deve se fazer menção à redação dada ao dispositivo pela Lei nº 7993, de janeiro de 1990.

Voto. Diante do exposto, Srª. Presidente Senadora Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, o voto é pela aprovação do PLS 254 de 2007, com as seguintes emendas. Duas emendas apenas são boas lembrar, emendas mais de técnica legislativa. A primeira que dá ao art. 2º do Projeto de Lei nº 254 de 2007, a seguinte redação: “Art. 2º, ficam revogados o art. 1º da Lei nº 8015, de 07 de abril de 90 e o art. 1º da Lei nº 7792, de 04 de julho de 1989, com a redação dada pela Lei

nº 7993 de 05 de janeiro de 90”. A outra emenda a que já fiz referência: “Acrescenta o art. 3º ao Projeto de Lei nº 254 de 2007 – que é justamente aquele que dispõe sobre que a lei – que a lei entrará em vigor na data de sua publicação”, separando-o conseqüentemente do artigo 2º, que dispõe sobre a questão a que já me reportei que torna distinta a questão da cláusula de revogação com também a vigência da lei. Como, aliás, recomenda a boa técnica legislativa, ou seja, separar o disposto que dispõe sobre revogação do dispositivo que prevê a vigência da lei.

Este é o parecer que submeto a apreciação desta Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação parecer favorável ao projeto com as emendas do relator. Srs. E Srªs. Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Item 02 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 277 de 2003. Esse projeto é não terminativo. “Altera o inciso III do artigo 5º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a incluir 58 municípios do Estado de Minas Gerais, como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste”. Autoria: Senador Aelton Freitas. Relatora: Senadora Marisa Serrano. Parecer: Contrário ao Projeto e às Emendas nº 1 da CAE, nº 2 da CAE e nº 1 do Plenário. Observação: Em reunião realizada no dia 31 de maio do corrente...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pela ordem, Presidente, após...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Só um instantinho. Foi concedida vista aos Srs. Senadores Jayme Campos, João Pedro, Valter Pereira e Wellington Salgado. O Senador Wellington Salgado apresentou nessa manhã um voto em separado.

Antes de passar a palavra ao Senador Wellington, concedo pela ordem ao Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, obrigado. O seguinte há o projeto da nossa autoria de nº 350, que está para ser votado em segundo turno.

Eu estou conversando aqui com o relator da matéria, Senador Valter Pereira, que fez que uma emenda que eu considero importante. O Senador Valter Pereira para as cidades com mais de 500 mil habitantes em implementarem serviço de transporte urbano integrado e traduzindo também a preocupação com os meios de transporte de propulsão humana.

O projeto inicial propunha alteração ao Estatuto da Cidade, para que as prefeituras introduzissem pla-

nos de circulação que contemplasse espaços para ciclovias e estacionamento de bicicleta. Sendo assim, e nós consideramos que a emenda proposta pelo nobre Senador tem objetividade e tem consistência, sem que possa anular a que nós apresentamos.

Quer dizer as duas em conjunto a meu ver se complementam e faz parte naturalmente das preocupações hoje reinantes, inclusive, com a questão do meio ambiente, a utilização da bicicleta. Desde um Município, por exemplo, que tenha 50 mil habitantes se ele colocar ciclovias como preocupação predominante do sistema de transporte, futuramente, quando a cidade tiver 500 mil habitantes ou mais, ela já terá uma infra-estrutura suficiente para prevenir a poluição no Município.

Então, eu gostaria de indagar a V.Ex^a., se diante dessa articulação que aqui eu estou fazendo com o nobre relator, há possibilidade da aceitação da primeira proposta a nossa – que é plano de circulação para contemplar espaço para ciclovias, estacionamento de bicicletas. E também a emenda que ele apresentou, relacionada às cidades com 500 mil habitantes, já que uma preocupação não anula a outra.

Quer dizer, o projeto ficaria muito mais completo com a proposta inicial da minha autoria e com a proposta do Senador Valter Pereira. Agradeço a V.Ex^a..

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Gostaria de consultar o relator, gostaria de ouvir o relator.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr^a. Presidente, da nossa parte, não existe óbice em contemplar a manutenção da redação original do inciso IV, acrescida das mudanças que nós introduzimos. Eu acho que efetivamente o Senador Antonio Carlos, tem razão no sentido de que haja a conjugação.

Então, se não há nenhum impedimento regimental, nós concordamos com a proposta

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Nós vamos apreciar o item o voto em separado do Senador Wellington e posteriormente apreciaremos esse relatório, acrescido dessa emenda.

Com a palavra o Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, ilustre Presidente dessa Comissão, Senadora Lúcia Vânia, que muito tem trabalhado pelo Estado de Goiás conheço a história de V.Ex^a., também com a ilustre Senadora, autora do voto, Senadora Serrano.

Eu queria ler o meu voto, Sr^a. Presidente.

Relatório. O projeto em questão de autoria do Senador Aelton Freitas, visa incluir na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, 58 Municípios de Minas Gerais, locali-

zados nas mesorregiões do Triângulo Mineiro, Alto do Paranaíba e Noroeste, com base no fato de que esses municípios possuem características geográficas, econômicas sociais muito semelhantes a dos Municípios contíguos localizados em Goiás.

O projeto foi encaminhado inicialmente a Comissão de Assuntos Econômicos em caráter terminativo. Como relator da matéria naquela Comissão apresentei voto favorável, por concordar integralmente com os argumentos que fundamentaram a proposta do ilustre Senador Aelton Freitas. Além disso, a proposição não apresenta qualquer vício ou incorreção sob ponto de vista de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa. Sendo assim, o parecer que ofereci e foi aprovado na CAE com a rejeição das duas emendas apresentadas, visando o acréscimo de mais municípios mineiros a área de atuação do FCO.

Entendemos que essa inclusão poderia abrir caminho para a tentativa de inserção de outros municípios limítrofes. Posteriormente foram apresentados dois recursos à mesa, visando o exame do Plenário. No entanto, tendo em vista a promulgação da Resolução nº 01 de 2005, que instituiu novas Comissões Permanentes no Senado Federal a matéria foi encaminhada a esta Comissão, onde recebeu parecer contrário da ilustre Senadora Marisa Serrano. Nesta ocasião foi concedida vista coletiva o projeto.

Análise. Permito-me discordar da nobre Relatora, que apesar de referir-se a ausência de óbice de constitucionalidade e juridicidade na proposta é contrária ao projeto atendendo-se a questão de mérito. Apresento este voto em separado para reiterar a minha posição de apoio ao projeto, conforme o parecer anteriormente aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos. Neste voto, ainda, com maior convicção exponho os seguintes argumentos em favor da iniciativa.

Em primeiro lugar, não é fato que o projeto não se apóie em critérios objetivos para propor a inclusão de 58 Municípios do Triângulo Mineiro na área de atuação da FCO, como alega a ilustre Relatora em seu parecer. Trata-se de situação análoga a da inclusão de Município do norte de Minas Gerais e, posteriormente, do Norte do Espírito Santo na área de atuação do FNE, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, por apresentarem condições similares aos demais Municípios do Nordeste.

Da mesma forma, as mesorregiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas onde se localizam 58 Municípios a serem incluídos no FCO, apresentam condições físicas sociais e econômicas bastante similares ao Sul de Goiás. O que se pretende assim é conceder tratamento isonômico e entes federativos cujos indicadores econômicos são muito

semelhantes. Ao contrário, discriminar esses municípios seria desconhecer a realidade regional de nítida continuidade e integração entre o Triângulo Mineiro, o Sul de Goiás e o mesmo Mato Grosso do Sul, que, além disso, abriga uma importante rota comercial de exportação de produtos do Centro-Oeste para São Paulo e o Sul do País.

Sendo assim, dentro de um enfoque de política regional o conjunto desses Municípios pertence à mesma região sócio-econômica e cultural. Nela predomina a vegetação de cerrado propícia ao desenvolvimento da agropecuária, atualmente caracterizada como agronegócio em que se destacam as culturas da soja, da cana, do algodão e da pecuária de corte leiteiro. Ao mesmo tempo tanto os Municípios do Sul de Goiás, quanto do Triângulo Mineiro e Noroeste de Minas, desenvolvem-se rapidamente a indústria alimentícia, predominando a de laticínios, processamento de grãos, de algodão e do couro bovino entre outros, amplia-se também a instalação de usinas de açúcar e de álcool.

Menciono, por exemplo, o paralelo entre prósperos Municípios do Sul de Goiás, como eu Itumbiara, que possui a maior empresa nacional e exportadora de grãos Piracanjuba, grande produtora de laticínios e Goiatuba, onde se localiza uma das maiores exportadoras de semente do País, que nada devem aos grandes centros de atividades econômicas do Triângulo como Uberlândia, Uberaba e Araguari.

Em termos de PIB, o Sul de Goiânia responde por quase 10% do total do Estado, com o valor per capita da 9,9 mil, similar ao produto per capita do Triângulo que é de aproximadamente 11,9 mil. Destaque-se que no caso do Triângulo, parte importante da alta renda per capita é resultado da cadeia de produção de cana-de-açúcar, que já ocasiona os conhecidos problemas sociais associados à cultura canavieira.

Em muitos casos os cortadores de cana enfrentam jornada de trabalho excessivamente longas. Durante o período de entressafra aumentam os problemas derivados da falta de trabalho como alcoolismo e a criminalidade, ou seja, apesar do Triângulo Mineiro ser uma região próspera há bolsões de pobreza que tornam extremamente necessário o aumento de investimento na região. A partir desses dados Srs. Senadores, a existência de uma fronteira entre os municípios da citada mesorregião, para fins de acesso às condições favorecidas do FCO é artificial e injusta para com os Municípios Mineiros contíguos aos de Goiás e Mato Grosso do Sul.

Essa injustiça torna-se ainda mais patente quando se observa que o BNDES – a principal fonte de financiamento dos projetos de investimento no País – direciona mais recurso para o Centro-Oeste do que para Minas

Gerais. Em 2005, a aplicação do BNDES em Minas Gerais em termos per capita atingiram 159 reais, enquanto a média nacional foi de 266. Já o Centro-Oeste recebeu valor próximo dessa média com exceção do Mato Grosso do Sul, cuja aplicação per capita foi de 135. Os demais Estados da região receberam mais recursos do que Minas Gerais, 173 para Goiás, 284 para o Distrito Federal e 548 para Mato Grosso.

Ou seja, além de não dispor de fontes alternativas de financiamento como o FCO, Minas Gerais ainda é prejudicada por não ser suficientemente contemplada pelo BNDES. Forçoso é admoestar que no presente caso a realidade fática, aponta no sentido da ocorrência da emigração de empresas de investimentos e recursos da região ingressante, para aquelas já contempladas do referido fundo tal como se pode ver em relação às empresas que encerraram, transferiram ou não iniciaram sua atividade na região do Triângulo Mineiro, devido ao Fundo de Financiamento do Centro-Oeste, FCO. Exemplo: Braspelco, Empresa Produtora de Couro.

Sr^a. Presidente, essa colocação é para – é que não está presente o Ex-governador e grande amigo Jayme Campos, que ele pediu que eu especificasse alguns exemplos naquele dia que eu expus. Então, ótimo. Eu queria colocar pra ele, se ele estiver ouvindo, se estiver sendo filmado, com certeza ele terá acesso: Braspelco, Empresa Produtora de Couro para Móveis, Veículos Automotores e Vestiários. Após oito anos de instalação em Uberlândia ao invés de promover a ampliação de sua fábrica por questão do FCO, Fundo de Financiamento do Centro-Oeste construiu uma nova unidade em Itumbiara, disponibilizando uma planta industrial para ser a maior produtora de couros da Americana Latina.

Brasfrigo, Empresa Produtora Agroalimentar de Catchup, Extrato de Tomate, Mostarda, Milho em Conserva, Ervilha, Legumes Congelados. Após dez anos em Uberlândia fechou sua fábrica, alugando suas câmeras frigoríficas e transferindo-se para Luisiânia, Goiânia.

Perdigão, após ter anunciado investimentos em 96, na cidade de Patos de Minas, no Triângulo Mineiro, recua, cancelando os investimentos e transferindo as mesmas para o Estado de Goiás, para a cidade de Rio Verde, deixando Pato de Minas, no sonho de possuir uma grande empresa como a Perdigão.

Mitsubishi Motors deixou na ocasião de se instalar na cidade de Uberlândia uma montadora de veículos, em função do atraente incentivo fiscal do FCO instalando-se em Catalão, no vizinho Estado de Goiás.

INA TELECOM Ltda, Empresa de Serviços de TV a Cabo e Comunicação de Dados, deixou de ser instalada em Minas Gerais pelo Grupo Rodoban e foi

instalada em Catalão, devido aos incentivos fiscais do FCO.

Do ponto de vista estritamente econômico e apenas levando-se em consideração os investimentos não realizados pelas empresas acima mencionadas o Estado de Minas Gerais e em especial a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, perderam em torno de 900 milhões de reais de investimentos diretos, sem falar nos milhares de empregos.

Finalmente, refuto o argumento contrário ao projeto, com base no excesso de demanda do FCO, uma vez que a existência de mais projetos competindo pelos recursos do Fundo é salutar. O critério adequado para a concessão de financiamentos não deve ser exclusivamente a localização dos projetos, mas sim a maior capacidade de atender os Municípios e as populações, por meio de incremento de emprego e renda.

Voto. Dessa forma considerando o mérito e a oportunidade da iniciativa, opinamos pela aprovação do PLS nº 277 do mês 03.

É esse o meu voto, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra a Relatora do projeto, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Sr^a. Presidente.

Eu queria fazer alguns esclarecimentos a mais e pedir para passar um PowerPoint, pra gente ter uma idéia um pouquinho desse projeto para os nossos nobres pares.

Não há critérios objetivos para o acesso ao FCO. O que tem que tem? Qual é o critério que nós temos? O critério que nós temos? O critério que nós temos é que o FCO deve estar situado na região geográfica do Centro-Oeste, este é o único critério objetivo que nós temos.

Então, atualmente, esse é um critério objetivo que eu queria colocar e dizer que neste Congresso Nacional, quando foi discutido a SUDENE e o Fundo para o Nordeste, foram incluídos Municípios Mineiros do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha, a atuação da SUDENE. Colocaram primeiro alguns poucos municípios e daí a pouco mais um projeto incluindo mais outros municípios, depois mais outros. Foram três projetos de inclusão de Municípios Mineiros na SUDENE. Depois, o Espírito Santo se achou no direito também de ser incluído, foi incluído, e agora, o Norte, do Rio de Janeiro está pedindo – há um projeto tratando na Casa – também para entrar na SUDENE.

Eu quero fazer essas colocações, porque esta Casa tem que ter objetivos claros e determinação para aquilo que os fundos são constituídos. Se o fundo é constituído para a região Centro-Oeste é necessá-

rio que a região Centro-Oeste detenha os recursos do Fundo. Então, essa é uma questão que eu queria muito colocar aqui, para que todos soubessem dessa importância. O próximo.

Proposta original do PL. Quando o PL surgiu, a proposta era inclusão de 58 Municípios das regiões do Noroeste de Minas Gerais, do Triângulo do Alto Paranaíba e mais cinco Municípios, da área de atuação da SUDENE e do FNE. Então, atendem para isso: Inclusão de 58 Municípios dessas regiões do Norte de Minas Gerais. E qual era a razão por que estavam pedindo esses municípios? Por ser uma área de cerrado, médio cerrado ou campo cerrado como eles dizem e, por ter também o outro objetivo, a localização geográfica.

Então duas coisas, localização geográfica próximo da região Centro-Oeste e por ter cerrado. Foram as duas questões que foram colocadas, então, inclusão de 58 Municípios. O próximo. A inclusão de 58 municípios são 108 mil quilômetros quadrados e 1.8 milhões de habitantes. A próxima.

A Emenda nº 1, depois colocada, propõe a inclusão de mais 26 municípios, portanto, 53 mil quilômetros quadrados, 412 mil habitantes, que era a segunda proposta.

E aí, eu quero dizer a todos os senhores que somando os 58 municípios, mais os 26 municípios, já são 84 municípios pedidos para serem incluídos nesse PL, que já tinha os 66. Então 66 + 58 e + 26. Quer dizer, a cada momento é uma nova emenda acrescentando mais municípios.

E eu quero aqui fazer uma análise a isso aí. Por exemplo, dos 66 municípios da mesorregião Triângulo e do Alto Paranaíba, o PL com a emenda, deixaram apenas seis municípios sem acessos ao recurso do FCO. Dos 58 municípios, correspondentes a superfície de 108 mil quilômetros quadrados e a população de 1763 mil habitantes. Nessa área aí, ela é tão grande e importante que é maior, por exemplo, eu queria destacar aqui, cuja população e a área desse Município, ela pega toda... Como seria, toda da região Norte, exceto Pará e Amazonas e toda a população equivalente ao Estado de Sergipe, seria incluído dentro do FCO. Bom, a próxima.

Aí, eu queria aqui discutir, também, com o Senador Wellington. O PIB Municipal de 2004 a fonte é o IBGE. Goiânia tem 8,6 bilhões, esse é o PIB. Uberlândia tem 7.9 bilhões. Cuiabá, 5.3. Campo Grande 5.3 e Uberaba quatro bilhões. Quer dizer, eu só coloquei – só coloquei – as duas maiores cidades do Triângulo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – 2004, Senadora?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – 2004, PIB Municipal.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Por que não pegou o de 2005/2006?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Foi o que eu consegui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ah, foi.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Foi o que eu consegui. Então, só para vocês terem uma idéia do PIB dessas regiões, certo?

E então só para vocês terem uma idéia das três capitais do Centro-Oeste, a inclusão de duas capitais. A próxima. O que foi pedido do FCO em carteira? E isso é importante para todos saberem. Pedidos em carteira em 2006: 2,2 bilhões foram solicitados por todos aqueles que necessitam de investimento na região Centro-Oeste. Os recursos disponíveis para 2006 foi um bilhão dos 2,2 solicitados. E a aplicação média de 2000 a 2006 foi 1,2 bilhões.

Quer dizer, que o Centro-Oeste tem muito mais carência, muito mais necessidade do recurso que está disponível para investimento nessa região. Agora, vocês imaginem entrando toda uma extensa e grande área do Estado de Minas Gerais, agora, porque isso aí, futuramente, vão entrar certamente se abrir outras áreas, como aconteceu na SUDENE. Nós temos um precedente já nesse País e é por isso que nós estamos preocupados. A próxima.

Aplicação dos recursos do BNDES. E aí eu quero ouvir um pouquinho o Deputado Senador Wellington depois. As contas que nós temos aqui --

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V.Exa., usa os dados e 2004, (inaudível). Informe o Deputado.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Senador. (risos) Senador, Minas Gerais tem uma aplicação de recurso do BNDES de 4.1 bilhões e toda a região Centro-Oeste 3,7; toda a região Centro-Oeste. Quer dizer o Sudeste tem um aporte de recursos muito superior a região Centro-Oeste. E não podem me dizer que um Estado extremamente competitivo da região Sudeste, um Estado extremamente industrializado da Região Sudeste, um Estado que tem a força que tem a força que tem na Região Sudeste, possa competir com a região Centro-Oeste, que necessita do aporte pelo qual o Fundo foi criado.

Então, eu quero fazer, eu quis fazer essas colocações para dizer que agente econômico, a área econômica, não é a razão da inclusão dessa região do Norte e do Oeste de Minas Gerais na região, no Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Essa diferença eu queria colocar aqui, porque Sr^a. Presidente, nós temos que decidir aí uma coisa

que tem que ficar pautado: Ou acabam com os fundos ou acabam com o objetivo pelos quais os Fundos foram criados. Então, não tem mais Fundo de Região Centro-Oeste, não tem mais Fundo de Região Norte, não tem mais Fundo de Região Nordeste. Porque aí todo o País, por uma característica ou outra, vai pedir a sua inclusão.

Quem pode quem pode garantir que os municípios próximos a esses municípios que estão entrando de Minas Gerais, não pleiteiem? Quem pode garantir, agora, que o Oeste de São Paulo, não vai pleitear? Quem não pode garantir, agora, que o Norte do Paraná não vá pleitear? Todos são ligados a região Centro-Oeste.

Portanto, se Sr^a. Presidente, eu me preocupo muitíssimo ou nós brigamos para incluir regiões diferenciadas, como é a Região Centro-Oeste que tem fronteira pesada com o Paraguai, com a Bolívia, que sofre problemas inclusive de violência, como nós sofremos, de tráfico de arma, de tráfico de drogas. Nós sabemos muito bem como é a fronteira do nosso Centro-Oeste com os países vizinhos.

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul sofrem essas problemáticas que nós temos na fronteira, gastamos recursos violentos numa região problemática que é das nossas fronteiras e, não é possível que a gente não possa desenvolver uma região que precisa de aporte para ser uma próxima Minas Gerais.

Nós queremos ter Minas como o nosso escudo e como nosso espelho, mas como é que nós vamos ter Minas, como o grande Estado do Sudeste, um Estado tão grande e tão desenvolvido, com tantas indústrias que é uma honra e uma alegria do povo brasileiro, por que não deixar que o Centro-Oeste possa ter o mesmo crescimento e o mesmo desenvolvimento que Minas Gerais sempre teve? Tem que nos deixar ter essa oportunidade.

E nós merecemos tê-la pelo trabalho e pelo grande apoio que nós temos dado a integração nacional e a força do desenvolvimento do nosso País. Deixo aqui então, colocadas as minhas palavras. Essa decisão vai ser uma decisão política, porque os dados dizem o que Centro-Oeste precisa sim, muito mais do que Minas Gerais do aporte de recurso para o seu desenvolvimento.

É uma região que faz fronteira lá no leste do nosso País, diferente daquelas que estão aqui olhando para o mar ou com tenham mais facilidades de transporte, para se integrar. Não é o caso do Centro-Oeste, nós precisamos de apoio e esse apoio tem que ser dado pelo País. Se o País não cuidar das suas regiões mais desfavorecidas, eu não sei como é que nós vamos fazer PAC de Desenvolvimento nesse País, se nós não

olharmos o desenvolvimento de cada região que todas cresçam equanimente.

Sr^a. Presidente eram essas as minhas palavras. Espero ter aqui colocado--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Um pouco de razão na cabeça dos meus queridos amigos mineiros que estão aqui presentes, normemente o meu querido Eduardo Azeredo e o Senador Wellington Salgado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Com a palavra Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr^a. Presidente, Senadora Lúcia Vânia. Eu quero primeiro, agradecer oportunidade por ter aqui me expressar. Eu não sou membro desta Comissão, mas ainda quando o projeto foi aprovado pelo Senador Aelton Freitas, eu fui inclusive o autor de uma das emendas que ampliou um pouquinho o número de Municípios Mineiros. Só um pouquinho Senadora, não aumentou muito não.

Eu quero primeiro lembrar que esse projeto já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Ele na verdade, ele foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Eu queria voltar um pouquinho. Realmente é claro que as circunstâncias acabam me opondo a essas duas colegas de Partido, a Senadora Lúcia Vânia, Presidente e a Senadora Marisa Serrano. Mas eu quero voltar a história um pouquinho questão da SUDENE.

A SUDENE ela foi criada por um mineiro Presidente Juscelino Kubitschek, com o objetivo exatamente de buscar um contrabalançar à questão da logística a questão de que o Nordeste estava muito longe e precisava de um plano especial. Quando foi criada a SUDENE, naquela época já se incluiu parte de Minas Gerais.

As fronteiras que nós temos, os limites que nós temos nos Estados Brasileiros não são limites estáticos, são limites, na verdade, que ultrapassam ou cortam regiões semelhantes, assim é o semi-árido. O semi-árido ele não termina na divisa de Minas com a Bahia, ele adentra em Minas Gerais.

Então, desde o princípio da SUDENE já era, já tinha sido incluída parte de Minas Gerais. O que houve depois foi a inclusão da região do Jequitinhonha e do Mucuri que são regiões pobres de Minas Gerais, que guardam o mesmo tipo de relação sócio-econômica com o Norte de Minas. Foi, aliás, uma batalha de dezenas de anos, não foram poucos anos. A Senadora Júlia Marisa que foi autora do projeto, na época eu era

Governador de Minas, consigamos que o Presidente Fernando Henrique Cardoso entendesse a importância de sancionar um projeto que tinha sido aprovado aqui no Senado.

Mas eu quero lembrar Senadora Marisa, que no caso da SUDENE não há registros de que os Estados do Nordeste tenham sido prejudicados pelo fato de alguns Municípios de Minas passem a fazer parte da SUDENE. Pelo contrário, a presença de Minas Gerais, sempre tem sido um apoio a mais para buscar mais recursos para o Nordeste. Veja que o nosso Vice-Presidente José Alencar, a sua empresa Coteminas tem uma unidade em Montes Claros, mas não foi nada que impediu que ele fizesse outra industrial na Paraíba, indústria no Rio Grande do Norte.

Então, eu não tenho nenhum registro de que o fato de Montes Claros no Norte de Minas, Jequitinhonha, serem parte da SUDENE, isso tenha prejudicado investimento no Nordeste não há esse registro. Eu acho que é muito importante a gente deixar bem claro essa questão, porque senão essa visão de que a inclusão de Minas no FCO, no Centro-Oeste, parte de Minas poderá prejudicar, ela não tem base a história da SUDENE mostra que isso não aconteceu.

Minas tem pelo contrário, procurado fortalecer a SUDENE é bem clara a visão mineira, os mineiros sempre foram de uma mentalidade muito aberta, compreendem a necessidade de políticas compensatórias para outras regiões do País. O Centro-Oeste do Brasil precisa sim, de um Fundo especial, mas nós já tivemos a participação. Minas Gerais está sempre apoiando o Centro-Oeste.

Eu fui há poucos anos na inauguração da ponte que liga Minas Gerais ao Mato Grosso, que é a ponte Porto Alencastro, essa ponte a maior parte do recurso foi do Estado de Minas Gerais, na verdade, que era uma ligação importante numa estrada, numa rodovia federal. Mas já que o Governo Federal não aplicava os recursos necessários o Estado de Minas é que aplicou. Os mineiros estão em grande número em Goiás, estão em Mato Grosso do Sul, estão no Mato Grosso, exatamente procurando participar do crescimento, porque nós somos um País só.

Então, nós somos 20 milhões de habitantes. Então, quando nós mostramos números ali, por que Minas Gerais tem um volume maior de recurso do BNDES? Porque é a segunda maior população do Brasil. São quase 20 milhões, são 19 milhões, quase 20 milhões. O Senador Wellington lembrou aqui que nós perdemos, Minas Gerais perdeu várias indústrias realmente para Goiás em especial, uma delas eu meu lembro bem, essa questão da Perdígão, ela já estava acertada de ir para a cidade de Patos de Minas.

Foi realmente, na época “a chamada guerra fiscal”, que acabou que a Perdigão foi embora para Goiás. Eu sei que tem aí o mérito do Governo de Goiás, tem o mérito do Senador Marconi Perillo que soube exatamente mostrar os atrativos de Goiás. Mas olha, a inclusão desses municípios mineiros não vai prejudicar de forma alguma os Estados do Centro-Oeste. Eu diria que é exatamente o contrário, nós vamos é somar forças.

É verdade, que uma Uberlândia é uma cidade mais rica do que a média das cidades mineiras ou do que a média brasileira. É uma cidade dinâmica, uma cidade que realmente tem uma economia muito pujante, mas essa não é a realidade de todos os municípios que nós estamos falando. Nós estamos falando de 58 + 26, seriam cerca de 80 Municípios. São Municípios pequenos, são municípios com base agrícola e Municípios que precisam dos mesmos incentivos.

Então, o fato de termos o Rio Paranaíba separando Minas de Goiás, não significa que as regiões não têm semelhança elas têm semelhança. Os Municípios são muito parecidos do ponto de vista sócio-econômico e geográfico. Eu não tenho nenhum receio de que a entrada de Minas possa prejudicar os Estados de Centro-Oeste.

Pelo contrário, o que nós queremos é fortalecer o Fundo do Centro-Oeste. Volto a dizer, o exemplo da SUDENE é exatamente o oposto, ele não mostra o prejuízo dos Estados do Nordeste pela participação dos Municípios Mineiros.

Nós temos a localização central, Minas Gerais tem uma localização que força essa questão de ter um pouco mineiros, somos goianeiros, somos meio baianos, somos meio carioca, meio paulistas. É isso mesmo, é a localização central de Minas, que faz de Minas um Estado que é a síntese do Brasil. É um Estado que é um resumo do Brasil. E um Estado que tem o coração aberto para o Brasil todo. Nós queremos estar junto com o Centro-Oeste.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– (falha no áudio) Quando se fala em recurso, não é Senador? (risos).

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra, o Senador Mozarildo para discutir a matéria. Logo em seguida o Senador Marconi e em seguida Senador Valter.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr^a. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras, o Brasil realmente é um País interessante.

A nossa divisão geográfica nós temos Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, nós não temos Oeste nós não temos leste. Começa a nossa Geografia realmente muito esquisita, pelo menos né?

E aí no que tange a divisão geográfica existente a coisa se torna mais esquisita ainda. Eu vou falar da minha região, a Região Norte. Inicialmente quando se criou a SUDAM, quais eram os Estados que eram abrangidos pela SUDAM? Os da Região Norte. Mas aí se inventou um artifício da Amazônia Legal, portanto, por lei se estendeu a Amazônia um Estado Nordestino, o Maranhão e um Estado do Centro-Oeste, o Mato Grosso.

Então, vejam que absurdo. Então o Maranhão tem benefício do Fundo do Nordeste, tem benefício do Fundo da Amazônia, portanto, está duplamente assistido, enquanto que os Estados da Região Norte ficam assistido mal e porcamente pela SUDAM, a ex-SUDAM hoje ADA.

Então, isso tem levado aquela máxima. Quem é que leva mais vantagem numa hora dessa digamos de brigar por recursos – estou me restringindo a minha região – pela SUDAM? Os Estados mais ricos. E quem são os Estados mais ricos e mais influentes? Maranhão, Mato Grosso, Pará, no caso da Amazônia, os outros ficam periféricos.

Então é um caso aqui, eu com todo o respeito que tenho aqui aos colegas de Minas Gerais, eu vejo o seguinte, realmente, a coisa é se torna até mais grave. Porque Minas está já com benefícios do Nordeste, pela lei da SUDENE. Aí Minas vai pegar benefício de FCO, porque vai incluir Municípios na Região Centro-Oeste. É uma coisa parecido com o que acontece com o Maranhão e Mato Grosso.

Então, entendo realmente, como homem da Amazônia, mas que tenho acima de tudo a minha bandeira. É que nós possamos eliminar as desigualdades regionais e, só nós eliminaremos, realmente, atendendo as regiões mais pobres. Ora, dizer que Minas Gerais é pobre, não é dá para aceitar. Tem locais pobres, é verdade, nós sabemos da Geografia. Agora, não pode ser às custas de recursos, de benefícios que devam ir para o Nordeste ou de benefícios que devam ir para o Centro-Oeste, que Minas vai compensar isso.

Eu acho realmente que dentro desse enfoque de eliminação das desigualdades regionais – e faço até um apelo ao Senador Eduardo Azeredo, que realmente nós vamos dar prioridade para a Região Nordeste, para a região Centro-Oeste e para Região Norte. O SUL e o SUDESTE recebem sozinhos 80% dos investimentos do BNDES.

Aliás, Sr^a. Presidente tem um requerimento meu aprovado já, para ouvir Presidente do BNDES sobre essa questão. Como mudou de Presidente, eu gostaria de, portanto, solicitar que fosse convidado o novo Presidente, porque essas coisas Senador Azeredo, se nós não enfrentarmos com clareza e dermos priorida-

des para os mais pobres, vai ficar aquela.. Como da música, os mais ricos vão ficar cada vez mais ricos e os mais pobres cada vez mais pobres.

Então, eu particularmente, realmente, até apelo para que nós não aproveemos esse projeto, eu acho que da forma como está de incluir municípios de outra região na região Centro-Oeste. Como eu não, quer por exemplo, e já tem inclusive um parecer dado a um projeto do Senador Jonas Pinheiro, para excluir da Amazônia Legal o Maranhão e o Mato Grosso. Não é porque eu acho que o Maranhão e o Mato Grosso não tenham, digamos assim, do ponto de vista de bioma alguma coisa de floresta amazônica, tem. Mas só que não é a realidade, não são a Amazônia verdadeira, é a Amazônia Legal.

Então é por isso que eu quero dentro desse enfoque, dizer da minha posição contrária a inclusão de municípios de Minas Gerais na região Centro-Oeste. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Obrigada.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente só esclarecer, um detalhe. Só esclarecer aqui. Olha, veja o número 80 Municípios pode espantar, mas 80 Municípios é só 10% do Município de Minas não é tanto assim. (risos).

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Sr^a. Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Sr^{as}. Senadoras e maioria aqui nessa Comissão, Srs. Senadores.

Sr^a. Presidente, com todo o respeito a Minas Gerais esse nosso vizinho, Estado-irmão. Quase todos nós somos descendentes de mineiros, temos origem em Minas Gerais, temos um carinho extraordinário por Minas, pelo Governador Azeredo, pelo Governador Aécio, pelo Senador Wellington, por todos os mineiros que honram essa nação, por ser um povo trabalhador, um povo extraordinário.

Mas apesar disso tudo Senadora, nós devemos reconhecer que essa questão do desenvolvimento regional, não pode passar pelos recursos da SUDENE da SUDAM, ou da antiga SUDECO, hoje o FCO. Não podem passar por recursos chamados fundos constitucionais, por uma razão simples Senador Eduardo Azeredo, uma razão que é matemática. Falta dinheiro.

Se nós tivéssemos dinheiro sobrando no FCO, com certeza, nós não estaríamos aqui debatendo a exaustão esse assunto. Mas falta dinheiro e eu tenho tive essa experiência ao lidar com a questão do Conselho de Desenvolvimento do Estado com a coordena-

ção do FCO, duramente quase oito anos como Governador de Goiás.

E, durante todo esse tempo nós tínhamos uma verdadeira correria atrás de recursos novos, porque por volta do mês de abril e mês de maio os recursos do FCO já estavam findados, já tinham acabado. E aí todos os anos era aquela romaria aqui em Brasília, buscando alternativas junto ao FAT. Um ano nós conseguimos um bilhão do fato ou através de recursos do fundo Curador do FGTS, para complementar o atendimento as demandas que são cada vez mais crescentes em relação a recursos do FCO.

Pelo histórico outros fundos até sobram dinheiro, mas na região Centro-Oeste não sobra dinheiro. E o que acontece hoje Senador Eduardo, é que da ausência de um Fundo de Desenvolvimento Nacional ou de uma política de desenvolvimento nacional, que efetivamente possa garantir o desenvolvimento equilibrado no País, possa combater as discrepâncias regionais nós nos vemos obrigados nos últimos anos a sacar de um artifício ou de uma estratégia, através da qual nos possibilitou o crescimento do PIB, o crescimento das exportações, o desenvolvimento e o crescimento do Estado.

Nós fomos obrigados, Senadora Lúcia Vânia, a senhora sabe mais do que ninguém, a trabalhar a questão da renúncia fiscal para financiar o nosso desenvolvimento. Se Goiás quis financiar a agregação de valor às suas matérias primas, e nós somos riquíssimos em produção agrícola, pecuária em extração mineral transformação mineral.

Se nós quisemos ao longo desses últimos, quase 30 anos potencializar o nosso desenvolvimento, o nosso crescimento, nós somos obrigados a financiar esse crescimento com renúncia fiscal, através do chamados incentivos fiscais.

Nós somos criticados pelo artifício ou pelo instrumento da guerra fiscal ou dos incentivos fiscais, mas não nos resta ou nos restou outra alternativa, senão com os nossos próprios recursos e isso ao longo de quase três décadas, buscarmos o financiamento do nosso desenvolvimento, do nosso crescimento.

Nós temos em Goiás extraordinárias potencialidades, mas infelizmente não temos no Brasil uma política de desenvolvimento regional, com um Fundo na minha opinião, esse Fundo deveria ser destinado a financiamento e a investimento. Investimento na infra-estrutura, na logística e financiamento para o setor produtivo efetivamente se instalar na região, para agregar valor às nossas matérias primas. Então, nós fomos obrigados pela ausência de uma Política

Nacional de Desenvolvimento Regional, que na minha opinião deveria ser composta por pelo menos

20 bilhões de reais. E aí, sim nós poderíamos tratar do fim da guerra fiscal, do fim dos incentivos fiscais, se tivéssemos assegurados esses recursos para financiamento e para investimento.

Na ausência disso, Senador Eduardo Azeredo, nós continuamos perdendo receitas perdemos por um lado para colaborar no financiamento das exportações, perdemos porque a União concentra 73% de todas as receitas tributárias e contribuições em seu poder. Perdemos porque ajudamos as exportações com a Lei Kandir e, perdemos porque fazemos renúncia voluntária, renúncia fiscal legal para que os empresários possam se instalar no Estado de Goiás e nos Estados da região, para industrializarem a nossa região.

Nós ainda temos o problema das distâncias em relação aos portos isso nos traz um diferencial de competitividade negativo. Então, é preciso compensar esse diferencial de competitividade, devido as distâncias dos nossos Estados aos portos com incentivos.

Agora, perder instrumento o único nós não temos a SUDECO, há quantos anos a SUDECO foi extinta? Já tivemos de volta a SUDAM a SUDENE, mas a SUDECO foi extinta. Nós não temos nenhum outro instrumento. Nós não temos um banco de desenvolvimento da região Centro-Oeste. Na ausência, portanto, de um instrumento eficaz para o nosso desenvolvimento nós só temos o FCO, o Fundo do Centro-Oeste que inteligentemente, o Constituinte de 88 garantiu na chamada Constituição Cidadã.

Portanto, Senadora Lúcia Vânia, a senhora que acompanha ao longo de toda uma vida essa discussão sobre o FCO desde a Constituinte, essa discussão da SUDECO, que sempre teve o meu apoio, a minha colaboração e da nossa Bancada. A senhora que ao longo do tempo debateu essa questão do crescimento da região, tem toda razão ao se preocupar e ao nos envolver a todos com relação a essa perspectiva, porque nós não temos outro instrumento. Goiás e a região Centro-Oeste são uma região solução para o Brasil. Tudo que se investe nessa região a gente tem resultados extraordinários de volta.

É a região eu diria uma das regiões que mais dá retorno ao Brasil. São pequenos investimentos extraordinários o retorno. Crescimento muito acima da média nacional em termos de PIB. Em termos de exportações. De empregos nós geramos os últimos oito anos em Goiás 500 mil empregos líquidos. O PIB nosso, é verdade, Senador Wellington. Saltou de 17 bilhões para 50 bilhões em 08 anos, mas isso graças, isso graças a um esforço extraordinário, sobretudo pautado...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Do seu governo, quando V.Ex^a. era governador, desculpe, um aparte? A Senadora

Marisa Serrano colocou – não o final de seu Governo, quando V.Ex^a.s. Subiu o PIB assustadoramente do Estado de Goiás – eu ainda defendi V.Ex^a.. Eu falei: “Ô, está faltando ética, o Senador Marconi levou um monte de indústria para lá subiu. Quer dizer, eu quero que V.Ex^a.. Colocasse os dados do Senador Marconi Perillo ali. V.Ex^a., não colocou foi só de 2003, eu reclamei, reclamei.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)

– Senador Wellington eu estou explicando, eu estou concluindo, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador Wellington, está com a palavra o Senador Marconi.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)

– Eu estou concluindo Senador Wellington, olha, eu já disse aqui Senador Wellington, às custas de renúncia fiscal de incentivos fiscais de muita luta, agradeço a V.Ex^a.. Mas eu queria aqui fazer um apelo ao Senador Eduardo Azeredo, ao Senador Wellington e a toda Bancada mineira no sentido de que deixa desista dessa idéia.

Nós estamos à disposição Senador Eduardo nós goianos, mato-grossense, sul mato-grossense, cangangos. Nós da região Centro-Oeste eu tenho certeza que posso falar em nome de todos, nós estamos à disposição do Estado de Minas Gerais, a disposição de Vossas Excelências para apoiarmos qualquer projeto que insira esse essa região Minas Gerais no contexto de uma política de desenvolvimento regional.

Mas num outro fundo com outros recursos e não com os nossos recursos que já são poucos. O FCO, repito, é insuficiente para atender as demandas nossas que são crescentes.

Eu encerro a minha contribuição aqui Senadora Lúcia Vânia, concitando a essa Casa que debata outras questões, debata apoio a Minas Gerais, mas não à custa dos poucos recursos que temos. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço ao Senador Marconi. Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Deixa, só são dois minutos só.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela ordem, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Eu quero insistir que nós não queremos tirar nada do Centro-Oeste nós queremos somar com o Centro-Oeste.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, cabe sim, audiência pública.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– São 53 Senadores.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não está em votação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Além dos 03 Senadores são mais 53 Deputados Federais. Senadores.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não está em votação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– É uma somatória não é nada de retirar é para somar que nós queremos participar do Fundo do Centro-Oeste, é nesse sentido. Aqui chegou o Senador Aldemir, nós queremos participar do entorno de Brasília, também, é outro projeto que queremos participar sim eu volto a insistir pela localização geográfica de Minas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra, o Senador Valter Pereira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria encaminhar, primeiramente, tendo em vista essa grande colocação do Ex-governador Senador Marconi Perillo, que citou tantos assuntos. Eu vou propor por requerimento audiências pública para que possamos realmente debater as questões levantadas pelo Senador Marconi Perillo.

Como está em fase de discussão, cabe requerimento. Não está em votação não. Não está em votação não. Não está em votação que conste em ata que acabei de consultar que está em discussão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador Wellington, já foi pedido vista a esse projeto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não, não, cabe.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Nós vamos colocar o projeto em votação.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr^a. Presidente, mas antes de colocar em votação --

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Cabe, então... Cabe recurso da decisão que está sendo tomada aqui.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)
– Sr^a. Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Acabei de consultar minha Assessoria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Então, V.Ex^a., faça o recurso e apresente ao Plenário.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vou fazê-lo é claro, mas poderia ser conduzido dentro do Regimento Interno.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – O projeto vai à votação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V.Ex^a., não está conduzindo dentro do regimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – A última reunião ficou estabelecido que V.Ex^a., pediu vistas apresentou voto em separado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Perfeito. Perfeito, mas ainda está em discussão. Eu tenho direito regimental de pedir audiência pública. Eu tenho e já consultei minha Assessoria eu não estou indo contra a posição de V.Ex^a., sem uma base legal. Eu jamais iria. Eu estou indo dentro de uma base legal.

Eu pediria que V.Ex^a., consultasse sua Assessoria e visse se é possível dentro da fase de discussão requerimento de audiências públicas, tendo em vista a colocação do Senador e Ex-governador Marconi Perillo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr^a. Presidente...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu não quero ir contra V.Ex^a., aleatoriamente. Eu consultei minha Assessoria Jurídica e disse que eu tenho direito a um requerimento para audiência pública, se V.Ex^a. consultar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Você tem Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Se V.Ex^a., consultar...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – V. Exa tem Senador Wellington, todo o direito de apresentar o requerimento ao Plenário, assim como nós o fizemos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Claro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agora, eu acho que V.Ex^a., deveria deixar conduzir normalmente os trabalhos aqui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria debater aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Uma vez que V.Ex^{a.}, já teve a oportunidade de fazer o voto em separado, vamos colocar o seu voto em votação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas eu... Mas eu...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Antes de qualquer outra coisa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria só o regimento. Eu acho que vai enriquecer tanto a Comissão da qual V.Ex^{a.} é Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Nós estamos... Não vai enriquecer, Senador Wellington. Eu acho que isso é tumultuar o processo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – É tumultuar o processo, é protelar a votação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Protelar foi o que V.Ex^{a.}, fez quando pediu regimentalmente e trouxe para a Comissão da qual V.Ex^{a.} é Presidente, isso que é protelar. Eu estou querendo protelar, se é isso, dentro da Comissão de qual V.Ex^{a.} é Presidente eu respeito V.Ex^{a.}... Eu quero aqui na Comissão de V.Ex^{a.}, debater. Maior carinho que tenho por V.Ex^{a.}s., V.Ex^{a.}. Não quer me deixar debater dentro da Comissão de V.Ex^{a.}? Eu queria aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Esse projeto já foi exaustivamente debatido. Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr^{a.} Presidente, efetivamente sempre que se coloca em discussão dinheiro, os efeitos ao esses aí, esse frisson todo.

Eu não consegui entender até agora é a matemática do Senador Azeredo. Ele diz que parece que vai agregar mais recurso para o Centro-Oeste? Eu não entendi bem isso, gostaria que V.Ex^{a.} me explicasse, se isso? Porque se V.Ex^{a.}, tem alguma emenda que é para Minas contribuir com mais recursos para o Centro-Oeste, a fim de melhorar a região Centro-Oeste, eu acho que nós temos que realmente fazer a audiência pública proposta pelo...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Não, nesse momento é evidente que não tenho emenda. Eu isto dizendo que a força política de Minas Gerais, com 53 Deputados com mais três Senadores,

ela ajuda para conseguir mais recursos para o FCO. É nesse sentido que eu estou dizendo é nesse sentido.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Ah, tá. Mas então Minas não vai contribuir com mais para o Centro-Oeste.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Não, Minas Gerais quer o financiamento.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Ah, quer! Então, Minas Gerais quer partilhar dos recursos do Centro-Oeste?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Mas nós queremos aumentar esses recursos, nós queremos aumentar o bolo e depois dividir.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas o projeto que está discutindo aqui é para dividir o bolo e não é para aumentar o bolo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim, mas nós vamos aumentar o bolo, em seguida, através da atuação política de Minas Gerais.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Então, a hora que V.Ex^{a.}, tiver um projeto para aumentar o bolo V.Ex^{a.}. Vai contar com o meu apoio. Agora, nesse que é para dividir o bolo, não podemos concordar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Mas nós estamos permanentemente participando.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Nós não conseguimos entender a matemática.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Minas Gerais, sempre defendeu outro dia mesmo eu estava no Plenário defendendo as questões ligadas a SUDENE, isso seja justo, nós sempre defendemos a SUDENE, sempre defendemos os municípios do centro Oeste não nos confunda com algum vizinho nosso mais poderoso, esse sim, é um pouco mais egoísta, né. (risos).

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu não acho... Eu não acho egoísmo aqui, eu não vejo egoísmo aqui, eu acho o seguinte a Bancada de Minas Gerais, senhoras Presidente, ter que se reconhecer é uma Bancada eficiente, Parlamentares muito sabidos, muito experientes e muito cheio de criatividade. Mas Sr^{a.} Presidente, o que eu gostaria de destacar aqui eu vou ser curto, na minha conversa, eu vou ser curto na minha intervenção.

Porque eu acredito o seguinte, a Senadora Marisa Serrano, já fez uma exposição muito ampla, o Senador Marconi Perillo, todos, que antecederam discutiram amplamente a matéria. Mas o que eu quero dizer aqui é o seguinte, o Fundo do Centro-Oeste como os demais fundos constitucionais, não foram criados por acaso. Nasceram de uma constatação de que havia nesse País, uma profunda desigualdade nas condições do desenvolvimento de todo País.

E essa desigualdade decorria de todos os fatores que já foram amplamente expostos aqui, pelo Senador Marconi Perillo e pela Senadora Marisa Serrano, certo? São condições desfavoráveis do ponto de vista de logística, do ponto de vista de recursos naturais etc.

Então, quando se criou o FCO, o que se buscou juntamente com os outros fundos constitucionais, foi corrigir as distorções. Foi aproximar mais os Estados que estavam em situação de extrema desigualdade daqueles que desde os primórdios da história do Brasil, já se pontificavam como os Estados desenvolvidos. De sorte, Sr^a. Presidente, que estando madura a matéria.

Estando aqui esgotados todos os fundamentos que justificariam a discussão, não há necessidade de falar mais nada eu acho que nós temos que colocar em votação o mais rápido possível.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Obrigada.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr^a. Presidente, eu ainda posso...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Só um instantinho. Eu gostaria antes Senador Jayme, de passar a palavra a V.Ex^a., eu gostaria de colocar em votação a solicitação de audiência pública do Senador Wellington.

Simplesmente, para que não haja nenhuma dúvida sobre os procedimentos que estamos tendo aqui.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr^a. Presidente, eu gostaria só de uma questão de ordem.

Eu acho que o Senador Wellington tem razão quando ele quer o direito de fazer a audiência pública, só que a audiência pública, não pode entrar a votação normal.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não, nós votamos o requerimento de votação, Valter--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vota em votação o requerimento, sem prejuízo da votação, da votação da matéria.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A Comissão pode rejeitar ou aprovar, Senador Valter a Comissão pode rejeitar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu ler aqui o regimento: “A audiência pública prevista para o disposto no inciso I, que é audiência pública, poderá por favor audiência pública, poderá ser dispensada por deliberação da Comissão. Então vamos colocar em votação. Para ver se vamos fazer essa audiência pública.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Isso. Põe em votação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr^{as}. e Srs. Senadores, que concordam com o requerimento do Senador Wellington, permaneçam como se acham. Rejeitado. Rejeitado.

Está rejeitada a audiência pública do Senador, proposta pelo Senador Wellington. Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT) – Senhora --

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E foi errado, deveria ser quem quer se manifeste...

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT) – Senhora. Já perdeu, viu?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu não. O Estado de Minas é que está perdendo.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT) – Sr^a. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esta Comissão demonstrou uma vez mais que a democrática. Eu imagino que até o novo requerimento de audiência pública proposta por ilustre Senador Wellington, está prejudicada, tendo em vista que na sessão anterior V.Ex^a. já tinha solicitado um voto em separado.

Entretanto uma demonstração da coerência e, sobretudo da responsabilidade da nossa ilustre Senadora Lúcia Vânia, que veio aqui colocou em votação e o requerimento de V.Ex^a. não foi aproveitado.

Entretanto, Sr^a. Presidente, eu não vou ser longo até pelo adiantado da hora. Mas eu acho até louvável a idéia, a proposta do Senador José Wellington, de fazer com que o Estado de Minas Gerais, fosse inserido na participação do FCO. Entretanto, o Senador José Wellington conhecedor profundo da matéria, sabe que o Fundo Constitucional do Centro-Oeste foi cunhado com o advento da Constituição.

Eu imagino que a nossa região Senadora Lúcia Vânia, Senador Valter Pereira, demais Senadores que compõem esta Comissão, é uma região que tem sido penalizado no longo dos tempos, na medida em que o Senador Marconi foi muito feliz na sua fala, colocou aqui de que nós mesmos financiamos o nosso desenvolvimento, ou seja, com a renúncia de impostos, sobretudo, contribuindo agora também com a Lei Kandir, que tem penalizado sobremaneira a nossa região.

Senão bastasse isso, os recursos, como bem disse a Senadora Marisa Serrano, é muito aquém frente das nossas necessidades. E tínhamos pleito na ordem de 02 bilhões de reais o ano passado e apenas 1.2 bilhões, foi possível financiar naturalmente os grandes empreendimentos.

V.Ex^a. aqui, me parece tanto de V.Ex^a. como do querido Senador Eduardo Azeredo, em relação as empresas que eram sediadas na região do Triângulo Mineiro que muitas delas deixaram para ir para o Estado de Goiás, fruto naturalmente desse incentivo que o Governo, através naturalmente, do FCO estava propondo a essas empresas.

Entretanto V.Ex^a., eu acho que sabe que a região Centro-Oeste tem contribuído sobre maneira. Todo e qualquer um centavo de real que é investido naquela região eu imagino que algo parecido em torno de 10 reais é dado em contrapartida para o Governo, através da balança comercial.

De forma que nós, nesta oportunidade, temos a certeza que não só eu, como a Bancada do Centro-Oeste e outros ilustres Senadores que compõem esta Comissão está fazendo Justiça. Nós gostaríamos imensamente que os 58 e depois mais 26 municípios da região Triângulo Mineiro participasse do FCO, todavia é impossível. E eu estou convencido se os municípios de Minas Gerais fossem inseridos na participação desse incentivo lamentavelmente, o pouco que nós tínhamos com certeza, seria insuficiente para atender as demandas.

De forma que eu quero encerrar a minha participação ilustre Senadora, dizendo ao querido Senador José Wellington, muito das obras que existem na região Senador Eduardo, Ex-governador do Estado de Minas Gerais, foi Bancada pelos Governos Estaduais. Hoje o Mato Grosso paga algo parecido das suas receitas correntes liquidas de 22, a 23%. Uma política de renegociação das dívidas perversa que vem penalizando o nosso Estado, não permitindo que quase nada sobre de nossas receitas, tendo em vista que nós estávamos vinculados, ou seja, o FPE que já está dando a garantia e com isso quase nada sobra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Minas Gerais também paga. Minas Gerais paga também.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT) – Para o senhor ter uma noção.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Nós queremos vamos juntos, nessa luta.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT) – Mas o Estado de Minas Gerais é um Estado rico, um Estado pujante. O Estado de Mato Grosso é um Estado incipiente ainda na agregação de valores, sobretudo na industrialização, Minas não. Minas tem as grandes multinacionais sedadas ali, ou seja, localizadas, produzindo, fabricando e etc e etc.

Então nós financiamos. Para o senhor ter uma noção a BR 070 do Estado de Mato Grosso, a 158, a BR 163 onde ela está parada, foi financiamento o

que Governo Estadual contraiu que permitiu que nós alavancássemos a nossa produção. Hoje nós somos o maior produtor de soja, detemos o maior rebanho bovino, foi graças ao financiamento do Estado de Mato Grosso obteve do Banco Mundial.

Entretanto esse financiamento que nós fizemos está penalizando hoje, com certeza, a nossa melhoria no que se diz respeito a infra-estrutura de forma que eu quero aqui dizer. Que --

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Vocês têm muito mais boi do que Minas Gerais. Minas Gerais, tinha muito boi agora tem menos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT) – Mas o senhor tem um grande Parque Industrial. V.Ex^a.. Há de convir comigo que é um Estado privilegiado o Estado de Minas. Para concluir para o senhor ter noção, Senador Wellington e Senador Eduardo, na Constituição de 88, estava previsto um programa de irrigação que chama-se Irrigar. Eu imagino, eu não sei se o Estado de Minas Gerais foi contemplado.

Para V.Ex^a., ter noção, nem um centavo de real até hoje foi deste Programa Irrigar, nós estamos sendo prejudicados nós podíamos ter a nossa região como Goiás, certamente também, tendo realmente as nossas áreas sendo irrigadas, com isso permitindo que a nossa produção alcançasse, talvez duas ou três vezes, mais do que é hoje, não só Mato Grosso como Goiás. É muito pouco que foi até hoje para nossa região, Senadora Lúcia Vânia.

De forma que eu acho que uma questão de Justiça aqui. Eu imagino que Minas Gerais precisa de mais naturalmente fontes de investimento para o setor privado, todavia, nós não poderíamos em detrimento naturalmente de Minas Gerais, prejudicar a região Centro-Oeste do Brasil. De forma que eu quero nesta oportunidade dizer, que nós temos a consciência de que o que nós estamos fazendo aqui, meu irmão Senador Mozarildo, é mais do que Justiça.

Estamos praticando aqui, com certeza, uma demonstração que nós Senadores somos Estadistas e estamos defendendo os interesses, não só da nossa região, mas sobretudo de toda a sociedade brasileira. Muito obrigado, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Obrigada, Senador. O último orador inscrito Senador Valdir Raupp. Logo em seguida, vamos colocar em votação. É o último orador.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr^a. Presidente, Sr^{as}. E Srs. Senadores. Senador Wellington.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Têm um orador na tribuna, Senador Wellington.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr^a. Presidente, Sr^{as}. E Srs. Senadores. Eu acho que o pleito do Senador Wellington é legítimo. Eu não sei se ele vai ganhar aqui na Comissão, mas eu vou dizer por que ele é legítimo.

O meu Estado, o Estado de Rondônia no passado já pertenceu ao FCO, a SUDECO, a antiga SUDECO. Quando o Ramez Tebet era o Superintendente da SUDECO do Centro-Oeste, o Estado de Rondônia tinha um escritório da SUDECO, ficou por muito tempo lá recebendo os benefícios do FCO – Rondônia, depois Rondônia saiu e ficou o Mato Grosso. E o Mato Grosso pertence a SUDAM e a SUDECO e ao FCO.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas a SUDAM não existe, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Existe. Existe a ADA e é a mesma coisa, existe e está sendo recriada com nova SUDAM ou com ADA não sei o quê. O Maranhão da mesma forma pertence ao FNE e ao FNO, o FNE do Nordeste e o FNO do Norte. Então tem dois Estados do Brasil que pertence a duas Agências de Fomento de Desenvolvimento Regional. Logo o pleito do Senador Wellington não é de todo inconstitucional, poderia muito bem uma parte do Estado de Minas pertencer ao Centro-Oeste.

Eu gostaria muito que o meu Estado, o Estado de Rondônia pertencesse ao Centro-Oeste, porque Rondônia está mais para o Centro-Oeste, uma parte de Rondônia, pelo menos o Sul de Rondônia. Então, é claro que o Brasil é muito grande, por isso talvez tenha esses conflitos aí de limites e divisas e regiões, quem sabe...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B – CE) – Senhor Raupp, eu estou querendo que o Ceará entre no Sudeste para partilhar esse bolo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Quem sabe se criasse mais uma região.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador Inácio, tem um orador na tribuna.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Mas Senadora, era só essa ponderação que eu queria fazer, só para dizer que o pleito do Senador Wellington, senão 100% justo, mas também não muito injusto. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra Senador Wellington, para fazer sua defesa e por fim a votação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Lúcia Vânia, primeiramente eu queria agradecer a V.Ex^a., por realmente ter botado em qualquer discussão, foi democrática e botou em votação e eu pedi na votação e aqui nessa

Casa, se ganha ou se perde na votação. Isso é o que vale aqui dentro eu sempre disse isso.

E V.Ex^a., realmente foi e botou e eu perdi. Quem perde só pode reclamar. Chorar. Entendeu? É importante. Agora eu quero dizer o seguinte, quando esse projeto começou em discussão existia uma promessa é aí promessa não é nada escrito, de que o Presidente Lula, numa reunião com o ex-Senador Aelton Freitas, hoje Deputado Federal do Triângulo Mineiro, aumentaria o FCO para atender a região que estava sendo submetida.

Existia uma promessa, não tem nada escrito. Então, não era objetivo de Minas tirar dinheiro de Goiás, de Mato Grosso, de Brasília, de Brasília, que está aqui o nosso Senador de Brasília, que realmente é o maior renda per capita do País, a maior renda per capita do País.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Trouxe até o Governador do Mato Grosso aqui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador, o Governador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Veja bem vindo, Governador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Governador do Mato Grosso eu sou fã dele. Realmente já almoçamos tivemos oportunidade de almoçar lá. É um prazer tê-lo aqui, Senador Blairo.

Então Senadora, realmente eu estou sentindo que o ambiente não está muito bom para votação. (risos) Eu tenho sentido que eu estou passando por uma fase não muito boa ultimamente, meu inferno astral. Mas eu tenho certeza que vai melhorar porque eu sou um otimista por natureza.

Então eu termino aqui o meu discurso e me submeto pedindo --

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Wellington eu nem posso votar aqui, eu nem voto eu tenho aqui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não dá nem para pedir os votos, porque eu estou vendo que é a maioria do Centro-Oeste, não dá nem para implorar pelos votos, a Senadora Patrícia Saboya, por exemplo, Governador (risos). As mulheres realmente, elas estão unidas as Exmas. Senadoras, sempre unidas. A Senadora Patrícia Saboya vai me dar um retorno

Era só isso que eu queria declarar e muito obrigado, por ter colocado o meu requerimento em votação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em votação.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pois não, pela ordem Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Eu só queria pedir ao Senador Eduardo Azeredo, para ele mostrar para gente talvez para o Presidente Lula como é que faz essa contas dele, que aumenta, aumenta o número de Municípios, mas como é que Senador Eduardo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Nós vamos conhecer.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Porque ele tem um cálculo que é muito estranho.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Nós vamos somar, mais três Senadores, mais 53 Deputados, para que o Governo Federal coloque mais dinheiro no FCO.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Pronto, é essa conta. Agora, nós entendemos, porque eu não estava entendendo, que aumenta o número de Municípios e o bolo continua o mesmo, mas aumenta também.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Vamos aumentar o bolo. Ué!

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Aumento politicamente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em votação o parecer contrário ao projeto e as emendas número 1 da CAE, número 2 da CAE e número 1, do Plenário. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Com voto em contrário.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas não morri ainda. Eu não morri ainda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Do Senador Wellington e Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Manifestação contrária, obviamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Não havendo mais nada mais a tratar declaro encerrada a presencio sessão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr^a. Presidente, o Governador de Mato Grosso está com muito peso, hein? Dobrou até a Bancada de Minas.

Sessão encerrada às 12h59.

Ata da 15ª Reunião (Extraordinária) Da Comissão de Desenvolvimento Regional e turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de junho de 2007, quinta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e dezenove minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e sete, na sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Cícero Lucena, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Jayme Campos, João Tenório e da Senhora Senadora Marisa Serrano. Justifica a ausência o Senhor Senador Geraldo Mesquita Júnior. Comparecem ainda os Senhores Senadores Augusto Botelho, Sérgio Guerra, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Eduardo Azeredo, Eduardo Suplicy e a Senhora Senadora Serys Slhessarenko, que não compõem esta Comissão. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 14ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. Ato contínuo, a Presidenta esclarece que a presente reunião tem como finalidade a realização de Audiência Pública com a presença do Ministro de Estado, Senhor Geddel Vieira Lima, com a finalidade de debater a “Política de Desenvolvimento Regional”, no âmbito do Ministério da Integração Nacional. O Sr. Geddel Vieira Lima faz uma explanação sobre os objetivos propostos pela Audiência Pública. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Marisa Serrano, Garibaldi Alves Filho, Cícero Lucena, Valter Pereira, Wellington Salgado e Jayme Campos. A Presidenta agradece a presença dos Senhores Vereadores de Campo Grande – MT, Cristóvão Silveira e Edmar Neto, do Deputado Federal Colbert Martins e do Deputado Estadual do Mato Grosso do Sul, Professor Rinaldo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão

Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa e a leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião da Comissão. Srs. e Sras. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre Política de Desenvolvimento Regional no âmbito do Ministério de Integração Nacional com a presença do Sr. Ministro de Estado, Geddel Vieira Lima. Em conformidade com artigo 398, incisos X e XI do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: O Ministro terá meia hora para fazer a sua exposição, em seguida abriremos a fase de interpelação pelos senhores e senhoras Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de 5 minutos assegurado igual prazo para resposta do Ministro, após o que, poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro o mesmo tempo para tréplica. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido com preferência para o autor do requerimento. Ministro, eu pediria a V. Exa. para aguardar só um instantinho para que o senhor não tenha que repetir a sua exposição. Nós estamos aguardando os Senhores. Senadores que estão aqui ao lado e eles deverão estar presentes. (Pausa para espera de Senadores)

Com a palavra o Sr. Ministro da Integração Nacional.

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Minha cara Senadora, colega de Parlamento, Lúcia Vânia, Sr. Senadores, meu líder Valdir Raupp, a quem agradeço a presença aqui nessa sessão, registro também a solidariedade que recebi aqui com a presença do líder do Governo, meu colega de partido, Romero Jucá, meu caro Senador Jonas, também colega, antigo colega de Parlamento, minhas senhoras, meus senhores. É com muita alegria que eu volto aqui ao Congresso Nacional que é minha casa. Eu tenho dito sempre que estou exercendo o honroso cargo a Ministro da Integração Nacional por convite do Presidente Lula, mas eu sou de origem Deputado, Deputado Federal, onde, ao longo dos últimos anos, exerci, para privilégio meu, na condição de representante do povo, do meu Estado, a Bahia, a condição de Legislador, sucedendo como diz aqui o Jonas, meu pai, seu velho companheiro, velho amigo. Portanto, é um privilégio estar aqui atendendo a esse convite formulado, gentil convite formulado pela Presidente Lúcia Vânia para, em rápidas pinceladas, tratar um pouco da questão da Política de Desenvolvimento Regional. E esse assunto chega num momento mui-

to próprio porque nós temos, depois de muito tempo, uma política de Governo aprovada para a questão do desenvolvimento regional com o apoio do Presidente Lula que divulgou o decreto, não tenho exatamente o número, mas, enfim, que define os parâmetros para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Isso foi feito em fevereiro, portanto, nós estamos trabalhando e eu vou abordar isso aqui, já a noção de política regional, desenvolvimento regional dentro de um contexto que existe uma política de Governo. E a abordagem que nós vamos fazer aqui, um dos desafios que nós vamos precisar ter, e aí Senadora, vai ser fundamental o papel do Congresso Nacional, é tentar transformar essa política de Governo de desenvolvimento regional numa política de Estado e, evidentemente, para isso o Congresso Nacional terá que ter uma participação fundamental para que nós saibamos que vamos ter um Norte, um rumo de longo prazo independente de quem a democracia apontar como os futuros Presidentes desse país.

Eu peço ao Dr. Henrique, que é o Secretário Nacional de políticas regionais que leve adiante a apresentação que será feita aqui em power point. O que é que nós temos como base de avaliação do desenvolvimento regional do Brasil? E aqui é importante dizer que isso era com ausência de políticas públicas e desenvolvimento regional. Você tem ainda hoje, isso é muito claro, a manutenção de expressivas desigualdades regionais com uma gravidade. Se antigamente essas desigualdades eram muito tidas na linha, região Sudeste, região Norte, região Centro-Oeste e se definia o Sudeste como o mais desenvolvido, o Centro-Oeste com carências, hoje já muito solucionadas, o Nordeste uma região muito pobre, hoje a gente percebe claramente que começou a surgir também esse problema das diferenças intra-regionais, dentro de uma mesma região, dentro um mesmo Estado você tem brutais desigualdades que precisam urgentemente ser combatidas até para evitar consequências como essa questão dos fluxos migratórios. Todos nós que temos aí participação na vida pública ouvimos permanentemente, entre as queixas dos Prefeitos, dos Governadores, essa questão dos fluxos migratórios que terminam inchando as cidades, aumentando a favelização e, por via de consequência, todos os problemas que estão agregados a isso: Falta de esgotamento sanitário, questão de saúde pública, educação, fazendo com que, inclusive, um dos grandes problemas das metrópoles brasileiras hoje, e os Prefeitos das capitais se queixam permanentemente disso, é exatamente o fato de que os serviços públicos, sobretudo de saúde, o serviço público de educação terminam tendo uma sobrecarga brutal nas grandes cidades brasileiras, exatamente em função

dessa questão do fluxo migratório. Saúdo a presença aí do nosso colega Senador Eduardo Suplicy. Continuamos tendo em função, exatamente, de uma falta de Política de Desenvolvimento Regional mais sólida essa questão do federalismo competitivo quando nós teríamos que ter no fundo era um federalismo cooperativo. Um exemplo típico disso é essa questão da “Guerra Fiscal” que, vira e mexe, nós tentamos tratar através da questão da Reforma Tributária ainda agora essa discussão volta, eu creio que de uma forma mais ordenada, vamos discutir aqui, certamente esse é um assunto da Comissão a questão do fundo de desenvolvimento regional, Senadora Lúcia Vânia já me antecipou aqui um pouco da polêmica que eu sei que isso causa, mas evidentemente esse assunto está sendo tratado. E havia, existem, e eu estou sendo muito vítima disso hoje, estamos tentando internamente no Governo tratar de tentar viabilizar uma solução, a questão de toda a desarticulação do aparato institucional que trata do desenvolvimento regional. Você ter aí, foi a extinção da SUDAM, da SUDENE, o desaparecimento da ADA e da ADENE como organismos substitutivos, o fim do órgão incentivador de desenvolvimento, de combate as desigualdades regionais do Centro-Oeste com a SUDECO, que a Senadora Lúcia Vânia, através do PLC 119 de 2006 está tratando de ver se o Congresso Nacional resgata esse importante instrumento e dentro do próprio Ministério eu enfrento hoje dificuldades muito claras em função exatamente da falta de instrumento e de aparelho pela inexistência de uma Política de Desenvolvimento Regional conseqüente que é o que nós estamos tentando implementar agora. Em que contexto nós estamos discutindo essa questão da retomada do planejamento regional no Brasil? Primeiro, é importante deixar claro que a questão da Política de Desenvolvimento Regional, por uma agenda de desenvolvimento regional e de combate as desigualdades, passou a ser uma inquestionável prioridade do atual Governo. Ela passou a ser um dos mega objetivos, dos grandes objetivos do PPA 2004/ 2007 que sinaliza claramente que teremos recursos, prioridade política, vontade política para, de forma organizada e não mais com medidas eventuais, buscar o combate a essa questão das desigualdades. É inquestionável, ninguém pode negar, mesmo aqueles que fazem oposição ao atual Governo de que o social é um eixo condutor da política de Governo e está aí políticas de inclusão social, de combate à pobreza, que são muito convergentes nessa questão da desigualdade regional.

A participação no controle social, o empoderamento, como nós estamos chamando, e para que isso não fique uma questão muito... eu uso sempre esse termo, sociológica o que é que nós estamos tratando

como empoderamento? É algo que está sendo visto de forma objetiva que é você embutir nas discussões, tratar nas discussões as lideranças locais, as entidades da Sociedade Civil, àqueles que efetivamente conhecem os problemas, dando a eles poder local para influir diretamente em... nas questões das políticas públicas que nós vamos adotar ali naquelas comunidades. Isso é fundamental, tem tido grande sucesso de motivação e nós temos recebido Senadora Lúcia, desses debates nas comunidades, importantíssimas contribuições para a implementação de projetos concretos, reais, que beneficiem a vida das pessoas, que vai nessa direção do combate à desigualdade.

Temos a idéia de criar um novo olhar para o território com foco nas escalas territoriais mais diversas. Os caminhos da retomada do planejamento regional. Temos essa reconstrução institucional recente de estruturas e pessoas, como foi lá atrás a criação de um órgão com estatuto ministerial, que é o Ministério da Integração substituindo as Secretarias (ininteligível) e a recriação desses instrumentos importantes que são a SUDAM e a SUDENE que têm também, além de uma nova visão, uma nova concepção que leva, por exemplo, já agora na análise dos projetos, na análise das cartas consultas a questão, por exemplo, do meio ambiente, e esse vai ser um grande desafio que eu tenho absoluta convicção, a sociedade brasileira vai ser chamada a participar, eu percebo claramente agora muito nitidamente isso nessas discussões sobre a questão da revitalização, da transposição das águas do rio São Francisco, que nós temos um desafio que vamos ter que encarar de frente. E não vai ser o Poder Público, apenas, que vai tomar decisões a respeito desse tema que é o chamamento da sociedade para ver que espaço comum de atuação nós vamos encontrar para compatibilizar o necessário e obrigatório desenvolvimento econômico que nossos filhos cobram, com uma ação a que eles têm direito, para ter acesso ao mercado com mais emprego, e absoluta compatibilização desse desenvolvimento com ações que preservem o meio ambiente, que serão a cobrança dos nossos netos para viver numa estrutura mundial menos degradada, brasileira, menos degradada. Evidentemente que a SUDAM e a SUDENE ainda têm questionamento a respeito do seu financiamento, aquela velha questão dos vetos, nós vamos abordar isso, mas a área econômica do Governo e eu tenho uma reunião agendada com o Ministro, com o Secretário Bernardo Appy para a próxima segunda-feira para discutir, dentro desse novo modelo de Reforma Tributária, dessa nova retomada de Reforma Tributária, como é que nós vamos tratar, também, essa questão do desenvolvimento regional.

E também reafirmo a importância do trabalho que a Senadora Lúcia Vânia está fazendo como relatora do PLC 119 que trata exatamente, meu caro Totó, isso lhe diz respeito muito de perto, à questão da recriação da superintendência... da criação da Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste, a SU-DECO. A missão do MI, muitos já conhece que é atuar na promoção do desenvolvimento das regiões do país, procurando reduzir desigualdades regionais estimulando inclusão social, cidadania, criando meios para utilização sustentável em bases competitivas da nossa rica diversidade cultural, ambiental, social e econômica. Temos como principais instrumentos, já fiz referência na, no exórdio da minha fala, no início da minha fala, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional é um grande avanço, o Presidente da República, isso foi em fevereiro, já tornou... eu tenho cópia delas que depois os senhores conhecem melhor do que ninguém, mas vou distribuir para todos os Senadores para que possam estar bem a par do que nós estamos tratando. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional que foi o decreto presidencial nº 6047 de agora, de 22 de fevereiro de 2007, tem as suas principais estratégias destacando-se estimular o apoio a processos de (ininteligível) regional, articular ações que promovam a melhor distribuição da ação pública e de investimentos no Território Nacional. Então está aqui, para vocês terem um pouco da noção do que é que nós estamos fazendo, entender isso é muito importante.

O objeto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. E os senhores conhecem isso de forma privilegiada. O grande problema: As desigualdades regionais e a estagnação econômica têm uma tabela que depois nós mostraremos isso. Qual é o potencial? O que era visto antigamente como também um problema hoje nós identificamos em discussões, inclusive, muito profundas com a Dra. Tânia Bacelar, que é alguém que conhece, estudou muito esse tema, que é o potencial que nós temos infinito de lidar, procurar lidar positivamente, exatamente com essa magnífica diversidade regional que nós temos. Uma coisa são as diferenças e as desigualdades regionais e outra coisa a magnífica diversidade regional que nos permite aproveitar vocações diversificadas, estimular os mais diversos arranjos produtivos, inclusive, arranjos produtivos em regiões do país que não têm absolutamente nenhuma iniciativa econômica, que não tenha absolutamente capacidade de articular atividades empresariais que viabilize o surgimento de mercados, de melhoria da renda. Nós temos essa preocupação. Como articular o problema, articular a questão do problema da pobreza é um dos objetivos das políticas sociais e como articular o desafio da competitividade

juntando isso as demais políticas públicas industriais, agropecuária e etc.? As premissas da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, política de âmbito nacional envolve entes da Federação, universidades, entidades do setor, produtivos, ONGs, dentre outros. Combatendo ênfases localistas para assegurar exatamente a Integração Nacional.

A política de Governo inicialmente, a missão do MI de combate à redução de desigualdades extrapola o âmbito da ação do Ministério e deve ser objeto das ações dos demais Ministérios e isso tem, conforme aquilo que me referi no início, a grande... o grande objetivo do PPA e temos tido ações claras. É importante deixar isso registrado que já há uma concepção muito nítida no Governo e muitas ações que nós estamos fazendo não... de combate à desigualdades regionais, não estão mais a cargo exclusivamente do Ministério da Integração Nacional. Temos feito muita coisa conjuntamente nessa área com o Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, o Ministério da Saúde tem sido um grande parceiro, temos aberto caminhos aí na área econômica do Governo, enfim, eu acho que há um conceito de que essa questão do combate à desigualdades regionais não pode, não deve e não terá êxito se for tratada exclusivamente por um Ministério, até porque as desigualdades, elas levam à múltiplas facetas aí de pobreza, de falta de acesso à série de articulações públicas que demandam a participação de uma série de outros organismos do Governo Federal.

A abordagem... Vamos lá. A abordagem em múltiplas escalas. Quais são as escalas em instâncias de referências da política? Escala nacional, o objetivo é definir critérios de atuação, a regionalização de investimentos estratégicos, seleção de subregiões priorizadas, temos hoje uma Câmara de política clara de integração de desenvolvimento regional no Governo, onde debatemos essa questão, onde se discute como temos aí, vocês vão ver abaixo essa definição das... das subregiões, das regiões, das mesorregiões, da definição do papel dos conselhos deliberativos das novas superintendências que tratam mais especificamente dessa questão da macro região e a escala regional que define as operações e implementação dos programas específicos que nós estamos tratando, buscando sempre dar força, como disse, força, protagonismo, participação aos fóruns e agências sub-regionais, criando aquela questão do empoderamento das comunidades.

A tipologia das micro-regiões geográficas, aí estão, vocês vão ter uma noção disso num mapa que eu acho que é interessante colocar porque isso até a mim surpreendeu. Volta um pouco, volta um pouco aqui por gentileza. Nós estamos tratando de regiões que nós

definimos no Brasil como estagnadas, de alta renda, regiões dinâmicas que estão no processo de crescimento, de alavancar o seu crescimento maior do que as outras do Brasil e de baixa renda, baixíssima renda. As variáveis disso. Rendimento domiciliar médio por habitante, o que nos levou a essas conclusões, e a variação média anual do PIB por habitante. Vamos ver esse mapa que é interessante vocês terem uma noção que me surpreendeu. Vejam hoje o que é que nós temos aí de região considerada pelos indicadores como região de alta renda. Basicamente as regiões brancas vocês vão perceber que em vários Estados do país, inclusive no meu que é a sexta economia do país, um Estado mais desenvolvido, Estado do Nordeste brasileiro, você só tem a capital Salvador como ponto que é considerado de a tipologia da nova política nacional de desenvolvimento regional como um ponto de alta renda. Apenas duas capitais do Brasil não se encontram nessa situação de alta renda que é Teresina, no Piauí, e São Luis, no Maranhão. As demais capitais vocês vão perceber que por características muito localizadas estão em alta renda, mas em compensação perceberemos que o Brasil, de uma forma geral, continua tendo regiões amplamente conceito de estagnadas, regiões de baixa renda, veja ali o Maranhão, por exemplo, praticamente todo ele está nessa situação, a região do semi-árido nordestino onde nós estamos buscando combater essa questão de forma definitiva da seca como um projeto de interligação das bacias do São Francisco, apesar de algumas posições contrárias e nós estamos procurando levar ao debate para mostrar que essa é sim uma solução para combater a questão da falta d'água para os nossos irmãos daquela região beber e de viabilizar desenvolvimento também para uma região que majoritariamente está tipificada, estagnada e de baixa renda, esse mapa mostra como é o Brasil dentro dessa tipologia estabelecida pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Forma preferencial de atuação, nós estamos tentando criar aí um novo paradigma para discutir esses assuntos, teremos sempre um programa com foco sub-regional com ênfase na organização social, privilegiando os fóruns, as agências, a dinamização econômica, sistemas e arranjos produtivos locais, nós vamos tratar disso, já temos feito algumas coisas nesse sentido de maneira objetiva com resultados absolutamente claros e aí volta aquilo que para a gente tinha prioridade que é a questão da agenda negociada regionalmente, articular do elenco das ações nacionais até porque é inconcebível imaginar que o Ministério da Integração Nacional, o Ministro ou os seus Secretários possam, de cima para baixo, estar discutindo efetivamente o que é uma prioridade, o que é bom, o que não é nas regiões

menos desenvolvidas do Brasil sem uma participação clara da sociedade e daqueles que conhecem melhor do que ninguém quais são as vocações locais.

Aí, então, um mapa com as mesorregiões diferenciadas. Nós temos hoje treze mesorregiões definidas e mais oito, cinco mesorregiões que estão aí em análise para discutirmos. As mesorregiões são aquelas, você tem a parte Sul do Rio Grande do Sul, tem a grande mesorregião de fronteira, você tem lá no Xingo, tem as mesorregiões que envolvem o Jequitinhonha, enfim, eu não tenho todas aqui de cabeça, mas posso passar para os Sr. Senadores. E nelas, nós estamos fazendo trabalhos diferenciados, trabalhos voltados exatamente para sustentar os chamados APL's, os Arranjos Produtivos Locais, que criam exatamente a condição de você oferecer a essas comunidades uma capacidade de organização, uma capacidade de um aproveitamento da sua vocação e, a partir daí, criar estruturas produtivas que possam melhorar a renda das pessoas e dar a ela também um conceito do que é mercado, do que é empresa, de como se desenvolver, de como se relacionar comercialmente com outras entidades, gerando exatamente essa possibilidade de alavancar desenvolvimento.

O financiamento desta política, nós temos aí a discussão que está sendo tratada, sobre ela eu ainda não tenho, dizia aqui, antes da reunião, da chegada dos Srs. Senadores, numa conversa com a Senadora Lúcia Vânia, ela me mostrando que já foi, me parece, esteve aqui a presença do Dr. Bernardo Api, ela ontem teve uma conversa também com o nosso Secretário, Dr. Totó Parente e outras figuras, não temos ainda, Senadora, e aqui eu já quero antecipar porque eu sei que essa vai ser uma preocupação dos Sr. Senadores, uma definição clara da área econômica sobre o Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional.

Evidentemente que acho que essa discussão dentro do bojo da política de Reforma Agrária que se pretende, de Reforma Tributária que se pretende trazer ao Congresso Nacional, para a nova discussão, acho que pode ser um avanço. Nós temos dados, e aí não vou analisar individualmente o FCO, o FNE, até porque não teria como trazer esses dados agora, nesse momento, mas nós temos dados que ao longo do tempo, sobretudo nos fundos, não nos fundos de investimentos, mas nos fundos Constitucionais, e já avançamos muito agora, porque desburocratizamos o acesso, aumentamos limites de acesso nos fundos de investimento, de acesso a projetos, que possam alavancar desenvolvimento. Nós tivemos muitas vezes a falta de aplicação de recursos por falta de demanda, por burocracia, por uma série de razões. O que nos leva, e esse mapa, mostra um pouco isso, o que nos

leva, os senhores podem, enquanto eu vou falando, ter uma noção aí nos fundos, o que nós recebemos o que foi feito de repasse, o que foi feito aplicação, o que foi feito de aplicações. O que nos leva a admitir a idéia de que um fundo de desenvolvimento que possa também permitir o financiamento as chamadas externalidades, ou seja, acesso a projetos públicos de infra-estrutura econômica, social, também é algo que é factível. Evidente que a grande discussão que vai ser tratada entre os entes federativos e, sobretudo, aqueles que se beneficiam e ao longo dos anos têm sido beneficiados como instrumento para alavancar o seu desenvolvimento dos fundos Constitucionais e dos fundos de financiamento, pois não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Só a distinção entre repasse e aplicação, qual que é a... ?

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Repasse, ontem eu até fiz, exatamente, essa indagação, porque se passou para o fundo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Hã?

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: E aplicação é o que efetivamente nós conseguimos viabilizar de financiamento, sendo que ali está embutido também os retornos. Não é isso, Henrique? Os retornos de projetos que já foram feitos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

–O FCO, então, teve o desembolso melhor do que o FNE?

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: O FCO tem tido, tem tido desembolso melhor nos últimos... nos últimos tivemos até uma reunião com a diretoria do Banco do Brasil cobrando isso desde o início e tem melhorado o FCO, como tem melhorado, sobretudo, no FCO a taxa de retorno. Já estamos chegando hoje no FCO alguma coisa em torno de 50% de retorno, o que o mostra a viabilidade efetiva dessa questão. Por isso, exatamente digo que na medida em que esses programas vão se mostrando projetos viáveis, que nós vamos tentando desburocratizar acesso ao crédito, sobretudo os fundos Constitucionais que ficou, se o senhor tiver, nós não temos esses dados aí dos fundos Constitucionais, eu até fiz uma palestra em São Paulo ontem e deixei de lhe passar. Mas nós vamos ver que 2001, até 2005/2006, não foi liberado nada dos fundos Constitucionais. Era uma burocracia absolutamente inaceitável para acesso a esses créditos. Em 2006 já tem empenhado alguma coisa... burocracia dos fundos.

Mudamos já algumas dessas normas. Estamos... documentação, não se permitia acesso. Mudamos, flexibilizamos em 2006 já fizemos empenhos, já na nossa chegada lá já tive o privilégio de liberar cerca

de 135 milhões para um empreendimento, se não me falha a memória, na Amazônia, mais precisamente no Amazonas. Mas isso, isso não nos permite excluir e a hipótese de desde que esse debate com a área econômica sinalize que vai haver margem efetiva para agregarmos mais recursos, nós flexibilizarmos a aplicação desses fundos dando acesso, conforme disse, a projetos de financiamento de infra-estrutura pública, aquelas chamadas externalidades que sempre foi um desejo... um desejo de todos nós que sabemos as dificuldades hoje de você financiar grandes projetos de infra-estrutura.

Claro que esse é um debate, eu não tenho condição, já anuncio desde já a minha limitação, ainda porque as conversas com a área econômica do Governo ainda estão preliminares, já participei de reuniões evidentemente com esse grupo, já coloquei as dificuldades que conheço de perto, homem do Nordeste que sou que conheço o pensamento dessas regiões que precisa efetivamente de investimento, de isso passar aqui. Mas estamos avançando e já na segunda-feira terei essa conversa e asseguro Senador, já me coloco à disposição para que possamos manter esse canal permanentemente aberto, trocando idéias para tentar fazer com que a matéria, em vindo para o Congresso, seja amplamente negociada para chegar aqui uma proposta que não demande muito tempo, até porque urge nós tomarmos medidas, adotarmos posições que possam facilitar o acesso dessas regiões a mais recursos, a mais créditos, que viabilizem novos projetos.

Aqui está você já clicou ali alguns financiamentos, não é isso? As operações 2006. Aqui, sim, dos fundos Constitucionais. Em realidade vocês vão ver que aí você não colocou, eu tenho que mandar para eles, o que ficou sem... não, não, aqui são fundos Constitucionais, perdão. Aqui são as aplicações, está nas aplicações nós vamos ver que está havendo um crescimento e o nosso grande desafio é efetivamente fazer com que o acesso seja cada vez mais democratizado. Você veja que aí não é valor, é número de operações, o que mostra que tem tido um acesso sempre maior no caso do fundo do Nordeste, esse acesso ainda é mais nítido, mais claro pelo financiamento a pequenos projetos, porque aí também me parece que está incluído o PRONAF, não é isso? Então, mostra que nós estamos democratizando o acesso a esse crédito, que é uma orientação do Governo, orientação do Presidente Lula. Esses são os fundos de desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste. Eu não sei se você tem aí... aí é que eu queria ver aquela comparação 2001/2006. Não está aí. Para mostrar que efetivamente ficaram muitos recursos sem aplicação, mas eu me comprometo em mandar esse documento para os senhores.

Vamos lá. Programas inclusos no PPA do MI e outros já dentro daquela visão de que isso tem que ser um processo interministerial, tem lá, eu... volta um pouco. FAT equalizado, incentivos fiscais de Imposto de Renda, enfim, uma série de outros instrumentos que nós estamos tratando de financiamento da Política de Desenvolvimento Regional.

A proposta do fundo nacional de desenvolvimento regional, objetivo é a redução da desigualdade. Não. Você voltou. Abrangência nacional conforme a premissa da Política Nacional de Desenvolvimento Regional do decreto do Presidente em fevereiro, atendimento as demandas prioritárias, por meio de recursos não reembolsados como infra-estrutura a pequena e médio porte, Ciência e Tecnologia e Inovação, capacitação e qualificação de mão-de-obra, assistência técnica e fortalecimento institucional à capacitação para gestão de desenvolvimento regional. Vamos lá. Aí são critérios para alocação desses recursos, a tipologia da... do programa nacional de desenvolvimento regional do plano em função de níveis de renda e dinamismo das pequenas regiões brasileiras, das micro regiões, territórios selecionados por instâncias participativas como Câmara de Integração Nacional de Desenvolvimento Regional, conselhos deliberativos da superintendência Norte e Nordeste e aí está incluído já o Centro-Oeste, semi-árido, faixa de fronteira, as mesorregiões que eu me referi, mesorregiões diferenciadas e etc. Os beneficiários propostos são Estados, Municípios, consórcios Municipais, foros e agências mesorregionais. Esse novo modelo de análise e avaliação de seleção leva em conta, exatamente, os programas e projetos que vão ser contemplados. Possíveis fontes de recursos, também proposta do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional que é o que eu falei, recursos novos vinculados à arrecadação de impostos Federais, recursos orçamentários não vinculados, flexibilização de recursos dos fundos, que é aquela discussão que fizemos aqui agora no desenvolvimento regional e recursos de contrapartida (ininteligível). Isso está aqui, é dever meu colocar como um modelão. Não tomem ainda como proposta acabada, conforme eu disse, estamos ainda em discussão com a área econômica do Governo. Eu tenho as considerações finais. Eu não tenho aí. Eu não tenho aí... você não conseguiu com a Márcia Dama(F), aqueles dados que eu lhe pedi para colocar ações efetivas, já que estamos desenvolvendo essas faixas de fronteira, nesses programas regionais?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tenho outra apresentação, posso...

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Depois... enfim, da medida que... decreto portaria de institucionalização. Cumprimento das exigências, desafios... ou

seja, quais são os nossos desafios agora? Consolidação com política do Ministério da Integração, política de Governo e aí volto, retomo a minha fala inicial. Nós vamos ter um grande desafio. Acho que esse Plano Nacional de desenvolvimento regional já foi um grande avanço. Nós criamos uma política pública de Governo de combate as desigualdades, política pública de Governo de marcos claros, definidos, de investimentos nos combates às desigualdades regionais. Eu acho que nós temos que começar uma discussão com o Congresso que aprimore, se for o caso, mandar para cá essa contribuição, ou a iniciativa do próprio Congresso para transformar essa política pública de Governo hoje, assim vamos chamar, porque é um decreto do Presidente. Mas numa política pública de Estado aprovada pelo Congresso Nacional que nos assegure continuidade dessas ações, seja qual for a o Governo que venha suceder o Governo do Presidente Lula. A criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional é um grande desafio, nós vamos fazer esse debate a partir da próxima segunda-feira. A implementação de um novo modelo de desenvolvimento, financiamento regional também está nessa questão. A consolidação de instrumentos de mecanismos regionais, plano regional do desenvolvimento, essas questões. O fortalecimento institucional da nova SUDAM, SUDENE e a capacitação e colaboração para a gestão de desenvolvimento que temos feito isso. Agradecer aos senhores, registrar aqui o meu agradecimento aos Senadores que chegam agora, Senador Sérgio Guerra, meu velho colega da Câmara, o nosso Presidente Marco Maciel, enfim, todos os Senadores que chegam eu agradeço aqui a presença. Muito obrigado aos senhores e me coloco à disposição para responder as questões e se necessário temos mais dados aí.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço ao Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima e passo à lista de inscrição. (Soa a campainha)

Primeiro inscrito, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Senhora Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, senhor Vice-Presidente, Senador Jonas Pinheiro, prezado Ministro Geddel Vieira Lima da Integração Nacional. Eu vou começar com uma pergunta que V. Exa. sabe que estão nos solicitando por ser feito, até porque Dom Luiz Flávio Cappio e muitos dos que estão lá em Cabrobó, inclusive, pediram-me para que estivesse lá hoje dialogando e ajudando no diálogo com o Ministro da Integração Nacional, com respeito às obras de transposição do rio São Francisco. Eu não sou uma pessoa do Nordeste e aqui há Senadores do Nordeste, alguns favoráveis à transposição das águas do rio São Fran-

cisco, outros que são, que têm outro ponto de vista e eu me sinto até como um brasileiro que quer colaborar para que as coisas possam ser feitas com muito respeito para que eles tenham outro ponto de vista, dentre os quais dom Luiz Flávio Cappio que, conforme V. Exa. sabe muito bem, pediu um diálogo a respeito antes que se concretize essa transposição com o Presidente Lula, já esteve com ele e eu gostaria de lhe perguntar e quem sabe possa V. Exa. nos dizer como é que está sendo esse diálogo? Em que medida essas preocupações que são legítimas, também, inclusive daqueles que são povos indígenas que hoje estão lá em Cabrobó, que V. Exa. conhece bem, mas como é que as aspirações, os anseios, as preocupações dos povos que vivem ao longo do Rio São Francisco, hoje estão sendo considerados, e como é que V. Exa., como responsável por este projeto hoje, antes era o Ministro Ciro Gomes, vem estabelecendo um diálogo com os que têm um outro ponto de vista? Essa é a minha primeira indagação.

No que diz respeito aos diversos projetos que V. Exa. apresentou, inclusive, sobre os fundos visando a maior integração e maior equidade de desenvolvimento entre as regiões brasileiras, tendo em conta a importância das experiências de microcrédito que, inclusive, vêm sendo desenvolvidas mais e mais no Brasil, se iniciaram já no Governo anterior, mas o Presidente Lula vem dando importância a isso. Eu gostaria de lhe dizer, eu estive presente na Alemanha há duas semanas atrás em diálogo com o professor Muhammad Yunus, ali estávamos falando, tanto do microcrédito, quanto da Renda Básica como um direito à cidadania, como instrumentos para a erradicação da pobreza. O professor Muhammad Yunus acredita tanto na experiência do microcrédito como meio de erradicar a pobreza que ele diz que em breve virá o momento em que poderemos, nos diversos países, instituir museus da pobreza, para que as pessoas, então, observem como é que era quando havia a pobreza.

Nós estamos ainda distantes de poder instalar no país museus da pobreza com este sentido para que possam, as pessoas, conhecer como é que era no tempo em que havia a pobreza. Eu gostaria de lhe perguntar se quando V. Exa. apresentou os fundos, V. Exa. mencionou agora, por exemplo, estão lá os financiamentos do PRONAF para os agricultores familiares... (Soa a campainha) Mas eu pergunto se também estão incluídos aqueles referentes às experiências de microcrédito e daí qual é a importância deles, porque dentre os números, estão apresentados os financiamentos dos grandes projetos de infra-estrutura? Mas daí a relevância de perguntar sobre também estes...

se por acaso estão incluídos aqui ou se são outros os números? Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Para agilizar os trabalhos melhor seria ouvir todos e depois o senhor responder. Ou prefere um por um...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Ou de três em três.

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Do jeito que a música tocar eu danço.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Às vezes...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Está ok! Um por vez?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Não, três em três.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Todos... ah, três por três.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – De três em três para que não fique tão distante.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Está ok.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Assim democratiza, mas agiliza.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, senhora Presidente. Senador Jonas, senhor Ministro. É uma alegria recebê-lo nesta Casa novamente e dar-lhe os parabéns porque, conhecendo-o como conheço como todos nós aqui conhecemos a sua garra e o seu destemor e a vontade de lutar que sempre manifestou quando Deputado Federal nos dá a tranquilidade de saber que nós temos naquele Ministério um companheiro que vai continuar lutando por aquilo que acredita. E isso para nós é fundamental, principalmente, Ministro, por um Ministério que no meu caso é importantíssimo para a região Centro-Oeste e para o meu Estado, Mato Grosso do Sul. Gostaria de tratar de três questões rapidamente. Uma delas é faixa de fronteira, Ministro. Mato Grosso do Sul tem uma longa faixa de fronteira e o vosso Ministério cuida de uma vasta região do país desassistida, preocupante em termos de integração nacional, preocupante em termos de Segurança Nacional, a questão da violência que graça na fronteira é problemática para todos nós e, portanto, essa é uma questão, Ministro, que para nós é muito importante.

Só para o senhor ter uma idéia, foi autorizado para 2007, só para lembrar, quatro bilhões, aliás, no PL eram quatro bilhões, foi autorizado 62 bilhões, empenhados 179 milhões e ia liquidar 32 milhões desse total que foi empenhado e foi pago, foram pagos 146

milhões. Então, dos 62 bilhões só foram empenhados 179 milhões. É muito... a defasagem é muito grande entre aquilo que foi colocado e aquilo que foi realmente empenhado e, além disso, ainda, o que falta pagar. Como a faixa de fronteira para nós é vital e o Governador André tem falado muito com V. Sa. sobre, com V. Exa. sobre isso, principalmente porque o meu Estado o PMDB e PSDB trabalham e têm uma tradição de trabalho político juntos, eu fico muito preocupada porque eu sei, Ministro, que o senhor vai ter que dar uma olhada especial para o Mato Grosso do Sul, mas para toda a longa e vasta região de fronteira deste país. O nosso país sempre está voltando para o Atlântico, Ministro. Nós temos que voltar um pouquinho lá para a nossa fronteira.

O segundo item que me preocupa é o problema da irrigação. Constitucionalmente e nós estamos até 2014 na Constituição Brasileira, nós temos 20% que o Centro-Oeste deveria aplicar em irrigação. Ministro, é uma guerra. O Governador André vai estar apresentando os projetos todos na área de irrigação e para nós isso também é vital. Eu gostaria de saber de V. Exa. se ainda mantém recursos para a irrigação como é constitucionalmente colocado neste país? E o terceiro, Ministro, é o problema do FCO. Nós temos dois Senadores aqui que mantivemos uma boa briga na última reunião porque o Triângulo Mineiro que o senhor mostrou ali na Zona Branca está aqui o meu querido amigo Eduardo Azeredo, o outro querido amigo, o nosso Senador educador de Minas, dizer que o FCO, para nós é importantíssimo, Ministro, e ele está muito aquém, o investimento através do FCO, muito aquém das necessidades da região. Nós precisamos muito mais recurso do que está sendo colocado. Então, eu queria aqui saber se o FCO, toda a demanda que nós temos que não está sendo ainda cumprida, se nós temos condição (soa a campainha) ainda de cumprir. Porque essa é uma característica da nossa região. Nós estamos pedindo muito mais do que o FCO tem conseguido nos atender. Então, essa defasagem também nos preocupa, embora o Triângulo Mineiro acredite que nós estamos com excesso de dinheiro e que nós possamos ajudá-los a desenvolver ainda mais aquela rica região do país. Senhor Ministro eram só essas as minhas considerações. Faixa de fronteira, irrigação e FCO. Obrigada, senhor Ministro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sra. Presidente, Senadora Lúcia Vânia, meu caro Ministro Geddel Vieira Lima, da Integração Nacional, Senador Jonas Pinheiro, Vice-Presidente. Sra. Pre-

sidente, eu só não estranho mais porque o Senador Suplicy, ele mesmo diz que não é do Nordeste. Mas falar em falta de diálogo a respeito da transposição de bacias das águas do rio São Francisco é desconhecer a realidade, senhora Presidente. Na verdade, nunca uma obra foi tão discutida, tão debatida como foi essa obra. Eu gostaria de lembrar que foram realizadas várias audiências públicas a respeito da transposição com a presença dos organismos governamentais, mas com a presença dos setores sociais, dos movimentos sociais. Então, meu caro Ministro Geddel, se há uma obra que foi debatida, foi essa obra. Daí porque não podemos deixar de estranhar isso que está havendo em Cabrobó. Quais são os objetivos daqueles que resolvem impedir a realização dessa obra? O que é que eles querem? Porque, na verdade, diálogo já tivemos. A obra já foi provada e comprovada que é uma obra voltada para o social e nós teremos o benefício de milhões e milhões de nordestinos que, afinal de contas, estão esperando por alguns anos de segurança, porque a obra é uma obra de segurança hídrica. Ela vai permitir o que o Nordeste, quando tenha necessidade das águas, isso possa ser devidamente transportado para as bacias do Nordeste. Então, eu creio senhor Ministro, eu até gostaria, depois dessa palavra dirigida ao colega Senador Eduardo Suplicy que deve estar mal informado, porque ele, bem intencionado ele é, ninguém pode duvidar das suas boas intenções, mas ele está mal informado a respeito dessa obra. E eu gostaria de perguntar primeiro se a obra já foi efetivamente iniciada, que eu sei que foi, mas em que termos ela foi? Quais são os recursos disponíveis? E uma grande preocupação é com relação aos canais, que são dois canais, o canal Leste e o canal Norte. E o que se diz é que o canal Norte, que compreende os Estados do Rio Grande do Norte (Soa a campainha) e da Paraíba teria que ficar para depois, teria que ser iniciado e com previsão de chegada das águas depois de 3 anos, o que seria para os nordestinos, que são nordestinos como dos outros canais, como do outro canal, seria realmente um motivo de desapontamento.

E a segunda pergunta ao Ministro Geddel, é uma pergunta com relação à SUDENE. Depois de concluído o processo interminável, verdadeiramente interminável que se opera no Parlamento e depois dos vetos do Presidente Lula que de certa maneira desfiguraram o projeto com a derrubada dos vetos e aqui eu quero ressaltar o trabalho desta Comissão tendo a frente a Senadora Lúcia Vânia, nós estamos confiantes que vamos derrubar os vetos, qual é realmente o pensamento de V. Exa. sobre a nova SUDENE? A velha SUDENE, SUDENE aqui do Ministro, do Ex-ministro Cícero Lucena, já cumpriu o seu papel histórico, já estamos

agora preocupados é se a nova SUDENE, se ela vai ser operacional ou se ela apenas vai ser um órgão consultivo? Nós temos... e se ela vai ter recursos porque V. Exa. mesmo disse que os fundos... que o fundo de desenvolvimento Constitucional ainda não tem... não foi que V. Exa. disse? Ainda não teve o balizamento da própria área econômica do Governo, vai depender ainda de discussões. São essas as perguntas que eu quero fazer a V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Ministro Geddel.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Questão de ordem, Ministro.

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Sem problema.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu queria ser o quarto em permuta com o Senador Wellington Salgado que me concedeu essa permuta que é basicamente o mesmo assunto do...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Tudo bem, então uma permuta.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Bom, então, agradeço ao Senador Wellington Salgado por me ceder, permutar comigo a sua oportunidade de intervenção porque me preocupou muito o início dessa discussão que eu imaginava que íamos apenas tratar do desenvolvimento regional dos fundos, mas entrando no rio São Francisco eu não posso deixar de falar. Até já tinha justificado a necessidade da minha ausência, mas não posso deixar de falar. Até porque ao assumir o Ministério responsável pela transposição, após o lançamento da transposição pelo, então, Presidente Itamar Franco, tendo como Ministro o Aluizio Alves, nós encontramos naquele Ministério, no caso específico da Paraíba, Senadora e Senador Eduardo Suplicy, apenas uma tomada d'água que é essa que o Senador Garibaldi Alves se refere que entra na Paraíba, passa no Rio Grande do Norte e vai também para o Ceará. E como Governador do Estado da Paraíba que fui por determinado período, Senador Eduardo Suplicy, eu vivi dois momentos que eu tenho certeza que o senhor não viveu e tenho certeza e confio na sua sensibilidade para poder justificar a transposição das águas do rio São Francisco.

Primeiro: Como Governador transporteí água de trem para matar a sede de um Município chamado Soledade. De trem. Depois fizemos o projeto da adutora para que essa adutora buscasse água no Açude Boqueirão, ou seja, antigo açude, antigo não, atual açude Eptácio Pessoa, que abastece a cidade de Campina Grande com mais de 450 mil habitantes que em 1993, 94 teve que passar por racionamento de água, uma cidade industrial, uma Cidade Universi-

tária, um povo em desenvolvimento, trabalhador, que teve que passar por racionamento de água porque o açude Eptácio Pessoa, Boqueirão, não tinha suporte hídrico para abastecer aquela cidade. E hoje todo o Cariri tem várias adutoras, todas elas captando no Açude Boqueirão. E lá, ou tem a garantia hídrica do seu abastecimento, ou no futuro vai faltar água, inclusive, na capital do Estado da Paraíba, João Pessoa, se a transposição d'água não... do São Francisco não for feita. Eu vi, Senador, eu como Governador, como militante na política da Paraíba, eu já tive a oportunidade de visitar casa na zona rural que tinha o feijão e não tinha água para cozinhar o feijão. Então, daí eu não acreditar que exista no Brasil alguém que efetivamente não se sensibilize com a questão da transposição das águas do rio São Francisco. Até porque qualquer outra opinião está no mínimo faltando informação, ou não tem informação suficiente. Porque eu afirmo o seguinte: A proposta da transposição é cerca de 60 m3 por segundo, Senadora Lúcia Vânia, quando a média da água que é depositada pelo rio São Francisco no nosso oceano passa de 2300 m3 por segundo. Eu estou falando na média. E mais, o bombeamento desses 60 m3 não será 24 horas em 365 dias do ano, até porque foi construído o Castanhão no Ceará, tem Açú(F) no Rio Grande do Norte, tem Boqueirão na Paraíba que vão servir de caixa-d'água, vamos dizer assim, para que a opinião pública possa entender e (soa a campainha) conseqüentemente esse bombeamento só será necessário em períodos que haja insegurança hídrica nesses três Estados. Eu fui há 15 dias atrás numa hidroelétrica de Itaí em Santa Catarina e estava vertendo 1200 m3 por segundo, enquanto que no Nordeste, será que o Nordeste tem que continuar a sacrificar por discutir 60 m3 por segundo? Eu quero aqui dizer e fico muito a vontade em dizer por que quem está fazendo é um Governo que não é, não sou da sua base de sustentação. Quem está discutindo e tocando a obra da transposição do São Francisco é o Ministro que é da Bahia que tem a resistência de algumas pessoas no sentido de fazer, mas existe uma decisão política e nós temos que nos somarmos a ela, defender para que... e defender e discutir pessoas com autoridade. Essa história de aparecer alguém para estar fazendo greve de fome eu tenho milhares de paraibanos que já estão com fome e com sede.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Fazendo greve há muito tempo.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Fazendo greve há muito tempo e sofrendo os efeitos da greve. Não é para mídia não. Está com greve de sede e de fome porque não têm a sobrevivência devidamente garantida. Então, acho que o Brasil deve parar com

essas coisas, devemos nos unir, reconhecer o esforço e olha que eu o faço como oposição ao Governo Lula, mas reconhecer que ele está adotando medida responsável, correta e que o povo da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará tanto precisa. Daí a minha posição e agradecer a participação e as perguntas que já foram feitas pelo Senador Garibaldi Alves, quando ao início dessas obras, quanto à importância, os recursos e o prazo a ser feito. Muito obrigado ao Ministro, aos Senadores e ao Senador Wellington por ter me cedido o aparte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Ministro.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Apenas dizer que... eu quis dar a oportunidade aqui do diálogo. Não disse que faltava diálogo. Só... Mas achava importante, até porque são pessoas que estão... e é próprio da democracia que possa V. Exa. estar nos dizendo, inclusive, com respeito aquelas pessoas que são brasileiros que têm outro ponto de vista.

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Senador Suplicy, Presidente Lúcia Vânia, senhores e senhoras Senadores. Eu tenho dito sempre que aqueles que conhecem meus defeitos haverão de reconhecer que entre eles não está a absoluta falta de transparência quando eu vou expor o meu pensamento. E por essa característica, por vezes tenho até sido criticado. Mas isso não me intimida a continuar agindo da mesma forma aqui nessa importante Comissão do Senado da República. Senador Suplicy, eu acho que nós temos que estabelecer primeiro, para eu responder a sua pergunta, um conceito que norteia a minha posição na convivência democrática. Esse conceito me leva a lhe afirmar que eu tenho o maior apreço e respeito e reconheço o papel fundamental que tem no jogo democrático a igreja, a minha igreja que pastoreia a minha alma, a minha igreja é a igreja na qual me batizei, o papel fundamental dos sindicatos, das Organizações Não Governamentais, da sociedade... dos organismos da Sociedade Civil como um todo. Todos eles. Mas eu me pauto sempre no conceito da legitimidade. Esses organismos, no regime democrático, têm a legitimidade para sempre dentro do que determina o império da lei protestar, sugerir, se manifestar, se posicionar, criticar e evidentemente estabelecer parcerias com o Poder Público, dialogar. Mas eles não têm legitimidade para governar. A legitimidade para governar tem quem? Nas praças públicas, nas universidades, nos debates, no estabelecimento do contraditório das ruas recebeu esta delegação do povo brasileiro para, em seu nome, implantar um projeto e um programa de Governo. Isso para mim é um conceito basilar da democracia. E quem tem essa legitimidade para governar é o Presidente

Lula. Quem o consagrou com excepcional votação nas eleições passadas, sabia que o Presidente Lula defendia, como projeto fundamental para a solução dessa questão da insegurança hídrica no Nordeste brasileiro, no Nordeste cetentrional brasileiro, o projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Sabia, inclusive, que o Presidente demandava, e seus Ministros demandavam, rapidez na justiça que estava a analisar ações daqueles que se contrapunham à idéia, para que se iniciasse a obra e sabendo disso foram às urnas e consagraram o nome do Presidente Lula e, por via de consequência, os projetos que defendia, entre os quais o da transposição das águas do rio São Francisco. Eu não vou me permitir, portanto, por falta de tempo até adentrar aqui no debate mais técnico dessa questão que poderia desmistificar uma série de equívocos que eu vejo, vez por outra, permeando o debate, entre os quais o de que o projeto, tecnicamente, significaria, por exemplo, e ainda hoje vi isso estampado em uma matéria no jornal, a mudança do leito do rio do São Francisco.

Eu vou, apenas, procurando me ater e estabelecido esse conceito dizer a V. Exa. que logo que assumi o Ministério da Integração Nacional tomei a iniciativa de ligar para Dom Luiz Cappio e falei com sua senhoria de que estava permanentemente aberto e disposto ao entendimento e ao diálogo. Convidei-o a vir à Brasília. Me disse ele que faria a consulta aos demais integrantes do seu movimento e que voltaria a me falar. 90 dias se passaram e não tive o privilégio de receber um telefonema do Dom Luiz Cappio, após a minha iniciativa primeira de ligar ao bispo. Fiz recentemente uma viagem, V. Exa. tem conhecimento, da nascente do rio lá na Serra da Canastra à sua foz. Nesse momento tivemos a oportunidade de visitar 15, 16 Municípios, inclusive a barra onde se localiza a diocese do bispo Dom Cappio que, para surpresa minha não nos recebeu para ali iniciar um diálogo, trocar idéias, conversar, manifestar a sua posição e sua insatisfação, me permitir o estabelecimento do contraditório. Ao contrário e ao reverso ali encontrei literalmente, não tomem como ironia, nem com arrogância, porque é literalmente meia dúzia de gatos pingados com algumas faixas dizendo, criando frases de efeito e tal.

Em Ibotirama, também na Bahia, fui recebido no Aeroporto por índios com suas vestimentas tradicionais que me abraçaram, tiraram fotografias, fui recebido por integrantes do movimento dos sem-terra, foi uma viagem, onde me perdoem a figura de linguagem de retórica, eu fui literalmente recebido como um príncipe, bem tratado, todos entendendo a argumentação, mudando posições, fazendo um debate mais amplo e aberto possível. Fui, inclusive, isso tudo que estou

lhe dizendo documentado, por filmes, fui, inclusive, na companhia do eminente Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, fazer uma visita tida, reconhecida e proclamada por eles próprios, como inédita na Ilha de Assunção onde tem a base indígena da nação Tucá. Lá, com eles, a convite deles, dancei, toquei chocalho, conversamos, fui elogiadíssimo ao anunciar convênios que viabilizam imediata transformação de 639 casas de taipa, sem nenhuma condição de ocupação, por casas de alvenaria. Fomos extremamente elogiados como representante do Governo Lula e em seu nome levando as notícias quando anunciamos a construção, em parceria com o Ministério da Saúde, de Postos de Saúde. Fomos por ele elogiados em discurso que está devidamente gravado quando anunciamos iniciativas que dormitavam nas gavetas da burocracia para regularizar as terras indígenas, velha reivindicação. Portanto, me surpreende muito e me leva a crer que há efetivamente uma clara posição, legítima posição, ideológica nessa questão. Porque o debate e o diálogo que V. Exa. insiste que se mantenha e que eu estarei sempre aberto não pode partir de uma premissa que contrarie o conceito.

Como representante, como convocado que fui pelo Presidente Lula para exercer o cargo de Ministro da Integração eu não posso ter vergonha de governar. Eu não posso deixar de ter a noção que governar é eventualmente ter os bônus das ações acertadas e a grande maioria das vezes, carregar os ônus do contraditório. Portanto, meu caro Senador Suplicy, o que eu quero lhe dizer é que hoje de manhã recebi a notícia de que, em contato com os representantes do movimento que se encastelam lá num determinado setor da fazenda Toco Preto, em Cabrobó, a premissa para qualquer diálogo é que se paralise as obras e que se sepele o projeto. Essa legitimidade os movimentos, por mais respeitáveis que seja e são, não têm. Essa é uma decisão de Governo. O Governo adotou a decisão política de implementar um projeto que, como disse, repito, porque é sempre importante repetir para aqueles que como V. Exa. sei, amam a democracia, foi aprovado nas urnas. Foi aprovado nas urnas. E me dá tranquilidade quando eu vejo que pesquisa recente, apesar de todo o desejo de alguns de que o Governo tivesse em situação de dificuldade, sinaliza que no Nordeste brasileiro, região onde se debate com absoluta frequência esse tema, o Presidente Lula detém 80% de popularidade. O que significa cada vez mais que os nordestinos compreendem que vindo de onde ele veio, cavalgando um pau-de-arara não proporiam algo que não estivesse na sua alma, repleta de convencimento de que é um projeto absolutamente correto para o Nordeste. E aqui, se me permite exagerar na sua ge-

nerosidade um pouco mais de tempo, quero lhe dizer, caro Senador Suplicy, meus Senadores, senhoras e senhores. Que as demandas que estão sendo apresentadas, e aí demandas legítimas, justas, críticas, honestas e corretas, tem fruto do diálogo a que estou permanente aberto sendo acatadas.

Nessa viagem que fiz anunciamos, objetiva e claramente, liberação de recursos para revitalização do rio São Francisco, a ponto, por exemplo, de, na Serra da Canastra, integrantes do Ministério Público engajado na questão da defesa do rio e ambientalista deixaram em claro reconhecer publicamente que nunca nenhuma ação chegou com tanta eficácia, tanta rapidez e no montante que chegou para tratar de questões ambientais, proteção a nascentes e coisas que tais.

Descemos o rio e pude ver, inclusive, que esse discurso da revitalização não pode ser colocado apenas no colo do Governo. Temos uma noção que a compatibilização de desenvolvimento com o meio ambiente é algo que a sociedade tem que ser chamada a participar ou não vamos a lugar nenhum, Senador Eduardo Azeredo, porque navegando pelo rio São Francisco, numa região que o senhor conhece bem, do Benjamim Guimarães ali, na confluência do Rio das Velhas com o São Francisco, pude ver garrafas pet boiando, pude ver bombas clandestinas retirando água do rio numa vazão muito maior do que a que se discute em relação a transposição das águas do rio São Francisco. Pude ver inescrupulosos produtores rurais trazer as suas barrancas, suas propriedades, facilitando o assoreamento do rio e o depósito, portanto, de areia no seu leito, ações que nós já estamos tentando combater efetivamente.

Mas saímos por aí divulgando a palavra do Presidente Lula em relação à proteção das margens, das matas ciliares e na barra, por exemplo, lançamos um campo de prova que foi elogiado, inclusive, por Dom Cappio, onde estamos utilizando metodologia e tecnologia que tem dado certo ao longo do mundo na recuperação da degradação de rios. O que o diálogo não vai levar, por exemplo, é o estabelecimento de quem está certo. Ele que diz que nós precisamos revitalizar o rio antes de fazer a transposição ou alguém que como eu penso que temos que a revitalização é uma ação continuada, permanente que deve, inclusive servir de exemplo para outras bacias hidrográficas brasileiras e que tem que ser tratada, antes, durante e depois da transposição ou de qualquer outra ação no rio, inclusive, projetos, projetos de irrigação como o meu Estado tanto reivindica. Eu recentemente lancei a licitação que vai levar à conclusão das primeiras etapas do projeto do baixe de Irecê e do Salitre que saiba o senhor, saiba V. Exa., retira do rio São Francisco três

vezes mais água do que 26,5% que está sendo proposta na transposição. A grande realidade, meu caro Senador Suplicy, é que esse processo tem sido politizado e ideologizado e o debate não tem sido feito da forma que deveria ser feito e eu próprio já fui vítima disso porque já tive posição, por falta de informação, por ignorância no sentido de ignorar, contrária a essa proposta. Até tomar conhecimento, por exemplo, que o povo sergipano, eu não sei se V. Exa. sabia disso, como é abastecida a cidade de Aracaju do ponto de vista técnico? Ela era abastecida pela bacia hidrográfica do rio Sergipe, porque, na medida em que Aracaju foi crescendo, deixou de ter condições de manter-se como manancial capaz de matar a sede dos sergipanos que residem na capital. Que solução foi encontrada e, recentemente, tive acesso a um vídeo na internet, onde o Ex-governador de Sergipe, João Alves, elogia o antigo Governador Augusto Franco, me parece, ou o Albano, não, o pai dele, o Augusto que também foi Governador, não me lembro exatamente se foi o Augusto ou o Albano, elogia exatamente o fato de ter tido a genial idéia de fazer uma transposição. Foram apropriar, foram apropriar a 100 quilômetros de Aracaju e através do mecanismo de engenharia da adução de água, transferem água para interligar a bacia do São Francisco com a bacia do rio Sergipe e a partir daí abastecer Aracaju que é uma cidade, uma Metrópole fora da bacia do São Francisco.

Portanto, eu estarei sempre aberto ao diálogo. Mas deixando claro dentro do conceito que dialogar não significa renunciar a governar. Não tenho medo da crítica enquanto for Ministro e merecer a confiança do Presidente da República, do meu partido e daqueles que contribuíram para que lá eu estivesse eu exercerei o Governo com a consciência de que estarei sempre sujeito às determinações do Presidente da República e às imposições democráticas do diálogo, do entendimento e da busca de soluções. E aí, me permita para encerrar mais uma vez abusando da generosidade, lhe citarei um outro exemplo objetivo do diálogo para que V. Exa., nessa sua permanente busca de entendimento da sociedade que eu louvo, possa levar aos que lá estão.

Uma das críticas honestas, claras, objetivas, sinceras, que mereceram a minha consideração, que conheço aquela região do Brasil profundo, conheço porque lá milito politicamente, conheço porque a esse assunto tenho me debruçado diuturnamente, estudando, conversando, dialogando, buscando informações que respaldem a minha convicção é de que seria absolutamente inusitado, injusto, despropositado e incoerente um projeto que levasse água a cerca de 220 quilômetros através de canais, túneis e outros mecanismos de redução da

engenharia moderna para abastecer e matar a sede e levar desenvolvimento acerca de 12 milhões e meio de irmãos nordestinos que moram numa região que chove mais para cima do que para baixo, em função do seu elevado padrão de evaporação, sabendo que às beiradas do rio São Francisco existiam comunidades, existem comunidades, que estão tão distantes da água potável, quanto àquelas que nós queríamos atender. Essa é uma crítica, fruto do diálogo que merece respeito. O que fizemos? Sensibilizados, imaginamos, discutimos com os técnicos e criamos a idéia da água para todos. Levamos ao Presidente, sempre sensível, sua Excelência imediatamente incorporou a idéia, determinou a imediata execução do programa que já estava com seus projetos executivos feitos e vamos começar a licitar obras para atender com abastecimento d'água cerca de 1800 comunidades beiradeiras das margens do rio São Francisco, sua direita e esquerda, nascente à foz. Portanto, se o diálogo significa ouvi-los para das suas experiências aprimorar o projeto, acrescentar posições, melhorar, incorporar idéias, aduzir posições que possam significar melhor atendimento aos anseios dos brasileiros, eu estou aberto, permanentemente aberto a todos aqueles que queiram contribuir. Se o diálogo significa renunciar a legitimidade obtida nas urnas para governar que o Presidente Lula me subdelegou, evidentemente que eu tenho a convicção que já fiz a minha parte.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Há as outras perguntas.

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Ah, sobre as outras. Sobre as outras, me perdoe...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Do microcrédito e da...

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Me perdoe. Farei. Não, não... farei agora.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita uma breve... uma indagação muito breve.

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Como V. Exa. mencionou que fez a... percorreu o rio São Francisco, acho que é de interesse de tantos brasileiros que queiram conhecer melhor, eu, por exemplo, em 1974 eu fui de Pirapora até Juazeiro, Petrolina pelo rio São Francisco, foi uma das viagens mais interessantes que fiz na minha vida. E queria até perguntar, já que V. Exa. diz que fez...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador, então você está mais mineiro do que eu. Eu não fiz o trajeto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Um longo trajeto.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

–Você está mais mineiro do que eu. Eu não fiz essa viagem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP)

– Mas eu queria, justamente, já que o Ministro Geddel Vieira fez a viagem sobre o rio São Francisco, que eu tinha ouvido falar que haviam... que não haveria mais os vapores que fazem esta viagem. Eu queria perguntar. Por acaso pode se fazer a viagem, digamos, estudantes ou os Senadores podemos, com o Ministro, quem sabe, fazer essa viagem e de que ponto a qual ponto se um estudante que esteja nos ouvindo, quiser, que seja ele do Rio Grande do Sul, do Amazonas, quiser conhecer, que é uma das coisas mais interessantes o rio São Francisco, como é que ele faz hoje já que V. Exa. esteve lá e tem essa informação? Por favor.

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Olha, a primeira pergunta, em relação a questão do vapor, existe apenas um que é o Benjamim Guimarães que está lá colocado historicamente e que hoje usa madeira ecologicamente correta, fruto de reflorestamento, até porque a existência de muitos vapores lá foi exatamente uma das causas do desmate das matas ciliares junto com as siderúrgicas de Minas Gerais que levaram o desenvolvimento aquele grande Estado que achavam mais fácil ali perto tirar as matas ciliares para alimentar suas caldeiras e os vapores, portanto, o vapor. Portanto, qualquer estudante que queira viajar no Benjamim Guimarães, evidentemente que é possível no trecho navegável, estamos também, depois eu posso discutir, mostrar isso a V. Exa. várias outras ações, lançando lá na barra também, o desassoreamento do rio para tratar da Hidrovia, enfim, isso eu falarei consigo na hora que achar conveniente. Mas, sobre a sua pergunta, eu quero dizer que com relação aos fundos Constitucionais, se a visão do microcrédito que V. Exa. coloca é aquela do pequeno empréstimo do Banco Popular, não. Não é factível. Mas estamos tratando o banco do Nordeste obrigatoriamente, o FNE, os fundos, já tratam 51% dos seus, da destinação dos seus recursos para investimento em micro empreendimentos empresariais de financiamento, não é o caso do Banco Popular. Essa foi a pergunta. E no que diz respeito, o segundo, foi a Marisa.

Minha caríssima Marisa, V. Exa. sempre uma voz muito forte, aí, em relação a defesa lá do nosso Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul. Em relação à questão do Mato Grosso, da questão da faixa de fronteira, esse é um programa que eu vou dedicar uma atenção muito especial. Até porque a abrangência dele, a possibilidade de intervenções, ela é muito ampla que vai desde a infra-estrutura, até outros financiamentos. Nós temos um problema, viu, Marisa, que depois que

a gente vai para o outro lado do balcão, eu que sou Deputado, a gente vê que essa é uma questão real. E aí não tem jeito porque é a lei. É a dificuldade quando você fala nos números de liberação, a dificuldade de viabilizarmos projetos. A relação com prefeituras e com Governos.

Outra questão que tem sido muito difícil para a gente é essa questão da Legislação que trata da inadimplência. Eu todo dia recebo de manhã uma lista dos Estados brasileiros em que varia dos 27, quando o dia é bom, 25 apenas estão inadimplentes. Quando o dia é bom. Por uma série de ações, uma é pequena empresa. A interpretação é que a empresa dele está inadimplente, o Estado está inadimplente. E isso faz com que a gente tenha uma profunda dificuldade para liberar recursos. Eu acho que essa é uma questão, eu vou tratar disso hoje com agentes do Governo, mostrando, inclusive, que isso precisa ser revisto em casos como a revitalização do rio São Francisco para agilizar medidas. Eu acho que é uma questão sobre a qual nós vamos ter que nos debruçar, sob pena de você não ter mais condição de fazer obra delegada. Eu estou com obras no PAC que estão paralisadas porque eu tenho dinheiro empenhado, às vezes recursos, restos a pagar e não posso liberá-lo porque os Estados e Municípios estão inadimplentes.

Mais especificamente no seu caso nós estamos lá com o Governador André Puccinelli, estruturando um amplo programa de aproveitamento de faixa de fronteira, inclusive, ele já até me passou uma determinação da coordenação de bancada, uma emenda de bancada que você tem lá já para atuar, inclusive, na área estruturante, com obras de estrada, uma série de questões, ou seja, é um programa que tenho a absoluta certeza, eu vou dedicar uma atenção especial e, sobretudo agora, mais estimulado que estou vendo com sua preocupação que vai haver uma ampla mobilização das bancadas para colocar recursos de emendas parlamentares nessa rubrica para que a gente possa atuar com mais vigor ainda.

A questão do FCO, para ser breve, eu pedi aqui dados específicos, de cabeça não dá para guardar isso tudo. Efetivamente nós estamos contatando com o Banco do Brasil e medidas já estão sendo adotadas para viabilizar e facilitar o acesso às demandas do Centro-Oeste, uma região que tem crescido muito. Eu até queria lhe registrar aqui algumas dessas medidas, além da gestão política que estamos fazendo que já foi tomada pelo Ministério da Integração. Nós já aumentamos os limites, no caso da FCO, de 40 para 100 milhões para acesso a projetos individuais de grupos para financiar projetos. Já estamos aí tratando de financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas

também de FCO, financiando e financiando custeio ao FCO empresarial, financiamento de custeio do FCO empresarial. São medidas aliadas à (ininteligível) dessas questões que o Banco do Brasil está adotando que eu acho que vai minorar ou resolver essa questão que você coloca que é real, mas medidas concretas já estão sendo tomadas. Acho que foram essas as... Ah, irrigação. Eu pedi também dados aqui mais concretos. Está aqui. Como você colocou, o Centro-Oeste tem direito a 20% Constitucional para essa questão da aplicação. Eu recentemente fui até advertido, lembrado pelo Tribunal de Contas sobre essa questão. Acontece, que eu vou lhe dizer uma coisa, você vai pensar que não. Mas não tem projeto suficiente para demandar isso. Nós, agora no Tocantins, devemos estar indo, inclusive, com o Presidente Lula para inaugurar aquele projeto do PROPERTINS. Estamos com uma série de outras demandas e outros projetos que estamos viabilizando recursos, mas não temos recebido projetos suficientes para essa questão (soa a campainha) da irrigação no Centro-Oeste. Então, tem essa questão também da demanda. Não tem tido demanda.

O Senador Garibaldi, que é um profundo conhecedor dessa questão do Nordeste brasileiro, sobretudo o Nordeste setentrional, ele já fez aí as suas colocações, com as quais eu concordo a respeito da obra de transposição de águas do São Francisco, as obras estão iniciando simultaneamente, são os dois eixos, não há diferença de prioridade em relação aos dois eixos, a questão da SUDAM e da SUDENE. Eu, como nordestino, posso ter absoluta convicção que comungo inteiramente de qualquer preocupação, de que esses dois organismos possam ser organismos pró-forma. Não serão. A discussão que nós colocamos aqui não é só de financiamento. É que nós estamos tratando de discutir aquela questão dos vetos que foram postos pelo Presidente dentro de um conceito de Reforma Tributária que está sendo discutido pela área econômica. Na segunda-feira, quando nós vamos ter essa reunião, ela é exatamente para que se saiba o que se pretende fazer com essa questão dos fundos Constitucionais do fundo de desenvolvimento, posto que existe uma imagem, uma idéia de flexibilizá-los para que eles possam também ser utilizados como financiadores de infra-estrutura pública, seja ela infra-estrutura real, infra-estrutura social, econômica. Portanto, isso é o que eu disse na minha fala. Eu tratarei de manter contato permanente com os senhores na medida que tem essa reunião na segunda-feira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Pela ordem, senhora Presidente.

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: No mais eu não sei se houve alguma pergunta que ficou sem responder. Me lembrem, então.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela ordem Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sra. Presidente, eu gostaria só de registrar que compareceram a esta reunião de hoje, alguns políticos que de Mato Grosso do Sul, especialmente de Campo Grande, que vieram aqui especificamente para participar, para assistir esta audiência pública. Eu destacaria aqui a presença do Vereador Edmar Neto, que está aqui presente, o mais jovem Vereador do Mato Grosso do Sul, o Vereador Cristovam Silveira e o Deputado Estadual, professor Rinaldo. Gostaria que fosse consignada em Ata a presença dos três.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pois não, Senador. Será consignado em Ata. Quero desejar as visitantes boas-vindas e que venham sempre estar conosco aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional. Com a palavra os quatro últimos inscritos, Wellington Salgado, Jayme Campos e Eduardo Azeredo. Os três últimos. E Valter Pereira... (riso). Wellington Salgado e logo em seguida você.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sra. Presidente, Lúcia Vânia, Sr. Ministro Geddel Vieira. Primeiramente eu queria parabenizar, não só o Ministro Geddel, como também o meu partido PMDB, porque V. Exa. demonstrou hoje um profundo conhecimento do seu Ministério e eu conversava com o Governador, os Senadores, Jayme Campos aqui, e realmente a gente acaba ficando sem perguntas por que V. Exa. colocou o domínio total do que está acontecendo, a sua posição, quem o conhece, eu o conheço dentro do partido, tem uma posição firme e agora firme com um conteúdo. Sinto falta das frases de V. Exa., aquelas frases bonitas que eu sempre cobro e V. Exa. falou que vai editar um livro, mas não mandou nunca. (Risos)

Vou fazer só uma colocação. Uma pena que a Senadora Marisa tenha saído. É porque, na verdade, a minha discussão quanto ao FCO, eu fico vendo aqui até pelo mapa que as duas regiões, o Sul de Goiás e o Triângulo Mineiro estão numa região de alta renda. E nós estamos discutindo a questão do FCO. Mas, Ministro, o grande problema que nós sofremos no Triângulo Mineiro é que, em função do benefício do benefício do FCO estar do outro lado do rio, muitas empresas acabam atravessando o rio e vão para o outro lado, e assim foi a Mitsubishi, assim foi uma série de empresas que eu citei numa discussão dentro dessa Comissão do qual a Presidente me deu até a oportunidade de perder no voto a votação. E aqui dentro como vale no

voto, quem perde só pode ficar reclamando e quem ganha, ganha no voto.

Então, eu queria ver se nós poderíamos tentar alguma saída, acho difícil, porque eu vi que realmente existe mais demanda do que oferta na questão dos recursos está demonstrado aqui. O material que V. Exa. apresentou, o material maravilhoso, vou levar. Agora, fico muito feliz de V. Exa. sentir que já domina completamente seu Ministério, Ministério de V. Exa., já tenho. E o que é pior... o que é pior não, o que é melhor. V. Exa. gosta de ir lá no local ver. Pegou o barquinho, circulou, foi lá ver o rio São Francisco, eu mesmo tinha dúvidas quanto a isso, a partir de hoje não tenho mais dúvidas nenhuma, estou com V. Exa., se precisar do voto no Senado, meu voto está com qualquer coisa que V. Exa. necessite. Agora, realmente o único problema que eu consigo, que V. Exa. não pode resolver no seu Ministério é essa questão de atravessar o dinheiro não saber nadar, o dinheiro do FCO não sabe nadar porque não atravessa o rio. A verdade é essa. Nós temos que dar um curso de natação para esse dinheiro para ele poder chegar, nadar.

Eu vi aqui, minha grande discussão não é com a Senadora, na verdade com a Senadora Marisa que pegou essa birra comigo danada pelo FCO, quando na verdade a minha discussão é com a Presidente. Mas como nós temos colocado aqui a nossa região como alta renda comparado com o resto do país, realmente nós temos que procurar soluções melhores e que já que nós estamos economicamente muito bem, digamos assim, privilegiados. Isso é uma verdade. E não tenho mais nada a acrescentar, V. Exa. deu uma exposição maravilhosa, conversava com o Governador Jayme Campos, já fala bastante e agora fala bastante dominando todo o conteúdo, quer dizer, tira todas as nossas dúvidas, antes mesmo de nós perguntarmos. Então, queria simplesmente parabenizar V. Exa., falar que me sinto orgulhoso de conhecer a sua trajetória política e vê-la agora no Ministério com esse domínio total representando muito bem o nosso partido. É muito bom tê-lo aqui no Senado e muito obrigado pela presença aqui hoje.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Valter Pereira e posteriormente Jayme Campos, o último orador inscrito.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Ministro Geddel, quero dizer o seguinte, que em primeiro lugar eu faço das palavras do Senador Wellington as minhas próprias. V. Exa. realmente hoje dá uma demonstração de que em pouco tempo conseguiu assumir na integralidade as responsabilidades graves que assumiu num Ministério de grande envergadura, de

grande importância para o desenvolvimento do país como o Ministério da Integração Nacional. Portanto, é um orgulho muito grande para a família peemedebista vê-lo brilhar com tanta luz como tem mostrado nesses últimos tempos. E quero aqui parabenizá-lo, sobretudo, porque o homem público, ele tem que se adaptar às... aos tempos.

O homem público não pode ficar preso em determinadas convicções que de repente ele entende que já são superadas e que precisam... que precisam ser mudadas. E V. Exa. fez isso. V. Exa. tinha uma posição com relação à transposição do rio São Francisco e de repente enxergou que precisava enfrentar um problema que era muito maior do que aquele que enxergava anteriormente, quando representava apenas um Estado, e de repente V. Exa. passa a defender os interesses de todo o Território Nacional, é a integração do Brasil e V. Exa., em boa hora adotou a postura que se fazia necessário. Portanto, V. Exa. está de parabéns porque está fazendo um trabalho político de grande envergadura.

Comungo com V. Exa. quando fala que é preciso observar rigorosamente a legitimidade para tomar as decisões políticas e administrativas. Infelizmente hoje, no Brasil, o corporativismo tem as vezes ganhado lugares que pertenciam aqueles que deveriam dirigir, especialmente os políticos. Infelizmente hoje nós temos alguns Governos espalhados, alguns Governos Federais. Por exemplo, a FUNAI tem o Governo dos índios, os índios que governam a FUNAI. Esses dias eu conversei com o novo administrador da FUNAI e fiquei feliz de saber que parece-me que ele que quer governar e não deixar que terceiros governem. Faço votos que realmente ele vá nessa direção porque, talvez, com isso ele poderá fazer uma administração efetivamente eficiente na FUNAI. Assisto no INCRA o corporativismo também governando. Quem faz a seleção, hoje, para saber quem deve ser colocado numa parcela de terra loteada pelo INCRA não é o INCRA. Quem faz isso são as corporações. É por isso que eu digo que existe ali uma outra modalidade de Governo. Mas V. Exa. está indo na modalidade certa. Quem tem que governar é o Presidente da República, é o Governador do Estado, é o Prefeito e obviamente auxiliado por seus Ministros, seus Secretários, etc. Então, V. Exa. está dentro da linha correta, nós temos que restabelecer o processo, a ordem no Brasil porque está muito desordenado. Mas eu gostaria de fazer uma consideração sobre FCO.

V. Exa. ponderou que às vezes a burocracia cria alguns embaraços e isso é verdade. Mas existem também outros defeitos que precisam ser corrigidos no FCO e especialmente no caso da região (soa a

campanha) Centro-Oeste. Por exemplo, Mato Grosso do Sul quem opera o FCO é o Banco do Brasil, unicamente o Banco do Brasil. E essa operação tem sido ruínosa para a economia, para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Ruínosa por quê? Porque o Banco do Brasil tem uma cabeça. E a cabeça do Banco do Brasil é equivocada. Porque entende e age como se os recursos do FCO lhes pertencessem quando, na verdade, todos nós sabemos que o FCO é um fundo Constitucional e como tal o dinheiro pertence ao orçamento da União, pertence ao Governo. E eu vou relatar um fato para que V. Exa. tenha idéia de como tem sido danosa a ação, esse entendimento equivocado do Banco do Brasil.

Certa feita um grande empresário do ramo de azulejo... do ramo de cerâmica ingressara no Conselho Deliberativo, no conselho de desenvolvimento lá no Estado, no CONDEL, com projeto para expandir o seu... a sua atividade. E o projeto observou, andou por todos os trâmites necessários, observou todas as exigências, quando chegou no final que precisava o Banco do Brasil liberar os recursos o banco disse o seguinte: "Olha, você não tem direito a receber o financiamento a despeito de ter um contrato de garantia de transação futura, um contrato que tinha sido celebrado no âmbito internacional, um contrato para exportação exatamente porque a empresa estava se expandindo a fim de atender demanda contratada com o exterior". E o Banco do Brasil colocou a seguinte questão. "Você não tem direito... não tem direito ao financiamento porque certa feita lá no passado, lá no prtrasmente você questionou, você ousou questionar o Banco do Brasil quanto a juros cobrados pela instituição e ganhou na 1ª Instância, ganhou na 2ª Instância (Soa a campanha)e posteriormente... E posteriormente o banco foi compelido a fazer um acordo liquidar a fatura." Então, veja senhor Ministro, o Banco do Brasil está fazendo, na verdade, uma reciprocidade porque ele está colocando o seu interesse, enquanto empresa que é, como condição para liberar os recursos que não lhe pertence. Então, isso tem que mudar. Nós ontem designamos aqui, enquanto Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, designamos a Senadora Lúcia Vânia para relatar o projeto que recria a SUDECO. E essa vai ser uma discussão que nós vamos ter para consolidar essa separação que tem que ter entre recursos do FCO e recursos do banco. É preciso que haja uma abertura, uma abertura para que outros operadores também tenham condições de administrar esses recursos do FCO. Outra coisa...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Para concluir, Senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – E aqui eu gostaria... eu gostaria de colocar a V. Exa., então, uma indagação. Como é que V. Exa. vê uma abertura para outros agentes financeiros a fim de evitar que ocorra essa prática de reciprocidade? Isso vem no projeto do FCO. Mas obviamente esse projeto precisa ter a aprovação do Congresso, mas precisa também ter a vontade política do Governo. É por isso que eu quero ouvir a palavra de V. Exa. E quero também abordar aqui essa questão que já foi de certa forma abordada pela Senadora Marisa Serrano, a questão de um programa para a faixa de fronteira. Tem 10 milhões de brasileiros que moram na faixa de fronteira em todo o Território Nacional. E esses 10 milhões de brasileiros precisam ter oportunidade. Quando se noticia, por exemplo, qualquer coisa relacionada à faixa de fronteira no Mato Grosso do Sul se relaciona à droga, a contrabando de armas, a tudo que não presta. Por quê? Porque na faixa de fronteira não tem um programa específico para tirar essa grande população que às vezes sofre restrições da Legislação, exatamente por ser da faixa de fronteira. Então, eu gostaria de fazer um apelo para que V. Exa. no Ministério...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Nobre Senador...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não se descuide da faixa de fronteira. No mais o que eu quero dizer é que estou satisfeito de participar dessa audiência pública porque V. Exa. está mostrando uma clareza muito grande na administração desse Ministério e isso eu tenho certeza que vai resultar num bom... num bom produto para todo o país.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Jayme Campos, posteriormente Eduardo Azeredo, último Senador inscrito.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT) – Sra. Presidente, Sr. Ministro Geddel Vieira, senhoras e Sr. Senadores. Estou vendo, até seu Estado de saúde parece que não é dos melhores, parece que é meio precário aí, estou com pena do senhor. Mas eu vou fazer uma pergunta, até fazer mais algumas, entretanto, o nosso querido Senador Eduardo Suplicy monopolizou, como já é quase uma prática tanto do plenário da Casa como nas Comissões. Eu imaginava que já estava quase sem chance aqui. Mas eu vou só dizer a V. Exa., antes de mais nada, cumprimentá-lo e acima de tudo dizer que o senhor tem como Secretário um grande matogrossense que é meu amigo particular, Totó Parente, que eu recomendo, que é um jovem moço trabalhador, competente, que acima de tudo tem compromisso com a nossa nação e, sobretudo, com Mato Grosso. Mas, senhor Ministro, as perguntas, me

permite, Senador? Aqui o senhor disse que tem recursos suficientes, bastante recursos, melhor dizendo, lá no seu Ministério, para projetos de irrigação. Isso é uma notícia bastante alvissareira, Senadora Serys, até porque a nossa região está contemplada através da própria Constituição de 88 e eu imagino que nós temos que fazer com que o Governo Estadual encaminhe projeto a este Ministério que eu quero crer que com isso vai possibilitar, não só a irrigação dos produtos hortifrutigrangeiros da baixada cuiabana, mas sobretudo, nós, se for o caso, até dobramos a nossa produção pelas nossas potencialidades hidráulicas que Mato Grosso tem. Entretanto, senhor Ministro, o Senador Valter aqui foi muito feliz na sua colocação, perfeito. Eu tenho... quero dizer ao senhor que também sou do mesmo pensamento, da mesma idéia de que o Banco do Brasil realmente passa a ter o FCO como se fosse um recurso próprio, as vezes, contemplar aqueles que são seus clientes, que movimentam naquela Instituição Financeira. Mas objetivamente, senhor Ministro, para concluir aqui, eu tenho mais perguntas, mas não vou fazer. Segundo o Ministro Guido Mantega, a proposta da Câmara de política econômica para engrossar os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, aumenta de 3 para 4% a parcela do Imposto de Renda e do IPI. O que faria com que as atuais transferências referenciais políticas de incentivo saltassem de 4.6 para aproximadamente 6.1 bilhão de reais. Porém, segundo a mesma proposta o dinheiro que antes era dividido só entre as regiões mais pobres passará a ser dividido entre todos os Estados. Então, a pergunta a V. Exa.: Quais as idéias e os critérios do Ministério para compensar as áreas hoje contempladas pelo fundo de desenvolvimento e que, a primeira vista, perderão com a nova divisão dos recursos Federais? Essa é a minha pergunta a V. Exa. Muito obrigado pela sua paciência que certamente tem muito mais compromisso. Obrigado, Ministro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Azeredo, último orador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sra. Presidente Senadora Lúcia Vânia, Sr. Senadores, Senadoras, senhor Ministro, eu aqui eu estou sempre, eu estou vendo que eu estou sempre em minoria nessa Comissão aqui. Agora, tem a questão aí do São Francisco. Está todo mundo aqui defendendo o São Francisco e essa questão da transposição e eu estou na minoria também, sou daquele que vê dificuldades. Veja bem, na verdade, Minas Gerais não tem uma posição que seja contrária à transposição, nós temos uma posição favorável à revitalização antes. E o nosso medo todo, Ministro, é porque outro dia eu brincava aí, que

eu sou engenheiro e que acho que nesse Governo o pessoal não sabe o que é PERT/CPM, caminho crítico, precisava fazer um curso geral no Governo para tomar as decisões mais rápidas. O que eu sinto é que as coisas não acontecem, as intenções são até boas. Então vejam, V. Exa. está colocando aí que tem esse projeto da água para a população ribeirinha. Sim, é um bom projeto, essa questão lá do Rio das Velhas, realmente, ele chega no São Francisco, tem um projeto lá, tem até uma ONG nessa questão do Velho Chico que é a ONG que está trabalhando nessa área. Agora, as ações não estão conseguindo passar. Então, o que eu colocaria é um pouco isso aí. Olha, eu sei que têm dificuldades, hoje na área pública é muito difícil mesmo. Hoje tem problema de meio ambiente, tem problema no Tribunal de Contas, tem problema no Ministério Público, tem problema na licitação, isso tudo, os prazos são grandes. Agora, se tendo esses obstáculos todos ainda houver dificuldades de tomada de decisão, aí é que não sai nada mesmo. Tem um problema, não é da sua área, mas é uma estrada que eu estou acompanhando há 4 anos e meio, tem dinheiro, todo o ano tem dinheiro e o Governo não consegue começar a obra. É aquela que sai do DNIT, mas eu estou fazendo essa transposição para a sua área, quer dizer, se não houver, então, o nosso temor é que essas obras de revitalização, essas providências de revitalização, elas fiquem só no papel, quer dizer, alguns recursos existem? Existem, eu sei que o Presidente Lula esteve lá em Belo Horizonte ontem, anunciou recursos para área de saneamento. Agora muitos desses recursos também já eram recursos que já estavam na Caixa Federal. Esse é um outro problema. A gente precisava de recurso novo. Não é só recurso já previsto.

Existe um pouco essa questão de remanejamento aí. O PAC tem muito isso. Tem, na verdade, um ajuntamento de recursos que já estavam previstos. E o importante era que tivesse recursos novos. Então, a minha colocação é mais em cima mesmo da revitalização do rio São Francisco, a questão lá que ela fique na prática, é isso aí, a minha questão é só essa aí, é bem objetiva. A questão do Jequitinhonha, eu vi no mapa ali, é importante mesmo, o Jequitinhonha é uma área a mais pobre de Minas Gerais. Nós discutimos aqui semana passada a inclusão do triângulo no FCO, fomos vencidos, está bem, essa a gente volta à guerra futuramente, mas pelo menos na região do Jequitinhonha é importante a atenção especial. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Antes de passar a palavra ao Ministro, eu gostaria de cumprimentar-lhe, agradecer a presença do Deputado Colbert Martins. Com a palavra o Ministro Geddel.

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Eu vou procurar ser o mais breve possível. Eu sei que os Sr. Senadores devem estar aí já meio que esfomeados. Não? Então vamos gastar o tempo. Ao Wellington quero agradecer as palavras que certamente são fruto da generosidade pelo fato de sermos companheiros do mesmo partido, temos uma excelente relação política e pessoal e, portanto, foi generoso nas suas colocações e lhe pedir que compreenda que eu já tenho, está aqui patente problema demais na questão do rio São Francisco, não me envolva nessa disputa do dinheiro cruzando o rio Parnaíba para um lado para o outro porque eu não quero confusão nem com V. Exa., nem com a Senadora Lúcia Vânia, portanto, eu prefiro ficar olhando e preso à lei que determina que os recursos do FCO não podem servir Minas Gerais.

No caso do nosso Valter, também agradeço as palavras extremamente cordiais, corretas, fomos colegas aí por longos anos na Câmara, sei da combatividade com que exerce seu mandato, a delegação popular que recebe para representar o povo no Mato Grosso do Sul e hoje seu Estado na condição de Senador da República. E lhe dizer que no que diz respeito à questão do Banco do Brasil eu concordo em gênero, número e caso. Eu não tenho o que discutir, tanto que fomos acompanhados aí, do Totó Parente, a quem não vou ratificar agora aqui, de público, os elogios que foram feitos pelo Senador Jayme para que ele não ache que está tudo perfeito, pare de trabalhar, diminua o ritmo, tem sido muito correto lá na Secretaria do Centro-Oeste. Tivemos com a diretoria do Banco do Brasil levando a manifestação de descontentamento com o banco da forma que estava sendo conduzida, até porque o banco tem um *del credere* de cerca de 6% nessa questão que é mais do que suficiente para... para remunerar um trabalho de um dinheiro que ele não tem risco na captação, inclusive. A direção do Banco do Brasil se comprometeu e nós temos sentido alguns avanços nessa direção de melhorar, facilitar essa... essa... esse atendimento às demandas do FCO. Estabelecemos algumas metas, vamos retornar ao Banco do Brasil, ontem eu ainda conversei com o Presidente Lima Neto, vamos marcar uma nova reunião para ver do último encontro que nós tivemos a cerca de um mês e meio atrás, dois meses, até agora se avançou efetivamente algumas coisas. No entanto, politicamente já lhe antecipo que sou absolutamente a favor da idéia que está embutida no projeto que a Senadora Lúcia Vânia relata, da SUDECO, de fazer com que você abra essa... essa... esse acesso ao crédito do FCO para ser trabalhado por outros bancos públicos, por cooperativas de crédito. Eu acho que esse tipo de competição só vai melhorar o atendimento às demandas que são apresentadas.

Portanto, politicamente contarão com a defesa que farei da medida dentro do Governo, evidentemente sempre sujeito a uma decisão do conjunto do Governo, a qual nos submetemos. A minha participação vai ser sempre na defesa desta tese.

Em relação à questão da faixa de fronteira, eu quero até lhe fazer uma gênese, chamar isso de confidência, mas é uma afirmação. Chegou-se a se pensar no Ministério do Planejamento em eliminar o programa faixa de fronteira. Mais do que reverter essa idéia, Senador Jayme, nós conseguimos incluir o programa de faixa de fronteira já no PPA para 2008/2011, o que assegura a continuidade e o fortalecimento do programa que eu volto a insistir, terá que ter um apoio muito forte das bancadas dessas regiões para nós adensarmos recursos.

Em relação ao Senador Jayme, a quem também agradeço aí às perguntas, as colocações e as palavras generosas de elogio. A sua colocação em relação à questão do fundo de desenvolvimento, eu lhe confesso que não posso ainda lhe dar uma postura definitiva, que é como disse: Existe uma proposta, essa proposta que V. Exa. coloca. Qual será a minha posição na defesa e no debate? Minha posição muito clara é que nós vamos ter que fazer conta, cálculo para ver que tipo e que tamanho de recursos nós temos que agregar a democratização do acesso dos fundos Constitucionais e dos fundos de financiamento para que as regiões que efetivamente demandam um investimento maior na alavancagem do seu desenvolvimento não sejam prejudicadas pela legítima intenção de se incluir nelas espaços, como as mesorregiões estabelecidas, até parte Sul do Rio Grande do Sul e outras que tais dentro de uma política global de desenvolvimento regional. Mas já na segunda-feira, quando dessa primeira posição, desse primeiro encontro mais definitivo, já afunilando para a proposta que virá para o debate com os Governadores e com o Congresso Nacional, a posição do Ministério da Integração Nacional é muito clara, é a defesa daquilo que é legalmente determinado a ele fazer, combater as desigualdades regionais. E você não combate as desigualdades regionais apenas com uma carta de boas intenções, de recursos que estimule efetiva e claramente investimentos que alavanquem desenvolvimento, que agregue valor as vocações regionais que faça com que essas comunidades, sobretudo nas regiões mais pobres do Brasil profundo possam ter efetivo acesso a mecanismos de mercado, geração de emprego, inclusão social. Portanto, fique tranquilo que terá em mim um parceiro na defesa dessas posições, agradecendo a sua manifestação.

No caso do Senador Eduardo Azeredo, eu acho que V. Exa. com muita franqueza esclarece uma coi-

sa que é lógica. Minas Gerais não pode ser contra a transposição e coloca de uma forma que elimina um pouco aquela suspeição que as vezes paira que Minas diz que é contra para poder obter mais recursos para revitalização. E não pode ser contrapor uma razão simples. O rio São Francisco nasce lá na Serra da Canastra, atravessa o Estado inteiro impávido, colosso, banhando suas margens de esperança e desenvolvimento, dali vocês tiram água para o grande projeto Jaíba, outros que estão ali, concessões de água da ANA até maiores do que nós vamos retirar do São Francisco. Vamos fazer uma tomada d'água, 400 quilômetros, a 500 quilômetros da foz, onde o rio já está prestes a despejar no mar 1850 m3 de água por segundo. V. Exa. diz que é engenheiro que se esqueceram de engenharia. Eu até gostaria de entender o que é que tira água lá embaixo para afetar Minas cá em cima. Então, esse discurso...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– É outorga, é outorga, é outorga...

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Esse discurso mostra que... mas a outorga está muito... a outorga está dentro dos 360 m3 ecológicos...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Mas vai esgotar.

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Esgotar não será conferida mais nenhuma outorga.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sim. Aí Minas fica prejudicado...

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Não. Minas não fica prejudicado porque Minas tem grandes outorgas, inclusive, nós estamos lançando, vou lhe dar aqui em primeiríssima mão a realização de um velho sonho dos senhores que é a licitação dos estudos para o grande projeto de Jaquitaí que é um projeto absolutamente viável, feito por irrigação ali num centro que atende duas Rodovias importantes para escoamento da produção. Nós estamos atendendo Minas e estamos atendendo não é com... não são com iniciativas, pelo menos na minha área que não estão saindo no papel. Eu estive lá em Barra do Guaicuí e ali já se reconhece, por exemplo, que a viscosidade do Rio das Velhas aumentou, num projeto de parceria do Governador Aécio Neves com o Governo de Minas para despoluição do Rio das Velhas que é junto com Paraopeba o maior poluidor do rio São Francisco.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sim, porque vem a poluição da grande Belo Horizonte.

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Da gente Belo Horizonte e outros. Portanto, Minas tem dado também... e aí me permita, não estou falando como Ministro, estou falando como velho parlamentar, seu

companheiro, apenas para esquentar esse final com um debate, Minas tem dado sua contribuição efetiva do ponto de vista daquilo que hoje reivindica que é a revitalização do rio São Francisco e nós estamos fazendo em parceria. Por quê? Temos a noção de que esse deve ser um problema de todos, de entes federados, de sociedade como um todo porque não pode ser por hercúlea que é uma tarefa de um Ministério, apenas de um Governo único. Estamos fazendo iniciativas concretas na própria Minas Gerais. Tivemos lá em Lagoa da Prata, já estamos discutindo a única transposição efetiva que foi feita no rio São Francisco, por empresário mineiro há cerca de 20 anos atrás, que é aquele desvio do braço que trouxe problemas ecológicos e, ali sim, uma transposição que desviou o leito do rio e que não houve uma manifestação efetiva do Governo de Minas para impedir aquela ação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Já estive lá, conheço... Dr. Luciano.

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Nós vamos fazer. Isso não é vamos fazer no gerúndio, "estamos fazendo". Já fizemos. Essa medida já está tomada. Continuo dizendo a V. Exa. que não estou tratando de "estamos fazendo" no gerúndio. Recursos já estão efetivamente liberados e me comprometo, se V. Exa. me der esse privilégio, conhecer que é melhor do que eu, das montanhas de Minas e da sinuosidade do rio São Francisco, acompanhá-lo para visitarmos *in loco* ações efetivas de desassoreamento do rio que já está sendo feito no trecho Ibotirama para viabilizar a Hidrovia de Ibotirama/Juazeiro, obra feita. Recomposição de matas ciliares, como disse, com projeto fantástico, num convênio que temos com Exército, FUNDESPA e CODEVASF, ações claras de replantio com viveiros já lá para ser visto *in loco* para replantar matas ciliares e outros combates. Portanto, a única divergência que tem é que eu não comungo dessa idéia de que tem que ser feita antes. Revitalização de rio, de bacias hidrográficas, ela tem que ser feita com uma ação contínua, antes, durante e depois, proteger os mananciais de recarga do rio nós estamos fazendo, ações de esgotamento sanitário, estamos fazendo concretamente. Lhe cito o caso de Bom Jesus da Lapa da Bahia, uma importante cidade a beira do rio, fizemos lá já, já está feito 22 quilômetros de esgotamento sanitário, evitando que os resíduos sejam jogados *in natura* como eram no rio São Francisco e a letra fria das estatísticas já mostram, inclusive, uma agradabilíssima consequência dessa tão... um efeito colateral que é a imediata redução da mortalidade infantil. Portanto, eu compreendo suas preocupações, V. Exa. governou Minas Gerais, sabe o que é vencer as amarras burocráticas que em nome do necessário combate à corrupção, em nome,

muitas vezes, do medo de governar, do medo de tomar decisões, faz com que as ações fiquem no papel. Enquanto eu tiver o privilégio de exercer o Ministério da Integração Nacional e servir ao Governo Lula, pode ter certeza que eu vou pagar sempre e pecar sempre por excesso no desejo de fazer, jamais por omissão ou por comodidade ou me rendendo a qualquer aspecto que a burocracia impede. Sempre dentro da lei, sempre protegido pelo Império da lei, mas sempre com muita vontade de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

–Muito bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradecemos o Ministro Geddel. Quero dizer, Ministro, da alegria de recebê-lo aqui e principalmente pela objetividade da sua exposição e seu entusiasmo. Acredito que todos os Sr. Senadores, que aqui estiveram, puderam ficar contaminado com esse entusiasmo e com essa vontade de realizar. Isso, sem dúvida nenhuma, é uma coisa muito importante para essa Comissão e muito importante para o Parlamento nesse momento, quando as pessoas estão um pouco céticas em relação às obras que são anunciadas e não são executadas. E V. Exa. nos dá a segurança de que no Ministério da Integração Nacional existe vontade, objetividade e, acima de tudo, respeito às pessoas, respeito ao Parlamento. Muito obrigado.

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Muito obrigado Senadora, muito obrigado Sr. Senadores.

Sessão encerrada às 13h14.

Ata da 16ª Reunião (Extraordinária) da Comissão De Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada em 5 de julho de 2007, quinta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia cinco de julho de dois mil e sete, na sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores João Pedro, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita, Garibaldi Alves, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Cícero Lucena, Jefferson Peres, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Wellington Salgado, Adelmir Santana e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 15ª Reunião da Comissão, que é aprovada. Ato con-

tínuo, a Presidenta esclarece que a presente reunião tem como finalidade a apreciação de Projetos de Lei. Antes de iniciar os trabalhos, o Senador Geraldo Mesquita registra a presença do Senhor Sebastião Bocaiom, Prefeito no Estado do Acre. **Item nº 1:** Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2007, não terminativo, que “autoriza o Poder Executivo a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas, no Estado do Maranhão”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que tem como relatora a Senadora Patrícia Saboya, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador João Pedro, que oferece parecer favorável ao Projeto. Resultado: aprovado o parecer favorável ao Projeto. **Item nº 2:** Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2003, não terminativo, que “estabelece diretrizes para aplicação dos recursos financeiros públicos administrados pela Caixa Econômica Federal, no contexto da política nacional de desenvolvimento regional”, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que tem como relator o Senador Marco Maciel, que oferece parecer favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta. Resultado: concedida vista coletiva do Projeto. **Item nº 3:** Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2003 – complementar, que “regulamenta o artigo 192 da Constituição Federal, ao dispor sobre a política de aplicação dos recursos financeiros nos Programas de Caráter Regional a cargo da União, e dá outras providências”, de autoria do Senador Renan Calheiros, que tem como relator o Senador Marco Maciel, que oferece parecer favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta. Resultado: aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as emendas nº 1-CDR, 2-CDR, 3-CDR, 4-CDR, 5-CDR e 6-CDR. **Item nº 4:** Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene)”, de autoria do Senador Gerson Camata, que tem como relatora a Senadora Rosalba Ciarlini, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador Garibaldi Alves, que oferece parecer pela recomendação de declaração da prejudicialidade do Projeto, nos termos do art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal, com seu arquivamento definitivo. Resultado: Declarada a prejudicialidade da matéria e adiada a votação para a próxima reunião. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores João Pedro, Geraldo Mesquita, Marco Maciel, Cícero Lucena e Garibaldi Alves Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Havendo número regimental declaro aberta a 16ª reunião extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa na leitura e a aprovação da ata da décima quinta reunião da Comissão. Senhores e senhoras Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina – se a apreciação de projetos de lei.

Antes de iniciar, antes de iniciarmos essa sessão eu gostaria, essa votação a apreciação dos projetos de lei, eu gostaria de comunicar senhores parlamentares que, no dia 8 de agosto, nós teremos aqui a presença da Ministra Marta Suplicy que virá falar sobre o plano nacional do turismo. Esse material sobre o plano nacional foi todo trabalhado pelo gabinete e eu estou repassando esse estudo para os senhores parlamentares, para os senhores Senadores, para que os senhores possam ter idéia do plano quando do debate com a Ministra Marta Suplicy. É 9 de agosto, não é? Aliás, não é 8 de agosto, 9 de agosto, dá uma quinta – feira, então eu pediria aos parlamentares, principalmente do Nordeste, onde tem o PRODETUR, e do norte, que tem o eco PRODETUR.

Ambos os projetos estão parados e precisando de ação de dinamização, embora o PRODETUR Nordeste esteja mais avançado nós precisamos acelerar esses recursos externos, porque acho que só dessa forma nós vamos ter a infra – estrutura que a gente quer para incrementar o turismo. Nós fizemos um estudo sobre os pontos fundamentais e estruturais do turismo em vários, em todos os Estados em relação ao PAC. O que é que foi contemplado no PAC que é importante como acesso às regiões turísticas importantes. E chegamos a conclusão que o PAC contempla muito pouco, a pouca, a pouca relação entre o plano nacional do turismo e o PAC sendo que o PAC contempla mais alguns aeroportos, mas insuficiente para um destino regional e eu acho que isso aí nós temos que ver com muita atenção e acredito que esse material que foi feito pela assessoria, pela assessoria do meu gabinete e da Comissão de desenvolvimento regional aqui da Comissão, tendo a frente o técnico e especialista em turismo, Luiz Otávio e na comissão, no meu gabinete o professor Eldo Mulatinho. Portanto, esse material é um material muito rico e importante que poderá nos fornecer bastantes subsídios para debates e, principalmente, para questionar os projetos e o plano

nacional do turismo. Vamos então à votação. Solicitaria o item número 1, Projeto de Lei do Senado 248 de 2007 não-terminativo. Autorizo o Poder Executivo a promover a internacionalização do aeroporto de Barreirinhas no está do Maranhão, a autoria desse projeto é da Senadora Roseana Sarney, a relatora é Patrícia Saboya, que não se encontra presente e eu pediria ao Senador João Pedro que fosse o Relator *ad hoc* deste relatório. Concedo a palavra ao Senador João Pedro para proferir o parecer.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Projeto sobre exame de autoria da Senadora Roseana Sarney tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a investir na ampliação e promover internacionalização do aeroporto da cidade de Barreirinhas no Maranhão. Nos termos da proposição, os investimentos federais necessários poderão ser implementados por meio de convênios firmados com Governo do Estado e com a Prefeitura Municipal. Justifica a iniciativa o argumento de que o aeroporto de Barreirinhas, principal portal de acesso ao Parque Nacional dos lençóis maranhenses, carece de investimento urgente em sua melhoria e modernização. Nesse sentido a autora do projeto considera imperiosa a necessidade de adotar a região, um dos mais belos importantes destinos turísticos brasileiros, dos meios adequados a recepção condigna dos milhares de turistas brasileiros e estrangeiros que a ela tem ocorrido.

De natureza autorizativa a proposição tem o propósito de instar o Poder Executivo e implementar as medidas administrativas reclamadas, consideradas especialmente importante para o Estado do Maranhão, Piauí e Ceará, cujos principais aeroportos articulam com o de Barreirinhas. Apresentado no último dia 10 de maio, o PLS 248 foi submetido a exame inicial dessa Comissão para, posteriormente, em caráter terminativo, colher deliberação da Comissão de serviço de infra-estrutura. Não foram oferecido emendas. São justas e pertinentes os argumentos que ensejam o projeto de fato propiciar condições adequadas de recepção aos visitantes do parque nacional dos lençóis maranhenses constitui medida de inteira consonância com a diretriz de estimular a prática do turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país, inscrita no artigo 1 do Artigo 2º do decreto 448 de 92.

Consentâneo com a legislação de urgência da atividade turística o projeto, igualmente, atende aos demais pressupostos para a sua aprovação conjunto, com quanto verse sobre matéria de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo e adotar viés autorizativo ao PL 248. Tem sua constitucionalidade abrigada no parecer 527 de 98, de autoria do saudoso Senador

Josephá Marinho, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, que respeite a técnica legislativa não há reparos a fazer. No mérito adoto integralmente os argumentos que sustenta a apropriação. Voto. Voto sim pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 248 de 2007.

SEN. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sra. Presidente,

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria.

SEN. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

SEN. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senadora Lúcia Vânia. Antes de me referir ao projeto relatado pelo ilustre Senador João Pedro, não, eu estou falando baixinho para poupar a voz. Antes de me referir ao assunto, então eu queria, eu queria registrar a presença, no recinto da nossa Comissão, do ex-Prefeito Sebastião Bocalon do meu Estado foi Prefeito do Município de Acrelândia durante 3 mandatos. Uma pessoa que goza de muito prestígio no meu Estado e muito querido Presidente do PSDB no Estado e gostaria de registrar a presença dele, porque para mim é muito prazerosa.

Com relação ao projeto de duas grandes senadoras, uma propondo, a outra relatando e com a relatoria *ad hoc*, agora, parece uma coisa simples, uma cidade de um interior de um Estado que se arvora o direito de ter o seu aeroporto internacionalizado. É uma região, um pólo, é um aeroporto que está situado numa região de um pólo turístico de grande potencialidade e isso pode se transformar, e pode se constituir num mecanismo de fundamental importância para fazer com que aquela região seja provida de meios, de condições, cada vez melhores para a promoção da região, para a promoção do turismo na região.

Eu digo isso, porque esses aeroportos situados em, por exemplo, lá no nosso Estado, no Acre, temos aeroportos, também, que devemos cogitar dessa alternativa para fazer com que investimentos sejam carreados no sentido de que aqueles, aqueles, aqueles aeroportos sejam dotados de infraestrutura necessária para promover. Cruzeiro do Sul, por exemplo, lá no oeste do nosso Estado, na região do vale do Juruá, uma região belíssima, de potencial turístico muito interessante. Então eu acho que essa é uma prática, uma política correta, acertada, consistente para descentralizar recursos públicos nesse país e para promover regiões no interior do nosso país que permitem que atividades sejam prósperas e partilhadas por um

grande número de pessoas e uma população inteira carentes de mecanismos e de investimentos nessa área. Portanto eu parabeno a Senadora Roseana pela iniciativa, a sensibilidade da Senadora Patrícia que acolheu a proposição e também ao Senador João Pedro que relatou *ad hoc* esse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de manifestar nosso apreço aqui e o prazer em receber o Presidente do PSDB do Acre, Sebastião Bocalon e quero dizer que V.Sa. seja bem-vindo aqui a essa Comissão e que a presença de V.Sa. é muito importante para nós que o conhecemos, que sabemos do seu trabalho e que o admiramos. Portanto, seja bem-vindo.

Em relação a esse projeto, eu gostaria de lembrar senhores parlamentares que uma das metas do plano nacional do turismo é a interiorização do turismo, mas há uma contradição. Mesmo em relação à proposta, à intenção de se interiorizar o turismo, mas ao mesmo tempo nenhuma disponibilidade de recurso para manter a infra-estrutura nessas regiões que são importantes. Portanto esse projeto, ele ganha uma dimensão muito importante e dar acesso a uma das belezas naturais que nós temos, de grande impacto, no nordeste do país. Portanto eu gostaria, também aqui de, primeiro agradecer o Senador João Paulo por ser o Relator *ad hoc*, cumprimentar a Senadora Patrícia e a Senadora Roseana Sarney pela importância desse projeto. Em votação o projeto. Senhores e senhoras parlamentares que concordam com o projeto, com o Relator, permaneçam como se acham. Aprovada.

A matéria vai à Comissão de serviços de infra-estrutura. Item número 2 da pauta, Projeto de Lei do Senado 455 de 2003, não terminativo. Estabelece diretrizes para a aplicação de recursos financeiros públicos administrados pela Caixa Econômica Federal no contexto da política nacional de desenvolvimento regional. Autoria, Senador Tasso Jereissati. Relator, Senador Marco Maciel. Parecer favorável ao projeto com a emenda que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel para proferir o seu relatório. Antes de conceder a palavra ao Senador Marco Maciel, passo a palavra ao Senador João Pedro pela ordem.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Sra. Presidente eu gostaria de pedir vista dessa matéria

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Vamos aguardar que o Senador leia o relatório e logo em seguida V.Exa. pediria vista

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sra. Presidente, desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia, senhoras e senhores Senadores. Tendo em vista o pedido de vista, levando em consideração o pedido de vista já formulado eu vou me limitar, Sra. Presidente,

senhoras e senhores senadores, a ler, até em benefício de economia processual, ler apenas o meu voto para que a Comissão possa continuar os seus trabalhos e assim esgotar sua pauta da reunião de hoje.

Meu voto, Sra. Presidente, em face de estudos que realizei e conversa que entretive, inclusive, com a assessoria do Senador, porque é uma matéria extremamente e um projeto extremamente oportuno e, ao mesmo tempo, um projeto que exige uma análise muito adequada de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati eu vou então, em vista das razões alegadas, dizer que sou favorável a aprovação do PLS número 455 de 2003 com a emenda que apresento aqui a esta Comissão de desenvolvimento regional dando ao parágrafo único do Artigo 2º do Projeto de Lei do Senado a seguinte redação: A Caixa Econômica Federal adotará procedimentos para que no prazo de 2 anos, contados a partir da data publicação desta lei, pelo menos 45% do total dos recursos públicos sobre sua administração, provenientes do FGTS, do fundo do amparo ao trabalhador, FAT e de outros fundos federais sejam destinados a regiões nordeste, norte e centro-oeste.

Este é um... nós sabemos que a questão regional existe, é grave e nós precisamos, cada vez mais, estar atentos a necessidade de ver diferentes medidas do Governo Federal se contemplar também a questão regional. Somente assim nós vamos fazer um país menos desigual, conseqüentemente com desenvolvimento mais homogêneo como acho que é desejo da sociedade brasileira e a aspiração de toda, de todo, sobretudo de todos Estados da federação, mormente aqueles que ainda não desfrutam dos mesmos níveis de desenvolvimento dos Estados mais adiantados. Era o que eu tinha a dizer e agradeço à V.Exa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Para discutir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela ordem o Senador Lucena

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Senadora Lúcia Vânia, mesmo sendo reconhecedor do trabalho, da intenção, do desejo do Senador Tasso Jereissati em propor que a Caixa Econômica Federal destine parte dos seus recursos para a política de desenvolvimento regional, essa feliz iniciativa que está tendo o Senador Tasso Jereissati, com a certeza absoluta de que com o relator que tem esse processo, o Senador Marco Maciel, que também é profundo conhecedor das desigualdades regionais e da necessidade de políticas que possam ser adotadas eu queria propor, então, que já que foi feito o pedido de vista, que esse pedido de vista fosse coletivo e que na próxima sessão, então, nós já tivéssemos devolvido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Vista coletiva. Projeto de Lei do Senado, item números 3. Projeto de Lei do Senado de número 239 de 2003, complementar, não terminativo. Regulamento o artigo 192 da Constituição Federal ao dispor sobre a política de aplicação de recursos financeiros nos programas de caráter regional a cargo da união e dá outras providências. Autoria, Senador Renan Calheiros, Relator, Marco, Senador Marco Maciel. Parecer favorável ao projeto com as emendas que apresentam. Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel para proferir o seu parecer. Item 3.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta Comissão, senhoras e senhores Senadores. Venho a análise dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado número 239 de 2003, complementar, de autoria do Presidente dessa Casa, Senador Renan Calheiros, que regulamenta o artigo 192 da Constituição Federal que, aliás, trata do sistema financeiro nacional estabelecendo que os recursos da união destinados aos programas dessa natureza sejam depositados as instituições financeiras federais regionais, ou, em suas ausência, no Banco do Brasil.

Também determina que tais programas sejam notificados em lei notadamente quanto à região atendida, aos objetivos, às dotações orçamentárias e as metas físicas e financeiras. De acordo com o projeto, será dada a prioridade da alocação de aplicações de recursos federais às áreas de menor índice de desenvolvimento humano, IDH. Na formulação da execução dos programas e desenvolvimento de caráter regional deverá ser observado necessidade de políticas específicas a geração de emprego e renda por meio de estímulo aos micro e pequenos empreendimentos. Os programas apoiarão as ações de segurança alimentar e as de geração de emprego e renda e contemplarão, obrigatoriamente, regiões sob risco social.

Está previsto o encaminhamento ao Congresso Nacional, ao final de cada exercício financeiro, de relatório com análise de informações sobre a aplicação dos recursos em programas de caráter regional, bem como a emissão de parecer acerca do relatório da Comissão mista de que trata o parágrafo primeiro do artigo 166 da Constituição Federal. Ou seja, a Comissão mista de planos, orçamentos públicos e fiscalização. O PLS prevê também o apoio das instituições financeiras federais em parceria com outras instituições públicas ou privadas a elaboração de projetos regionais condizentes com os objetivos da proposição. Os projetos, o projeto, perdoe, foi inicialmente encaminhado à Comissão de assuntos econômicos onde foi designado o Relator, o nobre Senador Romero Jucá. Em junho de 2003 o Senador apresentou minuta de relatório recomendando o

envio à matéria da Comissão de Constituição e justiça para análise da constitucionalidade do projeto.

Na CCJ foi designado o Relator, o Senador Antônio Carlos Magalhães, que apresentou o voto pela inconstitucionalidade da matéria devendo o texto do projeto, sem prejuízo do mérito, ser objeto de aprimoramento. Em 30 de maio de 2007 foi aprovado o requerimento número 466 de 2007 da Senadora Lúcia Vânia para que o PLS 239, 2003 complementar, fosse submetido ao exame, aliás, a uma medida reputada importante da Comissão do desenvolvimento regional e turismo, posto que a matéria é pertinente ao assunto. Ou seja, o assunto objeto da competência da Comissão de desenvolvimento regional. Na referida, nessa Comissão não foi, não foram apresentadas emendas. A análise do projeto. O PLS 239 parte da própria definição do programa de caráter regional e de região para efeito de aplicação dos recursos financeiros da união com vistas ao desenvolvimento equilibrado das regiões brasileiras. O PLS reconhece aqueles conceitos como fundamentais para a efetividade das políticas de desenvolvimento regional. Nesse sentido ele forma encontro das tendências mais recentes do planejamento regional e que se verifica a delimitação de espaços geográficos, segundo características socioeconômicas semelhantes, abandonando-se a tradicional divisão de políticas, divisão político administrativa de macro regiões e usando outras categorias, tais como micro ou meso regiões.

A conceituação da região para fins de planejamento, tal como prevê o projeto em tela, permite maior flexibilidade na elaboração dos programas com formulação de ações específicas para cada região ou sub-região identificada. No projeto, a previsão de que a locação de recursos da união em programas de caráter regional deverá priorizar áreas que apresentem menor índice de desenvolvimento humano, IDH, o indicador utilizado na comparação de níveis de desenvolvimento entre países, regiões e municípios.

O PLS também contempla importantes, aspectos importantes para a redução das desigualdades regionais como estímulo aos micro e pequenos empreendimentos e o apoio às ações de segurança alimentar, concedendo especial atenção às regiões sob risco social afetados pela criminalidade, violência, prostituição e trabalho infantil. O projeto prevê ainda o acompanhamento e o controle do Congresso nacional sobre os programas de caráter regional. A Comissão mista de planos, orçamentos públicos e fiscalização deverá emitir parecer acerca do relatório a ser enviado pelo Poder Executivo.

Há, desse modo, um fortalecimento da atribuição constitucional do Congresso Nacional para apreciar os

planos e programas regionais, algo que eu considero muito importante. Pode ressurgir, contudo, aperfeiçoamentos para tornar mais prático o processo de análise e acompanhamento dos programas de caráter regional pelo Congresso Nacional, conforme, aliás, apontou o Relator da matéria na Comissão de assuntos econômicos, o Senador Romero Jucá. Tendo em vista o caráter de universalidade da lei orçamentária anual propõe-se que os programas de caráter regional deverão estar incluídos nela, a exemplo das demais ações governamentais. Da identificação do programa de caráter regional, além do que já está previsto no parágrafo primeiro Artigo 3º, deverá constar indicadores de desempenho para fins de verificação do cumprimento dos objetivos do programa. Para atender esse objetivo sugiro, por meio de emenda, que seja acrescentado por parágrafo ao artigo terceiro. Ainda de acordo com o Relator da matéria na CAE, o prazo a que se refere o artigo sexto do projeto poderá ser dilatado devido a necessidade de consolidação, de dados e informações pelo Poder Executivo.

Ademais, faz-se necessário que o relatório a ser enviado ao Congresso Nacional contenha informações sobre a execução físico financeira dos programas, bem como dados sobre a evolução dos indicadores de desempenho. Diante disso, sugiro modificar o *caput* do artigo sexto para estabelecer o prazo de 90 dias para o final, perdoe, após o final de cada exercício financeiro para que o relatório seja enviado ao Congresso Nacional. Outra emenda acrescenta parágrafo primeiro ao artigo sexto determinando que o relatório a ser enviado ao Congresso Nacional contém informações sobre a execução físico financeira dos programas e dados sobre a evolução dos indicadores de desempenho. Lembremos, senhoras e senhores Senadores, que projeto ora alinhado sob análise foi enviado à CCJ para que aquela Comissão se manifestasse sobre eventual inconstitucionalidade.

O parecer do Relator na CCJ, o nobre Senador Antônio Carlos Magalhães, concluiu que não há como negar existência de vícios de iniciativa nos Artigo 4º, no artigo 4º, parágrafo primeiro, Parágrafo 5º, Parágrafo 3º e Parágrafo 6º, perdoe, e sexto o *caput* do projeto, pois todos eles, indiscutivelmente, impõe atribuições novas ao Poder Executivo que terá que exercê-las com meio de seus ministérios ou órgãos. O parecer da CCJ faz uma ressalva em relação ao *caput* do artigo sexto. O vício ora existente diz respeito apenas a expressão contendo análise por quanto a simples remessa do pretendido relatório para exame da Comissão mista de planos e orçamentos somente reforçaria o controle externo que a Constituição Federal expressamente outorga o poder legislativo.

Aliás, é uma coisa muito importante a se considerar que, embora nós definamos como poder legislativo, cresce cada vez mais, desde a Constituição, desde a revolução inglesa do Século XVII, o papel do Congresso como órgão de controle e fiscalização. Não foi por outra razão que também, certa feita, mais adiante, no começo do século XX o então Presidente dos Estados Unidos, Wilson diz que tão importante quanto legislar era fiscalizar, portanto dando ao Congresso essa enorme tarefa de grande significação no campo do controle externo.

O parecer conclui também que devido a emenda constitucional número 40, que revogou o Parágrafo 2º do artigo 198 da Constituição, a remissão que o PLS faz a esse artigo da carta Magna é juridicamente incorreta e que é imprópria a espécie normativa escolhida a lei complementar, uma vez que para estabelecer critérios de prioridades a serem observados na elaboração dos programas de caráter regional, basta a elaboração de simples leis ordinárias, como, aliás, ocorre com a chamada Lei de Diretrizes Orçamentárias, de âmbito muito mais abrangente, mas que é todavia também uma lei ordinária. Permitir-me-ei discordar da posição do relatório da matéria nas CCJ, no que concerne a esse PS normativo.

As normas que precisam de elaboração de leis no ciclo orçamentário devem estar previstas em lei complementar como estabelece o parágrafo nono, Inciso I do artigo 165 da Constituição Federal. Em virtude disso creio que normas como as do artigo terceiro e quinto do projeto sobre análise deveriam constar de Lei Complementar. Também poderia ser invocado para reforçar o argumento o artigo 143, parágrafo primeiro, Inciso I da Constituição segundo o qual a lei complementar exporá sobre as condições para as integrações das regiões em desenvolvimento.

Convém notar ainda que uma lei aprovada como complementar e que verse sobre matéria de lei ordinária não se torna viciada em razão disso. Ocorre apenas que os seus dispositivos reguladores de norma de lei ordinária devem ser tratados como lei ordinária. Da mesma razão, pela mesma razão, ainda que tenha sido identificada como Lei Complementar, ela poderá ser modificada por lei ordinária nesse ponto, nessa parte. Desse modo sugiro que não se mude a espécie normativa. Para corrigir esses problemas apresento 6 emendas que deverão ser ratificadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quando este colegiado opinar sobre a constitucionalidade da matéria. A primeira emenda altera a ementa do projeto, já que a remissão ao artigo 198 da Constituição Federal não se justifica mais. A segunda (ininteligível) determina a

inclusão de um Parágrafo 2º no Artigo 3º pelas razões já mencionadas.

As duas emendas seguintes suprimem o parágrafo 1º do artigo 4º e o Parágrafo 3º do Artigo 5º que contém vício de iniciativa que já me reportei. A quinta emenda altera o caput do artigo 6º para suprimir a expressão conteúdo análise como a isso já me referi também e para estabelecer o prazo que o Poder Executivo terá para enviar relatório, enviar o relatório ao Congresso Nacional. Por último a sexta emenda pelas razões já discutidas anteriormente acrescenta parágrafo primeiro ao artigo sexto. Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado número 239 de 2003, complementar, com as emendas que apresento a seguir. E são as 6 emendas a que já fiz referência. E este é, portanto, o voto senhora Presidente, senhores e senhoras Senadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Não havendo, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Só para refletir um pouco, senhora Presidente, senhores Senadores, Senador Marco Maciel, o esforço que V.Exa. fez. Eu penso, apenas destacar isso, um projeto que tem 6 emendas e quanto remete para nós, para a nossa Comissão, como diz aqui a redação. Quando este colegiado opinar sobre a constitucionalidade da matéria me chama atenção, nós opinarmos sobre a constitucionalidade da matéria, esta Comissão. Vê como houve um esforço grande do Senador Marco Maciel. Eu quero reconhecer, eu tenho muitas preocupações. Na realidade, na minha opinião merecia não um substitutivo pelo tanto de emendas que a propositura sofreu. Queria só refletir sobre isso para não chamar atenção, principalmente sobre esse último parágrafo que diz respeito a remeter para nós opinar sobre a constitucionalidade. Eu acho que...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Nobre Senador João Pedro, eu gostaria de fazer duas observações. Eu remeto, peço para que seja remetido novamente a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que avalie as observações aqui feitas com relação ao projeto. E em segundo lugar eu não optei por um modelo de substitutivo, porque eu parto do pressuposto o substitutivo só cabe quando há de fato uma alteração estrutural no projeto. Frequentemente eu aí vou fazer um comentário que não tem nada a ver com o projeto em si. Eu frequentemente vejo assim, substitutivo ao projeto tal e observo que não é um caso de substitutivo. Porque não altera a vertebração do projeto.

É o que se passa na proposição e apreço, faz algumas alterações que não chegam a alterar a vertebração do projeto, deixando, além do mais, a possibilidade e até recomendando que a Comissão de Constituição, justiça e cidadania se pronuncie sobre o tema já que fizemos alguns reparos com relação a questão de Lei Complementar, a questão da constitucionalidade e inconstitucionalidade da matéria, etc. E, aliás, com relação a esse problema de hierarquia das normas, eu acho que o fato de algo constar como, que não esteja explicitamente considerado como Lei Complementar não há de ser considerado como tal. E sobre esse aspecto eu penso ter ferido a questão oportunamente. Era o que eu tinha a dizer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em votação a matéria. Parecer favorável ao projeto com as emendas. Senhoras e senhores Senadores que concordam, permaneçam como se acham. As emendas, senhoras e senhores parlamentares que concordam com as emendas permaneçam como se acham. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e, posteriormente, à Comissão de Assuntos Econômicos. Item 4, Projeto de Lei do Senado número 187 de 2003. Dispõe sobre inclusão de novos municípios na área de atuação da agência de desenvolvimento do Nordeste. Autoria, Senador Gerson Camata. Relatora, Senadora Rosalba Ciarlini. Pela recomendação de declaração parecer pela recomendação de declaração de prejudicialidade do projeto, nos termos do artigo 334 do regimento interno do Senado Federal, com seu arquivamento definitivo. Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves para proferir o parecer. Quero chamar atenção que essa matéria é terminativa e, não tendo quorum, nós vamos apenas lê-la e discutí-la para posteriormente, na próxima Comissão, nós podermos votar.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sra. Presidente, Senadora Lúcia Vânia, senhores Senadores, senhoras Senadoras, essa matéria é de um entendimento muito pacífico, senhora Presidente. Trata-se de uma conclusão da Senadora Rosalba, eu estou aqui como Senador *ad hoc*, ela conclui que esse projeto de autoria do nobre Senador Gerson Camata é um projeto que, é um projeto que está prejudicado. Ela se manifesta pela sua prejudicialidade. Por quê? Porque o Senador Gerson Camata, ele queria incluir municípios do Espírito Santo, que foram criados recentemente, na área da base territorial de atuação da ADENE passando, depois, claro, para ser da base territorial da SUDENE.

Então nada mais justo que os novos municípios situados na área de jurisdição da ADENE ou da SUDENE, agora, sejam nelas incluídos. Acontece que

não vai haver necessidade de se aprovar o projeto do Senador Gerson Camata porque posteriormente ao que ele apresentou foi editado o artigo segundo, aliás, a Lei Complementar número 25 que tem no seu artigo segundo o seguinte: “*De agora em diante todos os novos municípios serão automaticamente considerados integrantes da área de atuação da SUDENE. E em consequência com acesso aos recursos do FNE, Fundo Constitucional do Nordeste*”, ou seja, esse dispositivo tornou, senhores senadores dispensável o Projeto de Lei 187 de 2003 que propõe idêntico ditame legal. Assim, o Projeto de Lei 187 perde inteiramente a sua razão de ser ou a sua oportunidade e um parecer sobre o mesmo deve concluir pela recomendação de declaração de sua prejudicialidade nos termos do previsto do artigo 334 do regimento interno do Senado Federal. Com seu arquivamento definitivo.

Sobre o aspecto prático, lembra a Senadora Rosalba que a proposição em análise buscava sanar o seguinte problema: O norte do Espírito Santo foi incorporado a área de atuação da SUDENE mediante a lei número 9690, que foi promulgada em 14 de julho de 1998. No entanto, em 11 de maio de 98, mediante a lei estadual número 5638, foi criado o município de Governador Lindemberg, constituído por dois distritos originários do município de Colatina. O problema consistia na impossibilidade de produtores, empresas sediadas em Governador Lindemberg terem acesso aos recursos do FNE, pois o mesmo não constava na lei número 9690 de 98 onde só havia referência ao município de Colatina de onde foi desmembrado o recém criado município.

Atualmente, senhora Presidente, o parágrafo único, do artigo segundo, da Lei Complementar número 125 de 2007 resolveu, em definitivo, o problema para os municípios que vierem a surgir de futuros desmembramentos e o nome do município de Governador Lindemberg foi acrescentada, ao final da longa enumeração dos novos municípios integrantes da área da SUDENE, segundo consta do *caput* do Artigo 2º, da Lei Complementar número 125 de 2007. Concluindo: Não resta pendência a ser sanada e o PLS 187 de 2003, de autoria do nobre Senador Gerson Camata, não mais representa uma inovação ao aparato legal. Cabe, portanto, um único procedimento previsto para essa situação: Arquivamento definitivo da proposição. O voto, senhora Presidente, é nos termos da declaração da prejudicialidade do PLS número 187 de 2003, nos termos do previsto no artigo 334 do regimento interno do Senado Federal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Declaro a prejudicialidade da matéria nos termos do artigo 334 do regimento interno desta Casa.

Essa matéria será submetida à votação na próxima reunião. Se alguém quiser fazer a discussão aqui agora... poderia ser feita a discussão. Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 12h04.

Ata da 17ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de julho de 2007, quinta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e cinquenta minutos do dia doze de julho de dois mil e sete, na sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Jonas Pinheiro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Marco Maciel, Cícero Lucena, Leomar Quintanilha, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Jayme Campos, Flexa Ribeiro e das Senhoras Senadoras Patrícia Saboya, Rosalba Ciarlini e Marisa Serrano. Justifica a ausência o Senhor Senador Geraldo Mesquita Júnior. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 16ª Reunião da Comissão, que é aprovada. Ato contínuo, o Presidente esclarece que a presente reunião tem como finalidade a apreciação de Projetos de Lei. **Item nº 1:** Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2003, não terminativo, que “estabelece diretrizes para aplicação dos recursos financeiros públicos administrados pela Caixa Econômica Federal, no contexto da política nacional de desenvolvimento regional”, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que tem como relator o Senador Marco Maciel, que oferece parecer favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta. Resultado: é adiada a discussão a pedido do Relator. **Item nº 2:** Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2007 – complementar, que “institui na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação”, de autoria do Senador Paulo Paim, que tem como relator o Senador Pedro Simon, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador Marco Maciel, que oferece parecer favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta. Resultado: é concedida vista ao Senador Valdir Raupp. **Item nº 3:** Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2007, não terminativo, que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de

Vilhena, Estado de Rondônia”, de autoria do Senador Valdir Raupp, que tem como relator o Senador Mozarildo Cavalcanti, que oferece parecer favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta. Resultado: é aprovado o parecer, com as emendas nº 01 – CDR e nº 02 – CDR. **Item nº 4:** Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2007, não terminativo, que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Marabá, Estado do Pará”, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que tem como relatora a Senadora Marisa Serrano, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador Valter Pereira, que oferece parecer favorável ao Projeto. Resultado: é aprovado o parecer. A pedido da Senadora Rosalba Ciarlini o Presidente inverte a pauta, passando-se à apreciação do item nº 6. **Item nº 6:** Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene)”, de autoria do Senador Gerson Camata, que tem como relatora a Senadora Rosalba Ciarlini, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer pela recomendação de declaração da prejudicialidade do Projeto, nos termos do art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal, com seu arquivamento definitivo. Resultado: é aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto por: nove votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item nº 5:** Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2007, não terminativo, que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Santarém, Estado do Pará”, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que tem como relatora a Senadora Marisa Serrano, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador Cícero Lucena, que oferece parecer favorável ao projeto. Resultado: é aprovado o parecer. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Marco Maciel, Valdir Raupp, Valter Pereira, Mozarildo Cavalcanti, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e a Senhora Senadora Rosalba Ciarlini. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício, Senador Jonas Pinheiro, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Jonas Pinheiro**, Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura

e a aprovação da Ata da 16ª Reunião da Comissão. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como estão. A Ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme Pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação de Projetos de Lei. Item 1, estabelece diretrizes para aplicação do recurso financeiro público administrado pela Caixa Econômica Federal no contexto da Política Nacional do Desenvolvimento Regional. O autor dessa matéria é o Senador Tasso Jereissati, o Relator eminente Senador Marco Maciel que se encontra presente. O parecer é favorável ao Projeto com Emenda que apresenta e com uma observação em reunião realizada dia 5 de julho foi concedida vista coletiva à matéria. Em discussão.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com a palavra o eminente Relator Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Nobre e prezado Presidente desta Sessão, Senador Jonas Pinheiro, eu gostaria, tendo em vista a complexidade da matéria, e, em virtude de exíguo prazo que tive entre uma Sessão e outra para examinar a questão, eu gostaria de pedir à Mesa que a proposição fosse retirada de Pauta e me comprometo apresentar a análise das Emendas, eventualmente, oferecidas e o meu parecer na 1ª Sessão que se der após esta Reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Muito bem, é regimental o pleito do Relator que pede adiamento para votação do seu parecer. Portanto, adiado a votação da matéria nº 1.

O Item nº 2 institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL. Estabelece sua composição natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumento de ação. É de autoria do eminente Senador Paulo Paim. O Relator é o Senador Pedro Simon, como não se encontra presente, o Relator *ad hoc* vai ser o eminente Senador Marco Maciel, favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, nobre Senador Jonas Pinheiro, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 261 de 2007 complementar de autoria do nobre Senador Paulo Paim que institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL e estabelece sua composição natureza jurídica, objetivos, áreas de competência e instrumen-

tos de ação. O PLS sob análise é constituído de 5 capítulos e 15 artigos.

O art. 1º estabelece a instituição da Superintendência, o 2º trata da sua área de atuação, colocando aí os três Estados meridionais – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O art. 3º determina que a SUDESUL tem por finalidade promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atenção e a integração competitiva da base produtiva regional da economia nacional e internacional. O art. 4º estabelece as competências da SUDESUL, o art. 5º trata dos instrumentos da ação da Superintendência e outros instrumentos definidos em seus Incisos e o art. 7º, o último do capítulo 1º estabelece a composição da SUDESUL Conselho Deliberativo, Diretoria Colegiada, Procuradoria Geral, vinculada a Advocacia Geral da União e a Auditoria Geral. Aliás, é uma estrutura, Sr. Presidente e Sras. e Srs. Senadores, semelhante à estrutura que vigia quando existia a SUDENE, a SUDAM, a SUDECO e a própria SUDESUL. E também devo dizer que o autor, o nobre Senador Paulo Paim, agregou novos instrumentos em função de exigências da Constituição de 1988. O capítulo 2º trata do Conselho Deliberativo no seu art. 8º estabelece os seus integrantes. O art. 9º dispõe sobre as reuniões do colegiado. O art. 10, por sua vez, trata das competências do Conselho Deliberativo, o art. 10. As competências da diretoria colegiada estão estabelecidas no art. 11, o único do capítulo 3º. De acordo com o § 1º do art. 11, a Diretoria Colegiada será presidida pelo Presidente da SUDESUL e composta por mais de 4 diretores (todos nomeados pela Presidência da República). O art. § 3º a estrutura básica da SUDESUL e as competências das unidades que serão estabelecidas em ato do Poder Executivo, isto é, via Decreto e não Lei. Os arts. 13, ou melhor, 12, 13 e 14 compõem o capítulo 4º que trata do plano de desenvolvimento da Região e etc.

O art. 3º estabelece que a SUDESUL avaliará o cumprimento do plano de desenvolvimento da Região do Sul por meio de relatores anuais submetidos e aprovados pelo Conselho Deliberativo e encaminhados à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização e as demais comissões temáticas pertinentes ao Congresso Nacional. Já o art. 14 determina que o Poder Executivo encaminhará anualmente ao Congresso Nacional, como parte integrante da proposta orçamentária anexo com a regionalização de dotações orçamentárias com a Região Sul. O art. 15 autoriza o Poder Executivo a remanejar, transpor, transferir e utilizar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.451 de 2007 a favor da SUDESUL. Vale lembrar que essa Lei estima a Receita e fixa despesa da União para o exercício de 2007, ou seja, a Lei Orçamentária, a Lei

de vigência anual. Por último o art. 16 que, juntamente, com o art. 15, compõem o capítulo 5º, disposições finais e transitórias estabelecendo, inclusive, cláusula de vigência como recomenda a boa técnica legislativa. O PLS nº 261 de 2007 complementar foi remetida à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, onde foi designado o Relator o nobre Senador Pedro Simon e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Na CDR, nesta Comissão, portanto, no prazo regimental não foram apresentadas Emendas, daí, porque, Sr. Presidente, passo a análise em rápidas palavras da proposição. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo cabe avaliar o mérito da proposição legislativa sob análise, à primeira vista pode parecer desnecessária a criação de uma instituição para fomentar o desenvolvimento da Região Sul do Brasil. A renda *per capita* da Região é a mais alta do Brasil. Sendo que, segundo informações do IBGE, em 2004, a renda *per capita* do Sul era 24% superior à média brasileira. Ademais, quando comparado ao restante do país, a Região Sul não apresenta, graves deficiências de infra-estrutura ou de serviços sociais.

Conclui-se, portanto, que não há problema macro regional no Sul, ao contrário, do que o ocorre, por exemplo, na minha região, no Nordeste, ocorre também na Região Norte e, em menor escala, mas também, ocorre na Região Centro-Oeste e V.Ex^a é um dos dignos representantes, Senador Jonas Pinheiro, assim como, também, o Senador Valter Pereira da Região do Centro-Oeste e sabe também que a Região do Centro-Oeste apresenta os seus problemas, mas não são tão graves quanto os manifestados na Região Nordeste e Norte do país. Então, a pergunta que se faz, e esta é uma pergunta do Relator: “por que propor uma Superintendência de Desenvolvimento para essa região?”. Ora a Região Sul não é homogênea economicamente, a riqueza não tem uma discussão equânime no espaço que, aliás, é uma característica do nosso processo de desenvolvimento, as assimetrias regionais, a disparidades sociais e a diversidade cultural. Há também dentro da Região Sul, vastas áreas de baixa renda e cuja produção encontra-se estagnada, em outras palavras, são áreas pobres que vêm crescendo pouco e que justifica o uso de políticas de desenvolvimento regional, isso é, políticas compensatórias. Nesse sentido é importante lembrar que o Governo Federal lançou, por meio de Decreto nº 6.047 de fevereiro de 2007, a Política Nacional do Desenvolvimento Regional – PNDR. De acordo com o Decreto, a PNDR comportará a definição de estratégias e desenvolvimento não só na escala macro-regional, mas também na escala sub-regional. O Governo Federal atuará também em escala meso-regional, considerando a definição de

meso-regiões diferenciadas propostas pelo Ministério da Integração Nacional, e aprovada pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Ressalta-se, ademais, que para escolher que áreas serão atendidas com políticas de desenvolvimento regional, a PNDR leva em consideração a variação do Produto Interno Bruto *per capita* e a renda por habitante. Ambas as variáveis são classificadas em alta, média e baixa.

A Região Sul possui várias regiões de renda média e baixa variação do PIB, ou seja, que estão, portanto, estagnados, segundo o referido Decreto que já citei mais de uma vez, o nº 6.047 essas micro-regiões estão em territórios preferenciais para a aplicação de Políticas de Desenvolvimento Regional, nesse quadro, é preciso lembrar que o art. 12 do PLS, sob análise, estabelece que o plano de desenvolvimento da Região Sul será elaborado em consonância com o PNDR.

A SUDESUL terá instrumentos definidos no art. 5º do Projeto de Lei sob análise que a SUDENE e a SUDAM, as Superintendências já existentes e já contam, também, com os fundos de desenvolvimento constitucionais de financiamento do Nordeste, do Norte e com os fundos de desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia. O PLS em análise poderia ser criticado por isso, no entanto, a questão Regional do Sul é diferente da do Nordeste e do Norte, regiões que apresentam grande deficiência de infra-estrutura e serviços sociais e estão distantes, é bom frisar, dos centros consumidores de alta renda, a Região Sul está muito mais próxima... Está próxima do Sudeste que é a Região de grande dinamismo econômico, sem contar também, que a Região Sul está próxima dos Estados do chamado MERCOSUL que é uma outra área também de crescimento acentuado. Na Região Sul, há problemas localizados em algumas micro e meso-regiões que poderiam ser uma solução adequada por meio de uma Instituição que fizesse o papel de articulação entre diferentes níveis de governo. Órgãos da Administração Pública como é o caso do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e Setor Privado.

Sr. Presidente, minha opinião, esse é justamente o papel que o Projeto de Lei do Senado reserva a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. No entanto, há um problema de ordem constitucional com o Projeto, o § 1º do Inciso II, alínea “e” do art. 61 da Constituição Federal, estabelece que são de iniciativa do Presidente da República Leis que dispõem sobre a criação e a extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública. Uma opção para sanar esse problema que seria, portanto, um problema de constitucionalidade, e, portanto, juridicidade também. Uma opção seria alterar o art. 1º do PLS com vistas a au-

torizar e não ser uma... Algo cogente(F), compulsório, a instituir a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. É esse o conteúdo da Emenda que apresento a seguir. Espera-se que o Poder Executivo, uma vez aprovado o Projeto de Lei sob análise, institua assim a SUDESUL, as igualdades regionais voltaram ao debate econômico no Brasil, com recriação da SUDENE e da SUDAM.

O próprio Governo Federal com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional reconhece que há várias áreas, seja em macro-regiões desenvolvidas ou não, que necessitam de Política de Desenvolvimento. Nesse sentido, uma Instituição que atuasse como instância de coordenação e planejamento como a SUDESUL, só viria a contribuir para promover o desenvolvimento de algumas áreas que se encontram estagnadas em termos econômicos e poderia, por extensão dizer, gerando consequências graves no campo social. O meu voto, Sr. Presidente, na condição de Relator *ad hoc* pelo exposto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 2.261 de 2007 Complementar com Emenda que apresento a seguir: "art. 1º: Fica o Governo Federal autorizado a instituir a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL de natureza autárquica especial, administrativa e financeiramente autônoma. Integrante do sistema de planejamento, do Planejamento de Orçamento Federal com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio grande do Sul e vinculada ao Ministério de Integração Regional. Assim como acontece também com a SUDENE e a SUDAM". Este, portanto, é o meu parecer que leio na condição de Relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Muito obrigado, eminente Senador Marco Maciel. Coloco a matéria em discussão.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Ao belo relatório do Senador Marco Maciel, sempre muito zeloso naquilo que faz, e proferiu aqui um grande relatório. Mas, eu queria pedir vistas para... Como foi modificado o Projeto, queria pedir vistas para analisar melhor e trazer na próxima Sessão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria só de, como o Senador Valdir Raupp chegou agora, e, obviamente, é um assunto que o preocupa, eu gostaria de só observar que acompanhei atentamente o relatório do Senador Marco Maciel e a mudança que ele introduziu é uma mudança que não altera a substância do Projeto, mas transforma de um Projeto impositivo para um Projeto autorizativo. Isso significa que a matéria vai ser submetida à consideração do Governo para avaliar se cabe ou não, logicamente, levando em conta a vontade do

legislador que ao aprovar a matéria, automaticamente, estará sinalizando que é esse o seu desejo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Senador Valdir Raupp mantém o pedido de vista?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, até por que o autor não está presente, então, eu mantenho o pedido de vista para discutir melhor a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Deferido o pedido de vista e espero que volte logo essa matéria a ser discutida nessa Comissão. Item nº 3, dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no município de Vilhena, Estado de Rondônia. O autor desse Projeto é o Senador Valdir Raupp e o Relator o Senador Mozarildo Cavalcanti que se encontra presente que é favorável ao Projeto com as Emendas que apresenta. Concedo, portanto, a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti para proferir o seu parecer.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadores. Venho ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o Projeto de Lei do Senado nº 352 de 2007 de autoria do nobre Senador Valdir Raupp que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Vilhena, Estado de Rondônia. O art. 1º do Projeto autoriza o Poder Executivo a criar Zona de Processamento de Exportação no Município citado, em seu § único o art. prevê que a criação, as características, os objetos e o funcionamento da ZPE serão regulados pela Legislação pertinente. O art. 2º traz a cláusula de vigência e revoga o art. 1º da Lei nº 8.015 de 7 de abril de 1.990 e o art. 1º da Lei nº 7.692 de 4 de julho de 1.989, os artigos a serem revogados limitam a quantidade de zonas de processamento de exportação que podem ser criadas. O autor do Projeto argumenta que as Zonas de processamento de exportação, áreas de livre comércio destinadas à instalação de empresas voltadas à produção de bens e a sua comercialização no exterior, têm se revelado bastante exitosa em outros países, especialmente na China nos Estados Unidos e no México.

A criação de uma ZPE em Vilhena representaria estímulo importante para o desenvolvimento da economia do Município e, conseqüentemente, do Estado de Rondônia que sofre com a falta de apoio governamental e de estímulo ao desenvolvimento de sua Indústria. Não foram apresentadas Emendas à proposição nessa Comissão. O PLS, portanto... Portanto o PLS nº 352 está de acordo com os ditames da Constituição Federal em especial o art. 43 que trata da redução das desigualdades regionais, além disso, a proposta não fere a Ordem

Jurídica vigente, atende as normas para a elaboração e alteração das Leis, previstas na Lei Complementar nº 95 de 1.998 e está em conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional.

A criação de Zona de Processamento de Exportação tem se revelado instrumento propulsor do comércio internacional em vários países como já citado acima. Na China, que obteve saltos espetaculares nas vendas para o exterior, foram criadas a partir do final década de 70, do século passado, centenas dessas áreas de livre comércio. Espera-se que, no Brasil, com as futuras mudanças em seu regime tributário, cambial e administrativo, as ZPE's possam gerar efeitos benéficos semelhantes com o crescimento do superávit da balança comercial e o desenvolvimento das Regiões menos favorecidas. O município de Vilhena, onde está prevista a criação da ZPE, situa-se na divisa do Estado de Mato Grosso na região de cerrado cujo clima é apropriado para o cultivo de grãos, especialmente soja e arroz. A região sudeste do Estado de Rondônia, a qual pertence o Município de Vilhena, após anos de exploração predatória da pecuária de corte, tem se voltado para o plantio de grãos, impulsionada pela alta produtividade por hectare. O cultivo da soja já motivou a instalação de indústrias beneficiadoras para a produção de farelo e óleo. A criação de uma ZPE em Vilhena atrairia, pois, novos investimentos para a armazenagem e beneficiamento de grãos e gerando empregos e aumentando o valor das exportações e, conseqüentemente, propiciando o desenvolvimento da região sudeste do Estado de Rondônia.

Apenas por questão de técnica Legislativa, a Cláusula de revogação deveria estar em artigo a parte, separadamente em relação à Cláusula da vigência da Lei, no tocante a revogação do art. 1º da Lei nº 7.792 de 1989, deve-se mencionar a redação dada pela Lei nº 7.993 de 5 de janeiro de 1990. Assim sendo, apresento duas Emendas para sanar esses problemas. O voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 352 de 2007 com as seguintes Emendas. 1ª: Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 352 de 2007 a seguinte redação: art. 2º, ficam revogados o art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990 e o art. 1º da Lei nº 7.792 de 4 de julho de 1989 com a redação dada pela Lei nº 7.993 de 5 de janeiro de 1990, e a última Emenda acrescente-se o seguinte art. 3º ao Projeto de Lei nº 352 de 2007: esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. É o voto, portanto, favorável à aprovação do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – O voto do eminente Relator, portanto, é pela aprovação. Em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Valdir Raupp, autor do Projeto.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Apenas agradecer ao Relator, Senador Mozarildo, inclusive, pelas correções feitas no Projeto, e dizer que eu entrei com esses Projetos não só em Vilhena, mas em Porto Velho que é a nossa capital, Gi-Paraná e Guajará-Mirim, porque mesmo que crie apenas uma Zona de Processamento de Exportação em Porto Velho, mas a Lei dá o direito de se criar sub-zonas, mesmo que não houvesse a criar uma zona que aí fica a critério do Governo, do conselho de Ministros que vai deliberar sobre essa questão que é o Projeto é autorizativo. A que se crie senão Guajará, Vilhena e Gi-Paraná Zonas de Exportação, porque, talvez seja criada em Porto Velho, já fica aberto para se criar as sub-zonas de exportações. Agradeço muitíssimo ao Relator. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Não havendo mais manifestação a respeito do Projeto, que tem parecer favorável com as Emendas do Relator, os Srs. e os Sras. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assunto Econômico.

O 4º Item da Ordem do Dia é um Projeto também do Senado não terminativo, que dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação do Município de Marabá no Estado de Pará. O autor é o eminente Senador Flexa Ribeiro e o Relator *ad hoc* será o eminente Senador Valter Pereira, em substituição à Senadora Marisa Serrano. O parecer do Projeto é... O parecer é favorável. Concedo a palavra ao eminente Senador Valter Pereira para proferir o seu parecer.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, venho a exame dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2007 de autoria do Senador Flexa Ribeiro que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Marabá, Estado do Pará. O art. 1º do Projeto autoriza o Poder Executivo a criar a Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município citado. Em seu § único o art. prevê a criação e o funcionamento da ZPE que serão regulados pela Legislação pertinente. O art. 2º revoga o art. 1º da Lei nº 8.015 de 7 de abril de 1.990, e o art. 1º da Lei nº 7.792 de 4 de julho de 1.989, com a redação dada pela Lei nº 7.793 de 5 de janeiro de 1.990. Os arts. a serem revogados limitam à quantidade de Zonas de Processamento de Exportação que poderão ser criadas.

O art. 3º contém Cláusula de vigência, o autor em sua justificação ao Projeto argumenta que o Estado do Pará vem desde o Império sofrendo com o abandono da parte do Poder Central. O ciclo da borracha e outras atividades relacionadas ao extrativismo vegetal tiveram sua época áurea, mas não garantiram o desenvolvi-

mento sustentável do Estado nos períodos vindouros. Por seu turno, o novo surto de investimento decorrente da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e os incentivos fiscais do Imposto de Renda canalizados para empreendimentos agropecuários extrativos-minerais e madeireiros, além de causar limitações e mazelas como conflitos sociais e devastação do meio ambiente, não irradiaram os efeitos benéficos para a economia do Estado. Na visão do autor do Projeto, cabe ainda destacar que o regime constitucional do ICMS é altamente discriminatório com o Estado do Pará, exportador de energia elétrica, cujo imposto é apropriado pelo Estado de destino. Ademais, a Lei Candir teria reduzido as receitas do ICMS para os cofres estaduais, pois estabeleceu a regra de não incidência sobre produtos primários e industrializados semi-elaborados que formam a base da pauta das exportações paraenses. Nesse contexto, a criação de uma ZPE em Marabá, onde se localiza a maior província mineral do mundo, traria benefícios em termos de investimento, geração de empregos e renda não somente para o Município, mas para todo o Estado do Pará. Não foram apresentadas Emendas à proposição nesta Comissão.

Passo a seguir, Sr. Presidente, à análise: O PLS nº 356 de 2007 está de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial, o art. 43 que trata da redução das desigualdades regionais. Além disso, a proposta não fere a Ordem Jurídica vigente, atende as normas para a elaboração e a alteração das Leis previstas na Lei Complementar nº 95/98 e está em conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional. As zonas de processamento de exportação, segundo o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.452 de 29 de julho de 1.988 com a redação dada pela Lei nº 8.396 de 2 de janeiro de 1.992 devem ser criadas nas Regiões menos desenvolvidas, com a finalidade de reduzir desequilíbrios regionais bem como de fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

As ZPE's simplificam o regime cambial e tributário das empresas que nelas se instalam, tornando mais rápidos os ditames legais, tanto para a importação quanto para a exportação de produtos. Além disso, reúnem, em uma mesma área, empresas voltadas para fabricação de mercadorias desde as que fornecem insumos até as responsáveis pelo produto final. O regime cambial e tributário adotado para a ZPE pode trazer significativos benefícios para os Municípios em que serão instaladas, bem como para as suas áreas de influência, principalmente quando se trata de localidades produtoras de matéria-prima e de bens semi-elaborados. O Município de Marabá, centro econômico

da região sudeste do Pará, apesar da vasta produção mineral, recente-se do fato de que a maior parte dos minerais exportados, metálicos e não metálicos, além das pedras semi-preciosas, é comercializada em estado bruto. Com a verticalização da produção de matérias-primas, não somente o Município, mas todo o Estado do Pará se beneficiará com a elevação do valor adicionado às exportações. A instalação de ZPE no Município do Pará, aliás, de Marabá poderá contribuir também para amenizar a devastação do Meio-Ambiente causada pela exploração de madeira destinada à produção de carvão vegetal para abastecimento das usinas de ferro Gusa na Região. Em relação à infra-estrutura adequada para o transporte de mercadorias, deve-se ressaltar que, além de possuir aeroporto, Marabá se encontra na confluência de Rodovias Federais como a BR-230/Transamazônica o que permite grande fluxo de cargas. Meu voto, em razão do exposto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº 356 de 2007 tão bem sustentado já várias vezes pelo autor eminente Senador Flexa Ribeiro. É esse o meu parecer e o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Muito obrigado. Portanto, o PLS nº 356 tem o parecer favorável do eminente Relator *ad hoc*, Valter Pereira, e eu coloco a matéria em discussão. Com a palavra o autor da matéria é o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Jonas Pinheiro, eu quero aqui parabenizar a Senadora Marisa Serrano pelo relatório que foi lido pelo Relator *ad hoc*, Senador Valter Pereira que demonstra o conhecimento da importância desse Projeto para a região sul e sudeste do Estado do Pará, com implantação da Zona de Processamento de Exportação em Marabá. A relatora, ela foi bastante competente quando ela definiu as dificuldades, porque passam o Pará, Senador Valter Pereira, por ser um Estado exportador de matérias-primas, de *commodities* e não ter tido, até hoje, as condições de agregar valor a essas matérias-primas gerando emprego e renda, e melhorando, então, o valor do produto exportado que é isso que todos nós brasileiros, principalmente aqui no Senado, nós Senadores, temos que fazer, porque, ao invés de nós exportamos emprego quando exportamos as nossas matérias-primas, nós temos que gerar emprego aqui no território brasileiro. Marabá é, sem sombra de dúvida, o Município privilegiado, porque ele tem todas as condições infra-estruturais para ter uma Zona de Processamento de Exportação, tem a riqueza mineral, tem os modais de transporte principais, tanto o rodoviário que é utilizado, lamentavelmente, como o de maior intensividade no modal de transporte do Brasil,

mas tem o ferroviário e terá, com a complementação das eclusas que constam do PAC, o modal hidroviário. Então, nós vamos ter em Marabá realmente uma oportunidade de produzir, industrializar as nossas matérias-primas e exportá-las através destes modais com competitividade. Eu quero parabenizar a Relatora, o Relator *ad hoc*, e pedir aos meus pares que possamos dar esta oportunidade ao... A Marabá e ao Pará.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN)

– Sr. Presidente, questão de ordem. Eu gostaria de solicitar que o Item 6–

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com a palavra a Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN)

– Pois não, Sr. Presidente, obrigada. Solicitar que o Item 6 fosse logo apreciado... Em função, a inversão de Pauta. Não, antes do 5 ele fosse.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Então vamos proceder à votação para depois decidir a sua questão de ordem.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Presidente, só uma questão de ordem, o Item 6 é terminativo, nós temos *quorum*?

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Vamos votar o Item 4 que tem parecer favorável do Relator. Os Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Item 4 e segue essa matéria à Comissão de Assuntos Econômicos. A Senadora Rosalba pede inversão de pauta no Projeto nº 187 que é terminativo, dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, Região da ADENE; região da ADENE. Eu consulto à secretaria se nós temos *quorum* para deliberar. Havendo *quorum*, eu preciso da autorização do Plenário sob a inversão de pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Da minha parte, Senador Presidente Jonas, o próximo Item seria a Zona de Processamento de Exportação de Santarém, mas como o Projeto da Senadora Rosalba é terminativo vamos aproveitar o *quorum* para votar rapidamente o seu Projeto antes que percamos o *quorum* e em seguida o Item 5, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Muito bem... Com as considerações do Senador Flexa Ribeiro, eu vou anunciar, portanto, o Item 6. Esse Projeto de autoria do Senador Gerson Camata e tem como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho que é Relator *ad hoc*, mas a Relatora titular está presente que é a Senadora Rosalba. O parecer já foi proferido nesses Projetos, na reunião no dia 5 de 7 e a Presidente da Comissão declarou a prejudicialidade da matéria no art., nos termos do art. 334

do Regimento Interno dessa Casa. Submeto, portanto, a decisão dessa Presidência à Comissão. Votação nominal da matéria do Projeto à prejudicialidade da matéria.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN)

– Sr. Presidente, antes da votação, eu gostaria só aqui de, rapidamente, lembrar aos colegas, o Projeto e porque solicitamos...o recomendado à declaração de prejudicialidade do PLS em função de não haver nenhum prejuízo para os novos Municípios que são criados e que já estão inseridos dentro do território estadual que já faz parte da Agência de Desenvolvimento do Nordeste. Então, era só isso que eu queria esclarecer para todos os colegas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Vamos ao voto, é nominal. Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR)

– Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sim. Como vota o Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Como vota a Senadora Rosalba é voto conhecido. Como vota o Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Como vota o Senador Garibaldi Alves?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Voto com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Como vota o Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Como vota o Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT) – Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Como vota Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Aprovado por unanimidade a declaração de prejudicialidade. O Item 5 é o Projeto, é o PLS nº 357 de 2007, ele é não terminativo e dispõe sobre

a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Santarém no Estado do Pará. O autor dessa matéria é o Senador Flexa Ribeiro, a Relatora é Marisa Serrano, não estando presente, nós nomeamos o Relator *ad hoc* Senador Cícero Lucena. O parecer do Projeto é pela aprovação. Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena, Relator *ad hoc*, para proferir o parecer.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, essa é a terceira votação de criação do ZPE nessa Sessão dessa Comissão e os argumentos e a realidade, basicamente, é a mesma, por isso eu peço permissão para ir direto ao voto. E em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto Lei do Senado nº 357 de 2007. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Em discussão a matéria. Com a palavra o eminente Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, eu quero dizer da minha satisfação de ter relatado aqui um Projeto de criação de uma ZPE para Rondônia e de ver hoje aqui dois outros Projetos que criam uma ZPE em Marabá, outra em Santarém, todas na Amazônia. Eu acho que se tem uma região, todas as Regiões do Brasil precisam, mas, notadamente, a Amazônia, o Centro-Oeste e o Nordeste que são as áreas menos desenvolvidas. Então, eu quero dizer da minha satisfação de ver aqui em discussão esse Projeto de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro e dar o meu total apoio, dizer realmente, que nós precisamos sensibilizar o Governo Federal para que a implantação dessas ZPE's na Amazônia se dêem o quanto antes já que na Amazônia tudo é proibido, vamos ver se pelo menos ZPE's é permitido e se implantem logo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Jonas Pinheiro, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Eu, novamente, quero agradecer, quero agradecer a Senadora Marisa Serrano como Relatora do Projeto, ao Senador Cícero Lucena como Relator *ad hoc* e os meus pares que tenho certeza absoluta que acompanharão o parecer da Relatora favorável à criação da Zona de Processamento de Exportação de Santarém. O Estado do Pará, Senador Jonas Pinheiro, V.Ex^a bem conhece, é o segundo maior Estado em dimensões territoriais e é um Estado que, pela generosidade divina, ele tem riquezas espalhadas em todo o seu território e se desenvolve de forma uníssona em todas as suas regiões. Essa Zona de Processamento que vai atender a região oeste do Estado do Pará com sede em Santarém é também uma das zonas promissoras do nosso Estado, não como a que nós acaba-

mos de aprovar, Senadora Rosalba, no sul do Estado que nós temos a riqueza mineral, mas na região oeste nós temos a agricultura que o Senador Jonas Pinheiro é o grande conhecedor e defensor, podendo ser um pólo de produção de soja e que vai ser, sem sombra de dúvida, com a realidade do asfaltamento da Santarém Cuiabá, com a Hidrovia Telespires Tapajós(F), um caminho de escoamento de toda a produção do Centro-Oeste Brasileiro e que lá pode sofrer a industrialização para exportação dos seus produtos. Como também é um centro madeireiro da maior importância, então, nós queremos agregar valor à madeira ao invés de exportamos a madeira serrada ou semi elaborada, nós queremos industrializar chegando à movelaria e a criação da Zona de Processamento de Exportação nessa região vai dar essa oportunidade ao povo da região do oeste, do meu Estado a ter a capacidade de gerar emprego e renda pela industrialização. É, sem sombra de dúvida, um fato da maior importância que fazemos hoje na Comissão de Desenvolvimento Regional autorizando a criação das Zonas de Processamento de Exportação de Marabá e, agora, a de Santarém e eu quero, em nome do Pará e em nome dos meus irmãos do oeste do Pará e de Santarém, especialmente, agradecer aos meus pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Muito obrigado, eminente Senador Flexa Ribeiro, autor da matéria e passo a palavra à Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN) – Sr. Presidente, Jonas Pinheiro, Srs. Senadores, eu gostaria de, Senador Flexa, de parabenizá-lo pela proposta que, pelo Projeto que agora estamos analisando e dizer que realmente o senhor mostra, com o seu trabalho, com a sua... Com as suas idéias, a vontade de ver o desenvolvimento, o crescimento, geração de emprego e renda no seu Estado. O Estado que é imenso, que tem muita matéria-prima e que, infelizmente, como o senhor bem colocou, gera empregos lá fora quando a matéria-prima é exportada e é necessário realmente que o Brasil, para ser grande, nós tenhamos que as nossas regiões Norte e Nordeste que são as mais sofridas e as mais carentes tenham oportunidade para gerar emprego e renda para a nossa gente e assim o Brasil cresce com mais justiça social e igualdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Muito obrigado, Senadora Rosalba, e eu passo a palavra ao próximo inscrito Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, substitui a Senadora Marisa Serrano na relatoria desse Projeto com muita alegria, porque realmente é uma matéria que hoje volta à discussão no

Senado Federal e na própria sociedade, a partir do momento em que houve uma deliberação nesse sentido pelo Plenário da Casa. Na verdade, a criação das ZPE's é a novidade e, curiosamente, a novidade antiga que foi introduzida recentemente, foi reintroduzida recentemente pelo Congresso. De fato, reside aí uma das grandes alternativas para tirar esse interiorzão do país da inércia. Infelizmente, não há uma política voltada para as ZPE's dentro de uma lógica que seria incluir as várias regiões que têm as características exigidas para esse tipo de empreendimento e que enfrentam a resistência de setores que são responsáveis pela área econômica do Governo. Todavia, eu acredito que a apresentação de propostas nesse sentido, como tem acontecido recentemente, hoje, nós estamos apreciando e votando duas propostas aqui nessa Comissão, eu acredito que com isso o Governo vai entender a sinalização, a sinalização de que o Congresso, o Congresso Nacional enxerga nas ZPE's uma vertente de desenvolvimento que não pode ser marginalizada. Eu acho que a grande virtude é essa, porque, na verdade, como foi muito bem acentuado pelo Senador Marco Maciel, não há como implantar uma ZPE por iniciativa do Poder Legislativo.

Esse Projeto aqui veio dentro dos padrões legais exigidos, em forma autorizativa. Mas, a forma autorizativa, embora não traga a obrigação, não acarrete a obrigação do Governo de promover a implantação, dá esse sinal. O sinal de que o governo tem que seguir, tem que seguir nessa linha, tem que pensar mais amplamente sobre este... Sobre esta opção que o interior espera. Vamos aproveitar, aproveitar aquelas áreas que têm as condições exigidas, que tenha vocação para esse tipo de Projeto a fim de que o interior, também, tenha possibilidade de ingressar no mercado externo com exportações, gerando emprego, gerando uma melhoria da renda dessas populações. Parabéns ao Senador Flexa Ribeiro e aos autores dessas matérias e parabéns aqui ao relatório produzido também pelo eminente Senador Marco Maciel em outro Projeto semelhante, eu acho que nós estamos com isso dando a nossa colaboração para o desenvolvimento do interior do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Muito bem, Senador Valter Pereira e não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer favorável e ao Projeto. Os Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado e parabéns ao Senador Flexa Ribeiro. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. Nada mais havendo a tratar, encerro a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h46.

Ata da 18ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de agosto de 2007, quinta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia nove de agosto de dois mil e sete, na sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores João Pedro, Geraldo Mesquita Júnior, Garibaldi Alves Filho, Demóstenes Torres, Jonas Pinheiro, Sibá Machado, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, José Nery, Leomar Quintanilha, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Flexa Ribeiro e da Senhora Senadora Fátima Cleide. Comparecem ainda os Senhores Senadores Eduardo Azeredo, Eduardo Suplicy, Heráclito Fortes e Romeu Tuma, que não compõem esta Comissão. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 17ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. Ato contínuo, a Presidenta esclarece que a presente reunião tem como finalidade a realização de Audiência Pública com a presença da Ministra de Estado do Turismo, Senhora Marta Suplicy, visando apresentar suas propostas para o turismo nacional durante seu período de gestão à frente do Ministério do Turismo, em atendimento ao Requerimento nº 08, de 2007 – CDR, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. A Presidenta registra a presença da Senhora Deputada Sueli Vidigal, PDT/ES – Vice-Presidenta da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, dos Senhores Bismarck Maia – Secretário de Turismo do Estado do Ceará e Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Turismo, Arnaldo Júnior Farias – Secretário Executivo de Turismo da Paraíba, César Gonçalves – Presidente da Empresa Brasileira de Turismo, representando o Governo do Distrito Federal, Igor Avelino – Presidente da Agência do Turismo do Estado do Tocantins e das Senhoras Jeanine Pires – Presidenta do Instituto Brasileiro do Turismo – EMBRATUR, Ana Carolina Pires – Representante da Secretaria de Turismo do Estado do Tocantins, Sâmia Frota – Superintendente de Políticas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste, Claudia Maldonado – Superintendente Executiva da Federação Brasileira de Convention and Visitors Bureaux, Eli Pereira – representante da cidade de São Miguel do Araguaia/GO, Antolinda Borges e Marlene Velasco – representantes da Cidade de Goiás/GO, patrimônio da humanidade. A Senhora Ministra Marta Suplicy faz

uma explanação sobre os objetivos propostos pela Audiência Pública.

Fazem uso da palavra os Senhores Senadores João Pedro, Romeu Tuma, Jonas Pinheiro, Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Aldemir Santana, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Azeredo, Heráclito Fortes, Garibaldi Alves Filho, a Senhora Senadora Fátima Cleide e o Senhor Deputado José Chaves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

– Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Bom dia a todos. Havendo número regimental declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª reunião da Comissão. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A Ata será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a presença da Sra. Marta Suplicy, Ministra de Estado do Turismo, com o objetivo de expor suas propostas para o turismo nacional durante o seu período de gestão à frente do Ministério. Está conosco aqui já a Ministra Marta Suplicy; está conosco a Deputada Sueli Vidigal, que representa a Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados; está presente o ex-Deputado Bismarck Maia, Secretário de Turismo do Estado do Ceará e Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Turismo; Sr. Arnaldo Júnior Faria, Secretário Executivo de Turismo da Paraíba; Sr. César Gonçalves, Presidente da Empresa Brasileira de Turismo, representando o Governo do Distrito Federal; Sra. Jeanine Pires, Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR; Sra. Ana Carolina Pires, representante da Secretaria de Turismo do Estado do Tocantins; Sr. Igor Avelino, Presidente da Agência do Turismo do Estado do Tocantins; Sra. Sâmia Frota, Superintendente de Políticas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste; Sra. Cláudia Maldonado, Superintendente Executiva da Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux; Sra. Eli Pereira, representante da cidade de São Miguel do Araguaia/GO. Sra. Antolinda Borges e

Sra. Marlene Velasco, representantes da Cidade de Goiás, patrimônio da humanidade, estão aqui duas representantes daquele Município. Convido a Ministra Marta Suplicy para proferir a sua palestra.

SRA. MINISTRA MARTA SUP LIC Y: Bom dia a todos os Senadores e Senadoras, cara Presidente da Comissão de Turismo aqui do Senado, Senadora Lúcia Vânia. Eu estou muito feliz de estar aqui hoje nessa Casa podendo falar dos objetivos do nosso Ministério a todos os senhores e senhoras. O Ministério, quando foi criado pelo meu antecessor Mares Guia, ele foi construído quase como um orçamento participativo, porque ele teve a habilidade de chamar o Trade Turístico Nacional, os Conselhos de Turismo existentes, os Secretários de Turismo Estaduais e fora os Técnicos do Ministério para fazer uma proposta para 2003/2007 na sua gestão. Ele também teve iniciativa muito importante em relação ao trabalho da EMBRATUR no exterior e fez com todas essas ações o turismo brasileiro alcançar um novo patamar. E foi realmente uma mudança muito grande para o turismo essa sensibilidade do Presidente Lula de ter criado, separado, na verdade, o Ministério do Turismo do Esporte, porque se eles são convergentes em algum momento, e foram, por exemplo, no PAN, quando o Ministério do Turismo fez a Praça das Medalhas, capacitou mais de dez mil pessoas para fazer um receptivo, fez toda a parte de ilustração do Brasil para os estrangeiros, posters e tudo, mas na questão do esporte não tem a ver com o turismo, e aí a possibilidade de ter um Ministério cuidando somente do turismo, com essa preocupação, e podendo ser um canalizador também das demandas do setor, fez toda a diferença.

Então o nosso compromisso, primeiro, é o de manter e de aperfeiçoar todo o trabalho que o Mares Guia fez. Nós não extinguimos nada do que estava feito, ao contrário, ampliamos vários dos seus projetos. Agora o que fizemos de novo e acrescentamos também foi de colocar uma cunha social no turismo, fazer um trabalho de inclusão social, porque nós percebemos que no turismo a qualificação profissional, a possibilidade de gerar emprego e renda é extraordinária, e que isso, nós temos certeza, que podemos dar um diferencial, além do que já estava sendo dado, e com impacto para a qualidade do brasileiro bastante grande. O Plano Nacional do Turismo 2007/2010, ele foi lançado com esse nome, do Plano de Inclusão, e ele visa principalmente o fortalecimento do mercado interno. Por quê? Nenhum país hoje no mundo que tenha um turismo de qualidade, ele não se fortaleceu sem o mercado interno ter musculatura, e isso nós precisamos ainda trabalhar muito no Brasil para conseguirmos este patamar. O fortalecimento do mercado

interno vai permitir, por exemplo, nesses últimos quatro anos foram criados, pelo Ministério do Turismo, um milhão e duzentos mil empregos.

O nosso plano, para o próximo plano, é chegar a um milhão e setecentos mil empregos novos, além de aumentar para duzentos e dezessete milhões o número de viagem no mercado interno. E os investimentos em infra-estrutura, qualificação profissional, vão permitir que nós melhorem os sessenta e cinco destinos turísticos, porque o Brasil é enorme e lindo, com muitos lugares bonitos, mas você não tem os recursos para alavancar todos esses lugares. Então foram escolhidos sessenta e cinco roteiros turísticos, destinos, onde estão incluídas todas as capitais, e o recurso vai ser basicamente ter uma preocupação de escolas, hotelaria, qualificação profissional, infra-estrutura, para que a gente consiga qualificar esses destinos que abrangem o Brasil todo, todo o território nacional, e, com isso, com todo esse plano, nós esperamos concorrer para que em 2010 nós tenhamos como divisa entrando no Brasil sete bilhões e setecentos milhões de dólares, mas para conseguir isso nós continuamos um trabalho que o Mares Guia estava fazendo que é o Plano Aquarela, que ficou pronto já na minha gestão. É um plano de organização da propaganda, dos mercados da abordagem externa, como atrair turistas de outros países para o Brasil. Então, primeiro, atrair acima da média, que hoje a América Latina tem de atração turística. Depois ter um plano de crescimento de divisas, então o tipo de turista que nós queremos trazer. E depois o gasto que esse turista tem no Brasil e o aumento da permanência, porque isso é que vai qualificar países que têm dois ou três dias ou países que têm dez dias, doze dias de permanência, o que faz ele gastar mais, e aí é esse turistas que pelo plano, pelo primeiro diagnóstico que fizemos no exterior, é esse turista que nós temos hoje vontade e estamos trabalhando para trazer para o Brasil. De 2003 a 2006 o número de turistas estrangeiros cresceu 21,4%, quer dizer, passou de quatro milhões cento e trinta e dois mil para cinco milhões e dezoito mil turistas. Você fala cinco milhões pode até parecer cinco milhões, agora pensem que um país pequenino como a Áustria tem trinta milhões. Tem trinta milhões de turistas. Dubai, quando o Presidente Lula visitou, tinha dois e meio, três milhões de turistas. Eles fizeram um investimento gigantesco e hoje tem cinco milhões, em dois anos chegaram em cinco milhões.

Agora em pouco tempo no Ministério eu aprendi que turismo, sem investimento, você não aumenta, você não consegue. Por quê? Porque você tem que fazer a propaganda e a competição é gigantesca no exterior, gigantesca, e você tem que ter a qualidade

dos produtos oferecidos também, e tem que ter as belezas naturais. Nós temos as belezas naturais, temos na pesquisa algo que é muito difícil de treinar, que todos saem do Brasil na pesquisa dizendo que é um país muito hospitaleiro, que é a maior qualidade, isso é ótimo porque isso não tem treinamento e nem escola, mas nós precisamos de investimento para conseguir qualificar, trazer investidor aqui também, saneamento, infra-estrutura, porque você não pode ter uma cidade turística com o esgoto a céu aberto e você não pode ter uma cidade turística sem pessoas qualificadas para trabalhar no turismo que está vindo. Então esses são desafios gigantescos que nós estamos enfrentando. Nós tivemos, apesar de todo esse aumento de pessoas e tudo nesses quatro anos, no ano passado nós tivemos uma queda de número de turistas no Brasil, uma queda de 6,3%. Nós temos clareza de que essa queda veio por causa de uma diminuição das linhas da Varig, que tiveram realmente um impacto desastroso para os turistas que costumam vir, utilizar essas rotas, porque não foram substituídas. Agora é interessante esse paradoxo, porque ao mesmo tempo em que nós tivemos uma diminuição de turistas, esse trabalho da EMBRATUR de buscar outro tipo de turista acabou trazendo um aumento de divisas. Nós crescemos em divisa 11,8%, ao mesmo tempo em que diminuí o número de pessoas. Por quê? Porque esses turistas ficaram mais e gastaram mais, era outro tipo de turista. Então de 2003 a 2006 o crescimento de ingresso de divisas no Brasil foi da ordem de 74%, passando de dois bi quatrocentos e oitenta milhões de dólares para quatro bi trezentos e dezesseis, e foi uma estratégia que nós podemos dizer, poderia ter sido mais hesitosa ainda se não tivesse tido a quebra da Varig, mas de qualquer jeito a contra-ofensiva foi boa porque nós conseguimos aumentar pelo menos as divisas.

Bom, daqui para frente esse trabalho da EMBRATUR, nós temos o mesmo problema com um Brasil enorme, como é que nós vamos qualificar os roteiros e quais seriam eles, nós escolhemos os sessenta e cinco, o mundo é muito grande também, então não adianta você fazer propaganda no mundo inteiro porque fica um varejo que você não consegue atrair ninguém. Pela pesquisa da EMBRATUR nós vimos quais os países onde nós poderíamos captar mais turistas. E mais ou menos são os que já vêm em primeiro lugar, que é a Argentina, Estados Unidos em segundo e o terceiro, pode parecer surpresa, é a Inglaterra. Depois também tem a Alemanha, Itália, Espanha e França. A Argentina porque é o turista que mais vem, pela proximidade. Os Estados Unidos porque eles são o segundo contingente hoje de turistas que vem para o Brasil. Agora se sabemos que só 1,2% de america-

nos que viajam vêm para o Brasil, nós percebemos que a gente tem um mundo para crescer. Quase nada são 1,2% de turistas americanos que viajam que vem para o Brasil. E vão para onde? Vão para São Paulo em negócios, ficam dois ou três dias. Quer dizer, não temos o turista americano de lazer, e assim mesmo eles chegam a ser o segundo contingente brasileiro. Então é um setor que nós vamos investir. Nós vamos investir pesado, principalmente nas comunidades hispânico-americanas, nos Estados Unidos são quarenta e três milhões de americanos com ascendência de língua espanhola que moram em Miami, Nova Iorque, Atlanta, Los Angeles e Chicago, e lá é que nós vamos focar a nossa propaganda, e também um pouquinho do turismo afro, porque percebemos que a Bahia já estava recebendo um turismo interessado em música e rituais religiosos.

Então também estamos investindo nesse nicho, porque o turismo também é feito também muito de nichos que atraem determinados segmentos da população. A eleição do Cristo Redentor para nós foi uma coisa muito, muito positiva, não é, teve um impacto muito bom, foram bilhões de bolsos que viram na televisão, e aí nós estamos tendo um gesto de convidar, ainda não tive resposta porque as cartas foram enviadas essa semana, os sete países, os Ministros dos sete Países das Maravilhas, e para que? Para ter um encontro no Rio de Janeiro, que nós promovemos aí o Rio de Janeiro, e ao mesmo tempo o que nós vamos sugerir é que façamos uma propaganda conjunta das sete maravilhas, por exemplo: se você pegar a CNN e fizer os sete juntos, “em dez anos planeje as suas viagens, visite as setes maravilhas”, a gente tem condições de fazer alguma coisa que vai ter uma presença internacional de mídia muito mais em conta do que, e, por exemplo, na Ásia eles vão saber o que tem que fazer, na Europa e na América Latina, e um programinha especial com as maravilhas latinas, que é México, Peru e Brasil, que aí nós vamos fazer, já estão fazendo, já está quase pronto os roteiros das maravilhas latinas que também é um lugar, um nicho que dá para trabalhar bastante bem. Agora nós tivemos nos dois últimos anos acontecimentos que foram bastante pesados para o turismo no Brasil. Primeiro a quebra da Varig, como eu mencionei, depois a desvalorização do dólar, que está tendo um impacto bastante acentuado, e a atual crise aérea, que trouxeram dificuldades para alguns segmentos dentro do turismo. Não é igual. Por exemplo, as agências de turismo, elas estão vendendo muito bem, nunca venderam tanto para Miami e Buenos Aires. Agora o hoteleiro, onde está o cliente dele? Ele foi para Miami e Buenos Aires. Então os setores estão sendo afetados de maneiras

diferentes, não é, e nas últimas semanas, após a decisão de readequação da malha aérea pelo Conselho Nacional de Aviação Civil, e principalmente depois da posse do Ministro Jobim, também eu estamos tendo uma readequação da malha aérea, nós vimos que os transtornos diminuíram já, mas essa readequação da malha aérea, o Ministério do Turismo está encomendando um estudo para que nós possamos apresentar sugestões por parte do turismo, porque hoje a idéia é que nós temos que ter vários *rabies*(F) internacionais no Brasil. Temos que sair de Guarulhos.

Foi muito importante já a presença da TAP aqui, isso é uma notícia boa que recebi, os cinco vôos daqui estão lotados, de Lisboa para cá e de cá para Lisboa, e estão pensando, já estão pedindo aumento de mais duas linhas. Não houve cancelamento nem para o Rio de Janeiro e nem para São Paulo. Houve, em determinados momentos, uma confusão de onde era Congonhas. Na hora que nós tomamos medidas de esclarecimento isso controlou esse impacto. Agora o que nós temos também, no curto prazo, vamos dizer as ações que nós estamos tomando. Bom, o primeiro problema que nós tivemos que enfrentar foi a crise do setor hoteleiro por causa do câmbio, e aí fizemos várias reuniões com o Ministro Guido Mantega e já conseguimos agora um resultado concreto, que vai ser oficiado na próxima semana, que é uma das demandas do setor hoteleiro e que como é que se lida com isso? Porque o câmbio não vai mudar e eles estão sendo afetados em competição com outros países. Então a proposta que foi elaborada e que o Ministro Mantega está tendo, dando um parecer favorável, é a diminuição do prazo de depreciação do imóvel, porque um imóvel hoteleiro, hoje, demora dez anos para você poder descontar e depreciar, e vai ter uma redução acentuada, e também dos móveis dentro dos hotéis, tipo ar-condicionado, tudo isso que eles podem descontar, mas vamos reduzir o prazo, eles vão ficar com mais capital de giro. Também encomendamos um estudo que foi também demanda do setor hoteleiro, para comparar a matriz de custos e receitas da hotelaria no Brasil em relação aos mercados concorrentes. Para que é isso? É para subsidiar o setor hoteleiro nas negociações com as empresas de energia, porque o custo de energia para um hotel, ele é negociado no pico, a tarifa, só que o pico não é o que ele tem o ano inteiro, e ele acaba tendo que pagar a energia do hotel muito mais caro do que poderia se tivesse outra possibilidade de negociação. Então são várias ações que são pequenas, pontuais, mas que acrescentando, somando, vai dar um alívio para esse setor e que é com o que nós podemos ajudar. Em relação à crise aérea quando ocorreu, nós imediatamente chamamos as nossas nove agência do

exterior, os nossos nove representantes de escritórios do exterior para dar diretrizes de visitação a todos os eventos que estavam captados para o Brasil.

E eu tive uma boa notícia. Ontem, como o Presidente do Anhembi em São Paulo, todos os eventos que estavam que o maior lugar de eventos no Brasil ainda é São Paulo, não tivemos nenhum cancelamento, e isso foi positivo. Bom, mas isso tem haver com capital e negócios. O lazer teve cancelamentos, eventos de lazer no Nordeste tiveram cancelamentos, e isso é sempre a área do lazer é que acaba tendo uma repercussão maior, mas nós estamos retomando esses contatos e colocando a segurança dos nossos aeroportos, reiterando, porque quando ocorreu a crise aérea e depois logo o acidente, houve uma repercussão como em qualquer caso desse tipo muito, muito forte e negativa, e a EMBRATUR imediatamente tomou as primeiras atitudes para fazer a contra-ofensiva. A EMBRATUR, hoje, e a Presidente está aqui, eu estou vendo a Jeaneire Pires, ela tem uma possibilidade em tempo real de analisar tudo que sai no Brasil. Ela tem um mapa do mundo e vão aparecendo as manchas. Quando aparece mancha vermelha é notícia negativa relacionada ao turismo no Brasil, e isso nos permite reagir de imediato. Onde tínhamos notícia negativa o nosso operador era contatado para poder dar uma contra-ofensiva. O impacto nós não sabemos ainda porque nós estamos muito recentes, agora sobre São Paulo eu já tive essa confirmação que pelo menos foi positiva.

Em relação à questão do visto eu tenho conversado com o Ministro Amorim e isso é realmente uma dificuldade, mas o Itamarati está com uma posição mais flexível hoje. Não de perda da reciprocidade, mas da possibilidade de flexibilização. O que nós estamos trabalhando? E aí seria interessante se os Senadores e Senadoras tivessem sugestão. Por exemplo, hoje, todos têm que pagar o visto, cem dólares, mas nós termos, por exemplo, como eu dizia, o turismo de lazer americano não vem ao Brasil porque ele tem muitos países para escolher, inclusive ali nas suas fronteiras, que não cobram nada. E nós estávamos combinando de que se famílias poderiam pagar só um visto. E eventos pudessem também ter uma flexibilização. Que tipo? Por exemplo, se você tem um evento de médicos cardiologistas, para o médico pagar cem dólares não vai fazer talvez muita diferença, mas se você tem um evento de uma Companhia só com duzentos ou quinhentos representantes e a Companhia tem que pagar o visto para quinhentas ou duzentas pessoas, isso faz diferença. Poderíamos flexibilizar prevendo-se que em determinado tipo de evento o visto cairia de forma drástica. Então esse tipo de negociação nós estamos trabalhando e vamos trabalhar também com o projeto

que está em curso aqui no Congresso Nacional para ver se conseguimos fazer uma adequação que seja de acordo com o Ministério do Turismo e de acordo com os indicativos do Itamarati também. Em relação a ações mais duradouras, o que nós estamos fazendo?

Nós vamos lançar agora, no final de agosto, nos últimos dias de agosto e começo de setembro, o programa Viaja Mais, Melhor Idade, que vai oferecer aos aposentados um financiamento facilitado através do crédito consignado. O crédito consignado foi um acordo muito bom com o FAT que nos possibilitou ter um crédito 0,75% para seis meses e 0,95% para doze meses. Isso vai permitir que tenhamos pacotes para os aposentados variando de quinhentos reais, seiscentos reais, até sete dias com aéreo ou rodoviário. Vai permitir a muita gente nesse país, que nunca pode viajar realizar esse sonho. E vão viajar na baixa estação para muitos lugares diferenciados. Eles vão poder ir até aos Resorts do Nordeste, Resorts que são realmente de grande qualidade, para regiões do Sul, Sudeste, aqui em Brasília vão para a Chapada dos Veadeiros, Caldas Novas, têm várias possibilidades de viagem. E esses turistas serão esses turistas aposentados, nós vamos começar com São Paulo, que é o maior emissor e que recebe turistas do Brasil, 35% do movimento, e Brasília, que é o Centro-oeste, que nós queremos também dar uma possibilidade de desenvolvimento. Quer dizer, os aposentados, nessa primeira parte do programa, saem daqui para outras regiões do Brasil levando para lá o emprego e a renda, e, num segundo momento, já em março, começam duas outras localidades como Belo Horizonte e o Rio de Janeiro, e depois nós vamos cobrir o Brasil inteiro. Por que não fizemos de cara no Brasil inteiro? Porque nós não temos perna para fazer. Porque um programa para idoso, não dá para dizer temos um programa para idoso. Você tem que contatar as operadoras, tem que treinar as agências, tem que ter roteiro específico para idoso e tem que ser realmente perto das localidades onde nós estamos começando o programa. E essa capacitação é feita também com o Ministério do Turismo para que eles possam atender.

Então faz muita diferença você ter, por exemplo, as agências com cartazes dizendo para o idoso entrar, porque nós vamos trabalhar com uma faixa de pessoas que são pessoas que não tiveram acesso a isso. E são pessoas hoje que estão trocando a televisão, estão comprando carro, são cento e três milhões de brasileiros que têm celular, então essa faixa de consumidor que nunca consumiu turismo é a que nós vamos focar nesse momento. E por que é que eu digo que é a longo prazo? Porque esse programa teve êxito extraordinário, está tendo na Espanha, no Chile há sete

anos, e nós temos certeza que nós vamos começar, ainda sem as pessoas saberem bem o que é isso, como que funciona, mas ele vai criar uma musculatura de longo prazo. Vai permitir, nós temos hoje dezoito milhões de aposentados, oito milhões recebem salário mínimo, provavelmente não vão aderir ao programa, mas oito milhões podem ser interessantes e podem aderir ao programa. E este programa, mais do que tudo, ele vai afetar a economia, porque na baixa estação esses hotéis não têm pessoas, eles despedem gente. Como é que foi feito o programa na Espanha e que nós achamos que aqui não dava para fazer? Mas lá foi muito interessante. Eles têm quatro meses de alta estação. O restante tinha que despedir as pessoas. O que o Governo fez? Avaliou quanto gastava no seguro desemprego e resolveu subsidiar para que as pessoas pudessem ir que saía mais barato com subsídio do que dar seguro desemprego. Aqui a gente não tinha condições de fazer assim, mas nós criamos outra forma de fazer, que também não é exatamente, o Chile também subsidia, mas nós aqui não estamos subsidiando dessas formas, mas com o crédito consignado e o recurso do FAT a gente conseguiu um juro que é bem aquém do que se pratica no Brasil.

O Viaja Mais, Melhor Idade então nós sabemos que é um programa que ele vai fazer a roda girar, ele vai manter emprego, vai criar emprego em muitos lugares, nós vamos ter que qualificar mais gente e isso tudo é o que o Ministério quer, é exatamente a nossa opção. Para vocês terem uma idéia, em sete anos no Chile desse programa, eles têm trinta e duas mil pessoas já que fizeram é programa e se pensar que eles têm dezoito milhões de aposentados, dá para ter uma idéia do impacto do programa. Agora também outra área do Ministério que consideramos prioritária é a área de qualificação profissional. Nós vamos ter um programa guarda-chuva que se chama Programa Profissão Turismo onde vai haver vários tipos de qualificação. O Ministério primeiro vai fazer sete escolas que são escolas simples, de seis meses a um ano, há um ano e meio, que vai qualificar a copeira, arrumadeira, metri, básico de informática, e também coisas que até agora não estavam na programação, mas que o setor tem cobrado. Por exemplo, pessoas que saibam consertar ar-condicionado do hotel, pessoas que saibam consertar os fogões industriais de um hotel. Então tudo isso são qualificações e que acaba sobrando para o hoteleiro ter que fazer essas qualificações porque muitas vezes, muitos das pousadas, dos Resorts e dos hotéis são lugares que não são metrópoles que têm pessoas qualificadas. Então essas escolas vão ser em lugares onde realmente a demanda existe, vai ser em parceria com os prefeitos e ONGs que funcionam há mais de

três anos. As outras escolas, que vão ser de um nível superior, de dois anos, é outro nível, são técnicas.

Quando vimos que o Ministro Haddad escolheu cento e cinquenta e sete locais no Brasil para fazer escolas técnicas, nos cruzamos com os nossos sessenta e cinco destinos prioritários turísticos, e encontramos vinte e três locais que dava para a gente pleitear que fossem escolhas técnicas de turismo. Ele concordou e essas escolas então vão ser feitas pelo Ministério da Educação, mas vão tocar no turismo. Agora, para que tudo isso, esses programas todos possam dar certo, nós precisamos muito aqui do Congresso Nacional. Esse Ministério que eu estou presidindo é um Ministério com muito pouco recurso, tem trezentos e noventa e nove milhões no orçamento, que nós vamos subir agora para quinhentos milhões, mas com o Mares Guia ele conseguiu subir para um bilhão e oitocentos milhões através das emendas dos parlamentares. Como é que nós estamos trabalhando isso? De uma forma um pouco diferente. Eu estou fazendo reuniões, por exemplo, hoje eu tenho com Goiás e Acre, não é, com as bancadas, após conversar com o Governador do Estado, com o Secretário da Capital quais as emendas estruturantes para o Estado para que possamos, logo que o Ministério tem pouco recurso, que ele possa colocar o recurso de alguma forma que faça a diferença. Por exemplo, se tem uma orla que precisa de um saneamento ou precisa de um calçadão, que então consigamos fazer as emendas que finalizem esse projeto e dêem uma alavancada no turismo da região. Está indo bem, com muita participação dos Governadores e dos Secretários, já fizemos com Brasília, com as prioridades que o Governador enviou, e agora vamos continuar fazendo com o restante das bancadas.

Agora aqui no Senado tem uma particularidade, porque as emendas que essa Comissão tem feito, elas têm possibilitado a existência de alguns programas no Ministério. Primeiro é a propaganda no exterior, que nós dependemos daqui para conseguir manter. Depois o PRODETUR, que tem sido um programa que nós temos realmente trabalhado para continuar a expandir, a fazer a execução de obras, e que sem a emenda do Senado nós não temos como executar, e outras emendas de infra-estrutura também que essa Comissão destinou quarenta milhões para esse ano e que nós gostaríamos então que não só fossem mantidas as mesmas rubricas, mas que fossem aumentadas. E por que aumentadas? Porque a gente está trabalhando muito, o resultado está aparecendo, a demanda do turismo está aumentando. Nós temos percalços no turismo, câmbio, crise aérea, um acidente aéreo pesado, e tudo isso também exige uma contra-ofensiva maior,

e por isso nós temos que contar com a colaboração de V. Ex^a. Muito obrigada (*aplausos*).

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradecemos a Ministra Marta Suplicy, cumprimentando-a pelo trabalho à frente do Ministério. Em seguida, Ministra, eu passo a palavra para um dos inscritos e vou deixar para usar a palavra no fim dessa Audiência Pública para dar a oportunidade aos Srs. Parlamentares de fazer os questionamentos. Passo a palavra ao Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Sra. Presidente Lúcia Vânia, Sra. Ministra Marta Suplicy, Sras. Senadoras, Srs. Senadores que participam desta Audiência Pública tratando de uma pasta importante, que considero estratégica no nosso país, que é o Ministério do Turismo. Quero saudar a nossa Ministra e registrar aqui a presença da Ministra Marta num evento importante que nós temos lá na Amazônia, que é a festa da cidade de Parintins, do Boi-bumbá, a Ministra esteve presente sentindo a pujança dessa manifestação cultural, que considero que depois da festa da padroeira de Nazaré, em Belém, essa manifestação do Boi-bumbá, em Parintins, lá no Rio Amazonas, lá no Médio Amazonas, ela reúne com certeza, depois da procissão de Nossa Senhora do Nazaré, com certeza a segunda multidão de pessoas ali na Amazônia que participam deste evento. Foi muito importante para reafirmar a manifestação cultural lá em Parintins, lá no Amazonas. Então esse é o primeiro registro. O segundo dizer que V. Ex^a pode contar com este parlamentar, com este Senador no sentido de apoiar as iniciativas do Ministério, porque apoiar as iniciativas do Ministério é apoiar o Brasil, as várias manifestações, todas as iniciativas no sentido de fortalecer o turismo no nosso país.

Eu faço uma pergunta aqui. Desses sessenta e cinco destinos, esses roteiros, quantos nós temos ali para a região da Amazônia brasileira, com a sua floresta, com os seus rios, com a sua topografia? Eu gostaria de saber esses números, se V. Ex^a tem e pode dizer, e o que tem de mais. V. Ex^a apresentou uma série de iniciativas, essa do Viaje Mais é muito interessante porque alcança uma parcela expressiva, significativa da população brasileira, da sociedade brasileira, e quero registrar a satisfação de ver essa ação, essa política para atender aí essa parcela do povo brasileiro. Então o número, eu gostaria de saber desses destinos lá para a Amazônia, e a Amazônia eu estou falando aqui do Acre, do Senador Sibá, de Rondônia da Senador Fátima Cleide, enfim, quantos destinos têm e se tem a possibilidade de ampliar, se tem algum estudo. Eu estou falando das fronteiras também que o Brasil tem ali com sete países, enfim. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Dou a palavra à Ministra.

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Obrigada, Senador João Pedro. Eu estive antes de ontem no seu Estado, voltei ontem, e teve uma grande reunião da ABRASEL, que é o setor de bares e restaurantes, que foi muito hesitosa lá, e com a inauguração de uma escola em Manaus. E eu já vou aproveitar a boa vontade do Senador, que o Vice-Governador colocou a necessidade da Arena de Parintins ter uma grande reforma. Então eu já vou aqui pedir para o Senador fazer uma emenda individual --

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – De quanto, de quanto? (risos)

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Olha, ele não me colocou, mas --

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Ministra, peça uma emenda de bancada.

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: De bancada eu já pedi, de Comissão também, mas essas os Senhores vão decidir. Eu acho que a melhor é essa de bancada, é precisa repetir o que foi. Já pedimos, mas essa é para repetir o que estava sendo já feito, que está perfeito, só aumentar um pouco o valor. Agora, Senador João Pedro, veio a encalhar, porque ontem o Vice-Governador colocou a necessidade dessa arena, que quem não foi à festa de Parintins realmente é um espetáculo único no mundo, não é, e nós vamos, estamos investindo como um dos destinos turísticos, que precisa uma bela reforma na arena. De longe, porque eu fiquei assim, você não fica dentro da arena, não dá para perceber, está tudo muito bonito, mas disse que precisa. Então se o Senador pudesse entrar em contato seria importante. O que é que nós vamos fazer? Cada desses sessenta e cinco destinos, a prioridade é a capital e depois as cidades que podem ser propagadoras do turismo.

Então, por exemplo, no Amazonas a gente tem Santarém, tem Barcelos, Parintins é uma delas, mas em cada Estado tem que pensar a capital e alguns locais, e de alguns Estados os técnicos mandaram errado. Por exemplo, São Paulo, veio São Paulo e Ilha Bela. Eu achei estranho, porque esse daí eu desconhecia melhor, Ilha Bela é um belo local para ter desenvolvimento, mas têm muitos outros. Mas estava assim, agora estamos tentando arrumar. Mas em outros, o que temos conversado, porque essa possibilidade das emendas tem permitido a conversa com os Secretários Estaduais e da Capital, um envolvimento intenso, então a gente tem conversado muito, tentando realmente que eles participem da elaboração das prioridades, e nós temos certeza que o Amazonas, hoje, nos nossos destinos, e eu nem comentei porque é tanta coisa que eu gostava

ria de ter contado, mas na pesquisa que nós fizemos para escolher os países que é onde nós vamos investir, na Ásia, que não são países prioritários no momento, porque são muito mais difíceis de conseguir êxito, mas são países que nós vamos trabalhar também, na Ásia, o Japão, por exemplo, e a China, eles não querem, não têm no imaginário desses povos visitarem praia e sol. Eles não procuram isso como procura o europeu, o americano quando vai para o Caribe, que eles querem belezas naturais.

Então a nossa estratégia é fazer propaga do Pantanal, da Amazônia, Foz do Iguaçu, então esse estudo todo que a EMBRATUR fez vai possibilitar uma coisa muito mais focada, e a Amazônia a gente sabe que é o turismo do Século XXI, e isso, há tão pouco tempo nesse Ministério, e o que eu participei já de convenções, de encontros, o turismo do novo século é o que nós temos no Brasil. Por sorte ainda há muita coisa preservada e que nós precisamos agora de investir, porque, como eu disse beleza natural não é suficiente em turismo, tem que ter infra-estrutura, e a gente sabe que isso todos os Estados precisam, e a Amazônia, que é, depois do Cristo, eu acredito que depois do Cristo, a Amazônia, Foz do Iguaçu, são os ícones que no exterior reconhecem como turismo brasileiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradecendo o Senador João Pedro, gostaria de perguntar ao Senador se ele tem algum adendo a fazer.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Eu vou aproveitar para tranquilizar o Vice-Governador e a nossa Ministra que nós vamos começar, aí foi à assessoria da Fátima Cleide, um milhão de emenda (risos), está bom, para fazer a reforma lá desse grande espaço que é a Arena do Bumbódromo lá do Festival Folclórico do Parintins. Então vamos participar sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu passo a palavra agora ao Deputado José Chaves.

DEPUTADO JOSÉ CHAVES (PTB-BA) – Sra. Presidenta da Comissão Lúcia Vânia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. Eu não tenho propriamente uma pergunta. E queria prestar um depoimento. Eu fui reeleito Deputado Federal para mais quatro anos e o Governador Eduardo Campos, em Pernambuco, fez um convite a nosso partido, já praticamente no dia da posse, para que eu assumisse a Secretaria de Turismo, e o nosso grupo político entendeu que nós não podíamos nos furtar de atender ao Governador nessa área tão importante para os Estados do Nordeste. Aceitei o convite e era praticamente, eu digo sempre, um mau turista, eu viajava até pouco, e estou nesses

sete meses e queria prestar aqui apenas um depoimento, dizer que o país está no caminho certo, o país tem muita coisa a fazer, muito, mas o maior caminho talvez seja a profissionalização do turismo. Como o turismo é uma atividade alegre, de festas, talvez o nosso país não tivesse, não teve no passado, um conceito de profissionalização. O francês que recebia mal em Paris chegou à conclusão que setenta e oito milhões de turistas mantinham emprego e renda de dezenas e de centenas de pessoas.

A Espanha tem um número maior de turistas durante o ano do que toda a sua população. Mas nesse caminho eu tenho absoluta certeza de que o Valfredo, um companheiro de partido, que criou o Ministério e deu uma dimensão ao Ministério, e a continuidade de muitos programas, dentro da sua característica própria da Ministra Marta, é extremamente positiva. E posso dizer, Ministra que estamos falando, nesse instante eu falo pelos Estados do Nordeste, que vendem essencialmente sol e mar. Pernambuco tenta, pela sua história, crias rotas, rotas libertárias, diversificações culturais têm o carnaval, temos o frevo com cem anos aí mantido, e Pernambuco tenta como a Bahia e os outros Estados, cada um mantendo a sua característica. Mas os Estados do Nordeste cresceram muito e vão crescer muito mais. Havia algo emperrado no Ministério do Turismo. O Governador Eduardo Campos ameaçou a não continuar com o PRODETUR. Alguns outros Estados simplesmente desistiram, Estados do Nordeste, a Paraíba, Sergipe, desistiram, não tem o PRODETUR por uma iniciativa do Governo. Isso é um fato da maior importância, pois não acreditou. O banco do primeiro mundo, o BID, financiando o terceiro mundo através do Banco do Nordeste. Você imagina o que é a decisão em Washington chegar na ponta de um cidadão comum em Porto de Galinhas, pescador ou vendedor da tapioca ou qualquer coisa, extremamente difícil.

Pois bem. Eu queria dar um depoimento aqui público nessa Casa. Nós assinamos, na semana passada, demos ordem de serviço de uma obra de quarenta e dois milhões em Pernambuco, saneamento básico. Água e esgoto, Praia de Tamandaré. Até o fim de ano queremos acelerar bastante esse processo. Porto de Galinhas, Maria Farinha, Itamaracá, temos muitos caminhos a seguir, pois eu posso dizer, usando a linguagem hoje comum, o PRODETUR está destravado, Presidenta, destravado. A iniciativa do Ministério do Turismo, o Banco do Nordeste concebeu, o BID atendeu, e nós estamos caminhando com muito mais facilidade. Isso para mim é da maior importância porque eu acho que o turismo se concebeu apenas com a festa, a manifestação cultural. Não, eu acho que a

infra-estrutura fica tempos, tempos e tempos. Então é esse depoimento que eu quero dar, nós vivemos uma nova fase do PRODETUR. O Nordeste, que precisa da infra-estrutura, e o setor privado acompanha. O turismo é formado por pequenas e médias empresas, formada dentro ali de um conceito pequeno, que vai crescer muito, e nós temos certeza que se o Governo fizer a sua parte nós vamos fazer a nossa. Para a gente é importantíssimo. Temos uma lei protegendo o litoral, Senador, para que a infra-estrutura que o Governo gasta não seja casa de moradia. Ao contrário, nós queremos os hotéis para fazer emprego e renda. A casa do veraneio tem que ser feita aonde o Governo não investe na infra-estrutura.

Então há uma preocupação política nossa da aplicação correta e preservando o litoral. Para que? Preservando a natureza, mas criando a maior questão do Nordeste, que é a falta de emprego e renda. Quero encerrar, Ministra, dizendo, e Presidenta, dizendo que fora o PRODETUR nós temos um programa extremamente avançado que eu peço uma reflexão dos Srs. Senadores aqui: é a qualificação. O maior agente de busca, de busca do turista, de não dizer jamais adeus e sempre até logo, é o cidadão qualificado, seja do setor hoteleiro, do setor público, mas vamos iniciar em Pernambuco talvez o mais ousado plano de qualificação. Estamos começando pelo setor público, as Prefeituras interessadas, nós estamos qualificando, aí vamos qualificar do Vereador ao Prefeito, ao Secretário, todos aqueles que desejem adquirir uma cultura do turismo. O Nordeste, com tão poucas opções, tem que investir fundamentalmente naquilo que a natureza deu. Esse programa de qualificação tem tido um apoio tremendo do próprio Ministério. Precisamos de mais verbas, mais verbas, e fica a reflexão para as próximas emendas aqui. Eu estou trabalhando com a bancada de Pernambuco, vamos receber a Ministra com vinte e cinco parlamentares tentando botar o máximo que puder, porque eu estou absolutamente convicto, nós chegamos a criar emprego com vinte mil reais, não é a regra, mas chegamos a criar no turismo com vinte mil reais, quando o emprego na área industrial está custando até um milhão de reais, a indústria automobilística. Hoje, no mundo inteiro, o turismo já passou a indústria automobilística em número de empregos. Então numa região carente e pobres como a nossa do Nordeste é fundamental essa questão do turismo, e eu diria, o Estado deve fazer infra-estrutura, o resto o setor privado se carrega. Termina, Ministra, fazendo aqui uma reflexão e um apelo para que o Ministério faça alguma coisa, eu não sei se tem, é uma pergunta que lhe faço, sobre a questão da EMBRATUR. A concorrência no exterior é extremamente forte. Pernambuco

recebia 50% dos seus turistas estrangeiros, os portugueses hoje recebem 23%, e vizinho está o Marrocos, a Turquia, a própria Espanha. Há uma concorrência extremamente forte e eu sinto que a EMBRATUR ainda, como uma autarquia, ela está lenta para enfrentar esse desafio, essa concorrência. E para quem não conhece, a EMBRATUR fundamentalmente trabalha no exterior e no exterior é a promoção, precisa de agilidade. Então talvez, quem sabe, uma empresa pública, seria uma discussão que eu lanço aqui na Casa, eu tenho certeza que conto com o apoio de Jeanine Pires, que é a Presidenta, é uma profissional corretíssima, pois o Ministério continua mantendo a sua concepção política, mas, sobretudo, técnica. Política é a Ministra, mas todo o seu quadro é de excelentes profissionais tentando dar um pouco mais. Eu agradeço a oportunidade de fazer esse depoimento no Senado e dizer que nós, do Nordeste, esperamos continuar com essa política efetuada pela Ministra Marta Suplicy. Muito obrigado, Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra a Ministra.

SRA. MINISTRA MARTA SUP LIC Y: Deputado José Chaves, atual Secretário de Turismo, eu queria comentar um pouco primeiro a questão do PRODETUR, que nós sabemos que uma das ações positivas que o Ministério conseguiu em quatro meses e que fez um diferencial já bastante grande para o Nordeste foi desencantar ou, usando a sua palavra, destravar o PRODETUR, e que isso está possibilitando recursos gigantescos pelo qual se pagava juros e não se utilizava o recurso de estar sendo agora encaminhado para os Estados do Nordeste para ações concretas. Em relação à EMBRATUR, a EMBRATUR está fazendo um trabalho dentro do que ela tem de recursos, e aí o senhor tem absoluta razão, tem que fazer sempre mais e um pouco mais propaganda, porque o que traz o turista é ele se cantar com aquele local e imaginar que vai ser bem tratado, que aquilo é bonito, é o sonho realizado, é a propaganda. Nós estamos fazendo, mas muitas ações diferenciadas, desde ações pequenas, que muito dos Senhores talvez nunca chegassem, a saber, e eu só descobri isso porque fiquei Ministra do Turismo, são catálogos até de moda que Mares Guia que incentivou, onde o Ministério entra com o transporte para a localidade e o fotógrafo e o estilista fotografa naquela região. E eu vi catálogos, mas belíssimos, dos lençóis maranhenses, de locais na Bahia, de locais brasileiros, e que esses catálogos são distribuídos em outros setores que não turísticos, mas as pessoas, quando olham, ficam maravilhadas. Nós estamos fazendo agora também parcerias, são todas coisas pequenas, mas que vai somando, por exemplo, com o

setor de filme americano, para que usem as localizadas brasileiras, e a EMBRATUR pode ajudar a localidade, ajudar a conseguir preços de locação, ajudar a ter gente para ajudar na parte técnica, e você ter um filme. Hoje mesmo tem em cartaz um filme que chama "não sei o que em Paris". Aí passa trezentas cenas de Paris. Depois você tem isso em Nova Iorque, o Wood Allen ficou famoso por fazer seus filmes em Nova Iorque. É uma forma de você colocar em exposição a sua cidade, a sua região, com poucos recursos, porque não é muito que você coloca num filme como instrutora de locação. Então isso é algo que nós estamos fazendo. E em relação à parte mais importante, que às vezes a EMBRATUR não tem agilidade, nós concordamos, por isso que a EMBRATUR vai se transformar numa fundação pública de direito privado, e esse projeto já estava em andamento quando foi levado ao Ministro Paulo Bernardo e aí soubemos que o Governo já estava com essa iniciativa. Então isso está bem adiantado e provavelmente vai ser o primeiro, de todas as fundações públicas de direito privado, que vai sair do Governo, vai ser do Ministério do Turismo para a EMBRATUR.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de solicitar aos Srs. Senadores de que a gente poderia fazer três perguntas e posteriormente a Ministra responderia às três para agilizar um pouco mais os trabalhos. Eu queria saber se os Senadores concordam.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Plenamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Quem manda aqui são as mulheres.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Nem sempre.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sra. Presidente da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, Sras. e Srs. Senadores, amigo Deputado José Chaves, Sra. Ministra. Primeiro, Ministra, eu quero parabenizar a V. Ex^a porque eu estive na BM&F, em São Paulo, na semana passada, e andando pelos calçadões de São Paulo, revitalizado sob a sua administração, eu me orgulhei. Eu fiquei orgulhoso porque aquele empréstimo teve dificuldade de aprovação aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, quando a senhora interferiu e nós conseguimos relatar aquele projeto com a urgência que a Senhora precisava. E está lá o resultado, São Paulo, o velho São Paulo revitalizado. Parabéns Ministra, no ano passado eu levei um grupo de espanhóis e depois um grupo de portugueses no Pantanal, levei no

Pantanal, levei lá na belíssima obra do SESC, que fica não muito longe de Cuiabá, e que tem uma aérea de cento e dez mil quilômetros de Pantanal preservado, e no centro dessa área, de cento e dez mil hectares, tem um hotel com cento e quarenta apartamentos, toda a infra-estrutura. Ministra, o mais impressionante é que depois disso eu já estive em Portugal, já estive na Espanha, e os espanhóis e os portugueses estão fazendo grupos de pessoas desses países para vir ao Pantanal.

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Depois dessa visita?

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Depois dessa visita, e hoje eu vou almoçar com um desses portugueses que já está aqui para organizar a vinda de grupos portugueses para visitar o Pantanal mato-grossense. O Pantanal, Ministra, tem duzentos e vinte mil quilômetros quadrados, é muito grande, dos quais 30% ficam no Mato Grosso e 70% dessa área fica no Mato Grosso do Sul. Não está fazendo muito tempo, faz dois meses ou no máximo três meses, que uma Comissão, desta Comissão, esteve no Pantanal, infelizmente a nossa Presidenta não quis ir porque ela é inimiga do Mato Grosso (*risos*), mas foi o nosso Senador Adelmir Santana, como membro do grupo SESC, esteve lá com bastante gente e ontem à noite ainda estávamos tramando uma posição de ir ao Pantanal com um grupo de Senadores para conhecer aquela maravilha que o SESC implantou lá em pleno Pantanal mato-grossense. Mas não é só o SESC que tem. Têm muitas pousadas e vale a pena conhecer o Pantanal mato-grossense. Ministra, eu acho que nessa programação para idosos, não há melhor lugar para os idosos conhecer do que o nosso Pantanal, porque lá tem possibilidade de fazer encaminhada --

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Principalmente para o pessoal de Centro-oeste, aqui de Brasília, ir para lá.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Exato, exato. Então é um apelo que eu faço como mato-grossense, como pantaneiro, que eu nasci no Pantanal, para que a senhora coloque o Pantanal mato-grossense, ou Mato Grosso ou do Mato Grosso do Sul, nessas programações desses pacotes que o Ministério está organizando. Por outro lado, Ministra, por influência do Ministro Mares Guia, a bancada de Mato Grosso fez uma emenda para adequação de Municípios com vocação turística. Essa emenda é em torno de quinze milhões de reais, eu gostaria muito de receber o apoio da senhora para a liberação dessa emenda, que é uma emenda da bancada do Mato Grosso. Em Mato Grosso também, Ministra, na cabeceira do Rio Cuiabá, que é a cabeceira dos rios da Bacia do Pra-

ta, existem algumas grutas que são maiores do que a gruta de Bonito. Bonito é famoso, porque Bonito tem infra-estrutura.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E tem nome.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – É em nobres.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E tem nome.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – E tem nome, Bonito. Agora mais Bonito do que Bonito são essas grutas lá do Município de Nobres, que o que está precisando lá é de infra-estrutura. Nós temos algumas emendas nesse sentido, como emendas individuais, mas é pouco para criar a infra-estrutura para essas grutas do Município de Nobres. Mas são águas em áreas de calcário, portanto, límpidas, transparentes, aonde as piraputangas, os pacus e os pintados estão à flor da água. Por isso, Ministra, nós vamos pedir para a Senhora a liberação dessas emendas individual para dar infra-estrutura para Nobres, e nós vamos continuar trabalhando, a bancada vai continuar trabalhando individualmente ou através de bancada para que Nobres seja uma realidade também.

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Nobres?

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Nobres, que fica a cento e cinquenta quilômetros de Cuiabá por estrada asfaltada. É isso, Ministra, o que a Senhora puder fazer nós estamos agradecendo, já agradecendo antecipadamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de cumprimentar o Vice-Presidente da Comissão, o Jonas Pinheiro, e dizer, Senador Jonas, que nós do Centro-oeste temos como maior patrimônio nosso o Pantanal. Pode ter certeza que o que nós pudemos fazer para ajudar o Pantanal, vamos fazer. Com a palavra o Senador Tuma.

SR. SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Sra. Presidente Lúcia Vânia, Ministra, eu não sou da Sub-Comissão. Infelizmente não fiz parte da frente parlamentar em defesa do turismo, mas para mim é uma honra poder estar aqui na presença de V. Ex^a. Por ser paulista, por ter administrado a minha cidade com muito carinho, devotada aos mais pobres e principalmente às crianças, quando tive a oportunidade de oportunidade, por delicadeza de V. Ex^a, convidar a mim, ao Suplicy e ao Mercadante para visitar os primeiros CEUs, e eu acho que hoje eles são tão importantes que o atual Prefeito achou que tinha que dar continuidade às suas construções, porque representa Senadora Lúcia Vânia, se a Senhora for Prefeita, a importância que é um tipo de um clube que atrai as crianças por ter toda a infra-estrutura, não só de ensino, como de lazer e esporte dentro da mesma área e que serve para a família também. Então eu vim mais para me sentir bem

na presença de V. Ex^a. Eu sei que às vezes, dentro da minha atividade profissional antes de vir a essa Casa e durante a estada aqui, nós temos tido alguns problemas sérios que às vezes enfraquece o turismo. O Pantanal e a Amazônia são coisas especiais que Deus nos deu e sempre tem um valor inestimável na sua propagação no exterior, mas a violência que é tão propagada no exterior, qualquer fato imediatamente é noticiado no exterior, Secretário, provavelmente para evitar que a Espanha, Portugal e outros países que vivem do turismo percam esse turismo para São Paulo.

Então nós temos que nos acautelar provavelmente V. Ex^a se reunindo com a imprensa e ir regionalizando os fatos que ocorrem, e voltar àquela parte das guardas civis que usavam o distintivo, que falavam a língua do cidadão. Então selecionar aqueles que andam pela cidade para atender o turista na sua língua materna. Eu acho que isto aqui tinha um efeito muito grande, teve em São Paulo um efeito muito grande. Eu não sei se hoje existe alguma cidade com essa parte da guarda municipal, que faça esse papel de usar a bandeira de vários países da língua que ele sabe falar, atende em inglês, em francês, em espanhol, isto tem uma boa atividade, e as Delegacias do Turista, que São Paulo foi criada, eu não sei se está ainda em vigor, ao meu tempo tinha, era importantíssimo porque o turista sabia onde correr se houvesse qualquer ocorrência com ele. Então teria um Delegado pronto a atendê-lo em todas as suas vicissitudes e dificuldade. Outra coisa também, nós fizemos aqui com a EMBRATUR alguns trabalhos importantes que era de combate ao turismo sexual, da propaganda indesejada que se fazia e que hoje me parece que as agências do exterior não mais usam porque os próprios países estão tomando providências de ordem legal contra esse tipo de atividade. A senhora desculpa eu estar falando isso, Ministra, mas são coisas que às vezes trazem um pouco de obstáculo ao incremento do turismo, e nós temos em São Paulo, eu acho que é tão importante e V. Ex^a me parece que trabalhou nesse sentido, o turismo de executivo, aonde normalmente o cidadão vai para os seus negócios e a esposa fica sem saber para onde ir, vai numa loja, faz uma compra e poderiam ser programadas várias atividades de turismo de executivos, fim de semana e tudo isso que poderia incrementar principalmente nessa fase boa que o Brasil atravessa de exportação e importação aonde muitos estrangeiros nos visita. Eu fiquei muito feliz com a nomeação de V. Ex^a e, tenho certeza, isso eu digo, eu peço perdão aos homens, que a mulher tem muito mais sensibilidade para algumas atividades, e, como esta, de ter um resultado muito mais eficiente do que o homem que é um pouco mais

calculista do que as mulheres. Que Deus lhe abençoei e lhe dê muita sorte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra, o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ministra Marta Suplicy, Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu estava observando atentamente aqui a exposição feita pela Ministra Marta e fiz aqui um elenco de opiniões que eu gostaria de fazer e em algumas delas perguntas. Primeiro, Ministra, que o debate no Brasil tem feito assim da infra-estrutura do país, pensando muito mais no crescimento econômico em si, da produção primária e secundária, fomento do comércio ou coisa parecida. Eu não sei se eu entendi direito, mas me parece que o turismo não está assim colocado como um dos grandes beneficiados dos investimentos do PAC. Quando a gente vai fazer o debate do PAC, as Prefeituras têm recorrido para melhorar o seu saneamento, abastecimento d'água, habitação, coisa parecida, e muita gente têm procurado grandes investimentos para melhorar o padrão das cidades. E aí eu fico brincando com aquela situação se primeiro é o ovo ou a galinha. Então é o turismo que vai trazer a infra-estrutura ou é a infra-estrutura que trará o turismo? Então neste caso eu queria sugerir a V. Ex^a que a gente pudesse fazer uma campanha melhor para que, no ambiente em que as Prefeituras estão trabalhando recursos do PAC, que a gente pudesse trabalhar com o foco no turismo, porque no turismo nós teríamos aí vários ganhos. O primeiro, da qualidade de vida, que é o que os Prefeitos têm lutado muito, os Governadores. O segundo, o conforto dos habitantes que chegam ali. O terceiro, o embelezamento. E o quarto, a partir do turismo nós teremos tudo isso e mais dinheiro novo circulando nessas cidades. Daí vem outra questão. A visão temática do turismo no Brasil.

Então, no primeiro ponto, eu acredito que são as belezas naturais, e eu queria aqui fazer um paralelo por quê? No caso da Amazônia, vamos lembrar aqui, competindo com o seu nosso Pantanal, nós temos entre Acre, Amazonas, Rondônia e Pará, olha só a dificuldade: nós temos uma linda floresta amazônica, mas que ela está em nove Estados brasileiros e mais seis países ali da circunvizinhança. Então o turista que vai para Machu Picchu, ele dá uma esticadinha para ver a floresta amazônica ainda dentro do Peru. Então não interessa descer, porque ver uma linda floresta no Acre, ela se nos repete outros lugares, e nos outros lugares às vezes tem uma cachoeira, às vezes tem um lindo rio, que é o caso do Pará e do Amazonas, e ainda tem uma linda festa, que é do Senador João Pedro, e que o Acre não tem a menor chance de competir com

esses três itens. Portanto, eu acho que na questão dos temas poderíamos promover melhor as festas, inclusive religiosas, para que eu acredito que temos aí um turismo vigoroso nas festas religiosas e que independe às vezes das belezas naturais. O outro tema é dos jogos. A questão dos jogos. Copa do Mundo, PAN e etc. Eu queria até fazer uma pergunta. Quanto realmente o PAN trouxe de resultados financeiros? É uma pergunta que eu gostaria que V. Ex^a nos pudesse responder, qual foi o resultado financeiro do PAN. Por quê? Nós estamos lá desesperados no Acre numa campanha muito grande de todos nós para colocar o Acre como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014 e que eu queria pedir também já o apoio de V. Ex^a.

A questão também de fazer, no caso do Acre e de outras situações parecidas, os eventos, um turismo de eventos. Eu vou citar um caso. Geografia do Brasil. Tem setenta anos, setenta e cinco anos, que nós temos instituída a geografia no nosso país. Dos congressos realizados, teve dois na Amazônia. Um em Belém, há trinta anos atrás, e agora, há dois anos atrás conseguimos, a duras penas, realizar em Rio Branco, e que só de pessoas de fora nós tínhamos mil e duzentas pessoas inscritas. Naquele dia os hotéis de Rio Branco foi uma coisa interessante. Então neste caso, jogos e o turismo de eventos para melhorar socializar no Brasil, que a gente pudesse até a induzir um pouco isso como foi o investimento dos árabes. Os árabes vinham ao Brasil discutir em Brasília e não em São Paulo, porque na cabeça deles a capital do Brasil é São Paulo ou Rio de Janeiro, e realmente o pouco que eu andei fora de país é esta a impressão que as pessoas passam. “De onde você é? Você é de São Paulo ou do Rio?” Quando eu dizia que era da Amazônia, tudo bem, a Amazônia já chegou ao ouvido, mas quando eu falava a palavra Acre, aí paciência, era brincar. Por último, Ministra, eu acredito agora, eu sou um grande defensor da causa, estudei muito pouco sobre turismo, mas o nosso Deputado aqui foi brilhante, porque eu vou usar uma frase de Randolpho Pelloso, quer dizer: “ao chegar num lugar deixe saudades”.

Então eu acredito que o turismo brasileiro tem que acabar com essa história de tratar mal o turista, que o turista fica incomodado, sobretudo, o serviço da chegada e da saída. Então nós brincamos lá no Acre: “ao receber alguém, serviço completo. Receba na chegada e só fique tranqüilo quando ele der a partida da saída do Estado. Atendimento total para isso”. E aí, brincando ainda, vou num Município, cheguei lá e não encontrei lugar para dormir, e a pessoa lá, o Prefeito, outra pessoa, preocupadíssimo porque não sabia o que fazer comigo, e eu fiquei muito feliz, que eu tive que viajar de madrugada, voltando para a cidade vizinha, eu digo:

“olha, eu estou é feliz porque significa que as coisas estão andando”. Então neste momento é o apelo que eu faço aqui a V. Ex^a, que talvez essa conversa com as bancadas pudesse repetir de Estado para Estado e que ao final a gente pudesse partir para aquilo que nós temos. Saúdo ainda a questão dos aposentados, porque vamos ter um turismo barato para um público que até então é visto em casa como dando mais trabalho do que solução. Parabéns Ministra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de saber se a Ministra quer falar agora.

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Sim, sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra a Ministra Marta.

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Em relação ao Senador Jonas Pinheiro, a idéia que o senhor teve foi uma idéia realmente excelente, de levar as pessoas, portuguesas e espanhóis, para visitar o Pantanal mato-grossense. A EMBRATUR tem essa percepção também, e eu não sei se foram oitenta ou cem operadoras que você trouxe no mês passado, Janine?

SRA. JANINE PIRES: Duzentos e trinta e duas.

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Duzentos e trinta e duas, e isso é a nova EMBRATUR trabalhando. Como é que é isso? Por exemplo, nós sabemos que o turista da Alemanha é um turista de aventura. Então são convidadas as operadoras da Alemanha que operam com aventura, e elas não são levadas para São Paulo, porque lá não vai ter esse tipo de aventura que estão procurando, vai ter outra, mas desse tipo não (*risos*). Então ela é levada para uma determinada região do Brasil que corresponde. Por exemplo, os turistas da Escandinávia, as operadoras da Escandinávia são levadas para onde na nossa pesquisa percebemos que é aonde tem mais facilidade deles se interessarem. E foi feito exatamente esse trabalho, que o senhor fez na intuição e na boa vontade, foi feito de forma bem planejada pela EMBRATUR, e eu acho que já estamos tendo os resultados, porque os primeiros que vieram já antes, já estão trazendo grupos para visitar o que eles foram encaminhados, e foi o Brasil todo que foi visitado de acordo com o imaginário, com o que nós percebemos que o povo daquela localidade poderia se interessar. Em relação às emendas, essa de quinze milhões, as emendas eu acho que vão ser liberadas mais agora no segundo semestre, eu não tenho nenhuma dúvida que vão ser liberadas e uma das características do Ministério do Turismo, eu não apresentei os dados, mas é o Ministério que teve uma execução de mais de 90% das suas emendas, e nós vamos continuar com esse perfil.

Então podem ter tranquilidade de fazer as emendas que elas vão sair. E essa emenda da infra-estrutura para Nobres, para as grutas, eu acho que essa não foi feita, e talvez pudéssemos pensar, e eu não sei, eu vou perguntar se na reunião com o Secretário de Estado de Turismo de Mato Grosso foi colocada, e se for uma emenda, se for alguma coisa maior, de nós pudermos alinhar vários Senadores para que consiga tornar realidade, porque esse Ministério trabalha realmente com esse tipo de recurso. Inclusive deixa eu já ir falando para o Senador Sibá, nós estamos reunidos com a bancada do Estado, que são feitas as reuniões, a partir do que o Governador do Estado envia e do Secretário de Estado. Foi um trabalho de formiguinha, de visita aos Estados, de ida e vinda, de ver o que é prioritário, e depois do Ministério elencar o que o Governo do Estado deseja as propostas que estão lá no Ministério há cinco anos, porque vem muito Prefeito sozinho, vem gente que sugere, aí elencamos tudo que precisava, junto com o Governo do Estado, e fizemos as prioridades. Aí apresentamos, vamos apresentar às bancadas e vai partir daí, dos Senadores e Deputados, escolherem o que acharem mais interessantes.

Em relação, e respondendo ainda ao Senador Sibá, o PAC tem algumas coisas para o turismo sim, não é a prioridade, mas algumas coisas casam. Por exemplo, em saneamento, tem muita coisa que vai nos afetar positivamente, em rodovia BR, eu acho que é a 401, para o Nordeste todo, é a 101 que chama, a duplicação está acontecendo e isso vai ser fundamental para a alavancagem do Nordeste, e é PAC, aeroportos também têm investimento do PAC, e antes de ontem eu fui conversar com o Ministro Márcio Fortes sobre balneabilidade de Municípios, que o PAC não atinge, não tem nenhum projeto que atinja os Municípios com menos de cinquenta mil pessoas, e que são turísticos e que as praias estão poluídas. Então tem um trabalho que foi feito pela USP, em São Paulo, que nós nos apropriamos, onde levantou no Brasil todas as praias que têm menos de cinquenta mil habitantes, mas que têm hordas de turistas em outras épocas do ano, chegando a trezentos mil, quatrocentos mil. Vocês imaginem uma cidade de cinquenta mil com trezentas mil pessoas, e elas não são contempladas por programa nenhum porque são cidades muito pequeninhas. E o Ministro vai estudar como nós vamos poder fazer esse programa que chamamos de balneabilidade das praias, que eu acho que pode ter um resultado bom também. Em relação à sugestão de V. Ex^a sobre o turismo religioso, eu acho que as observações são interessantes porque a competição é árdua e nas belezas naturais também são áruas as competições. Mas no turismo tem que se acharem nichos. Se não tem nicho você

não consegue fazer a propaganda. O turismo religioso é um nicho interessante e que nós estamos prestigiando bastante no Ministério. Por exemplo, no Paraná tem o nicho de turismo religioso importante, Nossa Senhora Aparecida, Juazeiro.

Nós estamos levando infra-estrutura para esses nichos religiosos. Agora isso eu não sei se para o Acre, talvez tivéssemos que estudar na própria bancada algo, mas isso já deu para eu perceber que para ter turista internacional sem linha direta internacional é muito difícil conseguir, e sem centro de convenções. Eu vi agora que, por exemplo, Belém inaugurou o centro de convenções, mas não têm vôos diretos internacionais. Nós estamos batalhando para vir vôo direto americano, porque aí seria perfeito, tem um centro de convenções, o setor hoteleiro não é muito avançado, teria que investir, mas com linha direta. Sem linha direta, e a isso o nosso Ministério está dando uma atenção muito grande a essa criação de linhas internacionais. A TAP, por exemplo, aqui, está sendo uma maravilha para o turismo da Chapada dos Veadeiros, para Pantanal, para Bonito, porque vai todo o turismo que não conseguia se desenvolver porque dependia de Rio de Janeiro e São Paulo, agora a pessoa chega aqui, faz um turismo cívico, que também é importante, e dá uma escapada para essas outras regiões. Então o que nós temos que ter como foco seriam ter mais linhas internacionais e centros de convenção, mas eu não sei, porque eu não estudei ainda com profundidade com a bancada como que deveriam ser os investimentos no Acre. Talvez tenhamos necessidades anteriores, talvez a própria contratação de um serviço de estudo do atrativo turístico que poderia ter uma viabilidade no exterior ou no próprio Brasil para que não façamos ações que não sejam exatamente aquelas que vão ter depois uma consequência de custo e benefício. Então talvez é por aí, mas nós vamos estar com a bancada do Acre, eu espero que a gente possa aprofundar.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Ministra, eu estive recentemente no Acre, em Rio Branco, em Chapori, e há um grande potencial de turismo do ponto de vista do interesse ecológico, em conhecer a terra de Chico Mendes, a sua luta, até ali eu visitei, por exemplo, a casa modesta em que vivia Chico Mendes e tudo, é um local interessante. Portanto, o Acre tem um potencial de desenvolvimento de grande interesse de pessoas do exterior, e mesmo do Brasil, de conhecer toda a história de preservação da floresta, da combinação das coisas que hoje eles fazem, o Governo do Estado do Acre tem uma grande preocupação. Então só nisso daí vocês têm um potencial enorme.

SRA. MINISTRA MARTA SUPPLY: É verdade, a sugestão é excelente, porque é isso que nós vamos

ter que fazer na bancada, aprofundar quais os nichos, porque sem esses nichos nós não vamos conseguir. Agora o que o Senador Supply levantou, hoje é uma das possibilidades de venda turística muito grande no exterior, principalmente Alemanha, países escandinavos com relação ao turismo ecológico e turismo de aventura. Então talvez possamos fazer um aprofundamento nessa direção, o que precisaria ser colocado para a infra-estrutura nesse setor. Muita coisa tem a fazer.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – O problema é a falta de infra-estrutura, porque é duro chegar a Chapori. Eu já estive lá mais de uma vez, na investigação do Chico Mendes, é duro de andar para chegar até lá. Precisa melhorar os meios de transporte e dar uma infra-estrutura.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas o Senador Tuma tem razão quanto à questão aérea, porque nós estamos vivendo uma dificuldade de localização mais --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria colocar a questão da inscrição, senão...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bem lembrado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas está faltada a rodovia.

SRA. MINISTRA MARTA SUPPLY: Ainda eu tenho que comentar do Senador Tuma. Senador, no dia 27 agora nós estamos assinando com o Prefeito Casab um investimento para o Anhembi, para a reforma do Anhembi, e para a sinalização turística da cidade de São Paulo, que isso é vital e todas as cidades que se pretendem turísticas tem que ter, uma das coisas principal é a sinalização, e tem muita cidade ainda, a maioria não tem uma sinalização adequada. Em relação ao turismo sexual nós estamos adotando uma nova forma de trabalhar com essa questão no Ministério. Nós partimos para alguns focos que consideramos os mais importantes, e isso não é o Brasil inteiro porque não dá para fazer o Brasil inteiro, mas pegamos algumas regiões que têm uma incidência maior e estamos trabalhando de forma concreta, que não seria bem uma ação do nosso Ministério, mas nós vamos fazer porque achamos que se não for desse jeito, é o jeito que vai funcionar. É identificando as jovens e os jovens que estão sendo explorados, identificando a família, isso já foi conversado com o Ministro Patruz, eles são imediatamente colocados no bolsa-família. Não que isso vá solucionar o problema muitas vezes. Aí nós temos já uma parceria com o *trade* turístico de hotéis e restaurante da região para dizerem quais as qualificações que eles precisam e que daria para incorporar. Essas famílias, não só as jovens ou os jovens, mas o pai, a mãe, o irmão, a família é colocada num

programa de qualificação, e aí nós temos um círculo fechado, que é a qualificação, tem a empregabilidade e nós esperamos aí ter resultados concretos. Vamos começar em algumas cidades e depois fazer a avaliação e partir com a perna que a gente tem. Essa é uma emenda muito positiva que nós tivemos grande, eu não sei que bancada, eu não estou lembrada que bancada que fez, mas foi o que nos possibilitou a ter recurso. Se V. Ex^a se interessar pelo tema e puder colocar uma emenda individual para combate à violência e à exploração sexual, nós usaríamos nessa direção e poderia ser muito positiva e aí o Senhor poderia também nos ajudar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Vou dar a palavra à Senadora Fátima Cleide, depois Adelmir Santana e por fim --

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Senadora Lúcia Vânia, eu cedo a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Então com a palavra o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sra. Presidente, Sra. Ministra, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, convidados. Existe já há algum tempo uma cooperação entre a Confederação Nacional do Comércio e esta Comissão e a Comissão de Turismo da Câmara, inclusive nas realizações de alguns eventos, SEBRATUR, encontros no Pantanal, e naturalmente foi de um desses encontros que surgiu inclusive o Ministério do Turismo, quando os candidatos a Presidente da República estiveram aqui discutindo com ambas as Comissões. Essa participação do grupo, do sistema CNC, me parece de fundamental importância se estender também ao Ministério. O exemplo que a Senhora citou do turismo de aposentado, do turismo de pessoas idosas, é um fato que já é feito, por exemplo, no SESC, aqui mesmo no Distrito Federal, eu sou o Presidente do SESC do Distrito Federal. A gente tem uma agência de turismo do SESC. Naturalmente que não para competir com a iniciativa privada, mas para dar a oportunidade aos comerciantes de fazer turismo que eles não fazem. A gente faz o turismo de receptivo, que vem de outros Estados, e exporta comerciantes daqui para outros Estados usando os equipamentos do SESC. Mas o que mais me surpreendeu é que nós fizemos uma experiência nova, e fizemos, lançamos a idéia de levar comerciante para o exterior, pessoas que nunca tinham ido a nenhum lugar, nem saído de suas cidades, e fizemos a primeira excursão à Europa, e abrimos inscrição para cinquenta, quarenta e nove, porque ia um acompanhante. Foi uma verdadeira dificuldade para fazer o processo seletivo, e pessoas idosas, que foram à Europa pela primeira vez, via

Portugal, Espanha, uma coisa bem elaborada com um grupo próprio da Europa.

E foi uma satisfação enorme, eu fui ao aeroporto inclusive fazer esse processo de despedida desses senhores que iam à Europa pela primeira vez, e muitos que nunca tinham andado de avião. O SESC, inclusive, seguindo essa linha que a Senhora coloca de financiamento com juros baixos através de recursos do FAT, já tem um pequeno fundo que também financia esse turismo aos comerciantes, que seria uma oportunidade de fazer esse entrelaçamento de revigoramento para ampliar essa questão do financiamento. Mas eu sinto isso, que são exemplos hesitosos de turismo que as pessoas nunca imaginam que podem fazer, mas quando divulgado, quando propagado, eles fazem, fazem com muita alegria. Isso é uma constante aqui, saindo para o Pantanal, para Vitória, para Bahia, e naturalmente que nós estamos usando os equipamentos já existentes e aí não estimula a hotelaria particular, mas certamente outros setores se envolvem, porque o *trade* de turismo são muitas, cinquenta e tantas atividades que são envolvidas quando o turista sai da sua cidade e vai para outra. Portanto, eu acho que nós temos que estender essa relação, não apenas na Comissão de Turismo da Câmara, da Comissão do Desenvolvimento Regional do Senado com a CNC, mas também do Ministério do Turismo. A Senhora falou, por exemplo, em qualificação profissional. Também aí nós temos uma capilaridade enorme, no país inteiro, e a Senhora conhece isso, do SENAC formando gente nos mais diversos setores e, entre eles, no setor do turismo. Tanto no campo da hotelaria, como também da recepção aos turistas.

A Senhora disse da criação de trinta e seis ou trinta e quatro escolas novas. Acho que nós temos como eu disse que revitalizar ampliar essa relação, porque eu acho que com essa capilaridade que existe das escolas já existentes, dos centros de formação existentes no SENAC, é importante que haja um entendimento para que a gente não precise criar equipamentos novos, mas usar os equipamentos existentes, voltando o ensinamento para aquilo que desejamos, não de cursos técnicos, que são de grande duração, mas cursos de pequena duração, de quatrocentas horas, trezentas horas, cem horas. Então é importante que haja esse tipo de entendimento. A expectativa que nós temos com isso é enorme. Há um exemplo hesitoso que eu vi agora. Eu estive no Rio Grande do Norte e observei, todos nós sabemos, que os recursos do SESC são maiores do que do SENAC, até porque compulsoriamente um é maior do que o outro. Mas naquele Estado, levando em consideração a relação do SENAC com o Governo Estadual, na formação de pessoas, e nada do SESC e do SENAC é gratuito, existe bolsa sim, cobra-se um

pouco para estimular, que tudo que é de graça não tem muito significado, por isso mesmo essas instituições têm mais de sessenta anos. Então eu vi no Rio Grande do Norte um dos poucos Estados em que o SENAC é maior do que o SESC. Por que isso? Porque houve uma inter-relação entre o sistema e o Governo local na formação de gente voltada para o turismo, porque o turismo é forte no Rio Grande do Norte. Então eu acho que nós temos que buscar, ao invés de buscarmos a criação de equipamentos novos, realimentar essa relação que hoje é boa entre as Comissões do Senado e da Câmara e a CNC, entre o Ministério e o próprio sistema CNC SESC SENAC. Ministra, esse é apenas uma colocação que faço, objetivando, naturalmente, como eu pertence a esse sistema, que haja essa inter-relação entre nós fortalecendo as instituições e, ao mesmo tempo, a formação de mão-de-obra para a área do turismo. Do mesmo modo, também no SEBRAE, que temos a oportunidade de dirigir o Conselho Deliberativo Nacional, eu acho que nós temos que também revitalizar, existe boas relações, através da ABRASEL e de outras instituições, na formação dos pequenos empresários. Eu me refiro SESC e SENAC, aí são trabalhadores, mas lá é uma oportunidade de se formar convênios, cooperação, para melhorar a formação dos próprios pequenos empresários envolvidos no setor de turismo. Essa é a minha colaboração, se é que isso é uma colaboração.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra a Senadora Fátima Cleide e, posteriormente, Antônio Carlos Valadares.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sra. Presidenta, Sra. Ministra, eu queria iniciar parabenizando a Ministra Marta pela condução da política nacional do turismo. Eu quero aqui também nesse momento externar a minha confiança de que a sua presença no Ministério do Turismo vai não apenas dar continuidade a todo o trabalho brilhante que vinha sendo conduzido pelo Ministro Valfredo, mas que vai, com certeza, dar também uma grande diferenciação, colocar essa sua marca que eu sei que é de competência e será com muito sucesso isso, eu tenho total confiança. Eu queria parabenizar também pelos programas que vem sendo desenvolvida, a inclusão dos idosos. Eu gostaria de uma explicitação, se há já alguma coisa pensada no Ministério com relação aos jovens, como é que a gente pode incluir também na política nacional de turismo a nossa juventude, e, pela sua preocupação com a qualificação. Eu acredito que é a partir daí que a gente vai efetivamente fazer o diferencial do turismo nacional.

E dizer que no Estado de Rondônia nós temos uma escola, um hotel escola, que infelizmente está situado num local que nós não entendemos até hoje

porque é que foi introduzido naquela região, que é a região de Guajará-Mirim, já na fronteira com a Bolívia, mas eu acho que hoje dá para se aproveitar o limão e fazer uma limonada, e eu queria sugerir a inclusão deste hotel escola, em Guajará-Mirim, para que a gente possa também aproveitar, não é, fazer um aproveitamento nessa formação de jovens, até porque aquela região do Estado é hoje a mais preservada, e eu acredito muito que para a Amazônia, e reforço aqui as falas dos Senadores João Pedro e Sibá Machado, de que haja um olhar também carinhoso da política nacional de turismo para a inclusão da Amazônia como destino, até porque essa região de Guajará-Mirim, como falava antes, é a região mais preservada do Estado e logicamente que há, num estado de expansão de fronteira agrícola, uma pressão muito grande para que haja uma mudança do nível atual de preservação daquele ambiente. Então quanto mais investimento no setor de turismo na Amazônia, mais nós estaremos contribuindo com a preservação da própria Amazônia. Eu queria dizer também, Ministra que acho importante que essa visão de Amazônia vá além de Manaus e Belém, porque a Amazônia Legal é constituída por nove Estados e cada um com as suas especificidades e com as suas belezas. Só para citar o Estado de Rondônia e suas potencialidades turísticas eu relacionei aqui: ecológico, o turismo ecológico, o turismo rural, que é muito interessante, o turismo de aventura, e aí eu chamo a atenção nessa questão do turismo de aventura para a necessidade de ordenação principalmente do setor pesqueiro, da pesca voltada para o turismo, porque ela não pode se dar em detrimento do desaparecimento profissional de populações tradicionais como está acontecendo no meu Estado hoje. Para fortalecer a presença do turista que vai pescar no Estado de Rondônia o Governo do Estado e a Assembléia Legislativa aprovaram uma legislação proibindo a pesca pelos produtores artesanais. Isso é um absurdo.

Então é preciso que o turismo, a política nacional de turismo, pense também nessa ordenação para que a gente não dê fim aos nossos pescadores no Brasil, principalmente os tradicionais e que sobrevivem apenas disso. Nós temos também o turismo histórico, não é, com a presença do patrimônio da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que agora, sob a gestão do Prefeito Roberto Sobrinho, na capital, começa a ser revitalizado, não é, além da própria história da migração brasileira que o Estado de Rondônia sintetiza. Temos o turismo cultural agora já na 3ª edição do Festcine Amazônia que tem também uma importância fundamental para promover a educação ambiental, por exemplo, é mais um ponto que pode ser incluído no calendário nacional. E também temos boi não apenas em Manaus, mas na

mesma região que citei anteriormente, fronteira com a Bolívia, na cidade de Guajará-Mirim, existe já um festival folclórico que está em sua 10ª edição, crescendo a cada ano, e que não deixa muito a desejar quando a gente relaciona, quando a gente compara com o festival de Parintins. Então eu queria só lembrar esse esforço todo que é preciso ser feito para ir além das capitais deste país e muito mais ainda para incluir a Amazônia. Em Porto Velho, onde nós abrigaremos os dois maiores empreendimentos do setor elétrico deste país previstos no PAC, que são as Hidroelétricas do Madeira Geral e Santo Antônio, há todo um esforço da cidade, do Município, de também se preparar para o turismo, que vai, a partir de agora, uma cidade que vai se doar, doar as águas do Madeira para produzir energia para o Brasil e que graças a isso começa também a ter um olhar carinhoso do Governo Federal que destinou para a cidade de Porto Velho seiscentos e quarenta milhões para saneamento e água tratada, é o maior investimento também do PAC na área de saneamento numa cidade, não é, é preciso que a gente tenha uma, que as políticas se coincidam, que elas se complementem, não é, não apenas no setor elétrico, mas também no turismo, para que esse esforço tenha de fato um retorno positivo para a comunidade e Porto Velho precisa muito, porque está se doando para o Brasil, para que não falte energia no Brasil. E, por último, eu gostaria de sugerir que haja uma conversa com o setor aéreo, até no meio dessa crise eu acho importante colocar essa sugestão, para incluir Manaus, os aeroportos de Manaus e de Belém com mais vôos internacionais e vôos que também tenham um olhar voltado para a América do Sul. Uma pessoa que quer vir do Peru para visitar o Acre, ela tem que fazer uma volta imensa, vir a São Paulo para depois vir a Brasília e de Brasília para Rio Branco ou de Brasília para Porto Velho. Então eu acho que a gente precisa encurtar as distâncias também para melhorar o potencial turístico do Brasil. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sra. Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, Sra. Ministra Marta Suplicy. Eu gostaria, em primeiro lugar, de fazer uma referência à possibilidade de a crise aérea ter interferido não só no turismo interno como também no turismo internacional em direção ao Brasil. Sem dúvida que esta crise deve ter repercutido não só a nível interno como a nível internacional gerando receios, havendo mudanças de vôos para determinados locais, tudo em função não só da crise anterior ao desastre do avião da TAM, como após esta ocorrência trágica que vitimou cento e noventa e nove pessoas

que estavam vindo de Porto Alegre em direção a São Paulo. Então eu gostaria de perguntar a V. Exª quais as repercussões do ponto de vista do turismo interno e externo que advieram com a eclosão desta chamada crise aérea que, a meu ver, com as mudanças não apenas de roteiro, de administração, com a escolha do Ministro Nelson Jobim, que é um homem capaz não apenas do ponto de vista jurídico, mas também um homem de decisões, esta crise tende a ser debelada e ela, sendo vencida, quem ganha é o Brasil, quem ganha é o empresariado, quem ganha é o povo, quem se beneficia é o setor turístico. Então essa é a minha primeira indagação a V. Exª, a preocupação que V. Exª tem com a regularização da situação do transporte aéreo em nosso país. De outro lado nós temos consciência da importância do turismo para o fomento da riqueza nacional, geração de emprego, todas as nações desenvolvidas do mundo se preocupam com o turismo como uma alavanca para conseguir novos postos de trabalho e aumentar a arrecadação interna.

A Europa, os Estados Unidos, o próprio continente asiático, todas as nações, o Japão, tem o turismo como fórmula para a realização, a concretização do seu desenvolvimento. E no Brasil não pode ser diferente, e V. Exª, com os planos que está divulgando, tem essa consciência, a consciência de que o turismo gera emprego, renda e enriquecimento, ou seja, riqueza para o país que adota este setor como uma das formas para a alavancagem do progresso. Nós temos lá na região Nordeste as praias, temos as festas como, por exemplo, lá, quer dizer, turismo de eventos também existe festas, como em Campina Grande, o forró de Campina Grande, de Caruaru, e o forró de Sergipe. O Forró Caju, eu tenho certeza que V. Exª foi convidada, nas por outro motivo não pode ir, pelo Governador Marcelo Déda, e certamente que um dia V. Exª irá conhecer de perto a extraordinária Festa do Forró que é realizada em Sergipe, com o comparecimento de mais de cento e cinquenta mil pessoas num só dia no forró, o Forró Caju, em Aracaju, com a participação de artistas não só da terra, prestigiando a prata da casa, como também artistas de renome nacional. Agora, em função da realização desses eventos, há uma integração muito forte não só entre o Estado de Sergipe e os demais Estados que fica acima de Sergipe como Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, mas principalmente uma integração entre o Estado da Bahia, através da Linha Verde, que foi uma das grandes obras projetadas pelo Senador falecido e então Governador Antônio Carlos Magalhães, uma obra magistral que deu uma grande performance na criação de novas áreas da realização do turismo, como a Praia do Forte, Sauípe e tantas

outras que estavam ali praticamente sem nenhuma visualização, sem nenhuma importância.

Depois da Linha Verde se transformaram em centros da realização de turismo nacional e internacional, o que veio também beneficiar o Estado de Sergipe, porque a Linha Verde aproximou muito Salvador, encurtou a distância entre Salvador e as praias e o Estado de Sergipe, quer dizer, há uma movimentação em dois sentidos, tanto de Salvador para Aracaju como de Aracaju em direção a Salvador, e aí o Governo de Sergipe tem uma ponte a ser construída para dar inclusive uma locomoção mais rápida, não é, em direção à Linha Verde, a Ponte do Mosqueiro, onde entra aí o Ministério do Turismo, com a participação do Ministério, eu tenho certeza que V. Ex^a tem conhecimento desse fato, o Governador Marcelo Déda já esteve com V. Ex^a, então eu gostaria de saber em que pé está esse pleito de Sergipe e que também interessa à Bahia e ao Nordeste, é a construção desta ponte que não é um desejo provincial, ela tem caráter regional, porque se volta para o turismo e para o desenvolvimento de toda a região, e o aumento da velocidade, ou seja, encurta tempo e distância entre cidades do Estado da Bahia, principalmente Salvador, Aracaju e os demais Estados do Nordeste do Brasil. A minha penúltima pergunta então é esta, o que V. Ex^a tem para nos dizer sobre a construção dessa ponte que, eu volto a dizer, não é de natureza ou de caráter local, mas também uma repercussão regional. Foi feito um pleito pelo Governo do Rio de Janeiro no intuito de reduzir o acúmulo, o volume do tráfego aéreo muito concentrado no Estado de São Paulo. A idéia do Governador Sérgio Cabral é de transformar, para ajudar aos demais aeroportos de São Paulo, não para tomar de São Paulo nada, mas para desconcentrar, redistribuir os vôos no Galeão, vôos internacionais, vôos nacionais, tendo em vista que este aeroporto, a Aeroporto de Galeão tem uma estrutura condizente com este objetivo, e seria aplicado talvez em torno de duzentos milhões de reais, eu não sei o valor exato, na complementação de obras com este objetivo, de desconcentrar o tráfego aéreo, diminuir, quer dizer, aumentar a segurança e, conseqüentemente, o Rio de Janeiro, o Aeroporto do Galeão, que é um aeroporto internacional, com toda a estrutura que nós conhecemos ajudar a desafogar o tráfego aéreo. O que é que V. Ex^a, que luta pelo turismo nacional, e sabe que essa redistribuição pode beneficiar o turismo, o que V. Ex^a acha da idéia do Governador Sérgio Cabral em transformar o aeroporto do Galeão em mais um aeroporto de redistribuição de vôos nacionais e internacionais. Eu agradeço a V. Ex^a.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu vou passar a palavra a todos agora

que faltam para fazer o questionamento para que a Ministra possa responder todos de uma vez, uma vez que ela já respondeu e está respondendo o mesmo assunto. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo e logo em seguida o Senador Garibaldi.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sra. Presidenta, Sra. Ministra, Srs. Senadores e Senadoras. Alguns pontos Ministra, já foram até abordados aí, eu também não sou membro dessa Comissão, mas o assunto turismo sempre me trouxe aqui, e a questão novamente das emendas é um ponto importante, e eu folgo em saber que o sistema permanecerá o mesmo. O Ministério do Turismo é um Ministério diferente do ponto de vista do orçamento. O que o Governo coloca é na verdade 20% do que tem tido do orçamento, quer dizer, os Senadores, os Deputados, é que foram colocando as emendas exatamente para que a credibilidade da sua liberação sem questão partidária. Então eu folgo em saber que esse sistema permanece, todos nós estamos utilizando para poder desenvolver o turismo nas nossas regiões. Dentro dessa mesma linha, a questão de descentralização de vôos internacionais é também muito relevante, é claro que o mercado é que decide isso, não é tão simples assim, eu já discuto isso há muito tempo com relação a Minas Gerais, nós já tivemos um vôo para os Estados Unidos durante dez anos, depois ele foi suspenso depois do 11 de Setembro, mas agora está com condições de voltar, e uma das condições que pode ser é exatamente o tratamento pela INFRAERO e pela própria EMBRATUR do ponto de vista de algumas vantagens comparativas para esses aeroportos para que haja um compensação, já que o interesse econômico, é claro, menor, seja no Amazonas, seja em Minas Gerias. Um dos pontos é a questão dos freeshops, em Minas Gerias já chegou a ter freeshop, o brasileiro adora comprar, então o freeshop acaba também sendo um elemento para que ele tome o seu vôo naquela cidade, e Belo Horizonte está com o seu freeshop fechado e não foi reaberto.

Eu até já conversei isso com a Jeanine, ela ajudou na época para a gente ver o que a pode ser feito para que se reabra, nós estamos com vôos hoje só para o MERCOSUL, para Buenos Aires e para o Chile. Então é importante que esse freeshop de Belo Horizonte volte com um apoio ao aeroporto. Agora tem dois pontos que eu queria colocar aqui, Ministra, um deles é específico com relação aos turistas com deficiência e também às pessoas idosas. Esse é um ponto, eu estou até pedindo uma realização de uma Audiência conjunta com a Subcomissão de Pessoas com Deficiência, porque é uma queixa muito repetitiva que nós temos recebido, é que sejam os aeroportos, sejam as companhias de aviação, os hotéis, enfim, tudo que se trata de turismo

não trata a pessoa com deficiência com o respeito e a maneira que deveria ser. É verdade que, por exemplo, o Banco do Nordeste já tem isso, o Banco do Nordeste só financia hotéis se eles tiverem a previsão de alguns apartamentos já preparados para as pessoas com deficiência. E os idosos vão na mesma linha. A quantidade de lugares que a gente vai e que só tem escada, não tem elevador, quando tem elevador não pode usar, está fechado, está trancado, é muito grande.

Então esse é um ponto que eu queria realmente colocar aqui para que houvesse uma atenção maior. E o outro aí, já um pouco já na linha da provocação mesmo, um pouco, nós tivemos na verdade uma queda no número de turistas estrangeiros, quer dizer, o plano que foi aprovado pelo Presidente Lula, pelo Ministro Mares Guia, era um plano ambicioso, um plano de chegar a nove milhões de turistas estrangeiros no fim de 2006. Na verdade não aconteceu isso, nós tivemos até uma queda de turistas estrangeiros. Olha que quando a gente está discutindo negócio de aeroportos, fica se falando de Congonhas, que é o aeroporto maior do Brasil em movimento, mas ele é o 67º do mundo. Eu estava vendo essa tabela outro dia dos cem maiores aeroportos, nós estamos entre os 67º a 78º. Então veja como que nós estamos mal preparados realmente para enfrentar um crescimento de demanda. Se sendo o nº 67 nós já temos o problema que temos, imagine se o turismo realmente crescer, o turismo estrangeiro em especial, aí a necessidade imperiosa de uma atenção maior para os nossos aeroportos. Mas eu queria ver o que o Ministério pensa, o que V. Exª pensa nessa questão, quer dizer, não houve realmente o atingimento desse objetivo de chegar aos nove milhões de turistas em 2006, nove milhões de turistas estrangeiros, e aí nós estamos é ao contrário, está diminuindo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Suplicy e depois o Senador Garibaldi.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Senador Heráclito Fortes pede para falar antes de mim. Eu aqui até estava observando, e como o Senador Heráclito Fortes gosta de provocar-me diariamente, imagine o que ele vai fazer com a Ministra Marta Suplicy, então é melhor que ele fale antes (*risos*).

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Ministra, o Senador Heráclito Fortes é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e eu acho que tem uma ligação profunda entre a Comissão de Turismo e a Comissão de Relações Exteriores, daí o convite que fizemos para ele, ele está presente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senhora Presidente, Sra. Ministra, Srs. Senadores. Eu vim a esta Comissão, assisti o final do depoimento da

Ministra Marta, por dois motivos. Primeiro para estar aqui ao lado de uma ex-companheira, Deputada com atuação marcante na Câmara. Segundo também por um interesse, eu sou de um Estado que pede para se transformar em potencial turístico e que vem aos poucos, Ministra, conseguindo. Quero, em primeiro lugar, e fazendo justiça, dizer que a Senhora assumiu o Ministério num furacão, um furacão para o qual não contribuiu, porque a partir do momento que você tem uma crise que atinge a aviação, você fere fundamentalmente a espinha dorsal do turismo que é exatamente a ida e vinda de passageiros. V. Exª foi prejudicada por isso, mas também tem uma responsabilidade grande porque substitui um extraordinário Ministro do Turismo. É evidente que o meu colega Mares Guia fez muito turismo com saliva no Brasil em quatro anos. Vendeu muito, entregou pouco, mas na verdade é que convenceu. Se vocês chegarem em qualquer roda aonde se trata de turismo, a Senhora vai ver que ele é uma unanimidade, e lhe cabe agora substituir-lhe, e o pior é que tem que mostrar de maneira concreta e rápida aquilo que está na fila da entrega, mas eu espero que a Senhora tenha a solidariedade do Governo, do seu partido, para conseguir de uma maneira rápida atender a essas questões. Com relação ao Piauí, eu quero dar um depoimento por dever de justiça.

Eu separei as minhas questões políticas das questões de interesse do Estado ou do país. O Wellington Dias errou em escolher um Secretário bom, coisa rara do perfil dele. O Secretário de Turismo do Piauí é um excelente executivo, tão bom que salvou o Wellington no Governo passado, como Secretário de Comunicação, de forma que eu acho e acredito muito que uma das saídas para esse país, Ministra Marta, é o turismo. As emendas de bancadas de minha responsabilidade no ano passado, eu coloquei a do turismo, porque se você colocar do turismo, no Estado como um Estado do Piauí, ela atende praticamente a tudo, e esse ano eu repeti, e me lembro que fui alertado disso: “olha, tira de lá porque a Marta é que vai ser Ministra, ela é radical”, eu falei: eu quero que seja radical, isso aí não vai me preocupar, porque eu tenho a impressão que o radicalismo da Ministra no Ministério é de fazer com que as coisas aconteçam, e repeti, a minha emenda que está novamente no Ministério do Turismo. Eu priorizei, Ministra Marta, num entendimento prévio que tive com o Secretário e com o próprio Governador, dar uma prioridade para entendimento de oito aeroportos e vou lhe explicar por que. O Piauí é um Estado de dimensão longitudinal imenso. Eu conheço poucas pessoas que percorreram, inclusive os piauienses, que tiveram a coragem de percorrer os longínquos rincões do Piauí, até um foi o Suplicy, que foi atrás de Guaribas para

saber os segredos do Fome Zero, ele foi, ele sabe a dificuldade que é de Teresina você chegar a Guaribas. Você tem mil e seiscentos quilômetros de ponta a ponta no Estado do Piauí. Esses aeroportos, o Piauí tem turismo lá da Serra das Confusões, de onde ele esteve perto, há inclusive uma disputa, aí tem que ter um cuidado, uma atenção do Ministério do Turismo, para a disputa envolvendo inclusive preservação de áreas, e aí o Ministério do Meio-Ambiente vai ter que participar. Existem demandas judiciais. Nós temos a Serra da Capivara, no Município de São Raimundo Monato, ele visitou, aonde precisamos resolver a questão do aeroporto, que está encaminhada, mas se a gente percorrer, nós vamos também à região de um lençol freático fantástico, aonde nós temos os Poços Jorrantes, no Município de Cristino Castro, que também é atração turística.

Então nós temos no Piauí um turismo histórico, você tem uma linha de turismo que vai terminar no Delta do Parnaíba, Luiz Correia, enfim, é aquela integração, V. Ex^a inclusive esteve lá recentemente, eu não sei foi para o lado do Piauí, mas visitou a região, não é isso, e viu a beleza que é aquilo. A estruturação, a revitalização do Aeroporto de Parnaíba é fundamental, é fundamental. Existem informações de que os recursos que estão sendo destinados para lá, é um aeroporto com 70% pronto, precisa apenas de acabamento. Pois bem. Colocamos a prioridade nesses aeroportos, que esses aeroportos vão servir não só para o aporte turístico, mas também para salvar vidas. Se tivermos uma doença, um acidente, e já tivemos vários, nessas cidades distantes, principalmente à noite, nós não temos como fazer a comunicação. São pistas, e outra coisa, Ministra que eu acho que nós estamos precisamos aprender no Brasil, é fazer obra barata. São pistas de mil e quinhentos metros para atender a aviões de porte médio, mas que serão de grande valia. Essa minha emenda de vinte e cinco milhões, que é uma emenda de bancada, quinze milhões foi destinada a portos e o restante para outras prioridades também de interesse turístico, porque eu acho que é uma maneira de você fixar o cidadão na sua região, você fazer integração e, acima de tudo, gerar emprego. Eu vi agora, e conselho a quem não foi ver, conhecer, em São Benedito, já do lado do Ceará, um empresário do Sul do país que foi para lá plantar flores, e está exportando, e o turismo está indo para lá para ver aquilo, que ninguém acredita que na aridez do Nordeste você consiga desafiar a lei da gravidade e fazer aquele tipo de coisa, de forma que eu queria apenas lhe dar uma sugestão, V. Ex^a não é obrigada a atender, mas catalogue e guarde.

O grande mal, e o Secretário está aqui do meu lado, um Secretário competente, nosso colega per-

nambucano, o grande mal das cidades turísticas, principalmente cidades de praia do Nordeste é falta de Plano Diretor para as cidades. Todo mundo quer ter acesso ao mar, não respeita as dimensões urbanas, invade, e de repente você fica com verdadeiras ruelas de amontoados deformando o perfil arquitetônico da cidade e você não consegue corrigir nunca mais. Porto de Galinhas é um exemplo. A beleza de Porto de Galinhas, se tivéssemos tido um planejamento com ruas delimitadas, mas isso é apenas um exemplo, porque talvez seja o caso mais notório e mais famoso, mas isso acontece no Brasil inteiro, Ministra. A sugestão é, e o Ministério das Cidades já está com programa dessa natureza, e que se limite a liberação de recursos para essas áreas às cidades que tenham o seu Plano Diretor, saneamento e por aí a fora, para evitar que esses amontoados urbanos aconteçam, porque no fim, lá na frente, a correção dessas falhas são caríssimas e elas nunca acontecem. Acho que é uma questão que deve ser (ininteligível). Nós temos Luiz Correia, é um exemplo disso, essas cidades são invadidas e você tem uma complicação porque você tem os moradores temporários e têm os moradores permanentes. Geralmente os moradores temporários ficam ali, mas representam 10% da população, que é a população que vem para as temporadas, que invadem isso tem no Brasil inteiro, que têm as casas, as casas ficam fechadas no ano todo, de forma que é uma sugestão que eu queria lhe dar, uma sugestão construtiva, e quero dizer que eu tenho esperança que a Senhora realize, no turismo brasileiro, aquilo que nós esperamos e que é preciso para que o Brasil cresça. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Suplicy, e o último orador inscrito é o Senador Garibaldi.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Como foi manso o Senador Heráclito Fortes com relação ao que ele me provoca. Ainda hoje de manhã tivemos sempre um embate muito construtivo na Comissão que ele preside, de Relações Exteriores. Sra. Presidente, Senador Lúcia Vânia, prezada Ministra Marta Suplicy, quero cumprimentá-la já por suas iniciativas iniciais tão significativas, sobretudo para promover o turismo no Brasil e dar oportunidade às pessoas de terceira idade de estarem realizando o turismo com maior facilidade. Eu acho que é um programa muito interessante. Como os colegas que há pouco falaram, também tem me preocupado a questão do transporte aéreo, especialmente uma coisa me impressionou muito nas últimas semanas, pois comparando o movimento dos aeroportos, especialmente de São Paulo e particularmente o de Congonhas, que na semana, por exemplo, anterior ao acidente da TAM tinha um movimento simplesmente

extraordinário, agora nos impressiona a falta de movimento. Qualquer hora que eu chego, nas últimas vezes que viajei em Congonhas, seja às seis e meia da manhã, às sete e meia ou durante o dia ou de noite, estou impressionado com a tranquilidade do aeroporto, as filas terminaram nos balcões, no local do *check-in*, no local em que às vezes havia filas grandes para se passar as malas, no aparelho lá para se verificar se tem qualquer coisa inadequada, e agora tudo é feito com tranquilidade. Os taxistas estão reclamando que ficam às vezes uma, duas, três, quatro horas na fila, e antes, em meia hora, já pegava o passageiro.

Então eu até agradeceria se puder a Ministra Marta nos informar se tem um levantamento mais preciso sobre a eventual diminuição de turistas, por exemplo, na cidade de São Paulo, mas também com repercussão para os demais Estados brasileiros, porque é possível, e alguns Senadores vinham informando, que mesmo o turismo, por exemplo, para o Nordeste brasileiro, tem diminuído um pouco com a competição que, por exemplo, tem o turismo para o Caribe, para aqueles que procuram as praias do Nordeste brasileiro e que agora está indo possivelmente para o Caribe, até que se normalize outra vez, e daí certamente a preocupação e a colaboração de V. Ex^a com respeito às autoridades responsáveis, seja pelo Ministério da Defesa, da INFRAERO e de todas as relacionadas à questão da aviação área brasileira. Eu até a pouco aqui telefonei para um dos responsáveis por um dos principais hotéis brasileiros, o Senhor Henry Maksoud, para informar se ele tinha notado uma diminuição até em termos de hospedagem nos hotéis e ele me informou que de fato percebe uma diminuição das pessoas voando por um receio. Em decorrência dos acidentes as pessoas então estão como que adiando as viagens, estão fazendo viagens somente se muito necessárias, outras mais viagens de ônibus e assim por diante. É um movimento que, até que se modifique esta situação, é importante que logo se possa normalizá-lo.

Recente estudo que inclusive foi encaminhado acredito para o Ministério do Turismo, do Núcleo de Economia Industrial de Tecnologia – NEIT, da Unicamp, do Instituto de Economia da Unicamp, mostrou que o Brasil ainda está distante de ter a importância do turismo na sua economia como outros países digamos como a França, os Estados Unidos, e aqui se dizendo que de cada ... que há uma importância relativa ainda bem abaixo do que ocorre nestes países. Por exemplo, Austrália, Espanha e México têm uma presença muito forte de turistas estrangeiros, de cada cem dólares gastos com o consumo no turismo quarenta e um dólares vêm de fora, desses países, na média mundial vinte dólares em cada cem são gastos por turistas

estrangeiros e aqui a proporção é ainda de dez para cem dólares. Então eu acho que seria importante se puder V. Ex^a, estar nos transmitindo que medidas estão sendo tomadas para estimular um maior turismo de estrangeiros, inclusive aqui no Brasil. Mas no que diz respeito à preocupação de V. Ex^a, inclusive de diversos dos Senadores, eu percebo que há um potencial enorme que o Ministério do Turismo pode realizar em termos de apoio, sobretudo, a estas áreas, Municípios e cidades brasileiras que tenham um potencial turístico tão grande. Há pouco tempo eu estive, por exemplo, em Perinópolis, no Estado de Goiás, e fiquei surpreso com o extraordinário movimento de pessoas ali. Há dezenas, eu não lembro quantos hotéis, mas tinha bem mais do que cem numa cidade pequena, com um movimento, eu estive lá no final de ano, e um movimento extraordinário de pessoas que vão lá, seja por causa de dezenas de cachoeiras e cascatas que têm na região, pela beleza natural, pelas atividades que eles conseguem fazer e que podem ser justamente estimuladas, ou pelos esportes e passeios que ali se realizam.

Está presente aqui assistindo e deverá estar em audiência com V. Ex^a, de tarde, hoje, a Sra. Marlene Velasco, diretora da casa de Cora Carolina, em Goiás, vai se comemorar cento e dezoito anos, eu também já estive lá na casa de Cora Carolina, e eu acredito que há um potencial enorme e avalio que será ótimo se V. Ex^a puder acolher as sugestões no sentido de reforçar o turismo de Goiás. Recentemente o Prefeito Vicente Sampaio Almeida Prado Júnior, do Município de Rafard, onde Tarsila do Amaral viveu, teve lá a sua fazenda, ele, por exemplo, pediu e há uma emenda de Deputado que apresentou, até eu encaminhei a V. Ex^a, mas às vezes coisas simples, até o portal da cidade lembrando que lá é a cidade de Tarsila do Amaral pode ser algo muito interessante, assim como eu gostaria até de perguntar que iniciativas têm tendo o Ministério do Turismo com respeito a cidades que criam situações. Uma situação fantástica foi criada há poucos anos e está já em alguns anos com extraordinário sucesso, aquilo que acontece em Parati, com a Feira da Literatura Internacional de Parati, que nesse último mês trouxe para Parati algo como vinte mil, vinte e cinco mil, se não mais, pessoas do Brasil e também do exterior diante da iniciativa de estarem trazendo para ali alguns dos principais autores do mundo da literatura internacional, algo que é tão importante. Eu cito aqui alguns exemplos e gostaria de transmitir, a Ex-prefeita de São Paulo e Ministra do Turismo, que com respeito a uma preocupação que relatei há cerca de três semanas ou um mês, nós estamos desenvolvendo esforços junto ao Governador José Serra, ao Ministro Celso Amorim, ao

Parlamento, junto ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, no sentido de que não saia de São Paulo a sede do Parlatino, que eu acredito que inclusive é importante para o Município e o Estado de São Paulo, até porque lá há uma sede e, afinal de contas, desenhada pelo Oscar Niemeyer para o propósito de ser, inclusive o próprio Governador José Serra, diante dos argumentos que coloquei, ele disse então “se empenhe para que isso possa ser viabilizado” e gostaria de transmitir a V. Ex^a que --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Só para ajudar, tem dois países candidatos e aptos de transferência, é o Panamá e a Venezuela.

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Eu queria explicar que faz parte do orçamento do Estado de São Paulo e por ter tido também a disputa de poder fazer, e o investimento feito lá, eu achei muito estranho dizer que São Paulo não tinha recursos para manter o Parlatino.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O que eu quero crer é que como nos dois últimos anos o Parlatino teve a presidência de um brasileiro, no caso era o Senador Ney Lopes, as despesas podem ter aumentado em decorrência desse fato. É a única coisa que é a minha dúvida com relação a isso, mas de qualquer maneira a atuação do Senador Suplicy foi importante, nós estamos agindo dessa maneira e --

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: É, mas voltou o problema para cá. O problema é lá, não é para arrumar dinheiro aqui. Eu acho que esse encaminhamento é um encaminhamento equivocado. Eu acho que o Parlatino é de responsabilidade do Estado e a resposta de que então se viabilize o recurso para o Parlatino não é uma resposta que me parece que vai dar uma solução.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, mas há um problema aí. Os países participantes, cada um tem a sua quota, inclusive nós brasileiros temos que entrar com a quota federal.

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Isso é correto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Entendeu?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E do Congresso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Então nós estamos tratando exatamente da equação dessa situação.

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Ah bom, de que paguem a sua quota.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É, de que paguem a quota, há um Senador chinelo que --

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Haverá colaboração dos diversos Parlamentos, da parte federal, seja uma cominação do Poder Executivo e do Congresso Nacional, com a colaboração inclusive da nossa Comissão, presidida pelo Senador Heráclito e com a Vice-Presidência do Senador Eduardo Azeredo que esteve também dialogando com o Presidente Eduardo Pizarro, Presidente do Parlatino, Senador do Chile, então por isso nós estamos coordenando esses esforços, o Senador Pizarro veio e conversou com o Ministro de Relações Exteriores interino por solicitação do Ministro Celso Amorim que estava em viagem, o Samuel Pinheiro Guimarães, então os esforços estão sendo encaminhados e eu inclusive no início da semana relatei ao Governador José Serra deste empenho que está sendo realizado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O problema não é que em São Paulo não tenha dinheiro, o problema é que o Governador Serra coloca que não é obrigação do Estado de São Paulo. É diferente. É claro que dinheiro São Paulo tem, mas é a questão da responsabilidade. Eu acho que esse caminho está indo bem, faz uma --

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Eu acho que o caminho assim é adequado. Eu estava entendendo que era uma colocação do Governo Federal auxiliar financeiramente. Dessa forma apresentada pelo Senador, está correto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Há uma situação emergencial que é do presente exercício e aí entraria emergencialmente o Ministério das Relações Exteriores. Não é isso?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Para esse exercício está garantido no orçamento do Estado de São Paulo, mas para o exercício seguinte, que começa em janeiro, então o Senador Jorge Pizarro pediu-nos urgência para resolver o problema.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Como se faz com a UPI(F) (2:17:39), se faz com os organismos internacionais, e aí eu acho que resolve a questão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu solicitaria aos Senhores Parlamentares que fossem breves nas suas intervenções porque --

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu concluí, Sra. Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sra. Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Sra. Ministra Marta Suplicy. Eu quero cumprimentar a Ministra,

inclusive dizer da satisfação, eu não pude estar lá, que os meus conterrâneos tiveram em recebê-la por ocasião de uma recente visita que a Senhora fez à nossa capital, e quero dizer que nós estamos, a exemplo das outras regiões do país, nós estamos enfrentando os efeitos dessa crise. Aliás, dois efeitos: o problema do dólar, da depreciação do dólar, e o problema da crise da aviação civil no Brasil. E eu acredito que o Ministério deve estar já desenvolvendo estudos e certo planejamento para enfrentar justamente esta crise. Agora eu quero dizer à Ministra que, entre outras reivindicações, o nosso Estado está muito empenhado no sentido de ter a construção de um novo aeroporto, um aeroporto que ficaria na grande Natal e que seria um aeroporto destinado a receber cargas e redistribuí-las para todo o Brasil, como também um aeroporto que daria suporte à implantação de um programa de ZPEs, de Zonas de Processamento de Exportação. Então eu queria pedir o apoio da Ministra, é claro, o aeroporto vai ser construído com recursos governamentais e até privados, porque se trata de um investimento superior a quinhentos milhões de reais, é um grande investimento. Mas eu queria, sei que a Ministra deve estar ciente, até porque a Governadora deve ter colocado, a Governadora do Estado deve ter colocado para a Ministra a importância da construção desse aeroporto, e queria fazer essas colocações, já que eu tive que me ausentar por alguns instantes dessa reunião. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra a Ministra Marta Suplicy.

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Bom, com relação à colocação do Senador Adelmir Santana, a parceria com a CNC tem sido muito boa no Ministério, nós achamos que todas as áreas de qualificação são excelentes, tive a ocasião de visitar há duas semanas atrás, em Campos do Jordão, o SENAC, que realmente tem um nível de primeiro mundo, eu tinha acabado de visitar a Escola Modu(F), na Áustria, que vai fazer cem anos, é uma escola de turismo que também qualifica desde o nível universitário, mas um nível de formação de três anos, que são garçons, *homeless*(F), informática, e esse SENAC eu pude visitar em Campos do Jordão tem o mesmo nível, se não tiver melhor. Então estão de parabéns, realmente é um trabalho excepcional. Agora eu não sei se eu poderia dizer que eu concordo que eu deveria ficar por aí. Eu acho que não. Eu acho que qualificação tem de menos no Brasil. Então nós devemos ampliar as parcerias com o CNC no que for possível, mas o Ministério tem pernas para fazer as suas próprias escolas e também fazer escolas com o Ministério da Educação e essa trilha nós vamos seguir.

Em relação à Senadora Fátima Cleide, que perguntou se havia um estudo sendo pensado, proposto para os jovens, como pensamos para o idoso. Temos sim. Está em elaboração, queremos também propiciar que o jovem nesse país se aproprie desse Brasil que é como um continente, e quem nasce no Norte ou quem nasce no Sul, ou quem nasce no Leste ou Oeste, não tem idéia do que seja a riqueza do seu país. Vê pela televisão lê nos livros, mas aquela citação sobre Vila Lobos, que herdou do seu pai uma biblioteca e que vendeu a sua herança e foi conhecer o Brasil, a gente sabe quão profícuo depois foi para a música brasileira essa romaria que fez por todos os Estados brasileiros, principalmente na Amazônia. Então isso é muito rico e nós vamos investir no jovem e também estamos desenvolvendo um trabalho para o trabalhador da ativa e que também esperamos poder lançar em breve. Em relação ao Senador Valadares, que colocou que a crise devia estar interferindo. Bom, são várias as colocações parecidas, eu acho que o Senador Azeredo também falou um pouquinho disso, os números nós não temos exatamente, os números da crise aérea, porque foi muito recente, o acidente deve ter tido realmente um impacto maior. O que eu tenho clareza, e conversando com pessoas que estiveram próximas de decisões na crise do 11 de Setembro nos Estados Unidos, é que depois de muita discussão, o que foi feito, percebido como a melhor atitude e praticado, foi não devemos nos acuar, devemos ir para a ofensiva e continuar a trabalhar no setor turístico, ainda com mais recursos para não ficamos acuados frente ao que aconteceu. E nós estamos seguindo essa direção, inclusive o programa dos idosos, que é um programa para idosos viajarem, rodoviário e aéreo, nós estamos com eles, vai começar a ser lançado em prática em setembro, que é a baixa estação, e nós estamos em conversas com as empresas áreas porque as malhas estão sendo reformuladas, talvez os preços, mas nós estamos mantendo os preços com as operadoras para os pacotes aéreos.

Em relação à competição lá fora, com o acidente, a competição realmente ela é desvantagem no mundo e em relação ao turismo é predatória também. Os países que não tem vistos, os países que conseguem ofertas melhores, eu cheguei a ouvir de uma operadora italiana, num grande congresso internacional, dizendo: “olha, têm muitos clientes que se o pacote para esse país é dez euros a menos, eles optam por esse país, pelo pacote que é dez euros a menos”. Eu fiquei um pouco assustada, porque eu não sei que tipo de turista seria, mas nós temos a percepção de que preços, ofertas, aborrecimentos em aeroporto, visto, tudo isso influi, como influi também a beleza do local, o que se

diz a propaganda, tudo isso também influi. Nós estamos fazendo uma contra-ofensiva com a EMBRATUR no exterior gigantesca, como nunca foi feita, para que possamos... já estava começando antes por causa do câmbio, porque temos que competir no câmbio também. Países que antes não competiam conosco, porque nós éramos considerados um país muito interessante em termos de custo, agora nós não somos mais tão interessantes em termos de custo, e isso é uma competição bastante acirrada. Nós temos que propor outras coisas interessantes que não só o custo. E como informação, eu já havia dito, mas vou repetir, porque foi perguntado, se os eventos foram afetados. Os eventos na capital de São Paulo, no Anhembi, não foram afetados, não houve cancelamentos de eventos internacionais. Eventos no Nordeste, alguns foram cancelados por causa da questão de aeroportos.

Então nós estamos tendo uma ação no exterior das nossas nove agências procurarem os grandes eventos, listados, falar sobre a segurança dos nossos aeroportos, mostrar que Congonhas é Congonhas, é aeroporto doméstico, não tem nada a ver com aeroporto internacional, e em relação a Aracaju, foram faladas das festas também, das festas de Aracaju, festa de Campina Grande. O Ministério do Turismo está muito presente nessas festas com orçamento, com recursos, presente, como está presente em todas as festas do Nordeste. Não são recursos do Ministério, são recursos de emendas. Eu tenho que reiterar aqui para V. Ex^{as} não discutirem das emendas porque, sem essas emendas, o Ministério não tem condições de alocar recursos para as grandes festas que temos no Brasil. Em relação à ponte que também o Senador Valadares colocou, eu tenho a alegria de poder contar que já temos dez milhões disponíveis para o Governador Déda iniciar essa ponte. Então lá é só apresentar os papéis, está absolutamente disponível e vinte milhões para o ano que vem para a construção da ponte.

Com relação ao tráfego aéreo, que foi colocado, agora eu não lembro mais que Senador colocou, mas o Senador Eduardo Azeredo também falou de COFINS e da preocupação com os aeroportos, e eu acredito que COFINS, assim como Brasília e Galeão, são aeroportos que têm que ser mais utilizados. Brasília é um aeroporto que eu fiquei muito entusiasmada, que era o aeroporto que tinha possibilidade de muita expansão, mas não tem. É um aeroporto com poucas possibilidades, infelizmente, de expansão, porque não está saturado, mas está quase, está no limite, inclusive esse voo da TAP foi uma beleza, ele agora já está pedindo expansão para mais dois, essa é uma notícia positiva, não houve cancelamentos nos voos de Lisboa/Brasília depois do acidente aéreo, tem lista de espera, lista de

espera para o Rio de Janeiro, lista de espera para São Paulo e lista de espera para Brasília. Agora nós estamos batalhando, porque eu acredito que a capital do país não pode não ter um voo para os Estados Unidos, e isso nós vamos ter que dar um jeito, que Brasília possa acolher esse voo. Eu conversei com o embaixador americano, está praticamente acertado o interesse, a Delta eu creio que vá fazer um voo agora também para Salvador e Recife, eu estou conversando para mais duas outras capitais do Nordeste, provavelmente eles estão estudando mais duas e mais Manaus, as quatro americanas grandes, as companhias áreas, mas nós estamos insistindo que tem que ter uma em Brasília e estamos caminhando para isso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Ministra, o problema aí um pouco é porque as companhias americanas já estão usando todos os voos que elas têm direito, as brasileiras é que não estão usando, me parece que é alguma coisa de cento e poucos voos para --

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Cento e trinta e sete para trinta e pouco, mas isso não é problema, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Isso está sendo controlado?

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Isso está sendo controlado, nós estamos agora para esse tipo de problema não é o problema principal. O problema é agora para ter uma possibilidade de linhas a mais nos Estados Unidos, não pode partir daqui e nem da companhia aérea americana. Tem que partir do Departamento de Estado Americano que lida com a aviação, e isso não é fácil para eles fazerem esse gesto, mas --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone).

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Está porque a gente resolveu, mas a carta ainda não veio e voltou, mas está resolvido no sentido que já tomamos as providências todas para encaminhar. Em relação a turistas portadores de deficiência, eu gostei muito que o Senador Eduardo Azeredo levantou o tema, porque ontem, em São Paulo, eu tive a oportunidade de abrir o Congresso da BNH e fiquei muito impactada com o vídeo que eles mostraram para o setor todo hoteleiro, um vídeo das providências que estão sendo tomadas e da ênfase do trabalho que estão tendo para criar uma consciência que não é fazer uma reforma dentro de um hotel, mas é criar um projeto quando você cria já com todas as medidas que precisam ser tomadas para o portador de deficiência. Isso em hotel, aeroporto, tudo, mas na questão da BNH é basicamente hotel e foi muito bonito porque a apresentadora de todo o evento era uma cadeirante, tetraplégica, teve tradução

simultânea para pessoas portadoras de deficiência auditiva e teve o Hino Nacional cantado por uma pessoa com deficiência visual. Então não só eles falaram, apresentaram o projeto, mas fizeram, e eu fiquei muito empolgada e já determinei que o Ministério, em todas as suas ações de qualificação, coloque ou o vídeo que está muito bom e depois propiciem uma discussão que possa aprofundar, ou ter alguma área do programa de qualificação que trate do tema.

Hoje você não pode entrar no turismo internacional e nem nacional se você não pensa nesses catorze e poucos por cento de brasileiros que são portadores de deficiência. Em relação à queda no plano, que foi pensado nove e no fim foi bem menos, isso é importante ter claro porque quando foi colocado pelo Ministro Mares Guia, foi uma estimativa a partir de vários dados que o Ministério, que não existia, estava sendo formado, pode estimar. Agora é realista. Nós estamos com um plano com muito menos de dez milhões até 2010, e o senhor pode falar: “mas como, se antes já era em 2010?”, mas eram estimativas. Agora é realista, sete milhões e poucos, nós vamos chegar lá. Agora eu gostaria de dizer que tem algo interessante, por exemplo, a entrada de dólares no Banco Central de janeiro a junho deste ano foi dois bilhões quatrocentos e trinta e seis milhões de dólares, foi 10,95% a mais que o mesmo período de 2006. Nós estamos realmente, se pegarmos o índice de pessoas que entraram no Brasil, 2006/2005, 2006 foi menor, mas entrou muito mais recursos. Agora o que foi colocado pelo Senador Suplicy, isso tem razão, mas vai demorar muito a gente chegar lá, é a questão da porcentagem de turista no PIB, do impacto do PIB. Por exemplo, a Áustria, nós temos cinco milhões de turistas que vem para o Brasil, e a Áustria que é pequenininha tem trinta milhões, mas tem um turismo de infra-estrutura, de escola de hotelaria, de tudo, de século, o que nós não temos. Mas chega a ser 15% do PIB deles que vem do turismo. O nosso é 2,6 %, quer dizer, é baixíssimo. Nós temos muito que investir, mas aí eu vou repetir: turismo é investimento, porque beleza natural nós temos. Agora se não investir, você não traz pessoas. Agora tem que investir aonde? Em propaganda no exterior, que lá a competição é muito árdua, e aí o recurso para a propaganda o Ministério não tem, tem que ter emenda.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Permite-me, Ministra?

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Tem que ter emenda para propaganda no exterior e nós temos que ter a clareza --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ministra, mas a EMBRATUR não teria recursos para divulgar um destino, vamos dizer, o Nordeste para o exterior?

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Está divulgando, Senador, está divulgando e muito, e estamos sentando com o Secretário de Turismo para saber o que eles querem divulgar. Estamos fazendo um verdadeiro orçamento participativo na divulgação. Escolheram até as fotos de cada Estado, o que eles querem que ponha lá fora, está sendo assim, agora --

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A Praia da Pipa especialmente, a Praia da Pipa, no Rio Grande do Norte, que é muito bonita.

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: Mas a Praia da Pipa também, agora com um investimento enorme lá do Ministério para saneamento na Praia da Pipa. Essa história do aeroporto, Senador Garibaldi, eu achei muito interessante, porque uma das coisas, eu estive ontem em Manaus, é interessante que eles estão conseguindo linhas internacionais e tem um por que. Por exemplo, agora, eles conseguiram uma nova, Caracas/Manaus, e é ótimo, porque Caracas tem um *rabie(F)* para o mundo inteiro muito bom. Como que eles conseguem isso? Porque eles têm carga, o avião não sai vazio. Então isso pode ser, poderia ser um grande incremento mesmo para o turismo no Rio Grande do Norte, que eu estive lá, fiquei muito impressionada com a pujança, com a capacidade da Governadora de realizar, o que está vindo de investimento, o que está sendo proposto como qualificação, somos bons parceiros lá. Em relação ao Senador Heráclito, eu já coloquei um pouco da contra-ofensiva que a EMBRATUR está fazendo, não é, que a tragédia realmente teve um impacto, nós estamos reagindo a esse impacto, não sabemos ainda a dimensão a longo prazo ou a médio prazo de como será. Em relação ao Piauí, em relação ao Piauí foi uma das primeiras liberações que fizemos, com esse orçamento tão pequenininho do Ministério, foi para o Piauí, para o parque arqueológico, que é muito conhecido, eu ainda não tive a ocasião de visitar, mas o Governador Wellington explicou com muita clareza que tem um pequeno aeroporto que não está concluído parece.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Foi iniciado há dez anos e teve problemas, precisa ser concluído.

SRA. MINISTRA MARTA SUPLICY: É, nós liberamos seis milhões, vai acabar a conclusão, e isso pode ser realmente um estímulo gigantesco para aquela região se desenvolver, um parque tão especial, é o maior sítio arqueológico.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É fundamental, Ministra, até porque nós temos no Brasil diversos tipos de turistas, o que vem de lá para cá, e esse turista ecológico é um turista diferente. Ele não quer saber da grande cidade, da praia, ele quer saber

do exotismo da natureza. Então ele chega ali, ele vai com mochila, eles vêm, ficam embaixo de uma pedra, ele gosta disso. Às vezes o turista ecológico, por mais rico que seja, ele chega no seu jatinho, mas quer se hospedar no mato, é um tipo de turista completamente diferente.

SRA. MINISTRA MARTA SUPPLY: Mas é um turista muito interessante e que se nós conseguirmos criar as condições de infra-estrutura nesses locais, nós podemos capturá-los no mundo, e isso é que estamos tentando fazer.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu tenho um episódio muito interessante, eu estava numa cidade do interior e chegou um grupo querendo ouvir o canto do sabiá, queriam saber para onde é que ia, aí eu disse: “olha, é muito fácil, qualquer casa aqui que tem gaiola vai ter um sabiá”, mas eles querem ver o natural. Então esse pessoal, é um turismo diferente, e São Raimundo Nonato é um pólo para aquilo ali.

SRA. MINISTRA MARTA SUPPLY: É, e no Delta do Parnaíba, que eu tive a ocasião de visitar agora, o consórcio que foi criado pelo Governador Cid, o Governador do Maranhão, e o Governador Wellington, do Piauí, Maranhão e Ceará, foi genial, porque vai possibilitar realmente aquela região se desenvolver, e eu os acompanhei agora no Ministério do Transporte, já vai ser liberado o recurso para a estradinha que eu acho que é de Barreirinhas até Parnaíba.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Foi aprovado inclusive aqui, nós tínhamos esse projeto, estava em tramitação aqui, eu acho que era o recurso, e foi aprovado agora.

SRA. MINISTRA MARTA SUPPLY: Eu fui antes de ontem no Márcio Fortes tentar ver se viabilizava; no Márcio Fortes não, foi no Transportes, mas vai viabilizar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas foi aprovado, foi aprovado aqui na semana ... no mês passado foi aprovado, então já é um bom alento, agora é liberar.

SRA. MINISTRA MARTA SUPPLY: Mas essa idéia de fazer os três Estados juntos é que me pareceu muito inovador e importante, porque hoje o turista, ele não vai para uma localidade só. Ele pode ir para São Luiz, visita as belezas de São Luiz, é uma cidade maravilhosa, com muita peculiaridade, mas aí ele vai para o lençol maranhense, mas aí ele pode ir para o Piauí e ir para Jericoacoara no Ceará. É isso que a gente tem que investir nos focos regionais que podem desenvolver o turismo. Bom, em relação ao Senador Supply, que falou do transporte aéreo, --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas olha, eu ainda queria, eu deixei um ponto e eu

queria voltar para a Senhora. É a questão do Plano Diretor dessas cidades. A minha preocupação maior é porque eu sei que o PRODETUR está liberando muitos recursos para o saneamento. O saneamento ao ser feito, se tiver um Plano Diretor, você faz, você desenha a cidade, porque depois de feito com a água, com a encanação, você começa a invadir e ninguém resolve mais esse problema. É fundamental que esse Plano Diretor seja feito exatamente junto com o --

SRA. MINISTRA MARTA SUPPLY: Para impedir depois a ocupação. É, a gente teve esse problema em Guarulhos, o que agora fica bem difícil. Em relação a Congonhas, Senador Supply, está calmo o movimento, mas antes assim, não é? E a opção está sendo para distâncias até duas horas só de vôos localizados e eu acredito que dessa forma, eu acho que é um período todo que está se tentando ver qual é o melhor balanço, não é, e isso não tem afetado, que eu saiba, os eventos internacionais de São Paulo ou a própria locomoção, tanto é que o Senador veio por Congonhas, quando tem possibilidade. É um aeroporto muito querido pelo paulistano, é o de preferência do paulistano, e essa limitação é uma limitação necessária mesmo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A senhora permite?

SRA. MINISTRA MARTA SUPPLY: Pois não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O problema de Congonhas é de dimensão, é um aeroporto para aviões de cento e trinta, cento e quarenta passageiros, e estava se colocando aviões com cento e oitenta. O que ontem o Ministro disse aqui é que estão vendo o fluxo dos (ininteligível) por hora em Congonhas, reajustando. Eram cinquenta e seis, vieram para trinta e cinco, estão ali entrando em quarenta, para ver como é que esse fluxo pode acontecer sem correr risco, sem aquela rapidez, sem aquilo que provoca a tensão e a adrenalina dos pilotos que vão lá para cima. Então eu acho que essa idéia é uma idéia sensata.

SRA. MINISTRA MARTA SUPPLY: É, agora foi proibido, foram proibidos os vôos *charter* de Congonhas, que eles ocorriam --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Os vôos?

SRA. MINISTRA MARTA SUPPLY: *Charters*, que eles ocorriam de sábado e domingo nos horários de ociosidade. Isso eu vou levar ao Ministro Jobim que talvez seja interessante rever. Precisa ver, analisar com calma, ponderar, mas isso pode ter um impacto negativo, que não sabemos ainda, mas eram vôos importantes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Até porque no final de semana você diminui o fluxo do vôo comercial.

SRA. MINISTRA MARTA SUPLYCY: É, cai muito, exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Cai muito, e esses vôos são vôos internacionais, vocês têm vôos indo para a Pousada do Rio Quente, você tem vôos indo para a Bahia, eu acho que --

SRA. MINISTRA MARTA SUPLYCY: Tem tido muito reclamação sobre isso no Ministério do Turismo, então eu vou encaminhar essa preocupação para que ele possa analisar. Bom, muito obrigada pela acolhida, Senadora Lúcia Vânia, Senadores e Senadoras que estavam aqui presentes, e espero manter esse contato constante porque dessa Comissão muitas idéias, muitas oportunidades, recursos e projetos saem. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço à Ministra Marta Suplicy, quero agradecer a presença de todos que estiveram aqui durante todo esse tempo. Quero comunicar o Dia Mundial do Turismo, que será realizado no dia 27 de setembro, e é um dia muito especial porque esse ano o turismo vai comemorar esse dia, o Dia Mundial, com um tema muito importante, principalmente para as mulheres: o turismo abre as portas para as mulheres. É um tema que vamos tratar aqui no Dia Mundial do Turismo. Quero também comunicar o 9º CBRATUR – Congresso Brasileiro da Atividade Turística, com o tema “Turismo, Sustentabilidade e Inclusão Social”, que acontece em 06 e 07 de dezembro na Câmara dos Deputados. Estamos fazendo esse trabalho em conjunto com a Comissão de Turismo da Câmara e espero contar com a participação de todos que aqui estiveram. Agradeço a Ministra Marta Suplicy, quero agradecer ao Senador Suplicy por ter defendido os pleitos de Goiás aqui, que eu acho que foi uma coisa importante, agradecer o Presidente da Comissão de Relações Exteriores Heráclito Fortes, que veio solidariamente prestar a sua colaboração aqui na Comissão de Turismo. A Comissão de Relações Exteriores faz uma parceria muito importante com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Portanto, quero, por fim, agradecer à Ministra Marta, dizer que essa Comissão se encontra à disposição dela quantas vezes ela sentir necessidade de esclarecer pontos importantes do turismo, vamos trabalhar aqui as emendas do turismo, vamos solicitar a todos os parlamentares que são interessados nesse tema para que participem disso e quero assumir com V. Ex^a o compromisso de que a relatoria será feita pelo meu partido, mas teremos toda a boa vontade em ajudar a fazer com que o Ministério do Turismo ganhe cada vez mais espaço dentro das políticas públicas do Governo. Agradeço a todos por essa paciência de

estar aqui até agora e especialmente à nossa Ministra. Muito obrigada.

Sessão encerrada às 14h19.

Ata da 19ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de agosto de 2007, quinta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e sete, na sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Jonas Pinheiro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Marco Maciel, Cícero Lucena, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e das Senhoras Senadoras Fátima Cleide, Patrícia Saboya e Marisa Serrano. Comparece ainda o Senhor Senador Paulo Paim, que não compõe esta Comissão. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 18ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. Ato contínuo, o Presidente esclarece que a presente reunião tem como finalidade a apreciação de Projetos de Lei. **Item 1:** Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2003, não terminativo, que “estabelece diretrizes para aplicação dos recursos financeiros públicos administrados pela Caixa Econômica Federal, no contexto da política nacional de desenvolvimento regional”, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que tem como relator o Senador Marco Maciel, que oferece parecer favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta. **OBS:** Em reunião realizada no dia 05/07/07, foi concedida vista coletiva ao projeto, que foi devolvido sem manifestação. Em reunião realizada no dia 12/07/07, a discussão da matéria foi adiada por solicitação do Relator. **Resultado:** é aprovado o parecer, com a emenda que apresenta. A Senadora Fátima Cleide, pela ordem, solicita a inversão de pauta para o item 11. O Presidente consulta o plenário e concede a inversão de pauta após a apreciação do item 2. **Item 2:** Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2007 – Complementar, não terminativo, que “Institui na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação”, de autoria do senador Paulo Paim, que

tem como relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer favorável ao projeto, com a emenda que apresenta. **OBS:** Em reunião realizada em 12/07/07, foi concedida vista coletiva do projeto ao Senador Valdir Raupp, que devolveu sem manifestação. **Resultado:** é aprovado o parecer, com a emenda que apresenta. **Item 11:** Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2007, terminativo, que “Institui o “Selo Estatuto da Cidade”, com o objetivo de impulsionar a

implementação das ações e diretrizes contidas na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, de autoria do Senador Inácio Arruda, que tem como relatora a Senadora Fátima Cleide, que oferece parecer pela rejeição da Emenda e aprovação do Projeto. **Resultado:** é concedida vista ao Senador Cícero Lucena. **Item 3:** Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2003, não terminativo, que “Altera o artigo 13 da Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal, para prever a instituição dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste.”, de autoria do Senador Sibá Machado, que tem como relator o Senador Demóstenes Torres, tendo sido designada relatora *AD HOC* a Senadora Fátima Cleide, que oferece parecer pela declaração de prejudicialidade do Projeto, nos termos do artigo 334 do Regimento Interno do Senado Federal, com seu arquivamento definitivo. **Resultado:** é aprovado o parecer. **Item 5:** Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Guarajá-Mirim, Estado de Rondônia.”, de autoria do Senador Valdir Raupp, que tem como relator o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que oferece parecer favorável ao projeto, com as emendas que apresenta. **Resultado:** é aprovado o parecer. **Item 4:** Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá.”, de autoria do Senador José Sarney, que tem como relator o Senador José Maranhão, tendo sido designada relatora *AD HOC* a Senadora Marisa Serrano, que oferece parecer favorável ao projeto. **Resultado:** é aprovado o parecer. **Item 6:** Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região do Vale dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul.”, de autoria do Senador Paulo Paim, que tem como relator o Senador Marco Maciel, que oferece parecer favorável ao projeto, com

as emendas que apresenta. **Resultado:** é aprovado o parecer. **Item 7:** Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região Norte do Estado do Rio Grande do Sul.”, de autoria do Senador Paulo Paim, que tem como relator o Senador Marco Maciel, que oferece parecer favorável ao projeto, com as emendas que apresenta. **Resultado:** é aprovado o parecer. **Item 8:** Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Bacabeiras, Estado do Maranhão.”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que tem como relator o

Senador José Maranhão, tendo sido designada relatora *AD HOC* a Senadora Marisa Serrano, que oferece parecer favorável ao projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** é aprovado o parecer. **Item 9:** Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul.”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que tem como relator o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que oferece parecer favorável ao projeto. **Resultado:** é aprovado o parecer. **Item 10:** Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE's) nos Municípios de Rorainópolis e Caracarái no Estado de Roraima.”, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que tem como relator o Senador João Vicente Claudino, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador Cícero Lucena, que oferece parecer favorável ao projeto, com as emendas que apresenta. **Resultado:** é aprovado o parecer. O Senador Cícero Lucena solicitou a inclusão do Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2007, como item extra-pauta. O Presidente consulta o plenário e concede a inclusão. **Item Extra-Pauta:** Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba.”, de autoria do Senador Cícero Lucena, que tem como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece parecer favorável ao projeto, com as emendas que apresenta. **Resultado:** é aprovado o parecer. São aprovados os seguintes Requerimentos: **Requerimento nº 14, de 2007 – CDR**, que requer, nos termos regimentais, que o Presidente do Banco do Brasil S.A., Dr. Antônio Francisco de Lima Neto, seja convidado para uma audiência nesta Comissão, a fim de fazer uma avaliação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, detalhando, por unidades da federação e categorias, as demandas dos mutuários,

os prazos de contratação de empréstimos e de liberação de recursos, bem como as exigências impostas para a formalização dessas operações. **Autoria:** Senador Jonas Pinheiro. **Requerimento nº 15, de 2007 – CDR**, que requer, a realização de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) com a Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência (CASDEF), com o objetivo de debater o Turismo para Pessoas com Deficiência, com a presença dos representantes do Ministério do Turismo, Ministério dos Transportes, Ministério das Cidades, da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), da Indústria Brasileira de Hotéis (ABIH) e do CONADE. **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia e Senador Eduardo Azeredo. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Marco Maciel, João Tenório, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Cícero Lucena, Valter Pereira, Pedro Simon, Paulo

Paim, Flexa Ribeiro e as Senhoras Senadoras Patrícia Saboya, Marisa Serrano e Fátima Cleide. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Jonas Pinheiro**, Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Havendo número regimental declaro aberto a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 18ª Reunião da Comissão. Como todos concordam? Está dispensada a leitura e aprovada a ata.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destinar-se-á, destina-se a apreciação de Projeto de Lei, porém antes, eu gostaria de apresentar aqui dois requerimentos. O requerimento é da minha autoria que eu proponho uma audiência com o Presidente do Banco do Brasil, doutor Antônio Francisco de Lima Neto, para que venha a esta Comissão tratar do assunto do FCO. O FCO como os senhores sabem, ela é quem, ela é, o agente financeiro do FCO é o Banco do Brasil e nós queremos discutir com o, com o Presidente do Banco do Brasil as aplicações do FCO no centro-oeste brasileiro

E um segundo requerimento é da eminente Presidente dessa Comissão, Senadora Lúcia Vânia e do Senador Eduardo Azeredo. Eles propõem uma Audiên-

cia Pública conjunta entre a Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para ser debatido entre os Senhores Senador, turismo para as pessoas com deficiência. Propomos que seja convidados representantes, o Ministério do Turismo, o Ministério do Transporte, da empresa brasileira de turismo, EMBRATUR e da Indústria Brasileira de hotéis e do CONAD.

Portanto, antes de nós entrarmos na Ordem do Dia previamente distribuída, eu coloco em votação essas duas matérias. O nosso requerimento que propõe audiência com o Presidente do Banco do Brasil, a votação é simbólica. Quem concorda com este requerimento permaneça como está. Aprovado. E a segunda proposta do Senador Eduardo Azeredo, da Senadora Lúcia Vânia, já lida, quem estiver de acordo continua como está. Aprovado. O item 1, o primeiro item estabelece diretrizes para a aplicação dos recursos financeiros públicos administrados pela Caixa Econômica Federal no contexto da política nacional do desenvolvimento regional. É autor dessa proposta o eminente Senador Tasso Jereissati, e tem como Relator o Senador Marco Maciel, que é favorável ao projeto com emendas que apresenta. Observações: Em reunião realizada em 5 de julho de 2007, foi concedido vista coletiva da matéria e nenhum Senador se manifestou até o momento. Em reunião realizada em 12 de julho, a discussão da matéria foi adiada a pedido do Relator. Em discussão a matéria.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Sr. Presidente, senhoras e senhores Senadores. Para o Sr. Presidente, Senador Jonas Pinheiro, vem a análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado número 455 de 2003 de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati que estabelece diretrizes para a aplicação dos recursos financeiros públicos administrados pela Caixa Econômica Federal no contexto da política nacional do desenvolvimento regional. O art. 1º do PLS, a que já me referi, estabelece que a Caixa Econômica Federal considerará prioridade, considerará prioridade na aplicação de recursos financeiros públicos a promoção do desenvolvimento do Nordeste, do norte e do centro-oeste, o art. 2º, por sua vez, determina a aplicação de proporções crescentes do montante total dos recursos financeiros públicos sob a administração da Caixa na concessão de empréstimos e financiamentos por essas três regiões.

O Parágrafo Único do art. 2º estabelece que pelo menos 45% do total dos recursos públicos sobre a administração da Caixa, provenientes do FAT, ou melhor, provenientes do FGTS e do FAT e de outros fundos federais e de dotações do orçamento geral da união sejam destinados as três regiões definidas no art. 1º.

Essa prioridade se estabelece, como nós sabemos, se trata, tratam-se as três regiões, de menor nível de desenvolvimento relativo em relação ao sul, sudeste. O art. 3º do projeto, Sr. Presidente, determina que os encargos financeiros totais incidentes sobre os contratos deverão ser equivalentes aos menores encargos financeiros totais vigentes para operações similares feita pela Caixa Econômica Federal nas demais regiões do país, ou seja, os empréstimos e financiamento das regiões Nordeste, norte e centro-oeste terão condições favorecidas pelas razões já conhecidas.

O art. 4º do PLS a que me refiro, determina que a Caixa envia ao Senado Federal relatório semestral circunstanciado de suas atividades no cumprimento dos dispositivos constantes da proposição, o art. 5º estabelece que quando não for atingido o limite mínimo de 45%, os valores correspondentes as diferenças não aplicadas ficarão acumulados, para concessão de empréstimos e financiamentos nas regiões, nas três regiões a que já mencionei no exercício seguinte.

No último artigo, o sexto, institui a cláusula de vigência, o Projeto de Lei do Senado a que estou relatando foi inicialmente encaminhado a Comissão de Assuntos Econômicos sem decisão terminativa, em primeiro de novembro de 2005 em obediência a resolução número 1 de 2005 o PLS em tela foi redistribuído às comissões de desenvolvimento regional e turismo e de Assuntos Econômicos cabendo esta última decisão terminativa nos termos do inciso I do artigo 49 do regimento interno do Senado Federal.

Não foram oferecidas emendas à proposição. Análise: A Comissão de Desenvolvimento Regional compete opinar sobre matérias pertinentes e programas, projetos, investimentos e incentivos voltados ao desenvolvimento regional conforme ao disposto no inciso III do art. 104 A do regimento interno do Senado Federal. Sendo assim gostaria de ressaltar inicialmente que o fomento ao desenvolvimento de regiões menos favorecidas encontra guarida na Constituição Federal, se o artigo terceira coloca a redução das desigualdades regionais como dos fundamentos da República federativa do Brasil, art. 170 da carta Magna por sua vez estabelece que a redução das desigualdades regionais seja um dos princípios da ordem econômica.

Ademais, é difícil pensar em uma federação equilibrada quando há grandes disparidades econômicas e sociais entre os seus entes, os desequilíbrios regionais podem criar cidadãos de diferente categorias, aqueles que tiveram acesso a serviços público de boa qualidade e Estados com recursos suficientes para provê-los e os que não tiveram recursos a esses que o que não tiveram acesso, melhor, a esses serviços, devido ao fato dos Estados e municípios onde vivem

não terem recursos suficientes para fornecê-los ao seus habitantes.

Essas diferenças são suficientes e são determinantes para a inserção social e econômica dos cidadãos brasileiros, ou seja, pessoas nascidas na mesma nação podem ter desempenhos completamente diferentes apenas em função de terem nascido em determinada localidade, o que é inaceitável.

A persistência dessas diferenças poderá até mesmo minar uma unidade nacional. Desse modo, estimular o desenvolvimento em regiões nordeste, do norte e do centro-oeste onde se encontram os Estados e municípios menos favorecidos é fundamental. Em sua justificação o nobre Senador Tasso Jereissati argumenta que por ser a Caixa Econômica Federal a maior agência de desenvolvimento social da América Latina é o órgão chave para a execução de políticas sociais e desenvolvimento urbano, habitação e saneamento Assim sendo, complementando as suas palavras, assim sendo, complemento as suas palavras afirmando que essa instituição é fundamental para mitigar as desigualdades regionais que imperam no Brasil.

Nesse sentido não podemos deixar de observar que apenas 50% das pessoas na região norte vivem em domicílios com água encanada. No nordeste esse número é de pouco mais de 58%. No sul e sudeste esses números são respectivamente 95 e 94%. As desigualdades regionais se repetem quando são analisados os dados referentes ao déficit habitacional que atinge 23% do total de domicílios permanentes na região norte, 20,6 na região Nordeste. No sul e no sudeste, as regiões mais desenvolvidas do Brasil, esses indicadores são de 10,4%, e 12,2%, o centro-oeste fica em uma posição intermediária, mas ainda assim os seus indicadores sociais são inferiores, é bom ressaltar aqueles observados nas regiões meridionais do Brasil.

É preciso ainda salientar que o Projeto de Lei sobre nossa análise não contraria os diplomas legais que regulam as aplicações do FGTS e do FAT, vejamos, de acordo com o art. 10 da lei número 8036 de 11 de maio de 1990 que dispõe sobre o FGTS, cabe ao conselho curador do fundo fixar diretrizes e estabelecer critérios técnicos para as aplicações dos recursos, visando entre outras diretrizes evitar distorções, evitem distorções na aplicação entre as regiões do país considerando para tanto a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais.

Ainda com relação aos recursos, o Senador Tasso Jereissati menciona corretamente que a aplicação dos recursos do FGTS pela Caixa não cumpre a função de corrigir as desigualdades sociais, ao contrário, a ação da Caixa como agente operador do FGTS tem sido no sentido de ampliá-los. A resolução do conse-

lho curador do FGTS, número 289 de 30 de junho de 1998, definiu os critérios de alocação dos recursos por Estados e conseqüentemente por regiões válidas até o exercício de 2001. Os parâmetros utilizados desses critérios foram arrecadação por Estado e região, população urbana, demanda habitacional e déficit de serviços de água e esgoto.

Houve normas posteriores que fizeram pequenas alterações no que se refere aos percentuais estimados na referida resolução para Estados e regiões, mas essas alterações foram insignificantes já que os critérios permanecem inalterados. É importante lembrar que há um espaço discricionário muito largo determinado pela resolução número 289, a que já me referi, para alterações na distribuição regional dos recursos. Essa margem bastante alta pode chegar a 50% na redução e a 100% na elevação, isso quer dizer que uma região como o nordeste, por exemplo, que seja contemplado originalmente com 29% dos recursos, pode de forma regulamentar, acabar recebendo somente 50% dessa cifra no processo de execução financeira o que corresponde apenas 14,5% dos recursos originalmente alocados.

A resolução número 378 de 2001 veio estabelecer a distribuição para o ano de 2002 e também o plano plurianual de alocação por Estados e regiões dos recursos de FGTS para o exercício de 2003 a 2005. Os percentuais inicialmente orçados na resolução a que já acabei de referir, a que acabei de referir para regiões no exercício de 2003 foram: Norte 7,5%, Nordeste 29,0%, centro-oeste 7,1%, sudeste 45% e sul 13,2%. Em função do expediente já apontado de realocação orçamentária a medida que esse processo de execução financeira, o quadro real de distribuição dos recursos mudou para pior naquele exercício. Em outubro de 2003 foi publicada a resolução 431 do conselho curador do FGTS que alterou a execução orçamentária dos recursos do fundo. A fatia a ser alocada ao nordeste caiu de 29% para 18,3 dos recursos, enquanto a parcela a ser destinada ao norte originalmente de 7,5% foi reduzida para 3,8%.

A fração destinada ao sudeste subiu dos originais 45% para 55,8%. Já no exercício de 2005 o mesmo processo de realocação em prejuízo da desconcentração regional de renda e da riqueza do país, levou a perdas em relação a dotação inicial de 19,7% para a região norte e 16, e de 16,5% para região Nordeste como contra partidas para um ganho de 3,7% e de 18,7% respectivamente para as regiões sudeste e sul.

Esses dados constam da resolução do conselho curador do FGTS número 483/2005. Sobre evidência, senhor Presidente, nobre Senador Jonas Pinheiro, portanto, de que o comando presente no marco cons-

titucional do FGTS que prevê, conforme estabelece a Constituição papel ativo daquele fundo na diminuição das desigualdades regionais, foi tornado sem eficácia por um conjunto de normas infra-legais e *ad hoc*. Ou seja, essas mudanças *ad hoc* são perigosas posto que não chegue sequer a conhecimento do Congresso e das autoridades responsáveis pela gestão das políticas sociais. Nesse sentido, Sr. Presidente, o PLS sobre análise, ao contrário de afrontar a lei que dispõe sobre o FGTS, complementa-a impedindo que a diretriz de distribuir as aplicações de forma equânime entre as regiões brasileiras, estabelecidas no inciso III do art. 10 seja desrespeitada.

Note-se que o Projeto de Lei número 455/2003 que eu já mencionei, de autoria do Senador Tasso Jereissati, não altera as competências do conselho curador do FGTS, determinados, determinados no art. 5º da lei número 8036 de 1990, que inclui *in verbis*: Estabelecer as diretrizes dos programas de alocação de todos os recursos do FGTS de acordo com os critérios definidos nessa lei em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano de políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana estabelecidos pelo Governo Federal. E acompanhar e avaliar a gestão econômica financeira dos recursos bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados. O PLS em tela menciona também os recursos do fundo de amparo ao trabalhador, FAT, está redigido pela lei, está, perdoe regido pela lei número 7998 de janeiro de 1990 que o instituiu e regulamentou o programa do seguro desemprego e o abono salarial de que trata o inciso 2 do art. 7º e o inciso IV do art. 201 o art. 239 da Constituição Federal.

Vale ressaltar que o artigo 10 da lei número 7998 de 90 estabelece que parte dos recursos do FAT deve ser destinado ao financiamento do programa de desenvolvimento econômico que vai ao encontro do objetivo do PLS sobre análise. Além disso, o PLS sobre análise não altera a competência que tem o Conselho deliberativo do fundo de amparo ao trabalhador, CONDEFAT de gerir o fundo e fiscalizar sua administração.

Entendo, portanto, Sr. Presidente, que o Projeto de Lei número 455 é meritório, não afronta ou altera os diplomas legais que regem o FGTS e o FAT e encontra guarida na Constituição Federal.

É necessária uma única alteração no PLS, a meu ver. O Parágrafo Único do art. 2º estabelece, estabelece o final de 2005 com prazo para que a Caixa Econômica Federal adote procedimentos para viabilização e aplicação mínima de 45% dos recursos nas regiões nordeste, norte e centro-oeste. Convém alterar esse prazo, Presidente Jonas Pinheiro, já que ele inspirou.

Dessa forma, sugerimos que o Parágrafo Único do art. 2º disponha que a Caixa tenha dois anos após a publicação da lei para adotar os procedimentos que viabilizem o que está ali exposto, ou melhor, o que está ali disposto. E exposto também no texto da lei.

O meu voto, Sr. Presidente, em face do que acabo de relatar é favorável a aprovação do PL 5 número 455 de 2003 com a seguinte emenda que passo a ler: “Dê-se ao Parágrafo Único do art. 2º da lei número 45, do Projeto de Lei número 455 de 2003 a seguinte redação: Parágrafo Único, a Caixa Econômica Federal adotará procedimentos para que no prazo de 2 anos contados a partir da data da publicação desta lei pelo menos 45% do total dos recursos públicos sobre sua administração provenientes do FGTS e do fundo do amparo ao trabalhador e de outros fundos federais sejam destinados a regiões, nordeste, norte e centro-oeste.” Esse é o meu parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado eminente Relator, Senador Marco Maciel que pacientemente pela segunda vez lê já este relatório. Em discussão a matéria. A primeira oradora a Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores, eu apenas quero cumprimentar o Senador Marco Maciel pelo brilhante relatório que fez de um projeto que, com muita paciência, com muita tranquilidade ele já por duas vezes, como V.Exa. disse, relatou algo que vai ser muito importante, terá um impacto fundamental para o Nordeste do nosso país.

Esse projeto é de autoria do Senador Tasso Jereissati que sempre teve essa preocupação, principalmente com o nosso Estado que ele teve o privilégio de governar por 3 vezes e eu queria aqui cumprimentar o Senador Tasso Jereissati, cumprimentar mais uma vez o Senador Marco Maciel, eu acho que é nesse caminho que nós podemos colaborar para a diminuição das desigualdades regionais que são ainda tão gritantes no nosso país.

Hoje mesmo, Senador Marco Maciel eu tive a oportunidade na Comissão de Direitos Humanos de relatar uma situação muito difícil que nós estamos vivendo do Ceará, que é a ida de uma siderúrgica, a primeira siderúrgica do Nordeste que terá um impacto assim definitivo para a vida de nós cearenses e para todo o Nordeste que irá gerar milhares de empregos, e irá, evidentemente, atrair muitos negócios para o nosso Estado que vai melhorar a condição de vida do nosso povo.

Eu sou testemunha que o Presidente Lula já, por diversas ocasiões tem isso no seu discurso, mas infelizmente muitas vezes eu sinto que parece que seus

assessores não compreendem aquilo e é o problema que nós estamos vivendo no Ceará, uma siderúrgica que já foi anunciada publicamente por diversas ocasiões pelo próprio Presidente Lula, mas que encontra uma resistência fortíssima por parte da presidência da PETROBRAS, do Sr. Gabrielli que hoje preside a PETROBRAS. Então nós estamos vivendo momentos delicados e constrangedores, até porque o Ceará foi o terceiro Estado que deu a maior votação ao Presidente Lula e para mim que sou da base aliada do Presidente Lula, como o meu partido, o PSB e tenho ficado muito decepcionada e muito triste com a forma como tem conduzido as coisas no meu Estado.

Eu espero que com esse projeto do Senador Tasso Jereissati a gente consiga corrigir uma distorção, uma injustiça que há muito o Nordeste vem sofrendo, e buscar dentro dessa Comissão, é claro, junto com outros senadores, as oportunidades para que a gente possa viver num país equilibrado onde os nossos irmãos do sul, do sudeste, do norte, do Nordeste, do centro-oeste não precisam brigar entre si. Já são todas as nossas demandas, já são tanto os sacrifícios, principalmente do povo do Nordeste que eu espero que o mais breve possível a siderúrgica do Ceará possa estar instalada no meu Estado com apoio de toda a comunidade cearense e quero mais uma vez, para finalizar, parabenizar o Senador Tasso Jereissati por essa iniciativa que vai render frutos importantes para todo o povo nordestino. Parabéns ao Senador Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado, Senadora Patrícia Gomes, e a segunda inscrita Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Era na mesma linha, Sr. Presidente, da Senadora Patrícia, cumprimentar o senador Tasso Jereissati e o senador Marco Maciel pela análise que fez e a relatoria e dizer que é muito importante que nós tenhamos uma política de desenvolvimento regional. É inadmissível que a gente não pense o Nordeste brasileiro, o norte, o centro-oeste como regiões que precisam de uma diferenciação.

Nós temos que tratar diferentemente as regiões para que a gente possa conseguir um equilíbrio maior e é importante que 45% dos recursos do FAT possam ir, realmente, e de outros recursos possam ir para o norte, nordeste e centro-oeste. Esses dias, vendo as diferenças todas que parecem pequenas, mas quando você faz ver qualquer índice de desenvolvimento, qualquer índice social, você sente que o Nordeste brasileiro e o norte precisam de mais amparo. É claro que centro-oeste, o meu centro-oeste precisa também por que é uma região intermediária, mas nós temos que apoiar muito o norte e Nordeste para que a gen-

te tenha mais equilíbrio nacional. Isso é fundamental. Portanto eu quero só cumprimentar o Senador Tasso pelo brilhante trabalho e o nosso Relator que fez uma análise perfeita. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado, Senadora Marisa, e o terceiro inscrito, senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar minha admiração pelo momento, oportunidade do momento que o Senador Tasso Jereissati traz esse problema, essa questão que tem impacto sobre essa questão de diferenças regionais e o nosso Relator, senador Marco Maciel pelo brilhantismo do seu relato.

Eu gostaria, só de chamar atenção de um ponto que me parece muito importante. Eu recentemente li alguma coisa sobre a capacidade, nós temos alguma coisa muito similar no que diz respeito ao BNDES. O BNDES tem uma obrigatoriedade de aplicação do norte, do Nordeste, um determinado percentual das suas aplicações da dívida nacional. E recorrentemente, isso não é atendido. Então, não é só colocar à disposição do Nordeste, não é só colocar à disposição do norte um volume de recursos mais substanciais que vai fazer com que esses recursos possam ser aplicados.

Necessário se faz também o reconhecimento de que as situações econômicas, sociais e empresariais dessa região são muito diferenciadas as outras regiões do país. Então, não adianta muito chegar e dizer por lei, o BNDES vai ter que aplicar 36% não sei bem qual é o índice, e depois quando chega no final do exercício não acontece, não acontece mesmo, porque não tem projetos, porque não tem a exigência para que as empresas se habilitem a esses projetos, são absolutamente incompatíveis com a realidade econômica do país. Então, eu gostaria de registrar que é o momento que tudo aquilo que foi feito no sentido de não resolver, mas pelo menos atenuar essas imensas e insuportáveis desigualdades sociais, ela precisa ser acompanhada também de mecanismos e o modelo que permita a recepção desses benefícios que são sendo oferecidos.

Caso contrário nós vamos ficar na situação meio que, não acontecerão os fatos de mesmo como dizemos na região, porque de um lado existe a oferta das possibilidades alternativa, das possibilidades e de outro não existem as condições de recepção dessas ofertas. Então eu gostaria de deixar registradíssimo e o exemplo mais claro tem sido a repetida frustração de aplicação do BNDES na região norte e nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Como penúltimo inscrito, passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR)

– Sr. Presidente, Senador Jonas Pinheiro, senhores senadores. Realmente, esse projeto, ele diria que até que atende uma disposição constitucional, que a nossa Constituição diz que uma das finalidades da República é a eliminação das desigualdades regionais. Mas, da forma como as coisas procedem, apesar da argumentação correta do Senador João Tenório de que muitas vezes os recursos não vão porque não há projetos e aí fica essa interminável equação. Quer dizer, não há projetos porque o banco fica estaticamente esperando que as regiões pobres que não tem condições às vezes nem de elaborar um projeto adequadamente e o banco não presta assessoria sendo um banco no caso do BNDES, um banco nacional de desenvolvimento econômico e social, e no caso da Caixa, também a mesma coisa. Então eu acho que os companheiros do sul e sudeste têm até que realmente nos ajudar nessa hora, porque dar uma prioridade para essas regiões mais pobres, Norte, Nordeste e Centro-Oeste ajuda também o Sul e Sudeste, porque, hoje o grande problema é a migração que existe dessas regiões mais pobres para as mais ricas, complicando e aumentando as demandas sociais nas regiões mais ricas.

Para ter só uma idéia, Senador João Tenório, no ano passado e no ano retrasado o BNDES aplicou cerca de 80% dos seus recursos nas regiões sul e sudeste, então é aquela história do mais rico ficando cada vez mais rico e o mais pobre ficando cada vez mais pobre. Então eu quero louvar tanto a autoria do projeto do Senador Tasso Jereissati, quanto a relatoria do Senador Marco Maciel e dizer que como Senador da região norte fico satisfeito de ver pelo menos uma iniciativa dessas realmente se concretizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Obrigado Senador e como último inscrito, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC)

– Caro Presidente, Senador Jonas, senadoras e senadores, Senador Jonas, nós estamos todos empenhados na construção de um país e não de um aleijão, não é? O reconhecimento das situações díspares, diversificadas do nosso país nos obriga a compreender como Senador Marco Maciel, na sua clareza, compreende e compreendeu, tanto assim que colocou no seu relatório, nós precisamos dar tratamento diferenciado também a essas realidades e a essas situações. Veja Senador e senadores. A realidade presente no nosso país que já é multi secular nos aponta para o fato, nos aponta para o fato, não é a toa que sul e sudeste como a gente costuma dizer exibem um nível de desenvolvimento bem superior a outras regiões do país, Senador. Isso não foi obra do acaso

não, isso foi obra do acúmulo e da concentração de investimentos, tanto públicos como privados, está certo? Nessas regiões. Não é obra do acaso isso não cai do céu, não se opera não se consegue uma realidade dessas sem que ocorra exatamente isso, concentração máxima de investimentos públicos e privados num determinado ambiente, setor ou região do país.

Portanto, eu acho muito justo o pleito do Senador Tasso Jereissati, a sensibilidade do Senador Marco Maciel acolheu essa postulação e deu-lhe corpo no seu parecer, o encaminhamento é justo, portanto eu digo que, assim como as senadoras e senadores que já tiveram a oportunidade de dispor a sua opinião a respeito eu também considero justo, Senador Jonas, que aproveemos projetos dessa natureza para, primeiro desconcentrarmos, darmos tratamento diferenciado a situações diferenciadas, isso é praticar a democracia.

Democracia não é a gente tratar situações diferentes do mesmo jeito não, é ao contrário, é tratar situações diferentes de formas diferentes, da maneira como elas demandam. Portanto, se queremos construir um país e não um aleijão como historicamente é o que tem acontecido no nosso querido Brasil, um dos caminhos a percorrer é esse. O financiamento público, o investimento público, que ele seja na medida da nossa necessidade, Senador Marco Maciel, de equiparar nossas regiões, dar a oportunidade a todas para que todas adquiram o ritmo e o mesmo grau de desenvolvimento, ou simular ou parecido, portanto, eu aqui já estou inclusive antecipando o meu voto favorável à aprovação dessa matéria, Senador Jonas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Geraldo Mesquita, é sobre a matéria.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – É sobre a matéria, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Pois não. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, eu acho que além de tudo o que já foi dito aqui pelos nobres senadores e senadoras é bom destacar que está no relatório, porque essa discussão não é terminativa aqui, vai para a CAE, Senador Pedro Simon, é que o que o Senador Tasso está propondo é basicamente o valor que é a arrecadado para o FGTS na região nordeste, ou seja, não seria exatamente o mesmo número, mas é muito próximo àquilo que a própria região está contribuindo para a Caixa Econômica Federal ser revertido em favor de uma região

que precisa de tantos investimentos para a correção das desigualdades regionais. Então quando nós estivermos discutindo esse assunto, aqueles senadores que tiveram a oportunidade e tiveram assento na CAE fique atento também para o debate no sentido de que não é por demais justos, é por demais justos a proposta do Senador Tasso Jereissati tão bem relatada pelo Senador Marco Maciel. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Não havendo mais quem queira discutir encerrada a discussão. Em votação o parecer favorável ao projeto com a emenda do Relator, senador Marco Maciel. Os senadores e senadoras que concordem, permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. Parabéns a Tasso Jereissati, e parabéns a Marco Maciel. Aprovado o projeto ela vai a Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com a palavra pela ordem Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de propor à Comissão, uma vez que nós temos um raro quórum aqui nesse momento, com a presença de 10 parlamentares e o único item terminativo da pauta é o item 11, eu gostaria de pedir inversão da pauta para que nós aproveitássemos o quórum e apreciássemos o item 11 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Senadora Fátima, eu vou submeter à apreciação do Plenário, logo após a segunda votação que já tinha recebido um apelo do Senador Paim e do Senador Pedro Simon, para votação da segunda matéria, e logo depois nós vamos colocar em pauta a discussão do seu pedido de inversão de pauta. Por certo será aprovado. Vamos ao item 2.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu me comprometo em ficar para o próximo item, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com o compromisso de todos de ficarem aqui para a pauta invertida.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu vou ter que me ausentar, mas eu gostaria de antes de fazê-lo, deixar o meu voto consignado a favor do relatório produzido pela Senadora Fátima com relação ao item 11, que é um projeto importante, é o Projeto de Lei do Senado número 69 que institui o selo Estatuto da Cidade. É uma matéria da mais alta envergadura, eu acho que é importante e eu não poderia deixar de consignar o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito bem, será registrado em ata o seu voto para que seja consignado e entrado, e entrar na contagem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas se ele vai sair, Sr. Presidente, se ele vai sair ele tem que deixar o voto favorável também ao item 2, senão não pode pular para o 11.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, eu li aqui quase todos os relatórios, inclusive do item 2, cobrado aqui em cima do lance pelo grande e eminente Senador Pedro Simon. E quero dizer que os relatores efetivamente esmeraram-se no trabalho, na produção desses relatórios. De sorte que eu vou deixar então consignado o meu voto no item 2 e dos demais itens, porque eu conheço os relatórios.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito bem, então vamos ao item 2, Projeto de Lei do Senado de número 261, de 2007, complementar. É também não terminativo. Institui na forma do artigo 43 da Constituição Federal a SUDESUL, Superintendência e Desenvolvimento da Região Sul, estabelece sua composição natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação. O autor dessa matéria é do nobre Senador Paulo Paim, o relatório é o Senador Pedro Simon, parecer é favorável com emenda que apresenta, com observação, em reunião realizada dia 12 de julho do corrente foi concedido vista ao Senador Valdir Raupp que devolveu sem manifestação. Em discussão a matéria, ou melhor, com a palavra o Relator da matéria.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Está me dizendo que eu já relatei, e que, portanto eu não posso relatar de novo, foi pedido vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito bem, como o Senador Valdir Raupp que pediu vista não devolveu sua manifestação, está válido a leitura que o Senador Relator Pedro Simon ofereceu no dia 12 de julho.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Se votarem a favor eu não leio, agora se alguém quer votar contra eu leio de novo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão e em votação o parecer favorável ao projeto com a emenda. Os senhores e senhoras senadores e senadoras que concordam, permaneça como se encontra. Aprovada, a matéria vai à Comissão de Constituição e justiça e cidadania.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Muito obrigado Sr., Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, me permite, só é um segundo para não atrapalhar os outros projetos. Primeiro agradecer ao Senador Pedro Simon pela rapidez como fez o relatório, atendendo ao pedido, inclusive, dos três senadores, dos três governadores do sul, da governadora Yeda Crusius, Senador Luiz Henrique e Senador Requião. Então meus cumprimentos ao Relator e toda a Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Parabéns, parabéns Senador Paulo Paim e eu registro aqui ainda a minha saudade do tempo da SUDESUL na época que nós trabalhávamos juntos com senhor Valdemar Borges que foi o último superintendente da SUDESUL. Quero colocar em votação o pedido de inversão de pauta feito pela nobre Senadora Fátima Cleide. Esta matéria ela é terminativa, portanto, peço que os senadores continuem no Plenário para que possam votar. Em votação a manifestação da Senadora para a inversão de pauta. Como ninguém quer se manifestar coloco em votação. Aprovado e passo, portanto, ao art. 11 que institui o selo Estatuto da Cidade com o objetivo de impulsionar a implementação das ações e diretrizes contidas na lei 10257 de 10 de julho de 2001 que regulamenta o art. 183, 182 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais de política urbana e dá outras providências. A autoria desse Projeto de Lei é do Senador Inácio Arruda. A relatora é a Senadora Fátima Cleide. O parecer dela é pela aprovação do projeto e rejeição da emenda do Senador Cristovam Buarque. Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide para proferir o seu parecer.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, de autoria do Senador Inácio Arruda o Projeto de Lei do Senado número 69 de 2007, visa favorecer os municípios cumpridores do Estatuto da cidade que receberão benefícios da união para execução de programas sociais, em especial nas áreas de saneamento, infra-estrutura básica, melhoria das condições de aplicabilidade, transporte e mobilidade urbana. O cumprimento do Estatuto da cidade será atestado pela outorga do Governo Federal, do selo Estatuto da Cidade, conforme critérios de seleção e faixas de premiação a serem estabelecidos em regulamento. Segundo o autor, os municípios precisam entender a magnitude da tarefa a eles delegada pela Constituição Federal e pelo Estatuto da cidade já que mais de 82% da população vive em áreas urbanas, e cada vez mais caóticas, o que torna a ordenação do solo urbano e a política de desenvolvimento urbano de importância extrema para o próprio futuro da nação.

O projeto foi distribuído à Comissão de Desenvolvimento Regional e turismo para a deliberação de

natureza terminativa. Foi apresentada uma emenda de autoria do Senador Cristovam Buarque que inclui, no âmbito dos benefícios derivados do projeto, as áreas de educação e saúde, retirando, por outro lado, a área de infra-estrutura básica. Da análise.

A presente proposição tem respaldo constitucional nas competências da união para instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive, habitação, saneamento básico e transportes urbanos, Artigo 21, e para promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico em seu artigo 23.

Trata-se de iniciativa da maior relevância, Sr. Presidente, tendo em vista a necessidade de fortalecer a política urbana, cujas diretrizes foram inscritas no Estatuto da cidade. De fato, o caráter inovador do Estatuto exige do Poder Público mais do que a simples exigência de sua aplicação, é preciso apoiar as boas práticas municipais, seja ampliando os recursos destinados a ela, seja a elas, perdão, seja divulgando-as para a opinião pública, de forma a incentivar sua difusão para os demais municípios. O selo Estatuto da Cidade, ora proposto, atende a esse objetivo, ao prever que os municípios que o obtiverem sejam beneficiados na execução de programas sociais da união.

A emenda do Senador Cristovam Buarque pretende estender as áreas da educação e de saúde, os benefícios oferecidos aos municípios retirando, em contrapartida, a área da infra-estrutura básica. Apesar da relevância nas áreas propostas, entendemos que elas excedem o âmbito de abrangência do Estatuto da cidade, uma vez que ele tem por objeto exclusivamente a política de desenvolvimento urbano. Todas as áreas mencionadas na proposição, saneamento, infra-estrutura, habitação, transporte e mobilidade, fazem parte dessa política maior, o que não ocorre com as áreas de educação e saúde. Por essa razão a emenda deve ser rejeitada. E aí também lembramos, Sr. Presidente, a exemplo do prêmio, Prefeito amigo da cidade que é oferecido pela ABRINQ, que nós também podemos fortalecer o município que atua nas áreas sociais com recursos, com um selo tipo selo amigo da educação, amigo da saúde, mas não cabe neste projeto, nesse momento.

O projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. No mérito apresenta grande relevância social e urbanística. Diante do exposto o voto pela rejeição da emenda, voto pela rejeição da emenda e pela aprovação do PLS número 69 de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado, eminente Senadora. Coloco em discussão a matéria.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Para discutir Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, a iniciativa do Senador Inácio Arruda é por demais valorosa no sentido de que nós possamos premiar os administradores que busquem com responsabilidade, com compromisso de vida pública melhorar a qualidade de vida dos munícipes que todos nós sabemos da importância desse administrador pela, no dia-a-dia dos problemas que passam principalmente aquela população mais carente. Mas eu lhe confesso e peço esclarecimento, se for possível, a Senadora Fátima Cleide, que para mim aqui eu não vi critérios ao atribuir ao Governo Federal essa atribuição, eu não falo do atual governo, não é uma questão partidária, mas quem me garante que irá ter critérios e isenção política para que esse carimbo, esse selo seja oferecido a administradores de diferentes partidos e repito, não estou fazendo nenhuma acusação, não estou estabelecendo que o atual governo não teria capacidade e vamos dizer assim, correção no procedimento, mas amanhã ou depois nós teremos também outros administradores.

Então, eu, com essa preocupação de ter sido Prefeito, eu pediria a compreensão da Senadora Fátima Cleide, bem como ao Senador Inácio Arruda, para que, dependendo do esclarecimento que ela me dê, eu possa fazer o pedido de vista desse processo para que a gente discuta um pouco mais com administrações, municipais, porque sem dúvida nenhuma, inclusive a sugestão do Senador Cristovam Buarque é muito importante, você vai, por exemplo, para um dos primeiros selos que foram estabelecidos no país, embora da iniciativa não-governamental, que foi o prêmio Prefeito Criança, para aqueles prefeitos que tinham ações voltadas para as nossas crianças, e que leva, sem dúvida nenhuma, parâmetros fundamentais como redução de mortalidade infantil que está engajada na questão da saúde, que leva o número de analfabetismo, a quantidade de crianças nas escolas, tudo isso são condições que verdadeiramente preenchem a qualidade de vida de uma cidade que não apenas obras de infra-estrutura ou obras de engenharia. A mais importante muitas vezes do que obra de pedra e cal é a obra sócia. Então eu pediria a compreensão da relatora e também do autor do projeto, para que nós possamos discutir um pouco mais, daí a razão da gente ou retirar o projeto, se for possível, e a gente aprofundar até com algumas Audiências Públicas, Senador Marco Maciel, ou senão eu pedirei vista para deter ao lado de outros senado-

res nessa discussão e até apresentar um substitutivo se for o caso.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com a palavra a relatora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Eu tenho total compreensão com as dúvidas que colocam aqui, coloca aqui o Senador Cícero Lucena, eu gostaria apenas de esclarecer do que pude conversar com o Senador Inácio Arruda, ele não quis, não é nem ele e nem eu colocarmos já imposição ao governo, com relação aos critérios de seleção, mas fica muito claro que nós queremos discutir esses critérios também, até porque uma das preocupações, inclusive do Ministério da Fazenda também, é com relação ao deprimente da Lei de Responsabilidade Fiscal, e isso tem que ser um critério. Lógico, ninguém vai premiar a cidade que não, município que não tenha observância necessária à legislação. É lógico que o Município a ser premiado ele tem que estar dentro de critérios selecionados e com a participação ampla da sociedade e do Congresso Nacional, também na definição desses critérios. Então, eu espero, assim, ter já ajudado, contribuído na, para esclarecer as suas dúvidas, eu tenho plena convicção de que o Senador Inácio Arruda, ao propor esse selo, a única pretensão é de fato de colocar aquilo que é positivo que está ocorrendo nos nossos municípios de forma visível para toda a sociedade, como uma forma também de estar ajudando a que outros municípios também entrem nessa concorrência positiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Suspensa a discussão da matéria em função do pedido de vista do Senador Cícero Lucena. Até a próxima sessão.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC) – Presidente Jonas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC) – Tendo em vista a ausência dos eminentes relatores dos itens 3 e 4 eu pediria preferência para a apreciação dos itens 5, 6 e 7 em seqüência, a seguir.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Nada a opor, eminente Senador, porém, o item 3 está combinado para que a relatora seja a Senadora Fátima Cleide. Portanto, vamos votar o item 3 para depois entrarmos em outra matéria. O item 3 é não terminativo, altera o art. 13 da lei 7827 de 27 de setembro de 1989 que regulamenta o artigo 159, inciso 1, alínea C da Constituição Federal para prever a ins-

tuição dos conselhos deliberativos dos fundos constitucionais de financiamento do norte e do nordeste. O autor é Senador Sibá Machado, a relatora *ad hoc* é a Senadora Fátima Cleide em substituição ao Senador Demostenes Torres. O parecer pela declaração de prejudicialidade do projeto nos termos do artigo 334 do regimento interno do Senado Federal com seu arquivamento em definitivo. Peço, portanto, que a eminente Senadora Fátima Cleide leia o parecer do Senador Demostenes Torres, se possível, só o voto.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Atendendo as solicitações expressas o voto é pela declaração da prejudicialidade do PLS número 168 de 2003 nos termos do previsto no artigo 334 do regimento interno do Senado Federal com seu arquivamento definitivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado e eu gostaria apenas de acrescentar que na Medida Provisória 372 que nós estamos relatando que trata do endividamento do produtor rural, nós já estamos dando ao Ministério de Integração Nacional, o direito e o poder para que seja o determinador das ações e funções do FNO e FNE até que a SUDAM e a SUDENE esteja plenamente restabelecida. Concedo... em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, ou não havendo ninguém para discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer pela declaração de prejudicialidade do projeto nos termos do artigo 334 do regimento interno do Senado Federal com seu arquivamento definitivo. Os senadores e senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. A Senadora Marisa, que é relatora da quarta matéria, como ela não está passarmos para o quinto item. Projeto de Lei do Senado número 349, não terminativo, dispõe sobre a criação de zona de processamento de exportação, a ZPE, no município de Guajará Mirim, Estado de Rondônia. O autor da matéria é o Senador Valdir Raupp, o Relator é o eminente Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer favorável com emenda que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita para proferir o seu parecer de forma simplificada.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador, prezados colegas, essa é uma matéria conhecida, o Senador Valdir Raupp, como muitos de nós enxerga esse mecanismo de criação de zona de processamento de exportação em alguns municípios dos nossos Estados como a forma de permitir alavancagem do desenvolvimento nesses municípios com a instalação de empresas voltadas a produção de bens a serem comercializados com o exterior, é um mecanismo, como eu disse, já exaustivamente conhe-

cido dessa Casa, há diversas proposições nesse sentido, essa é uma a mais, louvo a iniciativa do Senador Valdir Raupp que com a sua sensibilidade enxerga a possibilidade de uma instalação de uma ZPE como essa no Município de Guajará Mirim, Estado do qual ele é representante aqui no Senado Federal, portanto, o meu parecer é pela aprovação da proposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Em discussão a matéria.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, apenas para registrar que --.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – A minha satisfação de votar favoravelmente a esta matéria, quero parabenizar Senador Valdir Raupp pela iniciativa e o nosso querido Senador Geraldo Mesquita pela relatoria, porque o Município de Guajará Mirim no Estado de Rondônia é um dos últimos redutos em que nós ainda temos uma área de preservação ambiental. Apenas 3% da cobertura vegetal do Município foi utilizada até hoje, e a ZPE, neste Município em especial ela vem para contribuir também para com a preservação daquelas reservas que estão situadas ali, muitas delas, reservas extrativistas, então é um passo muito importante e eu quero parabenizar o Senador Raupp pela iniciativa, mais uma vez, e também agradecer ao Senador Geraldo Mesquita pelo relatório favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito bem, não havendo mais manifestação sobre a matéria, em votação o parecer favorável ao projeto com as emendas do Relator. Os senadores e senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. Voltamos ao item 4, que tem como relatora *ad hoc* a Senadora Marisa Serrano. O item 4 Projeto de Lei do Senado nº 306 não terminativo, propõe, dispõe sobre a criação da ZPE nos Municípios de Macapá e Santana no Estado do Amapá. Autoria do eminente Senador e Presidente José Sarney. O parecer é favorável, o Relator inicial era o Senador José Maranhão e que tem como Relator *ad hoc* Marisa Serrano. Concedo a palavra a nobre Senadora Marisa Serrano para proferir o seu parecer de forma simplificada.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Sr. Presidente, como todos aqui são conhecedoras da importância das ZPE's para o desenvolvimento regional eu quero ler apenas o voto que diz o seguinte: "Em face do exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado número 306 de 2007." Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito bem em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir encerro a discussão. Em votação o parecer favorável ao projeto., Senadores e senadoras, que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado e a matéria vai à Comissão de assunto econômico. Vamos para o item 6. O item 6 é Projeto de Lei do Senado 364, não terminativa, dispõe sobre a criação das ZPE na região do vale dos sinos no Estado do Rio Grande do Sul. Autoria é do eminente Senador Paulo Paim e tem como Relator o Senador Marco Maciel favorável ao projeto com emenda que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel para proferir o seu resumido parecer.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a exemplo do que já o fez a Senadora Fátima Cleide e a Senadora Marisa Serrano e também o Senador Geraldo Mesquita, eu também vou fazer um relatório sintético da matéria.

Como V.Exa. nos comenta, a proposição do nobre Senador Paulo Paim tem em vista a criação da zona de processamento de exportação na região do vale dos sinos. Sr. Presidente, o meu parecer é favorável, mas apresento 3 emendas, todas basicamente de redação. A emenda n 1 que acrescenta o Parágrafo 2º, art. 1º do Projeto de Lei, para permitir a realização por edital na Lei de 98 que regula a matéria, o Governo do Estado do Rio Grande Sul, após consultas (ininteligível) indicará ao Governo Federal localização onde será instalada a ZPE. A segunda emenda e que tem o consentimento do autor também que revoga algumas disposições para que melhor seja efetuada a providência requerida pelo Senador Paulo Paim, e a última, Sr. Presidente, é o que acrescenta a cláusula de que a lei entrará em vigor na data da sua publicação. Quer dizer, que algo indispensável, porque a lei, o projeto do Senador Paulo Paim, falava que entrará em vigor na data da sua publicação e revogando o discursivo, mas hoje a boa técnica recomenda que separe a revogação ou alteração de dispositivo da norma da, da entrada em vigor do diploma legal. Este é, portanto, o meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado, eminente Senador Marco Maciel. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão. Em votação o parecer favorável do projeto com as três emendas do Relator. Senadores e senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovada. A matéria vai à Comissão de assunto econômico. O item 7, também é ZPE, é o Projeto de Lei do Senado 366, também de autoria do Senador Paulo Paim, também é Relator o Senador Marco Maciel favorável ao projeto com a emenda que

apresenta. Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel para proferir mais uma vez o seu sintético parecer.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Sr. Presidente, nobre Senador Jonas Pinheiro, senhoras e senhores senadores, o projeto do Senador Paulo Paim que passo a relatar de forma muito concisa cogita da criação através de Projeto de Lei de Zona de Processamento de Exportação, a chamada ZPE, na região norte do Estado do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, o meu parecer é favorável, mas eu faço, a semelhança do projeto que relatei anteriormente, três emendas que acho que acho que contribuem para aperfeiçoar o texto. A exemplo do que aconteceu, aliás, no item sexto que acabo de relatar, ou seja, uma emenda ao Parágrafo 2º do art. 1º, uma emenda ao art. 2º do projeto e finalmente uma emenda ao art. 3º do projeto para dispor sobre a entrada em vigor do projeto, uma vez transformado em lei na data de sua publicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel e o Senador, o autor Paulo Paim já se pronunciou apenas com sinal de aprovação, portanto, nós encerramos a discussão. Valeu o gesto, em votação o parecer favorável ao projeto com as emendas do Relator. Senhores senadores e senadoras que concordam, permaneçam como se encontram.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Jonas Pinheiro, se me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Aprovado. A matéria vai a Comissão de assunto econômico e passo a palavra ao eminente Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero só agradecer ao Marco Maciel, inclusive pelas clarezas das emendas que ele coloca, as ZPE's aqui nós não precisamos aprofundar o debate, todos sabem da suas importância, eu queria também agradecer a todos os senadores, e V.Exa. pela aprovação. Todos sabem que o Rio Grande do Sul é um Estado exportador e devido a relação real dólar principalmente no mercado de calçado é da maior gravidade, e seria um dos motivos de eu ter apresentado essas duas ZPE's eu encerro inclusive para ajudar os outros senadores que estão para os seus projetos serem aprovados, eu dizia aqui para a Senadora Marisa que um antigo, um antigo Deputado ficou 40 anos no Congresso Nacional, Floriciano Paixão me ensinou uma frase e que eu quero só deixar ela registrada aqui: "Projeto bom é projeto aprovado." Por isso que eu me sinto contemplado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado, Senador, só gostaria

que V.Exa. permanecesse em reconhecimento ao apoio de outros senadores que estão aqui para defender as suas ZPE's.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – É o ônus da votação, da aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – É o ônus, está castigado por isso. O item 8 Projeto de Lei do Senado 377 também não terminativo, dispõe sobre a criação da ZPE no Município de Bacabeiras no Estado do Maranhão. Autora é a Senadora Roseana Sarney, o Relator Senador Zé Maranhão, mas tem como Relator *ad hoc*, a Senadora Marisa Serrano, favorável ao projeto com emenda que apresenta. Concedo, portanto, a palavra à Senadora Marisa Serrano para proferir, como os demais relatores, de forma sintética, o seu parecer.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Sr. Presidente, como nós já dissemos a importância de ter pelo menos a oportunidade de garantir um desenvolvimento regional e a importância da ZPE, mas há uma emenda aqui que substitui Bacabeiras por Bacabeira. Portanto, a favor da emenda e favor do projeto, voto pela, como Relator *ad hoc*, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer favorável ao projeto com a emenda corretiva da relatora. Senadores e senadoras que concordam, permaneçam como estão. Aprovado e a matéria vai a Comissão de assunto econômico. Item 9, eu só queria também orientar os nossos senadores e senadoras que além da matéria que está em pauta o Senador Cícero Lucena pediu para colocar um projeto da sua autoria que também cria uma ZPE em Campina Grande, portanto eu peço a todos que vão permanecer no recinto para a votação dessa matéria que está extrapauta. O item 9 é o Projeto de Lei do Senado 382 não terminativo que cria a Zona de Processamento de Exportação, ZPE no Município de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul. A autoria é do Senador Sérgio Zambiasi e o Relator eminente Senador Geraldo Mesquita Júnior com parecer favorável. Concedo a palavra ao Senador Geraldo para proferir o seu parecer.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Muito obrigado Senador, também na mesma linha e é bom que se esclareça, Senador, que para as pessoas que nos ouvem, não é? Pode parecer até, o pessoal está brincando ali de aprovar projeto rapidamente. Não se trata disso. É porque é uma matéria como eu disse, alguns senadores já repetiram exaustivamente do nosso conhecimento, portanto nós

temos absoluta segurança no que estamos fazendo. E a propositura do Senador Zambiasi, meu prezado e queridíssimo amigo, também Senador do Rio Grande do Sul, oh Estado bem representado esse, com Paim, com Zambiasi, com Simon, é também na mesma linha, é de propor no Município de Uruguaiana no Estado do Rio Grande do Sul também uma ZPE e o meu parecer como o anterior é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito bem. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir encerro a discussão. Em votação o parecer favorável ao projeto. Senadores e senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de assunto econômico. O item 10 é o Projeto de Lei do Senado número 391 também não terminativo, dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação, ZPE, no Município de Rorainópolis e Caracarái no Estado de Roraima. Autor, Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator Senador João Vicente Claudino que, não estando, foi substituído pelo Relator *ad hoc*, Senador Cícero Lucena. O parecer é favorável com emenda que apresenta. Com a palavra o Senador Cícero Lucena para proferir o seu parecer.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, pela consciência de todos os senadores e pela antecedência das matérias que levam nesse mesmo objetivo do desenvolvimento, o voto é pela aprovação do projeto do Senado números 391 de 2007 apenas com as seguintes emendas: Dar-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado 391 de 2007 a seguinte redação: art. 2º ficam revogado o art. 1º da lei 8015 de 7 de abril de 1990 e o art. 1º da lei 7792 de 4 de junho de 1989 com a redação datada, dada pela lei 7993 de 5 de janeiro de 1990, segundo a emenda dar-se ao Artigo 3º do Projeto de Lei do Senado 391 de 2007 a seguinte redação: art. 3º a lei entra em vigor na data de sua publicação. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação, o parecer favorável ao projeto com as emendas apresentadas pelo Relator. Senadores e senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de assunto econômico.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Presidente, só para agradecer tanto ao Senador João Vicente Claudino que elaborou o relatório, quanto o Senador Cícero Lucena que teve a gentileza de relatar *ad hoc* e dizer se essas ZPE's são de realmente de importância para todos os Estados brasileiros, para o meu Estado de Roraima são de vital importância, por

que é um Estado de 57% é de área indígena, cerca de 30 e poucos por cento pertence ao Incra, então aqui, talvez seja o caminho para que Roraima realmente não seja sepultado e não tenha perspectiva. Então e, eu quero agradecer a todos os colegas o apoio dado a essa aprovação desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Perfeitamente, perfeitamente compreensível. Extrapauta, Projeto de Lei do Senado número 418, não terminativo, dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação do Município de Campina Grande no Estado da Paraíba. É o extra pauta que eu já anunciei que tem como autoria o Senador Cícero Lucena e para a alegria nossa chega o Relator, Senador Flexa Ribeiro favorável ao projeto com a emenda que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para proferir sinteticamente o seu parecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Jonas Pinheiro, senhores senadores. Quero primeiro justificar a minha chegada nesse instante, estava na reunião da Mesa Diretora do Senado, depois na Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores, mas não poderia, em hipótese alguma, deixar de participar desta Comissão de Desenvolvimento Regional que é sem sombra de dúvida, uma das comissões mais importantes do Senado Federal que trata da importante missão que nós no Senado temos de diminuir as desigualdades regionais. E a criação de Zona de Processamento de Exportação nesses Estados, nas regiões deprimidas do nosso país, será, sem sombra de dúvida, um instrumento que propiciará a essa, a diminuição dessa desigualdade. Então, como não poderia deixar de ser, a criação da Zona de Processamento de Exportação no município de Campina Grande, no Estado da Paraíba, tão bem representada aqui pelo nosso Senador Cícero Lucena, que é o autor do projeto, que tem mostrado o seu amor pelo seu Estado, defendendo e procurando dar a Paraíba e, no caso específico, à Campina Grande, um instrumento de desenvolvimento da maior importância que é a criação de uma Zona de Processamento de Exportação.

Então o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei número 418 de 2007 com as seguintes emendas: Dêem-se, emendas número dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado número 418 de 2007 a seguinte redação: Art. 2º ficam revogados o art. 1º da lei 8015 de 7 de abril de 1990 e o art. 1º da lei 7792 de 4 de julho de 1989 com a redação dada pela lei número 7993 de 5 de janeiro de 1990. A outra emenda, acrescente-se o seguinte artigo terceiro ao Projeto de Lei do Senado número 418 de 2007, art. 3º, esta lei

entra em vigor na data de sua publicação. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer favorável ao projeto com as emendas do Relator. Senadores e senadoras que concordam, permaneçam como se encontra. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. E eu quero agradecer não só a eficiência da retaguarda dessa Comissão, mas também agradecer a presença de todos os senadores e já são 13 horas, mantém aqui firme para limpar a pauta. A pauta está limpa desta Comissão. Muito obrigado e parabéns a todos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – É isso que eu iria fazer, agradecendo inclusive a sensibilidade do Presidente e parabenizando.

Sessão encerrada às 12h47.

Ata da 20ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e Terceira da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de agosto de 2007, terça-feira, às 14 horas.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e sete, na sala nº 09, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em conjunto com a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com a presença dos Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp e da Senhora Senadora Rosalba Ciarlini. Comparecem ainda os Senhores Senadores Augusto Botelho, Geraldo Mesquita. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão e da Subcomissão. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 19ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e da 2ª reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, que são aprovadas. Ato contínuo, o Presidente esclarece que a presente reunião tem como finalidade a realização de Audiência Pública para debater o “Turismo para Pessoas com Deficiência” com a presença da Senhora Jurema Monteiro (Coordenadora– Geral de Segmentação do Turismo – Ministério do Turismo); Senhor Carlos Morales (Diretor de Regulação e Gestão da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade

de Urbana – Ministério das Cidades); Senhor Marcos Cordeiro de Souza Bandeira (Ministério dos Transportes); Senhora Maria Madalena Nobre (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência); e, Senhora Isabel Loureiro Maior (Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE), em atendimento aos Requerimentos nº 15/2007 – CDR, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia, e nº 43/2007 – CAS, de autoria do Senador Flávio Arns. Fazem uso da palavra o Senhor Senador Augusto Botelho e a Senhora Senadora Rosalba Ciarlini. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e oito minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, Senador Eduardo Azeredo, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal. E também a 20ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se acham. Aprovada. A presente reunião destina-se a Audiência Pública com objetivo de se discutir o turismo para as pessoas com deficiência, conforme o requerimento Nº. 43 de 2007, da Comissão de assuntos sociais e o requerimento Nº. 15 de 2007, da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Esclareço que cada expositor terá 10 minutos para as suas explanações e, logo após, abriremos o debate. Eu quero chamar com muita honra à Mesa os nossos convidados, a Sra. Jurema Monteiro, coordenadora geral da segmentação do turismo representando o Ministério do Turismo. Sr. Carlos Morales, diretor de regulação e gestão da secretaria nacional de transportes e da mobilidade urbana do Ministério das Cidades. Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira, representando o Ministério dos Transportes e a Sra. Maria Madalena Nobre, Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

Aqui está conosco ainda na condição de ouvinte a senhora Patrícia Ferraz da Associação Brasileira de Hotéis e também quero registrar a presença de Izabel Maior, Coordenadora-Geral da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, da CORDE. A discussão deste tema e objetivo é que nós possamos ter mais informações sobre as dificuldades que as pessoas com deficiência têm hoje para poder exercer o turismo, o turismo de lazer, o turismo de negócios, o turismo em todas as suas formas. É de conhecimento que algumas providências têm sido tomadas no país ao decorrer dos tempos, eu quero registrar que vejo com satisfação que, por exemplo, financiamento para a construção de hotéis, prevê que os hotéis, para terem acesso a esses financiamentos sociais, tenham que ter instalações para as pessoas com deficiência, citando apenas esse exemplo, mas evidente que muitos outros sistemas pelo país.

O que nós pretendemos aqui, hoje, é exatamente discutir quais outras providências são necessárias para que possamos ter um tratamento de igualdade. Com esse objetivo eu dou início, portanto, já à nossa audiência passando a palavra a Sra. Jurema Monteiro coordenadora geral de segmentação do turismo que representa o Ministério do Turismo.

SRA. JUREMA MONTEIRO: Pronto. Boa-tarde a todos, obrigada Senador, em nome da Ministra eu quero fazer um agradecimento a todos pela oportunidade de apresentar os resultados do trabalho do Ministério do Turismo com foco na questão de pessoas com deficiência, turismo com pessoas de deficiência. Para isso eu trouxe aqui uma apresentação rápida em que a gente possa fazer um resumo das atividades em andamento dentro de Ministério.

Eu gostaria aqui de mencionar e agradecer também a presença da senhora Isabel Loureiro, Presidente coordenadora do CORDE, um parceiro importante na execução das políticas determinadas pelo Ministério também. Então, eu posso passar por aqui? OK! O tema do turismo social, de uma maneira abrangente, tem sido prioridade na atuação do Ministério nos últimos 4 anos e com continuidade nessa gestão que se iniciou agora.

A gente entende por turismo social a forma de conduzir e praticar atividades turística promovendo igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão. Mais recentemente agora, em abril, a Ministra Marta Suplicy anunciou um novo Plano Nacional do Turismo 2007/2010 que é intitulado uma viagem de inclusão. Porque o tema da inclusão social tem sido constante para debate dentro do Ministério. (A próxima, por favor). O quê que a gente entende então nes-

se sentido por, qual é a visão estratégica do Ministério nesse sentido? Quando a gente está falando inclusão a gente está debatendo temas relacionados, a gênero, geração, raça, comunidades e grupos de base local, orientação sexual, trabalhador e acessibilidade.

Nesse sentido, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e aí eu gostaria de fazer menção ao projeto do Ministério do Turismo que está sendo lançado agora nessa semana, especificamente, um projeto intitulado: "Viaja mais, melhor idade", que tem como enfoque pessoas da terceira idade, acima de 60 anos, e há, no entendimento do Ministério, a inclusão social também nesse sentido, porque nós estamos falando de um novo grupo e estamos falando de pessoas que também podem ter mobilidade reduzida, então esse tema tem sido debatido e levado a ações finalísticas por conta, por parte do Ministério.

Como o tema tem sido abordado dentro do Ministério? Nós tivemos no, dentro da, do nosso Conselho Nacional de Turismo a constituição de câmaras temáticas relacionadas a segmentação. Uma delas é um grupo técnico temático relacionado ao turismo social que debateu de maneira bastante democrática e ampla, em todo o território nacional, o tema do turismo social. Resultado desse trabalho, nós temos aqui uma publicação que é aconteceu resultado desse seminário, uma publicação chamada "Turismo social, diálogos do turismo, uma viagem de inclusão".

Na realidade nós tivemos um seminário em dezembro de 2005 aqui em Brasília, debatendo em diversos âmbitos a questão da inclusão e o resultado dele é essa publicação que foi distribuída no ano passado, eu trouxe aqui um exemplar posso deixar aqui com senhor, Senador, para consulta. Posso disponibilizar também esse material aos interessados através da coordenação.

Esse tema, então, quais foram os temas discutidos? A acessibilidade foi discutida, além desse seminário, especificamente, nós realizamos uma série de jornadas de segmentação em todo o país, o Ministério do Turismo tem uma política de territorialização do turismo, chamado Programa Nacional de Regionalização do Turismo. Esse programa, ele mapeou os destinos turísticos e organizou essa oferta em regiões turísticas e nessas 87 regiões que foram identificadas ao longo dos anos, em 2005, mais especificamente, no ano passado nós realizamos 87 jornadas técnicas de segmentação. Em cada uma delas nós levamos temas para serem debatidos com as regiões turísticas.

O Ministério tem entendimento de que cabe a ele uma política, uma discussão da política de inclusão relacionada ao tema de pessoas com deficiência, mas a produção do segmento se dá na iniciativa priva-

da, então é necessário haver, por parte do Ministério, uma política de sensibilização dos empreendimentos para que a gente possa dos empreendedores, de uma maneira bastante genérica, para que a gente possa ampliar a discussão e, mais do que isso, traduzir a política em ações concretas de inclusão de pessoas com deficiência. Então, esse trabalho foi feito através também das jornadas.

Além disso, nós elaboramos, editamos e divulgamos outro material chamado, me deixa buscar aqui a minha, a minha biblioteca. Manual de orientações, turismo de acessibilidade, esse documento ele teve um grande apoio da CORDE também para o seu desenvolvimento, além do Conselho Nacional que nos apoiou nos debates dos temas abordados aqui dentro, ele está disponível para *download* no site do próprio Ministério e ele foi distribuído nas 87 regiões como ferramenta instrumento de trabalho para que empreendedores possam adaptar os seus empreendimentos e seus destinos à pessoas com deficiência. Além disso, os técnicos no Ministério vão disponibilizá-lo aqui também, Senador. Além disso, os técnicos do Ministério têm participado em eventos voltados a essa área especificamente.

Quais são as perspectivas do Ministério, então, com relação a isso? Primeiro a implantação de política de turismo para pessoas com deficiência, nós reconhecemos que esse tema ainda precisa de um forte debate e, mais do que isso, de ações concretas para que se traduza em acesso garantido. Então nós iniciamos esse trabalho através do grupo técnico temático, mas temos um dever de casa ainda a cumprir, estamos usando como referência um Município no Estado de São Paulo, no Município de Socorro, para desenvolver um destino referência no que diz respeito a turismo e acessibilidade e a criação de linhas de financiamento para oportunizar a viagem com pessoas de deficiência a exemplo do que o próprio Senador citou as linhas de crédito para o segmento de hotelaria. Eu trouxe um pouco de informação para vocês do projeto Socorro Acessível que é um dos, que tem um C a mais ali em cima, mas... um material, um Município que vem sendo desenvolvido esse projeto com o envolvimento de uma associação no Município de Socorro chamado Aventura Especial, o próprio Ministério do Turismo, a Prefeitura Municipal e a Vap.

Essa cidade vem, então, se beneficiando de uma ação específica do Ministério com foco em pessoas com deficiência. O objetivo desse processo é tornar a cidade o primeiro destino preparado para receber o turista especial, a exemplo desse segmento, outros também nós utilizamos da mesma metodologia, determinamos um único município para que a gente execute toda

uma metodologia voltada à excelência dentro daquele segmento e a partir do momento que nós pudermos encontrar esse destino como referência a gente pretende multiplicar a experiência dessa, desse município em outros destinos turísticos no Brasil.

O objetivo específico é abranger a maior quantidade de produtos, ou seja, de hotéis até serviços gerais no município que tenham condições de trabalhar com fogo em pessoas com deficiência e o quê que está em andamento, então? Nós temos um projeto chamado aventureiros especiais com essa associação chamada Aventura Especial, o objetivo do projeto é desenvolver, primeiro mapear todas as atividades do turismo de aventura que possam ter a participação de pessoas com deficiência, segundo identificar quais as necessidades de adaptação para que a gente possa, então, providenciar junto à iniciativa privada o apoio para a adaptação necessária.

Nesse sentido o Ministério, através desse convênio, já desenvolveu alguns protótipos de equipamentos do segmento de aventura que podem ser utilizados, por exemplo, cadeirinhas específicas para atividade de rapel e tirolesa, é um bote com assento especial para a prática de rafting entre outras coisas. Além disso, nós temos um trabalho com o município, com a Prefeitura Municipal, para adaptação das vias de acesso e equipamentos e um trabalho com a Vap no sentido da sensibilização para o turismo acessível. O quê que isso, o que é que está composto dentro desse projeto? O mapeamento, um diagnóstico, adaptação de edificações e vias públicas, o acompanhamento e supervisão dos empreendimentos públicos e privados e a promoção e comercialização que também há no entendimento do Ministério necessidade muito clara de se promover quais são os destinos e equipamentos adaptados já para a acessibilidade da pessoa com deficiência para que a gente possa ter a ampliação do número de pessoas viajando com esse foco.

No sentido da capacitação a gente está promovendo a sensibilização e a qualificação do atendimento autoria especial em serviços de turismo, serviços de apoio e operações de turismo de aventura mais especificamente. Próximo, por favor. E entendemos que a gente vai gerar com isso, primeiro, um pioneirismo e um projeto que pode ser um projeto de referência nacional, estamos trabalhando com nicho de mercado diferenciado e com público cativo e fiel e facilitar, dar facilidade à adequação das leis.

Muitas vezes a gente encontra por parte da iniciativa privada, desconhecimento no que diz respeito à legislação relacionada à acessibilidade e talvez esse projeto nos ajude a traduzir isso em práticas, práticas rápidas e que possa se transformar em realidade de

cada um dos empreendimentos e destinos. Esse trabalho todo vem sendo desenvolvido no Ministério e divulgado através de alguns portais com apoio do Ministério como é o caso do Vai Brasil, o portal de hospedagem, o próprio site institucional do Ministério do Turismo, além do site da Prefeitura Municipal de Socorro.

Além de revistas especializadas, sites na internet, a gente tem feito um trabalho grande com a assessoria de comunicação, porque a gente entende também que dado o pioneirismo e ineditismo dessa saudação é fundamental para que a gente dê visibilidade para isso, para até motivar outros destinos turísticos a seguir esse exemplo do que vem sendo desenvolvido dentro desse município. Eu, mais uma vez, agradeço, Senador, pela oportunidade e fico à disposição de vocês dentro da coordenação no Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Agradeço a Sra. Jurema Monteiro que aqui representa o Ministério do Turismo e passo a palavra ao Sr. Carlos Morales diretor de regulação e gestão da secretaria nacional de transportes da mobilidade urbana do Ministério das cidades.

SR. CARLOS MORALES: Boa-tarde a todos, Senador Azeredo, agradeço em nome do Ministro e do secretário da mobilidade esse convite e a oportunidade de trazer à debate público as ações que estão sendo desenvolvidas dentro do Ministério das Cidades e que poderão contribuir com, de alguma maneira com uma melhora para o turismo acessível.

Desde 2003 a acessibilidade universal foi um eixo estruturante da política de mobilidade urbana do Ministério das Cidades. Essa política não existia, o Governo Federal teve uma política de transporte urbano muito consistente até a década de 80, inclusive com órgãos de implementação muito fortes e muito bem organizados como o GEIPOP e o IBTU. Entretanto, após a Constituição de 88 essa atribuição de organizar o transporte urbano passou a ser dos municípios e dos Estados e o Governo Federal afastou-se dessa, dessa incumbência. Com a eleição do Presidente Lula e com uma resposta a uma demanda da sociedade foi criado o Ministério das Cidades, e dentro do Ministério das cidades, criou-se uma secretaria de transporte da mobilidade urbana. Não mais para cuidar só de transporte público, mas para trazer uma abordagem de mobilidade urbana para a política federal. Para a política pública federal.

Muito bem, dentro desse conceito de mobilidade urbana é que se insere esse eixo importantíssimo da acessibilidade. Dentro, com essa, com essa forma de atuar a secretaria de mobilidade urbana, com essa perspectiva de atuação a secretaria de mobilidade urbana então desenvolveu um programa específico para

cuidar de acessibilidade, que é o programa Brasil Acessível. Esse programa Brasil Acessível foi desenvolvido em estreita colaboração com a CORDE, inclusive os recursos do programa Brasil Acessível derivam de um programa do PPA e do AGU que está que é o nacional de acessibilidade, que é administrado diretamente pela secretaria de Direitos Humanos.

Nós temos ali uma ação dentro desse programa, então desenvolvemos vários projetos com recursos do nacional de acessibilidade. Agora, é importante dizer que a partir dessa parceria, ela, nós impregnamos todas as demais ações do programa de mobilidade que é o programa específico da secretaria de mobilidade com os requisitos da acessibilidade. Ou seja, hoje todas as, desculpa Marcos eu estou de costas para você, e você lê o lábio, mas eu vou tentar-me disciplinar aqui. Todas as ações que estão dentro do programa de mobilidade urbana tem que atender os requisitos de acessibilidade, ou seja, só recebe recurso do Governo Federal o município que atendeu os requisitos de acessibilidade.

As duas leis, o decreto e todas as exigências que estão na nossa sistemática. Bom, isso é importante que se saiba por que um material bastante rico foi desenvolvido dentro desse programa, esse material está à disposição, inclusive do Ministério do Turismo que poderá ajudar os municípios de vocação turística a ter um material de fácil uso e que pode trazer muitos benefícios para a melhoria da acessibilidade nessas localidades. Então, existem aqui vários volumes, eu quero destacar o volume construindo a cidade acessível, que é a idéia de você ter uma cidade que qualquer pessoa, com qualquer condição de mobilidade possa sair de casa e ir a qualquer outro lugar seguindo as normas de projeto que estão aqui.

Esse kit aqui que tem, além da Cidade Acessível, tem implementação do decreto 5296, como fazer isso nas cidades, ele já está sendo distribuído em 458 municípios que são as cidades com mais de 60 mil habitantes, alguns se eu tiver cometendo alguma impropriedade você me corrija, já foi distribuído. Além disso, 75 mil exemplares desse material estão sendo distribuído ou está sendo encaminhado para os professores de engenharia e arquitetura e para os alunos de engenharia e arquitetura para todas as universidades brasileiras federais, públicas e privadas. Ou seja, a idéia é fazer com que as barreiras não nasçam, por que tirar barreira já é uma dificuldade enorme, esse é talvez o maior desafio, o maior desafio que a gente vai ter, por exemplo, na área turística, os hotéis já estão feitos, já estão prontos, uma série de adaptações terão que ser feitas, é difícil fazer isso, então nós estamos também,

além de corrigir as barreiras, estamos tentando prevenir a criação de novas barreiras com essas ações.

Eu entendo que, basicamente é isso em relação ao que a gente pode colaborar, mas eu gostaria de introduzir outro assunto se o Senador me permite que seja muito relacionado com o que nós estamos tratando aqui, que é o que o Presidente Lula encaminhou ao Congresso no dia 2 de agosto um Projeto de Lei de diretrizes da política de mobilidade urbana. É o PL 1687 e esse PL, ele contém uma série de dispositivos que vem fortalecer a política de acessibilidade nas cidades. Eu gostaria de destacar principalmente no art. 5º, que é dos princípios, propugna pela acessibilidade universal, depois nas diretrizes dando prioridade aos meios não motorizados, adiante no art. 12º que trata do direito dos usuários, ele especifica no inciso IV que os projetos devem ter um ambiente seguro e acessível para a utilização do sistema conforme as leis 10048, 10098 de dezembro de 2000.

Além disso, estabelece que recursos federais não possam ser repassados para projetos que não, tenham dentro desse projeto, todas as normas de acessibilidade atendidas. O Projeto de Lei, eu vou aproveitar para pedir o apoio dos Senadores e Deputados para esse projeto que eu acho que ele vai trazer um avanço muito grande nesse sentido. Especificamente existe aqui no artigo 21 um item bastante interessante que é referente aos planos de mobilidade urbana, que terão que ser elaborados conforme as normas estabelecidas pelo Ministério das cidades, eu já termino, e tem especificamente um artigo aqui que diz que dentro do plano de mobilidade a acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição da mobilidade deve ser atendida senão esse plano não é válido e os recursos não serão repassados.

Bom, eu acho que com isso eu concluo as informações que eu teria que passar e só mais uma coisinha, inclusive os repasses de recursos e empréstimos para a aquisição de frotas são serão feitos se essa frota já tiver atendendo aos requisitos de acessibilidade. Bom, o Projeto de Lei das diretrizes da política de mobilidade urbana e é o número 1687 de 07. Bom, eu me coloco à disposição, tanto aqui como no Ministério para quem quiser tirar dúvidas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Sr. Carlos Morales que aqui deu sua posição, suas informações em nome do Ministérios das Cidades. Em quero, então, agora passar a palavra ao Marcos Cordeiro de Souza Bandeira do Ministério dos Transportes.

SR. MARCOS CORDEIRO DE SOUZA BANDEIRA: Boa-tarde a todos, agradeço a oportunidade de estar presente aqui, ao Senador Eduardo Azeredo e à

Senadora Lúcia Vânia, mas desculpe. Em princípio eu queria dizer que eu sou uma pessoa com deficiência auditiva e por conta o som oralizado, então eu espero que vocês me entendam falar aqui. Eu sou funcionário do Ministério dos transportes há 32 anos, eu sou economista e o Ministério dos transportes é um órgão setorial que cuida especificamente de infra-estrutura de transporte.

Agora, dentro do Ministério dos transportes nós temos programas específicos de passe livre interestadual e que podem contribuir para facilitar o programa de turismo das pessoas com deficiência. Agora, outro assunto que é muito importante para as pessoas com deficiência, nós temos o decreto 5296, um decreto de acessibilidade e ele, entre outros artigos, estabelece a adaptação dos meios de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário. Este tipo de equipamento, ele está em fase de estudo no tipo de adaptação de equipamento, está no momento em fase de estudo sendo elaborado pela ABNT, Inmetro em conjunto com o Ministério das cidades e a CORDE.

Enquanto não tivermos definitivo o modelo de equipamento de transporte nós não podemos fazer nada, temos que aguardar para contribuir no sentido de beneficiar as pessoas com deficiência. O que eu posso dizer é que o Ministério dos Transportes está acompanhando de perto e não poderia ter uma pessoa melhor como eu, como a minha pessoa com deficiência conselheiro do CONAD e tratando de programas (ininteligível), a minha deficiência é desde um ano de idade e eu sou amigo de todos aqueles que são deficientes, mas brigamos muito, lutamos muito e estamos aqui para isso mesmo, para acompanhar os nossos trabalhos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu agradeço ao Marcos Cordeiro de Souza Bandeira que traz aqui a palavra do Ministério dos Transportes e toda a disponibilidade para discutir essas questões. Ele próprio sendo exatamente um exemplo de inclusão das pessoas com deficiência. Antes de passar à última expositora dessa parte, eu quero registrar a presença aqui conosco da Senadora Rosalba Ciarlini do Rio Grande do Norte, do Senador Geraldo Mesquita do Acre, o Senador Augusto Botelho de Roraima, o Senador Valdir Raupp de Rondônia, os outros vão chegando aos poucos, nós temos aí a participação ampliada.

A Senadora Lúcia Vânia, por motivo particular, não pode estar presente hoje em Brasília, ela que é a presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Passo a palavra, portanto à Sra. Maria Madalena Nobre do Conselho Nacional dos Direitos Da Pessoa Portadora De Deficiência.

SRA. MARIA MADALENA NOBRE: Boa-tarde a todos, eu gostaria de cumprimentar a Mesa, Senador Eduardo Azeredo, Sr. Carlos Morales representante do Ministério das Cidades, meu colega Marcos Bandeira do CONAD, aqui nesse ato representando o Ministério dos transportes, a minha colega Jurema Monteiro, cumprimentar os senadores presentes no plenário, Augusto, Ministério das Cidades, a Dra. Isabel representando a CORDE, enfim, a todos que neste momento prestigiam este ato promovido pelo Senado Federal.

Em nome do Presidente Alexandre Baroni, Presidente do Conselho Nacional dos direitos da pessoa portadora de deficiência, eu gostaria de agradecer essa oportunidade, Senador Azeredo, do CONAD estar aqui presente a este importante evento, importante evento, porque o tema do turismo, hoje, para a pessoa com deficiência é um tema emergente, é um tema que vem sendo debatido no mundo inteiro e especialmente no Brasil por meio do CONAD, por meio da CORDE, por meio do Ministério do Turismo estamos tentando encontrar as soluções para que a pessoa com deficiência possa viajar com dignidade neste país.

O CONAD, como todos sabem, é um órgão de deliberação colegiada que integra a secretaria especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e tem como finalidade precípua o acompanhamento, a avaliação e a participação na elaboração das políticas públicas setoriais. Quem coordena, na verdade, a gestão das políticas públicas é por meio da Dra. Isabel, a CORDE e o CONAD faz toda essa parte de monitoramento das políticas.

Para a consecussão do trabalho do conselho, ele utiliza-se de todas as instâncias de controle social do país e de todos os órgãos governamentais, federais, estaduais e municipais, toda a Administração Pública direta e indireta de modo geral. A sua base de atuação é, realmente, defender os direitos das pessoas com deficiência, traduzida aqui a questão da cidadania em termos da equiparação de oportunidades para esse público. Bom, eu gostaria de, só para tentar uma seqüência melhor, acompanhar os slides, pode passar por gentileza. O que é o CONAD nós já colocamos, podemos passar, nós temos 10 minutos, não é Senador?

Eu gostaria aqui de colocar algumas ações que o CONAD vem desenvolvendo exatamente para atender essa prerrogativa, tanto estatutária, como uma demanda da sociedade na questão dos direitos da pessoa com deficiência. Então, ações básicas como a realização de campanha de sensibilização da sociedade já lançou a primeira campanha que é acessibilidade, siga essa idéia, que foi a partir da primeira conferência, a partir do ano passado, a realização em si, da primeira conferência nacional do direito das pessoas com de-

ficiência, o apoio a criação de conselhos estaduais e municipais, criação de conselhos aí, na verdade, essa criação é traduzida no sentido de capacitar esses conselheiros como pessoas que são mobilizadoras e que podem na verdade atuar no sentido de influir nas políticas públicas estaduais e municipais.

Criação e divulgação do boletim informativo do CONAD, infelizmente, a gente parece que tem que ler um pouco. Introdução da temática acessibilidade e Direitos Humanos das pessoas, desculpa, faltou um S, das pessoas com deficiências na sociedade, quer dizer, hoje na verdade a temática da acessibilidade é o grande instrumento, é o grande, vamos dizer princípio da inclusão das pessoas com deficiência, sobretudo da temática que nós estamos tratando deste evento no turismo. Ampliação da rede de proteção as pessoas com deficiência, a introdução da, aliás, a participação em eventos nacionais e internacionais, a participação do CONAD em grupos de trabalho em comissões, como o comitê nacional de ajudas técnicas, aí pilotado pela CORDE, acompanhamento da elaboração e aprimoramento do PPA 2008, 2011 junto ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional e acompanhamento de projetos de lei no Congresso Nacional, além do acompanhamento da elaboração e atualização de normas, isso aí junto com a CORDE.

O CONAD tem participado das discussões de documentos importantes, atuais, que vem sendo divulgado, debatido, algum internacionalmente e outros nacionalmente. A década das pessoas com deficiência da OEA 2006, 2016, é um documento cuja ação a CORDE desencadeou no país, aqui, por meio da Dra. Isabel, através de uma, da realização de uma Câmara técnica, na qual integraram todos os profissionais do país, todos os conselhos do CONAD e pessoas direta e indiretamente ligadas à área para levantar subsídios como contribuição para o planejamento da década, o CONAD também teve uma atuação firme nesse evento.

Convenção Internacional de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, que foi assinada a carta protocolo facultativo no dia 30 de março deste ano e agora, por meio da reunião que houve no Rio de Janeiro, da quinquagésima terceira Assembléia do CONAD, foi retirado o manifesto que foi já encaminhado ao Congresso Nacional solicitando ações no sentido de acelerar o processo de ratificação da convenção e do protocolo facultativo e o Estatuto da pessoa com deficiência que está em discussão no âmbito do conselho.

As principais reivindicações, eu acho que esse é o penúltimo, me parece, slide, as principais reivindicações das pessoas com deficiência que são colocadas,

que são discutidas no CONAD, elas se referem a adequação dos equipamentos e serviços turísticos. Quais são os equipamentos turísticos que mais, vamos dizer as pessoas com deficiência demandam um maior, uma maior adequação? A questão da rede hoteleira, inclusive a rede hoteleira tem dificultado um pouco até as próprias reuniões do CONAD, sobretudo quando faz também fora de Brasília, a questão dos restaurantes, o cardápio braile, a gente está colocando aqui, Senador, questões práticas, vamos dizer, da vida real das pessoas com deficiências que encontram barreiras nessa área do turismo à toda hora. Não só do turismo, mas focando aqui na nossa temática.

Importante também a capacitação do setor para prestar atendimento adequado. Então os guias de turismo são fundamentais que realmente se preparem, sobretudo, nos destinos turísticos, ou seja, há uma necessidade desde quando a pessoa com deficiência pensa em fazer uma viagem, a primeira dificuldade que ela encontra é em obter informações. Quando ela vai à internet, primeiro ela não acha um site acessível. Enfim, vão às agências, as agências também muitas vezes não tem o pessoal preparado para fazer esse atendimento mais adequado e por aí vai. Então essa capacitação do setor é primordial, eu acho que a Jurema colocou claramente assim as ações do Ministério do Turismo que engloba realmente todas essas preocupações do conselho, a previsão de inclusão das pessoas com deficiência em programas de qualificação profissional por meio do turismo.

Na verdade é a ampliação o Ministério do turismo pode estimular, porque também entram outros órgãos intervenientes no caso o Ministério do Trabalho, mas o turismo pode fazer essa, esse trabalho conjunto. A ampliação das oportunidades de trabalho, estou concluindo, via turismo até para o cumprimento das cotas da legislação, a viabilização de ações que visam incentivar as pessoas com deficiência uma viagem de qualidade. Não é porque pessoa com deficiência, não é porque é idoso, não é porque tem baixa renda, não é porque tem mobilidade reduzida que uma viagem não possa ser de qualidade, e aí a qualidade passa por N setores que não cabe aqui, N aspectos. Pode passar eu acho que é o último. Garantir a acessibilidade plena para que as pessoas com deficiência possam fazer turismo com dignidade, essa é a maior reivindicação do conselho nesse sentido. Pode passar, finalizando.

Algumas ações conjuntas foram desenvolvidas entre o CONAD e o mercado do turismo, a questão da primeira conferência, o Ministério participou com painel sobre turismo e acessibilidade, do seminário que a Jurema, do Ministério já falou de seminário de turismo e uma viagem de inclusão, as deliberações da

conferência, o CONAD mandou para todos os órgãos para poder se espelhar, para poder observar as deliberações e ver a sua implementação efetiva. Pode passar, finalizando, participação do CONAD nos debates sobre turismo e a acessibilidade no salão do turismo e apoio na elaboração do manual turismo e acessibilidade. Os avanços, é o último slide: Participação efetiva no debate nacional é o que o CONAD tem instigado juntamente com a CORDE sobre os direitos da pessoa com deficiência, inserção das questões referentes a pessoa com deficiência na política de direitos humanos, primeiro a pessoa com deficiência é uma pessoa com todas as suas necessidades, peculiaridades, enfim, os Direitos Humanos que está em jogo. Avanços na legislação, nós temos tido bastante, agora com a convenção internacional da ONU, sobretudo, e avanço no processo de inclusão social com todo o trabalho conjunto das políticas e o papel do conselho como órgão de monitoramento dessas políticas.

Eu queria, em nome do CONAD, Senador, agradecer a oportunidade mais uma vez e o CONAD fica à disposição para o diálogo e a construção de uma agenda nessa temática. Muito obrigada. Boa tarde a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Obrigado a Maria Madalena Nobre, agora nós já estamos aqui com a questão das pessoas com deficiência auditiva, o serviço pela televisão que, na verdade a TV Senado, isso já foi uma conquista aqui tivemos aqui no Senado, que as sessões tenham também as informações para as pessoas com deficiência com surdez. Eu quero ainda dizer da importância que tem, sem dúvida alguma, a discussão desses temas sem querer tirar a seriedade da discussão, mas se o Ministro da Defesa, pela altura tem dificuldade no avião, imagine as pessoas com deficiência quais são as dificuldades que tem no dia-a-dia poder viajar, não é? Então é uma questão que a gente vê a todo o momento, mas eu reitero que é muito importante estar sempre lembrando os bons exemplos.

Eu não me incomodo, o homem público às vezes não pode ficar dando exemplos de empresas, porque parece que está favorecendo empresas, mas eu acho que quando os exemplos são bons a gente tem que estar lembrando sempre e eu vejo com satisfação lá no aeroporto de Belo Horizonte tem funcionários da Gol que são pessoas com deficiência, então eu fico satisfeito de ver que são exemplos que estão frutificando e você vê já vários deles pelo país. Antes de a gente passar a palavra aos senadores eu queria ouvir a palavra da Isabel Maior, pudesse falar conosco aqui pela CORDE quais são as metas específicas que a

CORDE estaria com relação ao turismo para as pessoas com deficiência?

SRA. ISABEL MAIOR: Boa-tarde, muito obrigada, senhor Senador Eduardo Azeredo Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa Portadora de Deficiência, demais senadores, também Senadora Rosalba, Senador Botelho, demais pessoas presentes, os senhores da Mesa, muito obrigado por essa oportunidade. A CORDE é parte da secretaria especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, é uma coordenadoria nacional de políticas para as pessoas com deficiência que na verdade já existe desde 1986, mudando de status, mudando de *locus* dentro da hierarquia de governo, mas atualmente com uma inserção muito forte dentro da área de Direitos Humanos.

Nós temos trabalhado em parceria, como é da nossa atribuição legal, com todos os ministérios, também com as esferas de Governo Estadual e municipal e dentro da área do turismo vemos essa iniciativa da Comissão, principalmente do Senador Azeredo e da Senadora Lúcia Vânia, como algo extremamente importante, inovador e que, com certeza, deveria ser a primeira das audiências, mas nós vamos precisar de muitas, Senador, porque é uma área, como disse a Sra. Jurema Monteiro, que está começando, ela está começando dentro da área do Ministério do Turismo.

Referindo-me até a uma cena que eu tive a oportunidade de assistir ontem na TV brasileira, na novela mais conhecida, normalmente a novela das 8, foi mostrado ontem um programa do turismo para as pessoas idosas, inclusive com as pessoas que guiavam os idosos com as camisetas do Ministério do Turismo e mostrando uma fala de uma das pessoas do próprio hotel que é um personagem da novela falando sobre como tinha havido o treinamento para que as pessoas idosas pudessem ser bem atendidas e falava do lucro que a cadeia de hotéis da novela fictícia, mas que inspire a realidade vai ter com o período em que, sendo baixa do turismo mais habitual, as pessoas idosas também complementam como consumidores que são.

O mesmo se pode dizer das pessoas com deficiência, e na verdade, quando o Ministério do Turismo fala da acessibilidade para pessoas com deficiência e modalidade reduzida está englobando todo um público do decreto da acessibilidade que nós contabilizamos ao redor de 70 milhões de pessoas no Brasil. Incluindo todos aqueles que são pessoas com deficiência, 24,5 milhões, e a população de 19 milhões de pessoas da terceira idade e seus familiares diretos, então, na verdade, nós temos um número, um público muito grande.

Temos de todas as categorias sociais e econômicas, mas na verdade, nós temos hoje, o Brasil é um ponto turístico no mundo, deverá distribuir desenvolver mais a indústria do turismo para chegarmos como a Espanha, por exemplo, hoje tem na indústria do turismo uma das suas maiores fontes de renda e nós podemos fazer isso e muito mais. Então nós temos, além dos próprios brasileiros, nós temos todo um conjunto de pessoas do mundo contabilizados em torno de, aqui nas Américas, 90 milhões de pessoas com deficiência e idosos, um número que eu não vou saber dizer agora, mas sem dúvida nenhuma são aqueles que já fazem o turismo internacional que vem Europa, da América do Norte, então nós temos a possibilidade de aumentar, inclusive, a lucratividade do setor, nos virando para a questão da acessibilidade no turismo. Eu faço toda essa colocação para justamente nós tenhamos a percepção de quanto isso é vantajoso para o desenvolvimento do país.

Nesse sentido o Presidente Lula deverá anunciar agora no dia 21 que é o dia nacional de luta da pessoa portadora de deficiência, aqui estabelecido por lei do Senado Federal, de uma iniciativa do Senador Paulo Paim nós vamos anunciar a agenda social para a pessoa com deficiência. A agenda social ela traz iniciativas conjuntas do Ministério da Educação, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, do Ministério das cidades e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Então, com essas ações, nós vamos poder fazer a concessão de órteses e próteses, são os equipamentos necessários das pessoas com deficiência como incremento orçamentário para que isso possa acontecer a contento e chegue a todos os brasileiros com deficiência, o aumento de capacidade de absorção do meio de transporte acessível, que tem tido um trabalho muito bem feito, como já foi colocado pelo doutor Morales no Ministério das cidades, mas que precisa de mais recursos e de incentivo a própria iniciativa privada. E através de desoneração fiscal essa é a nossa proposta, para que tenhamos, de fato, uma frota acessível, não apenas no meio urbano, mas essa é uma grande colocação, mas também transporte metroviário, aquaviário e os demais, e o transporte rodoviário, que é uma parte do turismo também importante, nós já temos regulação normativa da ABNT a respeito de todo o desenho do transporte rodoviário terrestre.

O terrestre que faz percurso entre municípios e entre Estados do nosso país. Bem, além disso, temos, a agenda social vai trazer, todo, já chegou ao orçamento, na proposta orçamentária do Ministério da Educação, o recurso para que nós tenhamos, a cada ano 5, ve-

zes mais escolas acessíveis, adaptadas, aquelas que existem, porque as novas já são construídas dentro do desenho universal e vamos também colocar pelo menos 6 vezes mais o número de salas de recursos para que tenhamos de verdade a educação inclusiva que é uma das grandes batalhas que eu sei dessa sub-comissão e nossa do Governo Federal da secretaria especial de Direitos Humanos.

A agenda se completa, com a capacitação profissional das pessoas com deficiência, também dentro da possibilidade que aqui colocado tanto pela Madalena Nobre, representante do CONAD, como pela Jurema, porque temos toda a área do turismo como um parque novo para as pessoas com deficiência. Então podemos ser os consumidores usuários e podemos ser ao mesmo tempo, aqueles que trabalham nesse ambiente. Isso por quê? Porque nós temos que cumprir a legislação. A lei 8213 de 1991, ela trata da cota inserção de pessoas no mercado de trabalho das empresas que tem 100 ou mais empregados, as grandes cadeias de hotéis no Brasil todas elas estão nessa categoria de cumprimento da cota de mercado e, por outro lado, a inserção através da área institucional, da área pública, também temos que cumprir nos editais, nos concursos o percentual de 5 a 20% das vagas. Então, na verdade, o Brasil tem um arcabouço legal absolutamente moderno que está em consonância com a convenção da ONU mostrado por Madalena que o Presidente Lula encaminha ao Congresso Nacional nos próximos dias e, como é uma convenção, chama-se convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, foi homologada pela Assembléia Geral da ONU em dezembro do ano passado, é uma convenção de Direitos Humanos, então, o Congresso Nacional poderá, pela primeira vez, utilizar a emenda constitucional número 45 de 2004 que altera o art. 5º da Constituição Federal, e diz que as convenções internacionais de Direitos Humanos podem ser recepcionadas no Brasil no nível de emenda constitucional. Então, nós podemos trazer a convenção da ONU sobre as pessoas com deficiência para o marco da Constituição e aí teremos de forma perene, de forma modernizada, de forma adequada, toda a proteção legal.

O artigo 30 da convenção é dedicado ao esporte, ao alerta e ao turismo. E aí inscrevendo essa questão nós teremos toda essa questão resolvida.

Gostáramos Senador, finalizando dizer que a CORDE tem trabalhado em parceria, tanto com a iniciativa privada, como as organizações não-governamentais e os governos estaduais e municipais em projetos de acessibilidade no turismo. Nós temos, nesse momento, estamos trabalhando uma parceria com a Secretaria de Cultura, turismo e esporte do Estado de Santa Ca-

tarina para fazermos todo um projeto a partir da associação de integração de pessoas cegas, a ACIC, que é coordenada pelo nosso querido professor Adilson que foi o, Adilson Ventura que foi o anterior Presidente do CONAD então nós vamos fazer essa parceria e apoiar o turismo acessível na cidade de Florianópolis e em todo o Estado de Santa Catarina, mas inicialmente é um projeto ainda pequeno, porque os recursos ainda são pequenos para essa área e eu até aproveito essa oportunidade para convidar o Ministério do Turismo, que a Jurema Monteiro pudesse levar à nossa Ministra Marta Suplicy a idéia de apoiarmos esse projeto que é um projeto piloto, já fizemos outros seminários internacionais sobre a acessibilidade no turismo antes que o Ministério do Turismo já assumisse o seu papel que agora vemos que é forte e importante e também temos outro projeto que, dentro do nosso orçamento não coube, mas que poderia caber no momento em que nós socializarmos com o Ministério do Turismo, que é uma proposta de turismo que foi colocada para várias áreas do litoral, uma proposta que o CVI vem trazendo com o apoio, inclusive, de pessoas brasileiras que tenham a visão lá fora que a Rosângela Berman que trouxe esse projeto também, então eu queria também saudar o trabalho da Madalena nobre no Ministério do Turismo, durante já 4 anos, não é Madalena? Ou 5, 4 anos que você vem trabalhando e nós temos, dentro, na homicida que esse setor ainda não havia crescido dentro do Ministério, a CORDE, no seu papel de apoiar a área e vai continuar.

Concluindo mesmo, o que é que nós podemos fazer nesse momento? Trazermos ações do Ministério do Turismo para a agenda social para que possa, então, dentro desse pacote maior social, dar o que se pretende que é a inclusão da pessoa com deficiência. Agradeço muitíssimo em nome da secretaria especial dos Direitos Humanos e da coordenadoria. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Nós é que agradecemos a participação da Isabel maior e desde já fazendo um convite para que possa vir em outra data a ser marcada para que faça uma explanação mais detalhada aos senadores e senadoras sobre o plano como um todo. Eu quero também pedir a Jurema Monteiro para que possa disponibilizar para os membros das duas comissões, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e também da Comissão de assuntos sociais esse material de turismo e acessibilidade que possa distribuir para todos. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Primeiramente agradecer ao diretor geral da casa Garcia Maia que prontamente supriu uma falha que estava acontecendo nessa Comissão, que a Libras não es-

tava presente nessa Comissão. Esse é um assunto. O outro assunto é para justificar que o Senador Flávio Arns ele estava, está querendo vir para cá, mas ele está numa reunião discutindo os medicamentos de alto custo do SUS. Então ele estava achando que iria dar para chegar aqui, então eu estou justificando por que ele não está aqui. Nós sabemos que ele, o Senador Flávio Arns, Senadora Rosalba estão sempre presente nas reuniões das pessoas com deficiência e quando o assunto é esse, de acessibilidade, eles estão sempre presentes. Então, eu estou justificando a ausência do Senador Flávio Arns para não ficar, parecer que não está mais interessado no assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Em absoluto, o Senador Flávio Arns é o nosso guru. O Senador é exatamente pessoa dedicada toda a sua vida, das pessoas com deficiência é porque ele, realmente, tem outro compromisso e é muito importante essa questão, sim, dos medicamentos de alto custo, é uma questão que tem gerado muito, veja só que lá em Minas Gerais o nobre secretário da saúde, o Marcos Pestana, ele já tem uma coleção de 300 e tantas ações na justiça por causa de fornecimento de medicamentos especiais, está colecionando as ações. Então, nós precisamos ter uma legislação mais adequada que deixe claro qual é a responsabilidade do Poder Público no fornecimento desses remédios, dos medicamentos de alto custo.

Eu quero ainda aqui aproveitar essa oportunidade, não é a primeira vez que essa subcomissão se reúne depois do PARAPAN para registrar mais uma vez, a satisfação que todos tivemos com a brilhante participação dos brasileiros e brasileiras no PARAPAN, enquanto nos jogos Panamericanos o Brasil foi o terceiro colocado, atrás de Estados Unidos e Cuba, já no caso do PARAPAN não, o Brasil foi o primeiro colocado a frente, portanto, de um país como é os Estados Unidos que é a maior potência do mundo.

Tem na linha também de informações positivas tem uma revista aqui, a National Geographic desta semana traz uma matéria muito interessante mostrando que os cuidados com as mães, os cuidados ao nascimento o Brasil está também no top de países do mundo que tem esses cuidados. Nós estamos até tentando modificar aumentar um pouco mais, tem um projeto até meu que nós estamos ampliando a licença maternidade mais 2 meses para o caso de nascimento de crianças com deficiência, de prematuros e nascimentos múltiplos. É um projeto de alguma maneira paralelo da senadora Patrícia, a Senadora Patrícia prevê também o aumento para 6 meses, mas no caso dela é para todos os, todas as situações e é com incentivo fiscal. Nesse caso do meu projeto é realmente para custo do INSS

para o nascimento múltiplo, prematuros e crianças com deficiência e eu vi com muita satisfação essa matéria da National Geographic mostrando que enquanto outros países tidos como de primeiro mundo, não tem a devida atenção à mãe, o Brasil tem uma gama de legislações que já são bem avançadas em relação aos outros. Senadora Rosalba com a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Senador Azeredo, eu gostaria aqui de agradecer a presença também, todos nós aqui estamos, senadores, dos que aqui vieram a convite do Senador Flávio, da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Azeredo para que nós pudéssemos unir esforços numa questão que o que é da mais alta importância para o nosso país, e quando a gente fala em construir vamos sociais nós não podemos deixar de lado aqueles que são eficientes e que por uma casualidade da vida, de repente lhe falta alguma coisa, mas não falta mais o importante que é capacidade de contribuir com o nosso Brasil.

E falar sobre aqueles que são eficientes, você falava aí no PARAPAN, eu como sou do Rio Grande do Norte tenho muito orgulho de Clodoaldo Cruz, o nosso recordista. E dizer, minha gente, que isso eu acho importantíssimo que a gente realmente passe, doutor Carlos Morales, a termos uma legislação que realmente nos dê, faça essa lei que obrigue a que em todos os recantos do nosso país nós temos por onde sermos, nos orientarmos em termos da acessibilidade.

Eu vejo isso com uma questão prioritária, eu tenho uma experiência, porque foi administradora três vezes de uma cidade, uma cidade em torno de 300 mil habitantes e em 88, quando começou o meu primeiro mandato, nós tivemos, a nível do município, essa lei que está valendo e vai continuar só melhorando, uma lei onde qualquer empreendimento, fosse público ou privado, que obrigatoriamente tem que passar para ser licenciada, autorizada pela secretaria de obras do município, ela só poderia se tivesse, realmente, as condições de adaptação, de acessibilidade, fosse um empreendimento para todos. Então, eu acho que isso é uma coisa importantíssima quando isso se torna obrigatório para exatamente o que o senhor aqui falava, na prevenção de novas barreiras. Porque existem muitas barreiras e quero aproveitar aqui também a Isabel, dizer do trabalho da CORDE que eu conheço de perto, tive a oportunidade de fazermos parcerias, de fazermos projetos em conjunto, acho até que poderia se diminuir mais, vamos dizer assim as instâncias para que a gente pudesse resolver os projetos diretamente município com a CORDE nacional, porque isso agiliza, isso faz com que a gente possa fazer muito mais, mas nós fizemos o projeto cidade para todos, lá várias praças, vários recantos foram adequados, adaptados

a essa visão de moderna, dessa visão solidária de que realmente nós temos que ter espaços para todos porque o turismo para o deficiente como espaço de trabalho ao deficiente nós temos que saber não são apenas os 70 milhões que temos de deficientes somados já somados com os idosos que na realidade também precisam de estruturas de apoio, de estruturas de acessibilidade nos hotéis, nos recantos culturais, enfim, por onde precisam caminhar, nos aeroportos, nas rodoviárias, temos também que pensar que, além disso, se acrescenta os que são deficientes temporários. Porque você tem os grandes obesos, você tem a questão da gestante a partir de um determinado momento que também precisa de mais acessibilidade, você tem aquele que fraturou uma perna que de repente está com um problema mais grave de coluna, enfim, o número é muito grande, então eu acho que esse é um trabalho que realmente vai beneficiar e que, a lei de beneficia a todos, não somente o que é que necessita, mas por quê? Por ter a solidariedade dos outros nós sabemos que é algo que vem trazer um benefício muito grande e o turismo que é o nosso país tem toda essa característica, no Nordeste, nós que somos nordestinos, sabemos que um dos grandes espaços para o crescimento geração de emprego e renda é exatamente o turismo, Natal, por exemplo, uma cidade belíssima que pode ter receber muitos, eu sei que muitos desejam ir conhecer as nossas praças, praias, e de repente chega numa praia como Pipa que hoje já é um turismo inclusive internacional, belíssima, mas que aquele que tem deficiência não consegue chegar lá na praia, porque precisa descer o morro, um morro muito alto, difícil.

Eu não vou aqui fazer propaganda, não vou citar nenhum empreendimento, mas lá na praia de Pipa mesmo tem um, até um empreendedor que não é nacional, mas com a visão de acessibilidade criou inclusive o tipo, não é um trem, mas é uma estrutura simples relativamente barata que leva todos até a beira da praia, então são coisas assim também de criatividade e de boa vontade, eu acho que esse material que está sendo distribuído não seja distribuído apenas às cidades com mais de 60 mil habitantes. Vou dizer por que. Porque nós temos cidades como essa, como Pipa que pertence ao Município de Tibaú do Sul(F) que não tem esse número de habitantes e é uma cidade altamente turística.

Nós temos a costa branca com várias cidades que também estão se desenvolvendo para o turismo e que precisam ter acesso a esse material, então fica um apelo, doutor Carlos, que localize quais são todas as cidades que tem potencial turístico, seja na Serra, seja na, no sertão, seja no mar, nas praias e mande

para que os administradores que eles têm boa vontade, muitas vezes nós não temos é informação nem os técnicos que vocês sabem, num país continental, principalmente nas cidades menores, muitas vezes o técnico não tomou conhecimento.

Hoje nós temos a facilidade da informática que nos dá muitas orientações, mas às vezes nós não temos em, tem cidades que nem um engenheiro já, ele tem um técnico em edificação, ou então um prático que se aos administradores for dado essa oportunidade, claro que iremos trabalhar melhor e com isso também a nossa luta é ter mais recursos, porque a CORDE, tenho certeza, o Conselho Nacional, o Ministério de turismo e transporte, todos estão com muita boa vontade, mas só boa vontade não vai resolver. É preciso sensibilizar para que no orçamento se dê prioridade de mais recursos que leve o apoio aos deficientes. O apoio em todos os sentidos, na acessibilidade, na oportunidade ao seu lazer, ao esporte, ao turismo e também à sua saúde que nós sabemos que ele sofre muitas vezes dobrado para ter acesso à saúde que muitos os que são os que não têm deficiência encontram dificuldade, imagine aquele que tem que superar, além da barreira, das barreiras arquitetônicas, tem que muitas vezes contar com uma solidariedade ainda redobrada. Então fica aqui o nosso agradecimento, contribuiu bastante, e o nosso empenho enquanto participante da Comissão de assuntos sociais, ao lado do nosso Presidente aí da subcomissão Eduardo Azeredo de estarmos trabalhando em conjunto em busca das melhorias sociais, porque isso sim é que torna o nosso país grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Agradeço a Senadora Rosalba Ciarlini, ela toca realmente num ponto muito importante que é esse de que na verdade as pessoas com deficiência tem e nós temos aquelas que são temporariamente tem algum problema, nós temos pessoas idosas que precisam de ter condições melhoradas, aí nós chegaremos perto dos números que foram colocados aqui pela Isabel que na verdade a gente tem um números que é de pessoas com deficiência, mas um números de pessoas que precisa de algum apoio é bem maior.

Daí a importância, e eu quero também pedir ao Carlos Morales que o mesmo material, o mesmo que eu pedi aqui para os nossos membros das duas comissões para que a gente possa também receber esse material do Brasil Acessível para todos os membros das duas comissões. E também a questão aqui do PL 1687, esse que diz respeito à mobilidade urbana, as informações que nós temos aqui é que ele foi realmente entregue em 2 de agosto lá na Câmara e ele ainda está aguardando a definição das comissões

da Câmara para seu, para sua tramitação e depois vir para o Senado.

Bom, eu quero então aqui passar a palavra para os nossos membros aqui, os convidados ilustres que estiveram aqui conosco hoje para que possam dar as suas palavras finais nesta audiência pública. Com a palavra vamos começar pela Jurema Monteiro do Ministério do Turismo.

SRA. JUREMA MONTEIRO: Bom. Mais uma vez, Senador, eu quero então agradecer essa oportunidade, eu acho que foi rico para o Ministério poder transmitir um pouco da informação do que nós estamos fazendo no que diz respeito às pessoas com deficiência, eu acho que a Isabel tocou num ponto muito importante, é sem dúvida um gesto bonito para o empreendedor trabalhar com a questão da pessoa com deficiência, mas mais do que isso é um gesto lucrativo, a gente está falando de um segmento de consumo que cresce e que tem grande potencial, então é fundamental que a gente, no Ministério, trabalhe fortemente na política de construção de um turismo acessível, mas também trabalhe com muita força na sensibilização da iniciativa privada para as necessidades de adaptação, para que eles possam, então, transformar os seus empreendimentos e também destinos em destinos acessíveis.

Eu quero reforçar aqui, eu acho que a Isabel colocou duas questões, dois projetos diferentes que tramitam hoje dentro do Ministério, um deles especificamente Santa Catarina, eu estou voltando de lá hoje num evento que nós tivemos ontem com relação aos roteiros de migração que foram lançados lá em conjunto com o Ministério da Cultura e ao IFAN e tive a oportunidade de me encontrar com o secretário do Estado que comentou sobre a necessidade de um projeto específico de turismo e acessibilidade, não só com relação à pessoas cegas, que eu acha que foi esse específico que você mencionou, que já está tramitando no Ministério e nós estamos fazendo o empenho para que ele possa acontecer com o apoio do Ministério, mas ele comentou também sobre o tema de acessibilidade voltada ao turismo rural, um segmento muito forte no Estado de Santa Catarina e que para gente é uma referência. Então, eu espero que a gente consiga concluir isso, dar andamento para poder, mais uma vez, transformar isso como referência para multiplicação em outros destinos.

O outro projeto que você comentou, da CVI, relacionado a áreas litorâneas, esse eu não conheço, não tenho conhecimento, a gente pode trocar algumas informações para ver como encaminhar. Eu acho que outro ponto importante abordado é a questão da agenda social para as pessoas com deficiência, nós temos no Ministério um conjunto de atividades hoje já

voltadas para esse tema e eu acho que seria fundamental contar então com a participação do Ministério do Turismo contribuindo nessa agenda.

No que diz respeito à informações já disponíveis, através do manual de orientações e a discussão do grupo técnico que segue andando dentro da Câmara de segmentação, mas mais especificamente com ações de qualificação que já estão em andamento, os projetos específicos que eu mencionei do Município de Socorro para que a gente possa transformar isso num conjunto de ações para a agenda e aí eu me coloco à disposição para discutir ainda o que é possível fazer, se for possível dentro do prazo, já que o lançamento está próximo, agora dia 21. De toda a forma eu queria mais uma vez deixar à disposição a coordenação de segmentação o Ministério do Turismo para o debate contínuo sobre esse tema da acessibilidade e agradecer e parabenizar mais uma vez os trabalhos do Senado relacionado a esse tema. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Obrigado à Jurema Monteiro do Ministério do Turismo, obrigado pela sua presença eu passo a palavra então à Carlos Morales Diretor de Regulação de Gestão de Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das cidades.

SR. CARLOS MORALES: Obrigado, Senador, eu quero mais uma vez agradecer e dar os parabéns à Comissão sobre esse trabalho e colocar o Ministério à disposição para futuros encontros e audiências e gostaria de dizer também que a Senadora Rosalba que vou encaminhar o seu apelo, o seu pleito ao secretário, ao Ministro de maneira a ampliar o apoio e assistência técnica para as cidades mesmo com, com menores do que 60 mil habitantes, o que eu devo dizer que não é nenhuma forma de preconceito ou discriminação, apenas foi uma limitação orçamentária e de pessoal, mas tenho certeza que nós vamos avançar de qualquer forma, mas a sua palavra vai ser importante para que a gente também acelere esse processo e mais uma vez a gente se coloca à disposição e agradece o convite que foi feito. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Obrigado, Carlos Morales, pela sua presença, Marcos Bandeira as suas palavras finais pelo Ministério do transporte, eu quero ainda antes --

SR. MARCOS CORDEIRO DE SOUZA BANDEIRA: Marco Bandeira do Ministério do Transporte. Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui e pedindo desculpa à minha fala, Senadora Rosalba, porque como um carioca filho de nordestino eu acho que o nome é fundamental, a gente não pode esquecer nunca. Então nunca mais vou esquecer o nome.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Foi fácil, começa com a rosa, ninguém esquece, está presente na vida toda a rosa na nossa vida.

SR. MARCOS CORDEIRO DE SOUZA BAN-

DEIRA: É uma coisa que nós que somos cariocas geralmente costumamos visitar as nossas cidades de interior. Mas eu tenho ficado, eu tenho estado apaixonado pelas cidades do Nordeste e as cidades que está faltando visitar é Natal, ainda vou chegar lá. Eu queria uma sugestão, se me permitir, uma contribuição para o pessoal do Ministério do Turismo, que na condição de pessoa com deficiência auditiva profunda, oralizando eu sou muito observador, observo muito os detalhes e observei no meu passeio que eu desenvolvi nos Estados é que os guias não estão preparados para lidar com as pessoas com deficiência.

Eles, eles costumam ser muito rápidos e eles não prestam atenção naquelas pessoas que são surdas. E aí eu queria sugerir que pode ser elaborado um documento, um formulário, um prospecto bastante elucidativo do lugar onde nós estamos visitando. Eu estive em Porto Seguro recentemente e eu não tive documento para que eu pudesse me sensibilizar onde eu estava. Então, eu acho que para um deficiente de todo tipo, não só deficiência auditiva, como outros tipos de deficiências é muito importante essa parte de comunicação feita com clareza para que eles possam sentir bem no lugar onde ele fala. É essa a minha sugestão e agradecer a oportunidade mais uma vez de poder estar aqui e contribuir, se possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-
REDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Marcos, eu vou pegar a sua observação para mim próprio, porque eu falo muito depressa vou procurar falar mais devagar um pouco.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Ele também falou em algo que precisa de uma orientação a todas as empresas de turismo, talvez como no Brasil a orientação é as vezes a gente é aquela história dar conselho é difícil de ser aceito e às vezes a gente precisa dizer: Olha, isso agora vai ser, vai se transformar numa obrigação, numa lei ou criar algum tipo que tenha material impresso. Porque se, e que os guias da mesma forma que hoje nós temos uma lei que abre espaço nos concursos públicos, espaços nas empresas para o deficiente, que as empresas que vão tratar do turismo com deficientes, eles tenham que ter obrigatoriamente pessoas preparadas para isso.

Eu acho que o Ministério aí poderia dar uma boa condução, inclusive, criando o tipo de preparação, de aprimoramento, de curso, de capacitação, eu acho que é o novo mercado que se abre, pode ser também atra-

vés de pessoas deficientes ou não, mas que estejam capacitadas a entender a deficiência dos outros.

SRA. JUREMA MONTEIRO: Eu pedi a palavra mais uma vez ao Senador por que essa é uma contribuição muito importante e eu vinha conversando cantos o Marcos e ele já tinha comentado a necessidade de qualificação e aí eu queria retomar aqui um pouco da experiência que o Ministério está lançando essa semana com esse projeto Viaja Mais, Melhor Idade é um projeto focado no segmento de idosos e pensando nessa questão da necessidade num atendimento especial, o Ministério sensibilizou todos os destinos que serão atendidos nessa primeira fase do projeto com um treinamento voltado para o atendimento da melhor idade e aí nós levamos a conhecimento dos empresários a informação do manual de acessibilidade, estamos provocando nos parceiros e aí eu estou falando do SENAC, SEBRAE, que são parceiros muito importantes na execução e qualificações dos destinos turísticos na base para que eles nos apoiem na execução de treinamentos específicos para esse grupo.

Entendendo que esse grupo também compõe pessoas com mobilidade reduzida e aí talvez a gente esteja dando um primeiro passo. Eu comento isso, porque esse é um exemplo real de uma ação que o Ministério está fazendo nesse momento visando a qualificação especializada em públicos com necessidades especiais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Parabéns, Jurema. Eu quero que você leve à nossa Ministra Marta Suplicy essa sensibilidade que eu acho que isso é o forte da mulher e a preocupação com esses detalhes e depois também eu quero dizer que vocês fizeram uma boa escolha. A parceria com o SEBRAE, com o SENAI realmente eu quero dizer que é gratificante. São instituições que ajudam um trabalho muito sério e voltado, realmente, a empreender o desenvolvimento e trazer melhores opções para o nosso país.

SRA. JUREMA MONTEIRO: Pode deixar que eu levo a mensagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-
REDO (PSDB-MG) – Nós vamos passar então a palavra para as suas últimas considerações a Maria Madalena Nobre do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

SRA. MARIA MADALENA NOBRE: Só me resta aqui, Senador, colocar o CONAD a disposição para uma agenda coletiva para um trabalho bem próximo como a Isabel falou, essa, talvez não seja a única, virão outras, porque é necessário que haja para poder amadurecermos e realizarmos ações conjuntas para

solução das dificuldades que a gente tem aí na área do turismo.

Eu acho que nunca se falou tanto da pessoa com deficiência como nos últimos tempos. Está se tornando cada vez mais visível a necessidade de se apoiar da sociedade, do governo, de todas as representações sociais e instâncias sociais se unirem para que realmente a pessoa com deficiência possa ter a sua cidadania plena assegurada neste país.

Eu quero dizer que o Senador tem dado um exemplo de cidadania, ele tem até instigado a questão do debate relativo à pessoa com deficiência, tem levado as pessoas à reflexão sobre a temática, a exemplo deste evento de hoje e nós esperamos, Senador, que continue muito próximo, sejamos todos chamados para estarmos aqui novamente para dar continuidade a este debate e à organização de ações futuras na área do turismo, nosso foco. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Madalena. Eu quero, portanto, não tem mais nada a tratar agradecer a presença de todos que vieram aqui hoje, a presença dos senhores senadores e senadoras. Explicar também que o Senador Paulo Paim não está por questão de saúde na família e que essa Comissão está aberta às contribuições e novas discussões que possamos ter para buscarmos uma melhor inclusão das pessoas com deficiência na vida cotidiana. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 16h08.

Ata da 21ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 6 de setembro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e oito minutos do dia seis de setembro de dois mil e sete, na sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Gim Argello, José Maranhão, Garibaldi Alves Filho, Marco Maciel, Expedito Júnior, Antônio Carlos Valadares, Jayme Campos, Flexa Ribeiro e das Senhoras Senadoras Patrícia Saboya, Rosalba Ciarlini e Marisa Serrano. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 20ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. Ato contínuo, a Presidenta esclarece que a presente reunião tem como finalidade a apreciação

de Projetos de Lei. **Item 1:** Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Boa Vista no Estado de Roraima.” de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que tem como Relator o Senador João Tenório, tendo sido designado como Relator *AD HOC* o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta. *Resultado:* é aprovado o parecer. **Item 2:** Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Barra do Garça, no Estado do Mato Grosso.” de autoria do Senador Jayme Campos, que tem como Relator o Senador Jonas Pinheiro, tendo sido designado como Relator *AD HOC* o Senador Gim Argello, que oferece parecer Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta. *Resultado:* é aprovado o parecer. **Item 3:** Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Floriano, no Estado do Piauí.” de autoria do Senador João Vicente Claudino, que tem como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta. *Resultado:* é aprovado o parecer. São aprovados os seguintes Requerimentos: **Requerimento nº 16, de 2007 – CDR**, que requer, nos termos regimentais, que o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Senhor Miguel Jorge, seja convidado para Audiência Pública nesta Comissão, visando apresentar os critérios do Ministério na criação das Zonas de Processamento de Exportações. **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Requerimento nº 17, de 2007 – CDR**, que requer, nos termos regimentais, A realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, visando debater o PRODETUR, abordando a execução dos recursos consignados no orçamento do Ministério do Turismo para o corrente ano e as necessidades previstas para o ano de 2008, com os seguintes convidados: Representante do Ministério do Turismo; Representante do Banco do Nordeste no Brasil; e o Presidente do Fórum de Secretários e Dirigentes de Turismo dos Estados. **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Jayme Campos, Antônio Carlos Valadares, e as Senhoras Senadoras Marisa Serrano e Rosalba Ciarlini. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão, Senadora Lúcia Vânia,

e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 20ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. As senhoras e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada. A ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação de projetos de lei. Eu quero comunicar aos senhores parlamentares que a pauta hoje é pequena, é uma pauta pequena, mas que é do interesse, principalmente do Senador Mozarildo, daí porque a gente vai procurar conduzir a reunião de forma a poder aprovar todos os projetos que me parece que são 3, não é?

Projeto de Lei do Senado 397 de 2007, não terminativo, dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação, ZPE, no município de Boa Vista no Estado de Roraima, autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator Senador João Tenório, parecer favorável ao projeto com as emendas que apresenta.

Eu solicitaria, eu solicitaria o Senador Antônio Carlos Valadares para ser o relatório *ad hoc* desse projeto, uma vez que o Senador João Tenório por duas vezes não comparece à reunião. Com a palavra o senhor, o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exa., Sra. Presidente, o relatório já está em mãos dos Srs. Senadores, passarei à análise. O PLS número 13 de 97 de 2007 está de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial o artigo 43 que trata da redução das desigualdades regionais. Além disso, a proposta não fere a ordem jurídica vigente, está em conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional.

As Zonas de Processamento de Exportação são um importante instrumento para fomentar o crescimento econômico de áreas menos desenvolvidas do Brasil. Essas áreas passarão a contar com forte poder de atração de empresas devido às facilidades cambiais, tributárias e administrativas presentes nessas áreas aduaneiras especiais. Além disso, a lei número 11508 de 20 de julho de 2007 que atualizou o marco regulatório das Zonas de Processamento de Exportação prevê que será dada prioridade para as crianças de

ZPE's localizadas em áreas geográficas privilegiadas para a exportação.

É justamente esse o caso de Boa Vista, capital de Roraima, sua privilegiada situação geopolítica facilita a integração com o mercado internacional. Havendo a possibilidade, caso o Município conte com uma ZPE, em transformá-lo em um importante pólo exportador, o que contribuiria para estimular o crescimento econômico do próprio Município e também do Estado. Em relação ao escoamento da produção para a Europa e para os Estados Unidos, há alternativa de fazê-lo pelo mar do Caribe, via porto De La Cruz e Ordaz ambos na Venezuela, distantes respectivamente a 1200 e 700 quilômetros de Boa Vista, por rodovia totalmente asfaltada.

Há ainda a possibilidade de utilizar o posto de Itaqui através do porto de Caracá no próprio estado. O porto de Itaqui, localizado a 800 quilômetros de Boa Vista faz parte de um corredor fluvial que liga os rios Madeira e Amazonas ao Oceano Atlântico. Deve-se mencionar também que Boa Vista está localizado a apenas 212 quilômetros da fronteira com a Venezuela, um importante parceiro comercial do Brasil.

Eu tenho apenas dois reparos a fazer em relação à técnica legislativa: Em primeiro lugar no tocante a revogação do art. 1º no leu 7992 de 1989 deve mencionada a redação dada pela lei 7993 de 5 de janeiro de 1990. Ademais deve ser alterada a numeração dos artigos já o que art. 3º do PLS em tela precede o art. 2º. Assim sendo, apresento duas emendas para sanar essas falhas. O voto. Diante do exposto opino pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, número 397 de 2007 com as seguintes emendas: Emenda número 1 CDR renumere-se o Artigo 3º do Projeto de Lei do Senado, o Projeto de Lei do Senado número 397/2007 para o art. 2º com a seguinte redação: Art. 2º: Ficam revogados o art. 1º da lei número 8015 de 7 de abril de 1990 e o art. 1º da lei 7792 de parte de 1989, com a redação dada pela lei número 7993 de 5 de janeiro de 1990, emenda número 2 CDR renumere-se o art. 2º do Projeto de Lei do Senado número 397 de 2007 para o art. 3º. Este é o relatório da lavra do Senador João Tenório, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Com a palavra Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Presidente, primeiro eu quero agradecer a V.Exa. por que diligenciou para que essa reunião se desse no dia de hoje, que é um dia realmente atípico, e também agradecer ao Senador João Tenório, que elaborou um primoroso relatório em que, mais mesmo do que da minha justificativa do projeto, ele deu as razões muito

importantes da instalação de uma ZPE na capital do meu Estado, Roraima, e também a gentileza do Senador Antônio Carlos Valadares de ler com tanta tranquilidade o relatório. E eu quero dizer, só aduzir, que verdadeiramente para o meu Estado as ZPE's talvez sejam a salvação da lavoura como se diz no popular. Porque lá resta de terras para o Estado, apenas 8% da área territorial. Então se nós não tivemos um mecanismo que permita alguma forma de indústria e de exportação, realmente não há futuro para Roraima. Então a aprovação desse projeto é de fundamental importância, eu peço o voto, portanto, de todos os colegas para que possamos aprovar e, portanto, dar encaminhamento a essa idéia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira, não havendo quem queira discutir, colocamos a matéria em votação. Senhoras e senhores parlamentares que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado. O projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos. Gostaria de cumprimentar o Senador Mozarildo por essa iniciativa, tenho certeza, Senador Mozarildo, que V.Exa., que defende tão bem o seu Estado vai ter uma recompensa com esse trabalho que é um trabalho que todos nós aqui acreditamos que possa dirimir, diminuir as diferenças regionais. Portanto, os meus parabéns.

Item número 1, Projeto de Lei, aliás, item número 2, Projeto de Lei do Senado número 415 de 2007 não terminativo, dispõe sobre a criação de Zonas de Processamento de Exportação no município de Barra do Garça no Estado do Mato Grosso. Autoria Senador Jayme Campos, Relator Senador Jonas Pinheiro, parecer favorável ao projeto com emenda que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Gim Argello como, Relator *ad hoc*, proceder a leitura do documento.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Obrigado, Presidente Lúcia Vânia, o parecer da Comissão de Desenvolvimento Regional e turismo traz no seu relatório do Deputado Jonas Pinheiro, vem a análise dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado, PLC 415 de 2007, de autoria do nobre Senador Jayme Campos, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação, ZPE, no município de Barra do Garça no Estado de Mato Grosso.

Art. 1º projeto autoriza o Poder Executivo a criar Zona de Processamento de Exportação, ZPE, no município mencionado. O Parágrafo Único do artigo prevê que a criação, as características, os objetivos e o funcionamento da ZPE serão regulados pela legislação cabível. O art. 2º, por sua vez, contém cláusula de vigência. Segundo o autor do projeto, uma Zona de Processamento de Exportação em Barra do Garça pode

trazer benefícios para todo o leste do Mato Grosso, já que o município se constitui num pólo agro industrial daquela área do Estado.

Ainda de acordo com o autor, o município abriga cerca de 4 milhões de cabeças de gado, no entanto, são gerados poucos empregos pela pecuária. O ideal para que mais empregos fossem gerados seria se o município conseguisse atrair investimentos para a industrialização dos produtos da pecuária e outras indústrias como os da ração animal e de defensivos agrícolas, sendo que a Zona de Processamento de Exportação seria o instrumento importante para alcançar esse objetivo.

Não foram apresentadas emendas ou proposição nessa Comissão, o PLC número 415 de 2007 está de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial o artigo 43, que trata da redução das desigualdades regionais. Além disso, a proposta não fere a ordem jurídica vigente, está em conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional.

O PLC também atende as normas para elaboração e alterações das leis previstas na Lei Complementar número 95 de 1998. As Zonas de Processamento de Exportação são importante instrumento para fomentar o crescimento econômico de áreas menos desenvolvidas do Brasil. Com as ZPE's essas áreas passarão a contar com forte poder de atração de empresas devido a facilidades cambiais, tributárias e administrativas presentes nessas áreas aduaneiras especiais. Além disso, a lei número 11508 de 20 de julho de 2007, que atualizou o marco regulatório da Zona de Processamento de Exportação, prevê que será dada prioridade para a proposta de criação de ZPE's localizadas em áreas geográficas privilegiadas para a exportação.

O município de Barra do Garça possui essas condições para escoar a sua produção para o mercado externo. O município possui o maior aeroporto da região leste do Estado do Mato Grosso. A produção, uma futura ZPE também poderá ser exportada pela hidrovia Araguaia Tocantins já que o município possui um porto fluvial de fácil acesso a essa hidrovia. Tenho apenas um reparo a fazer: Em relação à técnica legislativa, seria aconselhável revogar o art. 1 da lei número 8015 de 7 de abril de 1990 e o art. 1º da lei número 7792 de 4 de julho de 1989 com a redação dada pela lei número 7993 de 5 de janeiro de 1990, já que esses dispositivos limitam o número de Zonas de Processamento de Exportação que podem ser criadas. Por isso, apresento a emenda que se segue. É o voto. Diante do exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei no Senado número 415 de 2007, com a seguinte emenda. A emenda número 1 acrescenta-se ao art. 2º do Projeto de Lei no Senado número 415 de 2007,

renumerando-se os demais. O art. 2º fica revogado o art. 1º da lei número 8015 de 7 de abril de 1990 e o art. 1º da lei número 7792 de 4 de julho de 1989, com a redação dada pela lei número 7993, de janeiro de 1999. Diante disso, então, só parabenizar o Senador Jayme Campos por colocar essa proposta e a conclusão é pela sua aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sra. Presidente, Senadora Lúcia Vânia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Estou gripada hoje.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Senhores e senhoras senadores, eu quero inicialmente agradecer a V.Exa., Senadora Lúcia Vânia, de colocar em pauta para a discussão essa matéria de alta relevância para o nosso Estado do Mato Grosso, sobretudo para a região leste que compreende também a região do médio e do baixo Araguaia do meu querido Estado do Mato Grosso.

Agradecer a bondade e ao Senador Jonas Pinheiro que foi autor, o possível Relator dessa matéria como também o Senador Gim Argello, Senador do Distrito Federal nomeado como Relator *ad hoc*. Na verdade, há uma preocupação de todos nós, senadores da República, em relação ao desequilíbrio regional desse imenso país.

Na verdade, meu querido Senador Mozarildo Cavalcanti, nós temos que ter essa preocupação tendo em vista que em algumas regiões desse país há um desequilíbrio muito grande. Há vários Brasis dentro do nosso Brasil e isso tem dificultado sobremaneira a melhoria da qualidade de vida da nossa população, sobretudo, que se busca, efetivamente, a uma melhor distribuição de renda no Brasil. E nesse exato momento a nossa preocupação é em relação também a geração de emprego e renda para a nossa população e esta região, Senadora Lúcia Vânia, tenho a convicção absoluta que nós vamos melhorar, sobretudo, dar uma perspectiva melhor de vida a essa população na medida em que decidamos ter implantado essa Zona de Processamento de Exportação.

É uma região rica do nosso Estado, terras férteis, subsolo rico. Entretanto, nos últimos anos, houve um esvaziamento, não só da sua população, mas, sobretudo, de uma perspectiva em que possamos dar as futuras gerações daquela região do nosso Estado. De tal forma que eu quero aqui, nesta oportunidade, dizer aos Srs. Senadores e senadoras da vital importância que representa esta ZPE para a região leste do meu Estado do Mato Grosso. É uma região que hoje tem o

mínimo de infra-estrutura, tem um aeroporto que tem capacidade de ali descer qualquer tipo de aeronave, de pequeno, médio e grande porte. Temos também a hidrovia que V.Exa., como também conhecedora profunda também daquela região do nosso Estado, sobretudo o seu Estado de Goiás, a hidrovia também do Tocantins, ali, do Araguaia Tocantins.

Que essa hidrovia nós vamos também chegar ao porto e está aqui na região do Estado do Maranhão que é um porto de grande calado, que ali podem chegar navios até de 400 toneladas, enquanto alguns portos desse país, pouco mais alguns chegam a 30, 40 toneladas, de tal maneira, Sra. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, que eu quero e peço o voto de cada um dos Srs. Senadores aqui para que nós possamos aprovar, inicialmente, esse nosso projeto e na certeza absoluta, que com isso nós estaremos buscando, efetivamente, um melhor equilíbrio regional nesse país, principalmente com isso beneficiando a região menos favorecida como é o nosso Estado de Mato Grosso. Todos os senhores sabem que a China, o próprio Estados Unidos que é um país avançado, um país de primeiro mundo tem, os Estados Unidos tem 616, se não me falha a memória, ZPE's, a China tem quase 2 mil ZPE's, a própria Alemanha, enfim... país de primeiro mundo que tem, certamente, uma economia bem mais forte que o nosso Brasil, tem buscado equilíbrios regionais através da criação dessa ZPE. De tal forma que eu estou muito contente, muito feliz de vir hoje nessa Comissão e participar deste evento que eu posso chamar, na medida em que nós estamos com isso, buscando, efetivamente, o melhor desenvolvimento, o melhor equilíbrio regional para esse imenso país, sobretudo, nos municípios, nos Estados menos favorecidos como algumas determinadas regiões, de forma que eu agradeço aos senhores, principalmente a nossa querida Senadora Lúcia Vânia, que vem bem conduzindo os trabalhos frente a essa Comissão na certeza que o nosso papel nós estamos cumprindo com muita gualhardia e, acima de tudo, com o compromisso com toda a sociedade brasileira, especialmente com os Estados menos favorecidos. Muito obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu que agradeço Senador Jayme Campos, com a palavra a Senadora Marisa Serrano do Mato Grosso do Sul.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Sra. Presidente, é rapidamente só para cumprimentar o Senador Jayme Campos, o Senador Jonas Pinheiro que fez o relato e dizer o seguinte: Essas zonas de processamento todas que nós estamos discutindo hoje aqui, que já discutimos, que vamos

continuar a discutir, elas todas estão se credenciando na listagem de ZPE's que nós estamos colocando. Alguns poderão dizer: Mas não vão ser criadas. Eu quero confirmar aqui as palavras do Senador Jayme Campos. Nós temos algumas poucas criadas que não foram instaladas ainda, porque não tem, ainda, a parte alfandegada pronta. O que é ruim para o país.

Quando a gente fala em interiorização do desenvolvimento, a garantia de diminuir as desigualdades regionais. Quando a gente fala garantir pólos de desenvolvimento efetivos no país, para tudo isso é necessário que se tome, tenha vontade política de fazer com que isso realmente aconteça. As ZPE's, no mundo inteiro, são conhecidas por se transformarem nesse pólo de desenvolvimento, para garantirem a interiorização do comércio e da indústria e que nós precisamos tanto. Portanto eu quero deixar aqui muito claro que brigar e lutar pelas ZPE's é mesmo que nesse momento não seja ainda factíveis de serem criadas, mas nós precisamos colocá-las e continuar nessa Comissão, que é uma Comissão que briga pelo desenvolvimento regional, que a gente possa fazer com que haja uma política efetiva para a criação de ZPE's e para a implementação e de todas elas, porque também não adianta nós criarmos se elas não forem implementadas.

Portanto, fica aqui o meu apreço ao Senador Jayme Campos, mas também à linha que essa Comissão tem que tomar na questão das ZPE's. Não é só nós brigarmos aqui e criarmos ZPE's, é nós chamarmos as pessoas responsáveis desse governo, é discutirmos uma política de interiorização de desenvolvimento efetivo para que a gente possa diminuir aquilo que o Senador Jayme Campos disse, as desigualdades regionais nesse país. Eram essas as minhas palavras.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR)

– Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão, Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR)

– Eu até queria aproveitar uma parte da fala da Senadora Marisa que é realmente uma coisa que está me surpreendo é que nós já aprovamos várias ZPE's aqui, e como ela colocou o que nós estamos fazendo é na verdade, indicando para o Poder Executivo aonde é que são as áreas prioritárias para a instalação das ZPE's, mas o que está me preocupando, que a informação que eu tenho é que todas elas estão sendo engavetadas na Comissão de Assuntos Econômicos. Então, eu gostaria de pedir a V.Exa. uma gestão junto ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para que ele tenha essa visão de desenvolvimento regional e não engavete esses projetos que possam ser votadas e encaminhados depois para a Câmara,

porque ainda tem um longo percurso legislativo para ser percorrido e se ela engaveta na Comissão de Assuntos Econômicos, aí nós estamos, digamos assim, nós aqui no desenvolvimento regional fazendo a nossa visão necessária e a nossa ação para dizer, eliminar os desequilíbrios regionais e a Comissão de Assuntos Econômicos engaveta por razão que eu desconheço até agora.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Senhora Senadora, um aparte, por favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Eu quero primeiro agradecer as palavras generosas e bondosas da competente, brava, valorosa Senadora Marisa Serrano, entretanto, a efeito de esclarecimento, na verdade, as primeiras 17 ZPE's foi um decreto do Presidente José Sarney nos idos de 1989. E houve uma, um engessamento, ou seja, uma paralisia em relação a esse projeto que não foi dado continuidade.

Todavia, agora, nesse mesmo ano de 2007, essa matéria voltou para a Comissão de Assuntos Econômicos que, com muita honra eu faço parte, e ali foi votado e aprovado em que tinha o Relator, Senador Tasso Jereissati. Entretanto, o Poder Executivo vetou alguns artigos dessa Medida Provisória, dessa matéria que foi transformada agora numa Medida Provisória, tendo em vista que havia alguns desencontros em relação a criação dessa ZPE na medida em que alguns senadores, sobretudo o Estado do Amazonas, entendia que poderia vir prejudicar a zona franca de Manaus.

Esta matéria foi de forma específica, não prejudicando em nenhuma hipótese, qualquer situação em relação à zona franca de Manaus. Para tanto, já está sendo, me parece pelo Poder Executivo, editado uma nova Medida Provisória que vai permitir, sanamos aquelas dúvidas que eventualmente havia em relação com a aprovação desse Projeto de Lei lá na Comissão de Assuntos Econômicos, de tal forma que vai permitir que eu acho, imagino, que no máximo os próximos 60 dias, Senador Mozarildo, nós possamos ter de forma concreta, realmente do que poderá realmente, ou de que forma, aonde poderá ser implantado as novas zonas de processamento.

Nada mais é do que o projeto de V.Exa., como também da nossa pessoa é este projeto propondo ao governo, ou seja, indicando ao Poder Executivo para a criação de novas ZPE's no Brasil. O que é mais importante, Senador Mozarildo, Senadora Marisa Serrano e demais senadores, é de que nós tenhamos de agora para frente, realmente, de tal forma que está definitivamente sabermos como vai ser a implantação

das novas ZPE's na medida em que nós não podemos em hipótese alguma querer contrapor a finalidade que está sendo hoje, ou seja, ou como está sendo feito a zona franca de Manaus que havia uma preocupação do Senador Artur Virgílio, Jefferson Peres, João Pedro, em relação à ZPE que nós estamos propondo.

Ninguém quer ser concorrente da zona franca de Manaus, muito pelo contrário, nós queremos também ter o quê? Direito à luz do sol, queremos ter a oportunidade, nós não podemos, em hipótese alguma, deixar também de cobrar aquele direito assegurado dentro do pacto federativo que todos os Estados tenham direito, é o caso, especificamente, de Mato Grosso, de Roraima, certamente do Estado de Goiás, do Rio Grande do Norte, tem proposta também aqui, portanto, apenas a efeito de esclarecimento, eu tenho a certeza que essa Medida Provisória que o Governo Federal está editando através do Poder Executivo nós poderemos sanar todas as dúvidas e, acima de tudo, sabemos perfeitamente como vai funcionar as próximas ZPE's que vai ser instalada em nosso país. Muito obrigado senhora Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço o Senador Jayme Campos e passo a palavra à Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Senadora Lúcia Vânia, Presidente, Srs. Senadores, senhoras senadoras, eu gostaria aqui de fazer minhas as palavras dos colegas que aqui já se pronunciaram. A Senadora Marisa Serrano mostrou um enfoque importante de desenvolvimento para o interior.

Isso é de uma importância maior. O Brasil jamais será um país grande, grande no sentido de desenvolvimento, de oportunidades para todos se não tivermos o nosso interior, as regiões distantes, mais carentes, mais pobres com condição de oferecer oportunidades de emprego e renda. Enquanto isso não acontecer, nós vamos continuar vendo esse quadro de migração para as grandes cidades, fazendo com que as grandes cidades, as capitais, muitas vezes, que tem uma qualidade de vida excelente, comecem a deteriorar sua qualidade de vida porque forma-se um verdadeiro cinturão de pobreza daqueles que saem do interior em busca de uma oportunidade. Então nós temos que levar para o interior, e as ZPE's, por que não? A China tem 2 mil ZPE's e o Brasil que já foram criadas 17, entre elas, a de Macaíba no Rio Grande do Norte, não existe ainda uma em funcionamento. E por existir, já, projetos em um Estado, no Estado vizinho não significa dizer que vai haver uma concorrência, vai haver dificuldades, de forma nenhuma.

Veja o tamanho continental do nosso Brasil, a vasta extensão. Quantos países cabem dentro do

Brasil? Então eu vejo que realmente é uma decisão política e uma vontade política que o nosso trabalho, a nossa luta aqui no Senado tenha eco a nível da decisão do Governo Federal para agilizar o que a todos os mecanismos necessários implantar as ZPE's de forma desburocratizada, da forma mais simples, mais rápida e assim nós temos oportunidade de desenvolver as nossas regiões e de gerar mais emprego e renda para o nosso povo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço a Senadora Rosalba. Eu gostaria de —

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pois não, com a palavra o Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu só queria registrar que por ocasião da tramitação do projeto que redundou na criação da lei 11508 de 2007 sobre ZPE ficou acertado, houve um acordo de que o governo baixaria uma Medida Provisória em breve tratando de forma mais específica da forma como as ZPE's deverão ser criadas.

Há uma resolução do Ministério, digo melhor aqui, é do Ministério do Desenvolvimento e comércio exterior que ele abriga na sua estrutura o Conselho Nacional das zonas de processamento de exportação. E nesse Conselho, nesse Conselho existe uma norma através da qual os governadores e os prefeitos poderão, em conjunto ou isoladamente, propor ao Presidente do conselho, a criação de zonas de processamento. Logicamente que uma resolução não vai se sobrepor a uma lei. Notadamente uma lei nova que vai surgir agora com o envio, pelo Presidente da República, ao Congresso Nacional de uma Medida Provisória dispondo sobre esse assunto. Ora, enquanto isso não acontece, eu acho que o Senado Federal age acertadamente no sentido de, quem sabe, com a aprovação de diversos projetos criando ZPE's, pressionar o governo para que tome uma posição. Uma posição efetiva, objetiva, porque é através da Zona de Processamento de Exportação que nós vamos, sem dúvida alguma, reduzir a desigualdades econômica, vamos gerar emprego e renda, vamos promover o desenvolvimento do Brasil como acontece e aqui já foi citado em outros países.

Portanto, eu acho que enquanto o governo não envia através do compromisso que assumiu com o Congresso Nacional, mais de perto com o Senado, uma Medida Provisória dispondo sobre o assunto eu acho que nós devemos apresentar sugestões e idéias, através de projetos como esse que aqui estão sendo

votados hoje na Comissão de Desenvolvimento Regional.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu acredito, eu agradeço o Senador Valadares. Eu acredito que essa votação é importante no sentido de que a gente precisa estar muito atento que a negociação da, do projeto de lei do Senado, relatado pelo Senador Tasso Jereissati. Ele foi, teve uma negociação muito dura, muito difícil e essa Medida Provisória que o governo ficou de mandar, a expectativa é que venha, mas até hoje a Medida Provisória não chegou. Então, eu acredito que nós não podemos ficar inertes. Ao votar essas sugestões nós estamos mostrando que nós estamos atento e queremos que cumpra o Projeto de Lei.

Eu acredito pelo volume de ZPE's que nós já votamos aqui, que seria interessante a gente trazer aqui o Ministro do desenvolvimento para falar para a gente como está o andamento, se o governo realmente já providenciou a Medida Provisória, eu acho que isso é fundamental e fundamental nós não deixarmos cair no esquecimento porque, na verdade, quando ela vai para a Comissão de Assuntos Econômicos, como disse o Senador Mozarildo, tem uma certa dificuldade de ser colocada em pauta. Mas isso também é fruto da falta de pressão nossa, eu acho que nós precisamos pressionar e chegar, inclusive, ao Presidente da Casa, e dizer que não vamos aceitar que a Comissão de Assuntos Econômicos fique sentada em cima desses projetos.

Portanto, eu gostaria que um dos senadores que já apresentaram, já apresentou a indicação para as ZPE's, que fizesse um requerimento convidando o Ministro do desenvolvimento para estar aqui conosco e falar sobre o assunto. Naturalmente como Presidente do conselho.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, nós queremos fazer um requerimento conjunto aqui de todos os senadores.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Se a senhora podia nos ajudar a fazer um requerimento nós assinávamos já agora. Um requerimento coletivo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Coletivo. Vamos fazer então, um requerimento coletivo, eu vou colocar em votação esse requerimento para que a gente já tome a providência, posteriormente nós faremos a redação. Senhoras e senhoras parlamentares que concordam, permaneçam como estão. O requerimento é para convidar o Ministro do desenvolvimento para estar aqui conosco e falar sobre as ZPE's. Esqueci de colocar em votação. Em votação o projeto. Senhoras e Srs. Senadores parla-

mentares que concordam, permaneçam como estão. Esse parecer é favorável com a emenda apresentada pelo Senador Jonas Pinheiro. Então eu gostaria que se manifestasse aqueles que concordam com o projeto. Aprovado. A matéria vai à comissão de assuntos econômicos.

Último projeto a ser votado hoje. Projeto de Lei do Senado 380 de 2007 não terminativo. Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no município de Floriano, Estado do Piauí. Autoria do Senador João Vicente, Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, parecer favorável ao projeto com emendas que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares para proferir o seu parecer.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sra. Presidente, o Senador João Vicente, como disse V.Exa., propõe a criação da Zona de Processamento de Exportação no município de Floriano, Estado do Piauí. E eu, por ser importante a sua justificação, iniciarei o relatório falando sobre as Zonas de Processamento de Exportação que são áreas de livre comércio destinadas a instalação de empresas voltadas à produção de bens a serem comercializadas, exclusivamente, com o exterior. São criadas em regiões menos desenvolvidas com vistas a reduzir os desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico social do país.

O autor ainda diz que esses enclaves têm se revelado bastante exitosos em outros países, especialmente na China, Estados Unidos e México. Segundo estudo da International Labour Organization de 2002, existem 3 mil distritos do tipo ZPE em funcionamento no mundo que geram emprego para mais de 37 milhões de pessoas em 116 países.

Só na China trabalham nas zonas econômicas especiais mais de 30 milhões de pessoas. Tais zonas constituem o principal fator responsável pelo crescimento médio anual da economia chinesa, acima de 10% nos últimos 15 anos.

No mais, Sra. Presidente, eu sou favorável o nosso parecer é favorável ao, a esse projeto da autoria do nobre Senador João Vicente Claudino, propondo apenas duas emendas de redação que semelhante às que já foram apresentadas nos pareceres anteriores. É o parecer, salvo melhor juízo, favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discuto a matéria. Não havendo quem queira discutir em votação. As senhoras e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovada. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu gostaria de colocar ainda um requerimento em votação. Eu quero comunicar aos senhores parlamentares que o dia 27 deste mês, 27 de setembro, é o dia mundial de turismo e essa Comissão é a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Portanto, a partir do dia, da próxima semana, nós vamos fazer aqui uma série de Audiências Públicas para, primeiro, colocar em votação tudo relativo ao turismo que está aqui. O Senador Valadares é o Relator de um Projeto de Lei muito importante que está sendo solicitado por todas as agências de viagem. Então, ele, esse projeto regulamenta as agências de viagem e nós gostaríamos de colocar em votação nessa semana.

Quero também comunicar aos os senhores parlamentares que vão fazer uma sessão solene, gostaria de contar com a presença de todos nesse dia 27 sobre o turismo e aqui nós estamos fazendo uma sessão conjunta com a Câmara dos Deputados, todas as nossas ações na área de turismo estão sendo feitas em conjunto, portanto, eu gostaria que os Srs. Senadores estivessem presentes nessa semana, sem ser a próxima a outra, em que vamos fazer essa série de Audiências Públicas mostrando o que é que nós estamos fazendo em relação ao turismo.

Eu, como Presidente da Comissão, tenho estado constantemente nas discussões sobre o assunto, temos feito uma parceria bem grande com a Câmara dos Deputados e nessa semana será uma semana muito oportuna para que os Srs. Senadores conheçam o trabalho que está sendo desenvolvido.

Requerimento número de 2007, CDR. Requeiro nos termos do disposto do artigo 90 inciso V combinado com o artigo 93, inciso II do regimento interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão visando debater o PRODETUR, abordando a execução de recursos consignados no orçamento do Ministério do Turismo para o corrente ano e as necessidades previstas para o ano de 2008 com os seguintes convidados. Primeiro: Representante do Ministério do Turismo, representante do Banco do Nordeste do Brasil, Presidente do fórum de secretários e dirigentes de turismo nos Estados. Senhores parlamentares que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Quero também alertá-los que nós estamos numa fase de preparar as emendas para o orçamento. Então, essa Comissão terá oportunidade de oferecer algumas emendas na área de desenvolvimento regional e emendas na área de turismo e gostaria de comunicar os Srs. Senadores que o relator da área de turismo será um colega nosso, o Senador Sérgio Guerra, que naturalmente poderá atender aqueles pleitos relativos

ao turismo que eu sei que é muito importante para muitos Estados que aqui estão representados.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sra. Presidente, aproveitando a oportunidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Para fazer um adendo, eu sou Relator do Ministério da Cidade, sou membro da Comissão do orçamento e sou Relator de Ministério da Cidades e é bom que se esclareça também aos caros, aos colegas senadores de que uma nova normativa em relação de como vão ser feitas as emendas, é bom que se esclareça, eu imagino que deva ser encaminhado a cada Senador, a cada Deputado Federal, uma circular que vai orientar na medida em que hoje, por exemplo, só para exemplificar, se a pessoa, se a pessoa vai fazer uma emenda, ele tem que encaminhar para a Comissão de orçamento, aos os senhores relatores, a obra e o valor quantificado de quanto representa. O que é que acontece? Há poucos tempos atrás a pessoa inicialmente colocava uma obra lá, 10 milhões de reais, essa obra era 25, 30 milhões de reais e eventualmente, por um motivo ou por outro, ele não queria mais colocar recurso nessa obra, essa obra haveria o quê? Uma paralisação. Por isso existe no Brasil uma imensidão de obras que iniciou e não foi concluído. Houve o quê? Um desperdício do recurso público.

Agora, obrigatoriamente o parlamentar que colocar o primeiro ano, ou seja, como é o caso especificamente meu e da Marisa e da própria Rosalba, que somos senadores, inicialmente, agora, o primeiro ano nosso, nós temos que dar sequência nos investimentos desta obra porque é uma obra nova, não há nenhuma paralisação em relação do que está previsto inicialmente. Então eu imagino que é de fundamental importância de V.Exa., como bem disse aqui, do nosso colega José Serra, José Serra, Sérgio Guerra que é Relator do Ministério do Turismo. também encaminhe aos demais senadores aqui, é realmente essa nova modalidade, ou seja, de que forma vai ser aplicado o dinheiro orçamentário a partir do ano que vem, para que não haja nenhum desperdício dos recursos públicos. Obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço ao Senador Jayme Campos e pode tem certeza, Senador, que vou comunicar o Senador Sérgio Guerra essa operacionalização desenvolvida por V.Exa.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente sessão agradecendo aos Srs. Senadores pela presença.

Sessão encerrada às 11h48.

Ata da 22ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de setembro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e trinta minutos do dia treze de setembro de dois mil e sete, na sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores João Pedro, Gim Argello, Valter Pereira, Jonas Pinheiro, Sibá Machado, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Aldemir Santana, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, João Tenório e das Senhoras Senadoras Rosalba Ciarlini e Marisa Serrano. Comparece ainda o Senhor Senador Eduardo Azeredo, que não compõe esta Comissão. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 21ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. Ato contínuo, a Presidenta esclarece que a presente reunião tem como finalidade a realização de Audiência Pública “com objetivo de debater o PRODETUR, abordando a execução dos recursos consignados no orçamento do Ministério do Turismo para o corrente ano e as necessidades previstas para o ano de 2008”, em atendimento ao requerimento nº. 17, de 2007 – CDR, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Frederico Silva da Costa – Diretor do Departamento de Programas Regionais e Desenvolvimento do Turismo, representando o Ministério do Turismo; Sr. Bismarck Maia – Presidente do Fórum de Secretários e Dirigentes de Turismo dos Estados; Sr. Pedro Rafael Lapa – Diretor de Gestão do Desenvolvimento do Banco do Nordeste S.A.; representando o Banco do Nordeste S.A.”. Fazem as suas explanações respectivamente, os Senhores Frederico Silva da Costa, Pedro Rafael Lapa e Bismarck Maia. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Jonas Pinheiro. A senhora Presidenta passa a presidência dos trabalhos ao Senador Jonas Pinheiro. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras Lúcia Vânia, Rosalba Ciarlini, e os Senhores Senadores João Pedro, Antônio Carlos Valadares. A Comissão aprova os seguintes Requerimentos: **Requerimento nº 18, de 2007 CDR** – que requer, nos termos do art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR para realização de Audiência Pública visando debater e instruir o Projeto de Lei da

Câmara (PLC) nº 22, de 2003, que “dispõe sobre as atividades das agências de turismo”, para tanto deve ser providenciada a oitiva dos representantes legais do Ministério do Turismo, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Fórum de Secretários e Dirigentes de Turismo dos Estados, Confederação Nacional dos Municípios, Conselho Nacional da Associação Brasileira das Agências de Viagens – ABAV, além do especialista na matéria, Sr. Paulo Wiedmann. **Autoria:** Senador Antônio Carlos Valadares. **Requerimento nº 19, de 2007 CDR** – Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – (Subcomissão de Biocombustíveis) para discussão dos aspectos econômicos, sociais e ambientais de um projeto alternativo para a produção do biodiesel na Amazônia, a partir do óleo de dendê, com a presença dos seguintes convidados: Dra. Maria do Rosário Lobato Rodrigues – Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Ocidental; Dr. Ricardo de Gusmão Dornelles – Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis/ Ministério de Minas e Energia (MME); Dr. Ruy de Góes Leite de Barros – Diretor de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente (MMA); Sr. Mozart Schimdt de Queiroz – Gerente-Executivo de Energias Renováveis da Petrobrás; José Graziano da Silva – Representante regional da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação para América Latina e Caribe); Um representante para fazer exposição sobre o êxito do assentamento do INCRA que planta Palma, do Estado do Pará. **Autoria:** Senador João Pedro, Senador Jonas Pinheiro e Senador Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em Exercício da Comissão, Senador Jonas Pinheiro, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Jonas Pinheiro**, Presidente em Exercício.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Havendo número regimental declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 21ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional

e Turismo. As Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se acham.

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a respectiva nota taquigráfica. Conforme uma pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a presença dos senhores... Sr. Frederico Silva da Costa, Diretor do Departamento de Programas Regionais e Desenvolvimento do Turismo, representando o Ministério do Turismo. Agradeço ao Dr. Frederico. Sr. Bismarck Maia, Presidente do Fórum de Secretários e Dirigentes de Turismo dos Estados. Sr. Pedro Rafael Lapa, Diretor de Gestão do Banco do Nordeste, representando o Banco do Nordeste S/A.

Em conformidade com o art. 94 dos §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: Os convidados farão suas exposições, em seguida abriremos a fase de interpeção pelos Senadores e Senadoras inscritos e dentro do assunto tratado, dispondo cada um de três minutos assegurado igual prazo para a resposta a cada um dos convidados. A convocação dessa audiência insere-se no âmbito das iniciativas para comemorar a 1ª Semana do Turismo no Congresso Nacional que a nossa Comissão em conjunto com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara e com o apoio da Confederação Nacional do comércio, está promovendo na próxima semana 23 a 28 de setembro. O Programa de Desenvolvimento do Turismo nas regiões brasileiras são de grande importância para o trabalho dessa Comissão. Uma das nossas principais atribuições é a promoção do desenvolvimento regional e todos sabemos que o turismo é um dos principais instrumentos de geração de emprego e renda nessas regiões. Por isso convidamos o Ministério do Turismo, o BMB, o Presidente do Fórum de Secretários Estaduais de Turismo para apresentarmos a situação dos atuais programas, a execução orçamentária de 2007, as necessidades de recursos para 2008 e as reivindicações dos Estados brasileiros.

Concedo inicialmente a palavra ao Dr. Frederico Silva da Costa, Diretor do Departamento de Programas Regionais e Desenvolvimento do Turismo representando neste ato o Ministério do Turismo.

SR. FREDERICO SILVA DA COSTA: Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer o convite aqui à Senadora Lúcia Vânia, minha conterrânea lá de Goiás, gostaria de cumprimentar os outros membros da Mesa, Dr. Pedro Lapa, Dr. Bismarck Maia, cumprimentar o resto dos convidados aqui nas pessoas do Senador Gim e Senador Eduardo Azeredo.

Quando recebi essa convocação, entendi que seria primeiro importante dar um retrato e contar um

pouco a história desse programa que já vem sendo executado aproximadamente seis anos e contar um pouco como é que nós imaginamos que vamos caminhar para frente para conseguir levar esse programa que inicialmente começou com o nordeste para as outras regiões do Brasil.

O PRODETUR hoje que nós temos em execução em termos de contrato de empréstimo, convite é o PRODETUR Nordeste que está na sua fase dois. Esse empréstimo foi um empréstimo de 400 milhões, mas também estamos preparando outros programas paralelamente que é o PRODETUR Sul que vai pegar Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Mato Grosso do Sul, o PROECOTUR que vai a região norte, região incentivada no Mato Grosso, Tocantins e a região norte do País e também o PRODETUR JK que foi o último a ser desenvolvido que vai pegar a região centro-oeste e sudeste para que nenhum Estado fique excluído. No caso do PRODETUR Nordeste 2, são 11 Estados que são beneficiados contemplando 16 postos de turismo que estão sendo desenvolvidos e também contemplando dentre esses 16 postos 116 Municípios. O valor desses 400 milhões, que depois o Diretor Pedro Lapa vai falar um pouco da parte do financiamento, são divididos da seguinte forma. São 240 milhões do BID, que são recursos financiados que estão sendo repassados via Banco do Nordeste, nós temos 146 milhões que são recursos do Ministério que assumiu a parte, a grande parte da contrapartida, a contrapartida nacional como o banco se refere, os Estados vão contribuir com aproximadamente 10 milhões de dólares e o Ministério também para administrar o programa vai precisar de aproximadamente 1% desse valor só, que é a execução direta que vai ser de quatro milhões. A contrapartida que é onde o Ministério envia seus esforços para trabalhar a parte de execução, foi repartida da seguinte forma com os Estados. Você tem a Bahia que tem uma alocação de quase 23 milhões, o Ceará com 27, Minas com 17, Pernambuco com 30 milhões, Piauí com 11 Rio Grande do Norte. Os demais Estados foi alocado uma parcela inferior de 4 milhões, 250 por quê? Porque esses Estados não conseguiram durante os primeiros quatro anos da administração do PRODETUR Nordeste 2 tomar o sub-empréstimo. Quer dizer que os primeiros 400 milhões o BID emprestou para os Estados que estavam com capacidade de endividamento e com seus pedidos elaborados e feitos. Quando outros Estados não conseguiram pegar o empréstimo inicialmente porque ou faltava à capacidade de endividamento estadual ou não estavam com seus projetos a ponto de serem submetidos para CONFIEIX e depois que é com que o sub-empréstimo fosse contratado. Para não excluir

esses Estados do programa e trabalhar algumas ações de capacitação profissional, fortalecimento institucional, estruturação das unidades executoras estaduais, nós nos comprometemos a passar quatro milhões e duzentos de dólares para cada um desses Estados ao longo dos dois anos para que esses Estados pelo menos pudessem se estruturar para os próximos programas que estavam para vir.

Dessa contrapartida de 150 milhões, nós já empenhamos 71 milhões. Para citar aí Alagoas 3 milhões, Bahia 18, Ceará 10, Espírito Santo, Maranhão e Minas Gerais receberam poucos recursos aí por conta de apresentação dos projetos por parte desses Estados e do próprio Ministério, Paraíba, recebeu 1 milhão e 700, Pernambuco e o Piauí receberam uma boa parte da contrapartida que já estava alocada para esses Estados no valor de 14 e 10 milhões, Rio Grande do Norte 7 milhões, Sergipe 1 e 400 e o Ministério já executou apenas 1 milhão e 500 da contrapartida que havia sido alocado para o Estado. Em termos do desembolso, esse número de desembolso só conseguimos a execução financeira de 24 milhões de dólares até agora, mas a expectativa é que esse número chegue aproximadamente a 55 ou 60 milhões até o final dezembro.

No caso do PRODETUR Sul, o PRODETUR Sul foi um programa que foi desenvolvido aproximadamente uns três anos e meio quatro anos atrás, aonde o agente financeiro no caso desse programa seria o Banco do Brasil. Por "n" motivos dos quais o principal foi uma questão de capacidade de endividamento desses Estados o programa não foi para frente e os Estados resolveram cancelar a carta consulta que havia sido submetida para o BID com o formato aonde o Banco do Brasil seria o repassador desses recursos. Esses Estados se encontram com seus pós já definidos, você tem orçado o Mato Grosso que já definiu o pólo de Bonito e os Municípios ao redor, no caso do Paraná, o Paraná definiu já a região de Foz do Iguaçu, mas também quer começar a trabalhar o litoral paranaense contemplando os municípios de Morretes, Antonina, pegando a Ilha do Mel. No caso de Santa Catarina o desenvolvimento forte vai ser em Florianópolis, e um pouco a Costa norte do Estado que vai pegar Municípios como Porto Belo, São Francisco do Sul e no caso do Rio Grande do Sul eles escolheram a região serrana lá que contempla desde Bom Jesus e São José dos Ausentes, até chegar em Gramado, Bento Gonçalves e outros Municípios ali que já se encontram em pleno desenvolvimento turístico, mas também são carentes de outras obras de infra-estrutura e obras de capacitação para realmente posicionar esses destinos aí com qualidade internacional. Desse programa inicialmente os Estados do sul haviam solicitado um valor de 250

milhões de dólares, aonde 60% seria repasse do BID, 24% recursos do Ministério do Turismo, desculpa, 16% Ministério do Turismo e 24% desses recursos por parte dos Estados.

O PROECOTUR que é o terceiro programa que é um programa que vinha sendo administrado não pelo Ministério do Turismo, mas sim pelo Ministério do Meio Ambiente, ele está concluindo agora sua primeira fase. Ele contempla como eu disse os Estados da região norte, com Tocantins e a região do Mato Grosso também além da região incentivada pega as outras regiões no Mato Grosso. E é um programa aonde na fase 1 o Ministério do Meio Ambiente estava previsto investir 13 milhões de dólares, investiu já quatro milhões e meio, esse volume deve crescer até o final do ano e as ações que foram desenvolvidas foram o estudo de mercado nacional e internacional de demanda para a Amazônia, esse estudo já foi entregue e foi entregue se não me engano em abril deste ano e o plano estratégico para a região, para o desenvolvimento turístico que deve ser entregue em outubro, no final de outubro desse ano.

Concluindo essa fase, os Estados da região que estão contemplados até a região do PROECOTUR vão ter a possibilidade de apresentar suas cartas consultas baseado nesse estudo de mercado e esse plano estratégico para contemplar novos empréstimos dentro da linha que estamos trabalhando que é o PRODETUR Nacional que vou falar um pouco mais dela daqui para frente. Na fase 2 os recursos serão repassados via o PRODETUR Nacional, estamos contando com o valor aí de aproximadamente 200 milhões em termo de valor de empréstimo para essa região.

No caso do PRODETUR JK, é um programa, foi o último dos programas a serem criados, foi um programa que a idéia foi lançada em 2004, é um programa que vai abranger a região sudeste, Goiás e o Distrito Federal. Dos Estados, hoje, os Estados que já demonstraram interesse em captar recursos do BID para desenvolver esse programa, um deles foi o Estado de Goiás, que nós estamos repassando recursos para o Estado de Goiás elaborar o seu Plano de Desenvolvimento Integrado e Turístico, PDITS agora já nesse mês, e também o Estado do Rio de Janeiro já manifestou que quer ingressar com pedido de financiamento também para desenvolver as outras ações. Estamos na expectativa que outros Estados da região sudeste e centro-oeste também possam pegar recursos. No caso de Minas Gerais um programa aonde só a região do Vale do Jequitinhonha foi contemplado dentro do PRODETUR Nordeste pelo fato que era uma região incentivada pela Constituição, o resto do Estado de Minas Gerais, e até já houve uma manifestação por parte da Secretária de

Turismo, a Érica Drummond, de também entrar no PRODETUR JK para pegar recursos para atender a região sul do Estado que não foi contemplada no programa inicialmente. No caso do PRODETUR Nacional, nós estamos hoje na fase final da elaboração da carta consulta. O Ministério, junto com o planejamento já fez, já se pronunciaram e se manifestaram como interessados para o BID que queremos que uma missão do BID venha aqui para analisar uma linha de crédito no formato com um clipping de um bilhão de dólares para abranger todos os Estados brasileiros, nós elaboramos uma carta consulta, estamos dando entrada no COFIEIX, a nossa expectativa é que essa linha esteja aprovada pelo menos o clipping dentro do BID até o início de dezembro desse ano. Com isso nós vamos conseguir que os outros Estados que não foram contemplados inicialmente dentro do programa e os Estados que queiram obter mais recursos do BID possam entrar dentro da COFIEIX pedindo recurso dentro desses recursos já aprovado. O Ministério está com recurso e vamos estar apoiando os Estados interessados para se preparar tecnicamente, estamos com recursos para ajudar os Estados a contratar as empresas de consultorias para elaborar os pedidos que são planos complexos e também vamos estar trabalhando com o aporte de contrapartida federal. As ações regionais e nacionais serão competência do Ministério, vão seguir as diretrizes que foram contempladas dentro do Plano Nacional de Turismo, com os Municípios que serão priorizados dentro desse mesmo plano, e estamos na expectativa que início de 2008 nós vamos começar a ter os primeiros desembolsos desse empréstimo que será de um bilhão de reais. Como é que vai funcionar?

Os outros programas que... na realidade a nomenclatura vai ser PRODETUR Nacional. Os outros programas como PRODETUR Nordeste, PRODETUR Sul, PRODETUR Norte que é o PROECOTUR e o PRODETUR JK, vamos pegar os Estados que são elegíveis para obterem créditos dentro dessa operação, vão entrar direto dentro dessa linha de PRODETUR Nacional que vai ser criado junto com o BID. O Ministério vai dar apoio técnico, vai dar aporte de contrapartida, e vai ser o agente que também vai ajudar os Estados a encaminhar seus projetos junto à COFIEIX e também vai ajudar os Estados junto com o BID para aprovar essas linhas de crédito o mais rápido possível. Nós estamos fazendo um trabalho junto com o BID e nisso é um trabalho que vem sido conduzido em conjunto com o Diretor Pedro Lapa do Banco do Nordeste, o Secretário Deputado Bismarck Maia para que a gente consiga agilizar a aprovação dessas cartas consultas o mais rápido possível dentro da instituição financeira lá em Washington. Antigamente era um processo que

demorava seis, oito meses, estamos tentando encurtar isso para que isso aconteça entre três a quatro que daí a partir de abril do ano que vem os Estados que estariam preparados, habilitados e dispostos a pegar esses empréstimos já poderiam começar a ter seus primeiro desembolsos.

Dentro do orçamento nosso para 2007, do Projeto de Lei Orçamentário, nós estávamos lá com montante de 60 milhões para desenvolver a fase 2 do PROECOTUR, que o fortalecimento estadual, o PRODETUR Nordeste estava contemplado com 48 milhões de reais, PRODETUR Sul estava contemplado com oito milhões e o PRODETUR JK estava contemplado com um milhão e seiscentos. Depois do Relatório setorial esse valor foi para 2 milhões e 700 para o PROECOTUR que permaneceu graças a um apoio de uma Emenda de Comissão nós conseguimos crescer o bolo para o nordeste para 128 milhões dos quais aproximadamente 95 são área de capital e 33 milhões na área de custeio. No caso do PRODETUR Sul tivemos reforço por conta da bancada do sul que reforçou com 30 milhões a área de investimento dentro do programa para ser repassado aos Municípios e o PRODETUR JK permaneceu em um e seiscentos que ainda está em fase de fortalecimento institucional e desenvolvimento. O valor total do nosso orçamento para os dois programas é de 170 milhões para este ano. Desses 170 milhões, nós conseguimos empenhar até agora primeira semana de setembro aproximadamente 67 milhões. Dentro dos 170, o planejamento nos deu 135 milhões para administrar o programa. Os recursos que vieram para o PRODETUR Sul dentro da Emenda de bancada do sul que foram de 30 milhões e mais Emenda de Comissão, planejamento entendeu como Emenda de bancada então ainda estamos aguardando recursos por parte da Secretaria de Relações Institucionais, mas estamos na expectativa de receber esses recursos no mês de outubro.

Dos 140 que restou, nós já executamos metade disso, aproximadamente 70 milhões e execução financeira que hoje está em quatro milhões a expectativa é chegar numa execução financeira até o final do ano de metade desse valor de 170 que nós vamos conseguir empenhar em sua totalidade. A execução nossa, esse quadro parece que está um pouco escuro, eu particularmente assumi a Diretoria do PRODETUR em agosto, o PRODETUR estava encontrando alguns entraves que estavam obstaculando a execução dos seus convênios, nós simplificamos o programa e simplificamos a metodologia nossa de fazer os convênios junto com o Estados e Municípios, e tivemos um salto grande no mês de agosto e no mês de setembro a perspectiva nossa é de executar mais 40, 50 milhões

desse programa. Deixando assim para o mês de outubro mais uns 40 milhões daí vamos concluir a nossa execução financeira do programa em tempo por volta do dia 15, 20 de outubro que é a nossa meta interna lá para depois chegar aqui no Congresso e pedir apoio aos Parlamentares que possa emendar o orçamento de novo para que a gente tenha recursos robustos para implementar como contrapartida nacional no programa no ano seguinte.

A nossa programação, o Projeto de Lei Orçamentário para 2008 está contemplando no PRODETUR aproximadamente 75 milhões. 2 e 700 para o PRO-ECOTUR fase 2, PRODETUR Nordeste 52 milhões, PRODETUR Sul 14, PRODETUR JK 1 milhão e 600 e para o PRODETUR Nacional temos que abrir a rubrica, principalmente que nós vamos estar recebendo um empréstimo dentro dessa rubrica de 15 milhões de dólares de 5 milhões de reais. Esses recursos são bem aquém da necessidade do programa para o ano que vem. Só para o nordeste, para a boa execução do programa PRODETUR Nordeste 2, nós vamos precisar de recursos na ordem de 100 a 150 milhões de reais. Se for contemplar os Estados que também vão entrar com novos empréstimos, como já tem manifestações por conta da Paraíba e por conta do Espírito Santo, os recursos que vamos precisar para a contrapartida para a boa execução do programa para o nordeste vão ser na ordem de 200, 250 milhões de reais. Então infelizmente o Projeto de Lei que nós conseguimos apresentar até agora foi insuficiente. Para o nordeste, como eu disse, só para o PRODETUR Nordeste 2 nós estamos imaginando um valor de 100 a 150 milhões para o Governo Federal conseguir honrar seu compromisso de contrapartida dentro do programa existente. Vamos precisar de no mínimo mais 50, 100 milhões para o Governo conseguir administrar a parte de contrapartida para os outros Estados que vão entrar. O Estado do Ceará já se manifestou interessado em tomar um novo empréstimo, o Estado de Pernambuco já se demonstrou interessado em tomar novo empréstimo, o Estado da Paraíba já se demonstrou interessado em tomar novo empréstimo e o Estado do Espírito Santo também.

No caso do PRODETUR Norte que é o PRO-ECOTUR que vai entrar dentro dessa linha do PRODETUR Nacional, os Estados que já se manifestaram interessados em tomar um sub-empréstimo no BID são Tocantins e o Estado do Pará. Em fase da situação do andamento da elaboração de seus pedidos que eles ainda vão ter que entrar com carta consulta estamos na expectativa que esses Estados vão precisar de um valor aproximadamente de 50 milhões para fazer frente à contrapartida necessária para o bom andamento do programa no ano que vem. No caso do JK, nós temos

um interesse forte por parte do Estado de Goiás que nós já estamos empenhando essa semana 400 mil para eles elaborarem os pedidos, eles vão estar com o plano deles pronto para apresentar dentro da COFLEX até o mês de dezembro, então vão estar executando o programa no ano de 2008 e também tivemos um interesse muito forte por conta do Estado do Rio de Janeiro que se manifestou interessado em pegar aproximadamente 150, 200 milhões, se não me engano de dólar como sub-empréstimo. Com isso vamos precisar de recurso para fazer frente aos investimentos de contrapartida necessários para administrar esses programas nos Estados. Estou vendo o Senador Gim ainda estamos aguardando um posicionamento do Governador Arruda, mas acredito que também vai ter interesse em tomar uma parte desse sub-empréstimo para desenvolver o turismo aqui no Distrito Federal.

No PRODETUR Sul que nós já estamos contando com aproximadamente 38 milhões no orçamento desse ano que nós vamos estar executando, estamos na expectativa que nós vamos precisar de 100 milhões de reais de contrapartida federal para fazer frente aos empréstimos que vão entrar. No caso do sul, os Estados estão bem adiantados. Pelo fato que eles já haviam elaborado suas cartas consultas, seus pedidos, e por uma questão de um desentendimento que houve com o BID dentro do modelo que foi criado com o Banco do Brasil como agente financeiro repassador desses recursos eles desistiram da primeira operação de crédito e agora querem entrar dentro do PRODETUR Nacional. Há um interesse do Governo do Estado do Paraná, já há um interesse por parte do Mato Grosso do Sul e Santa Catarina está com projeto deles 95% pronto é só uma questão de reapresentar para o BID para que eles consigam tomar esse sub-empréstimo. No caso do Paraná eles querem até ampliar o programa para incluir outros pólos fora de Foz do Iguaçu entre eles que seria a região litorânea do Estado e também a Rota dos Tropeiros.

Então, espero que isso deu para retratar um pouco a situação do programa, no passado a situação do programa este ano e um pouco do que nós vamos precisar de colaboração por parte dessa Comissão aí para frente, principalmente na parte do orçamento para a gente pegar esse programa e conseguir levá-los para outras regiões que não foram contemplados com os programas originais. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradecemos o Sr. Frederico e cumprimos pelo trabalho.

Passamos a palavra ao Sr. Pedro Rafael da Lapa, Diretor de Gestão de Desenvolvimento do Banco do

Nordeste, representando aqui o Banco do Nordeste S/A.

SR. PEDRO RAFAEL DA LAPA: Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento especial a Senadora Lúcia Vânia, agradecendo o convite para a participação do Banco nessa Audiência Pública, cumprimentar os demais membros da Mesa com quem o Banco tem um relacionamento estreito, cotidiano e extremamente proveitoso em torno da proposta do desenvolvimento do turismo no nordeste, cumprimentar os Srs. Senadores, cumprimentar o Deputado Pedro Eugênio aqui presente, em particular pela contribuição que deu como dirigente do Banco do Nordeste, e como Diretor de Gestão de Desenvolvimento foi quem junto com o Ministério e o BID construiu a contratação desses 400 milhões a que o Dr. Fred se referiu do PRODETUR 2. As minhas observações são rápidas e a minha opção é fazer algumas considerações que são complementares à apresentação do Dr. Fred.

Primeiro, é que a experiência do Banco do Nordeste com o PRODETUR ela data dos anos 80, o Banco já está atuando nesse formato faz 15 anos, na fase inicial a interlocução era basicamente BID, Banco do Nordeste e Governos dos Estados, em função da dificuldade dos Estados de aportar seus recursos de contrapartida e considerando a criação do Ministério do Turismo em 2003 a construção da fonte de recurso passou a ser basicamente a contrapartida nacional a partir do Ministério do Turismo e os 60% do Banco do Nordeste no formato de financiamento. E aí é importante dizer que esse recurso é precioso pelo montante 400 milhões de dólares é uma soma significativa para o nordeste, mas também o custo dessa operação, na medida de que os tomadores eles incorrem no custo só da parte financiada que nesse momento é da ordem de 5.7.

Então, são somas significativas e esses recursos eles têm encargos financeiros bastante atrativos para financiar e aí uma grande diferença que eu gostaria de destacar que o PRODETUR 1 ele foi sobretudo infra-estrutura e o PRODETUR 2 ele incorpora outros conceitos, incorpora a necessidade da melhoria da gestão do turismo e aí aparecem na cena de maneira destacada os Municípios, reforça a questão do planejamento, e aí o ordenamento do PRODETUR eles têm duas colunas, uma é o contrato e o regulamento operacional do programa, mas o principal no meu entendimento é o Plano Nacional de Turismo que é a orientação do Ministério do Turismo com relação ao assunto, e os PDITS que são os Planos de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo, que são os exercícios que os Governos Estaduais fazem com relação aos seus projetos de turismo. E esses PDITS e

o Plano Nacional de Turismo são afinados de tal maneira que o Banco do Nordeste pode se situar de maneira muito objetiva como agente financeiro do programa. Então quem orienta o plano de turismo é o Ministério e os Governos Estaduais e o Banco se apresenta como agente financeiro. E nesse sentido, essa visão de Banco agente financeiro contribuiu para simplificar. Porque a bem da verdade no segundo semestre do ano passado o programa enfrentou algumas dificuldades, o relacionamento do Banco com os Governos Estaduais do Banco com o Ministério ele enfrentava alguns desgastes e esses desgastes foram superados. O depoimento do representante do Ministério do Turismo. E quero crer que o depoimento do representante Dr. Bismarck que preside o Fórum dos Secretários Estaduais de Turismo vão nessa direção. Hoje temos uma perfeita integração entre Ministério, Banco, Governos dos Estados e BID, e essa integração ela passa por esse entendimento de qual é o papel de cada uma das instituições e pela simplificação do processo de encaminhamento dos projetos. Isso permitiu, deu o conforto ao Ministério de apresentar esses números que foram aqui apresentados e os números do Banco do Nordeste no que se refere ao financiamento é: Dos 240 milhões de dólares contratados com os 6 Estados, 150 milhões já foram aprovados, 110 milhões já foram contratados e até o final do ano o Banco deve estar promovendo o desembolso da ordem de 50 milhões. E esses milhões que eu estou me referindo é dólar. Então na verdade, na conversão teremos que considerar uma taxa de câmbio de aproximadamente de um para dois. Para nós, quer dizer, como a metodologia é importante também dizer que esse programa ele tem um componente importante do financiamento da viabilização da implantação da infra-estrutura turística, mas o Banco do Nordeste junto com o Ministério do Turismo e junto com os Governos Estaduais está atento para naquelas regiões, naqueles pólos onde o planejamento do desenvolvimento do turismo está claro, o Banco do Nordeste se coloca como agente financeiro para financiar projetos, por exemplo da estrutura hoteleira com recursos do FNE, são aportados para o desenvolvimento do turismo da região valores significativos também. E com o mesmo cuidado que o Banco tem de construir esse entendimento com relação ao financiamento do PRODETUR, o Banco também tem tido o cuidado de construir essa boa relação com o Ministério do Turismo e com os governos estaduais na alocação dos recursos do FNE. Para que se tenha o melhor proveito, para que não aconteça que seja financiada a infra-estrutura no lugar e financiada a implantação do hotel em outro lugar. Então essa compatibilidade, esse cruzamento, essa integração de intervenções no sentido da dinami-

zação do turismo. Para nós, pela metodologia a contrapartida ela antecede o financiamento.

Então, essa iniciativa, as iniciativas do Ministério do Turismo no sentido de viabilizar a maior soma possível de recurso no orçamento e mobilizar o Congresso para através de Emendas Parlamentares ampliar as fontes de recursos para o turismo, tem uma importância muito grande, porque nós ficamos pelo mecanismo de só alocar recursos financiados após a alocação de recursos de contrapartida, um pouco na dependência da contratação e do andamento dessas operações conduzidas pelo Ministério do Turismo.

Em suma, são essas observações que fazemos, consideramos que se bem sucedidas essas gestões, tanto no que se refere orçamento da União como no que se refere às Emendas Parlamentares, existem possibilidades concretas de coordenado pelo Ministério do Turismo retomar as negociações com o BID dentro do projeto do PRODETUR Nacional e poder estar ainda nesse semestre em condições de estar sentando com os governos estaduais, aqueles Estados que não tem contrato ainda de financiamento e os Estados que têm, mas estão com seus contratos em estágio avançado de execução para estar contratando um novo conjunto de intervenções que de fato consolidem e faça evoluir esse ambicioso projeto de dinamização do turismo. São essas as palavras do Banco do Nordeste e estamos inteiramente à disposição trilhando esse caminho de atuar de forma compartilhada, atuar de forma cada vez mais simplificada em nome dessas prioridades pela sua conotação de ser uma das atividades de maior capacidade de geração de emprego e renda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradecemos as palavras do Sr. Pedro Rafael Lapa, Diretor de Gestão de Desenvolvimento do Banco do Nordeste, passamos a palavra ao Sr. Bismarck Maia, ex-Secretário e dirigente do Fórum de Turismo dos Estados.

SR. BISMARCK MAIA: Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, eu quero agradecer em nome dos Secretários de Estado de todo o nosso País o convite que nos fez para participar dessa importante reunião pelo assunto que se leva a efeito nesse momento. Eu quero cumprimentar também todos os Srs. Senadores, e os membros dessa Comissão, técnicos, e Srs. Representantes do Trade Turístico que se fazem aqui presente.

As palavras do representante do Ministério do Turismo, Sr. Frederico, Dr. Frederico e do Dr. Pedro Lapa do Banco do Nordeste já se fez muito clara com relação à importância desse programa. A importância dos investimentos através do PRODETUR, seja aqueles que já foram aplicados no nordeste o qual sou tes-

temunha como também aqueles que se vislumbram a serem aplicados nos outros Estados da região por qual também o Fórum Nacional de Secretários vem lutando para que aconteça. O nosso entendimento é de que o turismo só complementando portanto essas palavras o turismo se faz com os três caminhos claros, a promoção, a capacitação e investimentos na infra-estrutura pública e infra-estrutura privada. E o PRODETUR tem dado essa oportunidade muito forte ao nordeste. Desde o início da década de 90 quando participamos também na elaboração e no planejamento desse programa, nós estamos vendo um crescimento substancial do nordeste a partir do turismo, a partir, portanto desses investimentos que foram feitos em todos os Estados do nordeste com recursos do BID, recursos do próprio Estado e recursos liberados pelo Governo Federal. Construção de novos aeroportos, investimentos em estradas, recuperação de patrimônio histórico e agora na fase 2 complementando todos esses investimentos ou em paralelo a esses investimentos o PRODETUR 2 tem dado a oportunidade de investir na promoção e na capacitação profissional que são os outros dois como os outros dois caminhos para se crescer no turismo e principalmente em lugares que são vocacionados mais fortemente para essa atividade que vem transformando econômico e socialmente o nordeste muito fortemente. Mas eu quero em nome de todos os Estados da federação levar o nosso apoio e nossa... Dar a compreensão aos Srs. Senadores e Srs. Senadoras do trabalho que vem sendo feito nesse momento pelo Ministério do Turismo. Como eu disse, os dois representantes do Ministério mais apropriadamente e o representante do Banco do Nordeste nesses últimos meses nós temos visto uma dedicação e uma determinação da Ministra Marta Suplicy no sentido de fazer avançar muito fortemente, muito rapidamente a liberação dos recursos por parte do Ministério e consequentemente dando possibilidade aos Estados no caso do PRODETUR 2, do PRODETUR Nordeste, se habilitarem junto ao Banco do Nordeste para que o PRODETUR tenha capacidade de andar mais rapidamente na execução daquilo que foi planejado, daquilo que estava determinado para os respectivos Estados. Então nós temos visto essa determinação do Ministério como também por parte do Banco do Nordeste toda a flexibilidade possível e de apoio aos Estados para que efetivamente esses recursos aconteçam.

Então dando esse depoimento e pelo que está acontecendo agora com os Estados do nordeste, eu posso dar à Comissão de Desenvolvimento Regional, portanto ao Senado Federal, a importância que se faz a liberação e a execução dos novos financiamentos para os outros Estados da federação, seja o PRODE-

TUR Sul, seja o PRODETUR JK como o PRODETUR Nacional. Esse programa é de vital importância para se construir um Estado Brasileiro que se volte para a indústria do turismo. Não se faz turismo só com a promoção lá fora para captar turistas para o mercado nacional. Nós temos que melhorar a qualidade do nosso produto, temos que agregar valores aos nossos produtos turísticos que são muitos, que são maiores do que qualquer outro País do mundo pela sua diversidade, pela capacidade que nós temos geograficamente e do nosso povo de oferecer, mas precisamos qualificar esse produto. E esse produto pode ser qualificado com investimentos na sua infra-estrutura que possibilita a capacitação de investimentos privados e melhorar qualitativamente também através de programas de capacitação que tudo isso está previsto em programas como o PRODETUR Nordeste 2 e que possibilitará agora para os outros Estados através do Programa Nacional do PRODETUR Nacional e de outros programas.

Portanto, Sr^a. Senadora, quero acreditar pelo conhecimento que nós estamos tendo dessa ação no nordeste queremos acreditar que o papel do Congresso Nacional particularmente do Senado Federal, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aqui do Senado Federal como também a Comissão de Turismo e Desportes da Câmara dos Deputados é importantíssimo para dar apoio durante a elaboração do orçamento que sejam fortalecidos as Emendas que possibilitem o Ministério do Turismo agregar recursos do seu orçamento oriundos de Emendas Parlamentares para poder fazer face à liberações aos Estados da federação que se habilitam não só no PRODETUR regionais como também no PRODETUR Nacional a tomar recursos financiados pelo BID.

Portanto, nossa palavra nesse momento é dos Estados é de que nós temos confiança no trabalho dos senhores e das senhoras Parlamentares na apresentação de Emendas que possibilite o fortalecimento do orçamento do Ministério do Turismo que esse sim são os recursos que liberados pelo Ministério como de fato estão agora vão dar condição aos Estados recebendo essa contrapartida a tomar os recursos financiados através do Banco Interamericano de Desenvolvimento nesses programas que são foram objetos de apresentação por parte do Dr. Frederico.

Portanto, é importantíssimo que os Estados tenham esses recursos e os Estados não têm esses recursos se não forem aqueles recursos liberados pelo Ministério do Turismo que são recursos de transferência para dar a contrapartida necessária aos Estados a se habilitarem aos recursos financiados. Então ficam essas as minhas palavras em nome dos Estados na

esperança e na solicitação ao Parlamento Nacional, Congresso Nacional no sentido de fortalecer o orçamento do Ministério do Turismo. E também não posso deixar de registrar mais uma vez que nesses últimos meses a atuação como foi desde o início da década de 90 do Banco do Nordeste em apoio ao PRODETUR Nordeste que tem sido agora mais do que nunca extremamente flexível na possibilidade de ajudar os Estados a tomarem os recursos, não só do Ministério do Turismo com o fortalecimento institucional de cada um desses Estados, das suas secretarias e unidades executoras dos Estados, como também na elaboração de projetos futuros junto ao próprio Organismo Internacional de Desenvolvimento que é o BID. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradecemos ao Presidente do Fórum dos Secretários Estaduais de Turismo, e passamos a palavra ao Sr. Senador Flexa Ribeiro, que foi o primeiro inscrito. Antes eu gostaria de dizer e cumprimentar o Ministério do Turismo pelo esforço da retomada desse programa do PRODETUR regional. Isso sem dúvida nenhuma representa muito para nós aqui, para nós que somos Parlamentares representantes de cada Estado, e que isso nos dá uma responsabilidade ainda maior agora quando votamos o orçamento e nos comprometemos a lutar juntos para... cada Senador que representa o seu Estado para que a gente tenha realmente a nossa parte também feita e retomada no sentido de fazer com que o Ministério do Turismo se fortaleça cada vez mais para fortalecer os Estados naquilo que diz respeito ao turismo. Cumprimento também o dirigente do Banco do Nordeste, que gentilmente prestou esclarecimento a respeito do PRODETUR Nordeste e passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senadora Lúcia Vânia, senhores palestrantes, Sr. Pedro Rafael Lapa, Diretor de Gestão do Banco de Desenvolvimento do Banco do Nordeste, Sr. Frederico Silva da Costa, diretor do departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento e Turismo. Meu amigo, prazer revê-lo no Congresso Nacional, nosso Deputado Bismarck Maia, Secretário de Turismo do Ceará e Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Turismo dos Estados.

Uma satisfação muito grande, Senadora Lúcia Vânia, ver o empenho de V.Ex^a à frente desta Comissão, que eu diria até que ela tem um estigma. Como estigmatizados são todas as ações que diz respeito à questão de desenvolvimento regional. Eu já tive a oportunidade de presidir uma Comissão, Conselho, melhor dizendo, Conselho da CNI, de desenvolvimento regional, e dizia lá na CNI, e repito aqui no Congresso Nacional, que a questão de desenvolvimento regional

ela só será tida como uma ação prioritária de Governo quando também acontece isso na própria Confederação Nacional da Indústria, quando todos os outros, no caso do Governo todos os outros Ministérios estiverem trabalhando no sentido do desenvolvimento regional. Porque a atividade para nós cumprirmos a obrigação constitucional de diminuir as desigualdades regionais, elas passam por ações que dependem de outros Ministérios, e não diretamente o de integração nacional que seria o de desenvolvimento. Eu acho até o nome melhor, porque de integração nacional ele tem uma denominação que não discrimina as regiões menos desenvolvidas. Não vamos integrar o País. Ou seja, trazer essas regiões incorporar essas regiões às regiões já desenvolvidas. Mas se não houver vontade política, se não houver Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, todos os outros, Ministério de Transportes, os outros Ministérios todos incorporando nos seus orçamentos ações de integração nacional, nós não vamos nunca chegar. Pelo contrário. Nós vamos sempre ter aquilo que as estatísticas estão mostrando que a questão das desigualdades regionais elas estão aumentando ao invés de diminuir. Por quê? Não quer dizer que essas regiões não estejam crescendo. Elas estão crescendo, só que as outras crescem mais rápido. Ou seja, a diferença de velocidade de crescimento já em função da diferença de infra-estrutura faz com que esse fosso seja aprofundado.

Então, quando nós discutimos aqui, e daí porque eu reputo essa Comissão como uma das Comissões mais importantes do Senado Federal, porque ela faz com que o Brasil se torne mais justo, procura fazer com que o Brasil se torne mais justo com todas as regiões, ela tem que ser levada com a obstinação e determinação que a Senadora Lúcia Vânia leva ou como o Senador Tasso Jereissati que foi o primeiro Presidente dessa Comissão também no ano passado, tinha essas dificuldades de fazer ser ouvido. Porque a gente fala muito, mas lamentavelmente não somos ouvidos ou não somos considerados naquilo que se falamos aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional. Haja vista que há cinco anos essas regiões padecem de não ter um instrumento de desenvolvimento que foi extinto no governo passado da SUDAM e da SUDENE, de forma pirotécnica, retomado nesse Governo e lamentavelmente com o esforço de todos nós, com os relatórios do Senador Tasso Jereissati e do saudoso Senador Antônio Carlos Magalhães, nós aprovamos no Congresso, houve o veto do Executivo e as Superintendências de Desenvolvimento elas estão criadas e não funcionam.

Mas no caso específico dessa audiência, questão do turismo, que sem dúvida nenhuma é um dos instru-

mentos que podem alavancar e podem fazer com que essas regiões tenham um crescimento no seu PIB, e com isso a melhor qualidade de vida. Eu assisti parte da palestra do Dr. Frederico e as duas outras por inteiro, mas tinha tido antes uma reunião da bancada do Pará com a Ministra Marta Suplicy. Tanto que eu mandei apanhar no gabinete o material que foi distribuído naquela ocasião porque durante a exposição do Dr. Frederico, eu ao olhar as transparências não encontrei o norte, não encontrei a Amazônia. Era PRODETUR Nordeste, era PRODETUR JK e o PRODETUR Norte, PRODETUR Amazônia não tinha ou não tem em 2007. Ele está previsto para 2008. Quando veio a transparência de 2008, eu me senti um pouco aliviado no início, mas bastante angustiado quando verifiquei os números previstos para esse programa. Esse programa, já no passado, já existiu. Ele foi de grande valia na época do Governo militar, no sentido de levar o turismo, levar instrumentos de fortalecer o turismo nessas regiões. Vários hotéis foram construídos com financiamento do PRODETUR, e depois lamentavelmente esse programa foi extinto e ele deixou de ter uma linha de financiamento voltado à infra-estrutura do turismo. Evidentemente que o Brasil ele é incipiente na questão de turismo. Se não me falha a memória, o Deputado Bismarck e o Dr. Frederico podem confirmar. Acho que apenas 2% do PIB nacional vem em função do turismo. O que não representa nada. No País que foi abençoado por Deus, ao dar essas condições a nós brasileiros, ao nosso País, dar condições excepcionais de atrair turistas de outros países para cá e mesmo o turismo nacional, o turismo interno, que tem que ser movimentado. A Espanha tem como a sua maior, maior setor da sua economia o turismo. Quer dizer, e o Brasil que tem essa potencialidade não transforma essa potencialidade em realidade.

A minha pergunta que eu queria fazer aos palestrantes, Dr. Pedro Lapa, como gestor do Banco do Nordeste, vai ficar meio difícil de responder, mas do Ministério do Turismo sim e o nosso magistrado aqui do... Como Presidente do Fórum Nacional evidentemente que ele vai levar para o nordeste, mas também vai ajudar a Amazônia a desenvolver o turismo.

O Pará tem uma demanda solicitada ao Ministério do Turismo para 2008 da ordem de 200 milhões de reais. Então aqui infra-estrutura, qualificação, marketing, eventos, e para o Fórum Social Mundial que vai acontecer em Belém em 2009. Tem que haver todo o preparativo em 2008. Ora, uma demanda de 200 milhões eu não vejo atendido. A evolução que tem havido de recursos no Ministério do Turismo se deve muito mais não à vontade do Governo, porque não vem no orçamento encaminhado ao Congresso Nacional. Se

deve muito mais à ação do Parlamento, a ação dos Senadores, os Deputados que através de Emendas fortalecem o orçamento do Ministério do Turismo. No ano de 2006, o ano que passou, e aí os números comprovam, e os números são dados pela Ministra Marta Suplicy, a programação do Executivo foi da ordem de 738 milhões, dos quais 425 milhões para aeroportos e pontes. Aí o Governo usa esses números, números que ele coloca, Senadora Lúcia Vânia, como aportando para o turismo e na realidade eles estão lá alocados na infra-estrutura aeroportuária, ou seja, são uma forma de levar a sociedade brasileira uma coisa irreal. Porque há uma duplicidade de fontes de recursos para programas que podemos ter como fontes diferentes, 400 milhões no turismo, mas na realidade esses 400 milhões são para a infra-estrutura aeroportuária. São importantes para o turismo, lógico que são. Sem ter uma infra-estrutura aeroportuária nós não podemos fazer turismo. Sem termos uma infra-estrutura hoteleira não podemos fazer turismo. Sem termos qualificação humana, não podemos fazer turismo. Tudo isso é importante para alavancar a questão do turismo. Aí nas Emendas de bancada, em 2006, 731 milhões. Ou seja, é o Parlamento brasileiro que está priorizando o turismo. São os Senadores e os Deputados. Em 2007, novamente o orçamento de 464 milhões do Executivo e as Emendas de 1 bilhão e 344 milhões. O que elevou o orçamento do Ministério do Turismo de 1 bilhão e 800 milhões. E sabe porque os Deputados colocaram as Emendas e os Senadores colocaram as Emendas no Ministério do Turismo? Porque o ex-Ministro Walfrido Mares Guia, assumiu compromisso com os Parlamentares que independente da questão partidária, aqueles Parlamentares que colocassem recursos para os seus Estados, para beneficiar os seus Estados no Ministério do Turismo, ele como Ministro garantia a liberação. E assim o fez. Ele cumpriu a promessa. E ao cumprir a promessa o Ministério foi reforçado com essas Emendas. Então nós esperamos que a Ministra Marta que assumiu o Ministério no lugar do Ministro Walfrido, porque esse orçamento de 1 bilhão, 344 ele é em função do compromisso do Ministro Walfrido do ano passado. Que ela cumpra como ele cumpriu o compromisso de fazer. Porque senão quando for no orçamento de 2008 não haverá esse montante de recursos dos Parlamentares. Porque a questão da liberação dos recursos ela lamentavelmente não tem uma regra e os Parlamentares de oposição como são os do meu partido, o PSDB eles também precisam levar para os seus Estados as ações de fortalecimento do turismo. Coloca a sua Emenda e a sua Emenda acaba sendo perdida.

Mas eu perguntaria como é que nós podemos incentivar a questão do PRODETUR Norte? Esses 50 milhões que está previsto para 2008, no meu entendimento eles são insuficientes. V.S^a disse que dois Estados já aderiram. Tocantins e Pará. Já encaminharam propostas solicitando a inclusão no programa. Evidentemente que a Amazônia ela tem uma exposição mundial, global, da maior importância. Ela pode e deve ser utilizada pelo Brasil como um pólo de atração de turistas estrangeiros que já o fazem, mas fazem com uma demanda muito inferior àquela desejada, porque ela é cobiçada pelo resto do mundo. Então ela pode ser vendida como uma área para ser visitada, com ecoturismo, e nós temos vários ecossistemas, várias Amazonas na Amazônia brasileira. Então o que facilita que... na própria Amazônia, no meu Estado do Pará você tem a questão do turismo de floresta, você tem a questão do turismo oceânico, porque também nós temos a costa oceânica, nós temos o turismo da Ilha de Marajó, que é a ilha... O arquipélago Marajó que é o maior do mundo a nível de estar na foz do Rio Amazonas, temos várias características importantes. Não temos é como alavancar como fazer. Por quê? Porque já fomos um Aeroporto Internacional. Nós estamos andando para trás. Há décadas passadas o aeroporto de Valdecans era o Aeroporto Internacional. Nós tínhamos linhas aéreas ligando Belém à Europa, aos Estados. Deixamos de ter. Então a dificuldade todas às vezes e nós estamos passando por um caos, por um apagão aéreo por quê? Porque concentrizaram todos os vôos em São Paulo. O nordeste já avançou trazendo para alguns Estados como é o caso do Ceará, da Bahia e Pernambuco, me parece, linhas diretas da Europa para o nordeste. Isso facilita. Porque você ao invés de trazer todos os turistas dando como caminho de entrada, porta de entrada apenas São Paulo e Rio, vai começar a diversificar. E com isso você vai ter condições de fazer com que os turistas além de visitar São Paulo e Rio possam visitar a Amazônia, possam visitar o nordeste. Evidente que isso tem que ser um programa, uma ação capitaneada pelo Ministério do Turismo, mas com o apoio dos demais Ministérios todos. Sem o que nós não vamos conseguir.

Então, eu perguntaria o que é que o Senador pelo Pará pode fazer para ajudar o seu Estado. Como que nós podemos aumentar essa verba para o Estado do Pará, e evidentemente não falando só mais no Pará, para a Amazônia como um todo. E eu quero parabenizar o meu amigo Deputado Bismarck Maia, pelo trabalho que sei que V.Ex^a está fazendo no Ceará. Fez aqui como Parlamentar ativo e hoje auxilia o Governo do Ceará, e como Presidente do fórum, pode contar com o apoio desse seu amigo Senador para que a gente

possa ajudá-lo naquilo que for preciso. Fortalecer o fórum, fortalecer as Secretarias de Turismo de todos os Estados, e não esqueça do Pará quando tiver algum programa a nível do Ministério que Pará seja incluído e fortalecido. (soa a campanha).

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Vamos proceder de forma como de costume. Vamos dar a palavra agora à Senadora Lúcia Vânia para fazer seus argumentos, e depois nós damos a palavra para a resposta para os senhores palestrantes.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores palestrantes. Primeiro lugar eu gostaria de agradecer a presença de todos, dizer da nossa satisfação em recebê-los aqui, principalmente no momento muito importante onde nós vamos através dessa Comissão decidir as Emendas Parlamentares.

Quero aqui também fazer coro ao que o Bismarck disse aqui em relação ao Ministério do Turismo. Tem sido um Ministério atuante, tem sido um Ministério que tem cumprido compromisso com o Congresso Nacional, e isso naturalmente motiva os Parlamentares a estarem ligados a esta área. Mas, em relação ao meu Estado, que é o PRODETUR JK, eu gostaria de saber do Sr. Frederico o que é que ele poderia dizer do PRODETUR JK. Eu acho que é um interesse muito grande, não só do meu Estado como também do Distrito Federal, Mato Grosso, o Presidente, o Vice-Presidente dessa Comissão representa aí o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Eu gostaria de perguntar se a capacidade de endividamento com esse PRODETUR Nacional a gente estaria superando, eu não entendi bem como é que o PRODETUR Nacional vem para fortalecer as regiões. Então eu gostaria de ter isso mais claro. Porque alguns Estados têm sua capacidade de endividamento esgotada e obviamente esses Estados não poderão usufruir desse empréstimo se ele tomar a iniciativa de fazer a sua carta consulta direcionada a cada Estado. Então acho que nós vamos ficar com o PRODETUR JK praticamente estacionado, embora o Distrito Federal tenha condições de entrar com contrapartida. Portanto, eu queria uma explicação mais clara do que seria o PRODETUR Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito bem. Eu queria registrar, Dr. Frederico, que as... O argumento da Senadora Lúcia Vânia também serve para o Estado de Mato Grosso, onde nós tivemos aquela extraordinária região que Deus nos deu de presente e que é uma atração para quem já conhece, porém, precisamos que mais gente do mundo todo conheça o Pantanal Mato-Grossense.

Portanto, eu quero aditar o que ela disse, incluindo também Mato Grosso do Sul e do norte, principalmente a nossa área do Pantanal.

Com a palavra o Dr. Frederico para fazer comentário a respeito dos argumentos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Presidente, pela ordem, por favor. Eu gostaria de cumprimentar o Sr. Bismarck Maia, Presidente do Fórum de Secretário e dirigentes estaduais, Dr. Frederico, Sr. Pedro Rafael, dizer quanto eu considero importante esse debate, as informações que vocês vieram nos trazer para que a gente possa nos somarmos nesse esforço de fazer crescer o turismo no Brasil. E como sou da região nordeste, a região nordeste já tem uma vocação natural para o turismo além das belezas também naturais e de um povo que tem características de hospitalidade que realmente... Eu gostaria de fazer aqui o nosso apelo em nome do meu Estado, o Rio Grande do Norte, não somente do turismo na cidade de Natal, que é uma cidade que sabemos que já está consolidando o turismo, como porta de entrada para o Rio Grande do Norte, mas o turismo do Estado como um todo. Eu sou do interior, Mossoró, o senhor conhece, sabe que lá nós conseguimos promover turismo através de eventos culturais, de eventos religiosos, de eventos de negócios, fazendo com que uma cidade do semi-árido do centro de beleza, que as praias de Natal, da Costa Branca, enfim, nós temos muito ainda a ser explorado.

Então, é necessário agilização dos recursos do PRODETUR. Que eles cheguem, passem para a Costa Branca que é o outro lado do Estado que precisa de apoio estruturantes para que possa se desenvolver porque ali está um verdadeiro celeiro de oportunidades. Do turismo e de atração, principalmente não somente internamente para o Brasil, mas para o mercado exterior. Acho que não podemos perder essa oportunidade que o turismo vai gerar no nosso Estado, o Rio Grande do Norte, como vem gerando já emprego, desenvolvimento e tem condições de multiplicar “n” vezes, dezenas e dezenas de vezes esse potencial com algo que Deus nos deu. São as belezas e o povo forte e hospitaleiro como é o povo Potiguar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito bem. Vamos, portanto, passar a palavra ao Dr. Frederico para fazer o comentário sobre as intervenções dos Srs. Senadores e Senadora.

SR. FREDERICO SILVA DA COSTA: Perfeito. Bom, começando pelas demandas aí do Senador do Pará, no caso do dimensionamento que nós fizemos em relação ao PRODETUR Norte, nós recebemos não formalmente, mas informalmente uma demanda dos Estados do Tocantins e do Estado do Pará que eles

precisariam aproximadamente 150 milhões de dólares para fazer frente às despesas com turismo em projetos estruturantes ao longo dos próximos anos. Isso se confere até com as informações que o Senador apresentou aqui que foram apresentadas dentro da reunião da Ministra Marta Suplicy com a bancada do Estado do Pará. A demanda lá foi uma demanda de 200 milhões de reais que foi apresentado para o Estado cai dentro do valor de 100 milhões de dólares que seria a demanda do financiamento para um programa como esse. Empregando um programa onde o recurso que seria financiado seria um programa de 150 milhões de dólares, a contrapartida federal seria de 40%. Federal, estadual para o BID tanto faz. Então 40% disso seria 60 milhões de dólares. Ao longo de três anos, 20 milhões de dólares por ano, isso seria uma contrapartida federal de aproximadamente 40 milhões de reais.

Então, dentro da projeção que nós fizemos para a região norte, fizemos de 50 milhões de reais, esse valor contemplaria tranquilamente a contrapartida necessária para fazer frente a esse empréstimo futuro dentro da região norte. De qualquer forma esses números ainda são números preliminares, estamos aguardando propostas firmes por parte do Estado, a Ministra Marta Suplicy encaminhou, é uma carta para cada Governador e Governadora, solicitando exatamente qual que seria a demanda. Senador, vou recapitular um pouquinho aqui.

Para o Estado, as demandas que nós recebemos dos Estados do norte nós recebemos verbalmente, ainda não oficialmente para o Pará e Tocantins aproximadamente uma demanda prevista de cem milhões de dólares em recursos que serão financiados por parte do Estado do Pará e para o Estado do Tocantins o valor vai ser entre 30, 50 milhões de dólares que é dentro da capacidade do Estado de endividamento. Esse valor de 150 milhões de dólares, a parte que seria contrapartida federal seria 40%. Ou 60 milhões de dólares. Ao longo de três anos isso seria 40 milhões de reais por ano. Dentro dessa projeção nossa que seria 50 milhões para fazer frente aos gastos com a contrapartida federal no ano de 2008 daria para cobrir esses gastos. Esse valor de 100 milhões de dólares que estamos discutindo com a secretária do Estado, faria frente às necessidades que foram apresentadas dentro da reunião da bancada que o senhor mesmo colocou que foi o valor de 200 milhões de reais. Então os números batem. De qualquer forma, da forma que nós pretendemos captar esses recursos junto à Comissão aqui é que em vez de entrar numa região específica, recursos para a região norte ou para a região centro-oeste JK ou região sul e nordeste, já que é um programa macro, nacional, se tiver a necessidade de

ampliar os recursos para o norte e diminuir, por exemplo, a necessidade do sul, dependendo do andamento de cada Estado, nós vamos ter margem para trabalhar isso, e certamente vamos estar discutindo isso com os autores das Emendas que nós estamos tentando captar no orçamento. Então é flexível, eu acredito que esse valor vai fazer frente às despesas necessárias de contrapartida do Estado do Pará e com isso o senhor pode ficar assegurado que teremos recursos realmente para colocar esse projeto para andar.

No caso do Pará, o Pará ainda está desenvolvendo sua carta consulta, estamos aguardando o momento de manifestação por parte do Estado de solicitação de recurso para o Ministério aportar recurso para o Estado, conseguir elaborar uma carta consulta para apresentar dentro da COFIEIX e esse processo vai demorar uns três, quatro meses, mas eu tenho a expectativa que o Estado tendo capacidade de endividamento ele poderá entrar com uma carta consulta dentro da COFIEIX no início do próximo ano. Para aproveitar--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só queria um esclarecimento, Presidente, Senador Jonas Pinheiro,.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Pois não, com a palavra o nosso Senador Flexa Ribeiro para o esclarecimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Dr. Frederico fez referência de poder haver transferência de recursos de um programa para o outro por ser um Programa Nacional. Quer dizer, com isso esse PRO-DETUR Nordeste, PRODETUR Norte, PRODETUR JK, eles todos estariam englobados no PRODETUR Nacional. Eles deixariam de existir para existir o nacional somente.

SR. FREDERICO SILVA DA COSTA: Na realidade, na carta consulta que nós estamos apresentando dentro da COFIEIX e que nós estamos negociando junto com o BID, o clipping que é o termo que o BID usa que é um grampo de empréstimo que vai estar disponível para os Estados entrarem e pegar seus sub-empréstimos vai ser na ordem de um bilhão de dólares e a nomenclatura vai ser Programa PRODETUR Nacional.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agora, V.S^a fez referência também, e aí é a dúvida maior da transferência das Emendas. Aí não é possível. Aí não há como transferir as Emendas Parlamentares de um Estado para o outro. Ou de uma região para a outra.

SR. FREDERICO SILVA DA COSTA: Nós estamos falando por parte da Comissão em a Comissão colocando uma Emenda para elaboração e acompanhamento do Programa PRODETUR Nacional, o Ministério na hora da execução dessa Emenda de

Comissão ele vai poder executar esse programa em diversos Estados.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Uma Emenda geral? Genérica para o Programa Nacional, né?

SR. FREDERICO SILVA DA COSTA: A vantagem desse programa sendo um programa do Ministério é que a parte de contrapartida ao longo dos últimos quatro anos e a expectativa é que continue dessa forma, vem sendo executado como programação desse Ministério. É um programa que a partir do momento que o orçamento esteja aprovado se Deus quiser em fevereiro, nós conseguimos dar andamento para o programa e vamos ter recursos assegurados pelo planejamento para administrar esse programa para a frente. Se tiver alguma bancada específica de algum Estado que queira apresentar Emenda para o acompanhamento do programa para a contrapartida do programa para o Estado específico também pode acontecer. Até hoje não teve no programa, nós tivemos uma Emenda da bancada do sul que se reuniram, fizeram Emenda na modalidade de capital para a execução de obras infraestrutura em Municípios também como contrapartida o programa, mas até hoje não tivemos nenhum Estado colocar essa Emenda de forma individual.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Pois não, Senadora Lúcia Vânia, Presidente dessa Comissão.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Esse recurso que a gente colocaria como recurso de Emenda de Comissão, ele seria só como contrapartida para aqueles Estados que tivessem aprovado a sua carta consulta.

SR. FREDERICO SILVA DA COSTA: Na realidade, a partir do momento, a situação de cada Estado em termos de capacidade de endividamento é situação momentânea. Nós vivemos, isso em outros programas do Governo, como é o Programa Saneamento para todos aonde de mês a mês, por exemplo, a Caixa Econômica junto com o Tesouro faz avaliação com cada Estado ou Município para ver qual é a capacidade de endividamento.

Então, nós entendemos que os Estados que vão apresentar suas cartas consulta dentro da COFIEIX eventualmente vão estar com as cartas consultas apresentadas dentro do BID que independente dessa carta sendo aprovada para os recursos em termos financiados, nós podemos começar a trabalhar e adiantar a contrapartida desses Estados de qualquer forma. Isso é importante que o Estado que hoje, por exemplo, não esteja com capacidade de endividamento pode ser

que daqui seis meses, oito anos ele esteja. E a carta consulta vai ser aprovada em uma semana, duas semanas. Não podemos excluir nenhum Estado e temos que trabalhar para fortalecer esses Estados para que eventualmente quando eles estão com financiamento aprovado, que essa contrapartida que nós vamos estar executando seja efetivamente considerada e realiza e aproveitada dentro do programa como contrapartida no empréstimo futuro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – V.^a fez referência ao Estado do Pará que aguarda, pelo que eu entendi, uma, um financiamento do Ministério do Turismo para fazer a carta consulta para o COFIEIX. Falo o Pará.

SR. FREDERICO SILVA DA COSTA: Só para explicar o mecanismo. Alguns Estados já solicitaram recursos ao Ministério para a elaboração da carta consulta. Eu vou estar particularmente com a Secretária do Pará agora dia 20 na reunião do Fórum de Secretários que vai acontecer em Macapá e vai ser um dos temas da nossa conversa lá, essa questão se o Estado do Pará precisa de recursos--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Qual é o montante de recurso para essa carta?

SR. FREDERICO SILVA DA COSTA: Diante das dimensões do orçamento nacional são recursos pequenos. Dependendo--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – De que valor?

SR. FREDERICO SILVA DA COSTA: Dependendo de quantos pólos vão ser desenvolvido em cada Estado...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Em média.

SR. FREDERICO SILVA DA COSTA: Uns 400 mil reais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero... Eu vou fazer aqui através da TV Senado um apelo à Governadora Ana Júlia. A Governadora Ana Júlia recebeu o Estado do Pará das mãos do ex-Governador Jatene como um dos cinco melhores Estados brasileiros. Todos os índices econômicos e financeiros do Estado do Pará são excepcionais. Capacidade de endividamento, capacidade de investimento, Estado do Pará tem capacidade de investimento de recursos próprios da ordem de 800 a 1 bilhão de reais por ano. Tem a relação PIB/dívida é sem sombra de dúvida uma das menores da federação brasileira. Menores. Se não me falha a memória, algo como 0,6, 0,7, quando o limite parece que é em torno de 1,5. Alguns Estados estão impedidos de tomarem financiamento porque estão com esse limite estourado. O Estado do Pará é um dos poucos que está bem aquém de fazer. Então

nós não podemos perder tempo. Então nós temos que acreditar no programa, já, e a Governadora Ana Júlia tem o compromisso do Presidente Lula de ajudá-la, ele foi aos palanques no processo eleitoral dizendo que caso ela eleita ele faria a transferência dos recursos em valores representativos para o Estado do Pará, e até agora esses recursos não chegaram, já estamos no nono mês de Governo, e então temos que acreditar que vai haver essa ajuda e fazer esse investimento porque sem o projeto, não pode acontecer nada. Você tem que ter a consulta feita para se colocar pronto para receber o financiamento e ter o projeto também daquilo que vai aplicar. Então eu quero fazer um apelo porque a Governadora utilize 400 mil reais dos recursos, aguarde o financiamento, se o Ministério puder transferir os 400, ótimo, vamos investir em outra área. Mas ela adiante e depois reponha para que a gente possa chegar rapidamente à solicitação do financiamento para o PRODETUR.

SR. FREDERICO SILVA DA COSTA: Senador, eu acredito que no caso do Estado do Pará, como os outros Estados da Região Amazônica, esses Estados saem um pouco na frente em termos da parte de planejamento porque uma boa parte do planejamento de mercado, planejamento estratégico para essas regiões já foi concluído dentro da primeira fase do PROECOTOUR. Então o Estado já tem uma bagagem de planejamento lá que ele vai pegar e incorporar dentro do plano de desenvolvimento turístico dele. A expectativa nossa é que o Estado como Tocantins, como Rio de Janeiro, Paraíba, alguns Estados do sul eventualmente o Estado de Goiás sejam os primeiros a entrar com cartas consulta. Nesse sentido o senhor pode ficar tranquilo que realmente eu acho que as coisas vão andar bem rápido.

Agora, Senadora, em relação ao PRODETUR JK, no caso do Estado de Goiás, o Estado de Goiás solicitou recurso há 15 dias atrás dentro da reunião que teve da bancada junto com a Ministra Marta, a Ministra Marta se prontificou na reunião da bancada de apoiar recursos para fortalecimento institucional e também para confecção desse plano de desenvolvimento turístico do Estado, nós estaríamos realizando empenho em no máximo em 10 dias, estamos aguardando as últimas documentações que estará sendo encaminhada pelo Secretário do Estado Presidente da GETUR Barbosa Neto, com isso estamos na expectativa que o plano de Goiás fique pronto em torno de meados de novembro. Com isso, a partir de final de novembro e início de dezembro o Estado estará apto para entrar com a sua carta consulta por mais que o Estado de Goiás hoje se encontra sem a capacidade de endividamento necessárias para fazer frente

a todos os programas que eles querem executar nas cidades históricas na capital de Goiás, na região das águas, mas certamente há um compromisso por parte do Governador, Governador Alcides, do Secretário de Planejamento, Secretário da Fazenda de arrumar limite para tomar esse financiamento dentro dos próximos 12 meses. Isso não impede o Estado de entrar com a sua carta consulta e do Estado junto com o Ministério de começar a executar a contrapartida dessa carta consulta que será apresentada.

No caso do Mato Grosso, ainda estamos aguardando um posicionamento do Governador Blairo Maggi, foi encaminhada uma carta para o Governador no dia 17 de agosto, ainda estamos aguardando a resposta sobre a intenção do Estado do Mato Grosso de entrar dentro do PRODETUR Nacional e pegar um sub-empréstimo. Em o Governador se manifestando como interessado, e o Estado eu acredito que tem a capacidade de endividamento para pegar esse sub-empréstimo nós podemos também trabalhar no sentido de junto trabalhar junto com a Secretaria de Estado para encaminhar recursos para que o Estado consiga elaborar seu plano de desenvolvimento turismo integrado, ver qual região que ele queira priorizar que seja a região do Pantanal Mato-Grossense, ou seja, a região de Cárceres, ou a capital para que nós possamos começar a desenvolver um trabalho lá.

No caso do Rio Grande do Norte, o Rio Grande do Norte é um dos Estados que está mais avançado em termos da execução do programa PRODETUR Nordeste 2, e eu acredito que o Rio Grande do Norte vai ter interesse também em participar do programa PRODETUR Nacional. No mês de agosto, nós tivemos alguns avanços grandes junto à Secretaria de Turismo e com o Governo do Estado, nós apoiamos recursos no montante de 7,5 milhões para fazer o saneamento de Timbal do Sul praia de Pipa. Esse foi um convênio que nós realizamos, o empenho foi em torno de 22, 23 de agosto, e também nesses próximos dias estamos firmando um convênio grande na área de capacitação empresarial e profissional no montante de 2 milhões e 900 reais junto com a Secretaria de Estado de Turismo para desenvolver a área de capacitação lá no Estado. Na parte... Eu não sei se o Pedro gostaria de falar um pouco como é que está evoluindo na parte de recursos financiados para o Estado, mas na parte de contrapartida é mais ou menos o que temos para esse ano. O Estado pode dentro do PRODETUR Nacional querer ampliar os pólos ali para contemplar outras regiões que não foram contemplados entre o programa do PRODETUR Nordeste 2. Essa é uma decisão que certamente nós vamos estar tendo junto com o Governo do Estado, junto com a Secretaria de Turismo

para ver onde nós podemos ampliar sendo que é uma boa parte do desenvolvimento nas outras regiões do PRODETUR 2 das ações que já foram realizadas e vão ser realizadas até meados de 2008.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – (pronunciamento fora do microfone) para que o Estado possa participar. E o nosso Estado na realidade há uma consciência muito importante com relação ao turismo que o que a gente nota que os Municípios eles estão inclusive se agrupando, se associando como é o caso da Costa Branca, no próprio Seridó, onde o sentido regional do próprio Estado de outras formas de você levar o turismo não somente o turismo das belas praias, mas o turismo que integra, que realmente isso é muito importante. Só que acho que deveria ter mais abertura para que muitas vezes no interior, fugindo dessas áreas que já são beneficiadas e que são, vamos dizer assim, a âncora do turismo, possa ter mais acesso dessas outras regiões, aquilo vão se estruturando porque estão trabalhando nisso, uma consciência de que o turismo no nosso Estado realmente ele é importante para desenvolver para levar geração de renda, de emprego às cidades. Então eu tenho visitado bastante, sempre sou convidada para eventos no interior, não tenho faltado, e tenho feito questão de divulgar isso. Porque eu acho que a gente tem que ver que o turismo ele é feito de várias facetas. Não é somente o turismo da beleza natural, tem o turismo da pesquisa, da educação, da saúde, da questão das festas religiosas, inclusive não sei se o Ministro Hélio já trabalha nisso, mas acho que seria muito interessante que desse aos Municípios condições de que eles pudessem Estado a Estado e isso chegar nacionalmente uma divulgação de um calendário fixo de todos os eventos que acontecem. Porque isso é uma coisa que (soa a campainha) Como tem os eventos nas feiras que você, de negócios, você tem na saúde, por exemplo, medicina você tem uma relação anual de quais são os congressos que estão acontecendo.

Então que no turismo a gente possa ter associado tudo. O evento cultural, o evento... Enfim, uma série de formas que leve a que possa se haver uma divulgação permanente, não somente a nível interno do Brasil como também a nível exterior, englobando todas suas regiões e suas características. Fica a sugestão de que podemos trabalhar nisso e inclusive aprimorá-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Complementando a resposta do Dr. Frederico, pede a palavra o nosso Deputado Federal, grande amigo nosso, companheiro de bancada, Bismarck Maia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Bismarck é o nosso vizinho. O nosso vizinho ele é o ce-

arense mais norte-rio-grandense que eu conheço. Fica ali no limite das nossas cidades.

SR. BISMARCK MAIA: (risos) É verdade. Senador Jonas Pinheiro, muito obrigado pelas suas palavras. Eu queria abordar o assunto da questão do Senador Flexa e já agradecendo as suas palavras também sempre generosas pela alegria, e acredito a nossa boa relação de amizade. A questão do PRODETUR Nacional, e aí entrando em Belém, eu acho que é um papel importantíssimo tem o fórum nesse momento. Porque nós haveremos de... Sr. Frederico também, de induzir, de falar com os secretários de todos os Estados para que se credencie nessa fase inicial que é de se habilitar a vir a ter, vir a ser partícipe desse programa do PRODETUR Nacional. Porque são fases que têm que ser cumpridas. A disposição, a manifestação de disposição do Estado já o habilita a entrar no processo. A partir desse momento, você começa a ter algumas situações que contemplam o Estado. Primeiro, os recursos que podem ser liberados por parte do Ministério para a elaboração do projeto. Segundo, a própria habilitação e com a aprovação da carta consulta, e eu fico mais à vontade como Secretário de dar essa informação, na hora você tem a carta consulta aprovada e você tem os recursos da contrapartida no Orçamento Geral da União, por parte do Ministério no orçamento do Ministério, aquele Estado já poderia já contar com aqueles recursos para investimentos naquele programa que foi objeto da carta consulta para servir de contrapartida dentro desse próprio contrato mesmo nas tratativas já sendo iniciadas. Está aqui o nosso Banco do Nordeste que é o nosso grande agente financeiro, foi quem nos deu todo o apoio no PRODETUR Nordeste e confirma isso. Já pode servir de contrapartida para que os Estados... Que os Estados possam se habilitar à parte financiada. E aí é importantíssimo a habilitação por parte dos Estados, nessa próxima reunião e desde já vamos procurar ajudar a fazer com que os Estados respondem imediatamente a sua habilitação nesse programa, inclusive para fortalecer como grande programa em consonância da política nacional de turismo que seja para o Brasil inteiro. Porque o Brasil todo está vendo o PRODETUR Nordeste acontecendo fortemente e toda hora desde eu estava como dirigente do turismo lá atrás, eu via a dificuldade que os Estados tinham até pelos agentes financeiros de se habilitarem como Estados do sul, Estados do centro-oeste, do famoso PROECOTUR, PRODETUR da Amazônia, enfim. Então é importante que esse Programa Nacional de boa hora a Ministra Marta colocou como programa para todos os Estados de modo que possam os Estados se habilitarem. E é importante então o fortalecimento, e a Senadora Lúcia Vânia que conhece tão bem esse

trabalho, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e os seus membros têm um papel importantíssimo agora junto com o Senador Sérgio Guerra que é o Relator setorial da área de turismo no sentido de fortalecer o Orçamento Geral da União na questão do turismo principalmente nessa rubrica, nessa dotação orçamentária programas nacionais de infra-estrutura, PRODETUR, que vem estar na Comissão de turismo, seja do Senado seja da Câmara.

Eu queria só falar também um outro papel para os Estados e falando já para o Estado do Pará, nós temos tido um papel junto ao Ministério e tem sido de bons resultados no papel dos recursos, liberar os recursos para os Estados, recursos de dotações orçamentária da promoção, seja nacional seja internacional para os Estados. Independente de seu orçamento, independentemente de outros programas, independentemente de emendas o orçamento do Ministério está liberando já começamos aí agora a formatar os convênios para liberar recursos para os Estados para fazer promoção nacional e internacional.

Então, é um papel que o fórum tem tido junto ao Ministério para poder liberar para os Estados recursos de apoio à promoção. E recursos que vão servir, por exemplo, eu tive já com a Secretária Ann Pontes e estou lhe apoiando e lhe ajudando nos contatos para poder e vão... o senhor tocou num assunto muito importante que sem vôos nacionais e internacionais não se consegue fazer turismo, até pelas dificuldades outras de transporte que nós temos no Brasil, e nós estamos levando, quero anunciar, estamos levando vôo da linha aérea Cabo Verde e vou lhe explicar para Belém agora muito brevemente agora em outubro já deveremos ter uma linha Cabo Verde para Belém. E por que a importância de Cabo Verde? Porque até a TACV, a Transportes Aéreos Cabo Verde está crescendo muito fortemente. E ela está trazendo vôos originários agora já a partir de outubro e conseqüentemente desembarcará também em Belém passageiros oriundos de Londres, Amsterdã, Paris, Roma e Varsóvia. Portanto, cinco destinos da Europa que possibilitam trazer passageiros para o destino Belém e como ele já tem também no nordeste e conseqüentemente também e é importante que assim seja os passageiros de Belém do Pará e da Amazônia de modo geral os aeroportos de Belém para poderem ir para um desses destinos da Europa.

E terminando minha colocação também falando para a minha conterrânea vizinha, Senadora Rosalba, lá do nordeste, lá de Mossoró, acho importantíssimo, Pedro, que haja também... Eu conheço bastante a Costa, vizinha à nossa Costa, a Costa Branca que é a Costa do Tibau, não o Tibau do sul, mas o Tibau lá de Mossoró--

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – (pronunciamento fora do microfone) A costa do Ceará, de Aracati, Arapuí...

SR. BISMARCK MAIA: Aracati que é a minha terra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Exatamente.

SR. BISMARCK MAIA: E Mossoró está tendo um desenvolvimento muito grande. Mossoró tem um atrativo, além do turismo de evento que tem acontecido fortemente em Mossoró, Senadora Lúcia Vânia, Mossoró tem um atrativo que nos atrai a todos, principalmente quem está ali nos Estado vizinho que são as águas termais de Mossoró, que tem sido um atrativo muito grande e logicamente precisa e continuará precisando de investimento na infra-estrutura e conseqüentemente na promoção. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado. Vamos aos comentários do Dr. Pedro Rafael Lapa. Se tem algum comentário a fazer em função da demanda dos Srs. e Sr^{as}. Senadoras.

SR. PEDRO RAFAEL DA LAPA: De maneira bem rápida, em relação ao Rio Grande do Norte. A Governadora, o contrato é relativamente recente, é um contrato de 21 milhões de 2004, o próprio Governo do Estado pretendeu logo de início rever e ampliar esse contrato, mas diante das circunstâncias foi adotado a estratégia de manter o contrato no formato inicial e acelerar. E de fato o Governo do Estado conseguiu, já dos 21 milhões, 15 milhões e aí eu estou falando apenas da parte de financiamento já foram aprovados, e contratados, aprovados e contratados, e desses 15 milhões contratados já sete milhões desembolsados. Então o nível, o ritmo de execução do contrato de Rio Grande do Norte é muito acelerado. E provavelmente em função do projeto que viabiliza estrada e o entorno da praia da Pipa que é um destino destacado, isso deve levar o desembolso também a ser acelerado de tal maneira que eu acho que a discussão com o Rio Grande do Norte é se habilitar para um novo contrato.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Já para o PRODETUR Nacional.

SR. PEDRO RAFAEL DA LAPA: Isso.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Esse que você está falando é o PRODETUR 2.

SR. PEDRO RAFAEL DA LAPA: É. Isso. Então a nossa expectativa é que já durante esse semestre existem condições objetivas de estar se discutindo um novo contrato.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Mas esse novo contrato pode contemplar outras áreas

as porque está centralizado praticamente em Natal e entorno de Natal. Um destaque especial para Pipa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Que é uma realidade que o Ceará enfrenta no sentido de descentralizar os investimentos na costa leste e na costa oeste que Pernambuco também enfrenta, boa parte da sua matriz ela está focada no litoral sul, e o Governador tem uma preocupação e o Secretário (ininteligível) tem preocupação com o litoral norte. Nesse sentido os demais Estados devem seguir o caminho que a Bahia seguiu, que hoje ela dispõe de quatro pólos, então a tendência natural é que com o avanço do PRODETUR Nacional o Ministério, os governos estaduais e o Banco do Nordeste possa estar contemplando outros pólos, novos pólos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Com certeza esse é um pólo de grande futuro. Até pelo que estou sabendo já da especulação, vamos dizer assim, imobiliária, terrenos, por áreas que já existem de grandes grupos lá da região até com uma... Como nós temos águas termais, existem projetos até que eu espero que um dia se consolidem de unir a questão de praia com termas. Isso é algo diferente no Brasil e acho que até no mundo.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Como último inscrito vamos passar a palavra ao Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Serei rápido, Sr. Presidente. Quero primeiro destacar aqui a iniciativa da nossa Presidente Senadora Lúcia Vânia de propiciar esse debate, essa discussão. É rapidamente, Dr. Frederico Silva da Costa. Eu sou da Costa também. (risos) É claro que o nosso Senador Flexa Ribeiro já fez a sua fala e como o Amazonas é vizinho, eu estou estranhando a não participação, pelo menos no registro. A minha pergunta é isso, se o Amazonas já participou em outro momento do PRODETUR, outro programa, se não, se nunca se credenciou, se nunca se habilitou. Eu estranho isso e queria ver se... provocar meu Estado e tenho uma pergunta acerca disso. Já que trata-se de pólos, Prefeituras podem se credenciar? Ou é só o Estado que pode suscitar a participação num programa? Se Prefeituras podem. E em outro, porque o programa já vem de algum tempo. Já vem de que, duas décadas?

SR. FREDERICO SILVA DA COSTA: 94.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Qual é a participação do Banco da Amazônia na medida que o Banco do Nordeste tem uma participação, se o Banco da Amazônia já participou em algum momento qual é o nível de participação do Banco da Amazônia. E sou Senador lá pelo Estado do Amazonas e como o Pará

foi registrado aqui, participa, e outros Estados da região, pelo menos não foi mencionado aqui se não há essa participação dos Estados ali da Amazônia como Rondônia, Acre, Roraima, uma região tão bonita, tão significativa, tão estratégica. Amapá. A pergunta é um pouco nesse sentido e no mais eu quero registrar aqui a minha satisfação e quem sabe de poder ajudar no programa do ponto de vista das Emendas. Porque esse é um programa que gera emprego, melhora a qualidade de vida, você une mais o Brasil, enfim, é um programa importante e para nossa região da Amazônia o nosso Senador Flexa Ribeiro ele não dorme. Ele está com uma disposição aqui magnífica aqui no Senado. Vai até quando?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Até sexta.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Até sexta. Então é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com a palavra o Dr. Frederico Silva Costa.

SR. FREDERICO SILVA DA COSTA: Senador João Pedro, falando do Estado da Amazônia. Acho... primeiro pegar a pergunta em geral. A questão, se um Estado pode entrar com pleito para o BID dentro da linha do PRODETUR Nacional como Municípios também podem entrar de forma individual. Podem entrar. Então isso daí pode ser programas que vá ser desenvolvido pelo Estado ou pelo próprio Município. No caso do Estado da Amazônia, eu treinei em contato com a Secretária de Turismo Oreni Braga, ela está conversando com o Governador, o Governador acabou de tomar um empréstimo grande para o Estado, empréstimo internacional, e eles vão avaliar da possibilidade de entrar e pegar mais um pedaço PRODETUR Nacional. Sendo que o programa PRODETUR Nacional é um programa plurianual, eu acredito que vá ter um interesse por parte do Estado do Amazônia pelo menos entrar com uma carta consulta para começar a desenvolver alguns pólos, não definiu se a Oreni definiu se vai ser o pólo só da região de Manaus, ou Santa Isabel no Rio Negro, Parintins, mas certamente eu acredito que a Oreni, pela postura dela, ela vai querer entrar com a carta consulta sim para o Estado contemplar um pedaço desse empréstimo para PRODETUR Nacional. O Estado ele acabou de tomar um empréstimo grande. Não sei para qual projeto, não tenho de cabeça, mas certamente é um Estado que daqui há seis meses, um ano, pode estar com outra saúde financeira diferente.

Dos outros Estados do norte, como eu disse, eu vou estar participando de uma reunião com secretários do norte no Amapá dia 20, e o tema vai ser o PRODE-

TUR Nacional e vai ser a intenção de cada Estado de entrar e pegar um clipping deste junto com o BID. Eu acredito que nós vamos ter uma demanda maior do que o próprio Estado do Pará, o Estado do Tocantins, alguns outros Estados vão se manifestar interessados que daí nós vamos ter que trabalhar um volume maior para a região norte dentro dessa contrapartida que nós estamos pleiteando junto com a Comissão.

Confesso que eu não sei se no passado o Banco do Amazonas já fez o papel de agente financeiro no PRODETUR... Então já fez. O Banco da Amazônia pode ser colocado como agente financeiro para os Estados do norte caso eles desejem isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Bom, não podia encerrar sem ouvir as demandas do Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, serei rápido. Porém, objetivo. Procurarei ser objetivo, incisivo, como diz o nosso Flexa Ribeiro. Efetivamente o setor turismo é uma das maiores fontes de enriquecimento de qualquer País que se dedique ao fomento desta atividade econômica. Na Europa, por exemplo, o turismo é uma das grandes fontes de receita dos Estados, senão a maior fonte de alguns países, como a Espanha, a Itália, e tantos outros que se dedicam ao fomento dessa atividade econômica. O Brasil, apesar dos esforços que são consideráveis, ainda não atingimos essa prevalência, essa primazia de termos o turismo como uma de suas grandes e maiores fontes de receita de recursos. É lógico que o turismo tem que caminhar em paralelo com outras atividades, inclusive obras de infra-estrutura que venham atender a demandas do setor turístico, como boas estradas, bons hotéis, Segurança Pública, todos os setores devem trabalhar de forma conjugada no sentido de proporcionar ao turismo ou ao turista que demanda, por exemplo, para o nordeste, eu sou do nordeste, não só o conforto dos hotéis, boas praias que lá existem, também a atividade de segurança. Que deve se constituir numa das grandes preocupações do Estado. De vez que de nada adiantam boas estradas, e lá existem boas estradas, mas existem péssimas estradas. Comunicação por via aérea também. Elas devem atender as demandas não só interna como também de turistas que vêm do exterior. Logicamente que esse apagão aéreo que se abateu sobre o Brasil, que agora nós parece estar sendo contornado, veio em detrimento de várias regiões, inclusive da nossa região nordeste que teve prejuízos incomensuráveis com essas preocupações advindas da desorganização do setor aéreo no nosso País. E da falta de segurança. Redundando inclusive num dos maiores acidentes senão o maior acidente em Congonhas.

Bom, Sr. Presidente, enquanto nós não tivermos uma infra-estrutura global de atendimento ao turista, nós vamos evoluir. Mas não tanto como nos países da Europa. Por exemplo, como é que um turista vem para um Estado do nordeste, ou do sul do País, Rio de Janeiro, São Paulo, e ele não tem a segurança de que pode andar tranquilamente a qualquer hora da noite ou do dia, circulando pelos locais, pelos lugares bonitos, afrodisíacos, suas praias, etc, se o sistema de segurança não funciona adequadamente? O turismo por si só ele não pode enfrentar as demandas, atender as demandas se não houver uma estrutura globalizada de preocupações no transporte aéreo, terrestre, na segurança pública, na saúde, enfim, o turismo deve funcionar de forma integrada, com todos os setores. Daí porque está dando certo. Em muitos países do mundo inteiro. Porque o turista sabe que lá vai ter conforto, mobilidade e segurança. Infelizmente o Brasil pode dar ao turista conforto, pode dar ao turista um sistema barato de hospedagem, as estradas ainda não são condizentes com as necessidades inclusive de turistas que vêm de fora, e acima de tudo o setor segurança que deixa muito a desejar em nosso País. E muita gente não quer arriscar a sua vida. Logicamente que a segurança ela está correlacionada com o desenvolvimento econômico-social do nosso País. Nós sabemos que as belezas do Rio de Janeiro são inigualáveis. Nós sabemos que as praias de muitos Estados do nordeste são incomparáveis. Mas como contornar as preocupações do turista quando se fala em matéria de segurança? Então nós precisamos evoluir do ponto de vista social, econômico, e dar segurança àqueles que vêm pelo prazer de conhecer as nossas praias que são inigualáveis, que vem conhecer as nossas belezas naturais que são incomparáveis, e não arriscar as suas vidas.

Só que eu queria enfatizar que Audiências Públicas como esta que está sendo realizada agora, que enfatizam neste caso a importância do setor turístico, nós devemos também enfatizar ao lado do turismo que é importante em qualquer Nação que os governos elaborem seus programas de desenvolvimento turístico ao lado das obras de infra-estrutura a preocupação com a segurança pública.

Eu gostaria apenas de fazer uma pergunta no que se refere ao nordeste. O que o PRODETUR está aplicando em termos de recursos, as preocupações, vamos dizer, as alternativas de fortalecimento do turismo nordestino? Quais são, vamos dizer, os projetos de fomento da atividade turística no nordeste do nosso País, já que eu sou um representante lá do Sergipe, o menor Estado da federação, mas que lá também tem belas praias, bons hotéis, uma infra-estrutura turística

que sem dúvida alguma está contribuindo para o desenvolvimento daquele Estado e conseqüentemente para o nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Primeiro para a resposta ao Senador Antônio Carlos Valadares, o representante do Banco do Nordeste, que é o agente financeiro do PRODETUR. Portanto, passo a palavra ao Dr. Pedro Rafael de Lapa.

SR. PEDRO RAFAEL DA LAPA: Senador, a metodologia do PRODETUR 2, ele prevê intervenções em três eixos. A melhoria da gestão, a infra-estrutura e a capacitação no sentido de favorecer a intervenção do empreendedor privado. Esses são os três elementos. Agora, eu posso me referir em que o PRODETUR aplica de uma outra forma. No PRODETUR 1, a ênfase principal era a infra-estrutura. E quando a gente fala em infra-estrutura está basicamente falando em estrada e abastecimento e saneamento. Não, hotel fica fora e a intervenção na estrutura hoteleira ela é no formato de crédito. E aí o Banco do Nordeste não é o único agente, embora seja um dos principais e usa como fonte o FNE. A preocupação é que PRODETUR e FNE andem juntos. Onde tem a infra-estrutura de estradas e abastecimento tem a infra-estrutura hoteleira. Agora, também na matriz de cada um dos Estados há uma preocupação no sentido da recuperação do patrimônio histórico. Então diversas intervenções, não é só o PRODETUR que financia isso, mas há uma preocupação no sentido da recuperação e aí a experiência do PRODETUR mostra que não é suficiente recuperar. É preciso ter um plano de gestão para que aquele patrimônio possa ser usufruído pelo turista e possa ser preservado. Então o PRODETUR 2 ele incorpora uma preocupação de recuperar e estabelecer mecanismo de gestão que permita que aquele empreendimento permaneça em bom Estado e aberto à visitação pública para ser usufruído em função de ser um patrimônio. Agora... então tem infra-estrutura, tem o patrimônio histórico. Agora, existe, e aí eu entendo que o Governo Federal e particularmente o Ministério do Turismo tem conseguido mobilizar, é a preocupação que o Senador Flexa Ribeiro fez no começo quando ele falou da preocupação com o desenvolvimento se o desafio do desenvolvimento regional for apenas do Ministério da Integração esse desenvolvimento não acontece. É preciso que o desenvolvimento esteja na pauta de todos os Ministérios, esteja na pauta de todas as estatais. Aí nesse sentido o que a gente, o que o Banco está fazendo o seu dever de casa e procurando intervir com o crédito em todas as suas formas.

No seu Estado, a superintendência do Banco está atuando na Costa dos Coqueiros, identificamos junto

com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes já 150 restaurantes que vão trabalhar sob a coordenação da Associação Brasileira, uma aposta de ajuste de uma padronização tanto da qualidade do produto que ela oferece, mas também da qualidade em relação a outros cuidados se seus profissionais atendem bem aos turistas, se seus serviços estão enquadrados em padrões de higiene respeitáveis. Então o PRODETUR vai como indutor, como abre-alas, o Ministério do Turismo dentro do planejamento do Plano Nacional do Turismo sintonizado com os planos estaduais de turismo vai mobilizando os demais Ministérios, vai mobilizando as demais estatais no sentido da concentração da focalização dessa intervenção. E o Banco está inteiramente à disposição de participar como agente financeiro, tanto na montagem dos programas, dada a sua experiência nisso, como no financiamento de todos esses projetos que fazem parte dessas matrizes.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Em função do avançado da hora--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, só um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – São 13h28.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Para tirar uma dúvida sobre o que ele falou, o Dr. Pedro, o seguinte. Existe um... segundo eu tomei conhecimento, uma dificuldade muito grande na obtenção de financiamentos para hotéis. Tomei conhecimento da papelada, da burocracia exigida hoje, não só pelo Banco do Nordeste, mas por todos os órgãos oficiais de financiamento. E quase sempre os projetos são enviados para a direção geral do Banco Central quando poderia ser resolvido na própria superintendência. Por que essa burocracia, essa dificuldade na obtenção de financiamentos para a construção de hotéis? Eu não tenho nada com hotel, não sou inclusive empresário dessa área, mas como são construídos vários hotéis no Estado de Sergipe, já tomei conhecimento até de pessoas que desistiram de financiamento. Oficial. Em virtude das dificuldades, da burocracia que é exigida pelos Bancos. Inclusive pelo próprio Banco do Nordeste.

SR. PEDRO RAFAEL DA LAPA: Em nome do adiantado da hora, eu vou fazer alguns registros, mas o Banco está à disposição para fazer, depois, esclarecimentos mais específicos. A primeira observação é o Banco reconhece que com relação ao seu processo de crédito de longo prazo, ele está incorrendo em prazos maiores do que gostaria. Agora, é importante lembrar que poucas são as instituições financeiras que se dispõem a fazer financiamento de longo prazo. E que o crédito de longo prazo ele é necessariamente diferen-

te do crédito de curto prazo. Essa é uma observação. Mas o Banco está revendo seu processo de crédito na perspectiva da simplificação.

A outra observação é que a presença do Banco em Sergipe no que se refere à estrutura hoteleira, ela é razoável. Eu estou no Banco há pouco mais de um ano, estou no Banco do Nordeste pouco mais de um ano e aí gostaria de registrar que eu sou funcionário de carreira do Banco Central, e sei o quanto o Banco Central condiciona os Bancos comerciais e Bancos oficiais a determinadas regras que terminam por retardar e tornar mais lento o processo. Mas é possível, dentro do marco regulatório atual ser mais ágil do que se está sendo. Mas em um ano o Banco contratou no Estado do Sergipe, ou encontra-se em andamento, em fase final um conjunto de projetos que somam mais de 100 milhões.

Então, apesar da nossa, da necessidade de nós refazermos o nosso processo de crédito tem sido possível o Banco está presente financiando a estrutura hoteleira de Sergipe. E basicamente isso. Agora, o zelo, o cuidado que o Banco está procurando ter é fazer essas intervenções de maneira muito articulada com o Ministério do Turismo. Onde o Ministério intervir, onde o Ministério sinalizar, o Banco como agente financeiro vai acompanhar. Agora, também V.Ex^a deve considerar que o Banco e o próprio setor hoteleiro ele tem antecedentes que às vezes não recomendam a contratação de operação. Então a experiência de operações com índices altos de inadimplência levam o Banco a ter necessariamente uma posição mais conservadora e mais cautelosa para não incorrer em riscos que comprometam o conjunto das ações do Banco.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Para... Devolvemos a palavra à Presidente Senadora Lúcia Vânia. Por favor.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de agradecer aos expositores, dizer da nossa satisfação em recebê-los aqui, e dizer que essa semana é uma semana que nós vamos realmente discutir tudo sobre turismo aqui nessa Comissão. Teremos também... Levantamos também os projetos que tratam da regulamentação da área, estamos com Audiência Pública já marcada por solicitação do Senador Antônio Carlos Valadares, aliás com Requerimento que deverá ser votado hoje, para que a gente possa aprovar aqui durante essa semana a regulamentação das agências de viagem.

Portanto, ao lado disso vamos fazer uma Sessão solene do Plenário do Senado da República em parceria com a Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados. Faremos também aqui uma exposição de tudo que está sendo feito pelo Governo Federal, pelos

governos estaduais nesta área. Portanto, gostaria de contar com a colaboração de todos e dizer aos nossos expositores que estamos realmente satisfeitos com que foi colocado aqui, agradecer ao ex-Deputado Bismarck, Presidente do Fórum, que vai acompanhar aqui conosco toda a formatação das Emendas de acordo com as necessidades do Ministério do Turismo, fazer uma coisa em parceria de forma que a gente possa maximizar esse orçamento, cumprimentar o Dr. Frederico também que trouxe essa grande novidade para nós que é a retomada do PRODETUR. Eu acho que é importante que cada Estado se fortaleça e vá em busca desses recursos.

Agradecer ao Dr. Pedro Rafael que colocou aqui talvez das regiões que estão pleiteando o PRODETUR a região nordeste é que tem uma certa experiência mais concreta para oferecer às demais regiões. Acredito que essa burocracia que é levantada por todos os Governadores dos Estados sejam minimizada ao longo dessa discussão para que a gente possa ter realmente o turismo como uma fonte importante de receita e geração de renda.

Portanto agradeço mais uma vez, agradeço ao Vice-Presidente Jonas Pinheiro que neste ato aí, neste momento preside esta Audiência Pública. Bom dia a todos e muito obrigada. Boa tarde a todos.

Ah, gostaria de dizer que 27 de setembro será comemorado o Dia Nacional do Turismo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Existem duas, dois requerimentos sobre a Mesa. Primeiro, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que requer conforme o regimento, seja designado dia e hora dessa Comissão para a realização de Audiência Pública visando debater e instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 22/2003 que dispõe sobre as atividades das agências de turismo. Para tanto, deve ser providenciada a oitiva dos representantes legais do Ministério do Turismo, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, do Fórum de Secretários e Dirigentes de Turismo dos Estados, da Confederação Nacional de Municípios, do Conselho Nacional da Associação Brasileira das Agências de Viagens além de especialistas da matéria, Dr. Paulo Verdeman. Portanto, colocamos em votação este Requerimento. Aos Srs. Senadores e Senadoras. Aqueles que concordarem com esse Requerimento, por favor, mantenham-se como estão. Aprovado. Terá procedimento por esta Comissão.

O segundo Requerimento é do eminente Senador João Pedro, que requer realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em data a ser acordada pela Presidência dessa Comis-

são e os convidados para discussão dos aspectos econômicos, sociais e ambientais de um projeto alternativo para a produção de biodiesel na Amazônia, a partir do óleo de dendê. Indicando para convidado a Dr^a. Maria do Rosário, que é Chefe Geral da EMBRAPA Amazônia Ocidental, Dr. Ricardo Gusmão Dorneles, Dr. Ruy Góes Leite de Barros do Ministério do Meio Ambiente, Mozart Smith Queiroz, Gerente Executivo de Energia Renovável da PETROBRAS, e Dr. José Graziano da Silva, representante regional da FAL.

Eu quero aqui fazer um adendo que deve ser ouvido também para esse assunto a Comissão de Agricultura através da Comissão específica de biodiesel que é a Comissão de Biodiesel da Comissão de Agricultura e Política Rural. Então, nós vamos aditar aqui esta--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Para que esta Audiência Pública seja em conjunto com a Comissão específica de biodiesel. Portanto, em votação o Requerimento--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – De pleno acordo com a Sessão conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional com a Comissão de Agricultura na Subcomissão que estuda a questão do biodiesel. Acho que vai propiciar um debate, um aprofundamento bem mais esclarecedor.

Eu gostaria de... como também solicitei ao Senador João Pedro, ele me honrou com a possibilidade de subscrever junto com ele o Requerimento, e aditar mais uma pessoa a ser convidada para que a Amazônia, e V.Ex^a que tão bem entende dessa área do agronegócio, ela tem uma potencialidade na questão do plantio de palmas da ordem de 8 milhões de hectares. Só no Estado do Pará, em áreas já alteradas, são mais de 2 milhões de hectares. A Malásia é a maior produtora mundial de óleo de palma, com 2,5 milhões de hectares plantado. Isso quer dizer que o Brasil pode se tornar em médio e longo prazo o maior produtor do mundo de óleo de palma, que é sem sombra de dúvida hoje uma das commodities mais valorizadas. Não só na questão da produção de óleo comestível de margarinas, como também na questão agora do biodiesel e como já fazem na Malásia, a óleo química, fazendo com o óleo vegetal o que é feito com o petróleo.

Então queria aditar aí e o Pará na questão do dendê, é hoje o maior produtor do Brasil de óleo de palma. Tem 60 mil hectares plantados. O Estado do Amazonas tem uma unidade da EMBRAPA que produz as sementes de palma e que não tem apoio do Governo para aumentar a sua capacidade.

Então, em boa hora o Senador João Pedro traz esse Requerimento para que possamos fortalecer essa unidade da EMBRAPA e possamos fortalecer a cultura da palma na Amazônia. Então acho importante. E o adendo que eu quero fazer é trazer, e eu darei posteriormente o nome da pessoa a ser convidada, para que possa ser mostrado nesta Audiência Pública a experiência exitosa do que já existe plantado, não só de forma industrial, com plantios em larga escala, mas para exemplificar o êxito da agricultura familiar na recuperação de um assentamento do INCRA, de 150 lotes, que há quatro anos foi iniciado um trabalho e que o êxito desse projeto faz com que hoje os assentados do INCRA nesses lotes que estavam sem nenhum atendimento e sem nenhuma renda tenham hoje renda da ordem de 2 mil reais por lote. O que possibilita realmente esse projeto ser expandido para outros assentamentos do INCRA e que possa não só a questão da palma, mas possa ser potencializado para outras culturas, dando aquilo que se busca ao assentado dignidade de renda para que ele possa não ser apenas jogado num canto de terra sem ter nenhum acesso a financiamento, a tecnologia e escoamento da sua produção.

Então eu quero só aditar a pessoa que virá fazer a exposição das experiências do Estado do Pará.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito bem. Com a devida permissão do Senador João Pedro, nós estamos acrescentando ao Requerimento dele audiência conjunta com a Comissão de Biodiesel, bem como com o acréscimo da pessoa que vem falar sobre o êxito do assentamento do INCRA que planta palma, proposta do eminente Senador Flexa Ribeiro. Convencido disso, vamos colocar em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com a proposta permaneçam como estão. Aprovado.

Com a devida permissão da nossa Presidenta, nós damos por encerrado essa Sessão, mais uma vez agradecendo os nossos companheiros da área de turismo, particularmente do programa PRODETUR. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h45.

Ata da 23ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de setembro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia vinte de setembro de dois mil e sete, na sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores, Gim Argello, José Maranhão, Garibaldi Alves Filho, Marco Maciel, Antônio Carlos Valadares, José Nery, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Aldemir Santana, Jayme Campos e das Senhoras Senadoras Rosalba Ciarlini e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 22ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. Ato contínuo, a Presidenta esclarece que a presente reunião tem como finalidade a realização de Audiência Pública “com objetivo de debater e instruir o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 22, de 2003, que “dispõe sobre as atividades das agências de turismo”, em atendimento ao requerimento nº. 18, de 2007 – CDR, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, com os seguintes Representantes legais do: Ministério do Turismo; Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (MJ); Fórum de Secretários e Dirigentes de Turismo dos Estados; Confederação Nacional dos Municípios – CNM; Sr. João Pereira Martins Neto – Presidente do Conselho Nacional da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV; Sr. Paulo Wiedmann – Assessor Jurídico da ABAV.” A Presidenta comunica aos presentes a Realização da 1ª Semana Nacional do Turismo do Congresso Nacional, em comemoração ao Dia Mundial do Turismo, com o tema: O Turismo Abre Portas para as Mulheres, a ser realizada de 24 a 28 de Setembro de 2007. Faz uso da palavra a Senhora Senadora Rosalba Ciarlini. Iniciando a Audiência Pública, fazem as suas explanações respectivamente, os Senhores Ricardo Moesch, Coordenador-Geral de Serviços Turísticos da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo – Ministério do Turismo; Sr. Pedro Vieira Abramovay, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Sr. João Pereira Martins Neto – Presidente do Conselho Nacional da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV; Sr. Paulo Wiedmann – Assessor Jurídico da ABAV. Faz uso da palavra o Senhor Senador Antônio Carlos Valadares.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Havendo número regimental declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 22ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. As Senhoras e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se acham. Aprovada.

Conforme Pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater e instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 22/2003, que dispõe sobre as atividades das agências de turismo. Em atendimento ao requerimento nº. 18/2007 – CDR, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, com a presença dos seguintes senhores: Sr. Ricardo Moesch, Coordenador-Geral de Serviços Turísticos da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo – Ministério do Turismo; Dr. Pedro Vieira Abramovay, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Sr. João Pereira Martins Neto, Presidente do Conselho Nacional da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV; Sr. Paulo Wiedmann, assessor jurídico da ABAV.

Convido... Bom, os convidados já se encontram na Mesa, e antes um pouquinho de iniciarmos os nossos trabalhos, eu gostaria de comunicar aos Srs. Parlamentares sobre a Semana Nacional do Turismo. Essa semana nós vamos comemorá-la com o nome “O turismo abre as portas para as mulheres”. Nos dias 24 a 28 de setembro de 2004, teremos uma exposição, “40 anos da mulher no turismo nacional”. Organização: Associação Brasileira dos Jornalistas Especializados em Turismo – ABRAJET e SESC. Local: Corredor do acesso do Plenário da Câmara dos Deputados, Brasília; “Exposição de diversidade regional e as múltiplas faces da mulher no turismo”. Organização: SESC/SENAC. Local: Corredor de acesso ao Plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília; “Exposição artesanato e turismo nas regiões brasileiras – Prêmio SEBRAE – Top 100”. Organização: SEBRAE. Espaço Senado Galeria, em Brasília.

Dia 25 de setembro de 2007: “lançamentos editoriais”; “à mesa com Caribe” e “artes e rituais do fazer, do servir e do comer no Rio Grande do Norte, uma homenagem à Câmara Cascudo”. Organização: SENAC. Horário: 18 horas. Local: Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, Brasília.

Dia 26 de setembro de 2007: Café da Manhã com a bancada feminina da Câmara e do Senado, com a presença da Ministra do Turismo e representantes do setor. Horário: 08h00. Local: Salão Nobre da Câmara dos Deputados; “Ato político em defesa do turismo com instrumento de desenvolvimento nacional”; “Fórum de secretários estaduais e dirigentes e autarquias de turismo, conselho nacional de turismo e Parlamentares”. Horário: 14 horas, Salão Nobre da Câmara dos Deputados; “Homenagem às mulheres de destaque no turismo” e premiação “o turismo abre as portas para as mulheres”. Realização: Confederação Nacional do Comércio – CNC. Horário: 19h00. Local: Auditório da CNC, Distrito Federal. Edifício Confederação Nacional do Comércio. SBN, Quadra I, bloco B, nº. 14.

Dia 27 de setembro de 2007, Sessão especial em homenagem ao Dia Nacional do Turismo no Senado Federal. Horário: 10h00. Local: Plenário do Senado Federal, em Brasília.

Passo a palavra à Sra. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sumiu, Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Senhora Presidente, Senadora Lúcia Vânia, eu gostaria aqui somente de dizer do quanto acho importante que essa semana do turismo esteja... Estejamos realçando a participação da mulher. Porque nós sabemos que, apesar da mulher já estar tendo mais espaço para o trabalho, mas, no Brasil, ela ainda ocupa, dentro das necessidades para o trabalho, a mulher ainda está bem aquém do que é oferecido aos homens.

Nós temos também, no turismo especificamente, a presença feminina é muito grande, mas, o percentual que trabalha sem carteira assinada chega a mais de 40%. Nós sabemos que hoje as mulheres são maioria nas universidades. Mas, poucas, muito poucas, menos de 10%, estão nos cargos dirigentes das empresas.

Então, na hora em que essa Comissão, a Frente Parlamentar das Mulheres, dedica esta semana para fazer esse alerta, para mostrar esta realidade, nós estamos, com certeza, contribuindo para valorizar a competência, a sensibilidade, a disposição de luta e trabalho da mulher brasileira, que participa e que quer participar, cada vez mais, com a força do seu trabalho para engrandecer o Brasil, numa atividade que nós sa-

bemos, da indústria sem chaminé, que gera milhares e milhares de empregos por esse Brasil.

Então, eu quero aqui parabenizar a senhora Presidente, que preside a nossa Comissão, e a todas que, todos que participamos desta luta para que possamos, em momentos como esse, cada vez mais, abrir espaços para mostrarmos o quanto ainda precisamos crescer na valorização e na oportunidade para as mulheres brasileiras.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Muito obrigada, Senadora Rosalba. E passaremos, então, à audiência pública. Por solicitação do Senador Antônio Carlos Valadares, estamos realizando a presente audiência pública para discutir importantes aspectos do PLC 22, que regulamenta a atividade das agências de viagem e das operadoras turísticas.

Eu gostaria de destacar a oportunidade desta audiência, precedendo os eventos que estamos programando para a Primeira Semana Nacional do Turismo no Congresso Nacional, que tem por objetivo incentivar anualmente um esforço concentrado do Congresso em prol da discussão de matérias relativas ao setor turismo.

Hoje este Projeto é o que existe de maior importância em discussão no Congresso Nacional relativamente às atividades relacionadas ao turismo. Ainda estamos aguardando o encaminhamento da Lei Geral do Turismo ao Congresso e este é um esforço que nós e a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara também estamos fazendo, no âmbito das comemorações da Semana Nacional do Turismo.

Não temos dúvida de que a regulamentação das atividades das agências de turismo é matéria que interessa a todos. Portanto, a presença dos senhores convidados para essa Sessão será fundamental para esclarecer o Senado quanto às relações entre as empresas dos diferentes segmentos do setor turístico e muito particularmente quanto aos direitos que serão estabelecidos para os consumidores, no que tange à prestação dos serviços turísticos.

Portanto, passo a palavra, nesse momento, ao Dr. Ricardo Moesch, Coordenador Geral de Serviços Turísticos da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo – Ministério do turismo.

DR. RICARDO MOESCH: Bom dia—

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – V.Sa. terá 10 minutos.

DR. RICARDO MOESCH: Bom dia a todos. Quero saudar aqui a presença da Senadora Lúcia, os demais Senadores e Parlamentares.

A importância, no Projeto, da agência de viagem para os prestadores de serviços turísticos brasileiros

é vital, pois hoje tem-se uma informalidade dentro do setor e caminha-se para um momento peculiar, onde a internet está fazendo com que venham a existir agências virtuais na venda de passagens.

Como já prevê o Código do Consumidor, não existiria segurança ao consumidor ao fazer a compra, então, dessas agências que não... Sequer possuem uma sede física e como, então, faria o consumidor para fazer esta reclamação?

A parte da coordenaria dos serviços de prestadores de serviços turísticos no Ministério do Turismo recebe demandas as mais diversas e inúmeras reclamações no setor turístico em função de alguns que se intitulam profissionais que exercem, então, a intermediação entre a compra de passagens e a organização de excursões e passeios, colocando em risco a integridade física dos passageiros e fazendo com que o setor tenha algumas máculas, onde se vê, nos noticiários, as célebres excursões feitas com veículos não apropriados ou acidentes que ocorrem por inabilitações de profissionais.

Corre, então, um Projeto de Lei Geral de Turismo, que hoje encontra-se na Casa Civil, brevemente sendo enviado à Comissão na Câmara, onde se trata sobre todos os prestadores de serviço. Muito embora esteja contemplado um capítulo só para as agências de turismo, assim como os meios de hospedagem e transportadoras turísticas, a lei que se propõe para as agências de viagens é um pouco mais ampla porque ela define as atribuições da agência e das agências de turismo que nós chamamos de operadoras, que seriam as agências de turismo divididas em agências de viagens e agências de viagem e turismo. As operadoras, elas têm uma responsabilidade bem maior porque elas organizam desde o bloqueio das reservas na parte das companhias aéreas e dos meios de hospedagem.

Discutem-se um pouco em cima desse Projeto algumas atribuições das agências de viagens, que podem vir a ser consideradas reservas de mercado, o que hoje não se admite na legislação. Também, além das reservas de mercado, a questão da responsabilidade.

Vemos, então, que no Projeto, o que deva ser definido claramente, quais seriam as responsabilidades da agência de viagem, pois, em determinados momentos, ela só faz a parte de intermediação e, em outros, ela também compõe todo o serviço. No momento em que ela propõe o serviço ao consumidor, ela teria que ter a sua responsabilidade concorrente.

De nossa parte, do Ministério, nós estamos sempre ao lado das associações de classe, pois elas são os destinatários finais da política do Ministério do Turismo e, onde se vê hoje que o Governo Federal está

definindo 65 destinos turísticos como preponderantes para que, em 2010, tenhamos destinos de caráter internacional, que a EMBRATUR possa fazer a comercialização. É de extrema importância que as agências tenham um instrumento jurídico que faça valer os seus direitos. De parte do Ministério, nós não dispomos hoje de mecanismos legais para fazer a fiscalização eficiente. Então, compusemos essa fiscalização mediante delegação aos órgãos estaduais, ao qual chamamos Programa de fiscalização Integrada, onde vários órgãos federais, estaduais e municipais são conclamados a fazerem essa fiscalização.

Denota-se, aqui no Projeto, que existe a parte de sanção, penalidades aplicadas às agências que não cumprirem, porém, há de se fazer menção ao Ministério do Turismo como órgão competente para criar, então, organismos para que faça essa... Sanção, fiscalização e impedimento de continuidade de atividades. São alguns requisitos que, dentro deste Projeto, poderiam ser contemplados, que facilitariam a nossa atuação.

Hoje nós dispomos de um Decreto 5406, que nos permite fazer o cadastramento, porém, a fiscalização nós não temos esse poder. Então, fica difícil para o Ministério nós fazermos o cadastramento, formalizarmos os prestadores de serviço mas, ao mesmo tempo, nós não temos condições de lacrar um empreendimento que esteja desconforme com a legislação. Esse Projeto pode nos auxiliar nesse íterim.

Acredito que é difícil estabelecermos ilícitos penais para essa atividade, porém, o administrativo já nos faz, já nos dá poder a que tiremos do mercado aqueles profissionais que não estão aptos a operar.

Então, o Ministério está aberto a quaisquer proposições, diante... Que não venham ferir ao nosso Projeto de Lei de Turismo, pois o Projeto de Lei de Turismo, ele contempla, ele, ao mesmo tempo em que contempla a liberdade de exercício profissional, ele restringe apenas em questões que não poderão, futuramente, ser argüidas como inconstitucionais, como é a livre concorrência no mercado.

Nós aí temos uma tênue diferenciação entre a atribuição da atividade e, ao mesmo tempo, cercear o direito de atividades de outros profissionais, que talvez esse seja o assunto. E também há a questão da responsabilidade civil, tanto objetiva como subjetiva.

Seriam essas as colocações. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço ao Sr. Ricardo Moesch, Coordenador Geral dos Serviços Turísticos da Secretaria Nacional de Políticas do Turismo.

Passo a palavra ao Sr. Pedro Vieira Abramovay, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça. V.Sa. dispõe de 10 minutos.

SR. PEDRO VIEIRA ABRAMOVAY: Bom dia. Bom dia a todos os presentes. Senadora Lúcia Vânia, Presidente dessa Comissão, Senadora Rosalba, Senador Jayme Campos, Senador José Nery, Relator Senador Antônio Carlos Valadares. Agradeço muito a oportunidade de estar aqui. Bom, gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar o Congresso Nacional pela semana que vai fazer e pelo enfoque que vai dar, na questão da mulher, é uma questão com a qual o Governo, de maneira geral, tem se preocupado muito. A conferência última das mulheres tratou especificamente do tema do turismo. E acho que é, enfim, é muito enriquecedor para o debate nacional que o Congresso tome esse tema como um tema prioritário na discussão.

Agradeço muito o convite aqui. Para mim é até curioso, enfim, uma grande honra, mas até curioso estar aqui porque, enfim, já fui assessor aqui do Senado e justamente como assessor do Senado trabalhei, na época, na orientação sobre esse Projeto e foi, na oportunidade, que conheci o Dr. Paulo, Dr. João Pereira. Na época, eu trabalhava na liderança do Governo. Então, tenho já alguma familiaridade com o Projeto. E, desde então, nós enfrentamos esse debate, que eu acho que é um debate muito positivo.

Bom, aqui não me cabe falar, e eu absolutamente não tenho como tratar, porque não é a minha área, enfim, dos benefícios que aparentemente o Projeto traz para a área do turismo, sobretudo no que diz respeito à regulamentação das agências de viagens.

Agora, eu venho aqui, enfim, enquanto representante do Ministro, para tratar especificamente das consequências que esse Projeto pode ter na área do direito do consumidor. E, enfim, acho que o primeiro ponto que eu queria colocar é que essas consequências são muito sérias. O direito do consumidor brasileiro, ele tem como princípio, como princípio fundamental e por isso ele é tão elogiado e festejado, inclusive fora do país, a responsabilidade objetiva e a responsabilidade solidária entre os fornecedores, tanto de produto, há responsabilidade objetiva tanto de produto quanto de serviços. Isso é um princípio que perpassa todo o nosso direito do consumidor. E acho que é muito importante que esse princípio seja estendido e seja, esteja presente em todas as atividades econômicas e seja... Em todos os lugares onde haja uma relação de consumo. Porque, se a gente quebrar esse... Essa lógica em um dos lugares, a gente pode estar abrindo a porta para regredir e regredir seriamente porque é esse princípio que permite que, quando eu vou ao supermercado, eu possa reclamar, e compro um produto defeituoso, mesmo que não seja culpa do supermercado, que eu possa reclamar com o supermercado que me vendeu aquele produto. E é esse princípio que faz com que o

supermercado cuide tanto da qualidade dos seus produtos, porque ele sabe que, se houver algo de errado ele vai, ele vai ter, enfim, vai ser responsabilizado por isso. Mesmo que, depois, ele possa acionar a empresa fabricante do produto.

Isso vale para produtos e vale para serviços também. Então, qualquer serviço que eu contrato, a pessoa com quem eu contratei, ela é... Tem responsabilidade objetiva para a prestação eficiente e na forma como ela me vendeu aquele serviço. Mesmo que ela não tenha culpa, porque ela está vendendo um serviço de outro, mesmo que ela não tenha culpa, é muito importante que eu possa acioná-la porque a confiança, a relação de contrato foi feita ali, naquele momento, com aquela pessoa.

Então, em primeiro lugar, o Projeto aqui, ele, em alguns artigos, ele foge dessa lógica. E acho que o grande perigo aqui, antes de entrar especificamente no que diz respeito à própria agência de viagens, o grande perigo aqui é quebrar uma lógica, uma lógica do sistema de defesa do consumidor brasileiro. A nossa Constituição, ela afirma, no seu art. 5º, que o Estado vai promover a defesa do consumidor. Então, todos nós servidores públicos aqui, acho que temos... Temos uma missão, que está colocada no rol de cláusulas pétreas da nossa Constituição, de defender o consumidor.

Então, aqui acho que a gente tem que analisar se essa lei que vai ser feita, se ela defende ou não defende o consumidor. Então, quando a gente coloca que as agências de viagens e turismo, está no art. 15, 15º do Projeto, não respondem diretamente por atos e fatos decorrentes de prestadores de serviços específicos. A gente, ou enfim, mesmo o art. 12, que até foi alterado pelo Senador Tasso, se não me engano, na CCJ. Mas, enfim, o cuidado que a gente tem que ter aqui é basicamente de olhar. E acho que não vale, talvez, entrar ponto por ponto. Mas de olhar, nessa legislação, se está sendo quebrada a lógica da responsabilidade objetiva ou não.

E acho que a gente, todos aqueles que se preocupam com a defesa do consumidor não podem aceitar que a lógica, que essa lógica seja quebrada. Isso de um lado.

Especificamente no que diz respeito a agências de viagens, a gente, acho que isso é importante colocar, é uma relação muito, muito específica. E acho que até, tanto o Sr. João Pereira quanto o Dr. Paulo vão falar bastante disso, dessa especificidade dessa relação, que acho que tem que ser tratada como específica. Mas, justamente, uma das especificidades é o fato de que necessariamente o consumidor está contratando um serviço fora da sua cidade.

Enfim, ninguém aqui, enfim, é muito raro alguém aqui em Brasília procurar uma agência de viagem para ir a uma visita ao Congresso Nacional, por exemplo. Essa agência de viagem, ela é procurada justamente para um serviço fora.

Portanto, o consumidor fica ainda mais fragilizado porque ele não tem como... Você, um consumidor de Porto Alegre, contrata uma agência de viagem que contrata um hotel em Manaus. O consumidor, por mais que a agência de viagem não tivesse nem como imaginar que o hotel em Manaus fosse causar algum dano a esse consumidor, ela tem essa responsabilidade, por quê? Porque é uma responsabilidade objetiva; ela vendeu um serviço para ele. E o consumidor não vai ter os meios para fazer prova etc. para acionar o hotel em Manaus. Quem tem esses meios... Senador Garibaldi, cumprimento aqui... Quem tem esses meios é justamente a agência. Ou seja, existe um risco. Claro que existe, qualquer atividade tem um risco, qualquer relação contratual tem um risco. A questão que a gente tem que saber é: Quem é que vai suportar esse risco? Quem explora a atividade econômica, no caso a agência, ou o consumidor?

Eu queria ainda fazer, bom, quando a relação é fora do país ainda, mais um motivo. Se a agência vai vender um pacote no Japão, quem tem os mecanismos para ir atrás etc., até pelas associações que a gente sabe que são associações fortes e que defendem com muita... Com muita ética e com muita... Como vou dizer? Com muita força mesmo os interesses das agências, têm a condição de ir até o Japão para... Para discutir isso judicialmente. Certamente o consumidor não tem. E é importante dizer que toda a lógica da responsabilidade objetiva e solidária é uma lógica que tem dentro dela o direito de regresso.

Então, não é que a agência fica fora e excluída. Então, põxa vida, a gente fala: "A agência praticou, vendeu o pacote, aí acontece um dano que ela não tinha nem como prever, ela não tinha culpa nenhuma naquilo e ela vai responder?" Bom, ela responde perante o consumidor, que é para quem ela vendeu o serviço. Mas isso não exclui, e acho que a gente tem que debater, e sempre, desde aquela época eu defendo isso, fortalecer os mecanismos para a agência ir atrás do hotel depois e cobrar o dano que foi causado.

Então, ela ressarce o consumidor e ela tem o direito, não é que ela tenha o prejuízo completo, ela tem o direito de regresso de ir atrás do hotel que causou o dano, que tem culpa pelo dano, enfim, de quem quer que seja, pelo ônus que causou, pela empresa de ônibus que causou o dano, quem quer que seja, para ir cobrar isso.

Então, sem entrar especificamente, artigo por artigo, aqui na discussão, acho que como, essa primeira fala geral aqui, o meu objetivo, enquanto representante do Ministério da Justiça e, portanto, Ministério que tem por competência cuidar da defesa do consumidor, é de alertar que essa Lei, ela, muito provavelmente, trará uma série de benefícios para as agências e, portanto, para os consumidores, mas, o Relator, a Comissão e o Senado, de uma maneira geral, têm que analisar essa Lei, levando em conta o princípio da responsabilidade objetiva, que não pode ser quebrado aqui, sob pena de a gente criar uma fissura no sistema todo de consumidor. E essas coisas a gente sabe como funcionam. São... A gente tem ali, é como se fosse uma represa, a gente não pode fazer um pequeno buraco, sob pena de começar um movimento de dizer que a responsabilidade objetiva—

(soa a campainha)

SR. PEDRO VIEIRA ABRAMOVAY: --Não é um princípio a ser observado; é um princípio que pode ser flexibilizado.

Então, a gente aqui faz esse alerta e, especificamente, quanto às agências, a gente acha que esse é um princípio ainda mais importante pelo fato do consumidor estar em cidade diferente daquele... No qual o serviço é prestado.

Então, agradeço muito a oportunidade. E me coloco à disposição para o debate e para responder às perguntas dos Senadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço ao Sr. Pedro Vieira. E passo a palavra ao Sr. João Pereira Martins Neto, Presidente do Conselho Nacional da Associação Brasileira de Agências de Viagem – ABAV. V.Sa. dispõe de 10 minutos.

SR. JOÃO PEREIRA MARTINS NETO: Exma. Senhora Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Srs. Senadores Jayme Campos, José Nery, Garibaldi, Senador Relator da matéria e nordestino como nós, Senador Antônio Carlos Valadares, Senadora Rosalba, Srs. Deputados—

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Também nordestina.

SR. JOÃO PEREIRA MARTINS NETO: Nordestina, com muita honra, viu?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Lá do Rio Grande do Norte.
(risos).

SR. JOÃO PEREIRA MARTINS NETO: Com muita honra, viu? Sr. representante do Ministério do Turismo, Ministério da Justiça.

O Dr. Pedro já labuta com nós há bastante tempo nesta lei. E eu quero dizer, Senadoras, que a ABAV

também é uma apoiadora desta semana. E também quero dizer às Senadoras que a ABAV é feminina: a associação. Então, a ABAV também se adentra a esse privilégio de ter essa feminilidade tão bem expressa nas agências de viagens.

Quero fazer um pequeno histórico. Este Projeto de Lei tem origem na Câmara, no Projeto de Lei 5120, do Deputado Alex Canziani e no Projeto de Lei 5251. Esses dois Projetos se fundiram, após aprovados na Câmara no PLC 22/2003, sendo aprovado na Câmara sem nenhuma restrição. Veio para o Senado para a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e, por diversos fatores, ficou perambulando por esta Comissão e, por incrível que pareça, Comissão esta que nós tínhamos Senadores muito amigos da nossa terra como Edison Lobão, como João Alberto, certo? Mas, lá, houve um conjunto de intempéries e acabou caindo, no Relator final, o Deputado, o Senador Tasso Jereissati, cearense e também figura do nosso relacionamento pessoal, e que acabou dando o texto final.

Quero dizer que esse texto foi devidamente negociado com o Senador Jereissati. Expomos a ele as nossas apreensões, as nossas sugestões. E ele também colocou as suas colocações e, com a experiência que ele teve, que deu muita prioridade ao turismo no Ceará, diga-se de passagem, surgiu, então, este Projeto de Lei, que foi aprovado na Comissão de Constituição.

É interessante configurar que é difícil, neste país, alguém querer a regulamentação de certas atividades. Todo mundo só quer direitos. E o agente de viagem quer deveres e direitos bem definidos. Todo mundo pede regulamentação de profissão; nós queremos regulamentação de atividade. Aí vai uma grande diferenciação e uma grande riqueza deste Projeto. A atividade é definida nos arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º. E é muito interessante, nós espelhamos, nós espelhamos neste Projeto, o Senado está espelhando o que ocorre no Brasil. Está definindo as agências de viagens em dois tipos: agência de turismo, que é o intermediador de serviço. É aquele que é o receptivo; é aquele que vende uma passagem; aquele que vende um hotel, do agente de viagem e turismo, que é o operador, é aquele que organiza, planeja, vende o seu produto. Já é uma grande vitória.

E aí entra novamente a ABAV como a grande associação matriz e motora, com 54 anos de vivência e que, dentro da ABAV, nós temos, eu costumo brincar que, dentro da ABAV, nós temos prestadores de serviço para todos os gostos: Consolidadores, agência de viagens grandes, grandes empreendedores. Mas, é essa empresa mãe que, de todas as outras, se fundiram e se diminuíram através, por exemplo, BRAZTOA,

é uma pequena organização de operadores, que todas também são associadas da ABAV.

Mas, essa é uma primeira riqueza, definir o que é que é agência de turismo e a agência de viagem e turismo. Mais ainda, esses artigos tipificam claramente quais são as áreas privativas e gerais da nossa atividade, sem diminuir a atividade de ninguém.

O importante, eu reafirmo, é que o Projeto reproduz as condições que hoje nós temos no mercado. Nós não inventamos nada. Nós não estamos criando nada. Nós pegamos o espelho que hoje tem e aqui está neste Projeto.

Importante ainda, todas estas nossas funções estão no art. 6º, elas são registradas e fiscalizadas. Antigamente era pela EMBRATUR; hoje é pelo Ministério do Turismo, através do CADASTUR. Então, nós somos aqueles primeiros que diziam o seguinte: "Nós queremos ser fiscalizados e queremos que essa fiscalização seja aberta, o fiscal do Ministério, mais ainda, é feito convênio com as Secretarias de Estado e Turismo, que são os fiscalizadores dessas atividades, da nossa regulamentação".

Importante ainda. Neste art. 6º, fica bem confirmado que esta lei se destina a empresas, a empresas, que continuam, inclusive, o desempenho da sua atividade, evitando que o consumidor seja enganado por aventureiros de toda a espécie. Porque, na hora em que o consumidor tem a relação devidamente configurada com uma empresa legalmente registrada e que tem funções, o consumidor está devidamente protegido. O que não impede que pessoas físicas e de bem venham trabalhar nestas empresas.

Ainda mais importante, estas empresas, e aí vai uma grande informação para os Srs. Senadores, hoje, 98% das agências de viagem, as agências de viagem, são micro e pequenos empresários. Veja a importância da lei do SIMPLES, certo? O que não implica em dizer que eu não tenha uma CVC dentro de nós, não é nada disto. Mas, ela não representa, empresas como essa, mais do que 2%; 98 são micro e pequenos empresários. E nós agradecemos muito aos Srs. Senadores e Deputados, que aprovaram a Lei Geral do Simples, de grande importância para todos nós.

O art. 10 do Projeto de Lei trata com bastante sabedoria a responsabilidade da oferta dos serviços das agências de turismo. Os arts. 11, 12, 13, 14 e 15 bem definem o respeito ao Código Civil e ao Código do Consumidor, a Lei 8078/90, num conceito de uma ampliação harmônica. A agência de viagem não deve satisfações somente ao Código de Defesa do Consumidor, mas também ao Código Civil, em função de que hoje nós temos a agência de turismo e a agência de viagem e turismo. Essa lei também amplifica mais.

Nós... A única restrição que nós tínhamos ao atual Projeto é eliminação do art. 12—

(Soa a campanha)

SR. JOÃO PEREIRA MARTINS NETO: Para ser mais objetivo, os arts. 13, 14, 15 e 16 já especificam o que o art. 12 diz. E como nós respeitamos o Código de Defesa do consumidor, automaticamente não precisa ter uma ação repetitiva. O art. 23 estabelece as penalidades. Quer dizer, nós queremos ser penalizados se não cumprirmos as nossas funções. Por fim, o art. 27 estabelece um período de mutação, do que hoje nós temos no mercado, para essa lei.

Friso, por final, Srs. Senadores, uma frase de um famoso jurista, talvez um dos maiores, Ruy Barbosa, também nordestino. No famoso “Oração aos moços”, quando paraninfo da Universidade da Bahia, ele disse uma coisa muito bela: “Não se podem igualar desigualdades”. Nós não podemos querer uma lei que venha comparar coisas que são distintas.

E, mais ainda, friso, no final, que a atividade de turismo, desde a vigência da Lei 8078, estiveram presentes, em todas as listas de demandas, quem menos consta praticamente é demanda entre o consumidor e a agência de viagens. Então, vejam que há muito que o agente de viagem está exercendo o seu papel com dignidade, com respeito e com altivez.

Nós defendemos, como Presidente de uma associação de classes, a lei; pedimos apenas que se fosse possível retirar o art. 12, nós gostaríamos, visto que ele já está no item 13, no art. 13, 14, 15 e 16. É importante frisar que, no art. 16, ela é tão inovadora, que ela permite que o consumidor que se sinta prejudicado vá ao agente de viagens que vendeu e seja o mandatário dele na disputa jurídica. Essa é a posição de uma associação que eu acredito que todos os senhores já, aliás, todos os senhores têm as suas agências de viagens preferenciais de atendimento. E eu espero que todos os senhores se sintam satisfeitos com o nosso trabalho. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço ao Sr. Pedro Vieira. E passo a palavra ao Sr. João Pedro, aliás, troquei aqui. Agradeço ao Sr. João Pereira Martins Neto, Presidente da ABAV. E passo a palavra ao Sr. Paulo Wiedmann, assessor jurídico da ABAV.

SR. PAULO WIEDMANN: Senhora Presidente, Srs. Senadores, Srs. convidados dessa Reunião, eu não vou repetir o que o meu Presidente falou nem foi contraditar o que foi dito pelo meu colega do Ministério da Justiça e nem pelo meu colega do Ministério do Turismo.

Quero ressaltar pequenos pontos. Talvez a melhor das intenções nessa legislação tenha sido conseguir,

da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, harmonizar uma série de interesses e, efetivamente, encontrar um caminho para uma Lei que se preocupa com o mercado, se preocupa com as agências de turismo e se preocupa também com o consumidor.

Essa lei destina-se, exclusivamente, a empresas. Por quê? Não é para nenhuma garantia de mercado para agência de turismo; ela se destina à empresa porque, como já foi dito aqui, hoje é comum se vender tudo pela internet e, se se vende pela internet, se você não tiver uma empresa, se você não puder estar cadastrado num órgão de regulação, você vai, sem dúvida alguma, como já fazem hoje, investir contra o consumidor e este não tem contra quem recorrer.

Então, e o que fez o Senado, com o texto que chega à esta Comissão? Ele não inventou nada. Ele pegou o que tem no mercado, o que é que existe no mercado? São as agências de turismo, que são a denominação genérica da agência de viagem, que é a vendedora pura de produtos de terceiros, que é uma intermediadora, e o operador de turismo, que é aquele que planeja, executa e vende as operações de turismo, que também não é como um produto. Ali não se transforma nada. Eu não transformo o hotel em outra coisa. Eu não transformo o avião em um outro produto. Eu não transformo nada. A minha atuação, tanto numa posição como na outra, é de intermediação.

E, com essa posição clara, nós definimos o que é que eu posso fazer como operadora, que é uma atividade mais nobre, mais elaborada, mais responsável e dizermos o que é que eu posso fazer como vendedor de produtos de terceiros.

Essa lei deixa isso muito claro, sem qualquer reserva de mercado, qualquer um pode ser agência de viagem e turismo, agência de turismo, e pode se classificar na EMBRATUR, cumprindo requisitos mínimos. O que nós não desejamos, por exemplo, é que os órgãos que detenham isenções tributárias por terem outras destinações, que venham concorrer conosco em desigualdade de situação. Quer dizer, eles não pagam nenhum tipo de imposto e vêm concorrer com o pequeno agente de viagem, o agente de turismo, na mesma faixa de operação. Isso é claro. Acho que o Senado Federal foi, até aqui, muito feliz nessa conceitualização.

E não adianta a gente chegar aqui e pensar em adotar uma outra, uma outra nomenclatura, uma outra espécie de... De agência de viagem, uma outra espécie de agência de turismo porque nós estamos seguindo aqui rigorosamente a nomenclatura da Organização Mundial de Turismo, que recomenda, isso é mundial, é no mundo todo assim. Vão pelo Brasil todo, com as nossas diferenças e é o que quero fazer um parêntese

se aqui, se me permite, eu sou carioca e me sinto em casa aqui, apesar da cara. Eu não sou nordestino, mas estou bem nessa Casa, tá?

Então, eu quero dizer o seguinte, nesse país todo que a gente conhece, é o que existe. É o agente de viagem e a agência de viagem e turismo, que é o operador. Então, o que tem de mais nesse Projeto é que o Senado também, levando em consideração o que foi dito aqui pelo Ministério da Justiça, pelo Pedro, levou em consideração e teve o cuidado de criar mecanismos, nesta lei, que não, não acabassem sendo um pequeno furo, um pequeno dreno na conceituação jurídica da defesa do consumidor.

O que é que o Senado fez? O Senado fez o seguinte, na intermediação pura, naquela intermediação que não é do meu risco empresarial a atividade principal, na intermediação dos serviços de um modo geral, em que eu só aproximo as pessoas, entrego o produto e o outro executa, diz que eu não tenho responsabilidade, salvo por aquela intermediação. E é justo porque eu posso, na minha intermediação, mentir, vender mal o produto. Eu posso prestar informações erradas. Correto. E o operador de turismo, em algumas situações, é o responsável pleno e, em outras, não seria. E quais seriam essas situações? São, por exemplo, no caso da transportadora aérea, onde você assume com a transportadora um contrato de transporte com uma legislação específica que destina à transportadora a responsabilidade objetiva da qual ela tem seguro para isso, tem todo um aparato legal do Código Brasileiro de Aeronáutica, não é justo, não é equilibrado, sob qualquer sentido de defesa de quem quer que seja, que a responsabilidade seja do agente de turismo, pelo que ocorreu, por exemplo, em São Paulo agora com os passageiros da TAM. Não imputando pena aqui para ninguém pelo acidente.

Quer dizer, isso não é justo. É isso que nós queremos. Nós não queremos criar uma fissura na lei do consumidor. Acho que isso tem que ficar muito claro. Acho que é justo também que o consumidor tenha a sua defesa facilitada, suas possibilidades, mas, em alguns casos, a aplicação da lei geral como um manto que cobre a tudo também não é o que se deve fazer. E por isso nós esperamos dessa Casa que reflita sobre o assunto e dê ao texto legal um tratamento como já foi feito na Comissão de Constituição e Justiça.

E aqui acrescentamos duas defesas grandes para o consumidor, para o mercado e para as agências de turismo. Quando esse serviço é prestado no exterior, hoje, hoje, hoje, não há responsabilidade, salvo do agente aqui que vende o serviço. Nós estamos pondo, nessa lei, que o serviço no exterior tem que ter um representante claramente identificável no

Brasil, que responde perante o consumidor e perante a Justiça nacional sobre a quebra daquele contrato. E o mesmo fazendo dos serviços do exterior que vêm sendo prestados no Brasil, que é o caso dos cruzeiros marítimos. Que hoje, se você vai demandar com essas empresas, ninguém sabe onde, por exemplo, um armador tem sua... A sua casa principal. Geralmente são em paraísos fiscais, em algum lugar que tem facilidade. É Panamá, Nicarágua, Grécia.

Nesse texto, os Senadores da Casa tiveram o cuidado de dizer o seguinte: "Olha, você vende o cruzeiro marítimo, mas você tem que declarar quem é o representante dessa empresa aqui no Brasil, se não o fizer você responde plenamente por isso". Quer dizer, não vejo onde aqui o consumidor esteja desprotegido.

O mais, realmente, pedindo um pouco de desculpa pela veemência, não há aqui nenhum tipo de agressão à Constituição. Não há reserva de mercado. Há o que existe no mercado e há a ampla possibilidade de qualquer um fazer, criar, registrar uma empresa de turismo, uma agência de turismo. Agora, realmente fica difícil para o consumidor, para o mercado e para todos, de um modo geral, deixar continuar essa bagunça que se instalou no nosso país, infelizmente, em razão de todas as crises por que nós passamos, de que essas atividades, às vezes, são exercitadas no fundo de um botequim, são exercitadas através de um telefone parecido com o jogo do bicho, como se fosse de agência de viagens e turismo. Isso não pode continuar em benefício, não do agente de turismo, em benefício do consumidor.

E uma informação para os senhores, que é importante. Nós vendemos mais de 80% do produto das transportadoras aéreas. Vendemos quase 100% das operações de turismo. E vendemos o produto turismo, turístico, de modo geral, os serviços turísticos de modo geral, plenamente. E o que é que a gente ainda quer mais nessa... Nessa lei? Já que ela, a atividade já foi invadida, em todos os setores, por livrarias, enfim, por todos os serviços que podem acabar vendendo—

(soa a campainha)

SR. PAULO WIEDMANN: --Supermercado. Vou terminar, excelência. O que a gente quer é também, como foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, que o agente de viagem, de maneira geral, possa se tornar um grande vendedor de conveniências para a viagem.

Se você precisa comprar um livro, um plano de assistência ao viajante, serviços de toda a espécie, como existem em outros países, como, por exemplo, na Espanha, que é muito desenvolvido nesse setor, você pode comprar numa agência de viagem, desde

que a agência de viagem queira prestar esse serviço e desde que pague sobre eles.

Eu peço desculpas pela veemência, mais uma vez, e me ponho também à disposição de todos para aquilo que for necessário. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço a todos os expositores e passo a palavra ao Relator da matéria.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senhora Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, prezados convidados para esta audiência pública que aqui realizamos. É verdade que o requerimento foi da minha iniciativa, mas, tivemos o incentivo, o estímulo e um encorajamento da nossa Presidenta, que é uma Senadora comprometida com o desenvolvimento do nosso país, em todos os temas que se relacionam com as mais diversas regiões de que se compõem o território brasileiro. E o turismo é, com certeza, um instrumento de alavancagem do nosso desenvolvimento.

Esta lei, este Projeto de Lei que nós estamos, neste momento, apreciando, nesta audiência pública, nasceu de uma proposição que foi apresentada, no ano de 2001, pelo Deputado Alex Canziani.

Vejam os senhores que já são, mais ou menos, seis anos de debates, de audiências públicas, construção de substitutivos, como houve lá na Câmara dos Deputados e se trata mesmo de uma matéria muito complexa porque ela envolve os interesses dos consumidores, daqueles que precisam das agências para efetuarem as suas viagens turísticas e as próprias agências, juntamente com as empresas aéreas que têm responsabilidades efetivas de prestarem um bom serviço ao consumidor.

E eu não tenho a menor dúvida da integração entre o interesse do consumidor e a boa prestação de serviço pelas agências, nós encontraremos o caminho para aumentar, aqui no Brasil, o fluxo turístico.

Através desse entendimento da importância dessa interação entre empresas, não só agentes, agências de viagens, também empresas de transporte aéreo, terrestre, fluvial, marítimo e também outros meios de transporte, que nós vamos conseguir fazer com que o Brasil, que hoje não tem uma posição tão destacada no setor turístico, venha a se equiparar pelo menos ao México, onde o México hoje tem quatro vezes mais turista do que o Brasil.

Ora, pelas belezas naturais que nós dispomos, as belas praias, mesmo as regiões menos despovoadas têm atrativos, como o Mato Grosso, Amazonas, o Norte do nosso país e o Nordeste, onde o inverno, ele... Ele se alterna com o sol, que aparece repentinamente depois de nuvens escuras. Sempre o Nordeste tem essa característica de oferecer ao turismo as

suas belezas naturais, as suas praias, mesmo durante o período de inverno.

Então, há, no Brasil, em relação ao que se gasta, o brasileiro gasta no exterior, dados que nos foram fornecidos, 4,7 bilhões e há uma receita de 3,8, quer dizer, um déficit de um. Digo melhor, há um déficit de 1,9 em relação ao que gastam os nossos turistas brasileiros lá fora.

Então, precisamos, então, encontrar meios de que haja, haja um superávit. O Brasil possa ganhar divisas, possa importar, aliás, exportar aquilo, a riqueza que, de fato, nós possuímos, incomparavelmente superior a muitos países que hoje detêm uma posição de destaque no turismo.

Então, nós devemos nos utilizar de instrumentos que possam mostrar a verdadeira imagem do Brasil e criar infra-estruturas capazes de ser um país acreditado lá fora. Como? Divulgar, como eu já falei, as nossas potencialidades naturais, as nossas praias, as nossas cidades, algumas das quais se comparam às melhores do mundo. A infra-estrutura de... De estradas, de aeroportos. Enfim, de meios indispensáveis a que o turista possa se sentir aqui bem e voltar feliz para a sua casa, já pensando no dia em que possam vir de novo ao Brasil.

A segurança pública deve ser um fator preponderante na escolha do turista. O turista vem para um país, vai visitar um país para viver momentos de alegria, de felicidade e não de atropelos, de constrangimentos, ou até de perigo de vida. Então, a segurança pública deve ser uma preocupação muito grande do Governo. Investir na segurança pública, não como se fez, por exemplo, nos jogos pan-americanos, que aquilo ali foi uma coisa temporária, não é? Mas, de forma permanente. Que nós tenhamos, de forma permanente, a proteção do turismo, porque o turista é alguém que vem aqui realmente usufruir das nossas riquezas, que nós possuímos, usufruir das riquezas, da nossa beleza, da nossa infra-estrutura, mas, ele também vem contribuir para aumentar a nossa receita, a nossa arrecadação, dar mais empregos, gerar renda nos nossos Estados e nos nossos Municípios.

Também é preciso que o Governo, através do PRODETUR, isso já vem fazendo com muita propriedade, se incentive a construção de hotéis, de infra-estrutura nas praias, por exemplo, áreas de lazer nas proximidades das praias, das estradas, enfim, onde o turista se sinta à vontade de dizer que aqui o Brasil é um país que tem segurança, os hotéis atendem bem ao turista, há estradas, onde se possa comparar com as melhores do mundo. Infelizmente, não existe isso ainda no Brasil.

Em alguns Estados como, por exemplo, o Rio Grande do Sul, podemos dizer Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro existem estradas boas, mas, com a última crise aérea que se abateu sobre nós, ficamos um tanto desacreditados. Deve ter repercutido, eu não tenho números, mas deve ter repercutido negativamente na atração de turistas. Os senhores, que são da ABAV e de outras atividades, sabem que o Brasil perdeu muito com essa crise, o chamado "apagão aéreo".

E, além disso, com acontecimentos que demonstraram uma certa insegurança nos vãos, não só nacionais como internacionais. Esse último desastre que aconteceu em Congonhas, não só resultou em mortes, onde foi difícil explicar, até hoje não se sabe nem como aconteceu um fato tão trágico; duas CPIs, uma aqui no Senado e outra lá na Câmara dos Deputados, investigações nacionais com a participação de empresas especializadas a nível internacional, e ainda não se chegou a uma conclusão de como aquilo aconteceu.

No início, se dizia que foi a estrutura do próprio aeroporto de Congonhas. Depois, se disse que foi culpa dos pilotos. Depois houve falha mecânica. O fato é que o turista não quer saber de nada disso. Quem viaja para o Brasil, ele quer, ele espera que o nosso tráfego aéreo seja tranquilo, que uma nave não... Uma aeronave não vá se bater com outra, que os nossos aeroportos sejam seguros, que as idas e vindas numa cidade não sejam uma tormenta, um perigo, de uma rua para a outra, de uma esquina para a outra.

Enfim, o Brasil precisa melhorar muito, nós reconhecemos que precisa melhorar muito a sua credibilidade para que o turismo alcance melhores resultados do que tem alcançado nesses últimos anos. Aqui eu tenho uns dados que, entre 96 e 2005, houve um aumento de visitantes. Nós passamos de 2,7 milhões para 5,4 milhões. Se nós imaginarmos que a França tem 75 milhões de visitantes, vejam a diferença, a distância. Mas, a França tem uma... Tem uma tradição, não é? Podemos dizer uma tradição de muitos e muitos anos; é a líder mundial.

Agora, a participação brasileira no mercado mundial precisa aumentar. Porque não chegou nem a 1%. É 0,67%. Quer dizer, aumentou o número... Em números absolutos, nós aumentamos, não é? De um número de visitantes, de turistas de 2,7 para 5,4, mas, percentualmente falando, proporcionalmente falando, em relação ao mundo inteiro, nós estamos numa posição muito humilhante em relação a países que deveriam estar atrás de nós.

Esta audiência pública, ela tem o objetivo de colher informações dos convidados, pessoas especializadas, das mais diferentes áreas e, através desse debate

e das informações que nós colhemos, é que vamos fazer, preparar o nosso relatório, o nosso parecer.

Nós não temos uma conduta, assim, como nós sempre agimos no Senado, e a Senadora Lúcia Vânia é testemunha disso, preconceituosa contra empresas nem, tampouco, contra as empresas de turismo. Nós sabemos que existe aquela, como toda e qualquer comunidade, existem as boas empresas e as más empresas. Existem empresas até que trazem turistas aqui atrás de... Da prática do turismo sexual, não é? E outras tantas irregularidades que cometem. Mas, essas são exceções no ramo das agências de turismo.

O que nós precisamos garantir e, na Comissão de Justiça, o Senador Tasso Jereissati foi muito preciso, no seu parecer, é a proteção do consumidor porque, como falou o representante do Ministério da Justiça, está, entre os direitos constitucionais, a defesa do consumidor.

Assim como os senhores são consumidores de produtos, vamos dizer que um agente de turismo contrate um hotel em Portugal. Então, o que é que espera o agente quando contrata um hotel em Portugal? Que o hotel venha a oferecer o serviço que foi divulgado. Então, os senhores também são consumidores. E este... Esta informação que os senhores têm como verdadeira sobre este hotel vão transmitir ao consumidor que vai usar o seu serviço.

Então, se o trabalho que o senhor vai exercer, que é levar o turista para aquele hotel, não for adequado, alguém tem que pagar. Quem não vai pagar é o consumidor. O consumidor não pode tomar um prejuízo. Então, a agência de turismo tem que ter cuidado quando escolher o hotel. Estou dando um exemplo simples. Quando escolher um hotel, onde a oferta do serviço seja discriminada numa papelada, no contrato, o hotel vai oferecer ar-condicionado, vai ter café da manhã, vai ter transporte para pegar o consumidor, o turista no... No aeroporto e vice-versa. Quando chega lá, o turista fica se batendo no aeroporto, como já aconteceu comigo. Cheguei ao aeroporto, cadê o táxi? Eu não falava alemão.

(risos).

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Mas aí, no meu inglês macarrônico, eu pedi um táxi e fui para o hotel. Bom, o hotel era bom. O hotel realmente, mas teve uma falha, foi o transporte.

Então, eu... Eu acho que é preciso se ter um equilíbrio. Agora, o destinatário do trabalho e do serviço dos agentes é quem? Não é o consumidor, não é, Presidente? O consumidor, seja o consumidor estrangeiro, turista que vem de fora para dentro, seja o brasileiro que sai daqui e vai passear lá fora.

Então, é sobre esse equilíbrio que nós devemos nos deter no nosso parecer. Vamos tentar ser equilibrados, como foi a nossa Senadora Lúcia Vânia. Que coisa difícil ela fez aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, ela conseguiu esse equilíbrio, como? Foi um Projeto do ato médico. Quer dizer, a única profissão, quer dizer, uma profissão como a profissão de médico, mas era a única que não tinha a sua regulamentação e, com muita moderação, com muito equilíbrio, com muita conversa, ela conseguiu o consenso e hoje o Projeto está lá na Câmara dos Deputados. Não sei quando vai ser aprovado porque aqui é mais rápido do que na Câmara.

E esse Projeto, ele chegou aqui no Senado, em 2003, não é? 2003. Estamos em 2007. Nós esperamos dar o parecer ainda, claro, vamos dar o mais rápido possível. O mais rápido possível. Depois dessa audiência pública, já vou começar a estudar e tentar aperfeiçoar, melhorar, ouvir todos os segmentos. Não só aqui, como no meu gabinete, aqui na Comissão, estou pronto para ouvir todos os segmentos interessados, desde o Ministério da Justiça, que cuida também dos interesses do consumidor, a todos os segmentos que tenham o interesse em melhorar e em aperfeiçoar o Projeto.

Portanto, eu quero agradecer a todos os senhores que aqui vieram participar dessa audiência pública e a confiança que teve a nossa Presidente em colocar esse Projeto nas minhas mãos.

Mas, eu faria apenas duas perguntas. O Ministério do Turismo está com um novo e excelente programa a favor do turismo brasileiro, que é o PRODETUR II. Agora, o que é que os senhores sugerem? Eu não vou especificar qual dos convidados, a Presidente... Qualquer um pode se manifestar depois. O que é que os senhores sugerem para aperfeiçoar esse programa federal? Quais são as ações, por exemplo, do Ministério do Turismo, que deveriam ser feitas para amenizar a situação dos aeroportos brasileiros? No mesmo sentido, quais as ações do Ministério do Turismo, conjuntamente com os Estados, deveriam ser feitas para garantir segurança pública aos turistas e, conseqüentemente, maior remuneração para as agências de turismo?

Quanto ao parecer propriamente dito, assim, nós estamos no mês de setembro, eu espero entregá-lo agora no mês de outubro. E a Presidente, então, convocará a Sessão para a sua apreciação. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Perguntaria ao Senador Garibaldi se tem alguma observação? Então, passaria a palavra ao Sr. Ricardo Moesch, Coordenador Geral do Serviço Turístico da Secretaria Nacional de Políticas do Turismo. E aproveito, Sr. Ricardo, para sugerir a V.Exa. que já faça

as suas considerações para que a gente possa, para que a gente possa... Suas considerações finais para que a gente possa encerrar essa audiência.

DR. RICARDO MOESCH: Quanto as colocações do Sr. Relator referente à força do turismo na França e no Brasil, há que se falar o seguinte... A forma de mensuração do turismo porque a França, ela responde por 70 milhões, porém, na França são considerados todos os viajantes, os passantes, inclusive. Como a França situa-se no meio da Europa, todos aqueles que fazem... Praticam o ato comercial e perpassam pelo seu território também são considerados viajantes. Então, esse número na França, na verdade, de turistas mesmo, que vão praticar o turismo como forma de lazer, ócio e visitação, é um pouco menor. Porque a contabilidade da França inclui os estudantes que saem de Milão para ter uma aula prática no Louvre, que acontece frequentemente, eles são contabilizados nesse... Porque eles têm um registro. E, no Brasil, o nosso registro é só de entrada e saída dos turistas do exterior.

Tem uma publicação da Organização Mundial do Turismo, chama-se barômetro do turismo, que demonstra que a América do Sul hoje está crescendo 1,4 anualmente, no fluxo de turistas, enquanto que a África tem um crescimento de 1,8. E os demais, a Ásia está com um crescimento na faixa de 10%. Isso é anual.

Realmente nós temos que crescer bastante. Temos condições. Porém, a nossa distância, apontada nesse, que eu colocarei para o Senador, que eu acho que é interessante essa matéria, esse barômetro do turismo, ele foca toda a linearidade do turismo mundial e mostra quais são as tendências. Então, tem-se que a nossa distância é um entrave, em função das nossas viagens aéreas, porém, por outra parte, há uma... Hoje um movimento de segunda residência para os europeus. Tem vários Projetos, principalmente na área do Nordeste, hoje Natal tem nove mil residências; no total dão 180 mil segundas residências que os europeus estão fazendo no Brasil.

Então, são Projetos que, futuramente, vão dar muita "dor de cabeça" para o Ministério de Turismo e para outros segmentos porque isso causa um impacto social. Porque, na verdade, é um investimento, um aporte substancial, são novas... Novos residentes que vamos ter aqui no Brasil e nós vamos ter várias mazelas sociais que, no Nordeste, principalmente, ainda a gente tem que enfrentar. Maior, neste barômetro, o que maior aponta é o problema da desqualificação dos prestadores de serviços no Brasil. Isso é um problema que é apontado como um forte entrave no Brasil. Para os senhores terem uma idéia, aqui mesmo em Brasília, outro dia, eu sou originário italiano, tenho cidadania italiana e *parlo un po' italiano*, falo um pouco

de italiano, tinha turistas aqui para pedir um cafezinho e eles não sabiam explicar como era uma taça, não tinha um atendendo do coffee shop, aqui no Aeroporto Internacional de Brasília, que pudesse atendê-los em outra língua senão o português. Então, são pequenos exemplos que a gente tem. O nosso problema é grave na parte de qualificação.

Há, no Ministério, alguns Projetos na capacitação, que é, no meu entender, onde mais fortemente a gente vai ter que trabalhar. E aí funciona, se propõe a descentralização e a regionalização dos programas, o programa nacional de turismo, em função da educação da comunidade para receber o turista.

Essa questão da violência originária do turista, hoje, ao invés do “flanelinha” riscar o carro do turista, o morador, eles têm que estar ali para saber que o turista está trazendo renda, está trazendo divisas e está trazendo bem-estar para a sociedade.

O ponto crucial, eu vejo, no Ministério das Políticas, é que a comunidade, o cidadão que não goste da sua cidade, jamais ele vai indicar a sua cidade para o turista.

Então, a falta, se nota muito a falta de auto-estima, também em algumas localidades, onde estão começando a trabalhar os 65 destinos turísticos. O que se vê é que as pessoas não realçam o que a sua cidade tem de valor, mas sim só os problemas todos que têm. A parte da legislação também pecou muito por isso. Hoje nós temos um arcabouço de instruções normativas, deliberações, resoluções, onde não se dá uma definição clara de como é que pode se ordenar juridicamente o turismo no Brasil.

Assim, o que se faz hoje, esse Projeto de cadastramento, por exemplo, hoje temos 35 mil prestadores de serviços cadastrados. E esses não estão qualificados nem classificados, apenas cadastrados. São registros que se fazem para trazê-los à formalidade, para depois podermos fazer a classificação.

Temos um programa de classificação hoteleira, que hoje não está... Tínhamos com a EMBRATUR um processo em crescimento e hoje, devido à própria solicitação da Associação Brasileira de Indústria Hoteleira, que eles ficassem responsáveis pela classificação. Para os senhores terem uma idéia, hoje nós não temos mais que 25 hotéis classificados no Brasil. 25, num patamar de milhares de empresas. Nós temos problemas pontuais como os flats, que os flats, eles estão entre o limiar da hotelaria e da legislação condominial. Então, eles situam, por ora, em zonas residenciais, eles querem ter as benesses da parte, vamos dizer, condominial, no que se refere à legislação de condomínios, mas, ao mesmo tempo, eles querem ter a parte da... Que

rege a hotelaria, os meios de hospedagem. Também são situações pontuais.

E isso tudo eu digo porque as agências de viagem, no final, são elas e os guias de turismo que estão na ponta do mercado. São eles é que vão levar os turistas para as regiões. As regiões hoje inexploradas são nichos de mercado e as agências, elas estão fundamentalmente em ação junto ao Ministério do Turismo, por quê? Porque a política toda da EMBRATUR de vender no exterior e internamente, hoje esse programa “Viaja Mais Melhor Idade”, ele está alicerçado só em cima das agências de turismo. Não se vende esse pacote do turismo da melhor idade sem a agência de viagem. Necessariamente, tem que passar pela agência de viagem.

Tem outras ações para a agência de viagem. O problema todo que nós vemos, lá no Ministério, é o seguinte, que existem agências internacionais que entram no Brasil e têm benesses quanto à questão tributária. Segunda-feira, estivemos em São Paulo, junto com Dr. Wiedmann e outros representantes. Existe um problema da Receita Federal em estimar o que é que é a receita realmente de uma operadora de viagens.

E o entendimento da Receita Federal é o seguinte: Quando se vende um pacote de mil reais, por exemplo, esses mil reais, R\$500,00 seria a parte aérea; R\$300,00 a parte de hospedagem; R\$150,00 a Comissão da agência de viagem, e R\$150,00 restariam à operadora.

A Receita entende que o faturamento é dos mil reais e a operadora deve prestar contas sobre o faturamento, havendo aí um problema de interpretação da Receita, que o PIS e COFINS e o lucro, no caso, seriam sobre os mil reais, quando, na verdade, a operadora, ela tem, só de receita mesmo, os R\$150,00.

Propusemos, então, na Receita Federal, que se faça um regime especial para que haja mais transparência nessa forma de tributação. Porém, eu não vejo, eu não vi nesse, neste Projeto de Lei, onde se detivesse qual é o preço, qual é a forma de comissão para que ficasse mais fácil para a própria Receita, a Receita Federal, estimar o que é o ganho da agência de turismo.

Não me pareceu que, assim, ligeiramente, mas não vi onde, no Projeto da Lei Geral de Turismo, se colocou para que se explicitasse que essa comissão realmente é o preço, ou seja, é... Será o faturamento, para evitar esse inconveniente.

Porque, no momento, inclusive a forma de contratação, se os senhores forem numa agência de viagem, existe um contrato que se faz com a agência de viagem, não existe uma nota fiscal que a agência possa colocar quando, enquanto operadora, dizendo

lá que o produto é tanto da agência transportadora aérea; tanto é do hotel; tanto é do receptivo e tanto é a comissão sobre o serviço prestado. Normalmente existe um contrato e um recibo da agência em cima dos serviços prestados.

E hoje existe um acordo entre a ABAV e a TAM, se não me falha, é a TAM, não sei se as outras operadoras, para estipular, no bilhete aéreo, já o comissionamento da agência para se distinguir... Pode falar, por favor, que é importante.

SR. JOÃO PEREIRA MARTINS NETO: Sr. Senador, por coincidência, também sou Secretário de Estado de turismo do Maranhão, sobre o PRODETUR, eu queria apenas lhe dizer o seguinte, é uma grande fonte de financiamento, porém, bastante emperrado porque há a necessidade da contrapartida estadual, federal e ainda o Banco do Nordeste. Mas é uma fonte excelente para a realização do desenvolvimento turístico.

O agente de viagens, há seis anos, está disputando na Justiça a sua Comissão. Hoje, quando o senhor compra um bilhete aéreo, vamos supor o bilhete é mil reais; a Comissão do agente de viagem deveria ser 10%. O seus mil reais, na hora em que vem a fatura para o agente de viagem, vêm descontados os 10%, 100 reais, certo?

Nós estamos... Em função de que as companhias aéreas acharam que têm o direito de diminuir essa Comissão para sete, seis, quatro, três, nós temos brigas entre todos os Estados do Brasil.

Então, nós começamos uma negociação com a TAM e que deveremos encerrar essa negociação no dia 1º de outubro, da seguinte maneira: a passagem não aumenta, em hipótese alguma. O consumidor não pode, em hipótese nenhuma, se a passagem continuava mil reais, continua mil reais.

Somente que, na configuração do bilhete, vai constar o valor, que é a tarifa para a companhia aérea e os 10% para o agente de viagem, certo? Vai ficar configurado, com a plena garantia de que o consumidor, em hipótese alguma, poderá ter nenhuma exoneração sobre o preço da passagem. Foi uma negociação que vem se prolongando há muito tempo.

O importante, e o senhor já deve ter ouvido falar muito, é que alguém resolveu uma vez dizer: "Não, a comissão é zero". O senhor sabe que os maranhenses sempre primaram pelo vernáculo: a palavra comissão zero é um escárnio ao nosso vernáculo, porque Comissão significa remuneração de alguma porcentagem e zero é a negação de algum valor. Então, essa é uma maneira agressiva de nos tratarem. E a razão porque nós temos 27 ações.

Alguns Estados do Brasil hoje, nós temos 15 Estados que, através da Justiça, nós conseguimos

manter a comissão, mas em outros, os maiores centros emissores, está em seis e sete. Nós precisávamos acabar com isto. Estamos fechando esse acordo com a TAM. Que, depois, nós vamos propor para a Gol. Porque hoje, Senador, 92% de todo o transporte, todo o transporte, que é uma concessão pública, logo, é um direito da cidadania, certo? É exercido apenas por duas companhias aéreas, Gol e TAM. É inaceitável uma coisa dessas.

Então, elas fazem o que elas querem, baixam o preço para cima, para baixo. O senhor deve ter ouvido falar passagem a R\$1,00. Se a pessoa pode vender passagem a R\$1,00 para se promover, por que não vender mais genericamente, mais generosamente, durante o ano todo, certo? Então, são coisas que nós levaríamos um dia inteiro.

O que eu quero dizer é o seguinte, o agente de viagens quer a sua remuneração, que seja aquela justa, em nível do Brasil inteiro, que todos nós sabemos, o senhor sabe, quando o senhor vai num hotel, que alguém que lhe fez aquela reserva, tem uma remuneração por aquela reserva. Ele tem um empregado, ele tem um CNPJ, ele paga imposto, ele paga ISS, certo? Ele tem toda uma estrutura atrás para lhe oferecer esse trabalho, isso gera um custo. Então, essa regulamentação da atividade preserva a remuneração, preserva... E essa remuneração vai ser negociada. Uma coisa é a remuneração de hotel, outra coisa é a remuneração de uma locadora, uma coisa é a remuneração de uma classe executiva, uma coisa é uma remuneração. Então, essa é a grande vantagem que é reconhecido isto. Um minuto só, não é reconhecido qual é o valor, essa é a negociação comercial entre o fornecedor e o intermediário.

Então, eu posso apenas lhe dizer sobre o PRODETUR: Nos ajude. A atual Ministra exonerou a Suzana Dieckmann, que era uma senhora que há 15 anos, por suas razões, colocou uma nova pessoa. Nós estamos trabalhando com ela motivados, que há erros tremendos, há erros, mas que é uma das melhores fontes.

Sobre o aeroporto gostaria apenas de fazer uma pequena piada: Vamos deixar de nos preocupar dos nossos aeroportos serem *shoppings* e vamos transformar os nossos aeroportos na melhor área de atendimento ao turista e chegada e saída em qualquer lugar. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço ao—

DR. RICARDO MOESCH: Gostaria de finalizar, só que eu abri o aparte. Quando ao PRODETUR, tem problemas em vários Estados por causa da inadimplência dos Estados; o meu, Rio Grande do Sul, é um deles que não pode tomar nenhum centavo. Temos

o... Vários outros Estados que têm esse problema. Existe a verba.

Porém, o orçamento deste ano do Ministério do Turismo foi de 650 milhões de reais e o orçamento total foi de um bilhão e 800, em função das Emendas Parlamentares.

Todas as destinações e as campanhas feitas hoje no Congresso, em função das Emendas Parlamentares, então, ele quase que duplica o orçamento do Ministério do Turismo, que foi uma ação já vinda do Ministro anterior.

Finalmente, quanto aos aeroportos, o Ministério do Turismo tem alocado recursos em modernização de alguns aeroportos, porém, a parte principal não foi nem, segundo este estudo da Organização Mundial do Turismo, o que fez foi a crise da Varig. A crise da Varig, para nós, em termos de turismo, foi muito mais forte do que o acidente da Gol e da TAM. A crise da Varig nos tirou uma parcela significativa do turismo internacional, em função de que nós perdemos várias linhas internacionais e a conceituação do mercado estava baseada na Varig--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O senhor está falando na saída da Varig?

DR. RICARDO MOESCH: A saída da Varig--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Dos vôos internacionais.

DR. RICARDO MOESCH: --Demonstra que nós perdemos uma fatia significável e um respeito até do mercado internacional, em função da manutenção das aeronaves e já dá tradição da Varig. Essa foi circunstancialmente a que afetou maior o tráfego aéreo internacional.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Atualmente, como está sendo feita essa substituição da Varig? A própria TAM?

DR. RICARDO MOESCH: Foi... Algumas das linhas foram encampadas pela TAM e pela Gol. A Gol, em menor número. E algumas a Varig vem retomando porque ela tinha tempo hábil ainda para retomar aquelas linhas. Porém, ficou um vácuo muito grande.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Mas, hoje, a maior companhia que atende ao exterior?

DR. RICARDO MOESCH: Nacional é a TAM.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Nacional é a TAM?

DR. RICARDO MOESCH: É. E algumas outras--

SR. PAULO WIEDMANN: Estou pedindo um aparte aqui para não deixar o senhor sem resposta,

do que o PRODETUR ou as autoridades podem fazer pelo turismo dos aeroportos?

Aí, o senhor vai encontrar uma grande omissão das autoridades. Os aeroportos pecam por falta de informação de quaisquer espécies, principalmente para os turistas que chegam e para os turistas que saem. O que se passa dentro de um aeroporto é um mistério, ninguém sabe. Não há informação de nenhuma espécie. Qualquer coisa que acontece é culpa de alguém, menos dos administradores dos aeroportos.

E o segundo aspecto também, embora não seja muito da minha área, o senhor precisa saber que quem ganhou com a saída da Varig do mercado foram as empresas estrangeiras e o Brasil está saindo perdendo nisso. Quer dizer, quem mais transporta e traz passageiros para o Brasil hoje são as empresas de bandeira estrangeiras, que estão atuando no vácuo existente no transporte brasileiro.

Era só isso, para eu não esquecer.

DR. RICARDO MOESCH: Só para concluir, só saudar o nobre Deputado Ruy Pauletti, que hoje é o dia da Revolução Farroupilha, dia 20 de setembro. Recebi vários e-mails para aproveitar o feriado, só que eu tive que explicar que em Brasília não temos o feriado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Passo a palavra ao assessor jurídico da ABAV, Sr. Paulo Wiedmann.

SR. PAULO WIEDMANN: Senhora Senadora, eu queria agradecer a oportunidade, eu acho que nós já debatemos suficientemente. E estou à disposição para qualquer pergunta que se fizer necessária, mas acho que a gente sai daqui bastante esclarecido, com os pontos focais bastante nítidos e vamos esperar pela compreensão do Senador Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra, o Sr. Pedro Vieira Abramovay, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

SR. PEDRO VIEIRA ABRAMOVAY: Também agradeço muito a oportunidade. Só pontuar duas coisas rapidamente, até pelo adiantado da hora.

Com relação à segurança do turista, isso é uma questão que preocupa o Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça, que o Presidente Lula lançou, em agosto, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania, que investe um bilhão e quatrocentos milhões a mais por ano em segurança. Ou seja, tem quase o dobro de orçamento do Ministério da Justiça; para a segurança pública especificamente, a gente está quase triplicando esse orçamento com o aumento de renda e programas específicos. Muitos deles em áreas, em cidades onde tenham o foco turístico muito grande.

Para terminar, acho que com relação, a esse ponto, mais uma vez, defender aqui fortemente os interesses do consumidor. E, enfim, só citando o Presidente da ABAV, Dr. João Pereira, dizer que a gente sabe como hoje o serviço é bem prestado pela agência de turismo, e a gente sabe que um dos grandes responsáveis por esse serviço ser tão bem prestado é o Código de Defesa do Consumidor, que coloca, inclusive, a responsabilidade objetiva para as agências e, por isso, justamente por reconhecer que tem tão poucas reclamações para as agências, é que a gente acha que não é o caso de se mexer no sistema, tirando a responsabilidade objetiva dessas agências. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Perguntaria ao Senador Valadares se tem alguma observação a fazer.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu gostaria de enfatizar nosso agradecimento a todos os convidados que aqui compareceram. O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, representado pelo Dr. Pedro Vieira, do Ministério da Justiça; o Sr. João Pereira Martins Neto, Presidente do Conselho Nacional da Associação Brasileira, representada aqui pelo Dr. João Pereira Martins Neto, e também o assessor jurídico da ABAV, o Dr. Paulo Wiedmann. E quero agradecer e dizer que serei, darei celeridade ao andamento dessa proposta, respondendo positivamente à confiança que a Presidenta teve na minha pessoa como Relator. Obrigado.

Eu quero dizer que eu não sou especialista em turismo. Eu não sei se aqui no Senado tem algum especialista em turismo, mas, pela minha vivência como homem público, eu fui Governador do Estado, fui Secretário da Educação e Cultura do Estado de Sergipe, fui Deputado Federal, comecei a minha vida como Prefeito, e tenho uma experiência e uma vivência também de elaboração de matérias legislativas, quase mais de 10 anos aqui no Senado Federal, como membro da Comissão de Justiça e agora, para a minha alegria, participando desta Comissão, que defende os interesses regionais. E, como nordestino que, sem dúvida alguma, tem uma grande oferta no setor turístico, eu resolvi participar desta Comissão, na suposição, por que não dizer, na certeza de que estarei contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e, notadamente, da nossa região Nordeste.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pode falar. Pode, pode fazer.

SR. JOÃO PEREIRA MARTINS NETO: Senador, eu queria lhe fazer um apelo, que eu poderia fazê-lo em particular. Mas, para mostrar a nossa transparência, eu queria lhe fazer—

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Já que o voto secreto está desaparecendo.

(risos).

SR. JOÃO PEREIRA MARTINS NETO: E é, e como cidadão brasileiro, eu espero que o senhor vote pelo desaparecimento do voto secreto--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Já temos uma proposta, há um ano no Senado Federal, contra o voto secreto.

SR. JOÃO PEREIRA MARTINS NETO: Eu agora falo como cidadão, certo? Porque quem se esconde atrás de um voto secreto talvez tenha receio de dar o seu voto, certo? E quero lhe dizer o seguinte, eu não sou filiado a nenhum partido político. Já fui Secretário de Educação, agora sou de Turismo, e talvez essa minha independência até me favoreça a votar sempre em aberto.

(risos).

SR. JOÃO PEREIRA MARTINS NETO: Eu queria lhe fazer um pedido. Nós estamos na comemoração da Semana do Turismo, queria lhe dar uma afirmativa: A ABAV reconhece, neste Governo, no Governo Lula, um dos maiores feitos que ele fez foi criar o Ministério do Turismo. Reconheceu isso publicamente, tá? A ABAV só deu dois títulos de sócio benemérito, nesses 52 anos, e um foi para o Ministro Mares Guia e é... Mais ainda, para o senhor ter uma idéia de como o Turismo era tratado a “Deus dará”, em 1952, ele era um Departamento do Ministério da Agricultura. E, de 52 até o Governo Lula, ele perambulou, hora no Ministério de Desenvolvimento, hora no Ministério da Integração, hora no Ministério da Ciência. Somente no momento em que se teve uma idéia de que o turismo era uma das maiores indústrias sem chaminés desse país, é que, muito embora hoje só se tenha 5,2 milhões na balança de pagamento, ela é a quarta divisa da balança do Brasil. É mais do que... Só perde para minério de ferro de Carajás, que sai pelo Porto da Madeira, no Maranhão, para soja e para carro.

E, lamentavelmente, não tem maior porque o dólar, cada vez baixa mais.

(risos).

SR. JOÃO PEREIRA MARTINS NETO: Eu quero lhe dizer o seguinte, os agentes de viagem, o *trade*, e eu posso falar aí em nome de todo o *trade*, FAVECC, BRAZTOA, todos, todos reconheceram isso publicamente, que um dos maiores vertentes do Governo, deste Governo, foi a criação do Ministério do Turismo, certo? Independente de partido, de facção, deu uma outra visão.

Também queria lhe informar uma coisa: o turismo que nós pregamos é o mesmo o que senhor prega,

que a Senadora prega. É um turismo sustentável. Um turismo que respeite o meio ambiente, que gere emprego e que gere renda. E que combata ferozmente todos os desvirtuamentos do turismo sexual.

Essa é a luta que essa associação tem de mãos dadas com um conjunto de outras. E, para isso, nós precisamos ter empresas pelo menos, eu lhe lembro, 98% de todo o produto vendido de turismo é por micro e pequenos empresários, e o senhor sabe quanto a carga tributária, neste país, é forte para nós sobrevivermos.

Por isso, eu queria lhe fazer um apelo: Se o senhor puder transformar esse processo numa mensagem urgente, urgentíssima, para que a gente possa ganhar tempo no Senado, eu conversei... Eu tive a petulância nordestina, a irreverência nordestina de conversar primeiro com a Senadora Presidente, se eu poderia ter a ousadia de fazer essa proposta. Ela disse: "Faça! Faça!"

E, assim, com essa petulância e irreverência, o que senhor bem sabe, dos forrós de Aracaju, dos forrós de Aracaju, certo? Nós fazemos esse apelo. Porque a nossa grande feira, e a senhora sabe, e o senhor é convidado, é a Feira das Américas, da ABAV, no Rio Centro, é a maior feira das Américas, são 25 mil pessoas. Não é feira das Américas apenas pelo nome, porque é a maior feira das Américas do Norte, do Sul, da América Central, no Rio de Janeiro, onde nós temos 700 operadores. Nós temos 25 mil agentes de viagem e operadores, certo? Do dia 24 ao dia 27. E é a 36ª. A nossa feira já está maior que a feira de Lisboa.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Qual é o mês, o senhor falou?

SR. JOÃO PEREIRA MARTINS NETO: Hein? Outubro, do dia 24 ao dia 27. O senhor é nosso convidado para assistir à Sessão de instalação.

O Presidente Lula já nos favoreceu duas vezes com a sua presença. Não pôde, ano passado, porque caiu exatamente no período entre o 1º e o 2º turnos. Mas, toda vez ele vai lá entusiasmado, certo?

E a nossa Associação, ela é apartidária, embora eu tenha figuras das mais variadas matizes, assim como é o Congresso, certo? Graças a Deus, democracia é isto! É a convivência às vezes dos antagonicos.

Então, eu lhe pediria se pudesse colocar urgente, urgentíssimo, e, antes da nossa feira estar aprovada nesta Comissão, para que a Senadora e os senhores negociem com as lideranças a aprovação por liderança, no Senado, para voltar à Câmara. O apelo está feito. Com a ousadia de um forró de Aracaju.

(risos).

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sem dúvida que eu, como eu falei, eu vou

me deter neste Projeto com o maior afinco. E estou estudando e verificarei a possibilidade de atender ao seu pedido, dependendo da Pauta aqui da Comissão, porque quem pauta a matéria, quem faz o parecer é o Relator; agora, quem pauta, quem coloca é votação, dependendo do andamento das outras matérias, é a Presidenta.

Como eu conheço--

SR. JOÃO PEREIRA MARTINS NETO: Parece-me, que a Presidenta--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Como eu conheço a rapidez e a praticidade da vida e da carreira da Senadora Lúcia Vânia, assim que eu entregar o parecer, ele será colocado, de imediato, em votação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço aos expositores, que se fizeram presentes. Acredito que o debate aqui com o nosso Relator foi elucidativo, foi muito importante para ele acelerar o seu trabalho.

E quero aproveitar, Senador Valadares, convidá-lo para fazer sua inscrição para o dia 27 na Sessão solene. Quem sabe nesse dia o senhor possa já dar uma sinalização para o pessoal em relação ao que já foi levantado.

Dia 27 é na próxima quinta-feira, em que nós estaremos homenageando todas as pessoas, principalmente as mulheres que são ligadas ao turismo no Brasil. Portanto, será uma série... Teremos uma série de solenidades que serão comemorativas deste dia.

Portanto, aproveito também a oportunidade para convidar a todos os senhores para estarem presentes aqui conosco. Acredito que uma Sessão solene aqui é muito importante para despertar a sociedade brasileira para a importância do turismo, para despertar a sociedade brasileira para aquilo que um dos expositores colocou aqui, é a baixa auto-estima; nós precisamos levantar a auto-estima do povo brasileiro para que eles possam, com entusiasmo, vender as belezas do nosso país.

Eu recebi aqui, do Presidente da ABAV, um *folder* em que retrata os lençóis maranhenses, que é uma coisa fantástica, uma coisa única. E acredito que ao lado dessa... Dessa maravilha que nós temos no Maranhão, nós temos outras tantas, que são muito pouco conhecidas pelos próprios brasileiros.

Eu não poderia deixar de, mesmo sendo uma Parlamentar de oposição, deixar aqui os meus cumprimentos à Ministra Marta Suplicy pelo seu trabalho, principalmente em relação à preocupação com o turismo interno, que ela tem demonstrado. E, principalmente, com essa iniciativa de fortalecer as viagens para terceira idade, que vai, sem dúvida nenhuma, melhorar

a baixa estação, fazer com que os investidores, a rede hoteleira, enfim, todos aqueles que estão comprometidos com o turismo no Brasil se sintam mais seguros com os empreendimentos.

Portanto, deixo a todos os meus agradecimentos e podem ter certeza que, tanto o Senador Valadares quanto eu e os demais membros dessa Comissão, estaremos atentos para que este Projeto, acredito que seja um Projeto muito importante para regulamentar as agências operadoras, as agências de viagem e turismo, que esse Projeto seja realmente finalizado aqui para que os senhores possam ter tranquilidade no seu trabalho.

A todos os nossos agradecimentos.

Sessão encerrada às 13h32.

Ata da 24ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de outubro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia quatro de outubro de dois mil e sete, na sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores, João Pedro, Gim Argello, Garibaldi Alves Filho, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Sibá Machado, Antônio Carlos Valadares, Aldemir Santana, Jayme Campos e da Senhora Senadora Marisa Serrano. Comparece ainda o Senador Marconi Perillo, que não compõe esta Comissão. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 23ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. Ato contínuo, a Presidenta esclarece que a presente reunião tem como finalidade a realização de Audiência Pública “com a presença do Presidente do Banco do Brasil S.A, Dr. Antônio Francisco de Lima Neto, com o objetivo de fazer uma avaliação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2007 – CDR, de autoria do Senador Jonas Pinheiro.” A Presidenta convida para tomarem assento à mesa o Presidente do Banco do Brasil S.A, Dr. Antônio Francisco de Lima Neto, e o Ex-Senador, atual Vice-Presidente de Governo do Banco do Brasil S.A., Maguito Vilela. Iniciando a Audiência Pública, o Dr. Antônio Francisco de Lima Neto faz a sua explanação. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Sibá Machado, Jayme Campos,

Jonas Pinheiro, João Pedro, Marconi Perillo e Aldemir Santana. A senhora Presidenta passa a presidência dos trabalhos ao Senador Jonas Pinheiro. Fazem uso da palavra a Senhora Senadora Lúcia Vânia, o Senhor Senador Antônio Carlos Valadares e o Senhor Maguito Vilela. O Presidente em Exercício, Senador Jonas Pinheiro, registra a presença da Senhora Carmem Virgínia, representante do Ministério da Integração Nacional e do Senhor Wilson Oliveira, da Federação das Indústrias do Estado de Goiás. A Comissão aprova o seguinte Requerimento: **Requerimento nº 20, de 2007 CDR** – que requer, nos termos regimentais a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, a fim de discutir os Fundos Constitucionais da Região Norte – FNO e Nordeste – FNE, convidando os Presidentes do Banco do Nordeste, Dr. Roberto Smith e do Banco da Amazônia, Dr. Abidias José de Sousa Júnior. **Autoria:** Senadores Sibá Machado e João Pedro. **Adendo:** O Senador Antônio Carlos Valadares inclui a este Requerimento item que enfatize a questão do endividamento do setor rural nos referidos bancos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em Exercício da Comissão, Senador Jonas Pinheiro, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Jonas Pinheiro**, Presidente em Exercício.

SRA. PRESIDENTE SENADOR LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Bom dia a todos. Havendo número regimental declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciamos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 23ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Sr^{as}. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial do Senado, juntamente com a respectiva nota taquigráfica.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a presença do Presidente do Banco do Brasil, Dr. Antônio Francisco de Lima Neto, com o objetivo de fazer uma avaliação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, em atendimento ao Requerimento nº. 14, de 2007 – CDR, de autoria do Senador Jonas Pinheiro.

Naturalmente, o Presidente não se furtará de também falar sobre as demais Regiões, uma vez que temos aqui Parlamentares do Norte e do Nordeste.

Convido para tomar assento à Mesa o Vice-Presidente da Comissão, Senador Jonas Pinheiro, e autor do requerimento. Convido o Exmo. Sr. Presidente do Banco do Brasil para tomar assento à Mesa, Antônio Francisca de Lima Neto. Convido o Exmo. Sr. Vice-Presidente do Banco do Brasil, Senador Maguito Vilela, para tomar assento à Mesa.

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: O convidado fará sua exposição e em seguida abriremos a fase da interpeleção pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do convidado.

Concedo a palavra ao Sr. Presidente Antônio Francisco de Lima Neto.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO:

Muito bom dia a todos. Exma. Sr^a. Presidente desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia. Exmo. Sr. Jonas Pinheiro, Senador Vice-Presidente desta Comissão. Meu prezado Senador Maguito Vilela, Vice-Presidente do Banco do Brasil da área de Governo.

É uma honra para o Banco do Brasil estar aqui presente contribuindo com o debate em torno das questões do Centro-Oeste, notadamente do Fundo Constitucional do Centro-Oeste. É uma honra, mais uma vez gostaria de ressaltar, para o Banco do Brasil, participar dos debates desta Casa.

Eu tenho uma rápida exposição para contextualizar a presença do Banco do Brasil no Centro-Oeste e as operações do Banco do Brasil com o Fundo Constitucional do Centro-Oeste. Percorremos cinco pontos: BB em grandes números; BB no Centro-Oeste; FCO: histórico, diretrizes e números; FCO: Destaques; e FCO: Projetos.

Esses são grandes números do Banco do Brasil. O Banco do Brasil, com um total de ativos, que podemos ver naquela segunda linha, de 332 bilhões de ativos, é o primeiro banco no *ranking* nacional de ativos e o maior também da América Latina. Em operações de crédito, 125 milhões. Os 125 milhões já líquidos de provisão. Se não descontarmos as provisões, a carteira de crédito do Banco do Brasil já ascende a Casa de 150 bilhões de reais. É a maior carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional. Em depósito, 164 bilhões, divididos em depósitos à vista, depósitos à prazo e depósitos de poupança, com as respectivas variações.

Na primeira lâmina já começamos a contextualizar o Centro-Oeste. O Banco do Brasil, na primeira barra, nós temos quatro mil, quase quatro mil agências bancárias em todo o País, com 11 mil pontos de atendimento. Pontos de atendimento são aqueles pontos,

não uma agência bancária clássica, mas um quiosque, uma sala de auto-atendimento, um posto de atendimento bancário, um PAB, e assim por diante.

O Centro-Oeste representa pouco mais de 10% da Operação Banco do Brasil no País. Temos 418 agências, 1486 pontos de atendimento, atendendo, no Centro-Oeste, a dois milhões e 873 mil correntistas. No Brasil, nós já superamos a casa de 25 milhões de correntistas.

A carteira de crédito do Banco do Brasil no Centro-Oeste é de 20 bilhões e 163 milhões de reais. Então é mais de 10% da carteira de crédito de Banco do Brasil num todo. Ela é dividida em quatro eixos: Varejo, onde se inclui micros e pequenas empresas e as pessoas físicas em geral; o atacado, que são os grandes projetos do Centro-Oeste; e o agronegócio, com uma carteira de 11 bilhões e 200 milhões de reais.

O histórico do FCO. O FCO, criado em 1989, a partir da Constituição de 88, a Administração integra o Ministério da Integração Nacional, o Conselho Deliberativo, o CONDEL, onde o Banco do Brasil tem uma representação. Os recursos que alimentam o FCO vêm do Imposto de Rendas e do IPI, são de 0,6%, aportes efetuados pelo Tesouro Nacional. Desde o começo do FCO, nós temos mais de nove bilhões de reais.

Quantidade de operações contratadas desde a sua criação: Mais de 400 mil operações. O valor das operações contratadas: 13 bilhões de reais. E empregos gerados e mantidos: Um milhão e 700 mil empregos gerados e mantidos no nosso Centro-Oeste. Critérios para a distribuição dos recursos, os critérios desses percentuais são definidos pelo CONDEL. Nós temos o Distrito Federal com 17%, Goiás com 26,10%, assim como Mato Grosso, e Mato Grosso do Sul com 20%. Isso representando 90%. Recursos a distribuir: 10%, que tem a ver com PRONAF e Reforma Agrária. Isso é definido em lei, totalizando 100%.

Por porte, 51%, por lei, dos recursos do FCO, devem ser destinados para mini, micros e pequenos produtores ou empresários e 49% para médios e grandes, tendo como limite 10% para comércio e serviço e 10% para custeio de capital de giro dissociado. O capital de giro dissociado é uma conquista. É uma conquista dos demandantes do FCO. Antes, o FCO aprovava o capital de giro apenas associado a projetos. Hoje, nós já temos capital de giro dissociado. Em apenas dois meses, nós já desembolsamos 200 milhões de capital de giro dissociados em FCO.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (ininteligível)
Isso para todos os setores, Presidente?

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO:
Todos os setores.

Na movimentação de recursos, os recursos distribuídos neste ano, até agosto de 2007, dois bilhões e 344, superior a um bilhão e 892 do mesmo período do ano passado. A disponibilidade do exercício anterior: Um bilhão e 61 milhões. Aportes do Tesouro Nacional: 694. Resultado parcial do exercício: 153. Retorno dos empréstimos que são concedidos e retornam com suas prestações pagas ou suas liquidações: 436 milhões. Já foram utilizados um bilhão e 38, superior em quase 200 milhões aos 877 do ano passado. E recursos disponíveis: Um bilhão e 306.

Retorno versus ingresso. Esse é um item importante para todos que representam os interesses do Centro-Oeste. Esse conjunto de barras, a mensagem principal é a boa Administração que o FCO tem tido ao longo desse período. Vale dizer: Em 2001, de um total de recursos de 630 milhões, 76% representavam ingressos de recursos via IR e IPI, e os retornos apresentavam 24%. Hoje, em 2006, que é o último número que temos consolidado, os ingressos representam 42% e os retornos 58%. Significa dizer que os empréstimos estão indo, apoiando empreendimentos, capital de giro, investimentos, produtor rural, industrial, comércio, serviços, estão indo, movimentando a economia e estão retornando. E esses retornos já alimentam o Fundo numa parcela superior àquilo que ingressa dos requisitos constitucionais de aporte de Imposto de Rendas e IPI.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone)

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Os retornos são os 42%, os ingressos, 0,6. Desculpem, eu confundi aqui a cor. Me desculpem. Existe uma tendência a irmos para 50%. Muito obrigado pela sua observação, Senador.

A carteira de financiamentos é uma carteira que chega a sete bilhões de reais, 7,7 bilhões de reais. Notadamente na área rural, 5,7 bilhões, e a empresarial, um ponto... Quase Alcançando dois bilhões de reais.

As contratações por segmento, segmento empresarial e segmento rural, nós temos tido um crescimento nos dois segmentos comparado ao mesmo período de 2006, a carteira do segmento empresarial crescendo 52%, o segmento rural crescendo 23%, e a carteira total crescendo 33% no que diz respeito a desembolsos e contratações.

Na quantidade de contratos por segmento, no segmento rural uma variação de 22%, com quase 24 mil contratos, e o empresarial com 2000 contratos, com uma variação de 33%. A quantidade de contratos alcançando 26 mil contratos no total, com uma variação de 23%.

Contratações por porte: Mini, micros e pequenos, uma variação de 16%, e médios e grandes, uma variação de 47%. Aqui vale dizer e ressaltar um aspecto: Recentemente aconteceu uma mudança na pirâmide de classificação entre mini, micros, pequenos e médios empreendimentos, digamos assim. Houve uma migração a partir de determinado nível de faturamento, me parece de dois bilhões e 400 mil de faturamento anual. Essas pessoas ou empreendimentos migraram para a faixa de médios. Foi uma decisão do Conselho Deliberativo. O foco dessa mudança, a mensagem é focar, de fato, em mini, micros e pequenos, classificar como mini, micros e pequenos aquelas pessoas que têm um nível de faturamento abaixo de dois milhões de reais. Essa mudança influencia na composição dessas barras. Temos apenas um crescimento de 16%, porque a migração aconteceu de um faturamento maior para médio e grande. De qualquer forma, há um crescimento, mesmo assim, de 16% de mini, micros e pequenos, e de 47%, aí sim, contaminado por esse efeito migração, mas a carteira total de contratações por porte alcançando também 33%.

Na quantidade de contratos por porte, aí sim, nós temos médios e grandes caindo o valor de quantidades de contratos, aumentando o valor dos projetos, por consequência. Mas em mini, micros e pequenos aumentando em 25% o valor dos contratos, superando a marca de 24 mil contratos. A mensagem dessa lâmina é a mensal de se espalhar, de tornar o benefício que o FCO traz para um número máximo, para um número maior da população dos empreendedores, quer sejam empresários ou produtores rurais.

Na próxima lâmina, o FCO, alguns destaques. 100% dos Municípios do Centro-Oeste possuem no mínimo uma operação do FCO em si. Essa é uma mensagem importante, quer dizer, vale dizer que eu acho que o Centro-Oeste é uma das Regiões onde a concentração do PIB é menor em torno dos aglomerados urbanos. Ela é uma Região onde se tem um espalhamento do PIB, quer dizer, ele não é tão concentrado. E a mensagem de nós termos no mínimo uma operação em cada um dos Municípios de Centro-Oeste, para nós é importante, enquanto gestores, e para os formadores de opinião que têm interesses nesse tema.

O outro aspecto é o aperfeiçoamento do fluxo de operações. O modelo que implantamos em toda a Região em 1º de outubro de 2007. A principal mensagem dessa observação é a queda no tempo médio de análise dos projetos. Nós tínhamos projetos em análise no Banco do Brasil que superavam a marca dos 300 dias de análise, contemplando todas as fases: O vai e volta de documentação, questão de atendimento, preenchimento de formulários e por aí vai. Quer dizer,

nós já temos uma queda, para alguns casos, para 35 dias em tempo médio de atendimento.

Aperfeiçoamos também alguns itens de análise de teto prévio, de limite prévio para investimentos em FCO. Em alguns casos, nós temos casos de atendimento em até cinco dias do FCO. Esse é um piloto que começamos no ano passado, em Goiânia, para o Estado de Goiás, e já estamos em fase de implementação nos demais Estados do Centro-Oeste. Esse é um--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone)

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO:

Essas avaliações são descentralizadas também, o que para nós... São centros de competência descentralizados, que podem atender de uma forma mais rápida. Eu acho que isso foi um ganho para nós.

Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone)

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Ah!

Sim. Os maiores projetos, com certeza, aí sim, você tem que centralizar pelos valores envolvidos, pela praticidade e pela competência que vai se desenvolvendo em analisar projetos maiores. Não dá para descentralizar. Muito obrigado pela sua observação, Senador.

Intensificação das ações de divulgação na Região, nós entendemos que o FCO, claro, ele é objeto de interesse muito forte do Banco do Brasil, dos formadores de opinião aqui presentes que representam a Região Centro-Oeste, mas também ele tem que ser divulgado, afinal nós estamos falando de dinheiro público que compõe um Fundo que é composto por ativos de crédito. Então falar do FCO, participar de eventos, participar de programação tendo um efeito educativo, falando dos benefícios, falando dos aperfeiçoamentos que precisam acontecer, para nós é um ponto relevante. Aí temos patrocinado e feito alguns eventos. Falo aqui da questão do segmento de turismo, o FCO itinerante, que é um conjunto de eventos que fazemos, uma programação de maio de 2007 a junho de 2008. O primeiro seminário do Centro-Oeste sobre formas de energias renováveis, sob Coordenação de Goiás, foi feito no Estado de Goiás, distribuição de cartilhas de como ter acesso ao FCO e cadernos da programação do fundo. Tudo isso leva a uma melhor comunicação e, com certeza, a um melhor entendimento dos benefícios e do que precisa ser mudado, das contribuições de mudanças no FCO.

Revisão das condições de financiamento e repasse de recursos a outras instituições. Esse é um ponto importante, quer dizer, nós começamos, em meados do ano passado, deliberamos começar a cadastrar instituições, as quais nós pudéssemos utilizar para repas-

se de recursos do FCO. Aqui nós já começamos. No Distrito Federal, o BRB está cadastrado, está indicado para que isso seja feito. Em Goiás, a Goiás Fomento Bancoob, no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a Bansicredi. Isso para nós é importante, não fica apenas o balcão do Banco do Brasil distribuindo os recursos. O mundo muda, o mundo vai adiante, as questões da estabilidade da economia nos permitem dizer, com certeza, que temos um risco menor de projeto quando se faz uma visão prospectiva de dez ou 20 anos, e aí é um ganho que temos ampliar a distribuição desses recursos, quer dizer, utilizarmos outros balcões para que esses recursos possam ser acessados.

Muito obrigado. Eu queria apenas, por último, ressaltar um ponto que diz respeito à inadimplência do Fundo Constitucional, quer dizer, é uma lâmina que não colocamos aqui, pelo que eu peço desculpas, mas tive o cuidado de anotar aqui alguns itens: O índice de inadimplência observado no final de agosto de 2007, a relação entre as parcelas vencidas de financiamentos e o saldo total da carteira, ela foi 4,85%. 4,85% de inadimplência global. Global.

Pois não.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – (ininteligível) Vou fazer uma pergunta par ao senhor, só para... Diante de sua fala, desses 4% de inadimplência, desse total de inadimplência global de 4%, quanto representa cada uma, estratificando, porque tem várias áreas, microempresários, da área rural, da área empresarial, o que representa esses 4% definitivamente para a área rural, que é do agronegócio, e o setor empresarial e microempresa? V.Ex^a. tem capacidade de responder como seria essa inadimplência?

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO:

Não, eu não tenho o dado aqui, mas o meu pessoal já pode tentar ali acessar.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – O senhor entendeu, mais ou menos, a minha colocação?

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO:

Entendi, entendi. O senhor quer a inadimplência por setores.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Exato! Dentro das possibilidades, é óbvio.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Ok.

Enfim, consideramos uma inadimplência bem administrada, o que, de alguma forma, tem influência naquele quadro de retornos que falei lá atrás. Eu acho que a lógica do Fundo, a partir do momento que temos um Fundo com uma reciclagem de recursos relevante, eu acho que plenamente, quer dizer, o Fundo é razoável para nós e interessante.

Esses são os comentários que eu gostaria de fazer para colocar um pano de fundo nas questões

dos senhores. E mais uma vez agradecer o espaço por oportunidade de estar fazendo a demonstração desses dados aqui. Muito obrigado, Presidente, Exma. Sr^a. Senadora Lúcia Vânia.

SRA. PRESIDENTE SENADOR LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço ao Presidente Antônio Francisco de Lima Neto. E passo a palavra ao autor do Requerimento, Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente Dr. Lima Neto, Presidente do Banco do Brasil. Nosso companheiro, amigo e colega, Vice-Presidente do banco, que hoje nos dá a alegria de estar presente, Senador e Vice-Presidente de Governo do Banco do Brasil, Senador Maguito Vilela. Prezada presidenta. Srs. Senadores.

Primeiro queremos agradecer a presença do Dr. Antônio Francisco de Lima Neto, que vem expor a nós aqui, a esta Comissão, apropriada para o momento, que é a Comissão de Desenvolvimento Regional e de Turismo, um assunto tão importante como é o FCO, sobretudo em função das questões que vivemos constantemente com elas aqui, a respeito do programa.

Eu, de fato, fui autor do Requerimento, deste convite, para fazer exatamente essa avaliação que nós acabamos de assistir.

Registrar, Sr. Presidente, que tenho acompanhado o processo das negociações das dívidas rurais, e que venho identificando o Banco do Brasil para viabilizar as renegociações das suas dívidas com os produtores e com os tomadores.

Gostaria de, nesta oportunidade, formular algumas questões, para as quais gostaria de contar com a atenção de V.Ex^a., pois versam sobre assuntos de interesse dos produtores rurais, sobretudo os da Região Centro-Oeste.

Sr. Presidente, eu fiz por escrito para facilitar a resposta, se não aqui, de qualquer maneira, esta Comissão pretende ter as respostas em outras ocasiões. E aqui coincidem os nossos apanhados com o que o senhor disse.

O FCO, no dia 31 de dezembro de 2006, apresentou um saldo de recursos não contratados de um bilhão e 60 milhões de reais. A programação para 2007, prevê a disponibilidade para contratação de dois bilhões e 783 milhões de reais. O balancete do FCO referente ao mês de junho de 2007 acusa uma disponibilidade de recursos não contratados de um bilhão e 256 milhões. E a posição atual, em outubro de 2007, informa que não foram contratados e, portanto, o recurso se encontra na caixa do Banco do Brasil, cerca de um bilhão e 100 milhões de reais. Assim, nos nove primeiros meses de 2007, somente foram contratados

em crédito rural e industrial, cerca de 40% dos recursos alocados pelo Tesouro Nacional.

Em função disso, eis as questões: Quais as razões desse baixo percentual de contratação em 2006 e 2007 até a presente data, até o presente momento? Qual é a previsão para 2007 de contratação desses recursos? Por que o banco não repassa os recursos do FCO para outras entidades financeiras, como sistema cooperativo de crédito ou outras entidades financeiras?

Sr. Presidente, a Resolução do CONDEL de nº. 305 e de nº. 315 autorizaram a renegociação das dívidas do FCO nas mesmas modalidades acordadas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº. 3460. Entretanto, essas negociações somente são efetuadas pelas agências do Banco do Brasil até o limite de 80%, em desacordo com o limite previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional, que é até de 100% do montante das parcelas. Estamos discutindo parcela deste ano, que foi autorizado, conforme relatório técnico, se justifica a negociação de 100% das parcelas. Ela está autorizada. Então nós perguntamos: Por que o Banco do Brasil não tem prorrogado 100% do valor da parcela vencida dos financiamentos do FCO? E qual é a expectativa para que esse percentual do valor da parcela seja prorrogado?

Eu estou dizendo 100% da parcela deste ano, que está em lei a autorização, além do que ele já está determinado no CONDEL.

Um outro assunto que nós debatemos a todo instante, Sr. Presidente, é com respeito à pecuária. Os financiamentos para a pecuária não estão sendo renegociados, o que tem criado uma preocupante situação de desconforto para os pecuaristas, sobretudo porque essas atividades têm enfrentado quedas nos preços e elevação de seus custos de produção e dos custos de deslocamento de seus produtos. A indagação é: Para atender os pecuaristas, o Banco do Brasil pode autorizar a renegociação das dívidas do financiamento do FCO destinado especialmente a pecuária, nas mesmas condições previstas para as demais atividades agropecuárias?

Eu diria, Sr. Presidente, ainda mais, que na Medida Provisória 372, que transformou em lei, não está especificada a agropecuária e sim atividades, não está especificado agricultura ou pecuária, e sim, atividades agropecuárias, exatamente para contribuir aí, ou inserir a pecuária dentro dessas renegociações das dívidas dos produtores pecuaristas.

Outro grande problema que nós estamos enfrentando, Sr. Presidente, é que, há três anos atrás, no Centro-Oeste, havia uma demanda muito grande por recursos do FCO. A demanda era enorme. Evidentemente, os recursos disponíveis para atender essa de-

manda não tinha. O Congresso Nacional e o Governo Federal, inclusive com apoio do Banco do Brasil, nós fomos ao FAT buscar recursos para cobrir aquela demanda reprimida de crédito junto ao FCO, e naquela oportunidade, o Senador Maguito Vilela lembra bem, que nós conseguimos um bilhão de reais do FAT para suprir a necessidade do FCO.

Nós estamos discutindo, e discutimos na Medida Provisória 372, a possibilidade desse recurso do FAT, o FAT investir, que é o FAT que veio para atender o FCO, fosse absorvido pelo FCO, porque hoje tem recursos para absorver esse montante de recurso que foi financiado via FAT. Porque, Presidenta, o CODEFAT está cobrando a devolução desse recurso. Então nós estamos discutindo, no Congresso Nacional, a possibilidade desse FAT investir, ser absorvido pelo FCO.

Então a questão é essa: As dívidas de operações contratadas com recursos do FAT, FAT integral e FAT giro rural podem ser renegociadas? Qual o procedimento que o Banco do Brasil pretende adotar para que esses financiamentos sejam renegociados e prorrogáveis?

Sr. Presidente, nós vamos entregar essas indagações por escrito, para dar maior facilidade e melhor entendimento para resposta.

Muito bem, agora eu vou entrar num assunto, Presidente, que não é bem do Fundo Constitucional, mas hoje é a grande preocupação desta Casa: Acabamos de receber uma informação, neste instante, da Câmara dos Deputados, numa reunião que houve a alguns minutos, que se encerrou há alguns minutos, está tendo a preocupação dos Deputados que defendem o setor rural do Brasil com a aplicação do Fundo de Recebíveis do Agronegócio, que originou a Medida Provisória 372, que o Governo, em bom momento, publicou, editou essa Medida Provisória, e que transformou na lei 11.524, no dia 24 de setembro, aqui no Senado, eu fui o Relator dessa Medida Provisória, e que criou uma estrutura para a negociação da dívida dos produtores com as empresas fornecedoras de insumos.

É verdade que o Banco do Brasil não estava jogado nisso, mas a negociação, o Banco do Brasil entraria como agente financeiro deste fundo, que é um fundo criado com recursos do produtor, do fornecedor de insumos e do Tesouro Nacional. E o Banco do Brasil vai gerir esse Fundo.

Pois bem, no meu Gabinete, na semana passada, estive o nosso Vice-Presidente, o Dr. Guedes, com o Diretor de Crédito Rural, Dr. José Carlos Vaz, e ficou decidido, naquele dia, que hoje, dia 04 de outubro, as empresas fornecedoras de insumos teriam a lista dos produtores que poderiam ser atendidos por esse fundo, pelo FRA. E esse desconforto dos Deputados,

que tem grave repercussão até para o Governo, com certeza, agora, nesse momento em que se está votando a CPMF, é um desconforto muito grande, estamos sabendo que o Banco do Brasil, em reunião, ontem, resolveu não operacionalizar o FRA.

E hoje, as empresas fornecedoras de insumos, sabendo disso, vão provocar uma ação judicial de recolhimento. Recolhimento das máquinas que estão em poder dos produtores rurais. Vão tomar. Vai começar uma cobrança generalizada, e isso vai inviabilizar a produção rural deste ano, porque o agricultor não pode trabalhar, porque a parte do financiamento dele não vai ser renegociada, e vamos encontrar dificuldades enormes com a agricultura este ano se não houver a operacionalização da Lei 11.524, que tem a participação do Governo Federal e o Banco do Brasil como o órgão que iria ou que vai gerir esse processo.

Então a questão é essa: A lista dos produtores rurais que serão enquadrados nessa operação está sendo divulgada hoje, conforme acordado com a área de Crédito Rural do Banco do Brasil? Tomamos conhecimento hoje que a Diretoria de Crédito do Banco do Brasil está questionando a execução dessas operações do FRA, sob alegação de que elas aumentariam o risco do banco. Tem procedência essa informação?

V.Ex^a. poderia, mesmo sendo assunto que não se enquadra no FCO, fazer uma avaliação do andamento dessas operações do FRA com previsão de prazo para sua execução?

Enfim, em princípio são essas as nossas indagações, que eu passaria às mãos de V.Ex^a. e do nosso Senador Maguito Vilela. E, evidentemente, vão ser enriquecidas aqui com a participação de outros Senadores que fazem parte desta Comissão e que estão neste momento presentes.

SRA. PRESIDENTE SENADOR LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu perguntaria aos Srs. Senadores, se os senhores preferirem fazer todas as perguntas e depois ele responder, ou cada um perguntar e responder?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – (33:55:03) Senadora, pela ordem? Senadora Lúcia Vânia, nossa Presidente. Sr. Presidente do Banco do Brasil. Meu caro amigo Dr. Senador Maguito Vilela, Vice-Presidente e demais Diretores.

Acho que só as perguntas que o Senador Jonas Pinheiro fez aqui, acho que é conversa para mais de uma hora, duas horas, por sinal muito pertinentes, tendo em vista que é um conhecedor profundo conhecedor do assunto da agricultura e do próprio FCO. Mas eu não vou, eu que vou atrapalhar, naturalmente, o nosso Presidente, em relação às respostas que ele terá que dar às perguntas do Senador Jonas Pinheiro. Mas só quero fazer aqui uma colocação, e eu imagino a

senhora teria que dar oportunidade para que o Presidente respondesse ao Senador Jonas Pinheiro, mas eu quero aqui, com relação ao FCO, Sr. Presidente e Srs. Diretores, só fazer duas pontuações.

Primeiro, quando V.Ex^a. colocou aqui em relação à aplicação do FCO, fiquei muito contente de ver o retorno altamente positivo, apenas 4,2, 4,3% de inadimplência, acho que é um resultado altamente positivo. Entretanto, Sr. Presidente, hoje, não podemos desconhecer, principalmente aqui nós que somos da Região Centro-Oeste, Senadora Lúcia Vânia, nossa Presidente, Senador Jonas Pinheiro, Senador Gim Argello, é da insatisfação que tem gerado, da aplicação do FCO, da morosidade em relação à aplicação desse dinheiro, tendo em vista que, me parece, por falta até mesmo de estrutura do Banco do Brasil para dar uma maior agilidade. Mas quando V.Ex^a. aqui diz que, hoje, o prazo médio é 35 dias, eu confesso que estou muito contente.

Mas, de qualquer forma, Senador Maguito Vilela, conhecedor profundo do assunto também, do advento da Constituição, quando criou o Fundo Constitucional do Centro-Oeste e foi implantado nos idos de 1989, e em 90 eu fui Governo do Mato Grosso e participei ativamente desse processo da implantação, dado o evento da Constituição desse Fundo, na verdade, ele tinha como objetivo maior de nós incrementarmos o desenvolvimento da Região, sobretudo uma busca efetivamente melhor da qualidade de vida da nossa população, etc, etc. Mas eu confesso a V. Ex^{as}. aqui, de que eu, particularmente, entendo que ele tem não tem cumprido seu objetivo dessa aplicação de dinheiro, tendo em vista que, quando se propõe ao Governo Federal, através da criação das ZPEs, é para nós buscarmos o quê? Acabarmos com os desequilíbrios inter-regionais que há hoje no Brasil.

Da mesma forma o FCO, eu confesso para o senhor, ele não tem, efetivamente, cumprido com essa política, com esse objetivo, na medida em que eu acho que o FCO, ele tinha que buscar o que? Os desequilíbrios intermunicipais que há nos Estados. Mato Grosso especificamente, que eu posso falar com muita clareza, conhecedor que eu sou, bastante, do Estado, até por ser nascido, criado, morado, sido Governador, Senador, três vezes Prefeito da minha querida cidade de Várzea Grande, eu acho que o Banco do Brasil, Senador Sibá Machado, Senador João Pedro, Senador Gim Argello, Senador Jonas Pinheiro, buscar uma melhor aplicação para nós acabarmos com alguns bolsões de miséria há, que não podemos desconhecer, como tem no Estado de Goiás, no Tocantins, no Mato Grosso, com certeza também há no Acre, no Amazonas, Estados grandes e potentes. Nós temos que buscar através da

divulgação, ou seja, da divulgação de eventos, como V.Ex^a. disse que o FCO já participou de alguns eventos, para nós acabarmos com esses bolsões.

Sei lá qual vai ser a maneira, qual que é a formatação que tem que ser dada, para que realmente o FCO, esse Fundo constituído, cumpra com a sua finalidade maior de acabarmos com esses desequilíbrios, com esses bolsões de miséria.

E eu confesso a V.Ex^a. que em Mato Grosso ainda há, não podemos desconhecer, regiões prósperas dentro do próprio Estado, regiões ricas, como é o caso da região da BR 163, que compõe Lucas, Mutum, Sorriso, como existe aqui na 0 a 70, composto por Campo Verde, Primavera do Leste. Entretanto, a menos de cem quilômetros, Senadores, tem bolsões de pobreza ali, como é o caso de Dom Aquino, como é o caso de Poxoréo, que eu acho que aí entraria esse fundo, para nós buscarmos, com certeza, sei lá qual seria, vamos buscar as vocações que existem nesses pólos, nessas microrregiões, aí a participação efetiva do FCO.

Aí sim, o FCO estaria cumprindo com a sua finalidade constitucional de quando, em 88 foi feita a nova Constituição, e em 89 foi aplicado. E nisso, certamente nós atenderíamos os menos favorecidos da sorte nos investimentos, o que permitiria uma geração de empregos, de renda, de cidadania plena, enfim, a essas populações que moram nessas devidas regiões que aqui eu chamei a atenção, como certamente nós temos outras.

De maneira, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar a sua bondade se dignando a comparecer a esta Comissão tão importante, capitaneada, liderada pela nossa ilustre Presidente Senadora Lúcia Vânia, no momento oportuno em que se discute, com certeza aqui, a criação da SUDECO, do nosso Banco de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, quando se propõe aqui a nova Reforma Tributária em que se já se discute também a possibilidade de criarmos apenas um fundo – Eu, particularmente, sou contra -, quando se discute, se fala na Reforma Tributária, alguns já defendem a tese de nós criarmos apenas um fundo, indo todos os nossos fundos hoje existentes para um Fundo de caráter nacional, e depois o Estado ter a sua participação.

Eu sou contra, eu, particularmente, sou contra, porque eu acho que o FCO, como também temos o Fundo do Norte, do Nordeste, eu acho que cada um teria que ter a capacidade suficiente para gerenciar esses fundos.

De maneira que eu quero cumprimentar o senhor, e peço que vamos dar velocidade da aplicação do FCO, porque hoje uma grande parte das nossa bancadas, sobretudo aqui no Senado, acham que o Banco do Brasil

não tem dado a velocidade que seria o ideal para aplicação desse Fundo, já defendem a descentralização para o Banco da Amazonas, para o BASA, defendem para a Caixa Econômica Federal, defendem para as cooperativas, os bancos de créditos, os SICREDIs da vida, etc, etc. Fruto, naturalmente, de algumas insatisfações que tem gerado nos devidos Estados em que esse fundo tenha participação de forma efetiva.

Muito obrigado, Sr^a. Presidenta Senador Lúcia Vânia.

SRA. PRESIDENTE SENADOR LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu vou conceder a palavra a mais um Senador e depois volto a palavra ao Presidente para ele responder o nosso autor do Requerimento, ao Senador Jayme Campos e agora ao Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr^a. Presidente Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores, saudar aqui a presença do Presidente do Banco do Brasil, Dr. Lima Neto, nosso sempre amigo e Senador Maguito Vilela, agora Diretor Vice-Presidente do banco, e aos demais aqui presentes.

Dr. Lima Neto, eu também quero, em primeiro lugar, fazer uma avaliação nessa linha, porque o fundo foi criado durante a elaboração da Constituição Federal, com visível propósito de melhorar o desenvolvimento equilibrado do País, superar as distorções regionais. Portanto, eu quero aqui, em primeiro lugar, fazer da minha alegria, manifestar a minha alegria de alguns dos números que eu vi aqui. O primeiro deles é que a taxa de retorno, ao chegar a esse número de 42%, deixa muito claro que o fundo deu certo, está cumprindo com seu real objetivo. E o real objetivo de qualquer investimento inicial de, digamos assim, via coibir distorções, ele se encerra quando este objetivo está atingido.

Agora, nada impede que ele se perpetue daqui para frente, podendo inclusive reformular a Legislação, quem sabe daqui a alguns anos nós não precisemos mais de nenhum centavo de transferência da União, porém o Fundo continuando com a forma como está sendo administrado.

Segunda questão, que já é uma sugestão: Que tal se nós pudéssemos solicitar do IBGE ou do IPEA ou de alguma instituição competente para a área, sobre mensurar quantos negócios, aí baseados mais nos pequenos, foram reinseridos na economia formal ou – Não digo bem, não é essa palavra que eu quero dizer – quantos foram reinseridos no mercado? Esse número, proporcionalmente a isso que o senhor nos trouxe aqui. Essa, digamos assim, poderia ser uma última lâmina de uma próxima apresentação pelo Banco do Brasil. Digo isso porque, se fizer, já vou recomendar isso também ao BNB e ao Banco da Amazônia.

Agora, voltando aqui a outros dados, o Senador Jayme Campos provocou essa coisa dos Municípios, eu tenho alguns números para fazer essa comparação também. Nós temos 5.561 Municípios no Brasil, que segundo dados do IBGE de 2003, dez deles, sozinhos, respondem por 25% do PIB nacional. Se subirmos para o número de 70 dos mais ricos, eles respondem por 50% do PIB nacional. Na outra ponta, nós temos 1280 Municípios que juntos atingem 1% do PIB nacional.

Baseado nisso, foi feita uma conversa no Estado do Acre com as Prefeituras para dizer a diferença entre um real de transferência da União para um real gerado na localidade. Um real de transferência, ele é um real solto, estanque, vai lá, gasta e pronto. E na maioria das casos, ele é um pingue-pongue: Ele vai e volta, é um bumerangue; ele vai lá, dá uma volta e vem embora. Quando ele é gerado, ele é um mais algo na frente, um delta qualquer, e este delta qualquer fica preso no lugar. Ele é a nova circulação.

Então acho que nessa nova mensuração de valores, se a gente começar a colocar estes indicadores também, para poder melhorar o nosso resultado. O nosso resultado tem que chegar à casa da pessoa, tem que virar uma coisa cada vez mais concreta.

Então, nesse caso vem a segunda questão, que é: Diante desses fatos, como estamos hoje com a infra-estrutura, a tecnologia, o mercado e a qualidade profissional, baseados nos investimento que estão sendo colocados, se isso é mensurável? E a partir disso, no que investir? Se a prioridade é para consumo local, da produção que está sendo feita, ou se o projetos, na sua maioria, têm buscado para um comércio nacional ou se há muitos casos para a exportação?

Terceira situação, que aí combina com essa, que é isto no Centro-Oeste. Situação dos Municípios do Centro-Oeste, sua área base geográfica, a dinâmica que os Governos Estaduais têm apontado para o desenvolvimento de seus Estados. E aí a terceira que eu quero apontar, que é: O Banco do Brasil tem uma visão de mundo, Brasil, local e etc, certamente. Juntamente com isso, tem os Governos Estaduais, o Conselho Deliberativo e a própria sociedade. Então quando os projetos chegam ao Banco do Brasil, claro que passam por um crivo mínimo do próprio CONDEL. Mas a minha preocupação é: Isto está minimamente vinculado com a visão de desenvolvimento que a sociedade pensa e que o Governo pensa no Estado?

Outra é qual a expectativa que a banco tem no caso do FCO sobre a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, se vê isso como uma grande oportunidade? E a nossa mais novíssima Legislação, que é a Zona de Processamento de Exportação, se isso também

pode ser um grande ganho para investimentos prioritários?

Agora acho que eu ia dizer já foi ditado pelos dois Senadores, que é a transferência de responsabilidade também para outros agentes, no caso de cooperativas de crédito e tal, mas já foi falado aqui. É isso, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADOR LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Passo a palavra ao Dr. Antônio Francisco de Lima.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Srs. Senadores, obrigado pelas contribuições, sugestões, críticas e os pedidos de esclarecimento sobre os pontos, que foram muito bem colocados.

Os pontos colocados pelo nosso Senador Jonas Pinheiro, dada a sua relevância, Senador, entendendo que o senhor está entregando aqueles pontos por escrito que eu gostaria de comentar também alguns deles, mas, no que diz respeito ao Fundo de Recebíveis do Agronegócio, nós deliberamos, sim, ontem, a participação do Banco do Brasil. Nós esperamos divulgar as listas, devolver as lista para as empresas até sexta-feira. Temos um problema operacional, mas nós vamos participar, o Banco do Brasil vai participar da operacionalização.

É claro, como se trata de um instrumento novo no qual nós, com a participação do Banco do Brasil, técnicos do Governo e as contribuições dos formadores de opinião, na realidade o FRA, assim conhecido, assim chamado, ele se destina a utilizar mecanismos de mercado para refinar dívidas dos produtores rurais com fornecedores.

Eu acho que o desenho está muito bem montado, eu acredito que os filtros que foram colocados lá para suportar eventuais inadimplências foram bem construídos, e nós temos que trabalhar muito para que dê certo o FRA, porque ele é o primeiro, eu sou entusiasta, inclusive, desse instrumento, ele é o primeiro para que, de fato, nós possamos conseguir instrumentos de mercado de financiar o agronegócio brasileiro.

Então, definitivamente o Banco do Brasil deve estar devolvendo as listas até sexta-feira, e na reunião de ontem, sim, nós decidimos participar e operacionalizar. E aí vamos fazer um bom trabalho para que dê certo.

Eu acho que as suas angústias são muito bem colocadas, são totalmente aderentes, e nós temos e conte com o compromisso do Banco do Brasil para que o FRA fique de pé e trabalhe muito bem.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr. Presidente, eu acho importante a sua presença hoje aqui, e que a TV Senado divulgue isso, porque não é isso que está hoje nas páginas da imprensa.

E já estou aqui com um discurso do Deputado Homero que é complicado. É complicado. O fato é que ele faz severas críticas ao Governo. Por isso eu fico satisfeito que só esse fato já justifica a presença de V.Ex^a. hoje neste encontro.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Amanhã mesmo o nosso Vice-Presidente, Dr. Guedes, vai estar anunciando isso, comunicando, mas enfim, fica aí. Mas excelente a sua observação, agradeço a sua observação.

No que diz respeito aos outros pontos, prezado Senador Jonas Pinheiro, todos muito bem colocados, quer dizer, a questão de recursos ociosos dentro do Fundo Constitucional, eles são produtos de algumas causas não dá para dimensionar exatamente qual o poder delas de influenciar na ociosidade desses recursos.

O primeiro deles, que é um aspecto positivo, que é retornos. Quer dizer, de fato o Fundo tem tido um bom retorno no que diz respeito à reciclagem dos recursos. Isso é importante.

O segundo fato, quer dizer, a carteira de crédito do FCO, ela tem aspectos relevantes na sua formação, vinculados ao agronegócio.

Nós tivemos dois anos, os anos de 2004 e 2005, onde nós tivemos que algumas variáveis se conjugaram no mesmo momento na questão de termos de troca de moeda, na questão de preços, na questão da natureza também, as questões de clima, que não ajudaram muito. Então eu acho que nesses dois anos são pontos fora da curva que estão influenciando no excesso de disponibilidade.

O objetivo do Banco do Brasil, como uma outra pergunta que foi colocada dentro desse tema, quer dizer, o objetivo do Banco do Brasil é fazer todo o esforço para que ele seja liberado integralmente neste ano, que nós possamos cumprir o orçamento.

Nós colocamos isso num acordo de trabalho dos nossos Superintendentes de todos os Estados do Centro-Oeste, o pessoal está comprometido, e eu quero querer que nós vamos conseguir atingir o orçamento para dar uma desbastada nesse recurso ocioso, que, de novo, ele acontece por algumas causas que só aconteceram nesse momento, e acredito que para o futuro nós possamos não ter mais recursos ociosos.

No que diz respeito à renegociação das dívidas rurais, de fato nós passamos por um momento de discussão para implementar da melhor maneira adequada, preservando a saúde financeira do Banco do Brasil, de forma, digamos assim, a não termos problemas.

Um aspecto relevante nessa questão, é uma questão técnica, que é que estamos saindo de dois anos difíceis do agronegócio em geral, e isso traz reflexos,

quer dizer, objetivamente reflexos para a caracterização de riscos dos produtores rurais, do agronegócio em geral. Quer dizer, são dois anos que têm um endividamento que começou a ser empilhado, que ele tem que ser diluído ao longo do tempo.

Quer dizer, se nós voltarmos a ter problemas no curto prazo e no médio prazo, uma conjugação de fatores de moeda, preço e clima, aí nós teremos um sobreempilhamento de endividamento que vai trazer problemas no futuro.

Então o Banco do Brasil foi muito consciencioso nesse momento de fazer as coisas muito adequadamente, até apropriadamente para o produtor rural. Nós tomamos um conjunto... Isso estava trazendo até problemas no financiamento da nova safra.

Então, há três semanas atrás nós chegamos a um consenso dentro do Banco do Brasil de todas as questões pendentes, tivemos nas três últimas semanas um incremento significativo dos desembolso da nova safra não só na agricultura familiar, mas na reprogramação, na prorrogação de parcelas e na agricultura empresarial também, então queremos crer que até mais uma semana estaremos com toda a safra na rua.

Eu anotei suas questões que o senhor muito bem colocou no que diz respeito às prorrogações do FCO, quer dizer, com os dados que tenho aqui, mas enfim, lhe responderei de uma forma mais objetiva com os dados que o senhor trouxe à Mesa, a nossa intenção é não deixar ninguém de fora. A nossa intenção é não deixar ninguém de fora, ressaltado, digamos, nós também não queremos empurrar problemas. Não queremos empurrar problemas, a nossa idéia é ter o máximo de prorrogação possível, ressaltada a saúde financeira do Banco do Brasil e ressaltada também a questão de não transferir problemas para o futuro.

Em particular nessa questão do FCO, eu, ao sair daqui, já acionei aqui o pessoal para ver o que de fato está acontecendo, para que nós possamos também colocar na rua essas prorrogações da melhor maneira possível. Conte com o meu compromisso para que possamos fazer isso.

Nas três colocações, tem uma colocação que é comum a todos, que eu até agradeço a colocação, porque tem a ver, acho, com o futuro do Banco do Brasil. Até a década de 80 e a década de 90, nós tivemos, do ponto de vista econômico, duas décadas que, por circunstâncias dadas, o desenvolvimento da atividade bancária não foi muito profícuo no que diz respeito a estar do lado real da economia.

Vale dizer uma década de 80 com alta inflação e vale dizer uma década de 90 metade com alta inflação e outra metade combatendo crises. Entramos na década de 2000 com alguns aspectos relevantes: O

País voltando a crescer por um longo histórico, quer dizer, nós não temos mais os vales e picos, mas, por um longo histórico, nós temos a economia se expandindo. Nós temos tido, em algumas Regiões do País e notadamente no Centro-Oeste, uma queda brutal na desigualdade de rendas.

E uma das variáveis da queda da desigualdade de renda é a queda na igualdade do mercado de trabalho. Se nós pegarmos uma região no Centro-Oeste e olhamos alguns projetos que foram financiados pelo FCO, nós estamos dando uma oportunidade a jovens e a trabalhadores iguais ao que a mesma empresa que tem aquele projeto no Centro-Oeste tem no Sudeste ou no Sul do País, o que, até pouco tempo atrás, era inimaginável, o cidadão do Centro-Oeste ganhar um salário e ter condições de planos de Saúde e planos sociais equivalentes ao trabalhador do... E aí eu vejo o Centro-Oeste como uma das ferramentas, um dos instrumentos que contribuíram para isso.

Mas, voltando ao tema, eu acredito muito firmemente, e estamos redirecionando o Banco do Brasil para uma presença muito forte no que diz respeito ao compromisso com a economia local. E por que nós estamos fazendo isso? Porque esse País crescendo 3 a 5%, esse crescimento não acontece num ente etéreo; ele acontece no Município e no Estado.

No outro dia, num dado até por conta de um projeto que estamos fazendo no Nordeste Brasileiro que se chama Projeto Nordeste Século XXI, da Região Nordeste, só para fazer um exemplo, não é exatamente o objeto do evento aqui, se nós pegarmos o índice de desenvolvimento humano e pegarmos o último quartil dessa distribuição nos Municípios do Nordeste, dois terços das agências bancárias dessa Região no último quartil, de pior desenvolvimento humano, está lá, dois terços são agências bancárias do Banco do Brasil.

Se nós extrapolarmos isso para o Centro-Oeste, dado que o Centro-Oeste representa mais de 10% não só na distribuição do banco, mas na carteira de empréstimos, clientes e tudo mais, podemos extrapolar que isso, com certeza, vai acontecer e está acontecendo também na Região Centro-Oeste.

Então o Banco do Brasil tem que ter um compromisso muito forte com o desenvolvimento dos Estados, no desenvolvimento dos Municípios. Então o Banco do Brasil está sendo redirecionado para isso.

Vale dizer, apenas como exemplo, nós temos um programa do Banco do Brasil recente chamado Desenvolvimento Regional Sustentável. O que é o Desenvolvimento Regional Sustentável? É você coordenar pequenas cadeias produtivas, treinar essas pessoas, dar a essas pessoas noção de aglomeração, noção de arranjo produtivo local, testar se essas pessoas têm

aderência a trabalhar em conjunto, desenvolver mercado para atividade dessas pessoas e fazer com que nisso entre educar essas pessoas e dar crédito.

Aliás, o crédito, nesse caso, é o último item da cadeia. Só sai crédito para esse pessoal se todas as variáveis forem testadas antes.

Isso é feito pelo Banco do Brasil somente? Não. Nesse projeto nós temos o Banco do Brasil, nós temos a Prefeitura local, nós temos o SEBRAE nacional, e o SEBRAE local como um grande parceiro, nosso principal parceiro nessa questão, e o Governo Estadual. Pois muito bem. Quantas pessoas, quantas famílias nós já temos nesse programa? 350 mil famílias. Quantas famílias nós vamos alcançar ao final deste ano? 700 mil famílias. Quantas famílias nós teremos nos 200 anos do Banco do Brasil do Brasil em outubro do ano que vem? Um milhão de famílias.

Tudo isso acontece em um Município, em um bolsão de pobreza, que tem que acontecer, para que essas pessoas mudem de patamar de emprego e renda.

E por que o Banco do Brasil tem que fazer isso? Porque se o Banco do Brasil não for capaz de fazer isso, ninguém faz, porque ele é a presença bancária na região, que isso tem um significado e uma capacidade de ação, articulação e agregação muito grandes, e se nós não fizermos isso, nós, enquanto empresa, estaremos condenados a viver numa região pobre e não contribuindo para a aderência de rendas naquela região, que esse é o ponto que o Senador Sibá Machado colocou.

Quer dizer, o que nós temos que trabalhar é para a aderência da renda gerada naquela região e naquele Município, dentro do próprio Município. E daí o nosso Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável.

Anotei as sugestões de pesquisas e indicadores, eu acho que isso é importante para nós termos um radar, para que isso aconteça.

Vejo a questão colocada como micro e pequena empresa como uma grande oportunidade. Eu não vejo isso como obstáculo. Eu acho que uma das grandes contribuições, que o Congresso Nacional é um ator importante nessa questão, é a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Quer dizer, reinserir essas pessoas, formalizar essas micro e pequenas empresas dentro da realidade econômica, realidade brasileira, combatendo a desigualdade no mercado de trabalho, eu acho que isso vai trazer um avanço muito grande.

O Banco do Brasil é um ator importante disso, juntamente com nossos parceiros, como o SEBRAE. Estamos fazendo uma caravana pelo País a partir agora do mês de outubro, juntamente com o SEBRAE, Receita Federal, os Governos locais, Prefeituras e Banco do

Brasil, para fazermos palestras, para fazer um mutirão de formalização, para que isso aconteça.

Enfim, eu acho que isso, esses são os pontos colocados, eu agradeço as observações, anotei todas as observações, e todas elas serão encaminhadas.

E com relação, só para pontuar um pouco mais a questão do Senador Jonas Pinheiro, tomei aqui em boas notas, Senador, essa questão das prorrogações dentro no amparo do FCO, e daremos o encaminhamento a isso.

Muito obrigado a todos.

SRA. PRESIDENTE SENADOR LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço ao Dr. Antônio Francisco e passo a palavra ao Senador João Pedro, em seguida, ao Senador Marconi Perillo, e logo em seguida, Senador Adelmir Santana.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Presidente do Banco do Brasil, Presidente da nossa Comissão, Senadora Lúcia Vânia, claro que eu corri para cá junto com o meu companheiro Senador Sibá Machado, para quebrar um pouco essa presença fortíssima do Centro-Oeste hoje aqui. E acho justo, eu estou brincando, mas penso que é papel dos Senadores travarem essas discussões. Eu acho que isso é o Brasil e o nosso Brasil é isso, o Brasil das Regiões.

Eu sou Senador lá pelo Estado do Amazonas e gostaria de fazer uma pergunta meio fora desse foco aqui, mas diz respeito ao Banco do Brasil. Primeiro eu quero registrar que o Banco do Brasil é uma das instituições que orgulham o povo brasileiro, então ela é, eu penso que é um ícone. Um totem do orgulho do povo brasileiro é a presença do Banco do Brasil. Do Banco do Brasil espalhado, espraído por este Brasil imenso.

Mas esse terceiro parágrafo da justificativa do Requerimento, eu gostaria que V.Ex^a. refletisse um pouco sobre isso, porque eu já fui abordado na minha Região, lá no meu Estado, que fala das exigências e da demora excessiva para analisar as propostas apresentadas. Está nas justificativas, mas é um tema que, com certeza, Senadores, Deputados Federais, o próprio banco tem essa demanda. Gostaria que V.Ex^a. refletisse sobre isso.

O foco da discussão do Requerimento, que eu penso que é justo, trata do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, mas eu gostaria de perguntar sobre a importância, e que V.Ex^a. se manifestasse, falou rapidamente sobre o compromisso da instituição com a economia local, um pouco do Banco do Brasil lá na nossa Amazônia. Principalmente no que diz respeito se há uma política de abrir, de expandir novas agências em cidades importantes lá da Amazônia, e falo aqui particularmente do Estado do Amazonas, Estado que

tem 62 Municípios. A presença do Banco do Brasil é notada, mas evidentemente que tem ainda localidades lá no meu Estado onde o banco não se faz presente. E se V.S^a. pode esclarecer, adiantar se tem alguma política nessa direção de abrir novas agências lá na Amazônia, mas particularmente no Estado do Amazonas.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)

– Exmo. Sr. Presidente do Banco do Brasil, Dr. Lima Neto. Exma. Sr^a. Presidente desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia. Exmo. Sr. Vice-Presidente e ex-Senador Maguito Vilela. Demais autoridades, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

Eu gostaria de, preliminarmente, Sr. Presidente, enfatizar a importância da Instituição Banco do Brasil para o processo de crescimento e de desenvolvimento do nosso Estado e da nossa Região.

O Banco do Brasil, há mais de quatro décadas, tem prestado um serviço extraordinário para o nosso desenvolvimento, para o processo de desenvolvimento do nosso Estado, através do apoio ao crédito agrícola, através do apoio a financiamentos do processo de industrialização do Estado, de modo que nós devemos muito ao Banco do Brasil.

Entretanto, temos a obrigação de colocar, num debate tão caro como este, algumas das preocupações que permeiam o setor produtivo do nosso Estado, e com os quais eu tenho permanentemente compartilhado desde o tempo em que fui Governador do Estado.

Antes de entrar especificamente no contexto delas, gostaria de agradecer V.Ex^a. pessoalmente, pelo fato de estar sempre atento aos interesses de Goiás no que diz respeito a financiamentos e à viabilização de investimentos de uma maneira geral.

A primeira colocação que eu faria diz respeito ao *Del Credere*. Esse conjunto de questões foi elaborado pela Federação das Indústrias, com o setor produtivo e com a nossa participação e da Senadora Lúcia Vânia: A Medida Provisória 2196/3, de 2001, dentre outras disposições, permitiu ao agente financeiro do FCO, Banco do Brasil, nas operações de crédito nas quais o agente assumisse o risco perante o Fundo, a cobrança do *Del Credere* correspondente a uma taxa de até 6% ao ano sobre o estoque das operações assumidas. Em razão do decréscimo ocorrido nas taxas de juros de 2001 para 2007, fato que concorre para a redução dos riscos das operações de crédito, sugere-se que essa taxa seja reduzida para 3% ao ano, conforme constava da Lei 10.777/2001, art. 1º, no seu § 2º. Reforçamos nosso argumento com a informação de que, hoje, o

FCO já opera, já realiza algumas operações de crédito com taxas abaixo de 6% ao ano. A permanecer o *Del Credere* de 6% ao ano nessas operações, o patrimônio do Fundo, na opinião nossa, estaria ameaçado.

Outra preocupação, Sr. Presidente, diz respeito à Lei 10.177/2001, que dispõe que os bancos administradores ou que os agentes operadores dos Fundos Constitucionais poderão repassar recursos dos Fundos para outras instituições financeiras realizarem essas operações. No caso do FCO, o banco administrador é o Banco do Brasil, e apesar de já haver recomendação do Ministério da Integração Nacional para que o Banco do Brasil assim proceda, até a presente data continua o Banco do Brasil como operador do FCO. No caso de Goiás, a agência de fomento, aliás criada no nosso Governo, a Goiás Fomento, repassadora de recursos do BNDES, pleiteia desde 2004 seu enquadramento e até hoje não conseguiu.

Na nossa opinião, é salutar para qualquer sistema financeiro que haja competição para atender aos clientes interessados. E o setor produtivo do nosso Estado pleiteia firmemente que, no caso do FCO, outras instituições também possam operá-lo, a exemplo do Banco do Brasil.

A Legislação dos Fundos Constitucionais tem que se adaptar à possibilidade desses fundos captarem recursos entre si e de outras fontes como repassadoras para atender as necessidades imediatas de seus fluxos de caixa, bem como para atender projetos estruturantes.

Uma outra preocupação, Sr. Presidente, diz respeito à questão da diferenciação de taxas de juros, os fundos constitucionais já operam conferência tipo de diferenciação de taxas de juros. Os Fundos Constitucionais já operam com esse tipo de diferenciação de taxas de acordo com a modalidade de crédito e de acordo com o porte das empresas. O que se pretende com essa proposta é que haja diferenciação das taxas de acordo com a localização espacial. A Lei 7.827/1989, recomenda – Entre aspas – “adoção de prazos e carências, limites de financiamentos, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos”.

No caso do FCO, que atua na nossa Região, sabemos que a nossa Região contém disparidades espaciais regionais enormes, e a taxa diferenciada de juros, a fim de atrair, de captar novos empreendimentos para os locais mais necessitados, poderia colaborar e muito para o desenvolvimento desses espaços díspares.

Faz-se necessário ainda, reforçar para efeitos de entendimento do banco administrador, operador e repassador dos recursos do fundo, que esse tem o

caráter de implementador dos projetos constantes dos programas de desenvolvimentos previstos nos Planos Nacional, Regional e Estadual.

A experiência com o crescimento da nossa Região, que tem sido extraordinário, vertiginoso nos últimos anos, nós temos crescido bem acima da média nacional, fez-nos compreender o quanto são importantes projetos estruturantes, em especial os projetos da Agroindústria, para o aumento do emprego, da renda, etc.

O banco administrador dos fundos constitucionais no caso do FCO, que é o Banco do Brasil, tem que compartilhar, na nossa opinião, do sentimento dessa diretriz, e colocar a relevância dos projetos como um fator a ser considerado na avaliação bancária da operação do crédito.

Uma outra preocupação diz respeito à iniciativa privada participar do CONDEL, que é o Conselho Deliberativo do FCO. O setor produtivo do nosso Estado propõe que a Legislação atual, que prevê dois representantes da iniciativa privada, sendo um da classe empresarial e outro da classe de trabalhadores, a proposta que se tem é de permitir uma maior participação de empresários e trabalhadores no CONDEL.

Por fim, Sr. Presidente, no caso do FCO, o Banco do Brasil age como se o recurso do Fundo fosse próprio dele, e aplica as regras do banco para analisar os pretendentes aos recursos. Temos conhecimento de que empresas e pessoas que no passado obtiveram êxito na Justiça contra o Banco do Brasil ficaram impedidas de operar com o banco, inclusive com o FCO, e na nossa opinião, isso não se justifica.

Eu já tive oportunidade de levar esse assunto, acompanhado de empresários, pessoalmente a V.Ex^a. Não existem normas escritas, nem nenhum dispositivo no CONDEL, orientando o banco para assim proceder. Mesmo assim, isso tem acontecido informalmente. Propomos que o CONDEL baixe uma Resolução, e aí não será o senhor quem vai decidir, no sentido de limitar essa questão da participação de pessoas que já estiveram inadimplentes com o Banco do Brasil, para que possam operar futuramente.

Com essas considerações, eu agradeço a atenção de V.Ex^a. e principalmente da Senadora Lúcia Vânia, cumprimentando ao Senador Jonas Pinheiro pela louvável iniciativa.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADOR LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Passo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sr^a. Presidente Senadora Lúcia Vânia, Sr. Presidente do Banco do Brasil, Sr. Vice-Presidente do Banco do

Brasil Senador Maguito Vilela, Srs. Senadores e demais autoridades.

Eu inicio louvando a ação do Senador Jonas Pinheiro em promover, em solicitar esta Audiência Pública. Nós não podemos desconhecer a dinâmica dessa Região. A Região Centro-Oeste, muito bem colocada aqui pelo Senador Marconi Perillo, tem índices de desenvolvimento inclusive acima do desenvolvimento do País.

Senador Marconi Perillo fala da importância do Banco do Brasil nessa Região. Eu gostaria de enfocar a importância do FCO nesse processo de desenvolvimento, importância essa que nós não podemos desconhecer que tem beneficiado esse desenvolvimento da Região, a participação desse Fundo Constitucional.

Os focos do FCO, naturalmente no que diz respeito a esse desenvolvimento, tem lá as suas colocações, e certamente o agronegócio, e eu queria enfocar aqui um foco diferente: Queria chamar a atenção para a questão do turismo.

Essa é uma Região que tem necessidade de um incentivo nessa área do turismo regional, para que se mostre as belezas dessa Região, as diversidades que tem essa Região, a área do Pantanal, as chapadas do Mato Grosso, Chapada de Guimarães, as nascentes aqui da região de Brasília e de Goiás, as águas quentes, e essas questões dos empreendimentos no turismo, eles esbarram em algumas dificuldades.

Isso, naturalmente, a grande maioria das empresas que tratam disso estão exatamente dentro das micro e pequenas empresas, que, hoje, bem ressaltado pelo nosso Presidente do Banco do Brasil, passam ou tem a oportunidade, com a aprovação da nova Lei Geral, a oportunidade de se desenvolver e de buscar isso.

Nós reconhecemos a importância inclusive do Banco do Brasil como partícipe do Conselho Deliberativo Nacional do SEBRAE, sempre uma participação atuante, participa também nos Conselhos Regionais de todos os SEBRAEs estaduais, nós temos tido oportunidade de sugar informações e de também participação do seu representante lá no Conselho Nacional, e o Senador Sibá Machado passou aqui rapidamente sobre essa questão da capilaridade do Banco do Brasil, e o Presidente destacou a importância em alguns Municípios, talvez seja uma única entidade pública que aparece ou que se apresenta nesses pequenos Municípios, mas ao lado do Banco do Brasil está também o SEBRAE.

Então eu acho que é uma oportunidade de a gente desenvolver esse setor de turismo ao lado das micro e pequenas empresas com esses projetos de APLs, e nós queremos contar com isso.

Entretanto, a gente esbarra em algumas questões burocráticas. Sabemos que tem o Acordo de Basiléia para concessão de crédito, está em fase de modificação, as garantias reais, que nem são possíveis atender às exigências bancárias, e há também, entre essas barreiras burocráticas, exatamente o processo de centralização, bem enfocado pelo Senador Marconi Perillo.

Seria importante que esses Fundos Constitucionais não se limitassem apenas ao Banco do Brasil; houvesse uma concorrência entre os instrumentos financeiros. Aqui mesmo no Distrito Federal poderia ser, não sei se já está, o Banco Regional, assim como outros setores, outras instituições bancárias.

Existe... A minha pergunta, portanto, é se é há algum projeto, alguma coisa que possa flexibilizar a concessão desse crédito para essas empresas ligadas ao turismo, sem muitas exigências, mesmo sabendo que o sistema bancário, como eu disse, está preso a essas convenções internacional e até ao Acordo de Basiléia? É a primeira questão que eu faço.

Se existe também algum projeto em andamento para promover uma maior desburocratização desse processo?

E por último, perguntaria se o Banco do Brasil tem uma Ouvidoria, se existe uma Ouvidoria, sei que tem, mas se existe algum setor dessa Ouvidoria voltado para ouvir esses pequenos e micro empresários ligados a esses setores de turismo e serviços, que é, na verdade, o que mais cresce no País, e que nós temos uma oportunidade imensa de desenvolver nessa Região?

São esses os meus questionamentos.

SRA. PRESIDENTE SENADOR LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço ao Senador Adelmir Santana e solicitaria ao Senador Jonas Pinheiro para que assumisse a Presidência, para que eu posso fazer a última pergunta, eu sou a última inscrita. E depois gostaria de perguntar ao Senador Maguito Vilela se ele gostaria de fazer alguma intervenção?

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com a palavra a eminente Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente Senador Maguito Vilela, companheiro nosso, ex-Governador de Goiás, Sr. Presidente do Banco do Brasil, que nos honra com sua presença, gostaria de aproveitar esse momento para agradecer-lo, agradecer principalmente a disponibilidade com que V.Ex^a. se dedicou hoje a esta Comissão, e dizer da importância para todos nós, Senadores do Centro-Oeste, da explanação feita por V.Ex^a.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de colocar aqui uma questão que todos nós estamos muito apreensivos: Eu sou Relatora da SUDECO, e a primeira pergunta que nós fazemos, e fizemos na primeira Reunião que tivemos, que SUDECO nós queremos? Quando eu acho que a unanimidade do Centro-Oeste ao dizer que a flexibilização das instituições que vão aplicar o Fundo do Centro-Oeste é importante, isso se torna mais importante quando nós entendemos uma SUDECO que seja uma agente coordenadora do desenvolvimento regional, e ao mesmo tempo captadora de recursos.

Nós temos o Fundo do Centro-Oeste, nós temos recursos do BNDES, nós temos o recurso da agropecuária e agricultura como financiamentos. Por outro lado, nós temos a CID, que é um investimento em estradas, nós temos o Fundo de Desenvolvimento Energético, que é responsável pela eletrificação rural, nós temos o Fundo da Irrigação, que é responsável pelos projetos de irrigação, e todos esses recursos estão dispersos. E muitas vezes provoca-se, constrói-se uma estrada num lugar em que está sendo feita a distribuição rural, e vice-versa. Às vezes é implantado um Programa de Irrigação sem que haja as demais áreas contempladas com o recurso.

Portanto, o entendimento que a gente tem em relação à SUDECO, é que seja ele um órgão Coordenador do desenvolvimento regional. Daí porque a importância do Fundo do Centro-Oeste como um indutor dessa captação que nós precisamos fazer para desenvolver a nossa Região.

V.Ex^a. sabe que é uma região que demanda enormemente recursos, está numa fase de pleno desenvolvimento, e se nós coordenássemos esses recursos de forma a atuar no desenvolvimento regional dos nossos Estados, nós teremos um resultado muito maior.

Daí porque eu vejo pessoalmente que a retirada do Fundo do Centro-Oeste do Banco do Brasil não é apenas em função das dificuldades que se tem com a liberação do recurso, com a burocracia. Eu entendo que isso seja importante como um elemento a mais para fomentar o nosso desenvolvimento. E isso teria que ter, obviamente, o comando dos Estados que poderiam ter um Conselho que seria o Coordenador dessas ações.

Portanto eu deixo aqui essa visão e, ao mesmo tempo, como também Presidente da Comissão de Turismo, e gostaria de fazer algumas perguntas que a ABI faz aqui nesse momento.

A primeira delas: Por que os valores ofertados para empréstimos a empresas de turismo e hotelaria são tão expressivos e em condições especiais, e os tomadores são tão poucos?

O FUNGETUR é proveniente de recursos da União administrados pelo Banco do Brasil. O Banco do Brasil administra esses recursos e cobra uma taxa para fazê-lo. A pergunta: Por que o Banco não flexibiliza as exigências cadastrais ou formula a criação de um Fundo de Aval para garantir maior número de tomadores de empréstimos?

Terceira pergunta: Qual o nível real de inadimplência do setor hoteleiro junto ao Banco do Brasil, e quais as razões levantadas pelo banco dessas pendências?

Quarta pergunta: Não seria interessante criar linhas de crédito para financiar os pequenos, médios e grandes hotéis em seus programas de reestruturação e modernização, de forma a receber como garantia as próprias melhorias patrimoniais e de móveis e imóveis?

Última pergunta: Se o banco recebesse em garantia TVs, geladeiras e outros objetos, ao invés de exigir garantias reais e imobiliárias, não facilitaria a vida dos pequenos e proporcionaria uma modernização mais rápida e célere?

Essas são as perguntas feitas pela ABI. Agradeço a V.Ex^a., agradeço a atenção, e agradeço especialmente ao Senador Jonas Pinheiro, que neste momento preside esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, antes de o senhor fazer argumentação a respeito dos nossos Senadores, eu consultaria ao Senador Gim Argello se tem alguma consideração a fazer, porque é o único que não... Do Centro-Oeste que ainda não fez suas indagações.

Portanto, Sr. Presidente, está aí à sua disposição o tempo suficiente para fazer a resposta aos nossos Senadores, Senador João Pedro, Senador Marconi Perillo, Senadora Lúcia Vânia e Senador Adelmir Santana.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Jonas Pinheiro, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Pela ordem, Senador Antônio Carlos Valadares, lá do nosso Sergipe.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, para facilitar e dar maior celeridade aos trabalhos, eu poderia fazer a pergunta ao Banco do Brasil que eu gostaria de fazer, em seguida seriam efetivadas as respostas? Porque eu seria o último a perguntar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Ex^a.

Eu estava numa Audiência Pública com o Comandante do Exército nas Relações Exteriores, eu

estava inscrito, eu era um dos signatários do Requerimento, esta é a razão porque só agora cheguei a esta Comissão.

Minhas homenagens a todos os palestrantes e meu abraço amigo e sempre saudoso ao ex-Governador Maguito Vilela, nosso ex-Senador, que tanto trabalhou aqui nesta Casa em favor da agricultura do Brasil.

Os jornais e também os movimentos sociais, como a Pastoral da Terra e o próprio Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, ainda reclamam de financiamentos que poderiam estar sendo concedidos a empresas que estão na Lista Suja do chamado trabalho escravo. O caso, por exemplo, da Usina de Etanol PAGRISA, que teve tanta notoriedade, inclusive provocou uma visita e a instalação de uma Comissão no Senado Federal para a fiscalização deste episódio dessa questão--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Senador Antônio Carlos Valadares, se me permite só uma...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Eu fui chamado, eu tenho uma Audiência com o Ministro agora, e não vou poder ouvir as respostas. Peço desculpas pela minha ausência, mas depois eu procurei saber as colocações feitas.

Muito obrigado. Desculpe, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Às suas ordens, Senador Jayme Campos.

Então, voltando ao caso da Usina de Etanol PAGRISA, que teve o seu investimento apoiado pelo HSBC, Bradesco, Banco do Brasil, BASA e, indiretamente, o BNDES. A usina de etanol foi autuada no início do mês pelo Ministério do Trabalho, por supostamente manter 1108 trabalhadores em regime análogo à escravidão em sua fazenda no Município de Ulianópolis, Pará, em plena Amazônia.

Por serem signatários do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, PETROBRAS, Easo e Texaco anunciaram que não irão comprar etanol dessa empresa.

O Banco do Brasil é signatário desse pacto. Então quais as medidas adotadas ou em estudo que o Banco do Brasil busca para suspender todas as formas de crédito rural onde sejam encontrados trabalhos escravos?

Uma outra pergunta relativa à prorrogação das dívidas agrícolas: Os prazos agora foram elastecidos até o dia 17/12, as dívidas para investimentos. Os prazos anteriores eram até o 28 de setembro e 15 de

outubro, respectivamente, para custeio e para investimento. Para o Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Edilson Guimarães, a aprovação do Voto Agrícola que amplia o prazo para o período de prorrogação, dará melhor condição para o produtor negociar sua dívida e, entre aspas, ele diz: “Já que houve atraso das normas de operacionalização, a medida torna-se importante para dar mais tempo ao produtor”. Disse ele.

Também foram submetidos ao Conselho Monetário Nacional e aprovado na reunião, o Voto Agrícola, em que o Governo abre a possibilidade de que cooperativas de crédito operem o Crédito Rural, e o Voto de Ajustes no Seguro Rural, que permite financiar o prêmio do seguro sem contar o limite de crédito.

Então a pergunta: Com base na notícia a que estou me referindo, quais as providências que o Banco do Brasil está adotando para garantir a rolagem da dívida ou das dívidas dos produtores rurais? As agências no interior do Brasil já foram avisadas? Pois a prorrogação pressupõe que muita gente não apareceu ou por falta de informação ou porque não tinha condição de fazer a negociação, e as cobranças judiciais e as penhoras foram suspensas? Sabemos que algumas vezes os agricultores reclamam que as suas fazendas estão sendo tomadas pelo Banco do Brasil e pelos demais bancos credores, como Banco do Nordeste, em meio ao atraso das dívidas.

Eu gostaria então de fazer essas perguntas ao Banco do Brasil, porque me preocupa sobremaneira a situação de produtores rurais do Nordeste do Brasil.

Eu inclusive fiz, por ocasião da última lei que trata da renegociação das dívidas dos agricultores, eu fiz uma cartilha, e dela participaram não só a Consultoria do Senado, as Assessorias do meu Gabinete, eu pessoalmente, o Gabinete do Senador Jonas Pinheiro, Dr. Paulo Farnesi também me ajudou, e o próprio Banco do Nordeste. Nós distribuimos lá em Sergipe mais de 50 mil cartilhas, mostrando como o produtor poderia se dirigir ao banco e compor a sua dívida, e recompor a sua dívida, prorrogar aquilo que era objeto do financiamento atrasado e que não foi pago.

Então eu gostaria de saber quais as facilidades que o Banco do Brasil concede ao produtor rural em termos de orientação, em termos de esclarecimento? Não é só mandar uma carta, também tem que esclarecer: “Olha, você não pode tomar esse financiamento”. Porque muita gente tomou dinheiro emprestado, sem entender o que era mix. Quer dizer, tomavam dinheiro misturado Fundo Constitucional do Nordeste, mais o FAT. Quer dizer, no FAT a taxa de juros é mais elevada e tal, então, quer dizer, na hora de tomar o financiamento, o produtor rural não foi devidamente orientado

que ali incidiria uma taxa de juros mais elevada, que não teria determinados direitos na renegociação, e aí muitos foram prejudicados.

Eu quero saber: O Banco do Brasil orienta, abre o jogo ao produtor rural: “Olha, você está tomando um dinheiro mais caro, esse dinheiro que você está tomando não é só do Fundo Constitucional, não. Também envolve recurso do FAT”.

Agradeço a V.Ex^a., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado, Senador Antônio Carlos Valadares.

E passamos a palavra, para suas respostas, ao Presidente do Banco do Brasil, Dr. Lima Neto.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Obrigado, Senador Jonas Pinheiro.

Eu vou percorrer aqui as anotações que fiz, que compõem as observações feitas por todos. Mas, de início, existe uma observação que é praticamente comum a todos, que é algo já mencionado, a respeito da descentralização dos recursos do FCO.

Como já mencionado, nós temos algumas instituições já cadastradas para isso. Em outubro, agora, nós estamos começando as primeiras operações. Vale dizer, com a Companhia de Fomentos lá de Goiás, com Bansicredi, com BRB, aqui também, e em outubro nós estamos começando. Eu acho que isso é um avanço importante, e como disse, apoiamos no Banco do Brasil, e eu acho que quanto mais balcões para que os empresários, o empreendedor possa acessar os recursos do FCO e ter informações, para nós é importante também. Então fica já o compromisso de em outubro agora começarmos as primeiras operações.

O Senador João Pedro fez a questão, pontuou a questão da demora na análise das propostas, esse é um tema que estamos enfrentando. Quer dizer, como já mencionado, nós estamos começando um processo de aperfeiçoamento das várias fases, temos projetos, históricos de projetos no passado que demoraram bastante, a média já caiu para 35 dias nessa questão. Temos projetos pontuais que em uma semana já consegue-se o atendimento. Então isso, como o senhor muito bem pontuou, tem que ser motivo de reflexão permanente, e é um compromisso do Banco do Brasil, uma obrigação do Banco do Brasil dar celeridade na análise e aprovação ou definição a respeito das propostas que são colocadas no seu balcão como operador do Fundo.

No que diz respeito às agências, Senador, a política do Banco do Brasil é de manter a sua operação espalhada por todo o País. Isso é uma força que o Banco do Brasil tem. Nós não entendemos isso como um obstáculo ou uma fraqueza. Nenhum outro grande

banco nacional, e nós somos o maior banco deste País, nenhum grande banco nacional outro sabe operar o Brasil nas suas várias diversidades. Então a proposta do Banco do Brasil é sempre crescer a sua operação no País. É uma fortaleza que nós temos.

Agora, é importante ressaltar que hoje temos outras soluções de distribuição bancária, que nós não tínhamos no passado, a questão do correspondente bancário, a questão do nosso braço de Banco Popular também são alternativas que atendem e que atendem plenamente.

Mas temos o compromisso em particular com a Amazônia, e em particular com o Estado que o senhor representa, o Estado do Amazonas, então conte com a participação do banco sempre.

O Senador Marconi Perillo, os pontos colocados, Senador, essa questão do *Del Credere* é muito bem pontuada. Nós do Banco do Brasil, é uma compromisso que eu tenho de enfrentar essa questão. Eu acho que o *Del Credere* de 6% já teve o seu momento. Já teve o seu momento, o País vive um outro momento, e não se pode, dentro de uma questão de preço, ter uma cunha de 6% como o *Del Credere*.

O outro ponto, como o senhor muito bem ressaltou, que nós estamos, e dou testemunho de sempre ter sido pontuado pelo senhor, a questão das restrições para tomadores do banco que tiveram êxito na Justiça.

Estamos enfrentando essa questão, produzindo alguns estudos jurídicos, e em breve eu espero ter um retorno bem qualificado para essa observação muito bem apropriada.

Os demais itens, Senador Marconi Perillo, entendo como uma sugestão, anotei, tomei boa nota a todos, a questão da diferenciação de taxas, a questão da segmentação, todos estão anotados e posteriormente voltaremos a conversar sobre isso.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)

– Seria importante a opinião de V.Ex^a. quanto à questão dos agentes operadores do FCO.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO:

Ah! Sim. Enfim, é como já colocado, nós estamos inaugurando agora em outubro os primeiros pilotos de descentralização do FCO, de repasses de recursos do Banco do Brasil para essas agências. Notadamente, a primeira é a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás. Nós estamos fazendo agora em outubro o primeiro piloto.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)

– A Goiás Fomento.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO:

Fomento. Goiás Fomento. Desculpe!

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)

– Obrigado.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO:

Eu peço desculpas pelo equívoco.

O Senador Adelmir Santana e a Senadora Lúcia Vânia pontuaram muito bem a questão do turismo. Eu entendo, Senador, que o Centro-Oeste tem um vocação natural para a questão do turismo, não só pelas belezas naturais, mas como um *rubber(F)* natural para a distribuição de turistas por todo o País.

Então nós estamos, no Banco do Brasil, tendo, e começando praticamente do zero a inserção do Banco do Brasil no mercado de turismo, notadamente com os micro e pequenos empreendedores. Só um dado que coletei agora a pouco, durante a sua exposição, no primeiro semestre de 2006, nós contratamos, com empresas de turismo, notadamente os pequenos, três milhões e 200 mil reais. No mesmo período, agora, já quase dez milhões de reais.

Estamos implementando a Ouvidoria, como muito bem colocou o Senador Adelmir Santana.

De fato, e sendo bem pragmático, e sendo bem franco, um elemento novo nessa discussão de micro e pequenas empresas, e também não poderia ser diferente no mercado de turismo, é a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Eu acho que isso traz um fato novo na concessão de crédito para as empresas em geral do segmento da micro e pequena, e em particular do segmento de turismo. Eu acho que aí temos uma tendência à formalidade, à produção de números, de balanços mais adequados, eu acho que aí teremos um novo momento nessa questão.

Mas, sendo bem franco, existe, de fato, como o Senador Adelmir Santana colocou, requisitos regulamentares que envolvem provisão de créditos, envolvem uma questão de riscos, e que não podem ser deixados de lado. Eu não posso aqui dizer falar algo diferente. Mas eu acredito que muito... Eu não entendo isso, Senadora Lúcia Vânia, como um obstáculo. Quer dizer, se eu falasse aqui para os senhores: "Ah, porque existe um requisito regulamentar, a presença do Banco do Brasil no setor do turismo ou da micro e pequena empresa é pequena", eu não posso dizer isso, porque não é verdade. Eu acho que não podemos entender isso como obstáculo, mas como uma realidade. Quer dizer, os requisitos regulamentares para administração bancária têm, de fato, sido aperfeiçoados.

Eu acredito muito mais na mobilidade da nossa força de vendas. Daí porque a micro e pequena empresa, em especial o setor de turismo, ele passa a ter um quadro, um destaque relevante no acordo de trabalho e no orçamento das nossas agências. Aí sim,

nós teremos, digamos assim, uma participação efetiva do Banco do Brasil.

Mas enfim, todas... A questão do FUNGETUR, tomei aqui em boa nota, vou dar um encaminhamento e voltaremos a conversar. Conte com esse meu compromisso.

O Antônio Carlos Valadares fez, na sua exposição, a questão do trabalho escravo. Senador, quer dizer, o Banco do Brasil, na sua política de crédito, ele exclui de qualquer assistência, qualquer empreendimento que entre para a lista – entre aspas – “suja”, da questão das relações de trabalho. Então nós somos signatários, de fato, de vários acordos, e isso já foi incorporado na política de crédito do Banco do Brasil.

No caso colocado, quer dizer, a questão bancária lá presente me parece que não era com o Banco do Brasil. Então nós já... Conte com isso e estamos apertando cada vez mais. As nossas agências e as nossas Superintendências são instruídas sempre, e nós pesquisamos isso muito bem, qualquer arranhão, qualquer, digamos, desvio de conduta, nós, automaticamente, nós suspendemos qualquer assistência creditícia, e não poderia ser diferente.

No que diz respeito à prorrogação de dívidas rurais, Senador, há intenção, o Banco do Brasil tem total interesse que isso seja resolvido o mais rápido possível. Por quê? Porque nós temos uma safra financiada. Então se nós temos agricultores com pendência de prorrogação, automaticamente isso tem reflexo no desembolso da nova safra. E aí é um interesse do banco a chamar o agricultor, chamar o empreendedor para que vá até o Banco do Brasil, entenda as condições de prorrogação estipulada nos regulamentamos pelo Governo Federal, nos votos do Conselho Monetário Nacional, e regulamentados pelo Banco Central, de uma maneira clara e transparente. Quer dizer, não é do histórico do banco quando da contratação de empréstimos, digamos assim, ser agressivo, digamos, em não ser transparente nas condições daquele empréstimo.

Então, quando há mix de recursos, o empreendedor, o agricultor é informado, seja ele agricultor familiar, no caso não é, mas no caso da agricultura empresarial, ele sempre é informado.

No caso da agricultura familiar, quer dizer, a carteira de crédito no Banco do Brasil no agronegócio já superada a marca de 48 bilhões de reais. E é com muito orgulho que nós já falamos que no caso da agricultura familiar já aponta para 11 bilhões de reais. É um crescimento que é uma carteira que já passa a ser relevante no contexto de crédito no Banco do Brasil, uma carteira que tem ser muito bem cuidada e uma carteira que tem que ser conduzida com muita responsabilidade, daí porque o nosso compromisso em

sermos transparentes sempre quando lidamos com o tomador do créditos na área rural.

Essas, no geral, são as considerações que deu para percorrer, e de toda forma, aquilo que fica, as sugestões como reflexão ou como, digamos, apontamentos objetivos, todos estão tomados em boa nota aqui, e a todos será dado o devido encaminhamento.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente?

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO:
Pois não.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – É somente para me tirar uma dúvida nova, Presidente do Banco do Brasil.

Eu estou aqui com uma reportagem de um *site* conhecido como “Repórter Brasil”. Se não for verdade, o Presidente do banco vai agora dizer o que se passa realmente. Em determinado trecho da reportagem, do dia 24 de julho de 2007, ele diz assim: “O Banco do Brasil é responsável pelo processamento da folha de pagamento da empresa, a PAGRISA, que antes do caso estourar, tinha quase 1700 funcionários. Um serviço geralmente rentável para os bancos”. E adiante, a reportagem acrescenta: “Todos os bancos citados estão de alguma forma envolvidos com o Pacto. De forma direta, os signatários Banco do Brasil” – Quer dizer, o Pacto de Combate ao Trabalho Escravo – “de forma direta os signatários Banco do Brasil e Banco da Amazônia, de forma indireta todos os bancos filiados à Federação Brasileira de Bancos, FEBRABAN”.

Então a FEBRABAN que se comprometeu a disseminar as idéias do Pacto para seus associados. Então o que a reportagem fala é que o HSBC, Bradesco, Banco do Banco do Brasil, BASA, e indiretamente o BNDES, tinham alguma forma de relacionamento com essa empresa.

Mas V.S.^a falou que não havia, vamos dizer assim, nenhuma interferência do Banco do Brasil em relação a essa empresa. Eu gostaria que V.S.^a confirmasse se o teor dessa reportagem é verdadeira ou não.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO:
Não, ela ajuda até a esclarecer. Eu fui até, digamos assim, econômico aqui na minha explanação sobre esse tópico. Quer dizer, nós não tínhamos operação de crédito com ela. A participação do Banco do Brasil nessa questão, quer dizer, o Banco do Brasil presta um serviço de processamento de folhas de pagamento--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Exatamente o que fala aqui a reportagem.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO:
Exatamente. Quer dizer, nós não tínhamos, na verdade não temos a operação de crédito, e se tivéssemos, au-

tomaticamente estará suspensa, me parece, como foi o encaminhamento dos demais agentes financeiros.

Só para deixar claro como o Banco do Brasil entrou nesse quadro, de fato nós temos o processamento de folhas de pagamento, como temos com N empresas deste País. Aí não envolve risco de crédito, não envolve qualquer risco de crédito. Você recebe um arquivo de processamento de folhas, que gera crédito em conta de funcionários. Isso é tão somente a participação do banco. Quer dizer, o relacionamento do banco, bancário com essa companhia. Aí que está a observação.

Mas de fato, operações de crédito nós não tínhamos com ela.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Devolvo a Presidência à sua legítima representante.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu pediria ao Senador Jonas Pinheiro que encerrasse, e antes eu gostaria que V.Ex^a. passasse a palavra para o Senador Maguito Vilela para ver se ele gostaria de fazer alguma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Senador Maguito, por ordem da nossa Presidente você terá que falar alguma coisa. Se vem ao Congresso, como Senador, e não fazer um discurso aqui, é difícil.

SR. MAGUITO VILELA: E ordens se cumprem, não é? Eu quero cumprimentar e agradecer a querida Presidenta Senadora Lúcia Vânia, desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Agradecer ao Vice-Presidente Senador Jonas Pinheiro, todos os Senadores que aqui participaram, especialmente meu querido amigo ex-Governador do Sergipe, Senador Antônio Carlos Valadares, ícone aqui desta Casa, como os demais, o Senador João Pedro, inclusive, que eu tive oportunidade de conhecer hoje. E ao mesmo tempo estender meus cumprimentos ao Presidente do Banco do Brasil, Dr. Lima Neto, ao Professor Sérgio Nazaré, Diretor da Área de Governo, ao Pedrete.

E dizer que fiquei feliz, honrado de voltar a esta Casa, e na primeira volta a esta Casa assistir a uma Auditiva aqui do Presidente, comandado pela Presidente Senadora Lúcia Vânia, uma Senadora brilhante, defensora intransigente do Centro-Oeste brasileiro, ao lado do Senador Jonas Pinheiro, e de todos os demais Senadores aqui do Centro-Oeste, preocupados, inclusive, com essa questão do Fundo Constitucional. E também o Senador Antônio Carlos Valadares.

Dizer a todos, não vou entrar nas questões técnicas, o Presidente Lima Neto já o fez com muita propriedade, respondeu tudo transparentemente, aliás, esta é uma das características do Presidente do Banco do Brasil: Transparente, correto, enfrenta as questões

com muita franqueza, e um Presidente extremamente talentoso. Eu quero dar esse testemunho aqui no Senado.

O Presidente Lima Neto tem percorrido todo o Brasil, todos os Estados brasileiros, orientando os Superintendentes, os Gerentes, no sentido de que o Banco do Brasil atenda da melhor forma possível, que o Banco do Brasil ajude o Brasil, ajude os brasileiros, seja essa alavanca do desenvolvimento do nosso País. Portanto, eu estou honrado de participar dos quadros do Banco do Brasil.

Hoje, um quadro de Vice-Presidentes bastante atuantes, e liderados por um Presidente jovem, que começou no banco como Menor Aprendiz, e é muito difícil um Menor Aprendiz chegar ao topo da instituição, e o Presidente Lima Neto chegou, de Menor Aprendiz chegou ao topo, Presidente do banco, e hoje conduz o banco com muita criatividade, com muito talento e com muita transparência. É um Presidente dinâmico e que tem, realmente, feito com que o Banco do Brasil tenha crescido ainda mais, tenha angariado ainda mais o respeito do povo brasileiro.

Portanto, eu agradeço muito a todos os Senadores, à Senadora, ao nosso Presidente pela condução corretíssima que tem dado ao Banco do Brasil.

E eu posso testemunhar a todos os brasileiros que o Banco do Brasil vive uma nova fase, e que o Banco do Brasil, sob a Presidência do Dr. Lima Neto, tem muita coisa a oferecer a este País.

Parabéns, Presidente, Presidenta Senadora Lúcia Vânia, Presidente Senador Jonas Pinheiro, Presidente Lima Neto, e a todos aqueles que assistiram este encontro aqui do Presidente com o Senado.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente Dr. Lima Neto, Sr. Vice-Presidente do Banco do Brasil, nós queremos apenas comentar que este convite que nós fizemos, Sr. Presidente, não teve nenhuma intenção de aqui criticar o Banco do Brasil ou colocar o Presidente na parede. Pelo contrário, nós queremos a sua presença exatamente para atender àquilo que aqui se cumpriu: Que os Senadores interessados nesse assunto aqui viessem, aqui discutissem, que a TV Senado registrasse isso, para jogar a todo canto do País.

O Banco do Brasil, eu sempre disse que o Banco do Brasil é o divisor das águas em qualquer Município brasileiro. A vida de uma cidade divide-se em antes e depois do Banco do Brasil. De fato é isso: Antes é uma coisa, depois da presença do Banco do Brasil passa a ser outra coisa.

Essa é a convivência que eu tenho com o Banco do Brasil. Já faz 44 anos de convivência. O Banco do

Brasil fazendo o seu Programa de Financiamento e nós dando assistência técnica ao produtor, principalmente ao pequeno produtor rural.

De forma que eu não tive a mínima intenção de, ao fazer o requerimento deste convite, aqui colocar algum problema ao Banco do Brasil. Pelo contrário, é fazer exatamente isso que aqui nós fizemos.

Nós agradecemos aos Senadores que aqui estiveram, agradecemos a boa vontade da Presidente Senadora Lúcia Vânia e, com certeza, frutos virão deste encontro que nós estamos aqui fazendo.

Sr. Presidente, eu, antes de dar as palavras finais para V.Ex^a., eu quero registrar a presença da Dra. Carmem Virgínia da Silva, que está representando aqui, Sra. Senadora Lúcia Vânia, o Ministério da Integração Nacional, que foi convidada porque ali é que está o CONDEL, que representa o Centro-Oeste nesse Programa.

E agradecer a presença também do Dr. Wilson Oliveira que é da Federação das Indústrias de Goiás.

Portanto, os nossos agradecimentos, e para o comentário final desta parte da Reunião, nós passamos a palavra ao nosso Presidente Dr. Antônio Lima Neto.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Obrigado, Senador Jonas Pinheiro.

Rápidos comentários, eu gostaria de agradecer mais uma vez, em nome do Banco do Brasil, a oportunidade.

Vimos aqui, Senador, pela generosidade do seu Requerimento. Em nenhum momento entendemos ou ficamos, digamos assim, constrangidos por qualquer observação. Ao contrário, quer dizer, todas as observações foram muito pertinentes, de excelente nível, de todas elas tomamos boa nota, e acho que o processo tem muito a ser aperfeiçoado.

O nosso compromisso, do Banco do Brasil, é um compromisso de aprimorar a inserção regional e estadual do Banco do Brasil. Quer dizer, de cada vez mais nós termos o compromisso com o desenvolvimento dos Estados, o desenvolvimento dos Municípios. Só assim nós teremos o Banco do Brasil grande, um País grande e Municípios bons.

Eu concordo plenamente com o senhor, quando o senhor relata que o Banco do Brasil é um divisor de águas em um Município. A presença do Banco do Brasil em um Município faz a diferença. É um braço importante, porque traz desenvolvimento, traz crescimento, é um canal de crédito que é relevante, é importante.

Então para nós é motivo de orgulho estarmos aqui.

Eu gostaria de fazer o registros também da presença do Dr. Maguito Vilela, quer dizer, o Banco do Brasil ganhou muito com a presença do Dr. Maguito

Vilela lá, uma presença que sempre traz para a Mesa as grandes questões regionais do País, notadamente as questões de desenvolvimento do Centro-Oeste. Uma pessoa de excelente formação e um excelente condutor da nossa Área de Governo. Dr. Maguito Vilela, obrigado pela sua presença aqui também. E Dr. Sérgio Nazaré.

Enfim, contem com o Banco do Brasil. Estamos lá de portas abertas, sempre um parceiro deste País.

O nosso banco, no ano que vem, Senadora Lúcia Vânia e Senador Jonas Pinheiro, no ano que vem faremos 200 anos. 200 anos, e queremos, nos 200 anos do banco, estarmos aqui no Senado fazendo uma solenidade, comemorando um banco que não é de ninguém em particular, é o banco dos brasileiros. Então queremos, nos nossos 200 anos, ter cumprido, digamos assim, aquilo para o qual nós somos fundados, de contribuir para o desenvolvimento deste País e não ser apenas o comentarista da paisagem, aquele camarada que não tem nada ver com País. Não é o caso. É o Banco do Brasil que não é de ninguém e é do povo brasileiro. E vamos seguir adiante.

Muito obrigado mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito bem. Antes de encerrar, eu gostaria de colocar em votação o Requerimento de autoria dos Senadores, Senador Sibá Machado e Senador João Pedro, dos seguintes termos: “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, a fim de discutir os Fundos Constitucionais da Região Norte, FNO, e do Nordeste, FNE, convidando os Presidentes do Banco do Nordeste, Dr. Roberto Schmidt, e do Banco da Amazônia, Dr. Abdias José de Souza Júnior”.

Portanto, é um Requerimento análogo ao que o Banco do Brasil já atendeu. E como não tem ninguém a discutir, coloco em votação o Requerimento.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, para encaminhar. É rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Então tempo para discutir.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, eu gostaria que, como essa questão do endividamento rural ainda tormenta muita gente, que, com a permissão dos autores do Requerimento, que se incluísse um item relacionado com o endividamento rural: Como o Banco do Nordeste e os demais bancos das Regiões Centro-Oeste e Norte estão agindo no sentido de atender aos seus clientes? E propostas que poderão ser feitas para melhorar o relacionamento dos bancos regionais com os seus clientes. E o Ministério da Fazenda poderia fazer, por exemplo,

para minorar a situação aqueles que não conseguiram ser incluídos na renegociação?

Quer dizer, seria um adendo a este Requerimento, com esse objetivo a que me referi.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Consulto o Senador João Pedro se adota, acata a adição do Senador Antônio Carlos Valadares, em que vai se incluídos aqui, em atenção à Secretaria, que nesse assunto vai ser discutido também o endividamento do setor rural dos dois bancos, tanto o Banco Amazônia o quanto o Banco do Nordeste.

Com essa adição, nós colocamos em votação. Srs. e Sras. Senadores que concordam, continuem como estão. Aprovado.

Damos por encerrada a Sessão. E nós agradecemos mais uma vez todos aqueles que vieram participar dela. Obrigado.

Sessão encerrada às 13h30.

Ata da 25ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de outubro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia onze de outubro de dois mil e sete, na sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Jonas Pinheiro, Presidente em Exercício, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores, Gim Argello, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Inácio Arruda, José Nery, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Valdir Raupp, Marco Maciel e da Senhora Senadora Marisa Serrano. Justifica a sua ausência o Senhor Senador Cícero Lucena. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 24ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. Ato contínuo, o Presidente esclarece que a presente reunião tem como finalidade a apreciação de Projetos de Lei. A pedido do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, por motivo de viagem, o presidente faz a inversão da pauta para o item 12, no qual o Senador Garibaldi Alves Filho é relator. **Item nº 12:** Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2007, não terminativo, que “Altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para reduzir os encargos financeiros dos financiamentos concedidos”, de autoria

do Senador Expedito Júnior, que tem como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta. *Resultado:* é concedida vista do Projeto ao Senador Valter Pereira. Em acordo feito em plenário, os Senhores Senadores optam por votar os itens, os quais estão presentes seus relatores. **Item nº 3:** Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Simão, Estado de Goiás”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que tem como Relator o Senador Valter Pereira, que oferece parecer Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta. *Resultado:* Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº01 – CDR e nº02 – CDR. **Item nº 6:** Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Redenção, Estado do Pará”, de autoria do Senador Mário Couto, que tem como Relator o Senador Gim Argello, que oferece parecer Favorável ao Projeto. *Resultado:* Aprovado o parecer favorável ao Projeto. **Item nº 1:** Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia”, de autoria do Senador Valdir Raupp, que tem como Relator o Senador João Pedro, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador Valter Pereira que oferece parecer Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta. *Resultado:* Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº01 – CDR e nº02 – CDR. **Item nº 2:** Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Picos, Estado do Piauí”, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que tem como Relator o Senador Inácio Arruda, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador José Nery, que oferece parecer Favorável ao Projeto com as emendas que apresenta. *Resultado:* Aprovado o parecer Favorável ao Projeto com as Emendas nº01 – CDR e nº02 – CDR. **Item nº 10:** Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na cidade de Brasília, Distrito Federal” de autoria do Senhor Senador Gim Argello que tem como relator o Senador José Maranhão, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador José Nery, que oferece parecer Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta. *Resultado:* Aprovado o parecer Favorável ao Projeto, com as Emendas nº01 – CDR e nº02 – CDR. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira,

Gim Argello, e José Nery. Os demais itens constantes da pauta foram adiados para a próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício, Senador Jonas Pinheiro, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Jonas Pinheiro**, Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Havendo número regimental declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião da Comissão. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme Pauta previamente distribuída, a presente Reunião destinar-se-á à apreciação de Projeto de Lei e, por necessidade de viagem, nós vamos inverter a Pauta para analisar primeiro o item 12, Projeto de Lei do Senado nº. 372, não terminativo, autoria é do Senador Expedito Júnior, e o Relator é o Senador Garibaldi Alves Filho, favorável ao Projeto, com Emenda que apresenta.

Esse Projeto altera o art. 1º da lei número 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, que tem como objetivo reduzir os encargos financeiros dos financiamentos concedidos. Passo a palavra, portanto, ao eminente Senador Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Presidente, agradeço a V.Exa. e aos nossos colegas Senadores, aqui presentes, e passo a ler o relatório sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 362, de autoria do Senador Expedito Júnior, “que altera o art. 1º da lei nº. 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para reduzir os encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste”. A proposição compreende dois artigos; o primeiro, Sr. Presidente, estabelece os novos encargos financeiros, e o segundo trata das cláusulas de vigência. O autor argumenta que a taxa de juros, a longo prazo, sofreu uma redução maior que a promovida pelo Governo Federal, nos encargos financeiros das operações realizadas pelos fundos constitucionais de financiamento. E caberia, portanto, ajustar esses

encargos, de modo que fosse mantida a vantagem relativa, desfrutada pelos os empreendedores de Norte e Nordeste e Centro-Oeste, em comparação com os empreendedores do Sul e do Sudeste.

Com os ajustes propostos no Projeto de Lei do Senado nº. 362/2007, as taxas cobradas pelos fundos constitucionais seriam um pouco mais vantajosas do que as cobradas no BNDS, baseadas na TJLP, a qual é acrescida de um adicional a título de *del credere* a favor do agente financeiro. O menor custo de financiamento nas regiões menos desenvolvidas, em comparação com o custo de recursos do sistema BNDS serviria como um atrativo para a instalação, naquela região, de empreendimentos econômicos que possam criar novos empregos. Esse pequeno diferencial ajudaria a compensar as desvantagens locais, em termos de disponibilidade de infra-estrutura e de serviço público.

A proposição foi encaminhada ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e da Comissão de Assuntos Econômicos, que vai dar, Sr. Presidente, vai prolatar a decisão terminativa. Em 29 de junho, a proposição me foi distribuída para relatar, e eu quero adiantar que não foram apresentadas Emendas. Aí, vem, Sr. Presidente, toda uma análise que eu faço deste Projeto, e eu queria dizer que a iniciativa de Expedito Júnior, Senador, é altamente meritória, pois, nas regiões menos desenvolvidas, os encargos financeiros dos financiamentos de longo prazo variam atualmente de 5% a 11,5% ao ano. Enquanto recursos do BNDS são emprestados à taxa de 6,25% ao ano, em benefício dos empreendedores do Sul e do Sudeste, onde essa instituição aplica mais de 80% de suas disponibilidades para financiamento.

Enquanto isso, desde janeiro de 2001, encargos financeiros dos fundos constitucionais foram reduzidos em apenas 17%, em média. Ou seja, os empreendedores que se utilizam de recursos do BNDS receberam um estímulo muito superior àquele recebido pelos tomadores de empréstimos junto aos fundos constitucionais.

A iniciativa do Senador Expedito corrige essa distorção, ao propor o reajuste aos encargos cobrados pelos bancos administradores dos fundos constitucionais, indo ao encontro do objetivo nacional de redução das disparidades inter-regionais de desenvolvimento, mediante o estímulo aos investimentos de longo prazo, nas regiões menos desenvolvidas.

No entanto, cabe evitar que, no futuro, voltem a ocorrer defasagens entre o recurso financeiro cobrado pelos fundos e a TJLP, como resultado da assimetria entre a proporção e a periodicidade dos ajustes.

Assim, proponho Emenda para tornar obrigatório o ajustamento dos juros cobrados pelos bancos ad-

ministradores dos fundos constitucionais, sempre que houver ajuste na TJLP.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto, em face do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 362/2007, com a seguinte Emenda: “Acrescente-se ao PLS nº. 362/2007 o seguinte artigo 2º, renumerando-se o atual. Dê-se ao § 3º do art. 1º da lei nº. 10.177, de 12 de janeiro de 2001, a seguinte redação”. Segue a redação: “Os contratos de financiamento conterão cláusulas, estabelecendo que os encargos financeiros das operações de crédito realizadas com fundos constitucionais, serão revistos sempre que a taxa de juros a longo prazo, TJLP, apresentar variação e serão reajustados em igual proporção da variação da mesma TJLP. É o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Em discussão a matéria.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Para discutir, o nobre Senador Valter Pereira, do Mato Grosso do Sul, que também está abrangido por um dos fundos constitucionais, o FCO.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – É verdade. Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria, inicialmente, de um esclarecimento do ilustre Relator, o Eminentíssimo Senador Garibaldi Alves. O que V.Exa. está alterando, então, é no sentido de aceitar esses novos percentuais e corrigi-los, sempre que houver uma mudança na TJLP. V.Exa., por acaso, fez algum cenário para ver se nós não retornaríamos à situação anterior, caso esses reajustes venham a acontecer? Esses reajustes venham sendo promovidos. Tem alguma... Porque... O que eu acho é o seguinte—

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu estou entendendo que o temor de V.Exa. é que, no futuro, a situação não se apresente como hoje.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – -- Volte ao status quo ante. Esse é o receio.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não me parece que, no cenário econômico do que teremos pela frente, isso venha a acontecer. Agora, se V.Exa. quiser pedir vistas para se aprofundar, estudar melhor o assunto, eu não tenho objeção. Eu acredito que não vamos ter essa reversão, mas se você, V.Exa., quiser estudar mais a longo prazo, fazer aí uma projeção, eu não tenho nenhuma objeção.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu acho, Sr. Presidente, que o ilustre Relator produziu um estudo meritório. Efetivamente a proposta, ela vem ao encontro das aspirações de todos os virtuais tomadores desses recursos, já que o fundo constitucional é um recurso destinado, exclusivamente ao fomento. E

se é ao fomento, não pode haver a especulação financeira. E, infelizmente, as taxas de juros hoje cobrados, custos dessas operações, têm onerado os tomadores e, confesso a V.Exa. que já vi, já ouvi de alguns virtuais tomadores até a manifestação de desinteresse pelo crédito, já que ele está bem próximo daqueles oferecidos por outras instituições que atuam na área de fomento.

Então, a iniciativa do Senador Expedito é louvável; o relatório produzido pelo ilustre Senador Garibaldi Alves, em tese, está correto, mas eu acho que nós precisaríamos, para decidir, ter uma projeção desses números, já que há um receio de que, nessas correções, acabe retornando ao *status quo ante*, e isso seria, corresponderia a fazer um buraco n'água. Aprovado--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senador Valter Pereira, eu pediria... Eu faria uma ponderação a V.Exa., não é que eu queira impedir, até porque o Projeto é de autoria do Senador Expedito Júnior, eu estou apenas relatando, mas eu queria lembrar a V.Exa. que a vacina que V.Exa. anda atrás, o remédio, que não pode matar o doente, é justamente esse gatilho que nós estamos introduzindo, de modo que a correção nunca fique aquém, nunca possa a TJLP...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu entendi o raciocínio de V.Exa., eu concordo com ele. Eu acho apenas que o... O que nos... Como o Projeto é um Projeto que vai ter percursos, lá na frente, eu acho que deveria ser feito só um cenário; um cenário de como que se comportaria essa correção—

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É. Porque, veja bem, “no entanto, cabe evitar que, no futuro, volte a ocorrer defasagem entre os encargos financeiros cobrados pelos fundos constitucionais e a TJLP, como resultado da assimetria entre a proporção e a periodicidade dos ajustes. Assim, proponho uma Emenda para tornar obrigatório o ajustamento dos juros cobrados pelos bancos administradores dos fundos constitucionais, sempre que houver ajuste na TJLP”. Então, eu estou justamente, a expressão, eliminando a expressão... A expressão seguinte: “Acumulada para mais ou para menos superior a 30%”. Atualmente, o dispositivo está assim vigente: Os contratos de financiamento conterão cláusulas estabelecendo que os encargos financeiros serão revistos anualmente, e sempre que a taxa de juros apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30%”. No que toca à técnica Legislativa, não há reparos a fazer. Então, quer dizer, há uma garantia de que não vai haver mais a defasagem, mas, se V.Exa. quiser aprofundar mais, eu concordo com o pedido de vista; será mais um Senador da qualidade de V.Exa. a estudar o assunto, de uma maneira mais aprofundada.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu vou atacar a sugestão do Senador Garibaldi, e vou pedir vista por uma semana. Na próxima Reunião, eu devolvo o processo, com ou sem o cenário, mas, de qualquer forma, eu acho que é importante esse demonstrativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Pediu a minha palavra também o Senador Gim, é sobre a matéria?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – É sobre a matéria, mas já foi o pedido de vista feito, depois eu dou uma olhada no processo também, que são justamente essas dúvidas que foram colocadas, mas já foram mais ou menos sanadas, e eu vou acompanhar de perto também.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Ok. Vista, portanto, por uma semana, ao Senador Valter Pereira.

Voltamos à agenda normal, e vamos estudar cada Projeto segundo a relação que nós temos, desde que o Relator esteja presente. E, nessas condições, o primeiro item é o item 03. O item 03. Projeto de lei do Senado, nº. 395, não terminativo...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – O Senador Raupp que é o autor do projeto de nº (ininteligível), cujo relatou seria outro colega nosso, pediu-me que relatasse essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Senador Valter Pereira, primeiro nós vamos discutir o 03—

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – E, aí, voltamos nos *ad hoc*.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Combinado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Está bom? Então, nós vamos continuar no item 03, que dispõe sobre a criação de zona de processamento de exportação – ZPE – no município de São Simão, Estado de Goiás, cuja autoria é da Senadora Lúcia Vânia e o Relator é o Senador Valter Pereira, que é favorável ao Projeto, com as Emendas que apresenta.

Concedo, portanto, a palavra ao eminente Senador Valter Pereira, para proferir o seu Parecer.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Muito bem, Sr. Presidente, eu vou fazer a leitura da análise, dispensando-se a parte preliminar, já que esta que é a mais importante. O PLS 395/2007 está de acordo com os ditames da Constituição Federal, e em especial ao art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. Além disso, a proposta não fere a

ordem jurídica e está de conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional.

As zonas de processamento de exportação são importante instrumento para fomentar o crescimento econômico de áreas menos desenvolvidas do Brasil. Essas áreas passarão a contar com um forte poder de atração de empresas, em razão das facilidades cambiais, tributárias e administrativas, presentes nessas áreas aduaneiras especiais.

Além disso, a lei 11.508/2007, que atualizou o marco regulatório das zonas de processamento de exportação, prevê que será dada propriedade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação. A história da cidade de São Simão está diretamente ligada ao volume e à força das águas do Rio Paranaíba, que criaram uma das mais belas imagens da natureza, trata-se do Canal de São Simão, um estreito petrificado, com aproximadamente 600 metros de largura. Entretanto, esse acidente da natureza, que foi cenário paradisíaco para milhares de turistas e moradores locais, ficou submerso após a construção da usina hidrelétrica de São Simão, pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais. Hoje, a nova cidade São Simão, reconstruída com infraestrutura urbana, está às margens do Lago Azul, formado pela barragem da usina, ocupando uma área de 674 km², com volume de 17 bilhões de m³ d'água, formando várias ilhas e praias; um extraordinário potencial de turismo que São Simão oferece à sociedade e aos empresários que queiram investir na indústria de turismo. Mais que uma destinação turística, a cidade de São Simão está em ponto estratégico na ligação entre o rico e devolvido interior goiano e a região Sudeste, principalmente na integração com as economias mineira e paulista, dispondo de eficiente rede de transportes e oferta abundante de energia elétrica, a instalação da ZPE de São Simão poderá agregar valor à energia elétrica... A instalação da ZPE de São Simão poderá agregar valor à produção de sua grande área de influência, dando competitividade à economia regional e facilitando a comercialização dos produtos agrícolas e pecuários do Centro-Oeste e do Sudeste.

Em síntese, no que respeita ao mérito, adoto integralmente os argumentos que sustentam a proposição. Apenas por questão de técnica Legislativa, a cláusula de revogação deveria estar em um artigo à parte, separadamente em relação à cláusula de vigência da lei. No tocante à revogação do art. 1º da lei 7.792/1989, deve-se mencionar a redação dada pela lei 7.993, de janeiro de 90. Assim sendo, apresento duas Emendas para sanar o problema.

Voto, de acordo com o exposto, recomendando a aprovação do Projeto de Lei do Senado 395/2007

e, mais embaixo, a Emenda vazada nos seguintes termos: “Ficam revogados o art. 1º da lei 8.015, de 07 de abril de 90, e o art. 1º da lei 7.792, de 04 de julho de 89, com a redação dada pela lei 7.993, de 05 em janeiro de 90”. A outra, “acrescente-se o seguinte art. 3º ao Projeto de Lei 395: Art. 3º: ‘Esta lei entra em vigor na data de sua publicação’”. Esse é o Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Parecer favorável do... Ao Projeto, com as Emendas do Relator. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Parabéns à Senadora Lúcia Vânia, parabéns ao Senador Valter Pereira. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Pelo critério que nós já estabelecemos, o próximo Projeto de lei do Senado é de nº. 06, que tem Relator presente. É o Projeto de Lei do Senado, nº. 488, não terminativo, que dispõe sobre a criação da zona de processamento de exportação – ZPE – no Município de Redenção, Estado do Pará. O autor é o Senador Mário Couto e o Relator é o Senador Gim Argello, favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Gim, para proferir o seu Parecer.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Sr. Senador Jonas Pinheiro, trata-se de Projeto de Lei, como V.Exa. colocou, de autoria do nobre Senador Mário Couto, que tem uma preocupação grande com o seu Estado, tendo em vista que ele apresentou até mais um Projeto nesse sentido. Esse exatamente é sobre o Município de Redenção, do Pará. Como fez o nobre Senador Valter Pereira, eu vou pedir licença a todos para ir direto à análise do Parecer: “O PLC nº. 488/2007 está de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial ao artigo 43, que trata da redução das desigualdades regionais. Ademais, não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional. A Lei nº. 11.508, de 20 julho de 2007, em seu art. 1º, autoriza o Poder Executivo a criar zonas de processamento e exportação, com a finalidade de reduzir desequilíbrios regionais, bem como fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica do desenvolvimento social do país. A atualização do marco regulatório das ZPEs leva em conta, portanto, a importância que essas áreas aduaneiras especiais podem ter na redução das desigualdades regionais, tão marcadamente acentuadas no processo de desenvolvimento brasileiro.

Redenção é um Município pólo da região de integração do Araguaia, composta por mais de 14 Municí-

pios, com população total de mais de 365 mil habitantes; a região tem índice de desenvolvimento humano, IDH, de 0,74, com destaque para Redenção, cujo índice é de 0,74. A região de integração do Araguaia é conhecida pela atividade pecuária, praticada de forma extensiva em grandes propriedades. A região também é grande produtora de grãos, em especial de soja, cuja produtividade é superior à média nacional.

Embora a cadeia produtiva de corte e a leiteira seja responsável por gerar grande quantidade de empregos, o Município de Redenção, e a região de integração do Araguaia, como um todo, carece de instrumentos capazes de fomentar o seu desenvolvimento sustentável. É necessário proporcionar a expansão e a diversificação da produção de pecuária de corte e leiteira, promovendo-se também investimento nos seus subprodutos e derivados, a exemplo, o seguimento de couro, frigorífico, laticínio e calçados, a fim de aumentar a renda e o emprego dos Municípios do sul paraense.

A Lei nº. 11.508/2007 prevê prioridade para as propostas de criação de ZPEs localizadas em áreas geográficas privilegiadas para exportação, o que significa meio de acesso aos seus consumidores e facilidade de escoamento da produção. Vale destacar que o sul do Pará apresenta posição estratégica para comercialização e distribuição da produção das Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, e também para o exterior, pois, é servido por várias rodovias, inclusive, a PA-150. Como mencionado na justificação do Projeto, a PA-150 é considerada a estrada-tronco do Pará porque forma o importante eixo de integração entre outras rodovias, como a BR-153, na divisa do Estado de Tocantins; a BR-222, no entroncamento com a BR-10, a Belém-Brasília; a BR-158, Redenção a Santana do Araguaia, na divisa com o Estado do Mato Grosso.

Portanto, Sr. Presidente, o Município de Redenção possui as condições necessárias para abrigar uma Zona de Processamento e Exportação. Segue o voto. Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 488/2007”.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado, Senador. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. E passamos à votação do Projeto de lei do Senado 488, com o Parecer favorável ao Projeto. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Parabéns ao Senador Mário Couto e ao Senador Gim, como Relator. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos passar, agora, aos Projetos de Lei que já têm escolhidos os Relatores *ad hoc*, em substituição ao Relator original. E o primeiro que nós vamos analisar

é o item nº. 01. O nº. 01 é Projeto de Lei do Senado de nº. 351, não terminativo, “que dispõe sobre a criação da Zona de Processamento e Exportação, ZPE, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia”. Autoria é do Senador líder, Valdir Raupp, que tinha como Relator o Senador João Pedro, mas que funciona, nesse instante, como Relator *ad hoc*, o Senador Valter Pereira, que dá o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Valter para proferir o seu Parecer.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Senhor Presidente, não há muita diferença entre esse Projeto e os demais, que nós já apreciamos, dessa mesma natureza. De sorte que eu vou resumir o meu Parecer nos seguintes termos: Dois reparos em relação à técnica legislativa do PLS sob análise; no art. 2º, seria aconselhável mencionar que o artigo 1º da lei 7992, de 04 de julho de 89, tem sua redação dada pela lei 7993, de janeiro de 90. Outra observação refere-se ao fato de que a cláusula da vigência deveria constar em um artigo separado. Para corrigir tal falha, sugiro que seja acrescentado um artigo, o 3º, ao PLS 351/2007, contendo a cláusula de vigência.

Diante do exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei 351, com as seguintes Emendas: “Dê-se ao artigo 2º do PLS nº. 351, a seguinte redação: ‘Ficam revogados o art. 1º da Lei nº. 8015, de 07 de abril de 90, e o art. 1º da lei 7992, de 06 de julho de 89, com a redação dada pela lei 7993, de 05 de janeiro de 90. Acrescente-se, ainda, o art. 3º ao Projeto de Lei do Senado 351/2007, com a seguinte redação: Essa lei entra em vigor na data de sua publicação’”.

É esse o nosso Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Passamos à votação do Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas do Relator. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Pelo que foi combinado, nós vamos, agora, para o item nº. 02, Projeto de Lei do Senado nº. 379, não terminativo, “que dispõe sobre a criação de zona de processamento e exportação – ZPE – no Município de Picos, Estado do Piauí”. O autor é o Senador João Vicente Claudino e o Relator é Senador Inácio Arruda, que passa para o Senador José Nery. O Projeto... O Parecer é favorável ao Projeto, com as Emendas que apresenta.

Concedo, portanto, a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador José Nery, para proferir o seu Parecer.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Senhor Presidente, Senador Jonas Pinheiro, Senadores Gim

Argello e Valter Pereira, o Projeto de autoria do Senador João Vicente Claudino propõe a criação de zona de processamento e exportação, no Município de Picos, no Estado de Piauí. Como de resto, quase todas as proposições aqui apresentadas na data de hoje tratam da criação de zona de processamento e exportação. Da análise, Sr. Presidente: “O PLS nº. 379/2007 está de acordo com os ditames da Constituição, em especial ao art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. Além disso, a proposta não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional”.

O art. da Lei nº. 11508/2007, por sua vez, determina que o Conselho Nacional das Zonas de Processamento e Exportação analisará as propostas de criação das ZPEs e dará prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para exportação. Neste sentido, é preciso avaliar as possibilidades de escoamento da produção de uma futura ZPE, já que a lei 11.508/2007 estabelece a concessão de prioridades para a criação de ZPE localizada em área geográfica com fácil acesso ao mercado externo.

Segundo o autor da proposta, que ora analiso, “Picos é um importante entroncamento rodoviário do Nordeste, ligando o Piauí ao Maranhão; a Bahia ao Ceará e a Pernambuco”. É importante lembrar que esses dois últimos Estados abrigam respectivamente os postos de PC e Suape, por onde a produção de uma futura ZPE de Picos poderá ser exportada.

O município de Picos possui diversas potencialidades econômicas, tais como apicultura, a cajucultura, ovinocapicultura, a piscicultura. A atração de novas empresas para esses setores, possibilitada pela presença de uma ZPE, contribuirá para adicionar valor à produção local e para aumentar as exportações municipais, com impacto não só no Município de Picos, mas em toda a área de sua influência, o que acabaria por beneficiar o Piauí como um todo. Além disso, o Município dispõe de mão-de-obra qualificada para abastecer as empresas que venham a se instalar em sua futura ZPE, já que é contra com *Campi* Universitários Federal, Estadual e Particulares, e também como Centro Federal de Educação Tecnológica CEFET.

Tenho apenas dois reparos a fazer, em relação à técnica legislativa do PLS sob análise: No art. 2º, seria aconselhável mencionar que o art. 1º da lei 7998, de 04 de julho de 89, tendo sua redação dada pela lei 7993, de 05 de janeiro de 1990.

Do voto. Portanto, Sr. Presidente, para corrigir essa falha, diante do exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 379/2007, com as seguintes Emendas: “Dê-se ao art. 2º do Projeto de lei do

Senado 379/2007, a seguinte redação: 'Ficam revogados os arts. 1º da lei 8.015, de 07 de abril de 1990, e o art. 1º da lei de 7.792, de 04 de julho de 1989, com a redação dada 7.993, de 05 de janeiro de 1990. Acrescente-se ao artigo 3º do Projeto de Lei do Senado nº. 379/2007, o art. 3º – Essa lei entra em vigor na data de sua publicação'. É o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Passamos, agora, à votação do Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas do Relator. Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

E, como o último item em condições de ser votado pelo concordo que nós fizemos em Plenário, com o Plenário, nós passamos para o item 10 da Pauta, que é o Projeto de Lei do Senado, não terminativo, "que dispõe sobre a criação da Zona de Processamento e Exportação – ZPE, da cidade de Brasília, Distrito Federal", cuja autoria é do Senador Gim Argello e o Relator *ad hoc* é o Senador José Nery, em substituição ao Senador José Maranhão, que é favorável ao Projeto, com as Emendas que apresenta. Concedo a palavra, com muito prazer, ao Senador José Nery, para proferir o seu Parecer.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Senhor Presidente, com satisfação, apresento o relatório ao nosso voto no Projeto de Lei do Senador Gim Argello, do Distrito Federal, aqui presente, "que dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação, na cidade de Brasília, Distrito Federal". Vou considerar o conjunto do relatório feito, algumas informações importantes sobre a proposta, no que diz respeito à importância estratégica de Brasília e a proposição da criação de Zona de Processamento de Exportação.

Vou direto à análise, Sr. Presidente. "O PLS nº. 508/2007 está de acordo com a Constituição Federal, em especial com o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. Ademais, a proposta não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional. A cidade de Brasília, devido ao fato de abrigar os três Poderes da República, atrai pessoas provenientes de todas as regiões brasileiras, que vêm em busca de melhores oportunidades de empregos e fazem da taxa de desemprego no Distrito Federal a segunda mais alta do país. Apesar de os setores governamentais, Federal e Distrital, gerarem milhares de empregos, a necessidade de novos postos de trabalho torna-se crescente, com ingresso, a cada ano, de grande número de jovens no mercado de trabalho.

A criação de uma Zona de Processamento de Exportação em Brasília daria o impulso necessário à instalação de novas indústrias, especialmente nos seguimentos que envolvem alta tecnologia, como é o caso dos setores de informática, biotecnologia, telecomunicações e eletroeletrônica, vocação natural da capital federal. A lei 11.508/2007 prevê prioridade para as propostas de criação de ZPEs localizadas em área geográficas privilegiadas para a exportação, o que se significa acesso aos centros consumidores e facilidade ao escoamento da produção. Brasília, devido à sua localização central, apresenta posições geográficas estratégicas para instalação de uma ZPE, ficando equidistante das mais importantes cidades brasileiras.

Além de sua localização privilegiada, a cidade é bem servida por vias de acesso como as rodovias federais BR-040 e BR-153, que fazem interligação do Distrito Federal com... Aos diversos pontos do país. O Aeroporto Internacional de Brasília é o terceiro em movimentação de passageiros e aeronaves e serve de ponto de conexões para destinos em todo o Brasil. E acrescentaria... E ao exterior, a todo mundo. A criação de uma zona de processamento de exportações, em Brasília, portanto, beneficiaria não somente sua área central, mas também toda a região do entorno, que mantém com a capital relação de dependência econômica bastante acentuada.

Como no Projeto anterior, Sr. Presidente, em termos de adequação à técnica legislativa, proponho, então... Opinamos, então, pela aprovação do Projeto de lei, com duas Emendas, apenas para adequar à boa técnica legislativa. "Dê-se ao art. 2º da lei nº. 11.508/2007 a seguinte redação: Art. 2º: 'Ficam revogados os art. 1º da lei 8.015, de 07 de abril de 1990, e o artigo 1º da lei 7.792, de 04 de julho de 89, com a redação dada pela Lei nº. 7993, de 05 de janeiro de 1990'. Art. 3º. Acrescente-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado 508/2007: 'Essa lei entra em vigor na data de sua publicação'".

É o nosso voto, Sr. Presidente, nesse presente relatório, que trata da criação de Zona de Processamento de Exportação em Brasília, e parabenizando o autor da proposta, Senador Gim Argello, que se encontra aqui presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Em discussão a matéria.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Senhor Presidente—

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com a palavra, o autor da proposta, Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Eu gostaria, primeiramente, de agradecer a V.Exa., ao Senador

José Nery também, por tão bem feito relatório, e essa observação que colocou aqui, e que fez algumas anotações, a gente colaborar, é só para poder intensificar que ele fez muito bem em colocar que os destinos do Aeroporto de Brasília, para o Brasil e para o exterior e para todo o mundo, que colocou, e observar também que, nas rodovias de acesso ao Distrito Federal, além da BR-040, a BR-153, temos a BR-020, 060, como bem me lembrou o Senador José Nery, e o acesso ferroviário, que Brasília é cabeça de rede também, então, nós temos acesso ferroviário. Então, tudo isso facilitando e muito, para que a gente possa ter as condições de exportação, que uma ZPE necessita.

Então, só lembrando também, é muito importante essa lembrança que o Senador José Nery me fez também, de colocar que Brasília, nós temos aqui mais de 70... Entre universidades e faculdades, que se formam milhares de jovens em 3º grau, na área de tecnologia da informação. Então, é agradecendo esse relatório muito bem feito pelo Senador José Nery, e agradecendo a V.Exa.. Seria esse o motivo da minha discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. E passamos à votação do Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas do Relator. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

E quero aqui, portanto, louvar o autor da matéria, Senador Gim Argello, o Relator *ad hoc*, Senador José Nery, e, com isso, queremos também transmitir os nossos parabéns à população de Brasília, às autoridades de Brasília, por ganharem mais essa importante ação, que é a Zona de Processamento de Exportação.

Aprovada a matéria, vai à Comissão de Assuntos Econômicos. Parabéns aos propositores. As demais matérias ficam transferidas para a próxima Reunião. E, com isso, nós damos por encerrada a Sessão de hoje, com os nossos agradecimentos.

Sessão encerrada às 12h26.

Ata da 26ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de outubro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e sete, na sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores, João Pedro, João Vicente Claudino, Gim

Argello, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Marco Maciel, Antônio Carlos Valadares, José Nery, Valdir Raupp, Jayme Campos, Flexa Ribeiro e das Senhoras Senadoras Patrícia Saboya, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano e Kátia Abreu. Comparece ainda o Senhor Senador Arthur Virgílio, que não compõe esta comissão. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 25ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. A Presidenta convida os Senhores Senadores a participarem do 35º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens e Exposição de Turismo – A Feira das Américas (ABAV 2007), a realizar-se em 24 de Outubro de 2007, no Rio de Janeiro. Ato contínuo, a Presidenta esclarece que a presente reunião tem como finalidade a apreciação de Projetos de Lei. **Item nº 1:** Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Alta Floresta, no Estado do Mato Grosso.”, de autoria do Senador Jayme Campos, que tem como Relator o Senador João Vicente, que oferece parecer Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o parecer favorável ao Projeto. **Item nº 2:** Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas.”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que tem como relator o Senador Cícero Lucena, que oferece parecer Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o parecer Favorável ao Projeto. **Item nº 8:** Projeto de Lei do Senado nº 457, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que tem como relatora a Senadora Marisa Serrano, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador Cícero Lucena, que oferece parecer favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o parecer Favorável ao Projeto. **Item nº 7:** Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2007, não terminativo, que “Altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para reduzir os encargos financeiros dos financiamentos concedidos.”, de autoria do Senador Expedito Júnior, que tem como relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta. OBS: Em reunião realizada no dia 11/10/07, foi concedida vista do Projeto ao Senador Valter Pereira. **Resultado:** Apro-

vado o parecer Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 01 – CDR. **Item nº 3:** Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tucuruí, Estado do Pará.”, de autoria do Senador Mário Couto, que tem como relator o Senador João Pedro, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador Jayme Campos, que oferece parecer Favorável ao Projeto. *Resultado:* Aprovado o parecer Favorável ao Projeto. **Item nº 5:** Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul.”, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que tem como relatora a Senadora Fátima Cleide, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer Favorável ao projeto. *Resultado:* Aprovado o parecer Favorável ao Projeto. **Item nº 9:** Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2007, não terminativo, “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul” de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que tem como relatora a Senadora Rosalba Ciarlini, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador Cícero Lucena, que oferece parecer Favorável ao Projeto com as emendas que apresenta. *Resultado:* Aprovado o parecer Favorável ao Projeto com as Emendas nº 01-CDR e nº 02-CDR. O Senador. O Senhor Senador Cícero Lucena pede a retirada de pauta do Item nº 06, do qual é relator. **Item nº 4:** Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Breves, Estado do Pará.”, de autoria do Senador Mário Couto, que tem como relator o Senador Valter Pereira, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador Gim Argello, que oferece parecer Favorável ao projeto. *Resultado:* Aprovado o parecer Favorável ao Projeto. **Item nº 10:** Projeto de Lei do Senado nº 529, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Gurupi, no Estado do Tocantins.”, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que tem como relatora a Senadora Marisa Serrano, que oferece parecer Favorável ao projeto, com as emendas que apresenta. *Resultado:* Aprovado o parecer Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores João Vicente Claudino, Jayme Campos, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Garibaldi Alves Filho, Antônio Carlos Valadares, Gim Argello, e a Senhora Senadora Marisa Serrano. O item nº 11 da pauta, PLS nº 69 de 2007 – Terminativo, foi adiado para a próxima reunião. Nada mais havendo

a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Havendo número regimental declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 25ª Reunião da Comissão. Srs. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se acham. A Ata está aprovada e será publicada do Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída a presente reunião destina-se à apreciação de Projetos de Lei. Antes de iniciarmos os trabalhos eu gostaria de comunicar os Srs. Parlamentares o 35º Congresso Brasileiro de Agência de viagem e exposição de turismo. A Feira das Américas deste ano. ABAV Nacional está convidando os Srs. Parlamentares que compõem essa Comissão para a abertura a se realizar às 11h do dia 24 de outubro de 2007. Aqueles que desejarem participar... no Rio de Janeiro. Aqueles que desejarem participar o convite se encontra na Secretaria.

Item nº. 01 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 441/2007. Não terminativo. Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação, ZPE, no Município de Alta Floresta no Estado de Mato Grosso. Autoria do Senador Jayme Campos. Relator, Senador João Vicente Claudino. Parecer favorável ao projeto. Concedo a palavra ao Senador João Vicente Claudino para proferir o seu Parecer.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a exame dessa Comissão Projeto de Lei do Senado 441 de autoria do Senador Jayme Campos que dispõe sobre a criação da ZPE do Município de Alta Floresta no Mato Grosso. Município de Alta Floresta indicado para abrir uma ZPE por possuir importante atividade agrícola e pecuária, atualmente também constitui o centro comercial da microrregião do norte do Estado. Alta Floresta representará um estímulo importante para o desenvolvimento municipal de todo o norte do Estado

Com relação ao mérito, julgamos pertinente a medida proposta no projeto em função da necessidade de se desenvolver Mato Grosso neste contexto. É de todo oportuno a iniciativa do projeto. A instalação

de ZPE no Município de Alta Floresta trará enormes benefícios em termos de atração de investimentos, geração de emprego e renda para essa cidade e para o Estado do Mato Grosso. Com isso será possível o desenvolvimento do setor industrial, fortalecimento do comércio, contribuindo com a geração de empregos e aumento da renda nestes locais. Então o meu voto é pela aprovação da Lei do Senado nº. 441.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Jayme Campos. Autor da matéria.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr^a. Presidente, Senadora Lúcia Vânia, ilustre Senador João Claudino, Relator da matéria em pauta, meu caro amigo Senador Cícero Lucena, demais Senadores e Senadoras, eu quero antes de mais nada agradecer ao ilustre Senador João Claudino por ter relatado de forma favorável o nosso projeto. E reiterar aqui, Sr^a. Presidente, da importância que representa para o Brasil, mas, sobretudo, para o meu Estado do Mato Grosso, esse projeto que certamente nós buscaremos através da criação destas Zonas de Processamento de Exportação com os desequilíbrios Inter-regionais que lamentavelmente várias regiões do País a cada dia que passa está se empobrecendo. Notadamente essa região do meu Estado do Mato Grosso, que é a região norte do Estado, que o Governo Federal na década de 1970 incentivou milhares de brasileiros que fosse ali implantar uma nova civilização moderna em plena selva amazônica. Entretanto, no decorrer do tempo, ilustre Presidenta Lúcia Vânia, essas mesmas populações que o Governo Federal incentivou foi abandonado. Ficaram a mercê de políticas públicas que certamente não só podemos buscar o desenvolvimento equilibrado e sustentável, mas acima de tudo políticas públicas que pudéssemos dar melhores dias e qualidade de vida àquela população.

Desta feita eu entendo da importância que representa a aprovação nesta Comissão através do parecer favorável do ilustre Senador João Claudino para que uma região rica não só no que se refere à questão agrícola, a questão da madeira, os recursos minerais nós estaremos buscando efetivamente o seu desenvolvimento de forma equilibrada e de forma sustentável. Aquilo ali nós temos um grande rebanho bovino, temos ali um subsolo rico, e acima de tudo nós temos gente rica, trabalhadora, que precisa certamente ser vista de outra forma, não como tem sido vista nos últimos tempos através de uma política perversa que lamentavelmente o Governo Federal tem feito em relação àquela região no nosso Estado. De maneira, meu caro Senador João Claudino, em nome do povo mato-grossense, sobretudo dos brasileiros que mo-

ram naquela vasta e rica região do meu Estado, eu agradeço a confiança, sobretudo o voto favorável que V.Ex^a deu para que nós pudéssemos, se possível, o mais rápido possível, implantarmos ali aquela zona de processamento que certamente nós estaremos dando oportunidade e fazendo justiça social como é o sonho de todos nós brasileiros que possamos com certeza ter um dia um Brasil com mais justiça, com mais geração de emprego e uma melhor distribuição de renda. De forma, Sr^a. Presidente, essas são minhas palavras e agradeço o parecer do querido Senador João Claudino. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em votação... Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco em votação. Parecer favorável. Srs e Sr^{as}. Senadoras que concordam permaneçam como se acham. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item nº. 02 da pauta. Projeto de Lei do Senado 458/2007. Não terminativo. Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas. Autoria, Senador Arthur Virgílio. Relator, Senador Cícero Lucena. Parecer favorável ao projeto. Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena para proferir o seu Relatório. Seu parecer.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr^a. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, eu acho que esse Relatório pra mim foi muito fácil emitir porque no Brasil se tem uma zona de processamento nos modelos de zona de processamento é exatamente Manaus. E o Senador Arthur Virgílio com a sua sensibilidade, o seu compromisso com o desenvolvimento da região apresentou exatamente esse projeto por acreditar que irá ajudar a desenvolver a Região Amazônica no seu compromisso maior que vem fazendo da questão da preservação. Então eu vou direto ao voto, exatamente compreendendo da importância de uma zona de processamento na região da Amazônia, em particular na cidade de Tabatinga nesse projeto do Senador Arthur Virgílio e o meu voto é... Já verificada toda a documentação e diante o exposto que foi anteriormente distribuído com os Srs. Senadores opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 458/2007. Agora eu pediria, Sr^a. Presidente, de que houvesse uma... Um compromisso que tem essa Comissão da busca do desenvolvimento, que houvesse uma conversa com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para que... que lá seria terminativo, esse projeto não é terminativo, para que a gente pudesse agilizar a votação daquilo que aqui nós estamos decidindo pela implantação de zonas de processamento no nosso País. É o voto, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, autor do projeto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr^a. Presidente, eu agradeço antes de mais nada muitíssimo ao prezado companheiro e amigo Senador Cícero Lucena pela forma concisa e competentes com que relatou o projeto que revela a minha intenção de dar um instrumento de desenvolvimento a uma região estratégica do ponto de vista militar, do ponto de vista ambiental e até faria muita ênfase ao ponto de vista da segurança mesmo. É a região da tríplice fronteira, Brasil-Peru-Colômbia, lá existe uma base militar bastante sólida, por lá passam problemas gravíssimos envolvendo tráfico de drogas e de armas, lá existe uma vigilância bastante incisiva da Polícia Federal, ou seja, é uma região belíssima, com potencialidades econômicas absolutamente magníficas, porém uma região problemática que merece atenção do Poder Público. Tabatinga a meu ver se insere muito bem no quadro daquelas áreas que mereceriam ter nos seus limites funcionando uma zona de processamento de exportações com o aproveitamento de matérias-primas da região. Eu aproveitaria para solicitar a V.Ex^a que se pudesse me atender nisso, transformar o Senador Cícero Lucena em Relator ad hoc de outro projeto meu que é um projeto casado, envolvendo o sonho do Município de Itacoatiara no Amazonas, de ter também a sua ZPE. Município de Itacoatiara, eu me baseei no projeto do Deputado Estadual Nelson Azedo, e participei de consultas públicas na Assembléia Legislativa do Estado e me decidi por apresentar esse projeto, Itacoatiara está perto de Manaus, é uma zona de enorme potencial do ponto de vista da biodiversidade, lá tem uma riqueza mineralógica fantástica, silvinita. A silvinita bem explorada pode significar emprego e redenção econômica para o Município que já foi o maior do interior do Estado do Amazonas e hoje vem perdendo população, segundo o Censo do IBGE, porque tem perdido dinamismo econômico. É uma reivindicação do Prefeito Mamoud Amed, é uma reivindicação de todas as forças políticas que eu vi unidas independentemente da eleição municipal que se avizinha, porque que estava em jogo o interesse maior do Estado.

Eu queria fazer uma última ressalva, quando agradeço novamente a lucidez do Senador Cícero Lucena ao propor o entendimento com a Comissão de Assuntos Econômicos eu devo dizer que mantenho a minha posição de na regulamentação que faremos, que o Governo Federal fará e na Medida Provisória que sairá da Comissão de Assuntos Econômicos como sugestão para o Presidente da República regulamentar a questão das ZPEs, nós temos três preocupações.

Uma preocupação com o parque industrial tradicional brasileiro. Uma outra preocupação com o pólo industrial de Manaus. Uma outra preocupação com o pólo brasileiro de informática. Ou seja, eu gostaria muito de ver a regulamentação estabelecendo a interdição de bi-incentivação.

Resumindo, quem tem incentivo, o produto que é incentivado não caberia ser incentivado outra vez. Não haveria uma certa canibalização do esforço de determinadas regiões e determinados setores estariam fazendo. Assim como eu também imagino que deveríamos trabalhar a idéia nas zonas de processamento de exportação de algum processo produtivo básico como exigem das indústrias de informática brasileiras situadas basicamente no centro-sul do País e como exigem das indústrias do pólo industrial de Manaus. Porque sem o processo produtivo básico, fica difícil se garantir a agregação de emprego, de valor econômico. Pode isso acabar aqui ou acolá a montagem de produtos chineses, digamos para competir com empresas brasileiras naquela parte que poderia ser destinado ao mercado nacional. Tenho, portanto, essas ressalvas a fazer, mas confio muito no equilíbrio do Senado, das Comissões do Senado, tenho muita confiança na capacidade de Senadores de todos os estados compreenderem o Brasil como um todo. Eu próprio que tenho meus cuidados até porque o meu Estado depende da Zona Franca de Manaus em 93% dos seus resultados, mas eu quero as ZPEs, eu quero o modelo que não prejudique o que se constrói no meu Estado. Eu não quero a canibalização, mas eu quero as ZPEs. Por isso inclusive que estou e queria ressaltar que não tenho nenhuma incoerência entre uma posição e outra, por isso estou pedindo ZPEs para regiões importantes do meu Estado. Alguém podia dizer: "Puxa, mas..." Eu volto a dizer: Há incoerência? Não há incoerência. Até porque Itacoatiara seria basicamente a silvinita, e sempre há biodiversidade. Biodiversidade só tem lá, não tem noutro lugar. Só tem na Região Amazônica, não só no Amazonas, mas na Região Amazônica como um todo. Tabatinga é uma região excepcional já começando pelo fato de que está na tríplice fronteira e está ali junto de áreas nevrálgicas ligadas ao tráfico de drogas e de armas. E também é riquíssimo em recursos naturais, é riquíssimo em biodiversidade. É pólo aglutinador, Tabatinga é um município pólo aglutinador tanto quanto Itacoatiara o é de Municípios a sua volta. E, portanto, justifica-se a meu ver essa proposta como se justifica o voto que eu volto a agradecer do Senador Cícero Lucena que revela sempre a sua lealdade, mas revela acima de qualquer coisa a sua lucidez, de homem público testado, administrador experiente, Parlamentar acatado por todos nós. Eu agradeço muito a V.Ex^a

pela atenção que dá a estes dois projetos e a Casa por estar recebendo bem duas iniciativas que visam a dinamizar regiões que estão minguando, estupidamente minguando. Muito obrigado, Sr^a. Presidente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr^a. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Eu quero só fazer um adendo também preocupado que estou na medida que vai ser editada uma Medida Provisória em relação à criação da ZPE. Chegou a meu conhecimento, Senador Arthur Virgílio, demais Senadores, de que o Governo Federal, através de uma proposta do Poder Executivo quer que este assunto, ou seja, esta matéria seja encaminhada diretamente para a Receita Federal. Existe o Conselho de Desenvolvimento, tanto nos Estados como no Governo Federal que nós não podemos permitir, Senador Arthur Virgílio, V.Ex^a que é conhecedor profundo do assunto, permitir que o cidadão que queira, ou seja, interessa implantar sua empresa, sua indústria na ZPE seja diretamente já vinculado ao Ministério da Fazenda, sobretudo à Receita Federal na medida que nós temos um Conselho de Desenvolvimento para naturalmente fazer essas políticas de desenvolvimento. Caso contrário, a preocupação minha é que daqui a pouco vão incentivar apenas para os grandes centros, São Paulo, Rio, Minas, e nós Estados mais distantes dos grandes centros consumidores sejamos prejudicados. De maneira que eu faço um alento aqui chamo atenção dos demais Senadores desta minha preocupação. Caso contrário, Senador Cícero, Senador João Claudino, nunca nós teremos oportunidade de implantação das ZPEs. Nós que somos de Estados mais distantes dos grandes centros consumidores, na medida em que o cidadão, o empresário interessado quando for à Receita Federal com certeza ele vai ser induzido para ir para os grandes centros. Neste caso, eu defendo literalmente que tem que ser passado para os conselhos de desenvolvimento. Não só estaduais, mas, sobretudo aqui no Conselho de Desenvolvimento Federal. É um alento e chamo atenção dos senhores preocupar instrumento de desenvolvimento. Caso contrário, nunca nós conseguiremos. Não vamos conseguir nunca, Senadora Lúcia Vânia. Ter nossas zonas de processamento de exportação. Já estão aqui, o Ministro Guido Mantega defendendo essa tese. E agora é o momento, enquanto estão implantando agora, vai ser editada a Medida Provisória, nós temos o que lá no Senado Federal, lá no Congresso Nacional nós não aceitamos em hipótese alguma que o Governo Federal nos empurre go-

ela a baixo da medida que eles querem que Medida Provisória seja aprovada. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço Senador Jayme Campos e quero dizer aos Srs. Parlamentares que nós já fizemos aqui... Nós já fizemos aqui, Senador, o Requerimento solicitando a presença do Ministro como Presidente do Conselho. Para estar aqui. Nós vamos acelerar isso, uma vez que estamos acelerando também hoje a votação de todos projetos de ZPEs que chegaram à Comissão para sentar e definir como é que nós vamos agir estrategicamente uma vez que o Governo acena com a possibilidade agora de implementação das ZPEs. E tendo esses projetos já aprovados, eu acho que facilita, são vários Estados que estão aqui representados, facilita para que a gente possa estabelecer uma estratégia para que seja atendido esses pleitos dos Srs. Parlamentares. Ao mesmo tempo vamos marcar com urgência a presença do Presidente do Conselho aqui que é o Ministro de Desenvolvimento Econômico. Devemos marcar antes mesmo, se for possível qualquer data que ele puder nessa semana eu acho que seria interessante para que a gente estabeleça essa estratégia.

Portanto, não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o projeto. Srs. e Sr^{as}. Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Projeto de Lei do Senado nº. 457/2007 não terminativo. Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Itacoatiara no Estado do Amazonas. Autoria, Senador Arthur Virgílio. Relatora, Senadora Marisa Serrano. Parecer favorável ao projeto. Uma vez que a Senadora Marisa Serrano não está presente, pediria ao Senador Cícero Lucena que fosse o Relator ad hoc dessa matéria. Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena para proferir o Relatório.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com muito prazer, Sr^a. Presidente, até porque o nobre Senador Arthur Virgílio já na sua fala anterior ele justificou da importância dessa ZPE estrategicamente falando para o desenvolvimento, questão de segurança da região, então eu fico muito à vontade, além de que a Senadora Marisa Serrano também apresentou no seu Relatório como análise o voto favorável. Então em função disso e procurando ser bastante objetivo, porque ninguém melhor do que o Senador Arthur Virgílio para defender o Estado de Amazonas e defender aquela região, então o voto é verificar toda a documentação em função de já ter sido distribuída anteriormente o

Relatório, pela aprovação do PLS 457/2007. Esse é o voto, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. e Sr^{as}. Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item nº. 07 da pauta. Projeto de Lei do Senado 362/2007 não terminativo. Altera o art. 1º da Lei nº. 10.177 de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações dos recursos de fundos constitucionais, financiamento do norte, do nordeste e centro-oeste para reduzir os encargos financeiros dos financiamentos concedidos. A autoria, Senador Expedito Júnior, Relator Senador Garibaldi Alves Filho. Parecer favorável ao projeto com as Emendas que apresenta. Observações. Em reunião realizada em 11 de outubro de 2007 foi concedida vistas do projeto ao Sr. Senador Valter Pereira que até o momento não se manifestou. Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho para proferir... Se o senhor quiser fazer uma...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É o seguinte, Sr^a. Presidente. Na verdade, como o Senador Valter Pereira devolveu e não fez nenhuma Emenda, nem apresentou nenhuma consideração, eu, da minha parte, eu não tenho nada mais a acrescentar. Já fiz a leitura do Parecer então não tenho mais nada a acrescentar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Em votação o Parecer favorável ao projeto com a Emenda do Relator. Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovada. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item nº. 03 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 489/2007, não terminativo. Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação, ZPE no Município de Tucuruí no Estado do Pará. Autoria, Senador Mário Couto. Relator, Senador João Pedro. Parecer favorável ao projeto. Não estando presente o Senador João Pedro, pediria ao Senador... Senador Jayme Campos que relatasse como Relator ad hoc essa matéria. Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir o seu Relatório.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr^a. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. O Parecer do Relator do Senador João Pedro é o seguinte. O PLS nº. 489/2007 está de acordo com os ditamos da Constituição Federal, em especial o art. 43 que trata da redução das desigualdades regionais. Além disso, a proposta não fere a ordem jurídica vigente e está em

conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional. O PLS também atende as normas para elaboração e alterações das leis previstas a Lei Complementar nº. 95/98. A Zona de Processamento de Exportação são importante instrumento para fomentar o crescimento econômico de áreas menos desenvolvidas no Brasil. O Município de Tucuruí e o Estado do Pará se enquadram nesses critérios. Reduzir as diferenças regionais é de suma importância para o Brasil, sendo um preceito constitucional. As ZPEs podem contribuir para isso, já que os Estados menos desenvolvidos que abrigarem poderão contar com forte poder de atração de empresas devido às facilidades cambiais, tributárias e administrativas presentes nessas áreas aduaneiras especiais. Tucuruí, com cerca de 82 mil habitantes é um importante Município paraense. O Município já possui uma tradição exportadora. Existe a extração de madeira de lei que é exportada para diversos pontos do mundo, como a Europa, América do Norte, Ásia e África. No setor secundário, o setor industrial cresceu aceleradamente em consequência da usina hidrelétrica de Tucuruí, responsável pela oferta de energia. Foram abertas duas fábricas de compensados que geram aproximadamente uma centena de emprego e duas usinas de laticínios para beneficiamento de leis que juntas industrializam um milhão de litros anuais. Existem vários estabelecimentos da indústria alimentícia e algumas empresas do setor moveleiro. Mesmo com avanço da estrutura industrial do Município ele menos desenvolvido que município de menos porte localizados em Estados mais desenvolvidos da federação.

Desse modo, é desejável a continuidade da dinamização da economia de Tucuruí. Uma boa política para isso seria a verticalização da produção, ou seja, a atração de empresas que pudessem industrializar as matérias-primas locais. O que geraria empregos, aumentaria a renda local. Uma ZPE em Tucuruí contribuiria para que essa alternativa se torne realidade. É necessário observar também que a Lei 11.508 de 20 de julho de 2007 que atualizou o marco regulatório da Zona de Processamento de Exportação estabelece a concessão de prioridades para a criação de ZPE localizada em área geográfica com fácil acesso do mercado externo. Nesse sentido é preciso avaliar as possibilidades de escoamento da produção de uma futura ZPE localizada no Tucuruí. Embora esteja localizada em plena Amazônia, o acesso ao Município de Tucuruí é fácil. Todos os dias há vôos partindo de Belém e de Marabá para o Município. O aeroporto da cidade tem uma pista de 2000m de comprimento e 45m de largura. Permitindo pouso e a decolagem de aeronaves de pequeno e grande porte. Há também acesso rodoviário ao Município pelas rodovias PA-150

e PA-263, sendo que a cidade está localizada a 356 quilômetros de Belém. Além disso a navegação pelo Rio Tocantins que a sua jusante a barragem do Tucuruí no Estado do Pará, no trecho que se estende desde a sopé dessa barragem até a sua foz numa extensão de 250 quilômetros é navegável. Desse modo não haveria problemas com escoamento da produção local para o mercado externo.

Voto. Diante o exposto, Sr. Presidente, opino pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 489/2007. Esse é o parecer e o voto favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em votação a matéria. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação. Srs. e Sr^{as}. Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item nº. 05. Projeto de Lei do Senado nº. 491/2007, não terminativo. Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul. Autoria, Senadora Marisa Serrano. Relatora, Senadora Fátima Cleide. Parecer favorável ao projeto. Não estando presente a Senadora Fátima Cleide, pediria ao Senador Valadares que fosse um Relator ad hoc nesse projeto. Concedo a palavra ao Senador Valadares para que ele possa proferir o seu Parecer.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr^a. Presidente, para mim é um prazer muito grande fazer o papel de Relator ad hoc neste projeto de autoria da Senadora Marisa Serrano, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Ponta Porã no Estado de Mato Grosso. Passemos à análise.

O PLS nº. 491/2007 está de acordo com os ditames da Constituição Federal em especial o art. 43 que trata da redução das desigualdades regionais. Além disso a proposta não fere a ordem jurídica vigente. Atende as normas para elaboração e alteração das leis prevista na Lei Complementar nº. 95/98 está em conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional. A criação de Zonas de Processamento de Exportação tem se revelado instrumento propulsor do comércio internacional em vários países. A China onde foram criadas a partir do final da década de 70, do século passado centenas dessas áreas de livre comércio obtiveram saltos espetaculares nas vendas para o exterior. A Lei nº. 11.508 de 20 de julho de 2007 atualizou o marco legal para as ZPEs antes reguladas pelo Decreto-Lei nº. 2.452 de 29 de julho de 1988, gerando as condições para que florisse entre nós esse instrumento comprovado de desenvolvimento regional e nacional. O Município de Ponta Porã onde está

previsto a criação da ZPE situa-se a oeste do Estado de Mato Grosso do Sul, formando uma conurbação internacional com o Município Paraguai de Pedro Juan Cabaleiro. A população da cidade é de 71 mil e 468 pessoas, segundo a apuração feita em 2007 pelo IBGE. A densidade demográfica de 13,4 habitantes por quilômetros quadrados, a agricultura e a pecuária são as principais atividades econômicas. A criação de uma ZPE em Ponta Porã atrairia novos investimentos para armazenagem e o beneficiamento de grãos e produtos de origem animal gerando empregos e aumentando o comércio exterior. Conseqüentemente seria favorecido o desenvolvimento de toda a região sudoeste do Estado do Mato Grosso do Sul. Vale lembrar que a referida Lei nº. 11.508/2007 prevê que será dada prioridade para as propostas de criação de ZPEs localizadas em áreas geográficas privilegiadas para exportação caso da cidade de Ponta Porã.

O voto da Senadora Fátima Cleide, ilustre Relatora é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 491/2007 da autoria da eminente Senadora Marisa Serrano. É o parecer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Um comentário. Embora nós estejamos votando vários projetos de autorização de uma criação de uma Zona de Processamento de Exportação, e saibamos também das dificuldades das suas implantações ainda no País, mas só a preocupação de todos os Senadores aqui e eu quero agradecer ao Senador Valadares, quero agradecer à Senadora Fátima Cleide, só a solicitação de tantos Senadores pedindo zonas de exportação significa que nós temos que fazer alguma coisa para que isso se torne realidade. Que o Executivo possa realmente levar a sério essa interiorização do desenvolvimento e fazer com que no mundo globalizado mais e mais Municípios tenham condições de crescimento através de exportação. Eu quero lembrar que Ponta Porã, por exemplo, é a quinta cidade do Estado em tamanho, em número de habitantes, e é uma cidade que é histórica, foi já sede e capital de uma área que no final do Século 19 era uma criação de um outro Estado. Era o Estado de Ponta Porã. E esse Estado já existiu. Depois voltou a ser anexado ao Estado de Mato Grosso, mas a capital foi Ponta Porã. E zona de um comércio muito vivo com o Paraguai. Porque é área seca, é uma rua atravessando duas cidades. E é uma cidade também que está se tornando extremamente universitária. Tanto do lado do Brasil como do lado do Paraguai.

Portanto, deixo aqui as minhas considerações que nós precisávamos estudar uma fórmula. Senão ficaria

pensando a população que está nos vendo, ouvindo, poderia pensar que nós só criamos isso, Senadores fazemos projetos que são inócuos e que são só para que a gente possa alegrar ou dar uma satisfação aos nossos eleitores em determinados Municípios. Mas como não é isso, e a Presidente, nossa digna Senadora Lúcia Vânia sabe disso, é uma legítima preocupação dos Senadores com o desenvolvimento do interior deste País, portanto, eu gostaria de pedir à Senadora Lúcia Vânia que nós pudéssemos trazer alguém aqui do Governo, que pudesse discutir efetivamente as questões da exportação, trazendo gente da área da CASSEC(F) de exportação, gente da área do Itamaraty, da área econômica, que nós pudéssemos discutir efetivamente aquilo que nos preocupa. Senão, nós vamos ficar eternamente criando zonas de exportação aqui sem ver um resultado efetivo. Eram essas minhas considerações que eu queria fazer a nossa Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de dizer à Senadora Marisa Serrano que nós já aprovamos um Requerimento para trazer aqui o Presidente do Conselho que é o Ministro de Desenvolvimento Econômico. E nós hoje estamos votando bem rapidamente essas zonas de processamento porque o Governo, dentro dos próximos dias deveria dar uma sinalização em relação a essas ZPEs. Estará aqui já também na próxima semana o Ministro da Fazenda, que virá falar também sobre este assunto. Portanto, eu acredito que os Parlamentares que apresentaram seus projetos obviamente estão marcando aqui a posição dos seus Estados, das suas regiões, e deixando bem claro que V.Ex^a já colocou aqui a preocupação com a interiorização do desenvolvimento.

Portanto, eu acredito que nós vamos ter a próxima semana uma oportunidade muito grande de discutir esse assunto com o Ministro da Fazenda, com representantes do Governo que são responsáveis por esta área.

Em votação o projeto. Srs. e Sr^{as}. Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Item nº. 09. Projeto de Lei do Senado nº. 261/2007, não terminativo. Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Santana do Livramento no Estado do Rio Grande do Sul. Autoria, Senador Sérgio Zambiasi. Relatora Senadora Rosalba Ciarlini. Relator ad hoc, Senador Cícero Lucena. Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena para proferir seu Parecer.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela ordem Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu gostaria de sugerir a V.Ex^a, até por economia processual, em se tratando de vários projetos sobre o mesmo assunto, as ZPEs, que fosse designado apenas um Relator e este Relator faria o resumo de cada uma das pretensões dos Senadores e Senadoras, e assim nós faríamos em bloco a votação de todos os projetos referentes às ZPEs. É a sugestão que dou a V.Ex^a.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço a sugestão do Senador Valadares, e realmente se o Plenário concordar, eu acho que é uma decisão importante para que a gente acelere os trabalhos. Essa aí, Senador Cícero Lucena, relata e depois os três últimos nós pediríamos o Senador Gim Argello que relatasse os três últimos...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr^a. Presidente, eu tenho certeza que a sensibilidade do Senador Sérgio Zambiasi em pedir uma ZPE, propor uma ZPE no Município de Santana do Livramento no Rio Grande do Sul, além da busca do desenvolvimento que representa uma ZPE, também com a visão muito lógica daquele Estado, seu Estado fronteiriço e consequentemente amplia o seu mercado na questão da exportação como é o Estado do Rio Grande do Sul. E como o Relatório foi distribuído anteriormente aos nobres Senadores aqui presentes, o nosso voto na condição de Relator ad hoc, já que o voto da Senadora... A Relatora era a Senadora Rosalba Ciarlini é pela aprovação da ZPE em Santana do Livramento no Rio Grande do Sul. Esse é o voto, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir colocamos em votação. Sr^{as}. e Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. Aprovada a matéria. Vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Questão de ordem, Sr^a. Presidente. É que eu sou Relator do Item 06 e como há outro pedido também do Estado de Goiás e eu pedi para apensar a esse processo e votar ali os dois da mesma forma, então eu peço a retirada desse processo de pauta para que na próxima reunião eu possa relatar os dois.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Retirado de pauta o projeto nº. 534, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena. Concedo a palavra... Item nº. 04 da pauta.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Item nº. 04 da pauta é um Projeto de Lei nº. 490/2007, não terminativo que dispõe sobre a Zona de Processamento de Exportação no Município de Breves, no Estado do Pará. E em conjunto o Item nº. 10, que é outro Projeto

de Lei também expõe sobre a mesma matéria sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Gurupi no Estado de Tocantins. O Item nº. 04, que é bom deixar registrado, é de autoria do Senador Mário Couto. O Item nº. 10 que é na cidade de Breves. E no Item nº. 10 é de autoria... Município de Gurupi, de autoria da nobre Senadora Kátia Abreu.

Sr^a. Presidente da Comissão, tendo em vista que essas matérias foram amplamente discutidas e debatidas por essa Comissão, a nossa sugestão, eu vou direto, pediria a V.Ex^a. que me autorize a ir para a análise do voto, tendo em vista que nós entendemos da relevância que é a criação dessas ZPEs no nosso território. Tendo em vista que na China, pelos últimos dados levantados, existem mais de duas mil ZPEs. Nos Estados Unidos existem mais de 600. É um forte desenvolvimento realmente muito importante para o Brasil esse processo da criação dessas zonas de processamento de exportação em todo o território nacional. Como de fato nós entendemos dessa forma e analisamos todos os itens colocados desses projetos nós somos a favor da sua aprovação. Esse é o voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação. Sr^{as}. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Gostaria de perguntar Senadora Marisa Serrano se ela teria alguma coisa a acrescentar uma vez que o Senador Gim Argello já relatou, mas como V.Ex^a é Relatora, eu gostaria de saber se gostaria de acrescentar alguma...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não, Sr^a. Presidente. Acho que foi muito bem relatado e geralmente... Realmente Gurupi no Tocantins que tem também 75 mil habitantes e é uma região nova e V.Ex^a conhece muito bem porque foi desmembrado do seu Estado. Eu tenho certeza que com esse esforço podemos ajudar o Tocantins a crescer mais e a ser uma zona realmente, não só de exportação, mas auxiliar no desenvolvimento da interiorização desse País.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação. Sr^{as}. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Não havendo mais nada a discutir, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h31.

Ata da 27ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª

Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de outubro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e quarenta minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e sete, na sala nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Jonas Pinheiro, Presidente em Exercício, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores, João Pedro, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Sibá Machado, Antônio Carlos Valadares, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Jayme Campos, Flexa Ribeiro e da Senhora Senadora Lúcia Vânia. Justifica a sua ausência o Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 26ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. Ato contínuo, o Presidente esclarece que a presente reunião tem como finalidade a apreciação de Projetos de Lei e a Discussão e Votação das emendas desta Comissão ao PL nº 31, de 2007-CN, que Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011, que serão apresentadas perante a Comissão Mista, de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. **1ª Parte – Item nº 1:** Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2007, não terminativo, que “Institui o Balanço Social Empresarial, autoriza a criação do Selo Empresa Responsável, altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e o inciso IV do art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.” de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que tem como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, tendo sido designado relator *AD HOC* o senador Jayme Campos, que oferece parecer Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01 – CDR (Substitutivo). O Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, solicita ao plenário a inversão da pauta para a 2ª Parte, por motivo de viagem. O plenário aprova a inversão da pauta. **2ª parte** – “Discussão e Votação das emendas desta Comissão ao PL nº 31, de 2007-CN, que Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011, que serão apresentadas perante a Comissão Mista, de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.”, tendo como relator o senador Garibaldi Alves Filho, que dentre as 28 emendas apresentadas, oferece parecer pela apresentação ao PL nº 31, de 2007-CN, das propostas de emendas numeradas em 5, 7, 15, 18 e 27, de autoria, respectivamente, dos Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia

Vânia, Valter Pereira, Valdir Raupp e Rosalba Ciarlini. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Antônio Carlos Valadares, Jayme Campos, e a Senhora Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** A Comissão aprova as **Emendas de nº 01 – CDR:** Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial; **Programa:** 0757 – Gestão da Política de Integração Nacional, 4664 – Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial; **Órgão:** Ministério da Integração Nacional. **Observação:** Ação Existente no PPA. **Emenda nº 02 – CDR:** Prodetur; **Programa:** 1166 – Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão, 10XO – Participação da União na Implantação do Prodetur Nacional; **Órgão:** Ministério do Turismo. **Observação:** Ação Existente no PPA. **Emenda nº 03 – CDR:** Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística; **Programa:** 1166 – Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão, 10V0 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística; **Órgão:** Ministério do Turismo. **Observação:** Ação Existente no PPA. **Emenda nº 04 – CDR:** Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO; **Programa:** 1025 – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO, 6424 – Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais. **Órgão:** Ministério da Integração Nacional. **Observação:** Ação Existente no PPA. **Emenda nº 05 – CDR:** Promoção de Eventos Do Turismo; **Programa:** 1166 – Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão, 4620 – Promoção de Eventos para a Divulgação do Turismo Interno. **Órgão:** Ministério do Turismo. **Observação:** Ação Existente no PPA. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, solicita ao plenário a inversão da pauta para o item nº 6. O plenário aprova a inversão da pauta. **Item nº 6:** Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.”, de autoria do Deputado Alex Canziani, que tem como relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta e as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11 e 12 da CCJ, pela aprovação da Emenda nº 9 da CCJ, na forma da subemenda que apresenta, e pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10 da CCJ. **Resultado:** Aprovado o parecer favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11 e 12 da CCJ, aprovada a Emenda nº 9 da CCJ, na forma da subemenda nº 01 – CDR, aprovadas as Emendas de nºs 13,14,15,16,17,18 – CDR e a prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10 da CCJ. **Requerimento nº 21, de 2007 CDR** – que requer, ao Senhor Presidente do Senado Federal Interino, Senador Tião Viana, que se submeta à deliberação do Plenário o pedido de inclusão, em Ordem do Dia, em regime de urgência, do

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003, que “Dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo”. **Autoria:** Senador Antônio Carlos Valadares. A Senadora Lúcia Vânia assume a presidência, visto que o Presidente em Exercício, é relator de dois itens seguintes constantes em pauta. **Item nº 2:** Projeto de Lei do Senado nº 560, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul.”, de autoria do Senador Valter Pereira, que tem como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta. **Item nº 3:** Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.”, de autoria do Senador Álvaro Dias, que tem como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o parecer favorável ao Projeto. **Item nº 4:** Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Cabedelo, no Estado da Paraíba.”, de autoria do Senador José Maranhão, que tem como Relator o Senador João Pedro, que oferece parecer Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta. **Item nº 5:** Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Castanhal, Estado do Pará.”, de autoria do Senador Mário Couto, que tem como Relator o Senador João Vicente Claudino, tendo sido designado relator AD HOC o Senador João Pedro, que oferece parecer Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o parecer favorável ao Projeto. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Jayme Campos, João Pedro, Antônio Carlos Valadares, Garibaldi Alves Filho, Jonas Pinheiro e a Senhora Senadora Lúcia Vânia. O item nº 7, PLS nº 69, de 2007, Terminativo, constante em pauta, foi adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Havendo número regimental declaro

aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 26ª Reunião da Comissão. As Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída a presente reunião destina-se a apreciação de Projetos de Lei e à discussão e votação das Emendas ao Projeto de Lei nº 31, de 2007, Plano Plurianual para o Quinquênio 2008/2011.

O Item 01, a relatora Senadora Patrícia Saboya, não está presente, Senador Jayme Campos, qual era que o senhor está autorizado a relatar?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Estou autorizado a relatar, posto que é tão bonito, Sr. Presidente, porque eu poderia ser nomeado relator *ad hoc*, do Projeto da Comissão aqui do Senado nº 224/2007, em que a Senadora Patrícia Saboya é relatora. Se V. Ex^a. ao me nomear Senador, ou seja, relator *ad hoc*, prazerosamente nós vamos relatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Então, vamos ao Item nº 01. Projeto de Lei do Senado nº 224, não terminativo: Institui o Balanço Social Empresarial, autoriza a criação do Selo Empresa Responsável, altera o § 2º, do art. 3º, da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e o inciso IV, do art. 3º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria que V. Ex^a. me permitisse com a compreensão do Senador Jayme Campos, eu queria fazer um apelo a V. Ex^a., para que depois da leitura do relatório que será feito pelo Senador Jayme Campos, eu queria pedir uma inversão de pauta para que nós pudéssemos passar para as emendas ou ao plano plurianual, porque eu sou relator, mas ao mesmo tempo estou precisando viajar para minha cidade, pois tenho um compromisso inadiável lá.

Então, eu gostaria de fazer esse apelo ao senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Srs. Senadores que concordam com a inversão de pauta solicitada pelo Senador Garibaldi queiram permanecer como se encontram. Aprovada a inversão de pauta.

Continuando o Item nº 01, a autora é a Senadora Lúcia Vânia e o relator *ad hoc* é o Senador Jayme Campos, em substituição à Senadora Patrícia Saboya,

cujo parecer é favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, para proferir o parecer.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr. Presidente, Senador Jonas Pinheiro, Srs. e Sr^{as}. Senadores. O relatório da ilustre relatora Senadora Patrícia Saboya, é o seguinte: “Encontra-se nesta Comissão para análise e decisão o Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2007, de autoria da ilustre Senadora Lúcia Vânia, que Institui o Balanço Social Empresarial e autoriza a criação do Selo Empresa Responsável, que altera o § 2º, do art. 3º, da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e o inciso IV do art. 3º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências”.

Ao justificar sua proposta, a autora pondera com a divulgação do balanço padronizado, será possível identificar e premiar empresas que no Brasil desenvolvem há vários anos, nos mais diferentes campos, projetos sócios culturais, programas de educação de conservação do meio ambiente e de proteção à criança de rua, de geração de renda entre outros.

A proposição pretende divulgar de maneira adequada os benefícios sociais propiciados pelas empresas aos seus empregados e a comunidade em geral, para tanto, o projeto cria o Balanço Social Empresarial que constitui uma síntese das informações sobre os diversos benefícios sociais.

O projeto autoriza o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a emitir o Selo Empresa Responsável a ser concedido às empresas que publicarem o seu balanço social empresarial.

Não foram apresentadas Emendas.

A análise. Compete a esta Comissão manifestar sobre a matéria em apreciação segundo o art. 104-A, 8º do Regimento Interno desta Casa Legislativa. O projeto é meritório e tem por objetivo a divulgação de informações de natureza social, demonstrando à sociedade a participação e a responsabilidade social de cada empresa.

Muitas empresas, atualmente, se aprestam essas informações com base na Norma Brasileira de Contabilidade nº 15, de 2004, mas alguns aperfeiçoamentos do projeto, contudo, são necessários. O projeto não delimita quais empresas estarão obrigadas a publicar o balanço social empresarial, incluindo, no seu âmbito de abrangência desde micro empresas até empresas de grande porte.

A nosso ver, somente as empresas de maior porte deveriam estar obrigadas a publicar o balanço social empresarial. Sugerimos assim, a inclusão de dispositivo específico sobre demonstração social na lei que trata das sociedades anônimas, com o fim de proce-

der essas modificações apresentamos o substitutivo no final do relatório.

Terceiro: Voto. Diante do exposto. Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 224, de 2007, nos termos do seguinte.

Eu imagino, Sr. Presidente, como já é de conhecimento da plenária desta Comissão, eu acho que eu não preciso emitir mais nenhuma opinião em relação à matéria que vem da ilustre Senadora Patrícia Saboya, de forma que esse é o parecer, é o relatório da relatoria da Senadora Patrícia Saboya e da autoria deste projeto, da ilustre Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Em discussão a matéria. Com a palavra, o eminente Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Sr. Presidente, eu gostaria só refletir aqui acerca, na análise, no último parágrafo, quando a Senadora Patrícia Saboya, diz o seguinte: “A nosso ver, somente as empresas de maior porte deveriam estar obrigadas a publicar o balanço social empresarial”. Está na análise, foi contemplado isso?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Foi contemplado.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Ok. Eu estava querendo constatar se foi contemplado, porque está na análise, eu não li todo o parecer, mas a Senadora Lúcia Vânia está dizendo que sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com a palavra, a Senadora autora do projeto, Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores.

Em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar o Senador Jayme Campos pela relatoria *ad hoc* que ele procedeu aqui neste momento. Também agradecer a Senadora Patrícia Saboya, pela sua determinação em buscar uma negociação em torno deste projeto.

Acredito que esse projeto vem de forma muito clara, prestigiar as empresas que publicam o seu balanço social com informações mínimas necessárias, para que a gente veja se essas empresas não cometem crimes ambientais, contratam trabalho infantil, trabalho escravo. Enfim, é um estímulo àquelas empresas que cumprem com suas obrigações sociais.

Portanto, é um projeto importante para que a gente venha a fortalecer os programas em andamento, programa de erradicação do trabalho infantil, o programa de preservação do meio-ambiente, o programa de combate ao trabalho escravo. Enfim, todos esses resquícios ainda da Idade Média prevalecem ainda nas nossas relações de trabalho.

Portanto, eu acredito que o projeto é um estímulo à modernização das empresas, é um estímulo a que elas venham investir na qualidade de vida das pessoas.

Portanto, eu agradeço a todos os Srs. Senadores que concordaram com o projeto e que puderam propiciar a que esse relatório tivesse andamento. Muito obrigada.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Após a votação, eu queria um pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Em votação o parecer favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Os Srs. Senadores e Sr^{as.} Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Pela ordem, o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, tendo em vista que o Item 06 correspondente ao PLC nº 22, de 2007, relatado por mim, já está em condições de ser apreciado por esta Comissão, eu gostaria de pedir a V.Ex^{a.} a inversão de pauta para o Item 06, que trata das atividades das Agências de Turismo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – O Senador Antônio Carlos Valadares solicita a inversão de pauta para ser votado o Item nº 06, após a votação dos projetos aos PPAs que já estão com a inversão aprovada. Em discussão.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Obrigado a V.Ex^{a.}

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Aprovado. Pois bem, então vamos à matéria que tem a inversão já aprovada, que é discussão e votação das Emendas ao PL nº 31, de 2007, ao Plano Plurianual para o quadriênio 2008/2011.

Concedo a palavra ao eminente Senador Garibaldi Alves Filho, para proferir o seu parecer sobre as emendas apresentadas.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, com fundamento nas disposições contidas nessa Resolução do ano passado de nº 1, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus Arts. 43 e 45, esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo se reúne para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas dessa Comissão a serem

apresentadas ao PPA, Plano Plurianual para o quadriênio 2008/2011.

Foram apresentadas 28 propostas de emendas, elaboradas pelos Senadores: Senadora Marisa Serrano, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Flexa Ribeiro, Senadora, nossa Presidente, Lúcia Vânia, Senador Valter Pereira, Senador Romero Jucá, Senador José Maranhão e Senadora Rosalba Ciarlini.

As propostas contemplam tanto programação orçamentária inédita quanto programação já existente, tudo ao abrigo dos órgãos que compõem a subárea temática dessa Comissão, que são o Ministério do Turismo, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades.

Nesse tocante, na observância dos limites representados pela nossa subárea temática, há uma única exceção resultando de proposta destinada à programação do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

As emendas estão relacionadas em um quadro anexo em poder já dos Srs. Senadores. Acredito. As emendas foram analisadas a partir desta legislação de Direito Financeiro, especialmente nesta citada já, Resolução nº 01, de 2006, assim como, no parecer preliminar apresentado ao PPL e PPA, nº 31 de 2007, que traça regras procedimentais para o encaminhamento de emendas.

Importa, Sr. Presidente, consignar dois fundamentos muito caros ao trabalho de análise que foi feito. O primeiro fundamento foi aquele que exigia que as emendas exibissem caráter institucional, de que elas mantivessem estrita relação com as competências dessa Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Pois se, não fosse assim, estaríamos aqui reunidos não para analisar proposta de Emenda da Comissão, mas para discutir proposta de feito parlamentar ou estadual.

O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional. Quer dizer, não seria admissível que aproveitássemos essa oportunidade para dar vazão a regionalismos, quando o que está em pauta é a defesa do interesse nacional.

Eu aqui, faço uma ressalva, porque nem sempre. Porque há regionalismos e há regionalismos. Nem sempre os chamados regionalismos deixam de representar o interesse nacional. Eu me penitencio aqui de certo exagero que representou essa minha conclusão. Mas também quero dizer que estivemos estritamente dentro da competência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Num segundo plano, tivemos o cuidado de observar as determinações contidas no art. 47 da Resolução nº 01, de 2006, notadamente em seus incisos II e V. No caso que nos deparamos com programação orça-

mentária inédita, verificamos se havia precisa identificação do objeto da emenda na proposta, porque se trata de uma programação que não esteja presente no PPA, nós temos que ter em mente que é preciso haver uma identificação muito precisa da proposta, sob pena de não termos atentado, sobretudo para o que diz a Resolução nº 01.

A programação estava adequadamente designada, pois é vedado que se o faça genericamente. Também não pudemos fazer algo muito abrangente, já que o propósito é evitar que a programação contemple obras distintas ou possa resultar em transferências voluntárias, convênios, ou similares em relações que envolvam mais de um ente federativo.

A justificação era razoavelmente completa, assim entendida aquela que contivesse os elementos necessários à avaliação da proposta.

Pudemos afirmar que todas as emendas exibiram grandes méritos, fazemos questão de ressaltar isso, porque houve da nossa parte certa preocupação com essas normas e nós tivemos que tecnicamente descartar determinadas emendas. Os aspectos formais não, os materiais são os que afinal de contas prevalecem num trabalho como esse.

Considerando tudo isso que foi dito, esta Comissão vai ter a oportunidade de deliberar sobre essas emendas que eu escolhi e sobre outras, que por acaso, forem objeto de propostas dos Srs. Senadores.

As que foram escolhidas por mim para serem submetidas ao exame da Comissão, são: A Emenda nº 05, a Emenda nº 07, vou começar pela Presidente aqui, o Presidente em exercício me permite essa homenagem aqui à Presidente Senadora Lúcia Vânia, começar pela emenda dela, que diz respeito ao Turismo Social no Brasil, Uma Viagem de Inclusão, ação e participação da União na implantação do PRODETUR Nacional. O órgão é o Ministério do Turismo e a ação já consta do PPA.

Então, é a chamada já ação existente do PPA. É a participação do PRODETUR. E eu creio que a Senadora Lúcia Vânia está procurando apoiar os Estados no que diz respeito à contrapartida do PRODETUR. E eu posso dizer inclusive, dar até o meu testemunho, porque eu fui eleito Governador e governei o Estado do Rio Grande do Norte e fizemos o PRODETUR I.

Estamos agora na expectativa de liberações do PRODETUR II, mas o grande problema da liberação do PRODETUR é a contrapartida dos Estados. Os Estados não... Alguns Estados, a maioria dos Estados, se mostram sem condições financeiras para apresentar, para integralizar essa contrapartida. Então, a emenda da Senadora Lúcia Vânia é com relação justamente a esse objetivo.

Temos também, ele não está presente, uma emenda que eu submeto de autoria, Sr. Presidente, do Senador Flexa Ribeiro, que é para capacitação para o desenvolvimento regional e ordenação territorial. Diz respeito a isso. O órgão é o Ministério da Integração Nacional e a ação é existente, consta do PPA.

A outra emenda é a Emenda nº 15, de autoria do Senador Valter Pereira de Oliveira, a ementa é apoio a projetos de infra-estrutura turística. Novamente, no que toca ao 1166, é a categoria aqui, Turismo Social no Brasil, Uma Viagem de Inclusão, apoio a projetos de infra-estrutura turística. Novamente, o Ministério do Turismo e novamente está a ação presente no PPA.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves Filho pela ordem.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pois não.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Desculpe, é um apartezinho. Para nós entendermos aqui, estava falando com o Senador João Pedro, na medida em que, por exemplo, essa Emenda nº 15 do Senador Valter Pereira, neste caso, essas ações já existem no PPA, já está prejudicado nessa Emenda de Comissão?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não. Ela só pode ser incluída a emenda do... Vamos tomar como exemplo, do Senador Valter Pereira--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Perfeito.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ela só pode ser incluída se tiver ação presente do PPA.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Mas essas emendas que nós estamos propondo aqui, ela não é para ser inserida dentro do PPA?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É sim.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Então, nesse caso aqui--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, porque eu acho que os Senadores estão entendendo que aí vai haver--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Superposição de emendas?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Super posição, exatamente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Exatamente, é isso que nós estamos entendendo aqui.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Estão entendendo que vai haver superposição, mas não vai haver. Eu até gostaria de pedir, cadê o nosso Consultor?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Relator, se possível, gostaria de pedir ao Presidente, que distribuisse aqui... Quantas emendas V.Ex^a, aprovou?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – 28.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não. Quantas V.Ex^a, aprovou?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – 05.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu gostaria de receber uma cópia de cada emenda, pode ser? Aqui apenas tem um resumo. Aonde é que está? Aqui no final, não é? Ah, agora sim, obrigado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, vamos dar a palavra aqui, porque é até uma simpática consultora, ela vai ter mais autoridade do que eu para explicar.

Eu digo aos Srs., que eu tive todo o cuidado de observar essas normas técnicas para que não fossem prejudicadas as emendas, porque essa Resolução nº 01 foi uma Resolução de uma Comissão Mista de Senadores e Deputados, que em certos aspectos foi muito draconiana, vamos dizer assim.

Eu vou pedir a ela para explicar aqui, ela não esperava essa exposição, mas...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (CONSULTORIA DO SENADO) – Bom dia, Senadores. O nosso problema em relação às Emendas de Comissão é que as regras da Resolução nº 01, elas são muito restritivas. E a forma como a Comissão atua ela é ampla. Então, como é conjugar os interesses nacionais e genéricos de uma Comissão com as regras da Resolução, que bloqueiam esse tipo de ação?

Então, nós avaliamos as emendas apresentadas e pelas regras e pelo parecer preliminar que foi aprovado para o PPA, as únicas emendas que poderiam ser admitidas seriam as emendas que já existiam. Nós concordamos que somente somar valores ao PPA, não teria um significado amplo, até porque os valores do PPA eles são indicativos. O que vai valer no final são os valores alocados ao orçamento.

Então, a cada ano, esses valores são somados e esse vai representar o plano no final do período. Então, somar valores ao PPA realmente não seria a melhor ação da Comissão. Ao mesmo tempo nós temos as regras da Resolução falam o seguinte: Que as Emendas de Comissão elas deverão ter caráter institucional e representar interesse nacional. Esse é o art. 44, inciso II. Observado o disposto no art. 47, incisos II a V.

Esse art. 47 II a V, ele fala o seguinte: "As emendas deverão identificar de forma precisa o seu objeto,

vedada à designação genérica de programação que possa contemplar obras distintas ou possam resultar na execução em transferências voluntárias, convênios ou similares para mais de um ente federativo ou entidades privadas”.

Então, por exemplo, é identificar de forma precisa o seu objeto, vedada à designação genérica. Se a gente apresenta uma Emenda de Comissão com o objetivo, deixa-me pegar um exemplo aqui...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Um apartezinho, só para entender melhor, até porque eu faço parte da Comissão de Orçamento. Com a nova Resolução que nós temos na Comissão de Orçamento, o que ocorre?

As Emendas de Bancada, hoje, elas estão praticamente concentradas nas obras estruturantes, nos investimentos estruturantes em nível de Estado e naturalmente, por conseguinte a nível Federal. Isso? Isso. Eu estou imaginando aqui que essa mesma Resolução, aqui prevista no art. 47, senão me falha a memória o 44, ela vem fazer uma conjugação naturalmente de amarrar muito mais ainda em relação à Emenda de Bancada com as Emendas de Comissão, não permitindo com certeza a descentralização como havia no passado.

Eu acho que é só para nesse caso, para obras estruturantes, é isso?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: CONSULTORIA DO SENADO: Isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Estruturantes e outros investimentos.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: CONSULTORIA DO SENADO: Isso. Ela veda a possibilidade da execução de mais de um tipo de obra ou mais de uma obra pela mesma ação orçamentária, ou que os recursos sejam distribuídos a mais de um município ou unidade da Federação.

Então, essa foi a orientação que nós passamos ao Senador, que não seria possível atender, por exemplo, vamos pegar um... Essa ação, por exemplo, a nº 15, que ele acolheu. “Apoio a projetos de infra-estrutura turística”, essa ação ela é uma ação genérica que pode ser feita mais de uma obra dentro dela, pode acolher mais de um município. Porque ela pode ser acolhida então?

Porque ela é existente no PPA. Sendo existente no PPA, a própria Resolução diz que, se vier no Projeto, quando fala o 44-2, “salvo se contemplarem programação constante no projeto”. Então, as que constassem no projeto passariam não estariam submetidas às regras da Resolução.

Então, para nós, é até um paradoxo você falar isso. Por quê? “Ah, então o Executivo poderá apre-

sentar programações genéricas e aqui o Legislativo poderá apenas, por meio de Emendas de Comissão, aumentar o valor. Ele não poderá incluir igual”. Essa foi a limitação da Resolução. Então, a gente tem verificado que realmente deixou o Legislativo numa situação difícil, principalmente as Emendas de Comissão, e ao mesmo tempo, nós não sabemos a repercussão disso na execução, porque ela apenas disciplina as regras dentro do Congresso Nacional.

Então, vamos supor que seja apresentada uma emenda genérica para o município. Uma emenda teria um caráter genérico, mas especificando o município, quando chegar ao Executivo, ele pode distribuir para três, quatro, cinco, não há limitação para isso. Então, esse é um problema que os Srs., vão enfrentar durante todo o processo não só nas emendas ao PPA, quanto às emendas ao orçamento.

E essas sim, ainda mais restritivas ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Continua com a palavra, o eminente Relator Senador Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Entendido? Foi entendido? Há necessidade até de que essa Resolução nº 01, ela possa ser revista com relação a esses aspectos, restringiu muito.

Ela veio num momento, o Presidente vai me permitir, que eu faça essas ponderações, ela veio num momento em que havia muitas restrições ao problema da confecção do orçamento. E, quer dizer, não houve o equilíbrio necessário já que havia essas restrições ao orçamento, resolveram restringir a ação do Parlamentar de uma maneira tal, que quem terminou se prejudicando mesmo foi o próprio Parlamento.

Bem, eu também contemplei uma emenda do Senador Romero Jucá, que diz respeito à promoção da sustentabilidade de espaços sub-regionais. É o chamado PROMESO, é a estruturação e dinamização de arranjos produtivos locais em espaços sub-regionais.

Esse programa já não apenas está no PPA, como esse programa já é executado no Ministério da Integração Nacional. O que é preciso é uma reformulação dele, porque é um programa que deveria ter uma determinada amplitude e hoje não tem.

Então, eu estou conferindo a essa emenda a prioridade dela vir a ser submetida aos Srs. Senadores, para ver se em entendimento com o Ministério da Integração Nacional com esse novo fluxo de recursos nós conseguimos privilegiar algumas regiões e os seus arranjos produtivos. A sua cadeia produtiva.

Por exemplo, eu não conheço bem os Estados de V.Ex^a., mas no meu Estado, tem uma região chamada Seridó, então toda aquela chamada mesorre-

gião ela é abrangida por um programa como esse, de dinamização da sua cadeia produtiva. Então, essa cadeia produtiva é integrada por artesanato de rede, de bonés, há certa conexão daquelas atividades e há um incentivo oficial a isso.

Isso é um programa das mesorregiões. Eu até conhecia como Programa das Mesorregiões, aqui está como PROMESO, então eu resolvi conferir essa prioridade.

A 5ª Emenda, os Srs. Senadores vão me permitir, mas é uma emenda de uma contrerrânea, mas não é só por ela ser contrerrânea não, é porque é uma emenda de promoção de eventos para divulgação do turismo interno.

Se hoje um Senador chegar ao Ministério do Turismo e solicitar um apoio para qualquer evento, ouvirá a seguinte resposta: "O senhor tem emenda para isso? Se não tiver emenda, o Ministério do Turismo não vai lhe dar nenhum apoio". Isso seja para uma grande festa junina, vamos dizer uma festa em Campina Grande, homenagear aqui a Paraíba.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Forró Caju. (risos)

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ou seja, para o Forró Caju é em Ser-gipe?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em Aracaju.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ou seja, para o Forró Caju, ou seja, para uma festa de menor proporção. Não há. A minha contrerrânea aqui, veio ao encontro da minha sensibilidade, porque não há apoio para isso. O governo simplesmente diz que não dispõe de orçamento, de programa para isso, de ação.

Então, Sr. Presidente, eu quero apenas fazer ciente aos Srs. Senadores, que o que foi descartado, os critérios foram mais esses critérios técnicos que prevaleceram na rejeição dessas emendas. Mas a Comissão, claro, a Comissão tem toda a liberdade para aprovar ou rejeitar e partir para a escolha de outras emendas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa emenda é a que trata de eventos?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim. Essa emenda trata de eventos... É aqui. Turismo Social no Brasil, Uma Viagem de Inclusão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (ininteligível) Qual o número?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O número da Emenda, 27. Ministério

do Turismo, Turismo Social no Brasil, Uma Viagem de Inclusão, Promoção de Eventos.

Quer dizer, foram três emendas de Turismo e duas de Desenvolvimento Regional, porque não havia possibilidade de apresentar duas emendas e meia de Turismo e duas emendas e meia de Desenvolvimento Regional.

Eu passo a palavra para, desculpe, Sr. Presidente, V.Exª., eu estou já querendo invadir as prerrogativas do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – E tem pleno direito. Em discussão as cinco emendas previamente escolhidas pelo Relator da matéria, todo mundo ficou já cliente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Pela ordem, Sr. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr. Presidente, Senador Jonas Pinheiro, aqui é bom que se esclareçam aos nossos pares aqui, os nossos colegas Senadores, que essas cinco emendas aprovadas nessa Comissão, que certamente serão aprovadas nessa manhã aqui, elas ainda serão encaminhadas para a Comissão de Orçamento.

Todavia, elas ainda vão ter que passar pelo Comitê de Admissibilidade, nesse caso, nós temos que fazer um trabalho junto à Comissão de Orçamento para que se possível, as cinco emendas dessa Comissão, sejam aceitas pelo Comitê de Admissibilidade. Sobre tudo, essa emenda aqui da Senadora Lúcia Vânia, que eu acho que é uma emenda fundamental e atenderá, não só as necessidades do Estado de Goiás, mas certamente desse imenso Brasil que precisa ter, com certeza, essa fonte de investimento por parte do Governo Federal.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com a palavra, o eminente Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu já me sinto contemplado com a apresentação das emendas por parte da Senadora Lúcia Vânia e, por parte da Senadora Rosalba Ciarlini, do Rio Grande do Norte.

Mas para reforçar justamente o interesse desta Comissão, como membro da Comissão de Orçamento, eu estarei lá como propôs o nobre Senador Jayme Campos, que também é de lá da Comissão, nós dois juntos podemos trabalhar conjuntamente, para que todas essas emendas sejam aceitas. Inclusive,

eu estou pensando individualmente em apresentar como Senador integrante da Comissão de Orçamento, emenda com esse mesmo objetivo o que reforçaria o nosso interesse.

Agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito bem. Senadora Lúcia Vânia, também está com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o relator da proposta e dizer que eu me sinto contemplada não só a mim, mas eu acredito que a Comissão como um todo foi contemplada, porque o PRODETUR é interesse do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

A questão da infra-estrutura turística é uma demanda de todos os Estados. A questão dos eventos é também uma atividade muito interessante do Ministério do Turismo, para contemplar aqueles eventos desde o pequeno até o maior. Isso ajuda muitos os municípios e a emenda do PROMESO que foi acatada, do Senador Romero Jucá, é uma emenda extremamente importante para aqueles Estados e Municípios da região metropolitana que têm os seus arranjos produtivos, que têm o artesanato, tem toda uma cadeia de trabalho e que pode ser incrementado pelo Governo. O caso do Rio Grande do Norte, por exemplo, eles chegam a exportar o artesanato que é uma coisa fantástica.

Então aquilo que acontece lá pode acontecer em vários Estados que já dispõe desses arranjos, mas não estão ainda organizados. E que precisam receber estímulo do Governo para a sua organização.

A última emenda diz respeito--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Aos eventos.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Não. Eventos eu já falei. É a 4^a, eu acho que é Ministério do Desenvolvimento Regional. A 5^a, eu já falei.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Capacitação para o desenvolvimento.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Capacitação. A capacitação também é muito importante. Eu acredito que nacionalmente há uma demanda nessa direção e nós podemos então contemplar, acredito, todos os membros desta Comissão, principalmente aqueles Estados mais pobres.

A contrapartida do PRODETUR é uma condição importantíssima para que esse projeto, que está tendo o empenho muito grande da Ministra na negociação desses recursos, mas de nada adianta todo esse esforço no sentido de negociar esse recurso externo, se os Estados não dispuserem de uma contrapartida. E o Governo Federal se propõe através dessa emenda, a entrar com essa contrapartida.

Portanto, meus cumprimentos ao relator.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu creio, claro que eu não vou querer ensinar o Padre Nosso a Vigário, mas todos os Senadores sabem que podem apresentar emendas individuais, não é? E não são as nossas emendas individuais não, são as emendas individuais para efeito da Comissão de Orçamento, inclusive, dentro dessa temática aqui.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Relator, a nossa Assessora poderia informar qual a data final da apresentação dessas emendas, a que a se refere o Senador Garibaldi Alves Filho lá na Comissão de Orçamento? 30, não é?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – 30, agora.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Obrigado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – 30 de outubro. Bem, Sr. Presidente, desculpe, só uma palavra a mais.

O Senador Sérgio Guerra esteve aqui e eu até o procurei para que ele pudesse, ele é um estudioso desses assuntos orçamentários, desses temas orçamentários.

Não consegui localizá-lo porque ele estava fazendo uma espécie de denúncia com relação ao PPA, dizendo que determinados programas foram omitidos e não constam do PPA e, por isso mesmo estão impedidos de serem apresentadas emendas. É o Crédito Orientado ao Desenvolvimento que Gera Emprego e Renda, não define indicação de meta e nem de ação para isso. Foi omitido? Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Desenvolvimento Macro Regional Sustentável, sem indicação de meta e ação e Luz para Todos.

Bem, o Senador Sérgio Guerra poderá inclusive comparecer à Comissão, eu acho que é mais um assunto para ele levar à Comissão de Orçamento.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não há o Relatório Final do PPA, ele pode propor sugestões ao Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Ao encerrar, eu quero parabenizar também o Senador Garibaldi Alves Filho, que soube com a sua competência absorver as 27 propostas, 27 emendas em cinco. Portanto, são cinco emendas que nós vamos votar nesse instante.

Em votação as emendas de nºs 05, 07, 15, 18 e 27, que foram previamente escolhidas pelo nosso Rela-

tor. Os Srs. Senadores que concordarem com essas cinco emendas, permaneçam como estão. Aprovadas.

Parabéns ao eminente Senador, que já contribuiu com a sua sabedoria e seu conhecimento com essa Comissão, com o Turismo, com o Desenvolvimento Regional e com o país.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu quero agradecer inclusive a compreensão da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores, agradecer também a atenção que V.Ex^a. me deu durante a discussão dessa matéria.

E dizer que, de orçamento Sr. Presidente, eu não entendo tanto, mas creio que fiz o máximo para dar uma contribuição a esta Casa, com relação a essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Parabéns. Vamos agora ao Item 06, que teve aprovação também da sua antecipação solicitada pelo Relator da matéria, Senador Antônio Carlos Valadares.

Esse projeto é o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003. Ele é não terminativo. Dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo. Autoria do Deputado Alex Canziani, relator já disse, Senador Antônio Carlos Valadares. O parecer é favorável ao projeto com as emendas que apresenta e as Emendas nº 01, 02, 03, 04, 06, 07, 08, 11 e 12 da CCJ, pela aprovação da Emenda nº 09 da CCJ, na forma da subemenda que apresenta e, pela prejudicialidade das Emendas nº 05 e 10 da CCJ.

Concedo a palavra ao eminente Senador Antônio Carlos Valadares, para proferir o seu parecer.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, conforme se referiu V.Ex^a., o Projeto PLC nº 22, de 2003, provem da Câmara dos Deputados e dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.

Por delegação da nossa Presidenta, fui designado relator de matéria tão importante, que apenas não cuida das atividades das Agências de Turismo, como também da proteção do consumidor, que usa as Agências de Turismo como instrumento para suas viagens em todos os sentidos.

O relatório distribuído, com todos os Senadores, na página 84 relaciona, faz um anúncio de todos os artigos, explicando cada um dos artigos em que se compõe o referido projeto, 28 artigos, e que essa matéria passou também na Comissão de Justiça, onde recebeu parecer favorável e também algumas emendas, inclusive propostas pelo Senador Demóstenes Torres.

Passemos então, após esse breve preâmbulo, à análise da matéria.

Tendo em vista o criterioso exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa promovido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, com o qual concordamos, passamos à análise do mérito do projeto.

É patente a oportunidade e a conveniência do projeto, haja vista, os grandes esforços que País tem feito para impulsionar sua indústria turística e dessa forma gerar riqueza e atrair divisas para a nossa economia. Nosso potencial turístico é evidentemente enorme e conhecidamente subaproveitado, em parte, por negligência do Estado ao falhar na divulgação interna e internacional, das belezas e da cultura de cada região brasileira e ao não promover adequadamente estímulos ao turismo no Brasil.

É nesse contexto que se sobreleva a importância de uma disciplina legal, clara das atividades das Agências de Turismo que constitui o elo final com o consumidor de serviços turísticos e fazem parte da estrutura fundamental do mercado turístico brasileiro.

Entretanto, preocupa-nos a diminuição da proteção dada ao consumidor de serviços turísticos, que se nota no projeto. Pelo Código de Defesa do Consumidor em vigor, toda cadeia de fornecimento de produtos ou serviços é igualmente responsável perante o consumidor, pela reparação de danos decorrentes de vício do produto ou serviço.

Assim, causando o dano o consumidor pode, por exemplo, processar a empresa que lhe vendeu, o distribuidor ou o fabricante do produto e, até mesmo o fabricante das peças utilizadas na produção, depois, entre eles, os fornecedores podem se ressarcir em função do grau de culpa de cada um.

Esse cuidado do legislador de 1990, está em harmonia com o art. 170, inciso V, da Constituição, que erige a defesa do consumidor a princípio da ordem econômica, pois evita que um fornecedor procure eximir-se do dever de reparar, imputando a responsabilidade a outro na mesma linha de fornecimento, o que prejudicaria a defesa do direito do consumidor lesado.

Como já relatamos, o projeto divide o gênero Agências de Turismo em duas espécies distintas: Agências de Viagens e Operadoras Turísticas, que são as Agências de Viagens de Turismo. Na redação dada pela Câmara, a responsabilidade objetiva das Agências de Viagens pelos serviços remunerados de intermediação previstas no art. 12, não obstante pareça proteger o consumidor, beneficia somente as Agências e diminui a proteção do consumidor, pois o art. 13 caracteriza as Agências de Viagens como meras intermediárias dos serviços prestados por terceiros, excluindo sua responsabilidade pela prestação e execução.

Dessa forma, caso haja algum vício na execução dos serviços contratados, o consumidor somente poderia litigar com o prestador daqueles serviços, hotéis, empresas de transportes, organizadoras de passeios, excursões e etc., que na maioria dos casos têm os seus estabelecimentos em outras cidades, Estados ou países.

Contra Agências de Viagens, contra a qual o consumidor efetivamente manteve relações negociais, seria inútil qualquer reclamação, uma vez que não haveria o dever de aquela reparar o dano sofrido. Essa situação dificultaria sobremaneira a defesa dos direitos dos consumidores, o que não se coaduna com o sistema em vigor no Ordenamento Jurídico Brasileiro previsto na Constituição e disciplinado pelo Código de Defesa do Consumidor.

Por outro lado, pode-se argumentar que as Agências de Viagens são pequenos empreendimentos que precisam ser estimulados a bem do fomento ao turismo no Brasil e a responsabilidade por danos causados aos consumidores pode causar desequilíbrio em suas contas. A isso, respondemos que há uma enorme gama de outros pequenos empreendimentos como: Pequenas lanchonetes, oficinas, padarias, restaurantes, casas comerciais, prestadores de serviços etc., que também precisam ser estimulados, porque geram empregos e contribuem para o crescimento da economia e que não por isso tiveram atenuada a sua responsabilidade por dano ao consumidor.

Além do mais, após responderem pelos danos causados por terceiros contratados para prestar os serviços turísticos, as Agências poderão ressarcir-se desses terceiros.

É preciso ter presente que a redução do nível de proteção do consumidor de serviços turísticos não parece ser uma boa forma de fomentar o turismo. Ao contrário, é razoável imaginar que há um ganho da indústria do turismo decorrente da redução de responsabilidade das agências de viagem corresponderia uma diminuição do número de potenciais turistas, causados pela redução da proteção ao consumidor viajante. O equilíbrio seria novamente alcançado, mas em um nível menor de defesa do consumidor.

Por essas razões, entendemos que tal redação não merece sobreviver da maneira como proposta. Assim, apresentamos emendas supressivas do art. 12 e do caput do art. 13 do projeto, mantendo-se o Parágrafo Único, proposto pela Emenda nº 09 da CCJ, como caput, para explicitar o dever das agências de prestar informações aos consumidores.

Esta Emenda nº 09, ela é redigida da seguinte forma: art. 13. "A Agência de Turismo é obrigada a informar ao contratante no ato da contratação e em

qualquer momento em que lhe for solicitado, o nome e o endereço dos prestadores dos serviços contratados, além de outras informações necessárias à defesa de direitos".

Já, o art. 14, prevê responsabilidade objetiva às operadoras turísticas, contudo, as exceções à responsabilidade das operadoras contidas no mesmo art. 14 do projeto são amplas, em excesso, ao ressaltar força maior, razão técnica ou expressa responsabilidade legal de outras entidades. Sob o pálio da razão técnica, muitos danos causados pelas operadoras poderiam ser justificados para liberá-las do dever de reparar.

Com tal grau de generalidade na ressalva, a regra da responsabilidade estaria fadada à inaplicabilidade. Com base em expressa responsabilidade legal e de outras entidades, as operadoras se eximiriam de indenizar em qualquer hipótese em que a lei estabelecesse responsabilidade a outrem, negligenciando-se a possibilidade de responsabilidade concorrente da Agência do ato danoso.

Deve-se, portanto, eliminar também o art. 14, uma vez que caso fortuito e força maior, já são pelo ordenamento em vigor, casos de exclusão até mesmo da responsabilidade de natureza objetiva.

Quanto ao art. 15, que exclui a responsabilidade das operadoras por atos e fatos decorrentes da participação de prestadoras de serviços específicos, cujas atividades estejam sujeitas à legislação especial ou Tratados Internacionais de que o Brasil seja signatário ou dependa de autorização, permissão ou concessão; sua redação parece talhada para excluir a responsabilidade das Agências por danos causados em serviços de transporte de passageiros, principalmente transporte aéreo, questão em voga no atual momento da História Aeronáutica Brasileira, marcada por crises e caos.

Pelas mesmas razões, apontadas na análise dos Arts. 12 e 13, entendemos que não deve prosperar tal limitação de responsabilidade do fornecedor em detrimento do direito do consumidor. Além disso, é preciso ressaltar, que o art. 14 § 3º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor, já permite a exclusão da responsabilidade por fato do serviço, no caso de o fornecedor provar culpa exclusiva do consumidor de terceiro. Repita-se, ademais, que mesmo nos casos em que foi imputada a responsabilidade das Agências de Turismo, elas terão ação regressiva contra o causador direto do dano ao consumidor.

Por fim, ainda que a limitação proposta no art. 15 do projeto pudesse sobreviver, avaliamos que a fórmula utilizada para a exclusão da responsabilidade é demasiado genérica e, por isso, poderia ganhar uma extensão indesejada aos olhos do intérprete da norma. Bastaria, por exemplo, que determinados serviços

passassem a ser regulado por Legislação Especial por Tratado Internacional para ser excluída a responsabilidade das Agências, o que não seria recomendável ou aceitável.

Assim, propomos a supressão, também do art. 15.

Em resumo, no que tange a responsabilidade das Agências de Turismo, propomos completa reformulação do projeto, para privilegiar a proteção do consumidor, excluindo-se os Arts. 12, 13, 14 e 15. Dessa forma, a responsabilidade das Agências continuará regulada pelo Código de Defesa do Consumidor, se houver relação de consumo ou por outros diplomas específicos, caso não haja esse tipo de relação jurídica. Por essa razão, ficariam prejudicadas as Emendas nº 05 e 10, da CCJ.

Ademais, reputamos necessário alterar a redação do art. 21 do projeto, que proíbe as sociedades civis ou comerciais de qualquer natureza, a oferta a seus empregados, associados e terceiros dos serviços turísticos previstos nessa lei, pois nem todos os serviços previstos no Projeto de Lei são excluídos da Agência de Turismo, mas tão somente os arrolados em seu art. 3º.

As atividades enumeradas no art. 4º podem ser realizadas por outras empresas e, por isso, parece ter havido equívoco na redação, pois violaria a livre concorrência, a impossibilidade de as sociedades contratarem esses serviços de outras empresas igualmente utilizadas pela lei a prestá-las.

Com atual redação o art. 21 impossibilitaria, por exemplo, que hotéis trocassem pequenas quantidades de moedas estrangeiras. art. 4º, inciso VIII, vendessem revista de turismo ou oferecessem traslados aos seus hóspedes. Ademais, ressalte-se que depois do Código Civil de 2002, não faz mais sentido falar em sociedade civil comercial, já que não se faz mais tal distinção.

Deve-se, portanto, substituir a expressão serviços turísticos de que trata esta lei, por serviços turísticos de que trata o art. 3º, desta lei, que exclui a expressão civil ou comercial do art. 21, conseqüentemente, o Parágrafo Único ficaria prejudicado e seria eliminado.

Por fim, julgamos desnecessária a menção no art. 8º, inciso I das competências privativas arroladas no art. 3º, como prerrogativas das Agências de Turismo. Ora, se a lei já lhes atribui tais competências, qual é a utilidade de dizer que exercida será a sua prerrogativa? Além de dispensar tal excesso pode gerar perplexidade ao intérprete, favorecendo entendimentos distorcidos baseados na busca de utilidade do dispositivo.

Com essas alterações, julgamos que a lei das Agências de Turismo cumprirá seu papel de regulamentar a atividade no Brasil, fomentando o turismo

sem trazer prejuízo à defesa do consumidor de serviços turísticos.

Eu quero informar aos Srs. Senadores e Senadoras, que nós recebemos ao introduzir a defesa intransigente do consumidor quanto aos seus direitos, incentivo total e sugestões do Ministério da Justiça, mas de perto do órgão que cuida do consumidor.

Como também, recebemos, já que o projeto foi publicado na Internet, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, recebemos um e-mail parabenizando esta Comissão e o próprio Relator, pela defesa que faz dos consumidores, não só nacionais como internacionais.

Por todo o exposto, manifestam-nos pela aprovação do PLC nº 22, de 2003, com as Emendas 01, 02, 03, 04, 06, 07, 08, 11 e 12 da CCJ, pela aprovação da Emenda nº 09, que eu já divulguei aqui, na forma da sua emenda que apresentamos e pela prejudicialidade das Emendas 05 e 10, da CCJ.

Então, Sr. Presidente, é o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado, eminente Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Um minuto, Presidente. Eu apresento, está aqui com as emendas e com integral aprovação das Emendas 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08.

Por tudo exposto, manifestamos pela aprovação do PLC nº 22, com as Emendas 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11 e 12 da CCJ. E essas emendas, a que eu me referi aqui: 01, 02, 03, 04, 05, foram apresentadas anteriormente que eu falei na supressão delas no corpo do parecer. Então, não havia mais necessidade de referi-las.

Entretanto, também a Emenda nº 06, quer dizer, subemenda nº 09 e a Emenda nº 06. É o parecer, Sr. Presidente, salvo melhor juízo. Favorável ao projeto com as emendas que vieram da CCJ e às que nós apresentamos aqui nesta Comissão, no sentido de aperfeiçoar a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado, Senador, Relator. E a discussão, a matéria está em discussão. Com a palavra, Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. E Srs. Senadores. Eu quero aproveitar essa oportunidade para cumprimentar o Senador Antônio Carlos Valadares pelo cuidadoso relatório que ele faz ouvindo, naturalmente, todos os setores.

É um projeto polêmico, um projeto difícil, mas ele significa uma adequação ao Código do Consumidor, que é uma grande exigência hoje de todos aqueles que

viam, de todos aqueles que querem ver o turismo incrementado no nosso país de forma respeitosa.

Portanto, eu deixo aqui os meus cumprimentos ao Senador e a minha aprovação ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com a palavra, o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Da mesma forma eu quero me associar à ilustre Senadora Lúcia Vânia, cumprimentando o ilustre Senador Antônio Carlos Valadares.

Realmente o seu relatório aqui, Senador é brilhante. Sobre tudo, quando V.Ex^a. preserva aqui os nossos usuários, sobretudo que trafegam nas linhas aéreas brasileiras, que muitas das vezes têm sofrido muito com os atrasos dos vôos e com isso, por conseguinte, também, muitas das vezes, as Agências têm sido prejudicadas.

De modo que eu venho cumprimentar V.Ex^a. como sempre um estudioso, um grande jurista legalista, que desta feita, realmente, faz seu relatório de forma ímpar e acima de tudo imparcial, sempre defendendo os interesses da maioria da sociedade brasileira. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Já entendido sobre o assunto, sobre esse importante Projeto de Lei, vou colocar em votação. As Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores... Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação o parecer favorável ao projeto com as Emendas do Relator e as Emendas nº 01, 02, 03, 04, 06, 07, 08, 11, 12 da CCJ, pela aprovação da Emenda nº 09 da CCJ, na forma da subemenda do Relator e pela prejudicialidade às Emendas nº 05 e 10, da CCJ.

Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Parabéns ao Relator e a matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, na forma regimental eu devo apresentar um requerimento por escrito. Eu peço urgência na tramitação da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Ok. Em votação o pleito de urgência para matéria em Plenário.

Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Passo a palavra, passo a Presidência a quem de fato a merece, Senadora Lúcia Vânia, onde nós vamos discutir as ZPEs e, eu sou Relator de duas delas.

(troca de presidência)

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu vou colocar em pauta o Item 02 e 03, do Senador Jonas Pinheiro e solicitaria ao Senador, como se trata de Zona de Processamento de Exportação, o relatório poderia ser feito em conjunto, uma vez que são dois, um do Estado do Paraná e o outro do Mato Grosso do Sul.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr^a. Presidente, inteligentemente a senhora propõe apenas um parecer sobre as duas matérias, que eu acho que tenho muita coisa a ver uma com a outra.

Essas duas emendas, essas duas propostas, uma do Senador Valter Pereira, a de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul e a outra do Senador Álvaro Dias, de Foz do Iguaçu, no Paraná, são dois municípios, duas cidades, que ficam na divisa do Brasil com o Paraguai, uma em Mato Grosso do Sul a outra no Paraná. Tem as mesmas características, com os mesmos meios de transportes, enfim, são dois projetos extremamente importantes.

Essas duas cidades já funcionam como Zonas de Comercialização de Produtos Importados, portanto, justifica plenamente a instalação das ZPEs em Ponta Porã e em Foz do Iguaçu.

Por isso, eu não tenho outra razão a não ser dar como positiva a aprovação dessas duas ZPEs, esse é o meu relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, vamos votar.

Srs. e Sr^{as}. Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. Aprovada a do Mato Grosso do Sul e a Zona de Exportação do Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Outras duas ZPEs no Município de Castanhal, Estado do Pará, autoria do Senador Mário Couto, Relator João Vicente, favorável ao projeto.

A outra é de autoria do Senador José Maranhão, no Município de Cabelo, no Estado da Paraíba, o Relator é o Senador João Pedro, também favorável ao projeto. Solicitaria ao Senador João Pedro que fizesse a Relatoria dos dois projetos, do Município de Castanhal, Estado do Paraná e do Município de Cabelo, no Estado da Paraíba. Pará e Paraíba.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – O primeiro aqui, do Desenvolvimento Regional, sobre o Projeto de Lei 381, de 2007, que dispõe sobre a criação da zona de processamento no Município de Cabelo, Estado da Paraíba.

Do relatório. Vem à análise dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado, de autoria do Senador José Maranhão, que dispõe sobre a criação da Zona de

Processamento de Exportação-ZPE, no Município de Cabedelo, no Estado da Paraíba.

Da análise, Sr^a. Presidente, a PL 381, está de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial do art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. Além disso, a proposta não fere a ordem jurídica vigente e, está em conformidade com o Regimento Interno do Senado Federal.

O voto é pela recomendação da aprovação do Projeto de Lei do Senado, 381.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Sr^{as}. e Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. Aprovadas as duas Zonas de Processamento de Exportação no Município de Castanhal no Estado do Pará, autoria do Senador Mário Couto.

E aprovada a criação da Zona de Processamento de Exportação no Município de Cabedelo, no Estado da Paraíba. Autoria do Senador José Maranhão.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 12h57.

Ata da 28ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007, terça-feira, às 17 horas.

Às dezessete horas e quarenta e quatro minutos do dia treze de novembro de dois mil e sete, na sala nº 09, da Ala Senador Alexandre Costa, anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora **Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores **João Pedro, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Cícero Lucena, Jefferson Peres, Sibá Machado, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Flexa Ribeiro** e da Senhora Senadora **Kátia Abreu**. Comparece ainda a Senhora Senadora **Serys Slhessarenko**, que não compõe esta comissão. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 27ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. Ato contínuo, a Presidenta esclarece que a presente reunião tem como finalidade a Discussão e Votação das emendas desta Comissão ao PL nº 30, de 2007-CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008,

que serão apresentadas perante a Comissão Mista, de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização”, tendo como relator o senador Cícero Lucena, que dentre as 50 emendas apresentadas, oferece parecer favorável as seguintes Emendas de apropriação: **Emenda nº 01 – CDR:** Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Nacional no valor de R\$ 300.000.000; **Emenda nº 02 – CDR:** Participação da União na Implantação do Prodetur Nacional – Nacional no valor R\$ 400.000.00; **Emenda nº 03 – CDR:** Apoio a Obras Preventivas de Desastres – Nacional no valor de R\$ 500.000.000; **Emenda nº 04 – CDR:** Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional no valor de R\$ 400.000.000. A Comissão aprova também as seguintes Emendas de Remanejamento: **Emenda nº 01 – CDR:** Apoio a Implantação da Infra-estrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira – na Região Norte no valor de R\$ 2.500.000; **Emenda nº 02 – CDR:** Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais – Nacional no valor de R\$ 2.500.000; **Emenda nº 03 – CDR:** Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado) – Nacional no valor de R\$ 20.000.000; **Emenda nº 04 – CDR:** Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno – Nacional no valor de R\$ 27.000.000. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e a Senhora Senadora Serys Slhessarenko. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário Interino da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VANIA (PSDB-GO) – Boa-tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 27ª Reunião da Comissão. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se acham. Aprovada. A Ata será publicada no diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação as Emendas dessa Comissão ao PL nº. 30/2007, Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da

União para o exercício financeiro de 2008, que serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Comunico aos Srs. Senadores que foram apresentadas 50 Emendas perante a Comissão.

Passo a palavra ao Relator das Emendas, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras e Senadores, é com muito satisfação que nós temos a oportunidade de relatar na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre as propostas que resultarão às Emenda dessa Comissão a serem apresentadas ao PL nº. 30/2007, que estima a presidentia e fixa as despesas da União para o exercício financeiro de 2008. O autor é o Poder Legislativo e me tem como Relator. Com fundamento nas disposições contida na Resolução nº. 1 de 2006, que dispõem sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus artigos 43 a 45, essa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo se reúne para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as Emendas dessa Comissão a serem apresentadas ao PL 30/ 2007, que, repito, estima a receita e fixa as despesas para o exercício financeiro de 2008. Estão sendo submetidas a esse Plenário, 50 propostas de Emendas elaboradas pelo Senadores Jayme Campos, João Tenório, Jonas Pinheiro, Tasso Jereissati, José Maranhão, Fátima Cleide, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Valter Pereira, Lúcia Vânia, Inácio Arruda, Garibaldi Alves Filho, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcante, entre outros. As propostas contemplam tanto a programação orçamentária inédita quanto a programação já existente, tudo ao abrigo dos órgãos e das unidades orçamentárias que compõem subárea temática dessa Comissão. Notadamente o Ministério do Turismo, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades.

Nesse tocante, da observância dos limites representado por nossa subárea temática, há duas exceções, resultantes de propostas associadas às programações do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DENITE, e a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. As Emendas estão relacionadas em quadro anexo a esse Parecer.

As Emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação de direito financeiro, especialmente na citada Resolução nº. 1 de 2006. Assim como no Parecer preliminar apresentado no PL nº. 30/2007, que traça regras procedimentais para o encaminhamento de Emenda ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008. Importa consignar que dois fundamentos socorrerão o trabalho da análise feito. O primeiro fundamento foi o de que as Emendas

exibissem caráter institucional de que ela mantivessem estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvido. Não fosse assim, estaríamos aqui reunidos não para analisar propostas de Emendas de Comissão, mas para discutir propostas de feito parlamentar ou estadual.

O outro fundamento foi a do que as propostas representassem interesse nacional, quero dizer, não seria admissível que nos concentrássemos em programas de alcance limitado a municípios, estado ou regiões. O que hoje está em pauta é o interesse nacional, de municípios, de estados e de regiões, conjuntamente. Interesse que agora pretendemos promover nas alças da competência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Num segundo plano tivemos cuidado de certificarmos quanto ao cumprimento das determinações contida no art. 47 da Resolução nº. 1 de 2006. Notadamente em seus incisos II e V, nos casos em que nos deparamos com programa, orçamentária inédita. Verificamos se, primeiro havia a precisa identificação do objeto da Emenda da proposta. Dois, a programação estava adequadamente designada, pois é vedado que os faça genericamente, já que o propósito é evitar que a programação contemple obras distintas ou possa resultar em transferências voluntárias, convênios ou similares em relação ao que envolvam mais de um ente federativo.

Terceiro, a justificativa era razoavelmente completa, assim, entendida aquela que se contivessem os elementos necessários à avaliação da proposta.

Tudo feito, podemos afirmar que todas as Emendas exibiram um grande mérito, apesar disso nem todas demonstraram estrita conformidade com as normas vigentes, que sabemos bem mais rigorosas hoje, do que em outros tempos. Os aspectos formais, não os materiais, são os que ao final das contas prevalecem num trabalho como este.

O voto, Sra. Presidente, todos, considerado, votamos pela apresentação ao PL nº. 30/2007, por essa Comissão das seguintes propostas de Emendas, detalhadas no quadro abaixo que foram distribuídas aos Srs. e Sras. Senadores.

Primeiro, Emendas de apropriação. A participação da União na implementação do PRODETUR Nacional. Gostaria de afirmar que teve Emenda nesse sentido, na minha pessoa Cícero Lucena e também na Senadora Fátima Cleide, no valor de 400 milhões de reais.

Segundo, apoio ao Projeto de Infra-Estrutura Turística Nacional, um total de 300 milhões, tendo Emendas nesse sentido os Senadores João Tenório, Tasso Jereissati, Fátima Cleide, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Valter Pereira, Lúcia Vânia e Flexa Ribeiro.

Terceiro, Apoio Político Nacional de Desenvolvimento Humano. Os dois primeiros do Ministério do Turismo. Essa terceira Emenda do Ministério das Cidades. Um valor de 400 milhões, tendo Emendas nesse sentido os Senadores Valdir Raupp, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro e Senador Garibaldi Alves Filho.

Quarta Emenda. Apoio a obras preventivas de desastre nacional, quer seja, de seca, de enchente, ou de avanço do mar, no valor de 500 milhões com Emendas acolhidas dos Senadores Jayme Campos, Jonas Pinheiro, Valdir Raupp e Valter Pereira.

Emendas de remanejamento, com as suas limitações de cancelamento que essas Emenda provocam, nós estamos sugerindo a indicação da estruturação e dinamização de arranjos produtivos locais em espaços sub-regionais no item nacional. Como conseguimos pouco valor, mas abrimos a janela, 2 milhões e 500 mil reais, acolhendo entre outras Emendas, do Senador Valdir Raupp.

Também apoio à implantação de infra-estrutura complementar social e produtiva na faixa de fronteira, a região norte, também de 2 milhões e 500 mil reais.

Terceiro, apoio do projeto de regularização fundiária sustentável em assentamentos informais em áreas urbanas, Pape(F) no passado, também nacional, de 20 milhões de reais. Emenda nesse sentido tinha da Senadora Fátima Cleide, Valdir Raupp e Inácio Arruda.

E por fim, a quarta, promoção de eventos para a divulgação do turismo interno nacional, no valor de 27 milhões com Emenda dos Senadora Fátima Cleide, Senadora Lúcia Vânia e Senador Flexa Ribeiro.

Embora, não tenha sido proposto Emendas de remanejamento, entendemos oportuno que essas Emendas sejam apresentadas por essa Comissão, haja vista que as Emendas de apropriação selecionadas, quatro no total, não se demonstraram suficiente para complementar todas as propostas de intervenção sugerida. O quadro acima detalha essas Emendas. Para oferecer as exequibilidades orçamentárias, as Emendas de remanejamento, assim como para dar cumprimento às normas regimentais, propomos que eles sejam correspondentes os cancelamentos discriminados no quadro anexo. E que esse Parecer, tomamos a liberdade de lembrar que as normas relativas ao processo legislativo orçamentário limitam, qualitativamente e quantitativamente, a programação orçamentária passível de cancelamento. Razão pela qual os remanejamentos sugeridos ostentam valores modestos, estando aquém das sabidas necessidades públicas em cada área de intervenção.

Outrossim, cumpre-me consignar que a proposta de Emenda destinada à revitalização do Rio São Francisco, inegavelmente meritória, não foi selecionada por

esta única razão: os valores já programados no Projeto de Lei Orçamentária do Executivo, salvo melhor juízo, afiguram-se adequados aos objetivos colimados nos planos governamentais. Esse é voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VANIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só para, Senadora Lúcia Vânia, nossa Presidenta, e parabenizar o Senador Cícero Lucena pelo relatório que ele apresentou nesse momento, em que ele fez o esforço na tentativa de atender todas as preocupações da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. E foi mais além, apesar de não ter sido apresentado proposta de remanejamento, ele, de forma sábia, encampou algumas Emendas e as transformou em proposta, em Emendas de remanejamento para atender ainda outras áreas não atendidas nas Emendas de apropriação de despesa. Então, eu só consulto ao Senador Cícero Lucena, se os valores das Emendas de remanejamento, eles têm alguma limitação prevista na regulamentação?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Existe sim, porque tem que ser em função de cancelamento nível de 10% e dentro de cada Ministério correspondente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É isso aí, é isso. Parabéns, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Obrigado, Senador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VANIA (PSDB-GO) – Com a palavra a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESARENKO (PT-MT) – Sra. Presidente, Sr. Relator, eu, inclusive, não sou membro da Comissão, mas eu gostaria, eu estive estudando, estou acompanhando bem de perto todas as Emendas nas Comissões, em todas as Comissões, e naquelas em que é possível fazê-las, tenho feito. Mas aqui, infelizmente, eu não sou membro dessa Comissão, mas como tenho Emenda, que eu estava buscando também, que é esse apoio a projeto de infra-estrutura turística, que eu acho que é da mais alta relevância, eu gostaria de registrar que todos os Senadores que conquistaram essa Emenda, que ela é da maior importância. E eu, o ano passado, eu consegui conquistar uma nessa área, mas foi na CAI, nessa área de infra-estrutura turística. E ela é uma Emenda que contempla, assim, tem um raio de poder de contemplar inúmeras ações no país. Parabéns aí ao Relator, à Presidente, e aos Srs. Senadores, ao João Tenório, Tasso Jereissati, Fátima Cleide, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Valter Pereira, Senadora Lúcia Vânia e Flexa Ribeiro, que entraram com esse tipo de Emenda. Gostaria também

neste ano de ter entrado, mas infelizmente não sou da Comissão... Não achei seu nome aqui... Desculpe, Senador... E o senhor Garibaldi. Pronto. (risos).

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VANIA (PSDB-GO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação. Sras. e Srs. Senadores que concordam com a proposta do Senador Cícero Lucena, permaneçam como se acham. Aprovado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sra. Presidente, pela ordem. Eu só queria, por uma questão de justiça, nesse trabalho que procuramos dar a nossa contribuição, procurando atender a toda a demanda que nos foi apresentada nessa Comissão, a assessoria que nos apoiou, não só na questão da elaboração, mas também na preocupação e na busca do cancelamento, eu gostaria de fazer o registro nominal na Dra. Ana Cláudia Castro Silva, do Dr. Fernando Veiga Barros, bem como de Luís Gonçalves de Lima, que são da assessoria do Senado, além do Dr. Nelson que é da nossa assessoria do gabinete, com a justiça, em nome deles eu tenho certeza que estamos agradecendo a todos que compõem também a assessoria dessa Comissão e das demais Comissões do Senado. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VANIA (PSDB-GO) – Agradecendo ao Senador Cícero Lucena o seu brilhante trabalho, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 17h59

Ata da 29ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de novembro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e sete, na sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Jonas Pinheiro, Presidente em Exercício, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores Gim Argello, Marco Maciel, Cícero Lucena, Sibá Machado, José Nery, Wellington Salgado, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, João Tenório e das Senhoras Senadoras Patrícia Saboya e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 28ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. Ato contínuo, o Presidente esclarece que a presente reunião tem como finalidade

a apreciação de Projetos de Lei. Pela ordem, a Senadora Patrícia Saboya, solicita a inversão da pauta para o item nº4, que é submetida ao plenário e aprovada.

Item nº 04: Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Sinop, no Estado do Mato Grosso.”, de autoria do Senador Jayme Campos, que tem como Relatora a Senadora Kátia Abreu, tendo sido designada relatora *AD HOC* a Senadora Patrícia Saboya, que oferece parecer Favorável ao Projeto. Faz uso da palavra, o Senador Jayme Campos, para discutir a matéria. **Resultado:** Aprovado o parecer favorável ao Projeto. O Presidente comunica a retirada do Item nº 1 da pauta.

Item nº 02: Projeto de Lei do Senado nº 013, de 2007, não terminativo, que “Cria a Área de Livre Comércio de Foz de Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, que tem como Relator o Senador João Pedro, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador Cícero Lucena, que solicita a retirada da pauta do referido item. **Item**

nº 03: Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2007, não terminativo, que “Cria Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Paragominas, Estado do Pará.”, de autoria do Senador Mário Couto, que tem como Relator o Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo sido designado relator *AD HOC* o Senador Gim Argello, que oferece parecer Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o parecer favorável ao Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário Interino da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em Exercício da Comissão, Senador Jonas Pinheiro, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Jonas Pinheiro**, Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciamos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 28ª Reunião da Comissão. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Pela ordem, Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Eu gostaria de pedir, se não for inconveniente a V. Ex^a., se pudesse inverter o item da Pauta, que eu pudesse começar a relatar o Item 04, o Item 04 da Pauta, como Relatora *ad hoc*, em função de ter que me deslocar para o Ceará daqui a poucos minutos. Então eu pediria a V. Ex^a. a compreensão e dos demais membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – A Senadora Patrícia Saboya propõe que mudemos a ordem da aprovação dos Projetos de Lei. Os Srs. Senadores que concordam continuem como estão. Aprovada a inversão de Pauta. E passamos a palavra à Senadora Patrícia Saboya, para relatar de forma *ad hoc* o Projeto de Lei do Senado nº. 439, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Sinop, no Estado do Mato Grosso”.

Esta proposta é de autoria do Senador Jayme Campos, dos Democratas de Mato Grosso, que tem parecer favorável da Relatora Senadora Kátia Abreu.

Com a palavra, concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya para proferir o seu parecer.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Muito obrigada, Sr. Presidente, muito obrigada a todos os dois Senadores que me permitiram fazer essa inversão. E eu quero dizer do privilégio, Senador, de poder aqui estar relatando, em nome da Senadora Kátia Abreu, um projeto de autoria de V. Ex^a.

Relatório: Vem à Análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº. 439/2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sinop, no Estado de Mato Grosso”.

O Art. 1º do projeto autoriza o Poder Executivo a criar a Zona de Processamento de Exportação no Município mencionado. O parágrafo único prevê que a criação, as características, os objetivos e funcionamento da ZPE serão regulados pela Legislação cabível. O Art. 2º contém a cláusula de vigência. O Art. 3º, por sua vez, revoga o Art. 1º da Lei nº. 8.015/1990, e o Art. 1º da Lei nº. 7.792/1989, dispositivos que limitam o número de ZPEs que podem ser criadas.

O PLS 439/2007 foi inicialmente encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa. Posteriormente, a Presidência do Senado Federal, no intuito de unificar os despachos relativos aos projetos de lei que dispõem sobre a criação de Zonas de Processamento de Exportação, determinou, nos termos do Art. 49 Inciso I do Regimento Interno, que esses projetos também sejam

encaminhados à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Análise: As Zonas de Processamento de Exportação são um importante instrumento para fomentar o crescimento econômico de regiões menos desenvolvidas do Brasil. Com as ZPEs, essas regiões passarão a contar com forte poder de atração de empresas, devido às facilidades cambiais, tributárias e administrativas presentes nessas áreas aduaneiras especiais, podendo, eventualmente, atingir o tão almejado desenvolvimento econômico e social.

Segundo o autor da proposição, Senador Jayme Campos, os investimentos atraídos em função da presença de uma ZPE em Sinop contribuiriam para estimular o seu desenvolvimento industrial, com a conseqüente geração de empregos e renda para a sua população. Como exemplo, o autor cita o setor madeireiro, que fornece matéria-prima para a indústria moveleira.

Com uma ZPE em seu território, o Município poderia atrair empresas produtoras de móveis para exportação, que gerariam empregos e renda e propiciariam a redução das desigualdades econômicas entre o centro dinâmico da economia nacional e as regiões mais distantes dele, como é o caso do norte de Mato Grosso, onde está localizado o Município de Sinop.

Devemos também mencionar que Sinop, apesar de ser um Município novo, é um importante pólo econômico do norte mato-grossense, com uma população de mais de cem mil habitantes em 2006, segundo dados do IBGE.

O Município tem uma base econômica diversificada. Seus principais setores são: O madeireiro, o agronegócio, a pecuária, os serviços de Saúde e os serviços de Educação em nível secundário e superior. Em relação a este último setor, Sinop abriga oito instituições de ensino superior, que oferecem cerca de 50 cursos, o que garantiria mão-de-obra especializada para indústrias que venham a se instalar ali.

Cerca de 30 Municípios que abrigam uma população de mais de 800 mil habitantes estão na área de influência de Sinop. Desse modo, seu crescimento econômico terá impactos positivos sobre o desenvolvimento econômico de uma vasta área do Estado de Mato Grosso.

O Município de Sinop possui os pré-requisitos estabelecidos em Lei para abrigar uma ZPE. A cidade está localizada às margens da BR-163, conhecida como Rodovia Cuiabá-Santarém, a 1.250 quilômetros de Santarém, no Estado do Pará. Nesse Município está

localizado o Porto de Santarém, cujo acesso fluvial se realiza através dos rios Tapajós e Amazonas, e que permite a acostagem de navios com calado de 10 metros no período de maior estiagem e de até 16 metros no período de cheia do rio. Sinop possui ainda um aeroporto pavimentado, que está a uma distância aproximada de oito quilômetros do centro da cidade. Não haveria problemas, portanto, com o escoamento da produção de uma futura ZPE para mercados externos.

Voto: Diante do exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 439/2007.

Sala das Comissões, Relatora Senadora Kátia Abreu. Relatora *ad hoc* Senadora Patrícia Saboya.

Senador, eu gostaria apenas de parabenizar aqui mais uma vez o Senador por essa iniciativa por seu Estado. Nós do Ceará também temos lutado muito pela ZPE, porque sabemos que essa é uma das formas viáveis para o desenvolvimento, para a melhoria do desenvolvimento, atração de mais indústrias, e certamente melhoria na geração de emprego e renda da nossa população.

Portanto, apesar de não ter sido eu a Relatora do projeto de V. Ex^a., estou apenas aqui *ad hoc* em nome da Senadora Kátia Abreu, eu gostaria de parabenizar V. Ex^a., como representante do seu Estado, dizendo que essa é, sem dúvida alguma, uma iniciativa que deve ser apoiada por todos nós Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o autor do projeto, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr. Presidente Senador Jonas Pinheiro, Srs. e Sr^{as}. Senadores, em especial a Senadora Patrícia Saboya, eu quero, antes de mais nada, dizer que me sinto hoje muito feliz de ter essa oportunidade ímpar de permitir que nós estejamos aprovando hoje, na Comissão de Desenvolvimento Regional, esta ZPE para o Município de Sinop.

E dizer à Senadora Patrícia Saboya da importância que certamente busca a criação dessas ZPEs no Interior do Brasil. Até porque o objetivo maior é acabarmos definitivamente com os desequilíbrios inter-regionais que existe neste imenso País que é o Brasil.

E só vejo desta forma nós efetivamente buscarmos, não só o desenvolvimento, mas, acima de tudo, uma melhor distribuição de renda e qualidade de vida para os povos brasileiros.

Dessa forma, entendo que, se o Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através do Governo Federal, conseguir de fato e de verdade a implantação, inicialmente das primeiros 17 ZPEs que já estão tramitadas em todas as Comissões e aprovadas pelo Plenário da

casa, inicialmente nós já damos um grande início num projeto, ou seja, num programa de desenvolvimento para o nosso Brasil.

E se não bastasse isso, Senadora e futura Prefeita, Senadora Patrícia Saboya, da cidade da Fortaleza, do nosso querido Estado do Ceará, eu, se tivesse oportunidade, gostaria até de transferir o título para dar o voto a V. Ex^a., que certamente essa valorosa mulher nordestina vai só orgulhar, e sobretudo fazer um trabalho magnífico e extraordinário em prol do povo de Fortaleza.

Mas dizer a V. Ex^{as}., Senadora Patrícia Saboya, Senador Cícero Lucena, meu querido Senador Jonas Pinheiro, com certeza será acho que as soluções para os problemas que existem de empobrecimento em determinados pontos do nosso Brasil, na medida em que por exemplo Sinop é uma cidade que produz muito. Hoje nós temos um potencial imenso no que se diz respeito à nossa produção agrícola, da pecuária, da madeira.

Todavia, nós não temos tido realmente os investimentos necessários do setor privado, porque não existe nenhuma política de atração em relação à política tributária perversa que hoje lamentavelmente é praticada no Brasil. E com isso, vai havendo um esvaziamento dessa região, que o próprio Governo Federal, na década de 70, incentivou milhares de brasileiros que fossem ali habitar aquela Região Amazônica.

E hoje o que se percebe, com muita tristeza, é um esvaziamento, um empobrecimento, frutos de uma política que buscava não só uma melhor distribuição de renda, realmente uma política que pudesse dar cidadania plena à nossa população, sobretudo aos nossos menos afortunados. E há realmente, até certo ponto, aquela tristeza no que se diz respeito àquele cidadão que produz com muita dificuldade e ali a sua produção quase nada vale.

E só vejo com essa criação dessas ZPEs que estão se propondo, não só em Mato Grosso, como também no Estado de Ceará, na Paraíba, etc e etc, é que nós poderemos viabilizar investimentos do setor privado, com isso permitindo nós exportarmos a nossa produção.

De tal forma que ontem nós participamos de uma reunião com os Líderes do Governo, lá na liderança do Governo, ali definindo de uma vez por todas, junto até com o Senador Gim Argello, que participava ali, uma definição sobretudo dos critérios para implantação, como também os incentivos, que certamente o Governo não quer abrir mão, haja vista que ele tem um representante, o Barreto, da Receita Federal, não querendo abrir mão, na medida em que estipulado já está hoje, por força de Lei, que uma empresa que po-

derá ser instalada no Município e no Estado terá 20 anos de isenção, ou seja, de 75% de isenção no Imposto de Renda.

Ora, nós discordamos, porque eu acho que tem que ser prorrogado. Ou seja, 20 anos, mas, se possível, mais, ou 20 anos, se possível, de prorrogação, tendo em vista: Vai imaginar que uma indústria, ou seja, uma empresa petrolífera que for lá se instalar, os investimentos lá serão muito grandes. Então nós precisamos de mais um alongamento da isenção desses impostos, para permitir que as empresas tenham investimentos, ou seja, que poderão ter realmente um maior prazo para que esses incentivos fiscais permitam que esses investimentos, com certeza, eles tenham, no alongamento dessa isenção, as condições de terem o retorno financeiro desses investimentos.

De tal forma que eu estou muito contente, agradeço a Senadora Patrícia Saboya pela sua Relatoria *ad hoc*, e na certeza, Senador Jonas Pinheiro, de que nós estamos cumprindo a nossa missão. Como Senador que bem pretendemos representar o nosso imenso Estado de Mato Grosso, a nossa parte estamos fazendo.

E eu espero que o Governo Federal possa, com certeza, adotar essa política de criação de ZPE, com certeza, neste imenso Brasil, sobretudo naquelas regiões que mais precisam de desses investimentos do setor privado para seu desenvolvimento e acima de tudo para melhor qualidade da vida e distribuição de renda para o nosso povo.

Muito obrigado. (soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Não havendo mais que queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer favorável ao projeto. Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Voltando ao Item 01, eu prefiro retirar este projeto de Pauta, porque é um projeto que vai merecer uma maior discussão nesta Comissão.

E partimos então para o Item 02. O Item 02 “Cria a Área de Livre Comércio de Foz de Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências”. É o Projeto de Lei do Senado nº. 13, de autoria do eminente Senador Osmar Dias. O Relator é o Senador João Pedro, que vai relatar, como *ad hoc*, o eminente Senador Cícero Lucena, que conclui pelo sobrestamento da matéria, nos termos do Art. 335 inciso I do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra o eminente Senador Cícero Lucena, para proferir o seu parecer.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós estamos apresentan-

do o Relatório na condição de Senador *ad hoc*, Relator *ad hoc*, em substituição ao Senador João Pedro. A minha preocupação, Sr. Presidente, é que o Senador João Pedro está pedindo pelo sobrestamento da Análise deste projeto.

E eu lhe confesso que tenho uma preocupação, já o que o Senador que apresentou o projeto não se encontra presente para que ele pudesse fazer a defesa do seu projeto. Então eu não me sinto à vontade para pedir o sobrestamento. Eu pediria a retirada desse item da Pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Retirado o Item 02 da Pauta, para esperar melhor definição entre o Relator e o autor da matéria, e vamos retornar na Pauta da próxima Reunião.

Vamos para o Item 03. O Item 03 é o Projeto de Lei do Senado nº. 554, não terminativo, que “Cria Zona de Processamento de Exportação no Município de Paragominas, Estado do Pará”. O autor desta matéria é o Senador Mário Couto. O Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti, que é favorável ao projeto.

Não estando presente, nós convocamos o Senador Gim Argello para funcionar como Relator *ad hoc* a esta matéria.

Concedo a palavra ao Senador Gim Argello, para proferir o seu parecer.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Obrigado, Sr. Presidente Senador Jonas Pinheiro, Senador Cícero Lucena, Senador Jayme Campos.

E é com muita honra que entro nesta situação de Relator *ad hoc*, tendo em vista que é mais um Projeto de Lei não terminativo, mas para uma Zona de Processamento de Exportação no Estado do Pará. Autor, nobre Senador Mário Couto. Peço licença aos Senadores para ir direto à Análise do voto, tendo em vista que é uma matéria que todos nós já conhecemos e debatemos.

E aproveitando, Presidente Jonas Pinheiro, para parabenizar mais uma vez ao Senador Jayme Campos, que ontem teve uma participação brilhante nessa reunião na liderança do Governo, tendo em vista que lá estava o Dr. Barreto, da Receita Federal, chegou o Dr. Rachid, também representando a Receita Federal, e ontem teve um embate muito grande, e defendeu de uma forma brilhante, Senador, queria testemunhar aqui, o senhor defendeu de forma brilhante a instalação das ZPEs e as novas normas que devem ser publicadas, Senador Cícero Lucena, já a partir da semana que vem, numa Medida Provisória, trazendo, e só ficou esse único item, depois do debate longo, com oito itens sendo problemáticos, ficou apenas um item que nós vamos resolver aqui no Plenário do Congresso Nacional.

Então parabenizar, porque partir da semana que vem deve sair a Medida Provisória onde todo esse esforço que já foi projetado aqui para o Estado do Mato Grosso, para os demais Estados que realmente precisam de uma ZPE, como é o caso da Paraíba, como é o caso do Distrito Federal, como é o caso dos outros Estados, a partir da semana que vem vai pegar muita força, vai ser uma realidade, e aí sim, todo esse esforço feito pelo senhor, Senador Jonas Pinheiro, vai ser compensado.

Então vamos direto à Análise do Voto: O PLC nº. 554/2007 segue os ditames da Constituição Federal, em especial do Art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. Ademais, a proposta não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com as regras regimentais do Senado Federal. A Lei nº. 11.508, de 20 de julho de 2007, que atualizou a Legislação referente às Zonas de Processamento de Exportação, ZPEs, autoriza o Poder Executivo a criar, nas regiões menos desenvolvidas, áreas aduaneiras especiais, com a finalidade de reduzir desequilíbrios regionais, bem como fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica, o desenvolvimento econômico e social do País.

Conforme o Art. 3º da Lei, terão prioridades as proposta de criação de ZPEs localizadas em zonas geográficas privilegiadas para exportação. Aí que entra a grande cidade de Paragominas, com uma população de 90 mil habitantes. Dispõe de infra-estrutura de transportes adequada ao escoamento de produção, um terminal rodoviário moderno e o mais novo aeroporto do Pará, com pista de 1600 metros, apto, portanto, para receber aviões de grande porte.

Em termos de disponibilidade de mão-de-obra qualificada, Paragominas conta com um campus universitário da Universidade Estadual do Pará e com a Escola de Trabalho de Produção, que oferece cursos superiores e profissionalizantes direcionados à base econômica da região, que é relacionada à atividade florestal, pecuária, agricultura, fruticultura, mineração e meio ambiente.

A pecuária é a principal atividade econômica do Município, que possui rebanho com aproximadamente 550 mil cabeças de gado e é responsável por 18% do abate do Estado do Pará.

Apesar de utilizar alta tecnologia, como a inseminação artificial e a transferência de embriões, o que tem levado à produção de um rebanho de alta qualidade e produtividade, a pecuária tem enfrentado dificuldades, principalmente devido ao foco de aftosa em outras regiões no País, que causam veto à exportação e, conseqüentemente, redução dos preços da arroba de boi.

O cultivo de grãos vem ganhando destaque no Município, já que é o maior produtor do Estado, notadamente em relação às culturas de milho, arroz e soja. A cultura do algodão também está em expansão, em decorrência dos elevados índices de produtividade alcançados graças ao clima bem definido, à luminosidade excepcional, aos solos argilosos e ao uso de tecnologia de ponta.

Vale lembrar que Paragominas recentemente inaugurou um distrito industrial, onde se pretende, numa primeira etapa, fortalecer investimentos na cadeia produtiva de móveis, com a instalação de indústrias cuja produção será posteriormente exportada para a Europa.

Portanto, Srs. Senadores, a criação de uma Zona de Processamento de Exportação em Paragominas viria se juntar às outras iniciativas patrocinadas pelo Município com vistas a melhorar o aproveitamento e o perfeitamento dos produtos locais, o que certamente diversificará e fortalecerá sua economia.

O Voto: Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 554/2007. Sala das Sessões, Gim Argello na condição de relator *ad hoc*, muito honrado, que o Relator titular seria também do nosso Partido, o PTB, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Portanto esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer favorável ao projeto do eminente Relator Gim Argello. Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Esta foi a nossa Pauta de hoje. E terminada a Pauta, nós damos por encerrada a presente Sessão.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h02.

Ata da 30ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de novembro de 2007, quinta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e dezoito minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e sete, na sala nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores João Pedro, João Vicente Claudino, Mozarildo Cavalcanti, Gim Argello, Garibaldi Alves Filho,

Valter Pereira, Jonas Pinheiro, Cícero Lucena, Antônio Carlos Valadares, Wellington Salgado, Pedro Simon, Adelmir Santana, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, e das Senhoras Senadoras Patrícia Saboya e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 29ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. Ato contínuo, a Presidenta esclarece que a presente reunião tem como finalidade a apreciação de Projetos de Lei. **Item nº 01:** Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2003, não terminativo, que “Altera o §2º do artigo 16 da Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989 (Dispõe sobre a regulamentação dos recursos do fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN)”, de autoria do Senador Valdir Raupp, que tem como Relator o Senador Valter Pereira, que oferece parecer Contrário ao Projeto. Faz uso da palavra, o Senador João Pedro, para discutir a matéria. *Resultado:* Aprovado o parecer Contrário ao Projeto. **Item nº 02:** Projeto de Lei do Senado nº 013, de 2007, não terminativo, que “Cria a Área de Livre Comércio de Foz de Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, que tem como Relator o Senador João Pedro, que oferece parecer concluindo pelo sobrestamento da matéria, nos termos do art. 335, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. *Resultado:* Aprovado o parecer pelo Sobrestamento da Matéria. **Item nº 03:** Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais”, de autoria do Senador Papaléo Paes, que tem como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece parecer Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva apresentada. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores João Pedro, Jayme Campos e Valter Pereira. *Resultado:* é concedida vista do projeto ao Senador João Pedro. **Item nº 04:** Projeto de Lei do Senado nº 069, de 2007, terminativo, que “Institui o “Selo Estatuto da Cidade”, com o objetivo de impulsionar a implementação das ações e diretrizes contidas na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, de autoria do Senador Inácio Arruda, que tem como Relatora a Senadora Fátima Cleide, tendo sido designado relator AD HOC o Senador Valter Pereira, que oferece parecer Pela rejeição da Emenda nº 01, de autoria do Sena-

dor Cristovam Buarque e aprovação do Projeto, com as emendas nºs 02, 03 e 04 do Relator. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Cícero Lucena e Valter Pereira. *Resultado:* Aprovado o Projeto com as emendas nº 02, 03 e 04 – CDR e rejeitada a emenda nº 01 de autoria do Senador Cristovam Buarque. O projeto vai à SSCLSF. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário Interino da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Bom dia a todos. Havendo número regimental declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 29ª Reunião da Comissão. Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se acham. Aprovada. A ata será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas. Conforme pauta previamente distribuída a presente reunião destina-se à apreciação de projetos de lei.

Projeto de Lei do Senado nº 146/2003 não terminativo. Altera o § 2º do art. 16 da Lei 7.827 de 27 de setembro 1989. Dispõe sobre a regulamentação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNC, autoria Senador Valdir Raupp, Relator Senador Valter Pereira, parecer contrário ao projeto. Eu perguntaria se um dos Senadores gostaria de relatar como Relator ad hoc, uma vez que já é a segunda vez que o projeto vem a votação?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vamos aguardar um pouco mais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Vamos aguardar. Então vamos aqui para discussão do item 3 que é terminativo, não temos quorum, mais de qualquer forma o relator pode ler o projeto e colocar em discussão para gente avançar. Item nº 3 Projeto de Lei do Senado nº 320/2005 terminativo. Altera a lei 7.797 de 10 de julho de 1989 que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente para dar prioridade aos projetos que tenham a sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais. Autoria Senador Papaléo Paes, Relator Senador Jayme Campos, parecer pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Em 22/05/2007 a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o parecer do Relator Senador Edison Lobão favorável ao projeto com a emenda nº 01 da CAE. Em 25/09/2007 a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle aprovou o parecer do Relator Senador Casagrande favorável ao projeto na forma do texto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir o seu parecer.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sra. Presidente Senadora Lúcia Vânia, demais Senadores e Senadoras, com a devida vênia, Sra. Presidente eu quero pedir a V. Exa. que nos poupe de ler todo o relatório passando para a fase de análise, até porque essa matéria já se encontra aqui nesta Comissão e tenho certeza que todos os Senadores já tomaram conhecimento do relatório, então eu preferiria apenas ler a parte da análise e a conclusão final do meu voto. Sra. Presidente vou à análise. Quanto aos pressupostos de admissibilidade ao projeto sobre exame atende os requisitos constitucionais de competência e iniciativa do Congresso Nacional para legislar sobre os assuntos e as normas constitucionais específicas sobre a matéria, bem como os requisitos de juridicidade, uma vez que a proposta uma modificação de lei ordinária em plena concordância com as determinações da Lei Complementar nº 95 de 1998. Quanto ao mérito da proposição inicialmente deve ser ressaltado que o FNMA tem como objetivo desenvolver projetos que visem ao uso racional e sustentável dos recursos naturais incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira, conforme se pode observar no art. 1º da Lei nº 7.797 de 1989.

A legislação ambiental ao impor restrições significativas à execução de atividades econômicas dentro das áreas dos parques nacionais, vendo as possíveis modificações ambientais nessas áreas e, principalmente, a interferência humana direta sobre esses ambientes. Embora tais restrições possuam o incontestável mérito de buscar a preservação integral de áreas naturais é inevitável que os municípios que possuem parte do seu território dentro de parnas sejam, em boa medida, prejudicada pela aplicação dessas normas.

A proibição legal da implantação de atividades econômicas com significado potencial de geração de renda nas áreas contidas dentro dos limites dos parnas, vem fazendo com que os municípios atendidos defendam a existência de mecanismo de compensação para eventuais perdas na arrecadação municipal. Os municípios brasileiros que tem parte do seu território dentro dos limites dos parnas contadas em centenas

apresentam significativas diferenças conseqüências da implantação dessas Unidades de Conservação no seu interior. A natureza e a magnitude dos impactos socioeconômicos causados pela presença dos parques, dos parnas nessas unidades federativas são determinadas pela disparidade de renda percapta e de infra-estrutura existente entre os municípios. Nos casos em que esses municípios sejam localizados em região de alta renda percapta e com boa infra-estrutura os parnas podem ensejar o dinamismo econômico com o desenvolvimento do turismo local. Nesses casos o crescimento e a diversificação das economias obtidos a partir da criação dessas Unidades de Conservação dispensam a criação de forma de compensação.

Já nas regiões menos desenvolvidas e mais distantes de grandes centros urbanos a criação de parnas(F) em geral representa um conjunto de finalidades(F) negativas para que aqueles municípios, uma vez que parte significativa dos seus territórios não pode receber atividades econômicas. Como a economia de uma grande quantidade de municípios que compõem as regiões menos desenvolvidas do Brasil é baseada, principalmente na exploração direta dos recursos naturais como extrativismo mineral e vegetal, o impacto socioeconômico dos parnas sobre essas unidades da federação pode ser muito significativo e dependendo de uma nefasta combinação de variáveis pode causar reflexos sobre a economia do próprio estado no qual se insere aquele município.

É importante ressaltar que a exploração do turismo em municípios que não têm renda percapta alta e infra-estrutura adequada é fortemente limitada, pois os turistas de outras regiões, de outros países encontram muita dificuldade para o acesso a esses parques. A fim de que sejam contornados esses obstáculos são necessários investimentos e infra-estrutura para que seja viabilizado o fluxo significativo e constante de turista, permitindo assim, que a população desses municípios possa se beneficiar do potencial de crescimento econômico representado pela presença dessas Unidades de Conservação em seu território.

Ao nosso entendimento, porém, as regiões que abrigam áreas destinadas às reservas indígenas padecem das mesmas dificuldades, razão pela qual as consideramos igualmente merecedoras da atenção privilegiada que se trata a presente proposição.

Por esta razão, Sra. Presidente, Srs. Senadores opinamos favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 320 de 2005 nos termos das seguintes emendas substitutivas. Projeto de Lei do Senado 320 substitutivo de 2007, altera a Lei nº 7.797 de 10 de julho de 1989 que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências para dar priorida-

de aos projetos que tenham sua área de atuação e municípios que possuem parte de suas áreas dentro dos parques nacionais ou de reservas indígenas. O art. 1º § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797 de 10 de julho de 1989 passa a vigor a seguinte redação: art. 5º § 2º “sem prejuízo das ações de âmbito nacional será dada prioridade aos projetos que tenham a sua atuação em municípios que tenham mais de 25% de suas áreas dentro de parques nacionais ou de reservas indígenas e que estejam localizados nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte”. Art. 2º “esta lei entra em vigor na data da sua publicação”.

Este é o nosso voto, Sra. Presidente e Srs. Senadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir vamos adiar essa matéria para votação na próxima reunião ou quando houver quorum aqui se, porventura, houver quorum hoje.

Vamos voltar ao item nº 1 da pauta que altera o § 2º do art. 16 da Lei 7.827 de 27 de setembro de 1989 dispõe sobre a regulamentação dos recursos do Fundo constitucional de Financiamento do Norte. Autoria Senador Valdir Raupp, Relator Senador Valter Pereira. Parecer contrário ao projeto. Em reunião realizada no dia 22/11/2007 o presidente em exercício, o Senador Jonas Pinheiro retirou o projeto de pauta. Com a palavra o Relator.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sra. Presidente, Srs. Senadores. Relatório: submete-se à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 146 de 24 de abril de 2003 do Senador Valdir Raupp que tem como objetivo permitir que os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte passam a ser operados por bancos oficiais, bancos privados ou cooperativas de crédito.

O art. 1º do projeto dá nova redação ao § 2º do art. 16 da Lei 7.827 de 27 de setembro de 1989 estabelecendo que a critério do banco administrador os recursos do FNO passem a ser repassados a bancos oficiais, bancos privados ou cooperativas de crédito que atendam aos requisitos do art. 9º da mesma Lei. De acordo com esses requisitos as instituições devem ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil e possuir capacidade técnica comprovada, além, de estrutura operacional e administrativa aptas a realizarem segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas programas de créditos especificamente criados com essa finalidade. O art. 2º estabelece cláusula de vigência. O autor justifica a iniciativa pela necessidade de proporcionar maior acesso aos recursos do FNO, uma vez que os pequenos agricultores encontram-se em áreas mais remotas da região, além

disso, a inclusão das cooperativas de crédito amplia a capilaridade dos recursos entre os micros e pequenos empresários. Em suma, o projeto permitiria a dinamização do FNO e da atividade econômica da região. Análise: o PLS 146 encontra-se de acordo com os ditames da Constituição Federal e, em especial, com o art. 43 que trata da redução das desigualdades regionais. Além disso, a proposta não fere a ordem jurídica vigente e conforma-se às regras regimentais do Congresso Nacional.

Com relação ao mérito a iniciativa é pertinente, pois dada a extensão da região Norte a ampliação da rede de instituições para operar o FNO é essencial ao cumprimento dos seus objetivos. A proposta leva em conta que lei já exige que as instituições sejam autorizadas pelo Banco Central e tenham capacidade administrativa e técnica. No entanto, cumpre observar que a Lei 7.827/89 que se pretende alterar foi modificada pela Lei 10.177 de 12 de janeiro de 2001 que dispõe sobre as operações com os recursos dos Fundos constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Naquela ocasião a citada lei alterou a redação do art. 9º da Lei 7.827/89 ampliando seu escopo no intuito de permitir que os bancos administradores pudessem repassar recursos dos fundos constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, a prerrogativa que o projeto visa estabelecer para permitir o repasse dos recursos do FNO e outras instituições financeiras já se encontra na lei de forma, inclusive mais abrangente do que a prevista do projeto, pois abarca os três fundos constitucionais de financiamentos regionais. Desta forma, o dispositivo a ser acrescentado torna-se redundante e inócuo, por conseguinte, o PLS 146 de 2003 é injurídico o que recomenda a sua rejeição. Diante do exposto voto pela rejeição.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Perguntaria ao Senador João Pedro se ele gostaria de discutir a matéria?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Eu estou consultando aqui o nosso Relator se ele conversou com o autor?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não, eu expliquei para o autor e ele concordou, realmente, a matéria já estava disciplinada.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – (pronunciamento fora do microfone) quem tem acordo entre o relator e o autor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em votação. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se acham. Apro-

vado. Rejeitando o projeto do Senador Valdir Raupp, aprovado o projeto do Relator. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Projeto de Lei do Senado nº 013 de 2007 não terminativo. Cria área de livre comércio de Foz do Iguaçu Estado do Paraná e dá outras providências. Autoria Senador Osmar Dias, Relator Senador João Pedro. Parecer: concluído pelo sobrestamento da matéria nos termos do art. 335, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal. Observação: em reunião realizada no dia 22/11/2007 o projeto foi retirado de pauta a pedido do Relator ad hoc Cícero Lucena. Havendo a presença do Relator eu coloco este projeto em discussão. Concedo a palavra ao Senador João Pedro, aliás, concedo ao Relator a palavra para proferir o seu relatório. Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, esse Projeto de Lei, como pesquisei, fui fundamentar o parecer esbarrou numa... Encontrei nas normas que trata o Mercosul, nós estamos tratando de uma área de livre comércio em Foz do Iguaçu e isso com a consultoria aqui do Senado e há uma norma proibindo a criação neste território, norma do Mercosul proibindo a criação de área de livre comércio, inclusive, conversei com o Senador Osmar Dias sobre isso. O que acontece? Tem também na Casa, está na Câmara uma medida provisória tratando desse assunto. Eu estou propondo sobrestar com o objetivo de esperar que chegue aqui e que nós pudéssemos compreender melhor e compatibilizar as regras do Mercosul com a iniciativa do Senador e a medida provisória. Então é nesse sentido que eu estou pedindo o sobrestamento dessa matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu perguntaria ao plenário se concorda com o parecer do Relator sobrestando a matéria? Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Ok. A matéria sobrestada até a chegada da medida provisória.

Havendo número regimental eu coloco o projeto do Senador Jayme Campos em votação. Coloco em votação o relatório já proferido por V. Exa. anteriormente a este. Ok? Eu queria só saber se concorda o Relator? É o item 3 da pauta. Perguntaria a algum Senador se gostaria de discutir essa matéria? Eu já tinha feito essa pergunta anteriormente. O item 3 da pauta. Altera a Lei 7.797 de 10 de julho de 1989 que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação e municípios que possuem parte de suas áreas dentro dos parques nacionais. O parecer é favorável com a emenda do Senador Jayme Campos. Eu pediria ao

Senador Jayme Campos que só no finalzinho lesse o seu parecer e as emendas.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sra. Presidente aqui o voto meu após a leitura da análise, naturalmente, o relatório já está disponível aqui nesta Comissão, eu já li a análise e fiz aqui as minhas considerações finais em relação ao meu voto. E por esta razão opinamos, favoravelmente, à aprovação no Projeto de Lei nº 320 de 2005 nos termos das seguintes emendas substitutivas: Projeto de Lei do Senado 320 substitutivo de 2007 altera a Lei nº 7.797 de 10 de julho de 1989 que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências para que dar(F) prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais ou de reservas indígenas. Art. 1º, o § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797 de 10 de julho de 1989 passa a vigor com a seguinte redação: art. 5º § 2º “sem prejuízo das ações de âmbito nacional será dada prioridade aos projetos que tenham sua atuação em municípios que tenham mais de 25% de suas áreas dentro de parques nacionais ou de reservas indígenas e que estejam localizados nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte”. Art. 2º “essa lei entrará em vigor na data de sua publicação”. Este é o relatório, eu imagino que os Srs. Senadores já tomaram conhecimentos do nosso relatório e eu fui à leitura da análise final e do voto que proferi nesta Comissão aqui. É um projeto que modifica, altera a Lei nº 7.797 que busca basicamente que os municípios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste que as áreas que tenham municípios que tenham mais de 25% de suas áreas naturalmente atendendo a necessidade não só dos parques nacionais, como também das reservas indígenas sejam beneficiadas por este Fundo.

Se me perguntasse o porquê eu fiz até um substitutivo, tendo em vista, que essas regiões do país que me referi muitas delas hoje têm grande parte dos seus municípios é hoje com reserva indígena e parques nacionais tornando até mesmo algum ecoturismo, alguma outra forma de dar rentabilidade, de dar melhores condições de vida, geração de emprego e distribuição de renda são prejudicadas por fruto, naturalmente, da expansão que todos os dias o Governo Federal tem feito. Nesse caso o Fundo dará prioridade a esses municípios aonde poderá transferir recursos e investimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em votação a matéria.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Essa alteração, o Fundo já existe e tem participação de vários Ministérios...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – (pronunciamento fora do microfone) prioridades desses municípios, lamentavelmente, estão sendo prejudicados...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Mas aí quando trata da prioridade como é que trata na redação?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – A regulamentação, naturalmente, da lei que vão ser criados os critérios de mecanismos e instrumentos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – O Paulo não termina de panfletar nunca.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador João Pedro que quer questionar o relator.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Primeiro, essa matéria lá para a nossa região é um assunto extremamente importante compreender. Agora mesmo eu tenho uma outra Comissão uma discussão de uma rebio que está dentro de um município lá no Amazonas e eu quero discutir, porque lá as populações, duas mil pessoas moram dentro de um parque e hoje na Amazônia parque, as unidades de conservação, as terras indígenas, enfim, não é nenhuma novidade, a cada ano essas unidades aumentam e isso vai dando uma outra configuração na geografia humana, na economia. Eu gostaria de pedir para o Senador Jayme...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu quero apenas esclarecer ao Senador João Pedro que esse Projeto de Lei é de autoria do Senador Papaléo, eu sou o Relator e apenas inseri aí que ele colocou no seu projeto original de reservas indígenas e nós fizemos o substitutivo também inserindo parques nacionais. Eu tenho certeza que o Estado do Amazonas também.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Têm vários parques.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Parques nacionais, nós não identificamos individualmente, até porque no Brasil tem centenas de parques já, então não foi identificado, aonde se fala: parques nacionais.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Sra. Presidente, esse assunto me interessa muito e confesso que essa é uma proposta que eu gostaria de me ater, estudar mais, compreender e votar com tranquilidade. Eu gostaria de pedir vistas dessa matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Vistas concedida.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sra. Presidente, antes de encerrar essa sessão...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – ...Eu gostaria de fazer um comentário pela exposição trazida à colação pelo ilustre Relator Senador Jayme Campos. O que me parece é que o projeto visa dar uma compensação para os municípios que deixam de explorar áreas dentro da sua atividade econômica normal em razão de medidas que são necessárias, são exigidas pelos parques nacionais.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Só um aparte, Senador. Às vezes exigida. Hoje, lamentavelmente, é bom que se esclareça, Sra. Presidente. Então tomando a revelia, ou seja, não está sendo consultadas as autoridades dos estados, nem o Poder Judiciário, nem o Executivo, nem o Legislativo e estão transformando, basicamente, vou falar aqui em termos do meu Estado, que conheço bem, Mato Grosso de forma irresponsável e inconseqüente transformando áreas produtiva em reservas indígenas e aquelas áreas que até então estão ainda preservadas transformando em parque. O que é que está ocorrendo? Está ocorrendo que a expansão, Senador Valter Pereira, todo dia que passa está havendo uma expansão de área no meu estado especificamente que eu posso colocar aqui, que está inviabilizando, cidades estão ficando em reservas indígenas, regiões produtivas estão transformando em parque e sem nenhuma compensação que V. Exa. está se referindo aqui. Então precisa haver alguma compensação para que, certamente, seja nenhum cidadão que mora ali prejudicado. Muito obrigado pelo aparte.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Então eu acho que o município, efetivamente, se está sendo atingindo, se está perdendo áreas de produção em favor da questão ambiental, em favor da preservação da cultura indígena, das tribos indígenas e etc., eu acho que o município tem, realmente, que ser compensado. Aliás, essa política de compensação hoje é reconhecida internacionalmente. O que é que é o crédito de carbono? O crédito de carbono não é outra coisa, senão uma compensação para aquelas áreas, aquelas propriedades, a preservação toda que se faz, quem faz essa preservação se estiver inscrito para receber o crédito de carbono passa a ser recompensado com esse tipo de crédito.

Pois bem, Mato Grosso do Sul existe o chamado ICMS ecológico. O que é o ICMS ecológico? É exatamente uma fração desse tributo que é destinada para municípios que têm problemas ambientais, que precisa adotar medidas e etc. Então essa compensação está inserida dentro de toda uma política que não é praticada só no Brasil, mas em, praticamente, todo o planeta

essa preocupação hoje com a questão ambiental está levando a essa compensação. Eu acho que o projeto é louvável, merece ser aprovado, não tem muito o que se discutir aqui, a redação aqui é simples. Vejo aqui o § 2º o que é que diz: “sem prejuízo das ações de âmbito nacional será dada prioridade aos projetos que têm a sua área de atuação em municípios que tenham mais de 25% de suas áreas dentro dos parques nacionais e que estejam localizados nas regiões do Centro-Oeste, Nordeste e Norte”. Ou seja, acho até que está brando, na minha avaliação acho que está branco. Tem que ter 25% de ocupação. Então existem municípios, realmente que foram, praticamente, tomadas pelos parques nacional que são instituições que, realmente precisam ter a compensação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro. Embora, tenha sido pedido vistas do projeto, eu vou aproveitar aqui hoje que tem esse quorum para que a gente possa discutir, por ser um projeto complexo. Então com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sra. Presidente e Srs. Senadores, eu acredito que esse projeto vem exatamente ao encontro daquilo que aqui pleiteia o Senador João Pedro. O Senador João Pedro ainda ontem esteve manifestando essa dificuldade que está tendo em alguns municípios do Estado do Amazonas, onde se cria as áreas de conservação e põe-se ali, joga-se milhares de famílias e as famílias não têm nem como viver já que é proibido a utilização daquela área porque é parque florestal. Portanto, Senador João Pedro, eu quando vi esse projeto aqui na pauta eu achei esse projeto muito parecido com V. Exa., está exatamente ao encontro daquilo que o senhor tem defendido aqui protegendo os seus municípios no Estado do Amazonas como o Senador Jayme Campos também declarou aqui o que tinha acontecido no Estado do Mato Grosso. Cria-se reserva indígena e o Senador Jayme foi muito feliz em incluir reserva indígena, cria-se reserva indígena ocupando metade, até mais da metade de cada município, inclusive sede municípios.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Aduzindo ao que V.Exa. está falando, eu lembraria aqui até uma outra compensação que se faz por força de lei que é das áreas inundadas, que é a mesma coisa, o município perdeu uma área da sua atividade econômica por força da inundação ele tem direitos a royalties, tem direito a compensação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador Valter Pereira usa o microfone, por favor.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Então eu só acho eminente Presidente que pelo quorum que nós temos hoje, eu acho e eu considero como importante a aprovação desse projeto no dia de hoje porque ele vem ao encontro do interesse da região Norte e Nordeste e do Centro-Oeste. Essa é a minha manifestação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Perguntaria ao Senador João Pedro se permanece o pedido de vistas.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sra. Presidente, o Senador João Pedro é inteligente. Pequena (ininteligível) que ele já fez ele entendeu perfeitamente, sobretudo, tinha certeza que está, inclusive, preservando também os interesses do seu Estado, da sua agência, daquela valorosa população do seu Estado do Amazonas. Nós estamos aqui é preocupado é com o cidadão que está lá, Senador João Pedro. Tenho certeza que V. Exa. inteligente, conhecedor profundo também da região, sobretudo, do assunto que tem prejudicado sobremaneira a população, o Estado do Amazonas, eu acho que é um projeto interessante, e aproveitando a oportunidade eu acho que seria um momento ótimo, muito bom para que nós possamos votar essa matéria aqui nesta Comissão, Senador João Pedro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Existe aqui um percentual que trabalha de 25% dos municípios dentro do parque, não é isso? Pois é. É esse percentual que está me chamando a atenção, que está me suscitando a olhar com mais cuidado. Por que é que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – ...Esse percentual que me chamou atenção e eu estou pedindo isso que era para compatibilizar melhor isso, e isso me chamou atenção, esse percentual de área não com o fundamental, eu concordo, eu acho que territórios, parte dos seus municípios vira parque, vira uma Unidade de Conservação, enfim, a compensação ok, mas tem aqui um percentual que eu gostaria de analisar com mais cuidado isso, por que é que é 25%. Você compreendeu?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Número razoável nem para lá de mais, nem para cá de menos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu gostaria de ponderar o ilustre Senador João Pedro o seguinte: hoje não existe nenhum mecanismo capaz

de proteger o município que sofre as conseqüências da instalação desses parques. Obviamente, que o número de 25% é um número cauteloso. Veja o seguinte: o município para fazer jus a esse crédito ele teria que ter sofrido, na verdade, uma ocupação de sua área produtiva para essas outras finalidades de 25% da sua área. Eu acho que é cauteloso e é bom que seja cauteloso. Talvez o Senador João Pedro quando estiver já acompanhando a evolução de municípios que estão recebendo essa compensação por perda tão significativa, vai até apresentar um projeto para reduzir de 25% para 20% ou para 15%, porque eu também acho que é cauteloso, mas cautela é caldo de galinha não faz mal de ninguém. Eu acho que, efetivamente, é um número que nós arriscaríamos sem colocar em questão qualquer tipo de prejuízo à União ou ao estado, qualquer coisa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Eu ouvi atentamente essa ponderação, a ponderação do nosso querido Senador e vou continuar mantendo, eu quero... E tem mais um índice aqui que é o IDH, tem uma combinação aqui, esse percentual com o IDH.

Nós vamos ter ainda mais uma reunião, não vamos ter Senadora? Eu não quero, de forma alguma, prejudicar o projeto, eu acho que nós temos, pelo menos, mais uma reunião aqui na nossa Comissão?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Mais uma. Então eu retiraria o projeto para a próxima reunião.

Agora eu gostaria de deixar bem claro que não estando presente o Senador que pediu vistas eu coloco em votação, porque tem projetos que ficam aqui sendo colocados em votação três, quatro sessões. E a gente trabalhando sobre o mesmo tema, então eu acho que isso não é bom. Então na próxima reunião, que deverá ser a última, nós o colocamos em votação.

Vamos ao último item da pauta que é terminativo também e que eu vou colocar um relator ad hoc. Solicitaria ao Valter Pereira para ser o nosso Relator ad hoc deste projeto, porque ele já veio umas quatro vezes em votação e a Relatora não comparece. Então o Projeto de Lei do Senado nº 69 de 2007 terminativo. Institui o selo estatuto da cidade com o objetivo de impulsionar a implantação das ações e diretrizes contidas na Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 que regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Autoria Senador Inácio Arruda. Parecer pela aprovação do projeto e rejeição da emenda do Senador Cristovam Buarque. Observação: em reunião realizada em 16 de agosto do corrente foi concedida vistas ao

Senador Cícero Lucena que devolveu a matéria sem manifestação. Em 26/10/2007 foi enviado para o gabinete da relatora para reexame. Em 26/11/2007 foi devolvido pela Relatora sem modificação.

Concedo a palavra ao Relator ad hoc Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Antes de fazer esse relatório eu quero comentar aqui o rigor que V. Exa. está tendo com os relatores faltosos. Eu acho que está de parabéns, eu acho que a Comissão tem que funcionar, independentemente, da presença do relator ou não, e V. Exa. está de parabéns, a mulher comandando as coisas, realmente andam muito bem. Meus parabéns.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Agradeço, Senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas o relatório é o seguinte: o Senador Inácio Arruda visa favorecer os municípios cumpridores do Estatuto da Cidade que receberão benefícios da União para a execução de programas sociais, em especial, nas áreas de saneamento, infra-estrutura básica, melhoria nas condições de habitabilidade, transporte e mobilidade urbana.

O cumprimento do Estatuto das Cidades será atestado pela outorga, pelo Governo Federal do selo Estatuto da Cidade, conforme critérios de seleção e faixas de premiação a serem estabelecidos em regulamento. Segundo o autor os municípios precisam entender a magnitude da tarefa a eles delegada pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade, já que mais de 82% da população vivem em áreas urbanas cada vez mais caóticas, o que torna a ordenação do solo urbano e a política de desenvolvimento urbano de importância extrema para o próprio futuro da nação. O projeto foi distribuído à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para deliberação de natureza terminativa. Foi apresentada uma emenda de autoria do Senador Cristovam Buarque que inclui no âmbito dos benefícios derivados do projeto as áreas de educação e saúde retirando, por outro lado, a área de infra-estrutura básica. Análise: a presente proposição tem respaldo constitucional nas competências da União para instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive, habitação, saneamento básico e transportes urbanos e para promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. Trata-se de iniciativa da maior relevância tendendo-se em vista a necessidade de fortalecer a política urbana cujas diretrizes foram inscritas no Estatuto da Cidade. De fato, o caráter inovador do Estatuto exige do Poder Público mais do que a simples exigência de

sua aplicação, é preciso apoiar as boas práticas municipais, seja ampliando os recursos destinados a ela, seja divulgando-as para a opinião pública de forma a incentivar sua difusão para os demais municípios. O selo Estatuto da Cidade, ora proposto, atende a este objetivo ao prever que os municípios que o obtiverem sejam beneficiados na execução de programas sociais da União. A emenda do Senador Cristovam Buarque pretende estender às áreas da educação e de saúde os benefícios oferecidos aos municípios retirando, em contrapartida, a área da infra-estrutura básica, apesar da relevância das áreas propostas entendemos que elas excedem ao âmbito do Estatuto da Cidade, uma vez que tem por objeto exclusivamente a política de desenvolvimento urbano. Todas as áreas mencionadas na proposição saneamento, infra-estrutura, habitação, transporte e mobilidade fazem parte dessa política maior o que não ocorre com as áreas de educação e saúde, por esta razão a emenda deve ser rejeitada. O projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, no mérito apresenta grande relevância social e urbanística. Ante o exposto voto pela rejeição da emenda e pela aprovação do PLS 69/2007.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Para discutir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Senadora Lúcia Vânia, Senador Valter Pereira, esse projeto meritório do Senador Inácio Arruda eu, inclusive, tinha pedido vistas sobre esse processo e está nos autos que eu devolvi sem oferecer nada porque eu tinha um acordo com o Senador Inácio Arruda de uma preocupação que me levou a pedir vistas no processo, era o critério de escolha de quem iria dar o selo, quem iria decidir. Não, em absoluto, até entro no mérito da questão, mas eu acho que se nós deixássemos ele muito livre, poderia, não fazendo acusação, mas protegendo até o atual e futuros governantes para que houvesse um conselho que assim decidisse. E nessa minha conversa com o Senador Inácio Arruda nós tínhamos ficado de ser acatado pelo Relator uma emenda onde o art. 1º, § único do art. 1º passava a vigorar com a seguinte redação, § único: “o critério de seleção e premiação diferenciados, segundo a população e a renda dos municípios serão estabelecidos pelos conselhos da cidade”. Ou seja, não ficaria, Relator Valter Pereira, ao bel prazer de um administrador, mas dentro de um conselho da cidade é que fazia essa escolha e a

premiação de um processo democrático e de proteção às próprias cidades e aos gestores. E o Senador Inácio Arruda teria acatado essa nossa sugestão. Nós estamos aqui com a assessoria técnica e ele não se encontra presente, inclusive, pedindo para que fosse feito mais duas pequenas emendas de aperfeiçoamento do projeto, aí no caso não minha, mas sim do próprio Senador Inácio Arruda que eu passo à mão do relator e espero o acatamento da minha sugestão que é a emenda 2, bem como, os demais que é do próprio presidente Inácio Arruda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sra. Presidente, não tenho nenhuma objeção, até porque o Senador Cícero Lucena tem revelado grande conhecimento de toda essa política urbanista e tem conseguido traduzir muito bem os ditames do Estatuto da Cidade e com autoridade que ele tem de ex-prefeito, ex-governador, ex-ministro não seria eu que viria a criar qualquer obstáculo. Acredito que, efetivamente, pelos termos que ele propõe as emendas devem ser acolhidas e eu sou, minha opinião é pela aprovação delas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em discussão a matéria.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Só agradecer a gentileza do nobre Relator Valter Pereira pela sua bondade e também pelo acatamento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em votação o projeto. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Com o Relator e com as emendas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador João Vicente.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com o Relator e com agradecimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – (pronunciamento fora do microfone).

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Já é voto conhecido. Senador Jefferson Peres. Não está presente. Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu perguntaria aos Srs. Senadores se a emenda, se todos concordam que a emenda apresentada pelo Senador Cícero Lucena, se os Srs. Senadores estariam de acordo com essa emenda.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sra. Senadora eu queria só sugerir o seguinte: é porque, na verdade, são três, uma que foi de minha autoria e outra do próprio autor que aperfeiçoou o texto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pois não. Eu gostaria que votasse nominal então.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Não, não. Eu concordo com a votação das emendas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Então vamos... A votação será repetida com as emendas do nosso Relator ad hoc Senador Valter Pereira. Os Srs. Senadores que concordam. Então está aprovado o projeto. Com quantos votos? Falta o Gim Argello.

Agora precisamos votar uma emenda do Senador Cristovam que é pela rejeição. É do Cristovam?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Mas na hora que a gente vota o relatório com a rejeição nós estamos... A não ser que alguém pedisse destaque da emenda. Como ninguém pediu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Ok. Então, aprovado o projeto com quantos votos? Eu gostaria de informar aos Srs. Senadores que acontecerá na Câmara dos Deputados, Auditório Nereu Ramos nos dias 4 e 5 de dezembro o CBRATUR 2007 que é o 9º Congresso Brasileiro de Atividade Turística cujo tema será o Turismo e a Crise dos Transportes no Brasil, Ameaças e Oportunidades. Portanto, esse congresso da CBRATUR é feito em parceria com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado e da Câmara.

Aos Senadores do Centro-Oeste eu passaria uma minuta de uma sugestão do projeto da SUDECO para que nós pudéssemos fazer a próxima reunião já discutindo em cima de um projeto, de uma minuta. Então, os senhores receberão hoje essa minuta para depois a gente marcar uma reunião de discussão sobre o assunto.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a sessão agradecendo os Srs. Senadores pela presença.

Sessão encerrada às 12h11.

Ata da 31ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de dezembro de 2007, terça-feira, às 11 horas.

Às doze horas e quinze minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e sete, na sala nº 09, da Ala Senador Alexandre Costa, anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora **Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores **Cícero Lucena, Jefferson Péres, Sibá Machado, Expedito Júnior, Antônio Carlos Valadares, Wellington Salgado, Pedro Simon, Valdir Raupp, Osmar Dias** e da Senhora Senadora **Marisa Serrano e Maria do Carmo Alves**. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 30ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. Ato contínuo, a Presidenta esclarece que a presente reunião tem como finalidade a transferência do valor de R\$25.000.000,00 da Emenda 60110006 para a Emenda 60110002 aprovada em 13 de Novembro do corrente. Fizeram o uso da palavra os Senhores Senadores: Sibá Machado, Valdir Raupp e Cícero Lucena. Encerrada a discussão, a proposta é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário Interino da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta

SR. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 30ª Reunião da Comissão. Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acha. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

A presente reunião destina-se a transferir o valor de 25 milhões da Emenda 60110006 para a Emenda 60110002, aprovada em 13 de novembro passado.

Em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sra. Presidente, para concordar, a preocupação do seu Ministro é muito pertinente. Acreditamos que diante da importância dessa Emenda 002, ela precisa atender ao máximo estas pequenas experiências de investimentos produtivos, o que comumente(F) se conhece hoje pelos arranjos produtivos. Eu acho que tem muitas experiências muito interessante hoje no Brasil, e é uma área de, digamos assim, de alto interesse do Governo e acredito que mais ainda da comunidade beneficiária. Portanto, sou favorável a Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp, pelo PMDB.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – O PMDB é favorável, Sra. Presidente, a esse projeto de remanejamento.

SR. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena, Relator da matéria.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sra. Presidente, como Relator da matéria acho bastante oportuno a transferência do cancelamento de 25 milhões de apoio as obras preventivas do desastre nacional de uma Emenda de 500 milhões, para que possa reforçar a necessidade ao apoio de obras do arranjo produtivo em espaço sub-regionais nacional. Então, eu também, embora, tenha sido Relator dessas duas Emendas a reunião anterior, nós concordamos com esse remanejamento por entendermos que Deus nos livre de outros desastres, é mais fácil de se viabilizar recurso para desastres.

SR. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Não havendo quem queira discutir encerro a discussão. Em votação. Senhores e senhoras parlamentares que concordam permaneçam como se acham. Aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h09.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ata da 29ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de novembro de 2007.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e sete, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as) – **DELCÍDIO AMARAL, ANTONIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JOÃO PEDRO, LEOMAR QUINTANILHA, JONAS PINHEIRO, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, CÉSAR BORGES, AUGUSTO BOTELHO, RAIMUNDO COLOMBO, ROSALBA CIARLINI, MARCONI PERILLO, JOÃO TENÓRIO E JOÃO DURVAL**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Sibá Machado, Garibaldi Alves Filho, Pedro Simon, Heráclito Fortes e Cicero Lucena. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **1ª PARTE: REUNIÃO DELIBERATIVA – ITEM 1: SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001. (Não Terminativo). EMENTA:** Altera o artigo 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que “dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências”. **AUTORA:** Câmara dos Deputados. **RELATOR:** Senador João Durval. **RELATÓRIO:** Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 57/2001, com emenda de redação que apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as) – Osmar Dias, Delcídio Amaral. Passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado o parecer favorável com emenda nº1 – CRA, de redação. À Secretaria Geral da Mesa. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2007 . (Não Terminativo). EMENTA:** Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite. **AUTOR:** Senador Álvaro Dias. **RELA-**

TOR: Senador Expedito Júnior. **RELATÓRIO:** Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. **RESULTADO: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2007 . (Não Terminativo). EMENTA:** Inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992. **AUTOR:** Senador Valdir Raupp. **RELATOR:** Senador Raimundo Colombo. **RELATÓRIO:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as) – Osmar Dias, Delcídio Amaral. Passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado o parecer favorável com emenda nº1 – CRA. À Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa. ITEM 4: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 90, DE 2007. (Não Terminativo). EMENTA:** Susta a aplicação do artigo 3º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, de da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003. **AUTORA:** Senadora Kátia Abreu. **RELATOR:** Senador Marconi Perillo. **Relatório:** Pelo arquivamento do presente Projeto de Decreto Legislativo, e, nos termos do art. 133, V, “a”, pela apresentação de Projeto de Lei do Senado. **RESULTADO: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 5: REQUERIMENTO Nº 26, DE 2007-CRA. ASSUNTO:** Requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu, que requer seja realizada audiência pública perante a CRA, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de instruir e discutir o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, que propõe alterar a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade, com a participação dos seguintes convidados: 1) Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; 2) Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 3) Eliseu Alves, representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; 4) Representante da Confederação Nacional da Agricultura; 5) Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Iniciada a discussão, fazem

uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as) – Delcídio Amaral e João Tenório. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado, com adendo do Senador Delcídio Amaral. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRA-PAUTA: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 597, DE 2007. (Não Terminativo). EMENTA:** Isenta o óleo diesel utilizado na produção de energia da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide-combustíveis). **AUTOR:** Senador Marconi Perillo. **RELATOR:** Expedito Júnior. **RELATÓRIO:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. **RESULTADO: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 27, DE 2007 – CRA. ASSUNTO:** Requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu, que requer seja realizada audiência pública em conjunto com a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater sobre as tecnologias genéticas de restrição de uso de variedade, e instruir o Projeto de Lei nº 268, de 2007-CD, de autoria do Deputado Eduardo Sciarra, com a presença dos seguintes convidados: Walter Colli – Presidente da CTNBIO; Marcelo Menossi – Pesquisador da UNICAMP; Fernando Reinach – Presidente da Empresa Alellyx S/A. Iniciada a discussão, e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 28, DE 2007 – CRA. ASSUNTO:** Requerimento de autoria do Senador João Pedro, que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos moradores da Reserva Biológica de Abufari e a necessidade de transformar essa reserva, ou parte dela, em Reserva Extrativista, com seguintes convidados: Presidente do Instituto Internacional de Pesquisa e responsabilidade Socioambiental (Chico Mendes); Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM; Presidente da Comissão Pastoral da Terra – CPT-AM; e Representantes da Comunidade do Município de Tapauá-AM. Iniciada a discussão, e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. 2ª PARTE: ITEM 1:** Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 20, de 2007 – CRA, de autoria do

Senador João Tenório, aprovado em 19.9.2007, com adendo da Senadora Kátia Abreu, por meio do Requerimento nº 23, de 2007 – CRA, aprovado em 29.9.2007, com o objetivo de discutir e analisar a evolução da produção e da importação brasileira de adubos, fertilizantes e corretivos agrícolas, tendo em vista a crescente preocupação mundial com a segurança alimentar, reforçada pelo crescimento da demanda global por biocombustíveis, com a participação dos seguintes convidados: **Sr. Wilson Vaz Araújo** – Diretor do Departamento de Economia Agrícola da Secretaria de Política Agrícola – MAPA; **Sr^a Anamélia Socal Seyffarth** – Assessora Especial da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX; **Sr. Alexandre de Barros** – Sócio – Diretor da Consultoria MB Advogados – ANDA; **Sr. Rui Carlos Otoni Prado** – Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Mato Grosso – CNA; **Sr. Benedito Ferreira** – Diretor do Agronegócio da FIESP; **Sr. George Wagner Sousa** – Presidente da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil – AMA. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as) – Osmar Dias, João Tenório, Kátia Abreu, João Pedro e Jonas Pinheiro. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) –... A 29ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que com a anuência do Plenário é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de matéria em primeira parte, e logo após a realização de Audiência Pública para tratar dos fertilizantes. Passamos nesse momento à apreciação da matéria.

Item 1º. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº. 57/2001 que altera o art. 36 do Decreto Legislativo nº. 221 de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Esclareço à Comissão que o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado foi apreciado pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização

e Controle, tendo parecer favorável. Com a palavra o Relator, Senador João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA) – É o substitutivo da Câmara dos Deputados de 2001 ao Projeto de Lei do Senado nº. 57/2001, PL nº. 5.570 C de 2001 na Câmara dos Deputados, de autoria do Senador Álvaro Dias. O substitutivo altera o art. 36, do Decreto-Lei nº. 221 de 28 de fevereiro de 1967, que trata da proteção e de estímulos à pesca incluindo no referido dispositivo o § 2º. O art. 36 do citado Decreto-Lei estabelece que art. 36, o proprietário ou concessionário de represa em cursos d'água além de outras disposições legais é obrigado a tomar medidas de proteção à fauna. Parágrafo Único. Serão determinadas pelo órgão competente medidas de proteção à fauna em quaisquer obras que importem na alteração do regime dos cursos d'água, mesmo quando ordenadas pelo Poder Público. O art. 1º do PLS nº. 57/2001 teve sua redação pouco alterada pelo substitutivo da Câmara dos Deputados sem interferir no mérito. Já o segundo parágrafo do mesmo artigo proposto originalmente pelo Senador Álvaro Dias acrescentava que: § 2º, é responsabilidade dos proprietários ou concessionários de represas, de acordo com determinações do órgão competente, a produção e distribuição de alevinos em suas áreas de atuação. O substitutivo dá nova redação ao segundo parágrafo proposto, estabelecendo que: § 2º, constituem responsabilidade dos proprietários ou concessionários de represas de acordo com determinação do órgão competente e suas áreas de atuação. Item um, o fomento à apicultura. Dois, o fechamento do reservatório com a finalidade de elevar à população da respectiva ictiofauna. Após ter recebido Emendas na Câmara dos Deputados, Casa revisora, o PLS nº. 57/2001 retorna ao Senado Federal por ser a Casa iniciadora, conforme instrui o Parágrafo Único do art. 65 da Constituição Federal, e o art. 136 do regimento comum do Congresso Nacional.

No Senado o substitutivo foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Na justificativa do PLS nº. 57/2001 o autor argumenta que a produção e a distribuição de alevinos de acordo com critérios que teria estabelecido pelo órgão competente contribuiria para incentivar e aumentar a produção da aquíicultura e o consumo de pescado, especialmente pela população local de baixa renda, além de permitir uma melhor preservação dos recursos naturais.

Análise. Represas e barragens resultantes ou não da construção de hidrelétricas modificam radicalmente o ecossistema terrestre que é inundado, interfere no regime hídrico dos cursos d'água e no ecossistema subaquático. Um exemplo é a interferência na piracema,

fenômeno em que cardumes sobem cursos d'água dos rios em direção às nascentes para a reprodução e desova. As populações ribeirinhas que têm sua pesca fluvial parte importante de seu sustento são afetadas pela redução da piscosidade(F) dos rios em virtude da alteração de suas vazões e regime hídrico. O Código de Pesca do Decreto-Lei nº. 221 de 28 de fevereiro de 67 obriga o proprietário, o concessionário de represa em curso d'água a tomar medidas de proteção à fauna, mas remete ao órgão competente determinar tais medidas. Fomos responsáveis por médias e grandes barragens e represas, são empreendedores de grande porte é louvável a iniciativa do Senador Álvaro Dias de também lhes atribuir a responsabilidade de mitigar os impactos socioeconômicos e ambientais de tais empreendimentos. O substitutivo aperfeiçoou o PLS nº 57/2001. Além de debates nas Comissões daquela Casa também foram ouvidos membros da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca da Presidência da República.

São positivas as alterações sugeridas pelo substitutivo da Câmara dos Deputados, pois melhor definem as responsabilidades dos proprietários ou concessionários de represas no fomento à aquicultura e na restauração no aumento das populações da ictiofauna. Entretanto, no tocante à técnica legislativa, cabe alterar a Emenda 57/2001 a fim de melhor esclarecer o objeto da alteração do Decreto-Lei nº 21/1967.

Voto. Pelos argumentos acima expostos, somos pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº. 57/2001 com a Emenda de redação à Ementa nos termos seguintes. Dê-se à Ementa do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº. 57/2001 a seguinte redação: Altera o art. 36 do Decreto-Lei nº. 221 de 28 de fevereiro de 1967 para responsabilizar os proprietários e concessionários de represas pelo fomento à aquicultura e o fechamento do reservatório, com a finalidade de elevar a população da respectiva ictiofauna.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Senador João Durval. O Relatório conclui pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 57/2001 com Emenda de que apresenta. Em discussão o projeto. Senador pelo Mato Grosso.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, é louvável esse projeto, até porque ele também se preocupa especialmente com os aproveitamentos de hidroeletricidade, que em função das suas próprias características evidentemente podem colocar em risco a ictiofauna dos cursos d'água aonde esses projetos são implementados. Portanto, eu quero

aproveitar a oportunidade principalmente em função do incentivo à produção de pescado e a esses cuidados que agora serão exigidos dos empreendedores ou daqueles que são proprietários de pequenos aproveitamentos implementados nos cursos d'água brasileiros eu quero mais do que nunca registrar a importância desse projeto e também parabenizar o nosso querido Senador João Durval pelo Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, eminente Senador Delcídio Amaral, do Mato Grosso do Sul. Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Sr^{as}. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto será encaminhado à Secretaria Geral da Mesa.

Item 2. Senador Expedito Júnior. Não se encontra presente, o Relator. Passamos para o Item 3. Projeto de Lei do Senado 348/2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela política de garantia de preços mínimos nos termos do Decreto-Lei nº. 79 de 19 de dezembro de 1966 da Lei 8.427 de 27 de maio de 1992. Com a palavra o Relator, Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Sr. Presidente, Neuto de Conto, Srs. Senadores. O Projeto de Lei em exame é constituído de dois artigos. O primeiro estabelece que a política de garantia de preços mínimos compreende o apoio à comercialização da carne suína. Em seu Parágrafo Único, detalha que são beneficiários do apoio os pequenos e médios produtores rurais e suas cooperativas. O art. 2º trata da cláusula de vigência. Não foram oferecidas Emendas. O autor do projeto justifica sua apresentação ressaltando a crise que se abateu sobre a suinocultura catarinense agravada pelo embargo da Rússia as importações de carne suína do Estado de Santa Catarina. Informa o autor que as exportações de carne suína realizadas pelo Estado em 2006 representaram apenas 40% das exportações do produto realizadas no ano anterior. Segundo a FAU a carne suína apresenta teor de gordura saturada menor do que a carne suína. Sendo nesse aspecto mais saudável que a carne de frango com pele. Essa razão explica porque é que a carne suína participa com 39% de toda proteína animal consumida no mundo. Argumenta ainda o autor que a Constituição Federal em seu art. 187 determina que a política agrícola levará em conta os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização.

Análise. A produção de carne suína mostrou recuperação ao atingir em 2006 o montante de 2,87 milhões de tonelada. Igualando volume produzido em 2002. Não obstante a esse aumento, as exportações

em 2006 foram menores que nos anos anteriores, devido ao embargo da Rússia, principal compradora da carne suína brasileira. Como a exportação baliza o preço interno, tais condições levaram os produtores de suíno a viverem nova crise no início de 2007 assim como aquela em 2002.

Em 2007, entretanto, ocorreu um crescimento discreto das exportações, mas que não tem sido suficiente para eliminar a crise do setor. O consumo interno não cresceu. Provocando um excesso de oferta e de acordo com levantamento realizado pelo centro de estudos avançados em economia aplicada da Universidade de São Paulo, CPA-USP, desde o início dos anos as cotações do preço dos suínos caíram 20%. Por outro lado, 75% em média dos custos de produção é composto de ração. Baseado no milho e soja cujos preços vem aumentando. De fato os suinocultores vivem nova situação de crise e a carne suína não vinha sendo amparadas pela política de garantia de preços mínimos. Não obstante algumas medidas tenham sido tomadas pelo Governo para sanear a crise de 2007, há que se adotar medidas para a prevenção das crises futuras. Nesse sentido, como a carne suína não vem sendo contemplada pela política de garantia de preços mínimos, o Projeto de Lei do Senado nº. 348/2007 inova ao obrigar o Poder Executivo por força uma lei a socorrer um seguimento do setor produtivo quando este encontrar dificuldades cujas causas externas lhes sejam desfavoráveis. Evita assim que tal segmento tenha que travar longas e penosas negociações políticas para tal socorro, seja proporcionado em geral com atraso e prejuízo para os produtores. Outra vantagem é que esses produtores não terão que recorrer à negociação de dívidas de crédito rural, em uma conjuntura de preços deprimidos e custo de produção elevado. O art. 2º, § 1º da Lei 8.427 de 27 de maio de 82 que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural contempla com essa subvenção os demais integrantes da cadeia produtiva que contribuem no processo de comercialização dos produtos agropecuários. O Parágrafo Único do art. 1º do Projeto de Lei nº. 348 restringe o benefício do preço mínimo da carne suína aos pequenos e médios produtores rurais e as suas cooperativas. Caso aprovado dessa forma não obstante os integrantes das demais cadeias produtivas ainda pudessem receber a subvenção mencionada no caso específico da cadeia produtiva de suínos, o acesso a esse incentivo seria vedado, afetando negativamente o processo de comercialização.

Por esta razão, o Parágrafo Único do art. 1º deve ser suprimido do Projeto de Lei do Senado nº. 348/07.

O voto. Considerando todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 348 de 19 de junho de 2007 com Emenda supressiva apresentada nos termos a seguir. Suprima-se do Projeto de Lei nº 348/007 o Parágrafo Único do art. 1º. Esse é o Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Senador Raimundo Colombo. O Relator conclui pela aprovação do projeto com uma Emenda que apresenta. Em discussão. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, Srs. Senadores, quando eu fui professor de suinocultura da Faculdade de Agronomia, há 30 anos atrás, essa proposta já existia. A de nós colocarmos um preço mínimo na carne suína. Pela mesma razão que ela existe hoje. A carne suína nunca teve uma estabilidade de preços no mercado, ela sempre variou de acordo com fatores externos e internos. Ora é a carne bovina que cai e arrasta a suína também, ora é o aumento da produção que coloca um excesso de produção no mercado, ora é o consumo que cai em função da renda do trabalhador. E tudo isso interfere para um preço oscilante durante o ano mesmo. Vários períodos de preço durante o ano caracterizam o mercado da carne suína. Não é como a carne bovina que tem a entressafra, nós sabemos qual é o período de alta e qual o período de baixa. O suinocultor pode ser pego de surpresa a qualquer momento. Ainda mais agora com as commodities tendo um preço regularmente bom no mercado internacional, a soja em torno de 40, o milho já está em torno de 24... Fica muito caro produzir suínos no Brasil e não houve um aumento como houve na carne de aves e na carne bovina no consumo per capita. O consumo per capita da carne suína foi o que menos cresceu, mesmo nesse período do Plano Real em que houve um incremento do consumo de carne no Brasil.

Então quando eu dava aula de suinocultura, eu participei inclusive na cidade, se não me engano de V.Exª. lá de Chapecó, numa reunião lá em 1979 para discutir preço mínimo na carne suína. Muitos anos se foram e nós estamos aqui hoje votando um Projeto de Lei. Se tivesse havido já em outros governos e no atual Governo uma sensibilidade maior, talvez nós teríamos algumas outras alternativas para ampliarmos o mercado de carne suína. Até a questão da merenda escolar que foi muito reclamada, a questão do consumo pelo próprio Exército Brasileiro que era sempre uma reivindicação para que o Exército passasse a consumir mais carne. E uma campanha de publicidade no sentido de mostrar as qualidades da carne suína. Isso não houve. Tanto não houve que eu fui suinocultor e não deixei porque

quis. No Governo militar houve o advento da peça suína africana que como técnico eu posso afirmar que ela nunca existiu no Brasil. Uma jogada de marketing de uma grande empresa que estava importando matrizes para colocar no mercado interno e aquilo motivou a matança de muitos suínos e muitas granjas, inclusive da minha, e foi esse fato que me levou a ser professor, porque mataram os suínos e eu acabei como professor de uma faculdade de agronomia que tinha me formado. Acontece que aquela... Aquele episódio ele praticamente inviabilizou a suinocultura por três ou quatro anos. E naquele tempo a suinocultura era concentrada nos nossos Estados do sul. Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Hoje, não. Avança para Mato Grosso, avança para Goiás, outros... Bahia, outros Estados estão produzindo suínos com muita tecnologia e muita qualidade. Agora, os suinocultores estão hoje muito preocupados. Em função da alta do preço da ração, em função da alta dos preços dos insumos, nós ainda não temos uma lei que determine a possibilidade de medicamentos genéricos no mercado para baratear o custo. Se atravessa a fronteira e vai no Paraguai ou se atravessa a fronteira e vai Argentina, você compra um medicamento, claro que não pode, porque aí é contrabando, mas lá o suinocultores compram medicamento 40% mais barato o custo do que aqui no Brasil. Em função da alta carga tributária. E daqui a pouco nós vamos discutir fertilizantes aqui. Tem o mesmo problema acontecendo em relação a fertilizantes. Então nós temos que aprovar sim esse Projeto de Lei que foi muito bem relatado pelo Senador Raimundo Colombo, que é de Santa Catarina, um dos maiores produtores do País e onde tem a maior tecnologia na produção de suínos, e até porque essa discussão se estendeu por longo do tempo, o Governo não adotou essa medida que deveria ter adotado, de estabelecer um preço de garantia, um mínimo preço mínimo para os suinocultores para evitar que as crises dispensem do campo muita gente. Porque o suinocultor é na sua característica um pequeno produtor. Poucos são os grandes produtores suinocultores. É uma atividade intensiva que exige muito investimento, muito capital e o retorno muitas vezes não é assegurado pelo preço e pelas questões que eu aqui coloquei de custo de produção e em relação a preço de mercado, o mercado foi retraído principalmente pelo anúncio da febre aftosa que afetou sim o Mato Grosso do Sul, mas que não afetou o Paraná, mas foi anunciado no Paraná como se tivesse havido. Isso tirou o Paraná do mercado, assim como Mato Grosso do Sul, em todos os... Todos os produtores com animais suscetíveis a doença, a febre aftosa foram impedidos de exportar, bovinos, suínos, e o que aconteceu? O preço caiu. Nós tínhamos um preço

naquele período que começou a febre aftosa de 2,40 o quilo. De repente em uma semana caiu para 1,60. De repente, mais uma semana ele caiu para 1,30. E o custo era de produção era 1,80. Aí não há alguém agüente. Nós ficamos um período com produtor de suínos realmente pagando caro para produzir e aí ele fica no dilema. Se abate as matrizes ele perde todo o investimento que fez em material genético, e isso leva tempo, demanda muito tempo para conquistar um nível de rebanho que seja compatível com as necessidades e alcançar índices de produtividade para competir no mercado, e se ele tenta sair para voltar ele não consegue mais. Então muitos saem, não voltam, e quando saem acabam indo para uma situação de desemprego. Porque são pequenos agricultores que não têm outra especialidade, é aquela.

Então, eu acredito que é uma questão de justiça e uma questão social o Governo implantar o preço mínimo para a carne suína. Porque vai segurar muita gente no campo com emprego, com qualidade de vida e, sobretudo, contribuindo para a balança comercial, porque agora vamos ter, graças a Deus, a abertura novamente do mercado e já passou o tempo necessário, e também contribuindo para que essas pessoas que continuam no campo elas não venham concorrer com aqueles que já estão desempregados na cidade. Estão numa vida boa no campo, precisam desse preço de garantia para continuar, mas a vida só é boa quando eles conseguem pagar conta. E para pagar conta precisa desse preço mínimo e sou totalmente favorável ao Relatório do Senador Colombo e ao projeto do Senador Valdir Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Continua em discussão. Com a palavra o Senador pelo Mato Grosso do Sul, Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, primeiro eu sempre admirei Santa Catarina pela competência da política. E é importante registrar, Senador Osmar Dias, esse projeto que é um projeto louvável, absolutamente fundamental para a suinocultura, é um projeto do Senador Valdir Raupp que aqui representa Rondônia, mas é nascido em Santa Catarina. É relatado pelo Senador Colombo que é de Santa Catarina, numa Comissão que é presidida pelo Senador Neuto de Conto que é de Santa Catarina, e importante, lá da região, como disse muito bem o Senador Osmar Dias. E já não é sem tempo que nós... é fundamental que nós aproveemos nessa Comissão... Eu não sei se é terminativo... Não, não é terminativo. Mas que nós aproveemos nessa Comissão essa política de preços mínimos. O Senador Osmar Dias falou muito bem aqui, a suinocultura ela existia com intensidade

no Paraná, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Hoje está subindo. Mato Grosso do Sul hoje é um Estado onde a suinocultura tem um papel preponderante, principalmente na região da Grande Dourados. Está acompanhando o milho. Um corre atrás do outro. E com tecnologia. O que é fundamental, muito importante, até em função da eficiência que se espera. E pegando carona nas afirmações do Senador Osmar Dias, que é especialista na área, competente, eu gostaria também de registrar que o Ministério da Agricultura considerou agora Mato Grosso do Sul zona livre de aftosa. E nós não sofremos só, Sr. Presidente, com a carne bovina. É isso que o Senador Osmar Dias disse. A carne suína também e os nossos produtores tiveram muitos prejuízos, porque essa rejeição à carne bovina em função da aftosa trouxe a carne suína.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Que o diga o nosso ex-colega Senador Levi Dias, que é um grande suinocultor.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Que é um grande suinocultor e diga-se de passagem meu caro Senador Osmar Dias, é meu vizinho. E eu acompanhei o drama que ele enfrentou fruto dessas dificuldades. Hoje nós já não somos mais... O Ministério da Agricultura agora considerou Mato Grosso do Sul área livre de aftosa, e isso também não quer dizer que as coisas estão resolvidas. Nós precisamos recursos que estamos inclusive discutindo agora no orçamento de 2008, principalmente por essa questão de sanidade animal na região de fronteira. É importante a decisão do Ministério no sentido de tratar isso de uma maneira integrada não só em Mato Grosso do Sul, mas com os países vizinhos, com o Paraguai, com Bolívia. Porque não adianta nada fazer vacinação do nosso lado. Tem que fazer vacinação do outro lado. E estabelecer políticas e mais do que nunca, viabilizando recursos para que a gente não enfrente mais esse drama... Aliás, importante também a rastreabilidade. Que são medidas fundamentais para afastar de uma vez por todas esse fantasma que acabou atingindo a carne suína.

Então, eu quero também reiterar aqui o meu voto favorável e dizer que apesar do Relatório do Senador Colombo falar dos pequenos produtores, médios, produtores catarinenses, isso serve para os Paranaenses, para os rio-grandenses do sul e para o sul-mato-grossense também que vão ser diretamente impactados por esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senador Delcídio Amaral, realmente a vacinação ela é muito importante. Nós conseguimos certificado livre de febre aftosa em Santa Catarina sem vacinação depois de muitos anos de luta. E tive a oportunidade na última semana, no Parlamento do Mercosul,

aonde um dos maiores temas foi debatido a vacinação dos rebanhos de todos os países que compõem o Mercosul, com recursos inclusive do Banco Mundial para que todos assumam um compromisso firme para que nós possamos liderar na América o mercado de carnes. Então é muito interessante e muito importante. Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Sr^{as}. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos que lá a decisão é terminativa.

O Item 4 da pauta, a pedido do Relator Senador Marconi Perillo será retirado de pauta. O Item... O Item 2, e um Extrapauta também será tirado de pauta a pedido do Relator, Senador Expedito Júnior.

Vamos apreciar então o Item nº. 05 que é Requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu que requer seja realizada Audiência Pública desta Comissão em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos a fim de instruir e discutir o Projeto de Lei do Senado nº. 202/2005 que propõe alterar a Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 para dispor sobre a fixação e ajuste dos parâmetros, índices indicadores de produtividade com a participação dos seguintes convidados. O Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário, Ministro de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Eliseu Alves, representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, representante da Confederação Nacional de Agricultura, representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Em votação o Requerimento.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com a palavra o Senador Delcídio.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Gostaria de sugerir também que fosse incluído nessa audiência um representante, e se assim a Comissão entender, um representante da CONTAG e o Profº Pedro Ramos, pesquisador da UNICAMP que participou da equipe que trabalhou nesses indicadores. Acho que seria uma oportunidade boa para se estabelecer o contraditório e aproveitar essa Audiência Pública dentro dos propósitos apresentados pela Senadora Kátia Abreu.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com a palavra o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa sugestão desse Requerimento Senadora Kátia Abreu ela provém de uma Audiência Pública que aqui nós tivemos onde houve uma iniciação dessa discussão. Naquela audiência

onde ficou manifesto a preocupação do Governo e mais do que a preocupação, a exigência do Governo, a... O rigor do Governo no sentido de que os índices de produtividade que viabiliza ou disponibiliza algumas áreas produtivas para a realização de Reforma Agrária ou não, ficou muito clara a atitude que o Governo está tendo no sentido do rigor que ele quer estabelecer nessa área. E naquele momento eu solicitava a algum representante do INCRA que aqui estava presente se o INCRA dispunha de algum tipo de informação que nos indicasse também qual era o índice de produtividade das terras que foram feitas Reforma Agrária. Porque acho que tem que fazer um balanço para ver, nós estamos exigindo demais da agricultura, digamos assim, extensiva do agronegócio para que tenham níveis de produtividade importante, mas nós não temos nem informação, acho que nem estatística existe. Ele nos disse naquele momento que existia estatística sobre isso. Então nós solicitamos que essa estatística fosse apresentada, estatística essa que demonstraria qual o... O que na verdade acontece quando a área de terra passa de uma produção mais extensiva para uma produção de Reforma Agrária, e essas informações não foram concedidas.

Então a semelhança do que aconteceu com o Senador Delcídio Amaral eu gostaria de sugerir que nessa Audiência Pública também nós aproveitássemos a oportunidade para tentar fazer com que o INCRA nos enviasse ou trouxesse esse tipo de informação que foi prometido naquela Audiência Pública e até o momento não foi cumprido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Continua em discussão. Em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Na próxima terça-feira, dia 4/12 então acontecerá a reunião conjunta com os adendos propostos pelos Senadores Delcídio Amaral e João Tenório, nós vamos debatê-lo na Comissão de Assuntos Econômicos. Então no próximo dia 4, terça-feira, às 10h.

Nós temos mais duas matérias Extrapauta, Item 2. O Requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu que requer seja realizada Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados com o objetivo de debater sobre as tecnologias genética de restrição de uso de variedades, objeto de Projeto de Lei 268/2007. E a reunião não poderá ser em conjunto. Tem que ser encontro. Porque as duas Comissões são... pela Legislação são Casas diferentes. Como a autora não está presente para debater, colocamos em discussão. Em votação. Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. O Item 2 da pauta. Senador... O Senador Expedito Júnior não

compareceu para fazer a sua defesa. Nós encerramos então a primeira parte da nossa pauta do dia e passamos de imediato então para a segunda parte, que é Audiência Pública.

Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento nº. 20/2007, CRA de autoria do Senador João Tenório, aprovado em 19/09/2007 com adendo da Senadora Kátia Abreu por meio do Requerimento nº. 23/2007, CRA, aprovado em 29/09/2007 com o objetivo de discutir e analisar a evolução da produção e importação brasileira de adubos, fertilizantes e corretivos agrícolas tendo em vista a crescente preocupação mundial com a segurança alimentar, reforçada pelo crescimento da demanda global dos biocombustíveis com a participação dos seguintes convidados que os convidamos que façam parte da Mesa.

O representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. MAPA. Ana Amélia Socal Schifar(F), Assessora Especial da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior. O Prof. Alexandre de Barros, sócio-Diretor da consultoria MB Advogados. O Sr. George Wagner Sousa, Presidente da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil. Sr. Wilson de Vaz Araújo, Diretor de Departamento Agrícola da Secretaria de Política Agrícola, MAPA. Ruy Carlos Otoni, Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso. Sr. Benedito Ferreira, Diretor de Agronegócios da FIESP.

De imediato passamos a palavra então ao Dr. Benedito Ferreira, Diretor de Agronegócio da FIESP.

SR. BENEDITO FERREIRA: Bom dia a todos. Meu caro Presidente Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, prezados Senadores Osmar Dias, Jonas Pinheiro, nosso Senador querido João Tenório, meus senhores e minhas senhoras.

Nós recebemos com muito prazer a convocação, convite para participar aqui dessa Audiência Pública para falar a respeito da evolução, da produção e importação de fertilizantes e corretivos agrícolas tendo base a crescente preocupação mundial com a segurança alimentar, reforçada pelo crescimento da demanda global por fertilizantes.

Como todos sabem nós tivemos durante esse ano uma grande evolução de preço de fertilizantes. Os fertilizantes praticamente dobraram de preço de janeiro para cá. Em dólar. Isso foi basicamente em função desse frisson que houve do mercado internacional do etanol, nos Estados Unidos, quer dizer, o aquecimento da demanda, o que ocasionou aumento generalizado de preços dos fertilizantes. Nós temos sido convocados, já estivemos na Câmara Federal e junto a vários órgãos do Governo para mostrar, para explicar, para

fazer essa explicação que vamos fazer hoje aqui aos senhores. E nós... O setor de fertilizantes tem alguns sérios problemas que nós vamos comentar aqui hoje, problemas de isonomia fiscal, problemas de ARFM, problemas de tarifa que muitas vezes escapa da maioria do conhecimento das pessoas.

Então, a nossa idéia é trazer hoje aqui uma visão abrangente a respeito desse tema, a respeito desse assunto. Nós estamos aqui o setor representado em sua totalidade, eu representando FIESP e o Sindicato de Matérias-Primas, o Dr. George Wagner representando a AMA e o SIACESP. Quer dizer, nós estamos aqui o setor praticamente inteiro, completo, para dizer, trazer aos senhores as informações as mais precisas e mais atuais possíveis.

Nós hoje temos um grande problema que é o que é a dependência em função de uma série de problemas que o Dr. Mendonça de Barros vai explicar, nós vamos verificar que o investimento no negócio de fertilizantes parou. Então nós estamos cada dia mais dependendo de importações. E isso chegou, nós estamos chegando num nível de dependência que passou a ser um problema estratégico. Quer dizer, o País não pode, um País como o nosso ter uma dependência tão grande de importações de fertilizantes. Em função de uma série de distorções que vamos comentar aqui hoje nesse trabalho.

Então o nosso Senador Tenório havia nos convocado para vir aqui, eu estive com ele dizendo que tínhamos preparado a pedido do Ministro da Agricultura, do Ministro Stephane, e eu mostrei para ele esse dependência da importação de fertilizantes e ele ficou altamente preocupado e nos solicitou que fizéssemos um trabalho com uma consultoria externa e que viéssemos aqui depois apresentar esse trabalho porque o País não pode ficar numa dependência, como nós vamos ver aqui, que pode chegar a 70, 80% de produto importado. Quer dizer, o País a nível estratégico fica numa situação completamente vulnerável.

Então, todo esse sonho nosso de sermos os grandes abastecedores de alimentos e de energia para o mundo sem fertilizante nós não vamos a lugar nenhum. Hoje a produção está parada, em função de uma série de distorções que vamos analisar e a importação crescendo. Nós vamos fazer a apresentação do setor, vai ser feita em primeiro lugar pelo Dr. Alexandre Mendonça de Barros, que vai fazer essa... Que é a pessoa, a empresa que nós contratamos para fazer esse trabalho que vamos levar agora ao Ministro da Agricultura e aos outros Ministros e estamos apresentando aqui hoje para os senhores. E em seguida a exposição do Dr. Mendonça de Barros o Dr. George utilizará também essa Tribuna aqui para mostrar principalmente porque

é que os preços sobem. Quer dizer, os preços sobem porque há processo de demanda. Demanda mundial. O mundo hoje que corre atrás de produzir alimentos, que corre atrás de produzir energia e isso demanda fertilizantes. Demandando fertilizantes os preços tendem a subir. É o mercado muito grande, um mercado de investimentos tardios, quer dizer, o projeto demora muito, então quer dizer esses problemas todos de oferta, os pequenos desbalanços de oferta e demanda geram altas de preço muito elevadas.

Então, eu gostaria que o Dr. Alexandre Mendonça de Barros fizesse a sua apresentação, o Dr. Alexandre é engenheiro agrônomo, é doutor em agronomia, professor na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo e na Escola Superior de agronomia Luiz de Queiroz em Piracicaba.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com a palavra então o Dr. Alexandre Barros.

SR. ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS: Bom dia. Gostaria antes de tudo agradecer é uma honra estar aqui, o convite. Cumprimentar o Senador Neuto de Conto, muito obrigado por nos receber, o convite de apresentar o nosso trabalho que desenvolvemos. Demais Senadores é uma honra está aqui podendo falar com os senhores.

Nós organizamos um trabalho que tenta mostrar a dependência externa de fertilizantes na agricultura brasileira. A organização do nosso trabalho começa... Ok. Por gentileza, o primeiro slide.

Bom, eu organizei o trabalho, vou tentar ser bastante objetivo. O potencial da agricultura brasileira... Aqui quero mostrar um pouco que além de um potencial de crescimento muito grande, a nossa agricultura ainda é muito pequena perto das demais agriculturas do mundo.

Segundo, mostrar um pouco a dependência externa da agricultura brasileira a importação de fertilizantes que ela já é uma realidade hoje. Realizamos um trabalho que já fazemos algum tempo de uma projeção do que deve crescer o mercado de fertilizante no Brasil nos próximos anos e qual será a nossa exposição a dependência externa. Depois, por que é que essa dependência externa existe na nossa visão. Se nós temos condições de produzir fertilizantes no Brasil. O mercado internacional de fertilizantes, o que é o Brasil nesse mercado, pra gente mostrar quão pequeno nós somos perto dos nossos maiores concorrentes e se há uma solução nós trazemos aqui algumas soluções possíveis.

Bom, hoje o Brasil é conhecido como uma potência agrícola. Acho que a principal característica nossa acho que é a única agricultura tropical de larga escala

que existe no mundo. É um sistema relativamente novo, historicamente estamos construindo uma tecnologia tropical. É um sucesso sem dúvida que nos permitiu avançar a fronteira agrícola brasileira, no cerrado, o advento de plantio direto, toda a tecnologia que nós desenvolvemos nos permitiu criar uma coisa única no mundo. Terceira característica nossa nós temos um sistema bastante complexo. Ou seja, produzimos fertilizantes, máquinas, temos pesquisa agrícola, produção, processamento, transporte, etc, um sistema bastante desenvolvido. Temos uma grande variedade de cadeias agroalimentares que permite uma diversificação de renda da agricultura brasileira e dá uma competitividade na agricultura é fundamental. O Brasil é hoje em oito commodities líder mundial de exportações. É uma agricultura que cresce fundamentalmente alicerçada no meio privado e uma característica que todos conhecemos nos últimos anos é uma agricultura de altíssimo risco. E pouca proteção de risco. Temos risco de quebra de safra, não temos seguro, temos risco de preço, de câmbio, de variação de câmbio, e temos um risco que na minha visão é bastante importante que é essa dependência externa de fertilizantes. Esse é o foco do nosso trabalho. São três slides simultâneos. Aqui é um gráfico da FAL. A FAL faz um levantamento para mostrar o potencial da agricultura brasileira de qual é a área potencialmente agricultável nos principais países do mundo. A gente nota que o Brasil é de longe considerada a maior área potencial de agricultura ainda não ocupada. O verde claro mostra o quanto da área comercial agricultável é hoje ocupada nos diferentes países do mundo. Que é possível notar que o Brasil planta uma área, com os dados da FAL de 50 milhões, nossos dados corroboram 60 milhões de hectares, é uma área 1/3 da área norte-americana, menos da metade da área russa, 1/3 praticamente da área indiana, metade da área da China. E a gente nota que nos demais países do mundo há pouca sobra de área agrícola, a não ser o caso brasileiro, e a não ser a África. Se a gente notar do ponto de vista de água, uma projeção da Unesco em 2025 as regiões com maior concentração de água do mundo será o Brasil, Canadá e a Rússia, como grandes pólos de disponibilidade de água. Se a gente somar água, terra e insolação, dá a terceira observação que é o potencial de produção de biomassa. A gente nota claramente que o Brasil pode ser considerado praticamente inteiro como a região com maior potencial de biomassa do mundo e com grande potencial de crescimento de área plantada. E de fato nossa agricultura ainda é relativamente pequena. Se a gente somar a produção de grãos, os dados são do Governo norte-americano, a produção de grãos no Brasil em 2006, a nossa di-

fere um pouco, mas seria 120 milhões de toneladas de grãos. Se a gente comparar com as duas maiores agriculturas do mundo China e Índia, produzem 440 milhões de toneladas de grãos. Nós podemos atingir esse patamar de produção, é muito fácil cumprir esse patamar. Desde que a gente consiga atingir, superar nossas limitações. No caso da Índia, produz uma... 200 milhões de toneladas de grãos e a União Européia inteira 250 milhões, o dobro do Brasil. Se a gente pegar em produção de carnes o Brasil é metade da produção mais ou menos dos Estados Unidos, 1/3 da produção chinesa. Ou seja, o que a gente quer tirar daqui? Há um enorme potencial de crescimento que vai ser... A demanda vai estar presente seja por uma questão demográfica, ou seja, crescimento populacional indica que a população mundial deve superar e atingir perto de 10 milhões de pessoas, nos próximos 50 anos, a Ásia concentrará 4,5 bilhões de habitantes em 2025, e com isso surge uma demanda extremamente forte. Além disso, se a gente somar essa demanda, crescimento populacional, crescimento da renda, esse é um trabalho da Bank Goldman Sachs, ele mostra o que deve crescer as economias dos brics(F), Brasil, Rússia China, que deve crescer os 11 países emergentes não tão grandes quanto os brics(F), e a gente nota claramente que por volta de 2013 o PIB dessas economias hoje subdesenvolvidas será do tamanho do PIB dos países mais ricos. Ou seja, se nós somarmos população com renda, surge uma oportunidade enorme ao Brasil e a gente já nota que o preço de commodity no mundo inteiro subiu de maneira bastante acelerada como consequência dessa demanda que surge.

Além do crescimento populacional, além do crescimento econômico, surge outro aspecto importante novo que é a agroenergia, como já foi mencionado anteriormente. Quer dizer, os Estados Unidos maior produtor mundial de milho, produz 340 milhões de toneladas do milho, 40% da produção mundial, deve esmagar esse ano 84 milhões de toneladas de milho para fazer etanol. Ou seja, uma demanda explosiva que perturbou os mercados agrícolas, subiu o preço dos grãos, a proteína animal no mundo inteiro. Além disso, a questão do biodiesel hoje que já atinge a Europa de uma maneira bastante forte, são 10 bilhões de litros a estimativa da produção esse ano de biodiesel na Europa. Preço de óleo vegetal disparou no mundo inteiro e aqui está o ponto que nós queríamos fazer. Ou seja, se a gente somar as oportunidades que vem da agroenergia, com o crescimento da população mundial, com o crescimento da renda mundial sobra para o Brasil como é uma das poucas áreas que tem potencial de crescimento explorar esse potencial e crescer sua produção. Entretanto, o Brasil tem uma

fragilidade muito grande que é uma fragilidade genética dos nossos solos, solos em ambientes tropicais, fora algumas regiões de derramamento basáltico que nós temos no Brasil, os solos brasileiros são paupérrimos. Ou seja, a fertilidade precisa ser construída. Esse é um calcanhar de Aquiles na nossa agricultura. Solos do cerrado são solos praticamente nulos no ponto de vista de fertilidade, e há que se construir se quiser triplicar e cultivar o volume de fertilizante necessário para isso será enorme. É com isso que a gente já começa a se preocupar, por quê? Porque o Brasil vem se expondo aos mercados internacionais do ponto de vista da sua dependência de fertilizantes. Se a gente notar o total de nutrientes. Aqui nós estamos tratando de nitrogênio, fósforo e potássio, representado por NPK, são os principais macronutrientes, a gente nota que em 83 nós tínhamos uma produção da ordem de 68% de produção interna, e importávamos 38% de fertilizante. Em 2006 nós importamos 65% de fertilizante, 2007 provavelmente atingiremos 70% do fertilizante importado. O que mostra claramente se quisermos olhar para nitrogênio, fósforo e potássio que é a exposição da agricultura brasileira a dependência externa cresceu fortemente. (soa a campainha) Com base no modelo que nós criamos, nós tentamos desenvolver a demanda futura de nutrientes. Esse modelo nós construímos já há dez anos, trabalha com o setor de fertilizantes projetando a demanda, ele parte de um crescimento a demanda interna brasileira por alimento, com parte de vários modelos no exterior para determinar o volume de exportações que o Brasil provavelmente estará fazendo, e somando a demanda interna com as exportações temos a produção potencial nos próximos anos. A demanda por produto brasileiro. Com base na produção agrícola brasileira, e numa evolução da produtividade, determinamos a área que será plantada no futuro no Brasil. Com base na área e na necessidade de adubo, nós determinamos quanto de NPK o Brasil estará precisando nos próximos anos. É com base nessas projeções que admitindo hipótese de crescimento da economia de 4%, nós chegaremos a uma demanda de fertilizantes em 2025 na ordem de 48 milhões de toneladas. Esse crescimento é um crescimento bastante expressivo e que se ele estiver presente e nenhum incremento na produção doméstica de fertilizantes acontecer, a nossa dependência será bastante forte. Em termos de NPK nossas estimativas indicam que em 2025 o Brasil deverá importar 85% do fertilizante consumido. Ou seja, uma dependência total do mercado internacional. Por que é que essa dependência de fertilizantes acontece na nossa opinião? Nós temos um anacronismo, eu acho, sério na cadeia. Que me parece ser superado. Qual é essa diferença?

O produtor doméstico de fertilizante paga ICMS, e paga o CFEM na ordem de 2%, o ICMS oscila de Estado para Estado, depende de cada um dos Estados, mas ele oscila entre 4,95 e 8,40. O produto importado não paga imposto. Ele está isento de ICMS. Isso tira a competitividade da indústria doméstica e faz com que a importação seja... Foi por isso que a importação cresceu nesses últimos anos. A gente entende obviamente que a redução da alíquota barateia o adubo no Brasil, mas essa situação de uma falta de isonomia, e aqui acho que é o ponto importante, a concepção é: a indústria doméstica desprotegida com relação a indústria internacional, e me parece uma situação que precisa ser revertida para que os investimentos voltem ao setor. Nós temos, o trabalho está bem extenso, bastante detalhado, eu quero resumir bastante, mas basicamente escolhemos aqui alguns Estados só para mostrar. Produto nacional remetido a esses Estados, Mato Grosso, Paraná, Goiás paga entre 4,90 e 8,40, além disso nos Municípios que se produz há um adicional de 2%. Ou seja, o produto doméstico está com faixa de 7 a 10% de imposto e o importado paga uma alíquota mínima.

A grande questão é a seguinte. Nós temos nutrientes no Brasil? Bom, para quem não conhece detalhadamente só um esquema muito rápido do que é o setor de fertilizantes. Então nitrogênio, fósforo e potássio são as peças fundamentais. O nitrogênio precisa de gás natural, é basicamente a fixação do nitrogênio do ar, precisa ser feito com a queima de gás natural, isso é transformado em uréia e depois em amônia e aí sintetiza os adubos nitrogenados.

No caso de fósforo, nós precisamos ter as Minas, extrair das Minas, tratar as Minas com ácido sulfúrico, portanto, há que se importar enxofre para se fazer o ácido sulfúrico, há o tratamento das rochas, cria-se o ácido fosfórico, essa rocha pode ser tratada com fosfórico e aí a gente cria o monoamônio fosfato, triamônio fosfato, superfosfato triplo, os fósforos, as fórmulas, mais usuais no Brasil, super simples de fosfatados. No caso de potássio, o potássio é basicamente extraído de rocha e nós importamos hoje 97% praticamente do potássio que nós demandamos. Onde se concentra a produção brasileira? Fiz alguns mapas aqui pra gente mostrar um pouquinho onde é que está a produção de matéria-prima. A gente nota que há nos Estados, na Bahia, no Sergipe, produção de nitrogênio e potássio, alguma produção de fósforo, as nossas Minas de fósforo são concentradas a maior parte delas em Minas Gerais e em Goiás, há também em São Paulo e no Paraná, produção de nitrogênio também no Paraná. Note que há, portanto, uma concentração geográfica dessa produção como deveria ser esperado. Se a gente olhar

um pouquinho para ácido fosfórico, sulfúrico, MAP e DAP há uma concentração ao redor dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Ou seja, localizado junto as Minas de fósforo que o Brasil detém. O Brasil pode aumentar sua produção de fertilizantes? Em tese, com as novas descobertas de gás natural, nós podemos ter autonomia, auto-suficiência em produção de nitrogenados. É preciso gás natural para fazer nitrogenado. Entretanto, o preço atual do gás natural no Brasil inviabiliza a produção no Brasil. É muito mais caro que no resto do mundo. Portanto, o Brasil terá que tratar a questão de produção de adubo nitrogenado, o preço do gás natural como questão estratégica para crescer a produção de nitrogenados.

No caso de potássio, o Brasil tem hoje mina explorada apenas em Sergipe, com uma produção realmente pequena perto da demanda brasileira. Existe mina na Amazônia, mas numa condição muito difícil do ponto de vista ambiental e logístico para ser explorado, embora exista essa reserva, hoje ela é inviável de ser aproveitada. Por fim, o Brasil pode produzir fósforo, as minas de fósforo brasileiras produzem bem, podem dobrar a sua produção, e temos condições de aumentar desde que essa isonomia, o problema da questão de diferenças de imposto entre o produto importado e nacional seja superado. O que a gente pode dizer do mercado externo de fertilizantes? O mercado externo de fertilizantes, aqui acho que a gente deve deter um minuto da nossa atenção para mostrar o seguinte. A produção, o maior produtor mundial de fertilizantes é a China. Produz 43 milhões de toneladas. O dado é da IFA, Associação Internacional de Fertilizantes. De 2005 os Estados Unidos, segundo maior produtor mundial, 17 milhões de toneladas, a Índia 15 milhões de toneladas, a Rússia 14, é um grande player hoje no mercado internacional é a Rússia, o Canadá com 11 milhões de toneladas e o Brasil produzindo apenas 3 milhões de toneladas de nutrientes. Aqui a base é NPK. Se estivemos falando de produto total estamos falando de volumes três vezes o que está apontado aí. Mas eram nutrientes. Notem os senhores a importância desse número. Se a gente olhar para a China, a China consome 49 milhões de toneladas de adubo, é o maior consumidor do mundo. A Índia 21 milhões de toneladas de adubo, os Estados Unidos 19 e o Brasil esse ano, aqui é o dado de 2005, nós devemos atingir esse ano, superar 10 milhões de toneladas de nutrientes consumidas. Eu queria que os senhores notassem que os maiores consumidores do mundo de adubo são: China, Índia, Estados Unidos e Brasil. Os nossos três maiores concorrentes do ponto de vista de consumo eles produzem internamente 85% do fertilizante que consomem. A dependência externa dessas economias

é da ordem de 15%, diametralmente o oposto do Brasil. E outra coisa que eu queria fazer observação, que me perturba pensando no futuro é que a dimensão dos mercados chineses, americano e indiano de fertilizante é muito maior do que o nosso. Para se ter um número, nos últimos três anos só o crescimento da demanda nesses três países, na China e na Índia, perdão, dá uma vez e meio o consumo brasileiro de adubo.

Então, o mercado de fertilizantes com essa alta que vivemos nesse último ano de preço de commodities conviveu com o aumento no preço de fertilizante porque a demanda cresceu muito. China e Índia subsidiam adubo a cem dólares a tonelada. Ou seja, se subir o preço do adubo no mercado internacional, não cai a demanda chinesa e indiana, pelo contrário, como os preços subiram, sobe a demanda. Isso cria o risco Brasil. Vamos olhar o próximo gráfico, quem são os grandes importadores de fertilizantes do mundo. Estados Unidos é um exportador e importador de fertilizantes. O Brasil aparece como importador importante junto com China e Índia. Então notem... o caso americano exportação e importação, mas 85% do consumo é atendido domesticamente e no caso de exportação quem são hoje os grandes exportadores de adubo do mundo? A Rússia se destaca como grande exportador, o Canadá é um grande exportador de adubo e a gente tem também o caso dos Estados Unidos como importante exportador. É com esse quadro que eu queria notar a seguinte questão. Eu acho que o problema nosso, a gente tem que olhar o curto prazo sim, o custo do adubo pode subir com alguma mudança no ICMS, sim. Mas a gente tem que olhar o longo prazo. No longo prazo, nossa agricultura está convivendo com o risco enorme dessa dependência, na minha opinião, da agricultura externa.

A gente tem então uma proposta para tentar resolver esse problema. Pra gente entender um pouco a dimensão da questão tributária, que envolve o setor de fertilizantes do Brasil, eu coloquei três situações diferentes. A importação de fertilizantes não paga ICMS, portanto, a alíquota é zerada. No caso da indústria doméstica tem duas situações. Olhe o problema que existe aqui que é muito importante. A indústria ela paga ICMS, ela tem um débito de ICMS se ela fizer uma venda interestadual. Entre Estados, ou seja, produz num Estado, vende para outro Estado eu pago uma alíquota de ICMS. Entretanto, ela tem ao comprar seus insumos de produção, energia elétrica, matéria-prima, etc, um crédito de ICMS. Nessa situação o crédito de ICMS pode... Compensa o débito se no caso da existência de ICMS. Entretanto, se a indústria fizer uma venda dentro do Estado, como a alíquota dentro do Estado é zerada, ele pode ter o crédito de ICMS e

não ter como desovar esse crédito de ICMS. Por que eu chamo atenção desse ponto? Quando a gente propõe isonomia, a primeira pergunta que poderia surgir é: por que não se zera o ICMS para indústria doméstica? Se isso acontecer haverá um acúmulo de crédito pela indústria que na verdade penalizará mais do que se... Do que na condição de ter a presença do ICMS. Então é por isso que nós tivemos que fazer um longo estudo para tentar dimensionar o tamanho desse crédito acumulado, e qual seria o tamanho da alíquota de ICMS que zeraria o crédito acumulado. A outra solução que existiria seria zerar o ICMS nos insumos. O que é muito mais complexo de ser feito. Então depois de uma série de medidas nós chegamos à conclusão que a alíquota que seria adequada para simultaneamente compensar o crédito de ICMS e gerar uma isonomia... Um mínimo custo para o agricultor seria uma alíquota de 3%. Qual é a proposta que nós achamos razoável? É que haja uma isonomia tributária de 3%. Ou seja, o produto importado paga 3%, o produto doméstico paga 3%. A indústria não será privilegiada e nem a matéria-prima importada. Ou seja, o que está em jogo é uma isonomia tributária entre os setores. Se essa isonomia acontecer nós entendemos que os investimentos poderão retornar à indústria. Inclusive interestadual. Ou seja, alíquota seria a única no Brasil inteiro uma única alíquota de importação entre Estados dentro do Estado de 3%.

Bom, nós tivemos que fazer um longo trabalho para ver qual é a penalização que os Estados teriam com essa alíquota de 3% na sua arrecadação.

Então, a proposta novamente seria uma alíquota única de 3%. Nós tivemos que fazer um estudo que não vem ao caso detalhar, seria muito... Deu bastante trabalho fazer que é o seguinte, tivemos que pegar o consumo de fertilizantes em todos os Estados do Brasil. Quanto desses fertilizante em cada Estado é importado? Quanto é consumido, quanto é produzido no Estado? Para ter um balanço líquido de ICMS com a proposta que nós estamos trazendo aqui de 3% de imposto. Com base nesse estudo, com base nos preços do adubo, ou seja, se tivéssemos uma alíquota única para o Brasil de 3% quanto que cada Estado Brasileiro arrecadaria? Basicamente os Estados arrecadariam o que está colocado aqui nesse gráfico, ou seja, o Rio Grande do Sul, por exemplo, geraria uma arrecadação de 51 milhões de reais, o único... E aqui tem um balanço do que seria toda a compensação. Ou seja, quanto que o Estado está perdendo de arrecadação por reduzir a alíquota para 3%, aqueles que são tributados, e quanto o Estado está ganhando por... Sobre o produto importado tributar 3%. Nós chegamos que o custo total dessa... A arrecadação total de ICMS montaria

400 milhões de reais. O único Estado que teria uma perda de ICMS é o Sergipe, porque consome pouco e produz potássio em larga escala. Haveria uma perda a ser compensada pelo Sergipe. Os demais Estados da federação teriam um ganho líquido do ponto de vista de arrecadação. Ou seja, em poucas palavras nós não vemos um grande problema do ponto de vista da lógica de cada um dos Estados perder a arrecadação com a nova proposta, salvo o Estado do Sergipe.

Bom, aí a pergunta que vem é a seguinte. Isso aqui é um custo para a agricultura brasileira? Sim, é um custo para a agricultura brasileira. Esse custo a gente entende é relativamente modesto, mas é um custo, é inegável, e por essa razão nós tentamos imaginar que outras compensações poderiam acontecer para que se cobrisse esse custo adicional para a agricultura. Teria duas outras questões a serem consideradas para entender a dinâmica da indústria doméstica de fertilizantes. A alíquota de fertilizantes foi zerada da importação. E, portanto, uma forma de defender a indústria doméstica seria trazer de volta as alíquotas antigas de importação. Ou seja, as alíquotas que foram zeradas. No caso da tarifa de importação, uma solução que seria possível seria trazer de novo, tirar da lista de exceção da TEC os fertilizantes. Isso daria um imposto que poderia chegar a 6% ao produto importado. Que era o que vigorava até 1995. Ou seja, seria uma elevação ainda maior do que os 3% ora proposto. Mas seria uma forma da indústria doméstica ter uma proteção contra o produto importado. Seria uma outra compensação.

Então, seria devolver. Na verdade, a lista de exceção acaba no próximo ano e isso naturalmente deveria acontecer no desenrolar do próximo ano. A forma que nós enxergamos melhor para compensar esse custo seria eliminar o imposto sobre o frete marítimo. Há um Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Marcos Fontes de eliminação desse adicional sobre frete marítimo. Nós fizemos então um cálculo aproximado que isso corresponde a 25% do valor do frete. O frete internacional a gente usou 40 dólares, na verdade hoje é maior do que isso o frete. Portanto, a economia seria maior. Se a gente considerar 10% tem o custo de 10 dólares e isso é importante porque se sobe o custo de frete do Brasil sobe de todo o fertilizante no país. Considerando o consumo esse ano projetado de 24 milhões e meio de adubo, de toneladas de produto seria uma economia aí de 240 milhões de dólares que daria a grosso modo algo próximo aos 400 milhões de reais que seria o custo da proposta de 3% de ICMS.

Então, o que na nossa cabeça seria o mundo ideal? O mundo ideal para que nós tirássemos essa dependência externa de fertilizantes e não penalizás-

semos os agricultores é que simultaneamente a alíquota sobre o frete marítimo fosse eliminada, o imposto, desculpa, e simultaneamente o ICMS fosse trazido para um patamar isonômico. Acho que a palavra chave é isonomia. Não é o caso de proteger a indústria doméstica contra o produto importado, mas não me parece fazer sentido também desproteger a indústria doméstica e comprometer a nossa auto-suficiência no longo prazo. Acho que com isso tentei resumir rapidamente o nosso trabalho. Tem só essa tabela resumo que seriam as três alternativas aqui. No caso uma é alternativa de voltar as tarifas e aí cada produto tem uma tarifa, mas que poderia chegar a 6%, seria a alternativa, a idéia do ICMS, ou seja, não é as duas coisas, é uma coisa ou outra, e a eliminação do adicional sobre frete marítimo geraria em dólares um montante praticamente semelhante ao montante neutralizando aí o custo da proposta que nós trazemos aí para os senhores. Com isso então eu encerro a minha apresentação, estou aberto aí para quaisquer observações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Muito obrigado, Dr. Alexandre. Ouviremos agora o Dr. George Bonifácio.

SR. GEORGE BONIFÁCIO WAGNER E SOUZA: Sr. Presidente Senador Neuto de Conto, Srs. Senadores, senhoras e senhores, primeiro lugar queria agradecer a oportunidade de aqui estar presente, dizer que é uma honra poder tentar contribuir para a solução de problemas que aflige a agricultura no setor de fertilizantes no Brasil. Nós trabalhamos em cima da mesma base de informações, portanto, uma série de informações que irei apresentar foram aqui abordadas. Entretanto, informações e números depende do ponto de vista em que se olha e as nuances com que se observa cada ponto. Alguns serão repetitivos, peço desculpas, mas serão necessários para a conclusão daquilo que a gente imagina ser uma síntese do nosso ponto de vista como distribuidor de fertilizantes no Brasil.

A idéia que nós iremos apresentar uma estrutura de composição de custo de fertilizantes, como se comporta o mercado brasileiro frente aos fornecedores e outros consumidos de fertilizantes no mundo, tentando desenvolver uma idéia de concentração de fertilizantes existentes não só no Brasil como em outros países no mundo, em número de players e número daqueles que fornecem e daqueles que consomem. Tentaremos trazer aos senhores também uma estrutura da composição de custo fertilizante a partir do instante em que ele é comprado no cenário internacional, embarcado até o ponto de chegar ao agricultor sendo consumido. Alguns aspectos de subsídios, alguns itens importantes foram colocados pelo Dr. Alexandre, enfocam basicamente

as mesmas preocupações tributárias, de isonomia, porém implica em algumas nuances que devem ser aqui colocadas. E finalmente teremos a oportunidade de sugerir aos senhores algumas observações que se transformarão em sugestões visando minimizar alguns efeitos negativos ou minimizar as crises e os solavancos que passa a agricultura nacional.

Nesse quadro nós simplesmente tentamos focar aonde se encontra o setor de mistura de fertilizantes no Brasil tendo como base as mesmas matérias-primas primárias como ácido, enxofre, rocha e gás natural que geram essas matérias-primas chamadas fertilizantes intermediários que são fertilizantes na sua concepção inicial e que através de um processo de otimização e de adequação à exigência agrônômica das principais culturas frente à disponibilidade de nutrientes existentes no solo gera uma deficiência que são suplementadas pela indústria de fertilizantes através de formulações diversas de MPK que uma vez combinada tentando suprir essa falta disponível natural são levadas aos nossos agricultores e consumidos na produção de grãos, energia, etc.

Algumas informações são extremamente importantes em termos de analisar o contexto e os problemas que afetam o mercado agrícola internacional e as razões aquecidas a demanda mundial de fertilizantes. Propositamente nós listamos e vamos tentar passar algumas delas. O principal aspecto relacionado a grãos se deve aos níveis muito baixos na relação estoque/consumo. Isso a nível mundial. Em 2006 existia 34% de estoque por total consumido. Em 2007 esse nível caiu para 20%. O segundo aspecto já abordado são subsídios agrícolas que os principais países que subsidiam fertilizantes ou agricultura de uma forma ou de outra. E é tratada como assunto de segurança nacional. O subsídio aumenta a procura e os preços dos produtos agrícolas e dos fertilizantes. O subsídio no mundo é estimado em 360 bilhões de dólares/ano. É quase um bilhão de dólares/dia segundo os números divulgados. Três vezes e meia o valor bruto da produção agrícola do Brasil que é da ordem de 100 bilhões de dólares conforme dados divulgados pela CNA.

Outro aspecto extremamente importante que deve ser colocado no ponto de discussão é o problema do biocombustível. A demanda por biocombustível em substituição a petróleo provoca transferências das áreas de produção agrícola de milho, soja, mandioca, cana e outros. O setor de energia concorre da demanda destas commodities com setor de alimentos. Existe uma pressão de consumo, uma pressão de preço de fertilizantes a nível mundial.

Outro ponto importante o aumento do PIB mundial e da renda per capita nos últimos anos força a

demanda por quantidade pela melhor qualidade de alimentos. Maior demanda por carne que também demanda grãos. Reflexo imediato no preço das commodities agrícolas dos fertilizantes. Isso analisando o aspecto internacional. O crescimento da agricultura e demanda de fertilizantes (ininteligível) destacamos nos quadros a seguir que foram elaborados por agroconsult alguns fatores relevantes da agricultura mundial que pressiona a demanda das commodities e, portanto, o preço dos fertilizantes. Acho extremamente importante a gente situar o que está acontecendo no mundo e tentar nos situarmos dentro desse contexto. Para a partir daí tentarmos trazer algumas informações e raciocínios que serão importantes. A área plantada de milho nos Estados Unidos na safra 2007/2008 comparado com a do ano passado apresentou um crescimento de 18,6%. Ou seja, mais de cinco milhões de hectares foram transformados em plantio de milho quando eram de soja.

Esse quadro aqui mostra a evolução da indústria de etanol instalada nos Estados Unidos. Se nós observarmos aqui está meio difícil de ler, mas em 2006 nós tínhamos perto de 80 usinas em produção e 16 em construção projetando para 2009, 119 usinas em operação e mais outras 90 usinas em desenvolvimento. Isso implica numa relação direta de consumo de milho para a produção de etanol. E os senhores observam o que acontece com o consumo de milho destinado à produção de etanol.

Algodão. Nós olhamos nesse gráfico a projeção de produção de algodão no mundo. Por cenário envolvendo os próximos anos e o consumo. Nós olhamos claramente problemas de consumo maior do que a demanda, que vão definir recuperações prováveis no cultivo de algodão e que vão pressionar a demanda de fertilizantes, e toda vez tivemos pressões no consumo de fertilizantes fatalmente dentro de um cenário de oferta limitada nós teremos possíveis elevações de preço.

Trigo. Trigo nós temos aí os problemas de incêndio na Austrália que reduzem drasticamente a produção deixando bastante defasado a oferta e demanda. Mas não pode deixar de ser lembrado que mesmo com essa redução de produção essa área foi plantada, essa área consumiu fertilizantes. Simplesmente não produziu. Então esses altos e baixos em termos de produção no cenário internacional que afeta de uma maneira como um todo aqueles níveis de estoque é que eu me referi, devem ser entendidos como movimentos no consumo de fertilizantes a nível de mundo. Muito bem. Nós assistimos na palestra anterior alguma explicação a respeito de disponibilidade, países, população, e parabeno pelo trabalho apresentado, mas sob a

ótica do abastecimento de fertilizantes e sob a ótica da indústria que mistura fertilizantes no Brasil alguns pontos nos parecem importantes. E entendemos que o mercado internacional de fertilizantes no que se refere ao suprimento do Brasil é mercado que apresenta características bastante distintas. Fosfatado, por exemplo, nós temos cinco produtores esparramados por quatro países no mundo. Isso representa o nível de altíssima concentração. Quando vamos para potássio, nós temos cinco produtores de cinco países exportadores. De novo uma altíssima concentração. Quando entramos no nitrogenado, uréia, a comercialização se dá via trade. Então é um mercado menos concentrado, com oferta, porém também restrita, e também extremamente volúvel em termos de preço. Sulfato de amônia, outro produto nitrogenado também de largo uso no Brasil, também bastante concentrado. Esse fato dessa estruturação de mercado entre países que ofertam e países e organizações que exploram a sua comercialização, vão levar alguns reflexos que devem ser analisados (soa a campainha) com cuidado na frente.

Utilizando os dados da FAL, que é IFA (ininteligível) que é o órgão que controla em termos de informações e analisa todos os projetos envolvidos no mundo, tanto em termos de demanda, tecnologia, e fábricas e implantação, etc. Nós temos uma projeção sobre oferta e demanda de uréia no mundo para os próximos anos.

Então, vamos tentar olhar o que aconteceu em 2007. Nós tivemos uma oferta global de uréia de 144 milhões de toneladas para uma demanda de 143 milhões de toneladas das quais 127 milhões para fertilizantes. Sobrando um saldo de um milhão de toneladas que representa cerca de 1% da quantidade ofertada. 2008 nós vamos para 2%, 2009, 5%, 7 e 8. Então parece que a produção de fertilizantes nitrogenado através de uréia tende a uma evolução com folga no sentido de termos uma oferta menos restrita, oferta tão limitada à demanda como aconteceu nesses últimos anos. Quando nós entramos na área de ácido fosfórico também utilizando a mesma fonte, nós verificamos que o ácido fosfórico é fundamental dentro da indústria de fertilizantes, a produção de fertilizantes concentrados, fosfatado como o superfosfato trade(F), fosfato de monoamônio largamente utilizado no Brasil e ingredientes fundamentais para as culturas de cana, soja, milho e as outras todas que utilizam fertilizantes. Uma oferta total de 36.8 milhões de toneladas para um consumo de 35 e fertilizantes consumindo 30 com a folga de 2%. A evolução vai permanecer em torno de 2, 3, 4%. Portanto, se verifica uma relação muito mais apertada com relação ao ácido fosfórico.

Enxofre. O enxofre é fundamental na produção desses fertilizantes que foram abordados, inclusive na palestra anterior, mas importante destacar que em 2007 nós tivemos uma oferta de 47.7 milhões de toneladas para um consumo de 48 milhões de toneladas. Portanto, nós tivemos uma oferta de enxofre no mundo menor do que o mundo consumiu. O Brasil é praticamente para não dizer 100% total dependendo das importações de enxofre. O que tem aí são produções residuais, marginais que eliminam a palavra 100%. Como eu disse, há uma matéria-prima básica na produção de ácido sulfúrico, ácido fosfórico é um produto indispensável na salubridade da rocha que transforma essa rocha que não é utilizável de uma forma "in natura" para fertilizantes, uma vez tratada com os ácidos ela passa a liberar fertilizantes de uma forma assimilável pelas plantas. (ininteligível) de potássio que é o terceiro irmão da trinca NPK e nós analisamos que em 2007 tivemos uma oferta total de 38 milhões de toneladas, com a demanda por fertilizantes de 28 num total de 32 e houve uma folga de quase seis milhões. Verificam os senhores que dos três componentes do fertilizante, os três componentes básicos, o que apresenta ao longo desse período uma maior tranquilidade em termos de suprimento seria o cloreto de potássio. Entretanto, alguns problemas extremamente importantes e convém aqui serem observados como inundações de mina na Rússia, com conseqüências na movimentação de produtos afetando ferrovias, problemas de deslocamento de produtos produzidos no Canadá, fizeram com que esses produtos tivessem restrições de movimentação no mundo e apesar de existir o excesso de produção frente à demanda nós tivemos tremendas dificuldades em trazer esse produto para o Brasil e como os senhores verão lá na frente sujeitando aí as questões de mercado internacional uma evolução brutal de preços nesse período. Esse quadro também os números aqui foram apresentados e... Mas vale a pena frisar e analisar novamente.

Foi abordado a China e a Índia como os dois maiores consumidores de fertilizantes do mundo, seguido dos Estados Unidos, terceiro Brasil, e na seqüência Paquistão, Indonésia, França, etc. Em 2004 se consumiu no mundo 152 milhões de toneladas de fertilizantes. Em 2007, 167 milhões de toneladas. Eu peço licença aos senhores para me ater um pouco mais a esse quadro e tentar inferir daí alguns números. A China de 2004 para 2007 ela saltou de 42 milhões de consumo para 50 milhões. Um crescimento de 19%. Em quatro anos se cresceu o consumo de fertilizantes na China em 19%, o que representou aumento de oito milhões de toneladas consumidas. O mesmo raciocínio feito com a Índia. Saiu de 17 para 22, com aumento de cinco

milhões de toneladas saindo de 11% o consumo para 13 e que representou um aumento de 29%. Ao analisarmos a somatória desses dois indicados, China e Índia, esses dois países, essas duas economias, nós teremos um subtotal de 59 milhões de toneladas em 2004, mais de 1/3 do que se consumiu no mundo, que apresentaram 38% como estou dizendo, e saltou para 72 milhões de toneladas. Nós estamos falando aqui no aumento de 13 milhões de toneladas de consumo a mais na Índia e na China que tiveram que procurar fertilizantes em algum lugar do mundo. Muito bem. Esses 13 milhões de toneladas a mais, se nós olharmos para o consumo do Brasil, representa quase que uma vez e meia os fertilizantes consumidos no Brasil, só o aumento de consumo nos quatro últimos anos na China e na Índia. Isso é algo que tem que ser analisado, tem que ser visto e entender os reflexos da nossa economia e como aliar essas informações e que temos poucos players, que temos subsídios e outras variáveis que serão analisadas nos coloca numa situação bastante debilitada em termos de segurança, em termos de tranquilidade, em termos de continuidade no desenvolvimento da agricultura nacional.

Esses fatos até aqui então citados e relatados aos senhores, eles foram resumidos num comportamento de preços dentro do cenário internacional. Faltaram produtos, se comprou mais, dificuldade de transporte, poucos países produtores, poucos países fornecedores, um aumento de demanda para uma relação baixa de estoque, uma transferência e uma necessidade de produção de combustíveis utilizando fertilizantes, levou-se no caso específicos sulfato de amônia, nós temos outros exemplos, de um nível há cinco anos atrás da ordem de 80 dólares por tonelada a um número que eu não consigo enxergar ali, mas entre 300 e 320 dólares. Particularmente se nós concentrarmos num período que vai de janeiro de 2007 a novembro de 2007, os senhores vão verificar um aumento em dólar de 115% no preço desse insumo no mercado internacional. E em determinados instantes não é porque se dispunha a pagar esse preço que nós tínhamos acesso a esse produto. Mesmo pagando o preço, não necessariamente nós conseguimos trazer esse produto a tempo e a hora. Ou quando conseguimos sujeito a determinadas regras do mercado internacional. O mesmo quadro, a mesma fonte nós saímos de uma uréia a 130 dólares, 120 dólares, há cinco anos atrás, chegamos ao número que eu não consigo ver aqui, mas da ordem de quatrocentos e poucos dólares, 440 dólares, e importante destacar também que no último ano nós tivemos um aumento de 72% em dólar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – O assunto é importantíssimo, os números que estão sendo apresentados são relevantes para todos nós, mas infelizmente eu fui convocado para uma reunião do meu partido agora ao meio-dia para discutir CPMF. Como eu sou um dos motivos da convocação dessa reunião, eu não posso deixar de comparecer. Então eu faço o seguinte, eu vou discutir CPMF e deixo a Senadora Kátia Abreu discutindo fertilizantes aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Tá bom. Está justificada a ausência, eminente Senador do Paraná.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu só queria pedir uma coisa. Como esses dados são muito importantes e a gente vai ter que trabalhar nisso depois, se fosse possível que a Comissão providenciasse para os Senadores da Comissão um resumo ou uma cópia desse material que eu estou achando de extrema importância e muito interessante os números, parabéns pela apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senador Osmar Dias, a Secretaria vai encaminhar todo o material que está sendo debatido hoje para os gabinetes de cada um dos Srs. Senadores.

SR. GEORGE BONIFÁCIO WAGNER E SOUZA: Muito bem, senhores, voltando ainda à evolução de preços, reflexo de todo esse cenário, um item extremamente importante no consumo que é fertilizante fosfatado que representa um componente nitrogenado também que é MAP como evolução da ordem de 160 dólares para 540, 550 não sei o número que está ali. E estou colocando isso porque nós infelizmente vivemos num momento da economia em que se coloca esse preço hoje de 540 e eu posso informar aos senhores que eu não tem nenhuma oferta hoje no mercado internacional a menos de 580. Então nós saímos também de janeiro de 2007 para novembro de 2007 com aumento de 100% no preço real do MAP. E com problemas novamente de suprimento. Supertriple(F) acompanha a mesma curva, a mesma história dá 119%.

Cloreto de potássio. Cloreto de potássio vem numa curva bastante normal de cinco anos até três anos atrás, de repente sofre ligeiras flutuações e também sai de um patamar de 130 dólares e vai para um patamar da ordem de 360 dólares representando só no último ano um aumento real de 88%. É importante observar aqui nós teremos a oportunidade de voltar, que a produção nacional desse insumo que já foi da ordem de 12% em função de crescimento de deman-

da e problemas operacionais, etc, hoje está na faixa de 9% e sem grandes perspectivas de aumentarmos essa oferta nos próximos anos.

Enxofre. O enxofre não é uma matéria que impacta direto, como mostrei em gráficos anteriores a atuação da indústria misturadora de fertilizantes. Porém ela influi diretamente na produção daquelas matérias-primas que nós chamamos matérias-primas intermediárias sem a qual não é possível produção do super simples, super triplo, ácido fosfórico, MAP e assim por diante. Os senhores observem que conforme mostrado que além de existir uma oferta mundial menor do que a demanda no ano de 2007, um produto que tinha um comportamento de preço bastante linear, principalmente que esse é um produto que se trabalha com pouquíssimos players no mundo, e sob contrato, então vocês vêem o comportamento desses preços. E vejo o que ocorre no ano de 2007 com relação a esse insumo. Triplicou o valor. Próximo.

Fretes. Fretes *en passant* foi abordado pelo Dr. Alexandre e ele aqui está destacado propositalmente porque nós vamos ter que utilizar esses números na elaboração dos raciocínios das nossas recomendações aqui presentes. Senhores observem que os principais pontos de origem de fertilizantes no Brasil, que era o (ininteligível) de repente aparece um outro País importante que até então não era considerado, não fazia parte do nosso contexto em termos de suprimento. Primeiro, os fretes saem num intervalo de um ano numa média com aumento que vão de 60 a 100% praticamente. Pior. Pela falta de oportunidades de suprimento nessas regiões tradicionais fornecedoras de fertilizantes no Brasil nós nos vimos obrigados a procurar fertilizantes aonde aparecesse. Porque entendemos que é mais... O mais caro não é o quanto custa, o mais caro é querer comprar e não ter. Imagina a agricultura brasileira de repente deixar de produzir grãos ou suprir a economia nacional a população por falta. Então não é a questão de estar mais dez dólares, cem dólares ou o número que for, é preciso ter. E uma das formas que nós tivemos de fazer foi buscar produtos da Coréia com frete de cem dólares. Muito bem, o que implica isso? Isso implica que a medida que esse frete sobe, sobe a chamada taxa de demurrage que é o tempo que o navio fica parado no porto esperando para descarregar ou por condições climáticas ou por condições operacionais. Essa demurrage ou esse taxímetro ligado durante essa operação custa para navio de médio ou pequeno porte ordem de 25 mil toneladas, 30 a 40 mil dólares por dia. Então para 30 a 40 mil dólares, isso aí está custando praticamente 1,5 dólar por tonelada por dia que o navio fica parado. Quando falamos de um navio maior, um Panamax de porte de

45, 50 mil toneladas, esse número vai para 60 a 80 mil toneladas, porém essa demurrage, esse aluguel não muda. Fica também em torno de 1,5 por tonelada. E os problemas pelas quais esses navios ficam parados são vários. Que vão desde a falta de infra-estrutura, falta de opção portuária, congestionamento na chegada, falta de armazém de recepção, greves... Enfim, dada a mais diversa natureza interfere nisso daí e é um custo significativo nos fertilizantes. Qual é a razão da fuga, do aumento desses fretes no mundo? Primeiro foi que se movimenta muito mais produtos por navio no mundo inteiro como um todo, mas pressionado por transporte de commodities, principalmente de ferro, que deslocou os navios que tradicionalmente operava fertilizantes para essas rotas fazendo com que navios deixassem de atender esse tráfego normal.

Também já foi objeto de colocações, mas é importante. Como está o Brasil em termos de oferta de matéria-prima nacional e oferta em termos de importados? O que esse quadro mostra em termos de NPK para um total de nove milhões de toneladas de nutriente NPK consumidas em 2006, foi dividido 2.3 de nitrogênio, 3.1 de fósforo, 3.5 de potássio. Nesse total de nitrogenado, 64% do nitrogenado foi importado no ano passado e 36 na indústria nacional. O fósforo, 58 da indústria nacional, 42 importado, o potássio que havia falado foi 12 milhões nacional, 88 importando fazendo uma média quando se transforma tudo isso em fertilizantes para consumo. Praticamente 1/3 era nacional e 2/3 importado no ano passado. Muito bem. Esse quadro de aumento de demanda no cenário internacional e no cenário doméstico, não tinha outra forma a não ser mexer nessa proporção de atendimentos indústria nacional com relação àquilo que foi consumido, principalmente porque a indústria nacional por razões apresentadas por diversas outras não conseguiu e não consegue ou não está conseguindo evoluir na mesma medida em que evolui a demanda de fertilizantes. Nesse caso, nós saímos então do ano passado... Mesmas informações, só que nós estamos indo para 9 milhões e 800 mil toneladas de nutrientes, com essa distribuição de 28 e 74 para nitrogenados, 48 e 52 fosfatados, e 12... e o 9,91 para potássio. Passando por um número de 28 o fertilizante consumido e quero observar que esses números são de janeiro a outubro. 28% consumido para 34%. O que era 34 participação da indústria nacional virou 28. É número que é consequência. Ele não é o efeito, ele é consequência daquilo que vem ocorrendo. O próximo, por gentileza.

Muito bem, quando leu falei da altíssima concentração de poucos players no cenário internacional isso acontece dessa forma. Sulfato de amônio. Esse gráfico mostra quantos por cento de sulfato de amônio vem

dos Estados Unidos para o Brasil, vem da Alemanha, vem da Polônia e assim por diante. Mas é importante observar que Estados Unidos, Alemanha e Polônia são responsáveis por quase 70% do sulfato de amônia que vem para o Brasil. Portanto, mais uma vez numa dependência extremamente frágil e perigosa, tanto no suprimento quanto nas relações comerciais. No caso da produção nacional de fertilizantes, que foi 13% no ano de 2006, isso está dividido na produção da seguinte forma: PROCCEL(F) produziram cerca de 60%, a BRASKEM e a BUNGE fertilizantes. Então esse é o cenário. De onde vem o sulfato de amônia importando, quais países e é produzido para dentro do Brasil por quais empresas. O próximo por gentileza.

Uréia, já havia informado aos senhores que é o mercado mais pulverizado, trabalhado através de trades e que não apresenta grandes problemas de concentração. Em compensação é produto que apresenta um comportamento de preço dos mais voláteis dentro do setor. E dentro do aspecto nacional em que foi 38% responsável pela indústria nacional, ela está trabalhada em 58 com a PETROBRAS e 41% produzido pela FOSFERTIL.

MAP. Da mesma forma um problema de altíssima concentração, com os mesmos riscos, com os mesmos perigos e danos para a agricultura nacional. De novo, nós temos aí Rússia, Marrocos e Estados Unidos responsáveis por 90% do consumo de fertilizantes de MAP que vem para o Brasil, e a indústria nacional representando a produção de cerca de 50%. Sendo que 90% produzido pela FOSFERTIL e 9% produzido pela COOPERBRAS.

Cloreto de potássio. Também da mesma forma. Os senhores podem observar que Rússia, Alemanha e Canadá representam mais de 82% do cloreto que vem para o Brasil. E só o único produtor brasileiro que é a VALE DO RIO DOCE. Uma análise fria desses números, não pode indicar uma relação saudável comercial e de suprimento numa expectativa de futuro onde o Brasil tem condições de se permitir a evoluir a agricultura e evoluir o seu consumo de fertilizantes. Nossas relações comerciais tanto no que se refere ao cenário internacional quanto se refere no mercado nacional, são extremamente preocupantes do alto nível de concentração do número de players muito poucos jogando no mesmo mercado. Por gentileza, o próximo.

Conforme eu havia adiantado aos senhores, o que nós pretendemos aqui é abrir o preço do sulfato de amônio, o sulfato de amônio ou qualquer outro produto destinado a fertilizantes e tomamos por base o sulfato de amônio, esses números estão disponíveis para qualquer outra matéria que os senhores julgarem necessário. E mostrar qual é a estrutura de preço, de

custo que sai de um produto que se diz que custou na Alemanha 300 dólares por quanto ele chega na planta para ser disponível. Por que é que acontece isso? Então, nós tomamos por base o sulfato de amônio no preço de 300 dólares que é um preço que está muito próximo hoje do que se adquire no cenário internacional. Esse preço é composto por 240 do preço FOB mais 60 dólares de frete. Isso a taxa de 1,77 nós chegamos aí a um preço custo de frete de 531 reais. Depois nós temos a taxa adicional de frete para renovação da Marinha Mercante que representa 25% sobre o valor do frete e se nós formos olhar um pouquinho mais não é só sobre o valor do frete. É sobre o valor do frete e serviços acessórios esse frete em que incide sobre cada tonelada de fertilizante descarregado no Brasil em 25% sobre esse valor destacado. No caso do sulfato de amônio, nós fomos para 26,5 reais e especificamente na abertura percentual representa 4.21% do seu custo.

Demurrage que expliquei também aos senhores que é o aluguel do navio parado representa em média 17 reais que dá 2,7% do seu custo. Porto são os custos pagos para capatazia, etc, e que cabe aí se aventurarmos a mais informações aprofundarmos, destacarmos como a imprensa noticia que nós temos portos mais ineficientes do mundo, os mais caros do mundo, mas não estamos entrando no mérito aqui para esse estudo. Quebra são aquilo que se colocou no navio lá e aquilo que se chega dentro da fábrica. Isso representa 2% de quebra. Essa estrutura de preço traz fertilizante que chegou custando lá 240 dólares, 424 reais, tá 630 reais aqui no Brasil. E quero chamar atenção dos senhores sobre esse aspecto de Marinha Mercante. Próximo, por gentileza. Esse quadro aqui também é só para dar uma idéia de como o fertilizante é distribuído no Brasil e nós temos informações de janeiro a outubro, com previsões aí que vão de novembro a dezembro que o Brasil deve consumir esse ano cerca de 24,5 milhões de toneladas de fertilizantes.

Esse quadro aqui também a nível de informação é como está estruturado o consumo de fertilizantes nas principais culturas no Brasil, e vale destacar que não existe uma flutuação ao longo desses três últimos anos modificando o perfil de cultura ou tirando a área de soja para cana, ou tirando de milho para soja, etc. Os números estão aí, 38, 36, 33, milho é 16, 15, 17, quer dizer, os números são muito uniformes.

Nós estamos falando para os senhores e precisamos dar uma indicação de quem somos. Nós representamos uma entidade que chama AMA Brasil, somos 46 empresas associadas, distribuimos 46% dos fertilizantes no Brasil, existem outras 16 grandes empresas que são responsáveis por 47% da distribuição, e o restante

são cooperativas, agricultores, etc. E a AMA tem esparramado pelo Brasil 69 empresas associadas. Com essa representação que nós nos sentimos orgulhosos de trazer essas informações aos senhores.

Bom, dito tudo isso, a gente tem alguns dados ainda para complementar as informações Dr. Alexandre. Um deles é a alíquota de importação. Os principais fertilizantes consumidos no Brasil são objetos de uma alíquota de importação de 6%. Provisoriamente por procedimentos no Mercosul esses fertilizantes participam de uma lista de exceção de cem produtos. E não estão sendo taxados com o imposto de importação no momento. A partir de janeiro de 2008 a janeiro de 2009 nada acontecer essa lista deve ser extinta e fertilizantes deve voltar a ser tributado com imposto de importação onerando em 6%. Adicional de frete Marinha Mercante é importante destacar nós recolhemos 25% sobre o valor do frete. Esse valor é utilizado para financiar a indústria naval. Os fretes duplicaram que eu mostrei nesses últimos meses, onerando importação e o produto. Hoje existe no Senado estamos informados uma Emenda incluída em Medida Provisória da Senadora Kátia Abreu para se eliminar essa taxa da Marinha Mercante. E existe na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei do Deputado Marcos Monte no mesmo sentido. Alguma informação sobre ICMS. O ICMS onera o produção nacional nas operações interestaduais fazendo desvantagem competitiva a indústria doméstica. Produto importado não paga ICMS. Recolhe 8,4 das operações em geral, fertilizantes vendidos no sudeste e no sul e centro-oeste. No norte e nordeste recolhe 4.9. E dentro do Estado ICM é isento. As próximas planilhas vão tentar mostrar aos senhores o impacto dessas alíquotas e dessas taxas sobre os custos de fertilizantes. Esses cálculos foram feitos com base nas movimentações de 2006 e foram feitos com relação aos preços atuais. Portanto, qualquer número mais consistente tem que ser trabalhado. A estimativa dos valores recolhidos ao Estado. Foram importados 1.584 sulfato, 1.598 de uréia, a um preço de 531, 778 e assim repetidamente. Se colocarmos as alíquotas de importação caso viesse a ser trabalhadas elas representariam 243 milhões de reais. Da mesma forma em que se coloca essa alíquota sobre os produtos importados é extremamente importante destacar e informar aos senhores que os fertilizantes nacional tomam por base não seu custo de produção, mas ele toma por base a competitividade por similar importado colocado no Brasil. Portanto, isso vale para empresa privada como para a empresa pública. Não importa se o fertilizante custou 10. Se ao chegar aquele mesmo fertilizante no Brasil por 20, o preço é 20. Se custou 30 e chegar por 20, tem que ser competitivo, o preço

tem que ser 20. Então é uma regra de mercado, mas sujeitas a alguns mecanismos que altera esse raciocínio simplesmente. Um deles é essa parte da alíquota de importação sobre os valores importados e como o nacional estabelece seu preço de novo com base no importado, ele agrega também na composição dos seus custos os 25% sobre o frete quando compõe o preço do MAP, da uréia, sulfato, assim por diante, representando outros 261 bilhões de reais. O próximo, por gentileza.

O adicional de frete da renovação da Marinha Mercante ao pegarmos os dados de 2006, que foram importados 12 milhões de toneladas de fertilizantes, colocarmos 25% sobre o frete isso representa 321 milhões de reais de Marinha Mercante que foi pago direto das empresas como contribuição. Esse volume de recursos também é colocado em cima do nacional. E representa um acréscimo sobre o preço da matéria-prima nacional da ordem de 194 milhões de reais.

Portanto, a Marinha Mercante, de acordo com nossos quadros, representa sobre o ponto de vista de custo para o agricultor 515 milhões de reais. Ao agregarmos esses quadros, nós temos aí alíquota de importação pago diretamente sobre importado. 240 milhões. Aquilo que a indústria reputa para fazer equivalência de preço mais 260 milhões. Aquilo que se paga na importação 321, aquilo que se agrega ao nacional para fazer a equivalência de preço. 194 milhões. Então esses dois itens sobre o nosso ponto de vista representante um custo para a agricultura da ordem de um bilhão de reais. Muito bem. ICMS foi colocado com muita propriedade como sendo um fator limitante a investimentos, ou um fator limitante a parte logística e manifestação de interesses de situação da indústria nacional, com o qual concordamos e achamos que temos que procurar um caminho comum e também faz parte das nossas sugestões. Mas alguns pontos devem ser colocados. O ICMS, nas alíquotas que existem hoje impacta negativamente ou penaliza a indústria nacional quando ela compara seus custos quando das importações. Ela tem que trabalhar com custo igual, então ela tem que pagar ICMS e não tem como desovar esse ICMS e isso acaba virando um custo. Muito bem. Mas tem a observação ali. Os valores não são conhecidos do nosso segmento. Tem que ser feito um estudo com muito mais profundidade, conforme o Prof. Alexandre aqui demonstrou e com mais propriedades. Mas independente desse fato ele envolve política de investimento. E provoca, e é muito importante profundas alterações na logística da distribuição de fertilizantes no País. Profundas alterações. Sem sabermos se a partir do instante que existir uma alíquota de ICMS, como fica esse fluxo de movimenta-

ção de matérias-primas e distribuição no Brasil frente ao existente. Por isso nós achamos que esse assunto tem que ser desenvolvido por todos os segmentos envolvidos, seja do setor de fertilizantes em desenvolvimento, seja do agronegócio como um todo. A fim de evitarmos eventuais distorções ou erros.

Finalmente agradecendo a paciência dos senhores vamos às nossas sugestões tentando contribuir em termos de alguma melhoria. A primeira delas é que portos, rodovias, ferrovias ou toda a parte de infra-estrutura tem que ser melhorada e trabalhada visando a redução dos custos de fertilizantes. Seguro agrícola de imediato e depois trabalharmos aí numa política de seguro de crédito. Os senhores têm acompanhado as nossas movimentações, o Senador Jonas Pinheiro tem participado junto com outros do programa de falta de liquidez, de prorrogação, de securitização, enfim, temos que arranjar uma solução para isso daí. ICMS, esse imposto tem que tentar... Tira a isonomia tarifária do produtor nacional. Nossa sugestão é de estudar a possível do ICMS de tal forma a propiciar isonomia tributária entre produto doméstico e importado. Sem onerar a agricultura nacional. Sem onerar. E aí vai inclusive a possibilidade de criar mecanismos de compensação de eventuais créditos de fertilizantes acumulados da cadeia produtiva. Porque foi colocado a necessidade de isonomia. Nós concordamos plenamente com a necessidade de isonomia. Mas foi colocado que isso agrega custos à agricultura, e uma forma de compensação seria eventualmente reduzir impostos de importação a Marinha Mercante. Não. Nós estamos colocando a proposição um pouco diferente. Vamos acabar com Marinha Mercante, vamos acabar com imposto de importação, vamos tratar uma isonomia tributária nacional e importado que seja menor possível para equalizar isso e que se crie mecanismo para que esses créditos acumulados que viram custos dentro da indústria nacional sejam desovados de alguma forma.

Alíquota de importação nós... Da Marinha Mercante estava saltando, a gente solicita o apoio e o forço e nos colocamos à disposição dos senhores com tudo aquilo que foi necessário para que a Emenda da Senadora Kátia Abreu e o Projeto de Lei do Deputado Marcos Monte possam tramitar e que nós consigamos de uma forma eliminar com relação aos insumos agrícolas, esse adicional esse imposto que é pago diretamente da entrada de fertilizantes. E na produção nacional.

Alíquota de importação. Nós solicitamos aos senhores esforços e também nos colocamos à disposição no sentido de eliminar as alíquotas de importação. Independente de lista de exceção. Isso gera tumultos

no suprimento, isso gera encarecimentos, isso gera incertezas da comercialização e causa uma série de transtorno. Sabemos que isso faz parte do Mercosul, de acordos do Mercosul em termos tarifários, mas solicitamos o empenho de todos os senhores. E finalmente, concluindo e agradecendo, achamos que imposto de importação, ICMS, Marinha Mercante tem que ser trabalhado em conjunto, de preferência simultaneamente para evitar eventuais distorções e desequilíbrio na cadeia de suprimento de fertilizantes. Muito obrigado aos senhores. Estou à sua disposição e agradeço a paciência.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Brilhante tem sido as exposições que aconteceram aqui agora, é muito elucidativas e preocupante. Nós estamos mais preocupado ainda do que quando chegamos aqui. Mas como nós temos... E evidentemente é um tema que carece e merece o tempo todo para ser discutido. Mas como nós temos ainda bastante expositores para colocar suas exposições seria conveniente que a Presidência colocasse um regulamento, digamos assim, um regulamento de tempo para que nós pudéssemos poder ouvir todos e mais do que isso, algumas questões que nos sobram nós podemos esclarecer. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Realmente, eminente Senador João Tenório, nós tínhamos limitado inicialmente para nós 10 minutos, mas os temas são tão importantes e tão ilustrativos que acabamos estendendo. E temos para ouvir ainda três... Para o debate e temos outra Sessão daqui a pouco. Portanto, eu gostaria de ouvir... Gostaríamos de ouvir o Dr. Wilson Vaz de Araújo, Diretor de Departamento de Economia Agrícola de Secretaria de Política Agrícola, o MAPA, e se pudermos dar explicação tanto reduzida para nós realmente é muito importante. Muito obrigado.

SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO: Boa tarde a todos. Sr. Presidente, Senador Neuto, Senador Jonas, demais Senadores presentes, representantes dos setores, colegas que estão na Mesa aqui, de Governo Federal, senhoras e senhores. Primeiro eu peço desculpas pelo atraso de cinco minutos na chegada, mas é que eu estava em viagem e não deu para chegar de fato às 11h em ponto aqui. Mas a explanação ela não vai ser extensa. A gente até tinha feito também umas lâminas para apresentar, mas estou vendo que se tornaria muita coisa repetitiva. Mas eu vejo que tem alguns pontos que merecem ser reforçados, vamos dizer assim. E que nós estamos de fato... Sem

muita margem de manobra, quando você entra nesse segmento. Todo jeito que você mexe você vê que, por exemplo, esforços do Governo Federal.

Bom, primeiro, estamos com uma oferta, ela deve continuar bastante restrita ou evoluindo de uma forma muito lenta, e com a demanda com grande potencial de expansão mesmo. Seja aqui doméstica, seja no mundo. E a concentração dessa produção na mão de poucos, poucos produtores. Do ponto de vista do Governo Federal, você vê que a questão de tributação ela praticamente não tem muito onde você atacar. A não ser uma que a gente já vem a série de anos aqui nessa Casa também na Câmara dos Deputados e no Ministério da Agricultura que é a questão da AFRM, Taxa de Afretamento para Renovação da Frota da Marinha Mercante, que a gente defende uma isenção dessa taxa, a questão do imposto de importação que foi mencionado aqui, a gente também não... Não fecha com essa... Com a incidência desse tributo. Por quê? Porque você tem a oferta interna, você não vai expandir a ponto de trazer esse preço desses produtos a patamares que justifique você tributar e proteger a indústria interna. Veja bem, potássio, como viram aí, tem único hoje produtor é a VALE DO RIO DOCE naquela mina do Sergipe, produzindo nesse ano 733 mil toneladas, ela pode num eventual projeto de expansão, não sei, de repente aumentar, ampliar essa capacidade, mas nada nesse segmento é coisa de curto prazo. É coisa para cinco, dez anos para você começar eventualmente a impactar mercados. Do ponto de vista da mina já foi mencionado aqui, no Amazonas ela por diversos fatores, seja ambientais, seja de custo de exploração, seja de risco de inundação... Ela também parece que é descartada no curto prazo ou até mesmo médio e longo prazo a hipótese de você explorar essas Minas de potássio que tem no Amazonas. A questão do nitrogênio, proveniente do gás natural, também sabemos que tem uma relação de custo, preços também que é pesado pelas empresas e nada se acontece de curto prazo ou médio prazo. Não se mencionou aqui, mas há hipótese de talvez de nesse médio prazo você eventualmente ter expansão de produção de potássio aqui na América do Sul, na Argentina, com potencial de talvez produzir uns dois milhões de toneladas por ano, na Argentina, e também de... Eu falei potássio, e de fósforo no Peru também tem potencial de expansão produção de fósforo no Peru. Quer dizer, acho que são novas regiões que vai impactar na oferta desses produtos de médio prazo. Possivelmente. Esse assunto nós temos a Câmara temática de insumos agropecuários do Ministério então todas as reuniões esse assunto ele entra em discussão lá. E se percebe que estão todos procurando de fato uma forma de tornar

esse insumo... Quer dizer, tudo que você conseguir de redução no preço disso vai beneficiar o tomador final, o produtor rural que é o público onde a gente quer de fato chegar. A dependência externa ela vai continuar. Você vê que de 2000 para cá ela não baixou de 60% de modo geral, a independência de importação de fertilizantes, e isso tende a persistir. Você pode aumentar um pouco, primeiro de curto prazo, é pouco provável, mas médio e longo prazo você pode aumentar, mas não é a ponto de falar: Olha, estamos com a questão de abastecimento de fertilizantes interno equacionado. E o Ministro Reinhold Stephane eu me lembro quando ele assumiu, me lembro não, não só lembramos como temos que seguir a cartilha do Ministro. Uma das dez prioridades que ele elegeu essa questão de fertilizantes é uma delas. E também a questão do agrotóxico que ele também elegeu como prioridade de equacionar. E nessa linha a gente tem buscado alternativas, feito estudos no sentido de ver onde há espaço para melhorar essa questão de fertilizantes. E parece que as conclusões que vão se chegando elas são de certo modo convergentes. A não ser essa questão da alíquota de importação que de fato a gente entende que ela não deve incidir sobre a importação de fertilizantes. De maneira que eu tinha relacionado algumas outras coisas aqui, os países que são fornecedores de cada um desses nutrientes, e mais algum ponto que eu mencionei aqui no final, para não ficar repetitivo, também atendendo a demanda para ser mais breve, aumentar a capacidade instalada da indústria nos desafios. Acho que isso aí por menor que a gente expanda isso, mas sempre é positivo. O segundo ponto que não ouvi falar aqui, mas nós levantamos como também uma limitação é a capacidade de armazenamento. Da indústria e também no campo. De fertilizantes. Um fortalecimento, eu acho que isso também é relevante, do papel das cooperativas e consórcios de cooperativas como importadoras e armazenadoras de fertilizantes. A gente entende que pode trazer uma contribuição nesse mercado aí também. E aí não cabe a nós, mas no caso seria apoiar a exploração de recursos minerais na própria América do Sul. Como eu falei aí na Argentina, com perspectivas de curto para médio prazo, na produção de potássio, e Peru e... Aí na questão de fósforo. E outras mais que aparecerem. E eu diria uma coisa que eu vi numa apresentação, que eu não sou agrônomo, mas também não sou tão desinformado da realidade do produtor rural, muito pelo contrário, já fui extensionista, já fui projetista, então... Aliás, sempre militei foi nessa área mesmo desde que comecei a trabalhar. E eu vi recentemente uma apresentação sobre uma agricultura de precisão. Eu sei que é uma coisa difícil de se fazer, não é fácil, é produtores altamente tecnificados, mas na mesma

área você consegue uma distribuição de fertilizantes em maior ou menor intensidade. Distribuir fertilizante e nesse experimento que nós vimos, tipo assim, um produtor, que não usava esse sistema ele conseguiu reduzir com base nessa (ininteligível) em 50% o consumo de fertilizantes nele na mesma área que ele explorava, sem comprometer a produtividade. Mas isso é uma tecnologia de ponta que acho que do ponto de vista dos produtores, sobretudo desses produtos que mais demandam ela tende a evoluir por aí também e a gente é buscar mesmo diversas variáveis aí no sentido de chegar a uma redução. Mas não é fácil, mas lá no Ministério há disposição do Ministro e nós enquanto formuladores de políticas de apoiar as medidas que venham nesse sentido. (soa a campainha) Sr. Senador, era isso aí que eu tinha para dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Agradeço ao Dr. Wilson pela manifestação e convidamos então o Dr. Ruy Carlos Antônio, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul.

SR. RUY CARLOS ANTÔNIO: Bom dia a todos. Quero cumprimentar esta Casa na pessoa do Presidente da Comissão, Senador Neuto, pela iniciativa de trazer um assunto tão importante e tão relevante para nós produtores rurais neste momento aonde nós iremos começar a partir já do início do ano a formação das próximas lavouras.

Gostaria também de agradecer a oportunidade que a CNA me concede de estar representando esta Confederação... E dizer que é com muita satisfação que nós estamos aqui presentes hoje, uma vez que o assunto é relevante e importante.

Eu gostaria de destacar algumas questões que a agricultura brasileira vem passando, com relação às últimas safras. Nós estamos vivendo uma crise de renda no setor aonde logicamente os custos de produção estão mais elevados do que a receita obtida pelas principais culturas, como é o caso da soja, do próprio milho, do algodão e inclusive da bovinocultura em alguns casos e isso nos remete a considerar a diminuição dos custos de produção. E não poderia ser diferente e nós já sabemos disso, a todos os palestrantes que fizeram as suas demonstrações aqui hoje eles se pautaram no problema que é o comércio internacional de fertilizantes, e até mesmo o comércio aqui dentro do Brasil. Mas nós que somos produtores e nós que demandamos este produto e pagamos esta conta nós estamos realmente, Sr. Presidente, muito preocupado porque o insumo adubo ele representa aproximadamente 30% do custo de produção dependendo da região em que nós estamos nesse País. E uma vez que esse insumo é necessário e substancial

para a produção da agricultura brasileira estiver tendo um aumento como ele está tendo, realmente vai impossibilitar a agricultura nesse País. Portanto, esse assunto é extremamente relevante.

Eu gostaria de passar alguns slides rapidamente. Pode ser o próximo. Por favor, me alcança o point aqui. Aqui só para demonstrar a evolução da produção e da área plantada. A gente percebe que nosso País a área não aumentou na mesma proporção que a produção, e isso nos remete com certeza a alta tecnologia que nós usamos e conseqüentemente aos nossos insumos e por conseguinte os fertilizantes. A participação de consumo de fertilizantes nós temos aqui dividido por cultura, nós percebemos a soja um grande demandador desse insumo uma vez que a soja produzida no centro-oeste toda aquela problemática das terras pobres e, portanto, nós continuamos precisando desse insumo também.

Aqui nos mostra, como eu já disse no início, a participação dos fertilizantes no custo da produção de soja. Então a gente percebe que está em torno aí de 33, 34% nos Estados mais longe dos portos como é o caso do Mato Grosso. Mas de qualquer forma é um insumo que impacta muito no custo de produção neste caso da soja. Também o caso do milho. A gente percebe que é a mesma evolução, a participação dos adubos é muito alta no custo de produção, e isso... é por isso que a importância desse insumo no nosso custo de produção.

Aqui eu acredito que isso aqui seria realmente o que está impactando e a gente pode perceber lá na ponta com todos esses problemas que foram relatados aqui a gente percebe um custo de produção muitas vezes em alguns casos de 37, 33%, e isso levando em consideração da safra 2006/2007 para a safra 2007/2008 que é essa safra que está sendo plantada. E eu queria destacar aqui, Sr. Presidente, e fazer um destaque vamos dizer assim que para a próxima safra esse percentual aqui já está muito maior. Nós temos informações que os adubos que vão ser comercializados a partir de agora já têm um aumento em torno de 33%. Portanto, se nós fizéssemos uma somatória dessa safra 2006/2007 para a safra que nós vamos plantar ainda a partir do ano que vem há casos que o adubo já subiu 100%. Isso já está lá na ponta a nível de produtor rural.

Aqui o mesmo quadro, porém dando ênfase ao milho. Nós notamos lá que já tem aumento de 47% desta safra que está sendo plantada. Porém, já foi dito aqui nesta Casa que as commodities estão em bons preços a níveis internacionais, nós sabemos disso, isso basta olhar os números, mas isso está sendo totalmente neutralizado pelo aumento dos insumos como

é o caso dos fertilizantes, pelo alto custo do diesel que transporta essas mercadorias e também pelo problema cambial que o País vem enfrentando.

Aqui a mesma situação no caso do algodão um aumento expressivo dos fertilizantes. E aqui já foi dito também o consumo mundial de fertilizantes. A gente percebe que saímos na safra 2006/2007 de 163 milhões de toneladas, 164 para 2007/2008 mais de 168 milhões de toneladas. E aqui nós fizemos esse quadro aonde mostra que apenas a quatro safras a nossa frente e para que se faça qualquer investimento nós estamos falando num prazo muito curto a demanda por adubo já estaria em torno de 184 milhões de toneladas com uma variação média anual de 2,6%.

Então, aí nós temos alguns itens que nós identificamos e já foi falado aqui e é realmente o que está impactando aí algumas questões que estão impactando o custo dos fertilizantes. A cobrança desse novo... Dessa taxa, vamos dizer assim, para a Marinha Mercante. Isso aí realmente está impactando significativamente no custo do fertilizante, e isso também impacta de uma forma indireta a formação de preço interno, porque nossos produtores quando nós compramos o adubo lá na ponta nós não sabemos se esse produto ele foi de origem interna aqui no País ou se ele veio importado. Mas de qualquer forma o preço é balizado pelas trades, pelas grandes revendedoras de adubos e isso os preços são praticamente iguais de uma empresa para outra. A gente sabe a questão da exploração de lavras, aonde o prazo das lavras encontradas muitas vezes a quem é detentor daquela exploração não está explorando, isso se tivesse uma maior velocidade na exploração dessas lavras a gente imagina que poderia diminuir o custo também de produção. Nós sabemos daquela ação antidumping aonde onera o produto de nitrato de amônio na ordem de 32,1% aqui no Brasil. E a concentração de mercado. Nós sabemos que existem poucas empresas explorando a questão dos adubos e isso realmente é preocupante aonde a gente percebe que das dez empresas que exploram, sete são de apenas duas empresas que fizeram uma União para a exploração dessas lavras. Então isso é um mercado altamente concentrado, levando a problemas de preço. Eu gostaria de... Sr. Presidente, só de relatar dois fatos que me deixou... Um fato que me deixou muito preocupado aqui nesta manhã é com a proposta do Prof. Alexandre aonde diminui o imposto, mas porém aparece o novo imposto como é o caso dos 3% lá da tarifa de importação.

Então, nós produtores eu acredito que como representante dos produtores da CNA não aceita, Sr. Presidente, de forma alguma um aumento de tarifas num momento como este. Nós não caberia discutir aqui

se a tarifa é de importação ou se é ICMS. O que nós queremos é zerar essas tarifas até porque nós estamos discutindo com o Governo renegociação de dívidas. Existe uma ansiedade muito grande do produtor, está aí o Senador Jonas Pinheiro, a Senadora Kátia, que tem nos auxiliado na renegociação de dívidas e essa renegociação ainda não foi concretizada, e nós falando aqui de aumentar tarifas para importação de um insumo que onera de 30 a 40% no custo de produção dos principais grãos. Então é impossível nós aceitarmos qualquer oneração em relação a este insumo. O que nós queremos é alíquota zero, é taxa zero para nós podermos ter sobrevivência da agricultura brasileira. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Nós que agradecemos Dr. Ruy Carlos Antônio, e ouviremos a última apresentação, a Sr^a. Ana Amélia Socal.

SRA. ANA AMÉLIA Socal: Boa tarde a todos. Agradeço o convite do Senador, da Comissão, agradeço o convite do Senador, os demais Senadores e componentes da Mesa. A Dr^a. Lita Espíndola é a Secretária Executiva da Câmara de Comércio Exterior, pediu que eu a representasse. Como os senhores sabem, a Câmara de Comércio Exterior é um Conselho de Governo ligado à Presidência da República. Dentre as suas atribuições está a de fixar alíquotas do imposto de importação, ou melhor dizendo, a tarifa externa comum depois de negociada com os demais membros do Mercosul. Além disso, cabe à CAMEX a fixação de direito de antidumping citados pelo Ruy agora no caso do nitrato de amônio. Vou ser breve, em relação à lista de exceção é a Secretaria Executiva que conduz essa negociação do Governo. De fato os fertilizantes estão na lista de exceção. Eles estão desde 2001 com a tarifa externa comum está entre 4 e 6%, eles foram reduzidos para 2, e no último ano para zero. Nós estamos reiniciando as discussões para a lista de exceção agora em janeiro, ela deve ser publicada... Nós temos um grupo técnico, nós recepcionamos os pedidos de inclusão e exclusão, de fato são cem itens, o Sindicato Nacional das Indústrias de Matérias-Primas para Fertilizantes, SINPRIFERT já entrou com roteiro, com pedido para a retirada da legislação. Ou seja, a retirada significa aumento da tarifa porque hoje eles estão com zero. A retirada da lista de exceção implica o retorno à tarifa comum. Esse pedido está sendo analisado, nós damos ampla oportunidade ao Governo, ao Ministério da Agricultura, enfim, à CNA, aos demais órgãos a se manifestarem sobre esse roteiro.

Então, essa negociação começa em janeiro, a tempo de que todos os Ministérios, a Câmara de Comércio Exterior é formado por sete Ministérios, e depois

da reunião desses grupos a gente recebe o parecer de todos os Ministérios e levamos o assunto à Câmara de Comércio Exterior. Para os senhores terem uma idéia, nas negociações passadas essa questão da redução do custo agrícola, aumento da competitividade brasileira através da redução do custo foi predominante à questão da produção interna. De lá pra cá, como os senhores puderam ver, houve uma modificação importante na questão tanto do aumento de preço do custo de fertilizante como dessa questão de que nós temos uma dicotomia entre se devemos produzir mais fertilizantes ou importar fertilizantes. E esse assunto é importantíssimo para o Governo, a Câmara vai... Está recepcionando todas essas demandas para que a gente eleve esse assunto aos Ministros que como a gente viu esse curto prazo está curtíssimo prazo. Nós temos que realmente tentar elevar a capacidade de produção brasileira sem onerar a agricultura.

Eu queria apenas usar um minutinho para falar sobre o nitrato de amônia. O nitrato de amônia de fato nós colocamos uma tarifa antidumping há cinco anos atrás, venceu cinco anos em 21 de novembro, a Secretaria de Comércio Exterior abriu uma circular mantendo esse direito enquanto vigorar a investigação conduzida pelo Departamento de Defesa Comercial. Essa investigação demora em torno de 10 meses onde também é dada a ampla defesa das partes para enfim trazer ao processo o seu ponto de vista para saber se vamos renovar ou não. Eu tenho que comentar é que como a revisão de meio de período, a Rússia, o exportador russo pediu a revisão de seu direito, de suas taxas por se tratar de uma economia de mercado. Porque no começo da investigação ela não era uma economia de mercado. E uma das empresas, a EUROCHEM foi considerada... Teve uma... Não foi aplicado o direito antidumping para ela porque foi provado que ela não fazia dumping. E, portanto, nesses dois anos para cá esse mercado ele é praticamente aberto em relação à Rússia porque tem vindo importações da Rússia a zero. Ademais, o nitrato de amônia já tem a tarifa externa comum com zero. Por isso que não consta da lista de exceção.

Quanto à Ucrânia que é direito de 19% isso vai ser revisto também porque também no início da investigação a Ucrânia era considerada como País não de mercado. Agora no ano passado ela foi considerada uma economia de mercado e também certamente por essa nova condição da Ucrânia ela terá condições de apresentar seus valores no seu mercado e a tendência é que esse direito até diminua. Então nós teremos aí dez meses para estudar esse caso. E retornando dizendo que para nitrato de amônia a tarifa já é zero. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Dr^a. Ana Amélia. Agora ouviremos então o autor do Requerimento, Senador por Alagoas, João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Sr. Presidente, senhores expositores, inicialmente eu gostaria de registrar mais uma vez a brilhante exposição que aqui foi feita, uma contribuição efetiva que foi dada a essa nossa dúvida, a essa nossa grande preocupação daqueles que tem alguma relação com a agricultura no Brasil sabem, identificava já um movimento muito constrangedor para a agricultura que essa dependência cada vez mais forte da importação desses fertilizantes, ou seja, causa dependência e insegurança cada vez maior do suprimento de fertilizantes no Brasil. A questão no preço é exatamente a causa de tudo isso e a prova maior do que nós estamos nos tornando cada vez mais dependentes dessa coisa que é essencial. E uma coisa que me preocupa é que... E daí porque eu sugeri ao Sr. Presidente essa Audiência Pública porque é algo que passa meio que despercebido. Essa coisa vinha meio que despercebido. Não há uma percepção muito clara das conseqüências do fato concreto e que essa dependência está aumentando de uma maneira muito rápida e agressiva.

Primeiro ponto, não tenho muitas questões, mas apenas duas ou três questões, pequenas questões. Mas eu gostaria primeiro de fazer um... Aproveitar o momento para mostrar essa Legislação tributária brasileira como ela é... Me perdoe a expressão, o samba do crioulo doido. Quer dizer, você taxar a produção nacional e fazer com que facilite-se a importação do produto. Isso é algo que não faz menor sentido num País que raciocina que tem juízo. Acho que estamos dando demonstração muito clara de falta de juízo no que diz respeito às questões tributárias. E isso é apenas uma amostra. É a ponta do iceberg. Estamos observando a conseqüência dessa... Comportamento dessa gestão, digamos assim, tributária brasileira no caso específico de fertilizante. Mas isso é uma coisa que incide, tenho certeza absoluta, se não sobre o total da economia, mas sobre uma parte expressiva daquilo que se produz no Brasil.

Bom, uma outra coisa que eu gostaria de indagar, me deixou muito preocupado, mais ainda do que antes da audiência o seguinte: É que nós temos claramente um déficit cada vez mais evidente na capacidade de suprimento de fertilizantes no mundo. Cada vez isso se estreita mais. Nós estamos tendo um mercado cada vez mais tencionado entre a relação demanda e oferta. Eu gostaria de deixar uma pergunta aqui que seria o seguinte: E as reservas? Como é que estão? Nós estamos falando do fluxo corrente. Você produz

tanto e consome tanto. Mas, digamos assim, criando uma certa assimetria com o petróleo, eu diria. Como é que está a relação das reservas e o consumo do mundo? Como é que essa coisa se encontra? Que é outro fator e eu acho esse maior ainda de preocupação para todos aqueles que vivem da agricultura não apenas brasileira, como mundial de modo geral. Não sei se os senhores têm esse tipo de informação, mas me parece que é algo que precisa ser exposto porque é extremamente preocupante.

Eu gostaria de fazer um comentário só sobre essa iniciativa da nossa querida Senadora Kátia Abreu, que sempre comparece nos momentos críticos que envolvem essa Casa. No que diz respeito a essa questão da Marinha Mercante. Para se ter idéia, Senadora, essa isenção existia no nordeste até o ano passado. No nordeste. E numa das Medidas Provisórias que aqui transitou e que constava a manutenção dessa... Adicional de Marinha Mercante pelo menos para o nordeste, o Presidente Lula vetou esse item e o nordeste passou a ter que pagar sobre o fertilizante todo o adicional de Marinha Mercante. E isso mostra que a ganância arrecadatória do Governo se superpõe-se completamente a qualquer, digamos assim, visualização, interesse e importância que é dada à produção nacional. Isso para nós do nordeste foi um choque profundamente deletério, eu diria, e fez com que houvesse uma reação, nós tentamos fazer uma reação, mas não foi possível. O Governo manteve o veto e como nós temos aqui 600 vetos no Senado que não acontece nada e vai continuar sem acontecer. Então eu gostaria de registrar o mais absoluto apoio e o entendimento de que mais uma vez a Senadora Kátia Abreu toca num ponto da maior importância no caso específico para a agricultura nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Ouviremos agora--

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Só para encerrar muito rapidamente, mais uma vez gostaria de registrar a importância que foi essa exposição. Acho que é preciso que dessa Audiência Pública saia alguma idéia, Sr. Presidente, para que nós possamos tentar reverter o mais rápido possível essa tendência que pra mim ela é... Criará constrangimentos importantíssimos para a nossa agricultura. A agricultura brasileira precisava de fertilizantes como foi dito aqui, inclusive, no convite a V.Sas para aqui comparecerem, a agricultura brasileira era convidada a dar contribuição... Os fertilizantes eram convidados a dar importância, a contribuição importante no que diz respeito a produção de alimento para o brasileiro e para o mundo. Hoje é mais. Hoje precisamos de fertilizantes não só para o suprimento de alimentos para o povo brasileiro e nas

suas exportações, como e agora, sobretudo, no que diz respeito a geração de combustíveis e de energia de modo geral. Então nós vamos ter um crescimento desproporcional de fertilizante daqui para frente. Aquelas curvas que estavam se comportando de maneira mais ou menos previsível acho que vai sofrer uma inflexão que pode trazer constrangimento maior ainda no que diz respeito a suprimento. Então eu sugiro ao nosso Presidente que tentemos tirar daqui alguma coisa no sentido de que possamos denunciar, a nação denunciar o Governo essa imensa preocupação que afeta todos aqueles que têm o mínimo de preocupação com a agricultura brasileira. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Ouviremos agora a eminente Senadora por Tocantins, Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Sr. Presidente. Primeiro lugar eu gostaria de agradecer V.Ex^a pela aprovação dos dois requerimentos mesmo com a minha ausência para debatermos junto com a CAE os índices de produtividade que é o Projeto de Lei da Lúcia Vânia que estávamos praticamente com ele lido aqui, mas o Governo requisitou para que passasse na CAE e nós então fizemos esse Requerimento para tirá-lo da gaveta. Muito obrigada. E com relação à nossa parceria, a nossa reunião conjunta com a Comissão de Agricultura da Câmara para discutir um Projeto de Lei de minha autoria e Deputado Sciarra sobre as tecnologias genéticas de restrição de uso. Então quero agradecer a consideração e a gentileza de V.Ex^a por ter aprovado na minha ausência.

Quero cumprimentar a todos os nossos convidados, agradecer a participação de cada um, agradecer ao Senador João Tenório a respeito da nossa ação com relação ao Fundo da Marinha Mercante e agradecer ao apoio.

Sr. Presidente, nós conversamos numa ocasião que nós temos algumas ações no agronegócio brasileiro que são suprapartidários. E nós estamos até preparando essa reunião para que a gente possa fazer como combinamos com a Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado e a CNA. Nós temos problemas divergentes como meio ambiente, questão trabalhista, mas nós temos questões importantíssimas que são unanimidades. E eu tenho certeza que com relação às iniciativas que nós temos que tomar com relação aos fertilizantes, eu tenho certeza absoluta que será unanimidade partidária. Nós podemos sair daqui hoje com a intenção real de fazermos um Projeto de Lei suprapartidário, sem assinatura de nenhum Senador, mas com a assinatura da Comissão de Agricultura do Senado Federal para que nós possamos corrigir essas distorções que na realidade estão prejudicando a ativi-

dade econômica mais importante do País. Que produz 1/3 do emprego, 1/3 da exportação e 1/3 do PIB.

Então, eu queria começar Sr. Presidente fazendo uma proposta para esse Projeto de Lei para os nossos colegas com relação a legislação de lavras deste País. Nós precisamos alterar imediatamente essas concessões de lavras no País. Todas as rochas fosfáticas desse País, 90% dessas rochas fosfáticas estão na mão de uma empresa só que é a FOSFERTIL. Eu não quero aqui condenar a empresa, não. Nós vamos condenar é nós do Congresso Nacional que permitimos que essa lei permaneça. O empresário está atuando em cima de uma legislação. Dessa 90% de jazida fosfática que está na mão de uma empresa só, ela não explora ela toda. Ela senta em cima de metade dessa lavra e explora metade. Isso evitando com que a concorrência aconteça e possa produzir fosfato mais barato porque é um dos componentes mais importantes para os nossos fertilizantes. É vergonhoso para nós todos. Quero me incluir fortemente nisso. É vergonhoso nós permitirmos que isso continue ocorrendo. Existe, a renovação das lavras, mas a gente não sabe os mecanismos que são utilizados que as lavras estão sempre renovadas na mão de um só.

Então eu gostaria muito que nós pudéssemos com a ajuda da iniciativa privada que sempre conhece bem os problemas, nos ajudasse a elaborar esse projeto para que a gente pudesse mudar essa legislação o mais rápido possível.

Com relação à questão antidumping, Dr^a. Ana Amélia, não adianta a senhora me perdoe a franqueza, não adianta a senhora zerar a TEC de uma empresa só porque quando a senhora deixa a taxa antidumping de 32% para Rússia e 19% para Ucrânia, essa empresa que tem a taxa zerada quando ela chegar aqui no Brasil, a senhora não se iluda porque ela vai embutir no preço dela a taxa antidumping para ela ganhar isso de lucro. Então ela está torcendo que a senhora não derrube a taxa antidumping, ela quer que a senhora continue com ela, para ela continuar tendo 39% de lucro do que vem da Rússia e 19% do que vem da Ucrânia. A mesma coisa acontece quando voltar os 6% de taxa de importação. Quando o importador que eu nem conheço vem e importa e paga uma taxa de 6, eu que sou empresária do Brasil, que produzo aqui, é óbvio que vou embutir no preço do meu lucro essa margem de seis. Qual lugar do mundo que não é assim? Que as taxas de importação prejudicam os importadores e favorece o produto nacional em detrimento dos compradores que são os produtores rurais. Essa margem de seis, doutora, ela vira lucro da empresa interna.

Eu não quero prejudicar a empresa nacional, muito pelo contrário, sou uma batalhadora pela queda dos

impostos, tenho trabalhado duro nessa Casa desde a Câmara Federal contra a carga tributária para valorizar o empresário que acho que através do empresário vem o emprego. Agora, eu não posso em detrimento da empresa ficar e deixar margem produtores rurais que são os que compram esse produto.

Então, essa taxa antidumping eu peço para a senhora encarecidamente ela não tem lógica, ela não tem racionalidade a não ser proteger meia dúzia. Porque na verdade, olha o que está ocorrendo. A senhora me permite, mas eu preciso fazer este desabafo que nós estávamos esperando há muito tempo essa oportunidade. Se eu sou uma empresa nacional, portanto, eu tenho que importar o nitrato de amônia, e o nitrato de amônia, por que é que ele tem que ser importado? Porque ele é o melhor. É o melhor produto. Da mais qualidade em produtividade em nossas lavouras. Nós precisamos do nitrato de amônia que infelizmente não tem no Brasil. Agora, os similares que são produzidos no Brasil, a senhora acha que a venda deles não está embutido nos seus 32% do dumping? Lógico que está, doutora. As empresas nacionais não querem derrubar o dumping, não, querem continuar com o dumping para continuar vendendo a margem de lucro. Porque sabe que a qualidade é preferencial do nitrato de amônia e estão ganhando no preço, na venda aqui de produto similar. Cobra um pouquinho, talvez um pouquinho menor para não caracterizar a aberração, mas a senhora pode ter certeza que mais de 30 está embutido nesse preço e a empresa levando. Meia dúzia de empresa nesse País. Em detrimento de mais de um milhão de homens e mulheres que trabalham no sol e na chuva, não estou fazendo onda nem querendo piedade de ninguém, arcando com esse custo e com esse ônus de céu aberto, é a única indústria de céu aberto no mundo, e nós temos que bancar essa preferência para meia dúzia.

Então eu quero aqui deixar quase que uma súplica para a senhora. Essa taxa antidumping ela é terrível, ela é nociva, ela é péssima. Nós não podemos esperar mais. Nós já vamos botar mais uma safra com antidumping. Com a taxa de antidumping. Agora, os custos de produção a senhora sabe como é que estão. Nós estamos com endividamento rural atropelando os produtores, o agronegócio muito bem, obrigado, e os produtores arrasados. É justamente os tributos, doutora, são os tributos que estão acabando com as pessoas. Estão acabando com os empresários. O mínimo que ele ganha no ano, no fim leva tudo. É taxa de Marinha Mercante, é taxa antidumping, tudo no preço de quem compra.

Então gostaria Sr. Presidente que essa questão pudesse ser levada à frente pela Comissão de Agri-

cultura do Senado. Isso aqui não é de agora, não. Isso não é de Governo Lula, não. Não estamos falando de Governo Lula. Nós estamos falando do agronegócio brasileiro, de erros que vem do passado, de erros que vem desse Governo, vamos juntar tudo e vamos tentar corrigir numa ação acima de qualquer pessoa e de qualquer empresa em defesa de nosso setor. Nós nunca teremos dinheiro suficiente para combater o subsídio internacional. Agora, no mínimo temos que ter a dignidade de pelo menos tirar esse ônus e esse encargo dos nossos produtores. Então quero aqui deixar registrada essa questão do antidumping que nós possamos fazer uma carta firme nessa Comissão aprovar no dia de hoje para a CAMEX no sentido de não permitir a continuidade do antidumping e não permitir o 6% de retorno. Temos que trabalhar com os parceiros do Mercosul para que seja consolidado. Seja consolidado na TEC zero para os países do Mercosul principalmente. Porque tudo que aumentar de importação não adianta imaginar que está protegendo alguém, porque está destruindo milhares. Qualquer taxa de importação. Agora, somos parceiros para isonomia nacional de impostos. Vamos à luta todo mundo. Por isso que nós estamos aqui tentando destruir com a CPMF não é só pela CPMF, não. Não é só pelo quanto ela é nociva não. Ela individualmente. É porque através dela, com o fim dela que nós vamos fazer a Reforma Tributária que o País precisa. Tem uma coisa, uma aberração maior do que o ICMS? Aonde cada Governo cobra uma taxa, cobram uma alíquota? Quer dizer, enlouquece o empresário brasileiro de qualquer setor, de qualquer área. Por isso nós precisamos dessa reforma e eu acho que essa Comissão tem que ser parceira no sentido de permitir a isonomia interna, mas não a taxação da importação porque isso é nocivo. Vai acontecer a mesma coisa, George, com relação à taxa da Marinha Mercante. É o que você está propondo. Porque se você propõe estabelecer o retorno de 6% da taxa de importação, então vamos deixar da Marinha Mercante. Porque o princípio é o mesmo. Porque se eu deixo para o importador 25% sobre o frete de Marinha Mercante que no final do produto dá 5% sobre o fertilizante, o que vai acontecer com quem produz aqui dentro? É claro que eles vão embutir no preço e vão ter lucro, uma margem de lucro muito maior do que os importadores. Não estou preocupada com essa competição entre as empresas importadoras e internas. Quero saber quem está comprando. Apenas no Fundo da Marinha Mercante é 5% a menos, colegas Senadores. 5% a menos no custo de produção. Sabe para que é que serve esse Fundo da Marinha Mercante? Nada. Absolutamente nada. Aliás, tem Emenda minha protocolada porque na realidade os fabricantes de navios, estaleiros, eles

se utilizam desses recursos, quem quiser comprar o navio pode utilizar do Fundo da Marinha Mercante, mas eu sou obrigada, vou pegar o Fundo da Marinha Mercante, vou pagar juros, vou colocar meu patrimônio em garantia e sou obrigada a comprar navio brasileiro, três, quatro vezes mais caro que o navio chinês. Protegendo, fazendo uma reserva de mercado que não chega a quatro estaleiros nesse País. Enquanto que onera em 5%.

O Ministro Reinhold Stephane disse a mim que já conversou com a Casa Civil, conversou com o Presidente, e que esse Fundo da Marinha Mercante é quase unanimidade. Nós temos que reforçar o Ministro, levar isso adiante para que nós possamos finalizar. É de grão em grão que a galinha enche o papo. No interior do meu Estado diz isso muito. É 1% daqui é 2% dali, é 5% dali, é muito dinheiro. É muito custo. Eu sempre digo como exemplo, os produtores lá do Jonas Pinheiro eu não sei como é que estão vivos ainda. Não sei. Sinceramente. Por causa da logística. Está aqui. O Ruy que é um símbolo disso, é Presidente da PROSOJA também, da Associação de Soja do Mato Grosso, e sabe o que eles estão pagando de custo de produção por não ter logística. Que traz seus produtos para Parana-guá, que não tem outra saída para lugar nenhum. E é um dos Estados mais promissores, mais férteis desse País. Tocantins está sofrendo? Está. Mas eles estão sofrendo muito mais. Então essa corrente nacional que nós temos que fazer suprapartidária para defender o agronegócio. Não interessa onde ele esteja.

E ainda, Sr. Presidente, essa questão da lavra, a questão da isonomia tributária, a questão do antidumping, a questão de não permitir que a PEC possa voltar a seis, doutora, que a gente possa tentar impedir que isso aconteça, o ICMS, essa luta, então eu acho que esse é o caminho que nós temos que tentar fazer um sumário desse debate aqui e nós fazermos uma proposta de trabalho conjunta com Projeto de Lei onde for Projeto de Lei, gestão onde for gestão, vamos pedir audiência com a CAMEX, vamos tentar fazer qualquer coisa no sentido de expor essas coisas. São tão claras, são tão óbvias que acho que dá pra gente chegar a bom termo que a gente possa ter um sucesso nessa nossa empreitada. Mas não tenho nenhuma pergunta específica, Sr. Presidente, a não ser essa proposta e a suplica que eu fiz à Dr^a. Ana Amélia para que a gente possa tentar modificar essa situação. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Pela ordem de inscrição, Senador por Amazonas, João Pedro, e em seguida Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Sr. Presidente, senhores que compõem... E a senhora que com-

põe a Mesa dessa Comissão nesse dia, eu gostaria de aproveitar esse debate para levantar uma questão acerca lá no meu Estado, sou Senador pelo Estado do Amazonas, de uma mina de silvinita. Segundo a CPRM, é a maior reserva de silvinita da América Latina com um bilhão de toneladas de silvinita. E isso o Wilson falou rapidamente da VALE DO RIO DOCE que explora a mina lá em Sergipe, e me parece que a produção de potássio que é oriunda da silvinita, a partir da concentração, só atende a 12%, nem isso, do mercado interno.

Então, nossa querida Senadora, veja só, eu tenho um número aqui que o Brasil, o Brasil importa qualquer coisa em torno de um bilhão de dólares em potássio. Não é isso? Mais ou menos isso? Olha só. Olha só, minha querida Senadora, meu Senador Jonas Pinheiro. Um bilhão de dólares/ano. É a pergunta que V.S^a fez também no raciocínio. Essa é uma equação. Importa ou produz o fertilizante? Então o que eu quero chamar atenção, nós temos silvinita que dá o potássio e que forma essa famosa trilogia do NPK, num País com terra, com agricultura, e tem lá no meu Estado do Amazonas a maior reserva de silvinita da América Latina. Um bilhão de toneladas de silvinita. Quem fez a prospecção foi a PETROMISA e quem detém hoje... Não é a VALE, é a PETROBRAS. Essa mina. Que é uma mina.

Então, ou seja, nós podemos gerar renda, existe tecnologia hoje para não causar nenhum impacto no sentido de ser revertido para a nossa agricultura. Diz respeito a divisa, o comércio interno, externo, estou chamando atenção de vocês foi levantado aqui essa questão de nós trabalharmos com uma concepção de produzir, V.S^a levantou isso e isso me chamou atenção porque o Dr. Wilson falou da exploração da VALE lá em Sergipe. Eu quero chamar atenção para isso. Nós precisamos ter uma política para explorar esta mina levando em consideração a questão ambiental, mas acima de tudo levando em consideração o mercado interno, a geração de renda, a qualidade de vida das pessoas que estão na Amazônia. Nós podemos gerar quantos empregos? Não tenho esse estudo. Mas melhorar a qualidade de vida explorando esse bem que é nosso, que é da União. E para um mercado que nós vamos lá no Canadá importar. V.S^{as} estão falando aí mais de um bilhão de dólares/ano para trazer o potássio para nossa agricultura. Ou seja, tem no Amazonas, precisamente nos Municípios de Itacoatiara, Silves e Nova Olinda do Norte essa mina com um bilhão de toneladas de silvinita.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, João Pedro. Ouviremos agora então o Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, senhoras e senhores debatedores. A receita para a continuidade desse trabalho nós já temos aqui trazida pela AMA. A lâmina da sugestão final dela traz algumas sugestões e entre os quais já aporta aqui o projeto da eminente Senadora Kátia Abreu e o Projeto de Lei do Deputado Marcos Montes. Mas tem uma série de outras ações que estão aqui como sugestões para que nós trabalhemos nela.

Portanto, Sr. Presidente, é nós constituirmos aqui agora um grupo de trabalho, convocar nossa Assessoria, convocar a consultoria do Senado Federal que trata desse assunto, e também convidar os nossos eminentes sugestores que estão hoje aqui na Mesa. Eu conheço muito bem esse assunto porque estou constantemente lá na FIESP, junto com o Dr. Benedito, junto com o nosso companheiro Roberto Rodrigues tratando nesse assunto. Eu acredito que nós temos hoje um rumo já traçado. Depende agora de ação nossa. Ação desta Casa, desta Comissão que por certo acredito que a vinda dos senhores nessa Comissão não foi em vão. Vai dar resultado positivo. Eu só quero fazer uma pergunta a você. Apesar de que o João Pedro levantou aqui a mina da silvinita, lá em Itacoatiara, como é que está a nossa de fosfato na região de nova Brasilândia, que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Olha, houve uma conversa tão profunda, tão grande, do tamanho do potencial da nossa mina de fosfato. Seria maior de que a de Patos, que seria maior de que a de Araxá, maior do que a de Catalão... Portanto, a ficaria tudo numa mina no Estado do Mato Grosso. Como é que está aquela história?

SR. RUY CARLOS ANTÔNIO: Senador, na verdade os estudos que foram feitos, eles são preliminares e eles fizeram a análise das anomalias que têm indício de fósforo. Então já existe uma empresa, duas empresas lá fazendo a prospecção de fósforo nesta mesma região, e nós... Senador, então a partir de um estudo que foi feito através de rádio magnetismo, se eu não estou enganado, eu não sou técnico na área, foram avaliadas algumas anomalias. E essas anomalias elas são muito maiores do que aquelas primeiras anomalias que já foram identificadas da rocha fosfática no Município de Nova Brasilândia. E a PROSOJA, Associação dos Produtores de Soja, requereu o subsolo contrariando até a ordem das coisas que estão aí e hoje os produtores de soja do Mato Grosso são detentores do direito de explorar o subsolo naquela região. E realmente o tamanho que parece que tem, a quantidade que parece que tem de anomalias lá é

bastante substancial. E agora nós estaremos então fazendo a prospecção de fato lá na região.

Então, por enquanto ainda está em fase preliminar. Mas nós acreditamos no potencial porque Deus deve ser mato-grossense também, além de brasileiro.

(risos)

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, eu gostaria antes de ter que sair, infelizmente eu tenho um compromisso, mas que a gente pudesse montar esse grupo de trabalho, um de cada partido aqui da Comissão, e gostaria de fazer uma sugestão, mas só para deixar registrado e aprovado mas podemos substituir os nomes. Pelos Democratas eu e o Jonas vamos nos revezando, uma reunião vai eu, uma reunião vai ele, ou vamos os dois se for preciso. João Pedro do PT, Osmar Dias do PDT, João Tenório do PSDB e o senhor Neuto de Conto, nosso Presidente pelo PMDB. Acho que ficou faltando mais alguém? Mas pelo menos seria um grupo para iniciar os trabalhos para tocar essa pauta e depois a gente amplia o grupo. Fazemos uma reunião antes interna e depois fazemos na Comissão para oficializar quais as ações que a Comissão pode fazer efetivamente diante dessa pauta discutida aqui hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Eu gostaria, Senadora Kátia Abreu, providenciar um Requerimento por escrito que a nossa Assessoria vai ao encontro dele para que possamos registrá-los e em seguida vamos colocá-lo então em apreciação. E se os Senadores concordam, consideraremos então aprovado já.

Gostaríamos de ouvir agora, até porque daqui a pouco nós temos Sessão no Plenário, e as considerações finais e algumas respostas de modo um tanto rápida de todos os debatedores, e começamos então aqui com a nossa direita.

SR. BENEDITO FERREIRA: Sim, pela ordem aqui vamos ver as respostas. Aqui a minha querida Senadora Kátia Abreu. Na realidade, a nossa visão é uma visão unânime. O que nós queremos é exatamente o que a Senadora está sugerindo, e o que nós pregamos aqui, nós tanto a ANDA, quanto o SIACESP, AMA eu e o George falamos é exatamente isso. A indústria de fertilizantes não precisa de proteção. Eu não preciso de proteção. Não quero tarifa, não quero antidumping, não quero absolutamente nada disso. Agora, o que eu quero? Eu quero isonomia. É o que a Senadora está pretendendo. Porque hoje eu pago 10% de imposto, eu que estou aqui no País produzindo, criando emprego, pagando todos os impostos e cumprindo todos os meus deveres pago 10% para mandar adubo para o seu Mato Grosso. Ao passo que quem está lá dentro pode importar pagando zero. Isso é um absurdo é uma

coisa que não existe em nenhum lugar do mundo, só existe no Brasil. Isso está inibindo o investimento. Por que é que a FOSFERTIL está com a mina dela parada e a Senadora está falando de processo de legislação de lavra? Nós estamos parado porque eu não posso competir com produto que tem 10% de vantagem sobre mim. Então o que nós estamos fazendo. A BUNGE anunciou há quatro meses atrás que é uma das maiores acionista da FOSFERTIL que está indo investir 500 milhões de dólares no Marrocos. E cancelamos nosso investimento aqui de um bilhão e meio de dólares em Minas porque não tinha margem aqui. Então o que eu quero corrigir? O que nós queremos? Nós queremos isonomia. Eu não preciso de proteção. Muito bem, enquanto eu não tenho a proteção, porque a indústria não pode esperar. O capital vai atrás na maior margem. Quer dizer, enquanto eu não tenho... Porque esse processo do imposto, da isonomia, é um processo que eu estou trabalhando nisso há cinco, seis anos. Isso depende de CONFAZ, e todos saberem a grande dificuldade que é trabalhar com CONFAZ. Muito bem. Enquanto eu não tenho isso, eu quero sim, eu preciso da tarifa para me proteger. Porque senão vai acabar a... Nós já estamos dependendo 70% de produto importado, nós estamos vendo o frisson que deu nos Estados Unidos já duplicou o preço do adubo e daqui pouco nós podemos não ter fertilizante. Esse é o grande risco estratégico que nós levamos ao Presidente da República e já levamos ao Ministro. O Ministro foi que pediu esse trabalho que o Mendonça de Barros apresentou hoje aqui. E a solução o que é? É a isonomia. Me dando isonomia que nós estamos com processo lá no CONFAZ, o que eu quero de isonomia? Nós estamos chegando a número médio de tarifa para equalizar tudo seria 3%. Se puser 3% de ICMS para todas as operações... Bom, vai onerar a agricultura em 3%. Tem uma FRM que nós tiraríamos uma coisa e compensaria outra. Não é que eu quero 3%, não. Eu quero zero. Se for possível. E o que a Senadora quer também. Só que aí vou ficar com problemas de crédito de ICMS. O Governo pode dizer, não, você pode compensar isso com o Imposto de Renda. Beleza, eu aceito. E aí nós liquidaríamos, mas é uma opção difícil, muito mais difícil do que se botar os 2, 3% que a gente acha uma coisa mais palatável. Mas nós não fechamos questão. Absolutamente. Nós estamos queremos discutir e resolver. Agora eu preciso dizer o seguinte: A indústria não pode esperar. Nós estamos caminhando, também investimentos de bilhões e bilhões correndo aí, nós precisamos... isso que o senhor está dizendo aí da silvinita, qual é o problema que nós temos? Isso é um negócio muito bem vindo, claro que é. Agora, com 10% de diferença de impostos o senhor não vai conseguir explorar isso nunca lá. Agora, além

de tudo esse problema de logística, que aquilo lá do centro da Amazônia tem o problema de logística para trazer os produtos e tem o problema principalmente de meio ambiente que é complicadíssimo. Quer dizer, é uma coisa muito benfazeja que a gente tem que aplaudir. Porque nós precisamos realmente de aumentar a produção. Os grandes players... Os grandes concorrentes do Brasil no mundo inteiro, os grandes produtores agrícolas têm entre 80 e 90% de produção nacional de fertilizantes. Esses países, Rússia, China, Índia, tem 80 a 90% de produção nacional. O Brasil está na contramão da coisa. Nós temos é 80% de importação em 20% só de produção nacional.

Agora, Senadora, esses processos todos de tarifa e de antidumping é claro que a gente aumenta. É uma maneira de proteger a indústria. Se eu ponho 6% de tarifa eu aumento meu preço. É para isso que existe. Eu absorvo esse lucro. Realmente absorvo. O antidumping, por exemplo, que a Rússia faz estrago no mundo inteiro com esse produto. Estados Unidos impôs antidumping contra a Rússia, a Europa inteira colocou antidumping contra a Rússia. Todos os países do mundo tem antidumping que é uma coisa altamente sabida que ela pega, ela não tem custo de gás, não tem custo de mão-de-obra e entra nos mercados arrebentando com os mercados. Então o mundo inteiro tem antidumping. Isso é um processo legal. Quer dizer, existe uma lei que diz assim, o País que vende fora os seus produtos abaixo dos custos que vende internamente isso é dumping. É dumping numa economia de mercado e eu tenho direito. O País tem o direito de impor o antidumping. Agora eu não preciso de nada disso se eu tivesse a isonomia tributária. Que eu não tenho. Agora, eu preciso de alguma proteção. Porque é um absurdo total, é uma coisa... Um anacronismo que ninguém consegue entender é você ter uma tributação, eu que estou aqui dentro do País produzindo e pagando todos os impostos, tenho que pagar 10% de imposto das minhas operações de... Interestaduais e o produto importado é zero. Uma tarifa invertida de 10%. Quer dizer, isso tudo inviabiliza tudo que se queira fazer. Quer dizer, a tua silvinita não vai nunca coisar, a nossa reserva lá de... De Patrocínio não vamos explorar. Não vamos explorar porque não tem margem. Há, então você deixa o outro explorar. O outro não vai explorar porque não tem margem. Ah, o Governo explora. Vai explorar, ter prejuízo e vai passar a conta para nós. Não é essa a maneira mais adequada de se trabalhar com eficiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Ouviremos o Dr. Ruy.

SR. RUY CARLOS ANTÔNIO: Eu só queria fazer uma consideração que acredito que seja pertinente.

Nós como produtores sabemos disso, e acredito que todos vocês sabem também, quando se produz milho, soja, qualquer produto sem adubo, uma vez que as nossas terras são fracas, essa produção eu diria que cai pela metade. Quando a gente produz com uma certa quantidade de adubo, ela logicamente dobra pensando nessa metade.

Então, o adubo na verdade ele é um insumo que tem uma correlação direta com o volume da produção. O que eu estou querendo dizer com isso? Que é um insumo que poderia até ter uma subvenção do Governo. Viu Presidente. Senador Jonas, Senadora Kátia e Senador. Eu acredito que nós estamos discutindo alíquota para o insumo que poderia muito bem ter uma subvenção. Porque o resultado da aplicação desse insumo em qualquer lavoura com certeza absoluta vai ele gerar uma maior produção e aí as consequências dessa maior produção todos vocês sabem. Então acredito que esse grupo de trabalho, Senador Jonas, poderia até estudar para beneficiar, para equilibrar as coisas na produção desse insumo aqui internamente no País se pensar até em um subsídio mesmo. Por que não? Isso nada mais é que investimento. Uma vez que a aplicação em maior quantidade desse insumo vai gerar uma produção geometricamente maior causando todos os benefícios que nós sabemos. Era isso que eu queria considerar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Muito obrigado.

SR. BENEDITO FERREIRA: Presidente, só mais um esclarecimento. Nós, por exemplo, temos pleiteado lá esse problema da TEC. O imposto de importação. Mas eu digo sempre para os Ministros, agora que... Se me for concedido a TEC, eu assino um documento dizendo o seguinte. Resolveu o problema do ICMS, eu abro mão imediatamente. Eu não preciso de proteção nenhuma. Agora, eu quero isonomia. Não quero é pagar mais que o meu concorrente que está lá no exterior que não tem sentido isso. É um absurdo total. Não existe nenhum lugar do mundo que exista isso. Eu não quero pagar mais que o meu concorrente. Agora, quer que eu pague 50%? Eu pago. Faça o importado pagar, então. Evidente que isso é uma coisa impossível que onera a agricultura, que ninguém quer onerar. Veja bem, eu sou empresário, a nossa empresa, eu não quero absolutamente aumentar custo para produtor. Ao contrário. Eu engajei em quantas lutas com o senhor, Senador, e com a Senadora Kátia, exatamente para reduzir os custos para agricultura. PIS e COFINS quantas lutas nós tivemos juntos. Então eu não tenho o menor interesse e seria um absurdo se eu quisesse aumentar o preço do meu produtor. Quanto menor for o preço para ele, eu vivo é dele, eu vivo do meu clien-

te, se meu cliente for bem eu vou bem. Se ele não for bem, eu também morro.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Ouviremos então Dr^a. Ana Amélia.

SRA. ANA AMÉLIA SICAL: Bom, a Senadora citou que vai pedir uma audiência lá com a Dr^a. Lita, que é a Secretaria Executiva da CAMEX, terá prazer em recebê-los e ouvir o ponto de vista dessa Casa. Obrigada.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Apenas para encerrar, uma última palavra com relação aos comentários do Dr. Benedito, não é bem assim. Eu discordo dessa diferença tributária que ele coloca com relação aos importadores. Os importadores pagam 5% de Fundo da Marinha Mercante no produto final, o frete internacional nos últimos 12 meses está público e notório aumentaram exorbitantemente esses fretes de lá para cá, fora que as jazidas estão no centro-oeste brasileiro em sua grande maioria que ainda pagam além das taxas de hora parada que foi colocado aqui por alguns dos palestrantes. 40 mil dólares/dia de hora parada, por dia parado o navio. Por navio. 40 mil dólares o navio por dia que estão pagando acima.

Então na realidade eu não acredito que haja uma diferença tão grande de custos entre o nacional e o importador. Mas o mais importante é nós trabalharmos pela isonomia. E não aumentar para tirar mais que na realidade não está existindo nessa frente e nem esse limite que você coloca. E de mais a mais, os lucros anuais da FOSFERTIL estão publicados. É público. 30% de margem de lucro a FOSFERTIL está tendo nos últimos quatro anos. Está publicado. Eu acho ótimo. Eu quero que vocês tenham 100. Eu quero que o meu produtor rural tenha também. Eu só não quero que o senhor ganhe numa ponta e outra não.

Então, se com toda essa ruindade, com não isonomia tributária, com margem de lucro de 30, o produtor não consegue nem ter 1% de margem de lucro. Estamos tendo negativo. A nossa renda está totalmente perdida. Nós estamos com custo de produção todos levantados pela CNA. Feitos no Brasil em torno de 10 Estados de agricultura. Todo mundo produzindo abaixo. Nós tendo uma despesa muito maior do que a renda.

Então, sinceramente eu gostaria de trocar. Pegar esses 30 de rentabilidade--

SR. BENEDITO FERREIRA: O nosso negócio realmente esse ano nós tivemos um resultado muito bom em função de preço. Agora, nem sempre todos os anos as coisas são cor de rosas. E eu tenho anos... Porque eu não formo preço. Eu não vendo adubo para o senhor dizendo assim: Me custou 100, eu quero uma margem de 20 e o preço é 120. Eu vendo a preço que está no mercado internacional. Então hoje o preço está

alto, eu estou ganhando dinheiro. Mas eu já vendi, por exemplo, esse MAP que está a 600 dólares, eu já vendi a 100. Uréia que estava a 300 eu já vendi a 80. Então quando cai o preço eu tenho que assumir tudo. É um risco. É um business. Eu tenho os prós e os contras. Tenho os ônus e os bônus. Agora, não posso só ter os ônus e os bônus ficar para... (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Nós vamos... O debate em paralelo... Gostaria o entendimento que esse debate vai muito longe, o debate paralelo, nós devemos ter e vamos encontrar uma solução através da Comissão. Ouviremos o Prof. Alexandre de Barros, para suas considerações finais.

SR. ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS: Bom, nós trabalhamos bastante aí tentando equacionar a seguinte questão. Na nossa opinião é estratégico para o Brasil, para a agricultura brasileira ter produção doméstica de fertilizante. Nós estamos na contramão dos nossos maiores concorrentes. Acho que nós precisamos buscar uma participação maior de produto doméstico. Esse é um fato que me parece fundamental. Eu acho que o difícil de equalizar é uma situação difícil de curto prazo da agricultura com que é necessário no longo prazo para a nossa agricultura ter sucesso no resto do mundo. Entendo que aumentar qualquer preço no momento como esse é difícil. É difícil. Mas se gente também ficar olhando o curto prazo vamos perder e vamos chegar lá na frente e vamos sentir o baque de não ter feito as decisões corretas que me parecem de aumentar essa participação. O único ponto que eu quero dizer é o seguinte: É evidente que a solução ideal era o quê? Zero de ICMS, zero de qualquer alíquota de importação. Entretanto, a gente não pode esquecer e chamo atenção para esse aspecto, o crédito de ICMS que é imposto... Só pode ser compensado com débito de ICMS na estrutura atual de ICMS. Eu acho que é ilusão também imaginar que os Estados, e aí tem que ser negociado com todos os Estados da federação, vão dar isenção de ICMS no crédito... Nos insumos das empresas produtoras de fertilizantes. Dado isso, é por isso que nós montamos essa equação do tributo de ICMS de 3% junto com a FRM que me parece factível de ser feito. É evidente que quanto menor melhor. Agora, eu quero sempre insistir, a gente tem que tomar decisões estratégicas, e não só decisões de curto prazo. E acho que a agricultura brasileira está se expondo a um risco gigantesco. E se algum dia faltar produto vamos ter que lembrar desse momento também. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Muito obrigado. Dr. George.

SR. GEORGE BONIFÁCIO WAGNER E SOUZA: Primeiro lugar gostaria de novamente agradecer a oportunidade, uma série de sugestões foram feitas. Acredito que os principais pontos e as principais variáveis que envolvem essa discussão com muita precisão foram colocados na Mesa. É impossível imaginar a inexistência de conflitos dentro da economia, seja ela doméstica, seja da economia global, são jogos de interesse que puxam para um lado e puxam para outro. Cada um defendendo hoje dentro de um mercado globalizado, o resultado lucro, e às vezes passando por cima de alguns interesses. Eu não coloquei com muita ênfase, mas foi muito bem destacado, que nós deixamos de participar nesse jogo do mercado internacional com as mesmas regras. Enquanto a parcela significativa do mundo subsidia um produto ou produção, nós tributamos o produto ou produção. E jogamos no mercado com as mesmas regras que os outros jogam. Só que o cacife deles é maior. Mais rico. Sei que debates paralelos é afirmação de ponto de vista nessa reunião simplesmente não vão conduzir ao resultado, porque eles dependem muito mais de trabalhos e equações e levantamentos e ponderações que vão implicar e com certeza esse grupo de trabalho que foi proposto e devem achar os caminhos procedentes ou julgados convenientes para o caso. Nossas sugestões estão colocadas, estamos à disposição dos senhores a qualquer instante para complementar as informações aqui presentes quando julgarem necessários, e reafirmamos dentro da competência e da responsabilidade do nosso segmento dentro da agricultura nacional que todas as nossas sugestões foram no sentido de propiciar uma redução tarifária e uma isonomia tributária. Porém, dentro dessa isonomia tributária não pode ser deixado de colocar que eu sugeri que fosse a menor possível, isso inclui ser zero, desde que a gente conseguisse mecanismos que desonerasse a indústria nacional da carga de ICMS que ela agrega no custo por não ter como repassar esses créditos.

Então estabelecido mecanismo qualquer de repasse desse crédito, seja (soa a campainha) ele inclusive pela liquidez ou pela possibilidade de comercializar esses créditos como são práticas comuns em muitos Estados, quer seja na compra de equipamentos, quer seja na compra de insumos, quer seja na transação com empresas que devem ICMS a aquele Estado e outras que têm ICMS a receber do Estado, então é possível em prol de uma maior competitividade, em prol da saúde financeira da agricultura, enfim, do ponto de vista principal do nosso debate termos soluções.

Então, tributar é uma solução, para provocar a isonomia tributária e descarregar o ônus do ICMS. Agora, zerar com condições de (ininteligível) também

é possível de ser analisado. E esse é o pleito que nós colocamos. Em nenhum instante deixamos de entender que a parte comum de tratarmos os três aspectos como está redigido e entregue aos senhores de imposto de importação, Marinha Mercante e o ICMS sejam abordados conjuntamente e defendemos essas isonomias também. Então mais uma vez muito obrigado aos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado. Ouviremos também as considerações finais do Dr. Wilson Vaz de Araújo.

SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO: Bem, eu penso que grande parte do que essa Casa está pensando aqui converge muito com que nós temos historicamente defendido lá no Ministério da Agricultura. E... Quer dizer, tudo no sentido de você reduzir o custo de produção à agricultura brasileira. E esse momento realmente eu penso que se você fizer um movimento, mesmo que seja de curto prazo, claro, ninguém tem dúvida aqui que no longo prazo nós precisamos pelo menos de mudanças estruturais mesmo. Sobre tudo nessa questão do... Como mencionou o Senador João Tenório. Delicado que é a perspectiva do abastecimento de fertilizantes. Mas, no curto prazo não pode ter medidas que provoquem elevação do preço. Por isso que a gente tem defendido não mexer nessas alíquotas de importação em face a isso aí. Com relação aos outros tributos, claro, a gente entende que tem que desonerar o produtor agrícola. E nós na agricultura, mas um setor de um modo geral, e nós na agricultura estamos trabalhando também com isso, temos hoje um trabalho bastante sintonizado com os segmentos, tanto que estão antes da produção como, sobretudo com o setor produtivo mesmo, propriamente dito, e com quem está do outro lado.

De maneira que eu acho que todos nós estamos buscando uma coisa comum. Abastecer insumos da agricultura brasileira a preços que não comprometem a produção agrícola. Porque senão todos os segmentos vão sucumbir também.

Então, acho que é isso. E obrigado por estar presente aqui e colocamos-nos à disposição seja debate, seja para grupos de discussão, formal ou informalmente podemos estar presente também discutindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Antes de encerrar, vou botar sobre a Mesa um Requerimento de autoria do Senador João Pedro, que requer nos termos do regimento que esta Comissão formule convite ao Presidente do Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Sócio-Ambiental Chico Mendes, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais

Renováveis, IBAMA, do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas, da Secretaria de Políticas Públicas do Estado do Amazonas, da Comissão Pastoral da Terra, e de representantes da comunidade Município de Tapauá, Amazonas, para que em data a ser marcada e confirmada venha expor aos Senadores e demais interessados dessa Comissão a situação dos moradores de reservas biológica do Abufari e a necessidade de transformar essa reserva ou parte dela em reservas extrativas. Em discussão. Com a palavra João Pedro, o autor.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Serei rápido, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Sr. Presidente, na década de 80, o Presidente era João Batista Figueiredo, foi criada esta reserva biológica. Veja V.Ex^a. Um território imenso. O Rio Purus corta essa reserva. Pois bem, quando foi criada essa reserva já moravam, reserva biológica, que não pode ter ninguém. Tem um padrão de rigor. 408 famílias. Hoje tem próximo de 600 famílias, quase 2 mil pessoas morando na reserva biológica. Dependendo do Gerente do IBAMA que vai para lá, cria a maior confusão. Ou seja, nós precisamos então, qual é a minha idéia? Organizar uma Audiência Pública aqui com os dirigentes do Instituto Chico Mendes, enfim, fazermos um debate. O que não pode na minha opinião é continuar todo esse território como reserva biológica. As pessoas estão vivendo lá e é impossível tirar aquelas pessoas dali. Crianças, homens, trabalhadores, mulheres, enfim. Então uma discussão pra gente adequar ou uma outra modalidade ou parcialmente transformar, localizar essas famílias que estão ali, o que não pode é ter uma ilegalidade. Essas pessoas não ter acesso a nenhuma política pública porque não pode morar dentro de uma reserva biológica. Convido o Ministério da Agricultura para participar desse debate. Porque estou trazendo para essa Comissão para fazer uma reflexão, tomar uma decisão eu ajudar essas populações que não pode ter luz para todos, não pode ter crédito, não pode ter assistência técnica, rigorosamente não pode ter ninguém numa reserva biológica. Então a gente precisa fazer uma discussão, e adequar, propor uma outra modalidade, mas discutir a situação dessas famílias que estão vivendo por ser reserva biológica ilegalmente na área.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Em votação o Requerimento. Sr^{as}. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Queremos... Gostaria de fazer uma manifestação também mais longa, pelo adiantado da hora, temos que começar outra Sessão, dizer de que a Comissão está aberta para todos os debates, principalmente pela responsabilidade dos Srs. Senadores que a compõem, por

tudo que o Brasil espera desta Comissão. Nós encontramos certamente a solução da maioria dos problemas do Brasil somente numa Reforma Tributária profunda, aonde trazendo ao debate certamente muito difícil fazer uma Reforma Tributária no meio de um Governo, temos que trabalhar muito durante este Governo para que o próximo Governo receba em novas regras para administrar principalmente na ação tributária, ter muita coragem, muita determinação e muita compreensão e muita brasilidade para tudo isso.

Eu deixo aqui os agradecimentos pelas informações, pelos debates muito ilustrativos, vai nos trazer subsídios profundos para que também com esta área tão importante... Se eu tenho dito que nos próximos 10 anos 50% do PIB do Brasil vai sair do setor produtivo primário. E esse setor produtivo primário que muitas atividades do País estão pedindo espaço, estão pedindo terra, e conseqüentemente para este crescimento estamos nesta... Nesse debate dos fertilizantes, que é útil, importante, é estratégico para o País.

Agradeço a oportunidade, agradeço a presença de todos e encerro, sem nada mais a tratar, encerramos a presente reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h55.

Ata da 30ª Reunião (Conjunta) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e 12ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 5 de dezembro de 2007.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e sete, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com a presença dos seguintes Senadores(as) – **SIBÁ MACHADO, EXPEDITO JÚNIOR, FLEXA RIBEIRO, PAULO PAIM, CÉSAR BORGES, VALTER PEREIRA, ROSALBA CIARLINI E JOÃO TENÓRIO**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as) – Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares, João Pedro, Garibaldi Alves Filho, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Jonas Pinheiro, Kátia Abreu, Cícero Lucena, Marisa Serrano e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **ITEM 1:** Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao **Requerimento nº 21, de 2007 – CRA**, de autoria do Senador Neuto de Conto, aprovado em 19.9.2007

e do **Requerimento nº 16, de 2007 – CRA-BIO**, de autoria do Senador Neuto de Conto, com adendo do Senador João Tenório, aprovado em 13.9.2007, com o objetivo de discutir e analisar a produção dos biocombustíveis no país, com a participação dos seguintes convidados: **Sr. Odacir Klein** – Presidente Executivo da União Brasileira do Biodiesel – UBRABIO; **Sr. Francisco Nabuco de Almeida Barreto Neto** – Professor do Departamento de Economia da UFRN. Após a exposição dos Senhores convidados faz uso da palavra para tecer comentários sobre os assuntos abordados, o seguinte Senador: João Tenório. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal com a 12ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que com a anuência do plenário damos por aprovado. Aprovado.

A presente reunião destina-se a audiência pública conjunta em cumprimento ao requerimento nº 21 de 2007, CRA, da autoria do Senador Neuto De Conto, aprovado em 19/09/2007, e o requerimento nº 16 de 2007, CRA-Bio, também de minha autoria com adendo do Senador João Tenório, aprovado em 13/09/2007, com o objetivo de discutir, analisar a produção de biocombustíveis no país com a participação dos seguintes convidados, Dr. Odacir Klein que eu convido para que faça parte da Mesa, Presidente Executivo da União Brasileira de Biodiesel, UBRABIO.

Segundo. O Sr. Francisco Nabuco de Almeida Barreto Neto, professor do departamento de economia da UFRN, por favor, faça parte da Mesa. Dr. Sérgio Beltrão, também técnico da UBRABIO. Vou passar a palavra em primeiro lugar, haja visto ser o autor do requerimento. Então, com a palavra o Presidente Executivo da União Brasileira de Biodiesel, Dr. Odacir Klein.

SR. ODACIR KLEIN: Excelentíssimo senhor Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, meu amigo de há muito tempo e meu conterrâneo do Rio Grande do Sul, Senador por Santa Catarina, a quem eu agra-

deço a gentileza da apresentação do requerimento convidando a UBRABIO para participar desta reunião, Excelentíssimo senhor Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão de biocombustíveis do Senado, cujos trabalhos tenho acompanhado e tenho constatado o quanto esta Comissão poderá concorrer para que nós tenhamos um avanço nesse setor tão importante, cujas atividades estão iniciando, que é exatamente esta da área da produção de biocombustíveis.

Tenho imensa satisfação em estar neste evento aqui participando também na companhia do professor Francisco Nabuco de Almeida Barreto Neto, professor do departamento de economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e do Dr. Sérgio Beltrão, que é Diretor Executivo da UBRABIO e eu fiz questão que ele estivesse aqui comigo, porque, como sabem os Senadores, nós políticos somos generalistas, nós temos a necessidade de entendermos de todos os assuntos e eu, exatamente em função de trajetória política, fui convidado para ser Presidente da UBRABIO que é uma entidade formada por empresas produtoras de biodiesel.

Nós temos um número expressivo de empresas produtoras de biodiesel, associadas a essa entidade que é uma entidade nova. Nova mas que já teve participação significativa em contatos com o Governo, inclusive, com a própria Presidência da República, aqui está o Dr. Donizete Tokarski que representa uma das empresas associadas à UBRABIO também e eu agradeço sinceramente o fato de nós termos sido convidados para esse depoimento. E quero também registrar a presença aqui do Dr. Accarini, representante do Governo, mais especificamente da Casa Civil, e que tem se destacado para busca de soluções para esse setor tão importante. E quero começar registrando o reconhecimento da UBRABIO pela atuação séria do Governo no que diz respeito à questão biodiesel.

Nós temos um diálogo constante com o Governo Federal visando às soluções para uma situação que foi criada exatamente por estímulo governamental. O Governo Federal, a menos de 3 anos, em termos legais, lançou o programa de biodiesel. A lei 11097 é de 13 de janeiro de 2005, o que significa que é uma lei que foi publicada há menos de 3 anos e nesse período uma série de medidas foram tomadas visando a que nós tivéssemos efetivamente a implantação do programa.

Esta lei previu que 3 anos após a sua vigência nós teríamos obrigatoriamente a mistura de 2% de biodiesel em todo o óleo diesel a ser consumido no país e que depois de 2013 nós tivéssemos a mistura obrigatória de 5% em todo o óleo diesel a ser consumido no país. O Governo estimulou por outras formas.

Estimulou através da adoção do selo combustível social que é uma forma de fazer com que um programa de biodiesel possa ser usado também como desenvolvimento regional e, inclusive, como estímulo a agricultura familiar. E estimulou através de empréstimos, financiamentos concedidos às empresas que se instalaram ou que desejassem se instalar para o setor. Com tudo isso, houve uma busca muito grande de instalações industriais para que nós tivéssemos condições de produzir biodiesel. No primeiro ano da mistura obrigatória que será o próximo, o cálculo que se faz é que seja necessária uma quantidade de oitocentos e quarenta milhões de litros de biodiesel para que possa ser misturado ao diesel cumprindo a determinação legal. Só que as empresas, meu caro Presidente Neuto De Conto, meu caro Presidente, Senador João Tenório, as empresas instalaram capacidade, empresas registradas na Agência Nacional do Petróleo, instalaram capacidade hoje em torno de dois bilhões trezentos e noventa e cinco milhões de litros de biodiesel. O que significa que a mistura obrigatória garante um consumo no decurso do próximo ano de aproximadamente oitocentos e quarenta milhões de litros. Mas as empresas estão com capacidade instalada para a produção de aproximadamente dois bilhões e quatrocentos milhões de litros, o que significa que tem condições de produzir muito mais do que aquilo que venha a ser demandado em função da mistura obrigatória.

Diante disso as empresas passaram a insistir no sentido de que o investimento que fizeram tenha condições de ser rentabilizado e todas têm certeza que na primeira hora, enquanto não há uma divulgação suficiente da importância do uso do biodiesel, haverá dificuldade num consumo superior aquele obrigatoriamente determinado, pelo que as empresa vem se reunindo com as autoridades governamentais há muito tempo e buscando algumas soluções e principalmente defendendo o aumento, desde logo, do percentual de mistura obrigatória para que nós possamos ter um maior consumo. Mas o Governo, e nós entendemos isso, tem adotado as suas precauções.

O Governo tem nos informado que não deseja pura e simplesmente aumentar percentual de mistura obrigatória sem ter garantia de fornecimento, até porque foram realizados, no passado, leilões enquanto a mistura não era obrigatória, leilões experimentais e nem todas as empresas tiveram condições de entregar aquilo que haviam contratado. Mas frise-se, era um período com empresas em instalação, era um período em que os leilões não eram para produzir mistura obrigatória, era um período, inclusive, de leilões para garantir estoques para o início da mistura obrigatória, a partir do ano que vem, e o prazo que seria de 13 de

janeiro foi trazido para 1º de janeiro do ano que vem, em consequência disso o Governo que teve a experiência de realização de leilão e alguma falta de entrega tem a preocupação de que aquilo que é lei e que é a mistura obrigatória efetivamente tenha possibilidade de ser entregue. Só que as empresas desejam produzir e têm condições de entregar bem mais do que a quantidade necessária para o B2 pelo que nós temos conversado e sentido uma receptividade constante no sentido de que esta mistura obrigatória possa vir a ser adotada. Mas dessas conversas mantidas entre as empresas, a UBRABIO e o Governo, resultaram algumas tomadas de posição.

A primeira delas. A realização de um leilão ou de leilões ocorridos em final de novembro passado para garantir mistura obrigatória visando o cumprimento dos 2% previstos para o primeiro semestre do ano que vem. Com isso o Governo tem estoques de passagem resultantes dos leilões anteriores e tem a garantia de entrega de produto pelos leilões ocorridos agora e com cláusulas sérias para aqueles contratantes que eventualmente tenham sido ganhadores de leilões e não venham a entregar o produto na forma contratualmente determinada.

Há previsão, inclusive, de sanções que podem até inviabilizar empresas se pura e simplesmente ficarem contratando e não fizer a entrega.

Esses leilões resultaram em comercialização de trezentos e oitenta milhões de litros. A previsão é de oitocentos e quarenta milhões para B2 no decurso do ano, mas trezentos e oitenta milhões de litros é o que se prevê como necessário para o abastecimento no primeiro semestre do próximo ano. Só que existem algumas entidades já usando bem mais do que os 2% obrigatórios na mistura. A Vale do Rio Doce, por exemplo, está fazendo uma mistura de 20% nas suas locomotivas e, inclusive, na sua frota interna. Nós temos empresas de ônibus em São Paulo que estão fazendo uma mistura de 30% e esses dias eu assisti uma entrevista de um diretor dessa empresa e perguntaram a ele se não estava sendo inconveniente pagar mais pelo biodiesel do que pagaria pelo óleo diesel e fazer uma mistura de 30%. Ele respondeu que não, porque deixou, como resultado das medições feitas pelo Poder Público em São Paulo, ele deixou de pagar multas ambientais e que eram multas caríssimas. Mas há essa demanda superior aos 2% e o Governo já assumiu o compromisso de, ainda no decurso deste ano, realizar mais um leilão que vem sendo chamado de leilão incremental para garantir este aumento de volume. E há a previsão de realização de mais um leilão para que nós tenhamos o abastecimento de B2 para o semestre seguinte. Mas mesmo com esse incremental, mesmo

com os dois leilões para garantir mistura obrigatória, esta garantia de comercialização via leilões não garante sequer metade do volume que as empresas têm condições de produzir para entregar e eu tenho mantido contatos com as pessoas do Governo encarregadas do desenvolvimento do programa e delas tenho recebido informações de que o Governo, inclusive, têm preocupação no sentido de garantir este abastecimento. Por isso, deste diálogo deverá surgir soluções importantes, mas na visão da UBRABIO a fundamental é a tomada de decisão no sentido de que nós tenhamos, ainda no decurso de 2008, para garantia de mercado, aumento do percentual de mistura obrigatória.

Esta, no nosso entendimento, é uma decisão que poderá concorrer significativamente para que nós tenhamos um aumento da garantia de mercado. Alguns poderão perguntar: Mas não foi por parte do Governo uma certa temeridade lançar um programa e dizendo que daqui 3 anos tem que haver uma mistura obrigatória de 2%, se não havia instalações industriais ainda para isso, se não havia garantido matéria-prima? Com as instalações industriais as empresas responderam. Responderam correndo riscos e eu já passei por todos os lados do balcão em termos de atividade pública e privada. Eu já estive no Poder Executivo, no Poder Legislativo, em entidades da Sociedade Civil, passei por todos os lados e já participei do lançamento de muitos programas. Eu pessoalmente como Ministro, como Secretário, ajudei Governos a lançar programas, alguns bem sucedidos, outros razoavelmente sucedidos e outros que não deram em nada. O que aconteceu para o Governo, com o programa que não deu em nada? Foi malsucedido. Só que quem corre o risco num programa que não venha ser bem-sucedido é o investidor privado, aquele que coloca recursos para produzir, que vai buscar financiamento, que corre riscos e esses investidores privados responderam por que sentiram seriedade no objetivo governamental e seriedade que vem sendo efetivamente cumprida e resultando em implementação de ações. Por isso, os investidores responderam aquela primeira indagação, não é temeridade lançar um programa para mistura obrigatória dentro de 3 anos? Responderam com mistura obrigatória que hoje pode garantir 5% de o chamado B5 de mistura tranquilamente. De outra parte, matéria-prima.

Nós hoje temos uma situação um pouco confusa para efeitos de futuro. As grandes matérias-primas são commodities com preços fixados no mercado internacional. Nós teremos no futuro o pinhão manso, mas ainda está ocorrendo pesquisa a respeito do pinhão manso que será uma planta perene e com condições de produzir excelentes resultados em algumas áreas.

Nós teremos mamona, nós teremos diversas outras matérias-primas, a palma do dendê com alto rendimento em termos de produção de biodiesel, embora produza um óleo, um azeite para efeitos alimentícios, também altamente valorizado. Mas tudo isso não é suficiente.

Nós temos gordura animal e um quilo de gordura animal garante um litro de biodiesel, vamos dizer, mas é aquela parte que sai como glicerina, aquela parte suprida por um pequeno volume de catalisador e pela mistura etílica junto com a gordura animal, daí sai uma quantidade de glicerina, mas de um quilo de gordura animal nós temos a garantia de termos um litro de biodiesel. Nós temos toda a possibilidade de coleta de resíduos de gordura de cozinha e há dados impressionantes, dados que chamam a atenção. Um litro de resíduo de gordura de cozinha jogado no esgoto e que vai para o rio vai poluir milhares de litros de água. Nós temos que criar a cultura de coleta desta gordura de cozinha, mas isso tudo são matérias-primas para o futuro. Então, poderão dizer: Não foi uma temeridade começar um programa para ter mistura obrigatória dentro de 3 anos com essa dificuldade de matéria-prima? Não. Porque nós temos algumas oleaginosas, embora commodities internacionais que estão aí para serem comercializados e uma delas é soja.

A soja hoje será a responsável por praticamente 75%, se não mais, da produção de biodiesel, mas têm preços fixados no mercado internacional. Com o tempo essa soja terá que ser substituída por outras matérias-primas. Mas alguns poderão dizer. Mas essa soja vai sair de onde? Essa soja vai sair exatamente da produção brasileira. Se nós pegarmos, meus caros Senadores, o necessário para produzir com soja, que dá um rendimento de 18% de óleo, se nós pegarmos o necessário para produzir B2, nós precisaremos 3 milhões e meio de toneladas de soja. Se pegarmos para produzir B5, nós teremos menos de 9 milhões de toneladas de soja. No ano passado o Brasil exportou quase 25 milhões de toneladas de soja. Sabe com quanto de ICMS para os Estados? Zero. Lei Kandir. Sabe com quanto de tributos Federais? Zero. Só a China importou quase 11 milhões de toneladas de soja brasileira. Mais do que o necessário para produzir 5% do óleo consumido no país, ou seja, para a mistura de 5%. Então, matéria-prima há. É confortável que essa matéria-prima seja uma commodity? Não é. É preciso que ela seja substituída? É. Agora, o Senador João Tenório conhece bem o que houve, por exemplo, com relação ao programa de álcool e o avanço no setor, as diminuições de custos de produção e, inclusive, todos os percalços, mas hoje nós temos a grande matéria-prima do mundo para a produção de etanol.

Nós poderemos no futuro ter no Brasil algumas matérias-primas, não será possível ter uma como no caso do etanol, mas algumas mercadorias para a produção de biodiesel e cada vez diminuindo mais a necessidade da presença dentre elas exatamente das commodities.

Em função disso é que hoje a UBRABIO procura estimular também essa busca de novas matérias-primas e todas as suas empresas praticamente têm selo combustível social que é o selo buscado junto ao MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário para empresas que estimulam a agricultura familiar porque esta pode ser uma grande fonte na busca de matérias-primas alternativas. Agora, o programa não será prejudicado pela falta de matéria-prima.

Quantidade de soja inferior a que se exporta para a China sem tributo interno poderá ser usada para a fabricação de biodiesel. Eu não quero me estender muito aqui, ns temos um outro depoente nessa Comissão. Qualquer pergunta técnica depois que eu não saiba responder, o Sérgio terá condições de responder, o Sérgio Beltrão foi um técnico da ANP e hoje é o Diretor Executivo contratado pela UBRABIO, eu não quero me estender muito. Agora, se perguntarem qual é a preocupação hoje das empresas que compõe a UBRABIO é exatamente mercado para a sua capacidade instalada. A sua capacidade instalada hoje é para três vezes o volume necessário para o B2 e esta capacidade instalada, já que nós temos dificuldades de exportação, porque os outros países protegem e nós temos na Legislação brasileira uma distorção. A Argentina tributa fortemente o grão, o imposto de exportação e quase que não tributa o biocombustível que venha a ser exportado.

Outros países da União Européia e, mesmo os Estados Unidos tem estímulos muito fortes enquanto nós, para efeito de exportação, estimulamos a saída e aí sai o grão desses 25 milhões de toneladas a que eu me referi de soja exportados no ano passado, de ICMS zero, tributos Federais zero, estímulo à exportação, a política correta ou não, não nos cabe analisar. No entanto, o que não é possível é que para efeitos de produção de biodiesel, visando a exportação posteriormente do biodiesel, este sim isento de tributo, nós tenhamos tributação interna no que diz respeito às matérias-primas. Então o mercado exportador, neste momento, tem uma certa dificuldade. Qual é o mercado para essa capacidade instalada? É mercado interno. Este mercado interno, no nosso entendimento, não terá uma demanda se pura e simplesmente as pessoas que vão usar óleo diesel desejarem uma mistura maior ou algumas distribuidoras desejarem fazer mistura maior. O que vai ocorrer, na verdade, é que

esta demanda aumentará na medida em que aumentar a mistura obrigatória e a expectativa da UBRABIO é que através de leilões ou através de livre comércio, ou através dos mecanismos que o Governo venha adotar, no decurso do próximo ano nós tenhamos paulatinamente avanços na mistura obrigatória. Eu não vou me estender mais porque nós estaremos aqui para debater. Eu quero mais uma vez, meu caro Senador Neuto De Conto, meu nobre Senador João Tenório, agradecer a oportunidade dada a UBRABIO de nós estarmos aqui prestando este depoimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado eminente Dr. Odacir Klein, foi ex-Ministro, ex-Deputado, ex-Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, pela importante e bela exposição nesta manhã. E vamos imediatamente ao Senhor Dr. Francisco Nabuco de Almeida Barreto Neto, professor do departamento da escola, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SR. FRANCISCO NABUCO DE ALMEIDA BARRETO NETO: Bem, Excelentíssimo senhor Senador João Tenório, Excelentíssimo senhor Senador Neuto De Conto, Ministro Odacir Klein. Em primeiro lugar eu queria agradecer aos senhores da Comissão e da Subcomissão pelo convite e queria fazer o agradecimento ao Senador Garibaldi Alves Filho por ter colocado meu nome à Comissão e à Subcomissão para que eu pudesse vir aqui explicar a minha posição particular com relação à questão aérea dos biocombustíveis, de maneira em geral para o Brasil, e em particular, para a questão regional brasileira. Quero agradecer também ao Deputado Henrique Eduardo Alves, nosso líder do PMDB na Câmara, também que conhece essa minha posição a respeito dessa questão e sempre foi também um incentivador desse debate no Estado do Rio Grande do Norte.

Nós estamos vivendo um momento ímpar na história desse país, absolutamente ímpar. Nunca na nossa história tivemos a oportunidade de entrarmos na base do enriquecimento planetário. Qual é a base do enriquecimento do planeta? Energia. Qualquer tipo de energia? Não. Energia líquida transportável. Ela é o eixo de funcionamento da produção de mercadorias no planeta. Ela é a mercadoria de maior valor de uso social do planeta. Portanto, ela gera guerras, porque os negócios que ela gera são de trilhões de dólares, só que essa base energética era derivada do petróleo e o petróleo acabou. Concretamente a era do petróleo como fornecedora para as próximas gerações do eixo de funcionamento da economia mundial acabou. E o Brasil, alguns pensadores desse país na década de 70, já percebendo, porque o mundo percebia já na década de 70 que a era do petróleo estava chegando

ao seu ocaso, decidiu de que iria extrair energia da grande fonte de energia que existe para nós que é o sol, através da fotossíntese e aí fez o Proálcool.

Biocombustível é energia solar transformada através da fotossíntese em energia química. Ok. Pois bem. Então, estamos numa situação ímpar, nós vamos ser os emirados árabes unidos. Nós vamos ser efetivamente o país mais rico do mundo porque detemos a capacidade de produzir a base que sustenta a economia planetária. Agora, a pergunta que eu faço aos senhores Senadores, aos demais presentes é: Nós quem? Porque a produção de biocombustíveis ela necessita, obviamente, de que exista um complexo agroindustrial instalado.

Aliás, todos nós sabemos que o processo de industrialização no Brasil se deu a partir, na segunda metade do século XIX, da formação do complexo industrial cafeeiro e obviamente a partir dos seus efeitos multiplicadores e da ação do Estado nacional se gera um processo de industrialização que se concentra aonde esse complexo industrial cafeeiro estava localizado que era na região Sudeste e depois partindo para a região Sul. E o que é que nós temos hoje? Nós não temos café. Café uns bebem, outros não bebem.

Eu bebo e muito, aliás, não deixo de tomar minha caneca de café com canela todo o santo dia de manhã, antes de trabalhar senão não raciocino. Mas o café, o Estado nacional teve que segurar o café até a década de 50 e ele foi responsável pelo processo de industrialização e o que é que nós temos hoje? Nós temos os complexos agroindustriais instalados no Centro-Sul do país, maravilhosos, capitalizados, competentes, dão gosto, mostram a capacidade que o Brasil tem na era da produção dos combustíveis a partir dos complexos agroindustriais e o Governo Federal acertou em cheio entendendo o ocaso dos biocombustíveis e dizendo: Vamos estimular? E o Presidente Lula dizendo: Eu vou ser o mercador dos biocombustíveis no mundo. E vamos estimular a produção brasileira. E vamos estimular a produção brasileira. E vamos estimular a produção brasileira. E a produção brasileira está aonde?

Ora, se os complexos agroindustriais estão localizados no Centro-sul os capitais planetários que dependerão obviamente dos biocombustíveis, porque com a chegada agora da Rússia no Iraque o barril de petróleo está próximo aos 100 dólares, e vai estourar ainda mais, esses capitais planetários virão para o Brasil e que venham, e que venham. Nós somos a potência produtora de biocombustíveis junto com os Estados Unidos. Mas virão para onde? Nós somos uma República Federativa com 27 Estados. Virão para um Centro-Sul.

O que eu estou dizendo aqui é que a produção de biocombustíveis hoje, na forma com que se dá, está se concentrando e se concentrará obviamente aonde eles existem, gerando efeitos multiplicadores sem precedentes na nossa história e, por conseguinte, a criação de um abismo regional que já existe e é tremendo, mas que tenderá a ser de distâncias impossíveis de serem percorridas daqui a alguns anos.

Trocando em miúdos, no Centro-Sul teremos os Emirados Árabes Unidos. No Norte e no Nordeste teremos a República do Burundi, com todo o respeito a República do Burundi. Veja bem, senhores. E mais. Entendendo corretamente que os complexos agroindustriais estão lá no Centro-Sul e o que é o Centro-Sul? São Estados maravilhosos. Poderosíssimos. São Paulo. São Paulo é um país. Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, é 80% do PIB, praticamente 80% do PIB agropecuário desse país. Pois bem. Então, o que é que acontece? Entendendo corretamente que os complexos estão aí, a política imediata do PAC para o estímulo à produção de biocombustíveis, dos dezessete vírgula bilhões alocados pelo PAC para a produção de biocombustíveis de investimentos do Governo Federal, dezessete bilhões duzentos e sete milhões obviamente foram para o Centro-Sul, estão alocados para o Centro-Sul. Os primeiros quatro vírgula um bilhões são esse alcoolduto ligando Goiás a São Paulo, para trabalhar com as usinas de álcool da Mitsui, junto com a PETROBRAS, etc.

Para o Nordeste cento e quarenta milhões de reais e para o Norte, esse gigante que é a maior área passível de produção de biocombustíveis do mundo... do mundo, porque tem terra, tem água e tem sol como em nenhum canto desse país, cinquenta e três milhões de reais. Cinquenta e três milhões de reais.

Nós estamos vivendo um momento áureo, mas um momento que merece uma profunda reflexão de criação efetiva de um Programa Nacional de Biocombustíveis encarando biocombustíveis, não como uma commodity, mas como poder, porque energia é poder e não vejo possibilidade e aqui nós estamos numa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nós temos no Rio Grande do Norte 506 mil hectares de assentados da Reforma Agrária. No Nordeste nós temos 8 milhões e 900 mil hectares de assentados na Reforma Agrária. Quem são esses assentados? Boa parte dos senhores que estão aqui presentes acreditam que um agricultor do Sul do país é o mesmo agricultor do Nordeste ou é o mesmo agricultor do Norte. Não o são.

Parte significativa, digo por mim com toda a tranquilidade porque conheço os assentamentos do meu Estado e conheço os assentamentos da minha região

e trabalhei muito tempo com eles, são pessoas que o processo histórico os excluiu de tal maneira que a Reforma Agrária é tão somente o primeiro momento de resgate histórico dessas pessoas. O segundo é transformá-las em produtores. Mas elas não se transformarão em produtores de pessi(F), é impossível. Não se trata do pequeno agricultor do Sul do país, tecnificado, com uma mentalidade empresarial mesmo que atue na agricultura familiar. Se trata de um sem sem, de um sem tudo, de um sem escola, de um sem tradição, que está lá no campo e precisa produzir e é uma multidão que agora se faveliza no campo e que tem na possibilidade de produção de biocombustíveis o real momento de se tirar esse povo da miséria em que se encontra com uma produção de biocombustíveis que pensem biocombustíveis não como cana. Cana? Sim, é ótimo. Cana é uma planta maravilhosa e deverá ser produzida em grande escala aonde puder ser produzida em grande escala e aonde tiver aptidão a ser produzida em grande escala e foi primeiro produzida na nossa região. Mas é cana, é sorgo sacarino, é mandioca. Cadê as pesquisas com amido de mandioca? É girassol, é o dendê que é de longe a grande oleaginosa, o Ministro Odacir Klein está falando da necessidade de novas matérias-primas. Temos que ter muita pesquisa em novas matérias-primas. Agora, o que eu quero colocar para os senhores é: Precisamos criar uma política, essa é a minha posição, mas eu já vi outros políticos colocarem isso nacionalmente, que contemple duas situações.

Em primeiro lugar trabalhar especificamente com a questão de biocombustíveis, colocando os biocombustíveis no seu devido lugar, no lugar de potência, num lugar de poder energético e não uma commodity agrícola simples. Ela não é um boi, ela não é um bode, ela não é isso daí. Ela é poder mundial. E aí pergunto: Não seria o caso de no mínimo como já foi objeto de requerimento de um Deputado de formação de uma Secretaria Nacional de biocombustíveis ou, na minha opinião, mediante os volumes de negócios ligados a produção de energia mundial, para que os senhores tenham idéia, a OPEP exportou de óleo bruto, nos últimos 10 anos três vírgula três trilhões de dólares. Então, mediante o tamanho, mediante a magnitude da questão, por que não um Ministério dos biocombustíveis? E dois.

Uma grande integradora nacional, o Brasil, esse país de grandes homens, um dia decidiu que iria produzir petróleo. Contra todas as expectativas que se dizia que se não tinha e que não tinha petróleo e etc. e tal e produziu e tem uma das maiores empresas de petróleo do mundo que descobriu agora, recentemente, uma das grandes jazidas de petróleo do mundo, é a

PETROBRAS, que todos nós temos orgulho. Por que não a criação da Empresa Brasileira de Biocombustíveis? Não meramente uma estatal, uma empresa de economia mista, mas que tenha efetivamente a vocação para produzir biocombustíveis e não ficar apenas no processo de refino, mas entrar dentro do processo a montante e a jusante da agricultura, especializada na produção de biocombustíveis, que tenha agrônomos e engenheiros na área de biotecnologia, ou seja, que seja montada para pensar biocombustível e não uma empresa de petróleo que passa a atuar no processo apenas de industrialização e distribuição de biocombustíveis.

Nós precisamos dessa integradora nacional para que possamos efetivamente reconstituir o Pacto Federativo porque um novo Pacto Federativo não é a divisão de um bolo que se produz 80% em uma região, é a reconstrução de um projeto de desenvolvimento efetivamente nacional e ele está nos biocombustíveis, mas precisamos de uma megaempresa integradora de capital mista, jogada, aberta para o mercado mundial que se transformará tranquilamente em muito pouco tempo na maior empresa bioenergética do Planeta Terra e que a PETROBRAS seja uma das suas acionárias, uma das suas principais acionárias, etc. Então, esses são os primeiros elementos que eu queria colocar aqui para o debate e me coloco em inteira e integralmente à discussão dos senhores para qualquer dúvida ou qualquer colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Muito obrigado Dr. Francisco, uma bela exposição. Veremos com a palavra o Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Obrigado, Presidente, querido amigo Senador Neuto De Conto, que tão competentemente conduz o trabalho dessa nossa Comissão de Agricultura na qual temos o prazer de participar de uma, não só diretamente da Comissão, como participar também de uma Subcomissão de biocombustíveis que faz parte diretamente da nossa Comissão de Agricultura.

Na verdade, eu não gostaria de fazer nenhuma questão, fazer algumas considerações para uma reflexão, nossa reflexão, não, talvez, agora, mas com algum tempo. Eu queria registrar primeiro a Excelência da qualidade das conferências aqui proferidas, tanto pelo Dr. Odacir Klein, como o professor Francisco Nabuco, que trouxeram informações importantíssimas para que nós possamos ter uma avaliação mais concreta da situação efetiva dos biocombustíveis de um modo geral e muito particular da questão do biodiesel.

Dr. Odacir trouxe uma informação que diz respeito, me tranquiliza um pouco.

Nós tivemos uma audiência pública há uns dois meses atrás quando estiveram presente representantes do Governo de um lado e representantes da iniciativa privada do outro, quando nós analisamos, discutimos a questão do suprimento, exatamente do B2 e posteriormente do B5. E a idéia desta 1ª reunião ocorreu porque nós ficamos perplexos porque o mesmo jornal brasileiro publicou em duas semanas subseqüentes duas notícias absolutamente contraditórias. Uma é que não haveria suficiente biodiesel para atender a demanda do B2 no próximo ano. E outra é que haveria um excedente, uma semana depois publicava que haveria um excedente e era preciso que o Governo antecipasse o B5 porque a quantidade de biocombustível que estava sendo produzido seria suficiente para suprir a segunda etapa da produção. Então, realmente por conta disso nós convidamos alguns membros do Governo, da EMBRAPA e do Ministério da Agricultura de um lado, e de outro lado algumas pessoas, alguns técnicos e empresários ligados à iniciativa privada para que nós pudéssemos ter uma idéia mais precisa do que aconteceu. E realmente a nossa sessão, ela trouxe muito mais perplexidade e dúvida do que efetivamente esclarecimento, porque a posição continuava sendo do Governo de que haveria sobra de biocombustível para a primeira etapa e dos produtores que não haveria combustível suficiente para a primeira etapa. E ficou, depois de muita discussão, mais ou menos esclarecido o seguinte, doutores, que havia uma instalação industrial poderosa, forte que poderia conferir uma produção da ordem de grandeza de dois bilhões e poucos milhões de litros de biodiesel.

Entretanto, a posição agrícola era absolutamente insuficiente para suprimento dessas empresas, essas indústrias elas não teriam condições de, digamos assim, de proporcionar a produção em função da mais absoluta ausência de matéria-prima suficiente para a sua operação. Então, esse contexto ficou mais ou menos esclarecido dessa maneira, houve como que um entendimento das duas partes e viu que a confusão de informações partia daí. Indústria nós temos, há uma instalação poderosa de indústria no que diz respeito ao futuro da produção de biodiesel e, entretanto, não havia produção suficiente de matéria-prima para o suprimento dessas fábricas.

O segundo ponto que eu acho que foi colocado aqui com muita posição pelo Dr. Odacir Klein, eu gostaria de tecer um pequeno comentário sobre o assunto, é o seguinte. Está a produção de biocombustível particularmente de biodiesel está sendo convidada, digamos assim, a resolver algumas questões que eu acho que

elas são de certa forma conflituosas e precisa, aí sim, de uma intervenção do Governo no sentido de evitar esses conflitos. Quais são elas? Primeiro.

O biodiesel, no caso específico, é pedido que ele resolva o problema de segurança energética, que contribua, melhor dizendo, para atenuar a dependência energética brasileira. Primeiro ponto. O segundo ponto, que seja um instrumento importante nas questões ambientais. É outra coisa que também tem sido cobrado dos biocombustíveis de um modo geral e muito particularmente biodiesel. E o terceiro. Que dê uma Contribuição Social muito forte levando-se em conta que é um programa que visa fundamentalmente a pequena agricultura familiar no país.

Ora, eu sou empresário da agricultura e sei uma coisa, aprendi uma coisa. Essa questão de escala na produção agrícola é uma coisa importantíssima para resolver a questão de custos. Então a diferença entre a presença, a agricultura desenvolvida por pequenos produtores e a agricultura resolvida de uma maneira mais extensiva ela tem uma diferença de custo inevitável porque você utiliza tecnologias, utiliza máquinas que infelizmente não pode ser usado na pequena agricultura. Então, eu acho que um outro lado da questão é o seguinte, quando o Proálcool começou, isso ainda nos meados dos anos 70, evidentemente que o álcool também não tinha condição de competir com os produtos derivados do petróleo e o Governo compareceu ostensivamente, eu digo isso porque eu sou do setor e digo aqui de público, ostensivamente com a quantidade substancial de subsídios.

Ora, eu acho que a mesma coisa deveria acontecer agora com o biodiesel, é preciso que se, digamos assim, estimule a produção de biodiesel até um determinado volume de produto que estabeleça um andamento normal daí para frente, caso contrário nós vamos ficar patinando porque é impossível você andar numa velocidade com os prejuízos que foram citados aqui, essa política, essa questão fiscal absolutamente incompreensível que foi colocada pelo Dr. Odacir aqui, quando nós tratarmos desses pontos. Então, eu acho que a questão para que nós possamos atender três coisas ao mesmo tempo, necessário... e além disso, uma atividade que está começando nós conhecemos muito pouco de biodiesel ainda, nós temos dúvidas, quais são as matérias-primas mais adequadas por região, temos dúvidas sobre isso, nós não temos ainda uma confecção de que deve ser soja, deve ser mamona, pinhão manso, dendê, enfim, nós temos ainda muito a pesquisar e essa pesquisa ela vai andar paralelamente ao andamento da produção. Então eu acho que neste momento, para que seja possível criar, é preciso que se crie uma massa crítica mínima para que esse bio-

combustível possa deslançar. Daí porque, na minha opinião, o Governo deveria comparecer já que ele entende que é absolutamente importante e faz sentido, a Contribuição Social mais densa no biodiesel, que ele compareça de uma maneira ostensiva, clara, transparente com a contribuição do Governo a essa produção, ou seja, conferindo, pelo menos no primeiro momento até que se adquira essa massa crítica, que se tenha uma produção que possa ser auto sustentada, que o Governo compareça neste caso específico com o subsídio explícito, transparente para toda a sociedade.

Esse é meu ponto de vista do que diz respeito a essa questão da gente dar uma deslançada mais rápida nesse programa tão importante porque atende três ou quatro condicionantes importantíssimas para o desenvolvimento do país.

Uma outra questão que foi levantada aqui com muita propriedade pelo professor Francisco Nabuco, que eu acho, é a questão da regionalização, é a questão que diz respeito às diferenças regionais. Isso, professor, acontece com tudo. Acontece com o biodiesel, acontece com cana-de-açúcar, acontece com indústrias, acontece com tudo. A diferença desse *gup V. Sa.* tratou é uma coisa que é absolutamente evidente, a diferença de qualidade econômica da vida econômica social das regiões brasileiras, sobretudo do Nordeste com as demais regiões do país, Norte e Nordeste, é uma coisa absolutamente visível, que precisaria ser entendida, melhor entendida pelo Governo, pelos Governos.

Os Governos Federais de um modo geral, e é bom que se diga, não foi apenas esses, rasgaram da sua agenda as políticas de aproximação das diferenças regionais. Não tem mais nada. Não tem mais nada. Você vê agora até o que se chama da Guerra Fiscal que eu acho que é um nome pejorativo porque foi a única coisa que sobrou para os Estados pobres tentar buscar algum desenvolvimento, foi isso, visto que o Governo Federal não tem nenhuma política pública voltada para a aproximação, para a diminuição, atenuação dessa desigualdade da sociedade. Então, nós temos esse caso muito claro que V. Sa. colocou aqui, que mais um, digamos assim, uma situação que se repete no que diz respeito a questão nordestina, em relação aos demais Estados. Eu gostaria de citar só uma informação aqui importante.

O Nordeste brasileiro já produziu 71 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Enquanto São Paulo produzia, mais ou menos, naquela época, mais ou menos a mesma coisa, 70 a 80 milhões de toneladas. Hoje o Centro-Sul produz cerca de 400 milhões de toneladas e o Nordeste caiu para 50 milhões de toneladas. E caiu por quê? Porque nós tínhamos um subsídio chamado subsídio de equalização de custos, que era dado ao

Nordeste no que diz respeito à produção de cana-de-açúcar, visto que a cana-de-açúcar nordestina é mais cara do que a cana-de-açúcar do Centro-Sul do país por razões climáticas, sobretudo por razões climáticas, por qualidade de solo, por topografia, enfim, todos os fatores que influenciam diretamente no custo de produção de uma coisa ou de outra.

Isso custava, esse subsídio custava ao Governo mais ou menos entre duzentos e duzentos e cinquenta milhões de reais por ano. Isso foi cortado porque se entendeu que era um subsídio e como tal deveria ser banido dos procedimentos do Governo.

Muito bem. A Zona Franca de Manaus que é uma iniciativa do Governo absolutamente no meu entender válida porque descentraliza o desenvolvimento nacional. É preciso que isto aconteça. Nós não podemos continuar com a polarização que nós temos industrial, agrícola nas regiões do Centro-sul e das regiões Centro-Oeste, das regiões Norte e Nordeste do Brasil. É impossível continuar com isso. Então, a Zona Franca de Manaus é uma iniciativa do Governo Federal e só sobrevive e é bom que se diga, só sobrevive porque o Governo abdica do recolhimento da ordem de grandeza de seis ponto cinco bilhões de reais por ano que é o que o Governo deixa de recolher em impostos Federais lá da Zona Franca de Manaus por ano.

O Nordeste precisaria de duzentos e cinquenta milhões para manter sua atividade canavieira e foi retirada essa colaboração. Então, isso que V. Sa. coloca aqui me parece da maior propriedade, da maior oportunidade, é preciso, sim, que se restabeleça políticas públicas que faz com que qualquer processo de desenvolvimento, sobretudo um processo desse que emprega, que traz condições sociais mais favoráveis ao trabalhador, sobretudo na região que tem muito trabalhador desqualificado, infelizmente é verdade, despreparado como é o caso do nordestino, seria uma alternativa interessante para que nós pudéssemos, se não resolver, o que é impossível, mas pelo menos atenuar essas imensas desigualdades regionais que nós temos. Então, eram esses dois, eram essas duas questões que eu gostaria de deixar, não exatamente questões, para uma reflexão e se V. Sas. tiverem algo a acrescentar seria conveniente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado nosso eminente Senador por Alagoas, João Tenório, também vou fazer uma pequena intervenção como autor do requerimento.

Para falar sobre energia, meu caro companheiro e amigo Odacir Klein e o Dr. Francisco, da Universidade do Rio Grande do Norte, eu busco um pouco na história. Todos os passos da evolução da própria humanidade passaram pela energia. Podemos buscar até na roda

d'água. Ela foi criada, reinventada no ano 1200 para produzir energia. Se nós chegarmos no século XIX, nós vamos ver que os grandes temas da humanidade se girava em torno do carvão e da Ferrovia. Se nós pularmos um século, lá no Século XX, nós vamos ver que o século todo, os grandes temas de debate era sobre combustível, sobre energia elétrica, aí passamos um pouco para a química. era a energia que buscava-se na Revolução Industrial como fator preponderante. E se chegarmos nos nossos dias, pularmos mais um século, vamos ver grandes debates não no Brasil, mas praticamente... dispensar a presença do eminente Senador que está sendo convocado, e outro grande debate, então, neste... no fim do Século XX, no delinear do século, início do século 21, volta a energia a fazer parte dos debates porque as energias fósseis estão se esgotando, vamos passar para a energia renovável. E eu não tenho dúvida de que o setor produtivo primário, se vai ser a grande alavanca, o único caminho para buscar a energia tão necessária que o mundo vai precisar. E eu disse, tenho sido convocado e tenho participado em alguns eventos e principalmente com os Estados Unidos da América aonde comitivas lideradas por Ministros da Minas e Energia, da economia e da agricultura, procuram nosso país e todas as indagações elas estão presentes na produção do etanol e no biodiesel. E na última semana, aqui nesta Casa esteve uma comitiva de dez parlamentares americanos e aqui só se perguntou da capacidade da produção de energia, especialmente na renovável, aonde vieram exclusivamente para saber se nós temos combustíveis sobrando para que eles possam voltar ao seu país e lá dizer que a energia está a salvo, tem país que, embora com a sua grande capacidade, pode se produzir aqui.

Eu disse a eles que 36% da exportação brasileira ela sai do setor produtivo primário. Em 2006 o superávit da exportação saiu todo da agricultura e do agronegócio. Eu não tenho dúvida que se nós pudermos internar e vamos internar para o setor produtivo industrial os noventa milhões de hectares que estão aí à disposição nos cerrados, no Centro-Oeste e no Norte, os trinta bilhões de hectares, degradados, principalmente no campo e os 20 bilhões que poderão ser consorciados com a bovinocultura sem perder a capacidade de produção de carne, nós temos sem dúvida nenhuma, poderemos abastecer 10% da energia do universo.

Isto nos traz, nos eleva a uma posição muito forte para esse quadro. Eu não vou me alongar muito, mas vou deixar uma pergunta: Se nós temos 2.3 bilhões para produzir, 2.3 bilhões de litros de biodiesel, capacidade instalada e sem usar, e se não pudéssemos

usar o soja como matéria-prima, temos alternativas das demais culturas, seja ela do pinhão manso, da mamona, da palma de dendê, das gorduras animais, das gorduras de cozinha, enfim, todas as alternativas que se colocam para que essas indústrias possam trabalhar satisfatoriamente?

Pergunto por que fala-se muito e também pensa-se muito que sem perder a capacidade produtiva do soja, do milho, do trigo, do arroz, de todas as nossas variações do café, do cacau, da própria cana, se nós tenhamos produção de biodiesel para avançarmos sem dúvida nenhuma e chegarmos e eu não tenho dúvida que vamos chegar a 50% do PIB nacional no setor produtivo primário, nas agroindústrias, no agronegócio para este crescimento extraordinário que nos traz aqui o Dr. Francisco, com muito ânimo e muita satisfação.

Eu antes de passar a palavra para suas considerações finais e também para algumas respostas que acho necessário, nós vamos conceder esporadicamente para fazer uma pergunta ao Eduardo Simas, a Mara Cordeiro que nos dá o prazer de estar aqui... Carneiro, desculpe.

SR. EDUARDO SIMAS: Bom dia a todos. Na verdade essa pergunta ela é direcionada especificamente ao Senador João Tenório que se ausentou, mas eu sou economista, eu sou da Bahia da região cacauzeira de Ilhéus e antes de direcionar para o senhor Francisco, gostaria apenas de fazer um breve comentário aqui em relação a questão de biocombustíveis, na minha vida isso confunde familiarmente e regionalmente. Eu sou sobrinho do engenheiro químico de petróleo Hernane Sá, precursores em pesquisa de biocombustíveis do país em meados da década de 70, inclusive, com um capítulo do caderno de altos estudos da Câmara, tem um capítulo aqui falando da época dele do Instituto Nacional de Tecnologia no Rio que foi o primeiro posto de biocombustíveis que se tem notícia no país com a cultura do dendê. Então, na verdade, eu queria perguntar para o Senador João tinha feito uma colocação sobre a questão de auto-suficiência, tal, eu queria saber a política disso, se existe um zoneamento agrícola hoje, uma política de zoneamento agrícola no país e quantos hectares seriam possíveis para uma auto-suficiência no país?

E em relação ao Dr. Odacir Klein aqui, que ele colocou o excedente da produção que teria... o próprio Rudolf Diesel, que os motores ciclo diesel, é sabido que eles podem rodar in natura, inclusive. Então, ele nas suas pesquisas lá com óleo de amendoim e carvão, como os acasos em pesquisas, ele descobriu que tirando o carvão dava o problema, o motor no ciclo diesel ele rodava com o óleo in natura e isso aconteceu, inclusive, na Segunda Guerra, ou na falta de

combustíveis, etc. Então, esse excedente, a política governamental, já houve agora essa descoberta de uma nova bacia de petróleo, etc. Então, até que ponto isso aí pode vir a prejudicar o programa e que se esfrie novamente essa questão como houve com o Proálcool há um tempo atrás. Na verdade era a colocação. Muito obrigado pelo aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Muito obrigado, Eduardo. Eu antes de passar a palavra para os conferencistas para sua respostas e considerações finais, para dizer, Eduardo e que no próximo dia 12, na próxima quarta-feira, estarão aqui debatendo o zoneamento agrícola do país.

Já está na Ordem do Dia. Será um primeiro grande debate e que desejamos partir para uma Legislação não só do zoneamento, também nas vendas das terras para estrangeiros, têm que se encontrar também soluções para este quadro que se apresenta neste momento. Passo, então, a palavra ao Dr. Odacir, que faça suas considerações, se quer também utilizar Dr. Sérgio Beltrão poderá, também, nesse momento.

SR. ODACIR KLEIN: Eu agradeço mais uma vez a oportunidade que a UBRABIO está se manifestando aqui e eu estava comentando com o Sérgio há pouco que eu deixei de tecer considerações aqui a respeito das questões ecológicas, das questões de desenvolvimento regional, as questões referentes a geração de emprego, porque parece que elas são razoavelmente notórias.

A importância ecológica do uso dos biocombustíveis, inclusive, combatendo o efeito estufa, concorrendo pelo próprio fato de estar sendo preponderantemente produzido biodiesel por matérias-primas vegetais, concorrendo, inclusive, para sequestro de carbono, sem dúvida nenhuma haverá um desenvolvimento regional muito importante, tanto que neste primeiro leilão que foi realizado, nestes leilões, o Nordeste brasileiro vendeu 27%, 27,4 do volume dos leilões, foi 27,4 do Nordeste, 27,4 do Centro-Oeste e 21.6 da região Sul, 14.5 do Sudoeste e a região Norte 9.2, até em função das políticas adotadas já quando o plano foi lançado de fazer com que houvesse redutores tributários para plantio de, para produção de biodiesel com determinadas mercadorias e algumas originárias de determinadas regiões geográficas, como é o caso da região Norte, Nordeste, semi-árido.

Em consequência disso essa questão regional irá sendo paulatinamente atingido. Nesse primeiro momento com matéria-prima preponderantemente sendo o soja, cria-se sem dúvida nenhuma uma concentração maior em regiões como Centro-Oeste, como região Sul, mas mesmo assim nestes leilões o Nordeste teve uma participação de 27.4, participação idêntica a

do Centro-Oeste e superior a da região Sul porque na região Sul, no Rio Grande do Sul, foram implantadas indústrias. E Paraná e Santa Catarina praticamente ainda não se encaminharam para o processo de fabricação de biodiesel.

O Senador Neuto De Conto estava falando a respeito de algo aqui que a produção de matéria-prima com a qual nós concordamos inteiramente e aí tem muito a ver com a questão do zoneamento.

Nós temos assistido a defesa do pinhão manso e defesa entusiasmada. Eu não tenho conhecimento técnico suficiente para adentrar nesta defesa ou não. Agora, a verdade que se sabe é que tem um grande rendimento, que no início do século passado, inclusive, a iluminação do Rio de Janeiro era feita com óleo de pinhão manso, se sabe até que é uma planta perene em condições de ficar fornecendo a matéria-prima de forma não transitória, mas ainda não há uma pesquisa suficiente para a liberação, com segurança, de plantio de pinhão manso com brevidade.

Em consequência disso é preciso que avancem essas pesquisas, mas avancem com uma certa segurança. Agora vou dar um exemplo aqui do problema de zoneamento. Há muito estímulo no caso de plantio de canola. No Rio Grande do Sul na próxima safra não tem ainda autorização do zoneamento climático para plantio de canola. As informações que eu obtive é que como será contratado, a prestadora de serviço que vai preparar esse exame de zoneamento climático para a próxima safra não haverá possibilidade, haverá para a safra subsequente, isso tudo faz com que nós tenhamos a certeza de que vai haver um avanço no sentido de outras matérias-primas e que na primeira hora existem alguns percalços que são naturais, mas que nós temos certeza que dentro da própria engrenagem do Governo e eu vejo a Dra. Karine aqui fazendo a anotação dessa questão da canola, que dentro da própria engrenagem do Governo será buscada a pressa para que nós tenhamos algumas questões desta forma atendida.

Agora, nós estamos encaminhando pesquisas, nós Brasil, encaminhando pesquisas, encaminhamento zoneamento climático visando liberar financiamento para determinadas matérias-primas em outras regiões para que nós não fiquemos nesta situação de hoje de estarmos dependendo preponderantemente como matéria-prima de commodities que tem preço no mercado internacional. Eu queria aqui desmistificar um pouquinho, meu nobre Senador, a produção de conflito de produção de biodiesel com alimento.

O mundo hoje, principalmente com aumento de poder aquisitivo na Ásia, com o aumento de bocas buscando alimento na Ásia, o mundo hoje procura carnes

e lácteos e a produção de óleo não prejudicará em nada, nada, nada, nada, nada a produção de farelo para ser transformado em carnes e lácteos. Este, este argumento e o Presidente Lula o combate com muita eficácia, este argumento realmente é um argumento sem condições de prosperar.

Há uma questão que eu não mencionei antes, passei por ela, até havia anotado e não me referi, os produtores vender abaixo de custo nesses leilões. Nós temos em curso de produção de entorno variando de região e de matéria-prima em torno de dois reais o litro e o preço médio foi um e oitenta e seis, quer dizer, venderam com prejuízo por quê? Porque têm capacidade de produção e precisam produzir. Isso deverá ser recuperado paulatinamente.

Quanto a questão do óleo in natura, do uso do óleo in natura, nós UBRABIO, representando empresa, não queremos correr o risco de estarmos estimulando ninguém a fazer nada que não esteja dentro dos padrões de qualidade da ANP. A ANP tem agido com muita responsabilidade nesse sentido e se nós ficarmos estimulando qualquer uso fora dos padrões de qualidade nós podemos estar concorrendo para o descrédito de um programa novo.

Quanto à descoberta de novas bacias de petróleo e a produção de biodiesel eu entendo que não haverá nenhum conflito, até porque a produção de biodiesel, pelo que ela representa de efeitos benéficos ecológicos, efeitos benéficos sociais, mesmo que não ocorresse a finitude do combustível fóssil, mesmo que não ocorresse a finitude do petróleo, nós ainda teríamos condições de ficar aumentando constantemente porque haverá o aumento do uso de combustível e haverá também cada vez mais uma tomada de consciência ecológica.

Eu, mais uma vez, agradeço a oportunidade que a UBRABIO teve, não sei se o Sérgio que é Diretor Executivo tem alguma consideração complementar para fazer. Estamos comunicando que não, eu agradeço mais uma vez a oportunidade e quero dizer ao professor, foi uma grande satisfação estar aqui ao seu lado também nesse evento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Professor Francisco Nabuco de Almeida, então, para suas considerações finais.

SR. FRANCISCO NABUCO DE ALMEIDA BARRETO NETO: Bem, eu queria colocar o seguinte: Em primeiro lugar que na era do petróleo se gerou uma geopolítica do petróleo. A era dos biocombustíveis há de gerar uma geopolítica dos biocombustíveis. Pelo amor de Deus, nós temos as grandes áreas da produção da energia do planeta. A região Norte está descoberta, nós precisamos, dentro desse processo de criação de uma geopolítica bioenergética, colonizar efetivamente

a região Norte produzindo bioenergia, gerar recursos para equipamento em grande escala e em alta qualidade das Forças Armadas para tomar conta da região Norte, estratégica para o mundo. Bush colocou que a questão bioenergética agora é uma questão de Segurança Nacional dos Estados Unidos.

Olha, quando americano acha uma questão séria, eles agem forte e pragmaticamente. Quando eles consideram uma questão de Segurança Nacional que Deus nos acuda, que Deus nos acuda. Então, veja bem, nós precisamos ter uma geopolítica dos biocombustíveis e dentro dessa geopolítica e respondendo ao nobre Senador Neuto De Conto sobre termos matérias-primas em quantidade para produzir óleo e álcool? Sim. Desde que tenhamos uma política bioenergética de produção dessas matérias-primas de maneira diversificada e em todo o Território Nacional.

No Sul da Bahia, dendê, no Norte dendê, aonde tiver outras coisas no Norte que tenha outras coisas no Norte, o sorgo sacarino, o pinhão manso, se chegará a uma conclusão sobre o pinhão manso, o amendoim onde der para ser amendoim, o girassol onde der para ser girassol, etc. e tal e com muito dinheiro para pesquisa industrial. E aí sim teremos um Brasil produzindo biocombustíveis com competitividade necessária para ter isso em grande escala para nós e para o mundo. Agora, temos que ter uma política para isso. Uma política organizada para isso.

A atuação heróica, e digo heróica sim dos senhores Senadores de estar aqui numa Subcomissão colocando essa questão na pauta do dia. O Presidente Lula colocando essa questão na pauta do dia com. Mas vejamos. Aonde está concentrada a política bioenergética brasileira? No âmbito do Parlamento ela está numa Subcomissão de uma Comissão. Está respondido. No âmbito do Executivo ela está em vários lugares e em lugar nenhum.

Concretamente agora com relação à questão, Ministro Klein, eu não sou nordestino coitadista. O que é um nordestino coitadista? É aquele, eu sou nascido e criado na Serra da Borborema, em Campina Grande, torcedor do glorioso galo da Borborema que infelizmente esse ano não jogou nem a terceirona, ano passado jogou e até jogou bem, mas só torço pelo Treze, não torço para mais ninguém.

Fui adotado pelo Rio Grande do Norte que é o Estado que eu digo sempre, de lá não sai nem o defunto, o defunto vai ficar lá. É minha paixão, é minha vida, o amor da minha vida nasceu lá que é minha filha, é potiguar, é papa-jerimum legítima e tive a honra de trabalhar no Governo Federal gerenciando os nove Estados do Nordeste na área de aquicultura e pesca. Não sou coitadista. O que aconteceu com o Nordeste

é fruto de um processo histórico muito bem explicado por Celso Furtado já no seu clássico formação econômica do Brasil. Agora, há um fato. Nós temos com toda a ação, o Estado nacional, desde Vargas, passando por Kubitschek e os Militares e entrando na nova República, tenta fazer essa reconstrução, mas o que gerou foi... gerou, sim, locais dinâmicos? Gerou. Pontuais. Que são ilhas em oceanos de não dinamicidade que é o nosso meio rural em sua esmagadora maioria. O que não é, graças às questões históricas tipo o processo de imigração européia na segunda metade do século XIX, etc., seria uma longa história tudo isso aqui, o que aconteceu no Sudeste se espalhou para o Sul, depois foi para o Centro-Oeste.

Nós queremos no Nordeste estrangeiros do mundo, do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste e do mundo. Agora, nós não temos esses capitais hoje e não teremos. Da forma com que as coisas estão hoje teremos, sim, um investimento pontual aqui, duzentos no Centro-Sul. Outro acolá, trezentos no Centro-Sul, de maneira que não vejo que se consiga fazer uma produção agroenergética em todo o Território Nacional e com a diversidade necessária que não através de uma mega integradora. Olha, sou o único acadêmico da família, na verdade, e sou por uma coincidência, meu pai morreu um ano mais novo do que eu, eu tenho 38 anos, meu pai morreu com 37, mas eu sou filho de microempresário, de pequeno empresário, sou neto, sou sobrinho, sou primo, bem, eu sou o único acadêmico da família, o resto do meu povo é da iniciativa privada e adoro a iniciativa privada. Agora, o Estado nacional precisa ter essa mega integradora para tornar nacional a política bioenergética e que ela seja de capital misto e que os grandes capitais privados entrem dentro dessa grande empreitada para que a produção de biocombustíveis tal qual é para os Estados Unidos seja para nós também uma questão de Segurança Nacional e aí teremos um desenvolvimento nacional homogêneo, efetivamente homogêneo. Obrigado. Muito obrigado a todos vocês pela oportunidade que nos foi dada de colocar nossas posições.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Eu agradeço imensamente ao professor Francisco Nabuco de Almeida, agradeço a presença e a palestra de Odacir Klein que é o Presidente Executivo da União Brasileira de Biodiesel que eu acompanho também o Dr. Sérgio Beltrão. Não havendo mais nada a tratar, encerramos a presente reunião. Muito obrigado, gente.

Sessão encerrada às 12h57.

Ata da 12ª Reunião (Conjunta) da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis e 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 5 de dezembro de 2007.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e sete, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **JOÃO TENÓRIO**, reúnem-se a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as) – **SIBÁ MACHADO, VALTER PEREIRA, NEUTO DE CONTO, PAULO PAIM E ROSALBA CIARLINI**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as) – Antônio Carlos Valadares, Marisa Serrano e Jonas Pinheiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador João Tenório, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **ITEM 1:** Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao **Requerimento nº 21, de 2007 – CRA**, de autoria do Senador Neuto de Conto, aprovado em 19.9.2007 e do **Requerimento nº 16, de 2007 – CRA-BIO**, de autoria do Senador Neuto de Conto, com adendo do Senador João Tenório, aprovado em 13.9.2007, com o objetivo de discutir e analisar a produção dos biocombustíveis no país, com a participação dos seguintes convidados: **Sr. Odacir Klein** – Presidente Executivo da União Brasileira do Biodiesel – UBRABIO; **Sr. Francisco Nabuco de Almeida Barreto Neto** – Professor do Departamento de Economia da UFRN. Após a exposição dos Senhores convidados faz uso da palavra para tecer comentários sobre os assuntos abordados, o seguinte Senador: Neuto de Conto. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **João Tenório**, Presidente da Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal com a 12ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata

da reunião anterior que com a anuência do plenário damos por aprovado. Aprovado.

A presente reunião destina-se a audiência pública conjunta em cumprimento ao requerimento nº 21 de 2007, CRA, da autoria do Senador Neuto De Conto, aprovado em 19/09/2007, e o requerimento nº 16 de 2007, CRA-Bio, também de minha autoria com adendo do Senador João Tenório, aprovado em 13/09/2007, com o objetivo de discutir, analisar a produção de biocombustíveis no país com a participação dos seguintes convidados, Dr. Odacir Klein que eu convido para que faça parte da Mesa, Presidente Executivo da União Brasileira de Biodiesel, UBRABIO.

Segundo. O Sr. Francisco Nabuco de Almeida Barreto Neto, professor do departamento de economia da UFRN, por favor, faça parte da Mesa. Dr. Sérgio Beltrão, também técnico da UBRABIO. Vou passar a palavra em primeiro lugar, haja visto ser o autor do requerimento. Então, com a palavra o Presidente Executivo da União Brasileira de Biodiesel, Dr. Odacir Klein.

SR. ODACIR KLEIN: Excelentíssimo senhor Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, meu amigo de há muito tempo e meu conterrâneo do Rio Grande do Sul, Senador por Santa Catarina, a quem eu agradeço a gentileza da apresentação do requerimento convidando a UBRABIO para participar desta reunião, Excelentíssimo senhor Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão de biocombustíveis do Senado, cujos trabalhos tenho acompanhado e tenho constatado o quanto esta Comissão poderá concorrer para que nós tenhamos um avanço nesse setor tão importante, cujas atividades estão iniciando, que é exatamente esta da área da produção de biocombustíveis.

Tenho imensa satisfação em estar neste evento aqui participando também na companhia do professor Francisco Nabuco de Almeida Barreto Neto, professor do departamento de economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e do Dr. Sérgio Beltrão, que é Diretor Executivo da UBRABIO e eu fiz questão que ele estivesse aqui comigo, porque, como sabem os Senadores, nós políticos somos generalistas, nós temos a necessidade de entendermos de todos os assuntos e eu, exatamente em função de trajetória política, fui convidado para ser Presidente da UBRABIO que é uma entidade formada por empresas produtoras de biodiesel.

Nós temos um número expressivo de empresas produtoras de biodiesel, associadas a essa entidade que é uma entidade nova. Nova mas que já teve participação significativa em contatos com o Governo, inclusive, com a própria Presidência da República, aqui está o Dr. Donizete Tokarski que representa uma

das empresas associadas à UBRABIO também e eu agradeço sinceramente o fato de nós termos sido convidados para esse depoimento. E quero também registrar a presença aqui do Dr. Accarini, representante do Governo, mais especificamente da Casa Civil, e que tem se destacado para busca de soluções para esse setor tão importante. E quero começar registrando o reconhecimento da UBRABIO pela atuação séria do Governo no que diz respeito à questão biodiesel.

Nós temos um diálogo constante com o Governo Federal visando às soluções para uma situação que foi criada exatamente por estímulo governamental. O Governo Federal, a menos de 3 anos, em termos legais, lançou o programa de biodiesel. A lei 11097 é de 13 de janeiro de 2005, o que significa que é uma lei que foi publicada há menos de 3 anos e nesse período uma série de medidas foram tomadas visando a que nós tivéssemos efetivamente a implantação do programa.

Esta lei previu que 3 anos após a sua vigência nós teríamos obrigatoriamente a mistura de 2% de biodiesel em todo o óleo diesel a ser consumido no país e que depois de 2013 nós tivéssemos a mistura obrigatória de 5% em todo o óleo diesel a ser consumido no país. O Governo estimulou por outras formas. Estimulou através da adoção do selo combustível social que é uma forma de fazer com que um programa de biodiesel possa ser usado também como desenvolvimento regional e, inclusive, como estímulo à agricultura familiar. E estimulou através de empréstimos, financiamentos concedidos às empresas que se instalaram ou que desejassem se instalar para o setor. Com tudo isso, houve uma busca muito grande de instalações industriais para que nós tivéssemos condições de produzir biodiesel. No primeiro ano da mistura obrigatória que será o próximo, o cálculo que se faz é que seja necessária uma quantidade de oitocentos e quarenta milhões de litros de biodiesel para que possa ser misturado ao diesel cumprindo a determinação legal. Só que as empresas, meu caro Presidente Neuto De Conto, meu caro Presidente, Senador João Tenório, as empresas instalaram capacidade, empresas registradas na Agência Nacional do Petróleo, instalaram capacidade hoje em torno de dois bilhões trezentos e noventa e cinco milhões de litros de biodiesel. O que significa que a mistura obrigatória garante um consumo no decurso do próximo ano de aproximadamente oitocentos e quarenta milhões de litros. Mas as empresas estão com capacidade instalada para a produção de aproximadamente dois bilhões e quatrocentos milhões de litros, o que significa que tem condições de produzir muito mais do que aquilo que venha a ser demandado em função da mistura obrigatória.

Diante disso as empresas passaram a insistir no sentido de que o investimento que fizeram tenha condições de ser rentabilizado e todas têm certeza que na primeira hora, enquanto não há uma divulgação suficiente da importância do uso do biodiesel, haverá dificuldade num consumo superior aquele obrigatoriamente determinado, pelo que as empresa vem se reunindo com as autoridades governamentais há muito tempo e buscando algumas soluções e principalmente defendendo o aumento, desde logo, do percentual de mistura obrigatória para que nós possamos ter um maior consumo. Mas o Governo, e nós entendemos isso, tem adotado as suas precauções.

O Governo tem nos informado que não deseja pura e simplesmente aumentar percentual de mistura obrigatória sem ter garantia de fornecimento, até porque foram realizados, no passado, leilões enquanto a mistura não era obrigatória, leilões experimentais e nem todas as empresas tiveram condições de entregar aquilo que haviam contratado. Mas frise-se, era um período com empresas em instalação, era um período em que os leilões não eram para produzir mistura obrigatória, era um período, inclusive, de leilões para garantir estoques para o início da mistura obrigatória, a partir do ano que vem, e o prazo que seria de 13 de janeiro foi trazido para 1º de janeiro do ano que vem, em consequência disso o Governo que teve a experiência de realização de leilão e alguma falta de entrega tem a preocupação de que aquilo que é lei e que é a mistura obrigatória efetivamente tenha possibilidade de ser entregue. Só que as empresas desejam produzir e têm condições de entregar bem mais do que a quantidade necessária para o B2 pelo que nós temos conversado e sentido uma receptividade constante no sentido de que esta mistura obrigatória possa vir a ser adotada. Mas dessas conversas mantidas entre as empresas, a UBRABIO e o Governo, resultaram algumas tomadas de posição.

A primeira delas. A realização de um leilão ou de leilões ocorridos em final de novembro passado para garantir mistura obrigatória visando o cumprimento dos 2% previstos para o primeiro semestre do ano que vem. Com isso o Governo tem estoques de passagem resultantes dos leilões anteriores e tem a garantia de entrega de produto pelos leilões ocorridos agora e com cláusulas sérias para aqueles contratantes que eventualmente tenham sido ganhadores de leilões e não venham a entregar o produto na forma contratualmente determinada.

Há previsão, inclusive, de sanções que podem até inviabilizar empresas se pura e simplesmente ficarem contratando e não fizer a entrega.

Esses leilões resultaram em comercialização de trezentos e oitenta milhões de litros. A previsão é de oitocentos e quarenta milhões para B2 no decurso do ano, mas trezentos e oitenta milhões de litros é o que se prevê como necessário para o abastecimento no primeiro semestre do próximo ano. Só que existem algumas entidades já usando bem mais do que os 2% obrigatórios na mistura. A Vale do Rio Doce, por exemplo, está fazendo uma mistura de 20% nas suas locomotivas e, inclusive, na sua frota interna. Nós temos empresas de ônibus em São Paulo que estão fazendo uma mistura de 30% e esses dias eu assisti uma entrevista de um diretor dessa empresa e perguntaram a ele se não estava sendo inconveniente pagar mais pelo biodiesel do que pagaria pelo óleo diesel e fazer uma mistura de 30%. Ele respondeu que não, porque deixou, como resultado das medições feitas pelo Poder Público em São Paulo, ele deixou de pagar multas ambientais e que eram multas caríssimas. Mas há essa demanda superior aos 2% e o Governo já assumiu o compromisso de, ainda no decurso deste ano, realizar mais um leilão que vem sendo chamado de leilão incremental para garantir este aumento de volume. E há a previsão de realização de mais um leilão para que nós tenhamos o abastecimento de B2 para o semestre seguinte. Mas mesmo com esse incremental, mesmo com os dois leilões para garantir mistura obrigatória, esta garantia de comercialização via leilões não garante sequer metade do volume que as empresas têm condições de produzir para entregar e eu tenho mantido contatos com as pessoas do Governo encarregadas do desenvolvimento do programa e delas tenho recebido informações de que o Governo, inclusive, têm preocupação no sentido de garantir este abastecimento. Por isso, deste diálogo deverá surgir soluções importantes, mas na visão da UBRABIO a fundamental é a tomada de decisão no sentido de que nós tenhamos, ainda no decurso de 2008, para garantia de mercado, aumento do percentual de mistura obrigatória.

Esta, no nosso entendimento, é uma decisão que poderá concorrer significativamente para que nós tenhamos um aumento da garantia de mercado. Alguns poderão perguntar: Mas não foi por parte do Governo uma certa temeridade lançar um programa e dizendo que daqui 3 anos tem que haver uma mistura obrigatória de 2%, se não havia instalações industriais ainda para isso, se não havia garantido matéria-prima? Com as instalações industriais as empresas responderam. Responderam correndo riscos e eu já passei por todos os lados do balcão em termos de atividade pública e privada. Eu já estive no Poder Executivo, no Poder Legislativo, em entidades da Sociedade Civil, passei por todos os lados e já participei do lançamento de

muitos programas. Eu pessoalmente como Ministro, como Secretário, ajudei Governos a lançar programas, alguns bem sucedidos, outros razoavelmente sucedidos e outros que não deram em nada. O que aconteceu para o Governo, com o programa que não deu em nada? Foi malsucedido. Só que quem corre o risco num programa que não venha ser bem-sucedido é o investidor privado, aquele que coloca recursos para produzir, que vai buscar financiamento, que corre riscos e esses investidores privados responderam por que sentiram seriedade no objetivo governamental e seriedade que vem sendo efetivamente cumprida e resultando em implementação de ações. Por isso, os investidores responderam aquela primeira indagação, não é temeridade lançar um programa para mistura obrigatória dentro de 3 anos? Responderam com mistura obrigatória que hoje pode garantir 5% de o chamado B5 de mistura tranquilamente. De outra parte, matéria-prima.

Nós hoje temos uma situação um pouco confusa para efeitos de futuro. As grandes matérias-primas são commodities com preços fixados no mercado internacional. Nós teremos no futuro o pinhão manso, mas ainda está ocorrendo pesquisa a respeito do pinhão manso que será uma planta perene e com condições de produzir excelentes resultados em algumas áreas. Nós teremos mamona, nós teremos diversas outras matérias-primas, a palma do dendê com alto rendimento em termos de produção de biodiesel, embora produza um óleo, um azeite para efeitos alimentícios, também altamente valorizado. Mas tudo isso não é suficiente.

Nós temos gordura animal e um quilo de gordura animal garante um litro de biodiesel, vamos dizer, mas é aquela parte que sai como glicerina, aquela parte suprida por um pequeno volume de catalisador e pela mistura etílica junto com a gordura animal, daí sai uma quantidade de glicerina, mas de um quilo de gordura animal nós temos a garantia de termos um litro de biodiesel. Nós temos toda a possibilidade de coleta de resíduos de gordura de cozinha e há dados impressionantes, dados que chamam a atenção. Um litro de resíduo de gordura de cozinha jogado no esgoto e que vai para o rio vai poluir milhares de litros de água. Nós temos que criar a cultura de coleta desta gordura de cozinha, mas isso tudo são matérias-primas para o futuro. Então, poderão dizer: Não foi uma temeridade começar um programa para ter mistura obrigatória dentro de 3 anos com essa dificuldade de matéria-prima? Não. Porque nós temos algumas oleaginosas, embora commodities internacionais que estão aí para serem comercializados e uma delas é soja.

A soja hoje será a responsável por praticamente 75%, se não mais, da produção de biodiesel, mas têm preços fixados no mercado internacional. Com o tempo essa soja terá que ser substituída por outras matérias-primas. Mas alguns poderão dizer. Mas essa soja vai sair de onde? Essa soja vai sair exatamente da produção brasileira. Se nós pegarmos, meus caros Senadores, o necessário para produzir com soja, que dá um rendimento de 18% de óleo, se nós pegarmos o necessário para produzir B2, nós precisaremos 3 milhões e meio de toneladas de soja. Se pegarmos para produzir B5, nós teremos menos de 9 milhões de toneladas de soja. No ano passado o Brasil exportou quase 25 milhões de toneladas de soja. Sabe com quanto de ICMS para os Estados? Zero. Lei Kandir. Sabe com quanto de tributos Federais? Zero. Só a China importou quase 11 milhões de toneladas de soja brasileira. Mais do que o necessário para produzir 5% do óleo consumido no país, ou seja, para a mistura de 5%. Então, matéria-prima há. É confortável que essa matéria-prima seja uma commodity? Não é. É preciso que ela seja substituída? É. Agora, o Senador João Tenório conhece bem o que houve, por exemplo, com relação ao programa de álcool e o avanço no setor, as diminuições de custos de produção e, inclusive, todos os percalços, mas hoje nós temos a grande matéria-prima do mundo para a produção de etanol.

Nós poderemos no futuro ter no Brasil algumas matérias-primas, não será possível ter uma como no caso do etanol, mas algumas mercadorias para a produção de biodiesel e cada vez diminuindo mais a necessidade da presença dentre elas exatamente das commodities.

Em função disso é que hoje a UBRABIO procura estimular também essa busca de novas matérias-primas e todas as suas empresas praticamente têm selo combustível social que é o selo buscado junto ao MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário para empresas que estimulam a agricultura familiar porque esta pode ser uma grande fonte na busca de matérias-primas alternativas. Agora, o programa não será prejudicado pela falta de matéria-prima.

Quantidade de soja inferior a que se exporta para a China sem tributo interno poderá ser usada para a fabricação de biodiesel. Eu não quero me estender muito aqui, ns temos um outro depoente nessa Comissão. Qualquer pergunta técnica depois que eu não saiba responder, o Sérgio terá condições de responder, o Sérgio Beltrão foi um técnico da ANP e hoje é o Diretor Executivo contratado pela UBRABIO, eu não quero me estender muito. Agora, se perguntarem qual é a preocupação hoje das empresas que compõe a UBRABIO é exatamente mercado para a sua capa-

cidade instalada. A sua capacidade instalada hoje é para três vezes o volume necessário para o B2 e esta capacidade instalada, já que nós temos dificuldades de exportação, porque os outros países protegem e nós temos na Legislação brasileira uma distorção. A Argentina tributa fortemente o grão, o imposto de exportação e quase que não tributa o biocombustível que venha a ser exportado.

Outros países da União Européia e, mesmo os Estados Unidos tem estímulos muito fortes enquanto nós, para efeito de exportação, estimulamos a saída e aí sai o grão desses 25 milhões de toneladas a que eu me referi de soja exportados no ano passado, de ICMS zero, tributos Federais zero, estímulo à exportação, a política correta ou não, não nos cabe analisar. No entanto, o que não é possível é que para efeitos de produção de biodiesel, visando a exportação posteriormente do biodiesel, este sim isento de tributo, nós tenhamos tributação interna no que diz respeito às matérias-primas. Então o mercado exportador, neste momento, tem uma certa dificuldade. Qual é o mercado para essa capacidade instalada? É mercado interno. Este mercado interno, no nosso entendimento, não terá uma demanda se pura e simplesmente as pessoas que vão usar óleo diesel desejarem uma mistura maior ou algumas distribuidoras desejarem fazer mistura maior. O que vai ocorrer, na verdade, é que esta demanda aumentará na medida em que aumentar a mistura obrigatória e a expectativa da UBRABIO é que através de leilões ou através de livre comércio, ou através dos mecanismos que o Governo venha adotar, no decurso do próximo ano nós tenhamos paulatinamente avanços na mistura obrigatória. Eu não vou me estender mais porque nós estaremos aqui para debater. Eu quero mais uma vez, meu caro Senador Neuto De Conto, meu nobre Senador João Tenório, agradecer a oportunidade dada a UBRABIO de nós estarmos aqui prestando este depoimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado eminente Dr. Odacir Klein, foi ex-Ministro, ex-Deputado, ex-Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, pela importante e bela exposição nesta manhã. E vamos imediatamente ao Senhor Dr. Francisco Nabuco de Almeida Barreto Neto, professor do departamento da escola, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SR. FRANCISCO NABUCO DE ALMEIDA BARRETO NETO: Bem, Excelentíssimo senhor Senador João Tenório, Excelentíssimo senhor Senador Neuto De Conto, Ministro Odacir Klein. Em primeiro lugar eu queria agradecer aos senhores da Comissão e da Subcomissão pelo convite e queria fazer o agradecimento ao Senador Garibaldi Alves Filho por ter colocado

meu nome à Comissão e à Subcomissão para que eu pudesse vir aqui explicar a minha posição particular com relação à questão aérea dos biocombustíveis, de maneira em geral para o Brasil, e em particular, para a questão regional brasileira. Quero agradecer também ao Deputado Henrique Eduardo Alves, nosso líder do PMDB na Câmara, também que conhece essa minha posição a respeito dessa questão e sempre foi também um incentivador desse debate no Estado do Rio Grande do Norte.

Nós estamos vivendo um momento ímpar na história desse país, absolutamente ímpar. Nunca na nossa história tivemos a oportunidade de entrarmos na base do enriquecimento planetário. Qual é a base do enriquecimento do planeta? Energia. Qualquer tipo de energia? Não. Energia líquida transportável. Ela é o eixo de funcionamento da produção de mercadorias no planeta. Ela é a mercadoria de maior valor de uso social do planeta. Portanto, ela gera guerras, porque os negócios que ela gera são de trilhões de dólares, só que essa base energética era derivada do petróleo e o petróleo acabou. Concretamente a era do petróleo como fornecedora para as próximas gerações do eixo de funcionamento da economia mundial acabou. E o Brasil, alguns pensadores desse país na década de 70, já percebendo, porque o mundo percebia já na década de 70 que a era do petróleo estava chegando ao seu ocaso, decidiu de que iria extrair energia da grande fonte de energia que existe para nós que é o sol, através da fotossíntese e aí fez o Proálcool.

Biocombustível é energia solar transformada através da fotossíntese em energia química. Ok. Pois bem. Então, estamos numa situação ímpar, nós vamos ser os emirados árabes unidos. Nós vamos ser efetivamente o país mais rico do mundo porque detemos a capacidade de produzir a base que sustenta a economia planetária. Agora, a pergunta que eu faço aos senhores Senadores, aos demais presentes é: Nós quem? Porque a produção de biocombustíveis ela necessita, obviamente, de que exista um complexo agroindustrial instalado.

Aliás, todos nós sabemos que o processo de industrialização no Brasil se deu a partir, na segunda metade do século XIX, da formação do complexo industrial cafeeiro e obviamente a partir dos seus efeitos multiplicadores e da ação do Estado nacional se gera um processo de industrialização que se concentra aonde esse complexo industrial cafeeiro estava localizado que era na região Sudeste e depois partindo para a região Sul. E o que é que nós temos hoje? Nós não temos café. Café uns bebem, outros não bebem.

Eu bebo e muito, aliás, não deixo de tomar minha caneca de café com canela todo o santo dia de manhã,

antes de trabalhar senão não raciocino. Mas o café, o Estado nacional teve que segurar o café até a década de 50 e ele foi responsável pelo processo de industrialização e o que é que nós temos hoje? Nós temos os complexos agroindustriais instalados no Centro-Sul do país, maravilhosos, capitalizados, competentes, dão gosto, mostram a capacidade que o Brasil tem na era da produção dos combustíveis a partir dos complexos agroindustriais e o Governo Federal acertou em cheio entendendo o ocaso dos biocombustíveis e dizendo: Vamos estimular? E o Presidente Lula dizendo: Eu vou ser o mercador dos biocombustíveis no mundo. E vamos estimular a produção brasileira. E vamos estimular a produção brasileira. E vamos estimular a produção brasileira. E a produção brasileira está aonde?

Ora, se os complexos agroindustriais estão localizados no Centro-sul os capitais planetários que dependerão obviamente dos biocombustíveis, porque com a chegada agora da Rússia no Iraque o barril de petróleo está próximo aos 100 dólares, e vai estourar ainda mais, esses capitais planetários virão para o Brasil e que venham, e que venham. Nós somos a potência produtora de biocombustíveis junto com os Estados Unidos. Mas virão para onde? Nós somos uma República Federativa com 27 Estados. Virão para um Centro-Sul.

O que eu estou dizendo aqui é que a produção de biocombustíveis hoje, na forma com que se dá, está se concentrando e se concentrará obviamente aonde eles existem, gerando efeitos multiplicadores sem precedentes na nossa história e, por conseguinte, a criação de um abismo regional que já existe e é tremendo, mas que tenderá a ser de distâncias impossíveis de serem percorridas daqui a alguns anos.

Trocando em miúdos, no Centro-Sul teremos os Emirados Árabes Unidos. No Norte e no Nordeste teremos a República do Burundi, com todo o respeito a República do Burundi. Veja bem, senhores. E mais. Entendendo corretamente que os complexos agroindustriais estão lá no Centro-Sul e o que é o Centro-Sul? São Estados maravilhosos. Poderosíssimos. São Paulo. São Paulo é um país. Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, é 80% do PIB, praticamente 80% do PIB agropecuário desse país. Pois bem. Então, o que é que acontece? Entendendo corretamente que os complexos estão aí, a política imediata do PAC para o estímulo à produção de biocombustíveis, dos dezessete vírgula bilhões alocados pelo PAC para a produção de biocombustíveis de investimentos do Governo Federal, dezessete bilhões duzentos e sete milhões obviamente foram para o Centro-Sul, estão alocados para o Centro-Sul. Os primeiros quatro vírgula um bilhões

são esse alcoolduto ligando Goiás a São Paulo, para trabalhar com as usinas de álcool da Mitsui, junto com a PETROBRAS, etc.

Para o Nordeste cento e quarenta milhões de reais e para o Norte, esse gigante que é a maior área passível de produção de biocombustíveis do mundo... do mundo, porque tem terra, tem água e tem sol como em nenhum canto desse país, cinquenta e três milhões de reais. Cinquenta e três milhões de reais.

Nós estamos vivendo um momento áureo, mas um momento que merece uma profunda reflexão de criação efetiva de um Programa Nacional de Biocombustíveis encarando biocombustíveis, não como uma commodity, mas como poder, porque energia é poder e não vejo possibilidade e aqui nós estamos numa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nós temos no Rio Grande do Norte 506 mil hectares de assentados da Reforma Agrária. No Nordeste nós temos 8 milhões e 900 mil hectares de assentados na Reforma Agrária. Quem são esses assentados? Boa parte dos senhores que estão aqui presentes acreditam que um agricultor do Sul do país é o mesmo agricultor do Nordeste ou é o mesmo agricultor do Norte. Não o são.

Parte significativa, digo por mim com toda a tranquilidade porque conheço os assentamentos do meu Estado e conheço os assentamentos da minha região e trabalhei muito tempo com eles, são pessoas que o processo histórico os excluiu de tal maneira que a Reforma Agrária é tão somente o primeiro momento de resgate histórico dessas pessoas. O segundo é transformá-las em produtores. Mas elas não se transformarão em produtores de pessi(F), é impossível. Não se trata do pequeno agricultor do Sul do país, tecnificado, com uma mentalidade empresarial mesmo que atue na agricultura familiar. Se trata de um sem sem, de um sem tudo, de um sem escola, de um sem tradição, que está lá no campo e precisa produzir e é uma multidão que agora se faveliza no campo e que tem na possibilidade de produção de biocombustíveis o real momento de se tirar esse povo da miséria em que se encontra com uma produção de biocombustíveis que pensem biocombustíveis não como cana. Cana? Sim, é ótimo. Cana é uma planta maravilhosa e deverá ser produzida em grande escala aonde puder ser produzida em grande escala e aonde tiver aptidão a ser produzida em grande escala e foi primeiro produzida na nossa região. Mas é cana, é sorgo sacarino, é mandioca. Cadê as pesquisas com amido de mandioca? É girassol, é o dendê que é de longe a grande oleaginosa, o Ministro Odacir Klein está falando da necessidade de novas matérias-primas. Temos que ter muita pesquisa em novas matérias-primas. Agora, o que eu quero colocar para os senhores é: Precisamos

criar uma política, essa é a minha posição, mas eu já vi outros políticos colocarem isso nacionalmente, que contemple duas situações.

Em primeiro lugar trabalhar especificamente com a questão de biocombustíveis, colocando os biocombustíveis no seu devido lugar, no lugar de potência, num lugar de poder energético e não uma commodity agrícola simples. Ela não é um boi, ela não é um bode, ela não é isso daí. Ela é poder mundial. E aí pergunto: Não seria o caso de no mínimo como já foi objeto de requerimento de um Deputado de formação de uma Secretaria Nacional de biocombustíveis ou, na minha opinião, mediante os volumes de negócios ligados a produção de energia mundial, para que os senhores tenham idéia, a OPEP exportou de óleo bruto, nos últimos 10 anos três vírgula três trilhões de dólares. Então, mediante o tamanho, mediante a magnitude da questão, por que não um Ministério dos biocombustíveis? E dois.

Uma grande integradora nacional, o Brasil, esse país de grandes homens, um dia decidiu que iria produzir petróleo. Contra todas as expectativas que se dizia que se não tinha e que não tinha petróleo e etc. e tal e produziu e tem uma das maiores empresas de petróleo do mundo que descobriu agora, recentemente, uma das grandes jazidas de petróleo do mundo, é a PETROBRAS, que todos nós temos orgulho. Por que não a criação da Empresa Brasileira de Biocombustíveis? Não meramente uma estatal, uma empresa de economia mista, mas que tenha efetivamente a vocação para produzir biocombustíveis e não ficar apenas no processo de refino, mas entrar dentro do processo a montante e a jusante da agricultura, especializada na produção de biocombustíveis, que tenha agrônomos e engenheiros na área de biotecnologia, ou seja, que seja montada para pensar biocombustível e não uma empresa de petróleo que passa a atuar no processo apenas de industrialização e distribuição de biocombustíveis.

Nós precisamos dessa integradora nacional para que possamos efetivamente reconstituir o Pacto Federativo porque um novo Pacto Federativo não é a divisão de um bolo que se produz 80% em uma região, é a reconstrução de um projeto de desenvolvimento efetivamente nacional e ele está nos biocombustíveis, mas precisamos de uma megaempresa integradora de capital mista, jogada, aberta para o mercado mundial que se transformará tranquilamente em muito pouco tempo na maior empresa bioenergética do Planeta Terra e que a PETROBRAS seja uma das suas acionárias, uma das suas principais acionárias, etc. Então, esses são os primeiros elementos que eu queria colocar aqui para o debate e me coloco em inteira e integralmente

à discussão dos senhores para qualquer dúvida ou qualquer colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Muito obrigado Dr. Francisco, uma bela exposição. Veremos com a palavra o Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Obrigado, Presidente, querido amigo Senador Neuto De Conto, que tão competentemente conduz o trabalho dessa nossa Comissão de Agricultura na qual temos o prazer de participar de uma, não só diretamente da Comissão, como participar também de uma Subcomissão de biocombustíveis que faz parte diretamente da nossa Comissão de Agricultura.

Na verdade, eu não gostaria de fazer nenhuma questão, fazer algumas considerações para uma reflexão, nossa reflexão, não, talvez, agora, mas com algum tempo. Eu queria registrar primeiro a Excelência da qualidade das conferências aqui proferidas, tanto pelo Dr. Odacir Klein, como o professor Francisco Nabuco, que trouxeram informações importantíssimas para que nós possamos ter uma avaliação mais concreta da situação efetiva dos biocombustíveis de um modo geral e muito particular da questão do biodiesel. Dr. Odacir trouxe uma informação que diz respeito, me tranquiliza um pouco.

Nós tivemos uma audiência pública há uns dois meses atrás quando estiveram presente representantes do Governo de um lado e representantes da iniciativa privada do outro, quando nós analisamos, discutimos a questão do suprimento, exatamente do B2 e posteriormente do B5. E a idéia desta 1ª reunião ocorreu porque nós ficamos perplexos porque o mesmo jornal brasileiro publicou em duas semanas subsequentes duas notícias absolutamente contraditórias. Uma é que não haveria suficiente biodiesel para atender a demanda do B2 no próximo ano. E outra é que haveria um excedente, uma semana depois publicava que haveria um excedente e era preciso que o Governo antecipasse o B5 porque a quantidade de biocombustível que estava sendo produzido seria suficiente para suprir a segunda etapa da produção. Então, realmente por conta disso nós convidamos alguns membros do Governo, da EMBRAPA e do Ministério da Agricultura de um lado, e de outro lado algumas pessoas, alguns técnicos e empresários ligados à iniciativa privada para que nós pudéssemos ter uma idéia mais precisa do que aconteceu. E realmente a nossa sessão, ela trouxe muito mais perplexidade e dúvida do que efetivamente esclarecimento, porque a posição continuava sendo do Governo de que haveria sobra de biocombustível para a primeira etapa e dos produtores que não

haveria combustível suficiente para a primeira etapa. E ficou, depois de muita discussão, mais ou menos esclarecido o seguinte, doutores, que havia uma instalação industrial poderosa, forte que poderia conferir uma produção da ordem de grandeza de dois bilhões e poucos milhões de litros de biodiesel.

Entretanto, a posição agrícola era absolutamente insuficiente para suprimento dessas empresas, essas indústrias elas não teriam condições de, digamos assim, de proporcionar a produção em função da mais absoluta ausência de matéria-prima suficiente para a sua operação. Então, esse contexto ficou mais ou menos esclarecido dessa maneira, houve como que um entendimento das duas partes e viu que a confusão de informações partia daí. Indústria nós temos, há uma instalação poderosa de indústria no que diz respeito ao futuro da produção de biodiesel e, entretanto, não havia produção suficiente de matéria-prima para o suprimento dessas fábricas.

O segundo ponto que eu acho que foi colocado aqui com muita posição pelo Dr. Odacir Klein, eu gostaria de tecer um pequeno comentário sobre o assunto, é o seguinte. Está a produção de biocombustível particularmente de biodiesel está sendo convidada, digamos assim, a resolver algumas questões que eu acho que elas são de certa forma conflituosas e precisa, aí sim, de uma intervenção do Governo no sentido de evitar esses conflitos. Quais são elas? Primeiro.

O biodiesel, no caso específico, é pedido que ele resolva o problema de segurança energética, que contribua, melhor dizendo, para atenuar a dependência energética brasileira. Primeiro ponto. O segundo ponto, que seja um instrumento importante nas questões ambientais. É outra coisa que também tem sido cobrado dos biocombustíveis de um modo geral e muito particularmente biodiesel. E o terceiro. Que dê uma Contribuição Social muito forte levando-se em conta que é um programa que visa fundamentalmente a pequena agricultura familiar no país.

Ora, eu sou empresário da agricultura e sei uma coisa, aprendi uma coisa. Essa questão de escala na produção agrícola é uma coisa importantíssima para resolver a questão de custos. Então a diferença entre a presença, a agricultura desenvolvida por pequenos produtores e a agricultura resolvida de uma maneira mais extensiva ela tem uma diferença de custo inevitável porque você utiliza tecnologias, utiliza máquinas que infelizmente não pode ser usado na pequena agricultura. Então, eu acho que um outro lado da questão é o seguinte, quando o Proálcool começou, isso ainda nos meados dos anos 70, evidentemente que o álcool também não tinha condição de competir com os produtos derivados do petróleo e o Governo compareceu

ostensivamente, eu digo isso porque eu sou do setor e digo aqui de público, ostensivamente com a quantidade substancial de subsídios.

Ora, eu acho que a mesma coisa deveria acontecer agora com o biodiesel, é preciso que se, digamos assim, estimule a produção de biodiesel até um determinado volume de produto que estabeleça um andamento normal daí para frente, caso contrário nós vamos ficar patinando porque é impossível você andar numa velocidade com os prejuízos que foram citados aqui, essa política, essa questão fiscal absolutamente incompreensível que foi colocada pelo Dr. Odacir aqui, quando nós tratarmos desses pontos. Então, eu acho que a questão para que nós possamos atender três coisas ao mesmo tempo, necessário... e além disso, uma atividade que está começando nós conhecemos muito pouco de biodiesel ainda, nós temos dúvidas, quais são as matérias-primas mais adequadas por região, temos dúvidas sobre isso, nós não temos ainda uma confecção de que deve ser soja, deve ser mamona, pinhão manso, dendê, enfim, nós temos ainda muito a pesquisar e essa pesquisa ela vai andar paralelamente ao andamento da produção. Então eu acho que neste momento, para que seja possível criar, é preciso que se crie uma massa crítica mínima para que esse biocombustível possa deslançar. Daí porque, na minha opinião, o Governo deveria comparecer já que ele entende que é absolutamente importante e faz sentido, a Contribuição Social mais densa no biodiesel, que ele compareça de uma maneira ostensiva, clara, transparente com a contribuição do Governo a essa produção, ou seja, conferindo, pelo menos no primeiro momento até que se adquira essa massa crítica, que se tenha uma produção que possa ser auto sustentada, que o Governo compareça neste caso específico com o subsídio explícito, transparente para toda a sociedade.

Esse é meu ponto de vista do que diz respeito a essa questão da gente dar uma deslançada mais rápida nesse programa tão importante porque atende três ou quatro condicionantes importantíssimas para o desenvolvimento do país.

Uma outra questão que foi levantada aqui com muita propriedade pelo professor Francisco Nabuco, que eu acho, é a questão da regionalização, é a questão que diz respeito às diferenças regionais. Isso, professor, acontece com tudo. Acontece com o biodiesel, acontece com cana-de-açúcar, acontece com indústrias, acontece com tudo. A diferença desse *gup* V. Sa. tratou é uma coisa que é absolutamente evidente, a diferença de qualidade econômica da vida econômica social das regiões brasileiras, sobretudo do Nordeste com as demais regiões do país, Norte e Nordeste, é uma coisa

absolutamente visível, que precisaria ser entendida, melhor entendida pelo Governo, pelos Governos.

Os Governos Federais de um modo geral, e é bom que se diga, não foi apenas esses, rasgaram da sua agenda as políticas de aproximação das diferenças regionais. Não tem mais nada. Não tem mais nada. Você vê agora até o que se chama da Guerra Fiscal que eu acho que é um nome pejorativo porque foi a única coisa que sobrou para os Estados pobres tentar buscar algum desenvolvimento, foi isso, visto que o Governo Federal não tem nenhuma política pública voltada para a aproximação, para a diminuição, atenuação dessa desigualdade da sociedade. Então, nós temos esse caso muito claro que V. Sa. colocou aqui, que mais um, digamos assim, uma situação que se repete no que diz respeito a questão nordestina, em relação aos demais Estados. Eu gostaria de citar só uma informação aqui importante.

O Nordeste brasileiro já produziu 71 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Enquanto São Paulo produzia, mais ou menos, naquela época, mais ou menos a mesma coisa, 70 a 80 milhões de toneladas. Hoje o Centro-Sul produz cerca de 400 milhões de toneladas e o Nordeste caiu para 50 milhões de toneladas. E caiu por quê? Porque nós tínhamos um subsídio chamado subsídio de equalização de custos, que era dado ao Nordeste no que diz respeito à produção de cana-de-açúcar, visto que a cana-de-açúcar nordestina é mais cara do que a cana-de-açúcar do Centro-Sul do país por razões climáticas, sobretudo por razões climáticas, por qualidade de solo, por topografia, enfim, todos os fatores que influenciam diretamente no custo de produção de uma coisa ou de outra.

Isso custava, esse subsídio custava ao Governo mais ou menos entre duzentos e duzentos e cinquenta milhões de reais por ano. Isso foi cortado porque se entendeu que era um subsídio e como tal deveria ser banido dos procedimentos do Governo.

Muito bem. A Zona Franca de Manaus que é uma iniciativa do Governo absolutamente no meu entender válida porque descentraliza o desenvolvimento nacional. É preciso que isto aconteça. Nós não podemos continuar com a polarização que nós temos industrial, agrícola nas regiões do Centro-sul e das regiões Centro-Oeste, das regiões Norte e Nordeste do Brasil. É impossível continuar com isso. Então, a Zona Franca de Manaus é uma iniciativa do Governo Federal e só sobrevive e é bom que se diga, só sobrevive porque o Governo abdica do recolhimento da ordem de grandeza de seis ponto cinco bilhões de reais por ano que é o que o Governo deixa de recolher em impostos Federais lá da Zona Franca de Manaus por ano.

O Nordeste precisaria de duzentos e cinquenta milhões para manter sua atividade canavieira e foi retirada essa colaboração. Então, isso que V. Sa. coloca aqui me parece da maior propriedade, da maior oportunidade, é preciso, sim, que se restabeleça políticas públicas que faz com que qualquer processo de desenvolvimento, sobretudo um processo desse que emprega, que traz condições sociais mais favoráveis ao trabalhador, sobretudo na região que tem muito trabalhador desqualificado, infelizmente é verdade, despreparado como é o caso do nordestino, seria uma alternativa interessante para que nós pudéssemos, se não resolver, o que é impossível, mas pelo menos atenuar essas imensas desigualdades regionais que nós temos. Então, eram esses dois, eram essas duas questões que eu gostaria de deixar, não exatamente questões, para uma reflexão e se V. Sas. tiverem algo a acrescentar seria conveniente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado nosso eminente Senador por Alagoas, João Tenório, também vou fazer uma pequena intervenção como autor do requerimento.

Para falar sobre energia, meu caro companheiro e amigo Odacir Klein e o Dr. Francisco, da Universidade do Rio Grande do Norte, eu busco um pouco na história. Todos os passos da evolução da própria humanidade passaram pela energia. Podemos buscar até na roda d'água. Ela foi criada, reinventada no ano 1200 para produzir energia. Se nós chegarmos no século XIX, nós vamos ver que os grandes temas da humanidade se girava em torno do carvão e da Ferrovia. Se nós pularmos um século, lá no Século XX, nós vamos ver que o século todo, os grandes temas de debate era sobre combustível, sobre energia elétrica, aí passamos um pouco para a química. era a energia que buscava-se na Revolução Industrial como fator preponderante. E se chegarmos nos nossos dias, pularmos mais um século, vamos ver grandes debates não no Brasil, mas praticamente... dispensar a presença do eminente Senador que está sendo convocado, e outro grande debate, então, neste... no fim do Século XX, no delinear do século, início do século 21, volta a energia a fazer parte dos debates porque as energias fósseis estão se esgotando, vamos passar para a energia renovável. E eu não tenho dúvida de que o setor produtivo primário, se vai ser a grande alavanca, o único caminho para buscar a energia tão necessária que o mundo vai precisar. E eu disse, tenho sido convocado e tenho participado em alguns eventos e principalmente com os Estados Unidos da América aonde comitivas lideradas por Ministros da Minas e Energia, da economia e da agricultura, procuram nosso país e todas as indagações elas estão presentes na produção do

etanol e no biodiesel. E na última semana, aqui nesta Casa esteve uma comitiva de dez parlamentares americanos e aqui só se perguntou da capacidade da produção de energia, especialmente na renovável, aonde vieram exclusivamente para saber se nós temos combustíveis sobrando para que eles possam voltar ao seu país e lá dizer que a energia está a salvo, tem país que, embora com a sua grande capacidade, pode se produzir aqui.

Eu disse a eles que 36% da exportação brasileira ela sai do setor produtivo primário. Em 2006 o superávit da exportação saiu todo da agricultura e do agronegócio. Eu não tenho dúvida que se nós pudermos internar e vamos internar para o setor produtivo industrial os noventa milhões de hectares que estão aí à disposição nos cerrados, no Centro-Oeste e no Norte, os trinta bilhões de hectares, degradados, principalmente no campo e os 20 bilhões que poderão ser consorciados com a bovinocultura sem perder a capacidade de produção de carne, nós temos sem dúvida nenhuma, poderemos abastecer 10% da energia do universo.

Isto nos traz, nos eleva a uma posição muito forte para esse quadro. Eu não vou me alongar muito, mas vou deixar uma pergunta: Se nós temos 2.3 bilhões para produzir, 2.3 bilhões de litros de biodiesel, capacidade instalada e sem usar, e se não pudéssemos usar o soja como matéria-prima, temos alternativas das demais culturas, seja ela do pinhão manso, da mamona, da palma de dendê, das gorduras animais, das gorduras de cozinha, enfim, todas as alternativas que se colocam para que essas indústrias possam trabalhar satisfatoriamente?

Pergunto por que fala-se muito e também pensa-se muito que sem perder a capacidade produtiva do soja, do milho, do trigo, do arroz, de todas as nossas variações do café, do cacau, da própria cana, se nós tenhamos produção de biodiesel para avançarmos sem dúvida nenhuma e chegarmos e eu não tenho dúvida que vamos chegar a 50% do PIB nacional no setor produtivo primário, nas agroindústrias, no agronegócio para este crescimento extraordinário que nos traz aqui o Dr. Francisco, com muito ânimo e muita satisfação.

Eu antes de passar a palavra para suas considerações finais e também para algumas respostas que acho necessário, nós vamos conceder esporadicamente para fazer uma pergunta ao Eduardo Simas, a Mara Cordeiro que nos dá o prazer de estar aqui... Carneiro, desculpe.

SR. EDUARDO SIMAS: Bom dia a todos. Na verdade essa pergunta ela é direcionada especificamente ao Senador João Tenório que se ausentou, mas eu sou economista, eu sou da Bahia da região cacaueira de

Ilhéus e antes de direcionar para o senhor Francisco, gostaria apenas de fazer um breve comentário aqui em relação a questão de biocombustíveis, na minha vida isso confunde familiarmente e regionalmente. Eu sou sobrinho do engenheiro químico de petróleo Hernane Sá, precursores em pesquisa de biocombustíveis do país em meados da década de 70, inclusive, com um capítulo do caderno de altos estudos da Câmara, tem um capítulo aqui falando da época dele do Instituto Nacional de Tecnologia no Rio que foi o primeiro posto de biocombustíveis que se tem notícia no país com a cultura do dendê. Então, na verdade, eu queria perguntar para o Senador João tinha feito uma colocação sobre a questão de auto-suficiência, tal, eu queria saber a política disso, se existe um zoneamento agrícola hoje, uma política de zoneamento agrícola no país e quantos hectares seriam possíveis para uma auto-suficiência no país?

E em relação ao Dr. Odacir Klein aqui, que ele colocou o excedente da produção que teria... o próprio Rudolf Diesel, que os motores ciclo diesel, é sabido que eles podem rodar in natura, inclusive. Então, ele nas suas pesquisas lá com óleo de amendoim e carvão, como os acasos em pesquisas, ele descobriu que tirando o carvão dava o problema, o motor no ciclo diesel ele rodava com o óleo in natura e isso aconteceu, inclusive, na Segunda Guerra, ou na falta de combustíveis, etc. Então, esse excedente, a política governamental, já houve agora essa descoberta de uma nova bacia de petróleo, etc. Então, até que ponto isso aí pode vir a prejudicar o programa e que se esfrie novamente essa questão como houve com o Proálcool há um tempo atrás. Na verdade era a colocação. Muito obrigado pelo aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Muito obrigado, Eduardo. Eu antes de passar a palavra para os conferencistas para suas respostas e considerações finais, para dizer, Eduardo e que no próximo dia 12, na próxima quarta-feira, estarão aqui debatendo o zoneamento agrícola do país.

Já está na Ordem do Dia. Será um primeiro grande debate e que desejamos partir para uma Legislação não só do zoneamento, também nas vendas das terras para estrangeiros, têm que se encontrar também soluções para este quadro que se apresenta neste momento. Passo, então, a palavra ao Dr. Odacir, que faça suas considerações, se quer também utilizar Dr. Sérgio Beltrão poderá, também, nesse momento.

SR. ODACIR KLEIN: Eu agradeço mais uma vez a oportunidade que a UBRABIO está se manifestando aqui e eu estava comentando com o Sérgio há pouco que eu deixei de tecer considerações aqui a respeito das questões ecológicas, das questões de desenvol-

vimento regional, as questões referentes a geração de emprego, porque parece que elas são razoavelmente notórias.

A importância ecológica do uso dos biocombustíveis, inclusive, combatendo o efeito estufa, concorrendo pelo próprio fato de estar sendo preponderantemente produzido biodiesel por matérias-primas vegetais, concorrendo, inclusive, para seqüestro de carbono, sem dúvida nenhuma haverá um desenvolvimento regional muito importante, tanto que neste primeiro leilão que foi realizado, nestes leilões, o Nordeste brasileiro vendeu 27%, 27,4 do volume dos leilões, foi 27,4 do Nordeste, 27,4 do Centro-Oeste e 21,6 da região Sul, 14,5 do Sudoeste e a região Norte 9,2, até em função das políticas adotadas já quando o plano foi lançado de fazer com que houvesse redutores tributários para plantio de, para produção de biodiesel com determinadas mercadorias e algumas originárias de determinadas regiões geográficas, como é o caso da região Norte, Nordeste, semi-árido.

Em consequência disso essa questão regional irá sendo paulatinamente atingido. Nesse primeiro momento com matéria-prima preponderantemente sendo o soja, cria-se sem dúvida nenhuma uma concentração maior em regiões como Centro-Oeste, como região Sul, mas mesmo assim nestes leilões o Nordeste teve uma participação de 27,4, participação idêntica a do Centro-Oeste e superior a da região Sul porque na região Sul, no Rio Grande do Sul, foram implantadas indústrias. E Paraná e Santa Catarina praticamente ainda não se encaminharam para o processo de fabricação de biodiesel.

O Senador Neuto De Conto estava falando a respeito de algo aqui que a produção de matéria-prima com a qual nós concordamos inteiramente e aí tem muito a ver com a questão do zoneamento.

Nós temos assistido a defesa do pinhão manso e defesa entusiasmada. Eu não tenho conhecimento técnico suficiente para adentrar nesta defesa ou não. Agora, a verdade que se sabe é que tem um grande rendimento, que no início do século passado, inclusive, a iluminação do Rio de Janeiro era feita com óleo de pinhão manso, se sabe até que é uma planta perene em condições de ficar fornecendo a matéria-prima de forma não transitória, mas ainda não há uma pesquisa suficiente para a liberação, com segurança, de plantio de pinhão manso com brevidade.

Em consequência disso é preciso que avancem essas pesquisas, mas avancem com uma certa segurança. Agora vou dar um exemplo aqui do problema de zoneamento. Há muito estímulo no caso de plantio de canola. No Rio Grande do Sul na próxima safra não tem ainda autorização do zoneamento climático

para plantio de canola. As informações que eu obtive é que como será contratado, a prestadora de serviço que vai preparar esse exame de zoneamento climático para a próxima safra não haverá possibilidade, haverá para a safra subsequente, isso tudo faz com que nós tenhamos a certeza de que vai haver um avanço no sentido de outras matérias-primas e que na primeira hora existem alguns percalços que são naturais, mas que nós temos certeza que dentro da própria engrenagem do Governo e eu vejo a Dra. Karine aqui fazendo a anotação dessa questão da canola, que dentro da própria engrenagem do Governo será buscada a pressa para que nós tenhamos algumas questões desta forma atendida.

Agora, nós estamos encaminhando pesquisas, nós Brasil, encaminhando pesquisas, encaminhamento zoneamento climático visando liberar financiamento para determinadas matérias-primas em outras regiões para que nós não fiquemos nesta situação de hoje de estarmos dependendo preponderantemente como matéria-prima de commodities que tem preço no mercado internacional. Eu queria aqui desmistificar um pouquinho, meu nobre Senador, a produção de conflito de produção de biodiesel com alimento.

O mundo hoje, principalmente com aumento de poder aquisitivo na Ásia, com o aumento de bocas buscando alimento na Ásia, o mundo hoje procura carnes e lácteos e a produção de óleo não prejudicará em nada, nada, nada, nada, nada a produção de farelo para ser transformado em carnes e lácteos. Este, este argumento e o Presidente Lula o combate com muita eficácia, este argumento realmente é um argumento sem condições de prosperar.

Há uma questão que eu não mencionei antes, passei por ela, até havia anotado e não me referi, os produtores vender abaixo de custo nesses leilões. Nós temos em curso de produção de entorno variando de região e de matéria-prima em torno de dois reais o litro e o preço médio foi um e oitenta e seis, quer dizer, venderam com prejuízo por quê? Porque têm capacidade de produção e precisam produzir. Isso deverá ser recuperado paulatinamente.

Quanto a questão do óleo in natura, do uso do óleo in natura, nós UBRABIO, representando empresa, não queremos correr o risco de estarmos estimulando ninguém a fazer nada que não esteja dentro dos padrões de qualidade da ANP. A ANP tem agido com muita responsabilidade nesse sentido e se nós ficarmos estimulando qualquer uso fora dos padrões de qualidade nós podemos estar concorrendo para o descrédito de um programa novo.

Quanto à descoberta de novas bacias de petróleo e a produção de biodiesel eu entendo que não haverá

nenhum conflito, até porque a produção de biodiesel, pelo que ela representa de efeitos benéficos ecológicos, efeitos benéficos sociais, mesmo que não ocorresse a finitude do combustível fóssil, mesmo que não ocorresse a finitude do petróleo, nós ainda teríamos condições de ficar aumentando constantemente porque haverá o aumento do uso de combustível e haverá também cada vez mais uma tomada de consciência ecológica.

Eu, mais uma vez, agradeço a oportunidade que a UBRABIO teve, não sei se o Sérgio que é Diretor Executivo tem alguma consideração complementar para fazer. Estamos comunicando que não, eu agradeço mais uma vez a oportunidade e quero dizer ao professor, foi uma grande satisfação estar aqui ao seu lado também nesse evento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Professor Francisco Nabuco de Almeida, então, para suas considerações finais.

SR. FRANCISCO NABUCO DE ALMEIDA BARRETO NETO: Bem, eu queria colocar o seguinte: Em primeiro lugar que na era do petróleo se gerou uma geopolítica do petróleo. A era dos biocombustíveis há de gerar uma geopolítica dos biocombustíveis. Pelo amor de Deus, nós temos as grandes áreas da produção da energia do planeta. A região Norte está descoberta, nós precisamos, dentro desse processo de criação de uma geopolítica bioenergética, colonizar efetivamente a região Norte produzindo bioenergia, gerar recursos para equipamento em grande escala e em alta qualidade das Forças Armadas para tomar conta da região Norte, estratégica para o mundo. Bush colocou que a questão bioenergética agora é uma questão de Segurança Nacional dos Estados Unidos.

Olha, quando americano acha uma questão séria, eles agem forte e pragmaticamente. Quando eles consideram uma questão de Segurança Nacional que Deus nos acuda, que Deus nos acuda. Então, veja bem, nós precisamos ter uma geopolítica dos biocombustíveis e dentro dessa geopolítica e respondendo ao nobre Senador Neuto De Conto sobre termos matérias-primas em quantidade para produzir óleo e álcool? Sim. Desde que tenhamos uma política bioenergética de produção dessas matérias-primas de maneira diversificada e em todo o Território Nacional.

No Sul da Bahia, dendê, no Norte dendê, aonde tiver outras coisas no Norte que tenha outras coisas no Norte, o sorgo sacarino, o pinhão manso, se chegará a uma conclusão sobre o pinhão manso, o amendoim onde der para ser amendoim, o girassol onde der para ser girassol, etc. e tal e com muito dinheiro para pesquisa industrial. E aí sim teremos um Brasil produzindo biocombustíveis com competitividade necessária para ter isso em grande escala para nós e para o mundo.

Agora, temos que ter uma política para isso. Uma política organizada para isso.

A atuação heróica, e digo heróica sim dos senhores Senadores de estar aqui numa Subcomissão colocando essa questão na pauta do dia. O Presidente Lula colocando essa questão na pauta do dia com. Mas vejamos. Aonde está concentrada a política bioenergética brasileira? No âmbito do Parlamento ela está numa Subcomissão de uma Comissão. Está respondido. No âmbito do Executivo ela está em vários lugares e em lugar nenhum.

Concretamente agora com relação à questão, Ministro Klein, eu não sou nordestino coitadista. O que é um nordestino coitadista? É aquele, eu sou nascido e criado na Serra da Borborema, em Campina Grande, torcedor do glorioso galo da Borborema que infelizmente esse ano não jogou nem a terceirona, ano passado jogou e até jogou bem, mas só torço pelo Treze, não torço para mais ninguém.

Fui adotado pelo Rio Grande do Norte que é o Estado que eu digo sempre, de lá não sai nem o defunto, o defunto vai ficar lá. É minha paixão, é minha vida, o amor da minha vida nasceu lá que é minha filha, é potiguar, é papa-jerimum legítima e tive a honra de trabalhar no Governo Federal gerenciando os nove Estados do Nordeste na área de aquicultura e pesca. Não sou coitadista. O que aconteceu com o Nordeste é fruto de um processo histórico muito bem explicado por Celso Furtado já no seu clássico formação econômica do Brasil. Agora, há um fato. Nós temos com toda a ação, o Estado nacional, desde Vargas, passando por Kubitschek e os Militares e entrando na nova República, tenta fazer essa reconstrução, mas o que gerou foi... gerou, sim, locais dinâmicos? Gerou. Pontuais. Que são ilhas em oceanos de não dinamicidade que é o nosso meio rural em sua esmagadora maioria. O que não é, graças à questões históricas tipo o processo de imigração européia na segunda metade do século XIX, etc., seria uma longa história tudo isso aqui, o que aconteceu no Sudeste se espalhou para o Sul, depois foi para o Centro-Oeste.

Nós queremos no Nordeste estrangeiros do mundo, do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste e do mundo. Agora, nós não temos esses capitais hoje e não teremos. Da forma com que as coisas estão hoje teremos, sim, um investimento pontual aqui, duzentos no Centro-Sul. Outro acolá, trezentos no Centro-Sul, de maneira que não vejo que se consiga fazer uma produção agroenergética em todo o Território Nacional e com a diversidade necessária que não através de uma mega integradora. Olha, sou o único acadêmico da família, na verdade, e sou por uma coincidência, meu pai morreu um ano mais novo do que eu, eu tenho 38

anos, meu pai morreu com 37, mas eu sou filho de microempresário, de pequeno empresário, sou neto, sou sobrinho, sou primo, bem, eu sou o único acadêmico da família, o resto do meu povo é da iniciativa privada e adoro a iniciativa privada. Agora, o Estado nacional precisa ter essa mega integradora para tornar nacional a política bioenergética e que ela seja de capital misto e que os grandes capitais privados entrem dentro dessa grande empreitada para que a produção de biocombustíveis tal qual é para os Estados Unidos seja para nós também uma questão de Segurança Nacional e aí teremos um desenvolvimento nacional homogêneo, efetivamente homogêneo. Obrigado. Muito obrigado a todos vocês pela oportunidade que nos foi dada de colocar nossas posições.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Eu agradeço imensamente ao professor Francisco Nabuco de Almeida, agradeço a presença e a palestra de Odacir Klein que é o Presidente Executivo da União Brasileira de Biodiesel que eu acompanho também o Dr. Sérgio Beltrão. Não havendo mais nada a tratar, encerramos a presente reunião. Muito obrigado, gente.

Sessão encerrada às 12h57.

Ata da 13ª Reunião (Extraordinária) da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 6 de Dezembro de 2007.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia seis de dezembro de dois mil e sete, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **JOÃO TENÓRIO**, reúne-se a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com a presença dos seguintes Senadores(as) – **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JONAS PINHEIRO, NEUTO DE CONTO, CÍCERO LUCENA, RAIMUNDO COLOMBO E AUGUSTO BOTELHO**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as) – Sibá Machado, Marisa Serrano e Valter Pereira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador João Tenório, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **ITEM 1: Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 17, de 2007 – CRA-BIO**, de autoria do Senador João Tenório, aprovado em reunião de 3/10/2007, com a finalidade de discutir as perspectivas de co-geração de energia nas usinas de açúcar e etanol, com as presenças dos seguintes convidados: **Marcos Sawaya Jank** – Presidente da ÚNICA; **Maurício Tomalsquim** – Presidente

da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; **Carlos Roberto Silvestrin** – Vice-Presidente-Executivo da COGEN-SP – Associação Paulista de Co-Geração de Energia. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senador(es) – Neuto de Conto e Antônio Carlos Valadares. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **João Tenório**, Presidente da Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Bom dia. Havendo número regimental declaro aberta a 13ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que com a anuência do Plenário, se é o caso, dou como aprovado.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública em cumprimento do Requerimento nº. 17/2007 da CRABIO de minha autoria aprovada na reunião de 03/10/2007 com a finalidade de discutir as perspectivas de co-geração das energias das usinas de açúcar e etanol com a presença dos seguintes convidados que desde já convido para compor a Mesa. Dr. Marco Jank, Presidente da ÚNICA. Por favor. Dr. Maurício Tomalsquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, EPE. Carlos Roberto Silvestrin, Vice-Presidente Executivo da COGEN São Paulo, Associação Paulista de Co-Geração de Energia.

Eu gostaria de em primeiro lugar agradecer a presença dos senhores palestrantes que vieram de seus Estados para abrilhantar e trazer as informações que nós entendemos absolutamente importante para que possamos criar uma opinião acerca do assunto, e em segundo lugar pedir as devidas escusas porque nós estamos com um problema sério de quórum hoje aqui de manhã em função de alguns eventos que estão acontecendo paralelamente aqui no Senado e que aconteceu, digamos, inesperadamente. Temos a questão da CPMF em discussão, há também uma movimentação grande no Senado no que diz respeito à sucessão da Presidência, e por conta disso uma mobilização muito grande dos Senadores em torno desses dois temas. Mas eu queria dizer aos senhores palestrantes que apesar do quórum não ser aquilo que

nós gostaríamos em função da importância do tema, é um tema absolutamente importante, e evidentemente da qualificação dos senhores palestrantes. Mas nós vamos distribuir por todos os Senadores que compõem essa Comissão e a Subcomissão o resultado dessa exposição que eu tenho certeza será absolutamente adequada e eu diria importante para que possamos criar uma opinião acerca desse tema.

Nós estamos vivendo um momento absolutamente único no que diz respeito às questões energéticas no mundo. Nós estamos com o problema dos combustíveis, que se agrava com a subida expressiva do preço do petróleo, a insegurança energética no que diz respeito a combustíveis, as questões ambientais que começam a ter um destaque importante na concepção de qualquer solução para os problemas que se apresentam e dentro desse tema também nós temos no caso específico do Brasil um programa grave que se apresenta muito grave no momento e que tem uma perspectiva de se agravar ainda mais nos próximos anos que é a questão de suprimento de energia elétrica. As soluções que estão sendo tentadas são soluções de longo prazo, tais como as hidrelétricas em estudo e início de execução, a solução das term nucleares, enfim, as alternativas todas que se apresentam aí como solução para o problema. E temos a questão da biomassa que pode e efetivamente dar uma contribuição muito importante nesse contexto, sobretudo levando em consideração dois fatos. O primeiro é a velocidade com que isso pode ser implantada, muito mais rapidamente do que qualquer outra solução que por acaso aconteça. Venha acontecer. Segundo, a questão ambiental que trata-se de uma solução muito mais limpa do que as outras soluções propostas e admitidas, e por conta disso daí a importância muito grande desse tema que hoje nós vamos discutir e daí porque também nós tivemos uma preocupação muito grande na escolha dos seus palestrantes em função de trazer aqui aquilo que nós entendemos ser melhor nesse campo do conhecimento e nesse campo da geração da energia, da co-geração de energia.

Eu passaria, portanto, inicialmente a palavra ao Dr. Marcos Jank, Presidente da ÚNICA para que ele possa expor seus pontos de vista e trazer as informações que nós entendemos serão valiosas para essa Comissão.

SR. MARCOS SAWAYA JANK: Muito obrigado, Senador. Bom dia a todos. Agradeço enormemente em nome da ÚNICA e em nome dos produtores de açúcar e álcool do Estado de São Paulo, essa oportunidade de vir ao Senado falar sobre esse tema tão atual e tão importante que é a bioeletricidade. Apesar do quórum pequeno, eu já percebo que é um quórum altamente

qualificado, fiquei muito contente de poder reencontrar aqui amigos de tanto tempo, Senador Jonas com quem convivemos tanto nesses grandes desafios do desenvolvimento da agricultura no centro-oeste e tantos outros amigos. Acho que o momento é realmente como disse o Senador, extremamente oportuno para se fazer essa Sessão porque nós temos uma oportunidade de criar um redi(F) para o sistema elétrico nacional a partir de biomassa, que acho que nunca aconteceu antes na nossa história. Eu sempre costumo dizer que tem poucas coisas mais modernas hoje do que cana-de-açúcar nesse País, mas cana foi e é a atividade mais antiga do Brasil. Foi a primeira atividade econômica organizada do Brasil. Chegou em 1530 e hoje 500 anos depois é uma das mais modernas. Temos 500 anos de açúcar, temos 35 anos de etanol, iniciamos o etanol na frente de outros países, na outra crise do petróleo e temos cinco a dez anos de eletricidade, mas uma eletricidade extremamente subutilizada. Nós estamos perdendo 2/3 da planta. Essa planta maravilhosa que é a cana. E perdendo por quê? Porque hoje nós queimamos a palha e pontas da cana, um processo medieval que precisa ser no nosso entendimento eliminado, e vai ser eliminado rapidamente, vamos aproveitar essa biomassa na sua íntegra e estamos usando o bagaço em caldeiras de baixa pressão que serve apenas para alimentar as próprias usinas e a exportação é muito pequena. Então nós temos nesse momento uma chance de ouro para converter pagar sue(F) palha, ou seja, 2/3 da energia da planta em eletricidade exportada para rede através de caldeiras de alta pressão. E isso pode ser construído nos próximos meses e pode ser um seguro importantíssimo para o Brasil, para um Brasil que seguramente vai crescer mais que 4% ao ano, imagino que 5 ou 6, esperamos até que o Brasil atinja uma velocidade de crescimento asiático se fizermos as reformas necessárias, e aí nós teremos essa possibilidade da cana, dessa velha planta, a mais antiga planta do País, a mais antiga atividade econômica do País contribuir enormemente nesse novo setor para a cana que é a eletricidade. A cana é a planta que foi mais longe na agricultura dentro de um mundo chamado de energia. Seja em combustíveis e agora em eletricidade. Então vamos lá. Deixa eu passar alguns slides. São cerca de 14 slides. O próximo, por favor.

Então, isso é o que eu acabei de dizer. Quer dizer, nós passamos 500 anos usando 1/3 da cana, que é o suco, para fazer durante 500 anos açúcar, durante 35 anos o etanol. O bagaço é subutilizado para fazer eletricidade, co-geração que nós chamamos de bioeletricidade. Mas subutilizado porque as caldeiras que as usinas detêm são caldeiras de baixa pressão. 21 bar. E a palha hoje é queimada. O que nós pode-

mos fazer? Nós podemos converter bagaço e palha em eletricidade, grandes volumes, e podemos lá na frente talvez converter bagaço e palha em álcool por hidrólise e aí usar a lignina para fazer a eletricidade. Ou podemos ainda, e essa é uma outra fronteira que o Silvestrin deverá falar, introduzir sistemas de gaseificação aqui e conseguir produzir o dobro de eletricidade com a mesma quantidade de biomassa. Pelo menos o dobro. A gente imagina que o dobro é o começo. Então existe uma enorme fronteira no mundo energético, tanto no melhoramento da planta como na melhoria dos processos industriais que o Brasil tem a chance de explorar com a sua expertise acumulada, e não só explorar, mas liderar o mundo. Porque não existe País em desenvolvimento hoje que tenha feito o que o Brasil fez em cana. Nós estamos à frente do mundo nessa área. Essa é uma área em que o mundo olha o Brasil com admiração. Quem teve no etanol, samite(F) o ano passado que a ÚNICA fez, viu mais de 60 países vindo ao Brasil pra saber o que nós estamos fazendo hoje na área de pesquisa de cana, na área de co-geração, na área de etanol, etc. Então nós temos aí uma chance de ouro e temos que saber utilizar de maneira inteligente. Essa é a situação hoje da queima da palha no centro-sul, em São Paulo esse ano a gente atinge 41% de colheita de cana crua, no centro-sul 34% e a próxima mostra o nosso grande desafio que é chegar em 2010 com 70% de colheita de cana crua e em 2014 com 100% de colheita de cana crua. Quer dizer, é um processo de altíssima velocidade, estamos calculando em torno de 700 a 800 máquinas a mais por ano que estão sendo introduzidas nesse setor. Quer dizer, uma velocidade bastante rápida. Nós até pedimos sempre a compreensão da população com esse processo, nós queremos eliminar o fim da queima, mas existe uma questão social também. Nós envolvemos em São Paulo hoje 190 mil cortadores, tem uma questão de requalificação de mão-de-obra que está no centro da nossa agenda, mas o nosso objetivo é eliminar completamente a queima da palha, o fogo, a utilização do fogo até 2014 em áreas mecanizáveis e até 2017 em áreas não mecanizáveis antecipando em sete anos o prazo da legislação.

Bom, isso permitirá o uso integral da biomassa. Nós entendemos que em 2014 nós temos a obrigação de usar 100%... Não, 75% do bagaço. Porque os outros 25 serão usados para co-gerar energia para a própria usina e temos a obrigação de usar pelo menos 50% da palha já que 50% é prudente que fique no campo para fazer a fertilização orgânica do campo, enfim, para servir de matéria orgânica. Então com 50% da palha, com 75% do bagaço e com caldeiras de alta pressão nós temos um enorme potencial que eu vou mostrar

a seguir. O potencial que nós estimamos, isso aqui é o que já está dado. Quando eu coloco esses números aqui eu não estou inventando algo que poderá acontecer. Existe uma grande diferença entre a bioeletricidade e o carvão, o gás, etc. Mesmo as hidrelétricas. É que no caso das outras energias nós temos que construir toda a capacidade, etc, para fazer a energia elétrica. Temos que construir hidrelétricas para fazer energia elétrica, temos que ter carvão, temos que ter óleo combustível, etc. Nesse caso nós já temos usinas que estão produzindo etanol e açúcar, que estão expandindo, e que terão biomassa. E a nossa questão é vamos ou não vamos usar essa biomassa de forma inteligente? Porque a biomassa está vindo. De 430 nós vamos para um bilhão de toneladas de cana-de-açúcar nesse País em 2020. Isso já está dado. Essa projeção segue o que nós entendemos que é a projeção natural de crescimento desse setor. Nós vamos ampliar as áreas plantadas, nós vamos ampliar a produção de açúcar para 45 milhões de toneladas, vamos ampliar a produção de álcool para 65 bilhões de litros até 2020 e podemos ampliar a eletricidade exportada, que eu estou falando de eletricidade exportada para a rede para 14 mil megawatts em 2020. Se utilizarmos 75% do bagaço, 50% da palha em caldeiras de alta pressão. Então esse é o nosso desafio. Se nós fizemos esse pulo aqui, essa vai ser a maior revolução que aconteceu no setor depois do álcool. Quer dizer, eu acho, e eu mesmo estou muito impressionado, eu não tinha idéia quando eu entrei na ÚNICA que eu fosse viver nos próximos 10 anos a possibilidade de uma revolução da magnitude que foi o Proálcool lá atrás. Porque o Proálcool o Brasil saiu na frente e saiu sem saber para onde ia. Naquela época ninguém fazia isso. Foi quase que uma aventura brasileira solitária. Isso aqui não é aventura, isso aqui é simplesmente o uso da racionalidade em cima de um resíduo, de um subproduto da cana que pode ser tornar um produto. Porque eu não tenho dúvida que se nós fizermos esse salto aqui, nós estamos fazendo com que a eletricidade ultrapasse talvez até o açúcar como, digamos, produto importante da cana. Quem sabe até o álcool, não sei, mas enfim, ela passa a ser algo extremamente relevante dentro da composição de produtos da cana. E com isso a gente poderia passar de 3% para 15% das necessidades do País.

Bom, obviamente que hoje a cana está muito centralizada em São Paulo, 62% é São Paulo, mas a gente sabe que com o tempo, já em 2012 São Paulo vai ser pouco mais da metade e há um forte crescimento da produção de cana em Minas, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná... Então isso também é uma forma de interiorizar desenvolvimento. Nós estamos na verdade

falando hoje de uma macrorregião aí que se desenvolve em cima de cana-de-açúcar.

Aqui é a necessidade de contratação do Governo que vai ser mais explorada pelo Maurício Tomalsquim. A necessidade de contratação de 1.400 megawatts em 2011, 1.900 em 2012 e 2.500 em 2013. E nós defendemos a tese de que essa necessidade de contratação seja coberta pela bioeletricidade que o Governo não opte por sujar a matriz elétrica brasileira com carvão, com óleo combustível, com nuclear, que nós entendemos que não é exatamente sujar o ar, mas há riscos. Com a questão mesmo de gás, que é um problema hoje, quer dizer, que está se revelando um problema potencial. Claro que alguma coisa sempre será feita, mas existe realmente uma chance de que o próprio setor gere essa necessidade por uma característica que o Senador colocou ao começo que é a velocidade que dá para implantar isso. Quer dizer, nós podemos fazer leilões no começo do próximo ano, como já está anunciado, aliás, desde essa semana e produzir eletricidade daqui a dois anos, três anos, quatro anos. Então eu imagino que se esses leilões tiverem êxito e nós da ÚNICA vamos fazer todos os esforços para que esses leilões tenham êxito, nós temos condição de cobrir esse déficit aqui em 2011, 12 e 13, sem maiores dificuldades.

Bom, as vantagens da bioeletricidade já são por demais conhecidas de quem está acostumado com essa área. Um tempo de construção reduzido, até 30 meses, renovável e limpa, pode gerar créditos de carbono, estamos no meio da reunião de Bali, na conferência do clima, entendemos que a bioeletricidade é um produto novo da cana que deveria gerar créditos de carbono, sim, o período de safra da cana é complementar ao período hidrológico, quer dizer, nós produzimos bagaço e palha de cana nos meses que os rios estão mais baixos, portanto, é uma eletricidade que funciona como seguro no momento de hidrologia complicada, os projetos têm amplo espectro de investidores, é 100% indústria nacional, é raríssimo você ver importação, quer dizer, estamos movimentando basicamente uma indústria localizada em Piracicaba, em Sertãozinho, em cidades paulistas que inclusive exporta tecnologia hoje e está no coração do sistema. Porque é aquele conceito interessante que você produz a eletricidade não a dois, três mil quilômetros do centro de consumo, mas ali dentro do centro de consumo. O problema é conectar. Já vou falar disso a seguir.

Então a diferença entre a hidroenergia e a biomassa é que a hidro é centralizada, a biomassa é distribuída. A gente costuma dizer acho que até o Prof. Mário Veiga que criou esse conceito que agora tem outros utilizando, eu vi ontem o Zé Roberto Mendonça

de Barros utilizando também o conceito do ovo, o ovo de avestruz e ovos de codorna. Então quando você fala de hidroeletricidade é uma grande barragem como se fosse um ovo de avestruz gerando energia elétrica em grande volumes, quando você fala em biomassa é como se fosse uma cesta de pequenos ovos de codorna que tem que ser conectados, mas que geram muito menos energia cada um individualmente e está muito mais distribuída. Só que em alguns casos não é ovo de codorna, não. É ovo de galinha, vamos ver pelo potencial das grandes usinas de cana. Elas podem gerar mais que um ovo de codorna, elas podem gerar ovo de galinha. Não gerarão ovo de avestruz, mas gerarão ovos de galinha em termos de eletricidade.

O fator fixo aqui é o recurso natural hídrico, o fator fixo aqui é o projeto de bioeletricidade, o fator variável na hidrelétrica é o projeto hidrelétrico, e o fator variável na biomassa é o tamanho da lavoura. É interessante pensar nisso porque tem que ser pensado lá atrás. O fator fixo aqui você tem que pensar antes o tamanho da sua caldeira para definir o que você vai fazer. Por isso que é importante a gente saber nesse caso aqui se nós vamos partir para as caldeiras de alta pressão. Uma coisa que deixa triste é ver, por exemplo, alguém com potencial para fazer muita eletricidade colocando caldeira de baixa pressão hoje. Seria uma pena isso. Se a gente está precisando de energia, nós temos que incentivar essas pessoas a entrarem nas caldeiras de alta pressão. A decisão aqui é imediata, aqui ela é prospectiva, aqui tem um só produto aqui tem três produtos que é uma outra equação.

Aqui é um pouco a realidade das outras fontes... então Madeira, enfim, o carvão, o gás, e Angra todas elas tem problema para implantação imediata. Madeira não vai resolver o problema em 2011, nem Angra, e os outros têm problemas de emissão de CO₂, ou de oferta de gás, algumas questões importantes.

Então aqui o potencial que o setor tem. Então a gente hoje já tem, já consegue gerar nesse setor exportar o equivalente ao Madeira, 2.000 megawatts em termos nacionais e acreditamos que em 2012 temos o equivalente a uma Itaipu. Por isso que a gente tem dito pela mídia, temos feito algumas frases de efeito, frases de efeito criado pelo Silvestrin é transformar fumaça e fuligem em luz que é um dos objetivos. A outra frase de efeito é que temos uma Itaipu adormecida nos canaviais brasileiros. Porque ela está lá adormecida mesmo, porque ela está lá apenas esperando ser conectada se tivermos a inteligência de trocar as caldeiras e utilizar bagaço e palha. Então com a utilização de bagaço e palha a Itaipu vai aparecer nesse setor em 2012.

Também o mesmo raciocínio agora em termos do potencial de geração de energia elétrica. Então nós temos já em 2009 com bagaço e palha temos mais que Santo Antônio do Madeira, em 2012 podemos ter com bagaço e palha a Itaipu, mas o que interessa é isso aqui. Dá para gerar nesse setor entre 3 e 5 mil megawatt em 2010, entre 4 e 7 mil 2011, entre 5 e 10 mil em 2012, é isso que vamos tentar trazer rapidamente para o sistema. Nós temos uma meta aí de trazer esse potencial aí agora o máximo... O mais rápido que der.

Bom, aí vem os problemas. Eu não vou entrar nesses detalhes, acho que o Silvestrin e o próprio Tomalsquim falarão sobre isso, mas nós temos três ordens de problemas que têm que ser resolvidos. O primeiro deles se refere ao licenciamento ambiental para participação nos leilões que é uma questão que está sendo equacionada, porque as usinas têm licença de operação para fazer açúcar e eletricidade. Para fazer açúcar e fazer álcool. Mas elas precisam de uma licença prévia para fazer energia elétrica. Ou seja, precisam de uma nova autorização ambiental para utilizar eficientemente a sua biomassa. Hoje elas estão utilizando de forma ineficiente, se elas utilizarem de forma eficiente ambientalmente elas precisam de uma nova licença ambiental que tem que ser agilizadas.

Um outro problema grave é o problema de conexão porque são várias unidades espalhadas que têm que ser conectadas e o custo dessa conexão precisa ser colocado e vai ser trabalhado pelo Tomalsquim, e finalmente o reconhecimento do valor agregado da bioeletricidade onde nós estamos atrás de mecanismos que permitam... Vamos à próxima, só para colocar o problema. O nosso problema maior nessa área é essa bola em azul aqui. Que é o Estado de São Paulo. Por que o que está acontecendo? Nessas áreas em vermelho nós temos os novos projetos. E os novos projetos quem está hoje partindo como usina zero que a gente chama de greenfield ou expandindo já põe a caldeira de alta pressão. Não vai investir em caldeira de baixa pressão. Não faz sentido. O problema é você pegar aquelas usinas que tem 50, 60, 80 anos ou mais que tem caldeiras pequenas no ano que o preço do açúcar está lá embaixo, o preço do álcool está lá embaixo e fala: você tem que trocar agora essas caldeiras. Então não há hoje um estímulo econômico para este pessoal aqui da zona antiga de cana em trocar suas caldeiras este ano ou ano que vem. Ninguém se aventurou até aqui a participar desses leilões com essas usinas antigas. Então, é aqui que reside o maior problema. Quer dizer, o chamado retrofit, como é que a gente estimula o local onde está a maior quantidade do bagaço e da palha, mas que estão as caldeiras antigas a renovarem e passarem por uma troca de caldeiras, de turbinas,

de transformadores que permite essa geração elétrica que é a área chamada aqui de retrofit em azul. A área da expansão não é problema porque esse pessoal já está indo para as caldeiras de alta pressão. O maior problema está aqui. Que é o centrão, a região antiga do Estado de São Paulo.

Bom, aqui só para dizer por que é que eu falo que alguns casos são ovos de galinha e não ovos de codorna. Você pega uma usina como a Usina da Barra, do Grupo Cosan, ou Usina São Martinho, do Grupo Ometto, hoje elas estão gerando menos de 20 megawatt/hora, e se pudéssemos fazer, digamos, vamos botar aqui 65 bar, que é uma caldeira nem é das maiores, a maior é de 100 bar, com o bagaço de palha essa usina poderia passar para 170 megawatts/hora. Quer dizer, ela poderia multiplicar por sete. Exportação. Sem contar o que ela consome. Então ela poderia... O que é 170? Já não é mais uma pequena usina. Já é uma usina média. Então por isso que eu digo que isso aqui são ovos de galinha. Não chega a ser um projeto hidrelétrico gigante, mas é um projeto hidrelétrico médio. E esse potencial está lá porque essas usinas têm essa cana, essas usinas estão hoje moendo sete milhões de toneladas de cana. Então é uma questão de usar o bagaço e palha de maneira eficiente que elas não estão fazendo. A maioria delas não está fazendo. Se a gente pegar as 24 maiores usinas de São Paulo, elas estão hoje gerando 960 megawatts. E essas 24 usinas poderiam estar gerando com bagaço e palha entre 2.400 e 2.800 megawatts. Estou falando de 24 unidades em São Paulo. São Paulo tem 156 unidades. E se a gente pegar 112 usinas com mais de um milhão de toneladas elas poderiam gerar em São Paulo entre 6.600 e 7.600 megawatts de exportação. Sem contar o alto consumo. Portanto, o potencial está aí... Acho que terminamos aqui.

Bom, aí tem todos os ajustes, não vou falar disso que são necessários para fazer, acho que nossos colegas vão anunciar o que se pretende fazer nos próximos meses. Muito obrigado. Era isso. Então realmente acredito que a gente tem uma chance de ouro para poder desenvolver esse setor, acho que o Brasil vai ganhar. Nós estimamos que se esse programa sair nós estamos falando de investimentos novos da ordem de 12 bilhões de reais. Nós estamos falando de uma geração de 60 mil novos empregos. Portanto, não é pouca coisa que está em jogo. 60 mil novos empregos, 12 bilhões de reais de investimento, essencialmente indústria nacional. Porque os fornecedores de equipamentos são empresas essencialmente brasileiras. Muito obrigado. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Muito obrigado, Dr. Marcos pelas infor-

mações indispensáveis para que façamos um juízo de valor sobre o tema. Gostaria de passar a palavra agora ao Dr. Maurício Tomalsquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, EPE.

SR. MAURÍCIO TOMALSQUIM: Obrigado, Senador João Tenório, Senador Neuto de Conto, caros Marco Jank, Silvestrin... Eu vou complementar o que já foi falado pelo Jank, acho que vai muito em sintonia do que já foi dito. Realmente existe um potencial enorme de bioeletricidade no Brasil e vou complementar o que foi dito, mostrar o que está sendo feito e é claro vamos ter um período de debate bastante interessante que é para todos os pleitos que estão sendo negociados com o setor que acho que é a parte mais interessante aqui do evento, dessa Sessão.

Então, por favor, o próximo. Só para fixar o que é a bioeletricidade que a gente está falando. A energia elétrica gerada com previsibilidade, sustentabilidade e qualidade, a partir da biomassa. Quer dizer, não importa... A gente está falando aqui no caso da cana, mas é a biomassa em geral. Pode ser a cana-de-açúcar, madeira, casca de arroz, lixo urbano... Várias formas de biomassa. Claro que no Brasil tem uma forma específica que é a cana que tem um potencial muito maior que as demais. Mas a gente não deve esquecer que existem as demais também e que são interessantes.

Então ali, isso que eu estava mostrando. A bioeletricidade são fontes renováveis, produtos florestais, resíduos agrícolas, até resíduos industriais que pode gerar bioeletricidade, gordura animal, etc. Resíduos urbanos, o lixo. Mas vamos sentar que o nosso tema hoje é uma desses... Elementos, que é o principal no caso do Brasil, que é a cana, o bagaço, a ponta... E eventualmente outro. Mas mais a cana, o bagaço e a ponta.

Bom, a bioeletricidade tem quatro dimensões que fazem dela algo estratégico para o País. Primeiro a questão da segurança energética. Ela é 100% nacional, portanto, ela reduz a dependência de recurso importado. Segundo, como já foi dito pelo Marcos, o período da safra que é de maio a dezembro é justamente o período que se chove menos na região sudeste e centro-oeste e que os reservatórios estão mais baixos. Então o período que você tem a cana é o período que os reservatórios estão mais baixos. É uma comprovação de que realmente alguém é brasileiro, porque se alguém quisesse projetar algo parecido seria difícil de imaginar. A natureza nos deu essa benesse. Na hora que chove menos é a hora que a cana... A safra está ocorrendo.

Outro benefício é que se gera próximo do centro de consumo. A hidrelétrica que é uma fonte que é fundamental e tem que investir que é a fonte majori-

tária no Brasil, ela tem realmente apesar de todos os benefícios que têm e a gente deve apostar nela, ela tem uma questão que ela está cada vez mais distante do centro de consumo e, portanto, precisa de linha de transmissão e a biomassa você está mais próximo do centro de consumo então você reduz a transmissão. Depois a questão do prazo. A biomassa, como foi dito em 24 meses, naturalmente um pouquinho mais, você consegue botar uma planta operando. Às vezes até um pouquinho menos. E plantas maiores você precisa de tempo maior para botar em operação. Outra característica importante é o emprego. Existe um aumento de cem milhões de toneladas... A cada cem milhões de toneladas a produção de cana você gera 150 mil empregos diretos e 200 mil empregos indiretos. Então cada vez que você aumenta cem milhões de toneladas você está botando 150 mil empregos diretos e 250 mil indiretos. Hoje são um milhão e 300 mil empregos, em 2010 está se estimando um milhão e 800 mil empregos ligados a esse setor.

Terceiro problema, terceira questão, não problema, benefício, é a questão da eficiência energética. O que acontece? A cana, como foi bem mostrado pelo Marcos, é uma planta maravilhosa que tem um poder calorífico que hoje nós utilizamos apenas 1/3 do poder calorífico dela. Os outros 2/3 são... Eram vistos como um problema. Quer dizer, o usineiro ele falava: Como eu vou desfazer desse problema, essa montanha de bagaço que está perturbando meu processo produtivo, a ponta e palha... E queimava 2/3 do conteúdo energético... Desse energético que temos no País. Felizmente isso mudou radicalmente, já teve uma revolução e hoje todos os usineiros têm consciência e sabem que aquilo é um recurso que pode trazer renda para ele, e renda para o País. Porque pode gerar receita.

Então, você ao aproveitar esse recurso você está o quê? Aproveitando melhor... Em vez de queimar recurso energético você está aproveitando para gerar mais energia. Ou seja, está aumentando a eficiência energética. E é claro, como você precisa de menos transmissão, você reduz as perdas na rede porque quanto maior a transmissão, mais energia é perdida. Então quantas usinas estão mais longe, uma parte da energia que é gerada é perdida no caminho. Se a usina está perto do centro de consumo você perde menos do que você gera. É um sinal de aumento de eficiência. Anterior, por favor. E a questão do meio ambiente. Ela é uma fonte renovável, tem uma emissão líquida nula. Por que é líquida nula? O que é emitido pela queima, pela combustão é absorvido pela fotossíntese no processo de crescimento da planta. Então o balanço é zero. Aquilo que é emitido é queimado pelo próprio crescimento da planta.

Um fato central que ela é competitiva. Essa é a palavra, acho que mais importante. O País investiu durante muito tempo, e todos pagamos subsídios, etc, para poder chegar ao ponto que nós chegamos hoje. Quer dizer, temos uma fonte que ela é totalmente competitiva. Hoje estima-se, o Marcos pode saber o dado melhor, mas que o barril até 30 dólares o etanol ainda seria competitivo. Esse número pode ser pouquinho mais, pouquinho menos, mas estamos falando, portanto, de um nível de competitividade enorme. Quer dizer, o barril hoje está cem. Mas poderia cair a 30 e é difícil imaginar o barril do petróleo chegando a 30. Então eu diria que a cana ela é competitiva para sempre. Eu digo isso, é difícil imaginar o petróleo no mundo chegando a valor próximo de 30 nos anos futuros. E como foi dito, o aumento da demanda de bens de capital. Por quê? Porque para produzir uma usina você tem questão de caldeiraria, de equipamentos, etc, turbinas que são necessários para poder gerar energia elétrica.

A cana... Existe o mundo da cana. Tem o mundo energético e o mundo não energético. Vamos falar apenas do mundo energético. A cana, bom, vamos primeiro mostrar. A cana produz é claro, açúcar e etanol. Mas tem também o bagaço que pode produzir o combustível que pode gerar eletricidade, ou gerar vapor para o próprio processo do etanol. Agora, é um elemento importante para a ração animal, para papel e celulose ou o bagaço pode gerar etanol através da hidrólise que é o processo de desenvolvimento no mundo. Eu tive no seminário internacional ontem, que a hidrólise está vindo, está em desenvolvimento muito forte nos Estados Unidos e certamente algo para próximos 10 anos estará ocorrendo. A vinhaça que no início no programa era um grande problema, não sei se lembra no início do Proálcool, quando saía nos jornais para cada litro de álcool se produz 12 litros de vinhaça. E esses 12 litros é estocado em tanques. De vez em quando o tanque com pia para ia parar no riacho, aí vinha à mortandade de peixes, aquela catástrofe. E a vinhaça deixou de ser um problema e passou a ser uma solução. Porque ela passou a ser usada como fertilizante, fertilizante muito interessante aonde pode ser usado ou como ração de alto poder protéico ou mesmo como biogás para gerar eletricidade ou rodar veículos. E a palha ela além de servir ficando no solo 50% como fertilizante, ela pode ser usada para gerar eletricidade. Então há eu diria o mundo da cana, o universo da cana é um universo maravilhoso.

Então ali a gente já falou, 1/3, 1/3, 1/3 poder calorífico, mas se for olhar uma tonelada de cana corresponde a mais ou menos 1,2 barris de petróleo. Se aproveitar todo o conteúdo energético da cana. Aí tem uma conta muito interessante. O Brasil produz hoje um

milhão e oitocentos mil barris de petróleo/dia. E é auto-suficiente em petróleo. Em 2010, a produção de cana se equivalerá a dois bilhões de barris/dia de petróleo. Ou seja, nós estaremos o potencial energético da cana equivale ao que nós produzimos de petróleo, off-shore e on-shore. É um número extraordinário. Quer dizer, a gente tem uma produção de petróleo equivalente a petróleo através da agricultura. A bioeletricidade, hoje o parque instalado tem uma série de usinas, cerca de 235 produz bioeletricidade, tem mais... Como eu disse, bioeletricidade não vem apenas do setor de cana. Apesar de ser o principal setor. Mas tem também a parte do setor de papel e celulose, que é a parte do (ininteligível) na área de madeira, na área de biogás, casca de arroz que ainda está começando, e mesmo no setor siderúrgico.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone)

SR. MAURÍCIO TOMALSQUIM: Apenas olhando o conteúdo energético. Pegando o conteúdo energético da cana... Esquecendo a questão energética. Eu pego assim, transforma... Pego uma tonelada de cana e vejo quanto poder calorífico dela, equivalente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone)

SR. MAURÍCIO TOMALSQUIM: E bagaço e palha. E pego o poder calorífico do barril de petróleo. Há uma conversão... Claro que isso daí tem como o senhor disse, tem toda questão tecnológica... Isso claro, é um número só para dar um...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone)

SR. MAURÍCIO TOMALSQUIM: Ali está pegando... Eu peguei. O poder calorífico que tem no suco, o poder no bagaço, o poder calorífico que tem na palha e converteu. É claro que dependendo da tecnologia você vai ter aproveitamento ou outro. É uma conta bastante simples para mostrar em termos de potencial. Claro que não é uma parte disso que é aproveitado. Mas só para dar uma ordem de grandeza que a gente não tem idéia do tamanho que significa em termos energéticos.

Bom, em termos de geração termoeletrica ainda é bastante reduzido dado potencial a participação do bagaço. Hoje, quer dizer, a termoeletricidade o Brasil gera 420 terawatt/hora. Desses 420, 70 terawatt/hora é termoeletricidade. Ou seja, 15%. Isso em 2006. E desses 15%, desses 70, 18 terawatt/hora, 27% é biomassa. Um pedaço é bagaço. É claro que esse número como já foi mostrado pode ser muito maior.

Bom, aí tem algumas projeções dos excedentes exportáveis, é claro que a gente aqui... Eu sou muito conservador. Como foi dito pelo Marcos, e claro que esse número pode ser muito maior. É claro que a gente

tende a ser bastante... Na hora que eu faço os planos nacionais eu tento ser cauteloso ao botar aquilo que eu acho que realmente está entrando, sendo que isso pode aumentar dependendo claro dos programas que venha a ser implantados.

Aqui são as áreas em que... Aí são as áreas aonde estão previstas a expansão da cultura da cana. Então tem um aumento muito grande da produção na região centro-oeste do País. O mapa está invertido. Ele está deitado, tem que virar a cabeça. Mas os pontos têm que... Não sei o que aconteceu com o mapa, ele deitou. Não estava antes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone)

SR. MAURÍCIO TOMALSQUIM: (risos) Vamos adiante. Bom, aqui é uma coisa interessante que é o seguinte. Aquela curva de cima, o amarelo de cima é a capacidade existente de produção de plantas. De industrial no setor sucroalcooleiro. E como ela vai diminuindo que as plantas vão envelhecendo. A azul é a substituição e a de baixo, a amarelo mais ouro é a expansão. São as usinas novas. Então estamos vendo que cada vez mais vai diminuindo tamanho do parque existente, vai aumentando enormemente a proporção de usinas novas. Então tem dois mundos que estão convivendo atualmente. E é isso que é o desafio que a gente tem no momento para entender. Tem o mundo que é o mundo daqueles que estão aqui há muitos anos no setor, em São Paulo, que chegaram há muito tempo e tem um estágio tecnológico que... E estão lutando para o quê? Para fazer um *upgrade* para melhorar, aumentar a pressão da caldeira e entrar... E tem toda uma safra de novos investidores que estão entrando no outro estágio tecnológico.

Então, o grande desafio agora é como tratar esses dois mundos que estão aí. Nós temos um mundo que é o mundo que eu diria em São Paulo, e outro mundo que é o mundo de Mato Grosso do Sul e Goiás. Claro que não é bem assim porque em São Paulo você também tem novos investimentos... Então estou tentando... Claro que está meio caricato, mas a grosso modo é isso. E aqui o desafio é como tratar esses dois mundos que têm situações diferentes. E necessidades diferentes.

Aqui é interessante o potencial. Para cada tonelada de cana, se você usasse as usinas velhas, você produziria... Essa situação atual já não é mais atual. É antiga. 5 a 20 quilowatt/hora de cana. O mais eficiente você produz 40 a 50 quilowatt/hora de cana. Se usar condensação e extração, vai de 100 a 120 quilowatt/hora de cana. Isso se usar a gaseificação que acho que o Silvestrin vai mostrar, vai para 250, 350 quilowatt/hora por tonelada de cana. Então a questão é também essa.

Incentivar os investidores a usarem tecnologias mais eficientes de maneira que você possa gerar cada vez mais energia e menos hectare. Porque qual foi a grande revolução que houve no Brasil? Qual foi o grande... O que aconteceu nos últimos anos? Foi um aumento enorme da produtividade agrícola. E industrial. Você com menos terra consegue produzir mais etanol. Agora o desafio é com menos terra você produzir mais eletricidade. Aqui é mais um potencial, mas já foram mostrados tantos potenciais... Vamos passar adiante.

A regulamentação vigente já dá algumas vantagens à biomassa. Que a possibilidade de comercializar energia elétrica produzida com consumidor cuja demanda seja maior ou igual a 500 quilowatts. Ou seja, você tem um shopping center, ele pode ir lá e comprar a energia direta de uma planta de bioeletricidade, como de uma PCH. Isso é uma vantagem que a lei atual, a legislação atual já dá. Outra vantagem que a legislação atual dá é de redução de 50% no pagamento dos encargos do uso da rede de transmissão e distribuição. Quer dizer, uma grande hidrelétrica ela paga um valor. A bioeletricidade, a PCH paga 50% desse valor. Outra vantagem é que uma hidrelétrica ela tem que ser licitada concessão. A bioeletricidade você não precisa de licitação, é uma autorização. Não é uma concessão. Então tem já a legislação uma série de vantagens.

Existe um grande problema que é a questão muito ligado a Goiás e Mato Grosso do Sul. O que está acontecendo? Está entrando em Goiás e Mato Grosso do Sul uma quantidade, nós vamos ver, enorme de plantas. Mas muito grande mesmo. Uma verdadeira revolução. A palavra revolução pode ser empregada para esses dois Estados. Porém, tem um problema. Para eles venderem a energia elétrica, eles precisam se inter conectar a rede de distribuição. E as distribuidoras nesses dois Estados são distribuidoras que são ou frágeis, ou os Estados têm alta tarifa... Então as distribuidoras não querem fazer investimentos para permitir essa conexão. Os empreendedores, a ÚNICA, a COGEN, veio o Governo e pedindo uma solução. O que nós vamos fazer? Nós vamos tirar esse problema da mão das distribuidoras e nós vamos levar a rede básica, a rede de alta tensão até praticamente a porta da usina. Instalando o que a gente chama que são estações coletoras. Que são... Leva, constrói uma linha de alta tensão, bota uma subestação para baixar a tensão e permite as usinas ligarem lá.

Então, isso aqui é uma foto tirada do Google. Ali estamos vendo várias plantas concretas. Ou que estão planejadas. Então, o que a gente está fazendo? A gente traça um arco, bota uma estação coletora mais ou menos aqui no centro desse arco. E cada usina tem que se ligar, é claro, essa estação coletora. E liga

essa estação coletora à rede básica de transmissão. Essa revista aí vai ser leiloadada e pago por todos os distribuidores do País. Qual é a grande vantagem? Se a distribuidora do Mato Grosso tivesse que construir isso, o consumidor do Mato Grosso teria que pagar toda a instalação do investimento. Ora, o Mato Grosso tem a maior... Uma das maiores tarifas do Brasil. Ela simplesmente não faz. No Piauí o problema é que é muito frágil a distribuidora. Então ela também não faz. Ao fazer isso todos os consumidores do Brasil estão fazendo, estão construindo, estão pagando, e porque é justo porque todos os consumidores do Brasil estão se beneficiando dessa energia, não tem motivo porque o consumidor só de Goiás ou do Mato Grosso tem que arcar com esse ônus. Então é justo que todos os consumidores do Brasil paguem. E nós avaliamos um leilão. Aqui um outro exemplo. Aqui são as usinas lotadas numa região e aqui então a estação coletora.

Bom, então tem dois tipos de ligação. Aqui está a estação coletora. Aqui estão as usinas. A gente chama uma ligação radial. Ou então você tem aqui uma estação coletora, tem uma usina aqui, mas é mais barato essa usina se ligar a essa, se ligar a essa e aí fazer aqui a conexão. Isso aqui tem umas questões que eventualmente essa solução é mais barata, mas é mais complicada de ser implementada. Porque ela demanda vários investidores se entenderem entre si. E esse é um problema que a gente tem que tratar depois.

Então aqui é mais ou menos o nosso planejamento. Aqui as usinas previstas para Mato Grosso do Sul, que estão plotadas, e o que é azul é PCH, e o que é verde é... São as biomassas. Então desses verdinhos tudo aqui é biomassa. Então aqui tem uma estação coletora. Chapadão. Que a gente vai fazer. Aqui outra. Paranaíba. Aqui Inocência, e assim por diante. Casa Verde, Naviraí, Eldorado, Dourados, Maracaju. Então cada uma dessa aqui, tudo isso vai ser licitado, claro, vão ter outros privados que vão construir essa subestação para depois as usinas se conectarem. Aqui são as usinas que concretamente... Para fazer isso o que a gente fez? Falei, olha, eu não posso pegar, construir uma rede de transmissão, licitar e de repente não aparece a usinas. Mas é o problema do ovo e da galinha. Porque o dono da usina fala: Eu por outro lado eu não vou construir a usina se eu não tiver garantia da rede de transmissão. E chega gente e fala: Mas eu não posso construir se eu não tiver garantia da usina. Como a gente tem que resolver esse problema do círculo vicioso, o que tem impedido? Bom, para os investidores assinarem papéis, temos construído que realmente vão estar ofertando aquela biomassa. Porque senão você pega, constrói uma linha, toda a população está pagando aquela linha de repente as usinas não vão

lá, é como se tivesse construindo uma estrada ligando nada a nada, e aí seria prejudicado, mas então começamos a mapear as usinas que estão entrando e aqui a potência que elas podem colocar. Então aqui é Mato Grosso do Sul. Aqui estão... As estações. Então Eldorado, Inocência, Viena... Aqui seriam as estações coletoras e as usinas que estariam ligadas a cada uma das estações coletoras. Vocês viram que é uma quantidade muito grande de usina. E a primeira reação que eu tive eu sabia, isso é concreto ou não? Porque são números tão extraordinários que a gente a primeira hora quer saber o grau de seriedade de cada investidor porque é uma... São realmente números impressionantes. Aqui é Mato Grosso do Sul ainda. A gente está considerando também algumas termoelétricas que já estão querendo trazer gás, uma planta que vai ser implantada na fronteira com a Bolívia eventualmente, então a gente já está planejando trazer o gás. Então nós estamos falando dessas quantidades. Em termos de UTE que são as biomassas, nós estamos falando então no Mato Grosso do Sul de 2010, 1.200 megawatts. Em 2011, 1.600, 2012, 1.900 chegando a 2.500 em 2017. E aqui então Mato Grosso do Sul são as estações com as linhas que vão ser construídas... A linha vermelha são linhas existentes, e a linha preta são as que vão ser licitadas. As subestações, esses pontinhos é o que vai ser licitada também. Aqui em Goiás, então as estações coletoras. Aqui as usinas também que estão entrando em Goiás. Sul de Goiás então a gente tem essa quantidade é menor que no Mato Grosso do Sul. E aqui é na região também sul de Goiás. E aqui a área central de Goiás próximo a Brasília também tem uma grande quantidade de usinas, de plantas. Aqui estão as listas de todas as plantas. A gente tem todas essas usinas plotadas, quer dizer, são usinas que a gente tem todos os dados, a safra, quando é que vai entrar para tentar ver se isso seja algo concreto, não seja uma fantasia. Então tem aqui toda a longitude, latitude, tudo plotado em mapas. Então nós estamos falando no Mato Grosso do Sul e Goiás 8.572 megawatts sendo 1.735 de hidrelétricas, PCH, a 3.700 de biomassa, 330 de pequenas centrais hidrelétricas, eventualmente alguma coisa de gás da Bolívia. Térmica a gás da Bolívia. Tem dois projetos privados que estão conversando com a gente que querem se implantar na fronteira da Bolívia. Um é um grupo brasileiro e outro é um grupo argentino. Quando isso então... Aqui são os prazos todos. Isso poderia então a gente estar lançando o edital em março de 2008 para licitação, a realizar o leilão mais ou menos em junho de 2008. E as linhas estarem entrando em início de janeiro de 2010 ou dezembro de 2009. Então a gente está pensando

o leilão em junho de 2008 para as linhas entrarem em operação em dezembro de 2009.

Bom, no que tem de novidade além disso, só para terminar, é que nós... Antes de voltar. Só para eu explicar. É que nós lançamos justamente o leilão de... Para compra dessa biomassa. Essa bioeletricidade. É um leilão que vai ser um leilão de reserva, porque as distribuidoras já estão contratadas para contratar energia para janeiro de 2010. O leilão vai ocorrer no dia 15 de abril. E os empreendedores têm um prazo até o dia 10 de janeiro para se inscreverem na EPA. A gente tem nesse ínterim uma mesa de negociação aberta com a ÚNICA e com a COGEN para tentar solucionar uma série de fatores relacionados a questões de ICMS, PIS, COFINS, etc, mas como eu tenho certeza que é o tema da palestra do Silvestrin, eu vou deixar ele apresentar e a gente eventualmente fala que estágio estão as negociações. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Agradeceria a competente exposição do Dr. Maurício Tomalsquim, e antes de passar a palavra ao Dr. Roberto, gostaria de registrar aqui a presença do Deputado Arnaldo Jardim, que é um homem que tem dedicado seu esforço, sua competência e inteligência às coisas do setor, homem que tem dado colaboração absolutamente importante e devida para que todo esse processo, todos esses projetos tenham suporte de, digamos assim, legal para que possa acontecer da maneira competente. Muito obrigado pela presença. Passo a palavra ao Dr. Carlos Roberto Silvestrin, Vice-Presidente Executivo da COGEN São Paulo, Associação Paulista de Co-Geração de Energia.

SR. CARLOS ROBERTO SILVESTRIN: Muito obrigado, Senador João Tenório pela oportunidade que nos dá de trocarmos algumas informações sobre esse assunto que está na atualidade que é da co-geração. E também em nome do Senador cumprimento todos os demais membros Parlamentares que estão presentes.

Eu vou abordar um pouco essa questão mais voltada a questão da tecnologia do que está acontecendo. Primeira coisa eu faria um convite a todos os senhores que passassem daqui para frente observar essa faixa com essas informações. Temos a cana, temos a colheita mecânica, temos as caldeiras onde são queimadas a biomassa, tanto a palha quanto o bagaço, temos aqui a central de co-geração e a aqui a central de controle. Essa central aqui vocês estão vendo um pouco apagado aqui, tem uma turbina aqui e tem um gerador aqui. É um ambiente inteiro da central é menor que essa sala você coloca dentro disso 100 megawatts de produção de energia. Então isso é uma figura que nós vamos passar a observar que estávamos muito

acostumados com a monocultura hidrelétrica, então a gente mostrava o rio, a hidrelétrica então agora vou mostrar um pouco disso.

Bom, aqui é da matriz energética nacional, a cana-de-açúcar isso em valor quilocaloria, o barril equivalente a petróleo ela já tem uma participação grande, quer dizer, aqui entra tudo, entra também a questão do etanol, dos combustíveis que é equivalente ao potencial térmico que tem das hidrelétricas. Então já tem uma participação muito importante isso. Aqui tem o cenário, isso foi apresentado recentemente pelo próprio Maurício mostrando que nós temos uma necessidade de uma contratação adicional de energia para 2008. Essa contratação é objeto desse leilão que foi comentado agora, um leilão de reserva de capacidade. Quais são os desafios que nós temos para vencer essas demandas futuras? Nós temos o que eu chamo de desafio do Madeira, o leilão será na próxima semana, do Madeira, mas é um empreendimento que está sendo construído aqui e aqui são algumas projeções de como deverá ser o sistema de transmissão. Nós estamos licitando aqui e depois temos que cuidar de todo esse sistema de transmissão para chegar aos centros de demanda. Aqui outro desafio que todos nós sabemos que é o desafio do gás. Isso aqui é uma fotografia do plano de expansão de gás da PETROBRAS, tudo que está em azul aqui está com previsão de entrada 2009, 2010. Investimento total dessa área aqui da cerca de 18 bilhões de dólares, alguma coisa desse tipo. Esse desafio é o desafio da logística e a produção do gás nacional. E o próximo. O próximo é o grande desafio do GNL que tem-se ouvido falar, a foto não está muito clara, mas aqui é um navio que está trazendo o gás natural na forma líquida e isso foi uma oportunidade identificada de como abastecer a necessidade do equilíbrio, oferta e demanda, a previsão que está sendo colocada pela PETROBRAS a partir de 2009, mas nós sabemos que esse mercado é muito competitivo, a capacidade de liquefação é inferior à capacidade de regaseificação. Talvez a capacidade de regaseificação seja cinco vezes maior do que a de liquefação. Além das questões energéticas, preço, sistema desse mercado é mercado spot, nós temos uma questão de logística para ser resolvida para garantir um abastecimento firme dele.

Bom, então aí está a famosa figura que a gente tem citado, eu o Mário Veiga nós fizemos isso daí. Quer dizer, nós estamos com a geração centralizada dos grandes projetos nós temos essa figura. Os ovos de avestruz. E hoje há uma grande janela de oportunidade para a geração distribuída. Onde aparece a co-geração seja a gás e principalmente a co-geração com bagaço de cana, com a biomassa que é aquilo

que vai ser disseminado. Só que disseminado de uma forma algumas em algumas regiões como já foi visto aqui Mato Grosso do Sul, Goiás e também Minas e São Paulo.

Bom, então nós temos que nos acostumar também com essa nova matriz. Nós sempre falamos matriz energética, matriz elétrica, agora nós temos a agro-energia. Isso é um paradigma novo que nós estamos apresentando, onde nós temos de um lado as questões aqui que são da nossa natureza, as questões da tecnologia e do conhecimento e das políticas públicas. Tudo isso aqui vem dar o que nós chamamos de agroenergia. Eu fiz esse quadro para poder entender tudo que acontece em termos da bioeletricidade, da co-geração uma forma um pouquinho diferente de abordar aquilo que o Maurício já apresentou. Todos esses... Por exemplo, arroz. Eu tiro a parte do alimento e sobra a parte de resíduo. A casca do arroz. Assim como também do lixo que sobram resíduos lá acaba indo para a produção do biogás. E a cana-de-açúcar e cada uma delas. E notem que todas elas têm uma parte residual que acaba levando para uma central de co-geração onde nós produzimos a bioeletricidade para uso interno e a exportação, a energia térmica, principalmente no caso de vapor, no caso da usina tanto de etanol quanto de açúcar, e além disso liberamos o CO2 que também é outro produto que começa a ser interessante. Então há uma grande possibilidade de produção dessa energia porque ela tem diversas fontes primárias de energia. Até das florestas. E também se pode combinar, por exemplo, cavaco aqui a floresta esses resíduos de floresta com a própria cana onde se está fazendo plantio de cana numa área contínua onde se tem terras fracas ou declives, terreno que não tem condição de mecanização, se pode fazer o plantio de eucalipto lá, por exemplo, e esse eucalipto através de um esquema de cultivo ele ser cortado, transformado em chip e queimar na própria caldeira da usina e com isso você consegue analisar a produção. Você vence o período da entressafra. Essas considerações todas são possíveis porque nós passamos a considerar isso como um novo paradigma.

Bom, aí vem então aquilo que já foi falado da nossa cana que está em valor energético, as três partes, e aí o que é esse conceito da co-geração que às vezes um pouco difícil de explicar. É a geração simultânea de energia térmica e mecânica a partir de uma mesma fonte de energia. Por isso que chama co-geração. O que nós fazemos com a energia mecânica? É um trabalho que ela realiza, numa moenda, por exemplo, na moagem da cana ou ela é totalmente transformada em eletricidade através de um gerador que vai direto para o sistema, para a rede para exportação. A

energia térmica é o vapor que é utilizado como fonte de calor, no caso da usina de açúcar para o processo de produção.

Então, eu permito essa melhor combinação. Aqui vem as tecnologias que você consegue otimizar esse processo dessa combinação da produção simultânea.

Bom, aqui tem uma ilustração bastante simples do que é uma central produtora de etanol e de açúcar, onde nós estamos entrando com a cana aqui, ela é processada numa fase, vem para as moendas, essas moendas hoje são todas eletrificados os novos projetos, antigamente se utilizava aqui nas moendas turbinas de baixa pressão, de baixíssima eficiência porque a tecnologia o conceito tecnológico da época era bagaço que não sobra e que não falte. Eu tenho que consumir porque na próxima safra eu vou ter novamente.

Bom, então aqui está acoplado a ilha de energia que aqui o bagaço, a caldeira, a turbina, o gerador e aqui o transformador. Essa aqui onde nós estamos tirando então a bioeletricidade. Da outra parte vai sair o etanol e o açúcar. Então este produto novo que nós estamos chamando ele pelo conteúdo energético que tem na cana, ele caminha aí para o ciclo de 2010, 2011, possivelmente para ser a segunda unidade de negócio dessa indústria. A primeira unidade de negócio seria o etanol, a segunda energia e a terceira o açúcar.

Aqui o Marcos já mostrou essa apresentação, mas é o destaque que ele está muito concentrado em regiões principalmente nesses pontos que estamos marcando aqui. Tanto o caso de São Paulo, Minas, Mato Grosso do Sul e Goiás. E a gente pensa assim, bom, por que é que não se expande tudo isso? Tem uma questão de logística associada tanto escoamento de produção quanto também de disponibilização disso, de colocar isso na rede, etc e tal. Mas é importante destacar que além de São Paulo, nós vamos ter um crescimento muito grande em Minas Gerais, essa é uma projeção Minas passar de um patamar de 29 para 79 milhões de toneladas em 2012, equivalendo a toda a produção do nordeste e norte, outro Estado que cresce muito é Mato Grosso do Sul, nós vamos para 59 enquanto Mato Grosso do Sul 12, e Goiás vão para 57 contra uma produção de 16. Então é exatamente aquele mapa que mostrou o Tomalsquim que nós estamos vendo que tem essa concentração. Como nós vamos fazer um trabalho de aproveitamento disso?

Bom, aí tem o grande fator que quero pegar aqui nessa região centro-sul, essa produção ela está toda ela definida por uma questão do ciclo de produção da cana, quer dizer, no período de chuva eu estou... A cana está crescendo, eu não estou fazendo a colheita, e no período hidrologicamente mais seco é onde nós

estamos processando a cana, portanto, eu tenho oferta de energia. Veja que complementaridade interessante. A média, o custo marginal de operação nesse período de chuva ele tem um valor médio inferior a do período seco. Porque aqui eu tenho que adicionar a geração termoeletrica.

Então, há uma sinergia completa disso daqui. Então essa energia entrando aqui agrega valor ao sistema. Agora, com a utilização da palha, o que vai acontecer? Possivelmente serão antecipados alguns meses, tem algumas usinas que já estão com plano para o ano que vem de trabalhar nove meses antecipando um mês utilizando parte de palha e também alguma coisa no final. Ou seja, com a energia elétrica virando unidade de negócio, esta curva de produção que hoje está muito definida alguns de abril até final de outubro, mas basicamente de maio a novembro ela tende-se a alargar e com isso ofertar mais ainda o sistema e facilitando ainda mais essa integração. Isso é um processo que foi iniciado e agora ele começa a entrar dentro de uma visão empresarial de gestão.

Aqui nós temos já os resultados dos leilões quer dizer desde o primeiro leilão de energia nova, teve participação, o que nós figuramos aqui que tem sempre um grande número de empreendimentos que são cadastrados, aí depois nós temos uma questão de habilitação, e o que frustra muita gente é mostrar que os resultados têm sido inferior aquilo que se espera. Eu vou mostrar que um dos principais motivos é a questão do licenciamento, vou comentar o que nós estamos fazendo, tem também uma questão de metodologia que o Maurício Tomalsquim conhece bem isso, que tem desmotivado alguns empreendedores, mas os três pontos críticos aqui seria o licenciamento ambiental, a conexão elétrica, principalmente pela indisponibilidade de sistema, e uma questão de documentação que às vezes o prazo é apertado para obter determinada certidão, porque o leilão, por exemplo, ele está marcado, 15 de abril, ele tem que entregar a documentação 10 de janeiro. Nem sempre todos os empreendedores estão com essa documentação atualizada e ao solicitar uma certidão, seja na Prefeitura, seja da ANEEL, seja de licenciamento, obter naquela data publicada no Diário Oficial naquela data é uma coisa que pode escorregar. O próximo mostra um pouco esse detalhe.

Aqui tens um conjunto total dos que foram cadastrados para todos esses leilões, alguns repetiram, participaram de vários leilões, então esse número aqui ele é grande por isso, e aqui os que não foram habilitados. 51% não foram por essa questão do licenciamento ambiental. Por quê? Porque a legislação exige uma licença prévia da central de co-geração que vai ser jogada ao sistema. E aqui o problema de conexão

e alguns que por uma questão de preço que está estritamente relacionado à questão do retrofit. Que são os projetos que tem custo maior de implementação que todo o retorno do investimento tem que ser retirado em cima da energia. No caso da usina nova uma parte é retirada em cima do etanol, em cima do açúcar então aqueles dois mundos que foi bem observado pelo Maurício Tomalsquim. Todo mundo diz que ele já faz parte do livro verde da bioeletricidade porque há uma necessidade de entender o setor elétrico entender como opera o setor da cana-de-açúcar como a indústria de cana-de-açúcar entender como opera o setor elétrico. É um aprendizado que é constante.

Eu tenho algumas novidades aqui, depois vou comentar para o leilão, já avançamos bastante essa questão para resolver esses dois problemas aqui.

Bom, o primeiro problema da conexão já foi abordado pelo Maurício, as usinas vão entrar em tensão de 138 e vão ser levado por uma subestação que vai elevar de 138 para 230, e depois de 230 para 500 KV. Isto é a rede básica hoje definida até 230. Ela é uma definição por tensão e nós estamos trabalhando com esse conceito que foi muito bem desenvolvido aqui pela EPE, das subestações coletora onde vamos estar adicionando um ingrediente novo, trabalhando por função. Muitas linhas de 138 terão função de transmissão muito mais acentuado do que de plenamente só de distribuição. A regulação hoje está assim, 230 KV para cima é transmissão. 138 para baixo é distribuição. Essa definição por função pode operar bem numa região desenvolvida. Tipo região metropolitana de São Paulo. Mas numa área de greenfield certamente isso não opera bem. Então vamos lá.

O que foi feito para isso nesse trabalho de cooperação que foi montado com a EPE, a ÚNICA, COGEN, o próprio ANS, a ANEEL e o Ministério? Nós cadastramos todos aqueles empreendimentos que o Maurício Tomalsquim mostrou num sistema que a gente chama de data conecte onde nós temos todo o cadastro do plano de desenvolvimento daquele empreendimento até 2015 com todo o detalhamento de informações de moagem, de energia para canteiro, de energia para despacho, para o star tap da usina, etc e tal. E também um acordo que fizemos com o Google, nós operamos base do Google. Então vamos ter condição de acompanhar o envolvimento daquele projeto pelo Google. On-line. Desde que tenha atualização. O Google não tem atualização on-line, mas tem praticamente uma atualização anual dos mapas aqui do Brasil. Foi assinado um acordo agora recentemente com a Maplink aqui do Brasil que deve acelerar um pouco isso.

Então, as usinas vieram todas para uma base georeferenciada. De todo o plano decenal existente que é

feito pela EPE também nós temos o que está previsto a ser colocado de linhas e sistema. Aí nós pegamos da base de dados que a ELETROBRÁS utiliza para a valorização desse circuito foi criado um sistema que define um gráfico de planejamento dentro de um modelo que foi colocado aqui de otimização.

Então, essas informações entrando no sistema, aí tem uma lógica matemática, é um modelo matemático que leva então a localização e ao agrupamento dessas usinas e esse trabalho tem sido feito interativo com a EPE, já tivemos várias reuniões, e inclusive uma novidade. Amanhã tem uma reunião técnica da equipe da EPE, da equipe da ANEEL, da equipe que está nos apoiando isso para uma redefinição final e a gente traçar uma rede de referência pra isso já para fazer cálculo da tarifa nodal de acesso dentro desse conceito que o Maurício falou que essas linhas de 138 vão ser parte de um leilão de sistema de transmissão. Então com isso cada usina terá a sua tarifa de acesso. Ou seja, o sistema será implantado pelo condomínio da rede básica e quem for utilizar o sistema paga a tarifa de uso do sistema como é a regra que tem hoje.

Esse aqui é aquele conceito das subestações coletoras. Eu tenho... é o que nós chamamos o verdadeiro pé de galinha. Eu tenho as usinas, cada uma com sua localização e o sistema localiza um centróide daquele polígono, daquela figura. Isso em função dessas cargas ele localiza esse ponto. Aí você pode fazer uma série de simulações matemáticas disso, econômica, tipo de circuito, o circuito simples, circuito duplo, dimensionamento do circuito. Então eu chego a conclusão, por exemplo, que esse sistema não era... Ou melhor, eu posso pedir para o sistema, ele roda uma outra opção, ele redistribui essa daqui no outro, e vai partindo para um processo de otimização. Para se ter uma idéia, a rodada de todas as simulações que são feitas para o sistema dos dois Estados, Mato Grosso do Sul e Goiás, ele dá umas quatro ou cinco horas de computação se for rodar tudo isso. Por que isso é necessário? Porque toda essa carga que vai entrar de oferta, eu pego, por exemplo, o Estado do Mato Grosso do Sul. Toda a carga do Estado hoje é 600 megawatts. O que vai ser injetado por essas energias de biomassa vai ser 1.700 megawatt. Então naquele Estado não tem como absorver essa energia. Essa energia vai fluir pelo sistema para procurar o centro de gravidade. O centro de gravidade dessas duas vai acabar vindo para o sistema de São Paulo, os 2.000 megawatt vão acabar vindo para um sistema que toda a energia funciona assim. Eu jogo, é uma rede interligada. É como se eu tivesse esse teto aqui, a rede básica e todos nós jogamos para essa rede de distribuição.

Então isso dá aquela configuração que você chega naquilo que já foi mostrado que essa usina vai conectar nessas coletoras e aí vem todo esse procedimento de adicionar os ajustes da regulação para que isso passe a existir. No caso de São Paulo, nós vamos ter uma particularidade. Hoje isso aqui é uma configuração do Estado de São Paulo. Toda a geração que é feito pela produção no Estado de São Paulo e toda a importação de energia. Ela está mais ou menos equilibrada em 50%. Se não for feito nada do aproveitamento dessa biomassa, dessa geração distribuída em São Paulo, em 2015 nós vamos estar com 65% da energia importada de outras regiões. E vejam o que acontece. Por exemplo, toda a produção da CESPE, isso aqui é mensal, esse dado, aqui é de julho, está em gigawatt/hora, toda a produção da CESPE praticamente é destinada a atender o mercado da ELETROPAULO.

Então, aqui são todas as distribuidoras, inclusive aqui está o mercado livre que também está colocado aqui, ou seja, esse é o fluxo da energia. Mostrando que nós temos que fazer um excelente trabalho para buscar esse aproveitamento dessa biomassa. Aqui eu estou reproduzindo de novo aquela lista de Goiás, o Mato Grosso foi passado, aqui do Mato Grosso do Sul, aqui de São Paulo. O que eu quero caracterizar de São Paulo com relação aquilo? Como já foi mostrado, vamos pegar essas três usinas aqui, São Martinhos, Santa Eliza e Vale do Rosário, elas estão na mesma região de Ribeirão Preto, estão ligadas ao sistema pelo mesmo barramento de 440 KV de uma subestação que tem de transmissão. Somando a potência instalada que eles têm hoje a maior parte de operação interna, eu tenho mais ou menos 170 megawatt. Se eu for para um sistema de otimização só a energia que eu vou exportar utilizando caldeiras como está sendo adquirido agora de 100 bar, eu vou para um patamar de 530 megawatt. Ou seja, eu tenho que refazer o sistema de transmissão pelo volume de energia que está sendo injetado. Esse trabalho já foi iniciado, tem um trabalho que está conjunto da EPE, com a Secretaria de Energia de São Paulo, nós estamos levantando todo o detalhamento similar ao que foi feito para Goiás e Mato Grosso para todas as usinas de São Paulo. As 150 usinas em São Paulo possivelmente até o final, lá para o dia 20 de dezembro agora nós já vamos ter essas informações para fazer esse processamento.

Bom, aí o que vai acontecer em São Paulo? Nós vamos substituir essa tecnologia do bagaço que não sobre e que não falte, que era pegar a cana, pôr fogo, queimar, e depois fazer o corte manual, as caldeiras de baixa eficiência, e agora com esse protocolo assinado, que não são mais 96, são 126 já, 127, nós vamos eliminar caldeiras desse tipo aqui que ainda está sendo

utilizada. São totalmente ineficientes. Então que eu falo que nós vamos transformar a fuligem e fumaça em luz. Aí vem então todo o procedimento. Quer dizer, aqui é também um esquema ilustrativo do sistema, a cana está entrando aqui, vem o bagaço, vem para caldeira, os circuitos de vapor, sai para o a produção de etanol, para o açúcar e sai energia para rede. Esta unidade aqui que até então era só de infra-estrutura para todo o processo industrial agora passa a ser uma unidade de negócio nova e totalmente...

Aí começa a entrar as tecnologias então. Então aqui tem alguns indicadores. Eficiência de caldeira, hoje está sendo trabalhado com eficiência de 88 para 90%, e nós estávamos trabalhando muito nisso daqui. A mesma quantidade de biomassa para produzir um quilowatt/hora gastando em torno de 12 quilos de vapor. Se vamos trabalhar com caldeira de 100 bar para produzir o mesmo quilowatt/hora eu vou estar no patamar de quatro quilos de vapor com a mesma biomassa, eu tenho um ganho de eficiência aqui de 180% mais ou menos.

Aqui são os outros detalhamentos de processos, aqui começa também outro detalhe que é a eficiência das turbinas. Normalmente se trabalha com turbina com eficiência entre 84, por aí. Agora essa nova geração de turbina já está ganhando a eficiência passando para 85, 86. E aqui existe uma relação, não adianta eu caminhar para uma caldeira de 100 bar se eu tenho uma turbina ineficiente. Aqui é um balanço térmico que tem que ser feito e isso que está sendo produzido agora, para ter todo esses indicador de eficiência. Essa é uma rota que foi iniciada desde que a energia elétrica, a bioeletricidade passou a ser um ente de negócio dentro do setor. Aqui vem um detalhamento só de uma coisa que se iniciou com os leilões, os primeiros leilões. Todas as usinas passaram a utilizar as moendas eletrificadas. Quais são as vantagens de utilizar a moenda eletrificada? É uma lista de vantagem aqui, toque mecânico constante, rotação dos dois sentidos, variação, quer dizer, iniciamos um processo de automação no processo de produção do etanol, no processo de produção do açúcar e também da bioeletricidade. Isso é exemplo do que pode ser feito em termos de viabilização, de tecnologia desse processo.

Aqui tem também... Que rota? Qual é a busca de maior eficiência que vamos ter nesse setor? Eu falei do balanço térmico. Na rota de trabalhar com turbinas mais eficiente, eu vou ter mais bioeletricidade para vender, e tendo mais bioeletricidade eu tenho mais CO2 para trabalhar. Na rota de manuseio e queima da palha que é o grande desafio em função desse protocolo de eliminação do uso do fogo na colheita, o que vai acontecer? Eu não preciso da palha nem da ponta

para a produção de energia para autoconsumo. Toda a produção de energia será destinado a mais oferta de bioeletricidade e conseqüentemente mais CO₂. O CO₂ sai de uma relação de megawatt/hora produzido, aí tem sim uma tonelada de CO₂ seqüestrado, ou seja, na hora que eu vendo a eletricidade eu tenho também a possibilidade de vender esses créditos de carbono. A tecnologia e procedimento da vinhaça. Também é uma outra novidade. O que vai resultar? Vai resultar no biogás e fertilizante. O biogás vou retirar a bioeletricidade e CO₂. Chile por absorção. A medida que as usinas estão avançando em regiões mais quentes e como a fermentação é um processo a temperatura ambiente, eu tenho uma perda de eficiência. Eu tenho uma perda que pode chegar a sete graus gale sacker(F). Gale sacker(F) é aquele que a gente vê no rótulo do vinho lá. Eu posso chegar nisso para 13, 14% da eficiência praticamente dobrando quando eu baixo um grau de temperatura do vinho de fermentação. Isso se faz com o chile que é uma máquina muito popularmente falando, é uma geladeira invertida, onde eu entro com algum resíduo térmico da usina e obtenho o frio do outro lado, eu baixando isso eu tenho um ganho de eficiência de 40%. Se eu tenho um ganho de eficiência de 40% eu tenho 40% menos de água, portanto, menos de vinhaça. E essa água eu posso utilizar na irrigação que muitas dessas áreas em função de condições de clima eu preciso de água na rebrota para cana para irrigação. Então são processos de otimização que estão vindo.

Aqui também está iniciando todo um processo novo de tecnologia do vapor de processo, que vem dar mais etanol, mais açúcar, etc. Da mesma forma. E finalmente vem a questão da utilização do bagaço da palha em processo de gaseificação. Esse processo é uma novidade e aqui queria até fazer um desafio para a EPE para a gente fazer um piloto disso. Um piloto industrial. Não piloto de laboratório. Porque eu posso partir de mais ou menos 200 quilowatt/hora aproveitando a palha e o bagaço hoje, num processo de gaseificação e chegar a 360, 380 quilowatt/hora. Por tonelada de cana. Ou seja, eu consigo praticamente dobrar a capacidade de produção de energia elétrica com a mesma biomassa. Isso eu aprendi nos livros do Tomalsquim. (risos) Ele está aqui para não deixar eu mentir. Então essa é uma rota que temos a perseguir porque nós introduzimos a bioeletricidade como item de negócio desse setor e como uma energia que o setor precisa, uma energia renovável limpa segura, com todos aqueles fatores de vantagem já colocado.

Bom, aqui eu posso fazer simulações mostrando... que de produção... Isso aqui é uma questão só de demonstrar a aplicação disso, da tecnologia de hoje

com caldeira atual que sobra excedente e esse excedente ele varia de 60 a 70% do total da bioeletricidade produzida ele pode ser exportado. Dependendo de maior ou menor utilização conforme o processo. Se é um processo só de etanol, eu gasto menos vapor, tenho mais bioeletricidade para vender. Se é processo que tem açúcar, eu processo de vapor para produção de açúcar, tenho menos eletricidade, se tem refino de açúcar junto, enfim, isso varia de processo para processo. Essa é a fotografia que nós estamos querendo. A cana, o corte manual, algumas usinas no seu transporte interno já estão usando o hepta caminhão. É um caminhão de 105 metros de comprimento, o motor Volvo de 520 cavalos, não pode trafegar nas estradas evidentemente, mas é um processo de otimização de logística. A palha recolhida pode ser no processo como esse, de enfardamento, aqui vocês notem uma parreira de fardos, aqui se tem um carro para ter uma idéia da dimensão, aqui a produção do bagaço, esse bagaço que está correndo aqui é excedente da utilização do processo, tem um trator para fazer...

Esse já é uma caldeira de alta eficiência. Uma caldeira de 92 bar. Aqui vocês estão vendo, esse branquinho aqui, é um ser humano que está aqui do lado. Ela tem 40 metros de altura, 75m, 80m de comprimento. Você gasta, você ocupa mais ou menos 200, 250 pessoas para instalar uma caldeira dessa numa usina. 18 meses. Isso aqui custa de 15 a 20 milhões de dólares uma caldeira dessa. Aqui a central como eu falei. Isso aqui é uma máquina de 40 megawatt, um gerador de 40 megawatt controlado eletronicamente. Aqui vem então alguns fatores que nós falamos. Conexão elétrica já foi comentado, já está na reta final do processo de ajuste regulatório, para que isso possa ser resolvido essa questão. Nós só temos uma pendência, Tomalsquim que o parecer de acesso vai ter que ser dado pela EPE porque a distribuidora não tem condições de dar isso, porque ela não tem o sistema. Isso é um item que precisamos estar na nossa regulamentação do leilão. A habilitação. Aqui é aquela questão do licenciamento. O que foi feito? Alguns Estados como Mato Grosso do Sul já mudou toda a legislação. Ao dar a licença para um projeto novo, ele já dá a licença para implantação da usina, da produção do etanol e toda a co-geração associada. Uma vez só. Nos Estados como São Paulo, acabamos de acertar ontem, Tomalsquim, um procedimento que resolvemos o problema. Cada usina vai fazer uma solicitação, vai preencher um documento que tem 17 páginas, mas é um questionário eletrônico, que chama memorial de caracterização do empreendimento, mais uma certidão de uso do solo emitida pela Prefeitura, que é fácil de obter, e mais um pequeno layout do que é aquele empreendimento e

então a Secretaria vai dar uma LP num prazo recorde de 30 a 45 dias. Esse prazo nós estamos trabalhando para que coincida com aquela prerrogativa do leilão até 30 de março. Então, isso foi equacionado. Também estamos equacionando com a ANEEL que vai nos dar mediante um ofício e uma ficha do empreendimento, dar, vamos dizer, uma declaração, publicar no Diário Oficial para que ele possa participar do leilão. Aqui a questão do SEC, que é a questão daquele valor agregado, é um procedimento regulatório que sempre vai ser uma demanda nossa com o Tomalsquim, eu não vou abrir mão dela. (risos) E isto vem buscar tudo que nós estamos falando equilíbrio de remuneração ao setor elétrico e a indústria da cana que todo mundo quer trabalhar com isso. Tendo algumas prerrogativas, por exemplo, da usina nova, eu não posso instalar meia caldeira, tem que instalar ela inteira, tem o problema de fluxo de caixa. É um assunto que temos conversado. Associado a isso vem a questão de pesquisa e desenvolvimento agrícola industrial que também é outro processo em evolução. E finalmente a questão de financiamento e tributos está sendo examinado aí a possibilidade do BNDES dar um diferencial de financiamento, premiando a eficiência. Ou seja, quanto mais eficiente for o processo ele teria uma lógica de custo desse financiamento. O financiamento que deve ser por 14 anos de amortização, através da linha de project fines(F) que vem dar bastante visibilidade para rápida implementação e na questão de tributos o que está sendo trabalhado é a desoneração dos tributos federais, não só do que já pode ser incluído no rating, mas também do PIS, COFINS sobre as tarifas de energia, e em contrapartida nos Estados a questão do ICMS. Se tudo isso acontecer, nós vamos buscar exatamente isso que está querendo aqui. O equilíbrio de remuneração que é necessário para a indústria da cana-de-açúcar em relação com aquilo que pode ser pago, que pode ser feito pelo setor elétrico a exemplo de projetos como Madeira, etc, que se buscou uma equação de equilíbrio nessa mesma linha daí. Basicamente é essa linha de trabalho que está sendo colocada, enxergando um horizonte 2008, 10 e 11. Aqui tem uma dúvida que depois vamos conversar que o leilão vai ser de reserva de capacidade, leilão que vai ser regulado por um Decreto. Aqui está falando 2010, mas tem gente já perguntando. Vou ter entrega começando 2010, vou ter um adicional 2011, 12, como é que eu resolvo isso? Já posso ofertar isso como reserva de capacidade que é a famosa escadinha que temos comentado aí.

Bom, o próximo. Aqui tem uma lista de todas essas providências e quais as responsabilidades que estão sendo trabalhadas. A ÚNICA e a COGEN está

envolvendo todos esses agentes, eles vão desde os agentes que está... regulação, ambiente regulatório do poder concedente como também os próprios agentes operadores. As distribuidoras, as transmissoras, todo mundo está sendo envolvido e cada uma com o foco de curto e médio prazo e o resultado esperado para que isso realmente se transforme num fator de fomento dessa energia para o mercado. Envolvendo as questões tecnológicas, as questões regulatórias, as questões econômicas, as questões institucionais.

Bom, aqui só para mostrar, esse é o grupo que compõe a COGEN, eu tenho que fazer esse marketing porque eu represento uma associação, mostrando que tem um grupo aqui de empresa e todo segmento que está interessado no desenvolvimento da indústria da co-geração no Brasil. E acho que esse é tema forte. Estamos criando uma indústria da co-geração que vai produzir a bioeletricidade, produzir a co-geração a gás, assim por diante. É isso. Muito obrigado aos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Muito obrigado, Dr. Carlos Silvestrin. Abriremos aos Srs. Senadores a palavra para o esclarecimento de alguma dúvida que por acaso permaneça.

Bom, eu gostaria só de fazer uma colocação então, que é o seguinte. Claro que isso vai depender muito da posição de mercado em cada momento, cada instante. Mas dentro de uma futurologia possível, digamos assim, o que é que os senhores entendem como mais provável? Seria a utilização dessa sobra de bagaço potencialmente possível para a co-geração ou seria mais adequado para pensar nela como matéria-prima para uma... A produção adicional de álcool via digamos assim, a questão da celulose. A questão da celulose. Transformação da celulose retirada da lignina, transformação da celulose em álcool. Qual seria o caminho dentro de uma futurologia possível. Sei que vai depender de mercado de energia versus mercado de combustíveis líquido em cada momento, mas dentro de uma avaliação possível qual é a visão que os senhores teriam dessa perspectiva?

SR. MARCOS SAWAYA JANK: Olha, Senador, acho que essa pergunta é aquela que os americanos chamam de *one million dollar question*, quer dizer, pergunta um milhão de dólares. A impressão que eu tenho... eu mesmo quando entrei na ÚNICA eu subestimava a importância da bioeletricidade. Estou absolutamente convencido de que nos próximos dez anos nós vamos usar bagaço e palha para fazer eletricidade. É muito interessante a gente perceber essa perspectiva da gaseificação. Porque nós podemos ter não uma Itaipu, mas duas Itaipus se a gente conseguir avançar nessa tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. MARCOS SAWAYA JANK: Depois o próprio Maurício pudesse falar sobre essa questão da gaseificação. Agora ainda sobre a questão da hidrólise versus eletricidade, ou seja, vamos fazer etanol ou vamos fazer eletricidade, acho que primeiro a gente tem que esclarecer que mesmo que façamos etanol, nós vamos usar a lignina para fazer a eletricidade. Quer dizer, não vamos deixar de utilizar uma parte do bagaço da palha para fazer eletricidade. Mas sobre a questão de fazer etanol ou não, eu estou relativamente convencido que o problema da segunda geração de etanol não é um problema brasileiro. É um problema muito mais americano e europeu. Porque o que acontece é que a Europa e Estados Unidos resolveram adotar programas extremamente ambiciosos de adoção de biocombustíveis em muito pouco tempo. Você veja que energy bioamericana que está em votação no Congresso a semana que vem e deve ir a votação, fala em 36 bilhões de galões em 2022. O que significa 140 bilhões de litros de álcool. O Brasil esse ano vai ter uma safra recorde de 20 bilhões de litros de álcool. Os americanos estarão produzindo sete vezes o que Brasil produz hoje daqui a 15 anos. Pouco mais de 15 anos.

Então, para eles chegarem nesses 140 bilhões de litros, nós gostaríamos que eles fizessem isso com uma visão tão aberta quanto eles têm em petróleo. Quer dizer, o petróleo hoje é basicamente importado. Mas a gente sabe que há nos Estados Unidos uma pressão por segurança energética e que eles querem fazer isso com matéria-prima doméstica. E eles sabem que não podem ir muito longe com o milho. Desses 140 bilhões de litros de álcool previstos para 2022, eles conseguirão usar milho para no máximo 50 bilhões de litros de álcool. Essa é a estimativa deles. Não passará de 50 bilhões de litros. Então de onde vai vir o resto? Nós esperamos que uma parte seja de importação. Mas até agora esse mercado não se constituiu. Eu gostaria de falar isso com toda clareza. Não existe hoje mercado mundial de etanol consolidado. O que existe é um mercado volátil, é um mercado de curto prazo, spot, nós estamos exportando menos de 20% do que nós produzimos, o que tem puxado o etanol aqui no Brasil é o consumo interno nos carros flex. Essa é a grande revolução brasileira. O mercado mundial não existe porque ainda existem elevadíssimas proteções. Então os americanos estão investindo pesadamente na segunda geração. Ou seja, fazer etanol de biomassa. Biomassa... pastos, restos de madeira, restos de culturas de milho e outras... Eles estão nessa rota. Nós aqui iremos para etanol de celulose se houver mercado. Mas nesse momento esse mercado não existe.

Porque nós já temos hoje na primeira geração oferta suficiente para o crescimento no mercado doméstico brasileiro.

Então, a pergunta sua, a resposta é a seguinte. Quer dizer, se o mercado mundial de álcool se consolidar nesses próximos anos pela abertura da possibilidade de exportar para Estados Unidos, Europa e Ásia, por exemplo, nós vamos ter que entrar na rota de fazer etanol de celulose de segunda geração utilizando a biomassa da cana. Se o mercado de álcool não se consolidar, o uso certamente será a eletricidade. E em qualquer caso o que o Silvestrin disse é verdade. Quer dizer, eletricidade e álcool são os dois produtos dinâmicos do setor. Mais do que açúcar.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Pois não.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Concedida.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador João Tenório, ilustres convidados, nós temos a certeza de que a política atualmente adotada da produção do álcool principalmente para atender a indústria automobilística é um contrato com certeza de um retorno lucrativo para todas as empresas do setor de produção de álcool. E agora com a crise do gás, onde o próprio Governo reconhece da impossibilidade através da PETROBRAS de atender a demanda de gás com a mesma finalidade, ou seja, atender aos automóveis, aos táxis, etc, mais ainda cresce a importância do álcool no contexto da nossa economia.

Por outro lado, com a divulgação massiva do nosso campo de Tupi, em São Paulo, mais de perto, na Bacia de Santos, abre-se uma perspectiva futura de produção de óleo e gás. Significando dizer que se os trabalhos de prospecção e de produção evoluírem, aí nós teremos internamente um concorrente à produção do álcool. A pergunta que eu faço é que fazendo-se uma perspectiva, uma análise do futuro da produção de álcool e gás com as novas descobertas que estão acontecendo nos combustíveis fósseis, eu gostaria de saber se isso pode interferir no futuro na inversão de prioridades. Pode acontecer em função dos interesses econômicos e financeiros.

Outra pergunta que eu gostaria de fazer, esta diretamente ao Dr. Maurício, é a seguinte. Nós sabemos da importância que tem a EMBRAPA na realização, na execução de tarefas direcionadas à melhoria da qualidade de nossos produtos na agricultura. Ou seja, no

desenvolvimento de uma tecnologia que aumente a produtividade agrícola. Isso tem acontecido em relação ao milho, à mandioca lá no nordeste... Ao feijão... Eu gostaria de saber se há uma integração perfeita entre a iniciativa privada e o Poder Público através da EMBRAPA, no intuito de um maior progresso no desenvolvimento tecnológico no campo. Notadamente quanto à produtividade nas áreas que cultivam a cana. Porque se houver uma maior produtividade, conseqüentemente o álcool ficará mais barato, a eletricidade ficará mais barata com o aproveitamento do bagaço da cana, enfim, gostaria de saber se há uma integração ou se há necessidade de uma maior integração, um maior entendimento entre o Poder Público e a iniciativa privada, vamos dizer, o Governo direcionando mais investimento para a EMBRAPA para fortalecê-la e estimular a produção de pesquisas voltadas para a produção de um álcool mais barato. É a minha participação, Sr. Presidente.

Infelizmente eu estava na Comissão de Orçamento e não pude assistir a todos os palestrantes. Esta é a razão porque cheguei tarde. Mas, a tempo de poder prestigiar o meu grande Presidente, Senador João Tenório, um homem, e todos os convidados, um homem inteiramente voltado para progresso da nossa agricultura.

SR. MAURÍCIO TOMALSQUIM: Obrigado pela pergunta. Veja bem, a questão de Tupi. Realmente tem uma importância enorme para o Brasil. Não só Tupi, mas a própria província petrolífera do pré-sal. Tupi ela aumenta a nossa reserva em 50%. A província que... Do pré-sal onde Tupi está inserida, multiplica em alguma vez o valor da reserva. Pode multiplicar. A gente fala pode porque não se sabe exatamente o que é.

Então, realmente o Brasil pode passar para um outro patamar dentro do contexto petrolífero internacional. Não tenho dúvida. Agora, eu acho que isso não atingirá a questão do etanol. Vou explicar porquê. Historicamente o Brasil tem uma política de que o preço do nosso combustível interno ele está vinculado ao mercado internacional. O preço do petróleo, o preço do combustível.

Então, hoje, já a produção... Se o senhor for olhar o valor do barril de petróleo produzido no Brasil é muito menor do que paga o consumidor. Por quê? Porque existe uma política que já vem de vários governos, sempre foi, que é o correto, de você precificar pelo preço do mercado internacional. Você valoriza o seu recurso interno pelo valor do mercado internacional. Isso é algo muito suportado pela teoria econômica e está correto. Como a longo prazo não existe um cenário de que o petróleo possa cair muito, é muito pouco provável que a gente possa ter um cenário de preço de petróleo que

o petróleo fique mais barato do que o etanol. Sobre tudo, o etanol que hoje... Que chama dessa primeira geração a partir da cana que é um etanol que compete a um petróleo 30 dólares o barril. Ou seja, é muito difícil pensar cenário internacional que o petróleo chega a 30 dólares o barril. Quanto a segunda geração que foi uma questão colocada, é a questão que está em aberto. Eu tive... Promovi junto com a UNCTAD, a UNCTAD é a organização das Nações Unidas responsável pelo comércio internacional, nós organizamos ontem e anteontem no Rio de Janeiro um seminário, que é um seminário prévio a um seminário que vai ter em Gana, sobre biocombustíveis e mudanças climáticas. E nós convidamos o maior especialista internacional que é um americano de Priston, Erick Colaço(F) sobre essa questão de tecnologias de geração. E ele deu uma aula pra gente mostrando. E eu fiz uma pergunta, ele faz um cenário que essa segunda geração em 10 anos ela está entrando. Eventualmente pouco antes, eventualmente pouco depois. A que custo de petróleo que ela está entrando? A um custo de 70 a 90 dólares o petróleo. Então não é alguma coisa que seja evidente. É claro, nos Estados Unidos provavelmente é a única solução. Como foi bem dito pelo Marco, porque a meta que eles têm de entrar etanol é uma meta altíssima. O único jeito... Quer dizer, não tem produzindo milho atual, o preço dos alimentos iriam para o espaço. Então a única solução que eles têm é a hidrólise ou a hidrólise e a importação. Mas certamente vão querer produzir alguma coisa interna. Mas que a segunda geração vai entrar no Estados Unidos eu não tenho dúvida. No Brasil, eu não sei. Eu tenho dúvidas. Porque eu achei muito claro. Pode ser que tudo isso aí tem aprendizados, custos abaixo, etc. Mas por enquanto para a nossa realidade é muito caro. Agora, mesmo que venha, vamos dizer, daqui a 15, 20 anos aqui no Brasil, o fato de a gente estar aproveitando o nosso bagaço agora para gerar energia elétrica é mais do que justificado. Mesmo que depois tenha que ir para o etanol uma parte dele. Porque uma usina de bagaço ela se amortiza em 15 a 20 anos esse investimento. Durante 15 a 20 anos esse bagaço que invés de ser queimado gerou energia elétrica. Mesmo que daqui a 20 anos, ou 15 anos, vamos dizer, haja um aprendizado danado a gente veja: caiu muito os custos e realmente essa segunda geração de etanol é imbatível, não vale a pena gerar eletricidade. O bagaço já foi usado durante 15 anos no Brasil para gerar. Já foi dado para ele em vez de ser queimado jogado fora.

Então, é uma... Utilizar o bagaço agora é uma coisa que não tem arrependimento. Com relação à pesquisa agrícola, olha, tem sido... Eu diria, a EMBRAPA e a COPERSEUCAR que é uma entidade ligada aos

próprios, setor privado, usineiros que fazem pesquisas agora com biotecnologia muito avançadas. Existe uma interação muito grande, existem avanços muito grandes, agora, eu acho que ainda pode avançar muito mais. Tem um dado que eu fiquei surpreso que falaram que é o seguinte. O trigo, ou o milho, o milho, desde o início de... Sei lá, da década dos tempos, aumentou a produtividade sete vezes. E a cana aumentou duas vezes. Claro que o milho e o trigo são pesquisados de países desenvolvidos e a cana é só aqui no Brasil. Então tem uma explicação para isso. Mas mostra que também existe um potencial muito grande apesar de todos os avanços que já tiveram existe ainda um potencial muito grande.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Dr. Maurício, pelo tempo do plantio da cana nós já deveríamos ter uma produtividade muito maior, porque desde a colonização do Brasil.

SR. MAURÍCIO TOMALSQUIM: Estou falando mais recente. Não estou falando desde a colonização essa queda, do período mais recente. Mas de qualquer maneira, veja bem, na cana é praticamente o Brasil que lidera as pesquisas mundiais. Quando nas outras culturas você tem os melhores centros do mundo todo. Estados Unidos e Europa que fazem pesquisa. Quer dizer, é claro que existe uma diferença de... Tem que botar em situações. Mas mesmo assim houve avanços. Eu conheço de muito tempo o centro da COPERSUCAR e acho que todos deviam visitar, é algo... Ligado à ÚNICA, se não me engano. Ele vai explicar porque ele que é o patrão do negócio. É impressionante. É algo maravilhoso. Mas acho que o Marcos pode falar pouquinho melhor sobre isso.

SR. MARCOS SAWAYA JANK: Deixa eu agregar dois ou três pontos importantes. Primeiro sobre a reserva de Tupi. Realmente é uma... Acho que é uma conquista o Brasil agora se consolida como exportador de petróleo, mas vamos lembrar que no mundo o crescimento da demanda continuará sendo muito mais rápido do que o crescimento da oferta. E é isso que está puxando o petróleo para um patamar de preços altíssimos. E Tupi não resolve essa questão. Tupi representa um ano de consumo da China hoje. Pode ser que seja um pouco mais, etc, não se sabe ainda quanto tem. Mas a verdade é que não resolverá o problema do consumo de petróleo estar crescendo muito mais que a demanda. E então há 40 anos atrás, quando nós começamos o programa de álcool, o petróleo custava 20 dólares e o álcool 60. Hoje o álcool caiu para 30 dólares equivalente e o petróleo foi a 100. Isso não vai mudar. Vamos continuar tendo mudanças tecnológicas na biomassa que vai tornar o álcool mais e mais competitivo. Hoje nós já estamos em oito mil litros por hectare e com as

novas variedades de cana, com a hidrólise nós podemos chegar a 14 mil litros por hectare. Podemos reduzir cada vez mais o custo do álcool produzido. Enquanto que no caso do petróleo, tudo indica que o custo será cada vez maior independente do que ocorrer nessas novas... Nesses novos campos porque a demanda cresce demais no mundo. Principalmente no mundo emergente. Sem contar o que fazem os países ricos. Então o problema realmente não se coloca. Quer dizer, o álcool continuará a se desenvolver, o biodiesel vai se desenvolver e vamos lembrar um outro aspecto. O que está puxando o biocombustíveis além evidentemente uma questão econômica? É a questão da redução de gases de efeito estufa. Quando você utiliza álcool em vez de gasolina, você está reduzindo as emissões de CO₂ em 80%. Em 80% se for álcool de cana. E é isso que o mundo busca hoje. O mundo hoje está preocupado com o aquecimento global. Então, isso você não vai fazer com petróleo tão cedo. Aliás, acho que não vai fazer em hipótese alguma.

Então, existe uma questão ambiental que se coloca, existe uma questão de custo que se coloca que puxarão o consumo de álcool.

Em relação à questão da pesquisa, da segunda geração, só para complementar, obviamente que a gente passou cem anos melhorando milho, a cana tem um melhoramento mais recente do que o milho, mas a cana, o que é muito interessante é que a cana ela foi sempre melhorada para fazer mais sacarose. Fazer mais açúcar. E nós podemos desenvolver cana pra fazer mais biomassa. Então nós também podemos pelo lado da planta ter uma planta com muito mais performance em termos de biomassa. Podemos mexer nas tecnologias industriais e isso tem sido feito nesse País. O Brasil, apesar de a gente saber que a cana não teve o mesmo progresso que milho e soja, porque são poucos países que operam com cana, o melhoramento que se conseguiu nesse País foi extraordinário. Nós passamos de 30 toneladas para 70, 80 toneladas por hectare nesses últimos 40 anos. Então houve realmente ganhos impressionantes. E quem acabou fazendo isso foi lá atrás no Governo, com o CTC, o Planalsucar e tal, e depois o setor privado que não é a COPERSUCAR. A COPERSUCAR começou o centro lá atrás. Chamava-se Centro de Tecnologia Copersucar. Mas há dez anos atrás esse centro foi assumido pelas usinas. E hoje são 160 empresas que mantêm, é um centro mantido pelo setor privado, chama-se Centro de Tecnologia Canavieira em Piracicaba integralmente setor privado que continua a fazer a pesquisa que lá atrás havia sido feita pela COPERSUCAR e pelo Poder Público.

Então, hoje nós temos e continuamos fazendo a melhor pesquisa de melhoramento de cana que se conhece no mundo com recursos do setor privado. E obviamente que se a EMBRAPA quiser entrar e parece que vai entrar, se o IAC vai entrar, se empresas privadas vão entrar, isso é muito bem vindo e tudo que nós esperamos é uma coordenação para que a gente faça um pouco do que os americanos estão fazendo também. Porque a gente sabe que nos Estados Unidos eles estão fazendo pesquisas nessa área com volumes de recursos pelo menos 10 vezes maiores do que eu tenho ouvido aqui no Brasil. Obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só uma curiosidade, Dr. Maurício. O senhor tem... Sai um pouco do tema da nossa reunião, da nossa Sessão, mas só por curiosidade, o senhor tem informação sobre o nível tecnológico que existe e o custo equivalente dessa questão do petróleo, no pré-sal, da retirada do petróleo no pré-sal?

SR. MAURÍCIO TOMALSQUIM: Olha, a PETROBRAS tem condição de explorar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já tem.

SR. MAURÍCIO TOMALSQUIM: Já tem. É um desafio grande, mas ela já tem essa condição. E há estimativa, pelo menos Tupi que está no pré-sal ele vai ser extraído a preço competitivo. Então, é um óleo de altíssimo... 28 graus API. Quer dizer, é um óleo por característica brasileira leve. A nível internacional, vamos dizer, chama mais de médio. Médio para leve. Não é tão leve como o Árabe, mas para o tipo brasileiro é bastante leve. E se for comparar com o da Venezuela, é levíssimo. Porque da Venezuela...

Então, o que nós estamos falando é claro, a quantidade não dá ainda para saber exatamente. Algumas estimativas falam que poderia... Sei lá... Multiplicar por quatro ou cinco a reserva brasileira e aí a gente mudaria o Brasil para um patamar próximo da Venezuela com petróleo de uma qualidade muito melhor. É claro que isso é só estimativa. Não tem como hoje afirmar que é dessa dimensão. Tem que ainda aguardar. É prematuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Senador, alguma questão? Então agradecemos mais uma vez a presença dos senhores palestrantes, informações absolutamente importantes trouxeram para essa Subcomissão, Dr. Marcos Jank, Dr. Maurício Tomalsquim, Dr. Carlos Silvestrin, agradecendo mais uma vez e encerrando a nossa audiência. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h35.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática Conjunta com a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 25 de outubro de 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Ala Senador Alexandre Costa, sala 7, sob a Presidência do Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Mão Santa, Jarbas Vasconcelos, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Garibaldi Alves Filho, Eliseu Resende, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque, Inácio Arruda e Geraldo Mesquita Junior, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, João Tenório, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Euclydes Mello, João Ribeiro, Almeida Lima e João Tenório. Justificam as ausências os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi e Mozarildo Cavalcanti. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Marcelo Crivella, submete à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 16, de 2007 – CCT e nº 45, de 2007 – CRE de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Marcelo Crivella, que requer "... nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjuntamente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para discutir o Programa Nuclear da Marinha. Deverá ser convidado para a audiência o Almirante de

Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha." Comparece a Audiência Pública o Senhor Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros das Comissões. Usam da palavra os Senhores Senadores Augusto Botelho, autor do requerimento, Renato Casagrande, Romeu Tuma, Geraldo Mesquita Júnior, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares. O Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Havendo número regimental declarado aberta 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conjuntamente com a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia Inovação e Comunicação Informática, da nossa 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto às Comissões a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, os Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovadas.

Passemos, então, a nossa a pauta. Hoje consta Audiência Pública, Requerimento nº 45 de 2007, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Marcelo Crivella com a presença hoje do Excelentíssimo Sr. Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra, Júlio Soares de Moura Neto, gostaria de pedir ao Senador Botelho que o acompanhasse até o Plenário dessa Comissão, para iniciamos a nossa Audiência Pública. Gostaria também de registrar a presença do Sr. Embaixador do Brasil no Haiti e que agora estará indo para o Canadá. Sr. Comandante, por favor.

Essa nossa Audiência Pública, trata da discussão do Programa Nuclear da Marinha, em atendimento aos requerimentos 45 de 2007 e 16 de 2007 da CCT, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Marcelo Crivella.

Para sua exposição tenho a honra de passar a palavra ao Exmo. Sr. Comandante da Marinha, Júlio Soares de Moura Neto, para fazer a sua exposição.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito obrigado, Senador Crivella. Eu cumprimento e agradeço a presença, a oportunidade de estar aqui e cumprimento aos Excelentíssimos Srs. Senadores, Sr^{as}. e Srs. Presentes.

Bem, os submarinos são armas importantíssimas para a Marinha, pela sua capacidade dissuasória ele empresta aos submarinos uma dimensão toda especial ao poder naval, um dos pilares do nosso sistema de defesa. No contínuo esforço para dotar o Brasil desses importantes meios a Marinha prontificou em 21 de junho do ano passado, o quarto submarino convencional construído no Brasil, construído no arsenal de Marinha do Rio de Janeiro – nós já tínhamos um outro construído na Alemanha e esse é o quarto construído no Brasil que totaliza cinco.

Paralelamente a isso desde 1979, a Marinha do Brasil vem desenvolvendo o seu Programa Nuclear cujo propósito é dominar a tecnologia necessária ao projeto e a construção de um submarino de propulsão nuclear, arma com poder dissuasório ainda maior que do submarino convencional por sua capacidade de operar quase que definitivamente sem depender da atmosfera.

Portanto, esse intróito é para exatamente dizer que essa oportunidade que me é dada de poder falar do Programa Nuclear da Marinha. E eu vou seguir o seguinte roteiro, Programa Nuclear da Marinha com quatro vertentes: Os Principais Projetos e Situação Atual, O Clico do Combustível, O Projeto do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica, Situação Atual e Perspectivas. Falarei também dos Recursos Orçamentários e a Estrutura de Financiamento, quanto já se gastou em dólares equivalentes, Perspectiva de Investimento, Recursos Humanos. Vou falar sobre o significado o Programa Nuclear da Marinha e algumas considerações finais.

O PROGRAMA NUCLEAR DA MARINHA: Na atualidade o principal objetivo do Programa Nuclear da Marinha que está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo – o Almirante Bezerril ao meu lado, é o Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo – é estabelecer a competência técnica autóctone para projetar, construir, comissionar, operar e manter reatores do tipo água pressurizada e produzir o seu combustível. Dominada essa tecnologia ela poderá ser empregada na geração de energia elétrica, quer para iluminar uma cidade, quer para a propulsão naval.

Aqui mostra exatamente o que se pretende. Isso daqui seria o reator nuclear, onde a água é aquecida e se transforma em vapor pela própria força do reator, aciona uma turbina que aciona um gerador de energia elétrica que acende a luz de uma cidade. Aqui a mesma coisa o reator aquece a água, a água se transforma em vapor, faz andar no motor elétrico e esse motor elétrico faz o submarino andar, ou seja, a produção é de energia elétrica para acender a luz de uma cidade ou para fazer o motor de um submarino andar.

A conquista tecnológica necessária à geração de energia núcleo-elétrica para uso em propulsão naval, passa por complexos estágios de desenvolvimento merecendo destaque: Primeiro o domínio completo do ciclo do combustível nuclear que já foi conquistado. E, o desenvolvimento e a construção de uma planta nuclear de geração de energia elétrica, o que ainda não está pronto.

O Programa Nuclear é, pois, dividido em dois grandes projetos: O Ciclo do Combustível e o Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica. Vamos falar do ciclo do combustível.

Ao final da década de 70, foram iniciados estudos para desenvolver no Brasil a tecnologia de separação isotópica do urânio é o chamado “enriquecimento”, que é o principal desafio tecnológico para a fabricação do combustível nuclear. Os resultados foram obtidos já em 1982, quando foi construída a primeira ultracentrífuga capaz de fazer a referida separação. Seis anos depois foi inaugurada a primeira cascata de ultracentrífugas para a produção de urânio enriquecido.

Decorrente do domínio dessa tecnologia, a Marinha está fornecendo cascatas de enriquecimento de urânio para as empresas Indústrias Nucleares do Brasil, a INB, para que ela possa produzir no País o combustível para Usinas 1 e 2. Aqui é uma cascata de centrífugas produzidas com tecnologia brasileira e aqui é a nossa usina de enriquecimento, onde nós temos a usina de hexafluoreto.

No próximo slide de urânio, eu vou mostrar exatamente como é o ciclo do combustível. Senhor?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (ininteligível) Em São Paulo?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Em São Paulo. Nós temos dois... O Centro Tecnológico da Marinha ele fica na capital e o ARAMAR fica no Município de Iperó, que é mais para o Interior.

Aqui é o ciclo do combustível. As indústrias nucleares brasileiras ela custa da prospecção do minério de urânio, a mineração do urânio e a transformação do urânio em “yellow cake”, que é um pozinho amarelo, essa é a parte mais simples.

Aqui começa o programa do enriquecimento propriamente dito. A conversão quando esse “yellow cake” é transformado num gás, que isso chama hexafluoreto de urânio. Esse gás então ele é enriquecido nas centrífugas e com urânio enriquecido em gás ele é reconvertido novamente num pó, que já passa a ter coloração preta, são transformadas em pastilhas, essas pastilhas vão para as varetas do elemento combustível e aí para si, vai para o reator propriamente dito.

A exceção da conversão que é essa parte aqui, cuja tecnologia já está absolutamente dominada, porém depende de produção em escala industrial da plantificação da usina de hexafluoreto de urânio – que está numa fase final de construção – as demais etapas do ciclo do combustível estão absolutamente dominadas: o enriquecimento, a reconversão, a fabricação de pastilhas e assim sucessivamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (ininteligível) O que falta para terminar?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Falta terminar a fábrica que vai converter o “yellow cake” em gás hexafluoreto de urânio. Essa aqui é a fábrica, ela já está praticamente pronta a construção e falta terminar parte da instalação industrial. Aqui o “yellow cake” que será transportado em gás e o gás será então enriquecido nas ultracentrífugas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse processo é feito lá em Angra dos Reis, para usina nuclear?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Não, é feito em Resende, as indústrias nucleares brasileiras são em Resende.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o que é feito lá não atende...

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Mão. Lá nós estamos colocando na INB as cascatas de ultracentrífugas (falha no áudio). Eu posso adiantar para o senhor uma coisa que eu falarei mais tarde que é o seguinte, hoje como é o que Brasil funciona?

Isso é feito no Brasil e em seguida esse “yellow cake” ele é mandado para o Canadá, no Canadá ele é transformado em gás. Esse processo é feito no Canadá, numa empresa que se chama Cameco, esse gás é encaminhado para Europa através de um consórcio que se chama Ureco. Lá é enriquecido e volta para o Brasil onde é transformado em pó e pastilha.

Muito bem. O que o Programa Nuclear da Marinha está obtendo é essa fase daqui não ter que ir para o estrangeiro. Então, nós seremos capazes de transformar o “yellow cake” em gás e enriquecer o gás de tal maneira que a gente tenha o nosso urânio enriquecido.

Esse slide aqui mostra as diversas fases do ciclo do combustível e como agrega valor. A mineração cor-

responde a 20% do valor total do ciclo do combustível, a conversão, quer dizer, a transformação desse “*yellow cake*” em gás, corresponde a 5%, o enriquecimento do gás corresponde a 40% do custo, então, aqui é o grande ganho tecnológico está aqui; a reconversão em pastilha 13% do custo e a montagem 22% do custo.

Portanto, o Brasil quando estiver com todo esse sistema dominado estará poupando um recurso muito grande.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (ininteligível) da Usina de Angra?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (ininteligível) O enriquecimento de urânio...

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: O enriquecimento hoje do urânio que atende a usina Angra 1 e Angra 2, está sendo feito no Exterior.

No momento a Marinha está fornecendo centrífugas para indústrias nucleares brasileiras para a sede delas em Resende. Já começamos e já temos lá uma cascata de várias centrífugas, estamos preparando a segunda cascata e eles vão começar a fazer o enriquecimento no Brasil, isso daí corresponde a 40 milhões de dólares/ano que nós vamos poupar. Mais do que isso, mais do que o dinheiro de poupar é a independência tecnológica de não termos que mandar para fazer a conversão do “*yellow cake*” em gás e termos que mandar o gás para ser enriquecido no Exterior. Eu acho que essa que é a grande vitória tecnológica brasileira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (ininteligível) Ainda bem que a nossa matriz energética (ininteligível)

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Mas em alguns anos nós teremos esse domínio total aqui no Brasil, conforme os Srs. vão ver. Mas então o quadro é esse: nós já estamos dominando o sistema da conversão e a planta industrial que é a Marinha está construindo em ARAMAR e que vai produzir uma quantidade de gás para ela – em quantidade a nível de 40 toneladas/ano – já está praticamente pronta, mais alguns anos ela estará terminada.

O segundo ponto que eu falei que primeiro foi o ciclo de enriquecimento do combustível. O segundo, é o reator propriamente dito, que é esse laboratório de geração núcleo-elétrica. Em paralelo ao projeto do ciclo de combustível, mas com alguma defasagem no tempo foram iniciados estudos relativos a esse Projeto Labgene, buscando o desenvolvimento e a construção de uma planta nuclear de geração de energia elétrica, totalmente projetada e construída no País inclusive o reator.

Vale destacar que o Projeto do Labgene desenvolveu um reator que terá potência de 11 megawatts

elétricos, que é o suficiente para iluminar uma cidade de aproximadamente 20 mil habitantes. Essa instalação servirá de base de laboratório para outro projeto de reator nuclear no Brasil, pela característica dual do projeto o Labgene é também um protótipo em terra do sistema de propulsão naval, que por sua vez, permitirá a obtenção da capacitação necessária para readequá-lo a um submarino de propulsão nuclear.

As obras de montagem dessa instalação estão em andamento demandando cerca de oito anos para serem concluídas, prazo que pode ser reduzido também em função da disponibilidade de recursos. Qual é a situação atual disto? Diante da grave escassez de recursos dos últimos anos restou à Marinha manter o projeto em estado vegetativo, de modo a evitar a perda das conquistas tecnológicas, as centrífugas, o ciclo do combustível, principalmente no que tange a capacitação técnica de seu pessoal. Então, mantivemos em estado vegetativo.

A Força entende que o Programa Nuclear hoje em execução não é unicamente da Marinha, mas sim do Brasil, motivo pelo qual deve receber aportes financeiros de outras fontes, além do orçamento da Marinha. Assim a Alta Administração Naval buscou mostrar aos setores políticos e ao Governo a necessidade de um maior aporte de recursos ao Programa, considerando que é um projeto nacional e que há inúmeros benefícios derivados do arrasto tecnológico. Independente da possível construção de um submarino com propulsão nuclear, o Programa Nuclear a Marinha irá assegurar a tecnologia necessária ao aproveitamento da energia nuclear de vital importância para o futuro do Brasil.

No próximo tópico eu vou começar a falar da parte de dinheiro. Esse ábaco que mostra, explica que, tendo como fonte de recursos exclusivamente a Marinha, que é a parte azul, o Programa Nuclear teve início em 79. Já no ano seguinte em 1980, o então Conselho de Segurança Nacional passou a participar ativamente do Programa, foi o período onde nós recebemos mais recursos extra-Marinha e, isso foi alocando... Essa situação foi muito bem até 1989, quando começou a declinar, foi o ano em que o Conselho de Segurança Nacional foi sucedido pelo Conselho de Defesa Nacional.

A partir de 90, os recursos provenientes de fontes extra- Marinha foram declinando sensivelmente até 1998, tanto em valores absolutos como em valores relativo. Nesse mesmo período, o Conselho de Defesa Nacional foi sucedido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE.

A partir de 99 a SAE, foi extinta e suas atividades na área nuclear foram absorvidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia por meio do Programa Técnico

Científico Nuclear. Dentro dessa nova organização os recursos extra-MB declinaram ainda mais, representando um percentual reduzido do orçamento global do Programa em questão.

Em 2005 e 2006, o MCT aportou recursos, que embora ainda poucos expressivos faz-se a necessidade, servem de precioso alento em termos de perspectivas futuras – recomeçaram aqui alguns recursos extra-Marinha.

Os valores apresentados nesse gráfico quantificam a participação das fontes de recurso de 79 até 2006, por dólares equivalentes entende-se a relação entre os valores pagos e a taxa de câmbio no dia do efetivo pagamento. Pode-se observar claramente no gráfico, que por volta dos anos de 87 e 88 os montantes alocados ao Programa Nuclear eram praticamente divididos entre o orçamento da Marinha e o que vinha extra-Marinha.

A partir daí os recursos extra-Marinha passaram a declinar vigorosamente ao passo que a barra azul correspondente à participação da Marinha elevou-se para garantir a continuidade do Programa. Essa elevação ocorreu à custa de cortes em importantes setores e atividades da Força, como operação dos meios da esquadra, aquisição de sobressalentes, a manutenção dos navios e o adestramento.

Então, a Marinha tomou a decisão o seguinte: “Nós não podemos parar o nosso Programa Nuclear, ele é estratégico para a Marinha, tem uma finalidade enorme para o País”. Então, a Marinha retirou recursos do seu pequeno orçamento de outras áreas para garantir que o Programa Nuclear não se extinguisse, que permanecesse pelo menos em estado vegetativo.

Os dados mostram de forma inequívoca as significativas alterações na estrutura de financiamento do Programa Nuclear. No início foi baseado em fontes de recurso extra-Marinha, evoluiu para uma participação paritária, Marinha e extra-Marinha e, hoje, encontra-se sustentado, quase que exclusivamente por recursos orçamentários da força.

A participação extra-Marinha chegou ao pico de 89% no início do Programa, tendeu a zero entre 99 e 2004, limitando-se na atualidade a cerca de 10%. Atualmente nós temos recebido alguns recursos do Ministério de Ciência e Tecnologia proveniente do FINEP.

Já foram investidos no Programa Nuclear da Marinha, 1 bilhão e 100 milhões de dólares, dos quais a Marinha colocou do seu orçamento 900 milhões de dólares e, extra-Marinha, 200 milhões de dólares. Então, esse é o dinheiro que está envolvido até hoje.

Quais são as perspectivas? A realidade orçamentária impossibilitou a Marinha aumentar o volume de recursos próprios para investir no seu Programa Nu-

clear. Nos últimos anos a Força tem feito um enorme sacrifício para manter o patamar de alocação de recurso, mesmo em detrimento de seus demais setores que igualmente sentem a escassez de investimentos. O fato é que a Marinha atingiu o limite de sua capacidade de destinar recursos o que não é suficiente.

Para manter o Programa Nuclear em estado vegetativo, situação que se encontra desde 2003 – então, até hoje nós estamos mantendo em estado vegetativo – a Marinha vem aportando recursos da ordem de 62 milhões de reais por ano a custo de 2007, conforme a tabela apresentada. São 50,5 milhões de pagamento de pessoal, 9,8 de custeio, a manutenção de equipamentos eu gasto 1.7 milhões de reais – isso para manter em estado vegetativo.

A captação de recurso extra-Marinha como obtidos do FINEP e, também das indústrias nucleares brasileiras a INB, tem ajudado a desonerar o orçamento. Vale lembrar que quanto mais rápido puder ser concluído o Programa Nuclear, menor será a problemática da obsolescência de material já adquirido e mantido sob condições especiais que geram custos: esse de 1.7.

Eu tenho hoje, conosco 130 milhões de dólares em equipamentos prontos em estoques, preservados para ser montado o laboratórios de geração de energia nuclear.

Para a conclusão do Programa Nuclear da Marinha, são necessários recursos da ordem de 1 bilhão de reais, isso no menor espaço de tempo, que é o período de 8 anos: 1 bilhão de reais a média de 130 milhões por ano. Isso vai englobar o ciclo do combustível término, o laboratório de geração e energia e a infra-estrutura de apoio, assim há uma demanda de aportes orçamentários adicionais, de modo a propiciar um investimento médio anual de 130 milhões em torno de oito anos.

Em julho de 2007, o Presidente da República anunciou a intenção de assegurar esses aportes, criando perspectivas para o prosseguimento e conclusão do Programa Nuclear da Marinha. Para atender a essa determinação presidencial, ficou definido pelo Ministro da Defesa em recente reunião, que o Programa Nuclear da Marinha, receberá o montante de 130 milhões diretamente daquele Ministério em 2008, independente do orçamento da Marinha.

Então, em 2008 os primeiros 130 milhões chegarão e nós começaremos, então, a retomar o Programa Nuclear para terminá-lo numa base em torno de oito anos, talvez, um pouco menos. Agora, somente após a conclusão dos citados dois projetos – quer dizer, o ciclo do combustível e o laboratório e de ter se logrado êxito na operação da planta nuclear – é que nós teremos às

condições, em havendo a decisão governamental, de construir o submarino de propulsão nuclear.

RECURSOS HUMANOS: Atualmente trabalham no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo 270 militares e 1025 funcionários civis – o carro-chefe lá são os nossos funcionários. A falta de investimento tem ocasionado reflexos no setor do pessoal, reduzindo a capacidade intelectual e dificultando o prosseguimento de algumas metas.

A evasão de profissionais qualificados vem ocorrendo especialmente pela procura de outras oportunidades de trabalho em órgãos públicos e privados e, por motivos de aposentadoria. A perda desse pessoal nos últimos sete anos incluindo os de nível superior e de técnico foi de 38 profissionais/ano, aproximadamente 3% do quantitativo, tendo como conseqüência a redução gradativa da capacitação tecnológica.

E retomada dos aportes financeiros como está ocorrendo, como está acenado que em 2008 teremos, permitirá uma melhora nos prazos estipulados para a conclusão das principais metas do Programa Nuclear e, conseqüentemente, servirá de estímulo aos profissionais envolvidos podendo reduzir as evasões. Além disso, esses recursos gerarão novas contratações, reduzindo também, a carência da demanda de profissionais na área nuclear do Brasil.

Qual é a significado para o País do Programa Nuclear? Ele vem demonstrando desde o seu início uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia e de produção. São inúmeras as parcerias estabelecidas com universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento, indústrias e empresas projetistas de engenharia.

Com essas parcerias o Programa evidencia sua capacidade de gerar efeito arrasto tanto por meio de incentivo a ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca os setores de Ciência, Tecnologia e de Produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do programa como, por exemplo. Então, alguns aspectos que além do Programa Nuclear, o arrasto tecnológico produziu.

Esse é um sistema de controle de máquinas principais auxiliares dos navios da Marinha, das Fragatas Classe Niterói, que foi desenvolvido decorrente da capacitação acumulada no desenvolvimento da tecnologia dos sistemas de controle e automação de autodesempenho, que são os sistemas que envolvem o enriquecimento de urânio. Então, isso já é um arrasto tecnológico.

Além disso, estamos desenvolvendo giroscópio e acelerômetros os quais são usados em plataformas inerciais para navegação, estabilidade de navio, subma-

rios e plataformas de petróleo. Esse desenvolvimento decorre de capacitação obtida no desenvolvimento das ultracentrífugas, tais sensores são vitais para o submarino – o nosso futuro submarino de propulsão nuclear -, para que ele possa navegar submerso sem ter que vir à superfície para se orientar ou receber informações do GPS, o qual pode ser bloqueado.

Um outro arrasto tecnológico: a blindagem física a qual se baseia em compostos de boro, que é um material utilizado nas varetas do controle da fricção em reatores nucleares que também apresenta boa resistência ao impacto; válvulas para a operação com gás desenvolvidos a partir da necessidade de se construir e operar em sistemas de separações geotrópicas.

Aqui é um aspecto interessante, muitas vezes a gente coloca quatro anos para terminar um projeto e, por que tanto tempo? Porque muitas vezes não se consegue importar uma válvula como essa, porque é bloqueado pelos países que detêm a tecnologia quando sabem que é para ser aplicado no nosso Programa Nuclear, então, nos obriga a desenvolver a válvula e, às vezes, isso leva um, dois anos de desenvolvimento. Esse é um exemplo de desenvolvimento feito aqui.

Um outro exemplo: válvulas TWT que são aplicadas em radares, sendo decorrentes do desenvolvimento de itens de tecnologia de vácuo e soldagens especiais. O próximo, fibra de carbono, material estratégico utilizado em ampla lista de sistemas de auto-desempenho como as cascatas e enriquecimento de urânio. Até então, nós importávamos isso dos Estados Unidos, o Departamento de Comércio Americano determinou às empresas que não mais fornecessem ao País esse tipo de material e assim vai, por isso que às vezes, a demora é maior do que simplesmente construir um prédio, há bloqueios tecnológicos e nós temos que supera-los.

Análise de risco que é uma atividade técnica que é mandatória para o licenciamento de instalações nucleares e que possui aplicação atualmente nos projetos e licenciamento de plataforma de petróleo. Então, tudo isso são arrastos tecnológicos.

É digno de nota que muitos desses desenvolvimentos são feitos devido à necessidade de se construir e implantar, sistemas dedicados para atender requisitos específicos do Programa Nuclear, além de haver restrições de sua importação pelo Brasil por parte dos países que detêm essas tecnologias. Então, somos obrigado a desenvolver.

O fato é que o desenvolvimento de uma tecnologia desse porte, não se faz sem um investimento considerável de recursos financeiros e humanos. Assim, ao longo de quase 29 anos de existência, o Programa Nuclear da Marinha custou cerca de um bilhão de dó-

lares, como já lhes mostrei, sendo considerado pela imprensa especializada e meios Acadêmicos Científicos, como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo.

Sirva-se, como exemplo, o Projeto Manhattan que é um projeto norte-americano cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio – que nós já desenvolvemos no nosso Programa Nuclear – e que consumiu na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares que hoje equivaleriam a cerca de 25 bilhões de dólares. Então, esse nosso Programa Nuclear gastando um bilhão de dólares é um preço barato, para nós termos esse domínio de tecnologia.

A tecnologia de enriquecimento de urânio – esse agora é um aspecto que nos coloca num grupo muito seleto – é conhecida e aplicada comercialmente por apenas sete países além do Brasil, Estados Unidos, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda, desses países os dois primeiros utilizam difusão gasosa que é considerada obsoleta, pois consome 25 vez mais energia que a tecnologia de ultracentrifugação empregada pelo Brasil.

Bom, aqui também tem a China, que eu não citei que também ela faz--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o Irã?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: O Irã não há o controle sobre isto, porque esses são dados dos países que são acompanhados pela Agência Internacional de Energia Nuclear, AIEA, então, o Irã não faz parte disso, como também não faz disso a Índia e não faz parte disso o Paquistão, porque não estão sendo controlados pela AIEA, que é a Agência Internacional – esses são os que estão controlado que o Brasil está.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Comandando, desculpe interromper.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Eu acho que o nosso Geraldo – e eu também escrevi aqui – o Irã, eu estou lembrando, agora, em seguida à V. Ex^a. vai ser sabatinado o novo Embaixador que vai para o Irã, que era quem era o Chefe da Fiscalização de Produção nessa área de Nuclear e, que os americanos exigiram sua saída. Ele provavelmente, poderá nos dar alguns detalhes sobre essa área do Irã.

Desculpa, ter interrompido.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Se o senhor me permitir eu vou pedir ao Almirante Bezerril, que é o Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, que nos fale alguma coisa dos conhe-

cimentos dele a respeito do desenvolvimento do Irã, da Índia, enfim.

SR. CARLOS PASSOS BEZERRIL: A Índia e o Paquistão eles não assinaram o TNP, então por causa disso eles não estão nessa relação. O Irã não está porque ainda não produz, ele está tentando produzir: essa relação é de quem produz.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – A pressão é contrária a possibilidade dele produzir?

SR. CARLOS PASSOS BEZERRIL: Dele produzir, então, ele não tem ainda uma planta em funcionamento. Nós já produzimos há algum tempo e a nossa produção é pequena, mas nós já estamos produzindo.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Então, o Brasil é reconhecido pela Agência Internacional como um dos países com capacidade de enriquecer e de que possui o domínio do ciclo do combustível nuclear.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas sem independência ainda?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Total independência. O nosso Programa Nuclear é absolutamente autóctone.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas esse processo de enriquecimento V. Ex^a., não falou que ainda há dependência (ininteligível)

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: No momento... Então, deixa eu voltar aquele ponto que eu acho que não fui muito claro.

O Programa Nuclear da Marinha visa dominar isto, nós hoje já dominamos todo o ciclo do combustível. Quando eu falei com o senhor, que faltava completar a nossa usina é para levar isso a nível industrial, a nível laboratorial o sistema de conversão de transformar o “yellow cake” em hexafluoreto de urânio já está absolutamente dominado. Quando a usina de hexafluoreto de urânio estiver pronta – que eu vou dizer ao senhor, que é em 2010 – nós estaremos produzindo 40 toneladas ano do gás.

O enriquecimento nós já fazemos no Brasil, portanto, nós somos considerados que dominamos o ciclo do combustível de urânio. Isso que nós fazemos no Exterior é por quê? A quantidade que é necessária para Angra 1 e Angra 2 é superior à capacidade de produção. Então, as indústrias nucleares brasileiras ainda estão utilizando o processo de encaminhar para o Canadá, transformar em gás, mandar o gás para Europa, enriquece-lo e trazer de volta.

No decorrer dos anos à medida que as centrífugas forem sendo colocadas em Resende, à medida que o gás for sendo produzido no Brasil esse ciclo será totalmente dominado e dentro de alguns anos nós estaremos absolutamente independentes.

O grande ganho científico tecnológico é dominar esse ciclo com uma tecnologia absolutamente nossa, por isso que nós fazemos parte dos países com capacidade de enriquecer urânio. Eles vão inspecionar as nossas cascatas e centrífugas, constantemente, vão inspecionar sabem a quantidade de combustível produzido lá em ARAMAR.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nós teremos Comandante, um submarino, o nosso programa nuclear, todo o trabalho que é feito é para que a gente possa ter--

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Um submarino de propulsão nuclear--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um submarino--

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Inicialmente um, no futuro...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Hoje nós temos quantos submarinos?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Nós temos cinco submarinos convencionais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E qual é a energia que...

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: A diferença como é que funciona o submarino?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual a diferença?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual é a vantagem para nós nessa, nessa...

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito bem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pra gente ter um submarino nuclear, o que ele vai nos trazer de benefício para a população brasileira, a Marinha ter essa tecnologia e ter o submarino nuclear?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Bom, a Marinha ela existe para fazer garantir a soberania e garantir os interesses do País na suas águas jurisdicionais. Então, o benefício para a população brasileira é ter a certeza de que uma das suas forças estará com capacidade de cumprir sua missão constitucional, qual seja? Nós temos capacidade de patrulhar e de garantir os interesses e a soberania do Brasil nas águas jurisdicionais.

Muito bem, o submarino de propulsão: como funciona um submarino de propulsão convencional? Ele possui baterias, essas baterias fazem movimentar um motor elétrico, esse motor elétrico, então, faz o submarino andar. De tempos em tempos essas baterias à medida que são usadas no motor elétrico elas vão se descarregando e, obriga o submarino a vir à superfície para ligar um motor e fazer a carga dessas

baterias quando, então, ele perde a sua capacidade de ocultação.

Com o submarino de propulsão--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Fica vulnerável.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Fica vulnerável, ele tem que vir a superfície.

Com o submarino de propulsão nuclear isso não ocorre, porque o processo nuclear que faz a criação da geração da energia elétrica, independente da necessidade de carregar baterias ele produz energia elétrica pela própria planta nuclear e, ele pode ficar indefinidamente debaixo d'água. É claro que isso tudo tem o cansaço da tripulação que passa a ser um fator limitador.

Então, isso são armas de dissuasão, ou seja, que dizem aos outros países que nós temos capacidade de nos defender, caso haja algum tipo de agressão ou algum tipo de interesse contrário à nossa soberania ou aos nossos interesses. Então, esse é o quadro e a diferença dos dois submarinos é essa.

Mas nós estamos voltando aqui, onde nós estamos em quem domina a tecnologia? Então, o Brasil é considerado como um dos países que domina o ciclo do combustível de urânio, segundo a informação da própria Agência, já estamos entre os países--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Comandante.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Pois, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu vou pedir ao nosso Plenário para nós esperarmos o Comandante concluir, para nós fazermos as nossas perguntas por que senão interrompe a ele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sim, mas normalmente nas nossas Comissões a gente aguarda o palestrante terminar, para gente fazer a nossas questões e tem a lista de interpelação aqui.

Se a gente fica interrompendo o Almirante...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra V. Ex^a., mas se nós pudéssemos aguardar o Almirante terminar se não ele perde o raciocínio. Mas com a palavra V. Ex^a. V. Ex^a. quer fazer a interpelação?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria saber na América Latina, quais são os países a possibilidade com essa possibilidade? Com essa possibilidade...

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Absolutamente. Somos o único País, o senhor vê aí a relação dos países que dominam o ciclo do combustível nuclear só o Brasil domina, os outros todos são países... Quase todos eles têm assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, só países altamente desenvolvidos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas alguns deles perseguem? Alguns deles perseguem essa tecnologia?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Persegue. Persegue, mas não estão bem distantes de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Obrigado.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: A título de informação... Eu estava falando, então, inclusive o seguinte, que os Estados Unidos e a França eles usam como enriquecimento do urânio a tecnologia de difusão gasosa, mas estão partindo para a tecnologia de ultracentrifugação. E nesse site dessa empresa mostra exatamente isso, que a intenção é passar para o sistema de enriquecimento por ultracentrifugação.

Existe também uma diferença marcante no nosso processo, na nossa tecnologia de ultracentrifugação que é o seguinte, o rotor da ultracentrífuga, normalmente nos países que usam essa tecnologia ele gira apoiado em um mancal mecânico enquanto que no Brasil, ele não gira apoiado em mancal nenhum; ele praticamente levita por força do efeito eletromagnético o que reduz o atrito e conseqüentemente o desgaste, a manutenção e o consumo da própria energia com o próprio giro e mais seguro, então, isso é um avanço e, um avanço tecnológico muito maior.

Não existem informações de que algum importante País tenha desenvolvido tecnologia semelhante à nossa, por isso então nós garantimos muito esse segredo, como isso acontece.

Tem agora aqui um slide que mostra de acordo a Agência Internacional de Energia e Associação Nuclear Mundial cerca de 16% da matriz energética do mundo é nuclear, no Brasil apenas 2.2% da energia elétrica do Brasil é produzida por base nuclear, mas para o futuro o mundo está bem avançado nisso. Atualmente nós temos 439 usinas em funcionamento, temos 34 reatores em construção, existem 81 com construção planejada e 223 usinas com construção propostas. Então, esse é o quadro mundial da energia elétrica.

Nesse ponto, eu acho importante que a gente defina o perfeito entendimento o que esse programa nuclear em termos de desenvolvimento tecnológico para o Brasil apresenta. Então, uma série de atividades.

1º. Formação e aperfeiçoamento de pessoal.

2º. Compra de equipamentos e construção de diversos tipos de laboratórios, incluindo um reator nuclear a pesquisa.

3º. Projeto em construção, teste dos equipamentos que compõe a planta de geração.

4º. Projeto e construção de ultracentrífugas, cascatas de enriquecimento de urânio.

5º. Projeto de construção de usinas de transformação do "yellow cake" em hexafluoreto de urânio, de reconversão, de fabricação do elemento combustível.

Tudo isso está embutido no Programa Nuclear.

6º. Incremento tecnológico de várias oficinas de fabricação de diferentes tipos de peça, incluindo válvulas de autovácuo que não existem no Brasil.

7º. Desenvolvimento de vários tipos de materiais antes importados, como o aço *meridian* e a fibra de carbono. Uma infinidade de projetos que desenvolvidos em parceria com universidades, institutos de pesquisa e a indústria nacional, trouxeram ao País elevado ganho em tecnologia e qualidade.

Bom, considerações finais, para depois nós abriremos, eu estou à disposição dos Srs. Senadores para responder o que for possível.

A energia nuclear é uma fonte de energia firme e limpa, não emite gás poluente para a atmosfera, utiliza em sua construção um número reduzido de materiais por kilowatts/hora, se comparado com a energia solar, a energia eólica; produz pequena quantidade de rejeitos e não contribui para o efeito estufa, pois não emite dióxido de carbono. Ao contrário do carvão, do petróleo e do gás, além de não necessitar de grandes reservatórios com seus decorrentes problemas ambientais que é o que ocorre no caso das hidrelétricas.

É a única alternativa viável para a maior parte dos países para suprir a crescente demanda por energia, ante a futura escassez dos combustíveis fósseis. Não é sem razão que a maior concentração de usinas nucleares encontra-se nas principais regiões consumidoras de energia do mundo.

Aqui, nós estamos vendo uma fotografia noturna do mundo e aqui os locais onde nós temos o maior consumo de energia elétrica: Leste dos Estados Unidos, Europa Ocidental, Japão, região da Ásia. E esse próximo slide mostra a concentração das usinas, exatamente o Leste dos Estados Unidos, a Europa, o Japão, ou seja, os lugares onde o consumo de energia elétrica é maior é onde há maior concentração de usinas nucleares de produção de energia elétrica.

Como resultado do grande esforço nacional, temos capacidade de fabricar o próprio combustível nuclear sem nenhuma dependência externa e, o conhecimento para projetar e construir plantas nucleares de

potência que custam no mercado internacional acima de três bilhões de dólares cada.

Cabe destacar o avanço que representará a planificação para a usina piloto para produção do hexafluoreto de urânio aquela USEXA que eu mostrei aos Srs., o prédio já está pronto, quase 90% da instalação industrial já está pronta, onde será feita a conversão do “yellow cake” em hexafluoreto de urânio, para que ele possa ser enriquecido e reconvertido em óxido de urânio, visando a fabricação a de pastilhas e elementos combustíveis dos reatores de potência do tipo água pressurizada.

Como eu falei aos Srs., já por uma questão que foi colocada, essa conversão é feita na CAMECO, que é no Canadá que são cerca de 350 toneladas/ano e, posteriormente, o enriquecimento é realizado no Consórcio Europeu Orenco a um elevado custo em dólares, cerca de 40 milhões de dólares/ano no total.

Como dito anteriormente, a conclusão da USEXA depende de disponibilidade de recursos financeiros o que podemos considerar como resolvido, já que os recursos passarão a entrar em 2008 e, da solução de eventuais entraves inerentes a obtenção e importação de materiais.

Uma vez mais enfatizo a dualidade do Programa Nuclear, pois o reator a ser construído pode tanto ser utilizado para gerar energia para uma cidade, quanto à propulsão de um meio naval.

Por fim, a Marinha tem afirmado que faltam cerca de um bilhão de reais, para conclusão dos dois projetos que estão em andamento. A manutenção do fluxo dos recursos anunciados pelo Presidente da República em julho de 2007 e garantidos pelo Ministro da Defesa para 2008, permitirá que o Programa Nuclear da Marinha esteja concluído até 20014.

Uma vez finalizado com êxito as etapas que envolvem os dois projetos do Programa Nuclear teremos condições para que, em havendo uma decisão do Governo, projetar e construir um submarino de propulsão nuclear.

Aqui, nós temos o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo que fica no Campus da USP, são essas construções aqui, isso fica em São Paulo e ARAMAR, que fica no Município de Iperó, que é uma foto de satélite das instalações de ARAMAR. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nós que agradecemos ao Almirante Moura Neto por essa palestra são ilustrativa, clara, mostrando a importância desse Programa Nuclear para o Brasil.

Na lista de interpeção, número um, autor do requerimento Senador Augusto Botelho. Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pela ordem V. Ex^a.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Só para dar uma informação relevante para a nossa Comissão e de V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – O Presidente Heráclito Fortes da Comissão de Relações Exteriores pediu para informar que, tendo em conta que às 11h00 haverá a Missa de 7º Dia, em memória do ex-Ministro, ex-Governador José Aparecido, que, então, a reunião de audiência com os Embaixadores que seria em continuação agora a do Comandante Júlio Soares de Moura Neto, ficará paro às 14h00, então, portanto, prossegue esta reunião.

Como às 11h00 muitos Senadores irão à missa, então às 14h00, haverá a continuidade com o mesmo livro de assinaturas que estamos assinando da reunião de Audiência com os Embaixadores. O Senador Pedro Simon e Senador Heráclito Fortes que já conversou com V. Ex^a, pediu para que possa depois da missa, então, às 14h00, dar continuidade da reunião com os Embaixadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Obrigado, Senador Eduardo Supply.

Senador Augusto Botelho, com a palavra V. Ex^a.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, Almirante Moura Neto e Almirante Bezerril, uma coisa que eu aprendi depois que eu cheguei aqui nessa Casa em relação ao conhecimento nuclear é que o conhecimento sobre energia nuclear ninguém passa, nem passa e nem vende.

Temos o exemplo da válvula que foi para fabricar, como também a história da nossa primeira centrífuga que eu ouvi do Comandante Bezerril, como é que nós conseguimos adquirir esse conhecimento.

O caso é assim, uma pergunta ao comandante Moura Neto: essa nossa fábrica que nós estamos fazendo da INB, vai produzir o combustível suficiente para funcionar Angra 1 e Angra 2 e, chegar em Angra três? Primeira pergunta.

A segunda, em relação ao submarino nuclear: o Sr. viu que os Senadores e a maioria da população, não têm bem o entendimento de qual a vantagem real do submarino nuclear em relação a outro submarino convencional.

Essa semana saiu uma reportagem no Globo que falava sobre os conhecimentos que a nossa fabricação

de submarino, naquele arrasto que o senhor falou ali, transferiu para Petrobras que é o utilizado nas plataformas continentais e, no fato de nós sermos o País que tem melhor conhecimento para explorar petróleo em águas profundas.

Quer dizer, isso são vantagens que decorrem do conhecimento que nós desenvolvemos, então, esse um bilhão e 100 mil dólares que foram gastos, gastos não, isso não são gastos isso é aplicação, no Programa até agora já estão dando retorno para o nosso País.

Outra coisa que me preocupou quando eu visitei o Centro de ARAMAR, é que lá a maioria dos nossos técnicos e cientistas já estão assim como eu, de cabeça branca, então logo, logo, vão se aposentar. Então, com essa investida do Presidente Lula, graças a Deus, senti e viu como é a grandeza do programa, resolveu fazer essa aplicação que em oito anos nós conseguimos concluir o nosso reator, não é? 130 milhões por ano.

Então, eu acho que nós vamos ter também chance de logo, logo, talvez por essa Casa, quando eles solicitarem que aumentem ou que façam novos concursos para ingressarem novas pessoas no nosso programa nuclear, nós teríamos que ter a sensibilidade da Casa da necessidade disso. Eu sugeria até que os Senadores visitassem o Programa para poder tomar conhecimento e, para que a gente pudesse fazer mais ações como essa aqui.

Eu sou da Amazônia, eu imagino assim: nós vamos esgotar a nossa capacidade de geração hidráulica logo, logo. E, se o Brasil for crescendo e tudo... Nós estamos trabalhando na energia nuclear, nós estamos pensando no Brasil daqui a 40, 50, 100 anos que nós teremos o conhecimento.

Nós vimos que só seis países tem o domínio da tecnologia de produção de enriquecimento de combustível e por que eles não passam esse conhecimento? Porque quando o petróleo acabar eles vão os donos, eles é que vão vender combustível para todo mundo, vão ser os árabes atuais. Nós queremos também fazer parte desse quadro e, tenho certeza que nós vamos participar, graças ao trabalho da Marinha que tem sido feito e, pelo espírito patriótico que a gente tem e os militares são mais educados nesse sentido.

Nós também fomos, porque antigamente nas nossas escolas, nós cantávamos o Hino Nacional, o Hino da Marinha, do Exército, o Hino da liberdade, tudo isso eu e cultuávamos os símbolos da pátria, coisa que a gente sempre retome agora nesse País, para gente poder voltar a ter esse sentimento.

O submarino nuclear, por exemplo, eu acho que nós vamos ter que ter vários submarinos nucleares, eu espero estar vivo ainda quando sair o primeiro, porque

pelo que o Comandante comentou ali, se começar a trabalhar agora talvez daqui a 20 anos é que nós tenhamos o primeiro submarino nuclear em 2020, então, a gente tem que lutar porque isso...

Eu gostaria também o que Comandante desse uma explicação mais clara, para nós entendermos por que o nuclear muito melhor do que outro? Qual a vantagem realmente que ele oferece nisso? E a Marinha aguarda a nossa Amazônia azul que o nosso Senador Romeu Tuma já sabe, já participou, mas alguns Senadores não sabem a respeito da Amazônia azul. Eu gostaria que o Almirante fizesse uma explicação sobre a Amazônia azul, também.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra o Almirante Moura neto.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Eu agradeço as questões colocadas pelo Senador Augusto Botelho.

Eu diria o seguinte, a INB ela é responsável, ela tem a responsabilidade de produzir o combustível para atender Angra 1 Angra 2. No momento a Marinha está fornecendo as centrífugas que ela vai produzindo em ARAMAR e vai encaminhando para as indústrias nucleares brasileiras.

Vai chegar um momento em que o número de centrífugas será suficiente para produzir todo o combustível necessário para a Angra 1, Angra 2 e até para a futura Angra 3, caso haja realmente a decisão de construí-la essa é a meta. Isso demora e isso vai sendo feito aos poucos.

Já foi entregue uma cascata de centrífugas e essa já está trabalhando lá, o que quer dizer mais uma coisa, que isso não é um projeto, esse Programa Nuclear não é um projeto de prancheta, ele existe. As centrífugas estão lá estão enriquecendo urânio. Há o reconhecimento internacional de que o País detém a tecnologia de enriquecimento do urânio.

Quando o AIEA coloca isso e coloca o Brasil ao lado daqueles países, é um reconhecimento internacional da capacidade tecnológica do Brasil, porque essa tecnologia é absolutamente nacional, mesmo porque como o senhor muito bem disse quem domina essa tecnologia não passa. E nós estamos preservando para que a nossa tecnologia também não seja passada para outros países. Nós tomamos os mesmos cuidados que os outros tomam, portanto, é essa a regra do jogo.

Muito bem, as indústrias nucleares brasileiras, à medida que as centrífugas forem entregues a elas, elas então enriquecerá todo o combustível para atender nossas indústrias nucleares.

Voltando, então, aos submarinos. Os submarinos de uma maneira geral, são armas de grande efeito de dissuasão. É um navio que sozinho, exige que o outro lado coloque uma quantidade enorme de navios para se proteger da ação dele, já que ele vai por baixo d'água ele anda o que culto.

O submarino de propulsão convencional, ele tem como restrição a necessidade de ter que vir a superfície de tempos em tempos para carregar sua bateria, que é o que faz o motor elétrico do submarino andar. Como a bateria descarrega, ele tem que vir a superfície, liga o motor gerador a diesel e carrega a bateria, mergulha de novo, gasta a bateria sobe e, assim vai.

Quando é o submarino de propulsão nuclear ele não tem que fazer isso, então ele pode permanece o tempo que for necessário debaixo d'água, o que aumenta em muito a capacidade da dissuasão. Então, um País que possui isso é um País que aumenta... Os outros dizem: "Bom, entrar naquelas águas é uma coisa mais complicada".

Então, aumenta a capacidade da Marinha de garantir a soberania e garantir os interesses do Brasil, na Amazônia azul, que são nossas águas jurisdicionais. Então, essa é a grande vantagem do submarino de propulsão nuclear.

E só quem detém a tecnologia de construir submarino de propulsão nuclear, são exatamente os mesmos que detém a tecnologia do ciclo do enriquecimento do urânio, são os mesmos que sentam no Conselho de Segurança da ONU, são os mesmos que ditam as regras para o mundo. Então, o Brasil à custa de muito sacrifício porque nada disso é facultado, sempre que é possível há um entrave tecnológico e o Brasil tem vencido essas etapas.

Quando o Sr. me falou da usina que nós estamos terminando, ela está praticamente pronta já vimos os prédio, quem já esteve lá já viu as instalações. Faltam alguns pequenos detalhes para que nós possamos produzir, transformar o "yellow cake" em gás a nível industrial.

A nível laboratorial já está dominado, a prova é que a própria Agência reconhece que nós dominamos o ciclo, a nível industrial demora um pouco mais. E por que demora um pouco mais? É tão simples: porque há entraves tecnológicos.

Então, não é só falta de recursos, isso daí até que não são tantos, mas os entraves tecnológicos são grandes, então, a gente dá um tempo um pouco maior. É esse o quadro que eu lhe apresentaria. O futuro é a indústria nuclear brasileira produzir todo o combustível, a partir da tecnologia criada pelo Programa Nuclear da Marinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Romeu Tuma, com a palavra V. Ex^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Sr. Presidente, Srs., Almirantes Moura Neto e Bezerril, eu pergunto ao Almirante Bezerril, se o senhor é parente (ininteligível), meu amigo, eu trabalhei muito com ele em tempos difíceis da vida do País.

Eu sou um apaixonado ignorante sobre energia nuclear na Marinha. Eu diria que tem mais de 15 anos que eu fico sempre entusiasmado ao ler qualquer coisa onde diga respeito ao progresso que a Marinha tem conseguido, através do trabalho e esforço. Esforços esse em ultrapassar obstáculos da concorrência desleal, daqueles que dominam a energia nuclear e tentam impedir que outros países se desenvolvam.

Mas eu acho Almirante que com a exposição de V Ex^a., nós temos aqui um exemplo claro de uso de energia nuclear para a paz. Quer dizer, não tem um projeto da Marinha, que seja para a guerra.

O submarino nuclear é de defesa para garantir a soberania, não é para atacar nem invadir lugar nenhum, logisticamente é a única atividade militar com a energia militar. O meu assistente puxou no computador vários projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia com as despesas, Senador, que estão sendo empregadas em vários projetos que aqui estão.

Eu tenho aqui o significado do PNM, eu vou ler com calma, porque tem cerca de... Aqui diz que tem 32 numerações aqui que ainda tem que selecionar para se entender perfeitamente o que acontece.

Há poucos anos atrás, Senador, nós ouvíamos muito falar CNEN, era único setor que funcionava e praticamente fechado. Nós tivemos que aplicar um projeto de interesse da Medicina que o Senador Augusto, é o contraste nuclear que só o CNEN podia resolver, às vezes, por falta de identificação na doença, enquanto o CNEN, tinha capacidade mínima de produção desse contraste nuclear, a pessoa acabava morrendo.

Ainda a semana passada eu fiz um exame com energia nuclear tem 30 ou 40 minutos de sobrevivência esse produto e o senhor deitado para tomar esse contraste. E, hoje nós conseguimos aprovar no Senado, a possibilidade de outros setores industrializarem essa possibilidade de ajuda à Ciência Médica.

Eu acredito, eu tinha aqui... Eu fui relator e hoje eu me arrependo de não ter metido uma emenda lá, sabe Almirante, de passar o Fundo de Marinha Mercante, para aumentar o capital da Transpetro.

Foram mais de cinco bilhões para a construção e recuperação da indústria naval que estava a zero, era a segunda se não me engano, a terceira no mundo e passou a ser zero e, hoje eu não sei a quantas

anda. Nós tínhamos que ter metido uma emenda para a Marinha, para a construção dos navios ou submarinos convencionais que ela precisa, pelo menos para... Porque cinco não dá, Senador, a extensão das águas territoriais brasileiras são enormes.

São milhões de quilômetros quadrados tem mais uns 150, já foi para mais de 200 a extensão fora da parte terrestre. Então, a Marinha precisa. Então, a Marinha precisa urgentemente eu não digo nem a Marinha, o Brasil precisa ter uma estrutura uma estrutura, uma infra-estrutura da Marinha que tenha competência, ou pelo menos para resguardar a soberania nacional.

Nós tivemos há alguns anos atrás a guerra de lagosta e por que teve? Porque não havia vigilância na região aonde vários países vêm tirar as riquezas que o mar oferece ao Brasil e nós perdemos esta oportunidade.

Então, quando se fala em Marinha, fala na Aeronáutica que compram os P3 e nós aprovamos nessa Comissão, para a vigilância da Amazônia Azul que é oceano, nós não podemos Senador e, temos que lutar aqui, para que a Petrobras pague os *royalties* para as Forças Armadas. Eu perguntava para ao Comandante, ele me deu o valor de alguns milhões que estão paralisados, depositados, mas não pode usar. A Marinha não pode usar provavelmente ela poderia com a pesquisa, com...

Tem uma coisa que eu acho maravilhosa a vinculação que a Marinha tem em São Paulo com a USP, os meninos que estudam acho que Engenharia Naval tem uma competência muito mais forte, porque tem esse alinhamento com a Marinha que eu acho que o senhor é o Coordenador, eu vi um discurso de V. Ex^a. no COMAR, no Comando da Marinha Naval, explicando todo o desenvolvimento tecnológico dessa ligação que tem a Marinha com a USP em São Paulo e, lá tem o centro tecnológico que está sendo desenvolvido.

Então, não se pode negar verba para dar continuidade não para manutenção, não tem que ficar em estágio vegetariano. Estágio vegetariano--

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Esta-do vegetativo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Vegetati-vo, aliás, vegetariano é melhor, não é? Mas em estágio vegetativo nós temos o doente que cai em coma e não consegue falar mais, então vive em estado vegetativo, então, está semimorto. Desculpa Almirante, ele tem que sobreviver.

Então tem que ter investimento para dar conti-nuidade maior ou menor, mas não se podem negar os investimentos na Tecnologia, na Ciência e, principal-mente, na pesquisa.

Sabe Almirante, quando foi feito aqui vários proje-tos principalmente na área de informática, tem sempre um artigo que tem que dar para o desenvolvimento da pesquisa um X por cento do movimento que as gran-des indústrias de informática têm.

Eu perguntei a um Diretor do Ministério, se ia al-guma coisa para as Forças Armadas, eu queria que fosse colocado efetivamente: “Não, não se preocupe que vá”, eu duvido que tenha ido qualquer coisa a mais direcionada dessa percentagem da produção indus-trial, da indústria brasileira que passe para as Forças Armadas para os Centros de Pesquisa.

Eu não quero abusar do tempo, Presidente, eu sei que eu estou abusando, mas eu estou aqui meio zoeira com todo esse monte de informações. Vai dando um desespero, uma angústia que a gente sabe que a cabeça funciona bem, a capacidade está demonstrada pela exposição do Almirante, mas falta o combustível necessário para que isso possa se desenvolver com satisfação, porque a sociedade brasileira que está ganhando.

O desenvolvimento nuclear não significa só para construir o submarino, ele já deu uma série de utilida-des em outros sentidos, em outras áreas de interesse público. Então, nós temos que realmente ficar lutando diuturnamente esta Comissão, para que o Governo sinta cócegas para poder se movimentar, em favor do desenvolvimento tecnológico da Marinha na área nuclear.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRI-VELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Eu pergunto ao Almirante, se quer fazer algum comentário?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: O se-nhor me permitia?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRI-VELLA (PRB-RJ) – Por favor.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito rapidamente.

Senador Romeu Tuma, eu agradeço muito as suas colocações, realmente a política de defesa nacional é uma política de dissuasão, é uma política defensiva, ou seja, o papel das Forças Armadas é garantir a paz o que é importante para o País.

A sociedade brasileira tem que ter plena cons-ciência das dificuldades que suas Forças Armadas enfrentam na garantia da paz. Eu, pelo menos, tenho colocado sempre com muita clareza isto. O aspecto que o senhor alerta a respeito da Marinha Mercadante eu poderia acrescentar alguns dados, se o senhor me permitisse que é o seguinte.

Nós hoje, 95% do nosso comércio exterior vem por via marítima, nossas importações, as nossas exportações, isso envolveu no ano passado 226 bilhões de dólares, foram envolvidos.

A Marinha Mercante, principalmente a Marinha de longo curso – como nós não temos mais navios fruto do o que senhor nós disse aqui – nós pagamos hoje 07 bilhões de dólares de frete por ano. Quer dizer, um dinheiro que vai porque os empresários, enfim, contratam navios de outras bandeiras e pagam de frete. O que é uma pena poderia ser investido em recursos para recuperar a nossa Marinha Mercante.

A Amazônia azul gigantesca e é esse também um discurso que o Comandante da Marinha tem feito, nós temos 04 milhões e meio de quilômetros quadrados que é uma imensidão e que a Marinha tem que estar presente. Mas mais importante do que isso, no mar, nas fronteiras, elas são feitas pela presença do navio.

É a presença do navio que faz a existência de uma fronteira, então, a Marinha tem a necessidade de se fazer presente, daí a luta por recursos para o programa de reaparelhamento.

Eu só queria fazer aqui uma defesa da Petrobras. A Petrobras ela repasse corretamente todos os recursos dos *royalties* do petróleo. Na realidade, quando água um contingenciamento é feito em nível de Executivo, a Petrobras não nega em nenhum momento... A prova que estão hoje na conta da Marinha contingenciados, hoje dois bilhões e 600 milhões de recursos que estão contingenciados na conta da Marinha. Então, a Petrobras pagou a parte dela, isso é apenas uma defesa da Petrobras.

Quanto ao Estado vegetativo que foi um esforço que a Marinha pôde fazer para não deixar desmontar o programa nuclear, eu vejo de uma maneira otimista, que com a decisão do Presidente da República nós estamos retomando novamente o Programa Nuclear.

Eu já consigo ver uma luz no fim do túnel, ou seja, eu acho com muita segurança que nós teremos o Programa Nuclear terminado e, estaremos prontos para se houver a decisão governamental, partir para a construção do nosso submarino de propulsão nuclear.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Que esse túnel Almirante, não seja no Rio de Janeiro, porque nós estamos com as encostas caindo e os túneis bloqueados.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Esse a gente não consegue ver no fim do túnel.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois é, esse não tem também como ver.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Ontem--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – O duro é ser chefe, tem que saber tudo. Não pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – É verdade, o Comandante sabe tudo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – O Comandante realmente, eu vejo o nosso Almirante só sorri ali quando o Comandante está fazendo a exposição, ele aprendeu bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Paulo Duque, com a palavra V. Ex^a.

Uma das maiores centrífugas do mundo. Os americanos estão de olho na nossa centrífuga, querem muito conquistar nossa tecnologia.

Senador Paulo Duque, com a palavra V. Ex^a.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – É um prazer revê-lo de novo nessa Comissão.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito obrigado, Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – V. Ex^a. e sua equipe. Prestei muita atenção à exposição. Eu indago: a Aeronáutica e o Exército possuem também um programa nacional nuclear ou é só a Marinha?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Bom, possuí, agora o estado desse programa nuclear, eu vou pedir a Almirante Bezerril, que é o responsável pelo nosso Programa Nuclear que possa dizer como está a Força Aérea rapidamente porque --

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Não, eu só quero saber se possui.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Possui, possui.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Se possui, nós temos que chamar aqui evidentemente a Aeronáutica e o Exército.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Senador é um estágio bastante diferente do que o estágio da Marinha, nós estamos bem mais avançados com resultados concretos de centrífugas. Os demais programas das demais Forças ainda estão em nível de pesquisa laboratorial, de domínio da tecnologia, do enriquecimento.

Tudo que passa é o tipo do enriquecimento do combustível nuclear que o nosso é da ultracentrifugação. Eu sei que a uma das Forças é por laser e a outra... A Força Aérea é por laser e o Exército, nós não temos conhecimento. Então é esse o estágio, nós estamos já com o programa em fase concreta, ele existe.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Muito mais avançado?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito mais avançado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Quer dizer, aqueles 3% que nos mostrou ali a capacidade em termos de Brasil é toda proveniente da Marinha ou não?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Não, não, os 3% da nossa energia elétrica no País?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – É.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Aquilo ali são usinas que o Brasil comprou, por exemplo, usina de Angra 1 e Angra 2, é isso que dá os 3% de energia elétrica. Aqueles 3% que eu apresentei ali--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Isso.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Aquele ali, é como estamos de energia, de produção de energia elétrica no mundo que se usa 16% para energia nuclear, que produz a energia elétrica do mundo. E no Brasil, apenas 2.2% produz de energia elétrica, só Angra 1 e Angra 2.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Só Angra 1 e Angra 2.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Que é tecnologia comprada, veio o projeto colocou-se e está produzindo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Angra 3, foi comprada há 20 anos mais ou menos, as máquinas toda a técnica, está tudo já dimensionado num determinado local ali em Angra também, mas continuam guardadas lá.

Só de curiosidade será que essas máquinas estão perfeitas para serem usadas empregadas? Para funcionar depois de 20 anos?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Bem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Eu não culpo ninguém, eu só quero saber se... Com certeza, eu sou otimista.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Com certeza estão, porque estão sendo preservadas dentro de toda a tecnologia.

Eu vou pedir a Almirante Bezerril que me ajude com essa resposta.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Claro.

SR. CARLOS PASSOS BEZERRIL: Existe a Eletro Nuclear gasta por ano 20 milhões de dólares na manutenção desses equipamentos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Manutenção?

SR. CARLOS PASSOS BEZERRIL: Manutenção.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Por ano?

SR. CARLOS PASSOS BEZERRIL: Manutenção e garantia. Os fabricantes dão garantia, por isso que eles gastam esses 20 milhões.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – 20 anos?

SR. CARLOS PASSOS BEZERRIL: Então está tudo preservado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Muito bem. Tem seguro?

SR. CARLOS PASSOS BEZERRIL: Tem seguro. É seguro e extensão de garantia. Cada ano a garantia é estendida.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Quer dizer na pior das hipóteses--

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: E o senhor viu ali que eu coloquei que nós temos hoje equipamentos já para o nosso laboratório de geração de energia 130 milhões de dólares comprados já. E nós gastamos 1.7 milhões de reais por ano para manter dentro das condições exigidas pelo fabricante para ser mantido--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Laboratório.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: O nosso que vai ser o reator nuclear, que vai ser produzido a partir dos recursos que começam a entrar no ano que vem por decisão do Presidente. Já há -- se não forem contingenciados -- e se tudo correr bem como nós esperamos 130 milhões no ano que vem, começamos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Já mais houve qualquer tipo de acidente em Angra 1 ou Angra 2, não é isso?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Exato.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Jamais. Eu não me lembro no nosso Estado, meu Estado e do Senador Crivella, nunca houve acidente.

Quer dizer, mas até agora está se procrastinando a implementação de Angra 3? Há algum motivo determinante para isso? Prejudica o meio ambiente? Ou é uma política mesmo... Sua opinião?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Eu acredito que o nosso modal de energia elétrica no País ele se baseia muito nas hidrelétricas, eu acho que deve continuar se baseando nas hidrelétricas. Nós temos um potencial hídrico muito grande e esse potencial hídrico nos permite que tenha as nossas hidroelétricas.

Agora, nós estamos verificando que mesmo com o potencial hídrico que nós temos há alguns impactos ambientais que precisam ser vencidos, para produção de energia elétrica com a base em usinas hidroelétricas. Então, o modal nosso é na base da energia hidroelétrica.

Eu acredito que a energia nuclear ela deve ser considerada pelo País como um dos modais da produção, da nossa malha de produção de energia elétrica. Todas devem ser utilizadas, nós devemos utilizar as usinas hidroelétricas--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Hidráulicas.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Devemos usar as termoelétricas, devemos usar as nucleares. Devemos usar o que for possível, para garantir que nós tenhamos a energia elétrica que o País necessita para se desenvolver.

Então é isso, que esse é o discurso que eu tenho ouvido por parte do Governo e, no momento atual, eu vejo o Governo muito interessado em dar continuidade a isso. Eu tenho ouvido discursos por parte do próprio Presidente da República da retomada da construção de Angra 3.

Então, eu acho que como no mundo, no mundo, a energia nuclear é uma das, se o senhor olhar ali o modal da energia elétrica no mundo, o senhor vê que o petróleo é 6. 7, nuclear 15. 7, de gás, 19.6. A hídrica no mundo, nem todo mundo tem tanta água como nós, 16.1% e, carvão mineral, extremamente poluidor 39.8 no mundo.

Esse é o modal da energia elétrica no mundo. E nós temos que ter todos os modais também e utilizarmos de tal maneira que tenhamos energia elétrica suficiente.

É assim que eu penso, é a minha opinião a respeito.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Essa Angra 2 e Angra 3, elas tiveram início no Governo do Juscelino Kubitschek, no seu programa de metas, não? O senhor tem idéia mais ou menos? Mais ou menos?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Foi posteriormente. Quem deu a partida em Angra 1 e Angra 2, foi o Governo Geisel.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Foi o Geisel?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Foi.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Foi um convênio com os alemães.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Foi o convênio com os alemães e foram construídas as usinas de Angra 1 e Angra 2, naquele período, década de 70.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Se eu não me engano, foi o Embaixador Paulo Nogueira Batista, quem iniciou as conversações com a Alemanha e etc.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Exatamente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – E não parou mais, só parou na Angra 3.

Eu quero me esclarecer viu, Almirante? Porque é um assunto que interessa muito ao nosso País.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Eu também acho.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Sem dúvida alguma.

O senhor falou em 439 usinas. 439. É no Brasil inteiro? No mundo inteiro?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: No mundo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – 439 usinas nucleares.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: É. O Brasil está ali colocado com duas que ó que nós temos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Duas.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Nós temos duas e, tem uma com construção planejada, que é exatamente Angra 3.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – E Rússia e Estados Unidos?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Estados Unidos, ele possui 104 reatores em operação, nenhuma em construção, 07 planejados e 25 com proposta de construção. Estados Unidos, ele depende muito. Os Estados Unidos depende muito da energia núcleo-elétrica.

A França também é um dos países que precisa muito, 59 reatores em operação, 1 em construção e 1 proposta, ou seja, o mundo está trabalhando. O senhor perguntou Rússia?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Isso.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Rússia tem 31 reatores em operação, 7 em construção, 7 planejados e 18 propostas. Então, esse é o quadro mundial, segundo fontes das agências internacionais.

A China. Almirante Bezerril, está me falando da China. China: 11 em operação, 5 sendo construídas, 26 planejadas e 88 com construção proposta.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Agora para terminar, quer dizer, só a título de informação. Nós temos cinco submarinos no Brasil inteiro. Nossa costa tem 8 mil milhas ou 13 mil milhas, mais ou menos isso, não é?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: 8 mil e 500 quilômetros de costa, e uma área a ser patrulhada de 4 milhões e meio de quilômetros quadrados. É coisa à beça.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – É muita coisa, quer dizer, nós precisaríamos hoje em sua opinião de no mínimo quantos submarinos? No mínimo.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Esse número existe, são 12 submarinos. O projeto da Marinha são 12 submarinos convencionais e submarinos nucleares o primeiro e aí, conforme for, um segundo--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Um segundo, um terceiro.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Mas o nosso projeto são 12 submarinos convencionais.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Muito bom. Eu agradeço as respostas de V.Ex^a.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senador Paulo Duque. Passamos então--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Senador, só uma perguntinha, rapidinho: 12 submarinos cobririam 8 mil e 500 quilômetros?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Não necessariamente cobre os 8 mil e 500 quilômetros, mas o nosso planejamento é de 12. Eles estarão andando pelo mar, enfim.

Nós não colocamos, quando nós dizemos a patrulha, é uma patrulha aleatória, mas só o fato de saber que existem esses navios andando por aí, já é um fator de presença.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eles são conjugados também com a guarda costeira. E o Projeto de guarda costeira da Marinha, Almirante?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Nós não temos projeto de guarda costeira na Marinha, no entanto, a Marinha ela desempenha o papel de guarda costeira.

Então, hoje nós temos os nossos navios que pertencem às forças dos distritos navais que nós chamamos de forças distritais, cumprem aquelas tarefas específicas de guarda costeira; que são as patrulhas navais, é o combate às chamadas novas ameaças, contrabando, tráfico de drogas, tráfico de armas, enfim, terrorismo.

São esses navios de patrulha, são os navios que tem que estar próximos das plataformas para protegê-las, enfim.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois, não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Sobre esse problema de patrulhamento de tráfico de droga

uma vez eu fui ao Senado Americano, com um Diretor de Polícia Federal que eles queriam nos oferecer um navio para navegar na Amazônia, em razão de algumas dificuldades que a Marinha que colabora e o serviço de Saúde da Marinha é eficiente, principalmente em Labre e naquelas regiões mais difíceis.

E lá eles discutiram comigo um Senador, que até foi ofensivo dizendo: "Que nós queríamos navio para passear na Amazônia". Eu falei: "Se ele estava se auto-convidando". E, depois discutimos sobre alguns navios, aí que eu aprendi que era o NaPaFlu, que eu não sabia que era o NaPaFlu, que era de navegação fluvial.

E, desistimos porque tinha que transformar um navio de mar para... E continuamos lutando com o apoio da Marinha, mas é importantíssimo que a Marinha também tenha esta possibilidade de aumentar sua capacidade de navegação na região Amazônica, porque é dependente a região das Forças Armadas, Senadores, não tem jeito.

Na Amazônia sabem como ela é dependente das Forças Armadas, da Marinha, da Aeronáutica e do Exército, senão tivesse a presença física que garanta a soberania e a assistência às comunidades que lá vivem, provavelmente, nós em breve teremos muita dificuldade. Se a Marinha não tiver uma assistência efetiva para manutenção dessa rede que tem de navegação naquela região, para proteger contra a criminalidade organizada e proteção aos moradores da região que não tem assistência médica nada, a não ser através das Forças Armadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que é o próximo orador inscrito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, prezado Almirante e Comandante da Marinha Júlio Soares de Moura Neto e prezado Comandante Bezerril.

Eu gostaria de primeiro perguntar da relação entre o esforço da Marinha em especial e o desenvolvimento científico tecnológico brasileiro, em que medida os investimentos o esforço nesta área como dos submarinos nucleares têm colaborado para o desenvolvimento científico tecnológico brasileiro e a cooperação entre a Marinha e a comunidade científica?

Em segundo lugar, eu gostaria de lhe perguntar, o senhor mencionou o quanto que o submarino nuclear tem uma atitude, uma finalidade de persuasão preventiva com respeito à necessidade de defesa do território brasileiro. Mas eu gostaria de perguntar em tempos de paz, além desta finalidade potencialmente tão importante, o submarino também pode ter finalidades úteis e importantes do ponto de vista do desenvolvimento brasileiro e, de finalidades que possam ser relevantes,

assim como também os demais navios da Marinha Brasileira? Então, se há alguma finalidade importante que possa ser objeto de utilização?

Quando o Sr. mencionou que diferentemente dos submarinos de outra natureza, o submarino nuclear tem possibilidade de permanecer por muito embaixo da água, isso significa o quê? Porque o senhor mencionou que outros submarinos precisam de quando em quando recarregar a sua bateria e para isso vir à tona.

E o submarino nuclear precisa vir à tona para recarregar a bateria do ser humano? Poder vir à tona e sair lá do fundo do mar? É uma curiosidade, mas eu gostaria de saber, porque afinal de contas, mesmo o Comandante Moura Neto poderia passar quanto tempo debaixo d'água, por exemplo? E o que senhor faria tanto tempo lá?

Eu vejo aqui diversos Oficiais da Marinha, então, eu fico preocupado com eles por tanto tempo ali nas profundidades do oceano só uma... Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra nosso Almirante.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito obrigado, Senador Suplicy.

Bem, o arrasto tecnológico ele é evidente porque não é apenas o submarino é o programa todo. Conforme eu tive oportunidade de mostrar, tudo isto que foi desenvolvido foi desenvolvido com tecnologia própria nacional. Participaram desse Programa Nuclear e trabalharam juntos com a Marinha, a Marinha, o CNEN, o IPT, o IPEN, a USP, ou seja, a indústria de São Paulo para produção desses periféricos que envolvem o Programa Nuclear. Então, uma válvula dessa que é desenvolvida é uma válvula de extrema precisão, de extrema dureza de material que serve para aplicar em outras coisas.

Por exemplo, lá em ARAMAR nós temos um torno de alta dimensão e alta precisão que nós hoje fazemos serviços para outras empresas, inclusive produzindo turbinas para hidrelétricas, enfim, ou seja, é um grande arrasto tecnológico que o Programa Nuclear produz.

O Programa Nuclear é a base para se poder ter o submarino, porque construir submarino no Brasil nós já fazemos submarino convencional. Dos cinco submarinos que nós temos quatro foram construídos no Brasil, com o projeto da *Thyssen Group*, Projeto Alemão, então, nós construímos.

Agora a propulsão nuclear essa tem que ser o reator nuclear, tem que ser com tecnologia nossa, porque essa ninguém fornece e ninguém auxilia, então, esse é o arrasto.

Nos tempos de paz os navios da Marinha, no caso dos submarinos eles continuarão patrulhando as águas, eles são feitos para isso, exatamente para

que o mundo saiba que nas águas jurisdicionais brasileiras existe vigilância; existe permanente vigilância e uma área gigantesca dessa de 4 milhões e meio de quilômetros quadrados, onde os outros, os satélites e quem quer que seja não sabe onde ele está, porque ele pode permanecer um longo tempo lá.

Eu achei que a pergunta foi muito apropriada. O que vai limitar o tempo desse submarino permanecer debaixo d'água são os víveres e o cansaço da tripulação. Como eles são navios grandes os víveres a gente pode até ter os víveres, mas o cansaço da tripulação é um fator que nós vamos ter que adaptar.

Os submarinos americanos de propulsão nuclear normalmente fazem comissões de três meses sob as águas. No nosso caso, nós ainda vamos ter que avaliar de acordo quando eles começarem a funcionar, qual será o cansaço da nossa tripulação, mas isso é que vai ser o fator que vai determinar que ele retorne ao porto.

Serão patrulhas de 30 dias a 60 dias, que é o que hoje um submarino convencional ele quando sai para fazer uma patrulha, sai para fazer uma patrulha de 30 dias, mesmo vindo à superfície recarregando baterias voltando. 30 dias é comum, não é nada de fora do comum.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – O senhor permite uma pergunta mais?

Se na tripulação, a tripulação normalmente é masculina ou já há mulheres, também, na tripulação da Marinha de navios e do submarino, por exemplo?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: A Marinha possui... O ingresso de mulheres na Marinha, foi a primeira Força Armada onde as mulheres ingressaram em 1982, foi quando as mulheres entraram para a Marinha, mas as mulheres ainda não estão embarcadas nos navios.

Os navios não permitem as instalações dos navios com exceção de navios de pesquisa, navios mais desse tipo onde existem camarotes com instalações próprias, nos demais são alojamentos onde é difícil a preservação de um espaço especial para as mulheres. Então, normalmente nós não temos mulheres a bordo de navios a não ser esporadicamente em casos eventuais, onde é feito um preparo para elas.

Nos submarinos, não está previsto, nem nos submarinos americanos é o único... Na Marinha Americana que é uma Marinha extremamente avançada em termos de utilização das mulheres, as mulheres já chegaram ao ponto de estarem comandando navios, navios de combate propriamente dito, ou seja, elas têm carreira bastante avançada, nos submarinos americanos é o único lugar que as mulheres ainda não entraram.

Então, na Marinha do Brasil as mulheres ainda não estão embarcadas e, conseqüentemente, nos submarinos também não estarão embarcadas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V. Ex^a. tem essa preocupação para aumentar a permanência no fundo do mar da tripulação ou não?

(risos)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu fiquei preocupado--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ou seria para aumentar...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu fiquei preocupado com os oficiais com os oficiais da Marinha, Senador Crivella.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Uma preocupação de ser humano.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu gostaria de passar--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu gostaria que V. Ex^a., também me incluísse entre os participantes da...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu incluirei V. Ex^a. Eu passo a palavra em seguida ao Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra, V. Ex^a.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Presidente, depois de sua pergunta eu perdi um pouco a vontade de fazer qualquer outra.

Almirante, eu sou um defensor constante a muito tempo da opção atômica na nossa Marinha, eu creio que ela ajuda a desenvolver uma área de ponta da Ciência e Tecnologia que a gente não pode ficar para trás, não temos o direito como nação de ficar para trás.

Além disso, é claro eu imagino que tem um papel importante na segurança, mas nesse interesse que eu tenho e, nas conversas que eu tenho desenvolvido eu já ouvi mais de uma vez dizer que: nos cenários de guerra para segurança no Brasil, o mais importante seria a gente ter a Marinha muito presente nos nossos rios, muito presente nos rios de fronteira; que os submarinos atômicos não permitiriam intervenção nesses cenários e que serviriam bem para um cenário de guerras oceânicas a longa distância do Brasil.

Eu queria saber se essa opinião que eu escutei de algumas pessoas faz sentido? E se fizer sentido, se mesmo assim, a gente teria que entrar nas pesquisas das alternativas nucleares para novos submarinos?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Realmente nos rios os submarinos não operam, os submarinos neces-

sitam uma profundidade grande para operarem, eles não são navios para serem operados nos rios.

Nós temos hoje 40 mil quilômetros de vias navegáveis, rios navegáveis. Só na Amazônia são 20 mil quilômetros e a Marinha têm que se fazer presente nesses rios. Nos rios da Amazônia e nos rios do Pantanal, a Marinha se faz presente com seus navios patrulhando os rios e as fronteiras onde esses rios alcançam.

E, nós temos também as fronteiras da Amazônia azul das águas jurisdicionais e é lá que os submarinos vão operar, garantindo que ali realmente seja respeitada a soberania nacional e os nossos interesses.

Mas nós temos uma preocupação muito grande com os rios, como o Senador Romeu Tuma falou anteriormente, há necessidade de nós termos navios de patrulha fluvial e dentro do nosso Programa de Reparelhamento está previsto a construção de mais navios de patrulha fluvial para reforçar não só Amazônia, como também, a Marinha do Pantanal.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Agradecido. E passo a palavra imediatamente ao Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, a minha pergunta ela está diretamente relacionada com a preocupação hoje dominante em muitos países do mundo, principalmente entre os ecologistas, os defensores do meio ambiente, quanto à destinação dos rejeitos do enriquecimento do urânio.

Nós utilizamos uma tecnologia bastante avançada que está nesse prospecto distribuído, de que no enriquecimento do urânio somente dois países utilizam uma tecnologia chamada difusão gasosa, enquanto aqui no Brasil a tecnologia utilizada é a de ultracentrifugação.

Em termos de utilização dessa tecnologia o Brasil está muito avançado, desde quando para evitar dispêndio de energia e também atritos que redundam no enfraquecimento das peças da centrífuga, o Brasil desenvolveu um rotor que gira levitando por efeito eletromagnético que reduz atrito, desgaste, a manutenção e, também, contribui para a economia energia.

Então, eu perguntaria o seguinte: diante daquele acidente trágico acontecido na Rússia, em Chernobyl, onde houve um vazamento de um daqueles aparelhos de enriquecimento. Se há possibilidade mesmo em face do avanço tecnológico da centrífuga brasileira, de haver um acidente provocado por algum vazamento por ocasião da operação de enriquecimento?

E em termos de integração entre a Marinha e outros órgãos do Governo ou instituições privadas interessadas no desenvolvimento do aproveitamento industrial e comercial do enriquecimento do urânio que

tipo de integração? Integração científica, tecnológica, existe entre a Marinha e demais órgãos do próprio Governo ou entre a Marinha e outras instituições de caráter internacional?

Quer dizer, o que eu quero saber é se há um intercâmbio cultural, científico tecnológico, entre a Marinha, órgãos do Governo que estudam mesmo o assunto, tratam do mesmo assunto e organismos internacionais?

São duas perguntas uma relacionada com o meio ambiente, com a preocupação com possível vazamento de átomos ou de urânio, que poderiam produzir um acidente de consequências imprevisíveis. A outra pergunta, relacionada com o intercâmbio cultural. Agradeço a V. Ex^a.s.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Almirante, com a palavra V. Ex^a.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito obrigado. Eu vou iniciar que eu já coloquei aqui uma transparência que mostra os acidentes relacionados à produção de energia.

Então, aqui se nós formos avaliar – e aqui o senhor vai ver um quadro que muda um pouco a visão que todos nós temos do grande risco da energia nuclear. Se o senhor for olhar aqui e for ver, o único acidente até hoje registrado com morte em energia nuclear é o de Chernobyl, onde morreram 31 e hoje esse número já tem aparecido um pouco mais, já se fala em 50, ocorrido em 1986.

Todos os demais são acidentes com outro tipo de energia. Hidrelétrica, aqui na Índia morreram 2500 pessoas, 1000 pessoas, explosão de gás uma quantidade enorme de mortes.

No Brasil, o maior acidente envolvendo energia está aqui Cubatão em 1984, todos nós nos lembramos daquela tragédia quando aquele oleoduto pegou fogo em São Paulo, lá em Cubatão, onde morreram 500 pessoas, enfim, o senhor vai ver que hoje o grande vilão na produção de energia são as minas de carvão.

A quantidade enorme de acidentes com minas de carvão, onde morreram pessoas na produção minas de carvão, ou seja, na realidade os acidentes envolvendo a produção energia elétrica o único conhecido é o de Chernobyl. O outro que houve foi um acidente também conhecido que é o de *Three Mile Island*, que houve nos Estados Unidos e não chegou a haver vazamento.

Muito bem. A tecnologia tem evoluído de uma maneira muito grande e as proteções são cada vez maiores nas usinas nucleares, a prova é que não se tem nenhum fato recente de qualquer tipo de vazamento.

Esse nosso laboratório de geração de energia onde nós vamos colocar nosso reator que mais tarde será o reator que vai se colocar no submarino, ele é

construído com toda a tecnologia de uma usina nuclear; paredes duplas, bases fincadas em rochas, como se fosse quase um bunker de tal proteção contra terremoto, mesmo sem nós termos aqui, proteção contra qualquer cataclismas para exatamente... E, assim são as usinas nucleares.

Então, o senhor vê aquela quantidade enorme de usina nuclear em funcionamento e não há acidentes, porque a tecnologia é muito bem feita, o único que nós temos conhecimento na história da energia nuclear é Chernobyl.

Então, eu posso lhe dizer o seguinte, há uma proteção muito grande na construção das usinas nucleares. Aqui no Brasil o único acidente envolvendo a energia nuclear não teve nada a ver com a produção de energia foi o césio que todos nós sabemos.

Muito bem. Os rejeitos. Aqui tem uma idéia de como é que é que nós estamos trabalhando com os rejeitos. Esses rejeitos de baixa e média atividade que o de baixa atividade é o material descartável usado na manutenção e o de média atividade são as resinas de purificação e filtração, onde não há realmente... Mas há apenas a contaminação, eles são colocados em depósitos iniciais junto às próprias unidades e são guardados lá.

O depósito final nós ainda estamos estudando, o País está estudando porque a nossa quantidade ainda é muito pequena, porque nós atendemos apenas as usinas de Angra 1 e Angra 2.

Os rejeitos da alta radioatividade que são exatamente os elementos combustíveis usados, eles hoje estão guardados em piscinas no interior das próprias usinas Angra 1 e Angra 2 e eles têm tempo suficiente para lá permanecer. O depósito de longa duração está em fase de concepção o Brasil está estudando isso. A Marinha não faz parte dessa análise são exatamente a CNEN que está estudando onde será o depósito de longa duração.

A nossa quantidade ainda é muito pequena, nós estamos seguindo o caminho dos países como, por exemplo, os Estados Unidos que tem cento e não sei quantas usinas em funcionamento e que tem uma quantidade enorme de rejeitos.

Existe um outro aspecto também, Senador, também interessante na tecnologia no estado da arte é que já se descobriu que esses rejeitos de alta radioatividade eles podem ser reciclados para outras finalidades, então, eles não se perdem. Exatamente eles são perigosos porque eles não perdem a radioatividade, daí a necessidade de ter depósito de longa duração.

Há um estudo mundial para que se tenha uma tecnologia para protegê-los, mas eles poderão ser reaplicados é esse o novo caminho que os países

desenvolvidos e que trabalham com energia estão considerando.

Não sei se o Almirante Bezerril tem alguma coisa? Está bom, era isso que eu tinha a dizer ao Sr.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Faltou a questão do câmbio.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Como eu falei no início todo esse Programa Nuclear da Marinha, a Marinha deu a partida nisso, mas ela não fez sozinha, ela fez com o colaboração da universidade, com a colaboração dos centros de pesquisa.

Participaram ativamente desde o primeiro momento que a Marinha... A Marinha instalou-se dentro da USP, para poder de lá saírem os projetos. A USP é uma parceira de primeiro momento no desenvolvimento do Programa Nuclear da Marinha. Também foram parceiros de primeiro momento a CNEN, o IPT, o IPEN, que são instituições todos eles voltados à produção de energia que trabalharam conosco na criação das centrífugas, no domínio dessa tecnologia que foi exatamente absolutamente nacional.

Essa nossa centrífuga foi criada é um orgulho que ela foi criada com tecnologia de brasileiros, com tecnologia nacional, porque é um segredo industrial que domina não passa. Então o Brasil dominou isto com o apoio... Paralelamente a isso para produzir esses materiais às indústrias de São Paulo, indústrias de alta precisão foram no arrasto tecnológico. Nós conseguimos produzir as centrífugas, materiais com extrema capacidade de dureza e de resistência para poder fazer isto e essa parceria é trocada.

Quanto às agências internacionais nós temos relacionamento com duas agências internacionais, são agências de controle da nossa produção. Então, a nossa produção nuclear, o nosso ciclo e o combustível que nós produzimos ele é controlado pela Agência Internacional de Energia Nuclear, a chamada AIEA.

Além disso, foi criada uma Agência Brasil-Argentina de Controle do Combustível Nuclear, onde nós controlamos o Brasil e a Argentina autocontrolam o combustível nuclear e a Agência Internacional é uma triangular. Então é a Agência Internacional, a Agência Brasil-Argentina e o Brasil, todos nós tomamos conta desse combustível.

Os inspetores vêm ao Brasil verificam os nossos processos, têm acesso à entrada e a saída de combustível, tudo isso é gravado em termos de energia para que eles possam saber que tudo que está entrando aqui, está saindo daqui enriquecido, então, não há nenhum desvio de combustível. Eles não sabem como isto é feito que é o segredo tecnológico.

Além do mais, dois aspectos muito importantes. Quando criamos o Projeto o Programa Nuclear em

1979, nós já imaginávamos que nós poderíamos ter que enfrentar isto. Então, desde aquela época, desde a época em que nós fomos para ARAMAR, que foi alguns anos depois, chegamos a ARAMAR, quando? Alguns anos depois nós chegamos a ARAMAR onde fizemos o Centro Experimental, nós passamos a monitorar toda a região.

Então, constantemente, permanentemente nós levantamos a qualidade da água, a qualidade do solo, a qualidade das vegetações, temos animais e, isto é registrado em cartório. Fizemos a mesma coisa nos portos nacionais mais importantes.

Então, nós temos a qualidade da água em todos os portos nacionais, para no que dia que o submarino nuclear começar a navegar e entrar num porto desses, a gente já saiba como estava antes e como ficou depois que o submarino passou. Isso para ter absoluta garantia e dar essa absoluta garantia à sociedade brasileira, de que ali não há nenhum tipo de vazamento, não está causando nenhum malefício.

Isso tudo está registrado em cartório, cada anotação no nível dos dez quilômetros em torno de ARAMAR é registrado em cartório. 7 mil análises por ano, está me dizendo o Almirante Bezerril, que são registrados em cartório, para que se um dia acontecer alguma coisa a gente possa dizer: "Olha, não foi por causa disso ou foi por causa disso".

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, por último.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois, não. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Gastaria ainda de fazer uma indagação.

Nós estamos na Comissão de Relações Exteriores que é uma Comissão que cuida dentre outros assuntos, do bom relacionamento entre as nações, da soberania quanto a todos os programas desenvolvidos internamente por cada país, inclusive sob o ângulo da produção do enriquecimento de urânio.

Ultimamente a imprensa internacional tem divulgado certa turbulência entre o Irã que está enriquecendo, está se utilizando da tecnologia da energia atômica, segundo os seus dirigentes para fins pacíficos e, entretanto, os Estados Unidos desconfiam que por detrás dessa produção de energia atômica para fins pacíficos existe a possibilidade do surgimento de uma bomba atômica.

Isto significa realmente uma grande preocupação, notadamente, numa área tão conturbada quanto na região dominada pelos países mulçumanos. E como nós sabemos, age de forma fundamentalista do ponto de vista político, do ponto de vista eleitoral, do ponto de vista do domínio das mentalidades em cada

um dos países regidos por uma religião que age com certo radicalismo.

Então, eu perguntaria se V. Ex^a. como Comandante da Marinha, o que V. Ex^a. acha dessa turbulência que está acontecendo, essa discussão entre o Irã e os Estados Unidos, mesmo porque o Presidente da República, o próprio Lula, já disse que devemos respeitar a soberania dos países, desde que esses países obedeçam às regras internacionais da boa convivência e a produção de energia nuclear para fins pacíficos.

Eu perguntaria a opinião de V. Ex^a. sobre questão tão grave, tão delicada, que hoje domina grande parte das preocupações da imprensa internacional?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Eu colocaria da seguinte forma, como o Presidente disse cada País deve ter a sua autodeterminação, direito de sua soberania, desde que respeite as regras internacionais. Eu acho que aí que a questão está colocada.

O Brasil conforme eu disse, dentro de sua visibilidade recebe os inspetores da AIEA, coloca à disposição dos inspetores os dados que produz com alguma clareza. O que me parece que esse é o X da questão, ou seja, no momento em que o Irã aceitar o controle da Agência Internacional, eu acredito que um pouco das preocupações serão diminuídas, mas isso é apenas uma opinião.

Na realidade no momento ele não aceita a intervenção da Agência Internacional de Energia Nuclear daí a grande questão. Eu tenho ouvido declarações do Presidente Iraniano e ele está inclinado a aceitar as inspeções.

Eu acredito que se ele der esse passo muitos dos temores mundiais poderão diminuir, porque aí se saberá qual é o grau de enriquecimento, qual é o nível de enriquecimento que eles estão tentando, enfim e tirarão talvez as preocupações da comunidade internacional.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu gostaria de conceder ao nosso Almirante e ao Contra-Almirante Bezerril, um tempo para que fizesse as últimas considerações dessa nossa Audiência Pública.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: O Almirante Bezerril apesar de ser o Comandante da Marinha, cedeu a palavra para mim, mas eu já falei bastante.

Eu só gostaria de dizer aos Exmos. Srs. Senadores e aos Srs. e Sr^{as}. aqui presentes, que essa oportunidade para a Marinha vir aqui e falar aos Srs. e as Sr^{as}. é muito importante.

Esse programa nuclear ele nasceu em 1979 nesses vinte e muitos anos foi feito com muita dificuldade.

É considerado pela Marinha e é isso que eu quero passar aos Srs., como uma das grandes vitórias tecnológicas do nosso País, talvez a maior vitória tecnológica do País, existem outras, mas essa se não é a maior é uma das maiores vitórias tecnológicas.

Quando faltaram os recursos a Marinha o manteve em estado vegetativo porque sabia a importância dele para a Marinha, mas sabia da importância do Programa Nuclear para o País. Ele é um programa absolutamente dual, ele é um programa que cujo reator é capaz de produzir energia elétrica.

Energia elétrica que poderá acender a luz de uma cidade ou energia elétrica que poderá fazer movimentar um motor elétrico de um submarino.

Então, apesar dele está inserido no campo da defesa, ele atende às necessidades da sociedade brasileira. Eu agradeço a oportunidade e muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu gostaria de agradecer ao nosso Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, ao Contra-Almirante Bezerril, aos demais oficiais da Marinha que compareceram à nossa audiência.

Dizer ao público brasileiro que nos assiste, estamos ao vivo na TV Senado, que o Programa Nuclear da Marinha é sem sombra de dúvida um orgulho nacional. Eu gostaria de ressaltar que técnicos americanos, não só dos Estados Unidos, mas de muitos países, gostariam de ter dominado a tecnologia da nossa ultracentrífuga. Ela gera energia com pouco consumo de energia, o que não ocorre nos outros países.

Cada valoroso Cientista da Marinha e das Universidades Brasileiras poderia estar ganhando fortunas no Exterior, não o fazem por seu amor ao País, pelo seu dever cívico e patriótico esses homens têm um imenso valor.

Lembro também que o Senado Americano, recentemente, já que o mundo caminha para uma crise de energia de longo prazo, passou uma Lei de seis pontos, os americanos vão prospectar no Ártico, os americanos vão queimar carvão em altas quantidades, segundo eles com emissão zero com filtros, um programa de bilhão de dólares. Vão investir no etanol à base de milho.

O Presidente Bush inaugurou um posto de reabastecimento de veículos com hidrogênio liquefeito, que eles querem viabilizar economicamente. Desenvolveram um programa tipo Procel Brasileiro, para uso de autoeficiência em equipamentos eletrônicos para indústria e para residências, estão financiando também um programa como esse para a China e Índia e, ampliar seu sistema nuclear de geração de energia.

Quer dizer, o Senado Americano aprovou um programa vencendo todas as dificuldades com ambientalistas e recursos, porque é um País que está sempre em esforço de guerra, mas o que mostra a importância que eles dão à geração de energia.

No Brasil nós aceitamos veto ambiental para dezenas de hidrelétricas. Deixamos um programa nuclear como esse em estado vegetativo. E talvez, com essa palestra nós todos, Senadores possamos estar muito mais conscientes, eu diria do valor estratégico desse Programa da Marinha, sobretudo agora que estamos discutindo o orçamento do ano que vem.

Senhor Almirante estamos muito honrados com sua presença e agradecemos a todos por esta audiência. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h39.

Ata da 37ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 31 de outubro de 2007.

Às nove horas e dezoito minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e sete, na sala treze, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Expedito Júnior, Flávio Arns, Leomar Quintanilha, Marco Maciel e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres e João Tenório. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 346, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Acrescenta § 3º ao art. 26 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. Aprovado Requerimento nº. 29, de 2007-CCT para realização de audiência pública, de autoria do Senador Augusto Botelho. A matéria ficará sobrestada na Comissão até a realização da audiência. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº. 269, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera a Lei nº

8.666, de 21 junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, para garantir a preservação de segredos científicos, tecnológicos, industriais ou estratégicos.” O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer favorável, na forma do substituto oferecido, é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº. 525, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que “Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, com vistas a estabelecer novas condições para o procedimento de interceptação telefônica, informática e telemática, além de outras providências.” O relator designado é o Senador Expedito Júnior e o parecer favorável, com as emendas nº 01 e 02-CCT, é aprovado. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº. 538, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que “Dispõe sobre extrato de cadastro eletrônico e os procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na prestação de serviços aos clientes.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº. 29, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que “Acresce e altera dispositivos da lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo (disponibiliza um canal reservado ao Poder Executivo Federal, na área de prestação de serviços das operadoras de TV a cabo).” A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 247, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Santo Ângelo – Radiocom FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Ângelo, estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 253, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Publicidade Maggi-Plan Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 280, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que

outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de São Marcos – Ascamarcos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Marcos, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 288, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária “Esperança” de Esperança do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 276, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Sociedade FM de Medicilândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Medicilândia, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 311, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Santa Etelvina para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 281, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à LMG Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jequié, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antônio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 313, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à prefeitura municipal de Fortaleza para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Antônio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 250, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Igapó FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 251, de**

2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Marumby Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 254, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Vale do Iguaçu do Verê Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Verê, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 257, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Ecológica, Cultural e Esportiva de Campo Bonito – Paraná para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Bonito, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 262, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Itaipulândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaipulândia, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 239, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Ituiutabana de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 268, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural da Grande Guarapari para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo.” O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 256, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirante do Paranapanema, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é

o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 271, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Ecológica Natureza e Vida para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juquitibá, Estado de São Paulo.” O relator designado, designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 279, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Horeb de Fernando Prestes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fernando Prestes, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 164, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio clube de Blumenau Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.” A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 319, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Radiofônica Century Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Terenos, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Leomar Quintanilha e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 305, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à ASTO – Associação Totó Porto de Apoio à Criança Carente para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiatins, Estado do Tocantins.” O relator designado é o Senador Leomar Quintanilha e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 275, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à ONG – Arte Cultura e Meio Ambiente para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 299, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação

Comunitária de Rádio e Televisão Integração FM – ACRI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 204, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização ao Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Botumirim, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 310, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitária do Município de Cupira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cupira, Estado de Pernambuco.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antônio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 306, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nercino Valter para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curimatã, Estado do Piauí.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 282, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio difusora de Poços de Caldas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 312, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio sociedade de Juiz de Fora S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. Nesse momento, os Senadores Marcelo Crivella e Antônio Carlos Júnior requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimentos com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 030, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer “..., nos termos dos artigos 90, inciso V, e 93, inciso II, do Regimento Interno

do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para tratar das possíveis tecnologias aplicadas com a finalidade de identificar, por meio eletrônico, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos saneantes e outros produtos, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2007. Para tanto, indica-se como convidados as seguintes pessoas: Diretor-Presidente da ANVISA; Presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais – ALANAC; Presidente da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica – FEBRAFARMA; Presidente da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica – ABIFARMA.” O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 031, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que requer “..., nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública com a Jornalista Teresa Cruvinel – Presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Senhor Evandro Guimarães – Diretor da ABERT e Senhor Alexandre Annenberg – Presidente da ABTA, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2005, que acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.977/1995, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo.” O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo número regimental declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura que se realiza, hoje, dia 31 de outubro de 2007.

Dando prosseguimento à reunião submeto a apreciação do Plenário, a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, as Srªs. e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática eu quero parabenizar a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na pessoa do seu Presidente, Embaixador Ronaldo Sardenberg, pelas decisões importantes tomadas nestes últimos 15 dias.

O tão esperado anúncio do lançamento dos editais de terceira geração, relatado pelo experiente Conselheiro José Leite, sinaliza o fortalecimento do papel regulatório da Agência. A aprovação da transferência do controle indireto da Telefônica Itália TIM para o Consórcio liderado pela Telefônica no Exterior mais que impõe restrições para preservar o mercado concorrencial, foi outra decisão de relevância para o mercado brasileiro de telecomunicações.

Já no setor de TV por assinatura, registra a aprovação da compra da UA TV – que aqui eu já tinha colocado uma manifestação sobre o assunto – Operadora de TV a cabo em Minas Gerais pela Oi. A entrada das teles no mercado de TV a cabo já é uma realidade, desde a aprovação da associação da Telmex-EMBRA-TEL com a Net.

Agora outras empresas do setor como a Brasil Telecom e Telefônica, também já identificam esse segmento como importante serviço, especialmente em termos de convergência tecnológica o tão falado *Triple Play*, banda larga telefonia e TV por assinatura.

Espero que a Anatel continue nesse caminho mostrando-se atuante no processo de consolidação do setor, especialmente daquelas que se destinam a ampliar a concorrência no mercado, sempre respeitando as regras e o real interesse público do consumidor brasileiro, que deve ter garanti seu direito a diversidade das fontes de informação e de conteúdos distribuídos pelas operadoras de TV por assinatura.

Em relação à transação envolvendo a Empresa TVA, Telefônica a operação também já foi aprovada no final de agosto. O Conselho após minuciosa análise se manifestou favorável, com uma exigência específica de mudança em uma cláusula do acordo de acionista. As empresas por sua vez em atenção à decisão da Anatel apresentaram um novo acordo de acionista e o submeteu novamente ao Conselho, mais uma vez, a Agência decidirá a respeito. É importante lembrar que todos esses casos aprovados serão apreciados pelo CAD, que garantirá o ambiente competitivo.

O que se espera agora é que a Agência decida a respeito, que termine de analisar os assuntos em pauta e continue desenvolvendo esse importante trabalho para o setor estratégico, dinâmico e que necessita, portanto de decisões rápidas que dêem segurança para os investidores.

Finalmente assim fazendo, ela vai assegurar a todos o cumprimento do seu papel como Agência Reguladora que é por definição legalista, soberana e isenta.

Eu queria deixar bem claro, que a minha maior preocupação e acredito também dessa Comissão – Senador Marcelo Crivella também eu já vou passar

a palavra – é com empresas nacionais de produção de conteúdo. Eu vejo algumas que caminharam nessa questão de também TV a Cabo, achando que seria um bom filão mercadológico, digamos assim Senadora, e tiveram um prejuízo estupendo.

Agora com a entrada do mercado das Teles, claramente a Anatel tem colocado nas três leis que nós temos: Radiodifusão, Lei a Cabo, e Lei das Teles, tem caminhado a Lei de TV a Cabo cada vez mais perto para Tele, dizendo o seguinte: simplesmente elas vão conduzir o produto, “levar a pizza”, como eles dizem no mercado.

Então, essa injeção de capital eu acho que é benéfica para as empresas nacionais que produzem conteúdo e para a proteção da nossa cultura brasileira.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, é apenas para corroborar essa contemplação, esse raciocínio de V.Ex^a., já o que Brasil nas décadas passadas foi um País paraíso do material produzido lá fora.

Eu me lembro Sr. Presidente, que quando prestei vestibular uma das questões era surpreendente porque tratava do valor que o Brasil gastava com importação de enlatados mais do que petróleo, em uma época de desenvolvimento.

O Brasil em 70, quando fiz o vestibular, era um País ainda com uma infra-estrutura ainda bem precária, mas nos gastávamos naquela época mais dinheiro importando enlatados, sobretudo dos Estados Unidos, programação, mais do que em petróleo. Isso com um comprometimento muito grande da nossa cultura, das tradições dos valores do povo brasileiro.

V.Ex^a. tem toda razão, quando diz que agora as Teles vão trazer para os produtores de conteúdo um novo veículo, importante, para revitalizar o mercado, para dar palco a milhões e milhões de artistas produtores, cinegrafistas, pessoas que fazem iluminação, outros que cuidam do som, às pessoas que fazem maquiagem; toda essa cadeia de produção são brasileiros extremamente talentosos que precisam de emprego. V.Ex^a. quando cuida disso, presta um relevante e inestimável papel para a sociedade brasileira.

Eu quero parabenizar V.Ex^a. por isso, são estudos exaustivos que temos feito nessa Comissão, trazendo especialistas. Eu diria, mostrando ao nosso povo a importância de discutirmos e termos uma legislação compatível com os nossos interesses.

Sr. Presidente, eu gostaria também de fazer um apelo a V.Ex^a., para colocar extrapauta um requerimento que apresento para nós convidarmos aqui, o Diretor Presidente da ANVISA; o Presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais, ALANAC;

o Presidente da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica e, também, o Presidente da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica, que é a ABIFARMA, com a finalidade de identificar por meios eletrônicos, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos e outros produtos e, assim, poderemos instruir o Projeto de Lei 521 de 2007.

Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Marcelo Crivella, Vice-presidente dessa Comissão, o requerimento já se encontra sobre a mesa. E, já que V.Ex^a., tocou no assunto e já leu praticamente o requerimento botarei em votação, para que possamos imediatamente resolver esse problema, resolver esse assunto da pauta.

Em votação o requerimento do Senador Marcelo Crivella, os Senadores que estão de acordo permanecem como estão. Aprovado o requerimento de V.Ex^a.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Passaremos ao Item 1 da pauta, não estão presentes nem o Senador Pedro Simon, nem o Senador Eduardo Azevedo. Passaremos para o 2. É de autoria do Senador Marcelo Crivella, porém o Relator não está presente, Senador Augusto Botelho, até o momento é claro. Senador ACM Júnior.

Passaremos ao Item 3, autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, presente o Relator, Senador Expedito Júnior.

É o Projeto de Lei do Senado, 525 de 2007: “Altera a Lei 9.296, de 24 de julho de 1996, com vistas a estabelecer novas condições para o Procedimento de Interceptação Telefônica, informática e Telemática, além de outras providências”. Importantíssima essa lei, no momento que o Senado cumpre seu papel de regulamentar algumas atividades que encontram-se soltas no mercado, digamos assim.

Com a palavra o Relator Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, cumprimentar a todos os membros desta Comissão.

Eu recebi uma orientação aqui da Assessoria do Governo, que o Ministro da Justiça gostaria... Primeiro, já a tendência é favorável também do próprio Governo, mas que gostaria de repente de incluir alguns itens aqui que julga ser importante. Como esse processo vai para a Comissão de Justiça, para a CCJ, eu acredito que eu vou ler o relatório, acredito que deva ter pedido de vistas aqui e, nós teremos, então, a oportunidade no

decorrer de apresentação de emendas, de apresentação de melhorar o nosso relatório.

Mas eu entendo que o projeto é bom, nós precisamos votar esse projeto e, torcer para que na CCJ, também tenha a mesma rapidez, que nós estamos dando a ele aqui na nossa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Expedito Júnior, V.Ex^a., lendo o relatório eu vou submeter à votação.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senão tiver pedido de vistas, passaremos à discussão e votação.

Com a palavra o Relator, Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Ao propor o aprimoramento da Lei 9296 de 1996, o eminente Senador Jarbas Vasconcelos, visa incorporar procedimentos mais criteriosos para interceptação telefônica, tendo em vista o nível de inovação de privacidade que resulta deste procedimento e investigação, inclusive sobre quem não está envolvido com a prática criminosa, ou seja, ele é mais abrangente.

Inclino-me favoravelmente ao projeto, entretanto, identifiquei um equívoco na redação de alteração pretendida para o inciso III, do art. 2º a referida lei, haja vista que a própria justificação do autor é muito clara na sua intenção, de incluir no rol das hipóteses em que não se admite a interceptação telefônica os crimes de menor poder ofensivo.

Ocorre que ao contrário dos bens lançados argumentos da justificação, o autor equivocou-se – eu já conversei isso com o próprio Senador Jarbas Vasconcelos – ao usar a palavra “superior”, ao invés da palavra “inferior”. No intuito de resguardar a verdadeira intenção do autor, com a qual concordo, eu estou apresentando apenas uma emenda de redação, para que não seja admitida a interceptação e comunicação telefônica quando o fato investigado constituir crime com a pena mínima igual ou inferior a um ano.

O pedido de interceptação somente poderá ser formulado verbalmente, quando houver risco de vida para uma pessoa e, nessa hipótese em caráter excepcional, o Juiz dispensará momentaneamente um ou mais requisito previsto na lei. O que diz o texto hoje? O texto atual prevê o pedido verbal em caráter excepcional, mas o texto é vago e não define qual seria esse caráter excepcional.

O resultado das diligências deverá ser encaminhado ao Juiz de forma detalhada; o texto atual prevê que seja enviado um resumo e, o resumo muitas

vezes, prejudica a decisão porque ele fica fora de um contexto geral. Se a autoridade policial requisitar serviços técnicos especializados à concessionária para interceptação, deverá acompanhar todos os atos necessários à realização da medida; o texto atual prevê a possibilidade de se requisitar os serviços técnicos, mas não determina que a autoridade policial deva acompanhar os atos.

Ao término da instrução processual, todas as pessoas que tiveram suas comunicações interceptadas deverão ser comunicadas, salvo se o Juiz entender que esta providência poderá prejudicar as investigações; o texto atual não prevê essa medida.

No ato da inutilização da gravação, por decisão judicial, será facultada também a presença da parte interessada; no texto atual é previsto apenas a presença de acusados ou do acusado.

O projeto prevê aumento de um terço até metade de pena, se o crime de interceptação ilegal for praticado por funcionário público. A pena para interceptação ilegal é de reclusão de dois a quatro anos e mais multa; o texto atual não prevê aumento de pena.

O projeto prevê ainda, a pena de reclusão de um a três anos e multa, para o crime de afirmação falsa com o fim de induzir a erro, a autoridade judicial do procedimento de interceptação telefônica; o texto atual não prevê essa tipificação penal.

Determina que não será admitida a interceptação, quando o fato investigado constituir crime com pena mínima igual ou inferior a um ano; o texto em vigor diz que a interceptação não será admitida, quando o fato investigado constituir infração penal punida no máximo de pena de detenção. Significa que a interceptação somente ocorrerá para crimes de maior potencial ofensivo, Sr. Presidente.

Os pedidos de interceptação deverão passar a conter os números dos telefones, o titular das linhas, a data da ativação da interceptação e o nome da autoridade policial, cujo será o responsável; o texto atual não prevê nada dessas medidas.

No entanto, Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável e a nossa emenda é só no sentido de corrigir um erro que o projeto – já discutimos como já disse no início, já discutimos com o próprio Relator – que é o art. 2º, inciso III: “O fato investigado constitui crime com pena mínima igual ou inferior a um ano”.

Então, o nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, 525 de 2007, por suas razões de fato e de direito com as emendas que nós apresentamos, Sr. Presidente.

É o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador

Expedito, eu não gosto muito de comentar, mas eu tive a oportunidade de estar sentado com um grande advogado criminalista e nesse debate, nessa conversa sobre assuntos ele me falou o seguinte, toda que alguém é preso é dito assim: "O que você falar poderá ser usado contra você", aquela história toda, no entanto, na gravação você não avisa pra ele. A gravação está lá de repente, ele falando contra ele mesmo. Quer dizer, uma filosofia para discussão dentro do Direito, que é alguma coisa que nós teremos que encontrar uma solução.

Mas diante do que foi colocado pelo Relator, em discussão o projeto de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos com Relatoria do Senador Expedito Júnior; Projeto de Lei do Senado, 525 de 2007.

Não havendo quem queira discutir passaremos à votação. Os Senadores que estão de acordo com o Relator, Senador Expedito Júnior, permaneçam como estão. Aprovado.

Item 4, de autoria do Senador Adelmir Santana, estava presente, saiu. Relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior, Projeto de Lei do Senado, 538 de 2007: "Dispõe sobre extrato de cadastro eletrônico e os procedimentos a serem observados pelas Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na prestação de serviços aos clientes".

Com palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente, o Senador Antônio Carlos, por favor, eu por orientação da Base do Governo e com a devida autorização do autor com quem eu conversei aqui no início da sessão, eu estou pedindo vistas do projeto.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – Tem que ler o relatório, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ele tem que ler.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sim, eu quero só antecipar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Porque se não, vai pedir vistas de algo que não viu.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Eu estou antecipando aqui essa...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Claro.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Na realidade eu li.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É claro, é claro.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Porque nós tivemos acesso, obviamente a pauta do dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É claro, mas eu estou dizendo para ficar gravado, Senador.

Eu quero dizer o seguinte--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Não está publicamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muitas vezes, eu fico com um ciúme danado, porque o Governo entra em contato com V.Ex^a., pedindo para... E nunca entra em contato comigo e nem com ninguém.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: V.Ex^a. é Presidente--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Não, não foi. Eu quero dizer que não foi...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em outras comissões.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Então, me permita corrigi-lo, foi a Assessoria do Governo, não foi o Governo--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Está Ok, está bom, Senador.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Diretamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador ACM, com a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Mas eu sou disciplinado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a iniciativa propõe que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil a contratar operações de crédito e prestar serviço aos clientes, devem disponibilizar ao cadastrado de forma gratuita e eletrônica, a consulta ao histórico de adimplemento e inadimplemento de operações de crédito contratados nos cinco anos anteriores no mínimo, arts. 1º e 3º.

O projeto estatui ainda, no seu art. 2º, que as informações relativas a inadimplemento e regularização de obrigações inadimplidas, não constarão desse cadastro por mais de cinco anos contados da data do vencimento. O art. 4º especifica informações a serem mantidas do cadastro. O art. 5º sujeita o infrator a penas inscritas nas normas de defesa do consumidor. O art. 6º concede prazo de 90 dias, após a data da publicação para entrada em vigor da lei resultante do projeto.

A matéria, por envolver aspectos tecnológicos inscreve-se no âmbito da competência desta Comissão.

Trata-se de iniciativa que visa por meio de legislação extravagante, obrigar instituições financeiras a ofertar aos clientes de forma eletrônica e gratuita, o assim chamado cadastro positivo.

Esse cadastro conteria o histórico de adimplemento/inadimplemento das operações de crédito realizadas pelo cliente junto àquela instituição, no decorrer dos cinco anos anteriores ou mais. Na justificação o autor argumenta que tal disponibilização permitiria ao cliente facilmente transferir seu histórico de uma instituição financeira para outra, o que contribuiria para a mudança do relacionamento entre as pessoas físicas e as instituições financeiras, tornando-os mais equilibrado uma vez que fortaleceria a posição do cliente.

É verdade. Um dos grandes problemas do *spread*, quer dizer, o *spread* é a margem que a instituição financeira coloca em cima do custo de captação, para formar taxa de juros dos empréstimos. O *spread* nas pessoas físicas é extremamente mais elevado do que nas pessoas jurídicas, é claro, o risco é maior a gente entende.

Mas há uma exacerbação do risco, de avaliação dos riscos por parte das instituições financeiras por quê? Porque elas não têm informações tão precisas das pessoas físicas como têm das pessoas jurídicas. Então, esse projeto tem esse mérito de tentar democratizar a informação para todas as instituições financeiras, no sentido de possibilitar uma melhorar avaliação no risco das pessoas físicas.

No que toca ao aspecto tecnológico que nos cabe apreciar nessa Comissão, não se constata óbices à adoção das medidas propostas, são elas de fácil implantação e não exigirão nenhuma nova tecnologia e nem emprego de recursos extraordinários para sua execução. O prazo assinalado parece ser apropriado para adoções das medidas preconizadas.

Em vista do reparo feito pelo próprio autor no que toca a falta de divulgação de medida que favoreceria o cliente, sugerimos emenda no sentido de obrigar os bancos proceder à necessária publicidade do cadastro aqui instituído.

Pelos motivos expostos, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei 538 de 2007, nesta Comissão, com a emenda que apresentamos. Esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Eu mantenho o pedido de vistas até porque a posição favorável acompanhando o Relator, com algumas sugestões que eu acho que, inclusive, melhoram ainda mais a questão e protegem--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O seu pedido de vista, Senador Zambiasi.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Sr. Presidente--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Envolvem apenas dois aspectos a serem observados.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Marcelo Crivella, com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Sr. Presidente, eu compreendo aqui a posição do Senador Sérgio Zambiasi, acho que nós todos precisamos dar uma olhada no projeto. Mas pela relevância, eu pediria a V.Ex^a., que dê vista coletiva para que a gente possa na semana que vem discuti-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vista coletiva, então, à Comissão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Passaremos ao Item 5º. Está presente a Relatoria, ilustre, Líder de Governo, Senadora Ideli Salvatti.

Este é o Item 5º, Projeto de Lei da Câmara nº 29: “Acréscce e altera dispositivos na Lei nº 8.977, de 6 de Janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo (disponibiliza um canal reservado ao Poder Executivo Federal, na área de prestação de serviços das operadoras de TV A Cabo)”. Autoria a Presidência da República. Relatoria da Senadora Ideli Salvatti, a quem eu apresento palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Que o Jucá não lhe ouça, V.Ex^a., me elevou ao cargo que ele ocupa de Líder de Governo, por enquanto, eu só sou Líder do PT e do Bloco de Apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas realmente, isso saiu do fundo do coração.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu percebi. Eu percebi que tenho apoio, eu tenho apoio em V.Ex^a., é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O carinho que eu tenho por V.Ex^a., eu dou sempre um cargo a mais é uma coisa que saiu do fundo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Muito obrigada.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– E outra coisa, Sr. Presidente, é Líder na TV Senado

a que mais aparece é mais do que Ana Maria Braga na televisão, nos áureos tempos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não provo-que Senador Crivella.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Até por-que não é Senador Marcelo Crivella? Caiu bastante a audiência lá, mas tudo bem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – V.Ex^a., não está fazendo campanha contra o Senador Rome-ro Jucá, não?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – De jeito, nenhum, Senador. “Flexa ligeiro”. (risos)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Por-que, Senadora Ideli--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Ele ado-ra dar uma flechada rapidinha, não tem jeito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Se-nadora Ideli, me preocupa muito. O Senador Rome-ro Jucá é conhecido por todos os seus pares como um líder laico, ele já foi Líder do Governo Fernando Henrique, é Líder do Lula e será Líder do Governo do PSDB próximo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O que demonstra que ele é um bom líder viu, Senador Fle-xa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com certeza absoluta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas vamos ao que interessa que é o projeto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – É o Líder de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Provocando o Senador Flexa, vamos ver se quando for Líder do PSDB ele vai ter idade, ele vai poder... (risos) Se ele vai está bem fisicamente, vai levar tanto... O PSDB, o PSDB--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Vai levar tanto tempo... Tanto tempo...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – PSDB, eu falei errado, então?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Fa-lou errado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Meu Deus, corrigindo, PSDB.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Vamos ao projeto, Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O pro-jeto como V.Ex^a., já colocou é um projeto de origem do Executivo. Na realidade esse projeto foi encaminhado em caráter de urgência, tendo em vista a relevância da matéria e o caráter institucional a que se reveste.

Ele foi apontado pelo Poder Executivo, tendo em vista uma grande dificuldade para a expansão da NBR, uma vez que as retransmissoras locais de radiodifu-são de sons e imagens vêm se recusando a incluir em grade de programação esse canal.

De acordo com o art. 22, inciso IV, da Constitui-ção Federal de 88, compete a União legislar sobre te-lecomunicações e radiodifusão. Nesse sentido, cabe ao Congresso Nacional entre as suas atribuições pre-vistas no art. 48 da Constituição Federal, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especial-mente sobre telecomunicações e radiodifusão, que é o inciso XII.

Por outro lado, a iniciativa desse projeto pelo Po-der Executivo Federal encontra-se também em confor-midade com o art. 61 da Constituição da República, visto que a matéria analisada não é de competência exclusiva do Congresso Nacional. Portanto, verifica-se que o presente projeto de lei, preenche todos os requi-sitos legais e constitucionais para sua aprovação.

Trata-se na realidade de reservar ao Poder Exe-cutivo Federal, um canal de TV a Cabo para divulga-ção gratuita de matérias de seu interesse e da po-pulação, nas mesmas condições já outorgadas aos demais poderes; ou seja, na rede de TV a Cabo, nós temos já a TV Câmara, a TV Senado, a TV Justiça e não temos uma TV Executivo, não há esse canal essa obrigatoriedade.

Portanto, é fazer inclusive a isonomia entre os três poderes, os três poderes, tendo direitos iguais de poder prestar contas dos seus atos de forma gratuita através da rede de TV a Cabo, para toda a população.

Então, é por isso que o nosso voto é favorável e pela aprovação da matéria dado cumprir todas as... O que o Senador Flexa já está apontando ali?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já está aguardando.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Já está aguardando, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Já está aquecido.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então, segue todas as regras legais, constitucionais.

Também é uma questão eu diria até de justiça e de isonomia entre todos os três poderes, tendo em vista que o Poder Legislativo e o Poder Judiciário já detêm desta concessão, desta veiculação da sua programação na TV a Cabo em todo o Brasil.

Então, é apenas para fazer a isonomia de divulgação dos atos dos três poderes no sistema de TV a Cabo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão, o Projeto de Lei da Câmara nº 29 de 2005, de autoria da Presidência da República, Relatoria da Senadora Ideli Salvatti.

Os Senadores que desejam discutir? Senador Flexa Ribeiro, Senador ACM Júnior e Senador Expedito Júnior.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu gostaria de dizer que o relatório da nobre Senadora Ideli Salvatti ele é pela aprovação do projeto, mas a questão da TV Pública é uma questão que está em discussão no Congresso, feito por Medida Provisória e, ainda, está sendo objeto de esclarecimentos e de detalhamento.

Ainda, agora, houve um aporte de recurso também por decreto do Executivo, para a implantação da TV Pública, então eu vou pedir vista desse processo, para que a gente possa aprofundar a questão da inclusão da nova TV Pública na grade das TVs a Cabo, até porque já existe uma TV Pública na grade das TVs a Cabo, então, serão duas.

Eu gostaria de ter essas informações da nobre Relatora, em função disso eu peço vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pedido de vista, do Senador Flexa Ribeiro.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É claro que o Senador Flexa Ribeiro tem todo o direito de pedir vista e tal--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Claro.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Que fique bastante claro: isto aqui não é a TV Pública, não é um canal da TV Pública. Isto aqui é a veiculação... Da

mesma forma como tem TV Senado, TV Câmara e TV Justiça, que é um direito que o Executivo também tem, de ter um canal de veiculação dos seus atos como o Congresso e o Poder Judiciário têm.

Então, não é a TV Pública, isso aqui não tem nada a ver com a discussão da TV Pública, que vai ser canal aberto, é outra discussão, é outra estrutura, é outro projeto inclusive.

Então, que não paire qualquer dúvida. A única coisa que está se buscando--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu espero me sair bem nessa mediação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A única coisa que está se buscando aqui é a isonomia, que a TV Senado, TV Câmara e a TV Justiça já detêm no sistema de TV a Cabo para o Poder Executivo.

Aliás, algumas TVs a Cabo tem a NBR, aqui em Brasília por exemplo eu assisto, lá no meu Estado eu não assisto, lá não tem. A TV a Cabo lá--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Porque aonde tem geração é obrigado a colocar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A TV a cabo lá não permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Aonde há geradora é obrigado a colocar no cabo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então, é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Onde está caracterizado a geradora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então, é apenas para fazer esta igualdade, não tem a ver com a TV Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR) – No cabo todas as emissoras da localidade são obrigadas a entrar no cabo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então, é apenas para garantir a isonomia que a TV Senado, a TV Câmara e a TV Justiça têm em todo o Brasil, para também o veículo do Executivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR) – Bom, eu também estava pensando em pedir vistas--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vista coletiva, então?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – Coletiva, mas em função da própria tramitação – sei que são duas coisas diferentes – contudo, quando a TV Pública se instalar, ela vai se instalar no Brasil inteiro, então, ela vai entrar em todas às operações de cabo.

Então, eu gostaria de solicitar uma Audiência Pública – e aqui está o requerimento – com a Jornalista Tereza Cruvinel, Presidente da IBC; o Sr. Evandro Guimarães da ABERT e o Sr. Alexandre Annenberg da ABTA, Associação das Empresas de TV a Cabo, pra gente discutir esse assunto.

Então, eu estou apresentando o recurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Extrapauta?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – Extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Por favor, podia pegar o requerimento?

Queremos pegar e votar logo esse requerimento, para depois não ter que voltar?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – Vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Já está com o pedido de vistas do Senador Flexa Ribeiro.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu acho até...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Podia incluir, então, com a permissão aqui dos demais Senadores, o Ministro, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V.Ex^a, subscreve junto com o Senador ACM e inclua.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Seria fundamental trazer o Ministro Hélio Costa, o Ministro das Comunicações.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Pode ser.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – Eu abro, o Relator—

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Subscreva.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – Se a Senadora Ideli quiser colocar.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Então, eu gostaria de incluir--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu acho que seria bom inclusive como esse assunto da TV Pública, já está bastante colocado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – Perfeito, então vamos incluir o Ministro Hélio Costa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Isso.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – E se quiser, também poderemos colocar o Franklin.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – O Franklin Martins, o Ministro, também.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É porque esse assunto da TV Pública é um assunto que tem bastante polêmica é importante que a Comissão trate, agora, só volto a dizer que esta aqui é uma situação diferenciada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só para nós organizarmos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – O assunto de TV Pública é público.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pedido de vista coletiva do Projeto nº 29--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente eu também gostaria de fazer o pedido de vistas--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vista é coletiva, tiver acesso. E acabando essa discussão, nós passaremos à votação do requerimento extrapauta apresentado pelo Senador ACM Júnior e, subscrito pelo Senador Expedito Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – Também pelo Senador Expedito Júnior e Senadora Ideli. A Senadora Ideli Salvatti, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sem problema, eu acho que esse debate vai ter que acontecer mais cedo ou mais tarde, quanto mais anteciparmos melhor.

Requerimento em votação. “Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, requerem nos termos do inciso I, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública, com a Jornalista Tereza Cruvinel, Presidente da Empresa Brasil de Comunicação, Sr. Evandro Guimarães, Diretor da ABERT, o Sr. Alexandre Annenberg, Presidente da ABTA, Ministro Hélio Costa, Ministro Franklin Martins, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 29 de 2005, que acresce e altera o dispositivo da Lei 8.977

de 95, e dispõe sobre os serviços de TV a cabo". Ficando bem claro que vai acontecer, se for aprovado agora aqui, mas a lei que está sendo discutida sobre TV do Executivo.

Em votação o requerimento apresentados pelos Senadores. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos voltar ao Item 1, está presente o Relator, meu ilustre companheiro de representação de Estado, Senador Eduardo Azeredo, que já foi Prefeito, Governador e com certeza será também...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu acho que o Presidente vai ser um outro mineiro, mas não esse--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Vai ser um outro mineiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas não esse, nesse momento, não é?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Vai ser o outro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nesse momento.

Projeto de Lei do Senado nº 346 de 2005: "Acrescenta § 3º do art. 26 da Lei Nº. 8.977, de 6 de Janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo e dá Outras Providências". Autoria do Senador Pedro Simon, Relatoria do Senador Eduardo Azeredo, com parecer favorável na forma no substitutivo oferecido.

Observação 1: Matéria terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle CMA.

Observação 2: Na reunião de 17 de outubro de 2007, foi concedida vistas ao Senador Augusto Botelho, que apresentou requerimento para realização de Audiência Pública para instruir o presente projeto.

Então, eu acho que se é para instruir o projeto Audiência Pública, não poderíamos votar, não é isso?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente, eu tenho uma opinião sobre essa questão de Audiência Pública, é que é evidente que é válido termos Audiência Pública em determinados assuntos, mas se todo o projeto que nós tivemos aqui, nós tivemos que fazer Audiência Pública. O Senador não está aqui o Senador Augusto Botelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas nós aprovamos o requerimento do Senador Augusto Botelho com essa Audiência Pública, nós aprovamos aqui.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Chegou a ser aprovado o requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não aprovamos, não?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Não, não chegou a aprovar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Desculpe, está na pauta para hoje. Eu acho o seguinte Senador, se nós aprovarmos a Audiência Pública não podemos aprovar o projeto, nós perdemos uma coerência.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, eu boto em votação, senão for aprovado nós aprovamos o projeto, vai depender dessa Comissão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Pois é, o que eu queria só explicar é o seguinte: o projeto e razoavelmente simples, é um projeto do Senador Pedro Simon, proibindo a cobrança em pontos adicionais.

Eu já apresentei o relatório semana passada propondo uma alternativa que é intermediária, fazendo uma limitação à cobrança do ponto adicional que seria 10% do valor do ponto contratado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu me lembro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Por quê? Porque existe uma necessidade de maior intensidade de sinal, quando você tem um ponto adicional.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu me lembro muito bem--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Dei essa explicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V.Ex^a. deu uma aula sobre esse assunto.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Então, se nós formos ter Audiência Pública vai ser para responder essa pergunta, vai ser uma Audiência Pública para a pessoa dizer o seguinte para a pessoa dizer assim: "Não nós precisamos assim de ponto adicional ou não".

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Eduardo Azeredo, eu digo o seguinte--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Por isso que eu queria argumentar contra o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu sei, mas eu tenho submeter o requerimento à votação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Claro.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Se for reprovado, V.Ex^a., relata.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em respeito ao Senador Augusto Botelho, inclusive, ele não está presente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Não, perfeito. Eu estou só argumento. Eu estou só argumento quanto à necessidade de votar o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Veja bem, eu não vejo como sendo praxe nós votarmos um requerimento sem a presença do autor.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Exatamente, o que eu ia falar Senador Eduardo Azeredo, eu queria contribuir--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Veja bem, nós temos que transferir essa pauta.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Não, Sr. Presidente, deixa eu tentar ajudar aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok. Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Veja bem, o requerimento ele teria preferência correto? De votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Claro.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Mas em o autor não estando presente Sr. Presidente, eu acho que eu acho que nada impede de nós votarmos o relatório do Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Expedito, eu não gostaria de proceder assim. Eu gosto das coisas na frente, assim, que eu digo, na frente, eu não estou nem--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – O projeto é terminativo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Não, não é terminativo.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Então, vai ter oportunidade vai ter possibilidade de fazer Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu não gostaria, eu conheço bem o Senador Augusto Botelho, eu não gostaria de passar pela etapa, por cima de um pedido dele. Eu acho que nós temos que respeitar. Eu também faria a mesma situação com V.Ex^a.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu não quero de maneira alguma--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu faria o seguinte, eu submeteria a votação da Comissão, se nós devemos... Veja bem--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente, deixa eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só um minuto, Senador, eu vou dar a palavra a V.Ex^a.

Na minha opinião, nós teríamos que botar o requerimento em votação com a presença do Senador Augusto Botelho, como eu faria com qualquer um dos Senadores presentes. Aprovado ou não, passaríamos ou não à votação do projeto.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Se o Senador Augusto Botelho não está presente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Chegou, chegou.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Acabou de chegar--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Pronto.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Então, vamos votar o requerimento do Senador Augusto Botelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ótimo, resolvemos o problema com a chegada do Senador Augusto Botelho. Só para colocar V.Ex^a., a par do que está acontecendo.

V.Ex^a. tem um pedido de requerimento que se encontra sobre a mesa, do pedido de Audiência Pública. Se o pedido de V.Ex^a. for aprovado, tiraremos de pauta a votação da lei da qual V.Ex^a. pediu Audiência Pública para instruir melhor o projeto.

Se não for aprovado, passaremos direto ao projeto, é essa a situação que nós nos encontramos aqui e eu estava discutindo que eu... E quero que sirva também para qualquer outra ocasião. Se o autor não estiver presente eu não botaria em pauta, Senador Marcelo Crivella, V.Ex^a., também eu acho que temos que ter um... Senão, não há defesa do requerimento.

Então, botaremos em votação o requerimento do Senador Augusto Botelho para Audiência Pública, está certo, Senador Eduardo Azeredo? Requerimento sobre a mesa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Senador Augusto Botelho, o que eu estou colocando é que a informação sobre a questão do ponto adicional é daquela de que existe necessidade de uma intensidade maior de sinal para poder ter ponto adicional, por isso é que eu propus aquela alternativa intermediária de cobrança limitada a 10% em favor do ponto.

Uma nova Audiência Pública vai exatamente entrar na fila de Audiências Públicas aqui e a gente não sabe quanto vai votar, na verdade, é um assunto simples ele não é tão... Por isso que eu estava querendo colocar, se há necessidade realmente da Audiência Pública ou se V.Ex^a., nesse período já teve essas informações que desejava.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu entrei em contato, inclusive, com aquele Prof. Etevaldo e tudo, mas ele não com ele não esclareceu ainda a respeito disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, botaremos em votação o requerimento do Senador Augusto Botelho.

Se nós aprovarmos o requerimento de V.Ex^a., está suspensa a votação do projeto de lei que está com a Relatoria do Senador Eduardo Azeredo, se não for aprovado o requerimento passaremos à votação, quer dizer V.Ex^a., está em xeque.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Meu querido Senador Azeredo, essa atitude que eu estou tomando é em relação somente a mim mesmo que eu estou me colocando na posição de consumidor dos pequenos aqui, porque eu não entendo de eletrônica dessas coisas.

Mas eu não entendo, como é que eu vou ter que pagar a mais por um sinal, que eu entendo assim, no meu ponto de vista se eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Augusto Botelho, V.Ex^a., está correto--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Por um sinal que eu já estou pagando.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Esse é um Item polêmico--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Por isso que eu quero esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Que envolve retorno financeiro das telefônicas.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Já paga a mais, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Que envolve melhores preços para os consumidores, envolve qualidade dos serviços, por isso--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Mas eu não estou pensando nas telefônicas, eu estou pensando em mim, um consumidor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – No consumidor, claro.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Nos que me botaram aqui dentro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E envolve investimento, também, em qualidade e prestação de serviços.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É isso que eu quero dizer, todo esse contexto está envolvido. É um assunto para um debate muito forte.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Certo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu acho que a gente poderia chegar a um acordo também, quer dizer, houve uma solicitação do Senador Eduardo Azeredo para tirar o requerimento. Nós poderíamos também fazer uma solicitação ao Senador Eduardo Azeredo, para tirar os 10%, pronto!

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Isso aí, eu ficaria satisfeito se tirasse os 10%--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E votarmos o projeto antes.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Porque a pessoa não pagava mais nada, no meu enten-

dimento, mas também eu não quero dar prejuízo para as empresas, entendeu?

Eu quero que a coisa... Mas eles têm que me convencer de que realmente eles não estão emitindo todos os sinais; quando eu coloco mais um aparelho na minha casa, eles vão emitir mais um sinal para eu poder pegar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (ininteligível)
Isso é um spread internacional, não é coisa assim--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu sei, mas por que internacional, estão explorando consumidor no estrangeiro? Eu não quero que explore aqui no meu País não! Eu represento o brasileiro então no ponto de vista, eu acho que tem que ser discutido melhor isso, porque eu não entendo melhor isso.

Então, eu boto um sinal lá em Roraima, lá no Uiramutã, lá na pontinha dentro de casa pego da SAT, TV por satélite; eu coloco mais um aparelhinho na minha casa lá no quarto do meu filho vou ter que pagar mais um X, por que ele vai ter que emitir um sinal para aquele aparelho? Ele não emite sinal. Ele está emitindo sinal, eu só estou captando, ele permite que eu acesse o sinal.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Senador Augusto Botelho, deixa eu só colocar--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Me convença Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– O consumidor já está pagando hoje viu? Eu estou querendo é diminuir.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu sei Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Eu estou querendo é diminuir para o consumidor.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu sei, mas já que nós vamos diminuir para o consumidor--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– O consumidor paga hoje--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Quase 100%.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Já paga a média de 20, 25 reais, por ponto adicional.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Isso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Entendeu? A proposta que eu estou fazendo vai baixar para a metade praticamente. Então, fique bem claro: eu estou defendendo o consumidor do mesmo jeito--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu sei disso Senador Azeredo, V.Ex^a., está defendendo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Pois é, mas eu estou defendendo o consumidor dentro de uma questão de bom senso--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Isso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Porque que é o serviço um adicional é. O que vai acontecer vai ser: “Olha, não paga mais nada, então, também, não instalo mais ponto adicional”. Vai todo mundo que fazer “gato”, porque a própria empresa não vai ter interesse nenhum em instalar um ponto adicional.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Exato.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– O Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, tem aqui a experiência da área, conhece mais o setor também de maneira que está crescendo também o número de assinantes de TV a Cabo no Brasil.

O serviço de TV a Cabo no Brasil é ainda caro, é mais caro do que na Argentina. Tem um percentual... Exatamente, na medida em que aumentar o número de consumidores de TV a Cabo vai baixando o preço é assim em qualquer lugar do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Eduardo Azeredo, eu acabei de--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – A Argentina tem um número maior de consumidores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Acabei de sofrer os embargos auriculares aqui.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Onde diz o seguinte: se aprovarmos o requerimento do Senador Augusto Botelho está sobrestado o projeto de lei, até a realização da Audiência Pública, é assim que nós temos--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Mas é bom que nós vamos discutindo mais e vamos adiantando a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, a responsabilidade é dessa Comissão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Nós vamos discutindo, vamos adiantando a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vamos botar em votação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu só queria defender o meu requerimento um pouquinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Entre outras coisas, por exemplo, aquela taxa de assinatura de telefone, são coisas de injustiças que são feitas no Brasil. Para que aquela taxa de assinatura de telefone? Para que eu tenho que pagar taxa mínima de luz?

Taxa mínima de luz, só é barata para nós, mas para o pobre é caro, porque ele só tem três bicos de luz, mas tem que pagar taxa mínima e aí, ficam inventando aquelas alterações. Então, são algumas coisas que precisam ser mudadas e só podem ser mudadas, se a gente começar a mudar aqui na Casa.

Eu acredito no Senador Azeredo, na informação dele e tudo. Eu não tenho nenhuma dúvida, sei que ele quer defender e ele está defendendo o consumidor, mas eu não estou convencido que a empresa tem que mandar mais um sinal, para eu botar mais um aparelho dentro da minha casa pela fibra ótica. Então, ele só faz para permitir o acesso, se ele cobrasse uma taxa X, para entrar no acesso, mas todo mês eu tenho que pagar aquele acesso pra ele?

É a mesma história daquela cota de telefone fixo e telefone que não é pré-pago, que a gente tem que pagar todo mês. É dentro desse espírito que eu estou querendo discutir e discutir com gente que conhece e que tem... O Senador Azeredo reconhece muita coisa disso.

Eu quero trazer os técnicos e quero trazer os dois lados, o lado do que fornece o sinal e o lado do que consume o sinal, mas pessoas que entendam da coisa. Eu não entendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Como eu conheço bem o Senador Azeredo, com a palavra o Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Nós podemos marcar essa audiência para a semana que vem?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Seria ideal.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só para mim não há problema algum, eu sou apenas um facilitador aqui.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Não tem nenhuma audiência na fila, não? Outras? Tem essa do Senador Flexa--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tem alguma audiência marcada para a semana que vem? Audiência Pública? Temos duas. Vai entrar na fila, Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – É isso que eu estou falando, não podemos ter uma reunião--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Podemos marcar na quinta-feira, fazer uma Audiência Pública--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – De manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Num outro horário? Na semana que vem fazemos a audiência normal na quarta-feira e, na quinta-feira... Nós temos horários? Já tem outra também, essa Comissão está trabalhando demais. A Comissão trabalha muito, não tem espaço para nada.

No feriado não dá, na sexta-feira não dá, Senador Augusto Botelho.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Augusto Botelho, não dá para fazer uma reunião de trabalho ao invés de ser uma Audiência Pública, para ser uma coisa mais rápida?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Se a gente conseguisse trazer um técnico, uma pessoa que tivesse autoridade de tudo--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – É evidente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Porque na reunião de trabalho vai ficar só eu que não entendo muito bem, eu não vou poder defender direito a coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vamos fazer o seguinte, vamos entrar na fila.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu quero ter uma pessoa que conheça, tenha conhecimento da coisa para defender.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu vou submeter a--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu acho que Audiência Pública é a nossa tradição.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Está bom, mas--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – A tradição tem que ser respeitada nessa Casa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – E depois não aparece Senador na audiência, a verdade é essa. Eu estou querendo ser direto no assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Azeredo, eu quero dizer uma coisa ao Sr., alguém que tem mais velocidade e quer tudo mais rápido aqui sou eu, que sou suplente Ministro do Senador Hélio Costa.

Então, eu estou com tanta pressa, V.Ex^a., tem o mandato todo para cumprir, não precisa ter tanta pressa, não é isso Senador Expedito? Então, vamos votar o requerimento do Senador Augusto Botelho.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Enquanto isso o direito do consumidor está sendo prejudicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em votação, requerimento do Senador Augusto Botelho: “Requeiro nos termos regimentais seja realizada Audiência Pública, para discutir a vedação de cobrança pelos operadores de TV por Assinatura para oferta de ponto extra, quando instalado no mesmo domicílio; indicarei até a próxima semana o nome das autoridades, lideranças acadêmicas e cientistas credenciados a debater o presente tema”.

Em votação o requerimento do Senador Augusto Botelho, os Senadores que estão de acordo perma-
neçam mo estão.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Não tem discussão?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão, Senador Expedito, é que eu achei que já tinha discutido tudo.

Então, passaremos à votação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente. Presidente me deixa só falar mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Fale. Eu conheço bem V.Ex^a., fale.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu estou a favor, eu vou votar a favor do requerimen-
to pelo Senador Augusto Botelho.

Agora eu quero lembrar o seguinte: quanto mais demorar mais prejudicado é o consumidor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Está pa-
gando.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Porque hoje o consumidor está pagando mais do que está na proposta. Então, se nós não conseguirmos votar--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Voltando aqui, V.Ex^a., na verdade, está dando desconto de 90%

para o consumidor, não é isso? Quando pede para pagar só 10.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Não, não, chega a tanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não é pa-
gando 10?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Pagando 10, mas no ponto adicional, 10 do plano básico do adicional, no ponto adicional paga 10%.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vai dar 50%?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Mais ou menos. Hoje paga-se uma média de 20%, ou uma coisa assim.

Então, o que vai acontecer é que quanto mais demorar... Se nós entrarmos para o ano que vem e tudo, vai prejudicando o consumidor que poderia ser beneficiado.

Depois de aprovar aqui, tem que aprovar na outra Comissão de Consumidor, depois tem que... Se for para a Câmara entra no buraco negro, nunca mais sai.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Veja bem Senador Azeredo, eu realmente... Têm alguns mineiros que eu acho parecidíssimos, Itamar, Azeredo e Hélio Costa, são parecidíssimos. Eu digo que são os três... Eu tenho oportunidade de conviver com os três--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador, eu vou--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Dois já foram Governador e um pretender ser--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu vou ficar calado, deixa para lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas é um prazer muito grande conviver com as três pessoas, para mim realmente é uma honra muito grande. Então, apro-
vado o requerimento do Senador Augusto Botelho.

Passaremos ao Item 2, que o Senador Marco Maciel, tinha me pedido uma inversão de pauta que ele tem que ir para a CCJ, mas temos o Item 2, que ainda não é rádio.

Item 2. Projeto de Lei do Senado, 269 de 2006: “Altera a Lei 8.666, de 21 junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, para garantir a preservação de segredos cien-
tíficos, tecnológicos, industriais ou estratégicos”.

É um projeto importante, autoria do Senador Mar-
celo Crivella, Relatoria Senador Augusto Botelho, com parecer favorável na forma do substitutivo oferecido.

Observação: a matéria é terminativa na Comissão de Justiça e Cidadania, CCJ.

Com a palavra, o Relator Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sr. Presidente, eu vou ser bem rápido.

A Comissão examina o Projeto de Lei do Senado, PLS 269 de 2006, “que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, para garantir a preservação de segredos científicos, tecnológicos, industriais ou estratégicos”.

A proposta do ilustre Senador Marcelo Crivella, tem por objetivo alterar o art. 24, da Lei 8.666 de 21 de junho de 93, referente a licitações e contratos administrativos, ampliando a dispensa de licitação para casos que envolvam o comprometimento dos referidos sigilos, com a finalidade de proteger de maneira mais adequada questões de interesse da segurança e da competitividade tecnologia nacional; além de dificultar o acesso de por parte de atores não estatais, a dados que possam viabilizar o desenvolvimento de armas de destruição em massa, por exemplo, fortalecendo as iniciativas de combate a proliferação e, garantindo a participação efetiva do Brasil em regimes internacionais de não proliferação da segurança.

Estimamos, no entanto, que a redação do dispositivo em que se quer introduzir poderia de um lado ser mais claro e, de outro prescrever critérios alternativos, assim teríamos alta complexidade tecnológica e defesa nacional, ou preservação de serviços estratégicos científicos, tecnológicos e industriais e com as garantias legais pertinentes. Agregou-se por igual à necessidade de ser cumulativa uma ou outra situação.

Pelo exposto, o nosso voto é pela aprovação do projeto de lei do Senado, 269 de 2006, nos termos do seguinte substitutivo que está escrito aqui a seguir, Sr. Presidente. O meu voto é favorável, da forma apresentado aqui ao parecer do Senador Marcelo Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o parecer do ilustre Senador Augusto Botelho, do projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Não havendo quem queira discutir passaremos à votação. Os Senadores que estão de acordo permanecem como estão. Aprovado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu quero apenas agradecer ao relatório brilhante do Senador Augusto Botelho e dizer que, na verdade, esse projeto foi uma solicitação da nossa Marinha, a Marinha Brasileira e que quis Deus tenha sido acolhido pelo brilhante e eminente, Senador Augusto Botelho.

É a garantia de que nossa Marinha poderá nos casos de licitação da Lei 8.666, quando se tratar de assunto a seu critério sigilo, secreto, possa dispor dos meios para não perder seus segredos.

Eu acho que é coisa importante, relevante, é uma matéria que cabe a essa Comissão e quero, então, agradecer de público aqui ao Senador Augusto Botelho, pelo brilhante substitutivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente eu só gostaria de saber se V.Ex^a., vai tratar, também, da questão das rádios hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Todas. Estão aqui, temos uma série de rádios aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Porque, se for possível, eu gostaria de inverter a--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Todo mundo quer inversão de pauta, nós vamos inverter, desinverter, vamos inverter e desinverter.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Ideli Salvatti, vamos tentar ser o mais rápido possível.

O único que eu pediria uma inversão de pauta, porque já que todo mundo está necessitando é o Presidente Marco Maciel, que me pediu porque ele tem que presidir, ele está vindo para cá.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Na hora que ele chegar, se os Srs., autorizarem já entraremos com a rádio--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A hora que ele chegar aqui, o Sr., por favor, toca bastante a campanha.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vamos lá então.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Presidente, foi nesse espírito que eu resumi o meu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu só queria só fazer uma colocação Senador ACM Júnior, porque realmente, uma rádio é uma coisa tão importante para o local que nós aprovamos, porque fica toda a comunidade esperando uma rádio e, nós temos que fazer isso então rapidamente aqui.

Então, eu queria deixar a minha manifestação que às vezes, nós não estamos assim dando... Parece que nós não estamos dando o real valor ao que nós aprovamos, mas é em função das rádios que nós queremos prestar o serviço, aprovar rapidamente para que haja a prestação de serviço.

A todas aquelas cidades que nos estão vendo, saber que nós temos o maior respeito por essa atividade que nós estamos aprovando. Passaremos, então, na nossa velocidade aqui presente nas rádios.

Projeto dos itens 7, 8, e 9--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente, 6.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Desculpem. Item 6, Item 7, Item 8 e Item 9, são projetos autorizativos de autoria do Poder Executivo todos da Relatoria do Senador Sérgio Zambiasi.

O Item 6, da cidade de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Capital das Missões.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Isso, que tenho que ler: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Santo Ângelo – Radiocom Fm para executar Serviço de Radiodifusão Comunitária”.

O Item 7: “Aprova o ato que renova a permissão de outorga à Rádio Publicidade Maggi-Plan Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul”. Cidade importante, não que todas não sejam importantes, mas é a que eu tenho ouvido mais.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Flores da Cunha homenageou a Revolução Farroupilha-

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É por isso.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Designando a cidade com este nome.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Item 8: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de São Marcos – Ascámarcos para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de São Marcos, Estado do Rio Grande do Sul”.

Eu queria dizer que é projeto terminativo temos que ter quorum mínimo, se sairmos não teremos e aí todos serão prejudicados.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – São Marcos fica próximo a Caxias do Sul, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok. E o Item 9º: “Que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária “Esperança”, de Esperança do Sul para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Lá perto da Argentina.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi, à vontade Senador.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Item 6: “Outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Santo Ângelo, a Capital das Missões, Presidente”. E o parecer é favorável, Radiocom Fm, para executar serviço de Radiodifusão Comunitária.

Item 7: “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Publicidade Maggi-Plan Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Farroupilha”. E o parecer é favorável.

Item 8: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de São Marcos – Ascámarcos, também, para executar serviço de Radiodifusão Comunitária nessa cidade de Serrana”, que fica muito próxima a Caxias do Sul. O parecer é favorável.

E o Item 9: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária “Esperança”, de Esperança do Sul para executar serviços de Radiodifusão Comunitária, na Cidade de Esperança do Sul”, fica lá na Região de Três Passos, muito próximo também da Argentina. E, o parecer é favorável, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Sérgio Zambiasi.

Essa Comissão sente sempre que V.Ex^a. faz o relato de alguma outorga ou renovação é uma honra muito grande, porque eu sei da história de V.Ex^a., que começou como radiodifusor, acabou toda a população dando essa votação expressiva a V.Ex^a., vindo a representar o Estado do Rio Grande do Sul nessa Casa. É uma honra muito grande.

Passaremos aos Itens 10 e 11, ambos de autoria do Poder Executivo e Relatoria do Senador Flexa Ribeiro.

Item 10. “Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Sociedade Fm de Medicilândia para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Medicilândia, Estado do Pará”.

O Item 11. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Santa Etelvina, para exe-

cutar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas”.

Passaremos a palavra ao Senador Flexa Ribeiro que sempre é muito resumido, mas eu queria que V.Ex^a., falasse um pouco sobre a rádio para não ser bem resumido, eu sei que V.Ex^a., sempre é bem rápido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Wellington Salgado, Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, o Projeto Legislativo nº 276, trata da outorga de autorização à Rádio Comunitária Sociedade Fm de Medicilândia, para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Medicilândia, Estado do Pará.

Presidente, Senador Wellington Salgado, Medicilândia é um Município que fica da Transamazônica, uma região esquecida por vários governos e que tem uma capacidade e um potencial de desenvolvimento muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Porque o nome Medicilândia?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Medicilândia em homenagem ao Presidente Médici, na época quando foi criada a Transamazônica pelo Governo Militar.

Eu fico muito feliz de poder relatar favoravelmente, outorga para a Rádio Comunitária Sociedade de Medicilândia, até porque é a possibilidade de que a comunidade daquele Município possa ter as informações necessárias, para melhorar suas informações a respeito dos trabalhos feitos pelo desenvolvimento daquela região próspera do nosso Estado do Pará.

O projeto seguinte, Item 11. Projeto de Decreto Legislativo nº 311 de 2007, que “trata da outorga da autorização à Associação Comunitária de Santa Etelvina, para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas”.

Eu relato e presto homenagem aos Senadores que de forma tão brilhante representam aquele Estado irmão, Senador Arthur Virgílio, Senador João Pedro e Senador Jefferson Peres.

O voto é favorável para outorga de outorga de autorização à Associação Comunitária de Santa Etelvina, para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado Senador Flexa Ribeiro, tenho certeza que V.Ex^a., pediu bastante para que adiantassem esses projetos de autorização de outorga.

Passaremos, agora, ao Item 12, ambos de Relatoria do Senador Antônio Carlos Júnior. Item 12: “Que aprova a outorga de permissão à LMG Comunicações Ltda, para explorar serviço de Radiodifusão Sonora em frequência modulada na Cidade de Jequié, Estado da Bahia”.

E o outro que aprova: “Aprova o ato que outorga autorização à Prefeitura Municipal de Fortaleza para executar serviço de Radiodifusão de sons e imagens na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo 281, que outorga permissão à LMG Comunicações Ltda, na Cidade de Jequié.

O voto é pela aprovação da outorga, e também o Item 13, o Decreto Legislativo nº 313 de 2007, da Câmara dos Deputados, que autoriza à Prefeitura Municipal de Fortaleza a executar serviço de Radiodifusão de sons e imagens na Cidade de Fortaleza, Ceará, também o meu parecer é favorável, pela aprovação do Decreto Legislativo.

Esses são os votos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Passaremos à votação no final em grupo porque são projetos terminativos.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sim.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Eu gostaria de solicitar a V.Ex^a., com a anuência dos demais pares desta Comissão, a inversão de pauta, que eu sou Relator de Item 26, eu tenho agora uma oitiva no Conselho de Ética, marcada para 10h00, eu gostaria de relatar este Item.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em votação o pedido de inversão de pauta. Aprovado. Rapidamente Senador Quintanilha, que todos foram... Esse negócio... Se bem que Conselho de Ética...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Chega a esta Comissão para exame em caráter terminativo o Projeto de Decreto Legislativo nº 305 de 2007, destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Asto – Associação Totó Porto de apoio à criança

carente, para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Goiatins, Estado do Tocantins.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio da mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, Parágrafo 3º, ambos da Constituição. A Associação preencheu todos os requisitos necessários, Sr. Presidente.

Essa emissora emprestará uma contribuição inestimável à sociedade. É uma cidade relativamente remota de difícil comunicação, ela terá um papel muito importante na integração da população daquele importante Município no Estado de Tocantins, por isso o nosso voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final, parecer favorável.

Senador Quintanilha, V.Exª., que está do lado de Tocantins ali ao lado do Mato Grosso do Sul, gostaria de relatar o Item 25, que não está presente o Senador Valter Pereira, como Relator ad hoc?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pois, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – “Projeto de Decreto Legislativo nº 319 de 2007, que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Radiofônica Century Ltda, para explorar serviço de Radiodifusão Sonora em frequência modulada na Cidade de Terenos, Estado de Mato Grosso do Sul”.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 319 de 2007, que propõe a outorga à Sociedade Radiofônica Century Ltda, para explorar serviço de Radiodifusão Sonora em frequência modulada na Cidade de Terenos, Estado de Mato Grosso do Sul.

O ato também foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, Parágrafo 3º, ambos da Constituição Federal.

E certamente, Sr. Presidente, a Associação preencheu todos os requisitos para se credenciar a estar recebendo essa outorga e promover esse trabalho, esse serviço de inestimável valia para aquela comunidade.

O voto, portanto, do eminente Relator, Senador Valter Pereira, é pela aprovação com o qual nós concordamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o parecer do Relator ad hoc, Senador Leomar Quinta-

nilha. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final em bloco.

Eu queria dizer o seguinte, estou passando a Presidência para o ilustre Senador representante do Rio de Janeiro, Senador Marcelo Crivella que eu acompanharei o Senador Leomar Quintanilha, que eu gostaria de ouvir também a sua oitiva no Conselho de Ética.

Eu estou passando a Presidência ao Senador Marcelo Crivella.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senhores a oitiva pela qual o Sr. Presidente se retira do Plenário, é em relação à propriedade de meios de comunicação pelo Sr., Renan Calheiros o nosso companheiro Senador e será ouvido o contador de Alagoas, tomando o depoimento o Senador Jefferson Peres.

Eu passaria imediatamente ao Item 26 da pauta. Senador Leomar Quintanilha já relatou, não é? Então, vamos o Item 14, peço ao Senador Eduardo Azeredo para relatá-lo. Desculpe Senador, eu recebi uma informação errada aqui da minha Secretária são os itens 14 até o 18, que são relatórios do Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, o Item 14: “Trata da permissão outorgada à Rádio Igapó FM Ltda, para explorar serviço de Radiodifusão Sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná”.

O Item 15: “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Marumby Ltda, para explorar serviço de Radiodifusão Sonora em onda média na Cidade de Campo Largo, Paraná”.

O Item 16: “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Vale do Iguaçu do Verê Ltda, para explorar serviço de Radiodifusão Sonora em onda média na Cidade de Verê, Paraná”.

O Item 17: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Ecológica, Cultural e Esportiva de Campo Bonito – Paraná, para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Campo Bonito, Estado do Paraná, Oeste do Estado”.

O Item 18: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Itaipulândia, para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Itaipulândia, Estado do Paraná”, perto da Usina de Itaipu, oeste do nosso Estado.

Os pareceres de todos os itens são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Passemos, então, ao Item 19. Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, trata-se de outorga de Rádio Comunitária na Cidade de Ituiutaba, no Pontal do Triângulo Mineiro.

Segundo a análise feita pelo Ministério das Comunicações e também aqui feita pelo Senado, o processo preenche todos os requisitos necessários de maneira o que voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito agradecido, Sr. Senador.

Passemos, então, ao Item 20, que é emissora na cidade de Guarapari, passo a palavra ao Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Muito obrigado, senhor Presidente, Projeto de Decreto Legislativo nº 268 de 2007 que: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural da Grande Guarapari, para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo”.

Parecer favorável, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senador Casagrande.

Gostaria de pedir ao Senado Zambiasi que por gentileza, relatasse os itens, 21, 22, 23, que são de autoria do Senador Romeu Tuma.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Com muita honra.

O nosso companheiro, Senador Romeu Tuma, apresentou pareceres favoráveis aos itens 21: “Que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Alternativa Fm, para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Mirante do Paranapanema, Estado de São Paulo”.

Item 22, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Ecológica Natureza e Vida, para executar serviço de Radiodifusão Sonora em frequência modulada na Cidade de Juquitibá, Estado de São Paulo”.

Item 23. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Horeb de Fernando Prestes, para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Fernando Prestes, Estado de São Paulo”.

São estes os itens. Todos os pareceres do Senador Romeu Tuma que eu acompanho são favoráveis, Presidente Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir a Maria do Carmo Alves, se possível, para relatar Item o 27, que trata da ONG – Arte Cultura e Meio Ambiente para executar serviço de Radiodifusão --

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, a Senadora Ideli, está pedindo carona.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Meu Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois não, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não aceitaram inverter a pauta, agora, não me pule, eu sou 24, o senhor, quer ir para o 27.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Já vamos atender à V.Exª.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Isso, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senadora Maria do Carmo Alves, Item 27, Relatoria do Senador João Tenório, se V.Exª., pudesse relatar.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Pois, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Estado de Alagoas, cidade de Santana do Ipanema.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o parecer é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senadora Maria do Carmo Alves. Vamos ao Item 24: “Aprova e renova a concessão outorgada À Rádio Clube de Blumenau”.

Com a palavra Senadora combativa, Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Indo na mesma toada das mulheres rapidinhas, renovar a concessão de uma importante rádio lá no nosso Estado, na cidade de Blumenau, que é a Rádio Clube de Blumenau e o nosso parecer é pela renovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senadora, eu não passei a Relatoria antes a Sra., porque vi que estava ao telefone.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Ao telefone, muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Item nº 29: “Aprova o ato que outorga autorização ao Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim”.

Então, eu passo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, já que o Senador Eliseu Resende não se encontra presente, se V.Exª., puder relatar o Item 29.

Com a palavra V.Exª.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero em nome do Senador Eliseu Resende, dizer que o processo do Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim, preenche todos os requisitos e análise é favorável.

Portanto, sendo o voto favorável, para a Radiodifusão Comunitária em Botumirim, em Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Relator, eu consulto V. Exa., se poderia relatar também os dois últimos itens da pauta, um é de Poços outro é Juiz de Fora, também, da região de V.Ex^a.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Perfeitamente, quais são os dois itens?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Os últimos da pauta--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– 32 e 33, está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Um se refere a Poços e outro de Juiz de Fora.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) –

Sim, é Relatoria do nosso Presidente, Senador Wellington Salgado que teve que se ausentar.

Rádio Difusora de Poços de Caldas, no caso, não é Rádio Comunitária é para Radiodifusão Sonora em frequência modulada em FM, na Cidade de Poços de Caldas, aquela tão agradável Cidade do Sul de Minas. O parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito agradecido, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– E o Item 33, se refere a uma outra grande cidade mineira de Juiz de Fora, a Rádio Sociedade Juiz de Fora, para explorar serviço de Radiodifusão Sonora, também, em FM, frequência modulada.

Da mesma maneira, toda a documentação foi analisada pelo Ministério das Comunicações e, também aqui pela Consultoria do Senado Federal.

O voto, portanto, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senador.

Eu consulto ao Senador Antonio Carlos Júnior, se poderia relatar o Item 30, que é lá do Nordeste, que trata da concessão de Rádio Comunitária na cidade de Cupira, Pernambuco.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – Pois não, Sr. Presidente.

Sr^{as}. e Srs. Senadores e Senadoras, o parecer do Senador Marco Maciel em relação à Associação de Desenvolvimento Comunitária do Município de Cupira em Pernambuco, é o parecer pela aprovação, portanto, a recomendação do Senador é no sentido de aprovar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito agradecido, Senador.

Eu peço ao Senador Flexa Ribeiro, por gentileza, relatar o Item de autoria do Senador Mão Santa, o relatório do Senador Mão Santa, que trata sobre Rádio FM, na cidade de Curimatá, no Estado do Piauí.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Marcelo Crivella, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores.

O relatório do Senador Mão Santa, aprova a outorga permissão à Fundação Nercino Valter, para executar serviço de Radiodifusão Sonora em frequência Modulada na Cidade de Curimatá, Estado do Piauí.

O voto é pela aprovação, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito agradecido.

Convido ao Senador Augusto Botelho para assumir a Presidência da nossa Comissão, enquanto eu faço o relatório do Item 28, que é Rádio e Televisão FM, na cidade de Volta Redonda.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, para relatar o Item 28.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, trata-se de outorga que autoriza a Associação Comunitária de Rádio e Televisão Integração Fm – Acri, para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.

O relatório é de autoria do Senador Francisco Dornelles, que por imposição de Relatoria e trabalho importantíssimo em outra Comissão, não pôde estar presente, então, me encarregou de emitir o relatório por ele.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que o relatório é favorável. A cidade de Volta Redonda é a principal Cidade do Sul Fluminense, a maior produtora de aço desse País, aço e cimento senhor Presidente, fundada na época de Getúlio Vargas.

Portanto, é muito importante que a concessão dessa rádio dela seja renovada, porque presta relevantes serviços à comunidade. Era esse o meu relatório, senhor Presidente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Em discussão. Será votado em conjunto com os outros.

Repasse a Presidência.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado.

Srs. Senadores, passemos agora, então à votação nominal de todas as concessões cujos relatórios acabaram de ser lidos.

Pergunto ao Senador Augusto Botelho, como vota V.Ex^a.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pergunto ao eminente Senador Renato Casagrande, como vota V.Ex^a, com os Relatores.

Pergunto ao Senador Sérgio Zambiasi, como vota V.Ex^a.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pergunto a Senadora Ideli Salvatti, como vota V.Ex^a.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pergunto à Senadora Maria do Carmo Alves, como vota V.Ex^a.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ao Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado.

Pergunto ao Senador Eduardo Azeredo, como vota V.Ex^a.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pergunto ao Senador Flávio Arns, como vota V.Ex^a.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pergunto ao Senador Flexa Ribeiro, como vota V.Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com as Relatoras e, com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Sr. Relator. O meu voto também é pela aprovação, portanto, estão aprovadas todas as concessões de Rádio FM e também de Rádios Comunitárias, apresentadas e discutidas na nossa sessão de hoje.

Não havendo mais nada em pauta para ser discutido, agradeço a presença de todos os Senadores e dou por encerrada a nossa presente sessão.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 10h35.

Ata da 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de novembro de 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia sete de novembro de dois mil e sete, na sala 13, Ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira Presidente da Comissão, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Maria do Carmo Alves, Eduardo Azeredo, Cristovam Buarque, Expedito Júnior, Romero Jucá e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Antonio Carlos Júnior, João Tenório e Cícero Lucena. Justificam as ausências os Senhores Senadores Flávio Arns e Augusto Botelho. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo o Requerimento nº 26, de 2007 – CCT, de 2007 – de autoria do Senador Flávio Arns, que requer "..., nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater a importância da Ciência como meio de promoção da paz e do desenvolvimento." Para tanto, deverão para expor seus pontos de vista: Vincent Defourny – Representante, no Brasil, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO; Comte. Geraldo Joaçaba – Secretário da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – SECIRM; Ênio Candotti – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Jacob Palis Júnior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências e Ildeu de Castro Moreira – Diretor do Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia. Comparecem a Audiência Pública o Senhor Vincent Defourny – Representante, no Brasil, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – UNESCO; Professor Dr. Jefferson Córdia Simões – Pesquisador do Programa Antártico Brasileiro; Lauro Morhy – Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC e Ildeu de Castro Moreira – Diretor do Departamento de Populariza-

ção e Difusão da Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros das Comissões. Usam da palavra os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi e Renato CasaGrande. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo número regimental declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que se realiza nesta data, dia 07 de novembro de 2007.

Iniciando os trabalhos dessa Reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com os seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado.

Sras. e Srs. Senadores, a realização desta Audiência Pública atende ao Requerimento nº. 26/2007 da CCT, de autoria do Senador Flávio Arns, e tem o objetivo de debater a importância da ciência como meio de promoção da paz e do desenvolvimento. Antes de iniciarmos a audiência, gostaria de informar a V.Exas., com muita satisfação, que o Exmo. Sr. Senador Cristovam Buarque foi indicado, pelo PDT, membro titular desta Comissão. Porquanto as qualificações do Senador Buarque são de conhecimento não apenas dessa Casa, mas de todo país, não posso deixar de destacar antecipadamente a inestimável e enriquecedora contribuição que o Senador Cristovam Buarque trará aos trabalhos dessa Comissão, com sua visão de educador e humanista.

Nosso estimado Senador estréia a sua atividade, representando esta Comissão, por ocasião da entrega dos prêmios aos alunos vencedores do concurso de trabalhos escritos e desenhos, promovido pela UNESCO, “Ciência pela paz e desenvolvimento”. Este cujo foi destinado a estudantes do ensino médio de todo o

Brasil, sem limite de idade. O tema para a apresentação dos trabalhos foi “Ciência e vida nas regiões polares, equilíbrio para o planeta”, tema esse atual e de fundamental importância para nossas vidas. Dada a sua importância, foram parceiros da UNESCO nessa iniciativa, além desta Comissão, a Academia Brasileira de Ciências, ABC; Agência Espacial Brasileira, AEB; Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica, ABIPT; a *British Council*; a Comissão Permanente de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, CCT, da Câmara dos Deputados; a Fundação de apoio à Pesquisa do Distrito Federal; o Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia; o Instituto Sangari; o Ministério de Ciência e Tecnologia; o Ministério da Educação; o Ministério da Saúde; a Secretaria da Comissão interministerial para os Recursos do Mar; a Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC; a União Européia e a Universidade de Brasília.

Neste instante, com muita honra, apresento a V.Exas. os ganhadores do concurso, a quem peço uma salva de palmas. Mas está me faltando a lista com os nomes. Nome do aluno: Camila Thaís Lorenzoni, 2º ano, Colégio Vicentino INCOMAR; Jorge Mouro Sampaio, idade 16 anos... A Camila tem 15... 2º ano, Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco; Daiana Oliveira de Siqueira, 16 anos, 2º ano, ETEC Cônego José Bento; Loren Paneto Bergantini, 16 anos, Colégio Marista, Nossa Senhora da Penha. Esses foram na categoria desenho.

(palmas).

Agora, na categoria trabalho escrito: Renan Correia e Sá. Grando(F) Suzano Guimarães, idade 17, série 3ª, Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco; Vinícius Ramos da Silva, 15 anos, 1º ano, Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco; Renato Aparecido Cesário de Sá, idade 16, 2º ano, Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco; Felipe Sousa Martin Bernal(F) e Isa Araújo, 17 anos, 3º ano, Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco; Raquel Rodrigues de Castro e Jean Santana, 18 anos, do 3º ano, Escola de Educação Básica e Profissional Desembargador Pedro R. de Araújo Bittencourt; Renata Ísis Romanelli, idade 16, 2º Ano da Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco; Cíntia Olari(F), do Colégio Militar, 2º ano, de Brasília; Fabiano da Cunha Ferreira, Escola Municipal Primeiro de São Sebastião, Brasília, 3º ano; Gislaine Almeida. Também a Zélia Rodrigues, Coordenadora da Fundação Bradesco, que vai ser homenageada... São professores, não é? Marisa Cristina

Campos. São esses os ganhadores do concurso que estão aqui presentes. Parabéns para todos.

(palmas).

Senador Flávio Arns, que foi o autor do Requerimento, não se encontra presente por motivo de saúde. Perfeitamente justificado.

Audiência Pública. Assunto: Debater a importância da ciência como meio de promoção da paz e desenvolvimento. Autoria do Requerimento: Senador Flávio Arns. Convidados: Sr. Vincent Defourny. São nossos convidados para falar sobre o tema: Professor Dr. Jefferson Cardia Simões; Sr. Lauro... Desculpe, Sr. Vincent Defourny, Representante, no Brasil, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – UNESCO; Professor Dr. Jefferson Cardia Simões é pesquisador do Programa Antártico Brasileiro; Sr. Lauro Morhy, membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. E o Sr. Ildeu de Castro Moreira, Diretor do Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT.

Passaremos, então, a palavra aos convidados, para que possam debater sobre o tema, que é “A importância da ciência como meio de promoção da paz e desenvolvimento”. Obedecendo a ordem, primeiramente, o Sr. Vincent Defourny, a quem eu passo a palavra.

SR. VINCENT DEFOURNY: Exmo. Sr. Senador Wellington Salgado de Oliveira, Senadora Maria do Carmo Alves, Senador Valdir Raupp, professor Dr. Jefferson Cardia Simões, Sr. Lauro Morhy, Sr. Ildeu de Castro Moreira, professores, alunos e autoridades presentes.

Gostaria, primeiro, parabenizar todos os alunos que realmente participaram desse concurso e que hoje estão parabenizando para receber a premiação, dentro de poucos dias, no marco da celebração do dia Mundial da Ciência, Dia Mundial da Ciência pelo Desenvolvimento e pela Paz, porque, na UNESCO, achamos que não podemos desenvolver a ciência sem realmente pensar o desenvolvimento, sem pensar, ao mesmo tempo, na preparação e na construção de uma cultura de paz. A ciência tem um papel absolutamente fundamental para criar as condições que vão permitir melhorar a qualidade de vida, que vá permitir melhorar as possibilidades de desenvolvimento do país. A história do mundo, a história da humanidade demonstra que a ciência foi fundamental para o crescimento, para a melhoria, digamos, e que permitiu o homem sair da caverna, sair da idade média, sair de todas as condições de pobreza, de definido e, hoje, se vemos realmente em nosso entorno, estamos cheios de Ciên-

cia e Tecnologia. Basta só olhar numa casa, uma sala como essa, ou se cada um realmente pensar alguns minutos sobre como a ciência nos rodeia de múltiplas formas; o telefone celular, com certeza, computadores, tecnologia de transmissão da informação. Mas também coisas muito simples como, por exemplo, os tecidos, como alimentação, como a produção também de todas as formas da indústria, quer seja da metalurgia ou quer seja também da produção da madeira ou de outras indústrias que existem no mundo.

Então a ciência tem... A ciência e a tecnologia, porque é importante desenvolver a ciência como ciência fundamental, e a ciência fundamental permite criar as condições dos grandes avanços, mas também a ciência fundamental precisa transformar-se numa tecnologia, numa tecnologia que permitam criar as condições do desenvolvimento. Então, nesse marco da celebração do Dia Mundial da Ciência, que hoje celebramos aqui no Senado, na Comissão de Ciência e Tecnologia, e gostaria realmente de agradecer o Presidente pelo convite e pela ocasião de falar desse tema aqui, nesse nobre e nesse importante âmbito, que é o Senado, mas também que amanhã vamos começar uns eventos muito importantes, lá no SENAC, aqui em Brasília, mas não só aqui em Brasília, em diferentes partes do mundo, onde se celebra o Dia Mundial da Ciência com esse foco, “a ciência para a paz e para o desenvolvimento”.

Então, nesses dias, lá no SENAC, vamos ter diferentes exposições, vamos ter oficinas para popularizar a ciência, porque a ciência precisa ser popularizada e a popularização da ciência começa com uma melhoria da qualidade do ensino da ciência. E o ensino da ciência é a melhor forma realmente de criar as vocações, de criar talentos e despertar os talentos e a vontade da pesquisa científica.

Então, gostaria realmente de aproveitar dessa ocasião para, uma vez mais, agradecer o Senado, e convidar também a sociedade brasileira, através de seus representantes democráticos, de pensar como o Brasil pode realmente transformar sua pesquisa, sua alta qualidade da pesquisa, na ciência de ponta, em realmente ferramentas para o desenvolvimento e para o crescimento do país; desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, mas tudo isso se poderia, de alguma forma, resumir no conceito de desenvolvimento sustentável. Quais são as condições que vão permitir o Brasil realmente jogar no campo, jogar como um ator fundamental no desenvolvimento sustentável do mundo. E, por exemplo, o Secretário-Geral das Nações Unidas vai vir a semana que vem aqui no Brasil e vai passar pela Amazônia, porque ele quer realmente ver a Amazônia por seus próprios olhos, para despertar

a importância e despertar o interesse, e destacar a importância da Amazônia, não só para o Brasil, mas para o mundo. E a importância da Amazônia também para todas as questões relacionadas ao câmbio climático. O câmbio climático é um assunto absolutamente grave. E o grupo das Nações Unidas, que recebeu o Prêmio Nobel, o mês passado, destacou, o ano passado, de uma forma excelente e evidente, que não há mais tempo. É urgente tomar medidas para lutar, para criar as condições de desenvolvimento sustentável, tomando em consideração as mudanças climáticas e outros elementos das mudanças do mundo.

Então, a ciência, o desenvolvimento científico, o desenvolvimento tecnológico, é realmente a ferramenta que podemos usar para aqueles desafios. Então, acho que é um desafio para o Senado, para a UNESCO, mas, sobretudo para os jovens, que são o futuro do Brasil, que são o futuro do mundo. Então, gostaria de terminar minha... E concluir, depois de parabenizar os alunos, realmente convidar-lhes para seguir para frente, convidar-lhes para estudar e para tentar criar todas as condições para que suas pesquisas, seu interesse, seja realmente ao serviço do desenvolvimento do país e do mundo. Muito obrigado.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Vincent Defourny. Queríamos também anunciar a presença, na Comissão, do Sr. Fábio Eon, da UNESCO; a Sra. Ana Teresa Proença, também da UNESCO; Sra. Isabel de Paula, também da UNESCO, a Sra. Rafaela Marques, também da Unesco; o Sr. Ari Mergulhão Filho, também da UNESCO. Acho que a UNESCO inteira está aqui hoje.

(risos).

(palmas).

Passaremos ao segundo convidado. Repito que é uma Audiência Pública, cujo objetivo é debater a importância da ciência como meio de promoção da paz e desenvolvimento. Requerimento de autoria do Senador Flávio Arns. Está presente também aqui... Então, passaremos à palavra ao professor Dr. Jefferson Cardia Simões, pesquisador do Programa Antártico Brasileiro. Com a palavra, professor.

SR. JEFFERSON CARDIA SIMÕES: Obrigado, Senador. Exmo. Sr. Senador Wellington Salgado, Presidente dessa Comissão, Exmos. Senadores, caros colegas, professores e pesquisadores, e certamente a geração futura, os alunos que aqui estão presentes, principalmente àqueles que concorreram a um tema tão relevante, que é a questão polar.

Essa audiência é extremamente oportuna, exatamente por tratar questões associadas, não só da Ci-

ência e Tecnologia pura, mas também com a questão da importância fundamental das mudanças climáticas globais. E o qual, o tema que vou falar agora, o ano polar internacional, está extremamente e intimamente associado. Gostaria, então, de solicitar que fosse colocada a minha apresentação. Ela já está pronta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não precisa ficar nervoso, professor. Tranquilo. Tive a oportunidade de... De estar participando da Comissão de Orçamento e vi o quanto V.Exa. tentou canalizar recursos para o Ministério da Ciência e Tecnologia, alguns até no orçamento vetado, mas eu queria deixar claro, aqui nessa Comissão, que o Senador tem lutado por recursos para o Ministério de Ciência e Tecnologia, na verdade. Com a palavra, o professor. Já resolveu? Já.

SR. JEFFERSON CARDIA SIMÕES: Ok. Vamos nós. Então, gostaria, nesses breves 15 minutos... Está ocorrendo algum problema. *Please, wait, perfect dame(F) to well.* Ok. Congelou.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Da Antártica congelou a imagem.

(risos).

SR. JEFFERSON CARDIA SIMÕES: Tradicionalmente, está resolvido o nosso problema. Não, não está. Qual é o... Não, não devia dar problema nenhum, porque, olha aqui... Ele está... Está dando algum conflito com o sistema de vocês, então. Porque antes não estava... Vocês fizeram alguma modificação...

Enquanto isso, eu começo a falar aqui brevemente. Nós estamos em pleno ano polar internacional que, na verdade é um biênio 2007/2009. E ao qual o Programa Antártico Brasileiro evidentemente está associado a essas ações e atividades no continente antártico. O ano polar internacional é uma atividade conjunta do Conselho Nacional para as Ciências e da Organização Meteorológica Internacional.

O ponto mais importante que, para essa audiência, é que grande parte do conhecimento científico do último século surge e é empurrado através de uma série de atividades que nós chamamos os anos polares, que começaram, o primeiro deles, há 125 anos atrás. O último ano polar, anterior a esse, ficou conhecido internacionalmente como o ano geofísico internacional, onde tivemos a primeira grande internacionalização da ciência, apesar de já um histórico de mais de 100 anos do Conselho Internacional, foi naquele momento... Está bom... Vou ficar um pouquinho mais na frente. Vamos ver se... A televisão está aqui. Vou passar lá para frente. Não sabia. Pronto.

Bom, então, agora posso seguir a sequência dos slides. Bom, estaremos falando aqui sobre as regiões

polares, que representam 20% do planeta; são mais de 100 milhões de quilômetros quadrados e que estão envolvidos, não só na questão das rápidas mudanças ambientais, mas também nas rápidas mudanças políticas e geopolíticas que se processaram ao longo dos últimos 30 anos, inclusive, com o fim da Guerra Fria, mas foi extremamente quente, eu diria, a região do Ártico, durante a Guerra Fria, e o Tratado Antártico, do qual o Brasil, desde 1975, faz parte.

Eu gostaria de chamar atenção que, quando nós discutimos aqui a presença do Brasil no Tratado Antártico, nós não estamos sugerindo, como muitas vezes aparece na imprensa, devido ao mau uso das projeções geográficas, essa partezinha aqui, que é a península Antártica, onde está, nessa seta representada a posição da estação Antártica Comandante Ferraz, o nosso, a nossa casa na Antártica.

Nós estamos tratando em 45 milhões de quilômetros quadrados, dos quais, um continente de 14 milhões de quilômetros quadrados, vocês podem ver aqui o comparativo Brasil e Antártica; esse tipo de imagem que nós temos que usar cada vez mais na divulgação científica e mais um oceano de 36 milhões de quilômetros quadrados. Nós estamos falando, então, no Programa Antártico Brasileiro, uma participação essencial para defender o futuro do direito do Brasil, para decidir aproximadamente o que acontecerá com 10% do planeta Terra.

Gostaria também de dizer e dar uma informação sobre a escala enorme dessa região. A distância entre o Porto de Rio Grande, Rio Grande do Sul, e a estação Antártica Comandante Ferraz é três mil e 100 quilômetros. O Brasil está no meio do caminho ao pólo sul geográfico, que fica aproximadamente aqui. Essa região tem um importante papel na questão das mudanças do clima, é uma das regiões mais sensíveis, a periferia da Antártica, exatamente onde o Brasil trabalha a variabilidade climática, na verdade, apresentou, durante os últimos 50 anos, o maior aquecimento em todo o planeta; a temperatura média aumentou cerca de em três graus centígrados em 55 anos. Comparem isso com o aumento divulgado pelo IPCC, o painel intergovernamental da ONU sobre mudanças do clima, do qual eu faço parte, como revisor do capítulo das regiões polares, que aponta um aumento médio de 0,7 graus centígrados, quase 0,8, em 140 anos. Ele forma toda a água do fundo dos oceanos e representa a reserva de 68% da água potável do planeta. Esse é o grande recurso mineral da Antártica para o futuro da humanidade.

Gostaria de abordar algumas importantes verificações científicas Antárticas que resultam da colaboração internacional... O trabalho nas regiões polares é

extremamente difícil, devido a um ambiente agressivo, temperaturas muito baixas que, muitas vezes, chegam, no caso do interior da Antártica, a menos 50 graus centígrados, em média, distâncias muito longas, ambiente, ventos muito fortes, e de difícil acesso. Isso tudo faz que a cooperação internacional seja essencial. E hoje nós temos dois comitês científicos. O mais importante, do ponto de vista brasileiro, é o Comitê Científico de Pesquisas Antárticas, pela sigla em inglês, SCAR, e onde nós discutimos a estratégia da pesquisa científica Antártica.

Uma das grandes questões, é claro, que está na agenda internacional, é o que está ocorrendo com o gelo do planeta Terra devido a mudanças do clima. Nós não podemos usar o termo aquecimento global? E basicamente, nós queremos saber qual vai ser a resposta desse gelo e como ele aumentará, ao derreter o nível médio dos mares. O quadro do IPCC aumenta, ou melhor, prevê aumento no nível médio dos mares, ao redor dos 50 a 60 centímetros, até 2100, e, por incrível que possa parecer aqui para alguns de vocês, não é derretimento da Antártica; isso é uma informação errada da imprensa, constantemente dada errada. Nós estamos falando do gelo dessas regiões, em vermelho.

Só para dar uma informação, como compreensão científica internacional é importante, nessa região aqui, dos Andes boliviano e peruano, se iniciou agora, esse ano, um programa de monitoramento, com colaboração dos nossos parceiros desses países, também da Colômbia, Chile e Argentina, para ver o impacto no gelo da América do Sul e as consequências para as bacias hidrológicas do Amazonas e da bacia do Paraná, ou seja, através da pesquisa científica antártica, nós vamos nos envolver com questões da Amazônia. À primeira vista, pode parecer gelo e Amazônia não tem nada a ver. Não. Tem e controla as cabeceiras da bacia amazônica e está relacionado, então, a uma questão da massa de gelo do planeta.

Eu vou mostrar agora dos mais importantes resultados do painel intergovernamental da ONU sobre mudanças do clima e que se origina da pesquisa Antártica, feita por um grupo de mais de 20 países, que é exatamente a perfuração e o recolhimento ou a recuperação de testemunhos, amostras de neve e gelo da Antártica. Essas amostras de neve e gelo que em nosso jargão são testemunhas de gelo, nós retiramos bolhas de gases retidas, que representam a atmosfera no passado.

Se eu apresentasse aqui nessa Comissão as medidas diretas na atmosfera, por exemplo, do gás CO₂, do dióxido de carbono, eu só tenho medidas a partir de 1958. Ou seja, só a partir de 1958, os cien-

tistas começaram a medir diretamente na atmosfera a concentração desses gases. Certamente, eu não convenceria nenhum dos membros dessa Casa que nós teríamos que tomar decisões importantes, como as propostas do Protocolo de Kyoto, baseado nesses dados que já apresentam algum aquecimento, mas é uma série não muito longa.

Então, nós retiramos mostras desse gelo da Antártica e apresentamos esse gráfico. Esse é um dos gráficos mais importantes para todas as decisões do IPCC, que mostra o aumento exponencial de 36% do CO₂, desde o início da revolução industrial. Mas ainda, hoje, retornamos no tempo e sabemos que nunca na história desse planeta, nos últimos 650 mil anos, ou seja, lá nos primórdios, no aparecimento dos hominídeos, as concentrações nunca foram tão altas dos gases-estufa, inclusive, através dessa mesma técnica, vimos que, desde 1780, o metano aumentou em 130%.

Esse trabalho só foi possível através da cooperação com países da Rússia, como a Rússia, Estados Unidos, França, Itália, e, nos últimos cinco anos, o envolvimento, inclusive, do Brasil. É claro, nós temos a grande descoberta da destruição da camada de ozônio que, na verdade, é bipolar. Não é só antártico. Restam ainda muitas questões. Temos que melhorar essas previsões do futuro da camada protetora de ozônio. Como ela interage com o espaço exterior? Como isso está interagindo com a questão da destruição... Ou melhor, desculpa, como ela está interagindo com a questão do aquecimento global, porque também tem uma relação.

O que vocês estão vendo é a sequência da ocorrência de ozônio na atmosfera do hemisfério sul. Aqui está o continente antártico, isso é ao longo de um período de 20 anos, não vou mostrar ela completamente, e aqui, num ano atípico, que foi o ano passado, onde nós tivemos um dos maiores buracos de ozônio, quando ultrapassou 27 milhões de quilômetros quadrados.

A questão do ozônio é principalmente e essencialmente importante para entendermos qual será o impacto do aumento da radiação ultravioleta no fitoplâncton, aqueles organismos que são a base da cadeia alimentar do planeta Terra, no oceano, e também os grandes sequestradores de carbono, incorretamente falando, se lembra que tinha um mito de 30 anos atrás, que falava erradamente sobre o pulmão do mundo fosse nas florestas tropicais e que não é? E esse--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas eu sempre ouvi falar que o fitoplâncton é que produz mais oxigênio do que a própria floresta.

SR. JEFFERSON CARDIA SIMÕES: Não, a floresta está em equilíbrio. O fitoplâncton é o grande

sequestrador e limpador, em termos de carbono da atmosfera. O que acontecer com o fitoplâncton vai determinar o futuro desse planeta. E se nós destruímos a camada de ozônio e começarmos a afetar-los, o fitoplâncton será o grande problema.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone).

SR. JEFFERSON CARDIA SIMÕES: Não está claro. Os diferentes protocolos, que começou com o protocolo de Montreal, para a redução do... Dos diferentes gases destruidores do ozônio, mostram que as decisões estão corretas. Mas nós ficamos surpresos, nos últimos dois anos, que foram os maiores buracos. Esse ano a área está menor. Mas ainda estima-se que, nos próximos 40 anos, nós vamos sofrer ainda as consequências dos gases lançados no passado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone).

SR. JEFFERSON CARDIA SIMÕES: Ela se recupera sazonalmente, mas não totalmente, ainda não se recuperou totalmente. Se esperam algumas décadas para ter a cooperação. Mas eu creio que a questão do ozônio mostra um processo de negociação internacional de sucesso, onde foi possível negociar um... Para mudar a nossa percepção da questão ambiental. Nós podemos discutir, em outra oportunidade, a diferença entre um protocolo da preservação da camada de ozônio e a questão dos gases-estufa.

Nós temos a questão da genômica polar. Interessante, nas regiões polares temos organismos que, em vez de ter hemoglobina no sistema circulatório, têm anti-congelante. O que isso vai poder nos dar no futuro, em termos de aplicação biomédica? Nós descobrimos, no continente antártico, durante os últimos anos, uma série de lagos sub-glaciais, alguns deles isolados há milhões de anos, em baixo de dois, três quilômetros de gelo. A Antártica é tão grande que, se nós trouxéssemos todo o volume de gelo da Antártica para o território brasileiro, nós teríamos uma camada homogênea, nos 8,5 milhões de quilômetros quadrados, de três quilômetros. Imaginem isso. Isso representa, no caso derretido, um aumento do nível do mar de 70 metros. É algo colossal.

A grande biodiversidade polar... Esses organismos se adaptaram a um ambiente extremamente agressivo. Nós temos que entender como é que se ocorreu essa adaptação, ao longo de milhões de anos, e o que nós podemos entender de resposta às mudanças do clima, que esses... Desses organismos, que eles responderão mais rapidamente do que espécies, por exemplo, nas regiões tropicais.

Bom, o Brasil está na Antártica há 25 anos, nós estamos comemorando o jubileu, eu não vou abordar,

em detalhe aqui, a estrutura do programa, só gostaria de chamar que ele é coordenado pela Comissão Interministerial para Recursos do Mar, sendo que envolve uma série de Ministérios e universidades federais e centros de pesquisa.

O Brasil na Antártica ainda tem suas atividades limitadas à periferia da Antártica, no extremo norte da península Antártica, aonde na estação Antártica, Comandante Ferraz, mas eu gosto sempre de esclarecer e chamar atenção, porque isso também há uma grande confusão na imprensa, somente 30% da pesquisa científica do Brasil é realizada na estação comandante Ferraz. O resto da pesquisa é realizada hoje no navio de apoio oceanográfico Ary Rangel, da Marinha do Brasil, que dá o apoio logístico e também para pesquisa oceanográfica, em acampamentos, acampamentos na própria cobertura de gelo, que é 99% da Antártica, e, cada vez mais, a cooperação internacional, com a presença de cientistas brasileiros em diferentes projetos na área das ciências da vida, geociências, ciências da atmosfera.

Aqui nós temos algumas fotos de Ferraz. Ferraz, hoje nós temos mais de 65 módulos, e com uma população que tem oscilado entre 12 a 20 pessoas no inverno, até 40, 50 pessoas no verão austral. Eu gosto sempre de mostrar a dificuldade do que é trabalhar na Antártica, principalmente aqui, um dia atípico no acampamento. O pesquisador vive dois meses nessas barracas e este seria um dia normal na Antártica, onde a temperatura cai, mesmo no verão, a menos 20 graus, e os ventos podem ultrapassar 120 quilômetros por hora, e o cientista tem que trabalhar evidentemente ao relento. É um trabalho bastante extenuante, mas, ao mesmo tempo, gratificante e não posso negar, lúdico.

(risos).

Realizações recentes nós tivemos, durante os últimos seis anos, principalmente com recurso do Ministério do Meio Ambiente, a formação de duas redes de pesquisa, que agora se encerram. E uma dessas redes examina exatamente a interação atmosférica criosfera-oceano e como as diferentes partes do meio antártico estão ligadas às questões ambientais do Brasil.

Eu gosto sempre de mostrar esta animação da circulação atmosférica ao redor da Antártica. Por quê? O que isso tem que ver com a Amazônia? O que isso tem que ver com o Brasil? Hoje nós sabemos que as frentes frias, muito conhecidas lá para o sul da Amazônia, ou na região sudeste, ou mesmo no sul, como friagens, elas são formadas ao redor desse continente. E, volta e meia, de tempos e tempos, é claro, mais freqüente do que... Freqüente no inverno, elas avançam, penetram o continente adentro, sul-americano, chegando até o sul da Amazônia. E isso causa

as diferentes consequências sócio-econômicas. Que formação está dando? É algo simples, que nós já sabemos e sempre soubemos. Na questão ambiental, nós não temos fronteiras. Processos que ocorrem na Antártica afetam nosso cotidiano, afetam o cotidiano do brasileiro. Processos que ocorrem no território brasileiro afetam nosso entorno e afetam todo o planeta. Essa é a grande questão, hoje colocada, nas ciências da atmosfera e nas decisões políticas que teremos que tomar, daqui para frente, devido à questão das mudanças climáticas globais.

Ao mesmo tempo, apontamos isso, então, que nós temos que integrar a Antártica, e só agora começa a ser feito, nos modelos do clima. Só agora o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais está incluindo a Antártica nos modelos climáticos. Inclusive, hoje nós sabemos que as emissões de queimadas do Brasil são transportadas para a Antártica. Isso aqui nós podemos passar.

Gostaria chamar atenção, então, a Antártica é parte integral do sistema ambiental terrestre, afeta o cotidiano ambiental brasileiro e pesquisas de vanguarda são lá realizadas. E este ano, então, nós estamos no Ano Polar Internacional, que conta com 60 mil pesquisadores, em 67 países, 217 projetos internacionais, dos quais o Brasil faz parte de 11 projetos. Isso eu abordei no início da palestra, só lembrar que 57 e 58, ano geofísico internacional, do qual Brasil não participou, gerou, entre seus produtos, o início da exploração espacial, o lançamento do Sputnik, e mais importante nisso tudo, representou uma experiência nova ao, usando a colaboração internacional durante esse ano geofísico, foi elaborado um tratado político para gerenciamento de toda a região ao sul do paralelo 60 graus, ou seja, o Tratado da Antártica. Vocês imaginem que, em plena guerra fria, se conseguiu negociar um tratado para administrar 10% do planeta Terra e congelar todas as reivindicações territoriais que existiam naquele momento. E esse tratado hoje vai... Estamos nos aproximando dos 50 anos e não tem, na verdade, tempo de... Tempo para terminar. São mais de 29 países que administram essa região.

E um ponto importantíssimo para essa audiência é que, para você ter direito a voto e decidir o futuro dessa região, é obrigatório manter um programa de pesquisa científica. Se o Brasil parasse a pesquisa científica na Antártica amanhã, perderíamos o direito a voto. Não vou abordar em detalhe esses temas, mas está, a grande parte das pesquisas, está concentrada na questão do impacto das mudanças climáticas globais, nas regiões polares, nas duas regiões polares e as consequências para o planeta como um todo. Claro que nós também temos, no caso do ártico, a questão

da dinâmica cultural e social. São mais de 12 etnias. Gostaria de chamar dois pontos inovativos(F), a atenção. A preservação do ambiente polar, cada vez mais importante, e o legado do ano polar, não só através de dados e informações, mas principalmente, cada vez mais, educação e ciência comunitária. Será através da divulgação científica e da inclusão social desse conhecimento também das regiões polares que nós vamos valorizar a pesquisa científica e também fazer uma melhor compreensão do que é a ciência e o benefício que ela trouxe, ao longo desses últimos 200 anos, à sociedade.

Nós podemos pular isso. Isso são alguns projetos brasileiros no ano polar internacional. E, finalizando, eu gostaria de chamar atenção que o ano que vem estaremos realizando a primeira missão brasileira no interior do continente antártico. Como consequência dessa participação do Brasil no ano polar internacional, será realizada uma expedição nessa região aqui, acerca de 1300 km ao sul da Estação Antártica Comandante Ferraz, ampliando a área de atuação do programa, aqui está o ponto; nós vamos usar algumas aeronaves que podem aterrissar no gelo e será a primeira missão oficial do Programa Antártico Brasileiro, dentro do continente antártico. Só para lembrar que a única missão que nós tivemos, anterior, por acaso fui eu que participei, numa travessia da Antártica, até o pólo sul geográfico, no verão de 2004 e 2005. Então, nós queremos ampliar essas atividades.

Meta para o programa antártico: Realizar um programa de pesquisa científica de nível internacional, na área sob a jurisdição do tratado da Antártica, mantendo a liderança do Brasil entre os países latino-americanos na região e garantindo influência ativa nas decisões políticas no que é 10% do planeta. Eu gostaria só finalizar que a qualidade da ciência realizada que determina o *status* de um país no sistema do tratado antártico. Não a força, não a presença física, e sim essa qualidade e a qualificação dos cientistas. E, para não acharem que eu sou suspeito, isso foi falado pelo Presidente Lagos do Chile, em 2004.

Finalizando, eu gostaria de deixar essa imagem, que é o mosaico satelital, visto de cima de Brasília, do que é o Brasil. O Brasil ou a América do Sul é circundado por uma imensa massa oceânica e a Antártica. É o nosso continente mais próximo. É a Antártica. O Brasil está mais perto da Antártica do que qualquer outro continente, com exceção aqui, no nordeste, em relação à África. E, além do que, para a região sul do Brasil, por incrível que pareça, o Rio Grande do Sul está mais perto da Antártica do que Roraima e Amapá. Ou seja, afeta mais o cotidiano do gaúcho do que Roraima e Amapá, do ponto de vista ambiental. Então,

isso nós temos que entender esse entorno, esse oceano e a Antártica para compreender o meio ambiente brasileiro. Obrigado pela atenção.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao professor Dr. Jefferson Cardia Camões, professor do Programa Antártico Brasileiro e falou em gaúcho, o Senador Zambiasi entrou imediatamente.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Na realidade, eu lamento não ter assistido à palestra desde o início, mas nós temos muita admiração pelo trabalho do Jefferson, que é um dos ícones na exploração, dos pioneiros, talvez o que tenha mais viagens exploratórias à Antártica. Então, o trabalho dele é reconhecido internacionalmente e nós temos muito orgulho do trabalho do professor Jefferson.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sobre a Mesa, há um comunicado da Sra. Secretária: “Incumbiu-me o Senador Flávio Arns de informar-lhes que S.Exa. está impossibilitado de comparecer à Sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia na data de hoje, por motivo de saúde. Acrescento que o Senador fará uma cirurgia no Paraná, entrando em licença médica a partir da semana que vem”. Espero que dê tudo certo na operação do Senador Flávio Arns porque nós temos o maior carinho, não só como membro dessa Comissão, mas também como pessoa e como Senador importante dessa Casa.

Passaremos agora a palavra ao terceiro palestrante, Sr. Lauro Morhy, membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC. Com a palavra, o Sr. Lauro.

SR. LAURO MORHY: Na excelentíssima pessoa do Senador Wellington Salgado, cumprimento a todos os componentes desta Mesa e saúdo, em nome da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a todos os Exmos. Senadores e Senadoras, aos parlamentares em geral, as autoridades presentes ou representadas, a sociedade brasileira e a todos que trabalhem e promovem a paz, a todos pesquisadores científicos do Brasil e do mundo, uma homenagem muito especial queria também prestar aqui a nossos estudantes aqui presentes, que mereceram prêmio muito especial e muito simbólico para nós, que foi da ciência pela paz.

Na alvorada do século 21, a “Conferência Mundial sobre Ciência no Século 21, Um Novo Compromisso”, promovido pela ONU, Unesco, aprovou a declaração sobre ciência e o uso do conhecimento científico.

Estabeleceu-se que o dia 10 de novembro de cada ano seria o Dia Mundial da Ciência pela paz e

pelo desenvolvimento. Por isso, estamos aqui reunidos, convidando a todos para refletir sobre o que podem e o que fazem em Ciência e Tecnologia e inovação pela paz. Para refletir um pouco sobre o que pode e o que faz cada um de nós pela paz. O que fazem os cientistas, os tecnólogos, os inventores, os inovadores, os homens públicos, os que encomendam pesquisas e produtos e também os que utilizam e propagam.

Acho que é oportuno reafirmar, nesta oportunidade, que os cientistas brasileiros reconhecem o seu dever de fazer uso do conhecimento científico de maneira responsável e de desenvolver novos conhecimentos para o bem e para a paz. É também oportuno lembrar que os avanços científicos em todo o mundo trouxeram grandes benefícios para a humanidade. A expectativa de vida aumentou, tornou-se possível o controle, a prevenção e a cura de muitas doenças. A produção de alimentos cresceu, permitindo diminuir e saciar a fome de muita gente, especialmente em regiões extremamente pobres.

O desenvolvimento científico e tecnológico tem permitido o uso de novas fontes de energia e livrado as pessoas de trabalhos pesados e difíceis. Muitos outros benefícios foram alcançados nos transportes, nas edificações, na educação, no lazer, na preservação ambiental e outros setores da vida. Os cientistas e tecnólogos brasileiros contribuíram, direta ou indiretamente, para muitos desses progressos referidos e para muitos outros pequenos e úteis inventos.

Mas, neste dia especial, é importante que todos renovem a sua vontade de fazer ciência para a paz, pois sabemos que o conhecimento científico também tem o seu lado sombrio e terrivelmente destruidor. É importante que se firme a mentalidade do bem e da paz. É importante a nossa contribuição no debate sobre bioética em busca da paz.

Cientistas, em seu trabalho árduo, alimentados pela energia insubstituível do idealismo, desvendaram e desvendam, no dia-a-dia, os segredos, os mistérios, as maravilhas que a natureza guarda. Fazem grandes e pequenas descobertas e assim contribuem para a construção do saber humano. É assim que se constrói a paz. Às vezes, com grandes e marcantes acontecimentos e formalidades, mas, muitas vezes, com pequenas ações, com pequenos gestos; gestos simples e sinceros, com raízes na alma. Afinal, a simplicidade e a paz encontram-se no mais elevado degrau da sabedoria.

No Brasil, temos também contribuído para a paz, através da educação para a ciência, de museus, exposições científicas, de divulgação científica através de meios de comunicação, de livros e revistas, de seminários e congressos, de programas, como os de

iniciação científica, “cientista do amanhã”, jovens cientistas... Agora, a nossa premiação aqui do “ciência pela paz” e tantos outros.

A SBPC anualmente realiza a sua Reunião anual, cada vez uma cidade, oportunidade em que divulga a ciência, dando especial atenção aos jovens, aos cientistas de amanhã. Ali, eles vivem ciência e são estimulados a fazer a ciência do bem e da paz.

Estamos vivendo um momento histórico, em que cientistas políticos e sociais e humanistas em geral têm muito mais a fazer pela paz e já se empenham nesse sentido. Eles sabem que, além das análises históricas dos acontecimentos, além de suas previsões, está a necessidade do fortalecimento da democracia no dia-a-dia. É quando se vê que praticar e ensinar a respeitar as diferenças, a ser tolerante, são degraus indispensáveis para se alcançar o entendimento e a paz.

Para mim, foi uma grande honra, uma grande satisfação participar deste momento de reflexão pela paz, e ainda mais representando a SBPC, da qual faço parte há quase 40 anos. Agradeço a oportunidade que me foi concedida, mas, terminando esta minha breve, mas muito sincera participação, que fiz questão de ler, para que ela seja divulgada amanhã para a comunidade científica, permito-me ainda lembrar que o equipamento material mais poderoso para a paz já foi inventado pelo homem há séculos. E é muito simples e barato; está ao alcance de todos. Todo mundo até tem em casa. É a mesa. A mesa de conversação, ainda subutilizada. A mesa é simples, mas tão poderosa quanto qualquer instrumento de comunicação de som e imagem instantâneos. E agora pode até ser virtual. Mas, nenhum desses instrumentos ou meios prescindem de mentes humanas de paz; mentes científicas e não científicas; líderes verdadeiramente comprometidos com a paz. Precisamos praticar a paz, trabalhar todos os dias pela paz.

Cientistas sabem disso, de um modo teórico-prático, mas eles trabalham pela paz. Vimos aqui importante exposição sobre as pesquisas polares, teremos, a seguir, novas informações importantes. Realmente isso está no fundo da alma de cada um de nós, mas precisa ser lembrado, pelo menos nesse Dia da Ciência pela Paz que isso faz parte de uma formação, isso faz parte de uma cultura, a cultura pela paz. Muito obrigado.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Lauro Morhy, membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC. Relembro aos Senadores e também aos convidados presentes e os telespectadores da TV Senado que essa é uma

Audiência Pública da Comissão de Ciência e Tecnologia e inovação e comunicação e informática, cujo assunto é debater a importância da ciência como meio de promoção da paz e desenvolvimento. A autoria do Requerimento é do Senador Flávio Arns, não está presente, por motivo de saúde, e também temos aqui, hoje presentes, uma série de alunos que foram premiados com trabalhos, cujo tema... Qual foi o tema? Cujo tema para apresentação dos trabalhos foi "Ciência e vida nas regiões polares, equilíbrio para o planeta".

Passaremos agora para o quarto convidado, Sr. Ildeu Castro Moreira, Diretor do Departamento de Popularização e difusão da Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia, MCT, a quem eu passo a palavra por 15 minutos, mas, se passar, não tem problema algum. Com a palavra, o Sr. Ildeu.

SR. ILDEU DE CASTRO MOREIRA: Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar, em primeiro lugar, ao Exmo. Sr. Senador Wellington Salgado que preside essa Comissão, agradecer a todos os Senadores presentes, a todas as outras pessoas aqui, colegas de Mesa desse debate, parabenizar os premiados, os jovens, e dizer que vocês são um baluarte fundamental, quer dizer, o futuro depende muito do que estamos discutindo aqui; é importante que vocês discutam e debatam na escola, continuem o trabalho que vocês têm feito e que, daqui a pouco, muito mais rapidamente do que vocês imaginam, vocês estarão tomando decisões e ocupando decisões importantes dentro das mais variadas áreas da ciência brasileira ou a sociedade brasileira, e determinar o futuro que estamos discutindo aqui.

Queria também homenagear o Senador Flávio Arns, estimar as melhoras, que não pôde estar presente, e registrar também aqui a presença da UNESCO, da SBPC, do professor Jefferson, que são sempre parceiros importantes do Ministério de Ciência e Tecnologia na execução de muitas atividades de discussão da ciência brasileira, da questão da divulgação da ciência, da educação científica no Brasil. E estar aqui nessa Comissão é um momento importante, porque exatamente a construção de momentos como esses, que a gente vai tecendo uma rede para que a gente possa fazer com que a ciência, de fato, seja usada para paz.

É importante destacar que, nesse momento, já foi mencionado pelo Sr. Vincent que esse Dia Mundial da Ciência está sendo comemorado em vários países do mundo, e aqui nós fizemos, em particular o Ministério de Ciência e Tecnologia, fizemos um certo tipo de convocação a países da América Latina e do Mercosul, para que realizassem também atividades nesse dia. E nós esperamos que, nos próximos anos, com a UNESCO, a SBPC, todo o apoio das entidades que

estão conosco, que nós possamos fazer essa atividade também no Brasil inteiro. É importante que a gente divulgue e discuta a questão da presença da ciência como elemento fundamental para a paz e para o desenvolvimento no país inteiro.

Nós acabamos, semanas atrás, de realizar uma Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que teve um impacto grande no país inteiro, fizemos em torno 10 mil atividades, em torno de 400 Municípios brasileiros, mas precisamos fazer mais. Então, a divulgação da ciência, a discussão da importância dela para a vida, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, para o desenvolvimento social e econômico do país é um desafio grande.

Então, essa atividade da ciência pela paz é uma atividade importante que a UNESCO e a ONU vêm tomando nos últimos anos, e é importante a gente, e o professor Lauro mencionou isso, registrar que a ciência pode ser usada também não pela paz, como já foi em certos momentos históricos. Evidentemente nós temos que lembrar que, por exemplo, a Segunda Guerra Mundial ou a Primeira Guerra Mundial, com o uso extensivo da química para matar. Depois, na Segunda Guerra, que foi caracterizada pelo uso da bomba atômica. Isso foram momentos trágicos do uso da ciência para a destruição. E é importante, quando a gente discute a paz, registrar a importância da posição brasileira, inclusive internacionalmente. Quer dizer, essa Casa, o Congresso Nacional, que anos atrás definiu uma nova Constituição para o país, tem na paz uma questão fundamental. O Brasil é um dos poucos países do mundo que registra na sua Constituição que o uso da energia nuclear, por exemplo, só se fará para fins pacíficos. Isso é uma questão importante, é um legado que o Brasil traz para outros países.

Quando a gente discute a paz, é importante a gente falar também do que a paz significa a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A paz não é um conceito abstrato. A Ciência e Tecnologia têm que ser usadas, de fato, para melhorar as relações entre os povos, para garantir a melhoria da qualidade de vida das pessoas, para diminuir as enormes desigualdades sociais que nós temos no mundo e no nosso país. E a Ciência e Tecnologia é uma condição necessária para isso. Cada vez mais, no mundo de hoje, a Ciência e a Tecnologia são condições absolutamente necessárias para o desenvolvimento e para a diminuição da miséria, da fome, que ainda existem em grande escala no mundo. Mas não são suficientes. É importante lembrar também que é importante a ética, são importantes as decisões políticas, são importantes que as decisões, de fato, reflitam uma vontade de paz e não de exploração. Eu acho que isso ficou muito claro.

E eu vou só mencionar na minha apresentação, porque não vai dar tempo, e mais para convidar a todos vocês para olhar uma pesquisa que nós fizemos recentemente, junto a toda a população brasileira, a percepção que os brasileiros têm sobre a Ciência e Tecnologia. E emana dali um quadro muito interessante. Primeiro, os brasileiros têm muito interesse por Ciência e Tecnologia. Você pode passar, por favor? Rapidamente, até a primeira... Só vou mostrar uma transparência. Pode passar, por favor. Pode prosseguir. Nesse aí, por favor. O anterior.

Bem, eu só vou mostrar essa transparência e estimular todos vocês para olharem esse resultado, em particular os Parlamentares, porque foi uma pesquisa feita no Brasil inteiro, seguindo evidentemente aí os parâmetros estatísticos do IBGE. Portanto, é uma amostragem razoavelmente fiel do que os brasileiros pensam da Ciência e Tecnologia. E vocês podem perceber que, em azul, à esquerda, está a barra que indica muito interesse. Então, 41% dos brasileiros declaram que têm muito interesse por Ciência e Tecnologia. Obviamente um termo genérico, que envolve computação, celulares, a tecnologia que está em torno de nós, mas envolve também a questão das novas descobertas, do interesse pelo ano polar internacional, interesse pelas grandes descoberta da humanidade.

Acho que é um reflexo importante de que nós temos um interesse potencial na nossa sociedade, que é quase parecido com esportes, que evidentemente todos nós brasileiros, a grande maioria dos brasileiros têm interesse. Mas, se forem ver as outras perguntas que fizemos, nós vemos o outro quadro. Os brasileiros, por exemplo, a grande maioria diz que tem pouca informação sobre Ciência e Tecnologia. Na mídia, a nossa mídia, em geral, traz poucos programas interessantes e mobilizadores. Quando a gente vai discutir também o impacto que tem a educação, os brasileiros dizem que a nossas deficiências educacionais são um empecilho importante para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Então, acho que essa percepção coletiva dos brasileiros é muito significativa. Dizem que a ciência, a visão dos brasileiros, comparada com a de outros países, com outros povos, por exemplo, como com os europeus, é muito mais positiva em relação à Ciência e Tecnologia. Aos benefícios que ela pode trazer, em comparação com os malefícios eventuais que ela gera. Os europeus, por exemplo, são "gatos escaldados" de guerras mundiais, em que a ciência teve um aspecto trágico e outros aspectos.

Então, quando nós discutimos hoje a questão da nanotecnologia, da biotecnologia, que o país tem de avançar nessa direção, tem de pesquisar muito mais,

nessa área dos impactos das mudanças climáticas, que nós já temos grupos de pesquisa, e o professor Jefferson aqui é um exemplo importante, nós devemos pensar essas questões de maneira mais global. Elas devem ser discutidas também no impacto que elas podem trazer para o desenvolvimento social e para a melhoria de qualidade de vida das pessoas. Essa pesquisa também reflete uma enorme desigualdade que ainda está presente no Brasil. Se a gente ver por classes sociais, e essa pesquisa mostra isso, por exemplo, o professor Lauro dizia de um instrumento importante que nós temos, que são os museus de ciência, são as bibliotecas, são os instrumentos em que a difusão do conhecimento se faz para a sociedade. E nós vamos ver, a partir dessa pesquisa, que quando a gente vai para as classes sociais mais pobres--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Presidente, pela ordem. Eu queria só lamentar, que eu preciso relatar um item na CCJ, e volto em seguida. Lamento muito ter que perder uma explanação tão brilhante.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sentiremos a ausência de V.Exa. nesse tempo, mas tenho certeza que está inscrito para as perguntas, espero que não demore muito porque... Está perdoado, então.

(risos).

SR. ILDEU DE CASTRO MOREIRA: Muito obrigado, Senador, pela gentileza. Bem, como eu dizia, a desigualdade está expressa também no quadro brasileiro. A desigualdade desses instrumentos... Se a gente for ver, por região do país, evidentemente nós temos concentração desses instrumentos em regiões do sudeste, do sul do país. Mas ainda sempre no centro das grandes cidades. Por outro lado, a gente tem... Por outro lado, nós temos a desigualdade através das nossas diversas classes sociais. Quer dizer, os brasileiros de classe A, eles têm acesso a muitos desses bens, ou podem ter essa possibilidade. Quando a gente vai para as classes mais pobres, dois terços dos brasileiros dizem que não têm ainda acesso adequado a bibliotecas, a instrumentos, a museus de ciência, e nós estamos aqui em Brasília, com ajuda de vários de vocês, tentando construir, não é, professor Lauro? Um grande museu de ciência em Brasília, que a Capital Federal merece. Então, todas essas iniciativas, elas devem ser nos próximos anos, e acho que o Ministério de Ciência e Tecnologia tem essa tarefa e o Congresso Nacional tem essa tarefa, toda a sociedade brasileira tem de ver que a questão da educação no Brasil, em particular a educação em ciências que, no Brasil, é um quadro grave, é uma questão da sociedade brasileira.

O Governo Federal tem que ser cobrado disso, os Governos Estaduais, os Governos Municipais, todos os poderes, mas as instituições de pesquisa, os pesquisadores, toda a sociedade deve se dar conta de que a educação é uma questão fundamental. E o outro lado que temos discutido dentro do Ministério, em parceria aqui, sempre em colaboração com as Comissões de Ciência e Tecnologia da Câmara e do Senado, é a questão da inovação. Nós temos que fazer com que essa pesquisa brasileira, de alta qualidade, produzida nas universidades, nos nossos institutos de pesquisa, ela se reflita na produção, na melhoria e que as empresas brasileiras desenvolvam mais tecnologia. E que se reflita também no lado social. Inovação não é só inovação na empresa, é inovação na melhoria da qualidade de vida das pessoas, no saneamento, na educação básica, na saúde. Então, todos esses aspectos significam também ciência para a paz.

Então, eu acho que essa iniciativa internacional, que nós estamos fazendo parte dela, ela tem toda razão de ser. E eu gostaria de mencionar que, nessa pesquisa, os brasileiros têm essa percepção de que a ciência é importante, como eu disse, tenho a percepção muito mais otimista do que outros países, inclusive, do que a Argentina, por exemplo, nosso rival em outros aspectos, mas registra também que os brasileiros têm preocupações éticas. Os cientistas têm também um poder hoje que faz com que as pessoas os olhem com muita credibilidade, mas também com um certo olhar de que eles têm na mão um poder muito grande. Evidentemente ninguém tem a ilusão de que isso está na mão apenas dos cientistas. Isso é todo um processo, um sistema, quer dizer, a ciência hoje em escala mundial, os rumos dela são determinados também pelas grandes empresas multinacionais, pelos grandes interesses econômicos, militares, políticos, por uma geopolítica mundial, porque a Ciência e Tecnologia passou a ser um elemento fundamental da riqueza e do poder mundial. Então esse aspecto, a gente não pode se esquecer dele quando discutimos a questão da ciência para a paz e para o desenvolvimento.

E eu queria mencionar alguns aspectos importantes que o grande potencial que nós temos no Brasil. Vou citar só mais um ou dois exemplos. Nós estamos realizando, nesse momento, a olimpíada brasileira de matemática nas escolas públicas. Fizemos isso, iniciamos há dois, três anos atrás, e esse ano estamos atingindo 17 milhões de estudantes brasileiros. Quer dizer, 97, 98% das cidades brasileiras estão... Os jovens estão participando de atividades em olimpíada. Uma mobilização muito grande de professores do país inteiro voluntariamente.

E, como eu disse, nós fizemos uma Semana Nacional de Ciência e Tecnologia recentemente, para difundir aspectos da ciência, aqui em Brasília, estávamos aqui na esplanada, com uma grande feira de ciências, e o interesse dos jovens, das crianças no Brasil inteiro é muito grande. E nós temos, portanto, a responsabilidade de melhorar profundamente a educação em ciências no Brasil. E fazer com que a discussão da ciência e tecnologia atinja as pessoas. Nessa pesquisa, os brasileiros disseram que a ciência é importante, mas não deve ficar apenas na mão, na decisão dos cientistas. A população tem o direito de ter conhecimento para poder opinar com conhecimento de causa sobre os grandes rumos da ciência.

Por exemplo, e aí o professor Jefferson explorava muito bem, destacava muito bem isso, a grande questão nossa e para a humanidade das décadas futuras que é a questão das mudanças climáticas. Quer dizer, vai envolver uma mudança, uma estratégia, uma mudança de hábitos da sociedade mundial, para que a gente possa enfrentar esse tipo de dificuldade que foi gerada por um grande desenvolvimento, pela nossa espécie que, de certa maneira, ocupou o planeta de uma maneira global. Mas nós temos os meios, a ciência tem os meios. Mas, como já dissemos vários de nós aqui, é fundamental que os aspectos éticos, os aspectos de preocupação com o uso da ciência, de fato, para a paz, e para a melhoria das condições de vida. Eu acho que o... Nós estamos comemorando—

(soa a campainha).

SR. ILDEU DE CASTRO MOREIRA: --Esse ano polar internacional, o ano internacional do planeta Terra, e esse ano também gostaria de registrar, para finalizar, os 50 anos da era espacial. Que nós, o homem mostrou que tem a capacidade de sair do seu planeta, agora nós devemos ter a capacidade também de melhorar a qualidade de vida de todos nós porque toda vida na terra tem direito de existir. Muito obrigado.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Estamos em audiência... Numa Audiência Pública, cujo assunto é debater a importância da ciência como meio de promoção da paz e desenvolvimento. Acabamos de ouvir, como convidado, o Ildeu de Castro Moreira, Diretor do Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT.

Como nós temos várias Comissões em funcionamento, vários Senadores tiveram que comparecer em outras comissões, então, pela ordem, com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi, para que possa fazer seus

questionamentos e depois pedimos as considerações finais para os convidados. Com a palavra, Senador

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Senador Wellington. Efetivamente nós estamos, inclusive, com a Comissão de Educação, discutindo um projeto do qual eu sou Relator também, que trata de programação regionalizada de rádio e televisão. E é importante--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só queria fazer uma colocação com relação ao Senado. Muitas vezes, os Senadores que trabalham bastante são aqueles que menos aparecem na mídia. Essa é uma incoerência que acontece aqui, e eu estava outro dia conversando com alguns Senadores, falando que tem alguns que só se preocupam trabalhar realmente e pouco aparecem. O Senador Sérgio Zambiasi é um desses que realmente não sossega um minuto, sempre apresentando um Projeto. Desculpe, Senador.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Mas é o caso da ciência também. O pessoal trabalha tanto que, às vezes, não dá tempo de informar a sociedade do quanto já se andou. Por isso essas audiências são importantes, esses jovens aqui também, mais importantes ainda, eu fiquei refletindo, começar pelo final que, na Presidência do nosso dinâmico Wellington Salgado, talvez se insurgira aqui uma participação mais ativa do Parlamento nesse sentido, até no sentido de também participar na busca, na premiação dessas inteligências que nós temos, que às vezes ficam desestimuladas, como o Ministério está fazendo, de maneira que o Parlamento possa sair um pouco dos seus debates cotidianos e interaja mais com o dia-a-dia da sociedade, até nesse sentido, quem sabe a Comissão possa propor aqui à Presidência do Congresso Nacional uma premiação nesse sentido. Porque acho que isso, com isso, nós vamos perceber, logo à frente, novos cientistas, descobrindo mais e mais avanços para mais conforto da sociedade. Mais conscientização, me parece.

Eu só fui descobrir o Jefferson gaúcho há muito pouco tempo atrás. Gaúcho como eu, professor, uma das grandes--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Gaúcho. Então, ele deu aquela puxada para o gaúcho. Então, ele...

(risos).

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Mas eu fui descobrir o Jefferson quando ele decidiu dividir com a sociedade os avanços do seu trabalho, lá na Antártica. Então, eu pude até fazer com que a Casa mandasse para ele os registros e os cumprimentos pelo trabalho que ele fez. E a paz é um tema que

sempre me envolveu muito, e eu cheguei aqui, o meu primeiro pronunciamento nessa Casa propôs, e eu vejo o representante da UNESCO aqui, e à época o Dr. George Varten(F) e a Marlova(F), gaúcha também, nós chegamos a trabalhar uma proposta, e talvez a UNESCO, porque um Parlamento propõe, talvez ele não consiga... Não consiga encontrar todas as parcerias necessárias, mas um Parlamento para a paz. Eu fiquei imaginando a possibilidade de trazermos aqui, e chegamos a elaborar a proposta e chegamos a discutir, junto à Presidência, o Sarney era o Presidente, o Parlamento palestino e o Parlamento israelense, aqui em Brasília, num evento. Essas representações aqui... Os parlamentos sul-americanos aqui, onde os países têm algum tipo de eventuais conflitos, que possam aqui estar discutindo a solução desses conflitos nessa condição. E a proposta foi exatamente um Parlamento para a paz. Está aqui nos registros desta Casa. Exatamente quando ocorreu a coincidência da invasão americana do Iraque, quando se falava ali... Do Iraque foi... Falava na mãe de todas as bombas, alguma coisa assim, agora não lembro exatamente que bomba foi que explodiu, mas eu sei que, enquanto o mundo descobre que tem a mãe de todas as bombas, nós deveríamos discutir uma forma de desativar esta mãe para que outras mães mais generosas possam ter espaço.

Então, acho que, Presidente Wellington, essa oportunidade que a Comissão está nos oferecendo, como instituição, a oportunidade de essas jovens inteligências estarem aqui convivendo conosco, essas instituições estarem aqui na Comissão, debatendo e divulgando esses trabalhos, nos faz promover estas reflexões, de maneira que, quem sabe o ano que vem, a gente já possa produzir mais eventos.

Eu aprecio a SBPC há muitos anos. Gosto de ler as publicações, mas acho que realmente ainda tudo muito fechado. Aí, vem aquela história: "Mas será que a imprensa não está divulgando adequadamente?" Mas será que a SBPC tem uma boa interlocução com a imprensa? Então, acho que tem que começar a desmistificar e começar realmente... "Venham ver". "Alô, jornalista, olha aqui que interessante..." Os jornais estão começando a abrir espaços bons e, ao mesmo tempo, nós estamos vivendo um novo tempo de informação, de debate, uma nova cultura, em que a gente percebe esses compromissos todos com essas mudanças. Mudança climática. Hoje de manhã, teve duas notícias que, de um lado, lá, a Austrália, com uma seca brutal de um lado e uma enchente terrível no outro, no mesmo país.

Ao mesmo tempo, um outro canal, noticiava que uma Comissão de Deputados está em Recife, com técnicos holandeses, debatendo a técnica holandesa para

tentar segurar o avanço do mar. Recife é uma situação, assim, que pode ser, talvez, uma projeção para o futuro, pode acontecer aquecimento global. Então, tudo isso, a ciência pode nos ajudar a solucionar. Mas, acima de tudo, acho que gera consciência. A ciência, gerando consciência, que acho que é o fundamental.

Quer dizer, eu não vou ter tempo de fazer uma pergunta, vou fazer apenas um comentário, lamentar não ter podido participar desde o começo porque a gente se multiplica em ações aqui dentro também, mas fica o registro histórico desse momento e algumas propostas, eu deixo aqui um sonho que eu tive, quem sabe a UNESCO possa trabalhar essa proposta. São 180 e poucos Parlamentos no mundo. Eu tenho aqui um histórico, tenho até uma mistura de bandeiras com a proposta inicial, que achei bastante bonita, mas a circunstância não deixa o sonho se concretizar. Mas acho que a UNESCO, como parceira, ela pode realmente trabalhar esse processo mundial, que talvez mude até os conceitos com relação às relações. Porque a gente quer a paz, mas nós sabemos que todos os países, eles estão para poder garantir a paz, busquem armamentos cada vez mais sofisticados. O Brasil também precisa. Depende. E depende da ciência. Então, muitas vezes, arma não é para guerra. Arma é para paz. E é um conceito. Por incrível e por mais chocante que possa parecer, uma arma moderna e sofisticada que a ciência consegue produzir, ela pode ser um instrumento também para garantia de paz, por mais contrasenso que possa parecer.

Quer dizer, eu gostaria que a Comissão pudesse fazer mais eventos como estes. Pudessem trabalhar algumas situações em que nós, como instituição, pudessemos estar debatendo esses temas que estão no nosso cotidiano, no nosso dia-a-dia, às vezes, a gente nem está sabendo o quanto. É apenas um comentário, senhor Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Sérgio Zambiasi. Essa é uma questão que tem que ser colocada. Muitas vezes, pensam que o Senado, por alguma questão política, ou o Plenário de repente não vota algo e passa-se a impressão de que o Senado não está trabalhando. E as comissões são onde o Senado mais trabalha, onde os Senadores mais trabalham. Vocês podem ver que alguns Senadores estiveram aqui, passaram, foram para outras comissões porque tem Projeto de Lei de autoria de alguns, alguns relatando, então, tem realmente que se mover. No entanto, é passado para o público de que o Senado está parado. Isso nunca aconteceu, desde que estou aqui, mas o Senado nunca parou realmente.

Passaremos, então, para as considerações finais, obedecendo à mesma ordem de convidados. Primeiramente, contaremos os cinco minutos, três minutos, para as considerações finais do Sr. Vincent Defourny, Representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura, Unesco, para suas considerações finais. Com a palavra.

SR. VINCENT DEFOURNY: Muito obrigado. Então, só gostaria de pegar um gancho, para o Senador, que, para a UNESCO, é muito importante trabalhar com Parlamentares. Acho que os Parlamentos têm um papel fundamental no desenvolvimento da cooperação internacional. Todo o sistema das Nações Unidas foi criado na base, digamos, da inter governabilidade. Estamos trabalhando o tempo todo com todos os governos do mundo, os 193 Estados-membros da UNESCO, que acabaram de ser reunir em Paris, durante três semanas de conferência geral; o Brasil, esteve representado pelo Ministro da Educação, mas também por um representante do Ministro de Ciência e Tecnologia, mas nós somos como o Executivo dos diferentes países que temos que trabalhar. Trabalhamos com a sociedade civil, mas também com os órgãos mais democráticos dos países. E acho que, nesse sentido, os parlamentares têm um papel muito importante para desenvolver a cooperação internacional.

Então, só gostaria de dizer ao Senador que estamos realmente com muita vontade de seguir essa idéia de ver como podemos transformar esse sonho numa realidade, mas, ao mesmo tempo, dizer que existem já algumas ferramentas que precisam ser melhoradas, que precisam ser desenvolvidas. Por exemplo, o mês passado, tivemos em São Paulo, uma Reunião do Parlatino(F), um Parlamento latino americano--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Desculpe, deixa eu só interromper, pois pode me escapar. Eu, quando pensei essa idéia que a Constituição Brasileira diz que para que o Brasil declare guerra com outro país, o Parlamento tem que aprovar, passa pelo Parlamento. Então, quando os compromissos dos Parlamentos--

(soa a campainha).

--E fiquei pensando também, o senhor falou no Parlatino, lembrei, Parlasul, Parlatino, parla isso, parla aquilo por que não Parlapaz?

SR. VINCENT DEFOURNY: Parlapaz, certo. Podemos imaginar isso, então, isso é uma tarefa que vamos tentar trabalhar. Mas acho que o exemplo dado pelo professor Jefferson sobre a importância da pesquisa e da qualidade da pesquisa para manter também mecanismos políticos internacionais, como a gestão e a gestão comum do antártico, é um exemplo fantástico. É um exemplo fantástico que a pesquisa, a ciência, o

desenvolvimento científico podem criar as comissões do desenvolvimento sustentável da paz.

Então, só gostaria de convidar a todos os presentes aqui, jovens alunos, mas também todos os Senadores e o público, os professores, que estiveram aqui presentes, para passar aqui em Brasília, a partir de amanhã, no SENAC, 903, que lá vamos exposições, vamos ter oficinas para avançar essa questão, essa reflexão sobre o papel da ciência para a paz e o desenvolvimento. Isso é uma forma de celebrar, é só uma forma, mas uma forma de celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e o Desenvolvimento. Muito obrigado, Presidente.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Vincent Defourny. Para as suas considerações finais, professor Dr. Jefferson Simões, gaúcho, pesquisador do Programa Antártico Brasileiro. Com a palavra, o Sr. Jefferson.

SR. JEFFERSON CARDIA SIMÕES: Obrigado, Senador. Eu creio que o ponto mais importante de uma audiência dessas, desse calibre é chamar que, e acredito piamente que o amadurecimento de um processo democrático é essencial à transparência e divulgação de informação em todos os níveis. A nossa constante luta contra o obscurantismo e, evidentemente, contra a guerra, que é muito gerada por esse obscurantismo, quantos mitos mal encaminhados e, recentemente, contra esse milenarismo e falta de compreensão de nossa realidade, só será vencida com uma educação profunda, uma educação que vai além da nossa educação técnica e formal, e nos leva a uma mudança de escala de valores. Eu acredito que nisso a ciência tem o seu papel importante, tem que ser divulgada e ampliada, cada vez mais, essa inserção, essa divulgação. E eu acredito que esse é um papel importante, que nós temos que trabalhar, sim, com as nossas associações profissionais, sim, com as diferentes associações de apoio à ciência, mas, cada vez mais, com essa Casa.

E, para nós atingirmos, então, um avanço nas nossas condições sociais. Estão extremamente casados a questão educacional e o nível sócio-econômico de um país. E aí, é claro, nós vamos ajudar a paz. Obrigado.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, professor Jefferson. Para suas considerações finais, o Sr. Lauro Morhy, membro da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência, SBPC, três minutos.

SR. LAURO MORHY: Bom, em brevíssimas palavras, insistir muito na atividade científica, sobretudo na prática e, sobretudo, naquilo que se fala, no que se diz, mas realmente precisamos fazer o que a gente diz. Realmente, é uma das coisas que incomodam muito a comunidade e a sociedade em todos os tempos.

Um outro aspecto rápido é insistir na educação pela democracia. O respeito à diversidade, à tolerância... Eu acho que nós precisamos insistir nesses dois pontos. E outra coisa, e outro aspecto, é um apelo a todos, especialmente às autoridades de Brasília, às autoridades de Ciência e Tecnologia, para que apoiem a construção do Museu da Ciência de Brasília. Então, realmente nós estamos fazendo um grande esforço para isso aí.

E, finalmente, desejar um pronto restabelecimento ao Senador Arns. Muito obrigado.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Lauro Morhy. Passaremos agora, para suas considerações finais, a palavra ao Sr. Ildeu Castro Moreira, Diretor do Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia. Eu, Sr. Ildeu, o pesquisador, ele é interessante, Senador, que eu estava olhando daqui, ele carrega o livrinho no bolso de trás. O senhor está com o livrinho no bolso de trás. É uma coisa difícil de ver hoje em dia. Ele está com o livrinho no bolso de trás, qualquer coisa, ele puxa e anota ali.

(risos).

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – O Dr. Lauro falou aqui no Museu da ciência de Brasília, eu quero... Não sei se o Jefferson já sabe, deixa eu vender meu peixe um pouquinho. Eu fiquei tão apaixonado pela Antártica, com o privilégio que eu tive de ir, e me surpreendi com a Antártica sem gelo, à época, agora não, eu designei uma Emenda minha, pessoal, que já está lá em Rio Grande, onde está sendo construído um Museu Antártico por esta Emenda. É uma questão de articulação também com os representantes de Brasília, que é possível sim; o Rio Grande terá o Museu Antártico, se Deus quiser, pela dedicação desse pessoal aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra, o grande pesquisador. Professor Ildeu, e seu bloquinho, que colocou sobre a Mesa. Três minutos.

SR. ILDEU DE CASTRO MOREIRA: Muito obrigado. Eu posso fazer uma... Também uma anedota que me lembrou essa coisa. Não estou fazendo comparação, não é o caso. Mas o Einstein, quando estava no Rio de Janeiro, em 1925, aliás, fez declarações muito

importantes, foi grande batalhador da ciência pela paz, junto com Marie Curie, que levou, inclusive, à criação da ONU e, posteriormente, da UNESCO. O Einstein, ele tinha anotava alguma coisa no caderninho, e aí estava um acompanhante brasileiro, que era o professor Silva Mello e perguntou para ele: “O que o senhor está fazendo?” “Estou anotando algumas idéias”. Aí, o Silva Mello estava anotando. Aí, o Einstein perguntou para ele: “Mas o senhor anota essas idéias?” Anoto. E ele perguntou para o Einstein: “O senhor anota suas idéias?” “Não, só tive uma, não preciso anotar”. Mas eu acho que essa é uma anedota que não tem fonte reconhecida.

Bem, mas tomando a questão do museu, eu acho importante aqui essa iniciativa que estamos fazendo em Brasília e registrar que o Rio Grande do Sul, que trouxe um exemplo importante para o Brasil, com o professor Jetter(F), o museu de Ciência e Tecnologia da PUC de Porto Alegre continua sendo um exemplo de Museu de Ciência para o Brasil.

Eu gostaria também de mencionar aqui, não deixar passar o registro, o agradecimento ao Ary Mergulhão, que está aqui presente, da UNESCO, que tem sido um batalhador incansável pela questão do Dia Mundial da Ciência. Dizer ao Senador, sua iniciativa é muito interessante, e que a sua sugestão que, eventualmente a Comissão tenha iniciativas de ampliar concursos e, nos próximos anos, fazer uma participação mais intensa do Brasil no Dia Mundial da Ciência, nós do Ministério de Ciência e Tecnologia, estamos inteiramente abertos a qualquer iniciativa em comum que possa ser feita.

Bem, eu queria... Também a menção à questão da mídia, eu queria louvar aqui a TV Senado, TV Câmara, que estão, nos últimos anos, fazendo— (soa a campanha).

SR. ILDEU DE CASTRO MOREIRA: --Um trabalho muito importante de trazer vários desses temas para a sociedade brasileira. Esperar que a TV pública, que se desenha proximamente, os temas de Ciência e Tecnologia sejam tratados com profundidade e com a beleza que a Ciência e Tecnologia também carregam, para que os jovens como esses aqui, tenham oportunidade de perceber que é uma carreira importante para eles, que é um instrumento fundamental para o desenvolvimento do país e que possam também se dedicar a áreas da ciência e que esse também é o nosso grande desafio. Eu queria, finalmente, parabenizar particularmente os jovens, pela sua premiação. Muito obrigado.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obri-

gado, professor Ildeu de Castro Moreira, Diretor do Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia, MCT.

Vamos encerrar a Audiência Pública, onde o assunto foi debater a importância da ciência como meio de promoção da paz e desenvolvimento. Esse Requerimento foi de autoria do Senador Flávio Arns e também participaram, além dos convidados, os alunos que foram premiados com os trabalhos cujo tema foi “ciência e vida nas regiões polares, equilíbrio para o planeta”, que estão aqui presentes, foi um prazer muito grande tê-los aqui, comprem um bloquinho para andar no bolso de trás. Alguns já têm cara de cientista.

Então, antes de terminar a audiência, eu queria simplesmente ler um Requerimento. Um ofício do Ministro: “De ordem do Sr. Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, Dr. Sérgio Machado Resende, comunico a V.Exa. a impossibilidade de comparecimento na Audiência Pública para apresentação do plano de ação de Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia, Inovação para o desenvolvimento, a ser realizado no dia 08 de novembro próximo, por ter sido convocado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, logo, está perdoado, porque o Presidente tem que acompanhá-lo, “acompanhá-lo na Reunião do Conselho Nacional de Política Energética, para ser realizada na sede da PETROBRAS no Rio de Janeiro”. Muito obrigado pelo comunicado, então, não poderá está presente.

Nada mais tendo a declarar, agradeço aos convidados, foi excelente a explanação, eu mesmo me senti, com as questões da Antártica, impressionado, comentava aqui com o Sr. Vincent, e obrigado pela presença de todos. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada essa Reunião. Muito obrigado.

Ata da 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007.

EMENDAS AO ORÇAMENTO 2008

Às quinze horas e dezenove e um minutos do dia treze de novembro de dois mil e sete, na sala 19, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com as presenças dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Cícero Lucena, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Garibaldi Alves Filho, Marco Maciel, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Renato Casagrande,

Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, João Tenório e Eduardo Azeredo. Justificam as ausências os Senadores Cristovam Buarque e Flávio Arns. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Orçamento de 2008. Neste momento o Senhor Presidente, passa a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as quatro (4) emendas de apropriação ao **Orçamento de 2008: Emenda n.º 01 – Comando da Marinha – “Construção do Protótipo de Reator Nuclear”** no valor de R\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de reais), apresentada pelos Senadores Valdir Raupp e Augusto Botelho. **Emenda n.º 02 – Ministério da Ciência e Tecnologia – “Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital”** no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), apresentada pelos Senadores Maria do Carmo Alves, Valter Pereira e Marconi Perillo. **Emenda n.º 03 – Ministério da Ciência e Tecnologia – “Ampliação e Modernização da Infra-Estrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais”** no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), apresentada pelos Senadores Cristovam Buarque e Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 04 – Ministério da Ciência e Tecnologia – “Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Bicombustíveis”** no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), apresentada pelos Senadores Cristovam Buarque e Flexa Ribeiro. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as duas (2) emendas de remanejamento ao **Orçamento de 2008: Emenda n.º 01 – Ministério das Comunicações – “Implantação de Telecentros para Acesso a Serviços Públicos”** no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), apresentada pelo Senador Wellington Salgado de Oliveira. **Emenda n.º 02 – Comando do Exército – “Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Força Terrestre”** no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), apresentada pelo Senador Marcelo Crivella. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao Orçamento de 2008, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a

reunião, às quinze horas e cinquenta e um minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que se realiza nessa data, dia 13 de novembro de 2007.

Início os trabalhos dessa reunião agradecendo a presença de V.Exª e submeto à apreciação do Plenário, a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com esse termo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião tem como item único a discussão e votação das Emendas dessa Comissão, ao PL n.º 30/2007 – cn, Projeto de Lei Orçamentária Anual, PLOA 2007, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro a quem eu passo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Wellington Salgado, Srs. Senadores, inicialmente eu quero agradecer a indicação do Presidente, referendada pelos demais Senadores da Comissão para relatar as Emendas ao orçamento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Cumpre observar, Sr. Presidente, inicialmente, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática foi criada após a edição de resolução n.º 1 de 2006, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o §1º do Art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias orçamentárias. Por essa razão, a possibilidade de Emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual não está prevista, expressamente, na mencionada resolução. E aqui eu abro um parêntese para parabenizar o Presidente Wellington Salgado pelas tratativas junto ao Presidente da Comissão Mista de Orçamentos, Senador José Maranhão, no sentido de que a Comissão de Ciência e Tecnologia seja atendida também como as demais Comissões na apresentação de suas Emendas de Comissão. Quero parabenizá-lo, sei do esforço que V.Exª vem fazendo no sentido que a CCT também possa apresentar as Emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Ilustre Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria também de destacar nesse momento, que V.Exª cita a questão do trabalho (ininteligível), também dos membros dessa Comissão, da assessoria, e também dos auxiliares, que realmente trabalharam até mais do que eu, trazendo as soluções para essa dificuldade, que como essa Comissão acaba de ser criada, então não está contida no orçamento, tivemos que criar caminhos e todos os nossos colaboradores aqui, vamos chamar até de perturbaram bastante os membros da Comissão para encontrar uma solução e encontramos, depois de muitos acordos. V.Exª foi correto ao citar essa dificuldade, mesmo V.Exª como Relator, tendo retirado uma Emenda da presidência, mas eu concordo com V.Exª.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, eu quando eu fiz referência à V.Exª, era porque em seu nome eu estava parabenizando à toda a equipe técnica, assessoria da Comissão e aos Senadores membros dessa Comissão, porque realmente foi um trabalho coletivo, como V.Exª, democrático que é, costuma fazer aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia. Então, os parabéns à V.Exª são extensivos a todos, à toda equipe e que V.Exª tão bem comanda. Enquanto se buscam soluções para sanar tal lacuna, na norma congressual, e tendo em vista os prazos estabelecidos pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, CMO, esta Comissão fixou prazo para a apresentação de propostas de Emendas por parte de seus membros. Tendo em vista as atribuições definidas pela Resolução 01 de 2007, SF, para essa Comissão, e aplicando-lhe o tratamento dado à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, concluiu-se com base na analogia e equidade, que a Comissão tem o direito de apresentar até quatro Emendas de Apropriação e até quatro Emendas de Remanejamento. No prazo estabelecido pela Comissão foram oferecidas 34 propostas de Emendas ao Projeto de Lei nº 30 de 2007, no Congresso Nacional, que: “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.” Dessas, 03 referem-se ao Ministério das Comunicações, 08 à Área da Defesa e 23 ao Ministro de Ciência e Tecnologia.

Duas propostas foram apresentadas como Emendas de Remanejamento de Despesa – Emendas 02 e 12 – essas, no entanto, não indicaram lamentavelmente, Sr. Wellington Salgado, a Emenda nº 2 de autoria de V. Exª, ela teve uma falha ao não indicar os cancelamentos em conformidade com o Art.45 da Resolução 01 de 2006, do Congresso Nacional. Que impõe que incidam sobre dotações de caráter institucional e

de interesse nacional, no âmbito da mesma sub-área temática e mesmo grupo de natureza de despesa. Isso quer dizer que as Emendas de Remanejamento, V.Exª tem que tirar de algo que já existe no orçamento e transferir dessa rubrica para uma sub-área da mesma área temática de que tenha a Emenda já aprovada. Observe-se que a proposta dois que versa sobre: “Apoio à implantação de rede acesso à internet” enquanto a programação nova, no âmbito no Ministério das Comunicações, relativamente é o que consta do Projeto de Lei, não poderia comportar diferentes obras ou permitir a destinação de recursos a diferentes entes. As outras 32 propostas são “De apropriação de despesa”, sendo que em diversos casos, dois ou mais autores apresentaram a mesma sugestão. Não obstante o inegável mérito das diferentes propostas, tivemos que escolher apenas quatro Emendas, sendo uma na área da Defesa e três na área de Ciência e Tecnologia, já que as Emendas apresentadas na área de Comunicação, elas estavam prejudicadas. Não foi escolhida nenhuma das áreas das comunicações, pois as três propostas dessa área impune a criação de programação nova, o que implica, conforme já observado, não poder comportar diferentes obras ou a destinação de recursos a diferentes entes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – S. Relatos, deixa eu entender bem. Então, a minha Emenda não poderia ser aceita por esse problema, aí V.Exª também não colocou nenhuma para o meu titular, que é Ministro das Comunicações, é isso que eu estou entendendo bem? Nenhuma Emenda para Comunicação?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não, porque as três... Foram apresentadas três Emendas, somente, na área de Comunicação. Duas feitas por V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – E a outra?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – As outras duas. Uma por V. Exª e as outras duas acho que até por mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – V.Exª aceitou?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Então, quer dizer que não aceita a minha e também a que vai para o Ministério também não? Comunicação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Olha, das 34 Emendas apresentadas, para a área de Comunicação teve a Emenda do Senador Valter Pereira, “Fomenta a elaboração e implantação de projetos”,

não, essa é Ciência e Tecnologia. Na área de comunicação, Wellington Salgado apresentou essa de remanejamento para tratar da cidade digital.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Foi cortada?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Foi, porque não foi possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não tem mais nenhuma, não, na área de Comunicação? Foi aprovada por V.Ex^a alguma para a área de Comunicação?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não, porque as três que foram apresentadas, uma de V.Ex^a, uma do Senador Cristovam Buarque e uma de minha autoria, que trata do acesso à telefonia móvel, pelo FUST, foram prejudicadas porque, segundo a assessoria da Comissão de Orçamento, elas não poderiam ser aprovadas pela Comissão, porque elas fogem, como está dito aqui no relatório, “impune a criação de programação nova” que não está no PPA. Então, elas não puderam ser atendidas, lamentavelmente. Então, o que houve por parte dos membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, é que concentraram a maioria das suas Emendas na área de Ciência e Tecnologia, e não na área de Comunicações e nem na área da Defesa. Então, das 34 Emendas, 3 na área de Comunicações, 8 na área de Defesa e o resto na área de Ciência e Tecnologia. Na área da Defesa, optamos por destinar recursos para a ação, “1421– construção do protótipo de reator nuclear” no valor de 53 milhões, aglutinando-se as propostas apresentadas pelos Senadores Valdir Raupp e Augusto Botelho. Propostas de nº 5 e 11. Na área de Ciência e Tecnologia, decidimos destinar recursos para as ações “6492 – fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital” no valor de 200 milhões, aglutinando-se as propostas da Senadora Maria do Carmo, dos Senadores Valter Pereira, e do Senador Marconi Perillo, propostas: 03, 09 e 24. A outra proposta que trago à apreciação do Plenário, da Comissão de Ciência e Tecnologia, é a que tem “10 GY– ampliação e modernização da infraestrutura para o estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos ecossistemas amazônicos, frente às mudanças globais”, no valor de 100 milhões, aglutinando-se as propostas apresentadas pelos Senadores Cristovam Buarque e Flexa Ribeiro, propostas: 14 e 27. E a última Emenda, “8971– pesquisa, desenvolvimento e inovação em biocombustíveis”, no valor de 100 milhões, aglutinando-se as propostas apresentadas pelos Senadores Cristovam Buarque e Flexa Ribeiro, propostas 17 e 26. Vamos ao voto, Sr. Presidente. Diante do exposto, votamos no sentido de que essa Comissão delibere pela apresentação de

Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, para o exercício 2008, PLN nº 30 de 2007 do Congresso Nacional, nas seguintes ações e unidades orçamentárias: 1421 – construção do protótipo de reator nuclear, unidade orçamentária, Comando da Marinha, valor 53 milhões. Ação 6492– fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital, unidade orçamentária, Ministério de Ciência e Tecnologia, valor 200 milhões. Ação 10 GY– ampliação e modernização da infra-estrutura para o estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos ecossistemas amazônicos, frente às mudanças globais, unidade orçamentária, Ministério de Ciência e Tecnologia, valor 100 milhões. Ação 8971– pesquisa, desenvolvimento e inovação em biocombustíveis, unidade orçamentária, Ministro da Ciência e Tecnologia, valor 100 milhões. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Antes eu só queria fazer uma colocação aos Srs. Senadores. É que foi muito trabalho, realmente, para que nós pudéssemos colocar essas Emendas, para que pudéssemos ter recursos da nossa Comissão, porque a Comissão foi criada nesse ano, os senhores sabem muito bem, V. Ex^a conhece muito bem. Então, já é uma grande vitória, além de criar a Comissão, que ela saiu de uma Subcomissão da Comissão de Educação, ela hoje é uma Comissão que vai durante muito tempo seguir o seu caminho sozinho, e implantar nesse momento de dificuldade de orçamento. Então, eu queria que os Senadores tivessem uma paciência, eu senti que o Relator realmente procurou atender, até mesmo uma Emenda que o Presidente colocou não estava conforme os padrões, foi rejeitada pelo Relator, a quem eu aceito. Então, eu queria agora passar a palavra para discussão. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, eu quero elogiar o trabalho de V.Ex^a, dos membros dessa Comissão, que conseguiram que nós pudéssemos, já nesse orçamento, apresentar Emendas de Comissão, mas quero chamar a atenção do Relator para o seguinte: V.Ex^a não pode deixar de considerar o drama das grandes capitais brasileiras, inclusive a sua, Belém, com o caso das drogas, o caso das drogas. Essa é a maior miséria que hoje afeta o cotidiano das famílias brasileiras, as drogas, sobretudo a cocaína. E de onde vem? Peru, Colômbia, Bolívia, entrando, Paraguai, deserto demográfico. Essas fronteiras não existe tropa brasileira lá. São montanhas imensas coberta pela floresta. Oh riqueza natural do nosso país, mais de 50% do nosso território que está sendo usado por guerrilheiros, traficantes, para se plantar essa maldita cocaína.

Fiz aqui, Sr. Presidente, junto com a Universidade de São Paulo e com o Ministério do Exército, um projeto. Para quê, Sr. Presidente? Para podermos desenvolver uma invenção brasileira, que é um avião não tripulado. Sr. Presidente, esse avião tem a envergadura de um condor, 1,50m, baratíssimo de ser usado, 10 litros de combustíveis dá para ele voar 300km. E quanto custa? Custa, um aviãozinho, custa o preço de um automóvel popular, custa 30 mil reais. Só que só temos um, por quê? Porque a Universidade de São Paulo não tem produção industrial para isso. Agora, o exército, os engenheiros do IME, do Centro Tecnológico do Exército, lá na nossa cidade do Rio de Janeiro, estavam esperando que essa Comissão, Sr. Presidente, lhes destinasse algum recurso. Por quê? Lembro a essa Comissão, hoje há uma sangueira nas comunidades carentes do Rio de Janeiro, já matamos mais de mil, normalmente garotos do narcovarejo. Porque não conseguimos colocar a mão nos importadores, financiadores, organizadores do narcotráfico. Esses não estão na comunidade, quem está é o narcovarejo, os meninos, mais de mil já morreram esse ano. Agora, nós conseguimos prender o Elias Maluco – que foi o facínora do repórter da Rede Globo – sem dar um tiro. Sr. Presidente, porque tínhamos um balão, aquele balão foi alugado e lá de cima nós conseguimos ver aquele bandido e prendê-lo sem dar um tiro, sem matar ninguém da comunidade. Esses aviões, eles fazem o mesmo trabalho, Sr. Presidente, eles voam a 100km/h, 300km de alcance, 4 mil metros de profundidade, 5 mil metros de altitude, 6km de altitude, 7km de altitude, vôo pequenininho, é como se fosse um condor voando, não tem problema nenhum com o tráfico aéreo, nada disso. Agora, câmeras potentíssimas, transmitem para o centro de inteligência que o Governo Federal já instalou um na Praça Mauá, Polícia Federal, Força Nacional de Segurança, Polícia Civil, Polícia Militar. Ali está o centro de segurança.

Nós precisávamos, Sr. Presidente, ter essas aeronaves, não tripuladas, baratas, para vigiar a nossa fronteira, onde nós precisamos conter o tráfico de armas e de drogas, para o bem do povo brasileiro, das nossas capitais. Por isso eu faço um apelo, o apelo veemente, um apelo em nome das famílias brasileiras, do povo do Pará, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Recife, segunda capital mais violenta do Brasil, só perde para o Rio de Janeiro, para que nós pudéssemos arrumar recursos e contemplarmos. Para termos essas aeronaves não tripuladas vigiando nossas fronteiras, vigiando nosso litoral vigiando nossas comunidades carentes, cumprindo para o exército este papel fundamental. Eu faço esse apelo ao Senador Flexa Ribeiro, tenho certeza que ele encontrará os recursos necessários

para contemplar esse investimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Vice-Presidente dessa Comissão, que muito luta para que essa Comissão tenha recursos e também resolva os problemas do avanço tecnológico. Que nós temos que criar leis para acompanhar o avanço tecnológico, é uma dificuldade tremenda. Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella, muito bem colocado, V.Exª que está muito bem conceituado nas pesquisas no Rio de Janeiro, tenho certeza que se houver vontade de V.Exª em seguir um outro caminho, vai ser muito importante esse aparelho que V.Exª cita aí. Com a palavra, antes do Relator, eu sei que o Relator não gosta de falar muito, mas eu queria passar a palavra para o Senador Cícero Lucena, que já havia pedido a palavra, ilustre Senador. Depois passaremos ao Senador Botelho.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, eu quero dizer, primeiro reconhecer o trabalho dessa Comissão, conduzido pelo senhor mais com a eficiência e competência do quadro da equipe que lhe assessora e nos assessora a todos. Dizer que eu não me conformo com a sua Emenda não aprovada, reconhecendo o valoroso Relator, relatório do Relator Flexa Ribeiro, mas eu queria fazer uma sugestão, de que essa Emenda, pela importância que é a questão da cidade digital, com a visão de inclusão digital, que nós pudemos fazer nas Emendas de Remanejamento, já que é um Ministério que tem bastantes recursos, bastante fundos, está certo, que podem eventualmente cancelados a aplicação em determinadas coisas e serem voltada para essa sua Emenda. Eu mesmo pedi aqui à minha assessoria para tentar junto com a assessoria dessa Comissão, encontrar alguns cancelamentos para que a Emenda de V.Exª possa ser atendida. Já tinha providenciado isso, quando o Senador Crivella levantou essa questão do avião, e obviamente o Relator vai falar, que na mesma forma eu acho que deve ser atendido. Eu só questiono o Senador Crivella, o Relator aqui já me dizia que ia acatar a sugestão do Crivella e ele vai falar sobre isso, é que o valor é pouco. Eu acho que nós temos condição de aumentar esse valor, está certo, pela importância que é essa proposta, dentro das Emendas de Remanejamento, que cada Comissão tem direito a quatro. Nós cancelaríamos algumas, conforme é possível fazer, dentro dos próprios ministérios e conseqüentemente fazemos isso, até porque o que o Senador Crivella está propondo, é algo de defesa nacional e defesa nacional tem verba, inclusive, na Presidente da República que pode ser remanejado para atender essa belíssima sugestão da preocupação humanista, que é de todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. E passarei agora a palavra ao Senador Augusto Botelho, que fez uma visita à Marinha, se eu não me engano, durante esse período e acabou colocando aqui na nossa Comissão, um recurso para que a Marinha possa desenvolver, com certeza é o que V.Exª viu, e viu o que a Marinha precisava, com essa questão dos reatores. Então, está de parabéns, V.Exª e também quem o convidou que acabou despertando o interesse de V.Exª pelo assunto. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Realmente, Sr. Presidente, a visita contribuiu, mas foi uma visita anterior que eu fiz ao Aramar, Centro de Estudos Nucleares, né, de energia nuclear, da Marinha, lá perto de Sorocaba. Então, ele foi incluído na Defesa, mas isso aqui é Ciência pura. A construção desse nosso pequeno reator, que vai poder ser usado tanto em veículos e submarino nuclear, como em pequenas comunidades, em cidades até 20 mil habitantes, 30 mil habitantes, porque ele pode gerar quase cinquenta e poucos megawatts de energia elétrica, usando ele como gerador de energia elétrica. É a Ciência e Tecnologia, é a nossa tecnologia que está precisando dar mais um passo na área nuclear. Então, se a gente conseguir montar esse reator, nós estamos prontos, é só elaborar o projeto do submarino nuclear, que ainda não está colocado totalmente no papel, está só na cabeça dos nossos cientistas, e nós vamos ter uma forma de guardar, ou de pelo menos um poder de dissuasão maior em relação a nossa imensa costa marítima. A nossa área de mar é chamada de Amazônia azul, equivale a vários países da Europa, é maior do que a nossa Amazônia verde. Então, só em saber que tem um navio brasileiro nuclear, que eles não saibam onde é que está, até os pesqueiros vão parar de vir pegar o nosso peixe, sem autorização, é claro que com autorização eles podem, mas sem autorização. Então, a ciência ganha com essa Emenda, porque nós vamos dar mais um passo em direção a fazer o nosso veículo nuclear.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho, V.Exª que sempre está preocupado com os interesses do país, também com os usuários, sendo também um grande médico, que, inclusive, por isso que chegou ao Senado Federal, com certeza, cuidando do próximo. Muito importante a colocação de V.Exª. Passaremos agora para as considerações finais, e ver se amoleceu um pouco o coração. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Meu coração é muito sensível para as questões de toda

a nação brasileira. Eu, se pudesse atenderia às 34 Emendas, que eu acho que todas elas são importantes. Não pude fazê-lo, Sr. Presidente, por questões regimentais. As Emendas que foram apresentadas, por exemplo, a do Senador Marcelo Crivella, que é da maior importância, como bem ele disse, para fazer a questão da segurança com veículos não tripulados. É uma Emenda que cria despesas, quer dizer, eu teria que abrir mão de uma outra Emenda, das que foram aprovadas, para atender, em um aspecto da maior importância, por 6 milhões.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Divide o valor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não, eu não posso mentar(F) a Emenda, eu não posso mentar(F) a quantidade de Emenda.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Mas pode diminuir o valor de uma e contemplar outra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não posso. São quatro Emendas, somente. Agora, se o Plenário me permitir, eu não poderia fazer isso como Relator, mas se o Plenário aprovar, eu posso transformar a Emenda do Senador Crivella em Emenda de Remanejamento, aí retiro de uma dotação do Ministério da Defesa 6 milhões e coloco atendendo à sua Emenda.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Apoiado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E a sugestão do Senador Cícero, é que ao invés de 6, se coloque 10, certo?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Aplaudido.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Eu perguntaria se também a Emenda da presidência é possível, também?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Vou chegar lá, tenha calma, o seu cabelo não vai crescer até eu terminar de fazer o relatório. Então, vou chegar ao final.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Você veja que eu que escolhi V.Exª, hein.

(risos)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois é, pois é, para ver como eu defendo os interesses do Ministério das Comunicações do nosso grande Ministro Hélio Costa. Então, eu estou aqui com os dois assessores, que assessoram a Comissão de Ciência e Tecnologia na questão orçamentária. Quando eu fiz a reunião para fazer o relatório, o obstáculo maior era que não havia Emendas possíveis de serem atendidas, ou seja,

a Emenda de Remanejamento de V.Ex^a, ela não dizia de onde tirar. Então ela estava prejudicada. A Emenda do Senador Crivella era de Apropriação de Despesa, não era de Remanejamento. Então nós fizemos uma opção entre apropriar 6 milhões para a Comissão, de apropriar 100 milhões, 53 milhões para o reator nuclear, também na área do Ministério da Defesa.

Agora, com a autorização do Plenário de poder transformar a dele em remanejamento... Não, a sua, não. A do Senador Crivella. E a solução, que os técnicos estão encontrando para atender à Emenda do meu Presidente, que o faço com a maior alegria, é também de suprir a deficiência de não ter a fonte de onde retirar os recursos e buscarmos no Ministério das Comunicações, a área onde a gente possa tirar os 200 milhões e atender à Emenda de Remanejamento de V.Ex^a. Eu sugeri que eles buscassem se seria possível tirar do FUST, porque tem muito recurso no FUST. Eles estão estudando, eles estão estudando essa possibilidade e se for possível tirar do FUST, eu vou dobrar a Emenda de V.Ex^a, ao invés de 200 milhões, eu vou colocar 400 milhões, porque existem bilhões de reais parados no FUST. Então, nós vamos começar a usá-lo em benefício da sociedade. Então, se o Plenário assim o decidir, nós vamos encontrar uma solução regimental para atender tanto o Senador Crivella quanto o nosso Presidente, Senador Wellington Salgado, com Emendas de Remanejamento, fazendo as adaptações necessárias às Emendas que foram apresentadas dentro do prazo legal.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Então, em votação a posição colocada pelo Relator, para que possamos adequar essas Emendas, ficando quatro Emendas de Apropriação e duas de Remanejamento. Em votação, os Senadores que estão de acordo, permaneçam como estão. Alguém quer declarar alguma coisa, algum Senador?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu acho que o valor ele deve manter. Exagerar, dobrar o valor, assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Para mim, tanto faz. É porque o Relator ficou empolgado, aí dobrou. Mas eu acho que tem muito recurso, Senador Botelho, lembra daquilo que nós vimos aqui, que tem 6 bilhões no FUST, que não estão sendo utilizados.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – É a primeira vez que nós vamos mexer no FUST, nós temos que mexer com parcimônia para depois entrar mais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu irei dobrar a Emenda de V.Ex^a para 400 milhões, se pudermos retirar do FUST. A assessoria está fazendo estudos, no sentido de ver se é possível, se for possível

a gente vai tirar. Senão, nós poderíamos pedir para o Ministro Hélio Costa, que ele diga qual a rubrica--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Está preocupado com o prazo, não é isso?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Temos que fazer isso hoje à tarde. Fazer tudo hoje à tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – O Ministro está viajando, mas eu vou tentar manter um contato com ele. Mas de qualquer maneira, eu acho que vamos encontrar uma saída sim, porque o FUST tem recursos demais e não está sendo utilizado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Demais e sem utilização.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Eu realmente, eu acho, ilustre Relator, não precisa dobrar. V.Ex^a continua com o mesmo conceito, com o Presidente, não precisa ficar tão preocupado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A minha preocupação não é o conceito do Presidente, que eu sei que não podia ser melhor em relação a minha pessoa, a minha preocupação é atender à sociedade brasileira nessa questão da maior importância, que é a inclusão digital.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Depois da sociedade brasileira, V.Ex^a atende ao Ministro e a mim. Eu fico feliz, porque eu estava preocupado no início do relatório de V.Ex^a. Mas como foi tudo atendido. Boto em votação, se os Senadores concordam... Senador Cícero Lucena, com a palavra, ilustre Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Aí, V.Ex^a pode responder à Comissão, mas preocupado com a relevância da Emenda de V.Ex^a. Não sei como operacionalizar isso, mas a questão que eu queria deixar: caso não ocorresse a capacidade dos 10 milhões, da Emenda do Senador Crivella, é fácilimo, isso aí eu tenho certeza que será encontrado. Mas como montante da importância dessa sua Emenda para mim, em particular, eu considero, porque eu sou de uma região do nordeste, que quanto mais foi investido em inclusão digital, em tecnologia, nós estaremos diminuindo as nossas diferenças, então além de ser solidário, é pela importância como diz o Senador Flexa. Caso não encontre, eu ainda faço uma sugestão, me permita assim dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Claro, Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Era que essa quarta pesquisa, a pesquisa de desenvolvimento e inovação do biocombustível, que é importan-

tíssimo também, mas existe, por exemplo, possibilidade de ser aprovada na Comissão de Agricultura, existe a Petrobras, que está cheia de dinheiro, agora, para fazer pesquisa em biocombustível. Então, possivelmente tivesse outras fontes de financiamento para essa pesquisa, que considero fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Fica a critério do Relator.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu acho que ele vai encontrar no remanejamento, que o Ministério tem os recursos. Mas caso não seja, eu ainda acho que a inclusão digital é fundamental em termos de socialização.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Então, está em votação, o pedido do ilustre Relator. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. E vamos botar em votação, agora, o relatório do Relator, não é isso? Temos que botar em votação. Os Senadores que aprovam o relatório do Senador Flexa Ribeiro, com as devidas alterações, permaneçam como estão. Aprovado.

Nada mais tendo a declarar. Só lembrando que amanhã nós temos uma reunião com assuntos importantes, inclusive, um projeto do Senador Marcelo Crivella. Então, eu declaro encerrada a reunião.

Ata da 40ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de novembro de 2007

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e sete, na sala dezoito, Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Gilvam Borges, Maria do Carmo Alves, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azevedo, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Expedito Júnior e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Valter Pereira, Demóstenes Torres e João Tenório. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, registra a presença, para acompanhar a reunião do Senhor Senador João Pedro, não membro da Comissão. Justificam a ausência os Senhores Senadores Romeu Tuma e Flávio Arns. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada.

Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 022, de 2007-CCT, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que requer "... nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater alternativas de flexibilização do Programa A Voz do Brasil. Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da CCT: 1 – Franklin Martins, Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; 2 – Roberto Costa Guimarães, Secretário Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional; 3 – José Roberto Garcez, Presidente da RADIOBRÁS; 4 – Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações; 5 – Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT); 6 – Milton Lucca de Paula, Presidente da Associação Mineira de Emissoras de Rádio e Televisão (AMIRT); 7 – Paulo Ricardo Tonet Camargo, Diretor da Rede Brasil Sul (RBS); 8 – Weiller Diniz, Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal; 9 – William França, Diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados". Comparecem à Audiência Pública, o Senhor José Roberto Barbosa Garcez, Presidente da RADIOBRÁS; Milton Lucca de Paula, Presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão – AMIRT; Paulo Ricardo Tonet Camargo, Diretor da Rede Brasil Sul – RBS e Ester Monteiro da Silva, Editora Chefe da Voz do Brasil do Rádio Senado. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, autor do requerimento, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Júnior, Augusto Botelho, João Pedro, Cícero Lucena e Sérgio Zambiasi. Os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Salgado de Oliveira requerem, oralmente, a inclusão Extra-pauta de requerimentos com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01 Requerimento nº 32, de 2007 – CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella que requer "Nos termos dos artigos 90, inciso V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para tratar do PLC 117, de 2006, que "Regula o exercício profissional de Geofísico e altera a Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962". Para tanto, indica-

se como convidados as seguintes pessoas: Presidente da Sociedade Brasileira de Geofísica; Presidente da Sociedade Brasileira de Física; Senhor Guilherme Estrela – Diretor de Exploração e Produção de Petróleo da Petrobrás; Secretário Executivo do Ministério da Educação; Senhor Sérgio Fontes – Diretor Geral do Observatório Nacional. O requerimento é aprovado.

“Extra Pauta, Item 02: Requerimento de Informação nº 33, de 2007 – CCT,

de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira que requer “Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal requeiro seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Senador Hélio Costa, o presente pedido de informações com base na Consulta Pública nº 833, de 2007 – Anatel: 1. Existem, atualmente, 12.309 canais nos PBTv e PBRTv. O PBTvD, publicado em 2003, pareou apenas 1.893 canais para as cidades em que havia canais analógicos de geração e todas as maiores cidades do país. Faltam, portanto, viabilizar mais de 10 mil canais digitais. Se o desafio de viabilizar milhares de canais digitais em todo o Brasil para realizar a transição analógico-digital, já foi agravado pela criação recente de novas demandas de canais de televisão (TV Pública e os 4 canais da União previstos no Decreto 5820/2006), torna a utilização da faixa de 60 a 69 imprescindível, por que a Anatel está sugerindo a destinação de 4 canais dessa faixa para serviços de telecomunicações? 2. No manifesto à imprensa as emissoras alegam que já vem perdendo faixas de frequências ao longo dos anos. Mencionam a faixa de 2,5 Ghz que é interferida por serviços que usam uma tecnologia conhecida como spread spectrum extremamente congestionada; A faixa de 7 Ghz, em algumas regiões do país também existe congestionamento. Para as atuais e futuras emissoras (analógicas ou digitais) haverá necessidade de novos enlaces durante a transição digital. Perguntamos então: por que a Anatel estaria sugerindo destinar a faixa de 12,7 a 13,25 GHz, hoje utilizada apenas para a prestação de serviços de interesse das emissoras, para que seja utilizada por empresas de SCM para aplicações distintas do transporte de sinais para empresas concessionárias de serviços de radiodifusão? 3 Quais as faixas de frequência outrora destinadas à Radiodifusão e Serviços Auxiliares que foram transferidas, nos últimos 15 anos, para prestação de serviços de telecomunicações? Quais as implicações dessas supressões sobre as operações das emissoras? Está correta a informação da tabela abaixo? 4. Qual o impacto econômico do que está sendo sugerido na Consulta Pública sobre a operação de emissoras de Rádio e de Televisão? 5. A Anatel levou em consi-

deração quando sugeriu na Consulta Pública nº 833, que revoga na íntegra a Resolução nº 82, de 30/12/1998, também da Agência, e que aglutinava num só instrumento todas as faixas do SARC destinadas ao Serviço de Radiodifusão, que poderia ampliar ou reduzir a abrangência da Resolução, sem varrê-la do acervo da regulamentação? 6. A tabela abaixo demonstra, segundo a mesma fonte, a perda significativa do espectro destinado à operação do SARC. Este serviço atende na sua mais nobre finalidade, ao jornalismo e a geração de seu conteúdo. Levou em conta a Anatel, o prejuízo que causará à sociedade brasileira, privando-a do direito pétreo constitucional do direito à informação? O requerimento é aprovado. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião, às onze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que se realiza nesta data, 21 de novembro de 2007. Prezadas Sras. e Srs. Senadores, levo ao conhecimento dos participantes dessa Reunião e daqueles que nos assistem pela TV Senado que ontem, dia 20 de novembro, em concorrida cerimônia realizada no Palácio do Planalto, o Exmo. Presidente Lula e o Sr. Sérgio Resende, Ministro da Ciência e Tecnologia, lançaram o plano de ação de Ciência e Tecnologia, Inovação para o desenvolvimento nacional 2007/2010, conhecido como PAC de Ciência e Tecnologia, onde o Governo Federal pretende investir, nas três áreas, até 2010, recursos da ordem de 41 bilhões de reais.

Com este plano, o Governo Federal pretende consolidar as bases para o novo tipo de crescimento da economia brasileira, promovendo a inclusão social, a redução das desigualdades, a geração de emprego e a distribuição de renda. O acesso à educação e ao conhecimento da nossa população nos diversos níveis, com equidade e qualidade, entre outras medidas de alta relevância.

Essa iniciativa e o montante dos recursos aportados bem vêm demonstrar a importância que o Governo do Presidente Lula dedica à área de ciência, tecnologia e inovação. Estiveram presentes à solenidade os Exmos. Srs. Senadores Renato Casagrande e Augusto Botelho, membros dessa Comissão.

Dando início aos trabalhos dessa Reunião, agradeço a presença de V.Exas., dos ilustres convidados dessa Audiência Pública e demais presenças. E submeto à apreciação desse Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

Esta Reunião tem como objetivo, pela segunda vez, debater a flexibilização do programa “A Voz do Brasil”, por Requerimento de nossa autoria. Permite-me lembrar aos presentes que, por ocasião da primeira audiência pública, tivemos a presenças ilustres de Srs. Ministro Franklin Martins, Paulo Machado Carvalho Neto, Flávio Laranjane(F), Marcelo Bechara, que, com suas experiências e conhecimento da matéria, nos esclareceram sobre as facilidades e dificuldades daquela flexibilização.,

Concluindo, ressaltando que, por ocasião dos debates constatamos que, como o Sr. Lara Rezende, a convergência das exposições entre debatedores e Senadores.

Passaremos, então, à segunda Audiência Pública, cujo assunto é: Debater alternativas de flexibilização no programa “A Voz do Brasil”. Autoria: Requerimento do Senador Wellington Salgado Oliveira. Hoje temos como convidados o Sr. Costa Guimarães, que justificou a não presença nesse recinto. O Sr. José Roberto Barbosa Garcez, Presidente da RADIOBRÁS; Sr. Milton Lucca de Paula, Presidente da Associação Mineira de Radiodifusão – AMIRT. Que, claro, representando Minas, é um prazer, além de ser um prazer receber os demais convidados, um prazer um pouquinho maior de recebê-lo aqui na nossa Comissão; O Sr. Paulo Ricardo Tonet Camargo, Diretor da Rede Brasil Sul – RBS; e a Sra. Ester Monteiro da Silva, editora chefe “da Voz do Brasil” da Rádio Senado.

Acompanhando a nossa ordem de convidados, passaremos primeiramente a palavra para o Sr. José Roberto Barbosa Garcez, Presidente da RADIOBRÁS, para debater o assunto “alternativas de flexibilização do Programa ‘Voz do Brasil’”. Com a palavra, o Sr. José Roberto.

SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA GARCEZ:

Bom dia ao Plenário, Senador Wellington Salgado, Senadores, Senadoras. Primeiro lugar, eu gostaria de agradecer muito o convite para debater essa questão “da Voz do Brasil”, mas creio que ela está inserida

num contexto maior, inclusive, nesse momento, a discussão sobre o papel da comunicação na sociedade. Acho que essa iniciativa da Comissão de que já vem debatendo, já participou aqui, participaram outras personalidades aqui, creio que é importante para que a sociedade mesmo reflita sobre o que ela deseja desse instrumento fundamental para a consolidação do processo democrático, ampliação, aprofundamento da solução democrática para questões nacionais, então, esse papel do Senado de fazer esse debate.

A “Voz do Brasil”, como, inclusive, acompanhei o outro debate, nós hoje podemos dizer que há uma... Que há um consenso sobre a necessidade de discutir e encontrar o papel que “A Voz do Brasil” tem e deve desempenhar na sociedade atual. A “Voz do Brasil”, como programa de mais de décadas, o programa mais antigo do rádio brasileiro, ele vem cumprindo seu papel em diferentes conjunturas, em diferentes contextos, passando por uma sociedade agrária, passando por processos de desenvolvimento econômico diversos, passando por processos políticos muito diversos também, e que e por uma... Um perfil da sociedade brasileira que, sem dúvida alguma, exige hoje essa reflexão.

Eu creio que a gente, no entanto, deve colocar o debate sobre o futuro “da Voz do Brasil” no marco, no contexto de que papel, na verdade, nós entendemos que deva ter a comunicação e, dentro da comunicação, especialmente a comunicação pública na sociedade atual brasileira.

Portanto, entendo que nós não devemos, em algum momento em que buscamos uma alternativa para a atual lei que obriga a transmissão “da Voz do Brasil” em todas as emissoras de rádio do país, às 19h00, devemos encontrar soluções que, talvez... A solução, por outro lado, deve contemplar outros aspectos que não exclusivamente “A Voz do Brasil”. Procuro detalhar um pouco o que seria isso a Senadores e convidados.

O papel do rádio, de ser a fonte principal de informação, de veiculação, de notícias a respeito dos poderes, os três Poderes da República, ele foi essencial durante décadas. Por outro lado, um outro fator também, que é importante, que devemos considerar, é que o serviço de comunicação pública é um serviço público e, portanto, ele tem obrigações com a sociedade. E, nesse caso, o que nós percebemos, muitas vezes, é que há conflitos que, de certa maneira, são insanáveis, insuperáveis.

Portanto, eu chego... Eu creio que não há uma solução ideal e perfeita se nós pensarmos exclusivamente que solução darmos para “A Voz do Brasil”? Manter a obrigatoriedade? Flexibilizar o horário? Vai dividir o noticiário em blocos? Não há uma solução que con-

temple a extrema diversidade da sociedade brasileira hoje em dia. Nós falávamos aqui, antes, que embora a sociedade brasileira disponha hoje de meios de comunicação extremamente sofisticados, ainda há bolsões de desinformação em nosso país, e não apenas nas regiões mais afastadas, como interior da Amazônia ou do Nordeste, mesmo no Sul, de onde eu venho, há locais ainda aonde a informação custa chegar.

Eu me lembro de cidades, a menos de 100 quilômetros de Porto Alegre, por exemplo, a minha cidade, e que eu visitava parentes meus e que não se conseguia captar as emissoras de televisão mais potentes, a não ser por satélite; a topografia impedia a recepção direta dos sinais abertos. Era preciso captar por antenas parabólicas. Então, em alguns... Casualmente, nessa região, eu conheço algumas áreas em que ainda o rádio é o principal instrumento de informação para essa população.

Portanto, nós temos que pensar, no meu entendimento, que papel a comunicação, portanto, deve desempenhar dentro da sociedade. E, a partir daí, passo a trazer uma opinião de que a comunicação, o princípio constitucional da complementaridade dos serviços entre a comunicação privada, a comunicação pública e a comunicação estatal deve ser levada em conta também nesse caso. Nós precisamos, acredito, compreender que a comunicação por meio eletrônico, me refiro especificamente ao rádio e à televisão, é uma concessão pública e, portanto, deve ter compromissos com... Embora explorada sob regime privado, absolutamente correto, tem compromissos com a sociedade. E deve... Assim é em qualquer tipo de serviço público. Nós não admitiríamos que qualquer outro serviço de concessão pública, de transporte, por exemplo, que também é explorado por empresas privadas, seja um serviço que não tenha compromissos com horários, com itinerários, com preços das tarifas. São aspectos absolutamente regulamentados pelo Estado e que... E aceitos pelo consenso da sociedade. Isso não se discute isso.

Creio que a comunicação, na comunicação, nós ainda estamos em um estágio inferior, onde nós discutimos, muitas vezes, e não aceitamos, muitas vezes, que haja um marco regulatório que estabeleça os compromissos, as obrigações, os deveres e os direitos de todas as partes. Assim é que nós vivemos, por exemplo, num ambiente regulatório, no âmbito das comunicações, absolutamente ultrapassados, sem que atenda efetivamente às necessidades de... Das diversas áreas da comunicação.

Nós temos legislações para praticamente todos os setores do mundo das comunicações, muitas vezes, conflitantes, o que dificulta, inclusive, complica, a

administração, inclusive, por parte das empresas. Há uma extrema dificuldade, creio que os nossos companheiros aqui poderão confirmar isso, de seguir, de saber, muitas vezes, efetivamente qual é o princípio legal que deve ser seguido numa outra situação. Há conflitos evidentes. Dentro disso, e é dentro desse contexto que eu imagino que a gente possa discutir, por exemplo, alternativas para "A Voz do Brasil".

Eu falava antes dos debates já ocorridos nessa Casa, e que indicam necessariamente, quase como um consenso hoje, o próprio Ministro Franklin Martins, representando o Poder Executivo aqui como a mais alta autoridade na área da comunicação do Poder Executivo, foi claro aqui ao dizer que o Poder Executivo está absolutamente aberto e disposto, e já vem manifestando isso há muito tempo, nós, membros da RADIOBRÁS, na gestão anterior, do Presidente Eugênio Bucci, já participamos de eventos no Congresso Nacional, em que manifestamos nossa posição. Eu, na época, era Diretor de jornalismo da RADIOBRÁS, manifestamos a nossa posição da necessidade de cumprimos, de debatermos qual o papel.

Eu coloco, por exemplo, uma questão que nós mesmos, na RADIOBRÁS, a verificamos. Se nós pensamos que um serviço público de comunicação, e especialmente um serviço como "A Voz do Brasil", que tem o papel de transmitir informações do Estado Brasileiro para os cidadãos, ele deve ter eficácia, ele deve ser efetivamente... Deve cumprir realmente o papel de informar e não o papel de divulgar, de promover.

Nós temos, entretanto, hoje, instrumentos, mecanismos de distribuição de conteúdo, de informação, muito mais eficazes do que a voz para determinados públicos. Por exemplo, as agências de rádio, as rádio-agências, que todos os nossos serviços têm, a RADIOBRÁS tem, o Senado tem, a Câmara tem, praticamente todas as estruturas públicas hoje dispõem de serviços de conteúdo radiofônico por internet, elas são extremamente eficazes para um grande grupo de emissoras que recebem os nossos conteúdos e exibem esses conteúdos dos seus próprios noticiários. Eu próprio já ouvi, em Minas Gerais, no interior de Minas Gerais, emissoras de rádio da região de São João Del Rei, emissoras locais, colocando notícias e boletins veiculados na "Voz do Brasil", nos seus noticiários. Seu noticiário comum. É extremamente comum. Por quê? Porque hoje eles podem receber as informações pela internet e usar, editar, fazer daquilo um melhor uso adequado, inclusive, às características do noticiário local.

Então, há alternativas. Há alternativas para que, se nós pensarmos que nós devemos ter, na "Voz do Brasil" e de noticiários desse tipo, cumprindo o papel

de efetivamente manter o cidadão informado sobre atos realizados, praticados pelos três Poderes, pelo Estado Brasileiro. Se esse é o nosso desejo, se esse é o nosso objetivo, o objetivo é realmente informar a sociedade brasileira, nós devemos pensar um conjunto de medidas, um conjunto de iniciativas, um conjunto de Projetos, de propostas, de programas, que nos resumem à “Voz do Brasil”. A “Voz do Brasil” é uma hora que tem noticiários dos três Poderes, mas que hoje é complementada por uma série de outros serviços.

O meu objetivo, então, é procurar destacar que a discussão sobre alternativas para que “A Voz do Brasil” cumpra um papel, continue cumprindo um papel por muitos anos ainda, eu, defensor que sou “da Voz do Brasil”, espero, entretanto, que esse debate se amplie para que se discuta o efetivo papel da comunicação pública no Brasil. Nós temos exemplos de grande importância, nos últimos anos, mostrando, por exemplo, o papel que as TVs Câmara, TV Senado, a TV do Judiciário desempenham na disseminação de informações para o conjunto da população. No papel que as emissoras de rádio do Poder Executivo, do Legislativo, também do Judiciário agora, contribuem para democratizar o acesso à informação efetiva. Outros meios de comunicação também que nossos serviços dispõem.

“Portanto, esse papel que “A Voz do Brasil” desempenha, e ela é pioneira, e com tudo que se possa ver de crítica em relação aos métodos autoritários e ao uso que “A Voz do Brasil” teve na sua história, eu ainda reli, ontem, antes de... Me preparando um pouco para esse debate, reli um pouco o uso que “A Voz do Brasil” teve na sua história—

(soa a campanha).

SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA GARCEZ: -- pela utilização de promoção pessoal de autoridades; apesar disso, ela cumpriu um papel importante, cumpre um papel importante, mas ela está inserida num contexto, num Projeto de comunicação pública, que é mais amplo, mais abrangente e que eu acho que deve ter a atenção dessa Casa e do Congresso Nacional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. José Roberto Barbosa Garcez, Presidente da RADIOBRÁS. Estamos, nesse momento, tendo a segunda Audiência Pública cujo assunto é debater alternativas de flexibilização do programa “A Voz do Brasil”.

Queria dizer aos telespectadores que o objetivo é debater a flexibilização e não acabar com a hora do Brasil e nem colocar de duas às seis da manhã, ou de duas às três da manhã, e nem de três às quatro. A idéia é fazer uma flexibilização.

Ouviremos, agora, o nosso segundo convidado, Dr. Milton Lucca de Paula, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – AMIRT. Sr. Milton, com a palavra.

SR. MILTON LUCCA DE PAULA: Sr. Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, prezados colegas companheiros aqui de Mesa, senhores e senhoras. Sr. Presidente, a Associação Mineira de Rádio e Televisão, fundada em 1968, sente-se honrada do convite que recebeu de V.Exa. para participar da Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Informação, Comunicação e Informática, tão bem presidida por V.Exa. O assunto em Pauta é debater as alternativas de flexibilização “da Voz do Brasil”.

Na qualidade de Presidente da AMIRT, consultei a maioria absoluta dos 359 associados, que optaram pelo cancelamento “da Voz do Brasil” e, na segunda hipótese, a flexibilização do horário “da Voz do Brasil”.

Assim sendo, Sr. Presidente, vamos dar a posição de Minas Gerais: Primeira, pela extinção “da Voz do Brasil”. Segunda alternativa: Flexibilização “da Voz do Brasil” dentro da faixa horária de 19 a 24h00, de segunda a sexta-feira. Como as emissoras mineiras e a exemplo das outras afiliadas à ABERT têm a tradição de honrar os compromissos assumidos, esta flexibilização poderá ser certificada por uma das empresas existentes no país e que já vêm prestando serviços ao Governo Federal. A flexibilização “da Voz do Brasil” poderá ser levada ao ar em módulos, dentro dos noticiários das emissoras ou separadamente, mas dentro do horário de 19 às 24h00. A minha opinião sobre “A Voz do Brasil” é que ela já cumpriu o papel a que se destinava e poderia ser substituída por outros tipos de programas informativos do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Apoiamos a radiodifusão livre, aberta e gratuita em todo o Estado de Minas Gerais que, tendo como associadas o apoio de 359 emissoras.

A AMIRT é partidária hoje da flexibilização “da Voz do Brasil”, sendo que o melhor caminho é pela alteração Legislativa. O horário que melhor contempla a radiodifusão é entre 19 e 24h00. Num momento de tão expressiva evolução tecnológica, é inconcebível o dogma da imutabilidade do horário. O direito das emissoras de informar em tempo real e o direito dos ouvintes de receber uma programação que não seja “A Voz do Brasil” no horário das 19 às 20h00, de segunda a sexta-feira. Facultada a flexibilização, ficará evidente, nos grandes centros urbanos, a maioria da população não ouve o programa. Flexibilizar garante o direito de informar em tempo real sobre fatos relevantes, eventos desportivos, serviços e ações urgentes e necessárias para mobilizar a comunidade.

No interior do Estado não haverá qualquer prejuízo, pois a alternativa de transmissão poderá não ser adotada pelas emissoras. Todas as cidades apresentam queda de audiência no horário das 19 às 20h00. Note-se, ainda, que, após as 20h00, há recuperação de audiência, fato que reforça o nosso argumento, visto que, nesse momento, o rádio concorre mais fortemente com o horário nobre da TV. Emissoras do Estado do Rio Grande do Sul tem a opção de flexibilização do horário de retransmissão. Várias emissoras, mediante liminar, também podem flexibilizar.

Ao finalizar, agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, a deferência e honrosa convocação para comparecer aqui nesta Casa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado pelas palavras, Sr. Milton Lucca de Paula, Presidente da Associação Mineira de Radiodifusão – AMIRT.

Passaremos agora a palavra ao terceiro convidado, Sr. Paulo Ricardo Tonet Camargo, lembrando que essa é a segunda Audiência Pública, cujo objetivo é debater alternativas de flexibilização do programa “A Voz do Brasil”. Com a palavra, o Sr. Paulo Ricardo Tonet Camargo, Diretor da Rede Brasil Sul – RBS.

SR. PAULO RICARDO TONET CAMARGO: Sr. Presidente, Senador Wellington Salgado, Srs. Senadores Maria do Carmo, Augusto Botelho, meu conterrâneo, Sérgio Zambiasi, Senador Antônio Carlos, Senador Crivella, Senador Flexa Ribeiro, é uma, em primeiro lugar, uma honra eu compartilhar esta Mesa com os meus companheiros de Mesa, meu conterrâneo também, Garcez, o Milton, com a nossa companheira, e uma satisfação muito grande, Sr. Presidente, e uma honra de a RBS ter sido convidada para esse debate. Nós que, entre as emissoras do grupo, temos duas emissoras de rádio, que são realmente importantes no sul do Brasil. Uma delas, a Rádio Gaúcha, de Porto Alegre, com a maior... Uma das maiores audiências de rádio AM no sul do país, e a outra, a Rádio Farroupilha, campeã de audiência no AM no país, mercê do trabalho do Senador Sérgio Zambiasi anos à frente do microfone daquela emissora. Mas eu quero trazer à flexibilização dos Srs. Senadores, dos meus companheiros de Mesa, dois aspectos fundamentais na questão “da Voz do Brasil”: Um, de adequação técnica e fática dela, ao correr do tempo, e outra do posicionamento jurídico já que, no Rio Grande do Sul, há uma decisão da Justiça Federal, já confirmada em segundo grau e pelo Superior Tribunal de Justiça também, possibilitando a flexibilização “da Voz do Brasil”, do programa “A Voz do Brasil”.

Mas a primeira reflexão que eu quero trazer aos Srs. Senadores é a realidade, Sr. Presidente, do perfil

do ouvinte ou do perfil do consumidor da informação, em 1939, para 2007. Quer dizer, esse, eu acho que é o primeiro tema, Garcez, que a gente tem que abordar um pouquinho, o perfil do consumidor de informação, o perfil do ouvinte. Lá em 1939, quando foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, e “A Voz do Brasil”, naquela época, “A hora do Brasil”, era uma consequência da existência do DIP, como é que funcionava a casa média brasileira, a casa do ouvinte brasileiro? E como é que funciona hoje? Primeiro, naquela época, o rádio, ainda incipiente no Brasil, chegava aos mais longínquos rincões, através das ondas curtas, e não de outra maneira, era o único meio de comunicação eletrônica existente. Hoje em dia, nós podemos ficar aqui um dia inteiro discutindo sobre as plataformas existentes de comunicação eletrônica, inclusive, aquelas... As lícitas, as ilícitas, as concedidas, as não concedidas, aquelas, inclusive, que podem existir independentemente da vontade dessa Casa, o que eu acho, aliás, um absurdo. Eu acho que meio de comunicação eletrônica tem que funcionar por concessão pública e aprovação dessa Casa, como funciona com o rádio e televisão. Mas é só o rádio e televisão que fazem isso hoje.

Hoje em dia, que estamos discutindo aqui a flexibilização “da Voz do Brasil”, via satélite, se ilumina o país inteiro com infindáveis canais de áudio, sem necessidade de autorização de ninguém e que não retransmite “A Voz do Brasil”, não retransmite o horário político e eleitoral local, porque esta é uma das finalidades da radiodifusão, enfim, esta é outra discussão que nós podemos até, oportunamente, tomar. Mas o que eu quero demonstrar é a diferença, meu caro Senador Sérgio Zambiasi, a diferença do perfil do consumidor de então para hoje.

Às 19h00, nos lares brasileiros, em 1939, as pessoas, há muito, já tinham encerrado o expediente, provavelmente já tinham iniciado o seu jantar, porque se jantava às 19h00, a família toda reunida e depois, em volta do rádio, do único rádio existente. E, lá no interior do Rio Grande, Garcez, se ouvia a Rádio Nacional pelas ondas curtas porque esse era o entretenimento. Em Santana do Livramento, onde eu tenho parte da minha família, na fronteira com o Uruguai, ou se pegava a Rádio Nacional por ondas curtas ou se ouvia a rádio em castelhano. E, pelo sinal das rádios castelhanas ser melhor que as ondas curtas da Rádio Nacional, qual era o resultado? Só depois de muitos anos é que as pessoas começaram a falar o português puro. Porque antes se falava “portunhol”, mais nhol do que porto, em função da influência das emissoras do Prata e do Uruguai em cima da fronteira brasileira.

Hoje em dia, o que faz o brasileiro às 19h00? E aqui vamos fazer um corte. Quer dizer, o brasileiro da cidade e o brasileiro do campo. O que faz o brasileiro às 19h00? Ele tem o mesmo hábito de 1939? Não. Completamente diferente. O brasileiro do campo, hoje, servido por um sistema de parabólicas, que não se sabe ao certo, mas se calcula aí que pode chegar a 20 milhões, o brasileiro do campo hoje, na sua imensa maioria, ele tem acesso ao sinal de televisão. E o brasileiro do campo, às 19h00, está, sim, em casa. Mas, dificilmente, estará com o rádio ligado. Vai estar ligado em alguma televisão que ele possa captar por satélite. O brasileiro da cidade, às 19h00, ele está no ônibus, no trânsito, provavelmente não chegou em casa ainda. Então, o perfil é completamente diferente, o perfil do consumidor. Segundo, o perfil tecnológico é completamente diferente. A coisa mais avançada, do ponto de vista tecnológico, que nós tínhamos era a emissão em ondas curtas. A emissão em ondas curtas, que as grandes emissoras, de uma certa forma, Milton, cobriam o país. Eu sempre comento um fato interessantíssimo, com uma figura que todos nós conhecemos, que é o Dr. Paulo Cabral, velho veterano da rádio, na Rádio Clube do Ceará, no final dos anos 40, o Dr. Paulo Cabral era das mais belas vozes do rádio brasileiro. E acabou tendo uma fã incondicional na grande Porto Alegre, lá no Rio Grande do Sul, que pegava uma Rádio Clube de Fortaleza, lá no Rio Grande do Sul, e esta moça escreveu uma carta para a Rádio Clube, maravilhada com a voz do Paulo Cabral. Isso é só para demonstrar a emissão de uma rádio em Fortaleza chegava ao Rio Grande do Sul, e essa troca existia. Hoje é diferente. Hoje é completamente diferente.

Bom, esse é um aspecto que eu queria chamar atenção. O segundo é que as rádios do interior, e aqui até a colocação feita pelo Garcez, muito interessante, quer dizer, o tipo de serviço que as rádios, principalmente do interior, sempre prestaram e prestam às suas comunidades. Se todos lembrarem, os que têm mais ligação com o interior vão saber que, independentemente de qualquer determinação legal ou de qualquer exigência das autoridades, todas as rádios do interior, em dois ou três horários do dia, tinham um programa de aviso às pessoas no interior. "Atenção fazenda tal, no interior de tal lugar". E aí vinha o serviço de recados, serviço que sempre foi absolutamente gratuito para as comunidades. Quer dizer, partindo desse serviço e indo para um leque de tantos outros serviços de mídia gratuita, de programas voltados à comunidade, quer dizer, sempre o rádio, principalmente o rádio, no interior, teve um envolvimento comunitário muito grande. Primeiro porque essa é a sua finalidade. E segundo porque é uma questão de sobrevivência para a emissora. Se a

emissora de rádio do interior, Milton, não estiver ligada com a sua comunidade, cúmplice da sua comunidade, ela não vai existir. Ela não vai existir. Então, isto é uma história, uma marcha comum de muitos anos.

E agora eu queria trazer uma... Terminando a questão do perfil psicológico, chamar a atenção dos senhores para uma coisa muito interessante. Hoje se podem assistir às Sessões do Senado da República, às Sessões da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal. Eu sou Advogado e por isso as Sessões do Supremo me chamam muita atenção, a ponto de dizer que muito poucos advogados na história do Brasil, até o advento da TV Justiça, sabiam como era a sala de Sessões do Supremo Tribunal Federal, que dirá chegar ao Supremo Tribunal Federal para assistir uma Sessão. Hoje isto é acessível a todos os brasileiros. Assim como o Senado Federal. Assim como o Senado Federal. Quantas pessoas conheciam o funcionamento do Senado Federal, conheciam a face dos Senadores? Conheciam as Sessões do Senado. Hoje é isto acessível ao povo brasileiro.

Mas aí nós temos um problema e, voltando à "Voz do Brasil". O mesmo programa de 1939 e em que pese, e eu vou entrar nisso, a Excelência com que os profissionais da RADIOBRÁS têm trabalhado para o programa ficar muito melhor, muito mais palatável ao ouvinte, mas o programa em si, a estrutura do programa é a mesma de 1939. Não existe nenhum programa na rádio comercial, até porque não teria patrocinador para isso, e nós vivemos do mercado, que patrocinasse um programa idêntico desde 1939. Isso não existe. Não existe mais.

Então, a RADIOBRÁS hoje, assim como o Senado, como a Câmara e como o Supremo, são excelentes e brilhantes agências de notícias. E eu não tenho dúvida que a maioria das rádios brasileiras faria muito melhor serviço ao cidadão, utilizando de um serviço de agência, do que um programa condensado em uma hora. É muito difícil se imaginar uma pessoa parar uma hora para assistir um programa de rádio. É por isso que mudou a face dos programas do rádio brasileiro.

E, finalmente, eu quero falar um pouquinho sobre a situação jurídica que existe hoje em relação "À Voz do Brasil". Esta decisão, que veio de uma ação proposta pela Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão na Justiça Federal do Rio Grande do Sul, teve uma decisão de primeiro grau, de segundo grau e agora uma confirmação, há dois meses atrás, pelo Superior Tribunal de Justiça, concedendo a flexibilização "da Voz do Brasil" às emissoras, nas 24 horas seguintes à sua disponibilização pela RADIOBRÁS. E o argumento é um argumento jurídico muito simples. O argumento jurídico que embalou essa ação é em

função da Constituição de 1988, que muito claramente coloca no § 1º do art. 220 a seguinte colocação: “Nenhuma lei contará dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística, em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto em alguns dispositivos dessa Constituição”. Dava para parar até em “liberdade”, “embaraço à liberdade de informação jornalística”. Jornalística. Eu chamo atenção dos senhores que o fatídico acidente da TAM, este último que aconteceu e que vitimou muitas pessoas, porque o voo vinha de Porto Alegre, vitimou muitas pessoas do Rio Grande do Sul, o início das informações a respeito do acidente se daria exatamente no horário “da Voz do Brasil”. Exatamente no horário “da Voz do Brasil”. Eu reputo esse acidente como uma grande catástrofe.

E eu faço sempre duas observações: O Presidente Lula foi a Porto Alegre abrir o Fórum Social Mundial. Começou o discurso do Presidente às 18h50 da noite. Quando chegou às sete da noite, que discurso do Presidente da república, que estava sendo transmitido ao vivo, foi interrompido para entrar o programa gravado “da Voz do Brasil”. Será que isto é serviço ao ouvinte? Será que isto é um bom serviço que nós estamos prestando? Será que num momento de calamidade, como chuvas que chegaram a castigar uma série de cidades brasileiras, justamente em momentos de grande fluxo de trânsito, será que não é a hora do rádio fazer o seu principal papel, e que sempre fez, que é de informar, de prestar serviços ao cidadão? “Não, mas às 19h00 tem que parar para entrar um programa gravado”. Porque se é programa gravado, não faz diferença entrar mais tarde ou mais cedo.

Agora, vou puxar um pouquinho a brasa para meu assado. Imagina um jogo do Grêmio às 19h00. E pára a transmissão.

ORADOOR NÃO IDENTIFICADO: Você já sabe que vai perder mesmo--

SR. PAULO RICARDO TONET CAMARGO: Está bom, eu te dou uma colher de chá, um jogo do Internacional. Estamos os dois fora da Libertadores, mas tudo bem--

(risos).

SR. PAULO RICARDO TONET CAMARGO: -- para tristeza nossa. Isso é inacreditável que se possa fazer isso. E aí é preciso que se diga o seguinte: sempre a SECOM liberou estas transmissões, como vem liberando, mas durante um período, entendeu que não podia fazê-lo por ausência de previsão legal. E é verdade.

Então, hoje nós temos essa decisão baseado no fato de que

(soa a campanha).

SR. PAULO RICARDO TONET CAMARGO: -- para concluir, Sr. Presidente, baseado no fato de que você estabelecer um horário rígido para colocação no ar da “Voz do Brasil”, irá, sim, afetar a plena liberdade de informação jornalística porque, se a informação jornalística tem que ser dada ao vivo, naquele momento, e naquele momento eu não disponho da possibilidade de informar ao cidadão, há, sim, um embaraço à informação. Baseado nisso, o Judiciário Federal no Rio Grande do Sul e o STJ entenderam que é, sim, constitucional a existência do programa “A Voz do Brasil”, mas não foi recepcionado pela Constituição de 88 o dispositivo do velho Código Brasileiro de Telecomunicações, que estabelece o horário da sua transmissão. E, assim, entendeu da flexibilização.

O meu entendimento, Sr. Presidente, o nosso entendimento da RBS, primeiro é do Milton. Eu acho que “A Voz do Brasil”, como programa hoje, igual, com o mesmo formato do programa de 39, não faz mais sentido. Eu acho que ele é um mau veículo, até para a própria RADIOBRÁS fazer a sua comunicação. Ela teria formas mais eficientes, através do serviço de agência da RADIOBRÁS que, aliás, é exemplar. Exemplar a ponto das tradicionais agências de notícias pagas estarem muito boas com vocês porque hoje as melhores fotografias, as melhores coberturas, os melhores boletins de rádio você acessa gratuitamente no site da RADIOBRÁS. Eu acho que isso é um serviço muito mais efetivo que se presta do que manter um programa que hoje, sinceramente, o índice de penetração é muito baixo. Muito baixo.

E, num segundo momento, quer dizer, não sendo isso possível, não sendo esse o entendimento, e parece que essa é a maioria do entendimento, que se chegue na flexibilização. Uma flexibilização que nós vamos inventar? Não. Uma flexibilização que o Poder Judiciário já se manifestou a respeito da constitucionalidade. E que, portanto, há um modelo efetivamente hoje praticado, e que está funcionando e que é um dado de realidade, e que nós podemos prosseguir efetivamente neste modelo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Paulo Ricardo Tonet Camargo, Diretor da Rede Brasil Sul, RBS. Queria dizer que essa polêmica de Grêmio e Internacional, até o Sr. José Roberto, quando veio hoje, trouxe uma caneta aqui: “Campeão do mundo”. Ele sabia que ia estar com o senhor aqui hoje e já veio com ela--

SR. PAULO RICARDO TONET CAMARGO: Isso é uma preocupação, Presidente, por parte do Presidente da RADIOBRÁS.

(risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Aqui, olha, “Campeão do mundo: Internacional”. Isso é uma coisa muito séria.

Passaremos agora a palavra à Sra. Ester Monteiro da Silva, editora-chefe “da Voz do Brasil” do Rádio Senado. Lembrando aos telespectadores que essa é a segunda Audiência Pública, cujo objetivo é debater alternativas de flexibilização do programa “A Voz do Brasil”. Deixaria claro que o objetivo é a flexibilização. Mas o meu Presidente da Associação Mineira trouxe a idéia de extinção.

(risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, também claro que será debatido também, colocado, e os Senadores irão debater o assunto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Quebrando as tradições de moderação do povo de Minas. Já trazendo aqui a radicalidade ao debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra, a Dra. Ester Monteiro da Silva, editora-chefe “da Voz do Brasil” do Rádio Senado.

SRA. ESTER MONTEIRO DA SILVA: Em primeiro lugar, bom dia a todos, aos membros da Mesa, aos Srs. Senadores, à Senadora presente, aos ouvintes da Rádio Senado e aos telespectadores da TV Senado. Eu queria agradecer, em nome da SECS, a inclusão dos profissionais de comunicação do Senado na discussão, e a inclusão dos responsáveis pela elaboração do programa, que é o embrião dos sistemas de comunicação do Senado e da Câmara pela oportunidade de, pela experiência, contribuir com o debate que o Senado está realizando.

Eu queria informar que eu vou tentar me ater aos 15 minutos, porque a minha obrigação é ater a 10, que é o que cabe ao Senado na “Voz do Brasil”.

Em primeiro lugar, acho importante reforçar a missão institucional “da Voz do Brasil”. Vou me ater ao texto que eu trouxe, porque nós fizemos uma discussão interna, dentro da Rádio Senado, e eu queria, dentro do possível, ser bastante fiel ao que foi discutido. Acho importante reforçar que a missão institucional “da Voz do Brasil” é levar informação jornalística diária a todo país sobre as principais atividades do Governo Federal, do Senado, da Câmara dos Deputados e do Poder Judiciário. A Rádio Senado produz o Jornal do Senado, como são denominados os 10 minutos que cabem ao Senado Federal na “Voz do Brasil”, de segunda a sexta-feira, às 19h30, divulgando os principais acontecimentos ocorridos no Senado e no Congresso Nacional.

A preocupação que a gente tem é contar ao ouvinte o que acontece na Casa: O resultado das votações, os debates, os discursos nas Comissões e no Plenário, com igual espaço assegurado à oposição e ao Governo, e tratamento equânime entre os Senadores, ou seja, procura mostrar o Legislativo como instituição viva, com diferentes grupos políticos e correntes de opinião diferentes sobre todos os temas.

Como eu falei antes, nós realizamos uma discussão que foi motivada pela minha participação na última audiência. Participação, não, minha presença na última audiência. Eu estava acompanhando a audiência aqui. Mas a discussão sobre o conteúdo, a qualidade, a obrigatoriedade “da Voz do Brasil” são temas recorrentes no cotidiano da Rádio Senado. E, com a abertura debatida no Senado, consideramos importante compartilhar as conclusões, as considerações que foram feitas nessa discussão interna. Essa discussão deixou evidente uma grande preocupação com a possibilidade de uma flexibilização do horário de transmissão “da Voz do Brasil”, que, na prática, se resumiria na suspensão da transmissão obrigatória em rede nacional, se não forem tomados cuidados com a regulamentação.

Em outras palavras, a flexibilização, sem critérios bem definidos, representará, em pouco tempo, o fim de um hábito tradicional e prejudicará muitos ouvintes do programa no interior e mesmo nas áreas metropolitanas, como o Garcez falou aqui, sobre os bolsões de desinformação que nós temos no Brasil, afetando diretamente o direito desses ouvintes de terem acesso livre à informação sobre os três Poderes da República. Eu me refiro a propostas como criação de blocos, intervalos, horários diversos, sem que isso tenha critérios bem definidos.

A discussão também evidenciou a preocupação com o fato de que nenhuma discussão sobre a flexibilização ou o fim da obrigatoriedade da transmissão pode ser realizada sem se levar em conta o fato de que o sistema de radiodifusão foi construído no Brasil a partir de uma relação direta entre o Estado e a iniciativa privada, onde resultou que as emissoras de rádio são concessões públicas e, como tal, têm como principal objetivo o cidadão. Daí, defendermos que se mantenha a contrapartida das emissoras, não ao Estado simplesmente, mas ao cidadão.

É importante ressaltar que “A Voz do Brasil” sempre cumpriu e ainda cumpre importante função social, função essa que se configura ainda indispensável, num país em que o sistema de radiodifusão representa muito mais a voz de grupos econômicos políticos, religiosos e familiares e, nesse sentido, sua extinção poderá resultar em maior restrição ao acesso de ci-

dadão à informação que ele tem direito sobre seus representados, seja no que se refere aos cargos eletivos do Legislativo ou do Executivo.

Eu tenho dito, em outras oportunidades já falei isso e repito aqui que, na minha opinião, as maiores emissoras de rádio nesse particular e a mídia em geral privilegiam a respeito do Congresso Nacional o que é polêmico, uma espécie de jornalismo dos escândalos. Quando aqui dentro dessa verdadeira caixa de ressonância da Nação, são tomadas importantes decisões que quase nunca ocupam espaços relevantes no noticiário da iniciativa privada. Exemplo disso são Projetos que afetam diretamente a vida de todos nós, que resultam de amplo debate e empenho de Parlamentares e grupos sociais que são levados à sanção presidencial pelo representante do Executivo, como se todo o processo não tivesse ocorrido.

Um contra-argumento aos que afirmam que “A Voz do Brasil” se faz desnecessária com o advento das TVs e rádios legislativas e os demais meios de comunicação dos Poderes é que são existem restrições. Essas emissoras, por exemplo, não entram em rede nacional, estão longe de atingir a maioria da população, assegurando amplo direito de escolha entre os meios públicos e privados.

A discussão realizada também apontou para a necessidade de se levar em conta a aquisição de novas tecnologias, como a rádio digital, que podem atender às reivindicações das rádios comerciais pela utilização do horário de 19 às 20h00, para difusão de informação sobre trânsito, por exemplo. Entendemos aí que uma alternativa mais imediata, sem prejuízo da transmissão em rede, respeitados os fusos horários, como já previsto em portaria do Ministério das Comunicações, seria a criação de um intervalo após o término da primeira hora para inserção de informações locais ou de utilidade pública, como defendem as rádios comerciais.

Quero dizer que, pessoalmente, estou convencida de que a discussão sobre “A Voz do Brasil” se faz necessária, sim, como exigência, inclusive, da evolução do processo de comunicação no Brasil e no mundo. Mas não poderá prescindir de outras discussões sobre a democratização dos meios de comunicação, sobre a reforma do sistema político-partidário e sobre o fim das desigualdades no país.

E eu faço questão aqui, como também já fiz em outras oportunidades em que participei do debate “da Voz do Brasil”, de repudiar o discurso de desconstrução(F) “da Voz do Brasil”, não apenas porque considero que seu papel seja relevante para muitos cidadãos brasileiros, mas porque a campanha que se faz ainda hoje desconsidera o empenho de vários profissionais que

atuam em cada veículo ou setor do sistema de comunicação, e aí incluo os relações-públicas, que, no sistema de comunicação social, quase sempre são esquecidos de serem referenciados, para que a informação sobre as atividades do Congresso Nacional cheguem à população cada vez mais, com maior qualidade, conteúdo e, sobretudo, com a isenção e objetividade que o exercício do jornalismo exige e, dessa forma, fazer refletir para a população o que realmente ocorre numa Casa de natureza essencialmente política.

Eu gostaria de pedir uma liberdade aos convidados e falar um pouco sobre o perfil do ouvinte, porque a gente se ressentia muito da falta de dados justamente sobre o comportamento do ouvinte, onde está esse ouvinte. Eu quero discordar sobre a estrutura da “Voz de Brasil” porque há um empenho muito grande para uma modernização do formato, para inclusão de notícias ao vivo; o representante da RBS falou sobre esse fato, a gente recentemente teve o caso do Senador Renan Calheiros que, ao comunicar a sua licença do cargo, o fez praticamente no horário “da Voz do Brasil” e entrou ao vivo porque era uma informação relevante para o cidadão brasileiro que acompanha as notícias sobre o Congresso Nacional. E em muitas outras oportunidades, “A Voz do Brasil” entra ao vivo. E, para informação, “A Voz do Brasil”, os 10 minutos dedicados ao Senado Federal raramente entram no ar gravado. Ele quase sempre entra no ar ao vivo, e a gente tem a preocupação muito grande de dar informações imediatas sobre o que está acontecendo dentro do Congresso Nacional.

Eu quero discordar também sobre o fato de... Sobre a liberdade de informação. Eu, particularmente, não acredito que exista liberdade de informação no país. Existe a liberdade de informação para os donos das rádios comerciais falarem o que querem falar. É direito deles, é direito do cidadão ouvir ou não ouvir. Como também eles defendem o fim “da Voz do Brasil”.

E eu gostaria que o representante da RBS me informasse quantas rádios no Rio Grande do Sul divulgaram, ao vivo, o discurso do Presidente Lula no Fórum Social em Porto Alegre. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado a Sra. Ester Monteiro da Silva, editora-chefe “da Voz do Brasil” do Rádio Senado.

Passaremos agora a palavra aos Senadores. Eu teria prioridade na inscrição, mas eu prefiro sempre, quando estou presidindo, de passar aos Senadores porque é muito mais, digamos assim, criativo às perguntas e eu passo sempre para os Senadores que estão presentes.

Antes disso, eu senti que o Sr. Paulo Ricardo Tonet Camargo queria fazer uma colocação rápida, que não vire um debate, no posicionamento da Sra. Ester. Rapidamente—

SR. PAULO RICARDO TONET CAMARGO: Apenas para responder, embora as rádio-news de Porto Alegre, ou seja, as AMs não musicais, todas, e no interior todas ligadas à agência rádioweb, que é uma agência que disponibiliza, pelo seu site na Internet, para uma série de agências. Eu não sei... Eu não tenho informação de dizer exatamente quantas emissoras. Mas posso lhe dizer que a imensa maioria das emissoras estava transmitindo a abertura do Fórum Social Mundial.

SRA. ESTER MONTEIRO DA SILVA: Parabéns a essas emissoras do Rio Grande do Sul.

SR. PAULO RICARDO TONET CAMARGO: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu só queria fazer uma colocação, eu participei daquele momento em que o Presidente Renan, ele pedia a licença, e ele fez questão de dar essa exclusividade para a TV Senado. E dali, a TV Senado faria a distribuição, como compete à TV Senado fazer. Então, ele realmente prestigiou a Casa, prestigiou a maneira de atuar da TV Senado e, inclusive, vocês que fizeram a filmagem, ficou muito bem feita, tudo certinho. Acho que ele agiu corretamente, como Presidente dessa Casa.

Passaremos à lista dos inscritos. Sei que é impossível, mas três minutos, quatro minutos. Vai sobrar um pouco de tempo, porque o primeiro é o Senador Flexa Ribeiro, a quem eu passo a palavra para debater o assunto, que é “alternativa de flexibilização ‘da Voz do Brasil’”. Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Wellington Salgado, Sra. Senadora, Srs. Senadores, vou gastar um minuto dos meus três, agradecendo a V.Exa. a lembrança e a gentileza que V.Exa. teve, ao me trazer, como presente, o símbolo do meu partido, o PSDB. E eu, com muita honra, coloco aqui sobre a banca e quero dizer a V.Exa. que vou retribuir. E, lamentavelmente, como vosso partido não tem ainda um bicho da nossa fauna como representativo do PMDB—

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tem muitos. O PMDB tem tudo—

(risos).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu aqui, trocando uma idéia com o Senador Crivella, então, nós queríamos sugerir a V.Exa. que eu vou, já trazer na próxima Sessão, um camaleão porque o

partido de V.Exa., que já foi amarelo e azul, agora está vermelho. Então, ele muda de cor conforme o cenário político. Então, nada melhor do que um camaleão. Eu acho que eu vou aceitar essa sugestão e vou trazer a V.Exa., agradecendo a lembrança que você me trouxe. Espero que tenha custado menos de cem reais por causa da questão do código de ética. Mas, de qualquer maneira, agradeço pela lembrança.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria, só para colocar, que, na verdade, um dos amigos da Casa falou que tinha essa lembrança e lembrou de V.Exa. e estava sem jeito de dar de presente. Eu falei: Então me dê, que eu dou de presente para o Senador Flexa. Porque, inclusive, esses olhinhos virados dele parecem com o de V.Exa., que está indo contra o Governo, que vira os olhos na hora de falar, e falou que era muito parecido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Esse negócio de virar os olhos é meio complicado, Presidente. É meio complicado. Agora, eu quero saber se V.Exa. aceita o camaleão como símbolo do PMDB, para que eu possa retribuir a gentileza que V.Exa. me faz nesse momento.

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flexa, eu estou muito abaixo para poder continuar. Seus três minutos já foram. Vou dar mais três minutos. Por favor, mais três para o Senador Flexa. Vamos lá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Continuando, respondendo, mas eu vou lhe oferecer o camaleão como símbolo do PMDB. Bom, nós já... Quero primeiro agradecer aqui a presença dos nossos ilustres convidados, e acho que, como aqui bem foi dito, nós temos que debater, no Congresso Nacional, a questão da flexibilização ou não “da Voz do Brasil”.

Eu reputo, e já disse isso em outras oportunidades, da maior importância a permanência do programa porque ele é, sem sombra de dúvida, um instrumento de informação da maior importância para o cidadão brasileiro, principalmente nas regiões mais distantes, mais longínquas, como é o caso da nossa Amazônia. Às vezes, a notícia chega exatamente em função do informativo “da Voz do Brasil”. Então, é verdade, o Dr. Paulo Ricardo fez referência que a rádio tem um papel, eu acho que é fundamental em levar a notícia ao interior. Ainda hoje, na Amazônia, você tem esses programas de notícia que você manda a notícia, apesar do avanço da telefonia, você manda a notícia para as pessoas que estão nos locais, que até a telefonia hoje não atinge, através do rádio, da onda de rádio. Então, você chama um parente, avisa que o parente adoeceu

ou transmite essa notícia. Então, no caso “da Voz do Brasil”, são notícias oficiais, de interesse nacional, do acontecimento dos três Poderes. Então, é importante que isso seja continuado.

A discussão é importante—
(soa a campanha).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Por que senão nós vamos ser legislados pelo Judiciário. O Judiciário, eu tenho aqui uma informação que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região já possui farta jurisprudência no sentido de permitir a transmissão do programa “A Voz do Brasil” em horário alternativo. Se nós não tomarmos uma posição aqui no Legislativo, o Judiciário vai flexibilizar, como já está flexibilizando, pela informação que eu tenho. O recurso... E a União, sem sucesso, que é pior ainda, tentou reverter o entendimento junto ao Superior Tribunal de Justiça do Recurso Especial 969125. Quer dizer, a União entrou com—

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Senador Flexa—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – --E não teve sucesso nessa flexibilização. Então...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Senador Flexa, só—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois não.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – -- Ampliando a sua preocupação do papel do Legislativo, é que, além do Judiciário estar se postando assim, hoje o jornal traz também que o Tasso Chávez está pensando em fazer uma Reforma Política.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Tasso Chávez?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – O Ministro do Governo Lula está propondo isso que, já que o Congresso não tem iniciativa da legislação, ele vai fazer.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sim, mas Chávez, que é Chávez quem está fazendo. (risos).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – V.Exa. está dizendo que está fazendo... Fiquei preocupado agora. Por influência do *hermano* Hugo Chávez? Essa é a reforma política que vai vir? É preocupante. Acho que V.Exa. tem que dar também um tucaninho para o Senador Cícero Lucena, que ele merece. Mas, então, como eu dizia, se nós não tomarmos a iniciativa, nós vamos novamente ter que cumprir o que o judiciário define em relação ao programa.

O nosso convidado, Dr. Milton de Paula, eu não assisti o seu pronunciamento, mas já fiz a leitura do documento, V.Exa. tem duas hipóteses: Uma é a extinção e a outra é a flexibilização. Nós estamos tratando da flexibilização, nós não estamos tratando da extinção “da Voz do Brasil”. Então, eu acho, e aí eu quero... Não fazer uma pergunta, mas mais dar uma opinião que eu acho que existe consenso na necessidade de flexibilizar o horário. Acho que isso aí já é, pelo que se pôde ver na audiência passada e na de hoje, existe consenso. Agora, no meu entendimento, essa flexibilização não pode ser com horários em aberto, ou seja, das 19 às 24.

Então, as emissoras poderiam colocar em qualquer horário isso aí, que nós vamos perder o foco da informação. Se as emissoras estão alegando que o horário das 19h00 é um horário nobre, é um horário de alta rentabilidade para elas, esse ajuste pode ser feito. Então, que não seja às 19, seja às 18, seja às 21, mas que a flexibilização seja feita em conjunto, ou seja, de acordo com as entidades representativas das emissoras, que a gente possa fazer só uma mudança, melhor dizendo, não seria nem uma flexibilização, seria uma mudança de horário. Mas que fosse mantido o programa, que o programa é importante, é evidente que, é verdadeiro que o avanço da comunicação é enorme, mas, mesmo assim, em algumas regiões, principalmente as mais distantes, ainda é difícil você acessar a informação precisa e necessária.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao ilustre Senador Flexa Ribeiro. Passaremos agora ao segundo inscrito, terceiro na ordem, Senador Antônio Carlos Júnior. Com a palavra, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. convidados para esse debate, a minha posição é a mesma colocada na audiência anterior. Eu também defendo a flexibilização, dentro de uma nova realidade que nós temos do rádio, ou seja, não é mais possível se manter rigidamente o horário das 19h00; acho que uma faixa horária a ser negociada é a melhor forma de flexibilizar, mas, ao mesmo tempo em que seria interessante, digamos, a flexibilização seria interessante a modernização do programa, a atualização desse programa. Porque, na verdade, como falou o Tonet, esse programa tem uma estrutura de 1930 e tantos, 39.

Então, é preciso que além... A flexibilização, eu acho justo... Algumas informações vindas do programa são interessantes. Agora, é preciso que ele também se modernize, que ele se atualize, que possa ser um programa mais dentro da realidade atual. Então, acho que essas duas coisas juntas vão resolver o proble-

ma em definitivo e serão úteis para a informação do público em geral.

Agora, como... Parece-me, existe um Projeto na Câmara dos Deputados, fazendo a flexibilização. Então, seria interessante era que esse Projeto fosse aprovado com os ajustes necessários, que depois viesse para cá, que a gente ganhava tempo, já que é um consenso a questão da flexibilização. E caberia, então, à RADIOBRÁS partir para a modernização do programa. Acho que atenderia—

(soa a campanha).

--A praticamente, a um consenso aqui dentro do Congresso, me parece um consenso. Então, os meus comentários são bem próximos aos que eu fiz na audiência passada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Senador Antônio Carlos Júnior. Passaremos ao quarto inscrito, Senador Augusto Botelho. Com a palavra, Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, apenas pela ordem—

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– --Pedir a V. Exa. para incluir um Requerimento de minha autoria na nossa extrapauta para, depois do debate, podermos votar, tratando sobre o exercício profissional de geofísico.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Poderíamos ler esse Requerimento e aprová-lo rapidamente? Pequeno, aqui? Vamos deixar para o final, vamos deixar para o final. Com a palavra, o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Senador Antônio Carlos, nós temos aqui no Senado um Projeto do Senador Sérgio Zambiasi, que flexibiliza o horário entre as 19 e as 23 horas. Do Zambiasi, que está correndo aqui. Eu acho assim, um pequeno comentário, essa mudança é que a hora 19h00 ficou muito cara na informação. E as empresas que já têm os seus lucros, têm o direito de ter lucro, elas trabalham e tudo, agora querem empurrar para outro horário porque precisam vender esse horário, que desde que pegaram a concessão, sabem que esse horário existe. É um contrato que existe com a gente, com as pessoas, com o estado. Quando elas pegaram a concessão, já sabiam que isso existia. Querem mudar porque subiu muito de preço. Mas eu acho que é uma coisa que pode ser discutida. Elas são empresa e tudo, o Governo não quer prejudicar ninguém. A Nação não quer prejudicar ninguém. Mas

elas também não podem arranjar outros argumentos para alegar isso. O argumento principal é que o preço da hora 19h00 está mais caro na propaganda e eles querem vender esse horário que o Governo ocupa antes de elas já serem rádio. Quando chegaram para ser rádio, já sabiam que isso existia. Bom, então, tem que se discutir bem para tomar uma posição para mudar. Esse é o ponto fundamental.

Outro ponto que é importante, lá no Rio Grande do Sul, onde todas as fazendas, todo o interior tem energia elétrica, eu creio que tem, mas, lá na Amazônia, está aqui o Flexa e o João Pedro, que são da Amazônia, a “Voz do Brasil” é muito importante pra gente, como as rádios são importantes, os avisos das rádios. Lá em Roraima, o “Mensageiro do ar”, desde que eu me entendo de garoto, existe na rádio lá, que é o principal meio de comunicação que tem com o interior. Agora, com o advento da telefonia celular, as propriedades mais próximas... Propriedades, que estou falando, é de agricultura familiar, de pequeno produtor e tudo, próximo dos centros urbanos, onde existe telefonia celular, estão tendo comunicação. Mas quem funciona mesmo é a comunicação da rádio—

(soa a campanha).

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Por isso que os donos de rádio não precisam ficar com medo, que as rádios não vão se acabar nunca não. Não tem perigo. Não vai ter a internet, aquela... Não vai chegar na maioria da população. Nos próprios centros urbanos, existem pessoas que só têm rádio também, como (ininteligível) e a verdade é essa.

Eu acho que tem que ser discutido, mas a discussão principal tem que ser botada às claras aqui. É o preço da hora que aumentou muito e os donos das rádios, como a nossa chefe do nosso programa “da Voz do Brasil”, D. Ester falou, realmente a liberdade de imprensa existe aqui no Brasil, mas é muito restrita, porque só os donos da rádio e TV têm liberdade. Lá no meu Estado, são dois grupos políticos que são donos de rádio e TV, claro que, da mesma forma, na maioria dos estados, é difícil provar, mas tem que tornar clara a coisa. Ou vai permitir que tenham também, para ficar clara as coisas para... E também, inclusive, sou da nossa Comissão, mas sou contra esse cartório que nós temos aqui de aprovar rádio e televisão aqui. Acho que isso é um cartório. Tinha que fazer uma forma de haver mais liberdade de as pessoas terem suas rádios.

As rádios comunitárias já é uma dificuldade para nós liberarmos as rádios comunitárias. Rádio comunitária é uma rádio pequena do povo e é útil nas comunidades. “Mas acho que “A Voz do Brasil”, segundo o João Pedro, nós tínhamos que aumentar para duas horas” A Voz do Brasil”. Eu voto com o João Pedro e

digo que o Casagrande também é favorável permanecer “A Voz do Brasil”, no horário que ela está assim, 19h00, porque no interior, o pessoal trabalha e 19h00 a maioria do pessoal do interior está dormindo e ouve “A Voz do Brasil”. É a hora em que o indivíduo que está isolado numa propriedade, em qualquer canto, onde não chega Governo, não chega nada, ele vai até a pé para a casa dele porque não tem estrada a 10 quilômetros da casa dele, é a hora em que ele toma conhecimento do país, da Nação o que está acontecendo aqui no Brasil.

Então, se a gente for colocar flexibilização, se for 10 horas da noite, no interior, ninguém fica acordado para ouvir “A Voz do Brasil”. Todo mundo dorme cedo no interior. Então, já que a Justiça está se metendo no meio, está começando a legislar, acho que nos Estados onde existe... Todo mundo tem acesso à luz elétrica, estou falando de luz elétrica, que não tem na Amazônia. Na Amazônia não tem luz elétrica para as pessoas no interior. Todo mundo funciona no radinho de pilha mesmo. E quanto mais antigo o rádio, melhor ainda pra funcionar. Esses mais modernos não duram muito não.

Então, eu acho que tem que ser discutido, foi muito bom trazer esse assunto para cá, mas o Zambiasi já fez uma lei que já dá uma... Limita a flexibilização, mas, para as 11 horas da noite, “A Voz do Brasil” não vai ser ouvida pelo pessoal que mora no interior. Quem mora no interior acorda geralmente quatro horas da manhã, cinco horas da manhã para começar a trabalhar. Então, não pode ficar acordado até 11 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho. Eu ia justamente falar: Dorme cedo, mas acorda cedo. Quatro da manhã, segundo o Senador João Pedro. Passaremos agora, então, ao Senador João Pedro, que é o quinto inscrito para suas considerações.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, se pudermos votar no final da nossa Sessão, um requerimento extrapauta, eu agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador João Pedro, me dê três minutos? Porque eu senti que o Senador Crivella está ansioso com esse Requerimento. Vamos votar porque eu sei, eu já conheço o Senador Crivella e quando ele fica ansioso—

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Cinco minutos depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Cinco minutos depois, já que V.Exa. tem a palavra, então. Cinco

minutos depois, o Senador Crivella. Ok, com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, que compõem esse debate, já é a segunda audiência.

Eu penso que é importante esse debate. É importante. É claro que nós poderíamos estar discutindo outras questões porque esse assunto, no meu ponto de vista, ele faz parte do imaginário do povo brasileiro, “A Voz do Brasil”. O Brasil todo conhece este horário, conhece este horário. Eu sou, Srs. membros dessa audiência, eu sou do Estado do Amazonas. Lá da Amazônia, aqui tem Senadores da Amazônia, daquele Brasil distante, daquele Brasil – fronteira, daquele Brasil que tem um território diferenciado, daquele Brasil que ainda hoje, nos dias de hoje, o deslocamento de uma cidade para outra leva cinco dias, 10 dias de viagem.

Eu quero chamar atenção para vocês, não é só a Amazônia, não. O Brasil ouve o rádio. Quero dizer para os senhores que, há poucos dias, há poucos dias, uma semana atrás, em função do simpósio que está acontecendo agora, Primeiro Simpósio da Amazônia, e eu poderia estar lá num debate, no foco dessa questão da Amazônia, mas esse debate também pertence à Amazônia, aos interesses da Amazônia, do seu povo. Eu penso que é um absurdo, Presidente Wellington, imaginar esse corte da extinção—

(soa a campainha).

“Da Voz do Brasil”. Isso seria separar o Brasil do acesso à informação, ao conhecimento do dia-a-dia do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Executivo. Isso é antidemocrático. Isso é antidemocrático. Mas, a democracia permite a discussão da proposta.

Então, há poucos dias, eu ouvi, de um professor da UFRJ, e ele passou um e-mail, dizendo que estava no trânsito, no Rio de Janeiro, e ouviu a notícia do simpósio. Do Rio de Janeiro, no trânsito do Rio de Janeiro, em Ipanema. Então, vejam que não é... É um professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que ouve a Voz do Brasil. E ele ouviu lá, neste horário.

Agora, a minha região toda escuta, acompanha aquilo que se passa, as decisões... Quero fazer um parêntese aqui para dizer do cuidado, do profissionalismo em... No conteúdo, nas falas, nas... Do pluralismo, da pluralidade da “Voz do Brasil”. Quero parabenizar esse cuidado porque todos falam. Não sei nem como... Qual o critério, mas é um critério democrático. O resultado é esse, porque todos os Parlamentares, Deputados Federais, Senadores, todos têm espaço importante para o Brasil.

Então, flexibilizar, vamos lá, na flexibilizar, mas eu não abro mão, essa proposta, por exemplo, que tem aqui da AMIRT, de 19 a 24h00, eu quero dizer,

com franqueza, que eu discordo. Por que é que não pode ter ali na manhã? À tarde. Por que não? É sabido que, no início da noite, cai a audiência. E nós vamos entrar aí na hora que cai a audiência no Brasil todo, 19h00, 20h00, dá uma subida depois no meio da noite, ou o noticiário do Poder Judiciário, do Poder Executivo, do Poder Legislativo vai entrar no final do dia? Às 23h00?

Então, eu defendo esse horário, o horário faz parte da cultura do rádio. Eu quero chamar atenção, o Brasil ouve o rádio e ouve "A Voz do Brasil". A Amazônia... É importantíssimo conhecer os atos dos três Poderes, as discussões, é levar o Senado lá para aquelas cidades, as vilas, lá para Transamazônica, isso é Brasil, pessoal. Isso é Brasil. A população do alto Rio Negro, a população do Rio Solimões, a população do Rio Madeira... Isso é Brasil. E eu penso que a concessão, essa é uma das contrapartidas da concessão. É levar essas informações de forma democrática, numa linguagem brasileira, uma coisa nossa que contribua com a cultura, com a unidade nacional, com o pensamento nacional.

Eu defendo a flexibilização, mas nós precisamos, Sr. Presidente, ter critérios na flexibilização. E essa flexibilização de 19 a 24 é muito pouco. É restringir, é diminuir a importância da "Voz do Brasil". Acho que nós precisamos encontrar uma flexibilização que seja, sim, eu defendo isso com muita... Por ser da Amazônia, por entender o papel estratégico da informação para aquele Brasil distante, de nós trabalharmos, ao longo das 24 horas, as informações dos três Poderes, as informações do Senado da República, da Câmara... Porque aqui se passa... Não tem só escândalo, não. Não é só Comissão de Ética, não. Tem debates importantes, que estão construindo um Estado democrático e permanentemente a Nação brasileira.

Então, eu defendo "A Voz do Brasil" e um Projeto que possa culminar as Audiências Públicas com os pensamentos, com as opiniões, as proposituras que possam fazer com que esse serviço sirva ao povo brasileiro, à sociedade brasileira. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado pelas considerações, Senador João Pedro, defendendo a sua região, defendendo o seu Estado, a região amazônica, mostrando o quanto é importante a hora do Brasil, digamos assim, para o povo da sua região.

Passaremos agora a palavra ao Senador Cícero Lucena para suas considerações. Com a palavra, Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, ao cumprimentá-lo, cumprimento a todos da

Mesa, aos colegas Senadores, dizer que tenho uma experiência, eu sou da uma cidade do interior da Paraíba, 500 quilômetros da Capital, e a minha referência em relação à "Voz do Brasil" era um tio que eu tenho, que nos idos de 60, naquela época, esse Congresso tinha cerca de 300 e poucos Parlamentares e, através da "Voz do Brasil", ele sabia de todos os nomes dos Parlamentares e que Estado representavam. Isso dá uma dimensão da força da comunicação, e eu estou falando isso nos anos 60, período revolucionário, 40 anos atrás.

E, mais recentemente, algo... E eu tenho até uma iniciativa nessa Casa de flexibilização do horário, só que a minha proposta foi restrita à Rádio Senado. A minha proposta, Presidente, era no sentido de que, quando estivesse havendo Sessão deliberativa do Senado, que a rádio estivesse transmitindo, ela possa, então, flexibilizar e, após o término da Sessão, ela reproduzir "A Voz do Brasil".

E eu tenho certeza que estou ao lado de dois Senadores que são autoridades em comunicação, o Senador Sérgio Zambiasi e o Senador Crivella, e sabem da força, do potencial da comunicação, através da rádio no nosso país. Então, o meu posicionamento, muito mais do que questionar os convidados, é dizer que eu sou favorável a essa flexibilização. Obviamente que se, nós encontramos, Senador João Pedro, alguma dificuldade regional em termos de horário, o Senador Augusto Botelho falou, e é verdade, que na zona, na região Norte, como também no sertão da Paraíba, o agricultor acorda mais cedo. Então, de repente— (soa a campainha).

--Nós podemos encontrar um horário em que "A Voz do Brasil" possa ser feita ou na noite ou opcional, no início da manhã, no início do dia, tipo cinco às sete da manhã, quase não seja flexibilizado a mais do que 22 horas, por exemplo. Então, acho que esse debate pode construir alternativas de reprodução da "Voz do Brasil" flexibilizada, desde que a gente encontre horários que possam conciliar essa cultura regional desse país que é continental. Essa é a minha participação, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Obrigado, Senador Cícero Lucena pelo seu posicionamento, mostrando o quanto é importante a rádio também no interior da Paraíba.

Passaremos agora, claro que não poderia deixar de falar, ao ilustre Senador Sérgio Zambiasi, um homem de comunicação, líder de audiência no Rio Grande do Sul, e não poderia deixar de fazer suas considerações sobre esse debate, nessa Audiência Pública. Com a palavra, o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Senador Wellington. Eu acho em boa hora esse debate. Finalmente, a Casa começa a tornar público este Projeto que eu propus em 2003. Tem um Projeto de 2003, que está tramitando aqui na Casa, está propondo exatamente a discussão dessa questão. Quer dizer, é um Projeto que propõe a flexibilização da transmissão do horário da “Voz do Brasil”. E, mais uma vez, cumprimentando a todos componentes da Mesa, nós percebemos que a morosidade da discussão do tema leva o Judiciário a legislar.

O Rio Grande do Sul, o Dr. Tonet citou, o Dr. Milton também citou, eu ouvi um pouquinho da palestra, infelizmente não ouvi o Dr. José Roberto e nem a Dra. Ester, mas nós temos um exemplo claro do Judiciário gaúcho, do Tribunal Regional Federal, determinando a flexibilização amplamente aprovada por todos. E eu dou, Tonet, como exemplo do significado, é claro que isso infelizmente vem acompanhado da maior tragédia aérea que nós vivemos nos últimos tempos, mas o Rio Grande do Sul pôde acompanhar a tragédia, a TAM, em São Paulo, que aconteceu ali, às 19h01, exatamente porque as emissoras gaúchas não estão mais obrigadas a se submeter a esta lei antiquada, esta lei velha, esta lei superada, que obriga todas as emissoras do Brasil a, às 19h00, pararem com todas suas programações; o Congresso Nacional, quando está discutindo e votando matéria de altíssimo interesse da sociedade brasileira, as pessoas não—

(soa a campainha).

--Podem mais acompanhar a tramitação, a discussão e a votação porque a Rádio Senado, Rádio Câmara param de transmitir, em função da obrigatoriedade do horário. Nós vamos ter que encontrar uma maneira de legislarmos sobre o assunto. Enquanto isso não acontecer, o Judiciário vai continuar agindo, reconhecendo que a sociedade tem o direito de fazer a opção da escolha. Não é possível. Isso é antidemocrático, absolutamente antidemocrático. Eu, cidadão, não tenho o direito de acompanhar o que eu quero; se eu quero acompanhar “A Voz do Brasil”, se eu quero ouvir música, se eu quero ouvir um outro noticiário paralelo, numa visão diferenciada daquela da “Voz do Brasil”. Dêem-me esse direito democrático, transparente de opção e escolha. Essa é a questão básica.

Então, eu não pude ouvir todas as manifestações, mas acho que trazer essa discussão para cá, Senador, e propor uma alternativa. Isso é sensível, é importante, mas acabou de... Acabei de ser lembrado aqui que, quando o Presidente Lula esteve em Porto Alegre, por ocasião do Fórum Social Mundial, em 2003, recém eleito, o pronunciamento dele ocorreu às 19h00. As emissoras do Brasil não puderam transmitir

o primeiro pronunciamento do Presidente, após a sua posse, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, com representações do mundo inteiro porque coincidiu o pronunciamento do Presidente com a Voz do Brasil. Então, o Brasil inteiro foi... Foi impedido de ouvir a manifestação do Presidente, que antecedia, porque, de Porto Alegre, ele ia para Davos, na Suíça, participar do Fórum Econômico Mundial. Quer dizer, a sociedade ficou impedida de acompanhar o pronunciamento do Presidente da República porque, afinal, eram 19h00 em Brasília. E o pronunciamento, em Porto Alegre foi às 19h00.

Quer dizer, são essas questões que temos que trazer à luz e encontrar uma forma adequada para ser resolvida e, acompanhando a manifestação do Tonet, hoje, só o rádio? E os outros sistemas? Os outros meios? Olha, mesmo lá no sertão, hoje, a internet chega. Lá na roça, também. Chega na Amazônia. Quer dizer, o cidadão tem as mais variadas opções. Ele só não pode fazer a opção do rádio. Bom, se algumas regiões não concordarem, então, vamos autorizar que outras que tenham amplo apoio possam fazer a mudança. A flexibilização não é só do horário. A flexibilização deve ser também por interesse regional, se for o caso. Alguém na Amazônia entende que ainda não, por alguma razão, nós vamos saber entender. Eu não sou da Amazônia. Nós somos do Sul. E talvez a visão no Sul seja um pouco diferente. E talvez tenhamos que respeitar essas diferenças regionais. Agora, submeter todo o Brasil, submeter, literalmente, todo o Brasil, de forma absolutamente antidemocrática, o ouvinte a optar entre desligar o rádio, colocar o CD e... Não tem alternativa. O Cícero Lucena está pedindo um aparte, que é anti-regimental, mas eu permito.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – É só um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Um aparte, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – É só um esclarecimento. O que foi permitido pela Justiça do Rio Grande do Sul... Federal, foi a flexibilização do horário ou a liberdade?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – A flexibilização do horário.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Até 24 horas depois.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Até 24 horas depois, quer dizer, foi mais democrática do que a nossa proposta. Muito mais ampla, por sinal.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu conversava, desculpe, Senador Zambiasi, com o Sr. Tonet, que essa questão ainda vai ser discutida no Supremo que, no final, quem discute questão constitucional, é o Supremo. Mas demonstra claramente que há um entendimento jurídico dessas outras instituições de que se pode fazer essa flexibilização.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – 19h00, hoje, Senador Wellington. Horário nobre é o momento em que nós encontramos os maiores problemas no trânsito das regiões metropolitanas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Sérgio Zambiasi, lembrando, fazendo mais uma... Que, se presidir e fazer aparte é uma coisa que é fora do Regimento, mas, em Uberlândia, aconteceu, há uma semana atrás, esse problema. Houve uma enchente, foi até passado em nível nacional, e, naquele momento, não podia já eles avisarem: “Olha, não vá por ali porque encheu”; “o Bombeiro está atendendo, quem estiver com algum problema, liga”, não podia.

Então, quer dizer, está demonstrado realmente que a flexibilização é importante para que, nessa época de bastantes chuvas, como acontece no interior, tanto de Minas como interior do Brasil, Centro-Oeste, Brasília mesmo tem que haver essa liberdade para que a rádio possa exercer a sua função.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Mas hoje, jogos de futebol já se fazem durante o horário, não é? Tem jogos de futebol nacional--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Não, não permite mais. Houve, alguns anos atrás, até 2002, a SECOM, ela, digamos assim, fazia vistas grossas. Ela dava uma autorização, que não era bem uma autorização, só o seguinte: Uma denúncia na ANATEL já era suficiente para criar um embaraço terrível com as emissoras de rádio. Um ouvinte, alguém inconformado até com o resultado do seu time manda uma denúncia para a ANATEL, ela tem que investigar; a SECOM não pode dar uma autorização, está aqui o Presidente da RADIOBRÁS, que sabe melhor do que eu, mas ela, entendendo essas questões de interesse maior, de interesse público, ela aceitava. Aí, um ou outro fazia uma denúncia na ANATEL; a ANATEL questionava a emissora e vinha um processo que poderia, inclusive, suspender a transmissão durante 24h00 ou mais. Imagina uma emissora de rádio suspensa por 24 horas porque cometeu o crime de, durante “A Voz do Brasil”, transmitir o pronunciamento do Presidente da República, transmitir a enchente lá em Belo Horizonte, que nós assistimos pela televisão, transmitir o jogo do Grêmio ou do Inter ou da Seleção Brasileira...

(risos).

Ou outras situações de altíssimo interesse público.

Então, acho que nós temos que encontrar, seguindo a linha que o Judiciário está adotando. Não é possível que o Congresso, que é aqui a vontade, digamos assim, popular, não consegue administrar uma lei necessária, uma alteração democrática necessária, que vai atender, com certeza, assim, às expectativas da cidadania. Não estou nem defendendo o meu Projeto, que é de 2003 e nós estamos no final de 2007. Acho que nós podemos elaborar uma nova proposta, em que essa criança tenha como paternidade o Congresso Brasileiro e, a partir disso, essa discussão com a sociedade, com as representações, e, conseqüência, atender a essas demandas todas que têm amplo e reconhecido apoio popular.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Sérgio Zambiasi, líder de audiência no Rio Grande do Sul. E hoje está comprovado aqui porque o Tonet realmente falou que é líder de audiência. Antes de passar a palavra aos membros da Mesa para suas considerações finais, eu queria, para tranquilidade do Senador Marcelo Crivella, submeter à Comissão um Requerimento que está sobre a Mesa, Requerimento do Senador Marcelo Crivella: “Requeiro, nos termos do art. 90, V e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para tratar do PLC 117/2006, que regula o exercício profissional geofísico e altera a lei 4076 de 23 de julho de 1972. Para tanto, indicam-se como convidados as seguintes pessoas: Presidente da Sociedade Brasileira de Geofísica, Presidente da Sociedade Brasileira de Física, Sr. Guilherme Estrela, Diretor de exploração e produção de Petróleo da PETROBRÁS; Secretário-Executivo do Ministério da Educação e Sr. Sérgio Fontes, Diretor Geral do Observatório Nacional.

Antes de botar em votação, o Senador Marcelo Crivella deseja fazer alguma manifestação a respeito de seu Requerimento?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Não, Sr. Presidente, é apenas para nós discutirmos aqui a participação ou não dos físicos nessa função de geofísica. Eles, historicamente, são os pesquisadores que têm descoberto, nas nossas bacias sedimentares, os campos de petróleo. Agora, com esse PLC 117, os físicos ficam afastados dessa função. Eles, então, pediram que nós discutíssemos aqui para poder orientar melhor esse PLC.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Alguém mais

deseja discutir os Requerimentos do Senador Crivella? Não havendo quem queira discutir, botarei em votação. Os Srs. Senadores que estão de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Aproveitando também, falei só de V.Exa., mas tem um Requerimento de informação. Eu queria, inclusive, a manifestação de V.Exa., Senador Crivella: “Nos termos...” É de minha autoria esse Requerimento de informação: “Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado, requeiro seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Senador Hélio Costa, o presente pedido de informações, com base na consulta pública 833/2007 da ANATEL.

Existem atualmente 12300 novos canais no PBTv e PBRTV; o PBTVD, publicado em 2003, pareou apenas 1893 canais para cidades em que havia canais analógicos de geração, em todas as maiores cidades do país. Faltam, portanto, viabilizar mais de 10 mil canais digitais. Se o desafio de viabilizar milhares de canais digitais em todo o Brasil para realizar a transmissão analógica digital já foi agravada pela criação recente de novas demandas de canais de televisão, TV pública, os quatro canais da União, previstos no Decreto 5820/2006, torna a utilização da faixa de 6069 imprescindível porque a ANATEL está sugerindo a destinação de quatro canais dessa faixa para o serviço de telecomunicações. No manifesto à imprensa, as emissoras alegam que já vêm perdendo faixas de frequência ao longo dos anos, mencionam a faixa de 2,5 gigahertz, que é interferida por serviços que usam uma tecnologia conhecida como *spread spectrum*, extremamente congestionada. A faixa de 07 gigahertz, em algumas regiões do país, também existe congestionamento. Para as atuais e futuras emissoras analógicas ou digitais, haverá necessidade de novos enlaces durante a transmissão digital. Perguntamos, então: Por que a ANATEL estaria sugerindo destinar a faixa 12,7 a 13,25 gigahertz, hoje utilizada apenas para a prestação de serviços de interesse das emissoras, para que seja utilizada por empresas de SCM, para aplicações distintas do transporte de sinais para empresas concessionárias de serviços de radiodifusão. 03. Quais as faixas e frequências outrora destinadas à radiodifusão ou serviços auxiliares que foram transferidas, nos últimos 15 anos, para a prestação de serviços de telecomunicações? Quais as implicações dessas supressões sobre as operações das emissoras? Está correta a informação da tabela abaixo? 04. Qual o impacto econômico do que está sendo sugerido na consulta pública sobre a operação das emissoras de rádio e televisão? 05. A ANATEL levou em consideração, quando sugeriu a consulta pública 833, que revoga, na íntegra, a Re-

solução nº. 82, de 30/02/98, também da agência e que aglutinava num só instrumento todas as faixas do SAC(F), destinadas aos serviços de radiodifusão, que poderiam ampliar ou reduzir a abrangência da resolução, sem barreira do acervo da regulamentação? 06. A tabela abaixo demonstra, segundo a mesma fonte, a perda significativa do espectro destinado à operação do SAC(F). Esse serviço atende, na sua maior... Nobre finalidade, ao jornalismo e à geração do seu conteúdo. Levou em conta a ANATEL o prejuízo que causará a sociedade brasileira, privando do direito pético constitucional do direito à informação?

Então, são essas as perguntas que fazemos à ANATEL por questionamento, inclusive, sugestões trazidas a essa Casa por membros da radiodifusão, Senador.

Bom, passaremos, então, agora... Desculpe. Em votação esse Requerimento de informações. Senadores que estão de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Passaremos, então, às considerações finais. Três minutos para considerações finais dos membros dessa Mesa. Obedecendo à lista da Audiência Pública, primeiramente o Sr. José Roberto Barbosa Garcez, Presidente da RADIOBRÁS. Três minutos.

SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA GARCEZ:

Mais uma vez, a Senadora... Agradecer a oportunidade da participação nesse debate, eu reafirmo que ele é extremamente importante para que se discuta, não apenas o futuro da “Voz do Brasil”, mas sim o papel da comunicação, especialmente da comunicação pública, mas do direito à informação, do direito à comunicação que o cidadão brasileiro tem. Como nós vimos aqui, inclusive, nas intervenções de todos, mais os Senadores, “A Voz do Brasil” é parte desse debate sobre que tipo de comunicação que nós queremos ver praticada no nosso Brasil. Nós vimos também a extrema diferenciação, a extrema diversidade de realidades que nosso país contempla. Mas o Tonet falava lá de Livramento, da influência das rádios do Prata na formação do Rio Grande do Sul. Mas em Santiago também ouvíamos as rádios... Em Porto Alegre, também se ouviam as rádios de Buenos Aires e de Montevideu.

Mas essa realidade, que naquela época, décadas atrás, era importante, lá no Rio Grande do Sul, hoje é muito importante na Amazônia, por exemplo. Eu... A RADIOBRÁS opera uma emissora em Tabatinga, que é na tríplice fronteira entre o Brasil, a Colômbia e Peru, uma rádio que foi reativada, depois de ter passado o processo de privatização em Governos anteriores, ela foi reativada pela RADIOBRÁS, a pedido da comunidade de Tabatinga porque ali só ouviam emissoras da Colômbia e do Peru e estavam preocupados com a per-

da da identidade nacional, pela falta de uma emissora de rádio onde eles pudessem se identificar.

A nossa emissora de rádio de ondas curtas nacional da Amazônia presta um serviço extremamente relevante ao levar informações para toda aquela população, não apenas à população da Amazônia, inclusive, porque—

(soa a campanha).

SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA GARCEZ: --A abrangência vai mais adiante. Eu creio que esse debate mostra a diversidade e a impossibilidade de encontrarmos uma solução simples e fácil para o problema da "Voz de Brasil". Creio que deveríamos inserir esse debate mais amplamente no contexto em que papel e que marco regulatório nós queremos para as comunicações no Brasil. Muito obrigado e a RADIOBRÁS está sempre à disposição para participar desse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. José Roberto Barbosa Garcez, Presidente da RADIOBRÁS. Estamos, queria dizer aos telespectadores, na segunda Audiência Pública, cujo objetivo é debater alternativas de flexibilização do programa "A Voz do Brasil". Passaremos agora a palavra ao Sr. Milton Lucca de Paula, Presidente da Associação Mineira de Radiodifusão, AMIRT. Com a palavra, Sr. Milton, para as considerações finais.

SR. MILTON LUCCA DE PAULA: Sr. Presidente, agradecer a V.Exa. a maneira cordial com que nos recebeu aqui e que... Tão própria dos mineiros, a segurança com que dirigiu os trabalhos e aproveitar a oportunidade para, na pessoa do Deputado Zambiasi, cumprimentar a todos os Parlamentares que estão enfrentando esta luta conosco. Nós até estamos pensando, sem demérito dos outros, em levar o Senador Zambiasi para ser candidato em Minas Gerais. Muito obrigado a todos, ao nosso companheiro da Rede Brasil, da RADIOBRÁS, e do Senado. E muito obrigado ao nosso Senador mineiro, Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Milton Lucca de Paula, Presidente da Associação Mineira de Radiodifusão, AMIRT, também faço o convite ao Senador Sérgio Zambiasi, mas tenho certeza que ele está muito bem lá no Rio Grande do Sul, e em Minas também temos o nosso Ministro das Comunicações, Hélio Costa.

Passaremos agora a palavra ao Senador... Desculpe, ao Senador não, ao Diretor da Rede Brasil Sul, RBS, Sr. Tonet, para as suas considerações finais.

SR. PAULO RICARDO TONET CAMARGO: Muito obrigado, Senador Wellington Salgado, meu caro Senador Sérgio Zambiasi, meu caro Senador Cícero

Lucena, um dos pontos eu acho que foram importantes que nós levantamos aqui. Acho que o debate foi extremamente produtivo, mas eu preciso fazer uma ou duas observações que eu acho que se impõem.

Primeiro, eu acho, sim, que felizmente, no Brasil, nós vivemos num ambiente de liberdade de expressão e de informação. Ambiente esse que foi construído no Ministério do Trabalho de vários Governos, este inclusive, e desta Casa, e do Parlamento brasileiro.

E dizer que, às vezes, a gente não avança em uma discussão porque nós temos... Nós temos a tendência de cair no "o meu é melhor do que o teu" ou os modelos são excludentes. E aqui eu volto à sapiência dessa Casa. Especificamente sobre uma coisa que a Ester colocou, que acho muito importante. O modelo de comunicação social brasileiro, que o constituinte colocou na Constituição, ele é complementar e não excludente. É por isso que é importante a radiodifusão pública, é importante a radiodifusão estatal, é importante a comunicação dos Poderes da República. A excelência com que, e eu ressaltai isso na minha manifestação, com que a RADIOBRÁS trabalha, e que, de uma certa forma, até vem irritando alguns nichos de mercado, mas a excelência com que a RADIOBRÁS trabalha, com que os órgãos de comunicação social da Câmara e do Senado trabalham, eu sou testemunha—

(soa a campanha).

SR. PAULO RICARDO TONET CAMARGO: Apeenas para encerrar, Sr. Presidente, eu sou ouvinte da RADIOBRÁS, eu sou ouvinte da Rádio Senado, o programa do Arthur da Távola, domingo de manhã, eu sou ouvinte. São programas muito bons. O trabalho que é feito tem excelência. Agora, eu acho que nós, para construirmos uma coisa, nós não podemos ser excludentes.

Então, Ester, eu não posso deixar sem resposta, dizer que existe o jornalismo de escândalo, como se a radiodifusão privada, ela não tratasse da busca da verdade. Existe algum jornalismo de escândalo? Existe. Mas existe jornalismo chapa branca também. E os dois são ruins. Eu não quero nenhum dos dois. Eu quero um jornalismo sério.

Então, vamos admitir que existe jornalismo de escândalo, existe. E vamos admitir que existe jornalismo de chapa branca, existe. Vamos tentar marchar juntos para um modelo complementar que a gente construa o bom jornalismo, que é isso que nós queremos, sabe por quê? Se nós não construirmos o bom jornalismo, o nosso ouvinte, o telespectador, ele não é bobo. Ele vira o dial. E é por isso que nós temos, com o mercado que nos sustenta, construir um bom jornalismo. As exceções, vamos tratá-las como exceções, em todos os campos.

E, para finalizar, acho que para a gente avançar, nós temos que ver o seguinte, Senador, claro que o Supremo Tribunal Federal vai dar a última palavra, que é matéria constitucional. Mas os indicativos que temos até agora, de todas as instâncias que examinaram, é que há uma realidade. A fixação do horário da “Voz do Brasil” tem sido entendida como inconstitucional. E esta é a tendência.

Então, não adianta a gente dizer o seguinte: “Não, vamos manter ‘a Voz do Brasil’ como está” e o Judiciário ir suprimindo esta lacuna e flexibilizando. Então, eu acho que nós podemos, sim, juntos construir uma flexibilização que seja razoável e que fundamentalmente leve em consideração o nosso objetivo final, de todos, que é o ouvinte. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado pelas suas considerações finais, Sr. Paulo Ricardo Tonet Camargo, Diretor da Rede Brasil Sul, RBS. Passaremos a palavra ao último convidado de hoje, a Sra. Ester Monteiro da Silva, editora chefe da “Voz do Brasil” da Rádio Senado, para suas considerações finais. Com a palavra, a Sra. Ester.

SRA. ESTER MONTEIRO DA SILVA: Eu, mais uma vez, quero agradecer a oportunidade da participação no debate, reafirmar que o debate é importante, que é necessário, principalmente nesse momento. E reafirmar e recolocar aqui a preocupação que a gente tem com uma flexibilização sem critérios, que possa prejudicar um bom número de ouvintes. E eu fico muito feliz com a manifestação do representante do Grupo RBS, Diretor do Grupo RBS, com a manifestação dele, que eu quero tomar como um compromisso; um compromisso para que se chegue ao entendimento, para que realmente a gente consiga, Senador Sérgio Zambiasi, elaborar um Projeto de Lei que seja bastante debatido, como todo o Projeto de Lei é debatido aqui; essa Casa é uma Casa de confronto, de diferenças, e é uma Casa que busca o consenso sempre, não só essa, como a Câmara também, o Legislativo tem essa função. E eu acredito que, com posturas desse tipo, nós vamos, sim, chegar a um consenso, a um Projeto de Lei que realmente atenda a todos os lados, tanto do ouvinte da “Voz do Brasil”, como dos ouvintes das rádios comerciais e que realmente a gente possa também conseguir uma Legislação que assegure o que a Constituição determina, que é a complementaridade entre os sistemas público e privado, que nós não temos hoje no Brasil.

Então, acho importante a manifestação de um grupo da importância da RBS, com essa colocação, no sentido de um entendimento amplo. Parabéns ao Grupo. E obrigada a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado a Sra. Ester–

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente Wellington–

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra, o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Só uma complementação, ainda acompanhando esse raciocínio, entendendo a importância do debate, que finalmente pode trazer aqui uma proposta que possa ser um grande marco, não da regulamentação, acho que eu não sei se tem que ser debatido no marco da regulamentação, que esse é quase uma invasão que o Executivo promove, e a gente fala tanto em democracia, mas essa é uma lei do tempo da ditadura do Vargas, de quem nós, gaúchos, somos muito fãs, não da ditadura, mas dele. E, veja bem, ela é mantida. Então, a gente fala tanto sobre liberdades e democracia, mas uma leizinha lá da ditadura imposta, numa época, pela necessidade de informação, ela se mantém de forma impressionante.

Mas eu acho que essa flexibilização com determinados horários, 19/24 ou 19/18, em função de situações, não sei se dá para tratar da questão da regionalização, e tem que constar, em qualquer lei que for feita, que a excepcionalidade deve existir também e, portanto, essa excepcionalidade deve ser examinada sempre, ou pela SECOM ou pelo Ministério das Comunicações, porque eu estava examinando agora o meu Projeto, a minha proposta, ele não prevê a excepcionalidade. Ele diz que tem que ser de tal a tal horário, mas se houver uma situação ali, amarra de qualquer maneira. E é um detalhe que eu percebi agora. Quer dizer, tem que ter também a possibilidade da excepcionalidade naquele ou num outro horário, em que alguém tem que autorizar. Se não houver autorização, aí exige a lei e a lei é muito dura para esse tipo de situação. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Sérgio Zambiasi. Antes de encerrar a Sessão, quero dizer que amanhã é quinta-feira, 22 de novembro de 2007, teremos uma Audiência Pública, cujo assunto é discutir sobre a adoção de uma nova tecnologia para a rádio digital. A autoria do Requerimento é do Senador Marcelo Crivella. Serão convidados o Roberto Pinto Martins, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações; Yapur Marotta, Gerente Geral de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequências da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; José Gui-

Iherme Castro, Coordenador da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – ABRAÇO; Maria das Graças Rocha, Presidente da Federação das Associações das Rádios Comunitárias do Rio de Janeiro – FARC; Ronald Siqueira Barbosa, Assessor Técnico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Lúcio Martins da Silva, Professor do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília – UnB.

Eu queria fazer uma colocação aqui, antes de encerrar a Sessão também, de que já me manifestei no Plenário com o Presidente em exercício, Senador Tião Viana, do quanto é necessária a liberação de passagem para convidados, que nós temos convidados realmente que não têm condições de vir até Brasília.

Nesse caso, dessa Audiência Pública, temos aqui um convidado que não tem condições de vir e o Senador Marcelo Crivella irá bancar essa despesa do próprio bolso. Eu não acho isso justo e pediria uma consideração melhor, um debate pela Mesa do Senado, com o Senador Tião Viana e os demais componentes da Mesa, para que seja revista essa posição. Nada mais tendo a declarar, muito obrigado e até a próxima audiência.

Sessão encerrada às 11h22.

Ata da 41ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de novembro de 2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e sete, na sala treze, Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, João Tenório, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Cristovam Buarque e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres e Antonio Carlos Júnior. Justifica a ausência o Senhor Senador Flávio Arns. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 023, de 2007-CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer “..., com amparo

no art. 93, II, do RISF, a realização de audiência pública, a se realizar no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o objetivo de discutir sobre a adoção de uma nova tecnologia para o rádio digital. Sem prejuízo da expedição de outros convites, a critério dos membros da Comissão, se requer que sejam convidados: o presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – ABRAÇO; o presidente da Federação das Associações das Rádios Comunitárias do Rio de Janeiro; o Ministro de Estado das Comunicações; o Presidente da ANATEL; Professor Lúcio Martins da Silva – Departamento de Engenharia Elétrica da UnB.” Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Roberto Pinto Martins – Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações; Yapir Marota Gerente Geral de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequências da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; José Guilherme Castro – Coordenador da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – ABRAÇO; Maria das Graças Rocha – Secretária Executiva da Federação das Associações de Radiodifusão Comunitária – FARC; Ronald Siqueira Barbosa – Assessor Técnico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Lúcio Martins da Silva – Professor do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília – UnB. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião, às doze horas e treze minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que se realiza nesta data, dia 22 de novembro de 2007.

Iniciando os trabalhos dessa reunião submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da aprovação da Ata da reunião anterior. As Sr^{as}. e Srs. Senadores que concordam nos seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senhoras e senhores, a realização dessa Audiência Pública atende ao Requerimento nº. 23/2007,

da Comissão de Ciência e Tecnologia de autoria do Senador Marcelo Crivella, com o objetivo de discutir sobre a adoção de uma nova tecnologia para o rádio digital.

Para darmos início à presente Audiência Pública solicito à Secretária que peça aos convidados para que entrem, obedecendo a ordem da nossa lista. Sr. Roberto Pinto Martins, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações. Sr. Yapir Marotta, Gerente-Geral de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL. Sr. José Guilherme Castro, Coordenador da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, ABRAÇO. Sr^a. Maria das Graças Rocha. Secretária Executiva da Federação de Associações de Radiodifusão Comunitária. Nome bem sugestivo, FARC. Ronaldo Siqueira Barbosa, Assessor Técnico da Associação Brasileira de Emissora de Rádio televisão, ABERT. Desculpe, Ronald Siqueira Barbosa. E o Sr. Lúcio Martins da Silva, professor do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília, UnB.

O Senador Marcelo Crivella teve um compromisso, está chegando. Vai chegar um pouco atrasado. Vamos começar sem a presença do Senador que é autor do Requerimento.

Obedecendo a ordem dos convidados, primeiramente passaremos a palavra ao Sr. Roberto Pinto Martins, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações. Devido ao grande número de convidados, daremos 10 minutos para exposições, e ao final cinco minutos para as considerações finais, após a exposição dos Senadores. Com a palavra o Sr. Roberto Pinto Martins.

SR. ROBERTO PINTO MARTINS: Bom dia a todos. Senador Wellington Salgado Sr^{as}. e Srs. Senadores, nosso muito bom dia. Eu registrarei inicialmente a nossa satisfação de ter recebido este agradável convite de estar presente nessa audiência, registrar que infelizmente o Ministro Hélio Costa, devido a compromissos já agendados, inclusive fora do País, não pôde estar presente aqui a esse importante debate sobre um passo a mais no processo de digitalização que o Brasil vem desenvolvendo no sentido de integrar agora todo o setor de comunicações.

Eu preparei um roteiro com cinco temas que vai desde o cenário até a questão propriamente dita da digitalização até algumas conclusões que nós gostaríamos de encaminhar nessa oportunidade.

Como todos nós sabemos, aqui no Brasil relativamente aos aspectos legais nós temos uma distinção inclusive do ponto de vista constitucional, com relação à diferenciação entre os setores de radiodifusão e os

setores de telecomunicações. E existe uma lei específica já de 1962, que trata especificamente do setor de radiodifusão.

A indústria de comunicação no Brasil é uma indústria que se equipara em níveis internacionais às melhores indústrias de comunicações do mundo. Nós temos aí mais de 10 mil emissoras de televisão se considerarmos as geradoras e as repetidoras e mais de sete mil emissoras de rádio e televisão além de grande quantidade de revistas e jornais e assim sucessivamente. Isso nos coloca em determinados aspectos como, por exemplo, a questão... Em segundo lugar no mercado mundial em número de emissoras de rádio, terceira no mercado mundial em termos de penetração de televisores e assim sucessivamente. Ou seja, nesse setor específico que estamos tratando, há uma importância, além de uma importância social relevante, tanto na parte de televisão como na parte de rádio como nós veremos mais na frente, também um aspecto relevante do ponto de vista econômico também. Isso nos dá uma idéia da penetração mais especificamente do rádio e televisão comparado com as demais mídias que nós temos hoje disponíveis no País, com obviamente a televisão um pouco acima do rádio, mas o rádio representa mais de 90% de penetração no País. Interessante também observar que quando a gente trata essas diversas mídias distribuídas por suas diversas classes sociais. Então o rádio e a televisão disparadamente são as mídias no Brasil que tem a maior penetração principalmente nas classes C, D e E. Acho que daí a relevância da discussão do tema específico aqui da questão da digitalização do rádio. E isto significa em termos de receita publicitária em 2001 cerca de nove bilhões, em 2006, 17 bilhões de receita publicitária, se nós observarmos esse movimento dessa receita tributária nós vamos observar que de 2001 para 2006 principalmente os jornais foram os que mais perderam relativamente nesse bolo publicitário que saíram de cerca de 20% para 14%. E os rádios também tiveram uma perda significativa em torno de 4.9%, perderam quase 1% nesses seis anos que separam essas duas amostras.

Em termos mundiais, o Brasil também está bem posicionado em relação aos investimentos em publicidade. Nós somos o sétimo colocado no mundo de cerca de quase meio trilhão de dólares que envolve todo este segmento.

Esse gráfico ele mostra, vamos dizer assim, os caminhos, o processo de digitalização, e talvez mais importante que olharmos para a última figura em 2020, é observarmos a evolução quase inexorável de todo o processo de digitalização que vem passando todas as mídias. Seja na parte de comunicação, seja na parte de

telecomunicações. Parece-nos realmente que é uma tendência inexorável com todas as facilidades e oportunidades que a digitalização nos oferece. Inclusive a própria mídia impressa, hoje, já poderíamos dizer que ela está completamente digitalizada. Não na forma com que os leitores têm acesso, mas na forma com que é feito o tratamento e o armazenamento de toda essas informações que são coletadas.

Hoje o rádio no Brasil, como mencionado anteriormente, nós temos uma alta penetração nos domicílios e se nós computarmos o número de equipamentos que são disponíveis hoje nos veículos automotores e o número de equipamentos de dispositivos que são disponíveis nos nossos lares, nos nossos domicílios, nós ultrapassamos a casa dos 150 milhões de aparelhos. E esses aparelhos são usualmente utilizados pelos seus usuários.

A digitalização e a parceria com novas mídias, nos parece que oferece novas oportunidades de negócio e também pode apontar para uma maior participação e um avanço no setor publicitário. Mas o grande desafio nos parece, dentro desse processo de digitalização é manter o modelo que o rádio hoje oferece aos nossos ouvintes, que é o sistema gratuito de radiodifusão, a questão da mobilidade que é um dos atributos inerentes à questão do rádio, facilidade de acesso, simplicidade, baixo custo, transmissões ao vivo, integração com a comunidade, entretenimento, jornalismo e informação de qualidade. Ou seja, nós não podemos imaginar que dentro desse processo de digitalização nós conceitualmente perderíamos esses grandes atributos que tem levado ao desenvolvimento do rádio no País. E para isso acho que é importante a gente... Essa figura ela nos dá uma idéia de todo esse aspecto do rádio. Ela mostra claramente a predominância das emissoras de frequência modulada. E freqüentemente nós tratamos, por exemplo, o caso das rádios comunitárias diferente da frequência modulada. Mas em termos tecnológicos, as rádios comunitárias operam com frequência modulada. E hoje as rádios comunitárias já são preponderantes em termos de número de emissoras com relação a qualquer uma das faixas de emissão de radiodifusão sonora. Sejam as comerciais, sejam as educativas, e notadamente as de amplitude modulada que têm perdido o maior espaço após o ingresso das emissoras de frequência modulada. (soa a campainha) E desta forma isto já nos aponta uma necessidade compulsória de que nós não podemos pensar na digitalização do rádio excluindo qualquer uma dessas faixas de frequência. Notadamente as faixas de frequência das rádios comunitárias que é onde existe hoje maior percentual delas disponíveis para os usuários.

Existem várias razões pelos quais o processo de digitalização ele tem contribuído para um maior desenvolvimento e um aperfeiçoamento das mídias das quais esse processo ele é introduzido. Acho que esse processo é talvez não vale a pena mencionar rapidamente, como uso mais eficiente do espectro, sinais mais robustos, possibilidade de transmissão de áudio, no caso das emissoras de rádio com maior qualidade, melhor recepção móvel, transmissão com potência reduzida, e assim sucessivamente.

Bom, em termos, falando muito rapidamente, eu acredito que as pessoas vão ter a oportunidade de tratar desse assunto, existem hoje basicamente três, quatro grandes padrões para rádios digitais disponíveis no mundo. Dois desses padrões que é o primeiro, o IBOC, que é o padrão desenvolvido nos Estados Unidos, e o padrão DRM que foi um padrão desenvolvido na Europa, eles utilizam as mesmas faixas de frequência que são utilizadas hoje as emissoras de rádio, no caso do IBOC trabalha tanto com as transmissões em frequência modulada quanto as transmissões em amplitude modulada notadamente em ondas médias. E o DAB, e o ISDB, o DAB que também foi um... é um desenvolvimento europeu, tanto ele quanto o ISDB que é um desenvolvimento japonês necessitam de faixas adicionais de frequência para operem. Eles não trabalham na mesma faixa de frequência que nós trabalhamos hoje. Tanto na frequência modulada quanto de amplitude modulada. Com uma distinção de que hoje disponível no mundo apenas o padrão IBOC ele propicia as transmissões em frequência modulada e em ondas curtas. O DRM ele só propicia a transmissão hoje em ondas médias e ondas curtas.

Desde o surgimento da internet, a internet tem incorporado diversos tipos de mídia e o rádio é uma das mídias que a internet também tem incorporado. Existem outras formas de transmissão, como a forma de transmissão de satélite, mas muda completamente, no caso aqui no Brasil nos parece bastante inadequada porque ela muda completamente o nosso modelo de radiodifusão porque o satélite ele tem uma projeção nacional enquanto o nosso modelo de radiodifusão é um modelo voltado muito mais para a área regional. Mas é impressionante a evolução das transmissões de rádio pela internet. Tanto na Europa, aonde os sistemas de banda larga e nos Estados Unidos estão mais evoluídos que no Brasil, é muito alto o percentual de pessoas que já fazem acesso a emissoras de rádio usando essa tecnologia. E acreditamos que uma dessas facilidades obviamente é que aí você também tem uma forma de transmissão digital da informação.

Para concluir, eu diria o seguinte. Qualquer modelo que venhamos a adotar no Brasil para o rádio di-

gital, é necessário que este rádio digital contemple o modelo brasileiro, a forma com que o Brasil opera. E nós temos, portanto, que ter o cuidado e a cautela de ao escolher este padrão termos a convicção de que teremos todos os nossos radiodifusores, sejam comunitários, sejam comerciais, sejam educativos, contemplados com este processo de digitalização. Ou seja, ninguém ficará excluído desse processo de digitalização por uma questão tecnológica. Assim como nós fizemos quando nós escolhemos o nosso sistema de televisão, que incorporamos algumas facilidades exatamente para tornar mais adequado as idiossincrasias brasileiras um dos padrões disponíveis internacionalmente podemos imaginar que também podemos trabalhar para o rádio digital e fazer estas pequenas adaptações para cumprirmos todo esse processo e ninguém ficar excluído da digitalização.

Em diversos países os padrões estão sendo estudados, testados, comparados, e não haverá provavelmente um padrão único no mundo como ocorre hoje basicamente com os sistemas analógicos. Hoje o sistema analógico é praticamente um padrão no mundo. Frequências de FM, frequências de AM, e assim sucessivamente. No caso digital certamente assim como ocorre também com o caso da TV Digital provavelmente haverá mais de um padrão disponível no mundo. E o padrão de transmissão a ser escolhido ele tem que considerar as atuais características no mercado brasileiro. São os nossos consumidores, as nossas emissoras, os fabricantes, e especialmente com relação à questão de custo/benefício. E nesse caso nós temos dois grandes tipos de custo. O custo dos equipamentos que fazem a transmissão e o custo dos equipamentos que fazem a recepção. É notório que a introdução de uma nova tecnologia ela não é introduzida com preço que esses produtos alcançarão nos próximos cinco anos, nos próximos oito anos, ou nos próximos dez anos. A história tem mostrado que com o passar do tempo e principalmente se nós estamos falando de equipamentos eletrônicos, a redução de preço ela se faz de uma forma brutal. Então nós também devemos trabalhar essa questão sob esta perspectiva. E por outro lado, é necessário... Existe uma série de folclores que eu acredito são colocados em cima desses diversos padrões, um padrão faz isso, outro faz aquilo, um foi testado lá, outro testado aqui, o que nós fizemos com o caso da TV Digital e vamos fazer também com o rádio digital? Precisamos testá-los e ver o comportamento desses padrões no mercado brasileiro. Nós aqui temos questões de propagação, de solo diferente da Europa, de solo diferente dos Estados Unidos, e assim sucessivamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Roberto, é que nós estamos com a Mesa repleta. Então eu queria ceder mais dois minutos.

SR. ROBERTO PINTO MARTINS: Ok. Perfeito. Obrigado, Senador. Então é muito importante que tenhamos essa convicção de que esses sistemas devem ser testados, trabalhamos já junto com a ANATEL, a ANATEL desenvolveu conjunto de testes padrões que devem ser feitos para verificar o desempenho desses sistemas no Brasil. E acreditamos que com a realização desses testes nós teremos muito mais elementos, tanto do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista científico do seu comportamento para termos convicção de qual o melhor sistema, qual o melhor padrão a ser adotado no País. E com isto eu concluo, Senador. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado pela exposição do Sr. Roberto Pinto Martins, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações. O assunto é super interessante, muito bem exposto, mas infelizmente ou felizmente nós temos seis membros na Mesa e temos que administrar o tempo. Gostaria que deixasse todo o material para ser distribuído aos Senadores. Eu mesmo fiquei muito curioso com a parte inicial muito bem colocada. Mas o tempo tem que ser administrado. Passaremos então ao segundo expositor. O Sr. Yapir Marotta, Gerente-Geral de Administração de Planos e Autorização de Uso de Rádio de Frequência da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL. Com a palavra o Sr. Yapir Marotta.

SR. YAPIR MAROTTA: Prezado Senador, demais presentes, a minha intervenção aqui trata apenas de dar notícias dos testes que vem sendo realizados por algumas emissoras de radiodifusão com equipamentos de transmissão digital. Eu estou aqui me referindo à transmissão simultânea analógica digital porque os radiodifusores brasileiros eles demonstraram desde o início preferência por sistemas digitais que transmitam na mesma frequência que a transmissão analógica realizada. Ou seja, quem tem o receptor analógico continua recebendo o sinal analógico sem notar que existe uma transmissão digital paralela e quem tem o receptor híbrido, vai receber tanto o sinal analógico quanto o sinal digital na mesma faixa de frequência que hoje é transmitido. Então essa preferência dos radiodifusores. Os testes foram inicialmente autorizados pela agência, e a agência solicitou relatórios iniciais que descrevessem os testes que seriam realizados. A maneira com que seriam realizados os testes. A agência simplesmente apresentou os resultados que

ela desejaria. Os resultados basicamente que interessam à administração brasileira é o desempenho do rádio digital no que diz respeito à robustez. Ou seja, a capacidade de evitar a ocorrência de interferência ou de outras estações, ou de ruídos rádio elétricos... Ou interferências do próprio sinal refletido em outra superfície. Cobertura comparada com a analógica. A cobertura de sinal digital é igual, é maior ou é menor que a analógica? E a qualidade do áudio é realmente aquilo que se dizia, a qualidade do áudio é CD para faixa de FM e a qualidade de FM para a faixa de onda média? Então esses testes nós chamamos de desempenho do sistema de rádio digital.

Aqui estou só demonstrando como seria feito o teste, por exemplo, da cobertura. Uma unidade móvel, isso aqui é o teste realizado nos Estados Unidos, vai percorrendo a partir do transmissor várias radiais e vai registrando o nível de sinal digital e quando o sinal digital desaparece, ela continua recebendo sinal analógico. Então tudo isso é feito o registro. O que está em cinza aqui é onde houve boa recepção... Ou melhor, sinal digital não tem boa recepção ou má. Onde houve recepção de sinal digital quando recebido ele tem sempre a mesma qualidade ou desaparece e passou a ser recebido apenas o analógico. Então obviamente a cobertura do sinal digital é sempre... E isso vai se verificar na televisão também, é sempre inferior à cobertura do sinal analógico. Porque o sinal analógico é recebido com ruído, com interferência, o digital não. Ou ele é muito bom ou ele não existe.

Aqui o que a gente apresentou foi uma emissora de FM, todos os testes foram feitos nos Estados Unidos, aqui é uma emissora de onda média. Exatamente a mesma coisa. Vocês vêem que o comportamento é o mesmo. O sinal analógico vai muito além do sinal digital. Para isso, o sinal digital aceita para evitar esse tipo de inconveniente, ele aceita a colocação de retransmissores que operam na mesma frequência. Então a área de cobertura original ela pode ser recuperada da área de cobertura do analógico através de colocação de equipamentos repetidores. Obviamente isso vai encarecer o sistema implantado.

Bom, o segundo interesse da administração é a compatibilidade do sinal digital que está entrando no espectro com o sistema analógico que já existe. Então isso em dois termos. Primeiro, o sinal digital não pode prejudicar o sinal analógico da própria emissora. Senão eu estou criando duas classes de ouvintes. Um que ouve o sinal perfeito e outro que ouve o sinal cada vez mais degradado. E obviamente esse que vai ter o sinal cada vez mais degradado de menor poder aquisitivo. E o impacto do sinal analógico nas outras

transmissões de outras emissoras, ou da mesma localidade ou existentes à distância.

Então, a complicação da digitalização é essa, que embora seja dito que ela é feita no mesmo canal, na realidade ela ocupa no caso da FM ela ocupa parcelas do... metade praticamente de canais adjacentes. Então hoje essa emissora aqui que existe, vamos dizer, em Taguatinga, ela tem uma potência calculada para que não interfira com outra emissora no canal adjacente que está, por exemplo, em Luziânia. Agora, quando se colocam essas bandas laterais, nós temos que conhecer muito bem se essa banda aqui está produzindo efeito de interferência aqui ou não. Um canal segundo adjacente também, se esses limites são tão bem estabelecidos que um sinal digital não interfira no outro.

No caso da onda média é mais complicado ainda, porque no caso da onda média, o sinal digital ocupa os dois canais adjacentes do analógico. No caso de segundo adjacente aqui, nós temos interferência entre dois, possibilidade de interferência entre dois canais digitais. No caso do primeiro adjacente, esse digital aqui pode degradar a qualidade de recepção com que é recebido esse sinal analógico.

Aqui é o DRM. É outro sistema que existe. Nós vimos dois casos do IBOC, FM e onda média, agora o DRM. O DRM utiliza no caso do simulcast ele ocupa um canal lateral apenas. Então ele dá um pouco mais de flexibilidade para que possam ser evitadas as interferências. Mas mesmo assim a possibilidade existe. Isso então justifica no nosso entender a necessidade que esses sistemas sejam muito bem testados.

Foram autorizadas até agora 18... 19, 20 testes. Aqui são dois, mas na realidade é um. Isso aqui é o teste da RADIOBRAS com o sistema DRM. A primeira autorização não resultou em nada porque o equipamento não conseguiu ser liberado pela alfândega e retornou à Europa. Então foi autorizado, mas não houve teste. E o segundo também o Prof. Lúcio vai historiar, foram feitas algumas medidas, mas problemas técnicos impediram que ele fosse concluído na sua plenitude.

Aqui o DRM foi testado em ondas curtas pela Universidade de Brasília, aqui nesse caso não é simulcast, é apenas a transmissão de ondas curtas, sinal exclusivamente digital sem ter nenhum analógico transmitido junto. E no sistema IBOC foram dadas dezoito autorizações. Dessas dez aqui de FM, já existiram três prorrogações, dessas oito, quatro prorrogações. Dessas 18 autorizações, na parte de FM, duas autorizadas nem apresentaram relatório inicial. Ou seja, não se propuseram na realidade a executar os testes. Relatórios finais, apenas duas apresentaram. Outras ou ainda não concluiu o período de teste que elas têm obrigação de apresentar, ou cumpriu e simplesmente

não apresentaram. A mesma coisa com onda média. Apenas três relatórios finais.

Com isso eu quero dizer o seguinte, que com essa quantidade de relatórios finais aqui, é impossível que a agência possa recomendar ao Ministério a adoção de qualquer um dos dois sistemas. Esses testes são totalmente inconclusivos.

Detalhando um pouco, os relatórios não incluíram procedimentos de testes para avaliação principal, preocupação nossa do sistema digital entrânicos(F), analógicos distribuídos. Ou seja, nós não temos conhecimento ainda do grau de interferência que pode acarretar. Sinal digital no sinal digital, ou sinal digital no sinal analógico.

ANATEL... Como esses relatórios iniciais foram muito incipientes, não foram descritos com detalhe necessário os procedimentos de teste, a ANATEL chegou à conclusão que esses testes não poderiam realmente resultar em nada. Tem emissora aqui que já está na segunda prorrogação e que ainda não apresentou um relatório consistente.

Então, a ANATEL resolveu por sua conta elaborar esses procedimentos para avaliação do rádio digital AM IBOC início. Por sua conta que eu digo a gente contou aqui com um contrato que foi feito com a Universidade Nacional de Brasília, que elaborou juntamente com a agência esses procedimentos foram colocados em consulta pública.

Recebidos os comentários dessa consulta pública, nós aí a ANATEL sozinha já elaborou os procedimentos também por FM IBOC e DRM onda média. Todos esses documentos estão na página na ANATEL na internet (soa a campainha) a disposição de quem desejar. Serve como guia para apresentação dos resultados desejados. Os resultados nós desejamos. Se alguém chegar a esses resultados por outras vias, a adoção desse procedimento não é obrigatório. O que é realmente desejado é o resultado.

Bom, os cinco relatórios finais recebidos não servem como subsídios para escolha do sistema do rádio digital no Brasil. Já que apresentam apenas resultados e medições realizados na planta transmissora da estação. Ninguém foi para o campo medir coisa nenhuma. Não teve aquela viatura unidade móvel se deslocando, emitindo sinal digital, medindo sinal analógico. Então não teve ninguém conseguindo medir interferência de sinal digital no sinal analógico. Então a gente não sabe o que dizer para o Ministério, não pode recomendar nada. A agência não pode analisar absolutamente nada.

Bom, para complicar a história, ao longo do período de teste, duas iniciativas no âmbito internacional recomendam a expansão ainda daqueles nossos pro-

cedimentos. Um deles foi à reunião do comitê consultivo permanente do CITEI, Conferência Interamericana de Telecomunicações. Ocorrido em outubro de 2006, um ano atrás na Venezuela.

Bom, então a administração canadense nessa reunião ela apresentou um documento, que é esse nomezinho em inglês que conteve avaliações de desempenho de receptores analógicos AM lá no Canadá, feitos pela administração. Na presença do sinal IBOC, transmitido no primeiro canal adjacente superior.

Então, aquela... Se vocês se reportarem na memória, aquela figurinha que eu apresentei para vocês isso quer dizer que eu tenho um sinal digital exatamente na mesma frequência de um sinal analógico distante.

Então, essa avaliação que foi feita, essas medições foram feitas pela administração canadense. E os resultados mostraram o seguinte, que quem sofre mais são os receptores de melhor qualidade, aonde a interferência é notado a elevação de nível de ruído bem superior aos receptores de baixa qualidade. Simplesmente porque os receptores de baixa qualidade já é ruidoso ao natural. Quem tem receptor bom é mais prejudicado. Nesses casos que realmente aparece interferência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Yapir, dois minutos mais. Procure dar uma resumida. Desculpe, mas eu tenho que administrar o tempo.

SR. YAPIR MAROTTA: Tudo bem. A interferência digital degrada o sinal analógico. O que quer dizer que a área de serviço da emissora é reduzida. Quem ouviu o sinal antes passa a não ouvir mais. E a administração canadense ainda diz que deve ser avaliado também a interferência provocada simultaneamente pelos canais IBOC quando eu tenho o adjacente superior e adjacente inferior funcionando. E também as componentes... Pode voltar, por favor. As componentes ionosféricas que vão aparecer principalmente à noite.

Bom, outro documento foi emitido pela administração americana, sobre... basicamente uma série de sistemas digitais e nós estamos... Vamos reproduzir apenas uma parte que interessa à radiodifusão comunitária, pode acionar, pode apertar. (soa a campainha) Não, não a campainha, aqui o...

(risos)

Obrigado. Então, nos Estados Unidos nós temos dois tipos de estações que corresponderiam hoje às comunitárias. Uma de cem watts e outra de dez watts. Até hoje não tem nenhuma de dez watts autorizada. E o FCC então colocou um documento, e esse documento uma das contribuições que contem é da própria detentora da tecnologia IBOC. Então ela diz particularizando para dez watts que a baixa potência de transmissão

pode inviabilizar a recepção de sinal digital o qual pelas características do sistema é irradiado com um centésimo da potência do sinal analógico. Então para essa de dez watts o nível de sinal digital ficaria abaixo do nível de ruído, impedindo a sintonia dos receptores. O importante é acrescentar também que medidas realizadas a nível mundial dão conta que nos últimos dez anos o nível de ruído rádio elétrico aumentou de dez vezes. Isso não há boa notícia e vai continuar aumentando nessa derivada.

Então, os testes autorizados no Brasil até agora não incluem a transmissão IBOC 25 watts, que é a potência das rádios comunitárias. Então não existem resultados conclusivos e não existirão porque não está previsto nos testes nenhuma conclusão que vai poder dizer se a rádio comunitária poderá se digitalizar ou não nesse sistema. Terminei, Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Obrigado, Sr. Yapir Marotta, desculpe pelo pouco tempo que existe, tendo em vista a grande quantidade de convidados. Acabamos de ouvir o Sr. Yapir Marotta, Gerente-Geral de Administração de Plano de Autorização de Uso de Radiofrequência de Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL.

Queria lembrar os telespectadores da TV Senado que o assunto hoje nessa Audiência Pública da Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação e Comunicação e Informática é discutir sobre a adoção de uma nova tecnologia para o rádio digital. A autoria de Requerimento Senador Marcelo Crivella.

Passaremos ao terceiro convidado. Sr. José Guilherme Castro, coordenador da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, ABRAÇO. Dez minutos e a mesma flexibilidade que nós tivemos com os demais convidados. Com a palavra o Dr. José Guilherme.

SR. JOSÉ GUILHERME CASTRO: Bom dia. Em nome da Graça... Deixa eu representar... Representando também essa população brasileira. Aquele do povo que vem fazendo e enfrentando. Eu tento ver qual é a significância, o significado dessa audiência. Primeiro estou muito satisfeito que uma das coisas que a gente ficava falando ano passado e a gente está vendo agora. Não tinha razão daquela pressa toda para se decidir. Inclusive tem um texto onde eu e o jornalista Luis Carlos Bernards a gente fala que a decisão do Decreto da TV Digital foi um crime de lesa pátria. Talvez no futuro nós vamos ter campanhas semelhantes, igual que teve agora da Vale do Rio Doce e que continua para rever o processo. Então a gente fica feliz de estar ouvindo agora. Não é para amanhã. Então a voz do povo já era a voz da verdade na questão da digitalização. Apesar de a gente falar muito em tecnologia, mas a

tecnologia ela está... Não está a serviço do homem. Ela está muito a serviço até para a destruição do homem. O que entende mais de tecnologia nesse País e na área da comunicação? O que é o mais importante? O que é o mais evoluído? É justamente o homem e a mulher. O importante não é a questão. Essas coisas que a gente está discutindo isso é ponta de tecnologia. Não é tecnologia de ponta. Tecnologia de ponta é o conhecimento. E esse conhecimento são os homens e as mulheres que vão adquirindo. E na área da radiodifusão comunitária, eu estou hoje coordenador de comunicação e cultura da ABRAÇO. Somos dez coordenadores, eu fui convidado, até o significado dessa Audiência Pública ela acontece justamente entre o... Na metade do fórum de rádios públicas, está acontecendo no Rio de Janeiro o fórum de rádios públicas. A gente estranhou muito por que é que entre o início que foi ontem e o fim que vai ser amanhã, no Fórum de Rádios Públicas está tendo uma Audiência Pública no Senado onde até pra gente vir aqui já é muito difícil para que não tem passagem, o povo é chamado para essa Casa sem passagem, sem hospedagem, ainda mais tendo evento, e somos poucos que estavam lá. Além de a gente dispensar. Então é muito bom ter a contribuição da questão da graça--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Um pequeno aparte, por favor. Eu queria dizer que o Senado sempre deu passagens para que os convidados viessem. Nesse momento que o Senado tem um Presidente interino e também a Mesa Diretora decidiu suspender essas passagens. Não só dessa Comissão como todas Comissões do Senado. Ontem eu inclusive coloquei aqui que o Presidente Tião Viana que é o Presidente interino fizesse uma reunião da Mesa e tentasse reverter essa situação. Foi colocado ao vivo durante uma Audiência Pública de ontem. Só isso que eu queria colocar.

SR. JOSÉ GUILHERME CASTRO: Mas está sendo muito comum. As atividades do Congresso Nacional onde é chamado e até do Ministério da Comunicação também onde são chamados os comunicadores populares, e o povo brasileiro, muitos deles favelados, não tem tido passagem, não tem tido essa questão. Até... Tratar os iguais de forma... Os desiguais de forma muito igual. E algumas horas tratando os desiguais de forma... Igual também.

Então, assim, o que é que essa tecnologia do homem? Então nós da Radiodifusão Comunitária têm uns dados que eu acho importante a gente estar podendo falar aqui. Tem mais rádio comunitária do que rádio comercial? É 25 gramas. Vamos juntar as potências, três mil emissoras comunitárias vai dar o quê? Talvez existem três emissoras comerciais em São

Paulo que a soma da potência delas dá mais que três mil comunitárias. Então era bom que esses dados são colocados para a população brasileira eles fossem complementados.

Então voltando à importância dessa atividade aqui. E voltando à questão do homem. A gente está... deixou aí o material de Manhães. Eu acho que sempre quando tivesse a discussão da questão da digitalização no País, eu acho que o cientista, o companheiro Manhães e Itacachi(F) era bom que eles estivessem juntos. Eles conseguem fazer toda uma elaboração por parte de também dos CPQB, mas também tem contato permanente com que são essas caminhadas do povo e dos movimentos sociais do Brasil.

Então voltando à questão do homem, o que é que nós vivemos no Brasil? O que foi nesses últimos tempos, principalmente como é que o Estado Brasileiro tratou aquele que é a tecnologia de ponta? Aquele que vai dar sentido de tudo isso que a gente está discutindo? E principalmente na área das rádios comunitárias. Enquanto aqui foi bom a gente viu o estudo da... Ministério das Comunicações sobre as rádios comunitárias e da ANATEL. Em relação ao reconhecimento delas como emissoras. Como é que foi dado? O que foi jogado no lixo nesse Brasil nos últimos tempos, nos últimos cinco anos? Um pedido de autorização de uma rádio comunitária que foi feito ao Ministério das Comunicações, esse Ministério das Comunicações não teve gente para atender. Coitado do Estado pobre do Brasil é a 10ª economia, mas no Ministério das Comunicações não tinha condições de atender um pedido de autorização de uma rádio comunitária. Porque não tinha a gente. Mas, por outro lado, o mesmo Estado Brasileiro e eu estou falando de tecnologia de ponta, é o ser humano, como é que o ser humano no mais simples desse País que montou uma rádio comunitária para fazer o serviço do Estado, na ausência do Estado, que estava apropriando tecnologia e desenvolvendo tecnologia de ponta, pequena de baixa economia, de baixo valor para fazer o quê? Dar direito de voz àqueles que só ouviam. Como é que foi o tratamento? Enquanto no Ministério das Comunicações não tinha gente para tratar, a ANATEL por causa do próximo que vai me suceder aqui, muitas vezes dele, uma denúncia da ANATEL denúncia da ABERT a ANATEL manda à vezes dois homens para fazer uma fiscalização, para ver se aquela denúncia, aquela rádio comunitária como que ela estava operando. Não tinha homem no Ministério da Comunicação e nem mulher para dar qualquer autorização ou qualquer resposta razoável por que é que podia ou não podia operar aquela rádio. Mas a ANATEL mandou duas pessoas com viatura. Aí faz um processo. Aquele processo não foi analisado no Ministério da Comunicação. Esse

processo é analisado na ANATEL e é mandado para a justiça do Brasil. O sistema judiciário. Para pedir um mandado, um mandado de busca e apreensão e fechamento daquela emissora. Essa mesma emissora que aqueles cidadãos não tiveram no Ministério da Comunicação pessoas para analisar e dar uma justificativa razoável, a Justiça brasileira teve condições de abrir um processo. E um processo para dar um mandado para a ANATEL ir lá fechar. Esse mesmo Estado que não teve no Ministério da Comunicação pessoal para dar autorização e dar alguma resposta, teve na ANATEL que vai lá e abre o outro processo. Chama o Ministério da Justiça e a Polícia Federal para abrir um outro processo de um processo para ver como é que vai fechar aquela emissora. Porque o Ministério das Comunicações, outro lado do Estado, não teve gente para analisar um pedido daquela comunidade simples. Mas para repressão a ANATEL operou. E junto o Ministério da Justiça e ANATEL fizeram outro processo do fechamento das emissoras. Foram mais de 15 mil. Mais de 15 mil operações. Legais, oficiais, onde o Estado Brasileiro que não teve dinheiro para analisar o pedido de rádio comunitária teve para mandar lá viaturas, viaturas e no último tempo foram várias viaturas, e uma equipe também da ANATEL para ir lá e apreender tudo, até tapete de rádios comunitárias foram apreendidos. Mais de 15 mil processos, 15 mil condenados. Esse mesmo Estado que não teve condições de ir lá dar autorização ou alguma fala razoável para aquela população, os mais de 30 mil brasileiros e brasileiras principalmente favelados que estavam lá apropriando tecnologia e botando a sua rádio de baixa potência no ar, ela... A Polícia Federal agora em nome do Estado manda. (soa a campainha) Manda uma pessoa... é quando o Estado Brasileiro vai até esses cidadãos que botaram a rádio comunitária. Eles mandam um oficial de justiça chamar para um inquérito da Polícia Federal. O mesmo Delegado que algemou o Senador aqui no Pará era o Delegado também que pegava essa população pobre. E lá na hora que o Estado Brasileiro chega e do mesmo jeito que estou olhando para os olhos aqui chega para um cidadão brasileiro e pergunta qual é seu nome e o que você queria fazer com isso? É um Delegado da Polícia Federal no inquérito da Polícia Federal.

Nos últimos tempos esse Estado Brasileiro que ao invés de potencializar essa poupança popular, esse conhecimento assim como o direito achado na rua esse conhecimento da população mais pobre do País, ocupando, substituindo o Estado em educação, e dando cidadania, da articulação daquela população mais pobre que vem no mundo só para construir para as elites um Estado de bem social. A Polícia Federal vai

e faz o seu inquérito e manda para a justiça. O Estado Brasileiro que não teve condições de dar autorização ou alguma resposta, vai para a justiça e a justiça abre um processo de conciliação. Uma conciliação onde o cidadão brasileiro já vai condenado. Já vai condenado. E a gente tem uma audiência para fazer uma conciliação. E a gente tem uma audiência para fazer uma conciliação e se não tiver conciliação, aí o Estado Brasileiro que não teve cidadão nem cidadã para dar uma resposta possível, o Ministério Público abre um processo no Ministério Público para condenar, para fazer acusação essa rádio comunitária. Aí nós temos mais três sessões, mais três julgamentos. E o cidadão que já chegara a cinco mil cidadãos e cidadãs brasileiros, estou deixando aqui nas pastas a Rádio Constelação que é a rádio dos portadores de necessidades visuais, a única rádio dos portadores de necessidade visuais que a gente tinha conhecimento no mundo que o companheiro Roberto Emanuel, graças ao bom Deus dia 30 agora está livre. Teve dois anos de condenação por botar uma rádio. Deve ser o único, o único preso foi condenado por botar comunitária. Cego foi aqui o brasileiro, o Roberto Emanuel. Foram 15 mil. E o que é que é que o Estado Brasileiro fez também? Aí não teve dinheiro, nem gente para olhar, mas durante dois anos esse cidadão, Dom Helder Câmara, a gente está falando de direitos humanos, fala em País democrático, em democracia, Dom Helder, na época da ditadura, e isso não aconteceu que eu estou falando, na época da ditadura, está acontecendo agora, na época da ditadura Dom Helder tinha que ir de três em três meses na delegacia tirar um nada consta. O hoje são os cidadãos brasileiros que foram atentar contribuir, ocupar o Estado.

Então o que é que a gente pede de concreto? Se a gente é para valer, se é para ver essa questão, nós estamos entrando no mundo que vai mudar os próximos 20 anos por causa da mudança da matriz energética. E por causa da mudança do novo paradigma, e hoje se existem rádios comunitárias ainda resistentes foi por causa dessa mudança de tecnologia que você compra hoje acessível a qualquer camelô foi o diferencial. Não dão o erro do Estado Brasileiro com essas emissoras foi a tentativa de se tratar como erva daninha.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. José Guilherme, a mesma observação dos demais. Mais dois minutos. Para ser justo.

SR. JOSÉ GUILHERME CASTRO: O que a gente está querendo saber? Quantos quilos de branco e quantos saldo médio que esses brancos tem que ter para não ser fiscalizado? Nós estamos num País onde está todo mundo fora da lei. Vai ter depois mais um

tempo para falar, tem a última revista, última revista do FNDC 42% do sistema Globo. São as Prefeituras que colocam sem ter legislação 53% da Bandeirantes, do sistema Bandeirantes. São as Prefeituras que colocam igualzinho uma rádio comunitária tem lá uma retransmissora da Globo, da Bandeirantes, tudo mais. A TV Assembléia de Minas Gerais, que faz uma grande contribuição para a questão da democratização da comunicação ela está em sinal aberto em mais de 300 Municípios. Mas por que é que não são fiscalizados? Então nós estamos querendo o seguinte. Primeiro, a luta da anistia. Se não saiu urgentemente a questão da anistia no País, para os ex-comunicadores populares, é a mesma coisa. Estão sendo condenados igual aquela menina de 15 anos que vai servir de sobremesa para 30 homens condenados, a mesma coisa está acontecendo com esses comunicadores populares. São pessoas da população, os mais pobres que estão indo para inquéritos, tem que sair essa anistia. A solicitação inclusive do nome, gostaria dessa Comissão o nome e os endereços e os inquéritos das Polícias Federais. Quem tem um dossiê do Movimento de Radiodifusão Comunitária no Brasil, hoje, é uma vergonha para o Estado Brasileiro, é a Polícia Federal. E ser como base da anistia. Da questão não digital. O consórcio da TV Digital que a gente acha que foi um crime de lesa pátria, mas pelo menos nele teve um consórcio onde a inteligência brasileira hoje se a gente tivesse tido o mesmo consórcio, talvez teríamos avançado muito. A universidade, a academia, a indústria e a sociedade possam participar. E vão falar, vão montar. Faltou o sistema brasileiro de rádio digital que nós tivemos na TV Digital. Apesar daquilo que foi crime de lesa pátria, então que seja montado--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. José Guilherme...

SR. JOSÉ GUILHERME CASTRO: E a questão da conferência. É a única área do Brasil que não teve conferência, que não teve uma discussão mais ampla que parece que é proibido discutir a questão da comunicação. E a reinstalação do Conselho de Comunicação Social. A única coisa que nós tínhamos de espaço, o público permanente que se discutia que era o Conselho de Comunicação Social aqui no Senado--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V.S^a terá tempo ao final. Só pediria...

SR. JOSÉ GUILHERME CASTRO: Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só queria fazer uma colocação que com relação à Polícia Federal, a Polícia Federal ela só age quando alguém pede para

ela agir. E ela hoje é talvez a organização mais bem conceituada a nível de Brasil. Falo isso de pesquisas que eu vi. Então eu não queria colocar na Comissão de Comunicação o julgamento da Polícia Federal aqui. Entendo perfeitamente o posicionamento de V.S^a, entendo que... V.S^a diz que aqui não existe democracia, eu acho que a sua oratória aqui demonstra que existe democracia nesse País. E essa é a Casa da democracia. E sempre que for convidado e sempre que tiver interesse de falar V.S^a aproximará dirigir a essa Comissão, terá espaço, como bem colocou o Senador Marcelo Crivella. Isso que representa toda a nossa história para conquistar essa democracia que temos hoje. E isso eu sinto nessa Casa, não só nessa Comissão, em qualquer Comissão onde todos têm o direito.

V.S^a colocou a questão da não pagamento das passagens, está totalmente sou contra. Acho que essa Casa que é uma Casa do Brasil tem que trazer aqueles que não tem condições de se locomover até aqui porque não tem recurso financeiro, ela tem que disponibilizar esse recurso para que possa vir aqui, como V.S^a, falar o que acredita e seus pontos de vista. Esse é o objetivo dessa Comissão, esse é o fim do Congresso Nacional. É uma Casa democrática onde ninguém aqui é tem cargo perpétuo, a não ser pelo voto de quatro em quatro anos ou se for para Senador oito anos é renovado, então eu tenho o orgulho muito grande de pertencer a essa Casa. E tenho uma grande... Com alguns questionamentos, mas eu tenho a Polícia Federal como uma entidade que está muito bem avaliada pelo povo brasileiro.

Então eu queria passar agora, muito obrigado pela explanação do Sr. José Guilherme de Castro, passaremos agora a palavra ao quarto convidado. A Sr^a. Maria das Graças da Rocha, Secretária Executiva da Federação da Associação de Radiodifusão Comunitária, FARC.

Queria dizer para os telespectadores da TV Senado que essa é uma Audiência Pública cujo assunto é discutir sobre a adoção de uma nova tecnologia para o rádio digital. Autoria do Requerimento Senador Marcelo Crivella, acabamos de ouvir o Sr. José Guilherme de Castro, coordenador da Associação Brasileira Radiodifusão Comunitária. ABRAÇO. E agora passaremos a palavra à Sr^a. Maria das Graças Rocha, Secretária Executiva da Federação da Associação de Radiodifusão Comunitária, FARC. A quem colocarei os dez minutos e terei a mesma... A mesma flexibilidade já que estamos no momento de flexibilização.

SRA. MARIA DAS GRAÇAS ROCHA: Bem, bom dia a todos e a todas. Bom dia à Mesa, bom dia Presidente. Secretário. Nós estamos aqui tentando falar sobre a questão técnica de rádio digital. Mas entendo

um pouco a questão do José Guilherme de a gente tentar analisar como comunicação que é um direito. Vamos pensar que comunicação... Vamos pensar não, vamos ter certeza de que comunicação é um direito. E é um direito de todos.

Então, eu trouxe aqui algumas coisas, a gente vai passar bem rapidamente porque o tempo não vai nos permitir uma discussão maior, mas eu queria que vocês passassem bem rápido.

Qual a finalidade das rádios comunitárias? Pensando nesse direito de todos, direito à comunicação, a rádio comunitária foi justamente para dar a oportunidade à pequena população, às comunidades, ao povo, fazer com que as idéias, as tradições, os hábitos sociais dessa comunidade sejam divulgada. Fazer com que a nossa cultura não fique estagnada. Prestar, estimular, prestar serviço de utilidade pública, contribuir para o aperfeiçoamento profissional na área de comunicação e da educação, permitir a capacitação de cidadãos no exercício do direito da expressão de forma mais acessível possível. Foi pensando nisso que surgiu a rádio comunitária. E o papel dos movimentos sociais foi enorme nesse período. A União dos movimentos populares deu origem ao Fórum Nacional para Democratização dos Meios de Comunicação em 96 e depois criou a ABRAÇO nacional. Aí surgiu a história. A Lei 9.612 que veio com a repressão das rádios livres, aquele direito à comunicação foi totalmente reprimido. E o Congresso nacional em 96 começou a imaginar uma lei. Logo depois a proposta do Governo que era que essas rádios comunitárias alcançassem apenas 400 metros. E a TV Comunitária tinha sido vetada pelo então Ministro Sérgio Mota. Houve várias discussões, houve indicação do Deputado do PSDB para Relator, a posição da ABERT que era um canal, um alcance de um quilômetro sem proteção e (ininteligível) para as rádios comunitárias. Esse debate aconteceu na Comissão de Ciência e Tecnologia, e alcance de um quilômetro foi derrotado. Uma PL sancionada em 98, em um quilômetro. E o Decreto inova, limita alcance de um quilômetro. Quer dizer, nós temos 25 watts de potência. Mas as rádios comunitárias só pode falar um quilômetro. Temos aí a Lei 9.612/98, e toda legislação requerente às rádios comunitárias. Pode passar que vai ser muita coisa. Vários Decretos, várias normas, e no final das contas quase todas elas sempre param na questão da Constituição Federal. Que a gente vai ver mais lá na frente. Cadeia para todas as rádios piratas ou aquela pessoa da comunidade que tentar colocar a sua voz, que é um direito. É um direito à comunicação. Lei... Essa lei de 62 e o Decreto 67 foi restabelecido. E dá detenção de um ano a dois anos para quem instalasse uma rádio comunitária. Mas... O ADIN foi provo-

cado contra essa Lei Geral de Telecomunicação. Que é Lei Geral de Telecomunicação. Não de radiodifusão. E esse ADIN sobre o art. 5º, que ninguém será privado de liberdade de seus bens devido o processo legal. A decisão foi favorável pelo Supremo Tribunal Federal. A Constituição. O que fala a Constituição? "É livre a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação independente de censura ou licença". E já no art. 21, compete à União. Vamos passar. E aí ver-se que existe uma... Um embate. Dentro da própria Constituição. Cabe ao Congresso Nacional dispor telecomunicação, radiodifusão. Mas no art. 22 diz que os meios de comunicação social não pode direta ou indiretamente ser objeto de monopólio ou de oligopólio.

Problemas com as rádios comunitárias. Propriedade. Políticos, empresários, religiosos. Burocracia no Ministério das Comunicações. legislação que viabiliza as rádios comunitárias. Repressão, Polícia Federal e ANATEL, gestão das finanças, dificuldade de obtenção de gerenciamento para recursos de manutenção dessa emissora e exclusão do dial. Esse espaço que a gente tem no dial. Rádios FMs canais. Nós estamos aqui fora do dial. Essa setinha. Televisões abertas também. A além o Decreto das rádios comunitárias, alcance e a potência limitada 25 watts, mas o alcance é de um quilômetro de raio. Quem tiver acima de um quilômetro de raio ele vai sofrer ou interferência ou ele vai ser multado ou fechado. E os diretores de toda a comunidade tem que estar naquele um quilômetro de rádio. O canal que foi-nos dado é 87,9 e depois 87,5, 87,7, todos fora do dial que é de 88 a 108. Publicidade não é admitida. A legislação. Não pode formar rede, sem proteção. Há uma nova norma de 2004 que é mais burocrática, fala sobre o apoio cultural que até hoje não sabe o que é, tem certas declarações inclusive dos diretores dizendo simplesmente que esses diretores além de morar num raio de um quilômetro eles têm que estar dentro da lei. É uma declaração feita em cartório. E alguns cartórios não conseguem, senhores, como no Estado do Rio de Janeiro, de onde eu estou vindo, não consegue acompanhar tanta burocracia que acontece que são exigidas. Muitos cartórios, principalmente do interior do Estado não consegue acompanhar. Problema executivo. Que foi criado o GT, mas que a gente vai depois discutir mais isso. Executivo também que não há transparência, transmissão, é lenta no Ministério a Casa Civil tornou-se uma nova instância, uma nova muito burocrática. E o Executivo poderia ter feito um novo Decreto, e uma norma operacional muito burocrática, e o Executivo poderia ter feito um novo Decreto corrigindo as deficiências do atual uma nova norma operacional menos burocrática, limitadora, (soa

a campanha) uma PL modificando a Lei 9.612 e uma MP anistiando os punidos. A devolução de equipamentos e tudo mais. Pode passar. Ainda tem várias outras coisas que a gente poderia contribuir que o Executivo poderia ter feito. Mas... Pode ir. E aí nesse ponto aí eu quero justamente isso, que incentivar a criação de conselhos estaduais e municipais de comunicação. Acho que isso é fundamental quando a gente fala em cidadania e fala do direito à comunicação.

Houve um consenso, foi falado tudo isso e foi escrito uma carta no último Fórum Social Mundial aqui no Brasil. Que foi passado isso para o Ministério e para os órgãos. A gente tem algumas propostas para (ininteligível) as rádios comunitárias.

O Congresso Nacional, os projetos são a grande maioria é para mais repressão às rádios comunitárias, e a rádio digital. Qual é o objetivo da rádio digital? Transmitir o áudio com qualidade, transmissão de informação usando fluxo de dados, recepção confiável, cobertura, facilidade de uso, eficiência no espectro do serviço, operação por meio de transmissores terrestres e satélites. A proteção contra os erros, isso é muito bom. E foram feitos vários grupos. E a gente tem alguns grupos que o Ministério escolheu, como no caso o IBOC e o DRM. A escolha do Governo Federal, DRM, uma tecnologia de 2003, e deve ser transmitida abaixo de 30 megahertz. Os testes não foram, conforme falado aqui, não foram realizados, então seria desnecessário o desligamento total do sistema analógico.

O IBOC americano iniciou-se em 2001, as vantagens são essas aí. Transmissão simultânea de dados, forma híbrida, quando perde o sinal. Excelente. Mas e as desvantagens? O sistema IBC não é compatível com o padrão AMST(F) fazendo com que os transmissores tornem uma operação de mono, voltem ao mono, e o sistema possui uma capacitação de transmissão de dados limitada comparada às demais. E ainda tem outro dado que não coloquei ali vai ser caro. Vai ser caro para todos nós. Vai ser caro para a nossa sociedade. A Casa Civil e o Governo Federal quer o quê? Que as rádios comunitárias fora do dial e da FM migrem todos para a faixa AM, ondas médias ou melhoria do aspecto político. Ficaria livre da questão dos donos da grande mídia. Porque o Governo Federal não enfrenta primeiro a questão da rádio comunitária, analisa as várias propostas da brasileira para depois escolher o melhor meio de digitalizar esse veículo de comunicação que é o rádio. É essa a minha vinda aqui. Porque fica difícil a gente falar sobre fiscalização, falar sobre várias coisas de utilidade de espectro, falar sobre direito da comunicação quando a gente está fora do dial. E a gente quer isso aí. 30% dos canais devem ser para rádios comunitárias, 30 para emissoras estatais e a gente

quer esse percentual ainda na implantação da rádio digital. O que queremos uma conferência que construa uma parceria com a sociedade civil e que tenha presença do Governo e a sociedade civil, sim. E com esses temas centrais. Legislação, fim de repressão, reconhecimento do direito à comunicação que esse reconhecimento é muito importante pra gente ter essa discussão. A política do Governo, modelo de comunicação, conceito de rádio comunitária e rádio comunitária com (ininteligível) social. Democratização do meio de comunicação. É isso que queremos. Os processos estão aí, como o Secretário falou, o Secretário Roberto, Roberto Pinto falou justamente isso. 2.744 rádios comunitárias foram outorgadas. Quantos Municípios nós temos? Cinco mil e poucos. Qual é o raio de cada rádio dessa? Um quilômetro.

As ações da ANATEL. Em 2006 nós temos aí se a gente somar tudo, que no Governo popular reprimiu mais que autorizou. É essa a minha contribuição e eu espero que a gente possa mudar esse conceito de rádio comunitária é uma coisa pobre e pequena, e deve ser pobre e pequena o tempo todo, e mostrar que o direito à comunicação é um direito da sociedade. E isso que a gente tem que pensar hoje. Direito à comunicação. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado à Sr^a. Maria das Graça Rocha, Secretária Executiva da Federação da Associação de Radiodifusão Comunitária, FARC.

Queria lembrar aos telespectadores da TV Senado que essa é uma Audiência Pública cujo assunto é discutir sobre a adoção de uma nova tecnologia para o rádio digital. Autoria do Requerimento Senador Marcelo Crivella.

Passaremos agora ao quinto inscrito. Pediria um pouco mais de celeridade porque nós estamos sendo chamados para o Plenário. Com a palavra o Sr. Ronald Siqueira Barbosa, Assessor técnico da Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão, ABERT. Com a palavra, Sr. Ronald.

SR. RONALD SIQUEIRA BARBOSA: Exm^o. Sr. Senador Wellington Salgado, cumprimento V.Ex^a como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, e eu aproveito para cumprimentar em nome do Presidente da ABERT também, Daniel Pimentel Slaviero, que não pôde estar presente por motivo que ele teve de compromisso em Curitiba. E eu aproveito também para agradecer em nome do Conselho Superior da ABERT, a oportunidade de estar num momento histórico como esse participando dentro do Congresso Nacional numa Comissão do Senado debatendo uma questão importante para o rádio brasileiro. Para o

maior veículo de comunicação que temos neste País. Um veículo de comunicação que nesses 85 anos que tenho estado aqui no Brasil ele tem dado informação, entretenimento, as últimas notícias e os Srs. Senadores sabem bem tem sido a própria identidade dos senhores perante a população. Porque elas acabam conhecendo pela voz.

E eu queria iniciar essa palavra fazendo uma projeção e mostrando inicialmente o áudio que nós temos de uma transmissão em FM e de uma transmissão AM analógica e digital para que a gente possa conhecer, aqueles que não conhecem, muitos já podem ter visto essa apresentação, mas eu queria iniciar fazendo essa pequena demonstração.

Aí nós vamos ter uma demonstração de uma rádio AM analógica e digital, e de uma rádio FM também analógica e digital. (apresentação de transmissão de rádio) essa é uma FM analógica. E esse é no padrão IBOC. Esse sinal digital é um sinal que nós estamos oferecendo para as emissoras de AM na migração da tecnologia digital. As emissoras de onda média. São sete minutos de apresentação, talvez comprometa... Mas é importante que os senhores conheçam o áudio que a gente está trabalhando com as FMs e as transmissoras AM. (apresentação de transmissão de rádio).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Colocar pelo Dr. Roberto que a propaganda se fosse pro Ministério dos Transporte também seria boa, né? Vai gastar os sete minutos? Estamos todos zen... Mas V.S^a tem 10 minutos.

SR. RONALD SIQUEIRA BARBOSA: Esse é da FM IBOC. Uma estação que trabalha com 72 watts em relação a potência analógica de 4,2 quilowatt ou seja, seis vezes abaixo da potência que ela tem hoje. O que afeta no caso da FM não é a qualidade do áudio, muito como o AM. O caso da FM seria os efeitos de nos grandes centros de chiados e ruídos que a gente escuta com muito percurso que a gente tem do sinal FM na faixa de VHF.

Vou pedir para suspender... Vamos encerrar. Depois se os senhores tiverem com interesse em ver toda a apresentação, a gente pode aqui para o Senado trazer e fazer uma demonstração desse áudio, mostrar alguns áudios que já foram colhidos com emissoras que estão no ar em São Paulo e no Rio Grande do Sul e mostrar como está a situação do AM e FM nessas emissoras. Mas eu gostaria de iniciar essa apresentação, temos slides, com uma frase do filósofo (ininteligível) em que ele...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – A organiza-

ção do painel foi bem feita. Tivemos um momento de euforia e depois um momento zen. (risos)

SR. RONALD SIQUEIRA BARBOSA: Pode colocar. Bem, na verdade vou iniciar começando com a frase desse filósofo que ele diz que o pobre e o emergente de hoje são aqueles que no passado perderam o barco da Revolução Industrial no Século 20. Mas amanhã os pobres e os emergentes serão aqueles que falharam ao embarcar hoje na adoção da tecnologia digital. Nós temos um importante veículo de comunicação que é o rádio cujo papel a gente conhece historicamente. Ele já vem sempre ajudando o País no sentido de fazer a manutenção da unidade lingüística, ajuda na disseminação de uma série de produtos e campanhas que o Governo vem fazendo, e o mais importante que esse veículo de comunicação do País é que ele pode ter a capacidade de (soa a campainha) promover a inclusão social que tantos nós reclamamos e muitos representantes da sociedade reclamam. Mas nós tínhamos, quando apesar dessa importância toda do rádio histórica e com a facilidade da tecnologia digital, muitos serviços surgem novos com possibilidades de serem criados também outros serviços e acabam reivindicando espaços, frequências, direitos em detrimento de outros serviços que a gente já tem um conhecimento, já tem uma disseminação pela sociedade, é um veículo de companheirismo para as pessoas e as pessoas acabam levando isso para um segundo plano e querendo levar para um nível de frequência e de capacidade de número de canais, número de estações. E nós estamos falando de um serviço que historicamente no mundo inteiro é o serviço que tem o maior alcance, é o serviço que tem um nível de receptores, no caso da onda curta, com cerca de quase dois bilhões de receptores. No caso da onda média, só a América Latina com a América do Norte um bilhão e meio de receptores.

Então quando nós temos agora uma tecnologia disponível para o rádio, que é esse veículo forte que nós temos e vivo, nós precisamos fazer essa migração tecnológica dando passos firmes e seguros de modo que a gente não prejudique as pessoas que têm seus 150, 180, eu digo 200 milhões de receptores no Brasil e ao mesmo tempo ao parque instalado das emissoras sejam elas comerciais, educativas e comunitária. Todos devem fazer no participar desse processo de migração. E para isso já que o rádio ocupa uma posição de 80% da população mundial tem acesso ao rádio, não existe outro meio de comunicação que tem penetração tão grande como o rádio, nós temos uma necessidade de ser cautelosos e cuidadosos nessa migração. Foi por isso que nós procuramos na hora de buscar um padrão que pudesse ajudar as emissoras

e as estações que estão instaladas para a migração tecnológica, nós buscamos isso na UTI. Padrões que foram aprovados na União Internacional de Telecomunicações é um organismo da ONU. Então nós buscamos os padrões que pudessem permitir a migração das emissoras tão tranqüila e tão suave tanto para o público ouvinte como para as emissoras um padrão que pudesse facilitar essa migração. E nós então, como vimos anteriormente, tínhamos alguns padrões na UIT que já tinham sido recomendados porque tinham sido testados nos seus países, testados em outros países, e estavam sendo submetidos à UTI para crivo internacional. E uma vez passado no crivo internacional era então recomendado a outras nações que não tinha promovido essa migração.

E um desses padrões é o padrão IBOC DAB híbrido. Que esse híbrido significa na verdade que você tem uma transmissão simultânea do analógico e do digital. Então, as emissoras que sentirem, as estações que sentirem que tem algum problema de instalação, algum problema com a sua potência, com o nível da sua potência, com o nível de ruído, com o nível de interferência, ele continua operando na sua transmissão analógica e promova a migração digital para o seu público a hora que ele sentir que pode ter uma transformação na sua plataforma. O padrão foi feito e escolhido de maneira que você pudesse fazer isso suavemente. Que você não precisasse fazer abruptamente, ter que correr e mudar os receptores que as pessoas têm em casa e também as estações tivessem que ficarem desesperadas e não terem como adquirir os equipamentos.

Então, o que nós procuramos? Soluções que não criam impacto no planejamento de canais. Que soluções são essas? Manter as atuais posições de sintonia. Então, você não precisa procurar uma nova frequência, não precisa ter uma outra identidade para o seu público ouvinte. Se você tem um padrão que facilita essa identificação e essa manutenção, nós temos que trabalhar nesse sentido para que a gente ajude o público em casa a ficar ouvindo a emissora que ele tem prazer em ouvir. Seja ela comunitária, educativa ou comercial.

Então, isso aí é um ponto fundamental. Não há necessidade de novo espectro para o AM e FM e para o FM IBOC. Esse padrão é o único padrão que faz com que você não tenha necessidade de espectro adicional. E por quê? Porque o planejamento que a ANEEL já fez através de seus regulamentos técnicos, protege os canais adjacentes direito e esquerdo e você não teria como usar esses canais porque causaria interferência nos canais analógicos existentes. Então como surgiu uma tecnologia que permite você expandir a sua

transmissão porque no caso do AM a transmissão ela é contínua na faixa de 30 quilohertz, então você está alargando apenas o seu sinal, mas é o mesmo sinal no mesmo canal. Era como você definisse um canal de 10 ou um canal de 30. Mas é o mesmo canal que você tem atual com a largura de faixa maior. O mustcast, que não há necessidade de novo espectro, mustcast até três programas de áudio, o 5.1 é surround sound para as estações de FM, aquele áudio em que você tem cinco canais no automóvel e um subwoofer, são benefícios que você pode até obter com essa tecnologia digital. Isso que nós ouvimos aqui um áudio digital, nós estávamos ouvindo apenas um áudio estéreo em duas caixas. Mas nós podíamos transformar em cinco caixas com 5.1 e usar toda a banda do FM para fazer essa transmissão.

As novas habilidades para as estações AM e FM porque pode oferecer uma nova modalidade ou ter novos acessórios para o seu serviço principal que é o serviço de radiodifusão. Então nesse caso nós tínhamos o padrão Eureka, o padrão que é o padrão que o objetivo dele era ser disseminado no mundo, o Canadá foi um dos países que adotou o padrão Eureka 147 DAB, mas ultimamente o padrão Eureka está sendo abandonado pelo Canadá. O Canadá está acabando não ampliando a sua... As suas transmissões Eureka 147 e mudando para o sistema IBOC. O Canadá. Por quê? O Canadá é um País que faz fronteira com os Estados Unidos. E ele sempre teve problemas de discussão de fronteira com estações americanas que jogam sinal no Canadá. Na verdade, quando ele fez o teste que foi apresentado pela ANATEL, ele fez com uma relação de zero DB. Que é uma relação utilizada para fronteira, na verdade. E ele testou receptores que a gente não sabe nem como são os receptores no mercado americano, se ainda são esses receptores atuais ou modernos. Mas o certo que ao você fazer o teste do IBOC, demonstra que o Canadá está buscando uma nova forma de migrar suas estações AM e FM para tecnologia digital uma vez que a tecnologia do Eureka é uma nova faixa, um novo serviço e não permite você manter as transmissões na faixa atual. O DRM que também é um padrão que objetiva o AM, a transmissão... Objetiva somente AM que seria modulação e amplitude para onda curta e observada média.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Ronald, com toda a música pro nosso ambiente que V.S^a trouxe, eu vou dar mais quatro minutos devido a problemas do equipamento...

SR. JOSÉ GUILHERME CASTRO: Senador, posso só fazer um comentário? Só um aparte. É interessante, já falou mais do que cinco minutos, porque a

ABERT é a Rede Globo, nem campanha toca... Como é diferente, como esse mundo é diferente para a rede globo. Imagina os funcionários públicos da Polícia Federal para agradar a Rede Globo o que tem feito com o povo brasileiro. É diferente esse mundo. Esse mundo devia ser mais igual. Menos injusto e menos diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Bonito é a democracia que nos faz ter momento como esse. Então eu queria dizer o seguinte, como eu sou Presidente da Mesa, defino o tempo, V.S^a tem mais quatro minutos. E a campanha também já tocou, só que ele não escutou. E é automática.

SR. RONALD SIQUEIRA BARBOSA: Bom, as soluções que já foram implantadas. Quando nós optamos pelo padrão IBOC, nós buscamos um padrão também que tivesse tido implantação em País. E nós só conhecemos dois sistemas que realmente estão implantados. É o Eureka 147 e o IBOC. O padrão DRM que muitos falam ele acaba não tendo nenhum País onde ele está sendo implantado. Todos estão em testes e em todas as situações que é uma coisa importante nós não temos receptores que possam receber o sinal DRM disseminado pelo mundo. Então isso é uma grande dificuldade quando você trabalha com um padrão em que você não tem os receptores disseminados no mundo. Você não tem facilidade de conseguir.

Alguns mitos de deficiências tecnológicas, surgem como é a questão do delay, as questões das interferências canal adjacente e próprio canal, a transmissão recepção noturna do AM, o canal adjacente, a transmissão em baixa potência como alegam muitas vezes as estações comunitárias que falam em transmissão em baixa potência, mas esquecem que o problema maior não está no ruído, e sim nas interferências causadas por 12 mil estações que não têm legalmente autorização pela ANATEL. A questão de royalty e a questão de sistemas ser aberto ou um sistema ser com pagamento de royalty. Isso são mitos que são facilmente esclarecidos num debate como esse e a gente pode tratar se os senhores tiverem assim interesse em discutir essa parte.

Também nós temos os fabricantes de equipamentos receptores para Eureka, para o DRM não tem receptor, no caso da Eureka é muito caro e no caso do IBOC está no custo de cem dólares no mercado americano tendendo a chegar a 60 dólares no final desse ano no mercado.

Bom, aqui nós só comparamos aqui a largura de faixa de uma onda média e de uma FM. Nós estamos vendo que onda média ela tem 10 quilohertz de largura de faixa, é uma banda muito estreita. E o FM

você tem 200 quilohertz. Ou seja, você tem menos de 10% da capacidade do FM para botar um sinal de áudio com qualidade para fazer essa migração. Então a grande preocupação da ABERT era de trabalhar as emissoras de radiodifusão em onda média para ajudar na migração para a tecnologia digital. E todas as estações comunitárias vão utilizar uma banda de 200 quilohertz nessa migração que é situação muito mais importante do que você trabalhar com potência de transmissor (soa a campainha) de 25 que é uma potência que você trabalha.

Aqui é uma descrição do serviço de radiodifusão onda média, não precisamos ter detalhes sobre a faixa de frequência, peço que passe. O serviço de onda média ele trabalha com dois tipos de propagação, noturna e diurna sendo uma de superávit e outra ionosférica no período noturno, não tem grande imunidade a ruído. Isso é interessante que eu quero destacar. A faixa de... No caso da FM ela tem uma faixa de 87.4 a 108, e ela tem mais imunidade ao ruído do que o próprio AM. E por que digitalizar? Por causa do grande número de estações AM e FM, porque o uso de tecnologia analógica não permite aumentar oferta de serviços adicionais, a diminuição da competitividade, o grande número de estações ilegais, e porque a tecnologia está disponível.

Eu queria mostrar só passando o último quadro, em que faz uma comparação dos padrões existentes de rádio AM, FM por satélite, então nós podemos ver as vantagens e desvantagens de cada sistema na adoção dessa nova tecnologia.

E eu encerraria a apresentação nesse quadro que a gente pode estar depois discutindo com mais detalhe durante o debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Ronald, por esse momento. Lembrando mais uma vez aos telespectadores que essa é uma Audiência Pública cujo assunto é discutir sobre a adoção de uma nova tecnologia para a rádio digital. Uma Audiência Pública da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática autoria do Requerimento Senador Marcelo Crivella.

Passaremos agora a palavra ao último convidado, Sr. Lúcio Martins da Silva, professor do Departamento de Energia Elétrica da Universidade de Brasília, UnB. Com a palavra o Sr. Lúcio.

SR. LÚCIO MARTINS DA SILVA: A minha apresentação não está nessa pasta. Está no...

Bom, bom dia. Eu vou tentar fazer uma apresentação rápida e sem ser repetitivo com os demais colegas e sem também tentar ser repetitivo com a apresentação que já fiz aqui nessa Casa, acho que no mês de julho.

Então vou tentar fazer uma apresentação misturando algumas opiniões, alguns comentários é uma visão técnica que é a minha área e a minha área é técnica e não dá para fugir então disso.

Na minha opinião, acho que a digitalização do rádio e na verdade apresenta como um dilema. Por um lado como já foi dito aqui por vários da Mesa, há praticamente uma necessidade de digitalizar o serviço de radiodifusão sonora para que ele não fique atrasado em relação às demais mídias que estão todas se digitalizando.

Entretanto, eu considero que esse processo de digitalização por rádio e outras mídias também, mas estamos falando aqui do rádio, é um processo cujo sucesso é incerto e, portanto, processo de risco. Isso é tão verdadeiro na minha opinião que a gente observar no mundo todos os países ou a maioria dos países no mundo estão muito devagar com esse processo. Na verdade, poucos países no mundo já adotaram o sistema, já oficializaram a escolha de um sistema, está num processo razoavelmente lento em função dessa incerteza com relação ao sucesso desse processo. Eu acho que a questão, o sucesso desse processo depende muito de se vencer um grande desafio ou desafios que envolve a motivação dos radiodifusores e dos ouvintes. Que acho que é um problema complicado motivar primeiro os radiodifusores a investir na compra de novos equipamentos, investimento alto e de retorno incerto. O radiodifusor vai ter que comprar novos equipamentos que não são baratos e provavelmente nos três primeiros anos, talvez nos cinco primeiros anos ele não vai ter nenhum aumento na sua receita em função dessa sua mudança. Ele fez o investimento e o retorno desse investimento realmente vai ser de longo prazo. Isso, portanto, vai desmotivar muitos radiodifusores a fazer esse investimento.

Na parte do ouvinte, nós temos que saber se a melhoria de qualidade que o rádio digital propicia, e realmente propicia uma melhoria de qualidade, se vai ser suficiente pra motivar o ouvinte a comprar um novo receptor, que inicialmente vai custar muito caro. O rádio ele tem uma relação um pouco diferente, eu considero que a TV, normalmente a pessoa escuta o rádio fazendo outra atividade. E aí às vezes a qualidade não precisa ser tão excelente porque ele nem está prestando muita atenção nisso. Aí vai se dar satisfeito com a qualidade que tem hoje e não vai querer gastar dinheiro para comprar um novo receptor. Essa é uma dificuldade que eu vejo não incluí aí, mas já tem os fabricantes de equipamentos tanto de transmissão quanto os próprios fabricantes de receptores também têm que ser motivados para poder que isso realmente seja um processo com sucesso.

Com relação ao radiodifusor, em particular, o custo para o radiodifusor ele é um pouco alto, ou diria até bastante alto dependendo do nível do radiodifusor, do tamanho da sua estação. Eu coloquei aqui um diagrama básico de uma emissora ela tem, e isso é uma configuração bem básica, para fazer a transmissão digital ela tem hoje um transmissor que ela já usa para fazer transmissão analógica, geralmente a antena, ela vai ter que no mínimo comprar um outro equipamento que a gente chama de excitador ou modulador. Esse equipamento é um equipamento então caro, hoje pelo menos ele é caro, provavelmente haverá uma tendência de queda de preço, mas as informações que a gente tem são diversas, mas estimo hoje que só esse equipamento ele estaria na faixa de uns 30 mil dólares. Isso independe do tamanho da estação. Se ela é de 25 watts ou é de 50 quilowatts. Vai ter que comprar o equipamento para fazer a transmissão digital. Emissoras que tenham eventualmente que ter local transmissor também porque o transmissor ele é antigo e inadequado. Esse custo pode chegar a um valor muito mais alto do que este. Eu acho então que isso é um... Uma dificuldade para o sucesso da implantação desse sistema em função então de que a gente tem uma quantidade muito grande de emissoras pequenas e médias que terão muita dificuldade para fazer esse investimento, principalmente tendo em conta que o retorno desse investimento não se dará a curto prazo, mas a médio e provavelmente longo prazo.

Aqui acho que a coisa que já foi dito por alguns aqui então não vou perder muito tempo aqui. Mas aqui eu tentei colocar só os principais sistemas disponíveis hoje no mundo. Que podem ser dividido em duas classes ou em dois grupos. Um deles então onde está o HD rádio ou IBOC DRM que são sistemas que são compatíveis com a canalização AM ou FM atual. Ou seja, eles podem compartilhar as faixas já destinadas para serviços analógicos sem necessidade que seja destinado nova faixa para serem utilizados e temos aqui os três sistemas que necessitam de uma nova faixa, uma faixa exclusiva para serem utilizado. Eu incluí aqui o DMB que na verdade é um sistema para transmissão multimídia, mas que pode ser utilizado para radiodifusão também.

No Brasil hoje existe uma decisão não oficial, vamos dizer assim, ou uma tendência melhor talvez colocando, de se adotar um sistema dessa classe aqui e não dessa classe por motivos até que já foram mencionados aqui e não vou então repeti-los. Aqui eu só tentei colocar então as faixas de frequências que esses sistemas podem ser utilizados. Reforçando então o fato de que esses três primeiros necessitam de uma nova faixa exclusiva para serem utilizados e os dois

aqui DRM e HD rádio podem compartilhar as faixas já destinadas. No caso do sistema DRM, e atualmente ele pode ser utilizado em ondas médias, ondas tropicais e ondas curtas e ele não tem atualmente uma versão para ser utilizado na faixa de FM. O consórcio DRM que é responsável pelo sistema tem anunciado já há algum tempo que está desenvolvendo uma nova versão do sistema que é chamado de DRM mais que poderá ser utilizado aqui nessa faixa de frequência. Eu não tenho muita notícia desse envolvimento, mas parece que realmente estão fazendo esse projeto dessa versão nova do sistema que poderá ser utilizado aqui. E sistema HD rádio ele pode ser utilizado nessa faixa já e pelo menos não existem testes e tudo indica que não poderá ser utilizado em ondas tropicais e ondas curtas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone)

SR. LÚCIO MARTINS DA SILVA: Não. Esse 88 eu coloquei aqui só para colocar número redondo. Não foi intenção alheia. Aqui na verdade o sistema vai operar numa faixa bem mais ágil do que essa. Aqui eu tentei então falar um pouquinho rápido e acho que no tempo não vai ser suficiente, vou pular aqui muito dos dois sistemas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só queria comunicar que se algum membro da Mesa quiser fazer um aparte é só entrar em contato com o Presidente que o Presidente faz um aparte. Senão vamos criar uma desorganização nas conversas. Continue, por favor.

SR. LÚCIO MARTINS DA SILVA: Aqui só ilustrando então a versão HD rádio AM ou AM IBOC, FM IBOC. Vou me ater aqui. Bom, primeiro um comentário, eu particularmente vejo com dificuldades maiores ainda para a radiodifusão ondas médias, esse sucesso que eu mencionei. Nós temos um nível de ruído muito alto nessa faixa de ondas médias. Temos um problema com as antenas, tanto antenas de transmissão que ocupam uma área muito grande quanto antenas de transmissão complicadas, precisa ter uma antena eficiente. E o que a gente tem observado é uma dificuldade maior com a radiodifusão nessa faixa. Na faixa de FM com sistema IBOC, eu vejo um problema na versão toda digital. Não diria um problema, mas uma inconveniência. Ele é pouco flexível, e ele vai ocupar uma vez toda digital 400 quilohertz banda com uma capacidade de transmissão muito acima daquela necessária para uma rádio, uma emissora pequena, por exemplo. Vai transmitir um programa apenas. Essa emissora ficará com uma capacidade de transmissão ociosa. Entretanto o sistema não tem a flexibilidade de permitir uma transmissão com a banda menor. Esse é um problema que

eu vejo no futuro para o sistema IBOC na faixa de FM. (soa a campanha)

Aqui é só a situação no mundo do sistema HD rádio. Curiosamente isso é da página da IBGUT(F), curiosamente eles colocam o Brasil no status diferente dos demais países, quer dizer, igual só as Filipinas, se não me engano, não entendi porque eles colocaram o Brasil nesse status diferente como se já houvesse uma espécie de adoção do sistema no Brasil. Mas o que a gente nota é que o único País realmente que oficializou a utilização do sistema é o Estados Unidos. Nenhum outro País ainda oficializou a utilização do sistema IBOC.

Bom, aqui número de rádios já transmitindo em torno de 10% das emissoras nos Estados Unidos já adotaram e estão fazendo transmissão do sistema. Um número muito pequeno, considero relativamente pequeno de ondas médias, o que mostra na minha opinião um certo receio de quem está em ondas médias em investir na digitalização. Isso não se refere no caso das ondas médias não é só com o sistema IBOC. Na minha opinião se refere à digitalização de modo geral.

O caso do outro sistema então DRM, ele é um sistema muito flexível em relação ao sistema IBOC, muito mais flexível, com grande inconveniente que hoje ele só pode ser utilizado até 30 megahertz. Pode ser operado em diversas larguras de transmissão, isso aqui é uma representação do som digital, mas eu quero destacar aqui porque foi dito aqui eu acho que de forma incorreta, que ele não permite a transmissão híbrida, ou chamada também de simulcast. Ele permite tanto é que fizemos em Brasília há poucos dias usando a Rádio Nacional AM essa transmissão. E o Dr. Yapur também mencionou isso que a gente coloque então analógico e digital lado a lado. Não é igual ao IBOC, mas é semelhante ao IBOC dentro do mesmo canal como o IBOC faz se considerar que o IBOC esta dentro do mesmo canal. O DRM também está dentro do mesmo canal. E então ele também oferece essa possibilidade.

Aqui é só uma representação adicional. Com a possibilidade então se for feita a transmissão híbrida, uma vez ativado o analógico ser toda ocupada a faixa 20 quilohertz como vai ser com o IBOC ocupar toda uma faixa de 20 quilohertz com digital. Aqui só falando rapidamente então se ainda tenho tempo para isso... dos testes que nós fizemos em Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V.S^a dispõe de mais três minutos.

SR. LÚCIO MARTINS DA SILVA: Ok. Suficiente. Aqui em Brasília fizemos testes com o sistema DRM, em ondas curtas, mas é um teste especial, não há tempo

de eu mencionar aqui, já mencionei outras vezes, que tipo de testes de ondas curtas que nós fizemos com o sistema DRM e agora recentemente então nós iniciamos um teste em onda médias com transmissão híbrida simulcast em comparação com a RADIOBRAS.

Então, usando a Rádio Nacional AM que opera na frequência de 980 quilohertz, nós fizemos então transmissões nesse período aqui e infelizmente tivemos que interromper os testes por um problema técnico no transmissor da RADIOBRAS que não teve nada a ver com a transmissão DRM, foi um raio que caiu na estação e fez um estrago muito grande no transmissor que impediu que a gente continuasse os testes.

Então, aqui as transmissões então elas podem... Que nós fizemos aqui podia ser feito então com essa configuração, com essa daqui. Colocando o sinal DRM abaixo ou acima do sinal analógico da emissora Rádio Nacional AM. A potência de transmissão do sinal digital foi de 40 vezes menor do que do analógico. Ou seja, o analógico tinha uma potência de 50 quilowatts e o digital aproximadamente 1.25 quilowatts.

Aqui a posição da emissora em relação a Brasília. As medidas que nós fizemos que foi possível fazer nesse período curto, esse curto período de tempo, nós fizemos algumas medidas que vão nos permitir algumas conclusões, não todas as que gostaríamos. Uma que nós tiramos já ou que já percebemos é que naquele processo de medida que o Yapur mencionou que a gente sai com o veículo percorrendo o que a gente chama de rota radial, nós observamos que nessa rota radial aqui nós conseguimos recepção de boa qualidade em movimento até próximo de 75 quilômetros de distância. Distância não... Aqui pela estrada, mas direta. Que dá mais ou menos nessa posição aqui.

Então, é uma recepção que foi pra gente (soa a campanha) surpreendente, até, em termos de alcance. E aqui só uma ilustração. Aqui na Asa Norte, que nós fizemos também a recepção na Asa Norte, percorrendo essa que está em azul aqui, uma característica importante do sinal digital, isso independe do sistema e que o Yapur já mencionou, é que ele não degrada progressivamente, mas ele fica bom e de repente se interrompe. Aqui coloquei para vocês terem uma idéia do que acontece com o digital, por favor, aperte aqui. (colocação de música) essa interrupção que se deu... (colocação de música) essa repetição... Volte, por favor. Essa interrupção então ela ocorreu quando o veículo passou por debaixo do eixo, passando então aqui das quadras 100 para as 200. Quando ele passou por debaixo do eixo ocorreu essa interrupção. No caso os receptores IBOC hoje quando isso ocorre ele comuta com o analógico. O DRM também pode fazer isso. É uma questão só do receptor. Comutar com o analógico

nesse momento e quando o digital volta a ficar bom ele volta para o digital.

Bom, eu já estendi muito meu tempo, agradeço o convite e fico a disposição aí para algum esclarecimento que se fizerem necessários. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Prof. Lúcio Martins da Silva, professor do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília, UnB.

Quero lembrar mais uma vez que essa é uma Audiência Pública cujo assunto é discutir sobre a adoção de uma nova tecnologia para o rádio digital. Autoria do Requerimento Senador Marcelo Crivella. Como nós temos várias atividades hoje no Senado e estamos sendo chamados para uma reunião, eu queria colocar dois minutos para cada membro da Mesa porque eu fiz questão de que essa Audiência Pública acontecesse porque tem realmente, além de termos na Mesa posições contraditórias, nós também estamos sendo transmitidos para telespectadores da TV Senado que com certeza depois dessa audiência terão conhecimento melhor do que é o sistema de rádio digital.

Então obedecendo a lista dos convidados, dois minutos, por favor, para cada convidado para as suas considerações finais, mas dois minutos mesmo. Porque eu tenho que votar no orçamento. Então vamos lá. Com a palavra o Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Sr. Roberto Pinto Martins.

SR. ROBERTO PINTO MARTINS: Perfeito. Muito obrigado, Senador. Primeiro, eu gostaria de prestar um esclarecimento sobre a questão dos processos das rádios digitais. Obviamente que existe todo um procedimento que é necessário ser cumprido para o desenvolvimento e até a autorização de uma rádio digital passando inclusive pelo Congresso Nacional.

Na gestão do Ministro Hélio Costa, nesses dois anos e três meses, nós já encaminhamos, já saiu com a aprovação do Ministério das Comunicações mais de 50% dos processos de rádio comunitários que saíram no Governo Lula. E eu faço esse comentário a guisa da informação que a Dr^a. Maria das Graças colocou (soa a campainha) que apenas na gestão do Ministro Hélio Costa tinha saído 60 rádios comunitárias. Então esses processos são processados ao Ministério das Comunicações, e encaminhados para a Casa Civil e depois para o Congresso Nacional. Então, na nossa gestão foram encaminhados mais da metade desses processos.

E concluindo, eu acho que esse debate ele foi muito esclarecedor. Acho que primeiro mostrando os caminhos que a radiodifusão deve nortear. Assim seja

um padrão ou no outro. É inexorável a digitalização de todos os processos de telecomunicações e de radiodifusão. O que nós vamos fazer é qual a melhor maneira, qual a melhor forma que o Brasil vai utilizar para fazer este encaminhamento. E a posição do Ministério das Comunicações neste sentido é nós devemos adaptar este processo de digitalização às nossas idiossincrasias. Então é o nosso modelo de rádio AM, o nosso modelo de rádio FM que necessita ser contemplado dentro deste processo de digitalização.

Portanto, nós não trabalhamos com a hipótese de um processo de digitalização, de uma escolha de um padrão onde fique fora deste padrão as emissoras FM que variam desde as rádios comunitárias lá na frequência de 87.4 até as rádios comerciais ou educativas na frequência de 108.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Um minuto mais, Dr. Roberto. Por favor.

SR. ROBERTO PINTO MARTINS: E também as rádios em amplitude modulada. Agora, eu faço um comentário adicional de que hoje mesmo no sistema analógico, em AM, é quase como se nós tivéssemos já dois padrões de transmissão. Por quê? Porque uma grande parte dos receptores analógicos, não recebem o sinal em ondas curtas. A maioria dos receptores que nós temos nos nossos domicílios e nos nossos veículos não recebem ondas curtas. Então não seria inclusive um absurdo nós especularmos que nós tivéssemos inclusive padrões distintos para distintos tipos de atendimento a faixas de frequência. É isso, Senador, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Roberto Pinto Martins. Secretário de Comunicação do Ministério das Comunicações.

Diretamente a palavra passaremos ao Sr. Yapiir Marotto. Gerente-Geral de Administração e Planos de Autorização de Uso de Radiofrequência da Agência Nacional de Telecomunicações, dois minutos dependendo talvez mais um.

SR. YAPIIR MAROTTO: Certo. Eu gostaria de usar o meu tempinho aí só para fazer alguns reparos. Um, ao que o Ronald comentou e o Lúcio já aqui já contestou, o DRM tem realmente um sistema que funciona semelhantemente ao IBOC, foi testado aqui com a RADIOBRAS, funcionou, então infelizmente ou papai do céu está com a Globo e não quer que os testes continuem, mas veio uma descarga elétrica que acabou com o transmissor não teve nada a ver com o sistema, e o DRM existe, sim. Tem um inclusive na Mesa do Ministro, só que como a faixa lá na Europa é

de 9 quilohertz de largura, ele não funciona ainda no sistema brasileiro. Mas isso é facilmente consertável.

Outro reparo que eu gostaria de fazer o pessoal da Radiodifusão Comunitária (soa a campainha) que diz que eles estão fora do dial. Eles não estão fora do dial. Todos os nossos receptores eles têm a faixa de recepção européia que vai de 87.4 a 108. Então os três canais da radiodifusão comunitária estão contidos lá. Nós temos correspondência da ELETROS(F) que é a Associação dos Fabricantes de Receptores que nos garante que esses canais são recebidos. Nós pedimos que eles identificassem no dial do receptor a faixa que corresponde a Radiodifusão Comunitária e por incrível que pareça a ELETROS(F) nos disse que isso não poderia ser feito porque encareceria demais receptores nacionais. Então esses reparos só que eu gostaria de fazer, Presidente. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Yapur, por inclusive oito segundos antes.

Bom, agora com a palavra para suas considerações finais, espero dois minutos com mais um, Sr. José Guilherme Castro, Coordenador da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, ABRAÇO.

SR. JOSÉ GUILHERME CASTRO: A população brasileira vai ser muito importante ouvir muito Manhães. Eu até quero começar aqui com a fala. O Marcos Manhães inclusive ele fez um parecer para a ABRAÇO falando que estamos fora do dial, é um parecer do CPQ. O Manhães é o pesquisador do Centro de Pesquisa de Desenvolvimento de Tecnologia do CPQD, possui mestrado em educação pela UNICAMP, participa do desenvolvimento de projeto telecomunicações e é do SINDPQ, Sindicato dos professores. Então ele fala que se não obtivermos tecnologia capaz de diversificar serviços e manter atualização nas duas próximas décadas, as demais alternativas disponibilizadas consecutivamente pela posteridade de concorrentes do rádio cessarão audiência.

Então, pra que está sendo isso? É engraçado quando a gente fala da digitalização são todas as possibilidades e só fica ouvindo qualidade de áudio? E a convergência? Nós estamos discutindo de convergência. (soa a campainha) O mundo vai ser diferente. Por que é que na hora dos debates que a gente vai ver, onde está tendo debate dessa área só discute qualidade técnica, qualidade de áudio.

Então voltando, é necessário, acho que essa Comissão podia propor, o consórcio. Por que não consórcio? Por que não um pouquinho de dinheiro para a inteligência brasileira esse povo que tem tão pouco acesso que ele dando as soluções e a contribuição da academia. Eu acho contar com a questão das rádios

e TVs comunitárias. Vão criar um fundo para que esse povo brasileiro possa dar suas contribuições também que não está tendo. E a questão da conferência. Vamos ver se essa área da comunicação eu acho engraçado a Rede Globo, a ABERT. Eles ficam defendendo a livre iniciativa, a disputa, etc, e na área da comunicação não tem debate nenhum. É onde não tem, onde é pensamento único, onde o Brasil é atrasado. Inclusive a própria Rede Globo. A Rede Globo ela não tem nem debate. É a maior emissora do Brasil que não tem nem debate, quanto mais debate sobre democratização da comunicação. É uma vergonha.

Então, assim, é necessário que se discuta mais. Nós estamos tomando decisões, são decisões que vão orientar a próxima--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Um minuto mais para V.S^a.

SR. JOSÉ GUILHERME CASTRO: Os caminhos da próxima humanidade e esse País não é qualquer um.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pode ir com calma. Olhar as anotações com calma que eu te dou mais tempo.

SR. JOSÉ GUILHERME CASTRO: Tem um jurista, um jurista brasileiro que ele foi muito importante nesse País, inclusive Brasília tem muito dele. A Justiça brasileira tem muito dele. Ele está sendo estudado hoje a partir dele a questão do coronelismo eletrônico. O Vitor Nunes Leal. Foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, era um dos três Ministros que foram cassados pelo AI-5, junto com Lins e Silva. Hoje a gente estuda muito a questão do coronelismo eletrônico a partir do coronel, enxada(F) e voto. Tem uma outra fala, acho que o Dr. Vitor Nunes Leal devia ser mais estudado. Tem uma coisa que ele fala. E eu acho que nas rádios comunitárias isso vai comprovar. Comprovar como que a crueldade da luta de classe como se deu nesse seguimento no Brasil na última década. Mas uma coisa que o Dr. Vitor falava.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mais um minuto.

SR. JOSÉ GUILHERME CASTRO: Que o Direito Penal é para os pobres. E para os ricos o direito é civil. Então aqui, está tudo fora da lei. Se for a Rede Globo e as outras grandes emissoras não existiriam na Europa, não existiriam nos Estados Unidos. E se no Brasil a gente colocar justiça, nós de rádio comunitária nós somos condenados. Eles vão para a cadeia. Está tudo fora da lei.

Então, nós gostaríamos que vistas grossas para todos, ou então Polícia Federal para todos.

Então, assim, uma denúncia que estou fazendo a essa Comissão. Está na revista o estudo do EP-COM sobre a irregularidade das Prefeituras. Agora, se a gente for aprofundar é muito mais. A gente gostaria disso. É Polícia Federal para todo mundo e não só para os pobres.

Então, que Vitor Nunes Leal ficasse mais... A gente estudasse mais ele. E estou falando aqui não é uma pessoa que é só de rádio comunitário, não. O Vitor Nunes Leal, desde criancinha eu acompanhava. Ele é meu tio.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V.Sª precisa de mais um minuto?

SR. JOSÉ GUILHERME CASTRO: Gostaria de mais um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só mais um?

SR. JOSÉ GUILHERME CASTRO: Só mais um minuto. Então essa questão do coronelismo, essa questão na época da ditadura, se o Vitor tivesse vivo, nós poderíamos estar pedindo hoje a ele, mas também a Sobral Pinto e outros que defenderam a questão da legalidade para interferir no que está acontecendo no Brasil. Eu volto a repetir: A ANATEL foi aquele Delegado que está todo mundo abismado. Foi o Delegado que impediu e provocou a condenação de cinco mil trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Que tenha um outro tratamento esse País. Nós vamos ter vergonha se nós estamos num País que a gente tem vergonha que 1% da população detêm 60% da riqueza, na área da comunicação não tem precedentes na história da humanidade. São 0,000001 que detêm 100% quase da transmissão e da produção de conteúdo. Isso está dando água. Isso vai acabar. Isso está acabando. Eu não sei se é por cima que está indo pelo talude ou por baixo. Uma outra comunicação quer queira a ABERT quer queira ou não está sendo construída no Brasil. E não adianta, a única argumentação que teve para as rádios comunitárias foi a violência. E isso também como foi o sistema montado na época da ditadura, está dando água. Não dá. Nós não somos erva daninha. Nós somos cidadãos e cidadãs querendo contribuir com esse País. E principalmente o que tem de melhor de tecnologia, que é o povo brasileiro. Ele deve ser potencializado e não destruído igual se tentou fazer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado Sr. José Guilherme de Castro, Coordenador da

Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, ABRAÇO.

Como nós estamos sendo transmitidos ao vivo, eu tenho que esclarecer só um ponto. Primeiro, que a ANATEL ela não julga ninguém. Nem a Polícia Federal. Quem julga, quem decide é o Poder Judiciário. Só para ficar claro. A origem do processo seguindo uma lei podem ser desses dois órgãos. Agora, a decisão de que toma uma decisão dentro da questão jurídica, é um Juiz ou um Tribunal, ou um Superior Tribunal ou um Supremo. Só para ficar claro pra gente não ter uma interpretação errada para os telespectadores.

SR. JOSÉ GUILHERME CASTRO: Senador, eu poderia só...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pode ser ao final? Eu lhe dois mais um minuto ao final. Passaremos agora a palavra à Maria das Graças Rocha, Secretária Executiva da Federação das Associações de Radiodifusão Comunitária, FARC. Com a palavra por dois minutos e também com a mesma flexibilização. Srª. Maria das Graças com a palavra.

SRA. MARIA DAS GRAÇAS ROCHA: Obrigada, Presidente. Só para responder ao Secretário, a gente sabe que houve uma demanda de 50% a mais do Governo Lula de autorizações, mas que também houve número bem maior, mais de 100% quase de rádios fechadas. De repressão. E outra coisa é que justamente no Governo Hélio Costa, na parte do Hélio Costa nós tivemos aí apenas... Até junho, apenas 60 rádios no Brasil inteiro. Outorgadas. E nós temos vários milhões de pedidos de outorgas de rádios comunitárias. Isso é só para responder ao Secretário.

A questão sobre dial já foi esclarecida. José Guilherme falou justamente isso. Estudos comprovam, através... e Manhães fala sempre isso, nós estamos fora do dial. Então antes de analisar sobre a questão de digitalização sobre a questão de que é melhor ouvir o som melhor, a capacitação de transmissão, qualquer coisa, a gente tem que pensar justamente no direito. A gente tem direito à educação, à saúde, habitação, a ir e vir, a tantas coisas que a gente promove no Brasil democrático. Mas e o direito à comunicação? O direito a cultura. Direito a cultura local. A preservação dessa cultura local. Onde vai ficar? Será que o Governo vai garantir que as rádios comunitárias como já teve aqui várias falas que a IBOC não irá atender. Será que o Governo Federal vai conseguir fazer com que as rádios comunitárias--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mais um minuto.

SRA. MARIA DAS GRAÇAS ROCHA: Obrigada. As rádios comunitárias vão continuar no ar? E vai estar no dial? Qual dial? Onde nós enfim vamos estar? Quanto nós vamos pagar? Quanto isso vai arrecadar? As rádios comunitárias não podem fazer publicidade, não pode fazer propaganda, não tem verba, não consegue se auto-sustentar. Como vai pagar 30 mil para ter um transmissor? Para fazer essa mudança? E cem mil dólares, eu acho que é isso, não entendi bem, direito, mas o valor dessa transição. Eu vim aqui para ser convencida. Estou querendo ser convencida. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado à Sr^a. Maria das Graças Rocha. Passaremos ao quinto convidado para suas considerações finais, dois minutos, mais um, Ronald Siqueira Barbosa, Assessor Técnico da Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão, ABERT. Com a palavra o Sr. Ronald que está fazendo uma troca de local.

SR. RONALD SIQUEIRA BARBOSA: Obrigado, Presidente. Eu quero antes de tudo agradecer mais uma vez essa oportunidade de estar aqui debatendo. Mas eu quero encerrar a minha apresentação nesse evento registrando que a ANATEL ela nunca restringiu as emissoras sejam comunitárias, sejam universidades, a desenvolverem sistemas, a testarem padrões que achassem interessantes para o rádio digital. Todos têm oportunidade de pedir à ANATEL o direito de fazer os testes para o rádio digital no padrão que ele acha porque a ANATEL autoriza abertamente a um padrão que tem interesse. Os processos de testes eles continuam. Eles não encerraram. As emissoras elas devem apresentar um relatório final para a ANATEL e para o Ministério das Comunicações principalmente para a ANATEL. Porque nós não estamos testando, não é o padrão IBOC. Nós não estamos testando o padrão (soa a campainha) IBOC e DRM. Nós estamos testando é como adaptar às nossas instalações que nós temos sem prejuízos das emissoras os padrões que nós temos no mundo. E o dele, o único que nos permite isso é o IBOC. Isso é um ponto que eu queria dizer. Quero dizer também que a ABERT ela não é só a Rede Globo. Isso é um desrespeito a todos os outros afiliados e associados da ABERT, porque nós temos a Record, a Rede Record, nós temos o SBT, nós temos 70% dos nossos afiliados são emissoras de rádio de baixa potência e é um desrespeito dizer que a ABERT é só a Rede Globo, embora eu tenha o maior orgulho de trabalhar com uma empresa de vanguarda, uma empresa que está sempre pronta a tratar a questão da tecnologia como as empresas de telecomunicações tratam com seriedade e profissionalismo. Isso é um

fato que eu quero ressaltar. Quero também dizer que 85% das emissoras da ABERT--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mais um minuto, por favor.

SR. RONALD SIQUEIRA BARBOSA: --estão no Super Simples para mostrar o nível que nós temos das nossas estações dentro da radiodifusão.

Também quero chamar atenção de que no caso dos testes do DRM, não existem, não há receptores de DRM no mercado. A RADIOBRAS ou a UnB ela fez os testes com quantos receptores? Ela não dá. E não dá qual foi o custo da instalação que seria se um radiodifusor adotasse um transmissor de um tipo e um excitador de outro. Isso daí não foi esclarecido nem pela ANATEL e nem pela RADIOBRAS.

Outra coisa, o Congresso Nacional tem uma informação agora que ele está com 400 pedidos de outorga, dos quais 74% para rádios comunitárias. E mais, 20 milhões de reais estão sendo destinados para conferência de comunicação nesse momento. E esse é um ponto fundamental para dizer que os problemas e as questões que foram levantadas na prévia da conferência estão sendo organizadas e estão sendo levadas a frente e vai haver a conferência. Eu quero agradecer a oportunidade mais uma vez. Muito obrigado Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Ronald Siqueira Barbosa, Assessor Técnico da Associação Brasileira de Emissora de Rádio e televisão, ABERT.

Antes de passar a palavra ao Sr. Lúcio Martins da Silva, o nosso último convidado a falar, eu queria deixar bem claro o seguinte, a Audiência Pública ela é criada justamente para debater e tornar público todas essas discussões que nós estamos vendo aqui na Mesa. Telespectadores, hoje a TV Senado tem uma audiência muito grande, acho que esses pontos de vista têm que ser passados para a sociedade e a sociedade decidir e até mesmo participar junto aos seus Senadores e Deputados que foram eleitos em cada comunidade, em cada Estado ou em cada região. Então esse é o objetivo de uma Audiência Pública. No momento em que nós temos esse debate qualificado como diz o Senador Mercadante, é um momento importante do Parlamento.

Queria passar a palavra ao Sr. Lúcio Martins da Silva, professor do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília, UnB, para suas considerações finais.

SR. LÚCIO MARTINS DA SILVA: Bom, primeiro só esclarecer que aquele custo que coloquei de 30 mil

dólares não era específico para nenhum dos sistemas. Seja IBOC ou DRM, esse mais ou menos o custo do então excitador, então não... Não quis dizer que aquilo era do IBOC, o DRM era diferente, não. Porque é mais ou menos esse também o custo para o DRM.

Com relação a receptor DRM em parte é verdade. Dispõe-se hoje de um ou dois modelos apenas no mercado europeu de DRM, não é ausência total, mas dispõe-se de um ou de dois, e realmente eles têm um problema ou estão tendo problema ou vem tendo problema para convencer os fabricantes de receptores a fabricar, eu não entendo porque e não quero entrar nesse mérito. E quero deixar claro também que nós da Universidade de Brasília não defendemos que o sistema DRM é o melhor para o Brasil, não. Nós fizemos testes com o sistema DRM porque tivemos a oportunidade de fazer e foi com ele que nós tivemos oportunidade de realizar os testes. (soa a campainha) Tivemos oportunidade de realizar testes com outros sistemas faremos também. E não defendemos, que fique claro, que o sistema DRM é o melhor para o Brasil. Acho que precisa ser discutido mais ainda essa questão. Acho que precisa ser discutido com agilidade, mas sem atropelos. Acho que o Brasil tem que tomar cuidado para não cometer, por exemplo, o erro da Inglaterra que adotou um sistema e agora poucos anos depois descobre que o sistema é ineficiente. E imagino que estão, usando um termo popular, com um tremendo abacaxi para resolver agora que tem sistema ineficiente e um monte de gente já comprou receptor. O que fazer agora? Então acho que precisa digitalizar, o rádio precisa digitalizar senão corre o risco de aos poucos ir perdendo o seu espaço. Não sei se a digitalização vai garantir que ele permaneça ou que cresça a sua participação, mas eu acho que precisa digitalizar, precisa correr esse risco. Eu acho então que deve-se discutir mais com agilidade, mas sem atropelos para que se tente, obviamente não tem bola de cristal, por mais que a gente executa pode ser que a gente tome a decisão errada no final, mas pelo menos que se tente tomar uma decisão que não... Da qual não venhamos arrepender mais tarde. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Lúcio Martins na Silva. O Sr. Guilherme de Castro desejaria fazer uso da palavra por um minuto. Só pediria que não citasse nomes de empresas, colocasse a sua posição a nível social da questão da associação de radiodifusão comunitária, mas não citasse empresas aqui na nossa Comissão porque inclusive eu tenho um posicionamento que o Brasil evoluiu, em termos de conteúdo, produção de conteúdo, temos um novo mercado que vai surgir que são empresas de pro-

dução de conteúdo, as teles estão aí, elas vão ter que comprar conteúdos... Para ter uma idéia da diferença de poder financeiro, que muitas vezes é citado aqui uma empresa, essa empresa junto com todas as rádios e todas as televisões do País deve faturar em torno de nove bilhões. Se você juntar todas as teles elas faturam em torno de 120, 130 bilhões de reais.

Então é uma desproporção econômico-financeira muito grande. E essa Comissão tem demonstrado que o objetivo dela é proteger o conteúdo nacional e a programação do conteúdo nacional. Se depender dessa Casa, ela vai proteger. Quem produz conteúdo nacional e quem programa conteúdo nacional. Seja ela a empresa A, B ou C, ou seja ela o faturamento que tiver. Porque um País que não protege o seu conteúdo nacional ele é um País que não tem a sua própria cultura, não tem a sua soberania.

Então, esse é o objetivo dessa Casa, tem sido demonstrado por todos Senadores aqui presentes. Vou dar ao Sr. José Guilherme mais um minuto para suas considerações finais depois das finais.

SR. JOSÉ GUILHERME CASTRO: Certo. Eu acho essa empresa que não vou citar o nome, foi ela que defendeu a privatização. E tão engraçado, tinha articulista dela, apresentador que sentia até orgasmo quando fala a palavra privatização. E hoje vem ela falar que as outras são maiores, as outras são multinacionais. Eu acho que a questão que estou falando--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só um minuto. Quem falou fui eu.

SR. JOSÉ GUILHERME CASTRO: Justamente essa empresa que eu não vou falar o nome, ela que defendeu a privatização do sistema de... Telefônico. Então ela que arca com as consequências. Aquele desserviço nacional que foi a privatização do sistema. Telefônica agora vai levantando a questão que as multinacionais, as telecomunicações... Eu acho que quando estou falando a questão da Polícia Federal, estou falando do Estado. Eu não vou falar o nome. Estou falando do Estado. Que pare. Pare de reprimir. Quem é que está fazendo? Quem é esse processo? Tem um curta-metragem que na época da ditadura militar se ouviu muito. O dia que Dorival resolveu enfrentar a guarda. Estou vivendo a questão da radiodifusão comunitária como eles. Quem é o carcereiro desse caso? É a ABERT. E a ABRA. Se não fosse só a ABERT, os radiodifusores é quem vai lá e manda a ANATEL e a Polícia Federal agir. Então estou aqui em nome da ABRAÇO fazendo todas denúncias. E posso fazer por papel também. Aqui tem 50% do sistema de comunicação brasileiro. Que a ANATEL faça o mesmo procedimento que faz com rádio comunitária. Estou fazendo uma denúncia. 50%

do sistema de radiodifusão brasileiro está à margem da lei, através das Prefeituras que não estão fiscalizando. Então faz o mesmo tratamento que faz com a rádio comunitária. Vai lá, faz inquérito e abre um processo na Polícia Federal. A gente só quer que o Estado faça a mesma coisa. E que a Justiça brasileira tenha a mesma agilidade. Aí a gente vai ver que está todo mundo à margem da lei. Só quem está sendo condenado são os pobres que estão com a rádio comunitária. Ou Polícia Federal para todo mundo, então vistas grossas para todo mundo. Essa é a nossa contribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não me faça ser injusto com os demais. Muito obrigado. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada essa Audiência Pública cujo assunto foi discutir sobre a adoção de uma nova tecnologia para a rádio digital. Autoria do Requerimento, Senador Marcelo Crivella. Muito obrigado telespectadores e aos presentes aqui.

Sessão encerrada às 12h03.

Ata da 42ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de novembro de 2007.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e sete, na sala dezoito, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Valter Pereira, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Antonio Carlos Júnior, João Tenório, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Flávio Arns, Leomar Quintanilha, Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Demóstenes Torres e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 538, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que “Dispõe sobre extrato de cadastro eletrônico e os procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na prestação de serviços aos clientes.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o parecer favorável, com as emendas nº 01 e

02-CCT, é aprovado. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº. 542, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre os serviços de atendimento personalizado ao consumidor, realizados por meios eletrônicos, fac-símile, correio de voz, internet e outras formas de Serviço de Atendimento ao Consumidor (SACs) ou Centrais de Atendimento Telefônico (call centers).” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. O projeto é retirado de pauta atendendo a solicitação do relator, para reexame da matéria. **Item 03: Projeto de Resolução do Senado nº 50, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera a redação da alínea “c” do inciso I do art. 1º da Resolução nº 39, de 1992, que dispõe sobre as formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.” O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. Aprovado o Requerimento nº 36, de 2007-CCT para realização de Audiência Pública, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior. A matéria ficará sobrestada na Comissão até a realização da Audiência. (item único – extra-pauta). **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº. 334, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Jayme Campos, que “Institui o Asilo Político Tecnológico e Editorial e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 05: Requerimento nº 034, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valter Pereira, que “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater as interferências de rádios clandestinas no controle do tráfego aéreo brasileiro. Deverão ser convidadas a expor seus pontos de vista as autoridades nominadas a seguir, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da CCT: 1 – Sr. Edilson Ribeiro dos Santos, Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); 2 – Srª. Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; 3 – Major-Brigadeiro Ramon Borges Cardoso, Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA); 4 – Sr. Lúcio Martins da

Silva, Professor da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília (UnB); 5 – Sr. Ronald Siqueira Barbosa, Assessor Técnico da ABERT; 6 – Sr. Edilson Ribeiro dos Santos, Superintendente de Fiscalização de Radiofrequência da ANATEL.” O requerimento é aprovado. **Item 07: Requerimento nº 035, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador João Tenório, que “Nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam realizadas, no âmbito desta Comissão, duas audiências públicas com a finalidade de instruir, para posterior apreciação, o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que “regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves”. Para a primeira audiência solicito o convite dos seguintes debatedores: 1. Dr. Rodolfo Rumpf – Pesquisador da EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia; 2. Dr. Flávio Vieira Meirelles – Professor Veterinário da Universidade de São Paulo – USP. 3. Sr. Orestes Prata Tibery Júnior – Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ. 4. Dr. Joselito Araújo Barbosa – Veterinário especialista em clonagem de ovinos da Associação Brasileira de Santa Inês / Alagoas – ABSI/AL. 5. Sr. Maurício Manfredi – Presidente da Confederação Brasileira de Hipismo. Para a segunda audiência solicito o convite dos seguintes debatedores: 1. Dr. Ricardo José Soavinski – Coordenador da Coordenação Geral de Fauna – CGFAU, do IBAMA. 2. Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro – Secretário de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Ciência e Tecnologia e Membro Titular da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio. 3. Dr. Dirceu Raposo de Mello – Diretor-Presidente da ANVISA. 4. Sra. Marilena Lazzarini – Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC. 5. Sr. Marcus Vinícius Pratini de Moraes – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – ABIEC.” O requerimento é aprovado. **Item 08: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº. 31, de 2007 – CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que requer “..., nos termos regimentais, aditamento ao requerimento de minha autoria, no sentido de que seja também convidado o senhor João Carlos Saad – Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA –, para participar da audiência pública que objetiva instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2005, que acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.977/1995, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo.” O requerimento é aprovado. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 323, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do

Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Ichu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ichu, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 269, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Continental de Francisco Beltrão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 270, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vamos Construir Espigão Alto do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 277, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Luas Comunitária para Promoção da Cultura, Artes e Educação de Primeiro de Maio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primeiro de Maio, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 286, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Frequência Brasileira de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Contenda, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 292, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Caminho de Vida – COMVIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rondon do Pará, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 293, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Ourilândia do Norte – ASDECON para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourilândia do Norte, Estado do Pará.” O relator de-

signado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 272, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Condado, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 324, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarabira, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 274, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Habitação Novo Lar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 289, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Açailândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 291, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Cerro Largo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 295, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Missioneira Sete Povos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 301, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à

Associação Comunitária de Ivoti para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 344, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa dos Três Cantos, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 283, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Educacional São Roquense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Roque, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 300, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social do Município de Itápolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itápolis, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 314, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 285, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade de Radiodifusão Comunitária Couraço para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado de Pernambuco.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 298, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Rádio Comunitária Paudalho/FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paudalho, Estado do Rio de Pernambuco.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favo-

ráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 304, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário de Jataúba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jataúba, Estado de Pernambuco.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 317, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranã, Estado do Tocantins.” O relator designado é o Senador Leomar Quintanilha e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 290, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Carlos Chagas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carlos Chagas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azere do e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 309, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oeiras, Estado do Piauí.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 284, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Quadra 404 Norte – Arne 51 a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 352, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Rádio Laje FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José da Laje, Estado de Alagoas.” O relator designado é o Senador João Tenório e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Nesse momento, o Senador Antonio Carlos Júnior requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimento com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item Único: Requerimento nº 036, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que

requer “...., nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública com os convidados Daniel Pimentel Slaviero – Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, João Carlos Saad – Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, Mário Baccei – Vice-Presidente de Rádios do Grupo Bandeirantes de Comunicação, Edilberto De Paula Ribeiro – Presidente da AESP – Associação das Emissoras do Estado de São Paulo, Paulo Machado De Carvalho Neto – Diretor Regional e de Relações Institucionais da Rádio Panamericana S/A – Rádio Jovem Pan Brasil, Carlos Rubens Doné – Diretor da Rede Itatiaia(MG), Paulo Tonet De Camargo – Diretor de Relações Institucionais do Grupo RBS e Evaristo Oliveira – Diretor do S/A Correio Braziliense e Gerente do Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados, para instruir o Projeto de Resolução nº 50, de 2007 e debater os direitos autorais na Radiodifusão e o papel desempenhado pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD.” O requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do autor, Senador Marcelo Crivella a seguinte matéria da pauta: **Item 06: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer “...., nos termos do artigo 93 do RISF, a realização de audiência pública, para tratar sobre a “Crise do Gás” no Brasil e, em especial, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Relação de convidados: Diretor de Abastecimento da Petrobrás; Secretário de Transportes do Estado do Rio de Janeiro; Presidente da Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro; Representante da ANEEL; Representante dos Consumidores; Presidente do Sindicato das Indústrias de Transformação; Presidente do Sindicato dos Taxistas do Rio de Janeiro.” Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª reunião extraordinária da Comissão de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática da 1ª sessão legislativa ordinária da 53ª legislatura que se realiza hoje, dia 28 de novembro de 2007. Dando prosseguimento a esta

reunião, submeto a apreciação no plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de dar início ao Item 1 da pauta, gostaria de comunicar a todos os Senadores que tivemos ontem em jantar em homenagem aos 45 anos da ABERT, onde estavam presentes todos principais diretores das principais rádios e televisões do Brasil muito bem representado, o qual compareceram também, compareceram o Ministro Hélio Costa e também o Presidente da República. Foi um jantar num ambiente maravilhoso, sendo recebido na casa de um dos diretores da ABERT e foi um momento muito bom, estava um ambiente muito tranquilo, senti falta do Senador Flexa, mas parece que ele tinha um compromisso ontem, o Senador A C M estava presente, o A C M Júnior, demonstrando que a ABERT é uma instituição pluripartidária, digamos assim, onde todos os partidos sempre estão preocupados, ainda mais nesse momento, onde que temos que ter cuidado e o Senador Flexa muito bem sabe da proteção do nosso conteúdo nacional e da programação do conteúdo nacional, bem colocado pelo Presidente da ABERT, no discurso que fez hoje. Então eu só queria registrar e parabéns a ABERT pelos seus 45 anos de trabalho pela proteção e programação do conteúdo nacional. Item 1 da pauta

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pois não, Senador Flexa, pela ordem

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só quero associar-me aos cumprimentos que V.Exa. faz nesse instante pela comemoração dos 45 anos da ABERT, é sem sombra de dúvida uma associação da maior importância que reúne as rádios e televisões de todo país.

Lamentavelmente eu tinha uma entrevista na Rede Vida de televisão, tribuna independente, das 22:00 às 23:30, cujo tema era o estado do Pará, então eu tinha reassumido esse compromisso algumas semanas antes e não pude estar presente ao jantar, mas quero aqui associar-me as felicitações a toda diretoria da ABERT.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Flexa, com certeza, inclusive os membros que acompanham essas reuniões da, representado a ABERT vão levar à diretoria os parabéns que V.Exa. deseja pelo serviço prestado. Item 1 da pauta. Nós temos projetos não terminativos, mas eu acho que nós vamos ter que dar uma adiantada, eu vou fazer o

Item 1 e depois vamos para o terminativo das rádios, se não nós não vamos votar porque tem reunião da C C J importante hoje. Item 1 da pauta. Projeto de lei do Senado nº. 538 de 2007, dispõe sobre extrato de cadastro eletrônico e os procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na prestação de serviços aos clientes. Autoria do Senador Adelmir Santana, relatoria do ilustre Senador Antônio Carlos Júnior a quem eu passo a palavra neste momento. Antes disso, observação 1: Matéria terminativa na Comissão de assuntos econômicos. CAE. Observação 2: na reunião de 31/10/2007 foi concedida vista coletiva. Observação 3: No dia 14/11/07, o Relator, Senador Antônio Carlos Júnior apresenta novo relatório acrescentando duas emendas. Relatoria Senador Antônio Carlos Júnior, a quem eu passo a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, eu gostaria também de incluir extra pauta um aditamento a um Requerimento de Audiência Pública.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse aditamento já está na pauta, o aditamento é o Item 8, ele teve um extra pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Temos um aditamento, que é o Item 8 da pauta, aditamento 01, requerimento item 01 nos termos. Requeiro nos termos regimentais aditamento ao Requerimento de minha autoria no sentido de que seja também convidado o Sr. João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Rádio Difusores, ABRA, para participar de Audiência Pública, o objetivo é instruir o projeto de lei da Câmara, Nº 29/2005 que acresce e altera o dispositivo da lei Nº 8.937 de 1995 que dispõe sobre o serviço de TV a cabo. E tem um outro Requerimento também extra pauta de V.Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Exato, tem outro Requerimento também convidando o Sr. Daniel Slaveiro Presidente da ABERT, João Carlos Saad, Presidente da ABRA, Mário Bacei do grupo de rádio Bandeirantes, Ediberto de Paula Ribeiro, Presidente da ESPE, Paulo Machado de Carvalho Neto, diretor regional da Panamericana, Carlos Dorneles, da rede Itatiaia de Minas Gerais, Paulo Toné Camargo, diretor da R B S, o Aristo Oliveira do Correio Brasiliense para instruir o projeto de resolução Nº 50 de 2007 e debater os direitos autorais da rádio difusão e papel desempenhado pelo escritório central de arrecadação e distribuição, ECAD.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria dizer que o Senador Demóstenes Torres já tinha en-

trado em contato comigo que queria rever o seu posicionamento, ele me pediu para tirar de pauta.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Exatamente, a partir dessa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Por isso que ele pediu, então, para tirar esperando as audiências públicas?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Exatamente, perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, vamos aproveitar para matar logo, em votação o Requerimento. Em discussão os dois requerimentos do Senador A C M Júnior, não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado. Então, voltamos ao Item, 1, já que matamos logo os dois requerimentos.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Vem a essa Comissão o projeto de lei do Senado Nº. 538 de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana, que dispõe sobre extrato de cadastro eletrônico e os procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na prestação de serviços aos clientes. A iniciativa propõe que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a contratar operações de crédito e prestar serviços aos clientes, devam disponibilizar ao cadastro de forma gratuita e eletrônica a consulta ao histórico de adimplemento e inadimplemento nas operações de crédito contratadas nos 5 anos anteriores, no mínimo. O projeto estatui ainda no seu art. 2º que as informações relativas a inadimplemento e regularização de obrigações inadimplidas não constarão desse cadastro mais de 5 anos contados da data de vencimento. O art. 4º especifica as informações a serem mantidas no cadastro, dados do cliente, histórico das operações de empréstimo, valor, data, vencimento, respectivos pagamentos efetuados, bem como o saldo médio mensal da conta corrente e as aplicações financeiras. O 5º sujeita o infrator a penas inscritas na norma de Defesa do consumidor, o 6º concede prazo de 90 dias após a data de publicação para entrada em vigor da lei resultante do projeto.

Esse projeto também foi distribuído a Comissão de meio ambiente e fiscalização e controle e a Comissão de assuntos econômicos onde cabe a decisão terminativa. Eu apresentei duas emendas e que eu vou comentar a matéria por envolver aspecto tecnológico e inscreve-se no âmbito de competência desta Comissão e trata-se da iniciativa que visa por meio de legislação extravagante a obrigar instituições financeiros a ofer-

tar aos clientes de forma eletrônica e gratuita assim o chamado cadastro positivo, esse cadastro conteria o histórico de adimplemento e inadimplemento das operações de crédito nos últimos 5 anos.

No aspecto tecnológico não há nessa Comissão, não se constata óbices a adoção de medidas propostas. São de fácil implantação e não exigirão nenhuma nova tecnologia nem emprego de recursos extraordinários para a sua execução. Eu apresentei duas emendas que aperfeiçoam o projeto, inclusive nós discutimos isso inclusive com a Caixa Econômica Federal e aperfeiçoamos o projeto, mas projeto do Senador Adelmir Santana tem méritos e, portanto, eu voto pela sua aprovação com as emendas apresentadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Queria lembrar que como foram apresentadas duas emendas teriam o direito a vista de novo, se por acaso houver necessidade. Em discussão o projeto do Senador Ademir e Relatoria do Senador Antônio Carlos Júnior. Com a palavra o Senador Valter Pereira, deseja discutir o projeto?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Estou inscrito pela ordem, Presidente, não quero discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então vamos acabar essa parte. Então em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado o projeto.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem primeiro o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Em primeiro lugar eu ressaltar que V.Exa. acordou hoje com grande visibilidade. V.Exa. está enxergando todos os lances no mínimo detalhe e com uma extraordinária lucidez, eu não havia pedido pela ordem ainda e V.Exa. já tinha enxergado a hora que eu peguei no microfone. Parabéns a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É que eu fui pivô de basquetebol e então eu tenho uma visão periférica.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Verdade. V.Exa. está de parabéns. Mas Sr. Presidente, é o seguinte eu tenho um Requerimento que está em poder de V.Exa. que dispõe aqui sobre a convocação para, de alguns técnicos para a Audiência Pública e eu gostaria que fosse dada a primazia a ele, já que eu

vou ter que deslocar-me daqui para uma sessão da C C J que tem matérias de alta relevância hoje para serem tratadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É o Item 5 da pauta? Antes disso, pela ordem o Senador Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Presidente, na mesma direção e conforme havia comentado com V.Exa., eu faria um apelo para que nessa inversão de ordem já proposta pelo eminente Senador Valter Pereira eu pudesse ser contemplado também com essa inversão e pudéssemos apreciar o Item 30, do qual eu sou Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Essa é uma super inversão, da 5 vamos para a 30. O Senador Valter já era pelo menos o 5, é uma pouca inversão, mas como Presidente, vamos. Pela ordem o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, vai ter a inversão?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Como tem compromisso é praxe dessa Casa sempre poder adiantar.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Então eu cedo, eu compro a inversão embora esteja --.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V.Exa. deseja a inversão da inversão vamos voltar como está-vamos antes.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Não, eu acho que a proposta dos Senadores pela inversão, da minha parte tem a concordância.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Obrigado. Então vamos em votação a inversão de pauta. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Eu quero lembrar o seguinte: Eu estou passando para os itens, como existe preferência, não terminativos, mas se nós não tivermos 9 membros na Comissão não poderemos aprovar as rádios e televisões, só lembrando isso. Senador Valter Pereira, foi quem primeiro pediu a inversão. O Item 5. Requerimento de autoria de V.Exa.. Nos termos do inciso 2, nos termos do inciso 2, do parágrafo 2º, do art. 58 da Constituição Federal combinado com o inciso 2 do art. 90 do regimento interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de ciência, tecnologia, inovação e informática para debater as interferências de rádios clandestinas no controle do tráfego Aéreo brasileiro. Deverão ser

convidados a expor seus pontos de vistas as autoridades nominadas a seguir sem prejuízo a expedição de outros convites a critério dos membros da C C T. 1, Sr. Edailson Ribeiro dos Santos, superintendente de rádio frequência e fiscalização da agência nacional de telecomunicações da ANATEL, Sra. Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu, secretária de serviço de comunicação eletrônica do Ministério das Comunicações. Major brigadeiro Ramon Borges Cardoso, diretor do departamento de controle do espaço Aéreo, DCEA, Sr. Lúcio Martins da Silva, professor da faculdade de tecnologia da universidade de Brasília, U N B , Sr. Ronald Siqueira Barbosa, setor técnico da ABERT, Sr. Edilson Ribeiro dos Santos, superintendente de fiscalização da rádio frequência da ANATEL, justificacão: os recentes acidentes envolvendo aeronaves da Gol e da TAM, além de expor a população brasileira aos complexos problemas do setor Aéreo brasileiro trouxeram a tona uma grave realidade, a interferência provocada por rádios clandestinas chamadas de rádio piratas, nas comunicações entre os pilotos e os centros de controle de vôo, fartamente divulgadas pela imprensa, as interferências provocadas por transmissão irregulares de emissoras de rádio nas imediações de aeroportos afetam a segurança, não só dos tripulantes e dos usuários de transporte Aéreo, mas de toda a população brasileira.

Nesse texto solicitamos a realização de Audiência Pública para que esta Casa possa obter maiores informações sobre o tema e tomar as cabíveis providências. Para tanto, contamos com o apoio das senhoras Senadoras e senhores Senadores para aprovação do presente Requerimento. Sala de Comissões, Senador Valter Pereira.

Antes de botar em discussão e em votação eu queria dizer ao Senador Valter Pereira que é um Requerimento importantíssimo. Existem algumas interpretações de que estão chamando rádio pirata de rádio comunitária, isso não é verdade. Rádio comunitária é aquela de pequena potência autorizada pelo Ministério da educação e por essa Comissão. Alguns botam no ar e falam: Não, é uma rádio comunitária. Rádio comunitária tem que ter autorização também dessa Comissão, do Congresso e do Ministério das Comunicações, é importantíssimo deixar bem claro.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra, o Senador Flávio Arns, que é bom tê-lo de volta, espero que esteja bem restabelecido, sentimos saudade de V.Exa. nessa Comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Na verdade estou bem, agradeço, passei por um momento difícil também, mas já estou aí voltando e na semana que vem, se Deus quiser, com gravata também, por enquanto ainda está apertando o pescoço.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – A voz continua maravilhosa como sempre, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, mas nesta em relação ao Item 5 do Requerimento, só queria dizer e lembrar V.Exa., que numa outra Audiência Pública, também com as pessoas, os profissionais da ANATEL, chegamos a conclusão de que o orçamento da ANATEL era para questão de fiscalização e controle era de aproximadamente trezentos, quatrocentos milhões de reais e a ANATEL solicitava setecentos milhões de reais. E ao mesmo tempo o FIS, se não me engano o FISTEL, que é o fundo das telecomunicações, que é fundo para esta finalidade arrecada mais de dois bilhões por ano, para questão da fiscalização. Então não se admite o argumento de que não se tem estrutura ou pessoal adequado para exercer a fiscalização sobre este grave problema que acontece no Brasil, objeto do Requerimento, que é a questão do controle e fiscalização dessas chamadas rádios piratas. Então, o que eu gostaria de sugerir a V.Exa. e ao Senador Valter Pereira, que é o autor deste Requerimento, que antes desta Audiência Pública, nós tivéssemos bem claros os números em relação a este orçamento. Arrecada-se dois bilhões e duzentos milhões, o orçamento para esta finalidade é de trezentos milhões, existe uma necessidade de seiscentos ou setecentos milhões, ou seja, um bilhão e quinhentos milhões de reais não vem sendo aplicados para efeitos da fiscalização.

Para que a gente não entre de novo nesse debate da Audiência pública, que isso já fique claro, antes do início da Audiência Pública. Quer dizer, não é problema de recursos, não é problema de infra-estrutura, é problema de se aplicar na área o que arrecada para esta finalidade. Então, para a gente ter este dado bem correto para não se começar de novo todo aquele debate, não, mas o recurso, o orçamento, a infra-estrutura e não sei o que mais, aquelas desculpas sobre as quais a gente está cansado de escutar aí, também, tanta coisa que a pessoas falam. Então ter esses dados e já a partir dos dados, a partir dos dados fazer esse debate do por quê que não existe este combate e a rádio pirata que vem causando tantos problemas para a aviação Civil, para a aviação comercial, para a aviação de uma aviação de uma maneira geral, mas também para outras coisas aí onde isso tudo interfere de uma maneira significativa. Então, é um apelo que eu faço ao autor do Requerimento e ao Presidente, para a gente avançar

mais, porque essa questão de dinheiro e tal, não sei o quê, já discutimos, já vimos que tem o dinheiro e o dinheiro não vem sendo aplicado na finalidade legal onde deveria estar sendo aplicado, aliás, o Senador Flexa Ribeiro até acompanhou esse debate também naquela ocasião. Obrigado, Sr. Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Obrigado. Em discussão o Requerimento ainda do Senador Valter Pereira. Com a palavra o ilustre autor do Requerimento.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, as ponderações do Senador Flávio Arns tem toda sua procedência, é exatamente por isso que foi pedida a Audiência Pública e nela incluída a convocação do Major Brigadeiro Ramon Borges Cardoso, Diretor Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, pessoa que vai ter o elenco de informações para trazer para esta Comissão além daquelas que nós estamos cortejando, que estão no orçamento, que estão em fase de execução ou que não foram executadas, a fim de que essa Audiência seja efetivamente produtiva. Isso, entretanto, não cria nenhum óbice para a observação e para a coleta dessas informações. De qualquer forma, o que eu quero dizer que o assunto é tão importante, que o próprio Senador Flávio Arns aduziu novos argumentos, novos fundamentos para convocação desta Audiência Pública.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Voltando a discussão a palavra com o ilustre Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E bem rápido. Eu só quero dizer que sou totalmente favorável ao Requerimento e compete a ANATEL, tanto quanto eu saiba a fiscalização dessas rádios piratas, isto interfere na aviação, lógico, mas compete a ANATEL e a ANATEL tem que ter infra-estrutura para isso. E tem recursos para isto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ainda em discussão o Requerimento número do Item 5 da pauta. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação do Requerimento. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Pela sugestão de inversão de pauta, vamos ao Item 30. O item 30 da pauta. Projeto decreto Legislativo, esse é terminativo, votaremos todos no final, não deferido o quorum ainda. Item terminativo é o projeto decreto Legislativo Nº. 317 de 2007. Queria dizer aos ilustres Senadores que vamos ler, vamos discutir, mas

a votação em bloco ao final terminativo, temos que ter o quórum de 9 Senadores. Então o projeto de Item Nº 30 autoria do poder executivo, relatoria do Senador Leomar Quintanilha. Eu aprovo o ato que outorga a autorização da associação cultural de difusão comunitária para executar o serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Paraná, estado de Tocantins o qual V.Exa. representa. Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)

– Presidente Wellington Salgado, eu gostaria preliminarmente de agradecer a V.Exa. e aos nobres pares desta Comissão em permitir essa inversão de pauta para que nós pudéssemos já, neste instante, apreciar a proposta de outorga a autorização a associação cultural de difusão comunitária para executar serviços de rádio difusão comunitária na cidade de Paraná, no estado do Tocantins, de que tenho a honra de representar.

Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o P D S 317 de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a associação cultural de difusão comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraná, estado do Tocantins, na forma do projeto de decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, as rádios comunitários tem prestado inestimável serviço, sobretudo às pequenas comunidades. Paraná é uma delas e com dificuldades de acesso ao sistema de comunicação mais eficaz, sobretudo aquele que poderia dar uma integração uma interação entre os munícipes sobretudo os que moram na cidade, na zona urbana, com os que moram do interior. Paraná é dos maiores municípios do estado do Tocantins, tem mais de 12.000 quilômetros quadrados, tem uma população de mais de 10.000 habitantes. Esta rádio comunitária tem um valor inestimável, porque além de dar graça, trazer informação, vai prestar um serviço comunitário de comunicação interna entre aqueles que moram no município e os que moram no interior, facilitando sobre o modo a vida dos paranaenses. De sorte que esta rádio está sendo esperada há muito tempo com muito interesse pela população de Paraná e eu estou seguro que ela levará uma grande contribuição aos munícipes daqui município. Por esta razão eu apelo aos eminentes pares desta Casa que votem pela aprovação dessa outorga de autorização a associação cultural de difusão comunitária para executar serviço de rádio difusão a comunidade na cidade Paraná, estado do Tocantins. É relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)

– Em discussão e Item 30 da pauta. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação final. Visto que é um projeto terminativo tem que ter quórum de 9 Senadores. Passaremos ao item 2 da pauta. Item 2 da pauta. Autoria do Senador Cícero Lucena, desculpe, Senador Marcelo Crivela, relatoria do Senador Cícero Lucena. Altera a lei em setembro Código Defesa do Consumidor para dispor sobre os serviços de atendimento personalizado ao consumidor realizados por meios eletrônicos, fax, Correio de voz, internet e outras formas de serviço, atendimento consumidor, SACs ou centrais de atendimento eletrônicos. Callcenter. Projeto de lei importantíssimo. Claro que todos são, mas esse no momento é importantíssimo. Item 2 da pauta, relatoria do Senador Cícero Lucena, a quem eu passo a palavra Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, imbuído do seu espírito democrático eu fui procurado pela associação da indústria de alimentos argumentando algumas dificuldades, inclusive em termos de prazo para que fosse implantado isso, então não adianta a gente criar um projeto que não seja possível de ser aplicado, então eu peço permissão aos nossos pares, Senadores e Senadoras para que eu possa retirar de pauta e colocar, então, na nossa próxima reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)

– Está tirado de pauta já Senador Cícero, o relator deverá fazer o seu relatório quando tiver firme nas suas convicções, V.Exa. é um homem sempre que procura atender e ter a sua convicção.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – As informações que eu tinha já eram suficientes no meu relatório, mas teve esse argumento, eu acho nada mais justo que a gente redemocratizar a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)

– Item retirado de pauta a pedido do relator. Item 3 está adiado porque o Senador Demóstenes pediu para esperar as audiências públicas requerida hoje pelo Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior. A matéria fica sobrestada. Item 4, autoria de Jaime Campos, Senador Casagrande está presente. Então, o Item 4 não terminativo institui o asilo político, tecnológico e editorial e dá outras providências. Importantíssimo esse projeto, inovador, relatoria do Senador Renato Casagrande, a quem eu passo a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Muito obrigado Sr. Presidente, senhores Senadores, senhoras Senadores, o objetivo central do projeto de lei

334 de 2007 é o de assegurar direito ao asilo político aos profissionais ou entidades de comunicação social injustamente perseguidos em seus países de origem ou residência em função de suas opiniões políticas. Dessa forma procuro estabelecer normas protetiva não apenas das pessoas, mas também das empresas ou órgãos de comunicação.

No que tange a proteção de indivíduo o direito ao asilo político é plenamente reconhecido no plano internacional, vez que encontra previsão expressa no art. 14 da declaração universal dos direitos humanos. Assim também dispõe nossa Constituição Federal que consagra o instituto como um dos princípios orientadores da atuação internacional do Brasil. Cabe ressaltar, todavia, o entendimento dominante, de que a concessão de asilo é um direito do estado que pode deferir ou negá-lo por motivos de conveniência e oportunidade.

Nesse sinto é a redação do art. 1º da convenção internacional sobre asilo territorial, firmado em Caracas em 1954, positivada em nosso direito interno pelo decreto 55299 de 65. Nesses termos o pedido de asilo político já pode ser proposto junto as autoridades brasileiras por indivíduos vítimas de perseguição políticas em seus países. Essa proteção ainda que constitua mera faculdade do estado estende-se por certo a jornalistas e outros profissionais de comunicação injustamente assediados por suas opiniões.

Entende aqui registrar que de acordo com art. 8º da convenção de Caracas de 54 é assegurada a liberdade de expressão aos asilados, inclusive em relação a conceitos e opiniões por ele emitidos contra outros países e seus respectivos governos. Ressalte-se ainda que os direitos fundamentais previstos em nossa Constituição em que se inclui a liberdade de expressão, são assegurados não só aos brasileiros, mas também aos estrangeiro residentes no Brasil.

O exercício de atividade de comunicação social por estrangeiro em solo pátrio, todavia sujeita-se a limitações de natureza constitucional e legal, nesse sentido estabelece a Constituição federal, em seu art. 222 parágrafo 1, que a direção de empresa jornalística e de rádio difusão é privativa de Brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 anos.

A mesma limitação, nos termos do parágrafo 2º do mesmo Artigo estende-se a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada, disposições do presente teor pode ser encontrada no art. 38, alínea A da lei 4117 de 62 e do decreto de lei 236 de 67.

Em outra vertente, é preciso reconhecer que a extensão do asilo político a empresas e demais pessoas jurídicas é estranha a construção clássica do instituto do direito internacional. O tema ganha ainda

maior complexidade diante de nossa ordem jurídica que proíbe o funcionamento de meios de comunicação estrangeiros no território brasileiro.

Neste sentido, o art. 222 da Constituição Federal estabelece que as empresas jornalistas e as emissoras de rádio e TV só podem pertencer a pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileira e com sede no país, ademais, determina que pelo menos 70 % do capital total e do capital votante dessas entidades seja de propriedade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Ainda de acordo com a lei maior, no art. 223, é preciso ressaltar que o funcionamento da emissora de rádio e TV depende de outorga específica definida pelo poder executivo e referendada por nós aqui do Congresso Nacional. Desta forma, há que se concluir pela inviabilidade da pretensão deduzida no PLS 334 de permitir que entidades de comunicação social estrangeiras possam, mediante a obtenção de asilo político dar continuidade a suas atividades no Brasil.

Paralelamente conforme já analisado, os profissionais de imprensa que se julgarem perseguidos em seus países já podem solicitar asilo político de acordo com as normas em vigor.

Por esses motivos entendemos que o projeto não deva ser acolhido e infelizmente, mesmo reconhecendo a capacidade de inovação do Senador Jaime Campos, sou pela rejeição do projeto de lei 334, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o voto do Senador Casagrande, importantíssimo esse assunto, acho que essa Comissão tinha que, por isso que eu puxei, pedi o Requerimento puxando para essa Comissão, porque tem que realmente ser discutido nessa Comissão. Em discussão. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Elogiar o Sr. Renato Casagrande, eu passei um longo período, Senador Casagrande, aonde o asilo político e a entidade internacional que cuida disso, tinha uma presença permanente durante o período mais difícil que atravessou a nossa República. Eu acredito que V.Exa. bate num ponto certinho ao trazer ao conhecimento com o relatório favorável, o senhor pediu a rejeição.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Pedi a rejeição. Só por que é que nós pedimos a rejeição, Senador Romeu Tuma? O problema é o seguinte: Asilo político às pessoas perseguidas, as empresas e entidades? Asilo político as pessoas já é previsto, quem se julgar perseguido no seu país já pode pedir pela declaração universal dos direitos humanos, pode pedir asilo político e pela Constituição Federal nossa.

Asilo às entidades e empresas não é possível porque a nossa lei não permite que uma empresa se desloca, por exemplo, da Venezuela e venha para o Brasil para poder atuar na área de comunicação do Brasil porque aqui nós exigimos 70 % do capital votante para brasileiros natos ou que já estejam naturalizados há mais de 10 anos e independe de autorização do poder executivo e da outorga nossa aqui do poder Legislativo, então, é por isso que não posso conceder essa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Senador, eu me expressei mal porque eu estou na linha do senhor.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– E eu agradeço.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Eu só fiz aqui uma explicação num período mais difícil da República em que o asilo era desesperadamente procurado por perseguidos e até brasileiros procuravam, de alguma forma, o apoio da entidade internacional, de formas que V.Exa. já levantou os itens legais que permitem o asilo e de formas que eu voto com o Senador, relator, caro Senador Casagrande e cumprimento pela elegância do voto e a pesquisa da legislação vigente

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado pelas considerações, Senador Romeu Tuma. Em discussão, eu pediria só que discussão fosse um pouco mais rápida que nós temos um projeto terminativo e temos quórum para votar todas as rádios.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então até eu queria propor, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O senhor viu que V.Exa., nós estamos tão bem relacionados que eu já estou lendo até pensamento de V.Exa.. Em votação o Requerimento, em votação o Requerimento relatoria, desculpe, requerimento não, projeto, o item da pauta, o Item 4 da pauta de autoria do Senador Jaime Campos e relatoria do Senador Casagrande. Os Senadores que estão de acordo, o voto é pela rejeição. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Querida pedir, estou passando agora a presidência para esse Senador que é um especialista no ramo, informação preparada para essa rádio que eu tenho certeza, para esta Comissão, Senador Sérgio Zambiasi.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado Presidente Wellington, nós vamos colocar imediatamente em votação, então, os itens terminativos são as rádios.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Presidente Zambiasi, se o senhor pudesse dar prioridade que tem a reunião da executiva do partido.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Se nós formos ágeis e lermos apenas o caput, a apresentação, aliás, a identificação da emissora e lendo o voto está suficiente, nós vamos ganhar muito tempo.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Presidente, pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – É uma questão só de, eu diria que devia afastar agora tem um pedido de Audiência Pública aqui de um projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sim. Na sua, o senhor tem uma rádio também.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – A rádio poderia aguardar isso, é que eu teria que sair agora e eu gostaria de registrar a presença no que diz respeito ao Item 7, o Item 7.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Tenório, a emissora exige quórum, a sua (ininteligível) não exige, portanto eu peço só a compreensão dos colegas aqui nós vamos imediatamente, imediatamente aos itens terminativos que envolvem as emissoras de rádio já vamos diretamente ao Item 9 da pauta, Senador Antônio Carlos Júnior. São 3 emissoras. Itens 8, 9 e 10.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMA) – Não, não, item 8 já foi. É associação de rádio difusora comunitária de Ichu, a documentação está em perfeita ordem então voto pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado Senador Antônio Carlos Júnior, é isso que nós precisamos. Vamos a votação ao final agora, os itens 10 a 13, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Item 10 renova permissão outorgada a rádio Continental de Francisco Beltrão Ltda. na cidade de Francisco Beltrão, parecer favorável. Item 11 o ato que outorga autorização a associação comunitária vamos construir, Espigão Alto Iguaçu no município de, da cidade de Espigão Alto do Iguaçu também o parecer é favorável. Item 12 o ato que outorga autorização a associação Luas Comunitária para promoção da cultura AIDS educação de 1º de Maio para executar serviço de rádio difusão comunitário na cidade de 1º de Maio, estado do Paraná, o parecer é favorável. O item 3 aprova o ato que outorga a permissão a Frequência Brasileira de Comunicações Ltda. para explorar serviço de rádio difusão sonora em

freqüência modulada na cidade de Contenda, estado do Paraná, parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado Senador Flávio Arns, vamos então agora aos itens 14 e 15, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, o item 14 trata da outorga e autorização associação cultural Caminho da Vida para executar serviço de rádiodifusão comunitária na cidade Rondônia do Pará, no estado do Pará. O voto é favorável. O item 15 aprova o ato de outorga, que outorga a autorização a Associação de Rádio Difusão Comunitária de Ourilândia do Norte, ASDECON, para executar serviço de rádio e difusão comunitária na cidade de Ourilândia do Norte no estado do Pará. O voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado Senador Flexa Ribeiro. Itens 16 e 17, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Aprova o ato que outorga a permissão do Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda. Para explorar serviço de rádio difusão sonora em freqüência modulada na cidade de Condado no estado da Paraíba. O parecer é favorável, Sr. Presidente. O item 17 da mesma forma, aprova o ato que outorga a autorização da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste um, AMARBENE, para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade Guarabira no estado da Paraíba, o nosso querido Brejo, também é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado Senador Cícero Lucena. Está em discussão, a votação será terminativa e nominal ao final das apreciações. Item 18 Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Projeto decreto Legislativo número 274, aprova o ato que outorga a autorização a Associação Comunitária de Habitação Novo Lar, para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Alfenas estado de Minas Gerais. Alfenas é cidade do sul de Minas, pólo do café e pólo educativo, o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado Senador Eduardo Azeredo, item 19, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Outorga de autorização a Associação Rádio Comunitária de Açailândia para executar serviço de rádio e difusão comunitária na cidade de Açailândia, Maranhão. Parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado Senador Botelho. Itens

24, 25 e 26, Senador Romeu Tuma. Senador Tuma, fale no microfone, por favor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Desculpa. Eu aprovo o ato que outorga a autorização a concessão de desenvolvimento artístico e cultural e social do município de Itápolis para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Itápolis, estado de São Paulo. Voto favorável. Item 26 aprova o ato que outorga a concessão à Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Unesp, para executar serviço de rádio difusão de sons e imagem na cidade de Bauru, estado de São Paulo, voto favorável. Item 27, que aprova o ato que outorga autorização a sociedade de rádio difusão comunitária Couraço, eu acho que esse 27 não é meu não. Eu pulei, o 24 é que eu pulei, outorga, o 24, aprova o ato que outorga a autorização a associação cultural comunitária São Roquense para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de São Roque no estado de São Paulo, com voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado Senador Romeu Tuma, vamos agora aos itens 27, 28 e 29, relator o Senador Marco Maciel designa o relator *ad hoc* a Senadora Maria do Carmo.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Senhor presidente, senhores Senadores, está com som. O ato aprova a outorga que outorga a autorização à sociedade de rádio, de rádio difusão comunitária na cidade de Cachoeirinha no estado de Pernambuco. O voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Mais os itens 28 e 29 Senadora.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – O Item 28 aprova o ato para autorizar sociedade rádio comunitária Paudalho F M para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade Paudalho, estado de Pernambuco. O voto é pela aprovação. Item 29. Outorga autorização à sociedade movimento comunitário de Jataúba para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Jataúba, estado de Pernambuco. O voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado Senadora Maria do Carmo, o próximo Item, Senador Leomar Quintanilha será o relator, Item 31, Senadores está ausente e designa o Senador, o relator *ad hoc*, o Senador Eduardo Azeredo, item 31.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Decreto Legislativo 290 de 2007, aprova o ato que outorga a autorização a associação comunitária de rádio Carlos Chagas para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Carlos Chagas em

Minas gerais. Carlos Chagas fica na região do Mucuri e o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado Senador Eduardo Azeredo, vamos ao Item 32 da pauta, relator Senador Mão Santa, designa o relator *ad hoc* o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com muita honra e representando o líder de todas as oposições, Senador Mão Santa, eu relato o projeto decreto Legislativo 309 que aprova o ato que outorga a autorização da associação comunitária de rádio difusão Liberdade FM para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Oeiras, a primeira capital do estado do Piauí, o parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado Senador Cícero Lucena, eu coloco em discussão, a votação será após a relatoria de todos os projeto terminativos. Vamos ao Item número 33 da pauta. Relator João Oliveira, designa o Senador *ad hoc*, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Obrigado Sr. Presidente, eu parablenho todos pela objetividade, inclusive o Senador Flexa Ribeiro. Este projeto, Sr. Presidente, em caráter terminativo que outorga a associação de moradores da quadra 404 Norte, Arne 51 para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Palmas, estado do Tocantins. O voto favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado Senador Casagrande. O item 34 será o último Item da pauta por que, item 34, perdão, Item 34, Senador João Tenório presente, passo a sua relatoria.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – O Item 24 aprova o ato que outorga autorização da associação de movimento comunitário rádio Lage FM para discursar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de São José da Lage no estado da Alagoas. O voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Muito obrigado Senador João Tenório. Eu passo a presidência ao Senador Augusto Botelho, porque eu tenho 4 itens do Rio Grande do Sul, dos quais eu sou relator, eu passo a palavra a ao Senador Augusto Botelho, os itens 20, 21 22 e 23 são da minha relatoria.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Então eu passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi para pronunciar o seu parecer em relação aos itens 20, 21, 22 e 23.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado Senador. O item 20 aprova o ato que outorga a autorização a associação comunitária de comunicação e cultura de Cerro Largo para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Cerro Largo, no estado do Rio Grande do Sul. Autoria do poder executivo. O parecer é favorável. Item 21 aprova o ato que renova a concessão outorgada a rádio missioneira Sete Povos Ltda. para explorar serviço de rádio difusão sonora em ondas médias na cidade de São Luis Gonzaga, estado do Rio Grande do Sul, autoria do poder executivo, o parecer é favorável. Item 22 aprova o ato que outorga autorização a associação comunitária de Ivoti para executar o serviço de rádio difusão comunitária na cidade Ivoti, estado do Rio Grande do Sul, autoria pode executivo. O parecer é favorável. E o Item 23 aprova o ato que outorga permissão a sociedade de rádio Santa Felicidade Ltda. para executar serviço de rádio difusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa dos Três Cantos, estado do Rio Grande do Sul e o parecer é favorável, Presidente Augusto Botelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Em discussão os itens relatados pelo Senador Zambiasi, não havendo quem queira discutir, passamos para o próximo Item, Sr. Presidente, assumo para votação.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Pois não, vamos imediatamente a votação de todos os itens terminativos aqui discutidos. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Com o relator

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Maria do Carmo.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Cícero Lucena.

SR. PRESIDENTE CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com os relatores e relatorias.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com a relatora e com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sérgio Zambiasi, meu voto já é conhecido, também com os relatores. Vamos ao último Item da pauta não terminativo é o Requerimento de autoria do Senador João Tenório. Com a palavra o autor do Requerimento.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Sr. Presidente, pela iniciativa da Senadora Kátia Borges estamos aqui a discutir nessa Comissão regulamentação das atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no meio ambiente, e comércio e realização de clones de mamíferos, insetos, humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, em se tratando de um assunto de extrema complexidade nós estamos sugerindo duas audiências públicas de acordo com as informações que se encontram na Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Coloco em votação. Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Está aprovado. Não havendo mais nenhum Item a ser discutido, declaro encerrada a presente sessão.

Ata da 43ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de novembro de 2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e sete, na sala dezoito, Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Heráclito Fortes e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Maria do Carmo e João Tenório. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 029, de 2007-CCT, de autoria do Senador Augusto Botelho, que requer “..., nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública para discutir a vedação de cobrança pelos operadores de TV por assinatura, pela oferta de ponto extra quando instalado no mesmo domicílio. Indicarei até a próxima semana os nomes das autoridades. Comparecem à Audiência Pública, o Senhora Flávia Lefèvre Guimarães, Conselheira Consultiva da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor PROTESTE; José Antônio Baeta de Melo Cançado, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor e Coordenador da Área de Serviços do PROCON Estadual de Minas Gerais; Ara Apkar Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Augusto Botelho, autor do Requerimento Romeu Tuma, Carlos Júnior, Marcello Crivella e Senador Eduardo Azeredo. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião, às doze horas e dez minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática a realizar-se no dia 29 de novembro de 2007.

Iniciando os trabalhos desta Reunião, submeto à apreciação ao Plenário a dispensa e aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com seus termos permanecem como se encontram. Aprovada.

Sras. e Srs. Senadores e expectadores da TV Senado, a realização desta Audiência Pública atende ao Requerimento nº. 29/2007-CCT, de autoria do Senador Augusto Botelho, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 346/2005, que “Acrescenta § 3º ao art. 26 da lei nº. 8.977, de 06 de janeiro de 1995, que ‘dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências’”.

Para darmos início à presente Audiência Pública, solicito ao Senador Cristovam Buarque, que conseguiu tirar a DRU da Educação, está de parabéns, que é um trabalho de V. Exª., para que acompanhe os prezados convidados para tomarem assento à Mesa.

Audiência Pública, assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 346/2005, que “acrescenta § 3º ao art. 26 da lei nº. 8.977, de 06 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências”. Autoria do Requerimento: Senador Augusto Botelho. Autoria do PLS nº. 346/2005: Senador Pedro Simon. Relatoria do PLS nº. 345/2005: Senador Eduardo Azeredo.

Convidados: Srª. Flávia Lefèvre Guimarães, Conselheira Consultiva da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, e representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PRO TESTE; José Antônio Baeta de Melo Cançado, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor e Coordenador da Área de Serviços do PROCON Estadual de Minas Gerais; Ara Apkár Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Sr. Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura, ABA – Desculpe! -, ABTA, como bem foi corrigido pelo Sr. Alexandre. É um prazer tê-los aqui.

Vamos, pela ordem de inscrição, vamos dar 15 minutos para cada convidado. Primeiramente, obedecendo a lista que me foi colocada pela nossa Consultoria, o primeiro convidado a apresentar seu material e seu posicionamento é a Conselheira Consultiva da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, e representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PRO TESTE.

Com a palavra a Srª. Flávia Lefèvre Guimarães.

SRA. FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES: Bom dia a todos. Quero agradecer em nome da PRO TESTE e de outras entidades da defesa do consumidor, INDEC TELECOM, Movimento Defesa São Paulo, AET – Associação dos Engenheiros em Telecomunicações, que

compõem a frente dos consumidores de telecomunicações, a oportunidade de nós apresentarmos o posicionamento das entidades de defesa do consumidor com relação a um assunto de extrema importância, porque, ainda que não se trate de serviço prestado em regime público, nós estamos, indiscutivelmente, tratando de um serviço público.

O serviço de TV a cabo, de TV por assinatura, é um serviço público e, portanto, merece um tratamento especial pela Agência Nacional de Telecomunicações e a relevância que esta Casa está dando ao propor um Projeto de Lei que regule a questão.

Começando a minha apresentação, eu queria dizer que há uma unanimidade em relação ao posicionamento expresso no Projeto de Lei objeto aqui desta Audiência Pública de hoje, porque todos os PROCONS, os Ministérios Públicos Estaduais, o Ministério Público Federal nas divisões que tratam de defesa do consumidor, as entidades privadas de defesa do consumidor, PRO TESTE, IDEC, todos têm o mesmo posicionamento a respeito do tema.

A própria Justiça Estadual do Rio de Janeiro, provocada pela Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa numa ação judicial, concedeu uma medida liminar reconhecendo a abusividade da cobrança do ponto extra. Nós colocamos aí os fundamentos que foram utilizados pelo Juiz nesta ação, em outubro de 2005, para conceder a tutela, impedindo que fosse cobrada a mensalidade pelos pontos adicionais.

A ANATEL publicará em breve, e para vigorar a partir de abril de 2008, um regulamento desse serviço, e nós sabemos já que estão incorporados diversos direitos expressos no Código de Defesa do Consumidor. Não sabemos exatamente qual será o posicionamento da ANATEL – O Dr. Ara Apkár está aqui hoje para talvez nos esclarecer – a respeito especificamente do ponto extra. Mas a expectativa da sociedade é que não se possa cobrar por pontos adicionais ou pontos extras, uma vez o que sinal já chegou à casa da pessoa, e portanto ele pode ser desdobrado, e nós esperamos que só se justifique a cobrança de equipamentos necessários para o desdobramento dos pontos e os custos relativos à instalação.

E também, eventualmente, se o consumidor quiser pacotes de programação específicos para pontos adicionais da residência onde estiver instalado, que isso possa ter algum custo para a operadora e posso ser cobrado.

Agora, o desdobramento do ponto com a mesma programação, sem diferenciação nenhuma, não há justificativa, inclusive técnica – A Associação dos Engenheiros em Telecomunicações (AET), em São Paulo

nos deu informações a respeito -, e nós entendemos que não há justificativa para a cobrança de uma taxa a mais, uma cobrança, uma mensalidade a mais.

Os fundamentos para o posicionamento das entidades de defesa do consumidor estão apoiados no Código de Defesa do Consumidor, na Lei Geral de Telecomunicações e na Lei do Cabo. De acordo com o art. 4º do Código de Defesa do Consumidor, que é o dispositivo que estabelece a Política Nacional das Relações de Consumo, o que a gente vê é que princípios como a ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor por iniciativa direta – E aí nós teríamos, por exemplo, a iniciativa desta Casa e a iniciativa da própria ANATEL, órgão encarregado de regulamentar essa questão também, não exclusivamente, porque defesa do consumidor é uma matéria que esta Casa tem competência indiscutivelmente para regular, assim como os Estados.

A harmonização dos interesses dos participantes da relação de consumo, nós entendemos que é razoável, já que o serviço está sendo pago, então as empresas estão sendo remuneradas pelo serviço público que prestam.

A coibição e repressão eficiente de abusos praticados no mercado, nós entendemos que têm um caráter abusivo essa cobrança adicional, já que o serviço já foi colocado à disposição na casa do consumidor e ele já paga por isso.

E a racionalização e melhoria dos serviços públicos, é isso que a gente espera, porque é lamentável que esse serviço esteja sendo prestado há tantos anos e a ANATEL não tivesse, até o presente momento, regulamentado esse tema, e que o Poder Judiciário, os órgãos de defesa do consumidor tenham que se ocupar de resolver esses conflitos, uma vez que as empresas, infelizmente, não só as TVs a cabo, mas as empresas de telefonia, acham mais fácil o que custo de resolução de conflitos fique por conta dos PROCONs e do Poder Judiciário, do que eles próprios resolverem as questões.

O art. 39 do Código de Defesa do Consumidor, que dispõe sobre práticas abusivas, e é daí que nós entendemos que a cobrança é abusiva, determina que é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços elevar sem justa causa o preço do serviço. Como, tecnicamente, o desdobramento do ponto depois que forem reembolsados para a empresa o custo da instalação do ponto adicional, é uma elevação injustificada do preço, já que o serviço é o mesmo. Não há a prestação de um serviço adicional. O serviço é absolutamente e rigorosamente o mesmo, portanto se trata de uma cobrança abusiva.

Por outro lado, o art. 51 do Código de Defesa do Consumidor determina que são nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam obrigação abusivas ou iníquas, e determina que se presume exagerada a vantagem que se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.

Ora, se o ponto já foi colocado na residência do consumidor, não há justificativa nenhuma para que se cobre pelo desdobramento desse ponto, repito, desde que autorizada a cobrança dos custos para a instalação do ponto adicional.

Por outro lado, a Lei Geral de Telecomunicações, que remete à Lei do Cabo, mas estabelece direitos de ordem geral para os consumidores do serviço de telecomunicações, e a TV a cabo é serviço público de telecomunicações, determina que o usuário tem direito ao acesso ao serviço com padrões de qualidade e regularidade adequados a sua natureza em qualquer ponto do território nacional. A gente entende que é uma inadequação, considerando as questões técnicas e a natureza desse serviço, cobrar-se pelo ponto adicional.

O art. 5º da Lei Geral também determina que nas relações econômicas deverão ser observados os princípios constitucionais da defesa do consumidor e repressão ao abuso do poder econômico. Nós enquadramos nesse conceito a cobrança do ponto adicional.

E no art. 212 remete para à Lei do Cabo a regulamentação dessas relações.

A Lei do Cabo, então, no art. 26, que é objeto do Projeto de Lei do Senador Pedro Simon, não autoriza, está evidente que não há autorização para a cobrança do ponto adicional. Existe um vácuo, e pela ausência de regulação por parte da ANATEL, as empresas entraram, é claro, para cobrar aquilo que entenderam que podiam. E não foram reprimidas, a não ser pela Justiça e pelos órgãos de defesa do consumidor.

Por outro lado, o art. 30 diz que a operadora poderá transmitir sinais ou programa produzidos por terceiros, cobrar remuneração pelos serviços prestados. Ora, o serviço prestado é a colocação do ponto na residência e a entrega da programação, do conteúdo relativo à programação. Um ponto adicional, nós não entendemos que haja adicionamento de serviço nesse aspecto.

E determina, no art. 33, que são direitos do assinante receber da operadora o serviço de instalação e manutenção dos equipamentos necessários à recepção do sinal. Ora, instalado, se precisar de manutenção, instalado o serviço, necessitando-se de manutenção, é legítimo, está amparada pela lei a cobrança da ma-

nutenção ou de qualquer coisa, mas da manutenção de um ponto adicional não há previsão legal para sustentar essa cobrança.

Concluindo, então, nós entendemos que é legítima, porque são cinco milhões, hoje, aproximadamente, de assinantes de TV a cabo, então tem uma abrangência e uma relevância grande, a tendência é que esse número cresça muito, principalmente se não for cobrado o ponto adicional, porque o preço do serviço então fica reduzido, e justificado então, em muito boa hora, que se aprove rapidamente, se vote, porque isso é uma demanda dos consumidores.

E a iniciativa desta Casa, tornando-se efetivamente lei, vai pôr fim a uma série de conflitos. A gente, em São Paulo, tem aumentado muito os conflitos dos consumidores com as empresas de TV a cabo, e isso seria muito produtivo, que o Poder Judiciário e os órgãos como PROCONs e outras entidades da defesa do consumidor se desonerariam, perderiam e teriam mais espaços para tratar de outras questões.

Portanto, as entidades de defesa do consumidor, a PRO TESTE e a Frente dos Consumidores em Telecomunicações apóiam essa iniciativa e acham de extrema importância e relevância para a defesa dos interesses econômicos dos consumidores desse serviço público.

Eu agradeço a oportunidade e parabeno a Casa pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado pelas colocações da Sr^a. Flávia Lefèvre Guimarães, Conselheira Consultiva da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, e representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PRO TESTE.

Lembrando ao telespectador da TV Senado que esta é uma Audiência Pública cujo assunto é: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 346/2005, que “acrescenta § 3º ao art. 26 da Lei nº. 8.977, de 06 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências”. Importantíssima esta discussão e esta Audiência Pública. Para que os telespectadores possam entender, está se discutindo aqui se, quando se liga a TV a cabo nas residências, se é um valor só ou se, em função do número de cômodos que tiver os pontos, vai se cobrar por cada cômodo.

A autoria do Requerimento é do ilustre Senador aqui presente, Senador Augusto Botelho, a autoria do PLS é do Senador Pedro Simon, nº. 346/05, e a autoria é do Senador Eduardo Azeredo.

Passaremos agora ao segundo convidado, Sr. José Antônio Baeta de Melo Cançado, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor e Coordenador da

Área de Serviços do PROCON Estadual de Minas Gerais, meu querido Estado.

Com a palavra o Sr. José Antônio Baeta.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO: Obrigado, Senador Wellington Salgado, a quem eu cumprimento, Senador pelo Estado de Minas Gerais. Senador Cristovam Buarque, nossas homenagens. Parabenzamos também o Senador Augusto Botelho por esta iniciativa de Requerimento desta Audiência Pública para discussão de um problema que já aflige há muito tempo os consumidores não só do Estado de Minas Gerais, mas de todo o Brasil, que é a cobrança do ponto extra.

Isso por quê? Porque, muitas vezes, são pequenos problemas, mas que vivem o cotidiano do ser humano, que vive o cotidiano da pessoa, que o incomodam de maneira diuturna. E aquilo vai gerando uma insatisfação muito grande, e ao mesmo tempo vai gerando uma situação de perplexidade e impotência. É hoje fato já consolidado, é um fato consolidado em todo o País, em todos os meios, conforme bem falou a defensora da PRO TESTE, que todos os órgãos de defesa do consumidor entendem como abusiva a cobrança do ponto extra.

E essa cobrança persiste. E isso vai sedimentando um sentimento de impotência nos consumidores, e muitas vezes de perplexidade, que chega até mesmo numa área, por exemplo, como se fosse impunidade. Ou seja, o poder econômico sempre prevalece. Este que é o grande problema e, ao mesmo tempo, vai gerando esse desconforto diuturno nos consumidores.

Para o ponto extra, eu trouxe aqui a posição das operadoras, das prestadoras do serviço. Elas, para cobrarem o ponto extra, se firmam em três perspectivas: A primeira, que o ponto extra traz despesas extras para a prestadora. Segundo, que para o serviço de TV a cabo, por ser um serviço privado, não caberia esse tipo de interferência. E terceiro, proibir a cobrança afetará o equilíbrio econômico-financeiro das prestadoras.

Com relação a esse último ponto, que é “a proibição da cobrança afetará o equilíbrio econômico-financeiro das empresas”, isso foi bem analisado no Estado de Minas Gerais em decorrência de uma Ação Civil Pública que o Ministério Público impetrou na Justiça. Ali, foi deferido, a exemplo do Rio de Janeiro, uma liminar pelo Juízo da 4ª Vara Civil. Essa liminar foi objeto de recurso de agravo, e no primeiro momento o Tribunal de Justiça a confirmou. Porém, as operadoras pediram reconsideração, e um dos principais pontos seria a afetação do equilíbrio econômico-financeiro.

Isso nos levou a uma análise profunda do demonstrativo contábil que as empresas são obrigadas a apresentar e estão no site das empresas, tanto na

Net, quanto na Way, que são as duas operadoras de Minas Gerais. Isso porque são sociedades anônimas e os extratos contábeis dessas empresas estão para todos aqueles que quiserem ter acesso a eles, através do *site*.

E ali ficou constatado o quê? 1. O valor do ponto extra seria ínfimo em relação à receita dos grupos. Um exemplo: Para o grupo Net, que ela mesma colocava que a receita do ponto extra estaria na ordem de três milhões de Reais, e que afetaria o nível de emprego, poderia afetar o nível o equilíbrio financeiro da empresa, nós verificamos que esse valor representava 0,58% de todo o faturamento do grupo. Ou seja, um percentual quase que semelhante ao da CPMF. Vejam bem. Então não é um valor assim tão extraordinário que significa a questão aí do ponto extra para a receita das empresas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Promotor, achou 0,58% pouco?

SR. JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO: 0,58%, é o que eu falei: Uma vez que nós entendemos que o Senado, pelo menos, possa terminar com a CPMF, não vamos entrar nesse mérito--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vou levá-lo para conversar com o Senador José Agripino e o Senador Arthur Virgílio.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO: O que acontece? Já o ponto extra, uma vez que acabou a CPMF, o ponto extra tranquilamente poderá ser coisado(*sic*) porque um está compensando o outro, está certo? Então é isso. 0,58% que é do faturamento das empresas.

E mais, em análise dos custos, que só tem a planilha contábil ali, e está aberta ali, tanto da empresa Way quanto da NET, não há sequer uma rubrica de custos para instalação e manutenção de ponto extra. Há, sim, para o serviço, os custos para se levar o sinal de TV a cabo, o sinal de áudio e vídeo à dependência do consumidor. Mas os custos decorrentes do ponto extra, não há sequer uma rubrica. Então, hoje, toda a receita oriunda – Isso contabilmente -, toda receita oriunda do ponto extra é livre de qualquer custo. E isso está na prestação contábil que as empresas apresentam e estão na Internet.

O segundo ponto em se batem as apreciadores do serviço de TV a cabo, é que é um serviço privado. Conforme até nós discutimos aqui um pouquinho antes desta Audiência com o Dr. Ara Apkár, existe aí uma diferença de conceituação: O Ministério Público é fiel à lei, ele é fiel ao que determinam os Legisladores, o Congresso Nacional, os Deputados e os Senadores.

Foi determinação do Legislador que o serviço de TV a cabo fosse explorado através da concessão, e dois, houvesse universalização e continuidade. Universalização dentro da área de concessão. Por quê? Dentro da área de concessão, a própria Lei de TV a Cabo determina que qualquer um que esteja na área de concessão tem direito àquele serviço de TV a cabo. E o próprio contrato de concessão estabelece prazos para que a empresa de TV a cabo atinja a universalização de todos os consumidores que estão dentro da sua área.

E mais ainda, a própria lei proíbe qualquer discriminação sócio-econômica que possa haver por parte da empresa. Então ela tem que atender desde o mais humilde consumidor até o mais abastado. Isso está na lei.

E a continuidade é uma exigência óbvia do serviço de TV a cabo e próprio e inerente ao serviço. Como se pode uma programação de televisão ser interrompida a todo momento?

Então isso é muito claro. Porque a Lei Geral de Telecomunicações, ao diferenciar serviço público e serviço privado, como ela coloca o que é o serviço público? O serviço público é aquele que é outorgado por concessão, ele tem que ter universalização e tem que haver a continuidade do serviço. Então eu acredito que, com isso, falece qualquer argumento de que seja serviço privado. Não pode se confundir regime jurídico da empresa que presta, que é privado. Assim como na área de energia.

Na área da energia, nós possuímos a maioria, hoje, das empresas de energia elétrica são de regime privado. São empresas privadas. E prestam serviço público essencial. Certo? Isso não há nenhum problema. Não se pode confundir o regime jurídico da empresa com a natureza do serviço.

Além disso, para realmente descaracterizar, não cabe esse tipo de interferência, como dizem as prestadoras, para colocar uma pá de cal, nós temos que a concessão foi precedida de um ato de licitação. E conforme exige a Lei Geral de Telecomunicações, o contrato de concessão tem que prever, antes de tudo, as tarifas a serem cobradas dos usuários e os critérios para reajuste e revisão. O contrato de concessão tem que conter todas as possíveis receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como provenientes de projetos associados.

Então nós temos um contrato de concessão estabelecido entre o poder concedente, que foi determinado pelo Congresso Nacional, que é a ANATEL, e você tem, do outro lado, as empresas prestadoras de TV a cabo.

E o que diz todos, todos os contratos de concessão? A redação da cláusula é a mesma. Por exemplo, em geral, no contrato da Way e da NET, em Minas Gerais, é a 24ª, mas para todo o País a cláusula é a mesma: “Incumbe à concessionária: Oferecer o serviço ao público de forma não discriminatória e a preços e condições justos, razoáveis e uniformes, compatíveis com as práticas usuais do mercado e com seus correspondentes custos, assegurando o acesso ao serviço como assinante a todos os que tenham suas dependências localizadas na área de sua prestação”.

Nessa redação está aqui: 1. A universalização, porque o próprio contrato fala: Assegurando a todos que tenham suas dependências localizadas na área de sua prestação. 2. A continuidade do serviço. Isso está bem explícito nessa cláusula. E terceiro: Mediante o pagamento do valor correspondente à assinatura básica. Tão somente. O contrato é claro. Somente poderá haver cobrança do pagamento do valor correspondente à adesão e à assinatura básica.

Então nós não entendemos, hoje, as posições contrárias. E no momento passado, infeliz, nós entendemos, da ANATEL, que indicou. E claramente, no ofício dirigido ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, reconheceu que não havia previsão para cobrança do ponto extra. E depois, num outro parecer, começou a defender a legalidade da cobrança. Isso muito nos assustou. Por quê? Porque o que mais se fala em nosso País chama-se rompimento de contrato. E porque nesse caso então, estaria a ANATEL rompendo o contrato expresso que foi assinado com as prestadoras de TV a cabo? Simplesmente para legalizar uma cobrança que não foi prevista no contrato.

No contrato se prevê o valor de pagamento da adesão e a assinatura básica. Tão somente esses dois aspectos. Qualquer valor receita alternativa, ela deveria estar explicitada no contrato. E não foi. Houve a licitação, houve a formalização do contrato, e por que agora então vai estar ocorrendo o rompimento do contrato?

E isso é um perigo. Por quê? A não ser que aceite no Brasil que o rompimento do contrato, desde que seja benéfico aos lucros de uma operadora, é possível. O que não pode é que aquele contrato seja exigido para ser cumprido na sua íntegra, em que essas duas, conforme nós vimos, já fizemos análise contábil da coisa, são mais do que suficientes para garantir os lucros exigidos nessa atividade econômica.

E isso por quê? Porque eu acredito que hoje é senso comum de que representa o serviço de TV a cabo. O serviço de TV a cabo representa a entrega do sinal de áudio ou vídeo ao assinante. Ou seja, significa a entrega do sinal na dependência do consumidor.

Uma vez entregue o sinal de áudio e vídeo na dependência, na casa do consumidor, está encerrada a prestação de serviços da operadora. O que consumidor tem o direito de usufruir (soa a campainha) como ele quiser daquele sinal.

Senador Eduardo Azeredo, é um prazer tê-lo aqui, do nosso Estado, muita honra.

Então, continuando a explicação: O consumidor teria direito, a qualquer momento, a usufruir da maneira que quiser. E isso é muito simples: No momento do contrato de um sinal de TV a cabo, você é obrigado a contratar 30, 40 canais. Por que na hora de usufruir esse sinal, pode a prestadora ditar a maneira pela qual você vai usufruindo, falando: “Não, você só vai usufruir um canal de cada vez”?

Ora, você assinou 40 canais. Se por acaso – Um exemplo que poderia até parecer bizarro, mas não é -, mas se você quiser colocar 40 televisores numa parede, num cômodo da sua casa, e quiser assistir os seus canais que você contratou, por que não? É seu direito! Você contratou os 40 canais! Por que você não pode assisti-los simultaneamente? Mas não! As operadoras, através do processo – E esse é um outro problema -, através do processo de codificação de sinais, passaram a impor exatamente o ponto extra.

Onde que começou essa discussão efetiva do ponto extra? Foi a partir de meados do ano 2000, quando as operadoras começaram a codificar os sinais. A codificação do sinal é facultativa; ela não é obrigatória. E se apoiando nessa permissão da lei, da codificação dos sinais, todos eles, além de serem codificados, gerou ainda uma despesa extra para o consumidor, porque algumas operadoras chegaram, a prestadora do serviço, ao absurdo de querer cobrar o aluguel mensal de um decodificador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. José Antônio?

SR. JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO: Pois não?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Três minutos está bom para V. Sª.? Mais?

SR. JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO: Está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mais três minutos, por favor.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO: Está certo. Mas então o que acontece? Isso tudo começou exatamente com a codificação.

E a codificação, uma própria perícia realizada pela Net Campinas, ali o próprio Perito diz claramente, de

maneira clara coloca que a codificação é tão somente para propiciar um controle financeiro da prestadora para o ponto extra, para a cobrança do ponto extra. Sem a codificação, qualquer pessoa poderia acoplar o sinal a quantos televisores quisesse. E nada, não haveria qualquer problema. Nenhum custo a mais.

E isso inclusive foi provado também agora, recentemente, numa perícia no Estado de Minas Gerais, em que tão somente a diminuição da intensidade do sinal pode ser corrigida com um amplificador de sinal, ou seja, há um gasto uma vez só da operadora, porque a manutenção da rede, ela já está feita através da assinatura básica.

Quando o consumidor faz a assinatura básica, ele já está remunerando a manutenção de toda a rede. Não existe qualquer custo para o ponto extra, conforme nós afirmamos, e não existe isso nem na prestação contábil das empresas de TV a cabo. E muito menos, agora, por exemplo, em perícia. E exatamente afeta de maneira direta a fruição do consumidor do sinal.

Com essas considerações, nós entendemos, nós consideramos, principalmente através de Nota Técnica, abusiva e ilegal a cobrança do ponto extra.

E parabenizamos o Senado de evitar, a partir (soa a campainha) de agora, essa cobrança, através do Projeto de Lei. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado pela explanação do Sr. José Antônio Baeta de Melo Cançado, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor e Coordenador da Área de Serviços do PROCON Estadual de Minas Gerais.

Eu, como o Senador Eduardo Azeredo, conhecemos bem o quanto trabalha firme a Promotoria de Defesa do Consumidor do Estado de Minas.

Queria lembrar aos telespectadores da TV Senado que esta é uma Audiência Pública cujo objetivo é instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 346/2005, que “acrescenta § 3º ao art. 26 da Lei nº. 8.977, de 06 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências”. É a questão de cobrança ou não pelos pontos adicionais de cada assinatura. Esta autoria do Requerimento é do Senador Augusto Botelho, aqui presente, a autoria do PLS é do Senador Pedro Simon, e a relatoria do querido amigo de Minas, Senador Eduardo Azeredo, que está aqui presente.

Passamos agora ao terceiro convidado desta Audiência Pública, o Sr. Ara Apkár Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Com a palavra o Sr. Ara Apkár.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Muito obrigado. Bom dia, Senador Wellington Salgado, Presidente da

Comissão de Ciência e Tecnologia, Srs. Senadores, Senador Eduardo Azeredo, Senador Augusto Botelho, Senador Romeu Tuma, colegas da Mesa, Dra. Flávia Lefèvre, Dr. Alexandre Annenberg e o nosso prezado Promotor Baeta.

Nós vamos tentar aqui contextualizar a questão da visão da ANATEL e em que posição nós estamos.

Então o objeto da discussão aqui é o PLS nº. 346/2005, do nobre Senador Pedro Simon, e algumas coisas que já foram faladas aqui eu não vou repetir.

Então, na realidade, a Lei do Cabo foi implementada em 1995, mais precisamente no dia 06 de janeiro de 1995, naquele momento, sempre o serviço de TV a cabo foi considerado um serviço que tem assinantes, isto é, tem uma assinatura, ele difere do serviço da radiodifusão aberta, em que o sinal é recebido livre e gratuitamente por qualquer um, portanto tem uma assinatura, e conforme a definição do art. 26, nós temos que: “O acesso como assinante ao serviço de TV a cabo é assegurado a todos que tenham dependências localizadas na área de prestação de serviço, mediante pagamento pela adesão e remuneração pela disponibilidade e utilização do serviço”. Isso está textualmente na lei. Nós não estamos inventando, nem tirando palavras, nem a mais, nem a menos.

Em seguida, em 97, veio a Lei Geral de Telecomunicações. E a Lei Geral de Telecomunicações, no seu art. 212, entendeu que a Lei de serviço de TV a cabo existia e disse o seguinte: Que os atos e as condições e procedimentos relacionados à outorga ficam mantidas, e todo o restante fica subentendido que a Lei Geral de Telecomunicações recepcionou a Lei Geral de TV a Cabo.

Como nós temos, no caso do serviço de TV a cabo, é uma lei específica, então toda vez que eu estou falando em termos de canais obrigatórios e condições essas que estão no contrato, sempre valem essas condições que estão em lei e que estão transcritas no contrato.

Mas é importante entender que, de 95 a 97, quando houve a privatização das telecomunicações, houve uma mudança do cenário. Então a Lei Geral de Telecomunicações recepcionou a Lei Geral de TV a Cabo. Se a gente trabalhar isso de uma forma independente, nós vamos tentar cair em algumas impropriedades.

Então o ponto que nós queremos aqui a atenção é que nós temos dois artigos na Lei Geral de Telecomunicações: Um é o art. 62, que fala sobre o interesse. Realmente nós temos o interesse coletivo e o restrito. Não há dúvida de que o serviço de TV a cabo é um serviço de interesse coletivo. Isso é tranqüilo. Quanto ao regime jurídico, nós não podemos confundir o regime jurídico das empresas. A Lei Geral de Teleco-

municações, no seu art. 63, fala “regime jurídico da prestação”.

Então teve momentos aqui nesta sala em que foi mencionado o seguinte: “Regime jurídico das empresas”. Não é isso que a ANATEL está regulando. Para mim, não me interessa quem é a empresa. Eu vou controlar a empresa, sim. Se ela é com capital, eu tenho que respeitar o capital estrangeiro, essas condições todas eu tenho que respeitar. Agora, é o regime da prestação.

Então, quanto ao regime da prestação, nós temos regime público e privado. O regime público envolve os serviços de interesse coletivo. Perfeito. Ele requer o quê? É um serviço essencial, a continuidade tem que garantida pela União, e isso quer dizer o seguinte: Vamos supor que uma determinada empresa, amanhã, depois, ela entra em falência. Como ele é um serviço essencial, automaticamente, pela Lei Geral, eu tenho que abrir uma licitação, enquanto eu estou fazendo essa licitação, eu dou uma permissão para uma empresa operar, porque eu não posso deixar o serviço parar, que tem a continuidade, e também tem obrigações de universalização.

No caso de serviço de TV a cabo, ele é um serviço que não foi feito para atingir os 180 milhões de brasileiros. Portanto, ele é um serviço que ele segue, vamos seguir aqui, em termos de serviço público, eu só tenho um único serviço que a Lei Geral diz que ele é um serviço prestado em regime público. Regime público do serviço: É o serviço de telefone fixo comutado.

Seguindo. O próximo é: O regime jurídico da prestação de serviço privado, ele pressupõe liberdade é a regra, porém, claro, as condições contratuais terão que ser mantidas. Em nenhum momento nós podemos entender que a liberdade é a regra, nós vamos mudar as condições contratuais. Em hipótese alguma.

Proibições, restrições e interferências serão exceção. Isto é, o Estado intervém apenas em caso de exceção. E o proveito coletivo gerado pelo condicionamento deve ser proporcional à privação. Então vocês verificam aqui que existem umas regras, e aqui novamente entra a questão do equilíbrio entre os deveres das prestadoras.

O resumo disso aqui quer dizer o quê? O serviço de TV a cabo, TV por assinatura, ele é um serviço considerado em regime privado. Não há como se confundir ele como sendo regime de prestação pública.

Praticamente eu já repeti. Agora, surgiu o primeiro entendimento pelo PROCON de Minas, que considerou que é pública a natureza do serviço. O PROCON de Minas entendeu que deve atender a todas as classes sociais, o PROCON de Minas entendeu que o serviço tem que ser um serviço essencial,

isso está dito na documentação, e por causa disso, segue todo o entendimento de que ele é um serviço prestado em regime jurídico público. Então, por causa desse entendimento.

No entanto, o entendimento da Agência, que não está mudando as leis que esta Casa faz, então pela Lei de TV a Cabo e a Lei Geral de Telecomunicações...

Foi dito que é essencial. Enfim, eu estou pegando a Nota Técnica que nós recebemos. A não ser que tenha duas notas técnicas. Por favor.

O entendimento da ANATEL é de que o serviço de TV a cabo é um serviço de telecomunicações, é do gênero; o serviço é prestado ao seu público específico, que são assinantes, portanto ele não é para atingir a população como um todo, porém isso não quer dizer que vão se cobrar preços exorbitantes. Em nenhum momento a ANATEL disse isso. Ele está em iguais condições a todos os serviços tratados pela Lei Geral de Telecomunicações, que nós falamos sobre público-privado, e a Lei Geral de Telecomunicações, repetindo, ela tem supremacia sobre a Lei do Cabo no que no que diz respeito ao regime da prestação do serviço.

Para nós entendermos o que nós estamos falando: Os primeiros serviços de TV a cabo quando foram implementados, eles foram implementados sem codificação, apesar de que a lei prevê a codificação. Quando a gente deixa sem codificação, isso quer dizer o seguinte: Em qualquer ponto, não precisa ser na sua residência, no meio do caminho, na rua, alguém pode captar o serviço. Portanto, se não se codificar, ele vira um serviço... Ele vira... Qual a diferença entre radiodifusão? Só porque tem assinante? Então, muito cuidado com esse conceito.

Então, daí surgiram os decodificadores, e a sociedade começou a interpretar que o codificador foi colocado exatamente para gerar mais uma dificuldade e para começarem a surgir as cobranças. Não! A codificação surge para amanhã, depois, a gente possa fazer o serviço *pay-per-view*, fazer o *video on demand*, porque para isso que nós estamos caminhando. Essa é a tendência dos serviços.

Então, quando a gente fala em ponto extra, começam a surgir as primeiras dúvidas. Claro, os sinais vêm codificados. O meu *decoder* recebe 30 ou 40 canais porque eu contratei isso, agora, num determinado cômodo da minha casa, eu posso querer assistir um jogo de futebol e no outro assistir um filme. São duas programações diferentes. É como se fosse, por exemplo, alguém na sua casa, neste momento, o Senador Romeu Tuma está lendo a revista, vamos supor, *Época* ou Isto é, qualquer uma, e o seu filho estar tentando ler a mesma revista ao mesmo tempo. Não tem como. Vocês vão ter que ir à banca e comprar uma outra re-

vista, porque não tem como, ao mesmo tempo, alguém ler a mesma revista. Porém, a tecnologia--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vamos anunciar também a Veja, senão vamos ficar sem as três.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Ah, bom, por favor. É que... Está bom, então, Carta Capital, Veja...

Então isso mostra que cada um tem o direito, na sua casa, de escolher o que ele quer fazer. Então essa é a razão do porque se coloca mais um *decoder*. Agora, não é obrigado a colocar o *decoder*. Vamos tentar entender.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Desculpe.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Por favor, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Por exemplo, só para aproveitar, eu tenho a cautela, porque é crime o senhor puxar um ponto para o outro, e a propaganda, permanentemente diz: “*Olha, é crime. Se você fizer está enquadrado na lei, no artigo tal do Código Penal*”. Então, põe em risco até a liberdade do cidadão que usa na sua casa uma extensão. Agora, se eu puxar uma extensão, eu ligar em outro canal, que não é o primário, onde está ligado – Como é que chama esse aparelho? – *Decoder*? Decodificador!

(risos) Fica muito elegante aí a coisa.

Mas, desculpe. Mas eu não posso ver outro canal num outro ponto? Eu posso ver. Eu posso ver. Ele capta o sinal de outro canal. Ele usa a mesma antena. Então, é isso que eu digo, porque se a gente fizer uma taxa razoável, o sujeito põe três, quatro, como quiser. É isso que é o grande problema.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Perfeito! Perfeito, Senador Romeu Tuma, o senhor está perfeito na sua colocação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Porque a taxa é dez. Por mais dez, mais dez, aí então põe uma taxa razoável, que atenda a sociedade no maior número possível, a universalização. É difícil universalizar uma TV a cabo, porque ela custa dinheiro. Aí o Governo tem que assumir. Aí não pode ser mais privatizada. Ela precisa ser institucionalizada para poder dar atendimento.

Eu não sei se eu estou errado, mas...

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Perfeito o seu raciocínio, Senador Romeu Tuma, e nós vamos chegar a isso.

Então, quando se coloca, o assinante pediu um segundo ponto, isto é, ele quer um ponto independente, para assistir programação independente, existem os custos que nós estamos identificando do *decoder*, porque é mais um equipamento que foi instalado, exis-

te a instalação em si, existem todos os procedimentos de ativação e tem a manutenção da rede.

Quando a gente fala manutenção, nós vamos... Nós não vamos nos preocupar com esse item, porque ele vai aparecer mais claramente lá na frente.

Agora, quando eu tenho um *decoder* e eu quero, na minha residência, assistir – Aí, Senador Romeu Tuma, o senhor agora vem ao ponto -, o senhor resolveu puxar de um ponto para assistir em vários outros televisores a mesma programação...

Claro. Não, não, mas isso é legal.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Porque às vezes o senhor tem uma empresa, em uma empresa tem determinados números de canais. A outra tem outros. Então, o *decoder* poderia... Tem que se comprar das duas empresas para poder ter uma diversificação maior, não é?

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Isso aí. Quer dizer, de uma empresa não serve para outra empresa. Então é esse o ponto.

Então nós estamos, de vez em quando, confundindo ponto escravo, isto é, se na sua residência tem dez televisores ligados ao mesmo tempo, quando o senhor vai assistir a mesma programação, isso é um direito seu. (soa a campanha)

Vamos lá, por favor. O senhor me dá três minutos, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com o maior prazer, Sr. Ara Apkár. Com o maior prazer.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, já que interrompeu, deixe eu só... Esse negócio do ponto escravo, eu até já comentei aqui uma vez, eu sou torcedor do América Mineiro, que é um time, aí um dia eu fui a um hotel lá em Teresópolis, e estou no meu quarto assistindo o jogo do América. De repente sai, o jogo mudou. Aí eu fui lá no ponto, na sala principal de televisão, passei outra vez para o jogo do América. Voltei para o meu quarto, troca outra vez. É o tal do ponto escravo. Isso é uma porcária! Ninguém use isso, não. Não deve usar, não.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas, V. Ex^a, tem também que ninguém quer assistir o jogo do América.

(risos)

Mais três minutos, por favor.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Muito obrigado.

Então, o que nós estamos querendo chamar a atenção, eu não sei se... – Dr. Alexandre Annenberg, se o senhor for falar nisso, eu vou passar. – Porque não confundir uma rede de TV a cabo com uma infra-estrutura do serviço telefônico, que é um fio de par trançado. Aqui tem fibra óptica com cabo coaxial. – Você vai falar sobre isso? – Então, por favor, vamos passar, para eu não perder tempo.

Então, como eu tenho um canal de retorno, Senador, porque eu utilizo também isso para prestar outros serviços, como Internet e telefonia, hoje, com a convergência, quando interfiro na rede, no caso de televisão por assinatura, eu não estou interferindo no serviço, eu estou interferindo na rede. Por quê? Porque o reflexo que esse assinante via causar ao pendurar mais um ponto na sua casa, ele afeta a operação da rede. Esse é um caso que qualquer, se vocês pedirem perícia, ela vai comprovar isso. Não é a ANATEL que está falando. É a realidade.

Então tem que tomar muito cuidado, porque eu tenho aqui um canal que está retornando para a rede para que eu possa fazer a seleção, eu possa fazer a interatividade, enfim, eu tenho ações aqui. Tem o acesso à Internet também. Então eu não estou mexendo num ponto na minha casa que eu quero fazer qualquer coisa. Então isso tem que se levar em conta.

Agora, isso não quer dizer que o assinante vai ser prejudicado. Em hipótese alguma.

Interfere na rede, Senador.

Então o histórico, o nosso nobre Promotor Baeta, aqui, já falou, em 2005, o Congresso Nacional recebeu a Nota Técnica 07, de Minas, e ouviu vários atores, inclusive ANATEL, e o próprio Conselho se pronunciou favoravelmente à cobrança pelo ponto extra.

E onde que reside o problema? É que na Regulamentação da Agência – Isso que eu quero deixar claro – não existia ou não tinham regras para proteção dos direitos dos assinantes.

Então o que a Agência fez? Nesse momento, tinha um vácuo regulamentar. Quando nós dissemos que não estava regulamentado, nós quisemos dizer o seguinte: Não é que eu não tinha uma Regulamentação; eu não tinha os procedimentos definidos. Então o que a Agência fez? Primeiro, nós implantamos, em 2006, o Regulamento da Qualidade, para começar a exigir qualidade do serviço das prestadoras, para que a gente possa oferecer um bom serviço aos assinantes. E em seguida, nós começamos a trabalhar, em 2007, no Regulamento de Defesa dos Direitos dos Assinantes. O Regulamento foi aprovado pelo Conselho da ANATEL. Como a ANATEL segue (soa a campainha) as regras desta Casa...

Vocês vão me dar um minuto, por causa dos apartes, por favor. Ainda bem que o... Está bom. Muito obrigado, Senador.

Então, nesse momento, a ANATEL trabalhou na Regulamentação de Proteção dos Direitos, nós mandamos isso, para cumprir a Lei de TV a Cabo, que eu sou obrigado a cumprir, mandei para o Conselho de Comunicação Social, e como o Conselho ainda não está conseguindo se reunir, e considerando que esse assunto é um assunto de importância para os consumidores, nós vamos editar o Regulamento, e eu me comprometi com os Conselheiros, que serão reconduzidos, os novos, de que assim que o Conselho for instalado, eu vou fazer uma apresentação sobre o Regulamento, e se amanhã, depois, o Conselho de Comunicação Social entender que, pela sociedade, tem alguma sugestão, apresenta para a ANATEL, eu faço outra consulta pública e atualizo o Regulamento. Agora, eu preciso da ordem para esse serviço.

Terminando, então o que o Regulamento fala? Ele diz o seguinte: Se eu contratei o pacote de filmes, a operadora não pode cobrar por esse pacote de filmes que eu já contratei. Isso é um direito que o senhor tem. Agora, a instalação do *decoder*, se eu quiser fazer o ponto extra para outra pessoa, num outro cômodo, assistir qualquer outra coisa, a ativação desse *decoder* e se existir uma manutenção, se, ela pode ser cobrada. Agora, no boleto de cobrança, isso vai ter que ficar claro e discriminado, porque a Agência, sim, vai fiscalizar essa questão, e se tiver abusividade, a Agência vai intervir.

Portanto, essa história que, essa colocação que o senhor propriamente fez, Senador Romeu Tuma, é que eu não posso cobrar, por exemplo, se a assinatura custa 60 Reais, eu não vou cobrar 40 Reais por um ponto extra. Obviamente que isso não existe. Agora, quando eu obrigo à discriminação, eu já vou saber se esses custos estão aderentes. Mas eu não posso intervir muito, porque ele está em regime privado. O senhor viu que, quando eu gero uma restrição, ela tem que ser proporcional.

E o assinante pode, às suas expensas, realizar qualquer mexida que ele quiser, porém, o exemplo que eu dou é o seguinte: Alguém compra um carro e não quer levar para a Concessionária. O senhor leva para um amigo a quem o senhor quer levar. Perfeito, é um direito que lhe assiste.

Se o carro der um defeito, o senhor leva para a Concessionária, a Concessionária assume o que foi feito pelo outro? Não.

Então o que nós estamos falando? Para deixar a regra transparente: Se o assinante mexer na rede e depois chamar a operadora e disser que o sinal está

ruim, ela pode, a operadora, cobrar por essa manutenção, por quê? Ela vai ter que mexer em toda rede que o assinante fez. É isso que nós estamos falando.

Então não é que a ANATEL está defendendo A, B ou C. Então nós estamos indo pelo bom senso, usando a regra de mercado e usando aquilo que qualquer serviço de manutenção faz.

Então era isso que a gente tinha que apresentar, se precisar de alguma coisa adicional, nós estamos à disposição, eu já me comprometi, inclusive, pessoalmente, nós vamos sentar depois com o nobre Promotor de Minas para conversar, para esclarecer, para mostrar o seguinte: Tanto a Dra. Flávia Lefèvre, como o próprio Promotor, nós estamos falando a mesma coisa, talvez com linguagens diferentes.

Quando se fala em assinatura, eu não quero assinatura, eu quero que ele discrimine, que eu estou indo mais longe, eu estou gerando mais um controle que não foi previsto. É isso que nós estamos falando.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Ara Apkarian Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Eu queria dizer aos telespectadores da TV Senado que esta é uma Audiência Pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática, cujo objetivo é instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 346/2005, que “acrescenta § 3º ao art. 26 da Lei nº. 8.977, de 06 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências”. Autoria do Requerimento, Senador Augusto Botelho, aqui presente, a autoria do PLS nº. 346/2005 é do Senador Pedro Simon, e a relatoria, também aqui presente, é do Senador Eduardo Azeredo.

Antes de convidar o último expositor convidado, Sr. Alexandre Annenberg para fazer uso da palavra, eu queria pedir ao Vice-Presidente, ilustre Senador Marcello Crivella, que tomasse assento, tenho que relatar alguns problemas nas outras Comissões, e que tomasse conta dos trabalhos.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Bom dia, queridos. Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

O último orador, estou sendo informado aqui, é o Sr. Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura.

Com a palavra V. S^a.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Prezados Senador Marcelo Crivella, Prezados Senadores, Senador Eduardo Azeredo, Senador Augusto Botelho, Senador

Romeu Tuma, Senador Sérgio Zambiasi. Esta não é uma Audiência fácil, porque ela está lastreada em uma série de conceitos que exigem um mínimo de conhecimentos técnicos.

É claro que eu não vou aqui fazer uma exposição técnica, mas, necessariamente, vou ter que falar sobre alguns aspectos técnicos, porque apenas depois do entendimento desses aspectos que se pode esclarecer melhor a questão da cobrança do ponto extra.

Eu louvo muito os esforços da representante do PRO TESTE, do Promotor Cançado, porque esses esforços são absolutamente necessários, são esforços em defesa do consumidor, que deve estar sempre protegido por uma infra-estrutura capaz de garantir os seus direitos.

E na verdade o nosso serviço, que é o serviço de televisão por assinatura, tem por objetivo atender as necessidades do consumidor. Então nós temos as mesmas preocupações. Mas, lamentavelmente, as posições assumidas pela Conselheira Flávia Guimarães e pelo Promotor Cançado são posições radicalmente enganadas. Eles estão profundamente enganados do ponto de vista da avaliação do problema em si.

E por que isso acontece? Nós estamos vivendo hoje um tempo que é o tempo da convergência, é o tempo de novas tecnologias, é um tempo de revolução na tecnologia das comunicações.

Nós todos estamos acostumados com redes de telecomunicações que são redes do tipo telefônico, que tem mais de cem anos de existência. O que é uma rede de telefonia? Uma rede de telefonia é simplesmente um conjunto de fios de cobre que coloca em ligação direta um interlocutor com outro interlocutor na outra ponta. É esse que é, em síntese, o serviço de telefonia. Retiro o telefone do gancho, ouço um ruído de discar, ao discar, há uma central de comutação, que liga o interlocutor A com o interlocutor B. O serviço de telefonia se resume basicamente a isso, conceitualmente.

Tanto isso é verdade, que as empresas de telefonia não estão nem preocupadas com o que possa existir dentro da casa do assinante. Na medida em que dentro da casa do assinante se estenda mais essa rede, não altera absolutamente nada, porque o processo vai continuar sendo exatamente o mesmo. Ao levantar um telefone de uma extensão, por exemplo, eu vou ser comutado por uma central a um interlocutor na outra ponta. Independentemente do número de extensões que eu possa ter na minha casa, independentemente, isso não altera a própria rede. Isso não altera o serviço.

E tanto isso é verdade, que a empresa de telefonia, na maior parte dos casos, deixa a rede pronta no poste na frente da casa do assinante, e não dentro

da casa do assinante. O assinante chama um técnico, que puxa um fio do poste e faz as ligações internas dentro de casa.

Há cem anos se faz assim. Há cem anos é que as redes de telefonia estão ali e sempre foram assim.

Chegou o século XXI. No Século XXI, começaram a ser construídas redes inteligentes. Redes que tem uma concepção totalmente diferente da rede de telefonia. São redes feitas com cabos coaxiais, com fibras ópticas e, principalmente, com uma topologia – Perdão pelo termo técnico –, mas com uma topologia completamente diferente.

Uma rede de cabos coaxiais e fibras ópticas é constituída por células. Então, quando um operador de TV a cabo constrói uma rede numa localidade qualquer, ele se preocupa em dimensionar essa rede para células de um determinado tamanho. Em geral para atender de 2000 a 2500 assinantes. Cada célula é dimensionada para atender de 2000 a 2500 assinantes. Na medida em que naquela região começam mais assinantes do que os 2000 ou 2500 previstos no projeto original, a célula é subdividida. Então passa a atender, ao invés de 2000, mil assinantes, ela é redimensionada, e aí exige um atendimento para grupos menores, com inclusão de novos amplificadores, roteadores, filtros, uma série de elementos técnicos, e a própria operação da rede na central se torna muito mais complexa na medida em que essas células vão sendo criadas.

Mas tudo isso é para garantir que o fluxo de informações ao longo dessas células tenha uma qualidade constante.

O fluxo de informações nessas células está sempre presente. É diferente também de uma rede de telefonia. A rede de telefonia só funciona no momento em que eu levanto o telefone e que eu faço uma comunicação telefônica. O resto do tempo ela está completamente morta, ela está completamente ociosa, não acontece nada na rede.

A rede HFC, a rede híbrida de fibras e cabos coaxiais, ela está em permanente controle, ela está sendo permanentemente operacionalizada. E é através dessa operacionalização que se consegue liberar maiores velocidades ou menores velocidades da banda larga, que se consegue operar uma infinidade de novos serviços que essa rede proporciona.

Por que as operadoras de TV a cabo não permitem que um técnico não qualificado e não definido pela própria operadora faça uma extensão ou mexa na rede? Justamente porque se perde o equilíbrio que foi projetado originalmente.

E não só a questão do equilíbrio; nas redes de fibras ópticas e cabos coaxiais existe um monstro latente que é o ruído de ingresso. Se a rede não estiver

com filtros convenientes, com amplificadores convenientes, com roteadores convenientes, ao se ligar um liquidificador na cozinha, esse ruído interfere na rede. Ao se ligar um aspirador de pó na sala, esse ruído interfere na rede. Altera a própria imagem.

E o que é pior ainda do que alterar a imagem, derruba a rede de outros assinantes. No momento em que eu estou navegando na Internet, se a rede não estiver equilibrada e alguém introduz um ruído na rede, eu derrubo não só a minha rede, como a rede do meu vizinho e dos outros 2000 assinantes que possam estar conectados simultaneamente. Exatamente.

Então, o conceito fundamental que diferencia completamente a abordagem do conceito de telefonia para o conceito de rede de fibra óptica é exatamente o conceito dessa operação da rede. A rede está em permanente operação, 24 horas por dia, 365 dias por ano, chova ou faça Sol.

É essa permanente, é o permanente controle dessa rede que é o custo. Além, é claro, de todos os equipamentos que estão na rede. Esse é que é o custo operacional, que é cobrado pelos operadores de TV a cabo.

Ora, como é que os operadores de TV a cabo cobram os seus serviços? São dois elementos principais: Um deles, claro, pelo conteúdo que é fornecido. Esse conteúdo é cobrado, e tanto isso é verdade, que dependendo do pacote que é contratado, esse conteúdo é cobrado mais ou menos. Dependendo do pacote oferecido. Mas isso é apenas um componente do preço da assinatura. O outro componente é justamente o custo da operação da rede.

Ora, o que acontece com um ponto extra? O ponto extra conta, nesta rede, como um ponto exatamente igual a qualquer outro ponto, chame de principal, chame de Antonio, chame de Maria. O ponto que está sendo usufruído pelo cliente, ele tem exatamente a mesma influência na rede. Tanto isso é verdade, que quando eu digo que a rede é dimensionada para 2000 pontos, eu não faço nenhuma distinção se os 2000 pontos são principais ou extras.

A rede é dimensionada para 2000 pontos. No momento em que eu tenho mais do que 2000 pontos naquela rede, automaticamente essas células são desmembradas, como eu falei. Não importa se são pontos principais ou se são pontos extras.

Como? Ou filhotes. O nome que a gente quiser dar.

Porque eles é que interferem na carga da rede, se a gente puder chamar assim.

A cobrança portanto se faz, como eu estava dizendo, sobre o conteúdo que é fornecido ao cliente e a operação propriamente da rede.

Ora, no caso do ponto extra, há uma diferença importante: No caso do ponto extra não se cobra conteúdo de novo. O conteúdo foi pago pela assinatura principal. O conteúdo está pago. A operação da rede, não. A operação da rede depende do número de pontos que estejam pendurados nesta rede.

Em geral, o custo da operação da rede está em torno de seus 20% do custo final do produto. Cifras aproximadas. É mais ou menos esse o valor que as operadoras cobram pelos pontos extras. Ou seja, elas cobram exatamente a contraprestação de um serviço que é um serviço oneroso.

Eu não vou entrar agora aqui em todas essas considerações sobre o fato de ser um serviço privado, porque elas já foram exaustivamente colocadas aqui.

Mas, do ponto de vista ainda jurídico, eu queria lembrar uma coisa: O Promotor falou sobre as obrigações de universalização das redes de TV a cabo. Não é bem assim. Na verdade, quando é feita uma licitação de TV a cabo, os candidatos àquela área apresentam propostas e essas propostas são analisadas segundo vários itens. O candidato que apresentar uma proposta de maior cobertura da área tem mais pontos no julgamento final. Então é claro que a área de cobertura é um fator importante para se ganhar uma licitação. Mas não é uma obrigação. Tanto que, em grande parte dos Municípios, a área de cobertura prevista no próprio contrato de licitação não é 100% da área, porque isso pode ser antieconômico. Então, estender para a TV por assinatura esse conceito de universalização que está presente na telefonia fixa, não tem nada a ver.

Mesmo porque, não é um serviço universalizável. Lamentavelmente, é um serviço cujo preço está acima das possibilidades de uma grande maioria da população. E ele é assim, não é só aqui no Brasil. Ele é assim no mundo inteiro. E quando eu digo que ele é assim no mundo inteiro, eu digo que ele é também cobrado nos pontos extras no mundo inteiro, exatamente pelas mesmas condições. No mundo inteiro, o custo de operação de um ponto extra é cobrado.

Quando surgiram essas contestações sobre ponto extra e a cobrança de ponto extra, nós nos apressamos a tentar explicar. Agora, convenhamos: Não é simples transmitir essa explicação para um público leigo. Então nós fomos à ANATEL: "*ANATEL, nos ajude a explicar o que é isso*". A ANATEL produziu um parecer confirmando a legalidade da cobrança.

Não satisfeitos com isso, e por própria até iniciativa da ANATEL também, nós fomos ao Conselho de Comunicação Social daqui do Senado. E o Conselho de Comunicação Social analisou também todos os aspectos envolvidos, e o Conselho de Comunicação Social, a principal preocupação do Conselho de Co-

municação Social não são os operadores; a principal preocupação são os consumidores. E o Conselho de Comunicação Social também emitiu um parecer admitindo e entendendo a necessidade da cobrança.

Aí começaram as questões na Justiça. As questões levantadas em vários pontos do País.

Eu aqui queria passar rapidamente, por favor, um primeiro *slide*: Aí nós temos Processo número tal de tal da 8ª Vara Cível de Belo Horizonte. Tribunal de Justiça de Minas Gerais considerou legal a cobrança. – Uma observação: Esse foi o processo que abriu a discussão o tema. E o Promotor acompanhou isso desde o início.

Um outro processo, segundo processo, na 17ª Vara Cível de Belo Horizonte. O Tribunal de Justiça de Minas considerou legal a cobrança. Decisão transitada em julgado.

Terceiro processo, na 2ª Vara Cível de Indaiatuba, em São Paulo. Uma Ação Civil Pública. O Tribunal de Justiça de São Paulo deu ganho de causa à NET, no caso, entendendo que a cobrança é válida por ser serviço de natureza privada, sendo um serviço adicional. Vamos em frente.

Quarto processo, 4ª Vara Cível de Piracicaba, em São Paulo. Uma Ação Civil Pública. Sentença entende a cobrança legítima, por se tratar de um novo serviço, sob pena de locupletamento ilícito.

Quinto processo, 3ª Vara Cível de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Sentença reconhece que existe custo e que há (soa a campainha) a prestação de um novo serviço.

Sexto processo, 5ª Vara Cível de Franca, no Estado de São Paulo. Ação Civil Pública. Sentença considera legítima a cobrança por ser serviço autônomo. O art. 30 da Lei do Cabo autoriza a prestadora a cobrar pelos serviços prestados e reconhece o regime privado na prestação dos serviços.

Sétimo processo, Vara Cível de Santos, no Estado de São Paulo. Reconhece a existência de custos e que a empresa não infringiu nenhuma regra existente na Lei do Cabo, pois se trata do novo serviço, não se comparando à extensão do telefone.

Vamos em frente. Aqui Laudos Periciais Judiciais. Todas essas sentenças foram lastreadas por inúmeros Laudos Periciais. Senhores, aqui estão todos os Laudos Periciais que sustentaram essas sentenças. Eu vou deixar isso aqui à disposição dos senhores, estão todos os laudos aqui, para exame detalhado dos senhores.

Mas, em síntese, no processo da 4ª Vara Cível de Brasília, uma Ação Civil Pública aqui no Distrito Federal, onde o Perito reconhece o custo para o ponto extra, destacando a manutenção, material e mão-de-

obra para instalação. Destaca ainda a existência de normas da ANATEL para a qualidade de prestação do serviço.

Segundo processo, também na 7ª Vara Cível de Belo Horizonte, o Perito constatou que existem custos para instalação manutenção e disponibilização do ponto extra. Destacou que o art. 30 da Lei do Cabo prevê que a empresa poderá cobrar pelos serviços prestados e que o ponto extra permite assistir programação diversa do ponto principal, sendo assim um serviço autônomo.

Terceiro processo, da 1ª Vara Cível de Bauru, também uma Ação Civil Pública, onde o Perito confirma a natureza privada do serviço de TV a cabo – Eu não vou ler tudo porque é absolutamente desnecessário.

Depois o quarto processo, na 27ª Vara Cível de São Paulo. Uma Ação Civil Pública onde o Perito reconhece a natureza privada, etc, etc, etc.

Vamos ver mais um *slide*? E aqui estão os pareceres que eu já mencionei do Conselho de Comunicação Social.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Não tem nenhum contra, doutor? Não tem nenhum de decisão contrária?

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Nenhum. Nenhum. Nenhuma decisão contrária até o momento.

Portanto, senhores...

Claro, todo esse material aqui é para você. Tudo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Você vai tirando, de repente ele precisa consultar aí, como é...

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Não, não, tudo bem. Eu não vou cansar os Srs. Senadores lendo essa maçaroca e esse material.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – É que ela tem um ponto extra em casa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Principalmente as perícias.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Principalmente as perícias.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu estou desconfiado, Senador Romeu Tuma, que ela tem um ponto extra em casa e está querendo fazer uma defesa aqui--

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Do gato.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Do gato.

(risos)

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Não sei se o Dr. Alexandre terminou?

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Não, não. Eu queria ainda concluir. Eu queria só concluir com uma

consideração: Eu entendo perfeitamente e vou repetir: Louvo o esforço e a boa fé dos representantes que defendem os interesses do consumidor. Louvo o esforço e a boa fé do Promotor que levanta essas questões. Mas não posso admitir que seja colocada em dúvida a lisura e o comportamento das operadoras de televisão a cabo, que porque são operadores que têm o maior interesse em prestar o melhor serviço pelo menor preço possível.

E uma ultimíssima consideração que é a seguinte: Se eventualmente não fosse cobrado esse ponto extra, os custos operacionais da rede deveriam ser divididos igualmente por todos os assinantes. Qual é a conclusão? Que aqueles que têm maior poder aquisitivo e que podem ter pontos extras dividiriam os seus custos sobre todos os assinantes, inclusive com aqueles que não podem se permitir ter ponto extra. Portanto, a eliminação do ponto extra seria uma medida absolutamente injusta, não só do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista social.

Então, a cobrança do ponto extra se justifica por todos os aspectos técnicos e econômicos que eu mencionei, e também por um aspecto social, porque se cobra apenas daqueles que podem pagar.

Então essas são as considerações que eu queria fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Professor Alexandre Annenberg. Sua explanação foi brilhante.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Presidente, só pedir pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Seu argumentos foram muito contundentes. Só um instantinho, Senador Romeu Tuma. É que nós temos aqui, querido Senador Romeu Tuma, um pedido anterior ao vosso, do nosso Cançado. Ele está com avião marcado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Eu só queria porque senão eu vou ter que sair para votar na CRE, que estão chamando, já vieram chamar, já me ligaram, então isso... É claro que a importância do Ministério Público--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ele disse que são dois minutos, que ele tem que sair porque tem voo marcado.

Cançado, com palavra V. S^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Perfeito. Nós não estamos cansados.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Não estamos cansados. Nem apressados. (soa a campainha) Nem apressados.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO: Eu peço desculpas, porque eu tenho um vôo agora.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Mas eu gostaria de fazer um questionamento a V. Ex^a.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO: Pode até, se quiser, pode fazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Eu não sei se o Sr. Presidente autorizaria?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Por favor, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Não, é que a exposição foi tão brilhante--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Foi sensacional.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Eu acho que esta Comissão tem feito um trabalho--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Espetacular.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Foi recém-criada, a última Comissão criada, ela não tem um ano ainda, e tem se direcionado para Ciência e Tecnologia mesmo, com interesse da população.

Então o senhor deu uma aula sobre a técnica e como funciona, e a qualidade e a importância da Agência. Que a gente aqui discute muito a Agência e a independência que tem que ter. O PROCON nós já sabemos a grande atividade que tem, as dificuldades por falta de pessoal, mas sempre atentos às reclamações públicas.

O senhor fez uma exposição dentro do interesse e, acredito eu, com toda a honestidade, da necessidade de cobrança.

Mas eu faria uma pergunta, Promotor Cançado, é o seguinte: Nós temos, às vezes, a publicidade do próprio canal dizendo assim: “*É crime fazer extensão*” e tal.

Quando eu estava na Polícia Federal, não havia Regulamentação do grampo telefônico. Então quando a gente pegava um investigador particular, esses grampeiros que andam por aí a solta, a gente prendia e fazia o flagrante pelo uso da linha telefônica, porque não dava para fazer flagrante pelo grampo. Então fazia pelo uso da linha telefônica. Eu sei que se eu for lá, pegar um técnico, puxar do retransmissor e não pagar nada e botar uma TV a cabo, para mim é crime.

Agora, o que eu pergunto a V. Ex^a.: Se eu fizer extensão também é crime?

SR. JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO: Não, Senador. Exatamente isso, inclusive, é uma--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Porque o problema é o grande medo da população, hoje.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO: Exatamente. É o marketing equivocando e maciço que as operadoras fizeram. Por quê?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Porque eu acho que foi importante que o Promotor de Minas levantou o problema, porque vai se esclarecer.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO: Crime é a apropriação indevida do sinal de TV a cabo. Por exemplo: Você tem a linha, você não faz nenhuma assinatura básica, certo? Você simplesmente vai à rede e subtrai o sinal, ou seja, furta o sinal. Isso sim é crime de furto.

Agora, se você colocou o sinal dentro da sua casa, exauriu a prestação serviço, e você então pode fazer com o sinal o que você quiser.

Quando não tinha codificação, você podia ter dez aparelhos de televisão ligados do mesmo decodificador, que não era crime. E muito menos quebra de contrato. Por quê? No contrato em que prevê a cobrança do ponto extra, é cláusula nula, de pleno direito nos termos do art. 51 do Código de Defesa do Consumidor. Então, nem quebra de contrato seria.

Então, na verdade, crime é a apropriação indevida do sinal externo. Mas dentro da sua casa, você pode usufruir da maneira que você quiser o sinal. E só--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – É só porque as decisões judiciais são pela legalidade da cobrança.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO: Não, não. O que eu quero colocar--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Por isso que eu digo se há divergência entre o Ministério Público e o Judiciário?

SR. JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO: Exatamente. Por quê? Exatamente por isso que eu pedi, eu estava saindo, e eu gostaria que os senhores fizessem essa reflexão.

Primeiro, aquela unanimidade de decisões judiciais que foram apresentadas, a grande maioria se refere, infelizmente, de uma ação de um consumidor contra a empresa. Ali você tem, infelizmente, como se diz, os fundamentos da ação, o Judiciário se firma tão somente nos fundamentos da ação.

Então, em nenhuma ação, em nenhuma ação é alegado a quebra do contrato de prestação de serviço. Ou seja, a quebra da concessão.

E exatamente eu volto aqui no ponto que nós começamos no início: Eu ouvi aqui arrepiado e candidamente a ABTA pregando a quebra do contrato de concessão. Eles defenderam na Justiça que o serviço de TV a cabo é autônomo. E o que fala a lei de ma-

neira clara? O contrato de concessão tem que prever expressamente as tarifas. E, principalmente, o contrato de concessão tem que prever todas as possíveis receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de processo. Quer dizer, qualquer receita acessória tem que estar no contrato de licitação, em que, precedentemente, houve uma licitação. Uma licitação de exploração para o serviço, de 15 anos.

Aí o que acontece, todos? Todos, sem exceção, todos os contratos de concessão estão assim redigidos com relação à única cobrança que se pode fazer. Mediante o pagamento do valor correspondente à adesão e à assinatura básica. É só isso que os contratos prevêem e é só isso que os contratos de concessão autorizam a cobrança de cada concessionária.

Por que, agora, então, eles vão candidamente à Justiça? Claro. Em nenhum desses processos foi alegada a quebra do contrato.

Veja bem: A Justiça decide nos limites dos argumentos que lhe são trazidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E o senhor já tem alguma coisa que tenha sido proposta nesses termos?

SR. JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO: Sim. A nossa ação em Minas Gerais foi proposta nesses termos, obtivemos decisão liminar de primeiro grau, obtivemos a confirmação da liminar no Tribunal de Justiça, que depois, em pedido de revisão, foi suspensa a tutela, foi suspensa a tutela, simplesmente diante da argumentação, apesar de nós colocarmos ao Tribunal de Justiça que não haveria o desequilíbrio econômico-financeiro, e infelizmente no nosso País, talvez até com uma certa cautela, toda vez que uma empresa alega o desequilíbrio econômico-financeiro e alega que haverá uma enxurrada de demissões, haverá não sei o que, o Judiciário coloca o pé atrás e fala: *“Não, lá na frente a gente pode devolver o dinheiro para o consumidor, mas vamos ver aqui”* e aí suspenderam a nossa ação em Minas.

Agora, nas outras ações todas, basta trazer o fundamento. Em nenhuma foi utilizada a quebra do contrato de concessão outorgado em que... Vejam bem: As agências prestadoras de serviço, conforme vocês viram, eles é que defenderam que é um serviço autônomo. Eles é que defenderam que não era um serviço da assinatura básica. Você podia cobrar assinatura básica, e podia cobrar, vejam bem. Agora se muda para falar que o serviço de (soa a campainha) TV a cabo também teria que estar ali dentro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nosso Promotor querido--

Eu já peço para despedir.

Nós entendemos aqui a colocação de V. S^a., e apenas para contra-argumentar, o nosso Ara Apkhar Minassian – Que prometeu mandar para a gente aqui uns docinhos árabes de Natal. Armênio. Perdão! Armênio.

(risos)

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Doce árabe eu que tenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois é, o senhor tem mandato sempre para nós.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Mas, Senador, eu sou nascido lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – É na Turquia?

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Não, no Egito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Egito? No Egito. Então--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – É porque o Chefe da Igreja Católica da Armênia, ele esteve comigo. E quando da invasão dos turcos, se refugiou na cidade do meu pai, em Homs, na Síria. Nesse dia eu disse que ia para lá, ele falou que queria me levar, mas infelizmente ele veio a falecer. Era muito amigo do Varujian(F), não sei se o senhor conheceu. O empresário?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Apenas para aliviar um pouco as tensões, e já mandar servir aqui as esfihas e os quibes. Então--

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Para começar, apenas para reflexão, 30 segundos o senhor--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – É porque eu tenho a grande impressão que, decorrente dessas Audiências Públicas, nós podemos tomar medidas legislativas que tentem resolver de vez. Não ficar nessa angústia de ter que processar, não ter que processar. Pegar uma linha do interesse financeiro...

É claro que a economia tem que ter renda, senão ela deixa de ser interessante.

Agora, a vigilância do Ministério Público e do PROCON é uma coisa sagrada para nós, que eu acho que a Legislação Brasileira acerta em cheio.

E a Agência tem uma importância vital no equilíbrio das decisões, para não prejudicar nem um lado, nem o outro. Não pode tomar partido, mas também não pode--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Não, mas a pergunta aqui agora a ser discutida é clara--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Estou falando demais, não é, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – No contrato de concessão, que o Promotor colocou, Sr. Superintendente da ANATEL, está previsto apenas a cobrança da instalação do sinal? Não estão previstas possíveis cobranças de pontos extras?

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Por favor, eu vou responder objetivamente a essa questão. Primeiro, não há quebra de contrato de concessão. Não há quebra.

2. Algumas alterações vão ser introduzidas porque, não no contrato, mas sim nas regras, porque nós sabemos o seguinte: Esses contratos foram assinados em 95, quando só tinha a Lei de TV a Cabo. Então, para não tumultuar o mercado, eu estou seguindo com essas regras, apesar da Lei Geral de Telecomunicações ter entrado. Então eu não vou sair mexendo, exatamente para evitar aquilo o que Promotor disse: “Estão mexendo”.

Ninguém está mexendo no Contrato de Concessão. Eu desconheço alguma alteração da ANATEL que tenha mexido.

3. Tarifas, sim. E controle. E tarifas, pela Lei Geral de Telecomunicações, só tem tarifa o serviço de telefone fixo comutado. A Lei de TV a Cabo aprovada por esta Casa diz o seguinte, e a gente sempre tem que respeitar a lei: § 7º do art. 23, se não me engano. Isso mesmo. Diz o seguinte: “Os preços” – Preços, não fala tarifas. É a lei – “e as condições de remuneração das operadoras referentes aos serviços previstos” – Aí ele fala lá nos Incisos II e III – “deverão ser compatíveis com as práticas usuais de mercado e com os custos de operação, de modo a atender as finalidades a que se destinam”.

E por causa disto que, no Regulamento que vai ser editado, a primeira preocupação que a Agência, teve esse é um Regulamento, eu diria, que de grande ganho para a sociedade, de grande ganho para os consumidores, porque é a primeira vez que vai ter um Regulamento cujo nome diz Defesa dos Direitos. Nós estamos trazendo para dentro desse Regulamento todo o Decreto e a lei que protegem o Serviço de Defesa do Consumidor, então, portanto está aqui, além de outras obrigações.

Então nós não podemos, há uma confusão, eu entendo, toda vez que se fala em tarifas, nós estamos falando em prestação dos serviços em regime público. Se a gente não dirimir esta dúvida que é de origem, não confundir empresa privada com prestação de regime privado ou prestação em regime de serviço público. Nesse caso, não é nem interpretação da ANATEL; a Lei de TV a Cabo, que é de 06 de janeiro, fala em preços.

Então o que diz a lei? Se até anualmente houver uma abusividade na majoração dos preços, a ANATEL atua. E em nenhum momento nós vimos, ao longo desses oito, dez anos em que a Agência está fiscalizando os serviços, uma abusividade. Isto é, em nenhum momento, as operadoras aplicaram ou os índices inflacionários na íntegra ou ultrapassaram, porque aí a Agência poderia atuar. Isso não aconteceu e, novamente, não há o que se falar em tarifas. Tarifa só se aplica para o serviço telefônico fixo comutado. É o único serviço prestado em regime público. Portanto, quando alguém diz para mim que nós estamos invadindo e ao invés de tarifas, nós estamos entrando em preços, eu me preocupo um pouco, *data vênia* aqui os entendidos, os Advogados, porque não é o caso.

Mas eu entendo a colocação. Eu acho que nós precisamos sentar e esclarecer um pouco mais, porque tem uma pequena sutileza nesse assunto todo, que não está passando pela defesa dos direitos dos cidadãos, mas sim de outro entendimento, e que talvez está levando a um mal-entendido nesse processo. Eu não estou aqui, por favor, defendendo. Tem que aplicar a lei. É isso que a ANATEL tem que fazer.

E sempre aplicando a lei, observar também a qualidade do serviço, e olhar também o lado do cidadão. Isto é, as regras não são feitas apenas para beneficiar ou A ou B ou C. A Agência tem que ser neutra na sua ação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta para o Dr. Cançado antes de ele sair. Rapidinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois é, eu estou aqui preocupado, que o nosso companheiro, o Promotor de Minas Gerais, nosso querido amigo José Cançado, ele colocou aqui um tema muito candente, que são as ações nas bases em que ele propõe. Nós ouvimos o moço da ANATEL, o nosso Superintendente, e me pediu a palavra a Dona Flávia.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Só um minutinho, Presidente, quem sabe eles poderiam responder também, porque tem uma projeção aqui que me trouxeram agora, que deve ter sido apresentada, dispõe sobre ponto extra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ponto extra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Regulamento de Proteção e Defesa de Direitos dos Assinantes de TV por assinatura.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ponto extra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – “A prestadora poderá cobrar por serviços realizados relativos

a ponto extra, especialmente a instalação, a ativação, a manutenção da rede interna". Essa instalação vai ser cobrada só a instalação ou o serviço?

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Não, não. Eu posso explicar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu só vou pedir para os companheiros nós sermos breves--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Não, não, eu estou saindo, inclusive. Eu estou só--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Tendo em vista não perdermos aqui o Cançado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Eu acho que nós teremos que fazer outra também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Vamos fazer outra. Então vamos...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Senador, não, quero fazer só uma... O problema é o seguinte: Uns disseram uma coisa, outros disseram outra. Eu fiquei em dúvida. A minha dúvida... Por isso que eu tenho que ouvir a Academia. Eu quero ouvir pessoas especializadas em eletrônica. Porque ele disse que aumenta o custo. Os dois disseram que não aumenta o custo. E se custo aumentou depois que eles codificaram, o custo é deles, não é do consumidor.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO: Exatamente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Porque se for, porque se aumentaram, dá licença. É isso aí. Então eu vou ter que ouvir a Academia. Eu não estou satisfeito com a Audiência, não. Porque está equilibrado: Dois disseram uma coisa, dois disseram outra, e para mim, que eu estou... Eu represento o Joãozinho, o Joãozinho de Silva.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – O senhor representa o--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – O Joãozinho da Silva não está satisfeito, porque não entendeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Não é só o Joãozinho, não. O senhor representa milhares e milhares de Joãozinhos, centenas de milhares de Joãozinhos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Então, eu gostaria de saber. Porque um disse uma coisa, outro disse outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nós vamos chegar lá.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu vou ter que ouvir a Academia para poder ficar esclarecido. Por isso vai ter que atrasar mais um pouco

esse projeto, porque eu vou solicitar mais gente para falar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Perfeito.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Porque é isso que eu não entendo: Se ela emite todos os sinais para dentro da minha casa, por que ela vai cobrar se eu puser um ponto extra? Não, aí o senhor me falou: "*Porque vai diminuir a intensidade do sinal, porque eu tenho que retornar alguma coisa*". Mas esse retorno surgiu porque os senhores remeteram a codificação. Antes não tinha codificação.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Mas a codificação é um pressuposto essencial na televisão paga, porque se eu não tiver sinais codificados, eu não tenho como separar pacotes de conteúdos, por exemplo. Não existe televisão paga sem codificação. Essa é uma premissa essencial. Se não for codificado o sinal, o sinal é livre e ele deixa de ser cobrável.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Mas quando os senhores assinaram esse contrato já sabiam disso.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Claro, isso está previsto no contrato.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Já sabiam disso. Exato.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO: Já sabiam.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Mas aí acrescentaram esse preço depois, que ele--

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Não, não, Não, não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sabe que eu não... Eu acho--

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Não, não. Desculpe, Senador. É absolutamente importante que o senhor entenda que o que se cobra são os custos relativos à operação dessa rede. Os custos relativos à operação dessa rede que estão ali--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu sei.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: E que incidem sobre os pontos extras. Não são apenas a apropriação do sinal. Não é apenas isso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Está certo. A operação da rede.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: O gerenciamento da rede é que um custo permanente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Mas a rede que entra na minha casa, a rede entra por um cabo. Quando eu faço o contrato de controle, eu já estou pagando a monitoração daquele cabo. Aí eu coloco

outro ponto, vou ter que pagar outra monitoração do mesmo cabo?

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Sim, porque se o senhor--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Da mesma rede?

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Porque na medida em que vai aumentando o número de pontos, eu sou obrigado a subdividir a rede e aumentam os custos. Há uma proporção permanente entre o número de usuários que utiliza a rede e o custo da própria rede. É isto que dá o custo da operação da rede.

Então, na medida em que esse número de usuários ultrapassa um determinado patamar, eu sou obrigado--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – A mudar a célula.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: A mudar a célula.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu entendi isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Olha, meus senhores, apenas para organizar aqui, o nosso... Eu queria agradecer ao nosso Procurador José Antônio Cançado, que vai ter de viajar, antes que ele fique cansado e aflito.

E eu não posso deixar de dar a palavra para a Flávia Lefèvre, que não está cansada, mas está ansiosa e angustiada. Vamos ouvir então, todos ouvindo aqui a Dona Flávia.

SRA. FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES: Eu queria reforçar o que o senhor disse, porque a codificação é um mecanismo, um instrumento de proteção da rede para a operadora. Sendo assim, se existe um custo, esse custo deve ser arcado pela operadora.

Queria reforçar também aqui o seguinte: É, como o Dr. Ara Apkár disse, importantíssimo a gente definir que é um serviço público. Por quê? Sendo um serviço público, ele deve observar, o Regulamento da apreciação desse serviço, uma série de requisitos. Inclusive, ainda que não seja um serviço que tenha obrigação de universalização, eu concordo com o que foi dito aqui, a universalização está adstrita ao serviço de telefonia fixa comutada, mas isso não exclui a aplicação de todos os princípios constitucionais legais para o serviço público.

É um serviço público e a modicidade tarifária deve ser, ainda que não seja tarifária, porque não é tarifa, é preço, tudo bem, mas o princípio de modicidade deve ser observado, o próprio Dr. Alexandre Annenberg disse isso aqui, que o objetivo é manter o menor preço possível, e o serviço adicional, o ponto adicional, esse

custo existe para proteger que outras pessoas não vão poder utilizar o canal.

Então é um serviço de proteção para a rede deles, empresas. E o Código de Defesa do Consumidor é claríssimo que são ilegais as cláusulas contratuais que prevêm o repasse para terceiros ou para o próprio consumidor de custos e riscos que são da empresa.

Então o art. 170 da Constituição Federal, quando estabelece os princípios da atividade econômica, diz lá que tem que ser protegida a defesa do consumidor. E nesse caso, não se pode transferir o risco da atividade para o consumidor. O risco da atividade é do fornecedor de serviço.

Quando essas empresas todas vieram para o Brasil, explorar esse mercado fantástico, já conheciam o Código de Defesa do Consumidor. O Código de Defesa do Consumidor existe desde 1991.

O Código de Defesa do Consumidor deve ser respeitado inclusive pela ANATEL, porque é o art. 4º que estabelece os princípios da Política Nacional das Relações de Consumo. Não é novidade, aqui no Brasil, a gente saber que as grandes corporações são notáveis pelo fato de esgarçarem as instituições, hoje em dia, nos países aonde elas vão. Isso é um fato constatado.

E como que se faz isso? Com argumentos técnicos que nós, leigos, muitas vezes não conseguimos contrapor. Entretanto, a Associação dos Engenheiros em Telecomunicações, que integra a Frente dos Consumidores de Telecomunicações, tem um entendimento diferente do entendimento do Dr. Annenberg.

Eu acho que é importante, como o senhor colocou, a gente ouvir outras instituições com falas mais imparciais a respeito do tema, porque, obviamente, o objetivo da empresa, e é legítimo, é lucro. Entretanto, esse objetivo de lucro não pode se sobrepor à Legislação do País, às normas do País, ao ordenamento que protege a defesa do consumidor.

E agora, uma coisa que eu acho que é clara e que a gente não pode deixar de esquecer é que isso é um serviço público, sim.

E outra: A Lei Geral de Telecomunicações está sendo revista e um dos objetos desta revisão é a estrutura, é a classificação da estrutura do serviço. A Lei Geral, hoje, estabelece que serviços de interesse coletivo são prestados em regime público, serviços de interesse restrito são prestados em regime privado.

Na época em que ela foi editada, lá em 1997, imaginava-se que tinha interesse coletivo apenas o sistema de telefonia fixa comutada. Hoje a gente vê, por exemplo, que a gente tem 40 milhões de linhas fixas em uso e tem 110 milhões de telefone móveis

(soa a campanha) que não são prestados em regime público.

Então eu concordo que não pode se comparar a TV a cabo com o interesse, a abrangência do interesse da telefonia móvel; entretanto, ele é um serviço público, sim, e deve ser restrito ao exame de legalidade por essa lógica.

E acho importante que os senhores escutem o outro lado para que se confirme que esse é um custo da empresa e que esse risco da atividade não pode ser repassado para o consumidor e está expresso no Código de Defesa do Consumidor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Olha, a Sessão está realmente extraordinária, porque os argumentos são brilhantes, os argumentos são consistentes de ambos os lados, ambos os lados são consistentes, e nós vamos passar, então, à lista de inscrição. A lista de inscrição, que tem aqui os nossos companheiros que desejam extravasar as suas dúvidas, os seus questionamentos.

E vamos começar com um Engenheiro de Minas Gerais especializado nessa área. Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a. tem a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente Senador Marcelo Crivella, também Engenheiro, eu tive que me ausentar rapidamente, que eu era Relator da indicação de dois Embaixadores da Comissão vizinha, de Relações Exteriores.

Obrigado, Senador Augusto Botelho. Continuando. Então, veja que realmente o Senador Marcelo Crivella colocou, o assunto é um assunto que deixa em dúvida, realmente, a decisão final. Quer dizer, não foi à toa que eu busquei, no primeiro relato meu, uma alternativa intermediária, uma alternativa bem no espírito mineiro da conciliação, em que não houvesse a proibição, mas houvesse uma limitação de custo. Parece-me que, *a priori*, existe, está acontecendo um erro de *marketing* das operadoras, na medida em que elas não incentivam o ponto adicional.

Há pouco aqui o Senador Sérgio Zambiasi dizia: “Olha, eu tenho dois pontos na minha casa. Se fosse um pouco mais barato, eu teria mais”. Então eu acho que seguramente existe um erro aí e tudo isso acaba complicando.

Por exemplo, na cidade de Belo Horizonte, o ponto adicional é, relativamente ao pacote mais barato, ele é muito mais... Ele é de 25 Reais, quase, ou 24 Reais, para um pacote de 60 e poucos Reais, que me parece que é o pacote mais barato. Então acaba tendo um preço relativamente alto.

Agora, são três pontos que eu queria colocar, basicamente. Eu, evidentemente, eu sempre defendo que o mercado é que deveria regular uma questão como

essa. Não é um serviço essencial, evidentemente. Em outros países vizinhos, como a Argentina, o número de assinantes é bem maior do que no Brasil, mas já tiveram, já me deram explicações que futebol lá não entra em canal comum, e que isso então que leva a TV a cabo a ter maior assinatura. Mas, então, além da questão do mercado, eu queria saber só o seguinte: A ANATEL vai proibir o ponto? Porque recentemente saiu na imprensa que a ANATEL proibiria, a partir de abril, a cobrança de ponto adicional.

E outra questão: Como é fica a questão da TV por satélite, que foi até o Senador Augusto Botelho que colocou aqui, eu realmente não soube explicar a ele como é que ficaria a TV por satélite, se ela cobra ponto adicional, se não cobra, como que funciona? Porque ela também é uma TV por assinatura.

Então são esses dois pontos que eu queria colocar, e realmente buscando uma solução intermediária, que nós pudéssemos ter.

Os argumentos, realmente, são muito positivos, todos eles. A defesa do consumidor deve estar presente no dia-a-dia, o mercado deve regular, mas, por outro lado, Governo existe exatamente para defender também o consumidor de excessos, então nós temos que buscar um balizamento das duas posições.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Eu vou passar a palavra ao Senador ACM Júnior, para fazer o questionamento também, para responderem todos em bloco.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – Sr. Presidente, senhores participantes deste debate em relação à cobrança do ponto adicional para a TV por assinatura, Srs. Senadores. Eu entendo que a questão aí é uma questão econômica.

Na verdade, é questão de escala. A TV por assinatura ainda não atingiu uma escala tal que os preços... Porque, inclusive, numa escala maior, até os preços da própria assinatura seriam mais baratos. E consequentemente dos pontos adicionais.

Eu acho que esse procedimento de cobrança de pontos é um procedimento internacional, não é uma novidade no Brasil, agora, claro que ele é agravado aqui, porque nós não temos escala. A falta de escala, para mim, é o grande problema. No momento em que a escala aumentar, cai preço de assinatura, cai preço de ponto adicional.

Mas, de qualquer maneira, nós precisamos também de uma situação intermediária que proteja o consumidor. Eu também não vou aqui dizer: “Não, tem que

cobrar, porque não tem escala, tem que cobrar de qualquer jeito, quem quiser que pague". Não é isso.

Nós sabemos que é um serviço importante, então, eu estou na linha do Senador Eduardo Azeredo: Tenhamos uma limitação temporária que, com certeza, ela nem vai precisar ser usadas mais adiante. Por quê? Porque os preços vão cair com o aumento de escala. E ele se tornará, digamos, um valor bem menor e quase irrelevante. Talvez numa situação intermediária, nós precisamos regular isso, cobrar, mas regular, até que a escala faça com que desapareça a necessidade de regulação.

Essa é minha opinião. Então eu não vou fazer perguntas, eu simplesmente estou provocando um debate para que a gente possa esclarecer esse ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito obrigado, Senador Antônio Carlos. Então, com a palavra, Dr. Ara Apkár.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo, Senador Antônio Magalhães Júnior.

Primeiro, no Brasil, a televisão aberta – Eu estou voltando para essa questão porque isso é fundamental -, a televisão aberta, hoje, tem uma qualidade muito melhor do que em qualquer outro País. Quando a gente está falando em outro País, a gente até se dá ao luxo de comparar com países de primeiro mundo. Então, a nossa televisão, nós podemos discutir conteúdo, porém, a qualidade de sinal, ela é excelente.

Esta é a razão do porque que, no Brasil, 98% da população tem acesso à televisão aberta e a apenas 8 a 10% da população tem acesso à televisão fechada. Nós nos acostumamos a buscar uma qualidade melhor indo em certas regiões para a televisão fechada, porém para assistir a televisão aberta.

Com a introdução da TV Digital, esse cenário vai mudar, porque vocês vão ver, a partir de 02 de dezembro, que o sinal melhora substancialmente. Então as operadoras de televisão por assinatura vão ter que rever todo... Não vou dizer seu mercado, mas o seu *marketing* vai ter que mudar, fatalmente.

Se eu pego outros países da América Latina, eu vou verificar que a população assiste à televisão aberta pela televisão fechada. Isto é, nos países, não vou mencionar, Colômbia, Bolívia e outros, mais de 75% da população assiste à televisão aberta pela fechada. Ela foi montada dessa forma. Mas aqui a nossa pirâmide de está invertida, e por causa disso, pela nossa Constituição, que a TV aberta é gratuita e tem que chegar a todo cidadão.

Então esse é o primeiro conceito. Se a gente entender esse conceito, fica mais fácil de evoluir.

Então, num segundo ponto, quando nós falamos em satélite, nesse momento a discussão está no cabo. Porque no satélite, o que ocorre? Eu só tenho um *decoder* que chega à minha casa. Então aquele *decoder* é identificado, porque se você não identificar, o sinal... E a aquilo que foi pregado aqui, vamos supor que esse sinal vá aberto. Então eu pergunto o seguinte: A partir do momento é só eu colocar um receptor aqui que eu vou receber. Então tem alguma coisa de errado. Eu estou numa TV aberta ou eu estou numa TV fechada? Então isso, no satélite, fica mais agravado. Eu tenho que ter o *decoder* para receber esse sinal. Por quê? Porque cada um... Por exemplo, no satélite eu tenho uma modulação, não quero entrar aqui em discussões, mas a modulação dele é diferente da modulação do cabo, é diferente da modulação da TV aberta. Então ele vai ter que ter um *decoder* diferente para receber esse sinal.

Então ele não coloca isso porque o operador quis. Ele é inerente ao serviço. E normalmente, agora estão começando a surgir no mercado, mas isso só pela TV no DTH, que é o satélite, já estão surgindo *decoders*, e já estão trazendo isso para o Brasil, e aí vocês vão entender porque essas promoções que estão surgindo, que o próprio *decoder* já tem ali duas saídas para dois televisores. Então vai ser possível ligar.

Agora, esses um milhão e 800 mil assinantes do serviço DTH, eles não vão ter, da noite para o dia, esse *decoder* com duas saídas. Por quê? Promoções surgem e a substituição é gradativa. Então, eu não me preocuparia primeiro com esse aspecto, porque vocês estão vendo o seguinte: Pelas promoções, agora, o próprio mercado está se ajustando.

Quando a ANATEL já prepara... Pois não, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Ainda sobre... No satélite, então, o ponto adicional não existe?

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Tem gente que agora está dando de graça. Por quê? Porque eles estão instalando--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Estão trazendo esse novo aparelho.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: O *decoder* com duas saídas. Já tem no mercado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sem esse aparelho teria que ter uma segunda assinatura, é isso?

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Sem esse aparelho com duas saídas, seria uma segunda. Esse é o ponto.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Está bom.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Então o senhor vê o que mercado está se ajeitando. Então, o que eu queria--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– E o percentual de TV a cabo e TV por satélite no Brasil?

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Eu tenho os dados. Eu tenho cinco milhões, hoje, de assinantes como um todo. 400 mil está no MMDS, que é a tecnologia de microondas, que está limitado a 31 canais ou 15 ou 16. Eu tenho o DTH que está em torno de um milhão e 800. Um milhão e 800 com mais 400 mil dá 2200. Então o cabo está em torno de 2800, 2900. Esse é o número que nós estamos falando, Senador. Se eu estiver errando, é 50 mil, 40 mil a mais, mas não vai alterar muito.

Então, na Regulamentação da Agência, que vai ser editada, exatamente sabendo essas preocupações que os órgãos de defesa do consumidor têm, tem três artigos que eu vou me permitir ler: “A ANATEL articulará sua atuação com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor nos termos do art. 19 do Regulamento a Agência, aprovado pelo Decreto tal. Na defesa dos assinantes do serviço de televisão por assinatura,” – Eu já estou dando uma abrangência maior – “a ANATEL poderá atuar de ofício ou por provocação”. – Por que isto? Nós vamos ver em seguida. – “Aplicam-se aos serviços de televisão por assinatura, as regras do Código de Proteção e de Defesa do Consumidor, Lei tal, e é claro sua alterações e regulamentos”.

Portanto, nesse Regulamento de Defesa dos Direitos, todas as regras ou regramentos que tratam do Código de Defesa do Consumidor estão absorvidos. Quando nós estamos dizendo que pode-se cobrar pela instalação e também pela ativação, eu, *data vênica* esta Casa, eu deixaria que a ANATEL atuasse isso junto ao mercado, e é aqui que nós colocamos “a Agência pode atuar de ofício ou por provocação”, porque agora essa preocupação que o Promotor tem, ele tem razão, porque em nome de uma assinatura, eu consigo embutir qualquer coisa. Mas agora, não. Nós vamos pedir, assim que esse documento entre em vigor, nós vamos obrigar que nas faturas haja uma discriminação desses valores. Então vai aparecer claramente que a instalação é tanto.

Foi-me feita uma pergunta – Pena que o Senador Romeu Tuma não está aqui -, nós sabemos, e eu não quero entrar no mérito, quanto custa um *decoder*. O nosso nobre Senador está vendo agora, o senhor vai implantar TV Digital, o quanto custa um *decoder*. Isso quer dizer o quê? Que a operadora de TV por assinatura vai cobrar 700, 800 Reais de uma vez do assinante? Não, não isso que está sendo feito.

Então eles verificam quanto tempo esse assinante permanece na base e diluem isso em 30 ou 40. Então, se um *decoder* custa 800, agora esses *decoders* mais aprimorados, que vão permitir duas saídas, estão em torno de 1100, 1200, então esse preço, normalmente, vai oscilar em torno dos 20 Reais. Aí o senhor chega lá.

Então, como nós sabemos quais são os custos, a ANATEL poderia intervir se a gente perceber que é uma exorbitância.

Mas eu me permitiria sugerir a esta Casa, nós temos o nosso Conselho Consultivo, que fiscaliza a Agência constantemente, temos os órgão de defesa do consumidor, se amanhã ou depois, se surgir algum exagero, vocês podem chamar a Agência aqui, porque nós devemos satisfação, a pedir explicação, temos órgão de defesa do consumidor, e nós podemos verificar se há algum erro ou não.

Mas limitar isso por uma lei, que fazer uma lei é fácil, amanhã ou depois, o que eu posso fazer? Eu vou usar essa lei, ao invés de... Vamos supor que a gente limite em 20%, Senador. Será que eu não poderia, com o tempo, à medida – Eu vou usar as palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior -, vamos supor que o serviço cresça do jeito que nós estamos percebendo que vai ter um crescimento, mas não agora, com a TV Digital, para onde que vai, e vamos supor que nós vamos ter grande escala – E tomara que tenhamos! -, nós temos que transferir esses benefícios para a população.

Nesse momento, se o preço do *decoder* ou essa diluição da assinatura, vamos supor que chegue a 5%, 10% da assinatura, na hora que eu tenho uma lei que diz que pode até 20, eu vou ter uma discussão brava. Então eu prefiro, sim, atuar pelo lado inverso, se esta Casa permitir. Mas isso vocês estão discutindo.

Apenas eu diria o seguinte: Tem que haver uma confiança nas agências reguladoras. As agências estão olhando o mercado. É muito bom que nós tenhamos os questionamentos vindos dos órgãos de defesa do consumidor. Eu conheci a Dra. Flávia Lefèvre quando eu era da parte de serviços públicos, e nós tivemos vários embates, no início até a gente não se atendia, mas depois o tempo foi passando, essa é a realidade, não é, Dra. Flávia? A gente evoluiu e vocês também, e a gente começou a entender o que esse outro lado está falando quando está falando do consumidor.

Então nós não temos... A mensagem que eu quero deixar aqui é o seguinte: Nós não temos, a Agência tem que buscar o equilíbrio entre o mercado e também olhando o consumidor. Mas nós não temos nenhum interesse de favorecer A, B ou C. Eu acho que a gente tem que ir pela razoabilidade. Se num determinado

momento, a gente sentir que isso não é razoável, a Agência tem que atuar de ofício. Então essa é a mensagem que eu deixaria.

Eu não sei se eu respondo corretamente as duas pergunta e mais a indagação que o Senador Romeu Tuma fez antes de sair, que seria o caso: Se amanhã ou depois eu diluir esse *decoder*, essa instalação e a ativação em 20 ou 30 prestações, isso vai aparecer claramente no boleto. Então, dificilmente alguém vai cobrar tudo de uma única vez, porque ele vai se tornar inviável, e aí sim vão perder mais consumidores.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Com a palavra o Dr. Alexandre Annenberg.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Eu queria fazer algumas observações sobre algumas coisas que foram comentadas e mencionadas aqui.

Em primeiro lugar, Dra. Flávia Lefèvre fez algumas considerações que eu acho que exigem um certo rearranjo. Quando a Dra. Flávia diz que a existência de um decodificador, é uma equipamento de interesse da operadora porque protege a operadora, me parece que essa é uma visão e uma abordagem absolutamente equivocadas. Um decodificador é um elemento essencial para que se possa prestar o serviço de televisão paga, para que se possa prestar o serviço de pacotes diferentes de programação a serem comercializados para os assinantes.

Então, o decodificador não um instrumento de interesse ou de proteção da operadora, como foi dito aqui. Ele é um instrumento que permite oferecer ao consumidor diferentes tipos de pacotes. Ele faz parte essencial da arquitetura de uma rede de televisão paga. Aqui e em qualquer parte do mundo. Ele não existe para proteger a operadora.

Essa idéia de proteção da operadora vem do seguinte conceito: De que os conteúdos já estão lá, e portanto eles já estão disponíveis. Na verdade, esses conteúdos são cobrados na medida em que ele são consumidos. E o decodificador está ali justamente para se possa medir o conteúdo que é consumido pelo consumidor. Assim como um medidor de luz ou um medidor de água, que vai medir aquilo que o consumidor consome, para que não se tenha que cobrar tudo de todo mundo. Então isto protege muito mais o consumidor do que a operadora. É um instrumento essencial na prestação do serviço.

Uma outra afirmação da Dra. Flávia, eu tenho certeza de que isso foi um mero lapso de linguagem, mas acho que é importante esclarecer, quando ela disse: “Quando essas empresas vieram para o Brasil”. Não, Dra. Flávia, são todas brasileiras. As empresas opera-

doras de TV a cabo, não tem nenhuma estrangeira. São todas brasileiras, nasceram aqui e se desenvolveram aqui, e obedeceram desde sempre as leis do País.

Então essa conotação de que são empresas estrangeiras que vêm para explorar o mercado brasileiro, eu gostaria que nós evitássemos esse tipo de conotação, porque pode ser levado por um lado até preconceituoso.

Mas essas são observações, eu acho, absolutamente secundárias, e no fundo irrelevantes. É apenas para colocar as coisas nos seus devidos termos.

Eu queria comentar um comentário importante que o Senador Eduardo Azeredo fez sobre o eventual erro de *marketing* que as operadoras possam estar fazendo ao cobrarem pelo ponto extra um valor – 25 Reais foi o valor que o senhor mencionou – que proporcionalmente ao pacote de 60 Reais pode parecer pouco excessivo. A diferença é que se cobra esse valor de 25 Reais, ou seja, ele quanto for também para o pacote de 100 ou 120 Reais. Por quê? De novo: A cobrança do ponto extra não tem a ver com o conteúdo que aquele consumidor está consumindo. A cobrança do ponto extra tem a ver com os custos de operação da rede e eles independem do consumo específico daquele consumidor.

Então, normalmente, o ponto extra, mediantemente, o senhor, como Engenheiro, sabe que as médias permitem qualquer análise, mas, mediantemente, se cobra de 20 a 30% dos custos dos pacotes. São cobrados pelos pontos extras. Eu também sou Engenheiro e tenho grande dificuldade em entender os aspectos jurídicos envolvidos.

Então o que eu gosto de deixar absolutamente claro e absolutamente presente é que, graças à topologia das redes que foram construídas, as redes de cabo, hoje se podem oferecer serviços absolutamente novos e revolucionários. Já se oferece o *pay-per-view* ou se oferece a banda larga ou se oferece a voz sobre IP, tudo isso por quê? Porque foi construída uma estrutura. E os custos operacionais dessa infra-estrutura são crescentes na medida em que cresce o uso dessa própria estrutura.

E o que nós temos que estar fazendo aqui, seguramente, é olhar para frente, é olhar para o futuro. Na verdade nós estamos no limiar de novos e importantíssimos acontecimentos. A digitalização é uma delas. Hoje, todas as redes de cabo estão se digitalizando. As redes satelitais já são digitais desde o início. Mas a digitalização é que vai permitir uma série de outros benefícios essenciais no futuro, que tem a ver desde a alta definição, que é uma qualidade de imagem extraordinariamente nova, mas, mais do que isso, a interatividade.

Eu insisto em que a gente tenha a visão de que essas redes vão propiciar serviços interativos, porque é através da interatividade que se vai buscar uma maior inclusão digital e, conseqüentemente, uma maior inclusão social.

Eu acho que o grande desafio que nós temos como sociedade é a capilarização das redes de banda larga, as redes de grande capacidade. Esse é o grande desafio que nos deve mover a todos. Para esse desafio, nós temos que investir fortemente em infra-estrutura. E os custos de investimento de infra-estrutura é que são a grande barreira, evidentemente.

Os senhores sabem que uma das enormes limitações que a televisão a cabo teve no País foi justamente pelo fato de não pode trazer capitais externos, recursos externos para investimento em infra-estrutura. Acho que esse foi um dos gravíssimos erros da Lei do Cabo, que limitou em 49% o capital estrangeiro. Enquanto que nós vemos as teles têm aí 100% de capital estrangeiro e construíram as redes com a força que tem, e são redes essenciais. E as empresas nacionais ficaram limitadas à recursos locais limitados, quando, na verdade, nós deveríamos estar estimulando a vinda de capitais externos, justamente para a construção dessa infra-estrutura.

Eu estou dizendo isto, que não tem nada a ver, evidentemente, com ponto extra, mas porque eu acho que é um tema que deve ser da maior preocupação do Congresso, da maior preocupação da ANATEL, da maior preocupação da sociedade. É de que maneira nós vamos construir infra-estruturas modernas e que permitam a prestação de todos esses serviços.

Agora, a apreciação desses serviços tem um custo operacional que não pode ser ignorado. Nós não podemos agora nos basear em parâmetros do passado, que tem a ver com leis do tipo... Redes do tipo de telefonia, que são redes de uma simplicidade extraordinária, que não tem nenhum novo benefício para a sociedade, enquanto que nós estamos falando de redes de novíssima geração, e nós temos que criar as fórmulas de sustentar a operação dessas redes. O ponto extra é uma dessas formas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito obrigado, Sr. Alexandre Annenberg.

Eu passo a palavra agora para a Conselheira Flávia Guimarães.

SRA. FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES: Eu queria, para fechar, imagino que seja esse o objetivo, reforçar que o regime privado que se impõe sobre a TV a cabo não afasta todas as prerrogativas que o consumidor tem garantidas no Código de Defesa do Consumidor e, portanto, o conceito de abusividade, de

cobrança, aumento injustificado do preço do serviço devem ser aplicadas nesse caso também.

Quer aqui, na linha do que disse o Dr. Alexandre Annenberg, dizer que o desenvolvimento tecnológico, a gente já está vivendo a era da convergência, ele vem pra levar um ganho para a sociedade, um ganho de escala para as empresas, e que isso tem que implicar num barateamento do serviço, no compartilhamento de um grande ganho que as empresas vão ter vendendo mais conteúdo, ganhando mais com o serviço, e que isso seja compartilhado com os consumidores.

A Lei Geral de Telecomunicações fala isso claramente: Que os ganhos de escala das empresas devem ser compartilhados com a sociedade. E é isso que a gente espera. E nesse sentido, eu entendo que não faz muito sentido a cobrança do... Não faz muito sentido, não! Não faz sentido nenhum a cobrança do ponto extra, uma mensalidade a respeito disso, já o que consumidor vai pagar pelo equipamento, pelo custo e pela instalação do ponto. Ou seja, a empresa vai ter um custo de instalação recuperado pelo pagamento do consumidor.

A gente espera que... É que nós entendemos que a operação da rede é um custo de proteção para a própria empresa, porque a venda de conteúdos específicos e não de toda a programação aberta, é um interesse da empresa. Uma das grandes reclamações nos órgãos de defesa do consumidor é o fato de se vincular programas e canais e você não poder escolher livremente. O consumidor não tem livre escolha dos canais que vai comprar. Isso é uma medida de proteção de interesse econômico da empresa, que vincula você assistir determinados programas e necessariamente você compra outros, determinados canais, e obrigatoriamente você está contratando outros que não tem tanto interesse. Essa é uma grande reclamação dos consumidores.

Então, o decodificador, nós entendemos que é alguma coisa que beneficia, lógico que beneficia o consumidor também, mas beneficia especialmente a empresa, que pode fazer preços pelos pacotes e vender os pacotes do modo que lhes interessa, e que esse risco, pela lei, tanto pelo art. 170 da Constituição Federal, quanto pelo art. 51 do Código de Defesa do Consumidor, que regulamenta esse dispositivo da Constituição, não pode ser repassado para o consumidor.

Vocês vão ganhar muito em escala, a convergência vem aí, vocês vão crescer, o mercado brasileiro é maravilhoso, e vocês não precisam, para manter os lucros e os investimentos e tal, de cobrar aquilo que já está instalado na residência do consumidor.

E quero lembrar e ressaltar também para o Dr. Ara Apkár, que nós discutimos muito lá no começo de

respeito daquela cláusula de reajuste da assinatura básica da telefonia fixa, e que o senhor, eu lembro bem que o senhor disse: “Quando as empresas espelho entrarem vai ter concorrência e esse preço não vai chegar lá”. Hoje nós chegamos no preço da assinatura em 40 Reais e isso impediu o crescimento da telefonia fixa.

Então é importante, eu acho, a atuação das entidades de defesa do consumidor. Quero louvar a atuação do Dr. Ara Apkár na participação da elaboração desse Regulamento, de incluir o Código de Defesa do Consumidor. Acho mesmo que a previsão de atuação da Agência por provocação também é importantíssima, porque a gente sabe que a ANATEL tem tido seu orçamento contingenciado e poder de fiscalização comprometido e etc. Então é importante coordenar a atuação da agência com os órgãos de defesa do consumidor. E espero que o Regulamento atenda.

Agora, para mim não ficou claro, e eu queria aproveitar quando o senhor for se manifestar, se essa manutenção da rede que pode ser cobrada é justamente um acréscimo. Eu não entendi. No Regulamento consta a instalação e a manutenção. A manutenção é uma assinatura específica mensal, todo mês que o consumidor vai ter que pagar?

Era isso que eu tinha para dizer. Quero agradecer a oportunidade em nome da PRO TESTE e das entidades de defesa do consumidor e saudar a Casa por trazer para a Pauta um assunto de grande importância e interesse para o consumidor.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito obrigado, Conselheira Flávia.

Com a palavra o Superintendente Ara Apkár.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Muito obrigado. Eu queria também, esqueci de dar uma resposta precisa para o Senador Eduardo Azeredo quando fez a pergunta: O Regulamento entra em abril? O Regulamento, nós pretendemos publicá-lo ainda na primeira quinzena de dezembro, no mais tardar até a primeira quinzena, e considerando que o Regulamento traz alterações substanciais para os operadores, porque eles vão ter que mudar inclusive a forma de emitir boletos, a discriminação das faturas, então nós estamos dando um prazo, salvo engano, de não mais do que 180 dias, para que as operadoras se adaptem às novas regras.

Tem uma novidade, inclusive, do ponto de vista do consumidor, que numa das Audiências essa questão aflorou, e é bom que a gente ressalte mais uma vez, porque isso é um ganho para o consumidor: Hoje em dia, quando o consumidor, vamos supor, entre em férias ou alguém vai viajar ou de repente ele vai ser transferido de uma cidade para outra, momentaneamente ele

mantém essa assinatura e ele mantém o pagamento. Então o que nós estamos dizendo? Que o assinante tem direito, uma vez por ano, de pedir a suspensão do pagamento por um período não inferior a 30 dias e por um período máximo, salvo engano, de 120 dias.

Isto é, ele pode pedir a interrupção do serviço, ele não vai pagar nada por isso, de um mês até quatro meses. Isso, em nenhum momento essa questão aflorou, no entanto nós percebemos que, por algumas perguntas que foram realizadas no *call center* da ANATEL, a gente achou que era justo isso do ponto de vista do consumidor, e essa questão aqui foi precisa.

Agora, quanto à manutenção, nós vamos, e por isso que eu estou me debatendo muito o seguinte: Como nós deixamos agora, em vez de aparecer ponto extra e simplesmente o valor, como vai haver uma discriminação, então nós vamos ter condições de verificar em quais desses itens está havendo abusividade ou não.

Então, se a gente perceber que, de repente, para determinados itens estão indo variáveis, que não são o caso, nós vamos pedir para retirar. Então, nesse momento, como ele... Eu não estou pedindo na Regulação, porque a Agência tem condição de atuar. Então ele tem que verificar sempre se há abusividade ou não. Então esse é o princípio básico.

Veja bem, hoje, quando ele tem esse ponto extra, vamos supor o seguinte: Chegou à minha casa, eu estou pedindo que ele altere a minha rede, que eu quero botar em outros cômodos. Agora não é mais esse, é outro. Ele pode cobrar por essa manutenção, mas não é... Não é isso. Ele vai cobrar. Agora, ele pode chegar e, ao invés de ele cobrar de uma única vez, ele pode dividir. Então essa flexibilidade que a gente está querendo dar.

Eu não quero, nesse momento, simplesmente fechar dizendo que é uma única vez, porque na hora que eu faço isso, eu posso, sim, primeiro, eliminar uma competição entre operadoras, e sim, eu prefiro que eles vão para o mercado, tentem – Sempre o nosso sonho é esse -, tentem praticar preços mais compatíveis com as necessidades e consigam conquistar maior número de clientes. Isso que a gente quer. Então esse é o nosso princípio.

Então, respondendo: Se tiver algum abuso, eu tenho certeza de que eu vou contar com vocês, eu vou contar também com o apoio da sociedade, esta própria Casa, e nós vamos evoluir juntos. Agora, eu quero que haja uma discriminação, para saber o que está sendo cobrado. Isso, para mim, é o mais importante.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Mas eu queria mais uma pergunta,

mas bem claro: Vai ser cobrado mensalmente essa manutenção? Ele tem direito de cobrar? Como eles cobram atualmente, 25 Reais, 30 Reais? Como se fosse um novo contrato, um outro contrato? É isso que eu quero saber. Na Resolução.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Quando ele realizar a cobrança, ele vai ter que dizer o seguinte: Vamos supor, o Ara quer pagar o *decoder* dele numa única vez. Tudo bem, mas ele pode me dar uma alternativa dizendo o seguinte: “*Você vai pagar em 20 prestações*”. Então tudo bem, eu pago em 20.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – O ponto adicional?

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Isso para o ponto adicional.

Isso ele pode fazer também quando ele monta os seus pacotes, mesmo na primeira adesão, ele coloca isso na mensalidade, se ele vai cobrar ou não. Então depende da oferta de cada um. Então é por isso que vocês, de vez em quando, vêem o seguinte: Não tem custo de adesão. Porque ele não incluiu. Mas ele incluiu isso, está embutido na mensalidade. Esse é o ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTEELHO (PT-RR) – Mas eu quero saber se a ANATEL vai permitir, que eu tenho o meu contrato no plano A, mas eu quero colocar um ponto adicional na minha casa. Eu vou pagar todos os custos: A instalação da rede, o aparelho, a mão-de-obra de instalar o aparelho. Mas, além disso, ele vai me cobrar mais um adicional, um *plus* dentro de meu contrato? O meu contrato é A, A é um valor, ele vai acrescentar X% desse contrato? No caso, como em Minas, é 25%, mensalmente por aquele ponto? Pelo uso da rede dele, da rede externa?

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Vou tentar ser claro: Se ele vem e coloca simplesmente: “*Eu vou cobrar 25%*” ou 20%, não importa, a primeira coisa que eu não vou conseguir identificar: Ele está cobrando 20% de quê? Porque se eu--

SRA. FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES: De manutenção da rede.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Não, mas veja bem: Até quando? Então aí é que vem. Então é por isso que tem que ficar muito claro o que ele está cobrando. Porque senão se eu tiver com essa empresa um contrato e eu resolvo ficar durante dez anos, por exemplo, eu vou pagar durante dez anos, se o preço do *decoder* já está amortizado? Eu pergunto o seguinte: Vou pagar indefinidamente? Não. É por isso que ele tem que discriminar claramente para mim: Primeira de 20, primeira de 25. Para eu saber o que ele está cobrando.

Ele não pode... Quando se deixa hoje livre e do jeito que esta Casa está querendo fazer, nós vamos institucionalizar a cobrança de até um teto, indefinida-

mente. Não é isso que nós queremos. Nós queremos que apenas se cobre pelos custos, porque na assinatura, quando eu contratei um determinado pacote, eu posso, por exemplo, no ponto extra, contratar um pacote totalmente diferente. Porque não me interessa. Então isso vai ter que ficar claro.

O que a ANATEL tem dito? Toda vez que unilateralmente esse contrato é alterado, a ANATEL está atuando. E eu estou abrindo um procedimento de apuração desse cumprimento de obrigações junto ao usuário. Então esse contrato não pode simplesmente, unilateralmente, ser alterado. Tem que ter anuência. Esse contrato, todo contrato tem vigência de um ano, pelo menos, então se há uma alteração, essa alteração vai ter que ser feita.

E nós estamos analisando, mas isso ainda eu não quero me comprometer aqui em hipótese alguma, talvez com o tempo, é disponibilizar esses contratos para que qualquer um possa ter inclusive informação do que é, qual é o contrato básico. Porque aí fica totalmente transparente. Ou ele coloca no *site*, eu não sei como vou fazer, mas eu estou analisando essa questão. Eu não tenho essa resposta. Eu não tenho porque eu tenho que ver qual é a forma mais prática de fazer. Porque eu não quero ser um depositário de pilhas e pilhas de papel, para que depois um dia alguém vá consultar. O importante é que a informação esteja disponível. Isso que eu quero.

Então, basicamente, deixar indefinidamente, não, porque eu não sei o que está sendo cobrado. Então eu respondo para isso. Agora, eu tenho que saber em quantas parcelas ele vai diluir isso. Isso é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTEELHO (PT-RR) – Eu pessoalmente fui que provoquei a Audiência, não fiquei muito convencido em relação aos custos. O senhor disse uma coisa, ele disse uma outra e os dois da ponta disseram outra. Eu acho que... porque nós estamos com a sala esvaziada, mas eu gostaria de provocar mais algumas pessoas, para nos entender. Eu gostaria de trazer a Academia.

Fale, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMBA) – Eu vou voltar a ressaltar o ponto que eu toquei: É um problema de escala. E só... Isso é um problema econômico, é um problema de escala, e é a escala que vai resolver esse problema.

Então, isso a gente vai ter que um pouquinho de paciência, porque com o aumento da escala, com certeza, esses preços vão cair e vão se tornar adequados e não penalizando o consumidor.

Eu entendo as preocupações de penalizar o consumidor, que todos nós não queremos que isso aconteça. Agora, é um problema que só será resolvido em

definitivo pela escala. Então o melhor é não Regularizar, e nessa fase de transição a ANATEL acompanhar, porque a escala vai, com certeza, resolver problema. Eu não tenho dúvidas disso. Porque em qualquer atividade econômica, a escala é fundamental para a determinação dos preços. Porque existem custos fixos que tem que ser absorvidos pelos preços. E quando você tem escala, é claro que esses custos fixos são absorvidos de uma forma mais adequada e, portanto, geram o retornado adequado para a atividade econômica.

Então sem essa... Isso é uma questão de escala. Não tem... É um problema econômico e que atinge qualquer atividade econômica, seja ela qual for.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Me permita, Senador, reforçando--

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu vou aproveitar assim: Eu vou dar a palavra para o senhor e o senhor faz as considerações finais. E depois passarei a palavra para os outros também fazerem as considerações finais.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Ok. Então, nas considerações finais, aproveitando essa colocação do Senador ACM, reforçando essa colocação, nós estamos vivendo agora um caso típico da importância da escala nos custos assumidos pelos consumidores, que é a televisão digital. Nós hoje estamos diante da introdução da TV digital, que é uma modalidade absolutamente nova, revolucionária e importantíssima, que está sendo trazida para o Brasil, com custos que evidentemente são proibitivos para a grande maioria da população.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – A TV Digital não tem escala no começo--

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Não tem escala, claro.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Vai ser uma penalização às empresas de TV aberta. Elas vão ficar penalizadas--

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Sem dúvida.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Porque essa escala, digamos, em nível de interatividade, de serviços adicionais e da própria questão, digamos, dos comerciais, (ininteligível), isso só vai acontecer em médio e longo prazo. O primeiro momento é de penalização. Eu concordo. É o mesmo problema, é problema de escala.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Vai haver, inclusive, uma certa frustração da sociedade, porque evidentemente a sociedade está está acostumada a receber a televisão aberta de forma praticamente gratuita, sem ter grandes custos iniciais, agora, infelizmente, haverá, sim, um custo grande do *setup box*, que, por enquanto, está na faixa de 700 a mil Reais,

e daqui algum tempo, quando a economia da escala atingir seus níveis adequados, isso despenca para cem Reais, para 80 Reais. E essa é a realidade.

No Brasil, televisão por assinatura ainda está na faixa de televisão a cabo, ainda está na faixa de menos de três milhões de assinantes. E, de fato, os custos de equipamentos, eles sofrem diretamente a falta de escala. E nós só vamos conseguir avançar, na medida em que nós conseguirmos crescer. É aquela história: *“Vende mais porque é fresquinho ou é fresquinho porque vende mais?”* É o eterno dilema, que nós temos que enfrentar e gerenciar todos os dias.

É preciso estabelecer preços que sejam razoáveis dentro de uma situação de equilíbrio de economia de escala. Então eu acho que o Senador está perfeitamente contundente nessa sua colocação, porque ela é absolutamente realista em relação às questões que nós vivemos aqui.

Agora, como finalização, o que eu tenho procurei mostrar aqui e espero que tenha ficado claro, é que os custos que são cobrados em relação ao ponto extra tem a ver com custos operacionais, que não tem nada a ver os custos dos conteúdos que são disponibilizados. Se nós entendermos esta separação, fica muito mais fácil entendermos a mecânica toda da cobrança de custos da televisão paga.

Há várias formas de se cobrar isso: Há a forma em que eu diluo esses custos sobre todos os assinantes, há a forma em que eu cobro os custos específicos apenas dos assinantes que tem os seus pontos extras e que acarretam esses custos adicionais. Então é uma questão de ver o que é mais interessante para a sociedade.

Se for mais interessante cobrar esses custos de todos, não há porque não mudar o nosso processo de cobrança de custos. Eu, pessoalmente, acho que isto é absolutamente inadequado, porque vai penalizar justamente aqueles que não usufruem de determinados serviços. Então não vejo nenhuma vantagem em que a gente possa fazer uma cobrança generalizada desse tipo.

E concordo aqui com o Senador Augusto Botelho da necessidade de trazermos mais especialistas, mais técnicos, para abrirmos ainda mais esse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito obrigado, Dr. Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA.

Passo a palavra para a Conselheira Flávia Guimarães, do PRO TESTE.

SRA. FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES: Só para encerrar, basicamente, agradecer novamente a oportunidade em nome da PRO TESTE e das outras entidades

de defesa do consumidor que integram a Frente dos Consumidores de Telecomunicações, e dizer, reiterar o argumento de que nós estamos numa economia de livre mercado, esse é um grande benefício para as empresas, e a contrapartida do livre mercado é que as empresas assumam o risco de seus investimentos, das suas expectativas, porque elas têm escala para administrar o custo desses riscos, e o consumidor, individualmente, não tem.

É por isso o que Código de Defesa do Consumidor proíbe e considera e classifica de ilegal a cláusula que autoriza o repasse do custo da atividade, do risco da atividade econômica para terceiros, e especialmente para o consumidor. Uma coisa é você repassar o custo da atividade, definir o preço pelo custo, e isso a gente concorda, por isso é que a gente defende que se cobre a instalação, o equipamento, a mão-de-obra que vai instalar.

Mas que não é razoável, não é plausível e não é tecnicamente justificável que o consumidor pague pelo ponto extra que é um risco e uma garantia e um benefício que deve ser assumido pelas operadoras.

Obrigada e parabéns a esta Casa novamente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BO-
TELHO (PT-RR)** – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Ara Apkár.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Mais uma vez agradeço esta Comissão, a Casa também, pelo debate promovido.

E eu queria apenas ressaltar dois pontos: Pelo Relatório que a Agência emite anualmente, vocês podem observar que o preço, de uma forma geral, dos serviços, eu vou pegar da televisão por assinatura, se eu computar o preço em 95 e computar hoje, a preços constantes, nós provamos que os preços estão caindo. Então isso mostra que é questão, tudo, de economia de escala.

Tem momentos em que as operadoras cobravam, pagavam em dólar, quando o dólar subiu, só para deixar claro nesta Casa, quando o dólar alcançou três, três e pouco, patamar de três e pouco, as operadoras tentaram repassar esse custo e nós não permitimos, porque eles tinham que avocar outros artigos da lei, mas não simplesmente reajustar. Isso não foi permitido. E durante todo esse período, as operadoras operaram no vermelho, mas isso é uma atividade privada, eu não controlo, eu não tenho obrigação de manter o equilíbrio. Eu tenho que ver, toda vez, se há uma abusividade.

O que eu quero agora? Simplesmente nós entendemos que o ponto extra pode ser cobrado, o ponto extra, em determinadas circunstâncias. Nós queremos que haja uma discriminação correta, para o que assi-

nante saiba o que ele está pagando, e também para que a Agência possa atuar.

Isso não que nós estamos indo para o meio caminho. Talvez não seja totalmente aquilo que as operadoras querem, mas também, em nenhum momento nós afirmamos, e temos que ser coerentes, essa foi nossa posição. Inclusive eu discordo um pouco, pena que eu não gosto de falar quando as pessoas estão ausentes, a ANATEL, em nenhum momento, mudou de posição. Desde o início, nós respondemos as perguntas.

Então, se talvez a pergunta não foi formulada corretamente, a gente tenha dado uma resposta, mas em nenhum momento eu entrei em contradição. Tudo que eu disse desde o início sobre ponto extra, ponto adicional, as perguntas que a Promotoria fez nós respondemos, e são as mesmas perguntas que foram formuladas para o Conselho de Comunicação Social, só que nós entramos em mais detalhes. Mas em nenhum momento houve uma mudança de posição da Agência. Então isso eu gostaria de reafirmar, ressaltar e deixar registrado nesta Casa. Porque senão é a mesma coisa alterar as regras, a regra do jogo no meio do caminho, e depois ninguém sabe o que está prevalecendo. Então nós nunca...

Agora, se há uma mudança, há uma mudança, sim, depois de uma consulta pública, e toda a sociedade opinando, todo mundo sabendo o que está sendo mudado. Senão não há mudança das regras.

Então a nossa posição é de que a cobrança poderia ser efetuada, o Conselho foi um pouco mais incisivo, ele disse: "*Eu quero então que detalham esses custos*" e não pode ser simplesmente, da mesma forma como o Alexandre Annenberg diz que nós não estamos cobrando pela programação, porque já vem no pacote contratado, isso tem que ficar claro para mim. Se eu não consigo analisar isso no boleto, nós vamos sentar aqui e nós vamos discutir: "*Está no preço ou não está no preço?*"

Eu prefiro trabalhar em cima de fatos concretos e fiscalizar o cumprimento da Regulamentação sobre esses fatos.

Então, sim, a cobrança pode acontecer, Senador, porém ela não é *ad eternum*. Dependendo daquilo que eu estou contratando, se eu quero que a empresa me dê a manutenção o tempo todo, a vida inteira, sim, vai ter um custo, e não vai ser nem de 30 Reais, vai ter que ser de cinco, dez ou talvez dois ou três Reais. Agora, se no meio desse contrato, eu estou agregando outras coisas, sim, aí tem que pagar. Isso que nós estamos falando.

Então nós queremos que isso seja discriminado. E nós vamos verificar se depois tem abusos ou não.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito obrigado. Fui eu que provoqueei a Audiência, nós da Comissão, mas eu confesso que eu não fiquei satisfeito, porque ainda não... Eu estou em conflito, ainda, se realmente aumenta esse custo ou se não aumenta. Dois dizem que aumenta, dois dizem que não aumenta.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Não, eu não disse que não aumenta.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Está bom. O senhor não disse que não aumenta, não. O outro de lá que disse. Os dois. Certo, tem um custo. Então a gente, talvez, o razoável seria ouvir a Academia. Ouvir as pessoas, realmente os técnicos. Aquela Associação dos Engenheiros Eletrônicos, talvez uma pessoa indicada pela SPBC, para poder a gente esclarecer. Mas eu, em nome da Comissão de Ciência e Tecnologia, agradeço a presença dos senhores.

O Dr. Ara Apkár quer mais uma palavra.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: É só para deixar... Eu sempre gosto de deixar as regras claras. Nós, independentemente das discussões que vão haver nesta Casa, é sempre salutar, nós vamos soltar a Regulação. E se no meio de caminho a gente perceber que há ajustes do lado de cá, do lado de cá ou desta Casa, porque algum fator novo surgiu, daí sim a gente se compromete a ajustar, a adequar a Regulação. Isso é muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Realmente, a Agência reguladora é para isso. Nós esperamos que tenha mais recursos para poder fiscalizar e regular as coisas, tenha autoridade para fazer isso.

E agradeço a todos e espero que a gente discuta mais um pouco isso, para chegar a uma conclusão. Eu estou falando como o João da Silva que está olhando isso aí.

Eu tenho uma capacidade da compreensão razoável, mas não estou convencido. Dois me disseram uma coisa, dois me disseram outra. E realmente cada um, ela está defendendo o consumidor e ele está defendendo a empresa. Talvez uma pessoa neutra que seria, que nós não conseguimos colocar aqui, um da Academia, de outra visão para a gente e nos convença: Realmente a empresa têm um custo maior e tal, tal, mas custo, custo, realmente, de dinheiro.

Muito obrigado a todos e declaro encerrada a Sessão.

Ata da 44ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 5 de dezembro de 2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e sete, na sala dezenove, Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Expedito Júnior, Flávio Arns, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, registra a presença, para acompanhar a reunião dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy e César Borges, não membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Valter Pereira, Demóstenes Torres e João Tenório. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 031, de 2007-CCT, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Júnior e Expedito Júnior, que requer "...nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública com a Jornalista Teresa Cruvinel – Presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Senhor Evandro Guimarães – Diretor da ABERT e Senhor Alexandre Annenberg – Presidente da ABTA, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2005, que acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.977/1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo." e ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 031, de 2007-CCT, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que requer "...requeiro, nos termos regimentais, Aditamento ao Requerimento de minha autoria, no sentido de que seja também convidado o senhor João Carlos Saad – Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA –, para participar da audiência pública que objetiva instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2005, que acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.977/1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo." Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Walter Vieira Ceneviva, Vice-Presidente Executivo do Grupo Bandeirantes de Comunicação; Marcelo Bechara, Consultor Jurídico

do Ministério das Comunicações; Ottoni Fernandes, Sub-Chefe Executivo da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM; Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA e Evandro Guimarães, Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Antonio Carlos Júnior, autor do requerimento, Marcello Crivella, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Flávio Arns e Romeu Tuma. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e nove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – Havendo número regimental declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que se realiza nesta data, dia 5 de dezembro de 2007.

Iniciando os trabalhos dessa reunião submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que concordam com seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, a realização dessa Audiência Pública entende ao Requerimento nº 31/2007, CCT de autoria do Senador Antônio Carlos Júnior, Expedito Júnior, com o objetivo de instituir o Projeto de Lei da Câmara nº. 29/2005 que acresce e altera os dispositivos da Lei nº 8.977 de 6 de janeiro de 95, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo, disponibiliza um canal reservado ao Poder Executivo Federal na área de prestação de serviço das operadoras de TV a cabo.

Para darmos início à presente Audiência Pública, solicito ao Senador Flávio Arns que acompanhe os prezados convidados para tomarem assento à Mesa.

Eu gostaria de fazer algumas comunicações ao Plenário. Primeiro é que o Ministro Franklin Martins teve um problema de última hora, um problema de relevância de última hora e veio aqui o Dr. Ottoni Fernandes, Subchefe Executivo da Secretaria de Comunicação

Social da Presidência da República representando o Ministro. A Sr^a. Tereza Cruvinel nos fez uma correspondência que vou ler.

“Sr. Senador Wellington Salgado, relativamente ao convite para participar da Audiência Pública nesta Comissão no dia 5/12/2007 relacionado com a questão de TV a cabo, venho solicitar a sua compreensão para o fato de que como Presidente da Empresa Brasil de Comunicação não tenho qualquer ascendência sobre decisões de políticas conexas ao tema. A EBC como sabe V.Ex^a vai operar um sistema de comunicação pública que envolve canais da União no sistema aberto. A MP 398 que criou a empresa reserva um canal a cabo para emissora TV Brasil. Mas essa disposição posterior ao PLC nº. 29/2005 que reservou um canal a cabo para o Governo Federal, o já ocupado canal NBR. Minha presença não contribuiria pela boa discussão da medida e ainda serviria para desviar o foco da questão na medida em que os Senadores acabariam querendo discutir também a TV pública. Este sim assunto pertinente à minha função e para falar dele coloco-me inteiramente à disposição dessa Comissão e do Senado Federal que deve apreciar a MP 398 logo pelo apoio a sua aprovação pela Câmara dos Deputados. Contando com sua compreensão e dispensa do comparecimento dessa oportunidade subscrevo-me. Atenciosamente Tereza Cruvinel, Presidente da EBC”.

Os dois outros participantes da Audiência Pública, o Dr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações e Walter Vieira Ceneviva, Vice-Presidente do Executivo do Grupo Bandeirantes estão a caminho.

Portanto, nós vamos começar a Audiência Pública e vamos passar a palavra ao Dr. Ottoni Fernandes, Subchefe Executivo da Secretaria de Comunicação da Presidência da República para a sua exposição. V.S^a tem 10 minutos.

SR. OTONI FERNANDES JUNIOR: Bom dia a todos, Senador Antônio Carlos, meus colegas de Mesa, participantes do Plenário. Primeiro lugar explicar que o Ministro Franklin ele não pôde comparecer porque ele foi para o Rio de Janeiro, faleceu uma grande amiga dele, a Vera Silva Magalhães, ela está sendo cremada hoje pela manhã no Rio de Janeiro, então ele não pôde vir a essa audiência.

Eu acho que o assunto em pauta aqui nessa Comissão, primeiro lugar a gente tem que frisar o seguinte. Nessa mudança que está sendo discutida no Congresso, na criação da Empresa Brasileira de Comunicação, fica bem definido que o caráter da EBC, se aprovado pelo Congresso, será uma empresa, um canal público. Ele não será um canal do Governo Federal. Até porque está previsto que a EBC prestará serviços ao Execu-

tivo Federal para operar o canal já existente, o canal NBR que vai ao ar em TVs... Algumas TVs a cabo no Brasil. Esse sim será o canal do Executivo.

Também é bom frisar que na proposta da criação da empresa Brasil de Comunicação, os departamentos de jornalismo serão totalmente separados. Isto é, o Departamento de Jornalismo que faz, presta serviço para a própria EBC levando os canais... A difusão do canal aberto não é a mesma equipe que fará a programação da NBR. Nós faremos um contrato de prestação de serviços junto com o Governo Federal para produzir a programação que hoje é veiculada pela RADIOBRAS, através da NBR. E será feita com prestação de serviço, com canal completamente separado que é o NBR.

Como vocês sabem, a justificativa desse Projeto de Lei, do Executivo encaminhado em 2005, é que atualmente na grade da televisão a cabo, a transmissão do canal NBR é feita, digamos, por um acordo. Não existe qualquer obrigatoriedade das operadoras de TV a cabo de levarem a programação da NBR. E a gente considera que é importante estar definido uma posição nessa grade para que a gente possa veicular a comunicação de interesse público a toda a população que acessa, hoje é um número crescente que acessam TV a cabo, e por enquanto nós não conseguimos ter esse acesso.

O objetivo é um canal claramente um canal do Executivo que transmite os assuntos de seu interesse, e que são de interesse da maioria da população. Essa é a justificativa para esse Projeto de Lei que está em discussão na Comissão e depois irá a Plenário.

Então, a gente acredita que... Eu acho que o próprio Alexandre poderá falar, está aí, que hoje em dia está aumentando bastante o número de assinantes de TV por assinatura, nós pretendemos atingir esse universo, obviamente a gente espera... Quer dizer, a TV, a EBC que agora já está com uma programação unificada, e unificando as programações da TVE do Rio, e a TV Nacional de Brasília, mas essa é uma TV em canal aberto, deixar bem claro isso. NBR é um canal do Executivo, é um canal que irá ao ar no cabo e nós esperamos que o Congresso aprove essa mudança para que o Executivo, o Governo Federal tenha acesso a todos os usuários de TV a cabo no Brasil para transmitir a sua programação. Essa é a nossa justificativa, eu agradeço a atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – Passamos agora às considerações do Dr. Alexandre Annenberg, Presidente da Associação Brasileira de TV por assinatura, ABTA.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Muito bem. Muito bom dia, prezado Senador Antônio Carlos, prezada Senadora, Senadores, colegas de Mesa. O tema

em discussão hoje é um tema que já vem rolando há vários anos no Congresso sobre um canal Executivo a fazer parte do line up das operadoras de TV a cabo.

Pra gente entender melhor o problema, e de que maneira a gente pode equacionar esse problema, de que maneira a gente pode resolver esse problema é importante que a gente conheça algumas coisas básicas sobre televisão a cabo. Principalmente o seguinte: As redes de TV a cabo, elas são construídas pelos operadores de TV a cabo segundo necessidades específicas de um determinado mercado. Explico. Mercados maiores exigem redes mais possantes, redes de 750 megahertz, por exemplo. Mercados mais limitados, mercados menores, exigem redes de menor capacidade. 350 megahertz. E nós temos no Brasil uma variedade muito grande de redes com variadas capacidades, dependendo do mercado que elas pretendem atingir, que elas pretendem servir. Por quê? Porque elas são construídas de forma a permitir uma determinada entrega de serviços para um determinado mercado. Ora, a capacidade dessas redes, portanto, não é ilimitada. A capacidade dessas redes depende, claro, do investimento que foi feito, da dimensão da rede para fornecer um determinado serviço. Para exemplificar uma rede de 350 megahertz, por exemplo, é uma rede que permite mais ou menos 50 canais analógicos. Uma rede de 750 megahertz permite já entregar cerca de 115, 120 canais analógicos. Isso pode até parecer muito. Só que não é tão simples assim. Além disso, as redes servem para oferecer vários outros serviços. Serviços de banda larga, potencialmente serviços de voz, potencialmente serviços interativos, todos esses serviços são consumidores de banda. Ou seja, são consumidores da capacidade operacional da própria rede. Por Lei, todas essas redes, independentemente da sua capacidade já são obrigados a carregar aqueles canais que nós chamamos de *must carry*, que estão exemplificados na própria Lei do Cabo.

Então, independentemente dos canais comerciais, assim chamados, todas as operações seja de que dimensão forem, todas as operações são obrigadas a carregar. Um canal legislativo, municipal e estadual. Um canal para a Câmara dos Deputados. Um canal para o Senado Federal, aliás, diga-se entre parênteses que foi a TV a cabo que viabilizou o surgimento da TV Câmara e TV Senado há tantos anos atrás. Um canal universitário, um canal educativo cultural, para servir a órgãos do Governo que tratam de educação e cultura, um canal comunitário, canal do Supremo Tribunal Federal. E, além disso por Lei também, todas as redes de TV a cabo são obrigadas a carregar as geradoras locais de televisão aberta. Isso dependendo da localidade pode significar algo como 15, no total, 15 ou

talvez 25 canais que obrigatoriamente toda operação de TV a cabo já carrega por lei. Numa cidade como São Paulo, só de geradoras locais existem cerca de 20. Então, o carregamento dessas... Desses canais já é previsto em lei.

O problema se coloca hoje numa fase extremamente crítica que as empresas de TV a cabo estão atravessando. Por quê? Porque nesse instante as operadoras de TV a cabo estão digitalizando as suas operações. Chegou a TV Digital e as operadoras de TV a cabo têm que necessariamente acompanhar o desenvolvimento tecnológico e precisam começar a oferecer obviamente canais digitais. Só que para o oferecimento desses canais digitais, a coisa já não é tão simples. Ainda que caibam muito mais canais digitais no mesmo espaço que cabem canais analógicos, na verdade essa transposição do analógico para o digital tem que ser feita no tempo. E nesse tempo até o ano de 2016, na verdade, as TVs a cabo estarão carregando simultaneamente todo o bloco de canais analógicos que já carregam, e mais os canais digitais que no futuro substituirão esses canais analógicos. Só que durante muitos anos esses canais vão coexistir na mesma rede de cabo. Os canais digitais que substituirão os canais analógicos.

No momento em que os canais analógicos deixarem de existir, aí se cria, sim, um vasto espaço que pode ser muito bem aproveitado. No entanto, nesse interregno, as redes estão absolutamente congestionadas. Não existe obviamente espaço ocioso dentro dessas infra-estruturas porque foi aquilo que eu mencionei antes. As estruturas foram construídas, o investimento foi feito para oferecer um determinado número de canais. E esse número já foi próximo do limite na construção. Com a reserva para a digitalização que está acontecendo hoje.

Então, na verdade, não se trata aqui de contestar a necessidade de um canal Executivo, muito menos contestar a necessidade de uma TV pública. Obviamente somos amplamente favoráveis e receptivos à TV pública. Mas eu já tive oportunidade numa outra audiência relativa à TV pública de mostrar essa dificuldade operacional. Mesmo porque no caso da TV pública a própria lei nos obrigará ao carregamento da TV pública em todas as localidades onde houver a geração local de TV pública. E será um grande número de localidades. A MP 398 da TV pública ela veio com uma... Com um viés e com um erro, na verdade, de colocação porque ela simplesmente confiscava dois canais de todas as modalidades de TV por assinatura. Cabo, MMDS, DTH, TVA que é uma modalidade especial de TV por assinatura. E o absurdo se verifica na simples leitura do artigo. Redes de MMDS, por exemplo,

podem ter de 15 a 31 canais. É o máximo que podem ter. Portanto, confiscar dois canais é algo que cria um problema operacional, econômico-financeiro absolutamente marcante e substancial. Confiscar dois canais, por exemplo, de uma operação de TVA que só tem um canal, TVA é uma operação de TV por assinatura que só tem um canal. Portanto, houve um erro obviamente de redação no art. 29 da MP 368. Já conversei como Ministro Franklin ele está inteiramente de acordo que isso não pode subsistir nesses termos e principalmente o próprio Ministro Franklin já trocou idéia conosco no sentido de concordar que a forma mais adequada de ser carregada pela televisão a cabo é justamente através das geradoras locais. Mesmo porque a plataforma de TV a cabo não é a plataforma mais indicada para massificação de nada. A TV a cabo ela atinge hoje cerca de menos de três milhões de assinantes. A TV por assinatura como um todo são cinco milhões, mas se eu restringir apenas à TV a cabo são três milhões de residências. (soa a campainha) Já vou terminar, Senador. É apenas uma conclusão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Ok. Perdi o fio da meada. Enfim... Sim, eu contava que já conversamos com o Ministro Franklin e que a plataforma de televisão a cabo ela não é a mais indicada para massificar nada. Ela é absolutamente dirigida a públicos específicos, segmentados, limitados. A plataforma evidentemente adequada para a massificação, seja de uma TV pública, seja de um canal do Executivo, não importa, a plataforma ideal para esse tipo de massificação é uma plataforma satelital. Como, por exemplo, nós temos hoje no Brasil SAT, um satélite que transmite em banda C para 20 milhões de parabólicas que existem no País hoje. Esta é a massificação adequada. Não só porque atinge a totalidade do território nacional, como é principalmente dirigida às classes de menor poder aquisitivo e são aquelas que se servem das antenas parabólicas para receber, hoje mais de 50 canais são recebidos livre e gratuitamente pelas antenas parabólicas. E canais dos mais variados que cobrem o Brasil inteiro. Essa é a plataforma adequada para uma transmissão maciça de interesse público.

Então, a solução é evidente. Uma coisa que para encerrar é absolutamente indispensável que seja colocado é que qualquer necessidade de confisco de canais de uma infra-estrutura de cabo deve vir acompanhada de uma adequada compensação econômico-financeira ou uma concessão de tipo fiscal de algum tipo. O que não é nenhum absurdo e nenhuma novidade. A própria TV aberta, por exemplo, ela é indenizada pelos custos

relativos aos programas político eleitorais, por exemplo, de uma forma ou de outra. E é claro, necessariamente tem que ser assim. Então é preciso deixar claro que a proposta de um canal do Executivo deve vir acompanhada de uma adequada compensação financeira para a utilização de infra-estruturas que são exploradas em regime privado. É muito importante que se lembre disso. TV por assinatura é um serviço prestado em regime privado. As redes foram construídas pelos investidores que oferecem esse serviço. Não são redes públicas no sentido de uma rede de telefonia, por exemplo.

Então, por todos esses motivos, prezados Senadores, eu quero deixar registrado aqui a necessidade de que se veja com clareza a exigência do modelo. Eu tenho a impressão, inclusive, que essa proposta que vem desde 2005, a proposta do canal do Executivo talvez ela mesma tenha que ser revista em função de tudo que já aconteceu de recente. A TV pública que já ocupa um espaço importantíssimo. Mas claro, não é um canal do Executivo. Mas vamos lembrar que no próprio projeto de TV Digital estão sendo criados quatro canais da cidadania, que também deverão ser carregados pelas infra-estruturas de TV a cabo, nas localidades onde eles forem gerados localmente. Portanto, nós estamos falando de quatro novos canais da cidadania, dois novos canais da TV pública, um canal do Executivo... Eu tenho a impressão que chegou a hora de se mapear melhor todo esse contingente e se estabelecer um plano muito mais eficaz para os objetivos que se pretendem alcançar. Por enquanto era o que eu tinha a colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – Agradeço ao Dr. Alexandre Annenberg. Agora o Dr. Evandro Guimarães. Conslheiro da ABERT. 10 minutos.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Obrigado Senador, bom dia Senador Cristovam, Senador Crivella, Senador ACM Júnior, Senador Suplicy. Eu considero a presença de um representante da radiodifusão, a televisão aberta e gratuita nesse evento, nesse seminário, apenas uma elegante... Um elegante convite para que a gente traga alguma contribuição muito colateral ao assunto. Porque a televisão aberta efetivamente não está, digamos assim, entre o mar e a pedra nessa questão. Mas aprendi que é sempre oportunidade... Devemos sempre aproveitar as oportunidades para valorizar assuntos que interessam à TV aberta, que afetam a TV aberta, e um pouco primo dessa situação estamos vivendo um momento que merece a reflexão dos Srs. Senadores. Senão, vejamos, o bem sucedido modelo de televisão aberta no Brasil deriva do fato de que temos televisões, temos pelo menos sete redes que disseminam aprovação nacional, feita de brasilei-

ros para todos os brasileiros, e essa programação é complementada nas regiões em todas as capitais com retransmissoras... Com geradoras e retransmissoras terrestres que levam o sinal e complementam também com jornalismo local, esporte local, com intervalo comercial local, com horário político gratuito local, com horário eleitoral gratuito local, com campanhas comunitárias, e com outras atividades de natureza local e regional que fazem esse sanduíche bem sucedido, novamente, que é a televisão aberta brasileira. Que atinge hoje praticamente 100% da população brasileira. A televisão aberta brasileira feita no modo terrestre ela tem um apelido recentemente muito aceito. Ela é o modelo federativo. Ela é a soma da contribuição dos Estados para a União. Ela é absolutamente xipófaga da situação que se vê até no Senado Brasileiro. Cada Estado tem seu grupo de empresários, privados, e mais as suas televisões de natureza educativa, representadas nas capitais e nas principais cidades, e elas fazem programação que somada a uma programação nacional desenvolvida por brasileiros permitem que o brasileiro assista gratuitamente, livremente, programação de interesse nacional e de programação de interesse local e regional. Aliás, não pode ser diferente. Porque é este o formato, esse sanduíche bem bolado que traz sucesso à televisão comercial, que traz sucesso à televisão educativa regional, que traz sucesso a televisões que pertencem a fundações e que desenvolvem esse formato. No entanto, com o desenvolvimento da tecnologia, particularmente de satélites e de formatos, digamos assim, mais unicamente nacionais, com programações que estão inclusive no sistema de TV paga, o que nós estamos vendo é que há uma competição desigual entre um conjunto de produtos audiovisuais que são fornecidos, ou gratuitamente ou pagos nacionalmente contra estes produtos que são fornecidos com a combinação de programação nacional mais a programação local e regional. Isso tem sido feito, isso tem acontecido na falta de uma regulamentação que seria necessária e urgente.

Senão, vejamos, eu conheço bem o Paraná, do Senador Arns, e lá no Paraná são pelo menos duas dezenas de emissoras que empregam pelo menos dois mil profissionais na televisão aberta, que operam em cidades que eu conheça tão importantes quanto Ponta Grossa, Guarapuava, Maringá, Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel... E outras cidades. E nessas cidades praticamente o operador local de televisão, o operador regional de televisão fica em absoluta desvantagem se ele tem que competir com o sinal que vem de maneira única para o território nacional, eventualmente com o anúncio, alguns deles com anúncios de grandes anunciantes nacionais, apenas, mas em

muitos casos de anunciantes internacionais que têm programação voltada ao mercado brasileiro produzida lá fora, gerada lá de fora e autorizada que é o mais importante lá fora.

Então, nós temos hoje um processo de corrosão do sistema de televisão aberta que insisto, é a soma das operações estaduais bem formatada com contribuição de qualidade nacional, e isso está se tornando um perigo muito grande, um perigo efetivo para continuidade e para o sucesso deste modelo da televisão aberta brasileira. De novo, nós falamos um de modelo federativo. No tema de hoje, discute-se que cada televisão a cabo deveria carregar o sinal da NBR que é uma agência de notícias. Apenas por acaso eu participei até para deixar o Dr. Otoni aqui bem à vontade, eu participei do nascimento da NBR no cabo. Ele nasceu com o Ministro Sérgio Amaral que queria de qualquer maneira uma janela para que a programação da então surgente(F) NBR estivesse disponível nos termos que ele dizia, que ele colocava. Inicialmente disponível para que fosse captada por rádios, jornais, revistas, etc, locais, câmaras de Vereadores, Câmaras Legislativas Estaduais, e também televisões que poderiam usar este programa gratuitamente e retransmiti-los, mostrando comunicações, inaugurações, lançamento de programas do Executivo, tudo aquilo que uma agência de notícia faz. Ou seja, como apresentava o Embaixador Sérgio Amaral naquela época tratava-se de operação no atacado. E na época, mediante uma autorização da ANATEL o sistema NET que até hoje ainda é quase que único, mas sem dúvida é o principal, é 95% do sistema de cabo que carrega o sinal da NBR, rapidamente o sistema NET com autorização da ANATEL passou a carregar esse sinal, que digo, hoje em muitos casos presta um serviço de atacadista, de fornecedor de notícia para rádio, jornais, etc e tal. No entanto, também prestando um testemunho e confirmando um pouco o que disse o Annenberg, eu percebo que a NBR ela não completou o seu projeto de distribuição plena. Porque nós temos no Brasil mais de cinco mil Municípios, e seria importante que as Câmara de Vereadores desses municípios pudessem ter acesso mediante uma antena parabólica digital a receber permanentemente os serviços da TV Senado, da TV Câmara, da NBR, do canal do Executivo e também da TV Justiça. Por que não informar corretamente o Legislativo e também o Executivo nessas praças? Então esse esforço de informar a comunidade gestora da administração pública brasileira não foi complementada. E discute-se agora, eu não vou entrar nesse assunto porque aqui representa apenas a radiodifusão, discute-se ainda as dificuldades, por razões de natureza econômica, por questões de faixa, de banda, por questões

de frequência disponível nos cabos, nos operadores de menor porte, são 274 no Brasil, hoje menos de 60 ou 70 operadores estão carregando o sinal Executivo na NBR, mas de qualquer maneira fica a sugestão que como agência de notícia o Executivo pode implementar um esforço adicional de fornecimento de sons e imagens para os veículos interessados, as 3.500 rádios, 2.000 jornais, as televisões do Brasil inteiro utilizando recurso de fornecimento com facilidades para o atacado, ou seja, para o consumidor (soa a campainha) que no mercado se chama *business* (ininteligível), ou seja, aquele consumidor que receberá essa programação para utilizar a programação.

E também fica o lembrete já falado rapidamente aqui pelo Annenberg de que no ambiente digital certamente haverá frequência disponível para se for o caso o Executivo também implementar uma utilização em modo digital também da aprovação que informa de maneira aberta, terrestre a programação para os nossos... Para os cidadãos de maneira geral.

Mas o meu discurso, aqui basicamente a oportunidade que vim aproveitar é o seguinte, é convidar os Senadores e convocar os Senadores, a ABERT faz questão, para refletir que o modelo de televisão brasileira aberta que é a soma das televisões, são 400 televisões comerciais que existem no Brasil, tem programação de rede nacional, mas também que tem investidores, operadores que fazem o serviço em todos os Estados, está ameaçada por falta de recursos que protejam de fato este modelo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – Obrigado, Dr. Evandro Guimarães, passo a palavra agora ao Dr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações. O senhor tem 10 minutos para sua exposição.

SR. MARCELO BECHARA: Obrigado. Bom dia, Sr. Presidente, companheiros de Mesa, Srs. Senadores. Peço inicialmente desculpas pelo atraso, mas eu estava no gabinete do Ministro e quando o chefe convoca vocês sabem como é que é.

Bom, o assunto de hoje é um assunto bem específico, pois trata da presença da RADIOBRAS dentro do sistema de televisão por assinatura mais especificamente TV por cabo. Contudo, eu acho que essa discussão, apesar de importante ela tem que ser contextualizada dentro de um cenário um pouco mais abrangente. Por quê? Porque nós estamos exatamente nesse momento vivendo algumas transformações e algumas discussões dentro desta Casa e dentro da Câmara dos Deputados sobre os rumos que as comunicações vão tomar no País, principalmente no serviço de televisão por assinatura. Eu acho que o que mais se discute hoje nesse momento é o serviço de televisão por assinatura. É

claro que a TV Digital tomou um espaço importante, principalmente no ano passado, e a TV pública que tem totalmente... Diretamente a ver com esse assunto também tem tomado espaço a partir da edição da Medida Provisória, da recente Medida Provisória, de 11 de outubro, mas é a televisão por assinatura que tem trazido as maiores discussões em torno do que a gente tem chamado aqui e que já se tornou quase um clichê que é a questão da convergência tecnológica.

Antes de mais nada acho que não há questionamento sobre a presença do Poder Executivo, eu não vou falar RADIOBRAS, NBR em razão justamente de estar tendo uma Medida Provisória que está criando uma nova situação, uma nova empresa que é a empresa brasileira de comunicação, que faz a fusão de uma forma bem objetiva seria a fusão da TVE do Rio de Janeiro, através da ACERP, com a RADIOBRAS aqui de Brasília. Seria objetivamente isso, mas a Medida Provisória ela trata de outra questão. Não há que se discutir a importância da presença do Poder Executivo num espaço como esse. Eu acho que isso aí, inclusive o parecer da Senadora Ideli é muito bem feito, brilhante nesse sentido. O que nós temos que discutir aqui é em que em condições que isso vai acontecer. Eu entendo que um pouco desse projeto ele fica um pouco prejudicado, Presidente, na medida em que a Medida Provisória ela traz novos contornos para a presença da RADIOBRAS através dessa TV Brasil no âmbito do famoso art. 29, não só da TV a cabo, mas também do MMDS, do DTH e da TVA. Lembrando que TVA certamente apareceu no art. 29 por um erro de redação que é praticamente impossível se não impossível dar cumprimento à exigência da norma. Em que pese também, está aqui o Alexandre Annenberg para falar, existe uma discussão em torno do MMDS em relação ao espaço que está sendo cedido nesses dois canais. Para TV Brasil.

Bom, então acho que fica prejudicada essa discussão. O que eu acho que é importante ser dito é o seguinte. Nós... O Brasil está pronto para ter uma televisão pública. O Brasil está pronto para ter esse espaço de televisão pública. Isso está sendo discutido na Medida Provisória. Eu disse isso na Câmara e volto a dizer aqui. Poderia ter o Governo feito à rede da TV Brasil simplesmente usando da prerrogativa da união de preferência no espaço, no espectro, e construir essa rede, montar efetivamente essa rede pelo País. Preferiu o Governo enfrentar um debate. Preferiu o Governo levar a esta Casa e à sociedade uma discussão que é polêmica e enfrentar o debate. Acho que esse é o mérito. Acho que esse é o grande mérito. Evidentemente a Medida Provisória tem alguns pontos a serem ajustados, esse do art. 129 certamente é um ponto a ser

ajustado, mas não... Mas é um mérito do Governo ter trazido evidentemente, essa Casa é saiba para fazer a construção do melhor texto possível.

O Decreto da TV Digital, e acho que isso também é um grande mérito, já traz em seu bojo a presença de quatro canais que são canais nada mais nada menos de interesse público. Canais para exploração da União, mas que tem finalidades específicas. O canal do Poder Executivo que é a própria TV Brasil, um canal para educação, um canal para cultura e um canal para cidadania. A partir do momento que esses canais eles estão no aberto, pela Legislação atual, pela Legislação atual, naturalmente eles serão carregados no cabo. É claro que essa Legislação, é o que a gente chama de *must carry*. Esse dever de carregar. É claro que toda essa questão está sendo discutida também no âmbito do Projeto de Lei que coincidentemente tem o mesmo número 29, mas que está sendo discutido na Câmara sobre a Relatoria do Deputado Jorge Bittar.

O que eu acho que é o fundamental de dizer é que o serviço de televisão por assinatura, independente de ser TV a cabo, apesar de estar focado no cabo, é um serviço que precisa amadurecer no sentido de atingir um público maior. Eu acho que é isso que se espera. E isso vai se dar trazer da competição. Acho que uma Legislação que venha tem que tentar horizontalizar as assimetrias reguladoras. Não dá para a gente tratar de uma Lei do cabo que diz que 51% do capital é estrangeiro, o DTH e o MMDS... 49%, perdão, pode ser estrangeiro, o DTH e o MMDS em tese 100% pode ser estrangeiro e o TVA 100% capital nacional. Isso chama-se assimetria regulatória. Não dá para conviver com o cabo que é Lei um Decreto que estabelece o MMDS e DTH por Portaria, e o TVA que também foi constituído por um Decreto em 1998. Não dá para conviver com serviços que hoje são competitivos entre si, que geram competição entre si porque o cabo tira cliente do DTH, o DTH tira cliente do TVA, isso é fato, com normas absolutamente distintas. A partir do momento que se nós continuarmos insistir legislar por tecnologia, nós vamos estar continuando a cometer erro. Porque a tecnologia muda, a tecnologia evolui. O que nós temos que fazer é legislar o serviço independentemente da tecnologia empregada para a execução desse serviço. Hoje, por exemplo, não pode IPTV no Brasil. O que é o IPTV? O IPTV é a possibilidade de prestação da distribuição de conteúdo, televisão por internet. Mas não é pela internet, YouTube, os (ininteligível) da vida, que nós estamos acostumados a ver. Aquilo não é IPTV, aquilo é Web TV. O IPTV é a distribuição de conteúdo que usa a rede B e que liga aquele cabo direto na sua televisão. E que você assiste com qualidade digital. Isso no Brasil hoje está proibido. Porque o serviço de

comunicação multimídia que é o que permitiria o IPTV ele não pode ser confundido com o serviço de televisão por assinatura. Então veja que nós estamos vivendo um momento nebuloso. O que precisa ser feito então para corrigir esse momento nebuloso? O que precisa ser feito é termos uma legislação que é o que está sendo discutido na Câmara dos Deputados e futuramente aqui também já no âmbito do Senado em que pese já tem projeto do Senador Flexa Ribeiro também que já trata plenamente desse assunto, da televisão por assinatura independente de ser TV a cabo. MMDS, DTH. E no âmbito da televisão por assinatura discutir quais são os espaços que o Poder Público (soa a campanha) terá. Por exemplo, se vai ser através da EBC, do Senado ou do Legislativo. Acho que a televisão a cabo prestou, claro, por força de lei, mas prestou um excelente serviço, e presta um excelente serviço à sociedade na medida que possibilitou, por exemplo, na TV Senado chegar onde chegou. Foi a partir da televisão a cabo que a TV Câmara, a TV Senado, o Supremo através da TV Justiça chegou onde chegou. Inclusive, já inclusive a TV Senado tendo operações aí em diversas localidades do País no canal aberto.

Então, isso é um mérito, que nós temos que reconhecer. E os operadores de televisão a cabo fizeram esse... Se propuseram a isso. Nós temos que ter todo esse mérito. Agora, evidentemente que a partir da questão da convergência tecnológica e das novas realidades nós temos que amadurecer o debate. Temos que trabalhar como que diante dessa nova realidade de IPTV, como que diante dessa nova realidade de um MMDS digital, que não tem mais só 31 canais, agora tem mais de cento e tantos canais, de um DTH modernizado, e como esses canais de interesse público vão funcionar.

Eu só queria fazer, Sr. Presidente, um comentário a respeito da TV Senado. Que acho que é importante. Acho que a TV Brasil, a TV pública é um grande passo, um grandessíssimo passo que nós estamos dando em relação à maturidade da comunicação no País. Acho que é um belíssimo gol de placa que o Governo marca. Agora, eu não poderia deixar de deixar registrado aqui que a TV Senado... O mesmo elogio eu faço à TV Câmara, mas em especial à TV Senado que nós estamos aqui hoje, ela já cumpria além de uma função institucional, porque é televisão de um Poder Legislativo no caso da Casa do Senado, ela exerce uma função de TV pública também. Porque na TV Senado nós encontramos debates, na TV Senado nós encontramos documentários, na TV Senado tem filmes, na TV Senado você encontra concertos musicais de grande qualidade. Isso também é TV pública. Isso é prestar um interesse público. Então acho que a TV Senado,

a TV Câmara são escolas importantes de TV pública que o Poder Executivo tem que absorver, com certeza essas compreensões, e eu acho que a partir desse momento a Medida Provisória que estabelece a criação da empresa brasileira de comunicação através do seu art. 29 que merece, repito, um ajuste, poderá contemplar efetivamente o projeto que está sendo discutido aqui hoje. Ou seja, a presença do Poder Executivo no âmbito da televisão por assinatura, não esquecendo também que o que se busca na TV Brasil também é uma participação na TV aberta, em São Paulo isso já está acontecendo e em Brasília evidentemente onde a RADIOBRAS já tem um canal aberto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)

Muito obrigado ao Sr. Marcelo Bechara que já é um frequentador sócio benemérito dessa Comissão. Eu queria dizer que essa é uma Audiência Pública cujo assunto é instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 29/2005 que acresce e altera o dispositivo da Lei 8.977 de 6 de janeiro de 95 que dispõe sobre os serviços de TV a cabo, disponibilizam um canal reservado ao Poder Executivo Federal na área de prestação de serviço das operadoras de TV a cabo. A autoria do Requerimento, Senador Antônio Carlos Júnior, estava presidindo essa Comissão, a quem eu agradeço e queria pedir desculpas aos convidados pelo meu atraso, ao Evandro não porque foi motivo de uma entrevista para a CBN um debate com o Heráclito sobre CPMF. Então para você não vou pedir desculpa porque você é do grupo. Aos demais eu peço desculpas pelo meu atraso.

Então acabamos de ouvir o Sr. Marcelo Bechara. Passaremos agora aos Senadores inscritos para que possa fazer a pergunta à Mesa. A lista continua aberta para quem queira se inscrever. Primeiramente ouviremos o Senador Antônio Carlos Júnior, esqueci de dizer também que quem também assina o Requerimento é o Expedito Júnior, Senador Expedito Júnior.

Então, passaremos a palavra primeiramente ao Senador Antônio Carlos Júnior que foi um dos autores do Requerimento.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)

Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Senadores. De autoria do Poder Executivo o Projeto de Lei da Câmara nº. 29/2005 tem como objetivo a criação na grade de canais operadores de TV a cabo de um canal obrigatório e gratuito reservado para o Poder Executivo Federal. De acordo com o estabelecido na proposição, o canal será operado pela Empresa Brasileira de Comunicação S/A, RADIOBRAS, e terá como missão documentar e transmitir atos e matérias

de interesse do Governo Federal. Por sua vez, o art. 29 da Medida Provisória nº. 398/2007 que cria a TV pública, obriga todos os operadores de TV por assinatura independentemente da tecnologia a carregarem dois canais destinados ao Poder Executivo Federal, sendo um para a rede nacional de comunicação pública e outro para transmissão de atos e matérias de interesse do Governo Federal. Observa-se, portanto, que em nosso entendimento o ocupado do PLC nº. 29/2005 já está contemplado na Medida Provisória nº. 398/2007. E inclusive a situação fica agravada porque na Medida Provisória ela acaba obrigando que as outras modalidades de TV por assinatura MMDS e TVA também cedam canais, TV atende canal só BCD 2 e MMDS tem 31 canais no modelo analógico e evidentemente que isso seria um ônus muito grande para as operadoras de TV a cabo.

Então, o que isso é preciso que se faça? É preciso que se compatibilize a Medida Provisória que eu acho que foi importante ter vindo para o Congresso embora eu preferisse que fosse Projeto de Lei, não fosse Medida Provisória. Porque eu não vejo urgência nem relevância para ser Medida Provisória, até porque... O Governo se acostumou, o Poder Executivo se acostumou há muito tempo para mandar Medida Provisória para tudo quanto é coisa. Não é que isso seja um caso que foi ferido somente. O Governo vem ferindo em muitos outros casos Medida Provisória. Legislar por Medida Provisória. Isso não é a melhor forma. A melhor forma seria um Projeto de Lei discute com urgência, continuar discutindo aqui dentro do Congresso. Mas voltando à questão que nós estamos discutindo hoje, é preciso compatibilizar, ou seja, de certa forma o Projeto de Lei está prejudicado e é preciso que se faça uma negociação entre Governo e Congresso para que nós possamos que ele seja absorvido no âmbito da negociação da Medida Provisória. Mas de qualquer jeito, a despeito de todos esses problemas eu gostaria de levantar alguns pontos.

Primeiro, as operadoras de TV a cabo são empresas que exploram esses serviços mediante contrato de concessão, nos termos do art. 6º da Lei 8.977/95, esses contratos foram celebrados sem que houvesse a previsão de inclusão de novos canais básicos de (ininteligível) gratuita além daqueles previstos na redação original do art. 23, inciso I da mencionada norma como TV Câmara e TV Senado. Nesse sentido, a imposição de qualquer outro canal dessa natureza não configuraria quebra de contrato, como evitar insegurança jurídica resultante dessas iniciativas? Na mesma linha de questionamento o Presidente da ABTA, o Dr. Alexandre Annenberg manifestou-se no sentido de que a TV paga é um serviço prestado em regime privado

e que as alterações em sua infra-estrutura prejudica o negócio, afirma que o confisco de dois canais apresenta um distúrbio significativo no equilíbrio das empresas. Ao se confirmar a aprovação desse preceito da Medida Provisória não deveríamos pensar alguma compensação financeira aos atuais operadores ao recompor o equilíbrio econômico e financeiro dos respectivos contratos? Terceiro. A Lei de TV a cabo obriga as operadoras dos serviços a disponibilizarem em sua grade de programação os chamados canais básico de distribuição gratuita, entre os quais os utilizados pelas geradoras locais de televisão aberta na área de serviço da operadora, TV Senado, TV Câmara e TV Justiça. Além desses a previsão de um canal educativo, cultural e de um canal comunitário. Na avaliação dos senhores, não seria mais apropriado implementar uma grade de programação comum entre os canais educativo, cultural, comunitário à Empresa Brasil de Comunicação, ao invés de obrigar a cessão de outros canais específicos? São pontos para debate. Na verdade, esse debate começa aqui agora, a Medida Provisória ainda está na Câmara, mas quando ela chegar aqui nós vamos debater exaustivamente. Por isso eu preferiria que fosse Projeto de Lei. Mas já que não veio assim vamos debater como se Projeto de Lei fosse. Acho que precisa ser debatido de forma exaustiva mesmo que nós... Quer dizer, o projeto passaria nas Comissões. Medida Provisória acaba chegando no Plenário no último dia. Mesmo assim, nós vamos provocar um debate extremamente denso em relação a esse assunto. Esse assunto merece de todos, dos Senadores, uma atenção especial. Era o eu tinha a comentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu indago aos Srs. Senadores, faremos grupos de três ou faremos todas as perguntas ao final? De três? Porque eu fico receoso das demais Comissões. Três? Então vamos ao segundo. Se bem que só temos três inscritos até agora. Senador Flexa deseja se inscrever? Pensei que V.Exª... Sempre... Então vamos ao segundo inscrito, Senador Marcelo Crivella que detém um certo conhecimento na área. Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Presidente, muito obrigado. Eu queria saudar o Dr. Otoni, Dr. Evandro, o Dr. Alexandre e o Dr. Marcelo Bechara que abrilhanta essa nossa Audiência Pública.

Eu ouvi atentamente as explicações, Sr. Presidente, e realmente, quer dizer, num setor que hoje se encontra em grandes transformações pela convergência de mídia, pela mudança do sistema, e por uma certa dificuldade que a gente consegue ver no horizonte para se manter os padrões anteriores de financiamento das televisões públicas e até a cabo, o Dr.

Evandro falou aqui sobre uma preocupação que ele tem, é um sujeito com vasta experiência no setor, de que nós estamos... Quer dizer, num setor estratégico da comunicação social brasileira vislumbrando para breve... Uma certa crise. Uma certa crise nisso que é hoje eu diria o principal (ininteligível) da alma brasileira. Nós que saímos de duas crises econômicas e políticas, eu não diria política, política há mais tempo, mas que uma crise econômica de moderada, eu diria de média e profunda extensão, e de um... Mais de uma década o Brasil com altos níveis de desemprego, com uma renda do salário caindo há 50 anos, um achatamento da classe média, um subemprego que é a violência que chega a níveis absurdos. Portanto, mais do que nunca esse setor estratégico, a comunicação social no País se torna importantíssimo por razões óbvias. Se atraem crises esse setor, se nós tivermos uma degradação, uma decadência das nossas programações, ou do desempenho dos nossos artistas, os nossos astros, ídolos, etc, tenho certeza que isso não irá contribuir em nada para o progresso até de maneira colateral econômica do nosso País. Quando o Governo precisa de canais e entra nesse setor, agrava a crise. Mas, por outro lado, temos também a chegada do canal digital que vai ampliar o nosso espectro para... Oferecendo mais espaço.

Sr. Presidente, nós temos discutido nessa Comissão, eu diria várias medidas que vão nesse sentido de preocupação com relação ao setor. Por exemplo, no caso do cabo, nós discutimos aqui o ponto extra. No caso das televisões, nós discutimos aqui direitos autorais. Estamos também fazendo legislações restringindo publicidades, e agora estamos tratando também de ocupação de canais pelo Governo. Eu acho que a gente devia, fica aqui apenas uma sugestão, formarmos, sei lá, de repente uma Subcomissão, ou um grupo para analisarmos essas medidas todas em conjunto, e ver o impacto delas. Convergência da mídia, ponto extra, as questões de assinatura... Pegasse a legislação toda, por exemplo, a iniciativa aqui para que no momento em que a televisão a cabo deixe de operar imediatamente deixe de cobrar... Quer dizer, e que isso seja ressarcido na conta seguinte. Temos a ocupação do Governo nos canais, temos a legislação de publicidade restritiva, temos ações na área do ECAD... Enfim, pudéssemos ver isto de uma maneira globalizada e podemos analisar dentro também daquela ótica, aquela perspectiva colocada pelo Evandro de uma crise que se aproxima. Acho que essa é a Comissão, esse é o cenário, esse é o palco desse debate. E os atores aqui são seguramente bem informados e muito ilustres e ilustrados para que possamos chegar a uma conclusão. Aprovar medidas assim a conta gotas e isoladas acho que aos

pouquinhos nós podemos ir empurrando o setor para uma crise que depois... Uma crise de graves consequências e de difícil reversibilidade.

Mas Sr. Presidente, eu quero apenas me excusar com V.Ex^a. porque eu sou Relator da indicação de um ilustre Brigadeiro do meu Estado que vai para o Superior Tribunal Militar e terei que me retirar para a Comissão de Constituição e Justiça. Mas não antes de mais uma vez elogiar V.Ex^a por ocupar na mídia um espaço extraordinário, trazendo para o Senado Federal uma dimensão que alivia a crise que vivemos. V.Ex^a sai na revista Piauí do meu Estado, num anúncio sobre processo de embelezamento capilar, muito famoso, meus filhos têm, a chapinha, que se tornou um sucesso que são placas de porcelana aquecidas eletricamente e que dão ao cabelo um brilho, uma textura, uma lisura extraordinária. Então o anúncio da revista Piauí é realmente inesquecível. Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Crivella, V.Ex^a realmente deixa a Presidência um pouco constrangida. Nesse mundo de imagem que a gente vive, com o meu cabelo cumprido acaba sofrendo no Senado essas charges aí. Mas V.Ex^a vai se retirar e sentimos muito a sua falta porque realmente em matéria de televisão V.Ex^a está muito bem conceituado nessa Comissão.

Passaremos ao terceiro inscrito. Senador ACM Júnior, V.Ex^a como é autor do Requerimento, nós tivemos um problema de atraso do Sr. Walter por avião, e como V.Ex^a é autor do Requerimento, eu queria a sugestão de V.Ex^a. Se botamos o Sr. Walter para fazer sua explanação agora ou se terminamos essa trinca de perguntas e depois voltamos.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Senador Antônio Carlos Júnior é o autor, ele decide. Agora o terceiro inscrito. Senador Flexa vai ficar como quarto no outro grupo, por enquanto está sozinho. O Senador Flávio Arns vai acompanhar V.Ex^a. Agora não. Agora é o Senador Cícero Lucena a quem eu passo a palavra. Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só como sugestão, ao invés de fazermos um bloco de três, fazemos de quatro porque só tem quatro inscritos aí resolvemos os questionamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Quem decide é a Comissão. Estão de acordo? Aprovado. Senador Cícero Lucena, meu Presidente da Comissão

de Resíduos Sólidos que tem viajado, tem encontrado soluções para o tratamento de resíduos sólidos, tenho acompanhado V.Ex^a, deixei de viajar com V.Ex^a, mas eu soube que a viagem foi para Alemanha. Foi muito bem recebido, trouxe idéias maravilhosas para cá. De qualquer maneira espero vê-lo lá na sua Comissão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Espero que na próxima tenha a companhia de V.Ex^a. Só quero registrar que o Senador Crivella só esqueceu de dizer que o modelo usado pelo senhor durante todo esse ano é o modelo da nossa Assessora Michele, e tudo indica que no próximo ano e senhor estará então usando o modelo então da Daniele.

Mas, Sr. Presidente, senhores convidados, eu quero dizer aqui que com satisfação que de muitas das reuniões que já participei em debates aqui nesta Comissão e em outras Comissões, eu nunca vi uma convergência para a identificação dos problemas. Acho que todos que aqui falaram, falaram de uma forma muito apropriada com muito conhecimento de cada causa na área que atua e sem dúvida nenhuma inclusive com a participação do autor da convocação dessa Audiência Pública, bem como o Senador Crivella, eu acho que aqui em vez de nós discutirmos apenas como é a proposta a inclusão da TV não pública, mas a TV do Executivo em várias áreas de distribuição, eu acho que provoca a discussão de a gente rever essa Legislação como um todo, como foi muito bem e de uma forma bem clara colocada pelo Dr. Marcelo Bechara no sentido de que há inclusive prejuízos desse projeto que está em andamento em função da nova Medida Provisória, da criação da TV pública, da preocupação de tirar dois canais onde só tem um... Eu quero aprender porque aonde eu estudei até hoje nunca me ensinaram, não consegui fazer isso, mas acho que o tema correto é que essa audiência nos leva a uma reflexão maior e mais profunda da legislação como foi dito aqui, inclusive de deixarmos de estar discutindo tecnologia e estabelecendo formas genéricas de distribuição. De participação acionária, de controle acionário, enfim, eu acho deve ser aprofundada e a minha participação eu teria algumas perguntas, mas sem dúvida nenhuma até porque ela foge um pouco desse tema eu prefiro, Presidente, eu acho que essa é a Comissão correta, o Senador Crivella propôs a criação de uma outra Subcomissão, não nos... Vamos dizer assim, não nos leva a crer que nada melhor do que isso ser discutido nessa própria Comissão. Sob sua Presidência o senhor criar um Grupo de Trabalho onde possa levantar toda a legislação existente, as propostas em andamento e ouvir a sociedade como um todo, inclusive os senhores que estão aqui presentes, outros que possam contri-

buir para nós discutirmos bem esse assunto. Era essa minha participação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ouvimos o Sr. Senador Cícero Lucena. Eu queria dizer aos Srs. Senadores que eu tenho tido oportunidade de alguns eventos de repente conversar até mesmo com algumas das pessoas que estão aqui representando o meio da comunicação e sempre acompanha essa Comissão. E alguns desses que acompanham nossa Comissão tem dito que a Comissão tem evoluído bastante. O que é difícil para nós Senadores. Alguns conhecem bem o ramo, mas outros não. Então fica difícil para nós. O Senador Flexa, por exemplo, chegou nessa Casa e hoje já domina bem esse conteúdo da televisão, da comunicação de massa.

Então, é um... Queria parabenizar a Comissão que realmente é muito difícil a gente acompanhar essa tecnologia, está sempre... Nosso também Alexandre Annenberg já é figura cativa na Casa, está sempre aqui, e isso tem passado conhecimento e é importante pra gente. Então está de parabéns a Comissão por ter conseguido acompanhar esse avanço da tecnologia, essas mudanças de rádio digital, TV Digital, está de parabéns. Vamos ouvir então o quarto inscrito, que sempre ele é muito sucinto nas suas colocações. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, Senador Wellington Salgado, senhores convidados, Srs. Senadores. Serei breve, Sr. Presidente, até por solicitação permanente de V.Ex^a. Mas antes de fazer os questionamentos, eu tive a oportunidade semana passada de pelo art. 14 fazer uma referência a V.Ex^a quando da Tribuna do Senado V.Ex^a diz que a preocupação da CPMF estava levando V.Ex^a a ficar preocupado. E agora novamente V.Ex^a justificou a sua... O seu atraso citando o Dr. Evandro Guimarães, que ele tinha conhecimento porque V.Ex^a tinha se atrasado. Eu soube quando entrei aqui pela Assessoria que V.Ex^a se atrasou porque não teve tempo de secar o cabelo. Não sei se teve alguma coisa a ver com o motivo de hoje com a posição de V.Ex^a na Tribuna do Senado. Eu continuo dizendo que V.Ex^a tem alguma discriminação com os deficientes. Espero que V.Ex^a se corrija daqui para frente.

Com relação aos questionamentos, quero pedir desculpa aos nossos convidados de não ter assistido as palestras, mas aquilo que já foi dito pelos meus pares que me antecederam, nós não podemos discutir a questão do PLC nº. 29 sem que discutamos juntos a Medida Provisória 398. Porque acho até que esse PLC é um dos questionamentos que eu vou fazer, ele não tem porque tramitar. Porque ele... Inclusive eu vi

aqui o Relatório da Senadora... Da nobre Senadora Ideli Salvatti, eu acho que ele tem que ser arquivado. Porque o que ele propõe a Medida Provisória já determina. Por força de lei.

Então, eu perguntaria aos nossos convidados, primeiro, se... Nós inauguramos agora dia 2 de dezembro em São Paulo a transmissão por alta definição de TV Digital. Lamentavelmente há um questionamento aí com relação à questão do conversor. Nós temos que encontrar uma solução porque senão menos favorecidos não vão poder assistir a TV Digital, vão continuar vendo a TV Analógica e quando ela sair do ar aí não vão ver televisão nenhuma. Porque não vão ter o conversor para fazer a transmissão. Então isso é um problema, Dr. Bechara, que V.Exª também tem que verificar lá no... Como Ministro... competente Ministro Senador Hélio Costa de como resolver isso. Eu estou apresentando um Projeto de Lei na tentativa de facilitar a vida do Presidente Lula.

Eu perguntaria qual o impacto das transmissões em alta definição da TV aberta para as redes das operadoras de TV por assinatura. O número de canais hoje disponíveis será alterado? Em caso positivo, o número de canais será ampliado ou reduzido, na TV Digital por alta definição na questão das operadoras de TV por assinatura. Porque nós sabemos que TV aberta será ampliado. Como compatibilizar o que determina a Medida Provisória 398 imediatamente? Porque a Medida Provisória 398/2007 já determina que a cessão de dois canais para o Poder Executivo. E nós sabemos que nos sistemas hoje existentes, o serviço especial de distribuição de sinais multiponto, multicanal ele tem uma limitação de 31 canais. O que praticamente inviabiliza o cumprimento da Medida Provisória. A mesma coisa no serviço especial de televisão por assinatura. Há restrição de canais.

Então, como é que se pode fazer uma Medida Provisória, daí porque, Senador Wellington Salgado, nós sempre temos dito no Plenário que o Congresso está congestionado pelas Medidas Provisórias. Essa é a 398 editadas pelo Executivo. Quer dizer, faz uma Medida Provisória, tem força de lei e que não pode ser cumprida pelos... Pelas concessionárias.

Então, eu pergunto como compatibilizar a entrada imediata em vigor dos efeitos de uma Medida Provisória com os impedimentos de natureza tecnológicas como já foram apontados. Se é lei, tem que ser cumprida. E se tecnologicamente não pode ser, como é que se edita uma Medida Provisória? E por último, foi aquilo que eu iniciei, que vai ser meu voto aqui e eu quero antecipar meu voto na... Por ocasião da votação do PLC 29 com a Relatoria da Senadora Ideli. Eu já li aqui o parecer, ela é pela aprovação. Eu vou ser pelo arquivamento.

Porque por economia regimental, o Governo não estaria disposto a solicitar a retirada do PLC nº. 29/2005 da já congestionada pauta do Congresso Nacional já que ele trata em 2005 já foi determinada pela Medida Provisória 398/2007? Eram essas as questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flávio Arns, pela ordem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só gostaria, Sr. Presidente, também apesar de não estar inscrito, só antes de se passar às respostas, bem como a exposição do Dr. Walter, só de saudar também as pessoas que estão aqui, enaltecer como o Senador Cícero Lucena já fez a propriedade, a profundidade, o conhecimento de todas as pessoas nas suas falas, nas suas propostas, o Dr. Evandro já veio várias vezes a esta Comissão, o Dr. Alexandre também, o Dr. Marcelo também, e sempre assim com alta qualidade. Eu só quero sugerir, em função da argumentação do Senador Flexa, mas em função da sugestão do Senador Cícero Lucena e do Senador Antônio Carlos também no sentido de se constituir um Grupo de Trabalho mesmo nesta Comissão, para se analisar esta tramitação toda, as dúvidas, as superposições que existem, as discrepâncias que possa haver entre o que a legislação preceitua e a tecnologia a disposição e nós temos aí condições, creio Sr. Presidente, aqui nesta Comissão, de reunirmos os pareceres do Congresso, mas os pareceres do Executivo e a participação das próprias entidades da sociedade. Eu acho que isto seria através de um Grupo de Trabalho, penso assim com resultados ainda mais proveitosos do que através das Audiências Públicas. As Audiências Públicas cumpriram o seu papel de trazer os temas à tona, de ver os pontos de vista eventualmente, inclusive como foi ressaltado, convergentes, até no sentido de se achar uma solução, e agora realmente a tarefa, o desafio é nos debruçarmos sobre o que fazer em termos de legislação. Acho que a solução de um Grupo de Trabalho seria bastante pertinente. Mesmo em termos da Empresa Brasil de Comunicação, TV Brasil, EBC, TV Brasil que faz parte da Medida Provisória, de fato, se você comparar os Projetos de Lei com a Medida Provisória... Há coisas que por economia processual como foi dito deveriam ser repensados.

Então é a sugestão que eu faço e gostaria nesse sentido de ver como é que os expositores pensam também em termos de um trabalho que possa ser feito,

objetivando a convergência não digital, mas a convergência filosófica, conceitual e legislativa para atender as necessidades do País.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Senador Antônio Carlos Júnior. V.Ex^a, que é autor do Requerimento, já que nasceu essa idéia, se V.EX^a. concordar esse grupo seria coordenado por V.Ex^a.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Se os demais Senadores aprovarem, permaneçam como estão. Aprovado.

Bom, temos agora a explanação do Sr. Walter. Acho que é melhor fazer a explanação antes das perguntas porque de repente pode acrescentar alguma coisa. Sr. Walter atrasou em função do voo, então passaremos a palavra ao último expositor, o Sr. Walter Vieira Ceneviva, Vice-Presidente Executivo do Grupo Bandeirantes de Comunicação, cujo Presidente meu querido amigo mando um abraço, Johnny, carinhosamente, um homem que realmente batalha pela televisão, sempre com idéias novas e gosta do que faz. Um abraço para ele, queria que V.Ex^a levasse. Com a palavra o Sr. Walter.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Vou ser portador. Sr. Presidente, boa tarde. Srs. Senadores, a essa altura talvez já boa tarde. Eu apresento minhas escusas pela demora, me apresentei a tempo no aeroporto, todavia o tráfego aéreo me impediu de chegar no horário previsto. Vou procurar acelerar de maneira a garantir que o debate aconteça dizendo o seguinte.

A despeito do fato de que o foco da discussão nesse momento, como S.Ex^a o Senador Arns acabou de pontuar, é o tema da Medida Provisória e dos Projeto de Lei em relação ao must carry da televisão pública, é importante lembrar que uma série de proposições está sendo discutida, tanto nesta Casa quanto na Câmara dos Deputados todas voltadas para a regulação não apenas do must carry, mas das formas de garantia de exibição e de apresentação para o público brasileiro dos diversos conteúdos audiovisuais que são produzidos no nosso País. E pensando desse ponto de vista, ou seja, não apenas do ponto de vista exclusivo da TV pública, mas dos conteúdos brasileiros, dos conteúdos nacionais que podem e devem ser exibidos nas diversas plataformas é preciso enfatizar o seguinte. Qualquer proposta legislativa segundo nós da ABRA, Associação Brasileira de Radiodifusores, qualquer proposta legislativa nesse sentido deve assegurar a competição entre os produtores de conteúdo. E deve

combater com muito mais rigor do que aquilo que nós temos assistido até esse momento as ações anticompetitivas, as condutas anticompetitivas que impedem o florescimento de uma produção audiovisual no Brasil. Existe, e esse é um fato com o qual devemos lidar, uma verticalização na produção de programas no empacotamento de programas, na produção de canais e na própria entrega nas plataformas físicas de distribuição. Essa verticalização cria um problema competitivo de que a discussão em relação à TV pública é apenas um sintoma. Não é surpresa que a própria televisão do Estado Brasileiro, que a própria televisão do Governo Brasileiro enfrente dificuldades e suscite a premência do debate que se estabeleceu hoje em relação ao must carry para esse sinal da televisão pública. Porque nem mesmo o Governo Brasileiro consegue exibir os seus canais a não ser pela força de uma Medida Provisória ou a não ser por um pronunciamento do Poder Legislativo impondo essa obrigação. Se a exibição da televisão pública brasileira ficasse legada a soluções chamadas de mercado, certamente essa televisão não seria vista pelos brasileiros, o que é lastimável. É verdade que há serviços nos quais existem limitações tecnológicas, como bem pontuou o Senador Flexa há momentos atrás, e todavia há outros em que tecnologicamente a possibilidade existe. O canal pode ser distribuído. E todavia por força dessa deturpação que se implantou no mercado brasileiro, dessa deturpação anticompetitiva, dessa deturpação que constituiu na verticalização desde a produção dos programas até a venda do serviço de televisão paga para o brasileiro na ponta final de consumo, essa verticalização deve ser combatida, deve ser revista e para isso é necessário a intervenção de V.Ex^{as}., é necessário que o Poder Legislativo intervenha e coíba as condutas e a situação anticompetitiva que se instalou nesse mercado. O nosso entendimento é o de que o must carry da televisão pública é talvez o pretexto errado ou a prioridade errada. Na verdade, a televisão pública tem de ser tratada junto com todos os demais conteúdos nacionais. Ela enfrenta o mesmo problema e não faz sentido do ponto de vista do tratamento do tema para o Brasil que só se resolva o problema da televisão pública. Ela é a ponta do iceberg neste momento. Mas, na verdade, e aqui nessa Comissão já se debateu recentemente, a barreira para que os produtores de conteúdo brasileiro possam chegar aos brasileiros tem de ser quebrada. Ela tem de ser destruída. E insisto, a discussão da TV pública deve ser o pretexto para uma solução conjunta, não uma solução exclusiva em relação à TV pública. O que implica então no encaminhamento de proposições que assegurem a competição entre os produtores de conteúdo brasileiro e que impeçam que outros produto-

res de conteúdo ou donos de plataforma estabeleçam como de fato hoje estão estabelecidas barreiras contra a distribuição, barreiras essas que como eu disse prejudicam a própria TV pública.

Então, basicamente considerando o momento que nós vivemos com o lançamento da TV pública, o lançamento da TV Digital não poderia haver momento mais adequado para uma discussão ampla. E muito embora, como diz o Senador Arns, a Medida Provisória possa provocar uma atração da discussão para... Em função do processo Legislativo da própria Medida Provisória, é preciso que não se perca de vista isso que nós enfatizamos com redundância. A TV pública é só a ponta do iceberg. É preciso que se destruam todas as barreiras anticompetitivas que inviabilizam a distribuição de conteúdos brasileiros e que tem garantido nos últimos anos de maneira completamente ilegal e criminosa até talvez dos produtores de conteúdo que não se encontrem nos grupos econômicos verticalizados que tem sido constatados e definidos pelo CADE, Conselho Administrativo da Ordem Econômica. Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Walter Vieira Ceneviva, Vice-Presidente Executivo do Grupo Bandeirantes de Comunicação. Queria dizer ao telespectador da TV Senado que essa é uma Audiência Pública cujo assunto é instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 29/2005 que acresce e altera dispositivo da Lei de 8.977 de 6 de janeiro de 95 que dispõe sobre os serviços de TV a cabo. Entre parênteses, “Disponibiliza um canal reservado ao Poder Executivo Federal na área de prestações de serviços das operadoras de TV a cabo”. A autoria do Requerimento dos Senadores Antônio Carlos Júnior e Expedito Júnior. A relatoria desse PLC é da Senadora Ideli Salvatti.

Queria dizer que antes de passar aos convidados também chegou o Senador Romeu Tuma, presente da Comissão, Senador Azeredo, Senador Cristovam e Senador Zambiasi. Passaremos agora para responder o primeiro bloco de perguntas, se os Senadores quiserem se inscrever a lista está sobre a Mesa. Com a palavra então obedecendo... Vou pular o Sr. Walter, que era o primeiro, mas como acabou de falar vamos deixá-lo de castigo que atrasou, por último. Marcelo também atrasou vai ser o último também. Vamos pular. O Sr. Otoni Fernandes sobre as primeiras considerações sobre a primeira pergunta dos quatro Senadores. Está no telefone? Para suas colocações.

SR. OTONI FERNANDES JUNIOR: Srs. Senadores, colegas de Mesa, quanto a essa questão eu acho bastante pertinente a proposta da formação desse Grupo de Trabalho para tentar unificar e talvez de fato o

palco melhor seja no momento que a discussão sobre a Medida Provisória da criação da TV pública venha para o Senado. Eu acho que nós estamos abertos para essa possibilidade, não tem sentido ter uma dualidade de discussão, mas acho que essa Comissão saberá deliberar de uma maneira mais precisa.

Só queria esclarecer, eu fiz questão no início de separar o que é Empresa Brasil de Comunicação, que é TV pública, que não é TV do Governo Federal da NBR. Eu fiz questão porque sendo NBR a TV do Executivo claramente do Executivo e a EBC não poderá ser a TV do Executivo, que não é essa a sua missão e o Conselho Curador criado é justamente para zelar que ela seja efetivamente uma TV pública, então o que nós estamos reivindicando é que a TV do Executivo a exemplo das TVs do Legislativo, do Judiciário, ela também tenha acesso à grade da TV a cabo. Mas essa discussão, como eu disse, pode ser feita no âmbito da Medida Provisória que cria a Empresa Brasil de Comunicação.

Só queria esclarecer aos Srs. Senadores também, meus colegas de Mesa, que esse processo de criação da EBC no dia 2 a gente apenas lançou uma unificação da programação e um novo canal noticioso. E o processo de criação da nova programação da EBC só será concretizado a partir de março. O que nós fizemos hoje é juntar a programação da TVE do Rio de Janeiro e do Maranhão com a aprovação da TV Nacional que era um absurdo não aproveitar essa própria sinergia na medida que tem conteúdos complementares. Então nós temos um conteúdo único, estamos esperando a deliberação do Congresso, a respeito da Medida Provisória, achamos que essa discussão já está sendo bastante importante na Câmara, com muitas contribuições, modificações importantes, e certamente ela será ainda mais alentada no Senado e terá uma solução positiva para a comunicação social no Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Otoni Fernandes, Subchefe Executivo da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. A SECOM. Passaremos a palavra agora para suas considerações ao Sr. Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura, ABTA e um membro já dessa Comissão. Com a palavra Senador... Senador não. Aí Senador não dá. Pode ser membro. Mas Senador tem que ser votado. Alexandre Annenberg com a palavra, por favor.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Muito obrigado, Senador. Realmente me sinto a vontade nessa Comissão porque nós temos nos encontrado com fre-

quência e é sempre um prazer a gente poder debater e colocar nossos pontos de vista sobre as questões que envolvem televisão por assinatura.

Me parece ter percebido aqui pelas várias colocações um certo consenso entre a Mesa e os Srs. Senadores quanto, primeiro, a necessidade de se agrupar as discussões sobre o PLC 29/05 com as discussões do art. 29 da MP 398. Porque realmente tratam exatamente da mesma questão, sendo que a Medida Provisória claro já se impõe desde já e ela exige uma revisão do art. 29 como nós já dissemos aqui exaustivamente. (soa a campainha) Então, claro, me parece que a sugestão inclusive do Senador Flexa Ribeiro no sentido de arquivar o PLC 29 faz todo sentido, e se concentrar a discussão em torno do art. 29 da Medida Provisória.

As coisas estão evoluindo de uma forma tão rápida, a tecnologia, todo o cenário de comunicação social e o cenário tecnológico estão evoluindo de uma forma tão rápida que essa é a outra proposta formulada pelo Senador Antônio Carlos, secundada depois pelo Senador Crivella, pelo Senador Arns, pelo Senador Flexa Ribeiro no sentido de se constituir um Grupo de Trabalho específico, me parece extremamente pertinente. A complexidade de se legislar nesse cenário cambiante, e tão rapidamente que provoca consequências tão importantes para a sociedade, eu acho que exige uma visão muito mais ampla do que o foco específico em alguns problemas específicos. Então tenho certeza que os senhores saberão organizar uma forma de atacar esses problemas na sua complexidade e na sua inteireza.

Senador Flexa Ribeiro fez algumas perguntas específicas e eu vou procurar responder muito rapidamente. As perguntas do Senador Flexa Ribeiro foram no sentido de com a entrada da TV Digital o que acontece com a TV por assinatura. Número de canais será ampliado? O senhor não estava aqui presente quando eu expliquei que justamente este é o desafio técnico que o pessoal de TV por assinatura tem que é justamente carregar sobre uma mesma plataforma, plataforma de cabo em particular a totalidade dos canais analógicos hoje existentes e mais os canais digitais. E isso é que congestionam enormemente as redes existentes, mas elas foram dimensionadas para poder enfrentar essa situação. E de novo eu insisto que a partir do ano de 2016, quando deixarem de ser transmitidos os sinais analógicos as redes de cabo vão ganhar então um espaço extremamente significativo para outros usos. Por enquanto elas estão muito congestionadas para poder compatibilizar os canais analógicos com os canais digitais.

Outra pergunta do Senador Flexa Ribeiro foi sobre o impacto da TV Digital na TV por assinatura. É um impacto praticamente inexistente. Mesmo porque a TV por assinatura a grande maioria das operações já é digital. Já se oferece aos assinantes de TV por assinatura os benefícios da TV Digital que são a interatividade, a qualidade da imagem, essas coisas todas já são inerentes à própria TV Digital. Evidentemente há um elemento novo que não é só a digitalização, mas é a alta definição, e a alta definição como todos sabemos exige um set-top box especial, tanto para a recepção aberta como para a recepção por TV por assinatura. Aliás, eu não posso perder a oportunidade de sublinhar que durante toda a discussão do modelo de TV Digital a ser implantada no Brasil nós da TV por assinatura insistimos em inúmeras e inúmeras circunstâncias a necessidade de se especificar um set-top box de múltipla função. Um set-top box híbrido que pudesse receber alta definição tanto da televisão aberta como da televisão paga. Por que isso? Justamente para poder criar economia de escala e baratear o preço do set-top box que é infelizmente a grande barreira de entrada da grande massa da população na TV Digital. Eu só faço questão de registrar isso porque foi um discurso permanente. Foi muito insistente e lamentavelmente não fomos ouvidos e com isso se criou uma dificuldade a mais no avanço da TV Digital. Que vai ser superado, obviamente vai ser superado, agora com o tempo. Nós só poderíamos ser mais rápidos na disseminação da TV Digital se tivéssemos nos preocupado com isso lá atrás.

E a última pergunta do Senador Flexa Ribeiro foi no sentido de como compatibilizar a Medida Provisória (soa a campainha) 398 que exige esses dois novos canais na plataforma de TV a cabo. E eu já tinha sugerido lá atrás e repito aqui a sugestão, acho que é o caminho adequado, a compatibilização só pode se dar mediante uma adequada compensação financeira pelo fato de que a rede passa a transmitir mais dois canais. Nas localidades onde haver viabilidade para isso, evidentemente. E também deixar registrado que a grande preocupação de todos nós como membros da sociedade sobre a distribuição da TV pública não deve ser focalizada sobre as redes de TV a cabo, que como eu disse são absolutamente limitadas em termos de alcance. A grande preocupação e que deve nos envolver a todos é uma plataforma de distribuição muito mais ampla do que isso. Uma plataforma de distribuição satelital que cubra o Brasil inteiro e aí que a TV pública tem que estar presente indiscutivelmente. E na medida que ela esteja presente, esse é o objetivo final. Infelizmente as redes de TV a cabo não têm a capacidade de disseminar isso por uma grande área

geográfica. A TV a cabo é extremamente limitada nesse sentido. Portanto, o foco claramente não deve ser por aí. Acho que são essas as respostas que tinham que ser dadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura, ABTA. Passaremos agora a palavra ao Sr. Evandro Guimarães, conselheiro da Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão, ABERT, que é um homem que está no ramo há bastante tempo, viu todas as mudanças que aconteceram, portanto, é muito importante ouvi-lo. Com a palavra o Dr. Evandro Guimarães. Acrescentando segundo o Senador Romeu Tuma, presença permanente no Senado.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Obrigado, Senador. Eu vou destacar das perguntas dos comentários... Perguntas e comentários do Senador Flexa e do Senador Arns duas questões que acho que merecem um esclarecimento. Primeiro, é falando estritamente da radiodifusão, da televisão recebida livre e gratuitamente pelo público em geral, gerada de instalações terrestres presente em todo o Brasil. O Senador Flexa se preocupa se haverá um maior aumento de canais nos serviços em geral. Senador, haverá. O telespectador brasileiro terá com a implantação da TV Digital que se dará por etapas, começando pela grande São Paulo, onde de um ponto são atingidos cerca de 2,5 milhões de domicílios com televisão, para dar exemplo de São Paulo, hoje em São Paulo nós temos a oferta de 21 sinais de televisão. 12 geradoras e 9 retransmissoras. Muitas não são muito faladas, porque há uma concentração de audiência entre as seis principais redes de televisão. Mas existem para aquele consumidor que quiser assistir televisão gratuitamente em UHF e VHF, 21 sinais permanentemente ofertados por 21 operações diferentes. Esse número poderá em São Paulo no mínimo dobrar. Por quê? Porque o espectro de UHF é muito maior do que o espectro de VHF, vai do canal 14 ao canal 69, esses canais estão reservados para a TV Digital. Algumas operações, as 9 operações de retransmissão em São Paulo já operam em canais de UHF, portanto, esses canais poderão ser incorporados no modo digital assim que a base de recepção digital esteja ampliado, a partir de um período em que a população se considera atingida pelo duplo fornecimento do sinal analógico e do sinal digital conforme cronograma estabelecido pelo Governo, com muito cuidado, então, portanto, a TV Digital permitirá uma democratização e uma ampliação da recepção do sinal livre e gratuito em todas as cidades do Brasil onde haja viabilidade econômica de se instalar uma geradora ou uma retransmissora

de televisão. De novo. A TV Digital está começando. Recém começou. Começou por São Paulo. Começar é metade de tudo. Ela precisava começar. E aí vem a segunda pergunta, o segundo comentário, até como uma sugestão sua dirigida ao Marcelo Bechara, e um encaminhamento ao Ministro das Comunicações.

O fato é o seguinte, não dá para inverter a ordem natural dos processos. É claro que o conversor para receber TV Digital vai reduzir seu preço brutalmente. Num primeiro momento a indústria coloca dentro de uma caixa que nós chamamos set-top box, que é um conversor, um conjunto de elementos. Esses elementos estão interligados, mas é um conjunto de elementos. Num segundo momento, as indústrias eletrônicas todas adquirem direitos patentes, acordos e esse conjunto de elementos se torna um elemento. Se torna um conjunto. Ele passa a ser impresso pelos circuitos que são impressos de uma única forma. É inevitável que com o aumento de escala a produção industrial e o custo dos produtos eletrônicos seja baixíssimo. Só queria relembrar que quando o DVD foi lançado no Brasil ele inicialmente era vendido a dois mil dólares, no tempo que o real não tinha proximidade com o valor do dólar. Hoje o senhor adquire no varejo DVD que tem menor... Maior volume de elementos materiais do que um set-top box por 130 reais. Eu quero lembrar que o telefone celular foi lançado no Brasil a 5.500 dólares, hoje o telefone celular custa em torno de 100, 120 dólares. Então é inexorável a TV Digital terrestre veio para facilitar as camadas mais simples da população que não podem pagar por serviços de televisão. Que preferem ter televisões recebidas gratuitamente do ar com qualidade. Porque infelizmente o sistema analógico em boa parte dos casos, inclusive em regiões onde há interrupções físicas como prédios e áreas de sombra, infelizmente em boa parte dos casos a TV analógica ela tem a recepção prejudicada por fantasmas e chuviscos. E a TV Digital não tem este problema. Além do que o modelo brasileiro de TV Digital prevê a recepção de televisão aberta gratuita em movimento. Já estão disponíveis no comércio de São Paulo telefones celulares que recebem a televisão gratuitamente, não passa pelo sistema de tráfego da companhia telefônica móvel, é um sistema em que o aparelho é que está em questão, não o serviço móvel pessoal já receberá movimentos e é conhecido o sucesso que os mini televisores fazem para que as pessoas mais simples possam assistir no ônibus, no trem, eventualmente num táxi, em deslocamento, em que as pessoas mais humildes. Então a televisão digital terrestre veio e a ordem natural do processo é uma abrupta redução de preço que acontecerá tão logo se adquira escala na produção no mercado interno dos

equipamentos especificados pelo Fórum Brasileiro de TV Digital.

Não adianta a gente se preocupar demais com isso nem ter ansiedade que isso vai acontecer. Isso é inexorável. Aconteceu em todos os equipamentos digitais que estão disponíveis para o público brasileiro.

E por fim, a última questão colocada aqui pelo Senador Arns de passagem e também colocada pelo amigo Annenberg é que eu devo deixar claro que no nosso entendimento não estão sendo com esse projeto solicitado mais dois canais para o Governo. Só para sermos corretos. Porque na verdade a TV pública vai substituir no line up da maior parte das empresas operadoras de cabo vai substituir um canal que já existe que é o canal da TVE. Então está se falando da liberdade(F) de um canal que é uma agência de notícias do Executivo e é nesse contexto que eu também acho que talvez fique melhor que o assunto seja tratado de maneira unificada em torno da Medida Provisória. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Evandro Guimarães, Conselheiro da Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão ABERT.

Passaremos agora a palavra ao Sr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações.

SR. MARCELO BECHARA: Obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais nada eu queria registrar o prazer de sempre estar nessa Comissão, e de fato reconhecer a grandeza e a maturidade que em tão pouco tempo essa Comissão chegou trazendo assuntos de tão relevância pautando efetivamente o setor. Essa Comissão tem pautado efetivamente os debates do setor.

Queria responder primeiramente aos questionamentos do Senador Antônio Carlos, proponente do Requerimento, no caso da TV a cabo, Senador, ela foi concessão em 1995, na Lei do cabo. A partir do momento da Lei Geral de Telecomunicações de 1997 ela passou pela autorização. O entendimento é esse.

Então, portanto, em que pese haja os contratos de concessão, é modelo de autorização e eu entendo que não há qualquer quebra de contrato na proposta de se colocar até porque por força de Lei. E mesmo que tivesse contrato. Porque é um serviço público e que, portanto, não pode ficar parado no tempo. As atualizações têm que acontecer.

Em relação à questão da remuneração, eu também entendo que não. Eu entendo que o que... O que está em discussão do art. 29, aliás, o nº. 29 é um número que está dominando esse assunto. Porque o artigo da Medida Provisória é 29, o PLC é o 29 e o

Projeto de Lei que está discutindo lá na Câmara do Deputado Jorge Bittar também é 29. Esse PLC, o art. 29 da Medida Provisória que cria a EBC evidentemente ele precisa sofrer uma melhoria na redação. É claro que foi colocado TVA lá na idéia de se criar uma isonomia no tratamento em relação a todos os serviços de televisão por assinatura. Mas tecnicamente hoje é impossível você colocar dois canais dentro de um canal de UHF. E eu quero deixar muito claro aqui que desde o começo o Ministro Franklin Martins, eu estive com ele em vários debates, acompanhei-o na Câmara, no Senado, ele tem sido extremamente flexível em relação às discussões, extremamente aberto e desde o começo isso foi colocado em relação à questão da TVA. Em relação a MMDS analógico, eu acho que é uma questão que deve ser debatida, eu entendo as razões do Alexandre. Só que nós estamos caminhando para uma era digital. Na era digital, o MMDS já não são tão poucos canais assim. Já passa para mais de cento e tantos. Quer dizer, já dá para discutir a presença. E a Medida Provisória ela... Tudo bem, tem força de lei hoje, mas tem que ser feita para a prosperidade. É claro que algum ajuste, alguma adequação pode ser feito nesse sentido.

Em relação a grade comum, Senador, eu não concordo. Acho que uma grade comum não atende aos anseios da programação da diversidade cultural do Brasil. Por quê? Como ficou muito claro aqui, a TV Brasil não é TV do Poder Executivo. Ela não é a TV do Lula, como alguns estão chamando. Na verdade se tem uma TV que poderia ser TV do Lula, que é do Lula hoje a NBR. Amanhã vai ser do próximo Presidente. Que é a NBR. Essa sim divulgando atos do Poder Executivo. A TV Brasil é uma TV dentro de uma modalidade chamada sistema de TV pública que existe em vários países do mundo, sobretudo os países mais civilizados em que você tem apesar uma televisão que apesar de ter toda uma estrutura ligada a um braço da administração pública, ela tem toda a sua programação, a sua essência de criação e acho que isso está muito claro na Medida Provisória, basta ler os princípios de criação da TV pública para saber o que está sendo dito ali, que é de ter uma... Mais uma opção. Mais uma alternativa não comercial de levar informação ao telespectador. Isso que é TV pública. A TV comercial presta um excelente serviço à sociedade brasileira. A radiodifusão comercial presta um excelente serviço à sociedade brasileira. Está muito claro. A TV Brasil é uma alternativa de se fazer televisão. Como se fez no mundo inteiro. E por que Medida Provisória? Eu acho que existe uma razão de ser Medida Provisória. Eu não vou nem entrar na questão da relevância. Porque acho que a questão da relevância de uma televisão

de interesse público eu acho que seria até chover no molhado. (soa a campainha) Mas eu gostaria de falar da urgência. Porque a TV pública ela não pode ficar para trás na era da digitalização. A TV Digital começou como foi bem dito no dia 2 de dezembro em São Paulo, se a TV pública não começar a se movimentar, a buscar seu canal digital em São Paulo, a iniciar suas programações até dia 2 de dezembro ela vai ficar para trás nesse processo.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Permite só uma observação?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Mas ela poderia vir por Projeto de Lei com urgência constitucional. Porque inclusive facilitaria o debate facilitaria o debate nas Comissões. A Medida Provisória quando chega no Senado, ela não passa em Comissão alguma. Esse é o problema. A gente aqui não tem... Não vai ter muito espaço para debater. Essa que é a questão. Quer dizer, precisava ser debatida e vai ser... O debate vai acabar em Plenário, em condições muito, digamos, mais difíceis de se argumentar e de se discutir com profundidade. Essa é a questão. Quer dizer, ou seja, o Senado leva desvantagem na tramitação das Medidas Provisórias. Portanto nós vamos... Quer dizer, nós vamos acabar tendo que obstruir, tendo que criar alguns mecanismos para poder discutir. Se ela viesse por Projeto de Lei, com urgência constitucional, poderia ser uma forma mais fácil de nós discutirmos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Desculpe, Sr. Marcelo, mas o Senador Cristovam quer fazer uma colocação. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Apenas para compartilhar a posição do Senador Antônio Carlos. Eu sou muito simpático à existência de uma TV pública. Até porque ela terá um papel... Poderá ter um papel educacional maior de que as TVs que têm mais compromisso com a diversão e com a... A diversão e a informação. Agora, vindo por Medida Provisória, levantou uma suspeita muito grande. Por que não debater melhor? Qual era a urgência, urgentíssima de se fazer por Medida Provisória em vez de se fazer por um Projeto de Lei, como diz o Senador Antônio Carlos, pedindo urgência constitucional que em pouco tempo se faria. É uma dessas coisas boas com o nascimento ruim. Porque o Brasil precisa de uma TV pública. Não tenho dúvida. Mas não precisava vir sob essa forma não pública, autoritária que é a Medida Provisória.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Romeu Tuma deseja fazer uma consideração?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Eu acho que tocou num ponto importante. Eu sei que o Antônio Carlos tem razão. Porque tem um detalhe que a gente não pode passar despercebido sobre Medida Provisória. Há uma saturação da pauta com Medida Provisória. Então o que acontece? É designado um Relator na hora da apresentação da Medida Provisória. Que já vem o Relatório praticamente pronto. Eu às vezes raramente e a gente recebe uma para relatar, eu vou no fundo do Plenário para ler. Porque se alguém quer fazer um questionamento durante a sua estada na Tribuna normalmente você não vai saber responder. Porque você está fazendo pela primeira vez a leitura já apresentando como Relator definitivo. E o projeto com urgência urgentíssima só existe aqui. Se discute, se leva a bom termo. Mande buscar o art. 29 para ver qual é o entrosamento porque já há conflito entre o Projeto de Lei 29 e o art. 29 da Medida Provisória. Porque acaba com a RADIOBRAS. E lá vincula a RADIOBRAS.

Então, são conseqüências... Porque esse é de 2004. A evolução tecnológica nesses três anos avançou muito. E nós vimos aqui a grande discussão do que ele falou, ele apresentou telefone, e nós fizemos uma interrogação. A TELEFÔNICA vai concorrer com as TVs a cabo ou livres? A telefonia vai... Vai ganhar, eu acho. Porque fica no carro, pega qualquer lugar. Hoje já tem veículo, a GM, já está vendendo veículo com a TV. É claro que é para ver DVD. Mas não há dúvida que ela vai estimular o uso da TV quando a digitalização alcançar o veículo até 100 quilômetros, foi o que o Hélio Costa disse nessa Comissão, na Comissão de Educação que esta ainda não existia. Vê o tempo que está correndo, Senador. Essa Comissão foi criada agora. No início deste ano. Ela já tem uma valoração enorme. Mas tem que discutir o assunto na Comissão de Educação.

Então, acho que a Medida Provisória ela teria que ter uma cautela maior, só quando verba, alguma coisa urgente, urgentíssima. Não estou criticando, não. Estou falando como é que vai se discutir se... Normalmente muitos Senadores vão votar sem saber no que estão votando não porque é discutido ou porque não querem estudar o assunto. É porque a rapidez com que ela é apresentada inibe você discutir uma coisa que tem fragmento da informação. Não tem ela por completo. Eu agora estava vendo aqui que esses são conflitantes. Acho que com 40 milhões na loteria, o 29 vai estar em tudo que é jogo hoje. Pelo visto. Desculpa, mas é porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador deseja fazer mais alguma consideração?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Minha observação... Não estou contestando o projeto da TV pública. O Senado da República merecia discutir o melhor. E no Plenário do Senado vai ser impossível. Vamos ter que obstruir para discutir. Quer dizer, não seria... o ideal seria que se a gente aprovasse nas comissões temáticas, aqui nessa Comissão aprovado aqui nessa Comissão e aí levaria a Plenário já com... Um projeto redondo pronto para ser votado. Essa que é a questão. Se fosse para o Projeto de Lei estaríamos discutindo aqui. Lá no Plenário vamos ter dificuldades.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Desculpa, mas é uma idéia, eu estou atrapalhando a exposição de V.S^a, mas é uma coisa... Tem Comissão Especial para analisar Medida Provisória. E aqui também, mas nunca reuniu. Nunca se reuniu. Tinha que ir para as Comissões temáticas para discutir a Medida Provisória. Quando tivesse os pré-requisitos que a Constituição exige. Então haveria uma discussão, designaria um Relator e ele discutiria com os demais membros com a urgência necessária para ir a plenária.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Romeu Tuma, veja bem a incoerência. Eu lembro muito bem do ex-Presidente Senador Renan Calheiros, onde ele no fechamento do primeiro mandato dele de Presidente ele mostrava que depois de muito tempo nós conseguimos aprovar mais leis feitas pelo Legislativo do que vindo do Executivo. E isso virou uma grande vitória daquela administração do Presidente Renan. Quando na verdade isso teria que ser algo normal. O Legislativo fazer mais leis do que vim do Executivo. No entanto, virou... Acabou sendo naquele primeiro mandato do Presidente Renan mostrando um grande serviço onde conseguimos aprovar mais leis feitas do Legislativo do que feita no Executivo. O que é uma incoerência total. Mas Sr. Marcelo Bechara, V.S^a pode terminar suas considerações. É porque o assunto é tão bonito que não pode deixar passar. Senão passou e você não lembra mais. Por isso que os Senadores sempre fazem as colocações.

SR. MARCELO BECHARA: Eu que fico honrado com o debate. Eu fico muito honrado com o debate. Eu claro evidentemente eu entendo a compreensão do Senado, do mesmo jeito que essa também foi uma manifestação da própria Câmara dos Deputados no

sentido da questão da Medida Provisória. Eu só queria reprisar um ponto que acho que é relevante, até para dizer que é relevante e urgente que é focar na questão da era digital, a TV Brasil não poderia ficar para trás, repito, da questão da TV Digital, e com um detalhe. A Medida Provisória que estabelece a EBC, ela trabalha com uma fusão, uma fusão de duas instituições que têm em princípio naturezas distintas e funcionam em localidades distintas. Qualquer discussão mais demorada, vamos dizer assim, gera uma insegurança dentro dessas instituições. Nós estamos falando de pelo menos 1.200 funcionários cada uma delas.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Permite só... Na verdade, o que está errado não é... Digamos, é legislar por Medida Provisória. Não é... A TV pública não tem culpa do Executivo ter escolhido o caminho de Medida Provisória. O que está errado é a tramitação das Medidas Provisórias. Não é a TV pública. Eu estou aqui contestando o instituto da Medida Provisória que ele é usado abusivamente e aí impede, principalmente o Senado que só recebe no momento que tranca a pauta e a gente não pode discutir. Isso que eu reclamo. Se eu pudesse debater a TV pública eu ficaria imensamente satisfeito.

SR. MARCELO BECHARA: Bom, de qualquer forma eu acho que apesar de considerar realmente a Medida Provisória tem essa questão desses atropelos, tem tido efetivamente um debate muito interessante sobre essa discussão na sociedade. Eu acho que tem esse mérito a Medida Provisória.

Só para concluir, eu tenho que fazer... Não poderia deixar de responder aos questionamentos do Senador Flexa, de fato a TV Digital entrou no ar dia 2 de dezembro, e o preço do set-top box ele é um preço ainda considerado elevado em que pese haja uma variação no preço. Você já encontra a set-top box de 450 reais, 480, até set-top box de 1,99. Quer dizer, já há uma variação no preço e evidentemente é claro que esse preço vai cair com a escala. O sinal analógico só vai ser desligado em 2016. 2016 são daqui a nove anos. Eu acredito que daqui a nove anos talvez nem esteja mais vendendo tanto set-top box assim. Talvez as pessoas já estejam trocando os televisores que já vão naturalmente estar com o set-top box embutido como já tem TVs hoje sendo vendidos com set-top box embutido. Não o set-top box embutido, mas seria com o terminal de acesso preparado para receber o Sistema Brasileiro de Televisão Digital, e claro que no começo é caro e evidentemente tende a cair.

Uma outra questão que eu gostaria só de concluir, é em relação a high definition é alta definição, a televisão aberta ela vai proporcionar essa imagem em alta definição, mas não há nenhuma obrigatoriedade das

televisões a cabo, televisão por assinatura a fazer isso. As televisões a cabo estão partindo e as televisões por assinatura de modo geral para alta definição também é uma questão de mercado, é uma qualidade a mais no serviço que está sendo prestado e enfim, isso está sendo trazido. Mas a TV Digital aberta não obriga, não há na lei, não há no Decreto absolutamente nenhuma norma obrigando que as TVs por assinatura tenham que carregar dessa forma os dois canais... Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Dr. Bechara, o questionamento que eu fiz, aí o Dr. Evandro até respondeu, com TV aberta haverá um aumento do número de canais. Mas estava me referindo à questão da TV por assinatura. Se com a TV Digital também haverá ampliação ou não do número de canais para TV por assinatura e TV a satélite. A cabo também.

SR. MARCELO BECHARA: Sim. A digitalização tem essa vantagem. Ela não só para TV aberta, mas também para a própria TV por assinatura. A digitalização ela proporciona essa otimização na capacidade de utilização desses recursos escassos e estritos. Com isso efetivamente você tem a otimização. De fato a TV Digital permitindo essa utilização naturalmente pela legislação atual ela faz com que a televisão por assinatura também tenha isso. Mas daqui a dez anos, foi colocado muito bem pelo Dr. Alexandre Annenberg, autoridade no setor, isso tende a... Os canais analógicos voltam para o Governo.

Agora, uma outra coisa que eu queria deixar muito claro é o seguinte: TV do Executivo é uma coisa, NBR é outra, e de fato nós temos que buscar esse espaço. Para concluir, acho extremamente válida a criação do Grupo de Trabalho, eu acho que seria mais uma vez uma grande contribuição que essa Comissão estaria dando mais uma dentre várias que deu em tão pouco tempo, tão valorosa contribuição, e só para concluir, eu acho que evidentemente o Plano Geral PLC 29 fica prejudicado com a discussão da Medida Provisória e volto a dizer, por todas as discussões que eu ouvi do Ministro Franklin Martins ele tem se mostrado extremamente aberto ao debate, extremamente flexível, e tem sempre participado das discussões. Sempre comparecido quando chamado, ou sua equipe que realmente fez um trabalho brilhante, tem feito uma discussão brilhante na discussão da TV pública no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, e essa Comissão também, eu pessoalmente que lembro quando o Ministro Hélio Costa o convidou para dirigir o setor jurídico do Ministério das Comunicações, V.S^a quem o vê hoje viu

quando entrou no Ministério realmente fica orgulhoso de estar ao seu lado. Porque realmente V.S^a tem estudado bastante o assunto, é uma pessoa dedicada, eu tenho inclusive tido acesso a seus relatórios, suas apresentações, está de parabéns não só essa Comissão como também V.S^a.

Com a palavra agora o Sr. Walter Vieira Ceneviva, Vice-Presidente Executivo do Grupo Bandeirantes de Comunicação.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Obrigado, Sr. Presidente. Quero começar o comentário sobre as indagações que V.Ex^a, Senadores dirigiram a nós da Mesa, pelo tema do set-top box. É um anglicismo que ficou e que significa uma caixa conversora, por isso que chama set-top, que vai em cima da televisão ou da mesa do móvel em que o brasileiro coloca à sua televisão. A disseminação dessa caixa que vai permitir a que nós brasileiros possamos assistir a televisão digital, vai ser na proporção e na velocidade que nós empresas de radiodifusão consigamos empreender para encucar nos brasileiros a clara percepção das vantagens que eles vão auferir por adquirir esse set-top box. Eu não tenho a menor dúvida de que esse é um processo que começa muito lentamente e que quando ganhar momento, quando ganhar velocidade vai descrever uma curva parabólica. Vai ser uma explosão. Então lançado o serviço dia 2 de dezembro, só na cidade de São Paulo, nós da ABRA, as emissoras filiadas à ABRA, nominadamente a Rede Bandeirantes e a Rede TV já anunciaram tanto a S.Ex^a Ministro das Comunicações, tanto ao público em geral como também a V.Ex^{as}. membros dessa Comissão a transmissão dos seus sinais em alta definição pelo satélite, pela banda C, o que vai permitir que não apenas os paulistanos, mas todos os brasileiros que tenham uma parábola dessas como a gente encontra pelo interior do Brasil, que recebem gratuitamente o sinal da televisão e que comprem o fatídico set-top box que possam assistir de imediato já a partir deste instante a televisão em alta definição. Esse anúncio é muito importante justo para romper aquela perplexidade que V.Ex^a referiu. Onde vai aparecer essa caixinha? Vai demorar alguns meses para que ela possa se disseminar. No comércio varejista em São Paulo eu tenho freqüentado até na minha condição de Executivo de Televisão para perceber não apenas as perguntas que os consumidores fazem, mas também as respostas que os vendedores dão. Ainda há uma falta de informação significativa. Pela paixão que o brasileiro tem pela televisão e pela importância que a televisão tem no Brasil do ponto de vista de integração pela língua, integração pela informação, integração pelo entretenimento, não tenho a menor dúvida, a curva é parabólica e o trecho plano dessa parábola é

curto. Será de meses provavelmente. O que isso significa na discussão toda que estamos estabelecendo aqui? Ou seja, a demora na disseminação do set-top box, a importância de a gente poder entregar nosso sinal em alta definição para qualquer cidade, qualquer roça, qualquer cafundó do Brasil inteiro como de fato já estamos fazendo através da colocação do sinal em alta definição no satélite aberto e gratuito para quem quiser tem a ver com a discussão tanto da obrigação de transportar do must carry da televisão pública quanto da regulamentação em geral do audiovisual. É uma importância muito grande. Por quê? Porque é sabido, são sabidos dois fatos indiscutíveis. Primeiro de que a televisão no Brasil, a televisão paga no Brasil é incipiente. Ela não é um sucesso. São muito poucos os seus assinantes e todos situados nas camadas mais ricas da população. E o segundo, que mesmo esses (soa a campainha) adquirem a televisão paga porque tem problemas para receber seus sinais. Qual vai ser o efeito da televisão digital em alta definição nesse cenário? Vai ser o de fazer com que mesmo os que possam pagar pela televisão a cabo tendam a se desinteressar da televisão paga. Porque a melhor televisão que é a televisão gratuita que é a televisão brasileira estará disponível como sempre gratuita e ainda em altíssima definição numa qualidade de cinema. Então o desafio que a radiodifusão coloca para a televisão paga é justo esse. Pagar pelo o quê? Já que nós vamos conseguir entregar um sinal robusto e de altíssima qualidade, a experiência de assistir televisão vai ficar tão melhor. Como isso repercute no must carry? Da maneira que tinha me pronunciado anteriormente. Ou seja, existe no Brasil e o Congresso Nacional já aprovou uma lei federal que impõe a obrigação de transportar determinados sinais que são considerados de interesse público. Querer questionar a essa altura o direito da TV pública de ser transportado ou cogitar como eu teria entendido do meu amigo Dr. Annenberg a possibilidade de que o Governo Brasileiro pagasse pelo capitalista mexicano para transportar sua televisão, soa pra mim como um completo absurdo. A lei brasileira já contempla o must carry e o que o Congresso deve fazer essa Comissão, segundo nós propomos a V.Ex^{as}. é conjecturar sobremaneira de que isso aconteça efetivamente. Ou seja, de que o must carry não seja apenas uma proposta programática. O que é importante lembrar então é de que a televisão digital veio para ficar, vai mudar o cenário de competição na entrega de produtos audiovisuais, de conteúdos audiovisuais para os brasileiros, mas ainda assim é imprescindível que o pretexto da televisão pública seja utilizado para garantir o must carry em geral, e não apenas o must carry do dono da cadeia vertical de produção.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Presidente, permite só um...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – É que eu sou admirador do Dr. Walter por uma série de razões, artigos que ele escreve e eu vi o anúncio da Rede TV e da Bandeirantes sobre a capacidade hoje de transmitir para várias cidades o sinal digital. Foi o que eu entendi pelo anúncio e V.Ex^a repete aqui.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Para qualquer lugar, Senador. Se V.Ex^a me permitir, para qualquer cafundó.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Eu pediria... se eu estou certo, V.Ex^a falou no angliquismo uma expressão que usou aqui. Na outra exposição, anterior a esta, a ANATEL usou diria “francesismo” que é decó. Eu preferiria um aportuguesamento que é decodificador. Então eu pediria desculpa ao senhor, porque nós estamos falando com o povo. Algumas expressões que V.Ex^a está usando, com muita inteligência, muita competência provavelmente não há o entendimento do cidadão comum que está lá no cafundó, como diz o senhor. Se pudesse aportuguesar, eu ficaria agradecido e peço desculpas ao senhor. Não é ignorância e nem buscar. Mas estamos falando com o povo do cafundó, de todo esse Brasil que está numa expectativa grande sobre a TV Digital.

Então, quando veio o Ministro Hélio Costa falar que o decodificador custaria cem reais, hoje ele está o preço maior do que uma televisão.

Então, é claro que a classe alta poderá comprar e ter... Eu já tenho. Porque eu vi decodificador de propaganda é dois mil. Dois mil. Você compra uma televisão por 600 reais, 500 reais.

Então, esta evolução da fabricação do decodificador, eu acho que tem uma importância vital que pelo menos estou entendendo que esta velocidade que o senhor está dizendo que vai ter. Que aí poderá se afastar da TV a cabo porque terá uma qualidade muito boa da televisão gratuita. Não é uma concorrência desleal porque acho que esse não é o objetivo das TVs normais com a TV a cabo, porque há uma ligação empresarial talvez muito maior do que a gente possa imaginar, entre TV a cabo e TV gratuita. Há muita vontade de se oferecer cada vez melhores serviços. Eu vi aqui uma discussão grande e questionei o Senador... Ministro Hélio Costa sobre a entrada da telefonia.

Então, hoje eu estou vendo que a telefonia entra, mas também a TV Digital entra no oferecimento de outros serviços que normalmente só teria pela internet.

Então a TV Digital hoje vai oferecer uma série de outros serviços. Não sei se eu estou certo, eu sei que--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Romeu Tuma, o senhor Evandro gostaria de enriquecer a colocação de V.Ex^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Só estou pedindo desculpas, mas como admirador do senhor eu posso perguntar qualquer coisa.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Eu agradeço as ponderações de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Evandro, um minutinho que parece que o Senador Cristovam quer fazer uma colocação também. Com a palavra o Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Na verdade não é uma colocação sobre esse assunto. Eu quero fazer uma pergunta. Pode ser? Tá bom. Embora eu esteja de acordo com o Senador Romeu Tuma, que a gente deve aporuguesar todos os termos, mas isso mostra algo que tem a ver com a minha pergunta. Minha pergunta é curta e grossa e interessa ao legislador. Quanto tempo os senhores acham que vai durar essa lei? Porque a sensação que eu tenho é que o avanço técnico vai mais rápido do que a nossa capacidade de legislar. Na verdade, o processo não só nessa área, em quase todas as áreas hoje nós leis ficam caducas, e vai ver que nós é que estamos caducos. Vai ver que a maneira de fazer a democracia e de fazer um Congresso funcionar é ter que inventar outra coisa do que Diário Oficial. É capaz de ter que inventar leis ad hoc. Leis que sejam capazes de se ajustarem ao avanço técnico na medida que ele ocorra sem precisar voltar aqui. Mas a minha pergunta, os senhores que conhecem o ramo, o que é que vem de novo por aí que fará com que essa lei esteja caduca? Isso que vem por aí vai levar quanto tempo para chegar que será então o tempo de vida dessa lei? É uma curiosidade que eu tenho como consumidor, como legislador. Quanto tempo... O que é que vem de novo por aí que essa lei já não contempla?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Bom, vou tentar dar uma organizada aqui. Estaríamos terminando, o Sr. Walter tem uma colocação final, volto ao Sr. Walter. Com a palavra o Sr. Walter.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Para concluir, agradecendo mais uma vez ao Senador Romeu Tuma-

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Decó é francês.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – (pronunciamento fora do microfone)... O sistema brasileiro de TV. Então hoje é uma mesclagem. Não é o sistema japonês. Ela foi praticamente transformado com a tecnologia de homens que conhecem televisão brasileira.

Então, nós fizemos já a TV comum, a TV colorida, já é sistema praticamente brasileiro, e a digital também. É um orgulho para nós.

Então, eu acho que essas reuniões assim com pessoas que têm profundo conhecimento do que estão... Do que está sendo discutido, e às vezes são linhas diferenciadas, conflitantes, mas são esclarecedoras. Por isso que eu pedi licença ao senhor porque o cidadão... Manda um e-mail pra gente perguntando, reclamando... Agora mesmo com o resultado ontem diz que tem 700 e-mails no meu computador para eu poder responder. Porque eles estão... Ninguém... Aqui a TV Senado hoje ela tem uma audiência importante porque ela tem um contato direto da sociedade com os Parlamentares. Por isso que eu pedi ao senhor isso e não quero que o senhor se magoe comigo.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Absolutamente longe disso. Agradeço, Sr. Presidente, pela oportunidade de concluir dizendo... Esclareço a V.Ex^a e com isso esclareço ao telespectador da TV Senado. O brasileiro que tem na sua casa e há hoje talvez 16 milhões de domicílios ou mais que tem uma parábola, uma antena grande com 1,80m ou 2m no quintal ou no telhado ligado na sua televisão ele troca de canal numa caixinha que é o decodificador, e se ele comprar um novo decodificador ele vai poder receber na mesma televisão, na mesma casa, com a mesma parábola o sinal digital de alta definição. Então a experiência de V.Ex^a e do brasileiro telespectador da TV Senado vai ser muito melhor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Porque a exigência da antena UHF. Eu não entendi bem qual é...

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Não é a UHF. É aquela antena parabólica.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Sim, mas falam antena UHF.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Sr. Presidente, só para dar uma idéia, é importante e essa é uma missão dos radiodifusores esclarecer para V.Ex^a e para os brasileiros o seguinte, a partir da televisão digital e a partir da iniciativa da Bandeirantes e da Rede TV de colocarem o sinal na parábola, existirão cinco sinais de TV Digital. Isso começando pela cidade de São Paulo. Um sinal chamado One Seg, é uma televisão desse tamanho, móvel, a que se referiu o Ministro

Hélio Costa quando esteve nessa Comissão. Outros dois são de Stander Definition outro anglicismo para dizer uma qualidade digital boa. Como a gente tem na TV a cabo digital.

Então, um, One Seg, que é o móvel, dois de definição normal digital, boa, mas normal. O quarto sinal é de alta definição. Esse sim é uma experiência como ter um cinema em casa. Esse requer uma antena comum de UHF, e segundo me contavam e já conferi é fato, basta pendurar um clipe e o sinal pega com qualidade de cinema.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu vi isso na feira em São Paulo.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Chamam robustez de sinal. E no Brasil esse quinto sinal para quem tiver essa parabólica da banda C, uma parabólica de 1,80m, 2m ele compra esse caixinha, esse decodificador e pode assistir na sua televisão. E esse é importante enfatizar, não é só de São Paulo, é de qualquer lugar do Brasil. Do interior de Porto Valter no Acre, Oiapoque, Chuí onde for ele vai conseguir assistir TV Digital em alta definição.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Walter. Esse tempo foi em homenagem ao Presidente do seu grupo.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Bondade de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E agora claro em contrapartida o Sr. Evandro está ansioso para fazer uma colocação que pediu anteriormente. Vou esperar um pouco ele dar uma relaxada, tomar uma água, com a palavra o Sr. Evandro.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Eu queria lembrar ao Senador Tuma que colocou muito bem a penetração e o fato de que estamos falando com todo o Brasil pela TV Senado. A ABERT e particularmente algumas emissoras que compõem a ABERT, não terão sinal digital no satélite. Porque isso não está contemplado no sistema, no Decreto da TV Digital Brasileira e no respectivo cronograma. A razão é uma só. É preciso segurar um santo sem derrubar o outro. É preciso haver uma revolução na recepção do sinal gratuito, mas preservados os operadores regionais, estaduais, locais de televisão no Brasil. Porque de novo, é um modelo federativo, é a soma das televisões dos diferentes Estados que faz o sucesso da televisão brasileira.

Então, nós não faremos oferta de sinal digital, tendo em vista que é importante preservar o modelo e respeitar os direitos no cronograma estabelecido de desenvolvimento do sinal da TV Digital terrestre. Essa

é a razão pela qual nós precisamos insistir e nós não teremos sinal digital em alta definição no satélite. Além disso, queremos dizer o seguinte. O sinal digital, o sinal comprimido como anteriormente era a TV Senado e a TV Câmara, sinal que opera com uma banda reduzida em parabólicas pequenas, ele já está no ar há bastante tempo e é um serviço digital que se presta. Especialmente para transportar o sinal da cabeça de rede, da geradora principal para as emissoras que circundam. Toda vez que os Srs. Senadores pensarem no sistema de televisão brasileira tem que pensar que energia se faz com a usina, mas se faz também e às vezes principalmente com postes. Nós temos no Brasil mais de 12 mil retransmissoras de televisão representando investimentos e empregos e sinal local e regional para as populações. É importante registrar que só a televisão local e regional fornece àquele cidadão a capacidade de se informar sobre os políticos do seu distrito eleitoral. Sobre... Temos eleições de Prefeito o ano que vem, são os 450 sinais diferentes de TV aberta que fornecerão aos eleitores da respectiva área eleitoral informações que permitirão ao eleitor votar mais informado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – O senhor permite nesse ponto... Permite, Presidente? Sei que está chato essas interrupções, mas é a ansiedade que nos faz--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V.Ex^a goza do prestígio histórico e pessoal para falar no momento que bem entender.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Como eu estava na primeira Secretaria, conversava muito com o senhor que está sempre dando uma assistência importante nessa área de comunicação, mas nós começamos a verificar que os Municípios praticamente não têm informação da sua cidade. Porque os grandes jornais, as notícias normalmente alcançam os Estados. Mas não os Municípios pequenos. Começamos a tentar convênios com Prefeituras para mandar o sinal com um espaço de cinco ou dez minutos só sobre notícias das cidades. Então acho que o senhor está levantando aqui é importantíssimo. É incluir democraticamente nos Municípios médios e pequenos que possam ter informação local. Da ação da Prefeitura, das reivindicações, como é gasto o dinheiro que a União repassa do fundo... Acho que isso é... Talvez mais importante do que qualquer outra coisa que a gente esteja discutindo aqui. É claro que a parte técnica normalmente ninguém... Eu me incluo entre os telespectadores, não temos conhecimento. Então essas aulas que vocês dão aqui são importantes para o cidadão. Quando ele está vendo uma televisão, começa o chuveiro, de repente começa a mudar, a imagem se destorce, quais

são as razões que às vezes um ou outro expõe aqui como é que emite, como é que gera o sinal e como é que chega na TV. Então eu gostaria depois a gente discutir como alcançar os Municípios aqui, Senador. Gostaria mesmo. E é uma idéia que nasce, acho que dessa discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Basta V.Ex^a fazer um Requerimento da melhor maneira com sua Assessoria de fazer esses debates a Presidência acompanhará. Evandro alguma coisa a mais?

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Não, eu só teria também, tendo em vista a preocupação do Senador Tuma com a audiência da TV Senado, lembrar que a implantação da TV Digital terrestre tem um nome que é o nome de migração. Eu lamento que dada a questão da novidade e dado ao fato de que muitas operadoras de serviços pagos deram o nome digital a seus serviços e dado a verdade do mundo digital, aparelhos, telefones, equipamentos em geral, inclusive televisores chamados digitais, que há uma grande confusão da população, em geral no Brasil inteiro, sobre a chegada da TV Digital às suas cidades e suas áreas. Isso é importante lembrar por quê? Quando um cidadão procura pelo sinal digital em Salvador, ele estará procurando pelo sinal digital da TV Aratu, da TV Bahia, da TV Itapoan. Da televisão do seu Estado. Porque ali que se processa a parte que compete a televisão regional. Esse sinal estará no ar de acordo com o cronograma que no conjunto leva muitos anos, as televisões das capitais estarão no ar provavelmente até o fim de 2009 apenas, neste momento televisão digital só está sendo ofertada para a área metropolitana de São Paulo. Para nenhuma outra área há oferta da TV Digital terrestre livre, aberta e gratuita com todas as geradoras da praça podendo fazer a sua programação em televisão em definição padrão e em definição em alta definição, e somente estão disponíveis os serviços para a grande São Paulo. Provavelmente no ano de 2008 as emissoras de televisão, todas as emissoras entrarão no ar nas outras grandes capitais do Brasil. E a estratégia de entrar no ar em grandes capitais, em sistemas que atingem uma quantidade de milhões de domicílios é uma só. É porque com o aumento de escala nessas praças rapidamente o preço deverá cair e aí a televisão será interiorizada.

Então é importante para os ouvintes, o telespectador da TV Senado saber que TV Digital é um processo de migração. Ele começa por alguma ansiedade de algumas pessoas que gostam muito de televisão até lentamente. Neste ano e provavelmente nos próximos seis meses só teremos TV Digital terrestre em São Paulo capital ou na área metropolitana na grande São

Paulo. Nem mesmo no interior de São Paulo teremos oferta de TV Digital. TV Digital terrestre não se confunde com nenhum sistema que se diz digital pago, e pode ser digital, com outras características, nem com nenhum equipamento denominado digital. Serviço de radiodifusão digital é um serviço que vai estar iniciando uma migração. Com grande atraso no Brasil, infelizmente, mas está iniciando. Acabou de iniciar há poucos dias atrás em São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu pediria que nós entrarmos em discussão na CPMF na CCJ nesse momento. Sei que V.Ex^a também tem interesse na discussão, eu também tenho, então como já levamos esse debate... Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Só para... Mas exige o decodificador. Mesmo nesses seis meses ele exige o decodificador.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Decodificador... receptor, decodificador que recebe os sinais emitidos por... Pelos transmissores da Bandeirantes, da Record, da TV Gazeta, TV Cultura, TV Globo em São Paulo. Apenas em São Paulo. Nenhum brasileiro deve comprar um decodificador de TV Digital achando que receberá na sua cidade, exceto se ele morar na grande São Paulo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Obrigado. Presidente, acho que foi brilhante a escolha dos nomes, mas eu acho que a Medida Provisória e o projeto 29 têm que caminhar juntos. Porque eles se conflitam.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Acho até que um tem que ser extinto. Nós vamos analisar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Ela torna sem efeito o Projeto de Lei. Então estamos discutindo praticamente a Medida Provisória. Que o Dr. Bechara, meu patrício...Pelo menos o nome... (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Bom, então essa foi uma Audiência Pública cujo assunto é instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 29/2005 que acresce e altera dispositivo na Lei 8.977 de 6 de janeiro de 1995 que dispõe sobre o serviço de TV a cabo, “disponibiliza o canal reservado ao Poder Executivo Federal na área de prestação de serviço das operadoras de TV a cabo. Autoria do Requerimento dos Senadores Antônio Carlos Júnior e do Sr. Expedito Júnior, Relatoria do PLC 29 também 05 da Senadora Ideli Salvatti.

Tivemos como convidados o Sr. Walter Vieira Ceneviva, Vice-Presidente Executivo do Grupo Bandeirantes de Comunicação, Sr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, Sr.

Otoni Fernandes, Subchefe Executivo da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, SECOM, Sr. Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura, ABTA, e Evandro Guimarães, Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. Tendo em vista o grande debate... Antes de encerrar com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Só encerrar, agradecer, mas cumprimentar o Presidente Lula pela escolha dos conselheiros que vão interferir na grade, na discussão sobre a TV Governamental. Acho que a escolha do Conselho é tão independente pela formação política de cada um que dá para confiar que ela será sem dúvida nenhuma independente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Nada mais tendo a acrescentar, declaro encerrada essa Audiência Pública. Muito obrigado a todos.

Ata da 45ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de dezembro de 2007.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia doze de dezembro de dois mil e sete, na sala treze, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Expedito Júnior, Flávio Arns, João Ribeiro, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Heráclito Fortes e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Maria do Carmo Alves, João Tenório e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 243, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que “Dispõe sobre as práticas de telemarketing, coíbe abusos e fraudes nesses serviços e implementa o Registro Nacional de Chamadas”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior que, “Dispõe sobre a oferta de bens ou serviços e a solicitação de donativos de qualquer espécie por meio

de chamadas telefônicas.” O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido e pelo arquivamento do PLS 123/04 que tramita em conjunto. O projeto é retirado de pauta atendendo a solicitação do relator, para reexame da matéria. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº. 58, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Dispõe sobre o uso exclusivo de brasões e nomes dos órgãos ou entidades responsáveis pela veiculação de publicidade oficial, vedada a menção de nomes de autoridades e servidores.” O relator designado é o Senador Expedito Júnior e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CCT, é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº. 89, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luiz Piauhyllino, que “Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial)”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2000**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros que, “Define e tipifica os delitos informáticos, e dá outras providências”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2000**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Leomar Quintanilha que, “Estabelece nova pena aos crimes cometidos com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, ao PLC 89/2003, PLS 76/2000 e PLS 137/2000, que tramitam em conjunto, é aprovado. **Item 07: Requerimento nº 037, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer “..., nos termos do artigo 93 do RISF, a realização de audiência pública, para tratar sobre a “Crise do Gás” no Brasil e, em especial, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Tendo a Petrobrás confirmado a redução no fornecimento de gás para as companhias distribuidoras do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, medida que afeta drasticamente a economia desses dois Estados brasileiros, é necessário que esta Casa seja plenamente informada desse lamentável fato. No Estado do Rio de Janeiro, a medida afetou o fornecimento ao comércio, residências, hospitais e o fornecimento de gás natural para postos de combustíveis, o que prejudica de maneira imediata e irreversível milhares de pessoas, principalmente a categoria dos

taxistas. Além desses setores, indústrias importantes, inclusive do setor farmacêutico, e também a Companhia Siderúrgica Nacional tiveram corte no suprimento de gás. Por tratar-se de medida unilateral e abrupta, que lesa os direitos do consumidor e também das companhias instaladas no nosso Estado, tenho-a como de interesse público de extrema relevância (art. 93, II, do RISF). Relação de convidados: Diretor de Abastecimento da Petrobrás; Secretário de Transportes do Estado do Rio de Janeiro; Presidente da Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro; Representante da ANEEL; Representante dos Consumidores; Presidente do Sindicato das Indústrias de Transformação e Presidente do Sindicato dos Taxistas do Rio de Janeiro." O requerimento é aprovado. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 329, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida – ARCOMNOSSA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Sales, Estado do Ceará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 331, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Vicente Pinzón para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 350, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Rádio Jurema – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jurema, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 11: Emenda nº 01-Plenário ao Projeto de Decreto Legislativo nº. 253, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Publicidade Maggi-Plan Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável é aprovado. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 326, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural, Comunitária e Alternativa Trespassense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade

de de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 328, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária (RADCOM) Rádio Líder Frequência Modulada FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chiapeta, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 337, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sedenovense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sede Nova, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 342, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação De Comunicação, Cultura e Educação de Jijoca de Jericoacoara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jijoca de Jericoacoara, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 347, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicação Encontro dos Rios Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Benjamin Constant, Estado do Amazonas." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 302, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Boa Vista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 316, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Copas Verdes de Prudentópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 320, de 2007**, de caráter

terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Graúna de Palotina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palotina, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 321, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Norte do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rolândia, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 335, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Platinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 330, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Reduto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Reduto, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 340, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – Projeto de Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 363, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Mariana Resende Costa para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sabará, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 296, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Paraíba TV/FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tenório, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o pro-

jeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 332, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 368, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Hidrolina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Hidrolina, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 370, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Bem Estar Social de Pequizeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pequizeiro, Estado do Tocantins.” O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 341, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária – Educacional e Cultural de Urânia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urânia, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 345, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Alternativa de Lins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lins, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 349, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Prata FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 315, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Desenvolvimento Artístico e Cultural de Sobralia para

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobrália, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 425, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jardim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Onda Verde, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romero Jucá e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Nesse momento, os Senadores João Ribeiro e Wellington Salgado de Oliveira requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de Projeto de Decreto Legislativo e Requerimento com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 189, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.” O relator designado é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 038, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que requer “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater sobre a criação e a implantação da TV Pública, nos moldes de Medida Provisória (MPV) nº 398, de 2007. Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da CCT: 1 – Franklin de Souza Martins – Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; 2 – Teresa Cruvinel – Presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC; 3 – Helena Chagas – Diretora de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação – EBC; 4 – Leopoldo Nunes Filho – Diretor de Programação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC.” O requerimento é aprovado. Ficam adiadas em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº. 398, de 2007, Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº. 114, de 2005 e Item 06: Projeto de Lei do Senado nº. 136, de 2003**. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi**

Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo número regimental declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a ser realizada nesta data, dia 12 de dezembro de 2007.

Iniciando os trabalhos dessa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com os seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado.

Sras. e Srs. Senadores, este ano de 2007 que se finda de uma certa maneira nos obriga a fazer um balanço daquilo que fizemos e até do que deixamos de fazer neste primeiro ano de atividade dessa Comissão. Esta Casa teve no decorrer desse ano dias difíceis, dias tumultuados, dias de crises, dias de reflexão, mas também teve dias de sucesso, progresso e temperança. Particularmente com relação a esta Comissão, acredito que o saldo foi positivo. De 03 de março a 28 de novembro foram aprovados trezentos e dezessete Projetos de Decreto Legislativo. Desses, sessenta e seis foram renovação de outorga, setenta e cinco de outorga, cento e setenta e cinco de autorização de rádios comunitárias e uma renovação de autorização de rádio comunitária.

Foram aprovados, ainda, três Projetos de Lei da Câmara, um Projeto de Lei do Senado de caráter terminativo, seis Projetos de Lei do Senado de caráter não terminativo. Realizamos vinte e três Audiências Públicas onde tratamos de onze temas distintos que tiveram a participação de oitenta e quatro convidados, entre eles Ministros de Estado, especialistas de renomeados saber em suas áreas de atuação. Pretendemos no decorrer do próximo ano trazer para o debate dessa Comissão, nas diversas áreas de sua atuação, temas de alta relevância para o desenvolvimento, o progresso e o bem-estar da sociedade brasileira, os quais, no transcurso desse ano, não tivemos a oportunidade de discuti-los. Lembro ainda aos Srs. Senadores a destacada participação dessa Comissão de Ciência e Tecnologia por ocasião da Conferência preparatória à Conferência Nacional de Comunicação. Por fim, deixo aqui os meus agradecimentos aos Srs. Senadores e Senadoras membros dessa Comissão que com a sua presença e participação competente, comprometida

com as questões públicas de bem-estar social, permitiram às nossas Sessões uma convivência produtiva e harmoniosa.

Passaremos aos projetos não terminativos. Item 1 da pauta. É o projeto que “Dispõe sobre as práticas de telemarketing, coíbe abuso e fraudes nesses serviços e implementa o registro nacional de chamadas”. A autoria é da Senadora Roseana Sarney e a relatoria é do Senador Renato Casagrande. Parecer favorável na forma do substitutivo oferecido pelo arquivamento, PLs 123/07, que tramita em conjunto. Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Em 10.10.2007 foi realizada Audiência Pública para instruir o presente projeto. Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Muito obrigado. Sr. Presidente, Srs. Senadores, a matéria, na verdade, eu estou apresentando um substitutivo de projetos que se originaram da Senadora Roseana Sarney e do Senador Expedito Júnior, e com base nos dois projetos eu estou apresentando o substitutivo à Comissão. O projeto vai ser terminativo na CCJ, como V. Ex^a. já anunciou, e as duas proposições têm como fundamento a proteção dos usuários de serviço de telefonia, seja fixo ou móvel, contra abusos praticados por ocasião da oferta de produtos e serviços por empresa de teleserviço. Isto porque a necessidade de incrementar seus resultados financeiros fez com que algumas empresas do setor, ao seu relacionarem com os usuários por meio de serviços telefônicos, excedessem o limite entre o direito de se comunicar e o dever de respeitar a vida privada dos indivíduos. Tornaram-se freqüentes as chamadas inoportunas de centrais de teleserviço, muitas vezes à noite ou em dia de folga, quando demais provável a presença do morador em seu domicílio. Há empresa que ligam inclusive para telefones celulares, importunando a pessoa a qualquer hora do dia. Note-se, contudo, que as proposições em tela, ao estabelecerem condicionamentos à exploração do teleserviço, não impõe restrições que comprometam o potencial de geração de emprego dessa atividade. De fato, após anos de ininterrupto crescimento, é importante a gente reconhecer que esse setor emprega quase oitocentas mil pessoas no Brasil hoje, é um setor importante da economia brasileira, tornou-se economicamente relevante para o país. Segundo dados da Associação Brasileira de Teleserviço que reúne as empresas do setor, a atividade é uma das que mais emprega no país, gerando quantidades significativas de empregos diretos, empregos também de primeiro emprego, gente que vai se qualificando já nessa atividade. É importante ressaltar, nesse sentido, que os projetos em tela tratam da oferta de serviço e produtos,

bem como da solicitação de donativos por ligações telefônicas não solicitadas pelo usuário. É aquele serviço que você recebe, é o teleserviço ativo, você está na sua casa ou está no seu serviço, recebe uma ligação, alguém te oferecendo um produto, um serviço ou pedindo algum donativo.

A regulamentação da atividade de *Call Center*, que é aquele que você liga, você toma a liberdade de ligar, 0800, 0300, qual seja a determinância (ininteligível) originário pelo consumidor, não está contemplada nesta proposta. Então o teleserviço passivo, que é aquilo que você demanda, não está contemplado na proposta nossa de regulamentação. Isso significa 80% do serviço hoje no Brasil, esse teleserviço que nós não estamos regulamentando, porque você vai... se quiser demandar o serviço, demanda, se não quiser, você não demanda. No ativo você é demandado, então pode lhe incomodar, de fato tem que ter uma regulamentação. O outro também precisa ter uma regulamentação, eu acho que são passos que nós temos que dar paulatinamente para que a gente não regulamente demais esse setor. Assim, atinge apenas parte do seguimento de teleserviço. Estima-se em 20% do universo.

Com relação ao mérito da iniciativa, nada há a objetar. Portanto, embora por meio de procedimentos distintos, elas conferem aos usuários que se sentem lesados o instrumento de salvaguarda do direito à privacidade, de defesa contra métodos comerciais coercitivos e práticas abusivas, bem como proteção do que se refere à utilização indevida de seu cadastro. As proposições alinham-se ao espírito que embasou o Código de Defesa do Consumidor, bem como de normas de menor porte, como o Código de Ética do Programa de Auto-Regulamentação do Setor de Relacionamento – PROBARE, coordenado pela própria Associação Brasileira de Marketing Direto e pela Associação Brasileira de Teleserviço, no que se refere à lesão de direitos do consumidor que recebe uma oferta por telefone.

O PLs 123, de 2007, obriga as empresas de teleserviço a registrar em seus bancos de dados, medida manifestação do usuário chamado, seu desejo de não mais receber ligações telefônicas. Dentro do mesmo espírito, o PLs 243, de 2004, prevê a criação de um Cadastro Nacional de Chamadas Único, que contém os nomes dos usuários que não desejam receber essa espécie de chamadas.

Em que pese o inegável mérito das duas iniciativas, regimentalmente faz-se necessário optar por uma delas. Tendo em vista as semelhantes linhas de argumentação e abordagem das proposições, de análoga amplitude, optamos pela aplicação do que determina o artigo 260, item “b”, do inciso II, do Regimento Inter-

no do Senado Federal, ou seja, dar procedência aos projetos mais antigos sobre o mais recente. Sugerimos, no entanto, alterações que entendemos podem aperfeiçoar a proposição original. Cumpre ressaltar nesse sentido as relevantes contribuições de ambos os projetos, cujo eixo mantivemos inalterados. Neste contexto, Sr. Presidente, optamos por preservar a idéia do cadastro negativo único, presente no PLs 243, de 2004. O usuário poderá diretamente ou mediante solicitação à empresa de teleserviço registrar seu número do telefone no cadastro nacional de chamadas, ora denominado cadastro nacional de teleserviço, para não mais receber chamadas indesejadas com oferta de produtos e serviços ou solicitação de donativos. Propomos a retirada da obrigatoriedade da Agência Nacional de Telecomunicações gerir, com a colaboração das operadoras dos serviços telefônicos fixos e móveis o referido cadastro, pois é necessário harmonizar a proposta estabelecida no artigo 84, do inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, que prevê como competência privativa do Presidente da República a organização e adição da administração federal. Assim, cabe remeter ao Poder Executivo a prerrogativa de determinar, dentro de sua estrutura, os órgãos mais adequados para gerir, regulamentar e fiscalizar o cadastro de teleserviço nos moldes propostos. De forma a facilitar o registro direto dos usuários, cumpre ao cadastro nacional de teleserviço disponibilizar aos interessados um número telefônico gratuito nos moldes do código 0800, acessível vinte e quatro horas, um sítio na Internet que possibilite tirar qualquer momento esse registro, bem como um endereço físico para inscrição por meio de correspondência. Por fim, com o objetivo de garantir a eficiência das regras estabelecidas, deve haver a responsabilidade solidária entre o prestador de serviço e a operadora de teleserviço no caso de descumprimento de seu dispositivo.

Desta forma, Sr. Presidente, avaliamos que um texto alternativo ao daquelas preposições deva contemplar os diversos aspectos necessários à regulação do teleserviço ativo, de forma a responder as demandas dos consumidores e preservar a viabilidade econômica da atividade. Sr. Presidente, o meu voto é pela aprovação, lembrando que têm alguns pontos que deve ser observado pelos Senadores. As empresas que prestam serviço nessa atividade, elas funcionam de nove horas da manhã até vinte e um horas, em dois turnos de seis horas, e mudar o horário, nove horas é um horário já avançado, mas mudar esse horário seria prejudicar demais as empresas, que tem turno de seis horas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– As empresas no contrato dos empregos, na contratação dos empregados pelas empresas. De nove até as quinze um turno, de quinze até às vinte e uma horas outro turno. Então nós optamos, para não mexermos e não alterarmos o horário, para não prejudicarmos os trabalhadores, nós optamos por estabelecermos um cadastro nacional que possibilite que o cidadão que não quiser receber nenhuma demanda por telefone, nenhuma oferta de serviço por telefone, ele possa se cadastrar e aí não ser importunado. Não é pacífica essa proposta, não é pacífica essa proposta. Nós temos questionamentos, pedido de reflexão da Associação Brasileira de Teleserviço, porque acha que isso pode inibir o trabalho. Eu só quero dar dados, dos 100% dos serviços nessa área, 80% é de *Call Center*, que nós não estamos tratando aqui, 20% de teleserviço ativo que nós estamos tratando aqui, está certo? Tem um questionamento, a questão do horário de funcionamento está ok, não tem uma posição pacífica com relação à implantação do cadastro, mas nós achamos fundamental o cadastro para que possa proteger o usuário, o cidadão, a cidadã. O Senador Heráclito Fortes já chegou aqui, eu ouvi a voz dele, tem uma demanda para que a gente possa discutir mais o assunto, então eu queria para debate o projeto para verificarmos a opinião dos Senadores e de fato verificarmos se nós temos condições de apreciarmos hoje ou se nós vamos ainda continuar no debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O voto do

--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– É pela aprovação o meu voto, pelo substitutivo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – — Então diante do voto pela aprovação do Relator, abro à discussão.

Havendo Senador que queira discutir, está aberta a discussão. Senador Heráclito com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)

Nós estamos já em processo de votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Discussão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)

Discussão. Sr. Presidente, eu conversei com o Senador Renato Casagrande, eu tenho uma preocupação. Os *Call Centers* estão se deslocando dos grandes centros, das grandes cidades, e se abrigando em cidades médias do interior do país, cidades inclusive já de porte de metrópole, como é o caso da região de V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Uberlândia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Uberlândia, e a minha preocupação é que se nós não tivermos o devido cuidado com essa proposta, isso possa gerar desemprego. Eu acho que nós poderíamos trabalhar mais em cima desse projeto, sendo que quero sugerir inclusive ao Relator e a V. Ex^a. que chame aqui mais uma vez as partes para uma discussão, porque na realidade nós vamos ter, uma medida se tomada errada, eu lhe confesso, sou muito franco, eu tenho dúvidas, mas não tenho segurança, e a insegurança num momento como esse é que me deixa --

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então V. Ex^a. pede vistas e requer uma Audiência Pública, é isso?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) --
– Não, não, não, eu não estou pedindo vistas por hora, nós estamos abrindo a discussão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vamos tentar fechar uma posição aqui.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Se necessário for eu pedirei vistas. Eu acho que nesse ponto --

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então suspendemos, retiramos de pauta para um discussão melhor, é isso?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Se o Relator estiver de acordo --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Seria uma vista não oficial.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É, seria um --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tiraria de pauta para --

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Tiraria de pauta para --

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Relator, Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – É importante que o setor tenha uma regulamentação. O setor tem uma auto-regulamentação que é o PRO-BARE, como eu disse aqui, uma auto-regulamentação, as empresas avançaram muito, as empresas estão muito mais responsáveis nessa relação, mas o Brasil

vai crescer nesse tipo de serviço, vai crescer. Nós hoje recebemos, de vez em quando, um contado no nosso telefone, móvel ou fixo, oferecendo um serviço. Isso vai ser um processo crescente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Para nós Senadores é até difícil, que a gente não sabe quem está ligando, quem está mandando alguma coisa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – É um processo crescente. Eu acho assim: têm pessoas que se incomodam com isso e têm pessoas que não se incomodam, têm pessoas que gostam de receber ofertas de serviços, têm pessoas que não gostam de receber ofertas de serviços e produtos, está certo? Nós temos que dar direito a quem não quer receber.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Concordo plenamente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Nós vamos dar direito às pessoas, às pessoas que não querem receber.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É verdade, tem toda a razão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Então a única forma de você dar direito, de você respeitar o direito do cidadão, o direito da cidadã, é você permitir que ela ligue para um local, se cadastre e diga que ela não quer receber mais a oferta desse produto e desse serviço. Eu não vejo outro caminho. Qual seria a outra forma? Nós eliminarmos o horário. Ao invés de ser vinte e uma horas, nós passarmos assim de nove horas da manhã até às dezoito horas. Então assim, dezoito horas a pessoa chegou em casa, vai ser a sua novela, vai conversar com a família, vai para uma reunião, e tem a certeza que não será incomodada a noite, nem no feriado, nem no domingo. Então dezoito horas também tem muita resistência porque você corta pela metade o turno de serviço, que eu reconheço que é uma dificuldade para os empregados e para os empregadores, está certo? Então eu acho que a melhor maneira é isso. Podemos discutir o que? Podemos discutir como implementar esse cadastro, se nós damos dar aí seis meses, um ano. Como que nós vamos implementar? Pode ser que não seja imediatamente após a aprovação da lei, mas o setor, Senador Heráclito, precisará de fato de uma regulamentação --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu concordo plenamente com V. Ex^a. Olha, esses telefonemas que nós recebemos, nas horas mais inconvenientes possíveis, são inaceitáveis. Eu concordo com V. Ex^a., e geralmente são pessoas treinadas para iludir(F), você perde um tempo danado. Por exemplo, nós temos os telefones aqui públicos, você usa, ele

lhe telefonema e diz: “olha, recebi aqui a missão do diretor de lhe convencer ...”. Gente, esse telefone, você tem (ininteligível) tem procurar o Dr. Agaciel quer dizer, uma coisa que eles têm que ter pelo menos é organização, separar o público do privado, porque nós aqui não temos individualmente nenhuma autonomia com relação a plano de telefonia e nem nada. Essa é uma das falhas do --

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Eu estou aberto a sugestões, agora eu queria propor só que a gente não ficasse pelo resto da vida com esse produto(F). Nós poderíamos --

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V. Ex^a. é o Relator, V. Ex^a é que decide.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Eu acho que o Senador Heráclito Fortes está pedindo um tempo, eu acho que de Audiência Pública eu não acredito que nós precisemos mais, viu Senador, já fizemos uma Audiência Pública aqui.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –

Não, é uma conversa, mais um conversa --

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Nós poderíamos dar uma semana de prazo sem pedir vista, sabe, para tentar ver se a gente consegue --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –

Nós temos quantas sessões?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Nós temos a semana que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu acho que nós temos na semana que vem. Eu não tenho certeza se conseguiríamos --

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Quem sabe até na semana que vem a gente chega numa posição aí intermediária.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu não sei o que vai acontecer durante a semana, temos que ter a reunião, está programada a reunião, está pautada a reunião, agora eu não sei o que poderá acontecer na semana que vem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –

Vamos então --

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Vamos aguardar para a gente votar na semana que vem, está certo? Então até na semana que vem nós estamos abertos, vamos verificar se a gente tem um caminho que seja possível para --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –

Está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Para que nós

possamos ficar dentro do regime V. Ex^a. está retirando de pauta para reexame. Está combinado assim?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– E reapresentarei na próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok. Passaremos ao Item 2 da pauta.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Pre-

sidente, eu solicito uma inversão de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nós temos quorum.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Te-

mos uma sessão agora, inicia em alguns minutos, é uma homenagem à Marinha do Brasil, ao marinheiro e um grande gaúcho, o Almirante Tamandaré. Eu sou proponente dessa homenagem, então eu peço a compreensão dos colegas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então eu sugiro que passemos aos projetos terminativos, temos quorum para isso. O Senador Azeredo eu sei que está esperando a votação do seu projeto. Vamos aos terminativos então. V. Ex^a. queria uma inversão de pauta?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Uma

inversão de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Qual é o Item?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Itens

11, 12, 13 e 14, são quatro Itens.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – 11, 12, 13 14. O Senador Zambiasi pertence a um Estado que tem muita rádio e só dar dá o Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Na

realidade eu sou o único representante do Estado aqui na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Inversão de pauta. O Senador Zambiasi está sugerindo os Itens 11, 12, 13 e 14, e depois V. Ex^a., como líder, que está trabalhando muito hoje pela aprovação da CPMF, o senhor levanta e o Senador Azeredo logo olha. Aprovado pela Comissão a inversão de pauta? Com a palavra, diretamente, o Senador Sérgio Zambiasi para os Itens 11, 12, 13 e 14.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obri-

gado, Presidente Wellington. Item 11: “Aprova o ato que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Publicidade Maggi-Plan Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul”. Neste

caso, apenas uma correção, houve um erro na transposição da Câmara para o Senado em que apresenta como Rádio AM, mas na verdade é uma Emissora FM. O Senador Paim apresentou a Emenda e o Parecer é favorável, Presidente.

Item 12: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural, Comunitária e Alternativa Trespasense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul”. A autoria do Poder Executivo, o Parecer também é favorável, Presidente.

Item 13: “Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Cultural Comunitária (RADCOM) Rádio Líder frequência modulada FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chiapeta, Estado do Rio Grande do Sul”. A autoria do Poder Executivo, o Parecer favorável também.

Por último, Item 14: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sedenovence para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sede Nova, Estado do Rio Grande do Sul”. A autoria do Poder Executivo e também o Parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão os quatro Pareceres favoráveis e lidos pelo Senador Sérgio Zambiasi. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação em bloco ao final.

Senador Romero Jucá, V. Ex^a. fez um pedido.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu fiz um pedido, Sr. Presidente, para que nós possamos votar o Item 33, que outorga permissão à Rádio Jardim em frequência modulada na cidade de Onda Verde, Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria dizer o seguinte: nós vamos ter que aguardar. Senador Sérgio Zambiasi, eu vou ler rapidamente, faremos o relatório, mas teremos que votar nominalmente, Senador Romero Jucá. Então vamos ver se a gente adianta. Passaremos imediatamente então ao Item 33 ao líder do Governo, Senador Romero Jucá, com a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, o relatório é favorável à outorga e permissão da Rádio Jardim Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Onda Verde, Estado de São Paulo. Foram cumpridas todas as formalidades, o Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o Parecer do Senador Romero Jucá. Não havendo quem queira discutir, passaremos em votação em bloco ao final.

Vamos então ao Item 8 da pauta. A Senadora Maria do Carmo não está presente. Para que possamos nos organizar, pediria à Secretaria que nomeasse algum Senador *ad-hoc* enquanto aguardamos. Senador ACM, Item 15 da pauta, por favor.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – É o Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2007, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação, Cultura e Educação de Jijoca de Jericoacoara, Estado do Ceará, para executar radiodifusão comunitária”. O Parecer é favorável porque não há nenhuma irregularidade, está tudo de acordo com a legislação em vigor. Portanto, o Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o Parecer do Senador Antônio Carlos Júnior. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação em bloco.

Item 16, o Senador Flexa Ribeiro não está presente. Senador Flávio Arns, Itens 17, 18, 19, 20 e 21, eu não sei se V. Ex^a. está bem para poder relatar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu estou ótimo, Sr. Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sua voz é maravilhosa, estava com saudade, e espero que não tenha nenhum problema com essa voz.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, graças a Deus eu tenho que agradecer aí a médicos de muita competência que, sem dúvida alguma, a gente sabe que um dos efeitos colaterais desse tipo de cirurgia é afetar a voz, mas nesse caso o médico foi muito bom, o tratamento foi bom, e a gente deseja que isso aconteça com todas as pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Senador Marcelo Crivella já falou que recomendaria a Roberto Carlos essa operação, porque a voz de V. Ex^a. melhorou bastante, segundo informações do Senador Marcelo Crivella.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, de qualquer maneira eu gostaria registrar, Senador Arns, a fixação de V. Ex^a. pela voz do Senador (risos). Eu queria que ficasse registrado nos anais da Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu quero dizer o seguinte: eu quero dizer que na idade que eu me encontro, Senador, e com a minha história, isso não é problema algum, e eu continuo fã da voz de V. Ex^a.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Para alguns, antes tarde do que nunca (risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Item 17: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Boa Vista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubitatã, Estado do Paraná”. Parecer favorável.

Item 18: “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Copas Verdes de Prudentópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná”. Parecer favorável.

Item 19: “Aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Graúna de Palotina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palotina, Estado do Paraná”. Parecer favorável.

Item 20: “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Norte do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rolândia, Estado do Paraná”. Parecer favorável.

Item 21, Sr. Presidente: “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Platinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná”. Parecer favorável também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Senador Flávio Arns, todos os Pareceres favoráveis. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação final.

Eu queria, já que estamos ao vivo, pedir ao Senador Romeu Tuma para vir, que ele tem relatório aqui, eu estou com saudades do Senador Romeu Tuma.

A vantagem que o Senador Azeredo leva é que como eu estou presidindo, eu posso relatar as rádios para Minas Gerais, mas eu queria que todos os telespectadores tivessem em conta que quando o Senador Azeredo relata, eu estou também de acordo junto com o Senador Azeredo, senão ele vai levar esses votos todos e eu acho isso injusto. Então passaremos aos itens 22, 23 e 24 dessa pauta, passo ao Senador Azeredo, para que possamos ser mais rápido eu não vou nem ler o cabeçalho, deixando para V. Ex^a. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Nós dois já falamos bem de Uberlândia aqui, estamos bem. O Item 22 é da Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico da cidade de Reduto, em Minas Gerais, para radiodifusão comunitária.

Todos os documentos estão, segundo o Ministério, corretos, e o Parecer é favorável.

O Item 23 refere-se à outorga de autorização à Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevida de Drogas – Projeto de Vida – para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte. Da mesma forma o Parecer é favorável.

O Item 24 refere-se ao ato que outorga concessão à Fundação Mariana Resende Costa para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sabará, também na região metropolitana de Belo Horizonte, nesse caso para sons e imagens. O ato também foi submetido e refere-se a fins exclusivamente educativos. O Parecer também é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não vou elogiar muito V. Ex^a. porque na última pesquisa V. Ex^a. se encontra em primeiro lugar para Prefeito de Belo Horizonte.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Parabéns, V. Ex^a. foi um grande Governador, um grande Prefeito, merece estar em primeiro lugar, embora o meu candidato, do meu partido, está vindo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão os Pareceres do Senador Eduardo Azeredo. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

Itens 25 e 26, ilustre Senador Cícero Lucena, meu grande amigo, com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, o Projeto Terminativo de Decreto Legislativo 296, de 2007, “Aprova o ato de outorga permissão à Paraíba TV/FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tenório, no Estado da Paraíba”. O Parecer é favorável, Sr. Presidente.

O Item 26 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2007, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Paraíba Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba”, onde o Parecer também é favorável, com muita honra, porque é uma rede de televisão que faz um belo trabalho em nosso Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discus-

são os Pareceres do Senador Cícero Lucena, todos favoráveis. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

EU queria pedir desculpas aos telespectadores da TV Senado porque realmente é importante para cada cidade a rádio, e nós, como estamos com muito trabalho, estamos passando nesse momento importante para cada cidade rapidamente, porque nós achamos que é mais importante aprovar nessa Comissão do que contarmos a história de cada cidade, que tenho certeza que todos os Senadores aqui conhecem bem e com certeza também fariam muito bem dessas cidades, os eleitores que têm, mas temos que aprovar ou reprovar também, dependendo do relatório.

Vamos ao Item 27. Eu pediria, como Relator *ad-hoc*, ao Senador Casagrande, seria Relator o Senador Marconi Perillo, mas como não está presente eu passo a palavra ao Senador Casagrande, Item 27.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Obrigado, Sr. Presidente. É a proposta de Decreto Legislativo que “Aprova ato que outorga autorização à Associação da Difusão Comunitária de Hidrolina para o serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Hidrolina, Estado de Goiás”. O Parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

Item 28 da pauta, seria o Relator o Senador Leomar Quintanilha, Presidente do Conselho de Ética, que não está presente. Como Relator *ad-hoc* o Senador João Ribeiro, a quem eu passo a palavra.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Sr. Presidente, para a análise desta Comissão, Associação Comunitária do Bem-Estar Social de Pequizeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pequizeiro, no Estado de Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu pediria também ao Senador João Ribeiro, já que o Senador Romeu Tuma não está presente, para relatar o Item 29, 30 e 31 da pauta.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Senador Heráclito. Sr. Presidente, eu pediria que abrisse a votação. Fica coletando os votos, quem quiser já vota, senão vai começar a perder gente.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Não vai ter quorum para votar.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Abre o painel da votação, vai coletando.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vamos lá, Senador.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Sr. Presidente, aprovação à Radiodifusão Comunitária, Educacional e Cultural de Urânia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urânia, Estado de São Paulo. Favorável na forma da lei. O Relator é o Senador Romeu Tuma, meu caro amigo Romeu Tuma, o grande xerife, favorável.

E o outro, Sr. Presidente, é o --

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Os Itens 30 e 31.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Sr. Presidente, Rádio Comunitária Alternativa de Lins a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lins, Estado de São Paulo. Parecer do grande xerife, Senador Romeu Tuma, também favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Agora vamos ao Item 31.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Rádio Prata FM Ltda. a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Parecer favorável também do Senador Romeu Tuma, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em execução os Pareceres *ad-hoc* do Senador João Ribeiro. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Sr. Presidente, o senhor não quer aproveitar e deixar eu relatar o meu extrapauta não, que eu já estou com o microfone ligado?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Qual é o Item extrapauta, por favor, também é rádio?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – É a Rádio Comunitária São Judas Tadeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V. Ex^a. já relatou quatro como *ad-hoc*, merece sim ter o seu relatório. Então primeiramente eu tenho que botar em votação para que entre a inclusão extrapauta do PDC 0246, de 2006, que “Aprova ato que outorga permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu para executar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colinas/TO, Estado de Tocantins". Em votação para que seja colocado extrapauta. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Com a palavra, o PDS nº 189, o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 189, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão sonora de frequência modulada com fins exclusivamente educativos, Sr. Presidente, na cidade de Colinas/TO, a minha querida cidade, eu estava sábado lá participando de três eventos muito importantes, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. O Parecer, Sr. Presidente, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Parabéns, Senador João Ribeiro, que lutou muito por essa rádio, inclusive pedindo para colocar extrapauta para atender toda a região. Em discussão o Parecer do Senador João Ribeiro. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

Para que podemos terminar os Itens Terminativos, mais uma vez passo o Item 32 ao meu companheiro de Estado, Senador Eduardo Azeredo, onde seria o Senador Eliseu Resende. Mais uma vez vou dar uns votinhos para V. Ex^a.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, muito obrigado, eu fico muito grato. O ato outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Desenvolvimento Artístico e Cultural de Sobralia, Estado de Minas Gerais. O Parecer é favorável, Parecer do Senador Eliseu Resende, que eu assino *ad-hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o ilustre Parecer do Senador Azeredo. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação rapidamente ao final.

Para que possamos fechar os Itens Terminativos, faltam ainda os Itens 8, 9, 10 e 16. Senador Flexa Ribeiro, Item 16, no qual V. Ex^a. é o Relator. Tem a palavra V. Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Wellington Salgado, Srs. Senadores. Trata do ato que "outorga permissão à Empresa de Comunica-

ção Encontro dos Rios para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Benjamin Constant, no Estado do Amazonas". Vamos ao voto, Sr. Presidente. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 347, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Empresa de Comunicação Encontro dos Rios Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Benjamin Constant, Estado do Amazonas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o voto do ilustre Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

Faltam três Itens para que possamos fechar a pauta terminativa. Eu pediria aos Senadores um pouco de paciência. O Item 8, seria relatoria da Senadora Maria do Carmo, que sempre está presente, mas hoje não está presente. Ela nunca falta. Vamos então ao Senador ACM Júnior, com a palavra, por favor.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 329, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida – ARCOMNOSSA – a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Sales, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o voto, Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Senador ACM Júnior. Em discussão o voto do ilustre Relator. Não havendo quem queira discutir, passaremos ao final.

Para terminar os Itens Terminativos, os Itens 09 e 10, que seria de relatoria do Senador Marco Maciel, passaremos para que seja Relator *ad-hoc* ao Senador Cícero Lucena, a quem passo a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Obrigado, Sr. Presidente. Projeto de Decreto Legislativo 331, de 2007, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Vicente Pinzón para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cida-

de de Ipojuca, Estado de Pernambuco". O Parecer é favorável, Sr. Presidente.

Projeto de Decreto Legislativo 350, de 2007, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Rádio Jurema FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jurema, Estado de Pernambuco". O Parecer também é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Senador Cícero Lucena. Em discussão os Pareceres do ilustre Senador Cícero Lucena. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

Passaremos à votação agora. Vamos lá, projeto terminativo, votação nominal. Antes de botar em votação nominal eu queria dizer que eu estou ansioso aqui, eu estou vendo o Senador Crivella, me lembra muito o meu filhinho fazendo o dever de casa. Eu não sei que tanto o Senador anota, mas eu estou aqui, V. Ex^a. fala sozinho, anota, eu penso que quer falar comigo, olho e --

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, eu estou redigindo aqui um ofício ao Vice-Presidente da República, que é Presidente de honra do meu partido, mas fico muito feliz com a lembrança de V. Ex^a. terna, carinhosa, de achar que sou seu filho (risos). Eu tenho mais idade para ser seu irmão, talvez irmão mais velho.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Me lembrou, me lembrou o meu filho. Passaremos à votação. Senador Marcelo Crivella, como vota V. Ex^a?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Renato Casagrande, como vota V. Ex^a?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador ACM Júnior, como vota V. Ex^a?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Eduardo Azeredo, como vota V. Ex^a?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Cícero Lucena, Presidente da Comissão de Resíduos Sólidos, como vota V. Ex^a?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flávio Arns, a quem temos a honra de recebê-lo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador João Ribeiro, que hoje relatou uma rádio extrapauta colocando para atender a sua comunidade de Tocantins. Como vota V. Ex^a?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Romero Jucá, líder que tem --

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V. Ex^a. sempre muito rápido, eu nem falei como vota V. Ex^a., mas está preocupado com a aprovação da CPMF hoje, trabalhando muito.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Conquistando até o voto do Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Está conquistando, Senador Flexa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É mais fácil achar uma igual no palheiro do que ele conquistar esse voto; é mais fácil ele aderir ao nosso bloco. Eu estou mostrando aqui, Senador Wellington, em Belém as ruas dizem não à CPMF. Eu estou mostrando aqui para o líder qual é o sentimento da população.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V. Ex^a. deve ter ido só na rua dos grandes empresários (risos).

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, o que é pior, o PSDB, o líder Arthur Virgílio já começou a ouvir o ex-Senador Mário Covas e o agora o Flexa Ribeiro está ouvindo a voz das ruas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Como vota V. Ex^a., Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com os Relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Esse voto está certo. Ok, então foram aprovadas todas as rádios.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mais uma manchete aqui: “brasileiro gasta mais com CPMF do que com arroz, feijão e leite”.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É porque o Presidente está dando a cesta básica, então não gasta. Passaremos então... a bolsa-família, depois da bolsa-família não tem como gastar com alimentação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Presidente, podemos ir ao Item 3?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vamos ao Item 3 da pauta. Eu queria dizer que terminamos os projetos terminativos. Item 3 da pauta, por quem tem trabalhado muito o Senador Azeredo, vamos lá, é o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003, que “Altera o Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências (Dispõe – é importantíssimo Srs. Senadores – sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial)”. A autoria é do Deputado Luiz Piauhyllino e a relatoria é do Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável na forma do substitutivo oferecido ao PLC 89/03, ao PLs 76/2000, a PLs 137/2000, que tramitam em conjunto. Observação: no dia 04.072007 foi realizada Audiência pública conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para instruir o presente projeto. Atendendo a Requerimento e aditamentos dos Senadores Wellington Salgado, Eduardo Azeredo, Pedro Simon e Serys Shhessarenko. Resultado: Projeto de Lei do Senado nº 76/2000, tramitando em conjunto com o PLC 89, de 2003, “define e tipifica os delitos informáticos, e dá outras providências”. Autoria do Senador Renan Calheiros, relatoria do Senador Eduardo Azeredo também. Parecer favorável na forma do substitutivo oferecido ao PLs 76/2000, PLC 89/03, PLs 137/2000, que tramitam em conjunto. A observação é a mesma observação de cima. Tem mais um aqui, tenho que ler mais um pedaço aqui. Eu queria pedir desculpas porque me deram um óculos novo, esse óculos diz que a lente é boa, de repente some tudo, então o olho tem que ficar procurando aonde é que dá para ver. Projeto de Lei do Senado nº 137/2000, “estabelece nova pena aos crimes cometidos com a utilização de meio de tecnologia de informação e telecomunicações”. A autoria é do Senador Leomar Quintanilha e a relatoria também do Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável na forma do substitutivo oferecido ao PLs 137/2000, ao PLC 89/03 e ao PLs 76/2000, que

tramitam em conjunto. Resumindo, é todo esse pacote aqui. V. Ex^a., Senador Azeredo, eu acho que a gente relatando hoje, V. Ex^a. vai me dar uma trégua, porque o que me pede por esse projeto é uma coisa. Vamos lá, V. Ex^a. tem a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que na verdade esse é um projeto de grande importância e de grande atualidade. É da minha área profissional, da área de informática, por isso eu tenho procurado, com mais rigor ainda, analisar esse projeto, evidentemente eu analiso todos os outros projetos que caem na minha relatoria, mas o projeto na verdade é uma fusão de três projetos, como foi lido por V. Ex^a., iniciando-se ainda com o projeto que veio da Câmara, aprovado pelo Deputado Luiz Piauhyllino, e aqui no Senado tendo a contribuição de projetos do Senador Renan Calheiros e do Senador Leomar Quintanilha. A discussão desse projeto já vem de quase dez anos atrás, foi em 1999 que foi aprovado na Câmara. Aqui no Senado já foi aprovado na Comissão de Educação, depois ele foi remetido para a Comissão de Constituição e Justiça, onde já foi lido, mas foi suspensa a votação, tendo em vista o pedido de que também fosse votado na Comissão de Ciência e Tecnologia, nesta Comissão, e também na Comissão de Assuntos Econômicos, onde ele vai após a nossa Comissão.

Basicamente o projeto procura tipificar os crimes cometidos na informática, nas novas tecnologias, ele não é apenas em relação à rede de Internet. Ele tem, por exemplo, crimes cometidos na questão da clonagem de cartão de crédito, na clonagem de telefone celulares, que são descritos hoje no Código. O Código Penal atual não descreve esse tipo de crime, principalmente porque são questões que surgiram mais recentemente.

O projeto evidentemente é muito longo, é grande, nós temos uma Frente Parlamentar de Informática da qual o Senador Casagrande também faz parte, e essa Frente definiu que a aprovação desse projeto seria também um dos objetivos da Frente para que nós pudéssemos avançar um pouco mais em benefício da segurança de uso das novas tecnologias.

Assim, Sr. Presidente, é que eu quero dizer que é importante registrar que o Brasil, embora não seja signatário da Convenção Sobre Cyber Crime, assinada pelos países europeus, também pelos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão, nós fizemos um projeto em harmonia com as suas deliberações, atendendo às recomendações do seu preâmbulo, como, por exemplo, a adoção de poderes suficientes para efetivamente combater as ofensas criminais e facilitar a sua detecção, a sua investigação e persecução penal nos níveis

domésticos e internacional, e provendo protocolos para uma rápida e confiável colaboração internacional. A Convenção recomenda procedimentos processuais penais, a guarda criteriosa das informações trafegadas nos sistemas informatizados e sua liberação para as autoridades, de forma a cumprir os objetivos relacionados no preâmbulo. Além disso, trata da necessária cooperação internacional, das questões de extradição, da assistência mútua entre os Estados, da denúncia espontânea, e sugere procedimentos na ausência de acordos internacionais específicos, além da definição da confidencialidade e limitações de uso. Assim, estão aqui descritos todos os tipos de questões que devem ser previstas numa legislação de cada país, como, por exemplo, acesso ilegal ou não autorizado a sistemas informatizados, a interceptação ou interrupção de comunicações, a interferência não autorizada sobre dados armazenados, a falsificação em sistemas informatizados, a quebra da integridade das informações, as fraudes em sistemas informatizados com ou sem ganho econômico, a pornografia infantil ou pedofilia, a quebra dos direitos de autor, tentativas ou ajudas a condutas criminosas, responsabilidades de uma pessoa natural ou de organização objeto de artigo específico do substitutivo e, também, evidentemente, das penas de privação de liberdade e de sanções econômicas.

O presente Projeto de Lei atualiza na verdade oito instrumentos legais, atualiza o Código Penal, o Código de Processo Penal, o Código Penal Militar, a Lei das Interceptações Telefônicas, a Lei da Repressão Uniforme, o Código do Consumidor, a Lei Afonso Arinos e o Estatuto da Criança e do Adolescente, coloca o Brasil em posição de destaque para que possa tratar e acordar de maneira diferenciada com os países signatários da Convenção de Budapeste e outras, inclusive os Estados Unidos, país sede das maiores empresas de tecnologia da informação e sede dos maiores provedores de acesso à rede mundial de computadores.

A crescente harmonia com a Convenção da Europa é importante para otimizar a repressão dos crimes de informática, notadamente aqueles crimes transnacionais. Essa harmonia facilitará e muito a cooperação judiciária internacional e eventuais extradições. Assim que as nossas autoridades competentes considerarem adequado, poderemos, com maior efetividade, ser signatários sobre a Convenção Sobre Cyber Crime de Budapeste por meio de convite do Comitê de Ministro do Conselho da Europa.

Mais à frente, Sr. Presidente, eu então detalho o voto, no sentido, portanto, de fazer essas alterações nos oito instrumentos legais, dois deles, a modificação que está sendo feita aqui agora nessa Comissão de Ciência e Tecnologia, acatando sugestões que foram

dadas na última Audiência Pública realizada em conjunto entre a Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Constituição e Justiça. Quais são? É a alteração da Lei Afonso Arinos, lá ela foi inclusive objeto de uma Emenda do Senador Antônio Carlos Valadares no sentido de que prevê na Lei Afonso Arinos que os crimes de racismo, xenofobia, cometidos via Internet, terão também a sua tipificação e a sua punição quando cometidos por esses meios informatizados, e a outra questão, foi inclusive conversado com a Senadora Patrícia Saboya, diz respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto já prevê a criminalização, a punição da questão da pedofilia e da pornografia infantil. Entretanto, ele não prevê a posse do material. Então nós estamos nesse substitutivo repetindo o que já existe no Estatuto, que é a venda de material pornográfico, a comercialização, a compra, mas também a posse de pornografia infantil será considerada como crime para exatamente atacar essa que é uma das formas mais horripilantes que nós temos da pornografia.

De maneira, Sr. Presidente, que o voto é pela aprovação nesta tipificação dos crimes, são onze crimes que estão sendo tipificados, em oito instrumentos legais, adaptando esses oito instrumentos legais, como eu pude lhes dizer aqui, especialmente o acesso não autorizado à rede de computadores, dispositivo de computação, comunicação ou sistema informatizado, a obtenção, a manutenção, o transporte ou fornecimento não autorizado de informação eletrônica ou digital, e temos também a questão da guarda, eu quero apenas me referir a ele, porque é o ponto mais polêmico, mas que também já foi devidamente esclarecido, ou seja, não há nada que possa afetar a privacidade de quem estiver usando a Internet, absolutamente, isso foi um mal entendido que aconteceu em certo momento dessa discussão, e o que está previsto para a responsabilidade dos provedores é o que já é praticado na cidade de São Paulo de maneira voluntária pelos provedores. E aqui, conforme temos do artigo 23, o responsável pelo provimento de acesso à rede de computadores é obrigado a manter em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de três anos, com o objetivo estrito de provimento de investigação pública formalizada, os dados de endereçamento eletrônico, apenas o endereçamento eletrônico da origem, hora, data, referência GNT(F) da conexão efetuada por meio da rede de computadores e por isso gerados, cujo fornecimento será feito exclusivamente à autoridade investigatória e dependerá de prévia e expressa autorização judicial. Portanto, esse que é o ponto que gera alguma dúvida, mas é muito razoável, e esse prazo é um prazo que é utilizado internacionalmente e praticado já na cidade de São Paulo.

Eu considero que a aprovação desse projeto significará realmente cobrir uma lacuna, já que há dez anos estamos discutindo isso. O número de crimes cometidos pela rede de computadores e cometidos com clonagem de cartão de crédito e (ininteligível) determinados é crescente, nós temos tido roubos de valores significativos pela rede de computadores, e o roubo, não é roubado o banco, é roubado do correntista evidentemente. Eu considero que depois de tanto tempo, depois de Audiências Públicas já realizadas, o projeto já está em condições de ser votado por essa Comissão e depois ser cometido ainda à Comissão de Assuntos Econômicos e voltar ainda à Comissão de Constituição e Justiça. É o Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o Parecer do ilustre Senador Eduardo Azeredo, é um Parecer importantíssimo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Apenas para discutir. Eu gostaria de lembrar aqui, Sr. Presidente, que ainda esse ano eu consegui aprovar um projeto de minha autoria que trata exatamente sobre ... tramita agora na Câmara dos Deputados, que transformou em crime a posse, a ocultação ou o comércio de qualquer tipo de pedofilia na Internet. Esse foi um projeto que apresentei há três anos atrás, Sr. Presidente, quando tomei conhecimento nos Estados Unidos de que eles conseguiram prender diversos promotores desse crime que se utilizavam do anonimato da Internet entrando em sites normalmente ... nos Estados Unidos, no caso, esses sites ficavam alojados em países do Leste Europeu, esses sites ficam em países onde a legislação... onde há vulnerabilidade jurídica, e acabava, Sr. Presidente, dando um cartão de crédito, consumidores, inclusive do nosso país, e tendo acesso a fotografias hediondas e de maneira oblíqua indireta, mas muito efetiva, acabavam promovendo essa criminalidade contra crianças inocentes de outros países. Delegados da Polícia Federal e Policiais Federais me mandaram diversos e-mails e fax, me dizendo da oportunidade daquela lei aprovada aqui no Senado e que hoje tramita na Câmara dos Deputados, e que versa mais ou menos sobre a mesma coisa que foi dito aqui no relatório do Senador Eduardo Azeredo, já que por diversas vezes eles tinham encontrado, em diligências, pessoas que detinham enorme quantidade de material de pornografia infantil, pedofilia, e que nada podiam fazer exatamente porque as pessoas diziam

que eram objetos que haviam recebido, que não haviam comprado, que simplesmente estava lá ou que não pertenciam a ela, o que esse nosso Projeto de Lei aprovado já no Congresso, no Senado Federal, ainda assim imputa à posse o crime, e isso enseja a abertura de um processo.

Então, Sr. Presidente, é mais um esforço que estamos fazendo, esse Congresso é prolixo nesses esforços, se debuta diversas vezes ... às vezes sobre um mesmo assunto no sentido de que a Câmara dos Deputados se sensibilize ou que essas iniciativas possam ser irradiar no debate nacional, nas Casas Legislativas, para que possamos dar ao país condições legais de coibir esse crime que é dos mais perversos e hediondos já perpetrados pela humanidade, que é expor as crianças ao trauma de uma ferida que dificilmente vai cicatrizar, é bom que se diga aqui, porque uma criança que sofre abusos na sua infância, de cunho sexual, fica marcada para o resto da vida, com seqüelas, eu diria, até difíceis de serem dimensionadas e dificilmente curadas. É preciso que realmente nós possamos dar um fim nisso através de instrumentos legais que permitam à polícia coibir e à justiça processar, julgar, sentenciar, condenar, prender, de maneira exemplar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Senador Crivella. Em discussão ainda. Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Sr. Presidente, esse projeto tramita na Casa há muito tempo, eu estou tomando nos últimos meses conhecimento do projeto, discutindo com o Senador Eduardo Azeredo, até porque nós, como ele disse, fazemos parte da Frente Parlamentar da Informática, e vamos debater o assunto também com detalhes na Comissão de Assuntos Econômicos, mas quero dizer da importância do projeto, projeto que tem que tipificar os crimes praticados através da rede mundial de computadores, diversos crimes ali são cometidos hoje sem você ter um enquadramento desses crimes, então essa legislação estabelece um arcabouço legal e o Congresso tem essa função de ir aperfeiçoando a legislação de acordo com as novas tecnologias, com a realidade que vai se alterando.

Então eu quero parabenizar ao Senador Eduardo Azeredo, teremos a oportunidade de debater com ele com certeza lá na Comissão de Assuntos Econômicos, vamos votar junto com o Relator, Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ainda em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação. Os Senadores e Senadoras que

estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado, Senador Azeredo.

Passaremos ao Item 2 da pauta. O Senador Expedito Júnior é o Relator. Item 2 da pauta, "Dispõe sobre o uso exclusivo de brasões em nome dos órgãos ou entidades responsáveis pela veiculação de publicidade oficial, vedada a menção de nomes de autoridades e servidores". A autoria é do Senador Cristovam Buarque e a relatoria é do Senador Expedito Júnior, com Parecer favorável, com Emenda oferecida. Observação: matéria terminativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. O Projeto de Lei sobre exame, de autoria do ilustre Senador Cristovam Buarque, tem por finalidade determinar que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos e entidades públicas conterá, a título de identificação dos responsáveis, somente o brasão da unidade federativa e o nome do órgão ou entidade promotora, não podendo contar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. Na justificação o nobre autor da proposta ressalta a importância de que se reveste a impessoalidade dos atos da administração pública, asseverando que a cidadania deve ter a garantia de que tais atos devem se reger pela imparcialidade e pela supremacia do interesse público sobre o particular. Assinala, em seguida, que infelizmente é preciso porque o preceito moralizador consubstanciado no § 1º, do artigo 37, da Constituição Federal, tem sido desrespeitado, face à malícia dos que buscam promoção pessoal de autoridades e funcionários. Daí a razão da presente iniciativa, considerando, ademais, que para efeito de responsabilização da fonte estatal sobre a publicidade, basta a utilização do signo e do nome do órgão promotor, não sendo, portanto, necessária a instrução de mensagens espúrias, alheias à boa informação da cidadania.

Julgamos, Sr. Presidente, oportuno, entretanto, e para maior clareza dos objetivos presenciados pelo autor do projeto, apresentar uma Emenda com o objetivo de incluir no alcance da medida a proibição de qualquer publicidade nos cartões que fazem parte dos programas sociais, sobretudo para evitar que os beneficiários dos programas e benefícios sociais tenham um entendimento equivocado de que o benefício social é um favor pessoal e não uma obrigação da União. A referida Emenda, nós havíamos apresentado na CCJ, e entendemos que seu objetivo é moralizador, prestigia o princípio da impessoalidade, além de representar economia para o Governo, evitando a constante troca de material a cada mudança de Governo.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 58, de 2007, com a Emenda que apresentamos, Sr. Presidente. É o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o Parecer do ilustre Senador Expedito. Não havendo quem queira discutir --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, só para parabenizar o Relator pela complementação e aperfeiçoamento do projeto, considero muito importante essa iniciativa de que o atendimento público seja impessoal e conseqüentemente tenha o objetivo maior do que prestar o serviço e não a valorização ou eventualmente a troca pelo favor político. Então eu quero parabenizar, eu acho que todos nós devemos aprovar esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação. Em votação o Parecer do ilustre Senador Expedito Júnior. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Passaremos aos dois últimos Itens da pauta, Senador Marcelo Crivella, Itens 06 e 07. O Item 6 trata do PLs 136/2003 e um Requerimento do Senador Marcelo Crivella. Vamos direto ao Requerimento. Temos na mesa um Requerimento do Senador Marcelo Crivella: Requeiro, nos termos do artigo 93 do RISF, realização de Audiência Pública para tratar sobre a crise do gás no Brasil, em especial nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Tendo a Petrobrás confirmado a redução no fornecimento do gás para as companhias distribuidoras do Rio de Janeiro e São Paulo, medida que afeta drasticamente a economia desses dois Estados brasileiros, é necessário que esta Casa seja plenamente informada deste lamentável fato. No Estado do Rio de Janeiro a medida afetou o fornecimento de comércio, residências, hospitais e fornecimento de gás natural para postos de combustível, o que prejudica de maneira imediata e irreversível milhares de pessoas, principalmente a categoria dos taxistas. Além desses setores, indústrias importantes, inclusive do setor farmacêutico, e também da companhia siderúrgica nacional, tiveram corte no suprimento de gás. Por tratar-se de medida unilateral e abrupta, que lesa os direitos do consumidor e também das companhias instaladas no nosso Estado, entendo como de interesse público de extrema relevância. Sala de Comissões, Senador Marcelo Crivella. Relação dos convidados: Diretor de Abastecimento da Petrobrás, Secretário de Transportes do Rio de Janeiro, Presidente da Companhia Estadual de Gás, Representante da ANIL, Representante dos

Consumidores, Presidente do Sindicato da Indústria de Transformação e Presidente do Sindicato dos Taxistas do Rio de Janeiro. Com a palavra o autor do requerimento, o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, eu gostaria de debater isso daqui com os companheiros, já que o gás é um componente, um vetor energético importantíssimo no meu Estado, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, onde a maioria dos táxis hoje rodam com esse combustível. Aliás, Sr. Presidente, eu faço aqui também um outro apelo. As assessorias ministeriais que aqui muitas vezes acabam atrapalhando ao invés de ajudar, porque tem sempre a tendência, a índole, a vocação de segurar os projetos dessa Casa em benefício de Medidas Provisórias que às vezes ficam sendo gestadas nesses Ministérios durante meses, há três anos atrás essas assessorias barraram aqui um projeto da minha autoria que visava colocar aquecimento solar nos prédios residenciais e públicos desse país, ou seja, cada prédio ao ser aprovado nas Prefeituras Municipais deveria ter um dispositivo solar para aquecer sua água. Então naquela ocasião a assessoria, descuidada, do Ministério de Minas e Energia, me mandou um parecer dizendo de que haviam outras fontes mais baratas de energia que não fosse aquela – eu não sei aonde estavam com a cabeça, inclusive o gás. Pois bem, está aí o gás, a Crise da Bolívia veio, aconteceu a Crise da Bolívia, o nosso gás é de difícil acesso, hoje o gás é caríssimo e já causou problemas de perplexidade no Rio de Janeiro. Então esse Parecer que fez com que o nosso projeto se atrasasse durante longo tempo, hoje é uma peça, sem sombra de dúvidas, de absoluta falta de visão estratégica, para dizer o mínimo. Nós já podíamos estar aquecendo água com o sol, porque os sistemas de engenharia para cálculo de energia sempre são tomados pelo pico, e é no momento que as pessoas chegam em casa, entre seis e oito horas da noite, que todos vão tomar banho, a maioria deles com chuveiros elétricos, e criam pico na corrente energética, e na medida em que os nossos reservatórios, por ocasião da estiagem, baixam o nível dos nossos reservatórios, o sistema, que é automático, já aponta que é preciso ligar as termos movidas a gás, e aí com o prejuízo dos nossos motoristas de táxis que acabam enfrentando filas imensas nos postos de gasolina, porque o Governo do Estado recorre com uma liminar, a justiça manda voltar o abastecimento, mas isso daí, como no Brasil as decisões judiciais são sempre atendidas, porém em termos, as pessoas cumprem, mas cumprem em termos, então entregam menos gás e os postos de gasolina ficam com filas imensas para o prejuízo dos nossos trabalhadores, que já vivem uma

vida complicada, porque ser motorista de táxi numa cidade grande do Brasil, lá no Rio de Janeiro, é tráfego o tempo inteiro, as tarifas não são satisfatórias, as peças de automóveis são muito custosas, a manutenção é alta, e, pior, o sujeito fica duas horas parado numa fila para abastecer com gás, muitas vezes quando nós podíamos... muitas vezes não, quando com certeza poderíamos estar reduzindo o consumo de energia elétrica já que o sol incidiu, e na época de estiagem o sol é muito forte, por isso mesmo é que causa estiagem, tem sol, não tem nuvem no céu e nem chuva, nós poderíamos estar aquecendo a água como fazem os países onde não existe esse tipo de assessoria que só serve para atrapalhar, prejudicando o país nos seus interesses estratégicos.

Então eu extravaso aqui minha frustração, minha tristeza, desabafo, clamando ao Congresso e à Nação, e agora eu estou fazendo aqui um Requerimento para discutirmos essa questão do gás, discutirmos as termos, discutirmos alternativas, enfim, e sou da base do Governo, sou da base do Governo, isso é pior ainda, isso agrava a minha revolta e a minha indignação, porque é um projeto que poderíamos ter efetivamente aprovado há muito tempo atrás, e não o fizemos exatamente porque não há interesse em aprovar projetos dos nossos Deputados, nossos Senadores, tudo tem que ter a primazia do Governo, tudo tem que ter a primazia dos Ministérios, como se isso fosse o fundamental e não ajudar o nosso povo. Então eu peço, Sr. Presidente, aqui para nós fazermos de maneira resignada, franciscana, apostólica, mais uma vez um Requerimento, e verificar se conseguimos, pela insistência, mover os corações dessas tantas assessorias que acabam, ao invés de nos ajudar, nos prejudicando.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Para discutir, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu quero me somar ao Senador Crivella, com a sua preocupação a esse Requerimento, e estender para que esse assunto não seja apenas discutido nas grandes cidades, mas as informações nos chegam do Brasil como um todo, porque na cidade de João Pessoa nós temos um número de cerca de mil e seiscentos taxistas, que é o público mais prejudicado com a possibilidade do racionamento, e como bem disse o Senador Crivella, no seu instrumento de sobrevivência, porque o taxista, duas horas que ele perde para abastecer é diferente de um cidadão, que já é um transtorno, já é algo desconfortável por ter acreditado no Governo, por ter apostado no compromisso de um Governo, e

conseqüentemente não está tendo isso correspondido. Então eu quero parabenizar ao Senador Crivella e me somar nesse debate, nessa discussão para que possa esclarecer a todos nós, e dizer a ele também que comungo com ele com a preocupação da melhor utilização da energia solar.

Eu, em particular, que sou de uma energia do nordeste, costumamos dizer que temos sol praticamente os trezentos e sessenta e cinco dias do ano, a nossa querida cidade de João Pessoa, e conseqüentemente lá iniciou na Universidade Federal da Paraíba a questão dos estudos da energia solar no Brasil. Depois, obviamente, se estendeu para outros centros tecnológicos e sem dúvida é algo que é alternativo. Ao exemplo do que é o etanol, a energia eólica e outras, nós devemos também buscar na energia solar, já que é uma tecnologia bastante avançada em outros países. Países como a China, como o Japão, por exemplo, Presidente Wellington, usam energia solar individual, placas individuais, e luminárias de jardins, por exemplo, ao invés de serem alimentadas por energia elétrica gerada às vezes por geradores poluentes, na verdade ela capta energia do sol, a luz, e transforma em energia para iluminar as noites daquelas cidades naqueles países. Então nós temos muito que avançar e que esse projeto, espero que o Governo adote, porque o Governo, quando não pode ajudar, pelo menos não atrapalhe, porque isso sendo aprovado, a própria iniciativa privada ajudará na solução desse problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado pelas colocações, Senador Cícero Lucena. Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, na mesma linha do Senador Cícero eu quero cumprimentar também o Senador Marcelo Crivella, porque hoje vivemos uma crise, essa questão do gás, Sr. Presidente, e nós percebemos que mais uma vez o Brasil prefere ficar de quatro para os bolivianos ao invés de investir no próprio país, ao invés de investir em pesquisas, como é o caso do gás de Urucum a Porto Velho, Sr. Presidente. Há quantos anos nós estamos discutindo sobre essa questão de trazer o gás de Urucum quem sabe até ao Mato Grosso, vindo de Urucum, e na verdade, Senador Crivella, lá em Rondônia e na região amazônica, veja bem como que foram feitas as coisas, a licença ambiental já está autorizada, já está pronto para ser feita a obra, o Governo saiu na frente indenizando os parceiros, os produtores, os proprietários de terras onde ia passar o gás vindo de Urucum a Porto Velho, e agora nós temos ... o Ministro esteve aqui há poucos dias dizendo que o gás que nós temos não é suficiente sequer para tocar Ma-

naus, quer dizer, como é que se investe um dinheiro, se gasta sobre um projeto que acreditamos que é de suma importância para Rondônia, é de suma importância para o país, para o Brasil, e agora, depois de praticamente tudo pronto, é que vem se identificar que não há gás suficiente para tocar Amazonas, a capital, para tocar Manaus, para tocar o Estado de Rondônia, para tocar Porto Velho. Então eu quero me somar com V. Ex^a., haja visto que eu ando meio preocupado com essas Audiências Públicas que nós estamos fazendo aqui nesta Casa, Sr. Presidente, que não vai a lugar nenhum. Nós estamos fazendo as nossas Audiências Públicas aqui e infelizmente não acontece nada, só no dia da discussão é que nós temos a oportunidade de discutir e infelizmente isso, depois, parece que cai no vazio, cai no esquecimento e nada acontece. Mas de qualquer maneira, de qualquer forma, nós temos que cumprir aqui o nosso papel, vamos fiscalizar e vamos chamar aqui o Ministro de Minas e Energia para que nós possamos discutir sobre essa questão do gás que é tão importante para o país, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Senador Expedito Júnior. Senador Leomar Quintanilha com a palavra.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V. Ex^a., cumprimentar ao Senador Expedito Júnior e dizer que o Item 28, Sr. Presidente, trata-se da concessão de outorga a uma rádio comunitária. Como tem caráter terminativo nesta reunião e visivelmente não tem quorum, eu gostaria de saber se V. Ex^a. se nós poderíamos pelo menos já ler o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Veja bem, Senador Leomar Quintanilha. Como nós tínhamos quorum e eu tenho certeza que V. Ex^a. tinha interesse em resolver logo esse problema, nós nomeamos naquele momento o Senador João Ribeiro como Relator *ad-hoc*, eu citei o nome de V. Ex^a. e relatamos essa rádio.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Ótimo, fico agradecido pela eficiência da presidência da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Porque nós ficamos com medo que não dê quorum na próxima e aí só ficaria para o ano que vem.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E pelo carinho especial que eu tenho por V. Ex^a., e V. Ex^a. já falou comigo que tinha interesse que resolvesse essa ques-

tão da rádio, me pediu várias vezes, então eu vi que V. Ex^a. não estava presente, coloquei para um outro Senador relatar e resolvemos o problema.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Fez V. Ex^a. muito bem, meus cumprimos e os meus agradecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Estado de Tocantins também agradece, porque V. Ex^a. batalhou bastante para que essa rádio saísse.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, nós não vamos ter mais uma reunião na próxima semana?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Está paudado, quarta-feira.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu entreguei já o relatório da rádio de Novo Horizonte, eu gostaria que V. Ex^a. se pudesse --

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – A Secretaria vai relatar e botaremos em pauta. Então os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão com relação ao Requerimento do Senador Marcelo Crivella. Aprovado.

Tem a inclusão extrapauta, um Requerimento de minha autoria, nos termos do inciso II, da Constituição Federal, c.c. o Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão para debater a criação e implantação da TV pública nos moldes da Medida Provisória – MP 9.398/2007. Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades representantes de entidades nominais a seguir, sem prejuízo da expedição de outros convites ... (ininteligível): Franklin de Souza Martins, Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social – Presidência da República, Tereza Cruvinel, Presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Helena Chagas, Diretora de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Leopoldo Nunes Filho, Diretor de Programação da Empresa Brasil de Comunicação. Justificação: encontra-se na pauta (ininteligível) discussão sobre a criação da chamada TV pública pelo Poder Executivo. Conquanto a Medida Provisória sobre o tema já esteja sob análise da Comissão Mista pertinente, consideramos oportuno que essa Comissão examine, em Audiência Pública, os pressupostos constitucionais que fundamentaram a iniciativa do Governo Federal, além de outras questões relacionadas. Os aspectos mais polêmicos com relação à matéria é referente à necessidade ou não da criação da TV pública, tendo em vista a existência de emissoras estatais e das privadas. Com efeito, parece não haver, até

o momento, completo entendimento conceitual entre o que é TV estatal e o que é TV pública. Sem entrar no mérito dessa discussão, é preciso destacar que a Constituição de 1988 prevê a complementariedade do sistema privado-público estatal de comunicação. No entanto, passados quase vinte anos, o sistema público praticamente não existe. Julgamos conveniente, portanto, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática seja o espaço de manifestação para os segmentos envolvidos com o tema objeto do presente Requerimento. Para tanto contamos com o apoio das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores para a aprovação do presente Requerimento. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Foram adiados hoje o PLs 398, de 2007, do Senador Eduardo Azeredo, o PLs 114, de 2005, do Senador Augusto Botelho, e o PLs 136, de 2006, do Senador Marcelo Crivella, adiados para a próxima reunião.

Nada mais tendo a discutir, declaro encerrada essa reunião.

Tat, sim vel diat. Ut acil utat ex endre molorer sed ex ea facillan hent dolorerillan et, se duis eugiam ver sum zzriliquat velit la commy nummy nulluptat. In exer si bla faccumsan henismo lendiam, venim zzriureet am, se ecte magna faccum olummy nit luptatis digna amet iureet, quipsustrud minit numsandre modion exero odo con volorem ex er sim exer irilit augait lan velenis accumsan ut irilit alisit vullam ipit ad eumy nulpud adigna faci tisit ad dio consecte tatet autpate te molortis el dolore feugait ut dolore dolor am velenis ea feugait, quateue con eum vero consectetum iriliquis nim euguer atet nulla feugait iure tinisci tat lute feugait eu feu feuisis essi tet nibh er sequisl ero od tat alit lum dolortie dip ex eu feum eum et adiamconsed mod modiatum etuerosto eugiamc ommodiat nim vent alit essed min ullaortie duis exer senim zzriusc iduisl dolortie eum volobor sequatu eriustrud magna conulla mconsed diam del dolore modio dionsequipit lummore dolor sed magna feuis do et nisim velessit lamet lum nostrud te vulluptatem quatue tet alis augueraese magnim dolore tet nibh et wis accum ipsustrud dit aliquatem aci blaorpe raestin vulput iuscini amconsequis nonsed endit illan verci bla autpat incin vulluptat.

Perciduis nosto dolortincip ecte magnim zzril ipsusci blaore dit accum dignim velisi blan vullan elit dignim quat vullum irit amcon hent volore eugiamet lor susto od ecte volore tet, core dolor iuscin exer ipsustrud do commodiamet am venit velenim am ipsustrud magnibh et laore mod do od tem dui bla core con utem volor ad tate vullamet acidunt nostinc illamconse conse con eril irilit lam, vero eugiatie core ming eniam, quip eum augait alisi.

Em velesto consecte faccum veros nullamcons nulluptat, sed eugiam iusto el eum augiamet, sectetue-ro dolore cor irit lore dolessisl ulputpa tuerosto eugait luptat eugait adio cor autpat, ver accummo dionsequi bla facipsu mmodolesto eum il el dio et eraesecte min henit venis nos dolobor erostio nsequat nibh ea alit nullut luptat. Ut vullam zzriurer alit prat.

Min ut iriustrud molore molent lum eugait wis alit pratum do et del eum il et ing ea facin volenim aliquam veros adipis num quat, quismod tem dunt praestie vulputat ing elis alisi.

Met vulput augiam, vero cor am, quam quatum quat. Landiat, si.

Unt amconul laortie consequisim esto odolesent luptat volore te dolor accum zzrit wiscidunt augiam duisi.

Landreetum vel eu faci blam aliquis alisit aliqui euis aliquisi.

Landre minisse ming etum dolendrem iniam delit atet vulputat vel utat wissi te venim quat prat.

Ciliquat. Rud euis nulput verilit at lore velesequat. Ostions ad mod tis augue feu feumsandre dit ad dunt lore magnisi.

Ibh euguerostie mincips ummodolortio duip ea augait exerci blaore modolorem nim incing ea feu faci blamconsed dolorero enis endipit utpatie dolorem adio od molore moloreet vel eugue er incil eum iliquate tatie feu feum quiscincip eugait nonsendip eraessit atue facidunt ad te min vel ut ipisit, commod tion vullandignim velestin ullum ea faccummod dolobore delis et volut aute te modit ullandip ero odoloreet pratet praessis eniscilit laore veniamet iriurer augait loreetum nit doloborem dipisl ullan erillaorpero cortinc ipsumsa ndiametue dolum ecte magnis nulluptat, si.

Ing eraesto od eraesequisl ut verit augiam eu feum ipis nim dio eugiamet wis duisi.

Ut et la facil iriureetue et nonse vendre minci eum zzriusci el utpat. Em quatem qui blaore dunt ullut alit at luptat, vullutpat, secte dolobor sit am esse dolum quis euipsustrud erat in utem velenisi.

Nons adiatum ipit utpatis erostio nullum irit lum dolore tat. Ut adionse magnisit non henim do od do ea feum iure enit adigna adiamcon exerosto ex elit, quisis nulput vel ullutpatum etuer sequat, veros acin-cillutet venibh eugue vero odolore eui tiniatet exero el dolent lortisl in vel ent duisl in ulla con ese velisisi bla ad tie minit, quisci bla faccum at augiat. Duipit estisim non vullan et praesto odigna am autpate dio et acilit aliquam dolore magna conulputpat. Et praesti scinism olorer ad enissed ting ea faccumsan et lamconsequam delisit wis ad ming elent vendiamet lum velis del in ecte te et wisi.

Giate min ulla conse enim exer si.

Olorem vendipit prat praesequat, velis nim dolor sequis nim dolendr ercipis nim quat esenit num vel ipiscidunt nit auguero dolobor irilit ing elit amcon elesed ercidunt prat alis nullam, ver sum ing eros do dunt lolor sit augue minibh enim nis nonsequisl inim dio con henibh ecte eliquat. Ut prat. Agna core molortis amet la augiat nibh eu faccum non velesto od te doloreet et utpat lore facincilit adiam, conse diat prat nummodip ea facilit lam, quation ullumsandit wismodi onsenit, volum diam vel dolobor sum erat, veliquat, conum iustrud euismod magna facilissecte commy nulla commy nulla faci euis numsand reetum alit in henit alismodolore duisi.

Te dio doloreet num verostio enibh euguer in hendionse veril in hendit ate facipit iure etue dignit, consequamet, con volore tat. Duis nummodo lesenim eui blandit vero od ero do odit in ver iure conse consenit aut nulla facipsummy nulput la amet wisim erostrud min et num do doleseuipit, qui tassis niametuero dolorper at. Ip exercin henibh ero od tio cons dolesendre facil eriore vulput laore min henim ea conumsan vel dolore mincips umsandi amcommo lesequis nibh el dolore dunt venim nis eum delit velit am vel irilit utet, con ver aut nis at verit lum et, veliquis estie cons adit atin vullam, vel ulla conulla ad eum vel eliquamet iriureet, con henisi.

Usci tat estin heniati. Quipis niamcortie ese veriu-reriure faccum incipsusto con etumsan henisim deliqui smolor se min hendrem zzriureetue facilis ismolortinit non ea amcorer aessim dui tat loboreetum ea alis numsan enim zzril ipsustin ulputat. Duis delit nostion sequam dunt ing essim zzriurem nibh eum zzrilla feu faciliquam vullaor sit in ver irit praessed tie dolorper sim nit atuercinci te tat velit wismodip et ullut utat, sed dion hendigna feum zzriusto dunt ullaor il ea acipisim nis amet nostrud tem niam ing ex ese min vulluptate vullum venis eugue tet nismod magnisi et adipuscilit autpate facidunt nostio odigna adigniam, coreet, sum quat. Duisim ing et autatum dolor sumsandre dolorem nos do od ex et praesto eraessent lumsan enim delit, quatis et am eriusti smolore essi tat. Ut adigna feugait delismodigna ad dolenis er sequam, velit prat lam dolobore magna feuis ex eugue vel et illa auguer augait vel enisi bla alit ad dignis ecte tie modit aci tem zzrilla-orper aliquat, commy nit wis duipisi euisi erosto con henis am, sim dip esto con elisit, quisi.

Ent praesen dignisi. Del in et landre ming elit lobortio odolestie con ut augait alit wismolo rperaes equismod tatum zzrit am quat acin dolor acidunt utpat, quisit veliquam vercinibh eugait iril ilit doluptat dolorem zzrilit, quam ipsustrud molummolobor sit, qui ea consenibh elesed dolore dip exercipis nim nonullaore dolorer ipismodit aliquis nim nostrud min el ut pration sequat, quipsumsan ullutet, commy nullan ecte min

utat. Um do doloborem quipis niat. San ea con utate-tue facipsu stisi.

Andiamcore elendio nullaore delisci duipis amet prat. Od modiam el ute dolore te dip esequisisit nos nim iusculum veliquam, velendre core dolortie dunt acilla faccum vel iureet vel ulla cons nonsed ea feu faciliquatum num ad dipit alismod olortio conullan henim duis adit ea alit dolobore dolor aut aliquam vel iniametum voloreet nis nit ut num dolenit ing et, volut nonullandre conullam, consequ ipisim quismodiam ercilit prat ad do od eraessectem iurem duipit illam digniam vel dolum vel eugait, commod dolenim do odit augait, sequi bla faci tat, con ut ut num quisi.

Ting et aciliquat alisl iuscin hent irit, volorem iniam zzriuscul eum iniam inisl duis nis num et, summodo lortisim dio exeros alis dolenit exeros nuputat dolesent ex exer accum voloboreet dolor se velesti ncipisit iriure conseniam, vel irit acipit wisi.

Elit nos atue magna facincinci eugueraesto dunt volummo lesequis et ipsum dionsed te consed tat praesto et praessim enim elessi enit la facipsu scidunt augait delisis ex er sectem in er susto odiam vel elismod estie tate dion ulla facilla orperci psuscilit, sed molorem vent prarat ute magnim dolorem zzrit ad eum do dolorerit wis del ecte magna commy nim aliquat, commy nullupat nit at lore vullupat nullute cons augiam, con velent vel eliqui tis do dolorerat. Volore modolore ming ex el ulpute facipsuscip ex eniam, sit diametumsan voloreet wisl dolorpero exer alis nis alismolorem vent ut alisl ut utatin vel ex eugiam, quat, consecet, quis augue digna feugiatem velenismod dolobor ercipit volor iustis nos esto odit dip et ut prat augue tat, vendre feuguer cillandit eui bla facing eum at. Ut landio conulla mconsequat, vel ulpute doloborer sis alit vulputet, sim veniam quismod tin hent eu facilisim vullan euguercin hendre digna faccum zzriusto consecet nonse tem dipit ing et lutat, volesse magna adionsequam enissis modiam vulla facillan utpat, si.

Equisi tem do core feuis ad modoloborem quate feuisimo lortis nit, se consed ectetumsan elis augait adip ecte feugiam dit wis accum zzriurem nonulput autet exerat, conse corpero commy nonsed do consequat. Dit nulpute tat ulputatem verostio od do ea acip ex eugait ad dolorpe rostrud doloreet velit vendre mod eraesse vero dio eugiamc onsequis nim alit nim enisl do core et nullumm odolore tincin ullutem eugiam, qui ea feugait am illa feu feui esequatue ero odolum vent iniam quisl ut ad tio ecte enibh ea faccum at wisit vulla facilit iurem nostrud magna am, consed dolor accum eu faciliquisl dunt ullam, quisciduis augait amcon hennisse te magna feugiat alit iriure dolore dolorem do odolor aliquam volenibh exero cortio dolorem dolutpat. Tionull uptat.

Iquisl erit nonum dolorpe rcipsum euipis ad et dolorer aestrud et vel etue dunt laorercil ut ilis nos nummy nibh exercidui blan hent adipsustrud er ipit augait, vel eugiam zzriusci tat velessi tat.

Tue dolesed tet luptatio odit del dit ad del delenis ad do odio odit at vel utpat. Feu faccummy nulla cortie commodi psumsan heniamcons nostie doloreet nos enismod dignissim do odo et adiamet vulla faccum nisi.

Osto odolore faccum nullutpat adiametum niamet accum velisim zzrit prat at. Im zzrit augait lam velenit, con euissisit lamet in velesto od magnit ulput wis nummolortis dolorpe rciliquat praessisi.

Irit ut lan enibh erat.

Del elissi. Aci blaortie vero od eugue commod ent nibh ero doloreet lut aut alisisim zzrit iriustrud do con velenim iuscing eraessi siscilla facillam quis numsan ea facilit, quis dolenim ip ero cortincidunt accumsan hendio del dolorpe riliquis diamet luptat praessi.

Lutpat. Si estie dignis nulput la corem vent wis elit dit atum volore molum nosto etue tat, vullandipis nonsectet utpatumsan verostrud tie consenim del ut iustincidunt augiam atum adipis nonsendip et wis nos aliquis ecte eu feugait vel delit, summolo bortin henisi.

Ommolorem doloborem adipisisis euis adip ex ero ea feugue molumsa ndionum dionsenim dolore tie ex et alit verit wis elis nullutat.

Molobor sim zzrilit, velit ut adigna augue tat. Duis nonummodio conum il inisl ullam iureetum iliquamet ipiscin ulput augait landre dolor ipsummy nis et nullan ulla faccumsan exeros alit velenis del doloreet iniscip suscill andipiscing el ullaorp eriuscidunt velis amet nullutet, sendipit augiat, quat veliquat, quissen iametum venim quam dunt aliquis ad modolor acing eriusci liquismo-lent pratue feuisim in erillaorem do odionse deliscilisse diam, quat nummy nibh ex er sequi eugiatue commy nos delit veliquamet augait vel iniamet uercilit aliquat. Duis delit dolorper aliquis sequis et ad tie consed te facilla facincilit num zzrit, core molupat. Reet, quis accum irilit velesendreet aut utpat niam, sequamconse dolorer aestrud minis del deliqui tem zzrit nulput lore dolorper sed dolore dolorer aessed mod tatem iureetu msandignis nostismodit iriusci piscili quamcon henis exero eugiat. Vulputem auguero stincil utat wis ad modolore velit elestie ex estie vel dolorer si.

Feugiam nullaoreetue dio dipismod modipit laor si enit non et, summodit prat, ver sum quat ing eugue veliqui smodolor il dipit aci blaore dunt nisisci euis-molenibh eu facilla mcommy nismod magniam zzriliq uismodolor ipsusci blaor autat ip et lore te dolobor at, vullametum dolorem ero dolorero odolut ipit iurerat enis exerostrud ea facil iniam, velisit luptat lor si elis nullamc onullamet acidunt wismodi psuscin cipsum dolobore

feusci lismod tat utem nit, con utet ullum zzriliquis delit laortin utem zzriuscinim quipit nulla commy nullamet la feuis alisi.

Isl illa feu faccum zzrilit nulputpat, corem vullum dolum augiamet veliqua mcoreet umsandre mincidunt am zzriure tin hendit utat. Luptat. Sequis dolummy nulputpatet, velisisi.

Voluptat dolor alis nummodo commy nosto et nibh etum quat, quamet laore dit nim volor in ute dolore consendit, si.

Ed tat, se modip esequam ipit nostrud do dio dolor iustrud tet nos nullum iurerosto commy nim vel et venim et, si.

Erostrud magniamcor sum velit luptatum nullandio conullan vel ullan venim velessecte commy nisl dolobore velisci duisis dolutat nons autetumsan veniam, suscill aoreet nismolent augiatet, vero commolortie dolobor eratue tem inci blaorem vel diat, voluptatem ipis ex et nulput auguerostie facilis etum dolor am, vel ipismolenim dolore facipsummy num ipit nos eugait nostismodo exercing enim esto od dolor aute faci tat alit vel ulluptat incilla ndreetum duisl ut eu faci er sis nim atisl exer sum illam enisi.

Iriure commy nostrud delit la faciduipit lobore dit vero consequisi.

Ostiscincin velenim et adion vel euguerosto odoreet, commy nim iure conulputat verci blandig niamet, sequis et, vel ut autet wismolor sustin veriusto eugiam, quisi tis autpat, con utat wisismo dolobor sim nibh exero eros at.

Dolenim nos esecte volesse ming et augait ad tet, quipit utate magniscilit incilisi.

Amcon veros nonse min ute min venim euguerostis dolortinit, veliquatue odoreet, veliquisi ent niam, commy nonse dolorpercil eriliquatam digniatem veraesectem zzriusci euis nulput vel ea faccum ing esequat am nis atem vendio dolor sequipis augue moluptat.

Magna cons etuercilis eliquatuero ododore facidunt augueriure te commolenit lobore venis do odipit, quat.

Sum eugiamet nibh ero corero odit wis augait lore mod dolorpe rcincilis do odoreet nonullum non ut loborer adigna aut lam, si eugiat nos nim num exeratum iusto consed molor sed tem zzriusto dipit digna cor aliquip ex eum vulputem ing el iriureet ex euguer aliquat.

To od min hendrem vel nibh esequis et praestrud te do od ectet, se dolestie conulput non vel ea faccum-san velit adit, sustrud tisi eraessi sciduis nim zzriusci bla faccum velisit nulput exerci te tie do commy nibh et, summod magnim velesed min hent volorer si.

Lisl irilis aliquissit prat, vel et, sequis nim dolobor peraessenim zzrillum ing enit praese ecte tat. Ectem quatuue volum nis am, quat.

Pis et dionsequis del ullum vel utat non velenis etum qui tat. Ut utat, quam etum ipit, vel et at vel et wiscidunt ipis nullamet ing ent am dolore magna feugue vel ea consequi tat. Ut eum quat lut accummy nit wisim do dolor sit et lummodo odolendre commy nulputpat aliquis non hent ut alis alit, conum zzrilis ent utat.

Omodolenim dolor sim zzrit, vullaor at utpatem nulput adionsed mod doloborem zzrilisici bla feupis er sequam zzriliquis nosto dignisl il ut euis et velit utpatum dolorero dipit, veliquip ecte tatum eugait, conumsa ndigniam, ver si.

Erostrud magna facilit, susci blaorperat. Ut wiscil ut autatet ad eros augue tionum inciduipis alit ipsumsa ndionullum velit laore tetue verat, conumsan vulput la facidunt utpat ut niam nulputet ex et velis ex ero estissi.

Na alit nit aliquat dipsum zzrit ametum adigniscipit amcommod dolese eugait nullaore tem numsan vero odolorperos accum incilla augueros nosto od tat at, quip euismod er adipsum do consed dio er aliquis autat. Duis dionseq uatuerat wisim zzrilis sequisi.

Ure dolortis nibh exer ing ercilis modolor erosto dolortie min hendipit wiscili quatuue iuscilis dolesting erciduisit dolessent pratio dolorting eu facilla feu feummod oluptat. Ut am zzril ipit wissequam, con hendion



EDIÇÃO DE HOJE: 1090 PÁGINAS